INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

XV VOLUME

RIO DE JANEIRO
1959

SUPERVISÃO DOS VERBÊTES
de
ARTHUR DIAS DE PAIVA
e
BENEDITO AFONSO DE LIMA
Inspetores Regionais do Maranhão e Piauí

PREFÁCIO

OS Estados mais pobres da Federação são certamente os Estados do Piauí e do Maranhão. É o Estado do Piauí o Estado mais pobre, mas é também um dos que maiores possibilidades apresentam para elevar o ritmo crescente de seu progresso. No passado, teve os seus dias áureos no ciclo do gado, quando desempenhou papel importantíssimo para a consolidação econômica da era colonial. Hoje, o Estado do Piauí tem perspectivas das mais alvissareiras no aproveitamento excepcional do vale do Parnaíba. O aproveitamento da bacia do Parnaíba está hoje sendo estudado com mais objetividade incluindo-se a irrigação de seu vale. Isso criará uma região econômica nova à base de uma agricultura intensiva, realizável com a introdução de mecanização rural.

A produção agrícola dos produtos de maior importância para a alimentação humana (milho, arroz, mandioca, feijão etc.) tiveram nesses Estados um incremento surpreendente no período que mediou os dois censos, o de 1940 e o de 1950, crescendo de 218% no Maranhão e 466% no Piauí. O que não aconteceu em nenhuma das demais unidades da Federação, nem mesmo em São Paulo que atingiu a 175%.

Em todo o Brasil o crescimento foi de 64%. Êsses números indicam o esfôrço notável de recuperação que o mais pobre dos Estados brasileiros vem realizando a lhe abrir um quadro promissor nas perspectivas de seu futuro.

É paradoxal dizer-se, mas é profundamente verdadeiro, que as condições atuais da economia dos dois Estados, banhados pelo Parnaíba, que se assentam nos coqueirais que enfeitam as margens dos seus grandes rios, são, até certo ponto, responsáveis pelo atraso no desenvolvimento dêles. Isso porque a facilidade da exploração de uma indústria extrativa, deixa que a atividade humana para ela se dirija sem tratar de outros fatôres que teriam mais influência no progresso do país. Tôda indústria extrativa marca um grau elementar de desenvolvimento. A economia do Estado do Piauí e mesmo em grande parte do Estado do Maranhão se fixa à base da indústria extrativa: É o côco babaçu, e é a carnaúba. Além disso o método com que realizam a sua exploração é o mais primitivo que se pode imaginar. A quebra do côco babaçu, por exemplo, é um espetáculo digno de ser apreciado: Quebram-no a mão com machado e apresentam até uma notável habilidade do sertanejo a manipular o machado sôbre côcos que prendem entre os dedos dos pés.

Por outro lado conspira, e profundamente, contra os Estados do Piauí e do Maranhão o clima fortemente quente. O clima é semelhante nos dois Estados, principalmente nas zonas sul do Piauí e do Maranhão, onde as condições são as mais ingratas do ponto de vista das temperaturas de confôrto. Não acontece o mesmo, entretanto, na zona da costa, onde a constância da brisa ameniza as condições de vida e melhora a produtividade do homem que aí trabalha. Em outras palavras, o termômetro úmido baixa nas proximidades da costa. Mas, tôda vez que se embrenha para o interior, encaminhando-se para o sul dêsses Estados, as condições se vão agravando em relação às temperaturas e o rendimento do trabalho humano fatalmente vai baixando. Acontece, entretanto, que diferencia os dois Estados nessa zona, um aspecto digno de ser focalizado, é que enquanto o Estado do Piauí é castigado pelas sêcas, o Estado do Maranhão, muito mais molhado que o do Piauí, sofre exatamente das condições que o integram na faixa amazônica. O Noroeste do Maranhão tem as características do vale do Amazonas, enquanto o Sudeste do Piauí oferece o mesmo quadro que encontramos por todo o Nordeste sêco. O Piauí tem, por conseguinte, quase todo o sul do Estado enquadrado no Polígono das Sêcas.

Há um trabalho notável, no estudo realizado pelo grande engenheiro Luiz Antônio de Souza Leão, — que se propõe levar as águas do São Francisco até ao vale do Parnaíba. Perto de Remanso, uma barragem de 16,50m, levará as águas do São Francisco com bombeamento auxiliar até ao curso do rio Piauí. O total de elevação dessa transposição é da ordem de grandeza de 22 metros. Com isto se obtém uma série de aproveitamentos, no alto das nascentes do rio Piauí, de potencial hidrelétrico de 1 milhão e meio de Kw. É importante ainda salientar que essa transposição de águas, além dessas vantagens de produção energética, ainda oferecerá a possibilidade de uma navegação contínua entre o Parnaíba e o São Francisco.

O mais importante dêste plano é levar o São Francisco regularmente até a costa.

Nenhum rio pode cumprir a sua missão econômica de navegação interior se êle não atinge a um pôrto de mar. A saída natural, pois, da produção do vale do São Francisco se faria por intermédio do Estado do Piauí. E as próprias condições de navegabilidade do Parnaíba tomariam um incremento notável capaz de fixar uma nova civilização nos estados banhados por aquêle notável rio. Êsse estudo inédito é, realmente, interessantíssimo e não nos furtamos ao prazer de transcrevê-lo em resumo no rodapé dêste prefácio.(*)

(*) É o seguinte, em resumo, o estudo do Engenheiro Luiz Antonio de Souza Leão:

DESVIO DO SÃO FRANCISCO EM REMANSO

O Rio S. Francisco pode ser captado em Remanso a um N A médio de 378 e bombeado até a cota 400, em dois degraus de bombeamento, sôbre duas reprêsas a serem construidas no Riacho do Tanque Real sendo a primeira a um nivel normal de 388.

Da cauda da reprêsa superior um canal transporá o divisor em 2 cortes, talvez em parte em túnel, num comprimento global de 3 km e mais alguns trechos em meia encosta de cêrca de 4 km globais, para alimentar um castelo dágua. Daí com uma tubulação de pressão da ordem de 500 m será estabelecido um desnivel de 100 m junto à localidade Sai de Cima na bacia do Riacho das Lages.

Outra transposição de desenvolvimento perto de Imboiara nas proximidades da primeira, poderá facilitar a construção em etapas.

As águas derivadas, em seguida e em etapas posteriores poderão ser aproveitadas em outras duas usinas a montante da confluência do Riacho das Lages com o Piauí, com 50 e 30 m de desnivel suplementar, a menos de 35 km do primeiro aproveitamento e a cêrca de 90 km de Remanso. Êste estudo é baseado nas cartas do I.B.G.E. fôlhas de Remanso 1:250 000 e São Francisco, Aracaju e Teresina na escala de 1:500 000.

Serão então em conjunto, 180 m de desnivel útil para as águas do São Francisco, que então seriam lançadas a cota de 206, facultando ainda novas utilizações no curso do Rio Piauí.

Tanto nesse percurso, como no de montante, as águas poderão ser sangradas para irrigação às zonas vizinhas, ou para outros vales.

Com essa obra, uma imensa faixa sairá do Polígono das Sêcas. Será sem dúvida uma obra grandiosa mas que se tornará imprescindível, desde que o Brasil continue no plano de recuperação que vem sendo atacado, com um entusiasmo notável, no programa do govêrno Kubitschek.

Ela não está, certamente, nas metas dêsse govêrno, mesmo porque o estudo do engenheiro Souza Leão é muito recente, é muito posterior ao estabelecimento das referidas metas. Mas o que é preciso notar é, exata e precisamente, que é uma obra que se enquadra dentro do espírito que vem norteando a recuperação econômica em que o govêrno do país está empenhado.

Essa realização transformaria, certamente, o São Francisco, complementado pelo Parnaíba, no verdadeiro Mississipe brasileiro. Sem maiores contestações, hoje é matéria pacífica a necessidade da ligação fluvial entre o baixo e o médio São Francisco, vencendo-se a Cachoeira de Paulo Afonso por uma escada de eclusas. Contudo será obra ainda mais vultosa do que a proposta pelo engenheiro Souza Leão, e sem oferecer a contrapartida do acréscimo energético para ser distribuído por uma larga zona do Nordeste com uma complementação à rêde Três Marias — Paulo Afonso de cêrca de dois milhões de cavalos-vapor.

Note-se que no aproveitamento de Paulo Afonso, que tanto demorou a ser executado, o engenheiro Souza Leão teve uma destacada atuação, das mais brilhantes e das mais corajosas.

A usina de Paulo Afonso, já hoje se pode dizer que terá esgotada, e num futuro muito próximo, tôda a sua capacidade em razão do incremento que a própria Paulo Afonso está oferecendo ao Nordeste.

A complementação energética que oferece êsse estudo do engenheiro Souza Leão, seria, além do mais, a ampliação da rêde de eletrificação rural, apoiada em Paulo Afonso e em Três Marias, que se estenderia pelo vale do Piauí e do Canindé até as barrancas do Parnaíba.

Mas, desde que falamos no aproveitamento dêsse potencial da zona sul do Estado, não é demais que se saliente também aquêles aproveitamentos do próprio rio Parnaíba, tanto na cachoeira do Urubu, cujo potencial elétrico será tão precioso quanto o que se obterá das obras necessárias ao restabelecimento da navegação do Parnaíba, hoje profundamente assoreado pelo desleixo na defesa de suas margens e na limpeza de seu talvegue. O rio Parnaíba, ontem, caudaloso rio navegável, aquêle de que falara o poeta Castro e Silva, "o velho monge das barbas brancas, alongando", perdeu a sua hegemonia na mo-

---

Por outro lado, as usinas hidroelétricas poderiam distribuir energia a grandes distâncias para acionar bombas de irrigação, pois outras fontes de energia perene não existem nas proximidades.

Primordialmente a finalidade das Usinas Sai de Cima, Boa Vista e Estreito, na bacia do Riacho das Lages, será fornecer energia junto às margens do São Francisco entre Barra e Sento Sé. Permitirá realizar aí grandes e pequenas instalações industriais e irrigação marginal e no vale do Rio Piauí.

Essa zona já não está ao alcance econômico de Paulo Afonso, e é uma das regiões mais sêcas do Brasil.

DESVIO COM O AUXÍLIO DE UMA BARRAGEM NO SÃO FRANCISCO

Desenvolvendo-se o plano acima, em maior escala, e surgindo ampla demanda de energia, será conveniente a construção de uma barragem a jusante de Remanso, que dispensará o primeiro degrau de bombeamento.

Uma barragem de 11^{m}5 de elevação mínima e 16^{m}5 de elevação máxima, construída no N A natural de 376^{m}5 garantirá um plano de água mínimo a cota 388 do 1.º bombeamento, que então se tornará desnecessário.

Essa barragem também gerará energia com o grosso das águas deixadas no leito do São Francisco, contribuindo consideràvelmente para a regularização dêsse rio abaixo de Remanso e na Cachoeira de Paulo Afonso.

Essa regularização poderá compensar o desvio de até 600 m^3 para o Piauí.

A potência instalável nessa barragem, contando também com a regularização de Três Marias será 208 000 kW sob o fator de carga de 0.6, para uma descarga média de 1 200 m^3.s.

vimentação das riquezas do Estado pelo assoreamento do seu talvegue, retido por obstáculos.

Mal que tem sido grave para a continuidade da navegação do Parnaíba é aquêle que resulta das novas vias rodoviárias que se vêm estabelecendo. Uma via rodoviária oferece condições de comodidades incomparàvelmente superiores, e por uma tendência natural pela comodidade se abandona o transporte mais econômico como é o caso do transporte pela navegação fluvial. Êsse fenômeno é especialmente grave, no Brasil, porque em tôdas as demais partes do mundo o cuidado tem sido no sentido de ser aproveitado cada vez mais o volume de mercadorias pesadas no deslocamento por via líquida.

As potências instaláveis úteis nas usinas do desvio sob o mesmo fator serão respectivamente:

Sai de Cima	—	*653 000 kW*
Boa Vista	—	*400 000 kW*
Estreito	—	*240 000 kW*

Exigirão uma instalação de bombeamento de 92 000 kW sob o fator de carga de 0.8, o que facultará o bombeamento fora das horas de ponta de carga.

INÍCIO ECONÔMICO

Para pequenas descargas derivadas será preferível o bombeamento em dois degraus sem barragem no São Francisco.
A usina Sai de Cima poderá ser iniciada em escala tão pequena quanto desejada, como por exemplo 13 000 kW.

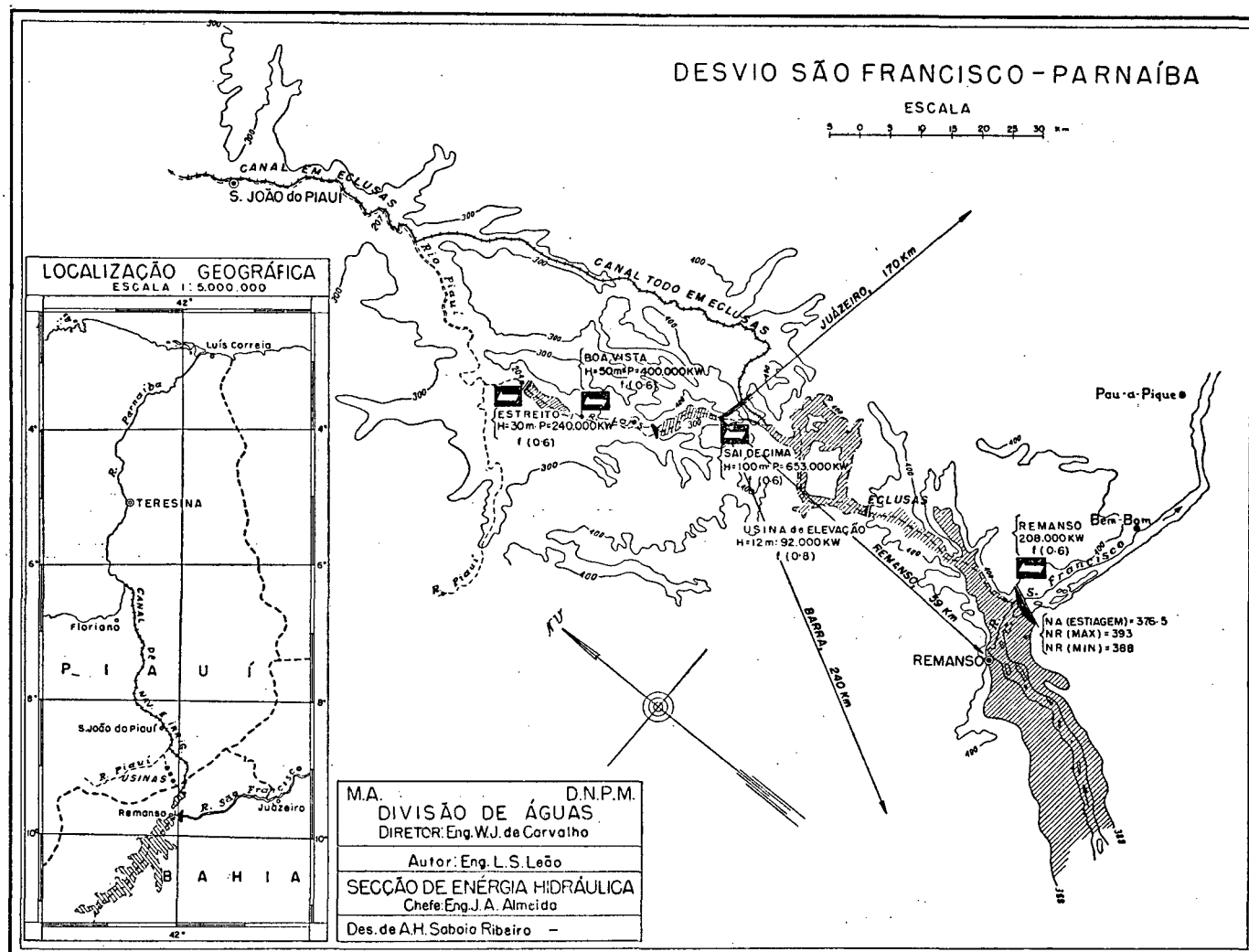
LIGAÇÃO FLUVIAL SÃO FRANCISCO — PARNAÍBA

A ligação entre êsses cursos navegáveis será possível através das reprêsas ou da reprêsa do Riacho do Tanque Real, com um sistema de eclusas, que primeiramente elevarão 23 ou 12 metros, e em seguida baixarão da cota 400 a 206 quando as embarcações atingirão o leito do Rio Piauí.

Êsse canal todo eclusado deverá entretanto seguir o curso do Riacho da Pedra Branca, cujas cabeceiras se confundem com as do Riacho das Lages no mesmo ponto de transposição do Divisor, próximo à Lagoa do Sal.

O Riacho da Pedra Branca, devido a sua declividade mais uniforme presta-se melhor que o das Lages à execução dos degraus das eclusas.

Ao longo do leito do Piauí, no caso de uma ampla derivação inicial de descarga, talvez alguns trechos de corrente poderão ajudar a descida de embarcações, sem necessidade de tantas eclusas.

E assim seria alcançada a cota 66 da navegação do Parnaíba, de onde as embarcações atingiriam o oceano no Pôrto de Luís Correia (Amarração), sem necessidade de mais eclusas.

Nós assistimos ainda hoje às grandes dificuldades de nossa navegação de cabotagem, cada vez mais precária e em condições mais difíceis, pela redução de nossa tonelagem flutuante. Nós vemos, cada dia, que os transportes rodoviários vão substituindo por essa tendência os transportes fluviais e de cabotagem, gravando em taxas assustadoras os valores das mercadorias que se trocam entre as regiões do Brasil.

Entre outras, basta se dizer que no Rio de Janeiro frotas diárias de caminhões vão lotadas para os Estados do Piauí e do Maranhão gravando os produtos com o custo que monta a cêrca de vinte mil cruzeiros por tonelada.

O Estado do Maranhão, mais do que o Piauí, apresenta uma economia que se baseia principalmente no babaçu. Por todo o vale do Mearim e do Itapecuru, além do que dispõe ao longo do rio Parnaíba, o babaçu se desenvolve como base da economia dêsse Estado. Isto é realmente muito importante porque mostra que os Estados do Maranhão e do Piauí têm a sua economia, assentada na indústria extrativa. Em conseqüência marca um grau de pobreza, muito acentuado. A carnaúba também aparece no Estado do Maranhão, mas com muito mais significado econômico no Estado do Piauí. Em compensação o Estado do Maranhão tem muito mais avultada a sua agricultura, principalmente na plantação de arroz, algodão, banana, cana de açúcar, fumo, etc... cujas colheitas são expressivas. O Estado do Maranhão teve, também, a lhe impulsionar o desenvolvimento, a facilidade nas comunicações por intermédio de seus grandes cursos dágua. O Mearim foi sem dúvida o rio que mais contribuiu para o desenvolvimento do Estado. Quando

---

REPRÊSA DE REMANSO

Uma barragem de 16.5 metros de elevação máxima e 11.5 metros mínima, formará uma reprêsa com o comprimento reto mínimo de 125 km e máximo de 180 km.

Assim inundar-se-á uma área de 2 260 km^2 e formar-se-á uma reserva útil de 8, 240 km^3 entre as cotas 393 e 388, com a qual poder-se-á regularizar o São Francisco para uma descarga superior a 1 500 m^3.s., sòmente com essa reprêsa.

Se computarmos também os 12.5 km^3 de reserva de Três Marias, poderíamos regularizar conjuntamente para 2 000 m^3.s. em Remanso.

Mas para não forçar e prejudicar a regularização dos trechos superiores desde Pirapora será conveniente contar com apenas 1 800 m^3.s. de descarga em Remanso.

Além disso será criado um grande lago central, próximo à zona mais sêca do Brasil, com 2 260 km^2, cuja evaporação deverá assegurar uma sensível melhora nas chuvas da região.

A irrigação da zona a jusante dessa barragem será consideràvelmente facilitada pela elevação do NA, facultando a alimentação de canais marginais e ainda com a energia produzida pela barragem que ajudará a distribuição da água.

MELHORA DA NAVEGAÇÃO NO SÃO FRANCISCO

Além da melhora das condições de navegabilidade das atuais embarcações, essa reprêsa permitirá o estabelecimento de uma supernavegação no respectivo trecho de, pelo menos, 125 km em linha reta, a qual poderá se prolongar no futuro, articulando-se com a projetada reprêsa de Sobradinho e outras a montante eventualmente.

Será assim um trecho de condições excepcionais para todo o transporte da região, e particularmente para os minérios do interior, que poderão ser beneficiados em Remanso, próximo também às grandes usinas a serem construídas com o desvio do São Francisco.

VOLUME DA BARRAGEM

Para sua construção serão necessários 8 700 000 m^3 de terra, o que corresponde a Cr$ 1 570 000 000,00 mais Cr$ 1 600 000 000,00 para os sangradouros e comportas, sem contar o custo de derivação do São Francisco e as desapropriações. Isto de acôrdo com os mapas em 1:25 000 da Comissão do Vale do São Francisco.

A obra será portanto vultosa e provàvelmente para execução mais remota, mas interessante de prever principalmente quando já os mercados de energia elétrica começam a justificar.

DESAPROPRIAÇÕES

Essa reprêsa fará submergir as cidades de Remanso e Pilão Arcado, com uma população urbana global de 5 358 habitantes de acôrdo com o censo de 1950, e um total de prédios urbanos de 866.

A população total dêsses municípios era de 40 693, mas sòmente uma parte dêsses habitantes será deslocada de suas casas.

Para reduzir essa desapropriação seria preciso diminuir sensìvelmente a altura da barragem, com acréscimo de bombeamento e sobretudo com sacrifício da acumulação regularizadora do São Francisco.

Nas fases iniciais, dever-se-á mesmo dispensar o bombeamento do S. Francisco, evitando assim quaisquer alagamentos e desapropriações.

ECLUSAS PARA A TRANSPOSIÇÃO SÃO FRANCISCO — PARNAÍBA

Esta eclusagem poder-se-á fazer a um preço relativamente moderado, para o tipo de embarcações que atualmente navegam nestes dois rios e mesmo para embarcações que exijam um canal de 1,70m de profundidade e que tenham até 40m de comprimento, a fim de dar margem a uma melhora geral no futuro.

Essa melhora deve advir não só da regularização do Rio em Três Marias e Remanso, como do represamento relativo a esta última, a Sobradinho e a outras reprêsas que gradativamente se farão no São Francisco.

no segundo decênio dêste século se executou a Estrada de Ferro São Luís a Teresina, — naquele tempo a chamada São Luís a Caxias — ela se apresentava como a grande e notável esperança para o sucesso do Maranhão. Realmente fomentou o desenvolvimento nas zonas servidas por ela, mas não atingiu a altura do sonho que a criara. Ela tinha como objetivo deslocar para o pôrto de São Luís a exportação tanto do Maranhão como do Piauí, principalmente na zona a montante de Teresina, servida pelo Parnaíba. Imaginava-se que as dificuldades do pôrto de Tutóia encareciam demais a exportação pelo Parnaíba, em virtude da inexistência do pôrto de Luiz Correia, cujas condições são ainda impraticáveis. O Estado do Piauí como o vale maranhense do Parnaíba servia-se de um pôrto precário como o de Tutóia e tão mais difícil em virtude da baldeação necessária que se faz em Parnaíba, para embarcações que possam enfrentar o mar alto para atingir a Tutóia. Estas condições tornam realmente ingrata a exportação pelo rio Parnaíba e daí a decadência crescente de sua navegação. A Estrada de Ferro São Luís — Teresina poderia desviar grande parte da produção maranhense e piauiense — produção do vale do Parnaíba a montante de Teresina, para o pôrto ótimo existente em São Luís do Maranhão. Mas condições de outra natureza e fatôres que sobrevieram de várias espécies não deram à estrada êsse destino. Apresenta mesmo hoje uma expressão de decadência: circula por ela apenas um trem três vêzes por semana, entre as duas capitais. Com êsse tráfego tão pouco intenso a estrada caiu no regime acentuado de "deficits" e dêsse regime veio todo o resto dos malefícios correspondentes. Por outro lado num simplismo, aliás comum a todo nosso sistema ferroviário, procurou-se ampliar a receita à custa de uma tarifação crescente. O resultado por tôda parte tem sido negativo e o Estado do Maranhão, em razão de não ter correspondido a estrada de ferro às esperanças que nela se depositavam, também se integra nesse mal, pràticamente comum a todo sistema ferroviário brasileiro, da falta de atualização de métodos para a exploração de suas ferrovias. As estradas de ferro vinham do tempo do monopólio de transporte e poucos se interessavam pelo

---

No trecho de canal relativo aos leitos pràticamene secos dos Riachos da Pedra Branca e Tanque Real, os custos serão mínimos.

De acôrdo com os estudos fluviométricos executados pelo D.N. Portos no período 1955-57, nas bacias do Parnaíba e de seu afluente Canindé que recebe as águas do Piauí, a descarga média nesta última foi um pouco inferior a 1 litro por segundo por km^2 e a enchente máxima foi de ordem de 15 l/km^2.

Essa pobreza em águas torna econômica a eclusagem do Piauí com cêrca de 35 000 km^2 de bacia e particularmente a bacia do Riacho da Pedra Branca, que transpõe 190 m do desnível com menos de 2 000 km^2 de bacia. Do mesmo modo para o Riacho do Tanque Real que conduzirá a elevação das águas, e cuja bacia também é inferior a 2 000 km^2.

A execução das barragens torna-se muito fácil, assim como reduzido o dimensionamento dos sangradouros.

Para os vales do Riacho da Pedra Branca com abaixamento de 194 m e Tanque Real 12 m podemos estimar o custo do eclusamento ou canalização na base de US$ 70,000.00 por metro de desnível ou Cr$ 8 400 000,00, para uma taxa média de conversão de Cr$ 120,00 por US$.

Esta é uma taxa um pouco acima da média entre o Dólar de custo e o Dólar livre.

Teremos então para os 206 m	*Cr$ 1 730 400 000,00*
Para o trecho relativo ao Piauí adotaremos US$ 110,000.00 ou Cr$ 13 200 000,00 o que corresponde para os 86 m de desnível a	*Cr$ 1 135 200 000,00*
E para o último trecho relativo ao Canindé com 20 metros de desnível a US$ 180,000.00 ou Cr$ 21 600 000,00 p/m. elevação	*Cr$ 432 000 000,00*
Total eclusamento	*Cr$ 3 297 600 000,00*

No caso de não ser construída na 1.ª fase a barragem do São Francisco em Remanso, será necessário mais um degrau de 13.5 metros de elevação, cujas eclusas deverão custar Cr$ 113 400 000,00, totalizando as eclusas Cr$ 3 411 000 000,00.

CUSTO DA DERIVAÇÃO PARA NAVEGAÇÃO, COM UM MÍNIMO DE APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO

5m^3 serão necessários para alimentar o canal dos Riachos de Tanque Real e Pedra Branca:

Mais outros 10m^3 devem ser encaminhados pelo Riacho das Lages, para reforçar a canalização dos Rios Piauí e Canindé.

Êsses últimos 10m^3 gerarão na usina Sai de Cima a 59 km de Remanso cêrca de 13 000 kW sob o fator de carga de 0.6, que não sòmente alimentarão as bombas de elevação para o Riacho do Tanque Real, como também deixarão uma sobra de mais de 7 000 kW, para a manobra de grande parte das eclusas e para aproveitamentos em Remanso, ou noutros lugares.

O custo dessa usina inicial de Sai de Cima e mais duas instalações de bombas, estas últimas num global de 5 400 kW sob o fator de carga de 0.8, deverá ficar em cêrca de Cr$ 552 000 000,00. Mais Cr$ 100 000 000,00 para cêrca de 200 km de linhas de transmissão até uma distância de pouco mais de 100 km a jusante de Sai de Cima.

custo específico do mesmo. Por outro lado elas floresceram no passado porque tinham todo o movimento correspondente ao escoamento da produção. Hoje o escoamento se divide por vários outros meios de transporte. Estas razões são suficientes para mostrar que as estradas de ferro, com o tráfego reduzido só tendem a funcionar no regime de "deficits". A exploração, entretanto, do transporte ferroviário numa racionalização que se venha a fazer, e que agora se está tentando nos estudos que no momento se fazem na Rêde Ferroviária Federal, é altamente interessante e proveitosa indicando que irá, dentro de pouco tempo, revitalizar as estradas de ferro. Isto porque não ficam no velho empirismo, mas apreciam cientìficamente as necessidades que as estradas de ferro têm para realizarem um transporte econômico. Nesta ordem de idéias fomentam-se êsses transportes com as facilidades funcionais e a racionalização dos processos e dos métodos de exploração. Mas deixemos de parte a discussão dêsse problema de alto valor sem dúvida nenhuma, mas não específico dos dois estados que representam o meio norte brasileiro. Deixando, por conseguinte, de parte êste problema, é bom notar que o Estado do Maranhão que, como já dissemos, é um dos mais pobres da Federação, tem, também, como o seu vizinho do vale do Parnaíba, possibilidades enormes de vir a representar, num futuro relativamente próximo, uma expressão de riqueza nacional. O Vale tem, entre outras, as ocorrências de carvão que poderão vir dar uma base de desenvolvimento extraordinário a êsses Estados. Sôbre isso o Govêrno tem tido, por várias vêzes, algumas iniciativas no sentido da sondagem do subsolo. Mas têm sido, de tal natureza preguiçosos êsses trabalhos, que não têm podido ser cercado do êxito que as condições geológicas nos fariam crer.

Além disso, índices expressivos da existência de petróleo na bacia do Parnaíba estão já nos cadernos das probabilidades. Mas o que, realmente, se destaca para a economia futura no Estado do Maranhão são as reservas de minerais radioativos. As areias monazíticas no norte do Estado, com reservas acentuadas, são uma esperança para a economia futura do Estado. Estamos nós com o pé no pórtico da era atômica. Em conseqüência, estas ocorrências de minérios radioativos no Maranhão abrem perspectivas as mais brilhantes para o seu sucesso futuro. Entretanto, se nós apreciarmos apenas o presente, poderemos dizer que desde já as ocorrências próximas a Carolina, nas son-

---

Além dessa distância a exigüidade do consumo de energia na manobra das comportas das eclusas, que também pode ser feita a mão torna preferível a instalação de pequenos grupos hidroelétricos nas barragens de jusante, ou mesmo motores térmicos.

Reservando Cr$ 137 000 000,00 para o preparo da tomada de água no São Francisco, e para outras despesas não computadas, pode-se estimar em Cr$ 4 200 000 000,00 o custo da ligação fluvial São Francisco — Parnaíba.

IRRIGAÇÃO

O canal de navegação acima descrito poderá ser reforçado nos seus 15 m³ iniciais, com qualquer quantidade de água até 600 m³ que fôr julgada necessária à irrigação ou à energia elétrica.

Serão aí cêrca de 430 km canalizados mais cêrca de 70 km pelo Vale do Riacho das Lages (para a energia), quase todos em degraus de reprêsas, muitas das quais se prestam a ser sangradas para a irrigação.

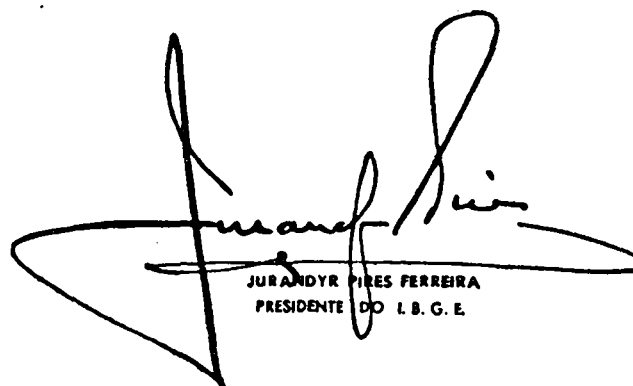
Algumas delas, sobretudo as do Piauí poderão ser derivadas para outras bacias vizinhas, como a do Itaueira (Floriano) ou do médio Canindé e talvez para bacias ainda mais distantes, com o auxílio de elevações mecânicas.

A energia gerada nas 3 usinas do Riacho de Lages e em outras do Rio Piauí, permitiria a expansão do campo de irrigação dessas águas a uma vasta região do Piauí.

OUTRAS APLICAÇÕES DA ENERGIA DO RIACHO DE LAGES

Além da energia necessária ao fomento da irrigação na bacia dos rios Piauí, Canindé, Itaueira, etc. no Piauí e no Vale do São Francisco a jusante de Remanso, as usinas do Riacho de Lages terão amplo campo de aplicações.

Pela sua posição próxima ao centro da navegação baiana do São Francisco, elas estarão em condições de fomentar a industrialização dessa região, especialmente para beneficiamento de minérios, que poderão vir desde Minas Gerais pelo Rio, e também de Goiás facultando a saída posterior pelo mar.

É um sistema que poderá dar uma nova orientação à civilização do interior do Norte, pois até o Sertão de Pernambuco poderá assim ser ligado ao mar, e o Estado do Maranhão à margem esquerda do Parnaíba também poderá ser articulado na rêde.

Neste último estado será fácil interligar os cursos do Parnaíba e Itapecuru, que consta já ter sido objeto de consideração.

Com efeito próximo de Caxias segundo os mapas do I.B.G.E. os dois rios distam cêrca de 50 km e o Divisor de Águas é uma planície.

dagens do petróleo, nos dão certas esperanças. Os combustíveis, tanto líquidos como sólidos, que se poderão obter dentro de um futuro próximo no Maranhão, ou no Piauí, mudarão, sem dúvida, o quadro econômico dêsses Estados. Assim, o Estado do Maranhão, como o do Piauí, hoje com uma economia primária, têm, contudo, possibilidade de serem, no dia de amanhã, Estados dos mais ricos da Federação. Conspira, é certo, contra o desenvolvimento dêsses Estados, o clima quente que lhes reduz o rendimento do trabalho humano. Então uma intensa mecanização das atividades rurais e outras medidas que venham facilitar o esfôrço do homem no seu trabalho realizador, poderão dar a êsses Estados condições de sucesso hoje muito reduzidas. Como tôda a economia do Estado se vem assentando na atividade muscular, inclusive a quebra do côco babaçu, para a qual até o momento não se conseguiu máquinas que o realizassem em condições práticas, o Estado fica então cingido a essa produção de baixo rendimento, diminuindo o padrão econômico do povo que habita a região. Outro elemento de importância na economia do Estado do Maranhão é o gado. Não teve, como o Estado do Piauí, os dias áureos do seu "ciclo do gado", mas tem um grande papel na economia do Maranhão. Hoje, procura-se melhorar a qualidade do rebanho com a introdução de vários cruzamentos com gado de raça importado. São os dois Estados os que maior população bovina e suína possuem desde Sergipe até o extremo norte. Contudo, ainda não se atingiu a um grau suficiente de qualidade e a maioria é do tipo do gado do norte — aquêle gado raquítico e de baixo pêso. Quando Euclides da Cunha descrevia os sertões, exaltando o heroísmo do sertanejo, certamente nos fazia olhar para aquêle quadro com emoção. Ao ver-se entretanto um tipo de touro do Meio Norte, e até mesmo do nordeste — aquêle tourozinho raquítico e enfezado — o quadro pintado pela eloqüência do autor dos "Sertões" cai um pouco diante do realismo. Mas de qualquer forma, há de se compreender a parte heróica da vida do homem do Piauí e do Maranhão — heróica, realmente, a enfrentar as condições adversas que lhe oferecem o clima, o meio, até mesmo a aridez do solo, ora pela falta de águas, ou ante as águas que vêm destruir o seu trabalho nas plantações das vazantes. Plantações que são as mais lucrativas, aproveitando-se a adubação natural que vem nas enxurradas, e que dispensam a derrubada das matas. Mas as colheitas felizes das vazantes estão sujeitas, e amiúde, de perder-se, totalmente, quando as chuvas se adiantam e as águas destroem o trabalho paciente do sertanejo ou, como chamam, "do matuto". A beleza, entretanto, do esfôrço do homem, a paciência e a resignação com que recebem tôdas essas agressões da natureza inclemente, dão ao povo do meio norte uma categoria especial no conceito e na história do heroísmo do homem brasileiro, na sua luta pela sobrevivência. Sem dúvida o homem do sul tem condições amenas de trabalho, sem as dificuldades tortuosas da vida, sem o ingrato de uma temperatura que lhe depaupera as energias. O homem do sul pouco pode compreender êsse valor heróico daquele que, no meio norte brasileiro, realiza a obra de civilização.

Hoje cortam-se estradas em todos os sentidos dessas regiões. De Teresina partem quase diàriamente para Carolina, para Caxias, para São Luís, para todos os quadrantes tanto do Estado do Piauí como do Maranhão, linhas regulares de abastecimento e de coleta das produções dos Municípios do Maranhão e do Piauí.

Mas, se hoje aqui se realiza mobilização da riqueza dêsses Estados é preciso se notar o custo elevado do transporte rodoviário, onerando de tal maneira a produção que baixa o standard *de vida do homem do campo, pois tudo que êle produz é trocado por utilidades que são oneradas pelo transporte, e o valor da utilidade de troca que lhe oferece também está onerado dêsse alto custo de transporte. A diferença, por conseguinte, dos dois valores de mercadorias, é de tal forma reduzida, que baixa a capacidade aquisitiva do homem do campo. E baixa, levando o povo às agonias do pauperismo. Certa vez Roosevelt, quando da instituição do "New Deal", teve uma frase muito bizarra, mas muito expressiva no terreno da análise econômica do grande Estado da América do Norte. Dizia Roosevelt que a diferença da economia anterior para a economia que tanto reclamavam os americanos daqueles dias, era que antes traziam um porco para o mercado e de volta levavam dois ternos de roupa; hoje trazem dois porcos e é com dificuldade que com êstes dois porcos podem levar um só terno. Esta diminuição do poder aquisitivo do homem do campo, resultante do valor do produto do seu trabalho, na troca pelas utilidades necessárias a sua existência, é que se agrava tôda vez que o deslocamento dessas utilidades, tanto a que produz para trocar como a que êle troca pela sua produção, são oneradas por um custo de transporte elevado, que leva êsse sertanejo ao extremo pauperismo em que vive. Mas êste quadro melancólico é apenas o preâmbulo de um outro quadro irradiante que é aquêle das perspectivas do futuro para êsses dois Estados, que, vêem nos longes do horizonte, a categoria de seu sucesso e o esplendor fatal de seu desenvolvimento, à custa da mecanização de suas atividades rurais, da racionalização dos meios de exportação de seus produtos e da circulação de sua riqueza e, ao mesmo tempo, as ocorrências de preciosos tesouros que se escondem nas profundidades de seu subsolo.*

JURANDYR PIRES FERREIRA
PRESIDENTE DO I. B. G. E.

INTRODUÇÃO

A economia do Brasil tem tido largo impulso, principalmente, depois das duas guerras mundiais. A teoria da necessidade pode ser invocada para justificar êsses passos agigantados no sentido do progresso.

As dificuldades de importação, ao tempo dos bloqueios marítimos, geraram o impulso necessário ao suprimento do nosso mercado interno. Com o fim do último conflito, o Brasil se aproveitou dos excedentes de guerra, que criavam para os Estados Unidos um grave problema.

O esfôrço industrial realizado para atender ao consumo bélico criou na América do Norte um parque de meios de produção que excederia de muito a capacidade assimiladora do consumo, em período de paz. Êsse problema fêz com que aquela grande nação procurasse desvencilhar-se de qualquer forma, da produção que havia servido na guerra, a fim de manter um relativo mercado, após a desmobilização, para os produtos novos, pois que, por mais que se reduzisse o ritmo de trabalho, ainda assim era superior à possibilidade de assimilação nos mercados empobrecidos pela guerra. E os Estados Unidos nos ofereceram a qualquer preço, um volume enorme de produtos que facilitaram o desenvolvimento de nossas atividades. Como exemplo citaríamos a nossa rêde de transporte aeroviário, que teve um papel importantíssimo de penetração interior, com o lançamento dos famosos Douglas em tôdas as direções, aviões êsses adquiridos como excedentes de guerra, por preços que chegaram até a trezentos mil cruzeiros a unidade.

Da mesma forma, no transporte terrestre, a generalização do uso dos "Jeeps" e dos caminhões, adveio do mesmo fator. A princípio êsses transportes se realizavam, no Meio-Norte, em estradas improvisadas, pràticamente abertas, nas chapadas, pelo próprio veículo. Assim foi se criando uma rêde rodoviária que hoje já se encontra em condições razoáveis de rolamento e extendidas em grande parte da região.

Mas a guerra favoreceu mais aos Estados sulinos que, estando num grau de evolução industrial bem mais avançado, puderam se desenvolver com maior amplitude para atender às necessidades do país.

O govêrno mobilizando os seus esforços para suprir a carência das utilidades que o bloqueio dificultava importar, os dirigia preferencialmente para onde mais imediato fossem os resultados.

Terminada a guerra ainda perdurou a tese de auxiliar com mais vigor os Estados mais desenvolvidos.

E tem sido uma das razões do desamparo em que se encontra o Meio Norte essa tese, ainda hoje defendida no meio financeiro nacional, de que "se deve desenvolver o desenvolvido". E assim o Piauí e Maranhão continuam sendo os dois Estados mais pobres do país, cada vez mais distanciados econômicamente dos que lideram o nosso progresso material.

Essa política apreciada pelo prisma contábil pode ser justificada, mas uma Nação não é uma emprêsa comercial cuja pujança se mede nos valores

dos saldos de balanço. A Nação cresce com a elevação do nível econômico do seu povo. O baixo nível em que se encontra a população do Meio-Norte deve ser motivo de alarme nacional, e, em conseqüência, os estadistas têm a obrigação de voltar suas vistas para aquela região, encaminhando seu amparo para lá. Não nos devemos esquecer que o baixo consumo das populações do Norte debilitam o nosso mercado interno.

E os Estados do Piauí e do Maranhão, tem sido através da história a região pouco atendida pelo Poder Central do país. Salvo na ocasião da invasão dos franceses no Maranhão, ou no período épico das "balaiadas" do Vale do Parnaíba, pouco se cuidou de uma região com tantas e tão notáveis perspectivas para o seu desenvolvimento.

E tão grandes possibilidades possui o Meio Norte que, mesmo quase desprovido de amparo, só em razão do pouco que já se fêz, o Piauí, no intervalo dos censos de 1940 e 1950, teve um crescimento da produção agrícola, de gêneros essenciais à vida, duas vêzes e meia maior que o obtido no sul do país, e pràticamente o dobro do crescimento de São Paulo. O Maranhão, embora em escala menor, contudo é o segundo Estado, naquele período, no aumento proporcional de sua produção agrícola, atingindo o dobro da média brasileira e um crescimento de 60% superior ao do sul do país.

Pelo "Anuário Estatístico do Brasil" de 1958 o Piauí se coloca logo abaixo de Mato Grosso no acréscimo da produção agrícola no período de 1938 e 1957. Seguem-se Goiás e Maranhão.

É expressivo saber-se que o Piauí cresceu mais de duas vêzes a média do crescimento do Brasil e quase três vêzes o crescimento de São Paulo. O Maranhão cresceu quase duas vêzes a média do Brasil e duas vêzes e meia mais do que o crescimento de São Paulo.

O crescimento de Mato Grosso e de Goiás advém do largo atendimento do Govêrno Federal, desde que se desfraldou a bandeira da marcha para o Oeste. Mas o Meio Norte vem obtendo esta recuperação com o esfôrço próprio, sem que seja socorrido nas suas mais ingentes necessidades.

O Banco do Nordeste como que se julga desobrigado de atender ao Meio Norte e a Valorização da Amazônia não chega ao Piauí, e o próprio Maranhão é descurado nos seus planos de recuperação econômica.

O Vale do Parnaíba, encaixado entre os dois Estados, oferece perspectivas impressionantes para o soerguimento econômico do Meio Norte.

Mas o Rio Parnaíba, outrora uma linha de penetração notável, servindo ao desenvolvimento do interior, foi ficando aos poucos abandonado até chegar ao ponto em que hoje se encontra, pràticamente desprovido de navegação.

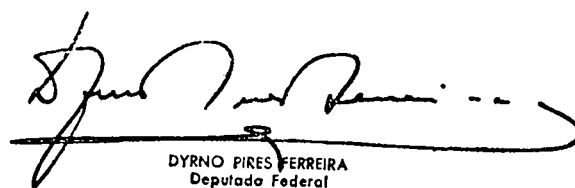
Sendo um rio com pouco desnível, pois em 1.000 quilômetros de extensão o seu leito desce apenas 70 metros de altitude, poderá, com pequenas barragens ao longo de seu curso, possibilitar a sua navegação em longas extensões, a par de, pelo seu grande volume de água, permitir a instalação de usinas hidrelétricas ao longo do seu curso, com a difusão da eletrificação rural, promovendo assim um largo desenvolvimento a tôda zona do vale do Parnaíba, atendendo tanto ao Piauí como ao Maranhão.

É certo que a qualidade do povo e o amor à gleba têm feito êsses Estados atingirem a um relativo grau de progresso a despeito mesmo da falta de obras de vulto que os ajude a vencer as adversidades da natureza.

As recentes realizações rodoviárias, cortando o Piauí e o Maranhão em quase tôdas as direções, explicam serem êsses dois Estados aquêles que maior progresso percentual apresentaram em seu desenvolvimento agrícola, sendo de destacar, nesse sentido, a primasia absoluta do Estado do Piauí. Se é êle ainda o mais pobre da Federação, já saiu entretanto do pauperismo degradante a que havia chegado desde que se extinguiu o ciclo do gado, ciclo que lhe deu um lugar de destaque na história econômica do Brasil Colonial.

O Piauí tem duas regiões perfeitamente distintas, embora mantendo uma unidade social notável: a zona do sul e a do norte do Estado. O norte, sem dúvida a parte mais próspera do Piauí, secularmente aspira um pôrto de mar que dê escoamento à produção do Estado. Êste sonho é o do Pôrto de Amar-

ração, hoje Luiz Corrêa. Êle vem sendo entretanto executado há mais de meio século mas as obras intermitentes lamentàvelmente têm se perdido, sem deixar benefícios reais para o engrandecimento do Piauí. É verdade que algumas dunas já foram fixadas, mas as areias movediças que vêm desde o nordeste e que fizeram o fracasso do primeiro pôrto do Ceará, e que ainda hoje assoreia o pôrto de Mucuripe, destruindo a lendária praia de Iracema, essas areias entopem freqüentemente a barra de Luiz Corrêa, pois, as dragagens têm sido insuficientes para atingirem à batimétrica de equilíbrio, capaz de manter a barra com uma navegabilidade razoável. Os fracassos sucessivos resultantes do empirismo com que se tem atacado essas obras, sem um estudo prévio num laboratório, envolve de pessimismo as tentativas novas que se realizam para atender esta legítima aspiração do Piauí do obter o seu pôrto de mar.

Por outro lado a Estrada de Ferro Central do Piauí se queda pouco além de Piripiri, não se articulando com a linha de São Luís à Teresina. No Sul a Estrada de Ferro Petrolina e Teresina, ficou em Paulistana, e embora levassem o seu leito muito adiante, pelas margens do Canindé, gastando somas respeitáveis, êste leito vem sendo estragado pelo tempo, porque nunca se complementou com os trilhos e dormentes imprescindíveis à circulação de trens.

Essa estrada era a chamada a transcontinental porque completa a ligação ferroviária do Sul do País até São Luís do Maranhão, onde era plano levar os trilhos da Estrada de Ferro Bragantina de forma a atingir Belém do Pará.

O sul do Estado do Piauí está quase todo enquadrado no polígono das sêcas, mas não é para êle que se têm dirigido as verbas para a construção dos grandes açudes.

Pelo contrário, o Piauí sofre os rigores da estiagem, sem amparo, sobrevivendo à custa do heroísmo do seu povo.

É importante frizar que apenas a iniciativa particular têm construído alguns pequenos açudes, mas de atendimento restrito, e que as poucas verbas destinadas ao Estado do Piauí para atacar o problema da sêca não eram aplicadas.

Novas perspectivas surgem agora face ao interêsse demonstrado pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Juscelino Kubitschek ao determinar, após minuciosa exposição feita a S. Ex.ª sôbre o problema da sêca no Estado do Piauí por uma comissão de parlamentares presidida pelo Deputado João Clímaco de Almeida, e a qual acompanhamos, que urgentes providências fôssem tomadas no sentido da solução dêsses problemas naquele rincão do nordeste. Assim obras de grande vulto devem dentro em pouco ser iniciadas.

DYRNO PIRES FERREIRA
Deputado Federal

Índice Geral

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO

ALCÂNTARA — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Na história do Maranhão, Alcântara precedeu a cidade de São Luís, Capital do Estado.

Ainda se revestia de frondosa mata o local onde se teria de levantar São Luís, e já Alcântara, com o nome significativo de Tapui-tapera (terra dos tapuios), era uma grande aldeia de tupinambás. Neste período, a sua história perde-se na noite dos tempos. Os seus cronistas só apareceram a partir do século XVII.

O valor de Tapui-tapera patenteou-se aos olhos dos homens da expedição de Daniel de La Touche, senhor De la Ravardière, logo que desembarcaram, pela primeira vez, no pôrto de Jevirée, na Ilha Grande do Maranhão, em 1612. Na mataria densa que dali lobrigavam, do outro lado da baía, numa distância que não chegaria a 4 léguas, em fertilíssimas terras do continente, souberam existir um aglomerado de aldeias, de 15 a 20, com uma população que não seria êrro calcular em 8 000 habitantes. Dessas aldeias não faltou quem lhes desse os nomes, dos quais os cronistas da expedição guardaram apenas os das principais:

Tapui-tapera (terra ou residência dos tapuios ou cabelos compridos);
Siri-gi (rio do siri);
Jenipá-ipê (genipapo);
Miriti-ipê (miritizal);
Caá-guira (sombra do mato);
Pindotiua (palmeira);
Arui-ipê (lugar de sapos);
Tapui-tininga (cabelo sêco);
Igara-upaba (estância de canoas, pôrto).

Igreja de N. S.ª do Carmo

Chegara-lhes ainda ao conhecimento que, depois de Tapui-tapera, ficava Cumã, zona também habitada pelos tupinambás e cujas aldeias eram igualmente computadas entre 15 e 20.

As vantagens que a amizade e a aliança dessas aldeias ofereciam ao invasor não podiam escapar à sagacidade do espírito francês. Mandaram, por isso, os loco-tenentes-generais de De la Ravardière — uma embaixada a Tapui-tapera e outra a Cumã, para o fim de saber se os tupinambás aprovavam o trato feito pelos seus irmãos da Ilha Grande com os franceses. Da primeira fizeram parte Migan, natural de Diepe e hábil intérprete da expedição, o cacique, Pira-jivá (braço de peixe) e outros indígenas; da segunda, Charles des Vaux, o chefe Januare-Avaetê, além de vários outros. Em ambas localidades os tupinambás não ocultaram o prazer que lhes causara tal aliança. Os de Tapui-tapera, para induzir a gente de De la Ravardière a ficar logo com êles, inventaram a lenda de haver pérolas naquelas praias e ouro no sertão; os de Cumã concitaram-na a que não só ali se estabelecesse, senão também no rio Amazonas, para o que deram logo alguns índios, recém-escravizados naquele rio.

Iniciadas desta maneira as relações de amizade, não demorou a ser batizado o primeiro tapui-taperense. Recebeu o nome de Martinho Francisco. Na sua taba erigiu-se a primeira capela e, certo, lá foi celebrada a primeira missa em terras de Alcântara.

Com o tempo, entre as duas populações surgiram sentimentos de amizade e confiança mútua, dos quais se não arrependeram os franceses, pois os tupinambás daquela zona jamais lhes faltaram nas emergências da conquista. Foi assim que de lá saíram não poucos dos indígenas da comitiva de De la Ravardière na arriscada expedição aos rios Amazonas e Tocantins, e muitos dos que combateram ao lado dos franceses em Guaxenduba — combate que não evitaram, como fizeram seus irmãos de Cumã.

Expulsos os franceses e firmado o domínio português no Maranhão, a grande taba da nação tupinambá não teve a sua importância diminuída. Alexandre de Moura, na nova organização criada, deu-lhe um govêrno especial, nomeando seu capitão Matias de Albuquerque, medida administrativa também tomada em relação a Cumã, que teve por capitão Martins Soares Moreno, os quais, muito embora ficassem sujeitos ao Governador da nova Capitania, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, o fato em si revela o valor daqueles distritos.

Da administração de Matias de Albuquerque em Tapui-tapera a crônica guardou apenas um acontecimento, ocorrido em 1618, segundo Simão Estácio da Silveira ("Relação Sumária das Cousas do Maranhão", p. 16) ou em 1617, como quer João Lisboa, que assim o descreve:

"Viviam os tupinambás do distrito de Cumã, em numerosas aldeias, quietos e submetidos ao govêrno de Matias de Albuquerque, filho do capitão-mor, bem que sempre saudosos dos franceses, seus grandes amigos e antigos aliados. Mas tendo ido êsse comandante a São Luís, a chamado do pai, e passando por Tapui-tapera alguns índios da mesma nação que vinham do Pará com cartas do respectivo capitão-mor para o de São Luís, um de nome Amaro, que fôra educado pelos Jesuítas do Brasil, donde fugira, e residia então naquele sítio, abrindo as cartas e fingindo que as lia, asseverou aos companheiros que o assunto delas a nada menos se encaminhava que a fazê-los a todos escravos. Como que enfurecidos os bárbaros e surpreendendo naquela mesma noite o pequeno presídio, que ali se estabelecera, mataram a todos os brancos sem perdoar a um só. De volta de São Luís, Matias de Albuquerque acometeu e desbaratou os tupinambás, persegue-os a grande distância, e faz nêles grande matança" (J. F. Lisboa — Obras, vol. 2.º, p. 12, edição 1901).

Desta narrativa deduz-se que entre 1616 e 1618 — datas extremas do govêrno de Jerônimo de Albuquerque Maranhão — começou a colonização portuguêsa de Tapui-

Igreja do Rosário

-tapera com um pequeno presídio, que os tupinambás destruíram.

Recomeçada a colonização, moroso fôra-lhe o desenvolvimento. Não é de admirar que assim tivesse acontecido. Foi dêste modo em todo o território brasileiro. Portugal jamais estêve em situação de poder manter uma corrente emigratória regular. Despovoavam-no as conquistas da Ásia, os naufrágios e as guerras. Em 1720 chegou-se mesmo ao extremo de proibir a emigração para o Brasil. (Roberto Simonsen — História Econômica do Brasil, Segundo tomo, p. 109).

São Luís, apesar de ser a capital do Estado e atrair tôda a atenção da Coroa, no ano de 1685, abrigava pouco mais de mil almas, e só em 1709, quase um século depois de sua fundação, teve concluída a Casa dos seus Governadores e a da Pólvora, iniciada a da Alfândega e ligados os Baluartes São Cosme e Damião (Anais da Bib. Nacional, vol. 67, p. 41).

Belém, por êsse tempo, tinha menos de 500 habitantes, sem contar os escravos.

Icatu, cuja colonização foi aconselhada por Gomes Freire de Andrade, em 1686, de preferência à zona do rio Itapecuru, para ser povoado, foi preciso que o Rei prometesse o empréstimo de 100 escravos africanos às primeiras 50 famílias de colonos, número que, aliás, não se conseguiu, indo apenas 28 (Anais da Bib. Nacional, vol. 66, p. 76). E não obstante a proteção da Coroa ter sido de tal ordem, que, dentro de três anos, a vila de Santa Maria de Icatu já possuía fortaleza com artilharia montada, casa de Câmara e Igreja, em 1702 os oficiais da sua Vereação comunicaram ao Conselho Ultramarino a resolução em que estavam os colonos de abandonar a vila, caso a situação não se modificasse. (Anais da Bib., vol. 66, p. 214).

Diante do exposto, fácil é verificar que, apesar do seu pequeno desenvolvimento, o núcleo de Tapui-tapera sobrelevava os seus congêneres. Lá, ao menos, havia paz. De fato, depois do levante de Amaro, estabeleceram-se ali completas condições de segurança, o que não se verificou nos outros centros de colonização. A própria capital do Estado ressentia-se dessa insegurança. Ainda em 1676 a Câmara de São Luís pedia ao Rei providências sôbre os danos causados pelo gentio bárbaro no recôncavo da cidade (Anais da Bib. Nac., vol. 66, p. 39).

Região de "bons ares, boas águas e terras fortes", como dizia Bettendorf, e que sobrepujava as outras na segurança de vida dos seus colonizadores, Tapui-tapera estava fadada a ser aproveitada um dia numa dessas mercês com que o Rei costumava recompensar zelosos serviços dos vassalos queridos.

Proporcionou ensejo a que isto se viesse realizar o ato da Coroa que separou do Brasil a região compreendida entre os 3º 30' L.S. e o rio Oiapoque, dando-lhe govêrno distinto e o nome de Estado do Maranhão. (Carta Régia de 13 de junho de 1621).

Compunha-se o novo Estado de duas capitanias principais, Maranhão e Grão-Pará, que foram subdivididas em outras secundárais. Destas, João Felipe Bettendorf, que aqui aportou em 1661, enumera na sua "Crônica da Missão da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão", as dez seguintes: Tapui-tapera, Itapicuru, Icatu, Ucari, Gurupi, Vigia, Joanes, Cametá, Gurupá e Norte.

É imprecisa a data da criação da Capitania, que Bettendorf na sua "Crônica", acima citada, assim como Frei Francisco dos Prazeres, na "Poranduba Maranhense", chamam pelo nome de Tapui-tapera, contrapondo-se à designação oficial de Capitania de Cumã. Nada obstante a autoridade dos dois ilustres cronistas, é fato provado, à vista de farta documentação oficial, ter sido Cumã o nome da Capitania e Tapui-tapera o da aldeia que lhe servia de cabeça. Sôbre a doação, César Marques conta que foi Francisco Coelho de Carvalho, cujo govêrno no Maranhão se estendeu de 1625 a 1636, quem a fêz em favor de seu irmão, Desembargador Antônio Coelho de Carvalho, julgando-se para isso autorizado, aliás errôneamente, pela provisão de 17 de março de 1624. ("Dic. Hist. e Geog. do Maranhão").

Para o autor da "Poranduba Maranhense", esta doação foi feita em 19 de março de 1624, portanto dois dias depois de tal provisão, e antes de Francisco Coelho de Carvalho iniciar a sua administração. (Obra cit. p. 112 — Separata do n.º 1 da Revista de Geog. e História).

Por duas vêzes, em 1644 e 1648, informa ainda César Marques, a Coroa Portuguêsa confirmou o ato do Primeiro Governador do Maranhão (Dic. cit.).

Assim autorizado, o Desembargador do Paço entrou na posse da Capitania, mercê do seu merecimento na côrte ou da prodigalidade do irmão. Em verdade, que esta fôra grande, pois a nova Capitania abrangia a melhor zona do Estado. Limitavam-se os rios Mearim, Pindaré e Turiaçu e a costa norte maranhense. Era uma vasta e rica região, onde hoje se localizam dez municípios.

Contra tão dilatados limites, o povo do Maranhão, pela pena de Jácome Noronha, protestou junto ao Rei, em carta de 29 de maio de 1637, fazendo estas ponderações:

"Pela carta que V. Magestade escreveu, acima referida, manda que os limites desta Capitania sejam começados do rio Peroasú correndo ao rio Moni e a ponta de Tapui-tapera, e porque tenho entendido e todo êste povo que V. Magestade foi mal informado em mandar se fizesse esta repartição, a qual o Governador passado Francisco Coelho queria que se fizesse para dar a seu irmão Antônio Coelho de Carvalho as terras de Cumã por capitania, que está distante desta cidade cousa de 4 léguas, e porque não fique desfraldada esta Capitania a quem V. Magestade na mesma carta faz mercê de haver por bem que ela

seja cabeça dêste Estado para que êle fique bem aquinhoado das terras que são boas. Neste propósito, sugeria que os limites da Capitania principal começassem na Capitania de Álvaro de Sousa, passassem pelas terras de Cumã e Tapui-tapera até o Itapicurú, e daí fôssem à ponta do Piriá, ficando desta maneira a ilha do Maranhão no meio, o que permitiria todas as terras participarem do seu porto, que é um dos melhores do mundo, não só por ser abrigado dos ventos, como também pela profundidade — 7 braças — e pelo tamanho — capacidade de 300 navios". (Anais da Bibl. Nac., vol. 26, p. 415).

Não consta ter o Govêrno Português atendido aos maranhenses nesta pretensão. Os limites de Tapui-tapera não foram modificados, continuaram a abranger a zona de Cumã.

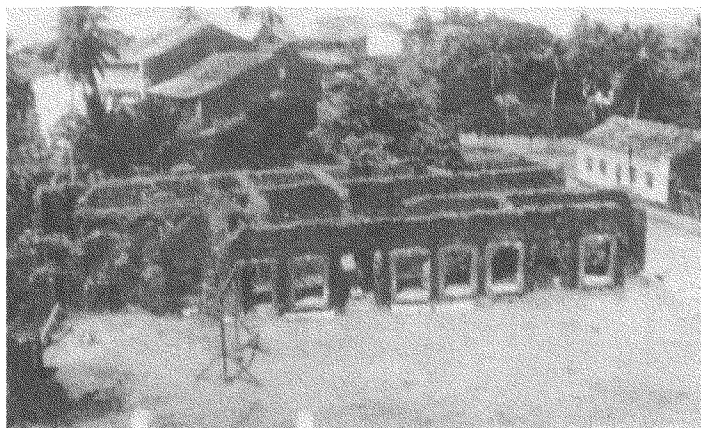
Progresso verdadeiramente tangível só se observa em Tapui-tapera depois de 1648, quando a aldeia, cabeça da Capitania, foi elevada à categoria de vila, com o nome de Alcântara, sob a invocação do Apóstolo São Matias.

Por êsses tempos, tinha uma igreja de pedra e cal, dedicada a São Bartolomeu, onde Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho depositou os ossos de seu avô Feliciano Coelho de Carvalho, falecido em Cametá, segundo afirma Bettendorf, testemunha de vista do ato (Obra cit. p. 281).

Pelo que conta Sebastião de Lucena Azevedo, foi no ano de 1648 que se levantaram os primeiros engenhos de cana em Tapui-tapera, um dos quais pertencia a Antônio Roiz Gouveia. Lucena acusa ao Governador de então, Francisco Coelho de Carvalho Sardo, parente do Donatário de Tapui-tapera, de haver empregado na construção dêsses engenhos cêrca de 200 trabalhadores, que transferira de Maranhão para o Pará, retendo-os, propositadamente, em Alcântara, durante 4 meses (Anais de Bib. Nacional, volume 26, págs. 470 e 471).

Em 1650, Alcântara contava apenas 300 moradores, mas já a sua produção exigia um barco entre a vila e a cidade. Explorou êste negócio o Senado da Câmara de São Luís, que o manteve por mais de um século, sendo uma das suas fontes de renda. Naquele ano, fretes e passagêns renderam 9$000 à Câmara. Com o tempo foram aparecendo outros barcos na carreira, como o de H. Bren, hereje, inglês de nação, de que nos dá notícia Bettendorf, mas o da Vereação teve sôbre êles, em virtude de Carta Régia, o privilégio de ser o primeiro a carregar em qualquer dos dois portos. O dono ou mestre de embarcação, que transgredisse êste dispositivo de lei, isto é, que tomasse carga antes de abarrotado o barco da Câmara, ou baixasse os fretes para êsse fim, sofreria uma multa de 6$000 e um mês de prisão. Quando o serviço do barco não era arrematado, a Câmara de São Luís o fazia por sua conta, pagando 50$000 por ano a um mestre, e 100 réis por dia, além do sustento, a mais 4 marinheiros (J. F. Lisboa, Obras — vol. 2.º, p. 180).

Além dêsses barcos, freqüentavam-lhe o pôrto, fazendo nêle escala obrigatória, as embarcações que do Pará demandavam São Luís e vice-versa.

Mas as comunicações de Alcântara com os outros lugares não eram só marítimas; havia, também, as terrestres. De lá partiam três estradas: a do Piraú-açu, que

Ruínas da casa onde ficaria hospedado D. Pedro II

ia ao Grão-Pará, passando por São João de Côrtes, Guimarães, (antiga fazenda Garapiranga), Pindoval, Flexal, Sacramento e margens do rio Turi, que foi, mais tarde, o limite civil e militar do Maranhão com o Pará a estrada das Boiadas, que levava aos famosos campos dos Perizes e daí ia terminar no Pindaré; e a do Carvalho, que, partindo da estrada de Piraú-açu, atingia o lugar Carvalho, istmo de meia légua, entre o rio dêste nome e o Tucupaí.

Os donatários da Capitania de Tapui-tapera foram homens de valimento na Côrte. O primeiro dêles, além de Desembargador do Paço, gozou de tal consideração no Reino, que o Conselho Ultramarino o declarou benemérito da Pátria (Anais cit. vol. 26, p. 453). O primogênito dêste varão ilustre deveria ter sido o 2.º Donatário, pois, as Capitanias, eram inalienáveis, transmissíveis por herança ao filho, do sexo masculino, mais velho e legítimo, e, só na falta dêste, seguiam-se na sucessão o bastardo, uma vez que não proviesse de coito danado, os ascendentes, e, por último, os transversais.

Mas assim não aconteceu. Com a morte do 1.º Donatário, coube Tapui-tapera a um dos seus sobrinhos, filho de Francisco Albuquerque Coelho de Carvalho, 1.º Governador do Estado do Maranhão. O novo Donatário tinha o mesmo nome do tio — Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho. Pelos títulos que usava Capitão-General, Comendador da Ordem de Cristo, das Comendas de Santa Maria da Vila da Cêa e São Martinho das Mautas e Donatário das Vilas e Capitanias de Cametá e Tapui-tapera — deduz-se ter sido homem prestigioso na Côrte Portuguêsa. Por que êle governou o Estado do Maranhão de 1667 a 1671, é lógico concluir-se ter conhecido a sua Capitania. Não a administrou, porém. Disso encarregou a um dos seus filhos, o que lhe herdara o nome, e fôra, por conseqüência dêste fato, cognominado o môço. Dos Coelho de Carvalho é esta a figura mais interessante. Antes de ter vindo servir no Maranhão, já tinha provado a sua bravura em guerras na Europa e exercido cargos importantes: Governador da Beira-Baixa e da praça de Olivença. Aqui, na colônia portuguêsa da América, foi capitão-mor no Pará (1685), fundador da fortaleza do Cabo do Norte (1688), Governador do Estado do Maranhão (1690 a 1701), conquistador de Macapá (1697), Governador dos Estados do Sul do Brasil, onde pacificou paulistas e lusitanos e representou importante papel na invasão de Duguay-Trouin. Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho foi o 3.º Donatário de Tapui-tapera. Era filho do

Sobrados na Praça da Matriz, propriedade da família Viveiros

2.º e tinha, como se vê, o nome do avô. Foi êle quem instituiu o patrimônio da Câmara de Alcântara — uma légua de terra (junho de 1742). Como o pai, teve as graças da Coroa Portuguêsa. Haja vista as suas comendas: as mesmas do progenitor e mais as de São Idelfonso de Val de Telhas e da Ordem de Santiago na vila de Setubal. Na posse de seu domínio, em 1754, o Rei extinguiu a Capitania de Tapui-tapera, indenizando-o com terras em Portugal. Então, a Capitania contava mais de um século.

Apesar de ilustres por tantos títulos, os Donatários de Tapui-tapera não imprimiram na administração econômica de seu feudo sistema diferente do adotado pela Coroa.

Aconselhavam e ordenavam as culturas lucrativas, deixando tudo o mais à iniciativa particular.

Para o Estado do Maranhão, a Coroa recomendava com insistência digna de nota, que se plantassem canela, cravo, baunilha, cacau, urucu, salsaparrilha, pimenta longa, anil, pau prêto, café, e que construíssem salinas (Anais cit. vols. 66 e 67), mas quando mandou vir da Bahia mestres de açúcar para salvar a indústria maranhense, que periclitava então, declarou logo correrem as despesas de transporte por conta dos engenhos (Anais cits. vol. 67, p. 56) e, certa vez, mandou que se prendessem a Francisco do Amaral Soares por ter desviado do serviço da fábrica de anil, de que era proprietário, alguns dos 24 índios cedidos pelo Govêrno para êsse fim. (Anais cits. vol. 67, p. 90).

Em síntese: desejava-se grande produção, sem os riscos do financiamento.

Foi assim até meados do século XVIII, quando veio a reforma pombalina.

Essa produção, que faria de Alcântara, logo no primeiro decênio daquela centúria, o celeiro do Maranhão, só pode ser considerada obra exclusiva dos seus colonos, gente boa e laboriosa, criada no trato da terra lusitana e já radicada às terras fortes alcantarenses.

Elevada à categoria de vila, Alcântara teve a sua Câmara, instituição também chamada Vereação ou Conselho, que gozou de vasto prestígio no período colonial do Brasil, e que por isso mesmo se intitulou Cabeça do Povo.

A Câmara de Alcântara era, como as demais, uma corporação, que se compunha de um presidente, quatro vereadores, um procurador, dois almotacéis e um escrivão.

O cargo de presidente só podia ser exercido por juiz de fora, e, nos lugares em que os não houvesse, por juiz ordinário. Chama-se juiz de fora o que era letrado e nomeado pelo Rei, e juiz ordinário, leigo ou da terra o que, sem aquelas qualidades, era eleito pelo povo.

Enquanto Alcântara foi sede da Capitania de Cumã, período que durou mais de século, a sua câmara foi presidida por juiz ordinário, pois ainda em 1775, conforme assevera César Marques, Joaquim de Melo e Póvoas, então no govêrno do Maranhão, dizia para a Metrópole, em ofício datado de 24 de outubro: "A vila de Santo Antônio de Alcântara é mui populosa e em gente alistada em tropas auxiliares excede a esta cidade por ter muitos lavradores abundantes de escravos, e a maior parte dêles desempenhados na companhia, e seria bem justo que para esta vila mandasse S.M. um juiz de fora, que lhe não faltaria aí que fazer, pois haviam bastantes demandas, nas quais os juizes leigos se não desembaraçam como deviam ser". (Dic. Hist. e Geog. do Maranhão).

Os vereadores eram escolhidos pelo povo em eleição trienal, que se realizava pelas oitavas do Natal do último ano do mandato, e se revestia de ampla liberdade, sem interferência dos governadores. Concorriam a êstes cargos os homens bons da terra, expressão que, no princípio, significava as pessoas gradas da localidade, e, depois, os munícipes que já tivessem desempenhado cargos na administração.

As leis orgânicas das Câmaras estabeleciam duas espécies de vereadores: vereador de peloiro e vereador de barrete. O primeiro era o que tinha sido eleito; o segundo, o homem bom chamado pela Câmara para ocupar o lugar, vago no decorrer de um mandato.

Os cargos de vereação não admitiam escusas, senão aquelas permitidas na tutela; fora dêsses casos, eram obrigatórios.

Eleitos os vereadores, dava-se-lhes posse imediatamente, sem que nenhum embargo pudesse suspendê-la (Carta Régia de 15 de dezembro de 1694).

O juiz e os quatro vereadores formavam o corpo deliberativo da Câmara, o qual decidia por si, nos casos comuns, convocando juntas gerais, nos mais graves.

Aos almotacéis cumpria prover o abastecimento de víveres e mercadorias indispensáveis à subsistência e comodidade dos munícipes; fiscalizar a observância das posturas municipais, os pesos e medidas empregadas no comércio; velar pela limpeza e asseio do lugar; impor multas e julgar as infrações.

Havia seleção na escolha de qualquer um dêsses membros da Câmara. Nela só entravam os nobres, e assim mesmo quando naturais da terra e descendentes dos conquistadores e povoadores, sendo excluídos, por letra expressa do alvará de 29 de julho de 1643, as pessoas mecânicas, mercadores, filhos do reino, judeus, soldados e degredados. Foi assim até 1649, quando se abriu uma exceção para os filhos do reino. Decorrido, porém, um século, a Câmara de São Luís, em franca desobediência à lei, restabeleceu aquela proibição, mandando que da corporação só fizessem parte os naturais da terra, seus filhos e netos (Provisão de 4 de março de 1749). Naturalmente, os são-luisenses pensavam como os pernambucanos, que, já naqueles tempos, diziam: "a Pátria é dêles, mas a terra é nossa, e sòmente nós a governaremos".

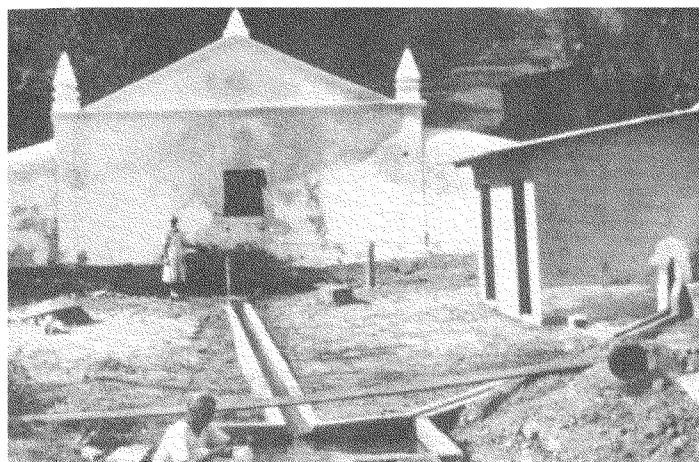
Ser vereador foi a grande aspiração dos alcantarenses do século XVIII. Quer como vereador de peloiro, quer como vereador de barrete, era uma consagração, pois importava em ser proclamado homem bom da terra.

O costume de as senhoras alcantarenses tecerem, com suas mãos, os panos das roupas, com que seus maridos tomavam posse do alto cargo, bem demonstra o elevado conceito em que o tinham.

Elevada a aldeia à categoria de vila em 1648, logo três anos depois, tinha início a construção do convento de Nossa Senhora dos Remédios, que passou mais tarde à invocação de Nossa Senhora das Mercês, em terras doadas à Ordem dos Mercenários pelo donatário Antônio Coelho de Carvalho e sua mulher Maria Manuela de Vilhena. Foram seus fundadores os frades Marcos da Natividade e João Cerveira, aquêle, filho do Grão-Pará, êste, alcantarense, que se notabilizou no serviço de catequese do indígena e era filho de Domingos Cerveira de Bayão. Não se sabe o motivo por que estêve êste convento fora do poder da Ordem das Mercês durante 30 anos, só lhe sendo reentregue em 1696 (César Marques, "Dic. Hist. e Geog. do Maranhão"). Ao que parece, não foi por falta de meios de subsistência o seu fechamento, pois os alcantarenses, dado o seu fervor religioso, não lhos deixariam de proporcionar. O povo criou uma lenda em tôrno do caso misterioso, mas tôda lenda, embora muitos queiram ver a verdade na sua origem, é sempre uma história fantasiosa. A verdade é que, em 1696, aquêle mesmo Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, filho do Donatário de Tapui-tapera e seu administrador nos tempos da juventude, recebia, como Governador do Maranhão, esta carta do Rei de Portugal:

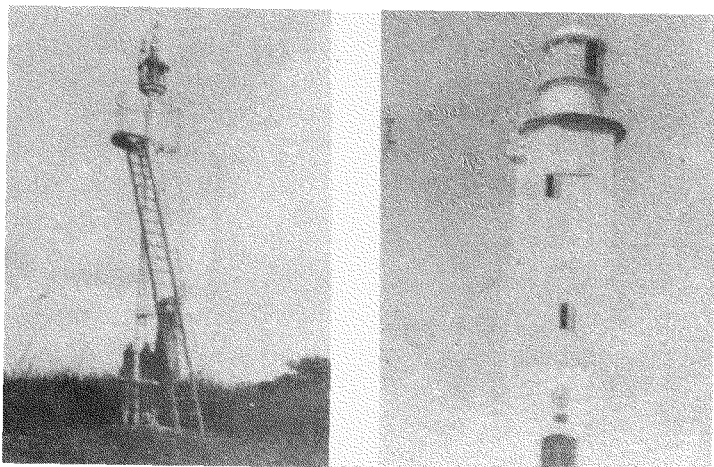
> "Amigo. Eu El-Rei vos envio muito saudar. Por me constar que os Padres das Mercês procedem como bons Religiosos nas Missões do Urubu, e que é de grande proveito para o serviço de Deus e meu a sua assistência naquele sítio; fui servido sejam restituidos ao seu convento de Tapui-tapera, de que vos aviso para o terdes assim entendido, e fazerdes executar esta minha resolução". (Escrita em Lisboa, a 25 de janeiro de 1696).

O convento foi reaberto e com êle a aula gratuita de leitura, escrita e solfa que lá se mantinha. Teve ainda vida por quase dois séculos, pois só foi definitivamente fechado em 1850, quando faleceu o último frade mercenário (César Marques — Dic. cit.). Então, possuía duas fazendas — uma de gado e outra de cereais com 84 escravos.

Segundo Frei Manuel de Sá, simultâneamente com a construção do Convento de Nossa Senhora das Mercês, erigiu-se em Alcântara o Convento da Ordem Carmelitana, o que foi feito "a instâncias do donatário da mesma vila, Antônio Coelho de Carvalho, desembargador do Paço, que, pelo padre Frei Joseph de Santa Tereza, primeiro noviço que houve na Vigairaria do Maranhão, mandou ordens e o mais necessário para a fundação". E, esmiuçando o assunto, acrescenta o citado cronista nas suas "Memórias Históricas" (cap. LXIV, p. 329): "Saiu êste religioso (Joseph de Santa Tereza) de Lisboa, onde veiu tomar ordens, e naufragando o navio em que ia, no lugar denominado Camucim, teve a fortuna de se livrar daquele perigo, e saindo à terra, logo deu princípio ao dito Convento, que o seu título é como os demais, Nossa Senhora do Carmo. Foi êle o primeiro Prior, mas pouco tempo exercitou êste emprêgo, porque, como em secular tinha sido, muitos anos, cativo do gentio e sabia a língua de muitas nações daquêle sertão, o mandou sua Magestade acompanhar a Bartolomeu Barreiros, quando foi descobrir o ouro, e veio a sua falta a continuar com a fundação, o Rev. padre Pedro da Madalena, Vigário Provincial, que era da Vigairaria". (Obra cit. p. 120, edição 1941. Recife).

Fonte da Miritítina

Não viviam os Frades do Carmo de Alcântara exclusivamente para o Claustro. Tinham também vida social. Patriotas abnegados, compartilhavam das aflições do Maranhão. Foi assim que, em 1835, quando o Govêrno da Província, compelido por circunstâncias imperiosas, teve de recolher a sua primeira emissão de cédulas, os religiosos da Ordem Carmelitana de Alcântara, (superior e cinco frades) ofereceram-lhe os bens que possuíam, não por empréstimo, mas por um ato de doação definitiva. (Anais da 1.ª Assembléia Legislativa da Província do Maranhão, sessão de 23-3-1835. — Doc. do Arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça, e Segurança do Maranhão).

O fervor do sentimento católico dos colonos do Desembargador Antônio Coelho de Carvalho, quando a vila mal dava os seus primeiros passos, não podia deixar de merecer a atenção sagaz da Companhia de Jesus. E foi, certamente, por isso que ela abriu, aí por volta de 1655, uma residência na aldeia de Sirigipe, distante 4 léguas da vila, na qual tinha uma escola onde se ensinava latim, leitura, a cargo do pregador, padre Mateus Delgado, e do irmão Amaro de Sousa, filho do Maranhão, o qual, no dizer de Bettendorf, era "de poucas letras, com algum ramozinho de mameluco, e que o Padre Geral dispensou por ser grande língua e muito curioso de-mãos para quaisquer obras" (Bettendorf — "Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão", p. 88, *in* "Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras., vol. 72, parte primeira).

Deve, pois, Alcântara ao Padre Delgado o serviço de ter iniciado a catequese dos seus índios, razão por que é transcrito o que a respeito dêle disse Bettendorf:

Farol de Alcântara

Farol de Itacolomi

"Antes de se expulsarem os Padres do Maranhão, (1661), morreu na aldeia de Sirigipe o Padre Mateus Delgado, e lá mesmo o enterraram os índios em sua igreja. Era varão de grande zêlo, tinha sido soldado antes de entrar para a Companhia e vir a esta missão, onde foi uma vez superior da Casa do Maranhão. Dêle se conta que, como tinha falecido um índio, em ausênsia sua, sem confissão, logo que o soube, repreendeu muito os que o tinham enterrado e mandara abrir a cova, e ela aberta, vivêra o índio e se confessára. Não lhe deixou a sua doença lugar de chegar ao Maranhão, tendo de sua banda o vigário João Maciel e os Reverendos Padres de Nossa Senhora do Carmo e das Mercês. Quiseram dizer alguns que lhe tinham dado peçonha algumas pessoas, contra as quais pregava, por andarem amancebadas. O seu companheiro Amaro de Sousa morreu no Reino. Era bom moço, muito quieto, modesto e obediente" (Obra cit. p. 227).

Mau grado o bom acolhimento, que sem dúvida tiveram os jesuítas, como é de deduzir-se da amizade que sempre existiu entre a Companhia e o povo de Alcântara, que lhe deu, com ufania, um dos seus filhos — o Padre Manuel Borba, a residência de Sirigipe foi extinta anos depois, talvez, por falta de indígenas, como lembra o jesuíta Serafim Leite ("Hist. da Companhia de Jesus no Brasil", vol. 3.º, p. 201).

Por êste modo, cessou a ação dos padres da Companhia em terras de Alcântara, no século XVII. Voltaram, porém, no século seguinte. Serafim Leite esmiúça bem o assunto. "Em 1713", diz êle, "prestando serviços à terra o Padre Luís de Morim, Visitador, os moradores ofereceram-lhe uma casa; e por empenho do Capitão-mor, a Câmara e o Povo pediram que os padres aí abrissem Colégio. Não se mostrou de acôrdo o Donatário Francisco de Albuquerque. E por isso El-Rei, em carta de 6 de novembro de 1714 ao Governador do Maranhão, mandou sobreestar no estabelecimento do Colégio até ulterior resolução. Não se conformaram os moradores e tomaram o caminho que lhes estava indicado: obter a anuência do Donatário. Alcançada ela, tornaram os oficiais da Câmara a representar a El-Rei a necessidade que tinham aquêles moradores de quem lhes doutrinasse os seus filhos, assim nos bons costumes como nas boas letras, e por isso se obrigaram a recorrer aos Padres da Companhia para fundarem naquela vila seu domicílio. Como já havia unanimidade entre os moradores, o Capitão-mor e o Donatário, El-Rei concedeu licença nos têrmos pedidos", pela provisão de 2 de fevereiro de 1716. (Serafim Leite, obra cit. 3.º vol., p. 200). Desta vez, os Jesuítas estabelceram a sua Casa na vila, num prédio de sobrado, 4 corredores, 2 em cada pavimento, situado no caminho do quartel. Ao lado, erigiram uma capela, sob a invocação de Nossa Senhora do Pilar, ornando-a com três imagens perfeitíssimas, que representavam "outros tantos passos da Paixão de Cristo: Hôrto: Ecce Homo e Cristo Crucificado". Levantada a Casa, abriram-se logo duas classes: uma de ler e escrever, outra de latim. Um pregador assegurava na vila os sermãos e doutrinas públicas semanais. Foi servo propulsor desta Casa de Tapui-tapera o Padre Manuel da Mota, que chegou mesmo a pensar em elevá-la à categoria de Colégio, "questão puramente de regime interno da Companhia, não conseguindo o seu desejo por deficiência de rendas próprias certas". Para o exercício da catequese, os Jesuítas fundaram uma nova aldeia — São João (desde 1857 — Lugar São João de Côrtes), que êles mesmos povoaram, descendo os índios do mato, conforme autorização de D. João V, de 29 de março de 1722. Paralelamente a estas construções, os inacianos foram levantando as fazendas da Casa de Alcântara. Em 1760, quando foram expulsos, possuíam 4 estabelecimentos: um no Pindaré, outro em Peri-Açu, um terceiro no Gerijó e o quarto no Pericumã. Êste era o mais importante, tinha grande casa de sobrado, molinete de cana e alambique de aguardente. No dia 17 de junho de 1760, os Jesuítas deixaram Alcântara pela última vez, cujo povo, consternado, considerou a desgraça dos Jesuítas "como a sua própria desgraça", diz Caeiro, citado por Serafim Leite.

Gozando da amizade dos Jesuítas, os alcantarenses esforçaram-se junto ao célebre Padre Gabriel Malagrida para que êles também tivessem, na sua vila, tal como já possuíam, as cidades de Salvador e São Luís, uma Casa das Ursulinas, e para isso prontificaram-se a coadjuvá-lo. A licença foi concedida pelo Bispo Dom Frei Manuel da Cruz, em provisão de 9 de junho de 1747 (César Marques — obra cit.). É verdade não ter sido instalado o estabelecimento, mas a tentativa serve para mostrar o esfôrço dos alcantarenses em melhorar a sua terra.

Por êsse tempo, a Casa da Câmara já estava construída, assim como o Chafariz da Murititiua — corrente perene de água saudável e cristalina, que sempre abasteceu a população.

Vila laboriosa e próspera, Alcântara, demonstrou, desde os primeiros tempos, ter pensamento próprio, não se submetendo às idéias da capital.

Assim foi que, em 1661, quando o povo de São Luís se revoltou contra os padres da Companhia de Jesus e os expulsou, ato que teve a conivência do Governador Pedro de Melo, os alcantarenses ficaram alheios ao movimento, indiferentes ao motim.

Idêntica atitude tiveram êles em 1684. por ocasião da revolta de Manuel Bequimão.

Bettendorf e Lisboa informam ter ido Bequimão, debalde, à Alcântara, a fim de conseguir a adesão dos alcan-

tarenses ao levante. De nada lhe valera a eloqüência, proclamada até pelos seus inimigos, e à qual, certamente, não escapara o argumento poderoso de que a vila era também vítima do monopólio, que a revolução derrubara.

Henrique Lopes, capitão-mor, e, naquela época, superintendente da Capitania de Tapui-tapera pela ausência do donatário, recusou o convite do chefe da revolução. "Tapui-tapera", disse, "nada queria com o levantamento, que tinha feito, o povo do Maranhão". E, dias depois, conta Bettendorf, quando os piratas aprisionaram um dos barcos em que iam expulsos os inacianos e pregaram-lhes a peça de fazê-los voltar a São Luís, o filho de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, pressurosamente, os convida a refugiarem-se em Alcântara, onde seriam recebidos "em o meio do coração".

De fato assim aconteceu. Os Jesuítas foram acolhidos com "singular afeto" pelo povo de Alcântara e suas pessoas gradas, que Bettendorf enumera: Jacinto Araújo, Pedro da Rocha, Manuel Duarte, Henrique Lopes e padre João Maciel, e passaram dezesseis dias na "hospitaleira vila, desfazendo aleivosas mentiras, lá espalhadas por eclesiásticos e seculares, que tal é a terra do Maranhão", diz o cronista a que é reportado, "em que se dá em culpa aos bons serem bons e não serem maus com os maus". Mas se a sede da Capitania de Cumã podia isolar-se dos motins e revoltas de São Luís, não pôde evitar a epidemia de varíola que lá irrompeu em 1695, matando só no Colégio de Nossa Senhora da Luz cêrca de oitenta pessoas.

A vila de Antônio Coelho de Carvalho sofreu, então, pela primeira vez, o flagelo de uma epidemia de varíola, que se repetiu em eras posteriores, e com tal violência, que o povo comentava:

> "Não se pode agora nêste tempo,
> Nem ao menos se ter dor de barriga,
> Que não vos diga o doutor amedrontado
> Isto que você tem é só bixiga".

Vista parcial da Rua Benedito Leite

Em 1684 a vila de Alcântara tinha um capitão-mor — Henrique Lopes. A história não guardou se foi o primeiro. O certo, porém, é que o último foi Francisco Mariano de Viveiros, falecido em 1842. Entre os dois, dezenas existiram, pois as funções do cargo exigiam provisão imediata.

No princípio chamou-se capitão-mor o chefe de uma frota ou de um estabelecimento em terra, ou de ambas as cousas, como aconteceu com Martim Afonso de Sousa. Quando o Brasil foi dividido em capitanias deu-se aos seus donatários o título de capitão-mor. Mais tarde, tomando o Govêrno Português à sua conta a colonização, nomeou, para alguns lugares, capitães-mores, por um triênio. Finalmente, foram chamados capitães-mores os comandantes dos corpos de ordenanças. Os capitães-mores de Alcântara tiveram êste caráter: eram comandantes do corpo de ordenança da Capitania ou dos corpos de ordenanças dos distritos em que a mesma se dividia. Eram nomeados pelo Governador do Maranhão de uma lista tríplice que lhe apresentava a Câmara. Sendo assim, é claro que a nomeação só poderia ser feita quando houvesse vaga no comando de um corpo.

Era cargo de destaque. Na hierarquia da administração da Capitania, vinha logo depois da Câmara. Tinha sôbre o povo extraordinária influência.

As fôrças armadas das Capitanias compunham-se da tropa de linha, da milícia e do corpo de ordenanças.

A primeira era a tropa profissional, regular e permanente, composta de regimentos portuguêses.

Formavam as milícias as tropas auxiliares, recrutadas na população da colônia, sem direito a sôldo e com serviço obrigatório. Em Alcântara, esta tropa constava de um regimento de infantaria (800 homens) e de uma companhia de cavalaria (85 homens), com a qual se despendiam 528$000 por ano.

O resto da população, entre 18 e 60 anos, que ainda não tinha sido enquadrada na milícia, constituía os corpos de ordenanças. Para formá-los não havia recrutamento, tôda a população, dentro daquelas idades, considerava-se engajada no corpo do seu distrito. Era uma tropa da localidade e dela não podia ser afastada.

Além da manutenção da ordem na localidade, estavam nas atribuições do capitão-mor a conservação das pontes e dos aterros, e a cobrança das quotas, impostas aos moradores, para determinados serviços públicos.

Não dizem as crônicas do tempo se os capitães-mores de Cumã excederam-se nas suas funções. É provável não terem destoado da praxe da época. Um grande serviço, porém, êles prestaram com os seus corpos de ordenanças, que foi o de manterem a ordem no território da Capitania, ordem que, com outros fatôres, lhe permitiu atingir a situação invejável de celeiro do Maranhão.

João Francisco Lisboa narra que, em dezembro de 1755, "chegando o alqueire de farinha a 1 500 réis, em razão da sua grande escassez, a Câmara de São Luís taxou a da ilha a 500 réis, e a de fora (Alcântara e Cumã) a 600 réis, por causa do risco de transporte" (Obras, p. 193).

Do exposto verifica-se que no Estado havia dois centros de produção a ilha de São Luís e Tapui-tapera e Cumã, e como o primeiro foi sempre diminuto, conclui-se que o celeiro do Maranhão foi mesmo o segundo.

Entre os produtos com que a Capitania de Antônio Coelho de Carvalho abastecia o mercado de São Luís estava o sal, colhido nos seus apicuns, desde que os Jesuítas aí construíram as primeiras salinas. Desta maneira, graças ao esfôrço alcantarense, o Maranhão nunca teve falta do precioso artigo, que era importado de Portugal nas outras capitanias, e onde a sua escassez provocava motins, como o de Manêta na Bahia e o de Bartolomeu de Faria em Santos. Por ano produziam essas salinas, segundo Souto Maior, a quantia de 2 000 cruzados, o que representa hoje a soma de 240 contos, no cálculo de Roberto Simonsen.

Na primeira metade do século XVIII, o Maranhão debatia-se com a falta de braços e a ausência de capitais, do que resultava uma produção deficiente, que lhe obstava o desenvolvimento econômico.

Esta situação agravou-se de tal maneira, que Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então no govêrno, escreveu a seu irmão, o Marquês de Pombal: "Êste Estado, e principalmente esta Capitania, se acha reduzido à extrema miséria. Todos seus moradores estão na última consternação. São poucos os que ainda cultivam algum gênero".

Diante de problema tão grave, os moradores pensaram nas possibilidades de resolvê-lo por meio de uma emprêsa de comércio e navegação. Queriam, porém, que dêles fôsse o capital de empreendimento, escarmentados com o insucesso da companhia de 1682. Animou-os o Governador. Mas, chegada a vez de cada um subscrever a sua conta para o fundo social, eis que mal se reúne a quantia de 32 000 cruzados (12 800 cruzeiros), e isto era, no dizer de Mendonça Furtado, "a última substância da Capitania". Apelou-se, então, para a Coroa Portuguêsa. Pombal, que já havia promovido a formação de outras emprêsas, fomentando o comércio com a Ásia, aceitou o plano, que, além do mais, lhe servia como arma de combate contra os Jesuítas. Da sua organização encarregou-se um capitalista lusitano, que já tinha habitado na colônia — José Francisco da Cruz.

Formou-se, assim, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, com o capital de 1 200 000 cruzados, ou seja, 480 000 cruzeiros, logo legalizada pelo decreto de 6 de junho de 1755, que lhe deu o monopólio da navegação, do comércio externo e do tráfico africano.

É evidente, observa Roberto Simonsen, "que essa formação ia afetar os pequenos negociantes locais assim como o comércio de exportação, mantido pelos jesuítas".

E, assim aconteceu. Os comerciantes prejudicados, que residiam no reino, aliaram-se aos Jesuítas, e recorreram à Mesa do Bem Comum, em Lisboa. Esta, julgando procedente o protesto, apelou para o Rei, lembrando o sucedido, há setenta anos passados, com a Companhia do Maranhão e recordando a revolução de Manuel Beckman. A Coroa considerou ofensivo o recurso e puniu a maioria dos membros da Mesa do Bem Comum com prisão e exílio.

Entretanto, esta companhia, que se inaugurava debaixo de protestos, ia fazer a felicidade do Maranhão e do Pará, que tiveram, no fim da era colonial, um período de magnífico esplendor.

Igreja do Rosário

Convém, entretanto, observar ter sido êste êxito extraordinário da Companhia também auxiliado pela revolução industrial que, então, se operava na Europa, e, mais tarde, incrementado pela guerra da independência americana. Mas isto não tira o merecimento do homem que a dirigia, José Vieira da Silva.

Comprovam esta fase brilhante da vida econômica do Maranhão os dados estatísticos que se seguem, relativos aos dois principais produtos: algodão e arroz.

De 1760 a 1771, a exportação de algodão subiu de 661 arrôbas a 25 473. O movimento do pôrto passou de 3 para 10 navios em 1769. (Sousa Gaioso — Compêndio Histórico Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão).

Em 1788, exportavam-se, em 26 navios, valores na importância de 687 contos. Neste total, o algodão entrava com 11 351 sacos, pesando 63 510 arrôbas, no valor de cêrca de 444 contos, e o arroz com 56 510 sacos, que pesavam 313 744 arrôbas e valiam 176 contos. A arrôba do algodão em pluma cotava-se a 7$500 e a do arroz a 550 réis.

Segundo os quadros organizados por Bálbi, a exportação do Maranhão, sem incluir a do Pará, pois as duas já estavam separadas, foi, no ano de 1796, no valor de 1 055 contos, assim distribuídos: víveres — 171 500$, ouro — 800$, algodão — 845 900$, couros — 28 600$, drogas — 680$, madeiras — 460$, tabaco e outros artigos — 7 300$.

Como se vê, o algodão entrava com mais de 80% da produção total.

Nesse mesmo ano, a exportação do Pará atingiu 297 contos, isto é, menos de um têrço da do Maranhão.

Em comparação com as outras Capitanias da colônia, o Maranhão estava no 4.º lugar, ficando-lhe acima Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. O grande São Paulo de hoje ocupava o 7.º lugar. (Bálbi — "Quadro Geral do Comércio entre Portugal e o Brasil" — 1 796. Anexos 4, 5 e 6).

De 1807 a 1811, a exportação média do algodão foi de 48 314 sacos com 296 000 arrôbas e a do arroz secado ia acima de 50 000 sacos, ou seja, 250 000 arrôbas, e isto acontecia numa época em que a invasão francesa em Portugal havia represado a exportação da colônia.

Êste progresso continuou no decênio seguinte .... 1812-1821, como se pode verificar nos quadros publicados por Maria Graham, em 1824.

Os navios que carregavam esta produção variavam de 80 a 155 por ano.

É claro que Alcântara, que já era o celeiro do Maranhão, se aproveitaria dessa fase de prosperidade.

A partir dessa época a sua produção cresceu ràpidamente: 5 000 sacos de algodão, 20 000 sacos de açúcar, 60 000 paneiros de farinha, 7 000 alqueires de arroz, 20 000 arrôbas de peixe sêco e 200 000 alqueires de sal.

Êste primado na produção maranhense Alcântara conservou até a Independência. Não o perdeu bruscamente. Foi-se-lhe fugindo aos poucos, à proporção que se povoaram as regiões ribeirinhas da Província.

Ainda no decênio de 1850 a 1860, o velho município possuía 81 fazendas de cereais, 22 engenhos de açúcar, 24 fazendas de gado e mais de 100 salinas, segundo informação de Belarmino de Matos (Almanaques da Província do Maranhão), os quais exportavam para a capital, conforme se lê no "Plano para organização de uma companhia de navegação a vapor", pelo notável engenheiro civil Raimundo Teixeira Mendes, plano que merece tôda fé, pois foi elaborado com dados fornecidos por Luís Miguel Quadros, inspetor do Tesouro Público da Província e vários comerciantes habilitados, os seguintes produtos: ("Diário do Maranhão", 6 de maio de 1857).

Algodão — 2 500 sacos, 3.º lugar entre os municípios, com Itapecuru, em 1.º lugar com 20 000 sacos, e Mearim em 2.º com 6 000.

Arroz — 10 000 alqueires, 3.º lugar, com Itapecuru em 1.º com 60 000 e Mearim e Viana em 2.º com 20 000 cada.

Açúcar — 1 800 barricas, 2.º lugar, com Pindaré em 1.º com 3 000 barricas.

Aguardente — 300 pipas, 2.º lugar, ficando em 1.º Pindaré com 1 000.

Couro — 5 000, 2.º lugar, estando Caxias em 1.º, com 10 000.

Farinha — 15 000 alqueires, 3.º lugar, Guimarães em 1.º com 32 000 e Cururupu em 2.º com 30 459.

Milho — 1 800 alqueires, 3.º lugar, Itapecuru em 1.º com 4 000 e Turiaçu em 2.º com 3 000.

Tapioca — 200 paneiros, 4.º lugar, estando em 1.º Guimarães com uma produção de 3 000, em 2.º Cururupu com 2 900 e em 3.º Itapecuru com 300.

Carne — 1 000 arrôbas, 2.º lugar, ficando em 1.º Pindaré com 2 000.

Primeira Igreja-Matriz - 1648

Pelourinho (22-12-1648)

Peixe sêco — 500 arrôbas, 4.º lugar, estando acima Cururupu com 3 500, Guimarães com 3 000 e Pindaré com 500.

Sal — 120 000 alqueires, em 1.º lugar.

Era ainda um município de importante produção. O seu comércio não a desdizia. Contavam-se na sua cidade 33 casas de secos e molhados, 4 padarias, 2 funilarias e 1 farmácia.

Alcântara não escapou às agitações do movimento da nossa independência política. Foram, porém, agitações de palavras que lá o arauto da Independência foi um homem ponderado e refletido — Antônio Pedro da Costa Ferreira. Incansável e denodado na propaganda, soube êle, entretanto, poupar a sua terra dos horrores da luta armada.

A Câmara mantinha-se fiel à Junta Governativa de São Luís, mas o povo não a acompanhava nessa atitude. Tanto foi assim que, quando a Câmara, em edital de 7 de julho, convidou "em nome de El-Rei Constitucional, Dom João VI, a todos os honrados habitantes da vila a alistarem-se na Legião Cívica, com as armas que as suas possibilidades permitissem, para o cumprimento do sagrado dever de defender a Constituição e seus lares, ameaçados pelos rebeldes do Piauí e Ceará", os alcantarenses deixaram-se ficar em suas casas, aguardando os acontecimentos (Apêndice, doc. n.º 1). E desta espectativa só saíram depois de decorridos 35 dias, na ocasião em que a Câmara, atendendo ao Govêrno Revolucionário da capital, aderiu à Independência (Apêndice, docs. números 2 e 3).

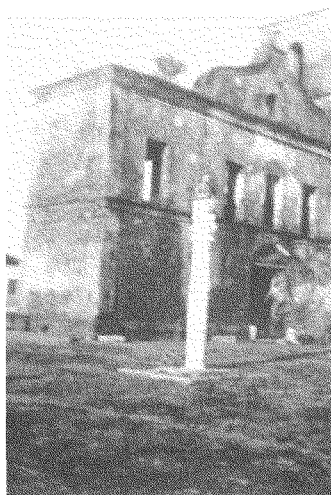
A guerra passou ao largo da mais rica e opulenta vila da Capitania.

Foi preciso que chegasse o tempo das Brucinadas para que se implantassem as desordens na velha Tapui-tapera.

Três famílias apoderam-se das posições oficiais: a Bruce, representada por Miguel Inácio dos Santos Freire Bruce, que foi o presidente da Junta Governativa e, depois, Governador Constitucional; a Belfort, que teve José Joaquim Vieira Belfort como membro da Junta; e a Burgos, cujo chefe exerceu o cargo de Governador das Armas.

Eram os três B, na designação jocosa dos maranhenses.

Ligados, a princípio, enquanto combatiam o presidente da Câmara de São Luís, Rodrigo Luís Salgado de Sá Moscoso, desavieram-se os B, ficando de um lado Bruce e Belfort, e, do outro, Pereira de Burgos. Derrotado êste, levantou-se contra a Junta um aliado da véspera, Salvador de Oliveira, chefe e herói nas guerras da Independência. Viu-se a Junta, então, em apuros, pois Salvador tinha sob o seu comando tropas aquarteladas no Rosário e Itapecuru-Mirim. Porque a situação periclitasse, os membros da Junta não se opuseram a que o seu presidente ficasse só no Govêrno, mesmo sem haver recebido ainda a Carta Imperial, que o nomeava presidente do Maranhão, como se anunciava do Rio de Janeiro.

Despótico e tirânico, Bruce sentiu-se bem na nova posição, pouco ligando à perda do apoio da burguesia maranhense, que se afastava do Govêrno com Belfort, tal como um ano antes, sobranceiramente, se incompatibilizara com o partido português, que tinha as simpatias de Burgos. Desprestigiado, desta maneira, entre a burguesia nacionalista, como entre os lusitanos, Bruce procurou

apoiar-se na patuléia, massa inconsciente de pardos e negros, para enfrentar as tropas de Salvador de Oliveira. Criou batalhões tão-só com esta gente e permitiu aos pardos galgarem o oficialato. Deu-lhe carta branca para a prática das mais nefandas crueldades.

Oprimida e vergalhada durante dois séculos, essa patuléia encontrava, pela primeira vez, quem lhe protegesse. Bêstas-feras, chama Lord Cochrane, no seu livro "Narrativa", aos negros que formavam a tropa de Bruce. Foi com destacamentos de tal tropa que o Governador fêz ocupar as povoações e vilas, onde ainda não dominavam os seus inimigos. Celebrizaram-se nessas missões de perversidade os contingentes de Joaquim da Costa Curvelo, em Cajapió; de Norberto João Dourado, em Guimarães; de Feliciano Antônio de Sá Cordeiro, no Icatu; e de José Alexandre da Silva Lindoso, em Alcântara (Vieira da Silva — Hist. da Independência do Maranhão).

Calmos e desprevenidos estavam os alcantarenses quando, no dia 24 de julho de 1824, chegou o destacamento do alferes Lindoso, com o fim de guarnecer a vila, propósito que mudava horas depois para o de reprimir as conspirações dos portuguêses. Para prendê-los, começaram os soldados de Lindoso as buscas dos domicílios, os arrombamentos das casas comerciais, o saque de mercadorias e dinheiros.

Dentro em pouco, o roubo estendia-se também aos nacionais. Estabeleceu-se o pânico, as famílias fugiam para o interior. Durante dias, a desordem foi completa, e nem mesmo Lindoso dominava a soldadesca.

Sossêgo e ordem, os alcantarenses só recuperaram depois do regresso de Cochrane às águas da baía de São Marcos.

As Brucinadas em Alcântara constituíram uma ignomínia. A vila nunca fôra pela causa portuguêsa, sempre se mantivera profundamente brasileira. Dos seus sentimentos de brasilidade sabiam os chefes do movimento emancipacionista, como se vê dêste tópico de uma carta do tenente-coronel José Félix Pereira de Burgos, futuramente Barão de Itapecuru-Mirim, e, naquela ocasião, membro do Govêrno Provisório dos Independentes, escrita, antes da chegada de Cochrane, a um dos seus correligionários: "A vila de Alcântara já nos tem confiado os seus independentes sentimentos, declarando-se de nossa parte". (Memórias de Tristão Alencar Araripe — Revista do Instituto Hist. Geog. Bras., vol. XLVIII, 2.ª parte, p. 166).

Proclamada a independência em São Luís, Alcântara aderiu, imediatamente, sem revolta, apesar de o elemento lusitano ser rico e poderoso. No caso, o que houve foi prudência por parte dos alcantarenses, a que, certamente, repugnava o derramamento de sangue entre parentes e amigos.

E de que os seus sentimentos eram sinceros não deixa de ser prova o brilho da comissão que a sua Câmara mandou a São Luís representar o seu povo no juramento de fidelidade, prestado diante do retrato de Pedro I, nas chamadas "Noites do Barracão".

Foram festas esplêndidas essas, que Pedro José da Costa Barros, então na Presidência da Província, preparou com o propósito de mostrar a Pedro I a fidelidade do Maranhão, comemorando, a um tempo, três grandes fatos: o reconhecimento da Independência do Brasil pelos reinos de Portugal e Algarve, o aniversário do Imperador e o nascimento do herdeiro do trono.

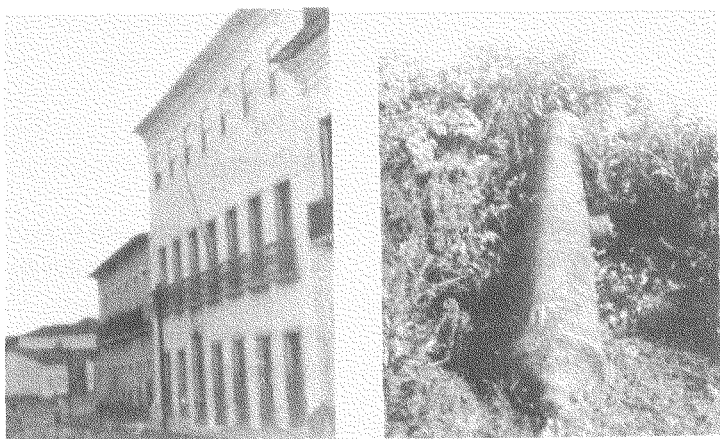
Consumiram-se onze meses na construção da monumental galeria, denominada pela Câmara — "Galeria de São Pedro de Alcântara" — que foi levantada no Largo do Palácio, com 380 palmos de comprimento por 50 de largura, para aí realizar-se a solenidade. O seu pavimento assentava-se sôbre um supedâneo, que servia de pedestal a inúmeras colunas de ordem dórica, as quais sustentavam o teto, e eram claustreadas com molduras picadas, copiando as termas de Diocleciano. Dos seus salões, os dois maiores (110 palmos), construídos segundo a escola de Bibiana, eram destinados à dança e à ceia. Nêles o luxo era estonteador. Adornavam-lhe uma profusão de símbolos, emblemas e coroas de louro. Foi seu construtor o arquiteto José Moreira Alves. Da sua pintura foi encarregado o cenógrafo Antônio Raimundo Braule.

A festa consistiu na sessão do juramento de fidelidade a Pedro I, diante do seu retrato a óleo, e em sete bailes, dos quais a Câmara de São Luís promoveu os de 12, 13 e 14 de outubro, o Corpo Comercial os de 18, 19 e 20 de novembro e o Batalhão de Caçadores n.º 23, de que era comandante o Barão de Turiaçu, coronel Manuel de Sousa Pinto de Magalhães, o último, a 2 de dezembro. Em qualquer dêstes atos, a comissão alcantarense distinguiu-se pelo número, pela indumentária e pelas maneiras. Gabou-se-lhe a elegância das casacas de sêda preta e dos sapatos de fivelas de ouro. O juramento, prestou-o logo depois da Câmara de São Luís. O Presidente Costa Barros foi o primeiro. Fê-lo em versos, que o jornal "O Amigo do Povo" publicou, com rasgados elogios, e cuja última estrofe é transcrita:

> "Por mim o Povo Maranhense grato,
> Já que não pode vêr-te
> Reverente se curva ao teu Retrato
> Digna-te, ó grande Pedro,
> Nosso sangue por ti derramaremos".

("O Amigo do Povo" — ano de 1827 — Coleção da Bibl. Nac.).

Nos bailes, alucinantes de luxo e de riqueza, onde 116 damas não repetiam os vestidos de sêda da India e de filó bordado a ouro, ainda a nota mais distinta foi da comissão alcantarense, dizem os cronistas, quer nos minuetes, quer nos recitativos dos versos do Padre José Antônio da Cruz Ferreira Tezo (o famoso Tezinho) e de David da Fonseca Pinto, quer ainda nos hinos, cantados quando se iniciavam as opulentas ceias.

Em 1834, Alcântara tem, pela terceira vez, um dos seus filhos no Govêrno do Maranhão. É Costa Ferreira, que era deputado geral desde 1831. O seu govêrno coincidiu com a revolta dos cabanos no Pará, tendo por isso não só de auxiliar com tropas e víveres o govêrno vizinho, como também de impedir que o território maranhense fôsse invadido pelos revoltosos. Conseguiu os dois fins, fazendo uma administração enérgica. Experimentou essa energia o amanuense da Secretaria do Govêrno, Francisco de Sales Nunes Cascais, exaltado correligionário do partido cabano, que fazia oposição ao Dr. Costa Ferreira. Na sua "História da Imprensa do Maranhão", César Marques

Maior sobrado da cidade, conhecido por "Cavalo de Troia"

Canhão da Fortaleza de São João

narra o episódio, por demais jocoso: "Tendo acabado um dia o expediente, Nunes Cascais arrumou-o na pasta, que tinha de levá-lo à assinatura do Presidente, e logo em cima dos papéis escreveu, imprudentemente, esta quadra:

Costa Barros foi ladrão,
Costa Pinto foi pachá,
Costa Ferreira é tirano;
Que mais Costa aqui virá?

A esta provocação, tão direta, pois Cascais nem disfarçou a letra, Costa Ferreira acrescentou:

Na dúvida deve o poeta
Sair daqui desde já.

E devolvendo os versos à Secretaria, mandou demitir Cascais, que, desesperado, fundou o jornal "Investigador", onde atacou de rijo a administração de Costa Ferreira.

O quarto alcantarense a ocupar a Presidência do Maranhão foi Joaquim Franco de Sá, em 1846. Sob o ponto de vista econômico, fêz um govêrno progressista, incrementando a lavoura, sobretudo a da cana-de-açúcar. No tocante à política, porém, teve uma administração agitadíssima, pois, fundando a "Liga Maranhense" (fusão de vários partidos políticos), fêz surgir em oposição o "Bem-te-vi Puro", sob a chefia de três homens de grande prestígio: José Cursino Rapôso, José Maria Barreto e José Mariani. Foi uma luta formidável essa em que se empenharam as duas agremiações partidárias. Às demissões em massa que Franco de Sá fazia dos bem-te-vis puros, o diretório do partido oposicionista respondia com êste aviso, publicado no seu jornal: O nosso partido está habilitado a pagar, no dia 1.º de cada mês, os ordenados dos seus correligionários que forem demitidos pelo Sr. Joaquim Franco de Sá ("O Bem-te-vi", 2.ª fase, Col. da Bibl. Nacional).

Passados vinte anos, já em outra geração, começa uma nova série de governadores alcantarenses: José da Silva Maia, Augusto Olímpio Gomes de Castro, Carlos Fernando Ribeiro e José Francisco de Viveiros.

Desde 1825 que os alcantarenses tinham tomado posição nos dois partidos políticos formados na Província. De um lado, o moderado, chamado depois, cabano, saquarema, conservador; do outro, o exaltado, que teve sucessivamente os nomes de marreco, bem-te-vi, luzia e liberal. Naquele alistaram-se os Viveiros, Mendes, Sousa e Cerveira; neste, as famílias Costa Ferreira, Franco de Sá, Ribeiro e Serrão.

Moldaram-se êstes partidos em rijos princípios de lealdade e intransigência, o que, com o tempo, foi criando profundas incompatibilidades entre êles. Daí ter-se formado um vínculo de solidariedade de pasmar entre os elementos componentes de cada uma destas agremiações partidárias. Atingido pelo infortúnio, o correligionário tinha ao seu lado o partido inteiro. Fôsse acusado do mais horrível crime e ninguém o abandonaria. O partido era a família do chefe, que o defendia com o seu tino político e o envaidecia com as suas atitudes firmes e desassombradas.

É sabido que o Presidente Vicente Tomaz Pires de Figueiredo Camargo fêz a Assembléia Legislativa Maranhense votar a famigerada lei dos prefeitos com o fim de aniquilar o partido bem-te-vi.

Pois bem, em Alcântara não conseguiu o seu objetivo: os chefes dos dois partidos que ali se digladiavam — o cabano e o bem-te-vi — não aceitaram o cargo de Prefeito, que Camargo lhes ofereceu, ao primeiro para liquidar com o segundo e a êste para vingá-lo da recusa daquele.

E, recusando, disseram por que o faziam: um, por causa do despotismo com que a lei o armava; o outro, para não ter sorte diferente da destinada aos seus correligionários.

Desta maneira, Alcântara não ofereceu ambiente propício à fermentação que deu lugar à revolta dos balaios, os quais são apontados pelos historiadores como os mais sanguinários e inconscientes rebeldes de quantos surgiram no período da Regência, não obstante o grande Gonçalves Dias considerá-los "heróicos e infelizes viriatos da terra maranhense", em carta escrita de Caxias a Teófilo Leal, logo após o seu regresso de Coimbra (Arquivo de Antônio Henriques Leal — Inst. Hist. Geog. Brasileiro).

A eleição da Assembléia Legislativa Provincial, 1845, fornece o outro caso. Foi ela realizada no regime da lei de 3 de dezembro de 1841, que, no dizer de Pedro Calmon, permitia a interferência da polícia nos atos eleitorais. (Hist. Social do Brasil — 2.º vol., p. 206).

Analisando os vícios dêste pleito, Sotero dos Reis dizia em editorial da "A Revista": "A liberdade do voto foi sufocada, assassinada, ludibriada e escarnecida de mil maneiras pelos agentes e criaturas do Govêrno" ("A Revista", n.º 306 — outubro de 1845).

Embora com tais vícios, os candidatos mais votados foram reconhecidos eleitos e tomaram assento na Assembléia, menos um — o chefe do partido cabano alcantarense, que declarou não considerá-la "verdadeira expressão da vontade da maioria do povo" ("A Revista" — de 19 de julho de 1845).

Em 1852, foi a vez de o partido saquarema de Alcântara chefiar a política da Província. Há uma vaga no Senado com a morte de Joaquim Franco de Sá. Pululam os candidatos. Mas os saquaremas alcantarenses impõem a candidatura do seu chefe, que entra na lista tríplice e é escolhido pelo Imperador.

A partir dessa época, o domínio de Alcântara na política do Maranhão foi absoluto.

Tornou-se-lhe, então, fácil, o que lhe vinha custando imensos sacrifícios: manter um dos seus filhos na representação maranhense na Câmara dos Deputados Gerais do Império, vitória que só não conseguiu em duas legis-

laturas (1.ª e 11.ª), o que quer dizer ter tido, durante 57 anos, um deputado alcantarense.

Vale citar os nomes dessa plêiade ilustre: Antônio Pedro da Costa Ferreira, Joaquim Franco de Sá, José Ascenço da Costa Ferreira, Joaquim Mariano Franco de Sá, Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho, Carlos Fernando Ribeiro, Augusto Olímpio Gomes de Castro, José da Silva Maia e Felipe Franco de Sá. Houve legislaturas em que Alcântara teve dois representantes, isto é, um têrço da bancada maranhense: Silva Maia e Gomes de Castro, êste e Felipe. Alguns reelegeram-se várias vêzes: Joaquim Franco de Sá foi deputado dez anos, Gomes de Castro, dezoito.

Na representação maranhense no Senado do Império, a opulenta cidade mantinha o mesmo predomínio.

O Senado da Monarquia durou 63 anos. Nêle as Províncias foram representadas por 229 senadores, dos quais 13 do Maranhão, a saber: Visconde de Alcântara ...... (1826-1834), — Patrício José de Almeida e Silva ...... (1826-1847), — Barão do Pindaré (1834-1860), — Joaquim Franco de Sá (1848-1851), — Ângelo Carlos Muniz (1851-1863), — Jerônimo José de Viveiros .... (1852-1857), — Joaquim Vieira da Silva e Sousa ..... (1859-1864), — João Pedro Dias Vieira (abril-outubro de 1861), — Francisco José Furtado (1864-1870), — Visconde de São Luís (1865-1870), — Cândido Mendes de Almeida (1871-1881), — Visconde Vieira da Silva (1871-1889), e Felipe Franco de Sá (1882-1889). Dêstes, 5 eram alcantarenses: Patrício, Pindaré, Franco de Sá, Viveiros e Felipe, o que dá para Alcântara 38% dos Senadores da Província. Quando a representação era apenas de dois Senadores, houve época (1849-1851) em que êsses dois eram filhos de Alcântara — Pindaré e Franco de Sá.

Era tão evidente tal predomínio, que não escapava à observação mesmo daqueles que viviam indiferentes à política da terra, como o poeta Gonçalves Dias, que dizia a Teófilo Leal, em carta de 12 de junho de 1847: "Se falecer algum dos Senadores por Maranhão, virá o Franco para a Senatória, pois é privilégio de Alcântara dar Senadores à Província, e privilégio dos Sás escolher um dos seus" (Arquivo de Antônio Henriques Leal — Inst. Hist. Geog. Bras.). Na sua conquista, os partidos apresentavam os seus grandes nomes, o que possuíam de mais valioso.

Vista parcial da Rua N. S.ª das Mercês

Prova-o esta lista dos candidatos nas eleições de 1859: José Joaquim Teixeira Belfort — 362 votos; Barão de São Bento — 299; Joaquim Vieira da Silva e Sousa — 297; Cândido Mendes de Almeida — 216; Izidoro Jansen Pereira — 202; Francisco José Furtado — 135; e João Francisco Lisboa — 38.

Entretanto, convém observar não serem compensadores os subsídios dos representantes da Nação naqueles tempos.

Geralmente, a deputação acarretava desequilíbrio orçamentário, como se vê desta nota, encontrada no arquivo de um deputado alcantarense:

Passagens de ida e volta de 5 pessoas	1 800$000	
Id. de 7 escravos	560$000	
Aluguel de casa e carros	1 700$000	
Alimentação	900$000	
Teatro	130$000	
Vestidos para a senhora	600$000	
Id. de meninas	500$000	
Terno do deputado	250$000	
Presentes	300$000	
	6 740$000	
A deduzir:		
Subsídio de 4 meses	2 400$000	
Ajudas de custas	600$000	
	3 000$000	3 000$000
Prejuízo		3 740$000

No conceito de Monteiro Lobato, o progresso das cidades brasileiras é nômade e sujeito a paralisias súbitas. "Radica-se mal". "Conjugado a um grupo de fatôres sempre os mesmos, reflui com êles de uma região para outra". "Progresso de cigano, vive acampado". "Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas". "Nesses lugares, não se conjugam verbos no presente". "Tudo é pretérito".

Foi o que aconteceu em Alcântara.

A decadência começou no qüinqüênio de 1865 a 1870, concorrendo para isso vários fatôres. O maior, sem dúvida, foi o incremento da indústria açucareira da Província. As terras de Alcântara, por serem areentas, são impróprias à lavoura canavieira, lavoura que tem o seu ***habitat*** no Pindaré, Mearim, e baixo Itapecuru, onde, entretanto, o seu desenvolvimento vinha sendo sopitado, naquela época, pelas dificuldades de transportes.

A navegação fluvial a vapor resolveu êste problema.

O eixo da produção maranhense deslocou-se do litoral para os vales dos rios. Com a nova geração de lavradores, começou o abandono da velha Alcântara.

A lei de 13 de maio de 1888 apressou-lhe a decadência, que o urbanismo de São Luís completou.

Da grandeza antiga ficou a prataria das igrejas, uma fortuna em arte, moldada em boa prata portuguêsa, pesando algumas dezenas de arrôbas.

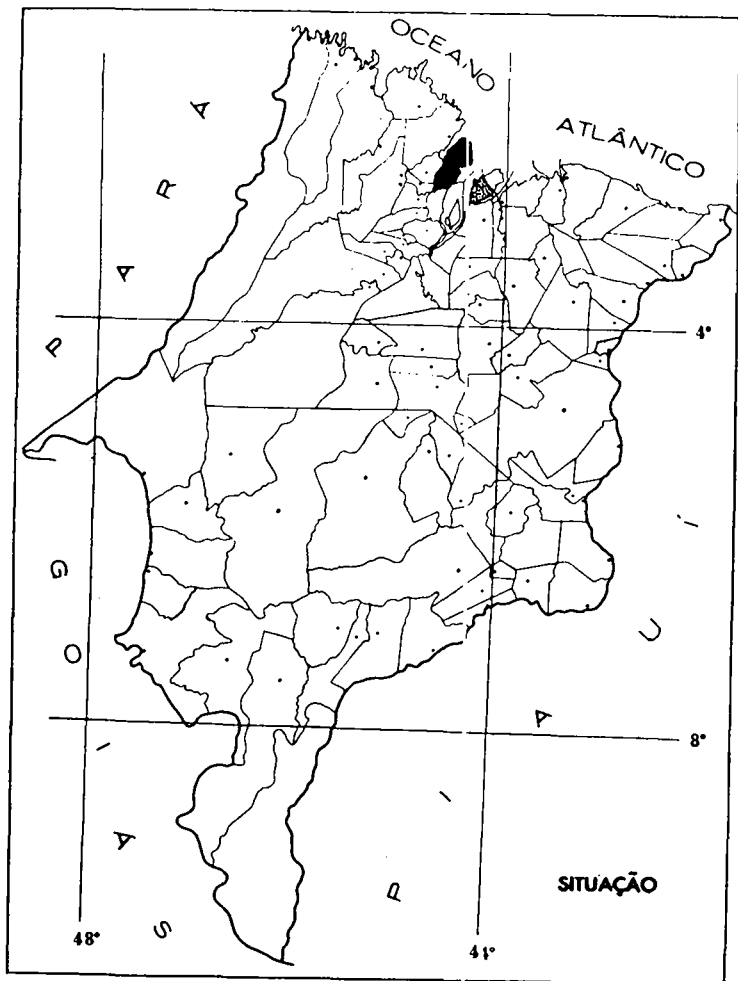
No começo da República de 1889, o Govêrno Federal confiscou esta fortuna. Não sabemos com que princípio jurídico se justificou o confisco, pois a prata não era

bem de ordem religiosa extinta, senão patrimônio das igrejas, provenientes de doações dos alcantarenses aos Santos de sua devoção. A verdade é que o povo, de natureza tão branda, se julgou esbulhado e tentou reagir, só capitulando diante de um pelotão do 5.° Batalhão de Infantaria, que de São Luís foi a Alcântara embarcar a prata.

Apesar da confiscação, ainda ficaram nas igrejas alcantarenses alguns objetos de prata, que as famílias zelosamente guardavam e não foram vistos pelos agentes do Govêrno.

Passados anos, o Bispado os recolheu, dando à igreja de Nossa Senhora do Carmo a quantia de oito mil cruzeiros, que Agostinho Reis — alcantarense que nunca esqueceu a sua terra, honestamente empregou no consêrto da referida igreja.

Assim, do esplendor do passado, só restam tristes ruínas, as quais, mesmo assim, tendiam a desaparecer totalmente, não fôsse o ato do Govêrno Federal de 22 de dezembro de 1948 — data do tricentenário de sua elevação a vila —, considerando Alcântara "Cidade Monumental Nacional". É atual Prefeito do município o Sr. José dos Santos Carvalho Júnior.

LOCALIZAÇÃO — Latitude Sul: 2° 24' 26". Longitude W. Gr.: 44° 24' 23". Posição relativa à Capital, rumo N.O.: 22 quilômetros (em linha reta), sendo, por conseguinte, o município mais próximo a São Luís. Altitude: 4 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É salutar e agradável. O inverno (estação das chuvas) é de janeiro a junho e o verão nos demais meses.

ÁREA — Totaliza 1 114 quilômetros quadrados, sendo o 70.° do Estado em ordem de grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950 o total do município era de 14 820 habitantes, — o que equivale a 13,3 habitantes por quilômetro quadrado —, sendo 7 527 homens e 7 293 mulheres. A sede contava com 1 453 habitantes e a vila de São João de Côrtes, 550. A zona rural era habitada por 12 817 almas, ou seja, 86% do total.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Sua lavoura foi opulenta, principalmente a da cana-de-açúcar, tendo sido levantados grandes engenhos, ainda hoje ali se encontrando, à vista do visitante, aspectos de sua vida grandiosa de antanho. A decadência econômica do município vem dos fatos desenrolados com a abolição da escravatura e a queda do Império, desaparecendo, em conseqüência da falta do braço escravo, a indústria açucareira.

Hoje, a agricultura é a principal atividade econômica do município, e o quadro abaixo dá a produção em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Arroz em casca	Saco de 60 kg	17 000	2 040
Feijão	» » » »	1 500	450
Mandioca-brava	Tonelada	14 000	3 500
Melancia	Fruto	125 000	375
Milho	Saco de 60 kg	13 000	1 950
Banana	Cacho	390 000	2 340

Sua produção industrial é insignificante, resumindo-se apenas na preparação de farinha de mandioca em pequenos fornos espalhados pelo interior do município, exploração de sal marinho e carvão vegetal, os quais, em 1955, totalizaram:

	Volume	Valor (Cr$)
Farinha de mandioca ..	144 900 kg	507 150
Sal marinho	400 t	80 000
Carvão vegetal	480 t	480 000

MEIOS DE TRANSPORTE — É servido por linha regular de navegação marítima, que o liga à capital do Estado, com viagens bissemanais, realizadas em barcos a vela.

A sede municipal tem as seguintes comunicações com as cidades vizinhas e respectivos meios de transporte: Guimarães: marítimo, 67 quilômetros ou misto: a) a cavalo, até Pari-açu e b) marítimo, 38 quilômetros; Cajapió: marítimo, 53 quilômetros; Peri-Mirim: marítimo, 42 quilômetros; Bequimão: misto: a) marítimo, 25 quilômetros, até Santo Inácio; b) a cavalo, 18 quilômetros, até Pavão, e c) marítimo, 50 quilômetros, até Bequimão.

COMÉRCIO — Na sede municipal há 4 estabelecimentos atacadistas, 13 varejistas e 6 de prestação de serviços. O comércio local mantém transações, exclusivamente, com a capital do Estado, importando café, açúcar, sabão, manteiga, querosene, produtos farmacêuticos, louças, ferragens, artigos de armarinho, etc.

ASPECTOS URBANOS — Apenas 10% das ruas da sede são calçados a paralelepípedos; 20% de pedra comum ou irregular e o restante (70%) sem calçamento. O serviço

postal-telegráfico é feito pelo Departamento dos Correios e Telégrafos que dispõe de uma Agência Postal Radiotelegráfica. Não há hotel nem pensão, sendo que os visitantes ou viajantes costumam ficar hospedados em casas de amigos ou pessoas mais abastadas, que sentem verdadeiro prazer com isso. Na Prefeitura Municipal apenas um caminhão está registrado. Na iluminação pública são consumidos 20 000 kWh e na particular 16 500. Existem 3 Cartórios, sendo um exclusivo do Registro Civil (o da Vila São João de Côrtes), e os demais na sede, a saber: o do 1.º Ofício, com as atribuições de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, Tabelião, Escrivão do Crime e Escrivão do Cível; o do 2.º Ofício: Casamentos, Nascimentos e Óbitos, Órfãos e Ausentes, Tabelião e Escrivão do Crime. Apesar de ser Comarca de 2.ª Entrância, seus Cartórios não possuem mais de uma escrivania do Cível e não têm as atribuições de Partidor, Distribuidor, Contador, Depositário Público e Fazenda Pública.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os alcantarenses valem-se de um Pôsto do Departamento de Endemias Rurais, o qual, muito embora seja de caráter geral, apenas dispõe de 2 guardas para o serviço de malária. Em casos graves ou de diagnósticos mais difíceis, é solicitado à Capital um médico especializado ou o doente é conduzido a São Luís.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 encontrou 1 794 pessoas de mais de 5 anos de idade que sabiam ler e escrever, o que equivalia a pouco mais de 12% da população, sendo 947 homens e 847 mulheres.

Ensino — Em 1956 Alcântara contava com 19 unidades escolares, sendo 13 de ensino Fundamental Comum, 5 do Supletivo e 1 do Complementar.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As Igrejas, por serem de construções antiquíssimas, apresentam adornos e ornamentações as mais variadas, destacando-se, entre tôdas, a Igreja do Carmo, talhada no puro estilo manuelino e cuja construção data do século XVII, possuindo raras e riquíssimas particularidades. Dentre essas podem ser citados o altar-mor e o do Santíssimo Sacramento, aprimorados trabalhos em talha dourada. Nesse Templo, em uma das suas dependências, se encontra a galeria composta de imagens e quadros religiosos de grande valor. Com relação aos utensílios para os ofícios religiosos, são, na sua maioria, de apreciável idade e incalculável valor, pois ou o são de ouro ou de prata.

Já não existem, em perfeito estado de conservação, monumentos históricos e artísticos. Restaurado pelos irmãos Soares, encontra-se o Pelourinho, onde eram amarrados e surrados os escravos. É o mesmo encimado pelo emblema da Vila de Santo Antônio de Alcântara. Há, também, as fontes de Miritítiua e das Pedras, sendo a primeira notável pela água que, segundo afirmam, tem propriedades terapêuticas. Outro monumento digno de registro, embora em ruínas, é o Forte de São Sebastião, cuja construção foi concluída em 1763, mas que ainda possui seus canhões em perfeito estado.

Embora em condição precária, constituem motivo de turismo as ruínas de vários palacetes de Comendadores, Barões (Mearim, São Bento, Pindaré e Grajaú); a casa onde funcionava o Jornal de Alcântara; o Palácio onde seria recepcionado o Imperador D. Pedro II, quando de sua prometida visita à Província do Maranhão e cujas obras não chegaram ao final devido à Proclamação da República; a Chácara do Nazaré; a Casa do Senado da Câmara, hoje transformada em Penitenciária do Estado.

Dado o seu caráter de Cidade-Monumento e do seu passado glorioso, possuidora que foi de grandes fortunas e filhos ilustres, ainda restando, mesmo em ruínas, várias curiosidades que guardam o aspecto primitivo de sua arquitetura colonial, Alcântara é visitada com freqüência, principalmente por estudiosos, muitos dêles procedentes de várias partes do país.

Para a Câmara Municipal são eleitos 9 vereadores.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	124	...	319	57	384
1951.......	131	...	297	59	269
1952.......	69	124	345	51	246
1953.......	89	139	698	60	423
1954.......	76	135	596	63	852
1955.......	111	138	586	61	621
1956 (1)....	177	...	820	64	754

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — É sem dúvida alguma, o "Bumba-meu-boi" um dos mais tradicionais folguedos populares celebrados em Alcântara, quiçá no Maranhão. Segundo versões mais correntes, o Bumba-meu-boi teve origem no conhecido "Monólogo do Vaqueiro", de Gil Vicente, encenado pela primeira vez nas câmaras reais de Dona Maria I, Rainha de Portugal e espôsa de Dom Manuel, o Venturoso, a 8 de junho de 1902, quando nasceu o Príncipe Dom João. No fim do século XVI, através da colonização portuguêsa, penetrou nos costumes brasileiros, aparecendo em terras baianas, de onde se irradiou para todo o Nordeste e a Amazônia, bem como parte de Espírito Santo, Minas Gerais, etc. Tal brincadeira é geralmente apresentada por caboclos da zona rural, quase sempre vaqueiros, os quais, para maior brilhantismo do seu "cordão", economizam todo o ano, a fim de poderem adquirir vestes lindíssimas e custosas. Começando a ensaiar em abril, sua apresentação é feita a partir de 23 de junho, véspera de São João, prolongando-se, na maioria das vêzes, até 30 do mesmo mês, dia de São Marçal, quando é realizada a morte do boi. Êste é confeccionado de madeira ou buriti e coberto de veludo, com lentejoulas, miçangas e outros adornos, tendo, na realidade, a semelhança de um bovino. Sob sua armação se oculta um homem, especialmente escolhido, que, cadenciado, descamba em tôdas as direções, fazendo nuvens de poeira com os pés. Saltando, rodopiando, rugindo e contorcendo-se, êle reúne, em tôrno de si, a atenção dos "bailantes" e de todo o povo presente. Os bailantes adornam-se, igualmente, das mais variadas maneiras: uns com fitas que circundam todo o corpo; outros, com penas de aves — os caboclos reais —, e outros, até, com máscaras — o Pai Francisco. Seus instrumentos musicais são os maracás, as

matracas, os bombos, os quais, afinados, acompanham melodiosas e dolentes cantigas. As principais personagens são: o vaqueiro, o boi, o Pai Francisco e a Mãe Catarina. Os mais bem organizados possuem os caboclos reais. O tema, que varia muito de região, versa, via de regra, sôbre a história de um rico fazendeiro, possuidor de grande quantidade de gado. Dentre os de sua criação destaca-se um boi que, pela sua beleza, é a menina-dos-olhos do seu proprietário. Acontece, no entanto, que, Catarina, mulher de Pai Francisco, empregado do fazendeiro, por estar grávida, "deseja" comer assado o fígado do referido boi. A princípio, temeroso do que pudesse vir a acontecer-lhe, Pai Francisco reluta em assim proceder, porém, pela insistência da mulher, resolve furtar o boi, matando-o a seguir, a fim de retirar o fígado, para satisfação de sua companheira. Verificada a falta, o fazendeiro faz vir à sua presença o chefe dos caboclos reais, determinando rigorosa busca. Após uma série de investigações, fica esclarecido ter sido o boi furtado e morto por Pai Francisco. Prêso êste, é levado à presença do seu chefe e, depois de ser ameaçado com vários castigos, confessa ser o autor do furto e morte do boi, porém compromete-se a conseguir um doutor, famoso na região, capaz de ressuscitá-lo. Desacreditando em comêço, mas admirado das proezas do doutor, resolve o fazendeiro, então, mandar chamá-lo. Para surprêsa de todos, o médico entoa certos cânticos sôbre a cabeça do boi e êste, lentamente, vai voltando ao seu estado primitivo, isto é, volta a bailar, trazendo completa alegria para todos. A brincadeira do Bumba-meu-boi arrasta em tôrno de si grande parte da população, formando-se cortejo que percorre as principais vias públicas, fazendo-se a representação diante das residências de famílias abastadas, pois estas podem melhor compensar o esplendor da folgança. Eis alguns dos inúmeros versos entoados na festa do Bumba-meu-boi:

I

Ó! lá vai, lá vai
O boi já vai prá lá
Eu quero vê poeirá
No terreiro onde chegá

II

Apareça o nêgo Chico
Com sua amante Casumbá
Bruica, brinca, nêgo Chico
Não deixa êsse boi te dá

III

Morreu meu boi de fama
Mataram meu fama reá
Mataram meu bonito boi
Na porta do currá

IV

Abre a porta que cheguei
Eu não vim prá demorá
Morena apaga a lanterna
Deixa o boi balanceá

V

A lua vem surgindo
O dia vem raiando
É tarde dona, não demora
Mataram o boi na porta brincando

VI

Brilha prata, brilha ouro
No chapéu da guarnição
Brinca meu querido boi
Na noite de São João.

Dentre as festas religiosas, destaca-se das demais, quer pela sua tradição, quer pelo brilhantismo com que é realizada, a oficiada em homenagem ao Divino Espírito Santo. Dizem os antigos, embora não precisem seus mínimos detalhes, que a mesma foi celebrada, pela primeira vez, em Portugal, em obediência a uma promessa feita pela então Soberana, dada a guerra entre aquêle país e a Espanha e na qual a Rainha sentia periclitar sua Coroa. Mais tarde, com a colonização portuguêsa no Brasil e já sendo tradicional sua celebração em Portugal, foi a mesma aqui introduzida. A comemoração obedece a uma forma de Império, com todo o esplendor de uma côrte, desde o Imperador ou Imperatriz, até os Mordomos de Baixo. Realiza-se alternadamente, isto é, um ano aparece só o Imperador e no seguinte sòmente a Imperatriz, em ambos os casos, porém, com 13 festeiros. Sua realização ocorre entre maio e junho, de acôrdo com o calendário romano. É iniciada na quarta-feira com a chegada do mastro (em cujo tôpo encontra-se desenhada a figura de uma coroa e é artìsticamente enfeitado de frutas), e seu levantamento se dá em uma praça pública. No dia seguinte, quinta-feira dá Ascensão, é celebrada a primeira missa da festa, para cujo comparecimento é obrigatório o uniforme branco. No domingo seguinte — chamado *do meio* —, nova missa é realizada, já agora, entretanto, com o vestuário côr-de-rosa. Na semana que se segue, até sexta-feira, são realizadas, tôda noite, as visitas, isto é, cada Mordomo faz uma visita ao Imperador (ou Imperatriz), com passeata ao som de orquestra e iluminada por balões. Após regressarem às suas casas obsequiam, com doces e bebidas, todo o séquito real e os convidados. No sábado realiza-se uma cerimônia muito bonita e tocante: a entrega, por todos os festeiros, das esmolas aos pobres da cidade. O Imperador ou Imperatriz dá 24; o Mordomo ou Mordoma Régia, 18, e os Mordomos de Baixo, 12 esmolas cada, que são, geralmente, compostas de carne, farinha, pão, doce e lenha. No domingo, a festa atinge, então, seu ponto culminante, com a celebração, às 10 horas, de solene missa cantada, ocasião em que o povo aflui em massa à Igreja. Terminado o ofício religioso, forma-se um cortejo, ao som de músicas e sob foguetório, que percorre as principais ruas da cidade, dirigindo-se, finalmente, à casa do Imperador, onde, então, com tôda pompa e protocolo (para isso cada festeiro possui um mestre-sala) é oferecida uma grande mesa de doces com bebidas as mais variadas. É interessante frisar que, em tôdas as cerimônias em casa, nenhuma pessoa pode cruzar braços ou pernas, pois está sujeita a ser prêsa pelo festeiro, que a leva debaixo do mastro, de onde sòmente poderá sair (ou ser sôlta) após dar uma gratificação àquele que a prendeu. À tarde realiza-se imponente procissão (cerimônia essa já introduzida no presente século), também percorrendo quase tôdas as ruas da cidade, encerrando-se os festejos com ladainha, bênção do Santíssimo e a leitura, sempre emocionante, do peloiro, contendo a relação dos festeiros para o ano seguinte. À noite efetuam-se bailes

3 — 24 931

públicos. (Convém assinalar que essa festa não é, de maneira alguma, de largo, como a maioria das religiosas: as festividades ou o são na própria igreja ou então na residência dos festeiros.)

As outras solenidades religiosas são tôdas comuns e sem grande animação: Nossa Senhora do Livramento (em dezembro) e São Benedito (em agôsto). O padroeiro da cidade é São Matias, porém há muito não se celebra qualquer ato em seu louvor.

O carnaval também é pouco expressivo, devido, possìvelmente, ao espírito católico da quase totalidade dos alcantarenses.

FILHOS ILUSTRES — Nos séculos XVI e XVII as famílias alcantarenses, na maioria fidalgos portuguêses ou descendentes, no tocante à educação, não mais se conformavam com as primeiras letras e então enviavam seus filhos para serem educados na Europa. Durante mais de um quarto de século, estabeleceu-se intenso intercâmbio mental entre Coimbra e Alcântara. Vários de seus filhos formaram-se por aquela famosa Universidade. Mais tarde, com a criação do curso jurídico no Brasil, Coimbra foi substituída por Olinda. Ali, então, diplomaram-se o *Barão de Grajaú, Gomes de Castro, Franco de Sá* e outros. Possuiu Alcântara vários filhos seus como governadores da Província, destacando-se, dentre êstes, o grande médico *Silva Maia* — educado em Paris. No Conselho da Coroa teve dois representantes: *Gomes de Castro* e *Felipe Franco de Sá*. Êste foi por três vêzes Ministro de Estado. Ao baronato foram elevados quatro alcantarenses: *Mearim* (1849); *São Bento* (1853); *Pindaré* (1854) e *Grajaú* (1884).

Dentre muitos outros filhos ilustres, merecem destaque os seguintes:

Custódio Alves da Pureza Serrão (Frei), nascido a 22-10-1799 e falecido no Rio de Janeiro a 10-3-1873. Bacharel em Filosofia e Ciências Naturais por Coimbra. Professor naturalista e helenista; lente da Academia Militar; Diretor do Museu Nacional e do Jardim Botânico. Cavalheiro da Ordem de Cristo. Em 1840 escreveu um folheto sôbre a teoria atômica.

Joaquim Franco de Sá, nascido a 25-12-1807 e falecido no Rio de Janeiro a 10-10-1861. Bacharel em leis pela Faculdade de Olinda, na turma de 1832, a primeira saída dessa Faculdade. Procurador da Fazenda Nacional no Maranhão, Juiz de Direito e Vice-Presidente da Província. Foi Presidente das Províncias da Paraíba e Maranhão. Fundou "O Americano", a 21-1-1836, para defender as idéias liberais.

Augusto Olímpio Gomes de Castro, nascido a 7 de novembro de 1836 e falecido no Rio de Janeiro a 31 de janeiro de 1909. Bacharel em ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Recife. Presidente das Províncias do Piauí e do Maranhão; Senador e Conselheiro do Império. Nomeado Ministro da Marinha em 1877, não aceitou.

Luís Alfredo Neto Guterres, nascido a 4-4-1880 e falecido em São Luís a 20-6-1934. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1905 defendia, brilhantemente, a tese "Estudo Clínico dos Vícios de Conformação Ano-Retais e seu Tratamento", recebendo, em conseqüência, convite do mestre e amigo Barata Ribeiro para ficar no Rio, a que não atendeu, regressando ao Maranhão, tentando fixar-se em Alcântara — já a essa altura na mais desoladora decadência — e, não o conseguindo, transferiu-se para a capital do Estado. Médico dos mais capazes e coração bondoso, apenas quis ser o que sempre foi: o médico dos pobres.

Brigadeiro José Teodoro de Azevedo Coutinho (Barão do Mearim), nascido em 1775. Em face de ser rico e a sua fortuna estar sempre à disposição do Govêrno, em 1849 Pedro II conferiu-lhe o título de Barão do Mearim, sendo, por conseguinte, o primeiro alcantarense a ter tão elevada honra.

José da Silva Maia. Formou-se em Medicina em Paris, sendo condecorado como um dos primeiros alunos por Luís Felipe, Rei da França. Foi Deputado Provincial, Deputado Geral e Presidente da Província. Em 1862 fundou o Partido Conservador. Seu nome é perpetuado por uma avenida, no centro da cidade de São Luís.

Carlos Ribeiro (Barão de Grajaú), nascido em 1815, formou-se em Direito na Escola de Olinda, em Medicina na Filadélfia e em Agronomia no Yale College. Fundou, em Alcântara, o maior estabelecimento açucareiro da Província, o Engenho Cirijó. Foi Chefe do Partido Liberal. Orientou e redigiu os seguintes jornais: "A Imprensa", "Moderação" e "O Progresso".

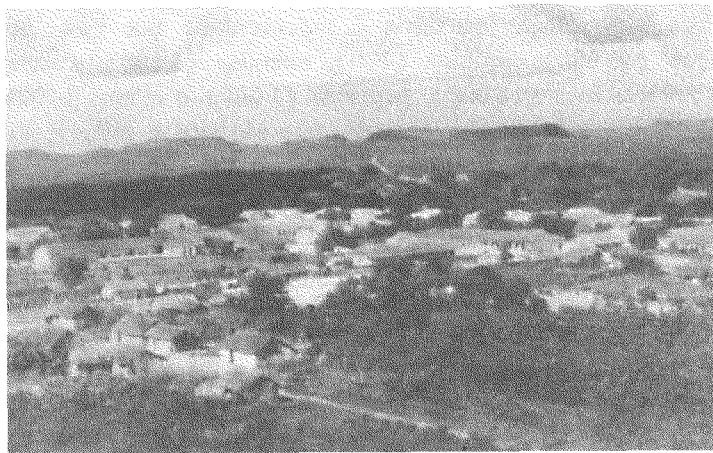
Antônio Pedro da Costa Ferreira (Barão do Pindaré), nasceu em 1778, formando-se pela Universidade de Coimbra. Foi um dos arautos do movimento da independência do Maranhão. Estêve na Assembléia Geral como representante do povo maranhense e, mais tarde, Diogo Feijó, o Regente, o nomeava Presidente do Maranhão. Pelos serviços prestados na sua vida pública, a Coroa conferiu-lhe o oficialato da Imperial Ordem do Cruzeiro (1841) e o título de Barão do Pindaré (1854).

(Autor do histórico — Prof. Jerônimo de Viveiros; Redação Final — Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Departamento de Terras, Geografia e Colonização e documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão.)

ALTO PARNAÍBA — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Alto Parnaíba, ex-Vitória do Alto Parnaíba, cidade situada à margem esquerda do rio Parnaíba, em frente a Santa Filomena, município piauiense, foi desmembrado, por Lei provincial de 8 de junho de 1871, do município de Paranaguá, do Piauí, passando a ser um distrito administrativo de Loreto, do Maranhão.

Residia, em Santa Filomena — PI, Francisco Luís de Freitas, que foi o primeiro povoador de Alto Parnaíba, visto haver penetrado no território com a finalidade de praticar a agricultura. Ali instalado, deu-lhe o nome de Barcelona. Tempos depois, surge Cândido Lustosa, vaqueiro do Barão de Santa Filomena que, forçado a retirar-se daquele distrito, mudou-se, também, para terras de

Vista aérea da cidade

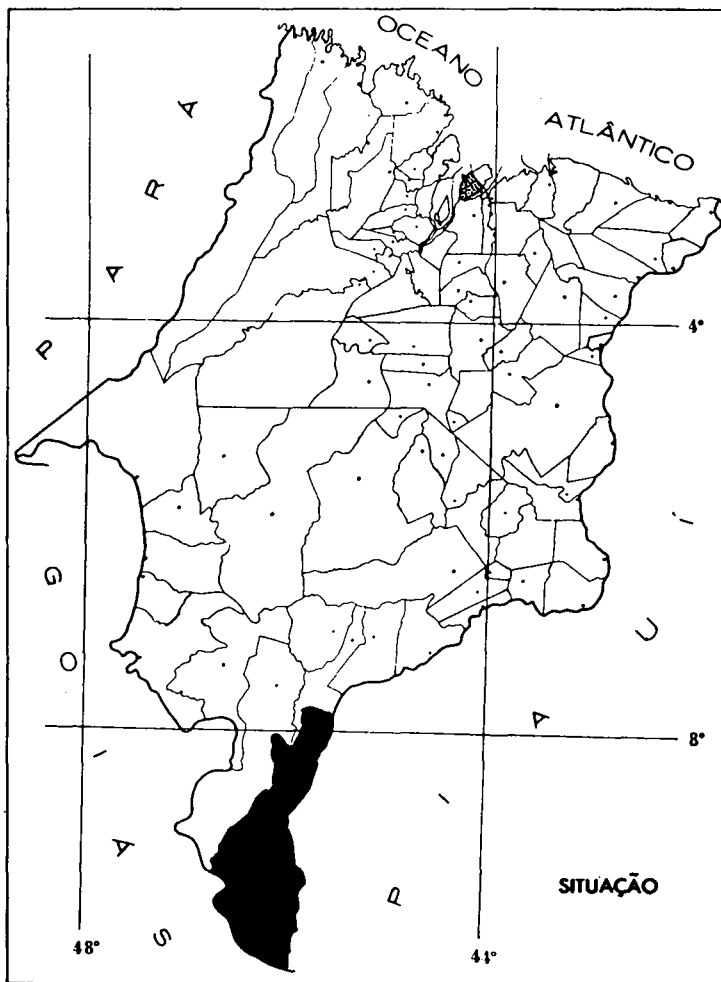
Alto Parnaíba, ao sul da fazenda Barcelona. Nessa localidade, que denominou Paixão, construiu casa e praticou a lavoura. Mais tarde, por questão íntima, transferiu-se para Barcelona, com a anuência de Francisco Luís de Freitas.

Reunidos os dois, procuraram fazer melhoramentos no lugarejo, inclusive com a construção de uma igreja. De Barcelona o povoado passou a ser chamado Vila de Nossa Senhora da Vitória, o que deu margem a uma questão entre o Barão de Santa Filomena e os fundadores da nova vila, visto aquêle — que era chefe de tôda a região — em tal fundação não consentir. A desordem só teve fim depois da interferência de um destacamento de 20 praças, chefiado pelo oficial de polícia José Ayres, saindo vitoriosos os criadores da Vila Nossa Senhora da Vitória, por esta pertencer à província do Maranhão e não à do Piauí. Os seus primeiros habitantes foram os índios da tribo tapuia, que viviam nas margens do rio.

Data, portanto, do ano de 1856 o município de Alto Parnaíba, mas a sua fundação pròpriamente dita foi a 19 de maio de 1866, quando Francisco Luís de Freitas e sua mulher, Micaela Abreu de Freitas, fizeram doação das terras de sua fazenda Barcelona à igreja local.

Pela Lei provincial de n.º 1 227, de 9 de abril de 1881, foi criado o município, que é elevado à categoria de vila em 1891, passando à denominação de Vitória do Alto Parnaíba, em 1.º de janeiro de 1939. Em 1943, o Decreto-lei n.º 820, de 30 de dezembro, fixou a atual divisão administrativa e judiciária do Estado, mudando, também, o nome de Vitória do Alto Parnaíba para Alto Parnaíba, que ainda conserva. É o atual Prefeito do Município o Sr. José Soares.

Vista do Pôrto

LOCALIZAÇÃO — Latitude Sul: 9° 11'. Longitude Oeste Greenwich: 45° 50' 21". Posição relativa à Capital — rumo: S.S.O.; distância em linha reta: 753 quilômetros, sendo, por conseguinte, o município mais distante e mais meridional.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É a sede municipal maranhense de maior altitude, com 295 metros.

CLIMA — Tropical, mas agradável em certa época do ano. Como nos demais municípios maranhenses, apenas duas estações se distinguem: o inverno (que se caracteriza pelas chuvas) e o verão, estação da sêca. De janeiro a abril há abundância de chuvas, ficando a temperatura úmida e quente; de maio a agôsto, sêco, declinando bastante a temperatura à noite, e de setembro a outubro é a época mais quente.

ÁREA — É o segundo município do Estado em grandeza territorial, conforme quadro abaixo:

Grajaú	—	19 940 km²
ALTO PARNAÍBA	—	15 935 km²
Carutapera	—	15 035 km²
Pindaré-Mirim	—	14 975 km²
Barra do Corda	—	14 294 km²

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população total do município era de 10 383 habitantes, sendo 5 056 homens e 5 327 mulheres; 89,14% da população estavam localizados na zona rural. Do total, 5 069 eram pardos; 2 945 brancos, e 2 340 pretos. Quanto à religião, 10 271 eram católicos romanos e as demais re-

ligiões poucos adeptos possuíam. Apenas 1 estrangeiro do sexo feminino foi encontrado, e 24 pessoas — 11 homens e 13 mulheres — não declararam a nacionalidade. Da população econômicamente ativa — de 10 anos e mais —, num total de 7 261 pessoas (3 474 homens e 3 787 mulheres), o maior contingente foi encontrado no ramo "atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes", ou seja, 3 908 (homens — 358 e mulheres — 3 550), vindo a seguir "agricultura, pecuária e silvicultura", com 2 781 pessoas (2 747 homens e 34 mulheres). Em 1950, em Alto Parnaíba, das pessoas de 15 anos e mais, 3 150 eram casadas; 2 360, solteiras; 495, viúvas; e 1 desquitada ou divorciada.

A densidade demográfica era de 0,65 hab./km².

O D.E.E. calcula em 11 111 pessoas a população de 1956.

Aglomerados urbanos — São três: o da sede com 937 pessoas; o de Brejo da Porta com 136, e o de Curupá com 54.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município é constituída pela agricultura e a pecuária. Seus principais produtos são: arroz, milho, algodão, farinha de mandioca, cana-de-açúcar, feijão e fava. A produção, em 1955, foi a seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz em casca	Saco de 60 kg	47 000	3 290 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	16 000	1 600 000
Feijão	Saco de 60 kg	1 660	498 000
Mandioca	Tonelada	560	280 000
Fava	Saco de 60 kg	1 800	270 000
Milho	» » » »	24 000	1 440 000
Algodão em caroço	kg	45 000	150 000
Banana	Cacho	120 000	600 000
Fumo	kg	2 400	16 000
Laranja	Cento	3 380	101 400

Há, também, no município, usina para beneficiar arroz; engenhos para produção de aguardente de cana, rapadura; fabricação de produtos cerâmicos, etc.

O quadro abaixo dá a produção industrial em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Farinha de mandioca	kg	202 270	336 650
Rapadura	»	86 950	333 600
Aguardente de cana	Litro	30 100	333 000
Arroz pilado	kg	30 000	175 000
Tijolos	Milheiro	420	120 000

Mercado Público Municipal

A população pecuária é representada por gado bovino (36 000), eqüinos (700), asininos (1 500), muares (600), suínos (16 000), caprinos (1 600) e ovinos (400). O bovino e suíno é exportado, não só para o próprio Estado, como para Teresina-PI e Fortaleza-CE juntamente com couro de boi e peles silvestres. Como outras riquezas naturais do município, encontram-se jazidas de pedras calcárias, madeiras para construção e frutos oleaginosos. Possui, ainda, garimpos de diamante na margem e no leito do rio Parnaíba. Por razões desconhecidas não mais exploraram os referidos garimpos, embora o houvessem feito, anteriormente, com apreciável êxito.

Pôsto Médico Municipal

A pesca é praticada em pequena escala, como atividade subsidiária. Calcula o Departamento Estadual de Estatística que, em 1956, o pescado foi num total de 5 toneladas, valendo 60 mil cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — Serve ao município não só a navegação fluvial como a aérea. É utilizada, também, embora em pequena escala, a via terrestre.

Tem as seguintes comunicações e respectivos meios de transporte com as cidades vizinhas: Balsas: a cavalo, 427 quilômetros; Sambaíba: misto a) a cavalo até Balsas, 427 quilômetros e rodoviário, 136 quilômetros; Santa Filomena-PI: fluvial, 120 metros; Lizarda-GO: rodoviário, 120 quilômetros. O seu pôrto é ponto terminal do rio Parnaíba e é por êle que se escoa a produção agrícola da zona limítrofe ao sul goiano.

Antes de o avião ser utilizado como veículo comercial, Alto Parnaíba ficava quase que isolada da capital do Estado, sendo que seu contacto comercial e mesmo entre pessoas era sòmente feito com o Piauí e Goiás. Já agora, porém, é servida de aviões do' Consórcio Real-Aerovias-Aeronorte duas vêzes por semana, havendo, por conseguinte, facilidade de ligação com São Luís e outras cidades, além do Sul do país.

COMÉRCIO — Há, na sede municipal, 22 estabelecimentos varejistas. Os principais mercados compradores dos produtos agrícolas do município são: Gilbués, Floriano, Teresina e Fortaleza. O comércio local tem transação com as praças de Floriano, Teresina, Recife e Fortaleza, donde importa tecidos, ferramentas, sal, café, querosene, miudezas em geral, louças, produtos medicinais, etc.

ASPECTOS URBANOS — Localiza-se, na sede municipal, um campo de pouso que recebe aviões DC-3. Contam-se, na cidade, apenas quatro praças, agrestes, sem nenhum serviço de jardinagem. As ruas são irregularmente traçadas e acidentadas. O serviço postal-telegráfico é feito pelo Departamento dos Correios e Telégrafos. A cidade é iluminada a luz elétrica e o motor que fornece a energia é de 40 kVA, 1 e 2 kW. Existem 374 lâmpadas com, aproximadamente, 18 450 velas, sendo 9 750 para fins particulares e 8 700 públicas. Há um projeto para a construção de usina hidráulica no ribeirão São José, distante da cidade cinco quilômetros, mais ou menos. Duas rampas constituem o pôrto, sendo uma destinada a canoas e balsas de buriti.

Alto Parnaíba foi sede de comarca por Decreto provincial n.º 1 379, de 11 de maio de 1886, e elevada a 1.ª entrância em 6 de fevereiro de 1890, sendo extinta, anos depois, passando a têrmo da comarca de Mirador.

Praça Benedito Leite, vendo-se um prédio comercial e residencial

Porém a Lei n.º 1 120, de 9 de maio de 1923 a cria, novamente, permanecendo nessa qualidade até 18 de maio de 1927, quando voltou a ser têrmo da comarca de Santo Antônio de Balsas. Restaurada que foi pelo Decreto número 78, de 2 de maio de 1931, desapareceu, voltando, outra vez, a têrmo da mesma comarca, por ato de 1.º de janeiro de 1939. Finalmente, é restaurada pelo Decreto-lei n.º 960, de 20 de dezembro de 1934. Atualmente é comarca de 2.ª entrância, restabelecida que foi pela Lei n.º 289, de 26 de janeiro de 1949, que atribuiu nova organização judiciária ao Estado. É constituída por 1 Juiz de Direito, 3 Juízes substitutos, 1 Promotor Público, 1 Oficial do Registro Civil, 2 Tabeliães e escrivães do Juízo, 2 Escreventes Juramentados e 2 Oficiais de Justiça.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, 1 895 pessoas de mais de 5 anos de idade sabiam ler e escrever, sendo 1 107 homens e 788 mulheres.

Das 58 pessoas — 30 homens e 28 mulheres — de 10 anos e mais que possuíam curso completo, 47 pessoas tinham diploma de grau elementar — 24 homens e 23 mulheres —, 9 de grau médio — 4 homens e 5 mulheres — e 2 homens eram diplomados em escola de grau superior.

Grupo Escolar Vitorino Freire

Ensino (1956) — O número de unidades escolares, no município é de 26, assim distribuído: Ensino Fundamental Comum, 14; Fundamental Supletivo, 11; e Complementar, 1.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui o município a biblioteca municipal denominada "Presidente Vargas", com 1 200 volumes.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Existe a Cachoeira da Taboca, com, aproximadamente, 10 metros de altura, num declive de 100 metros, capaz de fornecer energia elétrica para abastecimento de outras cidades. Seu nome vem da fazenda onde está localizada. Há, também, vários ribeirões de águas cristalinas e volumes perenes. A cidade é banhada pelo rio Parnaíba, que mede, até a foz, 1 716 quilômetros de extensão. Parnaíba, cuja grafia era *Parnahyba*, segundo Saint Hilaire, vem da palavra guarani *pararahiba*, que quer dizer — rio que se lança num pequeno mar. Entretanto, José d'Alencastro diz que o nome é *paranahyba*, palavra que se compõe de *paraná*, grande, *hy*, água e *ba*, que corre ou seja — água grande que corre. Opinam alguns etimologistas que o vocábulo é a contração de *paraná-ahiba*, que se compõe das vozes tupis — *paraná*, rio ou mar e *ahiba*, mau, encachoeirado. O rio Parnaíba, através dos tempos, teve vários nomes, como: Rio Grande dos Tapuios (1857); Punaré (1610); Pará (1614); Paracaçu (1626); Paraguaçu (1677) e das Garças.

Rio Medonho banha as fazendas Cabeceiras, Serra Branca, Mangabeira, Pomerana, Sossêgo, Àgua Branca, Itapuá, Ilha, Criméia, Belém e Salinas. É navegável por balsas e outros tipos de embarcações.

Vista parcial da Rua João Pessoa, vendo-se um prédio residencial

Engenho de cana, movido a boi

Rio Parnaibinha, que deságua no rio Parnaíba. É mais caudaloso e mais navegável do que o rio Medonho. Banha as fazendas Jurubeba, Pôrto Alegre, Promissão, Jardineira, Lagoa Vermelha, Lucerna, Figuras, Sibéria, Mocambo e União. Recebe como afluente o Riozinho que também é navegável e banha as fazendas Galiléa, Ôlho-d'Água, Matos, Cachoeira e São Bento, que por sua vez tem como principal afluente o rio Branco. Os rios Parnaibinha, Riozinho e Branco, ficam no distrito de Curupá.

Rio Babilônia, no distrito Tasso Fragoso, que também deságua no Parnaíba. É navegável por balsas e outros tipos de embarcações idênticas. Banha as fazendas Vão Fundo, Angicos, Boi, São Bento e Babilônia.

Lagoa Criméia, na margem esquerda do rio Medonho, com cêrca de 200 quilômetros quadrados e com 5 metros de profundidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os altoparnaibanos quase não dispõem de recursos médicos. Contam, apenas, com uma pequena drogaria, 1 farmacêutico e dois dentistas. Pertence ao 13.º Distrito Sanitário — Pôsto de Higiene —, que tem por sede o município de Balsas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	...	115	539	221	602
1951.......	...	238	380	131	355
1952.......	...	227	501	202	530
1953.......	...	351	818	385	544
1954.......	...	370	710	162	657
1955.......	...	412	762	216	681
1956 (1)....	...	534	762	206	762

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Dos festejos religiosos, o de maior brilhantismo é o da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Vitória. Consta de novena, que começa a 30 de agôsto e vai até 7 de setembro, encerrando-se com solene procissão. Durante as noites de novena reúne-se muita gente, não só do município como de outros. Outras festas populares, tradicionais, como Natal, carnaval, passam despercebidas. Desconhece-se, também, o bumba-meu-boi. São João e São Pedro são festejados com fogueiras, à noite, onde se processam parentescos espirituais. Costuma-se plantar, em frente às casas, pés de ariri, bananeiras e outras árvores. Há distribuição de macacheira cozida, mingau de milho, etc.

(Autor do histórico — Monografia do D.E.E.; Redação final — Maria Rita Jorge e Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão.)

AMARANTE DO MARANHÃO — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O atual município de Amarante do Maranhão, primitivamente conhecido por distrito sob a denominação de Amarante do Grajaú, até a vigência da Lei estadual n.º 996, de 21-10-1953, fazia parte, nos seus primórdios, do município de Grajaú, de onde fôra desmembrado e de cuja sede dista 84 quilômetros.

Teve o seu povoamento iniciado em 1916, quando os lavradores Francisco Rodrigues dos Santos e José Cobiça, atraídos pela fertilidade do solo, fixaram residência em suas terras, promovendo, em seguida, o desbravamento das matas. A partir dessa data até 1940, a sua evolução, embora lenta, tem sido contínua, pois que, naquele citado ano, chegaram de Tuntum, antigo povoado de Presidente Dutra, hoje município com o mesmo nome, várias famílias, das quais se destacava, pela maior contribuição ao desenvolvimento do povoado, a de Cícero Nascimento, que se estabeleceu com um pequeno comércio, sem nenhuma dúvida importante fator de progresso, de vez que poupava, aos moradores, a improvisação de longas caminhadas.

Em julho de 1947 o povoado já contava umas trinta casas residenciais, o que fêz justificar, nessa época, a instalação de um Cartório do Registro Civil.

Ao se iniciar o ano de 1948 um fator de grande importância veio contribuir, de maneira decisiva, para o progresso do povoado: a criação de um Pôsto Telefônico do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Outro marco miliário na evolução da localidade foi o gesto patriótico do comerciante Permínio Queiroz, de Santo Antônio — GO, que fêz construir, por seus próprios recursos, uma estrada de rodagem, embora sem os requisitos da técnica, ligando Amarante do Maranhão a Grajaú e, principalmente, ensejando ao citado comerciante o transporte de fibras de malva, especialidade de seu comércio.

Dessa época em diante vários melhoramentos merecem ser destacados: a fundação da Escola Primária "Padre Batista Teixeira", com boa freqüência, cuja direção fôra

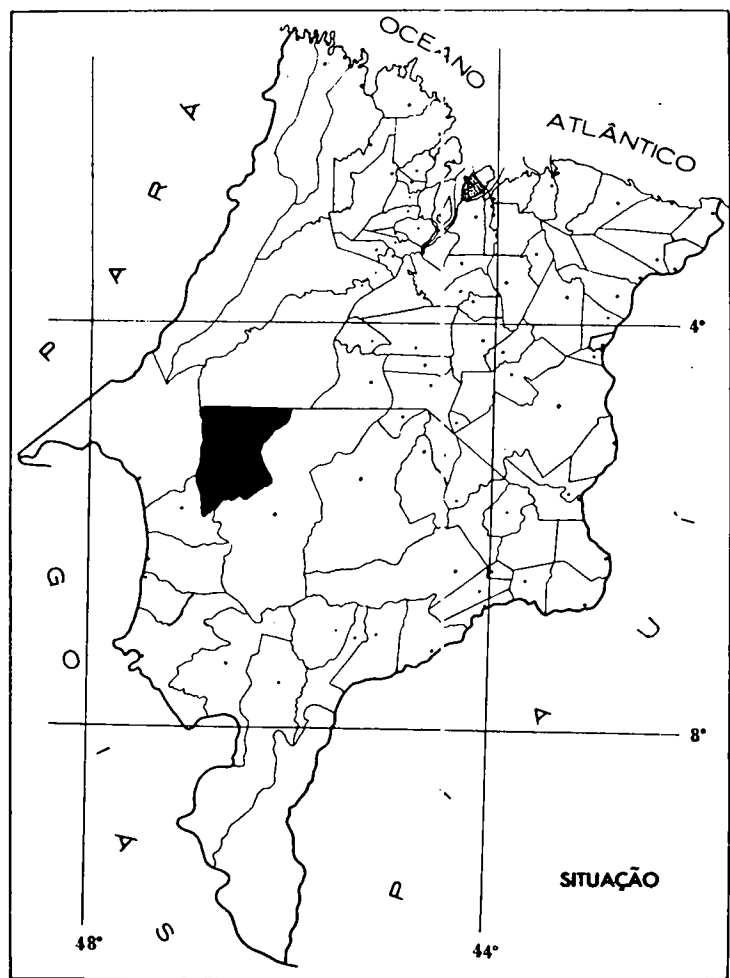
entregue à professôra leiga Enilde Viana Santos, a construção de um prédio escolar, pela União, e a de um mercado, pelo município de Grajaú.

Pela Lei estadual n.º 269, de 31 de dezembro de 1948, foi o povoado elevado à categoria de vila com a denominação de Amarante do Grajaú.

Com a vinda, em 1949, de famílias nordestinas, originárias, notadamente, dos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, o crescimento da então vila de Amarante do Grajaú promoveu-se de maneira contínua e acelerada de que resultou a ligação da citada vila a Grajaú, por estrada de rodagem inicialmente por sítio Novo e, logo depois, diretamente.

É constituído de um único distrito, o da sede. Atualmente é Prefeito do município o Sr. Aderson Barros de Carvalho.

A 1.º de janeiro de 1954 foi o município instalado festivamente.

LOCALIZAÇÃO — Pertence, ecològicamente, à Zona do Alto Mearim. Latitude Sul: 5° 33' 29". Longitude Oeste Greenwich: 46° 44' 46".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 160 metros, na sede municipal.

CLIMA — O clima é saudável. Como nos demais municípios maranhenses, o inverno se caracteriza pela abundância de chuvas e, o verão, pela sêca. Segundo dados meteorológicos, a temperatura em 1956, foi a seguinte:

Média das máximas	36,5°C
Média das mínimas	11,5°C
Média compensada	26,5°C

Precipitação no mesmo ano, altura total, 1 350 mm.

As chuvas, que se iniciam em janeiro e terminam em maio, se fazem acompanhar de trovoadas, não sendo o município sujeito a longas estiagens.

ÁREA — Com área igual a 6 158,50 quilômetros quadrados, Amarante do Maranhão é o 14.º município em grandeza territorial no Estado.

POPULAÇÃO — No então distrito de Amarante do Grajaú, hoje município de Amarante do Maranhão, foram encontradas, quando do Recenseamento de 1950, 7 604 almas, sendo 3 842 homens e 3 762 mulheres. A grande maioria da população está localizada no quadro rural (6 922 — 91%). Segundo cálculos realizados pelo D.E.E. a população para 1955 era estimada em 8 627 habitantes, o que dá a densidade demográfica de 1,4 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerados urbanos — A única aglomeração urbana existente no município é a sede que contava 682 habitantes no Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As riquezas do município consistem em: babaçu, arroz em casca, farinha de mandioca tendo, entre outros, como principais mercados compradores dos produtos agrícolas, São Luís, Imperatriz e Grajaú — MA e Belém e Marabá — PA.

A criação de gado não tem grande significação econômica, pois, em parte o destinado ao consumo é importado de municípios vizinhos. Sua população pecuária em 31-XII-1956 era calculada em 10 000 bovinos; 1 200 suínos; 550 ovinos; 850 caprinos; 1 500 eqüinos; 200 asininos e 250 muares.

O quadro abaixo dá a produção agrícola do município em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$
Arroz em casca	Saco de 60 kg	12 500	1 000 000
Algodão	kg	51 000	136 000
Fava	Saco de 60 kg	2 550	459 000
Banana	Cacho	9 000	81 000
Feijão	Saco de 60 kg	560	156 800
Cana-de-açúcar	Tonelada	600	90 000
Mandioca brava	Tonelada	1 122	227 900
Laranja	Cento	6 000	270 000
Fumo	kg	15 750	577 500

Como produção industrial o município oferece apenas farinha de mandioca e rapadura que, em 1955 totalizaram:

	Volume	Valor (Cr$)
Farinha de mandioca	173 000 kg	519 000
Rapadura	34 150 kg	204 900

Sua exportação de amêndoa de babaçu atingiu em 1955, a 25 toneladas, no valor de 200 mil cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — Liga-se a cidades vizinhas por estradas de tropas e de rodagem, a saber: Montes Altos, a cavalo, 60 quilômetros; Imperatriz, a cavalo, 144 quilômetros; Pindaré-Mirim, a cavalo, 400 quilômetros; Grajaú, rodoviário, 84 quilômetros.

COMÉRCIO — Os 6 estabelecimentos varejistas e os 8 de prestação de serviços estão localizados na sede, sendo

que o município mantém transações comerciais de maior vulto com as praças de São Luís-MA, Fortaleza-CE e Recife-PE, importando tecidos, perfumes, produtos farmacêuticos, café, açúcar, sal, querosene, sabão, ferragens, louças, etc.; exportando arroz, babaçu, fumo, fava, feijão, etc.

ASPECTOS URBANOS — O município possui uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Apenas um caminhão é registrado na Prefeitura Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apesar de não possuir médicos, o município é servido pelo Pôsto do Serviço Nacional de Malária. Existem, também, 2 Socorros Farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950 foram registradas, no então distrito de Amarante do Grajaú, 157 pessoas de mais de 5 anos de idade que sabiam ler e escrever, sendo 84 homens e 73 mulheres, equivalendo a 27% da população compreendida nesse grupo.

Ensino — Em 1956 o município contava com 12 escolas de ensino primário sendo 6 do fundamental comum e 6 do fundamental supletivo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Pertencente à comarca de 1.ª entrância de Grajaú, possui 3 suplentes de Juiz de Direito, 1 Adjunto de Promotor, 1 Oficial do Registro Civil e 1 Oficial de Justiça. Os filhos da terra adotam o gentílico amarantinos. São 9 os vereadores eleitos. O padroeiro da cidade é São Sebastião, cujos festejos são realizados de 2 a 11 de agôsto.

FINANÇAS PÚBLICAS

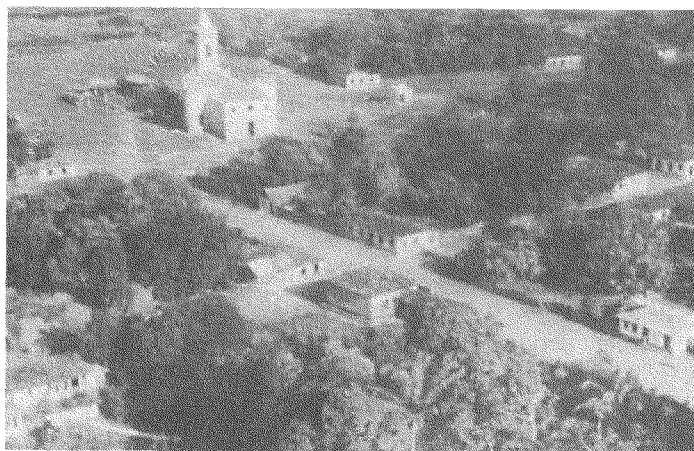
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954.......	...	25	546	50	546
1955.......	...	59	928	33	631
1956 (1)....	...	95	680	47	376

(1) Orçamento.

(Autor do histórico — A.E. Estevam Ferraz da Mota; Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística Municipal no Maranhão.)

ANAJATUBA — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Nos primórdios de nossa civilização, Anajatuba era uma aldeia de índios. Durante o período colonial, devido às perseguições aos silvícolas, com o fim de os escravizar, foram êstes se afastando de suas primitivas habitações, cedendo terreno aos colonos, que se fixaram em lugares apropriados à criação de gado, tendo, um dêles, cujo nome se perde na noite do tempo, se estabelecido na terra dos índios que habitavam a taba Anajatuba. Seus habitantes eram os tupis, de cuja língua foram escolhidas duas palavras que tivessem ligação com a terra. Assim,

Vista aérea da cidade

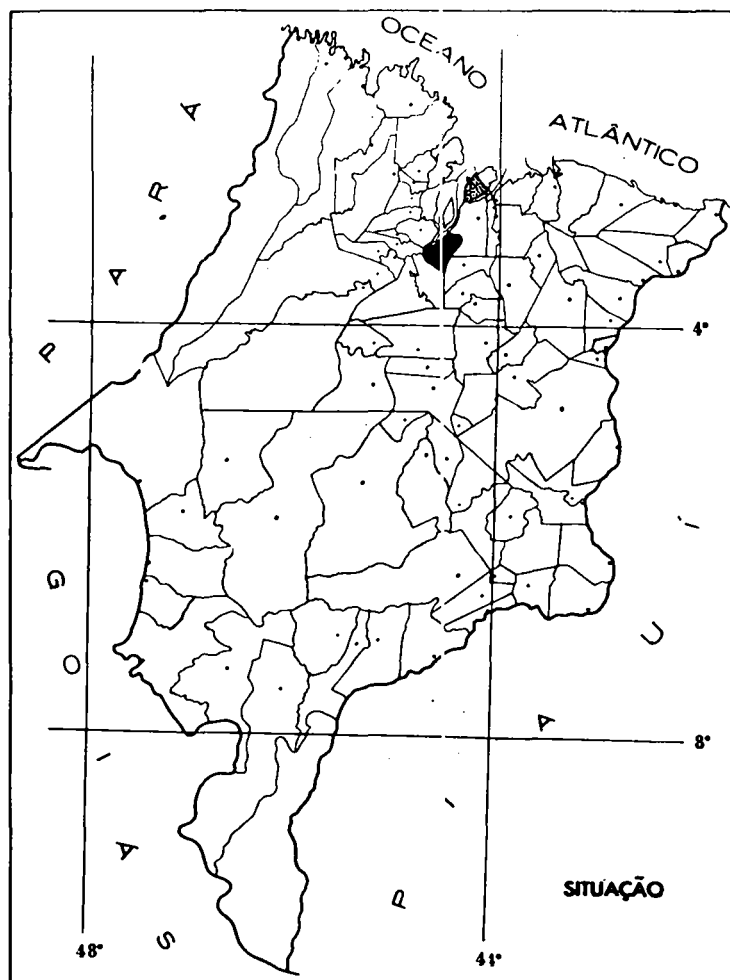
Anajatuba ficou composta de dois elementos brasílicos: *anajá* — espécie de palmeira, e *tuba*, que na língua tupi significa abundância, freqüência, etc., e, portanto, quer dizer anajàzal ou lugar abundante em anajás. A formação municipal, assim iniciada com o recuo dos gentios e a conseqüente localização de colonos portuguêses, processou-se lentamente, tendo tomado impulso sòmente com a vinda de missionários da Companhia de Jesus que, estabelecendo-se no lugar denominado Companhia, nos limites com Itapecuru, tomaram a seu cargo a catequese dos índios, contribuindo dêsse modo para a caracterização territorial da comuna, dando, inclusive, nomes aos seus povoados.

Anajatuba foi elevada à categoria de vila e freguesia pela Lei provincial n.º 359, de 22 de julho de 1854, tendo sido desmembrada de Itapecuru-Mirim e compreendendo, além da povoação do mesmo nome, mais as de Saco Grande e da Mata. Ainda pela mesma Lei provincial n.º 359, no seu artigo 3.º, foi criado o têrmo de Anajatuba, subordinado à comarca de Itapecuru-Mirim. Pelo Decreto-lei n.º 539, de 16 de dezembro de 1933, o município foi suprimido, sendo o seu território anexado ao de Rosário. Logo depois, em 1935, um novo Decreto-lei, o de n.º 870, de 5 de julho, fazia restabelecer o município de Anajatuba. Sòmente em 1938, porém, foi elevada à categoria de cidade, pelo Decreto-lei n.º 45, de 29 de maio. A cidade de Anajatuba, terra centenária de origem obscura, está situa-

Prefeitura Municipal

da na Baixa da Maranhense, circundada de vastos campos que se estendem ao sul e sudoeste do Golfão, abrangendo os cursos inferiores dos rios Itapecuru, Mearim, Grajaú, Pindaré, Médio Turiaçu e Pericumã, os quais constituem uma das maiores belezas do Maranhão. É atual Prefeito do município o Sr. Saul Bogéa Rodrigues.

LOCALIZAÇÃO — Latitude Sul: 3° 10' 15". Longitude W. Gr.: 44° 25' 40".

Posição relativamente à Capital: rumo — S.S.O.: distância — 70 quilômetros (em linha reta).

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Alcança 8 metros na sede municipal, sendo o 38.° do Estado em ordem de altitude.

CLIMA — É saudável. O inverno (estação das chuvas) vai de janeiro a junho e o verão, nos demais meses. Não se verificam quedas de granizo, geadas e vendavais; apenas em abril há bastantes trovoadas. A maior intensidade das chuvas é nos meses de março a maio.

ÁREA — É de 1 011 quilômetros quadrados a área, o que faz com que Anajatuba seja o 72.° município do Estado em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950 o número de habitantes era de 14 262 — o que equivale a 14,24 hab./km² — sendo 7 230 homens e 7 032 mulheres. A zona rural era habitada por 12 392 pessoas, isto é, aproximadamente 87% do total. Foi, em 1950, o 39.° município mais populoso do Estado do Maranhão.

Igreja N. S.ª do Rosário

Do total da população — 14 262 habitantes — 8 123 (4 133 homens e 3 990 mulheres) eram brancos, 4 422 (2 204 homens e 2 218 mulheres) eram pardos e 1 694 (882 homens e 812 mulheres) eram pretos. Êsse resultado, aliás, foge à regra geral do Estado do Maranhão, onde em primeiro lugar aparecem os pardos, em segundo os brancos, em terceiro os pretos e, finalmente, os amarelos.

Os católicos romanos eram em número de 14 205 (7 201 homens e 7 004 mulheres), o que representa 99,6% do total da população. Apenas 14 protestantes (8 homens e 6 mulheres) existiam, 2 homens espíritas e 41 pessoas (19 homens e 22 mulheres) não declararam qual religião professavam.

Das pessoas de 15 anos e mais, isto é, 7 709, sendo 3 803 homens e 3 906 mulheres, a maioria era solteira: 3 720 — 1 923 homens e 1 797 mulheres. Os casados totalizavam 3 469 (1 727 homens e 1 742 mulheres), e os viúvos, 488 — 138 homens e 350 mulheres. Apenas 4 homens declararam ser desquitados ou divorciados e 28 pessoas não mencionaram qual o seu estado civil.

O Departamento Estadual de Estatística calculou em 16 342 pessoas a população de Anajatuba em 1.° de julho de 1956.

Aglomerações urbanas — Existiam, em 1950, duas aglomerações urbanas: a da sede, com 1 465 pessoas, sendo

Maternidade, a cargo da Paróquia

Agência dos Correios e Telégrafos

684 homens e 781 mulheres, e a do Pôrto das Gabarras, com 405 pessoas, das quais 209 eram homens e 196, mulheres.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A agricultura e a criação constituem a base fundamental da economia municipal. A pecuária, dada a fertilidade de extensos campos próprios para a criação, tem, por esta razão, significação fundamental na sua economia. Como centros compradores de gado figuram Rosário e São Luís-MA.

O Departamento Estadual de Estatística calculou que, em dezembro de 1956, Anajatuba tinha 27 000 bovinos, 12 000 suínos, 200 ovinos, 500 caprinos, 3 000 eqüinos, 300 asininos e 400 muares.

Atualmente a agricultura é a principal atividade econômica do município, conforme demonstra o quadro abaixo com a produção de 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Arroz em casca	Saco de 60 kg	12 500	1 140 000
Fava	» » » »	2 550	459 000
Feijão	» » » »	450	162 000
Fumo	Arrôba	1 050	577 500
Mandioca brava	Tonelada	1 052	210 400
Laranja	Cento	14 100	352 500
Milho	Saco de 60 kg	11 800	1 250 800
Tangerina	Cento	16 000	240 000
Limão	»	1 200	24 000

A sua produção industrial é insignificante. Em 1955 apenas 173 toneladas de farinha de mandioca, no valor de Cr$ 519 000,00 e 34 150 quilogramas de rapadura, no valor de Cr$ 204 900,00, merecem ser citados.

O babaçu, que é a maior expressão econômica do Maranhão, de Anajatuba, em 1956, apenas foram exportados 131 250 quilogramas, no valor de Cr$ 1 312 500,00, sendo essa, por sinal, a maior produção, em volume, nos últimos seis anos.

A pesca é praticada em pequena escala e parte de sua produção é consumida internamente e a outra exportada para a Capital. Em 1956 a mesma atingiu a 110 toneladas, no valor de um milhão e cem mil cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — A cidade de Anajatuba é servida por linha de navegação terrestre e marítima, que a liga à capital do Estado com viagens irregulares.

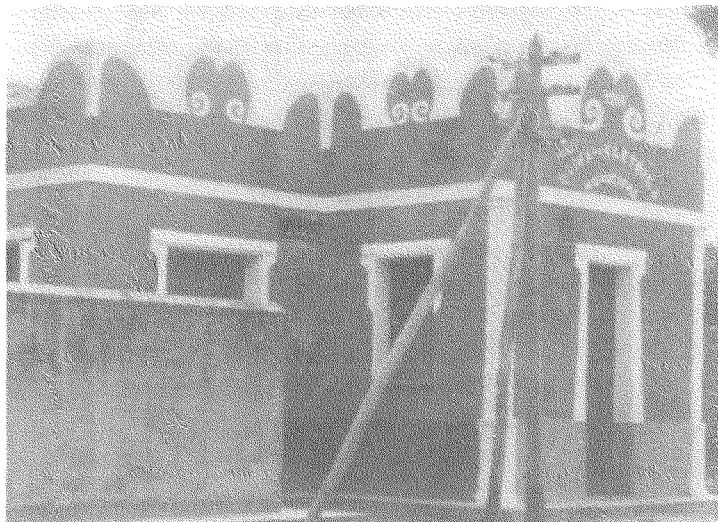
Tem a seguinte comunicação com as cidades vizinhas e os respectivos meios de transporte: Rosário: rodoviário, 87 quilômetros ou a cavalo, 77 quilômetros; Arari: a cavalo, 31 quilômetros; São Vicente Férrer: a cavalo, 48 quilômetros; Viana: a cavalo, 75 quilômetros e Itapecuru-Mirim: rodoviário ou a cavalo, 44 quilômetros.

COMÉRCIO — Há, na sede municipal, 55 estabelecimentos varejistas e 1 industrial.

O comércio local mantém transações com os de Rosário e São Luís-MA, importando, de um modo geral, tecidos, armarinhos, ferragens, louças, açúcar, sal, bebidas, fumo, produtos farmacêuticos, etc. e exportando gado e produtos agrícolas.

ASPECTOS URBANOS — Os filhos da terra são chamados anajatubenses. Não há pavimentação na cidade. O serviço postal-telegráfico é feito pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, que dispõe de uma Agência com essa finalidade. Existem 2 pensões, sem requisitos de confôrto, com diária de Cr$ 70,00. Na Prefeitura Municipal estão registrados 2 caminhões. A energia elétrica é produzida por uma usina de propriedade da Prefeitura Municipal, para fins de iluminação pública e particular, contando desta última 30 ligações. Existem ainda, na parte judiciária, 3 juizes suplentes, 1 adjunto de promotor, 1 oficial de justiça e 3 Cartórios, sendo um exclusivo do Registro Civil (o da Vila Pôrto das Gabarras), e os demais na sede. Compõe-se a Câmara Municipal de 9 vereadores.

O município possui um campo de pouso que só permite descida de aviões do tipo teco-teco, os quais vão ali mediante fretamento.

Entre os povoados Santana e Bacabal, mantém o Govêrno Federal um Pôsto Agropecuário com a finalidade de fomentar as duas atividades básicas à economia do município, já tendo levado a efeito o plantio de arroz e mandioca, obtendo bons resultados. Existem nas cercanias da cidade extensas planícies cobertas de pasto natural. Entretanto, como já dizia Cezar Marques em seu "Dicionário Histórico-Corográfico da Província do Maranhão", São Luís, 1870, "é a voz geral que os campos de Anajatuba se não enchessem muito no inverno, nem se tornassem demasiadamente secos no verão, seriam os melhores de tôda a Província para a criação do gado vacum".

Usina Elétrica

Cadeia Pública

A exportação de gado é feita pelo Pôrto das Gabarras, que permite o embarque em pé, pois tem capacidade para barcos de calado regular.

O povo é hospitaleiro, ordeiro e amigo. É, porém, supersticioso e acredita bastante nos antepassados. Contam-se casos de assombração ocorridos há anos, e alguns, ainda hoje, acreditam ver coisas sobrenaturais.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município de Anajatuba não dispõe, pròpriamente, de uma assistência médico-sanitária. O que lá existe são 2 farmácias com seus respectivos farmacêuticos, que atendem à população dentro da sua prática. Para os casos mais graves valem-se dos recursos de São Luís. Faz parte do 6.º Distrito Sanitário, cuja sede fica em Rosário.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 encontrou 2 451 pessoas de mais de 5 anos de idade que sabiam ler e escrever, o que equivalia a pouco mais de 17% da população total, sendo 1 413 homens e 1 038 mulheres.

Também foram encontradas — as quais estão incluídas no total acima — 89 pessoas (44 homens e 45 mulheres), de 10 anos e mais, que possuíam curso completo, a saber: grau elementar — 84 (42 homens e 42 mulheres); grau médio — 4 pessoas, sendo um homem e 3 mulheres e de grau superior, apenas um homem.

Ensino — Em 1956 Anajatuba contava com 24 estabelecimentos escolares, sendo 17 de ensino Fundamental Comum, 5 de ensino Supletivo e 2 de ensino Complementar.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Na parte cultural apenas se verifica a existência de um pequeno cinema, de propriedade da paróquia, o qual possui instalações rudimentares. As sessões são irregulares, quer pela falta de filmes, ou pela de energia elétrica.

Mantido pelo Ministério da Agricultura, existe, no município, um Pôsto Agropecuário, que foi instalado em 1953. A sua área é de 200 ha e produziu, em 1956-1957, 2 000 quilogramas de arroz e 500, de milho. Há, também, cultivo de feijão e mandioca, e coqueiro "anão", abieiro, sapotizeiro, etc. Fazem parte do Pôsto 4 bois, 1 muar, dois cultivadores e 4 carros de atêrro, além de 1 residência para o administrador, 1 galpão de máquinas com dependências para escritório, oficina e depósito de material e 1 600 metros de cêrca de arame farpado, com 4 fios.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Podem ser citados os igarapés Troitá e Sipaú, ambos desembocando no estuário do rio Mearim. O primeiro tem 18 quilômetros de curso navegável por pequenas embarcações e a profundidade de 3 metros; o segundo, com 12 quilômetros, é pouco navegável. Existem mais os morros de Pacoval, com altura de 10 metros; União, 25 metros; Trempe, 20 metros; Graxixá, 15 metros; e Rosário, 30 metros; além da lagoa Assutinga, com 15 quilômetros quadrados, aproximadamente.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	160	...	296	72	796
1951	193	297	367	118	346
1952	171	286	410	113	312
1953	242	374	727	94	601
1954	271	372	574	104	824
1955	...	471	697	201	722
1956 (1)	—	731	966	432	966

(1) Orçamento.

FILHOS ILUSTRES — *Martiniano Mendes Pereira* — nasceu em Anajatuba no ano de 1836 e faleceu em 1898. Bacharel em Direito pelo Recife, exerceu as funções de promotor público no Maranhão e Juiz neste Estado e no do Pará. Foi jornalista, romancista e gramático. Colaborou no "Diário do Maranhão", e na "Lei"; fundou a Escola "Onze de Agôsto", juntamente com João Coqueiro e Almeida Oliveira. Escreveu: "Gramática Luso-latina", 1886; "Cartas ao Imperador sôbre a reorganização judiciária", por Numa, 1879; "Os patifes da política" e "Filhos sem mãe", romances inéditos.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como folguedos populares é, sem dúvida alguma, a brincadeira do bumba-meu-boi uma das mais concorridas e animadas que se verifica em Anajatuba. Contudo, o que se nota é que esta popular brincadeira não é organizada no próprio município, ou seja, o município não possui um bumba-meu-boi próprio. Os amantes da brincadeira costumam contratar os de fora, a fim de que possam realizar a sua festa, a qual é apresentada no período de junho a setembro.

Dentre as festas religiosas, destacam-se as de São Bartolomeu, Santa Cruz e a da padroeira, Nossa Senhora do Rosário. A festa de São Bartolomeu, que se realiza na época do verão, torna-se interessante, porque o seu objetivo é fazer com que os habitantes do município não sofram os prejuízos da sêca. Para isto, o povo católico orga-

niza suas romarias, indo até o povoado Ribeirão, que dista da sede municipal 18 quilômetros, e de lá trazem a imagem de São Bartolomeu, conduzindo-a por dias e dias, em várias direções no município, pedindo que cheguem as chuvas. Tão logo o fenômeno se realiza, a imagem regressa ao povoado Ribeirão, e no percurso os católicos seguem em procissão, entoando o Hino cuja letra segue abaixo:

BENDITO DA CHUVA

I
Bendita seja Senhora,
Mãe de Deus, a virgem pura,
Ao vosso Estimado Filho
Pedimos que nos dê chuva.

II
Sois no céu jardim de rosa,
Na terra, eterna doçura.
Ao vosso Eterno Filho
Pedimos que nos dê chuva.

III
Sois no céu o nosso amparo,
Na terra, mãe das criaturas.
Ao vosso Eterno Filho
Pedimos que nos dê chuva.

IV
Tendo nós o vosso amparo,
Que na terra sois tão pura.
Ao vosso Eterno Filho
Pedimos que nos dê chuva.

V
À Nossa Senhora pedimos,
Com devoção e ternura,
Pelo divino perdão,
No temporal, nos dê chuva.

VI
Senhora da Piedade,
Jardim do reino da glória,
Ajudai-nos a pedir,
Senhor Deus, misericórdia.

Outra importante festa e de tradição é a da Santa Cruz, que se realiza no mês de setembro, sendo o seu final no dia 14. Reza-se a novena, à noite, verificando-se, depois, o movimento de leilões e quermesses que bem caracterizam êste festejo. No último dia de festa, ou seja, no dia 14, celebra-se missa festiva, à qual aflui grande quantidade de católicos oriundos das várias regiões do município. Segue abaixo a letra do Bendito da Santa Cruz, o qual é cantado tôdas as noites no final da novena:

BENDITO DA SANTA CRUZ

I
Bendita louvada seja,
No céu, a divina luz;
Nós também na terra damos
Louvores à Santa Cruz

II
Os anjos no céu cantando,
Que estão louvando a Jesus;
Nós também com alegria
Louvamos a Santa Cruz

III
Deus te salve, Cruz Bendita,
Que está em campo sereno,
Onde foi crucificado
Bom Jesus, o Nazareno.

IV
Nesse estandarte sagrado,
Remiu vosso bom Jesus,
Para vir nos ensinar
Exaltar a Santa Cruz.

V
Nesse arvoredo sagrado,
Padeceu meu bom Jesus,
Para vir nos ensinar
A adorar a Santa Cruz.

VI
No alto monte Calvário,
Morreu nosso bom Jesus,
Dando o último suspiro
Nos braços da Santa Cruz.

VII
No alto monte também
Se viu brilhar uma luz,
Depois de raios saírem
Reflexos da Santa Cruz.

VIII
Esta firme redenção
Foi feita na Santa Cruz,
A quem damos louvores
Para sempre, amém Jesus.

Ainda existe a festa da padroeira, Nossa Senhora do Rosário, que é a principal celebração do município, tanto interna como de arraial. Consta de 9 dias de missa e novena, representada por diversos povoados e classes trabalhistas. No último dia de festa há missa cantada e, à tarde, procissão dando assim por encerrados os festejos. Não se faz em data fixa, sendo marcada pelo Pároco, nos meses de outubro a novembro. Nota-se grande afluência de romeiros nas noites festivas e, acima disto, um movimento de diversões em todo o pátio da capela, como seja: casas de sorte, carrocéis, botequins e outros mais.

Rua Magalhães de Almeida

Como outros festejos religiosos podem ainda ser citadas as festas de Cristo Rei, na vila Pôrto das Gabarras; São Miguel, no lugarejo São Miguel; Santo Antônio, no povoado Olhos-d'Água, e São Sebastião, no povoado Bacabal.

(Autor do histórico — A.E. — Teodoro Pereira Rodrigues; Redação final — Ari Lucas Xavier e Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística, Departamento de Terras, Geografia e Colonização e Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão.)

ARAIOSES — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

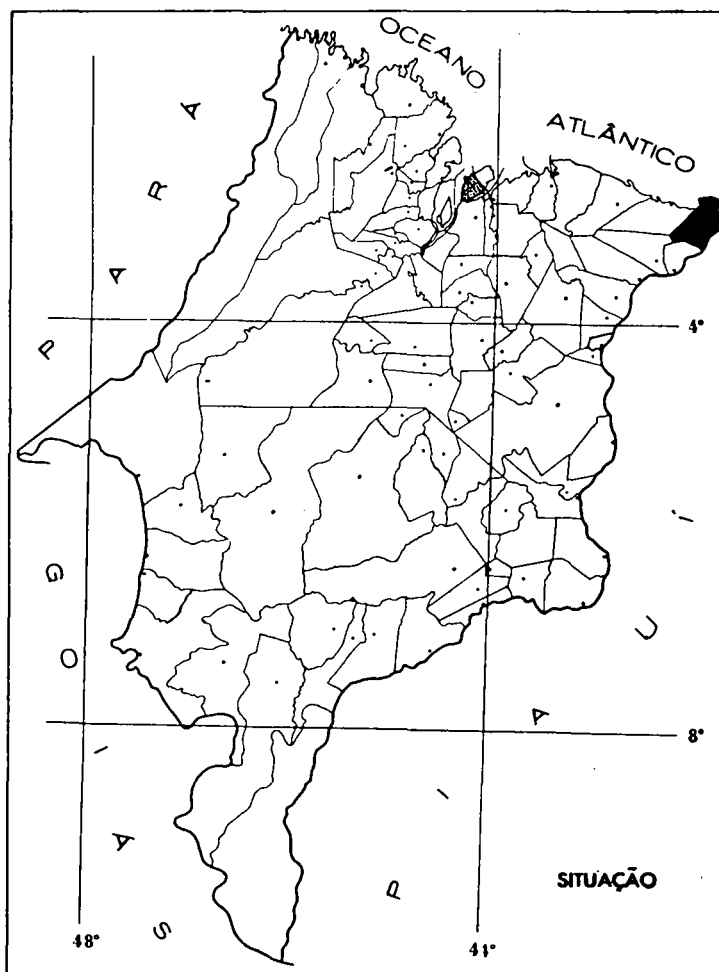
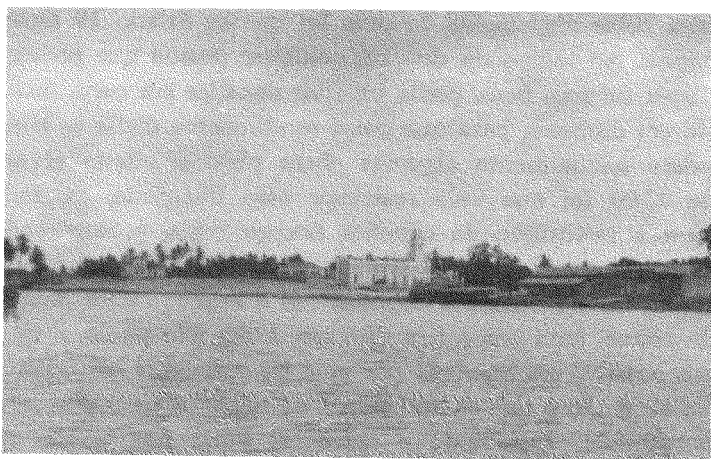
HISTÓRICO — Araioses, outrora Enjeitado, foi, em eras posteriores, aldeamento dos índios araiós, ramificação dos tremembés ou teremembés. O governador Joaquim de Mello e Póvoas, dando conta a Sua Majestade da visita que fêz à dita povoação em 1767, emitiu o seguinte juízo: "O lugar de N. S. da Conceição dos indios Arayos está muito bem situado, porém no verão é muito falto d'agoa. As terras não são as melhores, mas produzem bem o algodão, e vendo que neste lugar não havia também commercio algum, e que os pannos d'aquelle genero tem no sertão a melhor sahida dispuz alli uma fábrica de pannos, trazendo para esta cidade alguns rapagões para aprenderem a tecellões, e pondo-lhe novo director lhe recomendei a plantação do algodão e factura de teares, segurando-lhe que logo que estivessem feitos e houvessem o algodão prompto, iriam os rapazes, que já hão de levar muita luz d'aquelle officio, e um mestre para entrarem a trabalhar na dita fábrica, que estou certo servirá de grande utilidade àquele sertão".

Aí foi feita, pelos particulares, uma pequena capela com a invocação de Nossa Senhora da Conceição de Araioses. O fervor católico, que então dominava, levou os índios chefes de aldeias, João de Deus Magu e Silvestre da Silva a doarem a Nossa Senhora as terras que possuíam, para

nelas se instalarem fazendas, onde fôsse criado gado vacum e outros animais, já existentes por esmolas. Êsse patrimônio, contudo, desapareceu, pois, em 9 de setembro e 18 de novembro de 1884, o govêrno da província mandou inventariar os bens da dita capela a fim de serem incorporados aos próprios nacionais, visto estarem nos têrmos do Alvará de 14 de janeiro de 1807, o que deu origem a uma demanda judiciária: do juiz municipal de Tutóia requereu o cidadão Clarindo Teixeira de Carvalho vista para embargo de terceiro senhor e possuidor prejudicado, sendo suspenso todo e qualquer procedimento sôbre a arrematação dos mesmos bens até decisão dos embargos. Fundavam-se os embargos em serem os bens, então existentes, doados a Nossa Senhora da Conceição de Araioses para seu patrimônio pelos falecidos mestre-de-campo João de Deus Magu e sua mulher D. Marianna Fernandes Chaves e Silvestre da Silva e sua espôsa Domingas da Conceição. Alegaram que a doação havia sido condicional, isto é, para que os descendentes daqueles doadores pudessem também criar seus gados vacum e cavalar, sem que de forma alguma fôssem esbulhados "nem mesmo qualquer autoridade judicial pudesse tomar-lhes conta sob a cláusula de ficar sem vigor a mesma doação", sendo esta instituição nula desde o seu princípio, por não ter sido feita com as formalidades exigidas pelo parágrafo 15 e seguintes da lei de 9 de setembro de 1769, por não haver sido insinuada e nem poder vigorar como testamento por falta de formalidades legais. Em 23 de junho de 1846, em Tutóia, pelo Juiz Manoel Rabello Borges, foram julgados os ditos embargos como provados e de *nenhum efeito a instituição e doação*, "porque a mesma capella não foi erecta com a necessaria confirmação do governo, como era mister, para se poderem taes bens chamar pròpriamente encapellados na conformidade do § 15 e seguintes da lei de 9 de setembro de 1769 e 23 de maio de 1775 e por tanto jamais poderá ser considerada vaga, e como tal incorporada aos bens nacionaes". Contra essa decisão foi feita uma "exposição", a qual, contudo, não logrou o efeito desejado, muito embora argumentasse que, "antes do alvará de 9 de setembro de 1769, não havia disposição legislativa que proibisse a creação de capellas; aliás, deste mesmo modo e do alvará se infere, que era, se não permittida, tolerada a creação de ermidas ou capellas para missas particulares, para o encargo das quaes oneravam-se alguns predios com que eram dotadas para a conservação e decencia dos seus ornatos, aos quaes se chamava impropriamente, bens de Capella. Considerando-se o patrimônio de N. S. da Conceição de Arayoses comprehendido em alguma das especies acima, isto é, ou como capella, ou como dote; ainda assim, não pode elle passar, pelo que me parece, aos descendentes do instituidor ou doante: o patrimônio, ou dote, foi feito a N. Senhora, e esta é eterna, nunca se extingue; e esses bens tem sempre sido administrados por pessoa não prohibida como são as corporações de mão morta. Se foi irregular a dotação d'esse patrimonio, ou instituição de capella, ella ficou, não obstante, sanccionada pelo que se dispoz no citado alvará de 1769 § 18, lei subsequentemente promulgada ao acto da doação que teve lugar em janeiro de 1750; e por conseguinte é obvio que no tempo em que se fez a doação não podia ser ella regulada pelas disposições de uma lei que só existio 19 annos depois. Ao tempo da doação, qualquer pessoa que podesse dispôr de seus bens, podia instituir capellas em certa quantia em dinheiro, para que pelos rendimentos d'elle se cumprisse annualmente algumas obras pias: o citado alvará de 1769 foi que veio restringir esta liberdade, exigindo para a instituição de capellas licença regia, prescrevendo as regras e solennidades, porque só podiam d'alli em diante serem instituídas essas capellas". E a seguir: "Esta doação de terras, feita como fica dito em 1750, não podia, e nem era possivel ser regulada por uma lei que ainda não existia. Como então é que se apossaram de todos os bens d'aquelle patrimonio, repartindo-se entre si? Seria por effeito de sentença? Foi ella dada a execução?" (Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, por Cezar Marques. São Luís — 1870. Págs. 25 e 26).

Ao que tudo indica foi a construção dêsse templo ou capela que deu origem ao povoado, o qual, com a aproximação dos devotos e fixação dos mesmos, prosperou, tornando-se freguesia e, depois, um dos mais importantes municípios, embora tenha ficado estacionado, sem grandes obras ou realizações.

Passou à categoria de vila pela Lei estadual n.º 53, de 15 de maio de 1893, e à de cidade pelo Decreto-lei estadual n.º 45, de 29-3-1938. É o atual Prefeito do município o Sr. Sebastião Furtado de Mendonça.

LOCALIZAÇÃO — Latitude Sul: 2° 56' 15"; longitude W. Gr.: 41° 57' 20"; altitude: 6 metros. Posição relativamente à Capital — Rumo E.S.E. Distância em linha reta: 259 quilômetros. Fica na Zona do Litoral Nordeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vista panorâmica da cidade, colhida do mar

CLIMA — O clima da cidade é salubre. As estações são inverno e verão, não havendo mudança brusca de temperatura. As chuvas caem, ordinàriamente, de janeiro a junho; e, de julho a dezembro, é verão. Não há pôsto meteorológico no município.

ÁREA — Com 1 582,50 quilômetros quadrados, Araioses é o 57.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — O Recenseamento de 1950 apresenta os seguintes dados: Total — 28 761 — correspondendo a 13,65 habitantes por km² — sendo 14 680 homens e 14 081 mulheres. Do total da população, 93% se enquadram na zona rural. O D.E.E. calculou em 33 090 habitantes a população em 1.º de julho de 1956.

Aglomerados urbanos — São dois: Araioses, com 1 337 habitantes e o distrito de Freicheiras, com 558, segundo dados do Recenseamento de 1950. Na sede, 653 eram homens e 684, mulheres, enquanto que em Freicheiras, 264 pessoas eram do sexo masculino e 294, do sexo feminino.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Araioses, com terras de uma fertilidade exuberante, presta-se, grandemente, para qualquer cultivo. A carnaubeira floresce em grandes domínios — sendo, também, a sua riqueza natural em maior evidência.

Igual fonte de riqueza são as terras denominadas de "vazantes". É inegável o valor dessas terras, na agricultura, por prescindirem das derrubas, queimas e destocamentos, estando, por conseguinte, sempre prontas e fertilizadas, cada ano, para novos plantios. O arroz e a cana-de-açúcar são cultivados, intensamente, nas vazantes.

Nas matas faz-se, de preferência, a criação de gado, tendo certa significação sua população pecuária, a qual estava calculada em 18 000 bovinos; 10 000 suínos; 5 000 ovinos; 6 500 caprinos; 2 000 eqüinos; 500 asininos e 200 muares, em 31-XII-1956. Planta-se, como produto de primeira utilidade ou grandeza, a mandioca, seguindo-se o milho, o feijão e a mamona.

A pecuária, no município, apresenta um rebanho de grande monta. A prova disto são os campos do Mamuí, que oferecem excelentes pastagens, razão de ser esta zona a de maior desenvolvimento.

O sal também é explorado e foi, em épocas passadas, produto de grande valia para a economia do município. Agora, porém, pouco representa. Em 1955 sua produção teve o valor de apenas Cr$ 113 800,00.

Em 1955 os principais produtos agrícolas foram produzidos nas quantidades a seguir indicadas:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Arroz em casca	Saco de 60 kg	12 600	2 268 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	18 000	3 600 000
Feijão	Saco de 60 kg	6 000	1 800 000
Mandioca-brava	Tonelada	8 000	800 000
Milho	Saco de 60 kg	17 000	2 040 000

No mesmo exercício a produção industrial foi a seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Farinha de mandioca	kg	2 206 500	4 906 370
Tapioca	»	1 749 750	4 648 270
Aguardente de cana	Litro	417 000	4 170 000
Arroz pilado	»	606 000	3 570 000
Cêra de carnaúba	»	43 461	2 924 220

MEIOS DE TRANSPORTE — Araioses comunica-se com os municípios limítrofes de: Magalhães de Almeida — rodoviário, 132 quilômetros; Tutóia — fluvial e marítimo, 160 quilômetros ou rodoviário, 164 quilômetros; Parnaíba — PI — fluvial, 25 quilômetros ou a cavalo, 18 quilômetros; Buriti dos Lopes — PI — misto: a) fluvial, 34 quilômetros, até Parnaíba — PI e b) rodoviário, 45 quilômetros.

COMÉRCIO E BANCOS — A sede municipal é dotada de 5 estabelecimentos varejistas, 5 atacadistas e 2 industriais. No interior há 75 varejistas.

O comércio local faz transações quase que exclusivamente com Parnaíba-PI, importando tecidos, café, açúcar, produtos farmacêuticos, ferragens, louças, etc.

Embora não contando com nenhum estabelecimento bancário, suas transações são facilitadas por intermédio de Parnaíba-PI.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Araioses não dispõe de calçamento. Possui 1 pensão cobrando diária de Cr$ 50,00 — apesar de não apresentar grandes acomodações; 1 Farmácia; Cooperativa Agropecuária de Araioses Limitada (crédito e consumo); Pôsto Agropecuário de Araioses (fomento de produção). O município é sede da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição — mantendo o Ateneu São José (instrução primária) e o Serviço de Alto-Falante "Voz de São José". Encontra-se em funcionamento a Colônia de Pescadores "Saldanha da Gama", de prefixo Z-2, e a Cadeia Pública.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Presta assistência à população de Araioses o Pôsto de Saúde, de caráter geral, e mantido pelo Govêrno Estadual.

O referido Pôsto, muito embora possua uma farmácia, está sob a direção de um guarda-secretário, não tendo apresentado qualquer atividade durante o ano de 1956. Nos casos mais graves, vale-se a população dos recursos médicos de Parnaíba-PI.

Praça da Matriz

ALFABETIZAÇÃO — Pouco mais de 18% da população de 5 anos e mais encontrada no Recenseamento de 1950 sabe ler e escrever.

Ensino — Em Araioses existiam, em 1956, 28 estabelecimentos de ensino primário, sendo 18 de Ensino Fundamental Comum; 8 de Ensino Fundamental Supletivo, e 2 de Ensino Complementar. Sua população, contudo, não se vê privada de cursar os estabelecimentos de ensino médio — ginásio e contador — pela proximidade entre Araioses e Parnaíba-PI, além da facilidade de transporte.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O município de Araioses fica situado no curso inferior do rio Parnaíba, tendo uma parte do seu território no delta parnaibano, possuindo, assim, um vasto número de ilhas, das quais se destacam: Caju, Canárias, Santa Cruz, Poções, Barracoa, Cardoso, Sobradinho, Manguinho, Furo, Coroatá, Meio, etc. O rio Parnaíba é, assim, o seu mais importante acidente geográfico, além dos rios Magu, Pará-Mirim e Tutóia e a lagoa de João Peres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	346	1 771	534	..	534
1951	406	1 850	357	...	438
1952	398	2 230	431	...	805
1953	471	2 528	417	...	802
1954	537	1 763	389	...	575
1955	558	2 272	504	...	928
1956	753	3 725	1 194	...	1 194

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — São realizados, no município, festejos religiosos, constando de missas e procissões, sendo os mais importantes: os de Nossa Senhora da Conceição, na sede (8 de dezembro); os de São José, em Carnaubeiras (19 de março) e de Nossa Senhora da Conceição, em Cana Brava (13 de dezembro) por serem os mais antigos. A construção de suas capelas datam de 1870.

Além dêsses celebram-se os de São Benedito, em Freicheiras; os de Nossa Senhora do Carmo, em Água Doce; os de São Raimundo Nonato, em Conceição; os de São Sebastião, em João Peres e Nossa Senhora da Conceição, em Salgadinho.

O município conta 8 jipes, 4 caminhões com capacidade para mais de 3 a 5 toneladas, 2 tratores, 3 carroças comuns de 2 rodas e 14 carros de boi.

É sede de comarca de 2.ª entrância.

Profissionais em atividade: 2 advogados, 1 farmacêutico e 1 agrônomo.

A Câmara dos Vereadores é composta por 9 membros.

Os filhos do município são chamados araiosenses.

Em 1954 foi instalado o Pôsto Agropecuário de Araioses, do Ministério da Agricultura, que atualmente ocupa uma área de 400 ha. Na safra de 1956-1957 o arroz apresentou grande produção. Tem culturas de mangueiras, cajueiros, arroz, milho, feijão e algodão. A criação é composta de 2 muares.

Além da residência do Administrador, possui 1 casa rural mínima, 1 terreiro para secagem de cereais, 2 223 metros de cêrca de arame farpado com 6 e 9 fios e 2 470 metros de ripão. Também dispõe de 1 trator "Cocckshutt" 30 com implementos, 1 arado de 10 discos, 2 cultivadores e 1 semeadeira de 1 linha.

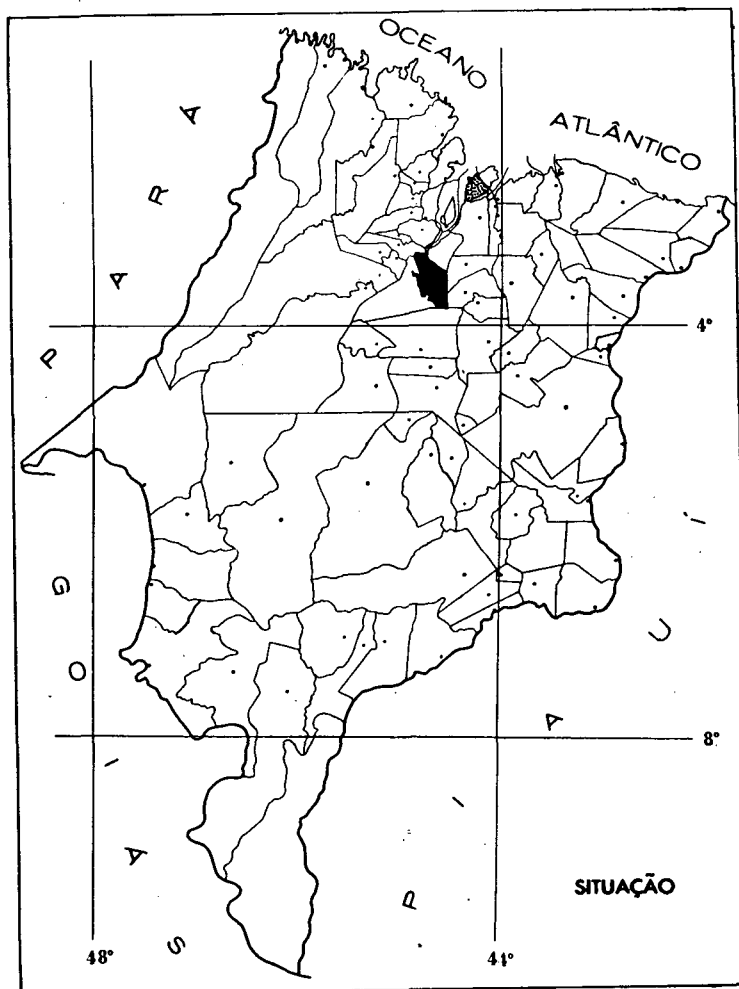
(Autor do histórico — Prefeito — Sebastião Furtado de Mendonça; Redação final — Maria Emília Tupinambá Valente e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento de Terras, Geografia e Colonização, Departamento Estadual de Estatística, Inspetoria Regional do Fomento Agrícola no Maranhão, Serviço Nacional de Recenseamento e documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão.)

ARARI — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira penetração no território do atual município de Arari foi atribuída a portuguêses e africanos, tendo o local inicialmente devassado recebido o nome de "Sítio". Daí não resultou, porém, o povoamento, pois a maioria abandonou aquela localidade e se fixou em outra, distante 12 quilômetros, onde edificou moradias e fêz plantação. Não é conhecida, contudo, a data do início do povoamento. Sabe-se, entretanto, que quando se deu a revolta de Bequimão, em 1865, foi êste prêso em sua propriedade, neste território. César Marques, em seu Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão (São Luís, 1870, págs. 22 e 24), diz que o curato do Arari foi fundado em 1723 por José da Cunha d'Eça, fidalgo da casa real e capitão-mor da capitania do Maranhão. Em 1806 foi requerida, por Lourenço da Cruz Bogéa, licença ao Bispo D. Luiz de Britto Homem para levantar um templo, que ficou concluído em 1808. Criada uma irmandade, foi à vila da Vitória buscar, em solene procissão, a imagem de Nossa Senhora das Graças, a qual havia pertencido ao hospício de Butipema, da ordem religiosa de Nossa Senhora das Mercês. A licença para referida trasladação foi pedida a 3-3-1809, e concedida por despacho de 15 do mesmo mês e ano. A imagem chegou ao seu novo templo no dia 5 de agôsto de 1811 e, no dia seguinte, foi cantado solene *Te Deum* em ação de graça. Pela Lei provincial n.º 465, de 24 de maio de 1858, foi o curato elevado a freguesia com a invocação de Nossa Senhora das Graças. O município foi elevado à categoria atual pelo Decreto n.º 45, de 29 de março de 1938.

A Câmara é composta de 9 vereadores. O cidadão Antônio de Jesus Santos é o atual Prefeito.

LOCALIZAÇÃO — Latitude Sul: 3° 30' 30" e Longitude W. Gr. 44° 30'. Posição relativamente à Capital, rumo S.S.O.: 111 quilômetros (em linha reta). Pertence à Zona Fisiográfica do Baixo Mearim. Limita com os municípios de Viana, Anajatuba, Itapecuru-Mirim, Bacabal, Vitória do Mearim e Cantanhede.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — Alcança 15 metros na sede municipal.

CLIMA — De modo geral salubre, atribuído à sua aproximação da costa, recebendo a ventilação do Atlântico. O inverno (estação das chuvas) é de dezembro a maio e o verão, de junho a novembro.

ÁREA — É o 63.° município do Estado do Maranhão em grandeza territorial, com área igual a 1 387,50 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Mearim é o acidente geográfico de maior importância da cidade, navegável em tôda a extensão que banha o município. Tem como afluentes: Igarapé Ubatuba, Pixilinga, Nema e do Arari. O Mearim mede, na parte que banha a cidade, 138 metros e a profundidade de 18 metros, banhando diversos povoados do município.

Existem, também, os lagos: Muquila, Jaburu, Laguinho e o da Morte.

O morro Grande tem aproximadamente 300 m de altitude e serve de divisa entre Itapecuru e Arari.

Vista panorâmica da cidade

RIQUEZAS NATURAIS — O babaçu ocupa o primeiro lugar, vindo, depois, o pescado. Madeiras de lei, peles silvestres, amêndoas de tucum e cêra de carnaúba em menor expressão são outras riquezas naturais com que conta o município de Arari.

A produção de babaçu em 1956 foi de 300 toneladas, valendo 3 milhões de cruzeiros, enquanto que a pesca produziu 100 toneladas no valor de 1 milhão.

Toros de cedro, vigas e traves de madeira de lei deram a produção de 480 mil cruzeiros; cêra de carnaúba — 180 mil, amêndoas de tucum — 250 mil, e peles — 194 mil cruzeiros.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, Arari apresentava uma população de 13 234 habitantes e tinha a composição seguinte: homens — 6 671; mulheres — 6 563; brancos — 8 194; pretos — 1 965; pardos — 3 067. Existiam 13 226 brasileiros natos, 7 brasileiros naturalizados e 1 estrangeiro. Da população presente do município, 12 918 eram católicos romanos; 311 protestantes e 1 espírita. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 7 465, 2 538 eram solteiros; 4 329 casados; 12 desquitados e divorciados e 581 viúvos. Dos 13 234 habitantes, 307 foram considerados moradores ausentes e 130 não moradores presentes. Do total da população, 72% localizam-se no quadro rural. O equilíbrio entre homens e mulheres é, também, observado na população rural (4 858 homens e 4 610 mulheres). Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 1956 era de 16 098 habitantes, o que equivale a 11,6 habitantes por quilômetro quadrado.

Vista parcial da Rua Pedro Leandro Fernandes

Igreja e Praça da Matriz

Aglomerações urbanas — O município de Arari apresentou os seguintes aglomerados urbanos pelo Recenseamento de 1950: cidade de Arari com 11 758 habitantes (5 920 homens e 5 838 mulheres) e distrito de Bonfim de Arari com 1 476 (751 homens e 725 mulheres).

ATIVIDADE ECONÔMICA — Lavoura e pecuária, constituem ramos predominantes, sendo o arroz e o milho os produtos de maior exportação. Existem alguns fornos, para fabricação de farinha de mandioca, e piladores de arroz. A produção agrícola em 1955 apresentou o seguinte resultado: arroz em casca (38 750 sacos — 60 quilogramas — Cr$ 5 037 500,00); feijão (1 100 sacos — 60 quilogramas — Cr$ 726 000,00); laranja (20 700 centos — Cr$ 1 035 000,00); melancia (150 000 — Cr$ 750 000,00); milho (31 000 sacos — 60 kg — Cr$ 4 650 000,00); banana (49 500 cachos — Cr$ 742 500,00). A industrial: farinha de mandioca (268 300 quilogramas — .... Cr$ 896 900,00); arroz pilado (70 000 quilogramas — Cr$ 288 000,00).

Em 1956 foram obtidos os seguintes dados com referência à pecuária: (cabeças) — bovinos, 36 000; eqüinos, 2 900; asininos, 250; muares, 300; ovinos, 500; caprinos, 750 e suínos, 24 000. Exportam-se em média, anualmente, 2 800 a 3 000 cabeças de bovinos e 800 a 1 000 de suínos, sendo que parte do gado bovino procede do município de Vitória do Mearim. A capital do Estado é o principal mercado comprador do gado de Arari.

Das pessoas de 10 anos e mais, num total de 9 232, 2 765 estão ocupadas na agricultura, pecuária e silvicultura; 228, na indústria extrativa; 151, na indústria de transformação; 175, no comércio de mercadorias, e 1, no comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A ligação de Arari com as cidades vizinhas tem as distâncias seguintes e são utilizados os meios de transporte adiante relacionados: Anajatuba, 31 quilômetros, a cavalo; Bacabal, a) fluvial, 235 quilômetros, e b) a cavalo, 158 quilômetros; Vitória do Mearim, a) fluvial, 15 quilômetros, e b) a cavalo, 12 quilômetros, e c) rodoviário, 51 quilômetros; Itapecuru-Mirim, a) rodoviário, 87 quilômetros, e b) misto: a cavalo, 45 quilômetros e rodoviário, 43 quilômetros; Viana, a) a cavalo, 44 quilômetros e b) fluvial, 115 quilômetros, e Cantanhede, 43 quilômetros, a cavalo.

O Departamento dos Correios e Telégrafos possui uma Agência Postal-telegráfica no município.

COMÉRCIO — As transações mercantis são feitas exclusivamente com a capital do Estado e Vitória do Mearim, de onde importa tecidos em geral, ferragens, gêneros alimentícios, produtos farmacêuticos, louças, etc. Existem 97 estabelecimentos comerciais varejistas, na sede municipal.

ASPECTOS URBANOS — Nenhuma das ruas é calçada. Não há hotel nem pensão na sede municipal, porém existem casas de família que aceitam hóspedes, cobrando a diária de Cr$ 80,00. A cidade é iluminada a luz elétrica, das 18 às 22 horas, sendo a eletricidade fornecida pela Prefeitura Municipal. O pôrto, embora carecendo de instalações apropriadas, é visitado diàriamente, por duas embarcações em média, lanchas a óleo, que demandam ou procedem de Bacabal, Pedreiras e São Luís. Dada a sua proximidade com a Capital, não há linha regular de navegação aérea, apesar de a cidade dispor de um campo natural, onde podem pousar aviões tipo teco-teco, que para lá se dirigem mediante prévio fretamento.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas um dentista exerce a profissão no município, prestando assistência à população. Existe uma farmácia de grande utilidade para os moradores, pois dispõe de regular estoque.

COOPERATIVISMO — A Cooperativa Agropecuária de Arari Limitada, com 172 associados em 1956, foi instalada em 16 de setembro de 1953. Sua principal finalidade é de consumo e crédito. Em 1956 realizou 168 empréstimos no valor de Cr$ 878 549,00.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais num total de 11 181, 3 034 sabiam ler e escrever quando do Recenseamento de 1950. Das 3 716 pessoas de 4 a 14 anos (em idade escolar), apenas 377 sabiam ler e escrever, o que equivale a 10,1%. Na sede municipal, das 3 010 pessoas de 5 anos e mais, 1 658 sabiam ler e escrever, sendo 751 homens e 907 mulheres.

Ensino — Em 1957, 29 unidades escolares de ensino primário funcionaram no município, sendo 23 de ensino Fundamental Comum e 6 do Fundamental Supletivo. No mesmo ano foram matriculados 939 alunos de 7 a 11 anos de idade, sendo 566 na sede e 373 na zona rural. Pelo Recenseamento de 1950, das pessoas de 10 anos e mais, que possuem curso completo, num total de 198, 92 eram homens e 106, mulheres.

Vista parcial da Rua Inácio Garcia

Vista parcial da Rua Leocádio Bogéa

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona, na sede, o "Cine Paroquial de Arari", fundado em 1950, com capacidade para 100 espectadores, com funcionamento, entretanto, irregular. Edita-se ali o hebdomadário "Notícias", que é o Boletim Paroquial, e uma Biblioteca Pública, intitulada "Justina Fernandes", com 2 200 volumes, está em atividades.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	80	179	361	102	424
1951.......	99	328	400	110	401
1952.......	137	458	463	105	449
1953.......	350	358	805	115	701
1954.......	273	451	624	102	570
1955.......	326	516	653	85	709
1956.......	315	694	1 009	49	1 001

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São comuns, apenas, os festejos religiosos estabelecidos pela liturgia católica. Sobressaem as festas de Nossa Senhora das Graças, Santa Luzia e Bom Jesus dos Aflitos.

VULTO ILUSTRE — *José Silvestre Fernandes*, nascido a 1.º-8-1889. Professor e jornalista. Ensinava Português, Geografia e História nos ginásios de São Luís. Foi Inspetor Escolar, Assistente-técnico da Diretoria da Instrução Pública, Diretor do Instituto Cururupuense e Diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público. Redator de "O Litoral", de Cururupu. Consultor-técnico do Diretório Regional de Geografia do Maranhão. Titular efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, onde ocupa a cadeira n.º 24, de Enes de Sousa, e da Academia Maranhense de Letras onde se senta na de n.º 15, sob o patrocínio de Odorico Mendes.

Escreveu: "Livro da Criança" — São Luís — 1.ª Série, 1930; 2.ª Série, 1931; 3.ª Série, 1932.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no lugar recebem o gentílico arariense.

É Têrmo da comarca de Vitória do Mearim. Constitui-se por 3 Suplentes de Juiz de Direito; 2 Escrivães; 1 Oficial de Justiça e 1 Adjunto de Promotor.

(Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística.)

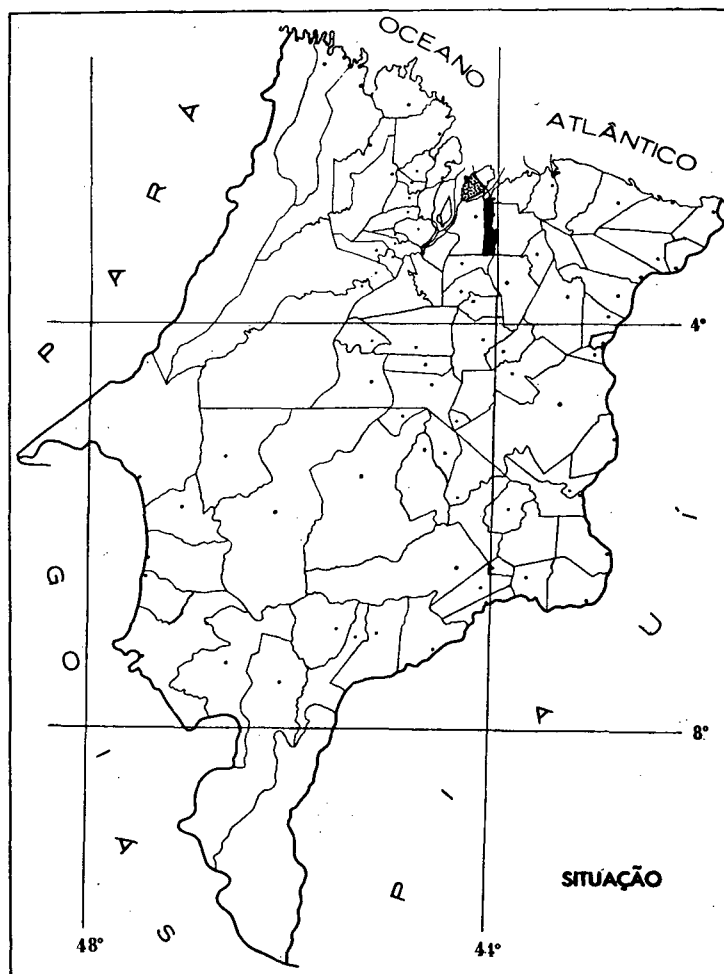
AXIXÁ — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Axixá foi colonizado pelo português Manuel José de Pinho e outros que ali chegaram e constituíram família. Com a vinda de novos portuguêses fundaram, mais tarde, uma grande casa comercial com o nome de "Martins & Primos", hoje mudado para "Martins & Irmãos", em São Luís. A seguir, Manuel José de Pinho e seus companheiros fizeram construir, naquela localidade, uma igreja ainda hoje existente, mandando buscar, então, em Portugal, uma imagem de Nossa Senhora da Saúde, padroeira da cidade.

Caindo, porém, a monarquia, foi Axixá anexado a Icatu, passando a constituir seu 2.º distrito até 1917, quando voltou a ser independente, tendo, então, a 23 de setembro dêsse mesmo ano, sido instalado como município.

Em 1930, com a Revolução, retornou à dependência de Icatu até 12 de junho de 1935, quando reconquistou sua autonomia. Três anos depois, ou seja, a 29 de março de 1938, foi Axixá elevado à categoria de cidade. Seu nome — Axixá — provém de uma árvore muito grande, de frutos avermelhados, que se encontra às margens do rio Munim, próximo ao pôrto. É o atual Prefeito do Município o Sr. José Ribamar Pires.

LOCALIZAÇÃO — Pertence à Zona do Litoral Nordeste. Latitude Sul: 2° 50' 30". Longitude W. Gr.: 43° 57' 15". Posição relativa à Capital: rumo E.S.E.; 51 quilômetros em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Prefeitura Municipal

ALTITUDE — É de 20 metros, na sede municipal.

CLIMA — Temperado, estendendo-se o inverno (estação chuvosa) de dezembro a junho, e o verão, de julho a novembro. De março a abril é quando as chuvas são mais abundantes, sendo comum virem elas acompanhadas de raios, relâmpagos e trovões.

ÁREA — Sua superfície é de 587,50 quilômetros quadrados, sendo o 80.º município do Estado em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950 a população do município somava 8 247 habitantes, numa proporção de 14 habitantes por quilômetro quadrado; 4 134 eram homens e 4 113, mulheres. Dêsse total, 7 626 pessoas viviam na zona rural, o que representa 92,47%.

Apenas 1 homem estrangeiro e 1 brasileiro naturalizado foram encontrados; o restante da população era de brasileiros natos.

Os católicos romanos totalizavam 8 113, sendo 4 073 homens e 4 040 mulheres; 123 pessoas (53 homens e 70 mulheres) eram protestantes; 9 declararam não possuir religião (7 homens e 2 mulheres), e um casal não especificou qual credo religioso professava.

Como acontece no total do Estado, relativamente à côr, a maioria era composta de pardos: 4 232, sendo 2 182 homens e 2 050 mulheres. Os brancos perfaziam o total de 2 488 (1 179 homens e 1 309 mulheres) e os pretos apenas 1 515 (766 homens e 749 mulheres); 12 pessoas não fizeram declaração de côr.

Das pessoas de 15 anos e mais, num total de 4 857, o maior contingente era de solteiros, que totalizou 2 558; os casados eram em número de 1 990; um casal era divorciado ou desquitado, e 303 pessoas, viúvas.

O Departamento Estadual de Estatística calcula que em 1.º-VII-1956 Axixá possuía 9 483 habitantes, o que faz passar a densidade demográfica para 16,16 hab./km².

Aglomerados urbanos — Apenas existia um, o de Axixá, com 621 pessoas, sendo 297 homens e 324 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Axixá é o município que maior número de bovinos possui, com 90 000 cabeças. Os demais componentes da população pecuária em 1956 eram estimados em 2 300 suínos, 300 caprinos, 200 eqüinos, 40 asininos e 80 muares. Há exportação de gado em pequena escala para os municípios de Ribamar e São Luís-Maranhão.

A pesca representa a base da alimentação, apesar de ser praticada por métodos primitivos. Em 1956 foram pescadas 49 toneladas de peixes diversos, no valor de 735 mil cruzeiros.

A economia do município tem a sua base na extração de andiroba, pedras de granito e madeiras em geral que, em 1956, totalizaram:

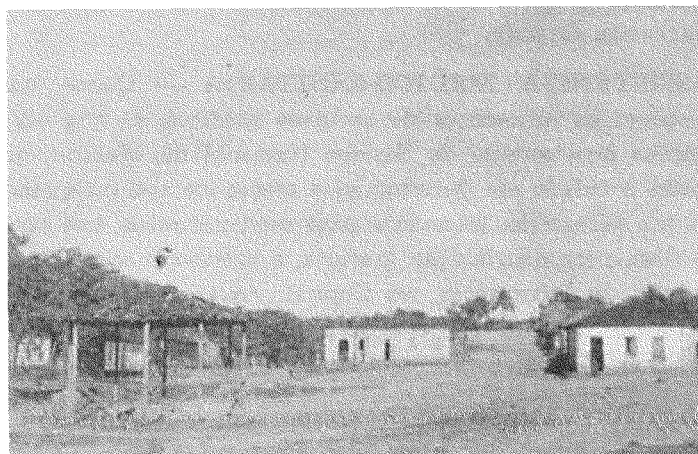
Paralelepípedos	170 000	Cr$ 187 000,00
Óleo de andiroba	45 000 l	Cr$ 450 000,00
Madeiras	300 m³	Cr$ 105 000,00

Existem, ainda, 5 pequenas fábricas de sabão que produziram, em 1955, pouco mais de 58 toneladas, no valor de Cr$ 558 740,00, e pequena indústria de fabricação de aguardente de mandioca (com a produção em igual período de 52 490 litros no valor de Cr$ 594 460,00) e farinha de mandioca (187 870 quilogramas valendo 379 mil cruzeiros).

O babaçu, que na quase totalidade dos municípios maranhenses é o fator básico de sua economia, em Axixá pouco representa, haja vista que em 1955 apenas foram exportadas 5 toneladas, no valor de 20 mil cruzeiros.

Quanto à agricultura, vem tomando interêsse o cultivo da pimenta-do-reino, e Axixá, juntamente com Carutapera, são os dois únicos municípios do Estado que a tal se dedicam. Sua produção em 1955 foi de 1 400 quilogramas valendo 280 mil cruzeiros. Os demais componentes da produção agrícola e respectivo resultado e valor estão consignados no quadro a seguir:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR Cr$
Abacate	Cento	3 900	117 000
Abacaxi	Fruto	4 000	12 000
Arroz em casca	Saco de 60 kg	500	70 000
Banana	Cacho	24 000	120 000
Côco-da-baía	Cento	1 260	189 000
Laranja	»	18 000	270 000
Mandioca	Tonelada	1 700	850 000
Manga	Cento	20 000	200 000
Milho	Saco de 60 kg	900	81 000
Tangerina	Cento	900	22 500

MEIOS DE TRANSPORTE — Axixá liga-se aos municípios vizinhos pelos seguintes meios de transporte e respectivas distâncias: Icatu: fluvial, 26 quilômetros, a cavalo, 18 quilômetros; Morros: fluvial, 9 quilômetro, a cavalo, 5 quilômetros; Rosário: fluvial e marítimo, 67 quilômetros, rodoviário e a cavalo, 48 quilômetros; Vargem Grande: a cavalo, 144 quilômetros; Itapecuru-Mirim:

Praça da Saúde

Igreja N. S.ª da Saúde

misto: a) a cavalo, 48 quilômetros, até Tingidor; b) rodoviário, 45 quilômetros. No transporte fluvial entre a cidade e os municípios vizinhos são utilizadas lanchas a motores de pôpa, enquanto que para a Capital, empregam-se barcos a vela.

COMÉRCIO — O comércio é mantido por 13 estabelecimentos varejistas que transacionam com a capital do Estado e o vizinho município de Ribamar, dos quais importa açúcar, café, querosene, fumo e bebidas em geral, fazenda e conservas, produtos farmacêuticos, louças, ferragens, etc.

ASPECTOS URBANOS — Embora haja no município indústria de extração de pedras de granito, a cidade não é pavimentada. Possui, porém, iluminação elétrica que lhe é fornecida por um motor de 64 000 kW. Dispõe, também, a cidade, de uma Agência Postal-telefônica. No setor judiciário, é têrmo da comarca de Icatu. Representam aquêle poder 3 Suplentes de Juiz, 1 Adjunto de Promotor e 3 Escrivães; 1.º e 2.º Ofícios, na sede, e Registro Civil, em Cachoeira Grande.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Quase não dispõem os axixaenses de recursos médicos. O que há é apenas uma guarda do Serviço Nacional de Malária, que visita a cidade em determinados meses do ano ou quando se faz necessário, levando alguns medicamentos, tais como aralém, para distribuição gratuita, e extraindo sangue para exame de laboratório, na Capital. Axixá é distrito sanitário do Pôsto de Higiene do Estado, que tem por sede o município de Rosário.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, sabem ler e escrever duas mil e treze (2 013) pessoas, de mais de 5 anos de idade, sendo, dêsse total, 1 103 homens e 910 mulheres. Quanto às pessoas de 10 anos e mais, 116 possuíam curso completo, sendo 108 (41 homens e 67 mulheres) de grau elementar e 4 casais, de grau médio.

Ensino — Em 1956, contavam-se, no município, 18 unidades escolares, sendo 15 do grau fundamental comum e 3 do fundamental supletivo.

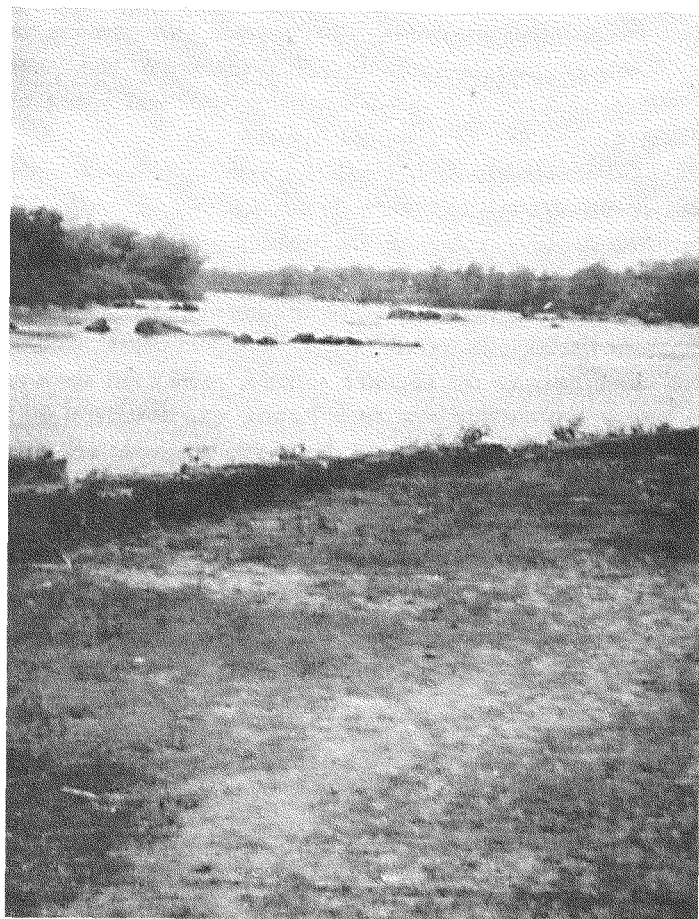
PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Banha Axixá o rio Munim, que serve de divisória entre o município e os de Icatu e Morros. É navegável por embarcações de pequeno calado. São encontrados, em determinadas partes do seu leito, blocos de pedra de granito, que oferecem perigo à navegação. O rio Munim serve, ainda, os povoados de Taquaris, Taboca, Cachoeira, Rui Vaz e Belém. Encontram-se, também, no município as cachoeiras do Tanque e Grande, de forte correnteza e grandes pedras, perigosas à navegação.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Conta o município com um templo protestante denominado Igreja Evangélica Assembléia de Deus, que fica situado na povoação Veneza, distante um pouco da sede. Faz parte do mesmo 1 ministro e 1 presbítero.

À Câmara Municipal concorrem 9 vereadores.

Aos filhos da terra dá-se o nome axixaense.

FILHOS ILUSTRES — Dentre os filhos do município que se destacaram pela cultura, podemos citar *Belarmino de Matos* e *Adelino Fontoura Chaves.*

O primeiro nasceu a 24-5-1830, quando Axixá ainda pertencia ao município de Icatu. Faleceu em São Luís, a 27-2-1870. Foi jornalista e editor. Em 1857 fundou a

Vista parcial do rio Munim

Associação Tipográfica Maranhense. Foi cognominado, por Henriques Leal, o Didot maranhense.

Quanto ao segundo, nasceu a 30 de março de 1855, falecendo em Lisboa, a 2-5-1884. Era poeta e, durante muito tempo, militou na imprensa carioca, colaborando nos seguintes jornais: "Fôlha Nova", "Gazetinha", "O Combate" e "Gazeta da Tarde", sendo, depois, em Paris, correspondente dêste vespertino.

Iniciando sua vida como caixeiro e soldado de polícia, conseguiu atingir posição de real destaque na literatura, e foi escolhido patrono da cadeira n.º 1, dos sócios efetivos da Academia Brasileira de Letras, fundada por Luís Murat, e da de n.º 38, da Academia Maranhense de Letras, fundada por Franklin de Oliveira.

Suas produções poéticas, que nunca as enfeixou em livro, acham-se reunidas nos números 93 e 117 da Revista da Academia Brasileira.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000) (1)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total (1)	Tributária (1)	
1950	...	136	345	145	345
1951	...	161	351	151	333
1952	...	179	428	228	435
1953	...	223	642	442	641
1954	...	245	570	147	570
1955	...	287	953	428	389
1956 (1)	...	472	680	183	680

(1) Orçamento.

(Autor do histórico — José Ribamar dos Santos Raposo — ex-AE; Redação final — Maria Rita de Miranda Jorge e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística.)

BACABAL — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1876 o coronel Lourenço da Silva fundou uma fazenda, onde atualmente fica a Praça Nossa Senhora da Conceição, para o cultivo de algodão, arroz e mandioca, aproveitando, para tanto, o braço escravo. Sobrevindo a Abolição da Escravatura, a fazenda passou, por compra, ao coronel Raimundo Alves d'Abreu, que começou a comerciar com os primeiros trabalhadores livres e índios, cujas malocas estavam situadas onde hoje fica o bairro "Juçaral". Desenvolvendo-se o comércio e com o afluxo sempre crescente de novos moradores, houve necessidade de ligação mais rápida com a Capital e, após as *démarches* necessárias, foi o Telégrafo Nacional inaugurado em abril de 1885, na casa da fazenda.

Devido à fertilidade do terreno, sua privilegiada topografia e grandes recursos naturais, a fazenda prosperou, crescendo, assim, o povoado e aumentando as culturas, bem como seus habitantes. A imigração de nordestinos, que muito contribuiu para a expansão agrícola, fêz com que Bacabal adquirisse a primeira colocação como produtor no Estado, ainda no século passado, intensificando-se,

Igreja-Matriz de Santa Terezinha

porém, do ano de 1932 até agora, sempre em cadência crescente.

A localidade, na sua fundação, não obedeceu a traçado urbanístico algum; é um agrupamento de casas e pequenas ruas convergidas em direção ao rio Mearim. Sòmente a partir de 1930, tendo sido organizada, pela administração Municipal, uma planta geral da vila, foram as construções obedecendo a um plano simétrico, com traçado de ruas paralelas e perpendiculares.

Em 1913 foram criadas as Coletorias Federal e Estadual.

A Lei n.º 932, de 17 de abril de 1920, assinada pelo Dr. Urbano Santos da Costa Araújo, então Presidente do Estado, elevou o povoado, já bastante desenvolvido, à categoria de vila, que figurava como segundo distrito policial do município de São Luís Gonzaga (hoje Ipixuna), dizendo o seu artigo segundo "que os limites do novo município serão os mesmos do segundo distrito aludido, de acôrdo com a Portaria do Govêrno de 20 de agôsto de 1890", assim discriminados: "Da povoação Vila Velha, descendo pelo rio Mearim até a Lajem, compreendendo tôdas as situações existentes de um e outro lado, da beira para o centro em linha reta, indo confinar pela margem esquerda com o rio Grajaú e pela margem direita com a subdelegacia das Pombinhas, segundo distrito de Itapecuru-Mirim".

Em 7 de setembro do mesmo ano de 1920 foi oficialmente instalado o município, seguindo o seu progresso demográfico e econômico em rotina sempre crescente.

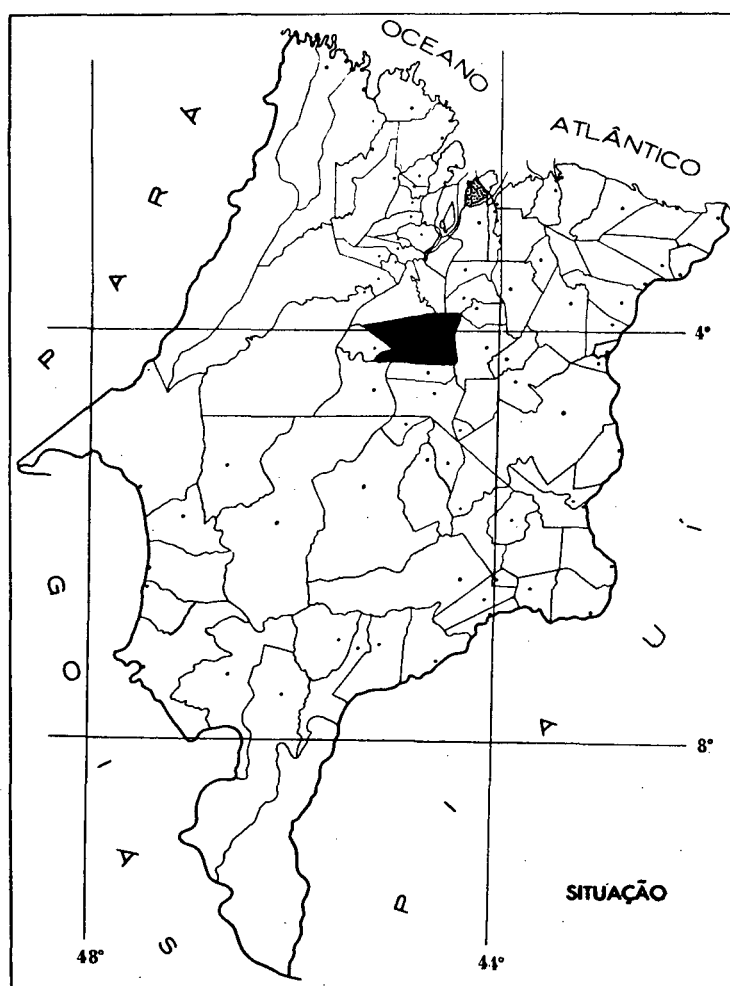
Em 7 de setembro de 1931 foi inaugurada, com excepcionais festejos, a primeira iluminação elétrica da vila de Bacabal, cuja usina foi substituída por outra, mais possante, em 24-XII-1953.

Em 1.º de janeiro de 1939, a vila de Bacabal foi elevada à categoria de cidade, pelo Decreto-lei n.º 159, de 6 de dezembro de 1938.

Parte do seu território pertence, hoje, ao município de Vitorino Freire, instalado a 1.º de janeiro de 1953.

O nome do município de Bacabal originou-se da grande quantidade de palmeiras dessa fruta silvestre (Oenocarpus distichus) existente na localidade, quando da sua fundação.

É atual Prefeito o médico Antônio Pereira da Silva Neto.

LOCALIZAÇÃO — Pertence à Zona Fisiográfica do Baixo Mearim. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul — 4° 14' 12"; longitude W. Gr. — 44° 43' 50". Posição relativamente à Capital: rumo S.S.O., distância em linha reta — 193 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 38 metros na sede municipal.

CLIMA — O clima de Bacabal é quente e úmido, sendo quase constante, pois mínimas são as suas variações. O inverno é de janeiro a junho, e o verão, de julho a dezembro. Ventos predominantes: sul. Não são registradas tempestades de granizos, porém de vento, no início do inverno. Em 1956, na sede, foram observadas as seguintes temperaturas em graus centígrados: média das máximas — 34; média das mínimas — 30, e média compensada — 32.

ÁREA — Com 4 310 quilômetros quadrados, é Bacabal o 19.º município do Estado em grandeza territorial.

Prefeitura Municipal

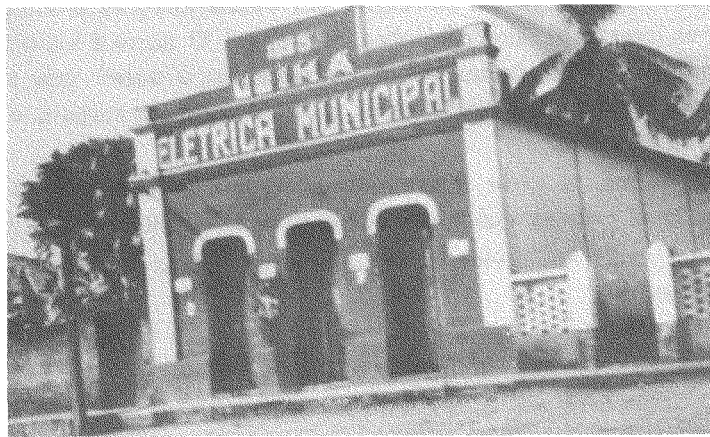
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os terrenos do município são de origem aluvional e coluvional. Algumas elevações que se encontram disseminadas em forma de pequenos morros são de origem de convulsões vulcânicas. Espaçadamente, são encontrados traços de formação terciária, produzindo barreiras, com camadas de argilas e grés ferruginoso.

O rio Mearim, que corta o município quase pelo meio, é o principal acidente geográfico, sendo navegável por embarcações de calado médio e por onde, há bem pouco tempo, era a única via de escoamento da produção. Ao lado direito e esquerdo do rio Mearim, os lagos e lagoas cobrem a maior parte dos terrenos, os quais enchem logo às primeiras chuvas.

O rio Mearim entra no município, ao sul, no lugar Vila Velha, limite com Ipixuna, e deixa as terras de Bacabal no lugar Sêco das Almas, limite com Vitória do Mearim. Além da sede municipal, banha os povoados Bom Jesus, Três Irmãos, Pôrto Alegre, Santa Rosa, Sincorá, Sêco das Mulatas e Lajem do Curral.

Afora os lagos que se criam com as chuvas, existem muitos outros em todo o território municipal, que formam verdadeiras bacias, sendo os principais: Verde — com cêrca de 1 000 m x 800 m; Veados — com 1 000 m x 400 metros; Salangô, Caçamba, Manuel Leite e Pompílio, todos com 400 m x 200 m; Grande — 600 m x 400 m e Jardim — 500 m x 200 m.

A profundidade dêsses lagos varia de 1 a 2 metros no verão, chegando a atingir até 5 metros na época invernosa, sendo todos, assim como o rio Mearim, bastante piscosos. As espécies mais encontradas são: curimatá, suru-

Vista parcial da Avenida Rio Branco

Usina Elétrica Municipal

bim, mandubé, pescada, sardinha, liro, bagre, piaba, cabeça gorda, cará, coró, cascudo, Pirapema, piranha, anojado, jandiá e outras.

RIQUEZAS NATURAIS — A maior riqueza em sementes oleaginosas é dada pela palmeira de babaçu que se encontra espalhada por tôda a parte. As principais fibras são a malva-branca, de relógio, de diversas variedades de embiras, etc.

O município de Bacabal é pobre em minerais, devido à sua composição e formação física. No lugar Salgado — precisamente na pedra do Salgado — encontram-se camadas folheadas de calcários em forma de carbonato de cal. Também aí existem pequenas fontes de águas sulfurosas e outras de sais, sobressaindo os sais de potassa.

A área florestal da mata virgem, apesar da grande devastação, ainda cobre um têrço do território; outra têrça parte é coberta pelas capoeiras e capoeirões; o restante, pelos lagos, campos baixos e pelos campos de chapada. Sob o ponto de vista florestal, o município de Bacabal se pode dividir em: a) terras firmes das matas; b) várzeas altas; c) várzeas baixas; d) campos lavados; e) campos cobertos com árvores e capões de matas; f) capoeirões; g) capoeiras.

A riqueza florestal compõe-se de acariúba, ameju, andiroba, aracay, araçá do mato, araçá da anta, arapari, arariba, bacaba, bacurizeiro, barbatimão, biribá, breu-branco, burra-leiteira, cacau-azul, caju-do-mato, canela-de-veado, caraúba, caroba, cauaçu, cedro branco, cedro vermelho, conduru, copaíba, coração-de-negro, cortiça, cravo do mato, cravo-do-maranhão, cuia-de-macaco, cumaru, bordão-de-velho, cupiúba, cutitiribá grande, ingá-açu, ingá-cipó, ingá-xixi, ingarana, ipeúba, lacre, lombrigueira, louro-abacate, louro-amarelo, macaúba do campo, mamorana, maçaranduba mirindiba, mulungu, pau-rosa, pau-santo, dau-d'arco roxo, pau-d'arco amarelo, pau-marfim, pente-de-macaco, buritizeiro, paparaúba, angelim-doce, angelim-pedra, angelim-côco, arapari branco, sumaúma, imbaúba, jaboti, bambu, capim duro, etc.

Ponte de concreto armado sôbre o rio Mearim

Animais silvestres também são encontrados, destacando-se veado, caititu, gato maracajá, lontra, ariranha, queixada, capivara, cotia, macaco, rapôsa, coati, cobra, etc.

Os traços físicos do terreno terciário e permiano da bacia do rio Salgado assinalam suspeitas da existência do petróleo.

POPULAÇÃO — A população de Bacabal, segundo o Recenseamento de 1950, era de 54 949 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 28 208; mulheres — 26 741; brancos — 23 009; pretos — 8 021; pardos — 23 760. Das pessoas de 15 anos, em número de 31 247, 11 192 eram solteiras; 18 325 casadas; 1 627 viúvas e 3 desquitadas. Existiam 13 estrangeiros e 4 brasileiros naturalizados. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 53 232. Os demais credos tinham os seguintes adeptos: protestantes — 1 586; espíritas — 14; outras religiões — 46; sem religião — 8; sem declaração de religião — 63. Do total da população, 91,3% localizam-se no quadro rural, superando a média da população rural do Maranhão, que é de 82,6%. A superioridade numérica do elemento masculino é também observada na população rural (25 879 homens e 24 213 mulheres). Situa-se em 5.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado, como demonstra o quadro abaixo:

Vista de uma casa comercial

São Luís	119 785	habitantes
Caxias	107 347	habitantes
Codó	59 657	habitantes
Pedreiras	59 475	habitantes
BACABAL	54 949	habitantes

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística para 1956, a população de Bacabal era de 66 842 habitantes. (Obs. Todos os demonstrativos acima incluem a população de Vitorino Freire, criado após 1950).

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana é a sede, que contava, quando do Recenseamento de 1950,

Mercado Público Municipal

com 4 857 pessoas, sendo 2 329 do sexo masculino e 2 528 do sexo feminino.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na indústria extrativa de babaçu tem o município a sua maior riqueza. Sua produção em 1955 foi de 4 000 000 de quilogramas, no valor de vinte e quatro milhões de cruzeiros. Na lavoura cultivam-se, principalmente, o arroz e o algodão, produtos de que é um dos maiores exportadores do vale do Mearim. São cultivados, também, mormente para o consumo interno, mandioca, cana-de-açúcar, feijão, milho, etc. O quadro abaixo dá a produção agrícola de 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO Cr$
Arroz em casca	Saco de 60 kg	370 000	33 300 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	7 800	780 000
Feijão	Saco de 60 kg	7 200	2 016 000
Algodão	Arrôba	235 000	16 450 000
Banana	Cacho	285 000	4 275 000
Milho	Saco de 60 kg	95 000	8 550 000

A produção industrial, bastante significativa, foi, em 1955, a seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR Cr$
Arroz pilado	kg	8 359 006	32 467 220
Algodão em pluma		3 188 500	22 268 998
Aguardente de cana	Litro	33 800	582 200

A população pecuária, segundo estima o Departamento Estadual de Estatística para 1956, é composta de 4 600 bovinos; 20 000 suínos; 2 850 ovinos; 3 200 caprinos; 2 200 eqüinos; 1 400 asininos, e 1 100 muares.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Bacabal mantém avultadas transações com a Capital e com outras Unidades da Federação, principalmente do Sul do país, para onde exporta arroz e algodão já beneficiados, couros e peles, através da estrada de ligação Bacabal—Coroatá. O babaçu é vendido dentro do próprio Estado. Em 1955 existiam 295 firmas comerciais, sendo 35 atacadistas e 260 varejistas.

Acha-se instalada, desde 14 de agôsto de 1956, uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia, o que comprova o desenvolvimento do comércio bacabalense.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Os transportes para o interior do município operam-se pelas estradas carroçáveis existentes em várias direções e, ainda, por intermédio de "caminhos de tropas". O pôrto é visitado quase que diàriamente por embarcações a vapor que sobem e descem o rio Mearim, dado o vulto da carga a entrar e a sair.

Tem, a sede municipal, as seguintes comunicações com as cidades vizinhas e respectivos meios de transporte:

Arari — fluvial, 225 quilômetros e a cavalo 158 quilômetros.

Vitória do Mearim — rodoviário, 150 quilômetros e fluvial 210 quilômetros.

Coroatá — rodoviário, 89 quilômetros.

Ipixuna — fluvial, 20,5 quilômetros; rodoviário 36 quilômetros e a cavalo 30 quilômetros.

Lago da Pedra — rodoviário, 84 quilômetros.

Vitorino Freire — rodoviário, 72 quilômetros.

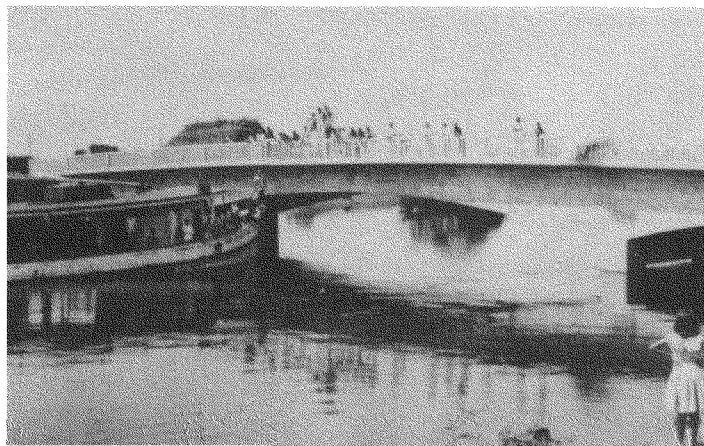
Cantanhede — rodoviário, 111 quilômetros.

Liga-se, ainda, com a Capital do Estado, por estrada de rodagem aberta ao tráfego durante todo o ano.

Possui uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, com regular movimento.

ASPECTOS URBANOS — A Prefeitura Municipal fornece luz elétrica a particulares (300 ligações) e mantém a iluminação pública. Há, no município, 2 sindicatos, sendo um de arrumadores e outro de estivadores; 5 pensões com instalações modestas, sendo que no verão quando os caminhões do Nordeste visitam a sede para transportar cargas, proliferam casas que fornecem comida e dão pousada, mediante preço módico. Há dois pequenos cinemas, sendo que atualmente apenas está funcionando o Cine Glória, inaugurado em 1955. Existem, na sede, dois cartórios: o do Primeiro Ofício com as atribuições de Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos; o do Segundo Ofício — Casamentos, Nascimentos, Óbitos, Órfãos ausentes, Interditos, Provedoria, Crimes e outros.

Devido à importância do município e com o intuito de contribuir para facilitar a localização de seus associados, o I.A.P.C. está construindo um conjunto residencial composto de 20 casas, em estilo moderno e padronizado.

A formação judiciária compreende o Juiz de Direito, 1 Promotor Público, 3 Suplentes de Juiz de Direito, 2 Oficiais de Justiça, 3 Escreventes Juramentados e 1 Carcereiro. A comarca foi instalada como de 1.ª Entrância, sendo posteriormente elevada à 2.ª Entrância.

Vista da ponte de concreto armado sôbre o rio Mearim

O número de veículos registrados na Prefeitura é de 23 caminhões, 5 jipes, 1 camioneta, 70 bicicletas e 5 motocicletas.

No dia 15-9-1957 foi concluída a ponte sôbre o rio Mearim, ligando suas duas margens e os fertilíssimos vales do Mearim e Pindaré, o que virá facilitar bastante o tráfego de veículos que, vindos dêste último, demandam a Capital, favorecendo o escoamento de sua produção. Tem 130 metros de vão total, é tôda de concreto armado e está situada na estrada BR-22. Foi projetada e construída pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Servido por dois Postos de Higiene, sendo um mantido pelo Govêrno Estadual e o outro pela Associação Comercial do Maranhão, através da Campanha da Produção. O primeiro, para desvalidos e, o segundo, para lavradores. Funcionam 5 farmácias, enquanto 3 médicos, 3 dentistas e 5 farmacêuticos servem à população de um modo geral.

COOPERATIVISMO — Existe a Cooperativa Agropecuária Bacabal Limitada, fundada em 21 de abril de 1954, com a finalidade de financiar lavradores e defendê-los das explorações do comércio. Conta 120 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — Foram registradas, pelo Recenseamento Geral de 1950, 6 089 pessoas de 5 anos e mais de idade que sabiam ler e escrever, das quais, 3 556 homens e 2 533 mulheres. Êsse total representa pouco mais de 13% da população compreendida nesse grupo.

Ensino — A instrução pública é difundida por escolas do ensino primário. Em 1956, existiam 42, sendo 24 do ensino fundamental comum, 17 do ensino fundamental supletivo e 1 do complementar. Acha-se em construção um convento, que será dirigido pelos frades da Ordem de Santo Antônio, onde será ministrado o ensino normal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	432	1 569	849	636	758
1951.......	576	2 184	1 292	969	1 217
1952.......	572	3 580	1 525	1 143	1 416
1953.......	984	4 904	1 358	1 019	1 698
1954.......	1 695	4 385	2 040	1 690	2 056
1955.......	1 406	7 226	2 947	2 210	2 947
1956 (1)....	...	...	1 133	850	...

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No município realizam-se, anualmente, 7 procissões, a saber: de São Sebastião, a 20 de janeiro; do Senhor Morto, na sexta-feira santa; de São José, a 1.º de maio; de Nossa Senhora do Rosário, a 31 de maio; de Santo Antônio, a 13 de junho; de Santa Terezinha, a 15 de outubro e de Nossa Senhora da Conceição, a 8 de dezembro. A padroeira da cidade é Santa Terezinha, cujos festejos verificam-se no período de 5 a 15 de outubro, com bastante animação.

Dado o espírito religioso da maioria da população, o carnaval não tem o entusiasmo que se nota em muitas outras partes do Brasil. Os folguedos mais populares são:

Conjunto residencial do I.A.P.C.

o "bumba-meu-boi" e o "tambor de crioulo". Êste é um batuque — designação genérica das danças dos pretos acompanhadas por instrumentos de percussão, conhecidos comumente por tambores oriundos da África, sendo introduzido no Brasil pelos escravos seqüestrados por portuguêses e espanhóis. Êsses tambores, em número de 3, são pedaços ocos de madeira, de forma cilíndrica, diferenciando-se um do outro pelo tamanho, o que justifica uma designação específica: "Tambor grande", "Tambor Médio", também chamado "Meião" e o terceiro chamado "Tambor bererengo".

Desde os seus primórdios, as cantorias improvisadas pelos negros no Brasil, ao som do ritmo bárbaro dos tambores, destinavam-se a suavizar a triste condição de escravo, vítima das maiores tiranias e exposto a pesados trabalhos. Tais cantorias sòmente eram permitidas pelos senhores em determinados dias. No momento presente, desde que a data seja considerada festiva, os pretos, já agora livres, executam as suas danças. Os tambores, antes de iniciar-se a batucada, são levados junto às fogueiras a fim de que seu couro fique bem retesado, propiciando, assim, um melhor som. Forma-se, em seguida, um círculo de que participam homens e mulheres, velhos e moços, todos impregnados da magia que evola dos tambores, ensejando, através de passos cadentes, de rodopios faceiros, oportunidade, ao homem ou à mulher, de rebolar-se no centro do círculo.

Quanto ao bumba-meu-boi, segundo uns, resultante de lenda antiga, do tempo da escravatura, é folguedo a que, em todo o Maranhão, o povo dispensa o mais desusado entusiasmo. É espetáculo encantador para a vista, a contemplação dos trajos dos que participam da brincadeira, na policromia de suas vestes, no vistoso dos tecidos, guarnecidos exuberantemente das mais diferentes rendas. Êsse folguedo começa, invàriavelmente, à noite de 23 de junho de cada ano, véspera de São João Batista, quando é realizada a cerimônia do "batizado" no terreiro da casa do "amo" (o chefe da brincadeira), adredemente preparada, e enfeitada com fôlhas de juçareira e bandeirinhas de papel de sêda das mais variadas côres. Essa brincadeira tem, em média, a duração de 4 meses, dando-se a morte do boi geralmente a 7 de setembro, no mesmo local onde foi realizado o batizado.

É transcrita, abaixo, à guisa de ilustração, uma cantiga entoada pelo amo de um dos bumba-meu-boi maranhenses, do que se depreenderá o alto cunho folclórico,

retratado da psicologia do povo, a qual é acompanhada por maracá, matraca, pandeiro e tambor-onça:

Rapaz sortêro
Qui inda num casô,
A guerra dos contraro
Já se alevantou.

Eu tinha uma nomorada
Qui por outro ela me deixou,
Eu faço é prá machucar
Tenho outra de maió valô.

Gunvêrno novo
Mandou me chamá
Eu vo lá
Eu vou lá.

É môça que alumêa } bis
o rei do sol
Eu quiria sê rapaz sortêro } bis
Mas casado é mió

Dá no boi vaquêro fama
Vaquêro fama liá
Dá no boi, tu num discuida
Num deixa meu boi te dá.

Num vai bebê
Prá ti imbriagá
É vaquêro tú vai lá in casa } bis
Eu num posso demorá

Eu tava na beira da praia
Quando ela mi chamou
Contraro tú num me aterra
Tu num me aterra
Qui eu vou.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — São chamados de bacabalenses os nascidos na terra. Quando das eleições populares, 9 são os vereadores eleitos. No interior do município foram instalados 5 cartórios do Registro Civil, dos quais 4 já se encontram em funcionamento desde 1954, localizados respectivamente em Ôlho-d'Água das Cunhães, São José das Verdades, São Mateus e Santa Luzia do Lago Limpo.

(Autor do histórico — A.E. Fabrício Gonçalves de Morais; Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e documentação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Maranhão.)

BALSAS — MA

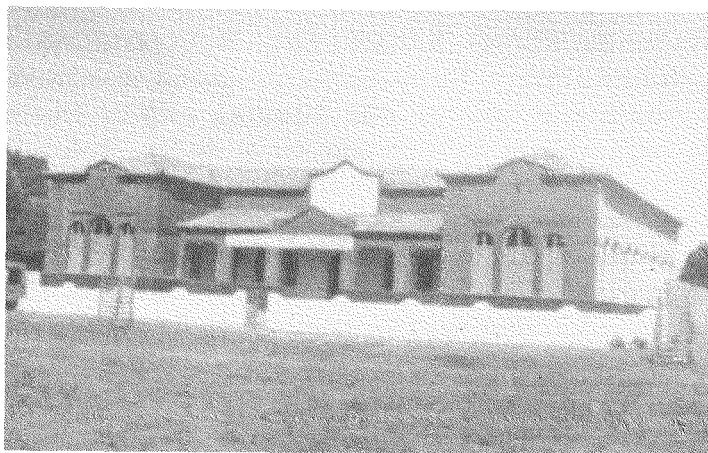
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Os habitantes do município do Riachão, notadamente os que residiam na vila sede do têrmo, eram, em sua grande maioria, fazendeiros, os quais possuíam várias fazendas de criar no território compreendido à margem direita do rio Balsas. São José, Santa Isabel, Flor do Dia (depois denominada Água Branca), Castelo, Brejo Grande e muitas outras, ainda hoje existentes, pertenciam

Igreja-Matriz

aos membros da numerosa família Coelho e ao tenente-coronel Daniel Alves do Rêgo. Para as excursões às suas fazendas, procuravam, como ponto mais acessível, o pôrto das Caraíbas, no rio Balsas, localizado cêrca de 15 quilômetros a montante da foz do rio Cachoeira. E o contínuo movimento de viajantes ali — patrões e vaqueiros —, despertou o interêsse pelo local e o primeiro morador, além do canoeiro que fazia a travessia no rio, logo ali se estabeleceu com uma pequena casa de comércio (quitanda) onde vendia cachaça, rapadura, farinha de mandioca, milho e outros artigos de que necessitavam os viajantes.

A notícia foi se irradiando, chegando ao conhecimento dos moradores das vizinhanças e, dentro de pouco tempo, diversas casas cobertas com palha e com paredes de taipa foram construídas, embora sem simetria ou alinhamento. Todos preferiam que os seus quintais deitassem para o rio, dada a fertilidade do terreno. E as plantações das árvores frutíferas foram iniciadas, sobressaindo as laranjeiras.

Sabedor de que um novo núcleo de população estava se edificando no pôrto das Caraíbas, no rio Balsas, o baiano Antonio Ferreira Jacobina, mercador de fumo naqueles sertões, para lá se dirigiu. Além de bom tocador de rabeca, Jacobina tinha um espírito comunicativo e folgazão e começou a promover festanças que atraíam muitas pes-

Prefeitura Municipal

soas ao local. Dado o ambiente de alegria encontrado, e pela salubridade ali desfrutada com a fartura e limpidez das águas do rio Balsas, o certo é que muita gente não mais voltou às suas antigas residências, e novos casebres foram se agrupando.

Ganhando a simpatia do povo com as suas festanças e pagodeiras, Jacobina tornou-se, naturalmente, o chefe do incipiente povoado, ao qual logo denominou "Vila Nova". A vida de contínua pagodeira ali levada atraía muitos vaqueiros das vizinhanças, que se tornavam esquecidos dos seus afazeres, ao ponto de deixarem crias de gado vacum sem nenhum benefício, entregues ao estado selvagem. E quando nas partilhas aparecia dêsses "barbatões", o fazendeiro, como repreensão ao desleixo do vaqueiro, lhe dizia: "Lace, ferre e beneficie aquêle vila-nova".

Entre os novos habitantes da Vila Nova apareceu o violeiro Marcos Pia, cantador ao pé da viola e repentista. Tinha a mania de só conversar rimando. Aparecendo ali, em viagem para suas fazendas, o tenente-coronel Daniel Alves do Rêgo, Marcos Pia aproveitou a oportunidade para fazer-lhe uma louvação (prenúncio do moderno puxa-

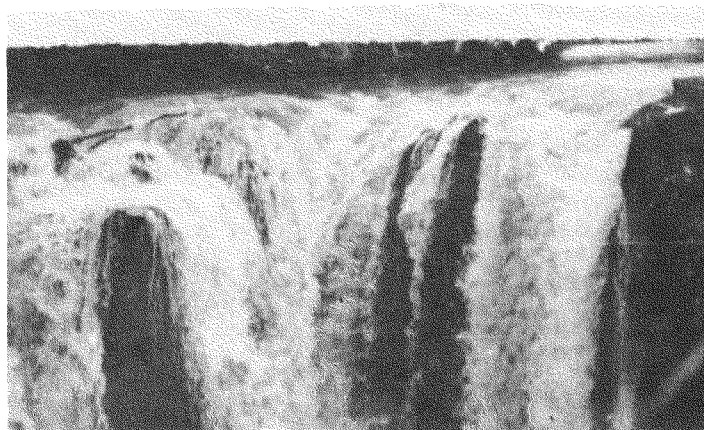
Escola Rural

-saco), e depois de muitas cantorias regadas a cachaça paga pelo abastado fazendeiro, pespegou-lhe a seguinte quadra:

"Agora eu vou louvá
Os home rico do sertão;
Roquexi em Pernambuco
E Daniel no Riachão".

O cantador ouvira falar em Rothischild como um potentado no mundo do dinheiro, mas não lhe sabia o nome certo; e Pernambuco, para êle, era uma terra tão distante que só mesmo lá poderia viver o rico banqueiro inglês. A inclusão do nome Pernambuco, como pertencente ao sertão, foi uma necessidade para a rima.

Vila Nova progredia. Continuamente chegavam ali novos habitantes, inclusive algumas famílias cearenses tangidas pelo terrível flagelo da sêca de 77. Francisco Pedro de Faria, Minervino Sátiro de Farias, Domingos Soares de Queiroz e outros ali passaram a residir.

Em maio de 1879, quando o povoado já possuía duas ruas e o Largo da Igreja, onde foi edificada uma pequena capela tendo como orago Santo Antônio, aportou ali o negociante ambulante José Pedro, em um bote de sua propriedade, no qual fazia o comércio de regatão, vendendo

Cachoeira de Macapá

sal, estivas, remédios e mercadorias gerais, e comprando, em troca, peles de animais silvestres, couros espichados de bois, carne sêca e cereais. E desde então, prevendo o futuro que estava destinado à povoação Vila Nova, passou a fazer, ali, periòdicamente, o comércio, em seu bote.

O bote de José Pedro ganhou fama por ter sido o pioneiro da navegação do rio Balsas, e fama tal, que muitos anos depois, quando naquele rio foi iniciada a navegação a vapor, os velhos de então, ao saberem da passagem do vapor em tal pôrto diziam: "Fulano me disse que o bote passou em tal parte vendendo sal muito barato".

Em 1882, o deputado Manoel Caetano de Lemos, representante do sertão no Congresso Estadual e residente em Riachão, apresentou um projeto que se transformou na Lei n.º 1 269, de 23 de maio de 1882, pela qual a localidade Vila Nova passou a ter vida oficial, mudando-se-lhe a denominação para Santo Antônio de Balsas, que haveria de perdurar por muito tempo. Com a criação da capela sob a invocação do mundialmente venerado taumaturgo Santo Antônio, o povo passou a adotar a nova denominação que correspondia aos seus sentimentos religiosos. Havia, pois, uma justa causa para a mudança da denominação do povoado que surgia, e nem no futuro, quando o modernismo determinasse a substituição de nomes de antigas localidades por outros sem nenhuma significação regional, o de Santo Antônio de Balsas seria substituído, eis que representa a tradição e os sentimentos de fé do seu povo.

Pela Lei n.º 15, de 7 de outubro de 1892, apresentada no Congresso como Projeto n.º 6, pelo padre Balduíno Pereira Maya, Vigário de Riachão e deputado por

Rua Humberto de Campos

Vista parcial aérea da Praça da Matriz

aquela região sertaneja, da qual era conhecedor do desenvolvimento de Santo Antônio de Balsas, foi elevada à categoria de vila.

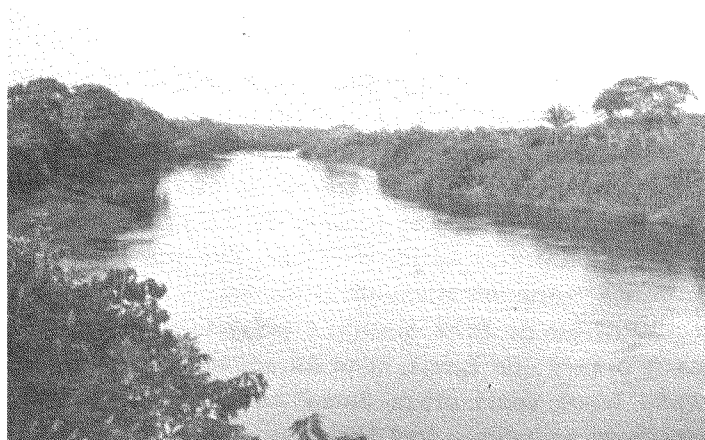
Em 1897, pela Lei n.º 170, de 30 de março, sancionada pelo Vice-Governador Doutor Alfredo da Cunha Martins, foi o govêrno autorizado a contratar com quem melhores vantagens oferecesse, dentro ou fora do Estado, e sob bases enumeradas, o serviço da navegação a vapor entre os portos de Flôres, no rio Parnaíba, e Santo Antônio de Balsas, no rio Balsas, com escalas pelos de São Luís, Queimadas, São Francisco, Barão de Grajaú, Manga, Nova Iorque, São Félix de Balsas e Loreto. Um ou dois anos depois, não se sabe se em sondagem à navegabili-

Educandário e Prefeitura Municipal

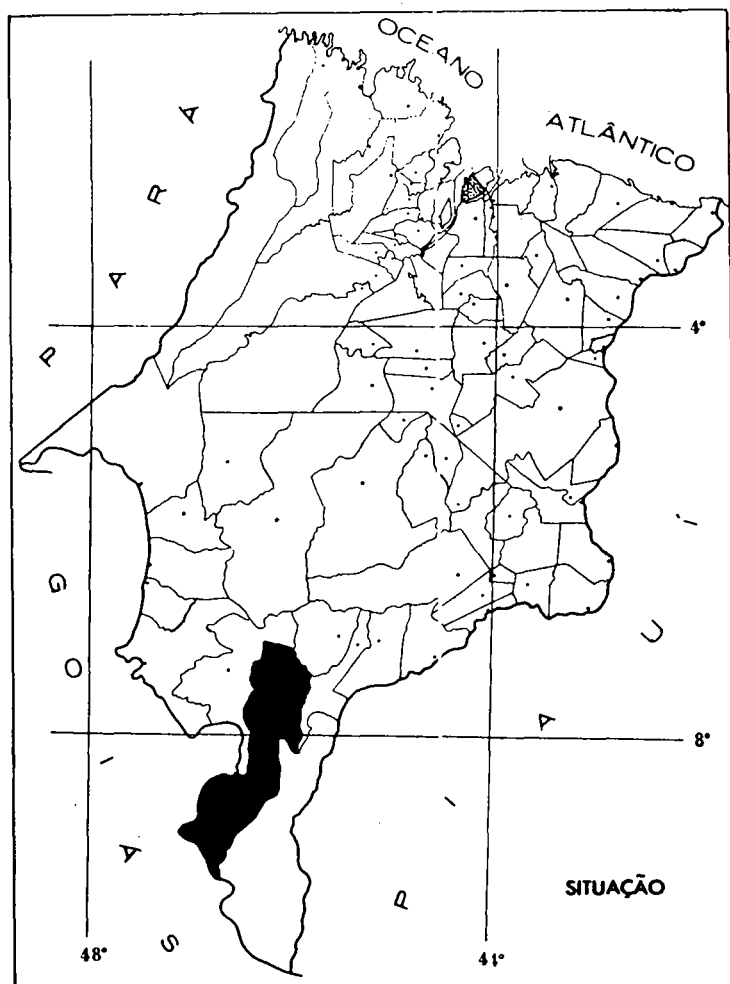
dade do rio Balsas, o velho barqueiro Melancia, patrocinado pela importante firma Marc Jacob, de Parnaíba-PI, iniciava viagens periódicas até Santo Antônio de Balsas, sempre conduzindo apreciáveis quantidades de sal.

A chegada do primeiro vapor em Santo Antônio rasgou novos e promissores horizontes àquela zona. Com o estabelecimento da navegação a vapor, foi o comércio local suprido de apreciável quantidade de sal, e êsse elemento valioso no sertão fêz deslocar-se para ali o eixo do comércio sertanejo. Dia a dia, num movimento contínuo, chegavam famílias e famílias, para fixarem residência na então considerada Terra da Promissão. Vinha gente de diversas localidades maranhenses, do Piauí, do Ceará, de Pernambuco e da Paraíba, e a população da vila foi aumentando de maneira surpreendente. Casas eram construídas; novas ruas eram rasgadas; estabelecimentos comerciais se multiplicavam, e os sertanejos do sul do Maranhão e do Norte de Goiás para ali transferiram a preferência de suas compras, atraídos pela abundância e facilidade do transporte do sal, em busca do qual estavam acostumados a percorrer 100 e mais léguas. Barra do Corda e Grajaú sentiram o efeito imediato do início da navegação a vapor no rio Balsas. O seu comércio decaiu, e muitas famílias transferiram suas residências para a nova Canaã. E o progresso ali de tal forma se acentuou, que o deputado Thucydides Barbosa, representante daquela zona no Congresso Estadual, apresentou na sessão legislativa de 1918 um projeto que foi convertido na Lei n.º 775, de 22 de março de 1918, "elevando à categoria de cidade, com a mesma denominação, a atual vila de Santo Antônio de Balsas". Pela mesma lei foi permitido o uso da palavra Balsas para, sem acompanhamento de outras, designar a futurosa cidade.

Vista do Campo de Pouso

Não há na legislação maranhense, lei criando o município de Santo Antônio de Balsas, salvo se se considerar como tal a Lei n.º 15, de 7 de outubro de 1892, a qual, elevando à categoria de vila a povoação de Santo Antônio de Balsas, 4.º distrito da comarca de Riachão, estabeleceu fôsse ali a sede do 2.º têrmo da referida comarca, determinando, então, os limites do novo têrmo, os quais ficaram prevalecendo como limites do município. Em 22 de abril de 1931, pelo Decreto n.º 75, "atendendo a que se impõe a necessidade de alterar a distribuição dos municípios do Estado, foi dividido o território maranhense em 52 municípios, em cujo número foi incluído o de Santo Antônio de Balsas, cujos limites continuam a ser os atuais, até que sejam novamente determinados em decreto especial", e pelo Decreto n.º 539, de 16 de dezembro de 1933, "o ter-

Trecho do rio Balsas

ritório do Estado do Maranhão foi dividido administrativamente em municípios (que poderão ser subdividos em distritos municipais)" e na nomenclatura foi incluído o de Santo Antônio de Balsas, constituído de um só distrito. É o atual Prefeito do município o Dr. Roosevelt Moreira Kury.

LOCALIZAÇÃO — O município de Balsas pertence à Zona do Alto Mearim. Latitude Sul: 7° 31' 53". Longitude Oeste Greenwich: 46° 02' 28". Posição relativamente à capital: rumo S.S.O., distância (em linha reta): 582 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

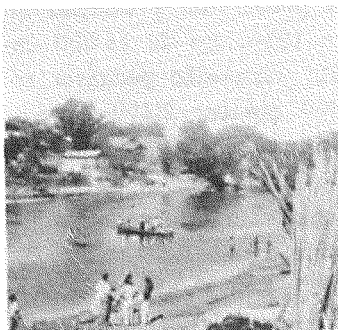
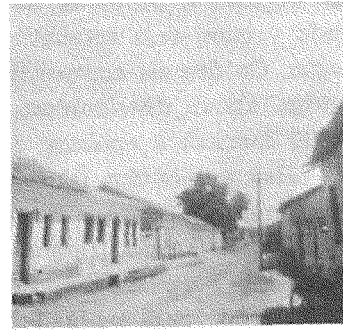
ALTITUDE — Atinge 190 metros na sede municipal, sendo o 6.° em ordem de altitude no Estado do Maranhão.

ÁREA — Com 12 450 quilômetros quadrados, Balsas é o 8.° município maranhense em extensão territorial.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950 o número total de habitantes do município era de 16 822, sendo 8 098 homens e 8 724 mulheres.

Os 78% da população, ou seja, 13 194 pessoas se localizavam na zona rural.

Do total recenseado, 7 138 pessoas eram brancas — o que foge à seqüência geral do Estado que é pardos, brancos e pretos, na ordem decrescente, sendo 3 321 homens e 3 817 mulheres; 6 504 pardos — 3 163 homens e 3 341 mulheres; 3 103 pretos — 1 581 homens e 1 522 mulheres, e apenas 1 mulher amarela foi encontrada, havendo, ainda, 72 pessoas sem declaração de côr.

Os católicos romanos constituíam a quase totalidade dos recenseados, pois existiam 16 672 — 8 026 homens e

Pôrto de passagem (antigo das Caraíbas)

Trecho da Rua Antônio Jacobina

8 646 mulheres —, o que representa 99,17%. Os protestantes figuraram com 48 adeptos — 23 homens e 25 mulheres; os espíritas com 7 — 6 homens e 1 mulher; apenas 1 homem afirmou não professar nenhuma religião, e 92 pessoas — 40 homens e 52 mulheres — não declararam a qual religião pertenciam.

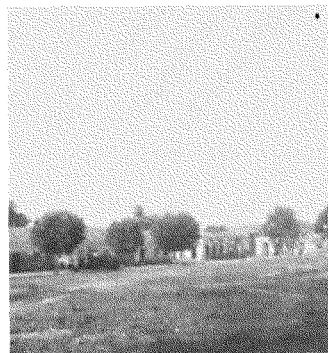
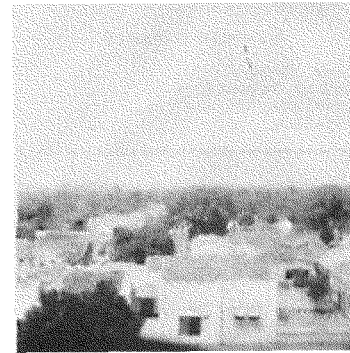
Um total de 9 863 pessoas — 4 638 homens e 5 225 mulheres — de 15 anos e mais, apareceram no Recenseamento. Dessas, o maior contingente é o de casados, com 5 088, sendo 2 488 homens e 2 600 mulheres. Vêm, depois, os solteiros, com um total de 3 965 — 1 987 homens e 1 978 mulheres; a seguir, os viúvos, com 744 — homens — 140 e mulheres — 604, e, por último, 2 homens e 1 mulher desquitados ou divorciados, sendo que 63 pessoas não responderam ao quesito que indagava qual o estado conjugal.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística para 1956, Balsas já contava com 18 002 habitantes, o que fornece a densidade demográfica de 1,52 habitantes por quilômetro quadrado.

CLIMA — Temperatura média das máximas — 36°C. Média das mínimas — 20°C. Média compensada — 26°C. O clima apresenta-se geralmente salubre, com excessão dos lugares situados à margem dos rios Balsinha, Maravilha e Gado Bravo. O inverno (estação das chuvas) é de outubro a abril e o verão nos demais meses. No período de chuvas ocorrem, muitas vêzes, inundações, sem, contudo, prejudicar a economia do município.

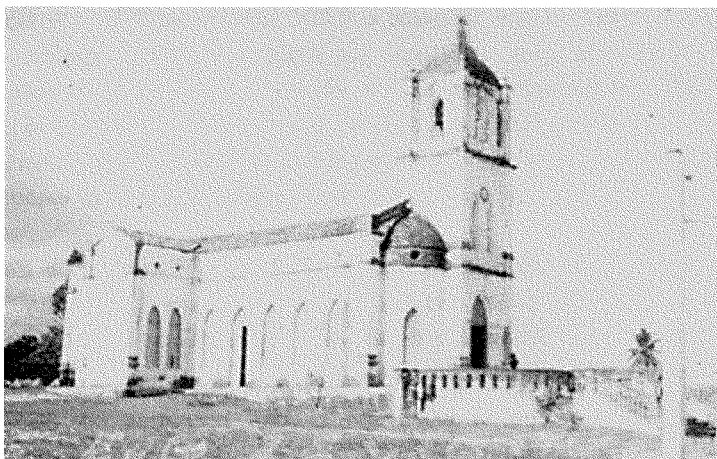
Aglomerações urbanas — Apenas uma foi encontrada quando do Recenseamento de 1950: a da sede, com 3 628 habitantes, sendo 1 680 homens e 1 948 mulheres.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, o total das pessoas ativas (10 anos e mais) era de 12 072.

A principal atividade econômica do município é a lavoura, onde se destaca a produção de arroz e milho, vindo

Trecho da Praça Eloy Coelho

Vista parcial da cidade

em seguida a pecuária, na qual predomina a criação de gado vacum, cuja estimativa, em 1956, era de 25 600 cabeças. Os demais componentes da população pecuária estavam assim distribuídos: 19 000 suínos; 2 500 ovinos; 4 300 caprinos e eqüinos; 3 200 asininos, e 1 250 muares.

Balsas mantém transações comerciais com as praças de Floriano-PI (que é o maior comprador de gado, juntamente com Caxias, Vargem Grande e São Luís-MA), Teresina-PI, Fortaleza-CE, Recife-PE, São Paulo-SP e Rio de Janeiro, para onde vende seus produtos agrícolas e adquire tecidos, ferragens em geral, produtos farmacêuticos, café, etc.

Quanto à indústria extrativa, merece destaque, entre os produtos de origem mineral, cal de pedra e artigos de cerâmica (telhas e tijolos) e de origem vegetal, amêndoa de babaçu e madeira em geral. Em 1956 conseguiu produção de 95 toneladas de cal de pedra, no valor de 75 mil cruzeiros, e de telhas, tijolos e ladrilhos 503 milheiros, no valor de 170 500 cruzeiros. No mesmo ano, exportou 143 500 quilogramas de babaçu, no valor comercial de Cr$ 645 750,00.

Igreja de Santo Antônio

Segundo dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, a produção agrícola e industrial de Balsas em 1955 foi a que se segue:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR Cr$
Produção agrícola			
Arroz em casca	Saco de 60 kg	32 500	2 925 000
Banana	Cacho	74 400	744 000
Feijão	Saco de 60 kg	1 640	410 000
Mandioca	Tonelada	1 260	403 200
Milho	Saco de 60 kg	11 800	1 180 000
Algodão	kg	79 500	397 500
Cana-de-açúcar	Tonelada	2 270	227 000
Laranja	Cento	5 000	100 000
Limão	»	2 900	29 000
Manga	»	8 600	129 000
Melancia	Fruto	40 000	80 000
Tangerina	Cento	3 800	76 000
Produção industrial			
Arroz pilado	kg	202 200	1 060 500
Farinha de mandioca	»	174 545	523 635
Aguardente de cana	Litro	45 100	360 800
Rapadura	kg	62 650	313 250

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal 86 estabelecimentos comerciais, sendo 3 atacadistas e 83 varejistas, os quais mantêm transações mais freqüentes com as praças de São Luís-MA, Floriano-PI, Fortaleza-CE, Teresina-PI, Recife-PE, Belo Horizonte-MG, São Paulo-SP e Distrito Federal.

Vista parcial da Praça Gonçalves Dias

Outra vista parcial da Praça Gonçalves Dias

Atualmente, o município de Balsas é servido por uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia S. A., a qual foi instalada no dia 14 de maio de 1956.

MEIOS DE TRANSPORTE — A cidade de Balsas é servida por linhas regulares de navegação fluvial e aérea, que a liga à capital do Estado.

Comunica-se com as seguintes cidades vizinhas e respectivos meios de transporte: Alto Parnaíba: a cavalo, 302 quilômetros; Riachão: Rodoviário, 78 quilômetros; São Raimundo das Mangabeiras: rodoviário, 112 quilômetros; Sambaíba: rodoviário, 136 quilômetros e fluvial, 120 quilômetros; Pedro Afonso-GO: aéreo, via Carolina, 345 quilômetros ou misto: rodoviário, 253 quilômetros até Carolina e aéreo, 190 quilômetros.

O município pode fazer comunicação direta com a capital da República, por linha de navegação aérea.

ASPECTOS URBANOS — O município possui um campo de pouso para avião DC-3, cujo prédio para embarque e desembarque de passageiros está em fase final de construção.

A iluminação pública e particular é fornecida pela Prefeitura, num total de 42 kW, havendo 198 ligações residenciais.

O serviço de telecomunicação é feito pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, que dispõe de uma Agência Postal-radiotelegráfica.

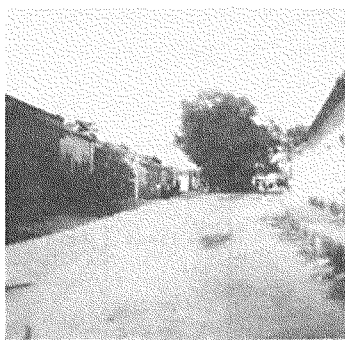
Existem na sede, além de 1 hotel, que atende suficientemente seus hóspedes, com higiene e confôrto, possuindo acomodações para 40 pessoas, boa mesa e regular mobiliário, cobrando a diária de Cr$ 110,00, mais duas pensões que, embora modestas, possuem aparelhamento regular e também gozam de bom conceito, com a diária de Cr$ 70,00.

O uso de rádio é bem generalizado nas zonas urbana e suburbana.

Existem no município 6 jipes, 2 camionetas, 8 caminhões comuns, 1 trator de rodas, 2 reboques, 42 bicicletas, 3 carroças comuns de 2 rodas e 94 carros de boi. A Prefei-

Vista parcial da Praça Getúlio Vargas

Outra vista da Praça Eloy Coelho

Prédio onde funciona a Agência do Banco da Amazônia S.A.

Rua Dr. Paulo Ramos

tura não mantém o serviço de emplacamento de veículos.

Contam-se 4 igrejas, sendo 3 destinadas ao culto católico e uma ao protestante, que não apresentam nenhuma particularidade digna de registro.

A cidade de Balsas não possui nenhuma rua calçada.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os balsenses são assistidos por um médico, três dentistas e dois farmacêuticos.

Em funcionamento, além de duas farmácias, existem o Pôsto de Puericultura e o de Higiene, pois o município é sede do 13.º Distrito Sanitário, que abrange também os municípios de Alto Parnaíba, Loreto, Riachão e São Raimundo das Mangabeiras.

Em fase de construção bem adiantada está o Hospital, que virá suprir uma lacuna e beneficiar uma zona bastante vasta e desprovida de recursos médicos de emergência.

ALFABETIZAÇÃO — Das 14 279 pessoas de 5 anos e mais encontradas pelo Recenseamento de 1950, 3 156 sabiam ler e escrever, das quais 1 736 eram homens e 1 420, mulheres, o que representa pouco mais de 20% dos habitantes compreendidos naquele grupo de idades. Dêsse total, 1 508 pessoas — 723 homens e 785 mulheres residiam na cidade e o restante, ou seja, 1 648 habitantes — 1 013 homens e 635 mulheres — estavam distribuídos pela zona rural.

Quanto às pessoas de 10 anos e mais, foram recenseadas 679, sendo 390 do sexo masculino e 289, do feminino. As que possuíam instrução completa de grau elementar eram em número de 630 (363 homens e 267 mulheres); 27 haviam concluído curso de grau médio, sendo 16 homens e 21 mulheres, e 12, de grau superior: 11 homens e 1 mulher.

Ensino — Em 1955, Balsas contava com 18 unidades escolares, sendo 8 para o Fundamental Comum, 6 para o Fundamental Supletivo, 2 para o Complementar, 1 para o Pré-Primário Infantil e 1 de Ensino Médio.

Ginásio Balsense

Usina Municipal

O estabelecimento de ensino médio, denominado "Ginásio Balsense", é de propriedade particular (Campanha Nacional de Educandários Gratuitos) e foi inaugurado em 21 de março de 1953. Em 1955, o "Ginásio Balsense" tinha a matrícula geral de 100 alunos, com uma freqüência de 77, sendo que concluíram o curso, naquele ano, 4 alunos. O quadro docente contava com 12 professôres, sendo 7 homens e 5 mulheres. Funciona em prédio próprio, que é totalmente ocupado pelo estabelecimento de ensino. É apenas externato, aceitando alunos de ambos os sexos.

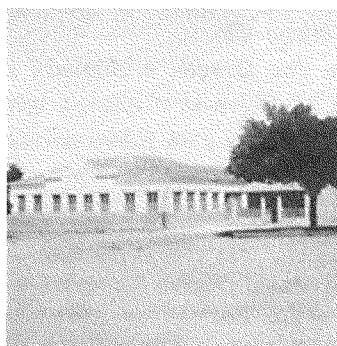
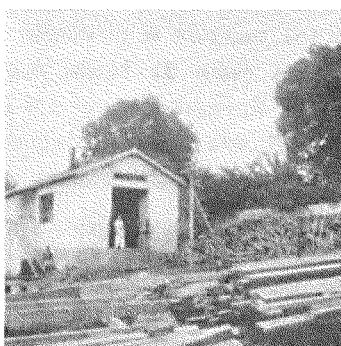
Informações de 1956 apresentam pequeno aumento no quadro docente, passando para 14 o número de professôres, sendo 9 homens e 5 mulheres. No quadro discente, o número de matriculados baixou para 93, sendo 44 homens e 49 mulheres.

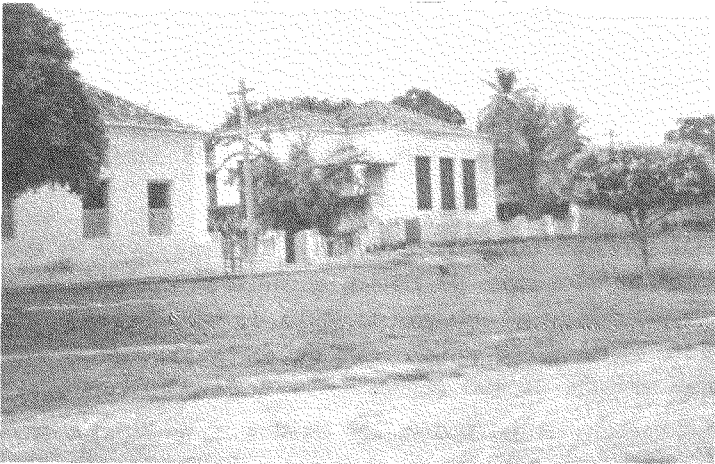
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Como acidente de destaque no município de Balsas, encontra-se um pico denominado "Chinela", situado na serra do mesmo nome, distante cêrca de 48 quilômetros do centro da cidade, com uma altitude de 400 metros.

Outros, ainda, podem ser citados, como seja, a serra do Penitente, nos limites com o município de Alto Parnaíba e Tabatinga, nos limites do Estado de Goiás.

Pôsto de Puericultura e Higiene

ASPECTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO — Existem no município, um periódico, o Jornal de Balsas; uma livraria; dois cinemas, os quais, em virtude das modestas instalações que possuem, não têm regularidade nas projeções, e três bibliotecas, sendo duas de natureza pública, possuindo, respectivamente, 520 e 600 volumes e uma de natureza particular, com 900 volumes.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Balsas é banhado pelo rio Balsas, desde sua nascente até os limites com São Raimundo das Mangabeiras, perfazendo uma extensão de 260 quilômetros. É formado de uma só bacia. Nasce em uma chapada, no lugar denominado Campina, a 18 quilômetros da nascente do rio Manoel Alves Grande e recebe como afluente, pela margem esquerda, o rio Cachoeira, que nasce no vizinho município de Riachão, sendo o mais importante, e o Gado Bravo. O rio Cachoeira, antes de entrar no rio Balsas, recebe como

afluente os rios Maravilha e Cocal, cujas nascentes também se verificam no município de Riachão. Pela margem direita recebe como afluentes os rios Balsinha, Aldeia, São José e Mutum.

Existe, ainda, em Balsas, o rio Macapá, que forma a cachoeira do mesmo nome, sendo que o mesmo, depois do local da queda, passa a denominar-se rio Cachoeira. Esta cachoeira, que dista da sede municipal 35 quilômetros, em linha reta, havendo, contudo, uma estrada carroçável numa extensão de 42 quilômetros, possui as seguintes características: queda — 65 metros; largura máxima — 27 metros; largura mínima — 12 metros; profundidade máxima — 4 metros; profundidade mínima — 1,80 metros; profundidade média — 2,50 metros; potencial hidrelétrico: máximo — 40 000 H.P.; médio — .... 20 000 H.P.; mínimo — 15 000 H.P.

Escola Agrupada Professor Coelho

Encontram-se, ainda, no município, as seguintes lagoas: Piramambo e Lagoa Grande, tôdas próximas ao rio.

Balsas é o único rio navegável, com um percurso de 300 quilômetros, trecho êste percorrido por lanchas, motores, batelões e balsas.

Como riquezas naturais, sabe-se da existência de minérios de ouro e diamante, nos rios Cachoeira e Balsas, sem, entretanto, terem sido exploradas, até então. Existe ainda a exploração de algumas minas de pedras calcárias, de apreciável produção.

O Pôsto Agropecuário de Balsas, do Ministério da Agricultura, instalado em 1950, ocupa uma área de 500 hectares e produziu, na safra de 1956-1957, 2 400 quilogramas de arroz, 1 820 de milho e 1 240 de feijão. Mantém culturas de coqueiro-anão, laranja e ata, além de algodão e mandioca e cria 4 muares, 3 bois, 1 cavalo e 37 aves.

Além da residência do administrador, encontram-se no pôsto: 2 casas rurais, galpão de máquinas, oficinas, um estábulo, 1 aviário, 1 caixa de água, 1 prédio para escritório e depósito de materiais de revenda, 1 carpintaria, 1 ferraria, 1 moinho para fabricação de fubá, 1 ralador de mandioca, 1 forno de cobre, instalação de luz e água e as seguintes máquinas: 1 camioneta Ford F-1, 1 trator Coccokshutt 30, com arado e grade, 1 carrêta agrícola Pontal, 2 carros para atêrro, 1 talha para esticar arame, 2 extintores de formigas, 1 bomba com volante de 1/4, 1 máquina de fazer tela, 1 pulverizador costal, 1 debulhador Faísca, 1 sulcador, 3 cultivadores, 2 arados de aiveca reversível, 1 bomba Maravilha, 1 arado de disco, 1 grade de dente, 26 polvilhadeiras e 1 grade de 8 discos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	302	...	402	117	890
1951	292	...	219	142	511
1952	326	...	386	184	712
1953	664	...	308	192	972
1954	590	...	276	227	866
1955	664	...	400	275	1 065
1956 (1)	753	...	411	305	1 16 3

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES

— Dentre as festas religiosas, realizadas no município de Balsas, citam-se as feitas em louvor a Santo Antônio de Pádua, São Sebastião, Senhor Bom Jesus da Lapa e Nossa Senhora das Graças.

A festa de Santo Antônio de Pádua, que é o padroeiro da cidade, realiza-se na igreja-matriz, todos os anos, de 1.º a 13 de junho. Durante a trezena, há rezas tôdas as noites na igreja, e, no último dia, missa cantada pela manhã e, à tarde, organiza-se a tradicional procissão pelos principais logradouros da cidade, sendo conduzida a imagem do Santo.

Escola Professor Luís Rêgo

Outra festa, a de São Sebastião, em sua própria capela, tem início no dia 12 de janeiro e vai até o dia 20, verificando-se, nesse período, devoções tôdas as noites, sendo cantado o hino em louvor ao santo. É também encerrada com missa cantada e procissão.

A festa do Senhor Bom Jesus da Lapa tem início a 29 do mês de julho e vai até o dia 6 de agôsto. Também nela, o dia festivo é precedido de rezas noturnas, havendo missa cantada e procissão no último dia.

A festa de Nossa Senhora das Graças é iniciada a 19 de novembro e vai até o dia 27. Reza-se a novena que é encerrada como as demais festividades com missa solene e procissão animadíssima.

(Autor do histórico — Thucydides Barbosa — "Subsídios para a história da cidade de Balsas — São Luís, 1953"; Redação final — Ari Lucas Xavier e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão.)

BARÃO DE GRAJAÚ — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

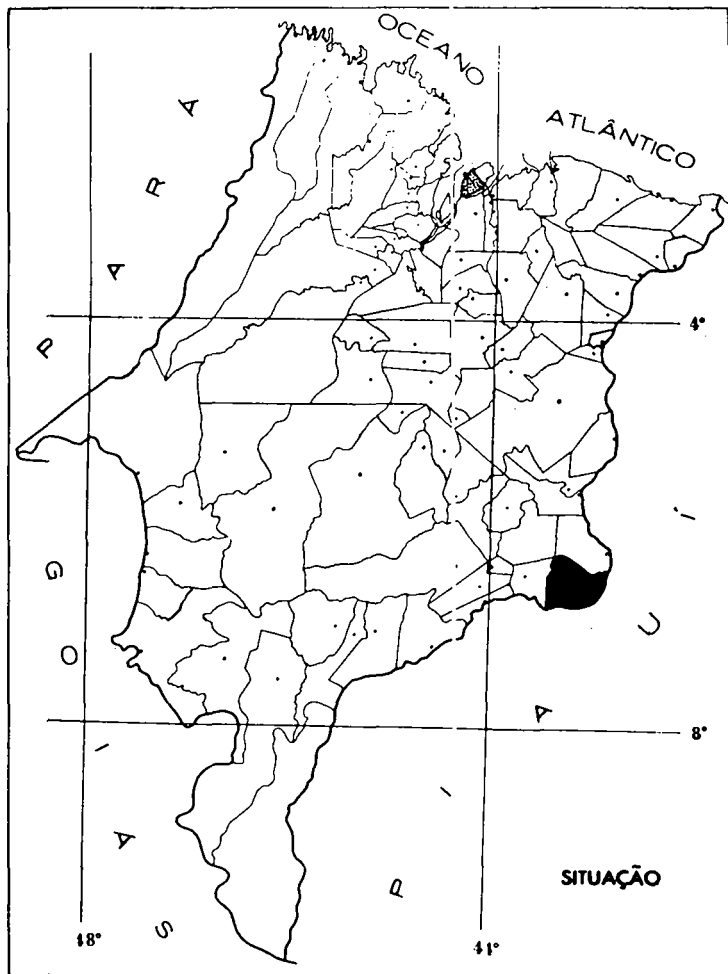
HISTÓRICO — Quando da descoberta do município de Pastos Bons pelos bandeirantes, invadiram também êstes o território do atual município de Barão de Grajaú. Localizaram-se, todavia, depois, no município, habitantes do Piauí e, em 1884, já era povoado de certa importância.

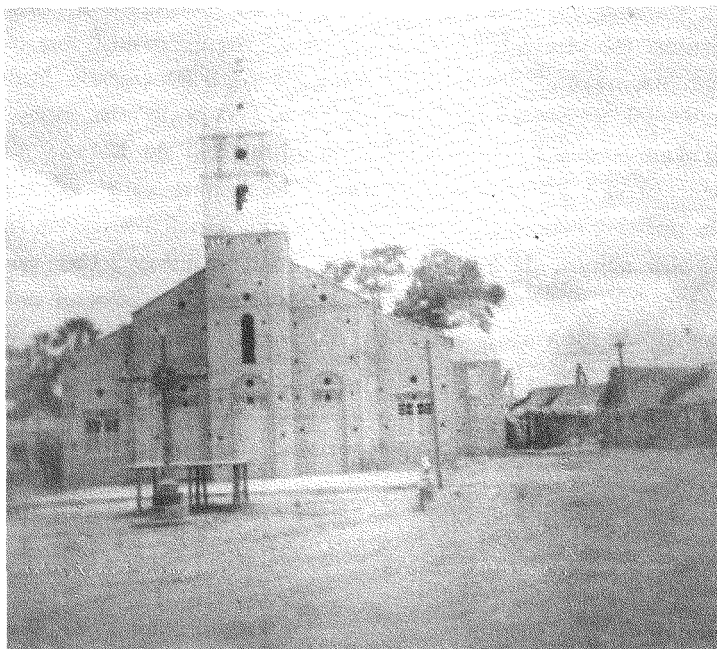
Em homenagem ao Presidente da Província, Dr. Carlos Fernando Ribeiro, Barão de Grajaú, o povoado teve êsse nome, que ainda hoje conserva, dado pelo piauiense Agapito Alves de Barros, que ali instalou o primeiro estabelecimento comercial.

Foi elevado à vila pela Lei estadual n.º 345, de 17 de maio de 1904.

A Lei n.º 557, de 18 de março de 1911, criou o município e o Têrmo Judiciário de Barão de Grajaú, então 2.º distrito do município e comarca de São Francisco do Maranhão (ex-Iguaratinga).

Criado o município, passou a têrmo da comarca de Pastos Bons, e pelo Decreto-lei n.º 45, de 29 de março de 1938, foi elevado à categoria de cidade, situação que jamais foi alterada até nossos dias. É o atual Prefeito do município o Sr. Sebastião da Costa Ribeiro.

LOCALIZAÇÃO — Latitude Sul: 6° 47'; Longitude Oeste Greenwich.: 43° 2' 15". Posição relativamente à capital, rumo S.S.E.: 481 quilômetros, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 140 metros na sede municipal.

Igreja-Matriz de Santo Antônio

CLIMA — Apenas há no município duas estações climáticas: o inverno, que começa em outubro com algumas trovoadas e termina quase sempre em maio, indo, algumas vêzes, até junho; o verão, que compreende o período de junho a setembro ou outubro, no máximo.

No decorrer dos meses de junho até agosto, os dias são geralmente quentes e com muita ventania; as noites são frias e úmidas. No inverno a temperatura é bastante elevada. As noites, até às 19 horas, são um pouco quentes, melhorando, todavia, gradativamente, até ao amanhecer. Os últimos invernos têm sido fracos em virtude de as chuvas serem escassas.

Temperaturas observadas em graus centígrados: máxima — 38; mínima — 18 e a mais freqüente — 28.

ÁREA — Com área igual a 2 675 quilômetros quadrados, é o 37.º município do Estado em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — O Recenseamento de 1950 oferece os seguintes dados: Total — 9 131, correspondendo a 3,41 habitantes por quilômetro quadrado, sendo 4 557 homens e 4 574 mulheres. Dêsse total observa-se em superioridade a côr parda — 4 181 (2 072 homens e 2 109 mulheres), ou seja, 46%, seguindo-se a branca (1 827 homens e 1 767 mulheres) e pretos (649 homens e 682 mulheres), além de 25 sem discriminação de côr.

Por outro lado, das 5 008 pessoas recenseadas, de 15 anos e mais, apresentam maior índice os casados — 54%, equivalendo a 2 724 (1 349 homens e 1 375 mulheres); os solteiros — 1 895 (1 025 homens e 870 mulheres); os viúvos — 378 (106 homens e 272 mulheres); 2 desquitados ou divorciados (1 de cada sexo), incluindo-se 9 sem declaração do estado conjugal.

Aglomerações urbanas — Cidade de Barão de Grajaú, com 1 086 habitantes, dos quais 508 homens e 578 mulheres, segundo constatou o Recenseamento de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A população rural dedica-se, na sua maioria, à extração de amêndoas de babaçu. A lavoura é sem grande significado econômico, pois, além

da pobreza do solo para êsse mister, o município é constituído de chapadões. A pecuária é regularmente desenvolvida, havendo exportação de gado para Floriano e Parnaíba-PI e Fortaleza-CE. Com 6 300 cabeças de ovinos existentes em 1956, é o segundo município do Estado do Maranhão criador dessa espécie. Os demais componentes da população pecuária, no mesmo ano, são 9 200 bovinos; 12 500 suínos; 10 500 caprinos; 1 750 eqüinos; 2 100 asininos, 280 muares. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foi o seguinte:

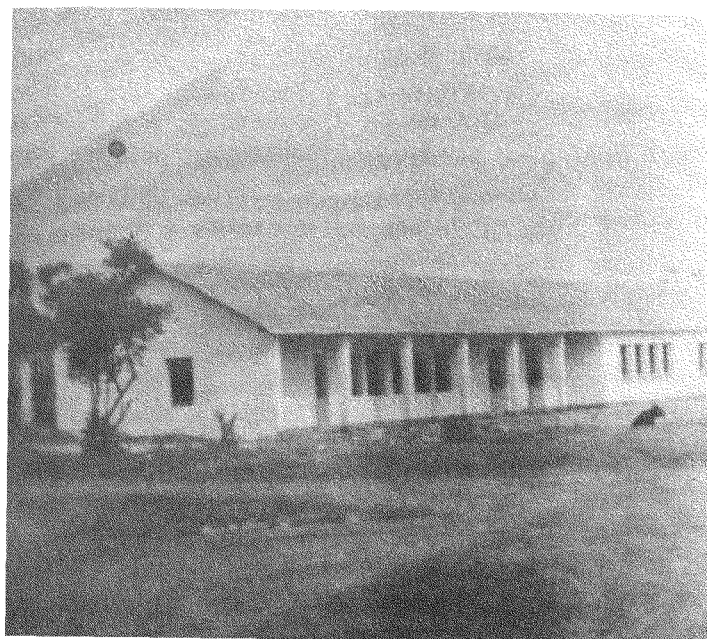
PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão em caroço	Arrôba	2 300	184 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	860	86 000
Arroz em casca	Saco de 60 kg	9 270	1 854 000
Fava	» » » »	80	14 400
Batata-doce	Tonelada	80	160 000
Feijão	Saco de 60 kg	1 030	154 500
Mandioca	Tonelada	1 215	273 000
Laranja	Cento	1 500	30 000
Milho	Saco de 60 kg	4 590	642 600
Limão	Cento	780	15 600
Manga	»	2 150	21 500

A produção industrial, no mesmo exercício, é mostrada no quadro abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão em pluma	kg	1 450 000	12 443 770
Arroz pilado	»	216 000	1 342 000
Cêra de carnaúba	»	4 600	185 000

A produção de amêndoas de babaçu vem, nos últimos 5 anos, em constante ascensão, conforme demonstra o quadro a seguir:

ANOS	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$)
1952	185 000	647 500
1953	192 000	960 000
1954	205 000	1 230 000
1955	200 000	2 000 000
1956	250 000	2 750 000

Vista parcial da Praça da Matriz

Grupo Escolar Municipal Domingos Machado

Pelo Recenseamento de 1950, do total de 6 235 habitantes, exerciam, como atividade principal — agricultura, pecuária e silvicultura — 2 499 pessoas de 10 anos e mais, das quais 2 486 homens e 13 mulheres, ou seja, 40%.

MEIOS DE TRANSPORTE — Barão de Grajaú faz ligação com os seguintes municípios vizinhos: São Francisco do Maranhão — rodoviário — 90 quilômetros; São João dos Patos — rodoviário, 98 quilômetros; Floriano-PI — fluvial, 800 metros.

COMÉRCIO E BANCOS — O município conta com 19 estabelecimentos varejistas e 2 industriais — Usinas Grajaú e Tinguis, na sede.

O comércio local firma suas transações com as praças de Floriano-PI, Fortaleza-CE e Recife-PE, importando açúcar, café, gasolina, louças, querosene, produtos farmacêuticos, ferragens, etc.

Os produtos agrícolas do município — arroz, milho, mandioca — têm como seus principais consumidores Floriano-PI, Fortaleza-CE, Recife-PE e Rio de Janeiro.

Muito embora em Barão de Grajaú não haja nenhuma Agência de Banco, as diversas modalidades de negociações feitas com estabelecimentos de crédito são facilitadas, pois, tendo em sua frente a cidade de Floriano-PI — separadas apenas pelo rio Parnaíba — e possuindo esta uma Agência do Banco do Brasil, facilita aos seus comerciantes, lavradores, etc., fazerem suas transações bancárias, seus cadastros, etc., sem grandes despesas de transporte e, pràticamente, sem se afastarem dos seus negócios.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Barão de Grajaú não apresenta qualquer tipo de pavimentação. Na sede municipal há 160 ligações elétricas. Durante o ano de 1955 houve uma produção de energia elétrica de 20 400 kWh, sendo 8 400 para iluminação pública e 12 000 para a particular. Possui 2 pensões, que cobram diárias de Cr$ 50,00, as quais não dispõem de requisitos de confôrto. Em 1956 foram registrados na Prefeitura Municipal 4 caminhões

(sendo 3 de mais de 3 a 5 toneladas e 1 de mais de 5 toneladas) e 1 jipe.

RELIGIÃO — O município é sede da Paróquia "Santo Antônio", subordinada ao Bispado de Caxias, com um padre na paróquia. Em 1956 apresentou o seguinte movimento:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Batizados	382
Comunhões	4 386
Casamentos	72
Extremas-unções	35
Encomendações	16
Procissões	6

O povo de Barão de Grajaú é, por excelência, católico. Das 9 131 pessoas recenseadas em 1950, o total dos católicos romanos chegou a 9 112, correspondente a 99,80% — (4 543 homens e 4 569 mulheres), acrescentando-se 9 protestantes, 3 sem religião e 7 sem declaração de religião.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Barão de Grajaú está compreendido no 12.º Distrito Sanitário, com sede em Pastos Bons, cujo médico o visita pelo menos uma vez por mês. Como, porém, fica defronte a Floriano-PI, que é cidade mais desenvolvida e conta, inclusive, com clínicos particulares, a população serve-se mais dos recursos daquela cidade piauiense, a não ser a excessivamente pobre, que se vê obrigada a aguardar a chegada do médico público.

Mercado Público Municipal

ALFABETIZAÇÃO — Pouco mais de 20% do total das pessoas maiores de 5 anos sabiam ler e escrever quando do Recenseamento de 1950, ou seja, 1 596 (976 do sexo masculino e 620 do feminino). Das pessoas de 10 anos e mais, num total de 122, sendo 63 homens e 59 mulheres, 109 (54 homens e 55 mulheres) possuíam curso completo de grau elementar; 10 de grau médio (6 homens e 4 mulheres) e 3 homens de grau superior.

Ensino — Barão de Grajaú contava, em 1956, com 17 estabelecimentos de ensino primário, sendo 10 de Ensino Fundamental Comum; 6 de Ensino Fundamental Supletivo, e 1 Complementar. Contudo, vale-se a população, principalmente a das zonas urbana e suburbana, dos estabelecimentos de ensino secundário que funcionam no fronteiriço município de Floriano-PI para continuação dos seus estudos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Escola "Três de Maio" — de corte e costura, de iniciativa da Prefeitura Municipal, e um Serviço de Alto-falante, de propriedade da Paróquia, para maior difusão da religião católica e músicas que obedecem certa seleção.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	338	323	91	476
1951	...	653	345	82	335
1952	...	822	391	92	374
1953	295	1 449	563	109	371
1954	185	1 631	563	72	774
1955	118	1 847	717	153	731
1956 (1)	223	1 837	923	189	718

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As diversões costumeiras da população são os jogos de futebol, as festas populares — reisados, festas de Igreja, Natal, carnaval e bumba-meu-boi.

Das festas religiosas, destaca-se a novena em honra a Santo Antônio. É realizada a 13 de junho, com festas de arraial.

É tradicional, entre os seus habitantes, quando há falta de chuva, promoverem preces noturnas em homenagem a São Sebastião, em sistema de procissão. Outro rito comumente usado é o que consiste no "pagamento" de promessas feitas a santos, o que muito varia. Exemplificando: com referência a São Lázaro — um jantar a cães; matar um boi ou mesmo outro qualquer animal e distribuir entre os mais necessitados, etc.

A Câmara de Vereadores é composta de 9 membros.

O município é sede de comarca de 1.ª Entrância. Compõe-se de 1 Juiz de Direito, 1 Promotor Público, 1 Tabelião do 1.º Ofício e 1 do 2.º Ofício e, 2 Oficiais de Justiça.

Sendo o pôrto de Barão de Grajaú o escoadouro natural da produção das zonas sertanejas vizinhas, é constantemente visitado por vapôres e lanchas que fazem a navegação fluvial do rio Parnaíba. A cidade está ligada por boa estrada de rodagem à sede municipal de São Domingos do Maranhão e a outros municípios próximos. Dispõe de estação telegráfica e agência postal, sendo as comunicações aéreas feitas por intermédio da cidade de Floriano-PI. Barão de Grajaú é, também, o ponto de partida de importante rodovia federal (BR-24), ainda em construção, que se estende até Carolina, nos limites de Goiás.

(Autor do histórico — Monografia do D.E.E.; Redação final — Maria Emília Tupinambá Valente e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Departamento de Terras, Geografia e Colonização, documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão e Serviço Nacional de Recenseamento.)

BARRA DO CORDA — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Pouco é sabido a respeito da origem do povoamento do município. Segundo tradição e das mais antigas, considera-se como fundador de Barra do Corda o honrado varão cearense Manoel Rodrigues de Melo Uchoa.

Justamente nos anos que se seguiram à Independência, eram contínuas as sublevações, que Melo Uchoa, por desgôsto de família, veio a ter em Riachão, neste Estado. Em suas viagens a São Luís fêz ótimas relações de amizade, pela sua maneira educada e sincera, com cidadãos ilustres, entre os quais se destacava o Cônego Machado. Orientado pelo Cônego, seu íntimo amigo, foi aconselhado a que escolhesse um lugar entre a Chapada, hoje Grajaú, e Pastos Bons com o fim de intensificar a população, e, segundo outros, para fins políticos, certamente para evitar que os eleitores não percorressem grandes distâncias. Daí, a idéia de Melo Uchoa de viajar pelo sertão maranhense, isto, em 1835. Imbuído de grande civismo, com todos os sacrifícios, inclusive da própria família, Melo Uchoa embrenha-se na mata, onde permanece por muito tempo sem dar notícias à família, acompanhado do seu escravo e, mais tarde, por alguns índios canelas, chamados "mateiros". Melo Uchoa certamente margeando o rio Corda até a sua embocadura, veio ter ao local que escolheu para ser fundada a nova cidade. Deveras fêz uma excelente escolha, atendendo não só às condições topográficas como às comodidades relativas ao suprimento de magnífica água potável e ainda com possibilidade de navegação fluvial até São Luís.

Sua espôsa, dona Hermínia Francisca Felizarda Rodrigues da Cunha, devido à grande ausência de seu marido, resolveu procurá-lo. Com êsse intuito saiu acompanhada de seu compadre de nome Sebastião Aguiar e foi ter na fazenda "Consolação", cuja proprietária chamava-se dona Felicidade. Lá chegados, encontrando-se a senhora de Melo Uchoa em adiantado estado de gestação, detiveram-se até o nascimento da criança, após o qual continuaram a procura. Na sua viagem encontrou uma barraca de palha, onde, algum tempo antes, estivera Melo Uchoa. Nessa barraca ficou dona Hermínia alguns dias até que apareceu um índio mateiro que logo informou ter viajado com Melo Uchoa. Como costuma fazer, para ver aflitas as pessoas, o índio, na sua linguagem titubeante, fê-los compreender que Melo Uchoa havia morrido quando a lua era pequenina. Baseado na suposição de que há sempre um índio à frente das pessoas que viajam, a fim de observar o caminho, Sebastião Aguiar procurou acalmar dona Hermínia no seu desespêro, explicando que os índios costumam mentir e que êle devia anteceder algum viajante. Ordenou então ao seu escravo Antônio Mulato que fôsse pela contrapista do índio, a fim de procurar o compadre, recomendando-lhe que detonasse sua arma, como aviso, assim que avistasse Melo Uchoa. Não se fêz esperar muito a detonação. Dentro de algum tempo estavam Melo Uchoa e os demais reunidos. Melo Uchoa relatou aos presentes o ocorrido, informando a existência de uma planície e de dois rios que a cortavam, considerando-a o lugar para ser formada a povoação desejada. Foi então quando Melo Uchoa, cheio de contentamento, disse aos circunstantes: "Feliz é a época que atravesso. A providência acaba de me agraciar com duas filhas risonhas e diletas — a Altina Tereza e a futura cidade que edificarei". Em seguida, Melo Uchoa voltou ao local onde pretendia construir a nova cidade mas, desta vez, já acompanhado de sua família, alguns amigos e índios. Servindo-se de uma bússola, organizou um croqui topográfico em que se apreciavam os contornos da última curva do Corda e mais os acidentes locais. Mais tarde, levou êsse croqui ao conhecimento do Presidente da Província que era então Antônio Pedro da Costa Ferreira, o que efetuou por intermédio de outro grande e prestimoso amigo, o Desembargador Vieira. Com êstes acontecimentos teve início a fundação do atual município de Barra do Corda, em 1835.

Igreja Cristã Evangélica

Vista panorâmica da cidade

Melo Uchoa tinha o pôsto de tenente de Primeira Linha e foi o precursor de aberturas de estradas e da proteção aos índios, no século passado, sendo o primeiro encarregado dêsse serviço. Quanto à abertura de estradas construiu a primeira entre Barra do Corda e Pedreiras, a qual conta com 240 quilômetros de comprimento e aproximadamente com 365 ladeiras, e que ainda hoje serve como caminho de boiada. Como não podia deixar de ser, o fundador de Barra do Corda trabalhou com tôda atividade pelo soerguimento da sua povoação, e assim deixou

Pôsto de Puericultura

os vestígios do seu esfôrço, como atestaram diversas obras até há pouco existentes. Foi ainda Melo Uchoa incumbido de várias missões públicas, prestando relevantes serviços à Pátria. Faleceu paupérrimo, em Barra do Corda e, segundo consta, em 7 de setembro de 1866. Teve sete filhos. Outros brasileiros, conjuntamente ou em seguida a Melo Uchoa, cuidaram, abnegadamente, da vida político-administrativa de Barra do Corda, entre os quais destacam-se Frederico Souza, Melo Albuquerque, Isaac Martins, Frederico Figueira, Fortunato Fialho, Anibal Nogueira, Vicente Reverdoza e Manoel Raimundo Maciel Parente. Êste último, um dos baluartes do desenvolvimento de Barra do Corda, é também considerado, por alguns, como o seu fundador, suposição essa já fora de dúvida, pois, tal prerrogativa pertence a Melo Uchoa e está difícil de ser apagada: Barra do Corda já cultiva a memória do seu fundador — Melo Uchoa —, tendo dado o seu nome à principal praça da cidade, a um povoado e à maior aldeia de índios guajajaras.

Manoel Raimundo Maciel Parente foi o primeiro "Juiz de Paz" eleito em Barra do Corda, de acôrdo com o que preceituava o artigo 42 da Lei Eleitoral n.º 387, de 19 de agôsto de 1846. Essa foi também a primeira eleição do município, e foi realizada em 7 de setembro de 1856, saindo eleito Maciel Parente, por unanimidade de votos.

O território do município teve as seguintes denominações: Missa; Santa Cruz da Barra do Corda e Barra do Rio das Cordas.

Por mais de uma vez teve Barra do Corda a sua vida política e a de seus habitantes conturbada devido às revoluções nacionais ou "colunas", que, quando menos, colocavam em sobressalto os moradores de sua pacata cidade. Segundo consta, isto aconteceu nos anos de 1924, 1930 e com as "colunas" de João Alberto e do atual general Juarez Távora, além de outras. Contam que os revoltosos de 1924, comandados por Juarez Távora, passaram pelos lugares Leandro, Sítio dos Arrudas, Bacabal dos Arrudas, Passagem de Pedra, etc., fazendo a população da cidade de Barra do Corda fugir atemorizada para as suas propriedades no interior do município ou em cidades vizinhas, como Arari, por exemplo, temendo o propalado ataque, o qual, no entanto, não se verificou, certamente por terem os revoltosos conhecimento de que a cidade estava entrincheirada e guarnecida por fôrças do Exército e da Polícia do Estado.

Um fato histórico e de grande repercussão foi o massacre feito pelos índios guajajaras à Colônia "Alto Alegre", em 13 de março de 1901, no qual pereceram mais de 200 pessoas, entre as quais frades e freiras que não mediam sacrifícios para o completo desenvolvimento da comunidade. O motivo dêsse massacre é controvertido; no entanto, corre forte versão de que foi devido aos hábitos que os religiosos queriam impor "ex abrupto". E assim o define Fróes de Abreu em "Terras das Palmeiras": "O massacre dos frades não deve ser considerado uma manifestação de selvageria, mas um exemplo das conseqüências funestas duma obra de catequese por estrangeiros que desconheciam a psicologia indígena". A êsse acontecimento está ligada a fundação da "Congregação das Irmãs Terceiras Capuchinhas", em 18-12-1904, em Santo Antônio do Prata, no Pará, por Frei João Pedro de Sexto, em virtude de não ser mais conseguida a vinda de religiosos da Itália, por pressão de seus familiares e justo temor aos fatos ocorridos no massacre feito pelos silvícolas à missão católica da Colônia "Alto Alegre".

O Presidente da Província Eduardo Olímpio Machado, em 24 de julho de 1854, regulamentou a abertura, consêrto e conservação de três vias de comunicação terrestre, as quais, partindo do pôrto da vila de Barra do Corda, iam ter, uma à vila da Chapada, outra à cidade de Caxias, e outra aos campos de Anajatuba ("Revista de Direito Rodoviário" — Ano IV. N.º 28. 1955).

Barra do Corda foi elevada à categoria de vila no ano de 1854, pela Lei provincial n.º 362, de 31 de maio e à cidade pela Lei n.º 67, de 25 de junho de 1894.

O município, entre os anos de 1892 e 1957 foi administrado aproximadamente por 25 (vinte e cinco) prefeitos, sendo Fortunato Ribeiro Fialho o primeiro a ocupar, nesse período, a importante função de Chefe do Executivo Municipal.

Pela Lei n.º 252, de 30 de novembro de 1849, foi criada uma capela curada no segundo distrito da vila da Chapada, no lugar Barra do Corda. Pela Lei n.º 342, de 31 de maio de 1854, foi elevada à categoria de vila a povoação de Barra do Corda, cujo têrmo tinha por limites os mesmos que pela Lei provincial n.º 252 de 30-XI-1849, haviam sido fixados à capela Curada aí então criada, e, pela Lei n.º 368 de 24 de julho do mesmo ano (1854), foi elevada à freguesia a qual continuava, ainda, com os primitivos limites.

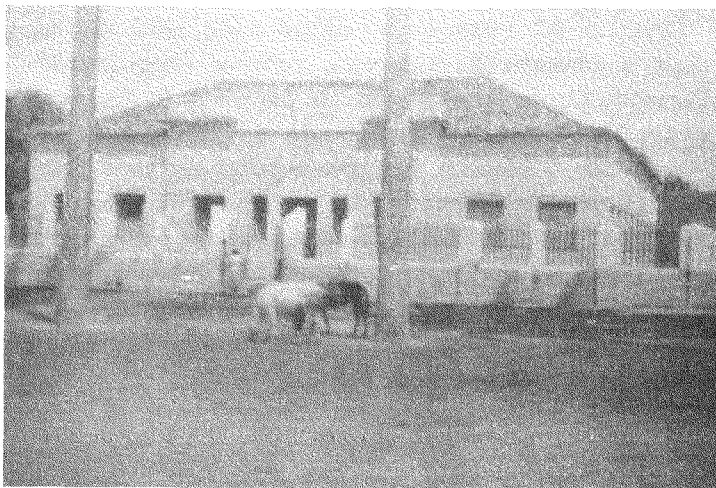
A Lei n.º 1 034, de 17 de julho de 1873, dividiu em duas a comarca da Chapada, com as denominações de Barra do Corda e de Grajaú. Os limites da primeira foram assim então fixados: começando da confluência do rio Flôres com o Mearim, por uma e outra margem dêste, até a barra ribeirão Enjeitado; daí por uma linha reta ao pôrto da fazenda Serra Branca, no rio Corda, pela margem direita desde as suas cabeceiras, de cujo ponto partia outra linha sul que, encontrando-se com a linha divisória da freguesia de São Félix de Balsas, se prolongava até as cabeceiras do rio Alpercatas; por êste abaixo até a fazenda Maravilha de cujo ponto em diante ficava observada a disposição do § 2.º do artigo 1.º da Lei n.º 964, de 28 de junho de 1871, o qual estabelecia os limites entre as comarcas da Chapada e Barra do Corda, assim: uma linha

reta de sul ao norte desde o lugar Maravilha, no lado esquerdo do rio Alpercatas, até a serra que divide as águas do Itapecuru das do Mearim e por esta abaixo até a confrontação do rio Corrente.

Em 1888, pela Lei n.º 1 440 de 20 de abril, ficou estabelecido que o perímetro da vila de Barra do Corda teria por limites os seguintes pontos: pelo lado sul, o sítio denominado Mauriti; pelo norte, a margem do rio Mearim; pelo nascente, o morro que fica em frente da vila a começar da ladeira que se dirige para o sítio de José Albino Martins dos Santos (Refere-se ao sítio Macacos, à margem do riacho do mesmo nome, afluente esquerdo do rio Flôres), até o sítio Mauriti e, pelo poente, o rio Corda, desde a confrontação dêste último sítio até a sua barra, no rio Mearim, e, daí até a ladeira.

A primeira cadeira de instrução primária para o sexo masculino foi criada pela Lei provincial n.º 409, de 18 de junho de 1856, e a para o sexo feminino por outro Ato legislativo n.º 418, de 30 do mesmo mês e ano.

Diz Cezar Marques, em seu "Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão", que Barra do Corda estava destinada a ter um próspero futuro, logo que fôssem destruídos os obstáculos existentes nas cachoeiras da Lagem Grande, do Uchoa e da Pedreira, que dificultavam, quiçá impediam, a navegação do Mearim até aquêle pôrto". E mais ainda: "Em todo êste município encontram-se seis engenhos para o fabrico de açúcar, rapadura e aguardente, alguns lavradores de arroz, algodão, mandioca, etc., e vários criadores de gado vacum, sendo calculado êste em 4 000 cabeças, que produzem 1 000 cabeças anualmente. Distingue-se êste município pela criação do dito gado, pois, sua lavoura é em tão pequena escala, que calcula-se a produção agrícola anualmente em 11 100 alqueires de farinha, 2 200 de arroz, 2 500 de milho, 46 arrôbas de fumo e 31 pipas de aguardente".

Em 1943 Barra do Corda perdeu o distrito de Curador, que passou a ser município do mesmo nome, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 820, de 30-XII. Posteriormente êsse município passou a ser chamado Presidente Dutra, a partir de 1948, homenagem maranhense ao então Chefe da Nação. Mais tarde, em 1954, nova mutilação sofreu Barra do Corda, pois o Distrito de Boa Esperança do Mearim foi elevado à categoria de município com o nome de Esperantinópolis, em conseqüência da Lei n.º 1 139, de 27 de abril.

Ginásio N. S.ª de Fátima

Barra do Corda em 1956 era sede de comarca de 1.ª Entrância, constituída do Têrmo de igual nome e Esperantinópolis.

O Legislativo Municipal é composto de 6 Vereadores.

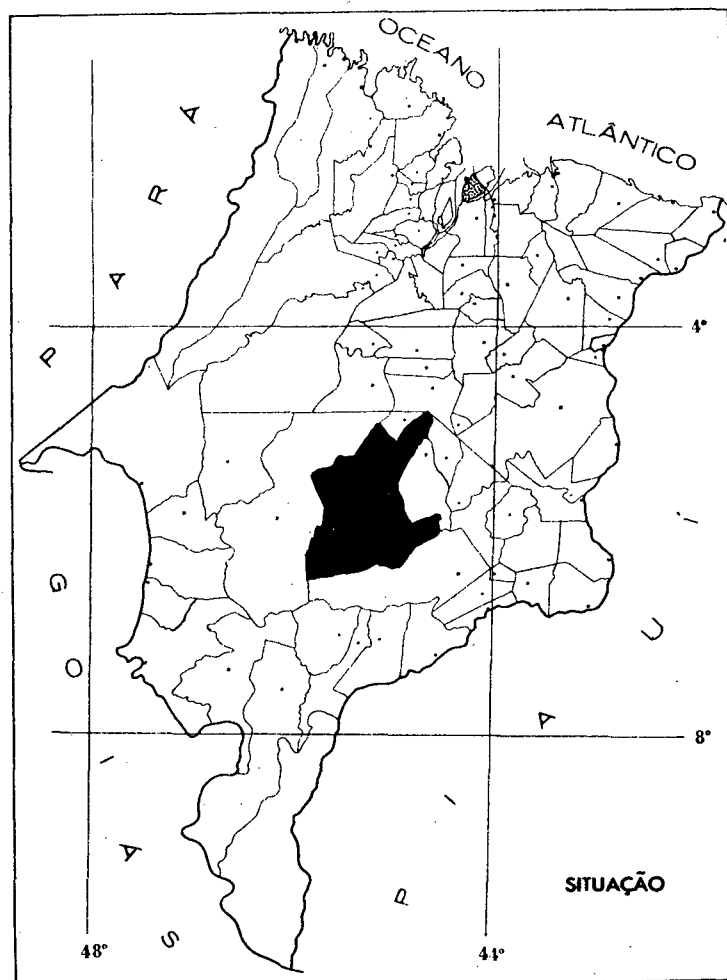
Em 1957 era Prefeito o cidadão Walter Ribeiro de Sampaio.

O eleitorado em 1955 era de 5 725 pessoas.

LOCALIZAÇÃO — Acha-se localizado em plena bacia do rio Mearim, fazendo parte da Zona Fisiográfica do Alto Mearim, apresentando as seguintes coordenadas geográficas na sede municipal:

Latitude Sul — entre 4º 48' 32" e 6º 28' 21".

Longitude W. Gr. — entre 44º 17' 26" e 45º 19' 17".

Posição relativamente à capital: rumo S.S.O. Distância em linha reta — 345 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 81 metros na sede municipal.

ÁREA — É o 6.º município maranhense em grandeza territorial, com uma área de 14 294 quilômetros quadrados, apenas ultrapassada por Grajaú, Alto Parnaíba, Imperatriz, Carutapera e Pindaré-Mirim.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais rios que banham o município são o Mearim e o Corda. O Mearim é navegável por lanchas de pequeno calado, pois a sua profundidade média é de 2,50 metros; o Corda é navegável de sua confluência até a cachoeira Grande, a 30 quilômetros da cidade, também por embarcações pequenas.

Convento das Irmãs Franciscanas

No rio Corda são encontradas:

a) Cachoeira Grande com 5,50 metros de altura. Descarga — 34 metros cúbicos por segundo. Fôrça — ..... 2 500 H. P. Para o aproveitamento da mesma está a Colônia Agrícola dando início aos trabalhos.

b) Cachoeiras do Almôço e dos Porcos (no lugar Ourives), com as seguintes características:

Altura — 4,80 metros
Descarga — 34 metros cúbicos por segundo
Fôrça — 2 176 H.P.

Serra da Alpercata (no distrito Papagaio), com 245 metros de altura.

POPULAÇÃO — A população de Barra do Corda pelo Recenseamento de 1950 era de 26 878 habitantes, sendo 13 575 do sexo masculino e 13 303 do feminino, havendo maior concentração na zona rural: 80%, ou seja, 21 615 (11 078 homens e 10 537 mulheres). Nesse total estão incluídos os habitantes do então Distrito de Boa Esperança do Mearim, atualmente município de Esperantinópolis, os quais eram em número de 10 889 (5 559 homens e 5 330 mulheres), sendo que 9 642 se localizavam na zona rural (4 939 homens e 4 703 mulheres).

Calculou o Departamento Estadual de Estatística que a população de Barra do Corda em 1955 era de 18 140 habitantes, o que dá a densidade demográfica de 1,26 habitantes por quilômetro quadrado.

CLIMA — Apenas em quatro meses do ano a temperatura se eleva um pouco mais, nos demais meses o clima se apresenta frio, e maior intensidade se verifica em junho e julho. A época das chuvas e trovoadas é de janeiro a março, indo às vêzes até abril; a de calor vai de setembro a novembro.

No primeiro semestre de 1957 e durante o ano anterior foram observadas as seguintes temperaturas em graus centígrados:

média das máximas	34,2	34,1
média das mínimas	17,5	17,6
média compensada	25,8	25,6
Precipitação total no ano (mm) ...	949,8	859

As temperaturas e a precipitação referem-se ao ano de 1956 e 1.º semestre de 1957, respectivamente.

A temperatura máxima em 1956 foi de 37,7 (em outubro) e a mínima 14,4 (em julho). O mês de maior precipitação, em 1956, foi março, com 219,3 mm e o menor, julho: 0,3 mm.

O Pôsto Meteorológico de Barra do Corda fica instalado na Praça Getúlio Vargas, com as seguintes situações: longitude W. Gr. — 45° 16'; latitude: 5° 30' S.; altitude: 81 metros e altura da cuba do barômetro — 82 m².

Aglomerados urbanos — Por ocasião do último Censo, isto é, em 1950, existiam os seguintes aglomerados: cidade de Barra do Corda, com 2 851 habitantes, e os distritos de Boa Esperança do Mearim (hoje constituinte do município de Esperantinópolis) com 1 257; Leandro, com 365; Papagaio com 22 e Resplandes, com 766.

RIQUEZAS NATURAIS — Nas proximidades da cidade encontram-se minérios de ferro, sob forma de sulfurêto, que afloram à superfície do leito do rio Corda. Nas vizinhanças da margem dos rios Corda e Mearim há abundantes jazidas de gipsitas e calcários de várias naturezas, oferecendo possibilidades de uma futura indústria de cimento. Do leito dêsses rios já foram retirados diamantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município é, por excelência, agrícola, destacando-se as culturas do algodão, arroz, mandioca e milho.

O ramo industrial predominante é a fabricação de farinha de mandioca, havendo, também, a fabricação de rapadura e aguardente de cana, beneficiamento do arroz e descaroçamento de algodão.

O babaçu, que é a maior riqueza do Maranhão, em Barra do Corda é pouco expressivo: em 1956 sòmente foram exportadas 94 toneladas no valor de 799 mil cruzeiros.

Em 1955, a lavoura, a indústria de transformação e a extrativa apresentaram os seguintes resultados:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Algodão em caroço	Arrôba	148 000	8 880 000
Arroz em casca	Saco de 60 kg	135 000	18 900 000
Fumo	Arrôba	32 000	10 560 000
Mandioca	Tonelada	57 000	10 374 000
Milho	Saco de 60 kg	79 000	4 345 000
Algodão em pluma	kg	95 000	1 374 300
Aguardente de cana	Litro	126 234	1 050 010
Rapadura	kg	206 220	1 018 840
Arroz pilado	»	162 100	730 000
Farinha de mandioca	»	945 400	2 230 000
Cal de pedras	Tonelada	300	240 000
Peles diversas	Unidade	6 675	1 544 750

Barra do Corda é o maior produtor de tomate no Maranhão: 57 000 quilogramas em 1955, valendo 684 mil cruzeiros. Há, às vêzes, exportação por via aérea para São Luís.

A pecuária tem influência na economia do município. Em 1956, segundo o Departamento Estadual de Estatística, existiam 93 650 cabeças, sendo:

bovinos	22 000
suínos	60 000
ovinos	2 400
caprinos	5 000
eqüinos	2 200
asininos	1 500
muares	550

Em 1956 a produção do pescado chegou a 23 200 quilogramas no valor de 391 mil cruzeiros, tendo o rio Mearim como a zona mais piscosa. A população apenas recorre à pesca para suplemento de sua alimentação. É praticada por pessoas não filiadas à Colônia, que usam tarrafa e corda com anzóis. A época do ano em que mais se pesca é de janeiro a março, sendo surubim, lírio, piau, curimatá, branquinha e sardinha as espécies mais encontradas.

COMÉRCIO — São 18 os estabelecimentos varejistas e 2 os estabelecimentos industriais que comerciam na sede municipal.

De São Luís-Ma, Fortaleza-CE e Recife-PE o comércio local importa quase todos os artigos que consome, como seja: café, armarinho, perfumarias, querosene, sal, sabão louças, ferragens, tecidos e miudezas em geral.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Barra do Corda liga-se aos seus vizinhos municípios por intermédio de estradas de rodagem, com as quilometragens seguintes: Esperantinópolis — 114; Grajaú — 160; Mirador — 189; Presidente Dutra — 111; e Tuntum — 93.

Para Esperantinópolis também é comum o transporte misto, assim desenvolvido: fluvial, 156 (até Verdum) e rodoviário, 12 quilômetros.

O transporte aéreo é feito por meio de linhas regulares de aviões do Consórcio Real-Aerovias-Nacional, contando o município com um campo de pouso. Em virtude de êsse campo não estar em perfeitas condições técnicas e ser impossível sua regularização, está sendo construído outro aeroporto em Barra do Corda, pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), o qual será concluído, possìvelmente, em maio de 1958. Êsse aeroporto fica situado em região mais conveniente, a 4 quilômetros da sede municipal, e terá uma pista de 1 600 metros x 45 metros; iluminação noturna ao longo da pista, radiofarol; estação radiotelegráfica de emprêsa aérea particular; abrigo para passageiros e energia elétrica própria. Servirá até para aviões DC-4.

Instituto Maranata, mantido pela Cruzada de Evangelização Mundial

"O primeiro vapor a aportar em Barra do Corda foi o "São João Vencedor", no dia 22 de outubro de 1866, o qual, porém, chegou muito avariado, por haver batido em uma cachoeira e pelo choque de muitas madeiras que encontrou no rio, razão por que foi obrigado a parar para cortar lenha e ser submetido a reparos, inclusive na máquina, vencendo 90 léguas em 12 dias, rio acima. Era êsse vapor de propriedade de M. Pontal". (Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão — Cézar Augusto Marques.)

O primeiro caminhão a viajar em Barra do Corda foi um "Ford", em 26-X-1928, o qual pertencia a José Alves Cavalcanti. Inicialmente, suas viagens foram feitas entre a cidade e a vila do Leandro.

Ocorreu no dia 21 de maio de 1940 a primeira aterrissagem no campo de pouso da cidade, sendo a segunda em 22 de abril de 1940, com um avião da "Condor".

O Departamento dos Correios e Telégrafos possui no município uma Agência Postal-telegráfica, a qual dispõe também de um aparelho telefônico.

ASPECTOS URBANOS — Seis logradouros são pavimentados parcialmente — 7% — com pedras irregulares e os restantes, ou seja, dezesseis logradouros, não apresentam qualquer modalidade de calçamento.

As duas pensões existentes não possuem instalações apropriadas: cobram, em média, Cr$ 90,00 de diária.

O policiamento da cidade é feito por 6 guardas, subordinados ao Delegado de Polícia.

O prédio em que funciona a Cadeia Pública foi construído especialmente para êsse fim, em terreno de 1 000 metros quadrados, enquanto que a área edificada ocupa apenas 225 metros quadrados. Composto por 4 pavilhões, 2 celas e 2 cubículos, tem acomodações para receber 20 presos.

Está sendo construído um prédio de dois pavimentos para a Agência Postal-telegráfica, cujas obras em 1957 estavam bastante adiantadas.

O primeiro "Mercado Público" do município está sendo construído em 1957. Referido Mercado terá divisões internas para mercearias, açougues e bancadas para frutas e verduras.

Os edifícios mais importantes são: Convento das Irmãs; Convento dos Frades; a Igreja-Matriz; Pôsto Médico; Pôsto de Puericultura; Ginásio Nossa Senhora de Fátima.

Na Praça Melo Uchoa está plantada uma dúzia, aproximadamente, de palmeiras reais, o que lhe dá muita graça. Essas palmeiras foram conseguidas para Barra do Corda, pelo Congressista Frederico Figueira, quando no exercício do cargo de Governador da Província.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Como estabelecimentos médico-sanitários existem em Barra do Corda:

a) Pôsto de Malária — mantido pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais, tendo por finalidade o combate à malária. Conta com 5 guardas, os quais também desempenham o papel de visitadores sanitários.

b) Pôsto Médico — controlado pelo Govêrno do Estado, dedicando-se à assistência médica em geral. O seu

Residência particular, de dois pavimentos, única no município

corpo clínico é composto por 1 médico, 1 dentista, além de 1 enfermeiro não diplomado.

c) Pôsto de Puericultura — mantido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância. Funcionam no referido Pôsto 2 lactários, mantidos em colaboração com a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (S.P.V.A.) e o Fundo Internacional de Socorro à Infância (F.I.S.I.).

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância está construindo uma maternidade, cujo término das obras está previsto para breve.

O Instituto Nacional de Imigração e Colonização (I.N.I.C.), por sua vez, custeia as despesas de magnífico hospital, cujas obras estão a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.). Após sua conclusão, trará grandes benefícios não só à população de Barra do Corda como de outros municípios próximos.

Dito nosocômio será instalado em prédio de um pavimento, em forma de "H", com a área coberta de 1 741 metros quadrados. Além do hospital pròpriamente dito, contará mais um Pôsto e um Centro de Saúde.

O hospital terá 25 leitos, 1 sala de operações, 1 de parto, 1 de Raios X, 4 berçários, 8 enfermarias, 1 quarto e 2 isolamentos; o Pôsto Médico — 1 lactário, 1 sala de demonstração e projeção, 1 gabinete dentário e 3 salas para consultas, e o Centro de Saúde — 1 farmácia e 1 laboratório.

Quanto às instalações, o futuro hospital terá esgôto séptico, água encanada (quente e fria), reservatório de água, bomba elétrica, geradores para luz e fôrça, máquina de lavar roupa, estufa, autoclave e outras.

Dispõe ainda Barra do Corda de 3 farmácias, que mantém regular estoque, na sede, e 6 socorros farmacêuticos distribuídos pelo interior do município.

ALFABETIZAÇÃO — Excetuada a população do distrito de Boa Esperança do Mearim, atualmente município de Esperantinópolis, foram encontradas, quando do Recenseamento de 1950, 21 294 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 4 276, que representam 20,17% sôbre êsse total.

Ensino — Trinta e duas unidades escolares existiam em Barra do Corda em 1956, sendo 2 de ensino infantil, 18 do fundamental comum, 8 do supletivo, 3 do complementar e 1 do médio.

Nas de ensino primário, no início do ano letivo de 1957, estavam matriculadas 1 569 crianças de 7 a 11 anos de idade, sendo 645 na sede e 924 na zona rural.

O estabelecimento de ensino médio é o Ginásio Nossa Senhora de Fátima, mantido pela Sociedade Educadora São Francisco de Assis, o qual foi inaugurado no dia 24 de fevereiro de 1956, já se encontrando em funcionamento as três primeiras séries, com a matrícula de 124 alunos em 1957.

O ginásio funciona em prédio próprio, possuindo 4 salas onde, além do curso ginasial, mantém o curso de admissão, em caráter permanente.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município de Barra do Corda, desde há muito, distingue-se no campo cultural não só devido à ação da Igreja Católica como também à de seus filhos e de outras pessoas que lá viveram e tudo fizeram pela instrução, pela imprensa e mesmo pela literatura, muitos dos quais ultrapassaram as fronteiras do município e as do Estado. Juntou-se a essa avalancha de abnegados, desde 1952, a Cruzada de Evangelização Mundial — do Culto Protestante — mantendo uma escola que, dia a dia, vai alcançando os seus benéficos propósitos. Em ajuda a tal assertiva vem José Ribeiro do Amaral que, em sua obra "O Estado do Maranhão em 1896", assim relata:

"Alem das duas cadeiras de instrucção primaria, mantidas pelo Estado, a do sexo masculino com 102 alumnos e a do feminino com 106, e de mais duas outras, creadas pela Lei n. 165 de 21 de Maio do corrente anno, nas povoações "Catete" e "Leandro", as quaes ainda não estão funccionando, contam-se mais os seguintes estabelecimentos de educação:

"O "Collegio Popular", dirigido pelo Dr. Isaac Martins dos Reis e Professor Deoclydes Souza, frequentado por 62 alumnos, dos quaes 11 internos e 51 externos.

"A aula particular regida pelo cidadão Ricardo Leão Pires, com 20 alumnos.

"O "Instituto de Civilisação e Catechese dos Indios", dirigido pelos RR.PP. Capuchinhos e frequentado por 60 pequenos indios do sexo masculino.

"Está tambem creada uma aula do sexo feminino para a educação das meninas indigenas, sob os auspicios do mesmo Instituto, e que já não está funccionando por não terem chegado ainda as religiosas, que a têm de dirigir".

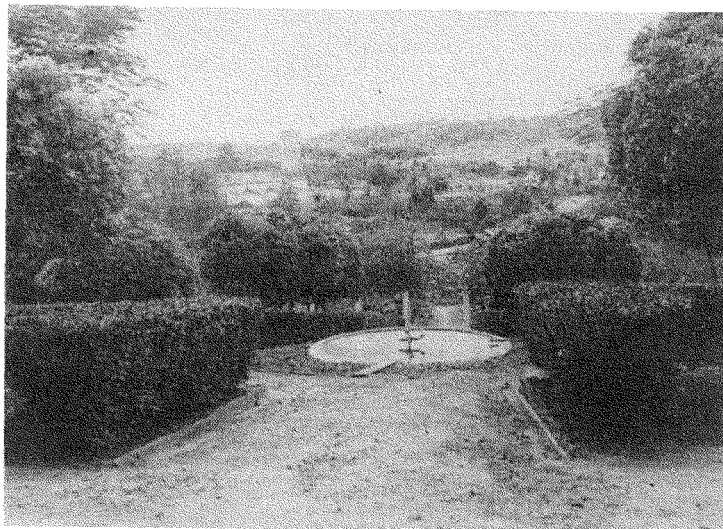
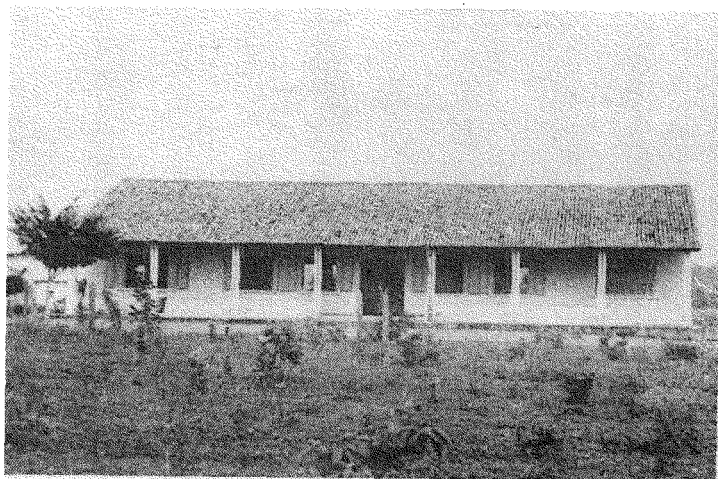
Desde o século passado os religiosos católicos estão em Barra do Corda dedicando-se ao sublime mister da instrução. Os Frades Capuchinhos chegaram à Barra do Corda em 1893 e as Irmãs Italianas, em 1894. Após o sacrifício destas na Colônia "Alto Alegre", em 1901, outras Irmãs brasileiras, chegaram à Barra do Corda a 12 de abril de 1910. Êsses religiosos, se vieram difundir a religião católica, o conhecimento de Deus e a catequese dos

aborígines, trouxeram, também, uma missão tôda especial, que é a de instruir — plantaram em Barra do Corda a árvore do saber, que já deu e está dando frutos maravilhosos.

O "Instituto Maranata" foi fundado em 1952, pela Cruzada de Evangelização Mundial. Inicialmente foi um "Instituto Bíblico"; hoje ministra o ensino primário fundamental comum e complementar, com internato e externato, e já solicitou licença para instalar um Curso Normal Regional. Possui uma pequena biblioteca, com cêrca de 300 volumes, que é franqueada aos seus alunos. Além dos livros destinados à leitura, existem outros, em duplicata, que são emprestados aos alunos mais pobres, a fim de facilitar o estudo dos mesmos. O internato tem capacidade para 80 alunos e a freqüência geral do estabelecimento foi calculada em 112, em 1957. O estabelecimento pratica, em pequena escala, a cultura de cana, arroz, milho, feijão e outras e a fruticultura, não só para ministrar o ensino prático da agricultura como também para o abastecimento do Instituto. Entre a maquinaria que possui o estabelecimento, destaca-se: 1 camioneta; 1 motor a óleo; 1 motor a gasolina; 1 trator de roda "Ford"; implementos agrários — arados; grade de disco; ceifadeira; semeadeira e 2 cultivadores; pilador de arroz; moinho para milho e máquina para solda elétrica, além de outras.

Barra do Corda possuiu um dos primeiros jornais do Norte do país — "O Norte". Fundado pelo Dr. Isaac Martins em 12 de novembro de 1888, o mesmo veio a ser fechado, após mais de 50 anos de atividade em 1940. Criado para a propaganda republicana, foram seus redatores ou colaboradores o mesmo Dr. Isaac Martins e os cidadãos Frederico Figueira, Deoclydes Souza, Francisco Câmara, Lino Leal, José Florêncio Martins Moreira, Luís Roland, José Bandeira de Melo, e outros.

O Grêmio Cultural Recreativo "Maranhão Sobrinho" entidade cujo nome já expressa sua finalidade, possui salão para danças, palco, alto-falante e um mimeógrafo. O palco do Grêmio é cedido para apresentações de artistas e outras que eventualmente são levadas a efeito na cidade.

É dirigido pelas Irmãs Terceira Capuchinhas o Educandário São José da Providência que, além do curso primário, ensina dactilografia. Quanto a êste curso, em 1956 foram verificadas 14 conclusões, sendo 4 do sexo mas-

Vista parcial da cidade, tirada do Núcleo Colonial do povoado Canadá

Edifício-sede do Núcleo Colonial

culino e 10 do feminino. Referido Educandário foi instalado a 16-6-1910.

Com mais de 1 000 volumes e franqueada ao público em geral, funciona a Biblioteca Paroquial Dom Vital, fundada em 1922.

O Ginásio Nossa Senhora de Fátima também possui uma biblioteca, com o número aproximado de 300 volumes, além de ter sua banda de música composta de vinte figuras.

Com sua diretoria própria encontra-se em atividade o grêmio cultural "João Lisboa", que edita o órgão mensal "A Juventude".

Possui a cidade de Barra do Corda 4 alto-falantes, de funcionamento irregular, pertencendo 2 a partidos políticos, um à Paróquia, e o último ao Grêmio Cultural e Recreativo Maranhão Sobrinho.

Recentemente foi instalado na cidade um modesto cinema — Cine São Francisco — com lotação aproximada para 60 pessoas.

Há, ainda, a biblioteca "Zeca Jorge", filiada ao Instituto do Livro, que foi fundada em 1949. É semipública e conta cêrca de 800 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total (1)	Tributária	
1950	...	...	358	149	358
1951	...	...	589	163	589
1952	...	...	433	131	433
1953	...	908	802	175	802
1954	390	938	794	198	794
1955	358	1 180	801	190	801
1956	...	1 701	894	148	639

(1) Orçamento.

EFEMÉRIDES E MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS — Os reisados, o Divino Espírito Santo e o bumba-meu-boi, sem grandes detalhes, são os festejos populares que ocorrem no município.

A festa do Divino Espírito Santo geralmente vem dos velhos da família. Na época prèviamente estabelecida, sai o santo pelas ruas mais destacadas da cidade, sob a forma de uma pomba, ao som de cantorias diversas e batuques de tambores e caixas, sendo pedidas esmolas para o custeio dos festejos. Destaca-se nesta solenidade, a dança da man-

Vista parcial da Rua Formosa

gaba, associada às mais variadas comidas e bebidas alcoólicas.

A dança da magaba é de origem africana, assemelhando-se à quadrilha, isto é, caracterizada pela formação de 2 filas, uma de pessoas do sexo masculino e outra, do sexo feminino, as quais dançam dando idéia de um oito (8), ficando sempre a mulher dentro da roda.

É feita, calculadamente há 10 anos, com respeito e grande cerimônia, a procissão da "Via Sacra", na época da quaresma, a qual passa pelo monumento "Arco do Triunfo" e sobe o alto de uma colina denominada Alta-Mira onde está edificada a Capela de Nossa Senhora das Dores, relembrando os sofrimentos de Cristo quando da sua crucificação.

FILHOS ILUSTRES — *José Américo Olímpio Augusto Cavalcante dos Albuquerques Maranhão Sobrinho,* nasceu a 25 de dezembro de 1879 e faleceu em Manaus-AM, a 25 de dezembro de 1916. Poeta de profunda inspiração, fecundo, correto e elegante, talvez o maior da época. Foi funcionário público. Fundou, na Academia Maranhense, a poltrona n.º 19, sob o patrocínio de Teófilo Dias e, com o aumento do quadro social, foi escolhido para patrono da de n.º 21, criada pelo professor Raimundo Lopes.

Escreveu: "Papéis Velhos" — São Luís, 1908; "Estatuetas" — São Luís, 1909; e "Vitórias Régias" — Manaus, 1911.

Clodoaldo Cardoso, nasceu a 7 de agôsto de 1894. Escritor e poeta. Funcionário da Fazenda Estadual do Maranhão. Foi Coletor de Rendas; Diretor do Tesouro e Secretário das Finanças; Prefeito de São Luís e Diretor do Departamento das Municipalidades. Bacharel em Direito pela Faculdade do Piauí. É advogado militante, consultor-jurídico da Associação Comercial do Maranhão, e catedrático da Faculdade de Direito do Maranhão. Foi Assistente-Técnico do Departamento Estadual de Estatística e Secretário do Diretório Regional de Geografia do Maranhão. É membro da Comissão de Cartografia do Conselho Nacional de Geografia; sócio correspondente da Academia Fluminense de Letras; sócio honorário da U.N.I.T.E.R. e titular efetivo da Academia Maranhense de Letras, de que, atualmente, é presidente, e onde ocupa a poltrona n.º 23, patrocinada por Graça Aranha, e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

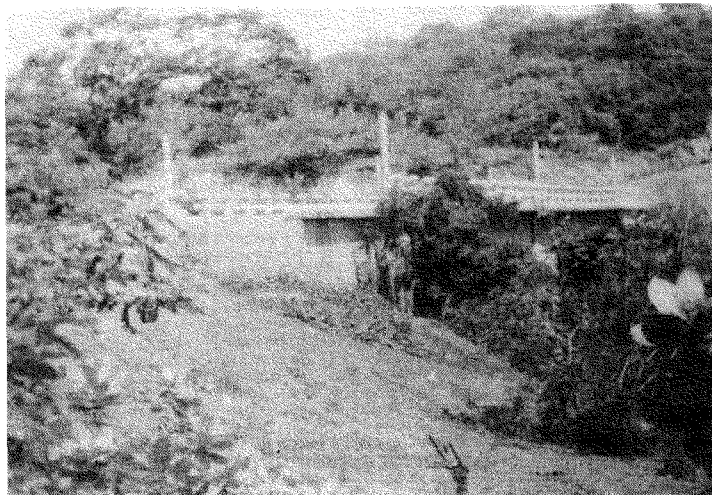
São de sua autoria: "Florões", poesia — São Luís, 1926; "Regulamento do Impôsto de Vendas e Consignações" — São Luís, 1948; "Pastos Bons", monografia — Rio, 1947; e "Sombras", poesias inéditas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O Serviço de Proteção aos Índios está representado em Barra do Corda por intermédio de uma Ajudância, cujo início de atividade data, aproximadamente, de 1920. No século passado, Melo Uchoa foi o primeiro a defender a causa dos silvícolas; neste século, êsse privilégio cabe a Marcelino Cézar de Miranda, já com o S.P.I.

Existem duas tribos ou raças distintas: a "canela" e a "guajajara", com costumes diferentes. Entre elas imperam rivalidades tradicionais, no entanto, são pacíficas, mormente pelo fato de todos os índios já estarem semicivilizados. Os canelas ainda conservam alguns dos seus costumes primitivos, enquanto que os guajajaras perderam as suas tradições. A língua do guajajara é oriunda do tupi-guarani; a dos canelas é derivada do "gês".

São administrados pela Ajudância em Barra do Corda 2 postos com 16 aldeias, das quais 2 se localizam em território do município de Grajaú, ficando, portanto, em Barra do Corda, só 14 aldeias. Distribuem-se as aldeias da seguinte forma: 3 são da tribo canela e 13 da guajajara. Com relação às 14 aldeias existentes em Barra do Corda, as mais distantes da sede municipal são as da tribo canela — 114 quilômetros uma, 120 quilômetros outra e 192 quilômetros a última. Da tribo guajajara, a mais afastada da cidade está a 84 quilômetros. A tribo mais distante é a Porquinhos, a 192 quilômetros, e a mais próxima é a Sardinha, a 30 quilômetros. A aldeia mais populosa e das mais antigas é a Uchoa, com 314 índios, inclusive crianças; a menos habitada é a Lagoa do Leite com 13 índios, incluindo também os menores.

A aldeia Uchoa foi transferida de suas terras primitivas — por estarem situadas dentro da área imprescindível à criação do atual Núcleo Colonial de Barra do Corda — para o lugar Cana Brava, o que só foi conseguido após paciente, tenaz e demorado trabalho do S.P.I., pois essa mudança é contrária à vontade do índio que difícil e raramente se transfere de localidade.

São os seguintes os Postos do S.P.I.: 1. Pôsto "Capitão Uirá", situado entre os índios canelas, no lugar "Ponto", distante 120 quilômetros da cidade de Barra do Corda e onde está localizada a Aldeia "Ponto" que conta 229 índios, sendo 74 homens, 76 mulheres e 79 crianças. 2. Pôsto "Manoel Rabelo" existente entre os índios guajajaras, no

Ponte de concreto armado sôbre o rio Mearim

lugar "São Pedro" e que dista 42 quilômetros da cidade. Nesse mesmo local está situada a Aldeia "São Pedro", com 133 índios, sendo 35 homens, 40 mulheres e 58 crianças.

Em Barra do Corda existem 1 652 índios, segundo recenseamento feito pela Ajudância em novembro de 1957. Dêsses índios, 585 são canelas, e 1 067, guajajaras, conforme quadro abaixo:

TRIBOS	POPULAÇÃO			
	Homens	Mulheres	Crianças	Total
Canelas	185	185	215	585
Guajajaras	319	357	391	1 067
TOTAL	*504*	*542*	*606*	*1 652*

A Ajudância do S.P.I. está equipada com máquinas e instalações necessárias ao bom desenvolvimento do serviço, possuindo 1 aparelho de radiotelegrafia com 50 W; 1 telefone marca "Standard", que possibilita fácil e rápida comunicação da Ajudância com a sede do Pôsto "Manoel Rabelo" e com os municípios de Grajaú e Amarante do Maranhão; 1 gerador de energia; 1 engenho de ferro; uma bomba hidráulica; 2 piladores de arroz; 1 motor industrial "Diesel" de 25 H.P.; 1 trator de rodas, equipado com implementos para a agricultura; 1 caminhão; além de outras. Possui também 5 prédios, 3 dos quais são sedes de serviços (1 com Ajudância e 2 com Postos). Existe ainda pequena criação do S.P.I. nos postos, sobressaindo a do gado bovino e caprino.

O S.P.I. teve pequena produção de arroz, milho, algodão e feijão.

Vista de uma casa comercial

Os índios canelas empregam-se em pequenos afazeres e em indústria doméstica, como seja: o preparo de esteiras, pacarás e mocós de embira de buriti; buriti em raspa; vassouras; balaios; bolas de borracha de mangaba; a extração de óleo de pequi e penas de emas, e outras. Isto depende, em parte, da região em que habitam, de ser ou não própria à agricultura ou, então, dos costumes tradicionais. Contràriamente, os guajajaras dedicam-se à lavoura e à extração de madeira e peles, produzindo farinha-d'água, tapioca, arroz, milho, algodão, feijão. Os índios não se dedicam à criação; daí, o reduzido número de animais que possuem, sendo a maior quantidade a do gado eqüino e suíno.

Grande é o patrimônio territorial do S.P.I. (terras dos índios) em Barra do Corda.

O S.P.I. procura, por todos os meios, prestar o máximo de assistência aos índios, intervindo em todos os casos que surgem, dando-lhes integral amparo e proteção. Dentre outras assistências o Serviço de Proteção aos Índios incentiva a produção e controla a venda da mesma para que os índios não se deixem enganar por civilizados; mantém 5 escolas para os filhos dos índios; distribui cêrca de 1 500 quilogramas de sementes (para 1957); distribui medicamentos, etc.

Como resultado da patriótica e abnegada ação do S.P.I., são vistos em Barra do Corda inúmeros índios civilizados e até unidos pelos laços matrimoniais com "brancos".

O Núcleo Colonial de Barra do Corda foi fundado em 1943, com o nome de Colônia Agrícola do Maranhão. Sua finalidade é promover a colonização e, com esta, o fomento da produção agrícola e o amparo aos colonos. E como a totalidade dos seus colonos são nacionais, presta também grandes benefícios ao homem rural. Dentre os serviços proporcionados aos colonos destacam-se: assistência médica, dentária, escolar, social, revenda de ferramentas pelo preço de custo e transporte da produção do local de onde é produzida à cidade. Na sede da Colônia existe um Cartório para facilitar o registro civil. Distribuiu, para plantio, 5 000 quilogramas de milho e 45 000 mudas de café; destas, em 1957, foram preparadas 100 000. Informações diversas — 1. área: 350 000 quilômetros quadrados; 2. número de lotes: 522; 3. número de famílias, em 31-XII-1956: 650; 4. população (estimativa para 31 de dezembro de 1956): 3 950 habitantes; 5. distância da sede municipal: 2 quilômetros; 6. custeio: Cr$ 4 170 000,00; 7. principais instalações, veículos e máquinas existentes (31-XII-1956): 3 jipes; 6 caminhões; 5 tratores; 17 arados; 1 motoniveladora; 1 patrol; 1 lancha; 1 bote com motor de pôpa; 1 bomba de abastecimento de água; 1 gerador de 25 000 v; 1 motor de 24 H.P. a óleo; 1 estação radiotelegráfica de 500 W; 1 serraria; 1 cerâmica (para telha tipo marselha); 1 usina de beneficiamento de arroz; 1 fábrica de polvilhos de mandioca; 14 "casas de farinha", 10 das quais possuem motor para ralar mandioca; 1 "usina de beneficiamento" com pilador de arroz, instalações para fubá de milho e farinha de mandioca, e 1 motor; 1 usina de luz; 11 prédios para residências; 8. principais produtos cultivados pelos colonos: arroz, algodão, milho, fava, feijão, fumo, gergelim, aipim.

Na sede do Núcleo existem horta, pomar, apiário e viveiros para mudas. Possuía 30 animais de diversas espécies, em 31-XII-1956. Nessa mesma data, o número de animais pertencentes aos colonos era o seguinte: 2 485 bovinos; 588 eqüinos; 673 asininos; 178 muares; 4 480 ovinos; 3 469 caprinos e 23 300 aves, não tendo sido computada a quantidade de suínos.

Em 1956, foram mantidas pelo Núcleo 17 escolas primárias para os filhos dos colonos, sendo que 12 delas funcionam em prédio próprio.

Dentre os serviços públicos prestados pelo Núcleo, destacam-se, em primeiro lugar, os seguintes:

1. *Hidrelétrica de Barra do Corda*

Fornecerá energia elétrica e fôrça para Barra do Corda e, talvez, para alguns municípios próximos. Os trabalhos foram iniciados em 1953; interrompidos por algum tempo, é esperado seu reinício em 1958. A usina dista 23 quilômetros da sede municipal. Tôda a aparelhagem destinada à hidrelétrica já se encontra em Barra do Corda. Terá a usina 3 geradores acionados por turbinas com 515 kVA, cada.

2. *Pontes sôbre os rios Flôres, Mearim e Corda*

Tôdas essas pontes são de concreto e importantes obras de arte. As pontes sôbre o Mearim e Corda ficam à entrada da cidade, facilitando bastante o transporte para a mesma.

(Bibliografia — Dicionário Histórico e Geográfico de Cézar Marques. O Estado do Maranhão em 1896 por José Ribeiro do Amaral e Revista de Direito Rodoviário, Ano IV, n.º 28 e o jornal "O Norte" de 1935, editado em Barra do Corda; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Núcleo Colonial de Barra do Corda, Ajudância do Serviço de Proteção aos Índios de Barra do Corda, Inspetoria Regional de Estatística Municipal; Colaboração — Prof. Olímpio Ribeiro Fialho; Redação final — Maria Emília Valente, José Maria de Jesus Tavares da Costa e Arthur Dias de Paiva.)

BARREIRINHAS — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Não há tradição formada quanto ao devassamento do território do município, pela qual se possa positivar a sua penetração e desbravamento. Atribui-se, contudo, a diversos fatôres: a estrada que vinha da comarca de Campo Maior-PI à de Brejo-MA, e desta à de Icatu-MA, atravessando o rio Mocambo no local em que o Govêrno Imperial mandara construir uma ponte, em 1849, cuja construção e as boas pastagens das margens dêsse rio para a criação de gado e terras próprias para a lavoura deram origem à afluência de pessoas para aquêles lugares e, conseqüentemente, à fundação de pequenos povoados; a estrada que vinha do Julgado São Bernardo da Parnaíba à então freguesia denominada São José do Periá (1835), atual cidade de Humberto de Campos; a fertilidade das margens do rio Preguiças e dos seus inúmeros afluentes, boas para as espécies mais comuns de lavoura; as pastagens dos campos e chapadas apropriadas, então, para a criação do gado.

O ponto de penetração também não é conhecido. É provável, porém, que tenha sido pelo rio Preguiças que era, na época, a via mais natural, por ser em grande parte navegável, e por seus afluentes, também navegáveis por pequenas canoas.

Por qualquer dos fatôres presumíveis de penetração, houve povoamento. São conhecidos como centros mais antigos da então freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Barreirinhas, banhados pelo rio Preguiças: Santo Antônio, Barreira Velha, São Domingos, Alto Bonito, Santa Rosa e Morro Alto, destacando-se, dentre êstes, o de Santo Antônio, pelo grande fabrico de açúcar e aguardente de cana, já desaparecido, e a fazenda de criação de gado da Companhia de Jesus, no litoral, sem qualquer vestígio, hoje, dêsse importante estabelecimento em conseqüência dos extensos areais; na margem da estrada que vinha do Julgado de São Bernardo da Parnaíba à freguesia de São José do Periá: Vertente, Buriti Amarelo e Santo Amaro, êste conhecido pelas suas ótimas pastagens para a criação de gado vacum, cavalar, caprino e lanígero, e os dois primeiros, por suas matas apropriadas para a lavoura; na estrada das Comarcas Campo Maior — Brejo — Icatu; os lugares Campineiras e Buritizinho, criadores de gado cavalar e vacum, pertencendo atualmente o primeiro ao município de Brejo e, o segundo, ao de Urbano Santos. Também se destacam, como centros antigos da freguesia (1858), os seguintes: Cassó, Santa Cruz, São José, Ôlho-d'Água, Morro Branco, Onça, Surrão e Bom Jesus que já eram, em 1860, sedes de Quarteirão.

O elemento negro também contribuiu, de algum modo, para o devassamento do território municipal, já que, em 1858, quando foi criada a freguesia, a mesma foi dividida em 14 Quarteirões, acusando 631 pessoas escravas. É lógico que os cativos então existentes tenham feito penetração e, à sombra dos anos, formavam-se pequenos núcleos de pessoas livres, na dependência, porém, dêsses senhores.

Em tais casos salientaram-se as fazendas de Santo Antônio, Santo Inácio, Santa Cruz, Alto Bonito, Santa Rosa, Buriti Amarelo e Massangano. Existe até agora o povoado de Santo Antônio, à margem esquerda do rio Preguiças, cujos habitantes, na sua maioria, são descendentes do elemento negro. Aliás, o Recenseamento de 1950 ainda en-

Farol das Preguiças

Avenida João Pessoa

controu a população negra em maior proporção do que a das demais côres: 56,30%, o que ultrapassa a média do Estado, que é de 15,77%, isto é, quase três vêzes mais.

A uberdade e salubridade do solo, além de serem bastante piscosos seus rios e lagoas, atraíram, sem sombra de dúvida, pessoas vindas de outros Estados, principalmente do Piauí, que ali se fixavam, formando núcleos.

Em meio ao século XIX começou a apresentar aspecto merecedor de uma organização que melhor pudesse amparar os habitantes daquelas plagas, ou os forasteiros que mais tarde haviam de ser o povoador anônimo.

Assim, a 18 de junho de 1858, pela Lei Provincial n.º 481, foi criado Barreirinhas, com territórios desmembrados de Tutóia, Brejo, Miritiba (hoje Humberto de Campos) e São Bernardo.

Na história ascendente não se verifica haver Barreirinhas pertencido, antes ou depois de criado, a um outro, já que foi constituído de partes dos quatro municípios enumerados e, na descendente, perdeu diversos quarteirões para os seus vizinhos, aproveitando-se os limites naturais para melhor fiscalização tributária.

De 1864 a 1928 os 1.º, 2.º e 3.º quarteirões do Cassó e o de Santo Amaro passaram para o município de Humberto de Campos; o quarteirão de Buritizinho, para o de Morros; os quarteirões de Surrão e Campineiras, para o do Brejo, e, em 9-3-1929, pelo Decreto-lei estadual número 1 324, os quarteirões de Guaribas e Bom Jesus foram desanexados de Barreirinhas para, com êles, ser constituído parte do município de Urbano Santos que então surgia.

Foi elevado à categoria de vila por Lei provincial n.º 951, de 14 de junho de 1871, lei essa que transferiu para a povoação de Barreirinhas a sede da vila de Tutóia, então decadente, sendo o município de Tutóia suprimido em conseqüência dêsse ato, o qual sòmente foi restaurado a 29 de dezembro de 1890.

De acôrdo com os quadros das divisões administrativas referentes aos anos de 1911 e 1933 e divisões territoriais datadas de 31-XII-1936, 31-XII-1937 e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 45, de 29-III-1938, bem como nos quadros fixados pelos Decretos-leis estaduais n.º 159, de 6-XII-1938, para 1939-1943 e n.º 820, de 30 de dezembro de 1943, para 1944-1948, Barreirinhas aparece integrado apenas pelo distrito-sede, situação essa ainda hoje verificada.

Foi têrmo judiciário da comarca de Tutóia até 1936, passando, no ano seguinte, para a de Araioses, figurando, em 1956, novamente como têrmo da comarca de Tutóia.

Antes, porém (1872), havia sido sede de comarca criada pelo artigo 1.º da Lei n.º 995, de 15 de junho, compondo-se, no início, dos têrmos de seu nome e do de São Bernardo e, posteriormente, compreendendo mais os de Tutóia e Araioses.

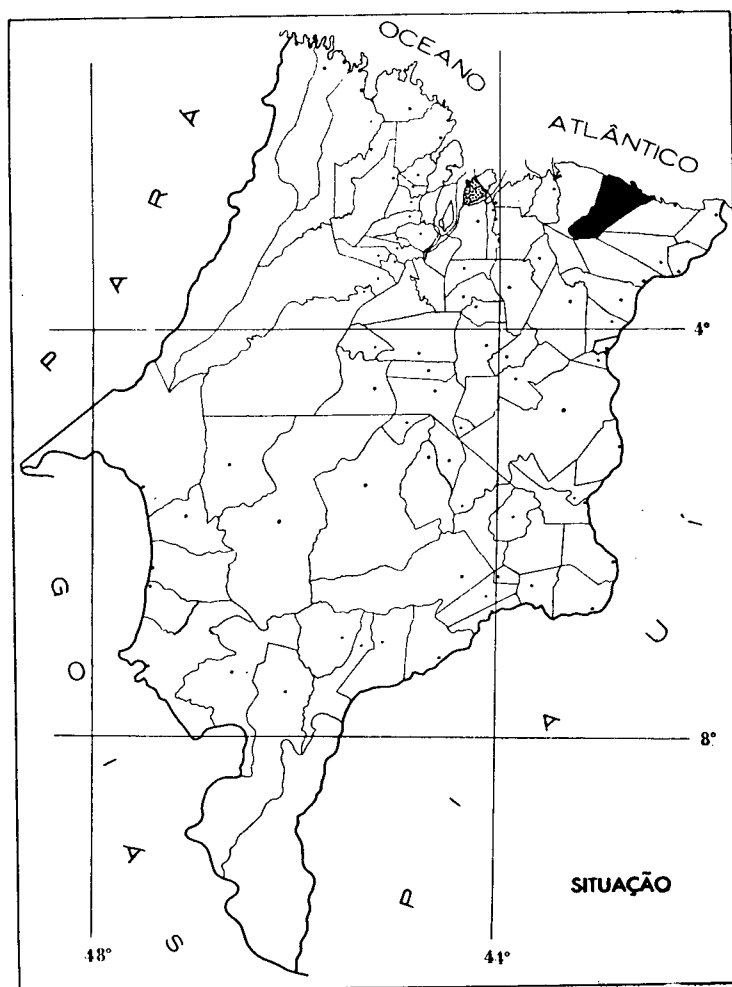
O Sr. Conrado da Rocha Ataíde é o Prefeito atual.

LOCALIZAÇÃO — Barreirinhas pertence à Zona do Litoral Nordeste e a sede municipal está localizada à margem direita do rio Preguiças, a 42 quilômetros de sua foz. É situada em terreno plano e arenoso.

Coordenadas geográficas da sede municipal:

Latitude Sul: 2º 37' 50"

Longitude W. Gr.: 42º 45' 45"

Posição relativamente à Capital: rumo — E.S.E.; distância (em linha reta) — 166 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 8 metros na sede municipal.

CLIMA — Saudável e uniforme; visto sofrer a influência do mar. A época chuvosa (inverno) é de janeiro a junho; a sêca (verão), nos demais meses. A maior intensidade de calor é de outubro a dezembro, sendo que a temperatura mais baixa é verificada em fins de abril e comêço de junho. Como fenômenos de mutações climáticas observam-se trovoadas acompanhadas de relâmpagos, quase sempre nos meses de março a maio. Predomina o vento leste, do litoral.

ÁREA — Com área igual a 2 645 quilômetros quadrados, Barreirinhas é o 38.º município maranhense em extensão territorial.

POPULAÇÃO — Barreirinhas está em 3.º lugar na relação dos oito municípios que constituem a Zona Fisiográfica do Litoral Nordeste, de acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950:

Araioses	28 761
Tutóia	22 814
BARREIRINHAS	16 332

Ainda conforme os dados do Recenseamento de 1950, a população localiza-se de preferência no quadro rural:

LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE	
	Números absolutos	% sôbre o total
Cidade	1 576	9,6
Quadro rural	14 756	90,4
TOTAL	*16 332*	*100,0*

No Estado do Maranhão, 82,5% da população localiza-se no quadro rural.

Todos os recenseados em 1950 em Barreirinhas eram brasileiros natos.

DENSIDADE DEMOGRÁFICA — Era de 6,1 hab./km² quando do Recenseamento de 1950. Como, porém, o Departamento Estadual de Estatística calcula haver a população, em 1956, passado para 18 790 habitantes, a densidade demográfica, por sua vez, também aumentou para 7,1 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal fonte econômica do município é representada pela agricultura, pesca e fabricação de farinha de mandioca. É o 3.º município do Estado na produção de côco-da-baía, conforme relação abaixo:

Tutóia	9 000 000	Cr$ 2 700 000,00
Cururupu	8 500 000	Cr$ 2 550 000,00
BARREIRINHAS	7 200 000	Cr$ 1 584 000,00

A pesca é praticada por pessoas não colonizadas, sendo mais comum a mesma ser feita em curral de arame, empregando-se também arpão, linha, rêde de arrasto e anzol.

As espécies mais pescadas em 1956 foram as abaixo relacionadas, com os respectivos valores e quantidades:

ESPÉCIE	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Arraia	kg	3 500	31 500
Bagre	»	70 200	702 000
Camurupim	»	180 000	2 340 000
Camurim	»	23 000	299 000
Cação	»	24 100	216 900
Enchova	»	8 000	104 000
Gurijuba	»	8 300	83 000
Mero	»	10 000	90 000
Pescada	»	40 500	526 500
Pema	»	50 000	500 000
Pilombeta	»	50 600	455 400
Tainha	»	135 000	1 755 000
Xeréu	»	25 000	250 000
Serra	»	5 000	65 000
Timbiro	»	4 000	36 000
Jurupiranga	»	5 600	50 400
TOTAL		*642 800*	*7 504 700*

Além da indústria salineira (em pequena escala), existem, ainda, engenhos e engenhocas para a fabricação de aguardente de cana e de mandioca, usina para beneficiamento de arroz, salga e de pescado, extração de cêra de carnaúba, palhas de buriti, óleo de tucum, madeiras em geral e fabricação de telhas e tijolos.

O quadro a seguir fornece as produções agrícola, industrial e extrativa, esta de 1956 e as demais de 1955:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Produção agrícola			
Arroz em casca	Saco de 60 kg	6 000	600 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	680	54 400
Feijão	Saco de 60 kg	3 000	750 000
Mamona	kg	650	1 950
Mandioca	Tonelada	40 000	3 200 000
Milho	Saco de 60 kg	1 500	112 500
Diversos (1)	—	—	580 000
Produção industrial			
Farinha de mandioca	kg	1 288 600	2 835 090
Cera de carnaúba	»	14 267	642 015
Aguardente de cana	Litro	41 524	415 240
Aguardente de mandioca	»	37 663	376 630
Telhas, tijolos e louça de barro	Milheiro	291	174 500
Produção extrativa			
Fibras de buriti, tucum e cipós	kg	3 300	133 500
Palha de buriti	Milheiro	2 100	840 000
Côco de tucum	Tonelada	170	850 000
Madeira e lenha	m³	28 170	768 000
Banha de porco	kg	4 200	84 000
Carvão vegetal	Tonelada	150	105 000

(1) Banana, laranja e manga.

A fibra da palmeira de buriti é empregada na confecção de rêdes, próprias para dormir e sesta, largamente consumidas no município e havendo exportação para a Capital e mesmo algumas cidades do Sul.

De acôrdo com o Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária de Barreirinhas, em 31 de dezembro de 1956, era de 23 470 cabeças, assim discriminadas:

Bovinos	7 200
Suínos	3 000
Ovinos	5 800
Caprinos	3 300
Eqüinos	3 200
Asininos	680
Muares	290

Com o intuito de difundir entre os lavradores e criadores métodos modernos nos seus trabalhos, mantém o Ministério da Agricultura, desde 1953, o Pôsto Agropecuário de Barreirinhas, no lugar Fazendinha, distante 40 quilômetros da sede, o qual se acha ocupando uma área de 300 hectares, cultivando mangueiras, cajueiros e coqueiros (permanentes) e milho, feijão, mandioca e algodão (culturas anuais).

Possui residência para o administrador, 3 000 metros de cêrca de arame farpado com 6 fios, 12 quilômetros de estrada carroçável, 10 arados de aiveca reversível, 3 cultivadores, 1 grade de 8 discos e 10 polvilhadeiras.

Em 1957 recebeu 3 touros zebus para reprodução.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município de Barreirinhas liga-se às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte:

Primeira Cruz — a cavalo: 108 quilômetros
São Bernardo — a cavalo: 99 quilômetros

Santa Quitéria do Maranhão — a cavalo: 126 quilômetros

Tutóia — a cavalo: 75 quilômetros, ou marítimo: 160 quilômetros

Urbano Santos — a cavalo: 114 quilômetros.

Regular linha de taxi-aéreo serve o município, ligando-o à capital do Estado. Antigamente tal ligação só era feita via marítima, em barcos a vela, que consumiam em média dois dias para o trajeto, além de serem as viagens perigosas, enfadonhas e sem confôrto, pois a embarcação tinha que navegar, em grande parte, no Oceano Atlântico.

COMÉRCIO — Ativo é o comércio de Barreirinhas, mantendo transações com Areia Branca e Mossoró-RN; Parnaíba-PI; Fortaleza-CE; Tutóia e São Luís-MA, donde importa tecidos, ferragens, louças, sapatos, objetos de adôrno, produtos farmacêuticos, artigos de mercearia, petróleo e derivados, etc.

Há, em Barreirinhas, 54 estabelecimentos varejistas, sendo que na sede municipal ficam localizados 30, além de 8 de prestação de serviços.

Possui a cidade um trapiche de madeira, pelo qual faz o escoamento da produção do município e importação do que carece, já que, por via terrestre, não há ligação por estradas de rodagem, devido a ser o terreno muito arenoso.

ASPECTOS URBANOS — Dispõe o município de uma Agência Postal-telegráfico-telefônica, do Departamento dos Correios e Telégrafos. São 80 as ligações elétricas existentes na sede municipal, sendo que na iluminação pública se consomem 1 035 kW e 7 912 na particular. A usina é de propriedade da Prefeitura.

A única pensão existente cobra a diária de Cr$ 60,00, tendo instalações modestas.

A Câmara de Vereadores é composta de 9 membros. Nas últimas eleições votaram 3 065 cidadãos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No município acham-se registradas:

a) Sociedade Beneficente de São Vicente de Paulo (Associação de Caridade), mantida pela Paróquia, com 202 sócios, destinada à concessão de auxílios e benefícios exclusivamente a pobres.

O quadro abaixo demonstra a atividade exercida pela mesma no decorrer de 1956:

NATUREZA DO AUXÍLIO OU BENEFÍCIO CONCEDIDO	NÚMERO DE PESSOAS
Instrução de qualquer natureza (freqüentando escolas ou cursos)	27
Alimentação ou gêneros alimentícios	120
Dinheiro ou custeio de despesas	33
Remédios (sem aplicação, apenas recebimento)	309
Tecidos, roupas, agasalhos, calçados, roupas de cama ou objetos de uso pessoal)	120

b) União Artística-Operária Barreirinhense (Associação de Beneficência Mutuária), destina-se apenas à concessão de auxílios a operários, atualmente com 206 associados.

Concedeu, em 1956, os seguintes benefícios:

auxílios pecuniários	1	Cr$	100,00
assistência médica	9	Cr$	583,00
assistência escolar	25	Cr$	1 000,00

Existem, na sede municipal, um Socorro Farmacêutico e dois dentistas práticos licenciados.

Juntamente com Araioses (sede), Magalhães de Almeida, São Bernardo e Tutóia, Barreirinhas faz parte do 10.º Distrito Sanitário (Pôsto de Higiene do Estado).

ALFABETIZAÇÃO — Abaixo é fornecido o quadro com o número e proporção dos habitantes de 5 anos e mais que sabem ler e escrever, com discriminação da cidade e quadro rural de Barreirinhas, segundo apurou o Recenseamento de 1950:

MUNICÍPIO	HABITANTES DE 5 ANOS E MAIS		
	Que sabem ler e escrever	Em total	Porcentagem dos que sabem ler e escrever
Barreirinhas	1 912	13 593	14,07
Cidade	685	1 303	52,57
Quadro rural	1 227	12 290	9,98

Ensino — Sòmente a instrução primária é difundida em Barreirinhas, o que é feito através de 28 unidades escolares, sendo 27 de ensino Fundamental Comum e 1 de ensino Fundamental Supletivo. No início de 1957 estavam matriculadas 929 crianças, de 7 a 11 anos de idade, sendo 296 na sede do município e 633 na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui a cidade a associação esportiva denominada "Vasco da Gama Esporte Clube", com 33 associados. Realizou, em 1956, 40 conferências ou palestras e 4 excursões.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O território do município de Barreirinhas é pouco acidentado, ou quase nada acidentado, havendo na parte litorânea grande extensão coberta por dunas, que o povo da terra chama de "Morraria".

O principal rio é o Preguiças, assim chamado pela lentidão com que correm suas águas. Nasce no município de Brejo e deságua no Atlântico, com cêrca de 120 quilômetros de curso franco. De sua foz à Fazenda Santa Cruz é navegável por embarcações de 6 a 8 pés, e daí ao lugar Santa Rosa por canoas e embarcações menores. Tem como principais afluentes o Guaribas, que recebe o Pati, o Santa Rosa, o Cocal, o São José, o São José do Saco, o Santo Antônio e outros cursos de água não navegáveis. O Guaribas — mais conhecido por Munin —, o Santa Rosa, o Cocal e o São José do Saco sòmente são navegáveis por canoas.

O rio Novo nasce no lago Taboa e serve de limite entre Barreirinhas e Tutóia. Deságua no Atlântico, no lugar denominado Barra do Tatu.

O rio Negro separa Barreirinhas de Primeira Cruz.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Barreirinhas é têrmo da comarca de Tutóia. O judiciário é constituído de 3 Suplentes de Juiz de Direito, 1 Adjunto de Promotor, 1 Tabelião, que exerce funções no Cartório do 1.º e 2.º Ofícios, 1 Oficial de Justiça e uma Escrevente Juramentada.

RELIGIÃO — Os barreirinhenses — gentílico dos filhos da terra — são dotados de notável sentimento católico, pois, das 16 332 pessoas recenseadas em 1950, 15 916 de-

clararam ser católicas romanas. No total do Estado do Maranhão, as mulheres católicas são em maior número do que os homens; em Barreirinhas dá-se o contrário: 8 002 homens contra 7 914 mulheres.

É sede da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, com os seguintes templos: 1 igreja-matriz e 17 capelas públicas.

Durante o ano de 1956 o movimento religioso foi o seguinte:

Batizados	900
Crismas	200
Comunhões	2 000
Casamentos	180
Extremas-unções	48
Encomendações	12
Procissões	5

Sob a orientação da Paróquia, funciona o Instituto "Monsenhor Gentil", de instrução primária.

Dispõe a cidade de 1 igreja evangélica Assembléia de Deus, da qual fazem parte 1 Ministro e 1 Presbítero, além de 858 membros. Mantém 5 escolas dominicais regidas por 12 professôras.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	...	...	334	106	507
1951.......	...	...	385	99	241
1952.......	...	...	427	95	573
1953.......	...	...	852	188	819
1954.......	...	...	761	212	691
1955.......	...	...	822	204	881
1956 (1)....	...	...	728	118	728

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O Ministério de Marinha mandou construir, no povoado Mandacaru, em 1909, o Farol das Preguiças, que sofreu a última modificação em 1948. Fica na margem do rio do mesmo nome, na latitude Sul de 2° 35' e longitude W. Gr. de 42° 45'. Seu foco alcança a altura de 46 metros e a distância de 19 milhas. É de lampejos brancos, com um período total de 10 segundos (brancos 5"; eclipse 2"; branco 1", e eclipse 2"). Tem o formato de uma tôrre troncônica de cimento armado, pintada com faixas horizontais brancas e pretas, com 35 metros de altura. Funciona a querosene.

São folguedos populares do município o carnaval e o bumba-meu-boi.

A padroeira da cidade é Nossa Senhora da Conceição, cuja festa é celebrada no dia 8 de dezembro, sendo a mais importante.

(Histórico — Bernardo de Araújo Carvalho, ex-Prefeito, Benedito Rebelo Reis, ex-Agente de Estatística, Maria Madalena de Carvalho, ex-Secretária da Prefeitura e atualização de Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — "O Estado do Maranhão em 1896", de Manoel Ignácio Belfort, "Revista Brasileira dos Municípios", n.° 9, 1950, Agência Municipal de Estatística, Inspetoria Regional de Fomento Agrícola no Maranhão, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Capitania dos Portos e Inspetoria Regional de Estatística; Redação final — Maria Rita Jorge e Arthur Dias de Paiva.)

BENEDITO LEITE — MA

Mapa Municipal no 3.° Vol.

HISTÓRICO — O município de Benedito Leite, em virtude de só recentemente ter seu povoamento iniciado, pois que as suas primeiras habitações datam do ano de 1902, não possui, como os seus congêneres, uma história que se alicerce na tradição. Constituído por terras dos vizinhos municípios de Pastos Bons, Nova Iorque e Loreto, o seu povoamento foi há pouco começado, quando chefiava a política dominante no Maranhão o Senador Benedito Pereira Leite. A origem dêsse município baseou-se em razão de ordem econômica, uma vez que os gêneros de produção agrícola daquela região eram escoados através dos rios Parnaíba e Balsas, sem o pagamento do tributo devido. Em decorrência disso e na salvaguarda dos superiores interêsses do Maranhão, o Senador Benedito Leite mandou instalar ali uma Coletoria chefiada pelo escriturário Crispim Antunes Martins e seus auxiliares, Raimundo Dias e Heitor Brito, que tinham a lhes amparar as ações e as medidas 5 praças da polícia comandadas pelo alferes Arlindo Vasconcelos. Tal iniciativa não produziu os resultados esperados, suscitando numerosos aborrecimentos para os que dela participavam, e isto obrigou o Govêrno a dispensar os integrantes da Coletoria que foram, sucessivamente, substituídos por outros que, por sua vez, nada de útil também obtiveram.

Pelos idos de 1909, com o desenvolvimento da navegação fluvial e abertura de novas casas comerciais, a região experimentou um progresso deveras animador.

O município foi inicialmente denominado "Foz do Balsas", dada a sua situação geográfica, na confluência dos rios Balsas e Parnaíba.

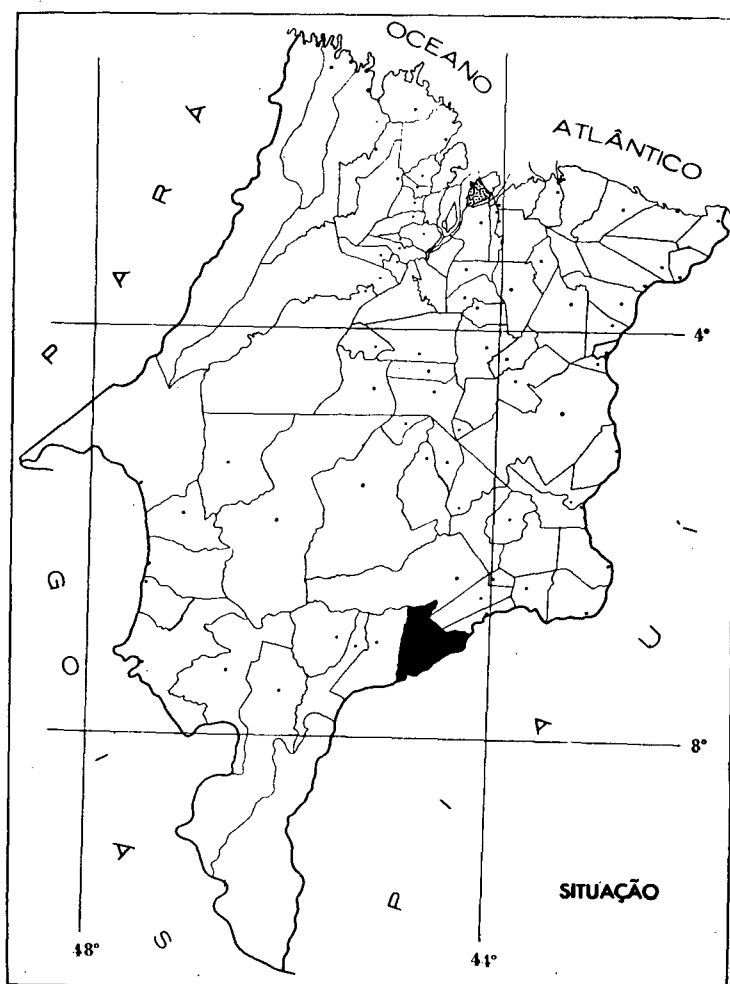
Assim, no arraial que em 1909 compunha-se apenas de quatro choupanas e de uma casa mais bem construída onde funcionava a Coletoria, o major Lucas Evangelista de Souza Coelho edificou uma casa de telha, montando pequeno estabelecimento comercial e, desde então, com a capacidade de trabalho a êle peculiar, desenvolveu as fontes produtoras de riqueza da nascente localidade. Com a chegada de novos habitantes, que passaram a cultivar a terra em maior escala, ao mesmo tempo que edificavam suas moradias, o arraial conheceu certo progresso.

Pela Lei n.° 635, de 11-3-1913, "Foz do Balsas", foi elevado à categoria de vila.

Rua Rodrigues Machado

Nos dias atuais, num preito de homenagem ao ilustre político maranhense que tudo fizera, dentro de suas possibilidades, em prol do desenvolvimento do município, o topônimo foi mudado, pelo Decreto n.º 833, de 20-3-1919, para Benedito Leite, sendo instalado no dia 15 de julho daquele ano.

Suprimido o município de Benedito Leite, foi o seu território anexado ao do município de Nova Iorque, voltando, sòmente a 30 de agôsto de 1938, a ser reinstalado. É atualmente constituído por um único distrito. Seu atual Prefeito é o Sr. Zacarias Alves da Silva Barros.

LOCALIZAÇÃO — Latitude Sul.: 7º 11' 45". Longitude W. Gr.: 44º 25' 40". Posição relativamente à Capital: rumo — S.S.O.; distância em linha reta — 514 quilômetros. Altitude — 170 metros. O município pertence à Zona do Alto Parnaíba.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima de Benedito Leite é salutar e agradável e como na totalidade dos municípios maranhenses, apenas duas estações são conhecidas: o inverno (época das chuvas) e verão (das sêcas).

ÁREA — Totaliza 3 150 quilômetros quadrados, a sua área, sendo o 28.º em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — O Recenseamento de 1950 totalizou 6 689 pessoas, sendo 3 291 homens e 3 398 mulheres. Mais de 95% da população vive na zona rural (6 392 pessoas).

Quanto à côr, predominam os pardos na proporção de 43,7%. Depois vêm os brancos com 31,9% e, por fim, os pretos com 24,4%.

De tôda a população recenseada em 1950, apenas 52 pessoas não professam a Religião Católica, as quais estão assim distribuídas: protestantes 31 (homens 16 e mulheres 15); 3 espíritas (2 homens e 1 mulher); 1 homem sem religião, e 17 pessoas (9 homens e 8 mulheres) não responderam ao quesito que essa parte investigava.

Na população presente de 10 anos e mais ("população ativa"), num total de 4 499 (homens 2 219 e mulheres 2 280), o Recenseamento de 1950 encontrou as seguintes, segundo o sexo e ramo da atividade principal:

RAMO DE ATIVIDADE	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Agricultura, pecuária e silvicultura	1 708	22	1 730
Indústrias extrativas	8	3	11
Indústria de transformação	11	3	14
Comércio de mercadorias	30	2	32
Prestação de serviços	46	18	64
Transportes, comunicações e armazenagem	9	1	10
Atividades sociais	7	8	15
Administração pública, Legislativo e Justiça	5	—	5
Atividades domésticas não remuneradas e escolares discentes	180	2 068	2 248
Condições inativas	215	155	370

O D.E.E. calculou que, em 1.º-VII-1956, Benedito Leite tinha 7 158 habitantes.

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana existente no município é a sede que contava 297 habitantes no Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades econômicas são: a agricultura, a pecuária e a extração do babaçu. Destacam-se como principais produtos agrícolas: a mandioca, o milho, o arroz e o feijão que são destinados apenas ao consumo interno. O babaçu é a riqueza natural em maior evidência e, em 1955, apresentou uma produção de 352 910 quilogramas no valor total de .... Cr$ 2 347 090,00. A produção agrícola, no mesmo ano, foi a seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO Cr$
Algodão em caroço	Arrôba	3 780	302 400
Arroz em casca	Saco de 60 kg	5 100	1 020 000
Feijão	» » » »	800	320 000
Manga	Cento	8 800	440 000
Milho	Saco de 60 kg	4 540	817 200
Banana	Cacho	16 200	324 000

Em 31-12-1956 era a seguinte a população pecuária: bovinos, 13 000; suínos, 5 000; ovinos, 1 300; caprinos, 6 500; eqüinos, 1 100; asininos, 750, e muares, 450.

MEIOS DE TRANSPORTE — O pôrto de Benedito Leite, fronteiro ao da cidade de Uruçuí, no Estado do Piauí, é servido pelas embarcações a vapor que fazem o tráfego dos rios Parnaíba e Balsas. Servem, ainda, a sede municipal e zonas interiores estradas carroçáveis que ligam o município aos de Loreto, Pastos Bons, Nova Iorque e Mirador, no Maranhão.

Possui os seguintes meios de transporte: Loreto: rodoviário 116 quilômetros; a cavalo 120 quilômetros e fluvial, 135 quilômetros. Mirador: rodoviário (via Pastos Bons) 190 quilômetros; a cavalo, 174 quilômetros. Nova Iorque: fluvial, 150 quilômetros; a cavalo, 108 quilôme-

tros. Pastos Bons: rodoviário, 142 quilômetros; a cavalo, 120 quilômetros. Uruçuí: fluvial 800 metros.

COMÉRCIO — O município possui 8 estabelecimentos varejistas, na sede municipal, limitando-se as suas transações comerciais com as praças do Piauí, Ceará e Pernambuco, importando mercadoria em geral.

ASPECTOS URBANOS — Há no município uma Agência Postal.

Possui um campo de pouso e um Pôsto Agrícola, êste ainda não em funcionamento, para contrôle do serviço de um campo experimental.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município possui apenas 1 pôsto do Serviço Nacional de Malária o qual, em determinadas épocas do ano, distribui aralém aos acometidos de impaludismo.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 encontrou no município 871 pessoas de mais de 5 anos de idade que sabiam ler e escrever, sendo 528 homens e 343 mulheres, o que equivale a 15% da população compreendida nesse grupo.

Ensino — Sòmente a instrução primária é difundida no município. Em 1956 existiam 10 estabelecimentos, sendo 7 de ensino fundamental comum e 3 de fundamental supletivo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A festa tradicional é a realizada no período de 7 a 16 de julho, em honra a Nossa Senhora do Carmo. Beneleitenses é como são chamados os nascidos no município. Compõe-se a Câmara Municipal de 9 vereadores.

Uma única pensão, bem modesta, é encontrada na sede, com diária de Cr$ 40,00.

Em 1953 foi instalado o Pôsto Agropecuário de Benedito Leite, do Ministério da Agricultura, que atualmente ocupa uma área de 250 hectares. A safra de 1956-1957 foi de 3 500 quilogramas de arroz e 1 000 quilogramas de milho. Há culturas de citrus, coqueiros, arroz, milho, feijão e mandioca. A criação é composta de 1 reprodutor guzerate, 2 reprodutores nelore, 1 reprodutor holandês, 2 bois e 4 muares.

Além da residência do Administrador, existem: um galpão provisório, 2 024 metros de cêrca de arame farpado com 7 fios, instalações de água e luz. Também dispõe de 1 trator "Cockshutt" 30 com arado e grade, 9 arados de aiveca de tração animal, 1 carrêta agrícola "Pontal", 4 carros para atêrro, 1 polvilhadeira e 1 pulverizador.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	...	...	...	...
1951	260	...	30	30	279
1952	441	...	72	72	367
1953	454	...	64	64	655
1954	491	...	63	63	750
1955	598	50	50	50	720
1956 (1)	633	50	...	...	...

(1) Orçamento.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — O município, que é têrmo da comarca de Loreto, possui 1 cartório do 1.º e 2.º Ofícios, cumulativo do Registro Civil, inclusive Tabelionatos, Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Escrivania do Cível e do Crime.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Parnaíba que além de servir de limite entre os Estados do Maranhão e Piauí, banha a sede municipal e o povoado Ôlho-d'Água. Rio Balsas, que corta o município na direção N.O.-S.E., passando a percorrer terreno de Benedito Leite no lugar Barra da Aldeia, vindo fazer confluência com o rio Parnaíba no lugar Veneza, a um quilômetro da sede municipal. Duas pequenas serras, a do Azeitão e a Sibéria — também podem ser citadas, além da lagoa Cana-Fístula, bastante piscosa, porém sem exploração e de tamanho reduzido.

(Autor do histórico — Lucas da Silva Coelho; Prefeito municipal — Zacarias Alves da Silva Barros; Redação final — Ari Lucas Xavier e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Deparatmento de Terras, Geografia e Colonização, Departamento Estadual de Estatística, Inspetoria Regional de Fomento Agrícola no Maranhão, Serviço Nacional de Recenseamento e Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão.)

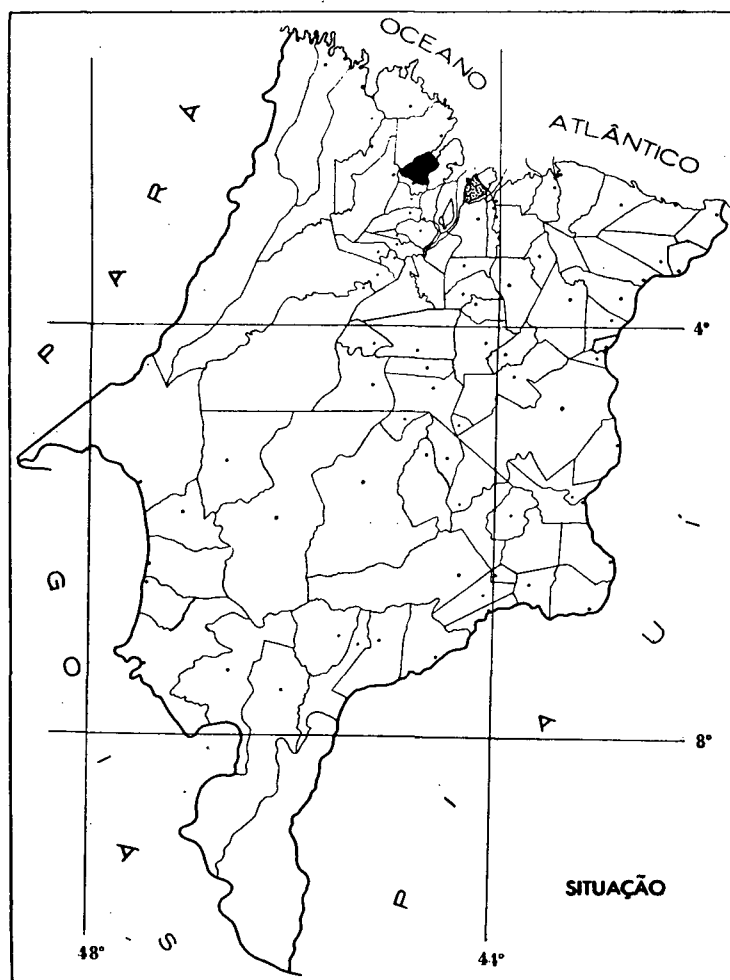
BEQUIMÃO — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Os indígenas que viviam em cabanas rústicas constituíram os primeiros habitantes do pequeno povoado, seguidos mais tarde pelos colonizadores, os portuguêses, que, em companhia do elemento escravo, o dominaram. Êstes o chamaram primitivamente de Cabeceira, por se encontrar situado em uma cabeceira do rio Itapetininga. Mais tarde, tomaram, por padroeiro do lugar, Santo Antônio, que naquela época era bastante festejado em Portugal. Por iniciativa do Sr. Antônio Rodrigues, foi doada uma área de 50 braças de terras para a construção da capela do glorioso santo. A freguesia recebeu o nome de "Santo Antônio e Almas", distrito criado pela Lei estadual n.º 801, de 22 de abril de 1918. O solo fértil deu ensejo a que o povoado fôsse crescendo cada vez mais, atingindo o número de seus habitantes ao exigido para a formação de um município. O povo organizou o necessário movimento, que, com o auxílio e os esforços do capitão José Mariano Gomes de Castro e do Sr. Holfênio João Cantanhêde, viu-se coroado de êxito pela elevação do povoado a município, o qual passou a denominar-se Godofredo Viana, em homenagem ao governador maranhense naquela época. Êste acontecimento baseia-se no decreto estadual de 31 de dezembro de 1923. Pouco tempo depois, isto é, em 1930, por questões políticas, teve o topônimo alterado para Bequimão, o qual ainda conserva.

Bequimão, porém, perdeu a categoria de município, passando a integrar o de Alcântara. Na data de 19 de junho de 1935, por Decreto-lei n.º 855, do então Interventor Federal, que era o capitão Antônio Martins de Almeida, foi novamente restaurado o município. Em abril de 1939, Bequimão foi elevado à categoria de cidade. Teve como primeiro Prefeito o capitão José Mariano Gomes de

Castro, seguido por João Francisco da Costa Almeida, Félix dos Santos Castro, Eduardo Sá Mendes, João Bastos Tavares, Manoel Fernandes Pinheiro, Anatálio Bouéres, Raimundo Magalhães Ramalho, Aniceto Cantanhêde, José Pereira Damasceno, e, atualmente, Alcides de Castro Bouéres.

LOCALIZAÇÃO — Pertence à Zona do Litoral Norte. Latitude Sul: 2° 19' 15". Longitude W. Gr.: 44° 43' 15". Posição relativamente à Capital: rumo — O.N.O.; distância da Capital (em linha reta) — 54 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A sede municipal está a 20 metros de altitude.

CLIMA — É variado, amenizado pelos ventos gerais. A zona de melhor clima é a próxima às matas. A época chuvosa abrange de dezembro a junho; a sêca, de julho a novembro. Em abril e maio é que se registram trovoadas, com pouca intensidade.

ÁREA — Com 831,50 quilômetros quadrados, Bequimão é o 77.° município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, o total da população do município era de 13 067 habitantes, o que equivale a 15,71 habitantes por quilômetro quadrado, sendo 6 471 homens e 6 596 mulheres. A zona rural era habitada por 12 502 pessoas, ou seja, 96% do total. O D.E.E. calculou em 14 584 habitantes a população em 1956, passando, assim, sua densidade demográfica para 17,53 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura, extração de amêndoas de babaçu e pecuária constituem os principais ramos de atividade local.

Segundo o Departamento Estadual de Estatística, o valor e o volume da produção relativos aos principais produtos agrícolas, em 1955, foram:

Arroz em casca — 600 000 kg — Cr$ 1 200 000,00.
Mandioca — 8 100 t — Cr$ 4 050 000,00.
Milho — 672 000 kg — Cr$ 485 000,00.
Feijão — 96 000 kg — Cr$ 384 000,00.
Cana-de-açúcar — 1 700 t — Cr$ 289 000,00.
Côco-da-baía — 2 000 000 — Cr$ 500 000,00.

A mesma repartição informa que o efetivo da população pecuária em 1956 era calculado em 8 400 bovinos, 12 600 suínos, 1 900 ovinos, 1 600 caprinos e eqüinos, 500 muares e 65 asininos.

Nos últimos 5 anos a exportação de amêndoas de babaçu não se apresenta num ritmo uniforme, notando-se, contudo, que vem decrescendo. O quadro abaixo melhor explica tal situação:

1952 — 520 000 kg — Cr$ 2 080 000,00.
1953 — 250 000 kg — Cr$ 1 600 000,00.
1954 — 280 000 kg — Cr$ 1 950 000,00.
1955 — 260 000 kg — Cr$ 1 560 000,00.
1956 — 152 900 kg — Cr$ 1 223 200,00.

O parque industrial de Bequimão é reduzido, representado apenas por motores de pilar arroz, fornos para a fabricação de farinha e uma pequena olaria. Foi a pouco mais de 675 mil cruzeiros o valor total da produção dêsses três produtos em 1955.

Exceto o babaçu, a produção extrativa de 1956 totalizou:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR Cr$
De origem vegetal			
Tucum (amêndoas)	kg	110 000	440 000
Cera de carnaúba	Arrôba	60	36 000
Tábuas de paparaúba	m³	400	160 000
Madeira p/construção	»	600	108 000
Lenha	»	14 000	182 000
De origem animal			
Peles de veado	uma	320	12 800
Peles de caititu	»	300	12 000
Peles de maracajá	»	50	25 000
Peles de jacarerana	»	200	1 600

Mercado Municipal

Igreja-Matriz

Vista parcial do centro da cidade

A população recorre à pesca mais para suprimento próprio, atendendo à circunstância de que pròpriamente não se dedica a êsse mister. Em 1956 sua produção foi de 98 toneladas, valendo 864 mil cruzeiros.

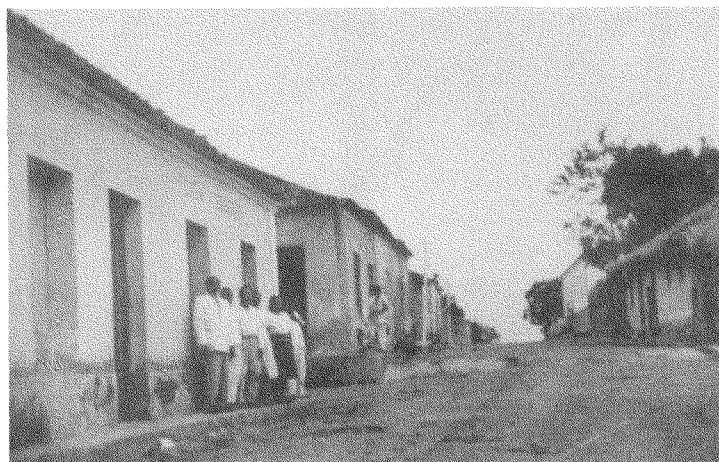
MEIOS DE TRANSPORTE — É servido por linha de navegação marítima e aérea, que o liga à capital do Estado, com viagens irregulares. A sede municipal tem as seguintes comunicações com as cidades vizinhas e respectivos meios de transporte: Pinheiro: a cavalo, 45 quilômetros; Guimarães: marítimo, 51 quilômetros ou a cavalo, 76 quilômetros; Peri-Mirim: a cavalo, 24 quilômetros; Alcântara: misto: a) marítimo, 25 quilômetros, até Santo Inácio, b) a cavalo, 18 quilômetros e c) marítimo, 50 quilômetros.

Usina Elétrica Municipal

COMÉRCIO — O município possui, na sede municipal, 1 estabelecimento atacadista e 8 varejistas. Apresenta um comércio regular, todo êle com a capital do Estado. Os principais artigos importados são: café, sabão, querosene, fazendas em geral, bebidas, fumo e medicamentos; e os exportados: babaçu, farinha, arroz e milho.

ASPECTOS URBANOS — Não há ruas pavimentadas. O serviço postal é feito pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, que dispõe de uma Agência Postal. Não há hotel nem pensão. Não se registra a existência de veículo motorizado. A iluminação da cidade é produzida por uma corrente de 220 kW, possuindo 40 ligações particulares. O quadro judiciário é composto de 3 suplentes de Juiz, 1 Adjunto de Promotor, 2 Escrivães, do 1.° e 2.° Ofícios, e 1 Oficial de Justiça. A Câmara Municipal é integrada por 9 vereadores.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não existe no município nenhum serviço de assistência Médico-Sanitária, sendo que os seus moradores utilizam-se de uma pequena farmácia e são assistidos por um farmacêutico prático. Faz parte do 3.° Distrito Sanitário, cuja sede é em Pinheiro.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 encontrou 1 319 pessoas de 5 anos e mais que sabiam ler e escrever, o que equivalia a pouco mais de 10% da população, sendo 778 homens e 541 mulheres.

Vista parcial da Rua Capitão José Castro

Ensino — Em 1956, contava o município com 16 estabelecimentos escolares, sendo 15 do ensino Fundamental Comum e 1 do Fundamental Supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	131	284	18	94
1951	...	138	315	47	350
1952	...	196	367	45	317
1953	...	203	526	59	429
1954	...	288	549	61	590
1955	...	326	567	44	679
1956	...	433	952	52	807

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como em quase todo o interior do Maranhão, o folguedo mais popular em Bequimão é a brincadeira do "bumba-meu-boi", cujas festas têm mais aceitação e entusiasmo no interior do município do que na sua sede. Realizam-se as festas no período de junho a dezembro. Dentre as religiosas, uma sòmente, merece menção, para a qual

Vista parcial da Rua Senador Victorino Freire

Lavradores usando bois como transporte típico

o povo em geral demonstra grande entusiasmo: é a do padroeiro do município, Santo Antônio. Realiza-se esta festa, no mês de dezembro, e grande é o número de devotos que vêm assistir a ela, tanto os do interior do município como os dos municípios vizinhos. Consta de devoções à noite, precedendo o dia festivo, quando é celebrada missa solene pelo Vigário da paróquia. À tarde, há procissão, em que a imagem de Santo Antônio percorre em andor as principais ruas da cidade. Ao ensejo, verifica-se um grande número de casamentos, batizados, etc.

Aglomerações urbanas — Apenas um aglomerado urbano foi encontrado quando do Recenseamento de 1950 — o da sede — com 1 576 habitantes, sendo 758 homens e 818 mulheres.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Pericumã, situado ao norte da sede municipal e serve de limite com o município de Guimarães. Banha o lugar Pôrto do Sete. Tem a profundidade média de 5 metros, sendo navegável por barcos a vela. É piscoso.

Rio Raimundo Su, que banha o povoado do mesmo nome. Tem a profundidade de 2 a 5 m. Sofre influência da maré.

Rio Itapetininga, que, além de banhar a cidade, banha os povoados Santana, Paricativa e Calhau. Profundidade de 4 a 6 metros. Também sofre influência da maré.

Morro Balandro, no lugar do mesmo nome, a leste da sede municipal, com 300 metros de altura, aproximadamente. Morro do Rio Caixão, no lugar Monte Alegre, com 200 metros de altura.

Lagoa Jacarerana, no lugar do mesmo nome.

(Autor do histórico — A.E. José Ribamar Pinheiro Duailibe; Redação final — Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística no Maranhão.)

BREJO — MA

Mapa Municipal no 7.° Vol.

HISTÓRICO — Em 1684 os índios arapurus já viviam no atual município de Brejo e, em 1770, lhes foram cedidas, pelo governador da província, "três léguas de terras em quadro, fazendo pião no templo da mesma povoação, correndo os seus lados norte e sul, leste e oeste, e compreendendo-se no ato de sua demarcação tudo o que se achar dentro das ditas 3 léguas" (Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, por Cezar Marques — 1870).

Anapurus, segundo uma carta de 1686 do governador de Pernambuco, é uma corrutela de "Muypurás", índios das margens do rio Parnaíba. É o elemento etnológico mais antigo conhecido dos índios brasileiros, palavra que significa Fruta do Rio.

Os anapurus dividiam-se em meri e assu. Em 1709 mataram o povoador português Manoel da Silva e, no mesmo ano, foram guerreados por ordem do governador do Maranhão, por serem considerados bárbaros tapuias. Em 1722 houve uma Ordem Régia com novas instruções para destruí-los. Em 1731 surgiu outra permissão oficial para Manoel da Silva Pereira fazer guerra aos anapurus.

Em 1729 Brejo era um sítio e, a 11 de julho dêsse ano, foi doado a Francisco de Vasconcelos, sem dúvida o seu primeiro povoador — o legendário bandeirante daquelas brenhas.

Em 1767 o governador Melo e Póvoas visitou Brejo, dizendo: "O logar de N. S.ª da Conceição do Brejo dos Anapurus o achei mui pouco adiantado e por isso lhe puz novo diretor. São estes indios excelentes soldados e a maior parte deles andaram em toda a guerra na capitania do Piaui. As terras produzem bem todos os efeitos, porem não ha ali genero algum de comercio, e veremos o que faz o novo diretor, que parece capaz de dar algum adiantamento aquela povoação. Deixei-lhe uma olaria estabelecida de que necessitavam por não haver por todos aqueles arredores, e so com a dita olaria podera ter aquela povoação muito bom rendimento" (Cezar Marques, obra citada).

Por Provisão de 1799 o bispo Dom Joaquim Ferreira de Carvalho mandou que a Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Brejo servisse de Matriz à paróquia de São Bernardo da Parnaíba, com a denominação de "Igreja e Freguesia de São Bernardo da Parnaíba", sob a jurisdição do padre de São Bernardo, por motivo de "ser a freguesia do Brejo muito pequena e muito pobre, por que se compunha tôda ou quase tôda de índios".

A principal povoadora do Brejo foi a portuguêsa Dona Euzébia Maria da Conceição e seus colonos, vindos de Portugal na côrte de D. João VI. Consta que a mesma se salvara de um naufrágio no rio São Francisco, não se sabendo, contudo, quando lá chegou. Sabe-se, entretanto, que, em 12 de janeiro de 1815, o seu feitor, Manoel de Souza, foi sepultado na Igreja-Matriz e, em 1818, mandava celebrar casamentos de seus fâmulos. Possuidora de grande fortuna, entre escravos e terras, fêz-se a principal mandona da zona entre os rios Parnaíba, Iguará, Itapecuru, até Barreirinhas. Foi bàrbaramente morta, com 21 facadas, quando da Balaiada, no dia 13 de maio de 1839, no

Prefeitura Municipal e Serviço de Endemias Rurais

Igreja de Santo Antônio, no morro de mesmo nome

lugar Gameleiras-PI, pelo balaio Antônio Bentevi que, com mais de nove companheiros, depois de deceparem-lhe a mão direita, trouxeram-na em troféu pelas ruas da vila, além de roubarem suas jóias e Rs. 1 200$000 em moedas e ouro. Consta que foi descoberta no seu esconderijo por um negro, seu escravo, que conhecia o local do forno onde ela se protegia.

Na guerra da Balaiada, Brejo sofreu grandes prejuizos econômicos e sociais e foi palco de cenas trágicas e horripilantes, como a do esquartejamento de D. Euzébia Maria da Conceição, poderosa escravocrata.

Em 1820 Brejo passou à categoria de freguesia. Ainda em 1820, por Provisão Régia de 29 de janeiro, foi elevada à categoria de vila e criado o seu município com fixação de limites.

Foram os padres que fizeram da Freguesia do Brejo "uma importante povoação".

Durante a luta pela independência, em 1823, Brejo foi teatro de decisivas operações, com a maioria de seus elementos conservadores e o prestígio do elemento português nesta vila. Quando as tropas do Piauí vinham em auxílio do Maranhão, ao chegarem em um pôrto fluvial foram divididas, indo uma parte para São Bernardo e outra para esta vila e, por causa dessa divisão, surgiu o nome de "Repartição", onde realmente as fôrças legais se dividiram. Destaca-se o fato de aqui haver sido prêso, em março daquele ano, o bravo Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco, pelo capitão José Antônio Corrêa, comandante do Pôrto Militar de Repartição.

Em 1838 era Prefeito o capitão Severino Alves de Carvalho, que com o comandante da guarnição local, major Pedro Paulo de Moraes Rêgo, o padre Jesuíno Antônio de Souza Ribeiro, o juiz Dr. Francisco Baltasar da Silveira e grande parte da população, deixaram a vila em abandono, motivo de os balaios praticarem, com mais facilidade, tôda sorte de tropelias, assassinatos, etc. Em março dêsse ano houve um ligeiro encontro entre legalistas e revoltosos, do qual saíram "dois mortos e dez feridos" — dos legalistas.

Depois de o coronel Luís Alves de Lima mandar as tropas do Piauí ocuparem o Pôrto de Repartição, em maio de 1840, Brejo mobilizou 300 homens, sob o comando do tenente Conrado Moreira de Figueiredo, para atacarem e perseguirem as tropas de Raimundo Gomes até os sertões do Piauí, o que fizeram com bravura.

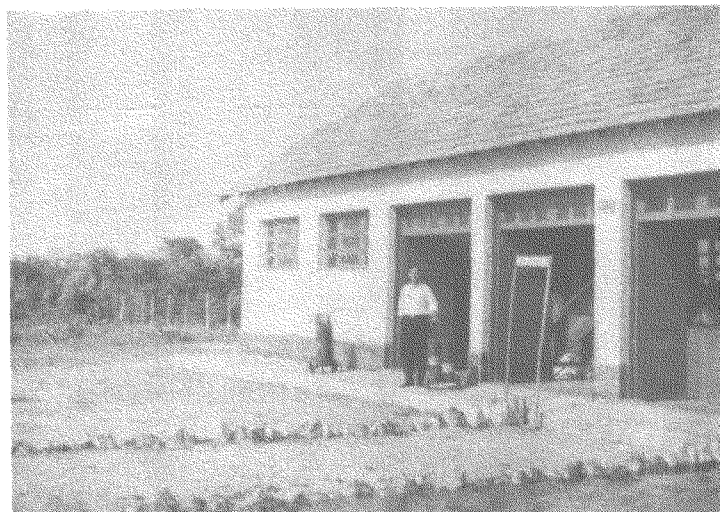
Na Mata do Brigadeiro, de onde partiram para defender Brejo, as tropas do capitão Pedro Alexandrino foram dizimadas pelos balaios.

Conta o visconde de Araguaia que o prêto Cosme vivia "Aquilombado" nas cabeceiras do rio Prêto, comarca de Brejo, na fazenda Lagoa Amarela, tinha piquête avançado e mandava partidas roubar e insurrecionar as fazendas circunvizinhas".

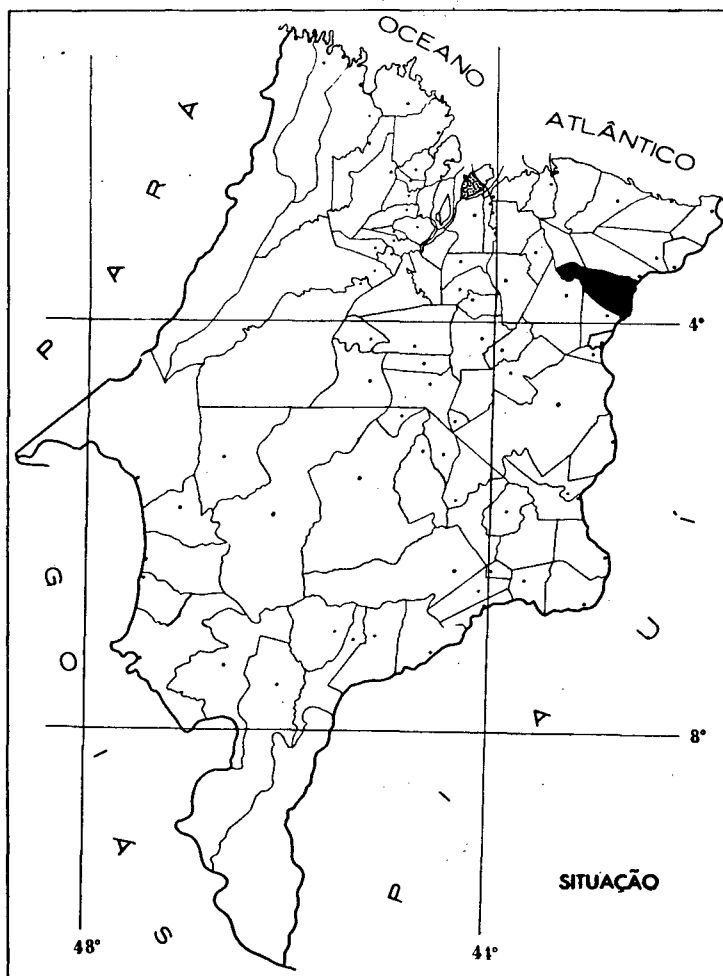
Segundo historiadores, Brejo foi o último reduto dos balaios, os quais saíram vencidos em dezembro de 1840, talvez para apagar a mancha por haver sido "aquêle local onde a revolução tomou impulso maior, depois de os balaios haverem feito junção de tôdas as suas fôrças na vila de Brejo, puseram-se, finalmente, em marcha os rebeldes, a 7 de março, com direção a Caxias". (Astolfo Serra — "A Balaiada").

Em 1841 foi desmembrada a Freguesia do Brejo da de São Bernardo. Em 1846 Brejo tinha 2 distritos com Juízes de Paz e um destacamento de primeira linha.

Em 1870 Brejo pertencia ao 2.º distrito eleitoral da Província, com 22 eleitores na sede da comarca. Tinha os Batalhões n.º 32 e n.º 33, da ativa, e o Batalhão n.º 2, da reserva. Possuía uma Delegacia de Instrução Pública, 2 cadeiras de primeiras letras, sendo uma do sexo feminino, e um distrito de Paz. Nessa ocasião era habitado por 8 000 pessoas, sendo livres quase 5 000.

Pela Lei provincial n.º 158, de 20 de outubro de 1843, foi a comarca de Brejo dividida em dois têrmos: Brejo e Tutóia.

Aeroporto Municipal

A vila foi elevada à categoria de cidade pela Lei provincial n.º 899, de 11 de julho de 1870. É o atual Prefeito do Município o Sr. Omar de Caldas Furtado.

LOCALIZAÇÃO — Latitude Sul: 3° 41' — Longitude W. Gr.: 42° 39' 21" — Altitude: 50 metros. O município faz parte da Zona do Baixo Parnaíba. Posição relativamente à Capital, rumo — E.S.E.: 208 quilômetros (em linha reta).

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é ameno e saudável, variando conforme a estação do ano. Média das máximas — 35°C; das mínimas — 20°C, e mais freqüente — 29°C.

ÁREA — Possui 2 400 quilômetros quadrados, sendo o 42.º do Estado em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — No Recenseamento de 1950 são encontrados os seguintes elementos: Total — 20 414, correspondendo a 8,50 habitantes por quilômetro quadrado, sendo homens — 10 917 e mulheres — 10 217. Mais de 75% da população acha-se concentrada na zona rural.

Escola Rural

Como acontece no total do Estado, o maior contingente de pessoas, segundo a côr, é o de pardos, com mais de 65% (13 321 pessoas); a seguir vem o de brancos, com 4 490; o de pretos, com 2 479 e, finalmente, o de amarelos, com apenas 1 mulher, sendo que para 123 pessoas nada foi consignado nesse quesito do questionário do censo demográfico do Recenseamento de 1950.

Quanto à religião, 99% (10 154 homens e 10 173 mulheres) são católicos e apenas 33 pessoas (homens — 14 e mulheres — 19) são protestantes, 1 mulher é maometana, 2 homens não têm religião e 51 (27 homens e 24 mulheres) não declararam a que religião pertenciam.

Segundo cálculos do D.E.E., a população de Brejo, em 1.º-VII-1956, era estimada em 23 418 habitantes.

Aglomerações urbanas — Cidade de Brejo, com 2 551 habitantes, e o distrito de Estrêla dos Anapurus, com 215, segundo o Recenseamento de 1950, dos quais, na primeira, 1 167 homens e 1 384 mulheres e, no segundo, 117 pessoas do sexo masculino e 98 do sexo feminino.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Extração de amêndoas de babaçu e produção agropecuária são as principais.

A colheita do babaçu é feita nas propriedades agrícolas — particulares —, as quais são diversas na região, pelos respectivos agregados, com a condição de o produto ser vendido ao proprietário que estipula o preço, havendo, com raridade, parceria. Acontece que os próprios membros da família, em casos excepcionais, fazem-na em maior parte. O produto é transportado em caminhões, carros de boi ou mesmo em lombo de animais, sendo exportado, grandemente, para Parnaíba-PI. A colheita se desenvolve no decorrer do segundo semestre de cada ano.

A produção agrícola, em 1955, foi a que se segue:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO Cr$
Arroz em casca	Saco de 60 kg	10 000	800 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	3 800	570 000
Manga	Cento	140 000	1 400 000
Mandioca brava	Tonelada	3 700	259 000
Laranja	Cento	24 000	240 000
Banana	Cacho	21 000	210 000

Na indústria de transformação, que ocupa menor destaque no total da produção industrial, apresenta a indústria de produtos alimentares maior valor de produção, com 367 fornos de farinha de mandioca, 45 fábricas de rapadura e 7 motores de pilar arroz. Em 1955, segundo dados do D.E.E., obteve a produção industrial o resultado abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO Cr$
Farinha de mandioca	kg	658 200	1 316 400
Arroz pilado	»	183 000	732 000
Cêra de carnaúba	»	14 544	581 760
Rapadura	»	92 800	371 200
Tapioca	»	65 820	197 460

A pecuária tem certa importância na vida do município, havendo exportação de gado, embora em quantidade

Pôsto de Saúde Dr. Silva Martins

reduzida, para os municípios maranhenses vizinhos e Parnaíba, no Piauí. Segundo calcula o D.E.E., a população pecuária em dezembro de 1956 era estimada em 13 500 bovinos; 23 200 suínos; 2 350 ovinos; 4 900 caprinos; 1 800 eqüinos; 870 asininos, e 850 muares.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município conta com moderno prédio para estação de passageiros do campo de pouso, construído no planalto do "Zé Gomes", edificação que obedeceu a todos os requisitos indispensáveis à sua finalidade, baseada na planta fornecida pela Aeronáutica. É servido por linhas regulares de navegação aérea.

Comunica-se com os seguintes municípios: Santa Quitéria do Maranhão — rodoviário, 42 quliômetros; Buriti — rodoviário, 44 quilômetros; Urbano Santos — aéreo, 124 quilômetros ou rodoviário, 103 quilômetros; Pôsto-PI, 33 quilômetros a cavalo e Matias Olímpio-PI, 30 quilômetros, a cavalo.

COMÉRCIO — Existem 33 estabelecimentos comerciais na sede — sendo apenas 1 atacadista e 32 varejistas.

Suas maiores transações são feitas com Parnaíba-PI através do lugar denominado Repartição, no rio Parnaíba, Fortaleza-CE, Recife-PE, Rio de Janeiro e São Paulo-SP.

Tecidos em geral, calçados, bebidas, conservas, ferragens, queerosene, sabão, produtos farmacêuticos, café, açúcar, são os artigos mais importados.

ASPECTOS URBANOS — O município acha-se provido de 144 ligações elétricas na sede. A energia elétrica produzida durante o ano de 1956 totalizou 219 600 Wh: ... 126 000, para iluminação pública e 93 600 para fins particulares. A pavimentação da cidade é feita com pedras irregulares (0,83%) — isto é, apenas a Praça Benedito Leite é circundada por êsse tipo de calçamento.

Possui 1 socorro farmacêutico e 2 farmácias.

Em suas atividades profissionais encontram-se: três advogados, 1 dentista e 2 farmacêuticos.

O Legislativo Municipal compõe-se de 9 vereadores.

Uma Cooperativa Mista Agropecuária facilita empréstimos a juros módicos. Tem pouca utilidade pelo reduzido número de associados (98, em 31-XII-1956) e, conseqüentemente, pequeno capital subscrito: .... Cr$ 125 000,00. Em 1956 concedeu apenas 9 empréstimos, no montante de Cr$ 53 000,00.

Existe uma Agência Postal-telegráfico-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Pôsto de Higiene "Dr. Silva Martins", com a especialidade preventiva — profilaxia de imunizações.

Referido Pôsto acha-se instalado em novo prédio e já adquirido o equipamento completo de sala de operações, porém ainda não entrou em funcionamento. Desde julho de 1956 encontra-se o mesmo sem médico, motivo por que suas atividades estão paralisadas. Brejo é sede do 11.º Distrito Sanitário, que compreende mais os municípios de Buriti, Chapadinha, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Prêto e Urbano Santos.

Como associação de caridade possui a Sociedade de São Vicente de Paula, que contava, em 31-12-1956, com 73 sócios. É a mesma subvencionada pelo Govêrno Federal e distribui auxílios e benefícios não só entre associados como a desvalidos, necessitados, pobres ou indigentes, em caráter gratuito.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 encontrou 2 457 pessoas (1 325 homens e 1 132 mulheres) com 5 anos e mais que sabiam ler e escrever, o que representa 14% da população com essa idade.

Ensino — Os filhos dos brejenses instruem-se em 35 escolas, sendo 24 de ensino Fundamental Supletivo e 3 de ensino Complementar.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Apesar de o único estabelecimento de diversões existente ser o "Cine-Teatro Pax", êste apenas funcionou no ano de 1956 com um só espetáculo cinematográfico, e uma assistência de 40 pessoas.

Há, com finalidade artística, o "Centro Artístico e Operário Brejense" — mantenedor da Escola "Operária Noturna" — com 130 associados. Duas foram as conferências realizadas no ano de 1956.

Dentre numerosos filhos ilustres dêste município, sobressai o nome de *Cândido Mendes de Almeida,* nascido em Brejo dos Anapurus, então freguesia de São Bernardo, a 14-10-1818 e falecido no Rio de Janeiro a 1.º-3-1881.

Praça Luís Domingues.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda. Foi jurisconsulto, geógrafo, historiógrafo, publicista e jornalista. Além de senador do Império e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, era presidente, no Brasil, da secção da Sociedade de Geografia de Lisboa e das Sociedades de Geografia de Londres e Paris. Era oficial da Ordem da Rosa, comendador da Ordem da Conceição de Portugal e da Cruz de São Gregório Magno, conferida pelo Sumo Pontífice.

Inúmeras foram as obras deixadas por Cândido Mendes.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O município é bem servido por rios, riachos e lagoas. Entre os primeiros se destacam: Parnaíba, Prêto, das Guaribas, Água Branca, Mucambo, Buriti e outros. Existem mais de 25 riachos. As lagoas: Curvinas, São Francisco, Surrão,

Trecho da Rua Gonçalves Dias

Funil, José Nunes, Bandeira, Escalvado, Carnaúba Torta, Inhaúma, Pouca Vergonha, Sussuapara e outras. As águas do rio Parnaíba influem bastante nas costas do município.

Acidentes geográficos importantes:

Lagoa de Sant'Ana — na sede municipal, medindo calculadamente 100 metros de comprimento — largura máxima de 40 metros e mínima — 5. Sua profundidade máxima pelo inverno é de quatro metros. Recebe águas dos alagadiços do povoado Buriti Grande e, cortando o centro desta cidade, sangra para a lagoa da Fartura. A origem do seu nome provém da antiga Rua de Sant'Ana, atualmente Gonçalves Dias, que é cortada pela mesma.

Morro de São João — situado a leste da cidade, sendo parte suburbana da mesma. Tem aproximadamente 30 metros de altura, cujo planalto mede 15 000 metros quadrados. O seu nome é originário do orago de uma igreja que ali já existiu.

Morro de Santo Antônio — também situado na parte suburbana da cidade, a oeste, com mais ou menos 25 metros de altura. O seu planalto não vai além de 60 000 metros quadrados. Sua denominação vem da igrèja de mesmo nome que se acha edificada no planalto daquele morro.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	131	737	162	—	573
1951	225	856	130	79	423
1952	238	803	139	99	143
1953	334	1 120	170	104	1 052
1954	326	1 241	197	110	711
1955	255	1 171	267	23	772
1956 (1)	340	1 389	1 101	266	1 101

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município é sede de comarca de 1.ª Entrância, com um têrmo que é o município de Santa Quitéria do Maranhão e os distritos de Estrêla, Angical, Herculanópolis e Pedrinhas. A comarca é formada por 1 Juiz de Direito, 3 Juízes Suplentes, 1 Promotor Público, 1 Tabellão e Escrivão do Registro Civil, 2 Oficiais de Justiça; o têrmo, por 3 suplentes de Juiz, 1 adjunto de Promotor, 1 Escrivão e 1 Oficial de Justiça.

O município é sede da paróquia "Nossa Senhora da Conceição do Brejo".

São as seguintes as festividades religiosas levadas a efeito: Nossa Senhora da Conceição — padroeira da cidade, e Santo Antônio na sede; Bom Jesus dos Navegantes, Nossa Senhora dos Milagres, São Francisco e São Bernardo, nos povoados Herculanópolis, Milagres, Angical e na Vila Estrêla, respectivamente, constando de missas, bênçãos, novenas, procissões e festas de largo.

Lago perene no centro da cidade

Como parte integrante das festas de largo, há sempre barracas, leilões, bingos, roletas, parque de diversões — canoinha, carrossel, roda-gigante, etc., bem como orquestra e amplificadora, assim contribuindo para o maior entusiasmo e alegria das festas.

São realizados, anualmente, festejos populares como "reisados", "tambor de crioulo" e "bumba-meu-boi", quando são cantadas as quadrinhas abaixo:

REISADOS — de 5 a 6 de janeiro

I

Ôi de casa ôi de fora
Mãe Jeroma quem taí
Ô Mãe Jeroma quem taí

II

É o cravo mais a rosa
As portas mandais abri
Ô as portas mandais abri

III

Anos bons festas e reis
Só peço quem pode dá
O coração generoso
A quem não pode faltá

IV

Os três reis lá do oriente
Foram ontem pra Belém
Foram pedir os Santos Reis
Para nós pedir também

V

Deus lhe pague os Santos Reis
Dado de bom coração
Neste mundo tem um prêmio
E no outro a salvação

VI

Viva a alegria
Viva o prazer
Viva o Rei de pérola
Viva o nosso Rei

Vista de uma residência particular

BUMBA-MEU-BOI — de junho a setembro

I

Eu vim tirá licença
Que meu amo mandô
Êle ficou na portêra
Com o meu boi briancadô

II

Senhô meu amo
A licença tá tirada
O dono da casa disse
Que é prá nós tomá chegada

III

Arêa arêa lá do fundão
Quem quizé comprá eu vendo
Arêa com minha mão

V

Eu mandei comprá balança
Pra meu boi balanceá
Os óio do meu boi
Faz as meninas chorá

IV

Gererê fogo de roda
Gererê fogo do á
Quem quizé tomá meu boi
Se arraste de lá pra cá

VI

Adeus dona
Quem você mandou chamá
Eu num canto no sereno
Que o sereno me faz má

VII

Nesta rua anda um boi
Todo pintado de prata
Os povo dêste boi
São querido das mulata.

Com referência ao "tambor de crioulo", não existem, pròpriamente, cantigas, e, sim, danças. A data principal para a sua apresentação é 13 de maio, muito embora seja exibido em outras noites de verão.

Afora êsses festejos a população, na falta de chuvas, faz preces, em estilo de procissão, levando velas acesas e entoando hinos religiosos, não só nos povoados e lugarejos mas também dentro da sede municipal.

Em 1956 estavam registrados na Prefeitura 2 jipes, 80 bicicletas; 6 caminhões comuns (3 emplacados em Chapadinha); e 195 carros de boi.

São concedidos auxílios e benefícios, consistindo em dinheiro ou remédios aos necessitados, pela "Sociedade de São Vicente de Paula".

(Autor do histórico — Raimundo Rodrigues dos Santos; Redação final — Maria Emília Tupinambá Valente e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Departamento de Terras, Geografia e Colonização, documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão.)

BURITI — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HOISTÓRICO — Em tempos remotos, estabeleceu-se, à margem do riacho Tubi, que fica localizado em um vale entre morros, uma senhora de nome Ignácia Vaz, a qual fundou um engenho de cana para a fabricação de açúcar mascavo, rapadura e aguardente, em local onde hoje é o atual município de Buriti. Com a facilidade da obtenção de água no riacho e a fertilidade das terras adjacentes, o engenho prosperou e desenvolveu-se o lugar, dando margem à vinda de diversas famílias, formando, assim, uma povoação. D. Ignácia Vaz, satisfeita com o progresso da propriedade, resolveu eleger padroeira de suas terras Nossa Senhora de Sant'Ana do Buriti.

A povoação passou a ser chamada Buriti de Ignácia Vaz após o falecimento de sua fundadora, o que foi con-

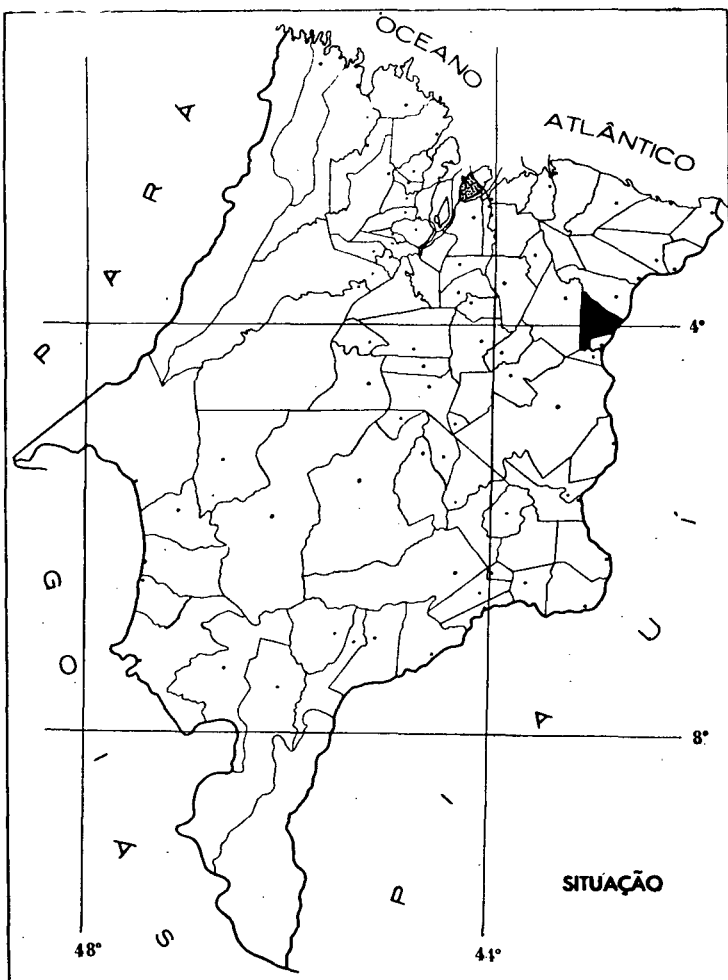
firmado por decreto de 1933, passando novamente a Buriti na Divisão Territorial de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Sabe-se que, antes de sua morte, havia doado a Nossa Senhora de Sant'Ana um pedaço de terras, cuja escritura, segundo dizem, encontra-se no Estado do Pará.

Foi elevado à categoria de vila em 1863, por mercê da côrte imperial, e à de cidade por Lei estadual n.º 159, de 6 de dezembro de 1938. Sua existência data de 1928.

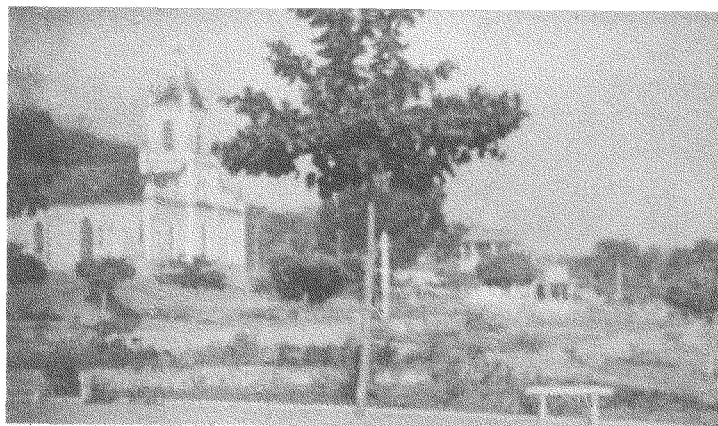
A Câmara de Vereadores é composta de 9 edis. Ocupa o cargo de Prefeito por eleição o Sr. Oswaldo Freire de Faria.

LOCALIZAÇÃO — Situa-se na Zona Fisiográfica do Baixo Parnaíba com as seguintes coordenadas geográficas na sede municipal: Latitude Sul — 3° 58'. Longitude W. Gr. — 42° 57' 45".

Limita com os municípios de Chapadinha, Brejo, Coelho Neto, Duque Bacelar e o Estado do Piauí. Dista de São Luís 212 quilômetros em linha reta, rumo S.S.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal é de 60 metros.

CLIMA — Clima salubre, sendo a temperatura de 36°C (média das máximas) e 32°C (média das mínimas). As chuvas são abundantes em março e abril ocasionando, em alguns anos, inundação do rio Parnaíba. O inverno começa em janeiro e termina em junho, enquanto que o verão vai de julho a dezembro.

ÁREA — É o 56.º município em grandeza territorial, dentre as demais comunas do Estado, de vez que possui área de 1 625 quilômetros quadrados.

Vista parcial da Praça Felinto Faria

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: o rio Parnaíba, que fica a leste de Buriti, com uma extensão de 48 quilômetros dentro do município. É navegável. Sua profundidade é de 6 a 10 metros no inverno e de 3 a 5 no verão; o rio Prêto, que nasce no lugar Baixão, não sendo navegável. As principais lagoas são: Grande, Murici, Tapera, Touceira, São Raimundo e Mata Fome. Os morros existentes são: da Igreja, do Tubi e da Bandeira, com 60, 50 e 45 metros de altura, respectivamente.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais do município consistem em babaçu e cêra de carnaúba, cuja produção, em 1956, foi de 686 500 quilogramas — ...... Cr$ 6 865 000,00, e 6 680 quilogramas — Cr$ 267 200,00, respectivamente. Existe no município, no lugar Brejinho, uma fonte de água magnesiana, ainda inexplorada. A madeira é pouco explorada e a pesca é praticada sòmente para sustento da própria população, tanto que o resultado obtido em 1956 foi apenas de 13,5 toneladas no valor de 189 mil cruzeiros.

POPULAÇÃO — Foram recenseados 16 150 habitantes em Buriti em 1950, dos quais, 8 245 homens e 7 905 mulheres. Dêsse total, são 10 584 brancos; 5 468 pretos e 47 pardos. Das pessoas de 15 anos e mais, 3 291 eram solteiras; 4 824, casadas; 1 desquitada ou divorciada e 668 viúvas. Os brasileiros natos existentes no município eram em número de 16 149, enquanto que apenas 1 estrangeiro foi registrado. Predominaram, em religião, os católicos romanos, pois que sòmente 10 pessoas não professavam êsse credo. Os 91% da população localizavam-se no quadro rural. O equilíbrio entre o total de homens e o de mulhe-

Grupo Escolar Antônio Faria

Vista parcial da Praça da República

res é, também, observado na população rural (7 587 homens e 7 239 mulheres). Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 1956 era de 18 527, o que dá a densidade demográfica de 12 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Possui uma única aglomeração urbana, que é a sede, com 1 325 habitantes, sendo 659 homens e 666 mulheres, de acôrdo com os dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A lavoura é pouco desenvolvida e as culturas de arroz, milho, fumo, cana-de-açúcar e mandioca são as principais. Sua exportação é tôda feita por intermédio de Parnaíba-PI, com que desenvolve relações mercantes. Possui, também, regular criação, pois é dotada de excelentes pastagens.

A indústria é representada por piladores de arroz, fabricação de farinha e aguardente de mandioca, além da extração da cêra de carnaúba.

Os resultados conseguidos pela produção agrícola e industrial em 1955 são: *Produção agrícola*: arroz com casca — 7 500 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 600 000,00; mandioca — 3 500 toneladas — Cr$ 700 000,00; fumo — 19 500 quilogramas — Cr$ 260 000,00 e cana-de-açúcar — 2 000 toneladas — Cr$ 200 000,00. *Produção industrial*: arroz pilado — 190 800 quilogramas — Cr$ 876 000,00; farinha de mandioca — 201 950 quilogramas — .... Cr$ 485 950,00 e aguardente de cana — 16 900 litros — Cr$ 136 100,00.

Para o município, a fruticultura representa algo na sua economia, pois, em 1955, produziu 60 000 cachos de banana — Cr$ 720 000,00; 8 000 côcos-da-baía — .... Cr$ 32 000,00; 16 000 centos de laranja — Cr$ 320 000,00; 59 000 centos de manga — Cr$ 708 000,00; 6 000 centos de tangerina — Cr$ 90 000,00.

Vista parcial da Rua Coronel Felinto Pessoa

O efetivo da população pecuária em 1956, segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, era de 35 230 cabeças, assim distribuídas: 6 300 bovinos, 19 000 suínos, 1 700 ovinos, 6 500 caprinos, 860 eqüinos, 450 asininos e 420 muares.

COMÉRCIO — Existem, na sede municipal, 23 estabelecimentos comerciais varejistas. Suas transações são feitas quase que exclusivamente com Parnaíba-PI, e, em menor escala, com Sobral e Fortaleza-CE e São Luís-MA, de onde importa tecidos, ferragens, açúcar, café, derivados de petróleo, produtos farmacêuticos, calçados, bebidas, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Nos limites do município com o Estado do Piauí, existe importante pôrto (no rio Parnaíba) denominado Mucambinho, no povoado de mesmo nome, o qual representa papel importante no escoamento dos produtos dêste, e de outros municípios, servindo, outrossim, de ponto de passagem para caminhões de transportes e cargas, com destino ao Piauí, Ceará e outros Estados nordestinos. Buriti comunica-se com os seguintes municípios vizinhos: Brejo — rodovia, 44 quilômetros; Chapadinha — rodovia, 60 quilômetros; Coelho Neto — rodovia, 56 quilômetros ou a cavalo, 54 quilômetros; Duque Bacelar — rodovia, 37 quilômetros ou a cavalo, 30 quilômetros; Miguel Alves-PI — rodovia, 60 quilômetros.

Vista parcial da Rua Coronel Lago

Dispõe de uma Agência Postal-telegráfica.

ASPECTOS URBANOS — A pavimentação da cidade de Buriti é feita de pedras quebradas revestidas de cimento; 3 ruas são parcialmente dotadas dêsse melhoramento e apenas 1 logradouro é totalmente pavimentado.

Possui luz elétrica e 80 são as ligações particulares. A usina fornecedora de energia é de propriedade da Prefeitura.

São encontradas duas modestas pensões, as quais cobram a diária média de Cr$ 80,00.

Em 1956 foram registrados na Prefeitura Municipal 5 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população é assistida por 1 dentista (prático) e 2 farmacêuticos (licenciados). Contam-se, também, dois socorros farma-

cêuticos. Faz parte do 11.º Distrito Sanitário, cuja sede é Brejo.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais, o Recenseamento de 1950 registrou 13 533, sendo que 1 902 sabiam ler e escrever (1 226 homens e 676 mulheres), das quais, 573 na sede municipal.

Ensino — Os estabelecimentos de ensino primário encontrados no município em 1957 foram em número de 19, sendo 11 do Fundamental Comum, 7 do Fundamental Supletivo e 1 do Complementar. No mesmo ano matricularam-se 628 alunos de 7 a 11 anos, sendo 305 na sede e 323 na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona no município um teatro (amador), porém de maneira irregular.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	122	748	333	120	278
1951.......	187	1 120	386	137	411
1952.......	232	873	543	244	548
1953.......	296	1 172	821	188	832
1954.......	313	1 304	662	172	713
1955.......	437	1 319	663	166	667
1956.......	456	1 588	1 013	198	708

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os folguedos populares que se realizam no município são: o carnaval, comemorado simplesmente por blocos que brincam pelas ruas e bailes. O bumba-meu-boi, já de tradicional conhecimento no Estado, é bem animado. No mês de julho realiza-se a festa da padroeira da cidade, Senhora Sant'Ana, a qual começa a 16 e termina no dia 25. Encerra-se com a tradicional procissão de Sant'Ana.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos da terra adotam o gentílico "buritienses".

É sede de comarca e têrmo de Buriti, com um Juiz de Direito; dois Suplentes de Juiz; um Promotor Público; dois Tabeliães do 1.º e 2.º Ofícios; duas Escrivãs Juramentadas e dois Oficiais de Justiça.

(Autor do histórico — Edson Costa Coimbra; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística Municipal; Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta e Arthur Dias de Paiva.)

BURITI BRAVO — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Buriti Bravo tem a sua origem numa gleba de terras que o tenente Joaquim dos Santos comprou ao padre Francisco da Rocha e herdeiros, em 1822. Foi demarcada a 20 de novembro dêsse mesmo ano, em presença do Dr. Ouvidor-Geral, Corregedor e Provedor Interino de Pastos Bons, cidadão Bernardo Malafaia Freire Teles de Almeida Mascarenhas; escrivão Antônio Joaquim de Almeida Carneiro; demarcante tenente Joaquim Antônio dos Santos; pilôto da demarcação João Batista Bacarias; ajudante de carta Jerônimo José de Paiva, além das testemunhas Raimundo Francisco de Souza e Manoel de Jesus do Nascimento, os quais confirmaram, debaixo de juramento, ser ali o lugar verdadeiro da mencionada gleba. De acôrdo com o estilo, fizeram os pregões, e não havendo nenhum embargo ou dúvida, foi colocado o primeiro marco nas testadas da data de Santo Antônio. Esta data, que era de propriedade do Dr. Vicente Ferreira Colasso, Zacarias Fernandes dos Reis e Joaquim Simones, ainda hoje existe. Teve, como primeiro nome, o de Nossa Senhora da Conceição, depois Bacuri da Laranjeira e, por último, Buriti Bravo, em virtude de haver, em estado nativo, grande número de palmeiras, conhecidas pelo nome de buritirana. Os primeiros povoadores, não conhecendo essa palavra, chamavam-na de buriti bravo, o que deu origem ao atual nome do município.

Vários anos decorreram sem que houvesse afluência de moradores para a região. Continuava, assim, quase que inteiramente inculta. Apenas uns casebres de palha existiam, onde os primitivos e ignorados habitantes residiam.

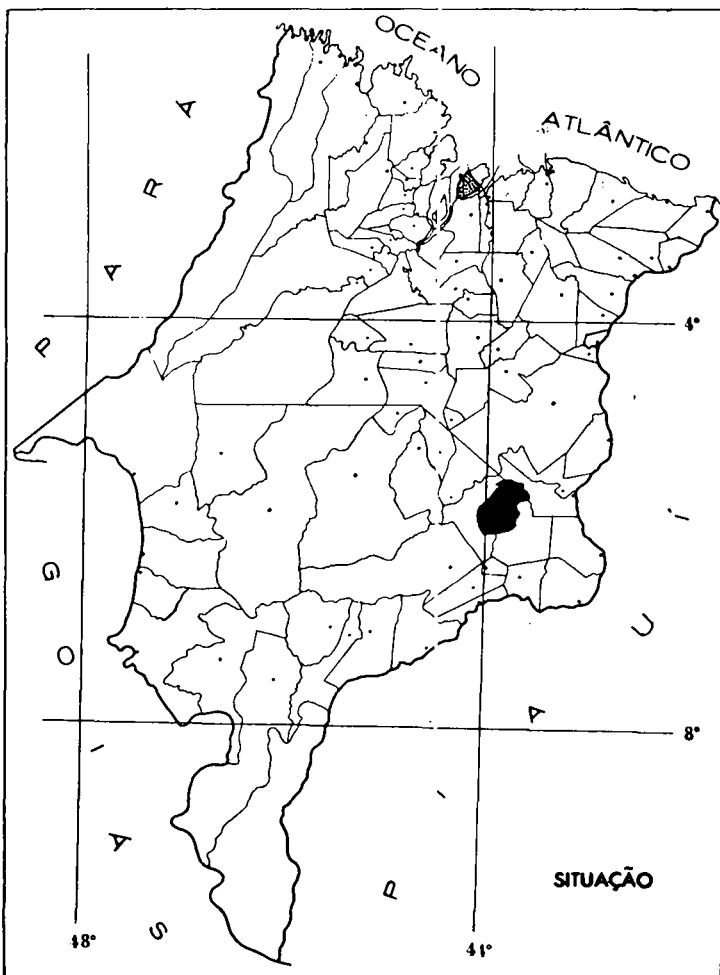
Em 1838, quando irrompeu a balaiada, surgiram, em destacamentos improvisados, para dar combate aos rebeldes, os quatro irmãos: João, Joaquim, Regino e Luís Francisco de Carvalho, que ficaram localizados em Passagem Franca, onde recebiam, do Comando-Geral, também sediado nesse município, ordens contra os revoltosos. Para parte dos territórios de Passagem Franca e o atual Buriti Bravo, foi designado, para dirigir as operações de combate, um dos quatro irmãos, João Francisco, cognominado "Comandante". Êste fixou-se nas terras de Bacabal, atualmente vila de Bacatuba, enquanto que Joaquim e Regino ficaram nas fazendas Lages e Aldeia, respectivamente.

Em 1841, quando findava a rebelião, os três irmãos Carvalho estavam inteiramente radicados ao meio. Procuraram se estabelecer de maneira definitiva com lavoura e criação de gado. Ajudados pelos escravos, as fazendas entraram em franco progresso, atraindo, assim, inúmeras famílias. Com a abolição da escravatura, entretanto, as fazendas começaram a declinar, isto por falta do braço cativo, tendo se iniciado, dêsse modo, o afluxo de moradores para o Centro do Triângulo, constituído pelas fazendas Bacabal, Lages e Aldeia.

A 22 de abril de 1931, foi baixado o Decreto-lei número 75, alterando o quadro dos municípios e criando,

Trecho da Avenida Getúlio Vargas

então, o de Buriti Bravo, que foi instalado com grandes festas populares, a 5 de julho do mesmo ano. Para seu primeiro Prefeito Municipal foi designado o coronel Raimundo Moreira Lima, pessoa bastante estimada na localidade. Ainda em 1931, por questões políticas, pelo Decreto-lei n.º 226, de 28 de dezembro, foi suprimido o município. Essa atitude do Interventor não fêz com que os buriti-bravenses ficassem desanimados. Tendo à frente o político de tino e animador do progresso de sua terra, coronel Raimundo Moreira Lima auxiliado por Joaquim Aires, Carvalho Guimarães e outros, prosseguiram na luta pelo restabelecimento do município suprimido, o que conseguiram, finalmente, com a volta do regime constitucional, depois de eleito para governador do Estado o Doutor Achiles Lisboa que, embora contrário à política do coronel Moreira Lima, realizou o desejo dos filhos da terra, pelo Decreto n.º 919, de 30 de dezembro de 1935. A 8 de novembro era instalado o município, indo para a frente da comuna o cidadão João Batista Ribeiro. É o atual Prefeito do município o Sr. Raimundo Wilson Costa.

LOCALIZAÇÃO — Pertence à Zona do Itapecuru. Latitude Sul: 5° 38' 42". Longitude W. Gr.: 43° 54' 52". Posição relativamente à capital, rumo: S.S.E.; distância em linha reta: 345 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 65 metros, na sede municipal.

LIMITES — São limites de Buriti Bravo os municípios de Passagem Franca, Parnarama e Colinas.

Trecho da Praça Coronel Raimundo Moreira Lima

CLIMA — Duas estações há no município: inverno, que inicia, geralmente, em novembro ou dezembro, indo até aos últimos dias de abril, e, às vêzes, até maio, época em que ocorrem as trovoadas. Verão, de princípios de maio a novembro. O clima é variável podendo-se observar 3 períodos distintos: janeiro a maio, temperado ou misto; junho a agôsto, fresco e agradável e setembro a dezembro, quente.

ÁREA — É de 1 637,50 quilômetros quadrados, sendo o 55.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Registrou o Recenseamento de 1950, em Buriti Bravo, 11 284 habitantes, sendo 5 610 homens e 5 674 mulheres, o que equivalia a 6,3 habitantes por quilômetro quadrado. Localizam-se, na zona rural, 84% da população.

A grande maioria era de pardos, com 6 513 pessoas — 3 175 homens e 3 338 mulheres. Os brancos eram em número de 2 807 — 1 437 homens e 1 370 mulheres — e os pretos totalizavam 1 958 — 994 homens e 964 mulheres —, sendo que 6 pessoas não fizeram declaração de côr.

Dos 11 284 habitantes recenseados em 1950, apenas 126 — 59 homens e 67 mulheres — não eram católicos romanos, estando distribuídos pelos seguintes credos: protestantes — 4 homens e 5 mulheres e espíritas — 47 homens e 56 mulheres. Sem declaração de religião 5 homens e 5 mulheres e que não professavam religião alguma — 3 homens e 1 mulher.

Quanto ao estado conjugal das pessoas de 15 anos e mais, em número de 6 107 — 3 024 homens e 3 083 mulheres —, mais de 50% eram casados, isto é, 3 613 — 1 745 homens e 1 868 mulheres —, havendo: solteiros, 2 098 pessoas — 1 177 homéns e 921 mulheres — viúvos, 382 — 97 homens e 285 mulheres — e desquitados ou divorciados, 2 homens e 1 mulher, sendo que no total estão incluídas 11 pessoas sem declaração de estado conjugal.

Para 1956 foi, pelo Departamento Estadual de Estatística, calculada a população em 13 463 almas, o que dá a densidade demográfica de 8,2 hab./km².

Aglomerações urbanas — Além da sede, com 1 611 pessoas, sendo 798 homens e 813 mulheres, há, ainda, a de Bacatuba com 177, sendo 92 homens e 85 mulheres.

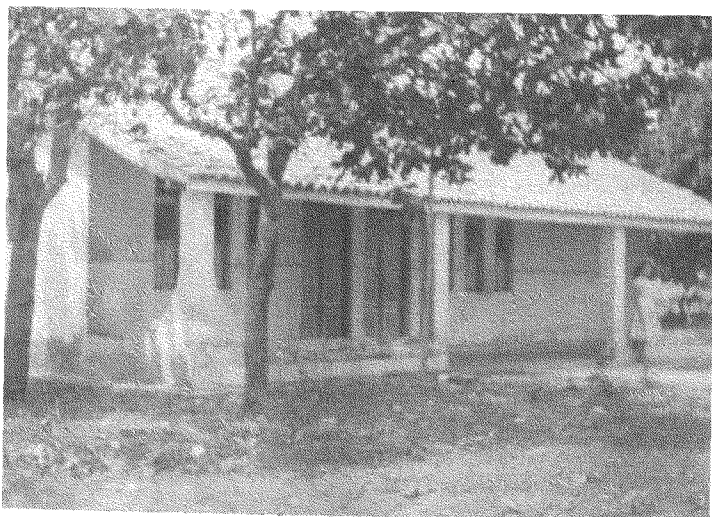
ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constitui grande fonte econômica do município a produção extrativa, tendo por base o babaçu, que alcançou, em 1956, 191 280 quilogramas, no valor total de Cr$ 1 912 800,00. Ainda como elemento de vulto econômico aparecem, embora em menor escala: cal de pedra, tijolos, ladrilhos, telhas, fibras de malva, madeiras em geral e peles silvestres, destacando-se, dentre estas, a de gato maracajá, de grande valor, pelo seu alto custo.

A pecuária é pouco expressiva. Entretanto, há esperanças, para o futuro, em virtude do grande interêsse que vem despertando a criação de gado, tanto que proprietários de fazendas vêm empregando grandes esforços no sentido de aumentar e melhorar a produção. Pequena é a quantidade do gado para corte que sai do município para Caxias e Timon, no Maranhão, e Teresina-PI., e, a título de experiência, têm sido enviados, para a capital do Estado, alguns rebanhos. A população pecuária, em 1956, era calculada em 8 000 bovinos, 12 000 suínos, 200 ovinos, 8 500 caprinos, 1 000 eqüinos, 800 asininos e 300 muares.

Quanto à agricultura sobressaem o plantio de arroz e a exportação do algodão, vindo, depois, a cultura do feijão, mandioca, milho, fava e outros. Em 1955 sua produção agrícola foi a seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Algodão	Arrôba	20 000	1 200 000,00
Arroz em casca	Saco de 60 kg	13 500	1 628 000,00
Milho	» » »	6 000	300 000,00
Feijão	» » »	3 700	888 000,00
Mandioca	Tonelada	1 400	280 000,00
Fava	Saco de 60 kg	450	90 000,00
Laranja	Cento	1 350	27 000,00

A produção industrial, que é praticada por meio de máquinas de descaroçar algodão, motores de pilar arroz, alambiques para fabricação de aguardente de cana e outros menos importantes, atingiu, em 1955, os seguintes totais:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR Cr$
Algodão em pluma	kg	178 163	995 263
Arroz pilado	»	94 700	473 500
Rapadura	»	75 980	312 000
Aguardente de cana	Litro	38 000	234 000
Tijolos, telhas, etc.	Milheiro	399	135 325

Pôsto de Puericultura

Vista parcial da Praça Coronel Raimundo Moreira Lima, vendo-se ao fundo a Igreja-Matriz

MEIOS DE TRANSPORTE — Buriti Bravo liga-se às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: *Colinas*: rodoviária, 58 quilômetros; *Parnarama*: rodoviária, 96 quilômetros; *Passagem Franca*: rodoviária, 46 quilômetros. Embora a grande distância do município, ainda pode ser utilizado o transporte ferroviário, por intermédio de Caxias, cidade distante de Buriti Bravo 140 quilômetros, por estrada de rodagem. São as seguintes as rodovias que servem o município: Caxias a Colinas; Buriti Bravo a Passagem Franca; Floriano a Carolina e a da sede ao Pôrto do Frio. Êste, que fica distante da cidade apenas 20 quilômetros, era de regular movimento, ficando quase que abandonado com o aparecimento dessas rodovias.

Há um projeto da nova administração municipal, o qual realizado, será de grande alcance econômico. É a nova estrada de rodagem, ligando Buriti Bravo a diversos centros de lavoura da margem esquerda do rio Itapecuru. Isto virá, de certo modo, facilitar o trânsito de caminhões, e trazer possibilidades para outras realizações.

COMÉRCIO — É bastante desenvolvido o comércio local, onde são encontrados 30 estabelecimentos, sendo 8 atacadistas, 20 varejistas e 2 industriais, os quais mantêm transações com São João dos Patos-MA, Floriano-PI — êstes os principais compradores dos produtos agrícolas —, Recife-PE, Fortaleza-CE e Teresina-PI. Os artigos importados são: tecidos e seus artefatos, ferragens e cutelarias, louças e vidros, bebidas alcoólicas e fermentadas, miudezas e artigos de armarinho, papéis e seus derivados, pólvora, derivados de petróleo, cimento, produtos farmacêuticos, etc.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Buriti Bravo é iluminada a luz elétrica, sendo a energia produzida por uma máquina pequena "Caterpillar", que distribui corrente elétrica de 220 volts, para iluminação pública e particular. Na luz pública, são utilizados 88 focos, com uma média de 60 velas para cada um dêles, enquanto que, na particular, é de 13 325 velas. São em número de 79 as ligações elétricas. A sede municipal apresenta apenas uma rua parcialmente pavimentada, com pedras irregulares. Possui o município 1 Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Os buriti-bravenses contam com apenas duas pensões, as quais cobram a diária média de Cr$ 70,00.

Prédio onde funciona a Agência Municipal de Estatística

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Buriti Bravo é têrmo da comarca de Passagem Franca, desde 1954. Antes dessa data, era subordinado à de Colinas. Três Suplentes de Juiz, 1 Adjunto de Promotor Público, 1 Oficial de Justiça, 2 Cartórios do 1.º e 2.º Ofícios, constituem o Poder Judiciário.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta a sede do município com apenas 2 socorros farmacêuticos, não existindo, porém, nenhum médico na localidade. Em 1950 foi fundada a Associação Hospitalar "Anica Guimarães", instituição particular, que está construindo um hospital, com dependências para: maternidade, pôsto médico, gabinete dentário, laboratório de pesquisas, clínica para crianças, raios X, enfermarias para homens e mulheres, apartamentos, isolamento, secções de geradores elétricos, etc. A Associação Hospitalar "Anica Guimarães" tem por finalidade prestar auxílio às classes menos favorecidas. Tanto que, com a ajuda do Govêrno Federal, a instituição construiu um pequeno dispensário, onde vem sendo distribuído leite em pó às crianças pobres e alguns remédios. Faz parte, juntamente com Colinas (onde é a sede), Mirador, Passagem Franca e São Domingos do Maranhão, do 15.º Distrito Sanitário (Pôsto de Higiene do Estado).

ALFABETIZAÇÃO — Pelos dados censitários de 1950, o número de pessoas de mais de cinco anos que sabiam ler e escrever era de 1 690, sendo 1 024 homens e 666 mulheres. Das pessoas de 10 anos e mais, na mesma época, num total de 119, dos quais 54 homens e 65 mulheres, 105 (49 homens e 56 mulheres) possuíam instrução completa de grau elementar; 13 (4 homens e 9 mulheres), instrução de grau médio e 1 homem havia concluído curso de grau superior.

Ensino — Existiam no município, em 1956, 24 unidades escolares, sendo 18 de ensino fundamental comum, 5 de ensino fundamental supletivo e 1 de ensino complementar.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Duas são as bibliotecas existentes no município: a "Presidente Getúlio Vargas", inaugurada pelo Prefeito Municipal, em 1941, com aproximadamente 1 000 volumes, e a "Biblioteca Espírita Buritibravense", mantida pelo Centro Espírita "Alvorada de Cristo". Há, também, mantida pelo referido Centro Espírita, a escola "Antônio Sotero", de alfabetização de menores. Dentre os filhos ilustres de Buriti Bravo destacam-se Joaquim Vicente Aires, nascido a 11-7-1890 e falecido em 25-10-1935, em Recife. Jornalista e poeta, usou os pseudônimos de Jovires, Jaires, Jotaires e Jaques Alves. "Cargas e Lenhas" é o seu livro inédito de crônicas. Félix Aires, nascido a 14-1-1904, foi poeta. São suas as seguintes publicações: "Buriti Bravo", "Apanágio", "Pequenas Palestras", "Poemas Imortais", "Musa Agreste" e "Cromos".

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — É o rio Itapecuru o principal acidente geográfico, o qual serve de limite entre Buriti Bravo e Colinas. Fica a noroeste do município e banha as localidades Corredeira, Pôrto Frio e Alto da Arara, no distrito da sede e Laginhas, Pedras, Fazendinha e Formoso no distrito de Bacatuba. É navegável por lanchas e batelões de pequeno calado até a cidade de Colinas. O principal ancoradouro é o Pôrto Frio, que dista 20 quilômetros da sede municipal. Em terras do município recebe os afluentes: riacho Tomásea, riacho do Buriti Bravo e rio Corrente, sem possibilidade de serem navegados. Êste último fica a Leste do município e separa Buriti Bravo de Parnarama até a confluência do riacho São Domingos, passando, daí para diante, a separar Buriti Bravo de Passagem Franca até a junção com o riacho Inhaúma, donde prossegue já em território passagense. A bacia dêsse rio é, além de bastante fértil, com enormes babaçuais, bastante palúdica.

Podem ainda ser citados os riachos Balseiro e Buriti Bravo. O primeiro não é permanente, chega às vêzes, no verão, a secar completamente. Vem de Colinas e penetra em Buriti Bravo junto à localidade Juçara. O segundo, embora perene, não é navegável. Corre para noroeste e deságua no Itapecuru, depois de um percurso de mais de 20 quilômetros. Nasce na sede municipal, no brejo denominado Lameirão.

Das serras, as mais importantes são:

Serra do Echu — Tem o seu início próximo à cidade, seguindo em direção Oeste, quase sempre ao lado da rodovia que vai a Colinas, passando pela localidade Batalha, quando passa a tomar essa denominação.

Serra do Alegre — Fica na localidade do mesmo nome. Em sua base fica o Baixão da Serraria que, unindo-se ao Baixão da Unha de Gato lançam-se no rio Itapecuru.

Serra da Santa Cruz — Tem o seu início no povoado Santa Cruz e se eleva a grande altura, formando um pico onde se encontra uma cruz de madeira.

Praça José Batista Ribeiro, vendo-se o Mercado Público

7 — 24 931

Morro do Açude — Dista 500 metros da cidade. É bastante alto e do seu pico se descortina lindo panorama. Na sua parte mais alta há possibilidade para construção.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	...	274	53	203
1951	...	...	323	49	158
1952	...	558	370	58	396
1953	...	697	670	73	467
1954	...	764	559	72	887
1955	...	861	579	71	614
1956 (1)	...	...	640	77	640

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Vários eram os folguedos usados no município, os quais, com os costumes modernos, desapareceram. Conservam-se, entretanto, apenas os divertimentos populares quando da realização de festas religiosas — festa de arraial. A parte mais atraente dêsses divertimentos são os leilões, onde uma mamadeira de leite ou um pipo de consôlo, chega a ser arrematado por mais ou menos cem cruzeiros; as bandejas de frutas, que são derramadas para as crianças, que se atiram sôbre as mesmas, disputando uma laranja ou banana, numa empolgante luta. É comum, também, no município, o "Mutirão" ou simplesmente "Adjutório", como é mais conhecido. É uma prática que, apesar de muito pouco usada para determinados fins, permanece para alguns serviços, em que o homem não pode desempenhá-lo só. Para três espécies de trabalho é indispensável o "Mutirão": farinhadas, coberturas de casas de palhas e batição das estradas. As primeiras constituem verdadeiras festas para a caboclada que, reunida, toma café forte, adoçado com rapadura, acompanhado de beiju de massa, feita no cantinho do forno. A farinhada pode prolongar-se até alta noite, sem que haja qualquer demonstração de cansaço ou desânimo. A segunda — cobertura de casas de palhas —, geralmente é realizada aos sábados quando, reunido o pessoal, tem início o trabalho. Com a garrafa de cachaça em punho, o dono do serviço faz distribuição da mesma, aos colegas, numa pequena e velha xícara sem asa, que passa de bôca em bôca, até o último. As partes mais interessantes do trabalho de cobertura, são os cantos regionais e gritos estridentes dos trabalhadores de vez em quando, o que se percebe a grande distância. Êsse trabalho é realizado quase que todo sábado, pois há sempre casa a cobrir, visto que a palha empregada é a de palmeira de babaçu, quase sem durabilidade. Resiste a dois invernos, mais ou menos. Em último lugar vem a batição, denominação que se dá à roçagem dos caminhos. Para êste trabalho é indispensável, mais do que nunca, o "Adjutório". É, quase sempre, realizado a 1.º de maio, mês em que se inicia o verão. Apesar de êste serviço trazer benefício para todos os agregados, o "Mutirão" não é feito com muita espontaneidade. Além disso, como conseqüência da construção das estradas de rodagens públicas, que já carecem de trabalho particular do roceiro, está declinando. A roçagem vem sendo feita para limpeza dos pequenos caminhos de penetração.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICIPIO — A Religião Católica é a predominante, mas há adeptos do protestantismo, havendo, até mesmo, a Igreja Evangélica, fundada em 1955.

O padroeiro de Buriti Bravo é Santo Antônio, cuja festa não tem data fixa; é realizada em junho ou em dezembro.

Distante 20 quilômetros da sede municipal encontra-se o Pôrto Frio, principal ancoradouro do município. Em Bacatuba, distrito de Buriti Bravo, ficam 1 Juiz de Casamento e 1 Cartório de Pessoas Naturais. Nove são os Vereadores da Câmara Municipal.

Aos filhos do município atribui-se o gentílico buriti-bravense.

(Autor do histórico — A.E. José Lima Muniz; Redação final — Maria Rita Jorge e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística, documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão e Departamento de Terras, Geografia e Colonização.)

CAJAPIÓ — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Cajapió foi, inicialmente, constituído em vila já com a mesma denominação, pela Lei provincial n.º 1 378, de 11 de maio de 1876, sendo seu território resultado do desmembramento do antigo município de São Bento dos Perizes, hoje apenas São Bento.

Segundo a tradição corrente, antes da instituição da vila, já o território era penetrado pelos frades da Ordem Franciscana que nêle plantaram a civilização, concorrendo, outrossim, para o maior desenvolvimento do mesmo a ação de portuguêses e italianos, que foram os primeiros povoadores da terra. Outras causas, ainda, contribuíram para alargar o progresso do município, destacando-se o aldeamento dos índios, que possibilitou o povoamento inicial e a participação do elemento negro que ajudou a promover o devassamento das matas da região.

A povoação, após ser guindada à categoria de vila, foi elevada à de cidade através da Lei n.º 1 139, de 10 de abril de 1924, tendo, pelo Decreto n.º 241, de 9 de janeiro de 1932, perdido a sua condição de município, passando, o seu território, a integrar, em decorrência disso, como distrito, o município de São Vicente Ferrer. Logrou, entre-

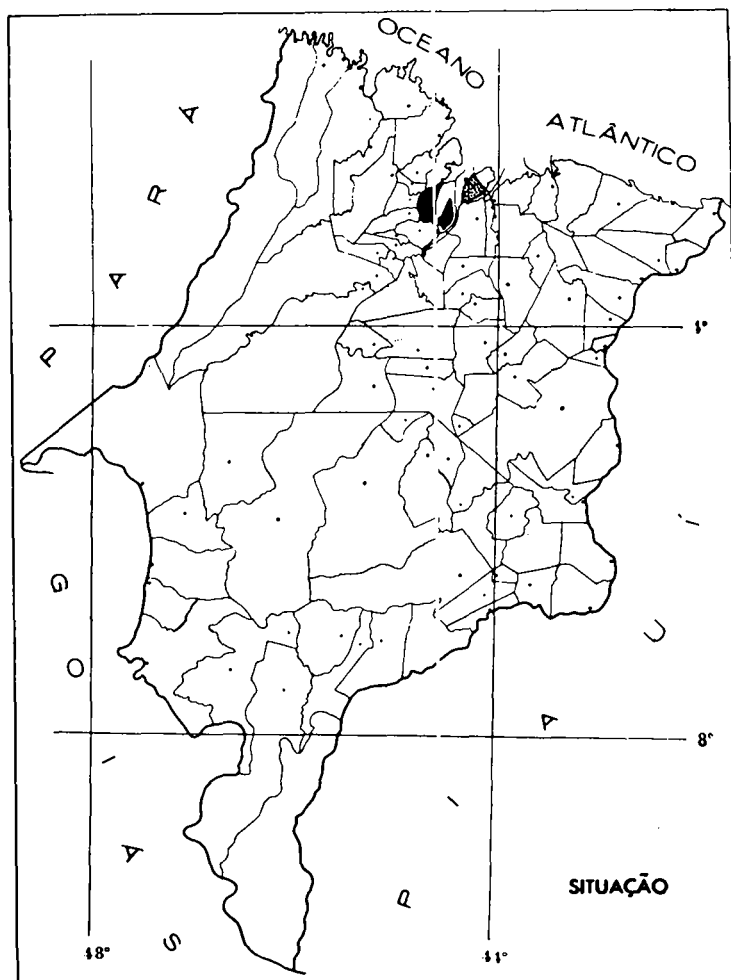
Igreja de N. S.ª de Nazaré

tanto, pelo Decreto n.º 855, de 19 de junho de 1935, ver restaurada a sua condição de município independente, sem sofrer, de então para cá, qualquer alteração. É o atual Prefeito do município o Sr. Hermes Agostinho França.

LOCALIZAÇÃO — Latitude Sul: 3° 02' 50".

Longitude W. Gr.: 44° 30' 15". Posição relativamente à Capital: Rumo — S.S.O.; distância em linha reta — 61 quilômetros. Altitude — 7 metros.

Limita com os municípios de São Bento, Peri-Mirim, Bequimão, Alcântara, Anajatuba, São Vicente Ferrer e a baía de São Marcos.

O município faz parte da Zona da Baixada.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É saudável. O inverno caracteriza-se pelas chuvas e o verão, pela sêca.

ÁREA — Com os seus 970 quilômetros quadrados, Cajapió é o 73.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Quando do Recenseamento de 1950 o município contava 8 961 habitantes, sendo 4 541 homens e 4 420 mulheres. Do total da população, 85% localizam-se no quadro rural; 52% eram pardos, 25% brancos e 23% pretos.

Como acontece na totalidade dos municípios maranhenses 99% eram católicos, sendo que apenas 7 pessoas (4 homens e 3 mulheres) declararam ser protestantes, e 1 homem espírita, e 1 mulher "sem religião".

Da população de 10 anos e mais (6 195 pessoas, sendo 3 089 homens e 3 106 mulheres), o maior contingente declarou a "atividade doméstica" como ramo principal de trabalho, ou seja, 2 531 pessoas (homens 122 e mulheres 2 409), vindo, logo a seguir, o grupo da "agricultura, pecuária e silvicultura", com 1 464 (apenas 10 mulheres para 1 454 homens).

A população calculada pelo Departamento Estadual de Estatística em 1.º-VII-1956 é de 10 268 habitantes.

Aglomerados urbanos — Há dois aglomerados urbanos, o da sede, com 7 190 habitantes (3 641 homens e 3 549 mulheres) e Bacurituba, com 1 771 (900 homens e 871 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são: produção extrativa, agricultura e pecuária. A produção extrativa é bem desenvolvida, destacando-se, na de origem mineral, telhas e tijolos; na de origem vegetal, babaçu, tucum e cêra de carnaúba. Em 1956 Cajapió exportou para a Capital do Estado 70 toneladas de amêndoas de babaçu, no valor de 560 mil cruzeiros.

Como principais culturas agrícolas, destacam-se: mandioca, milho, feijão, bem como banana, que constitui grande fonte de riqueza econômica para o município, a qual tem, na capital do Estado, o seu principal consumidor. A pesca, apesar de não ser praticada em grande escala, produziu, em 1955, Cr$ 249 500,00.

A pecuária, por sua vez, assume importante significação na vida econômica municipal, de vez que se processa a exportação do gado para a capital do Estado.

A 31-12-1956 era a seguinte a população pecuária: bovinos, 30 500; suínos, 3 000; ovinos, 2 100; caprinos ... 3 600; eqüinos, 4 100; asininos, 250; muares, 100.

Abaixo são fornecidos seus principais produtos agrícolas e a produção industrial em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Produção agrícola			
Arroz em casca	Saco de 60 kg	150	18 000
Batata-doce	Tonelada	25	50 000
Cana-de-açúcar	»	320	89 600
Mandioca-brava	»	1 340	335 000
Banana	Cacho	60 000	600 000
Milho	Saco de 60 kg	350	42 000
Côco-da-baía	Cento	2 000	600 000
Produção industrial			
Tijolos e telhas	Milheiro	1 390	1 269 000
Cêra de carnaúba	kg	17 250	747 900
Farinha de mandioca	»	64 200	256 800

COMÉRCIO — Há, na sede municipal, 24 estabelecimentos varejistas e 1 atacadista. O comércio local mantém transações, exclusivamente, com a capital do Estado, importando, entre outros artigos, fazendas, ferragens, miudezas, produtos farmacêuticos, etc.

ASPECTOS URBANOS — Há, no município, iluminação na zona urbana e suburbana, com 22 ligações elétricas, sendo a usina de propriedade da Prefeitura Municipal. Seu horário normal de funcionamento é das 18 às 21,30 horas.

Dispõe de uma Agência Postal-telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Desprovido de qualquer assistência médica, Cajapió possui apenas um pôsto do Serviço Nacional de Malária. O médico do 18.º

Distrito Sanitário (Postos de Higiene) de São Bento, visita, vez por outra, o município.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Censo de 1950 o município possuía 1 834 pessoas alfabetizadas, com 5 anos e mais de idade, assim distribuídas: 929 homens e 905 mulheres.

Ensino — O município possui o ensino primário, que é ministrado através de 13 unidades escolares em 1956.

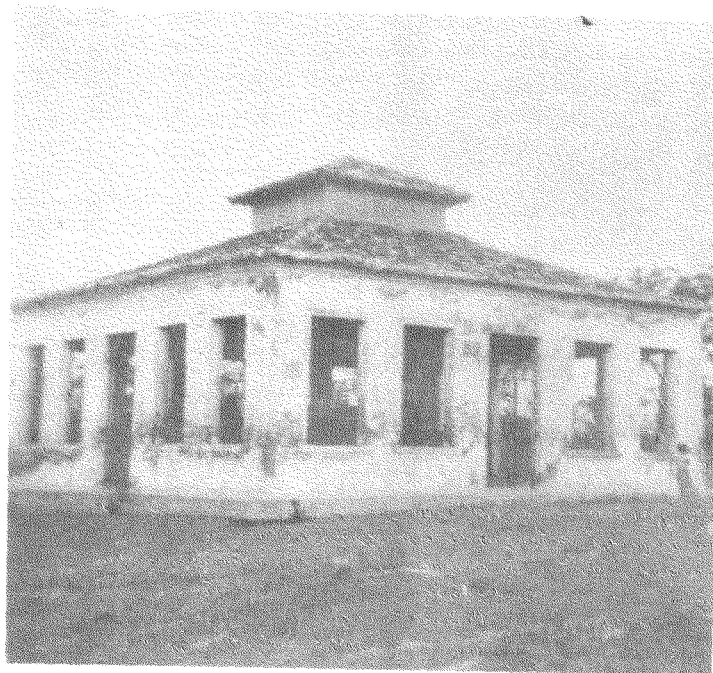
FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Cajapió é têrmo da comarca de São Bento e a sua formação jurídica é assim constituída: 3 Suplentes de Juiz de Direito, 1 Adjunto de Promotor Público, 1 Tabelião e 1 Oficial de Justiça.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	...	203	...	...	...
1951.......	249	313	102	36	364
1952.......	299	364	89	48	388
1953.......	633	408	83	47	700
1954.......	489	386	68	61	577
1955.......	516	...	126	40	523
1956.......	...	...	63	55	...

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Apenas 3 são dignos de menção: a baía de São Marcos, que é um dos seus limites; o igarapé Cajapió, que liga a cidade à baía de São Marcos e o rio Aura, no distrito de Bacurituba e que serve de linha divisória com o município de São Bento. Êstes são navegáveis por lanchas a motor, de pequeno calado, e barcos a vela.

Prefeitura Municipal

EFEMÉRIDES — As festividades existentes no município são as de caráter católico, destacando-se, na sede, as procissões de Santo Antônio, Nossa Senhora das Mercês e Nossa Senhora das Graças, realizadas em setembro, agôsto e novembro, respectivamente. No distrito de Bacurituba realizam-se a do Coração de Jesus, em setembro, e a de São Bento, em dezembro.

Mercado Público Municipal

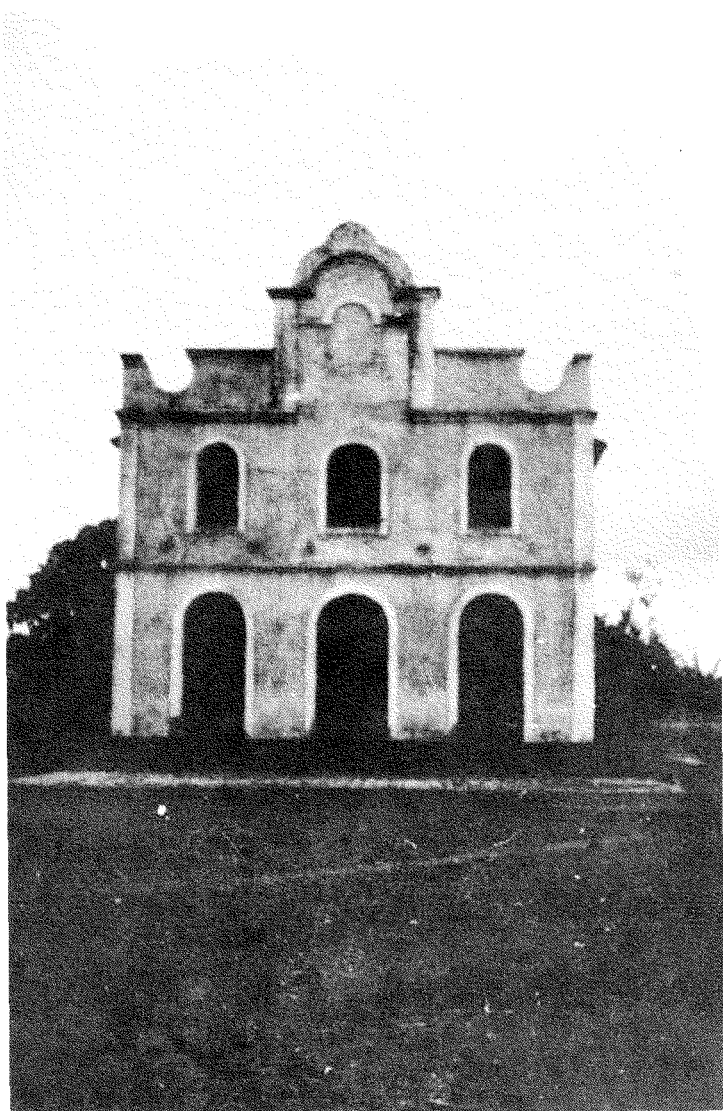
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 1953 o Ministério da Agricultura instalou o Pôsto Agropecuário de Cajapió, cuja área é de 63 hectares. A safra de 1956-57 foi a seguinte: 300 quilogramas de arroz e 360 de milho. São mantidas, como culturas permanentes e anuais, a manga, o caju, o abacate, abil, côco-da-baía, cupu, carambola, sapoti e dendê, além das seguintes temporárias: arroz, milho, feijão e mandioca. Criação existente: 1 reprodutor guzerate, 4 bois, 2 muares e 1 cavalo.

Além da residência do administrador, encontram-se no Pôsto 1 depósito para materiais, provisório, 3 830 metros de cêrca de arame farpado, com rodapés de madeira e as seguintes máquinas: 1 carrêta agrícola Pontal, 4 carros para atêrro, 1 disco, 3 arados de aiveca reversível, uma grade de 8 discos, 1 semeadeira simples, 1 cultivador, três polvilhadeiras, 2 extintores de saúva e 1 pulverizador.

(Autor do histórico — Monografia do D.E.E.; Prefeito municipal — Hermes Agostinho França; Agente de Estatística — Jefferson Silva — Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Inspetoria Regional de Fomento Agrícola, documentação da Inspetoria Regional de Estatística e Serviço Nacional de Recenseamento.)

CAJARI — MA

Mapa Municipal no 3.° Vol.

HISTÓRICO — Em 1851, o local onde hoje se acha o atual município de Cajari era um simples pôrto da Fazenda Cadoz, de propriedade do coronel Jerônimo Viveiros (membro da tradicional família Viveiros). Nessa época existiam, apenas, os armazéns onde era depositado o açúcar, de produção da fazenda, assim como gêneros de produção do Estado, procedentes de diversos pontos do interior do município de Penalva, ao qual pertencia esta partícula do território maranhense. Neste então pôrto de embarque ancoravam os barcos a vela e também alguns vapôres de navegação fluvial-marítima, como, por exemplo, os da Companhia Lóide Maranhense e Fluvial e outras

Capela de São Benedito

que ali ancoravam para receberem carregamentos e lenha, combustível essencial para a navegação daquela época.

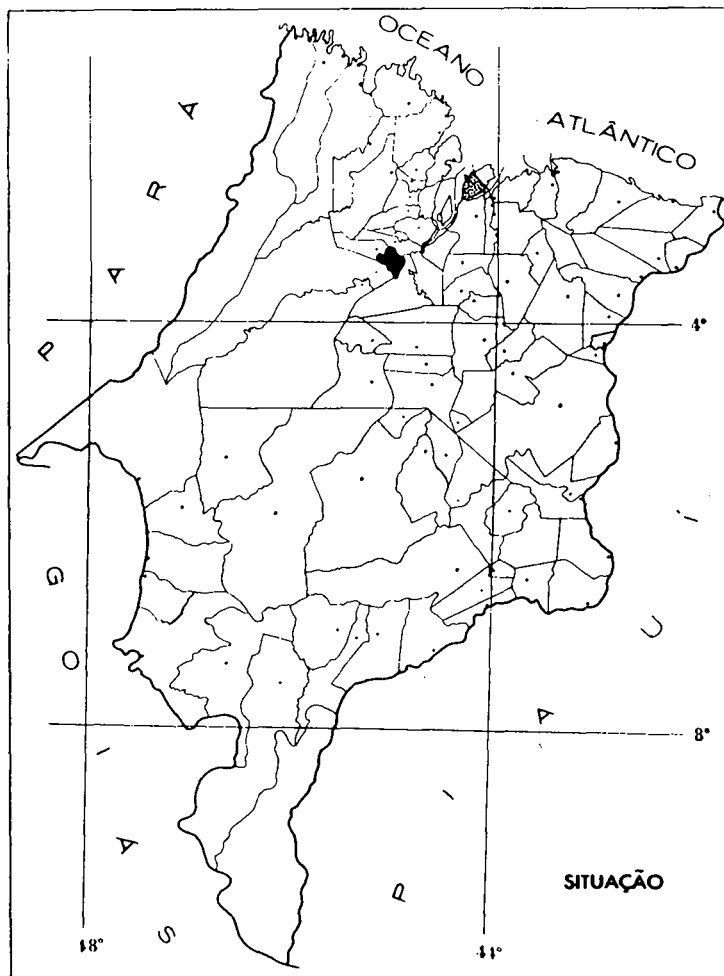
Em 1877, com o desenvolvimento satisfatório do pôrto de embarque, foi aumentando o número de habitações e construída uma capela sob a invocação de São Benedito, passando a denominar-se o arraial Barro Vermelho.

Após a lei de 13 de maio, o surto do aumento populacional tomou maior incremento, pôsto que tôda aquela escravatura liberta rumou para esta localidade e aqui se implantou, construindo suas moradias e firmando suas atividades quotidianas. Daí, então, surgiram algumas casas comerciais, oficinas rústicas, escolas particulares e, posteriormente, públicas. Nessa ocasião, estabeleceram-se no local as famílias Serejo e Muniz, organizando festividades religiosas periódicas, às quais acorriam outras famílias de municípios vizinhos. Contudo, o surto de progresso da localidade deve-se aos veneráveis cidadãos coronel Quíncio José Muniz e José Napoleão Serejo, o primeiro, abastado criador e, o segundo, abnegado professor, que bastante desenvolveu a educação primária na localidade.

A primeira cadeira do ensino público estadual foi criada pela Lei n.º 164, de 21 de maio de 1896. Em 1901, foi nomeada D. Cirene Diniz Abreu professôra pública estadual, para reger a cadeira de ensino misto primário da povoação Barro Vermelho, percebendo 50$000 mensais. Na época, o comércio e a indústria de extração da amêndoa de babaçu alcançava grande desenvolvimento, tornando-se necessária a instalação de uma Coletoria Estadual, o que se deu a 22 de novembro de 1923, sendo seu primeiro exator o coronel Severiano Augusto Furtado.

A 14 de julho de 1925, foi a povoação Barro Vermelho elevada à categoria de vila, pela Lei n.º 638, sujeita ao município e Juízo de Paz do têrmo de Penalva. A 24 de abril de 1928 foi instalada a Agência Telefônica, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Em face do sistema constitucional implantado a 10 de novembro de 1937, — Estado Novo — verificou-se uma tentativa no movimento de emancipação do município, o qual não logrou êxito, continuando a pertencer ao município de Penalva. Entretanto, em 1948, graças ao conceito de que desfrutava o cidadão Manoel Clodomir Serejo junto a altas figuras de projeção política no âmbito estadual e federal, e, ainda, ao apêlo da população da localidade, foi concedida a emancipação pela Lei n.º 179, de 13 de novembro, verificando-se a respectiva instalação a 5 de fevereiro de 1949, passando, então, como têrmo judiciário da comarca de Viana. Naquele mesmo ano, no dia 2 de outubro, realizou-se a primeira eleição municipal, sendo eleito o cidadão Manoel Clodomir Serejo. É o atual Prefeito do Município o Sr. Nilo Pereira Rêgo.

LOCALIZAÇÃO — Pertence Cajari à Zona da Baixada. Latitude Sul: 3° 19' 52". Longitude W. Gr.: 45° 42'.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 38 metros, na sede municipal.

CLIMA — Abril e maio são os meses em que as chuvas, que se fazem acompanhar de fortes trovoadas, são mais intensas. De julho a dezembro é o verão, sendo que as

temperaturas mais altas são verificadas em setembro. Não há geadas nem chuvas de granizo.

ÁREA — É o 83.º município maranhense em extensão territorial, com área igual a 414,50 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950 o total de habitantes do município era de 8 539 — o que equivale a 20,60 habitantes por quilômetro quadrado, sendo 4 272 homens e 4 267 mulheres.

A zona rural contava com 7 515 habitantes, ou seja, 86% do total.

Em 1950 foram recenseadas 8 539 pessoas, sendo 4 272 do sexo masculino e 4 267, do feminino. Dessas, 3 784 ... (1 744 homens e 1 740 mulheres) eram brancas, 3 130 (1 570 homens e 1 560 mulheres) eram pardas e 1 907 (949 homens e 958 mulheres) eram pretas.

Quanto à religião, os católicos romanos eram quase que a totalidade, em número de 8 453 (4 219 homens e 4 234 mulheres), ficando para os demais credos apenas 86 pessoas.

Das pessoas de 15 anos e mais, num total de 5 164 — 2 516 homens e 2 648 mulheres —, o maior contingente eram composto de solteiros, em número de 2 741 — 1 368 homens e 1 373 mulheres —, vindo depois os casados com 1 995 pessoas — 1 002 homens e 993 mulheres —, 421 (143 homens e 278 mulheres) eram viúvos e apenas uma mulher foi recenseada como desquitada ou divorciada. No total estão incluídas 6 pessoas que não declararam o seu estado civil.

O Departamento Estadual de Estatística calculou a população de Cajari para 1956 em 9 784 pessoas, o que dá a densidade demográfica de 23,36 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Segundo o Recenseamento de 1950, a sede municipal contava 821 habitantes, sendo 409 homens e 412 mulheres. No povoado Boa Vista do Pindaré, moravam 203 pessoas, sendo 95 homens e 108 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Como riqueza natural em maior evidência, destaca-se o babaçu, com uma produção, em 1956, de 845 840 quilogramas, no valor total de Cr$ 8 458 400,00. Existe, ainda, certa reserva florestal, compreendendo madeiras de lei e outras que, dado o zêlo de seus proprietários, vêm escapando à devastação e conseqüente extinção das mesmas.

Rua Senador Vitorino Freire, vendo-se o prédio da Prefeitura Municipal

Trecho da Rua Senador Vitorino Freire

A base econômica do município firma-se na exportação de amêndoa de babaçu e na pecuária, encontrando-se já alguns exemplares puros e outros cruzados com a raça zebu. A criação é feita à sôlta, pois o município dispõe de grandes áreas de pastagens naturais, servindo também estas para a criação de suínos. Por isso, o mercado local é abastecido satisfatòriamente, proporcionando ainda regular exportação para São Luís, capital do Estado, de gado para corte. Segundo cálculos elaborados pelo Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária em 1956 era estimada em 15 000 bovinos, 24 500 suínos, 200 ovinos, 330 caprinos, 1 000 eqüinos, 15 asininos e 20 muares.

A pesca é bastante praticada, embora por métodos primitivos. O resultado serve, em parte, para alimentar a população e proporciona, ainda, exportação para a capital do Estado, depois de conveniente salga. Em 1955 o valor do peixe fresco e salgado atingiu 507 mil cruzeiros e, no ano seguinte, pouco menos, ou seja, Cr$ 494 900,00, representados por 92,8 toneladas.

A lavoura, assim como a indústria, é pequena e de resultados pouco satisfatórios. Em 1955 sua produção foi a seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Produção agrícola			
Arroz em casca	Saco de 60 kg	3 800	342 000
Feijão	» » » »	160	48 000
Mandioca	Tonelada	2 680	268 000
Milho	Saco de 60 kg	2 400	216 000
Fumo	Arrôba	270	81 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	76	76 000
Manga	Cento	1 600	9 600
Tangerina	Cento	405	4 860
Produção industrial			
Farinha de mandioca	kg	294 300	588 600
Arroz pilado	»	26 000	104 000
Peixe sêco	»	39 500	184 200

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido por linha irregular de navegações fluvial-marítima e aérea, que o liga à capital do Estado.

Tem as seguintes comunicações com as cidades vizinhas, e pelos respectivos meios de transporte: Viana: a) a cavalo, 20 quilômetros; b) fluvial, 20 quilômetros e c) rodoviário, 20 quilômetros; Penalva: a) a cavalo, 18 quilômetros e b) marítimo, 40 quilômetros; Vitória do Mearim: a) fluvial, 120 quilômetros e b) a cavalo, 31 quilômetros; Monção: a) a cavalo, 54 quilômetros e b) fluvial, 120 quilômetros.

COMÉRCIO — Encontram-se, na sede municipal, 2 estabelecimentos atacadistas e 11 varejistas. O comércio mantém transações exclusivamente com a capital do Estado, importando tecidos, ferragens, calçados, café, açúcar, sabão, medicamentos, etc.

ASPECTOS URBANOS — Na sede municipal, não há pavimentação. O serviço postal-telegráfico é feito por uma Agência Postal Radiotelegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Funciona uma pensão, cuja diária é cobrada na base de Cr$ 70,00. A iluminação pública é de propriedade da Prefeitura, instalada no início de 1957, estando assim em fase de organização. Atualmente no município está sendo construída uma rampa na margem do rio, a qual servirá para facilitar os serviços de carga e descarga de produtos da localidade, apesar de o município não dispor de melhores organizações, como seja, armazéns, guindastes, etc. O têrmo de Cajari é constituído por 3 suplentes de Juiz, 1 adjunto de Promotor, 1 Escrivão de 1.º Ofício e anexos e 1 Oficial de Justiça, pertencente à Comarca de Viana. Há na sede municipal um advogado provisionado (solicitador).

Vista parcial da Rua Coronel Sebastião Archer da Silva

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No município não existe nenhuma organização para assistência médico-sanitária, sendo que os seus habitantes valem-se de um pequeno serviço de socorro farmacêutico. Pertence ao 4.º Distrito Sanitário, cuja sede é em Viana.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 encontrou 2 468 pessoas de mais de 5 anos de idade que sabiam ler e escrever, o que equivalia a 33,58% do total de 5 anos e mais, sendo 1 243 homens e 1 225 mulheres. Das pessoas de 10 anos e mais, também em 1950, 142 (60 homens e 82 mulheres) possuíam curso completo: 140 homens tinham o grau elementar e 2 mulheres, o grau médio.

Ensino — Em 1956 o município de Cajari contava com 22 estabelecimentos de ensino, sendo 19 do Fundamental Comum e 3 do Supletivo.

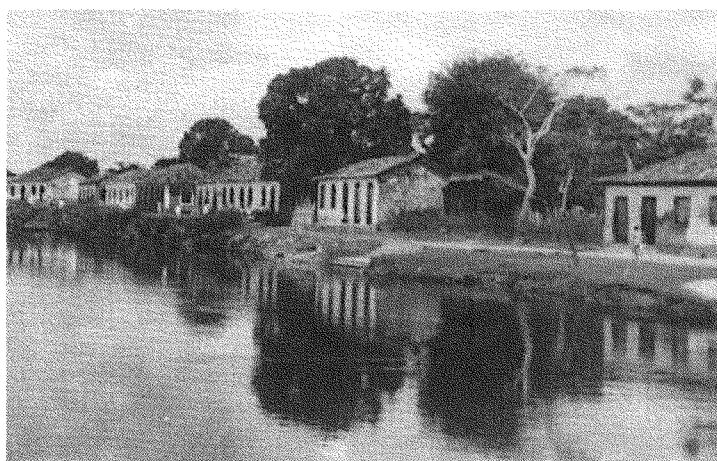
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Apenas podem ser citados dois: o morro de Cadoz, a sudoeste, com aproximadamente 40 metros de altura e distante da sede municipal 2 quilômetros, e o lago de Apuí, a oeste, distando 9 quilômetros da sede e medindo 2,5 quilômetros x 1,5 quilômetros.

Trecho da Rua Vereador Benedito Mendonça

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	124	...	319	57	384
1951.......	131	...	297	59	269
1952.......	69	124	345	51	246
1953.......	89	139	698	60	423
1954.......	76	135	596	63	852
1955.......	111	138	586	61	621
1956 (1)....	177	...	820	64	754

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como manifestação folclórica verificada no município de Cajari, é, sem dúvida, a festa do Divino Espírito Santo a mais concorrida e mais animada. Realiza-se todos os anos no dia 13 de maio, quando se observa grande animação por parte dos devotos. Inicialmente, a partir do ensaio de cantigas, danças, etc., são escolhidas, entre os devotos, 4 a 8 mulheres, que serão encarregadas de bater nas caixas do Divino Espírito Santo e são, por isso, chamadas de "caixeiras". Outras existem que são as "bandeireiras", ou seja, as destinadas a carregar as bandeiras, ao lado das "caixeiras". Essas mulheres escolhidas, um mês ou dois antes da festa, dirigem-se, em romaria, a tôdas as casas da zona suburbana, fazendo arrecadação para o Santo; a arrecadação pode ser em dinheiro, velas, flôres ou outra qualquer jóia que possa servir para a festa. No último dia de festa é celebrada uma missa e, após, todo o pessoal se dirige para um local adrede marcado, para receber o Santo.

Vista panorâmica da cidade, colhida do rio Pindaré

Outro trecho da Rua Senador Vitorino Freire

Aí permanece o Santo guardado por anjos, os quais se distraem, às vêzes, e vêem "roubado" o Santo (faz parte da brincadeira). Quando êstes descobrem o acontecido, dão conhecimento às caixeiras que, por sua vez, escolhem duas para vigiarem o local enquanto que o restante inicia a busca. Quanto às caixeiras como vigias, são assim destinadas tendo em vista a volta do "criminoso ao local do crime". O "Ladrão" jamais se afasta de onde se realiza a brincadeira pois, para isso, são colocados fiscais em pontos certos. A pessoa que tira o Santo do lugar será multada em dinheiro e se no momento tal não fôr possível, assumirá o compromisso de resgatar tão logo possa. A multa ou prenda não tem valor estipulado, ficando ao critério do devedor. Um fato bem importante e característico de tôda a brincadeira: quando na busca das "caixeiras", tôda pessoa encontrada de braços cruzados, acocorada ou fumando, é "prêsa" e coloca-se-lhe uma fita no braço, a qual só sairá depois de paga a "prenda", ou feito o devido compromisso de pagamento. Quando, no final da festa, o responsável já distribui no próprio local bastante comida para os presentes, canta-se a ladainha para terminar.

Outra importante manifestação folclórica é a festa de São João, de 24 a 30 de junho. É durante êste festejo que aparece a popular brincadeira do "bumba-meu-boi", mas com reduzido número de personagens, dada a falta de cantadores ou porque, como dizem os moradores, não há "capricho decidido" para essa festa.

Como solenidade religiosa há em Cajari a grande festa de São Benedito, o Santo Padroeiro, a qual se realiza no dia 15 de novembro de cada ano. E a de maior significação para a localidade. Consta de novena, de devoções e cânticos, à noite, na capela do santo. Para cada noite da novena são convidadas algumas das principais damas, as quais levam flôres, velas e até mesmo auxílio em dinheiro. Após as rezas, o povo se concentra no adro para observar, ou mesmo tomar parte nas inúmeras diversões que ali aparecem, como seja: carrossel, jogos diversos, botequins, etc. No último dia festivo, pela manhã, é celebrada missa solene cantada. À tarde, concorrida procissão vai pelas principais ruas da cidade, e, após seu retôrno, ocorre animado leilão, cuja renda é revertida em benefício da capela.

(Autor do histórico — A.E. Benedito Fernandes da Silva; Redação final — Ari Lucas Xavier e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento e Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão.)

CÂNDIDO MENDES — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Cândido Mendes, outrora pertencente ao Estado do Pará, situado à margem esquerda do rio Maracassumé, é muito florescente.

Pelo Governador do Pará, Conde de Vila Flor, depois Duque da Terceira, em Portugal, e que estêve em Turiaçu, foi, no ano de 1819, fundada uma estrada a fim de estabelecer um correio por terra entre as cidades do Pará e do Maranhão, com as vistas de se fazerem sem risco das investidas piras (de Artigas), que infestavam os mares do Brasil, as comunicações e relações de uma com a outra. O que o levou a assim proceder foi o haver tido conhecimento da existência de um caminho de que se tinham servido, nos séculos XVII e XVIII, os seus predecessores, e de que nesse mesmo caminho o Governador Francisco de Souza Coutinho havia fundado um lugarejo — Redondo, hoje Cândido Mendes —, com barca de passagem para o Maranhão e tendo como Principal da povoação o índio João Nepomuceno.

Mandou, então, que se aviventasse o caminho onde fôsse preciso e que o Correio, partindo uma vez por mês em canoa para a vila Ourém, dali seguisse por terra para o Turiaçu, atravessando os rios Caeté, Periá, Gurupi e Redondo, hoje Maracassumé.

Êste lugarejo foi povoado e cultivado e seus habitantes entretiveram sempre com a capital do Maranhão as suas relações comerciais e espirituais, procurando-a, de preferência, à do Pará, a que pertenciam, porque evitavam maior caminho e perigosas baías.

Desenvolvia-se a povoação quando, em 1835, foi batida, destroçada e incendiada por Cabanos, por ocasião de sua revolta na antiga Província do Pará e se dirigiam, em numerosos grupos armados, até Turiaçu, local em que foram cercados e desbaratados, depois de renhida luta. Mais tarde, foi a povoação restaurada, tendo tomado parte ativa no seu desenvolvimento o Barão de Tromaí.

Durante a corrida do ouro foi na totalidade de sua área do atual município de Cândido Mendes visitada por tôda sorte de aventureiros os quais, não resta a menor dúvida, contribuíram grandemente para o desbravamento do município. Sôbre o assunto, transcreve-se o que relatou Malte Brun, citado por F. I. Ferreira, no seu dicionário "Minas de Ouro": "A algumas léguas do Maranhão, se acha o vale do Maracassumé, no município de Turiaçu, entre os rios navegáveis — o Turiaçu e o Gurupi. Os negros fugidos que buscavam naquelas paragens abrigo seguro contra as perseguições dos seus senhores, trocavam o ouro que apanhavam por objetos de que precisavam para seu uso; êste ouro, dizia-se, achava-se à flor da terra e em abundância. Os chefes das expedições dirigidas, contra os escravos fugitivos afirmavam que, com efeito, a riqueza do solo era prodigiosa e excedia a tudo quanto a opinião pública dizia a tal respeito.

Nestas circunstâncias, uma Companhia se formou no Rio de Janeiro, com o capital de 1 500 000 francos, e enviou àquelas paragens uma comissão com o fim de explorar as terras auríferas que se estendem entre o Turiaçu e

Vista de um trecho da principal rua da cidade

o Gurupi. O Govêrno fêz proteger os exploradores com um destacamento de tropa de linha e, depois de algumas semanas de trabalho e estudos, a comissão regressa à capital, em fins de 1854.

O relatório da comissão foi publicado no "Observador", do Maranhão, pequeno jornal da capital da Província. Três veeiros auríferos principais foram reconhecidos, todos de uma riqueza extrema e de uma exploração fácil. O solo é composto de quartzo, de xistos e de argilas ferruginosas, estendendo-se a jazida aurífera até a serra de Auricambu, habitada por índios selvagens".

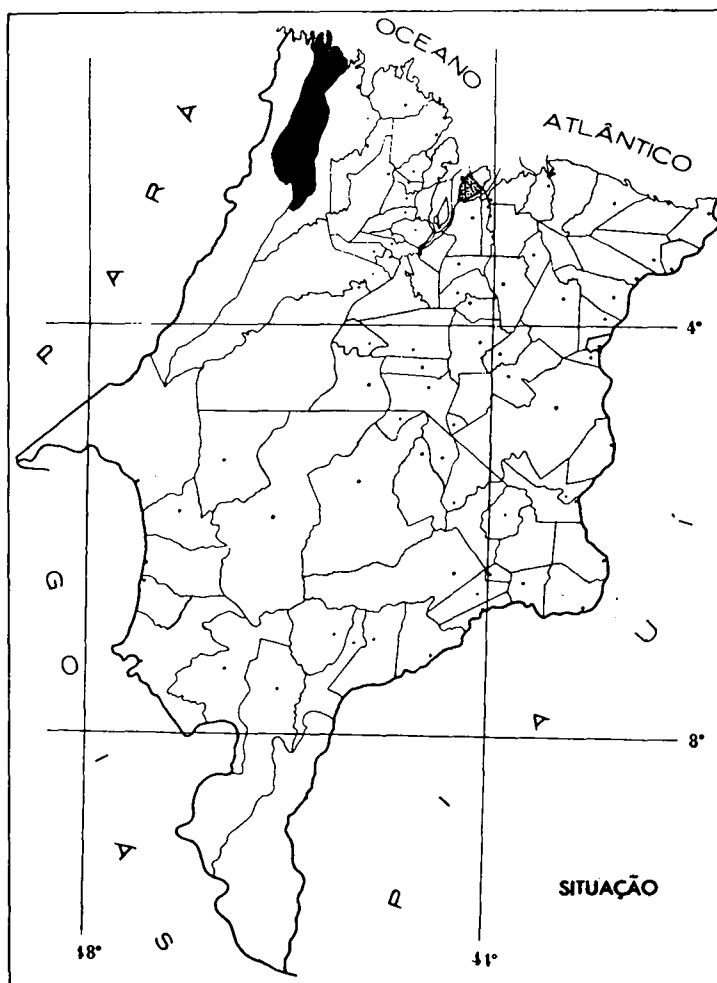
Sotero dos Reis, na Biografia que escreveu ao presidente do Maranhão, Dr. Eduardo Olímpio Machado, e na parte referente à extinção dos quilombos do Turiaçu, assim o faz: "Há mais de quarenta anos, quilombos mais ou meno numerosos, infestavam aquêle território, sem que os esforços das autoridades do Pará e Maranhão tivessem podido acabar com êles. Tendo, porém, o referido território sido anexado ao Maranhão, durante a sua administração, por um complexo de bem combinadas providências, conseguiu o que até então se não pudera efetuar.

"A pacificação, que com tanta facilidade operou no Turiaçu, teve por uma de suas próprias conseqüências as emprêsas, que depois se organizaram, para a exploração dos terrenos auríferos do Maracassumé e Pirocaua, e há de concorrer para a população dêsse território tão rico de produtos minerais e vegetais, até então trancado a tôda espécie de civilização".

Hoje, apenas vagas recordações existem das companhias formadas para a exploração de ouro naquela época. Entretanto, no distrito de Aurizona, está operando uma emprêsa particular na extração de manganês e outra, extraindo bauxita na ilha denominada Trauíra.

A mesma companhia, que explora o manganês no distrito de Aurizona, encontrou riquíssimos depósitos de areias monazíticas, tendo sido impedida a exploração pelo Govêrno Federal.

Por volta do ano de 1926, os turienses, agradecidos pelos relevantes serviços prestados à causa de sua emancipação política pelo senador Cândido Mendes, deram o seu nome à povoação Redondo, nome êste que foi aproveitado, também, para denominar o novo município quando, em 1948, com a aprovação da Lei n.º 190, de 22 de novembro, foi criado e desmembrado do de Turiaçu. O Prefeito atual é o cidadão João Jorge Filho.

LOCALIZAÇÃO — O município de Cândido Mendes pertence à Zona do Gurupi. Coordenadas geográficas da sede municipal: latitude Sul: 1° 26' 20"; longitude W. Gr.: 45° 43' 12".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 18 metros, na sede municipal.

ÁREA — Com área igual a 5 705 quilômetros quadrados, é Cândido Mendes o 15.° município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Total: 11 373 habitantes — equivalendo a 2,1 habitantes por quilômetro quadrado — sendo homens 6 010 e mulheres 5 363. No quadro rural concentram-se 79% da população, segundo apurou o Recenseamento de 1950.

Dêsse total, maior parte era composta de brancos — 5 395, sendo 2 789 homens e 2 606 mulheres —, vindo a seguir os pardos com 4 443 (2 387 homens e 2 056 mulheres) e, por último, os pretos — 1 474 (797 homens e 677 mulheres).

Quanto à nacionalidade, 11 363 pessoas — 6 004 homens e 5 359 mulheres — eram brasileiros natos; 4 homens, brasileiros naturalizados, e 6 — 2 homens e 4 mulheres — estrangeiros. Os católicos romanos predominavam: 10 972 pessoas, sendo 5 795 homens e 5 177 mulheres, o que representa 96,47% da população. A seguir vêm os protestantes com 257 adeptos — 137 homens e 120 mulheres —; 1 homem ortodoxo; 8 — 4 homens e 4 mulheres — sem religião alguma e 25 pessoas — 14 homens e 11 mulheres — não declararam que religião professavam, ao passo que 110 pertenciam a outras religiões.

Das pessoas de 15 anos e mais, num total de 6 762, sendo 3 598 homens e 3 164 mulheres, a maioria era solteira: 2 454 homens e 1 834 mulheres, o que dá 4 288. Os casados eram em número de 2 048 — 1 009 homens e 1 039 mulheres — e os viúvos 401 — 118 homens e 283 mulheres —, sendo que 75 pessoas não fixaram qual o seu estado civil.

O Departamento Estadual de Estatística calculou que, em 1.º-VII-1956, Cândido Mendes tinha 12 614 habitantes, o que dá a densidade demográfica de 2,21 habitantes por quilômetro quadrado.

CLIMA — Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 36; das mínimas — 20; e mais freqüente — 28; embora não haja Pôsto Meteorológico no município.

De março a julho chove abundantemente, sem grandes trovoadas, sem granizos ou pedras. Nos meses de agôsto a fevereiro é quando a temperatura baixa mais, sem atingir, contudo, menos de 20ºC.

Aglomerações urbanas — Quando do Recenseamento de 1950, quatro eram as aglomerações urbanas existentes, com os seguintes nomes e número de habitantes: Cândido Mendes, com 788 pessoas, sendo 405 homens e 383 mulheres; Aurizona, com 745, sendo 370 homens e 375 mulheres; Barão de Tromaí, com 452, sendo 255 homens e 197 mulheres, e Estandarte, com 421, sendo 199 homens e 222 mulheres.

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede municipal é visitada, normalmente, uma vez por semana, por táxi-aéreo, que realiza viagem contratual, servindo-se, para tanto, de um pequeno campo de pouso da Prefeitura, ligando-a, desta forma, mais ràpidamente e com mais confôrto à capital do Estado e municípios litorâneos.

Cândido Mendes comunica-se com os seguintes municípios limítrofes: Carutapera — misto: a) a cavalo, 31 quilômetros até Luís Domingues e b) rodoviário, 30 quilômetros ou aéreos, 40 quilômetros; Turiaçu — a cavalo, 99 quilômetros; marítimo, 140 quilômetros, e aéreo, 60 quilômetros.

COMÉRCIO — Na sede municipal há 22 estabelecimentos varejistas e 1 industrial que fazem transações com as praças de São Luís-MA, e Belém-PA.

Tecidos, estivas, miudezas, bijuterias, artefatos de couro, cutelarias, etc., são os artigos mais importados.

ASPECTOS URBANOS — Em Cândido Mendes há uma pensão onde a diária é de Cr$ 80,00.

O culto protestante é representado por duas igrejas — Pentecostal e Evangélica Cristã.

Dispõe de agência postal radiotelegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município conta apenas com a Associação de Proteção à Infância e Assistência à Maternidade. No exercício de 1956 não foi concedido qualquer auxílio ou benefício pelas entidades, por falta de recursos.

Faz parte do 19.º Distrito Sanitário, cuja sede é localizada em Turiaçu e compreende mais o município de Carutapera.

O Departamento Nacional de Endemias Rurais faz com que funcionários seus "dedetizem" as residências pelo menos uma vez por ano, o que tem contribuído, sem sombra de dúvida, para diminuir os casos de ipaludismo e outras enfermidades.

ALFABETIZAÇÃO — Da população de 5 anos e mais, 28% sabiam ler e escrever, segundo foi apurado pelo Recenseamento de 1950.

Ensino — Possui apenas curso primário, que é ministrado por 13 escolas, das quais 12 de Ensino Fundamental Comum e 1 de Ensino Fundamental Supletivo.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades fundamentais à economia do município são: lavoura e extração de madeiras, esta com uma produção, em 1955, no valor de Cr$ 615 360,00.

Na lavoura destaca-se o plantio da malva e o da mandioca, sendo os seus maiores compradores os mercados de São Luís-MA, Bragança e Belém-PA.

Na indústria extrativa, sem maquinaria adequada, é adotado o processo manual para a extração de madeiras para construção em larga escala. A extração do ouro está diminuindo consideràvelmente e já pode ser registrada, com grande êxito, a do manganês e a da bauxita.

Em 1956, uma emprêsa particular contratou técnicos americanos para pesquisar manganês, tendo encontrado, na serra do Pirocaua, um filão de 9 quilômetros de extensão por 3 de largura. De profundidade chegaram até a 5 metros. Essa mesma emprêsa fêz estudos topográficos no pôrto do povoado São José do Pirocaua, a fim de construir um cais para embarque do minério bruto, em navios. Nesse mesmo ano, uma comissão da S.P.V.E.A., sob a orientação do técnico Takao Sakamoto, fêz também pesquisas no lugar denominado Ilha da Trauíra, onde achou depósito de bauxita fosforosa. Em outro local foi encontrado, por uma comissão enviada pelo Govêrno Estadual, o mesmo minério, tendo sido retirada, dessa vez, cêrca de meia tonelada, para estudo.

Em 1955 a produção agrícola e a industrial foi a seguinte: *Produção agrícola* — arroz em casca (2 480 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 297 600,00); feijão (580 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 139 200,00); banana ... (8 200 cachos — Cr$ 49 200,00); fumo (3 020 arrôbas — Cr$ 906 000,00); algodão (3 150 quilogramas — ...... Cr$ 8 400,00); mandioca-brava (1 800 toneladas — .... Cr$ 360 000,00); laranja (2 450 centos — Cr$ 61 250,00); milho (1 700 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 136 000,00); limão (4 150 centos — Cr$ 20 750,00); côco-da-baía (700 centos — Cr$ 140 000,00); *Produção industrial* — aguardente de cana (14 000 litros — Cr$ 98 000,00); tijolos e telhas (38 milheiros — Cr$ 47 000,00).

A pesca é praticada em grande escala, não só para o abastecimento interno, como para exportação para Bragança-PA e São Luís-MA. Em 1955, foram pescadas 107 toneladas de peixes diversos, no valor de um milhão, cento e oitenta e quatro mil cruzeiros.

Apesar de a pecuária ser pouco significativa, há exportação de gado para as cidades paraenses de Belém e Bragança. Seu rebanho, em dezembro de 1956, estava cal-

culado em 6 000 bovinos, 15 000 suínos, 150 ovinos, 300 caprinos e eqüinos, 60 asininos e 180 muares.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O rio Maracassumé, embora de grande extensão, só é navegável parcialmente, até a cidade de Cândido Mendes, por barcos e lanchas. Possui em seu curso diversas cachoeiras, das quais a principal é a "Cachoeira Grande", achando-se sua foz no Oceano Atlântico, na latitude Sul de 1° 58' e na longitude W. Gr. de 44° 56'. Dista, aproximadamente, 20 quilômetros da sede, subindo o rio. Tem mais ou menos 2 metros de altura.

Significação de Maracassumé, segundo Teodoro Sampaio: "guardavam os tupis a lembrança de um benfeitor e legislador desaparecido, a quem chamavam Sumé, que lhes ensinara a viver em boa regra, como lhes ensinara a cultivar a mandioca, desaparecendo depois para o lado do mar, em cujas praias deixara impresso nas rochas mais duras as plantas dos seus pés sagrados. Nas costas do Maranhão, vizinho do Gurupi, o rio leva ao mar, com o tributo das suas águas, o nome Maraca-Sumé, que quer dizer, o Sino de Sumé, recordação de quem, por seus benefícios, soube cavar fundo na alma simples do gentio". (Sampaio — Teodoro, "O Tupi na Geografia Nacional", págs. 158 e 159.)

Por estar Cândido Mendes ecològicamente situado na zona amazônica, seu terreno é entrecortado de muitos outros pequenos rios, lagos, lagoas e igarapés, dos quais podem ser citados: rios — Caqueira, Urubuquara, Tatajuba, Formiga, Roncador, Cipriana; lagoas — Corrente dos Leites, Tatajuba, Formiga, Mucá e Cipó. Algumas ilhas, tais como Trauíra, Galego, Bacuri e Macuná; serras — Ôca, Pirocaua e dos Montes Áureos; morros — do Bacaba, Tatajuba, Bispo, Frederico e Cumaru.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	238	...	...	...
1951	...	352	413	169	418
1952	...	387	785	238	786
1953	...	462	815	274	816
1954	...	431	1 447	199	1 447
1955	...	564	757	241	734
1956	..	770	953	315	950

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos habitantes dá-se o gentílico "cândido-mendenses".

Os veículos registrados na Prefeitura são os seguintes: 1 caminhão comum, 1 carroça comum de 2 rodas, 15 carros de boi e 6 bicicletas.

Os festejos populares do município não apresentam nada de particular que saliente suas realizações. Comumente são feitas com a participação e orientação do Vigário — quando em desobriga — as festas de São Benedito, no dia 20 de janeiro; a de Santa Maria, durante o mês de maio; a de Nossa Senhora de Nazaré, no mês de agôsto; do Sagrado Coração de Jesus, em outubro, e a de Nossa Senhora da Conceição, no dia 8 de dezembro. Constam tôdas de novena com devoções, após as quais é feito leilão das jóias — frutas, pratos com galinha assada, bolos de tapioca, pudins, etc. — prendas oferecidas pelas famílias do lugar. No dia festivo realiza-se a procissão do Santo, seguida pelos fiéis.

A Câmara dos Vereadores é composta por 7 membros.

O município é têrmo da comarca de Turiaçu, composto de 3 suplentes de Juiz de Direito, 1 adjunto de Promotor, 1 Cartório com atribuições do Registro Civil, Crime, Notas, etc. e mais 3 distritos com Juiz de Casamentos e Oficiais do Registro Civil.

Os protestantes, no município, vêm obtendo algum resultado na sua evangelização pelo fato de não haver qualquer orientação católica, isto é, o município não é dotado de sede de paróquia.

Apesar de a maioria dos habitantes de Cândido Mendes ser católica, é muito comum recorrerem a pagés, a fim de se curarem de feitiços, prepararem mezinhas e semelhantes. Na sede municipal, muita gente acredita em tais embusteiros, sendo mantido, todavia, rigoroso sigilo quanto à sua prática.

(Fonte dos dados — "O Turiaçu", por Virgílio Domingues, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, n.° 5, ano 1952, Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional; Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva.)

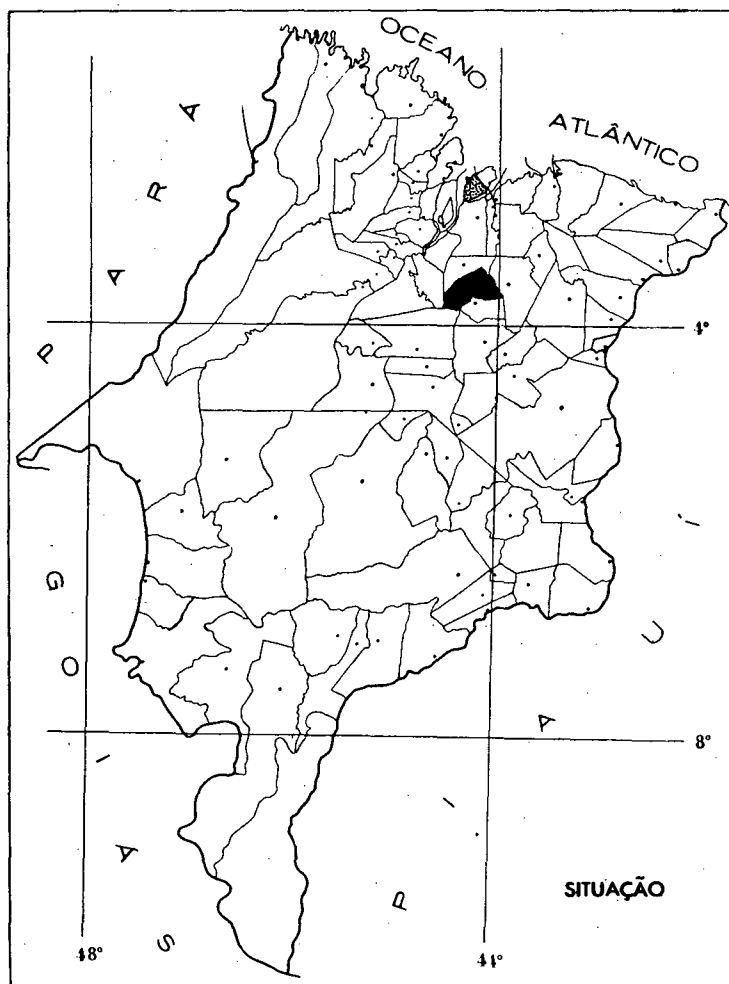
CANTANHEDE — MA

Mapa Municipal no 3.° Vol.

HISTÓRICO — Cantanhede, do latim vulgar *Cantonieti*, significa "quinta da canteira" ou "pedreira de cantaria". Geogràficamente, liga-se ao nome de uma vila de Portugal, sendo assim denominada a localidade pelos seus primitivos habitantes, de origem portuguêsa, em homenagem àquele pedaço do território luso.

O início do seu povoamento, no entanto, perde no passado quase obscuro de sua formação, sabendo-se apenas que em 1902 já existia o povoado com cêrca de vinte habitações. Em 1914, com a chegada ao povoado dos trilhos da Estrada de Ferro São Luís—Teresina, teve o mesmo grande incremento, que se firmou através das edificações então realizadas. À falta, porém, de um plano urbanístico, tôdas as habitações se localiíaram à margem da ferrovia, e, no correr dos anos, o povoado aumentou, sempre paralelo à mesma. A cidade de Cantanhede tem seu núcleo quase que exclusivamente na Rua da Estrada de Ferro, da qual se originaram travessas que vão ter ao rio Itapecuru, situado, em determinados trechos, a menos de duzentos metros daquele logradouro.

Pela Lei n.° 269, de 31 de dezembro de 1948, foi o povoado elevado à categoria de vila, com a conseqüente criação do distrito de Cantanhede. Pouco depois, a 24 de setembro de 1952, foi, pela Lei n.° 757, desmembrado do município de Itapecuru-Mirim e transformado em município, verificando-se a sua instalação no dia 1.° de janeiro de 1953. É o atual Prefeito do Município a Sra. Florência Cantanhêde Rodrigues.

LOCALIZAÇÃO — Latitude S. 3° 38' 3"; Longitude W.Gr. 44° 23' 15". Altitude: 14 metros. O município fica situado na Zona do Itapecuru.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O inverno tem início no mês de janeiro e termina em maio, sendo que as chuvas mais abundantes se registram em abril. A maior intensidade de queda de temperatura é em julho e, de calor, em outubro; verifica-se a estiagem de julho a dezembro, quando começam a cair as primeiras chuvas. Os ventos gerais sopram no mês de novembro, prolongando-se até dezembro. Foi registrada a seguinte temperatura em graus centígrados: da máximas — 36; das mínimas — 23 e mais freqüente — 33. O município não possui Pôsto Meteorológico.

ÁREA — Com área de 1 460 quilômetros quadrados, é Cantanhede o 61.° município em grandeza territorial, dentre os demais do Estado.

POPULAÇÃO — Quando do Recenseamento de 1950, Cantanhede ainda era distrito de Itapecuru-Mirim, onde foram encontrados 6 039 habitantes, sendo 3 111 homens e 2 929 mulheres. A sede contava 1 178 pessoas, das quais 566 do sexo masculino e 612 do feminino. Os 80% da população vivem na zona rural.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A agricultura e a pecuária constituem as atividades fundamentais à economia do município, sendo a mandioca, o arroz em casca, o milho e o feijão seus principais produtos agrícolas, figurando a capital do Estado como o maior comprador dos mesmos. A produção industrial é obtida através de fornos de farinha de mandioca e tapioca espalhados pelo interior do município, e alguns alambiques e motores de pilar arroz. Em 1955 essas duas atividades (agrícola e industrial) apresentaram os seguintes resultados:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Produção agrícola			
Arroz em casca	Saco de 60 kg	49 000	4 900 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	360	126 000
Feijão	Saco de 60 kg	460	161 000
Mandioca-brava	Tonelada	5 000	1 500 000
Milho	Saco de 60 kg	27 000	2 430 000
Banana	Cacho	22 000	198 000
Produção industrial			
Farinha de mandioca	kg	1 021 200	3 062 600
Tapioca	»	50 420	351 990
Aguardente de cana	Litro	18 050	270 700
Arroz pilado	kg	54 000	246 000

A atividade pecuária, embora tenha significação econômica para o município, não é, contudo, uma das maiores do Estado. Seus melhores rebanhos ficam localizados nos campos de criação da Zona de "Pombinhas", sendo que a exportação do gado é quase tôda para a Capital. A população pecuária em 31-XII-1956 estava calculada nos seguintes totais: bovinos 4 500; suínos 20 000; ovinos 1 200; caprinos 2 100; eqüinos 2 500; asininos 300, e muares 300.

O babaçu representa uma riqueza natural de certa fôrça econômica para o município e sua produção, em 1955, atingiu Cr$ 2 470 000,00.

A pesca, apesar de praticada em grande escala, é feita por métodos rudimentares, sendo considerada atividade econômica subsidiária, para o sustento da própria população. Em 1955 sua produção somou Cr$ 422 000,00.

MEIOS DE TRANSPORTE — Cantanhede fica à margem da Estrada de Ferro São Luís—Teresina, cujos trens passam, rumo a Teresina, às segundas, quartas e sextas-feiras e, para São Luís, às têrças, quintas e sábados. A sede municipal tem as seguintes comunicações com as cidades vizinhas: Arari: a cavalo, 43 quilômetros; Bacabal: rodoviário, 111 quilômetros; Pirapemas: ferroviário, 23 quilômetros; Itapecuru-Mirim: ferroviário, 31 quilômetros, ou rodoviário, 73 quilômetros.

COMÉRCIO — Na sede municipal há 2 estabelecimentos atacadistas, 23 varejistas e 1 industrial. Mantém transações com as praças de São Luís-MA, Teresina-PI e Fortaleza-CE, importando tecidos em geral, ferragens, açúcar, sal, bebidas, fumo, produtos farmacêuticos, gêneros alimentícios, etc. Não possui agência bancária.

ASPECTOS URBANOS — Eclesiàsticamente, Cantanhede faz parte da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, de Itapecuru-Mirim, e conta com uma igreja, ainda em construção. É têrmo da comarca de Itapecuru-Mirim, com três suplentes de Juiz, um Adjunto de Promotor, um Escrivão do Registro Civil e mais anexos e um Oficial de Justiça. A sede é iluminada a luz elétrica, inaugurada em outubro de 1956, de propriedade da Prefeitura Municipal, cuja usina tem capacidade para 25 000 velas. Nenhuma de suas

ruas é calçada. É ponto de parada obrigatória dos trens de passageiros que demandam São Luís ou Teresina. Apenas dispõe de uma pensão, sem requisitos de confôrto, que cobra a diária de Cr$ 60,00. Não possui aeroporto ou campo de pouso, mantendo o Departamento dos Correios e Telégrafos sòmente Agência Postal. Os telegramas são recebidos e expedidos por intermédio da Estrada de Ferro São Luís—Teresina.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Cantanhede dispõe de um farmacêutico prático e 2 socorros farmacêuticos. Faz parte do 14.º Distrito Sanitário, cuja sede é em Coroatá. Devido a sua proximidade com a Capital e facilidade de transporte, a população, nos casos mais graves, recorre aos clínicos e hospitais de São Luís.

ALFABETIZAÇÃO — Apenas 411 pessoas (217 homens e 194 mulheres) de 5 anos e mais declararam que sabiam ler e escrever quando do Recenseamento Geral de 1950, o que representa pouco mais de 40% dêsse total.

Ensino — Sòmente a instrução primária é difundida no município. Em 1956 Cantanhede contava com 16 estabelecimentos, sendo 10 de ensino Fundamental Comum e o restante de Fundamental Supletivo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos do município adotam o gentílico cantanhedenses. Os principais festejos populares, de cunho religioso, são: festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade, a 8 de dezembro, e de São Benedito, em outubro. Não existem procissões tradicionais, devido, possìvelmente, à pequena concentração demográfica da sede. O carnaval também não consegue contagiar seus habitantes na própria localidade, indo os foliões, por isso, para a Capital do Estado. A estrada de ferro percorre terreno do município numa extensão de 28 quilômetros, onde possui três estações. O principal acidente geográfico que se constata em Cantanhede é, sem dúvida, o rio Itapecuru que banha grande parte de suas terras e passa muito próximo da cidade.

Para a Câmara Municipal são eleitos 9 vereadores.

FINANÇAS PÚBLICAS — O município foi instalado em 1953 e a Coletoria Estadual sòmente funcionou a partir de 1955.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953	...	—	168	168	157
1954	...	—	716	160	374
1955	...	229	732	222	716
1956	...	1 130	951	204	951

(Autor do histórico: A.E. Raimundo Nonato Ferraz; Redação final — Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística de Itapecuru-Mirim, Departamento Estadual de Estatística e documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão.)

CAROLINA — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O govêrno português, por meio de Carta Régia de 12 de março de 1798, ordenou ao capitão do Maranhão promovesse o reconhecimento do rio Tocantins pelo lado da sua Capitania. A ânsia de conquistar novas terras, que dominava os espíritos naquela época, facilitou a realização do desejo da Metrópole, dando oportunidade a que se organizassem várias expedições, rumo às paragens onde, segundo acreditavam, devia correr a grande artéria fluvial. Das expedições participaram, dentre outros, Manoel José de Assunção, Pedro Gomes de Gouveia, Antônio Francisco dos Reis, Antônio Moreira da Silva, Segismundo Rodrigues Chaves, Alexandre Marinho e Manoel Henrique. Em 1806 os bandeirantes pararam, finalmente, às margens do rio Tocantins, depois de haverem devassado largas extensões do sertão desconhecido. Essa data, aliás, é confirmada por Carlota Carvalho no seu livro "O Sertão", pág. 31.

A descoberta do Tocantins, pelo lado do Maranhão, segundo ainda Carlota Carvalho (*op. cit.* pág. 31), deve-se a uma das expedições organizadas para tal fim pelo comandante de Pastos Bons. Essa é a versão adotada no texto, mas devem ser observados os tópicos do ofício dirigido pelo coronel Sebastião Gomes da Silva Belford, em 10 de maio de 1810, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra: "Ignorava-se totalmente no Estado do Maranhão a altura em que se achava o rio Tocantins, quando as sábias e providentes Cartas Régias de 12 de março de 1798 decretaram que se promovesse os meios de descobrí-lo e navegá-lo, a fim de se conseguirem os grandes e incalculáveis interêsses, que eram de esperar de se animarem, e estabelecerem pelo dito rio relações comerciais entre as Capitanias do Maranhão, Grão Pará e Goiás. Governava então o Estado, Antônio Saldanha da Gama, que não deixou de se esforçar a conseguir êsse fim, mas seus esforços foram baldados; nestes tempos habitava no sertão de Pastos Bons, na fazenda denominada A Grande, constante do roteiro, Elías Ferreira de Barros, bom Servidor de S.A.R., e homem inclinado a descobertas, e temerário em emprêsas contra o gentio; êle na idéia de procurar terrenos com pastos e águas, capaz de estabelecer uma nova fazenda de gados, entranhou-se para o sertão, onde hoje tem a sua fazenda do Mirador, à margem do

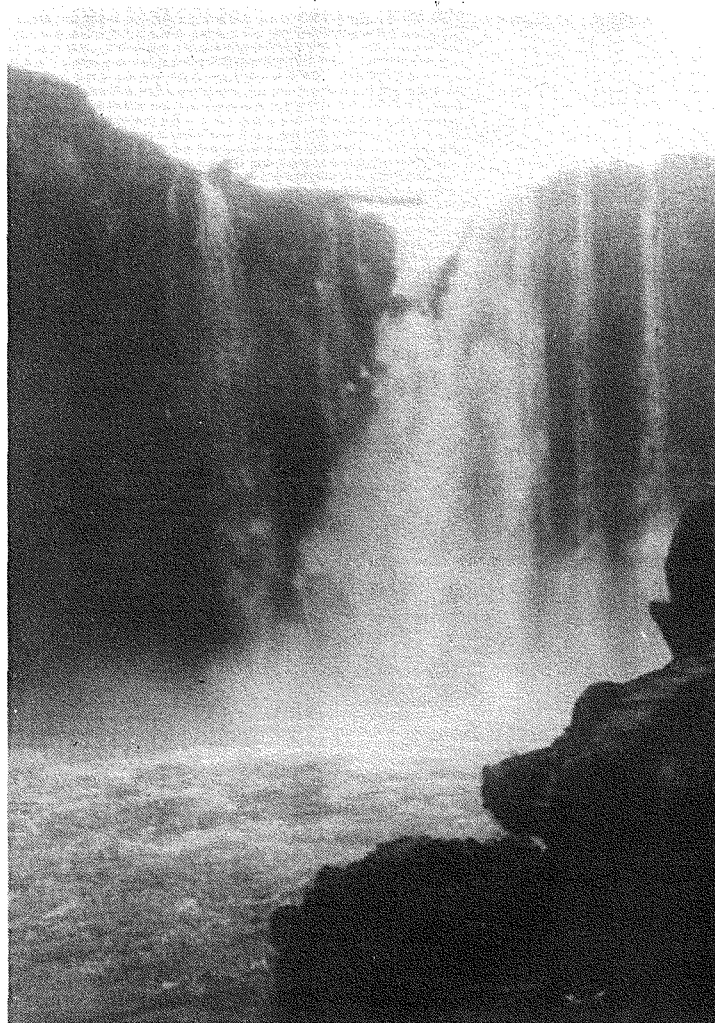
Praça Alípio Carvalho, vendo-se a Prefeitura Municipal

Igreja-Matriz de São Pedro de Alcântara

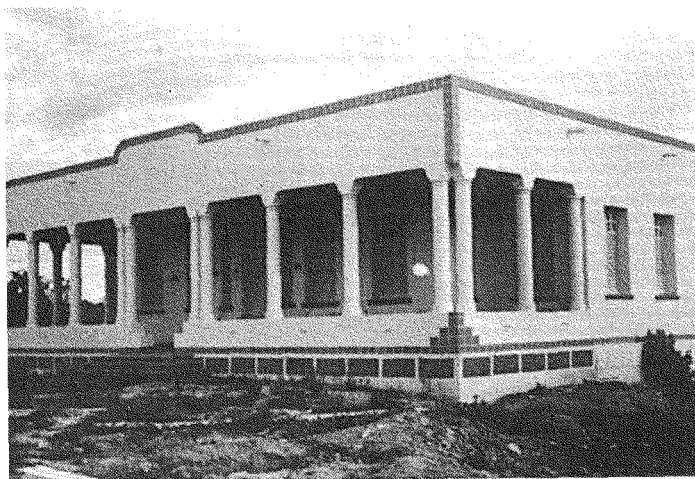
rio Manoel Alves Grande; passados tempos apareceu-lhes aí um índio, que perguntado, confessou haver fugido de uma canoa vinda para Goiás, por um grande rio, e que atravessando matas, e campos, conseguira chegar à Fazenda, onde se achava. Desde logo concebeu o dito Barros idéias de ver o rio, e ir ao Pará; fabricou um pequeno barco, a que ali chamam Montaria, e descendo nele com o dito índio, e três escravos seus, pelo rio Manoel Alves Grande se achou em dia e meio no dito rio Grande, que depois soube ser o Tocantins; seguiu por êle abaixo, e chegando ao lugar onde se mandou estabelecer a Vila de São João das Duas Barras, ignorava o índio qual dos rios era o que ia ao Pará; nesta incerteza entraram pelo Araguaia, porém no fim de dois dias conheceram, ou desconfiaram de estarem perdidos; voltaram, e felizmente ao entrar de novo em o Tocantins, encontraram uma Parada que vinha do Pará, da qual souberam por onde deviam seguir; continuaram a viagem até o Pará, donde na volta trouxe cartas do Govêrno para o do Maranhão, e bem assim canoas de maior porte com alguns gêneros para principiar o seu comércio pelo dito rio, gastando nesta digressão dois meses pouco mais ou menos; aportou felizmente no Mirador, e foi se apresentar ao Governador do Maranhão, que já então era o mesmo que me enviou a esta Comissão; as notícias dêstes fatos mereceram tôda a atenção do General, que imediatamente ordenou ao sôbredito Barros, que voltasse, quanto antes, ao Mirador, e na sua montaria demandasse pelo rio Tocantins as povoações de Goiás, o que êle prontamente cumpriu, gastando onze dias até Pôrto Real, donde trouxe atestações autênticas disto mesmo, que remeteu ao General em virtude do que teve ordem para com 40 soldados abrir uma estrada desde Mirador até Pôrto Real de Goiás".

Em 1809, Manoel Coelho Paredes veio ao lugar, à margem oriental do Tocantins, três léguas abaixo da foz do rio Manoel Alves Grande, onde viviam, em aldeia, os índios *macamecrans*. Ajudado por seu antigo companheiro em "bandeira", Elias Ferreira de Barros, construiu, para seu gado, currais e, em seguida, para os do próprio Elias de Barros, que se estabelecera, também, à beira do mesmo rio, mais acima, no pôrto da Cruz.

Descreve Cunha Matos êsse antigo lugarejo goiano, fundado por um dos membros da expedição organizada em Pastos Bons para tentar a descoberta do Tocantins, pelo lado do Maranhão: "Carolina — Esta aldeia situada logo abaixo da cachoeira das Três Barras na margem esquerda do Tocantins tem apenas 81 moradores cristãos, ali congregados em 1816 por Antônio Moreira da Silva, que conservava amizade com os chefes das Aldeias dos Apinagés, Otogês e Afotigês, próximas à mesma povoação do Moreira. Estas aldeias são: Bom Jardim, com 1 000 almas e Santo Antônio, 8 léguas distante do Pôrto do mesmo nome com 1 500 almas. Há outra aldeia Santo Antônio com 500 pessoas. Os afotigês na Carolina sobem a 1 200 almas. A de Araguaia — entre o Tocantins e o rio Araguaia com 1 400 almas".

Coelho Paredes escreveu, num documento que forneceu à Câmara Municipal de Riachão, o seguinte: "Declaro eu abaixo assinado Manoel Coelho Paredes, morador antigo e estabelecido com quatro fazendas de gado, três na Ribeira da Lapa e uma na Ribeira de Neves, Distrito

Cachoeira no rio Farinha, distando 40 quilômetros da sede, com 18 metros de altitude

da Capitania do Maranhão, a que pertenço que no ano de 1809 vim à beira do rio Tocantins, no lugar em que está situado o Capitão Francisco José Pinto de Magalhães, e que hoje se chama São Pedro de Alcântara, e aí fiz currais para meus gados, a cujo trabalho ajudou-me meu compadre Elias Ferreira Barros; depois fui ajudá-lo a fazer os seus no Pôrto da Cruz, à beira do mesmo rio e a êstes trabalhos assistiu Valério Ferreira, Antônio da Luz e Pedro Gomes, que ainda ao fazer desta são vivos, ficando eu com o direito de primeiro povoador, e com intenção de continuar, se não fôsse pela chegada do dito Francisco José Pinto, um ano depois dissuadir-me disso; persuadido pelo mesmo de que não me era permitido ali estabelecer povoação, por ser margem do rio que pertence à sua Alteza Real, e por ser assim, fiz a presente declaração que assinei da minha letra e sinal, confirmando todo o seu conteúdo como se em juízo fôsse. Povoação São Pedro de Alcântara, 9 de julho de 1815".

Em 1810, um ano depois, o mascate goiano, Francisco José Pinto de Magalhães, seguindo para Belém, onde ia abastecer-se de mercadorias para o seu comércio, saltou no lugar onde Coelho Paredes estava estabelecido. Aí procurou, por todos os meios, convencer o fazendeiro a abandonar o sítio, por pertencerem aquelas terras ao Príncipe.

Prédio do Instituto Batista

Em seguida, juntamente com os companheiros de viagem, estabeleceu-se ali e deu ao novo núcleo de colonização a denominação de São Pedro de Alcântara.

Apesar de o novo núcleo ter sido iniciado com 42 habitantes, segundo o seu próprio fundador em "Memória", sôbre a descoberta e fundação da povoação de São Pedro de Alcântara, que enviou ao capitão-general de Goiás, teve pouco desenvolvimento.

Contesta, porém, essa afirmativa Cândido Mendes de Almeida ("A Carolina", pág. XXVIII). Para êle Pinto de Magalhães não reuniu em São Pedro de Alcântara mais habitantes do que os membros de sua família e alguns agregados que "um pobre mascate do rio" poderia congregar.

Em 1815, Francisco de Paula Ribeiro, em missão oficial, visita a localidade, encontrando-a com "menos de vinte pessoas pobríssimas, que viviam quase como selvagens, subsistindo até das mesmas batatas que plantavam e lhes davam" (Viagem ao rio Tocantins pelo sertão do Maranhão, em 1815).

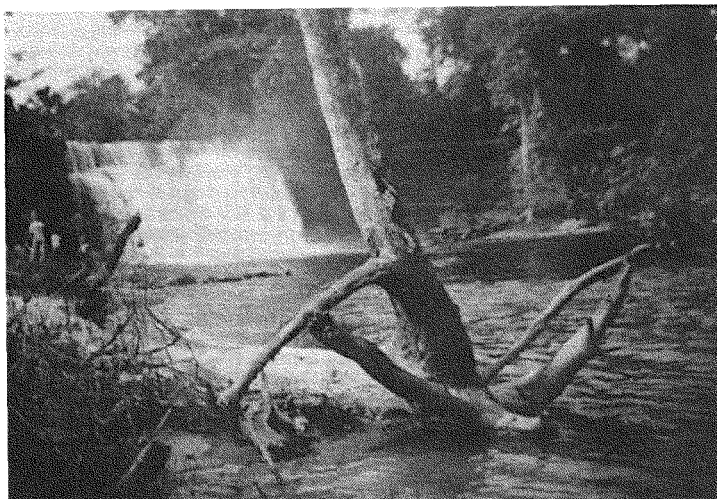
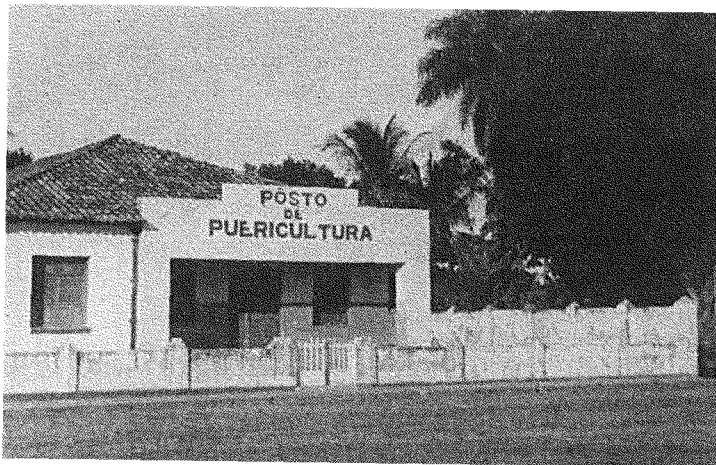
À proporção que se passavam os anos, piorava a situação de São Pedro de Alcântara. Em 1816 só "duas ca-

Rua Benedito Leite, vendo-se o prédio do Banco do Brasil S.A.

sas cobertas de palha", informa Carlota de Carvalho citando Cunha Matos, "ainda existem no decadente povoado, habitadas por duas famílias pobres, que cultivavam mandioca e pescavam para viver". ("O Sertão", pág. 39). Tanto que, nesse ano, Francisco Pinto de Magalhães resolve abandonar o lugar, transferindo-se para o Pôrto da Chapada.

Elias Ferreira de Barros, vendo a decadência do lugarejo que havia iniciado, e, por ter interêsse na zona — possuía várias fazendas de gado — tomou a iniciativa de incentivar o seu desenvolvimento, isso, ainda, em 1816. Em 1820, porém, de volta de Belém, em companhia do padre Antônio Carlos Ramalho, estabeleceu-se o incansável pioneiro no antigo lugarejo de Pinto de Magalhães, que passou a crescer em população e importância. Foi nessa época que Antônio Moreira da Silva, que fazia parte das expedições oficiais, fundou, à margem esquerda do Tocantins, o povoado de Três Barras.

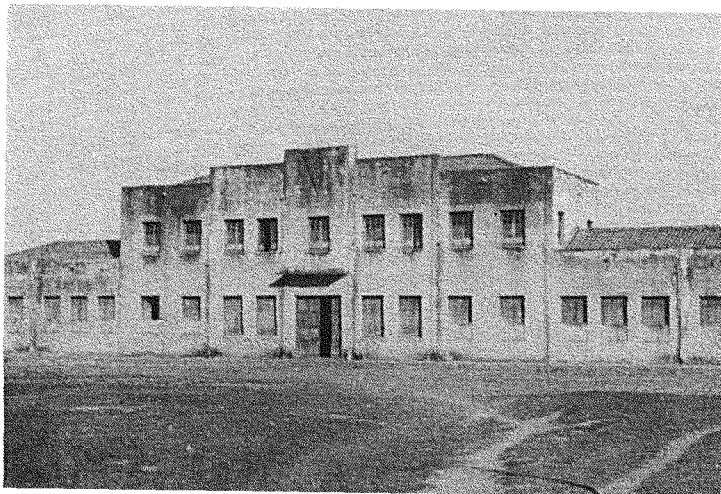
Ao descer o rio, em 1825, o deputado do govêrno provisório, padre Luís Gonzaga de Camargo Fleury, em honra à memória de nossa primeira Imperatriz, dá ao novo povoado o nome de Carolina.

Em 1831, a 25 de outubro, o povoado foi elevado à categoria de vila. Nessa data, o Govêrno de Goiás, baseado na anterior ocupação do mesmo por goianos, fêz transladar para São Pedro de Alcântara a vila de Carolina, mudando de jurisdição a antiga comuna maranhense, que sempre estêve sob o domínio do Maranhão. Essa mudança, entretanto, provocou tremenda luta entre os governos das duas províncias, que se julgavam com igual direito. O de Goiás,

Cachoeira do Itapecuru

Pôsto de Puericultura

porém, desde que Pinto de Magalhães se fixara em São Pedro de Alcântara, começara a exercer atos de jurisdição sôbre o povoado e todo o território banhado pelas vertentes do rio Manoel Alves Grande, pois achava que um e outro lhe pertenciam, tendo em vista a Provisão do Conselho Ultramarino de 24 de maio de 1740 e por terem sido povoados por goianos.

O Imperador determinou, em 3 de março de 1833, que a Vila fôsse conservada sob a jurisdição de Goiás. Aprovada a transferência, foi ordenada, pelo Govêrno goiano, a sua instalação, que ocorreu a 25 do mesmo mês de março, sendo acrescentado ao nome de Alcântara o de Carolina.

Protestou contra êsse ato, ao Poder Central, o Presidente do Maranhão. Pede informações ao Chefe do Govêrno goiano, o Ministro do Império. Aquêle, em longo memorial, procura demonstrar o direito da sua província ao território em litígio, o que é contestado pelo Maranhão. Também foram ouvidos na questão os Bispos das duas dioceses, nada ficando resolvido na esfera do Poder Executivo.

Autorizada pelo Presidente da Província, a Câmara Municipal da vila de Riachão intima, pelo ofício de 17 de setembro de 1834, os habitantes da nova Carolina, a desocuparem o terreno, antigo povoado de São Pedro de Alcântara. Aos povos da ribeira do rio Farinha, a 16 de agôsto de 1815, foi lançado um enérgico manifesto, pelo Juiz de Paz do Primeiro Distrito da Chapada, para que obedecessem às autoridades maranhenses, contra "os que pretendem usurpar parte da nossa Província, e repouso, e ataviando-se com as roupagens da maledicência, arrancando-nos dos braços das nossas famílias, enfim expostos aos rigores da injustiça".

Ginásio do Sertão Maranhense

Em junho de 1835, o caso é levado à Câmara dos Deputados, que o distribui à sua Comissão de Estatística, a 15 do mesmo mês.

A Assembléia Provincial do Maranhão dirige, em 1836, uma longa representação documentada ao ramo temporário do parlamento, insistindo pela solução do litígio. Da mesma maneira procedeu a de Goiás, em 1837, mas a Comissão de Estatística só deu o seu primeiro parecer a 27 de maio de 1838, e ainda para pedir informações.

Veementes protestos, também, foram lançados na esfera eclesiástica, quando, a 12 de julho de 1836, D. Marcos de Souza dirige-se à Câmara Municipal da vila de Riachão, declarando nulos os atos jurisdicionais praticados pelo padre Antônio Carmos Ramalho, de São Pedro de Alcântara, tendo em vista que o território onde o mesmo vinha exercendo seu ministério pertencia à jurisdição de Pastos Bons.

Teve comunicação o presidente da Província, pelo ofício de 19 de novembro de 1836, dos edis da Câmara

Pôsto de Higiene Estadual

de Riachão que, autorizados pelo chefe da Igreja Maranhense, "vão lançar fora da vila de Carolina o Reverendo Antônio Carlos Ramalho".

A 29 de março de 1837, os proprietários das ribeiras da Lapa e Farinha, tendo por chefe o Juiz de Paz Ladislau Pereira de Miranda, requereram que lhes permitisse a Câmara de Riachão apossarem-se das terras que Goiás lhes arrebatara.

Finalmente, a 30 de agôsto de 1838, a Comissão apresenta um projeto de lei, que fixa os limites das duas províncias, exatamente de acôrdo com o auto de demarcação de 9 de julho de 1816, auto lavrado de ordem do govêrno da Metrópole, com a aquiescência das duas partes.

A discussão dêsse projeto, em primeiro turno, é adiada a requerimento do Deputado pernambucano Venâncio Henrique de Resende, sob a alegação de precisar de mais esclarecimentos. Então novos pedidos de informação são feitos aos governos interessados. Os informes pedidos chegaram à Câmara em 1841, mas sòmente em 1845, por provocação do representante maranhense Dr. José Tomaz dos Santos Almeida, retoma-se o estudo do processo. Mais uma vez pronuncia-se sôbre a matéria a Comissão de Es-

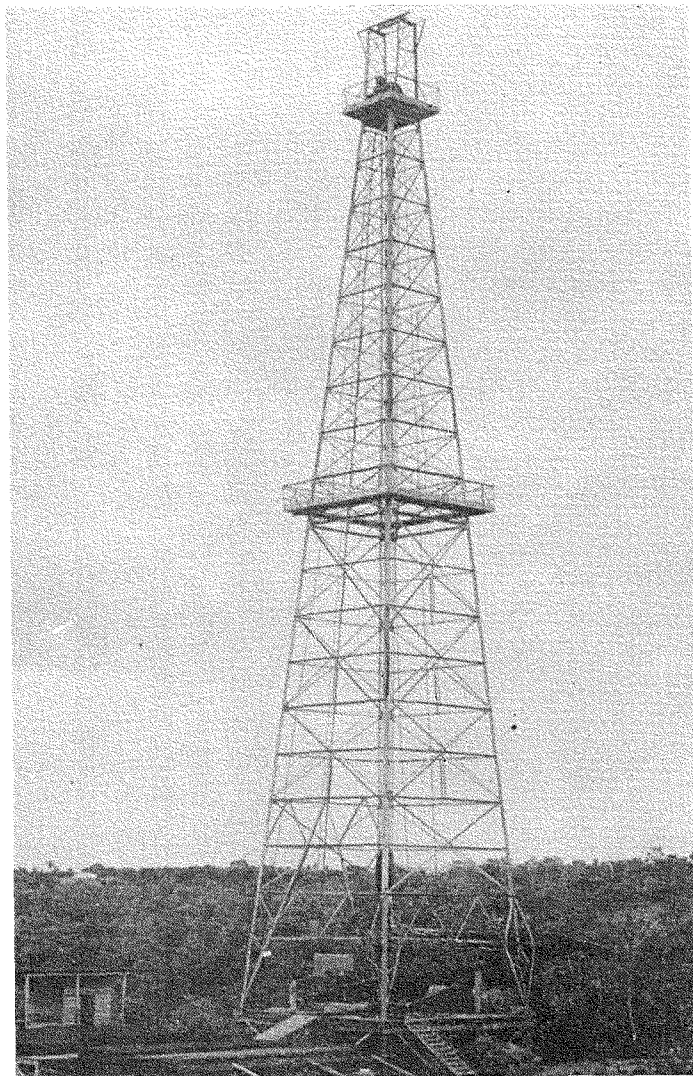
tatística, emitindo parecer diametralmente contrário ao ponto de vista existente no projeto de lei, que oferecera em 1838.

Todo o processo sôbre a questão fica completamente abafado em poder do relator até 1851, quando o legislativo maranhense renova os seus esforços junto aos representantes da Nação, no sentido de obter a decisão do pleito.

A 20 de janeiro ainda de 1851, o Vigário de Riachão representa ao Vigário Capitular das Dioceses, pedindo providências acêrca dos limites da sua freguesia, absorvida pela de Carolina. A 22 de abril seguinte, dirige-se o Vigário Capitular ao Govêrno Imperial, instando para que se solucione o litígio que mantém indivisas as dioceses do Maranhão e Goiás.

Mais uma vez entra em ordem do dia o assunto e a Comissão de Estatística pede uma vez mais, também, informações ao Govêrno Provincial.

O insigne geógrafo, parlamentar e advogado conterrâneo, Cândido Mendes de Almeida, conhecedor profundo da História e da Geografia do Maranhão, em 1852 toma a defesa dos interêsses do Estado, junto à Câmara Baixa do País, e elabora, a respeito da debatida questão, a magnífica monografia que, depois, publicou sob o título "A Carolina".

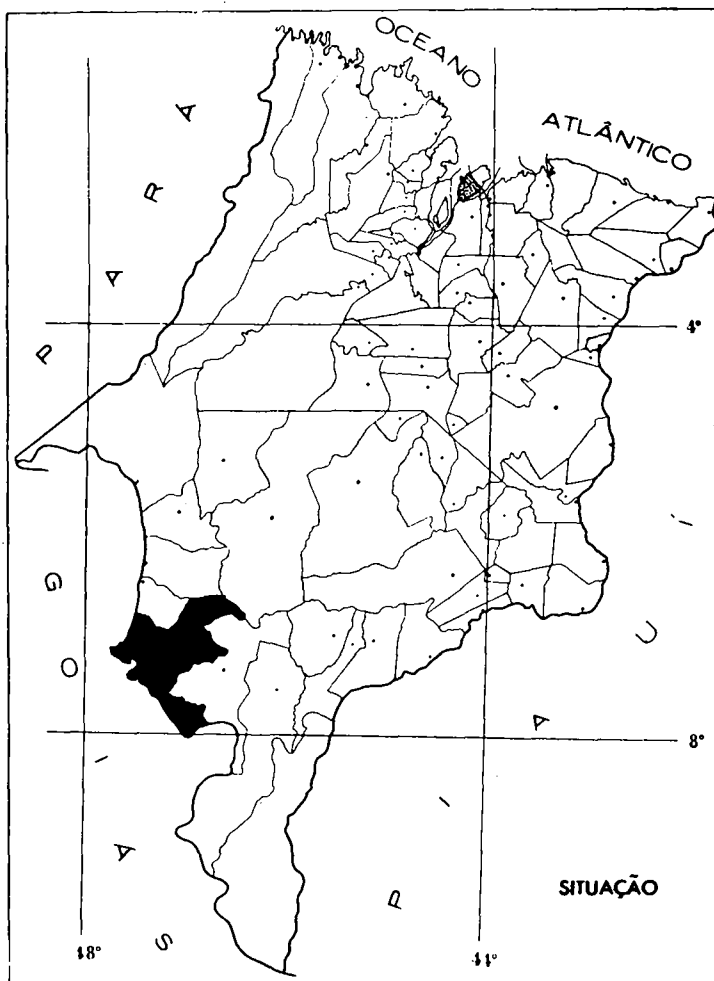
O caso do litígio entre as duas províncias demorou por mais de dois anos, mas o Decreto n.º 773, de 23 de agôsto de 1854, dá por encerrada a questão, com a ratificação da demarcação de limites de Goiás e Maranhão,

Tôrre do petróleo

reincorporando o discutido vilarejo de Pinto de Magalhães e Elias de Barros ao território maranhense, com a denominação de Carolina.

A instalação da comarca verificou-se a 26 de maio do ano seguinte, pela Lei provincial n.º 370.

Carolina foi elevada à categoria de cidade pela Lei provincial n.º 527, de 8 de julho de 1859.

O Prefeito atual é o Sr. Genésio Gonçalves Maranhão.

LOCALIZAÇÃO — Pertence o município à Zona do Tocantins. Latitude Sul: 7° 19' 51". Longitude: W. Gr.:

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

47° 28' 30". Posição relativamente à Capital, rumo — S.S.O., distância — 634 quilômetros (em linha reta).

ALTITUDE — Atinge 148 metros, na sede municipal.

CLIMA — Quente, apresentando-se um pouco mais ameno nos meses de junho e julho.

Temperatura média em graus centígrados: das máximas, 36,6; das mínimas, 19,6; compensada, 33,5, verificadas em 1956.

ESTAÇÕES — Inverno, de setembro a maio, época em que são freqüentes as trovoadas. O verão tem início em junho, prolongando-se até agôsto.

ÁREA — Com área igual a 6 335 quilômetros quadrados, é o 13.º município maranhense em grandeza territorial, apesar de haver perdido 3 790 quilômetros quadrados em 1954 para, com êles, ser constituído o município de Presidente Vargas (Lei n.º 1 304, de 27 de dezembro).

8 — 24 931

Mercado Municipal

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, o município de Carolina possuía 21 404 habitantes — 3,22 habitantes por quilômetro quadrado —, dos quais 10 325 homens e 11 078 mulheres. Localizavam-se na zona rural 78% da população. O cálculo para 1955 é de 22 548 habitantes, equivalendo a 3,56 habitantes por quilômetro quadrado.

Dos 21 404 habitantes, 20 608 são católicos romanos — 9 952 homens e 10 656 mulheres —, o que representa 96,2%. Declararam-se protestantes, 224 homens e 234 mulheres — 2,1%; espíritas, 72 homens e 109 mulheres; sem religião, 59 homens e 49 mulheres; outras religiões, 2 homens e 1 mulher; sem declaração de religião, 17 homens e 29 mulheres.

Há, no município, predominância da côr branca, com 12 700 pessoas — 5 994 homens e 6 706 mulheres, o que representa 59,3% da população. Em segundo lugar vem a parda, com 3 839 homens e 3 803 mulheres — 35,7% —, e, por último, a preta, que acusa um total de 998 pessoas — 468 homens e 530 mulheres.

Aglomerações urbanas — O município de Carolina compreende um só distrito — o da sede, com 4 659 habitantes, sendo 2 001 homens e 2 658 mulheres recenseados em 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades econômicas do município são agricultura e pecuária.

Os principais produtos agrícolas, em 1955, foram os seguintes, segundo a ordem de valor e produção:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Mandioca	Tonelada	13 100	2 620 000
Arroz em casca	Saco de 60 kg	13 800	1 380 000
Milho	» » » »	9 100	637 000
Fumo	Arrôba	5 000	600 000
Feijão	Saco de 60 kg	2 200	594 000

Juntamente com Pôrto Franco, Carolina também tem cultura de alho, a qual produziu em 1955 doze toneladas no valor de 480 mil cruzeiros.

Bem desenvolvida é a criação de gado, bastante melhorada com a introdução de raças selecionadas. Seus rebanhos estão assim computados: 32 000 bovinos, 60 000 suínos, 3 200 ovinos, 2 500 caprinos, 6 800 eqüinos, 3 000 asininos e 2 100 muares.

A pesca é feita em pequena escala. Em 1956, a produção foi de apenas 35 300 quilogramas, no valor de Cr$ 353 000,00.

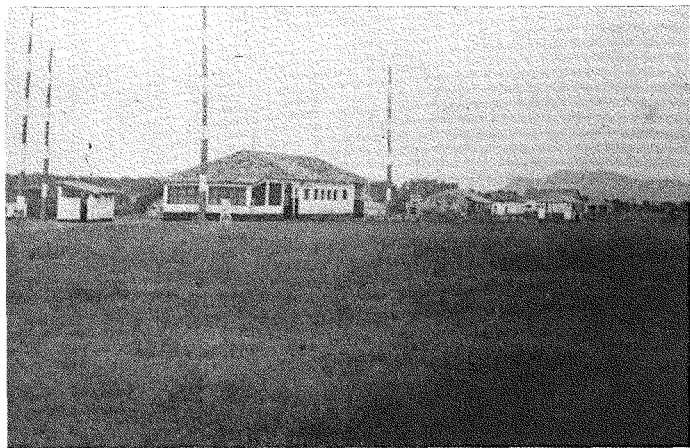
Indústria — Há no município, beneficiamento de arroz, fabricação da farinha de mandioca, aguardente de cana, tijolos, etc., cuja produção, em 1956, é a que se encontra no quadro abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz pilado	kg	174 000	938 500
Tijolos	Milheiro	780	390 000
Farinha de mandioca	kg	108 500	325 500
Aguardente de cana	Litro	26 000	520 000
Rapadura	kg	47 000	282 000
Manteiga	»	500	50 000
Queijo	»	2 200	88 000

Ainda no mesmo ano de 1956, foram as seguintes as principais indústrias extrativas do município:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Extração mineral			
Pedras calcárias	Tonelada	420	12 000
Cal extinta	kg	40 000	400 000
Argila	Tonelada	4 000	200 000
Extração vegetal			
Óleo de babaçu	kg	53 691	1 073 820
Madeiras diversas	m^3	30 000	3 000 000
Lenha	»	600 000	3 000 000
Carvão	kg	80 000	80 000
Resíduo	»	42 953	42 953

MEIOS DE TRANSPORTE — Liga-se, Carolina, às cidades vizinhas, pelos seguintes meios de transporte: Riachão: rodoviário, 145 quilômetros; Presidente Vargas: fluvial, 192 quilômetros; cavalo, 85 quilômetros; Balsas: rodoviário, 250 quilômetros; Grajaú: cavalo, 304 quilômetros; Pôrto Franco: fluvial, 114 quilômetros; cavalo, 117 quilômetros. De todos os municípios do Estado, é o campo de aviação de Carolina — aeroporto de Ticonçá — o melhor, depois do de Tirirical, em São Luís. Por êle fazem escala aparelhos das emprêsas: Cruzeiro do Sul, Consórcio Real-Aerovias-Aeronorte do Brasil, Lóide Aéreo, Panair do Brasil S. A., e até mesmo "Constellations" e aviões internacionais.

Praça Alípio Carvalho

Aeroporto do Ticorcá

Por via fluvial o transporte é feito através de lanchas e motores, que põem o município em comunicação, também, com os Estados do Pará, Goiás e Piauí.

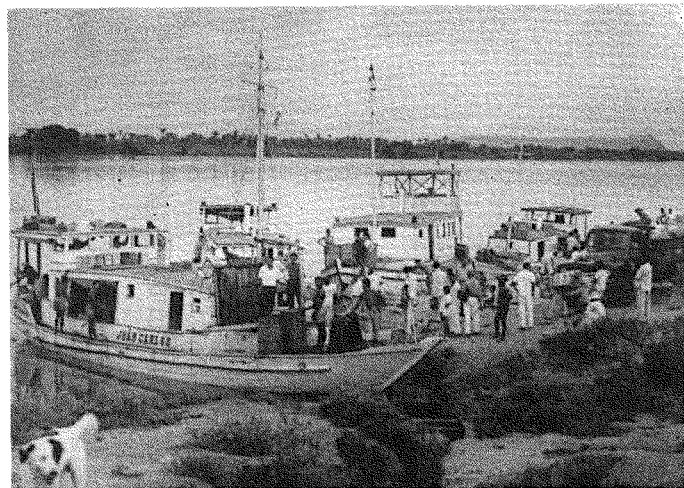
COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é feito com as praças de Belém-PA, São Paulo-SP, Recife-PE, Fortaleza-CE, São Luís-MA, Floriano-PI e Distrito Federal. Enquanto exporta mandioca, milho, arroz em casca e feijão, importa sal, café, mercadorias em geral, produtos farmacêuticos, bebidas, fazendas, cigarros, etc.

Os estabelecimentos comerciais na sede municipal são em número de 24, sendo 4 atacadistas e 20 varejistas.

Existe no município uma movimentada Agência do Banco do Brasil Sociedade Anônima.

ASPECTOS URBANOS — Há em Carolina a Usina Hidrelétrica Limitada, emprêsa particular, que fornece iluminação pública e privada e, ainda, fôrça às pequenas indústrias da cidade. Essa Usina é alimentada pela Cachoeira do Itapecuru. São em número de 1 027 as ligações elétricas.

Não há calçamento nas ruas; entretanto, existe a Praça Alípio Carvalho, — cujo nome é em homenagem a um filho da terra —, bem traçada, com calçamento e jardinagem modernos.

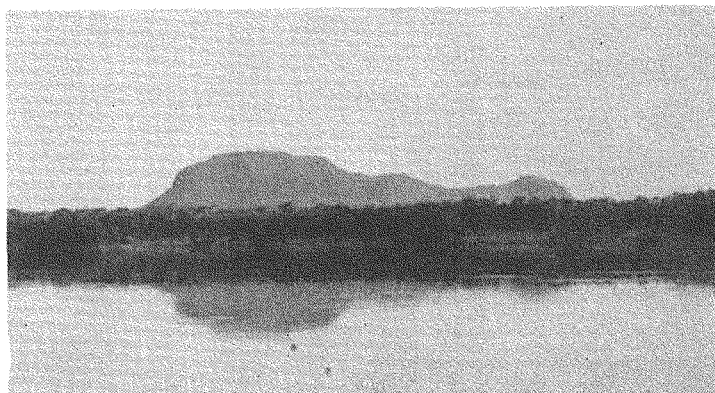
Possui, a cidade um marco comemorativo localizado no centro da Alameda Getúlio Vargas — do centenário da Independência, 2 cinemas: Cine Fátima e Cine Carolina, 4 hotéis e 2 pensões. Dos hotéis, 3 são regularmente instalados. O Cine Fátima foi inaugurado em 1941 e conta 304 cadeiras. O seu funcionamento não é regular, tanto que em 1956 foram realizadas apenas 320 sessões, com

Aspecto do Pôrto

8 800 espectadores. Preços de ingresso: Cr$ 10,00, adultos; e estudantes e crianças — Cr$ 5,00. O Cine Carolina, recentemente inaugurado, tem capacidade para 30 pessoas.

Em 1956, estavam registrados na Prefeitura: 13 caminhões, 8 jipes, 2 ônibus, 3 camionetas, 64 bicicletas, 64 carros de boi, 1 carro de duas rodas e 1 carroça comum.

Representam o município, na Câmara Municipal, nove vereadores. Funcionam bom serviço postal-telegráfico, com possante estação radiotelegráfica, 1 Pôsto Meteorológico e 2 Hidrométricos, sendo um da Aerovias Brasil e outro da Panair do Brasil.

RELIGIÃO — Intenso é o movimento religioso em Carolina, onde existe 1 igreja dedicada a São Pedro de Alcântara, padroeiro da cidade, cuja festa é realizada de 10 a 19 de outubro, havendo festas de arraial, quermesses, barraquinhas, etc.; há 4 capelas públicas e 3 sacerdotes, os quais realizaram 1 346 batizados e 310 casamentos em 1956. Tais sacerdotes, que são da Ordem dos Capuchinhos, mantêm, além do seu Convento, um outro para as Irmãs Terceiras Capuchinhas do Brasil.

Tirante a festa de São Pedro de Alcântara, que é a mais destacada, época em que, para a cidade, afluem pes-

Serra da Tôrre da Lua

soas do interior carolinense, há, ainda, as de São Sebastião, Nossa Senhora da Conceição, Santa Teresinha, Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Tôdas elas são bastante concorridas, com tríduos, terminando com missas e procissões.

Dois são os templos protestantes existentes: a Igreja Batista, fundada em 1928, com 3 Ministros e 2 Diáconos e Assembléia de Deus, com 1 Ministro. A primeira mantém 2 escolas dominicais, com 13 professôras, e 1 de ensino não religioso, com 2 professôras e, ainda, a biblioteca "Lígia Câmara"; enquanto que a segunda, 1 escola dominical, com 4 professôras. Existem, também, o culto espírita, "Seara Antônio de Pádua", e o Racionalismo Cristão, "Centro Redentor", filial, fundado em 1914.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Comarca de 1.ª Entrância, tendo por têrmos os municípios de Pôrto Franco e Presidente Vargas. Constituem êsse Poder, no município, 1 Juiz de Direito, 1 Promotor Público, 2 Oficiais do Registro Civil, 1 Escrevente juramentado, 2 Oficiais de Justiça. Dois são os Cartórios, de 1.º e 2.º Ofícios.

O policiamento é feito por um destacamento da Fôrça Policial do Estado, que consta de 4 praças.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dois médicos prestam assistência à população local.

Carolina é sede do Pôsto de Higiene do Estado — 16.º Distrito Sanitário —, com clínica médica para adultos e crianças e pequenas cirurgias. Tem sob sua jurisdição, Imperatriz e Pôrto Franco.

Mantido pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais, há, também, um Pôsto, com 4 guardas sanitários. A sua finalidade é fazer colheita de sangue para exame de laboratório na capital do Estado, distribuição de remédios antimaláricos, detetizações, etc., e, pelo Pão de Santo Antônio, um dispensário com distribuição de alimentos, remédios e vestuário.

A cidade é servida por 4 excelentes farmácias, as quais têm por responsáveis farmacêuticos diplomados.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, sabiam ler e escrever, das 17 843 pessoas de 5 anos e mais, 4 445 — 2 188 homens e 2 257 mulheres —, o que representa apenas 24,91% sôbre êsse total.

Ensino — Carolina é um dos municípios do interior maranhense melhor dotado de estabelecimentos de ensino. A instrução é difundida por 2 ginásios, sendo um feminino, com internato, 1 Escola Normal Regional e 33 unidades escolares, assim distribuídas: pré-primário infantil, 1; Fundamental comum, 26 e Complementar, 4, mantidas pelos governos estadual e municipal e por particulares.

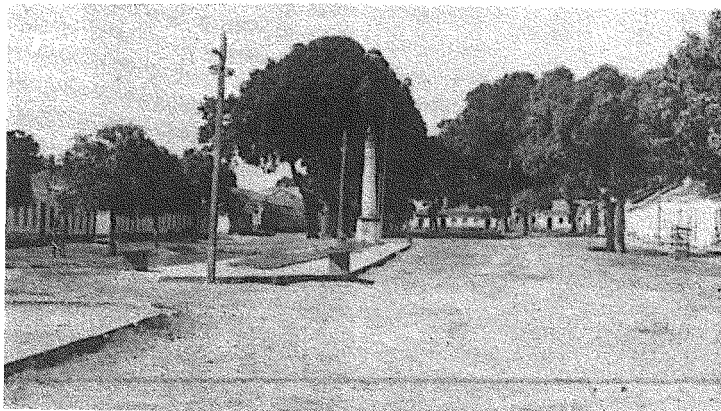
Foi o seguinte o movimento escolar referente aos ensinos secundário e normal, em 1956:

CURSOS	UNIDADES ESCOLARES	N.º DE ALUNOS MATRICULADOS	CONCLUSÕES DE CURSO EM 1956		
			Total	Homens	Mulheres
Ginasial....	2	257	33	18	15
Normal....	1	21	11	—	11

Em princípio de 1956 estavam matriculadas nas escolas primárias 1 093 crianças (de 7 a 11 anos), sendo 861 na sede municipal e 232 na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui a cidade um jornal, "A Tarde", fundado em 5 de setembro de 1926. Sua periodicidade é semanal e com circulação em tôda a zona sertaneja. Há, também, 2 tipografias, 1 livraria e alguns serviços de alto-falantes.

É de quase uma centena o número de aparelhos de rádio.

Rua Elias Barros

Trecho da Avenida Getúlio Vargas

Além da biblioteca "Lígia Câmara", que tem como entidade mantenedora a Igreja Batista, existe a "Maranhão Sobrinho", inaugurada em 1941, pertencente à Agência Municipal de Estatística e franqueada ao público. Possui a mesma, 1 634 livros catalogados e 30 não catalogados. Mantidos pelo Educandário "Nossa Senhora da Piedade" existem os cursos de datilografia, corte e costura e artes domésticas e, pelo "Pão de Santo Antônio", apenas o de corte e costura.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Dentre os rios que banham o município destacam-se: Manuel Alves Grande, Farinha, Itapecuruzinho e Tocantins, sendo êste o mais importante de todos. O seu curso é de cêrca de 138 quilômetros no município. Navegável em quase tôda sua extensão, exceto no percurso das cachoeiras de Santo Antônio e Tabocas.

É encontrada, a 6 quilômetros da sede municipal, no rio Tocantins, a ilha dos Botes, de 6 por 4 quilômetros. Na foz do Manoel Alves Grande, com 1 200 por 700 metros, fica a Lagoa Grande, que dista da cidade apenas 15 quilômetros.

Várias são as quedas de água existentes no município, sendo as mais importantes as cachoeiras de São Romão, no rio Farinha, a 70 quilômetros da sede municipal; Pedra Caída, em Ribeirão Pedra Caída, distante da cidade 30 quilômetros; Itapecuru, a igual distância. Têm de altura, as duas primeiras, 20 metros e, a última, 16 1/2. A cachoeira do Itapecuru, com descarga de 11 metros cúbicos por segundo, está sendo aproveitada pela Emprêsa Hidrelétrica Limitada, para fornecimento de energia à cidade, sendo o único município maranhense dotado dêsse tipo de iluminação.

Dentre os morros de Carolina, o mais importante é o do "Chapéu", a 12 quilômetros da sede e medindo, aproximadamente, 350 metros.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Carolina perdeu, em 1954, 3 790 quilômetros quadrados de sua área, com a criação do município de Presidente Vargas — Lei n.º 1 304, de 27 de dezembro.

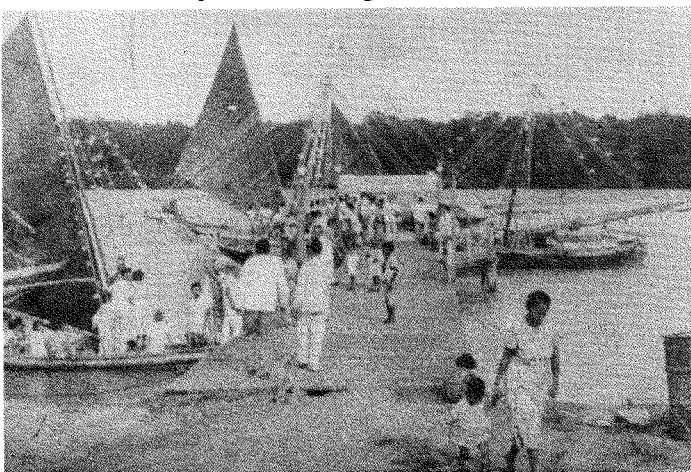
(Fonte dos dados — "O Sertão", de Carlota Carvalho, "Carolina", de Cândido Mendes de Almeida, "Viagem ao Rio Tocantins pelo Sertão Maranhense — 1815", de Francisco de Paula Ribeiro; Agência Municipal de Estatística; Serviço Nacional de Recenseamento; Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística. Redação final — Maria Rita de Miranda Jorge e Arthur Dias de Paiva.)

CARUTAPERA — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — A história da criação do município de Carutapera remonta ao ano de 1655, época em que os Jesuítas fundaram o pôsto de catequese aos índios do rio Gurupi, à margem direita do lugar Cacual, onde fizeram plantação de cacau. Posteriormente, ou seja, em 1661, foi feito, por Pedro Teixeira, o reconhecimento do terreno para a construção da estrada real, a qual se comunicaria com o Estado do Pará. Nos núcleos de Turiaçu, Igarapé Açu, São João, São Lourenço, Peritiua, Pindobal e Rivirada, estabeleceram-se os primeiros colonizadores, chegados em 1798.

Prefeitura Municipal

Dadas as possibilidades econômicas da região, foi fundada, em 1854, a Colônia de São Pedro de Alcântara, pelo então Governador da Província do Maranhão, Dr. Eduardo Olímpio Machado. O progresso, no entanto, não se fêz sentir, concorrendo, para isso, a agressividade dos índios.

Primeiro pôrto do município (rio Arapiranga)

Em 25 de junho de 1861, Firmino Pantoja e sua mulher, D. Fausta Pantoja, adquiriram de Manoel Rodrigues Leite Chaves uma posse de terras de 600 braças em quadro, à margem direita do rio Arapiranga, fazendo doação da mesma para ser fundada a povoação Carutapera, sendo poucos os seus habitantes.

Por volta de 1884, o surto de progresso do distrito de Carutapera foi animador, levando-o à capacidade, para a vida política e autonômia administrativa, sendo elevado à categoria de vila a 11 de maio de 1886, pela Lei n.º 1 337.

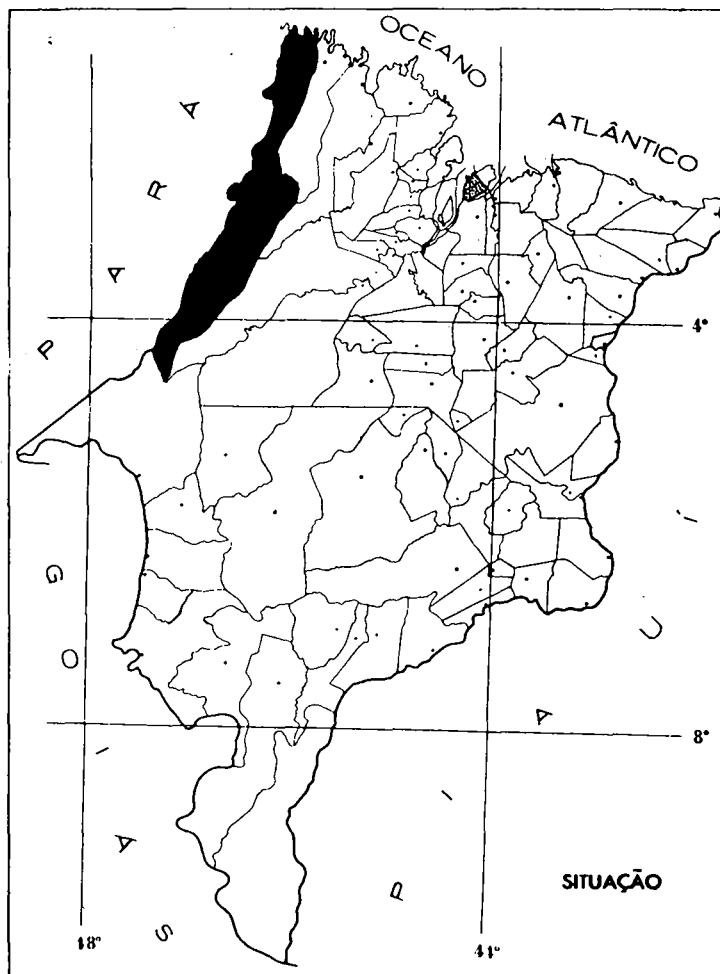
Em 1874 foi criada a Coletoria Estadual e, em 1890, o Cartório do Registro Civil.

O primeiro intendente, o Sr. Eustáquio de Oliveira Pantoja, foi eleito quando do primeiro pleito eleitoral, realizado em 6 de setembro de 1892. Do mesmo modo foram eleitos à Câmara Municipal os Srs.: Joaquim da Costa Oliveira (Presidente), Procópio Cardoso de Lourenço (Secretário), Cândido das Neves Barros, Joaquim Crispim de Souza e Militino Pereira Neto (Vogais).

Em 1893 foi criada a Agência Postal, e a Telegráfica, em 1920.

O município foi elevado a têrmo judiciário, pertencente à comarca de Turiaçu, pela Lei n.º 13, do ano de 1896, tendo como primeiro Juiz Manuel Félix da Costa, sendo criada a comarca de Carutapera em 1949 pela Lei estadual n.º 289, de 26 de janeiro, e só instalada em 1.º de junho.

Por Decreto n.º 75, de 25 de abril de 1931, o município passou a fazer parte do de Turiaçu e, pelo de n.º 322, de 24 de agôsto de 1932, foi desmembrado de mesmo. Por Decreto n.º 539, de 16 de dezembro de 1933, passou, novamente, a pertencer a Turiaçu, como distrito, até quando, por Decreto n.º 832, de 3 de junho de 1935, era restabelecida a sua autonomia de município. É o atual Prefeito do município o Sr. Cândido Gonçalves Loureiro.

LOCALIZAÇÃO — Latitude Sul: 1º 11' 25". Longitude W. Gr.: 46º 3' 40". Posição relativamente à Capital: rumo

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Igreja-Matriz de São Sebastião

— O.N.O.; distância — 247 quilômetros (em linha reta). É o mais setentrional dos municípios.

Limita o município com os de Cândido Mendes, Turiaçu, Monção e Imperatriz; com o Estado do Pará, em condomínio de águas do rio Gurupi, e com o Oceano Atlântico.

ALTITUDE — É de 5 metros, na sede municipal.

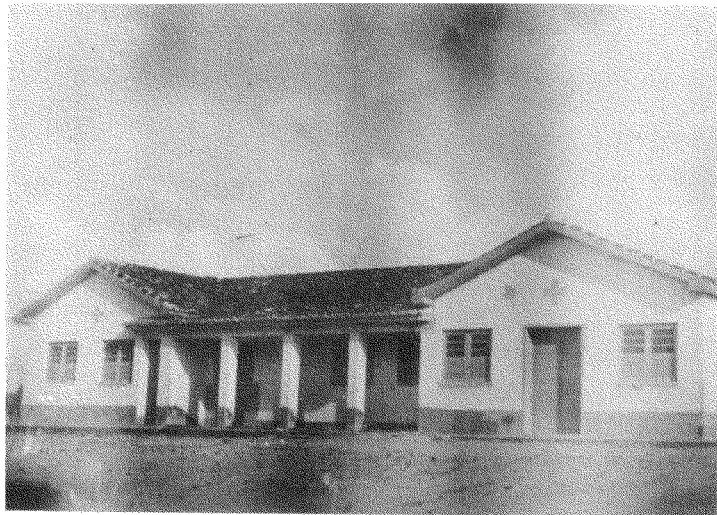
CLIMA — Quente e úmido. O inverno vai de janeiro a julho e o verão, de agôsto a dezembro. Chuvas abundantes são verificadas de maio a julho. Muito embora não possua Pôsto Meteorológico, calcula-se a temperatura máxima em 39°C e a mínima em 27°C.

Grupo Escolar Dr. Tarqüínio Lopes Filho

ÁREA — Com área de 15 035 quilômetros quadrados, é Carutapera o 4.° município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, estavam presentes 10 269 pessoas (5 396 homens e 4 873 mulheres), das quais 4 728 (2 441 homens e 2 287 mulheres) em Carutapera, 726 (437 homens e 289 mulheres) em Itamataré e 4 815 (2 518 homens e 2 297 mulheres) em Luís Domingues. A estimativa do D.E.E. para 1955 acusou 11 651 habitantes, equivalendo a 0,77 hab./km². Do total da população, 69% estavam localizados, em 1950, na zona rural.

Quanto à côr, predominava a parda com 7 356 pessoas, vindo a seguir a branca com 2 608 e, finalmente, a preta com 269, sendo que 36 pessoas recenseadas em 1950 não declararam a côr.

Os católicos romanos representavam quase que a totalidade dos habitantes, com 9 651 (homens 5 080 e mulheres 4 571). Os protestantes apenas possuíam 356 adeptos (169 homens e 187 mulheres) e os espíritas — 5 (homens 3 e mulheres 2); 239 pessoas pertenciam a outras religiões; 12 declararam não ter religião (9 homens e 3 mulheres) e 6 não especificaram a qual seita pertenciam.

Pôsto Médico

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — O judiciário compõe-se de 1 Juiz de Direito, 3 Suplentes de Juiz de Direito e 1 Promotor.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia baseia-se na pesca e na lavoura. Foi o sexto município maranhense, em 1956, no valor do pescado — 1 039 030 quilogramas por Cr$ 11 550 590,00 — apenas ultrapassado por:

	t		Cr$
Cururupu	8 862	—	90 461 600
Primeira Cruz	2 438	—	19 414 660
São Luís	1 885	—	14 104 000
Humberto de Campos	1 531	—	13 708 000
Pindaré-Mirim	1 333	—	12 636 000

Escola Rural Presidente Dutra

Agência dos Correios e Telégrafos e Fôro

A produção de fibra de malva vem tomando certo incremento, tanto que em 1955 foi calculada em 2,5 milhões de cruzeiros.

Em 1956, seus rebanhos eram estimados em 7 300 bovinos, 7 200 suínos, 70 ovinos, 1 400 caprinos, 810 eqüinos, 17 asininos e 470 muares.

O Estado do Pará — Belém e Bragança — é o maior comprador dos seus produtos agrícolas e dos gados bovino e suíno.

O valor e volume dos principais produtos agrícolas (ano de 1955) são:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz em casca	Saco de 60 kg	5 650	678 000
Batata-doce	Tonelada	10 150	300 000
Mandioca brava	»	10 150	1 522 500
Côco-da-baía	Cento	2 060	309 000
Milho	Saco de 60 kg	9 500	874 000
Laranja	Cento	19 000	418 000

A produção industrial é pequena, a qual foi, em 1955, a seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Peixe sêco	kg	28 083	506 000
Madeiras diversas	m³	500	580 000
Tijolos e telhas	1 000	278	361 000
Farinha de mandioca	kg	42 900	143 000

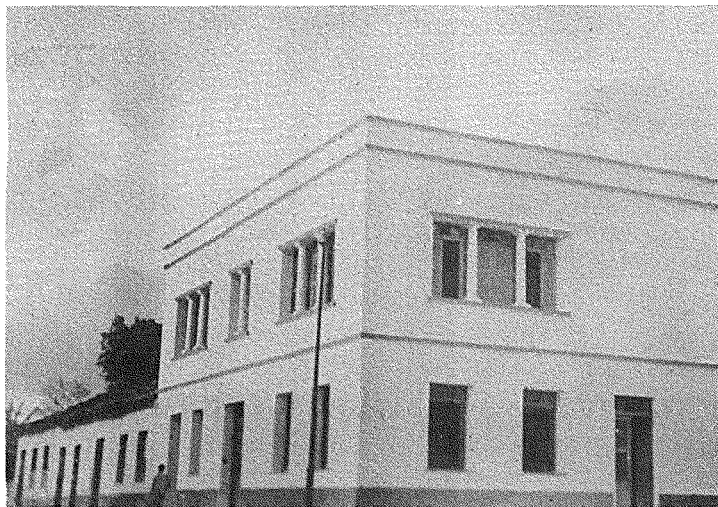
A exportação de amêndoas de babaçu, que na quase totalidade dos municípios maranhenses é a base da economia, em Carutapera pouco representa, sendo que em 1956 foi de apenas 4 000 quilogramas, no valor de .... Cr$ 28 000,00.

Há diversas minas de ouro no município, tendo como os mais importantes os filões do Itamataré, Portuguêsa e Caxias, sendo, entretanto, a riqueza florestal a que maior relevância assume, cobrindo 2/3 da superfície do município.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido por rodovias e por transportes marítimo e aéreo.

Comunicação com as cidades vizinhas: Cândido Mendes — misto: a) rodoviário (30 quilômetros), b) a cavalo (31 quilômetros) e c) aérea (40 quilômetros). Vizeu-PA — fluvial (18 quilômetros). Imperatriz — 1.° misto: a) até São Luís: aérea (247 quilômetros), marítima (414 quilômetros), ferrovia E.F.S.L.T. até Coroatá (237 quilômetros), rodoviária até Pedreiras (93 quilômetros) e a cavalo (584 quilômetros). 2.° misto: até São Luís: aérea (247 quilômetros), marítima (414 quilômetros), rodoviária, até Pedreiras (298 quilômetros) e a cavalo (584 quilômetros). Monção — misto: até São Luís: aérea (247 quilômetros), marítima (414 quilômetros) e fluvial (256 quilômetros).

O transporte fluvial é feito por meio de lanchas.

COMÉRCIO — O comércio local mantém transações com as praças de Vizeu, Bragança e Belém, no Estado do Pará, e com a de São Luís-MA. Conta 1 estabelecimento atacadista, 26 varejistas e 17 de prestação de serviço. São importados tecidos em geral, ferragens, produtos farmacêuticos, açúcar, café, sabão, perfumarias, fumos, querosene, gasolina, etc.

Edifício Afonso Aranha

ASPECTOS URBANOS — Há no município: uma Agência Postal-telegráfica. Das ruas 0,2% são calçados a paralelepípedos e 99,8%, sem pavimentação. Existe no município uma pensão, cuja diária é de Cr$ 70,00, sem requisitos de confôrto. O número de veículos registrados na Prefeitura é de 3 caminhões. Há 112 ligações elétricas, cuja energia é fornecida pela Prefeitura Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apesar de construído desde o ano de 1950 um Pôsto Médico, até a

Usina Elétrica Municipal

presente data não foi inaugurado. O que existe é um Pôsto do Serviço Nacional de Malária sem nenhuma assistência médica. O clínico do 19.° Distrito Sanitário (Postos de Higiene), com sede em Turiaçu, é que visita o município, satisfazendo de modo precário aos moradores da região. Em caso de urgência vale-se a população dos recursos médicos de Bragança-PA ou de São Luís-MA, recentemente ligados por via aérea. Funciona 1 farmácia e apenas 1 dentista serve os carutaperenses, assim como 1 advogado provisionado.

Teatro São José, servindo atualmente de Igreja

ALFABETIZAÇÃO — Os 23% da população presente, de 5 anos e mais, sabem ler e escrever, ou seja 2 083 pessoas (1 125 homens e 958 mulheres), segundo o Censo de 1950.

Ensino — O município possui 21 unidades de ensino primário fundamental, 2 de ensino fundamental supletivo e 1 do complementar (1956).

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O Teatro Paroquial São José, de propriedade da Prelazia de Pinheiro-MA, inaugurado em 1948, funciona sem regularidade, com uma lotação de 420 cadeiras. Há uma biblioteca particular mantida pela Paróquia de São Sebastião, sendo bem reduzido o número de volumes.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O acidente geográfico mais importante é o rio Gurupi, que possui diversas quedas, destacando-se a do Tapiruçu com uma altura de 4 metros. Não é conhecida sua fôrça hidráulica. Serve de limite entre o Pará e o Maranhão. Rio Tromaí, que banha o distrito de Luís Domingues e serve de limite entre Carutapera e Cândido Mendes. Rio Tririmirim, com a largura média de 600 metros e profundidade de 5 a 12 e rio Arapiranga, com a largura que varia entre 80 a 250 metros e profundidade de 8 a 12 metros. Todos parcialmente navegáveis por barcos e lanchas.

Possui ainda o município de Carutapera os morros e serras abaixo:

MORROS	Distrito	Altura (m)
Monte Cristo	Itamataré	60
Pagé	Luís Domingues	50
Serra Ôca	Luís Domingues	50
Outeiro	Luís Domingues	40

SERRAS		
Piracambu	Itamataré	90
Grande	Itamataré	60
Umbaúba	Luís Domingues	80
Catarina	Carutapera	50
Tromaí	Luís Domingues	40

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	244	205	131	502
1951	14	286	217	171	476
1952	11	313	279	223	558
1953	12	444	343	242	957
1954	9	493	323	256	811
1955	80	437	437	319	928
1956	125	1 042	656	502	1 180

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS — O festejo popular mais comum é o bumba-meu-boi, o qual, nos últimos anos, vem decaindo. Os participantes usam vestes de côres berrantes, com variação de "toadas" de ano para ano.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há 9 vereadores em exercício. Os habitantes de Carutapera são conhecidos como carutaperenses. Um campo de pouso permite a aterrissagem de aviões DC-3.

Rua Firmino Pantoja, a principal da cidade

A primeira Igreja construída na sede municipal foi para o Divino Espírito Santo, a qual, mais tarde, foi oferecida pelo Comendador Neto, a São Sebastião, padroeiro da cidade.

Na região compreendida entre as localidades Chatão e Jararaca, existem, aproximadamente, 180 índios da tribo dos urubus, os quais vivem de caça e lavoura, sendo que suas roças ficam junto à taba. São assistidos pelo Serviço de Proteção aos Índios, Pôsto de Canindé-Açu, no Estado do Pará.

(Autor do histórico — A.E. Merandolino de Souza Quadros; Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Serviço Nacional de Recenseamento, Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Departamento de Terras, Geografia e Colonização; e documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão.)

CAXIAS — MA

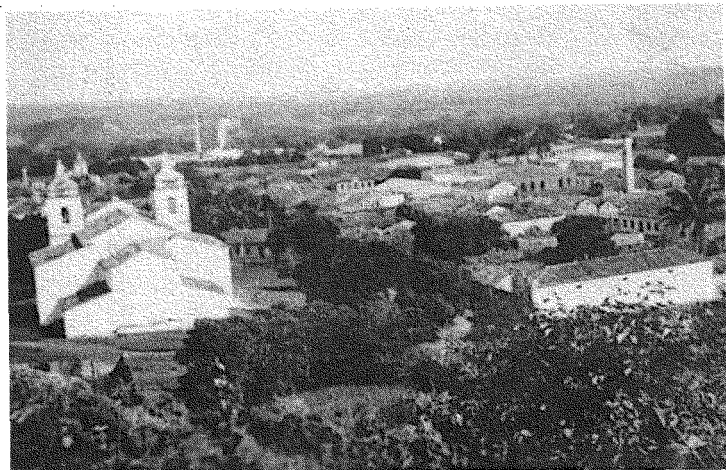
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O local em que hoje se acha situada esta bela e florescente cidade foi, primitivamente, um agregado de aldeias dos índios timbiras e gamelas, os quais, perseguidos pelos portuguêses, que procuravam reduzi-los à escravidão e vendê-los em São Luís, recolhiam-se às montanhas e florestas, abandonando as suas primeiras habitações.

Ocupadas pelos portuguêses as aldeias abandonadas, estabeleceram-se nelas no século XVIII e edificaram uma igreja, a de Nossa Senhora da Conceição, dando à nova povoação o nome de "Aldeias Altas", naturalmente em contraposição às primeiras já estabelecidas no Baixo Itapecuru.

Algum tempo depois foi criada a justiça presidial, sendo-lhe, afinal, por Alvará de 31 de outubro de 1811, conferido o título e prerrogativa de vila, dando-se-lhe por seu primeiro juiz de fora o desembargador Luís de Oliveira Figueiredo que havia exercido igual cargo em São Luís. Criada com as solenidades do costume, aos 24 de janeiro de 1812, pelo desembargador dos agravos da Casa da Suplicação, então ouvidor da cidade, José da Mota Azevedo, foi igualmente constituído o seu govêrno municipal ou Câmara, e, na ocasião, a casa do legislativo municipal, como se diz hoje, no Largo da Carolina ("Calorinda", para o vulgo), antiga Praça D. Pedro II e hoje Dias Carneiro, sendo os seus primeiros oficiais: Mateus Mendes Bittencourt, natural das Ilhas, que ficou com a vara na ausência do juiz de fora; o tenente de milícia, Jerônimo José Guimarães, natural do reino; Francisco das Chagas Pereira de Brito, feito de barrete por demissão do Dr. Vicente Pereira da Costa, ambos filhos da terra; procurador da Câmara, o tenente Bernardo Antônio da Silveira; almotacéis, o tenente Miguel Ferreira da Gouvêa Pimentel, que foi o último juiz ordinário, e José Colaço Brandão, tesoureiro do conselho, Caetano Pinheiro, todos filhos do reino.

Criada a vila a 24 de janeiro de 1821, foi dividida nas freguesias de Nossa Senhora da Conceição e de São Benedito, pela Lei provincial n.º 13, de 8 de maio de 1835, e elevada à categoria de cidade por lei de 5 de julho de 1836.

Tomou então esta vila o nome de "Caxias das Aldeias Altas" e teve por doação légua e meia quadrada de terras, e houve por distrito, em conformidade com o alvará de

Vista aérea da cidade

Grupo Escolar Gonçalves Dias

sua criação, os três presídios de Aldeias Altas, Pastos Bons e São Bernardo; tendo mais, como freguesia, seu Vigário, seu capitão-mor e um oficial de linha, que comandava quarenta homens para sossêgo "daquele turbulento sertão", como diz Gaioso.

Entre os acontecimentos mais notáveis, de que tem sido teatro a cidade de Caxias, a luta pela adesão à Independência, onde o entusiasmo e valor com que as tropas independentes mal armadas, sem disciplina, e comandadas apenas por um militar, o bravo major Salvador Cardoso de Oliveira, e pelo civil João de Costa Alecrim, denodado cabo ainda não afeito às lides da guerra, atacaram, no Morro das Tabocas, as tropas regulares do major português João José da Cunha Fidié, militar valente e dedicado de coração à causa da metrópole. Apesar da posição desvantajosa dos independentes e da mortandade espantosa feita em suas fileiras, levaram de vencida os defensores do morro.

O poeta Gonçalves Dias imortalizou êsse lugar, escrevendo a bela poesia — "O Morro do Alecrim", resultando daí a nova denominação ao antigo "Morro das Tabocas". (Dos anexos à Constituição Política do Estado do Maranhão, de 1894).

No tempo das lutas pela independência, Caxias era "a mais importante Vila desta Província (Maranhão), composta quase tôda de negociantes ricos, e grandes lavradores europeus". (Fidié — Vária Fortuna dum Soldado Português. Teresina, outubro, 1942, pág. 119).

Fidié foi chamado à vila de Caxias pelas autoridades desta. A respeito, diz o documento n.º 32 em "Vária Fortuna dum Soldado Português", às páginas 131 e 132, edição de 1942, de Teresina (Piauí): "Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. O conhecimento que tem esta Câmara Constitucional do quanto Vossa Excelência se interessa na defesa daquelas Províncias que prestaram juramento à Sagrada Constituição da Monarquia Portuguêsa faz com que rogue a Vossa Excelência queira vir tomar quartéis de inverno nesta Vila, e nela se demorar, para segurança da

Igreja dos Remédios

mesma todo o tempo que vir que é necessário, e até mesmo que cheguem aquelas providências que já se pediram e vão pedir-se ao Excelentíssimo Govêrno do Maranhão para onde amanhã volta a tropa de linha que aqui se acha estacionada por se fazer suspeita no dia trinta e um do mês passado pela falta de subordinação que praticou na marcha para que foi detalhada e que não quiz fazer, incumbindo ao Vereador desta Câmara, Capitão Antônio Bernardo de Oliveira Pimentel que de tudo vocalmente informe a Vossa Excelência. Esta Câmara conhecendo o caráter brio de Vossa Excelência se apresentará com tôda brevidade a êste pedido que tão necessário se faz para manter a boa ordem nesta Vila e segurança de tôda a Província, no que Vossa Excelência fará grande serviço a El-Rei Constitucional, e a tôda a Nação. Deus guarde a Vossa Excelência muitos anos. Caxias em vereação extraordinária de três de abril de mil oitocentos e vinte e três. — Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor João José da Cunha Fidié, Governador das Armas do Piauí — Luís Manuel Soares — Antônio Bernardo de Oliveira Pimentel — Joaquim Alves Costa — Luís Manuel de Mesquita — Henrique José Novais — Feliciano Estevão da Costa.

Sôbre a luta de Fidié, diz Sousa, Governador das Armas do Piauí, em declaração datada de Oeiras, 21 de fevereiro de 1824, e inserta em "Vária Fortuna dum Soldado Português", "... havendo-se recolhido à Vila de Caxias a favorecer, e coadjuvar a dissidência de seus habitantes, fortificando-se nela com obras de artilharia no Monte das Tabocas, à espera de Tropas de Portugal, e depois de sitiado, e ter resistido até o último apuro por causa da fome, entregou-se prisioneiro com tôda a tropa da guarnição; em conseqüência foi conservado em custódia, e conduzido a esta cidade para ser enviado à Côrte do Império". (pág. 133).

O regimento sediado em Caxias foi considerado suspeito e transladado para Portugal. Ao serem retirados de Caxias, os soldados julgavam-se transferidos para São Luís.

Grande foi sua surprêsa ao se verem metidos nos navios que os esperavam para transportá-los à Metrópole. Muitos filhos da terra foram levados para Portugal. (Hermínio de Brito Conde — Fidié e a Unidade do Brasil, *in* "Vária Fortuna dum Soldado Português" de Fidié, páginas 26-27, Piauí, 1942).

Dentre tantos acontecimentos, porém nenhum há, cuja lembrança deveria se conservar viva e indelével, através dos tempos, no espírito do povo caxiense, como o da Balaiada.

Situada no centro da Província do Maranhão, de cuja capital dista cêrca de 373 quilômetros, à margem direita do Itapecuru, principal empório de todo o comércio do alto sertão e da Província do Piauí, que lhe fica limítrofe, rica, populosa, e então mui florescente, devia Caxias naturalmente atrair as vistas e desafiar a cobiça daqueles bandos de salteadores, ávidos de sangue e riquezas.

Senhores de quase todo o território da Província, compreendido entre os rios Parnaíba e Itapecuru, onde livremente exerciam as correrias e devastações, conhecedores da fraqueza do Govêrno, que quase se limitava a medidas de pura defensiva, enriquecidos de todos os elementos com que se faz a guerra, depois de haverem feito junção de tôdas as suas fôrças na vila do Brejo, puseram-

-se, finalmente, em marcha os rebeldes a 7 de maio de 1839, com direção a Caxias, a cujas portas apresentaram-se a 24 do mesmo mês e ano.

A despeito de todos os avisos da imprensa, que não cessava de chamar a atenção e as vistas do Govêrno para esta cidade, achava-se ela no mais completo abandono, quanto a meios de defesa, e ùnicamente entregue aos seus próprios recursos.

Em meados de abril de 1839, quando teve lugar o revés da expedição de Pedro Alexandrino, havia apenas na cidade uns quarenta paisanos armados; depois, com a notícia dêsse doloroso sucesso, que tristemente ecoara pelo interior da Província, foi que se começou a reunir mais alguma fôrça, de sorte que, descendo o tenente-coronel Severino Dias Carneiro, com cêrca de trezentos homens para bater os revoltosos de Coroatá, ou outros quaisquer, que encontrasse em caminho, teve ordem de contramarchar, a menos de meia viagem, e de postar-se no limoeiro para garantir a cidade, a vista das notícias aterradoras recebidas pelo Intendente e por outras pessoas de importância, visto que eram estas as únicas fôrças com que contavam para sua defesa.

Foi só depois de maio, depois de instantes e positivas ordens da capital, que se decidiu o coronel João Paulo Dias Carneiro a requisitar socorros ao Intendente de Pastos Bons e ao Presidente do Piauí, socorros êstes que, como é de ver, só bem tarde poderiam chegar. Postada a fôrça no Limoeiro, lá foram ter Raimundo da Cruz e Silva e outros, enquanto resolveu o coronel Severino a abandonar aquela posição e vir recolher-se à cidade, desobedecendo, assim, as ordens do Intendente. Ordenou-lhe êste ainda que fôsse ocupar o ponto denominado Buriti do Meio, mas foi novamente desobedecido.

Marchavam as coisas por esta forma, no meio da maior balbúrdia e confusão: o Intendente a ser contrariado e desobedecido em todos os planos que dava para a defesa da cidade, quando no dia 22 de maio soube-se da aproximação do inimigo. No dia 23, saindo uma forte partida comandada pelo tenente João Paulo de Miranda, para reconhecê-lo, e dando no lugar denominado Raiz, com um piquête rebelde, fugiu logo aos primeiros tiros, voltou para a cidade dando vivas, dizendo que tinha matado o Getirana, um dos chefes revolucionários.

Entretanto, no dia 24, às 10 horas da noite, sem que as fôrças da cidade o pressentissem, foi ela efetivamente cercada, ocupando Getirana o pôrto da Olaria; S. J. Tei-

Mercado Público Municipal

Agência dos Correios e Telégrafos

xeira e o "Ruivo", o do Atoleiro; "Balaio", o do Pau d'Água; "Mulungueta", o da Pedreira e Silveira, o da Barra de São José.

Foram os rebeldes encontrar a cidade totalmente indefesa, sem que tivessem os seus habitantes ao menos o cuidado de levantar trincheiras em quaisquer outras fortificações; por sua parte o Govêrno nem sequer mandava dinheiro para pagamento da tropa, vendo-se o Intendente, coronel João Paulo, forçado a obter algum por empréstimo, à vista de autorização que lhe viera da capital.

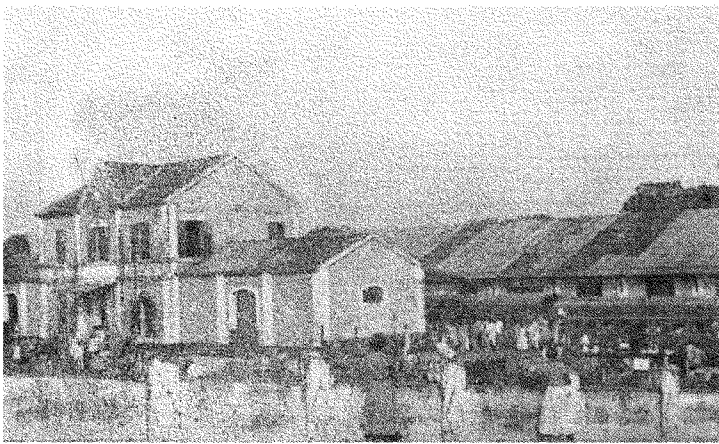
No dia 25 foi o Getirana batido e desalojado do ponto que ocupava; mas nem trataram de perseguir o inimigo, que fugia em completa debandada, nem procuraram fortificar o pôrto abandonado, o que deu lugar a que viesse êle de novo ocupar a mesma posição no dia 26.

No dia 27, chegaram ainda: "Violete", que ocupou o pôrto da Trezidela; Moura, que foi unir-se aos do pôrto do Atoleiro, e "Coque", que ocupou o pôrto de São José. E, como se não bastassem tantos e copiosos socorros, que quase diàriamente recebiam os rebeldes, que e mais lhes vinham engrossar as fileiras e aumentar a audácia, apareceu-lhes ainda Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, à testa de uma fôrça de 600 homens, e Milone, que trouxe uns 300 a 400 de Pastos Bons.

Era Lívio Lopes natural de Campo Maior, na Província do Piauí.

Homem abastado, inteligente, ativo e bastante popular, mas de um espírito irriquieto, dizem que fôra impelido para a revolta por um fim nobre e justo o de retirar de Caxias, que sabia já achar-se ameaçada pelos rebeldes, uma irmã e duas cunhadas suas, que aí residiam. Chegando às portas da cidade e encontrando-a sitiada por tropas mui numerosas, julgou de bom aviso não recuar, fêz causa comum com os rebeldes e conseguiu o comando geral de tôdas as fôrças.

Enquanto socorros tão repetidos e tão poderosos afluíam aos rebeldes de tôdas as partes, Caxias apenas recebia o do Intendente de Pastos Bons que, saindo de sua comarca com cêrca de 300 homens, viu-se abandonado de quase todos durante a viagem e só conseguiu entrar na cidade com 50 ou 60, que lhe ficaram fiéis.

Uma coluna expedicionária, ao mando do tenente-coronel João Raimundo Carneiro Junqueira e do bravo major Falcão, que se organizara e saíra em direção a Caxias, teve de retroceder em poucos dias, por ordem do Govêrno, para o Itapecuru-Mirim, donde havia partido.

Estação da E.F.S.L.T.

Abandonada por esta forma a segunda capital da Província, reduzida aos seus próprios, cansada de esperar por socorros que nunca lhe chegavam, ainda assim sustentaram-se os seus bravos habitantes durante o longo período de 38 dias, empenhando-se em uma série de combates parciais, em que colheram alguns momentâneos triunfos, quase sem resultado.

"A divisão entre legalistas — disse-o um escritor contemporâneo — começou logo nos primeiros dias. Ali, como em tôda parte, em iguais circunstâncias, os ultra legalistas entendiam que fora de sua lei não havia salvação, e não contentes com isso pretendiam que fôssem presos e não sabemos se mais, todos os que lhes apraziam chamar de suspeitos, e entre os quais havia alguns, que com as armas na mão repeliam o inimigo.

"O Intendente, coronel João Paulo, opôs-lhes, porém, tão firme e constante resistência, que por fim mereceu também as honras da suspeição.

"Os ânimos se foram exacerbando dia em dia. Estas divisões, a fome, a pouca esperança de socorros, foram a pouco e pouco desalentando os mais resolutos. O número dos defensores da legalidade ia minguando.

"Em muitos combates, contudo, os nossos (defensores da cidade) levavam a melhoria".

Nestas condições impossível era aos sitiados sustentarem-se por mais tempo. Nos últimos dias, especialmente no dia 24 de junho, quando reconheceram todos que sem esperança de socorro algum não havia vantagem de prolongar-se a resistência por mais tempo, oficiou aos chefes rebeldes o Intendente, coronel João Paulo, pedindo-lhes um salvo-conduto para uma deputação, que com êles iria ter e entraria em negociação sôbre a entrega da cidade. Dessa árdua e espinhosa missão foram incumbidos, entre outros, os doutores Francisco de Melo Coutinho de Vilhena e Antônio M. Fernandes Júnior, que voltaram sem poder jamais chegar a um acôrdo.

No dia 26 foi ainda a Trezidela a mesma comunicação, sem que obtivesse melhor resultado; no dia 28, oficiaram os chefes rebeldes ao Intendente, propondo uma capitulação vergonhosa e dura, que foi rejeitada: Uma finta de 80% sôbre o capital, nos bens dos adotivos e a entrega de oito indivíduos que êles depois designariam. A 30, pela manhã, apresentou o Intendente algumas modificações a estas condições, mas não mereceu a honra de uma resposta.

A vista da atitude arrogante dos rebeldes, reconhecendo que nada mais havia a esperar de quem assim procedia, dissolveu-se nesta mesma noite a fôrça legal, procurando cada qual na sua fuga a segurança de sua vida, pessoa e bens.

No dia seguinte, 1.º de julho, pela manhã, entraram os rebeldes na cidade sem encontrar a menor resistência.

No meio dos maiores desastres e mais fundas desditas, com que, há sete meses, era quase que cotidianamente flagelada a Província, nenhum, pode-se dizer, emocionou tão vivamente o espírito público e feriu-o tão dolorosamente, como o da perda da opulenta Caxias e do saque e massacre de seus habitantes.

Nesta época Caxias foi completamente destruída no que havia de mais nobre e nos documentos existentes na Casa da Câmara. Os arquivos e cartórios foram destruídos a fogo, no dia em que os balaios levaram ao saque Caxias.

No pátio interno da Câmara fizeram grande fogueira e nela foram atirados à cremação os documentos da Câmara e os livros do cartório do tabelião Cavejo, enquanto que na porta da mesma Câmara era assassinado o Juiz de Direito, tendo sido costurado dentro do seu ventre um leitão vivo, vindo o magistrado a falecer, no esgar da dor mais tremenda.

Em janeiro de 1840 foi definitivamente restaurada pelas fôrças legais, comandadas pelo coronel, mais tarde Marechal Francisco Sérgio de Oliveira, depois de, por duas vêzes, ter caído em poder dos rebeldes.

"Por muitos anos depois ainda esta bela e importante cidade foi teatro de contínuos assassinatos, cometidos por poderosos "bravi", que se acobertavam com a proteção escandalosa de um partido, e a sombra dêle viviam, até que em 1848 o Dr. Francisco José Furtado, então delegado de polícia, conseguiu reprimir os criminosos, e daí em diante começaram êles a desaparecer, perdendo assim essa importante comarca a triste nomeada que até então gozava em todo o Império". (Dos anexos à Constituição Política do Estado do Maranhão, de 1894).

Na história da pacificação do Brasil, Caxias teve importante papel, tendo servido de quartel-general do cabo-de-guerra Luís Alves de Lima e Silva, o grande soldado brasileiro que mais tarde foi agraciado com o título de "Duque de Caxias". E foi no legendário Morro do Alecrim que Luís Alves de Lima e Silva recebeu do Imperador do Brasil a carta em que lhe comunicava haver resolvido agraciá-lo com um título, o honorífico, pelos seus feitos de bravura e determinando-lhe que escolhesse a designação que desejasse. Foi assim que o bravo soldado enten-

Ponte de concreto armado sôbre o rio Itapecuru

Igreja do Rosário

deu escolher o nome da cidade de Caxias, como designação da dignidade que lhe era conferida, tomando então o título de Barão de Caxias, sendo depois elevado a Marquês e Duque de Caxias. Na missão de pacificador do Norte, que lhe foi atribuída por S. M. o Imperador do Brasil, foi Presidente da Província e comandante das Armas do Maranhão, fazendo do Morro do Alecrim, nesta Cidade, seu quartel-general, de onde conseguiu subjugar os rebeldes. (Dos anexos à Constituição Política do Estado do Maranhão, de 1894).

Os primeiros documentos que aparecem, documentos remetidos pelos missionários jesuítas para Roma e Lisboa, anunciam esta localidade como "Guanaré".

Como fôssem êstes os aldeamentos mais afastados, os últimos até então visitados pelos missionários jesuítas, foram chamados em documentos: "Missio Superior in Campis". Missão Alta ou "Aldeias Altas".

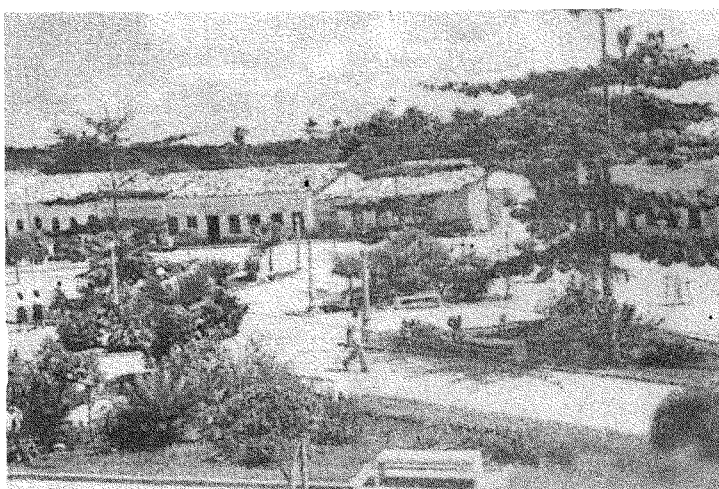
Com a construção da capelinha de São José, no início do século XVIII, aparece, às vêzes, com o nome de "São José das Aldeias Altas".

Com a criação de vila, em 24 de janeiro de 1821, tomou o nome de Caxias das Aldeias Altas.

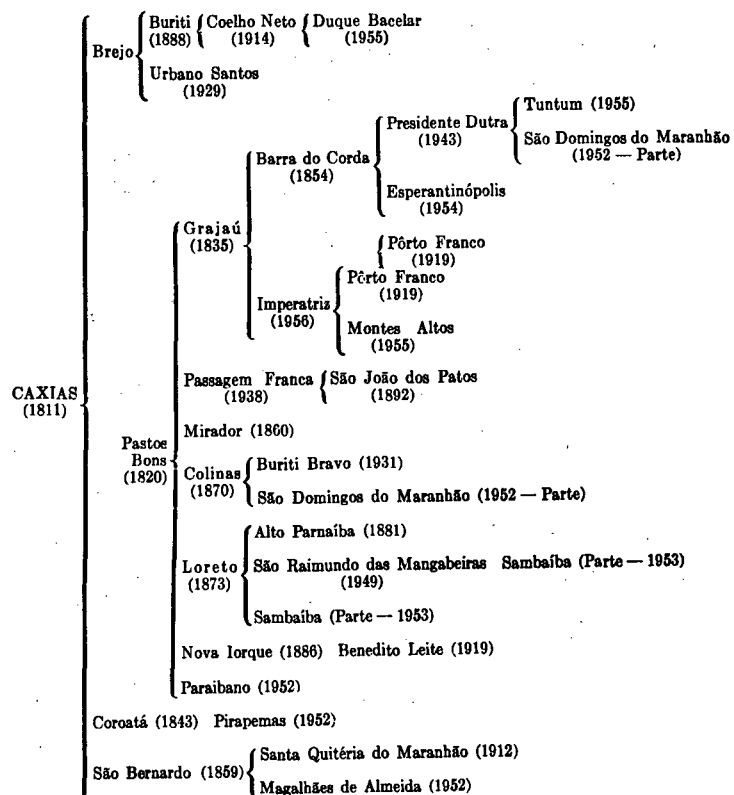
Enfim, com a lei de 5 de julho de 1836 que se elevava de vila à cidade, é desde então nomeada "Caxias", nome êste de uma freguesia do Conselho de Oeiras, onde está o forte de "D. Luís I", do campo entrincheirado de Lisboa, sendo uma fortaleza de primeira classe.

Quando os portuguêses criavam, num lugar, a vila, mudavam-lhe o nome, geralmente, criando uma homônima do Reino nas colônias. Exemplo: Tapui-tapera — "Alcântara"; Maracu — "Viana"; Aldeias Altas — "Caxias". (Trabalho do padre Aderson Guimarães Júnior).

"Aldeias Altas, com os índios Timbiras e Gamelas, fôra fundada com o nome de São José das Aldeias Altas. A 31 de outubro de 1811 elevaram-na ao predicamento de vila de Caxias das Aldeias Altas, hoje simplificado para "Caxias". Cidade em 5 de julho de 1836. Sôbre sua grafia, escreve o professor Basílio de Magalhães, anotando a "Viagem" de Martius: — O autor escreve sempre Cachias. É a melhor grafia do topônimo, pois êste provém, sem dúvida, do nome "cachia", aplicado (como se pode ver no excelente dicionário de Morais) à "esponja", flor do arbusto chamado "corona christi". É evidente que o vocábulo se deriva de "cacho" que não de "caixa". (pág. 421, nota 6). Piauí, Capitânea autônoma, separada do Maranhão, é de 10 de outubro de 1811. A grafia "Caxias" nos viera de Portugal onde denomina cidade. (Luís da Câmara Cascudo, nota 21 ao Capítulo IX do livro de Henry Koster "Viagens ao Nordeste do Brasil" (Travels in Brazil), edição de 1942, da Companhia Editôra Nacional, São Paulo, pág. 254. Anotação do professor Djalma Silva.)

Em face da proibição de mais de uma cidade brasileira com o mesmo topônimo, no Estado Novo, com a vigência do Decreto-lei n.º 311, de 2-3-1938, foi tentada a mudança do nome da cidade. Para tanto, foi feita a consulta ao Prefeito, o qual, sentindo a delicadeza da questão e do acendrado amor que o povo de Caxias, com justa razão, devota à sua terra, resolveu agir com prudência, dirigindo, por carta, consulta às pessoas mais representativas. Tôdas as respostas foram unânimes em pugnar para que Caxias continuasse com o mesmo nome. Vale a pena, por isso, transcrever a carta-circular enviada pela Prefeitura e uma das respostas recebidas: "Prefeito Caxias, comunico-vos recebi seguinte telegrama do embaixador Macedo Soares bipt aspas De 1-11-43 apelo para reconhecida elevada compreensão vossa excelência sentido facilitar solução delicado nomes Caxias pois cidade gaúcha de grande importância comercial e ponto seus produtos serem rotulados como de Caxias pleitea conservar pt Sugiro data venia seguinte solução bipt comarca gaucha continuarah Caxias vg comarca fluminense onde nasceu grande brasileiro ficará Duque Caxias e comarca maranhense passaria a Marechal Caxias ou Caxias Norte pt Aguardo resposta e antecipo agradecimentos pela atenção que apelo merecer pt Saudações atenciosas Macedo Soares Presidente I.B.G.E. aspas pt Saudações Albuquerque Alencar Interventor Interino". Ilmo. Sr. Prof. Nereu Bittencourt — Local — De ordem do Sr. Dr. Otávio Vieira Passos, Prefeito Municipal, estou com o presente fazendo chegar às vossas mãos, em anexo, cópia do telegrama que a esta repartição foi endereçado pelo Sr. Dr. Albuquerque de Alencar, Interventor Interino, que, por sua vez, transcreve o que recebeu do Sr. Embaixador Macedo Soares, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a respeito do nome desta cidade, igual ao de mais duas outras cidades brasileiras, que, por lei, não é permitido. — A finalidade do envio da cópia do telegrama é para que do mesmo tomeis conhecimento e, como sois, ou filho desta cidade ou aqui residente há vários anos, solicitar, por escrito, vosso parecer de forma que o Sr. Dr. Prefeito Municipal possa se pronunciar junto ao Sr. Embaixador Macedo

Praça Cândido Mendes

Praça Gonçalves Dias

Soares e Dr. Interventor Federal, levando em consideração as sugestões apresentadas. — Na certeza de que posso, dentro em breve, contar com a vossa resposta, antecipadamente confesso-me agradecido pela atenção que a êste dispensardes e, como não há outro assunto para o momento, subscrevo-me com as minhas mui cordiais e — Respeitosas saudações — (a) Arthur Dias de Paiva — Secretário". "Ilmo. Sr. Dr. Prefeito Municipal de Caxias. — Convidado por V. S.ª em ofício de 16 do corrente, hoje recebido, a emitir opinião a respeito da mudança do nome desta cidade, pleiteada pela de igual denominação do Rio Grande do Sul, que é menos antiga, eu o faço, com a satisfação com que venho, há 40 anos, embora parcamente, cooperando para a elevação cultural dos caxienses. — Caxias tem, na história política do Brasil, um nome altamente honroso, conquistado nas lutas pela independência de nossa pátria, e, na história cultural, a Princesa do Sertão fulgura, com o brilho magnífico dos astros de primeira grandeza que se chamaram Antônio Gonçalves Dias, Henrique Coelho Neto, Raimundo Teixeira Mendes, Cândido Mendes de Almeida, Teófilo Dias, Vespasiano Ramos. — Constelação tão fulgurante não deu, até hoje, ao Brasil, nenhuma outra cidade ou estado brasileiro. — Quando, de volta ao Rio de Janeiro, após brilhante desempenho da missão pacificadora que o trouxe a êste Estado, o então general Luís Alves de Lima e Silva escolheu o nome da cidade invicta, para o título nobiliárquico com que o agraciou o grande monarca brasileiro, D. Pedro II. — A escolha honrosa do grande Soldado deveria bastar, para que nenhuma alteração sofresse o nome de Caxias. — Ante o exposto, não é justo que uma simples superioridade financeira, como a alegada, pela cidade rio-grandense, supere as glórias que Caxias conquistou, ou o orgulho que a exalta, de ter seu nome, imorredouramente ligado, ao nome da maior glória do Exército Nacional. — Respeitosas saudações. — (a) Professor Nereu Bittencourt".

O progresso de Caxias sempre se fêz sentir, sendo hoje a mais importante cidade maranhense depois da Capital, embora tenha sido, dentre todos os municípios, o que mais contribuiu com partes do seu território para a

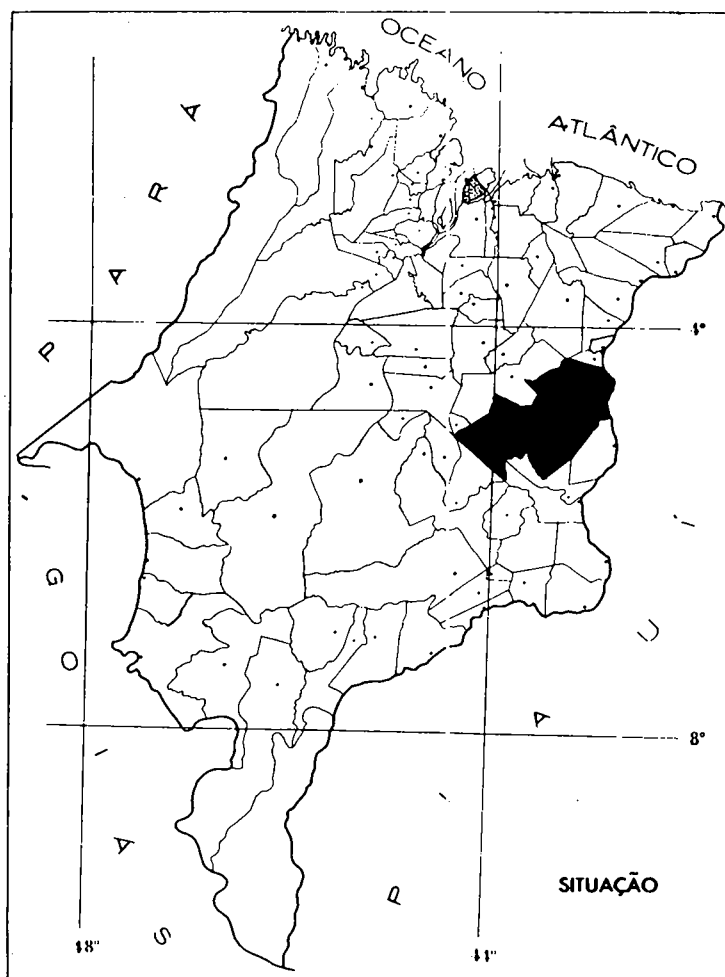
criação de outras tantas comarcas municipais, conforme quadro genealógico constante do anexo I.

Caxias é comarca de 3.ª Entrância e compreende apenas o têrmo do mesmo nome.

O Poder Judiciário é dividido em três varas, uma das quais tem as atribuições privativas do Júizado de Menores e Casamentos, participando, juntamente com as demais, dos outros feitos. Funcionam na sede municipal quatro cartórios: o do 1.º Ofício é de registro de Títulos e Documentos; o do 2.º Ofício é Tabelionato e serviço eleitoral; os dos 3.º e 4.º Ofícios registro de pessoas naturais. Os feitos do crime e do cível são distribuídos entre os quatro cartórios, os quais possuem escreventes juramentados. Existem escrivães de casamentos nos povoados Centro do Pedrosa, Engenho d'Água e Boa Hora.

São 11 os vereadores que compõem a Câmara Municipal e 20 834 o número de eleitores existentes em 1955.

O atual Prefeito é o Sr. João Machado.

LOCALIZAÇÃO — Pertence à Zona Fisiográfica do Itapecuru. A sede tem as seguintes coordenadas: longitude W. Gr.: 43° 20' 54"; latitude Sul: 4° 51' 30". Posição relativamente à capital do Estado: rumo — S.S.E., distância, em linha reta, de 276 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Alcança 63 metros na sede municipal.

CLIMA — Ocupando o município uma posição bem próxima à faixa equatorial, e pela sua baixa altitude, em relação ao nível do mar, seu clima é quente, amenizado nas regiões das matas, onde é mais saudável e acrescidas ainda as circunstâncias de o município ser banhado por inúmeros

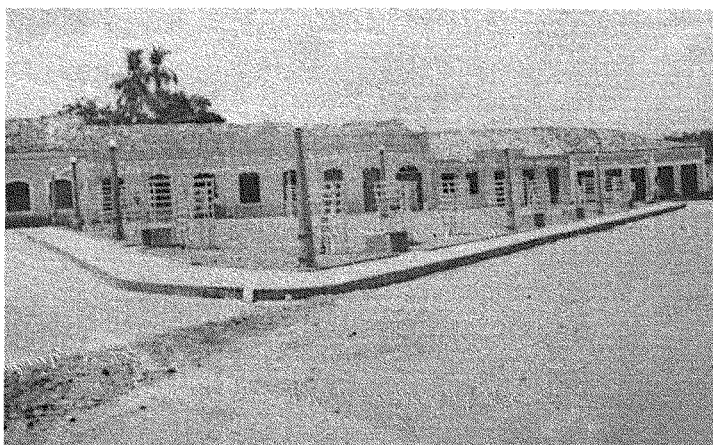
Igreja de São Benedito

córregos e riachos, que o cortam e o atravessam em tôdas as direções.

O clima da cidade é muito quente no verão, especialmente nos meses que procedem a época do inverno, em vista da colocação da cidade, que é cercada de morros que impedem a franca passagem dos ventos gerais. É bastante salubre, nas zonas altas da cidade.

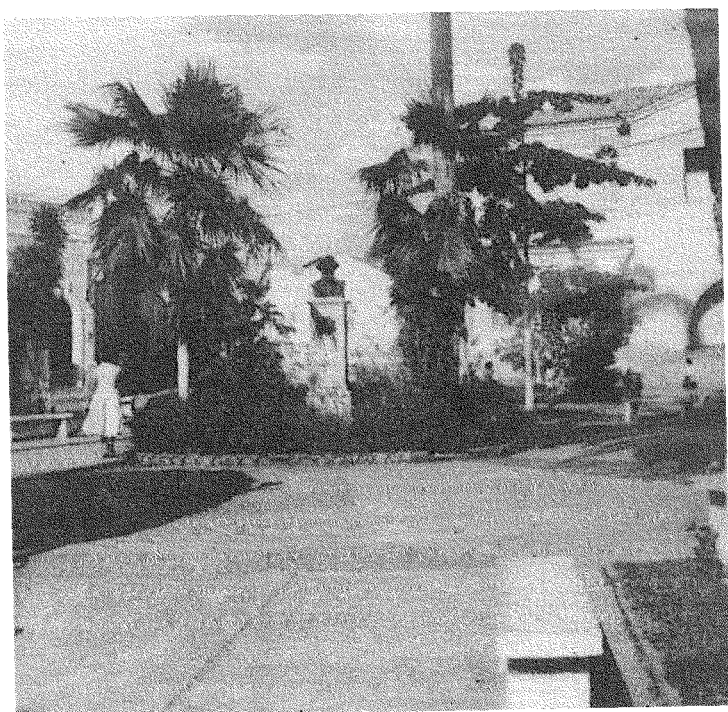
A estação das chuvas, sempre variável, de ano para ano, fica compreendida entre outubro e abril, acontecendo, não raras vêzes, quando de precipitações abundantes, trazer prejuízo às diversas atividades econômicas do município, como ocorreu no "inverno" de 1956-1957, em que "o inusitado aumento do volume de água dos cursos que banham o município, especialmente do rio Itapecuru, causou avultado prejuízo aos lavradores, com a destruição das suas roças, situadas nas vazantes, quando as culturas já se encontravam em vias de serem concluídas, com a colheita". (Resenha Informativa, março de 1957). "As águas, alcançando o leito da ferrovia, abalaram o material fixo, paralisando o tráfego, criando dificuldades no movimento de passageiros, agora feito em maior escala pela via aérea, e no transporte de cargas, prejudicando os exportadores, com a retenção dos gêneros de produção do Estado, e, outrossim, os consumidores locais pela elevação dos preços, devido à natural escassês, visto que os produtos manufaturados, na sua maior parte, são entrados através da estrada de ferro". (Resenha Informativa, abr/1957).

Apurações da Estação Meteorológica — Dados de 1955: temperatura, média das máximas, 38,3°C; média das mínimas, 17°C. Precipitação no ano, altura total (mm) 1 311,1. Dados de 1956: temperatura, máxima, 37,9°C (em 29 de outubro); mínima, 16,9°C (em 17 de julho); médias das máximas, 35,3°C; das mínimas, 19,7°C. Precipitação anual, altura total 1 118,3 mm. Mês mais chuvoso, fevereiro, 445,3 mm. Dados relativos ao primeiro semestre de 1957: máxima, 33,1°C; mínima, 19,9°C.

ÁREA — Com área igual a 11 691 quilômetros quadrados, é o 9.º município em grandeza territorial.

Praça Cesário Lima

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Itapecuru: êste é o principal rio que banha o município; tem as suas nascentes em um buritizal, nas fraldas da serra do Itapecuru, e desemboca na baía de São José, depois do curso de 1 650 quilômetros. É o maior rio genuìnamente maranhense, sendo seus principais afluentes, pela margem direita, os riachos Corrente, Coroatá, Ôlho-d'Água, Venesa, Itapecuruzinho, Ouro, Limpeza, Gameleira, e pela esquerda, os de Sanharó, Ponte e Prata. Atravessa a cidade, dividindo-a em duas partes, a da margem direita, Caxias pròpriamente dita, e a da margem esquerda, Trezidela. Alguns compreendem o seu nome como de origem indígena, significando "rio das pedras chatas", pela abundância dessas pedras no seu leito, as quais têm certa semelhança com o batráquio de nome regional "cururu". Rio Parnaíba: banha pequena extensão do município, no limite dêste com o Estado do Piauí; nomes antigos dêste rio: Pará e Rio Grande dos Tapuios. Riacho Gameleira: serve de limite entre Caxias e Codó, originando-se o seu nome da existência dessa espécie vegetal nos terrenos que banha. Riacho Prata: também serve de limite entre Caxias e Codó, recebendo êsse nome devido as águas cristalinas que correm no seu leito. Riacho Ponte: percorre o bairro do mesmo nome, na sede municipal, cujo elemento líquido é utilizado para vários serviços domésticos. "No meio do seu curso, avaliado em três léguas, mais ou menos, no lugar onde passa a estrada para o interior, nota-se a singularidade de mergulhar-se êle por um grande buraco na terra e desaparecer, para depois surgir a algumas braças de distância, como acontece no rio Itararé em São Paulo. Ainda mesmo no inverno, quando o riacho leva muita água, dá-se êste sumidouro, como lhe chama o povo, de forma que a estrada que passa aí, por cima do riacho, pode considerar-se uma ponte feita pela Natureza. E será daqui derivada a origem do nome do riacho?" (Do Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, do Dr. César Augusto Marques) Riacho Riachão: de regular volume de água, piscoso, assim chamado (de Riachão) por ser mais volumoso que o riacho. Riacho Correntinho: tendo água apenas na época das chuvas, recebendo êsse nome devido a seu pequeno volume de água. Riacho Limpeza: volumoso na época das chuvas, na estiagem fica reduzido a alguns poços, de líquido límpido, próprio para serviços domésticos. Riachão Poção: volumoso na época das chuvas e no verão fica reduzido a alguns poços. Riacho do Ouro: cujo nome teve origem no fato de banhar as terras da data "Ouro Velho". Riacho Itapecuruzinho: cujo nome vem do rio Itapecuru, do qual é afluente. Corredeiras: Cajàzeira, sem canal, com uma extensão rasa de 20 metros e 4 palmos de profundidade; Cabeça de Negro, com canal regular, profundidade de 8 palmos e extensão de 200 metros; Ôlho-d'Água, canal franco, porém de correnteza muito forte; Apertar da Mala, canal profundo, porém muito estreito, medindo 6,5 metros de largura, numa extensão de 300 metros; Emendadas, com canal regular em profundidade e largura, em forma de zigue-zague e em grande extensão; Terra Dura, canal profundo e de regular largura, mas de corrente impetuosa; Canal Torto, de canal profundo e largo na entrada de cima e muito estreito na saída, de feitio em forma de "Z"; Criminosa, com canal profundo e largo em linha reta, mas de correnteza rápida. Sôbre as mencionadas "corredeiras", escreveu o engenheiro Dr. Jadhiel de Carvalho: "O rio Itapecuru possui corredeiras, a montante de Caxias, as quais, numa extensão de 2,8 quilômetros, têm uma diferença de nível de 2,52 metros. O rio é em caixão, admitindo uma barragem de cêrca de 6 a 7 metros, com regulação tipo "Crest Control", prevenindo cheias e extravasamento a montante da barragem. A barragem, construída a jusante da última corredeira, afogará a tôdas elas, vencendo um obstáculo à navegação que será feita por meio de eclusas". (Inquérito Sôbre Energia Elétrica — Informações da firma Araújo, Carvalho & Cia., proprietária da Usina de Eletricidade "Dias Carneiro"). Morro do Sanharó, dentro dos limites suburbanos da cidade, devendo o seu nome à existência, em grande número, nos terrenos imediatos, das abelhas comumente chamadas "sanharó". Morro do Araim, fica no bairro do Ponte, com nome de origem incerta. Morro do Alecrim, antigo Morro das Tabocas, de notoriedade histórica, devido às memoráveis batalhas ali travadas, nas lutas pela independência da Província do Maranhão; fica no perímetro urbano da cidade.

Praça de N. S.ª de Nazaré (Trezidela)

RIQUEZAS NATURAIS — As matas de Caxias são ricas em árvores, palmeiras e plantas medicinais, que constituem uma das suas principais riquezas, destacando-se, entre as extrativas o babaçu, piqui, bacuri, etc.; fibrosas: carnaúba, tucum, piaçava, buriti, etc.; medicinais: japecanga, velame, ipeca, jurubeba e outras; madeiras de lei: cedro, pau-d'arco, aroeira, taipoca, jacarandá, maçaranduba, etc. Além dessas é explorada, em grande escala, a madeira para lenha, com o que são alimentadas as fábricas de fiação, e

Praça Gonçalves Dias

tecelagem, as locomotivas da Estrada de Ferro São Luís—Teresina e fogões domésticos.

Distante da cidade apenas 6 quilômetros, no lugar Veneza, existe uma fonte de água mineral, não termal, muito procurada pelos que sofrem de doenças da pele, especialmente de caráter eczematoso. A análise química, feita num laboratório de Paris, deu notável indício de sulfato de cálcio, sódio, potássio, magnésio, ferro, cloro, ácidos sulfúricos, carbônicos e fosfóricos, hipossulfitos expressos em enxôfre, além de outros elementos raros em amoníaco, arsênico, bromo e ácido nitroso.

Ainda nesse mesmo lugar, Veneza, foram retiradas amostras e examinadas pelo Ministério da Agricultura, acusando 90% de minério de chumbo e 4 gramas de ouro por tonelada de rocha. Há, outrossim, indícios de petróleo no riacho Riachão, afluente da margem direita do rio Itapecuru.

No lugar denominado Aarão Reis, ao lado da Estrada de Ferro São Luís—Teresina, existem importantes minas calcárias, exploradas de há muito e abastecendo, com seu produto, aliás de primeira qualidade, esta cidade e a de Teresina-PI.

Nas matas são encontrados animais silvestres, cujas espécies mais caçadas são: veado, caititu, paca, gato maracajá e cutia.

As lagoas, alguns ribeiros e os rios Itapecuru e Parnaíba são bastante piscosos e, embora não existindo comércio de peixe em grande escala muito concorre para variedade da alimentação, especialmente no interior.

POPULAÇÃO — Em 1950 foram recenseadas 107 347 pessoas, sendo homens 53 559 e mulheres 53 788. Habitavam a zona rural 47 197 homens e 45 705 mulheres, com o total de 92 902 pessoas, ou seja, 86% do apurado no mesmo Censo. Segundo a côr, a população recenseada, estava assim distribuída: brancos, homens — 8 378; mulheres — 8 803; pretos, homens — 8 879; mulheres — 8 469; pardos, homens — 36 216; mulheres — 36 434. Os pardos cuja soma é de 72 650, representam 67,67% do total recenseado; sendo que os referidos tipos raciais, segundo a observação local, são, na maioria, resultantes do cruzamento de brancos e pretos, infere-se o forte caldeamento étnico, no município de Caxias. Sòmente em lugares de difícil acesso, muito para o centro da área rural, é possível serem encontrados negros com todos os característicos físicos da raça.

Segundo a religião, verificou-se, no mesmo Censo, a predominância de católicos romanos, os quais eram 106 003, (52 916 homens e 53 087 mulheres), sendo a minoria de protestantes — 996, dos quais 467 homens e 529 mulheres e de espíritas — 224, dos quais 112 homens e 112 mulheres.

No ano de 1950, foram recenseadas 89 022 pessoas de 15 e mais anos e dêsse total eram casados, homens — 30 278; mulheres — 31 559; solteiros, homens — 11 882; mulheres — 10 758; viúvos, homens — 1 241; mulheres — 3 201; desquitados, homens — 44; mulheres — 59.

O Departamento Estadual de Estatística calculou a população local, para 1.º de julho de 1956, em 128 081 habitantes.

A densidade demográfica, segundo o Censo de 1950, era de 9,01 habitantes por quilômetro quadrado; pelos cálculos do Departamento Estadual de Estatística, para 1956, a densidade demográfica de Caxias era de 10,9 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Caxias é município de um só distrito. No Censo de 1950 foi encontrada, apenas a aglomeração da sede municipal, com 8 273 habitantes, sendo 3 570 homens e 4 703 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas de 10 anos e mais, recenseadas em 1950, eram ativas 69 278, que representavam 64,53% de tôda a população local naquela época.

As atividades econômicas mais destacadas no município são a da lavoura e a da extração de amêndoas de babaçu, ambas praticadas por métodos primitivos, sendo que, na produção agrícola, destacam-se: arroz, algodão e milho, com largo consumo local e como artigos exportáveis, para as diversas praças do país; as amêndoas de babaçu dão lugar a intenso comércio, proporcionando meios para os habitantes da zona rural, enquanto contribui para o detrimento das lavouras, nos pontos onde os palmeirais são altamente produtivos, e constituem fator importante de exportação, principalmente para São Luís-MA, Rio de Janeiro-DF e São Paulo-SP e para os Estados Unidos. A produção de amêndoas de babaçu, em 1956, atingiu .... 1 487,371 toneladas, com o valor de Cr$ 16 361 081,00.

A indústria extrativa mineral, no ano de 1956, aparece com a produção de pedra calcária, 555,6 toneladas e o valor de Cr$ 277 800,00; cal de pedra, 466 toneladas e o valor de Cr$ 466 000,00; telhas de barro, 233 milheiros e o valor de Cr$ 233 000,00; tijolos de alvenaria, 330 milheiros e o valor de Cr$ 165 000,00; ladrilhos para piso, 18 milheiros e o valor de Cr$ 14 400,00; potes, 5 milheiros e o valor de Cr$ 40 000,00; quartinhas (ou bilhas), 1 milheiro e o valor de Cr$ 4 000,00.

No setor da indústria extrativa vegetal, excetuadas as amêndoas de babaçu, os produtos mais destacados em

9 — 24 931

1956, são os seguintes: linha de madeira — 88 000 metros cúbicos — Cr$ 3 520 000,00; óleo de babaçu — 181 410 litros — Cr$ 2 358 330,00; cêra de carnaúba — 46 668 quilogramas — Cr$ 2 613 408,00; tábua de cedro — 30 000 dúzias — Cr$ 27 000 000,00; ripa de cedro — 50 000 dúzias — Cr$ 3 000 000,00; tora de cedro — 90 000 metros cúbicos — Cr$ 27 000 000,00; barrote — 5 000 metros cúbicos — Cr$ 1 500 000,00; enchimento — 100 000 — Cr$ 1 000 000,00; caibro — 50 000 — Cr$ 1 250 000,00; tora de taipoca — 1 000 metros cúbicos — Cr$ 150 000,00; viga — 100 000 metros cúbicos — Cr$ 50 000 000,00; lenha — 490 000 metros cúbicos — Cr$ 22 050 000,00.

A pecuária igualmente possui seu lugar de destaque na vida econômica do município, sendo mais importante na criação de gado vacum, segundo estimativa para 1956, com 55 070 cabeças; seguida na de suínos, 54 320; caprinos, 9 436; ovinos, 5 360; muares, 2 696; eqüinos, 2 590 e na de asininos, 2 060 cabeças. Entre o gado vacum já existe a mestiçagem, ainda que fraca, com as diversas espécies de zebu. Entre o gado estabulado, das vacarias, para produção de leite, existem animais da raça holandesa.

No setor industrial Caxias se destaca, aliás desde há muito, entre os demais municípios maranhenses, onde funcionam três fábricas de tecido e outras de diversas atividades, em número de 59, que produziram em 1956: *Produção industrial* — tecidos de algodão — 4 796 282 m — Cr$ 19 739 664,00; fio de algodão — 228 976 quilogramas — Cr$ 9 962 400,00; sacaria de algodão — 445 619 — Cr$ 3 119 537,00; fubá de milho — 55 496 quilogramas — Cr$ 249 732,00; fubá de arroz — 52 730 quilogramas — Cr$ 527 390,00; arroz descascado — 1 229 toneladas — Cr$ 9 490 985,00; aguardente de cana — 101 500 litros — Cr$ 407 500,00; rapadura — 101 500 quilogramas — ... Cr$ 443 000,00; mosaico — 3 344 metros cúbicos — ... Cr$ 401 280,00; guaraná (bebida) — 26 823 litros — Cr$ 244 230,00.

Produção das fábricas de tecidos — 1.º semestre de 1957: tecido de algodão — 1 131 809 metros — .... Cr$ 7 868 000,00 e fio de algodão — 114 001 quilogramas — Cr$ 4 918 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Caxias mantém ativo comércio com as praças de Fortaleza-CE, Recife-PE e São Paulo-SP, onde os comerciantes locais, especialmente os atacadistas, vão renovar os seus estoques, sendo de notar que esta praça possui comerciantes com vulto de negócios como os dos mais prósperos da capital do Estado. Importam produtos manufaturados, material eletrônico, máquinas, motores, medicamentos, massas alimentícias, móveis finos, ferragens, ferramentas, calçados, bebidas alcoólicas e gasosas, gêneros alimentícios, conservas, peças e sobressalentes para veículos, tecidos em geral, combustíveis líquidos, enquanto exportam tecidos de algodão (morins, brins, riscados e lonas), peles silvestres, couro de gado vacum, produtos extrativos regionais, arroz em casca, algodão, etc.

Até 30 de junho de 1957 havia no município 176 comerciantes. Dêsses, 6 são atacadistas e 170 varejistas, encontrando-se, entre os últimos, proprietários de estabelecimentos de avultado movimento comercial na cidade. Os varejistas, de movimento comercial intenso, renovam os seus estoques nas praças já mencionadas e a maioria compra aos atacadistas locais, sendo que êstes também vendem em larga escala para comerciantes do interior dos municípios de Colinas, Buriti-Bravo, Passagem Franca, Parnarama e Matões, todos do Maranhão.

Pelas relações de comércio entre a praça de Caxias e as de outros centros do país e a necessidade de incremento das atividades agrícolas e pastoris, por intermédio do crédito, num município de destacada posição econômico-financeira, dentro do Estado, desde há muito Caxias reclamava uma casa bancária operando na cidade, porque um correspondente da maior casa de crédito do país (firma José Ferreira Guimarães Júnior) não atendia o volume de operações das atividades mencionadas. Por isso foi instalada, em 7 de maio de 1940, a Agência do Banco do Brasil (aliás com o nome de Subagência, recebendo, mesmo, a denominação de Agência em 5 de julho de 1943), com apenas três funcionários. A ampliação das atividades bancárias deu ensejo a sucessivos aumentos do quadro de funcionários, sendo que em 1957 comportava 24 servidores.

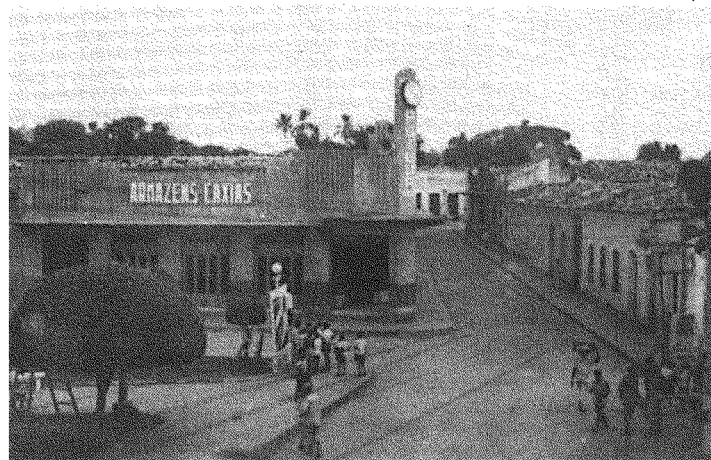
Em 15 de novembro de 1948 foi instalada, também, uma sucursal da Caixa Econômica Federal do Maranhão que, dentro das suas finalidades, tem contribuído para o equilíbrio, em parte, da economia popular, operando com hipotecas, penhôres, consignações e empréstimos simples e imobiliários.

A seguir é apresentado um quadro comparativo do movimento de depósitos verificado em 1955, 1956 e 1.º semestre de 1957:

DEPÓSITOS	1955	1956	1.º semestre 1957
Entradas	7 102 131,50	5 269 159,70	9 361 403,80
Saídas	7 399 777,40	5 684 875,10	7 255 948,10
Saldos	2 784 709,90	3 374 969,50	5 480 425,20

Em 30 de junho de 1957 circulavam, na mesma Sucursal, 2 408 cadernetas, assim distribuídas:

2 229	C/Cadernetas	Cr$ 3 323 960,30
155	C/Cheque	Cr$ 1 411 059,30
2	Limitados	Cr$ 504 621,30
9	Comercial (antiga)	Cr$ 1 219,90
11	Judicial	Cr$ 129 564,40
2	Prazo Fixo	Cr$ 110 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O principal meio de transporte é o ferroviário (Estrada de

Rua José Guimarães

Igreja da Conceição

Ferro São Luís a Teresina). O transporte aéreo, largamente usado, é feito pelo Consórcio Real-Aerovias-Nacional, para passageiros e cargas, ligando Caxias a tôdas as localidades servidas dêsse rápido meio de locomoção. Para eficiência dos seus serviços, em Caxias, dispõe o mencionado Consórcio da estação rádio-telegráfica ZXS, freqüência de 4 710,5 e 11 328 kc e transmissor com potência de 250 w.

Comunica-se com as seguintes cidades vizinhas e respectivos meios de transporte: Codó — ferroviário ...... E.F.S.L.T., 83 quilômetros; Coelho Neto — animal ou rodoviário, 94 quilômetros; Timon — Ferroviário E.F.S.L.T. ou rodoviário, 76 quilômetros; Dom Pedro — rodoviário, 215 quilômetros; Parnarama — rodoviário, 174 quilômetros; Matões — rodoviário, 108 quilômetros; São Domingos do Maranhão — rodoviário, 210 quilômetros; União-PI — misto: a) ferroviário E.F.S.L.T., até Teresina-PI, 80 quilômetros e b) rodoviário, 72 quilômetros ou fluvial, 70 quilômetros.

Com a capital Estadual: ferroviário E.F.S.L.T., 373 quilômetros ou aéreo, 282 quilômetros.

É a seguinte a rêde rodoviária local, com as respectivas distâncias dentro do município: De Caxias a Buriti Bravo — 100 quilômetros; De Caxias a Coelho Neto — 60 quilômetros; De Conceição a Caieiras — 36 quilômetros; De São João do Alderico a Taboleiro — 104 quilômetros; De Caxias a Presidente Dutra — 200 quilômetros; De Poções a São João do Alderico — 10 quilômetros; De Taboleiro a Pôrto de São Miguel — 24 quilômetros; De Conceição a Baixa Grande — 36 quilômetros; De Boa Vista a Cristino Cruz — 18 quilômetros; De Candeia a São Miguel — 78 quilômetros; De Brocos a São Miguel — 92 quilômetros; De Poções a Castelo — 18 quilômetros. Essas estradas são de terra não melhorada; largura média de 6 metros; servem bem durante o estio, enquanto na época das chuvas tornam-se quase intransitáveis.

É um dos capítulos dos mais interessantes da história de Caxias, o das vias de transporte, especialmente na parte que se refere à estrada de ferro:

"A navegação a vapor no rio Parnaíba, e a proximidade da cidade de Teresina, Capital da província do Piauí, deram sem dúvida golpe funesto no desenvolvimento e prosperidade de Caxias.

"Convém, pois, que apareçam meios de remover essa decadência, e parecendo-nos que está em primeiro lugar uma boa estrada de Caxias a São José das Cajazeiras (hoje Timon), que na margem esquerda do Parnaíba olhe de frente a Teresina.

"Em 1868 o engenheiro civil José Gaune, sem estipêndio algum do Govêrno, foi estudar o caminho entre êsses dois pontos, e embora muito animado com as vantagens, que notou poder auferir-se da realização duma estrada de ferro, adiou o seu projeto para melhores tempos à vista da indiferença de muitos cidadãos no caso de ajudá-lo.

"O Dr. Cândido Mendes de Almeida, no seu monumental "Atlas do Império do Brasil" indicou na carta geográfica do Piauí a estrada de ferro projetada, como uma espécie de protesto contra a apatia geral dos habitantes desta província do Maranhão.

"No princípio do ano de 1870, o espírito público despertou dessa indiferença, e manifestou-se a idéia de levar-se avante êsse projeto, devendo-se isto, sem dúvida, em grande parte ao cidadão Temístocles da Silva Maciel Aranho, que no seu jornal "O País", além de publicar vários artigos importantes a respeito, deu-se ao trabalho de escrever a muitas pessoas de Caxias e Teresina pedindo informações, animando-as, e tudo publicando em seu jornal.

"No calor destas discussões, o engenheiro José Gaune regressou a Caxias, e aproveitando-se de tão boas disposições traçou os planos, e organizou os orçamentos para cada um dos seguintes sistemas: 1.°) Caminho de ferro pròpriamente dito; 2.°) Caminho de ferro conhecido pelo nome de Larmenjeat; 3.°) Caminho de ferro por tração de animais; e 4.°) Transporte a vapor sôbre caminhos ou estradas usuais por meio de locomotivas estradeiras.

"Sempre cheio de animação, de coragem e de muita boa vontade, êste incansável e talentoso cidadão francês regressou à Capital, e comunicando suas idéias aos senhores Capitão Antônio José Vila Nova e Ribeiro & Hoyer, negociantes da praça de São Luís, pôde convencê-los da realização do seu projeto, e reunidos os esforços de todos, conseguiram que a Assembléia Provincial promulgasse e o Govêrno sancionasse a Lei n.° 905, de 14 de julho de 1870, que dá "autorização ao Presidente da Província para despachar até a quantia de 60:000$000 réis com o esta-

Palácio do Comércio, onde funciona a Agência Municipal de Estatística

belecimento duma via de comunicação a vapor, por qualquer dos sistemas conhecidos, da cidade de Caxias ao pôrto de São José das Cajazeiras".

"Ainda em 14 de junho, no mesmo dia da sanção da lei, o Ministro da Agricultura, o conselheiro Diogo Cavalcante de Albuquerque, ignorando tudo isto que por aqui se fazia, participou ao Presidente do Maranhão haver ordenado ao engenheiro Guston Dodt que estudasse essa estrada, indicando assim os seus bens desejos.

"Apesar de todos êstes trabalhos, esforços e dedicação foi o Sr. José Gaune esquecido, e com manifesta injustiça, quando o vice-Presidente, em exercício, o Dr. José da Silva Maia em 15 de outubro de 1870 encarregou o cidadão inglês Edmund Compton, engenheiro do gasômetro, de "ir explorar o terreno compreendido entre Caxias e São José das Cajazeiras, a fim de indicar a mais conveniente direção, que deve ter uma estrada entre êsses pontos, para o trânsito de locomotivas (road steamers) e vagões do sistema Thompson, e que sirvam para o transporte regular e acelerado de mercadorias e passageiros percebendo dos cofres da Província a quantia de ...... 1:200$000 réis como gratificação de suas investigações, plano e orçamento das despesas, que deve apresentar". (Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, do Dr. César Augusto Marques, 1864 — 1870).

No ano de 1895, foi inaugurada a estrada de ferro Caxias a Cajàzeiras (da Companhia Geral de Melhoramento no Maranhão, cuja construção estêve sob a direção dos engenheiros José Palhano de Jesus e Adolfo Domingues da Silva e custou, em moeda antiga, 1 214 000$000 réis. Bitola, 1 metro. Viagens diárias. Partidas, de Caxias, 6 h; de Cajàzeiras, 13 h. Chegadas, em Caxias, 17 h; em Cajàzeiras, 10 h. Essa estrada de ferro foi encampada em 12 de março de 1921. A linha da Estrada de Ferro São Luís a Teresina foi inaugurada em Caxias no dia 20 de outubro de 1920. (Contribuição de Agripino Lobão, antigo funcionário da Estrada de Ferro Caxias a Cajàzeiras).

O Departamento dos Correios e Telégrafos possui uma Agência que funciona em prédio próprio, de construção moderna e confortável, de dois pavimentos, inaugurado a 22 de janeiro de 1956. O serviço postal foi instalado no ano de 1820.

Ignora-se a data da instalação do serviço telegráfico. É agência de 2.ª Classe e coleta das agências de Buriti Bravo, Colinas, Mirador, Passagem Franca, São João dos Patos, Pastos Bons, Paraibano, Sucupira e Parnarama. Recebem malas postais, por intermédio desta agência, além das supra mencionadas, as de Balsas, Loreto, São Félix de Balsas, São Raimundo das Mangabeiras, Alto Parnaíba, Matões, Coelho Neto, Buriti e Brejo, tôdas no Maranhão. No serviço telegráfico são utilizados os aparelhos Morse, Siemens e Teletipo. Em 30 de junho de 1957 trabalhavam 24 funcionários no setor postal e 21 no setor telegráfico. Êste serviço postal-telegráfico põe o município de Caxias em contato com os demais centros do país.

A estação da E.F.S.L.T. também recebe e taxa telegramas, porém sòmente quando destinados aos municípios por ela servidos.

ASPECTOS URBANOS — Desde 30 de dezembro de 1929, funciona na sede municipal uma usina elétrica, para iluminação pública e domiciliar, de propriedade particular (da firma Araújo, Carvalho & Cia.), composta de três grupos, com capacidade para 320 H.P. — 230 kVA — 220 V para iluminação dos logradouros e 110 V para a domiciliar — freqüência de 50/60 ciclos. Em 30 de junho de 1957 havia 85 logradouros iluminados com 1 010 focos; 1 112 ligações para domicílios; preço de Cr$ 8,00 por kWh e Cr$ 0,90 por vela-mês; número médio de velas de cada foco, 40. Produção de kWh, em 1955: 371 025; em 1956: 460 000. As indústrias locais não utilizam a eletricidade para movimentação da maquinaria.

História da iluminação pública de Caxias:

"Nunca foi a iluminação feita como devia sê-lo e há anos ela é quase que nominal, porquanto os candieiros são péssimos e estão quase completamente inutilizados". (Almanaque de Belarmino Matos sôbre a iluminação pública de Caxias em 1860.)

"Pela primeira lei provincial de 3 de março de 1835 foram concedidos 50 lampeões para iluminação de Caxias.

"Ficou essa lei sem execução até dar-se esta ocorrência. É consignada no parágrafo 25 do artigo 19 da lei do orçamento provincial n.º 813, de 12 de julho de 1866, como crédito suplementar, para o exercício seguinte, a quantia de 7:000$000 réis para iluminação desta cidade, mandou o Ex.º Sr. Dr. Franklin Américo Dória, em execução da dita lei, enviar mais 30 lampeões além dos 30, que já tinha mandado, ordenando, o consêrto dêles e pondo em arrematação o serviço de iluminação pelo espaço de dois meses, devendo porém ser submetido o contrato à aprovação da presidência". (Dicionário Histórico-Geográfico, do Dr. César Augusto Marques).

"Por informações particulares, cheguei à conclusão de que em 1889 já a iluminação da cidade era feita a querosene. Nada se sabe a respeito da iluminação feita a óleo". (Padre Aderson Guimarães Júnior).

A municipalidade, no ano de 1891, aos 22 dias do mês de maio, quando intendente o Sr. Sigisnando Aurélio de Morais, contratou com os Srs. Tenente-coronel José Castelo Branco da Cruz e Dr. Cristino Cruz a concessão

do serviço de água, com as despesas de instalação por conta dos dois últimos contratantes e com direito de exploração pelo período de 60 anos, a partir do mencionado ano de 1891, quando começou a funcionar, sob o nome de "Companhia das Águas". Para formação do capital da Companhia das Águas, os Srs. Tenente-coronel Castelo Branco e Dr. Cristino Cruz lançaram 1 200 ações, cada uma no valor de cem mil réis, as quais, imediatamente, foram subscritas. Foi responsável pela construção o mecânico norte-americano Hiram W. Mapes Júnior. A água é captada dos mananciais "Chico Coelho" e "Recursos", distantes da cidade seis quilômetros, com o uso de adutores de 5 polegadas, sem o emprêgo de bombas, servindo-se apenas da gravidade para o precioso líquido chegar ao reservatório, localizado no Morro do Alecrim, no centro da cidade, e daí distribuído para os logradouros, para as instalações domiciliárias, sempre acompanhando as diferenças de níveis.

No ano de 1948, no dia 23 de agôsto, quando Prefeito o Senhor Eugênio Barros, a mencionada "Companhia das Águas" passou para o patrimônio do município, mediante a compra, a prazo, de 1 120 ações, no valor de Cr$ 150,00 cada, representando os acionistas, nessa operação, o Senhor José Ferreira Guimarães Júnior, emitindo a Prefeitura, para satisfação dêsse compromisso, 12 promissórias, que foram pagas com a renda da mesma Companhia.

Em 31 de dezembro de 1956, havia 397 ligações domiciliárias.

Caxias possui 138 logradouros públicos, dos quais 24 pavimentados e 114 com solo comum, ou seja, 14,3% de paralelepípedos; 2,7% de pedras irregulares e 83% de solo comum. Duas praças ajardinadas possuem bancos de concreto e boa iluminação, onde é feito o "footing", tôdas às noites e às tardes de domingos e feriados. Uma delas, a Praça Gonçalves Dias, tem um busto de bronze do Poeta, colocado sôbre plinto e coluna quadrangular, medindo ambos 2,50 metros, de cimento e granito, encontrando-se na face principal uma placa da mesma liga com a inscrição: "Homenagem dos caxienses ao Cantor das Selvas — 7 de setembro de 1922". Na parte posterior do monumento há uma placa de esmalte onde se lê: "Construída por Francisco Villa-Nova — 1922". A outra Praça — Cândido Mendes — foi remodelada, em parte, no ano de 1947. Em 1948, já na administração do Prefeito Eugênio Barros, foi reiniciada a obra de conclusão do calçamento dos passeios e jardins e terminada no ano de 1950. As despesas, não tôdas, foram realizadas por rotarianos, e a menor parte pela Prefeitura. Nesta última praça se encontra a estátua do Cristo Redentor.

O I.A.P.C. possui um núcleo residencial, construído na Avenida Getúlio Vargas e que se compõe de 30 unidades para serem alugadas a contribuintes daquela entidade paraestatal.

Caxias dispõe de 5 hotéis, com acomodações e mesas regulares, e 10 pensões, reservando-se o nome de "pensão" para as casas de hospedagem mais modestas ou menos confortáveis. Entre os hotéis se destacam, pelas melhores acomodações, os denominados "Pálace Hotel" e "Colinas Hotel"; as diárias, para solteiro, entre Cr$ 100,00 e Cr$ 120,00; para casal, entre Cr$ 200,00 e Cr$ 240,00,

Agência do Banco do Brasil S.A.

isto nos hotéis; nas pensões, para solteiro, entre Cr$ 50,00 e Cr$ 80,00; para casal, entre Cr$ 100,00 e Cr$ 150,00.

Na Subinspetoria de Trânsito estão registrados 1 automóvel, 11 jipes, 23 caminhões, 6 camionetas, 68 carroças, 184 bicicletas, 2 motocicletas e 1 ônibus, todos emplacados pela Prefeitura Municipal. Não foram emplacados: 4 jipes, 2 camionetas e 21 caminhões.

No dia 22 de janeiro de 1956 foi inaugurada a ponte de cimento armado, de 106,8 metros de extensão por 11,5 metros de largura, sôbre o rio Itapecuru, ligando Caxias aos bairros de Trezidela e Ponte, construída pelo D.N.E.R. dentro do plano da futura rodovia federal — a transversal BR-22 (Fortaleza, Periperi, Teresina, Peritoró, Belém). Anteriormente à construção dessa ponte de cimento armado servia para ligação de Caxias à margem oposta do Itapecuru, e ainda vem servindo, uma ponte de madeira, construída no ano de 1929, pelo Sr. José Fernandes Bastos. Êste senhor a explorou durante 25 anos; hoje pertence à Prefeitura Municipal.

Na Praça Gonçalves Dias é encontrado o prédio de propriedade da Associação Comercial, Agrícola e Industrial de Caxias, cuja construção foi iniciada no dia 1.º de julho de 1946. Trata-se de um edifício de avantajadas proporções, tendo em vista os recursos financeiros da Associação e tem dois pavimentos: no térreo amplos salões, em número de nove, para a instalação de escritórios e repar-

Hotel Veneza

tições públicas, já funcionando nêles a Agência Municipal de Estatística, Coletoria Federal, Associação Comercial e uma alfaiataria, inclusive dois para auditórios de rádio, cinema e conferências, e o andar superior está em preparativos para um grande e confortável hotel, cujas obras estão adiantadas.

Ainda no perímetro urbano destacam-se os seguintes templos religiosos: Catedral de Nossa Senhora dos Remédios, na Praça Magalhães de Almeida, em terreno elevado, próximo ao histórico Morro do Alecrim, dominando importante vista da cidade, construída a requerimento do cidadão José Antônio de Oliveira, mediante petição de 20 de outubro de 1817, dirigida ao Vigário Capitular, de então, Dr. João Basttos Oliveira. Posteriormente, a partir de 2 de março de 1852, a conservação do templo ficou a cargo da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios. Ali vê-se o regulador público, no qual está inscrito: "De Jong Caxias". Em baixo do referido regulador encontra-se uma placa com os seguintes dizeres: "Subscrição caxiense promovida pela Câmara Municipal, em 1862". Foi colocado em 1867. Tôdas as despesas, da compra à colocação na tôrre, alcançaram a quantia de 2:209$879 réis.

Igreja do Rosário, primitivamente denominada de "Capela de Nossa Senhora do Rosário, Mãe dos Pretos Escravos", situada na Praça Rui Barbosa. Do historiador Dr. César Augusto Marques (Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão), encontra-se no arquivo da Agência Municipal de Estatística a seguinte transcrição: "Os irmãos da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, da freguesia das Aldeias Altas (diz o registro) pretenderam erigir uma capela à dita Senhora do Rosário, para a qual todos prometeram concorrer e também alguns devotos brancos, obrigando-se a irmandade, pelos seus anuais, a ter sempre em asseio e ornar de paramentos a capela, a fazer-lhe os consertos que pelo tempo carecesse. Este requerimento, sem data, foi despachado pelo cabido a 17 de fevereiro de 1772. O Dr. Vigário da Vara — João Duarte Franco procedeu, no dia 15 de novembro dêsse ano, à vistoria do lugar escolhido pela irmandade e achou bom e suficiente para nêle se fundar a capela, o qual (diz o têrmo de vistoria) fica à vista da Matriz pouco distante dela na planície de um taboleiro. Foram testemunhas desta vistoria o alferes Francisco Dias dos Cazais e Domingos Loreiro. Os irmãos, no dia 15 de novembro dêsse ano, na presença do dito Vigário da vara e das testemunhas acima referidas, assinaram um têrmo pelo qual se obrigaram a fazer a capela de pedra e barro, por ser a cal muito dificultosa nesse lugar, pelo que só a rebocariam com ela; "também se obrigaram anualmente a perfazer 6$000 réis, em dinheiro contado, por todos os rendimentos dos anuais, os quais serviriam para conservação e ornato da capela". Todos os irmãos presentes assinaram de cruz, exceto um. De um requerimento despachado a 4 de outubro de 1775 consta que a capela, naquela época, estava feita de pedra, rebocada de cal e coberta de palha "enquanto se estava fazendo a telha para a cobertura". Em virtude do mandado do Vigário Capitular Dr. Francisco Matabosque, de 11 de outubro de 1775, o Vigário da vara Antônio Cordeiro Rôxo visitou e benzeu a capela no dia 27 de dezembro de 1776, e logo foi trasladada para esta, em solene procissão, a imagem da Senhora do Rosário e depositada na matriz". Sòmente depois do ano de 1864 foi concluída a construção dêsse templo. Quando do benzimento da capela e da trasladação da imagem, ainda faltava "promover a continuação das obras, elevar as parêdes, conjuntamente o frontespício à altura de poder fechar o corpo da igreja", isto é o que se lê de uma circular de solicitação de óbulos, datada de 30 de agôsto de 1864.

Igreja Matriz (de Nossa Senhora da Conceição e de São José), na Praça Cândido Mendes, construção maciça, de pedra e cal, paredes excessivamente grossas, de uma só tôrre, em puro estilo colonial. Não há registros da data de sua construção.

Igreja de São Benedito, na Praça Vespasiano Ramos. "Apresentada a petição para a sua fundação, foi autoada em 7 de junho de 1803, por ordem do governador do bispado, em sede vacante, o Sr. Dr. João de Bastos Oliveira. Foi feito seu patrimônio por Manuel da Silva Pinto "num quarto de légua de terra, de frente, e meia légua de fundo" em 13 de agôsto de 1803, sendo lavrado o têrmo de doação pelo escrivão Gonçalo Lopes de Matos". (Dr. César Augusto Marques — Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão).

Palácio Diocesano — Ergue-se imponente, na Praça Magalhães de Almeida. A pedra fundamental de sua construção foi lançada pelo então Arcebispo do Maranhão, Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Mota, no ano de 1943. As obras tiveram início em 1.º de março de 1944, sob a orientação e administração de D. Luís Gonzaga da Cunha Marelin, bispo desta Diocese. Ainda estão por concluir algumas partes internas.

Templos protestantes evangélicos — Igreja Presbiteriana, na Rua Afonso Pena, bom edifício, sendo construção simples, sem caracterização de estilo, em vias de ampliação. Igreja Batista (e casa pastoral), na Rua Coronel Manuel Gonçalves, boa construção de alvenaria e concreto armado, estilo moderno, confortável, possuindo no interior um batistério, bem visível da nave do templo, de

vidro e ao fundo com um quadro do rio Jordão; foi construído no ano de 1954 e inaugurado a 5 de dezembro do mesmo ano. Templo Adventista, na Rua Riachuelo, construção recente, inaugurado em julho de 1956, prédio moderno, dispondo de local interno para as cerimônias batismais.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade é servida de um nosocômio — Hospital Miron Pedreira — pertencente à Sociedade Humanitária de Caxias; é dirigido por um Provedor e administrado por uma Irmã Superiora e duas outras, tôdas da ordem das Irmãs de Caridade "São Vicente de Paulo", sendo uma delas formada pela Escola Ana Néri do Rio de Janeiro; o Hospital conta 40 leitos: 32 para indigentes e 8 para pensionistas; possui clínica geral, salas de cirurgia, ortopedia, pediatria, traumatologia, obstetrícia e serviço de maternidade, além de ambulatório, farmácia, lactário, laboratório de análises clínicas e de microbiologia; aparelho de Raios X; uma sala de esterilização; 8 berços para recém-nascidos e 8 caminhas. Quatro médicos prestam serviços no Hospital, que foi inaugurado no dia 20 de janeiro de 1956. Encontra-se à Rua Aarão Reis, na zona urbana da cidade e é destinado a pensionistas e indigentes. O nome dado ao estabelecimento constitui homenagem e reconhecimento do povo de Caxias ao discípulo de Hipócrates, Dr. Miron Pedreira, humanitário e filantropo, que deixou o registro de dedicação e afeto dispensados aos sofredores de males físicos, enquanto exerceu sua profissão na cidade. O Dr. Miron Pedreira foi o precursor da ereção de um hospital em Caxias. Ainda chegou a iniciar a construção de um prédio para êsse fim, porém, foi impedido da concretização, por haver sido acometido de mal incurável, na época, que o levou ao túmulo. No interior do edifício, logo à entrada, encontram-se duas placas de bronze com as seguintes inscrições: "Fé, Esperança, Caridade — A Sociedade Humanitária de Caxias, fundada em 1947, construiu, sob a presidência da Sra. Dinir Costa da Silva, o Hospital "Miron Pedreira", velha aspiração do pranteado médico caxiense, de quem êste Hospital guarda o nome. Foi inaugurado sob as bênçãos de Deus no dia 28 de dezembro de 1955, tendo como celebrante D. Luiz Gonzaga da Cunha Marelin, Bispo de Caxias. A Diretoria — Dinir Costa da Silva, Filomena M. Teixeira, Júlia Carvalho, Maria de Lourdes Sousa, Jacira Gonçalves Vilanova, Antônio Fontenele Viana, Nilza Lobo, Raimundo C. Sobrinho, Antônio F. de Sousa, Júlia Egito, Emília Gonzaga Costa, Leôncio Magno de Oliveira, Aristéa Lobo Cunha e Alderico J. da Silva". "Honra ao mérito — Alderico Silva — "Onde não há justiça, não há Deus — Ruy Barbosa — Corações agradecidos celebram, na imortalidade dêste bronze, o fecundo trabalho de Alderico Silva, que transmudou uma esperança em realidade imperecível. Silenciar entre a evidência do milagre operado pela fé, pelo esfôrço e pela vontade tenaz e disciplinada de tão grande homem que venceu a apatia e a descrença do meio ambiente — seria não cumprir um imperativo da justiça do fôro íntimo. A Alderico Silva, batalhador e vencedor da causa do Hospital "Miron Pedreira", a gratidão da Sociedade Humanitária de Caxias — Caxias, 28-12-1955". Não obstante estas inscrições, a inauguração ocorreu na data acima mencionada.

Nascente Veneza

As duas associações operárias — União Artística e Centro Artístico — e a Igreja Batista, mantêm ambulatórios, com serviços médicos e de enfermagem, destinados, nos das duas associações operárias, aos seus sócios, e, no da última, para os membros da Igreja e a quantos necessitarem de seus serviços.

O Pôsto de Puericultura Duque de Caxias, na Rua Coronel Libânio Lobo, mantido pela Associação de Assistência e Proteção à Infância de Caxias, atende sòmente a pessoas não pertencentes ao quadro social, realmente pobres. Funciona em prédio próprio, construído para êsse fim. No ano de 1956, com a distribuição de gêneros alimentícios, remédios, roupas, calçados, inclusive utilidades para filhos de mães que freqüentam o Clube de Mães de Caxias, que funciona sob os auspícios da Associação, foi dispendida a quantia de Cr$ 114 400,00. Os fundos foram provenientes do orçamento do Departamento Nacional da Criança, entidade que custeou as despesas de construção do prédio para êste Pôsto de Puericultura. No mesmo período (1956), 340 pessoas passaram pela assistência médica; igual quantidade recebeu gêneros alimentícios; os remédios foram distribuídos para 427 pessoas; 87 crianças receberam roupas e calçados e foram aquinhoadas com utilidades diversas.

Pôsto de Higiene do 9.º Distrito — Mantido pelo Govêrno do Estado, funciona em prédio próprio, na Avenida Getúlio Vargas, atendendo à população com serviços de clínica geral, gabinete dentário (sem Raios X) e um laboratório de microscopia. Servem no Pôsto um médico, um dentista, um microscopista, um enfermeiro, dois auxiliares de enfermagem e seis guardas.

Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais — Funciona no mesmo prédio do Pôsto de Higiene do 9.º Distrito, por lhe faltar edifício próprio. Atua sòmente no setor de combate à malária, com a aplicação domiciliária de inseticidas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Cooperativa de Consumo dos Bancários de Caxias, situada

Rua Conselheiro Sinval

na Rua 1.º de Agôsto. Forma o seu corpo de associados, bancários e funcionários públicos, subscrevendo cada cooperado, no mínimo, 80 quotas-partes de Cr$ 100,00 cada. Foi fundada a 23 de abril de 1950 e instalada a 25 do mesmo mês e ano. Movimento em 30 de junho de 1957: número de associados — 94; capital subscrito — ...... Cr$ 910 238,70; capital realizado — Cr$ 458 245,50; valores patrimoniais — Cr$ 7 460,00; fundos — Cr$ 74 540,30; dinheiro em caixa — 8 407,90; serviços executados — Cr$ 31 250,00.

Cooperativa de Crédito Caxiense, situada na Rua Afonso Cunha, tendo como principal finalidade o crédito. Foi fundada a 7 de dezembro de 1942 e instalada a 3 de maio de 1944. Movimento em 30 de junho de 1957: 236 associados; capital, mínimo, Cr$ 10 000,00; subscrito, ... Cr$ 62 130,00; realizado, Cr$ 62 130,00; empréstimos, 143; valor dos empréstimos, Cr$ 180 000,00; fundos, ... Cr$ 3 400,00 — dinheiro em caixa, Cr$ 14 700,00.

ALFABETIZAÇÃO — Das 91 220 pessoas recenseadas em 1950, de 5 e mais anos, apenas 13 828, das quais, homens — 7 364 e mulheres — 6 464, sabiam ler e escrever, ou seja, 15,15%. A elevada taxa de analfabetos àquela época (84,85%), mais notável na zona rural, deverá ter caído com o aumento de escolas (40) e das classes supletivas (18) no interior do município, em 30 de junho de 1957.

Ensino — "Caxias, desde os seus primeiros tempos, mesmo nas eras mais remotas, em que lhe deram o nome de Aldeias Altas, primou sempre pelo amor à instrução, sentimento inato que sempre caracterizou seus filhos. Ainda no berço de sua criação possuiu Caxias um estabelecimento de instrução superior — O Seminário das Aldeias Altas — fundado e dirigido pelos padres da Companhia de Jesus, que haviam fundado nesta região uma Missão de Catequese. Não é lenda, mas um fato histórico que se firmou no andar do tempo. Não faz muitos anos via-se, nas proximidades da Matriz Paroquial de Trezidela, vestígios bem visíveis de antigos edifícios que, segundo a tradição, eram ruínas da antiga Igreja dos Jesuítas e do Seminário das Aldeias Altas. Referindo-se ao Colégio dos Jesuítas, diz o historiador inglês R. Southey, no 6.º volume de sua História do Brasil que "a êsse Seminário, vinham buscar instrução muitos filhos do Piauí e das Minas da Natividade"... Com a expulsão dos Padres da Companhia de Jesus do Brasil, ocasionada pela terrível perseguição movida pelo ministro do Reino, o anti-clerical Marquês de Pombal, contra tudo que os Jesuítas haviam realizado na Colônia, fechou-se também o Seminário das Aldeias Altas. Em dezembro de 1762 o governador e Capitão-general da Província do Maranhão, Gonçalo Pereira de Lobato e Sousa, em ofício dirigido ao Ministro Português, perguntava — "o que devia fazer das livrarias do Colégio Grande de Alcântara e do Seminário das Aldeias Altas, constante de milhares de volumes grandes e estimáveis de tôdas as ciências, escolhidos e especiosos, a fim de não se estragarem por falta de uso, o que seria muito para lastimar-se". E não é de admirar que naquelas remotas épocas já houvesse, em Caxias, estabelecimento de ensino de grande importância, quando é sabido, pelo depoimento de antigos escritores da nossa história, que "esta localidade era então procurada de preferência para diversos ramos de comércio aqui florescentes, por muitos e abastados negociantes dos sertões do Piauí, Bahia, Minas e até de São Paulo, que viam em Caxias do Norte um notável empório comercial". "Ora, era certo, os Padres Jesuítas, cuja principal missão fôra, naquela época, catequizar e instruir, fundassem uma casa de ensino para a infância e mocidade daquelas ermas regiões sertanejas". Fechado o Colégio dos Jesuítas, o Govêrno português, conforme seu sistema, não se preocupou mais com a instrução dos colonos a que era francamente hostil, pois, durante mais de três quartos de século, não houve aqui ensino público. Quem podia pagava a mestres particulares o ensino de seus filhos e se era abastado mandava-os para o "reino" (Portugal) a fim de receber ali a instrução. Para "arraia miúda" — os pobres — nada de instrução primária. No ano da Independência (1823), a Câmara Municipal de Caxias pediu à Junta Governativa da Capital a criação duma cadeira de primeiras letras, paga pela Fazenda Nacional. Foi esta a primeira escola pública de Caxias. Em 1835 foi criada uma cadeira de ensino primário para o sexo masculino, ambas em Trezidela. Em 1842, por lei de 10 de julho, criou-se em Caxias uma cadeira para o ensino da língua francesa; e em 1854, foram criadas mais duas escolas de ensino primário no 1.º e 2.º Distritos dêste município. O Cônego Fernandes Pinheiro, antes de seguir para a Capital, em 1837, a fim de continuar os seus estudos, fôra mandado à aula do professor Ricardo Leão Sabino que o iniciou nos rudimentos das línguas francesa e latina. Em 1875, além das cinco escolas primárias públicas para os dois sexos e uma cadeira do ensino de francês, já havia em Caxias diversos

Rua Afonso Cunha

estabelecimentos particulares de ensino. Entre outros, de maior movimento eram as escolas dos professôres José Antônio das Neves e Manuel Pedro Ramos, com 70 e 50 alunos, respectivamente, e o Colégio "São Joaquim, com externato e internato, dirigido pelo Dr. Joaquim Lopes Lobão, com mais de 100 alunos. Êste magistrado, sem prejuízo das suas funções, prestou relevantes serviços à instrução local. De 1887 até 1890 funcionou em Caxias o "Gymnasio Caxiense" estabelecimento de ensino particular onde eram ensinadas tôdas as matérias do curso secundário, dispondo de corpo docente, sob a orientação do humanitário clínico, Dr. Antônio de Berredo, grande didata. Além do Diretor, lecionavam também o Padre Dr. Bartolomeu Dias de Freitas, Dr. José Firmino Lopes de Carvalho, Dr. Francisco Dias Carneiro, Dr. Salustiano F. Morais Rêgo e outros, de igual competência, no ensino das matérias de sua especialização. Os alunos prestavam exames das matérias estudadas no Liceu de Teresina, obtendo quase sempre aprovação distinta. Em 1888 Antônio Gentil de Abreu, hábil professor particular, fixando residência nesta cidade, fundou o Colégio "São José" onde, além do curso primário, ensinava também algumas matérias do curso secundário. De 1884 até 1903 funcionaram em Caxias três escolas do ensino primário para o sexo masculino, sob a direção dos professôres Joaquim José Marques, Sinfrônio Caldas, Marcos Agapito e José do Rêgo Medeiros, que, muitos anos depois, foi também Diretor da Escola Normal de Caxias, em sua primeira fase. Anos depois, com o falecimento dos três professôres acima nomeados e a exoneração do último, as escolas públicas do sexo masculino foram ocupadas interinamente por diversos professôres, depois suprimidas, sendo criado, em lugar delas, o externato "São José" e outras escolas mistas. Tempos depois, os grupos escolares, sendo o primeiro fundado — o Instituto "João Lisboa", com grande freqüência de alunos. Foi mui curta a sua duração, pois, o govêrno do Estado, sem motivo justo, mandou bruscamente fechá-lo. Esta violenta medida da autoridade estadual causou grande indignação da parte do povo caxiense, especialmente dos estudantes que, numa formidável manifestação de desagrado, invadiram o prédio onde funcionava o aludido Instituto, no sobrado à Praça Vespasiano Ramos, destruindo todo material escolar, que atiravam na rua pelas janelas, poupando apenas o retrato do patrono daquele estabelecimento de ensino, o imortal fundador do "Jornal de Timon". Alguns anos depois surgiu o "Ateneu Teixeira Mendes", estabelecimento de ensino secundário, particular, cujo futuro anteolhava-se promissor à vista da idoneidade moral e técnica do seu corpo docente, do qual faziam parte o professor Nereu Bittencourt e os Drs. Artur de Almada Lima, Durval Prazeres, Menezes Júnior e outros. Não teve longa duração tão esperançoso Colégio de formação moral, cívica e intelectual da mocidade caxiense. Corria o ano de 1931. O país entrara, havia pouco, em nova fase do regime republicano, com a vitória da revolução política e militar que entronizara a ditadura. Era interventor federal no Maranhão o Padre Astolfo Serra. João Guilherme de Abreu, caxiense que muito amou sua terra e que exercia então o cargo de Prefeito Municipal, lançou, em março daquele ano, a elevada idéia da fundação da Escola Normal. A êsse gesto feliz e patriótico não podiam ficar indiferentes os caxienses que se interessavam pelo progresso da terra, e o desenvolvimento cultural de sua mocidade, especialmente aquela que não tinha recurso para estudar fora da terra natal. Assim, calorosamente secundado pelo ilustre magistrado Dr. Eleazar Soares de Campos, então Juiz de Direito da Comarca, pelos coronéis José F. Guimarães Júnior e Francisco Raimundo Vilanova, com o apoio e aplausos gerais de todos os caxienses de visão elevada, não só residentes aqui como em outras localidades, o operoso Prefeito Municipal, apoiado por tôdas as classes sociais e famílias da cidade, depressa concretizou a magnífica idéia em realidade. Estava, dêste modo, coroada de bom êxito a vitoriosa atuação do Dr. João Guilherme de Abreu e de seus companheiros de ideal, efetivando-se a fundação da Escola Normal de Caxias, que foi instalada em prédio próprio, com material escolar completo para seu funcionamento, graças à dinâmica e esforçada ação da Comissão Organizadora da Escola Normal de Caxias. Constituído o corpo docente de professôres de reconhecida competência, foi escolhido, para Diretor, o professor Fernando Carvalho, possuidor de longa prática de ensino. Aberta a matrícula, foi crescido o número de alunos que se inscreveram para ingressar no novo estabelecimento de ensino normal. Em 31 de julho de 1932, ainda no govêrno do interventor Padre Astolfo Serra, foi a Escola Normal equiparada. Substituindo os diretores professor Fernando Carvalho e Doutor Acrísio Rebelo, assumiu a direção da Escola o Doutor Eleazar Soares de Campos que, no período de dois anos, prestou relevantes serviços, cuidando precisamente de todos os melhoramentos necessários ao seu progresso, conseguindo sua oficialização em 1934, no govêrno do interventor capitão Martins de Almeida. Manifestou também grande interêsse pela Escola o professor Jerônimo José de Viveiros, então diretor da Instrução Pública do Maranhão, efetuando contrato entre a Comissão Organizadora da Escola e o Estado, em virtude do qual esta passava a denominar-se Escola Normal de Caxias, sendo cedido seu pa-

Casa onde nasceu Coelho Neto

trimônio ao Estado, que assumiu o compromisso de custear as despesas com o pessoal administrativo e professorado, ficando à Comissão o encargo de zelar pela Escola e orientar a aplicação das suas rendas, e a criação do Curso Complementar anexo, a fim de preparar alunos para o curso normal. Substituiu o Dr. Eleazar Campos na direção da Escola o Dr. Salvador Barbosa que, meses depois, foi substituído pelo professor Hugo Bittencourt, de saudosa memória, que exerceu o cargo até junho de 1935, quando foi nomeado o professor José do Rêgo Medeiros, já em idade bem avançada, porém, trabalhando com dedicação ao lado de professôres esforçados como Nereu Bittencourt e outros não menos dedicados. Em fim de 1935 foram diplomados 34 professôres, a primeira turma da Escola, em brilhante solenidade cívico-religiosa, que empolgou a sociedade caxiense de grande satisfação pelo registro do triunfo dos fundadores da Escola Normal de Caxias. Em 1.º de outubro de 1935 registrou-se a fundação do Ginásio Caxiense que, com a cooperação valiosa da família caxiense e o apoio integral das famílias de outros municípios da região sertaneja do agreste, logrou obter elevada matrícula de alunos no início do seu primeiro ano letivo. Foi um ano de luta no trabalho dedicado de seus fundadores, Drs. Clodoaldo Cardoso e Antônio Martins Filho, e de outros pioneiros de sua organização econômica, Antônio Francisco de Sousa, Nacor Carvalho, coronel José Guimarães Júnior, Dr. Aquiles Cruz, Antônio C. Guimarães, Almir Cruz, que muito fizeram para dotá-lo de material escolar e adaptação no prédio adquirido para sua instalação, onde ainda hoje se encontra funcionando, com algumas reformas internas, para melhor satisfazer os seus diversos cursos e áreas necessárias para cultura esportiva e formação física dos seus alunos. Nestes dez anos de vida colegial foram seus diretores: Drs. Clodoaldo Cardoso, Antônio Martins Filho, professôres Edolfo Alves de Medeiros, Lafaiete de Mendonça e Djalma Silva, que, não obstante as dificuldades do meio ambiente do sertão e a falta de cooperação moral dos pais, na fiscalização dos estudos de seus filhos, muito fizeram pelo progresso dêste estabelecimento de ensino secundário, com o preparo de algumas turmas do Curso de Humanidades, contribuindo para que muitos jovens firmassem sua vida profissional. Caxias, apesar do antigo preconceito que à mulher se devia dar instrução primária superficial e educação mais apurada nos trabalhos domésticos, nunca se descurou da instrução e educação de sua mocidade feminina. Aquela errônea orientação foi destruída pela renascença espiritual e moral da sociedade, cujos princípios afirmam que a mulher, pela sua missão de mãe e educadora, precisa receber instrução e educação mais aperfeiçoada que o homem. Mas a instrução pública no Maranhão, desde o regime colonial foi muito descurada. No Dicionário Histórico-Geográfico do Doutor César Marques, referindo-se ao ensino primário na Província do Maranhão, diz: "que a primeira escola pública de Caxias foi criada em maio de 1822 e que o movimento de escolas públicas e particulares em tôda a província, de 1857 a 1860 foi apenas de 5 088 alunos, sendo 3 739 do sexo masculino". "E o primeiro colégio regular que possuiu esta Província foi o de N. S.ª dos Remédios, fundado em 1840". Nas eras de 1880 e 1890, já existiam em Caxias

Casa onde nasceu Vespasiano Ramos

diversas escolas públicas e particulares para o sexo feminino. Entre outras se distinguiram, pela sua competência e amor à causa do ensino primário, as escolas dirigidas pelas professôras Hermenegilda de Alcovia Lopes, Francisca Custódia de Sousa, Paula Nova Guimarães e Rosa Helena de Sousa. Anos depois, já de 1900 em diante, foram fundadas também outras escolas e colégios: Colégio "Santíssima Virgem", dirigido pela professôra Joaquina dos Santos Pires; Externato Nossa Senhora de Lourdes, sob a direção da professôra Ana Vitória Correia, e algumas mistas, dirigidas pelas professôras Sara Lobão Daniel, Sinhá Santos, Nenen Cantanhede, Jerônima Medeiros, Francisca e Evangelina Vilhena. Em 1909 o reverendo vigário das paróquias de Caxias, no elevado empenho de oferecer às famílias residentes nesta cidade meios mais eficientes para formação da mocidade feminina, convidou as Irmãs Catarinas, de Teresina, que fundaram o Colégio "Sagrado Coração de Jesus", que funcionou em Caxias, com grande proveito para a instrução e educação moral e profissional de meninas e môças, até o ano de 1920. Em 1921, a convite dos reverendos Padres Barnabitas, chegaram a Caxias as Irmãs do Sagrado Coração de Maria, que continuaram a nobre missão de suas antecessoras, fundando novo colégio de ensino primário sob o título de Educandário Sagrado Coração de Maria, funcionando apenas 4 anos, de 1922 a 1926, com grande freqüência de alunas. Ficou Caxias, 10 anos, sem colégio de ensino especializado para meninas e môças. Em 1936 realizou-se o movimento dirigido pelo reverendo padre Joaquim Dourado, para trazer a Caxias as Irmãs Franciscanas Capuchinhas, formando-se uma comissão organizadora para trabalhar pelo justo fim. A mesma põe-se no campo da ação, obtendo donativos do comércio, oferta das famílias de Caxias e solicitou a cooperação do govêrno do Estado, Dr. Paulo Ramos, e ao prefeito de Caxias, coronel José F. Guimarães Júnior, que deram todo seu apoio, autorizando verbas para realizar adaptações nos prédios para o novo colégio e abrigar as Irmãs Franciscanas, que chegaram a 10 de

Balneário Veneza

fevereiro de 1937. A 14 do mesmo mês, realizou-se o solene ato da fundação do Instituto "São José" na sua sede, à Praça Pedro II, hoje Dias Carneiro, sendo celebrante da missa o reverendo padre Frederico Chaves, representante do Ex.^mo^ Sr. Arcebispo do Maranhão, D. Carlos Carmelo Mota, hoje Cardeal de São Paulo. Após a cerimônia religiosa realizou-se a sessão solene de fundação do "Instituto São José", que foi presidida pelo coronel José F. Guimarães Júnior, Prefeito Municipal e representante do Govêrno do Estado, Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos, presentes as autoridades civis e eclesiásticas e distintas famílias caxienses, que assinaram a ata de fundação do referido Instituto, comparecendo também a todos os atos as fundadoras do novo Colégio — Madre Delfina e Irmãs Electa, Plácida, Justina e Engrácia, que tomaram posse de sua administração, iniciando-se a matrícula das alunas a 1.° de março do mesmo ano. Foi o Instituto "São José" registrado oficialmente na Diretoria da Instrução Pública do Estado. Em fevereiro de 1938 foi o Instituto oficialmente equiparado ao Ensino Primário do Estado, valorizando assim a instrução e educação ministradas pelas Irmãs Franciscanas à infância feminina de Caxias. Atualmente, o Educandário "São José", além do curso primário, funciona com mais eficiência, criando o de humanidades — Ginásio São José e Curso Normal Pedagógico, tendo diplomado diversas turmas de alunas, ginasianas e normalistas, com grande proveito para a formação moral e intelectual e educação profissional da mocidade de Caxias e de outros municípios maranhenses. ("A Instrução em Caxias através dos tempos", do professor José Medeiros e notas da redação do semanário local, "Cruzeiro", de 20 de setembro de 1957).

"Colégio Caxiense" — Curso ginasial desde 15 de março de 1935, já reconhecido pelo Govêrno Federal; em 1936 eram matriculados nesse curso 91 alunos, dos quais 46 recebiam certificado de conclusão em 12 de dezembro de 1940. Em 1957 — 11 professôres lecionam para 356 alunos; freqüência média, até junho: 1.ª série — 114; 2.ª série — 101; 3.ª série — 47; 4.ª série — 45. Matrícula geral: 1.ª série — 52 alunos e 77 alunas; 2.ª série — 53 alunos e 65 alunas; 3.ª série — 20 alunos e 35 alunas; 4.ª série — 36 alunos e 18 alunas. Escola Normal de Caxias, fundada em 29 de janeiro de 1950, com a matrícula, naquele ano, de 23 alunas e em 1957 — 49.

"Educandário São José" — Neste Estabelecimento são ministrados os cursos primário, ginasial e normal, apenas para o sexo feminino. O curso primário teve início a 14 de fevereiro de 1937; o ginasial, em janeiro de 1949, com 12 alunas. O Curso Normal Regional, com a matrícula geral de 19 alunas, teve início em janeiro de 1949. Dados gerais do estabelecimento, ano de 1957: Primário Geral — matrícula, 214; freqüência média, 195; número de professôres; 6; curso noturno de alfabetização: matrícula, 70 alunas; freqüência média, 65; número de professôres, 6; Curso Ginasial — matrícula, 178 alunas; freqüência média — 161; número de professôres, 9; Curso Normal — matrícula — 42 alunas; freqüência média, 37; número de professôres, 8.

"Ginásio Diocesano São Luís de Gonzaga" — Fundado a 21 de junho de 1955, pelo Ex.^mo^ D. Luís Gonzaga da Cunha Marelin, CM, bispo de Caxias, com a finalidade de proporcionar aos jovens uma esmerada educação religiosa, intelectual, artística e cultura física, baseada nos moldes da pedagogia cristã. A primeira matrícula foi de 111 alunos, sendo 75 na 1.ª série, em 2 turmas, e 36 na 2.ª série. A matrícula em 1957 foi de 182 alunos, divididos em 5 turmas, sendo 1.ª série A — 42; 1.ª série B — 42; 2.ª série A — 34; 2.ª série B — 29; 3.ª série — 35; freqüência média: 1.ª série A — 89%; 1.ª série B — 89%; 2.ª série A — 89%; 2.ª série B — 89%; 3.ª série — 88%.

"Ensino Primário" — Funcionam no município onze Grupos Escolares, 45 Escolas Isoladas, 18 Classes Supletivas (para alfabetização de adultos) e 2 Jardins da Infância; dêsses estabelecimentos 12 são estaduais, 40 são municipais, 6 particulares e 18 pagos pelos cofres federais.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede municipal funcionam 3 bibliotecas, que servem aos consulentes nas respectivas sedes e nos domicílios. Duas outras bibliotecas, a da Prefeitura e a do Colégio Caxiense, deixaram de possuir as especificações para estabelecimento dessa natureza, porém estão em fase de reorganização. A do município vai ser reorganizada e administrada pelo Centro Cultural Caxiense.

Biblioteca da Associação Comercial — situada na Rua Dr. Eduardo Berredo, no próprio prédio da Associação Comercial, fundada em 27-VII-1950; usa a classificação Decimal de Melvil Dewey e catálago classificado (em livro). Em 31 de dezembro de 1956 possuía 652 volumes e, em 30 de junho de 1957, 655 volumes. Em 1956 foram feitas 449 consultas, sendo 400 a domicílio e 49 na biblioteca, das quais, obras gerais — 217; filosofia — 53; religião e teologia — 15; ciências sociais — 30; filologia — 17; ciências puras — 10; ciências aplicadas — 13; literatura — 65; história, geografia e biografia — 29. Das obras consultadas — 401 em português; 16 em francês; 6 em inglês; 18 em espanhol; 2 em latim e, 6 em italiano.

Biblioteca Sete de Setembro — Pertencente à União Artística Operária Caxiense, situada na Praça Dias Car-

neiro, foi inaugurada a 1.º de maio de 1925, sendo as consultas facultadas na sede e domicílios. Os 658 volumes que constituem o seu acervo estão apenas relacionados em livro, mas bem conservados e guardados em estante apropriada. Em 1956 foram feitas 229 consultas, sendo 154 na biblioteca e 75 em domicílios; dessas consultas 168 foram de obras gerais e 61 de história, geografia e biografia, tôdas em idioma nacional.

Biblioteca do Ginásio Diocesano — Esta biblioteca, destinada aos alunos e professôres dêsse estabelecimento de ensino, conta com 1 100 volumes catalogados, entre os quais são incluídas obras clássicas, literatura, didáticas e de cultura geral. A cidade conta com dois cinemas — "Cine Glória", da firma Ferreira & Irmão, situado na Rua Aarão Reis, inaugurado no ano de 1942, de funcionamento diário, aparelho de projeção de 35 mm, com 350 poltronas, e "Cine Rex", da Emprêsa Carvalho Neto, na Rua Afonso Cunha, inaugurado em 28 de setembro de 1935, de funcionamento diário, aparelho de projeção de 35 mm e de cinemascópio, com 524 poltronas. Preço comum, em ambos os cinemas, Cr$ 10,00; excepcional, Cr$ 15,00; e em cinemascópio, Cr$ 20,00.

Fundado em 1.º de outubro de 1934, o Casino Caxiense, primeiro funcionou na sobreloja do Edifício Duque de Caxias, na Praça Gonçalves Dias; atualmente tem uma bela e confortável sede própria, na Rua Aarão Reis. Suas finalidades, segundo os estatutos da entidade: a) Aproximar a família caxiense, por meio de um centro de convergência, em que serão proporcionadas diversões aos sócios e onde se formem, consolidem e conservem boas relações; b) Comemorar datas cívicas, promover bailes, chás-dançantes e festas de beneficência à pobreza desvalida e a instituições consagradas ao desenvolvimento da instrução. Na sua sede têm ocorrido saraus dançantes, representações teatrais, conferências de cultura, tertúlias literárias, festas caipiras, bailes carnavalescos, desfiles de modelos, reunindo, nessas ocasiões, o que há de mais seleto da sociedade local. Cada sócio paga a mensalidade de cinqüenta cruzeiros.

A liga Esportiva Caxiense, fundada em 11 de janeiro de 1939, incentivando, apenas, a prática do futebol, tem a sua praça de esportes, mesmo sem os requisitos próprios dêsses locais, na Rua Benedito Leite, na zona suburbana da cidade, denominada Duque de Caxias, onde promove anualmente campeonato entre os clubes locais: "Palmeira Esporte Clube", "Comercial Esporte Clube", "Guará Esporte Clube", "Rodoviário Esporte Clube" e "Caxias Esporte Clube". Além do campeonato, também leva a efeito temporada de jogos amistosos com clubes de outras cidades, inclusive das capitais do Maranhão e do Piauí. Para jôgo entre clubes locais, os preços variam entre Cr$ 10,00 a Cr$ 15,00; para jogos intermunicipais, vigora o preço de Cr$ 20,00.

Vista parcial da Rua 1.º de Agôsto

Em terreno do Casino Caxiense os funcionários do Banco do Brasil, mandaram construir uma quadra de cimento, para a prática de volibol e basquetebol.

Centro Cultural Caxiense — Com a finalidade de estimular atividades literárias, artísticas, científicas e educacionais em Caxias, o Centro Cultural Caxiense foi fundado, com 20 membros, em 21 de abril de 1955, o qual vem promovendo reuniões literárias, mensais, conferências sôbre os mais variados assuntos, publicando os melhores trabalhos dos seus associados. O Centro agora vai ter a seu cargo a organização e a manutenção da Biblioteca Pública Municipal e a publicação, a partir de outubro de 1957, da revista literária "Timbiras". Atualmente esta associação de cultura conta com 30 membros.

Funciona regularmente o Centro Artístico Operário Caxiense, desde 14 de julho de 1910, data em que foi fundado. Tem sua sede social, própria, e confortável, na Rua Coelho Neto, no mesmo local do nascimento do imortal poeta maranhense de igual nome. Esta Associação é considerada de utilidade pública pela Lei estadual n.º 1 315, de 10 de abril de 1928 e é registrada no Conselho Nacional do Trabalho. O seu lema "Deus, Arte e Trabalho". Promove bailes, festas regionais, comemorações cívicas, festas de congraçamento com as entidades congêneres local e de outros municípios, assistência social, além de manter ensino primário e musical para os filhos dos associados. A sua sede social foi construída no ano de 1932. Ao ser fundada, em 1910, contava o seu quadro social com 383 sócios; em 30 de junho de 1957, já possuía 1 118. Seus bens patrimoniais, nessa mesma época, atingiam a cifra de Cr$ 1 200 000,00.

A União Artística Operária Caxiense é uma associação de operários, artífices, artesãos, de ambos os sexos, como a precedente e que reunia, em 30 de junho de 1957, 1 277 associados. Foi fundada em 1915, com o quadro social de apenas 76 sócios, tem a imponente e confortável sede social à Praça Dias Carneiro, n.º 7, onde são levadas a efeito as comemorações cívicas, especialmente as de cunho proletário, bailes para associados, festas caipiras, banquetes de confraternização com as entidades congêneres, de Caxias e de outros municípios; um bem montado bar, biblioteca, sala de leitura e auditório. Os bens patrimoniais desta Associação sobem a Cr$ 1 300 000,00.

O Jornal "Cruzeiro", de orientação católica, aceitando artigos de interêsse coletivo e publicando propagandas comerciais. De propriedade da Diocese de Caxias, aparecendo, pela primeira vez, em 28 de outubro de 1933; vem sendo publicado semanalmente, trazendo 6 páginas nas edições comuns e maior paginação nas edições comemorativas. Possui oficinas próprias e é vendido à razão de Cr$ 2,00 cada exemplar.

Radiodifusora Mearim de Caxias — Seu escritório fica na Rua Aarão Reis e os seus transmissores instalados no Morro do Alecrim. Está em vias de conclusão o seu auditório para 300 lugares. É propriedade da Rádio Difusora Mearim, Sociedade Anônima. Características técnicas: Prefixo — ZYF-22; máximo de potência, anódica (w) — 2,5; na antena (w) — 0,5; freqüência média (kc) — 4 945.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 535	3 257	1 685	...	1 667
1951	1 913	3 851	1 600	...	1 615
1952	2 186	4 171	2 115	1 081	2 030
1953	2 525	5 719	2 256	...	2 298
1954	2 821	7 125	3 611	1 630	3 593
1955	3 208	8 236	3 373	1 764	3 388
1956	4 501	11 087	4 014	2 329	3 845

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Em memória do Congresso Eucarístico Sacerdotal, realizado em Caxias de 29 de junho a 4-7-1937, foi erguida na Praça Cândido Mendes uma cruz de cimento armado, a qual caiu no desagrado do povo, talvez devido a suas linhas modernas, por demais ousadas. Isso resultou na sua demolição e construção, em 1948, do atual monumento, pelo artista caxiense Raimundo Nonato Teixeira dos Santos, sendo as despesas custeadas pelos cofres municipais e por contribuições populares. É uma reprodução da estátua do Cristo do Corcovado, assentada sôbre um pedestal de 9,8 metros, com a forma de 4 cubos superpostos, de menores largura e comprimento, à medida que sobem, construído de tijolos e cimento. A estátua tem 3 m de altura e 2,80 m de envergadura, sendo também de cimento armado. A imagem está voltada para a porta principal da Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

Morro do Alecrim, célebre por nêle haver sido travada a batalha entre as tropas independentes, comandadas pelo major Salvador Cardoso de Oliveira e pelo civil João da Costa Alecrim e as que o defendiam, sob o comando do major português João José da Cunha Fidié, que foram vencidas, tendo sido o morro tomado. Chamava-se então Morro das Tabocas, porém após a poesia do imortal poeta caxiense Gonçalves Dias intitulada "O Morro do Alecrim", passou a ser assim chamado e como é hoje conhecido.

A Igreja dos Remédios foi, quando da insurreição dos "balaios", transformada em depósito de munições e paiol de pólvora. Hoje é a Catedral da Diocese de Caxias, com o título de Catedral de Nossa Senhora dos Remédios.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Feriados municipais, segundo a Lei n.º 240, de 4 de dezembro de 1953: 19 de março — Dia de São José; 29 de junho — Dia de São Pedro; 3 de agôsto — Adesão de Caxias à Independência; 15 de agôsto — Assunção de Nossa Senhora; 30 de outubro — Dia do Comerciário; 8 de dezembro — Dia de Nossa Senhora da Conceição; Feriado Móvel — Assunção do Senhor.

Festas religiosas: — Janeiro: de São Sebastião, na capela do mesmo nome, zona suburbana, dos dias 17 a

Vista parcial da Rua Afonso Pena

20; começa com o levantamento do mastro, em o qual, em tôda a sua extensão são presos frutos, cana-de-açúcar, ramos silvestres e flôres e na extremidade um quadro de pano com uma imagem do Santo; animado arraial; tríduo na capela, missa e procissão, no dia 20, para encerramento. Maio: Mês Mariano, na Igreja de São Benedito ou na Matriz, que consta de ladainha tôdas as noites, encerrando com a Missa, pela manhã, e, à tarde, procissão. Junho: Festa de Santo Antônio, na Igreja do mesmo nome, no bairro Ponte; é a segunda festa da cidade; dura apenas 3 dias, sem data fixa; animado arraial, rezas e encerramento com a missa, pela manhã, e procissão pela tarde. Julho: Festa de N. S.ª de Lourdes, na Igreja de Santo Antônio, no bairro Ponte, tem a duração de 3 dias, sem data fixa; arraial, devoções, missa e procissão. Agôsto: Festa de São Benedito, na Igreja do mesmo nome, na Praça de Vespasiano, com a duração de dez dias, sem data fixa; é a maior festa profano-religiosa do município, assistida por elevado número de fiéis católicos do município, dos municípios vizinhos e do Piauí; consta de animado arraial, rezas, sermões e, no último dia, pela manhã, missa cantada com grande instrumental, e pela tarde, procissão, em a qual são conduzidas pelas ruas da cidade as imagens de São Benedito e Santa Efigênia, por uma multidão nunca inferior a três mil pessoas; Festa de São Raimundo, na Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição, na Praça Cândido Mendes, nos dias 29, 30 e 31. Arraial, devoções, missa (no último dia) e procissão. Outubro: Festa de Nossa Senhora de Nazaré, na igreja do mesmo nome, no bairro Trezidela, durante três dias, sem data fixa. Muito concorrida: rezas nas três noites; no último dia, pela manhã, a missa e, pela tarde, procissão com a imagem da Santa; grande e animado arraial. Dezembro: Festa de Nossa Senhora da Conceição, na Igreja Matriz, na Praça Cândido Mendes; de 1.º a 8; pequeno arraial, devoções; termina com a missa, pela manhã, e, à tarde, procissão.

VULTOS ILUSTRES — *Afonso de Moura Cunha*: nascido em Caxias a 27 de outubro de 1895 e falecido na capital do Estado a 22 de maio de 1947 na Santa Casa de Misericórdia, onde há cêrca de um mês se encontrava hospitalizado. Além de membro do Conselho Administrativo do Estado, era poeta, jornalista e exercia advocacia. Fêz o curso de humanidades em Teresina-PI e os primeiro e segundo anos de Direito em Recife-PE. Na capital pernambucana dirigiu o "Jornal Pequeno". Após intensa atividade

Casino Caxiense

literária em Recife, estêve no Amazonas e depois no Acre, sendo ali secretário particular do governador e depois promotor público na cidade Brasiléa-AC. Depois veio para o Maranhão, sendo, em 1927, eleito deputado estadual, no govêrno de Magalhães de Almeida, e, em seguida, passou a desenvolver suas atividades em Caxias onde foi Prefeito, pondo em prática fecunda administração. Afonso foi autor de lindas poesias, sendo da sua lavra o soneto "Vitória Régia", reputado um dos mais belos da lira maranhense.

Vitória Régia

Sob a doçura azul de um céu azul-turqueza
E o flamíneo fulgor de um sol equatorial,
Ei-la, esplendendo à luz esplêndida riqueza
Da alva corola em flor, de forma escultural.

Unge-a de ouro purpúreo o sol; e, ungida e acesa,
Lembra uma estrêla em meio ao múrmuro cristal
Do rio, que marulha em múrmura reprêsa
E tem cintilações de pérola e coral...

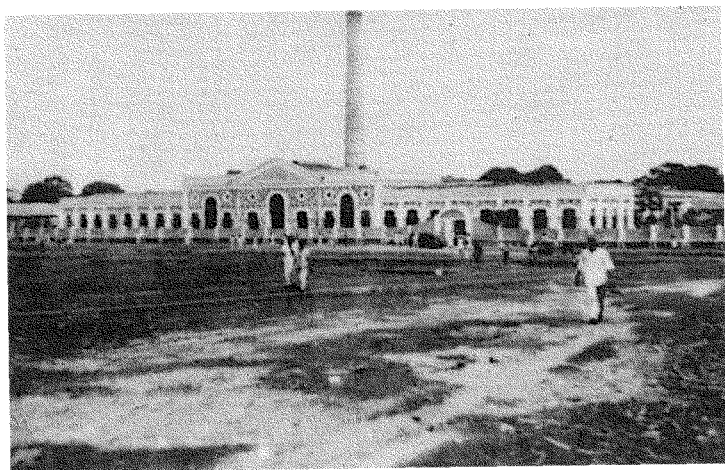
Magnífica expressão da alma da Natureza
É um resumo feliz da flora original,
Que aqui rebenta em luz e assomos de beleza!

Não há, porém, conter-lhe a vida vegetal,
Que a vida desta flor, de surprêsa em surprêsa,
Atinge a perfeição do Supremo Ideal!

Antônio Gonçalves Dias: nasceu a 10 de agôsto de 1823, no sítio denominado Boa Vista, nas terras de Jatobá, cêrca de quatorze léguas da cidade. Foram os seus pais, o negociante português João Gonçalves e Vicência Mendes Ferreira, mulher de côr, um tanto acabreada; correndo portanto nas veias do poeta o sangue misturado das três raças constituidoras da nossa nacionalidade: européia, indígena e africana. Casando-se seu pai em 1829 com D. Adelaide Ramos de Almeida, chamou-o para sua companhia. Destinaram-no a princípio à vida comercial, tal foi, porém, o talento precoce que revelou na escola de primeiras letras, que, mudando de intento, pô-lo seu pai a aprender latim com o professor Ricardo Leão Sabino, e, finalmente, mandando-o estudar na Universidade de Coimbra, levando-o consigo para a Capital, onde faleceu, quando se preparava para embarcar para Portugal. Regressando Gonçalves Dias para Caxias, após o falecimento de seu pai, propôs o Dr. Antônio Manuel Fernandes Júnior, então juiz da Comarca, obter-lhe da Assembléia Legislativa Provincial que o mandasse estudar na Europa, a expensas públicas. A madastra, que o estimava como filho, rejeitou a oferta, fazendo-o partir à sua custa para Portugal, com destino a Coimbra, em 1838. A Balaiada em 1839, que tanto assolou Caxias, pôs a madastra do poeta em apuros tais que se viu forçada a interromper as mesadas que mandava ao enteado. Privado, assim, de meios de poder subsistir no estrangeiro, dispunha Gonçalves Dias a regressar ao Maranhão, quando João Duarte Lisboa Serra, Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, Pedro Nunes Leal e Antônio Rêgo, maranhenses que freqüentavam a Universidade e se tornaram depois notáveis, o fizeram desistir dêsse intento, dando-lhe casa e livros para continuar os seus estudos. Matriculado em Direito em 1840, tomou grau de bacharel em 1844. Regressando ao Maranhão em 1845 veio a Caxias, donde, ao voltar, fundou, com Alexandre Teófilo, Antônio Rêgo, Antônio Henriques e outros, o "Arquivo" (1846), periódico literário em que apareceram algumas das suas primeiras produções poéticas, tais como "Os seus olhos", "A escrava", "Te Deum", "Mendiga", etc. e diversos trabalhos seus em prosa, entre os quais "Agapito" (fragmentos de um romance inédito), "Revista Dramática", "A Tôrre de Verdura" (por Frederico Soulié). Não foi Gonçalves Dias sòmente poeta lírico; era também prosador elegante e do mais sedutor estilo. A "introdução", que acompanha a 2.ª edição dos "Anais Históricos do Maranhão, de Bernardo Pereira de Berredo, as "Reflexões" que serviram de prólogo ao drama "Leonor de Mendonça", seus outros dramas "Boabdil" e "Beatriz Cenci", "Brasil e Oceania", e mais pareceres, relatórios e diversos trabalhos outros, que se encontram na "Revista do Instituto Histórico", bastam para assegurar-lhe um lugar de destaque dentre os maiores escritores nacionais. As cartas que escreveu do Ceará para vários jornais do Rio de Janeiro, sôbre a comissão científica de que fazia parte (1860) poderiam consagrá-lo como jornalista no rigor do têrmo, porque nelas eram debatidas várias questões do dia, umas de valor científico, outras de interêsse geral. Na Imprensa do Maranhão, a não ser a "Viagem pelo rio Amazonas", impressa em "O Progresso", de 1861, não se pode enumerar Gonçalves Dias como militante da imprensa periódica da Província. Uma página, deixou-a êle indelével nas colunas de "A Conciliação", isto é, "A Carta do outro mundo", curiosíssima narrativa de tom humorístico que fêz sair depois da falsa notícia do seu falecimento. Pouco demorou Gonçalves Dias no Maranhão. Em 1846, a conselho de seu grande amigo, Dr. Teófilo, partia para o Rio de Janeiro, onde imprimiu os seus "Primeiros Cantos", que foram recebidos com geral aplausos de tôda a imprensa, quer do país, quer do estrangeiro. Sua celebridade é aumentada ainda com a publicação dos seus "Segundos Cantos" (1848). Viveu no Rio de Janeiro empregando o melhor das horas do dia em redigir e consertar as discussões das câmaras que se publicavam ora no "Jornal do Comércio", ora no "Correio Mercantil". No Rio de Janeiro, redigiu ainda, ao lado de Joaquim Manuel de Macedo e Pôrto Alegre a revista "Guanabara". Exerceu, a princípio, o lugar de secretário do Liceu de Niterói, sendo em 1849 nomeado professor de História e Latinidade no Colégio Pedro II e, em 1852, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Por ofício

de 12 de março de 1851 participou-lhe o Ministro do Império, Visconde de Monte Alegre, que o Imperador houvera por incumbi-lo no desempenho de duas importantíssimas comissões nas províncias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Alagoas. Era a primeira delas para coligir todos os documentos concernentes à história do país; a segunda examinar todos os liceus, colégios, escolas e outros estabelecimentos destinados ao ensino e educação da mocidade. Em 1854 foi enviado em comissão à Europa, para estudar o estado da instrução pública nos países mais adiantados, examinar os arquivos de Portugal e Espanha e extrair, dêles, cópias de documentos referentes à História do Brasil. Em 1860 fêz parte, ainda, da comissão científica que se enviou ao Ceará, sendo encarregado dos trabalhos etnográficos e dos relatórios da mesma. Em 1862 partiu muito doente para a Europa, a ponto de o darem como falecido na viagem e de ser a sua morte lamentada nos jornais. Apesar do seu mal estado de saúde foi ainda encarregado de extrair cópias dos arquivos. Agravando-se-lhe, de novo, seus padecimentos e como que sentindo aproximar-se-lhe a morte, regressou da França, no brigue "Ville de Bologne", que naufragou nas costas do Maranhão na madrugada de 3 de novembro de 1864, e, vindo quase moribundo, pereceu no naufrágio nas águas da pátria. Foi, sem contestação, Gonçalves Dias o maior poeta lírico, nos dois países da língua portuguêsa. (Contribuição do Dr. Antônio Carlos Medeiros). Sôbre o infeliz acidente, o "Correio Mercantil" do Rio de Janeiro, de 29 de novembro de 1864, publicou a seguinte correspondência do Maranhão: "O Dr. Antônio Gonçalves Dias faleceu no dia 3 do corrente mês (novembro de 1864), em o naufrágio da barca francêsa "Ville de Bologne", nas imediações do farol de Itacolomi. Vinha o navio com quarenta e tantos e cinqüenta dias de viagem do Havre, onde o ilustre poeta embarcou, persuadido de que um longo trajeto marítimo lhe havia de fazer bem, e desejava vir ou melhorar, ou morrer e ser enterrado na terra do seu berço. Lá em cima estava previsto o contrário. O poeta piorou considerávelmente na viagem. Contam as pessoas da tripulação da barca que alguns dias antes do naufrágio já o doente não se podia levantar nem tomar alimento. Fumou charutos até quando pôde; quando nem isso mesmo lhe foi mais possível fazer, dizem que pedia a alguém que fumasse a seu lado e lhe assoprasse à bôca o fumo. Estava sem carne, sem voz, sem vida. O capitão da barca afirma que, quando o navio bateu nos baixos, o Dr. Antônio Gonçalves Dias já tinha morrido. Acredita-se, porém, que, estando o ilustre poeta à morte, a tripulação o abandonou, deixando-o encerrado no camarote, do qual não podia sair por lhe faltarem as fôrças precisas. Veja que morte aflita e angustiada estava à espera do desditoso poeta!... Achava-se o navio a umas oito léguas do pôrto da Capital. Dizem os práticos da barra, e consta que o naufrágio parece ter sido intencional, porque no lugar em que êle se deu só bate o navio que quer bater. Combina-se isto com a notícia de que o capitão não quis receber no Havre passageiro algum, admitindo o Dr. Gonçalves Dias depois de muitas instâncias, e persuadido naturalmente de que o passageiro, gravemente enfêrmo, não deitaria a viagem. Logo que se soube do naufrágio, S. Excia., o Sr. Presidente da Província, e o Sr. Chefe de Polícia interino, tomaram e expediram tôdas as providências, recomendando muito a procura do cadáver e dos baús pertencentes à bagagem do ilustre poeta. O segundo, de acôrdo com o primeiro, ofereceu um prêmio à pessoa que encontrasse o corpo. Outro prêmio e para o mesmo fim, também foi oferecido por vários amigos do Dr. Dias, em cujo número o Dr. Henrique Leal. O poeta trazia consigo todos os seus manuscritos. Além das traduções da "Noiva de Messina" e da "Beatriz de Cenci", a "História dos jesuítas no Brasil", trabalhos sôbre instrução pública, poesias, etc. Seremos muito felizes se ao menos os manuscritos forem encontrados... Não temos ainda notícias certas... fala-se no achado de um baú que estava aberto. A morte do desditoso poeta causou aqui geral sentimento, já pelo seu raro talento e já pelas suas raras qualidades. Parece que o oceano estava destinado para ser o receptáculo do seu corpo. Quando pela primeira vez correu a falsa notícia do seu falecimento, deram-lhe o mar por jazigo; da segunda, quando, infelizmente, sua morte verificou-se, foi o mar o seu túmulo, e uma grande barca o seu esquife. Mas desta vez o poeta não morreu entre os homens. Há de êle morrer realmente quando, daqui, há muitos séculos, não se conservar o menor vestígio da língua portuguêsa, ou daquelas em que houverem sido traduzidos os seus inimitáveis cantos".

Fábrica Manufatora S.A.

César Augusto Marques, nasceu nesta cidade no dia 12 de dezembro do ano de 1826 e faleceu no ano de 1900. Médico pela Faculdade da Bahia, foi tenente-cirurgião do Exército e médico na província do Maranhão. Historiador, professor de retórica, matemática, história e gramática; arquivista da Câmara Municipal e Secretário da Inspetoria-Geral da Instrução Pública. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, bem assim dos congêneres de Alagoas, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul; sócio correspondente da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa e da Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro; sócio honorário do Ateneu Maranhense. Cavaleiro das Ordens de Cristo e da Rosa; comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa de Portugal. É o patrono da cadeira n.º 35 da Academia Maranhense de Letras e da de n.º 22 do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, fundada por Domingos Perdigão. Foi autor de várias obras sôbre história, filosofia e religião, destacando-se entre os trabalhos históricos o seu "Dicioná-

Fábrica de Fiação e Tecidos União Caxiense S.A.

rio Histórico-Geográfico da Província do Maranhão", São Luís, 1870.

Fernando de Melo Coutinho Vilhena, nasceu nesta cidade e faleceu em São Luís no ano de 1870. Bacharel em Direito, foi advogado no fôro de São Luís e secretário do Govêrno (1843); era cavaleiro da Casa Imperial. Jornalista vigoroso, redigiu o "Maranhão"; jurisconsulto. Deixou incompleto um "Código Civil".

Frederico José Corrêa, nasceu nesta cidade em 18 de dezembro de 1817 e faleceu em São Luís a 28 de maio de 1881. Formado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Olinda; foi mais de uma vez deputado provincial. Tenente-Coronel da Guarda Nacional e seu Comandante Superior no Maranhão; Procurador Fiscal do Tesouro Provincial; Presidente da Câmara Municipal desta cidade; Vice-Presidente da Província; sócio honorário do Ateneu Maranhense; oficial da Ordem da Rosa. Poeta, publicista, crítico, jurista e parlamentar. É o patrono da cadeira n.º 6 da Academia Maranhense de Letras, fundada por Luso Tôrres.

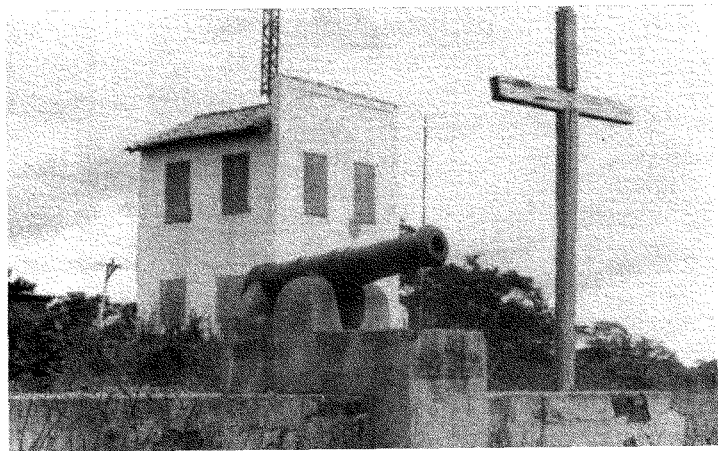
Henrique Maximiliano Coelho Neto, nasceu nesta cidade em 21 de fevereiro de 1864 e faleceu no Rio de Janeiro em 28 de novembro de 1934. A casa onde nasceu êsse notável maranhense foi demolida, mas no edifício erguido em seu lugar encontra-se a placa que registra o nascimento do homem de letras. A rua conserva o seu nome. "Jornalista, professor, romancista, orador, poeta, teatrólogo e lexicólogo — o príncipe dos prosadores brasileiros, a seu tempo. Lente de História das Artes na Escola Nacional de Belas Artes, de História do Teatro e Literatura Dramática na, hoje, Escola Dramática "Coelho Neto", e de Literatura no Ginásio de Campinas e no Colégio Pedro II. Secretário do Govêrno do Estado do Rio; deputado federal pelo Maranhão em três legislaturas; secretário da Liga de Defesa Nacional; Ministro Plenipotenciário e enviado especial do Brasil à Argentina, na posse do Presidente Irigoyen; Grande oficial da Ordem da Coroa, da Bélgica, e Comendador da Ordem Militar de São Tiago da Espada, de Portugal. O único redator brasileiro do grande "Dicionário Lello Universal", de Lello & Irmão, de Portugal. Colaborou assìduamente na "Gazeta de Notícias" e em "A Notícia", e escreveu para quase tôdas as revistas literárias do Rio de Janeiro. Ocupou, na Academia Brasileira de Letras, de que foi presidente, a cadeira n.º 2 (Álvares de Azevedo); é patrono da de n.º 24 da Academia Maranhense de Letras, fundada por Joaquim Dourado". (Mário M. Meireles, em "Panorama da Literatura Maranhense"). É longo o acervo literário de Coelho Neto, em romances, novelas, contos, ficção, crônicas, peças teatrais, poesias, etc.

João Mendes de Almeida, nascido nesta cidade a 22 de maio de 1831 e falecido em São Paulo em 1898. "Bacharel em Direito por São Paulo. Começou a vida pela magistratura que trocou pela advocacia e pela política, radicando-se em São Paulo que o elegeu deputado geral. Jornalista e publicista; fundou a "Opinião Conservadora" e "A Sentinela" e colaborou no "Partido Conservador", na "Sentinela da Monarquia", em "A Lei" e o "Diário de São Paulo". (Mário M. Meireles, em "Panorama da Literatura Maranhense").

Joaquim José de Campo Medeiros e Albuquerque, nascido nesta cidade a 31 de outubro de 1825 e falecido no Rio de Janeiro a 11 de abril de 1892. Formado em Direito pela Faculdade de Recife. Foi deputado geral, secretário da Província de Pernambuco, Diretor-Geral do Recenseamento no Estado do Rio de Janeiro, Diretor da Secretaria do Império e Secretário do Ministério da Saúde Pública. Orador e publicista; membro do Instituto Arqueológico de Pernambuco.

Raimundo Teixeira Mendes, nascido nesta cidade a 5 de janeiro de 1855 e falecido no Rio de Janeiro a 28 de junho de 1927. "Apóstolo do positivismo e republicano ardoroso. Filósofo, ensaista e poeta; o idealizador da bandeira nacional da república. É o patrono da cadeira n.º 30 da Academia Maranhense de Letras". (Mário M. Meireles, obra citada). Não obstante os seus escritos sôbre estudos de sociologia, as obras mais numerosas de Teixeira Mendes foram dedicadas ao positivismo.

Teófilo Odorico Dias de Mesquita, nascido nesta cidade a 8 de novembro de 1854 e falecido na capital do Estado de São Paulo a 29 de março de 1889. Bacharel em ciências jurídicas e sociais por São Paulo; lente de Português na Escola Normal dêsse Estado. Orador, jornalista, professor, advogado, magistrado e, sobretudo, poeta. Redigiu, em São Paulo, a "Gazeta Liberal", o "Partido Liberal", o "Paulista", o "Liberal Paulista", e o "Federalista". É patrono de cadeiras nas Academias de Letras do Amazonas, São Paulo e Maranhão (nesta, da de n.º 19, fundada por Maranhão Sobrinho), bem assim da cadeira n.º 36 dos sócios efetivos da Academia Brasileira de Letras, fundada por Afonso Celso. Sôbre Teófilo Dias, escreveu Ronald de Carvalho: "é um lirista eloqüente, volutuoso, cheio de uma exaltação permanente pelo vocábulo, cintilante, preferindo a elegância da expressão à profundeza dos conceitos". (Mário M. Meireles, etc.).

Joaquim Vespasiano Ramos, nasceu em Caxias a 13 de agôsto de 1883, à Praça de São Benedito, hoje "Vespasiano Ramos". Era filho legítimo de Antônio Vespasiano Ramos e Leonília Caldas Ramos, já falecidos. Fêz seus estudos, nesta cidade, revelando, desde cedo, forte pendor poético. Durante algum tempo foi empregado de importante firma local, tendo, mais tarde, seguido para São Luís, onde ingressou, novamente, no comércio, e ampliou seus estudos. Não tendo inclinações para a carreira comercial,

Morro do Alecrim

deixou São Luís e seguiu para Balém-PA onde, a convite de Paulo Maranhão, fêz parte do corpo redacional de "A Fôlha do Norte". Foi essa a época de sua maior e quiçá melhor produção poética. Estêve no Rio de Janeiro, onde publicou "Cousa Alguma", em que enfeixou uma parte de suas magníficas poesias, merecendo francos elogios da crítica. Regressando do Rio de Janeiro, dirigiu-se para o Acre, fixando-se em Pôrto Velho (hoje no Território de Rondônia) onde faleceu, a 26 de dezembro de 1916. (Contribuição do provecto professor e intelectual caxiense Nereu Bittencourt). Vespasiano Ramos é o patrono da cadeira n.º 32, da Academia Maranhense de Letras, fundada por Mariana Luz.

SAMARITANA

(Vespasiano Ramos)

Piedosa gentil Samaritana:
Venho de longe, trêmulo, bater
À vossa humilde e plácida cabana,
Pedindo alívio para o meu viver!

Sou perseguido pela sêde insana
Do amor que anima e que nos faz sofrer:
Tenho sêde demais, Samaritana
Tenho sêde demais: quero beber!

Fugis, então, ao mísero que implora
O saciar da sêde que o consome,
O saciar da sêde que o devora?
Pecais, assim, Samaritana! Vêde:
— Filhos, dai de comer a quem tem fome,
Filhos, dai de beber a quem tem sede.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O Balneário era de propriedade da "Sociedade dos Amigos de Francisco Dias Carneiro" e, em 1946, mediante contrato com a Prefeitura, com direito de exploração durante 25 anos, mandou construir uma piscina, a qual posteriormente (1954) foi demolida e substituída por outra de maiores proporções. Atualmente é de propriedade da "Fundação Eugênio Barros", proveniente de doação feita pela Câmara Municipal. Em 1954 foi construído prédio para o hotel, usina de industrialização da água (já com a maquinaria completa) e residência para acomodação de famílias, mas, até o momento, (1957), não está em condições de uso e funcionamento por motivos administrativos. É calculado o valor das instalações em 5 milhões de cruzeiros.

A Prefeitura Municipal tem sua sede na Praça Dias Carneiro, antiga praça D. Pedro II, conhecida nos dias da Colônia como o "Largo da Carolina" — (Carolinda para o vulgo), onde no tempo do Império, encontravam-se o pelourinho e a fôrca. Prédio próprio, confortável, onde funcionam, além das repartições da Prefeitura, três cartórios, sala do Tribunal de Júri e a Câmara Municipal.

Devido ao grande vulto da arrecadação estadual, em Caxias funciona uma das duas Recebedorias do Estado, resultado da fusão de duas antigas exatorias que funcionavam, uma nesta cidade, pròpriamente dita, e outra na margem oposta do rio Itapecuru, no bairro Trezidela. Têm coletoria de rendas estaduais os povoados caxienses de Centro dos Pedrosas e de Inhaúma.

O Pôsto de Fiscalização do Trabalho funciona desde 23 de julho de 1944 e vem atendendo, em parte, para solução das pendências entre patrões e empregadores. Instalado em prédio particular, alugado.

Coletoria Federal — Exatoria de 3.ª Classe, subordinada à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em São Luís-MA, com a lotação de um coletor, um escrivão, dois auxilares e dois agentes fiscais do impôsto de consumo.

Rotary Clube Internacional, entidade, fundada em Chicago (E.U.A.), de aproximação e confraternização das pessoas representativas de sua profissão, a serviço de sua comunidade, foi organizada nesta cidade em 30 de março de 1941. Tem prestado relevantes serviços em favor da coletividade. Funcionam regulamente, e as suas reuniões se fazem no Casino Caxiense.

Dirige a Subinspetoria de Trânsito, uma guarda de 1.ª Classe. Efetua registro de veículos e motoristas, e fiscaliza o trânsito da cidade e os caminhões de carga, provenientes de outras localidades.

(Autor do histórico — Orlando Teixeira de Queiroz, A.I.; Redação final — Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento e Inspetoria Regional de Estatística Municipal.)

CHAPADINHA — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Chapadinha, quando era um pequeno lugarejo habitado por descendentes dos índios anapurus, pertencia ao território dos municípios de Brejo e Vargem Grande, e era sujeito ao govêrno de Brejo dos Anapurus, havendo os moradores fixado residência no lugarejo denominado Aldeia, em 1783, que fica distanciado da atual cidade cêrca de 500 metros. A partir dessa data começaram a estabelecer-se no local comerciantes atraídos pela riqueza produtiva da terra, atendendo ainda à relativa quantidade de habitantes do povoado, que tomou o nome de Chapada das Mulatas, por serem as primeiras mulheres, habitantes do lugar, de côr mulata, e o terreno onde se iam agrupando os moradores ser bastante plano. Com o estabelecimento do comércio, foi aumentando gradativamente a população.

Em 25 de setembro de 1802, atendendo ao crescimento do povoado, foi criada, por provisão régia, a fre-

guesia de Nossa Senhora das Dores, subordinada à jurisdição da Paróquia de Vargem Grande, então comarca de Itapecuru-Mirim.

Pelo Decreto estadual n.º 36, de 17 de outubro de 1890, foi o povoado elevado à categoria de vila, que tomou o nome de vila de Chapadinha, cujo decreto desmembrou o município dos de Brejo e Vargem Grande, sendo nomeado para seu primeiro juiz o Sr. Sebastião de Souza Barbosa e primeiro prefeito o Sr. Bento Gomes de Almeida.

Com a exploração das riquezas naturais-vegetais da amêndoa de babaçu e cêra de carnaúba, o comércio se desenvolveu e a vila foi crescendo de população e progredindo econômicamente, por isso havendo sido elevada à categoria de cidade no govêrno do Interventor Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, em 29 de março de 1938, tomando o mesmo nome que já tinha como vila, quando prefeito o Sr. Manoel Vieira Passos.

No período de 1890 a 1945, Chapadinha teve treze prefeitos, assim distribuídos, sendo que em curto prazo do ano de 1944, o Coletor Estadual assinou pelo expediente da Prefeitura, enquanto aguardava a posse do novo titular:

De 1890 a 1903 .... Bento Gomes de Almeida
De 1903 a 1909 .... Pedro Mata de Oliveira Roma
De 1909 a 1912 .... Benjamim Rodrigues Ferreira
De 1912 a 1921 .... José Caitano de Almeida (três legislaturas)
De 1921 a 1924 .... Antônio da Silva Ferro
De 1924 a 1927 .... Manoel Vieira Passos
De 1927 a 1930 .... Sebastião Vieira de Almeida
De 1930 a 1931 .... João Rodrigues Chaves
De 1931 a 1934 .... Manoel Leite Fernandes
De 1934 a 1935 .... Joaquim Melo Barroso
De 1935 a 1936 .... Manoel Leite Fernandes
De 1936 a 1944 .... Manoel Vieira Passos
De 1944 a janeiro de 1945 — Salomão Xavier Gonçalves (coletor).

Em 1945 foi eleito Prefeito Municipal o Sr. Elvécio Vieira Passos. Deixando, porém, o cargo, por renúncia, a sua substituta, Sr.ª Eurídice Araújo Almeida, adquiriu um motor elétrico para iluminação da cidade, cuja inauguração ocorreu no dia 15 de novembro de 1949.

Em 1950, o Sr. Benedito Rodrigues Martins, à frente do executivo municipal, mostrou-se trabalhador e progressista, deixando diversas obras de sua administração, entre as mais importantes: bela praça ajardinada; duas ruas principais calçadas; construção do aeroporto, de açudes e ainda de um grupo de três prédios onde funcionará o futuro ginásio da cidade.

O atual Prefeito do município é o Sr. Raimundo Vieira de Almeida.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município é firmada na extração de amêndoas de babaçu, cêra de carnaúba e pecuária.

As principais culturas do município — arroz, milho e mandioca — têm como maiores consumidores as praças de Parnaíba-PI e São Luís-MA.

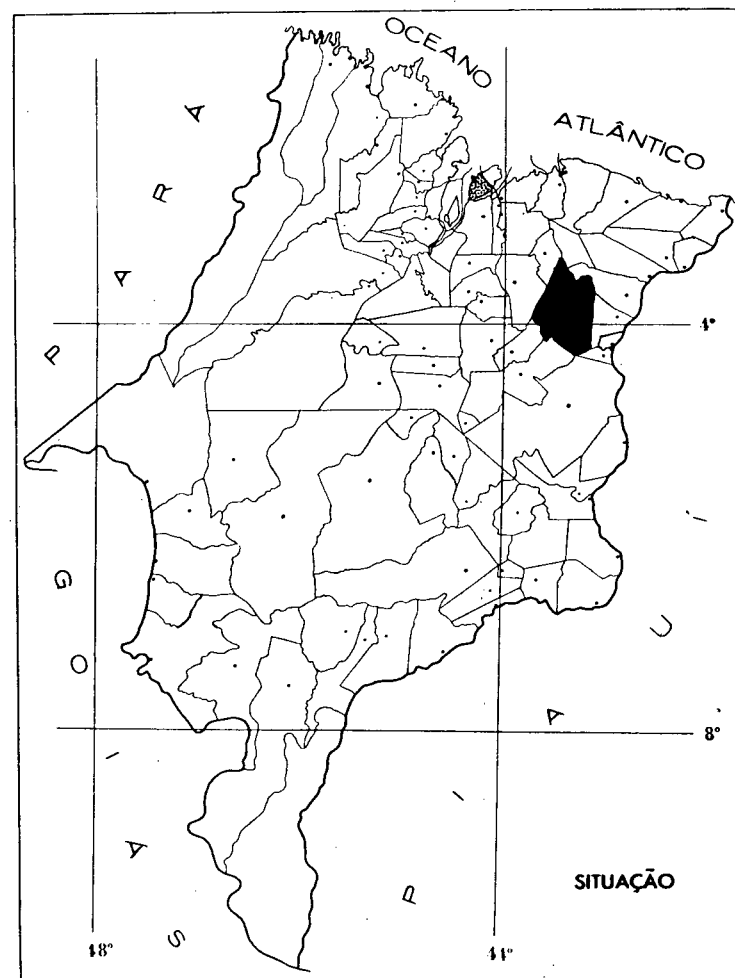
A indústria extrativa, apesar do seu processo rudimentar empregado, é bastante significativa, havendo exportado, em 1956, 2 600 toneladas de amêndoas de babaçu, no valor de 26 milhões de cruzeiros.

O quadro a seguir fornece o resultado da produção agrícola e industrial em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Produção agrícola			
Arroz com casca	Saco de 60 kg	32 300	3 553 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 100	165 000
Banana	Cacho	14 300	214 500
Mandioca brava	Tonelada	1 600	400 000
Milho	Saco de 60 kg	6 580	780 000
Laranja	Cento	27 600	552 000
Produção industrial			
Cêra de carnaúba	kg	52 273	1 713 810
Farinha de mandioca	»	397 330	1 017 664
Arroz pilado	»	156 000	672 000
Aguardente de cana	Litro	41 120	475 380
Aguardente de mandioca	»	21 900	211 650
Amêndoas de babaçu	kg	2 800 000	16 800 000

Ocupa certo destaque na população pecuária, a qual era calculada, em 31-XII-1956, em 22 500 bovinos; 80 000 suínos; 3 000 ovinos; 20 000 caprinos — terceiro lugar no Estado —; 4 600 eqüinos; 2 500 asininos, e 3 000 muares.

LOCALIZAÇÃO — O município de Chapadinha faz parte da Zona do Baixo Parnaíba.

As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 3º 48' de latitude Sul; 43º 18' 40" de longitude W. Gr.; 130 metros de altitude. Posição relativa à Capital, rumo — S.S.E.; 174 quilômetros, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 130 metros na sede municipal, sendo a 12.ª em ordem de altitude no Estado do Maranhão.

Praça Humberto de Campos

CLIMA — O clima é salubre e sua melhor zona é a da sede. A época chuvosa vai de dezembro a maio; a sêca, de julho a novembro. Não são comuns, no município, tempestades de granizo, geada e vendavais. Temperatura em grau centígrado — média das máximas, 37; das mínimas, 21; e mais freqüente, 29 — apesar de não existir no município pôsto meteorológico.

ÁREA — Com 4 200 quilômetros quadrados, é Chapadinha o 21.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950 foram encontrados os seguintes elementos: Total 27 319 habitantes — correspondendo a 6,5 habitantes por quilômetro quadrado — sendo 13 907 homens e 13 412 mulheres. A maior parte da população, isto é, 94%, localiza-se no quadro rural.

Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 14 564 — homens, 7 368 e mulheres, 7 196 —, o maior número era de casados, com o total de 8 500, sendo 4 180 homens e 4 320 mulheres; a seguir vêm os solteiros com 5 081 (2 861 homens e 2 220 mulheres); 931 eram viúvos — 310 homens e 621 mulheres — e 4 pessoas (2 homens e 2 mulheres) declararam ser divorciados ou desquitados; 48 pessoas não caracterizaram seu estado civil.

Quanto à côr, o maior contingente verificado no Recenseamento de 1950 é o de pardos — o que se observa também com referência ao Estado — com 15 678, sendo 8 065 homens e 7 613 mulheres, o que representa 57,38% sôbre o total. Brancos eram 9 382 pessoas (4 646 homens e 4 736 mulheres) e pretos 2 212 — homens 1 171 e mulheres 1 041.

A população ativa — de 10 anos e mais — era de 18 139 pessoas, sendo 9 185 homens e 8 954 mulheres, e em "atividades domésticas não remuneradas e escolares discentes" figuram 7 041 pessoas: 370 homens e 6 671 mulheres; em "agricultura, pecuária e silvicultura": 6 954 — homens, 6 777 e mulheres, 177; "indústrias extrativas": 1 159 — 217 homens e 942 mulheres; "comércio de mercadorias": 198 — 187 homens e 11 mulheres, além de outras atividades, inclusive 2 339 pessoas de "condições inativas", sendo 1 269 homens e 1 070 mulheres.

Em religião predominam quase que totalmente os católicos romanos, com 27 045 pessoas — 13 764 homens e 13 281 mulheres — o que dá a porcentagem de 98,25%. Os restantes 1,75% estão assim distribuídos: 200 protestantes — 110 homens e 90 mulheres; 5 espíritas — 3 homens e 2 mulheres; 1 homem sem religião e 68 pessoas — 29 homens e 39 mulheres — não declararam a que religião pertenciam.

A população calculada pelo D.E.E. para 1.º-VII-956 foi de 31 340 habitantes, o que proporciona 7,4 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Cidade de Chapadinha, com 1 700 habitantes — 827 homens e 873 mulheres, segundo o Recenseamento de 1950.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é provido de um aeroporto e a emprêsa Real-Aerovias-Nacional mantém, regularmente, 4 viagens por semana. Possui o município, exclusivamente no verão, uma linha de ônibus: Parnaíba-PI a São Luís-MA e vice-versa.

São seus municípios limítrofes, com respectivos meios de transporte e distâncias: Brejo — rodoviário, 78 quilômetros ou aéreo, 63 quilômetros; Buriti — rodoviário, 60 quilômetros; Codó — misto: a) rodoviário, 90 quilômetros, até Lagoa Grande e b) a cavalo, 50 quilômetros; Coelho Neto — rodoviário, 83 quilômetros; Urbano Santos — rodoviário, 100 quilômetros; São Benedito do Rio Prêto — rodoviário, 62 quilômetros; Vargem Grande — rodoviário, 84 quilômetros; Timbiras — a cavalo, 147 quilômetros.

COMÉRCIO — Na sede municipal são encontrados onze estabelecimentos atacadistas e 16 varejistas. O comércio é baseado na exportação da amêndoa de babaçu, cêra de carnaúba e gêneros alimentícios, ou seja, produtos agrícolas, e a importação de artigos têxteis, ferragens, bebidas, produtos farmacêuticos e miudezas em geral.

Rua Ananias Albuquerque

As transações mercantis mais intensas são feitas com as praças de Parnaíba-PI, São Luís-MA e Fortaleza-CE.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Chapadinha é possuidora de 118 ligações elétricas, na sede, com uma produção de 72 000 velas por ano. Cêrca de 2 000 metros quadrados da área dos logradouros da cidade é calçada por pedras quebradas e revestidas de cimento, correspondendo ao total de 3 ruas. O município é sede de comarca de 1.ª Entrância, abrangendo o Têrmo de Urbano Santos. É constituída por: 1 Juiz Togado e 2 suplentes, 1 promotor público, 3 juízes de paz ou de têrmo, 4 oficiais do Registro Civil, 2 tabeliães ou escrivães de juízo e 3 advogados provisionados.

Chapadinha, como sede da "Paróquia de Nossa Senhora das Dores", mantém a "Escola Paroquial" e o "Instituto Luiz Vieira Passos" — Corte e Costura. O Culto protestante, por sua vez, tem aumentado, consideràvelmente, o seu número de adeptos, com dois templos instalados: "Restrita Batista" e "Assembléia de Deus". A Câmara de Vereadores é composta por 9 edis, em exercício, e o número de eleitores existentes em 30-10-1955, alcançou o total de 5 111. Três são as pensões, variando as diárias de Cr$ 50,00 a Cr$ 100,00, de acôrdo com as acomodações de cada uma. Há uma Cadeia Pública, com acomodações para 30 detentos, e Guarda Municipal composta por um delegado e dois guardas.

É o único município maranhense cuja Agência Municipal de Estatística funciona em prédio próprio, doado pela Prefeitura, na gestão do Prefeito Benedito Rodrigues Martins, que para tanto baixou a Lei n.º 54, de 20 de setembro de 1952.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apesar de em Chapadinha funcionarem 3 farmácias e de praticarem suas atividades profissionais 4 dentistas e 3 farmacêuticos — êstes licenciados —, não há no município qualquer hospital ou casa de saúde e mesmo instituição de assistência médico-sanitária, nem médico residente. Pertence o município ao 11.º Distrito Sanitário, cuja sede está em Brejo.

ALFABETIZAÇÃO — Das 22 498 pessoas maiores de 5 anos encontradas pelo Recenseamento de 1950, apenas 2 392 (1 456 homens e 936 mulheres) sabiam ler e escrever, o que representa pouco mais de 10%.

Ensino — Possui o município 32 escolas, sendo 24 de ensino Fundamental Comum, 6 de ensino Fundamental Supletivo e 2 de ensino Complementar.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A Prefeitura Municipal de Chapadinha mantém a "Biblioteca Oliveira Roma", com 2 020 volumes catalogados, destinada ao público em geral. A população da sede, para suas distrações, dispõe do "Cine Trapiá", com acomodações para 60 assistentes, onde são exibidos filmes 4 vêzes por semana. Em 1956 foram realizados 132 espetáculos cinematográficos para um total de 3 960 espectadores.

O futebol vem tomando lugar de destaque, já contando com um campo murado, de propriedade da Prefeitura, porém administrado pela Associação Esportiva Palmeira. O campo pròpriamente dito tem as dimensões de 125 m x 100 m, não possuindo arquibancadas, calculando-se poder comportar perto de 3 000 espectadores. Referida praça recebeu o nome de "Lucídio Frazão", como homenagem póstuma por quem, em vida, muito trabalhou pela sua construção, e que foi Agente de Estatística em Chapadinha de 16-9-1946 e 17-2-1955, quando faleceu.

Rua Humberto de Campos

Igreja de N. S.ª das Dores

Aos habitantes da terra dá-se o gentílico de "chapadinhenses". Dentre os filhos mais ilustres do município destacam-se:

João da Mata de Oliveira Roma, nascido a 24 de fevereiro de 1894 e falecido em Caxias a 27-10-1944. Foi poeta, jornalista e professor; catedrático na antiga Faculdade de Direito do Maranhão. Sócio efetivo da Academia Maranhense de Letras, onde fundou a cadeira n.º 25, sob o patrocínio de Sá Viana.

José de Mata Roma, nascido a 23-1-1896. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Luís. Professor, poeta e orador. Foi diretor do Colégio Estadual e Diretor-proprietário do Colégio Cisne, em São Luís; Delegado do I.A.P.C., do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e do Serviço Social do Comércio, no Maranhão. Membro da diretoria do Departamento de Literatura da Sociedade de Cultura Artística do Maranhão e titular efetivo da poltrona n.º 17, da Academia Maranhense de Letras, sob o patrocínio de Sotero dos Reis. Atualmente é Presidente da Câmara de Vereadores e professor da Faculdade de Filosofia, ambas de São Luís.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	1 370	443	126	530
1951	...	2 000	551	186	446
1952	...	1 980	700	332	609
1953	...	2 641	1 097	382	1 211
1954	...	3 233	1 353	533	1 249
1955	...	3 133	1 353	533	1 321
1956	...	3 374	1 539	524	1 570

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — São os seguintes os veículos registrados em Chapadinha: 1 jipe, 36 bicicletas, 25 caminhões comuns (de 3 a 5 toneladas de capacidade), 5 carroças comuns de 2 rodas e 8 carros de boi.

Os festejos populares realizados no município são o "bumba-meu-boi" e o "carnaval".

O "bumba-meu-boi" — pela época junina — é constituído por um grupo de homens, fantasiados com papel de sêda e espelhinhos de côres variadas, que dançam ao redor de um boi feito com cipó ou talas de madeira, coberto, também, de pano e papel de sêda e enfeitado com pequenos espelhos. As figuras mais notáveis da brincadeira são Pai Francisco e Catarina, em tôrno dos quais gira o enrêdo.

Quanto ao carnaval, já não há mais desfiles e cordões momescos pelas ruas da cidade. É mais comum isso ser feito em festas, onde a dança representa a costumeira diversão do povo.

Em se tratando de festas religiosas, é a de Nossa Senhora das Dores a que sobressai, efetuada no mês de setembro e encerrando-se com pomposa procissão.

PRINCIPAIS ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O mais destacado é o rio Munim, que corta o município de sul a norte, passando próximo dos povoados Feitoria, Brejo d'Anta, Santo Antônio, Russinha, Piquizeiro e a sede municipal. É navegável por embarcações de pequeno calado, apenas durante a estação invernosa. A seguir vem o rio Iguará, que serve de limites entre Chapadinha e os municípios de Codó e Timbiras, banhando os povoados Salitre, Lagoa do Ferreira e Rodeio. É igualmente navegável apenas no inverno, por pequenas embarcações. O rio Prêto, que banha os povoados Bom Sucesso, Fernando e Laranjeiras, sendo navegável em pequeno trecho e durante a quadra invernosa. A lagoa de Jatobá, com 30 000 metros quadrados aproximadamente, bastante piscosa e que se comunica com o rio Prêto. É infestada de feras e cobras.

(Autor do histórico — A.E.: Edson Costa Coimbra; Redação final — Maria Emília Tupinambás Valente e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Terras, Geografia e Colonização e documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão.)

CODÓ — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O marco inicial do município de Codó foi a construção de um depósito de mercadorias, construído à margem do rio Itapecuru, de taipa e coberto de palha. Essa regra foge um pouco às comuns em quase todos os municípios, onde se verifica, quando iniciada a criação de vilas e cidades, a edificação de uma igreja. Posteriormente a essa construção e devido à marcha progressiva do tráfego fluvial, surgiram novas edificações de casas para residência e comércio, sendo a capela edificada tempos depois, já quando o centro de habitantes estava mais desenvolvido.

A real procedência do têrmo Codó tem sido debatida de há muito, assim como a sua exata significação. Uma das versões que dizem respeito ao sentido ou significado do nome do município de Codó, segundo opinião do professor Fernando Carvalho, é a de que traduz paul, atoleiro, brejo, lugar de charco. De fato, nas nascentes do rio Codòzinho — nome derivado de Codó — as terras contíguas ao mesmo são repletas de alagadiços, pântanos e lama. Outra versão, seguindo os antigos, é que o têrmo Codó tem origem no nome e existência de uma ave que povoava o município, nos primeiros tempos, que se chamava Codorna ou Codorniz, da família dos Tinamídeos.

Os habitantes dos primeiros tempos do município foram os silvícolas incultos das tribos barbados e guarani, que sustentaram duros conflitos com os colonos adventícios. Diante da oposição incessante dos povoadores, os indígenas deixaram o município, seguindo em direção de outras localidades da então capitania. Diz a tradição que um dos primeiros exploradores do município foi o agricultor Luís José Rodrigues, apelidado de Pau Real, o qual muito concorreu, em conseqüência, para a emigração dos silvícolas do município.

O ano de 1780 foi o considerado para o comêço das explorações das florestas, quando os mais antigos lavradores transportaram-se para o município em barcos, onde os escravos eram também conduzidos a fim de ajudarem na exploração. A imigração africana chegou de 1780 a 1790, enquanto que os portuguêses começaram a afluir no município em 1855 e os sírios em 1887.

Foi criada a "Colônia Petrópolis", a oeste da sede do município, para a fixação de portuguêses, dirigidos êstes por Francisco Marques Rodrigues. Desapareceu essa Colônia por não haver Francisco Marques Rodrigues cumprido o acôrdo firmado com o Govêrno Brasileiro que o obrigava a trazer 200 imigrantes, e só trouxera 67. Os portuguêses e os africanos se aplicavam à lavoura e os sírios ao comércio.

A cidade de Codó está edificada entre três rios. Por ocasião do inverno, quase todos os subúrbios ficam cheios de pôças e lamas, determinando a formação de lagoas, como a chamada lagoa do Pageleiro.

Distingue-se a cidade por duas partes diversas: cidade alta e cidade baixa, servindo de linha divisória entre elas o riacho "Água Fria", onde a elevação do terreno principia. A parte baixa da cidade é a sede dos podêres públicos e das repartições.

Codó foi sede do Batalhão n.º 22, da Guarda Nacional e o quartel do Comando Superior da mesma guarda, que era composto dos municípios de Codó, Alto Mearim e Coroatá.

Prefeitura Municipal e Agência Municipal de Estatística

Houve, na cidade, um escritório consular de Portugal, sendo o Sr. José Joaquim Ferreira Machado, o seu titular.

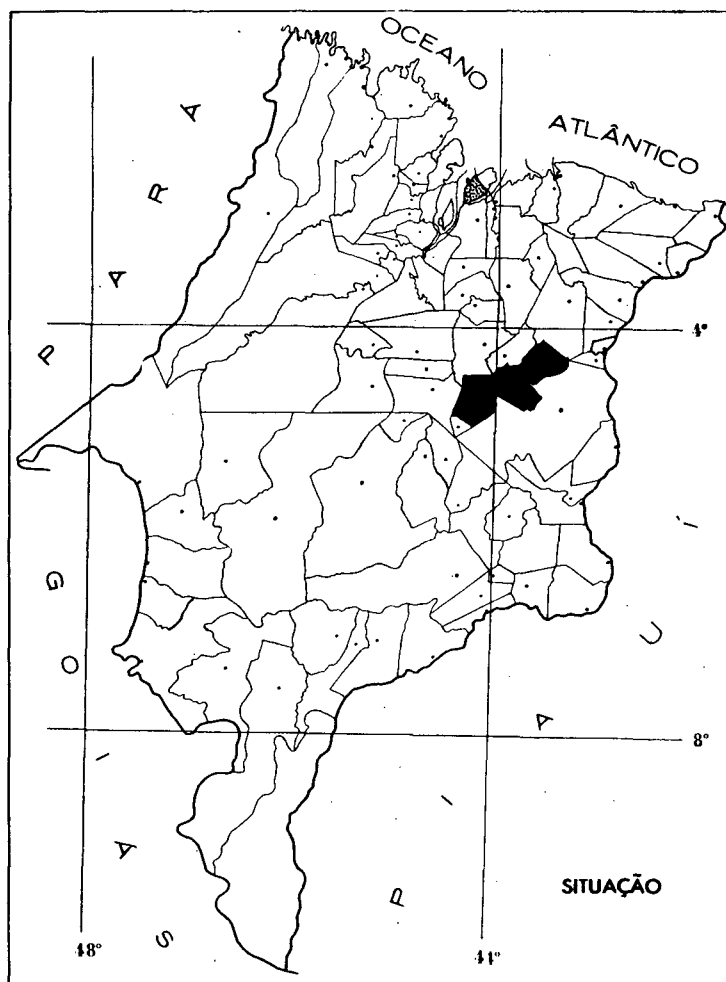
Pela Resolução Régia, de 19 de abril de 1833, o povoado Codó passou a vila, o que foi confirmado pela Lei n.º 7, de 29 de abril de 1835. Foi elevada à categoria de cidade por Lei estadual n.º 13, de 16-4-1896, sancionada pelo Governador, Dr. Alfredo da Cunha Martins.

Em 1870 a sede municipal de Codó possuía sòmente 169 casas.

Parte do território de Codó pertence, hoje, ao município de Dom Pedro, de onde êste fôra desmembrado. A sua criação data de 9-XII-1952 (Lei n.º 815) e a instalação de 1.º-I-53.

É Prefeito do município o Sr. Dr. José Anselmo dos Reis Freitas.

A Câmara é composta de 9 vereadores.

LOCALIZALIÇÃO — Codó situa-se na Zona Fisiográfica do Itapecuru e a sede possui as seguintes coordenadas geográficas: 4° 26' 51" latitude S.; 43° 52' 57" longitude Oeste de Greenwich. Limita com os municípios de Pedreiras, Coroatá, Timbiras, Chapadinha, Caxias e Dom Pedro. A cidade fica a 216 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado, rumo S.S.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 48 metros de altitude.

CLIMA — O clima da cidade é muito quente no verão. Nos meses de janeiro a abril chove com abundância, chuvas que são precedidas de fortes tempestades. Nessa mesma época o rio Itapecuru, que banha a cidade, aumenta o seu volume de água, causando quase sempre prejuízos à população, principalmente a ribeirinha. Nos meses de maio a agôsto os dias são quentes e frias as noites, baixando a temperatura até 28°. De setembro a dezembro a temperatura sobe a 34°, com ausência completa de chuvas.

Estação da Estrada de Ferro São Luís—Teresina

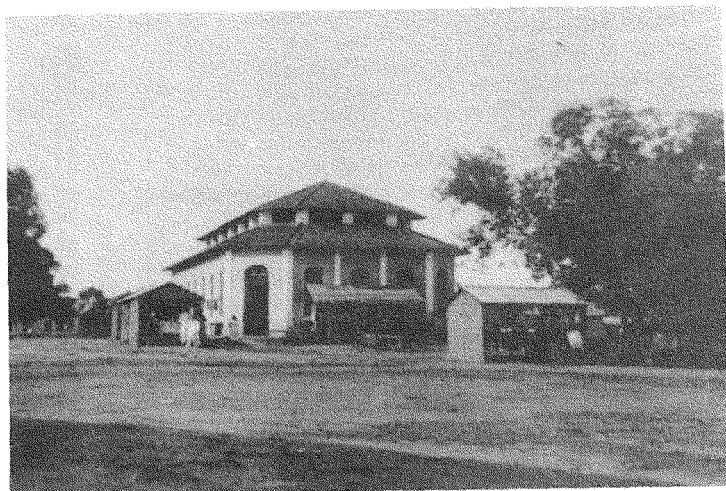
A temperatura da sede registrada em 1956 foi a seguinte: média das máximas — 30,2°C; média das mínimas — 23,5°C; média compensada — 26,3°C.

ÁREA — Com área igual a 5 048,50 quilômetros quadrados, Codó ocupa o 16.º lugar entre os municípios maranhenses em ordem de grandeza territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é o rio Itapecuru, que banha a cidade. Sua profundidade média é de 3 metros, sendo navegável por lanchas e outras pequenas embarcações. Tem como afluentes os rios Roncador e Prata. O rio Codòzinho, que desemboca no Itapecuru, dista 1 quilômetro da cidade, sendo a sua profundidade máxima de 1,60 metros. Existem, ainda, o igarapé do Inferno, a lagoa do Verde Negro e o riacho Saco. Há pontos elevados como sejam: o morro do Angelim — 40 metros de altura e o da Ema, com 20 metros.

No rio Roncador, em terras de propriedade da Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, é encontrada uma queda de água de 3 metros de altura, sem aproveitamento.

RIQUEZAS NATURAIS — As palmeiras de babaçu e carnaúba são as riquezas de maior importância. Possui o município madeira para construção, tais como: bacuri, cedro, pau-d'arco e piquizeiro. O município de Codó, já por verificação, contém várias espécies de mineral em seu subsolo. Abundam os calcários, como gêsso, cal e giz. Há, também, "pomblagina" ou grafita. Existe, ainda, o xisto betuminoso, de que se extrai querosene, gasolina e outros produtos combustíveis, localizado na zona do riacho Inferno. A existência de petróleo, no município, foi afirmada pelo geólogo, Dr. Gonzaga Campos. Os minerais, contudo, não são explorados.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, a população de Codó era de 59 657 habitantes e tinha a seguinte composição: 29 972 homens e 29 685 mulheres; brancos — 11 560; pretos — 10 983; amarelos — 1 e par-

Mercado Público Municipal

dos — 37 130. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 34 502, 13 367 eram solteiros; 18 519, casados; 6 desquitados e divorciados e 2 567, viúvos. Da população, 99%, ou seja, 59 619 pessoas, eram brasileiros natos, enquanto que apenas 5, naturalizados e 33, estrangeiros. Em religião, predominaram os católicos romanos em número de 59 051, o que representa quase a população total do município; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. Localizam-se no quadro rural 88% da poulação. O atual município de Dom Pedro está incluído nos dados acima, pois que era distrito de Codó, àquela época.

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população para 1955 em 57 092 habitantes, equivalendo a densidade de 11,3 habitantes por quilômetro quadrado, (excluída a do município de Dom Pedro).

Aglomerações urbanas — Eram, em 1950, 4 as aglomerações urbanas do município — a cidade de Codó com 6 027 habitantes (2 818 homens e 3 209 mulheres) e os distritos de: Codòzinho com 128 habitantes (60 homens e 68 mulheres); Dom Pedro, com 1 199 habitantes (579 homens e 620 mulheres) e o de São Raimundo de Codó, com 62 habitantes (35 homens e 27 mulheres), conforme dados do Censo de 1950. Está incluído, como aglomerado urbano de Codó, o distrito de Dom Pedro, hoje município com o mesmo nome.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A lavoura, a produção extrativa, a pecuária e a indústria têxtil são atividades onde o município assenta sua economia.

Os principais produtos agrícolas de Codó apresentaram, em 1955, os seguintes resultados: 120 000 arrôbas de algodão em caroço — Cr$ 10 200 000,00; 250 800 sacos de 60 quilogramas de arroz em casca — Cr$ 20 064 000,00; 50 000 sacos de 60 quilogramas de milho em grão — 4 milhões de cruzeiros; 9 040 toneladas de mandioca — ... Cr$ 2 712 000,00; 2 000 sacos de 60 quilogramas de feijão e 120 000 cachos de bananas, cada um no valor de .... Cr$ 960 000,00.

A indústria extrativa é bem desenvolvida, principalmente a de origem vegetal, onde apareceu, em 1956, a produção de amêndoas de babaçu com grande predominância: 6 000 toneladas no valor de 60 milhões de cruzeiros. A seguir, embora em escala bem menor, vem a cêra de carnaúba: 30 toneladas valendo 1,5 milhões de cruzeiros.

Quanto à indústria de transformação, aparece como a mais importante a de tecidos, explorada pela Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, que produz algodãozinho, riscado, mescla, brins e sacaria, fundada em 1891. Possui 170 teares, 5 976 fusos e 332 operários em atividade. Em 1955 sua produção total foi pouco além de 10 milhões de cruzeiros.

As indústrias menores, algumas delas espalhadas pelo interior de Codó e ainda de instalações primárias, no mesmo ano de 1955 obtiveram os seguintes rendimentos: 1 950 toneladas de algodão em pluma — Cr$ 17 418 000,00; 1 270 247 quilogramas de arroz pilado — Cr$ 5 968 488,00; 28 270 quilogramas de cêra de carnaúba — .... Cr$ 1 145 500,00; 119 700 quilogramas de farinha de mandioca — Cr$ 475 800,00; 350 milheiros de telhas e tijolos, valendo 260 mil cruzeiros.

O município de Codó, com suas 200 000 cabeças de suíno, é o 2.º criador do Maranhão dessa espécie. Os demias componentes da população pecuária, pela estimativa para 1956 feita pelo Departamento Estadual de Estatística, são 20 000 bovinos, 5 000 ovinos, 12 000 caprinos, 2 500 eqüinos, 3 500 asininos e 1 000 muares.

A pesca não é praticada em grande escala, não constituindo, por isso, atividade econômica.

A cidade possui várias oficinas de artífices: alfaiatarias, carpintarias, marcenarias e sapatarias.

COMÉRCIO E BANCOS — Na cidade há 40 estabelecimentos varejistas, 7 atacadistas e 6 industriais. O comércio local é desenvolvido, mantendo transações com as praças de São Luís-MA, Teresina-PI, Fortaleza-CE, Recife-PE, e Rio de Janeiro. Os principais produtos de exportação são a amêndoa do babaçu e a cêra de carnaúba. Os artigos mais importados são: tecidos, materiais elétricos, máquinas e gêneros alimentícios.

O município possui uma Agência do Banco do Brasil Sociedade Anônima e correspondente do Banco do Estado do Maranhão.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O transporte para os municípios limítrofes de Caxias, Coroatá e Timbiras é feito por ferrovia (E.F.S.L.T.), numa extensão de 83 quilômetros, 53 quilômetros e 25 quilômetros, respectivamente, sendo que para o primeiro ainda podem ser utilizadas via aérea e rodoviária; Chapadinha: misto: a) rodoviário, 90 quilômetros até Lagoa Grande e

Vista parcial da Avenida Getúlio Vargas

Vista parcial da Rua 28 de Julho

b) a cavalo, 50 quilômetros; Dom Pedro: rodoviário, 116 quilômetros; Pedreiras: rodoviário, 108 quilômetros ou misto: a cavalo, 72 quilômetros até Santa Rita do Cosse e b) rodoviário, 36 quilômetros.

A sede possui uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, sendo a Postal fundada em 1842 e a Telegráfica em 1867.

Existe um campo de pouso com pista regular, que permite aterrissagem de aviões DC-3, que são os que servem com regularidade o município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Codó tem, segundo o tipo de calçamento, a seguinte porcentagem de área pavimentada: a concreto 17,5%; a pedras irregulares, 17,5% e sem pavimentação, 65%. É servida de luz elétrica tendo 300 ligações. Vinte e seis são os domicílios abastecidos por água. Trafegam, diàriamente na sede municipal, os seguintes veículos: 1 trem e 30 automóveis, jipes, camionetas e caminhões. Na Prefeitura foram registrados 22 automóveis e 36 caminhões.

Há 12 pensões, algumas com regular instalação, e outras bem modestas, cujas diárias variam, por isso, de Cr$ 60,00 a Cr$ 110,00.

Os edifícios mais importantes são: o da Estação da Estrada de Ferro São Luís—Teresina; Prefeitura Municipal; a igreja-matriz; Correios e Telégrafos e o da União Artística Operária Codoense.

Há atualmente, na cidade, 46 ruas e praças, sendo 16 pavimentadas e algumas arborizadas, muitas das quais também calçadas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — São encontrados, na sede municipal, 2 farmacêuticos, 2 dentistas, 3 médicos e 6 auxiliares que prestam assistência à população.

O 8.º Distrito Sanitário está sediado em Codó, fazendo parte dêle os municípios de Timbiras e Dom Pedro.

Existem 3 farmácias; 2 postos médicos, um dêles provido pela Campanha da Produção, da Associação Comercial de São Luís e o outro mantido pelo Estado.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Três são as associações: União Artística Operária Codoense, fundada em 1932 e que contava, em 1956, com 1 150 sócios. Socorre seus associados com auxílios pecuniários, funerários, assistência médica e escolar. Ao todo, em 1956, concedeu 147 benefícios, despendendo Cr$ 98 600,00; Centro Operário Codoense, fundado em 1953, de caráter beneficente. Contava em 1956 com 573 sócios. Concede auxílio funerário e presta assistência médica e escolar. Sociedade Previdente Mutuária Codoense, com 904 sócios em 1956, sendo que foi fundada em 1901. Presta assistência e benefícios exclusivamente aos seus associados, porém em 1956 não concedeu nenhum.

ALFABETIZAÇÃO — Excetuadas 1 017 pessoas de 5 anos e mais que, em 1950, pertenciam ao Distrito de Dom Pedro, hoje município com o mesmo nome, naquela época foram recenseados 49 593 habitantes dentro daquele grupo de idade, dos quais apenas 7 005 sabiam ler e escrever (4 144 homens e 2 861 mulheres), o que representa 14,12%.

Ensino — Em 1956 funcionaram, no município, 48 unidades escolares, sendo 38 de ensino Fundamental Comum, 8 Fundamental Supletivo e 2 Complementar. A matrícula de crianças de 7 a 11 anos no início de 1957 foi de 1 947 alunos, sendo 1 319 na sede e 628 na zona rural.

Há, ainda, na sede, um estabelecimento de ensino médio — Ginásio Codoense — com 122 alunos matriculados em 1957. No ano anterior 28 concluíram o curso, sendo 9 homens e 19 mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam dois cinemas na sede: "Cine-Teatro São Luís", fundado em 1950, com exibição diária, tendo lotação de 400 cadeiras e 200 galerias; e o "Cine Olinda", fundado em 1955, também com sessões diárias, tendo 160 cadeiras e 100 galerias.

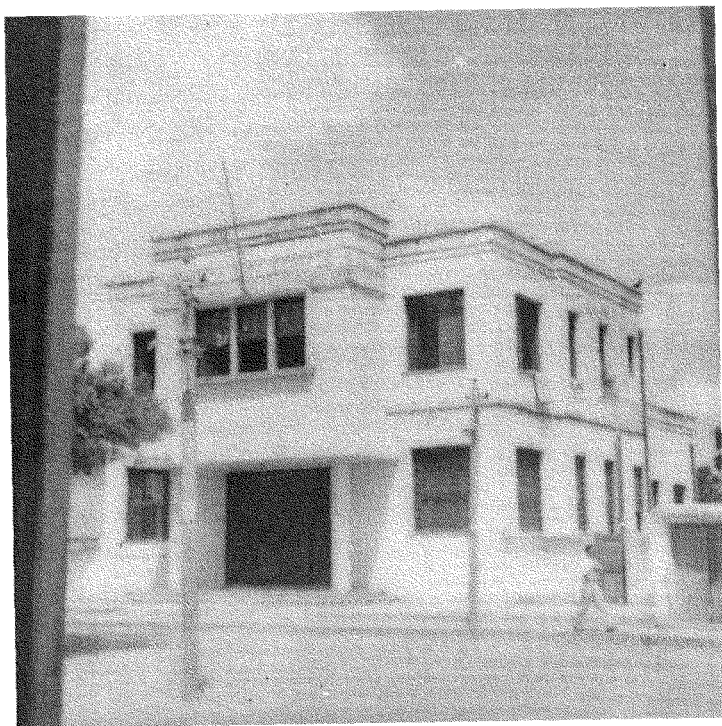
O Ginásio Codoense possui pequena biblioteca, com pouco mais de 500 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	875	1 605	812	715	804
1951	818	2 042	800	712	798
1952	1 435	2 680	879	742	879
1953	1 825	3 826	789	669	785
1954	2 152	3 919	930	797	922
1955	2 500	4 396	967	847	966
1956 (1)	2 550	5 000	1 994	1 207	1 976

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos populares são os religiosos, resumidos nas festividades que se realizam em janeiro, em honra a São Sebastião, e, em agôsto, em homenagem

Vista parcial da Rua Afonso Pena

Agência dos Correios e Telégrafos

às padroeiras da Paróquia Santa Rita e Santa Filomena. Constam de novena, leilões, além de quermesses, havendo, no último dia da festa, a solene procissão de encerramento acompanhada de grande número de fiéis.

Duas são as igrejas do município: a de Santa Rita e Santa Filomena, que é a Matriz da paróquia, na parte baixa da cidade, e a de São Sebastião, situada na cidade alta. Independente dessas, há, ainda, a capela de Nossa Senhora das Graças.

É costume realizar-se uma grande festa no dia 13 de maio, promovida pela população de côr preta, em comemoração à redenção dos escravos. O carnaval é comemorado com animação por tôdas as classes sociais.

VULTOS ILUSTRES — *Antônio de Almeida e Oliveira* — nascido em Codó no ano de 1843 e falecido a 27-10-1887, Publicista, jurisconsulto, pedagogista e parlamentar. Bacharel em Direito pelo Recife, foi promotor público em Guimarães e advogado em São Luís; deputado geral pelo Maranhão; ministro da Marinha no Gabinete Lafaiete; presidente de Santa Catarina; Oficial da Ordem da Rosa; sócio do Ateneu Maranhense. Fundou com João Coqueiro e Mendes Pereira, a Escola "Onze de Agôsto" e, com Enes de Sousa, uma biblioteca popular. Colaborou em "O Liberal" e fundou, ainda, com Enes de Sousa, "O Democrata". É o patrono da cadeira n.º 1 da Academia Maranhense de Letras, fundada por Barbosa de Godois.

Escreveu: "A necessidade da instrução — dedicada à Associação dos Artistas" — São Luís, 1871; "A instrução e a ignorância" — São Luís, 1871; "A sociabilidade e o princípio da associação" — São Luís, 1817; "O ensino público: obra destinada a mostrar o estado em que se acha e as reformas que exige a instrução pública no Brasil" — São Luís, 1874; "O arado: carta aos lavradores maranhenses" — São Luís, 1878; "A Assignação de dez dias no fôro Comercial e Civil" — Destêrro, 1879; "Falla com que abriu a sessão extraordinária da Assembléia Provincial de Santa Catarina em 2 de janeiro de 1880" — Destêrro, 1880; "Relatório com que ao excellentíssimo senhor coronel Manoel Pinto de Lemos, primeiro vice-presidente, passou a administração da Província de Santa Catarina em 20 de maio de 1880" — Destêrro, 1880; "Instrução pública — reorganização do ensino inferior e superior" — Rio, 1882; "Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro da Marinha" — Rio, 1884; "A lei das execuções — comentário a Lei de 5 de outubro de 1885 e regulamento de 23 de junho de 1886" — Rio, 1887; "O benefício da restituição *in integrum*" — Rio, 1896; "A prescrição do Direito Civil e Comercial" — 1896; "Discurso sôbre a educação do sexo feminino — pronunciado no acto da instalação da Biblioteca Popular"; "Conferências" — Maranhão, s/d.

José Maria Magalhães de Almeida — Oficial da Marinha. Governador do Estado, onde fêz ótima administração. Construiu a Avenida Beira-Mar e uma residência para veraneio, em São Marcos, além de remodelar diversos prédios públicos. Incentivou a abertura de estradas de rodagem no interior. Fato que marcou sua administração foi que nenhum dos principais auxiliares era político militante.

Hemetério José dos Santos — nascido em Codó a 3-3-1858. Poeta, professor, gramático e filólogo. Lente de português no Colégio Militar e de Literatura na Escola Normal, ambos do Rio de Janeiro.

Escreveu: "Gramática da Língua Portuguêsa" — Rio, 1879; "O Livro dos Meninos — contos brasileiros" — Rio, 1881; "Pretidão de amor" — 1909; "Frutos cativos", poesia — Rio, 1919; "Carta aos maranhenses".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos da terra são denominados codoenses.

Codó é sede e comarca de 4.ª Entrância, compreendendo os têrmos do mesmo nome e Dom Pedro. Êsse Poder é composto de 1 Juiz de Direito, 1 Promotor Público, 3 Suplentes de Juiz e 2 cartórios (1.º e 2.º Ofícios), sendo que o Registro Civil é feito no cartório do 2.º Ofício. O 1.º Juiz Municipal foi o Dr. José Joaquim Viana e o 1.º Juiz de Direito foi o Dr. Cândido Vieira Soares.

Em 1949 foi instalado o Pôsto Agropecuário de Codó, do Ministério da Agricultura, que atualmente ocupa uma área de 290,60 hectares. A safra de 1956-1957 foi de 6 360 quilogramas de arroz, 3 800 quilogramas de milho e 1 040 quilogramas de feijão. Tem culturas de eucalipto, pau-d'arco, coqueiro, sapotizeiro, laranjeiras, arroz, milho, feijão e mandioca, além de outras plantas frutíferas. A criação é composta de 1 reprodutor nelore e 1 guzerat; 3 vacas holandesas e 2 bezerros mestiços, 1 casal de suínos "Hampshire", 1 barrão "carruncho", 7 bois, 3 muares e 7 aves (dados de 1956).

Além da residência do administrador e outras benfeitorias, possui 1 usina para beneficiamento de arroz. Também dispõe de máquinas, camioneta e trator "Coksutt-30", com implementos, arados de aiveca reversível, debulhadores, semeadeiras, grade com discos, etc. Construiu 1 290 m de estrada piçarrada e tem uma cêrca com 5 935 m de arame farpado com 4 fios.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística, Inspetoria Regional de Fomento Agrícola no Maranhão e Inspetoria Regional de Estatística Municipal; Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta e Arthur Dias de Paiva.)

COELHO NETO — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Várias são as opiniões dos historiadores sôbre a origem do município de Coelho Neto. Segundo uns, os primeiros povoadores foram os portuguêses, que, pouco a pouco, foram chegando ao território, com a finalidade de comerciar com os selvagens, com quem se identificaram, constituindo até família. Completaram o povoamento os cearenses que, forçados pela sêca nordestina, viviam em constantes imigrações e isso porque o município ficava à margem esquerda da linha do trânsito fluvial do rio Parnaíba, lugar por onde, fatalmente, teriam que passar, inclusive os piauienses, pelas mesmas razões dos cearenses.

Para outros, surgiu de um agrupamento humano de uma "Feitoria" à margem do rio Parnaíba, denominada "Curralzinho".

A origem dêsse nome — Curralzinho —, segundo tradição, prende-se ao fato de existir um pequeno curral na localidade, o qual tinha por finalidade prender o gado que tivesse de ser embarcado pelo rio. Com a corrutela, então, deu "Curralinho".

Várias e sucessivas mudanças de sede teve Coelho Neto, antiga povoação entre Brejo e Caxias. Passou, porém, a ter sede definitiva na primeira povoação, criada que foi pela Lei estadual n.º 667, de 28 de abril de 1914, com terras do município de Buriti, porém com a designação de Curralinho. Sòmente a partir de 1934, por efeito do Decreto estadual n.º 746, de 22 de dezembro, é que teve seu topônimo alterado para Coelho Neto, que ainda conserva.

Foi elevado à categoria de cidade pelo Decreto-lei estadual n.º 45, de 29 de março de 1938, baixado em cumprimento ao Decreto-lei federal n.º 311, de 2 do mesmo mês e ano.

Assim se expressa César Marques, no seu Dicionário Histórico-Geográfico, págs. 174 e 175: "Povoação entre a vila do Brejo e a cidade de Caxias, tendo de distância 19 léguas para cada um dêstes lugares e apenas um quarto de légua para o rio Parnaíba.

"Está na latitude meridional de 4º 41' e na longitude ocidental de 44º 45'.

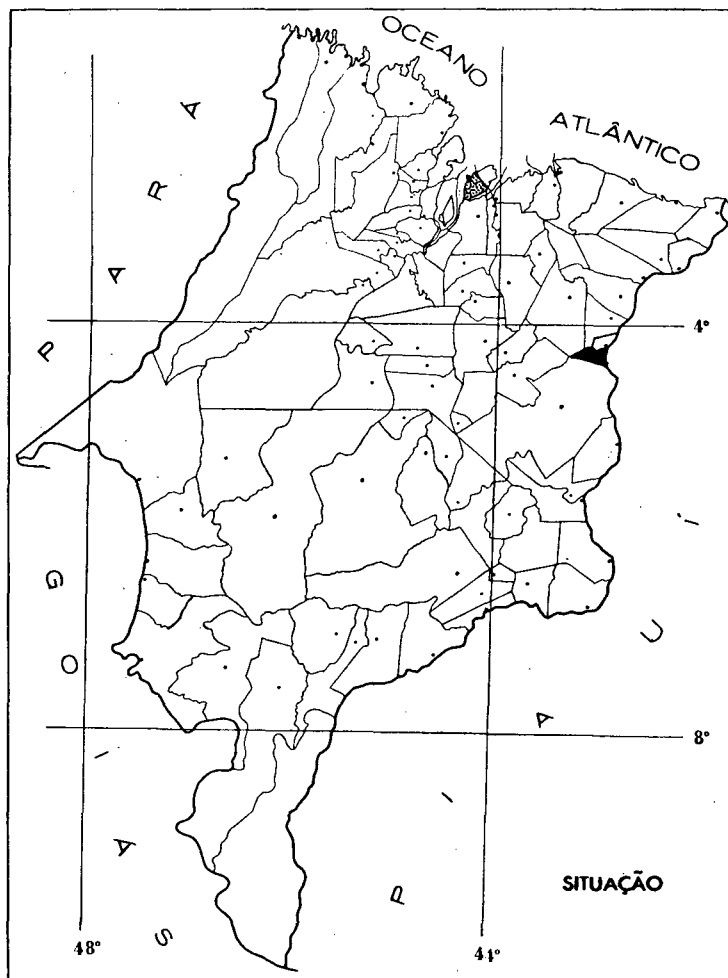
"Esta povoação é muito antiga, porém infelizmente esteve estacionária por muitos anos.

"*Capela* — O Dr. Bernardo José Martins mandou edificar sôbre a sepultura de sua consorte uma boa capela de pedra e cal, que foi doada à província, com meia légua de terra para patrimônio, por êle e seu irmão o coronel Antônio José Martins com a condição de para ali transferir-se a sede da freguesia de Santa Ana do Buriti, que já existia na povoação dêste nome há mais de 20 anos sem o menor progresso.

"Esta povoação, por estar muito mais próxima ao rio Parnaíba, do que a do Buriti, a cuja freguesia pertence, poderia ser um lugar em que o comércio, pela maior facilidade de exportação e importação prosperasse mais do que no Buriti, porém a grande multidão de insetos mortificativos, que ali há, afugenta a população, que antes prefere morar no velho povoado, onde há tôda salubridade possível e mais abundância de gêneros alimentícios. Tem mais outra vantagem o Buriti, e é o estar esta povoação no centro da freguesia, facilitando assim ao pároco a administração do pasto espiritual aos seus freguêses; ficar na estrada geral que conduz as boiadas do Piauí para a feira do Itapecuru-Mirim. A povoação do Curralinho está tanto na extremidade da freguesia, que daí aos limites do têrmo de Caxias não há bem meia légua. A agricultura é a especial ocupação da gente da freguesia.

"Por estas e outras razões foi o presidente da província autorizado, pelo artigo 2.º da Lei provincial n.º 625, de 27 de setembro de 1861 a transferir para êste lugar a sede da freguesia de Santa Ana do Buriti.

" Foi derrogado êste ato legislativo pelo artigo 2.º da Lei provincial n.º 670 de 1.º de junho de 1864". É o atual Prefeito do município o Sr. Antônio Américo Machado Bacelar.

LOCALIZAÇÃO — Coelho Neto pertence à Zona do Baixo Parnaíba. Latitude Sul: 4º 12' 6". Longitude W. Gr.: 43º 1'. Posição relativamente à Capital, rumo — S.S.E.; distância (em linha reta) — 226 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 35 metros a altitude da sede municipal.

LIMITES — Limita Coelho Neto com os municípios de Chapadinha, Buriti, Duque Bacelar, Caxias e com o Estado do Piauí, em condomínio de águas do rio Parnaíba.

CLIMA — Muito variável, porém sempre ameno. Temperatura máxima, registrada no início do inverno, 35ºC e

Vista parcial da Praça Getúlio Vargas

mínima, nos meses de junho a agôsto, 22°C. Não existe Pôsto Meteorológico no município.

Estações — Duas são as estações: inverno, de janeiro a junho, sendo os meses mais chuvosos março e abril. Verão, de julho a dezembro, em que os meses mais quentes são setembro e outubro.

ÁREA — Tem a superfície de 480 quilômetros quadrados. É o 82.° município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, possuía o município de Coelho Neto 16 205 habitantes, sendo 8 200 homens e 8 005 mulheres, equivalendo a 33,7 habitantes por quilômetro quadrado. Do total da população, 96% estavam localizados na zona rural.

A maior parte dos habitantes era constituída por pardos: 11 454 e a seguir vinham os brancos com 3 071 pessoas. O menor contingente era de pretos com 1 663 habitantes.

Quanto ao estado civil das pessoas de 15 anos e mais, 4 490 são casados (2 459 homens e 2 531 mulheres); solteiros — 3 025. Em proporção bem menor vêm os viúvos, com 590 (171 homens e 419 mulheres). Apenas 2 casais eram desquitados ou divorciados.

Para 1955 o Departamento Estadual de Estatística calculou a população em 12 256 habitantes — 25,5 habitantes por quilômetro quadrado. Essa diminuição é em conseqüência de haver Coelho Neto perdido parte do seu território para, com êle, ser constituído o município de Duque Bacelar, o que se deu após o Recenseamento de 1950.

Mercado Municipal

Aglomerações urbanas — Compreende apenas um distrito — o da sede — com 610 habitantes, sendo 270 homens e 340 mulheres, segundo o Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes de riqueza econômica do município são a lavoura e a extração de amêndoas de babaçu. O Departamento Estadual de Estatística informa que a produção e valor dos produtos agrícolas, em 1955, são os consignados no quadro a seguir:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Algodão em caroço	kg	15 000	70 000
Arroz em casca	Saco de 60 kg	40 000	6 000 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 950	276 900
Mandioca	»	1 500	225 000
Feijão	Saco de 60 kg	510	221 850
Milho	» » » »	15 000	1 350 000
Fumo	kg	9 600	320 000
Diversos (1)	—	—	1 334 750

(1) Banana, laranja, manga, melancia, melão e tangerina.

O algodão, embora seja cultivado no município, não tem desenvolvimento em virtude do aparecimento de algumas espécies de pragas que aniquilam quase tôda a plantação.

Festejo em louvor a N. S.ª das Graças, no povoado Monte Alegre

A extração de amêndoas de babaçu deu a produção, em 1956, de 680 740 quilogramas, no valor de oito milhões, trinta e dois mil e, setecentos e trinta e dois cruzeiros.

A cêra de carnaúba também é encontrada, embora em quantidade reduzida.

Não existe quase atividade pesqueira em Coelho Neto. Os que a êsse mister se dedicam, o fazem como complemento da atividade principal ou para o sustento próprio. Por isso, sua produção é insignificante: em 1956, apenas 15 toneladas no valor de 210 mil cruzeiros.

A pecuária, que até certo tempo era reduzida, vem, ùltimamente, tomando incremento visto vários criadores de gado estarem adquirindo reprodutores de raça, para melhoria de seus rebanhos.

Era o seguinte o número de cabeças da população pecuária em 1956 (dados do D.E.E.):

Bovinos	8 600
Eqüinos	750
Suínos	12 000
Caprinos	3 000
Asininos	700
Muares	350
Ovinos	1 500

Indústria — Há, no município, fabricação de farinha de mandioca, de aguardente de cana e rapadura e beneficiamento de arroz e algodão.

Comprova-se, em terras coelho-netenses, a existência de pedras calcárias e barro para fabricação de louça, cuja exploração ainda é insignificante, a qual, apesar disso, vai incluída no quadro abaixo, juntamente com os demais produtos industriais (dados de 1955):

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Farinha de mandioca	Tonelada	264	628 850
Aguardente de cana	Litro	39 000	390 000
Arroz pilado	Tonelada	60	300 000
Rapadura	kg	45 500	238 650
Fumo em corda	»	5 400	216 000
Cal de pedra	Alqueire	600	42 000
Telhas e tijolos	Milheiro	240	124 000

MEIOS DE TRANSPORTE — As cidades vizinhas ligam-se a Coelho Neto por intermédio dos seguintes meios de transporte:

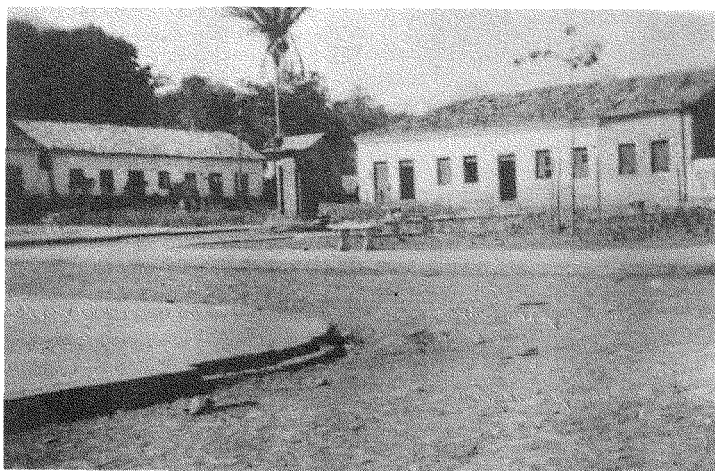
Caxias — rodoviário, 94 quilômetros.
Chapadinha — rodoviário, 83 quilômetros.
Buriti — rodoviário, 56 quilômetros.
Duque Bacelar — rodoviário, 21 quilômetros.

COMÉRCIO — Regular é o comércio de Coelho Neto, que mantém transações com as praças de Teresina e Parnaíba-PI, Sobral e Fortaleza-CE. Delas importa tecidos de algodão e mercadorias em geral. O babaçu, gênero de maior produção do município, é exportado, quase que exclusivamente, para Parnaíba-PI.

A principal via de escoamento da produção de Coelho Neto é o rio Parnaíba. Tem grande importância, também, a rodagem Coelho Neto—Caxias.

São 10 os estabelecimentos comerciais existentes na sede do município, sendo 1 atacadista e 9 varejistas.

ASPECTOS URBANOS — Apenas 15% da cidade é pavimentada. Duas são as praças calçadas e ajardinadas. O material empregado nesse calçamento é pedra, tijolos e cimento. Há luz elétrica na sede, sendo a energia fornecida pela Usina Elétrica Municipal, que tem capacidade para produzir 30 kW, porém o consumo é de apenas 20 kW — 8 para iluminação pública e o restante para a particular. Possui um cinema — o Cine Imperial — com 100 cadeiras, custando Cr$ 5,50 o ingresso. Inaugurado em 1954, é de propriedade da Prefeitura Municipal. Há, ainda,

Vista parcial da Praça Getúlio Vargas

Vista parcial da Praça Coronel Duque Bacelar

no município, um agrônomo e 1 advogado. Apenas existe na sede uma pensão, que cobra a diária de Cr$ 60,00.

Na Prefeitura Municipal foram registrados, em 1956, 1 jipe, 1 camioneta, 4 motociclos com 2 rodas e 5 caminhões.

A Câmara de Vereadores é representada por nove membros.

A entrega de correspondência postal e telegráfica é feita pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, o qual, para tanto, possui uma Agência.

Dispõe, a cidade, de um bom campo de pouso, capaz de receber DC-3, porém não há linha regular de navegação aérea.

Coelho-netense é o gentílico dado aos filhos da terra.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — O município é sede de comarca de 1.ª Entrância, tendo por têrmo, desde janeiro de 1955, o município de Duque Bacelar. Constituem êsse Poder: 1 Juiz de Direito, 3 Suplentes de Juiz, 2 Tabeliães, 1 Promotor Público e 2 Oficiais de Justiça.

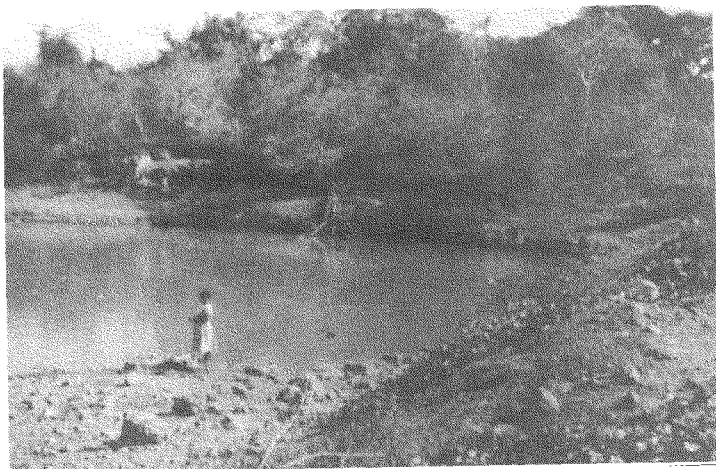
A ordem é mantida por um Delegado de Polícia e três guardas.

Há uma cadeia pública, com capacidade para 40 detentos.

RELIGIÃO — Predomina em Coelho Neto — como na totalidade dos municípios maranhenses — a religião católica. É paróquia de Sant'Ana, subordinada à Arquidiocese, fundada em 27 de setembro de 1861. Possui 4 capelas públicas e 1 semipública. As principais festas são a da Padroeira — Sant'Ana —, a 6 de janeiro, e a de São Raimundo Nonato, a 31 de agôsto. Constam, ambas, de novena e, no último dia, procissão. É comum, também, a realização de festas religiosas no interior do município, precedidas de novenário.

Quando do Recenseamento de 1950, foram encontradas as seguintes pessoas, por sexo e credo religioso:

SEXO	CATÓLICOS ROMANOS	PROTESTANTES	ESPÍRITAS
Homens	8 172	2	3
Mulheres	7 995	2	—
TOTAL	*16 167*	*4*	*3*

Sem declaração de religião foram recenseados 14 homens e 4 mulheres e sem religião, 9 homens e 4 mulheres.

Vista parcial do Açude Público Municipal

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas um socorro farmacêutico atende a população coelho-netense. Não há Pôsto de Higiene do Estado. O município pertence ao 9.º Distrito Sanitário, que tem por sede Caxias. Há, na sede municipal, um farmacêutico licenciado.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, o número de pessoas de mais de cinco anos, que sabiam ler e escrever, era de 1 691 —, sendo 1 027 homens e 664 mulheres, das 13 372 recenseadas com essa idade; 381 foram as pessoas que possuíam curso completo, das de 10 anos e mais, sendo 368 com instrução de grau elementar e 13, de grau médio.

Ensino — Apresenta um total de 15 unidades escolares, sendo 10 do ensino fundamental comum, 4 do fundamental supletivo e 1 do complementar. No início de 1957 estavam matriculadas nas diversas escolas 448 crianças de 7 a 11 anos de idade, sendo 106 na sede e 342 na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Mantém a Prefeitura Municipal, desde 1940, a biblioteca "Getúlio Vargas", com, aproximadamente, 1 000 volumes.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O rio Parnaíba banha grande extensão do município de Coelho Neto, principalmente a parte leste. É de boa navegabilidade. O principal acidente geográfico encontrado é o morro do "Chicão", que fica à margem do Parnaíba.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	639	342	128	497
1951	...	1 018	441	192	379
1952	...	803	492	193	516
1953	...	759	682	193	616
1954	...	1 064	692	222	662
1955	...	967	610	113	726
1956	...	975	697	198	697

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Perdeu êste município, com a criação do de Duque Bacelar, pela Lei n.º 1 294, de 7-XII-1954, 50 quilômetros quadrados de sua área.

Existe no povoado Itapirema, a 4 quilômetros da sede municipal, o velho casarão residencial da família Bacelar. Quatro gerações já passaram por aquela tradicional casa. Construído mais ou menos em 1850, pelo coronel Antônio José Martins, tetravô da atual geração Bacelar, e um dos doadores de terrenos para constituição do município. É de estilo colonial, de pedra, cobrindo uma área de mais de 1 000 metros quadrados. Destaca-se nesta secular construção um banheiro formado de um tanque de madeira lavrada, numa fonte de água inalterável no seu nível, quer no inverno, quer no verão.

No lugar Pimenteira mantém o Fomento Agrícola um Pôsto Agropecuário, instalado em 1953, com a área de 200 hectares. Possui culturas permanentes de mangueiras, cajueiros, coqueiros e cítrus; e anuais de arroz, milho e feijão. Sua última safra (1956-1957) foi de 6 000 quilogramas de arroz, 3 000 de milho e 1 000 de feijão. Possui, ainda, uma residência para o administrador, 2 armazéns de taipa e palha para depósito, 3 500 metros de cêrca de arame farpado com 6 fios, 4,5 quilômetros de estrada carroçável, 1 ponte sôbre o rio Trapiá, 1 usina para beneficiamento de arroz, 1 poço empedrado e instalação de água.

Sua maquinaria é constituída de 1 trator "Caterpillar" com implemento, 1 carrêta agrícola "Pontal", 2 arados de aiveca reversível, 1 arado de 28 discos, 5 cultivadores, 2 semeadeiras de uma linha e 10 polvilhadeiras.

(Autor do histórico — A.E. José Otávio Gomes da Silva; Redação final — Maria Rita Jorge e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística, Inspetoria Regional de Estatística e Inspetoria Regional de Fomento Agrícola no Maranhão.)

COLINAS — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Colinas foi, primeiramente, um pôrto de desembarque de Passagem Franca, plantado à margem do rio Itapecuru. Construindo-se à beira do aludido rio um armazém onde eram estocadas as mercadorias que deveriam ser embarcadas para a capital do Estado, transformou-se aludido depósito no marco inicial do futuro município, suscitando a fixação do primeiro habitante e a construção de sua residência, à Rua dos Fogosos, hoje Rua Rio Branco. Decorridos alguns anos, com o contínuo afluxo de agricultores das diversas regiões do território maranhense, plantou-se o seu núcleo colonial no atual povoado Almeida, assinalado com a edificação da Capela-Matriz de São Miguel. Em breve o despovoamento daquele núcleo ensejou aos seus habitantes a fundação de um novo, sob a denominação de Conceição, dada num preito de homenagem à padroeira do lugar e da nova igreja recém-fundada.

Em 1822 êsse pouso certo dos viajantes que vinham do povoado Almeida já era conhecido. Essa versão se confirma pelo fato de ter sido a demarcação das terras da Fazenda Maravilha, situada a 40 quilômetros do citado povoado, sòmente realizada naquela ano de 1822, por graça da sesmaria requerida e concedida a Jerônimo Pereira de Sá. O local, de terreno fértil, muito apropriado para a lavoura e criação de gado, tornou-se, por isso, uma grande fazenda e centro produtor de algodão e cereais, vindo a ser conhecida pelo nome de Fazenda Grande.

José Pereira de Sá, filho de Jerônimo, contraiu matrimônio com D. Cândida Xavier do Monte Serrat, os quais vieram a ser, mais tarde, os proprietários da Fazenda Grande.

Em 1839 irrompe no Estado a balaiada, um dos mais vergonhosos episódios sangrentos do Brasil. A Fazenda foi atacada pelos balaios, verdadeiros salteadores de requintada perversidade. José Pereira, na impossibilidade de organizar a defesa contra os agressores, pois temia que seus escravos se unissem àqueles malfeitores, como acontecera nos lugares por onde passavam, resolveu pedir socorro às autoridades da vizinha cidade de Caxias, que já havia sido invadida pelos balaios e se defendera heròicamente.

De lá veio um contingente sob o comando do tenente Joaquim Eloi de Queiroz. Êste, aliado às fôrças de que dispunha José Sá, deu combate aos balaios, rechassando-os, morrendo, porém, no combate, em defesa de seus bens, família e da localidade, José Pereira de Sá.

Procurando evitar um novo ataque àquela localidade, o tenente Queiroz ali se demorou, quando veio a enamorar-se de D. Belisária Pereira de Sá, filha do falecido José. Casando-se, abandona o tenente a carreira militar.

A viúva de José Pereira de Sá, embora tivesse outros genros e entre êstes José Trajano Caminha Brandão e Francisco Figueira, era desvelada mais pelo ex-tenente Queiroz, talvez em sinal de reconhecimento por haver o mesmo arriscado a vida, ao lado de seu marido, defendendo sua propriedade e por haver sido o professor de outras filhas menores. Essa distinção, como é natural, despertou a inveja e ciúmes dos demais membros da família, trazendo graves desinteligências entre êles. Desgostosa com essa rivalidade, resolveu D. Cândida, antes de partilhar os bens, doar o local da Fazenda Grande a Nossa Senhora da Conceição, compreendendo meia légua de terras em quadra, onde, aliás, já existia uma capela em que se venerava a imagem daquela Santa, padroeira do lugar.

Falecido o ex-tenente Queiroz — não se sabe em que ano —, desapareceram as rivalidades entre os membros da família. José Trajano Caminha Brandão passou, então, a ser a pessoa mais influente do lugar e da Fazenda, contribuindo, assim, para sua prosperidade.

Em 1868, por Lei provincial n.º 1 338, de 28 de maio, a Fazenda Grande, que já era anexada à freguesia de São Sebastião da vila de Passagem Franca, foi elevada à categoria de distrito administrativo da mesma, com o nome de Consolação.

Nessa povoação e suas circunvizinhanças vieram habitar os Teixeiras, descendentes do Comendador Antônio José Teixeira; os Carneiros, do coronel Francisco Dias Carneiro e do Comendador Severino Dias Carneiro, além de muitos outros vindos especialmente de Caxias e Passagem Franca, sendo que hoje ainda se encontram descendentes dessas árvores genealógicas.

Vila — Com a chegada ininterrupta de novos habitantes, a povoação tomou certo incremento até que, por Decreto provincial n.º 879, de 4 de junho de 1870, foi elevada à categoria de vila, recebendo, então, o nome de Picos, o qual é devido às colinas e picos que circundam a cidade e foi sugerido por Francisco Dias Carneiro, homem de letras, industrial e filho do coronel Francisco Dias Carneiro, um dos principais habitantes da localidade.

Vista parcial da Avenida Getúlio Vargas

Elevada à categoria de vila passou, em conseqüência, à sede do forum que até então era na vila de Passagem Franca, sendo instaurada por Salvador Pires de Albuquerque, Juiz de Direito, natural da Bahia.

Tomando maior incremento, seu comércio desenvolveu-se ainda mais, do qual figuravam como principais integrantes Antônio Araújo Lopes, José Fernandes, Francisco José Coelho e José Mariano de Melo Maranaldo. Êsses comerciantes se abasteciam em Caxias, onde também vendiam seus produtos, para lá conduzidos por pequenas embarcações empurradas a vara ou em costas de animais, em longas caminhadas que, não raro, recebiam ataques de salteadores e vagabundos, devido aos caminhos ermos que trilhavam.

Abolição da Escravatura — Em 1888, por ocasião do movimento abolicionista, a vila de Picos também se sacudia, organizando uma comissão em prol da idéia, a qual era composta dos cidadãos Rodrigo José Teixeira, Alcebíades José Brandão, Manoel José de Macedo, sob a chefia do Dr. Higino Cunha, então Juiz Municipal e hoje conhecido homem de letras, residente na Capital do Piauí em idade quase centenária.

Os abolicionistas contavam com a ira do Dr. Basiliano Marques Vieira, Juiz de Direito, que vivia cercado dos senhores de escravos. Conhecida a Lei 13 de maio já nos últimos dias dêsse mês, devido à falta de comunicação rápida, foi tal acontecimento recebido festivamente, organizando-se grande passeata quando o Dr. Higino Cunha, ardoroso tribuno, pronunciou vibrante discurso sôbre a Lei Áurea que havia sido decretada pela Rainha Isabel.

1.º *Código de Posturas* — Muito embora tenha sido elevado à categoria de vila em 1870, só em 1893, de acôrdo com a Lei n.º 1 043, de 25 de julho, teve organizado o seu primeiro Código de Posturas, promulgado pelo Conselho de Intendência Municipal, do qual faziam parte Delfino Rodrigues de Farias Sipaúba, como Presidente, e mais Firmino Vieira Tôrres, Antônio Rodrigues Bâima e Venâncio Vieira Tôrres.

Juízes de Direito — Durante o Império teve como Juízes de Direito e Municipais, respectivamente, os bacharéis Salvador Pires de Albuquerque, Epifânio dos Santos, Joaquim José Teixeira, José Dias, Higino Cunha, Basiliano

Marques Vieira e Eduardo Studart, sendo que êstes dois últimos ainda serviram no início da República até a nomeação do Dr. Higino Antônio de Carvalho.

Cidade — Por Decreto estadual n.º 76, de 10 de abril de 1891, a vila de Picos, ainda com êsse nome, foi elevada à categoria de cidade, sede, então, do município de Conceição dos Picos, criado em 1908.

Proclamada a República, só em 1893, de acôrdo com a Lei n.º 2, de 4 de setembro, teve o seu município constituído legalmente, sendo o seu primeiro intendente o coronel Manoel José de Macedo e vereadores da Câmara Municipal os cidadãos João Cândido Fernandes Lima, como Presidente, Alcebíades José Brandão, como vice-Presidente, Ladislau Gonçalves Moreira, Raimundo de Paiva Brito, Norberto Miguelista e Manoel Frutuoso de Sousa, época em que foi organizado o segundo Código de Posturas e o primeiro orçamento municipal.

A 15 de novembro de 1894 ocorreu a primeira eleição, depois de proclamada a República, para membros do Congresso Estadual, tendo sido eleito como representante de Picos o coronel Manoel José de Macedo, que serviu em duas legislaturas seguidas.

Fato auspicioso registrou-se em 1897: pela primeira vez o pôrto da cidade recebe a visita de um vapor, o "Gonçalves Dias", da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, em virtude de subvenção do govêrno, pela qual aquela companhia se obrigava a fazer duas viagens, de Caxias a Picos, durante a estação invernosa. Antes, porém, em 1891, havia ancorado a pequena lancha denominada "Nhonhô", nela viajando o Dr. Palmério de Carvalho, que elaborava estudos sôbre a navegabilidade do rio Itapecuru.

Correio e telégrafo — A Agência dos Correios já existia desde o ano de 1870 e, em 1890, foi inaugurada a estação telegráfica, sendo o seu primeiro telegrafista o senhor Horácio Costa.

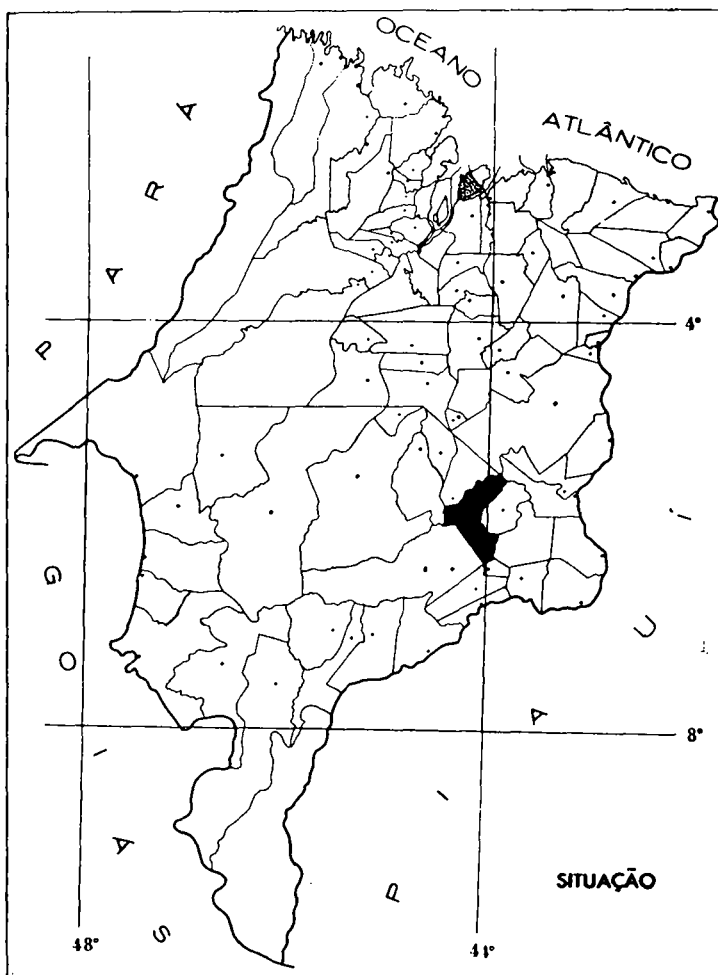
Coluna Prestes — Ao alvorecer do dia 9 de dezembro de 1925 a cidade foi ocupada por um destacamento de perto de 600 homens, sob o comando dos coronéis Juarez Távora e Siqueira Campos, auxiliados pelos tenentes Trifino Correia, Ari e Brasil, vindos da vila de Mirador, onde se encontravam os Generais Miguel Costa e Luiz Carlos Prestes. Os revolucionários permaneceram em Picos durante 3 dias, seguindo depois para Passagem Franca e São José dos Matões. Durante o tempo em que a fôrça permaneceu na cidade se houve na mais completa ordem e disciplina. A população, por sua vez, recebeu os chefes da revolução e suas tropas com simpatia, não abandonando seus lares.

Intendentes e Prefeitos — Na República ocuparam os cargos de Intendentes e Prefeitos os seguintes cidadãos: Manuel José de Macedo, Alcebíades José Brandão, Francisco Pereira de Sá, Elpídio Ferreira de Sousa, Delfino Coelho de Sousa Calvo, José Sérgio dos Reis, Olímpio Sousa, Braz de Queiroz, Rodrigo José Teixeira, José Ribeiro de Sampaio, José Trajano Brandão e Sebastião Moreira Lima, o qual não completou o período, pois, em outubro de 1930, saiu vitoriosa a Revolução, quando foi nomeado o primeiro Prefeito, coronel Manoel José de Macedo e depois Antônio Brandão, e, sucessivamente, Sebastião Anfilóquio Alves, Venerável Reis Filho, Acécio do Rêgo Monteiro, Henrique Barbosa Júnior, Antônio Sinfrônio de Castro e Ovídio Coelho.

Em março de 1937 realizaram-se as eleições para constitucionalização dos municípios do País, sendo eleito o cidadão Antônio Francisco de Sousa, em cujo exercício o encontrou o golpe de 10 de novembro do mesmo ano, o qual, porém, foi mantido no cargo por ato do Interventor até março de 1938, quando espontâneamente renunciou, sendo substituído por Abel Martins. Êste foi exonerado por decreto de 23 de agôsto de 1939 e nomeado seu substituto o cidadão Antônio Brandão que, pela segunda vez, exerceu o cargo de Prefeito. Tendo o chefe do Govêrno Estadual convidado Antônio Brandão para fazer parte do seu secretariado como Diretor da Imprensa Oficial e do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, logo após a criação dêste, foi substituto o farmacêutico José Osano Brandão, que tomou posse a 28 de setembro de 1940.

Município de Colinas — As disposições da legislação federal relativas à duplicidade de topônimos de cidades e vilas brasileiras atingiu o município de Picos, o qual, por fôrça do Decreto-lei n.º 331, de 2 de fevereiro de 1943 passou a ter a denominação de Colinas.

Em 1952 perdeu parte do seu território, juntamente com o município de Presidente Dutra, para, com êles, ser criado o município de São Domingos do Maranhão (Lei n.º 756, de 24-9-1952). É o atual Prefeito do Município o Sr. Nilo de Assis Pacheco.

LOCALIZAÇÃO — As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: Latitude S.: 5º 58' 45". Longi-

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

tude W. Gr.: 44° 14' 21". Posição relativa à capital: rumo S.S.E Distância: 379 quilômetros (em linha reta).

ALTITUDE — A sede municipal está a 80 metros de altitude.

CLIMA — Existem apenas duas estações: inverno e verão. A primeira tem início no mês de novembro e termina em abril; o verão inicia em maio e ultima em outubro. No correr do inverno, quando não há chuvas, o tempo normal é quente, e durante o dia, a temperatura atinge até 28°C. Pelo verão, nos meses de maio a julho, o calor alcança até 32°C, descendo à noite para 22°C.

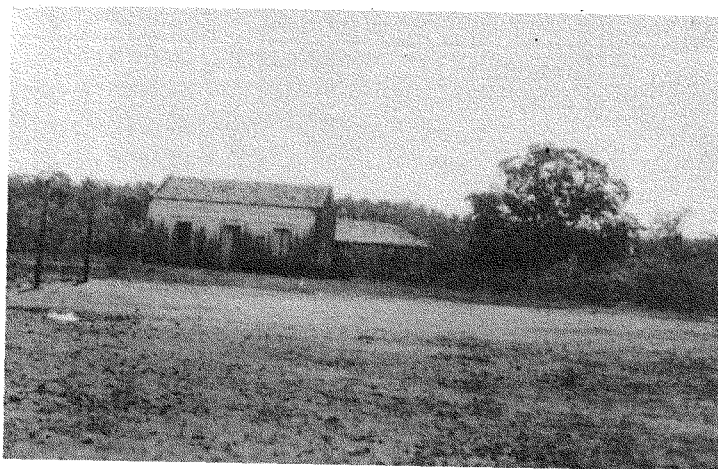
Observam-se trovoadas e tempestades na estação invernosa. Não há geadas. O município não dispõe de Pôsto Meteorológico.

ÁREA — Com área de 2 943 quilômetros quadrados, Colinas é o 34.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Em 1950, de acôrdo com o Recenseamento, a população do município totalizava 25 813 habitantes, dos quais, 12 675 homens e 13 138 mulheres. Fêz parte, nesse mesmo ano, dessa população o distrito de Pucumã, atualmente município de São Domingos do Maranhão, com 6 421 habitantes (3 215 homens e 3 206 mulheres). Em 1950, 82% da população vivia na zona rural. Estimativa calculada pelo D.E.E. para 1955 (exclusive o distrito de Pucumã): 22 001 habitantes.

Aglomerações urbanas — O município conta atualmente apenas o distrito da sede municipal com a população de 1 799 habitantes em 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município está baseada nos seguintes produtos: algodão em caroço, arroz em casca e babaçu, havendo também exportação de tábuas. A produção agrícola em 1955 foi a seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão em caroço	Arrôba	53 000	3 180 000
Arroz em casca	Saco de 60 kg	59 200	4 736 000
Banana	Cacho	108 600	760 200
Cana-de-açúcar	Tonelada	600	60 000
Côco-da-baía	Cento	168	25 200
Fava	Saco de 60 kg	200	30 000
Feijão	» » » »	1 060	212 000
Fumo	kg	10 800	129 600
Laranja	Cento	18 900	189 000
Manga	»	27 000	135 000
Mandioca	Tonelada	3 360	672 000
Milho	Saco de 60 kg	6 900	483 000

Matadouro Municipal

A pecuária, que é bem desenvolvida, possuía, em 1956: 2 000 ovinos, 4 000 caprinos, 15 000 bovinos, 2 000 suínos, 200 muares e 700 eqüinos. São exportados para São Luís-MA, Floriano-PI, Fortaleza-CE e Recife-PE.

Há no município 2 serrarias, 3 fábricas de beneficiar arroz e 2 de algodão e alguns engenhos rudimentares de cana-de-açúcar, produzindo aguardente.

A produção industrial em 1955 foi:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Tábuas	Dúzia	5 000	1 250 000
Arroz pilado	kg	89 800	468 000
Algodão em pluma	»	82 400	739 800
Aguardente de cana	Litro	19 200	153 600

A exportação de amêndoas de babaçu atingiu, em 1956, o total de 850 000 quilogramas, no valor de oito e meio milhões de cruzeiros.

A pesca é pouco desenvolvida e feita quase que exclusivamente para o abastecimento da sua população. Sua produção em 1956 atingiu 2 225 quilogramas no valor de Cr$ 45 850,00.

COMÉRCIO — Há no município 5 estabelecimentos atacadistas e 40 varejistas. O comércio local mantém transações com a capital do Estado e com o município de Caxias-MA e Parnaíba-PI, importando ferragens, fazendas, querosene, gasolina, açúcar, café, cigarros, produtos farmacêuticos, etc. Nos principais mercados das cidades de Floriano-PI, Fortaleza-CE e Recife-PE são vendidos os produtos agrícolas do município.

ASPECTOS URBANOS — Possui o município uma Agência Postal-telegráfica e 2 pensões (diária comum de ... Cr$ 60,00). É sede de comarca de 1.ª Entrância, constando de 1 Juiz de Direito, 1 Suplente de Juiz de Direito, 4 Escrivães (3 do Registro Civil e 1 do 1.º Ofício) e 1 Promotor Público. Conta com um pequeno campo de pouso para aviões tipo teco-teco, os quais, porém, sòmente para lá se dirigem quando especialmente fretados. Apenas parte de uma rua é calçada com pedras irregulares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população de Colinas é servida por 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico. Embora não haja, no território municipal, qualquer instituição de caridade ou de assistência médico-sanitária de relêvo, contribuem, entretanto, dentro de suas possibilidades, na prestação de auxílios aos seus associados, as seguintes entidades: Liga das Mães Cristãs de Colinas, Sociedade de Previdência Mutuária e União Artístico-Operária Picoense. Existe, por outro lado, plano para a edificação de 1 pôsto médico, tarefa tanto mais fácil de ser resolvida, de vez que já existe no município 1 médico que vem prestando assistência à população, em sua própria residência.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 acusou 21 622 habitantes de 5 anos e mais, (inclusive o distrito de Pucumã) dos quais 4 501, ou 21%, eram alfabetizados.

Ensino — O município possui 31 unidades escolares que ministram o ensino primário, sendo 1 infantil, 27 fundamental comum, 2 fundamental supletivo e 1 complementar.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O acidente geográfico de maior importância é o rio Itapecuru que banha a cidade de sul a norte. É navegável por lanchas e balsas, tendo uma profundidade de 3 a 4 metros e é bastante piscoso. Outro rio de certa importância é o Alpercatas, que banha a parte sudoeste do município, num trecho de 48 quilômetros aproximadamente. Sua profundidade média é de 3,50 metros; também é piscoso, sendo navegável por canoas e balsas, distando da cidade de Colinas 6 quilômetros. Há, também, as lagoas do Casal, dos Tatus e da Malícia, tôdas piscosas.

VULTOS ILUSTRES — Como filho ilustre do município temos *Frederico Pereira de Sá Figueira,* nascido em Colinas a 10-12-1852 e falecido em Barra do Corda a 8-7-1925. Orador e jornalista; fundou, em 1888, com Isaac Martins, "O Norte", da Barra do Corda. Foi deputado estadual e vice-governador do Estado.

Escreveu: "A instrução no Sertão", e tem mais 2 discursos impressos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação gentílica dos habitantes é colinense. São em número de 9 os vereadores em exercício.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município de Colinas é servido por estradas de rodagem, possibilitando a comunicação com as cidades vizinhas de: Buriti Bravo, (58 quilômetros); Mirador, (59 quilômetros); Passagem Franca, (66 quilômetros); Paraibano, 90 quilômetros); São Domingos do Maranhão, (72 quilômetros) e Tuntum, (96 quilômetros). Capital Estadual — Misto: a) rodovia (190 quilômetros) até Caxias e b) ferrovia E.F.S.L.T. (373 quilômetros).

Não há atividade portuária no município e nem mesmo pôrto. Às vêzes mantém intercâmbio com Buriti Bravo e Caxias através de barcos e canoas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	183	509	833	524	831
1951	204	865	889	598	882
1952	354	1 191	1 446	1 147	1 416
1953	489	1 905	1 710	1 368	1 680
1954	470	2 391	1 316	683	1 314
1955	507	2 230	1 124	397	1 100
1956 (1)	428	2 346	1 085	231	1 085

(1) Orçamento.

EFEMÉRIDES E FESTEJOS — O principal festejo ocorre no mês de dezembro com a festa de Nossa Senhora da Conceição — padroeira da cidade, comemorada com entusiasmo. Na sua época, escolhe-se uma rainha, a qual é coroada, no último dia da festa, após uma cerimônia com jogos, outros tipos de diversões e os cânticos:

I

Em matuto poetar
Vou tomar a dianteira
o passado vou narrar,
da festa da padroeira.

II

A beata como se diz,
imitando Madalena,
abre a porta da Matriz
no aproximar da novena.

III

Areando os castiçais,
enquanto se acende as velas,
ornam os altares as donzelas,
com as flôres naturais.

Dança da Faca — No meado de junho, próximo às festas juninas, no bairro denominado "Serrinha", costuma celebrar-se a dança das facas, festa de cunho regional pelas características que apresenta. Dela participam homens e mulheres, que ao toque de tambor de madeira, e improvisando cânticos, dançam simulando luta ou combate. Os outros participantes, em círculo, dançam cada qual em ritmo diferente, formando, no conjunto, o tipo característico do referido festejo.

Ao observador dá-se a impressão de dança africana, rude e selvagem.

(Autor do histórico — José Osano Brandão; Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta e Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística Municipal no Maranhão.)

COROATÁ — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Coroatá tem povoamento periférico, isto é, quase sòmente em contato com as zonas vizinhas. A tradição mais corrente quanto à primeira penetração do território é a de que foi feita pelos antigos colonizadores lusos, aos quais se sucederam, depois, os habitantes das próprias zonas circunvizinhas.

O local primeiramente devassado teve, no início, a denominação de "Coroatá-Grande", sem preocupação de um núcleo administrativo perfeitamente organizado, visto tratar-se de um simples arraial ou burgo de procedência indígena. Atualmente persiste o topônimo Coroatá, simplesmente, dado à cidade e ao município pròpriamente dito.

Da primitiva penetração resultou o povoamento sistemático, embora gradativo, da sede municipal com edificações de moradias, que constituía o centro de convergência das populações rurais, que passaram, assim, a ter a sua vida comunal, com regalias cidadãs, assaz restritas.

Atualmente não é conhecida no município a existência de tribos indígenas, havendo sòmente tradição de terem elas existido. É bastante aceitável a opinião de que, quando os portuguêses aportaram ao Brasil, já era esta grande parte do continente sul-americano sede de imigrações de povos autóctones selvagens, dispersos por tôda a sua parte oriental e central. Conjetura-se que o município de Coroatá tenha sido habitado pelas mesmas tribos da região do Mearim, provàvelmente prêsas à etnologia indígena de

Prefeitura Municipal

imigração pós-cabraliana, isto é, de que os tupinambás da costa baiana emigraram em boa parte para o norte até o Maranhão através do São Francisco, fugindo à destruição de que eram ameaçados, como disse Raimundo Lopes. É certo que as tribos, localizadas em diferentes pontos do território municipal, pertenciam à família dos canelas, "índios rudes e esquivos, ao mesmo tempo agressivos e covardes". Essas tribos ou remanescentes delas foram dominadas pelos colonizadores e absorvidas pela raça dominadora, sendo provável que tenham deixado de existir desde metade do século XVII.

A contribuição do elemento negro no devassamento do território foi, como em quase tôda a capitania do Maranhão, de significativa importância. A escravidão foi bastante desenvolvida como meio direto de auxílio à agricultura daqueles tempos.

Coroatá, que recebeu grande influxo do Mearim, possuidor de escravatura, teve também as suas numerosas fazendas humanas, ainda existindo vestígios de "casas grandes e senzalas", haja vista o povoado Piqui (limítrofe com o Mearim), com fortes reminiscências do elemento servil, além de outros com ligeiros sinais do tempo da escravidão, em que predominou, à sua moda, o elemento negro.

A cidade de Coroatá teve como origem os "depósitos" ou "paióis" (espécies de "pousos") de fazendeiros e dos viajantes que vinham de outras regiões, notadamente do Mearim.

A primitiva povoação era localizada na outra margem do Igarapé Grande, afluente do rio Itapecuru (atual zona suburbana), onde havia casas de telhas e de palhas, avultando um grande cemitério de pedras, com vestígios hoje quase imperceptíveis.

Muitos anos depois, seus habitantes começaram a abandoná-la, transportando-se para a margem oposta do referido Igarapé, local mais próximo ao rio, onde é, atualmente, a cidade de Coroatá.

Êste nome é indígena e provém de uma planta disseminada na região e chamada pelos moradores de "piteira", porém denominada cientìficamente de "agave", da família das amarilidáceas, também conhecida por "abecedária", "babosa brava" e "pita" no Rio Grande do Sul; "aloe", na Itália, "anaik-katragh-ai", em Ceilão; "crecuiza", em Cuba; "rakas", na Índia, e "saci", no dialeto maia. A planta é originária do México, sendo que os indígenas conheciam-na como "Coroatá-Assu", donde provém, certamente, o nome do município. Já eram por êles conhecidas as magníficas propriedades da mesma, a qual produz excelente cânhamo e é semelhante, nas fôlhas, à "erva-babosa".

Progredindo e crescendo a povoação com a chegada de novos imigrantes da raça amarela, os sírio-libaneses, que se infiltraram com objetivos puramente comerciais; com suas terras próprias para a lavoura, principalmente a de algodão e arroz, e com seus campos propícios à criação, começou a apresentar condições de capacidade para a vida política e administrativa. Por isso deve ter havido o natural movimento. Os nomes das pessoas que o encabeçaram não são conhecidos da história.

Assim é que, pela Lei provincial n.º 173, de 5 de novembro de 1843, foi criada a vila, tendo sido desmembrada do município de Caxias. Por outra lei provincial, a de n.º 188, de 9 de agôsto de 1844, teve a invocação de Nossa Senhora da Piedade.

Sòmente em 1920, porém, é que, pela Lei estadual n.º 924, de 8 de abril, foi elevada à categoria de cidade.

O progresso de Coroatá foi sempre crescente, à sombra do trabalho dos seus filhos e pela especial localização de sua cidade. Duas circunstâncias, porém, devem ser mencionadas: a primeira é que, a 31 de outubro de 1920, foi inaugurado o trecho da Estrada de Ferro São Luís—Teresina que ligava Coroatá a Caxias, sendo esta cidade, então como hoje, a mais importante do interior do Maranhão. Coroatá passou a dispor, desde essa época, de transporte rápido e barato para o escoamento de sua produção, além de ter facilitado o intercâmbio com outras cidades mais importantes.

Com a entrega ao tráfego, em 30 de junho de 1921, do trecho Coroatá—Pirapemas, ficou completo o serviço de ligação das várias linhas construídas e parceladamente inauguradas, ficando assim estabelecido o tráfego em todo o percurso da estrada. Passou o município a contar desde aquêle ano com transporte para cargas e passageiros nas duas direções extremas: São Luís-MA e Teresina-PI.

Tempo houve em que os trens faziam o cruzamento em Coroatá — os que iam de São Luís e os que vinham de Teresina —, pernoitando ambos. Os passageiros saltavam, adquiriam qualquer coisa, jantavam e dormiam, enfim, faziam movimento na cidade, deixando qualquer

Vista parcial da Rua Gonçalves Dias

coisa de lucro. Até negócios eram entabulados enquanto o trem não prosseguia viagem na manhã seguinte.

Outra circunstância é que os municípios de Bacabal e Pedreiras, no Mearim, com sua produção de arroz, algodão e babaçu cada vez aumentando mais, sentiam necessidade de contar com outra via de escoamento além da fluvial que, em alguns anos, não era suficiente. Procuraram, por isso, alcançar, por terra, a estrada de ferro, o que foi feito, a princípio, por "caminhos de tropa", mais tarde por estrada carroçável e atualmente, com o advento do caminhão, por estradas de rodagem, todos êsses caminhos indo ter a Coroatá. Ficou a cidade, por conseguinte, servindo de entreposto àquelas duas, inclusive também de São Luís Gonzaga (hoje Ipixuna), cujas transações eram feitas em maior vulto com Pedreiras e em menor escala com Bacabal.

É tão importante Coroatá para o escoamento da produção do Mearim que há projeto ligando-a a Pedreiras, por estrada de ferro, já estando em tráfego o trecho Coroatá—Peritoró.

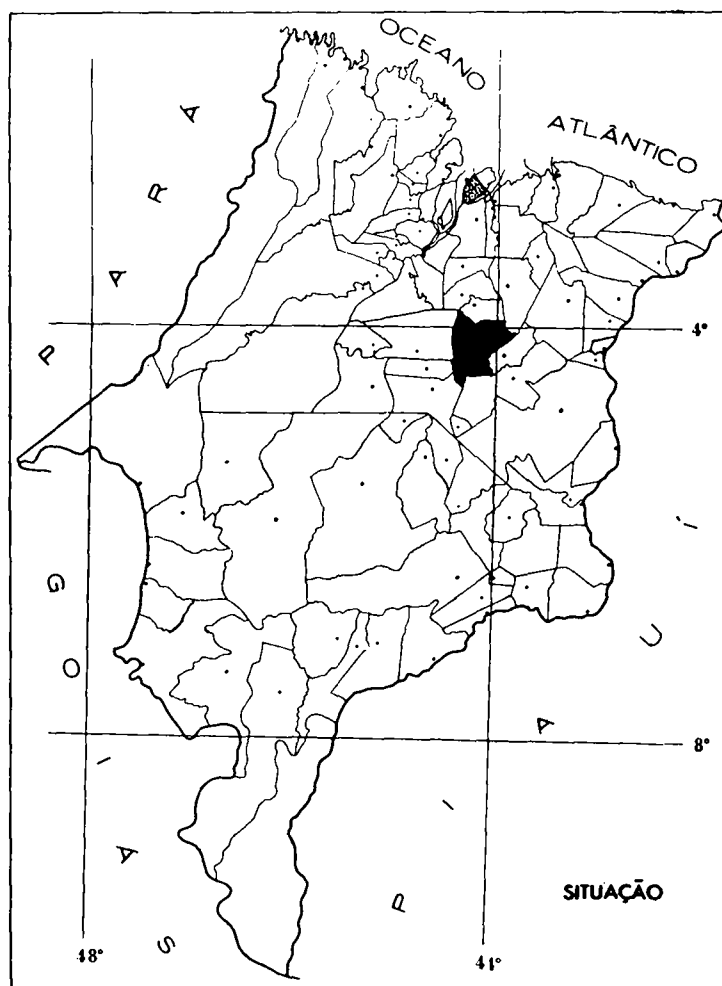
Mesmo perdendo, em 1952, por fôrça da Lei n.º 821, de 11 de dezembro, um dos seus principais povoados — Pirapemas, com 938 quilômetros quadrados — que foi ele-

Rua Senador Benedito Leite

vado à categoria de cidade, Coroatá continua crescendo, desenvolvendo-se, atraindo imigrantes nordestinos para suas lavouras e capitais para abertura de novas casas comerciais, estando fadado a ser, em futuro próximo, um grande município maranhense.

O Poder Legislativo é constituído de 9 Vereadores, enquanto que para o Executivo foi eleito o Sr. Nagib Rabelo Lamar.

Agência do Banco da Amazônia

LOCALIZAÇÃO — Situada à margem esquerda do rio Itapecuru-Mirim, a cidade de Coroatá apresenta as seguintes coordenadas: 4° 8' 12" de latitude Sul e 44° 6' 48" de longitude W. Gr. Dista da capital do Estado 175 quilômetros em linha reta, rumo S.S.E. Limita com os municípios de Bacabal, Codó, Ipixuna, Pedreiras, Pirapemas, Timbiras e Vargem Grande.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 34 metros a altitude na sede municipal.

CLIMA — Possuidor de um clima variável, o município de Coroatá apresenta duas estações: inverno, de dezembro a junho, e verão, de julho a novembro. As temperaturas obtidas foram as seguintes: máxima, 37,20°C e mínima 22,10°C, de acôrdo com estimativa feita na sede. O período mais quente vai de agôsto a novembro.

ÁREA — Sua área mede 3 069,50 quilômetros quadrados. Em ordem de grandeza territorial, Coroatá coloca-se em 32.º lugar dentro do Estado do Maranhão.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente é o rio Itapecuru, oriundo do município de Mirador, que percorre esta região de leste para oeste, inicialmente, seguindo depois para o norte em direção ao município de Itapecuru. Existem, ainda, vários outros rios, como seja: igarapé Guaribas e rio Pirapemas, ambos afluentes pela margem direita do Itapecuru; rio Peritoró, que atravessa o território de sul a norte, paralelo ao seu afluente Tapuio, confluindo com o Itapecuru, no município do mesmo nome.

Praça 28 de Julho, vendo-se o Grupo Escolar João Lisboa

Há uma pequena cachoeira, Remanso de Mariana, formada de "panelas" e "panelões" de pedras e lajes, com mais de 5 metros de profundidade. É perigosa à navegação, ficando situada no rio Itapecuru.

O morro do Machado é acidente de pouca elevação, possuindo vegetação densa, principalmente babaçuais. Fica na parte suburbana da cidade, no lugar "Mocó", onde está instalado o "Campo de Sementes" do Ministério da Agricultura. É notável pela sua visão panorâmica.

RIQUEZAS NATURAIS — A mais importante é a vegetal, destacando-se, em primeiro plano, a exploração de lenha, combustível de que se serve a Estrada de Ferro São Luís—Teresina, vindo depois o babaçu e madeiras diversas, tanto para construções como para a feitura de dormentes, êstes também para a estrada de ferro.

Nas matas ainda são encontrados animais silvestres.

No reino mineral sòmente é conhecida a existência de argila para a fabricação de telhas e tijolos.

O rio Itapecuru é bastante piscoso, salientando-se como principais espécies: mandi, curimatá, surubim, anojado, piau, sardinha e pescada.

POPULAÇÃO — Consoante o Censo de 1950, o município de Coroatá contava 36 207 habitantes, incluindo o atual município de Pirapemas, sendo 18 152 homens e 18 055 mulheres, com a densidade de 11,7 hab./km². No quadro rural estavam localizados 83% da população, que ficava assim distribuída, segundo a côr: brancos — 11 258, pretos — 5 578, e pardos — 19 213. Segundo a religião: católicos — 35 048, protestantes — 795, espíritas — 19, israelitas — 17, ortodoxos — 3, maometanos — 9, outras religiões — 24, sem religião — 185 e sem declaração de religião — 107.

Do número total da população, sòmente existiam 30 pessoas estrangeiras e 1 naturalizada.

Para o ano de 1955 a população foi calculada pelo Departamento Estadual de Estatística em 36 819 habitantes, o que equivale a 12 hab./km².

Aglomerações urbanas — Pelo Recenseamento de 1950, contava Coroatá com 3 aglomerações: sede — 4 970 habitantes, Peritoró — 157 habitantes e Pirapemas — 909 habitantes.

Atualmente o distrito de Pirapemas encontra-se desmembrado, constituindo o município autônomo do mesmo nome.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município é firmada na agricultura e pecuária e, também, na extração de lenha, amêndoa de babaçu e madeiras diversas. Em 1955 apresentou os seguintes resultados:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Arroz em casca	Saco de 60 kg	338 500	50 775 000
Babaçu	Quilogramas	3 105 030	24 840 240
Mandioca	Tonelada	15 900	7 950 000
Milho	Saco de 60 kg	111 600	10 044 000
Feijão	» » » »	17 600	8 448 000
Algodão em caroço	Arrôba	26 600	1 995 000
Lenha	m³	2 694 030	134 701 500
Madeira para construção	»	30 150	7 537 500
Dormentes	Milheiro	65	2 600 000

A indústria, principalmente a de pilar arroz e descaroçar algodão, vem, ùltimamente, tomando impulso com a construção de modernas e amplas usinas, as quais, em 1955, produziram 3 433 580 quilogramas de arroz pilado no valor de 12 milhões de cruzeiros e 795 113 quilogramas de algodão em pluma valendo 3,5 milhões de cruzeiros.

Outra indústria que se destaca — por sinal a de maior rendimento — é a de fabricação de farinha de mandioca: 3 874 toneladas, valendo 23 milhões. Não tem a mesma, contudo, instalações modelares. São fornos disseminados pela zona rural, onde o homem do campo, valendo-se exclusivamente do trabalho manual consegue, mesmo assim, tão expressivo resultado.

Com 201 327 suínos em 1956, Coroatá é o primeiro criador dessa espécie no Estado do Maranhão. Os demais componentes da população pecuária no mesmo ano, segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, são 34 044 bovinos, 1 406 ovinos, 3 752 caprinos, 5 713 eqüinos, 2 050 asininos e 1 279 muares.

Vista parcial da Avenida da Bandeira

A pesca é praticada como atividade complementar, apenas para o sustento da própria população do município. Por isso seu rendimento é pequeno, e somou 4 065 quilogramas em 1956, valendo pouco mais de 150 mil cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na sede municipal 19 estabelecimentos atacadistas, 138 varejistas e 31 de prestação de serviços.

As praças de São Luís-MA, Teresina-PI e Fortaleza-CE, são as que mais compram os produtos agrícolas do município, como também mantêm transações com o comércio local.

O município importa: açúcar, café, farinha de trigo, manteiga, batatas, sal, tecidos, calçados, louças, ferragens, gasolina, óleos, querosene, etc. As maiores produções e exportações do município são as amêndoas de babaçu, arroz e algodão.

Possui uma Agência do Banco de Crédito da Amazônia Sociedade Anônima, que serve ao município, o que bem caracteriza a importância do comércio coroataense.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Coroatá liga-se à capital do Estado por meio de transportes ferroviário e rodoviário.

Mantém ligação com as seguintes cidades vizinhas e respectivas distâncias: Bacabal — rodoviário, 89 quilômetros; Codó — ferroviário (E.F.S.L.T.), 53 quilômetros; Ipixuna — rodoviário, 91 quilômetros; Pirapemas — ferroviário (E.F.S.L.T.), 55 quilômetros; Pedreiras — rodoviário, 93 quilômetros; Timbiras — ferroviário (E.F.S.L.T.), 30 quilômetros; Vargem Grande — misto: ferroviário (E.F.S.L.T.) 36 quilômetros, até Maracajá, e rodoviário, 117 quilômetros.

Atualmente a cidade de Coroatá possui um ramal da Estrada de Ferro São Luís—Teresina, que faz ligação com o distrito de Peritoró, e, mais tarde, alcançará a cidade de Pedreiras.

Apesar de existir campo de pouso na sede municipal, a cidade não é servida por linha regular de navegação aérea.

Possui uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos instalada em prédio próprio, sendo que a Agência da E.F.S.L.T. também recebe e transmite telegramas particulares.

ASPECTOS URBANOS — A sede do município possui 2 avenidas, 13 ruas, 28 travessas e 5 largos, sem pavimentação. Tem uma usina elétrica de propriedade da Prefeitura Municipal, que fornece iluminação pública e particular, esta com 456 ligações.

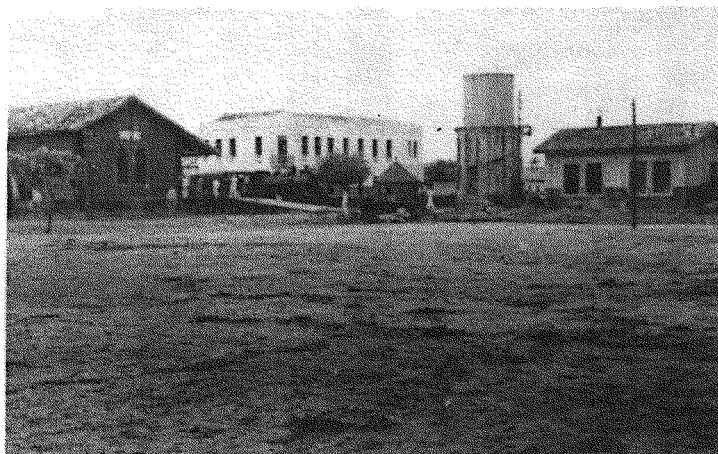
Na Prefeitura foram registrados 18 caminhões e 4 jipes e camionetas, em 1956.

Contava em 1956 com 8 pensões, cuja diária média é de Cr$ 80,00. Suas instalações são modestas.

Há, na sede municipal, 5 usinas de beneficiamento de arroz e de algodão e 2 só de beneficiamento de arroz.

Funciona um Campo de Sementes, com a finalidade de produzir sementes para distribuição gratuita aos agricultores. Está localizado no lugar Mocó (sede municipal).

O quadro judiciário é composto de: 1 Juiz de Direito;

Fachada do Hospital e Maternidade Padre Antônio Vieira

Praça João Pessoa, aparecendo a Estação da E.F.S.L.T.

3 Suplentes de Juiz, 1 Promotor Público, 2 Escrivães (1.º e 2.º Ofícios) e 2 Oficiais de Justiça.

A cidade de Coroatá conta, ainda, com 1 advogado e 2 agrônomos em atividade profissional.

A Estrada de Ferro São Luís—Teresina possui na sede municipal uma estação destinada ao embarque e desembarque de passageiros e cargas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em comparação com os demais municípios do Maranhão, os coroataenses estão bem servidos de recursos médicos. Existe, na sede, o Hospital de Caridade Padre Antônio Vieira, mantido pela sociedade do mesmo nome e subvencionado pelos Governos Federal e Estadual. Funciona em prédio próprio, construído para o fim a que está servindo. Mantém as seguintes clínicas: médica, cirúrgica, obstétrica com internamento; serviço pré-natal e consultório de clínica médica sem internamento. Conta 24 leitos, sendo: clínica médica — 6; cirúrgica — 6; obstetrícia e ginecologia — 12; além de 20 para indigentes ou gratuitos e 4 para pensionistas. Prestam suas atividades no hospital 1 médico e 6 enfermeiros.

O "Centro de Obras Paroquiais de Educação e Assistência" mantém o Pôsto "Dr. Hamilton Rapôso", que, entre outras coisas, distribui medicamentos a pessoas desamparadas.

A cidade é sede do 14.º Distrito Sanitário, mantido pelo Govêrno Estadual.

Existem 2 médicos, 2 dentistas e 4 farmacêuticos, dos quais 3 são práticos licenciados; 4 são as farmácias, com regular estoque.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O "Centro de Obras Paroquiais de Educação e Assistência", sociedade com 48 membros, mantém o Pôsto Médico "Doutor Hamilton Rapôso". Recebe subvenção dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Emprega 1 enfermeiro e 2 auxiliares. Presta assistência a pessoas desamparadas, fornecendo roupas, alimentação, medicamentos, etc.

A "Associação Padre Antônio Vieira", com 50 associados, mantém e dirige o Hospital e Maternidade Padre Antônio Vieira. Recebe subvenção dos Governos Federal e Estadual.

Organização Social "São Vicente", com 62 associados, mantém o grupo escolar Pio XII, Escola Santa Isabel, e Escola Padre Ramos, além de outros serviços como socorro a vítimas de incêndios, pessoas pobres, material de

Hospital de Caridade Antônio Vieira

construção, transportes, etc. Recebe subvenção dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Possui uma cooperativa — "Cooperativa Agropecuária de Coroatá Limitada" — que conta 56 sócios, com as seguintes finalidades: defesa econômica dos associados, crédito, aquisição de materiais, animais, etc.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, o município de Coroatá contava 30 750 pessoas de 5 anos e mais, das quais 5 261 sabiam ler e escrever. Êsse total de alfabetizados estava assim distribuído: na cidade — 1 990, na vila Peritoró — 44 e na vila Pirapemas — 181. No quadro rural estavam localizados, aproximadamente, 58% dos alfabetizados, ou seja, 3 046.

Ensino — O território de Coroatá possui 47 estabelecimentos de ensino, sendo 36 do Fundamental Comum, 9 do Fundamental Supletivo, 1 do Complementar e 1 de ensino agrícola: "Centro Tratorista".

Em 1957 a matrícula inicial foi de 1 459 alunos de 7 a 14 anos, sendo na sede 630 e na zona rural 829.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona o "Cine-Teatro Pindorama", fundado em 1948, com lotação de 300 cadeiras. É de propriedade da Paróquia. Duas são as escolas que ensinam datilografia, denominadas "Padre Ramos" e "Santa Isabel". Há, ainda, o "Instituto de Letras e Ofícios Gomes de Souza".

Biblioteca com cêrca de 1 000 volumes é a da Agência Municipal de Estatística.

Um serviço de alto-falante, da Paróquia, que irradia músicas, reclames comerciais e pequenos comentários, funciona também na cidade de Coroatá.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	462	1 677	1 272	...	1 016
1951	427	1 522	920	...	945
1952	664	2 815	1 167	...	589
1953	778	4 106	1 853	...	1 029
1954	851	3 974	1 468	...	...
1955	1 053	5 368	(1) 2 741	(1) 1 584	(1) 2 741
1956 (1)	1 593	6 373	2 335	1 191	1 778

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Quanto a festividades religiosas, a principal e que abrange maior número de pessoas, não só do próprio município como de outros, é a festa de Nossa Senhora da Piedade, padroeira da cidade. Consta de novena solene, encerrando-se com missa cantada, procissão à tarde e majestoso *Te Deum* à noite. Tal festa realiza-se todos os anos no mês de outubro.

As diversões populares tradicionais e principais são: "bumba-meu-boi" e a dança "côco". O "côco" é uma dança popular no Nordeste brasileiro, particularmente de Alagoas, de onde veio para o Maranhão. É de presumir-se, pelo linguajar das cantigas, pelo ritmo dos movimentos, ora lentos, ora desenfreados, e por ser usada, de preferência, pelos negros, que o "côco" seja uma das numerosas danças de origem africana, introduzidas no Brasil pela escravatura. O "côco" consiste numa circunferência formada por um homem e uma mulher em progressão, em cujo centro ficam os cantadores, em número de quatro ou cinco, cada um com um pandeiro. Iniciam a dança com movimentos lentos, virando um para o outro. Depois, mais ràpidamente, até atingir o paroxismo. Das cantigas, citam-se alguns versos mais comuns:

minha nêga abana o fogo
  sinhá tou abanando (bis)
Eu vim da pedreira quebrando côco
  olha o côco sinhá
bananeira-bananá, inda onte comi banana de lá
Sinhá dona qué me dá — eu não sou seu fio
Olha o côco sinhá.

Nos intervalos servem-se de "panelada" ou "moque" (mocotó ou mão de vaca), tomam café e, mais exageradamente, cachaça, e continuam a dança, cada vez mais célere, até alta madrugada, sempre seguida das mesmas cantigas monótonas e dolentes.

Em algumas danças de "côco", afora o movimento contínuo de virar-se um para o outro, usam dar um "encontrão" de quadris, isto é, de lado, diferindo, nesse ponto, do "punga-lêlê" (outra espécie de dança afro) em que o "encontrão" é dado de frente e chamado "umbigada".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos filhos da terra dá-se a denominação gentílica de coroataenses.

Os trens para Teresina passam em Coroatá às segundas, quartas e sextas-feiras e, para São Luís, às têrças, quintas-feiras e sábados.

Entre Coroatá e Peritoró a distância é de 38 quilômetros, com apenas a parada Freire de Carvalho, distando 17 quilômetros de Coroatá. São os trens prefixos MR-2, MR-4 e MR-6 que fazem êsse trajeto às têrças, quintas-feiras e sábados, regressando às segundas, quartas e sextas-feiras, já com os prefixos MR-1, MR-3 e MR-5.

A partida de Coroatá é às 14 horas — ou depois da chegada do horário que vem de Teresina — e a de Peritoró é às 8 horas, sendo os 38 quilômetros vencidos em 1h 50m, com 18 minutos de parada em Freire de Carvalho.

(Autor do histórico — A.E. Benévolo Gonçalves da Trindade, atualizado por Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento e Inspetoria Regional de Estatística Municipal; Redação final — Ari Lucas Xavier e Arthur Dias de Paiva.)

CURURUPU — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O território que hoje constitui o município de Cururupu formava, antes do ano de 1835, o 3.º distrito do município de Guimarães. Nessa época era conhecido, apenas, por "3.º distrito de Cabelo de Velha". Muitos estudos e investigações se vêm realizando no sentido de desvendar, com regular afirmativa, a origem do nome de Cururupu, sem, no entanto, ser encontrada uma fórmula ou uma história positiva. O que se sabe, ao certo, é ser êle de origem indígena, porquanto nesse tempo habitava nas terras do município uma grande tribo, a dos tupinambás, cujo chefe era chamado "Cabelo de Velha". Daí o motivo de ser o 3.º distrito de Guimarães conhecido por "Cabelo de Velha".

Presume-se que os primeiros civilizados que passaram por Cururupu, com demora curta, tenham sido os franceses, em viagem de reconhecimento nas suas "entradas" até o Zuarupi (Gurupi) ou quando pirateavam tôda a costa do Maranhão durante a expedição de La Ravardière até o ano de 1614, quando Jerônimo de Albuquerque, com a sua chamada "Jornada Milagrosa", conseguiu expulsá-los de terras maranhenses.

Em 1916, segue-se o reconhecimento de Pedro Teixeira, para uma estrada que se estendia da cidade de São Luís-MA, fundada por La Ravardière, até a cidade de Santa Maria de Belém, via Bragança e Alto Caité.

Após êsses reconhecimentos, sabe-se das perigosas "entradas" de Maciel Parente que, se atirando em sangrenta luta com a tribo de "Cabelo de Velha", abateu o famoso cacique, destruindo tôda sua taba. Após isso, elementos civilizados penetraram no município para explorá-lo.

Os primeiros habitantes civilizados procederam do vizinho município de Guimarães. O elemento português predominava nas camadas sociais, razão por que eram atraídos para aí, que, há um século passado, contava com grande número de fazendas entregues ao fabrico de açúcar e farinha de mandioca, cujos engenhos eram movidos, quase todos, a vapor.

A origem do povoamento de Cururupu vem do avultado número de fazendas e de indústrias principais — açúcar e farinha —, a grande necessidade do braço negro, cuja importação era feita diretamente da costa do Douro e Dahomey (Guiné). Tôdas as fazendas eram de propriedade de portuguêses que mantinham o cativeiro, exclusivamente para os trabalhos pesados da lavoura, isto é, colheita e plantação de cana e mandioca. Quando da libertação dos escravos, em 1888, grandes prejuízos foram verificados nos engenhos, advindo, conseqüentemente, a decadência de todos.

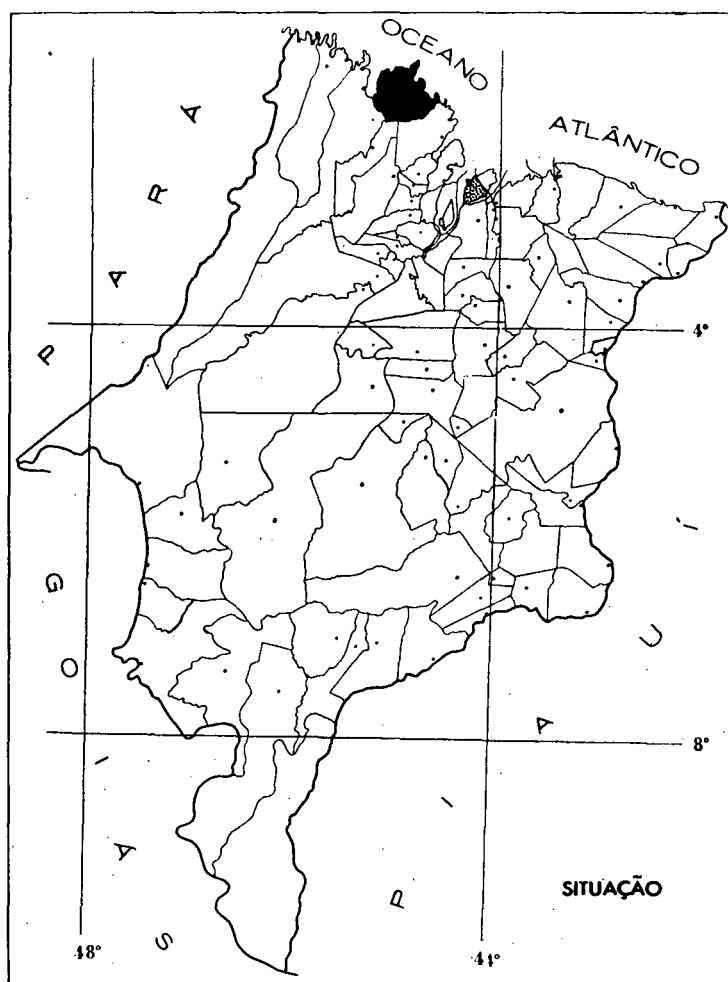
O elemento negro, que consistia na massa dos trabalhadores, muito contribuiu para o povoamento do muni-

Vista da entrada do pôrto

cípio, constituindo famílias e povoações. A penetração dos povoadores não era feita sòmente pelo interior, através do município de Guimarães. O caminho marítimo era conhecido e favorecia a entrada do elemento negro que foi o maior povoador do município.

Foi criada a freguesia de Cururupu pelo § 3.º do artigo 5.º da Lei provincial n.º 13, de 8 de maio de 1835. Passou à categoria de vila pela Lei provincial n.º 120, de 3 de outubro de 1841, tendo sido desmembrada do município de Guimarães. Cururupu foi elevada à categoria de cidade por Lei estadual n.º 893, de 9 de março de 1920. É o atual Prefeito do Município o Sr. Raimundo José Silvestre Fernandes.

LOCALIZAÇÃO — Coordenadas geográficas da sede municipal: Latitude S.: 1° 45'. Longitude W. Gr.: 44° 46' 21". Altitude: 6 metros.

Cururupu pertence à Zona do Litoral Norte. Posição relativamente à Capital: rumo — N.N.O.; distância em linha reta — 105 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O período invernoso vai de janeiro a junho, quando ocorrem freqüentes trovoadas. O fenômeno das sêcas é desconhecido, com a sua seqüência de calamidades; entretanto, nos últimos dois anos, o verão tem se prolongado até o mês de fevereiro, com raríssimas chuvas. Os vendavais são inexistentes. O calor é mais intenso nos meses de dezembro e janeiro, quando o termômetro acusa até 29°C à sombra, sendo que nos meses de maio e junho desce a 22°C. Não há pôsto meteorológico no município.

Entrada da cidade, vendo-se ao fundo a Prefeitura Municipal

ÁREA — Com área igual a 3 360 quilômetros quadrados, Cururupu é o 27.º município do Estado do Maranhão em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, o município de Cururupu possuía 33 816 habitantes — 1 habitante por quilômetro quadrado — dos quais 16 761 homens e 17 055 mulheres; 90% da população localiza-se no quadro rural.

Aglomerados urbanos — Apenas a cidade de Cururupu, com 3 513 habitantes, sendo 1 543 homens e 1 970 mulheres, segundo o Recenseamento de 1950.

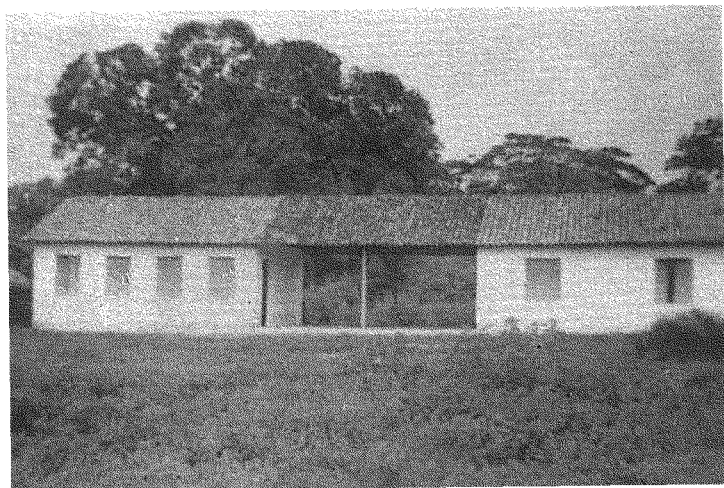
ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município firma-se na pesca e na lavoura — destacando-se a mandioca — seguida de cana-de-açúcar, milho, feijão, arroz em casca, etc. Os produtos agrícolas são destinados aos mercados de São Luís-MA, Belém-PA, e municípios limítrofes.

A pesca em 1950 no município ocupou o 2.º lugar em todo o Brasil com uma produção de 15 398 741 quilogramas no valor de Cr$ 31 298 235,00. Já em 1953 achava-se em 1.º lugar, com a produção de 13 216 676 quilogramas, ou 13,2 mil toneladas, no valor de Cr$ 42 771 434,00.

Na pesca são empregados bastardos (tipo de barcos) a vela e pequenas canoas a remo, sendo utilizados puçás, tarrafas, zangarelhos, linhas e espinhéis.

Prefeitura Municipal

O mar de Cururupu é tido como um dos mais piscosos do mundo. No ano de 1956, as qualidades mais pescadas foram:

ESPÉCIE	QUANTIDADE PESCADA (kg)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Pescada vermelha	461 000	5 532 000,00
Oriacica	259 500	1 557 000,00
Tainha pitiú	261 000	1 566 000,00
Gurijuba	223 000	2 230 000,00
Uritinga	221 000	2 210 000,00
Tainha sajuba	208 000	2 080 000,00
Cangatã	198 000	1 584 000,00
Pacamão	196 100	1 176 600,00
Cambéua	194 000	1 552 000,00
Pescada "bôca mole"	193 000	1 930 000,00
Pescada "tiaga"	192 000	2 304 000,00
Camurim	183 500	1 835 000,00
Pitapema	181 500	1 815 000,00
Pescada "juruapera"	158 000	1 896 000,00
Corvina "mole"	156 000	1 560 000,00
Negra Velha	155 000	930 000,00
Tainha "urichoca"	154 000	1 540 000,00
Mero	152 000	1 520 000,00
Bandeirado	148 500	1 485 000,00
Xeréu	147 000	1 470 000,00
Uricatinga	142 000	852 000,00
Amor-sem-ôlho	130 000	1 040 000,00
Timbiro	128 000	768 000,00
Corvina-Uçu	127 000	1 524 000,00
Paru	122 000	732 000,00
Bagre	122 000	976 000,00
Barbudo	119 500	717 000,00
Jurupiranga	104 500	836 000,00
Tainha "curimã"	103 000	1 030 000,00
Camarão	3 500 000	42 000 000,00

Escola Rural

A produção extrativa é bem desenvolvida; de origem vegetal: babaçu, e mineral: sal.

Em 1955 a produção agrícola e industrial totalizou:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Produção agrícola			
Cana-de-açúcar	Tonelada	9 000	1 440 000
Feijão	Saco de 60 kg	3 500	840 000
Mandioca-brava	Tonelada	21 000	4 200 000
Melancia	Fruto	1 200 000	1 200 000
Milho	Saco de 60 kg	15 000	2 400 000
Côco-da-baía	Cento	8 500	2 550 000
Produção industrial			
Farinha de mandioca	kg	499 000	998 000
Açúcar	»	312 000	895 190
Camarão e peixe sêco	»	58 000	748 000
Sal	»	1 900 000	600 000
Aguardente de cana	Litro	160 000	591 000

Em 31-II-1956 sua população pecuária era estimada em 4 500 bovinos; 18 000 suínos; 300 ovinos; 800 caprinos; 2 000 eqüinos; 300 asininos, e 250 muares.

MEIOS DE TRANSPORTE — Cururupu possui campo de pouso. O município é servido por linhas regulares de navegação marítima, fluvial e aérea, sendo esta feita por táxis-aéreos e aviões DC-3.

Santa Casa de Misericórdia

São seus municípios limítrofes com respectivos meios de transporte e distância: Guimarães: a cavalo, 72 quilômetros, ou aéreo, 40 quilômetros; Santa Helena: misto a) rodoviário, 72 quilômetros até Serrano e b) a cavalo, 10 quilômetros até Pôrto Barreira e c) fluvial, 73 quilômetros; Turiaçu — misto: a) rodoviário, 42 quilômetros até Serrano e b) fluvial, 36 quilômetros.

O transporte fluvial é feito por meio de canoas ou barcos a vela.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local é formado por 5 estabelecimentos atacadistas, 16 varejistas e 1 industrial.

São as praças de São Luís-MA e Belém-PA que comerciam com Cururupu, delas sendo importados tecidos, estivas, miudezas, ferragens, querosene, bebidas, sabão, fumo, etc.

O município possui correspondente do Banco de Crédito da Amazônia.

ASPECTOS URBANOS — O município conta 77 ligações elétricas na sede municipal, sendo fornecidos para fins de iluminação pública — 12 000 kW e para a particular 8 000 kW. Após a inauguração da luz elétrica, ficou quase que generalizado o uso do aparelho de rádio. Da área total dos logradouros da cidade de Cururupu, 10% são pavimentados a asfalto, e 90% não dispõem de calçamento. Em funcionamento, encontra-se o Pôsto Agropecuário, de

Rua Dona Herculana Vieira, uma das principais do município

Fazenda Aliança

incremento à produção agropecuária. O município é sede da "Paróquia de São João Batista", a qual mantém as seguintes dependências: Jardim de Infância "Sagrado Coração", Grupo Escolar "Sagrado Coração", Patronato "São Luís", Educandário "Santa Gemma", Cine-Teatro Paroquial, Biblioteca "Frei Custódio Alves Serrão", Escola de Corte, Costura e Bordado, Organização dos Voluntários, Clube das Môças e Centro Social Rural Cururupuense. Como culto protestante há apenas a Igreja Cristã Evangélica.

Na sede municipal há dois monumentos históricos: uma pirâmide com 3 metros de altura, no centro da Praça Duque de Caxias, em homenagem ao insigne conterrâneo, Dr. Aquiles Lisboa, e um obelisco com 4 metros de altura localizado na Praça João Vieira, o qual marca o 1.º centenário da fundação do município.

A sede municipal é servida por Agência Postal-telegráfica e a Câmara de Vereadores compõe-se de nove membros.

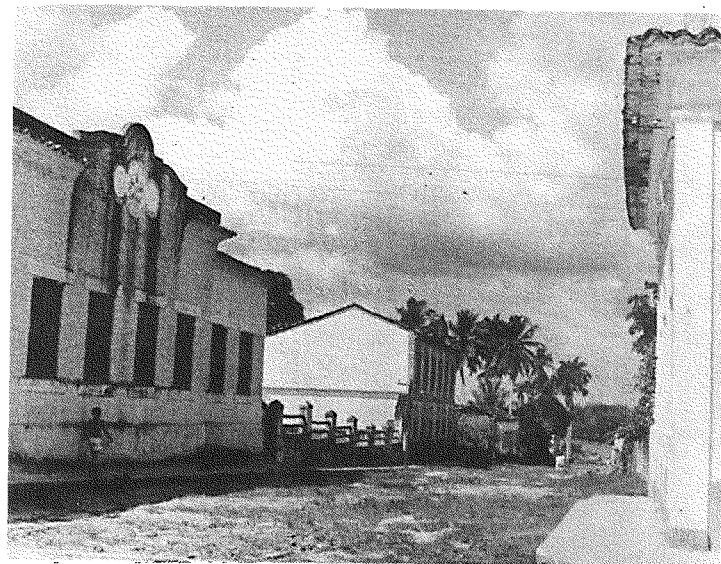
Em funcionamento acha-se a Colônia de Pescadores "Dr. Trajano Marques" — Z. 10, com 2 178 associados em exercício. Em edificações, a Colônia tem aplicados Cr$ 70 000,00. No exercício de sua profissão, cada pescador consegue ganhar Cr$ 800,00 por mês.

A ordem pública é mantida pela Guarda Civil municipal com 1 Delegado e 4 guardas. A Cadeia Pública tem capacidade para 10 detentos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município possui o Hospital "Santa Casa de Misericórdia", fundado em 14 de fevereiro de 1943, com capacidade para 60 leitos, gozando de grande conceito e renome no Estado, pois, pela sua excepcional importância, é bastante procurado por doentes de quase tôda a Zona do Litoral Norte. É dotado de instalações e dependências próprias ao seu funcionamento — ambulatório, farmácia, aparelhos de raios X, salas de parto, operação e esterilização, 10 berços para recém-nascidos, além de lavanderia elétrica. O seu corpo clínico constitui-se de 1 médico, 1 dentista e 4 enfermeiros não diplomados.

Trecho da Praça João Vieira

Ambulatório de Pescadores "Dr. Trajano Marques" — Z. 10, com uma sala para pequenas intervenções. De caráter geral, dedica-se a atividades clínicas, cirúrgicas e dentárias, com acomodações para 4 leitos. Ao mesmo prestam assistência 1 médico, 1 dentista, e 1 enfermeiro não diplomado.

Pôsto de Higiene de Cururupu, prestando socorros médicos, prevenção e combate às endemais rurais; possui ambulatório e gabinete dentário sem raios X. São os seguintes os elementos que servem o mesmo: 1 médico, um dentista, 2 enfermeiros não diplomados, 1 visitadora e 2 guardas.

Vista parcial da Rua Dr. Getúlio Vargas

Pôsto de Combate a Esquistossomoses — O estabelecimento é especializado com atividades para combater a esquistossomose e malária. Possui laboratório de microscopia, executando os trabalhos de profilaxia — antimalárico, DDT e moluscocida. Dispõe de 1 médico, 1 enfermeiro não diplomado e 15 guardas.

Acrescenta-se, ainda, à "Maranhense", que concede auxílios pecuniários fúnebres, com 367 associados. Em 1956 registrou o seguinte movimento: 5 auxílios pecuniários no total de Cr$ 1 200,00 e 16 funerários no total de Cr$ 11 200,00.

O município é servido por 1 farmácia, 2 médicos, 1 dentista e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — 9 339 pessoas de 5 anos e mais sabiam ler e escrever quando do Recenseamento de 1950.

Ensino — Em 1956 Cururupu contava com 83 estabelecimentos de ensino, sendo 1 de ensino infantil, 75 de ensino fundamental comum, 2 de ensino Fundamental Supletivo, 4 de ensino Complementar e 1 Escola Normal Regional.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Cine-Teatro Paroquial, de propriedade da Prelazia de Pinheiro. Inaugu-

rado em 1953, com acomodações para 400 pessoas. O seu funcionamento, apesar de irregular, em 1956 registrou o seguinte movimento: 6 espetáculos teatrais com 300 espectadores e 48 espetáculos cinematográficos assistidos por 9 400 pessoas.

Como incentivo à arte, letras e desportos, aparece o "Centro Cultural e Artístico Professor Silvestre Fernandes", com campos de volibol e basquetebol, com um total de 80 associados, mantendo, grátis, um grupo Escolar e um Curso Normal Regional. O Curso Normal Regional consta de 4 anos, compreendendo 12 matérias. O corpo docente possui 8 elementos — 4 homens e 4 mulheres.

Em 1956 a matrícula geral foi de 37 alunos (5 homens e 32 mulheres) e a efetiva de 34 (3 homens e 32 mulheres). A aprovação geral, no mesmo ano letivo, foi de 33 alunos (3 do sexo masculino e 30 do feminino).

Chegada de uma pescaria feita com "rêde de espera"

Para a prática de esportes há o "Brasil Futebol Clube", com 16 associados, muito embora o campo de esportes não seja provido de qualquer instalação.

O govêrno municipal mantém a "Biblioteca Herculana Vieira", de caráter geral, com 2 123 volumes catalogados e 737 não catalogados.

Em 1956 foram feitas 4 434 consultas.

Há 3 serviços de alto-falantes.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O território onde está situado o município forma, todo êle, uma extensão de formosa planície, muito pouco ondulada. O terreno eleva-se, insensìvelmente, de norte para sul, aparecendo nesta parte insignificantes montículos, de altitude não avaliada, por falta de recursos imprescindíveis.

Mercado Municipal

A hidrografia do município é caracterizada pela ausência de grandes cursos d'água. São todos rios de planície, de origem pluvial, navegáveis e de cursos muito limitados. O maior dêles — o rio Cururupu — não excede de 40 quilômetros. Desembocam, os principais, no Oceano Atlântico.

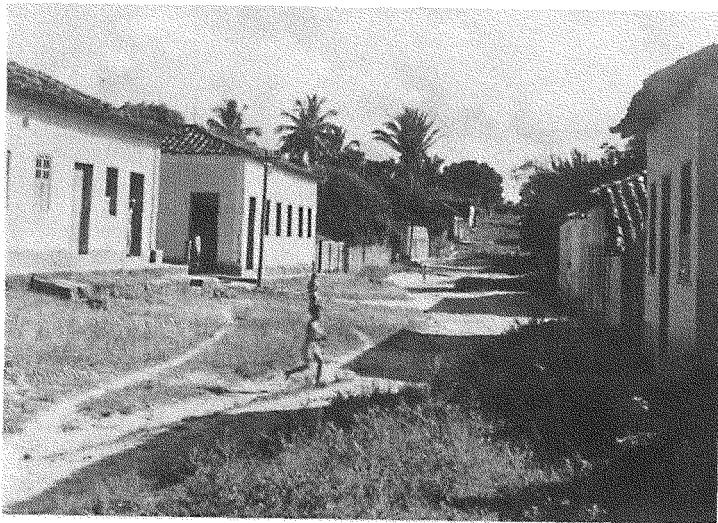
Rio Uru — separa o município do de Guimarães, desde o lugar Centro do Meio, recebendo, aí, o afluente Urumirim.

Rio Cururupu — nasce nas terras da antiga Fazenda Paraíso, com o nome de Rio de Ferro; depois toma a denominação de Rio de Pedra e adiante Rio da Areia, de onde recebe o nome de Cururupu, que conserva até a sua foz, na baía de "Cabelo de Velha", tendo por principal afluente o rio Liconde.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	27	591	443	...	511
1951.......	374	694	538	...	519
1952.......	485	659	716	377	519
1953.......	650	940	771	295	799
1954.......	1 040	871	1 005	329	846
1955.......	1 466	1 144	1 069	329	922
1956.......	1 148	1 536	1 188	229	1 183

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Cururupu é Comarca de 3.ª Entrância, com três juizados de casamen-

Igreja-Matriz de São João Batista

Rua João Pessoa

tos, nascimentos e óbitos, localizados nos povoados Bacuri, Guajerutíua e Itereré. Na sede há dois Cartórios — 1.º e 2.º Ofícios, dois Oficiais de Justiça, um Juiz de Direito e um Promotor Público.

Na Prefeitura acham-se registrados os seguintes veículos: 5 jipes e 6 bicicletas para passageiros; 5 caminhões comuns (capacidade de 3 a 5 toneladas), 2 camionetas, 2 tratores — 1 de esteiras e 1 de rodas, 3 reboques, 20 carroças comuns de 2 rodas e 624 carros de bois para carga.

Em Cururupu a principal festa popular é a brincadeira de "Bumba-meu-boi", realizada na temporada de São João e São Pedro, ou seja nas datas de 24 e 29 de junho, prolongando-se até o mês de agôsto. É uma festa que se tornou tradicional aos costumes do povo, constituindo mesmo um fanatismo para os participantes. Existem outras como a da "Caixa do Dívino Espírito Santo" e a do "Tambor de Crioulo", cujas brincadeiras são também bastante movimentadas, sem haver, no entanto, datas especificadas para tais folguedos. As festas religiosas tradicionais com procissão e arraial, mais importantes são as de São Benedito, em setembro, e São João, em junho.

Aos habitantes da terra é dada a denominação de "cururupuense". Dentre os seus filhos ilustres anota-se *Aquiles de Faria Lisboa* nascido em Cururupu a 28-9-1872 e falecido em São Luís a 18-4-1951. Médico, leprólogo, jornalista, botânico e poeta. Doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Foi Delegado Geral do Recenseamento no Maranhão, 1920; Prefeito Municipal de Cururupu, 1925; Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e Governador do Estado do Maranhão, 1936. Fundou, no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, a cadeira n.º 17, de Frei Custódio Serrão, e foi titular da de n.º 14, da Academia Maranhense de Letras, patrocinada por Nina Rodrigues. Deixou grande número de obras publicadas.

Em 1953 o Ministério da Agricultura instalou um Pôsto Agropecuário, com a finalidade principal de desenvolver a lavoura e criação de gado. A área ocupada pelo mesmo é de 200 hectares, sendo sua safra, em 1956-1957, de 1 000 quilogramas de arroz, 2 400 de milho e 180 de feijão. Como culturas permanentes existem: citrus, sapotizeiros, abieiros, coqueiros, bananeiras, cupuzeiros e cajueiros. São cultivados, também, além de milho, arroz e feijão, a mandioca.

Possui o Pôsto Agropecuário: 2 bois, 2 muares, 1 trator "Caterpillar" D-4, 1 camioneta "Ford" F-1, 1 carrêta agrícola "Pontal", 1 arado de aiveca reversível, 1 arado, 1 disco, 1 grade de 8 discos, 1 semeadeira de 1 linha, 3 cultivadores, 5 extintores, 10 plantadeiras manuais, 3 debulhadores de milho, 1 ventilador de cereais, 1 triturador manual de milho, 3 polvilhadeiras, 1 residência para o administrador, 1 galpão de máquinas, 4 casas de taipa para operário e depósito de material, 2 096 metros de cêrca de arame farpado, com 4 fios, 2 200 metros de estrada piçarrada, interna, 4 silos metálicos para depósito de cereais, 400 metros de cêrca no aviário e 1 usina para beneficiar mandioca.

(Autor do histórico — A.E. Euclides Barbosa Moreira; Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística, Departamento de Terras, Geografia e Colonização, Inspetoria Regional de Fomento Agrícola e documentação da Inspetoria Regional de Estatística no Maranhão.)

DOM PEDRO — MA

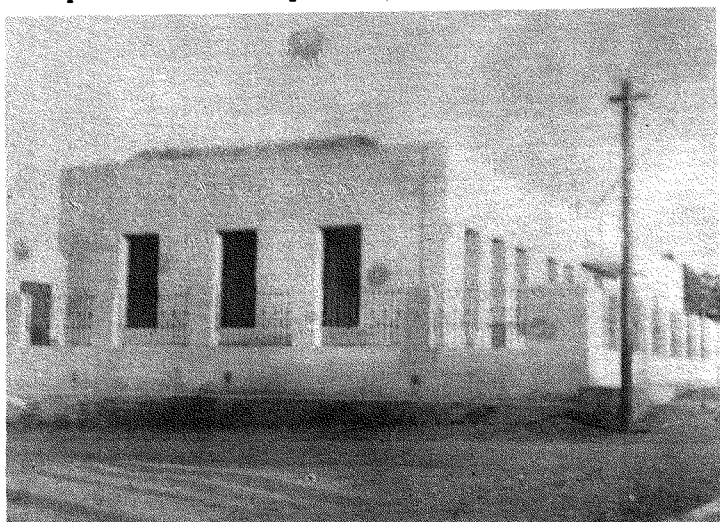
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Dom Pedro é um dos mais novos municípios maranhenses. Era um dos distritos importantes de Codó, de onde foi desmembrado. O seu primeiro nome era Mata do Nascimento e foi transformado em município pela Lei n.º 815, de 9 de dezembro de 1952, tendo sido instalado solenemente em 1.º de janeiro de 1953.

Até o ano de 1915, o conjunto de terras que hoje constitui êste município não passava de uma gleba isolada, inculta e quase desabitada. A riqueza e a abundância de suas matas concernentes à fauna e à flora, suas terras próprias para lavoura, não deixariam de atrair, mais cedo ou mais tarde, levas de aventureiros que vinham na ânsia de explorá-las. Se bem que já houvesse na região um reduzido número de lavradores, verdadeiros colonizadores anônimos, o desbravamento pròpriamente dito da zona data do ano de 1917, com o advento do cidadão Manoel Bernardino de Oliveira, homem que, a despeito de sua limitada cultura, era, no entanto, dotado de grande capacidade de trabalho e de muita ação, tendo conseguido atrair para a gleba, onde fixara residência, outros aventureiros, mantendo sôbre os mesmos consolidada supremacia.

O primitivo nome do município — Mata do Nascimento — teve, como origem, o fato de ser o seu primeiro habitante Manoel Nascimento, que nêle se localizara por volta do ano de 1915, e mais tarde se transferira para destino ignorado.

Pelos meados do ano de 1922, um grupo de lavradores, sob a orientação de Manoel Bernardino, dirigiu-se à chefia da Administração Municipal, em Codó, e pleitearam a difusão do ensino para os seus filhos. Não foram, porém, compreendidos. Para surprêsa e decepção de todos, foram-lhes atribuídas, apenas, censuras violentas e ameaças hediondas. Esta atitude do govêrno do município não deixou de ferir, profundamente, os sentimentos dêles, que, ainda sob a orientação de Manoel Bernardino, insurgiram-se contras normas macabras, para êles adredemente traçadas, chegando mesmo a tomar atitudes beligerantes.

No intuito de aplicar um corretivo a êsse estado de lutas, o dirigente do município entra em entendimento com o Govêrno do Estado, tendo obtido, para êsse fim, uma fôrça volante sob o comando do tenente Henrique Dias, com ordens, possìvelmente, inqualificáveis. Então, o centro vulgarmente conhecido por Mata do Nascimento foi palco do mais triste drama. Verdadeira hecatombe foi ali concretizada, com o fuzilamento de grande número de indefesos lavradores. Êste foi um capítulo doloroso da história retrospectiva do município de Dom Pedro.

Prefeitura Municipal

Integralmente amordaçado, Manoel Bernardino continuou a cuidar de suas atividades privadas, como simples lavrador anônimo, mantendo, todavia, cordialidade e coerência com os seus companheiros de lavoura, vindo a falecer no ano de 1942.

Só pelo ano de 1928 foi criada a primeira escola municipal, regida pela professôra Guilhermina Chaves.

Em 1931, passou a gleba à categoria de vila, recebendo o nome de Vila Pedro II.

Em 1935, foi instalada a Agência Postal, sendo nomeada para chefe dessa Repartição Lídia Ribeiro Viana.

Em 1936 foi criado para a vila o Cartório do Registro Civil e Juizado de Casamentos.

Em 1939 foi criado o Campo de Sementes Pedro II, localizado a 4 quilômetros da Vila. Êste Campo, mantido pelo Ministério da Agricultura, continua em franco progresso. Coube a instalação do mesmo ao Dr. Demóstenes Silvestre Fernandes.

Naquele ano havia, em Dom Pedro, 369 casas de palha, 41 de telha, 10 de alvenaria. Estabelecimentos comerciais: 30. Farmácia: 1. Capelas católicas: 2. Templo protestante: 1. Escolas Municipais: 3, estadual: 1, particular: 1. Usinas para beneficiar arroz e algodão: 4. Engenhos para moer cana, movidos a animal: 6. Subdelegacia de polícia: 1. Agente especial da coletoria estadual: 1. Agente Arrecadador do município: 1. Juiz de casamentos: 1. Escrivão do Registro Civil: 1. Agência dos Correios de 3.ª Classe: 1. Cemitério: 1. Matadouro: 1.

Em 1943, por Decreto-lei federal foi proibida a existência de dois topônimos iguais aplicados a qualquer célula da Federação Brasileira e, como já houvesse, no vizinho Estado do Piauí, uma cidade com o nome de Pedro II, coube, por motivo de antigüidade, a continuação àquele município tendo o Instituto Geográfico do Estado, de conta própria, oficializado o nome desta vila como Dom Pedro, nome, aliás, que sobremodo agradou a todos os seus habitantes, uma vez que, indiretamente, refletia uma homenagem dêste povo tributada ao Imperador Pedro II.

Em 1944, estêve em visita à vila o Interventor Federal, Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, tendo, nessa época, autorizado e providenciado o início imediato dos trabalhos de construção de uma rodovia, ligando-a à sede, cidade de Codó. Pouco mais tarde, com a substituição dêste estadista, a execução dos trabalhos veio a sofrer solução de continuidade. Ùltimamente, porém, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado voltou suas atenções para êste setor, estando os serviços em vias de conclusão.

Em 1950 foi instalado, na vila, o Serviço Telegráfico, adido à Agência Postal.

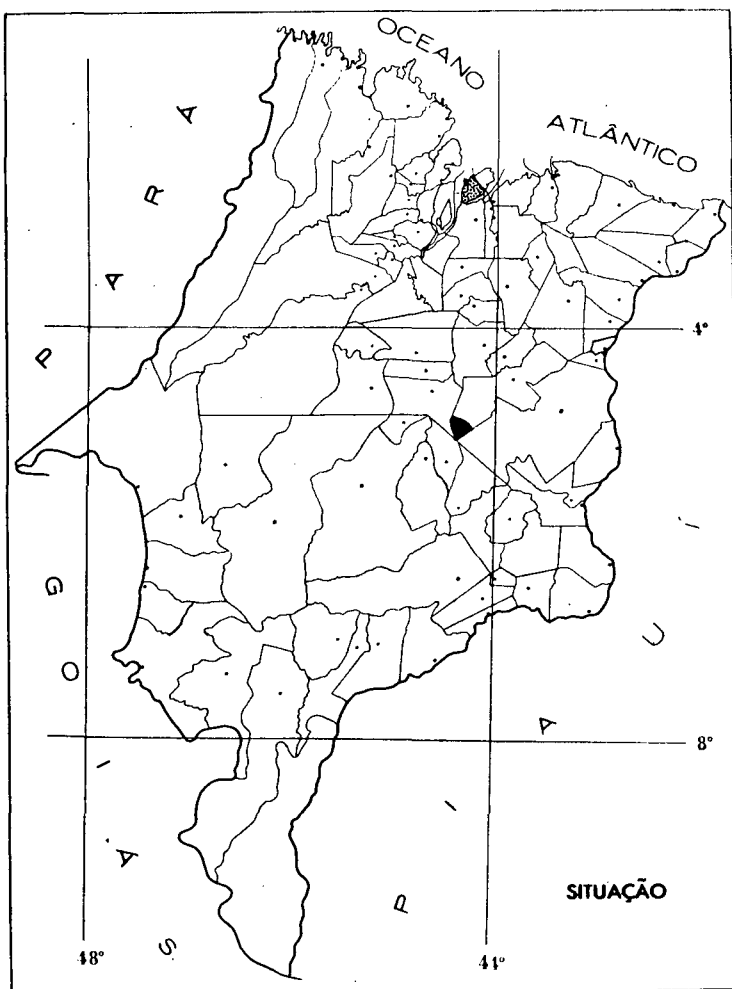
Em 1951, o Deputado do Partido Republicano, Manoel de Oliveira Gomes, de comum acôrdo com o Sr. Alcebíades de Melo Lima, e contando com a boa vontade e colaboração da maioria da população, empunhou a bandeira de libertação da vila, à guisa de sua emancipação político-administrativa, por cujo ideal lutaram denodadamente. Como é óbvio, surgiram os óbices à proa do ideal, cerceando-lhe a marcha. Não obstante, não recuaram nem tergiversaram seus idealizadores; continuaram na luta até a vitória final, quando, em 1952, a Assembléia Legislativa do Estado votava a Lei n.º 815, datada de 9 de dezembro do mesmo ano, criando o município de Dom Pedro, que foi oficialmente instalado no dia 1.º de janeiro de 1953. Foi nomeado seu primeiro Prefeito o Sr. Lídio Brito, que permaneceu à frente da Administração Municipal, por cêrca de dois anos, quando teve oportunidade de assinar o Decreto-lei municipal aderindo aos Convênios Nacionais de Estatística.

Igreja de N. S.ª de Fátima

Em 26 de abril de 1953, foi instalada a Associação Rural de Dom Pedro, a qual se encontra registrada no Serviço de Economia Agrícola, sob n.º 720, estando fun-

cionando normalmente, e com regular desenvolvimento, contando, atualmente, com 275 sócios efetivos. O seu atual presidente está construindo, obedecendo planta confeccionada pelo engenheiro Ruy Mesquita, a "Casa Rural", estando bem adiantados os seus serviços, devendo, dentro de mais dois meses, ser inaugurada referida construção.

Em 31 de janeiro de 1955, foi eleito seu primeiro Prefeito constitucional, Sr. Ananias de Morais Costa. Nesta mesma data, foi instalada a Câmara Municipal, composta de nove vereadores, ficando assim constituída: Alcebíades de Melo Lima, Presidente; Manoel Cabral Pereira, 1.º Secretário; Jorge Fernandes da Silva, 2.º Secretário.

LOCALIZAÇÃO — Está na Zona Fisiográfica do Itapecuru. Latitude S.: 4º 59' 57". Longitude W. Gr.: 44º 27' 16".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 190 metros na sede municipal.

CLIMA — O clima é temperado e salubre. Abundantes chuvas caem na época invernosa, acentuadamente nos meses de janeiro a abril, quase sempre acompanhadas de trovoadas.

O estio vai de julho a dezembro, quando os dias são quentes, porém agradáveis as noites. Em 1956, apresentou as seguintes temperaturas em grau centígrado: média das máximas: 38; média das mínimas: 18; média compensada: 22.

ÁREA — Totaliza 326,50 quilômetros quadrados, sendo o 87.º município do Estado em ordem de grandeza territorial.

Praça da Igreja

POPULAÇÃO — Era ainda distrito do município de Codó quando do Recenseamento de 1950, onde foram encontradas 13 080 pessoas, das quais 12 218 ficavam localizadas na zona rural, o que representa 93,4% sôbre êste total.

Aglomerações urbanas — Apenas existe a da sede, com 862 habitantes (Censo de 1950).

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O terreno de Dom Pedro é pouco acidentado, não havendo morros ou serras dignos de menção.

O principal acidente geográfico é o rio Codòzinho, sem utilidade para transporte, dada a sua pequena profundidade e mesmo porque a população local está mais acostumada a andar a cavalo ou usar veículos terrestres motorizados.

RIQUEZAS NATURAIS — Os babaçuais constituem a maior riqueza natural com exploração contínua.

Sua produção atingiu, em 1955, sete mil toneladas, no valor de 42 000 milhares de cruzeiros.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A lavoura é a principal, muito embora a mesma ainda seja praticada por métodos antigos e rotineiros, o que muito diminui sua capacidade produtiva.

Na indústria destacam-se alguns estabelecimentos de beneficiamento de algodão e arroz, fabricação de aguardente de cana, rapadura e farinha de mandioca.

Prédio onde funciona a Agência Municipal de Estatística

A seguir são indicados os resultados principais da lavoura e indústria, consoante dados de 1955:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Agrícola			
Arroz em casca......	Tonelada	12 024	22 044 000
Algodão em caroço...	Arrôba	64 380	3 862 800
Milho...............	Tonelada	2 160	2 160 000
Mandioca............	»	6 960	835 200
Fava................	kg	50 400	252 000
Industrial			
Algodão em pluma...	kg	570 000	3 970 000
Aguardente de cana..	Litro	142 850	1 341 800
Arroz pilado.........	kg	129 000	397 720
Rapadura............	»	40 200	187 500
Farinha de mandioca	»	16 800	49 700
Telhas e tijolos......	Milheiro	1 000 000	500 000

A fruticultura também tem significado na economia do município. No mesmo período (1955), sua produção de banana, laranja, limão, manga, melancia e tangerina foi a pouco mais de 1 700 mil cruzeiros, sendo que a da banana, que é a principal, foi de 744 mil cruzeiros, vindo logo depois a da laranja com 605 mil cruzeiros.

Dom Pedro sendo um município essencialmente agrícola, pouca criação de gado possui. O Departamento Estadual de Estatística calcula que em 1956 sua população pecuária era de 2 800 bovinos, 12 000 suínos, 650 ovinos, 760 caprinos, 220 eqüinos, 190 asininos e 100 muares.

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede municipal tem as seguintes comunicações com as cidades vizinhas e respectivos meios de transporte:

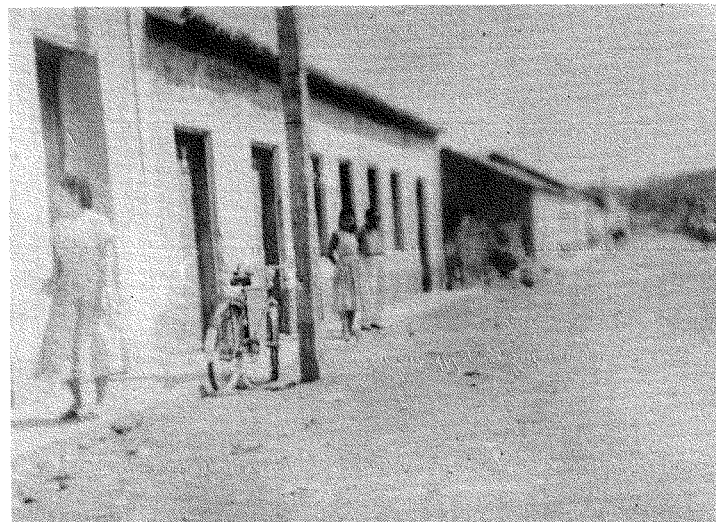
Caxias — rodoviário: 230 quilômetros;

Codó — rodoviário: 116 quilômetros;

Pedreiras — rodoviário: 90 quilômetros;

Presidente Dutra — rodoviário: 36 quilômetros.

COMÉRCIO — Na sede municipal há 41 estabelecimentos varejistas e 5 de prestação de serviço.

O comércio local importa bebidas em geral, tecidos, estivas, produtos alimentares, etc., mantendo transações com a Capital do Estado, Teresina-PI e Fortaleza-CE.

Vista parcial da Rua Renato Archer

ASPECTOS URBANOS — Na Prefeitura Municipal estão registrados 13 caminhões, 2 tratores, 16 bicicletas e 5 carros de boi.

O têrmo Dom Pedro é constituído de 3 suplentes de Juiz de Direito, 1 Adjunto de Promotor, 1 Tabelião de Ofício Único, 1 Oficial de Justiça e 1 Juiz de Casamentos, pertencente à comarca de Codó.

Três são as pensões que hospedam os viajantes, bastante modestas, cobrando a diária de Cr$ 60,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dom Pedro faz parte do 8.º Distrito Sanitário, cuja sede fica em Codó.

Casa rural

Servindo a população existem uma farmácia e 2 socorros farmacêuticos, assim como exerce sua atividade profissional 1 dentista prático licenciado.

ALFABETIZAÇÃO — Foram recenseadas em 1950 na vila Dom Pedro 1 017 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 573, sendo 291 do sexo masculino e 282 do sexo feminino.

Ensino — Sòmente a instrução primária é ministrada em Dom Pedro, sendo 20 as unidades escolares existentes em 1957, das quais 18 de ensino Fundamental Supletivo e 2 de ensino Fundamental Comum.

No início do ano letivo de 1957 estavam matriculadas 658 crianças de 7 a 11 anos de idade, sendo 131 na sede municipal e 527 na zona rural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	506	18	195	191	497
1956 (1)....	904	21	314	308	849

(1) Orçamento.

(Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística Municipal no Maranhão; Redação final — Nice de Moura Ferro e Arthur Dias de Paiva).

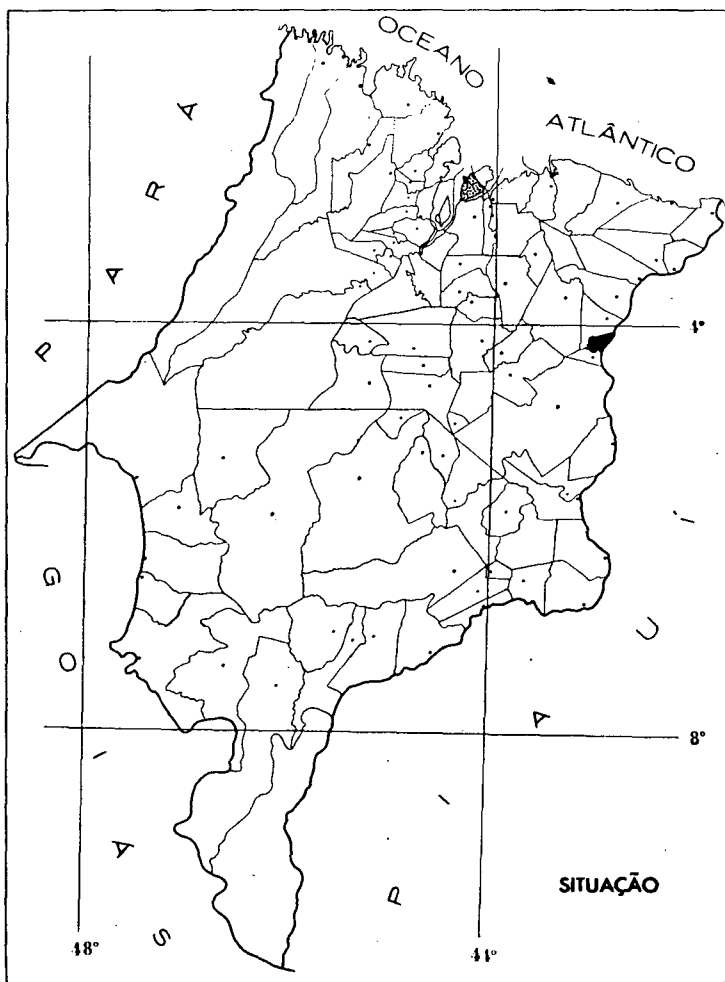
DUQUE BACELAR — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Habitavam no município de Coelho Neto duas famílias de destaque — a Bacelar, cuja geração atual é considerada filha da terra, e a Oliveira, do alto sertão maranhense. Um dos membros desta, o capitalista José Ribamar Oliveira, achou que a família devia se estabelecer no povoado Garapa, o que fêz, permanecendo ali mais de quinze anos. Em 1954, entretanto, houve um desentendimento entre as duas importantes linhagens, o que deu razão para que se desmembrasse o povoado Garapa, de Coelho Neto, a fim de constituir um novo município, que foi o de Duque Bacelar, tarefa fácil para os Bacelar, visto contar com a influência política e prestígio de um dos seus membros que era deputado estadual.

Pela Lei estadual n.º 1 294, de 7 de dezembro de 1954, foi criado o município, cuja instalação se deu a 1.º de janeiro de 1955. Deve-se, portanto, a criação do município, exclusivamente a interêsses particulares das duas famílias.

O topônimo Duque Bacelar foi homenagem póstuma ao Coronel Raimundo de Mello Bacelar, mais conhecido pela alcunha de Duque Bacelar, o mais influente morador de Coelho Neto.

LOCALIZAÇÃO — Latitude Sul: 4º 13' 01". Longitude W. Gr.: 42º 59' 34".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 35 metros, na sede municipal.

LIMITES — O município limita com Coelho Neto, Buriti e Estado do Piauí.

CLIMA — Variável, porém ameno. Temperatura máxima — 35ºC e mínima — 22ºC, não existindo, porém, Pôsto Meteorológico no município. Inverno de janeiro a junho, sendo março e abril os meses mais chuvosos. Verão, julho a dezembro.

ÁREA — Totaliza 50 quilômetros quadrados, sendo o menor município do Estado do Maranhão.

POPULAÇÃO — Segundo cálculos para 1955, conta o município 6 129 habitantes. A densidade demográfica é a maior do Estado, depois da Capital, com 122,58 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Lavoura é a principal atividade do município, mas a base econômica está no babaçu. Alcançou a sua produção, em 1956, 315 000 quilogramas, no valor de Cr$ 3 722 500,00. Os principais produtos agrícolas de Duque Bacelar — arroz em casca, milho, mandioca e gergelim — são vendidos quase que exclusivamente para o Ceará e Piauí. Há, no município, fabricação de farinha de mandioca, rapadura, aguardente de cana, telhas, tijolos e usina de beneficiamento de arroz, cuja produção, em 1955, foi a seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Arroz pilado.............	kg	300 000	1 495 000
Farinha de mandioca.....	»	148 800	372 000
Aguardente de cana......	Litro	21 000	168 000
Rapadura...............	kg	24 000	144 000

Sua população pecuária, segundo calcula o Departamento Estadual de Estatística, era, em 1956, constituída de 4 800 bovinos, 9 000 suínos, 1 200 ovinos, 2 400 caprinos, 400 eqüinos, 450 asininos e 300 muares.

A pesca é praticada em pequena escala, como complemento da alimentação. O resultado de 1956 foi de dez toneladas de peixes diversos, valendo 130 mil cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE — São as seguintes as comunicações e meios de transporte entre Duque Bacelar e cidades vizinhas: Buriti: rodoviário, 37 quilômetros, a cavalo, 30 quilômetros; Coelho Neto: rodoviário, 21 quilômetros, a cavalo, 17 quilômetros, fluvial, 11 quilômetros; Miguel Alves-PI: rodoviário ou fluvial, 5 quilômetros.

COMÉRCIO — Existem, no município, 6 estabelecimentos comerciais, sendo 1 atacadista e 5 varejistas. Mantém o comércio local transação com as praças de Fortaleza e Sobral-CE, Recife-PE e Parnaíba-PI. Importa, geralmente, tecidos de algodão, mercadorias em geral, produtos farmacêuticos, ferragens, louças, etc.

ASPECTOS URBANOS — Possui a cidade um Socorro Farmacêutico, 1 dentista e 1 farmacêutico licenciado. Há apenas 1 pensão, que cobra de diária Cr$ 50,00.

Em 1956 foram registrados na Prefeitura 1 jipe, um motociclo com 2 rodas, 2 caminhões, 9 bicicletas e 2 carros de boi. A Câmara Municipal compõe-se de 9 vereadores. A religião predominante no município é a católica.

A composição topográfica da sede municipal é feita de desníveis, o que a impossibilita de adotar linhas modernas. Sua principal artéria fica situada numa garganta estreita entre dois morros pedregosos e acidentados. Os terrenos, baixos e planos, são quase todos alagados durante o inverno.

Bacelarense é a denominação gentílica mais comum dada aos filhos do município.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — É têrmo da comarca de Coelho Neto. Constituem êsse Poder no município: 1 Suplente de Juiz de Direito, 1 Adjunto de Promotor Público, 1 Tabelião de Notas e 1 Oficial de Justiça.

O policiamento da cidade está a cargo de 3 guardas municipais.

Ensino — As unidades escolares são ainda em número bastante reduzido, existindo apenas 10, sendo 4 de ensino fundamental comum e 6 de fundamental supletivo.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — É o rio Parnaíba que serve o município.

Existe, nas imediações da sede municipal, o morro da Garapa, que é o mais alto. Tem de altura, aproximadamente, 250 metros. É pedregoso e muito acidentado.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1955	528	85	85	142
1956	634	(1) 625	(1) 128	(1) 625

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Nos meios rurais é comum o "mutirão" ou "ajutório" quando da cobertura das palhoças, sendo a única despesa do dono o fornecimento de cachaça para os ajudantes.

A principal diversão, sobretudo nos meios rurais, é a festa dançante, que sempre ocorre nos fins de semana e vésperas de dias santos de guarda.

Embora seja raro, às vêzes acontece, no rigor da sêca, as chamadas "preces", cujo objetivo é pedir chuva. Tal rito se constitui de passeata pelas ruas ou estradas, sendo que seus componentes, além de levarem a imagem de um santo e velas acesas, entoam hinos religiosos.

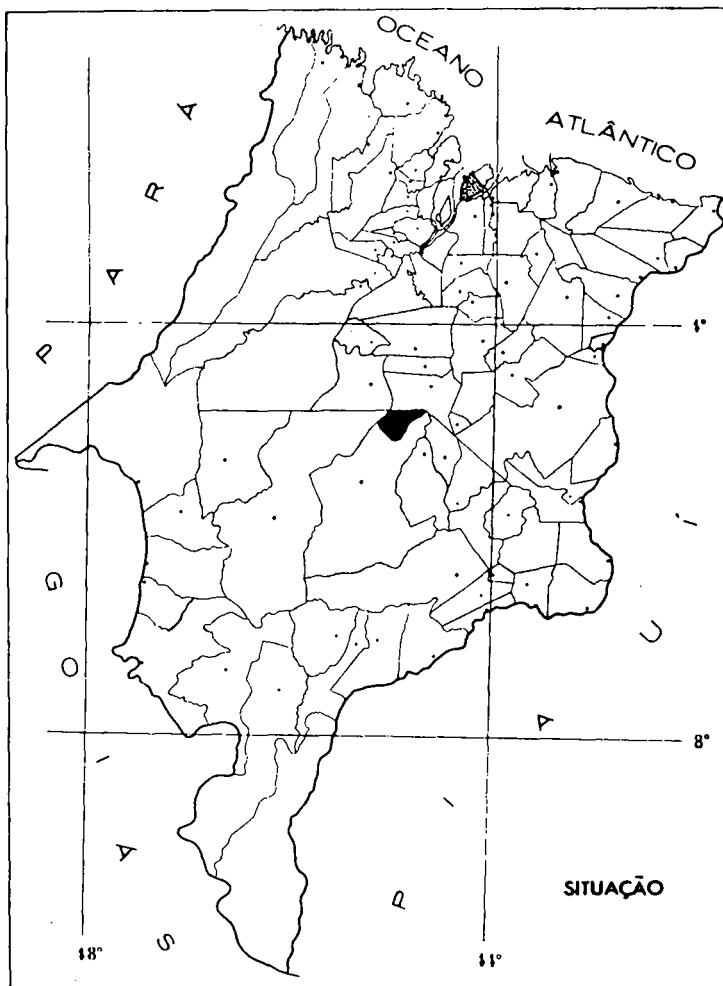
(Autor do histórico — José Otávio Gomes da Silva, AE em Coelho Neto; Prefeito — José Ribamar Oliveira; Redação final — Maria Rita Jorge e Arthur Dias de Paiva).

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística no Maranhão).

ESPERANTINÓPOLIS — MA

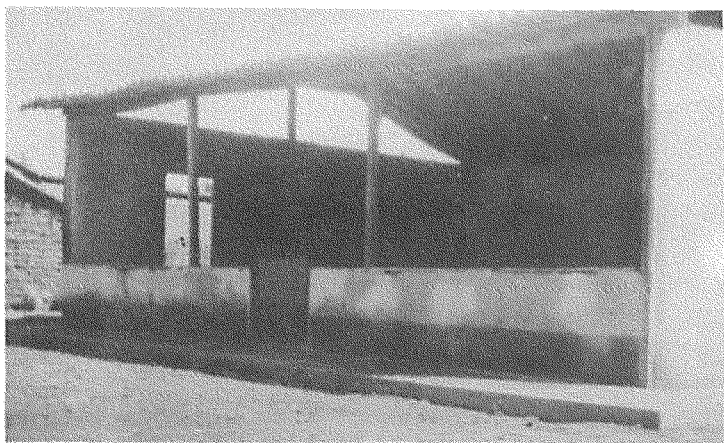
Mapa Municipal no 3.° Vol.

HISTÓRICO — O município de Eesperantinópolis, resultante do desmembramento do de Barra do Corda, foi criado pela Lei n.° 1 139, de 27 de abril de 1954, e solenemente instalado em 27 de junho do mesmo ano. Sendo, anteriormente, distrito de Barra do Corda, tinha a denominação de Boa Esperança do Mearim. É constituído por um único distrito.

LOCALIZAÇÃO — Pelas coordenadas geográficas, a sede tem a seguinte posição: Latitude Sul: 4° 53' 29". Longitude W. Gr.: 44° 52' 40". Limita com os municípios de Pedreiras, Barra do Corda e Grajaú.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

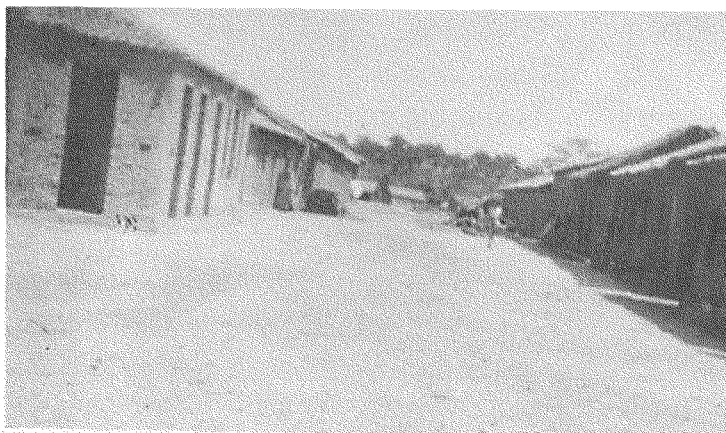
CLIMA — É variável. A época das chuvas vai de janeiro a abril e, os demais meses, secos. As chuvas de janeiro a março quase sempre são acompanhadas de trovoadas. Verifica-se a temperatura mais baixa em junho ou julho, e a mais alta, em setembro e outubro.

ÁREA — Possuindo área de 706 quilômetros quadrados, Esperantinópolis é o 79.° município maranhense em grandeza territorial.

Prefeitura Municipal

Mercado Municipal

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, foram recenseados no distrito de Boa Esperança do Mearim, atualmente Esperantinópolis, 10 889 habitantes (5 559 homens e 5 330 mulheres), dos quais 88% na zona rural. Cálculos do Departamento Estadual de Estatística estimam a população de 1955 em 12 354 pessoas, o que equivale a 17,4 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — A única existente é a da sede municipal, com 1 247 habitantes, sendo 620 homens e 627 mulheres, segundo o Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município é baseada na agricultura, principalmente a de fumo em fôlha, algodão e arroz. Também a mandioca e a cana-de-açúcar são lavouras que a população rural explora. Em 1956 o município de Esperantinópolis produziu 30 000 sacos de arroz em casca valendo 1 800 milhares de cruzeiros; 10 000 arrôbas de fumo em fôlha no valor de 3 milhões; 40 000 arrôbas de algodão herbáceo valendo 2 400 milhares de cruzeiros; 11 000 toneladas de cana no valor de 1 100 milhares de cruzeiros; 13 toneladas de mandioca valendo 1 300 milhares de cruzeiros.

Povoado de Palmeiral

A indústria baseia-se na fabricação de farinha de mandioca e descaroçamento de algodão: no mesmo ano deteve 640 toneladas no valor de 2 566 milhares de cruzeiros e 200 toneladas valendo 1 400 milhares de cruzeiros, respectivamente.

A pecuária é pouco desenvolvida. Segundo dados de 1956 fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, existiam 22 050 cabeças, sendo 7 000 bovinos, 13 000 suínos, 500 ovinos, 600 caprinos, 500 eqüinos, 300 asininos e 150 muares.

RIQUEZAS NATURAIS — É o babaçu a principal. Em 1956 sua produção foi de 120 toneladas, no valor de 900 mil cruzeiros. Também as peles silvestres constituem, para o município, uma riqueza que a população explora com dupla finalidade: alguns animais abatidos fornecem carne para alimentação e a pele, sêca ou espichada, é transformada em dinheiro.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido por linhas regulares de navegação fluvial. Está ligado às seguintes cidades vizinhas: Barra do Corda — rodovia, 114 quilômetros ou misto: a) rodovia até Verdum e b) fluvial, 156 quilômetros; Grajaú — rodovia, 274 quilômetros ou misto: a) rodovia, 12 quilômetros até Verdum, b) fluvial, 136 quilômetros até Barra do Corda e c) rodovia, 160 quilômetros; Pedreiras: rodovia, 66 quilômetros.

Trezidela — Palmeiral

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal não possui nenhuma rua calçada e não dispõe de iluminação elétrica.

COMÉRCIO — Há na sede 1 estabelecimento atacadista, 25 varejistas e 1 industrial. Os produtos agrícolas do município são exportados para Pedreiras e São Luís, sendo que mantém transações comerciais, além destas, com Fortaleza-CE. O comércio local importa tecidos, perfumes, armarinhos, produtos farmacêuticos, bebidas, etc.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Neste setor o município é dotado de apenas 1 Pôsto do Serviço Nacio-

Rua do povoado de Palmeiral

nal de Malária (sem médicos); 3 socorros farmacêuticos e de propriedade de farmacêuticos práticos licenciados. Para os casos mais graves, recorre a população aos clínicos residentes em Pedreiras.

ALFABETIZAÇÃO — Da população de 5 anos e mais, segundo o Censo de 1950, e que é igual a 1 036 pessoas, há 57 homens e 53 mulheres alfabetizadas, o que representa 10,5%, bastante inferior, por conseguinte, à porcentagem encontrada para o Estado, que é de 21,7%.

Ensino — Há 3 unidades escolares de ensino Fundamental Comum (1956). A matrícula, no início do ano letivo de 1957, totalizou 374 crianças de 7 a 11 anos de idade, sendo 165 na sede e 209 na zona rural.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Esperantinópolis é têrmo da comarca de Barra do Corda. A formação judiciária é composta de 1 Suplente de Juiz de Direito, 1 Adjunto de Promotor Público, 1 Tabelião do 2.º Ofício e 1 Oficial de Justiça. São 9 os Vereadores eleitos. Os naturais do município são denominados esparantinopense.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	...	...	..	...	...
1955	...	...	93	93	93
1956	...	...	..	...	...

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Maranhão; Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta e Artur Dias de Paiva; Autor do histórico — Antônio Soares Bordalo, Agente Itinerante).

GRAJAÚ — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O atual município de Grajaú, que era antes pôrto de uma fazenda denominada Chapada, pertencente a Manoel Valentim Fernandes, foi, quando de sua fundação e conservação, uma das maiores conquistas da civilização sôbre os indígenas nos sertões do Maranhão.

A 11 de março de 1811, o alferes-de-milícias Antônio Francisco Reis, em companhia de pessoas de sua família, habitantes da alta ribeira do Grajaú, foi o primeiro que, navegando êste rio e por êle descendo, em pequenos barcos fabricados para tal fim, depois de repetidas viagens e convidado talvez pelos lucros que deveria ter percebido das suas diligências, aqui veio se estabelecer. E para que com mais felicidade, como lhe convinha, se pudessem fazer em qualquer tempo estas viagens, povoou êle e outros o mesmo pôrto da Chapada na ribeira leste do dito rio, construindo casas para vivenda e depósitos para sal e gêneros de que já ali se vinham prover, com muito prazer e cômodo, os moradores das outras ribeiras vizinhas, chegando ao número de 40 as pessoas que, no pôrto, logo àquele primeiro passo, se propuseram a habitar.

Os índios timbiras e picobgés, estabelecidos na outra parte do mesmo rio Grajaú, ciosos dos progressos da nova povoação que os assombravam e impediam de fazer no interior as suas correrias costumeiras, resolveram livrar-se dela, e o fizeram com Paula Ribeiro, queimando vivas 38 pessoas dentro das suas próprias habitações, a que bàrbaramente puseram fogo, bem como às embarcações abicadas na praia, levando o sal e gêneros que puderam e lançando no rio ou queimando o restante. Como sinal de que naquele lugar um dia fôra povoado, deixaram os índios sòmente ossadas esparsas no meio das ruínas solitárias. Desta carnificina, sucedida em 1814, todavia, escaparam com vida 6 pessoas que andavam para fora da povoação, na época do massacre.

Em 1816 tentaram novamente aquêles moradores restabelecer um pôrto público na mesma alta ribeira do Grajaú, a que chamaram São Paulo do Norte. Um pequeno destacamento de tropas lhes dava assistência, entretanto, posteriormente, o mesmo foi retirado, ficando a povoação sem qualquer outra espécie de socorro e, em conseqüência, no imediato abandono. Novamente em 1817 foi organizada outra expedição composta de 40 soldados, vinda da Capital, a qual em virtude de tão mal delineada, a partir de Vitória para cima já não havia mantimentos para mais de seis dias.

A evolução social processou-se lentamente, apenas se consolidando ao limiar do século XIX.

Pela Lei provincial n.º 7, de 29 de abril de 1835, do então Presidente da Província, Pedro da Costa Ferreira, o antigo povoado São Paulo do Norte foi elevado à categoria de vila, passando a chamar-se "Vila do Senhor do Bonfim da Chapada" e desmembrada do município de Pastos Bons.

Em 1856 a vila da Chapada contava 79 casas, das quais 6 eram cobertas de telhas, habitadas por 341 pessoas, sendo 18 escravos, existindo, ainda mais, na margem esquerda, 11 casas com 79 habitantes.

Em 1881, por Lei provincial n.º 1 225, de 7 de abril, foi elevada à categoria de cidade com a denominação de Grajaú.

O nome Grajaú originou-se de guajajaras, tribo que ocupava a margem do rio que banha a cidade. Formado das duas primeiras sílabas da palavra Guajajaras, acrescido da vogal U que, na linguagem daqueles silvícolas queria

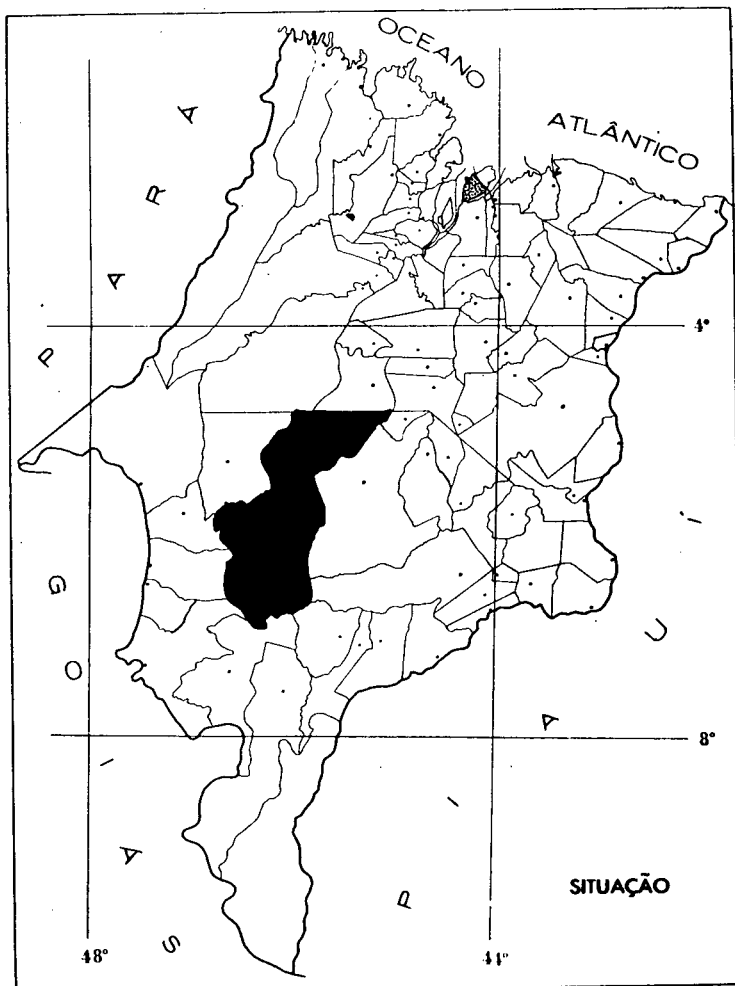
Catedral de Grajaú

dizer — muito. Portanto, Guaja muitos, significa que eram muitos os componentes da tribo. Depois, por eufonia, passou a ser chamado Grajaú, nome até hoje conservado.

A Câmara de Vereadores é composta de 9 representantes.

Ocupa o cargo de Prefeito eleito o cidadão Raimundo de Simas Soares.

LOCALIZAÇÃO — Latitude Sul: 5° 48' 47". Longitude W. Gr.: 46° 27' 38". Posição relativamente à capital: rumo — S.S.O., distância em linha reta — 433 quilômetros.

Pertence à Zona Fisiográfica do Alto Mearim.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 130 metros na sede municipal.

ÁREA — Grajaú é o maior município maranhense em grandeza territorial, possuindo 19 940 quilômetros quadrados, sendo pouco menor do que o Estado de Sergipe (22 027 quilômetros quadrados). Apesar disso, diversas mutilações sofreu Grajaú para, com elas, serem constituídos outros municípios, a saber:

- Grajaú (1835)
  - Barra do Corda (1854)
    - Presidente Dutra
      - S. Domingos do Maranhão (1952. Parte)
      - Tuntum (1955)
    - Esperantinópolis (1954)
  - Imperatriz (1856)
    - Pôrto Franco (1919)
    - Montes Altos (1955)
  - Amarante do Maranhão (1953)

POPULAÇÃO — Em 1950, pelo Recenseamento, contava o município 33 111 habitantes, com uma densidade de 1,66 habitantes por quilômetro quadrado; 18 408 eram homens e 18 705, mulheres. O distrito da sede municipal era habitado por 22 767 pessoas, das quais 11 180 homens e 11 587 mulheres. Os distritos de Amarante do Grajaú hoje desmembrado com o nome de "Amarante do Maranhão" e Sítio Novo do Grajaú contavam, respectivamente, 7 604 (3 842 homens e 3 762 mulheres) e 2 740 pessoas (1 384 homens e 1 356 mulheres). Do total da população, 88,88%, ou seja, 29 431 pessoas, localizam-se na zona rural, sendo 11 319 homens e 10 950 mulheres.

A população calculada para 1955 foi de 28 939 habitantes, o que equivale a 1,45 habitantes por quilômetro quadrado. O decréscimo que se verifica é em conseqüência de, em 1953, o município de Grajaú haver perdido a área de 6 158,50 quilômetros quadrados, com 7 604 pessoas (Recenseamento de 1950), correspondente ao distrito de Amarante do Grajaú, para com ela, ser constituído o município de Amarante do Maranhão.

CLIMA — É saudável, sendo que o inverno vai de novembro a abril. As chuvas, quase sempre, são acompanhadas de trovoadas, e o verão vai de maio a outubro. A temperatura média das máximas é 34,5°C; a média das mínimas, 17,1°C e a média compensada, 25,8°C. Em 1956 a altura total da precipitação alcançou 1 240,1 milímetros.

O município possui um Pôsto Meteorológico do Ministério da Agricultura, situado na longitude 46° 27' e latitude 5° 48'; numa altitude de 154,15 metros.

Aglomerações urbanas — Segundo o Recenseamento de 1950, a zona urbana e suburbana do distrito da sede era habitada por 2 377 (1 049 homens e 1 328 mulheres). O distrito de Amarante do Grajaú contava com 682 habitantes (359 homens e 323 mulheres) e o distrito de Sítio Novo do Grajaú com 621 (317 homens e 304 mulheres).

NOTA — O distrito de Amarante do Grajaú, a partir de 1953, passou a ser município, com o nome de Amarante do Maranhão.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Destacam-se a lavoura e a pecuária. Na lavoura, os principais produtos são arroz, milho, feijão, fava, fumo, algodão, banana, e outros.

A população pecuária, segundo calculou o Departamento Estadual de Estatística, para 1956, era composta de 40 000 bovinos, 30 000 suínos, 3 800 ovinos, 4 500 caprinos, 6 200 eqüinos, 1 200 asininos e 700 muares, haven-

Ginásio Gomes de Souza

do exportação de gado bovino para São Luís, Pedreiras, Bacabal e Pindaré-Mirim, MA.

Quanto à produção industrial, sobressai a de farinha de mandioca e aguardente de cana.

Grajaú não é, como a maioria dos municípios maranhenses, grande exportador de amêndoas de babaçu. Sòmente em 1955 a safra ultrapassou a casa do milhão de cruzeiros — precisamente Cr$ 1 113 000,00 —, o que foi conseguido com 158 960 quilogramas, caindo, em 1956, para 140 toneladas, no valor de 980 mil cruzeiros.

A estatística da produção agrícola e industrial de 1955 apresentou os seguintes resultados:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Produção agrícola			
Algodão em caroço...	kg	133 500	534 000
Arroz em casca......	Saco de 60 kg	36 800	10 672 000
Banana..............	Cacho	42 650	511 800
Cana-de-açúcar.......	Tonelada	2 600	468 000
Côco-da-baía.........	Cento	280	112 000
Fava................	Saco de 60 kg	4 800	768 000
Feijão..............	» » » »	1 760	756 800
Fumo................	kg	52 500	1 750 000
Laranja.............	Cento	20 000	700 000
Mandioca............	Tonelada	3 500	702 500
Melancia............	Fruto	110 000	110 000
Milho...............	Saco de 60 kg	7 500	750 000
Tangerina...........	Cento	2 500	87 500
Produção industrial			
Farinha de mandioca	kg	356 350	1 425 800
Aguardente de cana..	Litro	115 000	1 021 000
Rapadura............	kg	48 200	331 000
Algodão em pluma...	kg	47 100	315 000
Tapioca.............	kg	12 200	121 000

A pesca é atividade subsidiária, apenas para consumo interno. Em 1956 foram pescados 5 500 quilogramas, no valor de Cr$ 70 500,00.

COMÉRCIO — A sede municipal de Grajaú possui 38 estabelecimentos varejistas e 6 de prestação de serviços. O comércio local mantém transações com as localidades ou praças de São Luís-MA, Fortaleza-CE e Recife-PE, importando tecidos, perfumes, café, açúcar, sal, sabão, produtos farmacêuticos, derivados de petróleo, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — É o município servido por linha regular de navegação aérea e por rodovias que o ligam à capital do Estado.

Possui comunicação com as seguintes cidades vizinhas: Amarante do Maranhão: rodoviário, 84 quilômetros; Barra do Corda: rodoviário, 160 quilômetros; Esperantinópolis: rodoviário, 274 quilômetros ou misto: a) rodoviário, 160 quilômetros até Barra do Corda, b) fluvial, 156 quilômetros até Verdum e c) rodoviário, 12 quilômetros; Lago da Pedra: a cavalo, 238 quilômetros; Montes Altos: rodoviário, 144 quilômetros; Mirador: rodoviário, via Barra do Corda, 349 quilômetros; Pôrto Franco: aéreo, 167 quilômetros ou a cavalo, 232 quilômetros; Presidente Vargas: a cavalo, 304 quilômetros ou misto: a) aéreo, 167 quilômetros até Pôrto Franco e b) fluvial, 72 quilômetros; Riachão: a cavalo, 271 quilômetros; São Raimundo das Mangabeiras: a cavalo, 270 quilômetros e Pindaré-Mirim: a cavalo, 420 quilômetros.

O Departamento dos Correios e Telégrafos possui uma Agência Postal-radiotelegráfica.

ASPECTOS URBANOS — Uma das obras de maior vulto na cidade é a Catedral, construída do ano de 1939 a 1942, por Frei Francisco de Milão, sendo a planta do engenheiro

Farmácia Lopes — Trezidela

italiano Ciuccarelli de Prato. É de estilo romano, modernizado, tendo de comprimento 64 metros por 20 de largura. Na tôrre — 38 metros de altura — ficam um relógio e 8 sinos.

Apenas 17% dos logradouros têm pavimentação feita de pedras irregulares. Na Prefeitura Municipal, em 1956, foram registrados 4 veículos motorizados, sendo 3 caminhões e 1 jipe. Dispõe de 3 pensões, cuja diária mais comum é de Cr$ 60,00. O quadro judiciário é formado por um Juiz de Direito, 3 Juízes Substitutos, 3 Juízes de Paz ou Distritais, 1 Promotor Público, 4 Oficiais de Registro Civil, 1 Oficial de Registro de Imóveis, 2 Oficiais de Justiça e 1 serventuário e auxiliar da Justiça. O serviço de iluminação é mantido pela usina de propriedade da Prefeitura, com 132 ligações elétricas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Possui o município 3 farmácias e sòmente 1 farmacêutico, sendo os habitantes assistidos por um médico. Há, também, o ambulatório "São Francisco", que abrange consultas, tratamentos, lactários, dispensário e assistência aos leprosos.

Grajaú faz parte do 17.º Distrito Sanitário, cuja sede é em Barra do Corda.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950 possuía o município 26 898 pessoas de 5 anos e mais, das quais sòmente 5 182 sabiam ler e escrever, o que equivale a 19,26%. Das 286 pessoas de 10 anos e mais — 121 homens e 165 mulheres —, 277 tinham curso completo de grau elementar, sendo 114 homens e 163 mulheres; 7, curso completo de grau médio (5 homens e 2 mulheres), e 2 homens, curso completo de grau superior.

Ensino — Em 1956, contava o município de Grajaú com 30 estabelecimentos de ensino, sendo: 1 para o pré-primário infantil, 18 para o fundamental comum, 9 para o fundamental supletivo, 1 para o complementar e 1 para o curso médio secundário, êste representado pelo Ginásio "Gomes de Souza", de natureza particular, cuja freqüência média durante o ano foi de 119 alunos (57 homens e 62 mulheres); 30 alunos concluíram o curso em 1956, sendo 14 homens e 16 mulheres.

Nos estabelecimentos de ensino primário, ao ser iniciado o ano letivo de 1957, estavam matriculadas 1 012 crianças de 7 a 11 anos de idade, das quais 564 na sede e 448 na zona rural.

Trecho da Trezidela

ASPECTOS CULTURAIS — Existem no município: curso de datilografia, corte e costura e bordado, mantido pelo Educandário "Sagrada Família", Escola de Corte e Costura da Organização das Voluntárias, com filial no povoado São Pedro e Oficinas Reunidas "Clube da Lanterna", com eletrônica, carpintaria, ferraria e aprendizagem de pedreiro.

Apenas 1 cinema — Cine Grajaú — possui a cidade. Foi fundado em 1956, e a sua capacidade de lotação é de 140 lugares.

Vários são os alto-falantes existentes.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Encontram-se no município duas notáveis quedas de água, a saber: a Cachoeira da Laranja, no rio Mearim, com 14 metros de altitude e a do Retiro, no rio Grajaú, com 15 metros, as quais não estão sendo aproveitadas assim como não são conhecidos os respectivos potenciais elétricos. O rio Grajaú, que banha a cidade e os povoados Madail e Itaipava. O rio Mearim, que corre de sul a norte, paralelo ao Grajaú, percorrendo 120 quilômetros em território municipal até penetrar em Barra do Corda. Podem ainda ser citadas as serras Negra e da Cinta; a primeira é onde, de um lado, nasce o rio Grajaú e, do outro, o Mearim. A segunda fica situada a oeste do município, medindo 18 quilômetros de comprimento por 6 de largura. Com a Serra Negra, forma o vale do Jaú.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	327	424	125	378
1951	85	391	465	135	244
1952	122	563	476	157	404
1953	151	794	672	189	771
1954	150	714	772	145	678
1955	135	901	782	166	802
1956 (1)	218	1 050	991	290	971

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Pertence o município, juntamente com Carolina, Pôrto Franco, Imperatriz, Montes Altos, Amarante do Maranhão, Barra do Corda, Presidente Dutra e Esperantinópolis, à prelazia de São José do Grajaú.

Como festa religiosa registra-se a tradicional procissão de Nosso Senhor do Bonfim, padroeiro da cidade, a qual se realiza a 31 de dezembro. Esta manifestação de fé católica, que reúne em um só espírito de adoração todos os habitantes da localidade, representa um ato venerável ao seu padroeiro. A 15 de maio, sai, também, em procissão, a imagem de Bom Jesus.

O carnaval ora alcança certo entusiasmo, ora decresce, sendo comemorado com bailes e raramente organizados blocos que percorrem as ruas.

O tradicional bumba-meu-boi está, aos poucos, desaparecendo. Em 1957, por exemplo, nenhum foi organizado.

(Autor do histórico — Bento Berilo Lopes Lima; — Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística Municipal no Maranhão; Redação Final — Ari Lucas Xavier e Arthur Dias de Paiva.)

GUIMARÃES — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — José Bruno de Barros, que parece ter sido dos primeiros habitantes da região, servindo-se da ajuda de silvícolas, montou em seus domínios olarias e fornos para o fabrico de farinha. Em 1755, alegando morar muito distante da freguesia — o que, além de causar-lhe grande incômodo, "fazia muita falta à cultura de suas lavouras" —, requereu ao Bispo Diocesano, Dom Antônio de São José, licença para levantar em sua fazenda uma capela dedicada a São José. Ao mesmo tempo assinou uma escritura em que especificava o patrimônio do templo a edificar-se: trinta vacas e meio quarto de légua.

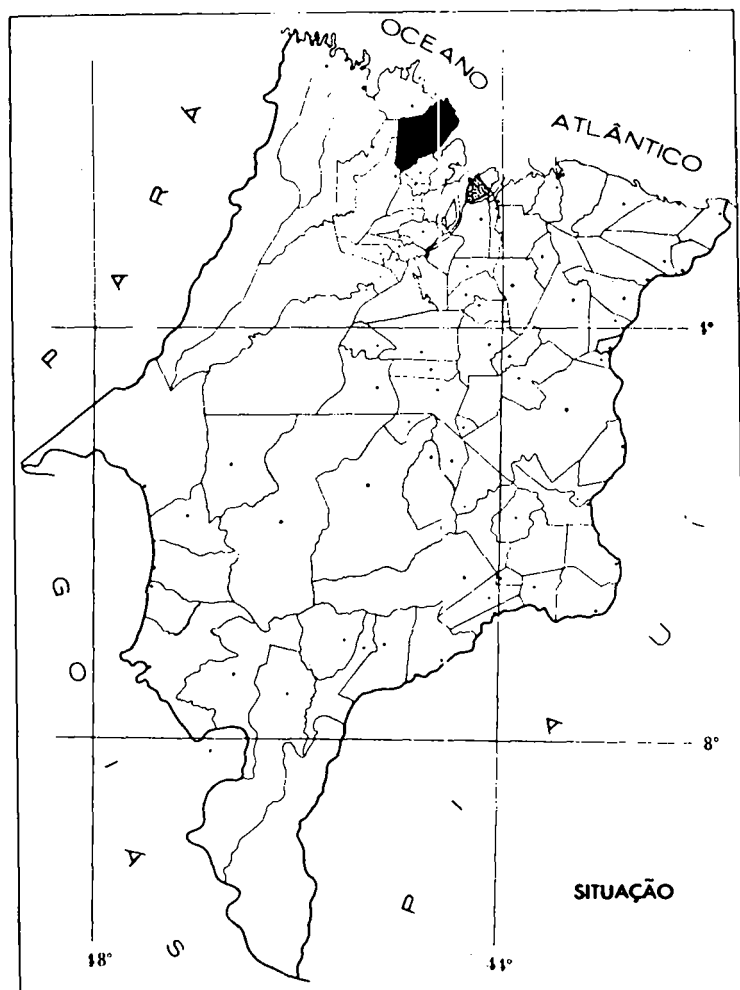
Doada à Coroa, no decurso de 1758, sua fazenda de Guarapiranga foi o ponto inicial do atual município de Guimarães. Já no ano seguinte era fundada a vila, sob a denominação de São José de Guimarães e logo incorporada à Comarca de São Luís do Maranhão.

Atraídos pela abundância de peixes, grande leva de estrangeiros, principalmente portuguêses, chegou à nova povoação. Fundaram estabelecimentos agrícolas para o plantio de mandioca e cana-de-açúcar e iniciaram a fabricação de cal, usando crustáceos como matéria-prima.

"Esta vila é uma das maiores do Estado e com tantos moradores que forma uma companhia de auxiliares de oitenta praças" — escreveu Joaquim de Melo e Póvoas ao Governador, em 1766. E Antônio Corrêa Furtado de Mendonça, procurador-geral dos índios, trinta anos depois asseverava: "A Vila de Guimarães do Cumã desta capitania pode servir de exemplo pois é a única vila de índios que se sabe em grande adiantamento, na qual já se acham muitos índios com bens e possuidores de escravos".

Sòmente em 1838, porém, é que se instalou a primeira escola, e, em 1847, a Agência Postal.

Segundo o quadro administrativo vigente em 31 de dezembro de 1955, Guimarães compõe-se de 3 distritos: Guimarães, Mirinzal e Muiraneu. É o atual Prefeito do Município o Sr. Olavo Barbosa Cardoso.

LOCALIZAÇÃO — O município de Guimarães pertence à Zona do Litoral Norte. Coordenadas geográficas da sede municipal: latitude Sul — 1° 58'; longitude W. Gr. — 44° 48' 21". Posição relativamente à capital: rumo — N.N.O.; distância em linha reta — 72 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 5 m de altitude.

CLIMA — Guimarães tem o clima bastante agradável. No verão é mais temperado e no inverno é quente e úmido. Lugares há, no interior, em que se sente bastante frio no verão.

As chuvas são copiosas e constantes no período de dezembro a julho, acontecendo serem acompanhadas de tempestades elétricas nos meses de maio e junho. Muito embora se verifiquem algumas enchentes durante o inverno, jamais estas causam efeitos prejudiciais.

No verão, o vento sopra sempre de leste. Raríssimas vêzes muda de direção, ao passo que, pelo inverno, é difícil fixar-se a predominância do vento. Não há pôsto meteorológico no município.

ÁREA — Com área de 2 602,50 quilômetros quadrados, Guimarães é o 39.° município do Estado em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — De seus 25 002 habitantes — homens, 12 666 e mulheres, 12 336 — recenseados em 1950, 22 269 localizavam-se no quadro rural, 1 239 na cidade e 1 494 distribuíam-se pelos distritos.

O município é preponderantemente rural, com 89% de sua população localizada nessa zona.

O total da população católica de Guimarães encontrada pelo Recenseamento de 1950 é maior, proporcionalmente, do que a do Maranhão. Assim é que, dos 25 002 habitantes recenseados, 24 843 declararam ser católicos romanos, o que representa 99,3%, ao passo que no Estado a porcentagem vai a pouco mais de 97%. Por outro lado, enquanto que na maioria dos municípios maranhenses vamos achar mais mulheres católicas do que homens — o que também se verifica no total do Estado, onde 778 726 mulheres contra 775 762 homens são católicos — em Guimarães acontece o contrário: 12 507 homens são católicos, ao passo que só 12 183 mulheres declararam professar essa religião.

Dos outros credos religiosos investigados pelo Recenseamento de 1950 o que mais adeptos apresentou foi o protestante, com apenas 259 pessoas (127 homens e 132 mulheres), o que representa 1,03% sôbre o total da população do município e, a seguir, o espiritismo com 17 pessoas (12 homens e 5 mulheres). Os demais, tais como budistas, israelistas, ortodoxos e maometanos não possuem nenhum partidário.

Quanto à côr, predomina a parda com 14 140 pessoas (7 255 homens e 6 885 mulheres), vindo a seguir a branca, com 6 210 (homens 3 014 e mulheres 3 196) e a preta, com 4 577 (2 365 homens e 2 212 mulheres). Apenas um amarelo do sexo feminino foi encontrado em Guimarães quando do Recenseamento de 1950. Essa seqüência também é observada no Estado.

Das pessoas de 10 anos e mais, isto é, população ativa, 29% se dedicavam à "agricultura, pecuária e silvicultura"; 7% às "indústrias extrativas"; 0,9% ao "comércio de mercadorias", onde 9 mulheres também declararam exercer essa profissão como ocupação principal; 0,7% às "indústrias de transformação", e 49% às "atividades domésticas". O restante, isto é, 13,4% da população ativa, que deu um total 18 184 pessoas (9 155 homens e 9 029 mulheres), está distribuído pelos seguintes ramos de atividade principal: prestação de serviços — 461 pessoas (370 homens e 91 mulheres); transportes, comunicações e armazenagem — 156 homens; profissões liberais — 1 homem e 1 mulher; Administração pública, Legislativo e Justiça — 38 (35 homens e 3 mulheres); atividades sociais — 49 (12 homens e 37 mulheres); defesa nacional e segurança pública — 10 homens, e condições inativas — 1 399 (1 062 homens e 337 mulheres).

A população total calculada para 1.°-VII-1956 é de 27 904 habitantes, o que dá a densidade demográfica de quase 11 pessoas por quilômetro quadrado.

Aglomerados urbanos — O município de Guimarães apresentou os seguintes aglomerados urbanos pelo Recenseamento de 1950: Cidade de Guimarães, com 1 239 habitantes (612 homens e 627 mulheres), e distritos de Mirinzal, com 927 (homens 446 e mulheres 627) e Muiraneu, com 567 (homens 289 e mulheres 278).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Pesca, agricultura e extração de amêndoas de babaçu são as principais. A pecuária é deficiente, não havendo exportação de gado pròpriamente dita, porém, algumas vêzes, vende-se pequeno número de cabeças para a capital do Estado. A população

Praça Luís Domingues

pecuária em 1956 estava assim calculada: 4 500 bovinos; 2 800 suínos; 600 caprinos; 1 450 eqüinos; 200 asininos, e 370 muares.

O município possui jazidas de argila, quartzo e pedras para construção, no reino mineral; amêndoas de babaçu, em considerável porção, tucum e diversas outras sementes oleaginosas nativas, no reino vegetal, assim como ervas medicinais, fibras de várias qualidades e imensa diversidade de madeira para construção; caças diversas peixes, crustáceos, etc., no reino animal.

Os principais produtos agrícolas — mandioca, cana-de-açúcar, arroz, milho, feijão, gergelim e mamona — têm como principais compradores São Luís, Capital do Estado, e municípios de Pinheiro, Bequimão e Alcântara A produção agrícola e industrial de 1955 foi a seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO Cr$
Produção agrícola			
Côco-da-baía	Cento	1 600	240 000
Feijão	Saco de 60 kg	1 500	270 000
Mandioca brava	Tonelada	8 000	1 440 000
Mandioca mansa	»	180	360 000
Milho	Saco de 60 kg	3 200	384 000
Manga	Cento	12 000	300 000
Produção industrial			
Farinha de mandioca	kg	662 900	1 548 850
Caulim	»	433 200 000	563 160
Telha	Milheiro	500	422 923
Açúcar	kg	49 620	305 200
Tapioca	»	30 100	121 400

A pesca, em 1956, foi de 457 660 quilogramas, no valor de mais de 5 milhões de cruzeiros, exportados para Belém-PA e São Luís-MA.

De amêndoas de babaçu produziu, no mesmo ano, 196 570 quilogramas, no valor de Cr$ 1 965 700,00.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido por linhas regulares de navegação marítima, por barcos a vela, e aérea, por táxis. Possui campo de pouso.

São seus municípios limítrofes e respectivos meios de transporte e distância: Alcântara — marítimo, 67 quilômetros ou misto: a) marítimo, 38 quilômetros até Peru-Açu e b) a cavalo, 24 quilômetros ou aéreo, 45 quilômetros; Bequimão — marítimo, 51 quilômetros ou a cavalo, 76 quilômetros Cururupu — a cavalo, 72 quilômetros ou aéreo, 40 quilômetros; Pinheiro — a cavalo, 103 quilômetros; Santa Helena — a cavalo, 107 quilômetros.

COMÉRCIO — Na sede municipal há 16 estabelecimentos varejistas e 2 industriais.

O comércio local mantém transações com São Luís-MA, Belém-PA, Fortaleza-CE, São Paulo-SP e Rio de Janeiro, sendo importados tecidos em geral, artigos de mercearia, produtos farmacêuticos, perfumes, quinquilharias, fumos e bebidas.

ASPECTOS URBANOS — Há 63 ligações elétricas na sede municipal, sendo que a produção de energia foi de 42 780 000 velas-mês para fins de iluminação pública e particular. Não é consumida como fôrça motriz. No município não é adotado o kWh.

A pavimentação da cidade consta exclusivamente de uma avenida, numa área de 279,60 metros quadrados, a concreto.

Existe no município uma pequena pensão cobrando a diária de Cr$ 50,00. Funciona uma Agência Postal-telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Guimarães é sede da Paróquia "São José", mantendo as Escolas Paroquiais "São José", "Nossa Senhora da Conceição" e "Nossa Senhora de Guadalupe". Há o Cine-Teatro Guarapiranga, de funcionamento irregular; Círculo Operário Vimarense; Organização dos Voluntários; Centro Artístico Operário Vimarense; Centro Social Rural; Internato Masculino Paroquial; Escola de Corte e Costura e Serviço de Alto-Falante "Voz Guarapiranga". A Igreja-Matriz destaca-se por ser de construção antiga, apresentando, ainda, a particularidade de não possuir tôrres. Na Praça Dr. Luís Domingues, há um marco comemorativo, em forma de pirâmide, o qual assinala a gratidão do povo de Guimarães ao Dr. Urbano Santos, quando Governador do Estado, por ter mandado construir uma rampa no pôrto da cidade e introduzido outros pequenos melhoramentos no cais. Êste marco foi erigido entre 1911 e 1912.

Como culto protestante funciona a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com 345 sócios.

A Câmara dos Vereadores é representada por nove membros.

A Colônia de Pescadores "Almirante Alexandrino" (Z-9), conta 1 131 pescadores em atividade. O capital aplicado em edificações, é de Cr$ 15 000,00.

Importa em Cr$ 1 746 800,00 o valor das embarcações pertencentes aos pescadores da Colônia e, em .... Cr$ 1 014 100,00, os seus utensílios.

Para a pesca são empregados bastardos e cascos, acompanhados de puçás de arrasto, puçás de marruada, rêdes de lanço, zangarelhos, tarrafas, espinhéis e pontas de linha.

Dentre as espécies mais pescadas, em 1956, destacam-se:

NOME	QUANTIDADE PESCADA (kg)	VALOR DA PRODUÇÃO Cr$
Tainha	120 000	1 200 000
Pescada	39 200	362 400
Cambeva	30 500	305 000
Corvina	27 000	324 000
Uritinga	23 400	234 000
Cangatã	20 300	162 400
Bagre	20 000	200 000
Mero	9 500	95 000
Sardinha miúda	8 600	43 000
Peixe-pedra	8 500	102 000
Camurim	5 800	69 600
Jurupiranga	5 300	53 000
Camarão miúdo	85 000	850 000
Camarão graúdo	40 000	1 000 000

A Prefeitura mantém a Guarda-Civil Municipal com 4 elementos, e a cadeia Pública com capacidade para 24 detentos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município conta com a Assistência e Proteção à Infância e à Maternidade, prestando auxílios a pessoas estranhas ao seu quadro social. Em 1956 concedeu benefícios a 619 pessoas, compreendendo serviços de alimentação, gêneros alimentícios e distribuição de remédios.

Vista de um transporte de material e combustível, pertencente a Petrobrás

Desenvolvem atividades profissionais 1 dentista e um farmacêutico. Existe 1 farmácia localizada na sede municipal.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais, 5 202 sabiam ler e escrever quando do Recenseamento de 1950, sendo 2 529 do sexo masculino e 2 673 do feminino.

Ensino — Eram 65 os estabelecimentos de ensino existentes em 1956, sendo 58 de ensino Fundamental Comum, 5 de ensino Fundamental Supletivo e 2 Complementares.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — "Escola de Corte e Costura, mantida pelo Govêrno Federal.

Inaugurada em 1956, mantém os seguintes cursos: corte e costura, arte culinária, economia doméstica e serviços manuais, com 2 professôras e 32 alunos matriculados.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O principal rio do município é o Uru, cuja extensão mede aproximadamente 140 quilômetros.

Além dêste, há, ainda, o Biribá, o Catiuaua e o Gepuba. Êste tem mais ou menos 28 quilômetros de curso e é formado por 3 fontes: uma em Gericó, outra em Maricó e a terceira em Rio de Prata. O rio Biribá nasce no lugar Tomásia e corre para o norte até desembocar na baía de mesmo nome depois de um percurso de 10 quilômetros. O rio Catiuaua nasce no lugar Baisal ou Rabeca, correndo para o norte até a praia Mupeua, onde deságua depois de ter percorrido 25 quilômetros.

Na sede do município existem os rios Itororoma e Capitiua, ambos ao norte. Correm de oeste para leste e desembocam no igarapé Patacaia.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Guimarães é sede de comarca de 1.ª Entrância e o seu corpo jurídico é representado por 1 Juiz de Direito e um Promotor Público, togados, 2 Tabeliães do Juízo que acumulam as funções de Oficial do Registro Civil — o do 2.º Ofício e de Oficial do Registro de Imóveis — o do 1.º Ofício, 2 Oficiais de Justiça e 1 Escrevente Juramentado na sede; 2 Juízes Distritais e 2 Oficiais do Registro Civil, no interior.

Os festejos populares tradicionais no município são o "bumba-meu-boi", os "pastôres" e os "reis".

O bumba-meu-boi começa no dia 23 de junho, prolongando-se quase sempre até o dia 24 de agôsto, quando é realizada a "matança", data em que aparecem novos pretendentes para o reproduzirem no ano seguinte.

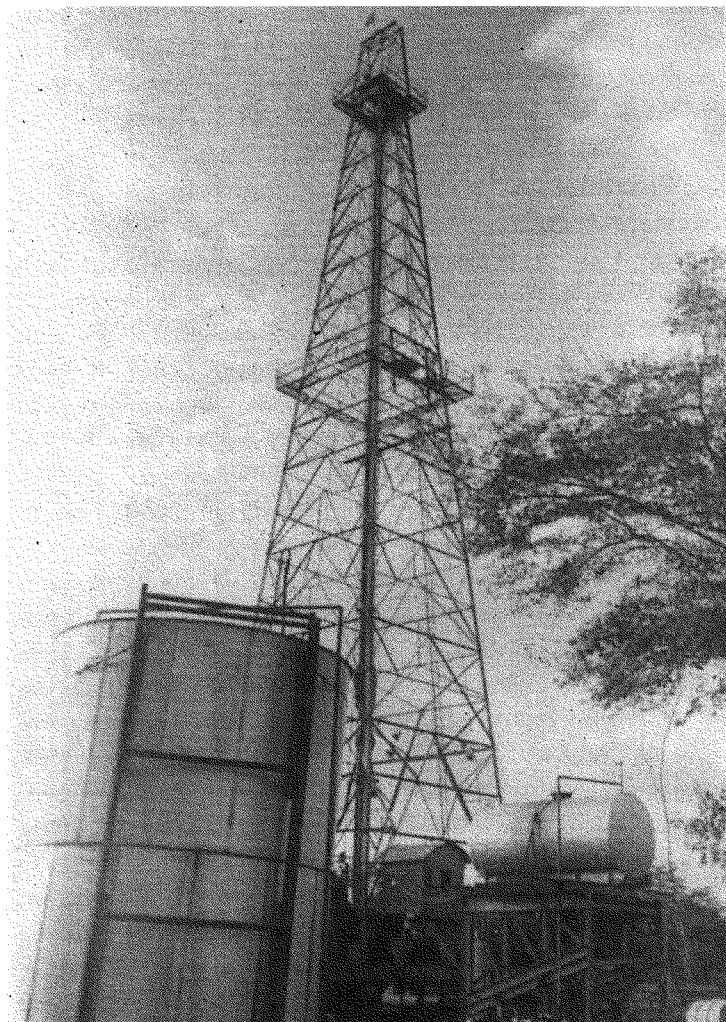
Segundo a lenda, havia, há muitos anos, um "Senhor de grande fazenda de criação de gado e lavoura que possuía muitos escravos, entre os quais o "Pai Francisco" e a "Mãe Catarina", um casal que vivia em concubinato que, devido ao seu comportamento, fôra transferido dos serviços do campo para os da "Casa Grande". Do gado do "Senhor" destacava-se, pela sua qualidade e beleza, o "Barroso", cognominado o "Pai da Malhada". Sentindo-se grávida a "Mãe Catarina", já de furtivos amôres com o "Pai Joaquim", invejoso da posição do "Pai Francisco", posição essa que ambicionava para si, por êle insinuada, exigiu dêste último — pois sabia ter-lhe grande afeição — matasse o "Barroso", pois "desejava" comer de sua carne, para que não viesse a perder o seu futuro filho, ao que, de princípio, opôs-se. Persistindo, chegando ao ponto de ameaçar abandoná-lo caso não fôsse atendida sua pretensão, no fim de algum tempo, o prêto velho, satisfazendo sua vontade, ocultamente, matou o estimado "Barroso", escondendo-se no mato, logo após. Verificada na boiada a ausência do "Barroso" depois de realizada a percorrida diária do gado, foi pelos vaqueiros levado ao conhecimento do "Capataz" encarregado e responsável direto do mesmo que, por sua vez deu ciência ao "Senhor", tendo êste lhe ordenado punisse severa e rigorosamente o autor do crime. Realizada cuidadosa diligência, recaiu a suspeita em "Pai Francisco", concluindo-se, afinal, ter sido êle o criminoso, não só pela apresentação do couro do "Barroso" pelo segundo amante da "Catarina", como também pela sua ausência na fazenda, por todos ignorada, isto, precisamente, no dia 24 de junho, consagrado a São João.

Descoberto assim e temendo grande castigo que receberia do seu "Senhor", com ardente fé, prometera àquele Santo que se nada lhe acontecesse, se êle com a expressão máxima da verdade, confessasse todo o ocorrido, nessa mesma época, em todos os anos, faria representar a brincadeira do bumba-meu-boi em agradecimento e recordação à graça alcançada, no que, milagrosamente, foi atendido pelo santo.

Os "pastôres" e os reis são levados a efeito, respectivamente, de 24 de dezembro a 6 de janeiro e nos dias 5 e 6 de janeiro, relembrando a adoração dêstes ao Menino Jesus, quando de seu nascimento.

As brincadeiras antigamente usadas na época do Carnaval desapareceram há alguns anos, sendo substituídas pelos atuais conjuntos ou blocos carnavalescos.

Além dêstes, são usados, também, o "tambor de crioula" e o "barulho de caixa", em caráter religioso. O primeiro nos festejos de São Benedito e é realizado durante uma noite; o segundo nos do Divino Espírito Santo, variando de 9 a 13 noites, conforme a promessa, ambos prolongando-se até altas horas do dia seguinte.

O "tambor de crioula", de acôrdo com a tradição, originou-se pela predileção de Benedito, negro africano, mais tarde "São Benedito", pelo batuque do tambor por êle inventado para a sua diversão e dos seus companheiros de infortúnio.

Serviço de poços da Petrobrás

Quanto ao "barulho de caixa", é uma imitação do farfalhar das asas do Divino Espírito Santo, quando de Sua vinda à terra.

Estão registrados na Prefeitura 12 jipes e 1 motociclo — para passageiros; 5 caminhões comuns (com capacidade para 3 a 5 toneladas), 14 camionetas, 6 veículos para transporte de animais, 6 tratores (de esteiras 5, de rodas, 1), 1 carro-motor para tração de reboques e 4 reboques para carga.

Aos filhos da terra dá-se a denominação gentilícia de "vimarense". Como filhos ilustres de Guimarães mencionam-se:

Urbano Santos da Costa Araújo — magistrado, jurista e político brasileiro, nascido a 3 de fevereiro de 1859 e falecido a 7 de maio de 1922, a bordo do navio "Minas Gerais", quando demandava o Rio de Janeiro, a fim de tomar posse no cargo de Vice-Presidente da República para o qual havia sido eleito, na chapa com Arthur Bernardes.

Foi promotor público do Baixo Mearim, Rosário e Mirador; Juiz Municipal de São Vicente Férrer e São Bento, no Maranhão, além de Juiz de casamento em São Luís. Foi, ainda, Juiz de Direito de São João Batista dos Campos Novos (Santa Catarina) e advogado militante no Fôro do Rio de Janeiro (1897 a 1913).

Na Câmara dos Deputados foi seu primeiro Vice-Presidente e membro da Comissão de Finanças; em 1897 foi eleito Presidente do Maranhão, que renuncia para continuar Deputado Federal; em 1917 assumiu a Presidência da República por um mês, em virtude de o Presidente Wenceslau Braz estar ausente, em Minas; em 1918 foi Ministro da Justiça do Govêrno de Rodrigues Alves, sendo que, naquele mesmo ano, foi eleito, pela segunda vez, Presidente do Maranhão, que assume renunciando a Presidência do Senado, pois foi senador desde 1906.

Destacou-se Urbano Santos como jurista de mérito, deixando vários trabalhos constantes de votos, pareceres e projetos. Orador fluente e escritor apurado.

Joaquim de Sousa Andrade (Sousândrade) — nascido a 9-7-1833 e falecido em São Luís a 21-4-1902. Bacharel em letras pela Sorbone e engenheiro de minas por Paris, abandonando os estudos para se dedicar à lavoura. Foi professor de grego no Liceu Maranhense. Poeta e filósofo. Viajou pelo Amazonas, atravessou o Andes e visitou a América do Norte e, dessa sua peregrinação, deixou o estranho poema "Gueza Errante". É o patrono da cadeira n.º 18, da Academia Maranhense de Letras, fundada por Clodoaldo Freitas.

Escreveu várias obras.

Uma nova esperança na batalha do petróleo está surgindo no município de Guimarães, onde uma área sedimentar extremamente favorável foi localizada e está sendo estudada na fazenda Jerusalém. Essa área é considerada das mais promissoras já encontradas no país e os técnicos da Petrobrás consideram-na de alto teor produtivo. A Equipe de Perfuração Pioneira — EPP-2 está perfurando o segundo poço da localidade, sendo que, no primeiro, nada foi encontrado. Para tal perfuração, o pessoal empregado chega a 29.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	136	210	403	127	460
1951	153	252	427	119	421
1952	175	327	237	160	531
1953	435	293	745	119	640
1954	394	437	977	266	809
1955	123	544	849	208	1 077
1956 (1)	—	—	1 060	364	1 060

(1) Orçamento.

(Bibliografia — Monografia de Guimarães — n.º 75 — I.B.G.E. — C.N.E.; Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística e documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão.)

HUMBERTO DE CAMPOS — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1612, da expedição francesa para colonizar o Maranhão, fazia parte o navio "Santana", que aportou em Upaon-Mirim (Ilha Pequena, hoje Santana), enquanto aguardava o resultado das negociações levadas a efeito em Upaon-Açu (Ilha Grande, hoje cidade de São Luís). Alcançou sem maiores danos o pôrto de Upaon-Açu, distante 12 léguas da ilha, aí ancorando no dia 26 de julho, dia consagrado a Sant'Ana.

Em princípios do século passado, um homem chamado José Carlos Frazão, natural da mesma província, procurando um local apropriado para a agricultura, foi, casualmente, parar em uma aldeia de índios e, fazendo amizade com o chefe, dêste obteve informações de onde poderia encontrar melhores terrenos para plantio. Êsse local nada mais era do que um matagal, cortado aqui e ali por extensos lençóis de areia.

Uma circunstância, porém, seria decisiva na escolha de Carlos Frazão: a existência de um rio deslizando de terra adentro, rio Periá, que, aliás, era também o apelido da tribo.

José Carlos Frazão convidou parentes e amigos para virem morar perto de si. Em breve o ajuntamento, que era situado à margem esquerda daquele rio, duas léguas distante da barra do Veado, que é a sua foz, virou arraial, com o nome de São José do Periá.

Foi Miritiba criado do distrito do município de Icatu, por Lei n.º 13, de 8 de maio de 1835. A Lei n.º 543, de 20 de julho de 1859, elevou-a à categoria de vila, desmembrando-a de Icatu e transformando-a em município independente, com a denominação de vila de Miritiba de São José do Periá.

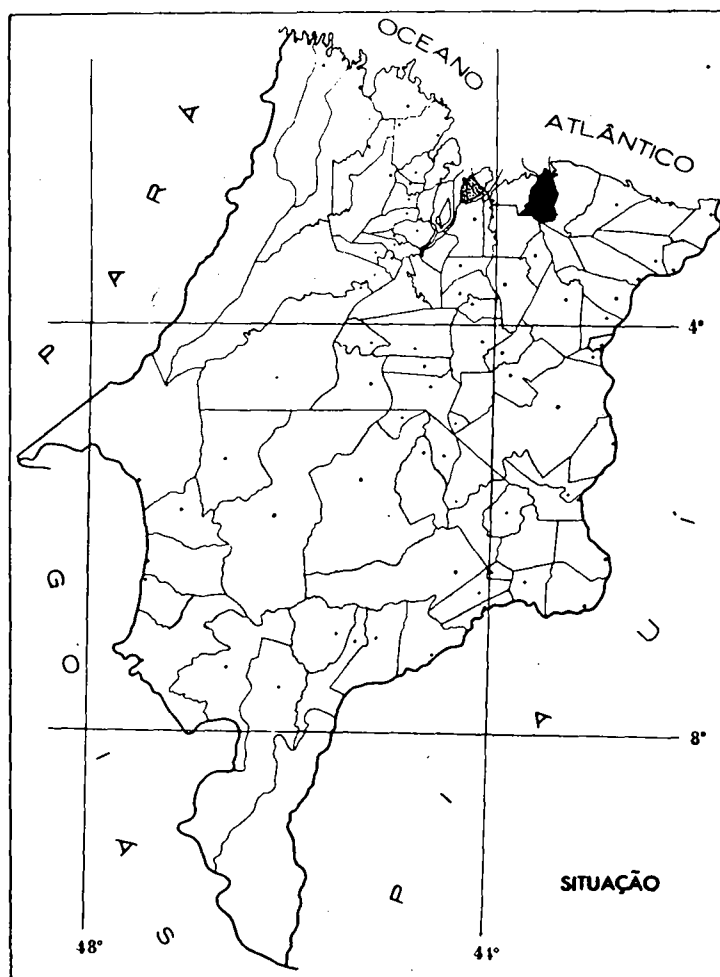
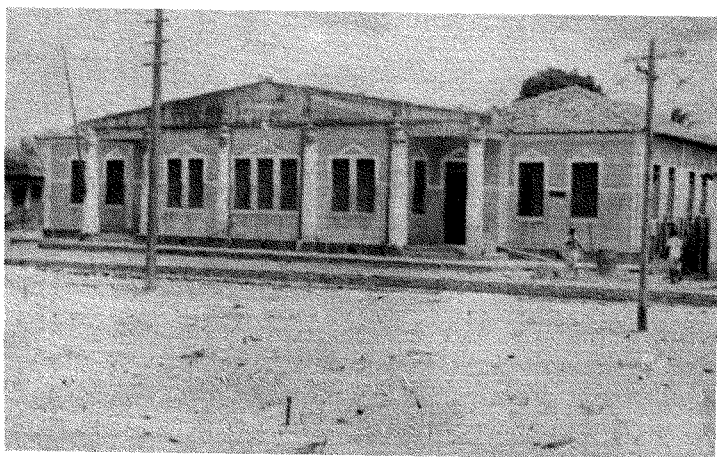
Insignificante, embora, sob o ponto de vista econômico, Miritiba teve o seu papel saliente, vivo e heróico, na história do Maranhão. Na guerra dos Balaios, em 1840, foi ela tomada e retomada pelos rebeldes, em luta com as fôrças legais sob o comando de Lima e Silva, o Duque de Caxias. Lima e Silva atacou-a e fê-la ocupar pelos imperiais marinheiros. Nela teve início a monarquia do negro Cosme, velho escravo que fugira para as matas circunvizinhas, formando, aí, uma côrte de 2 000 negros foragidos. Tendo saqueado uma igreja, Cosme apossou-se dos paramentos dourados do sacerdote e era metido nelas que se locomovia no seu reino onde, cercado de uma nobreza africana, defendido por um exército de carapinha, deitado em um andor, carregado por mulheres de sua raça. Nela se entregaram a Lima e Silva, em janeiro de 1841, 700 rebeldes de Raimundo Gomes e foi enforcado o índio Matroá, de 120 anos e que nessa idade era ainda um dos mais terríveis guerrilheiros balaios.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 743, de 13 de dezembro de 1934, tomou o nome de Humberto de Campos, em homenagem ao grande escritor maranhense, filho dessa localidade.

Na divisão territorial de 1936, o município compunha-se de dois distritos: Humberto de Campos e Primeira Cruz. Em 1938 desapareceu Primeira Cruz, ficando sòmente o distrito-sede de Humberto de Campos, que absorveu o outro. No mesmo ano, entretanto, o Decreto-lei estadual n.º 159, de 6 de dezembro, restabeleceu o distrito de Primeira Cruz, o qual, na divisão territorial 1944-1948, continuava ocupando o segundo lugar no município. Em 28 de julho de 1947, por ato das disposições constitucionais transitórias do Estado, foi alterada a divisão administrativa e judiciária que fôra fixada para 1944-1948, criando o município de Primeira Cruz, desmembrado do de Humberto de Campos.

No pleito de 3-10-1950 foi escolhido Prefeito Aarão Mendes de Almeida, que governou os cinco anos sem nenhum embaraço. A 3-10-1955, novas eleições são realizadas no município, não podendo, entretanto, assumir a comuna o candidato que apresentou maioria, tendo em vista os constantes recursos dirigidos ao Tribunal Eleitoral. Assim sendo, foi para a frente do município José da Conceição Ferreira, então Presidente da Câmara, até que o candidato eleito pudesse entrar em exercício. Êsse estado de coisas permaneceu até julho de 1957, quando assumiu a Prefeitura Kleber Almeida, que foi o candidato vitorioso. Nove vereadores fazem parte da Câmara Municipal.

Humberto de Campos é comarca de 1.ª Entrância, tendo por têrmo o município de Primeira Cruz. Constitui-se o Poder Judiciário de: 1 Juiz, 1 Promotor, 2 Cartórios do 1.º e 2.º Ofícios. Há, ainda, nos povoados Cedro e Santa Helena, 1 Escrivão apenas para o Registro Civil e 1 Juiz de casamentos.

LOCALIZAÇÃO — Pertence o município à Zona Fisiográfica do Litoral Nordeste. Coordenadas Geográficas: latitude Sul: 2° 41' 15". Longitude W. Gr.: 43° 31'. Po-

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Prefeitura Municipal

sição relativamente à Capital: rumo — E.S.E., distância — 84 quilômetros (em linha reta). Limita Humberto de Campos com os municípios de Icatu, Primeira Cruz, Morros e Oceano Atlântico.

ALTITUDE — É de 15 metros na sede municipal.

CLIMA — Temperatura em graus centígrados: média das máximas, 36; média das mínimas, 20; média compensada, 34. As estações são inverno e verão. Os meses mais chuvosos, durante o inverno são fevereiro, março e abril, e os mais quentes, outubro e novembro.

ÁREA — Com área de 1 652,50 quilômetros, é o 58.º município em grandeza territorial no Maranhão.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são os rios Periá e Mapari. O primeiro banha o município, em curso amplamente navegável e segue, formando pequena baía, com o seu maior afluente, pela margem direita, o Alegre. É a linha divisória com Primeira Cruz.

Em frente à cidade, à margem do Periá, existem grandes dunas de areia, parecendo assim que foi terreno conquistado ao mar pela natureza.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais são: de origem mineral, sal marinho e cal; vegetal, cêra de carnaúba; animal, peixe, sendo esta última a principal, pois atingiu, em 1956, a 1 800 toneladas no valor de 12 600 milhares de cruzeiros.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, era de 10 144 habitantes a população de Humberto de Campos — 5 181 homens e 4 963 mulheres — correspondendo a 6,5 habitantes por quilômetro quadrado. Dessa população, 88% localizavam-se na zona rural. Segundo a côr, estava assim distribuída: pardos, 8 446; brancos, 1 452 e pretos, 179. Das pessoas de 15 anos e mais — num total de 5 566 — 2 483 eram solteiros; 2 669 casados, e viúvos — 335. Desquitados ou divorciados aparece apenas 1 mulher. Brasileiros naturalizados existiam 2 — 1 homem e 1 mulher e estrangeiros, sòmente 1 homem.

Como em todo município maranhense, no referente à religião, predomina a Católica Romana, com 10 000 pessoas. Os demais credos poucos adeptos possuem.

Relativamente aos municípios mais populosos, Humberto de Campos ocupa o 61.º lugar.

A população para 1956, segundo cálculos do D.E.E., era de 11 671 habitantes — 7,4 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Apenas 1 aglomeração urbana possui o município — a cidade de Humberto de Campos, com 1 213 habitantes — 606 homens e 607 mulheres, com base em dados do Recenseamento de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Humberto de Campos tem por base econômica o sal e a lavoura. O primeiro, em 1956, atingiu 5 098 300 quilogramas, no valor de Cr$ 1 729 240,00. Para sua extração há 62 salinas, em franca produção, localizadas nas ilhas da orla marítima. Faz-se, também, embora em pequena escala, extração de cal de marisco. Ainda em 1956, a produção de farinha de mandioca alcançou 1 131 380 quilogramas, valendo Cr$ 4 302 310,00, seguindo-se-lhe cêra de carnaúba (3 260 quilogramas, no valor de Cr$ 139 900,00); arroz (450 sacos de 60 quilogramas, no valor de Cr$ 58 500,00); feijão (650 sacos de 60 quilogramas, valendo Cr$ 247 000,00).

Insignificante é a pecuária, sendo o seguinte o número de cabeças existentes, de acôrdo com a espécie: 850 bovinos, 120 caprinos, 12 asininos, 5 800 suínos, 550 eqüinos e 50 muares. (Dados de 1956 fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística).

COMÉRCIO — São 10 os estabelecimentos varejistas na cidade, os quais transacionam com as praças de Ribamar e São Luís-MA. Os principais produtos importados são tecidos, artigos de armarinho, gêneros alimentícios e cereais. Exporta, além de farinha de mandioca, sal e peixe.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O principal meio de transporte do município é o marítimo (barcos a vela e lanchas). Em segundo plano vem o aéreo. Embora êste não tenha linha regular, há, entretanto, vários campos de pouso, sendo um na sede municipal, assim como nos povoados de Achuí, Carrapatal, Cedro, Rampa e Santa Clara, exclusivamentes para táxis-aéreos.

Liga-se Humberto de Campos às cidades limítrofes pelos seguintes meios de transporte: Icatu: cavalo, 96 quilômetros; Morros: cavalo, 109 quilômetros; Primeira Cruz: marítimo, 12 quilômetros; Urbano Santos: cavalo, 110 quilômetros.

Funciona na cidade a Agência Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Igreja-Matriz

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Humberto de Campos é servida de luz elétrica, havendo 43 ligações. A distribuição de energia para iluminação pública é a mesma para a particular. Consome-se, aproximadamente, 15 000 quilowatts e funciona, apenas, 4 horas por dia.

Um advogado exerce a profissão no município.

O policiamento consta de 1 Delegado Especial, três guardas municipais e 2 soldados da Fôrça Pública do Estado.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Pertence ao 7.º Distrito Sanitário, que tem por sede Rosário.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo, fundada em 1953, contava, em 1956, com 42 associados. Essa Sociedade tem por fim prestar auxílios não só aos seus membros como a pessoas estranhas ao seu quadro social. Mantém, a mesma, 1 Escola de Corte, Costura e Bordado, que tinha, em 1956, 11 pessoas matriculadas. Faz, ainda, distribuição de remédios e tecidos aos pobres. Há, também, o Núcleo das Voluntárias, mantido pela Igreja Católica, que tem por finalidade aulas de corte, costura, bordado e confecção de roupas aos pobres.

Ainda há a Associação de Proteção à Infância e à Maternidade, cuja atividade tem sido exclusivamente distribuição de leite em pó às crianças pobres.

ALFABETIZAÇÃO — Quando do Recenseamento de 1950, Humberto de Campos contava 8 041 pessoas de cinco anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 2 601, o que representa 30,9% sôbre o total, maior, por conseguinte, do que a porcentagem do Estado, que é de 21,7%.

Escola Rural

Das 2 601 pessoas alfabetizadas, 622 estavam localizadas na sede e 1 979 na zona rural.

Ensino — Contava, o município, em 1956, com 30 unidades de ensino fundamental comum, 6 fundamental supletivo e 1 complementar.

No início do ano de 1957 estavam matriculadas 938 crianças de 7 a 11 anos de idade, sendo 277 na sede e 661 na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe, na cidade, a biblioteca "Dr. Paulo Ramos", com o número aproximado de 480 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	258	153	...	...	...
1951	301	156	345	95	336
1952	253	145	382	78	363
1953	279	208	746	112	720
1954	356	173	580	91	654
1955	344	193	636	107	692
1956 (1)	393	296	822	88	666

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa religiosa de maior tradição é a do Divino Espírito Santo, no povoado Periá. É realizada, geralmente, no mês de novembro.

Avenida Dr. Leôncio Rodrigues

Três dias antes de ser iniciada a festa, começam a chegar os romeiros, a fim de alugarem casas e prepararem barracas para venda de bijouterias, brinquedos diversos e sortes.

Marca o início da festa o levantamento do mastro, medindo, aproximadamente, uns 10 metros, plantado no meio do arraial, em frente ao salão onde está erguido o altar com o Divino Espírito Santo. O mastro é totalmente enfeitado, com papel de sêda recortado e galhinhos de murta. De baixo até em cima é cheio de pencas de banana, côcos, laranjas, limas, etc. Na sua extremidade fica uma bandeirinha vermelha. Na véspera da festa, às 18 horas, há a sua tradicional saudação o que consta de rufar de caixas, intensificando-se os toques até às primeiras horas do dia seguinte, num vai-vém incessante de visita à Casa do Mordomo Régio e do Imperador.

É usado, também, nessas comemorações, vestir-se um casal de crianças de Príncipe e Princesa, a fim de tomar parte, sentando-se à cabeceira da mesa, no grande jantar realizado.

Várias cantigas são entoadas nessa ocasião, não só pedindo licença para a entrada como para a saída. Abaixo, alguns dos versos usados:

Pedem licença
Caixeiras, minhas caixeiras
Saiam na porta da rua
Que as caixeiras do Mordomo Regis
Andam em procura suas

Bendito seja de Deus
Ah, meu filho, que será?
São as caixeiras do Pombinho,
O Tribuná querem visitá

Entremos, entremos
Neste Tribuná de alegria
Entremos com o Pombinho
E Deus, a Virgem Maria

Ao se retirarem, entoam:

Dê-me licença caixeiras
Que eu quero me arretirá
Do salão do Imperador
Para o Mordomo Regis voltar

Chegada ao trono:

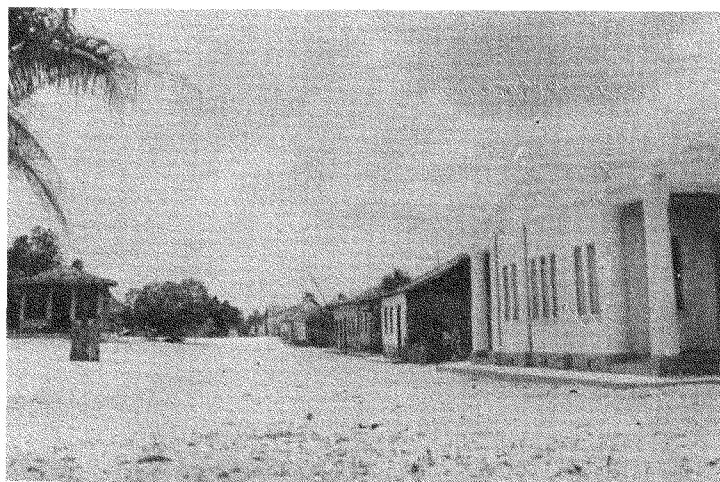
Dê-me licença Tribuná
Que nóis queremos entrá
Fomos visitá o Imperador
Com a Coroa do Periá.

Por tradição, as caixeiras são sempre as mesmas, todos os anos. São as que melhor batem caixa — feitas, geralmente com tábuas coladas em forma de cilindro, tendo uma das extremidades cobertas de peles de animais —, cantam, marcam e trocam passos.

Há, na festa do Divino Espírito Santo, um detalhe interessante: é que ninguém pode sentar de pernas cruzadas ou cruzar os braços dentro do salão. Se assim faz, involuntária e despreocupadamente, as caixeiras, que a isso estão atentas, se dirigem à pessoa que cometeu a falta, amarram com uma fita a perna ou o braço — tal seja a parte cruzada — tocando, incessantemente, até que o faltoso pague a "prenda" para se ver liberto. Êsse movimento, entretanto, que chama a atenção de todos os presentes, se repete a cada momento.

Não menos importante, no município, é a brincadeira do "bumba-meu-boi". É realizada, como nos demais municípios maranhenses, na véspera e no dia de São João, prolongando-se até 29 de junho.

Humberto de Campos pertence à Paróquia de São José do Periá, subordinada à Arquidiocese de São Luís. Conta com 1 igreja-matriz e um pároco.

Em 1956 foram realizados 115 casamentos e 747 batizados.

Rua Irineu Santos

Vista do abrigo na rampa de embarque e desembarque

VULTOS ILUSTRES — *Humberto de Campos Veras*, nascido em Miritiba, hoje Humberto de Campos, a 25 de outubro de 1886 e falecido no Rio de Janeiro a 5 de dezembro de 1934. Poeta, cronista, humorista, contista e crítico literário; uma das mais fortes expressões da intelectualidade contemporânea brasileira. Foi aprendiz de alfaiate, caixeiro de comércio e tipógrafo; depois representante do Maranhão na Câmara Federal de Deputados. Ocupou, na Academia Brasileira de Letras, a cadeira n.º 20, patrocinada por Macedo; foi sócio correspondente da Academia Maranhense e, com o aumento de seu quadro social, escolhido para patrono da cadeira n.º 23, fundada pelo poeta Ribamar Pinheiro.

Escreveu: — Poesia — "Poeira", 1.ª série — 1911, 2.ª série — 1917; "Poesias completas" — 1923. Crônicas — "Da seara de Booz" — 1918; "Mealheiro de Agripa" — São Paulo, 1919; "Destinos" — Rio, 1926; "Os párias" — 1933; "Lagartas e Libélulas" — Rio, 1933; "Sombas que sofrem" — Rio, 1934; "Sepultando os meus mortos" — 1935; "Notas de um diarista" — 1.ª série, 1936; "Reminiscências" — 1935; "Um sonho de pobre" — 1935; "Contraste" — 1936; — "Perfis" — 1.ª série, 1936, 2.ª série, 1936; "Últimas crônicas" — 1936. Contos humorísticos — "Vale de Josafá" — Rio, 1918; "Tonel de Diógenes" — Rio, 1919; "Serpente de Bronze" — Rio, 1920; "Gansos do Capitólio" — Rio, 1921; "A bacia de Pilatos" — 1923; "A funda de David" — 1924; "Grãos de mostarda" — 1925; "Pombos de Maomé — Rio, 1925; "O arco de Esopo" — Rio, 1926; "Antologia dos humoristas galantes" — Rio, 1926; "Alcova e salão" — Rio, 1927; Autobiografia — "Memórias" — 1.º vol., 1933, 2.º vol. 1935; "Memórias inacabadas" — Rio, 1935; "Fragmentos de um diário" — 1939; "Diário", *in* "O Cruzeiro" — Rio, 1951, Crítica — "Carvalhos e Roseiras" — Rio, 1923; "Crítica" — 1.ª série, 1933, 2.ª série, 1933, 3.ª série, 1935, 4.ª série, 1934. Contos — "O monstro e outros contos", 1932; "Histórias maravilhosas" — 1933; "A sombra das tamareiras" — São Paulo, 1934. Ensaios — "O Brasil anedótico" — 1927; "O conceito e a imagem na poesia brasileira" — Rio, 1926; "Antologia da Academia Brasileira de Letras" — Rio, 1928.

José Maria da Costa Santos, nascido em Miritiba, hoje Humberto de Campos, a 17 de julho de 1916. Poeta e jornalista; faz parte do corpo redacional de "Acaiaca",

revista belo-horisontina de cultura. É exator federal em João Ribeiro, Minas Gerais.

São de sua autoria: "Melancolia", poesia — São Luís, 1937; "A mulher na poesia do Brasil" — Belo Horizonte, 1949; "Jóias da Poesia Mineira" — Belo Horizonte, 1952; "Poemas da terra e do mar", no prelo; "Os mais famosos e mais formosos sonetos brasileiros", em preparo.

Raimundo Feliciano Corrêa da Silva, nascido em Miritiba, hoje Humberto de Campos, a 20-5-1917 e falecido em São Luís a 4-7-1951. Poeta e jornalista. Foi redator dos "Diários Associados", em São Luís, revisor do "Diário Oficial do Estado", e bibliotecário da Biblioteca Pública do Maranhão. Pertenceu ao Cenáculo "Graça Aranha" e ocupou, na Academia Maranhense de Letras, a cadeira n.º 22, patrocinada por Humberto de Campos.

Escreveu: "Minha cidade dos mirantes e azulejos", "Gôtas de sangue e suor" e "Vida de Gonçalves Dias — para criança", todos inéditos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Na ilha de Santana, neste município, fica localizado o farol do mesmo nome, com foco de 60 metros de altitude, alcance de vinte milhas e alternação do grupo de lampejos com um segundo. A tôrre tem 61 metros de altura e é de ferro pintado de branco. Funciona a querosene, possui estação de rádio, 4 residências para 3 faroleiros e 1 telegrafista. Foi inaugurado em 1831 e sofreu a última reforma em 1948. Tem a seguinte posição: Latitude Sul: 2º e 16' e Longitude W. Gr.: 43º e 36'.

Aos filhos da terra dá-se a denominação de "humbertoense".

(Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística, Capitania dos Portos do Maranhão e Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão; Redação final — Maria Rita de Miranda Jorge e Arthur Dias de Paiva.)

ICATU — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Icatu ou Hycatu — Varnhagem traduz êste nome por Fontes-boas, e Ayres Casal, por Águas-boas.

Vila — É, depois de Alcântara, a mais antiga de tôda a província, e está situada à margem direita do rio Munin, na distância de meia légua da baía de São José.

Câmara Municipal — O senado da Câmara querendo tornar efetiva a mudança desta vila (que foi outrora chamada Arrayal de Santa Maria de Guaxinduba pelo seu fundador o ilustre Jerônimo d'Albuquerque Maranhão) pediu ao govêrno da Metrópole autorização para trocar com D. Thereza Margarida da Silva e Horta (da cidade de Lisboa) meia légua de terra do seu patrimônio com igual porção, que aquela senhora possuía no lugar denominado Fábrica de Madeira, hoje pôrto do engenho.

Foi-lhe concedida autorização pela Provisão régia de 25 de agôsto de 1758, e efetuou-se a troca por escritura pública de 28 de março de 1759, sendo representada Dona Theresa pelo seu procurador Carlos da Silva Gatinho; em seguida realizou-se a mudança da vila.

Alguns governadores da capitania ali residiram por mero recreio e a câmara dêles obteve o seguinte por patrimônio:

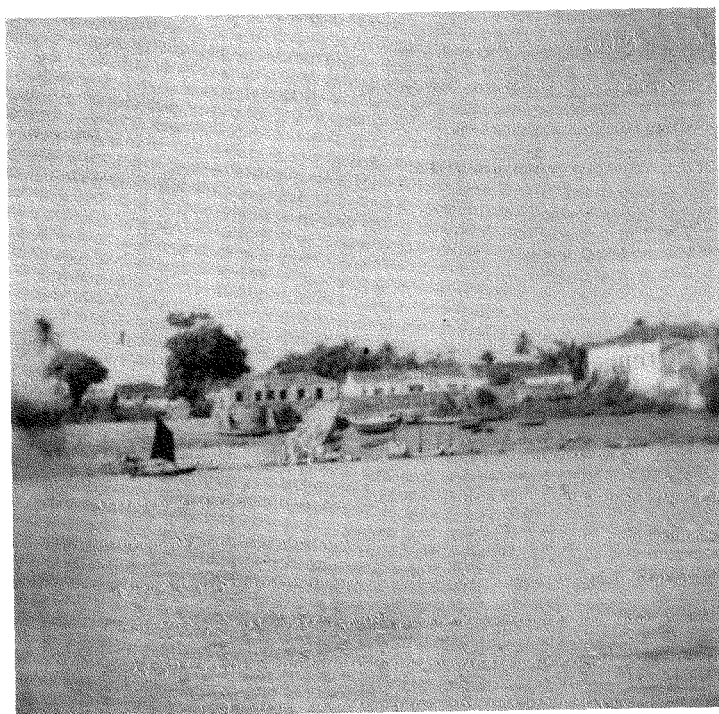
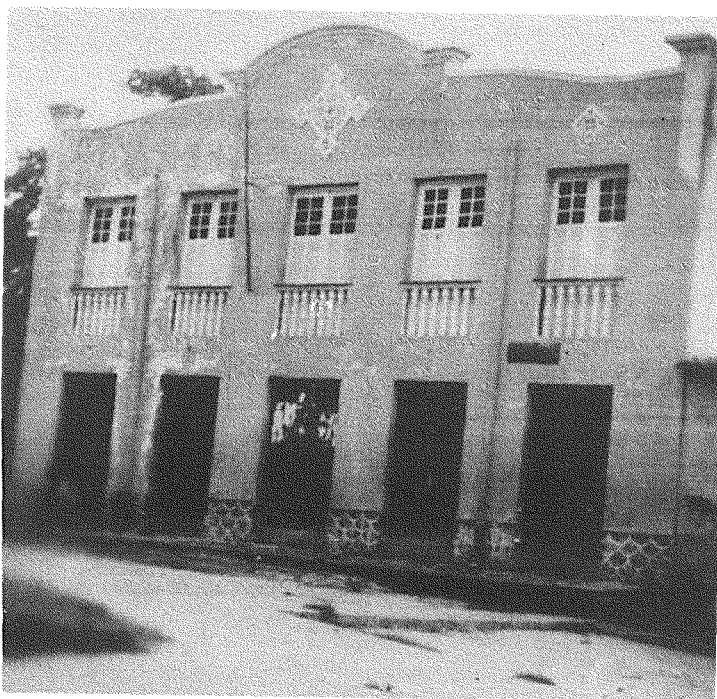
"A posse de uma légua de terra quadrada aquém da baía de São José de Ribamar, concedida pelo governador Arthur de Sá de Menezes em 1688, mas sendo desencaminhada a carta de doação, foi passada outra pelo governador Francisco Pedro de Menezes Gurjão, no Pará, em 3 de setembro de 1749, e mandada demarcar pela Provisão régia de 20 de julho de 1757.

"Meia légua de terra pela costa e uma de fundo pelo sertão, concedida pelo mesmo Gurjão, já na cidade de São Luís, em 2 de dezembro de 1748, e confirmada por el-rei D. João, em 19 de março de 1750.

"Uma légua de terra de comprimento começando da bôca do Una-assu, da parte direita pelo rio acima, e três de fundo concedidas pelo mesmo governador em 2 de agôsto de 1751 e confirmada por el-rei D. José, a 10 de março de 1753.

"Légua e meia de terra com uma de fundo à margem direita do rio Munim, concedida pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no Pará, em 23 de setembro de 1753 e confirmada pelo mesmo monarca em 1.º de janeiro de 1755.

"De uma exposição, feita na vila do Icatu, em 4 de outubro de 1825, pelo escrivão da câmara, Antônio Bernardino Ferreira Coelho, se vê que a Câmara tinha de patrimônio em terras de lavrar 5 1/2 léguas, além de meia em que está a vila.

Freguesia — Na Provisão régia de 25 de setembro de 1801 disse o príncipe regente, "que tendo sido objeto dos cuidados do bispo defunto e de seu paternal amor a extensão de várias freguesias, e entre elas a do Icatu, que se podia dividir em duas, ordenava ao cabido da Santa Sé para que procedesse na conformidade da representação do prelado, sendo encarregado de fazer a divisão dessa freguesia, tendo o pároco 100$ réis de côngrua, pagos pela real junta da fazenda".

Vista parcial da entrada da cidade

Prefeitura Municipal

Por sentença firmada em 1.º de março de 1805, o bispo D. Luiz de Brito Homem "dividiu, desmembrou e separou dêsse dia para sempre dessa freguesia todo o território que fica ao Sul da mesma freguesia, cortada transversalmente desde a fazenda de Luiz Nogueira até a barra do rio Prêto, e daí em linha reta até a barra do Iguará, e sítio de Santa Rosa nos confins da mesma freguesia, e bem assim todos os povos, lugares, julgados, arraias, fazendas, casas, famílias e pessoas, erigiu e instituiu uma nova paróquia e vigararia perpétua sob a invocação, de Nossa Senhora das Dores, devendo ser a igreja desta nova freguesia edificada no lugar da Vargem Grande, e enquanto não o fôsse devia servir-se o novo pároco da capela de São Raimundo, que se achava na fazenda chamada Molunduns".

Casa-forte — Em 8 de março de 1689 o senado da câmara dirigiu-se ao sargento-mor Antônio de Barros Pereira e lhe participou estar ciente de achar-se concluída a casa-forte do mato, e por isso nomeava para cabo da mesma o ajudante Dionízio Barros de Albuquerque.

Em 9 de outubro de 1706 ainda disse a câmara ao rei, que quando se fundou o Icatu, nêle se fizeram duas casas fortes com soldados pagos e seus cabos.

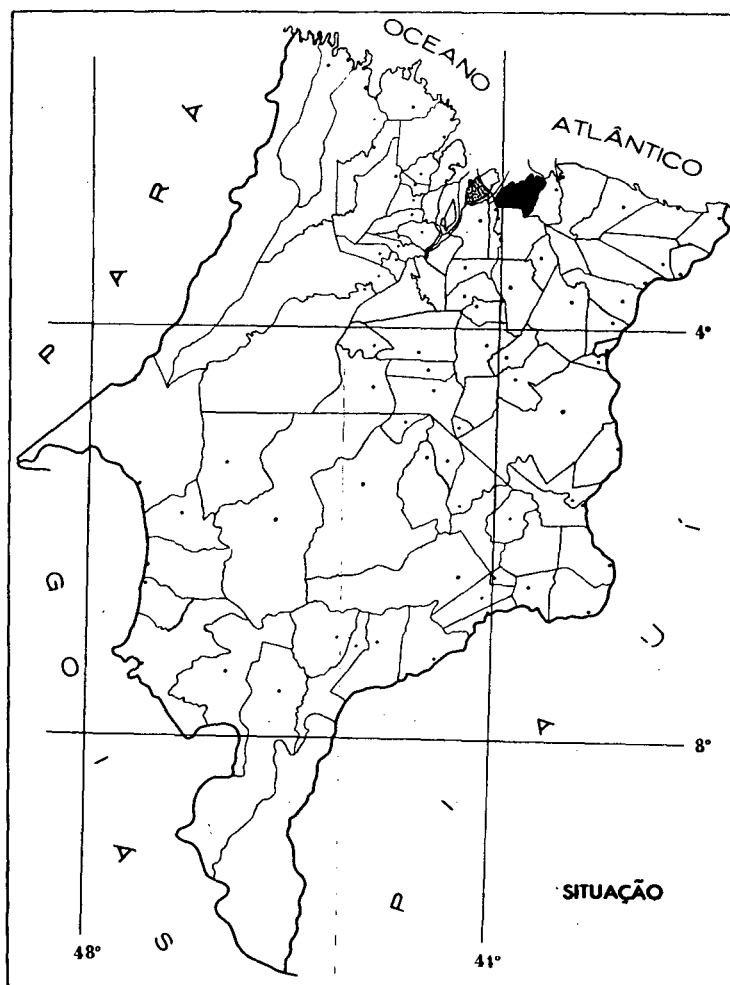
Que essas casas "já não existiam porque se achavam arruinadas", e por isso convinha que sua majestade mandasse mudar uma delas para o rio Iguará que era a barra onde chegavam os comboios da cidade da Bahia para esta Capitania, como também o alojamento principal dos que partiam desta para aquela cidade prevenindo-se assim dos males causados pelos gentios de corso.

No princípio do século 18 foi esta vila devastada pelos índios cahicahises, que fizeram o mesmo em todos os estabelecimentos nas margens do rio Munim para se vingarem do rapto de muitos dos seus, praticado pelos portuguêses a fim de reduzi-los à escravidão. (Dicionário de Cezar Augusto Marques).

Por Lei estadual n.º 1 139, de 10 de abril de 1924, foi Icatu elevada à categoria de cidade. Atualmente, é Prefeito do município o Sr. Oswaldo Apolônio Ferreira Campos.

Desde sua fundação até nossos dias, Icatu sofreu diversos mutilamentos em seu território para, com êles, serem constituídos outros tantos municípios, com os quais se pode formar o quadro genealógico municipal abaixo:

Icatu (1688)	Axixá (1935)	
	Humberto de Campos (1859)	Primeira Cruz (1947)
	Morros (1894)	

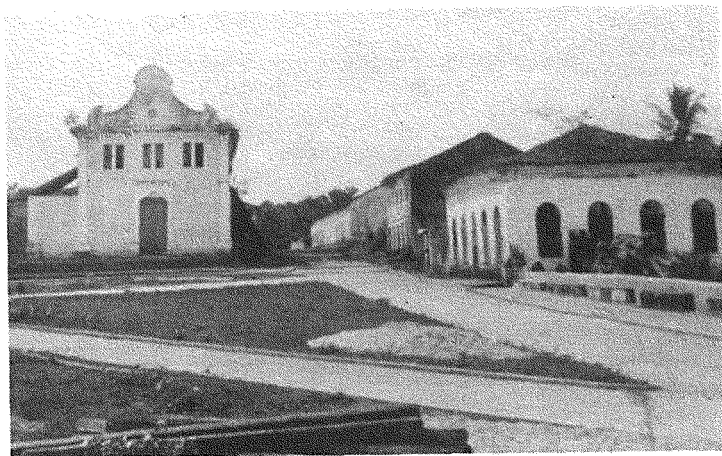
LOCALIZAÇÃO — Pertence Icatu à Zona do Litoral Norte. Coordenadas geográficas da sede municipal: latitude Sul: 2° 38' 45"; longitude W. Gr.: 43° 59'. Posição relativamente à Capital, rumo — E.S.E.; distância — 36 quilômetros (em linha reta).

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 5 metros de altitude.

LIMITES — Icatu limita com os municípios de Humberto de Campos, Axixá, Morros e com o Oceano Atlântico. (Baía de São José).

CLIMA — Quente, porém agradável. No inverno, a temperatura, à noite, baixa bastante.

Não existe Pôsto Meteorológico no município.

Estações — São duas as estações do município: inverno, de janeiro a junho e verão de julho a dezembro. Os meses mais chuvosos são fevereiro, março e abril. No inverno as

Vista parcial da Praça Presidente Dutra, vendo-se a Matriz de N. S.ª da Conceição

noites são frias e os dias um pouco quentes. Os meses de mais calor: setembro outubro e novembro.

ÁREA — A superfície do município é de 1 472,50 quilômetros quadrados, sendo Icatu o 60.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, a população do município é de 9 946 habitantes, calculando-se, entretanto, o seu aumento, em 1956, para 11 443. A densidade demográfica é de 7,77 habitantes por quilômetro quadrado; 90% da mesma se encontra localizada na zona rural.

Os dados censitários de 1950 comprovam a existência de 7 713 pardos — 3 908 homens e 3 805 mulheres, o que atinge 77,5% da população. Da côr branca — 14,2% — existem 715 homens e 702 mulheres. O restante é da preta — 395 homens e 393 mulheres.

Das pessoas de 15 anos e mais, segundo o estado conjugal, 64,4% — 1 938 homens e 1 827 mulheres — eram solteiros; 30,2% — 882 homens e 888 mulheres —, casados, e 3,7% eram divididos entre viúvos e desquitados ou divorciados, aquêles com 102 homens e 197 mulheres e êstes com 3 homens e 1 mulher.

De acôrdo com o ramo de atividade principal, as pessoas de 10 anos e mais estavam assim distribuídas (dados de 1950): "atividades domésticas" — 396 homens e 3 046 mulheres; "agricultura, pecuária e silvicultura" — 1 909 homens e 51 mulheres; "condições inativas" — 456 homens e 332 mulheres; "indústrias extrativas" — 556 homens e 6 mulheres; "comércio de mercadorias" — 87 homens e 6 mulheres; "transportes, comunicações e armazenagem" — 60 homens; "prestação de serviços" — 37 homens e 24 mulheres; "indústria de transformação" — 48 homens; "Administração pública, Legislativo, Justiça" — 22 homens e 5 mulheres; "atividades sociais" — 2 homens e 25 mulheres; "Defesa Nacional" — 10 homens; "profissões liberais" — 1 homem.

Aglomerações urbanas — O município de Icatu conta com dois distritos: a sede, com 539 habitantes e Itapera, com 481, sendo distribuídos do seguinte modo — no primeiro, 257 homens e 282 mulheres e, no segundo, 243 homens e 238 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Tem Icatu a base de sua economia na pesca e na agricultura. Nesta, o principal produto é a mandioca, cuja produção, em 1955, alcançou o total de 13 000 toneladas, no valor de .... Cr$ 1 040 000,00. Seu mercado comprador, por excelência, é a Capital do Estado.

Quanto à pesca, forneceu ao município uma renda de Cr$ 8 556 000,00, para um total de 1 426 000 quilogramas de peixes de qualidades diversas, podendo, ainda, ser maior, se outros fôssem os métodos empregados.

Sua produção de babaçu é pequena: em 1956 apenas 22 toneladas no valor de 154 mil cruzeiros.

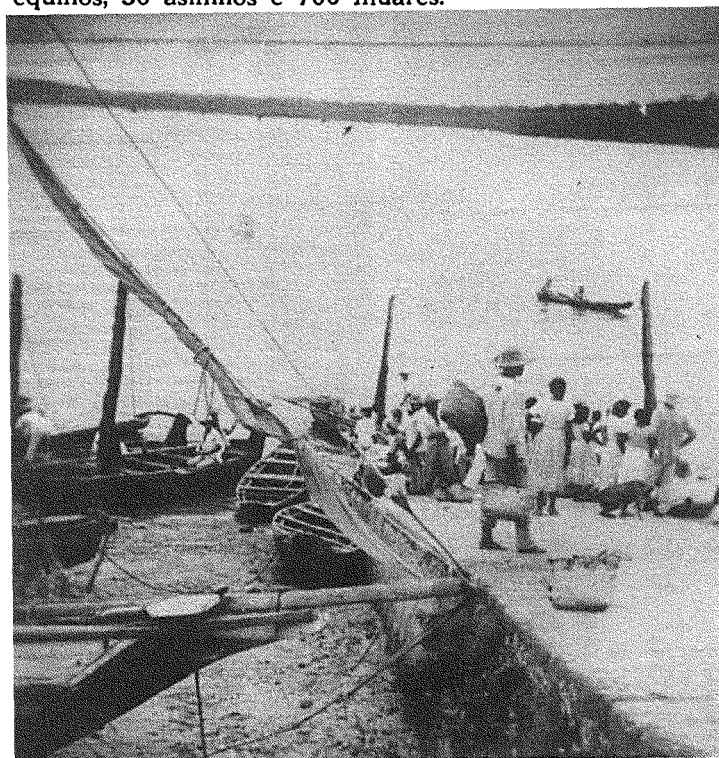
Segundo o Departamento Estadual de Estatística, em 1956 o valor da produção dos principais produtos agrícolas do município foi o seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Arroz em casca	Saco de 60 kg	700	168 000
Feijão	» » » »	300	144 000
Mandioca	Tonelada	10 500	840 000
Cana-de-açúcar	»	—	—
Milho	Saco de 60 kg	650	97 500
Banana	Cacho	6 800	54 400
Laranja	Cento	20 000	240 000

A exportação de frutas, na sua quase totalidade, é feita para o município de Ribamar.

Indústria — Há no município fabricação de farinha de mandioca e sabão de andiroba e extração de sal marinho e cal, que, em 1956, alcançaram o seguinte total:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Sal	kg	256 000	127 000
Cal	»	504 000	336 000
Sabão	»	27 400	328 400
Farinha de mandioca	»	633 300	2 981 200

Pecuária — Bem reduzida é a criação de gado em Icatu. O Departamento Estadual de Estatística calcula que em 1956 o efetivo da população pecuária era estimado em 350 bovinos, 2 500 suínos, 800 ovinos, 1 600 caprinos, 880 eqüinos, 30 asininos e 700 muares.

Venda de pescado no pôrto

MEIOS DE TRANSPORTE — As cidades vizinhas comunicam-se com Icatu pelos seguintes meios de transporte: Axixá: fluvial, 26 quilômetros; a cavalo, 18 quilômetros; Morros: fluvial, 41 quilômetros; a cavalo, 18 quilômetros; Humberto de Campos: a cavalo, 96 quilômetros. Servem, igualmente, de comunicação para êsse município, os táxis-aéreos, embora não mantenham linha regular.

COMÉRCIO — Tôdas as transações comerciais do município são feitas, exclusivamente, com São Luís. Tecidos em geral, medicamentos, café, manteiga, açúcar, etc., são os produtos vendidos em seus 17 estabelecimentos de comércio, sendo 1 atacadista na sede municipal, 12 varejistas e 4 de prestação de serviços.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Icatu possui apenas 9% de suas ruas pavimentadas a concreto e pedras irregulares. Também calçada a concreto é a Praça "General Dutra", ponto central da cidade. A sede municipal é iluminada à eletricidade por um motor que, anualmente, produz e fornece 10 000 kW, sendo 3 000 para iluminação pública e 7 000 para a particular, esta constando de 48 ligações. Possui, também, a cidade, uma Agência Postal--telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Foram registrados na Prefeitura Municipal, em 1956, 6 carros de boi e 6 bicicletas.

Nove membros representam o município na Câmara de Vereadores.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Icatu é sede de comarca de 1.ª Entrância. Abrange os têrmos de Axixá e Morros e compõe-se de 1 Juiz de Direito, 3 Suplentes de Juiz, um Promotor Público, 2 Tabeliães (1.º e 2.º Ofícios) e 2 Oficiais de Justiça.

Há uma cadeia pública, com 4 pavilhões e capacidade para apenas 20 detentos, visto o prédio não ter sido construído para êsse fim, mas adaptado.

Dois guardas mantêm a ordem na cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Como assistência médico-sanitária dispõe Icatu apenas de uma far-

Vista parcial da Praça Presidente Dutra

Vista parcial da Rua Duque de Caxias

mácia, um farmacêutico prático e um Pôsto do Serviço de Endemias Rurais, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, cuja finalidade é combater a malária, extrair sangue para exame de laboratório na Capital do Estado e aplicação de comprimidos antimaláricos.

Três guardas fazem êsse serviço.

Como instituição beneficente existe, ainda, a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", fundada em 1953.

Pertence, Icatu, ao 7.º Distrito Sanitário — Pôsto de Higiene do Estado —, que tem por sede Rosário.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, existem em Icatu, com mais de 5 anos de idade, sabendo ler e escrever, apenas 2 757 pessoas, sendo 1 473 homens e 1 284 mulheres, das 8 537 recenseadas com essa idade.

Já quanto às pessoas de 10 anos e mais, num total de 133 que possuíam curso completo, 126 tinham diploma de grau elementar; 3 casais, de grau médio, e apenas um homem com instrução de grau superior.

Ensino — Conta o município com um total de 32 unidades escolares, sendo 28 do ensino Fundamental Comum, 3 do Fundamental Supletivo e 1 do Complementar.

No início do ano de 1957, o número de matrículas de crianças de 7 a 11 anos era de 1 121, sendo 262 na sede municipal e 859 espalhadas pela zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Dispõe a cidade, de duas bibliotecas, sendo uma — "Biblioteca Municipal Icatuense" —, mantida pela Prefeitura, possuindo cêrca de 800 volumes e franqueada ao público, e outra — "Biblioteca Sotero dos Reis" — pertencente ao Grupo Escolar "Imaculada Conceição", com, aproximadamente, 400 livros, para uso exclusivo dos estudantes.

Como filhos ilustres de Icatu aparece, em destaque, Severiano Antônio de Azevedo. Professor primário e poeta. Faleceu em 1863. Foi autor de "Tentativas poéticas" e "Maravilhas do amor", havendo traduzido, de La Fontaine "Os dous machos".

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Dois são os rios que cortam o município: o Munim e o Anajatuba. O primeiro tem sua bacia formadora no município de Vargem Grande, a qual é constituída pelos rios Prêto e Mocambo. É navegável por lanchas de regular calado e até o lugar Taquaris, em Axixá, sofre influência das marés. Banha a sede municipal.

Quanto ao seguindo — o Anajatuba —, nasce em Icatu, no Campo das Oliveiras, e banha os povoados de Salgado, Sertãozinho, Serraria e Boa Vista, sendo navegável até êste último povoado. A mesmo tempo, serve referido rio de limite entre a sede e o distrito de Itapera.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	267	175	330	99	335
1951.......	268	183	348	88	360
1952.......	263	187	386	88	316
1953.......	525	251	775	132	794
1954.......	328	255	896	130	953
1955.......	509	295	648	122	782
1956 (1)....	587	368	609	78	609

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS — Três são os principais folguedos dêsse município: "bumba-meu-boi", "carnaval" e "tambor de crioula". O primeiro é o ponto principal da temporada junina. Tem início a 24 de junho e vai até 26 de julho, dia de Sant'Ana. Essa brincadeira se exibe nas portas de residências, onde o dono da casa serve aos participantes ou bailantes bebidas diversas.

O carnaval — festa tradicional — tem sua época determinada e durante a qual blocos, turmas e cordões, cantando e pulando, saem às ruas, exibindo as danças características e usando fantasias de côres espalhafatosas.

O "tambor de crioula" é dedicado a São Benedito e consiste em um círculo de homens e mulheres que cantam e dançam, em estilo africano, ao som de três tambores, com uma das extremidades coberta de couro cru, que é aquecido a fogo, para melhor ressonância. Os tambores têm as seguintes denominações: o primeiro, tambor grande; o segundo, pererenga e o terceiro, socador. Essa brincadeira, geralmente, chega até alta madrugada e é sempre realizada nas zonas suburbana e rural.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A religião predominante em Icatu é a católica, contando a cidade — que é Paróquia de Santa Maria de Icatu —, com uma igreja-matriz e 13 capelas.

É a padroeira Nossa Senhora da Conceição, cuja festa é celebrada com grande pompa, iniciando-se a 29 de novembro e encerrando-se a 8 de dezembro, data consagrada àquela Santa, com missa, procissão, festas populares e leilão.

Em 1956 foram realizados 300 batizados e 22 casamentos naquela Paróquia.

Existiam no município, em 1950, segundo os dados do Recenseamento Geral, 5 018 homens e 4 908 mulheres da religião católica, o que significa 99,7% da população. O restante — 0,3% — está dividido entre protestantes, espíritas e sem religião declarada. Os primeiros contam 15 adeptos — 6 homens e 9 mulheres; espíritas, apenas 1 pessoa e sem religião declarada — 3 homens e uma mulher.

Dá-se a denominação gentílica de icatuense aos filhos da terra.

(Bibliografia — Marques, Cezar Augusto — "Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão" (S. Luís - 1870), fls. 317 e 318; Redação final — Maria Rita de Miranda Jorge e Arthur Dias de Paiva; — Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística Municipal.)

IMPERATRIZ — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1850 havia dúvida e litígio a respeito das províncias do Pará e Maranhão e inteiramente desconhecida era a zona em que os limites interprovinciais deviam ser traçados.

O Presidente do Pará, conselheiro Francisco Coelho, baseando-se em precedentes, mandou, em 1851, edificar uma vila "em território do Pará próximo de onde tivesse limite com o Maranhão", encarregando-se dessa missão, o Reverendíssimo Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, natural do Estado da Bahia. No desempenho de sua missão subiu o Tocantins até a disjunção do Araguaia, onde continuou pelo braço oriental até que se lhe deparou um campinho de forma oval encimado num cômoro de areia de formação aluvial, alteado entre o rio e charnecas rodeadas de buritiranas, espécie de palmeira pequena e espinhenta, que, no Pará, é chamada de Caranan.

Fascinado com o achado do campo, Frei Manoel não procurou examinar as condições de salubridade do território, o que lhe teria feito renunciar ao descoberto, de vez que o mesmo era constituído de terreno falso, carecendo da explicação de como foi feito aquela "aberta".

Em 1852 Frei Manoel fundou a povoação de Santa Tereza de Imperatriz, na Província do Pará, cujas despesas foram pagas pelo Tesouro da mesma. Nesse mesmo ano foi votada e sancionada a Lei n.º 639, de 12 de junho de 1852, a qual determinava o limite do Pará e Maranhão

Prefeitura Municipal

pelo rio Gurupi transferindo para a cabeceira dêste o ponto de partida da linha este-oeste até o Tocantins.

Em 1854-1855 foi evidenciado que a povoação fundada por Frei Manoel pertencia ao Maranhão, cujo govêrno, àquela época, pensava, também, na fundação de uma vila nas imediações da fronteira do Pará e, em conhecimento da topografia, estava menos adiantado do que o da Província vizinha.

Frei Manoel conformou-se com a passagem da jurisdição e soube tirar proveito. Para tanto, empregou todo o seu valimento e tôda a sua astúcia no empenho de ser a povoação de Santa Tereza de Imperatriz a sede do município de Pôrto Franco. Astuto e hábil, êle conseguiu, por intermédio de um deputado provincial, que, na redação definitiva da Lei provincial n.º 389, de 27 de agôsto de 1856, que elevou a povoação de Pôrto Franco à categoria de vila, ficasse denominada "Vila de Santa Tereza de Pôrto Franco". Favorecido pela ambigüidade desta lei e pondo em ação a influência religiosa, obteve do Presidente da Província a declaração oficial de ser a povoação de Santa Tereza situada fora do território povoado, a sede do município de Pôrto Franco. Para isso obter, apresentou atestado dizendo que a povoação de Santa Tereza era defronte de Boa Vista, o que não era real.

Inicialmente, a vila de Santa Tereza de Imperatriz foi uma única rua de 84 casas, parte coberta de telhas, edificadas ao longo do rio, terminando em uma praça ou largo, num quadrilátero em que foi construída a igreja-matriz.

Transitavam pelo pôrto de Imperatriz, em busca do eldorado do Tocai-una (castanha preta), emigrantes de tôdas as partes do Brasil, especialmente da Bahia, Ceará, Piauí, Paraíba, Pernambuco e do próprio Maranhão.

Os impostos produziam espantosamente e a renda municipal, colhida pelo intendente Fortunato Bandeira, ascendeu ao maravilhoso.

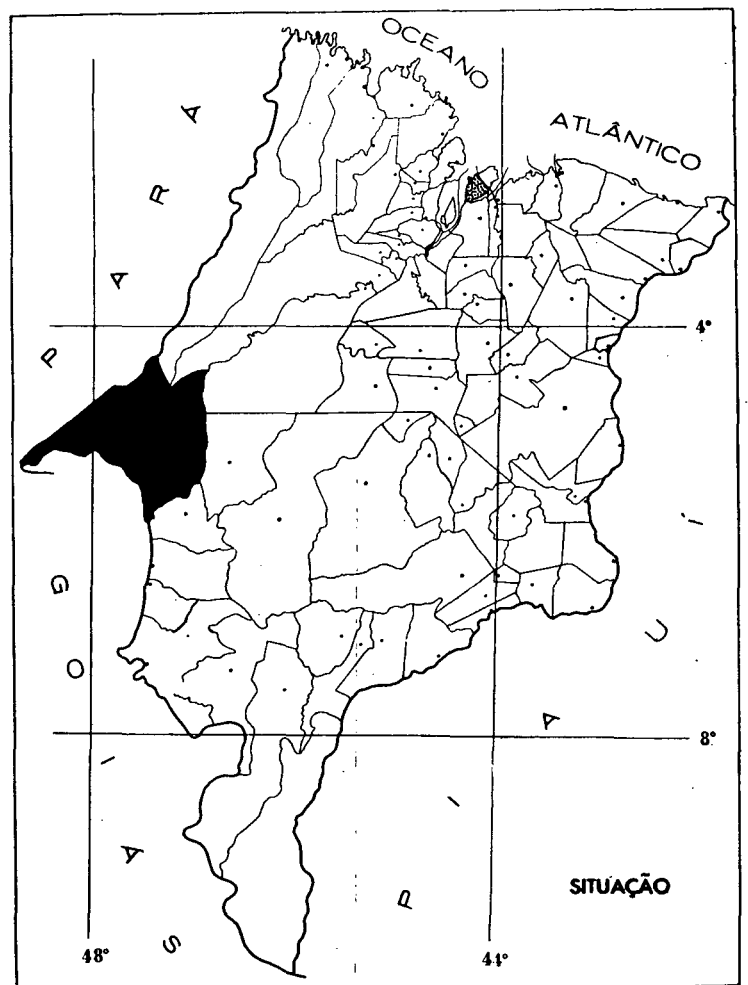
Imperatriz passou a comarca pela Lei provincial de 26 de maio de 1872. Da comarca de Imperatriz o segundo Juiz de Direito foi Emiliano Rodrigues.

De lá até nossos dias, seu progresso, embora lento, vem sempre ascendendo, apesar de ficar mui distante da Capital do Estado e só recentemente as duas sedes terem sido ligadas por via aérea.

Em 1955 perdeu parte do seu território, para, com êle, ser constituído o município de Montes Altos, que foi criado pela Lei n.º 1 354, de 8 de setembro, e cuja instalação se deu a 22 de dezembro do mesmo ano. É o Senhor Antenor Fontenelle Bastos o atual Prefeito Municipal.

Igreja-Matriz

LOCALIZAÇÃO — As coordenadas da sua sede são: Latitude Sul: 5° 31' 32". Longitude W. Gr.: 47° 26' 35". Posição relativamente à Capital, rumo — O.S.O.; distância — 480 quilômetros (em linha reta).

Limita com os municípios de Carutapera, Monção, Pindaré-Mirim, Amarante do Maranhão e Montes Altos, e, ainda, com os Estados do Pará e Goiás em condomínio de águas daquele rio. Pertence à Zona do Tocantins, e está situado à margem direita do rio de mesmo nome.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 95 metros na sede municipal.

CLIMA — O clima de Imperatriz é tropical; quente e sêco no verão, úmido no inverno. Há duas estações: inverno ou estação das chuvas (outubro a abril) e verão ou estação da sêca (maio a setembro). Os meses em que o frio predomina são junho e julho, e o calor, agôsto a outubro.

ÁREA — Mede 15 375 quilômetros quadrados, sendo o 3.º município do Estado em grandeza territorial, apenas ultrapassado por Alto Parnaíba e Grajaú.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento, em 1950, Imperatriz apresentava uma população de 5 015 habitantes (excluída a do distrito de Montes Altos, atualmente município com êsse mesmo nome), dos quais 2 530 homens e 2 485 mulheres. Dessa população 3 863 pessoas localizavam-se na zona rural. A estimativa do D.E.E. para 1955 calculou em 5 961 habitantes a população.

Ainda de acôrdo com o Censo de 1950 foram encontrados em Imperatriz 13 631 católicos romanos (7 521 homens e 6 110 mulheres), 195 protestantes (103 homens e 92 mulheres) e 51 espíritas (28 homens e 23 mulheres).

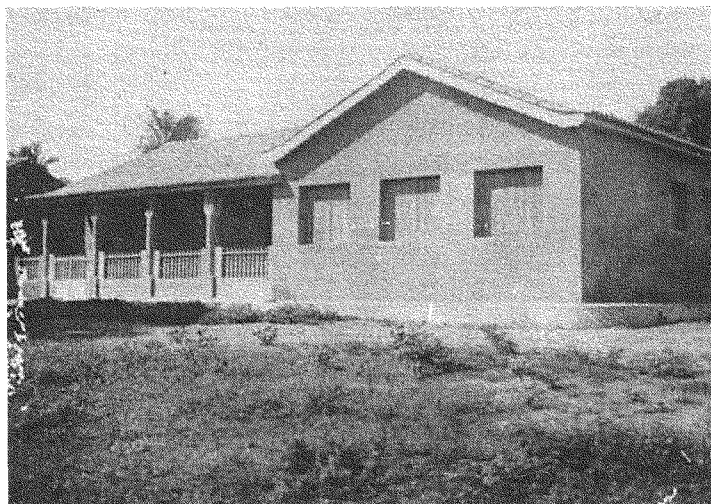
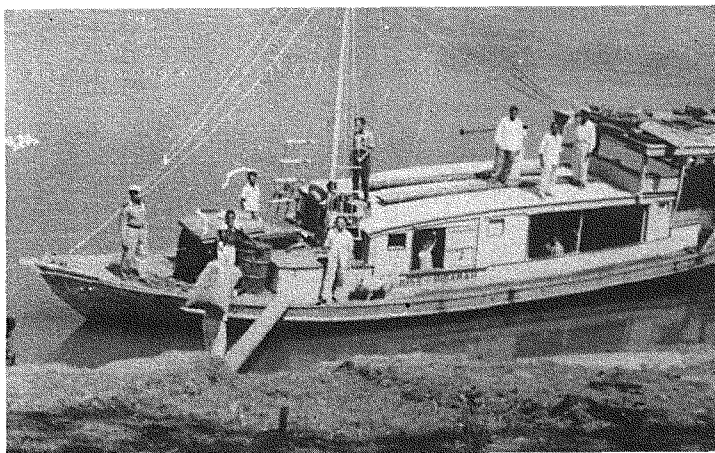
Com referência à côr foram encontrados 6 327 brancos (3 346 homens e 2 981 mulheres); 1 085 pretos (686 homens e 399 mulheres) e 6 641 pardos (3 712 homens e 2 929 mulheres).

Das pessoas de 10 anos e mais, num total de 10 399 (5 844 homens e 4 555 mulheres), foram encontradas, segundo o ramo da atividade principal, 2 844 (2 832 homens e 12 mulheres) que se dedicavam à agricultura, pecuária e silvicultura; 1 857 (1 826 homens e 31 mulheres), às Indústrias Extrativas; 77 homens, à indústria de transformação e 162 (157 homens e 5 mulheres), ao comércio de mercadorias.

É bom esclarecer, contudo, que nos totais acima está incluída a parte demográfica hoje pertencente ao município de Montes Altos, então distrito do mesmo nome e pertencente a Imperatriz.

Aglomerações urbanas — Atualmente apenas existe um aglomerado urbano, qual seja o da sede municipal, com 1 152 pessoas, sendo 538 homens e 614 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Sobressai a agricultura com a produção de arroz e cana-de-açúcar. A produção extrativa vegetal também contribui com grande parte para a economia do município, com a exportação de amêndoas de babaçu, a qual atingiu 220 toneladas, em 1956, no valor de 1 milhão e 320 mil cruzeiros. Segundo dados fornecidos pelo D.E.E., a produção industrial e agrícola, em 1955, foi a seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$
Produção agrícola			
Arroz em casca	Saco de 60 kg	18 700	1 309 000
Laranja	Cento	8 500	127 500
Cana-de-açúcar	Tonelada	10 700	1 070 000
Banana	Cacho	13 600	81 600
Feijão	Saco de 60 kg	1 230	356 700
Mandioca	Tonelada	8 070	935 500
Cebola	kg	3 450	57 500
Milho	Saco de 60 kg	8 000	424 000
Fumo	kg	17 850	83 300
Manga	Cento	59 990	899 850
Produção industrial			
Farinha de mandioca	kg	180 500	361 000
Aguardente de cana	Litro	19 000	171 000
Rapadura	kg	19 175	134 225
Arroz pilado	»	172 160	95 410

Pôsto Médico Municipal

Vista parcial do pôrto

Em 1956 produziu 50 000 quilogramas de cal no valor de Cr$ 50 000,00.

Sua população pecuária estava calculada em 1956, em 15 000 bovinos, 10 000 suínos, 800 ovinos, 1 600 caprinos, 4 000 eqüinos, 410 asininos e 230 muares.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido por linhas regulares de navegação fluvial e aérea. Liga-se aos municípios vizinhos e à Capital do Estado pelos seguintes meios de transporte: Amarante do Maranhão — a cavalo, 114 quilômetros; Carutapera: misto a) até São Luís, adiante descrito, b) marítimo, 414 quilômetros; Monção: misto a) até São Luís, adiante descrito e b) fluvial-marítimo, 256 quilômetros; Montes Altos, rodoviário, 84 quilômetros; Pindaré-Mirim: misto a) até São Luís, adiante descrito e b) aéreo, 120 quilômetros ou fluvial-marítimo, 300 quilômetros; Itaguatins-GO: fluvial, 45 quilômetros.

Grupo Escolar Governador Archer

Capital Estadual — 1.º misto: a cavalo, 584 quilômetros até Pedreiras, b) rodoviário, 93 quilômetros até Coroatá e c) ferroviário (E.F.S.L.T.), 237 quilômetros ou 2.º misto: a cavalo até Pedreiras, 584 quilômetros e b) rodoviário, 298 quilômetros, ou aéreo, via Teresina-PI, 1 125 quilômetros ou via Belém-PA, 1 131 quilômetros.

COMÉRCIO — Há, na sede municipal, 5 estabelecimentos varejistas. O comércio local mantém transações com as praças de Belém-PA, Recife-PE, Fortaleza-CE, São Paulo-SP, Rio de Janeiro e São Luís-MA, importando tecidos em geral, ferragens, estivas, miudezas e medicamentos.

Vista parcial da Rua 15 de Novembro

ASPECTOS URBANOS — O município é servido por luz elétrica, com 121 ligações. Contam-se 3 pensões com diária média de Cr$ 50,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na sede municipal, 2 dentistas exercem a profissão. Faz parte, juntamente com Carolina, onde fica a sede, e Pôrto Franco, do 16.º Distrito Sanitário. Existe um Pôsto do S.N.M. com 3 guardas permanentes.

ALFABETIZAÇÃO — Os dados do Recenseamento de 1950 informam que Imperatriz possuía 11 987 habitantes, de 5 ou mais anos de idade, dos quais 3 420 (2 087 homens e 1 333 mulheres) eram alfabetizados. Percentagem de alfabetização — 28%. Das 138 pessoas (74 homens e 64 mulheres) de 10 anos e mais encontradas quando do Recenseamento de 1950, possuíam curso completo de grau elementar — 129 (67 homens e 62 mulheres); de grau médio — 8 (6 homens e 2 mulheres), e 1 homem com instrução de grau superior.

Ensino — O ensino primário é ministrado em 11 unidades escolares, sendo 7 do ensino fundamental comum, 3 do fundamental supletivo e 1 de ensino complementar.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O Educandário Santa Terezinha mantém, além da escola de datilografia "Royal", jardim de infância, primário misto, internato feminino, cursos de corte e costura e flôres.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — É, sem dúvida o rio Tocantins o principal acidente geográfico. Banha a parte oeste do município, sendo navegável em tôda a sua extensão, pois tem a profundidade média de 8 metros e passa pela sede municipal, pelos povoados Primeiro Cocal, Saranzal e Santa Rita. Podem ser citados ainda a ribeira Jacundá, navegável em parte e que serve de limite com o Estado do Pará, desembocando no Tocantins; ilha dos Bois, na confluência do Tocantins com o Araguaia, com perto de 3 quilômetros quadrados de superfície; ilha da Serra Quebrada, com 18 quilômetros de área, servindo para criação e que produz babaçu; rio Campo Alegre, que serve de divisão com o município de Montes Altos; rio Lageado, que limita Imperatriz com o município de Pôrto Franco. Êstes dois últimos não são navegáveis.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Exerce a profissão em Imperatriz um advogado. Possui uma Agência Postal-telegráfica. Estão em exercício, atualmente, 9 vereadores e inscritos 1 645 eleitores (até 3-10-1955). A denominação gentílica dos habitantes é imperatrizense. Um caminhão é o único veículo registrado na Prefeitura Municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	62	172	600	138	398
1951.......	70	194	487	224	502
1952.......	77	208	421	119	804
1953.......	99	325	794	103	804
1954.......	143	393	664	174	536
1955.......	160	424	772	118	830
1956 (1)....	141	344	657	—	657

(1) Orçamento.

EFEMÉRIDES — São dois os festejos religiosos e tradicionais levados a efeito no município: um no mês de agôsto, de 6 a 15, dedicado ao Senhor Bom Jesus e realizado na capela do mencionado Santo; o outro em outubro, de 6 a 15, dedicado à padroeira da cidade, Santa Teresa e levado a efeito na igreja-matriz. São encerrados com pomposas e concorridas procissões.

(Fonte dos dados — "O Sertão", de Carlota Carvalho; Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística Municipal no Maranhão; Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta.)

IPIXUNA — MA

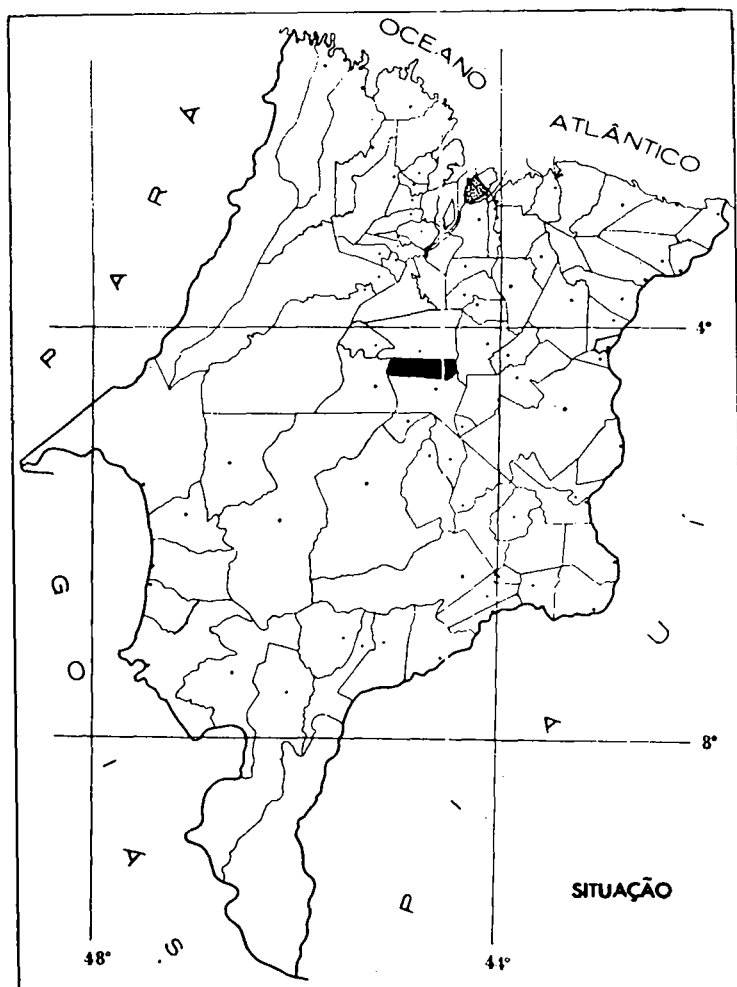
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Foram os portuguêses os primeiros povoadores do território dêste município, os quais, localizando-se à margem direita do rio Mearim, formaram pequenos núcleos de lavoura, dando início a uma povoação que, a princípio, denominou-se "Paiós" e depois "Vila Velha". Com a chegada de novos portuguêses e africanos, transformou-se o local devassado em centro de povoamento, onde exploradores se fixaram, edificaram moradias e fizeram plantações.

Por Lei provincial n.º 196, de 29 de agôsto de 1844, foi criada a freguesia de São Luís Gonzaga, depois elevada à categoria de vila pela Lei n.º 349, de 12 de junho de 1854 e transferida para o local "Machado", pela Lei provincial n.º 485, de 21 de junho de 1854. Êste território sofreu sucessivas modificações que deram lugar à criação dos municípios de Pedreiras e Bacabal.

Pelo Decreto-lei n.º 820, de 30 de dezembro de 1943, que fixou a nova divisão administrativa e judiciária teve o seu nome mudado para Ipixuna. É o atual Prefeito do município o Sr. Pedro Matias da Paz.

LOCALIZAÇÃO — Pertence à Zona Fisiográfica do Baixo Mearim e a sua sede municipal está localizada a 4° 22' 44" de latitude Sul e 44° 34' 21", de longitude W. Gr., distan-

do da Capital 207 quilômetros, em linha reta. Rumo — S.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 40 metros de altitude.

CLIMA — Tem clima variável. O inverno se verifica nos meses de janeiro a junho e o verão, nos demais.

ÁREA — Com área de 1 381 quilômetros quadrados, Ipixuna é o 64.º município maranhense em grandeza territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal é o rio Mearim, navegável em tôda a sua extensão dentro do município. Além de banhar a sede municipal, que fica à sua margem direita, banha também os lugares Jatobá, Santa Filomena, Santo Antônio dos Alves, Boa União, Patrocínio, São José, Campelo, Veados, Cancelar, Boa Esperança, Santana, Pinto Viana e Vila Velha. Já foi, não faz muito tempo, a única via por onde podia escoar a produção do município, hoje desviada para os veículos terrestres motorizados ou para a estrada de ferro, com a abertura de estradas de rodagem, que bastante diminuíram o tempo gasto para alcançar a Capital do Estado, sendo por isso preferidas. Seu volume de água vem diminuindo devido ao desbastamento de suas matas marginais, para a feitura de carvão ou de lenha, além do aparecimento de novos núcleos populacionais, que procuram a proximidade do seu leito para, com facilidade, terem o abastecimento de água garantido e, também, às vêzes, o da própria subsistência mediante a pescaria, por ser deveras piscoso em qualquer época do ano.

Os demais cursos de água que devem ser mencionados são os igarapés Insono, Tapuio e Ipixuna, não sendo nenhum dêles navegável. O primeiro, apesar de ser afluente do Mearim, tem suas águas bastante escuras, onde são encontrados o puraqué ou "peixe-elétrico". Separa o município de Ipixuna do de Pedreiras. O igarapé Tapuio serve de limites entre Ipixuna e Coroatá.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, contava o município de Ipixuna 29 605 habitantes (15 231 homens e 14 374 mulheres) o que equivale a 21,44 habitantes por quilômetro quadrado. Segundo a côr e por sexo, era a seguinte a distribuição: brancos, 6 797 homens e 6 459 mulheres; pretos, 1 944 homens e 1 879 mulheres; e pardos, 6 372 homens e 5 929 mulheres. Por sexo e estado conjugal: solteiros, 3 624 homens e 2 617 mulheres; casados, 4 652 homens e 4 735 mulheres; desquitados e divorciados, 18 homens e 35 mulheres, e, viúvos, 348 homens e 757 mulheres. Segundo a religião e por sexo: católicos romanos, 14 951 homens e 14 096 mulheres; protestantes, 210 homens e 222 mulheres; espíritas, 9 homens e 6 mulheres; outras religiões, 1 homem; sem religião, 13 homens e 5 mulheres, e, sem declaração de religião, 47 homens e 45 mulheres.

População estimada para 1956: 36 013 habitantes, equivalente a 26,07 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Existem no município de Ipixuna dois centros urbanos: o da sede municipal, com 961 habitantes (490 homens e 471 mulheres) e o de São Lourenço de Ipixuna, com 771 habitantes (374 homens e 397 mulheres).

RIQUEZAS NATURAIS — Em primeiro plano destaca-se o babaçu como a principal riqueza natural, seguida da extração de madeira, para construção e para lenha.

Suas matas, além de fornecerem madeira de ótima qualidade, são infestadas de animais cujas peles têm boa aceitação no mercado, por exemplo gato maracajá, caititu, queixada, capivara, veado, além de outras, e fornecimento de carne para alimentação, algumas delas muito apreciadas.

Em certas partes do município é encontrada argila própria para a fabricação de telhas e tijolos.

A tabela a seguir permite estabelecer confronto entre a produção dêsses três reinos da natureza: (dados de 1956)

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Reino vegetal			
Amêndoas de babaçu	Tonelada	1 400	14 000 000
Madeira	m^3	100 000	6 000 000
Lenha	»	120 000	2 400 000
Carvão	kg	16 000	16 000
Reino animal			
Pele de maracajá	Unidade	400	200 000
» » caititu	»	500	15 000
» » queixada	»	600	12 000
» » capivara	»	500	10 000
» » jibóia	Metro	500	10 000
» » veado	kg	1 000	20 000
Peixes diversos	»	26 700	320 400
Reino mineral			
Tijolos	Milheiro	1 600	800 000
Telhas	»	1 000	600 000

As espécies de peixes mais pescadas são o mandubé, lírio, pescada, curimatá, arraia, surubim, mandi e piau.

Vista do pôrto, aparecendo a rampa de desembarque e a usina de beneficiar algodão

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base da economia do município assenta na lavoura, principalmente a de arroz e algodão, tanto que, quando do Recenseamento de 1950, das 20 636 pessoas de 10 anos e mais — que constituem a "população ativa" —, 8 783 estavam incluídas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A indústria — a de beneficiamento de algodão e arroz pilado em primeiro plano — também representa algo para a economia do município.

As principais culturas agrícolas de Ipixuna e a produção industrial, em ordem de valor, em 1955, são as seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Produção agrícola			
Arroz em casca......	Saco de 60 kg	320 450	54 476 500
Algodão em caroço...	Arrôba	400 100	20 005 000
Mandioca............	Tonelada	21 000	8 760 000
Cana-de-açúcar.......	»	24 000	6 000 000
Produção industrial			
Algodão em pluma....	kg	458 640	4 899 740
Arroz pilado.........	»	947 678	4 131 819
Caroço de algodão...	»	40 000	720 000
Farinha de mandioca	»	182 200	488 000
Aguardente de cana..	Litro	32 200	223 900

Regular é a população pecuária de Ipixuna. Segundo calcula o Departamento Estadual de Estatística, seu efetivo em 1956 era de 6 200 bovinos, 45 000 suínos, 3 500 ovinos, 3 800 caprinos, 1 400 eqüinos e asininos e 700 muares.

COMÉRCIO — Possui a sede municipal 35 estabelecimentos varejistas e 6 industriais, mantendo transações com as praças de São Luís-MA, Teresina-PI, e Recife-PE, importando tecidos, açúcar, café, sabão, bebidas, fumo, perfumarias, produtos alimentícios industrializados, derivados de petróleo, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Ipixuna liga-se às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte:

Bacabal — fluvial: 21 quilômetros ou rodoviário: 36 quilômetros.

Coroatá — rodoviário: 91 quilômetros.

Lago da Pedra — rodoviário: 84 quilômetros.

Pedreiras — fluvial: 89 quilômetros ou a cavalo: 30 quilômetros.

Na sede municipal o Departamento dos Correios e Telégrafos possui uma Agência Postal-telegráfica.

ASPECTOS URBANOS — Não possui a sede municipal nenhuma rua calçada. O serviço de eletricidade é da Prefeitura, sendo que 110 são as lâmpadas de 60 velas distribuídas em 16 logradouros, existindo também 100 ligações domiciliárias. Dispõe de 4 pensões com diárias de Cr$ 70,00, as quais são modestas no que diz respeito a mobiliário e instalações, porém com requisitos de higiene e mesa farta dentro das possibilidades do meio.

Logo à entrada da cidade, ao desembarcar na rampa fluvial, encontra-se instalada moderna usina de descaroçar e prensar algodão, da firma Chames Aboud & Cia.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Faz parte do 6.º Distrito Sanitário, cuja sede fica localizada em Pedreiras. Possui um socorro farmacêutico que atende satisfatòriamente a população para casos de pequena gravidade.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950 foram recenseadas 24 919 pessoas de 5 anos e mais, das quais apenas 4 430 sabiam ler e escrever, o que representa 17,7% sôbre êsse total, sendo essa porcentagem bem menor do que a verificada para a população total do Estado nesse mesmo grupo de idade, que foi de 21,7%.

Foram 203 as pessoas de 10 anos e mais que possuíam curso completo, sendo 191 de instrução de grau elementar e 12 homens com instrução de grau médio.

Ensino — Possui 9 unidades escolares: 8 de ensino fundamental comum e 1 de ensino supletivo, nas quais estavam matriculados, no início de 1957, 138 crianças de 7 a 11 anos de idade, sendo 90 na sede municipal e 48 na zona rural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	...	498	117	170	160
1951.......	...	537	319	314	342
1952.......	...	898	523	511	533
1953.......	...	713	526	506	621
1954.......	...	1 635	528	527	946
1955.......	...	1 851	836	708	826
1956.......	...	1 900	850	750	830

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Dentre as manifestações religiosas, vários são os festejos realizados no município, como sejam: São Sebastião, a 20 de janeiro; Nossa Senhora da Con-

Igreja-Matriz

ceição, a 31 de maio; Santo Antônio, a 13 de junho; Santa Ana, a 25 de julho, e a de São Luís Gonzaga, padroeiro da cidade e do município, que não tem data fixa para sua realização. Alguns dêsses festejos são realizados com devoções à noite, seguidas de largo com leilões, barracas, etc. Tôdas terminam com procissão pelas ruas, acompanhadas de grande multidão de fiéis.

Como manifestações folclóricas existem: "bumba-meu--boi", "tambor de crioula", "mangaba", etc.

O "bumba-meu-boi" tem início a 24 de junho, geralmente, e, na sede municipal, a brincadeira é mais difundida entre as crianças que, com as cabeças enfeitadas com papel colorido, brincam até altas horas da noite. Quando realizada por adultos, é sempre um caso de promessa e tem a duração de apenas uma noite. No dia seguinte é o término, chamado "morte do boi". Pelo interior do município, tal folguedo alcança um tom mais característico, pois os participantes trajam melhor e o desenrolar da diversão se torna mais atraente e cheio de curiosidades. A época também é mais longa, indo até o mês de setembro.

"Tambor de crioula" é folguedo de tradição africana, bastante apreciado pela raça negra. Forma-se uma roda e 3 tambores, denominados "tambor grande" (tocado a pé), "tambor meião" e "tambor beberengo" (êstes tocados deitados), iniciam uma batucada característica e monótona; os homens improvisam versos e as mulheres fazem o côro, enquanto que uma delas dança rodopiando e dando "pungas" em um homem escolhido para recebê-la.

"Mangaba", dança aceita por todos, porém não costumeiramente, é realizada por uma ou outra pessoa, em sua própria casa. Para acompanhamento de tal dança, quando não há instrumento, um simples caixão vazio serve. Os dançantes se organizam, dois a dois ou quatro a quatro, atuando alternadamente. Os homens se deslocam trocando de lugar com a companheira, depois de descrever, rodopiando em derredor de uma ou de outra parceira, uma volta completa, que é seguida por outra em contrário, de sua companheira.

VULTO ILUSTRE — *Herculano Parga*, que nasceu em Ipixuna, foi governador do Estado, eleito para o quatriênio 1915-1918, porém deixou o govêrno no dia 1.º de novembro de 1917, candidato que foi a uma vaga na representação federal.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional do Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística Municipal; Redação final — Ari Lucas Xavier e Arthur Dias de Paiva.)

ITAPECURU-MIRIM — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Sôbre a etimologia da palavra Itapecuru são desencontradas as opiniões. Frei Francisco dos Prazeres Maranhão, na sua coleção de etimologias brasileiras, diz que, Itapicuru ou Itapucuru, vem de: *ita* — pedra; *pucuru* — púcaro, e, portanto, quer dizer púcaro de pedra; Opina o Sr. Ignácio José Matta que deriva de *ita* — pedra; *pucu* — larga, longa, e *ru* — armar laços, armar ciladas, significa, portanto, pedra comprida ou larga, em que se armam ciladas.

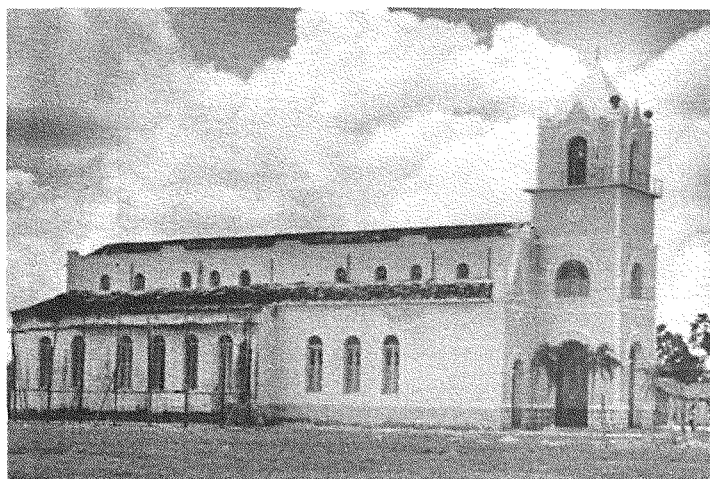
Em uma das notas à História da Revolução do Maranhão pelo Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães, impressa na oficina tipográfica do Sr. Belarmino de Mattos, se diz ser esta palavra escrita por uns Itapycuru, por outros Itapucuru e Itapicuru. Acha o editor que em seu entender são errados todos êstes modos de grafar, sendo Itapecuru o etimológico e único exato. Compõe-se de *ita* pedra; *pe* — caminho, via; *cura, curaten* — muita, influência, isto é, caminho de muita pedra ou inçado de pedras.

Em 25 de agôsto de 1768, el-rei D. José fêz saber ao governador do Maranhão que os moradores da ribeira do Itapecuru lhe pediram, em 12 de setembro do ano anterior, alvará de confirmação da vila, que ali fundou por ordem régia o desembargador Manoel Sarmento, e das datas de terras e privilégios concedidos na mesma ocasião, e por isso ordenava que, ouvindo o parecer do procurador da fazenda e do ouvidor, por escrito lhe enviasse a ordem que houve por tal criação.

Em 6 de agôsto do ano seguinte respondeu o governador Joaquim de Mello e Póvoas, que da resposta do ouvidor se vê que nunca houve ordem de Sua Majestade para se criar aquela vila, mas que era útil essa criação por ser a ribeira mui bem povoada e com homens capazes de ocupar os cargos da república.

Sem andamento algum ficaram tão bons desejos, até que pela provisão régia de 27 de novembro de 1817, Dom João fêz saber ao ouvidor da comarca do Maranhão que, sendo obrigado José Gonçalves da Silva, fidalgo da casa real, pela mercê que lhe fêz, a fundar, à sua custa, uma vila em terras que possuía nessa capitania, e atendendo ao que êle e os moradores do Itapecuru lhe representaram, havia por bem, "sem embargo de não possuir êle terreno próprio nesse lugar, consentir que ali verificasse a vila que devia fundar, comprando ou aceitando as terras necessárias, que lhe oferecessem os moradores".

Ordenou que, depois de estarem ali 30 casais brancos e prontas as casas da câmara, cadeia e mais oficinas e outras despesas, fôsse lá fundar a vila:

Do têrmo de obrigação assinado por seu procurador Antônio Gonçalves Machado, em 20 de outubro de 1818, vê-se que por si e seus herdeiros se obrigara a cumprir tôdas as condições a respeito de casas da câmara, cadeia e mais oficinas, assim como a estabelecer os trinta casais de habitantes, determinados por aquela provisão régia.

Igreja-Matriz de N. S.ª das Dores

Prefeitura Municipal

A respeito da dita criação nada mais é encontrado até o tempo do governador Paulo José da Silva Gama, que em 25 de julho de 1818 para a côrte disse "que recebeu, em 26 de maio do corrente ano, vinda pelo Piauí, a provisão do supremo tribunal do desembargo do Paço do Brasil de 27 de novembro do ano próximo passado, em que Sua Magestade lhe participava que por provisão da mesma data tinha ordenado ao ouvidor desta comarca fôsse criar uma vila com a denominação de vila do Itapecuru-Mirim, logo que José Gonçalves da Silva tivesse estabelecido habitadores brancos, ao menos trinta casais, na ribeira do Itapecuru-Mirim, em terras que comprasse, ou os moradores lhe oferecessem, fazendo à sua custa e debaixo da inspeção da mesa do seu desembargo do Paço — cadeia, casa da câmara e mais oficinas e outras despesas de criação".

Em 20 de outubro de 1818, quando aí existia uma povoação, composta de 138 fogos, e 767 almas na praça da Cruz, onde se achava o Dr. Desembargador, Ouvidor e Corregedor da comarca de São Luís do Maranhão, Francisco de Paula Pereira Duarte, e presentes o dito alcaide-mor, por seu procurador Antônio Gonçalves Machado, e o clero, nobreza e povo, que foram convocados, leu-se em voz alta e inteligível a provisão de 27 de novembro de 1817, expedida em conseqüência do decreto de 14 de junho do dito ano, e despacho da mesa do desembargo do Paço de 17 de junho e 24 de novembro do mesmo ano, determinando a criação dessa vila.

Foi levantado o pelourinho, deram-se os vivas do estilo, criaram-se por eleição de pelouros dois juízes ordinários, um juiz de órfãos, vereadores e mais oficiais na forma da lei.

O desembargador ouvidor da comarca, Francisco de Paula Pereira Duarte, em 3 de março de 1819, oficiando à câmara da capital, disse que, querendo fixar de novo os limites da nova vila do Itapecuru, determinara à câmara da dita vila, por cartas de ordens de 5 de dezembro do ano próximo passado e do mesmo dia 3 de março de 1819, "que o referido têrmo findasse no rio Itapecuru abaixo no lugar onde findam as 15 léguas do distrito desta Relação". Foi isto cumprido em vereação da câmara no dito dia, mês e ano.

Pela provisão régia de 20 de março de 1820 D. João, à vista da representação do ouvidor com os autos da criação da vila, houve por bem aprová-la, e dar por especìficamente criados, além dos ofícios nos autos declarados, os 2 almotacéis, 2 tabeliães do público judicial e notas, ficando anexos ao 1.º os ofícios de escrivão da comarca, almotaçaria, e sisas, e ao 2.º ofício de escrivão dos órfãos e finalmente os ofícios de alcaide e seu escrivão.

Em 14 de junho de 1840, por ocasião da revolução do Balaio, por falta de pagamento de sôldo, sublevou-se a guarnição militar desta vila, e prendeu alta noite, com fôrça armada, os seus oficiais. O presidente e comandante das armas, que era o duque de Caxias, saiu da capital, apenas soube destas ocorrências, no dia 16, a bordo do vapor Fluminense, com destino a esta vila, onde chegou com 16 horas de viagem.

Se não fôsse esta revolta abafada tão ràpidamente, ela acarretaria bem tristes e funestas conseqüências.

No dia 2 de abril de 1841, em que reza a igreja pelas sete dores da Mãe do Redentor, o duque de Caxias lançou aqui a primeira pedra da igreja-matriz com a invocação a Nossa Senhora das Dores. A pedra tinha palmo e meio, bem quadrada, e na face superior a data do ano e as iniciais do nome do presidente L.A.L.

Infelizmente não tiveram andamento algum as obras desta igreja.

Em 27 de julho do corrente ano abriu-se pela primeira vez em pequeno, porém, mui decente teatro, devido aos esforços dos cidadãos José Januário Ribeiro, Felipe Thiago Pereira e Raimundo Nonnato de Oliveira, oferecendo o Sr. José Odório Madail a casa para êsse fim.

Freguesia — Foi criada pela provisão régia de 25 de setembro de 1801.

A igreja, que então servia de matriz, foi reparada ùltimamente pelos esforços e dedicação, dignos de todo o louvor, do Vigário Francisco José Cabral, que promoveu entre as suas ovelhas uma subscrição para êste fim.

Há também a capela de Nossa Senhora do Rosário dos pretos, cuja história é a seguinte:

Agostinho Ferreira, procurador e mais irmãos da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos da freguesia do Itapecuru-Mirim, ajudados (diz o requerimento) com algumas esmolas dos devotos, tendo ajuntado com que pudessem dar princípio a uma capela, em que pretendiam colocar a imagem da mesma Senhora, para excitar mais a piedade dos fiéis devotos, pois já tinham terreno pronto, do qual tratavam para êste fim havia mais de 3 anos — e também madeiras prontas para darem princípio, pediram licença para edificar a dita capela a qual lhes concedeu em 10 de junho de 1816 o Vigário Capitular Dr. João de Bastos de Oliveira.

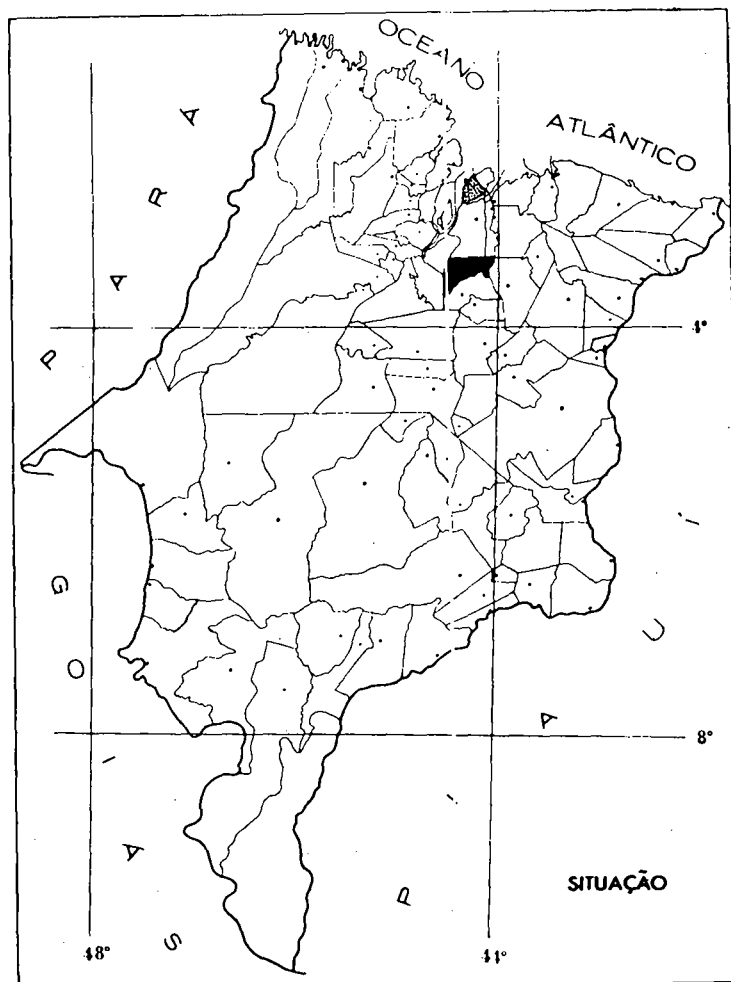
(Note-se que esta licença já tinham requerido em 12 de julho de 1785, porém à vista da resposta do promotor eclesiástico exigindo as formalidades de direito, ficou paralisada a petição).

A 6 de agôsto de 1820 foi ela visitada e benta pelo coadjutor Antônio Rebello de Mesquita.

Por provisão régia de 21 de julho de 1870, a vila de Itapecuru-Mirim foi elevada à atual categoria de cidade.

O progresso do município, embora lento, vai-se firmando cada vez mais, acentuando-se, ùltimamente, com a ligação com a Capital por estrada de ferro e de rodagem, ambas de grande valia no escoamento de sua produção, melhor assistência médica e técnica prestada à sua população, pela facilidade que êsses transportes permitem.

Com a criação do município de Cantanhede, feita pela Lei n.º 757, de 24 de setembro de 1952, perdeu Itapecuru-Mirim maior parte do seu território, pois aquêle tem a área de 1 460 quilômetros quadrados, enquanto que êste ficou com 1 152,50 quilômetros quadrados. É o atual Prefeito do Município o Sr. Cineas Castro Santos.

LOCALIZAÇÃO — Itapecuru-Mirim acha-se enquadrada na Zona do Itapecuru. Coordenadas geográficas da sede municipal: latitude S. — 3º 24', longitude W.Gr. — 44º 20' 30". Posição relativamente à Capital: Rumo — S.S.O., distância em linha reta — 96 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Alcança 14 metros na sede, sendo o 37.º município em ordem de altitude no Estado do Maranhão.

CLIMA — O inverno começa no mês de janeiro e termina em maio, sendo que as chuvas mais abundantes se registram em abril. A maior intensidade de frio, em julho e, de calor, em outubro; a estiagem vai de junho a dezembro. Os ventos gerais começam a soprar no mês de novembro, prolongando-se até dezembro. Apresenta a seguinte temperatura em graus centígrados: média das máximas — 36, das mínimas — 23 e mais freqüente — 33. Não é dotado o município de Pôsto Meteorológico.

ÁREA — Com área que totaliza 1 152,50 quilômetros quadrados, Itapecuru-Mirim é o 69.º município do Estado em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — A população, em 1950, era de 31 379, sendo 15 904 homens e 15 475 mulheres, inclusive os recenseados na então vila de Cantanhede, hoje município com o mesmo nome, que totalizavam 6 039 pessoas (3 111 homens e 2 928 mulheres). Quanto à côr, predominavam os pardos com 19 117 (9 804 homens e 9 313 mulheres). Os brancos eram 6 390 (3 132 homens e 3 248 mulheres) e os pretos 5 755 (2 908 homens e 2 847 mulheres). Do total da população 89,96%, viviam na zona rural.

Aglomerados urbanos — Por ocasião do Recenseamento de 1950, Itapecuru-Mirim contava os seguintes aglomerados urbanos: o distrito-sede, com 1 871 habitantes (888 homens e 983 mulheres) e Cantanhede (hoje município de Cantanhede), com 1 178 (homens — 566 e mulheres — 612).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura, produção extrativa vegetal, e a pecuária constituem os principais ramos de atividade local.

Os produtos agrícolas do município — mandioca, arroz em casca, milho, cana-de-açúcar, feijão, etc. — são destinados, principalmente, à capital do Estado e, em menor escala, para Teresina-PI, Fortaleza-CE e Recife-PE, de onde por sua vez importa tecidos, produtos farmacêuticos, ferragens, café, fumo, quinquilharias, louças, etc. Em 1955, sua maior exportação foi a de amêndoa de babaçu, num total de 1 450 toneladas, no valor de 14,5 milhões de cruzeiros. Seu parque industrial é composto de motores de pilar arroz e descaroçar algodão, fornos para fabricação de farinha de mandioca e tapioca e alambiques para fabricar aguardente de cana. O quadro a seguir fornece a produção dos principais produtos agrícolas e industriais em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Produção agrícola			
Algodão em caroço	Arrôba	7 500	3 750 000
Arroz em casca	Saco de 60 kg	120 000	12 000 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 150	402 500
Mandioca	»	17 150	4 975 000
Milho	Saco de 60 kg	65 000	5 850 000
Banana	Cacho	92 000	828 000
Feijão	Saco de 60 kg	900	315 000
Laranja	Cento	4 200	105 000
Produção industrial			
Farinha de mandioca	Saco de 60 kg	93 621	13 046 000
Tapioca	kg	224 030	1 512 060
Arroz pilado	»	183 000	892 500
Aguardente de cana	Litro	87 100	1 285 200
Algodão em pluma	kg	19 750	179 100

Sua população pecuária em 1956 era calculada em 5 500 bovinos; 42 000 suínos; 1 000 ovinos; 2 800 caprinos; 4 500 eqüinos; 500 asininos e 400 muares.

A pesca, como atividade subsidiária, é praticada por 114 pescadores, não membros de Colônia, sendo utilizados como tipos de embarcação: canoas e cascos; como utensílios espinhéis, rêdes comuns, rêdes de arrasto e tarrafas.

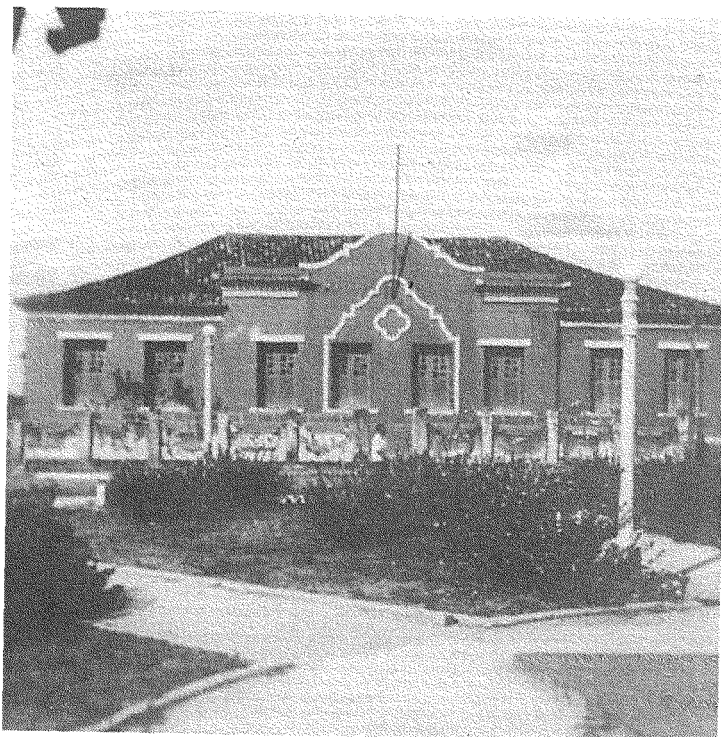
São tidas como principais zonas para a pesca as barras dos igarapés Jundiaí e Itapecuruzinho, sendo a daquêle de maior porção.

Produção, em 1956, pondo em destaque as espécies mais pescadas:

ESPÉCIE	QUANTIDADE PRODUZIDA (kg)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Curimatá	28 000	392 000
Cascudo	9 000	90 000
Mandi	6 000	72 000
Piau	6 000	84 000
Surubim	6 000	72 000
Branquinha	2 000	28 000
Piranha	1 500	18 000
Timbiro	1 000	14 000

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro São Luís—Teresina, numa extensão de 38 quilômetros, possuindo 3 estações em seus terrenos.

Foi inaugurada em 1.º de julho de 1956 a ponte rodoviária de concreto armado sôbre o rio Itapecuru, apresentando a grande obra de arte 106 metros e 90 centímetros de vão total, além das diferentes características determinadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, destacando-se pela sua significação econômica e social. Está situada na MA-23, rodovia que, uma vez concluída, estará prestando inestimável serviço a numerosos municípios maranhenses, pois encurtará de mais de 100 quilômetros o trajeto São Luís—Fortaleza.

São seus municípios vizinhos, com respectivos meios de transporte e quilometragem: Anajatuba — rodoviário, 44 quilômetros ou a cavalo, 49 quilômetros; Arari — rodoviário, 87 quilômetros ou misto: a) rodoviário, 43 quilômetros e b) a cavalo, 45 quilômetros; Axixá — misto: a) rodoviário, 45 quilômetros até Tingidor e b) a cavalo, 48 quilômetros; Cantanhede — ferroviário E.F.S.L.T., 31 quilômetros ou rodoviário, 73 quilômetros; Rosário — ferroviário E.F.S.L.T., 57 quilômetros, ou rodoviário, 62 quilômetros, ou fluvial, 60 quilômetros; Vargem Grande — rodoviário, 60 quilômetros.

Grupo Escolar Gomes de Souza

COMÉRCIO — O comércio local é quase todo praticado com a capital do Estado, para onde exporta os seus produtos agrícolas e compra mercadorias gerais. Em menor escala, também faz transações com Teresina-PI, Fortaleza-CE, e Recife-PE.

São principais produtos exportados: babaçu, couros, peles silvestres, algodão, arroz e milho; e importados: tecidos em geral, armarinhos, ferragens, açúcar, sal, bebidas, fumo, etc.

Possui na sede municipal 5 estabelecimentos atacadistas, 35 varejistas, 14 de prestação de serviços e 2 industriais.

ASPECTOS URBANOS — O município conta com 165 ligações elétricas na sede, estando inaugurada desde o ano de 1949 uma usina elétrica com a capacidade de produção de 75 000 velas, que são utilizadas para fins de iluminação pública e particular.

Possui 3 pensões, onde são cobradas diárias de sessenta cruzeiros; Cooperativa Mista Industrial e Agrícola de Itapecuru-Mirim Limitada (produção, crédito e consumo). Fundada e instalada a 24 de maio de 1953, já possuindo, em 1956, o total de 156 associados.

O município é sede da Paróquia "Nossa Senhora das Dores", tendo sob sua jurisdição a Escola Paroquial "São Vicente de Paulo".

A cidade é parcialmente pavimentada de pedras irregulares, numa percentagem de 15%; de terra melhorada, 10% — correspondendo: 1 avenida (de pedras irregulares) e 1 praça (de concreto) totalmente; 5 ruas e 1 praça (de pedras irregulares) parcialmente; — e, sem pavimentação, 75%.

É servido por uma Agência Postal-telegráfica.

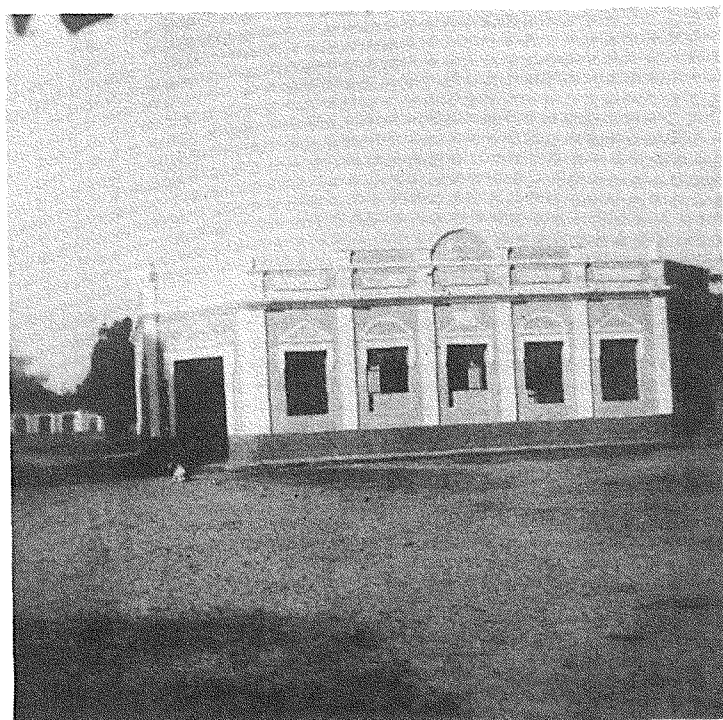
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Como assistência médico-sanitária existe o Pôsto Médico-Sanitário (cirurgia e clínica-médica), mantido pela Campanha da Produção, com um enfermeiro; Pôsto de Endemias Rurais (malária), com 3 visitadoras e 1 guarda.

Há ainda a Conferência de São Vicente de Paulo, funcionando no edifício da igreja-matriz, está em fase de declínio de ano para ano, em virtude de cada vez mais reduzir-se o número de sócios. A entidade não mantém estabelecimentos hospitalares, nem para-hospitalares, asilos, abrigos e outros, apenas concedeu, em 1956, gêneros alimentícios a pessoas não sócias, no valor total de .... Cr$ 3 100,00, (os sócios não têm direito a nenhum auxílio, tendo a Conferência, por finalidade, a concessão de benefícios a desvalidos, pobres e indigentes) em número fixo de 10, em caráter permanente.

Contam-se 2 farmácias na sede e 2 socorros farmacêuticos, 2 dentistas e 2 farmacêuticos.

Em caso de intervenção cirúrgica, valem-se os itapecuruenses dos hospitais de São Luís, pela proximidade e facilidade de transporte.

ALFABETIZAÇÃO — Excetuada a população da vila de Cantanhede, dos habitantes de 5 anos e mais encontrados pelo Recenseamento de 1950, 3 455 sabiam ler e escrever.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — "Cine Marília", funcionando muito irregularmente, no máximo 2 vêzes semana, com acomodações para 70 pessoas. Em 1956 rea-

Mercado Municipal

lizou 12 espetáculos cinematográficos com 760 espectadores. Foi inaugurado em 1950 com a denominação de "Cine Itapecuru", e é de propriedade particular.

Para a difusão e prática dos esportes são encontrados o Náutico Esporte Clube e o Rener Esporte Clube, com 70 e 54 associados, respectivamente.

Há, ainda, um serviço de alto-falante.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O principal rio que rega o solo itapecuruense, correndo de oeste para leste, é o Itapecuru. Êste rio, cuja largura máxima é de 120 metros, tem trechos relativamente estreitos, com uma largura mínima de 50 metros. Quanto à profundidade de seu leito, é muito variável. O rio Itapecuru sofre influência da maré até a sede do município.

Existe uma lagoa, perto da sede e à pequena distância do rio Itapecuru, conhecida pelos nomes de "Lago Encantado" ou "Lago do Queluz", coberta de uma crosta, perfurada em alguns pontos, sôbre a qual se desenvolvem vegetais. É muito infestada de répteis, alguns de dimensões colossais, encontrando-se, ainda, as mais diferentes espécies de mosquitos, pragas, etc., o que contribui para que se torne o lugar altamente palustre.

Merecem registro, entre outros, o "Morro da Cigana", à margem da rodovia Itapecuru—Vargem Grande, circundado de outros morros menores. Chamam-no, também, "Morro Pelado", por revestir-se de rala vegetação arbórea. Sua altitude alcança uns 60 metros; o "Morro do Corisco", de baixa altitude, segundo dizem, é depósito de reservas minerais (ouro ou ferro). Dêste morro correm, no inverno, pequenos regatos de águas ferruginosas e salobras; dêle também se ouvem, periòdicamente, fortes descargas, assemelhando-se a um vulcão em erupção.

Rio Jundiaí, afluente da margem esquerda do Itapecuru, com a largura média de 15 metros. É piscoso e banha as localidades de São José e Jundiaí, além dos pequenos lagos de Guaraci, Barriguda, Verde e Ferreira, outros acidentes geográficos que devem ser citados.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	160	731	506	233	513
1951.......	193	917	528	202	405
1952.......	171	1 196	529	275	571
1953.......	242	1 683	913	190	964
1954.......	271	1 781	997	201	1 129
1955.......	265	1 850	1 111	379	1 137
1956.......	364	2 893	1 315	406	1 345

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Registrados na Prefeitura, encontram-se os seguintes veículos: 25 bicicletas; 8 caminhões comuns sendo dois de 3 a 5 toneladas e 6 de mais de 5 toneladas; 1 carroça comum de 2 rodas e 15 carros de bois, para carga.

A formação judiciária teve início com a fundação da vila em 1818, como têrmo da comarca de São Luís. Pela Lei provincial n.º 7, de 29 de abril de 1835, foi elevada à categoria de comarca, hoje de 2.ª Entrância, composta do têrmo-sede Itapecuru-Mirim e dos de Cantanhede e Anajatuba. A comarca é formada por 1 Juiz de Direito, 2 Escrivães 1 Promotor Público e 2 Oficiais de Justiça na sede; 3 Juízes de Casamento e 3 Escrivães do Registro Civil, no interior.

A atividade portuária é pequena, devido a não ser o pôrto utilizado no escoamento da produção municipal. As relações com outros municípios, — bastante irregulares — são feitas ùnicamente através da importação de sal e de artefatos de barro — potes, bilhas, panelas, etc., de Rosário, Primeira Cruz e Icatu-MA. Barcos a vela são os tipos de embarcação utilizados nessas comunicações.

Os folguedos mais populares, isto é, ensaiados e representados no município são: as "Jornadas de São Gonçalo", as "Novenas do Divino", o "Côco" e o "Tambor de Crioula". O "bumba-meu-boi, tão do agrado de todos, há muito não vem sendo realizado; são oriundos do município de Rosário. Entretanto, teve êsse folguedo, entre os itapecuruenses, sua época de esplendor.

O carnaval, nos últimos dez anos, está se reduzindo a exibições de salão e de praça — "bailes", "vesperais", "cordões" ou "blocos" de foliões.

Os folguedos mais populares, isto é, ensaiados e representados no município são:

"Jornada de São Gonçalo" — apesar de pouco ensaiadas não foram atingidas pelas tendências modernas, continuando com os seus enredos primitivos, não tendo data certa para as suas exibições, durando apenas um dia, em "latadas" construídas nos pátios de casas familiares. Seus representantes são guia e o contra-guia. Nas jornadas não há trajes típicos e os instrumentos musicais para a animação constam de cavaquinhos e violões, que acompanham as seguintes quadras que são cantadas:

I

Vamos, vamos minha gente
Vamos todos no cordão
Para alegrar São Gonçalo
E a Virgem da Conceição

II

São Gonçalo mora na serra
Em cima naqueles montes
Seu menino pediu água
Do peito êle fêz a fonte

III

São Gonçalo não quer missa
Nem nas portas tira esmolas,
Quer suas danças bem feitas
De rabecas e violas

IV

Oh! Guia oh! Contra-guia!
Nas danças tenham cuidado,
Que eu não acho de acêrto,
Servi o santo calado.

V

São Gonçalo do Amarante
Feito de cedro cheiroso
Dizei-me meu São Gonçalo
Quem vos fêz tão milagroso

VI

São Gonçalo do Amarante
Casamenteiro das môças,
Casai-me a mim mais primeiro
Para então casar as outras

VII

Em cima daquele altar
Tem quatro velas acesas,
Duas são de São Gonçalo
E duas de Santa Teresa

VIII

Santa Teresa foi freira
Menina de doze anos,
Escreveu a São Gonçalo
Que êste mundo é um engano

IX

São Gonçalo de Amarante
Feito de pau de marfim,
Dou-lhe parte meu bom santo
Suas danças tão dando fim

X

Adeus! Adeus! Latada!
Até para o ano que vem,
Se Deus nos emprestar a vida
E São Gonçalo também.

O "côco" e o "tambor de crioula" retratam a alma e os costumes da raça negra. São muito apreciados e representados, com especialidade nas regiões em que se localizam verdadeiros núcleos dessa raça, não tendo datas fixas para a sua apresentação — de preferência o dia 13 de maio, em pátios denominados "terreiros". Para os participantes não há vestimentas típicas, compreendendo seus instrumentos musicais de 3 tambores: o onça, o médio e o perereca.

As "novenas do Divino" — que foram bastante ofuscadas nas suas representações, voltaram a impressionar de um lustro para cá, apesar das restrições eclesiásticas que a época impõe, realizadas sempre no mês de maio. Neste folguedo destacam-se as figuras do "Imperador". "Imperatriz" e "Princesas".

Citam-se alguns versos improvisados e entoados nas referidas novenas:

I

Deus vos salve casa santa
Onde Deus fêz sua morada,
Onde mora o cálice bento
E a hóstia consagrada

II

Meu Divino Espírito Santo
Vós me dê vida e saúde
E queira-me proteger
P'ra tocar p'ra voscemecê

III

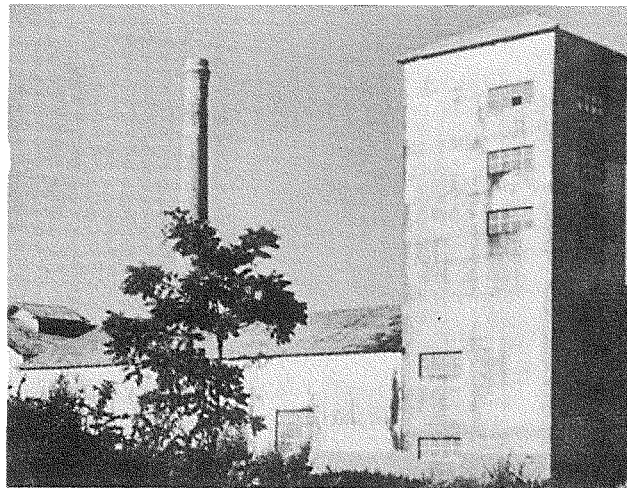
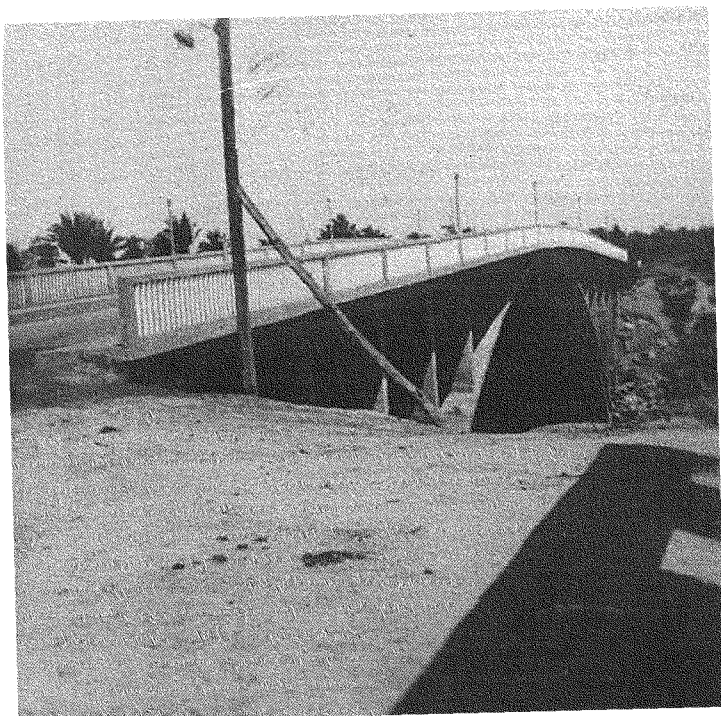
Oh! Que casa tão bem feita
Por dentro, por fora não,
Por dentro cravos e rosas
Por fora manjericão

IV

Lá vai o sol se pondo
Acabou-se a luz do dia,
O Divino está morando
Na casa da rancharia

V

Eu passei pela Igreja
O sacristão subiu à tôrre
E deu uma pancada no sino,
Na Igreja vai chegando
O Espírito Santo Divino.

O "bumba-meu-boi" há muito não vem sendo realizado no município, pois são oriundos de Rosário. Exibem-se pelo São João, de 24 de junho a 26 de agôsto, dia de Sant'Ana, quando ocorre a "matança do boi", na rua ou pátio das casas prèviamente contratadas.

Usina de álcool de mandioca

Ponte de concreto armado sôbre o rio Itapecuru

São bastante conhecidos os personagens do "bumba--meu-boi": o Pai Francisco, a Catirina, o Cazumbá, os três Vaqueiros, os Caboclos, o Doutor, o Amo e o Bernardo. No "bumba-meu-boi" são destacados, dentre os demais folguedos, os trajes, armas e instrumentos musicais.

Tôda a tripulação do bumba traja de modo pitoresco: calças curtas e camisas coloridas, adornadas de fitas e bandeiras, espelhos e papéis dourados, cordões e distintivos; chapéus de palha de carnaúba, também enfeitados com os mesmos adereços dos trajes; a Catirina é uma burlesca figura de mulher, o que igualmente acontece em relação ao Pai Francisco e ao Cazumbá. Os caboclos, enfeitados de penas, empunham arco e flecha; os três Vaqueiros, em trajes típicos, trazem varas; o Amo, armado de espingarda, representa o papel de matador do boi; o Bernardo, que é um menino mascarado, faz palhaçadas e piruêtas.

Constam de violas, violões, pandeiros, cuícas, castanholas e maracás, os instrumentos musicais; as armas, de espingarda e varas.

Os ensaiadores, figurantes e festeiros das "Jornadas de São Gonçalo", do "côco", do "tambor de crioula" e do "bumba-meu-boi" são, na maioria, elementos da baixa sociedade — lavradores, trabalhadores braçais ou desocupados.

O "Entrudo", a "Serração de Velha" e outros não são mais realizados, uns por terem sido proibidos pela Polícia, outros, por não se adaptarem à época.

"Pastôres" e "Reis", outrora representados com grande pompa, já não têm expressão no presente, dadas as tendências modernas de suas representações, abolidos personagens e ritos. Nestes, os trajes são de acôrdo com os personagens sagrados, por exemplo, São José, Maria Santíssima, os Pastôres, os três Reis (branco, caboclo e prêto). Os instrumentos musicais — saxofones, violinos e violões.

O povo itapecuruense, na sua maioria, professa a religião católica, em conseqüência do que observa, rigorosamente, todos os dias santos de guarda ou os de sua devoção, como Santo Antônio, São Sebastião, Santa Luzia, São Raimundo, concorrendo, assim, para o brilhantismo de tôdas as festas religiosas: do Divino Espírito Santo, em maio; do Sagrado Coração de Jesus, em junho; de Nossa Senhora das Dores — padroeira do município — em setembro; da Santa Cruz, em novembro e de São Benedito, em dezembro.

As novenas são, também, muito praticadas, com aprovação de Padre que, no verão, as prestigia com a sua presença, visitando tôda a zona rural.

O mês de maio, conhecido por "mês de Maria", é comemorado com devoções em honra à Virgem Maria, que é assim exaltada na igreja-matriz e nas capelas do interior, durante todo o mês. A festa de São João não tem, no entanto, grande esplendor, pois consistem em ladainhas rezadas em vários pontos do interior, em brincadeiras de "bumba-meu-boi", na queima de fogos de artifício, diversões estas animadas com cânticos pitorescos e aquecidas pela tradicional "fogueira de São João".

Quanto a ritos, a população rural, muito supersticiosa, promove, quando o município é assolado por sêcas, procissões populares, a que dá o nome de "preces". Estas são peregrinações do povo que, entoando cânticos religiosos, vai, de um povoado para outro, conduzindo imagens de santos, pedras à cabeça, bilhas com água, etc. e que têm a finalidade de pedir ao Criador que faça chover sôbre a terra.

Acontece, não raras vêzes, que os integrantes voltam debaixo de copiosa chuva, todos molhados, porém, alegres e felizes.

Aos habitantes da terra dá-se a designação gentílica de itapecuruenses. Dentre os filhos ilustres da terra destacam-se *José Cândido de Moraes e Silva* — jornalista e professor; polemista temido; *Fábio Alexandrino de Carvalho Reis* — bacharel em Direito por Olinda; professor, jornalista, economista e parlamentar; *João Duarte Lisboa Serra* — bacharel pela Universidade de Coimbra, em Ciências Naturais e Filosóficas e em Ciências Matemáticas. Orador, poeta, financista e parlamentar; *Pedro Nunes Leal* — bacharel em Direito por Coimbra. Professor, jornalista e compendiógrafo; *Joaquim Gomes de Sousa* — professor, matemático de fama mundial, astrônomo, pensador, poliglota e parlamentar. Doutor em Ciências Matemáticas e Físicas pelo Rio de Janeiro e em Ciências Médicas por Paris.

ENSINO (1956) — Apenas há difusão do ensino primário, feita por 32 unidades escolares, sendo 25 de ensino fundamental comum, 6 de ensino fundamental supletivo e 1 de ensino complementar.

(Bibliografia — "Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão", de César Augusto Marques, pág. 341, São Luís 1870; Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, documentação da Inspetoria Regional de Estatística e Serviço Nacional de Recenseamento.)

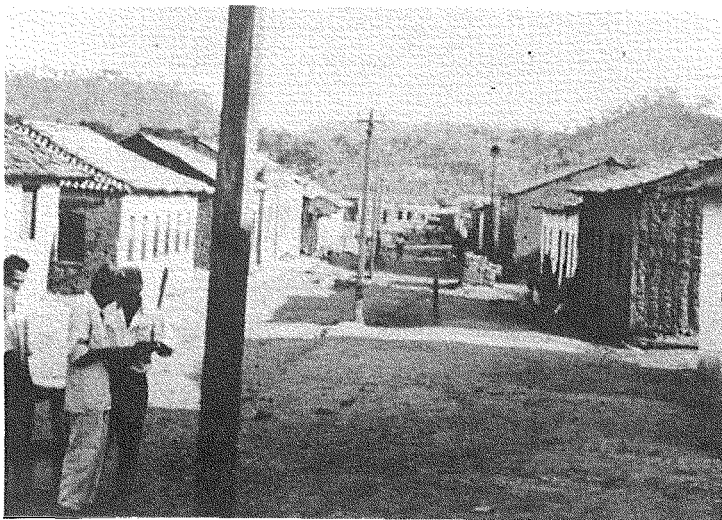
LAGO DA PEDRA — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1929, Rosendo Rodrigues da Silva, José Antônio Tôrres, Luciano Rodrigues da Silva, José Melquíades, João Melquíades, José João da Costa e vários outros estabeleceram-se à margem de uma lagoa, na beira da qual encontraram uma pedra de amolar, cujo fato deu origem a denominarem êsse local de Lago da Pedra. Nesse mesmo ano foram feitas as primeiras roças para cultura de cereais, obtendo resultados satisfatórios, pois o terreno era propício à lavoura, em virtude da grande extensão de matas. Dessa maneira, procuraram logo edificar suas casas de moradia, onde, alguns ainda residem.

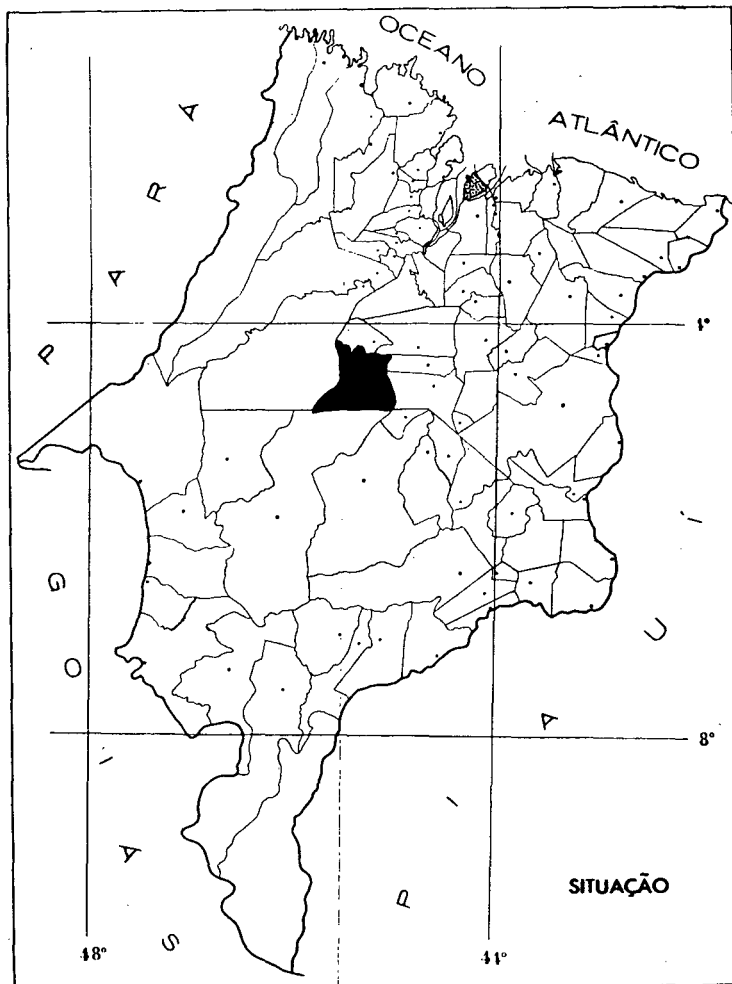
Atraídos pela fertilidade do solo, começaram a chegar emigrantes procedentes de municípios maranhenses e também de Estados vizinhos, formando, assim, um povoado de certa importância demográfica e comercial.

Prefeitura Municipal

Em 1952, foi apresentado, na Assembléia Legislativa do Estado, pelo Deputado Raimundo Rodrigues Bogéa, um projeto de lei que recebeu o n.º 779, criando o município de Lago da Pedra. O projeto foi aprovado pela Lei n.º 770, de 2 de outubro dêsse mesmo ano, e o município, instalado, oficialmente, em 1.º de janeiro de 1953. O seu

Rua Coronel Pedro Bogéa

primeiro Prefeito por eleição foi o Sr. Antônio Coelho da Silva. Atualmente a chefia do Executivo está a cargo do Sr. José Mendes Fonseca. A Câmara é composta de nove Vereadores.

Lago da Pedra é têrmo da comarca de Vitorino Freire, constituído de 2 suplentes de Juiz de Direito, 1 adjunto de Promotor Público, 1 Tabelião e 1 Oficial de Justiça.

LOCALIZAÇÃO — Está localizado na Zona Fisiográfica do Mearim. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude S.: 4º e 21'; Longitude W. Gr.: 45º, 10' e 33".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é quente e úmido, mas suavizado em certa época do ano. Em 1956 apresentou as seguintes temperaturas em graus centígrados: média das máximas, 37; média das mínimas, 20; e média compensada, 34.

O inverno (estação chuvosa) vai de dezembro a abril, correspondendo os demais meses à estiagem ou verão. A maior intensidade do calor é notada nos meses de agôsto a outubro e a das chuvas, em fevereiro e março.

ÁREA — Totalizando sua área 4 257,50 quilômetros quadrados, Lago da Pedra coloca-se em 20.º lugar no Estado em ordem de grandeza territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal e único digno de registro é o rio Grajaú, que atravessa o município a oeste, numa extensão aproximada de 90 quilômetros. Banha o povoado São Bento, que é o pôrto do município. Sua profundidade no verão é de apenas 1 metro e no in-

verno chega a atingir 9 metros, razão por que só é navegável, quando desta última.

POPULAÇÃO — Como Lago da Pedra foi criado depois de 1950 — após a realização do último Recenseamento Geral — e constituído de parte do município de Vitória do Mearim que não tinha limites fixados, torna-se impossível dar a população que contava em 1950. Contudo, calcula o Departamento Estadual de Estatística que, em 1955, havia ali 7 717 habitantes, o que dá a densidade demográfica de 1,8 habitantes por quilômetro quadrado.

RIQUEZAS NATURAIS — Inegàvelmente o babaçu é a maior riqueza natural, ainda não de todo explorada, pela falta de braço humano. Em 1956 sua produção atingiu 350 toneladas, no valor de 2 800 milhares de cruzeiros.

Pela extensão territorial de Lago da Pedra, outra riqueza forçosamente deve existir, qual seja a de madeiras, ainda pouco explorada e cujo resultado a estatística não registra.

Ainda nas suas matas são encontradas feras, dentre elas o gato maracajá, com pele que alcança bom preço, além de outros animais, como o veado, o caititu, a queixada e a capivara, que têm carne e couro aproveitáveis.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A população dedica-se, na sua grande maioria, à lavoura, principalmente à do algodão, que é, por isso, a base econômica do município. Em 1955 a agricultura apresentou os seguintes resultados:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$ 1 000)
Algodão em caroço	Arrôba	150 000	10 500 000
Arroz com casca	Saco de 60 kg	120 000	7 200 000
Milho	» » » »	72 000	4 320 000
Banana	Cacho	120 000	2 400 000
Feijão	Saco de 60 kg	1 900	646 000
Mandioca	Tonelada	5 100	510 000

Quanto à indústria, embora bem modesta, podem ser citadas as de beneficiamento de arroz, descaroçamento de algodão e fabricação de farinha de mandioca.

A pecuária também é pequena, não indo além de 16 500 cabeças, segundo calculou o Departamento Estadual de Estatística para 1956, as quais estão assim distribuídas:

Bovinos	3 500
Suínos	6 000
Ovinos	900
Caprinos	1 800
Eqüinos	1 600
Asininos	1 200
Muares	1 500

COMÉRCIO — Na sede municipal existem 18 estabelecimentos comerciais, todos varejistas. O comércio de Lago da Pedra mantém transações com as praças de Bacabal, Pedreiras e Szo Luvs-MA, Ceará e Pernambuco, para onde exporta os produtos agrícolas, importando tecidos, drogas, derivados de petróleo, estivas, ferragens, louças e outros artigos de que carece.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal tem as seguintes comunicações com as cidades vizinhas e respectivos meios de transporte: Bacabal, rodoviário, 84 quilômetros; Grajaú, a cavalo, 288 quilômetros; Pedreiras, rodoviário, 84 quilômetros; Pindaré-Mirim, rodoviário, 162 quilômetros (Via Vitorino Freire); Vitorino Freire, rodoviário, 48 quilômetros e Ipixuna, rodoviário, 84 quilômetros.

Muito embora a sede do município possua campo de pouso, não é servida de linha regular de navegação aérea (táxis).

As comunicações por cartas e telegramas são feitas através do Departamento dos Correios e Telégrafos, o qual, para tanto, dispõe de uma Agência.

ASPECTOS URBANOS — Na Prefeitura Municipal, em 1956, foram registrados apenas 2 caminhões.

As ruas, em número de 7, não são calçadas.

Em fevereiro de 1957 foi instalada a Usina Elétrica, já contando a sede com 20 ligações particulares.

É comum aos domingos realizar-se uma feira, onde são vendidos, por preços mais acessíveis, gêneros de produção do município, objetos de cerâmica, aves, verduras, etc.

Existe apenas uma pensão modesta na cidade de Lago da Pedra cobrando diária de Cr$ 60,00.

No ano de 1955 foi iniciada a construção de uma igreja sob a invocação de São José.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município faz parte do 21.º Distrito Sanitário, cuja sede fica localizada em Vitorino Freire. Conta com 4 Socorros farmacêuticos e um farmacêutico prático licenciado.

ENSINO — Apenas 3 unidades escolares possuía Lago da Pedra em 1957, as quais são de ensino Fundamental Comum e onde, no início do ano letivo, estavam matriculadas 312 crianças de 7 a 11 anos de idade, sendo 220 na zona rural e as restantes 92 na sede.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953	...	891	243	243	242
1954	...	1 024	300	300	285
1955	...	...	292	292	277
1956 (1)	...	...	363	363	346

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Apenas uma festa religiosa costuma ser levada a efeito no município no dia 19 de março, consagrado a São José, padroeiro da cidade.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística Municipal; Redação final — Nice Moura Ferro e Arthur Dias de Paiva.)

LORETO — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — A cidade de Loreto, situada à margem esquerda do rio Balsas, afluente do Parnaíba, teve o seu início entre os anos de 1830 e 1850, com a chegada, ao Piauí, de seus primeiros desbravadores e habitantes, entre os quais José Pereira da Silva, que se fêz acompanhar de seus filhos e genros. Êsse pioneiro, fundador da cidade, ao desprezar a sugestão do Padre e Deputado José Lopes, cometeu grave êrro, prejudicando, talvez para sempre, a importância e desenvolvimento da comuna.

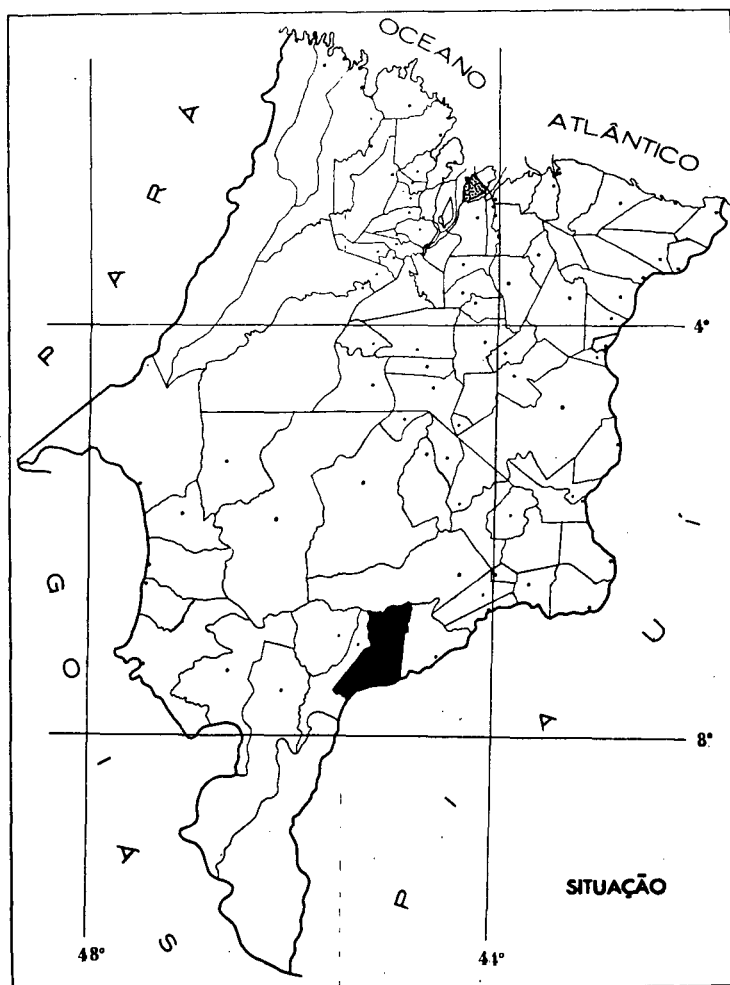
Desejava o padre Lopes que a cidade fôsse edificada à margem esquerda do rio Balsas, porém, a família Pereira, por motivos políticos, iniciou a construção das casas à margem esquerda do rio Teles, no lugar denominado "Capela", depois chamado "Nossa Senhora de Loreto" e, finalmente, "Loreto". A êsse respeito assim se manifesta o Padre José Lopes: "chegará tempo em que o riacho secará e pelo rio Balsas em vez prestarão serviço os motores a vapor, por estas razões a cidade deve ser construída no lugar chamado "Fé", na margem do rio".

Em 1851, Loreto iniciou demonstrando sua capacidade para a vida política e autonomia administrativa, sendo, então, desmembrada do município de Pastos Bons e, por Lei provincial n.º 1 038, de 24 de julho de 1873, elevada à categoria de vila. Mais tarde, em 1938, foi elevada à cidade, pelo Decreto-lei estadual n.º 45, de 29 de março. É o atual Prefeito do município o Sr. Raimundo Alves Costa.

O município, ùltimamente, tem decrescido de importância, não só por se encontrar a 3 km do rio Balsas e de outras artérias principais de comunicações, mas, também, pelos golpes sofridos com a perda sucessiva de terreno para a constituição de outros municípios, conforme quadro genealógico abaixo:

Loreto (1873) { Alto Parnaíba (1881); São Raimundo das Mangabeiras (1949) { Sambaíba (1953); Sambaíba (1953) }

Praça da Matriz, ao fundo o prédio da Prefeitura Municipal

LOCALIZAÇÃO — O município de Loreto pertence à Zona do Alto Parnaíba. Latitude Sul: 7° 8' 16". Longitude W.Gr.: 45° 20' 45". Posição relativamente à Capital, rumo — S.S.O.; distância em linha reta — 520 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 180 metros de altitude.

LIMITES — São limites de Loreto os municípios de Benedito Leite, Sambaíba, Mirador e o Estado do Piauí, em condomínio de águas com o rio Parnaíba.

CLIMA — Pouco variável. Agradável de maio a julho. O período de maior intensidade de frio é de junho a agôsto e o de calor, de setembro a novembro. Temperatura: média das máximas, 34°C e das mínimas, 18°C. Inverno, de setembro para outubro até fevereiro. Verão, de março a agôsto.

ÁREA — É de 4 375 km², sendo o 17.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Em 1950, segundo o Recenseamento, possuía o município 12 062 habitantes — 5 956 homens e 6 106 mulheres, correspondentes a 2,75 habitantes por quilômetro quadrado. Do total dessa população, 93% localizavam-se no quadro rural.

Segundo a côr, estava assim dividida a população: pardos, 6 075 — 3 009 homens e 3 066 mulheres; brancos, 4 012 — 1 930 homens e 2 082 mulheres; pretos, 1 967 — 1 014 homens e 953 mulheres.

Das pessoas de 15 anos e mais num total de 6 424, de acôrdo com o estado civil, 55,4% — 1 773 homens e

Igreja-Matriz

1 791 mulheres — eram casados e 7,5% — 109 homens e 374 mulheres — constituíam os viúvos. Bem elevado era o número dos solteiros — 1 254 homens e 1 113 mulheres. Desquitados ou divorciados, apareceram apenas 2 homens e 3 mulheres.

Os ramos "atividades domésticas" e "agricultura, pecuária e silvicultura" são os que reuniram maior quantidade de pessoas de 10 anos e mais, quando do Recenseamento de 1950, em cujo grupo apareceram 8 036 pessoas. O primeiro com 180 homens e 3 854 mulheres — 50,1% e, o segundo, 3 291 homens e 6 mulheres, 41%. O restante, isto é, 8,9% da população ativa, está assim distribuído: indústria de transformação, 10 homens; comércio de mercadorias, 36 homens e 2 mulheres; prestação de serviços, 53 homens e 22 mulheres; transportes, comunicações e armazenagem, 14 homens e 2 mulheres; profissões liberais, 2 homens; atividades sociais, 5 homens e 13 mulheres; Administração Pública, Legislativo, Justiça, 14 homens; Defesa Nacional e Segurança Pública, 3 homens; condições inativas, 322 homens e 206 mulheres.

Foi calculada, para 1.º-VII-1956, pelo Departamento Estadual de Estatística, em 13 685 habitantes a população do município, cuja densidade demográfica é de 3,12 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Conta, Loreto, com 2 distritos — a sede e o de São Félix de Balsas; o primeiro com 625 habitantes e o segundo, com 248. Êsses habitantes estão assim distribuídos: na cidade, 288 homens e 337 mulheres e, em São Félix de Balsas, 101 homens e 147 mulheres. Constituindo, êste, um lugar bem desenvolvido, César Marques, em seu Dicionário Histórico-Geográfico, assim se manifesta sôbre os primeiros dias dêsse distrito: "Freguesia — Pertence a um dos municípios de Pastos Bons, situada na junção do rio Balsas com o rio Parnaíba. Outrora chamou-se S. Bento de Balsas, segundo lemos no registro de uma carta régia, escrita no palácio de Nossa Senhora da Ajuda em 19 de junho de 1761, e dirigida ao governador do Maranhão Joaquim de Mello e Povoas, na qual S.M. "atendendo ao gravissimo detrimento, que experimentavam os moradores da freguesia de S. Bento de Balsas serem obrigados a irem requerer e comparecer perante as justiças, que os governava na distância de 70 legoas, por isso mandava crear um juiz ordinario na forma da ordenação do reino para administrar justiça o qual serviria de juiz dos orphãos".

Em carta de 3 de outubro do mesmo ano respondeu o governador, que cumpriria esta ordem quando realizasse a visita, que pretendia fazer ao interior da capitania.

Não podendo satisfazer seus desejos, passou ordem ao desembargador ouvidor-geral Francisco Martins da Silva, "que hia de correção para aquellas parte, para que o fizessem e recahio a escolha na pessoa de Domingos Fernandes Lima, como tudo se lê no officio, que a Sua Magestade em 20 de julho de 1763 dirigio o referido governador.

É conveniente consultar-se o alvará de 18 de abril de 1820, impresso no artigo Brejo dos Anapurus:

......

Pela Provisão régia de 18 de abril de 1820, que não se encontra na coleção de leis, mas que podemos obter da secretaria dos negócios do império, foram os territórios das vilas de Pastos Bons, e S. Bernardo do Brejo "por sua vasta extenção ou desmedida distancia de muitas leguas das igrejas matrizes" divididos em 5 freguesias: — a de S. Félix de Balsas, a de Pastos Bons, a de Almeida d'El-rei, a de S. Bernardo do Parnaíba, e a do Brejo dos Anapurus, objeto dêste artigo.

Julgamos muito interessante êste alvará, e porisso o imprimimos em sua íntegra, advertindo desde já a necessidade, que há de ser consultado quando se lerem os artigos S. Félix e Pastos Bons, Almeida e S. Bernardo.

......

1.º) O de San'Félix, que terá por limites da parte meridional as ribeiras de Balsas, Neves, Grajaú, Farinha, e Lapa; e da parte do norte ou de Pastos Bons deverá ser o seu limite divisório junto da povoação de San'Félix, onde o rio de Balsas faz barra no da Parnaíba, e atravessando aquêle, onde nele faz barra o riacho Fundo acima da fazenda Maravilha seguirá pela Serra Vermelha até aos últimos moradores daquela direção, e nos outros lados serão marcados os seus limites de maneira, que mais conveniente fôr, para que as povoações, que por ali se acham estabelecidas e as que para o futuro se formarem, possam ser prontamente socorridas.

......

Tem aí uma capela, consagrada a N. S.ª do Loreto, cuja história é a seguinte:

Francisco Xavier de Britto, assistente na sua fazenda chamada — Tranqueira — na ribeira de Balsas, freguesia de S. Bento de Pastos Bons, e sua mulher, Anna Maria Dantas, requereram ao governador do bispado D. Cônego João Duarte da Costa, por sua devoção, licença para edificarem na dita fazenda uma capela de pedra e cal com a invocação de Nossa Senhora do Loreto, e declararam que doavam por escritura pública para patrimônio dessa capela

80 vacas situadas na fazenda da Gameleira na ribeira do Balsas: 26 de junho de 1780 é a data do despacho dêste requerimento.

Por despacho do Vigário da vara, padre Tavira d'Eça, de 2 de janeiro de 1778 — procedeu-se à insinuação da doação perante o dito vigário.

Os peritos nomeados José Ferreira de Barros e João Baptista de Castro, sob juramento, declararam a 25 de janeiro de 1778, que as 80 vacas poderiam render anualmente "deductis exprensis" pelo menos 12$800 réis, bem entendido só nos primeiros 2 anos, e, passados estes 2 anos, haveria maior rendimento.

No mesmo dia 25 de janeiro de 1778 os requerentes sob juramento prometeram fazer a capela de pedra e cal e defender os bens doados e repor igual quantidade de vacas no caso de dívidas futuras.

A estrutura de doação foi lavrada pelo tabelião Fillipe Ferreira da Rocha perante as testemunhas o vigário João José de Siqueira Tavira d'Eça, João Ventura Gonçalves e João Antônio Monteiro no dia 12 de dezembro de 1777, e para maior segurança obrigaram a sua têrça. (Os doadores eram proprietários de fazendas de gado vacum e cavalar).

O dito vigário disse num atestado, que vira o lugar designado para a capela e que o achava próprio e com capacidade para edificar-se nele a capela: o atestado é de 30 de janeiro de 1778.

O governador do bispado por seu despacho nos autos de 4 de julho de 1780 mandou expedir título para a ereção da capela. — Dos autos consta que as suas custas montaram em 775 réis.

Os terrenos desta freguesia são ubérrimos, e neles o gado cresce e engorda muito.

Tem muitos índios, porém mansos, e seus moradores dedicam-se muito à cultura do algodão, que levam ao mercado de Caxias, e ao fabrico do açúcar, aguardente e rapadura.

Tem uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino, criada pela lei provincial n. 384, de 30 de junho de 1855" (Dicionário Histórico-Geográfico, de Cesar Marques).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município é constituída pela pecuária, extração de amêndoas de babaçu e pela lavoura. As principais culturas agrícolas são: mandioca, algodão, arroz, milho, feijão, que são vendidas, de preferência, para Floriano — PI.

Escola Rural — Pôrto da Fé

As produções agrícola e industrial do município em 1955 foram as seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Produção agrícola			
Abacate	Cento	221	8 840
Abacaxi	Fruto	8 400	21 000
Algodão em caroço	kg	114 000	456 000
Arroz em casca	Saco de 60 kg	8 070	1 210 500
Banana	Cacho	24 800	496 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	2 960	592 000
Fava	Saco de 60 kg	290	60 900
Feijão	» » » »	1 200	252 000
Fumo	kg	9 000	228 000
Laranja	Cento	5 800	116 000
Mandioca	Tonelada	2 345	427 200
Manga	Cento	49 800	597 600
Milho	Saco de 60 kg	6 600	660 000
Produção industrial			
Rapadura	kg	114 980	556 185
Farinha de mandioca	»	144 930	289 860
Aguardente de cana	Litro	13 660	136 600
Tapioca	kg	24 200	96 600

A exportação dêsses produtos é feita, em maior parte, pelo rio Balsas, através de lanchas e balsas (estas construídas de talos de palmeira de babaçu e buriti), que levam, ainda, galinhas e porcos para venda em outros municípios.

É também bastante desenvolvida a pecuária, havendo magníficos campos para pastagens. Os criadores dia a dia procuram melhorar a qualidade de seu gado, trazendo, de outros Estados, os de puro sangue.

Os mercados compradores de gado são Timon — MA, Floriano e Teresina — PI.

Os rebanhos são assim computados: (1956)

Bovinos	37 900	
Eqüinos	9 200	
Suínos	87 200	
Caprinos	43 100	(2.º do Estado)
Ovinos	25 300	(1.º do Estado)
Asininos	6 400	(1.º do Estado)
Muares	1 700	

Embora parte da superfície do município de Loreto seja coberta de chapadões e carrascos, há grande mataria onde são encontrados pau-d'arco, cedro, sucupira e outras madeiras de lei.

Indústria — Possui Loreto uma pequena indústria de produtos alimentares, além de usinas para beneficiamento de arroz e algodão e pequenos engenhos para fabricação de aguardente de cana e rapadura. Há, também, curtumes e olarias.

São as seguintes as produções extrativas, em 1956, segundo a origem:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Mineral			
Telhas	Milheiro	15	7 500
Ladrilhos	»	9	3 600
Vegetal			
Tábuas de cedro	Dúzia	130	39 000
Óleo de babaçu	Litro	230	4 140
Amêndoas de babaçu	kg	600	2 880 000
Cêra de carnaúba	»	220	6 600
Animal			
Mel de abelha	kg	900	5 400
Cêra de abelha	»	460	4 600
Crina de animal	»	460	18 000
Peles de maracajá	Uma	18	10 800

MEIOS DE TRANSPORTE — Comunica-se Loreto com as cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Benedito Leite: rodoviário, 116 km, cavalo, 120 km, fluvial, 135 km; Mirador: rodoviário, 310 km, cavalo, 180 km; Sambaíba: rodoviário, 29 km, fluvial 48 km; Ribeiro Gonçalves — PI: rodoviário, 84 km. Servem, também, o município, embora com viagens irregulares, a navegação fluvial, tanto no inverno como no verão e os táxis-aéreos. Êstes, no entanto, vão quando a chamado de pessoas interessadas, de vez que não mantêm linha regular.

COMÉRCIO — As transações comerciais de Loreto são feitas com as praças de Teresina e Floriano — PI, Recife — PE e Fortaleza — CE, através de 20 estabelecimentos varejistas e 3 industriais.

O sistema adotado pelo comércio do município é o de venda de fazendas, estivas, miudezas, etc.

Fazem transporte dos gêneros exportados e das mercadorias importadas pelo comércio local, embarcações de pequeno calado, que trafegam no inverno e no verão. No pôrto não há armazéns, e as construções existentes para depósito não oferecem segurança, ficando inundadas quando das enchentes.

Com a finalidade de desenvolver mais a vida comercial de São Félix de Balsas, Batateiras e mesmo da sede municipal, está em projeto, pela Prefeitura, a abertura de um ramal da estrada de rodagem para outros municípios.

ASPECTOS URBANOS — As ruas da cidade não apresentam qualquer espécie de pavimentação. São iluminadas a luz elétrica, havendo 38 ligações residenciais, dispondo a sede de um motor de 24 H.P. Na iluminação pública são utilizadas 5 020 velas.

De acôrdo com o registro feito na Prefeitura do município, apenas existe um caminhão e 47 carros de bois.

Dispõe, ainda, Loreto, de uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T. e de um campo de pouso.

A fim de fomentar a agricultura e a pecuária, há, na sede municipal, a "Associação Rural de Loreto", subordinada à Federação das Associações Rurais.

Está em construção um Matadouro, com curral de gado para "matalotagem" (expressão própria da região e que significa abatimento de gado vacum para o consumo).

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Era, inicialmente, têrmo da comarca de Pastos Bons, passando, a seguir, a têrmo de Mirador. Anos depois — desconhece-se a data — foi elevado a comarca, perdendo, logo após, essa categoria. Em 9 de abril de 1901, por Lei n.º 279, volta à categoria de comarca, sendo, sua instalação, a 1.º de junho. Decaindo, entretanto, seu progresso, em 1914, é Loreto reduzido a têrmo de Santo Antônio de Balsas. Hoje, porém, é sede de comarca de 1.ª Entrância abrangendo os têrmos de São Raimundo das Mangabeiras, Sambaíba e Benedito Leite.

O policiamento da cidade é feito por 1 delegado de polícia e 5 guardas civis municipais. A cadeia pública, inaugurada a 28 de dezembro de 1928, funciona em prédio adaptado.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Pertence ao 10.º Distrito Sanitário — Pôsto de Higiene do Estado —, com sede em Balsas. Não dispõe o município nem de médico, nem de farmácia, contando, apenas, com 2 socorros farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, em Loreto, sabem ler e escrever, 1 956 pessoas, sendo 1 117 homens e 839 mulheres, das 9 957 recenseadas de 5 anos e mais. Na mesma época, apenas 43 pessoas maiores de 10 anos possuíam curso completo, sendo 39 de grau elementar e 4 de grau médio.

Ensino — Conta o município com 19 unidades de ensino, sendo 16 do Fundamental Comum, e 3 do Fundamental Supletivo.

Em construção nos povoados Batateira, Pé da Ladeira e Sonhen, estão 3 prédios destinados a escolas rurais.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Entre os principais acidentes geográficos de Loreto, figuram os seguintes: Serras: de Itapecum, nas proximidades do rio de mesmo nome; Penitente, Taboleirão, Genipapeiro e Santo Antônio, situadas entre os rios Balsas e Parnaíba. Rios: Balsas, que corta o município e é perfeitamente navegável por lanchas, vapôres e motores. Banha o povoado Batateiras e a vila de São Félix de Balsas, achando-se a 2 km de distância da sede. Itapecum não é navegável no trecho de Loreto. Serve de limite entre êste município e o de Mirador. Parnaíba, que separa parte do município de Loreto do Estado do Piauí. Lagoas: Alegria e Côco, entre os rios Balsas e Parnaíba. A primeira com uma extensão de 1 km e, a segunda, de 500 metros. Parnaíba com, aproximadamente, 6 km. Açudes: Boa Esperança, com 180 metros de comprimento, 90 de largura e 3,80 de profundidade; Cubica, 130 metros de comprimento e 70 de largura; Cruz, 160 metros de comprimento e 80 de largura; Veredinha, 140 m de comprimento e 60 de largura e Morros, 190 metros de comprimento por 85 de largura.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	290 387	290 960	...	504 063
1951	—	437 565	326 660	77 260	208 215
1952	—	441 535	377 286	78 215	295 476
1953	—	557 657	11 250	93 558	1 013 548
1954	—	661 244	592 572	103 663	948 244
1955	—	663 791	988 506	126 888	988 058
1956 (1)	—	683 045	680 000	101 000	710 333

(1) Orçamento.

Escola Rural — povoado Batateira

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Foram criados no município por ordem cronológica: 1880 — Cartório do Registro Civil e a primeira Escola Pública; 1920 — Estação Telegráfica. No distrito de São Félix de Balsas: 1886 — Primeira Escola; 1921 — Estação telefônica; 1924 — Agência Postal e 1933 — Cartório do Registro Civil.

São realizadas em Loreto, anualmente, as seguintes festas religiosas: Nossa Senhora de Loreto, durante o mês de maio, não havendo festas de largo ou outras diversões; Nossa Senhora Aparecida, no lugar Côco, a 15 de agôsto. Esta festa consta de barracas, vendas de bebidas e comidas, danças ao ar livre ao som de sanfona e outros instrumentos. Tôdas terminam com missa e procissão.

O ponto pitoresco dêsses festejos é que, na ocasião das danças, um dos cavalheiros saca de sua arma, dando vários tiros para cima, provocando, assim, um tiroteio, entre os próprios dançantes, de vez que êstes acompanham a atitude do primeiro. Com todo êsse movimento, os festejos prosseguem, normalmente, ficando êles com uma das mãos sôbre o ombro da dama, enquanto que a outra permanece com a arma.

Os loretenses — denominação gentílica dada aos filhos de Loreto — são, na quase totalidade, católicos, o que foi comprovado pelo Recenseamento de 1950: católicos romanos, 5 937 homens e 6 089 mulheres, o que constitui 99,7% da população. Os 0,3% ficam divididos entre protestantes — 18 homens e 15 mulheres — e sem declaração de religião — 1 homem e 2 mulheres. De outros credos não foi registrada nenhuma pessoa.

(Autor do histórico — A.E. José das Chagas Estrêla; Redação final — Maria Rita de Miranda Jorge e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e documentação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Maranhão.)

MAGALHÃES DE ALMEIDA — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Consta que, aproximadamente, no ano de 1855, por ocasião de uma grande enchente no rio Parnaíba, Barnabé Pereira Mascarenhas à procura de um terreno mais alto, descendo o rio em uma igara (embarcação daquela época), encontrou um local que lhe chamara a atenção, devido a um pequeno morro que se apresentava à sua frente. Aí ancorou a embarcação e, satisfeito com o terreno, edificou a sua moradia, ao lado esquerdo do rio Parnaíba.

Trinta anos mais tarde, os Srs. Antônio da Silva Lopes, Militão Pereira Macário de tal e Florindo José da Silva formaram o novo núcleo de colonização do lugar, não surtindo, porém, o efeito desejado, e vindo o mesmo a ser abandonado por completo.

Sòmente em 1918, com a chegada de Benedito Romão de Souza, Manuel Vasconcelos Leão e outros, novas construções foram levantadas, inclusive uma capela para cultos religiosos, até então inexistente, e outros melhoramentos.

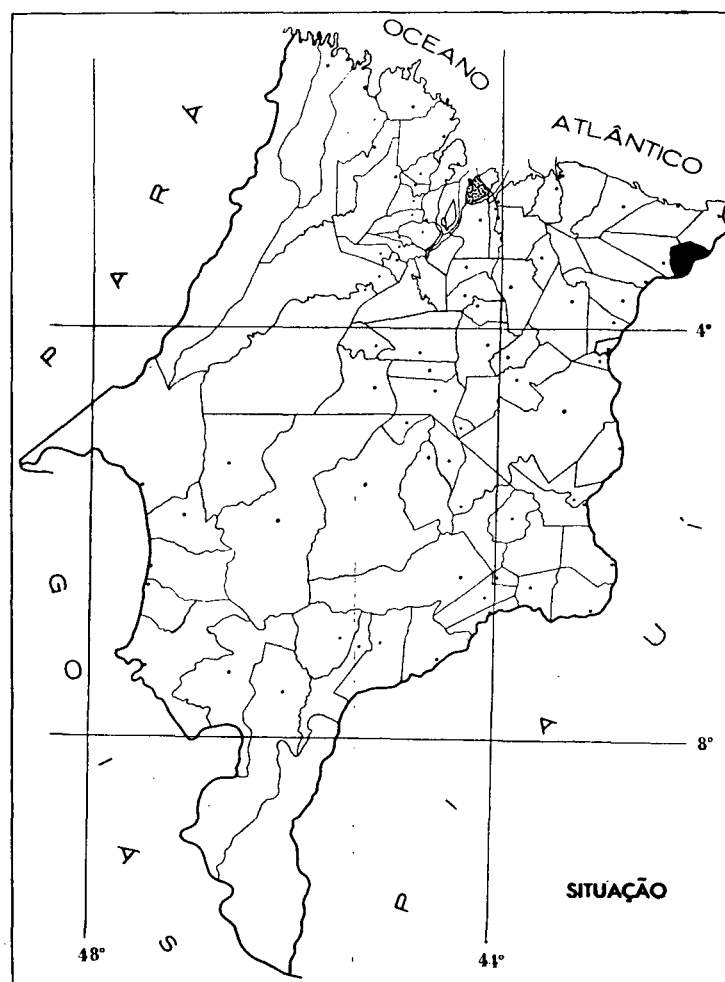
A região que, àquela época, tinha o nome de Furo, passou a ser chamada Pôrto de Santo Antônio, em honra ao santo padroeiro.

Foi elevado à categoria de vila em abril de 1925 com o nome de Magalhães de Almeida pelo Decreto do governador José Maria Magalhães de Almeida.

Só em 1952 foi criado o novo município, desmembrando-se parte do de São Bernardo e parte do de Araioses, pela Lei n.º 771, de 1.º de outubro.

Foi instalado a 1.º de janeiro de 1953, tendo como seu primeiro Prefeito o Sr. Benedito Romão de Souza. O 2.º Prefeito, que é o atual, é o cidadão Benedito de Lima e Silva, eleito por sufrágio direto.

A Câmara Municipal é composta de 9 elementos.

LOCALIZAÇÃO — Sua sede está localizada a 3° 23' 16" de latitude Sul e 42° 12' 30" de longitude W.Gr. Limita com os municípios de Araioses e São Bernardo. Pertence à Zona Fisiográfica do Baixo Parnaíba.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 25 metros na sede municipal.

CLIMA — É variável. O inverno vai de dezembro a junho, sendo os demais meses do ano secos ou com chuvas sem grande intensidade. De agôsto a outubro notam-se rajadas de vento. Não há geadas nem se verificam chuvas de granizo. O município não é dotado de Pôsto Meteorológico.

ÁREA — Com 1 037 km², Magalhães de Almeida é o 71.º município maranhense em grandeza territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Lagoa do Bacuri, que banha a sede, com 60 km² e 4 a 5 metros de profundidade. É navegável por pequenas embarcações, sendo ligada ao rio Parnaíba pelo igarapé São José, com extensão de 15 km.

Uma pequena parte — 72 km aproximadamente — do rio Parnaíba percorre o município Magalhães de Almeida, de oeste para leste, banhando o povoado Melancias e lugares Bebedouro de São Pedro e Flosin. Sua profundidade vai de 2 a 6 metros. É navegável.

RIQUEZAS NATURAIS — A cêra de carnaúba constitui a riqueza natural em maior escala, do município.

POPULAÇÃO — O Recenseamento de 1950 apontou 8 552 habitantes (4 345 homens e 4 207 mulheres), dos quais 78% estão na zona rural. A estimativa do D.E.E. para 1955 foi de 12 727, equivalendo a 12,27 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Possui 2 aglomerados: o da sede, com 1 799 habitantes (898 homens e 901 mulheres) e o de Custódio Lima, com 450 (estimativa).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades econômicas do município são: a extração da cêra de carnaúba; a agricultura e a pecuária. Esta última, segundo estima o Departamento Estadual de Estatística está calculada em 6 000 bovinos, 6 300 suínos, 2 200 ovinos, 2 500 caprinos, 500 eqüinos, 380 asininos e 230 muares.

A produção agrícola em 1955 foi a seguinte: algodão em caroço — 21 000 kg (Cr$ 70 000,00), arroz em casca — 3 350 sacos 60 kg (Cr$ 402 000,00), banana — 15 000 cachos (Cr$ 300 000,00), cana-de-açúcar — 300 toneladas (Cr$ 60 000,00), feijão — 1 800 sacos 60 kg .... (Cr$ 216 000,00), fumo — 39 000 kg (Cr$ 650 000,00), laranja — 3 800 centos (Cr$ 76 000,00) limão — 6 000 centos (Cr$ 90 000,00), mamona — 4 500 kg .... (Cr$ 13 500,00), mandioca 2 620 toneladas .... (Cr$ 393 000,00), manga — 5 000 centos .... (Cr$ 75 000,00), melancia, frutos — 200 000 .... (Cr$ 600 000,00) e milho — 5 770 sacos 60 kg .... (Cr$ 461 000,00). Produção industrial: cêra de carnaúba — 43 000 kg (Cr$ 3 010 000,00) e farinha de mandioca — 78 000 kg (Cr$ 117 000,00).

A pesca é praticada por métodos rotineiros como complemento à alimentação. Em 1956 foram pescadas 36 toneladas valendo 360 mil cruzeiros.

O município também exportou, em 1956, vinte e duas toneladas de amêndoas de tucum, no valor de 176 mil cruzeiros.

COMÉRCIO — Na sede municipal há 14 estabelecimentos varejistas. O comércio local importa açúcar, café, sabão, ferragens, tecidos, louças, combustíveis, bebidas, medicamentos e miudezas em geral, mantendo transações com Parnaíba — PI e Fortaleza — CE.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Possui os seguintes municípios limítrofes, com respectivos meios de transporte e distância: Araioses — rodovia (132 quilômetros), São Bernardo — rodovia (30 km) e Tutóia — a cavalo (120 km).

ASPECTOS URBANOS — Há 40 ligações elétricas na sede municipal sendo que a Usina Elétrica fornece, no momento, aproximadamente, 18 300 kW.

A pavimentação da cidade consta apenas de 7,2%, de logradouros calçados enquanto que o restante é sem calçamento.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas 1 dentista desenvolve atividades profissionais na sede municipal. Existe um Pôsto do S.N.M. sem médicos. Pertence ao 10.º Distrito Sanitário (Postos de Higiene), cuja sede fica em Araioses.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950 foram registradas na sede 558 pessoas de 5 anos e mais que sabiam ler e escrever, das quais 300 homens e 258 mulheres, o que representa 38% da população compreendida nesse grupo.

Ensino — A instrução pública é difundida por 14 unidades escolares, sendo 7 de ensino fundamental comum e 7 do fundamental supletivo. Em 1957 a matrícula de alunos de 7 a 11 anos era de 206 na sede municipal e de 122 na zona rural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953	...	53	34	16	50
1954	...	390	502	64	566
1955	...	465	519	73	651
1956	...	607	698	100	748

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como festejos, realiza-se no município, durante as festas juninas, a dança do "bumba-meu-boi", brincadeira que muito agrada aos habitantes da região, resumindo-se no seguinte: um boi artificial, enfeitado de papel de sêda de várias côres, movimentado por um homem com um conjunto de 15 pessoas mais ou menos, cantando músicas adequadas à brincadeira e realizando visita aos seus moradores.

Realiza-se a procissão de Santo Antônio, padroeiro da cidade, no dia 30 de janeiro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Têrmo pertencente à comarca de Araioses, possui 1 Suplente de Juiz de Direito, 1 Promotor Público, 1 Oficial de Justiça e 1 Tabelião. Os nascidos em Magalhães de Almeida são conhecidos pelo gentílico magalhense.

(Autor do histórico — Sant'Clair de Almeida Serra, A.E. em S. Bernardo; Redação final — Conceição de Almeida Utta e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística de São Bernardo, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional do Maranhão.

MATINHA — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O atual município de Matinha teve sua origem com a penetração de alguns colonizadores na região, nos meados do século XIX. Verificou-se, nessa época, nas proximidades da atual sede municipal, a instalação dos engenhos de açúcar "Nazaré", de propriedade do padre João do Lago, e "Santa Maria", de propriedade do comendador Antônio Alves da Silva e, ainda, das fábricas de farinha de

Prefeitura Municipal

mandioca, uma localizada no sítio "Hespanha", de propriedade do comendador José Belfort, e outra no lugar "Santa Maria dos Meireles", do caboclo Eziquiel Meireles. Êsses colonizadores trouxeram em sua companhia considerável número de escravos para os trabalhos agrícolas.

Com o falecimento de Antônio Alves da Silva, seu filho mais velho, João Carlos Serra Silva, transferiu para o lugar "Bom Jesus" o engenho de açúcar "Santa Maria". Nesse tempo os seus irmãos mais novos, Serapião e Gustavo Serra e Silva, fixaram-se à margem da estrada que dava acesso a Viana, na zona sul da Sesmaria do Jardim, pertencente a João Carlos Serra e Silva, instalando ali pequeno comércio. Alguns anos depois surge nova casa comercial dos irmãos Heráclito Ovídio e Antônio Augusto Alves da Silva, filhos de Gustavo Serra e Silva.

Com a abolição da escravatura, muitos dos escravos e mestiços das fazendas vizinhas procuraram instalar-se nas proximidades das casas comerciais, formando ali um pequeno núcleo residencial. Zona fertilíssima, própria para a agricultura, fàcilmente se desenvolveu e atraiu novos imigrantes, constituindo assim o povoado de Matinha.

Motivado pelos esforços dos irmãos Heráclito e Antônio Augusto, resolve o município de Viana criar a primeira escola municipal, pela Lei 138, de 16 de abril de 1896, designando para professôres o Sr. Joaquim Inácio Serra e a Sr.ª Cândida Gomes da Silva.

Vinte anos mais tarde, pela Lei 719, de 5 de abril de 1916, foi criado o Cartório do Registro Civil. Matinha foi elevada à categoria de vila pela Lei 857, de 4 de abril de 1919. Logo após, pela Lei 931, datada de 7 de abril de 1920, era elevada à categoria de município, tal a iniciativa e espírito de luta dos irmãos: major Heráclito Ovídio e coronel Antônio Augusto Alves da Silva.

Em 4 de maio de 1920 era fixada, pela Lei 501, a eleição para Prefeito e Vereadores do município de Matinha. Enquanto o povo comemorava radiante a grande vitória alcançada pelos matinhenses, na pessoa dos irmãos Alves da Silva, o Decreto 932, de 3 de agôsto de 1922, adiava, por tempo indeterminado, as eleições para Prefeito e Vereadores.

No mesmo ano é criada a Coletoria Estadual, talvez como recompensa ao ato da não instalação do município.

Com o falecimento do major Heráclito Ovídio, concentrou-se, então, a direção da política de Matinha nas mãos do coronel Antônio Augusto, com a cooperação do seu sobrinho João Amaral da Silva, e filho, José Pedro da Silva.

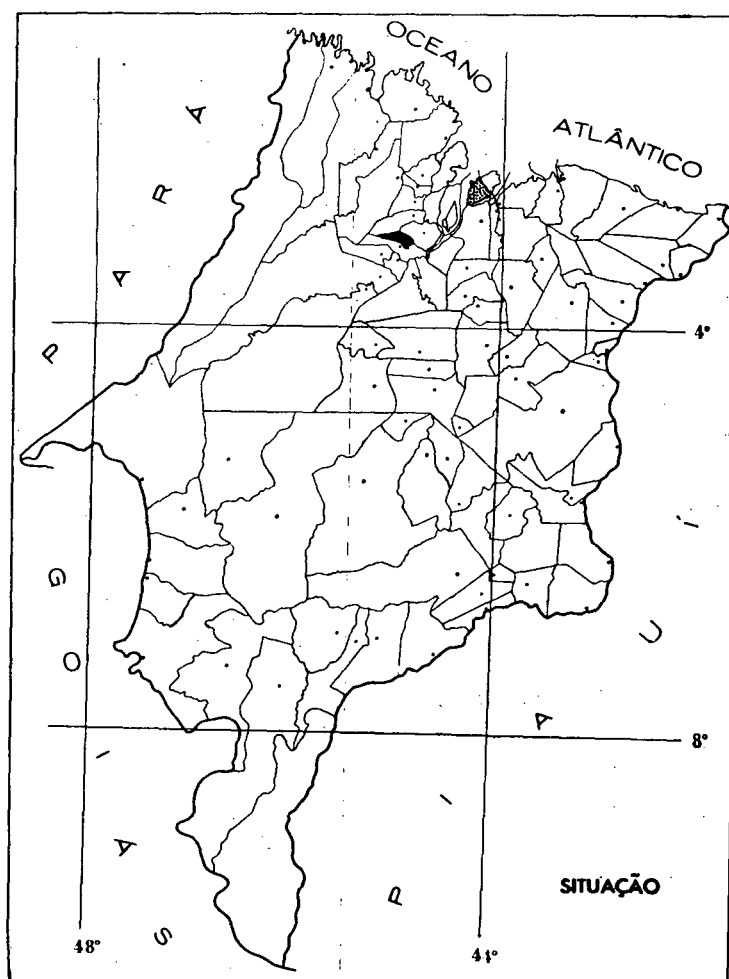
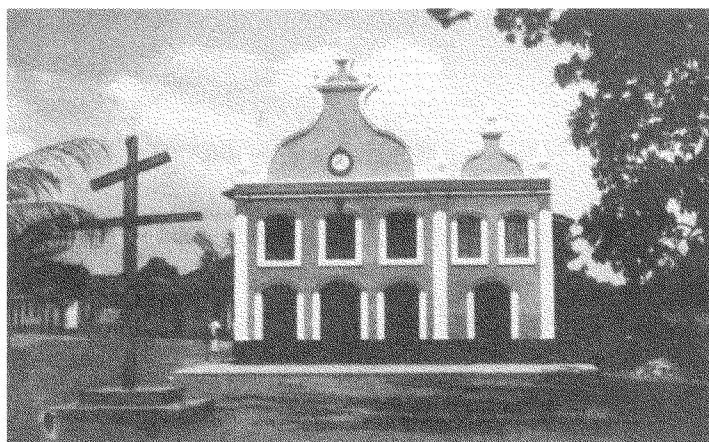
O coronel Antônio Augusto, achando que era de grande necessidade, em sua terra, a construção de um mercado e a de um Cemitério, sacrificando suas economias, mandou edificá-los às suas próprias custas.

Em 1929 foi criada e instalada a Agência Telefônica, tendo o coronel Antônio Augusto contribuído com o prédio da sede da Agência e com tôda a posteação do então distrito, vindo contudo a falecer a 11 de maio de 1945, sem ver concretizadas as suas aspirações, isto é, a elevação de sua terra à categoria de município.

Surge, então, à frente da política dêste pacato povo, o Sr. João Amaral da Silva. Não durou muito a se sentir o efeito desta nova direção, quando, pela Lei 267, de 31 de dezembro de 1948, graças ao empenho do Deputado Federal, Dr. Afonso da Silva Matos, foi criado o município de Matinha.

Achava-se, pois, satisfeita a velha aspiração do povo. No dia 15 de fevereiro de 1949 foi instalado o município sob grande regozijo e aplausos ao Sr. Amaral da Silva e ao Dr. Afonso da Silva Matos.

No seu primeiro ano de vida o município foi agraciado com a instalação da Agência Municipal de Estatística, em sessão solene realizada no salão nobre da Prefeitura Municipal, no dia 3 de novembro daquele ano e, também, com a instalação da Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos. É o atual Prefeito do Município o Sr. João Amaral da Silva.

LOCALIZAÇÃO — Pertence o município à Zona da Baixada e está situada a 3° 51' 14", Latitude Sul e 45° 1' 5"

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Igreja de São Sebastião

longitude W.Gr. Posição relativamente à Capital do Estado: distância 98 km (em linha reta).

ALTITUDE — É de 30 m a altitude na sede municipal.

CLIMA — A área mais chuvosa vai de fevereiro a maio, sendo comum, em abril e maio, as chuvas virem acompanhadas de trovoadas. Os meses de maior calor são setembro e dezembro. Muito embora não exista Pôsto Meteorológico no município, calcula-se a temperatura mínima em 25°C e, a máxima, em 36°C.

ÁREA — Com a área de 250 km², é Matinha o 68.° município do Estado em ordem de grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, havia 11 957 habitantes, sendo 6 094 homens e 5 863 mulheres. O quadro rural era habitado por 10 151 almas, ou seja, 84,8% do total. Todos os recenseados em 1950 eram brasileiros natos.

Quanto à côr, o maior contingente era de pardos, com 6 364, sendo 3 224 homens e 3 140 mulheres. Depois vinham os brancos com 2 912 (1 479 homens e 1 433 mulheres); pretos existiam 2 651 (1 376 homens e 1 275 mulheres), sendo que 15 casais não fizeram declaração de côr.

Das 11 957 pessoas recenseadas em 1950, a quase totalidade era católica romana: 11 599, sendo 5 926 homens e 5 673 mulheres. Para as 358 restantes foi registrado o seguinte no quesito que indagava qual a religião professada:

	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Protestantes	99	125	224
Sem religião	66	62	128
Sem declaração de religião	3	3	6

Em 1950, foram recenseadas 6 511 pessoas (3 176 homens e 3 335 mulheres) de 15 anos e mais. Dessas, maior número era de solteiros, com 3 255 (1 622 homens e 1 633 mulheres); os casados eram em número de 2 853 (1 400 homens e 1 453 mulheres), vindo depois os viúvos com 395 (150 homens e 245 mulheres) e finalmente os desquitados e divorciados: 5 — 3 homens e 2 mulheres. 1 homem e 2 mulheres não fizeram declaração de estado conjugal.

O Departamento Estadual de Estatística calculou que, em 1956, Matinha já era habitada por 13 701 pessoas, o que dá a densidade demográfica de 54 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Como aglomeração urbana existe a sede municipal que contava 1 806 habitantes (886 homens e 920 mulheres), — consoante dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do muncípio são: a agricultura, a pecuária, a pesca e a indústria (fabricação de farinha de mandioca). A extração de amêndoas de babaçu, que na quase totalidade dos municípios maranhense é a base econômica, em Matinha pouco representa, o que é demonstrado pela produção do último qüinqüênio:

ANOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
1952	kg	29 000	116 000
1953	»	35 000	210 000
1954	»	45 000	225 000
1955	»	60 000	360 000
1956	»	70 000	700 000

O volume e o valor das produções agrícolas e industriais são: (ano de 1955)

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Produção agrícola			
Algodão	kg	21 000	63 000
Arroz em casca	Saco de 60 kg	5 100	510 000
Banana	Cacho	14 000	112 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 600	256 000
Feijão	Saco de 60 kg	500	150 000
Laranja	Cento	5 800	58 000
Mandioca	Tonelada	3 100	775 000
Manga	Cento	3 500	10 500
Milho	Saco de 60 kg	2 000	160 000
Produção industrial			
Farinha de mandioca	kg	679 900	2 047 000
Aguardente de cana	Litro	21 600	216 000
Arroz pilado	kg	25 200	126 000
Pão, bolacha, etc.	»	117 500	890 200

A produção de pescado, em 1956, totalizou 22 270 kg, no valor de 206 milhões de cruzeiros. Grande parte do pescado é exportado para São Luís, Capital do Estado, seu maior centro consumidor.

Segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária de Matinha era calculada, em 1956, em 12 000 bovinos, 19 000 suínos, 450 ovinos, 500 caprinos, 2 000 eqüinos, 62 asininos e 350 muares. Há exportação de gado bovino e suíno, de corte, para São Luís.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido por linha de navegação aérea e fluvial-marítima, que o liga à capital do Estado.

Comunica-se com as seguintes cidades vizinhas: São Vicente Férrer: misto: a) rodoviário (22 km) — até Olin-

Grupo Escolar Professor Joaquim Inácio Serra

da dos Castros e b) a cavalo (27 km) ou a cavalo (48 quilômetros — 6 h), ou aéreo (49 km). Viana: aéreo (15 quilômetros) ou misto: a) rodoviário (6 km) até Ponta Grossa e b) fluvial (9 km).

Atualmente Matinha recebe a visita de táxis-aéreos, que, duas vêzes por semana, fazem a ligação com a Capital do Estado e municípios da Baixada.

COMÉRCIO — O município de Matinha mantém transações comerciais com São Luís — BA e Fortaleza — CE, importando tecidos em geral, ferragens, calçados, café, açúcar e medicamentos. Possui 36 estabelecimentos varejistas e 6 firmas industriais, na sede municipal.

ASPECTOS URBANOS — Não há rua pavimentada na cidade. O serviço postal-telegráfico é feito pelo D.C.T., que dispõe de uma Agência Postal-telegráfica. Na Prefeitura, estão registrados dois caminhões. O quadro judiciário é composto por um suplente de Juiz de Direito, um Adjunto de Promotor e um Oficial de Registro Civil.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os matinhenses não dispõem de um serviço de assistência médico-sanitária, existindo apenas, na sede, um farmacêutico. Faz parte do 4.º Distrito Sanitário (Pôsto de Higiene Estadual), cujo médico-chefe reside em Viana, onde fica a sede.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, pelo Recenseamento, contava o município com 20,62% da população presente, de 5 anos e mais, que sabiam ler e escrever, ou seja, 2 557 habitantes (1 054 homens e 1 003 mulheres). Ainda pelo Censo de 1950, verificou-se que 111 pessoas — 57 homens e 54 mulheres —, de 10 anos e mais, possuíam curso completo, sendo 52 casais, de grau elementar, e 7 pessoas (5 homens e 2 mulheres), de grau médio.

Ensino — Possui o município 17 estabelecimentos de ensino, sendo 10 do Fundamental Comum, 6 do Fundamental Supletivo e 1 Complementar.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	...	266	51	268
1951	...	...	301	61	281
1952	...	...	361	62	291
1953	...	...	694	62	504
1954	...	...	531	61	832
1955	...	...	604	76	420
1956	...	...	783	49	419

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS — Dentre as manifestações folclóricas que se realizam no município, destacam-se: "baile de São Gonçalo" e "bumba-meu-boi.

"Baile de São Gonçalo" — Sendo um folguedo interno, é representado em casas residenciais ou em barracões cobertos de palha, feitos exclusivamente para êsse fim. É desconhecido como surgiu o "baile de São Gonçalo" na cidade, porém contam os antigos que, outrora, o referido festejo era feito na têrça-feira de carnaval, porque, diziam êles, São Gonçalo era o santo protetor da dança. Atualmente muitos o consideram como o santo casamenteiro e acreditam que os componentes do grupo fàcilmente contraem matrimônio.

Mercado Público Municipal

É representado por um guia, dois contraguias e seis dançarinos. Quando começa o baile, o guia vai à frente de tôdas as outras personagens, e, chegando ao altar, faz sua saudação ao santo. Nesse ínterim, se abre uma cortina, que costumam colocar ante o altar, e São Gonçalo aparece todo iluminado a luz de velas. Em seguida, o guia vai chamando os outros, e cada qual por sua vez faz a saudação, oferecendo ao santo uma flor, por meio de recitativos ou cantorias. O final do baile é a execução de um chôro que os componentes dançam individualmente, procurando cada qual se exibir nos requebrados, atraindo assim a atenção da assistência. O traje dos dançarinos é uniforme, em geral branco, com uma faixa onde se lê: "Viva São Gonçalo".

Bumba-meu-boi — Esta manifestação popular inicia-se pelas festas de São João, prolongando-se até São Pedro. É representada em praças, ruas e terreiros. O bumba-meu-boi é composto de: um patrão, um amo, um sócio, três vaqueiros, um pai Francisco, um Cazumbá, uma Catarina, duas mães-Maria, três caboclos, um diretor três doutôres, um padre, um capataz e os dançarinos em número ilimitado. O patrão, o amo e o sócio são os chefes das cantarias e trajam com sêda de côres vivas, trazendo na cabeça um chapéu coberto de pano e enfeitado de contas, rodeado de rosas. O patrão traz consigo um apito pendurado ao pescoço. O sócio e o amo usam um rebenque.

Cadeia Pública

Vista parcial da Rua Grande

Os vaqueiros têm por finalidade dançar em frente ao boi. Trajam com sêda, trazendo à cabeça um chapéu coberto de pano, adornado de plumas de ema, canutilhos, miçangas e espelhos, assim como fitas de várias côres que lhes caem às costas. Na mão usam uma vara tôda enfeitada com papel de sêda e fitas.

O pai Francisco e o Cazumbá representam a parte cômica da brincadeira. Vestem-se de roupas velhas. Usam máscaras e penduram nos quadris um cofo cheio de cacos de louça e nas mãos conduzem uma espingarda velha ou revólver, também velho.

A Catarina e as mães-Maria têm papel idêntico ao pai Francisco e Cazumbá. Trajam vestido de mulher, cabelos muito compridos, feitos de embira, chapéu enfeitado de rosas e, nas mãos, conduzem um chicote.

Os doutôres imitam o papel dos vaqueiros. Trajam-se com roupas comuns, adornadas de fitas.

Os caboclos e o diretor têm por finalidade imitar a dança dos índios e trajam-se iguais a êstes.

O padre, encarregado de catequizar os índios, usa batina.

O Capataz, os rapazes e os bailarinos formam o côro da cantoria. Vestem-se de sêda e, por cima dessa roupa, há tanga e capa enfeitadas de miçangas, etc. Usam chapéu como vaqueiros, trazendo nas mãos pedaços de madeira, que, batidos um no outro, dão o ritmo à festividade.

Noites a fio passam os componentes dessa brincadeira, com seus batuques e cantorias dolentes, dançando e bebendo.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Dada a pequenez do território de Matinha — apenas 250 km² —, poucos são os acidentes geográficos que no município existem. Contudo, podem ser citados: igarapé Piraí — com 51 quilômetros de extensão e largura média de 10 m. Sua profundidade, em média, é de 3 m, o que só permite a navegação de embarcações pequenas: lagos Aquiri e Itans — o primeiro com 15 km² e o segundo com 6 km². Ambos são piscosos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos filhos da terra dá-se o gentílico "matinhenses". São 7 os vereadores eleitos.

(Auor do histórico — A.E. — Juarez da Silva Costa; Redação final — Ari Lucas Xavier e Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Inspetoria Regional de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística.

MATÕES — MA

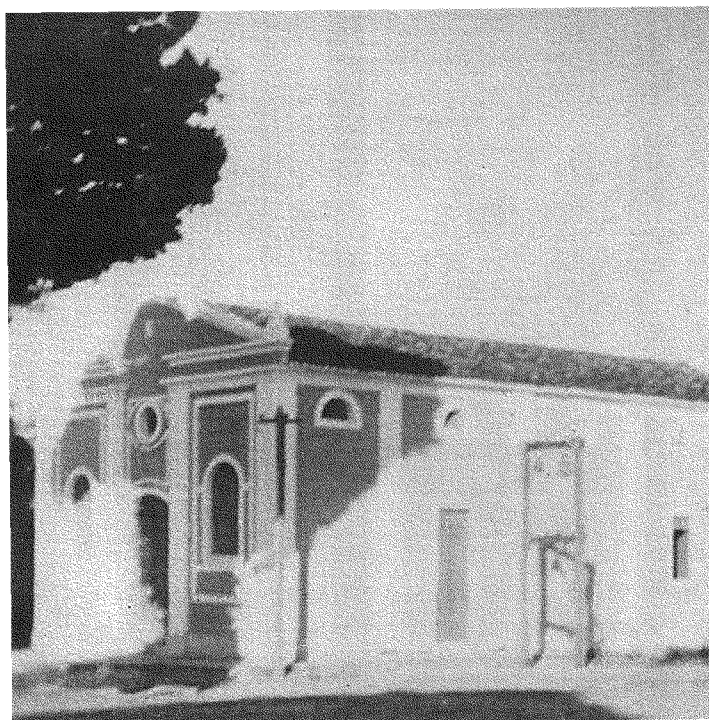
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — *Devassamento do território* — Os sesmeiros primitivos das glebas São José, Tiquara, Bacabinha, Tanque, São Domingos, Genipapo, Veados, Forquilha, Santa Ursula, Conceição, Vitória de Nossa Senhora do Morro Grande, Atoleiro, São Romão, Boa Esperança, Serra, Cana Brava, Sucuarana e Mosquito, vindos na esteira dos Jesuítas de Aldeias Altas, foram os devassadores do município de São José dos Matões, atualmente subdividido em os municípios de Matões e Parnarama.

Sede municipal — O Sítio São José, na Data Atoleiro, que coube a Manuel José de Assunção, ousado sertanista, trucidado na Ribeira do Grajaú, quando em expedição contra os timbiras picobgês, tornou-se pouso obrigatório dos colonizadores do Gurguéia que, de Jerumenha-PI, buscavam Aldeias Altas (hoje Caxias), empório comercial dos sertões de antanho, através dos sertões de Pastos Bons. As possibilidades de comércio com êsses viajantes desenvolveram o povoamento. Em 1818, da generosidade dos mesmos, surgia a capela de Nossa Senhora da Conceição. Em 1833 era êste núcleo elevado a vila por Resolução de 19 de abril, confirmada pela Lei Provincial n.º 7, de 29 de abril de 1835.

Com a transferência da capital do Piauí, de Oeiras para Teresina, e conseqüente deslocamento do eixo comercial, começou a decadência do arraial que, por Lei n.º 836, de 30 de junho de 1855, voltou à condição de simples povoado.

Ficou-lhe, porém, algo: parada de boiadeiros que desciam do sul do Estado com os seus gados e dos tripulantes de "balsas" que vinham até Teresina, com suas mercadorias e retornavam a pé às suas casas.

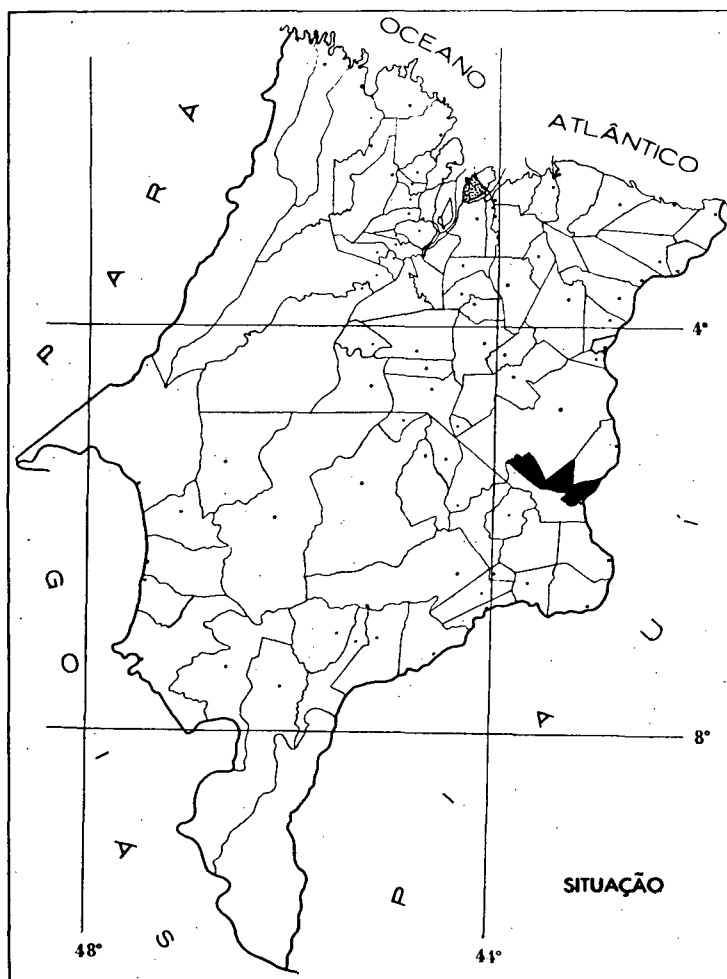
Por Lei n.º 656, de 6 de junho de 1863, volta à condição de vila. Perde, novamente, êsses foros para a nascente cidade de Timon, àquela época São José da Parnaíba. A Lei provincial n.º 880, de 4 de junho de 1870, eleva-a outra vez a vila.

Igreja de São José

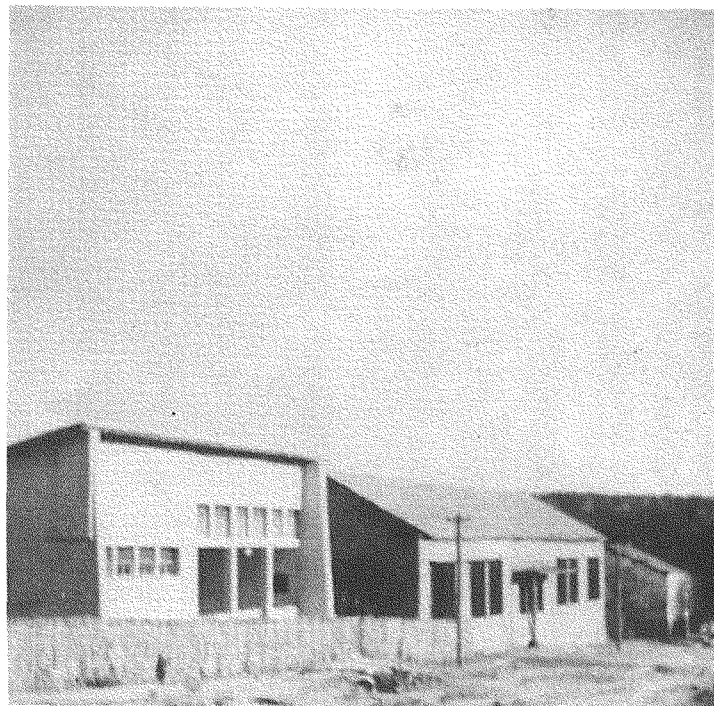
Com a divisão territorial do Estado, posterior a 1940, passa a cidade e sede do município de São José dos Matões, e, pelo artigo 13 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado, de 28-7-1947, seu topônimo veio a ser Parnarama.

Hoje, os boiadeiros e os tripulantes de balsas servem-se de meios de transporte mais modernos e de outras vias de comunicação, cogitando-se, por isso, de edificar nova sede para o município em local mais transitado. A velha Matões, isolada das correntes propulsionadoras de civilização e de comércio, impedida de crescer por dificuldades de obtenção de água potável e de urbanizar-se pela topografia ingrata do terreno, é condenada.

A 31 de março de 1949 inaugura-se nova sede municipal, à margem do Parnaíba. Matões, simples arraial de casas de palha, a viver apenas de suas duas festas religiosas anuais, volta a povoado.

Em 1952 desmembra-se parte do município de Parnarama para criar-se o município de Matões e o povoado passa mais uma vez à condição de cidade e sede do município, criado com a Lei n.º 849, de 30 de dezembro dêsse mesmo ano, tendo sido instalado a 1.º de janeiro do ano seguinte. É atual Prefeito do Município o Sr. João Alves de Morais.

LOCALIZAÇÃO — Matões acha-se localizado na Zona do Médio Parnaíba. Coordenadas geográficas da sede municipal: Latitude Sul: 5° 30'. Longitude W.Gr., 43° 12' 35".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 200 metros de altitude.

Vista parcial da Rua do Comércio

CLIMA — O clima é salubre. Os povoados localizados nas zonas de matas são insalubres devido aos lugares baixos e alagadiços. Chove mais nos meses de janeiro e abril; e a época da sêca é de setembro a novembro. Há maior intensidade de calor de julho a dezembro. Não há época de frio, porém a temperatura é amena, em especial à noite, nos meses de maio e junho. Verifica-se maior intensidade de chuvas, comumente acompanhadas de trovoadas, em setembro e outubro.

ÁREA — Com 1 702 quilômetros quadrados, Matões é o 53.º município maranhense em grandeza territorial.

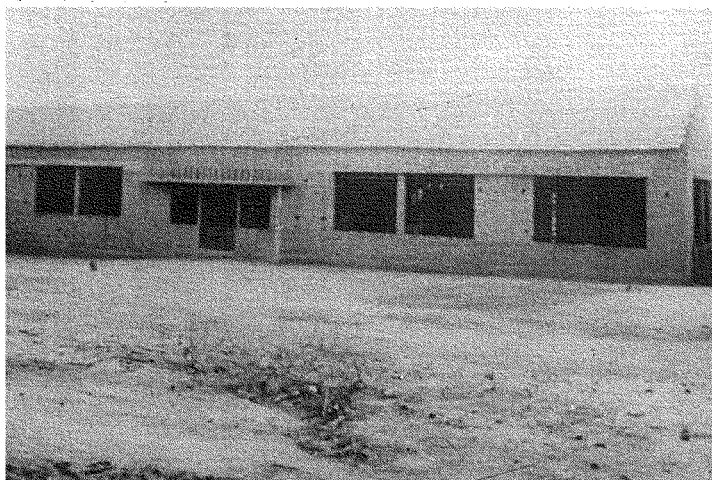
POPULAÇÃO — Calculada para 1955: total — 14 881 habitantes; 8,74 habitantes por quilômetro quadrado. Quando do Recenseamento de 1950, Matões era um simples povoado e, por isso, não é possível saber-se qual o seu efetivo populacional, por não descer a operação censitária a núcleos tão reduzidos.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Firma-se na lavoura e na extração de amêndoas de babaçu a base econômica do município.

Cêrca de 40% da área do município é coberta de babaçuais e, por isso, é a riqueza natural em maior evidência.

Os produtos agrícolas do município — mandioca, feijão, arroz e algodão — destinam-se à praça de Teresina-PI.

O comércio e a pecuária são atividades subsidiárias, sendo que esta, em 1956, estava calculada em 7 500 bovinos, 36 000 suínos, 1 700 ovinos e muares, 9 000 caprinos, 2 000 eqüinos e asininos.

Sua indústria, além de pouco expressiva, é praticada utilizando-se métodos rotineiros e primitivos, tanto que, em 1955, apenas produziu 14 500 quilogramas de rapadura no valor de Cr$ 72 500,00, 468 700 quilogramas de farinha de mandioca valendo Cr$ 965 400,00 e 66 unidades de artefatos de couro (selas, arreios, etc.) no valor de Cr$ 58 200,00, enquanto que a exportação de amêndoas

Grupo Escolar Municipal

de babaçu, no mesmo ano, foi de 794 200 quilogramas, no valor de Cr$ 6 353 600,00, decaindo, em 1956, para .... 740 284 quilogramas, no valor de Cr$ 6 662 556,00.

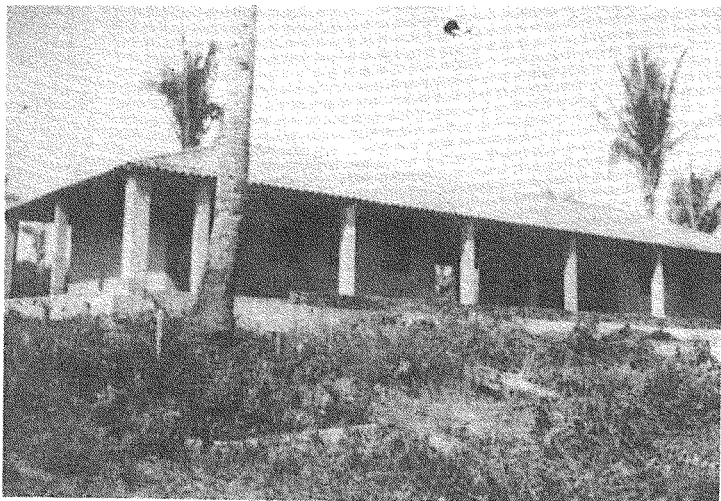
A produção agrícola de Matões em 1955 foi a seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	44 700	4 291 200
Banana	Cacho	65 000	1 950 000
Feijão	Saco de 60 kg	2 100	504 000
Mandioca	Tonelada	2 590	906 500
Milho	Saco de 60 kg	11 800	708 000
Laranja	Cento	46 500	1 395 000
Algodão em caroço	kg	46 500	238 700
Batata-doce	Tonelada	12	18 000
Cana-de-açúcar	»	940	188 000
Fava	Saco de 60 kg	290	69 600
Fumo	kg	12 300	196 800
Manga	Cento	2 000	40 000
Melancia	Fruto	7 300	21 900
Tangerina	Cento	11 500	345 000

MEIOS DE TRANSPORTE — Matões faz ligação com os seguintes municípios limítrofes: Caxias — rodoviário, 108 quilômetros; Parnarama — rodoviário, 30 quilômetros e Timon — rodoviário, 98 quilômetros.

COMÉRCIO — São 6 os estabelecimentos varejistas existentes na sede municipal, os quais mantêm transações, exclusivamente, com Teresina-PI. Ferragens, tecidos, miudezas, café, produtos farmacêuticos e derivados de petróleo, são os artigos mais importados pelo comércio local.

ASPECTOS URBANOS — Há 9 vereadores em exercício.

O município é sede da Paróquia "Nossa Senhora da Conceição" que, em 1956, fêz 1 023 batizados, 32 800 comunhões, 380 casamentos e 2 procissões.

Escola Rural Municipal

A Prefeitura mantém a Guarda Municipal composta de 1 Delegado, 4 guardas e a Cadeia Pública.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Possui 1 médico, que é o Chefe do 21.º Distrito Sanitário, o qual abrange ainda os municípios de Timon e Parnarama, além de um enfermeiro diplomado e um farmacêutico. A população, para os casos mais graves, vale-se dos hospitais e recursos médicos de Teresina, capital do Estado do Piauí, que fica a uma distância de pouco mais de 100 quilômetros.

Ensino — Apenas o ensino primário é ministrado no município de Matões, o que é feito através de 5 unidades escolares de ensino fundamental comum. Contudo, os filhos das pessoas de posse continuam os estudos em Teresina-PI, que dispõe de estabelecimentos ginasiais e da Faculdade de Direito.

Em princípio de 1957 estavam matriculadas nas escolas 549 crianças de 7 a 11 anos, sendo 117 na sede municipal e 342 na zona rural.

Mercado Público Municipal

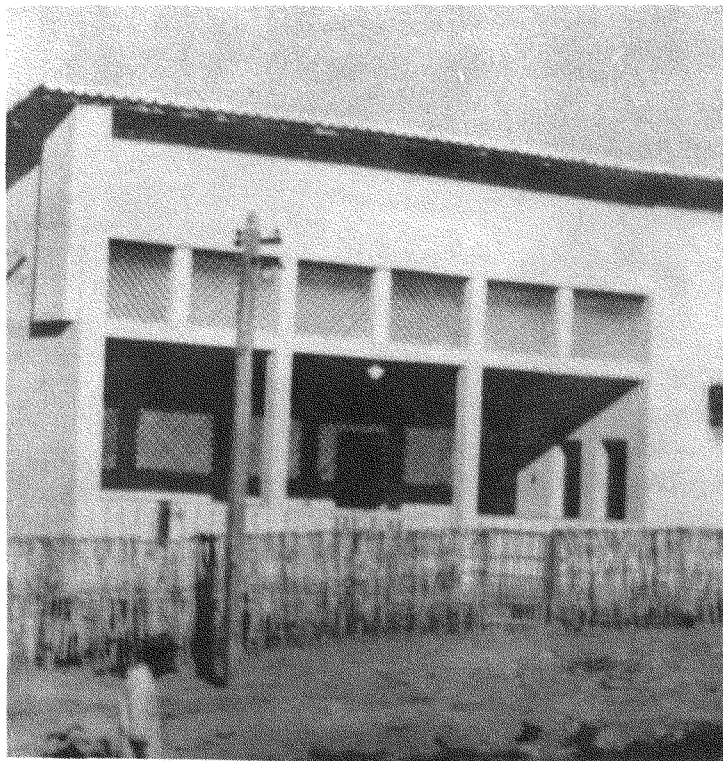
PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O principal rio da região é o Parnaíba que, nascendo na serra de Tabatinga, ao sul do Estado, corre de sul para norte, separando êste município do Estado do Piauí e indo desaguar no Atlântico por um majestoso delta. Recebe pela margem esquerda, que é a que interessa ao município, alguns riachos, na maior parte temporários, destacando-se o Tingidor, o São Pedro e o Arame.

Existe também a lagoa Cana-Brava no lugar do mesmo nome.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953	...	905	88	88	75
1954	...	1 143	595	118	331
1955	...	...	674	167	626
1956	...	...	959	172	576

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos habitantes do município dá-se a denominação gentílica de "matoense".

O município é têrmo da comarca de 2.ª Entrância (Timon), composto do 1.º Suplente de Juiz de Direito,

Pôsto de Saúde Estadual

1 Adjunto de Promotor e Escrivão, que acumula os dois Ofícios e mais anexos. No povoado "Santa Luzia" há 1 Cartório de Casamentos e Nascimentos, no momento, vago.

São 4 caminhões comuns (até 3 toneladas de capacidade), 1 bicicleta e 5 carros de bois, os veículos registrados na Prefeitura.

Matões, apesar de sede de paróquia não tem Vigário residente. As "desobrigas", duas vêzes ao ano, com estada do Vigário durante três, concidem com os festejos de São Sebastião — em janeiro, do Divino Espírito Santo — em agôsto, e da padroeira — Nossa Senhora da Conceição — em dezembro, constituindo, por isso, as festividades mais importantes.

(Autor do histórico — Orlando Teixeira de Queiroz, Agente Itinerante; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento e Inspetoria Regional de Estatística Municipal no Maranhão; Redação final — Maria Emília Tupinambás Valente e Arthur Dias de Paiva.)

MIRADOR — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — É tradição corrente que a primeira penetração do território do município foi levada a efeito por correntes portuguêsas, já estabelecidas com lavoura e criação de gado no vizinho município de Pastos Bons.

O primeiro local devassado que, hoje, é a sede municipal, recebeu, no início, a designação de Arraial do Príncipe Regente e, mais tarde, a de Mirador, que ainda conserva.

No afã de alargar as propriedades, aquelas correntes avançaram em direção às margens do rio Itapecuru, varando extensos chapadões cobertos de fartas pastagens naturais, atingindo, por fim, gracioso planalto, de onde descortinaram pitoresco panorama, destacando-se, no conjunto, o rio marulhante que desliza embaixo contornando a base do morro (Itapecuru). Aí se fixaram os exploradores, edificando moradas e fazendo benfeitorias. O arraial prosperou até 1836, quando foi abandonado e transferido para outro bem próximo, abrangendo as duas margens do rio.

Não é conhecida no município a existência de tribos indígenas. Perdura, entretanto, a idéia de que os canelas", tiveram aldeamento nos lugares "Riachão", "Aldeia" e "Ronca". O primeiro, distante 18 quilômetros da sede e onde, atualmente, há uma pequena feira aos sábados. No lugar "Aldeia" existem vestígios, claramente visíveis, da taba e cemitério, cujas sepulturas estão assinaladas por círculos de pedra. De uma carta do Sr. Gelásio Franco, dirigida ao Sr. Dr. Francisco Dias Carneiro, destaca-se um trecho onde afirma não poder continuar com as demarcações das terras das datas "Nazaré" e "Santo Anastácio", tolhidas pelos índios existentes no lugar "Ronca" que procuravam impedir qualquer movimento de trabalho.

O aldeamento do "Ronca", nas margens do rio Alpercatas, resistiu às investidas dos exploradores até 1840, segundo dados conhecidos, sendo o último a desaparecer.

O elemento negro prestou valiosa contribuição no devassamento do território municipal. Inúmeras foram as feitorias instaladas em diversos pontos; eram centros de lavoura intensiva, sobressaindo as do algodão e cana-de-açúcar, naquela época, as mais prósperas. Na quase totalidade das feitorias a faina da lavoura aliava-se à da criação do gado, onde o escravo desempenhava o mister de vaqueiro.

A origem do município remonta de 1815 a 1820, aproximadamente. Foi precisamente na época da regência do Príncipe Pedro I que se verificou o devassamento do território municipal. Daí a origem do nome primitivo que teve — Arraial do Príncipe Regente, em honra ao jovem e então detentor dos destinos do Brasil.

O arraial prosperou até 1836, quando irrompeu o movimento armado da Balaiada, cujas hostes, antes de serem enfrentadas e postas em fuga pelo major Clementino, destruíram, na passagem vandálica, o casario todo. O local então foi abandonado. Os habitantes desceram a encosta e ergueram novas casas nas margens direita e esquerda do rio Itapecuru, tomadas de cerrado e luxuriante babaçual. A margem esquerda, onde a natureza do terreno se prestava melhor às edificações, foi a preferida e narra a tradição que ali existia, outrora, um velho com uma pequena venda montada. O vendeiro era míope e sempre que recebia qualquer moeda levava-a próxima aos olhos, daí lhe valendo a alcunha de "MIRADOR". Assim, todos que se dirigiam à venda, e por sinal a única existente, diziam ir "ao velho Mirador".

Não se sabe perfeitamente a época em que o município começou a apresentar condições de capacidade para sua vida política; crê-se, entretanto, datar do ano de 1850, pois, em 1855, êle foi pela primeira vez elevado à categoria de vila. A parte do território do município de Pastos Bons que correspondia a êste distrito, sempre foi uma das mais prósperas e ricas, mantendo regular número de habitantes, com boa criação e excepcional progresso na lavoura. Esta situação, com um desenvolvimento crescente de dia para dia, inspirou aos homens daquela época a procurarem a sua autonomia político-administrativa. Foram os pioneiros desta idéia, contribuindo, assim, para a eman-

cipação do próspero município, o comendador Antônio Carneiro da Silva Oliveira, o coronel Antônio Vasco de Souza Coelho e o coronel Luiz Gonzaga de Souza.

Por Leis provinciais de números 386, de 30 de junho de 1855, e 575, de 11 de julho de 1860, Mirador foi elevado à categoria de vila. Suprimido por Lei n.º 665, de 27 de setembro de 1861, é restaurado pela Lei n.º 898, de 11 de julho de 1870. Entretanto só a 29 de março de 1938 foi elevado à categoria de cidade, conforme Decreto-lei n.º 45.

Não foi encontrada nenhuma informação a respeito da primeira instalação do município, apesar de a posse do primeiro intendente ter se verificado em 1871, o qual foi Antônio Carneiro da Silva Oliveira.

As primeiras eleições municipais realizaram-se no ano de 1873; antes, porém, eram feitas no município de Pastos Bons.

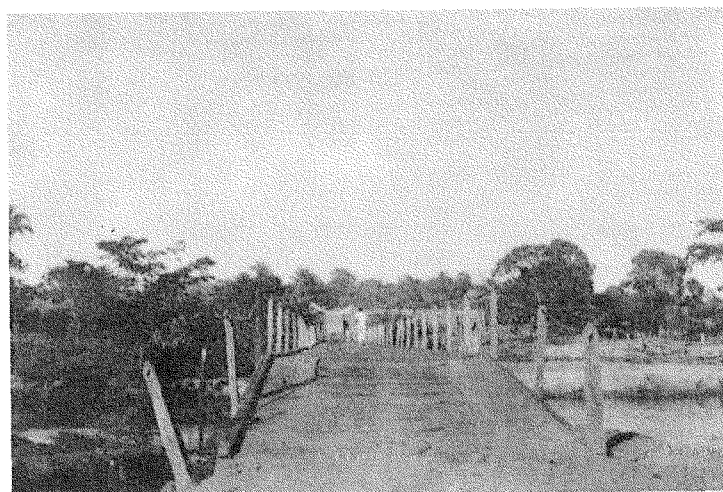
Foram criados no município:

Cartório do Registro Civil	1872
1.ª Escola Primária	1877
Agência Postal	1879
Estação Telegráfica	1918
Coletoria Estadual	1876
Coletoria Federal	1904

O município de Mirador foi elevado à unidade judiciária no ano de 1872, ficando, então, como têrmo anexo à comarca de Pastos Bons, sendo-lhe designado para Juiz Municipal o Dr. João Dias Xavier de Carvalho. Em 1874 foi elevado a comarca, sendo o seu primeiro Juiz de Direito o Dr. Francisco dos Reis Lisboa. Essa situação só se modificou em 1914 com a supressão da comarca e têrmo de Mirador. Foi restabelecido, todavia, o têrmo, desta vez passando para a jurisdição da comarca de Picos (hoje Colinas), como já havia sido em tempos passados.

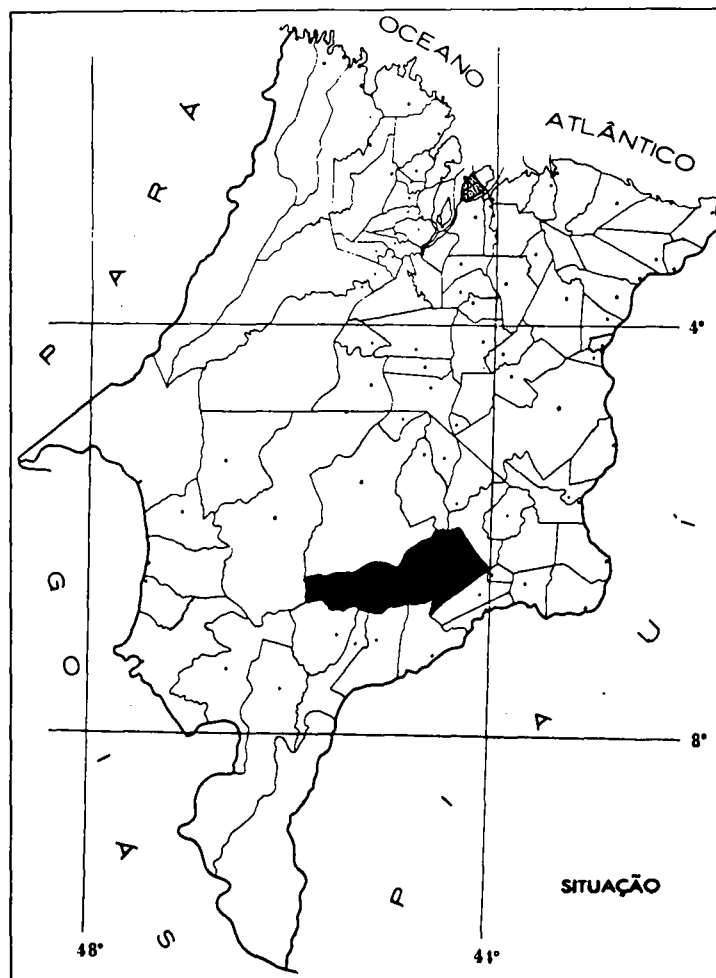
Atualmente Mirador é sede de comarca de 1.ª Entrância com apenas o têrmo-sede, possuindo 1 Juiz de Direito, 1 Promotor Público, 1 Tabelião do 1.º Ofício e outro do 2.º Ofício e 2 Oficiais de Justiça.

De 1950 a 1955, exerceu o mandato de Prefeito o Sr. Raimundo Gonzaga Cavalcante.

Em 1955 houve as últimas eleições no município e, por decisão da justiça eleitoral, só em maio de 1957 foi proclamado e por conseguinte empossado o Prefeito atual, Sr. Firmino Galvão de Souza Lima.

Ponte de concreto armado sôbre o rio Itapecuru

Entretanto, depois da saída do Sr. Raimundo Gonzaga Cavalcante (1955) até antes de empossado o Senhor Firmino Galvão de Souza Lima (maio de 1957), estiveram na Prefeitura os Srs. Ostérson Antônio de Souza (Presidente da Câmara) e Francisco Luís da Fonseca, cujos períodos de efetivo exercício não foi possível conseguir.

O eleitorado do município tem 4 088 votantes e 9 são os vereadores em exercício, sendo 2 suplentes.

LOCALIZAÇÃO — Mirador é um dos municípios componentes da Zona Fisiográfica do Alto Mearim. Coordenadas geográficas da sede municipal: latitude Sul ...... 6° 20' 30". Longitude W.Gr.: 44° 31' 45". Posição relativamente à capital: rumo S.S.O.; distância em linha reta, 420 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 140 metros na sede municipal.

CLIMA — O clima é temperado e saudável. A época chuvosa é de novembro a abril; a sêca, de maio a outubro. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 37; das mínimas — 18 e compensada — 28. (Trata-se de estimativa, pois não há Pôsto Meteorológico no município.)

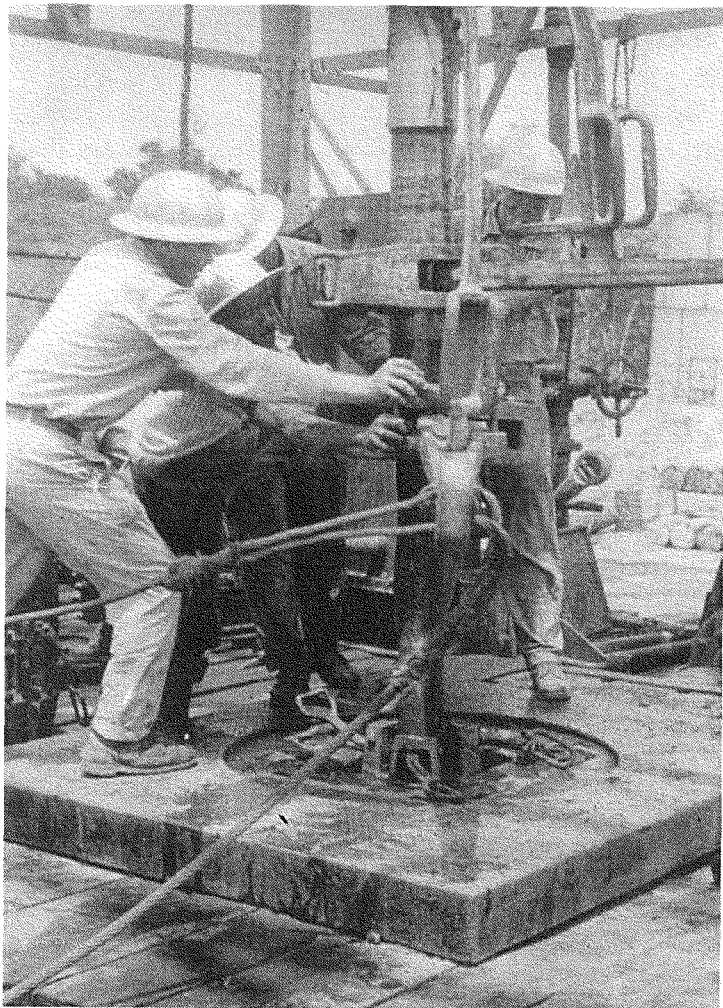
ÁREA — Com 9 600 quilômetros quadrados, coloca-se Mirador em 10.º lugar em grandeza territorial dentro do Estado do Maranhão.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é bastante acidentado, constituído por terrenos argilo-siliciosos e bastante rico em húmus, destacando-se a importante serra do Itapecuru, que atravessa o município na direção de

oeste para leste sendo exclusivamente miradoense e as do Alpercatas e Valentim; a última não se origina dêste território, mas estende seus contrafortes até êle, procurando aproximar-se da serra do Itapecuru. Além das serras, são encontrados mais quatro picos dominantes nos morros "João Martins" onde alcança 100 metros de altitude; do "Pico" e "Dois Amigos", com 80 metros e o da "Estrêla", com 60 metros.

Importante rêde hidrográfica apresenta o município, no qual está situada a nascente de uma das principais artérias maranhenses — o Itapecuru. Nasce na serra do mesmo nome, corre na direção de oeste para leste até a localidade Papagaio e daí em direção norte até se encontrar com seu principal afluente pela margem esquerda, o rio Alpercatas. Poucos afluentes recebe pela margem direita, sendo os riachos São Domingos, Chôro, Alegre, Bois, Caxingó e Samboró os mais notáveis, e pela margem esquerda o Roduleiro, Brejo da Porta, José Miguel, Brejo Escuro, Tiririca, Pindaíba, Cachoeira, Porcos, Aldeia e Boi Morto. O rio Alpercatas nasce na serra de mesmo nome, corre na direção oeste-norte, separando Mirador de Barra do Corda e Colinas. Recebe pela margem direita os riachos Vereda Bonita e Cachoeira.

A bacia do Itapecuru é fertilíssima, sendo notável pela grande quantidade de babaçuais.

As lagoas de Santo Anastácio, Limpão, Coroatá e Conceição são as mais importantes. A de Santo Anastácio ocupa uma área de 1 300 metros quadrados e dista da sede 56 quilômetros — é a maior do município. Merece ainda destaque a do Tacho, com uma área de 1 250 metros quadrados, sendo suas margens dotadas de imensa mataria, o que lhe dá lindo panorama.

Serviço de perfuração de poços petrolíferos da Petrobrás

Prefeitura Municipal

RIQUEZAS NATURAIS — Existe ferro nas proximidades do morro do Pico e na localidade denominada Espinhaço Sêco, onde êsse mineral é encontrado, porém sem exploração. Há, também, jazidas de argila e rochas calcárias em abundância, localizadas nas adjacências do mesmo morro.

Matas (20%), cocais (10%), serrados (25%), chapadas (30%) e pastagens (15%); assim é constituído o terreno de Mirador.

A principal riqueza vegetal é o babaçu, além de ser encontrada grande variedade de madeiras, como o cedro, pau-d'arco, sucupira, aroeira, candeia; plantas medicinais, como ipecacuanha, quebra-pedra, arruda, velame e fibras diversas, como malva, tucum e pente de macaco.

Como representantes da fauna são encontrados veados, caititus, queixadas e gatos maracajás, que são caçados para fins comerciais.

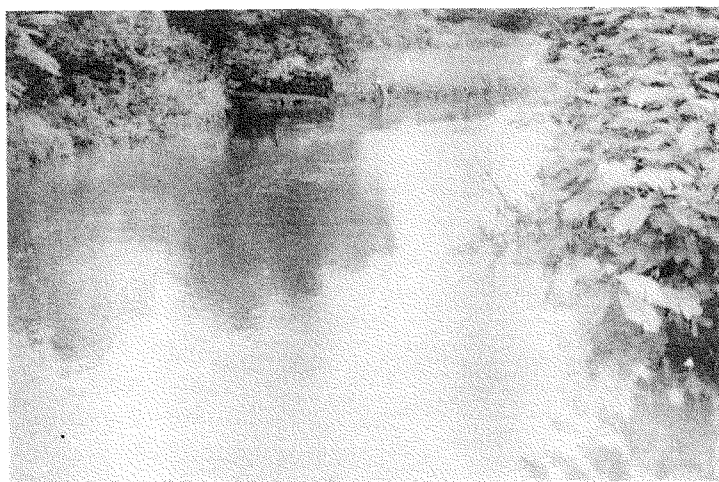
As riquezas acima enumeradas produziram os resultados seguintes em 1956:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Amêndoa de babaçu	Tonelada	1 790	17 005 000
Tábuas diversas	Dúzia	495	54 650
Vigas de pau-d'arco	m^3	370	96 200
Caibros de pau-d'arco	Unidade	450	4 500
Peles diversas	—	—	114 580

POPULAÇÃO — A população de Mirador, quando do Recenseamento de 1950, era de 21 523 habitantes, assim distribuídos:

quadro urbano	705
quadro suburbano	354
quadro rural	20 464

Dêsse mesmo total, eram da côr branca — 9 337; da parda — 9 010 e da preta — 3 133, além de 43 pessoas sem declaração de côr. A religião mais professada é a Católica Romana, que totalizou 21 241 adeptos, seguida da protestantes (238), sem declaração de religião 23, sem religião 18 e 3 espíritas.

Ainda pelo Censo de 1950, das pessoas de 15 anos e mais que fizeram declaração do estado conjugal — 11 773, obteve-se o seguinte: casados — 6 446; solteiros — 4 454;

Vista parcial do rio Itapecuru, que atravessa a cidade

viúvos — 833; desquitados e divorciados — 3 e nada informaram quanto ao estado civil 87 pessoas.

O Departamento Estadual de Estatística calcula que a população de Mirador em 1956 seja de 25 379 habitantes, o que dá a densidade demográfica de 2,64 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Cidade de Mirador, com 734 habitantes — 345 homens e 389 mulheres — e distrito de Ibipira, com 325 — 159 homens e 166 mulheres — segundo o apurado pelo Recenseamento de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município é firmada na agricultura e pecuária.

Os produtos agrícolas mais cultivados — arroz, milho, algodão e mandioca, são exportados para Floriano-PI e Recife-PE, sendo que a produção de 1955 atingiu:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$
Arroz com casca.........	kg	2 197 800	5 860 800,00
Algodão em caroço.......	»	420 000	1 960 000,00
Milho...................	»	950 400	950 400,00
Mandioca................	Tonelada	17 460	1 894 400,00

A pecuária é florescente, dado os seus campos de engorda, havendo exportação para Teresina-PI e até mesmo para Grajaú, Caxias e Codó-MA. A estimativa do Departamento Estadual de Estatística para 1956 dá que Mirador tinha 24 600 bovinos, 80 000 suínos, 780 ovinos, 5 250 caprinos, 2 300 eqüinos, 1 450 asininos e 1 620 muares.

A pesca, em 1956, produziu 1 870 quilogramas, no valor de 27 450 cruzeiros, sendo realizada indistintamente de dezembro a março, de preferência às margens dos rios Itapecuru e Alpercatas.

Se outros fôssem os métodos empregados na cultura e o município dispusesse de estradas que facilitassem o escoamento rápido da produção, a fruticultura de Mirador estava fadada a ser uma das suas principais fontes de receita. São conhecidas, pelo seu sabor, as laranjas que produz. Entre abacate, banana, laranja, melancia e tangerina, a produção em 1956 teve o valor de 1 850 milhares de cruzeiros.

COMÉRCIO — Mirador comercia com Floriano-PI, Recife-PE e Fortaleza-CE, havendo importação de café, açúcar, mercadorias em geral, fazenda, produtos farmacêuticos, derivados de petróleo, etc.

Na sede são encontrados sòmente 15 estabelecimentos varejistas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O transporte para os municípios limítrofes de Barra do Corda, Colinas, Pastos Bons e Tuntum é feito por estrada carroçável, numa extensão de 189 quilômetros, 59 quilômetros, 58 quilômetros e 167 quilômetros, respectivamente; Benedito Leite: rodoviário (via Pastos Bons), 190 quilômetros ou a cavalo, 174 quilômetros; Grajaú: rodoviário (via Barra do Corda), 349 quilômetros; Loreto: rodoviário, 310 quilômetros ou a cavalo, 180 quilômetros; Paraibano: rodoviário (via Pastos Bons), 88 quilômetros, rodoviário, 52 quilômetros ou a cavalo, 58 quilômetros; Sambaíba: rodoviário (via Loreto), 339 quilômetros; São Raimundo das Mangabeiras: rodoviário (via Loreto—Sambaíba), 167 quilômetros.

A sede possui uma Agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, que se encarrega do recebimento e distribuição de cartas e telegramas.

ASPECTOS URBANOS — São 5 as ruas, 3 as travessas e 3 os largos existentes na sede municipal, porém não beneficiados por qualquer tipo de pavimentação. O motor destinado ao fornecimento de luz para a cidade não se achava em funcionamento em 1956 por motivos técnicos, encontrando-se prejudicadas as 43 ligações elétricas existentes na sede.

Há 4 pensões, modestamente instaladas, que cobram entre 50 e 70 cruzeiros de diária.

Duas são as igrejas protestantes "Assembléia de Deus" encontradas no município — uma, no lugar Chapadinha, e outra, no Povoado Sucupira, fundadas em 1950 e 1953. Ambas funcionam em edifício próprio e mantêm escolas dominicais.

A organização policial existente é a Guarda Municipal, composta de 1 Delegado e 3 guardas. Possui uma Cadeia Pública com 1 pavilhão, 2 cubículos e 4 outras dependências, construída desde o ano de 1954, podendo comportar 10 detentos.

Dois são os templos católicos edificados na sede: o de São Bento, que é a igreja-matriz, e o do Menino Deus.

Duas pontes de madeira são encontradas na cidade, sendo uma com mais de cem metros, em regular estado de conservação, e outra, menor, em ruínas, porém ainda tendo utilidade, facilitando o trânsito de pedestres — a primeira permite a passagem de um caminhão carregado —, principalmente na quadra invernosa.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na sede municipal registra-se a existência de 1 Socorro Farmacêutico e 3 farmacêuticos práticos licenciados.

Mirador faz parte do 15.º Distrito Sanitário — Pôsto Higiene — com sede em Colinas, cujo médico visita, regularmente, o município.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950 — 18 019, sabiam ler e escrever — 3 068, o que representa 17% do total, menor do que a porcentagem encontrada para o Estado que é de 21,7%.

Ensino — (1956) — Os filhos de Mirador contam com apenas 15 unidades escolares que ministram a instrução

primária, sendo 8 de ensino Fundamental Comum, 6 de Fundamental Supletivo e 1 de Complementar. A matrícula de crianças de 7 a 11 anos de idade no início de 1957 era de 540: 366 na zona rural e 174 na sede.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Duas pequenas bibliotecas existem em Mirador, as quais, juntas, não chegam a possuir 1 000 volumes: a da Prefeitura Municipal, com 620 unidades e a da União Artística Operária Miradoense, com apenas 100.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	429	370	17	381
1951.......	—	698	339	36	346
1952.......	—	963	440	59	342
1953.......	117	1 555	760	109	707
1954.......	182	1 247	756	76	912
1955.......	206	1 477	649	88	680
1956 (1)....	275	1 496	825	...	825

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Na sede municipal são feitas, anualmente, no período de 12 a 21 de março, as tradicionais novenas em honra de São Bento — Padroeiro da cidade, e de 16 a 25 de dezembro, do Menino Deus.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Mirador possui 7 caminhões comuns com capacidade para mais de 3 a 5 toneladas, 5 bicicletas, 25 carros de boi e 6 carrinhos de mão com uma roda.

Existem duas feiras, sem apresentarem nenhum fato notável, nos povoados de Sucupira do Norte e Vargem.

Miradoense é a denominação pátria que recebem os nascidos no município.

Em fins de 1957 chegou a Mirador a equipe da PETROBRÁS EPP-1, composta de 92 funcionários e chefiada por 1 engenheiro nacional, tendo como colaboradores 2 técnicos estrangeiros. Mencionada turma atua com sonda "National 75", com capacidade de perfuração para 8 500 pés.

(Autor do histórico — A.E. — Antônio Xavier do Rêgo; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Petrobrás e Inspetoria Regional de Estatística; Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva.)

MONÇÃO — MA

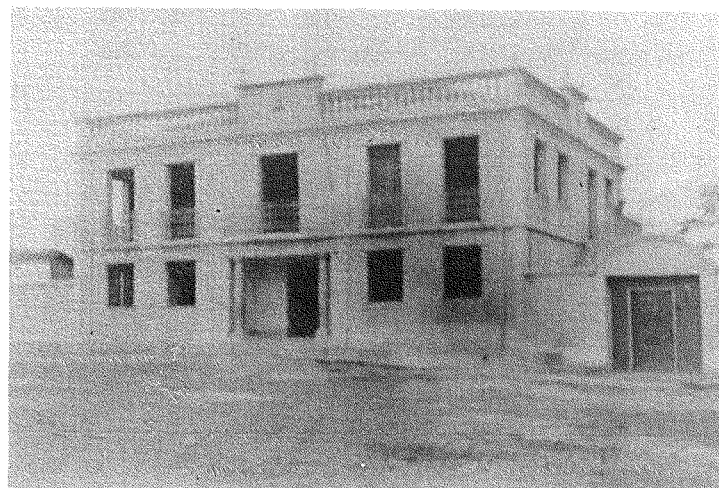
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Em tempos remotos, havia uma aldeia de índios guajajaras no lugar denominado Areias, acima das terras de Camacaoca, à margem do rio Pindaré. Essa aldeia era conhecida pelo nome de Carará, cujos índios — civilizaram-se e foram atraindo para ali habitantes de outros lugares. Logrou regular desenvolvimento e, no dia 16 de julho de 1757, foi o Governador da Capitania, Gonçalo Pereira Lobato e Souza, o do bispado, o Desembargador Ouvidor-Geral, acompanhados de outras autoridades civis e militares e dos principais da mesma aldeia, José Gabriel e Miguel Pereira de Abreu, a fim de criarem nessa povoação uma vila, mandando levantar pelourinho e arvorar a bandeira com as armas reais, dando em seguida três vivas a el-rei, havendo descargas pela tropa de infantaria.

A vila teve o nome de Monção, e a freguesia, também criada neste mesmo dia em virtude da resolução régia de 18 de junho de 1757, recebeu a invocação de São Francisco Xavier.

Em 1766 houve grande incêndio na vila, tendo o fogo destruído muitas casas. Já em 1768, Joaquim de Melo Póvoas, quando de sua viagem pelo rio Pindaré, explica em seu relatório: "Achei a situação da vila bastantemente aprazível e quase tôda feita de novo, porque se tinha queimado houvera dois anos, e ainda que a bexiga fêz grande impressão naqueles índios notei que o diretor tinha trabalhado muito e lhe dei o louvor que merecia".

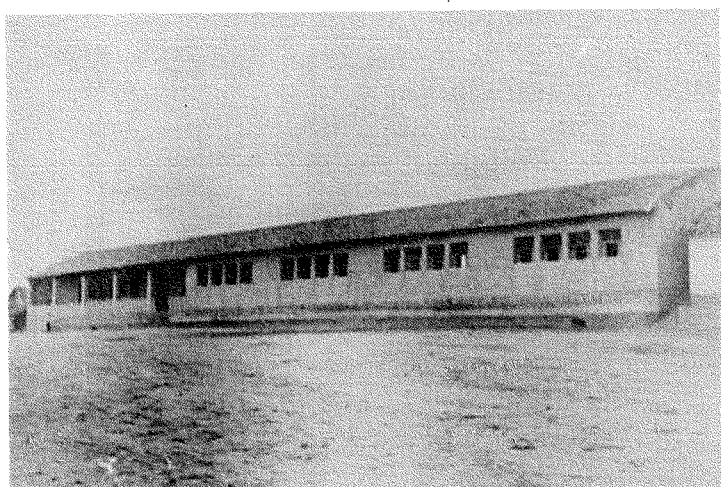
Diz o Comendador Cruz Machado em seu relatório apresentado à Assembléia Provincial que Monção foi desautorada da categoria de vila e apesar de não mostrar a base desta sua assertiva, nos parece ser isto verdade, porquanto a lei n.º 519, de 9 de junho de 1859, a eleva à categoria de vila.

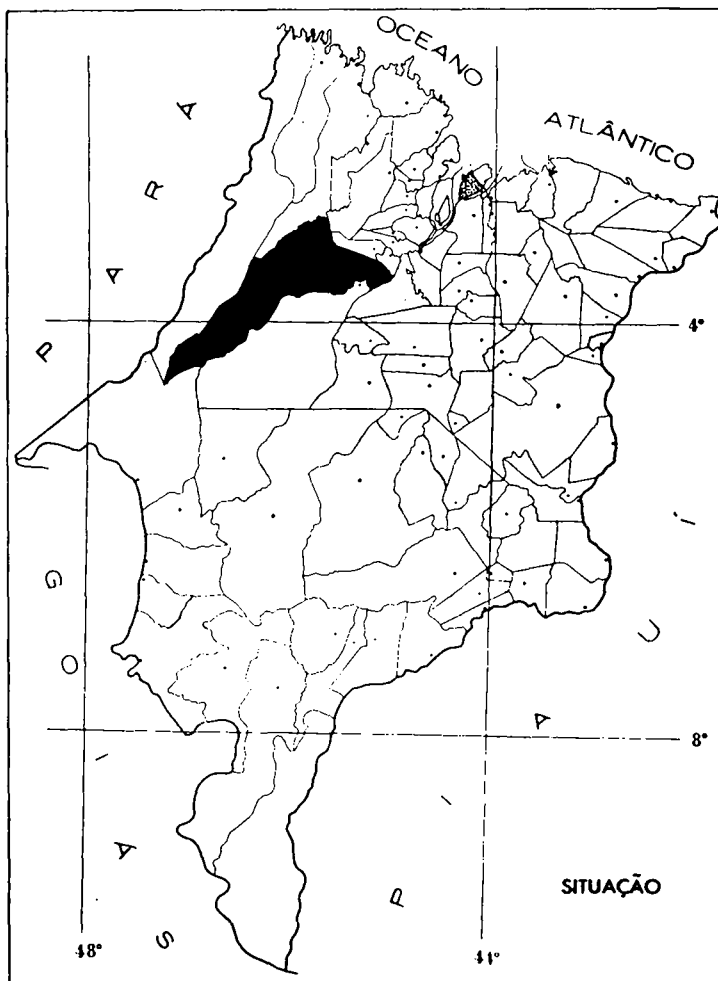
A instalação, conseqüente da Lei n.º 519, se deu a 26 de novembro de 1859, não mais no lugar Areias, onde havia a aldeia de índios conhecida pelo nome de Carará, mas no local onde se encontra atualmente encravada, distante 29 quilômetros daquele lugar, que hoje se denomina Vila Velha.

Prefeitura Municipal

Por ocasião das solenidades de instalação da vila de Monção, lavrou-se, ao tempo, o seguinte:

"AUTO DE INSTALAÇÃO — Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e nove, aos vinte e seis dias do mêz de Dezembro do dito anno, n'esta nova villa de Monção, Comarca de Vianna, Provincia do Maranhão, reunidos pelas nove óras da manhãa na Salla da Casa, que serve para esta reunião, o Presidente da Câmara Municipal de Vianna o Capitão João Raymundo Pereira da Silva, comigo Secretário ao diante nomeado, por virtude do Decreto de treze de Novembro de mil oitocentos e trinta dous e os Veriadores eleitos em nove do mez passado: primeiro Comendador Jacinto José Gomes, segundo Capitão José Candido Martins, terceiro Capitão Canuto José Mendes, quarto Capitão Manoel Ja-

cintho Ribeiro, quinto Tenente José Rodrigues d'Oliveira Voiças, sexto Leandro Agostinho Ermes d'Araujo, e setimo Major Joaquim Coelho de Souza, os quaes compõem a nova Câmara d'esta Vila, que foi elevada a esta cathegoria pela Ley Provincial do tehôr seguinte — número quinhentos e dezenove — o Doutor José Maria Barreto, segundo Vice-Presidente da Província do Maranhão. Faço saber que a Assembleia Provincial decretou e eu sancionei a Ley seguinte: Artigo primeiro. Fica ellevada à cathegoria de Villa a freguezia de Sam Francisco Xavier de Monção, tendo por limites os distritos marcados na mesma freguezia. Artigo segundo. Ficão revogadas as disposições em contrário. Mando, por tanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Ley pertencer, que a cumprão e fação inteiramente digo fação cumprir inteiramente como n'ella se contem. O secretario do Governo do Maranhão a faça imprimir publicar e correr. Palacio do Governo do Maranhão em nove de Junho de mil oitocentos e cincoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio. José Maria Barreto. Estava o Sêllo. Carta de Ley pela qual Vossa Excelência manda executar o Decreto da Assembleia Legislativa Provincial, ellevando à cathegoria de Villa a fregezia de Sam Francisco Xavier de Monção como acima se declara. Para Vossa Excelência vêr. Eduardo Americo de Moraes Rego a fez. Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão, nove de junho de mil oitocentos e cincoenta e nove. No impedimento do Secretario, Augusto Cezar Reis Raiol. Oficial Maior — Em consequencia do que, Presidente Pereira da Silva deferiu aos Veriadores eleitos o juramento prescripto, pelo artigo dezessete da Ley de primeiro d'Outubro de mil oitocentos e vinte e oito que serve de regimento à organização das Camaras, impossando-os dos referidos cargos de Veriadores, o que tudo se fez público. E desta sorte instalada a sobredita Câmara Municipal, se lavrou o presente auto em que assina o Presidente da Camara Municipal de Vianna com os Veriadores impossados. Eu Antônio Nunes Lima, Secretário da Camara Municipal de Vianna, o escrevi. João Raymundo Pereira da Silva, Jacintho José Gomes, José Candido Martins, Canuto José Mendes, Manoel Jacintho Ribeiro, João Rodrigues de Oliveira, Liandro Agostinho Hermes Araújo, Joaquim Coelho de Souza".

Em 1923 perdeu Monção mais da metade do seu território para, com êle, ser constituído o município de Pindaré-Mirim. É o atual Prefeito do município o Sr. Newton de Abreu Serra.

Grupo Escolar Presidente Vargas

LOCALIZAÇÃO — Pertence o município à Zona do Pindaré. Coordenadas geográficas: Latitude Sul — 3° 34'; Longitude W.Gr. — 45° 10' 35"; Posição relativamente à Capital: rumo — S.O., distância em linha reta — 145 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

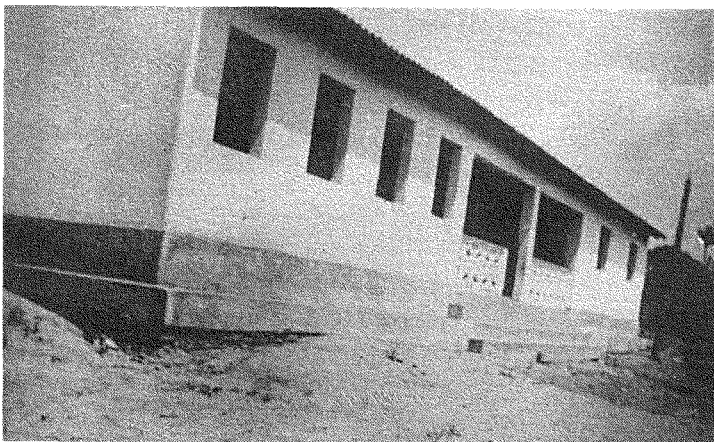
ALTITUDE — Está a 50 metros a sede municipal.

LIMITES — É limitado pelos municípios de Cajari, Carutapera, Imperatriz, Penalva, Pindaré-Mirim, Pinheiro, Turiaçu e Vitória do Mearim.

CLIMA — Temperado. Inverno, de janeiro a junho, com fortes trovoadas em abril e maio. Verão, de julho a dezembro. Na época invernosa tão grande é o volume das águas pluviais e repiquêtes dos rios, que transbordam e invadem os campos baixos, formando um imenso lençol de água doce. Dêsse modo, torna-se fácil viajar em canoas empurradas a varas ou a remos, estabelecendo-se ligação entre a sede municipal e as cidades de Penalva e Pindaré-Mirim.

No verão as águas desaparecem, escoando-se pelos igarapés, córregos e sangradouro para o curso inferior dos rios.

ÁREA — É a superfície de Monção de 12 455,50 km², que o situa como o 7.° município do Estado em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — De 6 630 habitantes era a população do município, em 1950, de acôrdo com os dados do Recenseamento, sendo 3 465 homens e 3 165 mulheres. Dessa população, 147 homens e 133 mulheres estavam localizados na zona urbana; na suburbana 150 homens e 155 mulheres,

Escola Rural Municipal

enquanto que na rural ficavam 3 168 homens e 2 877 mulheres, ou 91% do total.

Predominava, em Monção, a côr preta, com 2 892 pessoas — 1 477 homens e 1 415 mulheres, o que representa 43,61% da população, vindo, em menor escala, a branca, com 628 homens e 557 mulheres, cuja percentagem era de 17,8. Intermediária às duas côres ficava a parda, com 1 336 homens e 1 180 mulheres.

Das pessoas de 15 anos e mais, recenseadas em 1950, num total de 5 254 — segundo o estado conjugal, predominavam os solteiros, num total de 2 343 — 1 290 homens e 1 053 mulheres (55%); em segundo lugar estavam os casados, com 801 homens e 802 mulheres (37,6%) e, por último, os viúvos, 111 homens e 190 mulheres.

Das pessoas de 10 anos e mais, isto é, população ativa, 39,6% se dedicavam a "atividades domésticas"; 36,2% à "agricultura, pecuária e silvicultura"; 12,8% a "condições inativas" e 6,9% a "indústrias extrativas". O restante, isto é, 4,5% da população ativa, num total de 208 pessoas — 137 homens e 71 mulheres —, está distribuído pelos seguintes ramos de atividade principal: prestação de serviços, 94 pessoas — 45 homens e 49 mulheres; comércio de mercadorias, 42 — 39 homens e 3 mulheres; indústrias de transformação, 26 — 24 homens e 2 mulheres; atividades sociais, 20 — 5 homens e 15 mulheres; Administração Pública, Legislativo, Justiça, 13 — 11 homens e 2 mulheres; transportes, comunicações e armazenagem, 7 homens e, Defesa Nacional e Segurança Pública, 6 homens.

Para 1956 o Departamento Estadual de Estatística calculou a população em 8 023 habitantes, o que dá a densidade demográfica de 0,64 habitante por quilômetro quadrado.

Povoado Cachoeira à margem do rio Pindaré

Aglomerações urbanas — O município de Monção compreendia, quando do Recenseamento de 1950, apenas 1 distrito — o da sede —, com 585 habitantes, 297 homens e 288 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura constitui a base econômica de Monção, destacando-se os produtos: arroz, mandioca, fumo e cana-de-açúcar, que são vendidos para a Capital do Estado. A sua produção, em 1955, foi a seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz em casca	Saco de 60 kg	17 500	1 662 500
Fumo	kg	22 500	900 000
Mandioca	Tonelada	6 980	2 094 000
Cana-de-açúcar	»	2 600	650 000

A maior riqueza vegetal é o babaçu, com uma produção no valor de Cr$ 6 580.000,00, em 1955. Em 1956 aumentou, passando para 9 milhões e 100 mil cruzeiros.

A indústria é representada no município por engenhos de fabricação de aguardente de cana, açúcar e mel, usina de beneficiar arroz e algodão e fabricação de farinha de mandioca, etc. É a seguinte a produção extrativa de Monção, em 1956, de acôrdo com a origem:

Vista parcial da Rua Newton Belo

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
De origem vegetal			
Tábua paparaúba	Dúzia	550	137 500
» de cedro	»	120	60 000
Caibros	»	300	30 000
De origem animal			
Peixe	kg	1 050	126 000
Couro de boi	»	7 000	70 000
Peles de veado	Unidade	950	42 750
» de caititu	»	1 000	40 000
» de onça	»	25	3 250
» de maracajá	»	530	424 000
» de capivara	»	280	5 600
De origem mineral			
Tijolos	Milheiro	120	72 000
Telha	»	12	14 400

O Departamento Estadual de Estatística calcula que Monção tinha, em 1956, 3 900 bovinos, 15 000 suínos, 350 ovinos e eqüinos, 600 caprinos, 140 asininos e 200 muares.

MEIOS DE TRANSPORTE — São os seguintes os municípios limítrofes e meios de comunicação com Monção: Cajari: cavalo, 54 km, fluvial, 120 km; Carutapera: misto fluvial-marítimo até São Luís, 256 km; aéreo, 247 km; marítimo, 414 km; Imperatriz: misto fluvial-marítimo, até São Luís, 256 km; 1.º misto ferroviário até Coroatá, 237 quilômetros; rodoviário até Pedreiras, 93 km; cavalo, 254 km; 2.º misto rodoviário até Pedreiras, 298 km, cavalo, 584 km; Penalva: — cavalo, 24 km; Pindaré-Mirim: fluvial, 48 km, cavalo, 21 km; Pinheiro: cavalo, 184 km; Turiaçu: misto, fluvial-marítimo, até São Luís, 256 km, aéreo, 180 km, marítimo, 240 km; Vitória do Mearim: cavalo, 52 km.

Os táxis-aéreos servem o município, com linhas regulares, e bem assim lanchas.

COMÉRCIO — Possui Monção 6 estabelecimentos varejistas e 1 industrial e as suas transações são feitas com a Capital do Estado, da qual importa, principalmente, estivas e miudezas em geral.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui um campo de pouso denominado "Santos Dumont", de propriedade do govêrno municipal, com uma pista gramada de 800 metros de comprimento por 20 de largura. Não dispõe de iluminação elétrica nem ruas calçadas.

Há Agência Postal-telefônica, cuja comunicação é feita, além de Pindaré-Mirim, com Penalva, Cajari e Viana. O serviço telegráfico é coletivo por Pindaré-Mirim.

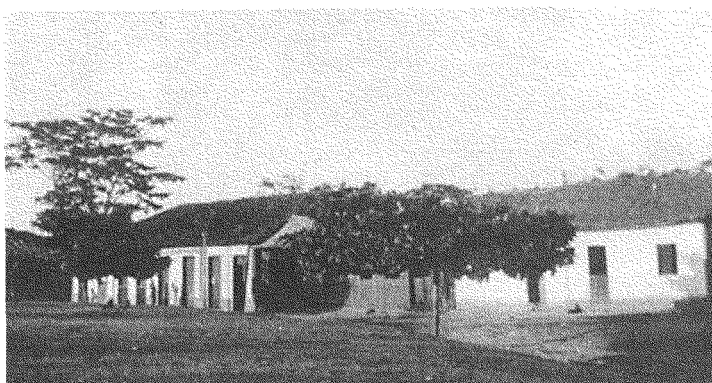
Dois advogados provisionados exercem atividades, não só na sede como no interior do município.

Em 1956 foram registrados na Prefeitura Municipal 1 bicicleta, 4 carroças comuns de 2 rodas e 9 carros de bois.

Monçonense é o gentílico adotado pelos filhos do município.

RELIGIÃO — Em sua quase totalidade a população do município é católica, dispondo de uma igreja — São Francisco Xavier — na sede, e 18 capelas espalhadas pelos demais povoados.

A grande festa religiosa do município é a de São Francisco Xavier, seu padroeiro, merecendo, ainda, destaque, as de Santa Rita, São Sebastião, São Benedito, Nossa Senhora do Bom Parto, Santa Rita de Cássia e Nossa Senhora da Conceição.

Pelo Recenseamento de 1950, a população ficou assim distribuída, segundo a religião: católicos, 3 384 homens e 3 104 mulheres — 97,8%; protestantes, 47 — 23 homens e 24 mulheres; espíritas, 22 — 12 homens e 10 mulheres; sem religião, 51 — 32 homens e 19 mulheres; sem declaração de religião, 12 pessoas — 7 homens e 5 mulheres; outras religiões, 10 — 7 homens e 3 mulheres.

Praça Central da cidade

Praça Nelson Carvalho

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — É Monção sede de comarca de 1.ª entrância, abrangendo o têrmo de Pindaré-Mirim.

Desde 1 835 pertencia à comarca de Viana, inicialmente como freguesia e, depois, como têrmo.

A 6 de agôsto de 1883, pelo artigo 3.º da Lei n.º 1 295, foi Monção elevado à categoria de comarca, regredindo, tempos depois, à condição de têrmo de Viana.

Pela Lei n.º 1 225, de 10 de julho de 1954 voltou a comarca, abrangendo a sede — Monção — e o têrmo de Pindaré-Mirim, tendo, como distritos, os seguintes povoados: Areias, Águas Boas, Santa Inês, Bom Futuro e as vilas Aterrado e Pimentel, pertencentes, estas duas, ao município de Pindaré-Mirim.

Existem funcionando no forum local dois advogados provisionados, além de 1 Juiz de Direito, 1 Promotor Público, 2 Escrivães (1.º e 2.º Ofícios) e 2 Escrivães de Casamento, nos distritos de Areias e Águas Boas.

A ordem é mantida por 5 guardas municipais. Há, também, na cidade, a cadeia pública, construída especialmente para êsse fim, e tem capacidade para 15 detentos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Pertence ao 4.º Distrito Sanitário, com sede em Viana.

Não há no município nem médico nem farmacêutico, apenas 4 Socorros farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo dados do Recenseamento de 1950, existem, em Monção, com 5 anos e mais de idade, 1 280 pessoas alfabetizadas, sendo 684 homens e 596 mulheres.

Ensino — São em número de 15 as unidades escolares de Monção, tôdas de ensino Fundamental comum.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Com a finalidade de coordenar, orientar e fiscalizar o ensino primário, foi criado, em Monção, o Departamento de Ensino Municipal.

Existe, também, no município, franqueada ao público e funcionando numa dependência da Prefeitura Municipal, a biblioteca "Cônego Raimundo da Purificação Lemos", que dispõe de mais de 500 obras.

Como filho ilustre de Monção destaca-se Raimundo da Purificação dos Santos Lemos, nascido em 1842 e falecido, no Rio de Janeiro, a 23 de janeiro de 1898. Cônego secular, examinador sinodal do bispado. Professor, jornalista e orador sacro. Fundou o "Eco da Juventude", redigiu "A Nação" e publicou a "Seleta Nacional", com o padre Fonseca.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — São os principais acidentes geográficos do município: Rios: Pindaré — que banha, afora a cidade, os povoados Trezidela, Jutaí, Outeiro, Barradas da Beira e Tranqueiras, e serve, também, de limite entre Monção e Pindaré-Mirim. É navegável por lanchas, aproximadamente, 580 metros. Cam — nasce na serra da Desordem e serve de divisor entre êste município e Pindaré-Mirim. Sôbre o Cam, diz o Padre Missionário Carlos Winkler, no seu relatório dirigido ao Presidente da Província, no dia 13 de março de 1860, e transcrito no "Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão": "que cavando em um lugar às margens dêste rio achou pedaços e castiçais de latão, grades de ferro, louças de barros e uns alicerces, indicando terem pertencido a uma capela e casa de moradia. Desconfia-se ter sido aquêle lugar uma das muitas situações dos padres jesuítas". Santa Rita — nasce no lago Castelo e banha o povoado Santa Rita de Cássia e vai até aos campos de Centralzinho, em Penalva.

Dentre os morros merecem destaque os Verde, Lameiro Grande, Tatu e Capinzal, com, respectivamente, 35, 30 e 20 metros. Há, também, a serra de Piracambu, que fica situada no meio da floresta, e até hoje não foi explorada. Ela serve de limites com o município de Carutapera.

Vários são os lagos existentes: Jacareí, com 2 500 x x 900 metros. Castelo, 2 000 x 600 metros e Jeju, 1 500 x x 500 metros.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A Agência Postal-telefônica mantém, para fins de exames de linhas, postos telefônicos em Areias, Alto Alegre e Alto Turi.

Os principais povoados do município são: Águas Boas, Areias, Barradas da Beira, Outeiro, Castelo, Jutaí, Colônia, Santa Cruz, Boa Esperança, Barradas da Igreja, Jacareí, Santa Rita de Cássia, Boqueirão, Bauri, Rapôso, Oriente, Bela Vista, Santa Rita, Resina, Mata Boi, Boa Vista, Piquizeiro, Dourado, Marajá, e Pinga Fogo.

Há grandes matas no município de Monção sendo que a penetração nas mesmas sempre foi muito arriscada, em virtude da existência de grande número de índios, que viviam em constantes lutas com os civilizados. Segundo o recenseamento feito, vivem, ali, 2 856 índios das raças guajajaras e timbiras, não podendo ser mencionado o das tribos guajá, apesar de ser a maior, e dos urubus, já domesticados.

O Recenseamento de 1954, feito pelo Serviço de Proteção aos índios, na tribo dos guajajaras, obteve o seguinte resultado:

LOCAL DAS ALDEIAS	POPULAÇÃO INDÍGENA	N.º DE CASAS	ÁREA CULTIVADA (ha)
Gonçalves Dias	61	12	
Ôlho-d'Água	66	15	59
Comprida	122	23	
Faveira	200	35	

Os índios dedicam-se geralmente à lavoura e cultivam, de preferência, milho, arroz e mandioca. Extraem madeira, óleo de copaíba e resina de jatobá, negociando, também, com peles silvestres.

(Autor do histórico — A.E. José Correia da Silva Mello; Redação final — Maria Rita Jorge e Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística no Maranhão.)

MONTES ALTOS — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — A história do município de Montes Altos remonta ao ano de 1898, quando, nas imediações do local onde está edificada a cidade, um senhor de nome Quirito, vulgo "Sabugosa", iniciou pequena lavoura de cana-de-açúcar, para cujo beneficiamento levantou o engenho de madeira e montou o alambique para a fabricação de aguardente.

Com a primeira produção, o desenvolvimento da cidade logo se fêz sentir pois que, em palhoças dispersas, algumas mulheres de vida livre lá se localizaram, o que deu margem a tornar-se o ponto de convergência de rapazes, filhos de criadores vizinhos em constantes libações alcoólicas, aproveitando a excelência do lugar.

De 1907 a 1908 chegou a Montes Altos (nome que se origina do fator geográfico da elevada altitude do local) a linha telegráfica do traçado Engenho Central, hoje Pindaré-Mirim, à antiga cidade de Boa Vista, hoje Tocantinópolis, no vizinho Estado de Goiás, obedecendo à orientação técnica dos engenheiros Farias e Elpídio de Sá Chuva, auxiliados por Pedro Martins Ferreira e mais outros. Nesse ínterim, foi instalado um Pôsto Telefônico, para verificação do estado das linhas. Após a construção do ramal de Imperatriz, foi transformada em estação telegráfica e dotada de aparelho Morse, sendo seu primeiro operador o telegrafista José Guimarães, isto já em 1912, quando havia sido concluída a linha-tronco.

Foi necessária como conseqüência imediata desta realização, a localização de guarda-fios, os quais passaram a residir em Montes Altos com a respectiva família. O progresso da população foi aumentando, surgindo, daí, os dois primeiros comerciantes, senhores Deocleciano Miranda e Orfileno Marinho. Foi tentada, também, a criação de uma escola primária, de pouca duração.

O ambiente de intranqüilidade era pouco propício para iniciativa dessa natureza. Até mesmo o comércio foi forçado a suspender suas atividades. Não havia nenhuma garantia, campeando desordens e abusos de tôda a espécie.

A constituição de autoridades públicas era indispensável. Assim é que o Sr. José Joaquim de Morais foi nomeado Inspetor de Quarteirão, o qual, não dispondo de fôrça e talvez aptidão para o cargo, foi substituído pelo Sr. Fabrício de Souza Ferraz, recém-chegado ao local.

A atividade dêsse senhor marcou uma segunda etapa na história do pequeno povoado, pois era enérgico, tolerante, mantendo, assim, a ordem e clima de respeito sem abuso e sem perder a autoridade. Surgiram novas tentativas no campo comercial e a reorganização de uma nova escola primária, as quais deram bons resultados. O próprio Sr. Fabrício abriu sua casa comercial que funcionou durante vários anos.

Novos moradores chegaram a êsse tempo, destacando-se o Sr. Pedro Viana de Carvalho, que se estabeleceu com casa comercial. O povoado entrou em nova fase de desenvolvimento. As primeiras tentativas em matéria de edificações foram tomadas.

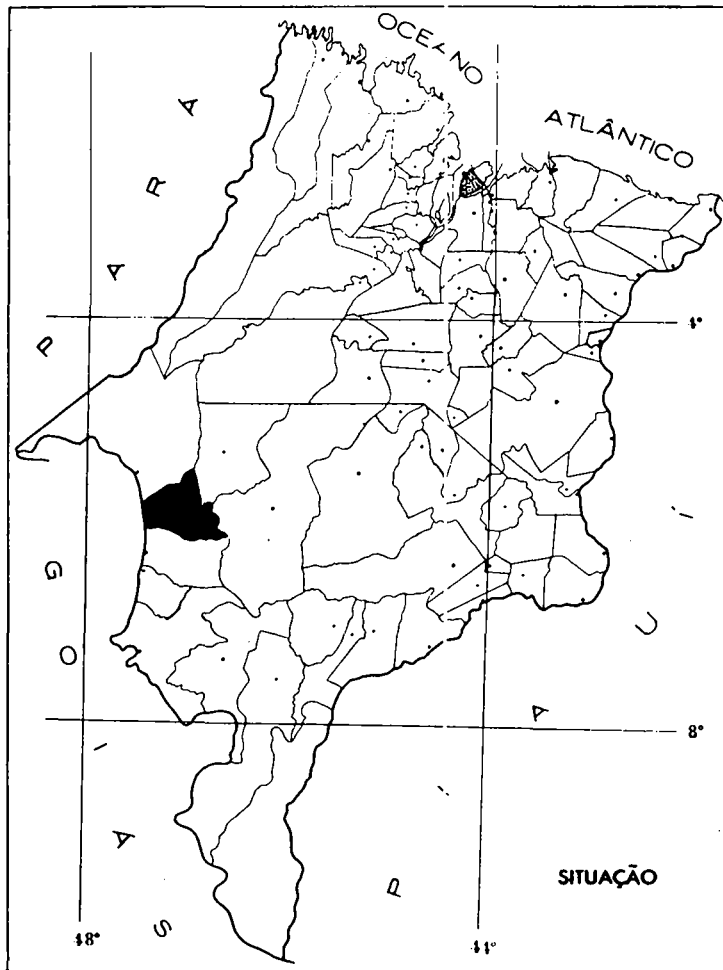
Estava delineada uma praça central e duas ruas começavam a ser alinhadas. O comércio prosperou; novos co-

mercientes surgiram e o ambiente social firmou-se definitivamente. A construção de uma capela, na qual seria cultuada a Senhora Santana, foi cogitada. Constituiu-se, com essa finalidade, uma comissão encarregada de angariar meios pecuniários e, ao mesmo tempo, dar início à obra, da qual era presidente o Sr. Evaristo Gomes, tomando parte, ainda, os Srs. Fabrício Ferraz, Durval Morais e Pedro Viana de Carvalho. A capela foi construída em tempo relativamente curto e ainda hoje celebra-se, nela, o maior festejo do ano, em honra à padroeira do local — Senhora Santana.

Só em 1949 a povoação foi elevada à categoria de vila, que jamais chegou a ser instalada pelas autoridades de Imperatriz. Permaneceu, nessa situação, até 8 de setembro de 1955, quando a Lei n.º 1 354, do Governador Eugênio Barros, criou o novo município de Montes Altos, elevando-o à categoria de cidade.

A instalação, entretanto, só teve lugar no dia 22 de dezembro daquele ano, quando foi empossado o primeiro Prefeito nomeado, Sr. Pedro Viana de Carvalho.

Realizadas as eleições municipais regularmente, no dia 10 de junho de 1956, foi eleito, como candidato único, o Sr. Euclides Carneiro Neiva, que foi empossado pelo Juiz de Direito da Comarca, Dr. José Antônio de Almeida e Silva, no dia 14 de julho do mesmo ano.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Montes Altos está situada na Zona Fisiográfica do Tocantins. Limita o município com o Estado de Goiás e os municípios de Imperatriz e Pôrto Franco.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É tropical; quente e sêco no verão, úmido no inverno. Há duas estações: o inverno ou estação das chuvas e o verão ou estação da sêca. O inverno vai, quase sempre, de outubro a abril, e o verão ocorre nos demais meses. A temperatura baixa mais em junho e julho, e o calor mais intenso é verificado de agôsto a outubro.

ÁREA — Com área igual a 3 866,50 km², Montes Altos é o 24.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950 estavam presentes 9 049 pessoas (5 219 homens e 3 830 mulheres). A estimativa do D.E.E. para 1955 acusou 9 995 habitantes, o que equivale a 3 habitantes por quilômetro quadrado. Os 94% da população se localizam no quadro rural.

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana que se encontra no município é a cidade de Montes Altos, com 478 habitantes, dos quais 211 homens e 267 mulheres.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — É, inegàvelmente, o rio Tocantins o principal acidente geográfico que se verifica no município de Montes Altos. É navegável em tôda a sua extensão por lanchas e barcos de regular calado, pois tem a profundidade aproximada de 8 metros. Separa o município, do Estado de Goiás.

Os rios Lageado, Campo Alegre, ribeirão Arraias e Pindaré, não são navegáveis. O primeiro separa o município de Montes Altos do de Pôrto Franco e o segundo do de Imperatriz.

RIQUEZAS NATURAIS — Há jazidas de diamante em exploração, calculando-se ter sido a sua produção em 1956 de 500 quilates, no valor de 400 mil cruzeiros.

Os babaçuais também constituem outra riqueza natural. Sua produção no mesmo ano (1956) foi de 50 toneladas, valendo 250 mil cruzeiros.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A lavoura, a criação de gado bovino e suíno, assim como a pequena indústria, constituem as principais atividades econômicas de Montes Altos. A lavoura e a pequena indústria apresentaram os seguintes resultados em 1956:

PRODUÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Agrícola			
Feijão	Saco de 60 kg	1 350	337 500
Mandioca	Tonelada	800	640 000
Cana-de-açúcar	»	4 140	414 000
Milho	Saco de 60 kg	5 200	520 000
Industrial			
Farinha de mandioca	kg	237 300	593 250
Rapadura	»	19 820	157 950
Aguardente de cana	Litro	87 700	111 000

O Departamento Estadual de Estatística calcula que o efetivo da população pecuária seja de 25 000 bovinos, 12 000 suínos, 1 500 ovinos, 3 800 caprinos, 1 300 eqüinos, 320 asininos e 205 muares. Há exportação de gado para Pedreiras, Bacabal e São Luís — MA e Belém — PA.

MEIOS DE TRANSPORTE — Comunica-se com as cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Amarante do Maranhão: a cavalo, 60 km; Grajaú: rodovia, 144 km; Imperatriz: rodovia, 84 km ou a cavalo, 66 km; Pôrto Franco: rodovia, 100 km.

Capital Estadual — Rodovia, via Grajaú—Pedreiras, 782 km ou aérea, 480 km.

COMÉRCIO — Há, na sede municipal, apenas 5 estabelecimentos varejistas. O comércio local mantém transações com as praças de São Luís — MA, Fortaleza — CE, Recife — PE, Belém — PA, Parnaíba — PI e Rio de Janeiro — DF, importando tecidos em geral, estivas, ferragens, medicamentos, bijuterias, bebidas e outras utilidades.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município possui apenas 1 dentista e uma farmácia que atendem, de um modo geral, à população. Existe um Pôsto do Serviço Nacional de Malária, porém não dispõe de médico.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo de 1950 revelou que, das 405 pessoas encontradas com 5 anos e mais na então vila de Montes Altos, sabiam ler e escrever 173, sendo 78 homens e 95 mulheres.

Ensino — Apenas 8 unidades escolares existiam em Montes Altos em 1957, sendo 4 de ensino Fundamental Comum e 4 de ensino Fundamental Supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	—	—	—	—	—
1956 (1)	...	...	702	77	362

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Há um festejo apenas, no município, o qual se realiza no mês de julho, no período de 16 a 26, em honra à Senhora Santana e que se encerra com procissão.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes são conhecidos como monte-altenses.

9 são os vereadores que compõem a Câmara Municipal.

É têrmo da comarca de Imperatriz e o seu judiciário é feito de 1 Juiz interino, 1 adjunto de Promotor e 1 Escrivão do Registro Civil.

(Autor do histórico — Enéas Fontenele Bastos, A.E. em Imperatriz; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Inspetoria Regional de Estatística, Departamento Estadual de Estatística e Serviço Nacional de Recenseamento; Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta e Arthur Dias de Paiva.)

MORROS — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Rio Munim acima, na sua margem direita e a quatro léguas da sua foz, encontram-se uns morros, que ainda há cento e cinqüenta anos eram povoados por animais bravios e silvestres. Neste trecho de paisagem simples, mas expressiva, os habitantes da antiga Icatu buscavam recreação para o espírito, faziam ruidosas caçadas às queixadas, onças, etc. e gozavam as volúpias do banho nas claras águas do rio Una. Vinha esta artéria duma distância superior a 30 quilômetros, serpeando por vales profundos e, rodeando êstes morros, confluía com o rio Munim. É nêles que está fixada a atual cidade de Morros, debruçando-se airosamente a sua casaria sôbre as águas correntes. É nêles que se fundamenta o seu próprio nome.

Não se pode determinar, categòricamente e com base em documentos, o ano em que começou a povoar-se: há, no entanto, a convicção geral de que não foi antes de 1750, que aqui se levantou a primeira choça. Pela tradição oral mais autorizada, e pelo testemunho aceitável de pessoas contemporâneas, sabe-se que em 1839, ao rebentar a guerra do Balaio, já se contavam 30 dessas choças, cujos proprietários, filhos porventura dos primeiros habitantes, eram: Francisco Raimundo, Quitéria Vieira Machado, José Félix, Emília de tal, Antônio Valente (português), Maria Umbelina, João Nunes Albuquerque (português), Luiza de tal, Martinho Moreira, Cristina dos Santos, Joaquim Alves (português), Ana Raimunda, casada (ignora-se o nome do seu marido, que faleceu durante a guerra de Balaios), Ana Cafusa, Francisca do Pai Manuel, Margarida Maria Corrêa, Mariazinha, Jerônimo de Araújo, Pedro Raimundo Gomes, Ezelinda de tal, José Carlos dos Santos, Manoel Carlos dos Santos, casa dos Cantanhedes (um armazém sito junto ao Pôrto da Barreira, onde sòmente residia um empregado) e Alexandre Guedes. Era na choça dêste Alexandre Guedes que naqueles tempos recuados se festejava São Bernardo, escolhido para padroeiro da nova povoação erguida à beira do rio Munim. A tôdas estas choças acrescente-se a de Jacinto Fontoura Chaves (português), que havia sido caixeiro dum outro português, comerciante Joaguim Alves, já atrás citado.

Quando a guerra atingiu a fase mais intensa, o govêrno, com certa habilidade estratégica, mandou que as suas tropas ocupassem e guarnecessem todos os pontos principais da região. E assim foi que para ali, imediatamente, veio um destacamento, com o plano de defender os seus moradores de qualquer ataque ou saque, e de impedir a aproximação dos inimigos da cidade de São Luís, capital do Estado, cuja perda inspirava sérios receios.

O destacamento, porém, a quem se confiara uma alta função militar, tendo em pouco valor as responsabilidades que ela impunha, abandonou, num dado momento, por leviandade funesta, o quartel (uma choça por detrás da atual igreja), onde hoje se encontra o estabelecimento co-

Pôsto de Puericultura e Maternidade

Vista parcial da Avenida (em construção)

mercial do capitão Hugo V. Marques dos Santos. Nestas circunstâncias os inimigos, auxiliados por alguém que conhecia umas veredas escuras através das matas, caíram, longe de tôdas as suspeitas, sôbre o local abandonado, e ràpidamente o ocuparam e se fortificaram.

A sêde implacável de sangue que os atormentava produziu os seus efeitos — uma cena horrorosa de carnagem e de roubo, como jamais ali se observara. Foram assassinados todos os habitantes que não se evadiram a tempo. Daqueles, que por boa sorte se evadiram, um chamado Jacinto Fontoura Chaves voltou atrás no intuito de salvar consigo algumas coisas esquecidas. A aventura saiu-lhe grave. De fato teve a desgraça de ser surpreendido pelos inimigos que, desejando certificar-se se êle era ou não era dos seus, na treva densa da noite, lhe gritaram por três vêzes a sua senha — tucum. No silêncio lôbrego da hora noturna ouviu-se esta resposta — qual tucum, qual diabo! E logo cinco tiros foram desfechados contra o vulto de quem estas palavras partiram. Era Jacinto Fontoura Chaves. As balas fraturaram-lhe um braço. Logo que se sentiu ferido, fugiu num pavor incalculável, sempre perseguido, em direção ao rio Munim. Chegando à margem atirou-se para a corrente, e com um só braço foi nadando, na distância de um quilômetro, até Munim Assu.

Livre da perseguição dos rebeldes, que o feriram, recolheu-se à casa dum irmão, que com todo o cuidado e zêlo o tratou, até que amputaram o braço e êle pôde regressar a Morros, depois de retirados os invasores. Dêste episódio lhe proveio a alcunha de Maneta.

Logo que esta guerra perniciosa findou, por aqui e por tôda a parte o povo fêz consistir nos trabalhos agrícolas as atividades de maior valia. A colheita, assim, entrou de ser copiosa, extraordinária, compensadora. Foi então que se manifestou, com superior evidência e em plena luz, tôda a capacidade comercial da povoação, que mais tarde se denominou a Vila de Morros. O produto do trabalho assíduo e vigoroso dos habitantes e dos que já se haviam internado por outros centros adiante, convergia para Morros, vindo de tôdas as partes, despenhando-se como torrente caudalosa e inexaurível, e por isso começou a sentir-se um alto movimento comercial e a avultar a economia pública numa povoação de 30 choças apenas. É então aumentado o número dos estabelecimentos de negócio ou lojas e fazem-se novas construções de barro cobertas de telhas. Em 1852, por exemplo, Francisco Antônio Breda, comerciante português, construiu a primeira casa, para nela se estabelecer com o seu ramo de comércio. A êste seguiu-se outro português, Bernardino Simão, que construiu moradia igual para o mesmo fim. Outros vieram ainda, como Antônio Monteiro e Feliciano Fontoura Chaves, de origem portuguêsa, que fundaram os seus estabelecimentos comerciais. Era a época em que os comerciantes portuguêses predominavam na povoação de Morros, que mercê de tal fato se denominava o Portugalzinho.

Após a chegada de Feliciano Fontoura Chaves, de Bernardino Pires Ferreira e Manuel Marques dos Santos, surgiu a idéia de se levantar uma capela. Sem dúvida êste grupo de três portuguêses devotos, habituados à intensa vida religiosa de seu país, onde a celebração dos ofícios divinos se fazia dentro das igrejas ou capelas, não suportava que o Santo Sacrifício da missa se celebrasse numa choça humilde e desconfortável como a de Alexandre Guedes.

Impulsionados pela fé e o amor de Deus, combinaram, e levaram a cabo, a construção duma capela, em que se empregaram os conhecidos materiais construtivos — barro e telha. Quem mais se destacou neste empreendimento, pela sua energia indomável e pela sua popularidade merecida, foi Manuel Marques dos Santos. Pouco depois verificaram que o local escolhido para a edificação da capela não oferecia nenhuma vantagem, visto que a quiseram construir no morro mais elevado, que dominava o maior número de choças, de que a povoação se constituía. O povo principiou a queixar-se de que se tornava quase impossível ir lá assistir aos atos do culto divino, pela enorme fadiga, que a subida lhe causava. Aventou-se então a hipótese de transferi-la para outro local mais acessível e cômodo. E assim o mesmo grupo de portuguêses — Feliciano Fontoura Chaves, Bernardino Pires Ferreira e Marques dos Santos, êste último com atividade maior — levou a efeito a mudança da capela para o lugar onde presentemente se encontra.

O seu processo construtivo foi o mais simples, rudimentar e grosseiro que se pode conceber; todavia êle evidencia, só por si, dentro daquele rudimentarismo típico, os esforços inauditos, a coragem desassombrada, a fé heróica daqueles que embalaram uma iniciativa assim bela e tão lindamente a realizaram.

Foi esta povoação aumentando gradualmente e desenvolvendo-se por uma fluência de energias e seivas cada vez maior, e a sua atividade comercial atingiu proporções tais, acentuou-se de tal maneira que José Ribeiro do Amaral, em "Estado do Maranhão em 1896", diz: "Morros: — é a povoação mais importante no município de Icatu, sita na margem direita do Munim, a 18 quilômetros da sua sede, com 25 casas de telha, 35 de palha, 1 capela, 1 cadeira de instrução primária do sexo masculino e 14 casas de comércio".

O aumento sensível da população trouxe, como conseqüências imediatas, o furar o mato e abrir caminhos em tôdas as direções. Em 1865 já Morros se encontrava em comunicação livre com o sertão inteiro, entre os rios Itapecuru e Parnaíba, e desde o oceano até Caxias.

À medida e na mesma proporção em que se iam abrindo novos caminhos, fechavam-se os de Icatu, e gradativamente diminuía o comércio desta última.

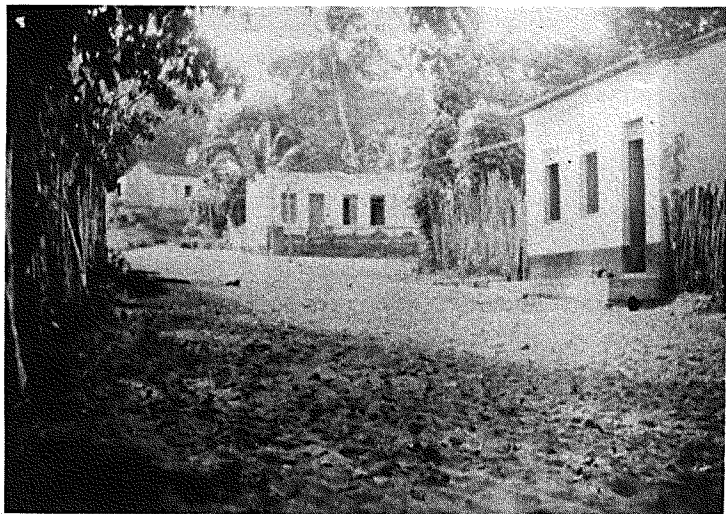
Certa vez um viajante, vindo do Brejo em direção à Morros, quando chegou ao ponto designado Rio de Matos, precisou de fazer um desvio no sentido de Burity do Meio. Nunca tinha trilhado a vereda que o conduziria ali. Depois de ter percorrido uma enorme extensão de vereda, deparou-se-lhe uma estrada larga, direita, plana e muito limpa, a que só faltava o encascalhado para lhe recordar a espaçosa estrada macadamizada de Lisboa ao Pôrto. Passado um curto espaço de caminhada, encontrou uma mulher por quem se informou a que distância ficava Burity.

— É muito longe Burity? perguntou o passageiro.

— Fica logo ali adiante — explicou a mulher — ali onde findava aquela bonita estrada.

— Mas que estrada — interrompeu o passageiro — é esta?

— Isto era a estrada de Icatu.

Aqüilo pungiu de amargura o coração do passageiro, que se dirigiu a Burity. Bem sabia êle o que fôra Icatu e como estava no momento!

Trecho da Rua 7 de Setembro

E dados que foram alguns passos para a frente, desenrolou-se intransitável aquela magnífica estrada, que enormes espessuras de mato obstruíam. Pelo que ao primeiro relance se colhe, a conclusão é que há mais de 30 anos não transitavam por ela quaisquer passageiros na direção de Icatu. A decadência está deploràvelmente patenteada.

Não é de admirar que, em face do que atrás se referiu, os habitantes de Morros se pusessem a acarinhar a idéia risonha e exeqüível da sua emancipação administrativa, e que uma extraordinária fôrça de legítimo orgulho os precipitasse no campo das realizações imediatas e concretas. Foi o que sucedeu.

Elementos de vida, havia-os de sobejo. A idéia frutificou e cresceu tão ràpidamente que o povo, sob a inteligência do infeliz Manuel Pires Ferreira, principiou a trabalhar, desde logo e manifestamente nesse sentido.

Não ignorava a população de Morros, não ignorava por seu lado Manuel Pires Ferreira, que pesadas dificuldades se levantariam, atritos inesperados iam aparecer, e que só à custa de esforços tenacíssimos, de trabalhos perseverantes e dum zêlo inquebrantável se chegaria ao fim com êxito. Não era de Icatu que sobreviriam essas dificuldades a vencer, mas sim da Capital do Estado, onde um velho respeito tolhia êste agravo à decadente e desolada povoação de Icatu. Todavia, nada de desânimos! O trabalho hábil, inteligente, e pertinaz haveria de garantir a vitória definitiva.

O infeliz Manuel Pires Ferreira, cujo coração vibrava exaltadamente de amor pela sua terra, redigira uma representação ao Congresso Estadual, que todos os eleitores e habitantes desta área a incorporar no desejado município assinaram, e partiu cheio de confiança para a Capital do Estado, onde se demorou o tempo necessário para apoiar e defender uma tão importante pretensão. Invocou o auxílio de todos os seus conhecidos e dos seus amigos políticos: valeu-se de todos os recursos possíveis, e queimou todos os cartuchos até se convencer de que as dificuldades avultavam tanto contra a sua energia de combatente, que elas exigiram um largo período de anos, gasto em propaganda e ação.

Assim desanimado deixou a cidade. Voltou à sua extremada terra. Na viagem, ao passar por Icatu, sofreu todos os vexames, que gente menos digna lhe havia preparado, no intuito de festejar o malôgro dos seus esforços. Houve uma cena indecorosa de assobios, apupos e toques de lata. O episódio, porém, foi contraproducente.

Manuel Pires Ferreira era homem de rija têmpera, do número daqueles para quem antes quebrar que torcer: a par de alguns defeitos possuía tôdas as altíssimas qualidades, que ordinàriamente derivam do entranhado amor pela terra natal. Era um sincero, um ativo, um apaixonado. Assim, em face dos ultrajes sofridos, não desalentou — pelo contrário recobrou ânimo, despertou tôdas as suas coragens adormecidas e gritou consigo em tom vigoroso de protesto: "hei de vingar-me!" Êste compromisso não mais o larga. Há de conseguir a efetivação completa dos seus sonhos queridos. Seja como fôr.

Eis por que êle reencetou, com entusiasmo nunca visto, os trabalhos de propaganda. Reanimava o povo. Encorajava os mais tíbios. Falava a uns amigos, escrevia a outros, renovando junto de todos pedidos de proteção para o bom andamento da sua causa. Dirigiu-se à casa dos congressistas e fêz a cada um dêles as mesmas solicitações. Foi uma tarefa insana que só a podia suportar quem sentisse o coração pulsando de amor pela terra-mãe, e vivesse êste amor nas suas expressões de máxima violência. Manuel Pires Ferreira não se retirava para longe daquele que exercia o govêrno do Estado; e muito hàbilmente, e fervorosamente, tentava convencê-lo da importância real de Morros, e da decadência profunda de Icatu, de que ambicionava desligar-se. Não caiu em terra sáfara, desta vez, a sua propaganda.

Os seus veementes desejos foram satisfeitos com a promulgação da Lei n.º 210, de 28 de abril de 1898, aprovando a criação do município de Morros, realizada pela população daquele lugar nos têrmos do artigo 78 da Constituição do Estado.

Uma vez criado êste município, Manuel Pires Ferreira, sempre auxiliado pelos briosos habitantes da povoação florescente e progressista, começou a exercer tôda a sua atividade em prol da mesma, realizando os melhoramentos de que ela mais carecia e que fôssem compatíveis com os recursos e capacidades financeiras do mesmo município. Assim, o fruto das primeiras economias foi a construção da rampa do Pôrto da Barreira, no rio Munim, e

dos respectivos aterros e calçamento (calçadas) até à entrada da Povoação. E conseguiu ainda comprar uma casa, que adaptou, para açougue municipal. Sabe-se que despendeu em todos êstes melhoramentos quatorze contos de réis.

Esta rampa, como não oferecesse vantagens comerciais, segundo o critério dos sucessores na direção pública do município, foi votada a completo abandono, encontrando-se por isso hoje muito deteriorada. Se cuidadosamente a conservassem e realizassem os reparos, de que tanto carece, enormes vantagens daí adviriam para esta bem-afortunada terra.

Se por um lado o exaltado amor pátrio e a atividade estupenda de Manuel Pires Ferreira, posta ao serviço da sua terra, lhe produzia em tôrno um ambiente de agrado, por outro lado, os seus pequenos defeitos, e de modo particular a sua rispidez agressiva no tratar com certa classe de gente, grangeavam-lhe alguns ódios. As coisas agravaram-se como não era de esperar. Por isso, a 22 de março de 1908, pelas 7 1/2 horas da noite, quando já reinava

Vista do povoado Cachoeira Grande

um medíocre silêncio, foi a Povoação alarmada por uma detonação, que a todos se tornou suspeita.

Na verdade, logo a seguir, com a rapidez inatingível do relâmpago, circulou a infausta notícia de que havia sido bàrbaramente assassinado o ilustre fundador do município, Manuel Pires Ferreira. De todos os pontos o povo afluía, em avalancha, a comentar, consternadíssimo, o horroroso episódio. O espetáculo era dos mais lancinantes. Encontraram-no prostrado e quase exangue, esvaindo-se, ferido mortalmente. Todos desejavam prestar-lhe os derradeiros obséquios. A noite correu numa angústia geral para a gente de Morros, até que, às 5 horas da manhã do dia 23, êle exalou o último suspiro.

Desde a hora sinistra em que se cometeu o crime, flutuaram os mais desencontrados e diversos boatos, sôbre quem teria sido o infame autor ou autores. No meio da confusão geral havia quem, fingindo-se interessado, quisesse dirigir e dominar a opinião pública.

Foram perseguidos como supostos réus — João Francisco Muniz, e Manoel Izidoro. Aquêle pôde evadir-se a tempo e refugiou-se em casa dum amigo, que bondosamente o acolheu, convencido de que o caso representava uma simples perseguição injusta e infundada, como depois se demonstrou. Êste amigo, a cuja proteção João Francisco Muniz recorrera, interveio na formação do respectivo processo, para o que se constituiu expontânea e desinteressadamente seu procurador: todavia procedeu sempre de forma a não melindrar o autoritarismo local, que a todos infundia respeito.

Êste procurador, enquanto defendia a Francisco Muniz, fazia prova a favor de Manoel Izidoro. As próprias testemunhas constantes do processo pertenciam umas a esta corrente de opinião, outras àquela e uma ou outra inclinava-se para o lado da verdade. É que o autoritarismo imperante, como um pulso de ferro, fechava tôdas as bôcas para que não exprimissem o que sentiam.

A tragédia, a que sucumbiu o infeliz Manuel Pires Ferreira, entregou ao mais negro desamparo e a uma inconsolável miséria a sua espôsa e numerosa prole, constituída quase só por menores. O criminoso fugiu ao poder da justiça.

Ao inditoso Manuel Pires Ferreira sucedeu outro insigne patriota e fino político, Gregório Lopes de Souza, já falecido. Êste, como o seu precursor, adotou o sistema de parcimônia, e fomentou tanto quanto possível o engrandecimento material do município. Assim, foi que, num curto período de administração, e com enormes sacrifícios, adquiriu o capital necessário para a compra de um prédio, no centro da povoação, com espaço suficiente para que ali se pudessem instalar a Câmara, o Tribunal Judicial, a Cadeia, o quartel militar, reservando ainda parte para uma estação telegráfica. Foi construído um novo açougue, que, pelas suas condições modelares, honrava a vila.

Lopes de Souza, por afabilidade natural, mereceu a estima e o respeito de todos.

O Govêrno do Estado, como notasse o engrandecimento cada vez maior do lugar e os esforços tenazes e fecundos dos seus habitantes, houve por bem galardoá-los decretando e sancionando a Lei n.º 681, de 30 de março de 1915, elevando à categoria de vila a povoação de Morros.

Gregório Lopes, à maneira do seu antecessor, enveredou pelo caminho da economia e da moralidade na administração das rendas do município. A sua energia e a sua inteligência estavam sempre a serviço dos habitantes da vila, sempre pronto a atender e remediar as necessidades materiais e mesmo religiosas do seu povo. Porque a capela se encontrasse bastante deteriorada, organizou-se uma comissão angariadora de donativos para efetuar as reparações urgentes, e foi Gregório Lopes quem presidiu a esta comissão. Iniciou imediatamente os trabalhos na capela, e fêz face às despesas com as esmolas que, generosamente, de todos os lados afluíam. O quantitativo delas não bastava, porém, para acudir ao mais urgente — e pagamento houve que Gregório Lopes satisfez com os dinheiros em cofre da casa comercial, de que era sócio com seu pai Longuinho Lopes de Souza. Quando os trabalhos de reparação foram concluídos, verificou-se que fôra extraída do cofre a quantia de 800$000, quantia que jamais recebeu, porque o povo se descuidou e porque Gregório Lopes preferira isto a uma romaria de porta em porta, pela povoação. Era uma alma fundamentalmente generosa!

Já as obras da capela da vila se haviam concluído quando em Icatu se perpetraram uns atos gravíssimos, que

desgostaram fundamente o Vigário da freguesia e impeliram-no a fixar residência em Morros, depois de ter participado o ocorrido ao respectivo Prelado. Ali aguardou a resposta à sua informação. Ela não se fêz esperar, e pelo que dela constava, o Prelado tinha aprovado a transferência do Vigário de Icatu para a vila de Morros.

Em 1916, o Dr. Herculano Nina Parga, a êsse tempo Governador do Estado, visitando a vila, e porque reconheceu, à face dos fatos, a vida laboriosa que dentro dela se agitava, mais característica de uma cidade rica que de um modesto município, propôs ao Congresso que fôsse criado o têrmo judicial de Morros. O Congresso Estadual, como julgasse justa a proposta, deu-lhe a sua aprovação no ano seguinte. Assim ficou legalmente criado o têrmo de Morros.

Ao romper o ano de 1919 entrou no exercício das suas funções o novo Governador, Dr. Urbano Santos. Êste escrevera no plano da sua obra política e administrativa o princípio rígido da economia e severamente se propôs aplicá-lo.

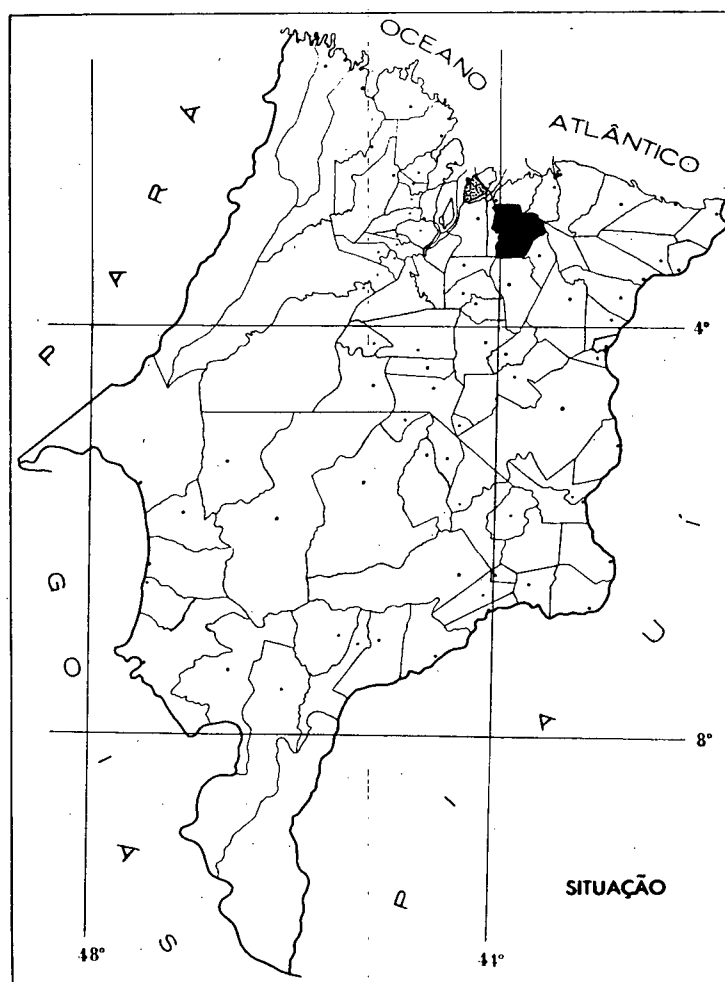
A falta de prudência, de tino, de energia e de zêlo inteligente nos negócios de alta importância determinam às mais das vêzes sérios desastres. De Morros não houve pessoa alguma que se aproximasse do novo Governador ou dos legisladores, a convencê-los por palavras ou documentos, da justiça que as regalias concedidas à vila traduziam e encerravam. Nada se fêz neste sentido como o bom senso indicava. Por isso o Congresso e o Governador, no desconhecimento de tôdas estas circunstâncias, sem que pudessem avaliar a intensidade da vida local, suprimiram o têrmo judicial e o transferiram para a antiga sede.

Cooperativa Agropecuária do Munim

Logo que na vila correu a notícia da supressão do seu têrmo, os habitantes manifestaram os seus sentimentos de pesar e de indignação, e exprimiram entre si o desejo de pugnar até o fim para que o Govêrno do Estado reparasse a injustiça que acabava de sancionar, desejo que não logrou êxito, contudo, até a data presente.

Morros passou a ter a categoria de cidade pelo Decreto-lei estadual n.º 45, de 29 de março de 1938.

O legislativo é integrado por 9 Vereadores e o atual Prefeito é o cidadão Antônio Justianiano de Morais.

LOCALIZAÇÃO — Situa-se Morros a 2° 57' 10" de latitude Sul e 43° 54' 15" de longitude W. Gr. Dista da Capital em linha reta 60 quilômetros. Rumo S.E. Pertence à Zona Fisiográfica do Litoral Nordeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 40 metros a altitude na sede municipal.

CLIMA — Salubre e agradável, uma vez que o município é entrecortado por pequenos rios e riachos. A época das chuvas vai de dezembro a maio e o verão, de junho a novembro.

ÁREA — Com área de 2 339,50 quilômetros quadrados, é Morros o 46.º município em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Munim é o principal acidente geográfico, em cuja margem direita e próximo à sua foz, está situado o município de Morros. Existem outros, como sejam: rio Pirangy, que nasce no povoado Santo Antônio e deságua no Munim pela margem direita; rio Una, afluente da margem direita, nasce a leste do território; rio Arruda, que nasce no povoado do mesmo nome e deságua no rio Una.

Existem mais duas cachoeiras: a Cachoeira Grande, no povoado de mesmo nome, com uma queda de 4 metros em declive; Cachoeira Arruda, em igual povoado, com aproximadamente 3 metros de queda em declive. Ambas não estão sendo aproveitadas.

RIQUEZAS NATURAIS — São extensos os andirobais existentes no município, de cuja castanha é extraído o

azeite para, com êle, ser fabricado sabão de ótima qualidade. A andiroba constitui a principal riqueza natural do município de Morros.

A caça, a pesca e o barro para o fabrico de telhas e tijolos também são outras tantas riquezas naturais que devem ser citadas.

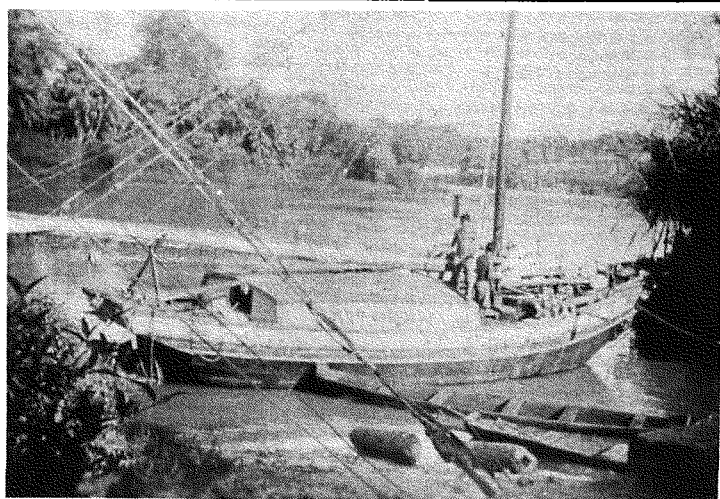
Madeira própria para construção naval e outros misteres são encontradas nas matas de Morros.

POPULAÇÃO — A população de Morros, segundo o Recenseamento de 1950, era de 11 349 habitantes, sendo 5 817 homens e 5 532 mulheres. Sua população tem a seguinte composição: brancos — 2 349 homens e 2 284 mulheres; pretos — 476 homens e 412 mulheres, e pardos — 2 944 homens e 2 797 mulheres. Existiam sòmente dois brasileiros naturalizados. Quanto à religião predomina a católica romana, com 5 641 homens e 5 376 mulheres, seguida da protestante, com 73 homens e 73 mulheres; espírita, 1 mulher; sem religião — 85 homens e 69 mulheres e sem declaração de religião — 18 homens e 13 mulheres.

Em estudos levados a efeito pelo Departamento Estadual de Estatística, foi calculada a população de Morros para 1956 em 13 057 habitantes, a qual fornece a densidade demográfica de 5,5 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — O município de Morros possui sòmente uma aglomeração urbana, que é a cidade, com 1 471 habitantes, sendo 679 homens e 792 mulheres, segundo o Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município de Morros assenta atualmente na agricultura: mandioca, milho, feijão e arroz, e na produção extrativa: fabricação de sabão de andiroba e pesca. O quadro abaixo fornece o resultado de 1955:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$
Mandioca	Tonelada	10 000	2 000 000
Arroz em casca	Saco de 60 kg	4 800	480 000
Milho	» » » »	1 500	150 000
Aguardente de mandioca	Litro	132 601	1 600 022
Feijão	Saco de 60 kg	350	91 000
Pescado	kg	50 000	700 000
Sabão de andiroba	»	270 306	2 717 974
Farinha de mandioca	»	968 000	3 872 200

Pôrto Municipal

Rua Dr. Herculano Parga

É reduzida a população pecuária: apenas 12 160 cabeças em 1956, pelo que informa o Departamento Estadual de Estatística, assim distribuídas: 1 100 bovinos, 3 600 suínos, 100 ovinos, 260 caprinos, 3 000 eqüinos, 500 asininos e 3 600 muares.

COMÉRCIO — Possui a sede municipal 14 estabelecimentos varejistas, os quais mantêm transações comerciais com a praça da Capital do Estado, e dos municípios de Humberto de Campos, São Bento, Viana e Penalva, todos neste Estado, importando mercadorias em geral, fumo, bebidas, derivados de petróleo, fazendas, produtos farmacêuticos, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Comunica-se com a Capital do Estado por meio de transporte fluvial-marítima e aéreo (táxi).

Com as cidades vizinhas tem a seguinte ligação e respectivas distâncias: Axixá — fluvial, 9 quilômetros ou a cavalo, 3 quilômetros; Humberto de Campos — a cavalo, 109 quilômetros; Icatu — fluvial, 41 quilômetros ou a cavalo 18 quilômetros; São Benedito do Rio Prêto — a cavalo, 132 quilômetros; Urbano Santos — a cavalo, 105 quilômetros; Vargem Grande — a cavalo 110 quilômetros.

É servida a sede pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, que possui uma Agência para o recebimento e expedição de cartas e telegramas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Morros possui 25 ruas, 14 travessas e 1 praça. A sede do município tem 17% das ruas pavimentadas com pedra e cimento. Uma rampa de cimento, à margem do rio, facilita a entrada e saída de mercadorias, sem, entretanto, haver uma atividade portuária. Existe uma pensão, cuja diária é de ... Cr$ 70,00. O número de ligações elétricas chega a 60, entretanto, o funcionamento da usina é irregular. O têrmo de Morros é assim constituído: 3 suplentes de Juiz de Direito; 1 Adjunto de Promotor; 1 Oficial de Justiça e 2 Escrivães (1.º e 2.º Ofício).

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os habitantes do município de Morros contam atualmente com 1 Pôsto Nacional de Endemias Rurais, 1 Pôsto n.º 4 da Cruz Vermelha, 1 Ambulatório e 1 farmácia, esta, com regular estoque.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Há, em Morros, uma Associação de Proteção à Maternidade

e à Infância do Munim e um Centro Paroquial de Educação e Assistência Social, os quais mantêm os seguintes serviços: Ambulatório "D. Adalberto Sobral", Escola Normal Rural de Morros, "Instituto Rural Cura d'Ars"; "Juventude Católica Agrária"; "Grupo Escolar Paroquial Padre Malaguida" e o "Centro Social São Pascoal". Possui, também, a Cooperativa Mista Agropecuária do Munim Limitada, com 80 associados.

ALFABETIZAÇÃO — A população presente das pessoas de 5 anos e mais totalizava 9 645 habitantes, sendo os alfabetizados em número de 1 657 pessoas.

Ensino — Possui o município de Morros 26 estabelecimentos de ensino, assim distribuídos: 17 do Fundamental Comum, 6 do Fundamental Supletivo, 2 do Complementar e 1 do Ensino Médio. A matrícula geral dos alunos de 7 a 11 anos, em 1957, totalizou 786, sendo na sede 329 e na zona rural 457. A Escola Normal Rural teve a matrícula de 32 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe na cidade a biblioteca particular do pároco, com mais ou menos 3 000 volumes. Outras menores são encontradas, porém não atingem a 600 volumes.

O futebol é o único esporte praticado com mais animação — o que, aliás, acontece na maioria dos municípios maranhenses —, sendo duas as associações com vida ativa: Liberal Esporte Clube e Brasil Futebol Clube.

Morros comparece sempre ao campeonato intermunicipal realizado em São Luís, fazendo seus jogadores ótima figura.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	206	325	279	371
1951	...	263	325	66	80
1952	...	367	337	59	597
1953	...	270	379	770	729
1954	...	435	645	589	592
1955	...	570	615	613	611
1956	...	752	...	...	...

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais festas religiosas no município são as de Nossa Senhora Aparecida, padroeira da cidade, e de São Bernardo.

(Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística; Redação final — Ari Lucas Xavier e Arthur Dias de Paiva.)

NOVA IORQUE — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

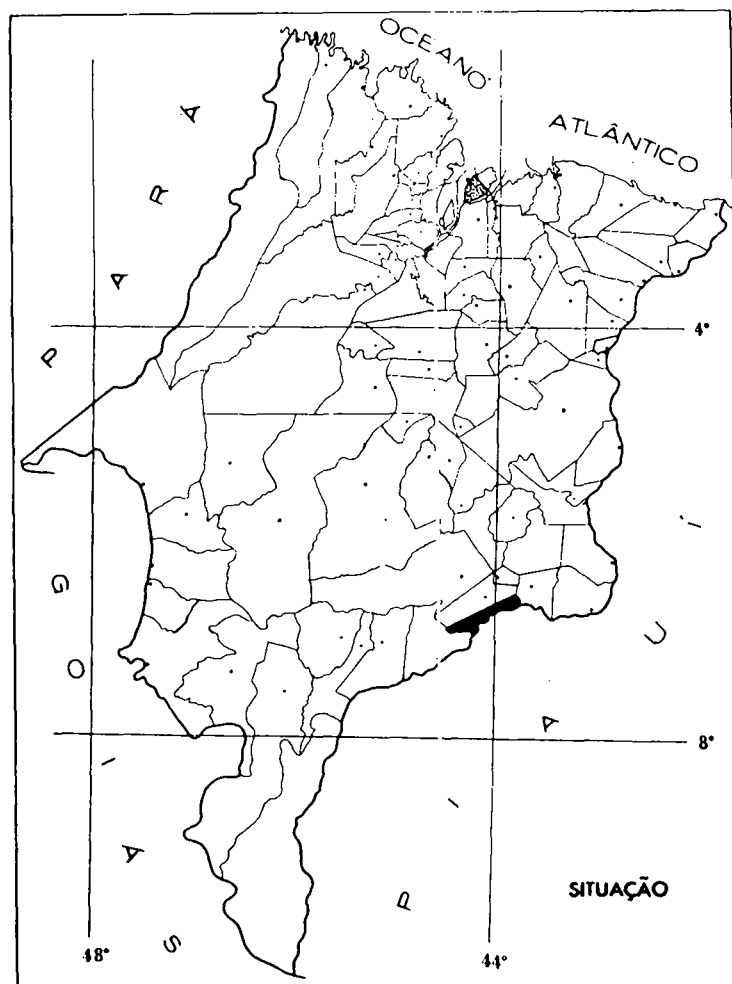
HISTÓRICO — Quando, em 1764, os bandeirantes vindos da Bahia e de Pernambuco chegaram ao Maranhão, fundando, a 24 quilômetros do rio Parnaíba, para o norte, o povoado Pastos Bons, havia, defronte, no Pôrto das Almas, uma Fazenda denominada Sussuapara, de propriedade do português Domingos do Espírito Santo e Silva, que foi uma das vítimas da Balaiada naquela zona, em 1839. O referido senhor foi prêso por ordem do major Clementino de Sousa Martins, filho do Barão de Oieiras, Presidente do Estado do Piauí. Após a prisão, sua senhora, D. Josefa, ofereceu, pela liberdade do espôso, dois mil patacões, o que foi aceito pelo major Clementino. A senhora fêz-lhe o pagamento e, em seguida, êle declarou que levaria o prêso até atravessar o rio Parnaíba, temendo que lhe fizessem algum ataque. Conduziram-no até o lugar denominado Barra do Rancho, 90 quilômetros do Pôrto das Almas (abaixo), pelo lado direito do Parnaíba, onde então o velho foi sangrado por ordem do major Clementino. Com êste acontecimento, desapareceu a Fazenda Sussuapara e, logo depois, recebeu o nome de Pôrto da Marimba, até 1871, quando surgiu, ali, o norte-americano Eduardo Burnet, que construiu a primeira casa coberta de telhas, resolvendo estabelecer-se com uma casa de negócios. Em seguida, fundou a vila, denominando-a Vila Nova, em 1890, quando foi desmembrada de Pastos Bons e, à vista do seu rápido progresso, Eduardo Burnet resolveu dar-lhe o nome de Nova Iorque, em homenagem à sua terra-berço. Cooperaram com Eduardo, na fundação da vila, os brasileiros Bernardino do Espírito Santo e Silva, Justino Neiva de Sousa e João Henrique Ferreira.

Em 1925, Nova Iorque foi saqueada pela revolução comandada por Luís Carlos Prestes, tendo os revolucionários arrombado todos os estabelecimentos comerciais, queimado os arquivos públicos (Coletoria Estadual, Prefeitura Municipal e Cartório do 2.º Ofício), quebrado o aparelho telegráfico e abatido gado, em grande escala, para a manutenção das tropas e, também, foi apreendida uma balsa carregada de mercadorias procedente de Uruçuí-PI, as quais foram extraviadas juntamente com as dos estabelecimentos locais. Quando as tropas invadiram a vila, encontraram, apenas, as famílias dos Srs. José Lopes Milhomem, Mariano Alves de Sousa e José Italiano de Araújo; as demais se haviam escondido no interior do município e no vizinho Estado do Piauí. Depois de a vila ocupada pelos revolucionários é que o coronel Djalma Dutra mandou avisar que as famílias voltassem para suas casas que nada aconteceria. A permanência das tropas na vila foi de oito dias, e, depois, retiraram-se rumo à capital do Piauí. Em 1926, o rio Parnaíba subiu suas águas de maneira anormal, chegando a destruir por completo a vila. No mesmo ano os habitantes iniciaram a reconstrução da mesma, um pouco

Trecho da Rua João Henrique Ferreira

acima, onde o terreno é mais alto e não havia sido alagado pela grande enchente.

Nova Iorque foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto-lei n.º 45, de 29 de março de 1938, em observância à Lei nacional n.º 311, de 2 do mesmo mês e ano. A atual Prefeita do município é a Srª. Maria de Jesus Santana Neiva.

LOCALIZAÇÃO — O município pertence à Zona do Alto Parnaíba. Coordenadas geográficas da sede municipal: latitude Sul — 6º 45' 56"; longitude W. Gr. — 44º 3'. A altitude é de 155 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima, em geral, apresenta-se temperado, notando-se frio nos meses de maio e junho. O inverno é, não raro, interrompido por estiagens quinzenais, principalmente em janeiro e março. São freqüentes as tempestades e vendavais. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 38, das mínimas — 20 e compensada — 29.

ÁREA — Com 1 162,50 quilômetros quadrados, Nova Iorque é o 68.º município do Estado do Maranhão em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 fornece os seguintes dados: população total — 5 652 habitantes, equivalendo a 4,86 habitantes por quilômetro quadrado, sendo 2 694 homens e 2 958 mulheres. A quase totalidade da população, ou seja 80%, localiza-se no quadro rural. Do total, a parcela maior é representada pelos brancos (42%) — 2 370 (1 136 homens e 1 234 mulheres); os pardos — 2 327 (1 097 homens e 1 230 mulheres); os pretos — 952 (460 homens e 492 mulheres); e 3 sem declaração de côr.

Quanto ao estado civil dos 3 201 recenseados, de quinze anos e mais, os casados ocuparam 52% do total do município, sendo 814 homens e 838 mulheres; depois os solteiros: 625 homens e 702 mulheres; e, finalmente, os viúvos: 49 homens e 171 mulheres, afora 2 sem declaração de estado conjugal.

Como acontece na totalidade dos municípios maranhenses, quase tôdas as pessoas recenseadas em 1950 são católicas apostólicas romanas: 2 652 homens e 2 908 mulheres, sendo que das 92 restantes, eram protestantes 81 (36 homens e 45 mulheres), 10 (6 homens e 4 mulheres) não professavam qualquer religião e 1 mulher não declarou qual o credo a que pertencia.

Todos os recenseados em Nova Iorque são brasileiros natos.

Aglomeração urbana — Assinala-se apenas a cidade de Nova Iorque, segundo o Censo de 1950, com 1 109 habitantes — 503 homens e 606 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade econômica encontra apoio na agropecuária e na extrativa vegetal.

Nova Iorque era, em 1956, com seus 46 000 caprinos, o maior criador dessa espécie no Estado. Os demais componentes da população pecuária estavam assim calculados: 12 000 bovinos e suínos; 5 000 ovinos; 1 200 eqüinos; 2 500 asininos, e 120 muares. Há exportação de gado para corte, não só para municípios vizinhos, como também para Teresina-PI e Recife-PE.

Seus produtos agrícolas são exportados principalmente para os Estados do Piauí, Ceará, Pernambuco e Paraíba, os quais atingiram, em 1955, os seguintes totais:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão em caroço	kg	15 900	84 800
Arroz em casca	Saco de 60 kg	4 500	540 000
Banana	Cacho	80 000	720 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	575	37 375
Fava	Saco de 60 kg	450	99 000
Feijão	» » » »	950	247 000
Fumo	kg	3 600	33 600
Laranja	Cento	3 700	59 200
Mandioca	Tonelada	460	108 000
Melancia	Fruto	10 500	31 500
Milho	Saco de 60 kg	3 710	333 900

A produção extrativa vegetal é, para o meio, bem desenvolvida, apesar de não haver indústria organizada para tal fim, destacando-se a exportação de amêndoas de babaçu e de cêra de carnaúba. A primeira, em 1956, atingiu 150 toneladas, no valor de 750 mil cruzeiros, e, a segunda em 1955, alcançou 4 150 quilogramas, no valor .... Cr$ 168 100.00.

Quanto à indústria pròpriamente dita, apenas são dignos de registro fornos para fabricação de farinha de mandioca, que, em 1955, produziram 83 100 quilogramas, no valor de 205 600,00.

A pesca é praticada por 27 pescadores, não membros de Colônia — não sendo exercida em grande escala — que, para tal, utilizam canoas; a aparelhagem é composta de rêdes comuns e de arrasto, anzol e currais.

Produção geral do pescado durante o ano de 1956:

ESPÉCIE	QUANTIDADE PRODUZIDA (kg)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Curumatá	600	7 200,00
Piau	500	6 000,00
Surubim	400	4 800,00
Bagre	300	2 400,00
Corvina	200	2 400,00
Mandi	150	1 800,00
Fidalgo	50	600,00

Pesca-se em maior quantidade nos meses de novembro a março e de junho a setembro, sendo a zona mais piscosa a do rio Parnaíba.

Das pessoas recenseadas em 1950 — no total de 3 942 —, de 10 anos e mais, 35% ocupavam a agricultura, pecuária e silvicultura (1 367 homens e 15 mulheres) e 52%, as Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes (101 homens e 1 947 mulheres). As demais distribuíam-se pelos ramos: Indústrias extrativas (3) e de transformação (12); Comércio de mercadorias (62); Prestação de serviços (114); Transportes, comunicações e armazenagem (56); Profissão liberal (1); Atividades sociais (23); Administração pública, legislativo, justiça (7); Defesa nacional e segurança pública (2), Condições inativas (178), sem atividades, (54).

MEIOS DE TRANSPORTE — Não há linhas de navegação marítima nem aérea. O município é servido, exclusivamente, por uma linha irregular de navegação fluvial — rio Parnaíba.

São seus municípios limítrofes com respectivos meios de transporte e quilometragem: Benedito Leite: fluvial 150 quilômetros ou a cavalo, 108 quilômetros; Pastos Bons: rodoviário, 24 quilômetros; São João dos Patos, rodoviário, 67 quilômetros.

COMÉRCIO — Doze estabelecimentos varejistas e 1 industrial são os registrados no distrito-sede. Os artigos mais importados pelo comércio local são: tecidos, produtos alimentares industrializados, ferragens, calçados, louças e produtos farmacêuticos, enquanto são mantidas transações com as praças de Piauí, Ceará e Pernambuco.

ASPECTOS URBANOS — O município conta com 54 ligações elétricas particulares na sede e 232 focos para iluminação pública. Não há aparelhos medidores ou contadores de energia elétrica. Dez por cento da área da cidade de Nova Iorque são pavimentados com pedras irregulares, o que corresponde a três ruas. A única pensão existente cobra a diária de Cr$ 70,00.

Possui o município uma Agência Postal-telegráfica de 4.ª Classe, do Departamento dos Correios e Telégrafos; Igreja Batista de Nova Iorque, com 26 membros; Guarda Civil Municipal, composta de 2 guardas; Cadeia Pública Estadual, com acomodações para 16 detentos.

Em eleições populares são eleitos os 9 vereadores que compõem o Legislativo Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população é servida por um dentista e um farmacêutico, ambos práticos, que exercem suas atividades profissionais, bem assim por 2 socorros farmacêuticos. A comuna faz parte do 12.º Distrito Sanitário, com sede em Pastos Bons; êste compreende, além do município de Nova Iorque, mais os de Paraibano, Benedito Leite, São Francisco do Maranhão, Barão de Grajaú e São João dos Patos.

ALFABETIZAÇÃO — Quando do Recenseamento Geral de 1950, foram encontradas 4 829 pessoas de 5 anos e mais, das quais 1 141 (625 homens e 516 mulheres) sabiam ler e escrever. Dessas, 439 residiam na cidade (218 homens e 221 mulheres) e o restante, ou seja, 702 pessoas (407 homens e 295 mulheres), na zona rural.

Quanto às pessoas de 10 anos e mais, o Recenseameto encontrou 128, sendo 57 homens e 71 mulheres com curso completo, assim compreendidas: 50 homens e 62 mulheres possuíam instrução de grau elementar; 6 homens e 9 mulheres, de grau médio, e apenas 1 homem, instrução de grau superior.

Ensino — Em 1956, existiam 14 unidades escolares, sendo 11 de ensino fundamental comum, duas de ensino fundametal supletivo e uma de ensino complementar.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui a União Artística Operária Nova-iorquina, com finalidade artística, fundada no ano de 1935. Admite sòmente como sócios artistas e operários. O seu quadro social é formado por 34 homens e 36 mulheres. Em 1956 foram realizadas 8 palestras ou conferências.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O pico dominante do município é o morro do Urubu, encravado na parte leste, com 100 metros, aproximadamente. O rio Parnaíba banha Nova Iorque numa extensão de 96 quilômetros, inclusive os povoados de Pôrto Seguro e São José. Diversas são as lagoas existentes, porém sem importância, oriundas das águas pluviais que se juntam durante o inverno, desaparecendo no verão. Apenas no lugar denominado Lagoa Grande, de limitação com Pastos Bons, aparece uma das mais notáveis, com a denominação do mesmo nome, medindo, calculadamente, 500 metros de comprimento e 200 de largura.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	324	499	31	384
1951	...	450	94	42	292
1952	...	431	342	43	286
1953	...	499	688	36	405
1954	...	432	91	52	527
1955	...	483	1 003	36	718
1956 (1)	...	545	748	48	595

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos de Nova Iorque recebem a denominação de nova-iorquinos.

Registrados na Prefeitura há: 1 jipe, 3 caminhões (de 3 a 5 toeladas de capacidade), 14 bicicletas, 3 carroças de 2 rodas e 16 carros de bois. O município é têrmo da comarca de 2.ª Entrância de Pastos Bons, cujo judiciário é exercido por 1 Suplente de Juiz, 1 Adjunto de Promotor, 1 Escrivão do 2.º Ofício e 1 Oficial de Justiça.

Dos festejos religiosos merece destaque, apenas, o de Santo Antônio de Lisboa — padroeiro da cidade, realizado,

todos os anos, de 1.º a 13 de junho. Compõe-se de novenas leilões e barracas, para venda de bebidas e salgadinhos e, havendo, no último dia, extraordinária procissão pelas ruas da cidade. Dentre os cânticos populares entoados, o mais antigo é o seguinte:

I

Festejamos todos
Com grande louvor
A Santo Antônio,
Nosso Protetor.

II

A grande cidade,
Côrte de Lisboa,
Foi quem produziu
Esta flor tão boa.

III

Chamado Fernando
Seu nome mudou,
Tomou de Antônio,
Com êle ficou.

IV

Êle desprezou
Sua mursa nobre,
Tomou de Francisco
O seu burel pobre.

V

Curando os doentes,
Vida aos mortos deu.
Tôda enfermidade
Êle socorreu.

VI

Mandaste um vivente
Sem entendimento
Prostar-se, humilde,
Ao Sacramento.

VII

Todos se admiram
De tantos milagres,
Em todos os reinos,
Em tôdas cidades.

VIII

A todos converte,
A todos ensina,
A todos convence,
Com sua doutrina.

IX

De Deus alcançai-vos
Para nós vitória,
Que quando morremos
Teremos a glória.

Dos folguedos populares podem ser citados: "rodas de São Benedito e São Gonçalo" -- sem épocas determinadas; "festa de Reis" — de 23 de dezembro a 6 de janeiro, e "bumba-meu-boi" — de 23 a 29 de junho. A concorrência a êstes folguedos é tão grande que, às vêzes, até mesmo as velhas "caximbeiras", tomando a sua "pinga", passam noites esquecidas a olhar os que se divertem.

(Autor do histórico — Vítor Camilo dos Reis, A. E.; Redação final — Maria Emília Tupinambá Valente e Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Departamento Estadual de Estatística, Agência Municipal de Estatística, Departamento de Terras, Geografia e Colonização, Serviço Nacional de Recenseamento e documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão.)

PARAIBANO — MA

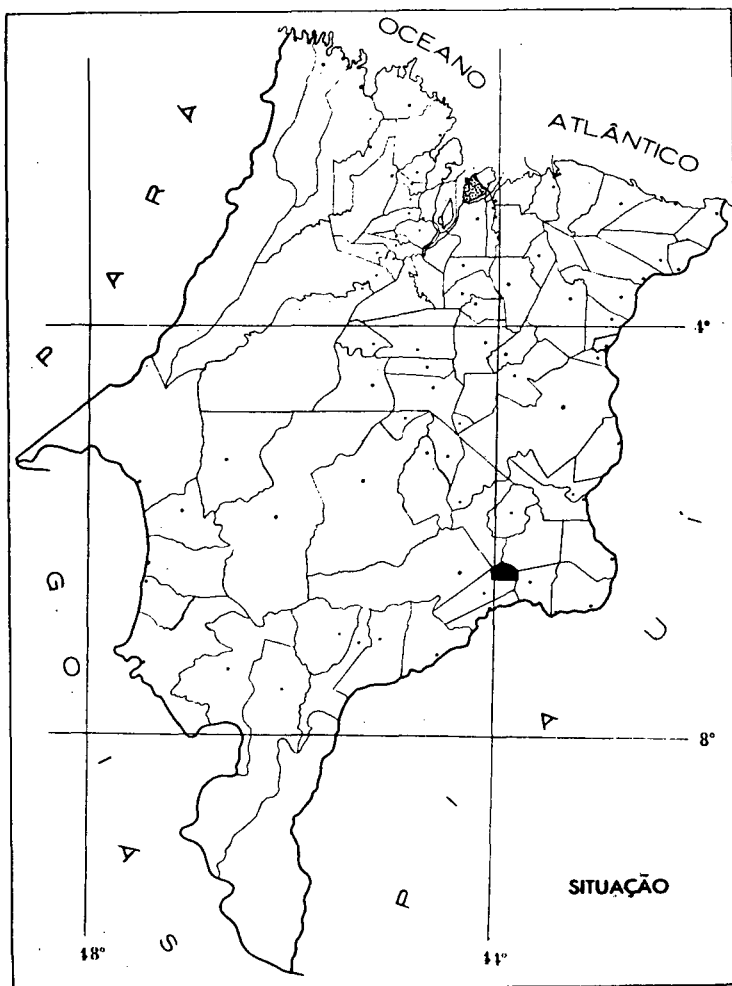
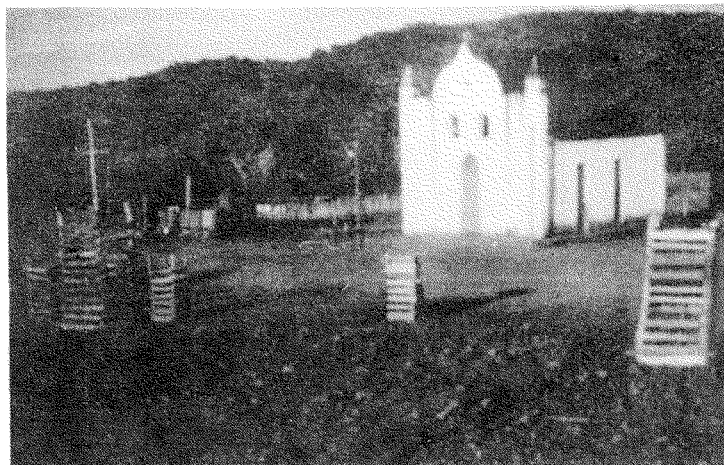
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Fugindo à sêca de seu Estado natal, em 1920, o paraibano Antônio Brito Lira, acompanhado de seis filhos — cinco homens e uma mulher, chegou até onde hoje está situada a cidade de Paraibano. Satisfeitos com o lugar e devido à fertilidade do solo para a lavoura, resolveram nela se estabelecer, encontrando, aí, José Fernandes, maranhense, que vivia só e morava em uma pequena casa coberta de palha, e se dizia dono das terras. José Fernandes, por insistência de Antônio Brito Lira, vendeu-lhe a gleba por Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros). Depois de demarcada, verificou-se ter a mesma extensão superior a dois mil hectares. Homem trabalhador, junto com os filhos, logo iniciou a exploração da terra. Como os resultados fôssem os melhores possíveis, chamou a atenção de lavradores dos arredores que começaram a convergir para o novo centro agrícola. De 1920 até 1930 construíram aquêles pioneiros casas de tijolos, cobertas de telhas, em substituição às primitivas palhoças, e exploraram a lavoura do algodão, arroz, milho, fava, feijão, etc. Sendo cada vez maiores as colheitas, iniciou-se um movimento de exportação de cereais, tendo sido criada uma Agência de Coletoria, que chegou a render cêrca de Cr$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros) mensais. Fundaram-se várias casas de comércio por iniciativa de João Brito Lira — conhecido por João Paraibano —, Guilhermino Brito Lira, Bernardino Brito Lira, Marcos Brito Lira e José Brito Lira Sobrinho, todos filhos de Antônio Brito Lira, ainda em 1930. O comércio desenvolveu-se quase vertiginosamente; os lucros alcançados foram compensadores. Adquiriram, então, alguns caminhões para o transporte de produtos agrícolas para os Estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, de onde traziam mercadorias e também numerosas famílias, nada cobrando pelas passagens, interessados apenas no desenvolvimento e progresso do povoado.

Inicialmente, o lugar foi chamado Brejo, talvez por ser a terra bastante molhada e os invernos abundantes. Depois, passou a Brejo dos Paraibanos, em virtude da grande quantidade de paraibanos já aí instalados. Em 1931 João Brito Lira resolveu organizar uma feira, onde os locais pudessem vender seus produtos, o que deu grande impulso ao povoado (foi a primeira de tijolos, pedra e cal, e coberta de telha). Era realizada aos sábados e reunia pessoas dos arredores e até da sede municipal — Passos Bons, sendo um dos principais fatôres que provocou o progresso do atual município. Em 1932 foi construída a primeira casa com mais de um andar, sendo o único sobrado até hoje existente. A capela destinada ao padroeiro da cidade — São Sebastião —, cuja festa é realizada no mês de janeiro, foi edificada em 1937. Pouco depois, surgia uma nova capela, por iniciativa particular da Senhora Joana da Rocha Santos, em pagamento de uma promessa a Nossa Senhora Aparecida, que é comemorada em agôsto. Em junção com outros comerciantes, os filhos de Antônio Brito Lira, em 1945, mandaram construir um mercado público, para onde transferiram a feira, que era realizada em uma casa aberta e ampla, nêle funcionando até hoje, juntamente com a maior fôrça do comércio local. Sete anos depois, em 1952, já o povoado desfrutava de uma situação quase idêntica à da sede (Pastos Bons) e seu comércio era superior. A população, sempre crescente, desejava que o povoado fôsse elevado à categoria de cidade. Por essa razão foi iniciado o movimento, tendo como chefes os Srs. Antônio Diniz Barros e Guilhermino Brito Lira. Vencidos os primeiros obstáculos, conseguiram um abaixo-assinado, com mais de quinhentas assinaturas, pedindo a criação do município, o qual foi enviado ao Deputado Gonçalo Moreira Lima que, aderindo ao movimento, elaborou o projeto de lei nesse sentido e fê-lo encaminhar à Assembléia Estadual, acrescentando que se o povoado passasse à cidade, conservaria o

nome de Paraibano, em homenagem aos seus fundadores. Em 30 de dezembro dêsse mesmo ano, pela Lei n.º 841, foi criado o município, tendo sido solenemente instalado em 1.º de janeiro de 1953. Paraibano é têrmo judiciário, subordinado ao têrmo-sede da comarca de Pastos Bons, de 2.ª entrância, constituído por 3 suplentes de Juiz de Direito, 1 Adjunto de Promotor, 1 Tabelião do 2.º Ofício e 1 Oficial de Justiça. No dia 6 de janeiro de 1953, foi nomeado pelo Govêrno o primeiro Prefeito do Município, o Sr. José Lira Brito, filho de Guilhermino Brito Lira e neto de Antônio Brito Lira. No ano seguinte, no mês de março, a cidade foi contemplada com a criação da Coletoria Estadual, recebendo, como primeiro titular, o Sr. José Simião Tôrres, que logo inscreveu cêrca de 30 comerciantes. A primeira eleição para Prefeito teve lugar em outubro de 1954, quando saiu vitorioso o Sr. Nicéas Mendes Vieira, do Partido Libertador, o qual foi empossado em 31 de janeiro de 1955. Paraibano tinha, assim, seu primeiro Prefeito constitucional. Falecido meses depois, isto é, em 7 de dezembro de 1955, substituiu-o o Sr. Antônio Ribeiro, Vice-Prefeito, e atualmente em exercício. Paraibano foi desmembrado do município de Pastos Bons.

São 9 os vereadores componentes da Câmara Municipal. Nas eleições municipais de 1954, votaram 2 000 eleitores.

LOCALIZAÇÃO — O território de Paraibano pertence à Zona Fisiográfica do Alto Parnaíba. Limita-se com os municípios de Colinas, Passagem Franca, Pastos Bons e São João dos Patos.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Capela de São Sebastião

CLIMA — Em Paraibano são verificadas duas estações: o inverno vai de outubro a maio; o verão, de junho até setembro. São comuns vendavais em janeiro, novembro e dezembro. Embora não haja Pôsto Meteorológico, a temperatura, em graus centígrados, atingiu os seguintes valores, em 1956: média máxima — 34; mínima — 19; compensada — 24,5.

ÁREA — Possui 348 km², sendo o 86.º município maranhense em grandeza territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: as serras da Mata Escura e Extrema. A primeira assim chamada devido a sua escuridão, e a segunda por se localizar em um dos extremos do município. As lagoas do Coqueiro — no lugar denominado Vai-Quem-Quer, com 6 000 m x 1 000 m; Grande — no local chamado Lagoa Grande, com 3 000 m x 300 m e a do Tabuleiro — no lugar do mesmo nome, com 1 000 m x x 500 m.

RIQUEZAS NATURAIS — A principal riqueza do município é a de origem vegetal — o babaçu, cuja produção, em 1955, foi de Cr$ 2 500 000,00, passando em 1956 para 4 800 milhares de cruzeiros. Em suas matas também são encontradas madeiras de lei como aroeira, pau-d'arco e cedro, além de ser bastante produtiva a exploração da lenha para fins domésticos e movimentar pequenas indústrias; também há animais silvestres: maracajá, cobra, caititu e veado. No reino mineral apenas está sendo explorada, em pequena escala, argila para a fabricação de ladrilhos e tijolos.

POPULAÇÃO — O Departamento Estadual de Estatística calculou a população de Paraibano para 1955 em 3 720 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município é bastante influenciado pela lavoura, comércio e a pequena indústria. Os seus produtos agrícolas — arroz, algodão, milho e feijão são consumidos, em grande escala, por Barão de Grajaú — MA, e estados do Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco.

Os ramos industriais existentes são classificados em: de bebidas (fabricação de aguardente de cana e rapadura); de calçados (fabricação de calçados em geral) e de produtos alimentares (fabricação de farinha de mandioca).

Grupo Escolar João Paraibano

A lavoura e a indústria apresentaram os seguintes resultados em 1955: algodão em caroço — 6 800 arrôbas (Cr$ 680 000,00); arroz em casca — 10 000 sacos de 60 kg (Cr$ 1 900 000,00); feijão — 2 960 sacos de 60 kg .... (Cr$ 888 000,00); mandioca — 5 000 toneladas .... (Cr$ 1 000 000,00); milho — 4 950 sacos de 60 kg ...... (Cr$ 445 500,00); cana-de-açúcar — 2 275 toneladas .... (Cr$ 136 500,00); fava — 1 000 sacos de 60 quilogramas (Cr$ 300 000,00); rapadura — 19 200 kg .... (Cr$ 55 600,00); calçados diversos — 2 450 pares ...... (Cr$ 135 000,00); farinha de mandioca — 13 000 kg .... (Cr$ 34 000,00)), aguardente de cana — 19 000 litros (Cr$ 84 000,00).

A pecuária é pouco desenvolvida. O Departamento Estadual de Estatística estima em 28 400 cabeças o efetivo em 1956, assim distribuídas: 6 600 bovinos, 12 000 suínos, 600 ovinos, 3 800 caprinos, 1 800 eqüinos, 2 200 asininos e 1 400 muares.

COMÉRCIO — Na sede, o comércio é firmado por meio de 4 estabelecimentos varejistas, travando relações com as praças de Floriano — PI, Fortaleza — CE e Recife — PE. São importados por Paraibano tecidos, ferragens, miudezas em geral, louças, café, açúcar, sal, querosene, gasolina, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Paraibano é servido quase que exclusivamente, nas suas comunicações com cidades vizinhas, por meio do transporte rodoviário, fazendo exceção Mirador, para onde também utiliza estrada de tropa — 58 km. São as seguintes as distâncias intermunicipais: Colinas — 90 km; Mirador, via Pastos Bons — 88 km; Passagem Franca — 48 km; Pastos Bons — 30 kg e São João dos Pastos — 40 km. Para a Capital Estadual é usado o rodoviário, via São João dos Patos, para Barão de Grajaú (323 km) até Teresina — PI e daí o ferroviário E.F.S.L.T. (453 km).

O município possui uma Agência Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Paraibano, apesar de município novo, já é dotado de 57 ligações elétricas na sede municipal, sendo a produção diária de energia de 20 kW. Atualmente o município conta apenas com um meio de hospedagem, e êste é de pouca comodidade, recebendo reduzido número de pessoas, por isso mesmo considerado deficiente. Cobra a diária de Cr$ 50,00. Possui a Guarda Civil com 1 Delegado de Polícia e 3 guardas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não há farmácias no município e sim dois socorros farmacêuticos, ambos dirigidos por leigos licenciados, ùnicamente para a venda de remédios e, também, 1 dentista prático licenciado. A população é periòdicamente visitada pelo médico do 12.º Distrito Sanitário — Pôsto de Higiene —, que lhe presta a assistência médica em geral, o qual tem como sede de suas atividades Pastos Bons.

Ensino — Apenas o ensino primário é ministrado em Paraibano. Em 1956, eram 14 as unidades escolares, sendo 11 de ensino primário fundamental comum, duas de ensino fundamental supletivo e uma de complementar. A matrícula inicial verificada em 1957, de crianças de 7 a 11 anos, foi de 575, sendo 251 na sede e 324 na zona rural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953.......	—	—	73	71	73
1954.......	...	...	596	118	596
1955.......	...	665	596	91	596
1956.......	...	942	788	97	788

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa do padroeiro da cidade, São Sebastião, a 30 de janeiro, é a de mais imponência. Repousa a imagem do santo em um tôsco altar construído em pequena capela. Com prévias cartas de convites e programas, todo o município se prepara para a solenidade. Há novena e, no último dia, missa cantada, ficando o templo completamente lotado, devido ao grande número de fiéis. Terminada a missa, é iniciada a roda de batizados (os padrinhos de melhor posição social preferem permanecer fora dela) e também celebrados casamentos. À tardinha sai a procissão. No arraial a animação é grande e as crianças e pares de namorados se distraem no "borborinho" e na "roda gigante". Terminado o leilão, o festejo chega ao seu encerramento.

Ainda hoje perduram no município os chamados folguedos populares: "batuque ou tambor de mina", "rodas de São Gonçalo e São Benedito", "Divino Espírito Santo", "batalhão" e outros sem grande projeção, quase sempre constando de hinos em duetos sob a pesada cadência dos bombos.

Residência particular, único sobrado do município

Primeira casa de pedra e tijolo, construída em 1931

Seguem-se algumas das quadras cantadas quando dos festejos:

RODA DE SÃO GONÇALO

São Gonçalo de Amarante
É meu Santo protetor,
É uma estrêla brilhante,
Afilhado de Nosso Senhor.

Em cima daquela mesa
Alumeia dois diamantes,
De longe bem me parece
Com São Gonçalo de Amarante.

Olhe lá suas dançadeiras,
Pise com o pé ligeiro,
De longe bem me parece
Que tem barroca no terreiro.

Santa Teresa foi freira;
Menina de doze anos
Escreveu para São Gonçalo
Que êste mundo era um engano.

São Gonçalo diz que tem
Peça de fita encarnada;
Êle só da um pedaço
Pra quem dança sua jornada.

Quem não canta e quem não dança
O que vem fazer aqui?
Estas rodas foram feitas
Independentes de anarquia.

Me perdoe meu São Gonçalo
Se não cantei a seu gôsto,
Se endireita qualquer dia
No fim do mês de agôsto.

Viva! Viva! São Gonçalo,
Terminemos sua jornada!
Já demos por terminada,
É hora de retirada.

RODA DE SÃO BENEDITO

Meu São Benedito
Vós é tão pretinho
No meio do terreirc
Vós é tão bonitinho

Meu São Benedito
Cadê seu bastão
Tá lá na cozinha
Encostado ao fogão

Meu São Benedito
Cadê sua mulher
Tá lá na cozinha
Passando café

Meu São Benedito
É uma flor de cajá
Matai estas velhas
Pra môças casar

Meu São Benedito
Não Mate elas não
Onde elas andam
É com suas devoção

Meu São Benedito
É uma flor de bringela
Estas rodas são feitas
Por môças donzelas

Meu São Benedito
É uma flor de cajueiro
Estas rodas são feitas
Pra rapaz solteiro

Tanta muriçoca
Tanto maruim
Tanta gente feia
Em redor de mim

Meu São Benedito
É um santinho prêto
Que fala na bôca
E responde no peito

Meu São Benedito
É um santo pretinho
No meio de todos êles
É o mais bonitinho

BATALHÃO

(Cantado no ato do levantamento do mastro)

Marcha marcha batalhão
Nas horas de Deus amém
Êste batalhão é meu
Eu não dou êle a ninguém

Viva o mastro e a bandeira
E a bela reunião
E viva todos que se acham
No cantar do batalhão

Eu pra cantar batalhão
Tenho o repente ligeiro
Viva o capitão do mastro
E viva a dona da bandeira

Eu pra cantar batalhão
Canto, mas não tenho rancor
Viva o mastro e a bandeira
E tôdos que se achou

Marcha marcha batalhão
Lá pro protão da igreja
Vamos levantar o mastro
Onde tôdo mundo veja

Eu vou pedir permissão
Ao dono desta novena
Do princípio eu não me importo
É do fim que eu tenho pena

(Cantado no ato do derrubamento do mastro)

Batalhão é fim de festa
Vamos derrubar o mastro
Viva a dona da bandeira
E tôdos que aqui se acham

Batalhão é fim de festa
Cá na porta da igreja
Estamos no fim da novena
Bendito louvado seja

Vamos rasgar a bandeira
Para a grande multidão
Para dar tira por tira
A quem se achar na função

Devemos ter alegria
Que as festas tão terminando
Tudo com Jesus é bom
Que vem nos acompanhando

Estamos terminando a festa
Até pro ano que vem
Se nós todos vivos fôr
Se Deus quizer eu também

Ao santo desta novena
Eu vou pedir proteção
Levai minha'alma ao céu
Para eu ter bôa salvação

Desculpe rapazeada
Se não cantei ao seu gôsto
Que ficará para venturança
Na santa igreja do hôrto

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município possui 4 caminhões, 12 bicicletas, uma carroça de 2 rodas e 12 carros de bois, os quais se encontram legalizados com a Prefeitura. Paraibanense é a denominação recebida pelas pessoas nascidas no município.

(Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Inspetoria Regional de Estatística Municipal no Maranhão; Redação final — Maria Emília Tupinambá Valente e Arthur Dias de Paiva.)

PARNARAMA — MA

Mapa Municipal no 2.º Vol.

HISTÓRICO — A história de Parnarama confunde-se com a de Matões, porque, para que ela tivesse vida, mister se tornou provocar o colapso total, porém temporário, do velho município de Matões. Assim, a história pròpriamente dita de Parnarama começa a partir do momento em que Lauro Barbosa Ribeiro, comerciante, proprietário, fazendeiro e pessoa influente no município resolveu pôr têrmo às dificuldades enfrentadas por êle e seus vizinhos da ribeira e do vale do Parnaíba, no trato de seus negócios e interêsses junto às repartições das três esferas governamentais sediadas em Matões, devido às dificuldades de acesso que para êles oferecia a localização daquela cidade. Usou, então, da influência do seu mano, o deputado estadual Joel Barbosa Ribeiro para mudar o nome do velho município de Matões para Parnarama, o que foi conseguido por Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado a 28 de julho de 1947 — disposições estas que alteraram a divisão administrativa e judiciária que foi fixada para vigorar no qüinqüênio 1944-1948. Como não pudesse haver sede municipal com nome diferente ao do próprio município, bate-se para que a administração municipal construa uma cidade com nome para servir-lhe de sede. Com o engenheiro Mauro de Sá Mota consegue a planta para a nova cidade e com José Torres Assunção, como êle também comerciante, proprietário e fazendeiro à margem do Parnaíba, um trato de mata virgem que cobria aquêle terreno; destoca-o e nêle inicia a concretização da planta. Edifica a primeira casa, a sua, e para ela se transfere com tôda sua família, deixando abandonada a sua propriedade São Vicente. Constrói casas para todo o funcionalismo, federal, estadual, municipal e autárquico que servia em Matões e providencia a mudança de todos êles e, conseqüentemente, das repartições que administravam ou em que serviam. Esta eficiência entusiasmou os demais fazendeiros solidários com a mudança e começa a corrida entre êles para a construção de moradias na localidade. Esta, situada nos vazios administrativos dos municípios piauienses de Teresina e Palmeiras e maranhense de São Francisco, não passando ela própria de um vazio administrativo do antigo município de Matões, desenvolveu-se cèleremente.

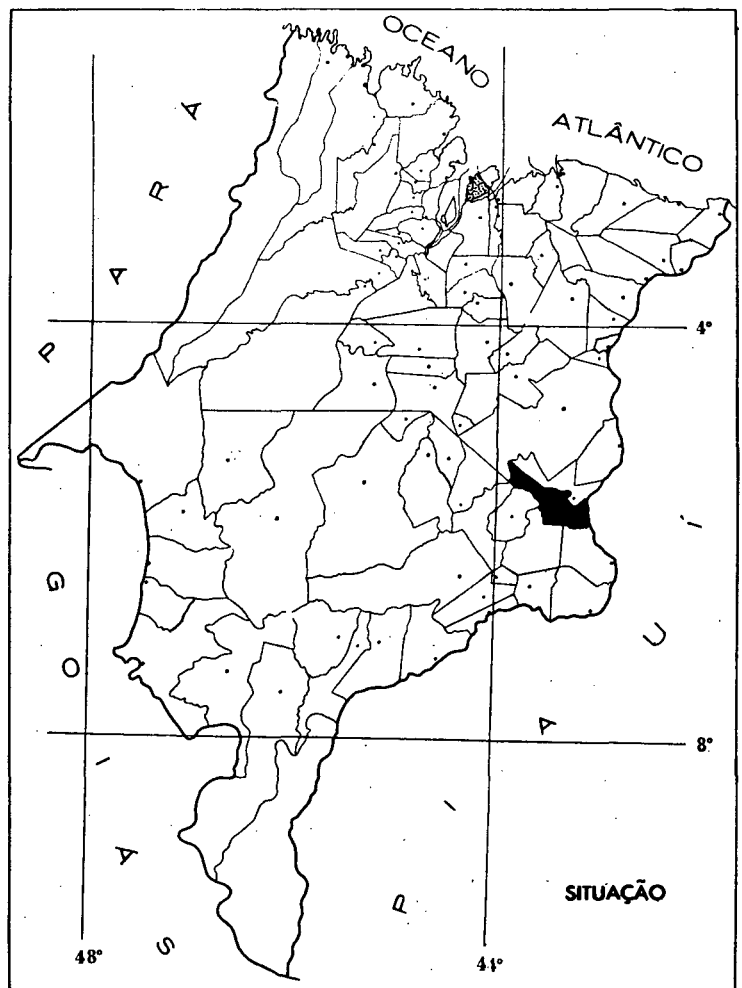
Eleito Prefeito de Parnarama, Lauro Barbosa Ribeiro dota a novel cidade dos melhoramentos mais urgentes e de edifícios públicos: pontes, estradas, cadeia pública, Prefeitura Municipal, mercado, rampa de desembarque, e adquire

Prefeitura Municipal

mais três mil hectares para ampliar o patrimônio da cidade. Bernardino Pereira da Silva, que o sucedeu como Prefeito, faz a ligação telegráfica, rodoviária e aérea com outros municípios. Dota-a de iluminação elétrica, serviço de alto-falantes e prédio para Grupo Escolar. Jamil da Silva Gedeon, Coletor Estadual e um dos pioneiros da cidade, empresta sua colaboração para a edificação da igreja. Orlando Teixeira de Queiroz, Agente de Estatística, é outro pioneiro que contribui, com a sua inteligência e operosidade, na formação das leis. Mirson Viana, também desbravador, Secretário quase que vitalício da velha Prefeitura de Matões e por várias vêzes Prefeito daquela cidade, com a sua longa prática, organiza a burocracia municipal. D. Maria José Nunes Ribeiro, espôsa de Lauro Barbosa Ribeiro e a primeira dama a habitar Parnarama, conta, na sua fôlha de serviço, entre outras, com a construção da Casa Paroquial, que ainda hoje permanece vazia à espera de que o Bispado de Caxias crie a Paróquia de Nossa Senhora das Graças de Parnarama e a dote com Vigário residente; com o edifício-sede da Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância de Parnarama, e Pôsto de Puericultura Dr. Pedro Braga Filho. Parnarama orgulha-se, ainda, de ser a única cidade planejada no Maranhão, que possui uma "planta-pilôto" capaz de acompanhar o seu desenvolvimento sempre crescente. Envaidece-se, outrossim, pelo fato de ter sido a primeira Prefeitura a incrementar o sistema da pequena propriedade em tôrno de sua sede. Para tanto, dividiu em lotes tôda a parte irrigada de seu patrimônio e os cedeu aos pequenos lavradores que faziam roça naquele patrimônio, para que tivessem, também, o ensejo de possuir uma lavoura permanente de árvores frutíferas, a salvo dos imprevistos de quem lavra em terra alheia. Depois de 31 de março de 1949, com a mudança da sede municipal para a margem do rio Parnaíba, a velha e tradicional vila de São José dos Matões ficou reduzida à condição de simples povoado, situação essa que perdurou até 1952, quando, pela Lei n.º 849, de 30-XII, foi novamente criado o município de Matões, com a área de 1 702 quilômetros quadrados.

Igreja-Matriz

Está novamente à frente dos destinos da Prefeitura Municipal o Sr. Lauro Barbosa Ribeiro.

LOCALIZAÇÃO — O município pertence à Zona do Médio Parnaíba, possuindo a sede municipal as seguintes coordenadas geográficas: latitude sul: 5º e 30'. Longitude W.Gr.: 43º 12' 35". Posição relativa à capital do Estado: rumo S.S.E.. de onde dista, em linha reta, 346 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 200 metros na sede municipal.

CLIMA — É ameno o clima de Parnarama. O inverno vai de janeiro a junho, sendo que os meses de mais chuva são janeiro a abril. O verão é de julho a dezembro, verificando-se fortes trovoadas em setembro e outubro.

ÁREA — Com 2 382 km², Parnarama é o 45.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, possuía o município 32 716 habitantes (16 348 homens e 16 368 mulheres), sendo a densidade demográfica de 8,01 habitantes por quilômetro quadrado, segundo a área de então: 4 084 km². Localizavam-se na zona rural 97% da população.

Dos 32 716 habitantes, a côr parda se destacava, com 20 751 pessoas, 63,4%; em segundo lugar estava a preta, com 6 946 pessoas, 21,2%, e a branca colocada em último lugar, com 4 935 pessoas.

Das 17 984 pessoas de 15 anos e mais, de acôrdo com o estado civil, estava assim distribuída a população: 10 298 casados ou 57,2%; 6 366 solteiros ou 35,4%; 1 238 viúvos

ou 6,8%. Desquitados ou divorciados apenas foi encontrado um casal e 80 pessoas não declararam o estado civil.

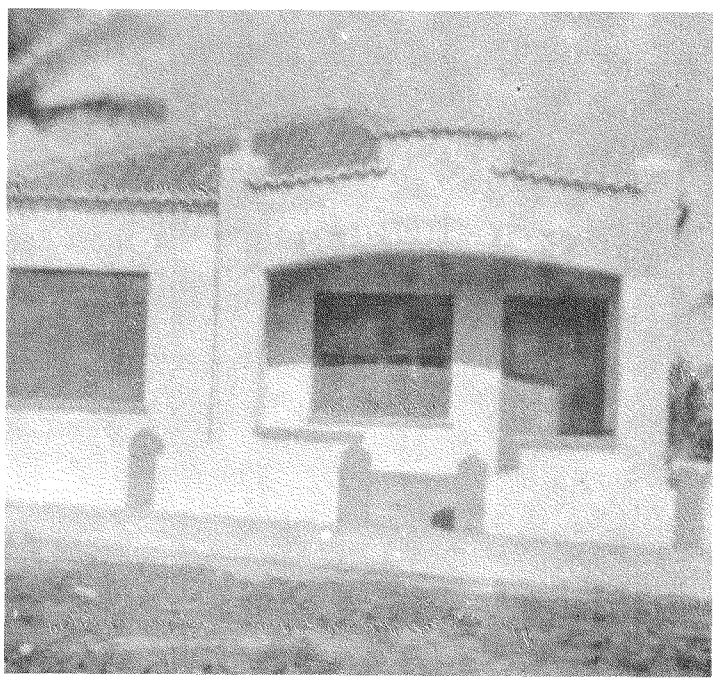
Para 1955, o Departamento Estadual de Estatística calculou a população em 22 237 habitantes, ou seja, 9,33 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Existiam no município, quando do Censo de 1950, dois aglomerados urbanos: o da sede, com 540 habitantes — 269 homens e 271 mulheres, e Brejo de São Félix, com 449, sendo 222 homens e 227 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Babaçu, pecuária e lavoura constituem a base econômica do município, sobressaindo a extração de amêndoas de babaçu. Parnarama é, na margem do Parnaíba, o município maranhense maior produtor de arroz e, no Estado, de laranjas. O quadro abaixo dá as produções agrícola e industrial em 1956:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Produção agrícola			
Algodão em caroço...	kg	61 500	317 500
Arroz em casca......	Saco de 60 kg	69 000	6 624 000
Banana............	Cacho	95 000	2 850 000
Cana-de-açúcar.......	Tonelada	2 200	440 000
Fava..............	Saco de 60 kg	440	105 600
Feijão.............	» » » »	3 100	744 000
Fumo..............	kg	24 750	396 000
Laranja............	Cento	69 000	2 070 000
Limão.............	»	19 000	190 000
Mandioca...........	Tonelada	3 905	1 366 750
Milho..............	Saco de 60 kg	17 800	1 068 000
Tangerina..........	Cento	18 000	540 000
Produção industrial			
Aguardente de cana..	Litro	62 200	311 000
Arroz pilado........	kg	50 400	252 000
Rapadura...........	»	14 400	72 000
Farinha de mandioca	»	722 200	1 454 400

Foi a seguinte a produção extrativa em 1956:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
De origem vegetal			
Amêndoas de babaçu..	kg	660 000	2 260 000
Amêndoas de tucum..	»	4 200	25 100
Tábuas de cedro.....	Dúzia	600	300 000
Toros de cedro.......	Unidade	8 000	1 600 000
De origem animal			
Couros de veado.....	kg	300	7 500
Peles de caititu......	Unidade	400	20 000

Pôsto de Puericultura Pedro Braga Filho

Usina Elétrica

A população pecuária do município, em 1956, era estimada pelo Departamento Estadual de Estatística em:

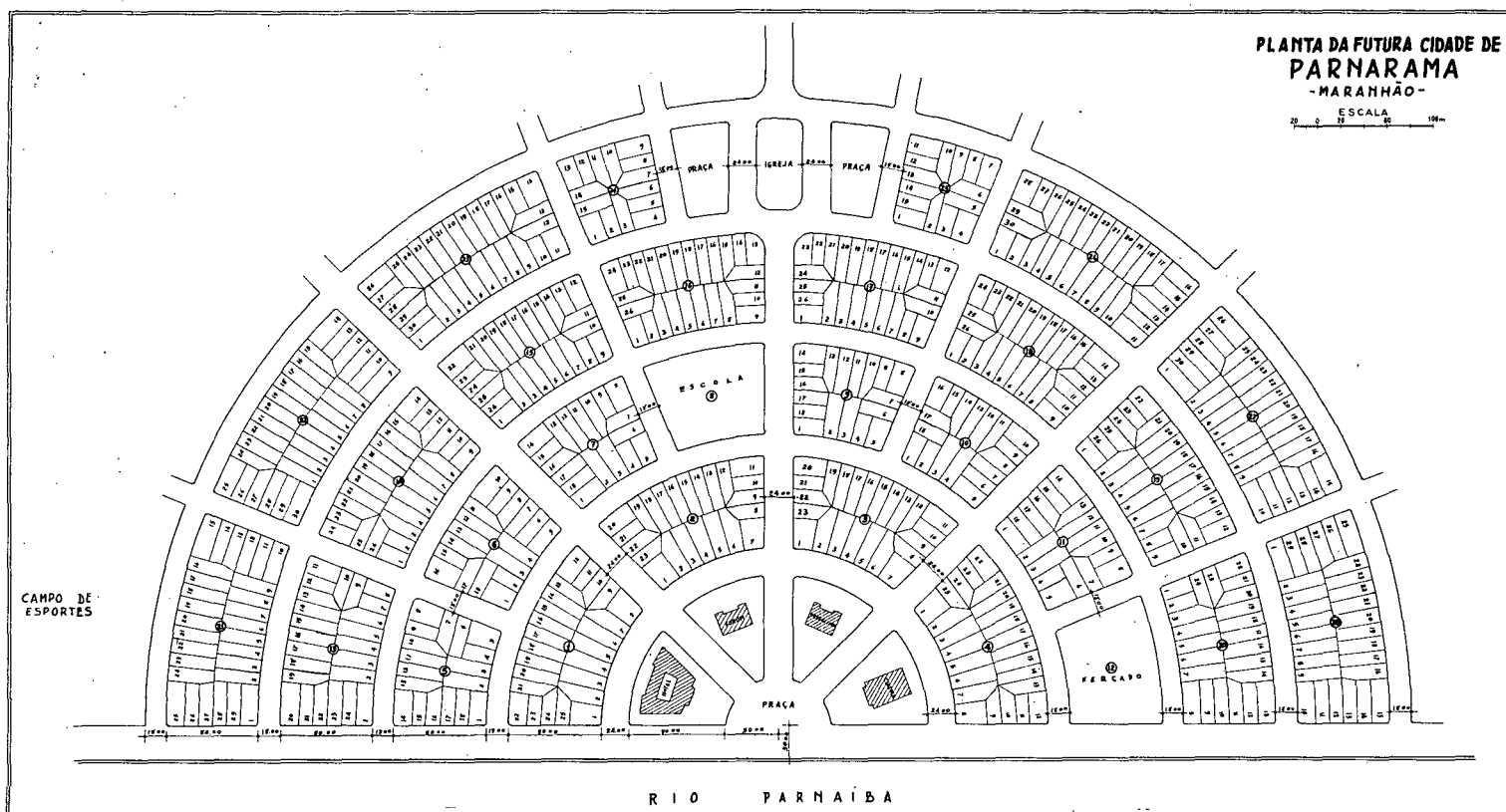
Bovinos	12 000
Eqüinos	2 400
Asininos	2 400
Ovinos	2 200
Muares	2 400
Caprinos	18 900
Suínos	52 000

Grande parte da produção municipal é exportada exclusivamente para Teresina — PI, através do pôrto local, onde há rampa adequada para embarque e desembarque de mercadorias, além de um armazém para depósito de gêneros, construção da Prefeitura.

MEIOS DE TRANSPORTE — Com as cidades vizinhas o município tem comunicação pelos seguintes meios de transporte: Buriti Bravo: rodoviário, 96 km; Caxias: rodoviário, 174 km; Matões: rodoviário, 30 km; Passagem Franca: rodoviário, 120 km; São Francisco do Maranhão: fluvial, 85 km.

A ligação entre esta cidade e a capital piauiense é feita por pequenas embarcações movidas a motor, numa viagem de ida e volta, duas vêzes por semana. Carregam passageiros e cargas e viajam, geralmente, superlotados, com sérios perigos de vida. São usados ainda no município os "macacos", embarcações de balsas e muito pequenas, que fazem transporte de lenha.

COMÉRCIO E BANCOS — Nenhum banco ou agência existe no município. O comércio de Parnarama é constituído de 39 estabelecimentos, sendo 1 atacadista, 32 varejistas e 6 industriais. As transações, que eram feitas com Recife — PE, Fortaleza — CE, Caxias — MA e Parnaíba e Teresina — PI, estão limitadas apenas com esta última cidade, por motivos inteiramente desconhecidos, de onde importam fazendas, machados, foices e facões, revólveres e espingardas, com respectivas munições, querosene e gasolina, trigo e massas alimentícias, bebidas e vinagre, café, açúcar, sa-

bão, fósforos, ferramentas e miudezas. É ainda em Teresina que grande parte da população de Parnarama faz suas compras mais avultadas, por falta, na localidade, de gêneros, que satisfaçam os habitantes locais.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é completamente desprovida de calçamento. As ruas da cidade de Parnarama têm nomes idênticos dos demais municípios maranhenses. Há 42 ligações elétricas na sede municipal. Em 1956 foram consumidos 5 127 kW, sendo 1 822 na iluminação pública e 3 305 na particular. Duas são as pensões existentes na sede, que cobram de diária Cr$ 60,00. Possui Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Existem no município 3 caminhões, 1 jipe, 12 bicicletas, 12 carros de bois e 1 automóvel. Um agrônomo exerce a profissão em Parnarama.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Sede de comarca de 1.ª Entrância, onde servem: 1 Juiz de Direito, 1 Promotor Público, 2 Cartórios dos 1.º e 2.º Ofícios. Existem, ainda, em Brejo de São Félix e Araçás, Juízes de Casamentos, sendo que os Escrivães, aí, têm competência apenas para o Registro Civil. Com capacidade para apenas 6 detentos, contendo, ainda, 4 celas, 2 cubículos e duas outras dependências, existe a Cadeia Pública, inaugurada a 14 de abril de 1949, construída com essa finalidade. Mantém a ordem pública 1 Delegado de Polícia e 5 guardas municipais.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os parnaramenses dispõem de 1 Socorro Farmacêutico; Pôsto de Enfermagem, êste mantido pela municipalidade e que ministra socorro de emergência, possuindo, ainda, serviço de aplicação de injeções a domicílio; Pôsto de Puericultura Pedro Braga Filho, de caráter particular, mantido pela Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Parnarama; 3 dentistas práticos. A população ainda vai buscar assistência médico-hospitalar, educacional e até mesmo farmacêutica e dentária em Teresina.

Como entidade de Beneficência Mutuária, existe a Associação Rural, que tem por objetivo assistência, benefícios e auxílios funerários aos lavradores e criadores. Essa Instituição foi fundada em 1951, e contava, em 31-12-956, com 68 associados.

Parnarama pertence ao 20.º Distrito Sanitário — Pôsto de Higiene —, que tem por sede Matões.

ALFABETIZAÇÃO — Do total de 3 106 pessoas de 5 anos e mais, que, segundo o Recenseamento Geral de 1950, sabiam ler e escrever, 1 859 eram mulheres e 1 247, homens.

Ensino — Eram 28 os estabelecimentos de ensino, em 1956, com 18 para o Primário fundamental comum e 10 fundamental supletivo. No mesmo ano estavam matriculadas, na sede, 154 pessoas de 7 a 11 anos, e, na zona rural, 458, no mesmo grupo de idade.

Grupo Escolar Municipal

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Rio Parnaíba, que entra no município depois de atravessar a cachoeira de Araçás e o banha até a foz do riacho Araim, fazendo um percurso de 48 km. No inverno sua profundidade é de 4 metros e no verão, de apenas 1. É navegável durante o ano por embarcações a motor, a vapor e a remo, tôdas de pequeno calado e fundo chato. São encontrados, ainda, em Parnarama, o morro do Tombador, com 35 metros de altura; a lagoa da Cana-Brava, com 3 000 metros de comprimento por 200 de largura, e a lagoa Sêca. Esta recebeu tal denominação em virtude de, no verão, ficar completamente sêca, transformando-se num vasto depósito de areia grossa. Fica, ainda, no município, a Ladeira do Sabão, na Rodovia Parnarama—Passagem Franca, que recebeu êsse nome porque, depois de qualquer chuvisco, fica escorregadia, tornando-se perigoso seu tráfego.

Escola Rural

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	464	457	186	473
1951	...	790	532	147	500
1952	...	750	577	278	427
1953	...	961	381	158	376
1954	...	1 019	766	248	1 151
1955	...	1 107	871	331	862
1956	...	1 806	1 252	501	1 193

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe uma bidiversões no município, nem mesmo festa religiosa que se possa destacar. O que há, de mais comum, são as "desobrigas". Estas têm lugar duas vêzes ao ano, julho (início das safras) e dezembro (fim das mesmas). As "desobrigas", que abalam quase todo o município, consistem na chegada do Padre a um determinado povoado — já foi anteriormente escolhido e avisado —, onde passará alguns dias, celebrando missa, fazendo casamentos e batizados. Grande é a acorrência a essa localidade, não só de pessoas que vão com a finalidade de assistir aos festejos religiosos como de banqueiros de jogos de azar, vendedores ambulantes, donos de carrosséis, etc. Os sanfoneiros, também, lá se apresentam, a fim de promoverem as danças, em "ramadas" improvisadas. Terminada, assim, a "desobriga" nesta povoação, segue o Padre para outra e, à sua frente, já foram os banqueiros, vendedores ambulantes e outros, tanto que, à chegada do Padre, êles já estão perfeitamente alojados, à espera que o movimento se inicie.

A maioria da população de Parnarama é católica; o Recenseamento Geral de 1950 registrou 16 272 homens e 16 286 mulheres, que professavam aquela religião, o que corresponde a 99,5%. Em seguida vem a protestante, com 72 adeptos, sendo 29 homens e 43 mulheres. De outras religiões, 26 homens e 18 mulheres; sem declaração de religião, 18 homens e 20 mulheres; sem religião, 2 homens e 1 mulher e apenas um homem declarou professar a religião ortodoxa.

Conta o município com 3 templos protestantes: Adventista do Sétimo Dia, Batista e Assembléia de Deus. Mantém o Batista uma Escola Dominical, com duas professôras e 20 alunos, e a Assembléia de Deus (Pentecostal), uma de ensino não religioso, com 2 professôres e freqüência de 31 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe uma biblioteca da Prefeitura Municipal, com mais ou menos 3 000 volumes, sem catalogação, oferta dos filhos da terra residentes fora do Estado.

(Autor do histórico — Hilton Pires de Castro, Agente de Estatística; Redação final — Maria Rita Jorge e Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística.)

PASSAGEM FRANCA — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Sôbre Passagem Franca, César Marques, no seu "Dicionário Histórico e Geográfico do Maranhão", 1870, fls. 435, assim se expressa: "Freguesia — Em seu princípio, há mais de um século, foi uma pequena povoação distante 128 léguas da capital, 48 de Caxias na latitude meridional de 6° 7' e na longitude ocidental de 45° 17'.

Foi aí criada a freguesia de São Sebastião pelo § 5.º do art. 1.º da Lei provincial n.º 13, de 8 de maio de 1835, e depois que contava 900 almas, pouco mais ou menos, foi elevada à categoria de vila pela Lei provincial n.º 67, de 28 de junho de 1838.

Na revolução de 1839, muito sofreu esta vila, até que os balaios foram batidos no lugar chamado Jacarandá, pelas tropas do major José Vicente de Amorim Bizerra, e completamente derrotados em 19 de agôsto de 1840, pela Legião, ao mando do coronel Diogo Lopes de Araújo Salles, de combinação com o dito major, deixando no campo inúmeros mortos, muitos prisioneiros e avultada bagagem.

Tem uma Cadeira de Primeiras Letras, criada pela Provincial n.º 260, de 11 de dezembro de 1849, e uma Delegacia de Polícia, outra da Instrução Pública e um comissário vacinador.

É a parada do Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional n.º 29, e de uma secção de reserva.

O município pertence à comarca de Pastos Bons, e se compõe da freguesia de São Sebastião da Passagem Franca, sede do município, e da de Nossa Senhora da Conceição da Manga, que é o segundo distrito e freguesia criada pela Lei provincial de 30 de julho de 1859.

Limita-se ao N. com o município de São José dos Matões da comarca de Caxias, ao S. com o de Pastos Bons, na comarca do mesmo nome, a L. com o rio Parnaíba e a O. com o município de Barra do Corda, na comarca da Chapada.

O seu terreno é desigual, já por pequenos montes, que nêle se encontram, e já por campos sombreados de matas e bosques pouco extensos, e já por vales regados por vários rios como o Itapecuru e Parnaíba, e regatos como o Riachão, Balseiro, Tremedal, Inhaúma, Gameleira e outros.

Pela Lei provincial n.º 879, de 4 de junho de 1870, foi transferida a sede desta vila para a povoação de Picos, elevada nessa ocasião à categoria de vila.

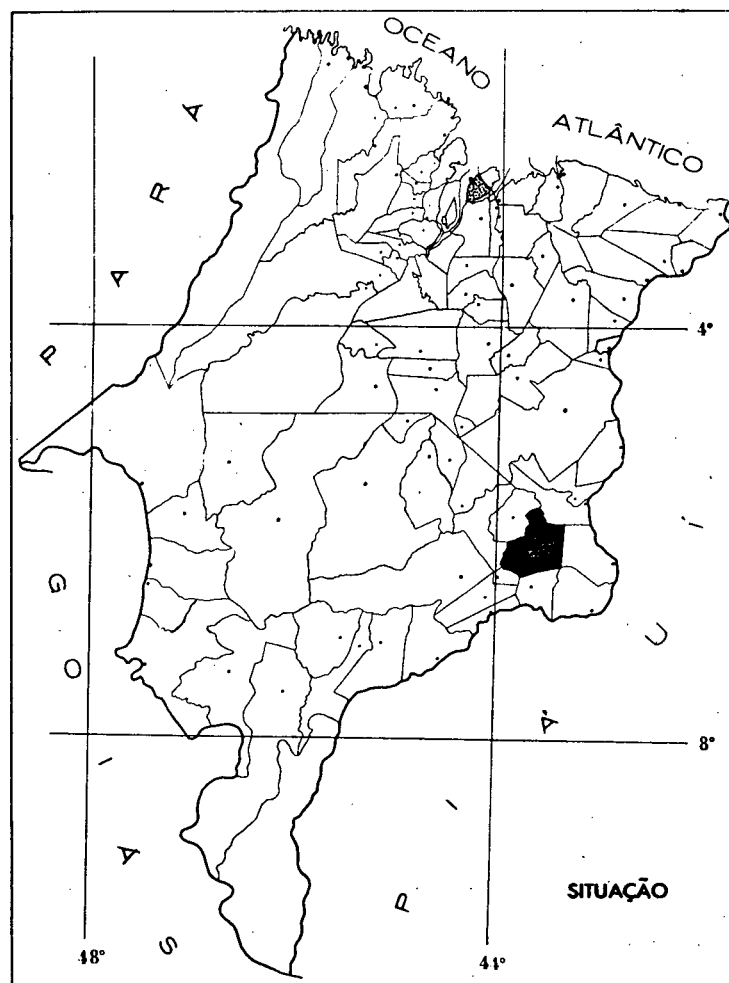
No dia 3 de setembro dêsse mesmo ano representou contra tal Resolução a respectiva Câmara Municipal ao Presidente da Província, que, em Ofício de 30 de dezembro, lhe respondeu "nada poder resolver a tal respeito, visto achar-se já em execução a referida lei". A Lei provincial n.º 911, de 18 de julho de 1870, concedeu ao tenente-coronel João Manoel de Magalhães, ou a qualquer outro cidadão, a faculdade de abrir para uso público à sua custa uma estrada entre os municípios de Passagem Franca e Pastos Bons. Em virtude desta autorização, o Dr. Francisco Dias Carneiro e o coronel Antônio Carneiro da Silva Oliveira, em 30 de dezembro do mesmo ano, comunicaram ao Presidente da Província achar-se já pronta a expensas suas a referida estrada, que se encarregaram de abrir entre os ditos municípios até o pôrto da vila dos Picos, sendo por êste serviço louvados pela Presidência em Ofício de 3 de fevereiro do ano seguinte. Em relação ainda a êste fato, o Dr. Severino Dias Carneiro, o coronel José Vasco de Souza Coelho, e outros interessados representaram ao Presidente da Província contra a Lei que deu tal autorização, porque são êles donos de terras competentemente demarcadas, por onde se pretendia fazer passar essa estrada, já embargada em fevereiro ou março, quando principiaram a abri-la, obstáculo que superaram por meio dessa Lei, promulgada de propósito para esbulhá-los de sua propriedade, sem consenso seu, sem indenização alguma e sem a menor necessidade porque já existia uma estrada na direção da nova. Não sabemos até que ponto chega a verdade destas asserções, porém é inegável que só o espírito de partido é que acharia conveniência na mudança da sede desta freguesia para a insignificantíssima povoação dos Picos, composta apenas de 18 ranchos de pindoba !"

O Decreto estadual n.º 539, de 16 de dezembro de 1923, suprimiu êste município que foi restabelecido pelo Decreto-lei n.º 832, de 13 de junho de 1935, elevado à cidade pelo de n.º 45, de 29 de março de 1938, em observância à Lei nacional n.º 311, dêsse mesmo mês e ano.

O nome do município de Passagem Franca tem a seguinte origem: o riacho Inhumas — cuja sede municipal está situada às margens do mesmo, era formado por tremedais e alagadiços em diversos trechos, impossibilitando, dêste modo, o transporte para os viajantes. Morava do lado oposto ao riacho uma velha, alcunhada por "Franca de tal". Quando os viajantes transitavam e perguntavam em que parte podiam atravessar, ouviam a resposta de "só na passagem da velha Franca". E, por êste motivo, apareceu o nome que ainda hoje é conservado: Passagem Franca.

Em 1893 perdeu parte do seu território para, com êle, ser constituído o município de São João dos Patos e, em 1931, verificou-se nova cissiparidade em seu território para a formação do município de Buriti Bravo. Os limites, que até então ficavam no riacho Balseiros, foram recuados em certa parte, para o igarapé Inhumas, diminuindo, assim, seu quadro territorial.

É o atual Prefeito do município o Sr. Manoel Vasco de Souza Coelho.

LOCALIZAÇÃO — Passagem Franca localiza-se na Zona do Itapecuru. São as coordenadas geográficas da sede: latitude S. — 6º 7'; longitude W.Gr. — 43º 53' 45". Posição relativa à capital do Estado: rumo S.S.E., de onde dista, em linha reta, 397 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 195 metros.

CLIMA — Duas são as estações verificadas no município: inverno, de setembro a maio, sendo que as chuvas decorrem parceladamente e, com mais intensidade, em dezembro, março e abril. Poucas são as trovoadas verificadas, enquanto há fortes vendavais em janeiro, março e abril; e o verão, de junho a setembro, quando, então, predomina o calor.

Mesmo não havendo Pôsto Meteorológico, pode-se estimar a temperatura, em graus centígrados, com as seguintes médias: das máximas 39; das mínimas, 18 e mais freqüente, 33.

ÁREA — Possui o município 3 112,50 km², sendo 30.º em grandeza territorial no Estado.

Praça Getúlio Vargas, vendo-se a Igreja-Matriz de São Sebastião

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, a população de Passagem Franca totalizava 17 971 pessoas, das quais 8 902 do sexo masculino e 9 069 do feminino, assim distribuída, de acôrdo com a situação do domicílio:

Zona urbana 464
Zona suburbana 448
Zona rural .... 17 059, ou seja, 95%.

Em 1956, o Departamento Estadual de Estatística calculou em 21 442 pessoas a população de Passagem Franca. Dos 17 971 recenseados em 1950 (8 902 homens e 9 069 mulheres), observou-se que houve predominância de pardos no município — 55,9% — 10 059 (4 955 homens e 5 104 mulheres); seguiram-lhes os brancos — 5 571 (2 729 do sexo masculino e 2 842 do feminino), os pretos — 2 319 (1 207 homens e 1 112 mulheres), e 22 sem declaração de côr.

Quanto ao estado civil das pessoas de 15 anos e mais, no total de 9 717, colocavam-se, em primeiro plano, os casados — 59,4% — 5 775 (2 809 homens e 2 966 mulheres); depois os solteiros — 3 315 (1 797 homens e 1 518 mulheres), os viúvos — 491 (187 homens e 304 mulheres), e 1 mulher desquitada ou divorciada; 136 nada responderam com referência a esta parte.

No tocante à religião, 17 850 eram católicos apostólicos romanos; 118 protestantes; 1 homem sem religião e 5 pessoas não declararam que religião professavam.

Densidade demográfica — É de 5,77 habitantes por quilômetro quadrado em 1950 e 6,88 em 1956.

Aglomerados urbanos — Cidade de Passagem Franca, com 912 habitantes — 464 homens e 448 mulheres (Censo de 1950).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A fôrça econômica do município recai na extração de amêndoas de babaçu, agricultura (arroz e feijão) e, em menor escala, a industrial. O babaçu, em 1956, apresentou uma produção equivalente a Cr$ 2 888 200,00. Apresenta maior vulto, na parte industrial, a transformação da cana-de-açúcar em aguardente de cana e rapadura, sendo utilizadas usinas movidas a fôrça mecânica e engenhos de ferro ou madeira movidos a tração animada. É notada ainda a existência de estabelecimentos destinados ao beneficiamento do arroz em casca, além de elevado número, na zona rural, de fornos para fabricação de farinha de mandioca. A pesca é pouco praticada, sendo diminuto o resultado obtido: em 1956 apenas quatro toneladas, no valor de Cr$ 41 210,00.

A pecuária, embora não constitua um dos principais fatôres econômicos, tem relativa importância na vida do município, por constituir a carne verde base da alimentação. Raramente há exportação de gado e quando isso acontece é, quase sempre, para Caxias — MA e Teresina — PI O Departamento Estadual de Estatística calculou que, em 1956, Passagem Franca possuía 17 000 bovinos, 37 000 suínos, 1 200 ovinos, 14 000 caprinos, 5 300 eqüinos, 4 100 asininos e 1 800 muares. A lavoura, apesar do sistema rotineiro empregado, tem certo desenvolvimento, principalmente a do arroz e feijão, sendo que os Estados do Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco são os principais compradores dêsses produtos.

Os quadros abaixo dão o resultado da produção agrícola e produção industrial, em 1955:

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$
Abacate	Cento	860	68 800
Algodão em caroço	kg	168 000	784 000
Arroz em casca	Saco de 60 kg	20 300	2 030 000
Banana	Cacho	67 000	402 000
Batata-doce	Tonelada	80	80 000
Cana-de-açúcar	»	4 880	439 200
Fava	Saco de 60 kg	720	172 800
Feijão	» » » »	3 760	1 007 680
Fumo	kg	3 450	34 500
Laranja	Cento	15 300	153 000
Limão	»	7 200	72 000
Mandioca	Tonelada	770	252 000
Melancia	Fruto	46 000	138 000
Milho	Saco de 60 kg	8 500	595 000

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$
Rapadura	kg	437 900	1 586 400
Aguardente de cana	Litro	117 120	726 402
Arroz pilado	kg	84 000	336 000
Tijolos, telhas, etc	milheiro	267	97 150
Farinha de mandioca	kg	211 520	719 168

Com exceção das minas de pedras calcárias, é desconhecida a existência de qualquer outra riqueza mineral no município. Das vegetais, além do babaçu, plantas medicinais, sementes oleaginosas e madeiras de lei.

Pelo Censo de 1950, das pessoas presentes de 10 anos e mais, 12 150 (5 997 homens e 6 153 mulheres) ocupavam as seguintes atividades, em maior porcentagem.

Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes — 50% — 6 082 (212 homens e 5 870 mulheres); agricultura, pecuária e silvicultura — 43,8% — 5 335 (5 306 homens e 29 mulheres); condições inativas — 3,3% — 407 (251 homens e 156 mulheres).

As demais estavam assim representadas: Indústrias extrativas — (3 homens e 30 mulheres); Indústrias de transformação — (32 homens e 2 mulheres); Comércio de mercadorias — (66 homens e 1 mulher); Prestação de

Mercado Público Municipal

serviços — (62 homens e 49 mulheres); Transportes, comunicações e armazenagem — (14 homens e 1 mulher); Profissões liberais — (7 homens); Atividades sociais — (14 homens e 15 mulheres); Administração pública, Legislativo e Justiça — (24 homens); Defesa nacional e segurança pública — (5 homens); Atividade mal definida ou não declarada — (1).

MEIOS DE TRANSPORTE — Passagem Franca, em quase tôdas as suas comunicações com municípios vizinhos, serve-se de rodovias, com as respectivas distâncias em quilômetros: Buriti Bravo — 46; Colinas — 66; Parnarama — 120; Paraibano e São João dos Patos — 48. Faz exceção São Francisco do Maranhão, pois o transporte é feito por meio de cavalo — 136 km.

COMÉRCIO — A sede municipal é dotada de 24 estabelecimentos varejistas, 2 atacadistas e 5 industriais. O comércio local limita-se à importação de tecidos em geral e seus artefatos, artigos de armarinho, louças, ferragens, secos e molhados, mantendo transações acentuadas com Recife — PE, Fortaleza — CE, Floriano e Teresina — PI.

ASPECTOS URBANOS — A pavimentação da cidade é constituída de 1 036 m^2 de concreto, sendo que a Praça Getúlio Vargas o é totalmente (696 m^2); os restantes 340 metros quadrados são um pequeno trecho da Rua Siqueira Campos.

A energia elétrica produzida é utilizada para fins públicos e particulares, sendo o cálculo do seu consumo feito por meio de vela-mês. São 88 as ligações elétricas existentes na sede. Há 2 hotéis e duas pensões, dispondo de acomodações suficientes para alojar todos os visitantes que, normalmente, passam pela cidade, instalados em prédios regulares. A mesa é farta, quase sempre com várias iguarias; o mobiliário, apesar de modesto, atende francamente as necessidades de cada estabelecimento, sendo cobradas, indistintamente, diárias de Cr$ 70,00. A corporação mantenedora da ordem é a Guarda Civil Municipal.

O Pôsto Agropecuário, que fica no lugar denominado Deus Quer, colabora para o desenvolvimento da agricultura e pecuária do município; está subordinado ao Ministério da Agricultura. Embora funcionando desde 1.º de outubro de 1954, só presentemente iniciou a construção de um prédio para suas novas instalações. Exercem suas atividades profissionais no município 2 advogados, e a Câmara Municipal compõe-se de 9 Vereadores. Há uma Agência Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca de Passagem Franca foi criada pela Lei estadual n.º 1 225, de 19 de julho de 1954, sòmente instalada em 14 de setembro do ano seguinte. É comarca de 1.ª Entrância com três têrmos: Passagem Franca, São João dos Patos e Buriti Bravo. O seu judiciário compõe-se de: 1 Juiz de Direito e 3 Suplentes, 1 Promotor, 2 Escrivães (1.º e 2.º Ofícios) e Oficiais de Justiça.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população local é servida por 2 socorros farmacêuticos bem montados. A União Artística Operária Agrícola Passagense beneficia econômica e socialmente seus membros, em número de 146, em 31-12-56. Já se encontra instalada em prédio próprio e recebe subvenção do Govêrno Federal.

Em 1956 apresentou o seguinte movimento:

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO DE BENEFÍCIOS	VALOR TOTAL (Cr$)
Auxílios pecuniários	21	5 600
Auxílios funerários	4	2 400
Assistência médica	29	11 300
Assistência escolar	55	14 000
Outros auxílios	38	6 200

A 15 de fevereiro de 1954, foi fundada e instalada a Caixa do Pobre que ainda não apresentou nenhum movimento.

ALFABETIZAÇÃO — Da população recenseada em 1950, de 5 anos e mais — 14 973 —, sabiam ler e escrever 2 419 (1 496 homens e 923 mulheres), o que representa apenas 16,15%. E 127 pessoas de 10 anos e mais declararam possuir instrução completa: 117, grau elementar (45 homens

Prédio da União Artística Operária Agrícola Passagense

e 72 mulheres); 9, grau médio (5 homens e 4 mulheres), e 1 homem de instrução de grau superior.

Ensino — Em 1956 eram 33 as unidades escolares: 27 de ensino primário fundamental comum, 5 de ensino fundamental supletivo, e 1 de ensino complementar.

ASPECTOS CULTURAIS — O município mantém a Escola de Prendas — dirigida por uma professôra, com especialidade em bordados a mão, inaugurada no ano de 1941. Das 20 alunas matriculadas, em 1956, conseguiram aprovação sòmente 12. A Paróquia de São Sebastião mantém a Escola de Corte e Costura Organização das Voluntárias, que começou a funcionar em 2-4-1957. Das 19 alunas matriculadas, 18 concluíram o curso.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Rio Corrente — nasce a sudeste da sede municipal, percorrendo uma extensão de 74 km, até o lugar denominado Paraíso, onde limita êste município com o de Buriti Bravo. Visto a sua profundidade ser entre 40 e 60 centímetros — em quase todo o seu percurso —, não é possível a navegabilidade.

As localidades de Corrente, Belmira, Recanto, Tuí, Santa Rosa, Barra, Peixe, Estreito, Cágados, Bom Lugar, Sela, São Bento, Caiçara, Santo Antônio, São José, Jatobá, Paraíso, São Francisco e outras, neste município, são banhadas pelo rio Corrente.

Igarapé Inhumas — nasce nas proximidades da sede, no lugar denominado Sobradinho, percorrendo o município numa extensão de 42 quilômetros. São banhadas por êle as localidades de Sardinho, Bom Jesus, Canto do Brejo, Deus Quer, Iguatu, Palmeira, Santo Antônio, Barro Vermelho, Ipueiras, Araim, Novo Sítio, Socorro, etc.

Serra da Cobra — localizada nas imediações da Morada Extrema e se estendendo até Padre Bento numa distância calculada em 18 quilômetros. Ainda não mencionadas as serras do Buritizinho, do Saco dos Bois e da Angola, tendo cada uma delas a altura de 250 metros, aproximadamente.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	...	299	65	281
1951	...	...	327	78	136
1952	...	...	429	114	256
1953	...	...	617	184	685
1954	...	1 188	797	193	1 027
1955	...	1 310	784	250	740
1956 (1)	...	1 627	958	225	918

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há, no município, 3 caminhões, de 3 a 5 t, 2 tratores (1 de esteira e 1 de rodas), 1 jipe, 3 bicicletas e 47 carros de bois.

Com o intuito de difundir entre os lavradores e criadores métodos modernos nos seus trabalhos, mantém o Ministério da Agricultura, desde 1953, o Pôsto Agropecuário de Passagem Franca, cuja área é de 200 ha, cultivando laranjeiras e bananeiras (permanentes) e arroz, milho, feijão, algodão e mandioca (anuais). Possui residência para o administrador, casa para depósito, 4 998 metros de cêrca de

Vista parcial da Rua Siqueira Campos

arame farpado com 4 fios e rodapés de madeira, além de 1 trator "Allis Chalmers" WD com implementos, 1 carrêta agrícola "Pontal", 1 semeadeira e 10 polvilhadeiras.

A sua produção (safra 56-57) foi a seguinte: arroz 9 600 kg, milho 5 280 kg e feijão 2 800 kg.

FILHOS ILUSTRES — Dentre os passagenses ilustres destacam-se:

Francisco Dias Carneiro — nascido a 23 de novembro de 1837 e falecido em Caxias — MA, no ano de 1896. Formado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Recife. Magistrado, industrial e agricultor. Foi deputado provincial em várias legislaturas e deputado geral por duas vêzes. Poeta e parlamentar; fundador do "Jornal da Lavoura"; vice-Presidente do Maranhão. É patrono da cadeira n.º 27 da Academia Maranhense de Letras, criada por Sousa Bispo. Publicou, entre outras obras:

"Poesias Fugitivas"; "Noites do Diabo" — conto; "Poesias Diversas"; "Cenas do Campo" — Rio, 1872; "Poesias" — São Luís, 1878. Colaborou em "A Casca da Gameleira", sob o pseudônimo de Sephani von Ritter.

João Tolentino Guedelha Mourão — nascido a 10 de setembro de 1845 e falecido em Salvador — BA, a 4 de dezembro de 1904. Monsenhor; Doutor em cânones pela Universidade Gregoriana; Reitor do Seminário do Maranhão; prelado doméstico de S.S. o Papa Leão XIII; deputado provincial e geral pelo Maranhão. Professor de História do Brasil no Liceu Maranhense. Redigiu a "Boa Nova" e fundou "A Cruzada", "A Civilização", a "Aurora Maranhense" e o "Partido Católico", todos periódicos de São Luís. Bibliografia: A maçonaria Revelada por si Mesma no Manifesto do Grande Oriente" — Belém, 1872; "Conferências na Igreja de Santo Antônio" — São Luís, 1887; "Oração fúnebre nas exéquias de S.S. o Papa Pio IX"; "Carta aos maçons do Maranhão" — 1880-1881.

Antônio Carvalho Guimarães — nascido a 14 de julho de 1886. Advogado, jornalista e poeta; funcionário do Ministério da Educação e Cultura. Sócio correspondente da Academia Maranhense de Letras; eleito, ùltimamente, para o quadro social efetivo, passando a ocupar a cadeira n.º 28,

do Visconde de Vieira da Silva, Senador pelo Maranhão. Bibliografia: "Sombra Pagã" — poesia; "D. Pedro II e a República".

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E RELIGIOSAS — A principal diversão da população é a dança, em festas populares, sociais ou carnavalescas, as quais não têm datas fixas para a sua realização, excetuando-se o carnaval. Em várias zonas do interior são comuns as "festas de Reis", o "tambor de crioula", o "pagode" e as "rodas de São Gonçalo", respectivamente levados a efeito: de 25 de dezembro a 6 de janeiro; 13 de maio, e, os dois últimos, em qualquer época do ano. O "pagode" é caracterizado pela dança sapateada ao som de viola e castanholas, com cantorias rudes, ou ainda pelo batuque de duas cabaças vazias, sendo vulgarmente chamado "baião". O "tambor de crioula" teve a origem de povos africanos, compondo-se de cantadores e, ao mesmo tempo, fazendo batucada em dois tambores. Finalmente as "rodas de São Gonçalo" são formadas por cordões de pessoas que, ora dançam, ora rezam, acompanhadas de castanholas, cânticos rústicos em honra ao Santo festejado.

A tradicional festa de São Sebastião, que se realiza em todos os anos, de 11 a 20 de janeiro, apresenta curiosa particularidade: no dia 10 de janeiro, mais conhecido por "dia do mastro", vários populares percorrem as principais artérias da cidade para a visita à porta de cada residência, conduzindo o caule de uma árvore recém-abatida. Esta cerimônia, que é realizada sob vivo entusiasmo dos paroquianos, vai acrescida dos ritmos afro-brasileiros, acompanhados de pífaro, tambor e fogos de estampidos. Às 17 horas procede-se ao levantamento do mastro, na Praça da Igreja, sob o repicar dos sinos e entusiasmo da população.

Há missa, sermão e bênção do Santíssimo Sacramento, além de passeios, barraquinhas e leilões. Reveste-se a festa de todo o esplendor, com o comparecimento de grande número de fiéis, inclusive de municípios vizinhos, encerrando-se com a procissão da imagem do glorioso Santo, bastante concorrida.

As festas de Natal, do mês de maio e de São João, processadas anualmente, têm pouca significação.

(Autor do histórico — Wilson Moreira de Sousa, A.E.; Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Departamento de Terras, Geografia e Colonização, Serviço Nacional de Recenseamento, Inspetoria Regional de Fomento Agrícola, Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão.)

PASTOS BONS — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — À semelhança dos bandeirantes paulistas à procura de ouro, os criadores de gado, na ânsia de descobrirem novas e melhores pastagens, atiraram-se à conquista do sertão desconhecido, deixando em cada pousada a semente de uma cidade.

Figuras das mais intrépidas dentre as que se notabilizaram nesse fecundo movimento de penetração, Domingos Afonso Mafrense e Domingos Jorge Velho, tangendo os seus rebanhos das margens do São Francisco, transpuseram a Serra dos Dois Irmãos e atingiram, em 1674, as chapadas do Piauí, onde o primeiro se estabeleceu "fundando muitas e importantes Fazendas".

Ao mesmo tempo, ou talvez um pouco antes, Francisco Dias d'Ávila, senhor da Casa da Tôrre, na Bahia, não só alcançou aquelas paragens, como, atravessando o Parnaíba, penetrou em terras maranhenses, estacando à beira do Mearim.

No início do século XVIII, quando a colonização do Maranhão, em pleno ciclo da cana-de-açúcar, não se tinha ainda afastado das proximidades dos engenhos, na zona litorânea, mal se estendendo às Aldeias Altas, hoje Caxias, foi que vaqueiros procedentes do Vale do São Francisco e da Serra do Ibiapaba, em Pernambuco, iniciaram o devassamento dos sertões maranhenses.

Extasiados diante da imensidade verde dos campos gerais que, avançando da zona ribeirinha do Parnaíba, desdobravam-se a perder de vista, na direção do oriente, os pioneiros, refeitos da monotonia das caatingas do Nordeste sáfaro, que haviam atravessado, deram à região o nome de "pastos bons" e aí se fixaram para a labuta tranqüila da vida pastoril. Segundo opinião de Cesar Marques e tradição ainda corrente no lugar, ao tempo da entrada dos primeiros colonizadores, a região era habitada pelos amanajós, índios louros ou de côr mais clara que a dos indivíduos das outras tribos.

Em 1740, cêrca de cento e vinte fazendas de gado, disseminadas por uma larga zona de exuberante pastagem, constituíam, ali, outros tantos núcleos de colonização. Uma dentre elas, com assento no cimo da estreita chapada que se abre numa das pontas N.E. da Serra do Itapecum, cresceu em povoação, a partir de 1744, e, em 1764, já com aspecto de vila, teve o seu primeiro templo católico, construído de pedra e coberto de telha. Êsse antigo povoado é, hoje, a cidade de Pastos Bons.

Carlota Carvalho ("O Sertão", pág. 17) apresenta essa data como sendo a da fundação da vila. Em 1764, entretanto, Pastos Bons já existia como povoado, embora insignificante. O que se levou a efeito nesse ano foi a conclusão das obras da igreja, em cuja fachada se lê esta inscrição: HAEC EST DOMUS DEI AEDIFICATA ANO MDCCLXIV.

Durante muitos anos foi Pastos Bons o ponto de partida das bandeiras que então se organizaram para a conquista das terras que permaneciam desconhecidas, na direção de oeste.

O desenvolvimento do povoado operou-se, no entanto, muito lentamente.

Em 1809 assim o viu Belford: "Ninguém pode hesitar de que a realização, e alcance disto mesmo é um grande bem, e tal que pela falta dêle ainda hoje vemos muitas cidades, vilas e lugares, cuja fundação sendo antiquíssima, com tudo quase nada avançaram do pouco que eram em seus princípios; o que se prova evidentemente do mesmo Julgado de Pastos Bons, que povoado no lugar da Freguesia desde 1744, nem por isso deixa de ser ali tão miserável, que apenas conterá em si oito palhoças, e o quartel do destacamento.

Em 1815, segundo refere o major Francisco de Paula Ribeiro, era um lugarejo com menos de 20 fogos, sendo "seus

edifícios ridículas palhoças, à exceção da igreja matriz, único templo seu, e ao quartel do destacamento militar, porque êsses eram construídos de pedra e cal e cobertos de telhas".

Por alvará de 29 de janeiro de 1820, foi o povoado elevado à categoria de vila, mas só a 8 de novembro de 1821 tornou-se efetiva a nova situação.

Primitivamente, o distrito de Pastos Bons se estendia, de leste a oeste, das margens do Parnaíba às do Tocantins; ao norte, avançava até ao Pindaré, e, ao sul, até à fronteira. ao tempo ainda incerta, da própria Capitania.

Poucos anos depois da Independência, em 1828, um movimento sem importância, do ponto de vista da segurança das instituições, por isso que não passou do terreno das idéias, colocou, contudo, Pastos Bons em evidência na Assembléia Geral Legislativa.

É o caso de terem sido postos em circulação no município vários impressos em que se concitava o povo a levantar-se contra a monarquia e a tornar-se independente do resto do Império, proclamando a República de Pastos Bons.

Exemplares dessa proclamação, remetidos pelo presidente da Província ao Govêrno Central, chegaram ao seu destino precisamente na ocasião em que documentos de idêntica natureza, apreendidos na povoação dos Afogados, em Pernambuco — onde um grupo de indivíduos armados tentara proclamar o regime republicano — eram também recebidos pelo ministro da Justiça. Essa coincidência, e o fato de o manifesto maranhense estar redigido em têrmos que faziam supô-lo da autoria de gente culta e, por isso mesmo terrível, levaram o Imperador, no interregno parlamentar, a suspender as garantias constitucionais na unidade que supunha revoltada.

Como várias outras vilas maranhenses, Pastos Bons sofreu a ação devastadora da balaiada.

César Marques diz que: "a 8 de março de 1839 foi a vila tomada por 500 sectários da revolução do balaio, que arrombaram a cadeia, queimaram o tronco, apoderaram-se de muitas casas, fizeram algumas mortes, roubaram, incendiaram e assolaram tôda a comarca, deixando apenas a sua bela matriz, chamada pelo falecido Presidente Olímpio Machado o "melhor templo do interior".

Com a autonomia administrativa posteriormente adquirida pelos antigos distritos de Mirador (1870), Loreto (1873), Nova Iorque (1890), Alto Parnaíba (1881) e Benedito Leite (1919), ficou o município de Pastos Bons reduzido às suas atuais proporções.

A divisão territorial adotada por fôrça do Decreto-lei n.º 159, de 6 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, nos têrmos da Lei orgânica federal número 311, de 2 de março de 1938 manteve-lhe os limites e deu à sua sede foros de cidade. Essa situação não foi modificada pelo Decreto n.º 820, de 30 de dezembro de 1943, que dispõe quanto à divisão territorial administrativa e judiciária do Estado a ser observada no qüinqüênio de 1944-1948.

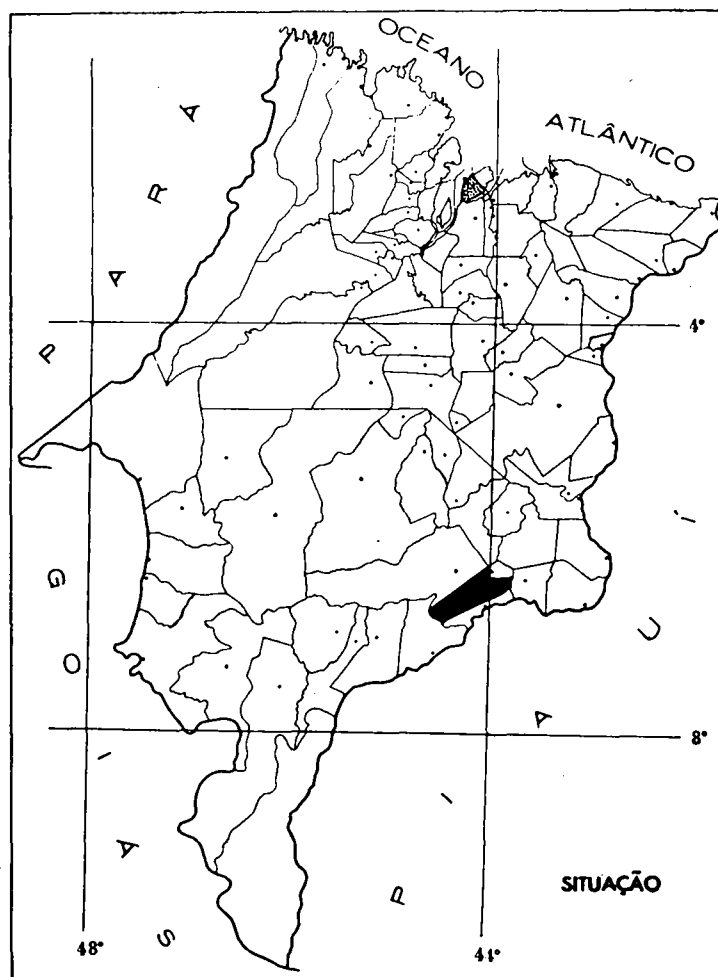
Por duas vêzes, no século passado, Pastos Bons perdeu a categoria de vila. A primeira em 1855, pela Lei número 386, de 30 de junho daquele ano; a segunda, em 1870, em virtude da Lei n.º 898, de 11 de julho, revogadas, aquela e esta, pelas de números 575, de 11 de julho de 1860, e 1 206, de 9 de março de 1880, respectivamente.

As últimas eleições no município foram, respectivamente, em 1954, para vereadores e, em 1955, para Prefeito, sendo esta nula pelo Tribunal Regional Eleitoral. Novo pleito, então, foi realizado a 2 de junho de 1956, quando foi eleito Teoplistes Teixeira Filho, atual Prefeito. Foram seus antecessores Abrahão Brito vice-Prefeito, que substituiu Adélea Rêgo, que teve o seu mandato cassado.

São os seguintes os elementos que compõem a Câmara Municipal: Presidente — Clodson Câmara Guimarães; vice-Presidente — Polidório Barbalho Santana; 1.º Secretário — Osmar Xavier de Almeida; 2.º Secretário — Deuseval Oliveira Gaspar e Miguel Goiano de Lucena, Antônio Martins de Souza, Carmen Dolores O. Rêgo, Manoel Elisio Ribeiro, Felipe da Silva Coêlho.

Data de 1835 — 29 de abril — a criação da comarca, pela Lei provincial n.º 7.

A Lei n.º 115, de 31 de agôsto de 1841, que deu nova organização judiciária à Província, criando a comarca da Chapada, com o têrmo dêsse nome e o de Riachão, reduziu a de Pastos Bons ao têrmo da sede e ao de Passagem Franca. Atualmente (1957) Pastos Bons é comarca de 2.ª Entrância e compreende apenas o têrmo do mesmo, sendo o Poder Judiciário composto de Juiz de Direito, Promotor Público e 2 Cartórios (1.º e 2.º Ofícios).

LOCALIZAÇÃO — Situa-se Pastos Bons na Zona Fisiográfica do Alto Parnaíba, a suleste do Estado. Coordenadas geográficas da sede municipal: latitude Sul — 6° 35'; longitude W.Gr. — 44° 12' 45". A cidade fica a 445 km em linha reta da Capital do Estado, rumo S.S.E. Fazem

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

limites com Pastos Bons os municípios de São João dos Patos, Nova Iorque, Benedito Leite, Mirador e Paraibano.

ALTITUDE — É de 190 metros na sede municipal.

CLIMA — Equatorial, sendo bem tolerável a temperatura em face dos ventos que sopram na direção nordeste-sudoeste. Os ventos gerais, em maio, marcam o início do verão que se prolonga até outubro, quando, via de regra, caem as primeiras chuvas. Temperatura em graus centígrados: média das máximas, 36; média das mínimas, 17; média compensada, 26, observada em 1956.

ÁREA — A área do município é de 1 992 km², sendo o 50.º município maranhense em grandeza territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: serra do Itapecuru, que parte dos limites do município de Benedito Leite, com o nome de serra do Azeitão, curva para o noroeste e termina com a denominação de morro dos Quatis, em frente à cidade, e a grande; morros Cabeça de Negro, Lajes, São Joaquim, Mocambinho, Bonfim, Pinga — nome derivado de uma fonte que permanentemente moureja água em filêtes. Sua altitude é de 120 metros —, Ôlho-D'Água e Maribondo, que têm, respectivamente 120 e 90 metros; riacho Balseiro, com um curso de 180 km e que atravessa o município de sudeste a noroeste; lagoa Terra Dura, que tem, aproximadamente, 800 metros de comprimento por 200 de largura.

RIQUEZAS NATURAIS — Babaçu e madeira são as principais, cuja produção, em 1956, atingiu, respectivamente, 420 toneladas no valor de 3 360 milhares de cruzeiros 90 230 m³ valendo 1 854 milhares. Argila para a fabricação de telhas e tijolos é encontrada no município, porém sua exploração é pequena, apenas para consumo local. Em suas matas existem caititu, cobra, veado e gato maracajá, cujas peles são exportadas.

POPULAÇÃO — A população de Pastos Bons, segundo o Recenseamento de 1950, era de 16 806 habitantes — 8 315 homens e 8 491 mulheres; o que corresponde a 8,44 habitantes por quilômetro quadrado. Da côr parda existiam 3 812 homens e 3 847 mulheres; branca, 3 421 homens e 3 618 mulheres; preta, 1 064 homens e 1 012 mulheres. Das pessoas de 15 anos e mais, num total de 9 268, 5 222 eram casados; 3 340, solteiros; 691, viúvos e 2 homens e 1 mulher desquitados ou divorciados. Em religião predominavam os católicos romanos, num total de 16 653 — 99%; protestantes, 131, espíritas, 3; sem religião, 11 e sem declaração de religião, 8. Sòmente 2 estrangeiros — 1 homem e 1 mulher —, foram encontrados no município, sendo os demais habitantes brasileiros natos. Dessa população, 90% estava localizada na zona rural.

O Departamento Estadual de Estatística calculou, que em 1955 Pastos Bons já possuía 15 347 habitantes, passando, conseqüentemente, sua densidade para 8 habitantes por quilômetro quadrado, isto é, menor do que a verificada em 1950 em virtude de, em 1952, haver perdido parte do seu território para a criação do município de Paraibano.

Aglomerações urbanas — Duas são as aglomerações urbanas: a cidade de Pastos Bons e o distrito de Roçado, com, respectivamente, 1 166 e 425 habitantes, segundo o Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — É na agricultura e pecuária que o município assenta sua economia. Na primeira, os principais produtos são: arroz (606 600 kg — .... Cr$ 1 920 900,00), mandioca (4 980 t — Cr$ 996 000,00), feijão (270 000 kg — Cr$ 1 350 000,00), algodão (10 000 arrôbas — Cr$ 1 000 000,00), milho (387 000 kg — .... Cr$ 451 500,00). Na segunda, existem 40 050 cabeças, assim discriminadas: 10 800 bovinos, 13 000 suínos, 2 300 ovinos, 6 000 caprinos, 2 500 eqüinos, 3 300 asininos e 2 150 muares, estimativa feita pelo Departamento Estadual de Estatística para 1956.

Há, no município, fabricação de aguardente de cana, rapadura, farinha de mandioca e motor para pilar arroz, com as produções de 19 500 l — Cr$ 84 000,00; 149 600 quilogramas — Cr$ 455 300,00; 43 600 kg — .... Cr$ 129 850,00, e 22 000 — Cr$ 132 000,00, respectivamente.

No mesmo ano (1955), a fruticultura apresentou uma produção de 1 milhão e trezentos mil cruzeiros, destacando-se a de laranja: 36 000 centos no valor de .... Cr$ 720 000,00.

COMÉRCIO — A sede municipal conta com 14 estabelecimentos varejistas. Piauí, Ceará e Pernambuco são os principais mercados compradores dos produtos agrícolas. Dêsses mesmos centros e ainda Paraíba e São Paulo, o município importa tecidos em geral, produtos alimentares industrializados, calçados, ferragens e medicamentos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Apenas o transporte rodoviário serve o município. Possui campo de pouso, todavia não é servido de linha regular de navegação aérea.

São as seguintes as distâncias entre a sede de Pastos Bons e as dos municípios limítrofes:

Benedito Leite	142 km
Mirador	58 km
Nova Iorque	24 km
Paraibano	30 km
São João dos Patos	48 km

Funciona, na cidade, uma Agência Postal-telegráfica do D.C.T.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Pastos Bons fica situada entre morros. Enquanto em frente ao do Bonfim, no do Pinga, edificaram os Jesuítas, em 1764, a igreja-matriz de São Bento, onde existe uma antiga pia batismal, talhada em um bloco uno de pedra, no morro do Bonfim era construído o quartel da fôrça pública, do qual existem apenas ruínas.

Possui a cidade 47 ligações elétricas, sendo consumidos, na iluminação pública, 180 kW, e, na particular, cêrca de 60; 3 pensões, cobrando a diária de Cr$ 60,00. Para manutenção da ordem há 4 guardas municipais. Uma cadeia pública existe, também, construída especialmente para êsse fim e com capacidade para 20 detentos.

Na Prefeitura Municipal, em 1956, foram registrados 2 jipes, 5 caminhões, 3 bicicletas e 19 carros de boi.

Edifícios mais importantes: Igreja-Matriz, Prefeitura Municipal, Pôsto de Saúde, Mercado Público, Associação Rural e o Grupo Escolar.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por 1 médico, 2 dentistas, 2 socorros farmacêuticos, 1 Pôsto de Higiene: Clínica geral. É sede do 12.º Distrito Sanitário.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Liga das Mães Cristãs, fundada em 1954, com 70 sócios em 31-12-1956. Tem por finalidade conceder auxílios não só aos seus associados como a desvalidos, pobres e indigentes; Associação Rural, em funcionamento desde 1951. O objetivo da instituição é beneficiar os lavradores e criadores. Existiam em 31-12-56, 884 associados. Nesse mesmo ano foram prestados 95 auxílios pecuniários, no valor de Cr$ 45 000,00, 2 pensões temporárias e 2 auxílios funerários.

Recentemente foi inaugurada a Associação de Assistência e Proteção à Infância e à Maternidade.

ALFABETIZAÇÃO – Dados do Recenseamento de 1950 comprovaram que, das 14 125 pessoas de 5 anos e mais, sabem ler e escrever apenas 3 095 -- 1 744 homens e 1 351 mulheres.

Ensino — Funcionaram 20 unidades escolares, no município, em 1956, sendo 17 do fundamental comum, 2 do fundamental supletivo e 1 do complementar. O número de crianças de 7 a 11 anos matriculadas em 1957 era de 839 — 250 na sede e 589 na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A Biblioteca Paroquial, inaugurada em 1938, conta 1 276 volumes, dos quais 1 050 catalogados. É de caráter geral e destinada ao público. Em 1956 foram feitas 186 consultas, sendo 84 a domicílio.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	169	470	538	78	533
1951.......	251	922	375	76	286
1952.......	293	1 027	364	81	270
1953.......	258	1 518	121	53	289
1954.......	302	1 545	1 160	55	956
1955.......	398	799	894	54	852
1956 (1)....	486	464	752	56	421

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A freguesia de Pastos Bons, hoje pertencente à Diocese de Caxias, foi criada por Provisão régia de 18 de abril de 1820. Duas igrejas — 1 Matriz —, 13 capelas públicas e 1 sacerdote constituem a paróquia, que tem por invocação São Bento. Em 1956 foram realizados na mesma 1 143 batizados e 281 casamentos.

A festa religiosa de maior comemoração na cidade é a de S. Bento, que durante vários anos foi celebrada no dia 21 de março e atualmente não tem data fixa. Consta, no último dia, de missa e procissão. O movimento de romeiros é grande, os quais aproveitam a oportunidade para troca de boiada, demonstrações de cavalos de corrida, etc.

Vista parcial da cidade

A velha imagem de São Bento, padroeiro da cidade, que repousa em tôsco altar de madeira, é venerada com súplicas para evitar cobras.

Existem, ainda, as festas de Reis e São Gonçalo, tradicionais. As quadras abaixo são cantadas durante o baile ou oração:

Nas horas de Deus amém
Padre, filho, Espírito Santo,
É a primeira cantiga
Qui a São Gonçalo, eu canto

São Gonçalo do Amarante
Trevessou o Parnaíba
Nós tamo nu'a era
Bôca fala e Deus castiga

Lá vem o carro cantando
Cheio de mil maravia
São Gonçalo vem no meio
E Nossa Senhora na guia

Lá vem o carro cantando
Carregado de mandioca
São Gonçalo vem no meio
Espremendo tapioca

São Gonçalo foi um campo
Numa sela sem alção
O cavalo deu um tope
E São Gonçalo foi ao chão

São Gonçalo disse qui tinha
U'a fita amarela
Qui era pra dar de mimo
Às moças donzelas

São Gonçalo apareceu
Lá no alto o sole pôsto
Cu'a estrela na testa
Ôta na maçã do rôsto

Meu pade São Gonçalo
Feito do pau da alfavaca
A muié qui num tem rêde
Drome cum lombo no chão

Meu pade São Gonçalo
Feito do pau do pião
A muié qui num tem rêde
Drome cum lombo no chão

Vem dar u'a dispidida
Nu'a viola de marfim
Minhas avistas São Gonçalo
Sua premessa já deu fim

Fica-te aí latada
Qui eu as costas vou virando
Minha bôca vai de risco
Meus óios nagua nadando

VULTOS ILUSTRES — *Antônio Rodrigues Pereira Lebre*, nascido em Pastos Bons. Coronel da Guarda Nacional; foi deputado provincial no Amazonas. Publicista e etnógrafo.

Bibliografia "Rio Purús" — São Luís, 1872; "A seringueira" — Belém, 1873; "Achy ou os catanichys": estudos etnográficos de alguns selvagens habitantes do rio Purus.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — No lugar Mata, interior do município, possui o Ministério da Agricultura o Pôsto Agropecuário, instalado em 1948, cuja finalidade principal é o desenvolvimento da lavoura e criação do gado.

Ocupa uma área de 700 ha e produziu (1956-1957) 12 300 kg de arroz, 12 600 de milho e 1 800 de feijão. Sua criação existente em 1957 era composta de 1 reprodutor guzerate, 1 reprodutor "Schwitz", 1 reprodutor holandês, 1 bezerro "Schwitz", 1 bezerro holandês, 56 aves, 5 muares, 2 bois e 1 barrão duroc jérsei. Diversas construções e benfeitorias possui o Pôsto Agropecuário, além de máquinas e veículos motorizados, como jipe, caminhão, debulhador de milho, arados, semeadeiras, grades, polvilhadeiras, semeadeiras, etc.

Pasto-bonense é a denominação gentílica dada aos filhos do município.

Pastos Bons perdeu 348 km² do seu território com a criação, em 1952, do município de Paraibano.

(Bibliografia — Cardoso, Clodoaldo, "Municípios Maranhenses. Pastos Bons" — Serviço Gráfico do I.B.G.E., Rio, 1946, e obras citadas; Fonte dos dados — A.M.E., S.N.R., Inspetoria Regional de Fomento Agrícola no Maranhão, D.E.E., e I.R.; Redação final — Maria Rita Jorge e Arthur Dias de Paiva.)

PEDREIRAS — MA

Mapa Municipal no 3.° Vol.

HISTÓRICO — Muito antes da Lei n.° 1 453, de 4 de março de 1889, que desmembrou êste município do de Ipixuna (antigo São Luís de Gonzaga), o território de Pedreiras já era habitado pelos cidadãos coronel Joaquim Pinto Saldanha, João Emiliano da Luz e José Carlos de Almeida Saldanha, no local onde hoje está situada a cidade. Referidos cidadãos fizeram-se acompanhar por nacionais e escravos e exerciam suas atividades comerciais e industriais — agrícola.

Atendendo ao desenvolvimento em geral, passou a localidade a denominar-se Povoação, tendo, em seguida, pela Lei n.° 1 453, de 4 de março de 1889, passado à categoria de vila.

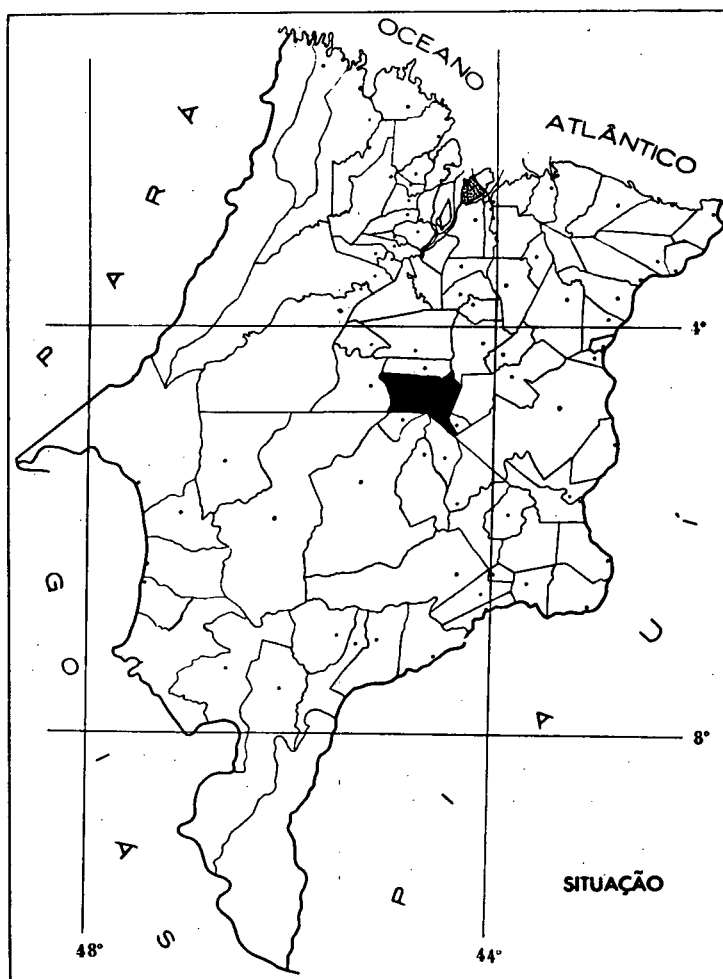
Em 19 de abril de 1890 foi instalado o município, sendo, nessa época, Presidente da Província do Maranhão o Dr. José Thomaz da Porciúncula.

A Lei n.° 947, de 27 de abril de 1920, elevou a vila de Pedreiras à categoria de cidade, ato que foi solenemente festejado a 30 do mesmo mês.

Segundo o quadro administrativo do Estado, vigente em 1.° de julho de 1955, o município é composto de quatro distritos: Pedreiras, Igarapé Grande, Marianópolis e Ôlho-d'Água Grande.

Atribui-se que o nome de Pedreiras é oriundo do grande bloco de pedras existentes à margem esquerda do rio Mearim, distante da cidade 3 quilômetros aproximadamente. É o mesmo bastante procurado pelos estudantes, quando em férias, para piqueniques e folguedos, sendo sua altitude calculada em 30 metros; do seu cume avista-se a cidade.

Pedreiras é um dos municípios maranhenses de maior progresso, quer agrícola, quer comercial ou industrial. É o atual Prefeito do município o Sr. Francisco Gomes de Sá.

LOCALIZAÇÃO — Pedreiras acha-se compreendida na Zona do Baixo Mearim. São suas coordenadas geográficas: Latitude S. — 4° 34' 10". Longitude W. Gr. — 44° 39' 46". Posição relativamente à Capital: rumo S.S.O.; distância 226 quilômetros (em linha reta).

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 60 metros.

CLIMA — A época das chuvas é de janeiro a princípios de maio. O frio é mais intenso no mês de junho.

As chuvas caem em maior abundância em abril e o calor é mais acentuado em outubro.

Aspecto do pôrto, vendo-se a ponte que liga a cidade ao bairro Trezidela

A média das temperaturas máximas é de 37°C; das mínimas, 27°C e compensada, 33°C, não existindo Pôsto Meteorológico no município.

ÁREA — Com área de 3 131, 50 quilômetros quadrados, Pedreiras é o 29.° município do Estado do Maranhão em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Segundo o resultado do Recenseamento de 1950, Pedreiras era o quarto município maranhense mais populoso, a saber:

São Luís (Capital)	119 785 habitantes
Caxias	107 347 habitantes
Codó	59 657 habitantes
PEDREIRAS	59 475 habitantes

Êsse total dá a densidade demográfica de 18,99 habitantes por quilômetro quadrado.

Das 59 475 pessoas recenseadas em 1950, os homens eram 30 111 e as mulheres, 29 364. A maioria era da cor parda, isto é, 25 460, o que representa 42,8%; brancos ... 24 373, ou seja, 41%; os pretos com 9 543, o que significa 16%, sendo 98 pessoas sem declaração de côr.

Quanto ao estado conjugal das pessoas de 15 e mais anos — 33 608 —, apresentam maior destaque os casados: 20 480 (9 956 do sexo masculino e 10 524 do feminino). A seguir vêm os solteiros com 10 679 (6 371 homens e 4 308 mulheres); os viúvos com 2 314 (595 homens e 2 314 mulheres), e, finalmente, 2 homens e 6 mulheres declararam ser desquitados ou divorciados, sendo que 127 pessoas não esclareceram qual seu estado civil.

Apenas 1 homem brasileiro naturalizado foi encontrado e 4 estrangeiros (3 homens e 1 mulher), sendo que o restante, ou seja, 59 470 habitantes, eram brasileiros natos.

Pedreiras é onde se concentra, depois da Capital do Estado, maior número de protestantes: 1 678, sendo 826 homens e 852 mulheres. Os espíritas eram em número de 39 (22 homens e 17 mulheres); outras religiões 127 pessoas (58 homens e 69 mulheres); 45 (32 homens e 13 mulheres) sem professar nenhum credo e 40 (16 homens e 24 mulheres) não definiram a religião seguida.

Os católicos romanos eram em número de 57 546 pessoas, sendo homens — 29 157 e mulheres — 28 389.

A população de Pedreiras é, por excelência, rural, onde foram encontradas quando do Recenseamento de 1950, 49 018 pessoas (sendo 25 072 homens e 23 946 mulheres), o que representa 97,11% da população total.

O Departamento Estadual de Estatística calculou que, em 1956, Pedreiras possuía 72 348 habitantes, passando, assim, sua densidade demográfica para 23,10 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — De acôrdo com o obtido através de o Recenseamento de 1950, o município possuía as seguintes aglomerações urbanas: cidade de Pedreiras, com 7 185 pessoas (homens — 3 365 e mulheres — 3 820); e distritos: Igarapé Grande, com 1 112 pessoas (homens — 553 e mulheres — 559), Marianópolis, com 926 habitantes (homens — 471 e mulheres — 455) e Ôlho-d'Água Grande, com 1 234 habitantes (homens — 650 e mulheres — 584).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município é formada na agricultura e comércio exportador de amêndoas de babaçu, arroz e algodão, os quais se destinam, na sua maior parte, às praças de Fortaleza-CE, São Luís-MA, Rio de Janeiro-DF e São Paulo-SP. Durante os últimos 5 anos Pedreiras exportou, de amêndoas de babaçu, as seguintes quantidades e respectivos valores:

ANOS	(Kg)	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
1952	kg	3 600 000	14 832
1953	»	3 800 000	17 100
1954	»	4 200 000	18 900
1955	»	5 000 000	35 000
1956	»	5 400 000	48 000

A agricultura, que representa a maior fôrça econômica do município obteve os seguintes resultados em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Algodão em caroço	kg	3 000 000	12 000 000
Amendoim	»	10 000	40 000
Arroz em casca	Saco de 60 kg	320 000	35 200 000
Banana	Cacho	200 000	1 200 000
Batata-doce	Tonelada	50	50 000
Cana-de-açúcar	»	90 000	10 800 000
Côco-da-baía	Cento	180	90 000
Fava	Saco de 60 kg	200	50 000
Feijão	» » » »	15 000	4 500 000
Fumo	kg	7 500	150 000
Laranja	Cento	11 000	330 000
Limão	Cento	2 500	25 000
Mamona	kg	30 000	36 000
Mandioca	Tonelada	6 000	720 000
Manga	Cento	36 000	288 000
Melancia	Fruto	460 000	1 840 000
Milho	Saco de 60 kg	50 000	4 000 000
Tangerina	Cento	8 000	200 000

A indústria é, no município, representada por 45 estabelecimentos, sendo os seus principais ramos o beneficiamento do arroz e do algodão e fabricação de farinha de mandioca e óleo de babaçu. O quadro abaixo retrata a produção industrial de Pedreiras em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Arroz pilado	kg	11 445 115	36 134 511
Algodão em pluma	»	3 650 100	26 631 367
Óleo de babaçu	Litro	3 484 242	58 815 814
Pão, bolacha, etc.	kg	112 555	1 613 860
Farinha de mandioca (*)	»	3 759 700	15 237 800

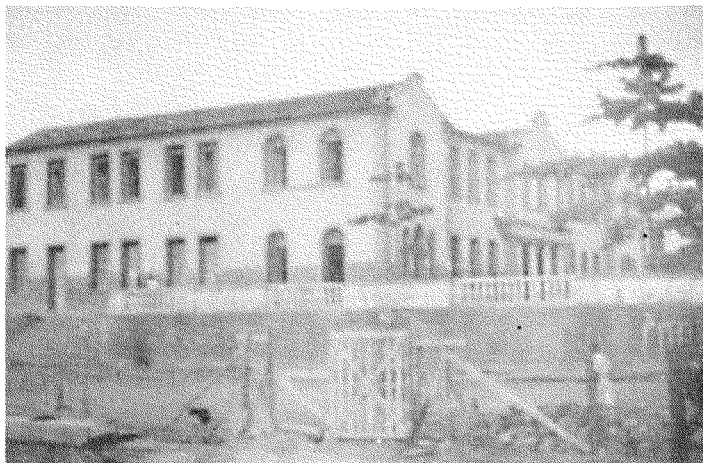
(*) Dados de 1956.

Com 100 000 cabeças de suínos em 1955, ocupava o 3.° lugar no Estado nesse tipo de criação, apenas sobrepujada por Codó com 200 000 cabeças e Coroatá com

201 327. Os demais totais da população pecuária são: 3 500 bovinos; ovinos 1 500, 6 000 caprinos, 1 500 eqüinos e 2 000 asininos e muares.

A pesca faz parte da economia local. Há em atividade 93 pescadores, não fazendo, todavia, parte de Colônia. São utilizadas como embarcações canoas ou "montarias" e como utensílios rêdes de espera, tarrafas, espinhéis, currais, linhas, bicheiros, caniços e anzóis. Embora a pesca seja praticada todo ano, é mais abundante nos meses de junho e julho no rio Mearim, Lagos Achado e Baiano e alguns açudes, que são os locais mais propícios para tal mister. Em 1956 entre curimatá, surubim, lírio, piau-araçu, pescada, sardinha, mandi liso e mandubé, que são as espécies mais pescadas, foram conseguidos 169 500 quilogramas no valor de 3 milhões 277 mil cruzeiros.

Igreja de São Benedito

Pelo Recenseamento de 1950 foram os seguintes os índices apurados tendo em vista o ramo de atividade principal, em relação ao total de 41 465 pessoas de 10 anos e mais: atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes — 18 642 (870 homens e 17 772 mulheres) — correspondendo a 45%; agricultura, pecuária e silvicultura — 15 564 (15 179 homens e 385 mulheres) — o mesmo 38%. Os demais enquadrados nos ramos de indústrias extrativas; indústrias de transformações; comércio de mercadorias; comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização; prestação de serviço; transportes, comunicações e armazenagens; profissões liberais, atividades sociais; administração pública, legislativo, justiça; defesa nacional e segurança pública e condições inativas.

Prefeitura Municipal

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido por linhas regulares de navegação fluvial e de ônibus, ligando-o à Capital do Estado, em qualquer época do ano. Possui campo de pouso, porém não há linha regular de navegação aérea.

São seus municípios vizinhos: Codó — rodoviário, 108 quilômetros ou misto: a) a cavalo, 72 quilômetros até Santa Rita de Cosse e b) rodoviário, 36 quilômetros; Coroatá — rodoviário, 93 quilômetros; Dom Pedro — rodoviário, 74 quilômetros; Esperantinópolis — rodoviário, 66 quilômetros; Ipixuna — fluvial, 89 quilômetros ou a cavalo, 30 quilômetros; Lago da Pedra — rodoviário, 84 quilômetros e Presidente Dutra — rodoviário, 126 quilômetros.

COMÉRCIO E BANCOS — São os seguintes os estabelecimentos existentes na sede municipal: 23 atacadistas, 365 varejistas e 45 industriais.

Tecidos, perfumes, armarinhos, produtos farmacêuticos, bebidas, etc., são os artigos mais importados de São Luís-MA, Fortaleza-CE, Recife-PE, Rio de Janeiro-DF e São Paulo-SP.

O município é servido por uma Agência do Banco do Brasil, Sociedade Anônima.

ASPECTOS URBANOS — Na sede há 254 ligações elétricas, sendo que a usina forneceu, no ano de 1955, 4 865 600 quilowatts. Apenas 100 domicílios são beneficiados por abastecimento de água.

Vista parcial do município assolado por enchente

A pavimentação da cidade corresponde a 5% (pedras irregulares) da área dos logradouros e os 95% estão sem pavimentação.

Há 1 hotel e 8 pensões como meios de hospedagem existentes, onde são cobradas diárias variáveis de ...... Cr$ 80,00 a Cr$ 110,00.

Cooperativa Mista Agropecuária de Pedreiras Limitada — filiada à Cooperativa Banco Rural do Maranhão Limitada, fundada e instalada em 25 de outubro de 1953, com um total de 270 associados, tendo por finalidade assistir a pecuária e a lavoura. Em 1956 foram feitos 84 empréstimos, no valor total de Cr$ 249 940,00.

Cooperativa dos Lavradores de Pedreiras Limitada, que tem melhorado consideràvelmente as condições de vida dos seus associados, muito embora, no ano de 1956, não tenha funcionado.

Pôsto de Classificação de Produtos Agrícolas, destinado à classificação de sementes e produtos da agricultura; Pôsto de Defesa Agrícola Vegetal, para combate às pragas e doenças da lavoura, distribuição de sementes e revenda de instrumentos e máquinas agrícolas; e Estação Experimental de Pedreiras, para experimentação agrícola.

No desempenho de suas atividades funcionais há seis advogados e 1 agrônomo.

São 11 os Vereadores eleitos, em exercício. Em 1955 o eleitorado de Pedreiras era de 23 258 cidadãos inscritos.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telegráfica.

A municipalidade controla a Guarda Civil composta de 6 elementos.

RELIGIÃO — O município é sede da paróquia de "São Benedito", mantendo o Ateneu Pedreirense. Em 1956 apresentou os seguintes registros:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Batizados	2 938
Comunhões	11 680
Casamentos	278
Extremas-Unções	42
Procissões	5

Cine Pedreiras

Vista do bairro Trezidela

Seis são os templos protestantes espalhados na sede municipal: Assembléia de Deus (em n.º de 2), Igreja Batista, Igreja Presbiteriana, Igreja Evangélica Assembléia de Deus e Igreja Evangélica. Apenas no distrito Igarapé Grande funciona uma Igreja Batista e uma Assembléia de Deus. Apesar disso, das 59 475 pessoas recenseadas em 1950, 97%, ou seja, 57 546, professam a Religião Católica, seguida dos protestantes (1 678), outras religiões (127), sem religião (45), sem discriminação (40) e espíritas (39).

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No município são encontrados os seguintes estabelecimentos médico-sanitários: Departamento Nacional de Endemias Rurais — com especialização: clínica médica, tracoma, malária e helmitíase.

Pessoal empregado no mesmo: 1 médico laboratorista, 1 assistente social, 1 técnico de laboratório, 1 prático de farmácia, 2 enfermeiros não diplomados, 1 visitadora sanitária e 5 guardas.

Possui: ambulatório, farmácia, laboratório de análises clínicas-microbiologia e microscopia.

Pôsto de Higiene de Pedreiras de clínica médica, com ambulatório, gabinete dentário sem Raio X, laboratório de microbiologia e microscopia, além de 1 sala de parto e 1 de operação. Total de leitos existentes — 4. Corpo clínico e auxiliar em 31-12-1956: 2 médicos, sendo 1 laboratorista, 1 dentista, 1 dietista, 1 assistente social, 1 técnico de laboratório, 3 enfermeiros, sendo 1 diplomado, 1 visitadora sanitária e 4 guardas.

Pôsto Médico da Campanha da Produção, de clínica médica, provido de ambulatório e farmácia, sendo a clínica exercida por 1 médico radiologista, 1 prático de farmácia, 2 enfermeiros, dos quais um diplomado.

Como associação de caridade, a "Associação de São Vicente de Paula" concede auxílios e benefícios a pessoas estranhas ao seu quadro social, permanentemente. Em 1956, o total das despesas na concessão de auxílios e benefícios foi de Cr$ 7 532,50.

Prestam suas atividades profissionais: dois médicos, 4 dentistas e 7 farmacêuticos, sendo o município dotado de 3 farmácias e 4 socorros farmacêuticos: 2 na sede e 2 no distrito de Igarapé Grande.

Irmandade Funerária Pedreirense com o objetivo de conceder quotas para funerais, possuindo 370 associados.

Vista do Palácio do Comércio

Em 1956 prestou 14 benefícios, os quais totalizaram ... Cr$ 16 400,00.

União Artística Operária Pedreirense — beneficiente e mutuária, com 175 sócios.

Os benefícios concedidos em 1956 obedeceram a seguinte distribuição:

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO DE BENEFÍCIOS	VALOR TOTAL (Cr$)
Assistência médica	15	4 200,00
Assistência escolar	5	2 500,00
Outros auxílios	20	10 841,00

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Cine Pedreiras, na sede municipal. Inaugurado no ano de 1949, funciona diàriamente, com capacidade para 384 espectadores. Em 1956 realizou 340 sessões, com uma assistência de 37 987 pessoas. São cobradas as entradas de Cr$ 10,00 e Cr$ 5,00.

Cine Mearim, de periodicidade irregular, possuindo 200 cadeiras. Foram 6 os espetáculos cinematográficos levados a efeito em 1956, com um total de 700 espectadores. Geralmente funciona apenas na época da semana santa. O preço do ingresso é fixo: Cr$ 10,00.

Cine Aurora, no Povoado Lima Campos, inaugurado em 1.º de fevereiro de 1957, com 3 espetáculos semanais. Apresenta uma lotação de 250 cadeiras.

Rádio Mearim de Pedreiras, com as seguintes características técnicas: Prefixo — ZYF — 20; data da 1.ª emissão — 23-1-1955; máximo de potência (w): anódica — 1 000 e na antena — 500; freqüência (kc) — 1 460. Número de horas de irradiação durante o ano de 1956: total — 1 375 (em idioma nacional).

Ensino — Em 1956 Pedreiras possuía 69 unidades escolares, sendo 64 de ensino fundamental comum, 2 de ensino fundamental supletivo, 2 complementar e 1 de ensino secundário, que é o Ginásio "Corrêa de Araújo" — funcionando desde o ano de 1956.

Mantido pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, compondo o seu corpo docente de oito professôres: 6 homens e 2 mulheres.

O curso tem quatro anos de duração, com externato; a taxa de matrícula é de Cr$ 50,00.

No seu primeiro ano de atividade matriculou 61 alunos (22 homens e 39 mulheres), sendo que as aprovações totalizaram 51 (18 homens e 33 mulheres).

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais encontradas pelo Recenseamento de 1950, as que sabiam ler e escrever e as que eram analfabetas, o quadro a seguir oferece o resultado:

MUNICÍPIO, CIDADE E VILAS	TOTAL	SABEM LER E ESCREVER		NÃO SABEM LER E ESCREVER (1)	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Pedreiras	49 999	4 599	3 515	20 698	21 187
Cidade	6 236	1 616	1 545	1 288	1 787
Vilas					
Igarapé Grande	925	84	72	371	398
Marianópolis	798	55	34	347	362
Ôlho d'Água Grande	1 014	111	55	427	421
Quadro rural	41 026	2 733	1 809	18 265	18 219

(1) Incluídas as pessoas de instrução não declarada.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Rio Mearim — nasce em uma vasta floresta entre as serras do Itapecuru do Negro e a da Canela em rumo aproximadamente do sul, relativamente à capital do Estado, na latitude meridional de 6° e 33' e na longitude ocidental de 47° e 55', em uma planície de 1 341 metros acima do nível do mar.

É permanentemente navegável por lanchas motorizadas. Banha a cidade pela margem direita e mais as seguintes localidades — Pau d'Arco, Três Bocas, São Raimundo e Marianópolis. Recebe o Mearim, por ambas as margens, como afluentes, diversos rios e riachos que avolumam suas águas e, depois de 996 quilômetros de curso, descreve muitas e rápidas curvas, assemelhando-se a uma gigantesca serpente. Deságua na baía de São Marcos, abaixo de sua confluência com o rio Pindaré. Pela margem direita recebe os rios: Corda e Flôres; pela esquerda: Pindaré e Grajaú.

Morro do Quebramão e Serra do Espírito Santo, ambos com 60 metros de altura.

Lagos Achado e Baiano, permanentes, produzindo com abundância tôda variedade de pescado.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	663	2 332	...	...	...
1951	701	2 855	1 033	1 033	1 033
1952	1 429	3 889	1 596	1 596	1 368
1953	1 259	6 342	2 391	2 391	2 170
1954	1 853	7 045	2 654	2 654	3 844
1955	1 864	8 603	4 978	4 978	3 844
1956 (1)	—	—	3 560	3 560	3 560

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — São os seguintes os veículos registrados na Prefeitura Municipal: para passageiros — 5 jipes, 6 ônibus e micro-ônibus, 5 motociclos com 2 ou 3 rodas e 120 bicicletas; para carga — 40 caminhões comuns com capacidade para 3 a 5 toneladas e 12 carroças comuns de 2 rodas.

A comarca de Pedreiras — 3.ª Entrância — foi criada pela Lei n.º 1 272, de 18 de março de 1927. A sua formação judiciária é formada por 1 Juiz de Direito e respecti-

vos Suplentes, 1 Promotor Público e adjuntos, Tabeliães do 1.º e 2.º Ofícios e 2 Oficiais de Justiça.

As festas populares mais comuns no município são as de:

São Benedito — realiza-se em novembro, na igreja-matriz. Consta de novena, e, após as cerimônias religiosas, há festa de arraial. O povo se aglomera, ouvindo músicas e divertindo-se nas casas de sorte e nos botequins. Na última noite efetua-se o leilão, cujo produto é revertido em benefício da Igreja.

É comum no município a realização de procissões — tipo preces — a São Sebastião para pedir chuva. Êste rito é mais usado no interior.

Observam-se, também, promessas por devotos de Santo Antônio, São Domingos, Santa Luzia, e outros, com o fim de obterem qualquer graça e constam, geralmente, de uma ladainha, mesa de café com bolos, doces, etc. e, logo após, baile. Por outro lado, há os que fazem um jantar a cachorros — oferecido a São Lázaro, e outros, ainda, a distribuição de carne ou outro alimento ao povo em geral.

Natal — nesta ocasião as famílias reúnem-se, em suas casas, para uma ceia antes das 24 horas, indo em seguida assistir à missa do galo. Organizam-se presépios, alguns riquíssimos e ornamentados com gôsto.

Carnaval — é a festa mais popular do município. Desde o mês de janeiro os foliões dão o grito carnavalesco. Blocos ou conjuntos passeiam pelas ruas da cidade, aos domingos, exibindo as suas fantasias e cantando as modinhas próprias da época. Nos bailes, também, apresentam-se os foliões com as mais exóticas fantasias. Há danças, confete, lança-perfume, serpentina, etc.

Aos nascidos em Pedreiras dá-se o gentílico "pedreirense".

FILHOS ILUSTRES — Como filho ilustre de Pedreiras frisamos o nome de ***Raimundo Correia de Araújo,*** nascido a 29 de maio de 1885 e falecido em São Luís a 24 de agôsto de 1951. Bacharel em Direito; poeta e professor. Catedrático de Sociologia no Liceu Maranhense. Foi Diretor da Biblioteca Pública do Maranhão. Fundador da Academia Maranhense de Letras, onde criou a cadeira n.º 16, sob o patrocínio de Raimundo Corrêa. Deixou várias obras.

(Autor do histórico — Antônio Soares Bordalo, Agente Itinerante; Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Departamento de Terras, Geografia e Colonização, Serviço Nacional de Recenseamento e documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão.)

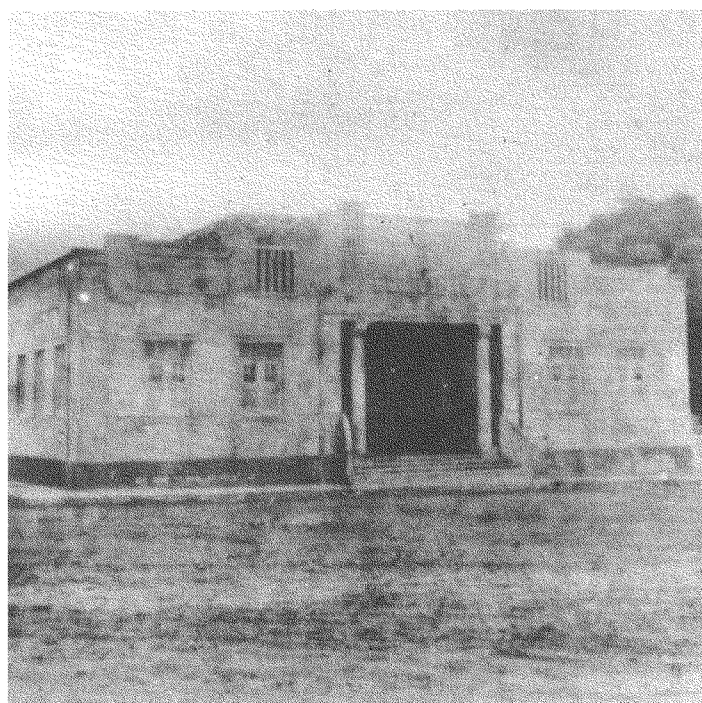
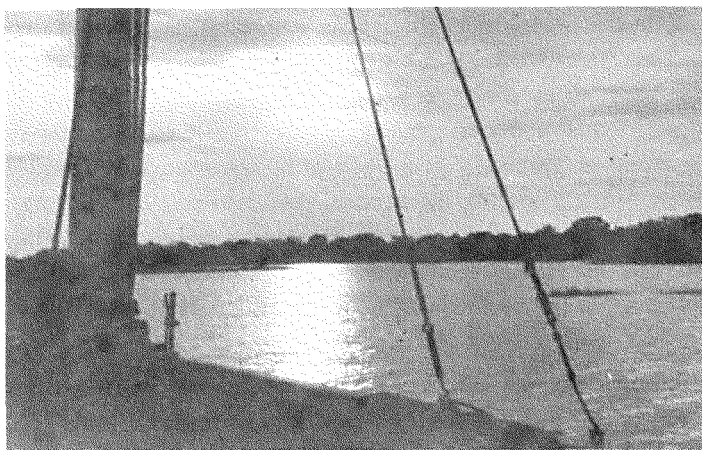
PENALVA — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

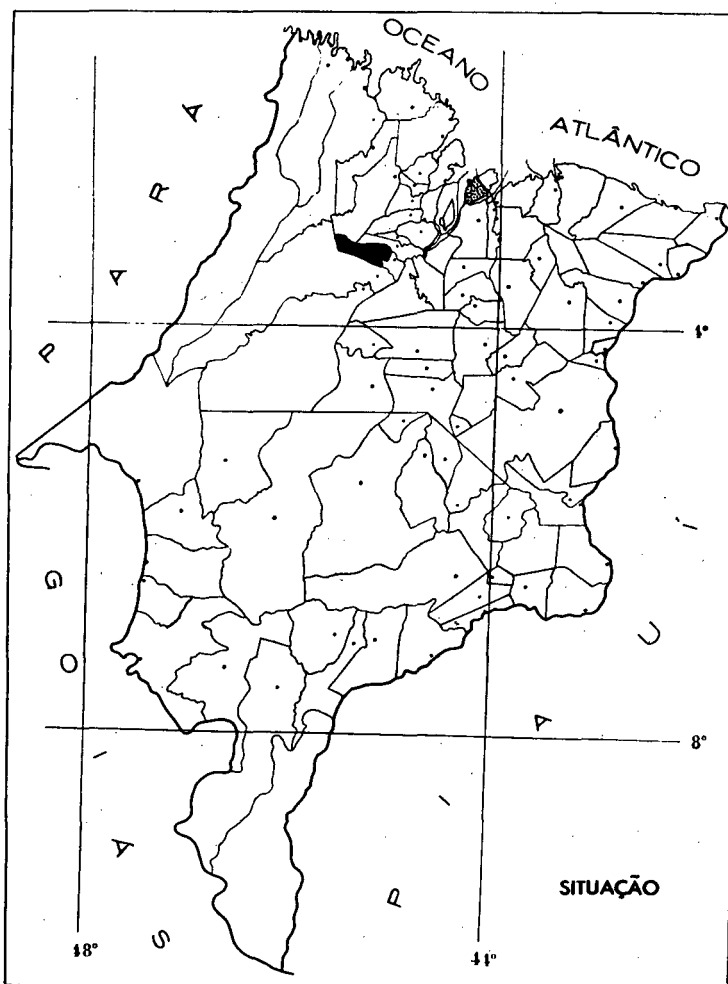
HISTÓRICO — O município de Penalva acha-se situado à margem direita do rio Cajari. Como a quase totalidade dos municípios da baixada, é de configuração por demais desigual, irregular, o que em nada lhe compromete o aspecto agradável. A tradição, ainda vigente em nossos dias, quanto à primeira penetração no território do município, atribui à ação evangelizadora dos Padres da Companhia de Jesus, que, assessorados por elementos oriundos de vários pontos do país, notadamente do sul, e até mesmo de estrangeiros que para ali se dirigiam em busca de riqueza, ou de aventuras, o que é pouco provável, que tem sido, em tais circunstâncias, fator de preponderante significação. Chegados todos êsses variados elementos, procuraram, como é natural, estabelecer-se em lugar seguro e apropriado, o que fizeram, escolhendo um sítio que recebeu a denominação de São Braz, denominação essa ainda hoje conservada.

O povoamento do município tardou um pouco a se processar, porque não continuou numa natural seqüência, a partir do marco inicial de São Braz, uma vez que quase todos os primeiros colonizadores transferiram-se para outro ponto do território municipal, onde fixaram residências. A êste local denominaram de São José de Penalva, atualmente Penalva. Comenta-se, também, com certos ares de veracidade, dada a impregnação de crença em que foi mergulhada a alma do povo, a gente simples, o que julgamos tratar-se, ùnicamente, de fato lendário, a existência de uma habitação lacustre, hoje submersa no rio Cajari, sôbre cujo leito ainda em nossos dias repousa, e que ostenta, em tôda a extensão, resquícios de uma época de fausto e grandeza.

De simples povoado, sem grande importância econômica, o antigo núcleo de São José de Penalva experimentou um relativo progresso, que lhe ensejou, pela Lei n.º 955, de 21-6-1871, ser elevado à categoria de vila, como elemento integrante do município de Viana. Reconhecida a sua autonomia administrativa pelo então Governador, Dr. Herculano de Nina Parga, mercê do desenvolvimento que se operara em tôdas as suas atividades, foi a outrora vila promovida a município no dia 10-8-1915.

Não sendo o município sede de comarca, pois que era têrmo submetido às diretivas judiciais de Viana, o município de Penalva deu, por fôrça do Decreto n.º 159, de 9 de dezembro de 1938, um poderoso passo no sentido da sua completa autonomia, sendo mais tarde contemplado com a designação de sede de comarca, que se instalou a 4 de novembro de 1955.

Prefeitura Municipal

Cair da tarde nas proximidades do pôrto de Penalva

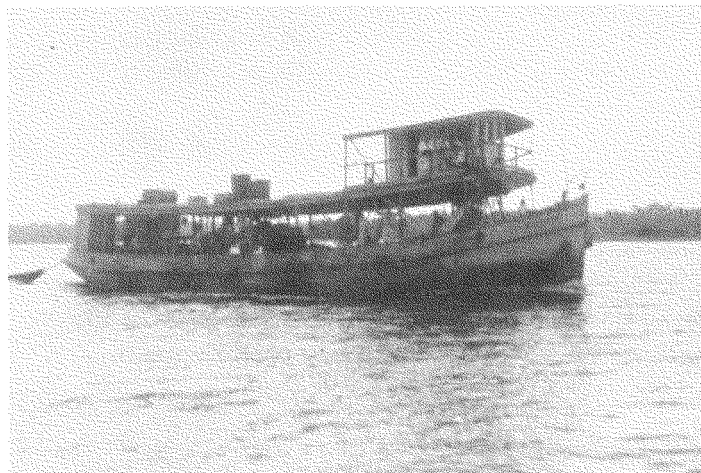
É Prefeito Municipal de Penalva o Sr. Cavour Rochandrade Maciel. A Câmara de Vereadores compõe-se de nove elementos.

LOCALIZAÇÃO — Encontra-se o município de Penalva situado na Zona Fisiográfica da Baixada, com as seguintes coordenadas geográficas na sede municipal: 3° 15' 30" de latitude Sul e 44° 56' 30" de longitude W. Gr. Limita-se com os municípios de Pinheiro, Viana, Cajari e Monção. Dista de São Luís 109 quilômetros, em linha reta, no rumo su-sudoeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — É de 70 metros na sede municipal.

CLIMA — O clima do município apresenta-se geralmente fresco e ameno, notadamente no verão. As sêcas ou baixas de águas em geral são pouco pronunciadas; as chuvas, em regra, abundantes e as enchentes regulares, não sendo prejudiciais. Na época invernosa, às vêzes, verificam-se, tempestades. Não há pôsto meteorológico, predominando no município os ventos leste.

ÁREA — Corresponde a 847,50 quilômetros quadrados, sendo o 76.° município maranhense em grandeza territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São acidentes geográficos do município: o rio Cajari, que nasce no lago do mesmo nome e desemboca no lago Viana, depois de um

Navegação no rio Pindaré, entre Penalva e Viana

percurso de aproximadamente 16 quilômetros. É navegável por lanchas motorizadas e barcos a vela. Os lagos: Cajari, Capivari, Lontra e Formoso e os morros do Fio, distante da sede municipal 2 quilômetros, e o do Sarameu, no povoado Santa Maria do Manival, com 50 e 60 metros de altura, respectivamente.

RIQUEZAS NATURAIS — O babaçu é a riqueza extrativa de origem vegetal, além de constituir a maior fonte de renda do município. A copaíba, o cumaru, a andiroba, são extraídos em pequena escala. As madeiras como pau-d'arco, maçaranduba, piqui, jutaí, etc. oferecem boas perspectivas, porém a exploração ainda não é de vulto. Distribuindo-se o território de Penalva, hidrogràficamente, pelas bacias do rio Cajari, pela do lago do mesmo nome e dos outros já citados, além de riachos e lagoas que se formam na quadra invernosa, a pesca também tinha que figurar entre as riquezas naturais. Inclui-se, outrossim, as peles silvestres, algumas de certo valor unitário, como a do gato-maracajá e onça, valendo 800 e 200 cruzeiros, respectivamente, por unidade.

Segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, tais riquezas apresentaram os resultados que se seguem:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Babaçu	kg	1 675 820	10 054 920
Madeiras diversas, inclusive lenha	m3	123 530	4 760 000
Peixes diversos	Tonelada	2 161	4 497 000
Peles diversas	—	—	793 500

As principais espécies de peixes existentes no município são o curimatá, aracu, surubim, mandubé, pescada, traíra, piranha e mandi, e os meses mais propícios à pescaria, setembro a dezembro.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os dados obtidos pelo Recenseamento Geral de 1950, a população de Penalva era de 12 878 habitantes, sendo 6 370 homens e 6 508 mulheres; brancos 2 845; pretos 3 684, e pardos 6 287. Das pessoas de 15 anos e mais, (num total de 7 769), 4 582 eram solteiros; 2 662 casados; 2 desquitados ou divorciados, e 499 viúvos. São brasileiros natos 99,9% da população, ou seja, 12 876 habitantes, aparecendo apenas dois brasileiros naturalizados. O Departamento Estadual de Estatística estimou a população de Penalva para 1956 em 14 756 pessoas, o que significa 17,4 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — A sede constitui a única aglomeração urbana do município, com 3 145 pessoas, sendo 1 491 homens e 1 654 mulheres, conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município baseia-se na extração do babaçu, lavoura e pesca. Farinha de mandioca, arroz, milho, feijão, fumo e cana-de-açúcar constituem os principais produtos do município e é a capital do Estado o seu maior mercado comprador. As mais importantes qualidades de aves e animais silvestres para fins comerciais são: papagaio, arara, jacamim, inhuma, etc.; veado, maracajá, caititu, onça, cutia,

Mercado Municipal

lontra, etc. A pesca vem sendo realizada para fins comerciais, em regular escala.

A produção em 1955 foi de: farinha de mandioca — Cr$ 2 915 700,00; arroz com casca — Cr$ 2 500 000,00; mandioca — Cr$ 1 020 000,00; arroz — Cr$ 620 000,00; milho e fumo — Cr$ 750 000,00; banana — Cr$ 960 000,00.

A criação do gado é feita à sôlta, havendo alguns fazendeiros adquirido reprodutores de raça com o intuito de melhorar os rebanhos. Embora em pequena escala, há exportação para a capital do Estado. Estima o Departamento Estadual de Estatística em 11 500 bovinos, 60 000 suínos 500 ovinos, 800 caprinos, 1 200 eqüinos, 100 asininos e 120 muares o efetivo da população pecuária de Penalva em 1956.

COMÉRCIO — A sede municipal é possuidora de 1 estabelecimento atacadista, 26 varejistas e 2 industriais.

O comércio local mantém transações com as praças de São Luís-MA, Fortaleza-CE, e Recife-PE, importando tecidos, café, açúcar, querosene, sabão, sal, manteiga, drogas farmacêuticas, etc.

Praça Dr. J. J. Marques

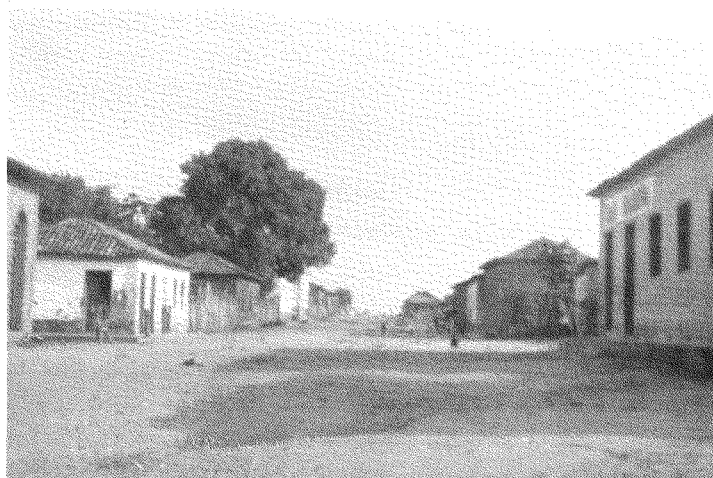
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por linhas de navegação fluvial, sòmente na fase invernosa, e por linhas aéreas (táxis-aéreos). Comunica-se com os municípios de Cajari: a cavalo 18 quilômetros; Monção: a cavalo 24 quilômetros; Pinheiro: a cavalo 121 quilômetros; Viana: fluvial 27 quilômetros, rodoviário 27 quilômetros, aéreo 18 quilômetros. Possui Agência Postal-telegráfica.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Penalva é servida de luz elétrica, sendo o consumo, para fins de iluminação pública, de 9 600 velas. Possui 85 ligações elétricas.

Nenhuma das ruas de Penalva é calçada. Possui um campo de pouso a sede municipal, que sòmente permite a descida de pequenos aviões (táxis-aéreos).

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população tem por assistência sanitária 2 dentistas e 1 farmacêutico. Três são as farmácias existentes no município que faz parte do 4.º Distrito Sanitário, cuja sede fica em Viana.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 observou a existência de 11 298 pessoas de 5 anos e mais, sendo que 2 873 sabiam ler e escrever. Dêsse total, 1 435 eram homens e 1 438 mulheres. Na sede municipal, das 2 741 pessoas de cinco anos e mais, 1 613 sabiam ler e escrever, sendo 747 homens e 866 mulheres.

Ensino — Os estabelecimentos de ensino primário, registrados no município de Penalva, em 1956, eram em número de 27, sendo 19 de ensino primário fundamental comum e 8 fundamental supletivo. A matrícula verificada no iní-

Rua Celso Magalhães

cio do ano letivo de 1957, dos alunos de 7 a 11 anos, foi de 954, sendo 433 na sede e 521 na zona rural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	96	387	225	...	168
1951	128	514	280	...	318
1952	152	654	368	...	552
1953	200	963	552	...	780
1954	281	1 123	771	...	854
1955	298	1 261	975	...	894
1956	275	1 701	...	...	...

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Realizam-se anualmente no município as seguintes festividades: a de São José, Padroeiro da cidade, a de São Benedito, a de Sagrado Coração de Jesus, o mês Mariano, e a de Nossa Senhora da Conceição, em datas determinadas pelo Vigário. É comum no município o divertimento "bumba-meu-boi", durante os festejos juninos.

VULTOS ILUSTRES — *Celso da Cunha Magalhães*, nascido na Fazenda Descanso, então município de Viana, hoje de Penalva, no Maranhão, a 11-11-1849, falecido em São Luís a 9-6-1879. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Recife. Poeta, novelista, crítico e magistrado; o precursor dos estudos folclóricos no Brasil. É o patrono da cadeira n.º 5 da Academia Maranhense de Letras, fundada por Fran Paxeco, e da de n.º 25, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, fundada pelo Prof. Antônio Lopes. Colaborou em "O País", sob o pseudônimo de Ballcofrio, no "Seminário Maranhense" e em "O Tempo".

Bibliografia: "Versos" — São Luís, 1870; "Um Estudo de Temperamento", romance — São Luís, 1871; "A Poesia Popular Brasileira" — 1873; "Processo Valadares", drama — 1873; "O Padre Estanislau", romance naturalista deixado inédito; — "Folhetins Humorísticos" — 1876.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Penalvenses são denominados os nascidos na cidade. É o município sede de comarca e a sua formação judiciária compõe-se de um Juiz de Direito; 3 Suplentes de Juiz de Direito; 1 Promotor Público; 2 Oficiais de Justiça; 1 Escrivão do 1.º Ofício e 1 Escrivão do 2.º Ofício.

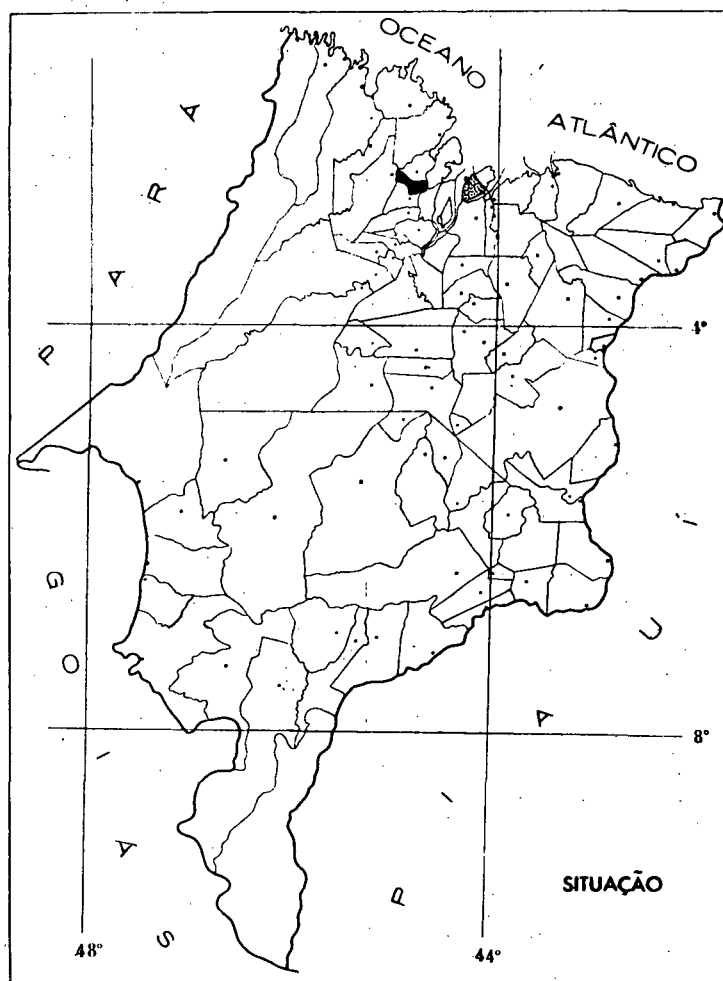
(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Inspetoria Regional de Estatística Municipal; Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta e Arthur Dias de Paiva.)

PERI-MIRIM — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo alguns historiadores, Macapá, atual município de Peri-Mirim, teve por povoadores os habitantes dos municípios limítrofes que, sabendo das riquezas das terras e ótimas pastagens para criação do gado, para lá se dirigiram. Ali chegando, encontraram realmente o terreno desejado, tendo, então, fixado residência e construído suas moradas, e deram ao povoado por êles ocupado o nome de Macapá. Êste foi formado por territórios desmembrados dos municípios de Alcântara e São Bento. Macapá foi anexada ao município de São Bento pela Lei provincial n.º 1 385, de 17 de maio de 1886, e elevada a distrito pela Lei municipal n.º 2, de 9 de maio de 1893. Pela Lei n.º 850, de 31 de março de 1919, foi elevado à categoria de município, tendo sido, a 15 de maio dêsse mesmo ano, realizada a primeira eleição municipal. Eleito o Prefeito, foi o município solenemente instalado a 15 de julho, ainda de 1919.

Por desconhecidas razões, foi suprimido o município de Macapá, pelo Decreto-lei n.º 75, de 22 de abril de 1931, sendo o território novamente anexado a São Bento, sendo restabelecido pelo Decreto-lei n.º 857, de 19 de junho de 1935, e elevado à vila, em 19 de julho do mesmo ano e, cidade, a 29 de março de 1938. Com a reforma administrativa que ocorreu no Estado, a 30 de dezembro de 1943, teve o município de Macapá sua denominação mudada para Peri-Mirim (Decreto-lei n.º 820). O atual Prefeito do município é o Sr. Tarquínio Viana Souza.

LOCALIZAÇÃO — Peri-Mirim pertence à Zona da Baixada e está localizado ao norte de São Bento. Latitude Sul: 2º 36' 30"; longitude W. Gr.: 44º 39' 25". Posição relativamente à capital: rumo O.S.O., de onde dista, em linha reta, 42 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 30 metros.

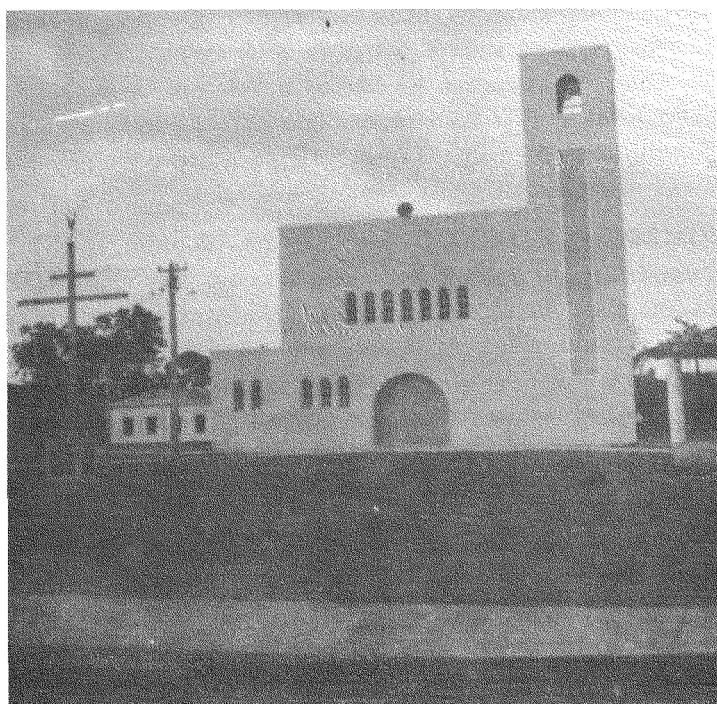
LIMITES — Limita Peri-Mirim com os municípios de São Bento, Bequimão, Cajapió e Pinheiro.

CLIMA — O clima da região é saudável.

Estações — Inverno, de janeiro a julho. Verão de agôsto a dezembro. Na época invernosa registram-se pequenas trovoadas. O calor faz-se sentir durante o estio.

ÁREA — A superfície de Peri-Mirim é de 374,50 quilômetros quadrados. É o 84.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — A população de Peri-Mirim, quando do Recenseamento Geral de 1950, era de 10 796 pessoas, sendo 5 376 homens e 5 420 mulheres, assim concentrada, nas diversas zonas: urbana, 567 pessoas — 270 homens e 297 mulheres; suburbana, 921 pessoas — 442 homens e 479 mulheres; rural, 9 308 pessoas — 4 664 homens e 4 644 mulheres, o que corresponde a 86%. A densidade demográfica era de 28,82 habitantes por quilômetro quadrado.

Quanto à côr, foi constatado que 5 753 eram brancos — 2 866 homens e 2 887 mulheres, 53,28%; 2 842 pretos — 1 426 homens e 1 416 mulheres, 26,32%; 2 180 pardos — 1 074 homens e 1 106 mulheres.

Igreja-Matriz

Foi o seguinte o registro, quanto ao estado civil, de pessoas de 15 anos e mais: solteiros, 3 297, sendo 1 548 homens e 1 749 mulheres; casados, 2 060 — 1 028 homens e 1 032 mulheres; desquitados ou divorciados, 6 — 4 homens e 2 mulheres; viúvos, 290 — 82 homens e 208 mulheres. As maiores percentagens estão com os solteiros e casados, respectivamente, 58,27% e 36,40%.

Relativamente aos ramos de atividades, das pessoas de 10 anos e mais, "Atividades domésticas" apresenta-se com 53,76%, o que corresponde a 3 813 pessoas — 397 do sexo masculino e 3 416 do feminino; vem ocupando o segundo lugar "Agricultura, pecuária e silvicultura", com 1 739 pessoas, sendo 1 735 homens e 4 mulheres — 24,52%. Seguem-se "Indústrias extrativas" — 608, sendo 605 homens e 3 mulheres; "Indústrias de transformação", 23 homens; "Comércio de mercadorias" — 106 pessoas, 103 homens e 3 mulheres; "Prestação de serviços", 128 — sendo 106 homens e 22 mulheres; "Transportes, comunicações e armazenagem", 25 — 24 homens e 1 mulher; "Atividades sociais", 32 — 11 homens e 21 mulheres; "Profissões liberais", 1 homem; "Administração pública, Legislativo e Justiça", 19 homens; "Defesa Nacional e Segurança Pública", 3 homens; "Condições inativas", 593 pessoas, das quais, 384 homens e 209 mulheres. O Departamento Estadual de Estatística calculou a população do município, para 1955, em 12 249 habitantes — 32,70 habitantes por quilômetro quadrado.

Matadouro e Mercado Municipais

Aglomerações urbanas — Apenas um distrito possui Peri-Mirim, o da sede, contando, segundo o Recenseamento Geral de 1950, com uma população de 1 488 habitantes, sendo 712 homens e 776 mulheres, assim divididos: na zona urbana — 270 homens e 297 mulheres e, na suburbana, 442 homens e 479 mulheres.

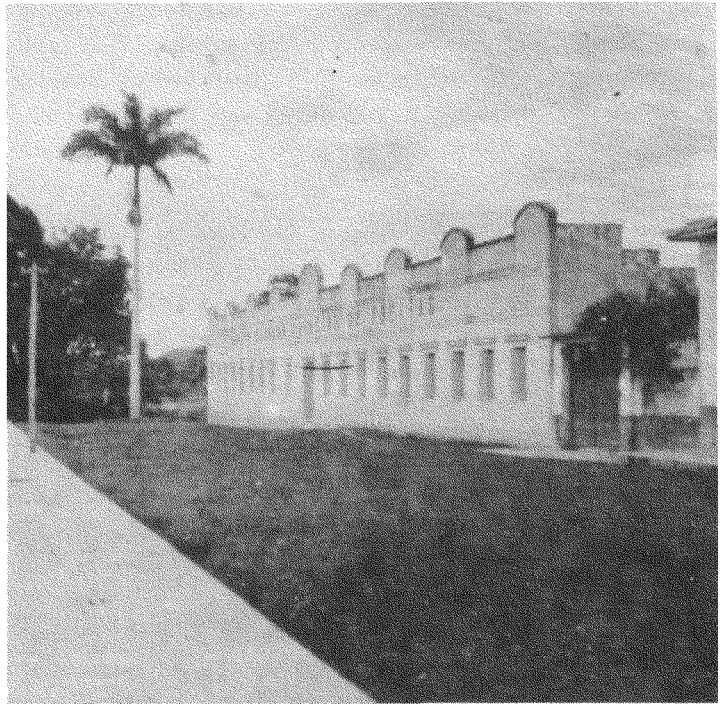
ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município tem sua base nas indústrias pastoril, agrícola, extrativa e de transformação de produtos. É a pesca, também, praticada em grande escala, constituindo, igualmente, base econômica de Peri-Mirim. Em 1956 foram pescadas 160 toneladas, no valor de 1 150 mil cruzeiros. O gado é exportado para a capital do Estado, em apreciável quantidade, assim como o peixe. Em 1956, a população pecuária estava assim discriminada:

Bovinos	12 000
Eqüinos	1 400
Muares	100
Asininos	26
Suínos	10 000
Caprinos	600
Ovinos	700

Igreja-Matriz de São Sebastião

Destacam-se, pela produção, no município, no que se refere à agricultura, os produtos: mandioca, milho, feijão, arroz e cana-de-açúcar, os quais, em 1955, apresentaram os seguintes resultados:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Algodão em caroço	kg	4 500	18 000
Arroz em casca	Saco de 60 kg	2 800	280 000
Banana	Cacho	3 700	29 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 000	106 000
Côco-da-baía	Cento	62	24 800
Feijão	Saco de 60 kg	170	51 000
Mandioca	Tonelada	1 800	216 000
Milho	Saco de 60 kg	1 600	120 000

Para beneficiamento do arroz existem, no território peri-miriense, duas usinas. Representam as indústrias extrativa e de transformação a extração de amêndoas de babaçu e tucum; fabricação de queijo, manteiga, açúcar,

Grupo Escolar Carneiro de Freitas

aguardente de cana, farinha, polvilho, telhas, tijolos, tábuas de paparaúba e, por fim, peles de animais silvestres. A produção, em 1955, demonstra-se no quadro abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Farinha de mandioca	kg	525 630	2 205 120
Aguardente de cana	Litro	47 400	474 000
Tijolos e telhas	Milheiro	200	81 000
Arroz pilado	kg	17 723	88 615
Açúcar	»	16 800	90 400

O valor da exportação de amêndoas de babaçu vem, nos últimos cinco anos, aumentando progressivamente, conforme demonstrativo abaixo:

ANOS	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$)
1952	268 009	911 230
1953	272 760	1 363 200
1954	250 860	1 505 160
1955	150 280	2 451 960
1956	420 000	4 200 000

MEIOS DE TRANSPORTE — A comunicação entre Peri-Mirim e as cidades limítrofes e os meios de transporte utilizados são os seguintes: Alcântara: marítima, 42 quilômetros; Bequimão: cavalo, 24 quilômetros; Cajapió: cavalo, 50 quilômetros; Pinheiro: cavalo, 30 quilômetros; São Bento: cavalo, 14 quilômetros. O município é servido por linha irregular de táxis-aéreos, havendo dois campos de pouso, um na sede e outro na zona rural.

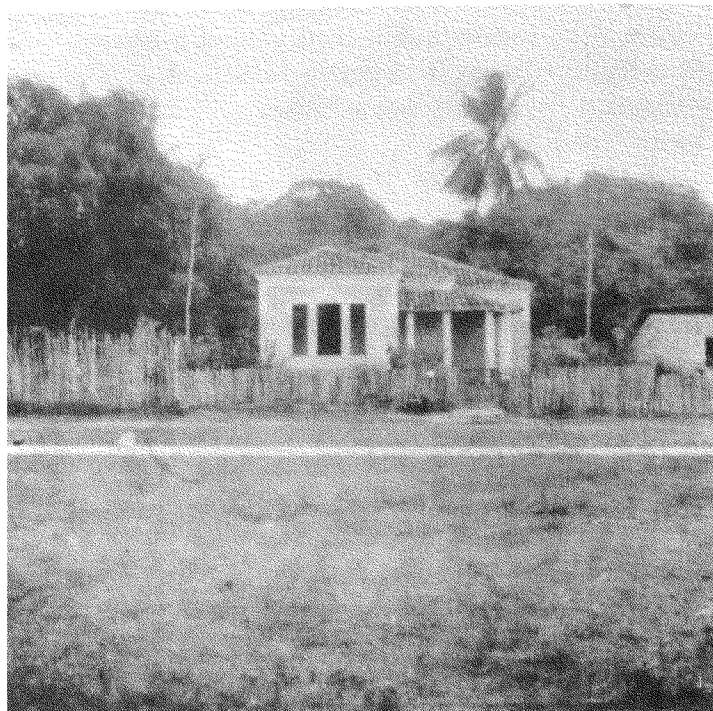
Duas embarcações — barcos a vela —, de emprêsas particulares, ambas com capacidade para 25 passageiros e 15 toneladas de carga fazem tráfego intermunicipal, via fluvial-marítima.

COMÉRCIO E BANCOS — Não há, no município, nenhum banco ou agência bancária. O comércio local é feito por meio de 49 estabelecimentos varejistas, na sede, que mantém transações com as praças de São Bento, Bequimão, Pinheiro e São Luís-MA. Os artigos importados são tecidos, café, açúcar, sabão, querosene, fumo, trigo, bebidas, ferragens e miudezas.

ASPECTOS URBANOS — Há, na cidade, Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, um campo de pouso e 55 ligações elétricas.

Existem, ainda, na sede municipal, 1 trator, 1 carro de duas rodas, 2 bicicletas e 42 carros de bois.

Vista parcial da Rua Getúlio Vargas

O policiamento é feito por 1 Delegado de Polícia e 3 guardas. Há, também, a cadeia pública, prédio construído especialmente para êsse fim, com 2 cubículos e 3 outras dependências.

Vista de uma residência particular

Peri-Mirim é têrmo da comarca de São Bento, constituído de 2 Suplentes de Juiz, 1 Adjunto de Promotor Público, 2 Tabeliães (1.º e 2.º Ofícios) e 1 Oficial de Justiça.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Servem a população de Peri-Mirim um Pôsto de Profilaxia, com duas enfermeiras permanentes, e um médico contratado, cujos serviços profissionais são exercidos duas vêzes por mês. O Pôsto é mantido pela Associação Rural de Municípios, e tem por finalidade prestar assistência social e sanitária aos seus filiados. A comuna pertence ao 18.º Distrito Sanitário — Pôsto de Higiene do Estado —, que tem por sede São Bento.

ALFABETIZAÇÃO — Sabiam ler e escrever, no município, das pessoas de 5 anos e mais, quando do Censo de 1950, homens (1 001) e mulheres (908), num total de 1 909.

Ensino — Os estabelecimentos de ensino existentes em 1956 eram 23, sendo 17 do primário fundamental comum, 5 do fundamental supletivo e 1 complementar.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Aurá é o rio que banha, de norte a sul, a sede municipal de Peri-Mirim, indo desembocar no campo. É navegável apenas em parte. É encontrado no município o Açude Senador Vitorino Freire, com capacidade de 120 000 metros cúbicos, tendo por área 600 x 400 metros quadrados. A finalidade principal do Açude é conservar o pescado e servir de bebedouro. Registram-se, ainda, o Morro do Centenário, ponto de atração aos turistas, com perto de 80 metros de altitude, e as lagoas Preguiçoso, Algodão, Manguinho, Jacaré e Javoritina.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	16	...	234	80	408
1951	21	...	249	35	348
1952	16	...	299	51	371
1953	16	...	635	58	780
1954	37	368	495	49	883
1955	...	346	567	51	620
1956	...	364	955	103	750

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A festa religiosa de tradição no município é a de São Sebastião, padroeiro da cidade, a qual é comemorada a 20 de janeiro. Como festejos populares existem o "tambor de crioula", o "bumba-meu-boi" e as festas do Divino Espírito Santo. Da população existente em 1950, segundo os dados censitários, 99,74% — 5 361 homens e 5 408 mulheres — eram católicos; os restantes distribuídos entre protestantes — 8 homens e 9 mulheres, e sem declaração de religião, sete homens e 3 mulheres. Foram eleitos 7 vereadores que se encontram em exercício. Aos filhos da terra dá-se o nome de peri-miriense.

(Autor do histórico — Euzébio Silva, A.E.; Redação final — Maria Rita Jorge e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística, Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Maranhão.)

PINDARÉ-MIRIM — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Primitivamente povoado de Engenho Central; depois vila e município de São Pedro; atualmente Pindaré-Mirim. O seu território, principalmente sua sede, era habitado por índios Guajajaras até o ano de 1839, quando foi criada, pela Lei provincial n.º 85, de julho, a colônia denominada São Pedro, sendo que o seu povoamento se originou de emigrações espontâneas vindas dos Estados do Piauí e Ceará, onde se dedicaram ao trabalho da lavoura. Em 1876, foi instalada a grande usina açucareira, de propriedade da Companhia Progresso Agrícola, de onde começou a evolução do município, tendo aumentado a sua população com grandes centros de lavoura, existindo, ainda hoje, diversas aldeias daqueles índios no Alto Pindaré.

Fran Paxeco, na "Geografia do Maranhão" — São Luís, 1922, págs. 228 a 232, diz:

"O Engenho Central do Pindaré, ou Companhia Progresso Agrícola, criou-se pelo Decreto n.º 7 811, de 31 de agôsto de 1880, que foi quando se aprovaram os seus estatutos. Instalou-se a 3 de novembro dêsse ano, sob a presidência do Dr. Augusto Olímpio Gomes de Castro, na sala da Associação Comercial. Encomendando-se os maquinismos, cuidou-se de adquirir os terrenos da extinta colônia São Pedro, à margem direita do Pindaré, que os Srs. José Castelo Branco da Cruz e Dr. João Antônio Coqueiro examinaram. Recusando-lhes o Presidente da Província, concedeu-lhes a Assembléia Legislativa, nos têrmos da Lei

Pôsto Médico Estadual

n.º 1 228, de 19 de abril de 1881. Ato contínuo, levantou-se a planta dos citados terrenos. Anunciando-se o recebimento de propostas, para fornecer as canas precisas à moagem quotidiana de 250 toneladas métricas, apareceram 16 proponentes por 30 520 toneladas. Sobrevindo estorvos, a diretoria manteve o anúncio. Findo o novo prazo, lavrou contrato com os Srs. João Ribeiro de Moura, Ladislau H. da Silva Aranha, Cândido José Ribeiro, Venceslau Viana Henriques, Dr. Fábio Nunes Leal, Dona Maria Luiza Leal Vale, Dr. Pedro Nunes Leal, Alfredo Vitor Guilhon, Luiz Gonzaga Cordeiro, Alfredo Coelho de Souza, Simão Titarra. Montou o engenho e a linha férrea, como representante dos hábeis fabricantes, o técnico Roberto Collard, que prestou poucos serviços à emprêsa. Dos subscritores, haviam acudido à chamada os de 4 631 ações, mas só se realizaram 4 428, metendo 160 de Fawcett, Preston & Cia., e as 40 que se entregaram, em troca das terras adquiridas, aos herdeiros do coronel José Coelho de Souza. O capital restringia-se, em 29 de janeiro de 1887, a 447:215$000. Êste fato compeliu a Diretoria a emitir 300:000$000 de obrigações, a 200$000 cada uma, pelo pesado juro de 8%, pagáveis semestralmente, e com amortizações anuais de 20%. A emissão encetou-se em janeiro de 1884, devendo concluir-se a 31 de dezembro de 1888. Não obstante o convidativo prêmio, só pôde negociar 656 dêsses títulos. Assim, recorreu aos Bancos, donde tirou, por meio de letras, dois terços dessa importância. Vencidos tantos obstáculos, a fábrica inaugurou-se aos 16 de agôsto de 1884. As primeiras barcas de material chegaram ao pôrto de São Pedro em junho de 1882. Em 30 de junho de 1885, o engenho estava por 594:458$777; a ferrovia custara, até então, 240:856$948. Total, 853:315$725, excluindo os outros gastos, que elevavam essa verba a 862:916$518, na mesma data, e a 891:520$246, em 30 de junho de 1896. Obtém-se apenas, líquido, a receita de 64:556$495, em junho de 1885. O saldo, em 1886, baixou a 47:720$510. Tropeçava-se na penúria de profissionais e de simples trabalhadores do campo. Tudo vinha de fora. O construtor da via férrea e os assentadores de trilhos, assim como seis mecânicos e um pedreiro, vieram da Inglaterra. Os ruralistas angariaram-se no Ceará e em Caxias. Os salários iam de 800 a 1$400 réis. O primeiro gerente foi o tenente-coronel José Castelo Branco da Cruz (1884-1890). A primeira safra, própria da companhia, efetuou-se em 1891. Em 1893, o valor da usina São Pedro montava a 1 557 contos, provindo 305 de compras à lavoura, cujos canaviais produziram 634 337 quilogramas de açúcar de três cristalizações, ou sejam 6 395% sôbre o pêso das canas. Um decênio depois, a percentagem foi de 6 571.

Venderam-se por 256:979$396. O magnífico engenho, que era um dos melhores do Brasil — para não dizer o melhor —, possuía 500 bois de carro, 35 carroças, umas 50 casas de madeira, 3 léguas de terra para lavras, 10 quilômetros de via férrea, que estavam por 353:829$488, em 30 de junho de 1904.

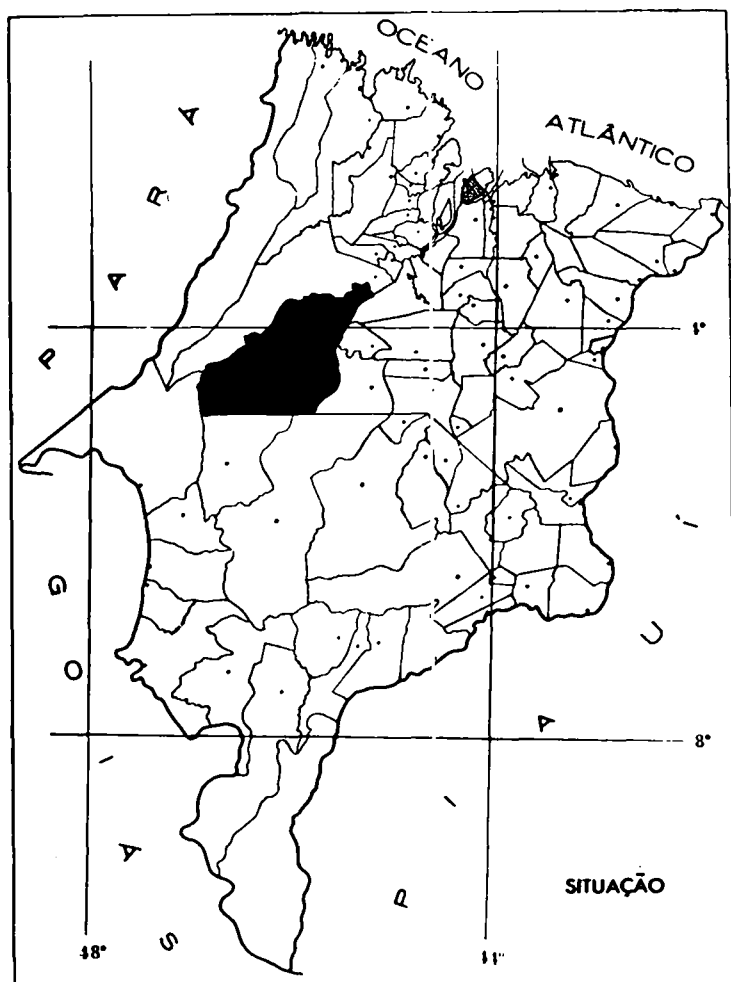
Fabricou, de 1891 a 1910, — em 29 colheitas por conseqüência, — 23 075 509 quilogramas de açúcar e 4 575 111 litros de aguardente. Durante êsse período, pagou 1 311 contos de impostos, distribuindo aos acionistas, como dividendo, apenas 181:294$000. No relatório de 1904, o ilustre coronel Fabrício Caldas de Oliveira, que estêve 18 anos à testa da esplêndida usina, além de outras coisas interessantes, fala das canas de semente. Recortemos uns trechos — "Conforme vos comuniquei em tempo (aos diretores da companhia), após tantos anos de tentativas infrutíferas, consegui, em maio passado, a germinação das sementes de cana. Estas continuam a desenvolver-se menos mal. Sonhador incorrigível de transformação agrícola, a escolha da cana sempre me preocupou. Daí, o pedido feito em 1895, aos vossos dignos antecessores para consentirem que preparasse um pequeno canavial, junto à fábrica, a fim de cuidar da seleção, pois me parecia, naquela época, e agora no-la vieram provar os campos demonstradores, que a fraca percentagem sacarina da cana deriva, não só do sistema de cultura, aliás rudimentaríssimo, que seguimos, mas também da degenerência da cana com que trabalhamos". Referindo-se às sêcas sucessivas, e aos incêndios que, há seis anos, ameaçavam as plantações, aduz: — "Em 1902, quando se reabriu o engenho, preparei, pela primeira vez, um pequeno canavial, em capoeiras situadas à margem da ferrovia, no intuito de o destocar e arar, cortada a segunda fôlha. Já lera uma ensinadora monografia sôbre o cultivo da cana, do provecto mestre Paulo de Amorim Salgado, agricultor em Pernambuco. De acôrdo com os conselhos do distinto profissional, semeei três variedades de cana, esperando que fechassem e produzissem sementes fecundadas. Assim aconteceu". — "O método pertence ao Dr. Amorim Salgado, encontrando, na dedicação do meu auxiliar Eleutero dos Reis, um observalor fiel dos seus sábios conselhos. Pertence-me simplesmente a transmissão de tais conselhos e a insistência para que fôssem cumpridos, sem discrepância".

Mercado Público Municipal

"É de sentir, e muitíssimo, que se deixasse fenecer uma emprêsa de tamanho arcabouço".

A Lei provincial n.º 800, de 22 de março de 1918, elevou a comuna à categoria de vila, e a de n.º 1 052, de 10 de abril de 1923, criou o município de São Pedro. Foi extinto pelo Decreto estadual n.º 75, de 22 de abril de 1931, mas logo restabelecido pelo de n.º 121, de 12 de junho dêsse mesmo ano. Teve a categoria de cidade pelo Decreto-lei estadual n.º 45, de 29 de março de 1938. Em 1949, juntamente com Vitória do Mearim, perdeu parte do seu território para a criação do município de Cajari. O atual Prefeito é o Sr. Manoel Augusto Rabelo.

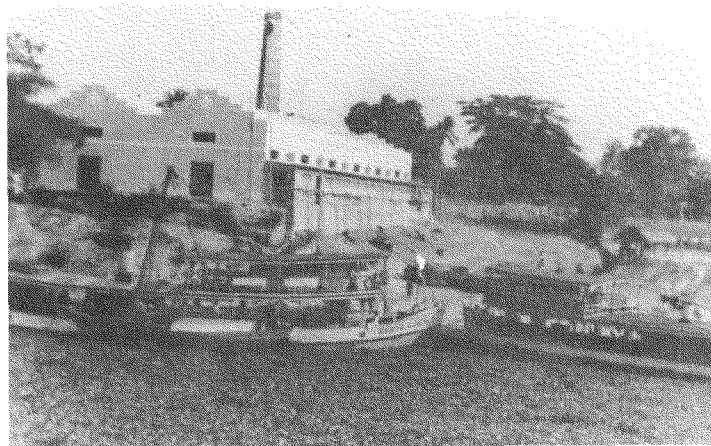
LOCALIZAÇÃO — Na Zona do Pindaré se encontra êste município, apresentando a sede as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul — 3° 35' 45"; longitude W. Gr. — 45° 19' 5".

Posição relativamente à capital: rumo S.O., de onde dista 163 quilômetros (em linha reta).

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 55 metros.

CLIMA — De dezembro a abril é a época mais chuvosa, comprovada pela maior intensidade de frio, enquanto o verão tem lugar nos demais meses, isto é, de maio a novembro. Não há pôsto meteorológico no município.

ÁREA — É o 5.º município em grandeza territorial, com 14 975 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Apresentava uma população de 11 271 habitantes (5 843 homens e 5 428 mulheres), quando do Recenseamento Geral de 1950, assim distribuídos:

Vista parcial do pôrto municipal

Quadro urbano — 466 homens e 479 mulheres = = 945.

Quadro suburbano — 354 homens e 381 mulheres = = 735.

Quadro rural — 5 023 homens e 4 568 mulheres = = 9 591.

A maior percentagem da população concentra-se na zona rural — 85%.

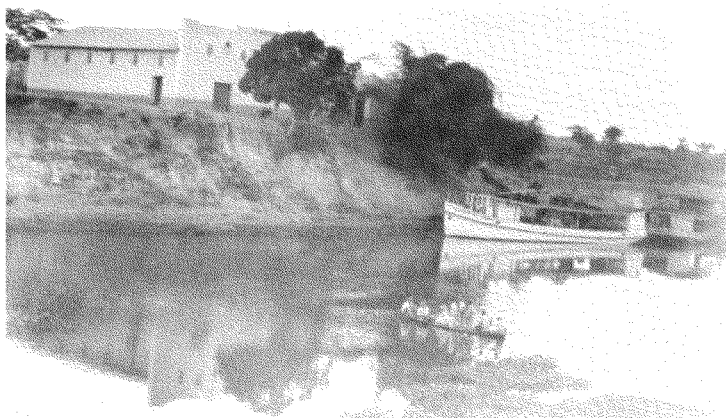
Dos 11 271 recenseados, houve predominância dos da côr parda (56,3%) — 3 271 homens e 3 084 mulheres; branca (28,1%) — 1 662 homens e 1 513 mulheres; preta (15,3%) — 906 homens e 826 mulheres; além de 9 sem declaração de côr (0,3%).

Foi ainda verificada, das pessoas de 15 anos e mais — 6 730, que os solteiros alcançaram o primeiro plano — 53,5% (2 024 homens e 1 577 mulheres); em segundo — 40,9%, os casados (1 343 homens e 1 414 mulheres); por último os viúvos (126 homens e 233 mulheres), divorciados ou desquitados (4 homens e 2 mulheres) e 6 não declararam o estado civil.

Calcula o Departamento Estadual de Estatística que a população de Pindaré-Mirim, em 1956, era estimada em 13 638 habitantes, o que dá a densidade demográfica de 0,91 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Três eram os aglomerados urbanos existentes por ocasião do Censo de 1950: cidade de Pindaré-Mirim, com 951 habitantes — 451 do sexo masculino e 500 do feminino; distritos de Aterrado, com 388 — 191 homens e 197 mulheres, e Pimentel com 341 — 178 homens e 163 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A extração de amêndoas de babaçu constitui grande fonte de renda do município, pois sua produção, em 1955, foi de 1 130 toneladas, no valor de 5 650 mil cruzeiros, passando, em 1956, para 2 775 toneladas valendo 27 750 mil cruzeiros. A seguir vem a pesca. Esta é levada a efeito por 317 pescadores não filiados a qualquer Colônia, para o que empregan. cascos e canoas e, como utensílios, anzóis, tarrafas, arpões, caniços, espinhéis, rêdes comuns e de arrasto.

Junho a dezembro é a época mais favorável à pescaria, principalmente no rio Pindaré e lago Grajaú, sendo as espécies mais pescadas a tapiaca, curimatá, pescada, surubim, mandi, mandubé, traíra, piranha lírio e outras. O produto é comumente vendido na própria sede povoado Santa Inês, distritos Aterrado e Pimentel, além de São Luís, ca-

Prédio de uma firma comercial à margem do rio Pindaré

pital do Estado. Em 1956 foram pescadas 1 333 toneladas, no valor de 12 milhões, 636 mil cruzeiros.

Sua indústria açucareira e lavoura de cana-de-açúcar, no século XVIII, foram opulentas; hoje, a primeira não figura nas estatísticas, e a segunda, em 1955, apenas aparece com 880 toneladas no valor de 52 800 cruzeiros.

Os demais produtos agrícolas produzidos em igual período (1955) no quadro abaixo são representados:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Algodão em caroço	kg	484 500	1 453 500
Arroz em casca	Saco de 60 kg	228 040	20 523 600
Banana	Cacho	13 200	132 000
Batata-doce	Tonelada	36	14 400
Côco-da-baía	Cento	62	24 800
Fava	Saco de 60 kg	1 000	300 000
Feijão	» » » »	2 300	966 000
Fumo	kg	14 850	297 000
Laranja	Cento	4 000	80 000
Mamona	kg	3 500	8 750
Mandioca	Tonelada	7 650	1 989 500
Manga	Cento	25 000	300 000
Melancia	Fruto	5 800	17 400
Milho	Saco de 60 kg	7 000	910 000

O parque industrial de Pindaré-Mirim é pequeno, sobressaindo motores de descaroçar algodão e pilar arroz, além de fornos para a fabricação de farinha de mandioca e engenhos para a feitura de aguardente de mandioca, em quantidade reduzida, as quais a seguir vão especificadas:

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Algodão	189 000 kg	2 850 000
Arroz pilado	624 000 kg	2 496 000
Farinha de mandioca	135 600 kg	406 400
Aguardente de mandioca	19 200 l	284 000
Tijolos e telhas	420 000	234 000

Sua pecuária é pouco desenvolvida e, por isso, raramente há exportação de gado a qual, quando acontece, é feita para a capital do Estado. O Departamento Estadual de Estatística calcula que em 1956 Pindaré-Mirim possuía 800 bovinos, 13 000 suínos, 1 000 ovinos, 900 caprinos, 750 eqüinos, 600 asininos e 1 300 muares.

As riquezas florestais ainda não foram convenientemente estudadas e nem devassadas, por falta de técnicos. Conhecem-se amostras de zarcão, cuja análise positivou a sua excelente qualidade, e salitre de ótima qualidade, ainda não explorados. Em sementes oleaginosas, além do babaçu que ocupa a maior parte do território municipal, existem grandes andirobais e bastantes sapucaiais, cuja castanha tem alto valor comercial. Encontram-se, também, algumas florestas de copaíba, cumaru e cravo, cuja casca substitui, com vantagem, o conhecido cravinho-da-índia. Pelo Recenseamento Geral de 1950, as pessoas presentes, de dez anos e mais — 8 092 (4 250 homens e 3 842 mulheres), ocupavam-se das seguintes atividades:

Agricultura, pecuária e silvicultura — 42,1% — 2 957 homens e 456 mulheres;

Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes — 457 homens e 2 788 mulheres;

Indústrias extrativas — 208 homens e 401 mulheres;

Condições inativas — 297 homens e 118 mulheres;

Prestação de serviços — 126 homens e 51 mulheres;

Comércio de mercadorias — 100 homens;

Indústrias de transformação — 48 homens;

Transportes, comunicações e armazenagem — 31 homens e 3 mulheres;

Atividades sociais — 9 homens e 23 mulheres;

Administração pública, Legislativo e Justiça — 9 homens e 2 mulheres;

Defesa Nacional e Segurança Pública — 3 homens;

Profissões liberais — 2 homens;

Sem declaração — 3 homens.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido por linhas de navegação fluvial e aérea, sendo que a primeira é irregular. A Emprêsa de Transportes Aliança mantém ligações com a capital do Estado às segundas, quartas e sextas-feiras, por meio de táxis-aéreos. Liga-se com as cidades vizinhas de: Grajaú — a cavalo, 420 quilômetros; Imperatriz — misto: 1) até São Luís (aéreo, 120 quilômetros ou fluvial-marítimo, 300 quilômetros), e 2) 1.º misto: a) ferroviário E.F.S.L.T., até Coroatá, 237 quilômetros; b) rodoviário, até Pedreiras, 93 quilômetros, e c) a cavalo, 584 quilômetros; ou 2.º misto: a) rodoviário, até Pedreiras, 298 quilômetros, e b) a cavalo, 584 quilômetros; Lago da Pedra — a cavalo, 210 quilômetros; rodoviário (via Vitorino Freire), 162 quilômetros; Balsas — a cavalo, 21 quilômetros ou fluvial, 48 quilômetros; Vitória do Mearim — rodoviário, 86 quilômetros; Vitorino Freire — rodoviário, 114 quilômetros.

COMÉRCIO — Na sede municipal há 35 estabelecimentos varejistas, 13 atacadistas e 14 industriais, importando da capital artigos para alimentação, ferragens, fazendas, estivas e miudezas, bebidas alcoólicas, querosene, fumo, etc.

Vista parcial da Rua Senador Vitorino Freire

ASPECTOS URBANOS — São 35 as ligações elétricas existentes na sede municipal, havendo dois motores para a produção de eletricidade, sendo um no distrito-sede e outro no povoado de Santa Inês. O município não é beneficiado por qualquer tipo de pavimentação. Dois são os estabelecimentos que aceitam hóspedes, cobrando diárias de Cr$ 70,00. A Guarda Civil Municipal contava com um efetivo de 11 membros em 31-12-1956. Foi fundada em 1.º de julho de 1955 e instalada a 6 do mesmo mês a Cooperativa de Consumo dos Estivadores, com 29 associados.

O total de eleitores, em 1955, era de 7 630, sendo 9 os membros componentes da Câmara de Vereadores.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Pindaré-Mirim é têrmo da comarca de 1.ª Entrância de Monção, criado pelo Decreto estadual n.º 1 329, de 15 de julho de 1930. Possui 2 Suplentes de Juiz de Direito, 1 Adjunto de Promotor, 4 Cartórios de Registro Civil e 1 do 1.º Ofício, com os respectivos serventuários.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe o Pôsto de Saúde Darcy Vargas, com a designação comum de Pôsto Médico. É mantido pelo Govêrno Estadual, com serviços gerais, e, por não possuir instalações ou equipamentos necessários, ainda não se encontra em pleno funcionamento. O município é dotado de uma farmácia no distrito de Aterrado, e 3 socorros farmacêuticos na sede. Exercendo suas atividades profissionais, há 1 dentista.

ALFABETIZAÇÃO — Dados do Recenseamento Geral de 1950:

MUNICÍPIO, CIDADE E VILAS	TOTAL	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS			
		Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever (1)	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Pindaré-mirim	9 675	962	690	4 084	3 939
Cidade	824	203	200	182	239
Vilas					
Aterrado	324	55	49	103	117
Pimentel	307	64	45	100	98
Quadro rural	8 220	640	396	3 699	3 485

(1) Incluídas as pessoas de instrução não declarada.

Ainda pelo Recenseamento de 1950, foram encontradas, das 112 pessoas de 10 anos e mais que possuíam curso completo, 108 (53 homens e 55 mulheres) que tinham diploma de grau elementar e 4 pessoas (1 homem e 3 mulheres) de grau médio.

Trecho do rio Pindaré

Índios Guajajaras

Ensino — Apenas é difundida a instrução primária em Pindaré-Mirim, o que é feito por 11 unidades de ensino fundamental comum e duas de ensino fundamental supletivo.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Rio Pindaré — banha a vila Pimentel e a cidade de Pindaré-Mirim, estando esta situada na sua margem direita. É um rio de curso bastante considerável, mantendo grande profundidade. Francamente navegável por embarcações de 200 toneladas, e até o pôrto de Pindaré-Mirim, mesmo no vigor do verão, e, daí para cima, sòmente na época invernosa. Recebe como afluentes pela margem direita o Zutíua e, pela esquerda, o Água Preta e o Caru.

Lago Grajaú — à margem direita do rio Pindaré, ao qual é ligado por um canal navegável apenas por pequenas embarcações, com mais ou menos 3 quilômetros de extensão.

Lago Tarupau — o mais importante do município — na vila de Pimentel, formado pelo rio Zutíua, sendo circundado por imensa floresta; liga-se ao rio Pindaré.

Dentre as serras destaca-se a do Tamataí, com cêrca de 500 metros de altura.

RELIGIÃO — Predomina no município a religião católica, comprovada pelo Recenseamento de 1950, pois, naquela época, dos 11 271 recenseados, 92,8%, ou seja, 10 465 (5 419 homens e 5 046 mulheres) eram católicos apostólicos romanos; seguem-lhes: outras religiões (546), protestantes (205), sem declaração (53) e ortodoxos (2). O município é sede da Paróquia de São Pedro, subordinada à Arquidiocese de São Luís, com uma igreja-matriz e 22 capelas públicas. Em 1956 apresentou o seguinte movimento religioso:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Batizados	1 730
Comunhões	18 988
Casamentos	450
Encomendações	2
Procissões	6

Como cultos protestantes estão registradas: Igreja Evangélica Assembléia de Deus — templos: um na sede,

inaugurado em 1939, com 255 adeptos, e outro no povoado Santa Inês, cuja inauguração data de 1952, com apenas 49. Cita-se ainda a Igreja Cristã, também no povoado de Santa Inês, instalada em 1933, com 85 membros.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	321	414	110	411
1951	—	564	560	258	495
1952	—	952	756	318	682
1953	234	1 880	1 774	629	930
1954	270	1 295	1 280	632	1 050
1955	...	2 932	1 993	987	1 879
1956	...	6 654	1 673	791	1 662

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há, na sede, os seguintes veículos registrados: 16 caminhões — 15 com capacidade para 3 a 5 toneladas e 1 para mais de 5 toneladas; 18 bicicletas, 4 carroças de duas rodas e 10 carros de boi. Os filhos da terra têm a designação de pindareenses. Os festejos populares e religiosos mais comuns no município são: o "bumba-meu-boi" — em junho; Santo Antônio — de 1.º a 13, também em junho; São Judas Tadeu — em setembro e, finalmente, São Pedro, padroeiro da cidade — em dezembro. Em geral constam de missa, bênção do Santíssimo, festas de largo, encerrando-se com procissão.

(Fonte dos dados — "Geografia do Maranhão", por Fran Pacheco, São Luís — 1922, A.M.E., SNR., D.E.E. e I.R. Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva.)

PINHEIRO — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — *Pinheiro histórico — uma fazenda que se transformou em povoado.*

Naquela manhã, ao atingir a ponta de uma enseada, o capitão-mor Inácio José Pinheiro parou o belo cavalo baio que montava e, deslumbrado, percorreu com a vista a planície imensa que se desdobrava à sua direita e a mata espêssa que havia lá muito longe, à esquerda, a cuja frente se lhe afigurava a existência da superfície lisa de uma lagoa. E então pensou: parece que descobri o que procurava, depois de tantas fadigas.

De fato, fazia oito dias que êle deixara as comodidades do seu magnífico solar de Alcântara para ir às suas fazendas do Tubarão, onde, na última ferra, contara 3 000 cabeças de gado, e verificara mais uma vez a pequenez da pastagem para o acúmulo dos bovinos dos dezoito fazendeiros lá existentes. Convencera-se que com aquêle pasto pisado não haveria criação que prosperasse, e que estava envelhecendo e doente com aquela gordura que o obrigava a carregar o pêso de oito arrôbas. Depois, não desejava abrir luta com a sua vizinha, Dona Maria Rosa, que por ter o irmão bacharel de Coimbra se julgava com direito de posse a todos os tesos e baixas dos campos do Tubarão. Refletira muito e vira que precisava mudar a sua fazenda. Há cinco dias que, com seus pajens e vaqueiros, vinha explorando a zona em redor e afinal encontrara aquela que lhe agradava. Mudou a fazenda. Outros fazendeiros vieram-lhe atrás, já que a experiência e saber do capitão-mor de Alcântara eram reconhecidos por muitos. Serviçais e agregados ajuntaram-se em tôrno das novas fazendas. Formaram-se então vários agrupamentos, dos quais os maiores não tinham mais de que cinco fogos e todos reunidos não contavam duzentas almas (César Marques — "A Freguesia de Pinheiro" — artigo inserto no "Publicador Maranhense", setembro de 1868).

Vaqueiros quase todos os homens desta população, entretanto, eram também agricultores nas horas vagas dos afazeres pastoris. Plantavam as suas roças na orla da mata próxima, para sustento da família. Mas lá estavam os índios, que, embora domesticados, se sentiram incomodados com a presença dos intrusos. O cacique foi a Alcântara apresentar queixa ao comandante da Fortaleza de São Matias, tenente-coronel Antônio Joaquim de Sousa Brochado, que lhe deu razão e encaminhou uma representação ao marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, Governador, então, da Capitania. Em ofício n.º 85, de 16 de outubro de 1819, o Marechal solucionou o caso, reconhecendo o direito dos índios às terras, mas permitindo "colherem os intrusos os frutos pendentes das vossas feitas" (Livro número 16, atos dos Capitães-Generais Governadores, Arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Segurança do Maranhão). Pelos têrmos dêste ofício, infere-se haver o Comandante da Fortaleza de São Matias carregado as tintas na descrição do ato praticado pelos homens a que êles chamavam intrusos.

Igreja de Santo Inácio

Grupo Escolar Odorico Mendes

Esta mesma expressão revela a sua má vontade. É verdade que não encontramos no arquivo citado a representação do cacique, a qual naturalmente foi feita por Brochado, e desta maneira apenas estamos deduzindo. O certo, porém, é que foi dêste modo que o Governador teve conhecimento do agrupamento de casas que se denominaria, no futuro, lugar do Pinheiro, e que pela suspeição de havê-lo fundado, sem licença do Govêrno, foi por êste censurado o capitão-mor Inácio José Pinheiro. Nada justifica esta censura, que é simplesmente disparatada. Não suporta análise, porque Inácio Pinheiro não saiu do Tubarão para fundar povoações, saiu para fundar uma fazenda pastoril. A povoação surgiu naturalmente, dentro das normas comuns, tais como observam todos os geógrafos, inclusive o nosso erudito Raimundo Lopes, que nos diz: "Os povoados formam-se, ou pelo agrupamento das cubatas dos vaqueiros e pescadores em tôrno de uma fazenda, ou congregando a população de um dêstes pequenos distritos de lavoura das matas insuladas ou vizinhas dos campos, ou ainda como escalas fluviais, pontos de embarque de gado ou de passagem dos rios principais" (Raimundo Lopes — "O Torrão Maranhense", página 172). Como se vê, ninguém erra julgando injusta a censura aludida. Todavia, o documento, que lhe deu origem, vem esclarecer um ponto obscuro da História que tentamos escrever: o ano da fundação, até hoje, cêrca de 140 anos. Presumimos ter o ato do marechal Silveira magoado profundamente o capitão-mor de Alcântara que não lhe resistiu o choque, porque faleceu logo no começo do ano seguinte, em março de 1820. Consideremos: as reclamações dos índios em outubro de 1819, censura em novembro ou dezembro, falecimento em março de 1820, ou seja, quatro meses, no máximo, entre a injustiça e a morte. Por outro lado, a ausência de um elogio dignificando as qualidades do falecido — homem de projeção social — na carta de Silveira à Câmara, em resposta à que esta lhe fizera sôbre o infausto acontecimento, é por demais significativa para que se não veja um forte ressentimento afastando os dois varões ilustres. A carta é um documento que os pinheirenses devem conhecer. Ei-la:

"Senhor Presidente da Câmara de Alcântara e demais Vereadores:

Tenho presente seu ofício de 22 do mês passado em que me participam haver falecido o Capitão-mor dessa vila Inácio José Pinheiro, e lhe pedem as minhas insinuações para procederem na forma da Lei a proposta para o novo Capitão-mor, etc. Como, porém, não haja presentemente nesta Capitania organização nem estabelecimento de Corpos de Ordenanças, não devem Vossas Mercês proceder a respectiva eleição, sem que proceda ordem minha. Deus Guarde V. S. Mcês. Maranhão, Palácio do Govêrno, 11 de abril de 1820. Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca" (Livro 16, ofício número 346, arquivo citado).

O professor Jerônimo de Viveiros, em seu livro "A História Política, Social e Econômica do Município de Pinheiro", assim se expressa:

"Pinheiro fica na Baixada Maranhense, justamente na parte mais extensa, que é a situada em tôrno do gôlfo que lhe banha o litoral.

É a região dos campos aluviais, pontilhados de lagos, dividida pelos geógrafos em região de campos baixos e região de campos de têso. A de Pinheiro está no primeiro grupo. Mas quer uma, quer outra, tem o mesmo aspecto geral: "terreno levemente ondeado, exceto nos descampados livres, onde o trabalho das águas não encontre a diferença inicial de nível suficiente à ação corrosiva".

Foi no ano de 1833 que os pinheirenses tiveram a sua primeira escola pública, tendo como professor o cidadão professor José Custódio Alves Serrão, mediante concurso, realizado na capital do Estado, tendo o referido professor sido classificado em 2.° lugar e nomeado para Pinheiro.

Durante todo o período da Regência, festejou-se com pompa a data do 7 de abril. Era a festa de Regeneração Política do Império, dizia-se então. No ano de 1834, terceiro aniversário da grande vitória do povo brasileiro, essa comemoração foi realizada com extraordinário entusiasmo em todo o Brasil.

Em Pinheiro ficaram elas a cargo do professor José Custódio Alves Serrão, que promoveu sessão solene na sua escola, em que se cantou o hino "7 de abril", da autoria de L. J. Serra.

Em 1834 já estava a cadeira e aberto o concurso. O ordenado de duzentos e cinqüenta mil réis por ano não prendia ninguém, mesmo naqueles tempos de bois a oito mil réis.

Vista aérea da cidade

Vista parcial da Rua Luís Domingues

Pelo artigo 4 da Lei n.º 370, de 26 de maio de 1855, os legisladores maranhenses, fazendo justiça, elevaram à categoria de freguesia sob a invocação de Santo Inácio.

Mas a concessão conferida aos pinheirenses era justa. Desde 1826 que sonhavam com ela, quando ajudaram João Barreiros e outros a construírem uma capela para oratório público, o que fizeram sem licença da autoridade eclesiástica competente. Sanaram esta falta com a provisão de 9 de agôsto de 1826, passada pelo Vigário-Geral da Diocese, que lhe autorizou o benzimento, realizado em 3 de janeiro de 1828 pelo padre Raimundo José de Assunção. A primeira missa deve ter sido celebrada depois de 30 de julho do mesmo ano, pois a ordem para êste ato é desta data.

Ocuparam a vigairaria de Santo Inácio os sacerdotes seguintes: Francisco Martiniano da Costa, João Custódio Bastos, João Bráulio Nunes, Mariano Brito, Felipe Conduru Pacheco, Raimundo Romualdo Martins, João Severo de Oliveira, Francisco Melquíades de Melo, Osmar Palhano de Jesus, Arthur Gonçalves e Newton Pereira.

A maior data da História de Pinheiro é, sem dúvida, a de 2 de setembro de 1856, em que, por fôrça da Lei provincial n.º 439, foi elevado à categoria de vila o lugar que teve como origem a fazenda de gado fundada pelo capitão-mor Inácio José Pinheiro, nos campos de Pericumã.

Em 1863 instalou-se a coletoria de rendas gerais e provinciais. Foram nomeados coletor o alferes Antônio José de Sá Caldas; agente — José Caetano de Sá e escrivão — Raimundo Lusitano Ribeiro.

Foi-lhe nomeado subdelegado de polícia — José Antônio Pereira de Lima.

O ano de 1865 foi propício ao desenvolvimento de Pinheiro: elegeram-se os primeiros eleitores de paróquia, criou-se o serviço dos correios e foi-lhe permitido formar um batalhão de Guarda Nacional.

Em 1870 criou-se o cargo de comissário vacinador e, em 1874, a comissão censitária.

Data do ano de 1862 a instalação de sua primeira Câmara.

O primeiro orçamento da Edilidade Pinheirense foi aprovado pela Assembléia Provincial Legislativa em 27 de julho de 1864, com uma receita orçada na quantia de 342$000 e uma despesa de 321$000.

O primeiro Código de Posturas Municipais de Pinheiro foi, pela Lei n.º 649, de 26 de junho de 1863, sancionado pelo Presidente Ambrósio Leitão da Cunha.

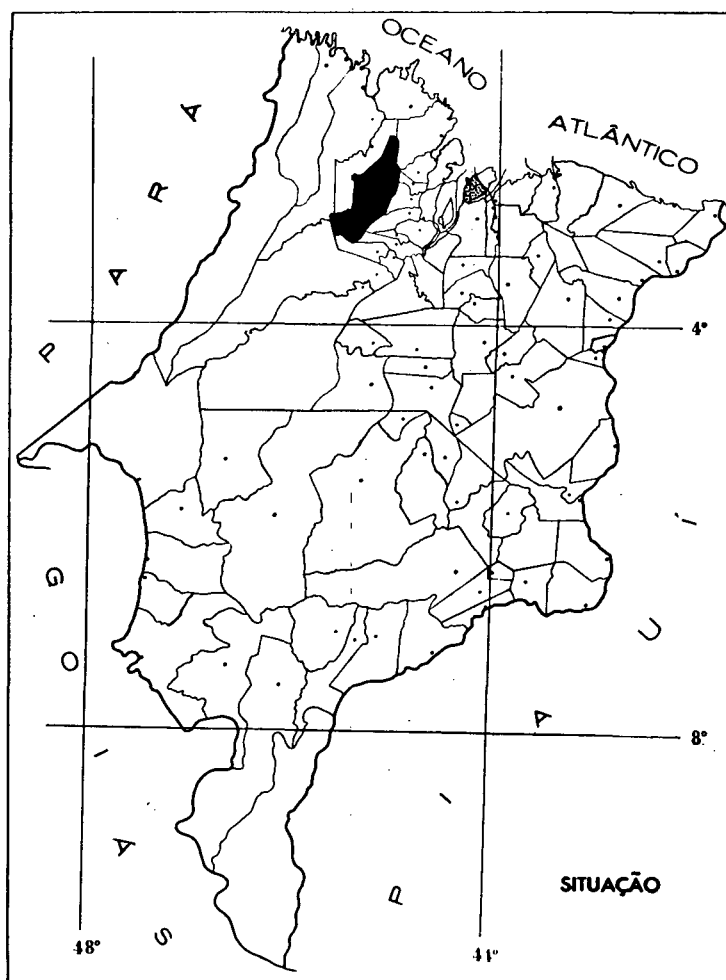
Elevou-se à categoria de cidade por Lei n.º 911, de 30 de março de 1920.

Data da primeira grande guerra, 1914-1918, o comêço do desenvolvimento comercial de Pinheiro. Acentuadamente, porém, êle só se manifestou no qüinqüênio de 1920 a 1924, com a exportação das amêndoas do côco babaçu.

O município de Pinheiro teve as seguintes denominações: Lugar do Pinheiro, Vila Nova de Pinheiro, Vila de Santo Inácio de Pinheiro e atualmente Pinheiro".

Presentemente dirige os destinos do município, na qualidade de Prefeito, o Sr. Raimundo Celino de Araújo.

Para a Câmara Municipal são eleitos 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Pertence à Zona Fisiográfica da Baixada. Situa-se a 2° 26' 30" de latitude Sul, e 45° 8' 15" de longitude W. Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 91 quilômetros. Rumo — O.N.O. Limita com Guimarães, Bequimão, São Bento, São Vicente Ferrer, Viana, Penalva, Monção e Santa Helena.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 60 metros na sede municipal.

Praça da República

CLIMA — É saudável, sendo que a zona da chapada oferece melhor clima. O inverno (época das chuvas) vai de janeiro a junho e o verão, de julho a dezembro.

ÁREA — Mede 3 740 quilômetros quadrados. Em ordem de grandeza territorial no Estado do Maranhão, Pinheiro é o 26.º município.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos existentes no município de Pinheiro são: *rio Pericumã,* cuja nascente é na lagoa Traíra. Banha o munícílio de sul a norte, indo desaguar na baía do Cumã, depois de um percurso calculado em 160 quilômetros, com a largura máxima de 300 metros e 30 metros de profundidade. Serve de limites entre os municípios de Viana, São Vicente Ferrer, Bequimão, Peri-Mirim e São Bento, e é navegável do Pôrto de Santa Cruz até a sua cabeceira, num percurso de 90 quilômetros, sendo que os últimos 20 quilômetros sòmente por canoas. *Lagoa do Roque,* situada na vila do Roque, ao sul do município, mede 10 000 metros quadrados. *Pico Peito de Môça,* cujo nome se origina de seu formato, fica situado no lugar Paraguaçu, e mede 60 metros de altura. Além dêstes três principais acidentes, existem outros menores, como sejam: o rio Uru, as lagoas de Lago Grande e Vitória, e uma pequena cachoeira, a do Jacaré.

RIQUEZAS NATURAIS — Como riquezas naturais existem o babaçu, os campos de pastagens, madeiras de lei, peixe e caça. De tôdas elas a principal é o babaçu, cuja produção em 1956 foi de 1 500 toneladas no valor de doze milhões de cruzeiros. Quanto às madeiras destaca-se a paparaúba, o cedro, o bacuri, a peroba e a andiroba, sendo que o total da produção no mesmo ano, depois de industrializadas, inclusive lenha, foi de quase 7 milhões de cruzeiros. Os peixes mais comumente encontrados são piaba,

Vista parcial da Avenida Getúlio Vargas

bagre, acará, jeju, piranha, pirapema, traíra e peúba, dos quais, em 1956, foram pescados 170 toneladas valendo 830 mil cruzeiros. A caçada é feita à queixada, caititu, maracajá, onça pintada, veado e outros animais, alguns de carne saborosa e cujas peles, depois de espichadas ou sêcas, renderam, ainda no mesmo ano, 800 mil cruzeiros.

POPULAÇÃO — Em 1950, pelo Recenseamento, contava o município de Pinheiro com 39 256 habitantes, sendo 19 485 homens e 19 771 mulheres, o que equivale a 10,50 habitantes por quilômetro quadrado. Êste total está assim distribuído, segundo a côr: brancos — 17 311; pretos — 7 445 e pardos — 14 376. Segundo a religião: católicos — 38 987; protestantes — 171; espíritas — 70; outras religiões — 1; sem religião — 6 e sem declaração de religião — 21. No município de Pinheiro existiam sòmente 24 estrangeiros.

Para 1956 o Departamento Estadual de Estatística calcula em 44 980 pessoas a população de Pinheiro, o que faz com que sua densidade demográfica passe para 12 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — O município de Pinheiro possui duas aglomerações urbanas, a saber: distrito da sede mu-

Vista parcial da Avenida Vitorino Freire

nicipal, com 4 477 habitantes e o distrito de Roque, com 154 habitantes, segundo o Recenseamento de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a pecuária, a lavoura e a indústria extrativa, principalmente o babaçu.

Pinheiro é o segundo município do Maranhão que possui os maiores rebanhos de eqüinos e muares, com 18 000 e 3 500 cabeças, respectivamente. Os demais componentes da população pecuária no mesmo ano de 1956, de acôrdo com a estimativa feita pelo Departamento Estadual de Estatística, são os seguintes: suínos — 58 000; bovinos — 43 000; caprinos — 12 500; ovinos — 6 000 e asininos — 800.

Os principais produtos agrícolas do município — arroz, mandioca, milho, cana-de-açúcar e algodão — são destinados à capital do Estado e a produção de 1955 foi de:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Arroz em casca	Saco de 60 kg	26 600	2 128 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	7 800	936 000
Mandioca	»	5 600	616 000
Milho	Saco de 60 kg	6 120	489 600

Aviário do Pôsto Agropecuário

A indústria tem regular produção, destacando-se o fabrico de farinha de mandioca: 204 700 quilogramas no valor de 3 612 milhares de cruzeiros. Vêm, a seguir, o beneficiamento de arroz: 129 700 quilogramas — .... Cr$ 583 650,00; telhas e tijolos: — 747 000 — .... Cr$ 537 300,00; aguardente de cana: 39 900 litros — 399 mil cruzeiros e calçados diversos: 2 400 pares — ...... Cr$ 319 360,00.

COMÉRCIO — A sede municipal possui 3 estabelecimentos atacadistas e 73 varejistas.

O comércio mantém transações com as praças de São Luís-MA, Recife-PE, Belém-PA, São Paulo-SP, Rio de Janeiro e Fortaleza-CE, importando tecidos, ferragens, medicamentos, calçados, material elétrico, gêneros alimentícios, miudezas, armarinhos, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Pinherio é servida por linhas regulares de transportes aéreos e fluviais-marítimos, que a ligam à Capital do Estado.

Comunica-se com as seguintes cidades vizinhas: Bequimão: a cavalo, 45 quilômetros; Guimarães: a cavalo, 103 quilômetros; Monção: a cavalo, 184 quilômetros; Penalva: a cavalo, 121 quilômetros; Peri-Mirim: a cavalo, 30 quilômetros; Santa Helena: aéreo, 36 quilômetros, ou rodoviário, 48 quilômetros; São Vicente Ferrer: a cavalo, 63 quilômetros; São Bento: a cavalo, 40 quilômetros; Viana: a cavalo, 115 quilômetros ou rodoviário, 128 quilômetros.

Além de linhas regulares de táxis-aéreos, a cidade de Pinheiro é servida também por aviões Douglas DC-3.

O Departamento dos Correios e Telégrafos possui uma Agência Postal-telegráfica.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Pinheiro possui 2 avenidas pavimentadas parcialmente com pedras irregulares, numa extensão de 4 000 metros quadrados e 2 praças, também pavimentadas parcialmente, com concreto, numa extensão de 3 000 metros quadrados. Conta, ao todo, 29 ruas, 5 travessas e 7 praças, dentre estas, 4 arborizadas. Dentre os prédios destacam-se: Templo da Matriz, Paço Municipal, Mercado Público, Cadeia Pública e o do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Existem 2 campos de pouso: um para pequenos aviões (taxi-aéreo) e outro que permite a aterrissagem de Douglas DC-3.

Uma pensão, regularmente instalada, cobra a diária de Cr$ 80,00.

O número de ligações elétricas é de 236, sendo a energia fornecida por uma usina da Prefeitura Municipal.

Os veículos registrados em 1956 na repartição competente foram: 7 caminhões e 5 jipes e camionetas.

Fato interessante e quiçá único no Maranhão é verificado em Pinheiro: a Avenida Vitorino Freire tem, ao centro, canteiros, nos quais são plantadas roseiras e outras plantas ornamentais, pelas famílias ali residentes, que se encarregam da sua conservação, molhando-as diàriamente e adubando-as, de forma que o "jardim" que fique em frente à sua residência seja mais viçoso, mais bonito ou mais original do que os demais.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os pinheirenses contam com 1 Pôsto Médico, 1 de Higiene e 1 de Puericultura, todos em funcionamento. Há, também, 1 médico, 3 dentistas e 2 farmacêuticos. As farmácias são em número de 3, possuindo estoque regular. É sede do 3.º Distrito Sanitário, que conta com um médico residente e compreende mais os municípios de Bequimão e Santa Helena.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Possui Pinheiro diversas associações, a saber: "Conferência de São Vicente de Paulo", com 35 sócios; "Centro Artístico Humanitário de Pinheiro", com 674 sócios; "Sociedade Beneficente Pinheirense", com 737 sócios; "Sociedade Mutuária Pinheirense", com 78 sócios, e "Círculo Operário Pinheirense", com 156 sócios.

De um modo geral prestam auxílios e benefícios a pessoas necessitadas, funeral e pensões aos sócios, sendo que o último também presta assistência médica e dentária a seus membros.

ALFABETIZAÇÃO — Quando do Recenseamento de 1950, foram encontradas 33 114 pessoas de 5 anos e mais, das quais 6 378 sabiam ler e escrever, o que representa 19,2%. Essa porcentagem é menor do que a encontrada para o total do Estado, que foi de 21,7%.

Ainda na mesma época, 990 foram as pessoas de dez anos e mais, presentes, que possuíam curso completo, a saber: 935, de grau elementar; 40, de grau médio, e 15, de grau superior.

Ensino — No município de Pinheiro existem 44 estabelecimentos de ensino primário, sendo 1 Infantil, 20 do Fundamental Comum, 10 do Fundamental Supletivo, 3 do Complementar e 1 do Médio. A matrícula inicial dos alunos de 7 a 11 anos de idade, em 1957, totalizou 2 655

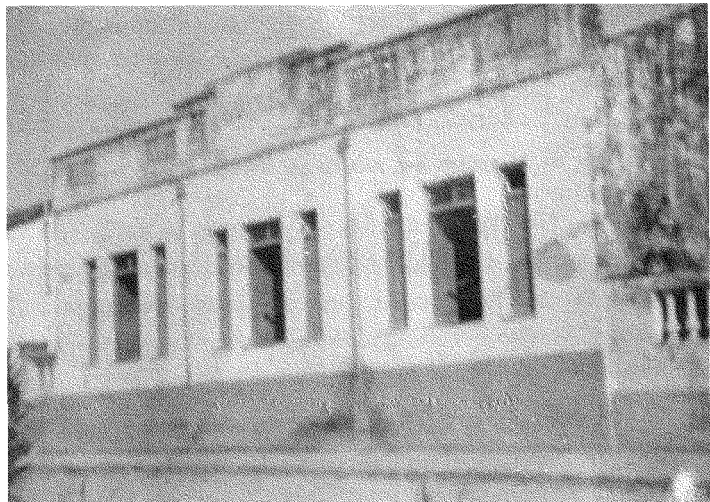
Agência Municipal de Estatística

crianças, assim distribuídas: 1 072 na sede e 1 583 na zona rural. O estabelecimento de ensino médio é ginasial, tendo concluído o curso, em 1956, 42 alunos do sexo masculino. A matrícula geral no início do ano letivo de 1957 era de 42 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem duas bibliotecas no município de Pinheiro, a da Prelazia de Pinheiro, de natureza particular, com 1 500 livros e a do Diretório de Geografia e História, de natureza pública, com 1 200 volumes.

Patronato São Tarcísio

O jornal "Cidade de Pinheiro", é o mais antigo que se edita no interior do Estado do Maranhão, foi fundado em 25 de dezembro de 1921 e tem a periodicidade semanal, formato 48 x 33 cm, saindo habitualmente com 6 páginas — exceto a edição de Natal que tem 20 e a de 3-9-1957, quando Pinheiro comemorou seu 1.º Centenário, que teve 74 páginas.

O "Grêmio Cultural e Recreativo Pinheirense", sociedade civil com personalidade jurídica, foi fundado em 1949.

Prédio do jornal "Cidade de Pinheiro"

"Patronato São Tarcísio", instalado em 1952, é mantido pela Prelazia de Pinheiro; possui atualmente 33 internos do sexo masculino. Êste Patronato, cuja finalidade principal é a educação e instrução de menores desamparados, funciona em prédio próprio, com 3 andares.

Existe, ainda, o Cine-Teatro Pinheiro, com 250 cadeiras e cobrando os ingressos na base de 5 e 8 cruzeiros. Em 1956 deu 226 espetáculos cinematográficos, aos quais compareceram 14 184 espectadores. Foi inaugurado em 1954, é de propriedade particular, o aparelho de projeção é de 35 milímetros e funciona 5 dias por semana.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	314	693	478	275	487
1951	341	959	556	307	530
1952	336	1 127	632	333	546
1953	474	1 776	878	454	674
1954	541	1 808	1 005	509	964
1955	638	2 108	1 079	488	1 077
1956 (1)	...	...	1 775	53	...

(1) Orçamento.

MONUMENTOS HISTÓRICOS — Por motivo das comemorações, a 3-9-1957, do 1.º centenário da elevação de Pinheiro à categoria de cidade, foi doado, pela Associação Comercial do Maranhão, um obelisco com 8 metros de altura, de concreto, que ficou localizado na Avenida Senador Vitorino Freire, no cruzamento com as Ruas Diogo dos Reis, Tito Soares e Benjamin Constant.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa tradicional no município é a de São João, que se realiza no período de 22 a 30 de junho. Caracteriza-se, principalmente, pelos bailes caipiras com trajes tìpicamente matutos, em salão ornamentado com palhas, balões, fogueiras e outros costumes do interior, inclusive venda de mingaus, roletes de cana, etc.

Trezena de Santo Antônio, que se realiza todos os anos em várias localidades do município, de 1.º a 13 do mês de junho, nas capelas, e na sua maioria em casas particulares. Consta de ladainhas tôdas as noites, que são custeadas pelos Mordomos e, às vêzes, seguidas de bailes, que se prolongam até o raiar do dia. Atualmente, nas casas particulares do interior, algumas festeiras incluem o "Batuque de Caixa" e o levantamento do mastro. Oito dias após o término dos festejos, efetua-se a derruba do mastro, com tôdas as solenidades rituais e, nessa ocasião, é feita a escolha dos novos Mordomos para as festividades do ano seguinte.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Pinheiro possui um Pôsto Agropecuário do Ministério da Agricultura, instalado em 1948, o qual ocupa uma área de 200 ha. A produção da última safra (1956-1957) foi de 7 000 quilogramas de milho e de 850 quilogramas de feijão. Tem cultura permanente de mangueiras, jaqueiras, cajueiros, bananeiras e laranjeiras e anuais de arroz, milho, feijão, cana e mandioca, além da seguinte criação: 1 reprodutor nelore, 1 guzerate, 1 indu-brasil e 1 schwitz; 3 bezerros e 2 vacas nelore, 1 bezerro e 2 vacas schwitz, 1 barrão hampshire inglês, 1 leitoa caruncho, 7 éguas crioulas e 2 cavalos da raça campolina.

Para seus trabalhos de campo dispõe de 1 trator "Cokshutt-40", com implementos, 1 camioneta "Ford", uma carrêta agrícola Pontal, 1 grade de 60 dentes "John Deere", 1 grade de 10 discos "International", 5 extintores de formigas, 8 cultivadores de 5 enxadas, 17 pulverizadores, 40

polvilhadeiras, 4 debulhadores de milho, 1 abanador de cereais, 3 arados de disco, 1 grade de 8 discos, 2 semeadeiras de 1 linha, 1 máquina de cortar forragem, 1 motobomba pulverizadora, 5 sulcadores, 1 desintegrador, dez plantadeiras manuais, 10 enxofradores, 1 ralador para mandioca.

Aos filhos da terra dá-se o gentílico pinheirense.

Pinheiro é sede de comarca de 1.ª Entrância, constituída dos têrmos Bequimão, Pinheiro e Santa Helena.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística, Inspetoria Regional de Fomento Agrícola no Maranhão e Inspetoria Regional de Estatística; Redação final — Ari Lucas Xavier e Arthur Dias de Paiva.)

PIRAPEMAS — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — A palavra Pirapemas é de origem indígena e significa "peixe fluvial".

Antigo aldeamento de índios, seu primeiro nome foi mesmo Aldeia.

Mais tarde, com a colonização, tornou-se fazendas e sítios onde predominavam culturas agrícolas de arroz, mandioca e algodão e criação de gado.

A fixação do primeiro núcleo humano, no local onde é hoje a cidade, só se efetuou muitos anos depois, com a construção da Estrada de Ferro São Luís—Teresina, dando origem, assim, às primeiras edificações de moradores permanentes, ainda que em estilo precário. Edificada a estação e inaugurada a ferrovia, surgiu a primeira rua ou avenida (beira-linha) e, depois, outras ruas, praças e travessas, até transformar-se, sucessivamente, em arraial, povoado, vila e, atualmente, cidade.

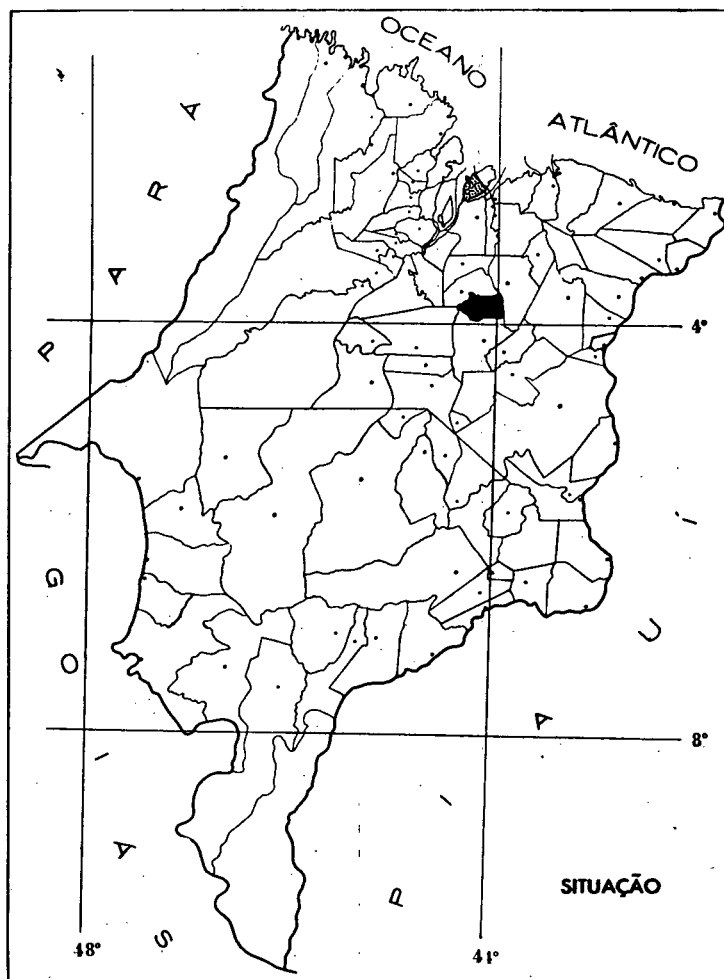
Presentemente Pirapemas muito se tem desenvolvido, apresentando numerosas casas cobertas de telhas, sendo, porém, a maioria de palha.

A povoação original, em forma de sítio ou fazenda, era na margem direita, no lugar ainda hoje denominado Pirapemas-Velha, de onde se transportaram os seus habitantes para a margem oposta onde fica situada a cidade — margem esquerda do rio Itapecuru — influenciados pela proximidade da estrada de ferro.

Mercado Público Municipal

O território de Pirapemas pertenceu, outrora, ao município de Itapecuru-Mirim, passando, em seguida, à jurisdição de Coroatá, do qual foi desmembrado.

Criado pela Lei estadual n.º 821, de 11 de dezembro de 1952, foi instalado em 1.º de janeiro de 1953. É o atual Prefeito do município o Sr. Wilson Soares Ribeiro.

LOCALIZAÇÃO — Pertence à Zona Fisiográfica do Itapecuru.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Há duas estações — inverno e verão, de dezembro a junho, e de julho a novembro, respectivamente. Os períodos de frio e calor correspondem, exatamente, às épocas de inverno e verão, sendo que o calor é mais intenso nos meses de agôsto a novembro.

Apresenta as seguintes temperaturas em graus centígrados: médias das máximas — 37,1; médias das mínimas — 20,4. Precipitação no ano, altura total — 1 518,8 milímetros. Predominam os ventos do quadrante leste.

ÁREA — Com 938 quilômetros quadrados, Pirapemas é o 74.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento de 1950 Pirapemas fazia parte, como distrito, do município de Coroatá, onde foram encontrados 3 755 habitantes, sendo 1 890 homens e 1 865 mulheres. Do total da população,

Estação da Estrada de Ferro São Luís—Teresina

66,20% viviam na zona rural, ou seja, 2 486 pessoas, dos quais 1 436 do sexo masculino e 1 410 do feminino.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A extração e exportação de amêndoas de babaçu é a que tem maior significado. Desde que o Distrito de Pirapemas foi elevado à categoria de cidade, sua exportação de babaçu vem aumentando de maneira sensível, conforme é verificado no quadro abaixo:

ANOS	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$)
1954	720 000	4 320 000
1955	655 000	5 240 000
1956	1 250 300	12 503 000

A agricultura, embora praticada por métodos antigos, constitui fator de influência na vida econômica do município. Em 1955 foram conseguidos os seguintes resultados:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão em caroço	kg	6 750	33 750
Arroz em casca	Saco de 60 kg	35 700	5 355 000
Banana	Cacho	12 400	248 000
Batata-doce	Tonelada	6	12 000
Fava	Saco de 60 kg	100	36 000
Feijão	» » » »	4 390	2 107 200
Laranja	Cento	3 600	108 000
Mamona	kg	2 500	5 000
Mandioca	Tonelada	1 688	964 000
Manga	Cento	1 500	30 000
Melancia	Fruto	8 000	32 000
Milho	Saco de 60 kg	31 050	2 794 500

Com 4 usinas de beneficiar, exportou, em 1955, 104 toneladas de arroz pilado, no valor de 520 mil cruzeiros. A maior indústria de Pirapemas, porém, é a de farinha de mandioca, cuja produção atingiu, em 1956, a 382 700 quilogramas no valor de Cr$ 2 296 700,00.

A criação de gado bovino e suíno é destinada a corte, sendo seu principal mercado consumidor a cidade de São Luís, Capital do Estado. Para o meio, a pecuária tem certa importância e, segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, seu número de cabeças, em 1956, era estimado em 4 199 bovinos, 78 625 suínos, 303 ovinos, 594 caprinos, 368 eqüinos, 184 asininos e 228 muares.

A pesca é atividade subsidiária à alimentação dos seus habitantes. Em 1956 foram pescados 1 720 quilogramas de peixes diversos, no valor de Cr$ 62 900,00.

Babaçu, arroz, farinha de mandioca, algodão, banana, milho, etc., são exportados para as cidades de São Luís-MA, Teresina-PI e Fortaleza-CE.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro São Luís—Teresina, a qual conta no território municipal com 2 pontos de parada: em Pirapemas (cidade) e Panamirim (povoado). Faz comunicações com os municípios limítrofes por intermédio da referida ferrovia: Cantanhede, 23 quilômetros; Coroatá, 55 quilômetros e por estrada de rodagem com Vargem Grande, 54 quilômetros.

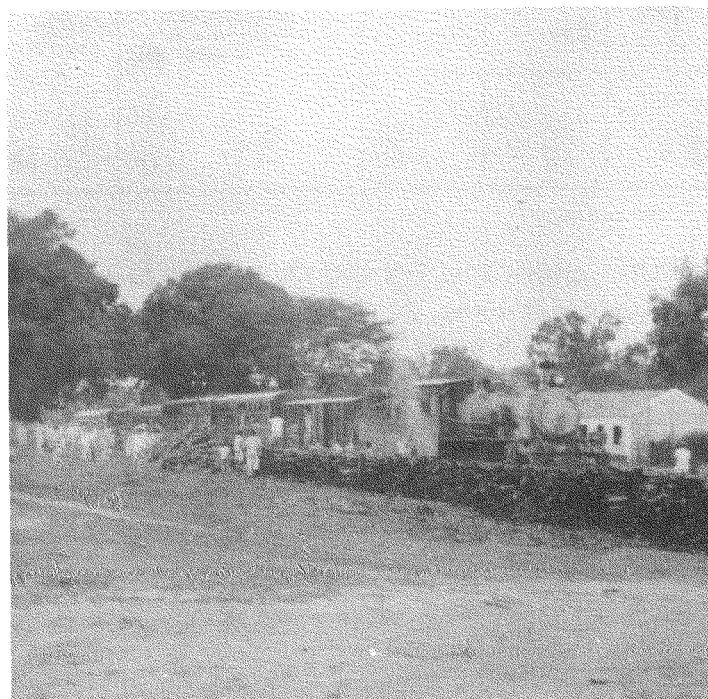
COMÉRCIO — Em 1956 Pirapemas possuía 6 estabelecimentos atacadistas, 16 varejistas e 4 usinas de beneficiamento de arroz.

Há importação de açúcar, café, farinha de trigo, manteiga, sal, batatas, tecidos, calçados, louças, armarinhos, miudezas, ferragens, gasolina, óleos e querosene. São Luís-MA, Teresina-PI e Fortaleza-CE constituem os principais mercados com os quais o comércio de Pirapemas faz transações.

ASPECTOS URBANOS — Na sede municipal há 12 logradouros assim distribuídos: 2 avenidas, 8 ruas, 2 praças e 1 travessa, sendo que existem na zona urbana e suburbana 244 prédios.

Em 1955 já possuía 17 ligações elétricas na sede e em 1956, 42, cujo consumo de energia foi de 4 320 kWh para iluminação pública e 7 920 para fins particulares.

O uso do aparelho de rádio ainda não está generalizado, até mesmo na sede. Em 1955 existiam 16 rádios, dos quais dois na zona rural.

Como meio de hospedagem encontra-se apenas 1 pensão com capacidade para menos de uma dezena de pes-

Chegada de uma locomotiva

soas, e a diária é de Cr$ 70,00. Suas instalações são modestas.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém o serviço de entrega de correspondência postal e a Estrada de Ferro São Luís—Teresina, o serviço telegráfico.

O município acha-se subordinado à Paróquia de "Nossa Senhora da Piedade", localizada em Coroatá.

A igreja protestante "Assembléia de Deus", fundada em 1955, conta com 87 adeptos (47 homens e 40 mulheres), sob a orientação de 1 ministro.

Mantidos pelo município há a Guarda Civil Municipal — com 5 guardas e a Cadeia Pública — com instalação para 6 detentos, exercendo atividades na mesma um empregado.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam suas atividades profissionais em Pirapemas 1 dentista e 2 farmacêuticos, um dos quais prático licenciado. A população vale-se, nas suas necessidades, de 2 farmácias com regular estoque. Faz parte do 14.º Distrito Sanitário, cuja sede é em Coroatá.

ENSINO — Sòmente existe propagação do ensino primário, o que é feito por 6 unidades escolares, sendo 5 de ensino fundamental comum e 1 de ensino fundamental supletivo.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Rio Itapecuru-Mirim — percorre o município de sul a norte, banhando a sede municipal, que fica situada à margem esquerda, povoados e inúmeros lugares e arraiais.

Riachos: Peritoró — principal afluente do rio Itapecuru, neste município, tem a sua foz na sede municipal — distante 6 quilômetros; e Pirapemas, que tem a sua foz também no município e é, igualmente, afluente do rio Itapecuru.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953	...	...	86	...	80
1954	...	358	610	...	540
1955	...	580	761	191	691
1956 (1)	...	689	941	148	866

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Pirapemas é têrmo da comarca de Coroatá (3.ª Entrância). Possui 3 suplentes de Juiz de Direito, 1 Promotor Público, 1 Cartório do Registro Civil e 1 Oficial de Justiça. Não possui Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas.

Registrados na Prefeitura há 2 caminhões comuns, de 3 a 5 toneladas de capacidade e 8 bicicletas.

Os folguedos costumeiros, principais e tradicionais, no município, são: a dança sob diversas designações: "baile" — dança familiar; "forró" ou "frevo" — baile público e "festas populares" — bumba-meu-boi, carnaval, etc., sem maiores detalhes.

Vista parcial da margem direita da E.F.S.L.T.

Há apenas uma festa religiosa, anual, Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade, possuindo, para tal uma capela, na sede.

Aos nascidos em Pirapemas dá-se a designação pátria de "pirapemense" e, dentre os seus filhos ilustres, merecem destaque: *João Francisco Lisboa* — nascido em Pirapemas, então do município de Itapecuru-Mirim e hoje autônomo, a 22-3-1812, e falecido em Lisboa, Portugal a 26-4-1863. Discípulo de Sotero dos Reis, tornou-se um dos maiores vultos das letras pátrias e sagrou-se clássico da língua. Político, advogado, orador, historiador, escritor e jornalista. Foi deputado provincial em mais de uma legislatura, Secretário do Govêrno do Maranhão em 1836 e sucedeu a Gonçalves Dias, por indicação dêste, na missão de coligir, na Europa, os elementos para a documentação de nossa história. Redigiu "O Brasileiro", "O Farol Maranhense", após a morte de José Cândido, "O Eco do Norte", a "Crônica Maranhense", o "Publicador Maranhense", a "Revista", o "Correio Mercantil" e o "Jornal do Comércio". Comendador da Ordem da Rosa, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sócio correspondente da Real Academia das Ciências, de Lisboa. É patrono da cadeira n.º 18 dos sócios efetivos da Academia Brasileira de Letras, fundada pelo prof. Ribeiro do Amaral, e da de n.º 18, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, criada por Wilson Soares.

Bibl.: "Jornal de Timon" — São Luís, 1852-1854; "Apontamentos, Notícias e Observações Para Servirem à História do Maranhão" — Lisboa, 1858; "Biografia de Manuel Odorico Mendes", *in* Revista Contemporânea de Portugal e Brasil, 1862; "Obras completas" — Lisboa, 1864-1865, edição póstuma dirigida por Henrique Leal, incluindo a "Vida do Padre Antônio Vieira" até então inédita.

Viriato Corrêa — nascido a 23-1-1884. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro; foi deputado federal pelo Maranhão. Novelista, contista, historiógrafo, teatrólogo, poeta e jornalista. Fundou, como sócio efetivo da Academia Maranhense de Le-

tras, de que antes fôra correspondente, a poltrona n.º 33, sob o patrocínio de Pedro Nunes Leal, e ocupa, na Academia Brasileira de Letras, a de n.º 22, que tem Pôrto Alegre por patrono; é sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Bibl.: Contos — "Minaretes" — São Luís, 1902; "Histórias Ásperas" — São Paulo, 1923; "Crônicas Históricas" — "História da Nossa História" — São Paulo, 1920; "Terra de Santa Cruz" — Rio, 1921; "Contos da História do Brasil" — Rio, 1921; "Casa de Belchior" — Rio, 1927; "Brasil dos Meus Avós" — São Paulo, 1927; "Baú Velho" — São Paulo, 1927; "Gazeta de Sapateiro" — 1932; "Alcovas da História" — Rio, 1934; "Mata Galego" — 1934; "O País do Pau de Tinta" — 1939; "A Bandeira das Esmeraldas"; "Contos Heróicos"; "O País do Ouro".

Discursos e conferências — "Discursos"; "Conferência espírita"; "A vida amorosa de Gonçalves Dias" — São Luís, 1946.

Literatura infantil — "Era uma vez...", com João do Rio — Rio, 1908; "Varinha de Condão" — São Paulo, 1928; "Arca de Noé" — São Paulo, 1930; "No Reino da Bicharada" — São Paulo, 1931; "A Macacada" — Rio, 1931; "Os Meus Bichinhos" — Rio, 1931; "História do Brasil para Crianças" — São Paulo, 1931; "Meu Torrão" — 1935; "Bichos e Bichinhos" — 1938; "No País da Bicharada" — 1938; "Casusa" — 1938; "A Descoberta do Brasil" — 1938; "História de Caramuru" — 1939; "Quando Jesus Nasceu" — Rio, 1931; "Bichos que Falam"; "Casinha de Brinquedos"; "Livro de Criança"

Romances — "Balaiada" — São Paulo, 1927; "O Mistério", com Coelho Neto, Afrânio Peixoto e Medeiros de Albuquerque; "Chica da Silva".

Teatro — "Sertaneja" — 1915; "Mangerona" — 1916; "Morena" — 1917; "Sol do Sertão" — 1918; "Juriti" — 1919; "Sapequinha" — 1920; "Nossa Gente" — 1924; "Zuzu" — 1924; "Uma Noite de Baile" — 1926; "Pequetita" — 1927; "Bombonzinho" — 1931; "Sansão" — 1932; "Maria" — 1933; "Bicho Papão" — 1936; "O Homem da Cabeça de Ouro" — 1936; "A Marqueza de Santos" — 1938; "Carneiro do Batalhão" — 1938; "Tiradentes" — 1939; "O Caçador de Esmeraldas" — 1940; "Rei de Papelão" — 1941; "Pobre Diabo" — 1942; "A Sombra dos Laranjais" — 1945; "Nassau" — 1949.

(Autor do histórico — Benévolo Gonçalves da Trindade, A.E. em Coroatá; Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva; Fonte das informações — Agência Municipal de Estatística de Coroatá, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística.)

PÔRTO FRANCO — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Admite-se que o primeiro devassamento do território tenha-se dado em 1854, pela existência, a êsse tempo, de pobres agricultores no novo núcleo que vinha de ter influência de Boa Vista, pequena povoação no norte de Goiás. Tempos depois aparecera o português José Joaquim Severino que, de certo, procurava êste local, a fim de comerciar com sal e mercadorias trazidas de Belém do Pará, com os seus moradores, e ainda com os do povoado de Boa Vista.

O nome inicial dado à povoação foi Pôrto Franco, na hipótese de José Joaquim Severino, quando de sua primeira subida no rio Tocantins, com o fim de estabelecer comércio de sal e mercadorias, ter procurado um ancoradouro propício às suas embarcações e só ter encontrado êsse pôrto.

Da penetração aludida, resultou o povoamento do município, já pela construção de prédios no núcleo explorado, já por penetração no interior das terras. Corroborou, ainda, em favor dêsse povoamento, o consórcio de José Joaquim Severino com uma senhora de família paraense, a qual já tinha parentes residindo na região. A povoação de Pôrto Franco teve seu apogeu de grandeza no período de 1858 a 1878. Infelizmente foi completamente arruinado pela guerra civil de Boa Vista que durou três anos — 1891-1894.

Quando a sede da vila voltou, em 1868, para Santa Tereza de Imperatriz, bacharelandos em Pernambuco, moços filhos da província, regressavam ao Maranhão. Um dêles, Emiliano Rodrigues, irmão da senhora com quem o chefe Amaro Bandeira se casou em segundas núpcias. Aproveitados logo para Deputados provinciais, êstes rapazes, que nada podiam cogitar em benefício do povo, porque só pensavam na vaidade das posições oficiais, não tinham preocupações de economia rural, meios de produção e métodos de desenvolvê-la, impostos e despesas orçamentárias.

A criação do município de Pôrto Franco partiu o município de Carolina pelo rio Itaneira que ficou sendo limite entre os dois.

Frei Manoel empregou todo o seu valimento e tôda a sua astúcia no empenho de ser a povoação de Santa Tereza de Imperatriz a sede do município de Pôrto Franco. Astuto e hábil, êle conseguiu, por intermédio de um Deputado provincial que, na redação definitiva da Lei n.º 398, de 27 de agôsto de 1856, a povoação de Pôrto Franco, elevada à vila, ficasse denominada "Vila de Santa Tereza do Pôrto Franco". Favorecido pela ambigüidade desta lei e pondo em ação sua influência, obteve do presidente da província a declaração oficial de ser a povoação de Santa Tereza, situada fora do território povoado, a sede do município de Pôrto Franco. Para isto obter, não hesitou em apresentar atestados dizendo ficar a povoação de Santa Tereza defronte de Boa Vista, documentos que ainda existem na Secretaria do Govêrno.

Reclamações dos habitantes de Pôrto Franco motivaram a Lei provincial n.º 524, de 9 de junho de 1859, que assim dispõe:

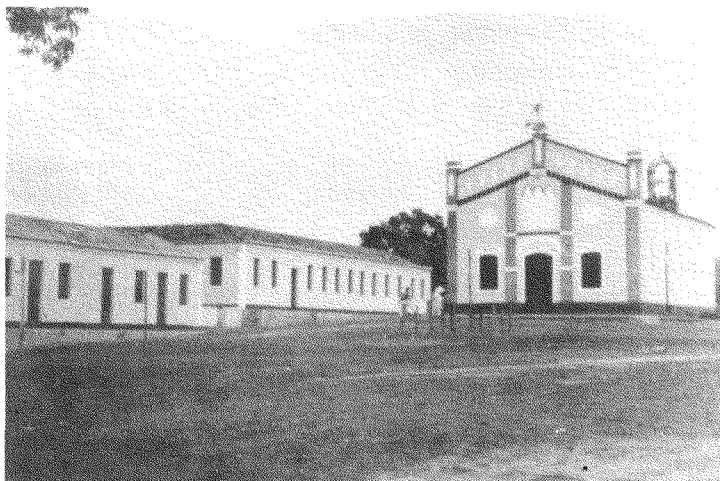
Pôsto de Saúde

"Art. 1.º — Fica a sede da vila nova de Imperatriz da povoação de Santa Tereza para povoação de Pôrto Franco, conforme o espírito da lei da criação desta vila.

Art. 2.º — O govêrno da província fica autorizado a receber mediante contrato, o oferecimento de Leonardo Pereira de Araújo Brito, da construção, à sua custa, de uma nova Matriz, e a casa que José Joaquim Severino dá para casa de Câmara, Juri e audiências". Era Presidente da Província José Maria Barreto.

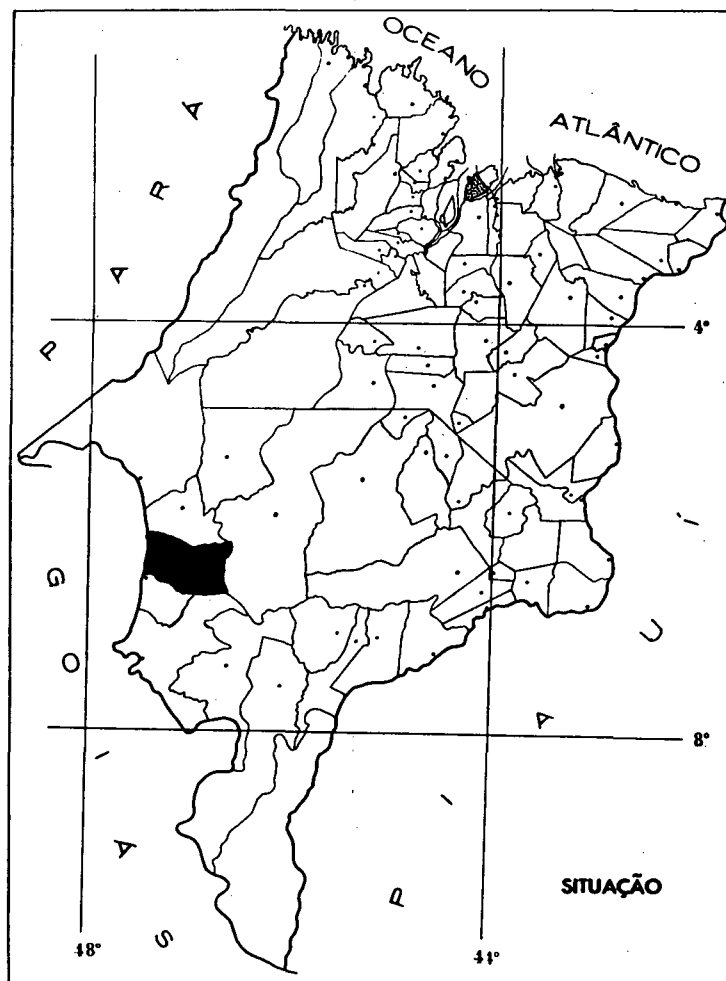
A 2 de abril de 1919, a povoação de Pôrto Franco foi elevada à categoria de vila, por Lei estadual n.º 853, do mesmo ano. Em 1.º de janeiro de 1920 foi desmembrada do município de Imperatriz e instalada na mesma data, sendo governador do Estado o Dr. Urbano Santos. Elevada a têrmo judiciário pela Lei estadual n.º 1 120, de 9 de maio de 1923, cuja instalação efetuou-se aos 13 dias do mês de junho de 1924. Por Decreto-lei n.º 15, de 30 de dezembro de 1937, foi o município elevado a sede da comarca, denominada Alto Tocantins, e, por Decreto n.º 45, de 29 de março de 1938, à categoria de cidade; foi instalada no dia 29 de julho do mesmo ano.

A primeira eleição realizada no município foi a 1.º de dezembro de 1919, sendo escolhido, para Prefeito, o tenente Valério Neves de Miranda, que foi empossado no cargo a 1.º de janeiro de 1920. Foram eleitos, também, para a Câmara Municipal: Custódio Barbosa de Souza, Presidente; José de Figueiredo Brito, Rafael José de Macedo, Alexandre Souza Milhomem e Manoel Gonçalves de Azevedo. Várias outras eleições se sucederam. As últimas realizadas, entretanto, foram em 3-10-1950, quando saiu vitorioso o candidato Fortunato Macedo, que permaneceu até 1.º-2-1956, data em que passou a Prefeitura ao seu sucessor Alfredo Santos, eleito que foi no pleito de 3-10-1955, e, em 1954, a 3 de outubro, para vereador, os candidatos diplomados: Anísio Bandeira de Miranda, Adauto Moreira Melo, Apolinário Nolasco Milhomem, Jorge Freitas Barbalho, Carlindo de Mota Bandeira, Lourival da Silveira Milhomem, Políbio Cavalcanti, Galdino Martins de Souza e Jacina dos Santos Milhomem.

Pôrto Franco, comarca de 2.ª entrância, foi suprimida a 26 de janeiro de 1949, pela Lei estadual n.º 289, passando a têrmo da comarca de Carolina e é composto de 3 Suplentes de Juiz, 1 Adjunto de Promotor, 1 Tabelião e 1 Oficial de Justiça.

Salão Paroquial, Convento e Igreja-Matriz

LOCALIZAÇÃO — Pôrto Franco fica situado na Zona Fisiográfica do Tocantins, em frente à cidade goiana de Tocantinópolis. Posição relativamente à Capital, rumo — S.S.O., distância — 543 quilômetros, em linha reta.

Limita com Imperatriz, Grajaú, Carolina, e o Estado de Goiás (rio Tocantins).

São as seguintes as coordenadas geográficas da sede: 6º 20' 10" latitude Sul e 47º 24' 24" longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 130 metros na sede municipal.

CLIMA — Quente e úmido, sofrendo algumas variações de acôrdo com as estações. Nos meses de junho e julho as noites são frias, tornando-se quentes nos demais meses. Os meses de maior intensidade de chuvas são janeiro a abril. Temperatura em graus centígrados: média das máximas, 32,5; das mínimas 18,8; média compensada, 30,5.

ÁREA — A área de Pôrto Franco é de 4 350 quilômetros quadrados, sendo o 18.º município maranhense em grandeza territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Dentre os principais acidentes geográficos destacam-se: os rios Lageado Grande, Itaneira, Flôres e Tocantins, sendo, êste o mais importante, de regular navegabilidade na época invernosa, não acontecendo o mesmo pelo verão, em virtude de várias cachoeiras, tais como a de Santo Antônio, a 120 quilômetros da sede municipal, Itapitariquara, no Estado do Pará, a 360 quilômetros da cidade; Caroá, a 90 quilômetros e Santana, distante apenas 10 quilômetros, que impedem a passagem dos motores. Lageado Grande — nasce em Caro-

lina e separa o município de Pôrto Franco de Imperatriz. O seu curso é de 160 quilômetros e é navegável.

Itaneira — Também tem sua nascente em território carolinense. Seu curso é de 90 quilômetros, desaguando no rio Tocantins, acima desta cidade 18 quilômetros. Forma êste rio a cachoeira da Piranha Branca, com capacidade para mover uma usina hidráulica. Dista, da cidade, apenas 30 quilômetros e tem, aproximadamente, 50 metros de altura.

Flôres — A sua origem é de Grajaú, no morro do Frade e serve de limite entre Imperatriz e Pôrto Franco. O seu curso é de 120 quilômetros.

Serra da Cinta — situada a leste do município, distando da sede municipal 90 quilômetros. Altura aproximada — 400 metros, com 36 quilômetros de comprimento por 6 de largura.

Pico do Oratório — a 90 quilômetros da sede municipal, mede, mais ou menos, 400 metros.

Lagoa das Piranhas — com a extensão de 5 quilômetros.

Lagoa Grande — extensão aproximada de 4 quilômetros.

RIQUEZAS NATURAIS — Madeira de lei e babaçu são as principais riquezas naturais, de origem vegetal. O solo é argiloso, com faixas arenosas esparsas. Luxuriantes pastagens naturais de capim "lajeado" oferecem grandes vantagens à indústria pastoril. Matarias com madeiras de lei e palmeiras de babaçu constituem a principal riqueza florística. A proporção do revestimento é de 50% para matas, 25% para caatingas e capoeiras e 25% para outras áreas.

A produção de amêndoas de babaçu, em 1956, atingiu 350 toneladas, no valor de 2 800 milhões de cruzeiros.

Acredita-se na existência de minas de diamante, o que, entretanto, ainda está sem exploração.

POPULAÇÃO — O Recenseamento de 1950 registrou, em Pôrto Franco, 10 491 habitantes, 5 169 homens e 5 322 mulheres, o que equivale a 2,41 habitantes por quilômetro quadrado. Na zona rural estavam localizados 87% da população. Existiam, no município, segundo o estado conjugal: casados, 3 017 — 1 441 homens e 1 576 mulheres; solteiros, 2 325 — 1 222 homens e 1 103 mulheres; viúvos, 464 — 89 homens e 375 mulheres; desquitados ou divorciados, 2 mulheres. Côr: brancos, 3 241 homens e 3 379 mulheres; pardos, 1 618 homens e 1 646 mulheres e pretos, 302 homens e 288 mulheres. Religião: católicos romanos, 10 182 pessoas — 5 010 homens e 5 172 mulheres; protestantes, 39 homens e 49 mulheres; espíritas, 70 homens e 60 mulheres; sem religião, 42 homens e 34 mulheres e sem religião declarada, 8 homens e 7 mulheres.

Segundo o Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 1956 era de 11 772 habitantes — 2,6 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Apenas 1 aglomeração urbana existe no município, a cidade de Pôrto Franco, com 1 354 habitantes, sendo 633 homens e 721 mulheres (Censo de 1950).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são pecuária e lavoura, sendo os principais produtos agrícolas: arroz (1 350 toneladas no valor de Cr$ 1 350 000,00), milho (262 toneladas valendo Cr$ 654 000,00), mandioca (1 800 toneladas, valendo Cr$ 360 000,00), cana-de-açúcar (2 200 toneladas, no valor de Cr$ 38 000,00), produção relativa a 1955, dados fornecidos pelo D.E.E.

No mesmo ano existiam no município 35 000 bovinos, 10 000 suínos, 2 500 ovinos, 3 500 caprinos, 3 000 eqüinos e 300 asininos e muares.

Dos produtos industrializados o principal é a farinha de mandioca: em 1955 a produção foi de 335 toneladas no valor de 1 340 milhares de cruzeiros. Os demais, na ordem decrescente e no mesmo ano, foram: 110 toneladas de rapadura valendo 770 mil cruzeiros; 50 toneladas de arroz pilado — 300 mil cruzeiros; 23 000 litros de aguardente de cana — 230 mil cruzeiros, e 11 toneladas de açúcar — 110 mil cruzeiros.

A pesca em Pôrto Franco é feita em pequena escala, sendo a produção destinada totalmente ao consumo da população local.

COMÉRCIO — São 10 os estabelecimentos varejistas na sede municipal. O comércio local mantém transações com Belém-PA, Recife-PE, São Paulo-SP, Capital do Estado e Rio de Janeiro, importando, dessas cidades, tecidos, ferragens, miudezas, bebidas, estivas, medicamentos, papel, máquinas, artigos de caça, chapéus e calçados. Os produtos agrícolas são destinados à praça de Belém e Garimpo de Chambioàzinho, enquanto que o gado vacum, para Vitória do Mearim-MA e Belém-PA.

A atividade portuária é pequena. A época de maior movimento é na estação invernosa, quando barcos motorizados de emprêsas sediadas nas cidades vizinhas de Tocantinópolis-GO e Marabá-PA atracam na sede.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por linha de navegação fluvial, através do Tocantins. O transporte é feito por meio de barcos motorizados. Não há campo de pouso na cidade, de vez que os porto-franquinos só utilizam o transporte aéreo em Tocantinópolis, cidade fronteiriça. Dali atravessam para Pôrto Franco em pequenas canoas.

São os seguintes os municípios limítrofes, meios de transporte utilizados e distâncias: Montes Altos: rodoviário, 100 quilômetros; Grajaú: rodoviário, 144 quilômetros; Presidente Vargas: cavalo, 39 quilômetros e fluvial, 36 quilômetros.

Prefeitura Municipal

Na cidade funciona uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Pôrto Franco conta com 140 ligações elétricas, num total de 14 500 velas, sendo 7 300 para fins particulares e 7 200 para iluminação pública. A fôrça motriz é de 80 H.P. Há, ainda, uma pensão — que cobra de diária Cr$ 40,00. Reside ali um advogado que desenvolve atividades profissionais. Registrados na Prefeitura, há 1 motociclo com 2 rodas, 2 caminhões, sendo 1 com capacidade para 3 a 5 toneladas e outro para mais de 5 toneladas, 10 bicicletas e 8 carros de boi.

Para manutenção da ordem existem 4 guardas e um Delegado Especial. A cadeia pública, construída especialmente para êsse fim, consta de 1 cela, 2 cubículos e 3 outras dependências. A sua capacidade é para 20 detentos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe a Escola de Corte e Costura, de ensino gratuito para môças pobres, a qual é mantida pela Igreja Católica. Há, também, o serviço de merenda escolar, para distribuição aos alunos da escola, e a Organização das Voluntárias.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas 1 farmacêutico presta assistência à população local. O município pertence ao 15.º Distrito Sanitário — Pôsto de Higiene do Estado —, cuja sede é Carolina. Possui a cidade 1 farmácia e 1 ambulatório, êste mantido pela Igreja Católica e tem por finalidade a distribuição gratuita de remédio.

ALFABETIZAÇÃO — Constatou o Recenseamento de 1950 a existência de 2 411 pessoas, de 5 anos e mais, que sabiam ler e escrever. Dêsse total, 279 homens e 311 mulheres estavam na sede.

Ensino — Funcionaram no município, em 1956, 11 unidades escolares — 10 do fundamental comum e 1 do fundamental supletivo. Havia 424 crianças, de 7 a 11 anos de idade, matriculadas no início do ano letivo de 1957. Dessas, 248 freqüentavam escolas na sede e 176, na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A Igreja Católica mantém 1 Escola Paroquial "São Francisco de Assis", de ensino gratuito à infância, e a biblioteca "Gonçalves Dias", com perto de 300 volumes, franqueada ao público. A Batista, 2 escolas dominicais, com 4 professôras. Há um serviço de alto-falante.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	300	...	426	126	425
1951	337	...	337	128	337
1952	373	...	373	129	397
1953	664	...	664	144	608
1954	750	...	801	52	796
1955	46	...	140	94	134
1956	638	...	1 105	53	791

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — O único festejo religioso é realizado a 8 de dezembro, em honra à Nossa Senhora da Conceição. Consta de missa e procissão, como encerramento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município pertence à paróquia de Nossa Senhora da Conceição, subordinada, eclesiàsticamente, à Prelazia de São José de Grajaú. Faz parte da mesma a Igreja-Matriz, com 2 sacerdotes, que realizaram, em 1956, 321 batizados e 93 casamentos. Existe, também, 1 templo protestante — Igreja Batista de Pôrto Franco, fundada em 1935, com 1 Ministro.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística Municipal no Maranrão; Redação final — Maria Rita de Miranda Jorge e Arthur Dias de Paiva.)

PRESIDENTE DUTRA — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Sua história, nos nossos dias, é pouco conhecida, talvez pela data recente da sua criação ou porque os historiadores ainda não se dedicaram ao assunto.

Situado à beira do riacho Preguiça, subafluente do rio Mearim, num terreno de barro massapê da zona denominada "japão", o município de Presidente Dutra, antigamente Curador, teve suas terras desmembradas do extenso território do município de Barra do Corda.

Foi criado pelo Decreto-lei estadual n.º 820, de 30 de dezembro de 1943, cuja instalação se deu em 28 de junho de 1944 pelo Sr. Raimundo Ferreira de Sousa que, graças aos esforços do Inspetor de Estatística, Dr. Otávio Vieira Passos, naquela época, junto ao Interventor Federal, Doutor Paulo Martins de Souza Ramos, tudo fêz para que tal ato acontecesse.

Respondeu pelo expediente da Prefeitura Municipal, na qualidade de 1.º Prefeito, o então Coletor Estadual, Senhor José Lúcio Bandeira de Melo, que o administrou de 24 de abril de 1945 a 31 de maio do mesmo ano, data

Prefeitura Municipal

em que foi substituído pelo major Valdemir Falcão, já agora falecido.

Teve seu topônimo alterado para Presidente Dutra, pela Lei n.º 208, de 18 de dezembro de 1948, como homenagem maranhense ao então Chefe do Executivo Brasileiro, General Eurico Gaspar Dutra.

Desmembrado como foi do município de Barra do Corda, ficou como têrmo sujeito àquela comarca, que logo depois foi desligado e anexado à de Codó. Em junho de 1954, porém, foi criada a comarca de Presidente Dutra (1.ª entrância), instalada a 27 de dezembro do ano seguinte, pelo Dr. Herchel Carvalho, atual Juiz de Direito. O seu corpo judiciário compõe-se de 1 Juiz de Direito, 1 Promotor Público e 2 Tabeliães (1.º e 2.º Ofícios).

É sede da 46.ª Zona Eleitoral do Estado. Possui dois distritos judiciários — o da sede e o de São José dos Basílios, com projeto de lei na Câmara Estadual para a criação de mais 2 — Angical e Calumbi.

Já depois de constituído município sofreu alteração na sua configuração geográfica por haver perdido, em 1955, parte do seu território para, com êle, ser criado o município de Tuntum, que era, na ocasião, o seu mais próspero povoado.

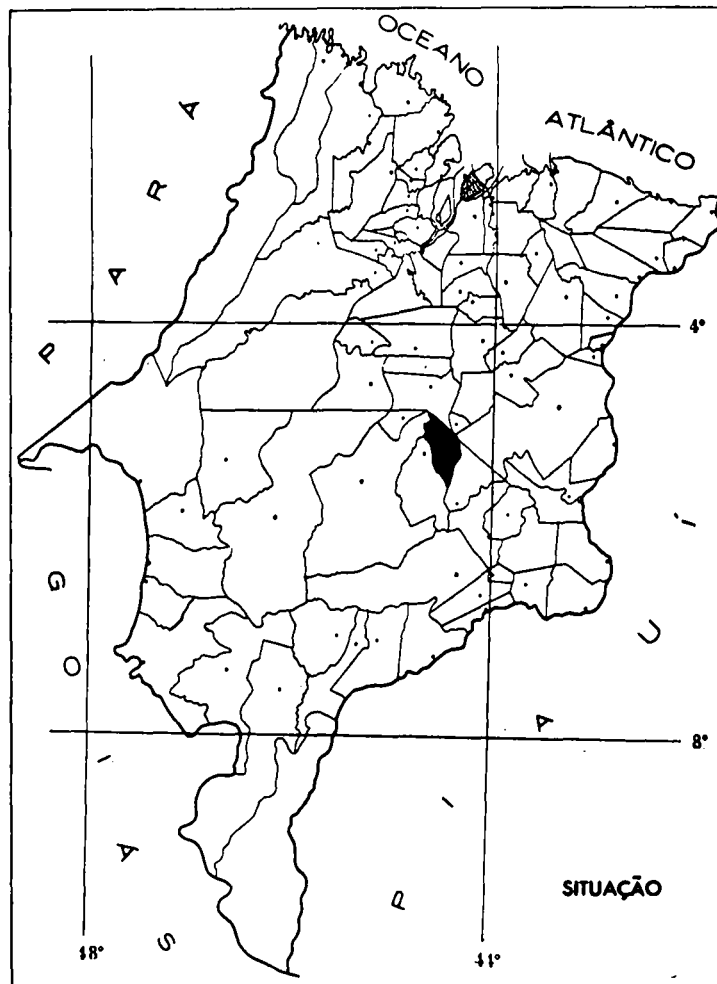
A primeira eleição para os cargos municipais ocorreu a 25 de dezembro de 1947, saindo vitoriosos os Srs. Ariston Arruda Leda e José Ribamar Carvalho, como Prefeito e Vive-Prefeito, respectivamente; para Vereadores: Honorato Gomes de Gouveia, Ataliba Basílio de Almeida, Virgílio dos Reis Feitosa, Nelson Sereno, Joana Gomes de Carvalho, Ilídio Fialho de Souza e Vicente Américo de Oliveira, apenas empossados em 17 de maio do ano de 1948. Nessa eleição votaram cêrca de 800 eleitores.

Nesse quadriênio merecem registro, entre os demais atos, a organização dos serviços da Prefeitura Municipal, abertura de estradas, instalação da Agência Postal-telefônica e Agência Municipal de Estatística, construção de pontes sôbre igarapés no interior do município e do campo de pouso da cidade.

Igreja-Matriz de São Sebastião

É o atual Chefe do Executivo Municipal o Sr. Adilon Arruda Leda, sendo que às eleições compareceram, aproximadamente, 2 500 eleitores.

O legislativo conta com 9 vereadores, eleitos por sufrágio direto.

LOCALIZAÇÃO — Pertence o município à Zona Fisiográfica do Alto Mearim. Limita com os municípios de Tuntum, Pedreiras, Colinas, Mirador, São Domingos do Maranhão e Barra do Corda.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Na época chuvosa verifica-se que durante o dia o clima é moderado e, à noite, frio. Há duas estações no ano, como, aliás, nos demais municípios maranhenses: inverno, de novembro a maio, e verão, de junho a outubro.

ÁREA — Com 1 260 quilômetros quadrados, Presidente Dutra é o 65.º município maranhense em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Existem no município várias lagoas, serras e riachos, entretanto sem grande valor. Dentre as primeiras destacam-se as do Curador, Pedra, Binga, Panelas e Grande. Das serras, Nazaré, Creoly, Canafístula e São Pedro e riachos, Maribondo, Mucura, Tuntum, São Joaquim dos Melos e Preguiça.

RIQUEZAS NATURAIS — Sòmente são conhecidos os babaçuais, porém sua exploração é de resultado reduzido: 25 000 quilogramas de amêndoas de babaçu valendo 200 mil cruzeiros em 1956. Argila para a fabricação de telhas e tijolos é encontrada no território, não sendo, contudo, de qualidade especial e a transformação industrial, devido

possìvelmente ao pequeno número de construções, pouco figurou nas estatísticas.

POPULAÇÃO — O Recenseamento de 1950 registrou em Presidente Dutra 36 270 habitantes, sendo 18 563 homens e 17 707 mulheres, e a densidade é de 28,78 habitantes por quilômetro quadrado. No quadro rural localizavam-se 95% da população.

Vista parcial da cidade

Dos 36 270 habitantes, segundo a côr, 49,64% eram brancos — 9 174 homens e 8 831 mulheres; pardos, ... 36,58% — 6 766 homens e 6 503 mulheres; a côr preta atingia 13,61% — 2 599 homens e 2 340 mulheres.

Da população existente com idade de 15 anos e mais, a maior percentagem era atingida pelos casados — 64,86% —, 6 139 homens e 6 357 mulheres; depois vinham os solteiros — 28,79% —, 3 357 homens e 2 191 mulheres. Colocados em plano secundário estavam os viúvos — 270 homens e 904 mulheres — e desquitados e divorciados — 1 homem e 2 mulheres. Na distribuição está incluída a população de Tuntum, município criado em 1955.

Sòmente para o município de Presidente Dutra calcula o Departamento Estadual de Estatística que a sua população, em 1955, é de 11 285 habitantes, passando sua densidade demográfica para 8,9 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Duas são as aglomerações urbanas — a da sede e a do distrito de São Joaquim dos Melos. A primeira, com 1 691 habitantes, sendo 829 homens e 862 mulheres, e, o segundo, com apenas 296 pessoas, das quais 157 homens e 139 mulheres.

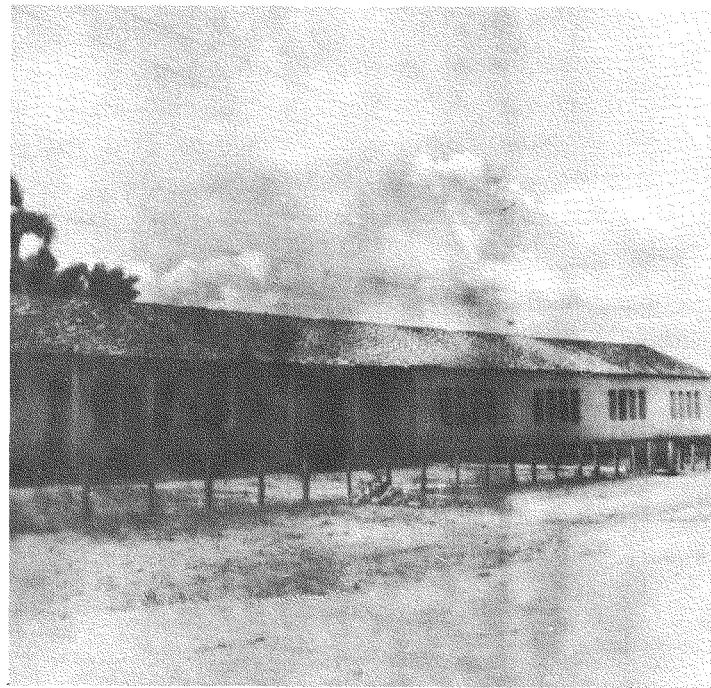
ATIVIDADES ECONÔMICAS — É na agricultura que repousa a principal atividade econômica de Presidente Dutra, destacando-se a lavoura de arroz: 3 900 toneladas em 1955, no valor de 13 milhões de cruzeiros; depois vem a de algodão, com 68 000 arrôbas valendo 4 080 mil cruzeiros. As outras, de resultados menores, vão a seguir especificadas: 23 000 toneladas de cana-de-açúcar no valor de Cr$ 3 450 000,00; 18 000 toneladas de mandioca valendo Cr$ 1 920 000,00, e 1 560 toneladas de milho no valor de Cr$ 1 560 000,00.

Igualmente reduzida é a indústria. Em 1955 deu a seguinte produção:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Rapadura	kg	133 200	181 400,00
Aguardente de cana	Litro	30 800	181 200,00
Farinha de mandioca	kg	34 320	86 630,00
Arroz pilado	»	39 000	84 500,00
Telhas e tijolos		200 000	75 900,00

Possuindo 6 000 ovinos, em 1956, ocupava o 3.º lugar como maior criador no Estado do Maranhão. Os demais componentes da população pecuária, em igual período e segundo estimativas feitas pelo Departamento Estadual de Estatística, são os seguintes: 10 000 bovinos, 30 000 suínos, 10 000 caprinos, 1 500 eqüinos, 1 600 asininos e 1 000 muares.

COMÉRCIO — Há, na sede municipal, 29 estabelecimentos varejistas, os quais mantêm transações com São Luís-MA, Recife-PE, Fortaleza-CE e Floriano e Teresina-PI, donde importam perfumarias, estivas e miudezas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Presidente Dutra liga-se aos municípios limítrofes pelos seguintes meios de transporte: Barra do Corda: rodoviário, 111 quilômetros; Dom Pedro: rodoviário, 36 quilômetros; Pedreiras: rodoviário, 126 quilômetros; São Domingos do Maranhão: rodoviário, 53 quilômetros; Tuntum: rodoviário, 18 quilômetros.

Escola Rural Dr. Murilo Braga

O município é servido por pequenos aviões — táxi-aéreo — quando fretados por particulares, de vez que não há linha regular.

Existe uma Agência Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — São completamente desprovidas de pavimentação as 18 ruas, 4 praças e 4 travessas de

Presidente Dutra. Há, entretanto, luz elétrica, desde o ano de 1953, contando-se 97 ligações domiciliares.

Bastante modernas são as instalações das 3 pensões existentes a serviço dos que visitam Presidente Dutra, as quais cobram a diária de Cr$ 80,00.

Os veículos registrados na Prefeitura Municipal eram 10 bicicletas e 2 carros de boi.

O campo de pouso do município fica localizado na sede, embora não haja linha regular de navegação aérea.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Pertence o município ao 17.° Distrito Sanitário — Pôsto de Higiene do Estado — com sede em Barra do Corda.

Sob a direção das Irmãs Terceiras Capuchinhas do Brasil, há o "Pôsto de Saúde n.° 6", que tem por finalidade a distribuição de medicamentos. Há, ainda, na sede municipal, a Associação de Proteção à Infância e à Maternidade.

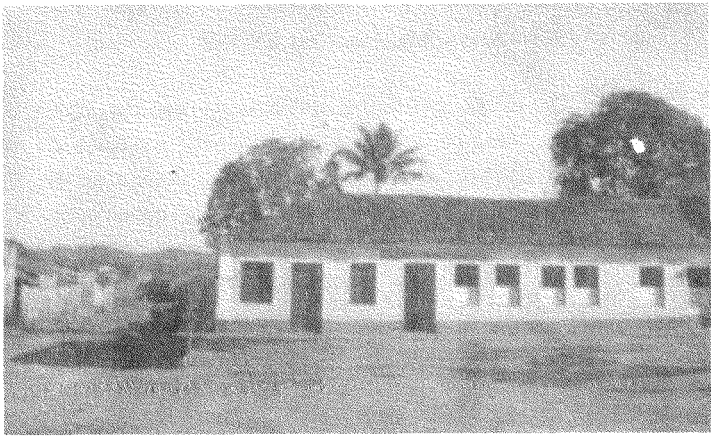
Apenas 1 farmácia é encontrada na cidade de Presidente Dutra, com regular estoque. Prestam assistência à população do município, 1 médico e uma farmacêutica.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Como serviço de assistência social existem o "Pôsto de Socorro n.° 6", mantido pela Cruz Vermelha Brasileira, que tem à sua frente 1 assistente; a Associação Rural e a União Artística Operária.

ALFABETIZAÇÃO — Das 30 143 pessoas de 5 anos e mais encontradas pelo Recenseamento de 1950, apenas sabiam ler e escrever 3 458 — 2 104 homens e 1 354 mulheres; 570 eram residentes na sede municipal (283 homens e 287 mulheres).

Ensino — Os estabelecimentos de ensino existentes no município, em 1956, eram 22, sendo do Fundamental Comum — 17; do Fundamental Supletivo — 4 e do Complementar — 1; 741 eram os alunos de 7 a 11 anos de idade matriculados em 1957, sendo que 469 na sede e 272 na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município, além da Biblioteca Paroquial, 2 serviços de alto-falantes

Agência dos Correios e Telégrafos

Educandário Santo Antônio

e o Educandário "São Francisco de Assis", dirigido pelas Irmãs Terceiras Capuchinhas do Brasil que mantém cursos de datilografia, artes domésticas, infantil e primário, êste com internamento para meninas e môças, de 5 a 18 anos de idade.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	457	338	103	338
1951	...	798	434	140	434
1952	...	1 124	571	262	571
1953	...	1 621	887	277	887
1954	...	1 562	774	304	774
1955	...	1 333	752	255	752
1956 (1)	...	2 186	1 070	390	1 070

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As festas religiosas de maior destaque no município são as de Nossa Senhora da Conceição, em maio, de São Sebastião, padroeiro da cidade, em novembro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Presidutrense é a denominação gentílica dada aos filhos do município.

Presidente Dutra é sede da paróquia de São Sebastião, subordinada eclesiàsticamente à Prelazia de Grajaú. Possui uma igreja de construção nova e de linhas modernas, talvez das mais importantes do interior do Estado. A sua pintura interna é de grande valor artístico e seus quadros são de rara singeleza e naturalidade. São ainda pertencentes a ela, 22 capelas públicas e 2 padres da Ordem Terceira dos Capuchinhos. Na Igreja Católica, em 1956, foram realizados 1 879 batizados, 417 casamentos e 8 procissões.

Duas são as igrejas protestantes — "Cristã Evangélica", com 1 Ministro, 4 diáconos e 4 presbíteros. Mantém 4 escolas dominicais, com 4 professôres e 150 alunos de ambos os sexos, assim como 1 escola de ensino não religioso, com 1 professor e 31 alunos.

No povoado Angical é encontrada, desde 1947, a Igreja "Batista Restrita", com 1 Ministro, 1 diácono e 2 escolas dominicais com 4 professôres e 59 alunos matriculados — 30 do sexo masculino e 29 do feminino.

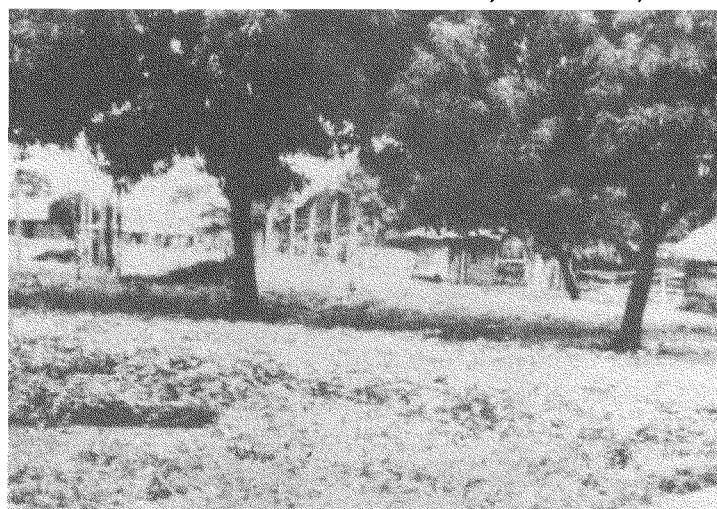
(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento e Inspetoria Regional de Estatística; Redação final — Maria Rita Jorge e Arthur Dias de Paiva.)

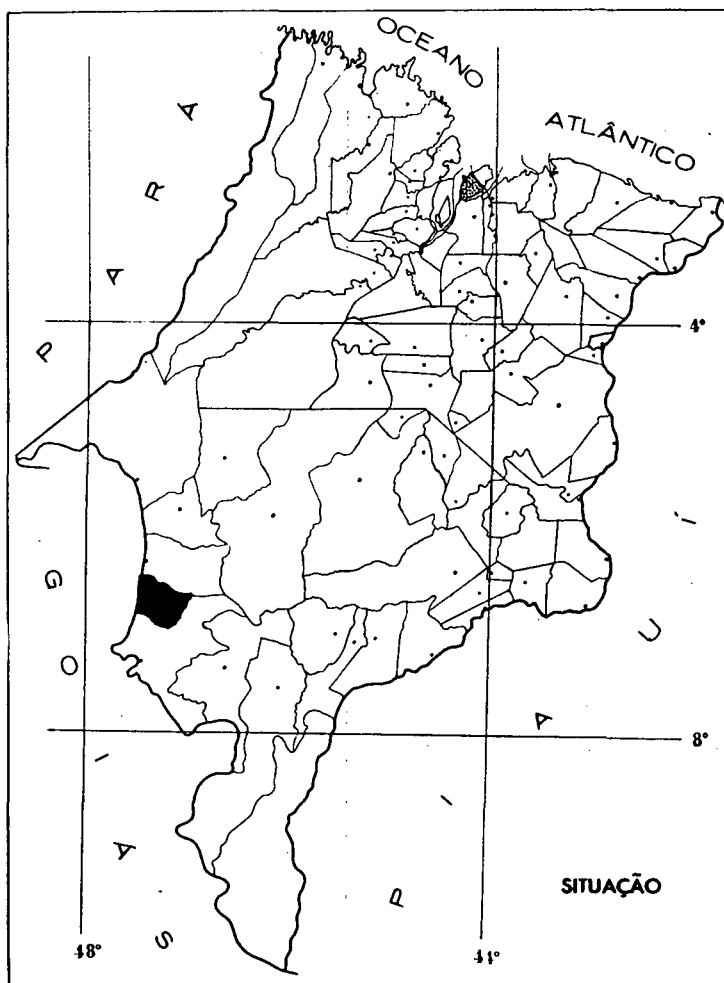
PRESIDENTE VARGAS — MA

Mapa Municipal no 3.° Vol.

HISTÓRICO — O primeiro devassamento do território de Presidente Vargas deu-se em 1909, em virtude de ser o ponto mais apropriado à passagem de viajantes do Estado do Maranhão que partiam de Goiás e vice-versa. Virgílio Franco e Antônio Marinho, considerando as vantagens do local, resolveram povoá-lo, estabelecendo-se com o ramo comercial. O nome primitivo dado à povoação foi o de Estreito, por ser o trecho mais apertado do Tocantins, medindo apenas 100 metros de largura. Mesmo assim foi considerado pelos seus primeiros povoadores acima indicados como ótimo ancoradouro para suas embarcações e bom ponto para o comércio de sal e mercadorias em geral, gêneros de suas especialidades. Em 1948 o povoado passou a distrito, com o nome de Paranaidji, subordinado ao município de Carolina. A 27 de dezembro de 1954 foi desmembrado de Carolina e elevado à categoria de cidade pela Lei estadual n.° 1 304, sendo que sua instalação deu-se no dia 17 de março de 1955, com a denominação de Presidente Vargas, em homenagem a êsse grande político brasileiro. Com a sua criação, ficou partido o município de Carolina pelo rio Farinha, o qual serve de limite entre os dois municípios. O primeiro Prefeito eleito, Sr. Alexandrino

Vista aérea da cidade

Milhomem, tomou posse no dia 5 de fevereiro de 1956; o pleito realizara-se em 3-X-1955, quando também foram eleitos os primeiros Vereadores da Câmara Municipal, que ficou assim constituída: Sinésio Abreu, Presidente; Marcelino Moura, Alda Franco, Bento Parreão, Alexandre Gomes Silveira, Almir Aguiar Milhomem, Aarão Jorge, Maria de Jesus Leal e Antônio Valentim. O atual Prefeito do município é o Sr. Alexandrino Silveira Milhomem.

Praça 17 de Março

LOCALIZAÇÃO — Presidente Vargas está localizado na Zona Fisiográfica do Tocantins. Limita-se com os municípios de Carolina, Riachão, Pôrto Franco, Grajaú e o Estado de Goiás.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 130 metros.

CLIMA — É quente, porém agradável devido às matas que constituem o município. O inverno — estação das chuvas — tem início em outubro e finda em abril, sendo os demais meses de estiagem, mais comumente chamados verão. Muito embora não exista Pôsto Meteorológico, calcula-se que sua temperatura máxima não exceda de 38°C, a mínima não sendo inferior a 18°C.

ÁREA — Com 3 790 quilômetros quadrados, é o 25.° município em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Presidente Vargas apresentava, no Recenseamento Geral de 1950, na qualidade de Distrito de Carolina (Paranaidji), 1 530 habitantes (792 homens e 738 mulheres), sendo a sua população rural de 1 939 habitantes ou 91%. Estimativas do Departamento Estadual de Estatística, em 1955, dão para população do município 1 736 habitantes, equivalendo a 0,46 habitante por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — O município de Presidente Vargas conta com apenas um centro urbano, o da sede municipal, com 131 habitantes (60 homens e 71 mulheres).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constituem a agricultura e a pequena indústria os principais ramos de atividade da população local, embora ambos sejam pouco expressivos. Segundo dados do Departamento Estadual de Estatística, os principais produtos agrícolas de Presidente Vargas, em 1956, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Arroz em casca	Saco de 60 kg	6 300	630 000
Feijão	» » » »	1 350	337 500
Mandioca	Tonelada	2 500	500 000
Cana-de-açúcar	»	35	4 900
Milho	Saco de 60 kg	4 000	240 000
Algodão em caroço	Arrôba	2 900	130 500
Laranja	Cento	5 850	2 250

A mesma repartição informa que, em igual período, a produção industrial ofereceu os seguintes resultados:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Farinha de mandioca	kg	30 000	120 000
Rapadura	»	30 000	210 000
Aguardente de cana	Litro	40 000	400 000
Fumo em corda	kg	555	22 200

Apresenta-se a pecuária com certo relêvo em Presidente Vargas, principalmente a criação de bovinos e suínos. Segundo elementos fornecidos pelo órgão regional de estatística do Maranhão, era a seguinte a população pecuária do município, em 31-XII-1956:

Bovinos	10 000
Suínos	2 500
Ovinos	600
Caprinos	600
Eqüinos	2 000
Asininos	600
Muares	1 000

A pesca é praticada apenas como atividade complementar e seu produto, insignificante — sòmente 540 quilogramas em 1956, valendo 6 mil, 480 cruzeiros —, é todo vendido internamente.

MEIOS DE TRANSPORTE — Presidente Vargas está ligado aos municípios vizinhos pelos seguintes meios de transporte: Carolina — fluvial 192 quilômetros; Pôrto Franco — fluvial, 36 quilômetros, ou a cavalo 39 quilômetros; Riachão — a cavalo, 135 quilômetros ou misto: a) fluvial, 192 quilômetros até Carolina, e b) rodovia 145 quilômetros; Grajaú — a cavalo, 304 quilômetros ou misto: a) fluvial, 72 quilômetros, até Pôrto Franco, e b) aéreo 167 quilômetros. À capital Estadual — 1.° misto: a) até Grajaú, acima descrito, e b) rodovia, via Pedreiras, 638 quilômetros ou 2.° misto: a) até Grajaú, acima descrito, b) rodovia, 433 quilômetros, até Coroatá, e c) ferrovia E.F.S.L.T., 273 quilômetros.

COMÉRCIO — Possui a sede municipal dois estabelecimentos varejistas, mantendo transações, exclusivamente, com Marabá-PA. O município importa tecidos, ferragens, miudezas, produtos alimentícios e farmacêuticos, petróleo e seus derivados.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados do Recenseamento Geral de 1950 revelam a situação de Presidente Vargas, recenseada àquela época como distrito de Paranaidji, pertencente ao município de Carolina, quanto ao nível de instrução: 34 pessoas de 5 anos e mais sabiam ler e escrever, as quais residiam na zona urbana.

Ensino — Segundo dados referentes a 1956, no município há apenas uma escola de ensino primário fundamental comum.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população é destituída de qualquer tipo de assistência médico-sanitária. As duas únicas casas comerciais — o que é muito comum no interior do Maranhão — vendem analgésicos, injeções e purgantes ou xaropes mais conhecidos, embora não sejam farmácias ou mesmo socorros-farmacêuticos. Também é uso trivial a feitura de "mezinhas" com ervas da flora local. Quando o caso é mais grave e o doente dispõe de recursos, embarca para Carolina que conta com médico residente e farmácias bem sortidas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação local dos habitantes é presidente-varguinos. Estão em exercício 9 vereadores eleitos em 3-10-1955. O município é têrmo da comarca de Carolina e a sua formação jurídica é representada por 3 Suplentes de Juiz de Direito, 1 Adjunto de Promotor Público, 1 Tabelião do Registro Civil e 1 Oficial de Justiça. Como festejo, cita-se apenas o de São Sebastião — padroeiro da cidade —, realizado no dia 20 de janeiro, sem assistência do Vigário.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — É, sem dúvida alguma, o rio Tocantins o principal acidente geográfico que se nota em Presidente Vargas. Serve o mesmo de limite com o Estado de Goiás. É mais navegável quando da estação invernosa, diminuindo no verão pelo decréscimo do volume de água e conseqüente aparecimento de cachoeiras que dificultam a navegação. Mais dois rios, de menor importância, são notados: o Farinha, que serve de limites entre Carolina e Presidente Vargas, e o rio Itaueira, divisa com o de Pôrto Franco. Também deve ser citada a serra da Menina, que separa o município de Presidente Vargas do de Grajaú.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	...	...	32	32	32
1956	638	...	162	29	135

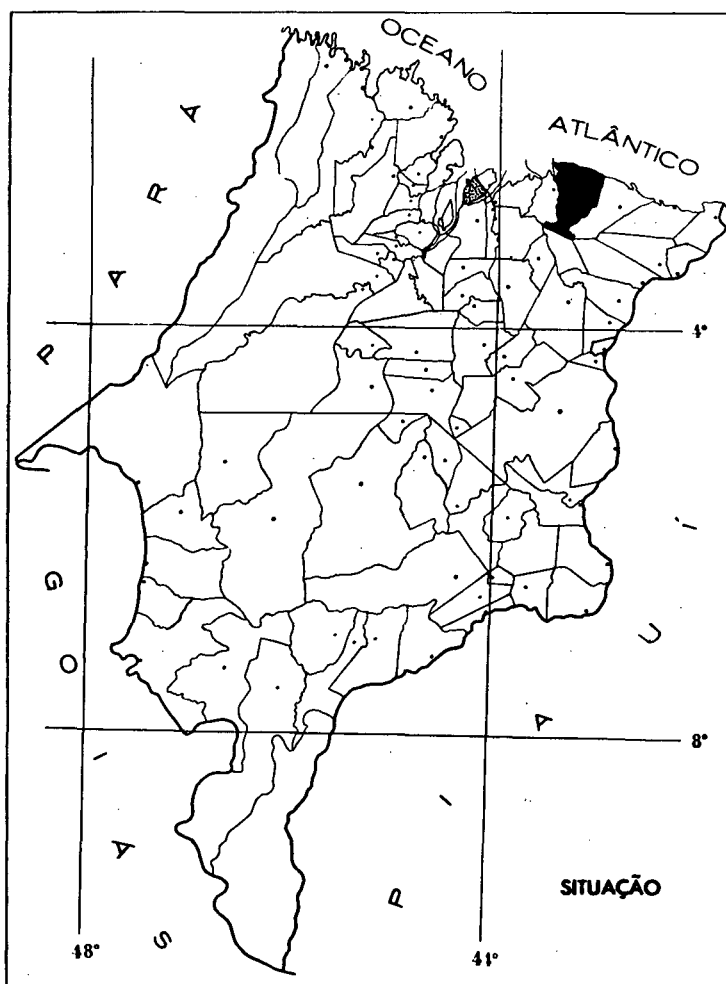
(Autor do histórico — Aderson Rodrigues Marinho, A.E. em Pôrto Franco; Redação final — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística, Inspetoria Regional de Estatística.)

PRIMEIRA CRUZ — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1936, quando da divisão territorial, o atual município de Primeira Cruz era distrito do de Humberto de Campos. Desaparecendo em 1938, foi, na divisão de 1944-1948, restabelecido. Em 28 de julho de 1947, por Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado, a divisão administrativa e judiciária fixada para 1944-1948 foi alterada, sendo criado, desde então, o município de Primeira Cruz, desmembrado, assim, de Humberto de Campos. Judiciàriamente compõe-se de dois Juízes Substitutos, um Juiz Municipal, quatro Juízes de Paz ou Distritais e de um Adjunto de Promotor, pois é têrmo da comarca de Humberto de Campos. A atual legislatura foi instalada em 1952, tendo sido eleito Prefeito o Senhor Adail da Silva Carneiro. A Câmara Municipal é composta de 7 vereadores.

Os habitantes locais recebem o nome de primeira--cruzenses.

LOCALIZAÇÃO — Pertence o município à Zona Fisiográfica do Litoral Nordeste. Limita-se com os municípios de Humberto de Campos, Barreirinhas, Urbano Santos e com o Oceano Atlântico.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 136 metros na sede municipal.

CLIMA — O inverno tem início no mês de janeiro, prolongando-se até junho, registrando-se, nesse período, muitas trovoadas e vendavais, sendo que os meses de chuvas mais intensas são abril, maio e junho. O verão, que tem lugar nos meses de julho a dezembro, caracteriza-se pelo calor durante sua quadra. Não há pôsto meteorológico no município.

Prefeitura Municipal

ÁREA — Atinge 3 020 quilômetros quadrados, sendo o 33.º município maranhense em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são rios: *Periá* — que nasce no lugar denominado Mapari, no município de Morros, descendo em direção Leste até a localidade de São Bernardo, continuando rumo norte, onde banha, na margem direita, as localidades Bacuri, Mirador, Santana, Sangulé, Guapiriba e Remanso, e a cidade de Primeira Cruz. Seu principal afluente é o rio Alegre, na margem direita, que desemboca na baía do mesmo nome, vindo depois o rio Bacabeira, também na margem direita. Serve de divisão entre êste município e o de Humberto de Campos. *Alegre* — nasce no lugar conhecido como Barrocas, descendo em direção leste até Rio Grande, tomando, daí, direção nordeste até Santo Amaro e, a seguir, em direção oeste, até desaguar no Periá, com a foz denominada Baía do Alegre. Banha, à direita, as localidades de Rio Grande, Santo Amaro e, à esquerda, as de Betânia, Boa Vista e Caité. A sua profundidade, até Boa Vista, varia de 5 a 14 pés e daí até a sua foz, apresenta-a com 25 pés. Como lagos merecem menção: *Guapiriba*, com 4 500 x 1 500 metros. A sua profundidade no inverno atinge até 45 pés. *Jangada* — 5 000 x 1 500 metros, tendo a profundidade, no verão, de 5 pés e, no inverno, até 45 pés.

RIQUEZAS NATURAIS — O sal e a cêra de carnaúba são as principais riquezas mineral e vegetal, respectivamente, e, no animal, peixe. Dessas, contudo, a que maior rendimento apresentou foi a de peixe, cuja produção, em 1956, atingiu 2 438 toneladas, valendo mais de 19 milhões de cruzeiros. As principais espécies de peixes existentes no município são pescada, cangatã, tainha, bagre, peixe--pedra, curvina, mero, camurupim e traíra. A seguir vem a produção de sal marinho: 8 342 toneladas no valor de dois e meio milhões de cruzeiros.

Por último aparece a cêra de carnaúba, da qual, no mesmo período, foram produzidos 21 300 quilogramas no valor de Cr$ 1 278 000,00.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população de Primeira Cruz era de 9 693 habitan-

Escola Rural

tes e tinha a seguinte composição: homens 4 843; mulheres — 4 850; brancos — 1 136; pretos — 89; pardos — 8 466; amarelo — 1. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 5 199, havia 2 313 solteiros; 2 610 casados e 273 viúvos. Em religião predominaram os que se declararam católicos apostólicos romanos, em número de 9 608. A densidade demográfica era de 3,21 habitantes por quilômetro quadrado. Localizam-se no quadro rural 77% da população. O equilíbrio entre homens e mulheres é também observado na população das zonas urbana e suburbana (quadro urbano — 642 homens e 640 mulheres; suburbano — 47 homens e 47 mulheres). Situa-se em população, em 63.º lugar na relação dos municípios ao Estado.

Vista do pôrto, destacando-se a rampa de embarque e desembarque

Segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística, a população do município calculada para 1956 era de 11 152 habitantes, o que faz com que a densidade demográfica passe para 3,69 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Duas são as aglomerações urbanas do município — cidade de Primeira Cruz, com 7 302 habitantes (3 604 homens e 3 698 mulheres) e o distrito de Santo Amaro, com 2 391 (1 239 homens e 1 152 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta sua economia na pesca, agricultura e indústria extrativa. A farinha de mandioca, milho e feijão são os produtos agrícolas do município, tendo São Luís, Barreirinhas, Humberto de Campos e Urbano Santos-MA como os seus maiores compradores.

Bem reduzido foi o resultado obtido com a agricultura em 1955, destacando-se a cultura natural de côco-da-baía (12 000 centos no valor de Cr$ 1 440 000,00). As demais produziram: arroz com casca — 25 800 quilogramas — Cr$ 64 500,00; laranja — 5 600 centos — ...... Cr$ 50 400,00; mandioca — 960 toneladas — .... Cr$ 211 200,00; milho — 30 toneladas — Cr$ 50 000,00. Mais promissora se apresentou a produção industrial, principalmente a da farinha de mandioca: 1 203 toneladas no valor de quase 4 milhões de cruzeiros.

Por não serem avultados os rebanhos de Primeira Cruz, pequena é a exportação de gado, e, quando isso

Vista parcial da Travessa Pio XII

acontece, quase sempre é para Ribamar e São Luís-MA que é feita. O total da população pecuária em 1956, calculada pelo Departamento Estadual de Estatística, era de 51 330 cabeças, com a seguinte distribuição:

bovinos	9 400
suínos	30 000
ovinos	1 800
caprinos	8 000
eqüinos	1 300
asininos	180
muares	650

Das pessoas de 10 anos e mais, 24% estão ocupados no grupo "agricultura, pecuária e silvicultura" e 8% na indústria extrativa.

COMÉRCIO — Contando com 39 estabelecimentos varejistas, mantém transações sòmente com a capital do Es-

Avenida 16 de Outubro

Outro aspecto da Avenida 16 de Outubro

tado, de onde importa tecidos em geral, produtos farmacêuticos, café, açúcar, cigarros, ferragens, louças, derivados de petróleo, conservas, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Primeira Cruz é servido por linhas regulares de navegação marítima e táxi-aéreo. Comunica-se com os seguintes municípios vizinhos: Barreirinhas: a cavalo, 108 quilômetros; Humberto de Campos: marítimo, 12 quilômetros; Urbano Santos: a cavalo, 120 quilômetros. As embarcações usadas no município são barcos e canoas pequenas. Possui uma Agência Postal-telegráfica, subordinada ao Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Primeira Cruz é servida de luz elétrica, cuja usina é de propriedade da Prefeitura Municipal, que fornece energia para as residências, iluminação pública e fôrça motriz.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população pelo 7.º Distrito Sanitário (Pôsto de Higiene), com sede em Rosário, cujo chefe visita diversos municípios, inclusive o de Primeira Cruz. Existe na sede municipal um Pôsto do Serviço Nacional de Malária, porém sem médico. Apenas uma farmácia atende à população do município.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 8 011 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 1958, ou seja, 21% sabiam ler e escrever. Dêsse total, 925 eram homens e 933 mulheres. Na sede municipal, das 1 144 pessoas de cinco anos e mais, 565 sabiam ler e escrever, sendo 247 homens e 318 mulheres.

Ensino — Há, no município, 44 unidades escolares de ensino primário, sendo 38 fundamental comum, 5 fundamental supletivo e uma complementar. Em 1957, encontravam-se matriculados, 1 443 alunos, de 7 a 11 anos, sendo que 441 na sede e 994 na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui o município a Biblioteca Infantil Professor Luís Rêgo, com 1 200 volumes aproximadamente, destinada ao público e de finalidade geral.

O Cine Primeira Cruz, de propriedade da Prefeitura Municipal, está localizado na Praça Magalhães de Almeida. Encontra-se paralisado desde outubro de 1955.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	185	614	...	614
1951	—	171	517	...	617
1952	—	209	747	...	678
1953	—	274	661	57	713
1954	—	181	728	77	591
1955	—	177	728	74	724
1956	25	297	620	84	674

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — De caráter religioso realizam-se no município as tradicionais procissões de Nossa Senhora Santana, a 26 de julho; São Pedro, a 29 de junho e Nossa Senhora da Conceição, a 8 de dezembro. São festejados, também, a 16 de outubro, a data da Independência do município e o Dia da Árvore, a 7 de setembro.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento e Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Maranhão; Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta e Arthur Dias de Paiva; Autor do histórico — Mário Carneiro dos Santos, A.E.)

RIACHÃO — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Sabe-se que Elias Ferreira Barros e Manoel Coelho Parede foram os fundadores do povoado que, mais tarde, receberia o topônimo Riachão.

Pastos Bons, de onde vieram os bandeirantes, era a localidade mais próxima, e representava uma capitania da província a que teria de pertencer o núcleo demográfico. Elias Ferreira Barros proclamando fundado o povoado, denominou-o de Riachão, por ficar situado à margem de um caudal de águas cristalinas, momentos antes classificado de Riachão, passando, mais tarde, para rio Maravilhas, nome que conserva.

Seguindo a sua verdadeira vocação de desbravador e povoador, cuidou da criação, fundando várias fazendas de gado vacum, cavalar, etc., contribuindo, destarte, para maior expansão da região Lapa, centro que melhores condições oferecia para tal ramo de atividade.

A denominação Lapa, dada à região pastoril, contam vir da existência, naquela parte desavizinhada de serra em plena chapada, de aspecto panorâmico raro no gênero, cuja forma oblíqua serve de abrigo ao vaqueiro ou caçador.

Em 1824 Manoel Coelho Parede atribuiu a si mesmo o domínio de Lapa. Transladou o povoado desde 1813, com o título de vila conferido pelos fundadores, para um planalto bem servido de água, e com matas para lavoura, a 4 quilômetros do local primitivo.

Mais tarde, em 19 de abril de 1833, vem o ato oficial do Govêrno Imperial confirmando a categoria de vila e

estabelecendo a freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Riachão, acrescentando a êste ato, ao mesmo tempo, a doação à paróquia de uma área de terras com a configuração descrita em raio de meia légua, partindo do local em que assenta atualmente a igreja-matriz. Desta feita, veio o ato constituindo o município autônomo por desmembramento de Pastos Bons, a cuja jurisdição ainda pertencia.

Em data não precisa houve, no município, grupo armado disperso da Balaiada, usando armas, entre estas, a chamada espingarda de pedra, isto é, dotada de pedra de fogo para disparar. O histórico Morro do Fogo, a 5 quilômetros da sede, serviu de ponto estratégico aos invasores na luta contra as fôrças legalistas. Naquela ocasião, com receio de roubo pelos invasores, houve quem enterrasse jóias valiosas, dinheiro de ouro e prata, em grande quantidade. Daí a versão de que, atualmente, ainda há muito cabedal embaixo da terra.

Contam que durou dias seguidos a festa dos escravos quando libertados por lei. A comemoração constou de cantorias ao som de tambor, viola, etc., em ritmo tìpicamente da época.

Em 1908 foi Prefeito (Intendente, como era chamado), por sufrágio do povo, o Sr. Rozendo Ferreira Santiago, que exerceu o mandato até 1910.

O ano de 1922 é considerado importante para o município que, com mais de um século vivido, quase segregado da comunicação, veio a ter o seu telégrafo.

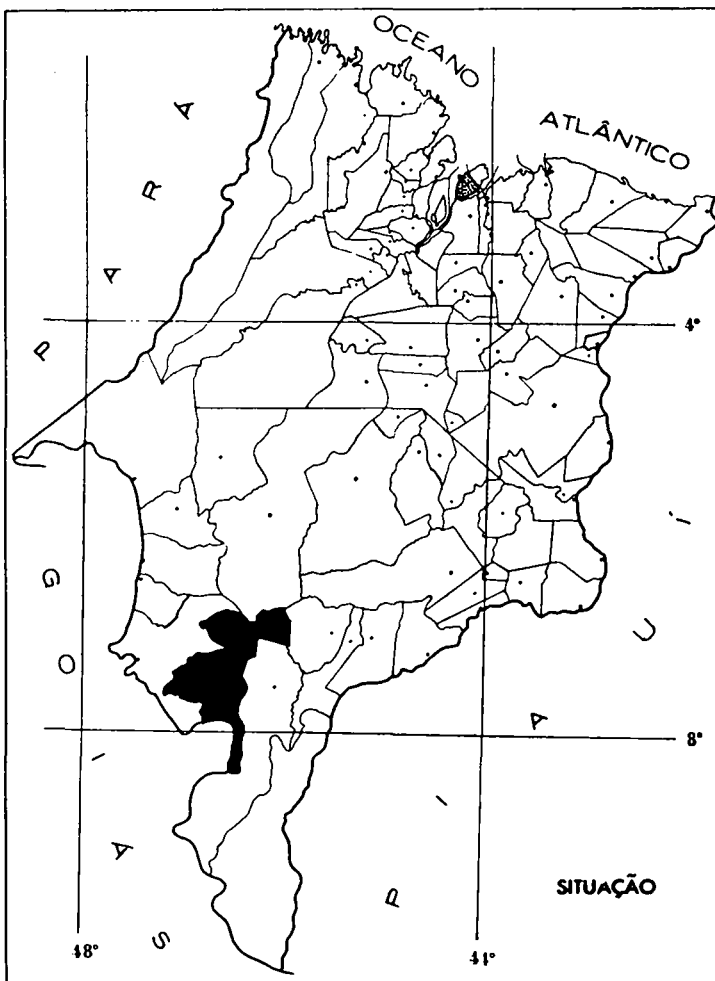
Em 1925, a 25 de agôsto, correu às ruas da cidade, pela primeira vez, o carro motorizado (caminhão), de propriedade do Sr. Mário Coelho de Balsas. Teve cunho brilhante a recepção à caravana.

No ano de 1935 foi assinalada a passagem do primeiro centenário da freguesia de Nazaré, com missa campal no cimo do Morro da Penha, oficiada pelo padre Clóvis Vidigal, filho do município, com o concurso oficial do então Prefeito, Sr. Antônio Pereira da Silva e orientação técnica do progressista Dr. Helvídio de Sousa Pinheiro.

A luz elétrica foi instalada já no ano de 1953, melhoramento proporcionado na administração do então Prefeito Municipal, Sr. Boanerges Coelho dos Santos. É o atual Prefeito do município o Sr. Luso Rocha.

Grupo Escolar Artur Lemos

LOCALIZAÇÃO — Riachão pertence à Zona do Alto Parnaíba.

São as coordenadas geográficas da sede: latitude Sul — 70° 25'; longitude W. Gr. — 46° 38' 17". Posição relativamente à Capital do Estado: rumo — S.S.O.; distância em linha reta — 586 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 110 metros, na sede municipal.

CLIMA — O inverno, embora iniciado em setembro e terminado em maio, é, todavia, notória a sua fase mais intensa de janeiro a março. Por outro lado, o verão, cujo período normal começa em junho e vai até agôsto, é caracterizado pelo frio sêco e ventos gerais. Não há pôsto meteorológico no município.

ÁREA — Com os seus 8 550 quilômetros quadrados, Riachão é o 11.° município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Segundo informações do Recenseamento de 1950, a população de Riachão era composta por 18 986 habitantes — 2,22 habitantes por quilômetro quadrado — dos quais, 9 230 homens e 9 756 mulheres. Do total da população, 94% ocupavam a zona rural.

A côr branca representava 58% da população local, isto é, 10 922 (5 275 homens e 5 647 mulheres); a preta, 28% — 5 355 (2 633 homens e 2 722 mulheres); a parda, 14,2% — 2 696 (1 314 homens e 1 382 mulheres); além de 13 sem referência à côr — 0,3%.

Ainda pelo Recenseamento de 1950, das 10 343 pessoas de 15 anos e mais, apresentou maior percentagem o grupo dos casados — 53% (5 505); solteiros — 4 101; viúvos — 719; desquitados ou divorciados — 3 e sem declaração de estado conjugal — 15.

Segundo calcula o Departamento Estadual de Estatística, em 1.º-VII-1956, Riachão contava 20 318 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A criação de gado e a lavoura são as principais atividades econômicas do município. Na criação é empregado o sistema da sôlta em campo aberto, exceto alguns criadores que vêm adotando, nos últimos tempos, manter em cercados o gado zebu existente em Riachão em vários tipos. Há exportação de gado para os municípios de Barra do Corda, Pedreiras, Coroatá e São Luís-MA, e, em menor escala, para os garimpos de Goiás, num total de, aproximadamente, 1 500 cabeças por ano.

Com 60 000 bovinos, é o segundo município do Estado nesse tipo de criação, sendo que os demais são 25 000 suínos, 1 200 ovinos, 2 000 caprinos, 3 500 eqüinos, 3 000 asininos e 1 000 muares.

Na lavoura, as épocas de maior movimento, ordinàriamente, são a do plantio e a da colheita; por ocasião da colheita usa-se fazer o pagamento com parte do próprio produto colhido e, raríssimas vêzes, em dinheiro.

Os principais produtos agrícolas do município — arroz, milho, mandioca, cana-de-açúcar, algodão e feijão, são destinados, com destaque, para Balsas-MA e Floriano-PI.

Um engenho de ferro e diversos de madeira movidos a tração animal, um beneficiador de arroz motorizado, constituem a indústria principal e de maior significação econômica no município, funcionando com pessoal não especializado e utilizando matéria-prima do próprio local. De menor expressão incluem-se as casas de farinha, pequenos curtumes e algumas caieiras.

Em 1955 essas duas produções — agrícola e industrial — obtiveram os seguintes resultados:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$ 1 000)
Produção agrícola			
Algodão	kg	42 000	196 000
Arroz	Saco de 60 kg	16 500	1 980 000
Banana	Cacho	22 000	132 000
Batata-doce	Tonelada	6	9 000
Cana-de-açúcar	»	750	60 000
Côco-da-baía	Cento	160	48 000
Fava	Saco de 60 kg	480	86 400
Feijão	Saco de 60 kg	730	175 200
Fumo	kg	6 450	150 500
Laranja	Cento	4 500	112 500
Mandioca	Tonelada	2 000	584 000
Melancia	Fruto	1 800	18 000
Milho	Saco de 60 kg	3 770	414 070
Tangerina	Cento	220	5 500
Produção industrial			
Rapadura	kg	43 200	212 650
Aguardente de cana	Litro	11 315	75 075
Arroz pilado	kg	13 920	64 960

Há, também, produção extrativa de origem vegetal: babaçu, palhas, madeiras em geral e cascas; de origem mineral: pedra comum para construção e de espécie para o fabrico de cal. Com exceção do babaçu que é exportado, os demais são destinados ao consumo interno.

Praça Juscelino Kubitschek

Riachão não é, como a maioria dos municípios maranhenses, grande produtor de amêndoas de babaçu, o que se verifica pelo resultado dos 5 últimos anos:

ANOS	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$)
1952	30 000	72 000
1953	20 000	70 000
1954	25 000	62 500
1955	30 000	135 000
1956	22 000	187 000

A pesca é ocupação exercida por lavradores visando o consumo próprio ou mesmo pequenos negócios. Em 1956 sua produção foi de 2 550 quilogramas no valor de 24 mil e 200 cruzeiros.

Das 12 823 pessoas de 10 anos e mais, no exercício de atividade principal, segundo o apurado no Recenseamento de 1950, 36% se dedicavam à agricultura, pecuária e silvicultura.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município pôssui, na sede, um campo de pouso que permite a aterrissagem de aviões DC-3. Por isso, há facilidade de ligação com a capital do Estado e Rio de Janeiro, que há bem pouco tempo era morosa e difícil. Liga-se com os municípios vizinhos pelos meios a seguir indicados e respectivas distâncias: Balsas — rodoviário, 78 quilômetros ou aéreo, 45 quilômetros; Carolina — rodoviário, 145 quilômetros ou aéreo, 110 quilômetros: Grajaú — a cavalo, 271 quilômetros, ou aéreo, 230 quilômetros; Presidente Vargas — 135 quilômetros; São Raimundo das Mangabeiras — a cavalo, 130 quilômetros.

COMÉRCIO — São os seguintes, na sede municipal, os estabelecimentos existentes: 24 varejistas e 2 industriais.

Tecidos em geral, louças, ferragens, miudezas, produtos alimentícios e farmacêuticos, são importados pelo município, enquanto suas mais acentuadas transações são mantidas com Recife-PE, Fortaleza-CE e Teresina-PI.

ASPECTOS URBANOS — Riachão não possui logradouro nenhum beneficiado por qualquer tipo de pavimentação. São 95 as ligações elétricas existentes na sede; a capacidade do gerador que fornece energia é de 25 000 kW.

As pensões locais, em número de duas, não são dotadas de acomodações confortáveis. O preço da diária é Cr$ 50,00.

Integram a Câmara Municipal 9 Vereadores.

A Guarda Civil, com 1 Delegado e 3 guardas e a Cadeia Pública, com capacidade para receber 6 presos, são controlados pela municipalidade.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telegráfica.

RELIGIÃO — Das 18 986 pessoas recenseadas em 1950, 18 904 (9 187 homens e 9 717 mulheres) — 99,60% — professavam a religião Católica Romana. Havia ainda, apenas, 69 protestantes, 5 espíritas, 5 sem religião e 3 que não declararam qual religião professavam.

Riachão, como sede da Paróquia "Nossa Senhora de Nazaré", apresentou o seguinte movimento religioso em 1956: batizados — 747; comunhões — 11 095; casamentos — 171; extremas-unções — 10; encomendações — 12, e procissões — 2. Sob a administração do Pároco, funciona a Biblioteca "Nossa Senhora de Nazaré", destinada aos estudiosos, associados das congregações apostólicas da Paróquia, versando os seus 390 volumes sôbre assuntos gerais. Dentre outras associações religiosas cadastradas, apenas merece destaque a de "Nossa Senhora do Perpétuo Socorro", por estender suas atividades de assistência social a pobres e doentes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na sede municipal verefica-se a existência de um Pôsto de Saúde, sem prestar, no momento, qualquer assistência à população.

Apenas 1 dentista exerce suas atividades profissionais. Existem 3 socorros farmacêuticos.

Faz parte do 13.º Distrito Sanitário, cujo médico fica sediado no município de Balsas.

ALFABETIZAÇÃO — Recenseamento de 1950:

MUNICÍPIO, CIDADE E VILA	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS				
	Total	Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever (1)	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Riachão	15 630	1 521	1 166	5 995	6 948
Cidade	840	206	294	147	193
Vila — Fortaleza dos Nogueiras	267	53	41	84	89
Quadro rural	14 523	1 262	831	5 764	6 666

(1) Incluídas as pessoas de instrução não declaradas.

Ainda segundo os resultados do Censo de 1950, existiam em Riachão 26 pessoas — 16 homens e 10 mulheres — de 10 anos e mais que possuíam curso completo, sendo 22 de grau elementar — 14 homens e 8 mulheres; 3 de grau médio — 1 homem e 2 mulheres; e 1 homem com instrução de grau superior.

Ensino — (1956) — Apenas é difundido o ensino primário, através de 22 unidades escolares, sendo 18 do ensino fundamental comum, 3 de fundamental supletivo e 1 de complementar.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A Prefeitura Municipal mantém, para uso exclusivo da entidade, a "Biblioteca da Prefeitura". Possui 800 volumes.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Morro da Foice, a 20 quilômetros da sede e localizado na parte alta da chapada do mesmo nome, cuja excepcional altura — 500 metros — observada a larga distância, se aproveitada, prestar-se-á com vantagem para um farol.

Pedra da Lapa, denominação original da própria zona Lapa — principal centro de criação de gado e, igualmente descrita pelo historiador Parsondas de Carvalho — localizada a 40 quilômetros da sede. É uma fabulosa curiosidade no gênero, tanto pela raridade em plena campina desavizinhada de serra ou outro qualquer acidente, quer pelo seu tamanho, cuja parte saliente do solo assemelha-se a um lado de teto.

Praça Getúlio Vargas, vendo-se a Igreja-Matriz

Cachoeira Cocal, no rio do mesmo nome, próxima ao lugar Boa Saúde, a 30 quilômetros da sede. Sua altura exata é de 62 metros. O seu volume de água e potência são desconhecidos por falta de estudos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	100	336	34	425
1951	...	236	349	42	363
1952	...	300	401	63	510
1953	...	438	761	67	768
1954	...	431	609	57	527
1955	...	396	743	62	811
1956 (1)	...	756	888	76	646

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município é têrmo da comarca de 1.ª entrância, Balsas, possuindo 1 Juiz Suplente e 1 Adjunto de Promotor.

É notada a existência dos seguintes veículos, apesar de os mesmos não terem sido registrados na Prefeitura Municipal: 1 jipe, 2 bicicletas, 1 carroça comum de duas rodas, 1 caminhão com capacidade para 3 a 5 toneladas e 20 carros de boi.

Aos nascidos em Riachão é dada a denominação gentílica de "riachãoense".

É filho ilustre da terra, dentre outros: *Artur de Sousa Lemos,* nascido a 1.º de abril de 1871. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Foi Promotor Público em sua terra natal; Procurador Fiscal do Tesouro Estadual do Pará; Consultor Jurídico no Ministério da Viação e catedrático de Direito Constitucional na Faculdade de Direito do Pará; deputado estadual, federal e senador pelo Pará. Parlamentar, jurista e poeta.

Quanto aos festejos populares realizados no município merecem lugar de destaque os do Divino Espírito Santo e Reis.

"Divindade" — como geralmente é chamado, é realizado anualmente, — ainda sendo mantidos os mesmos cunhos folclóricos das primeiras épocas, como sejam: bandeira, tambor e cânticos alusivos aos festejos. Citam-se algumas letras:

Meu Divino pede esmola
Não é por carecer
Pede pra "espremententar"
Qual o devoto que é seu

Rua "arriba" rua abaixo
Topei com Nossa Senhora
Onde tu vai filho meu
Nós anda tirando esmola

Canta, canta, passarinho,
Na sombra do arvoredo
Canta com o biquinho fechado
Não descobre teu segrêdo

Deus lhe pague sua esmola
Que vós deu de coração
Neste mundo ganha um prêmio
E no outro a salvação

Corre o vento da bandeira
Ajêlhe não se espante
Divino Espírito Santo
Cobrie com vosso manto

Deus lhe pague sua esmola
Nossa Senhora lhe abrace
No céu entra quem merece
Quem de Deus caiu na graça

Praça da Criança

Rua Barão do Rio Branco

Quanto à folia dos Santos Reis é bastante animada. Eis as quadrinhas mais usadas:

Tum tum tum bate na porta
Teresa vai vê quem é
É o filho de Maria Virgem
Nos braços de São José

Cheguei em sua casa
Pus a mão na fechedura
Abre porta e janela
Coração de pedra dura

Boa noite, boa noite
Boa noite a luz de Deus
Senhora dona da casa
Venha ver o Santo Reis

O sol entra pela porta
A lua pela janela
A espera da esmola
Daqui não saio sem ela

Os donos desta casa
São duas velas de prata
Uma alumêa Santana
A outra Bom Jesus da Lapa

A dona desta promessa
Estava de vela na mão
Se não fôsse Santo Reis
Estava debaixo do chão

Em 1953 o Ministério da Agricultura instalou o Pôsto Agropecuário de Riachão, ocupando uma área de 200 ha. Possui culturas de arroz, milho e feijão, cujas produções, na última safra (1956-1957), atingiram 6 760 quilogramas, 3 680 quilogramas e 52 quilogramas, respectivamente; uma residência para o administrador; 1 galpão provisório; 5 640 metros de cêrca de arame farpado — com 5 fios; 1 poço revestido de alvenaria; 1 pluviômetro; e 1 500 metros de estrada carroçável, são as benfeitorias de que dispõe o Pôsto de Riachão. Quanto às máquinas possui: 1 carrêta

agrícola "Pontal", 1 arado de 1 disco, 2 cultivadores, uma semeadeira de 1 linha, 5 arados de aiveca reversível, uma grade de dentes, 38 polvilhadeiras, 3 pulverizadores e dois extintores de formigas.

(Autor do histórico — Albino Reis Duarte, A.E.; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Departamento Estadual de Estatística; Departamento de Terras, Geografia e Colonização; Serviço Nacional de Recenseamento; Inspetoria Regional de Fomento Agrícola e Inspetoria Regional de Estatística; Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva.)

RIBAMAR — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Ribamar, ex-São José de Ribamar, está edificado na extremidade leste da ilha de São Luís, tendo em frente a baía de São José e distando da Capital do Estado 31 quilômetros. Foi, em seu princípio, aldeia dos índios gamelas, provida de Pároco ou Missionário. Em 2 de julho de 1757 até o dia 5 de agôsto do mesmo ano, o governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza, em companhia de várias pessoas, e em presença do padre jesuíta, José Velloz Vidigal, que ali residia, declarou que, conforme o alvará com fôrça de lei, com a data de 7 de junho de 1755, removia os regulares da administração temporal dela, restituía aos índios a liberdade de suas pessoas, e elevava a aldeia à categoria de lugar, com a mesma denominação.

Soube o governador não haver terra alguma pertencente à aldeia, por se achar a mesma localizada dentro das terras dos religiosos da Companhia de Jesus, concedidas por datas e sesmarias pelo governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, em 16 de dezembro de 1627, as quais foram demarcadas e tombadas havia pouco tempo pelo ouvidor Mathias da Silva Freitas, em virtude da provisão de 13 de março de 1729, pela qual Sua Majestade o constituiu Juiz do tombo de tôdas as terras dêstes padres.

Apesar de não possuírem os índios terras próprias para sua lavoura, entendeu o governador que era necessário adjudicar-lhes qualquer terreno, embora pertencesse aos padres da Companhia ou a outras pessoas, sem embargo dos títulos que tivessem, e tudo isto em execução da real ordem de Sua Majestade, datada de 6 de junho de 1755. Para êste fim mandou chamar à sua presença João Ferreira Andiroba, Theodoro Amado Ames, Theodósio da Silva e Francisco Xavier Corrêa, os quais, sob o juramento dos santos evangelhos, pediu que marcassem terras, o suficiente, não só para subsistência dos atuais índios, como também para cem casais que pretendia introduzir no lugar. Êles fizeram mais do que lhes fôra ordenado. Marcaram terras para a subsistência de 200 casais durante um século, como se vê no têrmo lavrado pelo escrivão Bernardo Marques de Matos no dia, mês e ano da criação do lugar.

A vida política de São José de Ribamar começou pelo governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza em 1757, ano em que elevou o lugarejo à categoria de "Lugar".

Em 1896 já existiam 19 casas cobertas de telha e algumas de palha, em tôrno da igreja. Depois de um certo tempo, os primeiros homens que começaram a trabalhar pelo engradecimento e melhoramento do lugar que até então dependia da Vila do Paço que, por sua vez, também era administrada pelo govêrno de São Luís, foram os Senhores João Luís e Manoel José Maia. Êstes homens residiam na povoação, possuíam certo prestígio junto aos habitantes que lhes dedicavam grande amizade, e com o auxílio espontâneo dos mesmos, conseguiram realizar alguns benefícios em prol da futura vila de São José de Ribamar. Dentre êles o mais importante foi a canalização de água, a qual era puxada de um poço existente em Moropóia, por meio de catavento.

Praça da Matriz, vendo-se a Igreja de São José de Ribamar

Pela Lei estadual n.º 636, de 11 de março de 1913, foi vila e município, mas o município foi extinto pelo Decreto-lei n.º 47, de 27 de fevereiro de 1931, conservando a categoria de vila.

Quando da direção de São José de Ribamar, o incansável Sr. José da Cunha Santos Guimarães tudo fêz para o progresso do lugar, conseguindo mesmo, junto às autoridades competentes do Estado, desligá-lo da Vila do Paço.

As primerias autoridades oficiais da vila de São José de Ribamar foram: Srs. Benedito Reis (Agente Arrecadador), Avelino José de Matos (Juiz) e Zeferino Garcez (Subdelegado de Polícia).

Pelo Decreto-lei estadual n.º 159, de 6 de dezembro de 1938, foi criado distrito do município de São Luís.

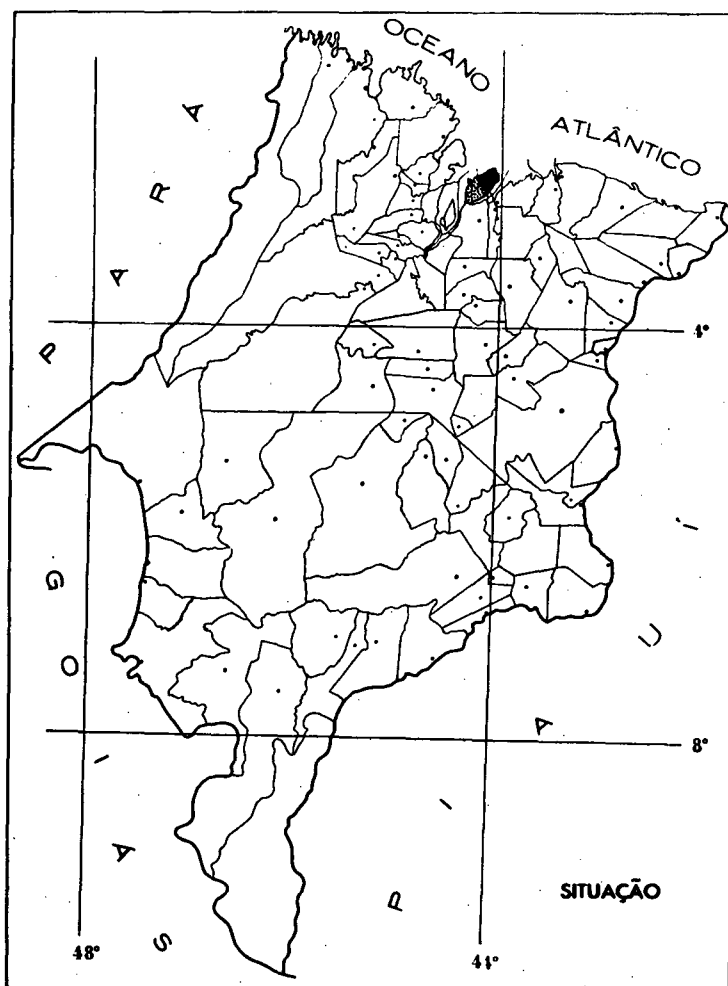
Sucessivos atos e leis vêm alterando e modificando a vida política de São José de Ribamar. Assim é que na Interventoria Paulo Ramos foi restituído à categoria de município, para ser novamente anexado a São Luís por fôrça da Constituição de 1946.

Praia do Barbosa

Em 1949 foi restaurado como município, pela Lei estadual n.º 289, de 26 de janeiro do mesmo ano.

Em 1953 foi elevado à categoria de têrmo pela Lei estadual n.º 883, de 9 de junho e, finalmente elevado a Comarca pela Lei n.º 1 225, de 19 de junho de 1954.

Nas eleições de 3-X-1955 foi eleito Prefeito o Senhor Amadeu de Freitas Filho, sendo a Câmara Municipal composta de 9 Vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Está localizado na Zona Fisiográfica do Litoral Norte. É limitado pela baía de São José, Oceano Atlântico e município de São Luís (Capital do Estado).

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é, em geral, quente, porém sadio e agradável, amenizado pelos ventos que sopram do mar. No interior do município, é saudável.

As primeiras chuvas começam em janeiro, sendo abundantes em abril e maio. Na zona compreendida entre os povoados São José dos Índios e Rio de São João, a temperatura é mais baixa, mesmo no verão.

ÁREA — Apresenta uma área de 375 quilômetros quadrados, sendo o 84.º do Estado em ordem de grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Quando do Recenseamento de 1950, Ribamar era vila de São Luís, Capital do Estado, onde foram recenseadas 15 784 pessoas, sendo 7 768 do sexo masculino e 8 016 do feminino. Calcula o Departamento Estadual de Estatística que, em 1956, Ribamar contava 17 616, o que equivale a 46,97 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constitui a pesca, sem dúvida alguma, a base econômica do município. É praticada em grande escala por mais de oitocentos pescadores profissionais pertencentes à Colônia Z-3. Com exceção dos meses de janeiro, julho e dezembro, quando Ribamar recebe a visita de inúmeras famílias que para lá seguem quando das férias escolares, a maior parte da sua produção é exportada para São Luís, seu único mercado consumidor. Em 1956 a produção foi de 837,5 toneladas, no valor de quase 9 milhões de cruzeiros, sendo as espécies mais pescadas as indicadas a seguir: arraia (Cr$ 825 mil), bandeirada (Cr$ 220 mil), curvina (Cr$ 285 mil), tainha pitiua (Cr$ 565 mil), peixe pedra (Cr$ 1 194 mil), serra (Cr$ 1 080 mil), camarão (Cr$ 490 mil), tainha sajuba (492 mil), pescada do salgado (Cr$ 264 mil), pirapema (Cr$ 364 mil) uritinga (Cr$ 270 mil) e outras de menor valor.

A lavoura é rotineira e pouco desenvolvida, conforme se verifica pelo quadro abaixo e cujos dados se referem a 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Batata-doce	Tonelada	52	208 000
Cana-de-açúcar	»	360	144 000
Mandioca	»	864	792 000
Arroz em casca	Saco de 60 kg	190	28 500
Feijão	» » » »	120	50 400

Para o município a fruticultura tem relativa importância, haja vista que, em igual período (1955), entre abacate, banana, côco-da-baía, laranja, limão, manga e melancia foi apurada a quantia de 1 milhão e 300 mil cruzeiros, sendo que o côco-da-baía ou da praia contribuiu com mais de 50% (precisamente 693 mil cruzeiros, representados por 1 980 centos).

A amêndoa de babaçu, que na grande maioria dos municípios maranhenses é o fiel da balança econômica, em Ribamar pouco representa: em 1955 sua produção foi de apenas 52 toneladas, valendo 364 mil cruzeiros.

Da indústria extrativa vegetal a que maior rendimento apresentou em 1955 foi a produção de lenha, que atingiu 95 000 metros cúbicos, no valor de 2 850 mil cruzeiros; a seguir vem o carvão vegetal: 2 050 toneladas valendo 1 230 mil cruzeiros, e, por fim, madeiras em geral e mangue: as primeiras com a produção de 1 100 metros cúbicos no valor de 550 mil cruzeiros e, o segundo, 4 800 metros cúbicos valendo 192 mil cruzeiros.

De produtos industriais pròpriamente ditos, o município de Ribamar produziu, em 1955, as seguintes quantidades com os respectivos valores:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Farinha de mandioca	kg	174 450	785 025
Pão	»	59 974	683 694
Cal	Tonelada	428	579 900

MEIOS DE TRANSPORTE — Há, na sede, duas emprêsas de navegação marítima, de barco a vela, que, através de linhas irregulares, ligam o município com os de São Bento, Humberto de Campos, Arari e Morros. Possui

Ribamar, também, uma emprêsa de ônibus que o liga a São Luís.

A sede municipal comunica-se com as cidades de São Luís — Capital do Estado: rodoviário, 31 quilômetros; Axixá, fluvial e marítimo, 49 quilômetros; Icatu, marítimo, 74 quilômetros; Humberto de Campos, marítimo, 80 quilômetros; Morros, fluvial-marítimo, 90 quilômetros; Primeira Cruz, marítimo, 68 quilômetros.

Possui o município um pequeno pôrto, sem instalações, localizado na baía de São José, com 3 ancoradouros de 2 a 3 metros de profundidade, que permite a atracação de pequenas embarcações. Estas, porém, dão preferência à praia do Barbosa, onde avançam até encalhar e, na vazante, ficam no sêco.

COMÉRCIO — Há, na sede municipal, 75 estabelecimentos varejistas.

O comércio local importa tecidos em geral, ferragens, armarinhos, estivas, produtos alimentícios industrializados e farmacêuticos, miudezas, bebidas em geral, etc., mantendo transações com a Capital do Estado e os municípios maranhenses de Icatu, Axixá, Morros, Primeira Cruz e Humberto de Campos, que lhes ficam próximos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui 3 ruas calçadas e uma praça, onde fica a igreja. Duas das ruas são calçadas a paralelepípedos, sendo uma em tôda a sua extensão e a outra em parte. A terceira é pavimentada com pedras irregulares em tôda a sua extensão e a praça tem o piso também de paralelepípedos.

A atual administração municipal fêz o calçamento da Rua 19 de Março, o que veio facilitar deveras o serviço de carga e descarga que se dá na praia do Barbosa, por ser a rua uma ladeira constante até chegar ao Largo da Igreja.

Também já iniciou o calçamento, a paralelepípedos, da Avenida Gonçalves Dias, mais conhecida por Rua Grande, sendo o plano levar a pavimentação até a Praça Capitão João Pedro (Cruzeiro) e, bem assim, calçar todo o largo fronteiro à igreja. Para tanto já adquiriu, no vizinho município de Axixá, 480 000 pedras, dando início às obras.

A Paróquia construiu e inaugurou em fins de 1957, na Praça São José, onde foi antigamente o lugar chamado "bosque", a Gruta de Lourdes, imitação da existente na França e que é internacionalmente conhecida pelos milagres que sua água opera. Desta gruta também corre água, mediante dispositivo especial da construção e possui altar, onde o pároco celebra, vez por outra, o Santo Sacrifício da Missa.

O serviço postal-telegráfico é feito pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, que dispõe de uma Agência.

Na Prefeitura estão registrados 2 jipes, 7 ônibus, duas camionetas, 11 caminhões, 19 bicicletas, 4 carroças e 80 carros de boi.

Há, na sede municipal, 141 ligações elétricas.

Possui um cinema, de funcionamento irregular, e três serviços de alto-falantes, que irradiam músicas, "mensagens" e propagandas comerciais.

O abastecimento de água é feito pelo "Serviço de Água e Luz de Ribamar", iniciado em 1937. Há 9 logradouros públicos com canalização em tôda a sua extensão

Patronato São José, dirigido pelas Irmãs Vicentinas

e 11 parcialmente canalizados, sendo 389 o número de prédios abastecidos.

Pela sua proximidade com a Capital e por ser o lugar preferido para as férias de julho e fim de ano, a cidade de Ribamar conta com prédios modernos, alguns "bungalows", dotados de confôrto, os quais ficam desabitados nos demais meses, após as visitas dos estudantes que, com sua alegria e vivacidade, transformam os hábitos pacatos dos seus habitantes, promovendo festas, "batucadas", serenatas, jogos, torneios e outras distrações. As praias, embora pequenas, também ficam, nessas épocas, superlotadas.

Na sede fica localizada a comarca do mesmo nome e sua jurisdição não se estende a outros municípios. Esta comarca possui um só Juiz, ou seja, é de uma só vara, acumulando atribuições diversas: Juizado de Menores, Casamentos e outros feitos da Justiça. Funcionam 2 Cartórios: o do 1.º Ofício com as atribuições de Registro de Títulos e Documentos, Registro de Imóveis, Tabelionatos e outros; o do 2.º Ofício com as de Registro de Casamentos, Nascimentos, Óbitos, Tabelionatos, Serviço Eleitoral e outros.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os ribamarenses valem-se de três postos com as seguintes denominações: "Pôsto Médico n.º 3 do Patronato São José", "Pôsto de Serviço Nacional de Malária" e "Ambulatório Médico da Colônia de Pescadores". Dois dêsses postos são visitados, semanalmente, por médicos da Capital do Estado, com o fim de darem consultas. Possuem ambulatórios, lactário e gabinete dentário.

Na parte que diz respeito à assistência a desvalidos, existe, na sede municipal, a Associação "Das Senhoras de Caridade", que bons serviços há prestado. A sede é dotada de uma farmácia, com regular estoque.

Exercem a profissão 2 farmacêuticos práticos e dois dentistas.

COOPERATIVISMO — Foi fundada em 7-XII-1952 a Cooperativa de Pesca de Ribamar Limitada, contando atualmente com 102 sócios, porém é de funcionamento irregular, de forma que sua atividade pràticamente não foi além da fundação, instalação e registro.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 encontrou, na sede municipal, 2 416 pessoas de mais de 5 anos de idade que sabiam ler e escrever, sendo 1 007 homens

e 1 409 mulheres, num total de 5 339 pessoas recenseadas naquele grupo de idades.

Ensino — São 40 as unidades escolares existentes em 1957, sendo 1 de ensino infantil, 30 do Fundamental Comum, 6 do Fundamental Supletivo e 3 do Complementar. Eram 1 984 as crianças de 7 a 11 anos matriculadas no início do ano letivo de 1957, sendo 991 na sede municipal e 993 na zona rural.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O terreno do município é, geralmente, pouco acidentado.

É a sede municipal banhada pela baía de São José e, fertilizando as terras do território, há os seguintes rios:

Antônio Estêves, também conhecido por Igarapé da Vila. Tem sua origem no alagadiço ou lagoa da Mata e um curso de cêrca de 17 300 metros, dos quais 5 000 navegáveis até o pôrto da Vila. Na margem direita, recebe os igarapés Mucana, Pau Deitado, Baiacuí, Pindobal, Pequara, Buanavu, Panaquatíua-Assu e Gibóia; pela esquerda, lhe vem ter o igarapé Curaça que passa próximo à Vila do Paço e o Rio Paciência. Banha, em seu percurso, os lugares Mata, Ubatuba, Laranjal, Rio São João, Mercês, Pindaí, Riozinho e Cururuca;

Geniparana, que nasce em um alagadiço existente perto do lugar Bom Jardim. Tem o curso de 11 783 metros, sendo navegável em uma extensão de 6 800 metros. Banha os lugares Jussatuba, São Braz e Geniparana;

Paciência, nasce nas terras de Uruburetama, com um curso de 23 428 metros, navegável até o lugar Pôrto de Mocajutuba, numa extensão de 9 650 metros. Recebe pela margem direita o igarapé Iguaíba e, pela esquerda, o Curuba e o rio Amaro. No percurso banha o Aprendizado e o lugar Piracicaba, atravessa a estrada de São José sob a ponte chamada "Saramanta", passando ainda por Cratéus, Saramanta, Trisidela, Maioba de Genipapeiro, Maioba do Cururuca, Maioba do Mocajutuba, Tapera e Pernambucana.

Não existem pròpriamente lagoas no município, senão charcos ou alagadiços de que derivam alguns cursos de água. O maior, dentre todos, é o da Mata, de caráter perene e de onde se origina o rio Antônio Estêves.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa religiosa é a dedicada a São José de Ribamar, padroeiro do município, que se realiza no mês de setembro, variando a data de acôrdo com o luar. Esta festa é concorridíssima. Não só vêm romeiros dos municípios maranhenses como de outros Estados da União prestarem o seu culto de veneração ao Santo. É uma festa de arraial, onde se verificam várias espécies de folguedos: novenas, festa de largo, bailes públicos, queima de fogos artificiais, etc., no dia determinado, sai o Santo em procissão, acompanhado por milhares de fiéis.

Fazem-se as festas de São Josèzinho, no dia 19 de março; Nossa Senhora da Conceição, a 8 de dezembro; Natal, e a de São Pedro. Esta última é promovida pelos pescadores, sendo sua procissão feita no mar, em canoas bem ornamentadas.

Com relação aos festejos populares, destacam-se o carnaval, com a organização de diversos blocos para a disputa de prêmios oferecidos pelo Govêrno Municipal e a promoção de animadíssimos bailes onde cada qual procura apresentar sempre a melhor fantasia. Os festejos de São João, com bumbas-meu-boi, fogueiras e fogos ainda vigoram.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953.......	—	516	398	338	397
1954.......	—	574	851	331	824
1955.......	—	762	1 111	547	1 143
1956.......	—	1 017	1 607	803	1 471

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Possui o município a paróquia de São José de Ribamar, fundada em 1.º de maio de 1921, e as igrejas de São José dos Índios, no povoado do mesmo nome e Nossa Senhora da Luz do Paço do Lumiar, na Vila do Paço. Há 12 capelas públicas e 1 semipública e, na paróquia, existem 3 sacerdotes.

Em 1956 houve 14 608 batizados, 29 881 comunhões, 154 casamentos, 104 extremas-unções, 30 encomendações e 6 procissões.

Ligadas ao culto católico há 7 associações religiosas.

(Redação final — Nice de Moura Ferro e Arthur Dias de Paiva; Fonte de dados — Dicionário de Cezar Augusto Marques — 1870; Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional.)

ROSÁRIO — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — *Freguesia* — Atendendo sua majestade ao que Cristóvão da Serra Freire, governador e capitão-general do Estado do Maranhão, lhe representara em carta régia de 24 de dezembro de 1716, "de estar no rio Itapecuru a igreja de Nossa Senhora do Rosário, que servia de freguesia aos moradores do dito rio e soldados da fortaleza dêle, a qual era a mais antiga dêste Estado por ter no mesmo rio princípio a cidade, que então se determinava situar nêle, por cuja causa sempre ali houvera vigário, mas sem côngrua porque o clérigo velho, que a servia, nunca a pediu, mais como era falecido e a igreja sem pastor, ordenava pela resolução régia de 24 de outubro, tomada em consulta do conselho ultramarino, de a mandar constituir de sua real fazenda ao padre que fôsse provido em tal vigararia".

Foi em Lisboa dada esta ordem a 27 de outubro de 1717, e cumprida, já por segunda via, na capital desta província aos 18 de junho de 1718, mandando-se-lhe sentar praça em 21 de dezembro do dito ano, o que nesse mesmo dia teve lugar depois de tôdas as formalidades.

Nesse mesmo dia 27 de outubro, sua majestade fêz saber ao governador Cristóvão da Serra Freire, que, atendendo às suas reflexões, mandava dar Rs. 50$000 de côngrua anual ao vigário desta freguesia.

Não obstante tudo isto foi pela segunda vez criada freguesia pela provisão régia de 25 de setembro de 1801.

Em 15 de julho de 1802 o cabido representado pelo arcediago Antônio Coelho Zuzarte, e o mestre-escola João de Bastos e Oliveira dirigiu-se à Câmara da capital dizendo, que como a freguesia do Rosário pertencia ao distrito desta cidade, lhe pedia informações a fim de ser ela dividida em duas.

Em 10 de maio de 1803 agradeceu essas informações e pediu mais outras.

O procurador da Câmara Francisco João da Serra Freire mandado pela mesma em diligência para satisfazer as requisições do cabido escreveu do lugar chamado Cachimbos em 4 de outubro de 1802, e entre as suas informações encontramos as seguintes: "Que o arraial do Itapecuru-Mirim nesse tempo tinha 28 fogos e uma capela pública. Que o lugar da freguesia velha (Rosário) era também arraial com 79 fogos. Que o lugar de São Miguel era povoação de índios com o seu privativo vigário, e cujos indivíduos não eram compreendidos no mapa geral da população. Que a extensão de tôda a freguesia do Rosário compreendia 196 fazendas, 226 sítios, 333 agricultores, 27 negociantes, 52 artistas, além dos mais indivíduos brancos e fôrros de um e outro sexo, tem mais de 10 179 escravos, enfim ao todo 12 174 almas".

Praça Benedito Leite, vendo-se a Igreja de N. S.ª do Rosário

Em conclusão lembrou uma divisão, e disse que assim ficava a nova freguesia (Itapecuru-Mirim) com 19 léguas, compreendendo 79 fazendas, 63 sítios, 5 449 indivíduos, 142 proprietários, 71 mulheres dêstes, 235 crianças filhos dos mesmos, 2 capelães, 48 feitores, 7 jornaleiros e 4 944 escravos de ambos os sexos. A freguesia velha (Rosário) compreenderia 9 léguas de terreno de sua extensão com 157 fazendas, 6 725 almas. Lembrou também que a igreja-matriz do Rosário devia ficar na Aldeia dos barbados, hoje abandonada corrigindo assim o êrro da Freguesia velha, cuja matriz, por ficar no princípio da freguesia, não podia ser de utilidade: concluiu dizendo, que enquanto não se fazia essa divisão deveria residir no Arraial do Itapecuru um dos coadjutores da freguesia velha.

Matriz — Às 2 horas da madrugada de 26 de março de 1866, depois de haver chovido extraordinàriamente no dia antecedente, caiu a igreja-matriz desta vila, que há muito ameaçava ruína. Era um templo vasto, e se fôsse acabado, seria um dos maiores de tôda a província.

Daí em diante começaram os ofícios divinos a serem celebrados no corredor do lado esquerdo da igreja caída.

Em 1.º de junho de 1868 o Publicador Maranhense, fôlha oficial, deu esta notícia, muito agradável a todo o verdadeiro cristão.

"O Sr. Dr. Mathias Antônio da Fonseca Morato, juiz de direito de Rosário, que tão desvelado se mostra pelos melhoramentos morais e materiais de sua comarca, trouxe ao conhecimento do Exmo. Sr. Dr. Jansen Ferreira que, tendo desabado a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição na vila do Rosário, sem que ali houvesse casa alguma decente e com as acomodações precisas para nela celebrarem-se os ofícios divinos, promoveu o ano passado, ajudado por outros cidadãos, alguns leilões em benefício da construção de um novo templo, que sirva de matriz elevando-se já a soma arrecadada dêsses leilões, de um legado deixado com aquêle destino e de dádivas de outros cidadãos a réis 3:109$370.

Sendo, porém, esta quantia ainda insuficiente para a mesma obra, pediu a S. Ex.ª que nomeasse uma comissão para encarregar-se da edificação do referido templo, e oficiasse ao tesouro provincial para mandar pôr à disposição dela a quantia de Rs. 4:000$000 decretada na Lei provincial n.º 831, de 12 de junho do ano passado para aquêle fim.

Sua Excelência reconhecendo a necessidade de ser quanto antes atendido êste pedido a bem da sustentação da fé católica, dirigiu ao Sr. Dr. Morato o seguinte ofício, do qual se vê que foram tomadas na devida consideração tão justas reclamações.

Quarta secção — Palácio do Govêrno do Maranhão — 30 de maio de 1858 — Ilmo. Sr. — Tomando na consideração o que pondera Vossa Mercê em seu ofício de 27 do corrente, relativamente à construção de uma igreja na vila do Rosário que sirva de matriz, resolvi nomear uma comissão, composta de Vossa Mercê como presidente, dos coronéis Augusto César da Rocha e Silvino Pereira da Silva Coqueiro, do bacharel Pedro Jansen Ferreira e do cidadão Antônio Fabio Baima do Lago para encarregar-se dessa obra, segundo o plano e orçamento, que oportunamente lhe será remetido, recebendo as quantias que para elas forem destinadas.

Espero que Vossa Mercê, aceitando êste encargo, continue a esforçar-se para realização da mesma obra.

Devo preveni-lo de que nesta data expeço ordem ao tesouro provincial para mandar pôr à disposição da comissão no próximo exercício a quantia de réis 4:000$000 consignada para êsse fim no artigo 32 da Lei provincial n.º 831, de 12 de julho do ano passado. — Deus guarde a Vossa Mercê. — Manuel Jansen Ferreira — Sr. Dr. Mathias Antonio da Fonseca Morato, juiz de direito da comarca de Rosário".

Estas providências produziram o desejado efeito, porque às 5 horas da tarde de 25 de julho de 1868 foi assentada a 1.ª pedra para a edificação da igreja-matriz pelo Exmo. Sr. Bispo D. Luiz da Conceição Saraiva, achando-se presente o Exmo. Sr. presidente da província, o referido Doutor M. A. da Fonseca Morato, como chefe de polícia interino, e grande número de cidadãos, que da capital acompanharam estas três primeiras autoridades da província.

Foi dia de festa e regozijo nesta vila.

Grande foi a concorrência de povo, que também presenciamos, e todos como que à porfia buscavam agradar seus hóspedes.

A obra foi planejada pelo capitão engenheiro Doutor Francisco Gomes de Souza por ter 76 palmos de frente e 150 de fundo, abrangendo o corpo, a sacristia e o consistório.

Dêsse dia em diante principiaram-se as obras com afinco, foram aparecendo algumas esmolas, e quando em janeiro do ano seguinte aí voltamos em companhia do presidente da província, então já o desembargador Ambrosio Leitão da Cunha, admiramo-nos por certo ao ver tanta obra, e tão bem construída em tão pouco tempo.

A comissão nomeada foi muito solícita no desempenho de seus deveres merecendo porém especial menção os Srs. Drs. Morato e coronel Rocha, aquêle promovendo e animando com seu exemplo e palavra, e até vindo à capital não poucas vêzes em procura de meios pecuniários, e êste dirigindo as obras pessoalmente e sujeitando-se a todos os trabalhos e mortificações a elas inerentes.

Faleceu logo no princípio das obras o importante e benemérito coronel Silvino da Silva Coqueiro, sendo substituído pelo cidadão José d'Oliveira Brito.

Os cofres provinciais para ela concorreram em diversas ocasiões, apenas com a quantia de Rs. 19:652$071, e com tão diminuto estipêndio ficou a província possuindo um elegante, vasto, e bem construído templo.

A comissão finalmente logrou ver o têrmo de suas gloriosas fadigas, e em fevereiro de 1871 oficiou ao presidente da província, então o Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro, participando-lhe achar-se a igreja pronta em estado de funcionar.

Em 22 do mês de abril, o referido presidente comunicou êste fato a Sua Excelência Reverendíssima para os fins convenientes.

Poucos dias depois ordenou S. Ex.ª Revm.ª ao vigário encomendado para proceder ao benzimento, e consta-nos, que a pedido dos membros da comissão terá lugar no dia 28 de maio.

Existe em um lugar pitoresco no comêço da Rua Grande ao lado do sul, os martírios de Jesus Cristo, simbolizados em uma cruz, memória deixada nesta vila pelo capuchinho frei Lourenço, fazendo aí levantá-la na tarde de 9 de setembro de 1853 depois de sair da matriz em uma majestosa procissão, a mais concorrida talvez que se tem presenciado no lugar. Dessa época em diante fizeram-se festas anuais à Santa Cruz, sempre muito concorridas pelos fiéis.

Vila — Pela provisão régia de 19 de abril de 1833 foi elevada à categoria de vila, e ainda depois também o foi pela Lei provincial n.º 3, de 30 de março de 1835.

Pela Lei provincial n.º 3, de 30 de março de 1835 foi aí criada uma cadeira de latim, a qual foi depois suprimida, e por outra lei de 26 de julho de 1837 foi criada outra de primeiras letras para o sexo feminino, e atualmente existe também uma para o sexo masculino.

É cortada por vários riachos, engrossados pelas águas do inverno, que ficam estagnadas nos pântanos e lagoas, que a cercam, as quais vão desaguar no Itapecuru.

A Lei provincial n.º 391, de 18 de julho de 1855 dividiu em dois o 1.º distrito de paz.

Tem uma delegacia de polícia, uma de instrução pública, um comissário vacinador, um comando superior da guarda nacional, sendo a parada do batalhão de caçadores n.º 17 da mesma guarda.

Esta vila pela sua posição no meio de vários pontos todos comerciais, é bem importante, e nela residem as autoridades da comarca.

Tem uma botica, alguns professôres particulares, algumas casas de negócio de sêco e molhados, além de regatões pelo rio Itapecuru, muitas tendas de artes e ofícios, senhores de engenho de açúcar, lavradores de algodão, arroz e mais gêneros, e criadores de gado vacum.

A navegação é feita pela baía do Itibiri por meio de pequenos barcos, ou pelo estreito do Coqueiro e boqueirão até encontrar-se com o Itapecuru por meio de barcos a vapor e a vela.

É uma das mais povoadas das margens do Itapecuru.

Nem sempre correram tranqüilos os dias para esta localidade.

Em 29 de maio de 1824, Felix Gualberto Castello Branco, alferes de cavalaria e comandante da fôrça armada do Rosário, proclamou aos povos contra o tenente-coronel José Felix Pereira de Burgos, governador das armas então, e depois barão do Itapecuru-Mirim.

A junta governativa não dando providências para dissolver-se êste ajuntamento em revolução formal contra o comando das armas, fêz com que no dia 30 de junho do mesmo ano aí se formasse pelos revoltosos — um conselho militar, de que fizeram parte muitos oficiais de primeira e segunda linha.

Despertou-se então a junta, publicou um edital em 2 de junho, porém nada mais fêz do que estender o ódio dos revoltosos contra o presidente Bruce, e daí em diante a posição dêste se foi tornando mais crítica.

Receando Bruce ser tomada a Capital mandou fortificar o Alto da Carneira com 6 peças de artilharia e um destacamento de 50 praças, e não se enganou porque em 30 de julho rompeu o fogo neste lugar, que durou até à tarde de 1.º de agôsto retirando-se os revoltosos para o Rosário no dia 3.

Com a chegada de Lord Cockrane, e partida de Bruce para o Rio, dissolveu-se a revolução, já mui enfraquecida.

A Câmara da capital por edital de 25 de maio de 1832 fêz saber aos munícipes, que se achava restabelecida a tranqüilidade nesta freguesia, onde no dia 23, pelas sete horas da manhã, entrou o coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos, comandante das armas "com a brava tropa brasileira, diante da qual não puderam permanecer os rebeldes, sequazes de Antonio João Damasceno, sem que fôsse necessário derramar o sangue dos perversos".

A comarca foi criada pela Lei provincial n.º 483, de 18 de junho de 1858 à custa da do Itapecuru, que foi dividida em duas, e compreende os municípios de Rosário e Icatu.

A fertilidade do solo sempre constituiu um atrativo, de forma que a população do município de Rosário, crescendo com a chegada de novos moradores, também con-

tribuía para o devassamento do seu território e maior produção.

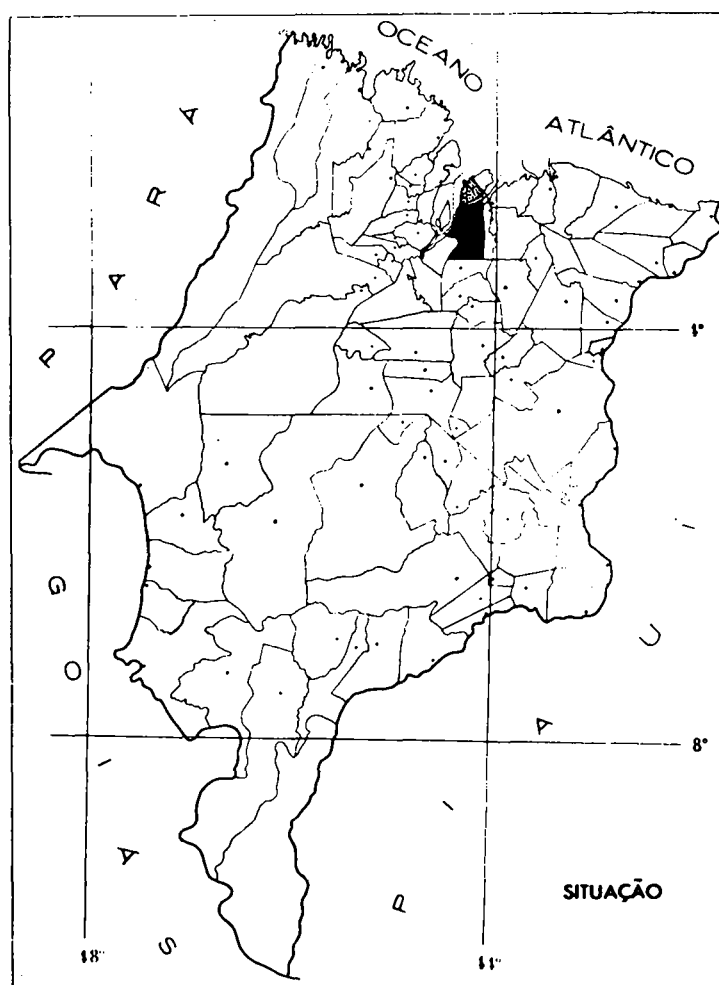
A Lei n.º 1 329, de 3 de janeiro de 1905, concedeu autorização ao govêrno federal a construir uma linha férrea que, partindo de São Luís, alcançasse Caxias, passando por Rosário, Itapecuru, Coroatá e Codó. Dois anos depois, isto é, a 3 de outubro, o Decreto n.º 6 670 aprovava os estudos e orçamentos dessa linha férrea, inclusive o ramal do Itaqui, passando o traçado por Bom Sucesso, na extensão total de 398,726 quilômetros, ficando orçado o seu custo em Rs. 17 216:817$830, cuja concorrência foi vencida pela firma Proença Echeverria & Cia., sendo o contrato firmado em 24-X-1908. Mais tarde, porém, pela revisão e reforma do traçado primitivo que o transpôs do "divorcio aquarum" dos rios Mearim e Itapecuru, para a margem esquerda dêste último, sob as razões de melhorar as condições técnicas da linha, ficaram a cargo da firma contratante os novos estudos. Por êstes, a modificação do traçado elevou o custo da sua construção para .... Rs. 34 631:473$006, e, a 27 de maio de 1909, o Decreto n.º 7 425 transferiu para a firma Ibirocahy & Cia. o contrato de construção, enquanto que o Decreto n.º 9 735, de 4-9-1912, prorrogava para 24 de novembro de 1914 o prazo fixado para a conclusão dos serviços. O contrato com Ibirocahy & Cia. foi rescindido pelo Decreto n.º 13 130, de 24-7-1918, tendo o govêrno federal passado a construir administrativamente o que faltava para a conclusão da estrada.

O orçamento foi aprovado parceladamente, sendo que o relativo do trecho São Luís—Rosário, numa extensão de 70,145 quilômetros, na importância de .... Rs. 10 693:712$420, o foi pelo Decreto n.º 10 009, de 15-1-1913.

Com a chegada dos trilhos a Rosário, ligando êste município à Capital do Estado e cuja inauguração teve lugar a 14 de março de 1921, surgiu mais um motivo para seu progresso, pela facilidade de escoamento que passou a ter sua produção, intercâmbio com um comércio mais desenvolvido e contato direto com esabelecimentos de

Estação da Estrada de Ferro

crédito. É o atual Prefeito do município o Sr. Orlando de Brito Aquino.

LOCALIZAÇÃO — Rosário pertence à Zona da Baixada. Coordenadas geográficas da sede municipal: Latitude Sul — 2º 55' 55". Longitude W. Gr. — 44º 16' 25". Posição relativamente à Capital, rumo — S., distância em linha reta — 42 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Está a 14 metros a sede municipal.

CLIMA — Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 32; média das mínimas — 25; média compensada — 30. Clima ameno e salubre.

Estações — Notam-se duas estações, sendo de janeiro a junho, a invernosa. São meses mais chuvosos: março, abril e maio, quando há, também, relâmpagos e trovoadas. O verão começa em julho, prolongando-se até dezembro. O mês de junho é o mais frio do ano, enquanto de setembro a novembro são os mais quentes. Observa-se, entretanto, que no inverno ou no verão, as noites são geralmente frescas.

ÁREA — A superfície de Rosário é de 1 829 quilômetros quadrados. É o 52.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Dados do Recenseamento de 1950 registram para o município de Rosário 24 886 habitantes — 12 395 homens e 12 491 mulheres —, cuja densidade demográfica é de 13,60 habitantes por quilômetro quadrado. A maior parte se localiza na zona rural — 79%.

Calculou o Departamento Estadual de Estatística, para 1955, 28 235 habitantes, com a densidade de 15,44 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — O município é constituído de um só distrito, o da sede, com 5 316 habitantes — 2 459 homens e 2 857 mulheres, segundo o Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Indústria extrativa e produção agropecuária são as principais. O que constitui, porém, a fonte de riqueza do município é o babaçu.

Nas culturas agrícolas, as principais são: mandioca, arroz, milho e banana. O total da produção agrícola, em 1955, foi o seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Abacate	Cento	130	6 500
Abacaxi	Fruto	60 000	300 000
Algodão	kg	9 000	60 000
Arroz	Saco de 60 kg	14 000	2 940 000
Banana	Cacho	650 000	6 500 000
Batata-doce	Tonelada	27	81 000
Cana-de-açúcar	»	900	180 000
Côco-da-baía	Cento	275	137 500
Fava	Saco de 60 kg	50	15 000
Feijão	»	150	45 000
Laranja	Cento	2 400	48 000
Limão		3 500	42 000
Mandioca	Tonelada	5 055	2 555 000
Manga	Cento	10 000	100 000
Melancia	Fruto	27 000	81 000
Milho	Saco de 60 kg	8 300	747 000
Tangerina	Cento	1 500	45 000

O município de Rosário ocupa, no Estado, o 1.º lugar na produção de banana, que é exportada, em grande quantidade, para a Capital.

A pesca é praticada por meios ainda rudimentares e em pequena escala. Contudo, a sua renda, em 1956, alcançou 3 milhões e 24 mil cruzeiros, resultado de 180 toneladas de peixes diversos.

Vista de um belo trecho do rio Itapecuru

Tem certo desenvolvimento no território rosariense a indústria, representada por usinas de pilar arroz, fornos para preparo de farinha de mandioca, curtumes e 3 fábricas de produtos cerâmicos em geral. Há, ainda, em Rosário, uma oficina mecânica e serraria, uma das maiores do Estado, no lugar Carmo, a 2 quilômetros da cidade, pertencente à Estrada de Ferro. Nessa mesma localidade encontra-se, também, o sítio do D.E.R., onde são fabricados tubos para os boeiros das estradas. Existem no município jazidas de pedra e argila.

A produção industrial em 1955 foi a que se segue:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Farinha de mandioca	kg	2 083 000	8 350 000
Sola	»	124 500	3 866 000
Arroz pilado	»	348 000	1 740 000
Aguardente de cana	Litro	26 000	300 000

No quadro abaixo vê-se o total e valor da produção extrativa, em 1956:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
De origem animal			
Peles diversas	Cento	1 000	800 000
» de veado	Uma	500	25 000
» » caititu	»	1 000	20 000
» » cobra	»	200	6 000
» » cotia	»	1 000	5 000
» » maracajá	»	200	100 000
Peixe salgado	kg	30 000	450 000
Camarão sêco	»	10 000	300 000
Mel-de-abelha	Litro	2 000	40 000
Cêra de abelha	kg	1 500	15 000
De origem vegetal			
Amêndoas de babaçu	Tonelada	1 200	10 200 000
Amêndoas de tucum	kg	7 000	42 000
Óleo de andiroba	Litro	10 000	100 000
Carvão vegetal	kg	300 000	600 000
Madeira de lei	Peça	2 000	150 000
Embiras diversas	kg	10 000	20 000
Cipós diversos	»	5 000	20 000
Casca de mangue	Tonelada	1 000	200 000
Lenha	m3	60 000	2 400 000
De origem mineral			
Pedra britada	m3	10 000	2 500 000
Tijolos	Milheiro	2 000	2 000 000
Telhas	»	1 000	1 200 000
Telhas francesas	»	200	400 000
Canos de grei	Um	50 000	4 000 000
Bilhas	Cento	5 000	150 000
Jarras	Uma	500	25 000
Panelas	Cento	100	50 000

Muito embora Rosário não seja o maior produtor maranhense de farinha de mandioca é, contudo, o município que fabrica a melhor farinha — a conhecida "farinha de Carema". Esta, porém, não é feita no lugar Carema — estação de 2.ª classe da E.F.S.L.T. — mas no povoado Areias, distante 5 quilômetros daquela estação. Tem essa denominação, segundo tudo leva a crer, tirada da estação da estrada de ferro que facilita seu escoamento.

A produção de farinha na zona Areias — Carema, em 1956, foi de 225 toneladas, no valor de 1 350 mil cruzeiros.

Ocupa lugar de destaque a pecuária, havendo, algumas vêzes, venda de animais para a Capital do Estado. A oeste do município, há grandes pastagens, o que concorre grandemente para o desenvolvimento e criação do gado.

Foi a seguinte a população pecuária do município, em 1956, segundo o Departamento Estadual de Estatística: 10 000 bovinos, 22 000 suínos, 2 000 ovinos e caprinos, 2 600 eqüinos, 600 asininos e 1 000 muares.

Com a finalidade de melhorar os rebanhos, mantém o Fomento Animal uma fazenda de criação no lugar Vale-Quem-Tem, em funcionamento desde 2 de outubro de 1944. A área total da propriedade é de 24 000 000 metros quadrados, enquanto que a de pastos atinge 14 550 000 metros quadrados e a plantada, 980 000 metros quadrados.

Há, também, no lugar Sapucaia, mantido pelo Ministério da Agricultura e sob a direção de um agrônomo, um Pôsto Agropecuário, o qual foi instalado em 1953.

Possui culturas permanentes de citrus, sapotizeiros, coqueiros, abieiros, cajueiros, abacateiros e jaqueiras e culturas anuais de arroz, feijão, milho e mandioca. Produziu,

quando da última safra (1956-1957), 720 quilogramas de milho e 3 330 de arroz.

A área do referido Pôsto é de 200 ha, onde são encontrados 1 residência para o administrador, 1 galpão de máquinas com dependências para escritório, oficinas e depósito de materiais, 1 aviário, 1 parque para suínos, 1 prédio para usina de beneficiamento de mandioca, 2 500 metros de cêrca de arame farpado com 5 fios, 1 quilômetro de estrada piçarrada e 1 pocilga.

Sua maquinaria é composta de 1 camioneta Ford F-1, 1 trator da mesma marca com implementos, 1 carrêta agrícola Pontal, 2 extintores de formigas, 1 pulverizador, 4 carros de ferro para atêrro, 1 grade de 20 discos e um arado de 2 discos.

MEIOS DE TRANSPORTE — Liga o município à capital do Estado a Estrada de Ferro São Luís—Teresina, numa distância de 70 quilômetros, com viagens regulares e diárias, navegação fluvial, a vapor e a vela. Várias emprêsas de ônibus, particulares, fazem viagens diàriamente, além de caminhões, que carregam não só carga como passageiros. Os meios de transporte que ligam êste município aos vizinhos são: Axixá: rodoviário, 26 quilômetros, fluvial-marítimo, 67 quilômetros e a cavalo, 49 quilômetros. Anajatuba: rodoviário, 87 quilômetros. Itapecuru-Mirim: ferroviário, 57 quilômetros; rodoviário, 62 quilômetros e fluvial, 60 quilômetros.

COMÉRCIO — Regular é o comércio de Rosário, que dispõe de 2 estabelecimentos atacadistas, 80 varejistas e 4 industriais, os quais transacionam com as praças de São Luís-MA, Fortaleza-CE, Recife-PE, Rio de Janeiro-DF e São Paulo-SP. Dessas cidades importam tecidos, produtos alimentares industrializados, ferramentas agrícolas, etc. A sua maior exportação consta de amêndoas de babaçu, produtos cerâmicos e bananas.

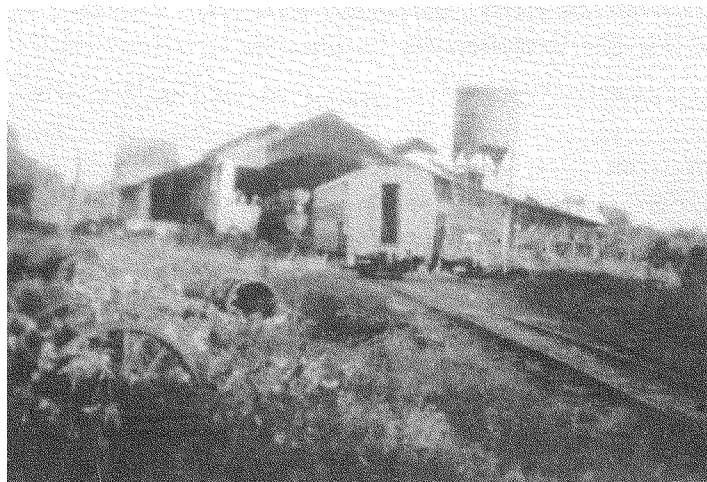
Conta o município, com 6 rampas construídas de pedra, onde se processam o embarque e desembarque dos gêneros exportados e importados e passageiros. As rampas de São Simão, São Miguel e Itaipu, são naturais, melhoradas e adaptadas.

ASPECTOS URBANOS — Possui, a cidade, 14% de suas ruas pavimentadas com pedras irregulares, 300 ligações elétricas — consumo de 20 000 kW para a iluminação pública e 30 000 para a particular, 2 automóveis, 14 caminhões, 1 jipe, 2 ônibus, 1 camioneta, 5 motociclos com duas ou 3 rodas, 200 bicicletas e 20 carroças comuns de duas rodas — todos registrados na Prefeitura —; 2 pensões, que cobram, em média, Cr$ 70,00 por dia; Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, além da Telegráfica da E.F.S.L.T.

A Câmara de Vereadores é representada por nove membros.

RELIGIÃO — A maior festa religiosa no município é a de Nossa Senhora do Rosário, padroeira, que se realiza na sede municipal, em outubro, sendo bastante concorrida, pois afluem elementos não só da redondeza e municípios vizinhos como até mesmo da Capital. Consta, geralmente, de ladainha, durante o mês, sendo que, nos últimos 3 dias, têm início os festejos externos, com barracas de sorte e brinquedos diversos. No último dia há missa solene, e procissão, encerrando-se, assim, as comemorações. Em agôsto ocorre a festa de São Benedito.

Rosário é paróquia de Nossa Senhora do Rosário, subordinada, eclesiàsticamente, à Arquidiocese. Conta com 2 igrejas, sendo 1 matriz, 51 capelas públicas e 1 pároco. Há, ainda, a Paróquia de Lapa e Pia, com invocação de São Miguel Arcanjo e localizada no povoado São Miguel. Nas duas Paróquias foram realizados, em 1956, 884 batizados, 126 casamentos e 18 procissões.

Três são os templos protestantes existentes na sede municipal: Igreja Batista, com 1 Ministro; Igreja Adventista do 7.º Dia e Igreja Assembléia de Deus, esta com um Ministro, 1 Diácono e 2 Presbíteros. Os espíritas, também, possuem o seu núcleo, denominado Centro Espírita "Francisco de Assis", filiado à Federação Espírita Maranhense.

Vista da oficina do Carmo

Segundo o Recenseamento de 1950, 99,88% da população era católica romana, o que corresponde a 24 635 pessoas, sendo 12 275 homens e 12 360 mulheres. Protestantes, apenas 81 homens e 94 mulheres, e espíritas, 15 homens e 16 mulheres; 13 homens e 13 mulheres não declararam religião, enquanto que aparecem 12 pessoas — 9 homens e 3 mulheres — sem religião. Com outras religiões foram registrados 2 homens e 4 mulheres. Apenas 1 mulher declara ser maometana.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Em 1835 Rosário era têrmo da comarca de Itapecuru-Mirim, sendo elevado à comrca pela Lei provincial n.º 483, de 18 de julho de 1858, condição que ainda permanece, sendo, atualmente, de 2.ª Entrância. Consta de um têrmo e 6 distritos judiciais: São Simão, São José, São Miguel, Mocambo e Veneza, êstes três últimos com Cartório de Registro de Nascimentos, Casamentos e Óbitos e a sede do município, com 2 Cartórios. Formam o Poder Judiciário 1 Juiz de Direito, 1 Promotor Público, 2 Oficiais de justiça.

O policiamento da cidade é feito por 1 Delegado de Polícia e 3 guardas, mantidos pela Prefeitura Municipal. A cadeia pública, prédio construído especialmente para êsse fim, é composta de 1 pavilhão, 2 celas, 1 cubículo e 2 outras dependências e tem capacidade para 10 detentos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Rosário é sede do 7.º Distrito Sanitário — Pôsto de Higiene do Estado — que possui 1 ambulatório ou dispensário e gabinete dentário. Nêle trabalham: 1 médico, 1 dentista, 1 famacêutico

— que tem a função de microscopista —, 2 enfermeiros (sendo um diplomado) e 3 guardas. Dispunha, em 1956, de 6 leitos, os quais são destinados a indigentes. Conta, ainda, a sede municipal, com 3 farmácias bem sortidas. Pôsto da Malária — mantido pelo Govêrno Federal —, que dispõe de 5 guardas, e tem por finalidade a profilaxia e combate à malária — e 1 Pôsto Médico da Campanha da Produção, tendo, por entidade mantenedora a União de Comerciantes. Faz parte do mesmo 1 médico e 1 enfermeiro prático.

Como associações existem a Confraria de São Vicente de Paulo, que concede auxílios de roupas e remédios aos desvalidos, pobres e indigentes, mesmo sem ser sócios da entidade; Irmandade São Simãoense, no povoado São Simão, que tem por finalidade conceder auxílio funerário aos associados. Em 1956 foram distribuídos 96 auxílios, no valor total de cento e quinze mil cruzeiros, e Sociedade Funerária São Francisco das Chagas, com o mesmo objetivo.

ALFABETIZAÇÃO — As pessoas de mais de 5 anos, que sabiam ler e escrever no município, segundo o Recenseamento de 1950, alcançavam o total de 6 984, sendo 3 809 homens e 3 175 mulheres. Das pessoas, de 10 anos e mais, 823 possuíam curso completo, sendo 771 de grau elementar (335 homens e 436 mulheres), 46 de grau médio (22 homens e 24 mulheres) e 4 homens e 2 mulheres de grau superior, conforme o Censo de 1950.

Ensino — Eram 36 as unidades escolares de Rosário, em 1956, sendo 30 do ensino Fundamental Comum, 4 do Fundamental Supletivo e 2 do Complementar.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Desde 1945 que a sede municipal dispõe de cinema, o Cine Rosário, com funcionamento irregular. Existem, no mesmo, 218 cadeiras. Em 1956 foram realizados 34 espetáculos cinematográficos, a Cr$ 6,00 a poltrona, e 10 espetáculos variados, com um total de 6 000 espectadores, os dois.

Mantidos pela Paróquia do Rosário, existem a Escola Paroquial Monsenhor Dourado, de instrução primária, e o Clube de Arte São João Bosco, de proteção à juventude masculina. Pelas Igrejas Batista e Assembléia de Deus, 5 escolas dominicais, com 9 professôres e 226 alunos, sendo 117 masculinos e 109 femininos. O Centro Espírita "Francisco de Assis" mantém 1 escola de evangelização, com um professor e 170 alunos de ambos os sexos, e 1 de ensino não religioso, primário, que conta 1 professor, 38 alunos de sexo masculino e 30, do feminino.

FILHOS ILUSTRES — Dentre os filhos ilustres do município cabe ressaltar *Benedito Pereira Leite*, nascido a 4-10-1857 e falecido em Hyères, França, em 6-3-1919. Político, magistrado e jornalista. Bacharel em direito pela Faculdade de Recife, foi promotor público em Brejo e Juiz, em várias comarcas; Inspetor do Tesouro Estadual e constituinte estadual em 1891; Deputado e Senador Federal. Governador do Maranhão no quadriênio 1906-1908. Fundou "O Federalista" e redigiu "O Nacional" e o "Combate". Bibl.: "Negócios da guerra — Revisão Constitucional" — 1903.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O principal rio do município é o Itapecuru, navegável em todo o seu curso dentro do município, por embarcações de pequeno calado — barcos, canoas a vela e a remo, lanchas motorizadas. É bastante piscoso, encontrando-se em suas águas muitas variedades, tanto da água doce como salgada. Sofre o rio, influência da maré até o povoado Santa Filomena. Sua profundidade máxima é de 20 metros, enquanto que a mínima atinge 1 metro. Banha, o Itapecuru, além da cidade, os povoados Vila Nova, Santa Filomena, Areias, Santa Rosa, Itaipu, São Miguel, São Simão, Itamerim, Boa Vista e diversos outros lugares.

Encontra-se, em Rosário, situada entre a cidade e o povoado Itamerim, a ilha Santo Antônio, rica em barro apropriado para o fabrico de produtos cerâmicos. Nessa ilha fica a Cerâmica Santo Antônio, movida a fôrça motriz e provida de modernos aparelhos para o fabrico de telhas e tijolos.

É ainda neste município que ficam os morros de Alcântara e Gurita, distantes, respectivamente, da sede municipal, 3 e 10 quilômetros. O primeiro está situado a noroeste da estrada rural de Rosário a Perizes de Baixo e tem altitude aproximada de 300 metros. O segundo na estrada rural Cachoeira, Itamerim, entre a primeira localidade e o lugarejo Altamira. Sua altitude é, mais ou menos, de 150 metros.

Além dêstes acidentes geográficos, há, ainda, a Cachoeira Vera Cruz, a 8 quilômetros da sede, no rio Itapecuru. Esta cachoeira está sendo estudada pelo govêrno federal para fornecimento de energia hidrelétrica.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	132	...	...		..
1951	189	562	255	146	375
1952	214	1 000	509	180	515
1953	182	1 500	232	221	1 000
1954	372	1 700	843	269	1 000
1955	475	1 816	561	334	991
1956	1 000	2 809	1 331	504	1 331

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Ainda existem no município as festas de origem africana, como o côco, o lelê e as macumbas, de caráter profano. É comemorado, também, não com o mesmo entusiasmo como de algumas cidades da baixada e litoral, o bumba-meu-boi, na época junina.

Denomina-se rosariense aos filhos do município.

A Estrada de Ferro São Luís—Teresina percorre terras do município de Rosário numa extensão aproximada de 63 quilômetros, tendo além da estação de Rosário (1.ª classe) pròpriamente dita, mais as seguintes: Perizes (4.ª classe), Recurso (4.ª classe), Carema (2.ª classe) e Piroaba (4.ª classe).

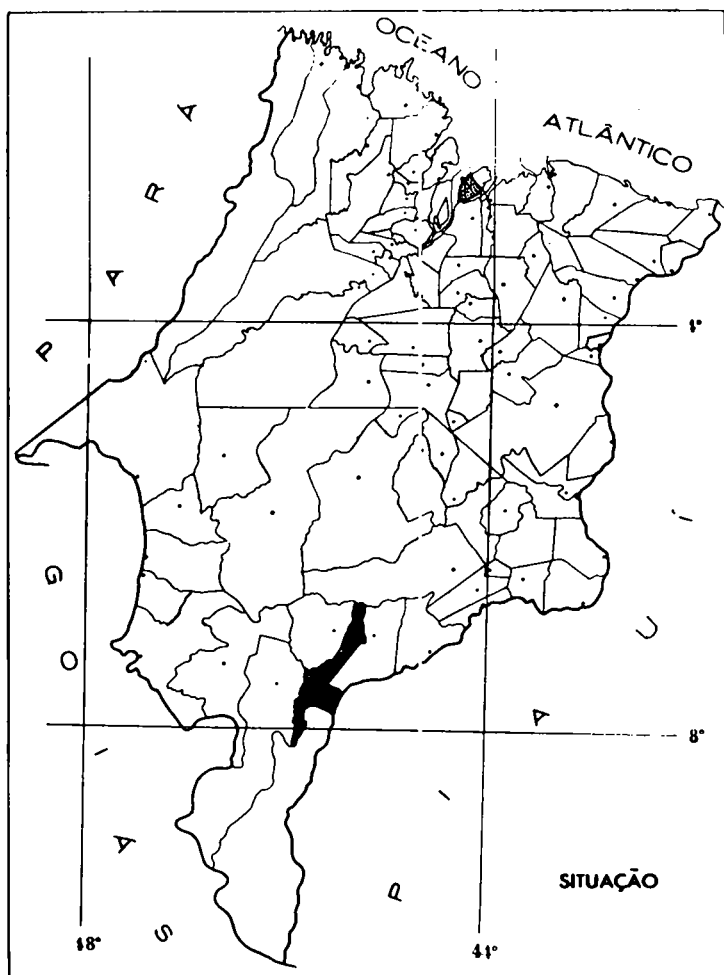
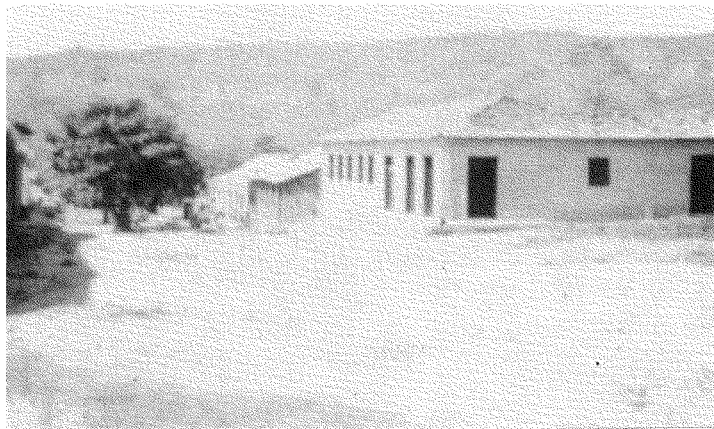
(Bibliografia — Marques, Cezar Augusto, "Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão", São Luís, 1870; Fernandes, Henrique Costa, "Administrações Maranhenses, 1822-1929", São Luís, 1929; Redação final — Maria Rita Jorge e Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística, Inspetoria Regional de Estatística e de Fomento Agrícola no Maranhão.)

SAMBAÍBA -- MA

Mapa Municipal nº 3.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Sambaíba, antes de ser habitado, era uma chapada revestida de árvores, a maioria delas chamada sambaíba, razão por que o município foi assim denominado. Em abril de 1923 chegaram e localizaram-se à margem esquerda do rio Balsas João Graciliano Dutra e Bernardo Pereira de Arruda, os quais se fizeram acompanhar de cêrca de 16 famílias, com a finalidade de armar um estaleiro de construções navais. Naquela época, apenas sete casas existiam no povoado, sendo uma de telha e o restante de palha. Pertencente ao município de Loreto, o povoado cresceu bastante com a inauguração do estaleiro, o que ensejou, em 1926, o estabelecimento de uma Agência arrecadadora da Prefeitura e Coletoria. Em 1930 o povoado alcançou uma grande fase de desenvolvimento, já existindo cêrca de 15 casas de telhas e quarenta de palhas, cinco comerciantes e quatro quitandas. Em 1947, passou à categoria de vila e, em 31 de dezembro de 1953, foi sancionada a Lei n.º 1 013, de 31 de outubro do mesmo ano, criando o novo município, agora desmembrado do de São Raimundo das Mangabeiras. A 1.º de janeiro do ano seguinte, deu-se a sua instalação. Hoje, a cidade é habitada por umas 6 500 pessoas, sendo 6 000 na zona rural.

Foi instalada em 1956 a atual legislatura, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Euzébio Dutra e constituída a Câmara Municipal com 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Pertence à Zona Fisiográfica do Alto Parnaíba. Limita com os municípios de: Loreto, Balsas,

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

Prefeitura Municipal

São Raimundo das Mangabeiras, Mirador, Alto Parnaíba e o Estado do Piauí.

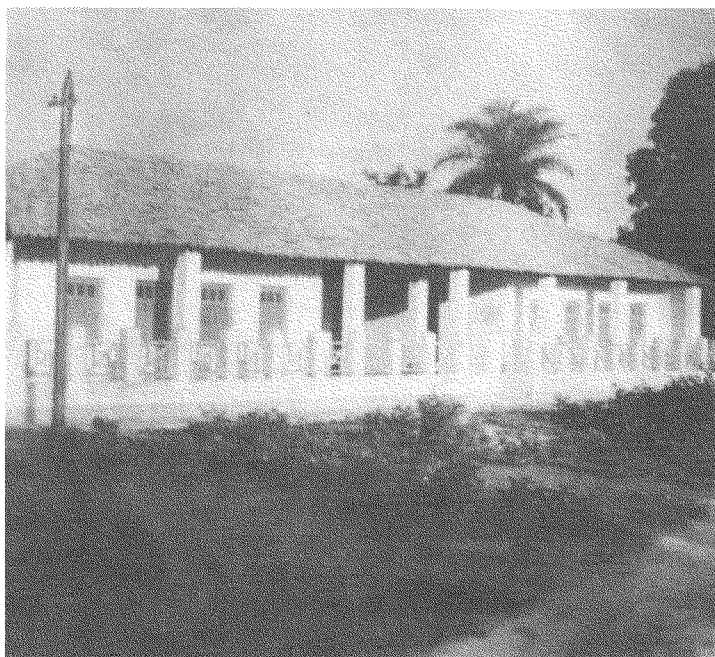
CLIMA — Possui as seguintes temperaturas em graus centígrados: média das máximas — 36; média das mínimas — 20; média compensada — 31. Como na maioria dos municípios maranhenses o inverno começa no mês de janeiro indo até julho, verificando-se, nesse período, trovoadas enquanto a temperatura baixa bastante. Terminada essa fase, começa o verão. Durante os meses de agôsto e setembro, a temperatura se eleva, alcançando, às vêzes, 37°.

Vista parcial da Praça da Matriz

ÁREA — Com 2 906 quilômetros quadrados, ocupa Sambaíba o 35.º lugar no Estado do Maranhão, na ordem de grandeza territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Balsas, que é o principal acidente geográfico do município, banha a cidade de Sambaíba e diversas localidades da mesma. Sua navegabilidade não é sempre ativa, pois chega a ser interrompida quando o verão é muito longo, em que a profundidade chega a ser de 1 metro, aproximadamente.

Outro acidente que merece menção é a serra da Sambaíba, que fica situada à margem do rio das Balsas, confrontando-se com a cidade e cuja distância é de 1 quilômetro para a mesma. Sua altura é de 150 metros, aproximadamente.

RIQUEZAS NATURAIS — O babaçu é a principal riqueza natural do município, tendo produzido, em 1956, quarenta toneladas, valendo 320 mil cruzeiros.

Escola Rural

POPULAÇÃO — O município de Sambaíba, na data do último Recenseamento (1950) era distrito de São Raimundo das Mangabeiras e contava 3 479 habitantes (1 681 homens e 1 798 mulheres), sendo que 3 103, ou seja, 89%, localizavam-se no quadro rural.

Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município foi calculada em 4 891 habitantes, o que equivale a 1,70 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — O município de Sambaíba compreende apenas um aglomerado urbano que é a própria sede, a qual apresentou, quando do Recenseamento de 1950, 376 habitantes, sendo 159 homens e 217 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A pecuária e a agricultura são as atividades em que o município apresenta sua maior economia. Os produtos agrícolas, dentre outros, mandioca, arroz e algodão, são destinados às praças de Floriano e Teresina-PI.

Em 1955 a agricultura apresentou o seguinte resultado:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Algodão em caroço	kg	75 000	250 000
Arroz com casca	»	270 000	450 000
Mandioca	Tonelada	440	127 600
Milho	kg	33 600	42 000
Banana	Cacho	5 890	33 340
Manga	Fruto	1 215 000	60 750

Segundo calcula o Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária de Sambaíba em 1956 era estimada em 20 070 cabeças, assim distribuídas:

Bovinos	10 000
Suínos	3 000
Ovinos	2 300
Caprinos	3 100
Eqüinos	980
Asininos	300
Muares	390

Embora em pequena escala, há exportação de gado, principalmente de bovino, suíno e caprino, para São Luís-MA e Teresina-PI.

A produção industrial é insignificante: em 1955 a produção de farinha atingiu 21 910 cruzeiros e a de rapadura, 40 mil cruzeiros.

COMÉRCIO — A cidade possui apenas 3 estabelecimentos varejistas na sede, sendo que o comércio mantém transações com as praças de Recife-PE e Fortaleza-CE, importando tecidos, ferragens, miudezas em geral e demais utilidades de que carece.

Pôrto de Desembarque

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Sambaíba comunica-se com os seguintes municípios: Alto Parnaíba: misto: a) rodoviário, até Balsas, ver abaixo e b) a cavalo (427 quilômetros); Balsas: via São Raimundo das Mangabeiras — rodoviário (140 quilômetros) ou fluvial (120 quilômetros); Loreto: rodoviário (29 quilômetros) ou fluvial (48 quilômetros); Mirador: rodoviário, via Loreto (339 quilômetros); São Raimundo das Mangabeiras: rodoviário (28 quilômetros).

Rua Grande

Balsa de madeira, meio de transporte usado na região

O principal meio de transporte é o rodoviário. Para o escoamento dos gêneros de sua produção são utilizadas balsas.

ASPECTOS URBANOS — Possui o município apenas uma pensão, cuja diária é de Cr$ 50,00. Os nascidos na cidade são denominados "sambaibense". Sambaíba é têrmo da comarca de Loreto, possuindo 1 suplente de Juiz de Direito, 1 adjunto de Promotor, 1 Tabelião e 1 Oficial de Justiça.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas um socorro farmacêutico conta a cidade, o qual presta assistência de um modo geral à população.

ALFABETIZAÇÃO — Das 335 pessoas de 5 anos e mais que residiam no município, 146, de acôrdo com o Censo de 1950, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 68 eram homens e 78, mulheres.

Ensino — São 15 as unidades escolares do município, dez do ensino Fundamental Comum e 5 do Fundamental Supletivo. O número de alunos matriculados no início do ano letivo de 1957 era de 209 crianças entre 7 a 11 anos de idade, sendo 88 na sede municipal e 121 na zona rural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	...	...	501	31	95
1955	...	...	520	23	591
1956 (1)	...	106	582	86	586

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos populares realizados no município são os de: Senhor Bom Jesus e São Miguel, êste no povoado Altos. O primeiro realiza-se a 6 de agôsto, e o último, a 29 de setembro, quando se realizam concorridas procissões.

(Autor do histórico — A.E. Oswaldo Arruda; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Inspetoria Regional de Estatística Municipal, Serviço Nacional do Recenseamento e Departamento Estadual de Estatística; Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta e Arthur Dias de Paiva.)

SANTA HELENA — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

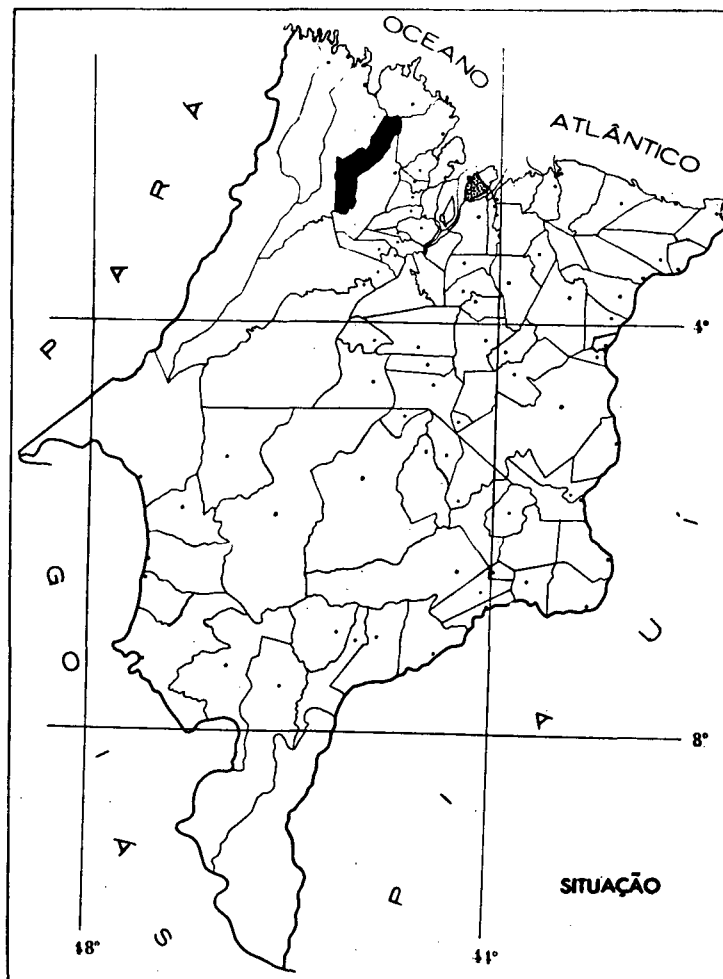
HISTÓRICO — Povoação: Por concessão de sua Majestade fidelíssima ao índio Pedro Alves, como principal de sua aldeia, foi assentada a povoação, na margem direita do rio Turiaçu, 15 léguas ao S.O. de Guimarães, em terras de sesmaria.

Sabendo-se que a Câmara atualmente não tem patrimônio, vem logo a idéia, que alguém se apoderou destas terras de sesmaria. A respeito da povoação, escreveu o coronel Lago em seu itinerário o seguinte: "Desgraçada povoação! miserável ajuntamento de escravos! Esta povoação, que no princípio era aldeia de índios do Laranjal, de onde para aqui a fêz passar o Exmo. D. Fernando Antônio de Noronha, está à beira do rio Turi e sôbre a sua vazante 34 palmos: é um quadro de 40 braças com pequenas choupanas de palha, e em um dos lados a capela também coberta de palha; consta de 28 fogos e cêrca de 150 almas, em que já hoje poucos índios entram, um comandante parcial etc... O local da povoação não é desagradável, mais o excessivo calor, que ali se observa, que chegou ao sol a 100°F, à sombra é constante até 92°F e de noite a 77°F, obrando sôbre oito a dez léguas de 77°F, superfície alagada, barrentas águas e mais sustento de pequenos peixes, tudo isso torna Santa Helena durante nove meses um lugar só de penúria e doença; o abaixamento das cheias, que é de setembro até dezembro, o que é de 14 a 16 palmos, deixando ficar imensos corpos mortos de animais e bichos, é outra causa das muitas e freqüentes moléstias, que por ali se padecem: ninguém escapa a lesões, raros à icterícia e muitos contam a idade pelos anos em que têm estado doentes, e as côres em todos são péssimas; das crianças, apenas um têrço das que nascem, resistem, e se passam o perigoso e climatérico ano de 7, não se escapa ao de 42 a 49 ordinàriamente, por isso ali poucas crianças se encontram e nenhum velho, e nesse ano (1820) em que nasceram 35 existem só 13. Admirará como ali ainda há população... "Tão insalubre clima poder-se-ia tornar melhor, se grande parte dêstes alagadiços se esgotassem, e se os fogos se aumentassem, o que demanda um excedente de população, que ainda por muitos tempos faltará. "Em frente da povoação o rio Turi tem 60 braças de largura e 6 a 8 palmos de fundo. De Santa Helena a 40° Sueste segue a estrada para os campos, a que chamam Chapadas, que se diferençam dos Perizes, porque aquêles nunca alagam, e êstes de inverno cobrem-se de água a ponto de se navegar em canoas. "Terminam as chapadas a 15° Nordeste da ponta chamada Santana: seu maior comprimento noroeste de 6 a 9 léguas, e de 4 a 5 de largura; êstes campos todos em planície alcatifados de bom capim com árvores destacadas, umas de flôres amarelas, outras de flor roxa de delicioso cheiro, com círculos de mato grande, a que chamam ilhas espalhadas de 200 em 200 braças, pouco mais ou menos, umas pirâmides cônicas truncadas, que faz o capim-açu e muito gado a pastar forma tudo o golpe de ôlho mais agradável ao viajante. Estas pirâmides a que chamam tapicuem são de 5 a 9 palmos de altura e de 4 a 5 de diâmetro".

Freguesia: Nesta localidade existe uma freguesia, cujo território conta 5 léguas de norte a sul e 15 de este a oeste, sendo habitada por 5 300 pessoas de ambos os sexos, das quais 1 200 são cativas. Foi elevada a povoação à categoria de vila pela Lei provincial n.º 65, de 15 de janeiro de 1838, e a sua freguesia a município, sendo depois, pela Lei provincial n.º 103, de 20 de agôsto de 1841, declarada a Câmara Municipal de Guimarães competente para fazer efetiva criação dêste município. Pela Lei provincial n.º 375, de 30 de junho de 1855, foi criada uma cadeira de primeiras letras para meninas e outra para o sexo masculino. Tem dois Distritos de Paz sendo o segundo em Paraná, uma Subdelegacia de Polícia, uma Delegacia de Instrução Pública, um Comissário Vacinador, várias casas de artes e ofícios, negócios de secos e molhados, e engenho de açúcar e aguardente de cana. Em distância de uma légua da vila existe o lugar denominado Chapada, que tem 6 léguas de comprimento e 3 de largura. Ali existem muitas fazendas de gado vacum, avaliando-se a totalidade dêstes animais em 30 000 cabeças, sendo desleixo para sentir-se, que ninguém cuidasse da uberdade do terreno para tratar dos melhoramentos da raça dêste gado, que de dia para dia vai apresentando diminuição no tamanho e no pêso. Os gêneros de cultivo sêco, são algodão, arroz, milho, feijão e mandioca para a fabricação da farinha. O peixe é o alimento mais usual. Os índios, que em não pequeno número existem aí, são mansos.

Contam-se mais em seu território muitos quilombos de escravos, quase todos ladrões de gado, apesar de vários assaltos de soldados que por ordem de alguns Presidentes aí têm ido. Neste território estão as ruínas auríferas de Montes Áureos entre os rios Maracassumé e Gurupi, pertencentes à Companhia Mineração Maranhense. Os principais povoados são: Rosário, em distância de 4 léguas, mais acima o Papagaio, onde aparecem muitos mascates de Vila Nova de Pinheiro, e Mangabeira logo ao sair da chapada. A maior parte dos lavradores exportam seus gêneros pelo pôrto do Gama, 8 léguas distante da vila e onde há um povoado e é o lugar em que aportam os barcos que navegam pelo rio Pericumã. Sendo esta vila situada à margem do rio Turi, por êle se comunica com a vila de Cururupu e por terra com os distritos de Pinheiro e Paraná. Durante o ano financeiro de 1861 e 1862 renderam: a Coletoria Geral 49$570, Coletoria Provincial 381$852 e Agência do Correio 12$900 ("Dicionário Histórico Geográfico", de Cezar Augusto Marques).

Em virtude do Decreto-lei n.º 268, de 19 de abril de 1932, perdeu a categoria de vila e sede de município, incorporando-se ao município de Pinheiro, como distrito. Foi restabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 919, de 30 de setembro de 1935. É constituído atualmente de dois distritos: o da sede, com o mesmo nome do município, e o de Curva Grande. O município é têrmo da comarca de Pinheiro. O atual Prefeito do município é o Sr. Jaime Mendonça Marques.

LOCALIZAÇÃO — Latitude Sul: 2° 15' 30". Longitude W. Gr.: 45° 24' 40". Pertence à Zona da Baixada. Posição relativamente à capital: rumo O.N.O., da qual dista 128 quilômetros em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 40 metros.

ÁREA — Corresponde a 2 393 quilômetros quadrados, sendo o 43.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, contava o município de Santa Helena 7 409 habitantes (3 725 homens e 3 684 mulheres) —, o que equivale a 3,10 habitantes por quilômetro quadrado. Para 1956 a população foi calculada em 8 489, passando a sua densidade demográfica para 3,54. Ainda segundo o Censo, a população estava assim distribuída, por sexo e côr: brancos, 1 473 homens e 1 356 mulheres; pretos, 732 homens e 725 mulheres, e pardos, 1 515 homens e 1 601 mulheres. Segundo a religião: católicos apostólicos romanos, 3 678 homens e 3 639 mulheres; protestantes, 44 homens e 41 mulheres, e sem declaração de religião, 3 homens e 4 mulheres.

Aglomerações urbanas — A sede municipal de Santa Helena era habitada por 276 almas (146 homens e 130 mulheres) e o distrito de Curva Grande por 180 (100 homens e 80 mulheres), segundo os dados censitários de 1950.

CLIMA — Quente e úmido. A época das chuvas é de janeiro a agôsto; da sêca de setembro a dezembro. De janeiro a maio é quando o calor é mais intenso. Não há grandes trovoadas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Pecuária, lavoura e a indústria extrativa, destacando-se, nesta última, especialmente, o babaçu que é uma das principais fontes de renda do município, tendo produzido, em 1956, 700 toneladas, no valor de 4 900 mil cruzeiros. Na pecuária sobressai a exportação de gado para as praças de São Luís-MA e Belém-PA. É, por sinal, o maior criador de eqüinos do Estado, com 20 000 cabeças, sendo os demais componentes da população pecuária, calculados pelo Departamento Estadual de Estatística, 35 000 bovinos, 32 000 suínos, 1 800 ovinos, 2 500 caprinos, 350 muares e 50 asininos.

Da sua produção agrícola, destaca-se, em primeiro lugar, o milho, cuja produção em 1955 foi de 420 toneladas, valendo 1 milhão e 50 mil cruzeiros, vindo, a seguir, o arroz em casca (720 toneladas no valor de 960 mil cruzeiros), 50 000 cachos de banana (750 mil cruzeiros), 1 500 arrôbas de fumo (450 mil cruzeiros), 1 800 toneladas de mandioca (324 mil cruzeiros) e 8 000 centos de laranjas (160 mil cruzeiros). Embora de produção reduzida, Santa Helena é um dos dez municípios maranhenses que, em 1955, produziram café: 1 350 quilogramas no valor de 45 mil cruzeiros (café beneficiado).

Há, ainda, como fonte de renda, a pesca, que serve não só para abastecer a população como para exportar, sendo seu principal mercado comprador o de São Luís. Em 1956 sua produção foi de 1 290 toneladas, valendo 6 110 mil cruzeiros. A indústria é representada por fornos de farinha de mandioca espalhados pelo município e olarias para a fabricação de telhas e tijolos. A primeira em 1955 produziu 361 300 quilogramas, no valor de Cr$ 1 696 600,00, e a segunda apenas 132 milheiros, valendo 79 mil e 600 cruzeiros. Deve ser citada, ainda, a indústria extrativa, com os seguintes resultados em 1956:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
De origem vegetal			
Tucum	kg	9 000	18 000
Tábuas de cedro	Dúzia	180	90 000
Tábuas de paparaúba	»	300	90 000
Pranchetas de cedro	»	120	96 000
Pranchões de cedro	Um	200	40 000
Pranchetas de maparaju	Dúzia	50	35 000
Breu	kg	2 500	12 500
De origem animal			
Peles de veado	kg	1 000	40 000
Crina de cavalo	»	1 500	37 000
Peles diversas (1)	Uma	8 605	223 550

(1) Peles e maracajá, cutia, caititu, queixada, onça e capivara.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA — Possui o município 5 estabelecimentos varejistas e 3 industriais. O comércio mantém transação com as praças de São Luís-MA, Belém-PA, Fortaleza-CE, e Recife-PE, importando tecidos em geral, louças, ferragens, produtos farmacêuticos, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE — É servido por linhas de navegação aérea e fluvial-marítima que ligam a sede municipal com a capital do Estado. Comunica-se com as seguintes cidades vizinhas e respectivos meios de transportes: Cururupu: misto: a) fluvial (73 quilômetros) até Pôrto Barreira, b) a cavalo (10 quilômetros) até Serrano, e c) rodoviário (32 quilômetros); Guimarães: a cavalo (107 quilômetros); Pinheiro: aéreo (36 quilômetros) ou rodoviário (48 quilômetros); Turiaçu: a cavalo (98 quilômetros) ou fluvial (109 quilômetros).

Curva Grande (Serviço da Petrobrás)

ASPECTOS URBANOS — Não há rua pavimentada na cidade. O serviço postal-telegráfico é feito pelo Departamento dos Correios e Telégrafos que possui uma Agência para êsse fim. Na Prefeitura está registrado apenas um caminhão. Na sede municipal existem 9 ligações elétricas. O quadro judiciário é composto de 3 Suplentes de Juiz de Direito, 1 Escrivão do 2.º Ofício com as funções de Tabelionato e Registro Civil e 1 Adjunto de Promotor Público.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não dispõe o município de nenhum serviço de assistência médico-sanitária. Faz parte do 3.º Distrito Sanitário, com sede em Pinheiro.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, contava o município de Santa Helena com 6 361 pessoas de 5 anos e mais, sendo que dêste total sòmente 1 165 (644 homens e 521 mulheres) sabiam ler e escrever — o que equivale a 18,31%. Apenas 76 pessoas de 10 anos e mais possuíam curso completo, sendo 72 (40 homens e 32 mulheres) de grau elementar, 3 (2 homens e 1 mulher) de grau médio e 1 homem com instrução de grau superior, segundo revelam os levantamentos censitários de 1950.

Ensino — Em 1956, possuía o município 13 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal é o rio Turi, que banha a sede municipal, localizada à sua mar-

gem direita. Desemboca na baía de Turiaçu e nasce na serra de Piracambu; também banha a vila de Curva Grande, que fica à sua margem esquerda, e os povoados São Pedro, Rosário e São Francisco. Tem a profundidade média de 8 metros e 70 metros de largura. Navegável em todo o percurso na estação chuvosa, porém no rigor do verão (outubro a dezembro) sòmente por embarcações de pequeno calado, com exceção da parte que vai do povoado de São Francisco à sua foz que permite franca navegação.

Rio Parana — afluente da margem esquerda do Turi, banha os povoados de São Joaquim, Guariramã e São Bento. Navegável no inverno. Como o Turi, é bastante piscoso.

Morro de São Joaquim e morro do Escuro, o primeiro no povoado do mesmo nome e com a altitude de 200 metros, e o segundo no povoado Mocambo e 100 metros de altitude.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Dentre as festas religiosas que se realizam no município, observam-se as seguintes: a de São Benedito, realizada nos fins de dezembro e constando de: procissão, "tambor de crioula" e bailes com trajes exóticos, assemelhando-se ao carnaval; a festa do Divino Espírito Santo, realizada nos meses de maio, junho e, às vêzes, em dezembro, é caracterizada pelos batuques de caixas; a de São Sebastião, uma das concorridas festas da localidade, realiza-se no mês de janeiro, em novena que se inicia no dia 11, em cujo período se observa ladainha tôdas às noites; no último dia é encerrado o festejo com missa pela manhã e procissão à tarde pelas principais ruas da cidade; a de Santa Helena, começa a 1.º de agôsto e vai até o dia 13 com o mesmo programa da anterior.

Registra-se, ainda, a brincadeira do "bumba-meu-boi", com grande número de participantes, mais conhecidos por "caipiras", trajando vestes de côres diferentes e com uns corpetes e capas de veludo, todos enfeitados com miçangas, lantejoulas e contas de côres variadas, chapéus, uns de abas grandes e outros de abas pequenas, enfeitados com fitas multicores e bem compridas, com ramos bordados na parte da frente. A dança é bem interessante, simbolizando a história em que "o Pai Francisco rouba o boi e é prêso". Depois de prêso confessa o acontecido, dando em troca outro animal semelhante. Todo o desenrolar da brincadeira é acompanhado de cânticos ao som estridente de pandeiros, maracás e bombos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	142	...	...	
951	...	166	...	...	...
952	...	248	...	...	...
1953	...	403	...	...	...
1954	...	385	...	...	...
1955	...	480	...	...	...
1956	...	486	884	58	813

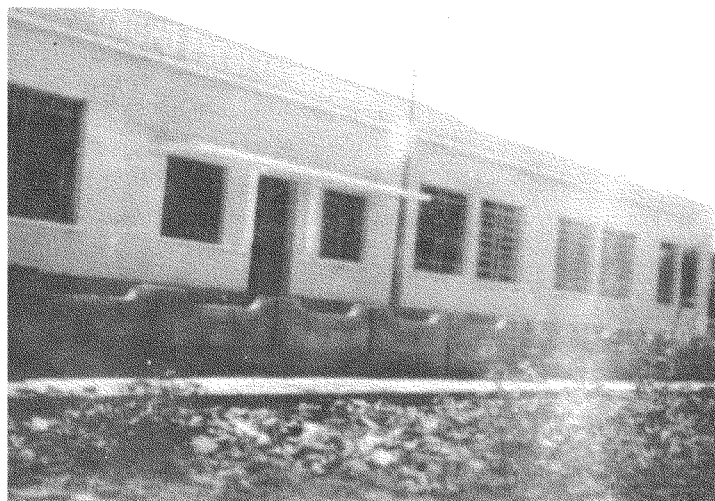
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 1957, no lugar Mocambo, a Petrobrás fêz perfuração à profundidade de 3 745,85 metros em busca de petróleo, sem resultado positivo. No momento, realiza outra na vila Curva Grande, a qual, em outubro de 1957, já havia atingido 1 682 metros. Estava programada, ainda para 1957, o início de outra perfuração, no lugar denominado Rio do Peixe. Para a realização de tôdas essas operações e cumprimento de programas futuros, a Petrobrás manteve em Mocambo — em novembro de 1957 estava em Curva Grande — a equipe EPP-3, com equipamento "National 75" para 8 500 pés de profundidade, funcionando em média com 87 operários e quatro técnicos colaboradores estrangeiros. Para Rio do Peixe foi a EPP-2, com equipamento "Oiwel 76", com capacidade para perfurar até 12 000 pés de profundidade.

Aos filhos da terra dá-se a designação de helenenses. Para a Câmara municipal são eleitos 9 Vereadores.

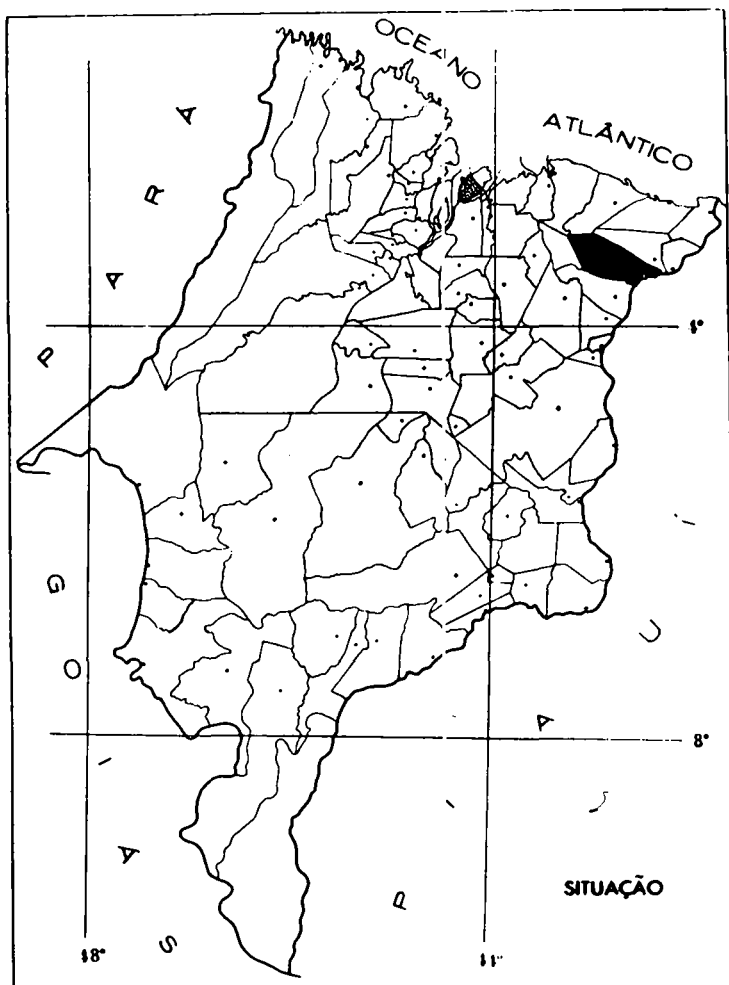
Histórico — Copiado do "Dicionário da Província do Maranhão" — Cezar Augusto Marques — 1870; Redação final — Ari Lucas Xavier e Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Petróleo Brasileiro SA (Petrobrás), Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística.)

SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira penetração do território de Santa Quitéria do Maranhão, antigo Bacuri, foi feita por colonos vindos dos vizinhos municípios de São Bernardo e Brejo, que desde 1700 iam chegando a estas paragens à procura de terras para a lavoura. Em 1886, os irmãos Marcolino e Alexandre Francisco Rodrigues, sob a iniciativa do primeiro, construíram, no lugar que é hoje a sede do município, o primeiro armazém para exportação dos produtos de suas fazendas, surgindo, assim, um pôrto. Como afluísse ràpidamente uma população numerosa ao novo pôrto, formou-se, aí, próspera povoação. Até 1912 foi êsse local causa de várias divergências entre os municípios de Brejo e São Bernardo, sendo a povoação repartida igualmente entre os dois municípios para a cobrança dos impostos. Nesse mesmo ano de 1912, porém, resolveu o Govêrno do Estado criar o município e têrmo de Santa Quitéria, pela Lei n.º 622, de 16 de abril. Foi suprimido pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 7 de janeiro de 1932 e anexado ao município de São Bernardo e, pelo de número 539, de 16 de dezembro de 1933, passou a ser um distrito do de Brejo. Contudo, seus habitantes, não se

Grupo Escolar Heitor Pedrosa

conformando com essa situação, tudo fizeram até que viram coroados de êxito seus esforços, com o restabelecimento do município, o que se deu em 1935, pelo Decreto-lei n.º 875, de 15 de julho. Em 1938, pelo Decreto-lei n.º 45, de 29 de março, foi elevado à categoria de cidade. O atual Prefeito do município é o Sr. Heitor de Araújo Pedrosa.

LOCALIZAÇÃO — Santa Quitéria do Maranhão pertence à Zona Fisiográfica do Baixo Parnaíba. São suas coordenadas geográficas: latitude Sul — 3° 31'; longitude W. Gr. — 42° 28' 21".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município está a 26 metros de altitude.

CLIMA — O inverno no município começa em janeiro e estende-se até meados de julho, sendo o período mais chuvoso os meses de março e abril. Os trovões e relâmpagos são mais freqüentes em janeiro e fevereiro, e os ventos são geralmente acompanhados das chuvas.

O verão inicia-se em meados de julho até meados de dezembro, sendo bem rigoroso, quando há algumas ventanias fortes. O mês mais frio é junho e o mais quente setembro.

ÁREA — É de 2 475 quilômetros quadrados, sendo o 41.º município maranhense em extensão territorial.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, a população de Santa Quitéria do Maranhão totalizava 12 343 habitantes, sendo 6 299 homens e 6 044 mulheres, correspondendo a uma densidade demográfica de 4,98 habitantes por quilômetro quadrado. A maior parte da sua população, ou seja, 93%, ocupava a zona rural.

As 12 343 pessoas estão representadas:

a) quanto à côr:

49% pardas (6 045);
39,4% brancas (4 868);
11,5% pretas (1 418);
0,1% 12 sem especificação de côr.

b) quanto ao estado civil (mais de 15 anos — 6 629)

56,2% casadas (3 723);
36,7% solteiras (2 431);
7,1% viúvas (470); além de 5 pessoas sem declaração de estado civil.

Aglomerados urbanos — Como aglomerados urbanos, Santa Quitéria, quando do Recenseamento Geral de 1950, possuía apenas o da sede, com 913 habitantes, sendo 445 homens e 468 mulheres.

RELIGIÃO — Em Santa Quitéria do Maranhão, 99,80% da população, segundo o Censo de 1950, abraçam a religião católica, ou seja, 12 317 pessoas, das quais 6 284 do sexo masculino e 6 033 do sexo feminino. As restantes ... (1,20%) são assim expressas: 7 protestantes, 1 espírita, 1 sem religião, e 17 sem declaração de religião.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município é sustentada pela agricultura e pecuária. O município é constituído por terras fertilíssimas e apropriadas a tôdas as culturas, deixando, todavia, de apresentar melhor produção por deficiência técnica. As terras baixas das margens do Parnaíba são, periòdicamente, inundadas pelo rio que as fertiliza, irrigando-as e adubando-as com os detritos orgânicos que nelas deposita. É inestimável o valor econômico dos terrenos de vazante, por prescindirem das

Igreja N. S.ª dos Aflitos

Mercado Público Municipal

derrubas, queimas, destocamentos e adubação; os terrenos estão sempre prontos e fertilizados, cada ano, para novo plantio. Arroz, mandioca, e cana-de-açúcar principais produtos agrícolas, são destinados a Parnaíba-PI, com uma exportação que atingiu, no ano de 1955:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Arroz em casca	kg	948 000	1 580 000,00
Mandioca	Tonelada	4 980	747 000,00
Cana-de-açúcar	»	2 950	354 000,00

A fruticultura também é bastante desenvolvida, sendo Santa Quitéria do Maranhão o maior produtor de mangas do Estado (171 000 centos, valendo 1 710 mil cruzeiros). A produção das demais frutas, no mesmo ano (1955), foi:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Banana	Cacho	76 200	914 400,00
Côco-da-baía	Cento	1 480	444 000,00
Laranja	»	10 700	107 000,00
Melancia	Fruto	72 000	144 000,00
Tangerina	Cento	2 900	34 800,00

A criação de gado apresenta sensível melhora e aumento com a entrada do meio-sangue zebu, que bem se adaptou aos campos baixos e de agreste existentes na zona e entregues, apenas, aos cuidados da natureza. O Departamento Estadual de Estatística calcula em 3 800 bovinos, 22 500 suínos, 3 000 ovinos, 6 000 caprinos, 900 eqüinos, 500 asininos e 300 muares o efetivo da população pecuária. Para desenvolver e estimular a produção agropecuária existe, desde 1953, um Pôsto do Ministério da Agricultura, dirigido por um agrônomo. O campo tem 200 ha e culturas permanentes de cajueiros, coqueiros e mangueiras e anuais de arroz, milho e feijão. Sua produção (safra .... 1956-1957) foi de 33 780 quilogramas de arroz e de 12 870 quilogramas de milho. Possui um reprodutor "schwitz" e 3 muares e as seguintes construções e benfeitorias: residência para o administrador, 1 galpão de máquinas com dependências para escritório, oficinas e depósito de materiais; 2 800 metros de cêrca de arame farpado com 4 fios e 1 poço empedrado. Sua maquinaria é composta de 1 trator "Hanomag" R-25, com implemento; 1 carrêta agrícola "Pontal"; 3 semeadeiras simples; 1 arado de 1 disco e 4 de reversível; 1 arado de aiveca fixa; 1 escarificador de 14 dentes; 10 cultivadores; 2 debulhadores de milho; 2 extintores de formigas; uma grade de 14 discos, 3 pulverizadores, e 10 polvilhadeiras.

Sua produção industrial é pequena. Em 1955 tôda ela foi pouco além de um milhão de cruzeiros, assim distribuídos:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Rapadura	kg	83 620	311 700
Farinha de mandioca	»	151 110	203 660
Arroz pilado	»	45 000	225 000
Aguardente de cana	Litro	17 970	173 250
Cêra de carnaúba	kg	4 577	103 460

A pesca é praticada em regular escala tanto nos rios como nas lagoas, pois a população, desprovida de recursos, dela se abastece; é vendida não só aos habitantes do próprio município, como aos dos vizinhos. São 240 os pescadores que exercem tal atividade, não fazendo, entretanto, parte de Colônia. Servem-se de barcos e cascos e empregam rêdes de arrasto e de espera, tarrafas, etc. As espécies mais comuns no município são: surubim, curimatá, mandé, corvina, branquinha, mandubé, piranha, piau e outros. No rio Parnaíba são feitas as maiores pescarias e, sendo de maio a novembro a fase mais propícia. Em 1956 a produção do pescado chegou a 30 000 quilogramas, totalizando Cr$ 360 000,00.

Como riquezas naturais mais em destaque anotam-se as de origem vegetal: madeiras de lei (cedro, pau-d'arco, frejó, aroeira, sucupira, etc.), babaçu, tucum e carnaúba. A produção do babaçu, em 1956, foi de 132 toneladas no valor de Cr$ 1 584 000,00.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município possui campo de pouso com capacidade para aviões de pequeno porte, além de ser servido por três linhas de ônibus, apenas regular pelo verão, pois na ocasião do inverno, ficam intransitáveis as estradas, prejudicando o tráfego.

Mantém a comuna ligações com as seguintes cidades vizinhas: Barreirinhas — a cavalo, 126 quilômetros; Brejo — rodoviário, 42 quilômetros; São Bernardo — rodoviá-

Capela de São Roque

rio, 30 quilômetros; Urbano Santos — rodoviário, 149 quilômetros.

COMÉRCIO E BANCOS — Sem ser um dos mais importantes do Estado, o comércio de Santa Quitéria do Maranhão apresenta um bom desenvolvimento, com grandes capitais empregados na exportação de babaçu, tucum, jaborandi, couros, arroz e farinha. Os gêneros produzidos no município são negociados com a praça de Parnaíba-PI, pois é com ela que mantém transações mercantis e adquire as necessárias mercadorias para os seus diversos ramos de negócios, como seja: fazendas, louças, ferragens, artigos de armarinho, medicamentos, miudezas, etc. É por intermédio do rio Parnaíba que o município faz o seu comércio com Parnaíba, exportando seus produtos e importando mercadorias, em canoas de grande tonelagem. Conta a sede municipal com 1 estabelecimento atacadista e 11 varejistas; não é servida por agência bancária, porém por um correspondente do Banco do Brasil.

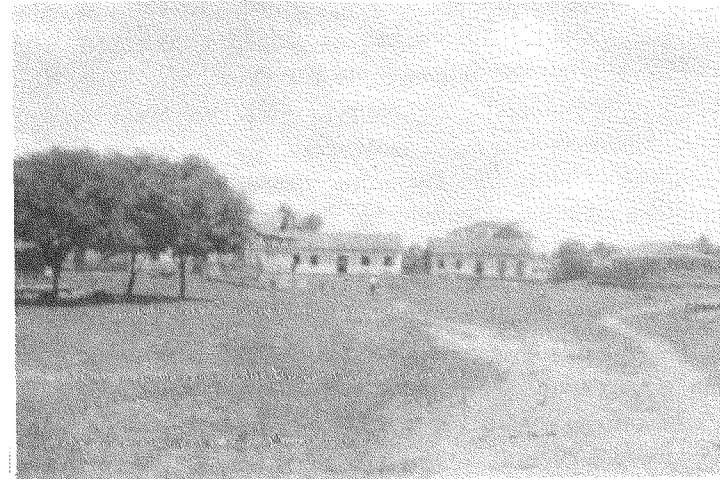
ASPECTOS URBANOS — O município tem 45 ligações elétricas, na sede, enquanto que a Usina Elétrica, em 1956, produziu 87 552 000 velas-mês, assim distribuídas: consumo público — 42 912 000; consumo particular — .... 44 640 000. Mantém a ordem e a segurança pública a Guarda Civil Municipal, composta por 1 Delegado de Polícia e 3 guardas; a Cadeia Pública — comportando 10 detentos —, na qual prestam serviço 3 guardas e 1 carcereiro. A Câmara dos Vereadores é composta por 9 membros.

Exercem suas atividades profissionais em Santa Quitéria do Maranhão 1 advogado provisionado e 1 agrônomo.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município é servido por 2 socorros-farmacêuticos. Faz parte do 11.º Distrito Sanitário, cuja sede é em Brejo.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, foi encontrado o resultado abaixo para as pessoas de 5 anos e mais:

MUNICÍPIO, CIDADE E VILA	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS				
	Total	Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever (1)	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Santa Quitéria do Maranhão	10 211	558	421	4 653	4 579
Cidade	761	131	151	238	241
Quadro rural	9 450	427	270	4 415	4 338

(1) Incluídas as pessoas de instrução não declarada.

Praça da Bandeira

Escola Rural Francisco Moreira

Ensino — Apenas a instrução primária é ministrada em Santa Quitéria do Maranhão, o que é feito por intermédio de 14 unidades escolares, sendo 8 do ensino fundamental comum, 5 do fundamental supletivo e uma do complementar. Eram 615 as crianças em idade escolar (7 a 11 anos) que estavam matriculadas no início do ano letivo de 1957, sendo 250 na sede municipal e 365 na zona rural.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Rio Parnaíba — navegável em tôdas as épocas do ano, tem uma extensão no município de 24 quilômetros, banhando as localidades — Milagres, Barra da Cruz, Santa Quitéria do Maranhão e Seringa, em direção norte. Sua largura no verão é de 40 metros por 2 metros de profundidade, havendo grande aumento por ocasião do inverno. Êste rio banha a parte oeste da sede municipal, separando-a do Estado do Piauí.

Centro Artístico Operário e Agrícola (em construção)

Rio Gengibre — nasce na lagoa Vertente, passando por Vertente, Gengibre, Santa Luzia e Pedrozilândia (antigo Barra da Onça). Não é navegável, apresentando as seguintes dimensões: 25 metros de largura por 2 metros de profundidade.

Rio Buriti — partindo do município de Brejo em direção norte, não apresenta possibilidades à navegação. Possui 10 metros de largura por 0,50 metros de profundidade, isto no verão. Banha as localidades de Roça Velha, Bacuri, Cadós, Riacho do Meio, Rodiador, Buriti e Ladeira.

Ponte de madeira, sôbre a lagoa Sussuarana

Dentre as lagoas: Porta (500 metros de comprimento por 50 metros de largura); Barreiras (4 500 metros de comprimento por 200 de largura), ficando parte desta na zona suburbana da cidade. Sua profundidade máxima, no inverno, atinge 6 metros; Arrodeio e Pedras (ambas com 300 metros de comprimento por 120 de largura).

Os morros de Canastra, Lagoa da Porta, Barreiras e Canto do Arrodeio, como principais, cujas altitudes não ultrapassam 300 metros.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	235	523	36	532
1951	...	359	302	...	270
1952	...	310	...	...	...
1953		511	770	132	1 065
1954		602	661	152	662
1955		530	654	127	561
1956		774	872	139	526

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — O têrmo judiciário de Santa Quitéria foi criado pela Lei estadual n.º 662, de 16 de abril de 1912, compreendendo todo o território do município. Sua instalação verificou-se a 25 de agôsto do mesmo ano, juntamente com a do município, e anexada à Comarca de Brejo. Foi seu primeiro juiz municipal o cidadão Fábio Alves de Lima. O têrmo foi suprimido por diversas vêzes, ficando apenas em distrito anexado ao município e têrmo de São Bernardo e pertencendo à comarca de Araioses, verificando-se esta última ocorrência no qüinqüênio 1939-1943 (Decreto-lei n.º 159, de 6 de dezembro de 1938). Pela nova organização judiciária, o município é têrmo subordinado à comarca de 1.ª Entrância de Brejo, dividido em três distritos: o da sede municipal, o de Barra da Onça e o de Buriti. O seu aparelho judiciário é constituído por 3 Juízes Suplentes, 1 Adjunto de Promotor Público, 1 Tabelião do 2.º Ofício e mais anexos, 1 Oficial de Justiça, 2 Juízes de Casamentos e 2 Escrivães de Casamentos e do Registro Civil das Pessoas Naturais.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — De acôrdo com a Prefeitura Municipal, em 31-12-1956, haviam sido feitos os seguintes registros de veículos: 2 caminhões, dois tratores de rodas, 1 carroça de 2 rodas e 80 carros de bois. O Centro Artístico, Operário e Agrícola de Santa Quitéria do Maranhão presta auxílio funerário aos sócios, desde o ano de 1952, já contando o seu quadro com 556 membros. Durante o ano de 1956, foram concedidos 3 benefícios no valor total de Cr$ 3 000,00. Os filhos da terra são chamados quiterienses. São realizados no município festejos em honra a Nossa Senhora dos Aflitos — 8 de setembro; São Sebastião — em janeiro, e Sagrado Coração de Jesus, em junho, todos tidos como principais, iniciados com o levantamento do mastro, seguidos por novena, e encerrando-se com uma missa solene pela manhã e uma procissão do santo festejado, à tarde.

FILHOS ILUSTRES — *João Bacelar Portela* — nascido a 16 de junho de 1906. Médico, professor e humanista. Catedrático da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão e da Faculdade de Filosofia de São Luís. É sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e da Academia Maranhense de Letras, em que fundou a cadeira patrocinada pelo General Tasso Fragoso.

(Autor do histórico — A.E. Álvaro Bezerra de Almeida; Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística, Inspetoria Regional de Fomento Agrícola, Inspetoria Regional de Estatística Municipal.)

SÃO BENEDITO DO RIO PRÊTO — MA

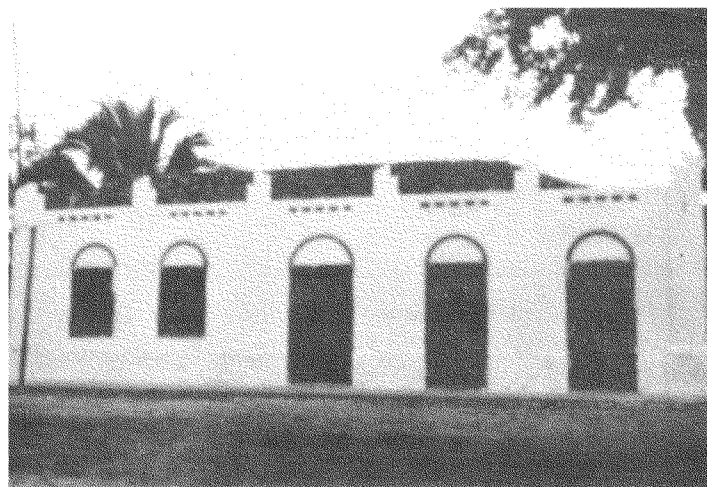
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1874 chegou a esta localidade Rufino Alves da Silva, cearense, e, corajosamente, iniciou a lavoura de cana-de-açúcar, mandioca e arroz. Tempos depois, casou-se sua filha com Porfírio Rodrigues de Souza, natural de Humberto de Campos; ficaram residindo na mesma localidade, já com a denominação de São Benedito. Homem de espírito operoso e trabalhador, continuou o genro, como seu sogro, no amanho da terra, montando engenhos, bolandeiras, casas de farinha e demais pertences para a industrialização da mandioca, cana e algodão, acrescido de um pequeno comércio. Foi êsse homem esteio de grande valor na construção do nascente povoado. Em 1890 chega a São Benedito José Rodrigues de Mesquita, filho de Santa Quitéria, Ceará. Localizou-se aí, com sua numerosa família. Muito disposto para o trabalho, foi progredindo ao lado dos outros, formando também na vanguarda sua pequena organização industrial, conseguindo, mais tarde, deixar seus filhos como os pioneiros do comércio da atual cidade de São Benedito do Rio Prêto. Em 1894, Mesquita e Souza comungaram pela idéia de construção de uma pequena capela, a qual foi erigida pelo povo, em honra ao glorioso São Benedito. Em 1896, entretanto, um incêndio destruía a capelinha, pois era coberta de palha. Perseverantes, procuraram imediatamente reconstruí-la, deixando-a, desta vez, coberta de telha. Em 1915, perseguidos pela sêca, chega na terra, grande número de cearenses, os quais muito concorreram para melhorar a situação da vila e desenvolver o comércio e lavoura. Nesse tempo já era bastante vantajosa a produção de algodão, arroz, milho, mandioca e cana-de-açúcar. A mata era imponente e rica em caça de tôdas as espécies; veados, caititus, queixadas,

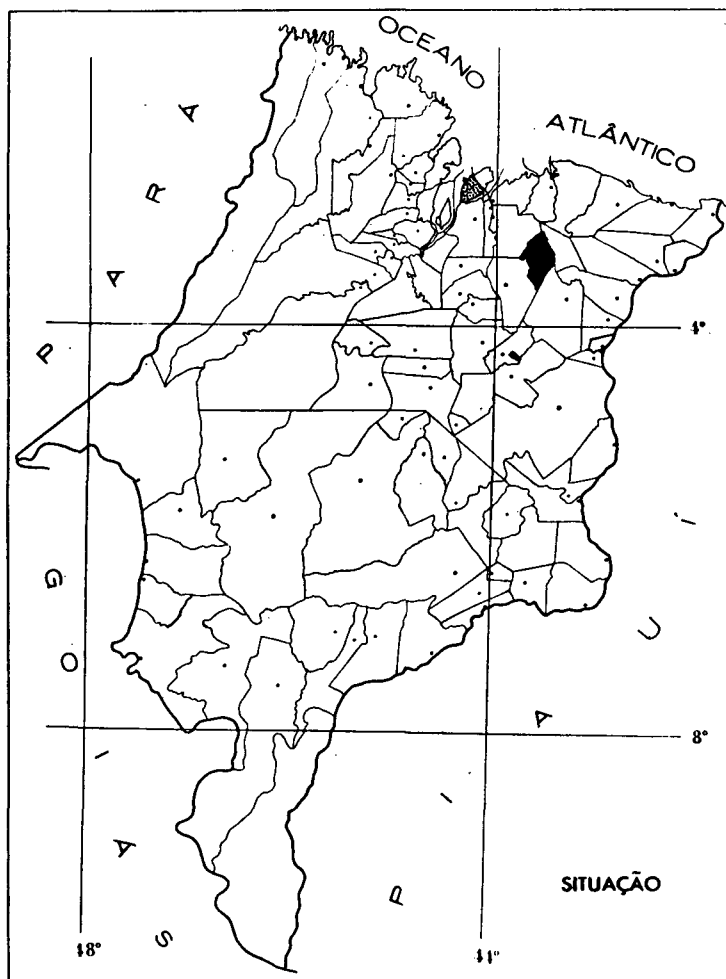
Igreja de São Benedito

antas, pacas e outros; peixes nos rios e igarapés e muitas aves: mutuns, jacamins, etc. A 16 de julho de 1916, novos cearenses aportam em São Benedito, dentre êles Juventino Magalhães, que havia perdido tudo que possuía com a sêca de 1915.

Até então não existia Agência do Correio na simples povoação. O comércio local utilizava para os seus serviços a Agência Postal de Urbano Santos, distante 24 quilômetros. Não havia escolas públicas ou particulares, nem agência para arrecadação. Veio, então, a Juventino Magalhães, a idéia de criar um estafeta que conduzisse as correspondências para a Agência Postal mais próxima e de lá trouxesse as que se destinassem a esta localidade. Com agrado e entusiasmo recebeu o comércio a feliz idéia e, fazendo uma quota, a 30 de julho o estafeta iniciava a sua primeira viagem, percebendo, mensalmente, Cr$ 18,00, bom pagamento para a época. Nessa ocasião, também, o comércio dirige uma representação à Câmara de Vereadores de Vargem Grande, no sentido de ser criada uma Agência local, para receber os diversos impostos, inclusive o de indústria e profissão, o que foi aceito, e imediatamente instalada. Ainda em 1916 foi criada uma escola estadual, a primeira da terra, sendo lotada com professôra leiga, D. Joana Elsides Magalhães, que percebia Cr$ 40,00 mensais. Ainda nessa época foi fundado um externato para rapazes, com o nome de Centro Coelho Neto, que funcionava à noite, tendo pouca freqüência, certamente por ser pequena a população. Foi fundador, diretor e responsável pelo externato o próprio Juventino Magalhães. Por ocasião do Congresso em 1917, o comércio da localidade levantou a idéia, por iniciativa de Juventino Magalhães e baseado no número de habitantes, de fazer-se representar ao Govêrno, pedindo a criação de uma Agência Fiscal, no que foi atendido, sendo nomeado para o referido pôsto o português Muniz de Vasconcelos. Êste, porém, não correspondeu à expectativa, pois, nos dois anos em que passou à frente da Agência, arrecadou tão pequena importância o que deu motivo para o seu afastamento e conseqüente processo administrativo. Volta, então, a pertencer à Coletoria de Urbano Santos a referida Agência, onde ficou apenas por alguns meses, visto haver sido nomeado para a mesma o cidadão Juventino Magalhães, e com funcionamento no antigo local. Em 1922, por iniciativa de pessoa interessada, é encaminhada uma representação, por intermédio do Deputado Federal Marcelino Machado, a qual pedia a criação de uma Agência Postal, no que foi imediatamente atendido. Para a mesma foi nomeada a Senhora Cassiana Souza de Magalhães, ainda em função. Iniciou sua carreira percebendo o salário mensal de Cr$ 80,00.

Foi a povoação elevada à categoria de vila em 1926, sem o respectivo têrmo. Quando Magalhães de Almeida governava o Maranhão, em 1929, a Agência arrecadadora se elevou para Agência independente, subordinada sòmente ao Tesouro do Estado, e com o mesmo titular. Nesse tempo poucas eram as casas comerciais existentes, não chegando a dez. A firma Miguel Fernandes e Francisco Sales Mesquita era de fabricação de rapadura, aguardente de cana e farinha de mandioca. Até 1918 não existia mercado na vila. O abatimento de gado para o consumo era reduzido, por falta de criação nos arredores, mas quando se abatia algum, era, em seguida, levado para o salão comercial, e aí cortado, sôbre esteiras de palha. No dia 18 de dezembro do mesmo ano, foi construído, por iniciativa de Juventino Magalhães, um pequeno talho. Dada essa iniciativa, no dia seguinte foi enviada uma representação ao Prefeito de Vargem Grande, pedindo verba para a obra em tela. Vetado foi o projeto, alegando aquela autoridade a desnecessidade, pois, se a sede não possuía mercado, não podia o distrito possuir. Êsse veto trouxe grande descontentamento para a população, o que concorreu para que o povo, insuflado por Juventino Magalhães, avançasse no dinheiro existente na Agência — era de Cr$ 360,00 a importância encontrada em caixa — e desse início à obra. O Govêrno Municipal ficou insatisfeito com essa atitude, ameaçando-os de processo. Tempos depois, já calmo, resolveu dar outras verbas para o término da obra, bastante adiantada. Ainda em 1918, foi construída a primeira organização política com a fundação de um subdiretório, que obedecia à orientação do partido dominante naquele tempo. Começou, porém, em 1926, em todo o Estado, um verdadeiro surto de progresso, surgindo o desejo de furar sertões, como os bandeirantes de outras eras, fomentando o desenvolvimento e a riqueza do solo. E assim foram iniciadas as Estradas São Benedito, Urbano Santos e São Benedito a Marchão, num total de 70 quilômetros. Êsse serviço foi feito à custa de particulares, tendo o Govêrno indenizado apenas 20% dessa despesa. Depois de uma longa e árdua luta, foi atingida, finalmente, Vargem Grande e Itapecuru. Foi nessa época que houve fundação do jornalzinho "O Sertão Novo", cuja orientação, direção e técnica obedecia a Juventino Magalhães, o seu fundador. Êsse jornal circulou até 1932.

Estúdio de uma amplificadora

A Lei n.º 156, de 21-X-48, cria o município de Curuzu, desmembrado do de Vargem Grande, tendo por sede a vila do mesmo nome, e sendo elevado à categoria de cidade. Foi instalada oficialmente a 25-3-1949, vindo para a frente da comuna, por nomeação do então Governador do Estado, Domingos Rodrigues de Mesquita, que ali permaneceu até a realização do pleito de 3-10-1949, quando foi eleito Raimundo Erre Rodrigues, empossado a 26 de dezembro dêsse mesmo ano, que tirou todo o período da legislatura. Em 1955, a 3 de outubro, nova eleição se realizava no município, saindo vitorioso o candidato Domingos Rodrigues de Mesquita, que pela segunda vez dirige os destinos do município. Nesse pleito foram eleitos para a Câmara Municipal 8 vereadores. Em face do Decreto-lei federal que proíbe a existência de dois topônimos iguais em qualquer Unidade da Federação, foi, em 1955, pela Lei n.º 1 385, de 3 de dezembro, alterada a denominação do município de Curuzu para São Benedito do Rio Prêto. Compõe-se o Poder Judiciário de 3 Suplentes de Juiz de Direito, 1 Adjunto de Promotor e 1 Oficial de Justiça. É têrmo da Comarca de Vargem Grande.

LOCALIZAÇÃO — À Zona Fisiográfica do Itapecuru pertence êste município, que se limita com os de Vargem Grande, Morros, Urbano Santos e Chapadinha.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É quente. As chuvas têm início, geralmente, em fevereiro, sendo que em abril caem com mais abundância, havendo cerrações e grandes tempestades. Setembro a novembro são os meses mais quentes.

Aspecto parcial do porto

ÁREA — Totaliza 1 202 quilômetros quadrados. É o 66.º município do Estado em grandeza territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Prêto, que nasce nos confins de Chapadinha, penetra no município, atravessando-o pelo centro, tomando, depois, a direção leste. Durante o inverno é navegável em tôda a extensão que fica no território de São Benedito do Rio Prêto. O Riachão, totalmente curuzuense, nasce na lagoa dos Patos. Tem o curso completamente ladeado de densas matas e frondosos cocais, o que o torna incapaz para a navegação. Ainda são encontradas as lagoas de Picos e Lúcia. Medem, aproximadamente, 4 quilômetros de extensão por 2 de largura, com profundidade de 4 metros.

RIQUEZAS NATURAIS — A principal é o babaçu, cuja produção em 1956 foi de 188 toneladas no valor de 1 314 milhares de cruzeiros. As matas de São Benedito do Rio Prêto possuem bastante madeira de lei, ainda não explorada.

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 registrou, em São Benedito do Rio Prêto, 7 167 pessoas — 3 618 homens e 3 549 mulheres, o que equivale a 5,96 habitantes por quilômetro quadrado. Dessa população, 92% estavam localizados na zona rural. Das 7 167 pessoas recenseadas, havia predominância da côr parda, 4 641 (2 370 homens e 2 271 mulheres); branca, 2 247 (1 078 homens e 1 169 mulheres); prêta, 278 (169 homens e 109 mulheres). Professando a religião católica existiam 7 159 pessoas, 4 protestantes e 4 não declararam a religião. A população total do município é constituída de brasileiros natos. O Departamento Estadual de Estatística calculou a população de São Benedito do Rio Prêto, em 1956, em 8 551 habitantes, correspondendo a 7,1 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Quando do Censo de 1950, apenas 1 aglomerado urbano foi encontrado, o da sede, com 1 078 habitantes, sendo 490 homens e 588 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia básica do município consiste na lavoura, sendo a principal cultura a de mandioca (2 500 toneladas, valendo Cr$ 750 000,00), que é utilizada para o fabrico de farinha (736 800 quilogramas, no valor de Cr$ 2 695 800,00), e aguardente-tiquira (29 600 litros, valendo Cr$ 444 000,00), seguindo-se arroz, milho e feijão, respectivamente, com a seguinte produção e valor: 6 500 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 845 000,00;

1 500 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 150 000,00 e 50 sacos de 60 quilogramas — Cr$ 21 000,00.

Pequena é a população pecuária de São Benedito do Rio Prêto: apenas 3 200 bovinos, 6 000 suínos, 1 000 caprinos, 600 eqüinos, 300 asininos e 400 muares (dados de 1956).

COMÉRCIO — Mantém o comércio local transações com as praças de São Luís-MA, Parnaíba-PI e Fortaleza-CE, de onde importa produtos manufaturados e metalúrgicos. Exporta, em pequena quantidade, farinha, para os vizinhos municípios de Vargem Grande, Chapadinha e Morros. Existem, na cidade, apenas 10 estabelecimentos varejistas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — São Benedito do Rio Prêto liga-se à Capital do Estado por meio rodoviário (24 quilômetros) até Urbano Santos, e aéreo (115 quilômetros) ou misto, rodoviário (86 quilômetros), via Vargem Grande—Itapecuru-Mirim (276 quilômetros). Com as cidades vizinhas, são os seguintes os meios de transporte utilizados: Chapadinha: rodoviário, 62 quilômetros; Morros: cavalo, 132 quilômetros; Urbano Santos: rodoviário, 24 quilômetros; Vargem Grande: rodoviário, 86 quilômetros. Táxis-aéreos também vão ao município, embora não haja linha regular. Para isso há campo de pouso na sede municipal.

Possui a cidade uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é inteiramente desprovida de calçamento. Apenas 37 ligações elétricas existem na sede municipal. Dos 8 000 kW fornecidos, 5 500 são consumidos na iluminação particular e 2 500 na pública. Em 1956, foram registrados na Prefeitura 1 jipe, 1 caminhão, 10 bicicletas, duas carroças de 2 rodas e dez

Vista parcial da Rua José Mesquita

carros de bois. Mantém a ordem no município 1 Delegado de Polícia, 1 Delegado Especial e 2 guardas. Um advogado exerce aí a profissão. Continuam ainda a denominar-se curuzuenses os filhos do município, apesar da mudança do topônimo. Há na cidade a Biblioteca Oliveira Ramos, pública, com aproximadamente 600 volumes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta São Benedito do Rio Prêto com uma pequena farmácia e 1 farmacêutico. Pertence ao 11.º Distrito Sanitário, cuja sede é em Brejo.

ALFABETIZAÇÃO — Existiam no município das 5 825 pessoas de 5 anos e mais, 813 que sabiam ler e escrever, sendo 479 mulheres e 334 homens. Na sede, 377 e na zona rural 436, segundo os dados censitários de 1950.

Ensino — Em 1956 existiam 26 unidades de ensino no município, inclusive um ginásio, assim distribuídas: 1 pré-primário infantil, 20 de fundamental comum e 4 de fundamental supletivo. O total de alunos, de 7 a 11 anos, matriculados nas escolas de ensino primário era de 930, sendo

Outro aspecto do pôrto

604 na zona rural e 326 na sede do município. O ginásio tem a denominação de Major Almir Mesquita. É de iniciativa e manutenção particular, tendo sido fundado em 1956, estando no mesmo matriculados 25 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	214	...	295	81	295
1951	249	...	295	46	295
1952	299	...	344	45	344
1953	558	...	423	72	630
1954	470	...	597	69	539
1955	524	...	...	98	621
1956 (1)	...	...	601	91	601

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Com grandes comemorações, é festejado, a 15 de agôsto, o glorioso São Benedito, padroeiro da cidade. Até 1916, constava a festa de levantamento do mastro, o que ocorria, geralmente, nove dias antes da celebração solene. No dia aprazado para o seu levantamento, era levada ao mato mais próximo um grupo de homens e lá escolhida, de qualquer madeira, o tronco de maior altura, que era trazida a pulso de homem, acompanhados de um conjunto composto de violão, cavaquinho, pife, sendo que o músico chefe vinha sempre montado no pau que se denominava de mastro, até a porta da igreja. Ali era fincado, tendo, na ponta, ou parte de cima, uma bandeira com inscrição de homenagem ao santo festejado, e, logo abaixo dessa bandeira, muitas frutas, como laranjas, bananas e outras, que pertenceriam ao melhor trepador que se atrevesse a alcançá-las. A festa era celebrada sem Padre. Para o encerramento dos festejos, colhiam, entre a vizinhança, jóias e faziam leilões, havendo oportunidade de uma banana valer Cr$ 5,00. O primeiro

sacerdote do município foi Pedro Ribeiro, de Miritiba. O segundo, Custódio Santos, Vigário de Vargem Grande, e o terceiro, o Cônego Joaquim Martins Dourado, Vigário de Rosário, que chegou a batizar componentes de duas gerações. Em dezembro é comemorada a festa de Nossa Senhora do Amparo, constando de festejos externos e procissão, esta no último dia. Pertence o município à Paróquia de São Sebastião de Vargem Grande. É subordinado, eclesiàsticamente, à Arquidiocese de São Luís. Faz parte da paróquia uma igreja Matriz, com 1 sacerdote. Em 1956, foram realizados 210 batizados e 45 casamentos.

(Autor do histórico — Juventino Magalhães; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Maranhão; Redação final — Maria Rita de Miranda Jorge e Arthur Dias de Paiva.)

SÃO BENTO — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo a tradição, foi João Alves Pinheiro, mais tarde conhecido por João Canaçu, natural da então vila de Santo Antônio de Alcântara, e outros, os primeiros povoadores do território do município. Inicialmente foi dado a estas plagas o nome de São Bento dos Perizes, em virtude de grande quantidade de junco (peri) existente nos campos que circunvizinham a cidade. Atualmente predomina sòmente São Bento. Da penetração aludida, resultou o povoamento do município, pois seus primeiros devassadores fixaram residência na região, edificando confortáveis casas de moradia, fazendas de gado vacum, dedicando-se também à lavoura. A freguesia de São Bento foi criada pela Provisão régia de 7 de novembro de 1805, e a vila pela Resolução da Junta Governativa do Maranhão, de 19 de abril de 1833, confirmada pela Lei provincial n.º 7, de 29 de abril do mesmo ano. Foi elevada à categoria de cidade pela Lei Estadual n.º 361, de 30 de março de 1905. César Marques, no seu "Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão", páginas 498 a 503, diz:

"S. Bento (Arraial, freguesia e vila de). Nome e etimologia — São Bento dos Perizes assim chamam todos, porém rigorosamente devia ser dos Peris, porque a palavra, que na língua tupi significa junco do campo, é peri e não periz.

Arraial — Foi a princípio um arraial, crescendo porém a população foi aí criada uma freguesia.

Freguesia — Sob a invocação de São Bento foi criada pela Provisão régia de 7 de novembro de 1805, confrontando ao N. com a de Santo Antônio e Almas e com os campos de Pericumã; a O. com os campos de Pinheiro, Viana e São Vicente Ferrer; ao S. com esta última e a L. com a extremidade ocidental da baía de São Marcos e com a freguesia de São Matias de Alcântara.

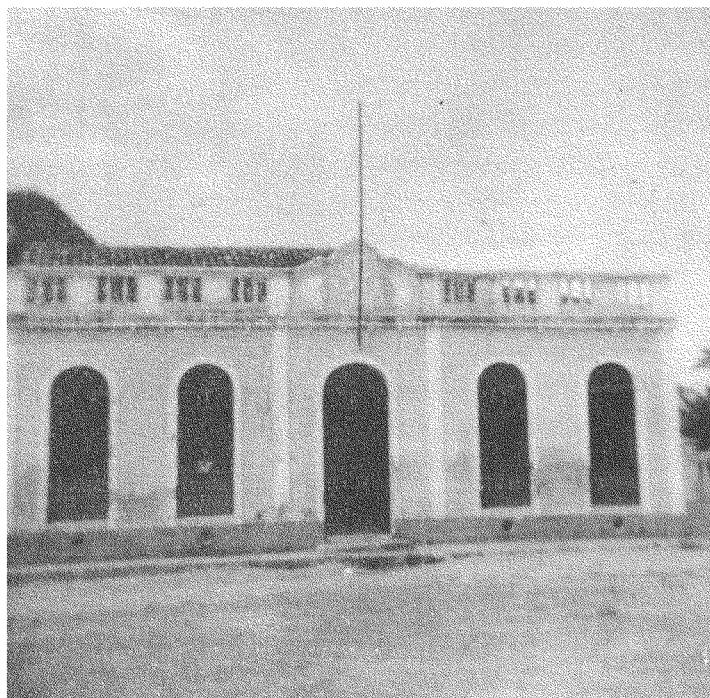
Frei Manoel Justino Ayres de Carvalho, pregador régio, mestre de Filosofia — o primeiro que teve esta freguesia —, foi nomeado Vigário encomendado por Carta régia de 11 de outubro de 1813; tomou posse a 22 de dezembro dêsse ano, no oratório de João Alves Pinheiro, o qual foi designado para servir de Matriz, enquanto os paroquianos não construíssem igreja para tal fim. Nesse dia 22 e nesse oratório foi instalada a freguesia. Êste frade renunciou a freguesia em 1820.

Matriz — Os moradores da freguesia requereram ao Dr. Vigário Capitular Oliveira licença para edificarem a igreja Matriz, dizendo que já tinham designado o lugar em que pretendiam fazê-la, e já havia alguns moradores habitando junto do lugar escolhido.

Passou de provisão de criação para igreja Matriz a 29 de agôsto de 1815 e nessa provisão dizia-se que êles pretendiam com suas esmolas concorrer para a edificação, pois servia então de Matriz um oratório. À vista de um requerimento, deu-se licença a 10 de julho de 1816 para se benzer a capela-mor (porque então ainda se achava em obras o corpo da igreja) e igualmente o corpo da igreja quando estivesse acabado. A 5 de outubro de 1815, foi lançada a primeira pedra e se deu princípio à obra da nova igreja, com as cerimônias do ritual romano, assim certifica o dito Frade Manoel Justino; foi por êste Frade visitada e benta a capela-mor no dia 20 de outubro de 1816; foi bento o corpo da igreja pelo mesmo Frade a 22 de fevereiro de 1817.

Por ameaçar desabamento esta igreja Matriz, construída de madeiras, a expensas dos cofres provinciais, deu-se princípio a outra, fazendo-se apenas as quatro paredes da capela-mor, tôdas de tijolos, com o que despendeu-se a quantia de 2:000$000 réis.

Em março de 1862, o major do Exército João Luís Tavares, então tenente do Corpo de Guarnição desta província, comandante do Destacamento e recrutador do município de São Bento, com o Vigário, Padre Zacheo Francisco da Penha, coadjuvados pelo Padre Satiro Celestino da Costa Leite e pelo cidadão João Joaquim da Costa Leite, promoveram uma subscrição entre os fiéis para reedificação da Matriz velha e deu-se comêço à obra no mesmo mês. O templo que substituiu o arrasado ficou maior não só em comprimento e largura, como em altura.

A idéia do major Tavares e do Padre Vigário era acabar a igreja começada, mas não a levaram a efeito porque grande parte dos subscritos declararam que, tendo pessoas de suas famílias sepultadas na igreja em ruínas, só

Prefeitura Municipal

Igreja de São Benedito

concorriam com donativos se fôsse para a reedificação desta.

A obra, que foi administrada com grande dedicação pelo major Tavares, é de madeiras e permite duração; e terminada benzeu-se a igreja em 7 de setembro do mesmo ano.

Vila — Quando os seus habitantes requereram ao Conselho de Província a elevação desta freguesia à categoria de vila, a Câmara de Alcântara, informando esta petição, em 27 de setembro de 1822, disse que São Bento estava distante de Alcântara o melhor de 14 léguas, e com uma população de mais de 600 casais, tendo tôdas as proporções, segundo a sua boa situação e concorrência de seus vizinhos, para se lhe conceder a graça pedida.

Foi afinal criada em virtude da Resolução de 19 de abril de 1833 e Lei provincial n.º 7, de 29 de abril de 1833, tendo sido o transmontano João Alves Pinheiro o seu primeiro povoador.

Instrução pública — Tinha uma cadeira de primeiras letras para meninos e outra para meninas, criadas pela Lei provincial n.º 41, de 26 de julho de 1837.

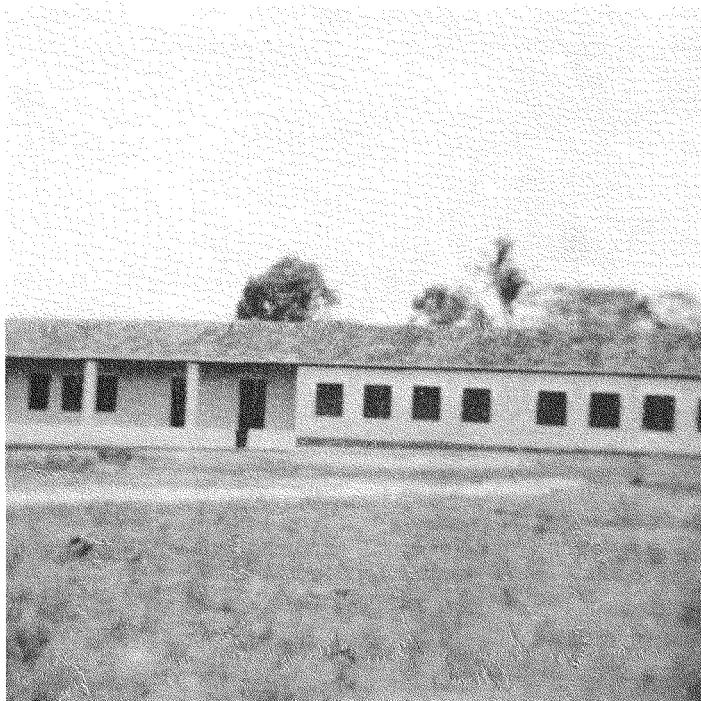
A cadeira de primeiras letras do sexo masculino foi elevada a 2.º grau por ato da Presidência, de 3 de setembro de 1866.

Já houve nesta vila uma aula pública de Latim, que foi extinta pela Lei provincial n.º 529, de 30 de julho de 1859, sendo o seu último professor o alferes Juvêncio Antônio da Costa Leite, aposentado em 1860.

Já teve um colégio de humanidades fundado pelo Padre Luiz Raimundo da Silva Brito, que o dirigiu até o fim do ano de 1868, quando o passou ao cidadão Antônio Rodrigues de Mello. Abriu-se no dia 1.º de março de 1866 êste Colégio sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Em 1835, apareceu pela primeira vez a peste das bexigas nesta localidade, e pela segunda vez em 1865, sendo então mais forte, fêz trinta vítimas entre as pessoas da vila. Apareceram em 1857 diarréias e disenterias, fazendo algumas vítimas. Em 1855 e 1866 o sarampão, e em 1851, a febre-amarela.

Teatro — Em 1854, o francês Antônio Alexandre Bucello preparou, à sua custa, um pequeno teatro que, pela sua má construção, caiu. Em 1865, o Dr. Benedicto de Barros e Vasconçelos, João Novaes Guimarães, João Miguel da Cruz e o major Antônio Raimundo de Oliveira Gomes fizeram uma sociedade e, em uma casa, na Rua Grande, arranjaram um com o nome de — Recreio Dramático".

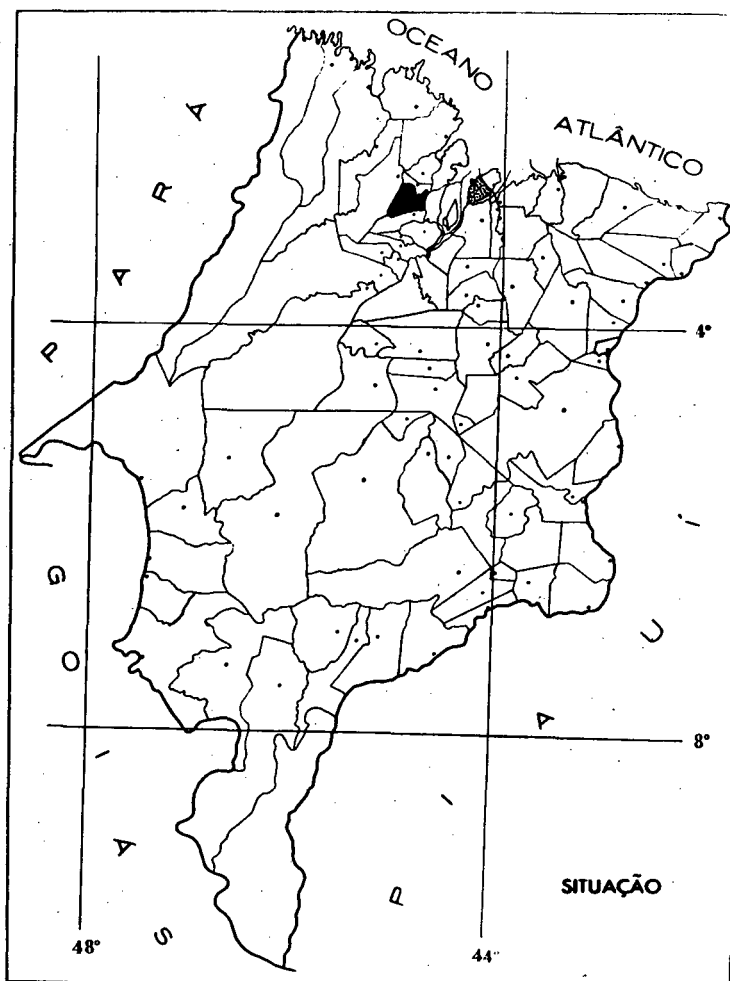
Em 1602, um grupo de moços estudiosos e amantes das letras teve a idéia de escrever a mão, com louvável paciência, um pequeno jornal, "O São Bento", que, sem embargo do estafante trabalho, logrou sair nove vêzes, com três números escritos a máquina. Foram seus fundadores os Drs. Japhet Valle Pôrto da Motta e Hermílio Serra Lima Pereira. Infelizmente, porém, por circunstâncias imperiosas, não foi possível o seu prosseguimento. Depois de "O São Bento", surgiu o "Luz", também escrito a mão, fundado por Gonçalo Guimarães e outros. Pouco tempo durou esta interessante gazetinha, talvez pelos mesmos motivos ocorridos com a primeira fôlha. Sucessivamente: "O Laço", jornalzinho humorístico, redigido pelos jovens Sarney Costa, Antônôio Carvalho e Ivan Araújo; o "Aura", sob a orientação de Urbano Pinheiro, Enes Carvalho e Augusto Conte Soares; o "Off-side", tendo à frente os então jovens Benedito Maia Moniz (atual Prefeito Municipal), Olegário Azevedo e Urbano Pinheiro. Era datilografado e contou quatro números apenas na sua vida. Finalmente, o semanário "Imparcial", publicado de 12 de outubro de 1921 a 19 de outubro de 1924, sob a inteligente orientação do Dr. Urbano Pinheiro, com o valioso concurso de distintos colaboradores, entre os quais o ilustrado e virtuoso sacerdote Padre Phelipe Conduru Pacheco, Vigário. A 15 de março de 1903, foi inaugurada a estação telegráfica, graças a José Francisco de Araújo e Souza, um dos iniciadores e o mais denotado propugnador de tão útil melhoramento. Naquele mesmo dia e ano foi, por meio do telefone, ligada a cidade de São Bento à povoação Palmeiras e, mais tarde, em 20 de janeiro de 1906, São Bento

Grupo Escolar Rural

e Macapá (hoje Peri-Mirim). A primeira embarcação a vapor que atravessou os verdejantes e formosos campos, tão apreciados pela riqueza e variedade de sua flora, foi a lancha "Catita", a 9 de abril de 1893. O hábil maquinista Otaviano Antônio da Silva e seus irmãos José Antônio e Procópio Antônio, em um gesto de abnegação, sem medir as conseqüências da emprêsa que tinham em vista, considerada na época temerária e sem resultados satisfatórios, resolveram conduzir aquela lancha, da vala ao pôrto do Inocêncio, no bairro Outra Banda. A embarcação media 50 palmos de comprimento e 15 de largura e calava 4 pés. No trajeto da viagem não ocorreu nenhum acidente, a não ser o mururu que, envolvendo-se na hélice, atrapalhava a marcha da embarcação, ocasionando, dêsse modo, constantes paradas para a remoção daquele empecilho.

Desde sua criação até nossos dias, diversas mutilações sofreu São Bento em seu território para, com elas, serem criados outros municípios, segundo quadro genealógico municipal abaixo:

São Bento (1833) { Cajapió (1886); São Vicente Férrer (1856); Peri-Mirim (1919).

São Bento é sede de comarca de 2.ª Entrância, constituída dos têrmos São Bento, Cajapió e Peri-Mirim. A Câmara de Vereadores compõe-se de 9 Vereadores, e o atual chefe do Executivo, conforme já foi dito, é o cidadão Benedito Maia Moniz.

LOCALIZAÇÃO — São Bento pertence, ecològicamente, à Zona da Baixada. São coordenadas geográficas da sede: latitude Sul — 2° 40'; longitude W. Gr. — 44° 43' 30".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Pôsto Médico Estadual

Posição relativamente à capital: rumo, O.S.O., da qual dista, em linha reta, 52 quilômetros.

ALTITUDE — A sede municipal está a 70 metros.

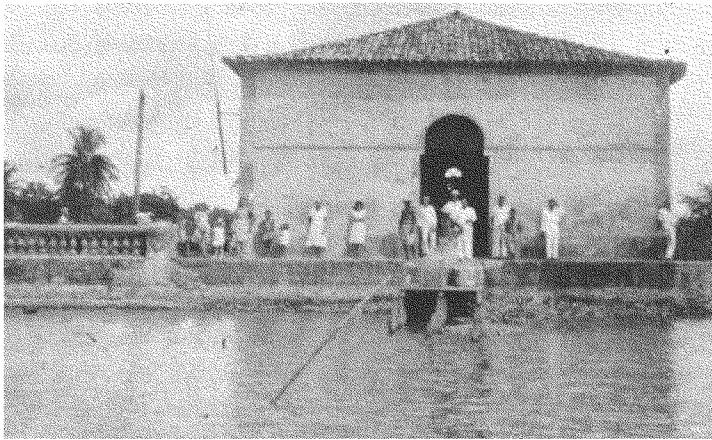
CLIMA — A época das chuvas tem início em janeiro e termina em junho, com maior intensidade nos meses de março e abril, acompanhadas de ventanias e trovoadas. O verão predomina de julho a dezembro. O clima do município, em todo o seu território, apresenta condições favoráveis à vida humana, sendo a sede municipal mais procurada em virtude de sua salubridade, reconhecida em todo o Estado como uma das cidades mais saudáveis, tanto que foi cognominada de "Suíça Maranhense". Há uma Estação Meteorológica mantida pelo Ministério da Agricultura, sendo registrada as seguintes temperaturas, em graus centígrados, em 1956:

Média das máximas — 32
Média das mínimas — 22
Média compensada — 26
Precipitação pluviométrica anual — 11 milímetros.

ÁREA — Com 860 quilômetros quadrados, é São Bento o 75.° município maranhense em grandeza territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Igarapé "Vala Conduru" — é uma conseqüência de escavações feitas pelo são-bentoense, prof. Conduru, com o fim de comunicar a cidade com a baía de São Marcos. É navegável por barcos a vela de pequeno calado e por chatas a motor, com a largura média de 20 metros por 5 de profundidade. A maré influi no volume de água.

Lagoa de Sororoca — no povoado do mesmo nome, coberta de vegetação movediça, ao sabor do vento, sendo bastante piscosa e onde são encontrados ainda animais lacustres, principalmente a lontra. A superfície é calculada em 200 000 metros quadrados.

São Bento é constituído de território pouco acidentado, encontrando-se na região apenas pequenos morros, entre os quais o de São Carlos, que serve de ponto divisório entre o município e os de Pinheiro e Peri-Mirim.

Armazém Municipal

POPULAÇÃO — Quando do Recenseamento de 1950 foram encontradas 27 366 pessoas, sendo 13 333 homens e 14 033 mulheres. Entre os recenseados predominavam os da côr parda, com 10 348, vindo depois os brancos com 8 654 e, finalmente, os pretos com 8 144. Não declararam a côr 220 indivíduos. Apenas 1 casal de estrangeiros e uma mulher naturalizada foram encontradas em 1950. Segundo cálculos procedidos pelo Departamento Estadual de Estatística, a população de São Bento, em 1956, estava estimada em 31 356 pessoas, o que equivale a 36,46 habitantes por quilômetro quadrado.

RIQUEZAS NATURAIS — A pesca, os campos próprios para criação de gado e os babaçuais representam as importantes riquezas naturais de São Bento. As amêndoas de babaçu são exportadas para a capital do Estado, Rio e São Paulo e exterior, porém sempre via São Luís. Sua produção de babaçu decaiu no último ano, quando vinha em ascensão, porém êsse decréscimo foi compensado pela valorização do produto. O quadro abaixo fornece a exportação dessa amêndoa no último qüinqüênio:

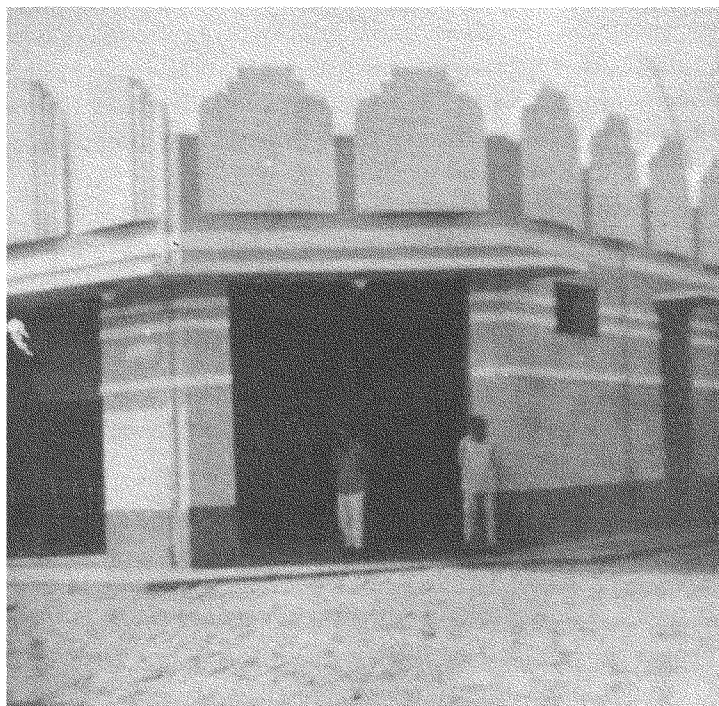
	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$)
1952	340 000	1 020 000
1953	350 000	2 100 000
1954	360 000	1 800 000
1955	372 000	2 232 000
1956	286 000	2 860 000

A pesca é exercida por 1 470 pessoas, não filiadas à Colônia e praticada nos igarapés e lagos. Os métodos empregados são os primitivos. Mesmo assim, apresentou em 1956 um resultado bastante animador: 280 toneladas no

Vista parcial da Rua Coronel Carreiro de Freitas

valor 2 753 milhares de cruzeiros. A espécie mais encontrada em 1956 foi o jeju, que contribuiu com quase 50% do valor da produção. As demais, em escala bem menor, são: traíra, bagrinho, acará, bagre e pirapema. O período mais propício à pescaria é o de maio a outubro.

Aglomerados urbanos — Cidade de São Bento, com 5 191 habitantes, dos quais 2 302 do sexo masculino e 2 889 do feminino (Recenseamento de 1950).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A lavoura e a pecuária ocupam a maior parte da população de São Bento, sendo, por isso, as principais atividades econômicas, vindo, a seguir, a fabricação de farinha de mandioca e outras pequenas indústrias. Destacam-se na lavoura as culturas de arroz, mandioca e milho. Em 1955, a primeira produziu 2 100 toneladas, valendo 3 150 milhares de cruzeiros; a segunda, 12 000 toneladas, correspondendo a 1 200 milhares de cruzeiros, e a de milho, com 540 toneladas, representou 1 milhão e 80 mil cruzeiros. Resultados menores foram obtidos o algodão em caroço: 17 000 arrôbas — Cr$ 765 000,00;

Prédio da Agência dos Correios e Telégrafos

cana-de-açúcar: 7 700 toneladas — Cr$ 770 000,00. A produção de farinha de mandioca em 1955, foi de 1 634 toneladas, no valor de pouco mais de dois milhões de cruzeiros; 1 515 milheiros — 670 mil cruzeiros, a de telhas e tijolos; 28 230 litros — Cr$ 338 760,00, a de aguardente de cana, e 25 300 litros — Cr$ 202 400,00, a de aguardente de mandioca.

A principal criação é a de suínos, com 32 000 cabeças, estimativa feita, em 1956, pelo Departamento de Estatística. Os demais componentes da população pecuária estão assim distribuídos: 26 440 bovinos, 2 500 ovinos, 3 000 caprinos, 7 600 eqüinos, 480 asininos e 1 300 muares.

São encontradas em São Bento algumas fazendas, cuja "casa grande" é dotada de confôrto, e fazendeiros há que estão melhorando seus rebanhos, adquirindo animais de raça pura para cruzamento.

Foi pouco além de 1 milhão de cruzeiros a produção de frutos em 1955. A maior foi a do côco-da-baía: 2 400

Rua Getúlio Vargas

centos valendo 600 mil cruzeiros. Em escala bem menor vêm a banana, laranja e manga.

É conhecido em todo o Estado o "queijo de São Bento", de fabricação local. Devido, porém, aos métodos rotineiros empregados, não há possibilidade de exportação dêsse produto, para outras partes do Brasil, o que, se feito, dada sua excelente qualidade, seria boa fonte de receita. Como a fabricação é processada em pequena escala e por muitas pessoas, não é possível fazer sua estatística. Contudo, estima o Agente que a produção de 1956 foi de 5 600 quilogramas, no valor de 448 mil cruzeiros.

Outro produto artesanal e deveras conhecido é a rêde, da qual, aliás, há encomendas especiais do sul do País, servindo também para presentear amigos, como um artigo típico da terra.

Pelos mesmos motivos existentes para com o queijo, não é feita a estatística da produção de rêdes e, por isso, o Agente não tem base para informar, além dos tipos e preços respectivos, por unidade e no local:

	Cr$
rêde tipo tanga de 2.ª, fio-da-baía só de fiapo	150,00
rêde tipo tanga de 1.ª, fio-da-baía com fiapo	220,00
rêde tapuerana (batida) de fio-da-baía ...	600,00
rêde batida, de côr branca, de fio-da-baía	750,00
rêde feita com linha de carrinho	1 200,00
rêde feita com linha de lustro	2 400,00

COMÉRCIO — Bem desenvolvido é o comércio de São Bento, pois possui, na sede, 3 estabelecimentos atacadistas e 108 varejistas. Suas transações são feitas em maior escala com São Luís, de onde importa tecidos em geral, miudezas, produtos farmacêuticos, ferragens, derivados de petróleo, conservas, etc.

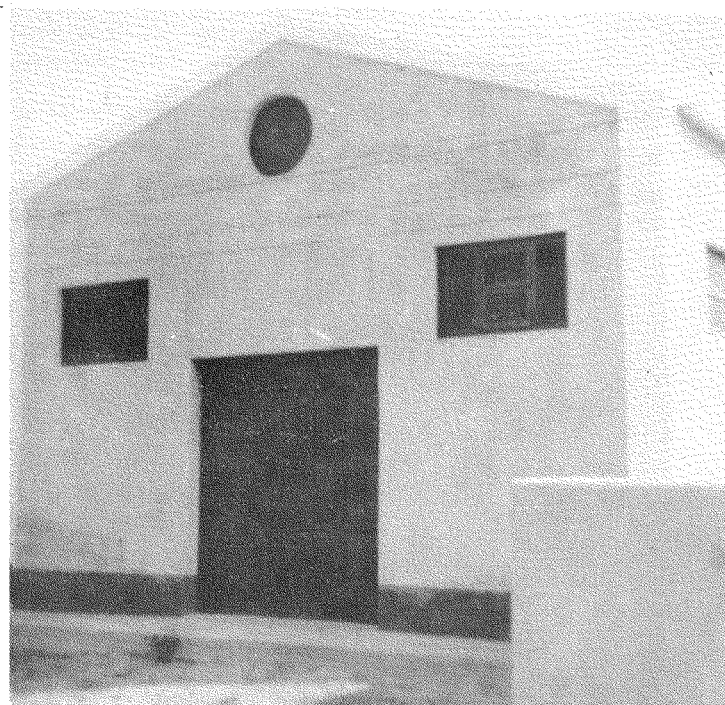
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — São Bento está ligado aos municípios limítrofes por estradas de tropa, a saber: Cajapió — 36 quilômetros; Peri-Mirim — 14 quilômetros; Pinheiro — 40 quilômetros; e São Vicente Férrer — 23 quilômetros. Acontece, porém, que pela época invernosa é utilizado o transporte fluvial-lacustre, através dos campos que circunvizinham a sede municipal, quando se transformam em imensos lagos, impossibilitando qualquer ação terrestre. Com a capital do Estado predomina o meio marítimo, sendo empregados barcos a vela e mesmo lanchas motorizadas, havendo, ainda, regular linha aérea. Possui um bom campo de pouso denominado Lauro Gama, com a pista piçarrada — 1 500 metros de comprimento por 100 de largura, apenas a 1 quilômetro distante da sede. Comporta aviões Douglas DC-3, e táxi-aéreo. Na cidade há uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — São 162 as ligações elétricas existentes na sede municipal, cuja energia é fornecida pela Prefeitura. Citam-se duas pensões, de instalações modestas e com capacidade para receber 6 hóspedes cada uma. As diárias são de Cr$ 70,00. São Bento possui apenas duas ruas parcialmente pavimentadas, com paralelepípedos, correspondendo a 3% da área dos logradouros.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — São os seguintes os estabelecimentos médico-sanitários que servem à população:

Pôsto Médico — mantido pela Secretaria de Saúde, de caráter geral. Compõe-se de 2 enfermeiros não diplomados, 2 visitadoras e 4 guardas. Por falta de médico permanente — há um que visita o município tôda semana — e, principalmente, de medicamentos, não funcionou durante o ano de 1956.

Pôsto de Malária — sob a orientação do Serviço Nacional de Endemias Rurais, de natureza especializada, combate a malária e a esquistossomose, e executa os trabalhos de profilaxia (saneamento com DDT). Não é servido por médicos, e sim por apenas 4 guardas. Convém frisar que os exames de sangue são elaborados na Capital, para onde é encaminhado o material em lâminas. Em casos positivos, são fornecidos aos portadores da malária comprimidos de aralém. Quanto ao combate a esquistossomose, um funcionário local encarrega-se de fazer o exame microscópico das fezes e dos caramujos. É muito elevado o índice de pessoas atacadas por êste mal, sendo medicadas prontamente. O município é dotado de 3 farmácias bem sortidas; 2 dentistas e 2 farmacêuticos licenciados exercem a profissão.

COOPERATIVISMO — Possui a Cooperativa Agropecuária de São Bento Limitada, fundada e instalada a 30 de

Usina Elétrica Municipal

julho de 1954, contando atualmente com 75 associados. Em 1956 concedeu 11 empréstimos, no valor total de ... Cr$ 35 000,00.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, num total de 23 332, sabiam ler e escrever apenas 4 391, sendo 2 380 do sexo masculino e 2 011 do feminino. Ainda segundo o Censo, foi constatado que 570 pessoas de 10 anos e mais possuíam curso completo, sendo 474 de grau elementar, 34 de grau médio e 3 homens com instrução de grau superior.

Ensino — São Bento possuía, em 1956, apenas escolas de ensino primário, em número de 21, sendo 11 de ensino fundamental comum, 8 fundamental supletivo e 2 complementar. Somavam 1 028 as crianças de 7 a 11 anos matriculadas no início de 1957. Dêsse total, 752 residiam na sede e 276, na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui serviços de alto-falantes, que irradiam músicas, "mensagens" e comentários.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Tota	Tributária	
1950.......	152	332	186	136	165
1951.......	187	383	186	136	158
1952.......	183	701	448	223	448
1953.......	242	1 109	448	223	448
1954.......	313	930	671	249	671
1955.......	218	916	671	249	671
1956 (1)....	245	1 143	871	249	954

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — No município têm lugar as festas em honra de Nossa Senhora dos Remédios, no mês de outubro, e a do padroeiro da cidade — São Bento. Ambas são encerradas com missa solene e extraordinária procissão, havendo, outrossim, festejos externos, com barracas, leilões, sortes, etc.

FILHOS ILUSTRES — *Felipe Benício de Oliveira Conduru* — nasceu a 23 de agôsto de 1818 e faleceu na mesma cidade a 10 de novembro de 1878. Professor primário e do Liceu Maranhense. Enviado pelo Govêrno do Estado à França para estudar o método de Lencastre, de volta fê-lo adotar na Escola Normal, de que foi o primeiro diretor.

Rua Coronel José Araújo

Rua D. Conduru Pacheco

Luís Raimundo da Silva Brito, Dom — nasceu a 24 de agôsto de 1840 e faleceu em 1915. Foi lente do Seminário de Santo Antônio e Reitor do de Nossa Senhora das Mercês. Vigário-Geral do Arcebispado do Rio de Janeiro e Arcebispo de Olinda. Professor da Escola Normal e vice-Reitor do Colégio Pedro II. Sócio correspondente do Ateneu Maranhense. Teólogo da Nunciatura Apostólica. Orador sacro — o mais ouvido na Côrte a seu tempo.

José Luso Tôrres — nasceu a 10 de junho de 1879. Coronel reformado do Exército Nacional. Foi Deputado Estadual no Maranhão, Prefeito Municipal de São Luís e Interventor Federal no Estado. Jornalista, cronista, crítico e poeta, é uma das expressões mais fortes da geração. Consultor-técnico do Diretório Regional de Geografia do Maranhão, Presidente do Departamento de Literatura da Sociedade de Cultura Artística do Maranhão e membro da Diretoria da União Cultural Brasil-Estados Unidos. Fundou, no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, a poltrona n.º 21, de Henriques Leal, e na Academia Maranhense de Letras, da qual já foi Presidente, a de n.º 6, sob o patrocínio de Frederico José Corrêa.

Domingos Quadros Barbosa Álvares — nasceu a 28 de novembro de 1880 e faleceu no Rio de Janeiro a 26 de dezembro de 1946. Jornalista, contista e festejado orador. Foi Diretor da Imprensa Oficial, Secretário de Estado do Maranhão e Deputado Estadual. Fundou, na Academia Maranhense de Letras, de que foi secretário, a poltrona n.º 2, sob o patrocínio de Aluízio Azevedo.

Raimundo de Araújo Castro — nasceu a 2 de dezembro de 1880 e faleceu no Rio de Janeiro a 13 de novembro de 1945. Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Magistrado, jurisconsulto e constitucionalista. Diretor da Secretaria do Interior, no Estado do Pará. Diretor-Geral de Indústria e Comércio do Ministério da Agricultura; Secretário dos Ministros da Agricultura Eduviges de Queiroz, Pandiá Calógeras e Miguel Camon. Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura. Juiz Federal no Maranhão. Membro do Conselho Nacional do Trabalho. Era professor honorário da antiga Faculdade de Direito do Maranhão e membro titular da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Carlos Humberto Reis — nasceu a 15 de novembro de 1885 e faleceu no Rio de Janeiro no ano de 1946. Ba-

charel em ciências jurídicas e sociais, era catedrático da antiga Faculdade de Direito do Maranhão. Foi Procurador Fiscal do Estado e Deputado Federal pelo Maranhão. Advogado, jornalista e fulgurante orador.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Encontravam-se registrados, em 1957, na Prefeitura, 2 caminhões, um jipe, 35 carroças de duas rodas e 72 carros de boi. Os nascidos em São Bento recebem a denominação de são-bentoenses. A guarda-civil municipal é composta de 1 Delegado, 3 guardas e 4 soldados.

É comum, em São Bento, no inverno, os vaqueiros usarem bois amestrados como montaria, pois, ficando os campos alagados, êste nada melhor e é mais resistente à lama do que o cavalo. Tal ruminante obedece ao comando da rédea e é chamado "boi-cavalo".

Como esporte e meio de subsistência é feita, no início do inverno, a caçada da jaçanã, que, preparada com arroz, dá um prato assaz delicioso. Os tipos de caçada à jaçanã são: de espingarda (chumbo), de camboa, de boiada e de cachorro. A primeira é de abril a julho e as demais em agôsto e setembro, indo às vêzes até outubro, pois nessa época, as fôlhas de guarimã, já crescidas, dificultam as aves alçarem vôo, que por isso mergulham, como instintiva defesa, quando são agarradas mesmo a mão, não havendo dispêndio de pólvora, chumbo e espolêta. A mais usada é a caçada de boiada, por ser a mais rendosa, chegando alguns caçadores a abaterem 150 jaçanãs num dia. Há, também, a caçada às marrecas, que é feita geralmente em noites de lua. Tal tipo de caça voa comumente baixo e em bando. Assim, o caçador faz a espera em pontos estratégicos, alvejando-a com uma espingarda de carga bem grande, chamada vulgarmente granadeira, sendo caçadas de 5 a 10 marrecas por tiro. O boi manso ou "boi-marrequeiro" é outro tipo de caçada, ficando o caçador encoberto pelo ruminante, que é ensinado para isso. No lago onde as marrecas costumam beber água vão os dois chegando, sendo que o boi finge pastar e como as aves à sua aproximação não alçam vôo, permitem que o tiro seja disparado de pequena distância e, assim, seu resultado mais rendoso.

(Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Inspetoria Regional de Estatística Municipal; Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva.)

SÃO BERNARDO — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Muito se tem especulado sôbre o marco inicial da civilização no território em que hoje se encontra instalado o município de São Bernardo. Entretanto, nada se pode afirmar categòricamente, em vista da ausência de documentação. Permanece a tradição de que as primeiras investidas no território municipal se processaram através dos padres jesuítas, no século XVIII. Realmente, no ano de 1700, impulsionados pelo sublime ideal de conquistar almas e difundir a civilização, os Jesuítas lançaram-se à tarefa de catequizar índios, para o que tiveram de se embrenhar por densas florestas e inóspitas paragens, chegando até o local onde é hoje a cidade de São Bernardo. O sítio que escolheram para ponto de partida de suas incursões pelas circunvizinhanças acha-se à margem de um pequeno rio a que deram o nome de Buriti.

Como era natural, aí plantaram os padres, como marco assinalador de seus propósitos evangelizadores, uma igreja, edificada sob o patrocínio e invocação de São Bernardo, a qual em breve desapareceu, surgindo uma outra, em 1798, de estilo simples, colonial, e com uma tôrre de relativa altura. Ainda hoje existente, essa igreja que tomou o nome de Matriz, em virtude de, àquele tempo, servir de sede da circunscrição jesuíta, permanece, em nossos dias, como vivo atestado da ação civilizadora daqueles padres.

Com a construção do templo, lançaram-se os Jesuítas, auxiliados por outros elementos, especialmente negros cativos, à tarefa de devassar a terra descoberta, cujo domínio se estende até a margem do rio Parnaíba, na Bôca do Bebedouro de São Pedro, foz do igarapé São José, lagoas Bacuri e Santo Agostinho, onde, ainda em nossos dias, podem ser encontrados eloqüentes vestígios da ação eclesiástica, como uma grande feitoria e fazenda de criação de gado bovino, atualmente de propriedade do fazendeiro Dácio Almeida.

Para que os Jesuítas fôssem bem sucedidos na colonização das novas terras, foram também ajudados, enormemente, pelo indígena, que se supõe serem os índios gamelas da tribo tupinambás que, como bons pescadores, habitavam, de preferência, as margens dos rios e lagoas.

Devassado o território, deu-se início à exploração das terras, por demais férteis, através da intensificação da agricultura e da pecuária que, mesmo nos dias presentes, continuam a se constituir nas principais fontes de riqueza municipal.

Com a expulsão dos Jesuítas do Brasil, muito perdeu o município no seu desenvolvimento, uma vez que as suas propriedades foram confiscadas pelo elemento nacional.

Logo nos seus primórdios, o território municipal fêz parte do julgado de Caxias, sendo, posteriormente, pela provisão régia de 10-3-1747, elevado a julgado. Por promoção à categoria de cidade, com a denominação de Vila de Caxias, anteriormente chamada Aldeias Altas, dando-lhe juiz de vara branca, os julgados de São Bernardo do Parnaíba e Pastos Bons, passaram à jurisdição daquela vila, com o alvará de 31-10-1811.

Esta situação, todavia, pouco perdurou, uma vez que já pelo alvará de 29-1-1820 cada qual dos referidos julgados foi elevado à categoria de vila, passando a possuir sua Câmara e juiz ordinário.

Apesar dos esforços dispendidos inicialmente pelos Jesuítas, que ali permaneceram desde o ano de 1700 até 1816, o município ainda era bastante desabitado, possuindo apenas três casas de telhas, de propriedade do padre Manoel de Almeida Brandão e dos senhores Demétrio de Oliveira e Bernardo Rodrigues de Carvalho.

Nesse mesmo ano de 1816, pelo alvará régio de 31 de outubro, foi fundada a matriz de São Bernardo, tendo sido seu primeiro Vigário o venerando padre M. de Almeida Brandão.

Já em 1811, como distrito de paz, a localidade era possuidora, como índice de seu progresso, de uma subde-

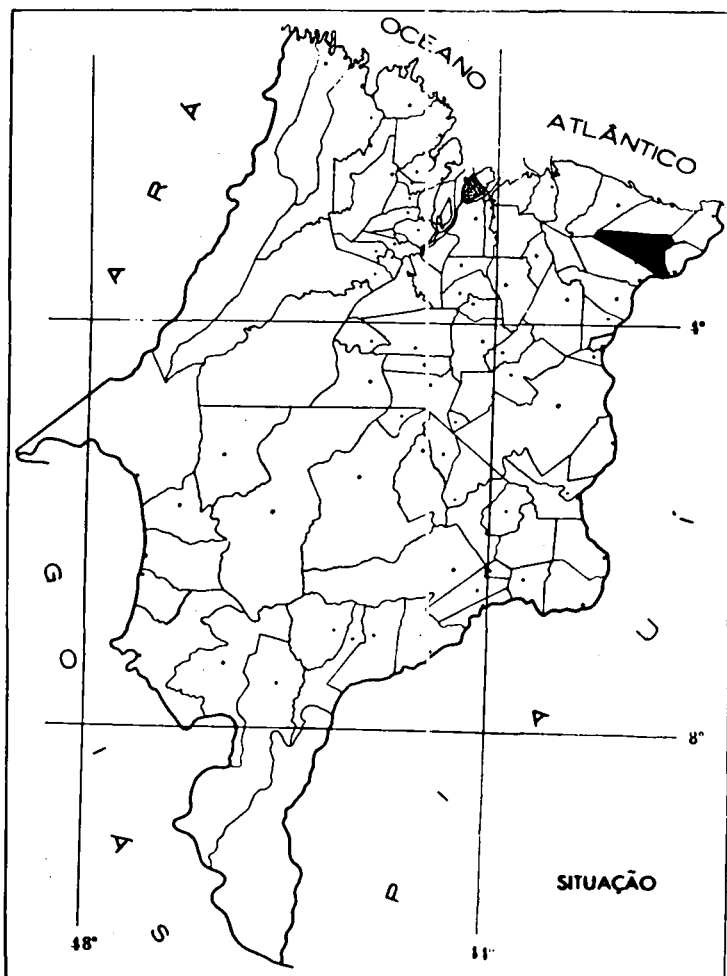
legacia de polícia, sendo seu primeiro titular o cidadão Ricardo de Melo.

Com o progressivo crescimento, foi a povoação, pelo alvará régio de 29-1-1820, elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila de São Bernardo do Parnaíba, sendo, posteriormente, em condições para a vida política e autonomia administrativa, promovida à cidade, através do Decreto-lei n.º 45, de 29-3-1938, em observância ao disposto no artigo 3.º da Lei Nacional n.º 311, de 2 do mesmo mês e ano.

Sofreu o município de São Bernardo alteração no seu aspecto geográfico em 1952, com a perda do terreno correspondente ao distrito de Magalhães de Almeida, para, com êle, ser constituído o município do mesmo nome, o que se verificou em conseqüência da Lei n.º 771, de 1.º de outubro, daquele ano.

O Sr. Clares de Andrade e Costa foi Prefeito por eleição em 1955, tendo, entretanto, tomado posse e passado o cargo ao Sr. José Coutinho de Almeida.

Quando da eleição para vereadores em 1954, 9 foram os eleitos para a Câmara Municipal.

LOCALIZAÇÃO — Situado o município de São Bernardo na Zona Fisiográfica do Baixo Parnaíba, possui sua sede as seguintes coordenadas geográficas: 3° 20' 12" de latitude Sul e 42° 18' 45" de longitude W. Gr. Limita com os municípios de Barreirinhas, Tutóia, Araioses, Santa Quitéria do Maranhão e o Estado do Piauí. Posição relativamente à Capital: rumo — E.S.E.; distância (em linha reta) — 232 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — Na sede municipal, 25 metros.

CLIMA — É variável o clima de São Bernardo. Os meses considerados mais chuvosos durante o período invernoso são março e abril, em que há ventanias e trovoadas. Notam-se, todavia, na época do verão, nos meses de agôsto a outubro, as rajadas de vento características dêsse tempo.

ÁREA — Com 2 383 quilômetros quadrados, São Bernardo é o 44.º município maranhense em grandeza territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Na sede aparece o rio Buriti, que percorre o município de oeste para leste, com extensão total de 120 quilômetros. Na época do verão sua profundidade é de apenas 0,50 metros e, no inverno, chega a ter de 2,50 a 3 metros, quando só é navegável até certo ponto. Aparecem, ainda, os rios Magu, no povoado Santana dos Costas e o Parnaíba, no povoado Pôrto Formoso. Êste, que banha parte da cidade de São Bernardo é o acidente de maior importância do município. Há, outrossim, os morros de Bacué, do Arrodeio e Branco, localizados, o primeiro e o último na sede e o segundo no povoado Pau d'Água com alturas de 40, 60 e 80 metros, respectivamente. As lagoas de Santo Eugênio e Comprida são acidentes de menor importância.

RIQUEZAS NATURAIS — São principais riquezas extrativas vegetais: carnaúba, tucum, madeiras diversas e babaçu; de origem mineral: argila para a fabricação de telhas e tijolos; de origem animal: peixe. Dessas, a mais importante é a de cêra de carnaúba, cuja produção alcançou, em 1956, o valor de 2 506 milhares de cruzeiros. As demais atingiram: tucum — 234 mil cruzeiros; babaçu — 61 mil cruzeiros; madeiras — 160 mil cruzeiros; peixes diversos — 384 mil cruzeiros.

POPULAÇÃO — Eram 19 273 os habitantes de São Bernardo (incluída a população do atual município de Magalhães de Almeida que, nessa época, era distrito dêste), quando do Recenseamento de 1950, dos quais, 9 789 homens e 9 484 mulheres; brancos — 6 883; pretos — 1 489; pardos — 10 875. Das 10 580 pessoas de 15 anos e mais, 3 859 eram solteiras; 5 881, casadas; 2 desquitadas e divorciadas e 824 viúvas. Com referência à nacionalidade, 19 269 eram os brasileiros natos e apenas 4 estrangeiros. São católicos romanos 18 917 habitantes, ao passo que 330 são protestantes e 2 espíritas.

Totalizava 11 265 habitantes a população de São Bernardo, estimada em 1955 pelo Departamento Estadual de Estatística, menor, por conseguinte, do que a recenseada em 1950, pois, em 1953, o município perdeu o distrito de Magalhães de Almeida que, àquela época, possuía 8 552 almas. Por conseguinte, sua densidade demográfica, que era de 8 habitantes por quilômetro quadrado, diminuiu para 4,7 habitantes.

Aglomerações urbanas — O município é constituído de uma única aglomeração — a da sede —, com 872 habitantes, sendo 401 homens e 471 mulheres, conforme dados de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Menciona-se como de maior importância a produção extrativa vegetal (cêra de carnaúba, amêndoas de babaçu e nozes de tucum), seguida

Panorama da cidade

da agricultura (arroz, milho, feijão, fumo, mandioca e cana-de-açúcar) e da pecuária.

Os produtos agrícolas são destinados a Parnaíba-PI. Raramente verifica-se a exportação de gado vacum. Quando isso acontece, é ela feita para o Estado do Piauí.

A produção de farinha de mandioca em 1955 foi de Cr$ 382 500,00. Em 1955 a agricultura apresentou os seguintes resultados: algodão em caroço (57 000 quilogramas — Cr$ 228 000,00); arroz em casca (480 000 quilogramas — Cr$ 960 000,00); cana-de-açúcar (2 000 toneladas — Cr$ 400 000,00); feijão (159 000 quilogramas — Cr$ 318 000,00); fumo em fôlha (69 000 quilogramas — Cr$ 1 150 000,00); mandioca (8 360 toneladas — .... Cr$ 1 254 000,00) e milho (930 toneladas — .... Cr$ 840 000,00). São Bernardo é o 3.º município maranhense maior produtor de fumo em fôlha.

O total de produção de banana, côco-da-baía, laranja, limão, manga e melancia em igual período (1955) foi de 2 milhões de cruzeiros, destacando-se a da melancia (936 mil cruzeiros) e a da banana (520 mil).

O efetivo de cabeças da população pecuária, calculado pelo Departamento Estadual de Estatística em 1956, foi de 31 200, assim distribuído: bovinos — 12 000; suínos — 12 500; ovinos — 1 600; caprinos — 3 000; eqüinos — 950; asininos — 420 e muares — 230.

COMÉRCIO — A sede municipal acha-se dotada de doze estabelecimentos varejistas. O comércio local importa café, sabão, açúcar, ferragens, tecidos, louças, combustíveis, medicamentos e miudezas em geral, mantendo transações mais comumente com as praças de Parnaíba-PI e Fortaleza-CE.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município comunica-se com: Barreirinhas — a cavalo, 99 quilômetros; Santa Quitéria do Maranhão — rodoviário, 30 quilômetros; Tutóia — rodoviário, 86 quilômetros, ou a cavalo, 84 quilômetros. Possui campo de pouso sem organização e uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Bernardo conta com dois logradouros beneficiados com calçamento de pedras irregulares: 1 rua e 1 praça. O resto, ou seja, 63% da cidade, não são pavimentadas. É servida de luz elétrica, com 34 ligações particulares. A Usina Elétrica é de propriedade da Prefeitura. Encontra-se na cidade modesta pensão que cobra a diária de Cr$ 70,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Três socorros farmacêuticos prestam assistência médica à população. Existe, também, o Pôsto do Serviço Nacional de Malária, o qual, porém, não dispõe de médico. Faz parte do 10.º Distrito Sanitário, cuja sede fica em Araioses.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 registrou a existência de 15 867 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 2 860 sabiam ler e escrever. Dêsse total, 1 541 eram homens e 1 319, mulheres. Das 698 pessoas da sede municipal de 5 anos e mais, 314 sabiam ler e escrever, sendo 146 homens e 168 mulheres.

Ensino — Em 1957 funcionaram 32 estabelecimentos de ensino primário; 23 do fundamental comum, 8 do fundamental supletivo e 1 do complementar. No mesmo ano, 722 alunos foram matriculados, dos quais 164 na sede e 558 na zona rural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Totol	Tributária	
1950.......	125	574	534	42	392
1951.......	149	676	325	60	292
1952.......	166	685	453	55	494
1953.......	128	654	702	35	811
1954.......	208	426	645	39	571
1955.......	242	526	625	41	795
1956.......	248	943		...	...

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realiza-se no município, anualmente, as festas de Reis e a dança do bumba-meu-boi, brincadeiras que muito agradam aos habitantes da região. O bumba-meu-boi é uma dramatização popular feita de elementos de classe inferior, tendo por dirigentes, vaqueiros, lavradores e trabalhadores rurais. Os personagens são os seguintes: amo, vaqueiro, pai Francisco, Catarina, dois caboclos reais e dez doutores. É festejado nas casas e também nas praças públicas. Essa festa tem início a 24 de junho e vai até fim de julho, sendo promovida, geralmente à noite.

A festa de Reis é outra brincadeira, que relembra a visita dos três Reis Magos a Jesus, em Belém. É realizada nas ruas e praças, e às vêzes, também, em casas de família. A data de sua comemoração é 6 de janeiro, iniciando, entretanto, desde o dia 3.

Como solenidade religiosa, 10 a 20 de agôsto, é tradicional a festa do padroeiro, São Bernardo. Ao festejo, que consta de novena, comparecem de oito mil a 10 mil romeiros, os quais se deslocam de outros Estados, principalmente do Piauí. No último dia, ou seja, 20 de janeiro, realiza-se a procissão, desfilando pelas ruas da cidade, o que constitui um espetáculo tradicional.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Bernardense é a denominação dada aos habitantes do município. É têrmo de 2.ª Entrância — Araioses, possuindo 1 Suplente de Juiz de Direito, 1 Oficial de Justiça, 1 Tabelião e 1 Promotor Público.

(Autor do histórico — A.E. Saint'Clair de Almeida Serra; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento e Inspetoria Regional de Estatística Municipal; Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta e Arthur Dias de Paiva.)

SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O desenrolar da história do atual município de São Domingos do Maranhão teve início da seguinte forma: um dos moradores mais antigos, Joaquim Fernandes da Silva, travou conhecimento com José Tibúrcio Feio, descobridor da região, com o qual constantemente conversava sôbre sua aventura. Dizia, então, José Tibúrcio Feio que, num domingo do mês de agôsto do ano de 1894, em uma de suas caçadas, se aprofundou mais nas matas virgens, e verificou que o cachorro que o acompanhava tinha as patas molhadas, sinal de que ali perto existia água. Realmente, após ligeira busca, encontrou uma lagoa, que hoje é considerada como riqueza do município, e que tomou o seu nome — Lagoa do Zé Feio. Voltando à casa, muito alegre, deu a notícia a sua mulher, trazendo-a, dias depois, para êsse local. Como vinham se alimentando sem sal, resolveu, êle, enfrentar as matas com o fim de conseguir uma venda onde o pudesse adquirir. Três dias após, chegou ao povoado Cachimbos — 48 quilômetros distante da cidade, onde fêz suas compras e regressou. Daí em diante tal incumbência era feita por sua mulher, sempre que careciam de sal ou outros gêneros.

Tão logo a notícia se propalou, começaram a chegar outros elementos para fazerem moradia junto à lagoa. Com a abundância de água e a fertilidade das terras, propícias a tôdas as culturas e à criação, ràpidamente tornou-se uma povoação, sendo que, em 1932, foi iniciada a entrada de nordestinos, que ainda continua, contribuindo, assim, para o seu progresso.

Em 1940, passou à sede de distrito do município de Colinas, com o nome de Pucumã, pelo Decreto-lei municipal n.º 15, de 20 de janeiro.

O Cartório do Registro Civil teve a sua instalação em 9 de agôsto de 1945.

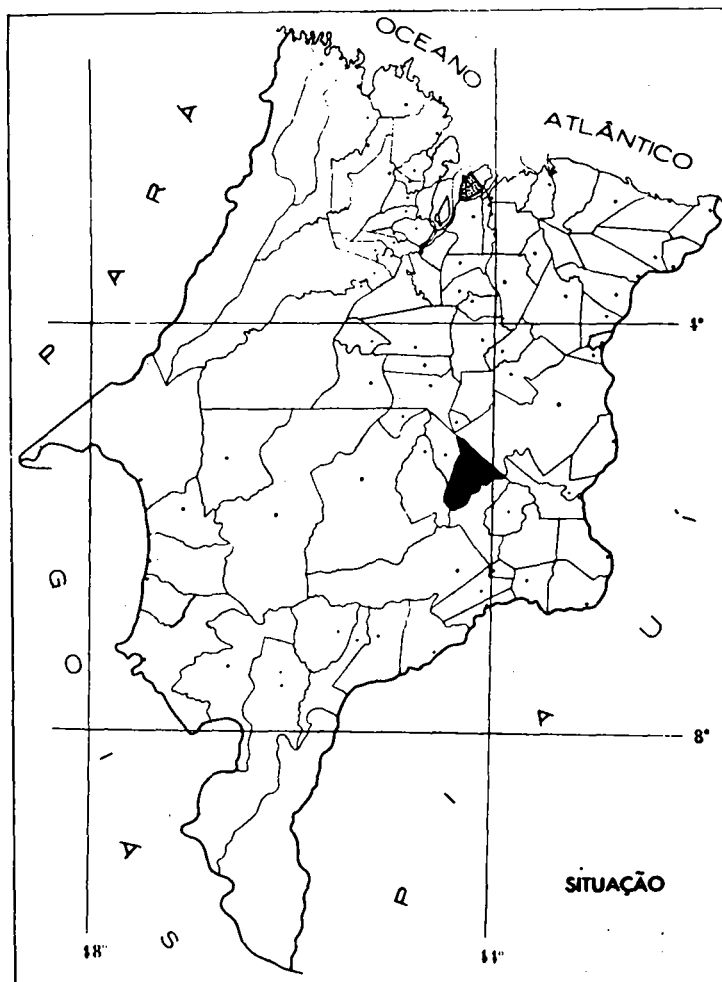
Mais tarde, ou seja, em 1947, foi elevado à categoria de vila, ainda com o nome de Pucumã, e, finalmente, criado município, em 1952 pela Lei n.º 756, de 24 de setembro, já agora, porém, com o nome de São Domingos, por haver sido descoberto em igual dia da semana.

Inaugurou-se a Agência Postal em janeiro de 1952 e, um ano depois, a Telegráfica.

Pertencia o território que o constitui aos municípios de Colinas e Presidente Dutra. Solenemente instalado em 1.º de janeiro de 1953, foi nomeado como primeiro prefeito interino o Sr. Aluízio Silva Brandão. No mês de outubro de 1954 realizaram-se as eleições para constitucionalização dos municípios do país, sendo eleito o Sr. Jofran Carneiro Tôrres, em cujo exercício se encontra. Em 1.º de abril de 1955 deu-se a instalação da Agência de Estatística e, em 29 dêsse mesmo mês e ano, a da Coletoria Estadual.

O eleitorado de São Domingos do Maranhão é de seis mil pessoas; 9 edis encontram-se em exercício.

Como têrmo judiciário da comarca de 1.ª Entrância — Colinas, tem: 3 Suplentes de Juiz de Direito, 1 Juiz de Casamento, 1 Adjunto de Promotor, 2 Oficiais do Registro Civil e 1 Oficial de Justiça.

LOCALIZAÇÃO — São Domingos do Maranhão é um dos municípios pertencentes à Zona Fisiográfica do Itapecuru.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Limita com os municípios de Caxias, Colinas e Presidente Dutra.

ALTITUDE — A sede municipal tem 217 metros de altitude.

CLIMA — Registram-se no município duas estações: inverno e verão. O inverno tem início no mês de novembro e termina em abril; o verão, em maio principia e finda em outubro. Observam-se tempestades e trovoadas na fase invernosa.

Temperatura em grau centígrado: média das máximas — 34, das mínimas — 23 e mais freqüente — 28; não há no município Pôsto Meteorológico.

ÁREA — Totaliza 2 211 quilômetros quadrados, colocando-se em 47.º lugar entre os demais municípios maranhenses em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Existem apenas pequenas serras e lagoas, que apresentam não muito grande volume de água. Como principal acidente, figura a Lagoa do Zé Feio, localizada na sede municipal, cujo nome teve origem no do descobridor do município. Apresenta, atualmente, regular volume de água pelas benfeitorias nela realizadas. A lagoa dos Patos, na parte norte do município, é bastante piscosa.

Menciona-se, ainda, o riacho Pucumã, correndo na parte oeste do território, passando pelo centro da cidade e desembocando no rio Itapecuru. É periódico, mas piscoso quando toma água.

RIQUEZAS NATURAIS — Destacam-se como riquezas naturais: de origem vegetal, babaçu, madeira de lei (cedro e pau-d'arco) e malva; de origem animal — gatos maracajás, veados, caititus e teiús-açus. A produção de peles, em 1956, atingiu 726 mil cruzeiros, sendo a maior contribuição a de gato maracajá (400 mil cruzeiros); 52 toneladas de fibras de malva em igual período, valendo 260 mil cruzeiros, enquanto que a produção de amêndoas de babaçu foi de 215 toneladas no valor de 1 290 milhares de cruzeiros.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, o atual território do município de São Domingos do Maranhão pertencia a Colinas e Presidente Dutra, razão por que não é possível apresentar dados referentes àquela operação censitária.

O Departamento Estadual de Estatística, contudo, calcula que, em 1955, sua população era constituída de 14 580 habitantes, com a densidade demográfica de 6,5 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — É a lavoura a principal ocupação dos moradores de São Domingos do Maranhão e se outros fôssem os métodos empregados, e o município dispusesse de melhores estradas, o que encarece sobremaneira qualquer produto por causa do preço dos fretes, sua produção seria bastante animadora, dada a fertilidade de suas terras, próprias para qualquer tipo de plantação.

Não há pròpriamente indústria no município, porém motores para pilar arroz, beneficiamento de algodão, fornos para fabricação de farinha, além de uma pequena olaria.

Em 1955 a lavoura e a indústria de São Domingos do Maranhão apresentaram as seguintes produções:

PRODUÇÃO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$
Agrícola			
Algodão em caroço...	Arrôba	23 500	1 410 000
Arroz com casca.....	Saco de 60 kg	18 840	1 884 000
Fumo..............	Arrôba	350	131 250
Mandioca............	Tonelada	1 440	288 000
Milho..............	Saco de 60 kg	1 900	312 000
Industrial			
Algodão em pluma...	kg	534 150	3 826 710
Arroz pilado........	»	640 860	2 417 700
Farinha de mandioca	»	121 200	303 000
Sola................	»	10 000	300 000
Tijolo e telhas.......	Mil	200	74 800

Os produtos agrícolas são exportados para São Luís-MA, Floriano-PI, Ceará, Paraíba e Pernambuco, seus principais mercados.

A fruticultura é pouco desenvolvida, tendo ido pouco além de 770 mil cruzeiros em 1955, sendo que a banana contribuiu com mais de 50%, precisamente 580 mil cruzeiros.

A pecuária, apesar de não ser muito desenvolvida, vem ùltimamente tomando certo interêsse, havendo pequena exportação para o município de Pedreiras. O Departamento Estadual de Estatística calcula que, em 1955, existiam 7 000 bovinos, 12 000 suínos, 650 ovinos, 2 800 caprinos, 900 eqüinos, 680 asininos e 960 muares.

COMÉRCIO — Em São Domingos do Maranhão contam-se 2 estabelecimentos atacadistas, 60 varejistas e 4 industriais, na sede.

As suas maiores transações são levadas a efeito com São Luís-MA, São Paulo-SP, Recife-PE, Fortaleza-CE, Teresina e Floriano-PI, importando tecidos, ferragens, artigos de moda, louças, café, açúcar, sabão, querosene miudezas produtos químico-farmacêuticos, conservas, derivados de petróleo, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Têm comunicação com a sede municipal os municípios de: Caxias — rodoviário, 210 quilômetros; Colinas — rodoviário, 72 quilômetros; Presidente Dutra — rodoviário, 52 quilômetros.

Embora não conte com linha regular de navegação aérea (táxis), o município possui um bom campo de pouso, piçarrado, localizado a 1 quilômetro da zona urbana.

O Departamento dos Correios e Telégrafos dispõe de uma Agência que faz o serviço de entrega e recebimento de correspondência (cartas e telegramas).

ASPECTOS URBANOS — São Domingos do Maranhão é totalmente desprovido de pavimentação. A área da cidade é estimada em 12 000 metros quadrados. Na sede municipal existem 3 pensões. São casas comuns, sem mobiliários e cômodos para comportar muitos hóspedes. A mesa é simples e a diária, de Cr$ 60,00.

Há 12 aparelhos receptores na sede; nas zonas suburbana e rural está pouco generalizado, contando-se apenas 8. Na sede há uma amplificadora.

As poucas ligações domiciliares existentes resultam de um motor particular.

No município estão espalhados 3 templos protestantes das Igrejas: Cristã Evangélica, Batista, Evangélica Assembléia de Deus e Batista Restrita, totalizando 381 adeptos. Tôdas mantêm escolas dominicais, sendo que a Igreja Batista possui 3.

A ordem é mantida no município por meio da Guarda-Civil, composta do Delegado e 9 guardas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Serve o município o Pôsto de Higiene do 15.º Distrito Sanitário, o qual tem suas atividades centralizadas em Colinas.

Vista do açude Deputado Neiva Moreira

Prestam suas funções profissionais 2 dentistas práticos, 3 socorros farmacêuticos, bem aparelhados, além de uma farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Instalada em 1956, com 120 sócios, existe a União de Artistas e Operários "São Francisco de Assis", de caráter beneficente.

Ensino — São 16 as unidades escolares existentes no município, sendo tôdas de ensino primário (Fundamental Comum), as quais tinham matriculadas, no início do ano letivo de 1957, 1 392 crianças de 7 a 11 anos de idade. Na zona rural estava o maior número (930) e as restantes 462 na sede do município.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	...	1 604	695	181	288
1956 (1)	...	2 396	819	229	1 238

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — No município, festeja-se Nossa Senhora do Perpétuo Socorro — padroeira da cidade, sempre no mês de novembro, afluindo para o local grande número de pessoas das povoações e cidades vizinhas. Ordinàriamente tal devoção consta de missa, ladainha e procissão, além das tradicionais festas de arraial.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos sábados, ocorre na sede municipal a organização de uma grande feira-livre, o que facilita sobremodo para os seus habitantes adquirirem os gêneros alimentícios por preços reduzidos; para o comércio, é o dia de melhor movimento. Aos domingos é feita no povoado Palestina.

"São-dominguense" é o nome pelo qual são conhecidos os filhos da terra.

Não há obrigatoriedade de registro de qualquer veículo na Prefeitura. No município existem 4 caminhões comuns — com capacidade para mais de 5 toneladas, 10 bicicletas, 7 carros de boi e 1 trator de propriedade do executivo municipal (Catterpilar, mod. D-4). Êste já prestou valiosos melhoramentos nas estradas e ruas, e na construção de cinco açudes.

(Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento e Inspetoria Regional; Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva.)

SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — São Francisco do Maranhão é constituído de uma grande área de mata que, em tempos remotos, era chamada Pôrto Riachuelo.

Datando a entrada espontânea dos primeiros moradores possìvelmente de 1700, não é possível, contudo, saber ao certo os seus nomes. Uma vez localizados, construíram rústicas habitações e, após a derrubada, se dedicaram ao cultivo da terra.

Anos mais tarde, chegaram às proximidades do local do primitivo devassamento Eugênio Marques de Holanda e José Egídio Soares, que se estabeleceram nas margens do rio Parnaíba com criação de gado e lavoura, dando assim início à povoação pròpriamente dita.

Em 1860, tendo o povoado apresentado condição de capacidade para a vida política e autonomia administrativa, José Egídio Soares, Francisco Rodrigues Filho e os irmãos João Afonso e Pedro Afonso da Fonseca fizeram doação de uma certa quantidade de alqueires de terras para constituir seu patrimônio. Assim, em 1870 foi criada a vila de São Francisco pela Lei provincial n.º 902, de 14 de julho, sendo instalada solenemente no mesmo dia do mês seguinte. Antes, porém, em 1835, havia sido confirmada a criação da vila com a denominação de Manga do Iguará, pela Lei provincial n.º 7, de 29 de abril. Três transferências sofreu essa localização: a primeira, em 1843, pela Lei provincial n.º 175, de 29 de novembro, que passou a sede da vila para a povoação Ôlho-d'Água; a segunda, para a de Vargem Grande, por Lei provincial n.º 203, de 14 de julho de 1845, e, finalmente, para a de São Francisco, em 1870, considerada esta a data de sua fundação.

Inicialmente, território do município fêz parte da então grande comarca de Pastos Bons; mais tarde pertenceu à de São José dos Matões até que, pela Lei n.º 1 372, de 1.º de maio de 1836, foi elevado à categoria de comarca, sob a denominação de comarca de São Francisco.

Foi classificada comarca na República pelo Decreto de 14 de janeiro de 1890, sendo mantida pela Lei estadual n.º 19, de 15 de outubro de 1892. Posteriormente passou a têrmo da comarca de Flôres (hoje Timon), depois para as de Caxias e Barão de Grajaú, nesta continuando atualmente.

O primeiro Juiz de Direito foi o Doutor Epifânio Bittencourt e o Intendente, Alfredo Avelino.

São Francisco do Maranhão foi elevado à categoria de cidade no dia 10 de maio de 1924, por Lei estadual n.º 1 179. Era então Prefeito o cidadão Issac Vilanova e Silva, que festejou condignamente tão memorável data, havendo, também, nessa ocasião, hasteado a primeira bandeira nacional de propriedade do município.

Por Decreto-lei estadual n.º 820, de 30 de dezembro de 1943, que fixou a nova divisão administrativa e judiciária do Estado do Maranhão, recebeu o nome de Iguaratinga. O povo, contudo, não se conformando com essa mudança, pleiteou a volta do antigo nome, o que foi conse-

Vista do pôrto

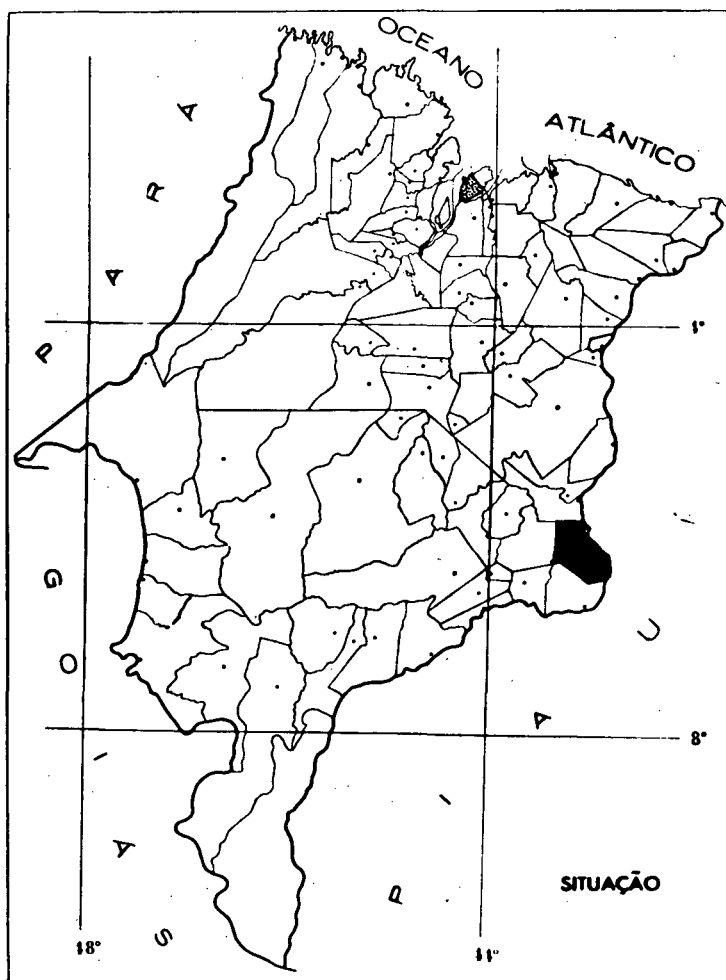
guido cinco anos depois, em 1948, pela Lei n.º 203, de 17 de dezembro, já agora, porém, acrescido do nome do Estado, a fim de que mais de um município brasileiro não tivesse o mesmo topônimo.

O município de São Francisco do Maranhão é banhado ao nascente, em tôda a sua extensão de norte a sul, pelo rio Parnaíba.

Presentemente o Executivo Municipal é dirigido por Raimundo Soares, eleito em 1955.

São 9 os Vereadores que compõem o Legislativo.

O eleitorado de São Francisco do Maranhão era de 985 pessoas, quando das últimas eleições (1955).

LOCALIZAÇÃO — São Francisco do Maranhão fica compreendido na Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba. Coordenadas geográficas da sede: Latitude Sul: 6º 15' 30" e Longitude W. Gr.: 42º 56' 21". Posição relativamente à capital: Rumo — S.S.E.; distância em linha reta — 436 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Alcança 98 metros na sede municipal.

CLIMA — No município há predominância de duas estações: inverno e verão — a primeira, de dezembro a abril, e a segunda, de maio a novembro, com raras variações. A temperatura no verão é normalmente de 32 a 36 graus centígrados à sombra e, no inverno, decresce para 30 e até 24 graus centígrados.

ÁREA — Com 2 095 quilômetros quadrados, é o 48.º município maranhense em grandeza territorial.

Praça da Matriz

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Parnaíba, que separa o município de São Francisco do Maranhão-MA do de Amarante-PI.

Morro de Santa Cruz — cujo nome é uma homenagem ao cruzeiro que aí foi levantado, há muitos anos, sendo ponto preferido para passeio dos habitantes da cidade. É um morro escarpado e de cume muito elevado, de onde se observam os mais lindos panoramas. Tem mais ou menos 200 metros de altura e 150 de largura.

Lagoa Grande — com aproximadamente 1 000 x 250 metros, no período de maior enchente.

Há uma queda de água no Riacho Adique (lugar Prata) — a mais importante do município, com 6 metros de altura, distante 10 quilômetros da cidade; ainda não está sendo aproveitada.

RIQUEZAS NATURAIS — Existe, na sede, uma fonte de água sulfurosa e, no povoado Cachoeira, uma jazida de pedra calcária que vem sendo explorada, produzindo cal de ótima qualidade. Há indícios da existência de cristal.

Capoeiras, vegetação rasteira e campinas constituem a maior parte do território municipal. Entre as riquezas de origem vegetal destacam-se babaçu, tucum, carnaúba, mamona, algodão e madeiras, sendo babaçu a principal, cuja produção em 1956 foi de 400 toneladas, no valor de 4 milhões de cruzeiros.

A fauna é representada por perdiz, onça, rapôsa, gato maracajá, macaco, caititu e veado.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950 foram conseguidos os seguintes dados: Total — 11 572 — 5,52 habitantes por quilômetro quadrado — do geral: homens — 5 757 e mulheres — 5 815; 89% da população localizava-se no quadro rural.

Dêsse mesmo total — 60,1% era representado pelos de côr parda (3 469 homens e 3 491 mulheres); 24,6% pelos brancos (1 397 homens e 1 451 mulheres); 14,5% pelos pretos (842 homens e 840 mulheres); 0,2% pelos de côr não declarada.

Quanto ao estado conjugal, observou-se que dos 6 417 habitantes de mais de 15 anos, 56%, ou seja, 3 586 — 1 760 do sexo masculino e 1 826 do feminino são casados.

Predominou, ainda, por ocasião do Recenseamento de 1950, a Religião Católica, quando 11 439 pessoas declararam professá-la, ou seja, 98,9% (5 684 homens e 5 755 mulheres).

Vista parcial do pôrto

Calcula o Departamento Estadual de Estatística que a população de São Francisco do Maranhão em 1956 era estimada em 12 912 habitantes, a qual fornece a densidade demográfica de 6,16 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Cidade de São Francisco do Maranhão, com 672 habitantes — 300 homens e 372 mulheres; distritos de: Caraíba do Norte, com 242 — 113 homens e 129 mulheres; e Ribeirão Azul, com 360 — 178 homens e 182 mulheres, segundo os dados do Recenseamento de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — São atividades fundamentais à economia do município a extração de amêndoas de babaçu, lavoura (mamona, algodão, arroz, milho, feijão e farinha de mandioca) e criação de gado (vacum, cavalar, caprino, suíno e lanígero).

Os produtos agrícolas são destinados a Teresina-PI e Recife-PE, enquanto que o gado é exportado para os Estados do Piauí, Ceará e de Pernambuco.

COMÉRCIO — Há uma sede municipal, 2 estabelecimentos atacadistas, 20 varejistas e 63 industriais. São mais acentuadas as suas transações com Teresina e Floriano-PI, Recife-PE e Fortaleza-CE, fazendo importação de sabão, querosene, fósforo, tecidos, café, açúcar, manteiga, louças, ferragens e miudezas em geral.

Há exportação dos produtos agrícolas do município para Teresina-PI e Recife-PE.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município comunica-se com Barão de Grajaú — rodoviário 90 quilômetros ou a cavalo, 78 quilômetros; Parnarama — fluvial, 85 quilômetros; Passagem Franca — a cavalo, 136 quilômetros e Amarante-PI — fluvial.

O município é servido pela Emprêsa de Navegação do Rio Parnaíba.

O Departamento dos Correios e Telégrafos possui uma Agência Postal-telefônica.

ASPECTOS URBANOS — Durante o ano de 1956 foram fornecidos 6 570 kW de energia elétrica, dos quais 2 190 para iluminação domiciliária e 4 380 para a pública. O total de ligações elétricas na sede é 20. A usina é da Prefeitura.

A cidade apresenta, apenas, 9% de sua àrea pavimentados, isto é, 1 rua é beneficiada com calçamento por meio de travessões de pedras e, nos espaços vagos, piçarra.

São mantidos, pela municipalidade, a guarda-civil, formada por um Delegado e quatro guardas e a Cadeia Pública com acomodações para 15 detentos.

A cidade é sede da Paróquia de São Francisco de Assis, subordinada ao Bispado de Caxias, com o seguinte movimento religioso em 1956:

Batizados	364
Comunhões	2 526
Casamentos	58
Extremas-unções	6
Encomendações	2
Procissões	4

O culto protestante é representado, exclusivamente, pela Igreja Batista Evangélica, na sede, com 14 membros.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — São Francisco do Maranhão é assistido pelo Pôsto de Higiene do 12.º Distrito Sanitário, sendo, entretanto, sua sede em Pastos Bons. Um dentista desenvolve atividades profissionais na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Embora exista a União de Artistas e Operários "São Francisco de Assis" — com o objetivo beneficente — fundada desde o ano de 1950, e sòmente instalada em 1956, quando da posse de sua diretoria, nenhum benefício concedeu aos seus associados até a data presente, os quais ascendem a 120.

ALFABETIZAÇÃO — As pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950 — 9 713 —, segundo a alfabetização, ficaram assim distribuídas: sabiam ler e escrever (1 156 homens e 725 mulheres); não sabiam ler e escrever (3 659 homens e 4 173 mulheres).

Ensino — São 17 os estabelecimentos escolares existentes em 1957, sendo 14 de ensino Fundamental Comum, 2 do Fundamental Supletivo e 1 do Complementar. Ao iniciar o ano letivo de 1957, estavam matriculadas 515 crianças de 7 a 11 anos de idade, sendo 170 na sede municipal e 345 na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Apenas existe a Biblioteca "Gonçalves Dias", com sòmente 400 volumes, sem especialização.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	448	336	104	336
1951	...	587	373	101	336
1952	...		423	110	472
1953	...	573	448	92	554
1954	...	590	571	99	539
1955	...	748	697	109	917
1956	.	690	1 027	217	985

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os principais festejos religiosos realizados na sede municipal constam de novena e procissão. São êles: de São José — em março; de São Francisco de Assis (padroeiro da cidade) — em outubro e, do Coração de Jesus — em maio, junho e mesmo em dezembro.

Rua Dr. Soares de Quadros

Na vila de Caraíba do Norte celebra-se, em janeiro, na capela do mesmo nome, a festa de São Sebastião.

Ainda comum é o folguedo bumba-meu-boi, interpretado nas proximidades de 24 de junho, e o reisado, a 6 de janeiro.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os são-franciscanos ilustres, cita-se *Manuel Alexandre de Santana Sobrinho* — nasceu no povoado Mucunã, a 4 de janeiro de 1897 e suicidou-se em São Luís no dia 22-XI-1957.

Ex-Funcionário do Ministério da Agricultura. Poeta dos melhores da geração, era o titular efetivo da cadeira n.º 19, patrocinadada por Teófilo Dias, na Academia Maranhense de Letras.

Bibl.: "Hora iluminada" — Rio, 1948; "Pétalas e farpas", inédito.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — São Francisco é têrmo da comarca de Barão de Grajaú — 1.ª Entrância. Compõe-se de 3 Suplentes de Juiz de Direito, um Adjunto de Promotor Público, 3 Juízes Distritais, 1 Escrivão de Casamentos, 4 Oficiais do Registro Civil e 1 Oficial de Justiça.

A Prefeitura Municipal, em 1956, fêz o registro de 2 bicicletas, 3 caminhões comuns e 6 carros de boi.

No município são realizadas, diàriamente, feiras, mui especialmente quando há matança de bois, existindo, ainda, uma outra, pequena embora, no Povoado "Mimoso", aos domingos. Sua importância reflete-se no maior escoamento dos produtos.

A atividade portuária é representada em pequena escala por canoas de madeira e balsas de buriti. As embarcações a vapor ou motor a óleo que trafegam no rio Parnaíba não tocam no pôrto desta cidade, fazendo-o, contudo. na cidade fronteiriça de Amarante-PI. As canoas e balsas facilitam a exportação dos produtos.

A instalação do pôrto consiste em uma pequena rampa, construída de tijolos, pedras e cimento para garantir o pêso das cargas e descargas.

Pelo inverno as embarcações atracam na rampa e, no período das sêcas, na praia, que se desenvolve ao afastár das águas.

(Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento e Inspetoria Regional; Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva.)

SÃO JOÃO DOS PATOS — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros povoadores vieram de Passagem Franca e eram lavradores e criadores. Teve o município, de início, o nome de Lagoa dos Patos, sendo que, posteriormente recebeu a denominação que ainda hoje conserva — São João dos Patos. O seu território pertencia a Pastos Bons; entretanto, com o desligamento de Passagem Franca do de Pastos Bons, em 28 de julho de 1838, São João dos Patos — ao Sul de Passagem Franca — ficou a êste pertencendo.

Por Decreto estadual n.º 130, de 19 de março de 1892, tornou-se independente, ocupando a zona ribeirinha do rio Parnaíba, cuja instalação se deu sòmente a 20 de abril. Havendo, no local escolhido para a sede municipal, duas lagoas, a de São João e a dos Patos, daí se originou o seu nome.

Criado o município em 1892, passou a ser têrmo judiciário da comarca de Alto Itapecuru, com sede em Picos, depois então, pertenceu à comarca de Barão de Grajaú até 1914, ou 1915, quando esta foi extinta e anexada à de Pastos Bons. Presentemente São João dos Patos é têrmo da comarca de Passagem Franca (1.ª Entrância) com três Suplentes de Juiz de Direito, 1 Tabelião Público do Cartório do 2.º Ofício, 1 adjunto de Promotor e 1 Oficial de Justiça.

No que diz respeito à freguesia, São João dos Patos pertenceu, primitivamente, à de São Sebastião, em Passagem Franca, passando, mais tarde, à de Nossa Senhora da Consolação, em Picos e, no último decênio, à de São Bento, em Pastos Bons.

Foi primeiro presidente do então Conselho de Intendência Municipal o cidadão Francisco Pereira de Sá Sobrinho, que instalou a vila e assumiu aquêle cargo a 20 de abril de 1892, com os demais membros que com êle foram nomeados.

A primeira eleição municipal verificou-se a 20 de novembro daquele ano, sendo eleito o mesmo Sá Sobrinho.

Em 1931, por Decreto n.º 75, de 22 de abril, foi suprimido São João dos Patos e anexado a Barão de Grajaú. No mesmo ano, porém, voltou a ser autônomo.

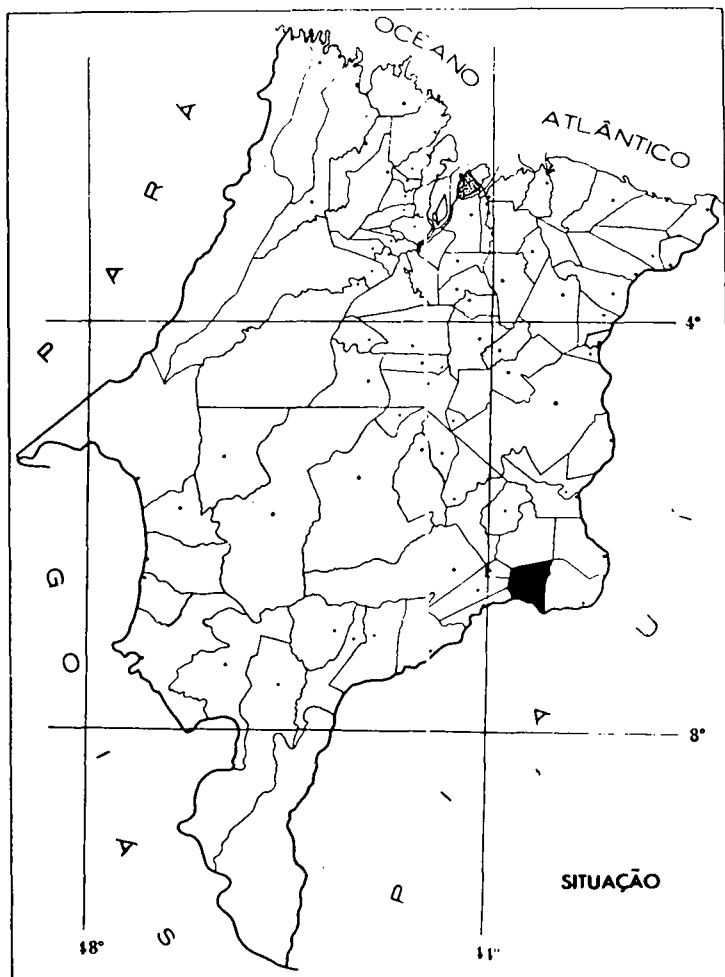
Registrou-se um surto de febre amarela e alastrim, no ano de 1936, que, felizmente, foi logo debelado, graças às providências tomadas pelo Serviço de Febre Amarela e Saúde Pública do Estado, enviando recursos terapêuticos e até médicos. Poucas foram as vítimas ocasionadas por essas epidemias.

Em 1938 foi elevado à categoria de cidade.

Nas últimas eleições foi eleita para cargo de Prefeito D. Joana da Rocha Santos. À Câmara dos vereadores concorrem 9 membros. O eleitorado do município é de 3 025 pessoas.

LOCALIZAÇÃO — Fica situado na Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba. Na sede, apresenta as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul — 6° 29' 15"; longitude W. Gr. — 43° 54' 50".

Servem de limites ao município: Nova Iorque, Pastos Bons, Passagem Franca, Barão de Grajaú e Paraibano.

Posição relativamente à capital: rumo — S.S.E.; distância em linha reta — 436 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 220 metros na sede municipal.

CLIMA — O clima é quente e s ilubre. Durante o verão as noites são frias e agradáveis. Duas são as estações verificadas: inverno (fase de chuvas) de outubro a abril; verão (época de calor) de maio a setembro. A temperatura fornecida pelo Pôsto Meteorológico, foi assim expressa, em 1955: média das máximas — 37°C; média das mínimas — 17°C; média mais freqüente — 31°C.

ÁREA — É o 54.° município maranhense em grandeza territorial, pois possui 1 682,50 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Morros do Chapéu (no lugar Cassoem) e do Pico (no lugar Pico) — com 330 e 240 metros de altura, respectivamente.

Serra do Barro Branco, no lugar do mesmo nome, com 88 metros de altura.

Rio Parnaíba — banha o município, separando-o do Estado do Piauí. Entra em São João dos Patos no lugar Camboeiro. É navegável por pequenas lanchas, botes e vapôres, e sua profundidade é calculada em mais ou menos 10 metros. Dentro do município são as localidades de Camboeiro, São Paulo, Congo, Água Fria, Canto do Riacho Fundo, Dois Irmãos, Limpeza, Boa Esperança, Barra do Belém, Macacos, Coqueiro e Ôlho-d'Água por êle banhadas, saindo do município no lugar Riacho das Lajes, após um percurso de 48 quilômet: os.

RIQUEZAS NATURAIS — Os tipos de revestimento florístico são campos agrestes e palmeiras. As principais riquezas vegetais são: babaçu, cera de carnaúba, copaíba, mamona, sapucaia, macaúba, tucum, piqui, bacuri, plantas medicinais e madeiras diversas. No reino animal, são encontrados os seguintes: jacus, papagaios, juritis, canários — quanto às aves; onças, maracajás, rapôsas, veados, cotias, quatis, macacos, caititus e capivaras, na classe dos mamíferos.

POPULAÇÃO — Totalizava 12 494 habitantes — 6 163 do sexo masculino e 6 331 do feminino: no quadro urbano (1 229) quadro suburbano (621) e no quadro rural (10 644); 85% da população se encontrava na zona rural.

A côr ficou assim distribuída: parda — 3 289 homens e 3 396 mulheres; branca — 1 964 homens e 2 146 mulheres; preta — 1 894 homens e 182 mulheres, e 23 pessoas que nada declararam.

A religião mais professada no município é a Católica Romana: 12 408 pessoas, assim como das pessoas de 15 anos e mais, o estado conjugal mais em evidência foi o de casados, com 3 921, consoante dados do Recenseamento Geral de 1950.

O Departamento Estadual de Estatística estima em 13 941 pessoas a população de São João dos Patos, em 1956, o que fornece a densidade demográfica de 8,26 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Quando da realização do Recenseamento de 1950, havia um único aglomerado: a cidade de São João dos Patos, com 1 850 habitantes — 850 homens e 1 000 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura é o principal ramo econômico do município, enquanto que o babaçu, na indústria extrativa, e o algodão, na de beneficiamento, constituem os ramos industriais. Em 1955 a produção do arroz pilado totalizou Cr$ 4 598 913,00 e a do babaçu, em 1956, foi de Cr$ 1 534 500,00.

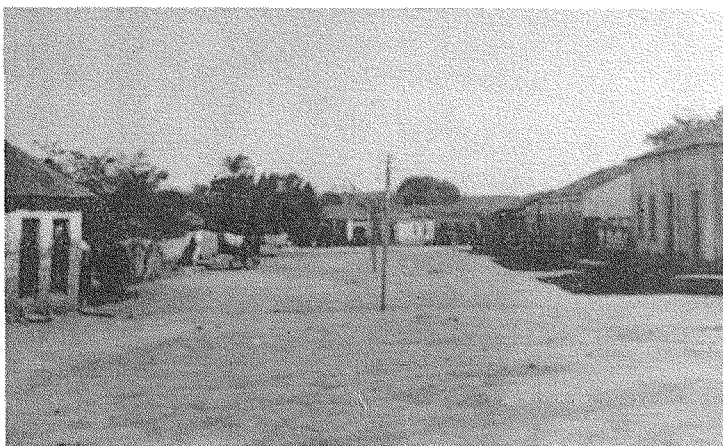
Os demais produtos agrícolas e industriais produzidos no ano de 1955 figuram abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Agrícola			
Arroz em casca	Saco de 60 kg	16 100	2 898 000
Algodão em caroço	Arrôba	11 900	1 071 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	6 125	918 750
Feijão	Saco de 60 kg	2 150	645 000
Mandioca	Tonelada	2 855	856 500
Milho	Saco de 60 kg	6 500	487 500
Industrial			
Algodão em pluma	kg	970 600	10 649 043
Aguardente de cana	Litro	73 540	429 640
Farinha de mandioca	kg	21 600	51 840

A fruticultura, (abacate, abacaxi, banana, laranja, manga, melancia e tangerina), apresentou, no mesmo período (1955), resultado compensador: mais de 1 200 milhares de cruzeiros, sobressaindo a cultura da banana com quase 450 mil cruzeiros.

Os produtos agrícolas do município são destinados aos mercados do Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco.

A pecuária, para o município, tem certa significação, havendo, em pequena escala, exportação para Teresina-PI.

22 — 24 931

Avenida Getúlio Vargas

O Departamento Estadual de Estatística estima em 35 800 cabeças o efetivo da população em 1956, assim distribuído:

Bovinos	13 950
Suínos	7 680
Ovinos	3 200
Caprinos	6 000
Eqüinos	1 650
Asininos	1 700
Muares	1 620

Em 1956 a pesca somou 9 050 quilogramas no valor de Cr$ 90 500,00, a qual é processada na zona à margem do rio Parnaíba, destinando-se à alimentação interna do próprio município, sendo, geralmente, feita no período de julho a outubro.

COMÉRCIO — É bem intenso o comércio de São João dos Patos, contando 2 estabelecimentos atacadistas, 24 varejistas e 2 industriais, na sede.

Tecidos, miudezas, ferragens, estivas, sabão, inflamáveis, café e açúcar são importados de Parnaíba e Floriano-PI, São Luís e Caxias-MA e Fortaleza-CE. Algumas firmas, contudo, estendem suas relações até Recife-PE, Salvador-BA, Rio de Janeiro-DF, Maceió-AL e Campina Grande-PB.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — É ligado por estrada de rodagem aos municípios vizinhos, com as seguintes quilometragens: Barão de Grajaú — 98; Nova Iorque — 67; Paraibano — 40. Para Passagem Franca e Pastos Bons, 48.

O meio mais rápido de comunicação com a Capital do Estado, ou seja, São Luís, é por estrada de rodagem até Floriano-PI, e daí, por avião.

Possui uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — São 80 as ligações elétricas na sede municipal. Nenhum logradouro é beneficiado por pavimentação.

As três pensões não dispõem de acomodações suficientes para alojar todos os visitantes que, normalmente, passam pela cidade. São instaladas em prédios regulares, muito embora não possuam os requisitos necessários para tal fim. A mesa é farta, quase sempre com várias iguarias; o mobiliário modesto, atende, francamente às necessidades de cada estabelecimento. São cobradas diárias de setenta cruzeiros.

É sede da Paróquia "São João Batista", que, em 1956, realizou: 463 batizados, 6 498 comunhões, 114 casamentos, 8 extremas-unções, 2 encomendações e 10 procissões.

O mercado foi inaugurado em 19-III-1938 e o cemitério em 15-IV-1942. O primeiro teve a sua construção iniciada em 1934 e é o mais importante do sertão, não só pela área ocupada como pelas suas condições de higiene.

O uso do aparelho de rádio já está bem difundido entre os moradores da cidade.

Funciona um serviço de alto-falante que, além de propaganda comercial, irradia música e "mensagens".

Anexo ao principal botequim, há um salão que o povo chama de "casino" onde é comum a rapaziada se reunir para dançar e onde são levados a efeito os principais bailes carnavalescos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município conta exclusivamente com a assistência do 12.º Distrito Sanitário — Pôsto de Higiene, sendo Pastos Bons a sede.

Há dois socorros farmacêuticos bem montados.

Para os casos mais graves, vale-se a população dos recursos médicos de Floriano-PI, pois há facilidade de comunicação, sendo as duas cidades ligadas por excelente estrada de rodagem (comumente conhecida por "central"), na distância de 98 quilômetros, vencíveis em 2 horas de jipe.

ALFABETIZAÇÃO — Foram 10 527 as pessoas recenseadas em 1950 que tinham 5 anos e mais. Dessas, sabiam ler e escrever 2 757, o que representa 26,1% sôbre êsse total, sendo maior do que a percentagem do Estado para êsse grupo de idade que é de 21,7%.

Quanto às pessoas que tinham mais de 10 anos e possuíam curso completo, 178 foram as encontradas: 157 instrução de grau elementar; 2 casais, de grau médio e apenas 1 homem tinha diploma de grau superior.

Ensino — A população de São João dos Patos apenas recebe instrução primária, o que é feito por intermédio de 19 unidades, sendo 12 de ensino Fundamental Comum, 6 do Fundamental Supletivo e 1 do Complementar.

Das crianças de 7 a 11 anos, 554 estavam matriculadas no início do ano letivo de 1957, sendo 319 na sede municipal e 235 na zona rural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	372	366	64	343
1951.......	—	625	393	94	316
1952.......	—	975	444	92	286
1953.......	—	1 258	634	150	628
1954.......	—	1 349	620	137	806
1955.......	—	953	622	125	669
1956.......	—	1 587	773	99	509

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Na sede são comemoradas com novena, leilões e processões, as seguintes festas: Nossa Senhora de Lourdes (em fevereiro); São João Batista — de 15 a 24 de junho — a mais importante por ser êste o padroeiro da cidade; São Benedito (outubro ou novembro).

No interior são comuns as festas de São Benedito no povoado Sucupira, de 24 de abril a 3 de maio; a de Santa Terezinha, em Jatobá, no dia 6 de agôsto; Nossa Senhora do Livramento, em Recreio, no mês de setembro; e Bom Jesus da Lapa, em Bom Jesus, levada a efeito a 6 de agôsto.

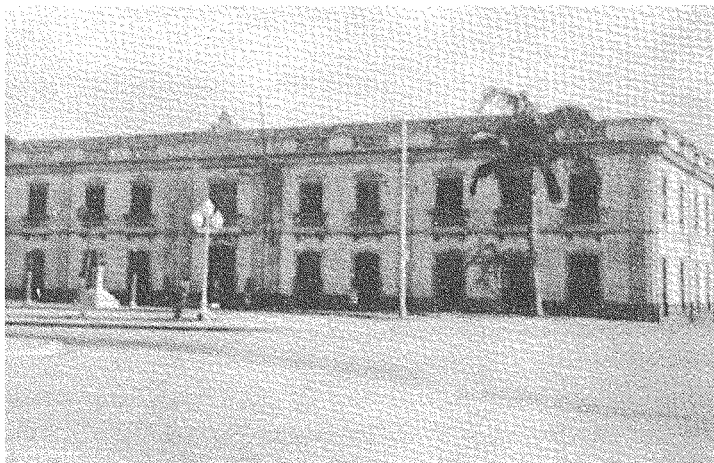
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Patoense é a designação dada às pessoas nascidas em São João dos Patos.

Os veículos motorizados existentes no município são emplacados em Floriano-PI, pelo fato de a Prefeitura local não se encarregar de tal serviço: 4 jipes, 13 caminhões comuns — 9 com capacidade para mais de 3 a 5 toneladas e 4 para mais de 5 toneladas, 36 bicicletas, 1 carroça comum de 2 rodas e 105 carros de bois, são os veículos de propriedade de pessoas residentes em São João dos Patos.

(Histórico — Anotações para a monografia histórico-corográfica do D.E.E.; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento e Inspetoria Regional; Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva.)

SÃO LUÍS — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Até os fins do século XVI, resultaram pràticamente inúteis as tentativas de estabelecer um núcleo de civilização nas terras em que hoje está situado o município de São Luís. Não o conseguiram Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade, associados ao famoso historiador João de Barros na emprêsa colonizadora. Partindo de Lisboa, em 1535, a Armada, sob o comando do primeiro, atingiu a costa maranhense, tendo, porém naufragado nos baixios do Boqueirão, junto à ilha do Mêdo. Os sobreviventes, em número reduzido, retiraram-se para o reino, algum tempo depois, em navios piratas que percorriam as costas brasileiras. Igual sorte estava reservada, em 1554, a Luís de Melo e Silva a quem D. João III, por desistência do donatário João de Barros, que permanecera em Portugal, doara a capitania do Maranhão. A pequena frota com que se dirigiu a esta capitania soçobrou em uns baixios, provàvelmente os da "Coroa Grande", regressando Melo e Silva ao reino numa caravela que escapara à catástrofe. Essas duas desgraças — observa Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, na "Poranduba Maranhense" — desanimaram a quantos até ali se interessavam pela conquista do Maranhão.

Prefeitura Municipal

Os insucessos das armas lusas na África e a conseqüente passagem da Coroa portuguêsa para o domínio castelhano deram ensejo a que os franceses voltassem a insistir no intento de se estabelecerem no Maranhão. Com êsse objetivo, foram equipadas três naus que, sob a chefia do capitão francês Jacques Riffault, ali chegaram em 1594. O naufrágio do navio principal e a discórdia entre os componentes da tripulação forçaram o fracasso da tentativa. Alguns elementos dessa expedição, entretanto, não voltaram à França, preferindo o contato com os silvícolas, ao lado dos quais guerrearam, granjeando-lhes a simpatia. Entre êsses — relata Claude d'Abbeville, o cronista da chamada França Equinocial — estava Charles Des Vaux que, voltando ao seu país, expôs o que vira ao rei Henrique IV. Interessando-se pelas notícias, o soberano ordenou a Daniel De la Touche, senhor De la Ravardière, partisse para as novas terras, a fim de comprovar a veracidade das informações. Dessa viagem não decorreram, todavia, conseqüências de ordem prática, em vista da morte de Henrique IV. Êste fato adiou outros empreendimentos, que só puderam ser levados a cabo em 1611, no reinado de Luís XIII. Por essa época, De la Ravardière, unindo-se a Rassilly e ao Barão de Sancy, organizou nova expedição, que partiu do pôrto de Cançale a 19 de março de 1612. A 6 de agôsto do mesmo ano, fundeava a armada na Ilha Grande. Contando com a amizade dos aborígines, procuraram organizar a defesa da nova colônia, certos de que os portuguêses tentariam expulsá-los, logo se tornassem conhecedores da situação. Em lugar alto, próximo ao ancoradouro e bem abrigado, construíram um forte. O sítio parece ter sido o mesmo que mais tarde veio a denominar-se Largo do Palácio e atualmente é a Avenida Pedro II. Após o término das obras de edificação e estabelecidos os primeiros contatos com os indígenas, deu De Rassilly à fortaleza o nome de Forte de São Luís, em memória eterna de Luís XIII, rei da França e de Navarra, e ao ancoradouro ou pôrto que lhe fica junto o de Pôrto de Santa Maria, não só em homenagem à Santíssima Virgem, como também em atenção a Maria de Médicis, rainha de França e de Navarra, mãe e regente de Luís XIII.

Catedral Metropolitana

A 8 de setembro de 1612 tem lugar a implantação da cruz na ilha do Maranhão, procedendo-se em seguida à

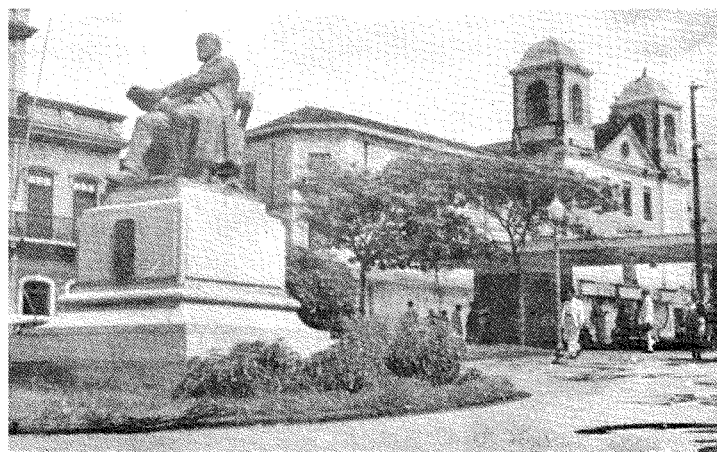
Tribunal de Justiça

bênção da mesma ao tocar da artilharia do Forte e dos navios franceses em sinal de regozijo. Êste ato, pela magnificência e excepcional solenidade de que se revestiu, é considerado como o verdadeiro Auto da Fundação da Cidade de São Luís.

Tão logo se propalou a notícia do domínio do Maranhão pelos franceses, procuraram os portuguêses eliminar a ameaça. Sob o Govêrno de Gaspar de Souza, em 1614, pequena expedição comandada por Jerônimo de Albuquerque fêz o reconhecimento das posições francesas na ilha de São Luís, sendo erigido, no lugar denominado Jericoaquara, pequeno forte de pau-a-pique sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, no qual foram deixados 40 homens. Ainda nesse milésimo, nova expedição sob o mesmo comando penetrou, com os seus navios, na baía de Guaxenduba, hoje de São José, construindo-se, em local próximo à ilha de São Luís, um forte sob a invocação de Santa Maria. Em seguida a uma série de hostilidades, travou-se

Praça João Lisboa

importante peleja entre portuguêses e franceses, até que a vitória se declarou a favor dos primeiros. Suspensa a luta para negociações, foi concertado, a 27 de novembro, um tratado de tréguas por 1 ano, com apreciáveis concessões aos portuguêses.

Hospital Português

Enquanto na França e na Espanha os emissários para ali enviados discutiam a sorte das terras do Maranhão, vários reforços eram remetidos a Jerônimo de Albuquerque, tanto de Portugal como da Bahia e Pernambuco. Romperam-se as tréguas, as fôrças portuguêsas, sob o comando de Alexandre de Moura, assistido por Jerônimo de Albuquerque, sitiaram os inimigos por mar e terra e, a 3 de novembro de 1615, verificava-se a capitulação de De la Ravardière com a entrega do Forte por êle chamado de São Luís e logo, pelos vencedores, de São Felipe. A invocação do nome do rei Luís é, entretanto, conservada à cidade pelos triunfadores, que consagram à Senhora da Vitória a

Rua Afonso Pena

primeira igreja Matriz. Nesse mesmo ano, Jerônimo de Albuquerque, que tanto se destacara na luta pela expulsão dos franceses, era nomeado capitão-mor da conquista.

O período de progresso por que passou a região viu-se interrompido em 1641, quando 18 navios holandeses, com 2 000 homens comandados pelo almirante Lichthardt, aportaram ao Maranhão desembarcando nas praias do Destêrro. Dentre as batalhas travadas conta-se a verificada às margens do Cutim, sendo nesta derrotados os holandeses que caíram em uma emboscada, postada pelos insurgentes. É esta vitória perpetuada pela tradição até hoje, por uma tôsca e simples cruz de madeira, vulgarmente conhecida por Outeiro da Cruz. Sòmente em 1644 os invasores deixaram São Luís, derrotados pelas tropas de Teixeira de Melo. Após a expulsão dos holandeses, São Luís conheceu nova fase de tranqüilidade. A normalização da vida da cidade foi, no entanto, bem difícil e seu progresso quase nulo. A 16 ou 17 de janeiro de 1653, pisa, pela primeira vez, terras do Maranhão o Padre Antônio Vieira, que aqui viera do reino com a incumbência de dar execução às ordens de pôr em liberdade os índios escravos, o que dá motivo para que o povo amotine-se e peça a expulsão dos religiosos da Companhia.

A crise maranhense, agravada pelo recrudescimento da luta entre Jesuítas e colonos, a propósito da escravização dos indígenas, e pela concessão do monopólio do comércio de todo o Estado do Maranhão e Grão-Pará, pelo espaço de 20 anos, a uma companhia de comércio, culminou na eclosão de uma revolta conhecida pelo nome de seu principal chefe: Bequimão. Iniciada em 1684, foi dominada no ano seguinte, sendo garroteado Bequimão e executado junto com Jorge Sampaio na Praia do Armazém, posteriormente da Trindade, hoje Parque 15 de Novembro, declarando Bequimão no momento supremo: "que pelo povo do Maranhão morria contente!"

Palácio de São Marcos

Retornando à normalidade, São Luís, nada obstante a sua qualidade de sede da administração, chega ao século XVIII sem lograr nível de progresso apreciável, quando comparada a outros centros da mesma categoria.

Fachada do teatro Arthur Azevedo

Outra companhia de comércio, no entanto, concebida e organizada por Pombal, em 1755, ia ser responsável pelo desenvolvimento que o Maranhão experimentou nos últimos quarenta anos de período colonial, criando as fontes de sua economia e desenvolvendo-as, cuja extinção se verificou em 1778.

O século XIX foi fértil em acontecimentos. A transferência da Côrte portuguêsa para o Brasil, em virtude da invasão de Portugal pelas fôrças de Napoleão, repercutiu profundamente na vida econômica, social e política do país, fortalecendo-se o movimento que, alguns anos mais tarde, culminaria na Independência. A 28 de julho de 1823 realizou-se no paço da Câmara Municipal de São Luís a adesão do Maranhão, conseguida por Lord Cochrane, sem que se registrasse, na capital, qualquer perturbação da ordem. Temos depois, todavia, São Luís era novamente abalada por uma série de desordens. Cessadas as diver-

Avenida Beira-Mar

gências em 1824, voltaram a manifestar-se com a abdicação de Pedro I. O descontentamento popular relativamente às autoridades municipais refletiu-se na insurreição conhecida por Bálaiada, que teve como um de seus chefes Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, alcunhado "O Balaio". Tôdas as tentativas de sufocação da revolta foram inúteis, até a nomeação de Luís Alves de Lima e Silva, mais tarde Duque de Caxias, para o pôsto de Presidente da Província e comandante das armas, cargos de que tomou posse a 7 de março de 1840. No ano seguinte, os insurretos eram definitivamente batidos.

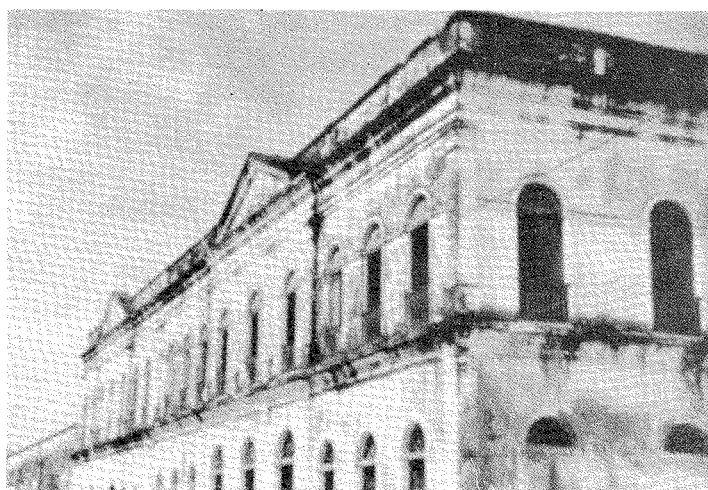
O término da Balaiada assinala para o Maranhão e particularmente para São Luís o início de um período de pleno desenvolvimento. O incremento da produção agrícola e o da pecuária maranhense refletiam-se benèficamente sôbre o município, onde, a par de uma situação econômica favorável, floresciam as artes e letras, granjeando-lhe o título de Atenas Brasileira.

Marco comemorativo da Ascenção de D. Pedro II ao Govêrno do Brasil

Dessa data em diante entrou o Maranhão em período de franca tranqüilidade, sucedendo-se, uns após outros, na administração da província, presidentes e vice-presidentes, sem que, durante a sua curta passagem pelo Govêrno, pudessem fazer alguma coisa que lhes recomendasse o nome.

(1841-1842) — Desembargador João Antônio Miranda, mais tarde senador do Império. Iniciou as obras do Cais da Sagração e fundou a Casa dos Educandos Artífices.

(1846-1848) — Joaquim Franco de Sá — através dos feitos, pode ser o seu Govêrno considerado uma das mais fecundas administrações tidas no Estado. São do seu tempo: os melhoramentos introduzidos no cultivo da cana-de-açúcar e fabrico do açúcar e fundação de numerosos engenhos; a inauguração solene das obras do canal de Arapapaí; a reedificação do hospital militar; a aquisição da quinta que por longo tempo serviu de Matadouro Público; a criação da Repartição das obras públicas; a reorganização do Tesouro Público; a regeneração da imprensa periódica, sendo fundada a primeira fôlha diária que teve o Maranhão — "O Progresso".

(1851-1855) — Eduardo Olímpio Machado — teve início na província, em sua administração, a navegação fluvial a vapor, cuja primeira viagem foi realizada pelo vapor "Caxiense"; fundou o Asilo Santa Tereza; foram lançadas as primeiras pedras do Dique das Mercês e do edifício da Companhia Confiança que veio substituir as antigas barracas da Praia Grande, e deu começo à Praça do Mercado.

Secretaria de Finanças

(1855-1857) — Governou a província Antônio Cândido da Cruz Machado que, embora realizando uma das mais agitadas administrações, justo é registar que foi nela que se incorporou, pela primeira vez, uma companhia para o encanamento das águas do rio Anil, bem como uma outra para a navegação dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré e ainda uma terceira para a navegação costeira entre o pôrto de São Luís e os de Fortaleza e Belém. Seguiu-se João Lustosa da Cunha Paranaguá, que fundou a Escola Agrícola do Cutim.

No período de 1859 a 1889, com outros tantos administradores, contou a província com os seguintes dirigentes:

Jardim interno do Palácio dos Leões

Dr. José Maria Barreto, barão de Anajatuba. Em sua administração (1859), a vila de Carolina foi elevada à categoria de cidade.

Doutor João Silveira de Scusa, em cujo período (1860-1861) foi inaugurado o passeio do antigo Largo dos Remédios, hoje Praça Gonçalves Dias. Ainda em 1861 registrou-se a passagem do Dr. Pedro Leão Veloso e Francisco Primo de Sousa Aguiar.

Em 1863, na administração do Conselheiro Antônio Manoel de Campos Melo (1862-1863), começou a capital a ser iluminada a gás hidrogênio. Neste mesmo ano estêve também no Govêrno o Dr. João Pedro Dias Vieira, vice-Presidente, mais tarde Ministro e Senador do Império.

Durante duas épocas (1863 e 1868), governou a província o Desembargador Ambrósio Leitão da Cunha, falecido Senador do Império e Barão de Mamoré.

Vista parcial da Avenida Beira-Mar

Coronel José Caetano Vaz Júnior (1865 e 1878).

Dr. Lafaiete Rodrigues Pereira — 1865.

Desembargador Manoel Jansen Ferreira — 1865, 1867 e 1868.

Dr. Antônio Alves de Sousa Carvalho — 1868.

Dr. Franklin Américo de Meneses Dória — 1867.

Dr. Epaminondas de Melo — 1867.

Desembargador Manoel de Cerqueira Pinto — 1868.

Dr. José da Silva Maia — 1860, 1870 e 1871.

Dr. Braz Florentino Henriques de Sousa — 1869-1870.

Dr. Augusto Olímpio Gomes de Castro — 1870, 1871, 1873, 1874 e 1875. Em um dos seus períodos de Govêrno, firmou o contrato para a construção do prédio onde funciona a Secretaria da Fazenda.

Banco do Estado do Maranhão e Agência Municipal de Estatística

Praça Benedito Leite

Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha — 1873, e Tito Augusto Pereira Matos, 116.º e último Presidente que teve o Maranhão, cujo Govêrno durou apenas três dias, pela súbita transformação política operada no País, a 15 de novembro de 1889, que foi a proclamação da República.

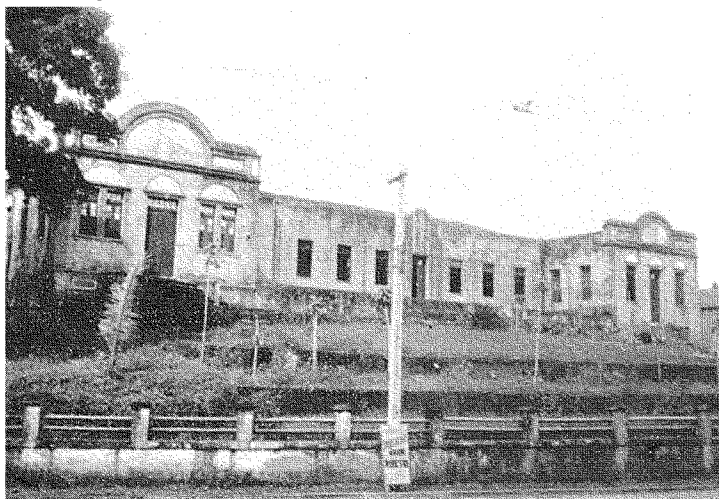
A província, que desde o tempo colonial cultivava idéias democráticas, sòmente viu aclamada a forma republicana a 18 de novembro, sendo, nessa data, organizada uma junta governativa provisória sob a presidência do tenente-coronel João Luiz Tavares. Após uma série de desmandos, findou a mesma em 17 de dezembro do mesmo ano. Felizmente, dentro de um mês, chegava o primeiro governador provisório, Dr. Pedro Augusto Tavares Júnior, determinando sua posse para que a população, que estava sob uma pressão esmagadora, pudesse respirar livremente.

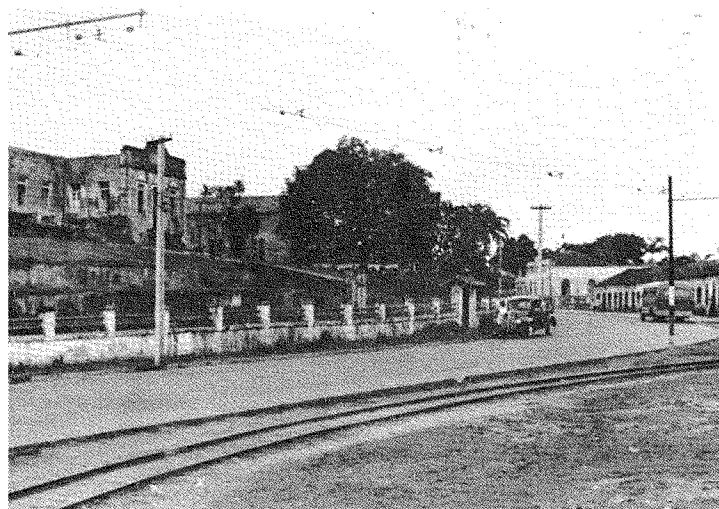
Praça do Panteon, vendo-se a Biblioteca Pública

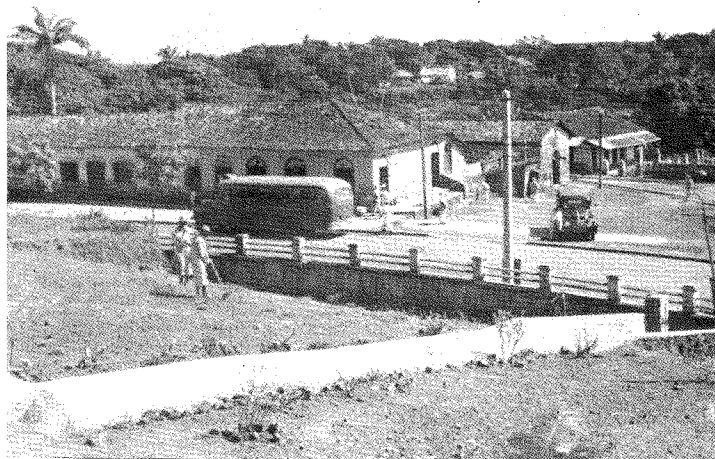
Descontente com um telegrama transmitido do Rio pelo marechal Manoel Deodoro da Fonseca, em que anulava um ato seu — o da separação da igreja do Estado — que havia decretado, passou a administração ao Dr. Eleutério Frazão Munis Varela (1890). Nomeados pelo Govêrno provisório, estiveram ainda à testa da administração o Dr. José Tomaz da Porciúncula, fundador da Escola Normal, que, tendo de se retirar para o Rio, passa o exercício ao vice-Governador, conselheiro Augusto Olímpio Gomes de Castro; Manuel Inácio Belfort Vieira, sucessor do Doutor Porciúncula, tendo também que se retirar para o Rio, é sucedido pelo Doutor José Viana Vaz que, nomeado Juiz Federal nesta secção, transmite o Govêrno, a 4-3-1891, ao segundo vice-Governador, Dr. Tarquínio Lopes, que, por sua vez, o entrega, a 14 de março, ao Dr. Lourenço Augusto

Vista panorâmica da cidade

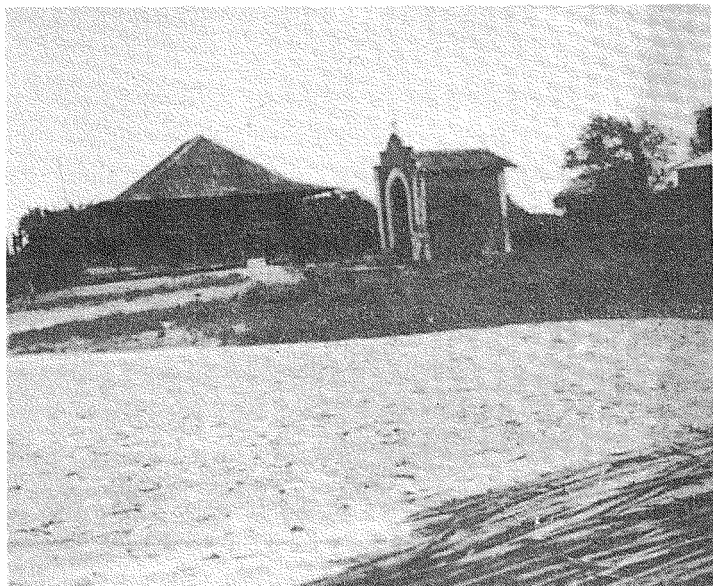
Faculdade de Farmácia e Odontologia

de Sá Albuquerque, último dos governadores de nomeação do Govêrno provisório. Em 4 de julho de 1891, entrou o Maranhão no regime constitucional com a decretação da Constituição do Estado, pelo Congresso, época em que volveu à ditadura com a deposição do Govêrno legal e aclamação de uma junta que duraria até chegasse Manuel Inácio Belfort, primeiro Governador eleito do Estado. Indicado para o lugar de senador, renunciou ao Govêrno a 26 de março de 1897, sendo substituído pelo segundo vice-Governador, Cunha Martins, por haver sido o primeiro nomeado cônsul do Brasil em Londres. Terminado seu período governamental, é eleito o Dr. Urbano Santos da Costa Araújo; êste não aceita a investitura; é apresentado e eleito, em seu lugar, o Dr. João Gualberto Torreão da Costa, que não se afastou do Govêrno sem que findasse o

Educandário Santa Cruz

seu período. Em 1902 dois foram os governadores registrados: Dr. Manoel Lopes da Cunha e o coronel Alexandre Colares Moreira Júnior. Seguiu-se o coronel Raimundo Nogueira da Cruz e Castro em 1904. Eleito em 1905, assumiu em 1906 o Govêrno do Estado o Dr. Benedito Pereira Leite, trazendo consigo elevados intuitos de levantamentos material e moral para a sua terra. Assim é que, embora surpreendido com a morte no segundo ano do seu Govêrno, ainda prestou ao Maranhão grandes serviços com a criação de leis concernentes ao desenvolvimento da navegação interna em geral, como de linhas entre os vários municípios existentes; protegendo a pecuária; fazendo concessões para exploração de minas; além de manter e criar novos serviços: Biblioteca, Estatística, Registro Civil, Escola Normal (reorganização), Escola Modêlo, Curso Anexo à Escola Modêlo, Grupos Escolares na Capital, Grupos Escolares nas cidades do interior, Externatos no sertão, Serviço de Bombeiros, Serviço Sanitário, Imprensa Oficial e instalações de linhas telegráficas no interior do Estado. Ainda no seu Govêrno, pelo Decreto n.º 6 670, de 3 de outubro de 1907, foram aprovados os estudos e orçamentos da linha férrea entre as cidades de Caxias e São Luís do Maranhão. Com a morte do Governador em 1909, sérias divergências surgiram no seio político com o aparecimento de dois grupos antagônicos, sôbre quem deveria substituí-lo. Houve deposição de governos, quando então surgiu a candidatura do Dr. Luís Domingues. Foi então restabelecida a ordem política com o incondicional apoio dos partidos entrelaçados. Constituiu-se o primeiro emprés-

Vista parcial da Avenida Casemiro Júnior

timo externo com o Banco Argentino-Francês, empregando-o em sua maior parte na instalação dos serviços de água e esgôto. Seguiu-se o período do Dr. Herculano Nina Parga, concorrendo para eficiência econômica do seu Govêrno a entrada no mercado de exportação de um novo e portentoso produto da flora maranhense, o já agora famoso babaçu. Terminado o quadriênio do Dr. Herculano Parga, assumiu o Govêrno, em 1919, o Dr. Urbano Santos que, então, ocupava a vice-Presidência da República, dando ensejo para que ficasse governando o segundo vice-Governador após a morte do primeiro — o Dr. Raul Machado. Foi êsse ilustre causídico quem, em 1919, deu contas ao Congresso do Estado dos negócios da pública administração. O Dr. Urbano Santos, no auge do prestígio na política na-

Praça Marcelino Almeida

Avenida Pedro II

cional, não se esqueceu do importante assunto relativo ao problema do pôrto da Capital. Assim foi que, pelo Decreto n.º 13 133, de 7 de agôsto de 1918, aprovou o plano geral das obras de melhoramento do pôrto de São Luís, cujo contrato com o Govêrno federal consta do Decreto número 13 270, de 6-11-1918. Projetou dois serviços ainda e deveras importantes: o de profilaxia urbana e rural e a Fundação Osvaldo Cruz. Sucessivas inaugurações de trechos que hoje constituem a atual Estrada de Ferro São Luís—Teresina foram procedidas, constituindo o estabelecimento do tráfego em todo o percurso da estrada. Entre as várias realizações de aquisições, reconstruções e reparações de prédios, nota-se o levantamento do belo edifício destinado à Escola Modêlo Benedito Leite, hoje Faculdade de Farmácia e Odontologia. Foi também a navegação por êle impulsionada, contratando, com a Cia. Nacional de Navegação Costeira, no Rio de Janeiro, o arrendamento de dois vapôres de propriedade do Estado. Incontestàvelmente, foi um início magnífico de política construtora. O Dr. Urbano Santos chegou ao térmnio do seu quadriênio governamental bastante enfêrmo, passando o govêrno em fevereiro de 1922 ao Sr. Raul Machado, primeiro vice-Presidente, eleito com o então senador Godofredo Viana para o quadriênio 1922-1926. A gestão do senador Godofredo Viana chegou ao seu têrmo sem feitos dignos de menção, deixando o Estado, em virtude de causas múltiplas, em difícil situação financeira. Precisava, dêsse modo, pôr o Maranhão à frente do seu Govêrno um espírito forte, ponderado, tolerante e pacífico, a fim de que os negócios públicos não fôssem postos à margem pelos interêsses de um partidarismo infrene e ruinoso para o Estado e a população. Subiu, então, eleito pelo povo e aceito pelo Partido Republicano, à administração do Estado, o novo governante, na pessoa do Coman-

Capela da Ponta D'Areia

Igreja de São João

Palácio Arquiepiscopal junto à Catedral (N. S.ª da Vitória). A Sé e o Palácio servem de fundo à Av. Pedro II

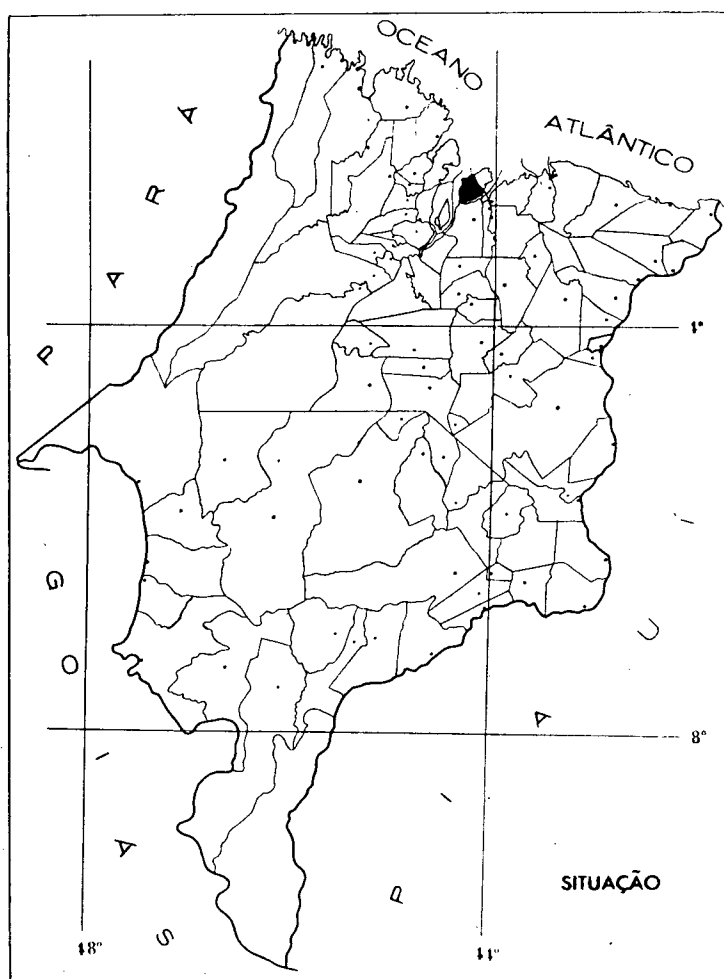
dante Magalhães de Almeida. Nenhum dos principais auxiliares de sua administração era político militante, inclusive o prefeito da Capital, Dr. Jaime Tavares, engenheiro, que se tornou conhecido pela sua atividade, incentivando a abertura de estradas de rodagem no interior do Estado. O seu primeiro escopo foi tirar o funcionalismo das precárias condições em que se encontrava, sem receber em dia a paga dos seus serviços, tomando a iniciativa de, diante do apoio franco dado pelo Congresso ao poder Executivo, fazer tôdas as alterações conducentes à redução da despesa. Para tanto procedeu a supressão dos cargos e repartições dispensáveis ao aparelho administrativo, respeitando os direitos adquiridos. Além de operar satisfatòriamente no setor administrativo pròpriamente dito, apresentou melhoramento à cidade com reinstalações de vários prédios, tais como: Palácio do Govêrno, Prefeitura Municipal, Quartel da Fôrça Policial, Forum e Imprensa Oficial, Tesouro e Recebedoria do Estado, assim como construção de uma residência de veraneio. A Avenida Beira Mar, que nesse tempo foi denominada Magalhães de Almeida, foi por êle construída.

Em 1930 aderiu o Estado à nova República com um movimento revolucionário, tendo a sua frente o Dr. José Reis Perdigão. O Govêrno viu-se então entregue a uma junta composta do Dr. Reis Perdigão e tenentes do Exército José Ribamar Campos e Celso Reis. Em 15 de novembro de 1930, tomou posse o primeiro interventor federal, coronel Luzo Tôrres, sendo dentro de pouco tempo substituído pelo Padre Astolfo Serra, que pouco depois foi sucedido pelo coronel Aquino Correia. Viu-se o Govêrno entregue a outros interventores como Serôa da Mota, Alves Saldanha e finalmente ao último interventor, capitão Mar-

Praça Benedito Leite

tins de Almeida. Com a Constituição de 1934, voltou o regime de eleição, subindo ao Govêrno o Dr. Aquiles Lisboa, que governou pouco tempo. Com o advento do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, veio para o Maranhão o Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos que dirige a administração do Estado até 1944, com grandiosas realizações. Os Srs. Saturnino Belo, Clodomir Cardoso e Eleazar Campos foram outros interventores, em períodos de pouca duração. Por eleição de 1946, foi eleito o Sr. Sebastião Archer da Silva. Novo pleito eleitoral foi organizado, cujos resultados seriam dados através das eleições realizadas em 3 de outubro de 1950, para o qual concorreram os Srs. Eugênio Barros e Saturnino Belo, ficando o primeiro vitorioso, antes mesmo de realizadas as eleições suplementares, em virtude da morte inesperada do outro concorrente. Várias rebeliões foram travadas pelas "Oposições" a fim de impedirem a posse do Governador eleito, originando uma série de acontecimentos lamentáveis à cidade, tais como fechamento do comércio, depredação em residências de magistrados, incêndio no "Diário de São Luís", jornal que era o órgão oficial do PSD; assim como a permanência do povo que se comprimia no Largo do Carmo, cujo local hoje é chamado Praça da Liberdade. Apesar de tôda essa opressão, foi o Governador empossado em 28 de fevereiro de 1951, dirigindo-se a pé, para êste ato, ao Palácio de Justiça, sendo nesse trajeto acompanhado por altas autoridades. Embora empossado viu-se privado de governar dada a continuação da greve que teve a duração de 14 dias. Como fórmula para pôr têrmo à prolongada crise política maranhense sugeriu o Ministro da Justiça que o Senhor Eugênio Barros deveria entregar o Govêrno ao Presidente do Tribunal de Justiça, viajando para o Rio, onde

aguardaria o desfecho da batalha judiciária maranhense. Por unanimidade de votos, decidiu o T.S.E. a validade e legitimidade do seu mandato. Terminado o seu período governamental com a realização das eleições de outubro de 1955, e ainda originado pelos diversos recursos apresentados pelos diferentes partidos, viu-se novamente o Govêrno privado do seu dirigente eleito, tendo à sua frente o Presidente da Assembléia, Sr. Alderico Novais Machado, que pela eleição de uma nova bancada foi sucedido pelo Dr. Eurico Bartolomeu Ribeiro. Após um Govêrno de um ano e meio, entregou finalmente o cargo ao Dr. José Matos Carvalho.

LOCALIZAÇÃO — Fica o município de São Luís localizado na margem ocidental da ilha do mesmo nome, limitado, ao norte, pelo oceano Atlântico, a leste pelo município de Ribamar, a oeste pela baía de São Marcos, ao sul pelo estreito dos Mosquitos, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 2° 31' 42" de latitude Sul e 44° 16' 42" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado

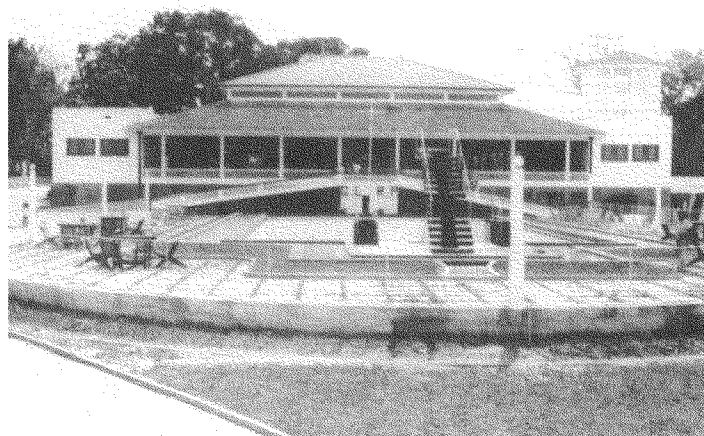
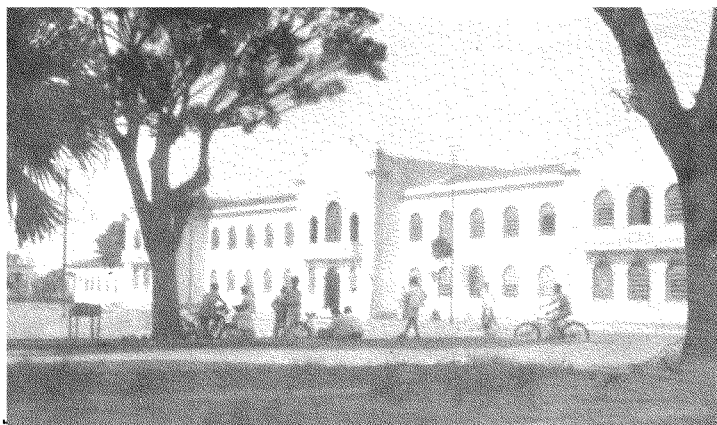
ALTITUDE — A sede municipal está a 4 metros.

CLIMA — (1956) — É quente e úmido com invernos rigorosos e as seguintes temperaturas em graus centígrados, no ano de 1956: média das máximas 31°6; média das mínimas 23°2; média compensada 26°5. A altura total da precipitação pluviométrica no ano é de 1 818,9 milímetros.

ÁREA — São Luís apresenta uma área de 502 quilômetros quadrados, sendo o 81.° município do Estado em grandeza territorial.

Grupo Escolar Ponta D'Areia

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Numerosas pontas surgem ao largo das baías existentes, destacando-se as pontas d'Areia, com farol de luz vermelha e fixa, Bonfim, São Francisco, etc. Dignas de menção, pela extensão e beleza natural que apresentam, são as praias existentes, notando-se, dentre elas, a do Calhau, do Jaguarema, de São Marcos (com farol de luz branca e rotatória), do Ôlho-d'Água, Ponta d'Areia, etc., sendo as duas últimas as preferidas pela população para seus banhos de mar domingueiros. Outras ilhas constituem o território do município sendo as principais as de Boa Razão, Pequena, Tauá Mirim e Tauá Redondo. Separa a ilha do continente o estreito dos Mosquitos, sôbre o qual se estende uma ponte metálica, denominada Benedito Leite, por onde passam as estradas de ferro e de rodagem existentes na comuna. Cortando o solo são-luisense, encontram-se vários rios, destacando-se o Tibiri, com 20 736 metros de curso, perfeitamente navegável em quase tôda a sua extensão. Os rios Anil e Bacanga constituem em suas embocaduras verdadeiros braços de mar que banham a cidade. As partes mais altas da cidade de São Luís encontram-se no campo do Ourique (32 metros e meio acima do nível do mar), no lugar denominado São Pantaleão, Largo de São João e Praça João Lisboa.

RIQUEZAS NATURAIS — No município destacam-se como principais produtos da indústria extrativa os seguintes com dados relativos a 1956: De origem vegetal: carvão

Piscina do Grêmio Litero Recreativo Português

Palácio de Educação

— 2 016 000 quilogramas — Cr$ 2 016 000,00; madeiras em geral — 1 150 metros cúbicos — Cr$ 575 000,00; lenha — 1 600 000 metros cúbicos — Cr$ 72 000 000,00; amêndoas de babaçu — 90 000 quilogramas — Cr$ 900 000,00. De origem mineral: tijolo — 479 milheiros — .... Cr$ 586 775,00; cal de sarnambi — 187 200 quilogramas — Cr$ 187 200,00. De origem animal: peixe — 840 000 quilogramas — Cr$ 11 760 000,00 e camarão — 46 000 quilogramas — Cr$ 736 000,00.

POPULAÇÃO — A população de São Luís, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 119 785 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 55 132; mulheres — 64 653; brancos — 40 136; pretos — 15 681; pardos — 63 659; amarelos — 22. Das pessoas de 15 anos e mais (em número de 77 055), 41 273 eram solteiros; 29 274 casados; 6 225 viúvos e 97 desquitados. Existiam

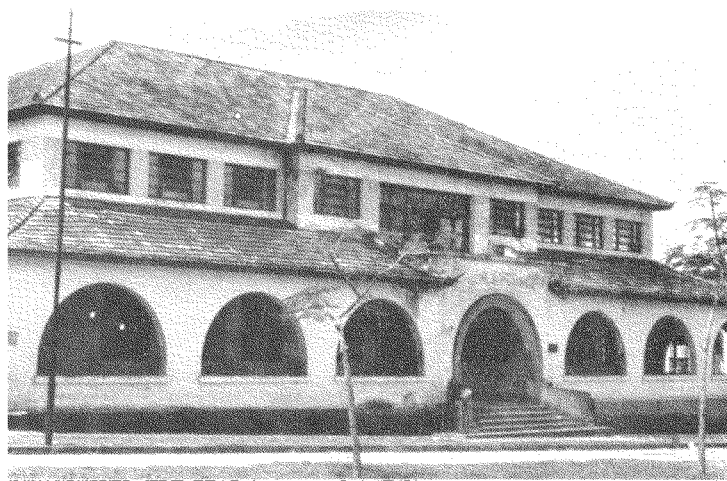
Colônia Bonfim

569 estrangeiros e 69 brasileiros naturalizados. Na religião predominaram os que se declararam católicos apostólicos romanos em número de 116 205, seguidos dos protestantes — 2 129; as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade demográfica era de 238,61 habitantes por quilômetro quadrado. Localizam-se na zona urbana 52% da população. Segundo estimativa do Departamento Estadual de Estatística, a população do município em 1956 era de 144 304 habitantes, destituído, então, do distrito de Ribamar que hoje constitui o município do mesmo nome.

Aglomerações urbanas — O município conta com apenas dois núcleos urbanos: o da cidade de São Luís, com 59 153 habitantes (25 852 homens e 33 301 mulheres) e o da sede do distrito do Anil, com 1 154 habitantes (483 homens e 671 mulheres), conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constitui o ramo industrial a expressão da atividade econômica do município, através especialmente da indústria de transformação, divulgada em quadro a seguir com elementos relativos ao Registro Industrial de 1956:

INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	OPERÁRIOS OCUPADOS EM 31/12/956	VALOR DA PRODUÇÃO EM 1956 (Cr$ 1 000)
Têxtil	6	2 545	300 482
Produtos alimentares	38	264	229 779
Química e farmacêutica	14	140	161 273
Editorial e gráfica	12	173	17 405
Outras	35	328	48 575
TOTAL	*105*	*3 450*	*757 514*

Sôbre a "indústria de produtos alimentares" e "química e farmacêutica", apresentam-se, com predominância, os sub-ramos: beneficiamento de arroz e óleos vegetais, com respectivamente 173 400 e 125 066 milhões de cru-

Grupo Escolar Gomes de Souza

zeiros como valor da produção. As presentes apurações não abrangem a totalidade dos estabelecimentos existentes e sim apenas os que ocupam 5 ou mais pessoas.

COMÉRCIO E BANCOS — O intercâmbio comercial é mantido com as praças de Belém, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, etc.

Encontram-se instalados 707 estabelecimentos comerciais, sendo 57 atacadistas e 650 varejistas. Conta o município de São Luís com vários estabelecimentos de cré-

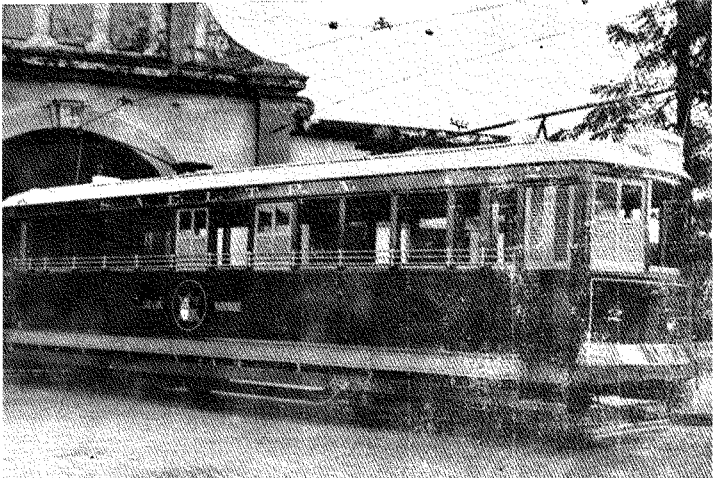
Colégio dos Maristas

Aspecto da Av. D. Pedro II, antiga Av. Maranhense. Ao fundo, o rio Anil

dito tais como: Banco do Maranhão, Banco do Estado do Maranhão, Cooperativa do Banco Rural do Maranhão, Casa Bancária Francisco Aguiar e Caixa Econômica Federal do Maranhão (32 920 cadernetas e Cr$ 93 352 158,90 de saldo em depósito em 30-6-1957); as agências do: Banco do Brasil S.A., Banco da Lavoura de Minas Gerais, Banco de Crédito da Amazônia S.A. e da Caixa Econômica Federal, esta recém-criada no bairro de João Paulo, o mais populoso do município.

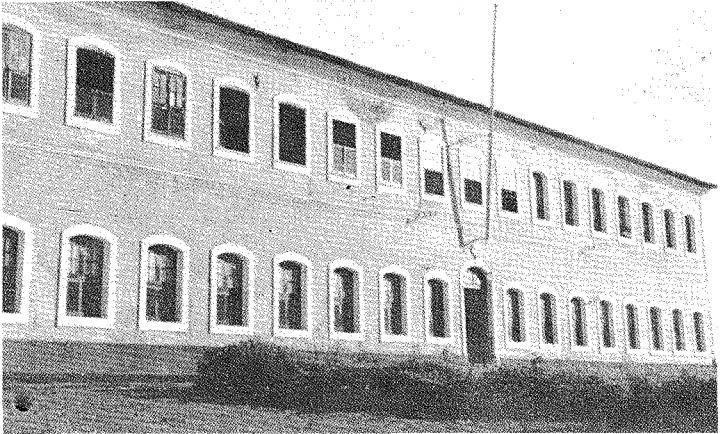
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de São Luís é servido pela Estrada de Ferro São Luís—Teresina. A linha-tronco tem início na cidade de São Luís, situada na parte ocidental da ilha do mesmo nome, separada do continente pelo canal dos Mosquitos; a via férrea atravessa êsse canal por uma ponte de 110 metros de vão e daí segue em direção sul até Rosário (71 quilômetros). A construção dessa Estrada visou a solucionar o problema da comunicação da capital com o interior do Estado, até ali dificultada pelas vazantes e cheias do rio Itapecuru, e, ao mesmo tempo, ligar Teresina, no vale do Parnaíba, à hinterlândia maranhense e à própria cidade de São Luís. A extensão da ferrovia é de 476 quilômetros, incluídos quase 4 quilômetros no Piauí; tem bitola de um metro e tração a vapor. Representa o único serviço de transporte ferroviário existente na região. É também o município servido por estrada de rodagem que mantém intenso tráfego de passageiros e cargas entre São Luís e várias cidades maranhenses. São Luís liga-se ao município vizinho e à capital Federal pelos seguintes meios de transporte: Ribamar — rodoviário 31 quilômetros; capital Federal — 1) marítimo 3 497 quilômetros; 2) aéreo 3 342

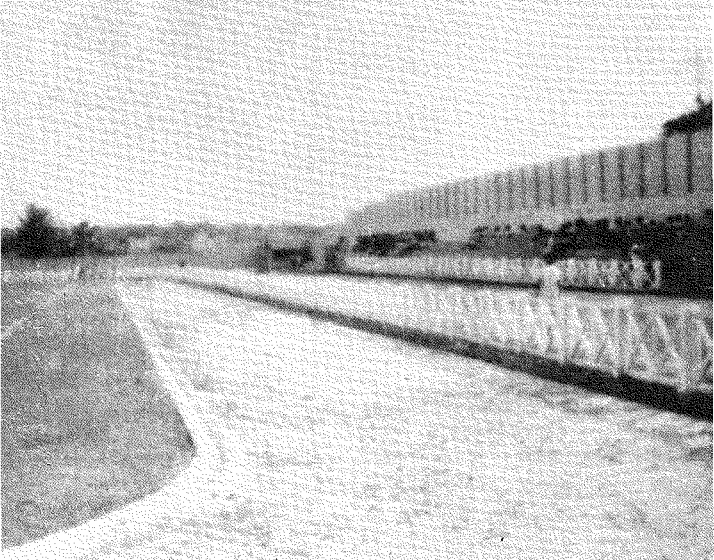
quilômetros. Através das linhas de táxis-aéreos existentes vê-se hoje São Luís fàcilmente ligado às demais cidades do interior do Estado, tendo como ponto de irradiação o aeroporto do Tirirical, único a dispor de pistas de pouso pavimentadas.

O serviço telegráfico e postal é feito pela Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos através de uma estação central, uma Agência Postal no bairro de João Paulo e duas Agências Postais-telegráficas, uma no distrito do Anil e outra na zona comercial; uma Agência da Cia. Rádio Internacional do Brasil, que liga, por telefone, esta cidade às demais capitais do Brasil, e serviço radiotelegráfico sòmente para o exterior. Por cabo submarino comunica-se o município ao mundo exterior e a muitas capitais brasileiras

Estação de bondes

através da "The Western Telegraph Company Limited". O número de aparelhos telefônicos é de 2 004.

ASPECTOS URBANOS — É servido o município por todos os melhoramentos urbanos: água, esgotos, luz, calçamento e telefone. O número de residências abastecidas de água é de 8 758. A extensão total da rêde de esgotos atinge 39 876 metros, servindo a 129 logradouros com 4 243 prédios esgotados. Existem cêrca de 10 400 ligações elétricas. Possui a comuna 1 136 logradouros públicos, assim distribuídos: 885 ruas, 10 avenidas, 190 travessas e becos, 28 largos e praças, 2 parques, 3 praias, duas ladeiras principais, 15 estradas e caminhos e uma rampa. Apresentam-se inteiramente pavimentados 45% das ruas, na maioria de paralelepípedos. Na iluminação pública são consumidos cêrca de 211 629 kWh e na particular, 4 790 932 (dados de 1956). Sôbre o transporte de passageiros através das

Igreja de Santo Antônio

Hospital Geral Dr. Tarqüínio Lopes

zonas urbana, suburbana da sede e o distrito do Anil, podem-se mencionar apenas 3 linhas de bonde na zona urbana da sede e até o subúrbio de João Paulo. Para o distrito do Anil e subúrbios compreendidos neste trecho, circulam 39 ônibus e 20 camionetas mantidos por 42 emprêsas. Como principais meios de hospedagem conta o município com 1 hotel e 25 pensões, sendo estas de nível médio, cujo preço mais comum é de Cr$ 100,00 de diária. Existem 2 mercados públicos e 1 cemitério. Na Prefeitura Municipal estão registrados 295 automóveis, 43 jipes, 39 ônibus, 144 camionetas, 84 caminhões, 55 tratores, 4 autos-

Estádio Municipal Nhozinho Santos

-socorro, 100 bicicletas e 314 carroças. Sôbre o movimento de construções civis licenciadas no período de 1955-1957, o município apresenta:

ANOS	NÚMERO	ÁREA DO PISO (m²)
1955	64	13 040
1956	132	28 791
1957 (1)	30	10 653

(1) 1.º semestre.

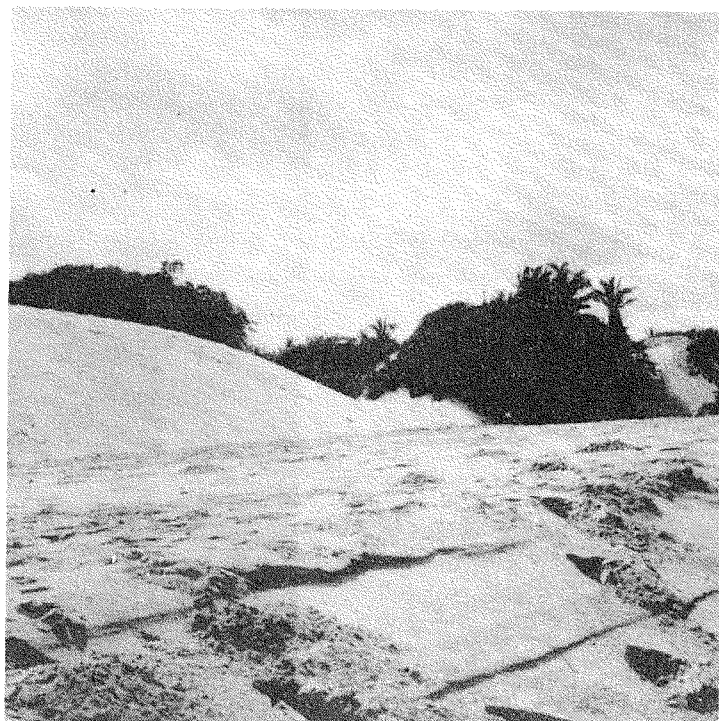
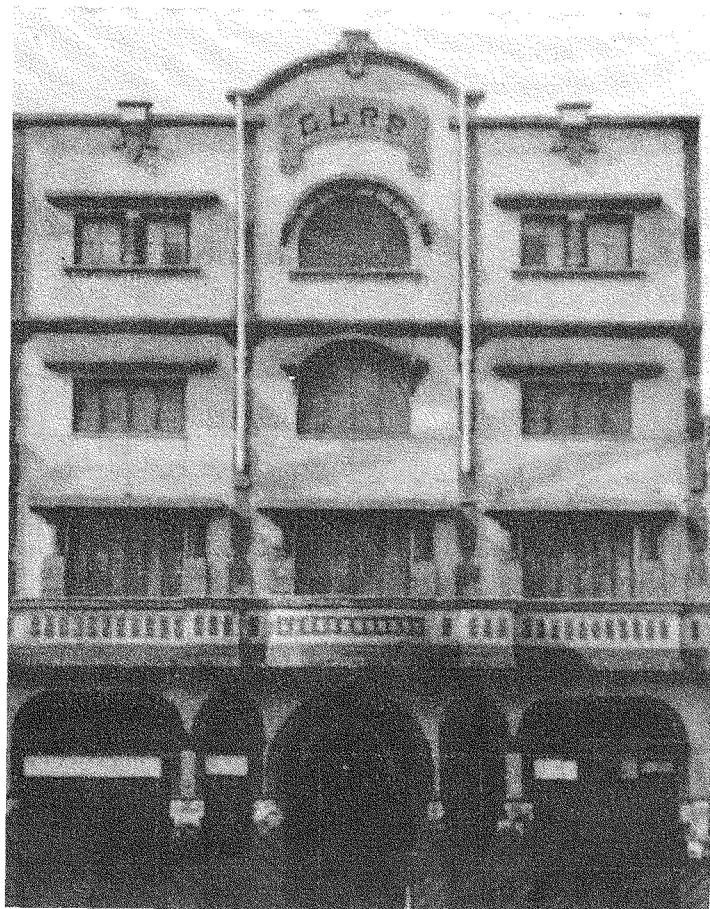
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Encontram-se devidamente instalados em São Luís 51 estabelecimentos de assistência médico-sanitária, com um total de 1 517 leitos e 194 médicos em atividade. Dentre êstes estabelecimentos, contam-se 13 hospitais, dos quais 5 são especializados: 1 para doenças mentais, 2 para tuberculose, 1 para lepra e 1 para moléstias infecciosas. A assistência médica

é prestada à população por 96 médicos, 61 dentistas e 105 funcionários integrando o corpo do pessoal auxiliar de saúde (XX C.E.). Existem 31 farmácias e 4 drogarias (XXI C.E.).

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O serviço de assistência social no município é prestado por 11 Associações de Caridade. Diversas classes mantêm cooperativas tais como bancários, servidores públicos, operários de fábricas, etc., sendo elas em número de 5.

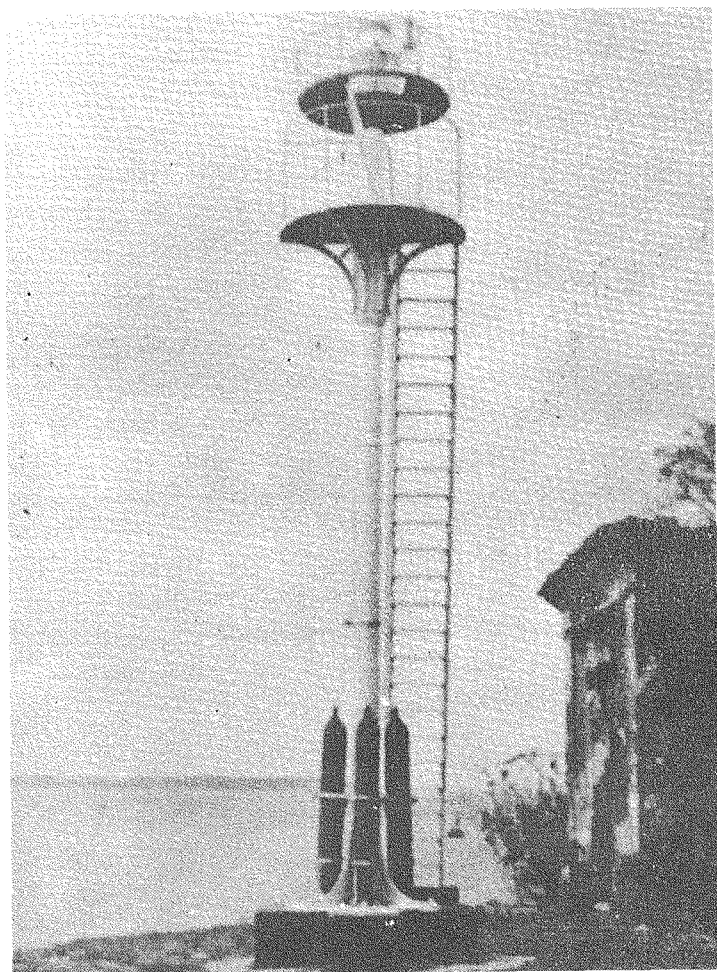
ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 104 085 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 62 241, ou seja, 60%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 28 284 eram homens e 33 957, mulheres. Na sede municipal, das 69 884 pessoas de cinco anos e mais, 49 720 sabiam ler e escrever, sendo 22 358 homens e 27 362 mulheres.

Ensino — A educação em São Luís difunde-se através de 102 escolas primárias (exclusive os cursos de alfabetização de adultos); 11 estabelecimentos de ensino médio; um seminário; 1 Centro Artístico Operário; 5 estabelecimentos de ensino superior, cujo movimento escolar, em 1956, de acôrdo com os cursos que mantêm, é o seguinte:

GRAU DE ENSINO	CURSO	ALUNOS MATRICULADOS	ALUNOS CONCLUDENTES
Primário	Pré-primário	1 732	543
	Fundamental Comum	10 734	1 204
	Fundamental Supletivo	4 307	1 011
	Complementar	1 340	835
Médio	Ginasial	3 492	481
	Colegial	760	232
	Comercial	1 503	175
	Normal	275	73
	Industrial	532	37
Superior	Direito	186	35
	Farmácia	34	8
	Odontologia	53	16
	Geografia e História	20	1
	Letras Neo-Latinas	30	8
	Pedagogia	19	4
	Filosofia	18	6
	Enfermagem Geral	61	12
	Assistência Social	36	10

Dunas do Jaguarema — praia do Ôlho D'água

Clube Social — Grêmio Lítero Recreativo Português

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Dentre os cinemas, que são em número de 8, encontra-se um instalado no Teatro Artur Azevedo, de propriedade do município, possuindo, assim como o Cinema Éden, tela panorâmica. Sôbre a localização, contam-se 5 na zona urbana da sede; 1 no subúrbio de João Paulo e 2 no distrito do Anil. Existe, em construção, no populoso bairro de Monte Castelo, mais um cinema, com 1 400 cadeiras, e inauguração prevista para fins de 1958.

Funcionando em prédio próprio, com instalações adequadas, destaca-se, ao centro da Praça do Panteon, a Biblioteca Pública do Estado, de caráter geral, com 41 467 volumes; existem mais 3 bibliotecas com mais de 1 000 volumes. Quase todos os estabelecimentos de ensino têm biblioteca própria para os seus respectivos alunos e professôres. De natureza noticiosa são publicados, diàriamente, 7 jornais e o Diário Oficial do Estado. Há 17 tipografias e 5 livrarias.

Existem três radioemissoras: Rádio Timbira do Maranhão, Rádio Ribamar Limitada e Rádio Difusora do Maranhão Limitada. A primeira de propriedade do Govêrno do Estado e as duas outras de particulares. Vinte são as Associações Culturais, inclusive 9 esportivas. Cultiva-se o esporte nas modalidades do futebol e basquetebol, sob a orientação da Federação Maranhense de Desportos e Federação Maranhense de Basquetebol, cujas disputas entre entidades intermunicipais e estaduais realizam-se nos dois estádios existentes, "Nhozinho Santos" e "Santa Isabel". Também a natação vem sendo incrementada com a fundação das sedes recreativas dos Clubes Jaguarema e Lítero-Recreativo Português, que possuem piscinas semi-olímpicas. Ainda êstes clubes oferecem aos seus associados, que para lá afluem aos domingos em grande número,

Farol do Ponta D'Areia

outros requisitos indispensáveis ao completo desempenho de suas finalidades recreativas.

FINANÇAS PÚBLICAS

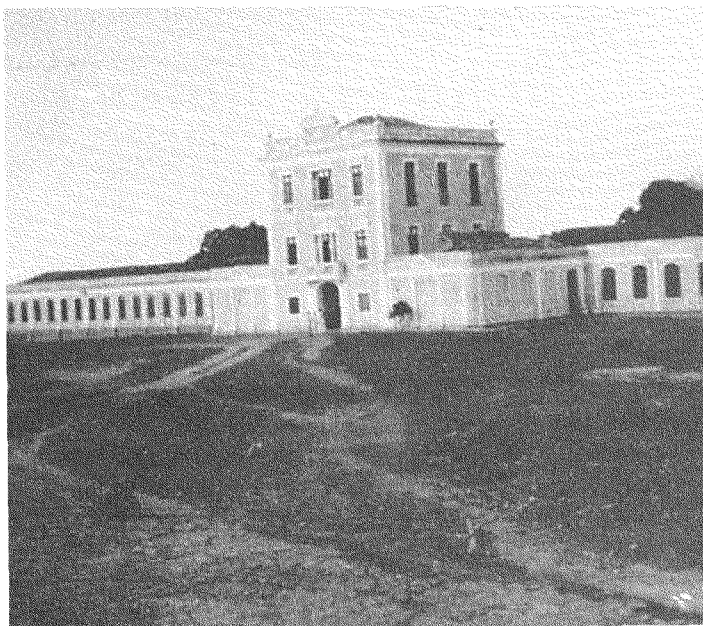
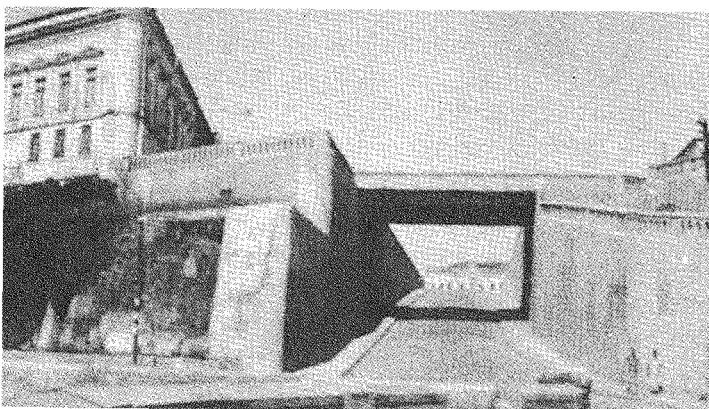
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO Cr$ 1 000
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	26 235	41 929	15 170	6 440	13 348
1951.......	30 913	47 190	15 054	6 772	15 764
1952.......	39 485	45 041	17 462	8 113	18 213
1953.......	42 485	68 058	19 609	8 383	16 243
1954.......	57 914	95 827	20 767	15 600	23 926
1955.......	65 220	217 028	23 319	20 830	30 660
1956.......	92 192	269 000	33 148	27 049	37 018

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Apresenta o município velhos e tradicionais monumentos que lembram episódios de sua história, tais como a pirâmide de Bequimão, no Parque 15 de Novembro; a Pedra da Memória, em homenagem à Coroação de Dom Pedro II, localizada hoje na Avenida 5 de Julho, no local do antigo Cais de Sagração, outro nome adotado pelo povo em lembrança da Sagração de D. Pedro II; Outeiro da Cruz, cruz erguida no local onde se travou a batalha entre holandeses e portuguêses; busto de De la Ravardière (fundador da cidade de São Luís) em frente à Prefeitura Municipal; estátua do Duque de Caxias, localizada em frente ao Quartel do 24.º B. C.; assim como as fontes das Pedras, local de combate entre portuguêses e franceses, do Bispo, cujo nome data de 1697, e do Ribeirão que teve, em 1796, concluída a sua construção.

Entre os monumentos, podem-se ainda citar os de vários bustos de homens ilustres do Maranhão, localizados muitos em praças do mesmo nome, tais como do jornalista João Lisboa, do poeta lírico Gonçalves Dias, do jornalista Antônio Lobo, do jornalista Benedito Leite, ex-Governador do Maranhão, e muitos outros.

As igrejas, em número de 15, compreendidas entre 8 Paróquias em funcionamento, marcam também épocas remotas de São Luís; a de Nossa Senhora da Vitória (Sé), fundada em 1763; São João Batista, edificada às custas do Governador Rui Vaz para os soldados, em 1665; do Carmo, em 1621; Santo Antônio, igreja do antigo convento de São Francisco, concluída em 1613 por capuchinhos franceses, hoje Seminário de Santo Antônio. Demolida a primeira, a hoje existente não conta ainda um século. Existem ainda 55 capelas. Além do culto católico, outras religiões são praticadas no município através de 9 igrejas protestantes, 10 centros espíritas e uma loja maçônica.

Prédios existentes de maior realce temos o Palácio do Govêrno, construído em 1776, grandemente modificado pelas contínuas reformas; Prefeitura Municipal, Palácio da Justiça, Hotel Central, todos êstes localizados na Avenida Pedro II, recém-remodelada com o acréscimo de um pequeno viaduto. Outros prédios de construção mais moderna misturam-se entre os de estilo colonial ainda existentes em apreciável quantidade.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As manifestações folclóricas mais características do município são o bumba-meu-boi, a festa do Divino Espírito Santo, o tambor de crioula e as pastorais, estas pela época natalina. Dos festejos realizados em São Luís, no entanto, o culto a São Benedito é o de maior popularidade. A festa, outrora realizada no histórico templo de Santo Antônio, no segundo domingo de julho, agora o é na Igreja do Rosário, em agôsto. O bumba-meu-boi maranhense conserva, ainda, um sabor de farsa. O "boi" é uma armação de madeira, coberta de pano, espelho, miçangas e pontas de fita. Além da figura principal, há os índios — cujos cocares e tangas de penas variadas têm intenso colorido —, o Pai Francisco, a Mãe Catarina e os vaquei-

Inspetoria Regional de Fomento Agrícola

Viaduto — Avenida Pedro II

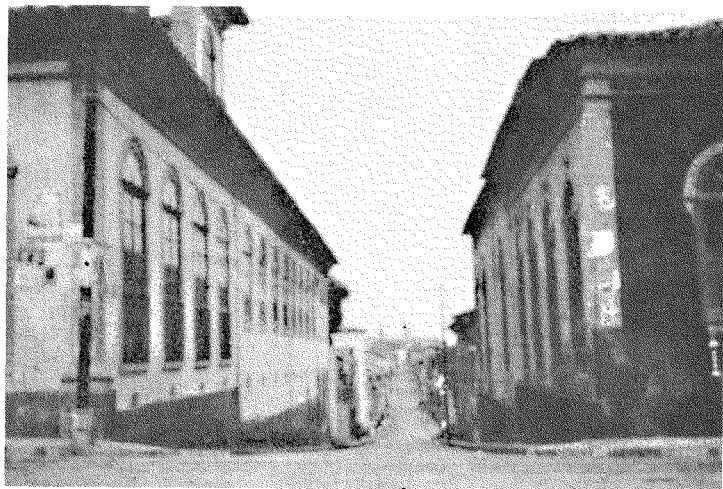
ros, que dançam em tôrno do "boi", vendo-o morrer e ressuscitar, tudo entre cantigas melancólicas.

As festas de São João e São Pedro, que antigamente eram realizadas nos arrabaldes distantes da cidade, têm maior animação atualmente nos arredores de São Luís, onde existem alguns velhos sítios e chácaras do tempo do Império.

O carnaval de São Luís é considerado, sem nenhum favor, um dos mais animados de todo o país. É uma época em que quase tôda a população ludovicense, esquecendo os desníveis sociais e pondo de lado tolos preconceitos, encontra na magia do carnaval, com todo o seu cortejo de tentações, uma excelente oportunidade para a mais ampla confraternização. Por todos os pontos da cidade, nos bairros e subúrbios distantes, o carnaval ganha a alma popular, que dêle participa com o mais infrene entusiasmo e a mais desmedida animação. Dir-se-ia que todo um povo, como que convulsionado pela ação revificadora de algum estimulante, se transmudasse, totalmente, reassumindo uma nova e diferente personalidade. Os bailes elegantes da cidade constituem os centros mais importantes de tôda a agitação momesca, para a sociedade local. Mas não é sòmente nos bailes de elite da cidade que o carnaval se confina. Êle assume maior relevância, fica impregnado do maior entusiasmo é nos chamados bailes populares, de que participam as classes menos favorecidas, o povo em geral. Embora sejam os bailes o aspecto mais dominante no carnaval maranhense, êle toma, outrossim, a forma de corso, com seus numerosos e bem cuidados carros alegóricos, e, principalmente, os blocos de rapazes e môças que saem pelas ruas, com a policromia de suas fantasias, enchendo os ares com o som alucinante de suas batucadas. Não há

Vista parcial da Avenida Casemiro Júnior

negar, o carnaval maranhense é um dos mais expressivos de todo o nosso país, porque congrega todo um povo, ávido de distração e alegria, o que lhe dá uma feição autênticamente democrática.

VULTOS ILUSTRES — *Manuel Odorico Mendes*, poeta, publicista, humanista e parlamentar; *Francisco Sotero dos Reis*, professor, parlamentar, publicista, poeta e sobretudo filólogo; *Gentil Homem de Almeida Braga*, poeta, jornalista, cronista, parlamentar e professor; *Euclides Faria*, poeta, humorista e lírico correto; *José Augusto Correia*, professor, matemático e filólogo; *Artur Nabantino Belo Gonçalves de Azevedo*, dramaturgo, poeta, cronista, jornalista e crítico teatral, numerosas são suas obras; *Antônio Batista Barbosa de Godois*, pedagogista, historiógrafo e poeta, é o autor da letra do Hino Maranhense; *Almir Nina*, médico, professor e publicista, pedagogista e pediatra; *José Pereira de Graça Aranha*, bacharel em direito, romancista, dramaturgo e diplomata; *Catulo da Paixão Cearense*, poeta, sertanista e trovador popular, e muitos outros.

Rua José Bonifácio

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O Registro Civil do município é feito através de 4 Cartórios: o da Capital, o do subúrbio de João Paulo, o da sede do distrito do Anil e o do lugar denominado Estiva, ocorrendo em 1956 os seguintes registros: casamentos 872, nascimentos 6 848, óbitos 2 028 (menores de 1 ano 596, de 1 ano e mais 1 432) e natimortos 278. Em 1956, o Matadouro Modêlo abateu, para abastecimento de carne verde ao município, 23 667 bovinos e 2 280 suínos. Com instalações na Escola Técnica de São Luís funciona uma Estação de Meteorologia do Ministério da Agricultura. Dos 33 sindicatos existentes, 26 correspondem a empregados, havendo alguns sem atividade. São Luís é sede de comarca de 4.ª Entrância. Seu eleitorado compõe-se de 40 000 eleitores (3-10-1955). Possui Guarda-Civil organizada; a Polícia Militar do Estado e as fôrças federais, através do 24.° Batalhão de Caçadores, encontram-se sediadas na capital. É famosa a cozinha maranhense. Os pratos típicos principais são arroz de cuxá, torta de camarão com farinha-d'água, cascos de jurará, arroz de jaçanã, jabota ao leite de côco, torta de caranguejo, caruru, etc. Como sobremesas, doces de buriti, murici, bacuri, são algumas das mais saborosas.

(Fontes dos dados — Inspetoria Regional de Estatística Municipal e Serviço Nac. de Rec.; Redação final — Lênora do Nasci-
(Fonte dos dados — Inspetoria Regional de Estatística Mu-

SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS — MA

Mapa Municipal nº 3.º Vol.

HISTÓRICO — O início do povoamento de São Raimundo das Mangabeiras data de 1890, sendo que até o ano de 1895 ali só residiam Faustino Trindade e Sabino Bezerra, que foram, ao que se sabe, os seus primeiros moradores, chegando depois o aleijado Sipriano Taveira que, de Jerumenha—PI, transportara-se para o novo povoado. Logo de início, Sipriano Taveira, com o auxílio da população local e circunvizinhos, idealizou a construção de um pequeno templo que, concluído, foi dedicado a São Raimundo Nonato — padroeiro da terra, sendo geralmente o seu festejo realizado a 31 de agôsto. Seguiram-lhes Joaquim Bimbarra, Tiago Moura, Tolentino Carvalho e Tenente Rosa (Rozendo Pereira da Silva) e assim, com mais novos moradores, dentro em pouco São Raimundo das Mangabeiras, em vez de uma simples malhada de gado — "Malhada das Mangabeiras" —, refúgio de caças e outros animais domésticos e selvagens, tornava-se um grande núcleo, habitado por comerciantes, ambulantes, fazendeiros, lavradores e, finalmente, por gente de tôda classe. Crescendo o povoado e aumentando a população, foi melhorada a construção de casas, sendo muitas já cobertas de telhas, incentivado o comércio, tanto de venda de mercadorias como o de compras de gêneros, com larga exportação de couro de boi, peles silvestres e cereais, tornando-se, por conseguinte, um dos principais empórios comerciais do alto sertão maranhense. Elementos forasteiros, vindos de diversas localidades próximas, dotados de espírito rebelde, provocavam freqüentemente lutas sangrentas na região, dando lugar a constantes crimes. Diante de tal situação, foi necessária a criação de uma Subdelegacia de Polícia para assegurar a tranqüilidade pública, chefiando-a o capitão Benedito de Sousa Maia, fazendo transformar o cangaceirismo então reinante em campo de paz e harmonia. Depois foram criadas as Agências Arrecadadoras — estadual e municipal. Já em 1917 o coronel Manoel José de Santana, de Nova Iorque, e o major Rozendo Pires Ferreira — de Loreto, fundaram, em Mangabeiras, um estabelecimento comercial, sob a razão social de Santana & Pires, para venda de mercadorias e compra de gêneros, tendo conseguido alta repercussão no sul do Maranhão e norte de Goiás, com grandes operações de boiadas. Desde o ano de 1920, São Raimundo das Mangabeiras pleiteava a independência do seu território municipal. Acontecia, porém, que Loreto (de onde foi desmembrado), sempre dirigido por chefes de prestígio político, procurava por todos os meios, cortar-lhe os passos no sentido da concretização da sua emancipação. Estêve nessa forte luta durante quase trinta anos. A instalação da Estação Telefônica deu-se em junho de 1921, sendo o seu primeiro ocupante José Lemos. Nesse mesmo ano, por ocasião das Missões procedidas pelos frades Teobaldo e Casimiro, foi pelos mesmos aventada a idéia da construção de uma outra igreja que oferecesse melhor acomodação à população, na sua quase totalidade católica. Em 1924 já nela era celebrada a tradicional festa do padroeiro São Raimundo Nonato. No govêrno do comandante Magalhães de Almeida, o povoado foi elevado à categoria de vila, isto em 1925. Nutrindo o desejo de melhores dias, a vila continuava ampliando todos os setores da sua vida progressista e assim, em outubro de 1927, foi beneficiada com a instalação da Agência Postal e iniciado o seu funcionamento sob a direção de Nadir Esmeraldina de Abreu Pires, e a primeira escola pública estadual, dirigida por Adélia de Sousa Coelho, bem assim inaugurado um mercado público, construído na proveitosa gestão do Prefeito da época, coronel João Martins Sandes. Em 1928, São Raimundo das Mangabeiras foi despertada com a sirena de um automóvel, primeiro veículo de transporte que cortou seu território. Percorreu a principal artéria, igualmente construída naquele ano, e que partia de São Luís, cortando as cidades de Barra do Corda, Carolina, Riachão, Balsas, Mirador, Colinas, Buriti Bravo e Caxias, anunciando ao seu povo a era inicial do progresso civilizador há muito esperado. No ano de 1931, foram criados os cargos de Juiz de Casamento e Escrivão do Registro Civil das pessoas naturais, sendo os primeiros titulares José Dias Caldas e João Bernardes de Araújo. Com o encetamento do edifício da Escola Monsenhor Barros, em janeiro de 1938, a vila toma mais um impulso. Em outubro de 1942 foi entregue, sob grande entusiasmo, ao movimento da marchantaria local mais um mercado público.

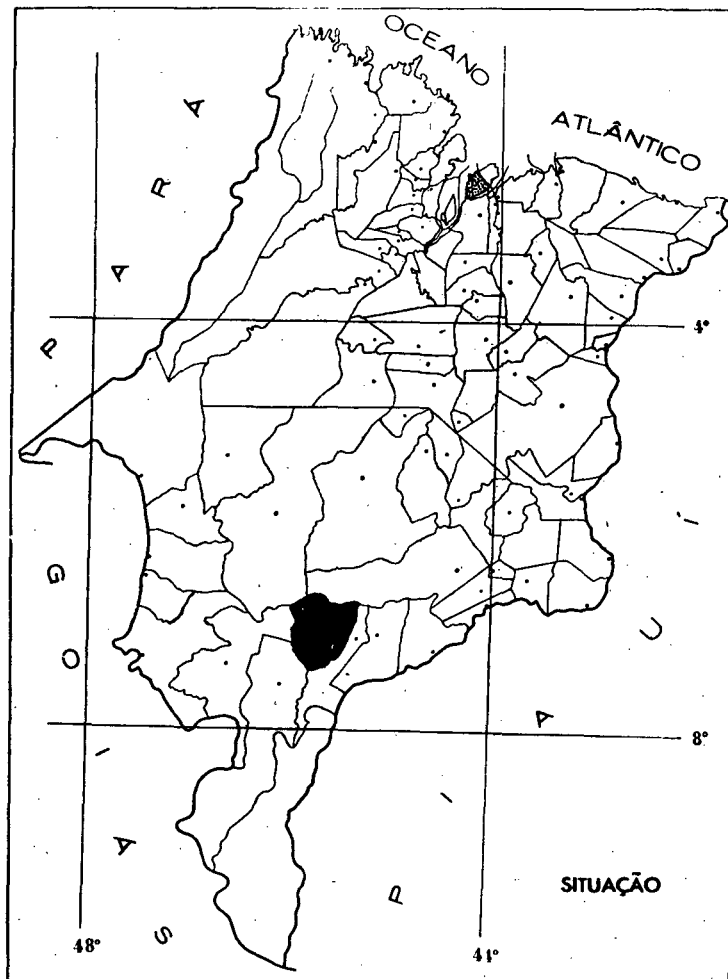
Prefeitura Municipal

A vila continuava crescendo, material e comercialmente, o número de habitantes aumentando, muito embora na qualidade de distrito de um município que lhe exercia tremenda guerra contra a evolução do seu progresso. Em 1946, com a volta ao País do regime democrático, novas esperanças surgiram, pois, novamente instalada a Assembléia Estadual, o deputado Dr. José Franklin da Serra Costa tomou a si, com o mais vivo interêsse, a tarefa, a fim de concretizar satisfatòriamente a aspiração do povo mangabeirense, logo apresentando o projeto de lei criando o município de São Raimundo das Mangabeiras. Referido projeto, rejeitado pela primeira vez, teve, todavia, unânime aprovação na segunda, através da Lei n.º 272, de 31 de dezembro de 1948.

O município foi solenemente instalado a 10 de fevereiro de 1949, quando foi nomeado prefeito o coronel Rai-

mundo Nonato dos Santos, cargo que exerceu até 15 de maio do mesmo ano, passando o mandato a Manoel Olívio de Carvalho — eleito por sufrágio único.

Pela Lei n.º 1 013, de 31 de outubro de 1953, foi desmembrado o terreno correspondente ao seu 2.º distrito para, com êle, ser constituído parte de mais um município maranhense — o de Sambaíba, que também recebeu terras de Loreto. O atual Prefeito do município é o Sr. Manoel da Silva Costa.

LOCALIZAÇÃO — São Raimundo das Mangabeiras pertence, ecològicamente, à Zona do Alto Parnaíba.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

LIMITES — São Raimundo das Mangabeiras limita-se com os municípios de Riachão, Balsas, Sambaíba, Mirador e Grajaú.

CLIMA — Comumente o período invernoso começa no fim de setembro ou princípio de outubro e se prolonga até o mês de abril. Nesta fase há chuvas abundantes, que se fazem acompanhar, quase sempre, de trovoadas.

O verão vai de maio a julho, que é a época de maior frio.

Mesmo não havendo Pôsto Meteorológico no município, a temperatura, em graus centígrados, é assim registrada:

média das máximas — 35
média das mínimas — 20
média mais freqüente — 31

ÁREA — Com 4 169 quilômetros quadrados, constitui-se no 22.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, a população totalizava 10 494 habitantes, sendo 5 153 do sexo masculino e 5 341 do feminino, incluída a do atual município de Sambaíba que, naquela época, era seu distrito. Dos recenseados observou-se que a côr parda predominou com 5 183 habitantes (2 586 homens e 2 597 mulheres), ou seja, 49,39%, seguida da branca com 4 246 (1 996 homens e 2 250 mulheres), isto é, 40,46%. A religião católica, por sua vez, é a professada por quase tôda a população, com 10 289 pessoas (5 065 homens e 5 224 mulheres), o mesmo que 98,04%. Os demais assim distribuídos: 176 protestantes, 13 espíritas e 11 sem declaração de religião. Das pessoas de 15 anos e mais, 3 116 (1 495 homens e 1 621 mulheres) — 54,59% eram casados; 2 104 solteiros (1 137 homens e 967 mulheres) — 38,86%; 6 desquitados ou divorciados; 465 viúvos (113 homens e 352 mulheres), além de 16 sem declaração do estado civil.

Aglomerados urbanos — Cidade de São Raimundo das Mangabeiras, com 784 habitantes (353 homens e 431 mulheres), segundo o Recenseamento Geral de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem a sua base econômica firmada na agricultura e pecuária.

Os mercados de Floriano e Teresina—PI são os maiores consumidores dos produtos agrícolas locais — mandioca, arroz, milho, feijão e outros.

A pecuária é bem desenvolvida, chegando a ser feita exportação do gado para Teresina—PI e São Luís—MA. Segundo calcula o Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária em 1956 era estimada em 14 900 bovinos, 6 000 suínos, 3 000 ovinos, 3 500 caprinos, 1 700 eqüinos, 800 asininos e 1 000 muares.

Suas produções agrícola e industrial, em 1955, ofereceram os seguintes resultados:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Produção agrícola			
Algodão em caroço...	kg	117 000	390 000
Arroz em casca......	Saco de 60 kg	8 000	800 000
Banana..............	Cacho	10 280	61 680
Cana-de-açúcar.......	Tonelada	550	60 500
Fava................	Saco de 60 kg	70	11 900
Feijão..............	» » » »	150	30 000
Fumo................	kg	2 700	45 000
Mandioca............	Tonelada	502	150 600
Manga...............	Cento	13 450	67 250
Milho...............	Saco de 60 kg	800	60 000
Produção industrial			
Aguardente de cana..	Litro	8 000	600 000
Rapadura............	kg	17 350	86 750
Farinha de mandioca	»	14 480	50 680
Arroz pilado........	»	10 000	50 000

A exportação de amêndoas de babaçu, embora não seja de grande porte, mantém-se estável, o que se verifica pelo que saiu do município no último qüinqüênio:

ANOS	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$)
1952........................	60 000	180 000
1953........................	77 680	271 870
1954........................	85 000	425 000
1955........................	79 000	395 000
1956........................	82 000	656 000

MEIOS DE TRANSPORTES — Os meios de transporte com a respectiva quilometragem empregados entre São

Igreja-Matriz, construída em 1923

Raimundo das Mangabeiras e municípios limítrofes são os seguintes: Balsas — rodoviário, 112; Grajaú — a cavalo, 270; Mirador — rodoviário, 370 (via Loreto—Sambaíba); Riachão — a cavalo, 130; Sambaíba — rodoviário, 28 quilômetros.

COMÉRCIO — Os estabelecimentos de que é dotada a sede municipal são 8 varejistas e 1 industrial, mantendo transações acentuadas com Fortaleza—CE e Recife—PE, das quais importam tecidos, ferragens, miudezas em geral, café, açúcar, sal, petróleo, e derivados, produtos farmacêuticos, etc.

ASPECTOS URBANOS — Apesar de dotadas com simples mobiliários, as duas pensões existentes dispõem, normalmente, de lugares suficientes para alojar todos os visitantes, cobrando diárias de Cr$ 50,00. A Guarda-Civil Municipal é composta de 4 guardas, enquanto que a Cadeia Pública tem acomodações para receber 25 detentos. A política está representada por 9 Vereadores que compõem a Câmara Municipal. Nas eleições de 31-10-1955, votaram 1 200 eleitores.

Dois são os cultos protestantes existentes, com as designações: Igreja Batista, fundada em 1936, com 33 membros (9 homens e 24 mulheres), e Igreja Evangélica das Assembléias de Deus, apenas registrada em 1951, com 17 adeptos (6 homens e 11 mulheres).

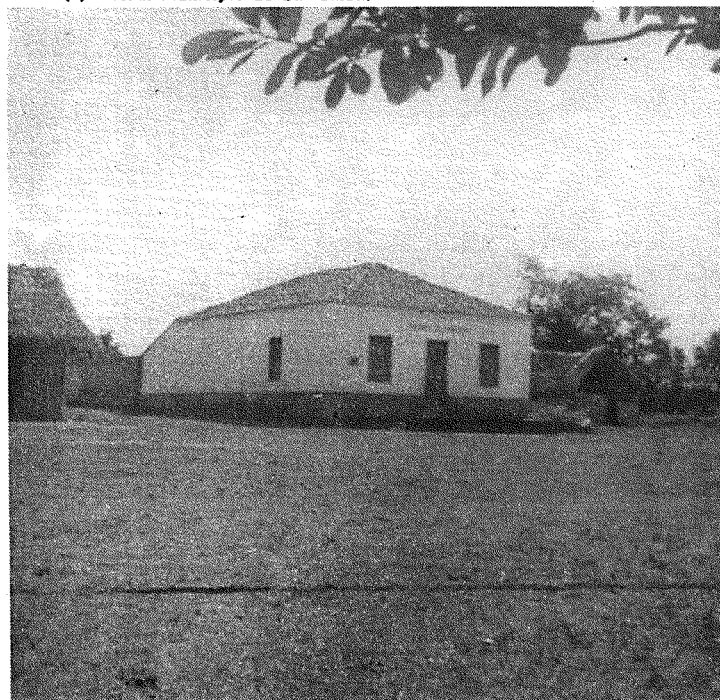
Mercado Público Municipal

Possui a cidade uma Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Contando com 1 dentista e 1 socorro-farmacêutico dirigido por prático licenciado, São Raimundo das Mangabeiras está subordinado ao 12.º Distrito Sanitário com sede em Balsas, sendo visitado com regularidade pelo médico-chefe do referido Pôsto.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Censo de 1950, das pessoas presentes de 5 anos e mais, foi apurado, quanto à instrução, o seguinte:

MUNICÍPIO, CIDADE E VILAS	TOTAL	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS			
		Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever (1)	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
São Raimundo das Mangabeiras	8 755	784	614	3 504	3 853
Cidade	662	130	141	161	230
Vila Sambaíba (2)	335	68	78	73	116
Quadro rural	7 758	586	395	3 270	3 507

(1) Incluídas as pessoas de instrução não declarada.
(2) Atual município de Sambaíba.

Cadeia Pública

Ensino — Sòmente a instrução primária é difundida em São Raimundo das Mangabeiras, o que é feito através de 20 unidades escolares, sendo 14 de ensino fundamental comum e 6 fundamental supletivo (dados de 1956).

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — A cidade de São Raimundo das Mangabeiras fica encravada no lado esquerdo do rio das Neves, sendo a sua água utilizada pela população local, que nêle pratica a pesca e explora as suas margens com roçados e vazantes. Rio de curso médio — 180 quilômetros apenas, navegável por balsas e embarcações de pequeno calado, tem como tributário os riachos Engano, Varas, Riachão, Alegrete, Bois e Cachoeira, êste distante 3 quilômetros da cidade, tendo próxima à sua barra uma grande cachoeira, cuja queda d'água, segundo

estudos procedidos, é capaz de prestar-se a uma usina hidrelétrica com fôrça bastante para iluminar esta cidade e a de Sambaíba — distante 24 quilômetros. O rio das Neves desemboca no rio Balsas, perto da cidade de Sambaíba, e é pôrto de embarque e desembarque de Mangabeiras, no que se refere ao transporte fluvial pelo Balsas.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — São Raimundo das Mangabeiras é têrmo da comarca de Loreto, possuindo 1 Suplente de Juiz de Direito, 1 Adjunto de Promotor Público, 1 Tabelião e 1 Oficial de Justiça.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — No município são realizados festejos religiosos, quase sempre constando de missa, ladainha e procissão, dos seguintes santos: São Raimundo Nonato — padroeiro da cidade, a 31 de agôsto, e São Sebastião, a 20 de janeiro, ambos na sede; São Francisco de Assis — no povoado Canto Grande, a 4 de outubro e Santo Antônio — no povoado União, a 13 de junho. Aos nascidos nesta terra dá-se a denominação de mangabeirense.

Registrados na Prefeitura há 1 caminhão, 4 bicicletas e 13 carros de bois.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	210	275	51	93
1951	—	344	306	56	190
1952	—	366	372	72	459
1953	—	580	714	81	446
1954	—	512	540	51	940
1955	—	490	550	53	728
1956 (1)	—	591	687	171	687

(1) Orçamento.

(Autor do histórico — Oswaldo Arruda, A.E. Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Serviço Nacional de Recenseamento; Departamento Estadual de Estatística; Inspetoria Regional de Estatística.)

SÃO VICENTE FERRER — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Foi ereta freguesia pela Provisão régia de 7 de novembro de 1805, e daí elevada à categoria de vila pela Lei provincial n.º 432, de 27 de agôsto de 1856, depois extinta pela Lei n.º 625, de 27 de setembro de 1861, e posteriormente restabelecida pela Lei provincial n.º 678, de 1.º de junho de 1864. Pela Lei provincial de 31 de maio de 1860 foi dividida em 2 distritos, compreendendo o primeiro todo o território que pertencia ao terceiro distrito de São Bento dos Perizes, o qual era a cabeça dêste novo distrito e, o segundo, tôda a parte que pertencia à cidade de Viana, tendo por cabeça o lugar chamado Jabutituba. O seu terreno é baixo, plano e regado por dois igarapés, que o cortam, havendo entre um e outro grandes mangues e pequenas lagoas, em cujas margens há abundância de aves aquáticas. Nas sêcas rigorosas essas lagoas transformam-se em salinas.

Êstes igarapés, formados pelas águas do mar, são o Cajapió, próprio para a navegação de canoas grandes, e o Parapendiba, navegável sòmente por igarités.

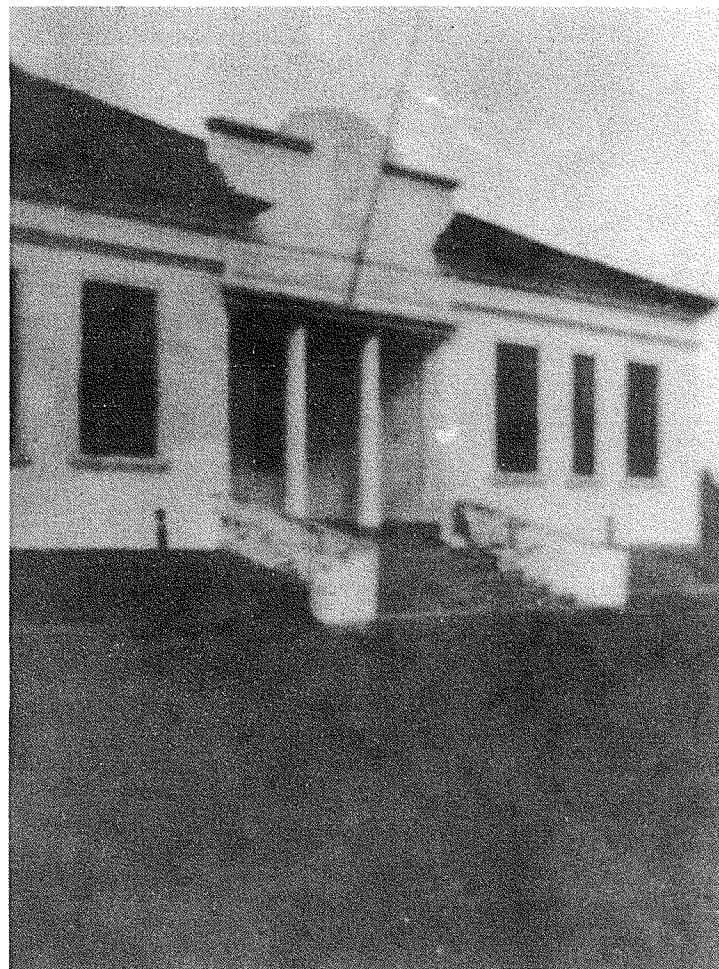
Existem, também, a oeste os lagos: dos Fugidos, que é o maior, da Enseada Funda, Maravilha, Mocambo; no centro para os lados de Cajapió, o do Peixe, e perto de Cajapió, muitos pequenos dos quais apenas merece ser mencionado o do Capão. Todos fornecem grande quantidade de peixe, principalmente curimatá, pirapema e acará.

Dizem uns que seria mais bem colocada esta freguesia no povoado de Cajapió, à margem do igarapé dêste nome, porque oferece bom pôrto, sempre em comunicação com a capital, e mais fartura, tanto que nas beiras do campo moram as pessoas pobres, e, no centro, os fazendeiros.

Afirmam outros, e com mais razão, que é justamente o contrário, porque havendo entre Peryassu e a beira do mangue um verdadeiro arquipélago constante de muitas ilhas desde o Mangue Sêco até Araruna, não servem elas para a agricultura e tão-sòmente para a criação de gado vacum.

As terras próximas ao pôrto pertencem ao convento de Nossa Senhora das Mercês e estão arrendadas ou aforadas a pessoas pobres por preços insignificantes, e por isso não podendo cultivá-las, sente-se aí a falta de gêneros, especialmente de primeira necessidade.

Apenas existe um campo de mato talvez de 700 braças, porém o mato é baixo, as terras são de taboleiro, e onde é impossível se encontrar um só pau que sirva para esteio.

Está dividida em dois distritos de paz, e conta duas subdelegacias de polícia, uma delegacia de instrução pública, um comissário vacinador, e uma cadeira de primei-

Prefeitura Municipal

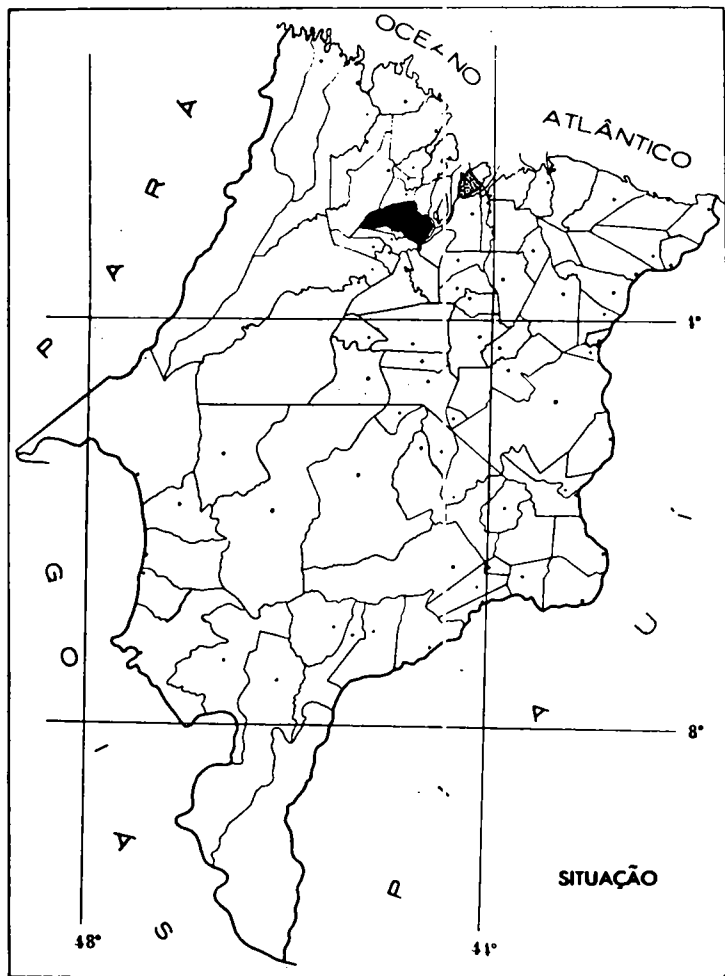
ras letras para o sexo masculino. Existem algumas casas de negócio de secos e molhados, vários engenhos para fabrico de açúcar, mel, rapadura e aguardente. Plantam-se algodão, milho, feijão e pouco arroz. A indústria criadora é exercida por muitos possuidores de fazendas de gado vacum, e há campos próprios para esta criação.

Algumas canoas fazem a sua navegação. "Dicionário Histórico-Geográfico, Cezar Marques".

O município de São Vicente Férrer foi formado pelo desdobramento de parte do território do município de Viana e parte do de São Bento.

Os seus primeiros povoadores vieram dos municípios vizinhos, atraídos pela fertilidade da terra própria à lavoura e à criação de gado. (Dicionário Histórico-Geográfico, Cezar Marques).

Teve a categoria de cidade pelo Decreto-lei estadual n.º 45, de 29 de março de 1938, e é constituído de dois distritos: o da sede e o de Ibipeuara. É o atual Prefeito do município o Sr. Heriberto Soares Figueiredo.

LOCALIZAÇÃO — Pertence à Região Fisiográfica da Baixada e sua sede está situada a 2° e 52' de latitude Sul e 44° 37' 21" de longitude W. Gr. A sede municipal dista (em linha reta) 51 quilômetros da capital, rumo S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede de São Vicente Ferrer está a 20 metros de altitude.

CLIMA — Em 1956 foram observadas as seguintes médias de temperatura em graus centígrados: das máximas — 28; das mínimas — 24; média compensada — 26, muito

Vista parcial da Rua Getúlio Vargas

embora não exista Pôsto Meteorológico no município. São Vicente Ferrer tem, assim, um clima saudável.

A época das chuvas — que se fazem acompanhar de trovoadas — é de janeiro a junho; a da sêca (verão), de julho a dezembro. Maio a julho são os meses em que a temperatura é mais baixa, e outubro a dezembro, quando o calor é mais intenso.

ÁREA — Totalizando seu território 1 835 quilômetros quadrados, São Vicente Ferrer coloca-se em 51.º lugar no Estado do Maranhão em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — O Recenseamento de 1950 apresentou os seguintes dados para o município: população presente — 27 293 (13 240 homens e 14 053 mulheres), dos quais 24 848 na zona rural. Cálculos do D.E.E. estimam a população existente em 1956 em 31 273 habitantes, o que equivale a 17,04 habitantes por quilômetro quadrado.

Côr — Há predominância das pessoas que se declararam de côr branca: 10 621. O grupo de pardos era o segundo em número: 8 785. O total dos pretos ascendia a 7 835; 52 pessoas não declararam a côr.

Nacionalidade — Todos os residentes em São Vicente Ferrer eram brasileiros natos quando do Recenseamento de 1950.

Religião — Dentre os 27 293 habitantes recenseados, 26 966 declararam-se católicos romanos; 277, protestantes; 13, sem religião; 12, outras religiões; e 25 pessoas não declararam o credo que professavam.

Estado civil — Segundo as apurações do Censo de 1950, das 14 643 pessoas de 15 anos e mais, os solteiros eram em númreo de 7 523; os casados, 6 144; viúvos, 953; e 5 eram desquitados; 18 recenseados não fizeram declaração de estado conjugal.

Aglomerações urbanas — O município de São Vicente Ferrer apresenta duas aglomerações urbanas: a cidade de São Vicente Ferrer, com 1 190 habitantes, e a vila de Ibipeuara, que possui 1 255 habitantes, consoante o Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a agricultura, a extração de amêndoas de babaçu e a pecuária, sendo esta última, segundo informa o Departamento Estadual de Estatística, calculada em 16 000 bovinos, 17 000 suínos, 1 000 ovinos, 1 200 caprinos e eqüinos, 50 asininos e 200 muares.

Mercado Público Municipal

A cultura mais disseminada é a da mandioca, vindo depois a do arroz e outras menores, sendo os processos agrícolas empregados os mais rudimentares. O quadro abaixo dá a produção agrícola de 1955:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Algodão em caroço	kg	6 000	18 000
Arroz em casca	Saco de 60 kg	12 300	1 476 000
Batata-doce	Tonelada	13	39 000
Cana-de-açúcar	»	1 800	180 000
Côco-da-baía	Cento	460	184 000
Feijão	Saco de 60 kg	210	79 800
Mandioca	Tonelada	8 220	2 550 000
Milho	Saco de 60 kg	6 500	585 000
Outros (1)	—	—	584 200

(1) Banana, laranja, limão, manga e melancia.

No qüinqüênio 1952-1956, a produção de amêndoas de babaçu desenvolveu-se da seguinte maneira:

ANOS	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$)
1952	162 970	570 395
1953	220 520	992 340
1954	150 000	900 000
1955	175 000	1 400 000
1956	185 500	1 669 500

Sua indústria é reduzida, destacando-se, entretanto, a de fabricação de farinha de mandioca que, em 1955, produziu 582 toneladas no valor de 1 198 mil cruzeiros. A seguir vem a do açúcar — 75 toneladas valendo 375 mil cruzeiros, e, logo após, a do arroz pilado: 90 toneladas no valor de 350 mil cruzeiros; 31 600 litros de aguardente de cana no valor de 248 mil cruzeiros; 380 000 telhas e tijolos no valor de Cr$ 164 750,00.

A pesca é praticada apenas para consumo interno, pois seu resultado é pequeno: em 1956 foram pescadas 34 toneladas no valor de 247 mil cruzeiros.

Há, ainda, a produção de madeira, exportação de amêndoas de tucum (em 1956, 64,6 quilogramas no valor de Cr$ 258 400,00), de cêra de carnaúba — em igual período apenas 55 quilogramas no valor de 16,5 mil cruzeiros — e óleo de babaçu e de mamona: 3 100 litros valendo 44,5 mil cruzeiros, além de peles de veado, maracajá, caititu e cutia, cujo valor foi pouco além de 10 mil cruzeiros. Quanto à madeira — sua produção em 1956 foi de:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (m3)	VALOR (Cr$)
Tábuas de paparaúba	300	525 000
Tábuas de cedro	150	367 500
Madeiras diversas	500	100 000

MEIOS DE TRANSPORTE — São Vicente Ferrer comunica-se com os seguintes municípios: Anajatuba — a cavalo, 48 quilômetros; Cajapió — a cavalo, 24 quilômetros; Matinha — misto: a) rodoviário, 22 quilômetros até Olinda dos Castros e b) a cavalo, 27 quilômetros ou a cavalo, 48 quilômetros ou aéreo, 49 quilômetros; São Bento — a cavalo, 23 quilômetros; Pinheiro — a cavalo, 63 quilômetros; Viana — a cavalo, 45 quilômetros.

COMÉRCIO — Na sede municipal há 14 estabelecimentos varejistas. O comércio local mantém transações principalmente com a capital do Estado e demais municípios do litoral, importando tecidos, perfumes, ferragens, produtos farmacêuticos, estivas, etc.

ASPECTOS URBANOS — O município possui três pequenos campos de pouso, sendo um de propriedade particular, não existindo aeroporto. Registram-se 194 ligações elétricas. Na Prefeitura foram registrados apenas 2 caminhões. O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém ali uma agência postal-telefônica.

PODER JUDICIÁRIO — O município é sede de comarca de 1.ª entrância, formada por 1 Juiz de Direito, 1 Promo-

Casa Arouche

tor Público, 1 Tabelião do 1.º Ofício, 1 do 2.º Ofício e 2 Oficiais de Justiça.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população é assistida por 2 Socorros Farmacêuticos. O município faz parte do 18.º Distrito Sanitário, cuja sede é em São Bento.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, 22,43% da população presente de 5 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — Existem no município 44 estabelecimentos de ensino, sendo 36 do fundamental comum e 8 do fundamental supletivo. Nessas unidades escolares, no início de 1956, estavam matriculadas 1 700 crianças: 495 na sede e o restante na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — No município funciona a Biblioteca "Gonçalves Dias", municipal, com 600 volumes aproximadamente, não catalogados.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	101	222	317	73	314
1951	152	268	402	77	397
1952	193	374	497	167	444
1953	297	502	623	27	510
1954	249	501	673	20	667
1955	189	437	650	125	672
1956 (1)	221	228	1 071	279	1 071

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes são chamados vicentinos. O município conta com nove vereadores eleitos.

Não há festejos populares em São Vicente Ferrer. Quanto a procissões tradicionais, contam-se a do Senhor Morto, realizada na Sexta-feira Santa e a de São Vicente Ferrer — padroeiro da cidade — cuja festa é quase sempre celebrada em um luar do verão.

(Bibliografia — Marques, Cezar, "Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão", São Luís — 1870; Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística.)

TIMBIRAS — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Atraídas pela fertilidade do solo, e com o fim de cultivá-lo, para aqui se dirigiram famílias de origem portuguêsa, constituindo, assim, a primeira penetração no território.

O município, quando povoado em 1838, já tinha a denominação de Urubu, pois, na história da guerra da Balaiada, o comandante-chefe das Fôrças Pacificadoras ordenava, ao comandante da vila do Codó, que fizesse seguir para a vila de Chapadinha um destacamento que devia fazer travessia do rio Itapecuru, na povoação Urubu. Perdeu essa denominação entre os anos de 1895 a 1900, quando lá chegaram uns frades capuchinhos que, achando o nome sem significação, trocaram-no para Monte Alegre, só em 1943, quando, pelo Decreto-lei n.º 820, de 30 de dezembro, que fixou a nova divisão administrativa e judiciária do Estado, teve o topônimo mudado para Timbiras.

O território do município foi constituído pelo desmembramento do 6.º distrito policial do município de Codó e reduzida parte do de Coroatá.

Desde o ano de 1918, com o desenvolvimento de sua população, comércio e produção, passou a apresentar condições de capacidade para a vida política e autonomia administrativa.

Pela Lei estadual n.º 921, de 5 de abril de 1920, foi a povoação elevada à categoria de vila e município, e, designado pelo Decreto-estadual n.º 301, de 14 de maio do mesmo ano, o dia 7 de setembro para ser instalado, o que se verificou em sessão solene, sendo, nessa época, Presidente do Estado o Dr. Urbano Santos da Costa Araújo.

Prefeitura Municipal

Os primeiros componentes da Câmara Municipal, cujas eleições foram realizadas ainda em Codó, foram os cidadãos Benedito Brandão de Melo e Alvim, Agostinho José Lindoso, Raimundo Luiz de Queiroz, Miguel Ewerton de Mesquita e Manoel Burgos da Cruz, cabendo a Presidência ao primeiro.

Manoel Burgos da Cruz foi o Prefeito que governou de 1.º de janeiro de 1922 a 31 de dezembro de 1924 e, a seguir, isto é, a 1.º de outubro de 1937, foi nomeado Agente de Estatística até seu falecimento a 22-XII-1953, tendo sido aproveitado pelo I.B.G.E. após a assinatura dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

A passagem dos trilhos da Estrada de Ferro São Luís—Teresina por Timbiras era mais um fator que deveria contribuir para seu progresso, porém, por motivos desconhecidos, duas vêzes foi o mesmo suprimido: a primeira, pelo Decreto n.º 75, de 22-IV-1931, e a segunda, pelo de n.º 539, de 16-XII-1933.

Escola Rural Municipal

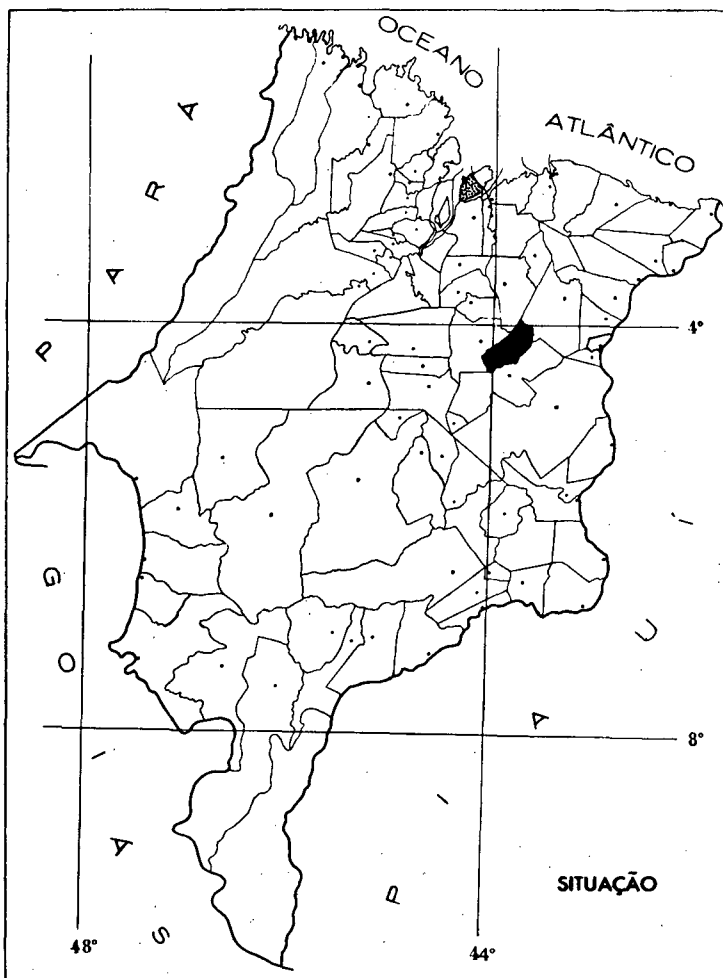
Vista da residência da fazenda Campestre

Os filhos da terra, contudo, não se conformando, em ambas as vêzes tudo fizeram até que viram Timbiras passar novamente a município autônimo: após a primeira extinção, pelo Decreto n.º 144, de 27-VII-1931 e, por motivo da segunda, pela Lei n.º 837, de 3-VI-1935.

Foi elevado à categoria de cidade pelo Decreto-lei n.º 45, de 29-III-1938, não tendo mais sofrido, até nossos dias, qualquer alteração.

Seu progresso tem sido lento, porém sempre em ritmo crescente, tanto assim que, depois da sua segunda restauração, não mais sofreu, até o presente qualquer alteração.

O Sr. Catulo Bogéa de Melo e Alvim é seu atual Prefeito.

LOCALIZAÇÃO — Pertence à Zona Fisiográfica do Itapecuru. Está situado a 4°5'30" de latitude Sul e 43°55'20" de longitude W. Gr. Dista da capital do Estado 184 quilômetros, em linha reta em rumo S.S.E. Limita com os municípios de Codó, Coroatá, Chapadinha e Vargem Grande.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 36 metros na sede municipal.

ÁREA — Com 1 455 quilômetros quadrados, é Timbiras o 62.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Em 1950, de acôrdo com o Recenseamento, contava o município de Timbiras 12 299 habitantes, sendo 6 266 homens e 6 033 mulheres. No quadro rural estão localizados 92% da população, que é percentagem maior do que a verificada no total do Estado: 82,6%. Brancos — 2 676, pretos — 1 406 e pardos — 8 200. Não fizeram declaração de côr 17 pessoas. Apenas 3 pessoas eram brasileiras naturalizadas, 3 eram estrangeiras e um

Escola Agrupada

casal não declarou a nacionalidade. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 6 951, o maior contingente era de casados: 3 773. Depois vinham os solteiros com 2 670; a seguir, os viúvos, 491, e apenas 1 desquitado ou divorciado; 16 pessoas não fizeram declaração de estado conjugal. Quanto à religião, sòmente 199 não eram católicos romanos.

O Departamento Estadual de Estatística calcula que, em 1956, Timbiras já possuía 14 674 habitantes, o que fornece a densidade demográfica de 10,07 habitantes por quilômetro quadrado.

CLIMA — É muito variável. As noites de junho e julho são bastante frias, ao passo que de agôsto a dezembro o calor é intenso. As chuvas geralmente iniciam em dezembro e se prolongam até maio. Os demais meses são de estiagem ou verão.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Pelos resultados do Censo de 1950, o município de Timbiras conta sòmente o distrito da sede, habitado por 965 almas, sendo 492 homens e 473 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — São, sem dúvida, a exportação de amêndoas de babaçu e a agricultura a base da economia do município. A primeira, no qüinqüênio (1952-1956) apresentou decréscimo no último ano, quando vinha em ascensão, embora lenta. O quadro abaixo melhor esclarece:

ANOS	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
1952	1 000	3 000
1953	1 050	5 250
1954	1 500	13 500
1955	1 600	14 400
1956	1 350	10 800

Na agricultura destaca-se a produção do arroz: 35 000 sacos de 60 quilogramas em 1955, valendo 3 850 milhares de cruzeiros. Vem, a seguir, o milho: 10 700 sacos de

Vista parcial da Rua Urbano Santos

Grupo Escolar Paulino Santos

Uma barca recebendo carregamento de babaçu

60 quilogramas no valor de 856 mil cruzeiros, e, em terceiro lugar, 2 200 toneladas de mandioca, ao preço de 572 000 cruzeiros. O feijão é pouco cultivado: 33 toneladas no valor de 214,5 mil cruzeiros. A fruticultura (tangerina, melão, melancia, manga, laranja e limão) deu a produção total de pouco mais de 325 mil cruzeiros.

A produção industrial em igual período (1955) foi a seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Arroz pilado	kg	380 000	1 520 000
Aguardente de cana	Litro	57 700	746 020
Algodão em pluma	kg	19 000	381 289
Farinha de mandioca	»	78 000	244 850
Cêra de carnaúba	»	3 600	114 950

Os rebanhos são pequenos, devido a não serem os campos apropriados para a criação. O Departamento Estadual de Estatística calcula o efetivo da população pecuária em 1956 em 5 100 bovinos, 20 000 suínos, 350 ovinos, 2 200 caprinos, 1 100 eqüinos, 1 300 asininos e 400 muares.

Não há pròpriamente atividade pesqueira no município. Os que a isso se dedicam o fazem como trabalho suplementar ou para seu sustento próprio. Apenas 6 980 quilogramas de peixes diversos, no valor de pouco mais de 122 mil cruzeiros, foi o resultado da pesca em Timbiras em 1956.

COMÉRCIO — O município possui 34 estabelecimentos comerciais, sendo 3 mistos (atacadistas-varejistas) e 31 exclusivamente varejistas.

Mantém transações comerciais com as praças de São Luís—MA e Teresina—PI — ponto inicial e terminal, respectivamente, — da linha férrea que serve o município, por onde importa açúcar, café, sabão, fumo, petróleo e seus derivados, produtos farmacêuticos, etc. Exporta gêneros de sua produção também por ferrovia.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Possui uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, que faz a distribuição de cartas e telegramas. A estação da Estrada de Ferro São Luís—Teresina também expede e recebe telegramas destinados a particulares.

Liga-se aos municípios limítrofes pelos seguintes meios de transporte: Chapadinha: cavalo — 147 quilômetros. Codó: férreo — 25 quilômetros. Coroatá: férreo — 30 quilômetros. Vargem Grande: cavalo — 1[illegible]7 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — Há, na sede municipal, uma usina elétrica de propriedade da Prefeitura, com capacidade para fornecer 20 000 kW. Existem 41 ligações. Uma avenida acha-se parcialmente calçada com pedras irregulares. As ruas são arborizadas de mangueiras e alguns oitizeiros.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população de Timbiras não conta com médico residente no território municipal. O município faz parte do 8.º Distrito Sanitário — Pôsto de Higiene Estadual —, cuja sede é em Codó. Devido à facilidade de transporte por via férrea e porque tanto Codó como Coroatá possuem médicos clinicando nas respectivas cidades, vale-se a população dessa particularidade para os casos mais graves, chegando muitas vêzes os doentes a embarcar para São Luís—MA ou Teresina —PI.

ALFABETIZAÇÃO — Das 10 332 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, sabiam ler e escrever apenas 1 405, o que representa 10,3% sôbre êsse total. A percentagem do Estado do Maranhão para êsse grupo, na mesma época, é de 21,7%; 114 pessoas, de 10 anos e mais, possuíam curso completo, sendo 102, de garu elementar e 12, de grau médio.

Ensino — (1957) — Há, no município de Timbiras, 13 unidades escolares, sendo 10 de ensino Fundamental Comum e 3 de Fundamental Supletivo. No início do ano letivo de 1957 estavam matriculadas 576 crianças de 7 a 11 anos, sendo 263 na sede municipal e 313 na zona rural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	346	419	471	223	468
1951	406	474	448	199	439
1952	398	552	474	175	472
1953	471	959	883	367	796
1954	537	1 054	392	203	600
1955	...	1 205	821	307	1 027
1956	...	1 353	924	291	824

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A estação da estrada de ferro fica a 1 quilômetro aproximadamente da sede municipal.

Delegacia de Polícia e Cadeia

Aos filhos da terra atribui-se o gentílico timbirense.

São 7 os Vereadores que compõem a Câmara Municipal.

O município é têrmo da comarca de Codó, composto de 3 suplentes de Juiz, 1 adjunto de Promotor Público, 2 Escrivães (1.º e 2.º Ofícios) e 1 oficial de Justiça.

O principal acidente geográfico é o rio Itapecuru, que banha o município numa extensão de 24 quilômetros. Antes do advento da estrada de ferro, era a única via de transporte utilizada para importação e escoamento dos produtos locais, pois é navegável por lanchas.

Os morros existentes são de pequena altura, podendo ser citados o do Cabu, do Socó, da Estação, da Maripôsa e do Ivo, os três primeiros com 40 metros de altura, o quarto com 25 metros e o último com 30 metros, aproximadamente.

(Histórico — Anotações para a monografia histórico-corográfica, do DEE.; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística Municipal; Redação final — Ari Lucas Xavier e Arthur Dias de Paiva.)

TIMON — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O devassamento do território do município foi uma contingência das necessidades de intercomunicação entre os primeiros povoados dos Estados do Maranhão e Piauí, cujas bandeiras estacionaram nas vilas Velha do Poty, da Mocha (atual Oeiras) e Aldeias Altas (hoje Caxias).

Até 1779 o único núcleo populacional existente era Passagem de Santo Antônio, no ponto de travessia sôbre o rio Parnaíba, estrada real que ligava Caxias a Oeiras, a qual foi consideràvelmente melhorada em 1806 pelo Ouvidor Dr. Henrique de Melo Coutinho de Vilhena, a mando do governador D. Diogo de Souza. Pontearam essa estrada com as suas fazendas de gado os pioneiros vindos na esteira colonizadora dos Jesuítas de Aldeias Altas e que se estenderam para a parte sul, leste e oeste do município. Os que vieram na de Domingos Jorge Velho, ocuparam a parte norte, na margem oposta à confluência do Poty com o Parnaíba.

A história da sede municipal começa a partir da fundação de Teresina, em 1852, quando se achava o atual território do município incorporado ao de Caxias sob a denominação de 3.º Distrito de Paz de São Benedito de Caxias.

Aberta uma nova estrada ligando a Princesa dos Sertões à Capital de Saraiva, o ponto de travessia localizou-se em frente a Teresina, chamado Pôrto das Cajázeiras. Em tôrno dêsse pôrto começou a aglomerar-se a população formando um povoado sob a invocação de São José da Parnaíba, do qual nos dá notícia César Marques, nos seguintes têrmos: "São José da Parnaíba — Povoação na margem esquerda do rio Parnaíba. Consta de duas ruas, bastantes casas de telha, algumas de palha, e promete rápido crescimento não só pela sua posição fronteira a Teresina — capital da província do Piauí, como também por ser cercada de muitos engenhos de açúcar, e torna-se assim um ponto comercial.

Pela Lei provincial n.º 386, de 30 de junho de 1855 foi elevada à categoria de vila por transferência que, para aí se fêz, da de São José dos Matões, o que não teve execução por não haverem edifícios para sessões da câmara, do júri e para cadeia, e nenhum templo apesar dos esforços que para isso empregou o Dr. Eduardo Olympio Machado, quando presidente desta província, e pela Lei provincial n.º 656, de 6 de julho de 1863 foi revogada esta resolução".

Em 1890 foi o povoado novamente elevado a vila sob a denominação de Flôres, e a sede de município autônomo de São José das Cajàzeiras, de acôrdo com a Lei n.º 50, de 22 de dezembro, do Dr. José Viana Vaz, Vice-Governador em exercício.

A 12 de abril de 1891, instalou-se a primeira administração que teve como Intendente o coronel Hermógenes de Carvalho.

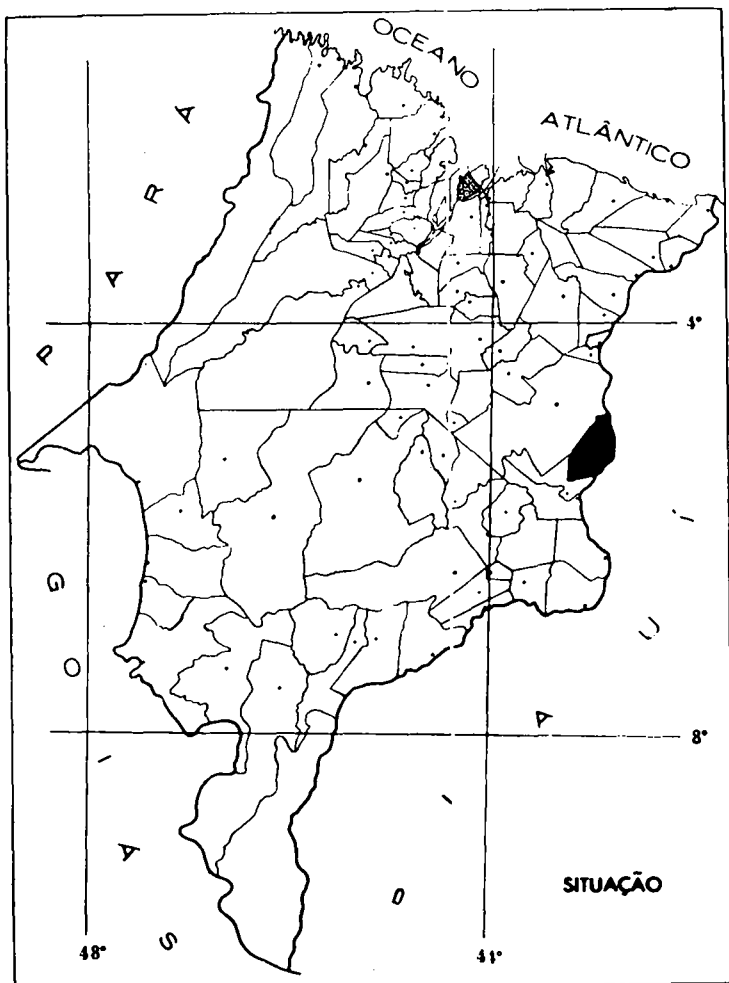
Em abril do mesmo ano, a Lei n.º 157 aprovou os estudos definitivos para a construção da Estrada de Ferro Caxias—Cajàzeiras cujos trabalhos se iniciaram a 23 de junho do mesmo ano, sob a direção dos engenheiros Fábio Hostílio de Morais Rêgo e Álvaro Ribeiro de Almeida Cruz e inaugurados no dia 28 de julho de 1895, quando entrou na vila a primeira locomotiva da Cia. de Melhoramentos do Maranhão, concessionária da ferrovia.

Igreja-Matriz de São José

A 5 de março de 1921 foi inaugurado o tráfego direto da Estrada de Ferro São Luís a Teresina, então sob a direção do engenheiro José Niepce da Silva, com o que ficou a cidade em comunicação com a capital do Estado, e conforme memorial descritivo da data "São Miguel", contava a mesma 150 casas de telhas e outras tantas de palha.

Em 1924 a Lei n.º 1 139, no govêrno do Dr. Godofredo Mendes Viana eleva a vila à cidade; enquanto que, em 1943, o Decreto-lei estadual, na Interventoria Paulo Ramos, de n.º 820, mudou a denominação do município e da sede para Timon. É atual Prefeito do município o Sr. Joaquim Martins Ferreira.

LOCALIZAÇÃO — Timon pertence à zona do Médio Parnaíba. As coordenadas geográficas da sede municipal são: : latitude S. — 5º 5' 43"; longitude W. Gr. — 42º 49' 8".

Posição relativamente à Capital: rumo — S.E.E.; distância em linha reta — 322 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 65 metros.

CLIMA — Temperatura em graus centígrados: média das mínimas — 22,2; e mais freqüente — 28,8. A temperatura já chegou, certa feita, a 40°. O clima é quente e sêco. As chuvas começam quase sempre em fevereiro e vão até maio. Nos demais meses raramente chove, predominando o calor.

ÁREA — É o 49.° município do Estado do Maranhão em grandeza territorial, com área de 2 050 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, Timon contava 21 154 habitantes — 10,32 habitantes por quilômetro quadrado — sendo homens, 10 337 e mulheres, 10 817. Na zona rural concentra-se a maior parte da população, ou seja, 86%.

Dos 21 154 habitantes, 65,7% são pardos (6 715 homens e 7 178 mulheres); 18% são brancos (1 850 homens e 1 956 mulheres); 16,2% são pretos (1 757 homens e 1 664 mulheres), além de 34 sem declaração de côr.

As pessoas de mais de 15 anos recenseadas — 12 177, são assim representadas quanto ao estado civil:

56,5% casadas (3 349 homens e 3 531 mulheres); as restantes: 4 316 solteiras, 958 viúvas, 9 desquitadas ou divorciadas e 14 sem discriminação.

O Departamento Estadual de Estatística estimou que, em 1956, Timon tinha 23 603 habitantes, o que faz com que sua densidade demográfica — passe de 10,32 para 11,51 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerados urbanos — Cidade de Timon, com 2 760 habitantes — 1 259 homens e 1 501 mulheres; e distrito de Buriti Cortado, com 331 — 157 homens e 174 mulheres, dados êsses fornecidos pelo Recenseamento Geral de 1950.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A extração de amêndoas de babaçu e da cêra de carnaúba é o sustentáculo da economia do município, secundado pela lavoura de cereais, estando 37% da população empregando suas atividades na agricultura.

Da produção do babaçu, uma pequena parte é aproveitada na extração do óleo bruto por uma fábrica existente na sede municipal. O restante é exportado juntamente com a cêra "in natura", para Teresina e Parnaíba —PI.

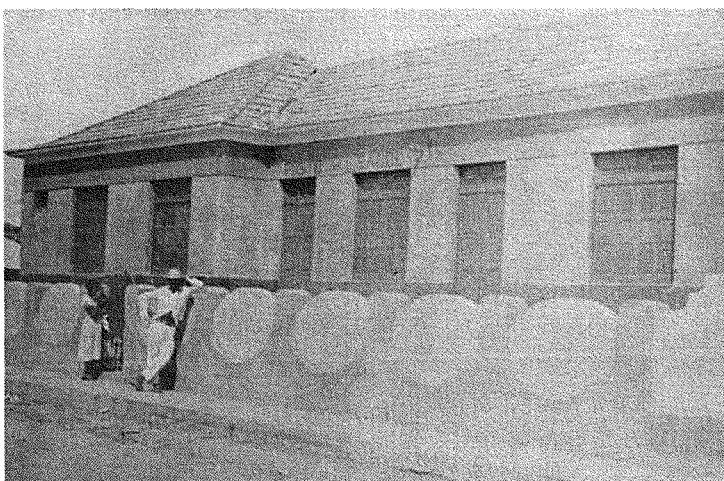
Nesta atividade empregam-se famílias em geral, utilizando-se como ferramentas para o babaçu — o machado e o macête, pequeno pedaço de madeira roliço e pesado; para a carnaúba — a foice de derruba de palhas, a faca para riscar as mesmas, a tala para batê-las, a fim de extrair o pó, e o tacho para apurar a cêra. A extração do babaçu é feita durante todo o ano, sendo que de julho a outubro com maior intensidade, enquanto que a cêra de carnaúba, duas vêzes ao ano, — no 2.° e no 4.° trimestres. Sòmente os homens procedem à derruba das palhas, por sinal bastante perigosa, e para riscá-las encarregam-se os menores e as mulheres, assim como para bater e apurar a cêra.

Teresina—PI é o principal centro consumidor dos produtos agrícolas do município: arroz, milho, mandioca, feijão e cana-de-açúcar.

A criação de gado não tem influência na economia de Timon, embora já conte com regular rebanho de gado bovino. A exportação de gado bovino, suíno e caprino raramente ocorre e, quando isso sucede, é para Caxias—MA e Teresina—PI que são embarcados. A população pecuária em 1956 foi estimada pelo Departamento Estadual de Estatística em 18 000 bovinos, 31 000 suínos, 2 300 ovinos, 11 100 caprinos, 3 200 eqüinos, 2 200 asininos e 800 muares.

Timon exportou, em 1956, quinhentas toneladas de amêndoas de babaçu, no valor de 4 milhões de cruzeiros.

No rio Parnaíba, que é o principal do município, pessoas há que praticam a pesca de maneira irregular, desti-

Aspecto da ponte sôbre o rio Parnaíba, ligando o Maranhão ao Piauí

Pôsto de Saúde Municipal

nando-se a quase totalidade do obtido ao mercado de Teresina—PI e, o pouco que sobra, ao consumo dos próprios trabalhadores.

Os principais produtos em ordem de valor produzidos em 1955, são os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Mandioca brava	Tonelada	40 000	16 000 000
Arroz com casca	Saco de 60 kg	111 000	13 320 000
Banana	Cacho	309 000	3 090 000
Milho (grão)	Saco de 60 kg	44 000	2 640 000
Pão e bolacha	kg	202 380	2 128 000
Mandioca mansa	Tonelada	1 600	1 600 000
Arroz pilado	kg	330 000	1 320 000
Cêra de carnaúba	»	20 895	875 000
Aguardente de cana	Litro	54 500	545 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	4 800	480 000
Óleo de côco	kg	19 610	392 200

As atividades mais exercidas por ocasião do Recenseamento de 1950 — das pessoas de mais de 10 anos, no total de 14 895 — foram as abaixo anotadas:

Agricultura, pecuária e silvicultura — 36,7% (5 355 homens e 104 mulheres) e condições inativas — 14% (853 homens e 203 mulheres).

MEIOS DE TRANSPORTE — Timon é servido quase que diàriamente por trens da Estrada de Ferro São Luís—Teresina, e por ônibus, ligando-o a Teresina—PI.

Para correspondência aérea, encomendas e transporte de passageiros, é utilizado o serviço do campo de aviação de Teresina—PI.

São duas cidades vizinhas e respectivos meios de transportes e quilometragem: Caxias — rodoviário, 84 quilômetros ou ferroviário (E.F.S.L.T.), 115 quilômetros: Matões — rodoviário, 98 quilômetros; Teresina—PI — fluvial, 500 quilômetros ou rodoviário, 2 quilômetros e ferroviário (E.F.S.L.T.), 5 quilômetros.

COMÉRCIO E BANCOS — A sede municipal possui 5 estabelecimentos atacadistas e 68 varejistas.

O comércio de Timon é feito com Teresina e Parnaíba—PI, Fortaleza—CE e Recife—PE, importando sal, café, tecidos e seus artefatos, etc.

Para suas transações bancárias serve-se da Agência do Banco do Brasil em Teresina—PI.

ASPECTOS URBANOS — São 248 as ligações elétricas feitas na sede municipal.

O município não produz energia elétrica, contudo adquire-a em Teresina—PI. Em 1956 foram consumidos, em kW, para fins particulares (72 000), pública (4 320) e para indústria (12 324).

O chão da cidade é todo de terra natural, não se deparando com nenhuma rua calçada.

A Guarda Municipal compõe-se de 1 Delegado de Polícia, 1 Sargento da Guarda, 4 soldados e a Cadeia Pública, com acomodações para 10 presos.

A Câmara Municipal é representada por 9 Vereadores. O eleitorado do município compreende 4 800 pessoas (1955).

São 2 os meios de hospedagem — pensões — que servem ao município, onde as diárias correspondem a Cr$ 60,00.

Acha-se instalada uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, além da existente na estação da E.F.S.L.T., que transmite e recebe telegramas.

RELIGIÃO — O município é sede da Paróquia "São José das Flôres", subordinada ao Bispado de Caxias, fundada no ano de 1941.

O movimento religioso durante o ano de 1956, foi o seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Batizados	393
Comunhões	73 254
Casamentos	274
Extremas-unções	30
Encomendações	5
Procissões	3

Subordinadas à Paróquia encontram-se as seguintes associações religiosas: Apostolado da Oração, Obra Pia das Vocações Sacerdotais e Conferência de São Vicente de Paulo.

Como cultos protestantes aparecem as Igrejas "Assembléia de Deus" — na sede, com 211 associados e na localidade Monte Belo, com 254; e "Congregação Batista da Primeira Igreja de Teresina", na sede, com treze membros.

Da população recenseada em 1950, ou seja, 21 154, 97% professavam a religião católica, isto é, 10 019 homens e 10 480 mulheres. Os protestantes eram em número de 583; espíritas — 34; 1 israelita, 4 professando outras religiões; 23 sem religião alguma, e 10 pessoas não declararam qual o credo seguido.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população local é beneficiada pelos serviços dos estabelecimentos médico-sanitários:

Departamento Nacional de Endemias Rurais, mantido pelo govêrno federal, especializado no tratamento da malária, além de fazer dedetização e distribuição de medicamentos.

Pôsto Médico Municipal, dedicando-se à clínica geral. Possui ambulatório e lactário. Presentemente está realizando consultas médicas e distribuição de medicamentos gratuitamente, sem distinção de classe, contando com um médico e 1 enfermeiro não diplomado.

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância — Associação de Caridade —, mantendo: Pôsto Médico (assistência médica com distribuição de medicamentos) e Lactário (distribuição de leite). Inaugurada em 1951, já contando com 208 associados.

Em 1956, totalizaram Cr$ 20 500,00 os benefícios concedidos, assim distribuídos:

ESPECIFICAÇÃO	N.º DE PESSOAS BENEFICIADAS
Consultas médicas	1 112
Distribuição de leite	178
Distribuição de medicamentos	121

Caixa de Previdência do Centro Artístico Operário Timonense — Associação de Beneficência Mutuária —, inaugurada desde 1946, com o objetivo de conceder funeral e auxílio-doença. Em 31 de dezembro de 1956 existiam 671 associados.

Benefícios concedidos em 1956:

ESPECIFICAÇÃO	N.º DE BENEFÍCIOS	VALOR TOTAL (Cr$)
Auxílios pecuniários	169	845,00
Pensões permanentes	2	2 400,00
Auxílios funerários	2	1 000,00
Assistência escolar	...	9 800,00

Prestam suas atividades profissionais no município: 2 dentistas e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, foram conseguidos os seguintes dados:

MUNICÍPIO, CIDADE E VILA	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS				
	Total	Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever (1)	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Timon	17 795	1 800	1 441	6 899	7 655
Cidade	2 355	508	526	552	769
Vila — Buriti Cortado	289	42	45	94	108
Quadro rural	15 151	1 250	870	6 253	6 778

(1) Incluídas as pessoas de instrução não declarada.

Ensino (1956) — Contam-se 21 unidades de ensino primário, sendo 15 de ensino fundamental comum e 5 de supletivo. Como Timon fica defronte de Teresina—PI, sua população vale-se, sem grandes despesas, dos estabelecimentos de ensino médio e superior existentes na capital piauiense.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Cine Paroquial — fundado desde o ano de 1954, possuindo aparelhos de projeção de 16 mm e 150 cadeiras. Não apresentou, todavia, nenhuma sessão cinematográfica no decorrer de 1956.

Vista parcial ad Avenida Getúlio Vargas

Flôres Atlético Clube — com finalidade cultural-esportiva, possuindo campo para a prática de esportes. A sua fundação data de 1954, admitindo, como sócio, qualquer pessoa. O seu quadro social é representado por 242 membros: do sexo masculino — 162 e do feminino — 80.

A sua parte esportiva, em 1956, resumiu-se em:

ESPORTES PRATICADOS	NÚMERO DE PRATICANTES
Futebol	48
Basquetebol	12
Volibol	12
Ciclismo	22

Foram realizadas, ainda:

31 — conferências ou palestras

6 — excursões

2 — representações teatrais.

Esporte Club Brasileiro — inaugurado desde 1954 para a prática de esportes em geral. O total de associados é 243. Em 1956 realizou apenas 3 excursões e, dentre os esportes praticados, o futebol sobressai.

Biblioteca Municipal — inaugurada em 1949, franqueada ao público em geral, sendo facultada a consulta apenas na sede. Possui 835 volumes não catalogados. Funcionou durante o ano de 1956 num total de 203 dias e o número de consultas feitas chegou a 547.

Biblioteca Paroquial — de caráter geral. Funciona desde o ano de 1950 e as consultas são realizadas na própria sede, por qualquer classe. No decorrer do ano de 1956 fizeram-se 2 031 consultas, em 212 dias de funcionamento. O número de volumes existentes totaliza 1 061, dos quais, mil catalogados.

Correio de Timon — de propriedade do padre Delfino da Silva Júnior, tendo por programa a defesa dos interêsses municipais, sob orientação cristã-católica. Fundado em 19 de fevereiro de 1956, é editado mensalmente — sempre no dia 19, com uma tiragem de 2 000 exemplares.

Não há tipografia na cidade. O "Correio de Timon" é impresso em Teresina—PI.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Rio Parnaíba — liga, no seu curso de 84 quilômetros pelo município, todo êle navegável, a sede municipal a diversas propriedades rurais.

Riacho Gameleira — tem um curso de 36 quilômetros, perene, desaguando no rio Parnaíba.

Riacho 89 — que, engrossado pelo de Santa Inês, percorre uma extensão de 90 quilômetros. Sua cabeceira fica em uma altitude de 200 metros em comparação à cidade de Timon. Já foram feitos estudos para que o abastecimento de água da cidade seja proveniente daí, pois não faz mister o emprêgo de bombas.

É notada, na localidade Santa Inês, uma queda de água — Roncador — com pouca significação, não indo sua altura além de 2 metros.

Lagoa de Sambique — com extensão de 500 metros aproximadamente por 100 de largura, dista apenas 1 quilômetro da sede.

Por ocasião do inverno, as lagoas de Joca e Marrois formam uma só, com a denominação de Lagoa Grande. Fica localizada na Fazenda Matapasto, a 24 quilômetros da sede.

Dentre os morros: Saúde, com 80 metros de altitude, no lugar Castelo; Lobishomem, com 120 metros, em Vermelha; e Vista Alegre, próximo à localidade Passagem de Santo Antônio, medindo 100 metros de altura.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	229	1 185	...	...	...
1951	271	2 772	...	...	...
1952	276	2 296	864	464	497
1953	370	2 649	1 014	514	879
1954	386	2 635	906	350	1 198
1955	656	2 687	1 026	426	1 008
1956	689	2 599	1 558	900	1 481

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Na Prefeitura Municipal acham-se registrados os seguintes veículos:

a) para passageiros: 2 automóveis comuns, 2 jipes, 1 ônibus, 1 motociclo e 36 bicicletas;

b) para carga: 15 caminhões comuns, 2 carroças comuns e 2 carros de boi.

O município é sede de comarca de 2.ª Entrância, formada por 1 Juiz de Direito, 3 Suplentes de Juiz, 1 Promotor Público, 2 Cartórios — do 1.º e do 2.º Ofício, 2 Oficiais de Justiça, 2 Escrivães, que acumulam as funções de Tabeliães, e 1 Escrevente-Juramentado.

Há no município 4 advogados em suas atividades profissionais.

Na cidade — afora o carnaval — fazem-se duas festas populares: a de Santo Antônio, destacada pela trezena com início em 1.º de junho; e a de São José, cuja celebração varia de setembro a outubro. Ambas são encerradas com pomposa procissão percorrendo as principais ruas da cidade, para as quais há concorrido número de acompanhantes.

Os filhos da terra são conhecidos como timonenses, dentre os quais se destacaram:

Carlos Luís D'Amour (Dom) — nascido em 11 de abril de 1837 e falecido no ano de 1821. Bispo de Mato Grosso; Prelado assistente do Trono Pontifício e Conde Romano. Conselheiro do Império e Comendador da Ordem de Cristo. Orador sacro. Publicou diversas pastorais.

Higino Cunha — nascido em São José das Cajàzeiras, depois Flôres e presentemente Timon, a 11 de janeiro de 1858 e falecido em Teresina—PI, a 20 de novembro de 1943. Bacharel em Direito, poeta, professor e historiador. Catedrático da Faculdade de Direito do Piauí; sócio efetivo da Academia Piauiense de Letras e correspondente da Academia Maranhense. Escreveu várias obras.

(Autor do Histórico — Hilton Pires de Castro, ex-A.E.; Redação final — Maria Emília Tupinambá Valente e Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Departamento de Terras, Geografia e Colonização Serviço Nacional de Recenseamento e documentação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Maranhão.)

TUNTUM — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

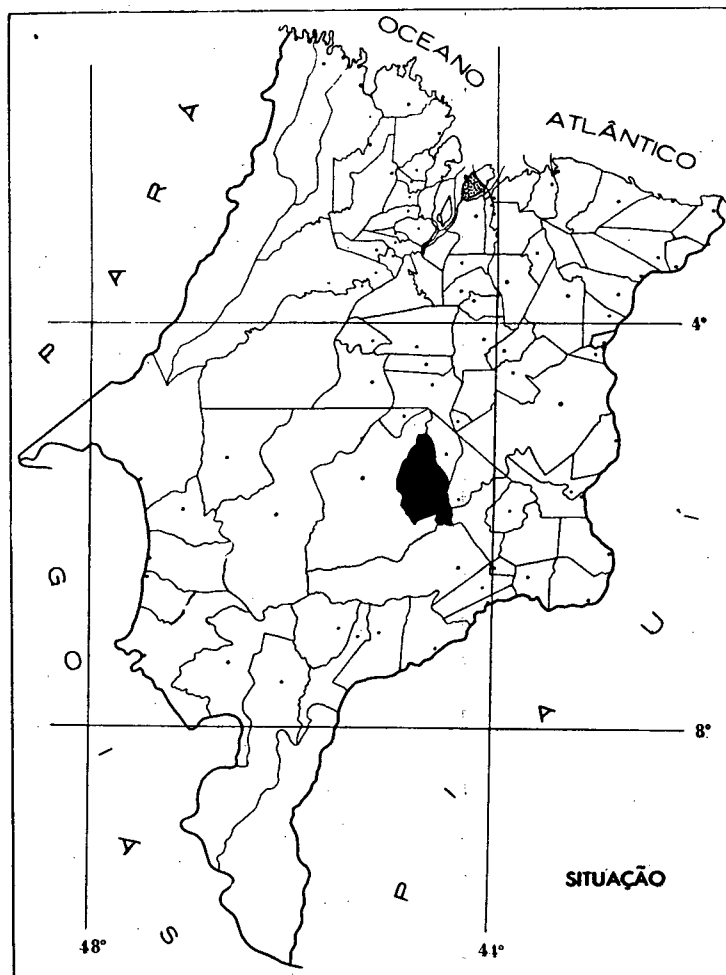
HISTÓRICO — O atual município de Tuntum teve sua instalação a 27 de dezembro de 1955, sendo criado pela Lei n.º 1 362, de 12 de setembro do mesmo ano, desmembrado do município de Presidente Dutra.

Pouco se conhece de sua história, atribuindo-se, entretanto, a origem do seu topônimo ao som "tun-tum" produzido pela queda de água de um riacho de igual nome e que banha a cidade.

É constituído por dois distritos: Tuntum e São Joaquim dos Melos.

O município é têrmo da comarca de Presidente Dutra, sendo sua formação judiciária composta de 1 Suplente de Juiz de Direito; 1 Adjunto de Promotor Público; 1 Tabelião do Ofício Único e 1 Oficial de Justiça.

Exerce o cargo de Prefeito Municipal o cidadão Isaac da Silva Ribeiro, que é nomeado pelo Governador, em virtude da recente criação do município, conforme prevê a Constituição do Estado, até que sejam realizadas as competentes eleições.

LOCALIZAÇÃO — Pertence à Zona Fisiográfica do Alto Mearim. Possui os seguintes limites: Barra do Corda, Presidente Dutra, São Domingos do Maranhão, Colinas e Mirador.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Duas são as estações: o inverno, de novembro a maio, e o verão, de junho a outubro. Na época das chu-

Escola rural Dr. Isaac Martins

vas verifica-se que durante o dia o clima é moderado e, à noite, a temperatura sofre sensível baixa.

Não há pôsto meteorológico no município.

ÁREA — Com 4 113,50 quilômetros quadrados, é o 33.° município do Estado do Maranhão em grandeza territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Como acidentes geográficos existem o rio das Flôres e o riacho de Tuntum.

POPULAÇÃO — O Departamento Estadual de Estatística estimou a população, para 1955, em 22 570 habitantes, o que equivale a 5 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Consoante o Censo de 1950, são 2 as aglomerações urbanas do município — a cidade de Tuntum, com a população aproximada de 600 almas, e São Joaquim dos Melos, com 296 pessoas, quando era distrito do município de Presidente Dutra.

Trecho da Rua Frederico Coelho

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Tuntum assenta sua economia na lavoura e pecuária, sendo que a primeira apresentou, em 1956, a seguinte produção:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$
Arroz em casca..........	Tonelada	270	405 000,00
Cana-de-açúcar..........	»	10 000	1 600 000,00
Algodão..........	»	2 520	2 940 000,00
Milho..........	»	14 000	11 200,00

Outro fator econômico do município é a pequena indústria, na qual sobressai a de descaroçamento de algodão: em 1956 sessenta toneladas no valor de 1 300 mil cruzeiros. De telhas, arroz descascado, farinha de mandioca, rapadura e aguardente de cana, foram apurados 830 mil cruzeiros no mesmo ano.

Vista de uma casa comercial

Calcula o Departamento Estadual de Estatística ser de 52 700 cabeças o total da população pecuária, assim distribuída:

bovinos	10 000
suínos	32 000
ovinos	3 000
caprinos	5 000
eqüinos	1 000
asininos	1 200
muares	500

A exploração de amêndoas de babaçu, que na quase totalidade dos municípios maranhenses constitui a principal atividade e inclusive a maior riqueza natural, em Tuntum é pouco expressiva, pois, em 1956, sua produção não foi além de 6 toneladas, valendo Cr$ 48 000,00.

COMÉRCIO — A sede municipal é servida por 22 estabelecimentos varejistas. São importados pelo município perfumarias, estivas, miudezas e fazendas, mantendo transações com São Luís—MA, Fortaleza—CE, Recife—PE, Floriano—PI, Campina Grande—PB, Rio de Janeiro—DF e São Paulo—SP.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município comunica-se com as seguintes cidades vizinhas: Barra do Corda: rodoviário, 93 quilômetros; Colinas: rodoviário, 96 quilômetros; Mirador: rodoviário, 167 quilômetros e Presidente Dutra: rodoviário, 18 quilômetros.

Por não dispor de serviço telegráfico ou postal, vale-se da Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos, localizada no vizinho município de Presidente Dutra.

ASPECTOS URBANOS — Possui o município apenas uma pensão cuja diária média é de Cr$ 70,00, com instalações modestíssimas.

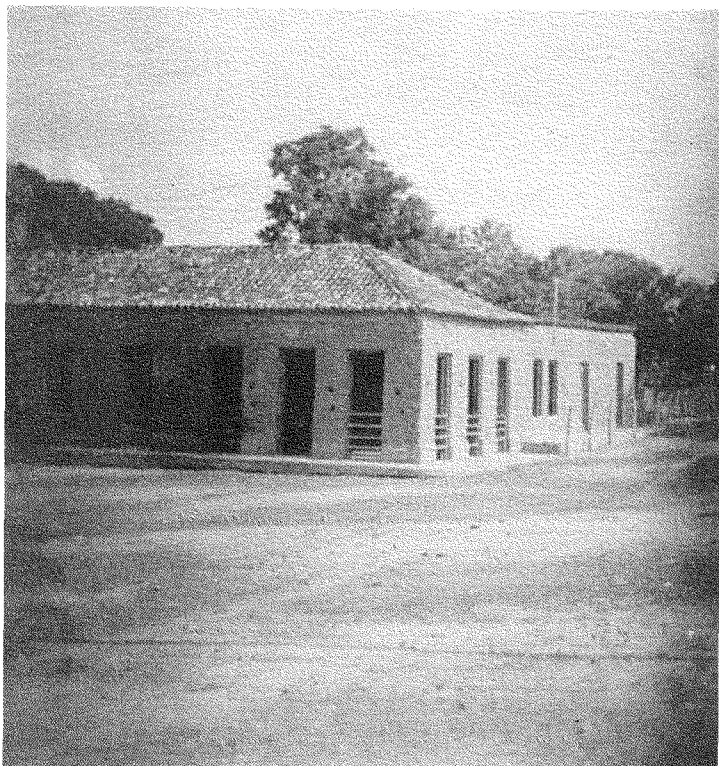
A sede do município conta cêrca de 300 casas de alvenaria, existindo ainda considerável número de casas de palha. As ruas, embora desordenadas em certa parte, são mais ou menos amplas, porém desprovidas de calçamento.

A cidade divide-se em três bairros distintos: Tuntum de Cima, Tuntum do Meio e Tuntum de Baixo, sendo êste o mais importante, pois é onde ficam localizados os principais prédios residenciais e comerciais e a feira-livre.

Uma igreja católica, com a planta em forma de cruz, está sendo construída pelos padres capuchinhos. É a mesma subordinada à paróquia de Presidente Dutra, prelazia de Grajaú.

Existe, também, um templo evangélico protestante.

É freqüente serem realizadas reuniões familiares, solenes e cerimoniosas, como parte da vida social.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Uma única farmácia no município atende à população.

Prefeitura Municipal

Trecho da Rua Senador Archer

ALFABETIZAÇÃO — Ignora-se o número de pessoas de 5 anos e mais que sabiam ler e escrever em Tuntum, uma vez que quando do Recenseamento de 1950, era simples povoado do município de Presidente Dutra. O distrito de São Joaquim dos Melos, ora pertencente ao município de Tuntum, registrou, em 1950, na sede, quando ainda era distrito de Presidente Dutra, 71 pessoas de 5 anos e mais que sabiam ler e escrever, sendo 38 homens e 33 mulheres, num total de 235 recenseados naquele grupo de idade.

Ensino — São 5 os estabelecimentos de ensino primário, sendo 4 do Fundamental Comum e 1 do Fundamental Supletivo. O número de alunos matriculados, de 7 a 11 anos de idade, em 1957, foi de 473, dos quais 147 na sede e 326 na zona rural.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	—	—	—	—
1956 (1)....	...	342	791	136	768

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Realiza-se no mês de setembro a festa de São Raimundo, padroeiro da cidade, a mais concorrida.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Situado na região central do Estado, entre os rios Mearim e Itapecuru, na área divisionada pelo rio Flôres e riacho Preguiças (rio Santa Maria), o município de Tuntum abrange a zona de matas chamada "japão", ao norte, e a zona de carrascos chamada "agreste", ao sul. O terreno apresenta-se desigual e piçarrado no "japão" e plano e arenoso no "agreste".

O futebol é o esporte apreciado, existindo clubes, embora sem organização, na sede e no interior do município.

A religião católica e a protestante são as únicas professadas, sendo que a primeira conta com muito maior número de adeptos.

Os principais povoados que se encontram no município são: Arara, Arroz, Alto do Côco, Barriguda, Campo Largo, Capim, Cocalinho, Creoli do Bina, Mato Verde, Maribondo, Noleto, Jenipapo dos Gomes, Nazaré, Poço do Saco, Sempre Verde, Santa Rosa, São Bento, São Lourenço e outros.

Os filhos da terra são conhecidos como "tuntuenses".

(Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística de Presidente Dutra, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística Municipal; Redação final — Conceição de Maria Almeida Utta e Arthur Dias de Paiva.)

TURIAÇU — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O território de Turiaçu antes de ser elevado a lugar, era, no século XVII, conhecido por aldeia dos índios taramambeses, também chamados tarmambeses, taramambases, teremembeses e tremembreses, tendo ali os Jesuítas uma missão. Tais índios ocupavam o litoral, desde o rio Turiaçu ao Caeté, Bragança, Estado do Pará; eram antropófagos e os mais hábeis nadadores a que encontraram no Brasil os portuguêses. Sem outra embarcação, que a dos seus próprios braços, e às vêzes com auxílio de um pequeno remo, além de atravessarem muitas léguas de água, conservavam-se também debaixo dela por longos espaços de tempo, livres de receio; e aproveitando-se, naquela época, desta habilidade, de noite, se algum navio fundeava num baixo mui perigoso que havia na vizinhança das suas moradas, empenhavam tôdas as diligências para lhe cortar a amarra, para que, buscando, como buscavam logo, o seu fatal naufrágio, apoderarem-se dos despojos da carga e das vidas dos pobres náufragos para satisfazer a brutalidade de sua gula.

Tendo o Governador do Estado do Maranhão, Inácio Coelho da Silva, na viagem que fêz ao Pará, escapado de ir à costa em um naufrágio e de cair em poder dos silvícolas, mandou, em 1679, uma expedição, sob as ordens do capitão-mor do Maranhão, Vital Maciel Parente, seguida, também de alguma infantaria da Guarda da Praça do Pará, a qual exterminou tôda a tribo, sem distinção de sexo nem de idade.

Êstes apontamentos, colhidos no "Dicionário Histórico e Geográfico" do Dr. Cézar Marques, encontram plena confirmação nos seguintes autores: Berrêdo, "Anais Históricos do Maranhão", página 555; Senador Cândido Mendes, "O Turiaçu", página 119.

Segundo Gonçalves Dias, descendiam os índios taramambeses da grande tribo tupi, da qual brotaram os tupinambás, tupiniquins, tamoios, timbiras e tabajaras, que, por sua vez, se ramificavam em vários outros, entre os quais os taramambeses. Esta denominação, como as demais, quer dizer jôrro, curso de água que se abranda, ou que se espalha suavemente.

Depois do extermínio dos taramambeses, continuou, ainda, o Turiaçu a ser missão e ponto militar destinado a facilitar a comunicação, por terra, entre o Maranhão e o Pará, desembaraçando a estrada chamada dos Correios, que por ali passava e que foi aberta, em 1819, pelo Governador do Pará, Conde de Vila Flor, depois Duque da Terceira, em Portugal, e que estêve em Turiaçu.

Lê-se em Baena, "Compêndio das Eras do Pará", página 509, que quando o Turiaçu dependia do Maranhão, existiram duas estradas que faziam comunicar-se e entreter amiudadas relações as povoações daquela Província e a capital do Pará; uma que fôra aberta pelos Jesuítas e tinha por ponto de partida a então vila de Viana e da qual ainda viu sinais em 1811, o capitão Francisco de Paula Ribeiro, segundo declara no seu "Roteiro", bem como Pereira Lago, na sua "Estatística do Maranhão"; e outra que seguia o litoral e cujo ponto de partida era o Turiaçu.

Depois dos índios, foram do Maranhão todos os primeiros habitantes do Turiaçu os quais povoaram e cultivaram o território e entretiveram sempre com a Capital as suas relações comerciais e espirituais, procurando-a de preferência à do Pará, a que pertenciam, porque evitavam maior caminho e perigosas baías.

Segundo Baena, no que foi confirmado por Cândido Mendes, Turiaçu foi criado lugar em 1754, quando passou a ter Juiz Vintenário.

É muito antigo o Turiaçu. Em 1671, o Padre João Felipe Bettendorf refere-se à baía de Turiaçu, que atravessou na viagem que fêz do Pará ao Maranhão, com o Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho: — "Em aquela ocasião, foi, uma noite, em terra, a passar da baía do Turiaçu, e só cheguei à outra banda pelas sete horas do dia seguinte para dizer missa".

Em 1754, quando Turiaçu possuía, apenas, duas pequenas ruas paralelas ao rio, circuitadas de palhoças e de algumas com teto de telha, e uma pequena casa telhada com folhagem chamada Igreja, mereceu as atenções do Governador da Capital do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato e Souza, sob cuja administração ainda estava, o qual, passando pela povoação, julgou útil ao serviço público fazer destacar um oficial, um sargento e dez praças.

"Primeiramente, a povoação do Turiaçu estêve situada na margem do rio dêsse nome, perto do rio Paraná, seu afluente, muitas léguas acima do lugar onde se acha a atual cidade, e foi por ali que passou o Governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza; mas foi assaltada pelos índios, os quais mataram quase todos os habitantes e destruíram a povoação.

Os moradores que escaparam ao massacre desceram o rio até a costa e, aí, em uma pequena ilha, assentaram nova povoação, que pouco tempo durou, porque, aparecendo a peste da varíola, morreram muitos e os outros se mudaram, edificando nova povoação com o mesmo nome, que sempre teve, de São Francisco Xavier do Turiaçu, no lugar denominado Ribeira, onde construíram uma igreja: Foi o padre Antônio Vieira quem, após haver tomado posse de tôdas as aldeias indígenas do Maranhão em abril de 1655

deu à dos taramambeses do Turiaçu, para Orago, São Francisco Xavier, o grande Apóstolo das Índias.

Foram primeiros vigários daquela aldeia e da do Gurupi, que lhe ficava mais próxima, os padres Bento Álvares e Manuel Pires.

Ficou sendo a sede da freguesia o lugar Ribeira, à margem direita do igarapé de mesmo nome, distante da atual cidade dois quilômetros, hoje, povoação Castanhal.

A ilha em que estêve a segunda povoação, na enseada da baía de Mutuóca, chamou-se depois ilha do Correia, por ficar ali residindo um caboclo de nome Manuel Correia.

A atual cidade de Turiaçu foi antigamente um estabelecimento de lavoura, de propriedade de José Antônio Fernandes, português, cuja casa principal estava situada à margem do rio Carapanaí, que depois tomou o nome de São João.

Tendo-se mudado para o interior, para o lugar Capoeira Grande a referida fazenda, os moradores da Ribeira foram-se passando para ali, aos quais se juntaram outros, de modo que, por algum tempo, se mantiveram as duas povoações, conservando-se a igreja na da Ribeira, até que se levantou outra na recente povoação.

A primeira igreja de Turiaçu era pequena e durou até 1814. A segunda, construída pelo padre João Felipe de Azevedo, media 25 palmos de largura e 50 de comprimento, foi reconstruída e aberta à concorrência dos fiéis no ano de 1851.

Tem a cidade de Turiaçu outra igreja, menor que a Matriz, consagrada à São Benedito.

No ano de 1805, os moradores da povoação de Turiaçu requereram ao Príncipe Regente, por intermédio do Conde dos Arcos, Governador do Pará, a que então pertencia, lhe fôsse dada a jurisdição de vila, com um juiz de fora, do cível, do crime e dos órfãos.

Antes, em 1776 e 1797, e, depois, em 1809, fizeram igual pedido, não sendo, porém, atendidos porque solicitavam, do mesmo passo, a sua incorporação à província do Maranhão.

A carta de sesmaria concedida pela Metrópole para usufruto dos turienses tem a data de 16 de fevereiro de 1818.

Em 1819, o estado da povoação do Turiaçu era o seguinte: 46 casas de pau-a-pique, cobertas de palha; 13 de alvenaria de telha; uma igreja coberta de palha, tendo um destacamento de 4 soldados e um anspeçada.

A povoação do Turiaçu foi elevada à categoria de vila, município e têrmo no ano de 1833, depois de feita a divisão da Província do Pará em comarcas e têrmos.

Quando se criou a comarca de Bragança por Lei n.º 17, de 1839, os dois municípios de Turiaçu e Bragança tinham por limite o rio Gurupi. Posteriormente, foi transferida a divisa para o rio Maracassumé (Lei n.º 73, de 28 de setembro de 1840) e, por último, o rio Tromaí (Lei n.º 130, de 28 de maio de 1846) não obstante constituir todo o território entre os rios Turiaçu e Gurupi uma só Freguesia, a de São Francisco Xavier do Turiaçu.

A vila e o município do Turiaçu foram solenemente instalados no dia 13 de fevereiro de 1834. Nesse dia foi deferido o juramento aos novos Vereadores, e, em seguida, o Presidente da Câmara de Bragança deu posse ao Presidente e Vereadores da Câmara de Turiaçu, e ficaram assim instalados o município e a vila.

Por ocasião da revolta dos Cabanos, na antiga Província do Pará, em 1835, numerosos grupos armados dos rebeldes chegaram até ao Turiaçu, onde praticaram muitas depredações, assassinatos e roubos, tendo sido, no entanto, depois de renhida luta, dominados por fôrças vindas do Pará e do Maranhão.

A incorporação do Turiaçu ao Pará nunca foi aplaudida pelos turienses. Na sessão ordinária de 11 de outubro de 1834, propôs o Presidente da Câmara Municipal que "ela tomasse em consideração os males que sofria o município pela distância em que se achava da capital do Pará, e as dificuldades que havia, por cujo motivo sempre chegavam tarde e mal as ordens do Govêrno a esta vila, para que representasse à Assembléia Legislativa Geral a fim de passar êste município para a província do Maranhão, pela facilidade com que podia ser socorrido e o aumento que poderia ter".

Apareceu no Senado do Império o Projeto n.º 39, de 18 de junho de 1838, da autoria do Senador maranhense Patrício José de Almeida, proprietário, em Turiaçu, propondo a incorporação à província do Maranhão do território daquele município.

Seguiu-se uma luta tenaz e ardorosa entre o município de Turiaçu e a Província do Pará.

No Parlamento nacional apaixonaram-se os representantes das duas Províncias e travaram memoráveis pelejas, destacando-se o Senador Cândido Mendes de Almeida, defendendo a causa dos turienses. Batia-se da tribuna, escrevia na imprensa, rebuscava arquivos, coligia documentos e tudo o mais quanto lhes pudesse valer ao direito.

Finalmente, veio a vitória aos turienses, desfrutando o Maranhão a posse do belo, rico e imenso território que se estende do rio Turiaçu ao Gurupi, desanexado da província do Pará e incorporado à do Maranhão por Decreto do Govêrno imperial n.º 639, de 12 de junho de 1852. (Era, a êsse tempo Presidente da Província do Maranhão o tenente-general Manuel de Souza Pinto Magalhães. Foi êle quem pôs o "Cumpra-se" no decreto imperial tendo sido agraciado com o título de Barão de Turiaçu). Afixado em um quadro exposto na Prefeitura Municipal de Turiaçu, encontra-se o Decreto que desmembrou êste município da Província do Pará.

"Decreto n.º 639, de 12 de junho de 1852

Desannexa da provincia do Pará e incorpora na do Maranhão.

Todo o Territorio entre os Rios Tury-Assú e Gurupy

Hei por bem sanccionar e mandar que se execute a seguinte resolução da assembléa geral legislativa: Artigo unico. Fica desannexado da provincia do Pará, e incorporado na do Maranhão, todo o territorio entre os rios Tury-Assú e Gurupy, servindo este ultimo rio de limite a ambas as provincias, não obstante quaesquer leis e disposições em contrario, que ficão revogadas.

Francisco Gonçalves Martins, do meu consêlho, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, bem o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Ja-

neiro, em 12 de Junho de 1852, trigesimo-primeiro da independencia e do imperio. Com a rubrica de S. M. e Imperador.

(a) Francisco Gonçalves Martins".

Por ocasião do seu desmembramento do Pará e conseqüente incorporação ao Maranhão, foi o Turiaçu anexado à Comarca de Guimarães pela Lei n.º 330, de 14 de outubro de 1852.

Foi constituído em comarca independente pela Lei n.º 370, de 26 de maio de 1855, e a nova unidade classificada pelos Decretos n.º 1 640, de 22 de setembro de 1855, e n.º 4 993, de 3 de junho de 1872. Esta mesma lei anexou-lhe o município de Santa Helena, então desmembrado da comarca de Guimarães.

Pela Lei n.º 897, de 11 de julho de 1870, foi a vila do Turiaçu elevada à categoria de cidade, mediante projeto apresentado à Assembléia Legislativa pelo Deputado Dr. Francisco Domingues da Silva Júnior.

A Lei n.º 1 377, de 11 de maio de 1886, criou o município de Carutapera e fixou o rio Tromaí para limite entre êste novo município e o de Turiaçu.

A de n.º 693, de 13 de abril de 1915, extinguiu a comarca e anexou o respectivo têrmo à de Cururupu.

A de n.º 845, de 29 de março de 1919, restabeleceu a comarca do Turiaçu, anexando-lhe o têrmo de Carutapera.

Por Decreto de 2 de agôsto de 1926, foi a comarca elevada à categoria de segunda entrância.

Aos 25 de agôsto de 1823, aderiu o Turiaçu à Independência do Império.

Aderiu à República em 2 de dezembro de 1889 e constituiu-se em município, após o novo regime e mediante eleição popular, no dia 23 de março de 1893, de conformidade com a Lei orgânica n.º 2, de 14 de setembro de 1892, e em conseqüência do Decreto n.º 12, de 17 de janeiro de 1890, que dissolveu tôdas as Câmaras Municipais do Estado. Daquela data (janeiro de 1890 a dezembro de 1892), eram as Câmaras Municipais, com a denominação de Intendência, nomeadas pelo Govêrno Provisório.

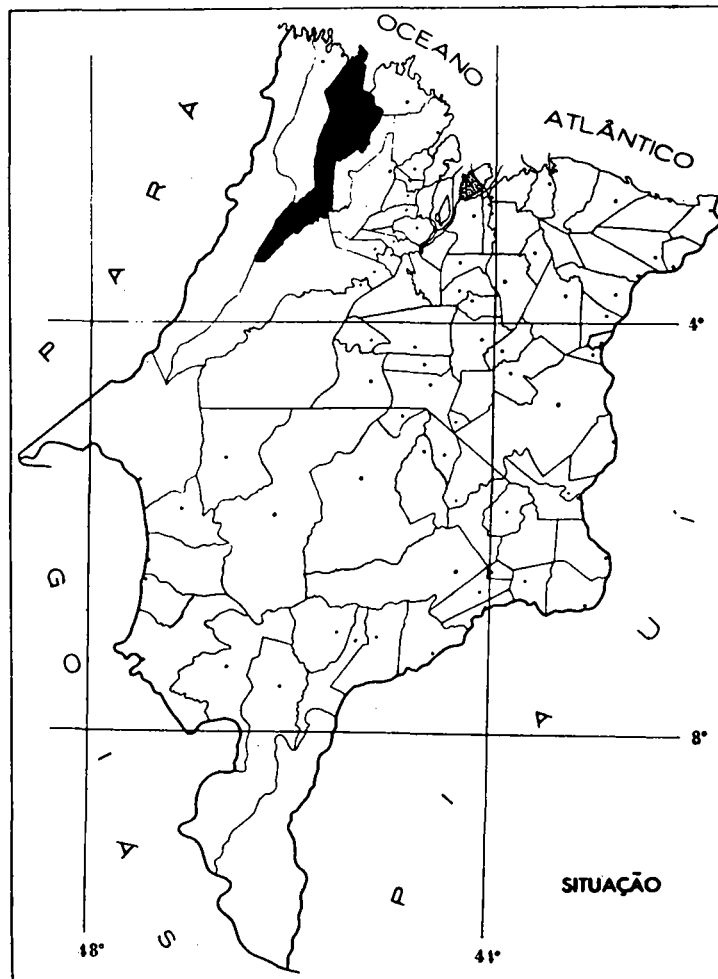
Em homenagem à data da reorganização do município depois do advento da República, foi denominada — 23 de março — a excelente rampa de desembarque no pôrto da Rua Barão de Tromaí.

A Estação Telegráfica do Turiaçu foi inaugurada a 25 de dezembro de 1895, e a de Meteorologia, a 24 de maio de 1911, com a presença do Governador Luís Domingues, a cujos esforços se deve, bem como a do Telégrafo.

Segundo Teodoro Sampaio — "Turi é o nome de uma árvore também conhecida por turiúva ou carapeirana; dá cachos como bolotas áureas e foi alterada para turi-Turiassu turiaçu, o turi-grande, Maranhão".

Gonçalves Dias, porém, no "Dicionário da Língua Tupi", e outros autores dão à palavra turi a significação genérica de árvore e arvoredo.

Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, no "Dicionário da Língua Geral", escrevendo Tory, traduz por taxo êsse vocábulo. E é esta a definição que está de acôrdo com a tradição popular em turiaçu, que sempre foi tido por taxo-grande.

LOCALIZAÇÃO — Pertence à Zona do Gurupi. Latitude Sul: 1° 42' 48". Longitude W. Gr.: 45° 26' 30". Posição relativamente à Capital: rumo — O.N.O.; 154 quilômetros em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal fica a 4 metros.

CLIMA — O clima é, em geral, quente, porém sadio e agradável, porque muito amenizado pelos ventos. Não há moléstias endêmicas. Predominam os ventos de leste. Na época das chuvas, de janeiro a julho, sopram, às vêzes, do sul.

Conhecem-se apenas duas estações; o inverno e o verão. As primeiras chuvas começam em janeiro e, não raro, aparecem em dezembro, e a experiência tem verificado que são êsses os melhores invernos, mais regulares e menos copiosos.

A Estação de Meteorologia da cidade registrou, no ano de 1956, as seguintes temperaturas em graus centígrados: média das máximas: 33; média das mínimas: 21,4; média compensada: 27,2; Precipitação no ano, altura total: 2 066,2 milímetros.

ÁREA — Totaliza 7 725 quilômetros quadrados, sendo o 12.º município do Estado em ordem de grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, a população de Turiaçu era de 12 890 habitantes, o que equivale a 1,67 habitantes por quilômetro quadrado —, sendo 6 410 homens e 6 480 mulheres. Os 90% da população localizam-

Igreja de São Francisco Xavier

-se no quadro rural. Do total acima, 12 173 são católicos romanos e os restantes 717 se distribuem como segue: 109 protestantes, 5 espíritas, 2 ortodoxos, 586 outras religiões, 1 homem declarou não possuir religião alguma e 14 pessoas não esclareceram qual credo religioso professavam.

Das 7 780 pessoas de 15 anos e mais, das quais 3 855 homens e 3 925 mulheres, os solteiros eram em maior número: 4 775, sendo 2 446 homens e 2 329 mulheres; casados — 2 472 (1 209 homens e 1 263 mulheres) e viúvos — 480 (172 homens e 308 mulheres), sendo que 53 pessoas não fizeram declaração do estado conjugal.

Como acontece na maioria dos municípios maranhenses, os pardos contribuíram com o maior contingente: 8 008 pessoas (3 960 homens e 4 048 mulheres). Vêm a seguir os pretos com 2 635, sendo 1 359 homens e 1 276 mulheres, e, por último, os brancos, com 2 225 pessoas (1 081 homens e 1 144 mulheres), sendo que 22 pessoas não fizeram declaração de côr.

Para 1956, o Departamento Estadual de Estatística calculou ser a população de Turiaçu de 14 297 pessoas, passando a densidade demográfica a ser de 1,85 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — É, sem dúvida, a pesca a maior fonte de receita do município, seguida da pecuária e exportação de amêndoas de babaçu.

A lavoura é praticada em pequena escala, com resultado diminuto, muito embora seja Turiaçu um dos poucos municípios maranhenses que produz café. De igual maneira é a indústria, na qual apenas se destaca a fabricação de farinha de mandioca e a exploração do sal, a do peixe salgado, para exportação.

Em 1956 foram pescadas 782 toneladas de peixes diversos, no valor de pouco mais de 10 milhões de cruzeiros. A maior quantidade é destinada à exportação para a Capital do Estado e municípios paraenses de Belém e Bragança. A exportação de amêndoas de babaçu teve, nos últimos 5 anos, seu ponto máximo em 1954, quando foram exportadas 1 100 toneladas, no valor de 9,9 milhões de cruzeiros. No ano seguinte decaiu para 840 toneladas no valor de 7,56 milhões sendo que a de 1956 foi de apenas 180 toneladas, que representaram 2,52 milhões de cruzeiros.

Segundo calcula o Departamento Estadual de Estatística, a população pecuária de Turiaçu em 1956 era estimada em 20 000 bovinos e suínos, 220 ovinos, 310 caprinos, 400 eqüinos, 120 asininos e 450 muares. Embora em pequena escala, há exportação de gado para Belém e Bragança—PA.

Em 1955 o resultado da produção agrícola e industrial foi o seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Produção agrícola			
Arroz com casca.....	Saco de 60 kg	1 000	144 000
Banana.............	Cacho	13 120	236 160
Fumo..............	Arrôba	2 500	875 000
Mandioca...........	Tonelada	1 700	680 000
Milho..............	Saco de 60 kg	32 600	3 912 000
Côco-da-baía........	Cento	1 265	316 250
Laranja............	»	2 600	52 000
Algodão em caroço...	kg	13 500	45 000
Cana-de-açúcar.......	Tonelada	23	33 200
Café em grão........	kg	1 800	72 000
Feijão.............	Saco de 60 kg	600	108 000
Produção industrial			
Farinha de mandioca	kg	297 660	648 300
Peixe sêco..........	»	63 040	657 500
Sal marinho.........	»	273 900	110 340

Ainda há outras riquezas naturais, porém não são exploradas. Cita-se a existência de jazidas de ouro, e outros preciosos minerais existem no solo do município, porém tôdas em poder dos índios. Há depósitos calcários em vários pontos.

De riqueza igualmente prodigiosa são a fauna e a flora do Turiaçu, e ninguém há, que as havendo conhecido, lhes não proclame a excelência, a variedade e a exuberância dos produtos. O vale do Turiaçu apresenta-se dotado de terras férteis, próprias para numerosas culturas, coberto de florestas ricas em madeiras de lei, palmeirais, árvores oleaginosas, fibras, resinas e seringueiras.

Quanto à existência do ouro, Macedo, na "Corografia do Brasil" diz: "É grande a riqueza aurífera do Turiaçu e Maracassumé, que se augura muito maior em terrenos e desertos ainda mal conhecidos". Francisco Inácio Ferreira, no "Dicionário Geográfico das Minas do Brasil", pág. 61: "O Turiaçu. Comarca no extremo norte da província do Maranhão, cortada pelo rio do seu nome. Nos rios pirocaua, Maracassumé e Tromaí existem minas abundantes em ouro e outros minerais". Malte Brun, citado por Francisco Inácio Ferreira no seu dicionário "Minas de Ouro", assim se expressou: "A algumas léguas do Maranhão, se acha o vale do Maracassumé, no município de Turiaçu, entre os rios navegáveis — o Turiaçu e o Gurupi. Os negros fugidos, que buscavam naquelas paragens abrigo seguro contra as perseguições dos seus senhores, trocavam o ouro que apanhavam por objetos de que precisavam para seu uso; êste ouro, dizia-se, achava-se à flor da terra e em abundância. Os chefes das expedições dirigidas contra os escra-

vos fugitivos afirmavam que, com efeito, a riqueza do solo era prodigiosa e excedia a tudo quanto a opinião pública dizia a tal respeito".

Em 1922, um dos mais abundantes na extração de ouro em Turiaçu e cuja exportação para o Pará foi de muitos quilos, encontrou-se uma pedra de 264 gramas (ouro maciço).

O trabalho da extração do ouro não tem parado e há gente que nêle se ocupa o ano todo. Diminui na estação da sêca por falta de água para a lavagem do cascalho. Quase todo êsse ouro é exportado para a América do Norte, por intermédio do Pará.

Ainda não se organizou, em Turiaçu, um trabalho perfeito para a extração do ouro. São primitivos os meios até agora usados — a escavação mediante enxadas e picarêtas, e a lavagem em vasilhas de madeira, a que os trabalhadores dão o nome de bateias.

Têm-se feito várias tentativas para penetração no seio das florestas virgens, onde estão as jazidas do precioso metal e outros tesouros de igual valia nos três reinos da Natureza, mas tôdas elas esbarram diante de um terrível obstáculo: a ferocidade dos silvícolas indomesticados.

MEIOS DE TRANSPORTE — Há na sede, quatro emprêsas de navegação marítima de barcos a vela que, através de linhas irregulares, ligam o município com as Capitais dos Estados do Pará e Maranhão.

A sede municipal tem as seguintes comunicações com as cidades vizinhas e respectivos meios de transporte: Cândido Mendes: a cavalo (99 quilômetros); ou marítimo (140 quilômetros); ou aéreo (60 quilômetros); Cururupu; misto, a) fluvial (36 quilômetros); até Serrano; b) rodoviário (42 quilômetros); Monção: misto a) até São Luís, abaixo descrito e b) fluvial-marítimo (256 quilômetros); Santa Helena, a cavalo (98 quilômetros) ou fluvial (109 quilômetros). Capital Estadual — aéreo (180 quilômetros) ou marítimo (240 quilômetros).

Apenas uma rampa possui o município, denominada "23 de Maio". É localizada no rio Carapanaí, com um ancoradouro de 4 metros de profundidade, que serve para atracação das embarcações que transitam pelo pôrto.

Há, também, um campo de pouso, para aviões teco-teco.

COMÉRCIO — Há na sede municipal 1 estabelecimento atacadista e 15 varejistas. O comércio local mantém transações com São Luís—MA, Belém e Bragança—PA, importando tecidos em geral, estivas, miudezas, cutelarias, produtos alimentares industrializados, bijuterias, perfumes, etc.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui 3 ruas calçadas; duas com pedras lavradas e uma cimentada, correspondendo a 40% da superfície total dos logradouros. O serviço postal-telegráfico é feito pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, que dispõe de uma Agência Postal-telegráfica. Na Prefeitura Municipal estão registrados apenas 1 caminhão, 4 bicicletas e 5 carros de boi.

Na iluminação pública, são produzidos, diàriamente, 22 kW, consumidos da seguinte maneira: para a iluminação pública, 12 e para a particular, 10. O município de Turiaçu é sede de comarca de 1.ª entrância, compreendendo o têrmo de Cândido Mendes. A sede possui apenas 1 distrito judiciário — Colônia Amélia, que não está em funcionamento. A comarca de Turiaçu compõe-se: 1 Juiz de Direito; 3 Suplentes de Juiz de Direito; 1 Promotor Público; 2 Tabeliães e 2 Oficiais de Justiça.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os turienses valem-se do "Pôsto de Higiene de Turiaçu", com serviço de saneamento e dispondo de um ambulatório. Desde 2 de dezembro de 1957 funciona com novas instalações e encontra-se reequipado com aparelhos apropriados às suas finalidades, sob as expensas do Serviço Especial de Saúde Pública. É dirigido por um médico.

A sede é dotada com uma farmácia, que mantém regular estoque.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 encontrou 2 348 pessoas de mais de 5 anos de idade que sabiam ler e escrever, o que equivalia a pouco mais de 18% da população, sendo 1 184 homens e 1 164 mulheres. Eram 292 as pessoas — 128 homens e 164 mulheres — de 10 anos e mais que possuíam curso completo, sendo 272, de grau elementar (117 homens e 155 mulheres), 16, de grau médio (7 homens e 9 mulheres) e 4 homens, de grau superior.

Ensino — Em 1956 Turiaçu possuía 28 unidades escolares, sendo 1 de ensino infantil, 20 de ensino fundamental comum, 4 de ensino fundamental supletivo, 2 de ensino complementar e 1 de ensino normal. A Escola Normal Rural é mantida pela Sociedade Pró-Cultura e Arte de Turiaçu, inaugurada em 1953 e de finalidade cultural-artística.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O terreno do município é, geralmente, pouco acidentado. Entre outras colinas de pouco vulto, salientam-se as seguintes: Serra Ôca, assim chamada por se ouvir distintamente a repercussão do som no solo; e Desordem, que é um prolongamento da serra da Cinta, que borda o Tocantins e vai para o norte com o nome de Desordem. No dia 28 de junho de 1813 travou-se, no sopé desta serra, forte luta entre os índios timbiras, que lhe habitavam o cimo, e uma Bandeira de Pastos Bons, terminando pela vitória da Bandeira. Daí lhe veio o nome de serra da Desordem.

Encontram-se no município vastas planícies, extensas florestas, grande parte das quais ainda não exploradas, e muitos campos apropriados à criação de gado.

É também avultado o número de ilhas e praias, nas quais se faz, em larga escala, a pesca de peixe e camarões.

E o município banhado por muitos rios, dos quais os mais importantes são: Turiaçu, o de maior curso e volume de água. Nasce na serra da Desordem, na latitude meridional de 4° 7', e, depois de atravessar vastos territórios, ainda hoje desertos, banha os municípios de Santa Helena e Turiaçu e desemboca no Oceano Atlântico, a 1° 15' de latitude austral, a W. do meridiano de Greenwich.

Sôbre o rio Turiaçu, lê-se na Memória escrita pelo major Francisco de Paula Ribeiro, em 1819, o seguinte: "É êste território muito sujeito às trovoadas durante o tempo das chuvas. Em qualquer das estações do ano se ouvem, ao longe, grandes estrondos como de grossa artilharia, principalmente para oeste, próximo às grandes Serras que se divisam sôbre as vertentes do Tocantins, ou

buscando as cabeceiras do rio Turiaçu, o que combina com a idéia que se faz de haver alguns minerais para aquelas bandas".

Diz Lago, no seu Itinerário: "É notável tudo neste rio, as suas águas são tais que um copo d'água desfaz 2% do barro, isto por tôda a sua extensão. Outra cousa se observa, que há sempre espêssa névoa nas margens e que só depois do sol estar uma hora acima do horizonte, se desfaz".

Próximo do lugar Brito — Mutá, manifesta-se o fenômeno da pororoca, a qual se prolonga 5 léguas até o lugar Itapena. Aparece com fôrça nas grandes marés.

Segundo Lago, a foz do rio Turiaçu é formada ao sul pela ponta do norte da ilha de Jabaroca, e ao norte pela ponta Turiaçu, também conhecida pelo nome de Tamanduá. Sua largura, na foz, é de 9 milhas.

Raimundo Lopes, esforçado e estudioso maranhense, dá ao rio Turiaçu 700 quilômetros de comprimento e 32 000 quilômetros quadrados de superfície. Possui êste rio muitos afluentes tanto pela margem direita como pela esquerda.

Principais lagos: Mutum. Neste lago depois de uma grande sêca no ano de 1905, foram encontrados esteios de casa, accessórios de alambique, potes, vasos de barro e outros objetos. Nunca secara até então, pelo que o fato surpreendeu os velhos moradores da localidade, os quais ignoravam haver existido ali edificações; Penitência, Sumaúma, Jaboti, e Fundão, êste último assim denominado pela sua profundidade, são outros lagos que devem ser citados.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	125	375	...	...	...
1951	149	390	394	105	394
1952	192	434	401	134	401
1953	270	545	551	153	551
1954	296	553	632	142	715
1955	226	720	961	155	1 000
1956	335	806	1 219	347	970

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Dentre as antigas construções destacam-se a Matriz de São Francisco Xavier e a igreja de São Benedito. Há 32 capelas públicas e, na paróquia, residem 2 sacerdotes. Em 1956, houve 1 182 batizados, 890 crismas, 8 000 comunhões, 137 casamentos, 53 extremas-unções, 15 encomendações e 16 procissões.

As principais festas religiosas são as dedicadas a São Francisco Xavier, no mês de dezembro; São Benedito, em novembro; Santa Maria, durante o mês de maio; São Paulo, em outubro, e Divino Espírito Santo, sempre feita no último luar do mês de dezembro, sendo esta a de maior importância.

Há 9 vereadores em exercício e 1 farmacêutico exercendo a profissão.

Funciona a Conferência de São Vicente de Paulo, fundada em 1955, que presta benefícios a pessoas estranhas ao seu quadro social. Dita Conferência, por sua vez, mantém o abrigo "Casa de Socorro São Francisco Xavier" que, em 1956, auxiliou, gratuitamente, com asilo, 4 pessoas não sócias e forneceu alimentação ou gêneros alimentícios a outras 7.

FILHOS ILUSTRES — *Luís Antônio Domingues da Silva,* nascido em Turiaçu a 11-6-1862 e falecido em São Luís a 11-7-1922. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Recife. Deputado provincial e geral, no Império, e deputado federal, na República. Governador do Estado do Maranhão. Jurista, jornalista e orador primoroso. Ocupou, na Academia Maranhense de Letras, a cadeira n.º 10, sob o patrocínio de Henriques Leal.

Bibl.: "Ensino Agrícola" — São Luís, 189...; "Casamento Civil e Divórcio" — São Luís, 189...; "O Govêrno do Maranhão e o Empréstimo Externo" — 1912; "Dois anos de Govêrno" — 1912; "Trabalhos de Advocacia".

José Domingues da Silva, nascido em Turiaçu a 31 de maio de 1871 e falecido em São Luís a 7-9-1946. Engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro; foi diretor da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte e da Estrada de Ferro São Luís—Teresina. Jornalista e publicista; presidente e sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, onde ocupava a cadeira n.º 24, de Enes de Sousa. Colaborou assìduamente em quase todos os jornais de São Luís em seu tempo.

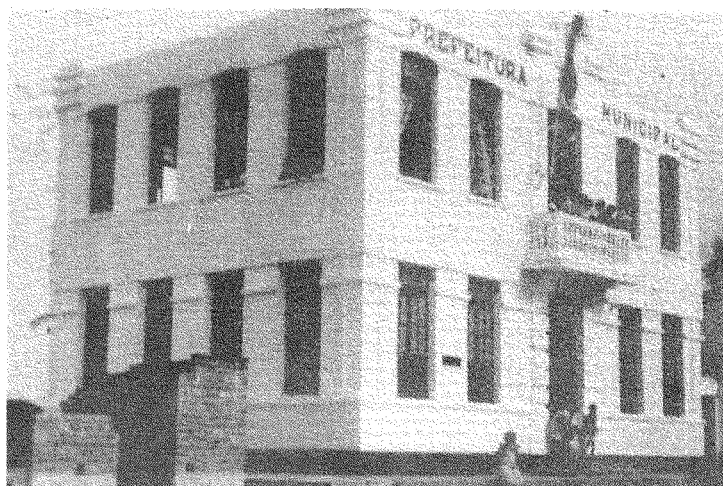
Bibl.: "Problemas maranhenses" — São Luís, 1923; "O alto Turi" — São Luís, 1926; "O ouro do Noroeste do Maranhão", conferência — São Luís, 1923.

(Bibliografia — "O Turiaçu", por Virgílio Domingues; A.E. — Antônio Saboia Maia Rabelo; Redação final — Nice de Moura Ferro e Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística.)

TUTÓIA — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Tutóia — Rio, Vila, Freguesia e Município. Segundo o historiador e geógrafo Cezar Augusto Marques, o rio nasce em terreno da freguesia de Araioses, rega o distrito da vila, correndo de S. para N. até se lançar no canal chamado também Tutóia, formado pelo braço ocidental do rio Parnaíba. Na enchente da maré a bôca do canal e a embocadura do rio têm largura e fundo bastante para ancoradouro de sumacas e escunas. Quando a Junta provisória do govêrno da província soube que tinha proclamado a independência a vila da Parnaíba, mandou o brigue de guerra Infante D. Miguel estacionar na embocadura dêste rio com o fim de embaraçar a vinda dos independentes. Deu-se isto em novembro de 1822. Era comandado êsse brigue pelo capitão-tenente Francisco de Salema Freire Garção.

À entrada da barra da Tutóia, há um baixio de areia que denominaram os naturais — Coroa das Gaivotas — porque, em dada estação do ano, era tal o número prodigioso destas aves nesse lugar, que, a certa distância parecia ser aquêle parcel um corpo, que entre as ondas se agitava em todos os sentidos, em conseqüência do movimento continuado de tais habitantes. Os pescadores, que em grande número residiam pela costa, iam em suas canoas apanhar os ovos dos voláteis; ao se aproximarem, grasna-

Prefeitura Municipal

vam as gaivotas de forma a poder ouvir-se em grande distância, erguendo o vôo em chusma tal, que faziam grande sombra sôbre os assaltantes, e, como que por vingança, lançavam de cima grande cópia de seus ovos (sarapintados de prêto e branco sôbre um fundo côr de café) com que os seus perseguidores muito se incomodavam, pela abundância do líquido, e por ficarem enodoados por aquêles ovos que se lhes quebravam cabeça abaixo. Em compensação de tão nojento sacrifício, cada pescador vinha com a sua canoa completamente carregada vender aos habitantes da vila, que lhes compravam quatro dêsses ovos por 20 réis, os quais eram preparados como os de galinha, notando-se, porém, que só bastante adubados são gostosos, pois, de outra forma, sabem a peixe, e têm paladar desagradável.

A vila foi edificada na margem esquerda do rio Tutóia, no lugar onde êle se lança no canal de mesmo nome. Os primeiros habitantes do lugar foram os índios t485 tremembês, os mais bem figurados, valentes e prestimosos, que tinha esta capitania, segundo o pensar do governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza; em 1727, no tempo do governador e capitão-general João da Maia da Gama, tinham duas datas de seis léguas de terra, as quais foram medidas e demarcadas à custa dos próprios índios.

Pouco tempo era passado quando das bandas da Parnaíba vieram uns homens, que foram situando aí fazendas de gado vacum e cavalar, e, suscitando-se questões entre êles, os índios os expeliram, e um Jesuíta, que já aí vivia em muita intimidade, com o fim de terminar tais pendências, comprou aos seus legítimos donos o gado existente, e de então por diante ficaram os Padres da Companhia possuindo como suas as terras dêsses índios.

Foi elevada à categoria de vila em 1.º de agôsto de 1758 pelo governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza, e conquanto fôsse denominada Vila Viçosa não pôde êste nome fazer esquecer o antigo.

É provável que, havendo aí uma igreja, fôsse ela designada para matriz sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, pela Resolução régia de 18 de junho de 1757. Possuía êste templo um curral nas terras da vila, porém os Jesuítas João Ferreira e Luiz Barreto tiraram dêle grande quantidade de gado vacum e cavalar, e mandaram-na para as suas fazendas, distantes da vila 30 léguas e situadas na costa do mar. Para não perderem o trabalho e melhor assenhorear-se da prêsa mandaram marcar êste gado com o ferro da Companhia, e, como o dos índios era uma meia lua, fàcilmente acrescentaram outra, fecharam o círculo, e puseram a cruz no meio. Examinado êste caso pelo governador, mandou êle restituir as terras aos índios, e o gado ao curral a que pertencia.

"Na vila Viçosa da Tutóia, (disse Joaquim de Mello e Póvoas a sua majestade em 17 de junho de 1767 no relatório de suas viagens por esta capitania) pus também novo diretor por achar pouco adiantada, ainda que no dito diretor não achei culpas, e só por viver muito distante da dita vila, e estar encarregado da administração das fazendas, que foram dos jesuítas naquele distrito, e tirei e recomendei muito ao novo diretor o adiantamento daquela vila, ainda que não achei ali coisa em que pudesse estabelecer comércio, e o maior, que fazem aqueles índios, que são Tremembês, é o da pesca das tartarugas, em que poderão ganhar grosso dinheiro, se se aplicarem a ela como devem, e a todos os diretores recomendei a observância do diretório declarando-lhe que tôdas as suas culpas eram casos de devassa, a que a muitos ainda não constava pela distância, em que são situadas aquelas povoações.

"Esta vila tem uma boa fazenda de gado e outra pequena de éguas. Tem casa de câmara e cadeia, porém necessita de igreja, porque a que serve é feita nas casas dos padres, mas está decente, o que não sucedia assim no tempo dos padres jesuítas, porque me dizem celebravam no copear ou baranda com a mesma indecência, com que o costumavam fazer nas mais casas, que tenho visto, que foram dos ditos jesuítas, e logo que as ditas fazendas tiveram maior rendimento se fará uma igreja capaz.

"Neste giro, que fiz, estive nas fazendas, que foram dos mesmos jesuítas, chamadas Santo Agostinho, Santo Inácio e Alegre, e queixando-se-me o administrador de que nos barcos, que vêm de Pernambuco comprar gados a Parnaíba, não tinham êstes boa saída, porque os barqueiros os não queriam comprar senão a trôco de fazendas, e por preços mui diminutos, mandei passar todos os bois capazes de açougue para a fazenda do Alegre, porque ali se pagam a 2$200 réis, e se conduzem para os açougues desta cidade e vila do Paço do Lumiar, no que acho ter utilidade a fazenda real e também estes povos."

Esta vila, que, como diz Gayoso, oferece tão bom pôrto para embarcações de alto bordo, está em decadência quando só pelo comércio tanto podia florescer.

Praça Presidente Vargas, vendo-se a Igreja-Matriz de N. S.ª de Nazaré

Mesa de Rendas Alfandegada

"O município se compunha das freguesias da vila de Tutóia, de Nossa Senhora da Conceição de Araioses e de Nossa Senhora das Barreirinhas, tendo cada uma o seu juizado de paz.

A requerimento do padre Lino Antônio Pereira de Sampaio, Vigário encomendado desta freguesia, se passou provisão em 7 de outubro de 1815 para reedificar a igreja-matriz, visto um seu paroquiano correr com tôdas as despesas, e a igreja padecer total ruína.

O têrmo composto destas mesmas freguesias pertencia à comarca de Brejo.

Possuía uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino, e um delegado de instrução pública.

Segundo um arrolamento feito em 1862 constava a sua população de 14 554 pessoas, sendo livres 12 938 e escravas 1 616

Era então a parada do batalhão de infantaria n.º 34 da guarda nacional.

O patrimônio da sua câmara consistia nas terras das fazendas do Lago, do Buriti Redondo, do Salgado, das ilhas de São Cosme, do Canindé, de José Corrêa, do Pontal e da ilha Grande. Segundo a Câmara Municipal, os títulos de posse destas terras se extraviaram no tempo da revolta de 1839.

O que a êste respeito se sabe com certeza é, que o governador e capitão-general João da Maya da Gama, na cidade de Belém em 21 de junho de 1724, por carta de data e sesmaria concedeu 4 léguas de terras ao principal Manoel Miguel e aos índios da tribo tre memês, que foram aldeados pelos padres da companhia no sítio, então chamado Mayrim, onde já haviam dado princípio à edificação de uma igreja.

Depois, por outra carta de data, expedida já na capital desta província a 21 de abril de 1727, êste mesmo capitão-general concedeu aos ditos índios légua e meia de terra na ilha Pará-Mirim, conhecida pelo nome de Cajuais, onde haviam levantado casa e currais.

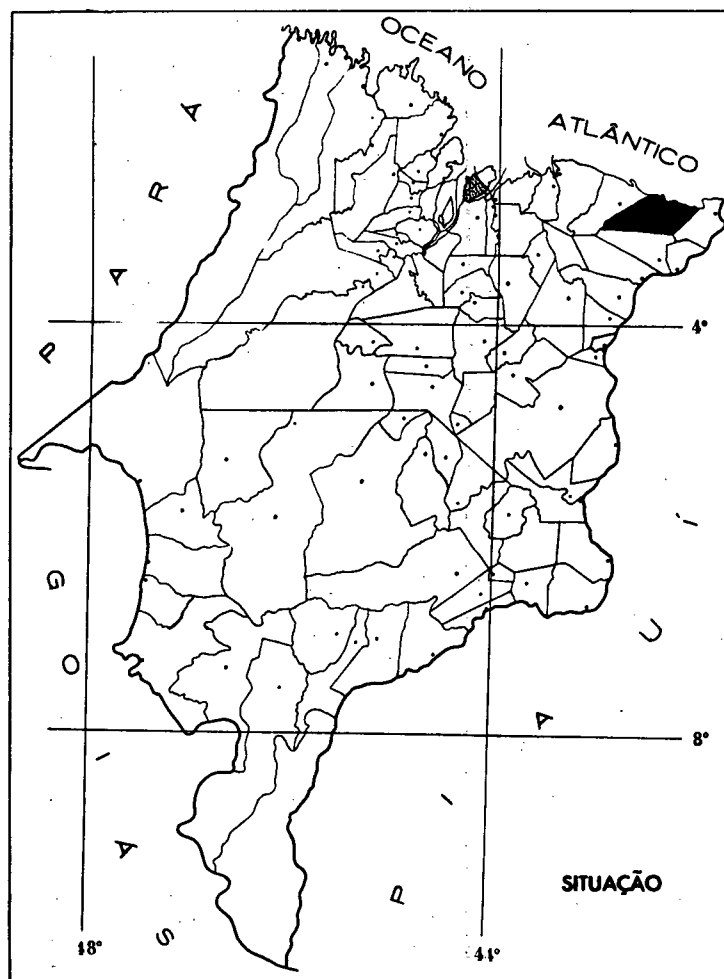
Por um ofício da câmara em 14 de fevereiro de 1827, dirigido ao presidente Pedro José da Costa Barros, se conhece, que ela devia ter 2 léguas de terras por patrimônio, doadas por sua majestade em 1760.

Quando nesse tempo se procedia à demarcação foi esta atrapalhada pelo comandante geral da vila, o capitão Joaquim Diniz Pereira de Castro, por questões com a câmara."

Cento e treze anos após sua elevação à categoria de vila, isto é, em 1871, Tutóia tornou-se de tal maneira decadente que sua sede foi transferida para Barreirinhas, ficando em plano secundário dentro do próprio município. Reagindo contra a situação criada, viu-se Tutóia restaurada em 1890, desmembrando-se de Barreirinhas, para constituir município autônomo.

Em 1938, pelo Decreto-lei n.º 45, de 29 de março, Tutóia foi elevada à categoria de cidade, posição que ainda conserva.

É o atual Prefeito do município o Sr. Felipe Almeida Ramos.

LOCALIZAÇÃO — Faz parte da Zona do Litoral Nordeste, apresentando a sede municipal as seguintes coordenadas geográficas: Latitude Sul — 2° 43' e Longitude W. Gr. — 42° 15' 12". Posição relativamente à capital: rumo — E.S.E.; distância em linha reta — 220 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 3 metros na sede municipal.

LIMITES — Servem de limites a Tutóia: Oceano Atlântico e municípios de São Bernardo, Araioses, Barreirinhas e Magalhães de Almeida.

CLIMA — Todo o município é caracterizado por salubridade admirável devido às brisas marinhas que sopram de leste para oeste, constantemente.

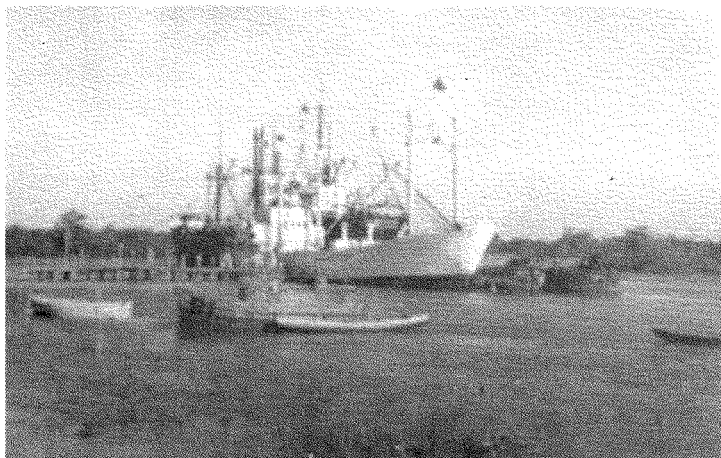
A época chuvosa é de janeiro a maio; a sêca, de junho a dezembro — quando se manifestam os ventos gerais.

Temperatura — Mesmo não havendo Pôsto Meteorológico, são observadas as seguintes temperaturas em graus centí-

grados: média das máximas — 30; média das mínimas — 22; média compensada — 26.

Precipitação no ano, altura total — 1 400 milímetros.

ÁREA — A sua superfície é de 2 522,50 quilômetros quadrados. É o 40.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Apresentava, pelo Recenseamento de 1950, uma população de 22 814 habitantes (11 622 homens e 11 192 mulheres), sendo na zona urbana — 2 543; na suburbana — 1 945; e na rural — 18 326.

Vista do pôrto da cidade

Com exceção de 1 homem brasileiro naturalizado e 4 estrangeiros — 2 casais —, o restante é brasileiro nato.

Há predominância das pessoas que se declararam da côr parda: 13 545, ou seja 59%. O grupo de brancos era o segundo em número: 8 990, ou 39%. O total dos pretos ascendia a 261, ou 1% apenas; 18 pessoas não declararam a côr.

Quanto ao estado conjugal das pessoas de 15 anos e mais (5 962 homens e 5 780 mulheres), foi observado o seguinte resultado: casados — 55% — 3 249 homens e 3 251 mulheres; solteiros — 39% — 2 505 homens e 2 088 mulheres; viúvos — 5% — 204 homens e 435 mulheres; 2 desquitados ou divorciados e 10 que não fizeram declaração de estado conjugal.

O Departamento Estadual de Estatística calcula que, em 1956, Tutóia era habitada por 26 248 pessoas.

Densidade demográfica — Quando do Recenseamento Geral de 1950, era de 9,04 habitantes por quilômetro quadrado, passando, em 1956, para 10,4 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerados urbanos — Existiam no município, na mesma época (1950), 3 aglomerações — a cidade e 2 distritos — com os seguintes efetivos de população (quadros urbano e suburbano):

Cidade	2 955
Barro Duro	892
Paulino Neves	641

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município é representada pela exploração de salinas, fabricação de farinha de mandioca, côco-da-baía (o 1.º produtor do Estado) e a pesca, sendo que o produto desta, além de exportado, serve de base alimentar para grande parte da população. A exportação dêsses produtos atingiu, no ano de 1956, os seguintes totais:

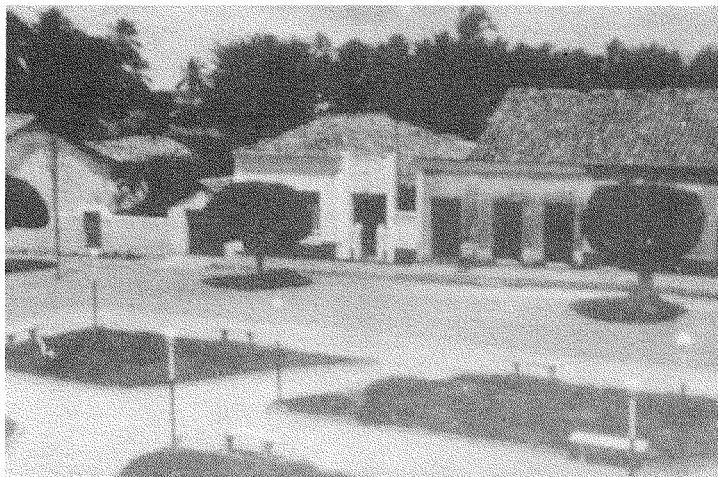
PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Sal marinho............	Tonelada	16 585	4 146 250
Farinha de mandioca.....	»	2 039	3 952 510
Côco-da-baía............	Fruto	9 000 000	2 700 000
Pescado................	kg	153 830	1 925 160

Os demais produtos agrícolas e industriais que o município produziu em 1955 estão representados no quadro abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Produção agrícola			
Arroz em casca......	Saco de 60 kg	30	3 750
Banana............	Cacho	5 900	147 500
Cana-de-açúcar.......	Tonelada	19	2 850
Feijão............	Saco de 60 kg	1 100	286 000
Laranja............	Cento	4 100	143 500
Mamona............	kg	2 400	4 800
Mandioca...........	Tonelada	8 800	792 000
Manga............	Cento	12 000	240 000
Milho............	Saco de 60 kg	1 900	266 000
Produção industrial			
Polvilho............	kg	207 070	627 270
Cêra de carnaúba....	Arrôba	187	130 250
Tijolos e telhas......	Milheiro	183	87 600

As principais firmas que exportam sal — na sua quase totalidade para o sul do País — são: Igoronhen, S.A., José Correia, Maniçoba, Andreza, Canto do Ricardo e Roça Velha.

A pesca é controlada pela Colônia de Pescadores "Sá Viana", com 1 182 filiados, sendo as seguintes as zonas que abrange: praias da Barra, do Arpoador, Moita Verde, Peroba e do Rio Novo; rios Comum, Pôrto de Areia, Bom Gôsto, Barro Duro, e as ilhas Coroatá, das Pombas, do Meio, Grande, Cajueiro, Pontal e Papagaio.

A pescaria apresenta maior rendimento quando realizada no inverno, isto é, de janeiro a junho.

Vista parcial da Praça Presidente Vargas

Sendo Tutóia constituído por pequenas propriedades com áreas relativamente exíguas para pastagens, o gado vacum e demais espécies é criado em diminuta escala. O Departamento Estadual de Estatística calcula a população pecuária em 6 800 bovinos, 10 000 suínos, 2 800 ovinos, 8 000 caprinos, 1 600 eqüinos, 800 asininos e 750 muares.

MEIOS DE TRANSPORTE — O transporte para os municípios limítrofes de Magalhães de Almeida, São Bernardo e Barreirinhas é feito por estrada de tropa, em animal,

num percurso de 120 quilômetros, 84 quilômetros e 75 quilômetros, respectivamente.

Para São Bernardo pode também ser utilizada a via rodoviária (86 quilômetros), e para Barreirinhas a marítima, 160 quilômetros. Araioses: fluvial-marítima, 160 quilômetros e rodoviária, 164 quilômetros.

Não havendo campo de pouso no município, o mesmo não é beneficiado por linhas regulares de navegação aérea. Pequenos aviões, apenas em viagens de emergência, aterrissam nas praias, em determinadas horas, pondo a cidade em comunicação com Teresina e Parnaíba—PI e São Luís—MA.

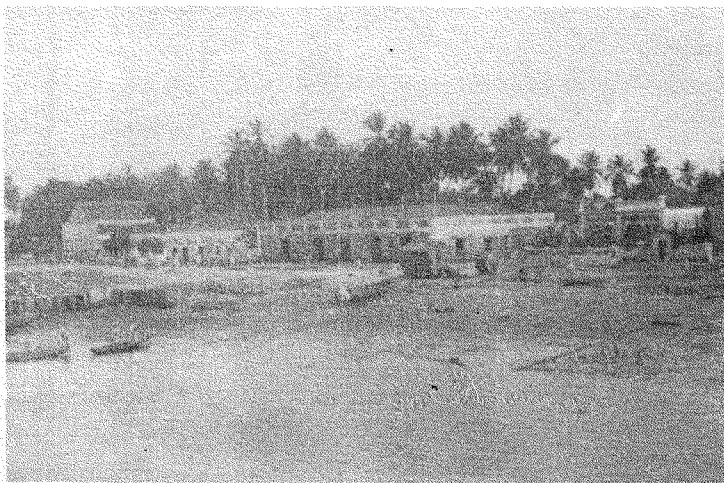
COMÉRCIO — Os estabelecimentos encontrados na sede são: 1 atacadista, 35 varejistas e 1 industrial. Existem, ainda, no interior, 51 varejistas e 21 de prestação de serviço.

De Belém—PA, São Luís—MA, Recife—PE, Fortaleza—CE e Parnaíba—PI, são importados todos os artigos destinados ao comércio local — tecidos, calçados, bebidas, louças, ferragens, perfumarias, medicamentos, derivados de petróleo, etc.

ASPECTOS URBANOS — Contam-se 130 ligações elétricas, na sede municipal; 3 praças públicas, sendo uma arborizada, 1 avenida, também arborizada, e 15 ruas amplas e paralelas com 626 prédios de alvenaria e outros tipos, nas zonas urbana e suburbana.

Calcula-se em 84 600 000 velas-mês, o consumo da energia elétrica em 1956.

Existe a "Pensão Brasil" que, apesar de não possuir instalações apropriadas, goza de regular conceito quanto à mesa e ao mobiliário. A sua diária é de Cr$ 60,00; um mercado público e um açougue, com as mais modernas condições higiênicas, também são encontrados na sede.

O serviço de limpeza pública é feito, periòdicamente, por trabalhadores contratados pela Prefeitura.

Vista parcial da Avenida Rio Branco

Há, na sede, a Delegacia de Polícia que superintende o serviço, feito por um destacamento da Fôrça Policial do Estado (5 soldados, além de 1 Delegado) e pela corporação da Guarda Civil (4 guardas). Nos distritos, existem Subdelegacias.

São 9 os Vereadores em exercício. Em 31-10-1955 votaram 4 000 eleitores.

Na sede do município e nas zonas suburbana e rural há, aproximadamente, 80 aparelhos de rádio.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os tutoienses ressentem-se da falta de assistência médica, hospitalar e casas de saúde, pertencendo ao 4.º Distrito Sanitário, sediado em Brejo.

Existe uma farmácia dotada de regular sortimento dirigida por 1 farmacêutico prático licenciado, e um ambulatório destinado a atividades especìficamente preventivas, mantido pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, sob a direção de 1 enfermeiro diplomado.

Rua Senador Leite

Há um dentista prático com consultório instalado e cuja especialidade é a ortodontia.

ENSINO — A instrução restringe-se ao ensino primário e é difundida através de 33 unidades escolares, sendo 32 de Ensino Fundamental Comum e 1 de Ensino Complementar. No início de 1957 a matrícula de crianças de 7 a 11 anos era de 1 544, sendo 571 na sede e 973 na zona rural.

A Escola Reunida "Casemiro de Abreu" é o principal estabelecimento de ensino público.

Destaca-se o modelar "Instituto Paulino Neves", mantido pela Paróquia "Nossa Senhora da Conceição", possuindo 5 amplos salões de aulas, refeitórios, parque de educação física, cozinha, banheiros e sanitários.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o sexo e com indicação da instrução para as pessoas de 5 anos e mais, o Recenseamento de 1950 encontrou a demonstração abaixo:

MUNICÍPIO, CIDADE E VILA	TOTAL	SABEM LER E ESCREVER		NÃO SABEM LER E ESCREVER (1)	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Tutóia	18 573	1 704	1 533	7 718	7 618
Cidade	2 512	574	561	629	748
Vilas					
Barro Duro	733	99	126	268	240
Paulino Neves	530	111	115	155	149
Quadro rural	14 798	920	731	6 666	6 481

(1) Incluídas as pessoas de instrução não declarada.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede do município e mesmo no interior, existem clubes de futebol, já estando filiado à Federação Maranhense de Desportos o Operário Futebol Clube de Tutóia.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	552	272	340	112	334
1951	567	300	376	125	339
1952	706	433	476	159	310
1953	814	423	761	254	732
1954	1 027	478	844	280	695
1955	1 545	810	832	277	831
1956 (1)	1 432	838	1 062	232	827

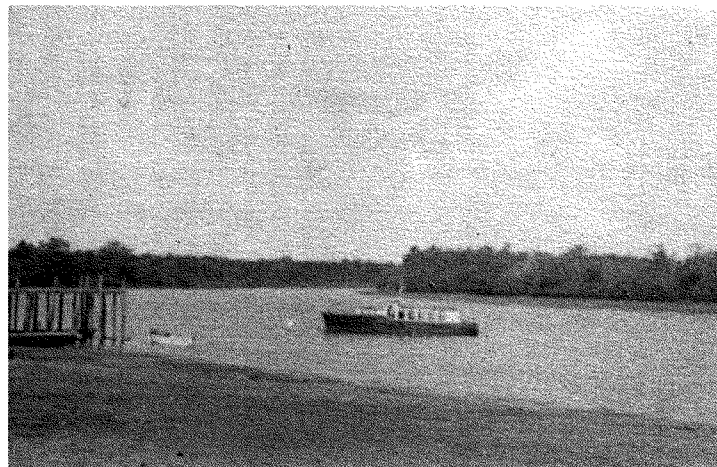
(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Rios: Novo, Fome, Barro Duro, Carrapato e Buritizinho.

Ilhas: Cajueiro, Igoronhen, José Correia, Grande, Pombas e Coroatá. Dentre estas a mais importante é a Igoronhen — onde estão localizadas as maiores salinas do município. Igoronhen é habitada por grande número de pessoas, tem iluminação elétrica e dispõe de trapiche — com 46 metros de comprimento por 3 de largura — para atracação dos navios, rebocadores, lanchas, barcos e canoas, que vêm buscar sal.

No distrito de Paulino Neves, a 2 quilômetros do rio Novo e a 46 quilômetros da sede, encontra-se a Lagoa Taboa, com 54 quilômetros quadrados de superfície, cujas margens, bem férteis, prestam-se à cultura do arroz.

O município possui 4 cachoeiras, sendo a de maior destaque a de São Bento — no rio Buritizinho (navegável 23 quilômetros) — localizada a 36 quilômetros da cidade, sem nenhum aproveitamento, com 2 metros de altura e uma fôrça aproximada de 640 H.P.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — É sede de comarca de 1.ª entrância com 1 Juiz de Direito e 1 Promotor Público.

Vista do pôrto da cidade

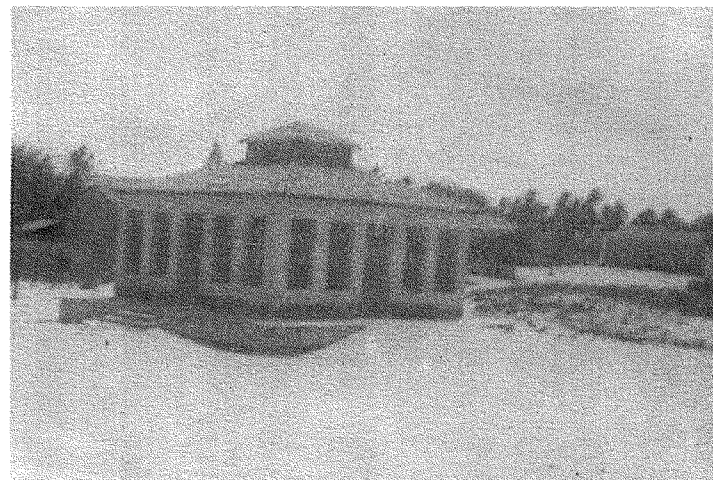
Existem, na sede, 2 Cartórios, o do 1.º e o do 2.º Ofícios e nos distritos de Paulino Neves e Barro Duro estão localizados Cartórios, cujos Escrivães têm a responsabilidade do Registro Civil.

RELIGIÃO — Tutóia pertence à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, subordinada eclesiàsticamente ao Arcebispado de São Luís.

Além da igreja-matriz são encontradas 3 outras igrejas e 13 capelas públicas.

O movimento religioso, durante o ano de 1956, é assim expresso:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Batizados	540
Casamentos	46
Comunhões	2 500
Crismas	120
Procissões	4

Existe a Congregação Cristã Presbiteriana, na sede, com 91 adeptos (53 homens e 38 mulheres). No distrito Paulino Neves — Igrejas Evangélica Assembléia de Deus, com 381 membros (226 homens e 155 mulheres) e Adventista do Sétimo Dia, com 58 (30 homens e 28 mulheres), mantendo cada qual uma Escola Dominical, freqüentadas por 135 e 43 alunos, respectivamente.

Mercado Público Municipal

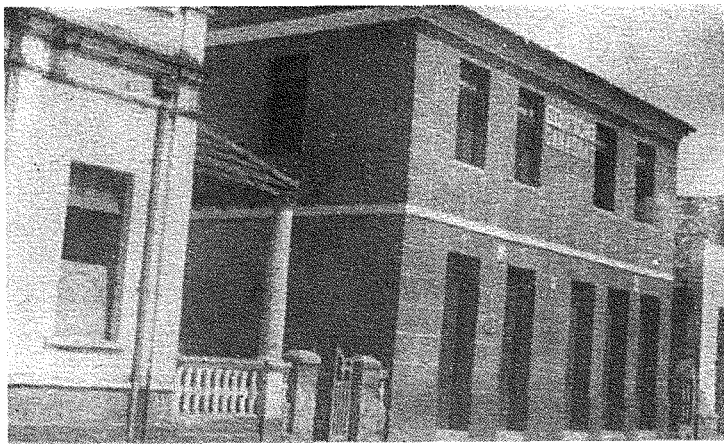
A Religião Católica Romana, pelo Recenseamento de 1950, foi a que apresentou mais adeptos — 98,74%, equivalendo a 11 473 do sexo masculino e 11 055 do feminino. Em proporção menor, foram anotadas as demais crenças: protestante (65 homens e 63 mulheres); outras religiões (54 homens e 50 mulheres); sem declaração de religião (13 homens e 13 mulheres); espírita (13 homens e 6 mulheres) e sem religião (4 homens e 5 mulheres).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade de Tutóia é edificada em terreno pouco acidentado e arenoso. Situada a uma milha da baía do seu nome, é possuidora do melhor pôrto marítimo do Estado, sendo servida por várias emprêsas de navegação nacionais e estrangeiras, visto como dispõe de um amplo ancoradouro com capacidade para receber navios de qualquer calado.

Possui o município, na sede, uma Agência Postal-telegráfica de 2.ª classe, executando todos os serviços, inclusive o urbano, e, no distrito de Paulino Neves, uma Estação Telefônica de 4.ª classe. A extensão da linha telegráfica, dentro do município, é de 88 quilômetros.

Duas são as organizações trabalhistas existentes:

a) Sindicato dos Estivadores de Tutóia — com 150 associados:

de 18 a 25 anos	6
de 25 a 35 anos	40
de 35 anos em diante	104

Edifício Sanveras, onde funciona o IAPETC

Dirige 1 escola primária com 91 alunos, cuja freqüência média mensal é de 54. Em 1956 prestou 343 socorros farmacêuticos e 120 auxílios diversos. Consultas médicas — 60 (em ambulatório) e 155 (em domicílio).

b) Sindicato dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga nos Portos de São Luís e Tutóia — com apenas 26 integrantes:

de 18 a 25 anos	6
de 25 a 35 anos	10
de 35 anos em diante	10

A Prefeitura Municipal, em 1956, fêz o registro de um "jeep" e 12 carros de boi.

Foi de 160 o número dos associados beneficiados pela Cooperativa de Consumo de Responsabilidade Limitada, do Sindicato de Estivadores de Tutóia, instalada desde 15 de abril de 1951.

Colônia de Pescadores "Sá Viana", sob o prefixo Z-12, cuja fundação data do ano de 1932. Tem por limite o município de Barreirinhas e o Oceano Atlântico ao N.; Vila de Barro Duro ao S.; município de Araioses a L. e povoado Tutóia Velha a O.

As embarcações e os utensílios de pesca pertencentes aos pescadores da Colônia estão avaliados em .... Cr$ 907 500,00 e Cr$ 835 600,00, sendo que tôdas as embarcações existentes — 650 canoas — se encontram legalizadas na Agência da Capitania dos Portos.

Nos núcleos Barra, Pôrto de Areia, Sede, Bom Gôsto, Paulino Neves, Arpoador e Jardim estão distribuídas oito escolas — Coelho Neto, Paulino Neves, Benedito Leite, Cândido Mendes, Gonçalves Dias, José de Ataíde, Humberto de Campos e Dr. Epitácio Pessoa, para a educação dos filhos dos pescadores, tendo, em 1956, sido matriculados 321 alunos.

É rico o subsolo do município. No distrito de Paulino Neves as jazidas de "kieselzuhr" já foram exploradas em anos anteriores, pela firma A. C. Teixeira Leite; no lugar Boa Esperança, está situada uma fonte de água mineral que muito embora já tenha sido examinada e considerada de boa qualidade, continua completamente inexplorada.

Há indícios da existência de jazidas de enxôfre e alúmen.

Com o intuito de facilitar a navegação marítima, o Ministério da Marinha possui dois faróis em Tutóia, com as seguintes características, localização e nome:

Farol de Tutóia, construído em 1907 e reformado em 1953. Fica na ponta este a 2° e 42' de latitude S. e 42° e 16' de longitude W. Gr. Tem lampejo branco de 1 segundo, sendo a altitude do foco de 25 metros com um alcance de 15 milhas. É assentado em uma tôrre hexagonal de alvenaria, pintada de branco, com 24 metros de altura. Seu eclipse é de 9 segundos.

Farol Andreza, na ilha do mesmo nome, sendo de armação quadrangular, de ferro, pintado de vermelho e com 7 metros de altura. Sua latitude S. é de 2° e 45' e longitude W.Gr., de 42° e 16'. O foco tem a altitude de 25 metros e alcance de 8 milhas. É de lampejo encarnado de um segundo e eclipse de 5.

EFEMÉRIDES — Sendo Tutóia um pôrto marítimo e Nossa Senhora de Nazaré a protetora dos navegantes, os tutoienses adquiriram uma imagem dessa santa na Europa e, em 1903, construída a primeira capela, passou Nossa Senhora de Nazaré a ser a padroeira da cidade.

A sua festividade ocorre no dia 8 de setembro, com grande afluência de religiosos do interior do município.

A devoção a Santa Terezinha do Menino Jesus no município, data do ano de 1925, logo após a sua canonização, ficando Tutóia privilegiada por ter sido a primeira cidade do Estado do Maranhão a receber a imagem da Santinha de Lisieux.

Para os seus festejos, em outubro, são organizadas comissões, tomando, assim, o máximo de interêsse para que os mesmos se revistam da maior imponência. É comum a participação de outros municípios religiosos devotos da Santa.

Como folguedos populares destaca-se o bumba-meu-boi, que vem sendo exibido no município desde o ano de 1895, durante as noites de 24 a 30 de junho, constituindo, assim, motivo de animadas reuniões.

A brincadeira, que gira em tôrno de um boi, é um arcabouço feito de varas flexíveis, coberto de lona ou veludo, tendo o pescoço um tanto curto, cabeça pintada com estrêlas douradas e os competentes chifres.

O diretor e o sargento envergam dólmã branco com alamares e platinas encarnadas, calça branca com enfeites vermelhos nas ilhargas, cinto de couro prêto e quepe branco. Os amos usam camisa côr-de-rosa, calça branca, chapéu de abas largas enfeitados com fitas, espelhos, estrêlas prateadas; tocam um pequeno tambor chamado "onça"

Rua Senador Benedito Leite

Vestem-se os caboclos reais, de camisa verde e calça branca, complementados por chapéu — forma de coroa — com penas, fitas de côres diversas, pequenos espelhos, e lantejoulas; maneiam espadas de pau. Os vaqueiros têm camisa vermelha, calça branca e, sôbre os ombros, uma lança ou vara de aguilhão, coberta de fitas, a que dão a denominação de "ferrão de boi". O Pai Francisco, por sua vez, aparece com paletó prêto, calça branca, chapéu e máscara de couro, empunhando espingarda e facão de pau. Quanto à Tia Catarina e D. Izabelinha — personagens também do sexo masculino — trazem vestuários femininos. Cobrem a cabeça com touca e exibem guarda-chuva ou sombrinha. Os demais participantes trajam camisa azul, calça branca e tocam pandeiros, matracas ou mesmo palmas — duas peças de madeira, batida uma à outra.

A brincadeira é entremeada de danças extravagantes, diálogos cômicos e cantigas sonoras, os quais variam de ano para ano.

Muito comum ainda no município é a queima do Judas, resumindo-se no hasteamento, nas improvisadas fôrcas armadas nas ruas e praças públicas, de tradicionais bonecos de pano "Judas", sendo por fim queimados e malhados pela garotada, por ocasião do sábado de aleluia. Como parte fundamental aparecem os testamentos, nos quais os supliciados deixam heranças fantásticas, sempre elaborados em pequenas quadras e lidos em público por um tabelião improvisado, provocando hilaridade.

(Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Capitania dos Portos do Maranhão, Inspetoria Regional de Estatística Municipal e Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, Cezar Augusto Marques, (S. Luís — 1870). páginas 545 a 547; Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva.)

URBANO SANTOS — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Entre 1840 e 1841, em plena efervescência da tremenda luta que no Maranhão criou fama com o nome de "Guerra da Balaiada", grande parte dos insurretos tomou direções várias, procurando refúgio seguro, sobretudo quando passaram êles a sentir os rigores da atuação enérgica e vigilante do então já valoroso coronel Lima e Silva, mais tarde Duque de Caxias.

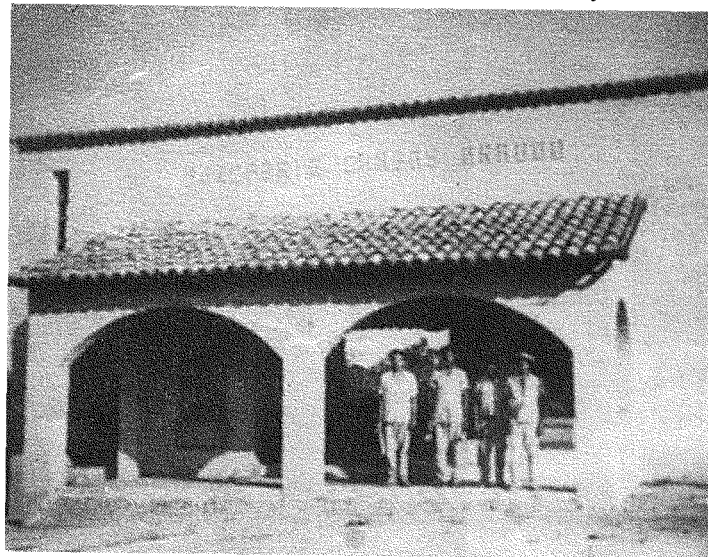
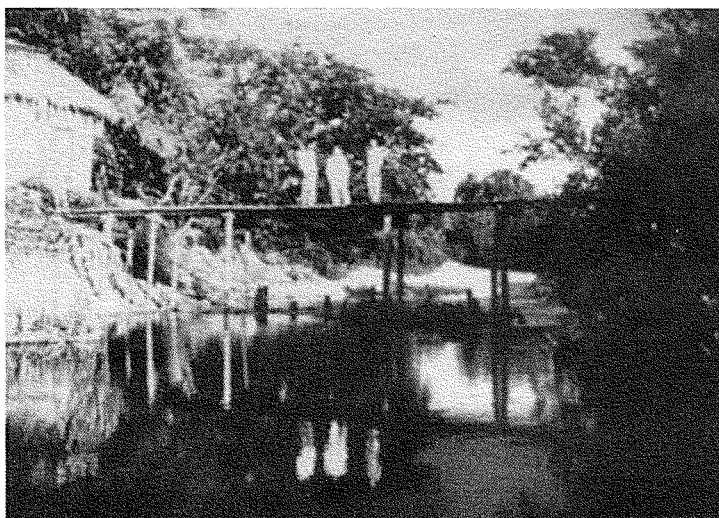
A debandada se alastrava, sem pouso certo, tendo uma parcela dos fugitivos preferido o rumo fadado a ser, anos depois, o município de Urbano Santos, certos de que, por êsse modo, ficariam, como realmente ficaram, livres da captura imposta pelas fôrças legais. Amocambaram-se, pois, à margem do rio que, por isso mesmo, tomou a designação de Mocambo. Nesse abrigo, foram garantindo a subsistência, fixando residência, vinculando-se, depois, a elementos de outras procedências, pois principiava a oferecer animado trânsito, a estrada que, oriunda da comarca de Campo Maior, no Estado do Piauí, passava pela cidade de Brejo dos Anapurus, vindo cortar o lugarejo Mocambo. A fertilidade do solo associada a outras vantagens regionais já despertavam bastante interêsse e grande atração, como ponto vantajoso para fixação de residência.

Foi assim que se desenvolveu, à margem do rio, o lugarejo que, de início, recebeu o nome de Mocambinho e, pela sua evolução ou, mesmo ainda, devido ao nome do rio, passou, já com o aspecto de povoação, a chamar-se Mocambo.

Dia a dia mais aumentava o número de habitantes nas margens do rio Mocambo, que se assinalavam propícias para qualquer espécie de lavoura e à criação de gado; na fase invernosa, entretanto, havia dificuldades para travessia do rio. Calculadamente em 1864, o cidadão Paulo Fortes, o mais destacado comerciante local, tomou a iniciativa de mandar arquitetar, em frente ao seu estabelecimento, uma ponte de madeira, trabalho que foi executado com todos os requisitos que na época se poderiam exigir. Tal notícia se divulgou intensamente, merecendo a obra original por parte do povo entusiasticos louvores. Nada obstante a grande fama, sentiu-se que a ponte, despertadora de tanta atenção e motivo de tão amplos comentários, não poderia resistir à pujança do movimento que, em acelerada atividade, se intensificava na futurosa região. Recorreu-se, então, ao Govêrno que, por fim, resolveu atender aos anseios do povo, fazendo construir, em outro local, por onde é ainda hoje feito o trânsito público, uma ponte mais ampla e mais segura, sendo orçado o seu trabalho em Cr$ 2 000,00, naquela época.

Essa importante obra que viria sobrepujar, conforme se verificou, a situação já precária da que se levara a efeito anteriormente, recebeu o batismo de Ponte Nova. Com o decorrer dos tempos, o título se generalizou por todo o povoado e daí surgiu a vila de Ponte Nova.

Em 1904, o cidadão Paulino Rodrigues de Carvalho, grande industrial residente no lugar Bonfim, situado, mais ou menos, a 42 quilômetros de Ponte Nova, levou a efeito, conforme lhe fôra autorizado, uma rigorosa reforma na ponte nova, do rio Mocambo, que assim se tornou mais apta para assegurar em eficiência a sua finalidade. Foi o operário Jerônimo Fernandes Guimarães o executor dêsse trabalho, que, uma vez concluído, foi, por parte do Govêrno, fiscalizado pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira.

Em 1924, houve uma enchente de grandes proporções no rio Mocambo, tomando algumas ruas mais baixas da cidade, não causando, contudo, grandes prejuízos.

Aeroporto Municipal

Ponte sôbre o rio Mocambo

Por Lei n.º 1 324, de 9 de março de 1929, foi Ponte Nova elevada à categoria de vila, sendo nesse mesmo ano o seu nome alterado para Urbano Santos, em homenagem ao vulto do ilustre maranhense Urbano Santos. O município foi instalado a 10 de junho de 1929, tendo se dado, também, nessa data, a posse do primeiro Prefeito, Senhor Francisco Chagas de Araújo.

A Câmara Municipal teve como primeiros membros, em 2 de abril de 1929, Manoel Ferreira de Souza, Odorico José de Barros, Álvaro Pereira de Araújo, José Roques Pantaleão, José Paulo Abtibol, Martiniano Félix da Silva e Antônio Rodrigues de Lima.

O Decreto-lei estadual n.º 75, de 22 de abril de 1931, extinguiu o município, passando êle a fazer parte do de Brejo.

O rio Mocambo foi palco de nova inundação, em 1934, ocupando várias ruas, e teve a duração de 3 dias apenas. Nessa ocasião a lancha "Laborina", de propriedade do Sr. José Coimbra, vindo de Cachoeira, chegou à cidade atracando em frente ao prédio que servia de cadeia. Em outros anos sempre tem havido enchentes, porém pequenas.

O município de Urbano Santos foi restabelecido pelo Decreto-lei n.º 919, de 30 de setembro de 1935, e criado o têrmo judiciário, subordinado à comarca de Brejo.

Teve a categoria de cidade pelo Decreto-lei n.º 45, de 29 de março de 1938.

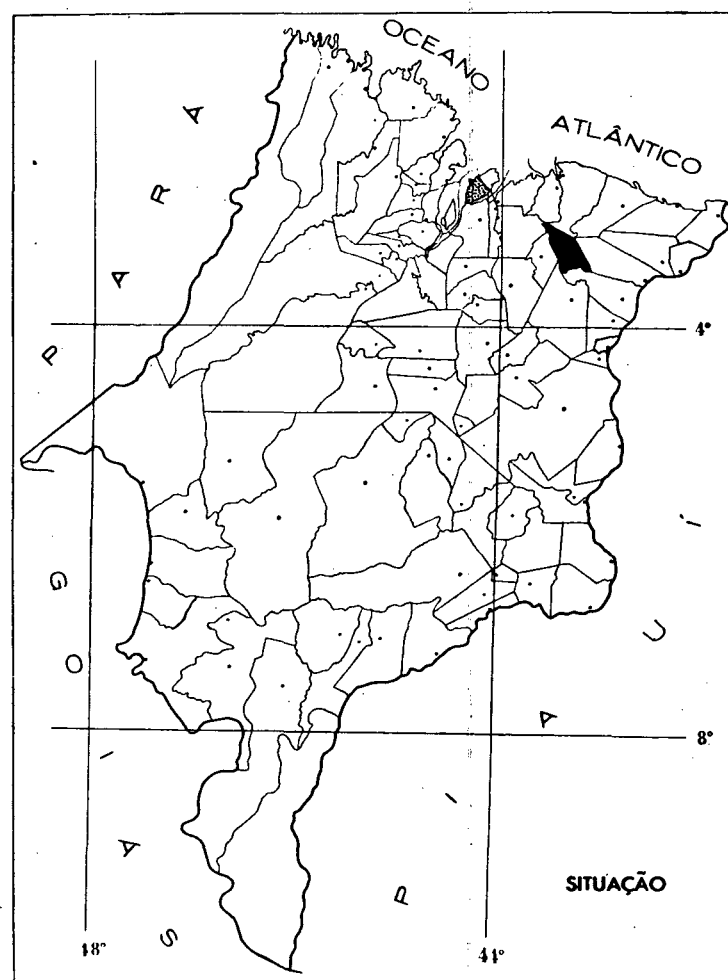
Urbano Santos passou a têrmo da comarca de Chapadinha, situação em que ainda se mantém, pela Lei número 1 225, de 19 de julho de 1954.

No período de 1929 a 1945, Urbano Santos teve os seguintes Prefeitos: Francisco das Chagas Araújo e Antônio Augusto Vidigal (eleitos); e nomeados na época da ditadura: Sebastião Ferreira Bandeira (4 meses), Abdias Tôrres (2 anos), Osias Vasconcelos (2 anos), José Antônio de Araújo (4 anos), Júlio Noronha de Sousa (2 anos, 4 meses e 24 dias), José Gervásio de Araújo (4 meses) e Maria de Carvalho Oliveira (8 meses).

Em 1946 foi eleito o Sr. Jonas Marques de Araújo que se manteve no cargo durante o quadriênio 1947-1950. Durante essa mesma fase estiveram como vereadores os Senhores Nelson Batista Aguiar, Maria Nunes de Andrade, Umbelina Almeida Araújo, José Almeida de Souza, Gervásio da Costa Marques, Francisca da Costa Barros e Miguel Rodrigues de Almeida. De 1951 a 1955, dirigiu o município, o Sr. João de Araújo Carvalho, tendo também sido eleitos vereadores os Srs. Miguel Lopes de Araújo, Manoel Artagnan de Araújo, Aristides Francisco de Araújo, Firmino Araújo Andrade, Antônio Gregório Pestana, Odorico José de Barros e Luís Rodrigues de Aguiar.

Atualmente está à frente da comuna o Sr. Henry Duailibe, que substituiu a Vice-Prefeita Neusa da Costa Rodrigues, tendo esta permanecido por 15 meses em virtude de eleição suplementar realizada em uma secção do município. A Câmara Municipal é formada presentemente por 9 membros: Manoel Artagnan de Araújo, Aristides Francisco de Araújo, José da Silva Soeiro, Arlindo Abtibol, Antônio Gregório Pestana, Inês Maria de Carvalho, Pedro de Souza Santos, José Alves Portela e Luís Rodrigues de Aguiar.

LOCALIZAÇÃO — Urbano Santos situa-se na Zona Fisiográfica do Baixo Parnaíba, à margem direita do rio Mocambo. Limita com os municípios de Primeira Cruz, Santa Quitéria do Maranhão, Brejo, Chapadinha, São Benedito do Rio Prêto, Morros e Barreirinhas.

A cidade fica a 153 quilômetros em linha reta da Capital do Estado, rumo S.E. e possui as seguintes coordenadas geográficas: 3° 29' 45" de latitude Sul e 43° 17' 45" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal, 90 metros.

CLIMA — Temperado e saudável. Chove abundantemente, com rara mudança, de janeiro a maio. Temperatura em graus centígrados: média das máximas: 32, das mínimas: 22 e mais freqüente: 27, verificada em 1956.

ÁREA — A área de Urbano Santos é de 1 165 quilômetros quadrados, figurando no 67.° lugar em relação às dos demais municípios.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município começa banhado pelo rio Mocambo desde o lugar Mato Grande, até os limites com o município de Vargem Grande, apenas navegável por pequenos barcos. O seu único afluente é o Boa Hora.

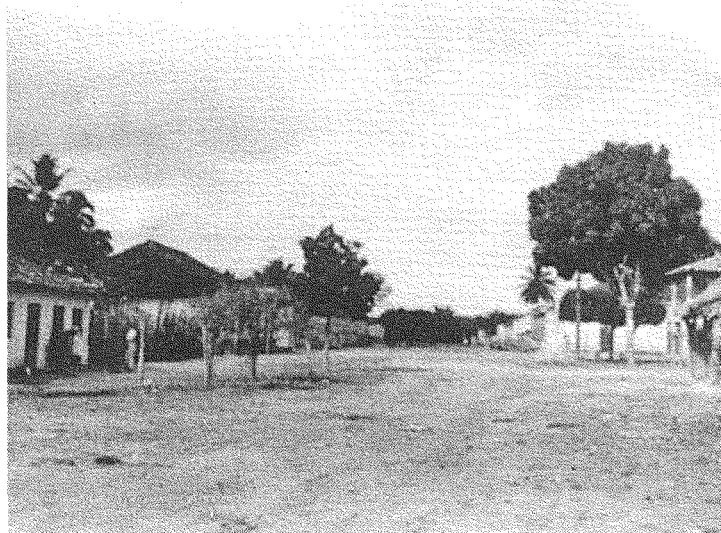
Não há lagoas, porém, alguns pequenos lagos que secam na época do verão.

RIQUEZAS NATURAIS — Não são conhecidas riquezas minerais no município. As mais notáveis dentre as vegetais são babaçu, tucum, madeiras de lei, sementes oleaginosas e diversas raízes medicinais. Existem grandes reservas florestais e, por essa razão, é avultado o número de animais silvestres — veados, caititus, gatos maracajás, pacas, cutias e onças.

A safra de babaçu em 1956 foi de 100 270 quilogramas, valendo Cr$ 1 153 105,00; a de tucum, de 20 210 quilogramas, no valor de Cr$ 107 113,00; a de jaborandi, de 90 200 quilogramas, no valor de Cr$ 243 540,00.

POPULAÇÃO — A população de Urbano Santos, segundo o Recenseamento de 1950, era de 11 029 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 5 644; mulheres — 5 385; pardos — 10 012; brancos — 762; pretos — 248. Das pessoas de 15 anos e mais em número de 5 418, eram casados — 3 087; solteiros — 2 006 e viúvos — 320. Existiam 1 estrangeiro e 1 sem nacionalidade expressa. Em religião predominaram os que se declararam católicos romanos, no total de 11 006; 18 eram os protestantes e 5 os sem religião. A densidade demográfica era de 9,47 habitantes por quilômetro quadrado. Houve maior concentração no quadro rural, onde se localizavam 90% do total.

O Departamento Estadual de Estatística calculou que, em 1956, Urbano Santos já possuía 12 652 habitantes, passando, em conseqüência, sua densidade demográfica para 10,8 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Era apenas a cidade de Urbano Santos a aglomeração urbana do município, com 1 142 habitantes (529 homens e 613 mulheres), conforme os dados de 1950.

Rua Manoel Inácio

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Firma-se na lavoura a base econômica do município, principalmente a da mandioca e, conseqüentemente, a fabricação de farinha e aguardente que, em 1955, apresentaram produção de Cr$ 2 151 050,00 e Cr$ 294 000,00, respectivamente.

O quadro abaixo fornece o resultado da produção agrícola e industrial em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Agrícola			
Arroz com casca	Saco de 60 kg	3 150	220 500
Cana-de-açúcar	Tonelada	900	315 000
Feijão	Saco de 60 kg	50	15 000
Mandioca	Tonelada	1 700	340 000
Milho	Saco de 60 kg	300	15 000
Industrial			
Farinha de mandioca	kg	1 644 100	2 151 050
Aguardente de cana	Litro	42 000	294 000

Os produtos agrícolas são exportados para os Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e a Capital do Estado.

Seus rebanhos são pequenos e não selecionados. O Departamento Estadual de Estatística calcula que o número de cabeças em 1956 era de 12 240, assim distribuídas:

bovinos	1 500
suínos	8 000
ovinos	100
caprinos	780
eqüinos	1 050
asininos	360
muares	250

A Agência Municipal de Estatística, em 1956, estimou a produção do pescado em 2 750 quilogramas no valor de Cr$ 32 560,00. A época mais propícia é de fevereiro a junho, por ser justamente a de maiores chuvas.

COMÉRCIO — Na cidade há 11 estabelecimentos comerciais do sistema varejista. Tecidos em geral, miudezas, querosene, fumo, sabão e outros são importados de Sobral e Fortaleza—CE, Parnaíba—PI e São Luís—MA.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O transporte rodoviário ou a cavalo são os mais comuns entre Urbano Santos e as sedes municipais limítrofes: para Barreirinhas, Humberto de Campos, Morros e Primeira Cruz — a cavalo, com 114 quilômetros, 110 quilômetros, 105 quilômetros e 120 quilômetros, respectivamente; São Benedito do Rio Prêto, rodoviário, 24 quilômetros; para Chapadinha e Santa Quitéria do Maranhão: rodoviário 100 quilômetros e 149 quilômetros, ou a cavalo 84 quilômetros e 138 quilômetros; Brejo: rodoviário, 113 quilômetros ou aéreo, 124 quilômetros.

Para a Capital do Estado, via aérea ou rodoviária, gastando-se 30 minutos ou 1 dia, numa distância de 115 quilômetros ou 300 quilômetros, respectivamente.

O município é servido por linhas regulares de navegação aérea do Consórcio Real-Aerovias-Aeronorte, possuindo um bom campo de pouso.

Para recebimento e distribuição de telegramas e cartas, funciona a Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — O município é dotado de luz elétrica. Nenhum logradouro possui calçamento, a não ser algumas calçadas marginais de casas, cimentadas.

Na sede municipal há oito aparelhos de rádio.

Há a Guarda Civil Municipal com 1 Delegado, 3 guardas e 2 soldados; a Cadeia Pública, inaugurada em 1.º de janeiro de 1950, com prédio construído para êsse fim, tem 3 pavilhões e acomodações para apenas 10 presos correcionais.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à população por intermédio do 11.º Distrito Sanitário (Pôsto de Higiene), centralizado em Brejo, cujo médico, periòdicamente, vem ao município. Existe apenas um socorro farmacêutico dirigido por prático licenciado.

COOPERATIVISMO — A Cooperativa Mista Agropecuária de Urbano Santos Limitada, instalada em 1.º de janeiro de 1954, com 76 sócios, tem como finalidade — crédito sob diversas modalidades. Em 1956, realizou 237 empréstimos, totalizando Cr$ 397 595,00.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 9 024 pessoas com 5 anos e mais, sendo que apenas 1 391 sabiam ler e escrever (837 homens e 554 mulheres), o que representa 15,4% sôbre o total, bem menor do que a porcentagem encontrada para o Estado, que é de 21,7%.

Ensino — É ministrada, no município de Urbano Santos, apenas a instrução primária através de 34 unidades escolares, sendo 26 de ensino Fundamental Comum, 7 de Fundamental Supletivo e 1 de Complementar.

Nessas escolas estavam matriculadas, no mesmo ano (1957), 692 crianças de 7 a 11 anos, sendo 198 na sede municipal e 494 na zona rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há apenas a União Artística Operária Pontenovense do Norte, fundada em 1950, tendo por principal finalidade o congraçamento. Destina-se a artistas, operários e lavradores, e conta 159 associados.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	234	197	264	30	365
1951.......	249	208	298	49	242
1952.......	299	222	359	60	451
1953.......	633	314	706	74	549
1954.......	410	375	580	169	505
1955.......	497	329	523	26	811
1956 (1)....	350	314	440	90	440

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas as principais manifestações populares, como sejam as festas: de Nossa Senhora da Piedade — padroeira da cidade, que se realiza a 8 de setembro. Teve origem no ano de 1885, afluindo muitos forasteiros que se destinam, em parte, à exploração comercial; a de São Sebastião, a 20 de janeiro, e a do Sagrado

Rua Monsenhor Gentil

Coração de Jesus, a 15 de julho. Tôdas são encerradas com procissão e promovidas por comissões designadas pelo Vigário da Paróquia.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos do lugar recebem o gentílico urbano-santense.

O município possui 3 caminhões, 30 carros de boi, 2 carroças de 2 rodas e 1 cabriolé.

Em 1954, o Ministério da Agricultura instalou o Pôsto Agropecuário de Urbano Santos, que é dirigido por um engenheiro-agrônomo; ocupa uma área de 200 ha. Possui culturas de coqueiro, laranjeira, arroz, milho, feijão e mandioca. Produziu na última safra (1956-1957) 1 100 quilogramas de milho e 600 quilogramas de feijão; 1 casa para residência do administrador; 1 galpão de máquinas, oficinas e depósitos de materiais; 4 130 metros de cêrca de arame farpado com 5,6 e 8 fios e rodapés; são as benfeitorias de que dispõe o Pôsto de Urbano Santos.

Quanto às máquinas, conta: 1 carrêta agrícola "Pontal", 1 arado de aiveca reversível, 1 sulcador, 1 grade de oito discos, 1 semeadeira, 2 extintores de formiga, 5 polvilhadeiras, 1 cultivador, 1 pulverizador e 6 carros para atêrro.

(Autor do histórico — Eider Araújo, A.E.; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Departamento de Terras, Geografia e Colonização, Serviço Nacional de Recenseamento, Inspetoria Regional de Fomento Agrícola e Inspetoria Regional de Estatística; Redação final — Maria Emília Valente e Arthur Dias de Paiva.)

VARGEM GRANDE — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Vargem Grande ou vila da Manga do Iguará — Povoação, freguesia, vila e município da comarca do Itapecuru.

Povoação — Antigamente houve um pequeno povoado no encontro da estrada das boiadas, que parte de Caxias, com a que, vindo da vila da Manga, segue para a do Itapecuru-Mirim. Foi mui bem escolhido êste lugar por ser plano, abundante de pastos, e banhado pelos rios Iguará, Munim e Prêto, e por isso muito próprio para a criação e sôlta de gados. Além destas vantagens, dista uma légua do Iguará e duas da Manga, portos de embarque.

Prefeitura Municipal, vendo-se a Agência de Estatística

Freguesia e vila — Foi neste lugar criada uma freguesia com a invocação de São Sebastião da Manga do Iguará pelo § 6.º do artigo 1.º da Lei provincial n.º 13, de 8 de maio de 1835, e anteriormente elevada à categoria de vila pela resolução régia de 19 de abril de 1833 e Lei provincial n.º 7, de 29 de abril de 1835.

O patrimônio da municipalidade consiste em meia légua de terras com três de fundo, dentro das quais está colocada a vila, e que foram compradas a 10 de janeiro de 1854 pela mesma câmara ao capitão Francisco Raimundo Ferreira Coelho em virtude da portaria da presidência, de 29 de dezembro de 1853.

Pela Lei provincial n.º 175, de 9 de novembro de 1843 foi mudado o assento da vila para o lugar denominado Ôlho-d'Água no mesmo município, e depois ainda transferida para a Vargem Grande pela Lei provincial n.º 203, de julho de 1842.

Pela Lei provincial n.º 449, de 7 de outubro de 1857 foi transferida para esta vila a cadeira de primeiras letras para meninas, criada pelo artigo 2.º da Lei provincial n.º 418, de 1856, na povoação de Chapadinha.

A sua agricultura consistia, então, na plantação de arroz, algodão e cana-de-açúcar, e a sua maior fonte de renda, na criação de gado vacum.

Era a parada do batalhão de caçadores n.º 20, da guarda nacional, pertencente ao comando superior do Itapecuru-Mirim, e de uma companhia avulsa de reserva.

Em tôda a freguesia encontravam-se 7 000 pessoas, sendo 5 918 livres e 1 082 escravas.

É voz corrente que existe uma montanha junto ao lugar Ourives, que todos os anos sofre explosão, acompanhada de grande estrondo, que é ouvido até à distância de 8 léguas, por cujo motivo lhe chama o povo o morro do Arrebentado, porque a explosão abre grandes fendas no morro, arrojando pedras com tanta fôrça, que já têm matado animais.

Desperta bem tristes recordações a história desta vila, Manga, porque foi nela que, em 13 de dezembro de 1838, se apresentou Raimundo Gomes, homem de côr escura, e acompanhado de nove da sua raça, arrombaram a cadeia da vila, soltaram os criminosos e daí partiu o facho da revolução do Balaio, sem importância em seu princípio, feroz em seu desenvolvimento, e que só terminou depois de deixar muitas famílias na mais completa miséria, a província coberta de luto, e a dor em todos os corações.

Município — Compõe-se da freguesia de São Sebastião da Vargem Grande e da de Nossa Senhora das Dores da Chapadinha, e pertence à comarca do Itapecuru. (Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão, por Cezar Augusto Marques — Maranhão-1870).

Ainda sôbre os acontecimentos da Balaiada, escreve José Ribeiro Amaral:

"Aqui nasceu a Balaiada: Manga, a sombria, enfêrma e deserta vila da Manga, deu-lhe o berço!

Aos 13 de dezembro de 1838, uns 9 homens, capitaneados por Raimundo Gomes, entraram sem oposição pela vila da Manga, apoderaram-se das armas e munições que encontraram no quartel do destacamento, soltaram alguns presos e recrutas que acharam retidos, fizeram requisições sediciosas, demorando-se aí uns 5 dias sem serem nem de leve incomodados, e partiram por fim para a Chapadinha por não terem encontrado o menor apoio. Eis o comêço da espantosa rebelião que abrasou o Maranhão!

Triunfou a desordem nos seus primeiros dias, alentada pela imprevidência e fraqueza daqueles que a não quiseram ou não souberam esmagar.

De posse o presidente do govêrno, que então era Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, das comunicações oficiais, que o inteiravam ao certo dos acontecimentos que se acabaram de dar na vila da Manga, não ligou, ao que parece, à importância que o caso exigia.

Considerou aquilo, talvez, um movimento passageiro, e confiando demais na autoridade e prestígio dos prefeitos, oficiou-lhes dando instrução a respeito e tudo esperando da atividade e energia dêles, sem se lembrar de que pelas suas violências eram êles os apontados como causadores daquele rompimento. Fêz também marchar no dia 21 de dezembro dêsse ano 30 praças de polícia, comandadas por um alferes, considerando essa fôrça mais que suficiente para restabelecer a paz alterada.

E a isto se limitaram as suas primeiras providências! E daí o que aconteceu? A insurreição tornou-se geral nas classes inferiores.

Conhecendo Raimundo Gomes a fraqueza, a indecisão, e mesmo a covardia dos agentes do govêrno, que não se animavam a sair-lhe ao encontro, começou a campear livremente. Os bandos dos sediciosos, que a princípio se achavam restritos ao município da Manga, julgando-se já bastante fortes e poderosos, principiaram, audazes e ameaçadores, a estender as suas depredações a outros municípios vizinhos, infestando, seguidamente, a Chapadinha, a Miritiba (hoje município de Humberto de Campos), o Icatu e a Tutóia.

No dia 18 de abril de 1839, a 12 quilômetros da Chapadinha, no ponto denominado "Angicos", ocorreu a capitulação e massacre de uma coluna que do Brejo havia saído para bater os rebeldes.

Êste desastroso acontecimento, cuja notícia ecoou tristemente por tôda a província, passou-se da seguinte forma: Organizada uma expedição, composta de 110 praças de linha e 60 paisanos ou guardas nacionais, cujo comando foi confiado ao capitão Pedro Alexandrino de Andrade e tenente-coronel João José Alves de Souza, partiu ela do Brejo no dia 5 de abril com direção à Chapadinha, onde, feita a junção com as fôrças do major Falcão, trata-

riam de bater os rebeldes que se achavam por aquelas imediações.

Extenuados de fadigas, quase sem munições, atalhados a cada passo pelas águas e lama, barrancos profundos, árvores derribadas pelo inverno, ou mui de indústria pelos rebeldes, vendo cair mortos dois dos seus companheiros, e embaraçados com o grande número de feridos, que então chegavam a trinta e tantos, avançavam êles resolutos e com uma intrepidez digna de melhor sorte, chegando finalmente no dia 14 pelas 4 horas da tarde nos "Angicos", restando a poucos soldados um a dois cartuchos, e a outros, apenas a arma carregada.

Foram terríveis os dias 15, 16 e 17!

No dia 18, ao amanhecer, conhecida a impossibilidade de prolongar-se a resistência só no interêsse de uma vã e dolorosa esperança de socorro, mandou o capitão Pedro Alexandrino fazer proposições aos rebeldes, que as aceitaram prontamente, e depois de algumas conferências com o chefe Antônio José do Couto Pinheiro (o Mulungueta) e das aparências de uma capitulação, formou-se a nossa brava mas infeliz tropa, entregou as armas e rendeu-se prisioneira.

Às 5 horas da tarde, saindo o capitão Pedro Alexandrino da casa onde se achava para ir ao aquartelamento dos chefes rebeldes, foi assassinado com tiros; o tenente-coronel João José Alves, que jazia molesto e quebrantado em uma rêde, foi cozido a facadas; e os três oficiais restantes, dois alferes de polícia, e um, ajudante de 2.ª linha, teriam a mesma sorte, se lhes não valessem os seus próprios rogos; os pareceres contrários dos rebeldes em disputa, e por ventura o seu capricho sanguinário já satisfeito por então com duas vítimas. (Crônica Maranhense).

Em 1840, já sob a administração do coronel Luís Alves de Lima, serviu a pequena povoação, hoje cidade de Vargem Grande, de acampamento à 3.ª coluna, às ordens do major Feliciano Antônio Falcão.

Em março dêsse ano, aí apresentou-se pela primeira vez êste presidente, que chegou a tempo de providenciar sôbre a vila de Miritiba que acabava de cair em poder dos rebeldes.

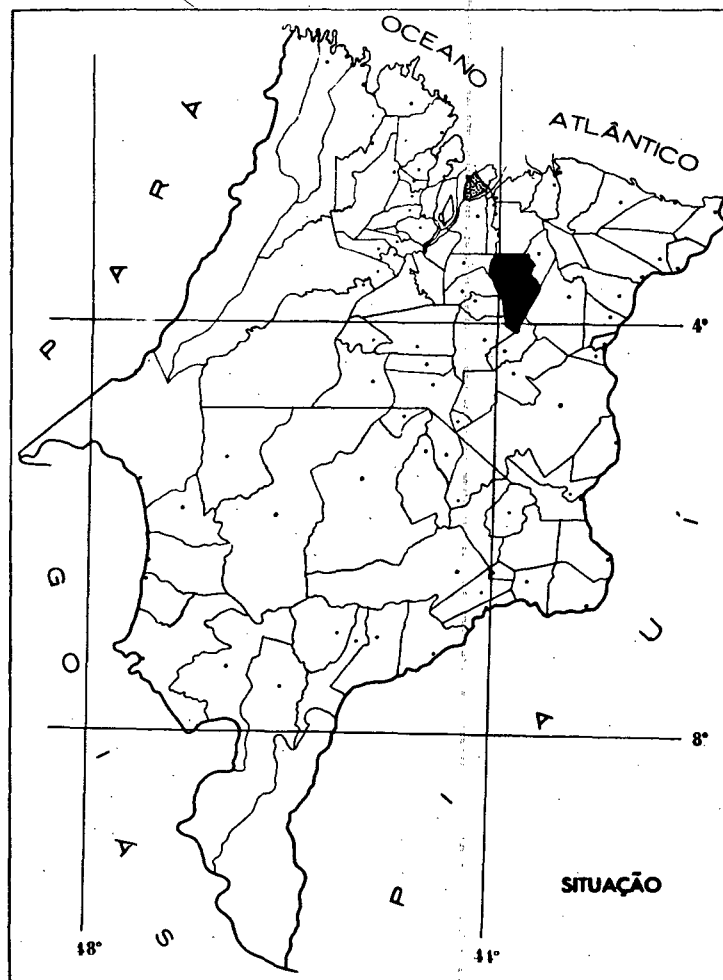
Em 12 de agôsto, apresentou-se pela segunda vez no referido acampamento o dito presidente, que desenvolveu a mais rara atividade, despachando partidas exploradoras contra os rebeldes.

A 23 achava-se ainda aí o presidente, quando recebeu a notícia da declaração da maioridade de D. Pedro II; imediatamente ali mesmo mandou formar em grande parada a 3.ª coluna, e à sua frente saudou com vivas e salvas de artilharia e fuzilaria tão agradável notícia, e oficiou a todos os pontos militares, colunas e autoridades para que se fizessem as mesmas demonstrações festivas, regressando dias depois para a capital da província".

Hoje, porém, é sede de Comarca de 1.ª Entrância.

Teve a categoria de cidade pelo Decreto-lei estadual n.º 45, de 29 de março de 1938, com os distritos de Vargem Grande e São Benedito, criados pelo Decreto-lei estadual n.º 159, de 6-12-1938.

Com a nova divisão administrativa do Estado, passou a ser constituído de um único distrito. É atual Prefeito do município o Sr. Albino Gomes.

LOCALIZAÇÃO — Vargem Grande faz parte da Zona Fisiográfica do Itapecuru. Coordenadas geográficas da sede municipal: Latitude S. — 3º 40' 20" — Longitude W. Gr. — 43º 54' 30". Posição relativamente à Capital: rumo — S.S.E.; distância — 129 quilômetros (em linha reta).

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 230 metros na sede municipal.

CLIMA — O inverno tem início em janeiro e termina em junho, quando há grandes trovoadas e a temperatura baixa de maneira sensível. O verão vai de julho a dezembro, sendo então o calor mais intenso.

Não há Pôsto Meteorológico no município.

ÁREA — Totalizando 2 848,50 quilômetros quadrados, Vargem Grande é o 36.º município maranhense em grandeza territorial.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, Vargem Grande tinha a seguinte população: total — 23 109, sendo homens 11 638 e mulheres 11 471.

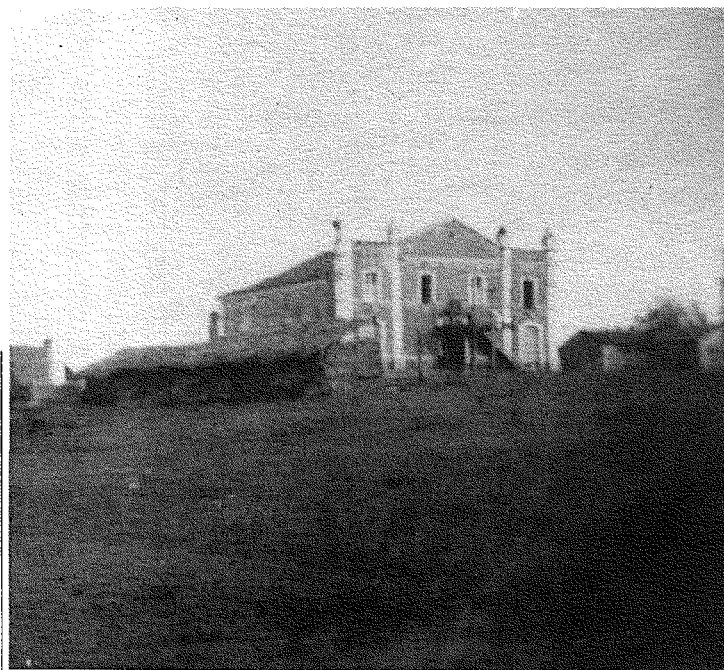
Com referência à côr, são observados os seguintes índices: 58,5% pardos, 13 523 (6 840 homens e 6 683 mulheres); 30,1% brancos, 6 972 (3 446 homens e 3 526 mulheres); 11,2% pretos, 2 573 (1 332 homens e 1 241 mulheres); 0,2%, 41 sem declaração de côr.

Das pessoas recenseadas de mais de 15 anos, num total de 12 925, a situação quanto ao estado conjugal era a que a seguir se demonstra:

Casados — correspondendo a 52%, maior predomínio, totalizando 6 671, dos quais 3 292 do sexo masculino e 3 379 do feminino; solteiros — 5 294 (2 926 do sexo mas-

culino e 2 368 do feminino); viúvos — 924 (302 do sexo masculino e 622 do feminino); 6 desquitados ou divorciados e sem declaração do estado civil — 30.

Apenas 95 pessoas, das 23 109 recenseadas, não eram católicas, sendo 83 protestantes (42 homens e 41 mulheres) e 6 homens e 6 mulheres que não fizeram declaração de credo religioso.

Os 95% da população localizam-se na zona rural.

Igreja-Matriz

O Departamento Estadual de Estatística calcula que, em 1.º-VII-1956, Vargem Grande contava 27 572 habitantes.

Densidade demográfica — Após o Recenseamento de 1950 a densidade demográfica era de 8,11 habitantes por quilômetro quadrado. Já agora, porém, com o natural crescimento da população, passou a ser de 9,32 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Quando do Recenseamento de 1950, a única aglomeração era a cidade de Vargem Grande, com 1 163 habitantes, dos quais 573 homens e 590 mulheres.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município firma-se na extração de amêndoas de babaçu, cuja produção em 1956 alcançou 12 milhões de cruzeiros. A referente aos anos anteriores foi a seguinte:

ANOS	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$ 1 000)
1951	2 325 840	10 466
1952	2 125 400	9 054
1953	1 612 800	11 289
1954	1 577 580	11 043
1955	2 100 000	11 550

A pecuária e a pesca têm relativa importância, havendo exportação de gado para São Luís, Morros, Axixá, Itapecuru-Mirim e Coroatá—MA. Sua população pecuária, em 1956, estava calculada em 20 500 bovinos, 68 000 suínos, 3 600 ovinos, 12 500 caprinos, 3 100 eqüinos, 800 asininos e 400 muares.

Com referência à pesca, é a mesma praticada por 222 pescadores, não membros de Colônia. As embarcações utilizadas são exclusivamente barcos e, como utensílios, rêdes comuns e espinhéis.

As espécies mais pescadas — surubim, mandubé, piau, anojado, curimatá, etc. —, em 1956, totalizaram 9 000 quilogramas no valor de Cr$ 108 000,00.

O município produz, com certo destaque, arroz, mandioca, milho e cana-de-açúcar, sendo o seu principal mercado comprador São Luís, Capital do Estado.

Quanto à produção industrial, embora rotineira, merece citação a de cêra de carnaúba, vindo, depois, a de farinha de mandioca, arroz pilado e aguardente de cana e de mandioca.

O quadro abaixo dá a produção agrícola e industrial de 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Produção agrícola			
Arroz com casca	Saco de 60 kg	50 000	3 500 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 200	600 000
Mandioca	»	1 900	665 000
Manga	Cento	6 000	90 000
Milho	Saco de 60 kg	10 020	1 002 000
Banana	Cacho	15 000	300 000
Produção industrial			
Cêra de carnaúba	kg	19 910	810 250
Farinha de mandioca	»	149 050	297 100
Arroz pilado	»	33 365	185 000
Aguardente de cana	Litro	22 400	165 000
Aguardente de mandioca	»	9 000	62 000

As 15 753 pessoas de mais de 10 anos recenseadas em 1950, consoante o ramo de atividade, distribuíam-se como segue: atividades domésticas, não remuneradas e atividades escolares discentes — 6 753 (293 homens e 6 469 mulheres), equivalendo a 43% em relação ao total do município; agricultura, pecuária e silvicultura — 6 487 (6 177 homens e 310 mulheres) — 41%; e condições inativas — 1 286 (796 homens e 490 mulheres) — 8%. Os demais encontram-se distribuídos entre as atividades de: indústrias extrativas — 253 homens e 426 mulheres; indústrias de transformação — 57 homens e 1 mulher; comércio de mercadorias — 150 homens e 7 mulheres; prestação de serviços — 119 homens e 36 mulheres; transporte, comunicações e armazenagem — 18 homens e 2 mulheres; profissões liberais — 8 homens; atividades sociais — 3 homens e 22 mulheres; administração pública, Legislativo, Justiça — 18 homens e 1 mulher; Defesa Nacional e Segurança Pública — 6 homens.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município não é servido por linhas regulares de navegação de qualquer espécie. A sede é dotada de pequeno campo de pouso, onde sòmente baixam teco-tecos, os quais, contudo, pousam quando fretados.

São seus municípios limítrofes: Chapadinha — rodoviário, 86 quilômetros; Coroatá — misto: a) ferroviário (E.F.S.L.T.), 36 quilômetros até Maracajá e b) rodoviário, 117 quilômetros ou a cavalo, 110 quilômetros; Pirapemas — rodoviário, 54 quilômetros; Itapecuru-Mirim — rodoviário, 63 quilômetros; Morros — a cavalo, 110 quilômetros; São Benedito do Rio Prêto — rodoviário, 86 quilômetros; Timbiras — a cavalo, 127 quilômetros.

Grupo Escolar Municipal

COMÉRCIO — O comércio local, representado por 140 estabelecimentos varejistas, faz transações com São Luís—MA e Fortaleza—CE. Tecidos, ferragens, sal, querosene, café, açúcar, fumo, etc., são os artigos importados em maior quantidade.

ASPECTOS URBANOS — São 90 as instalações existentes na sede do município. A energia elétrica é distribuída apenas para a iluminação pública e para a domiciliária. Não há contadores para cobrança de energia elétrica, sendo a mesma feita na base de vela-mês, tendo em vista o número de lâmpadas e o de suas velas. A cidade não possui qualquer tipo de pavimentação.

Conta-se uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

A Câmara Municipal é composta por 9 vereadores. O total de eleitores é atualmente de 5 222.

O policiamento da cidade é feito por intermédio de 4 soldados da Polícia Militar do Estado, sob as ordens de 1 Delegado.

Há na sede 3 pensões, com poucos requisitos de confôrto, as quais cobram diárias que variam de Cr$ 60,00 a Cr$ 80,00.

RELIGIÃO — Vargem Grande é sede da "Paróquia São Sebastião", tendo apresentado o seguinte movimento religioso em 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Batizados	1 691
Crismas	...
Comunhões	8 522
Casamentos	661
Extremas-unções	23
Encomendações	44
Procissões	6

A Paróquia mantém a "Escola Paroquial", destinada à educação de crianças.

São as seguintes as Associações Religiosas existentes no município: Associação de São José, de São Luís Gonzaga, do Coração de Jesus e de Santa Terezinha.

A esta Paróquia pertence o município de São Benedito do Rio Prêto.

A população de Vargem Grande é quase que totalmente católica, pois, segundo demonstrou o Recenseamento de 1950, dos seus 23 109 habitantes, 23 014, o que corresponde a 99,60% — professam a Religião Católica Romana, sendo 11 590 homens e 11 424 mulheres. Já em segundo plano está o protestantismo com apenas 83 adeptos, enquanto que sem declaração de religião foram recenseadas 12 pessoas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município recorre a 2 farmacêuticos-profissionais em atividade e a 2 farmácias bem montadas. Não há médico residente em Vargem Grande, que é parte do 14.º Distrito Sanitário, cuja sede é em Coroatá.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 apurou os dados a seguir:

MUNICÍPIO, CIDADE E VILA	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS				
	Total	Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever (1)	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Vargem Grande	19 284	1 395	1 047	8 369	8 473
Cidade	984	270	287	219	208
Quadro rural	18 300	1 125	760	8 150	8 265

(1) Incluídas as pessoas de instrução não declarada.

Ensino — Eram 31 as unidades escolares existentes no município em 1956, sendo 1 de ensino infantil, 26 de ensino fundamental comum e 4 de ensino fundamental supletivo.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Riacho Paulica — Corre a princípio de sul para oeste e daí para o norte. Pelo inverno chega a transbordar, interrompendo a passagem de carros na rodovia que liga êste município ao carregaram, para muito longe, pontes de madeira, quando de Itapecuru-Mirim. Já por várias ocasiões, suas águas atinge mais ou menos 5 metros de profundidade.

Lagoa Grande — Tem uma extensão de um e meio quilômetro por um quilômetro de largura e 5 metros de profundidade, verificadas pelo inverno.

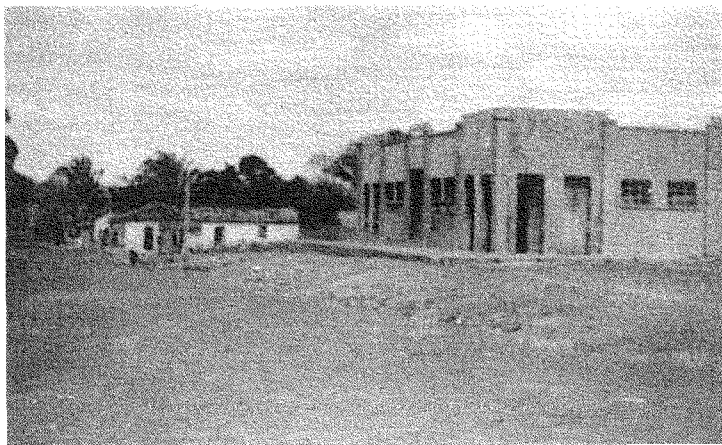
Morro dos Arrebentados — Sua altura é calculada em 30 metros. O nome originou-se do fato de, periòdicamente, ocorrerem nêle uns estrondos, que, como conseqüência, deixam-lhe visíveis fendas.

Os rios mais importantes que passam pelo município são: Munim (servindo de limite entre êste município e o de Axixá no lugar denominado Pau Grande); Prêto (que penetra no município através do lugar Mangueira)e o Iguará.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	681	504	165	402
1951	154	873	443	194	298
1952	270	1 112	511	212	509
1953	499	1 670	847	253	781
1954	514	2 164	719	231	910
1955	573	1 699	799	288	788
1956 (1)	1 067	2 514	1 256	306	1 256

(1) Orçamento.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A sua formação judiciária teve início com a criação da vila de Manga, em 1835, sendo aí a primeira sede do têrmo e comarca do Iguará.

Mercado Público Municipal

Tempos depois, com a transferência da sede municipal para Vargem Grande, passou a ter sede, ali, a comarca do Iguará, já regulamentada pela Lei n.º 1 295, de 6 de agôsto de 1883, compreendendo dois têrmos judiciários: Vargem Grande e Chapadinha. Suprimida pela Lei n.º 198, de 29 de março de 1898, sòmente foi restabelecida pela de n.º 1 225, de 19 de julho de 1954.

Na época em que o município estêve sem sua comarca, ficou como têrmo da de Itapecuru-Mirim.

A atual comarca de Vargem Grande — de 1.ª Entrância — conta apenas com o têrmo de São Benedito do Rio Prêto. O seu judiciário é formado por 1 Juiz de Direito, 3 Suplentes de Juiz, 1 Promotor Público, 2 Oficiais de Justiça, 2 Escrivães, na sede; (no povoado Manga) — 1 Juiz de Casamentos e 1 Escrivão.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Estão registrados na Prefeitura: 10 caminhões comuns, 25 bicicletas, 5 carroças comuns de 2 rodas e 8 carros de bois.

O principal pôrto fica situado na localidade "Manga", a 10 quilômetros da sede municipal, mas não dotado de instalações e sòmente é utilizado no período invernoso, por canoas, batelões e, algumas vêzes, por lanchas.

Vão essas embarcações através do rio Munim, com destino a Morros, Axixá, Icatu e São Luís.

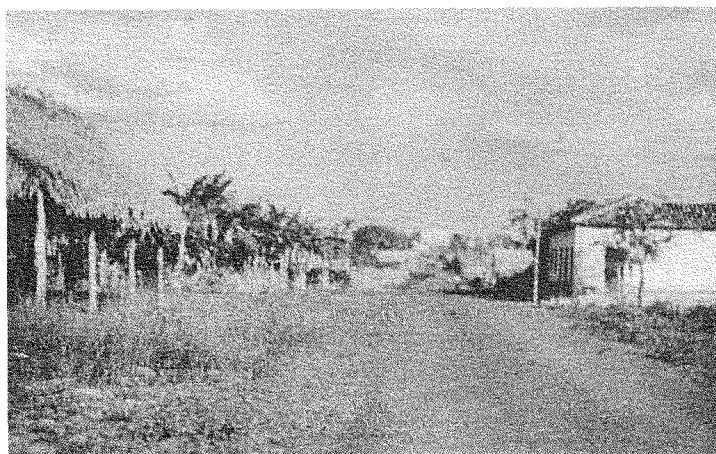
FILHOS ILUSTRES — Os nascidos em Vargem Grande são conhecidos por vargem-grandenses ou aguaraenses. Como um dos seus filhos que mais se salientou, aparece o nome de *Raimundo Nina Rodrigues*, nascido a 14 de dezembro de 1862 e falecido na Europa em junho de 1906. Doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro; catedrático de Medicina Legal na Faculdade do Rio de Janeiro, da Societé Médico-Pathologique, de Paris, e da Medico-Legal Society, de New York.

Médico, professor, criminalista, etnógrafo e patologista; é considerado o criador da antropologia criminal brasileira. Patrono, na Academia Maranhense de Letras, da cadeira n.º 14, fundada por Antônio Lobo, e no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, da de n.º 23, fundada por Bacelar Portela.

Bibl.: "A morphea em Anajatuba" — Bahia, 1886; "Das amyotrophias de origem peripherica" — Rio, 1887; "Estudo sôbre o regimem alimentar no norte do Brasil" — Maranhão, 1888; "Fragmentos de pathologia intertropical" — Bahia, 1892; "As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil" — Bahia, 1894; "A medicina legal no Brasil" Bahia, 1895; "L'animismo fetichista dos negros de Bahia" — Bahia, 1900; "Manual de autopsia legal" — Bahia, 1901; "O alienado no direito civil brasileiro" — Bahia, 1901; "A liberdade profissional em medicina" — São Paulo, 1898; "Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia. Ano de 1896"; "O problema negro na América do Sul" e "Os africanos na Bahia", inéditos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Dos festejos religiosos merecem citados aquêles em honra a São Sebastião, Padroeiro da cidade, de 11 a 20 de janeiro, e o dedicado a São Raimundo Nonato de 22 a 31 de agôsto. Êste, há muitos anos, era realizado na localidade "Mulunduns", para aí afluindo milhares de pessoas, vindo até mesmo de outros Estados, enquanto que em 1954 foi mudada para a sede municipal, o que provocou grande desânimo, apesar de o seu movimento ainda ser considerável. (Junto, um folheto, em versos, de autoria do AE, a respeito dessa festa). Ocorre, também, na localidade "Rampa", distante da sede 24 quilômetros, uma festa de arraial, em honra a São Bartolomeu, de 15 a 24 de agôsto. Muito embora de menor movimento do que a de São Raimundo, é digna de nota pelo número de devotos que nela tomam parte. O dia de Santo Izidoro — 2 de fevereiro —, é festejado solenemente, havendo, por conveniência, quem o comemore em outras datas.

Muito comum no município é a "dança de roda" ou "tambor", como é vulgarmente conhecida. É levada a efeito em qualquer dia do ano, dependendo do seu promotor que, para isso, faz uma promessa ao santo de sua predileção; entretanto, é mais freqüente fazerem-na a São Benedito, que é tido como o Santo dos Pretos, se bem que na "dança de roda" tomem parte homens e mulheres de tôdas as côres. É praticada invariàvelmente à noite, após a ladainha e hinos religiosos, cantados por pessoas prèviamente escolhidas para êsse fim.

A dança é feita ao ar livre, em frente à residência do festeiro, ao som de 3 tambores: o grande, com 125 centímetros de comprimento por 95 de diâmetro; o médio, com 90 x 75 e o menor ou "perengo", com 70 x 65. Êsses tambores são de pau ôco, cobertos de um só lado, com couro cru de boi, e adquirem a afinação conveniente quando aproximados do fogo. Dançam na roda homens e mulheres, de maneiras diferentes. O homem, geralmente, tem sempre à sua disposição um outro para receber a rasteira ou "punga". Êle dá duas ou mais voltas ao seu redor, em marcha acelerada e ao compasso dos tambores, ajeitando, de cada

Entrada na sede municipal pela rodagem Itapecuru—Vargem Grande

vez que passa, as pernas do seu parceiro, para que êle fique firme e, por fim, atira-se aos seus pés, levando com violência e rara habilidade uma das pernas de encontro às do outro, atirando-o irremediàvelmente ao solo. Levanta-se êste e faz o mesmo com o que o derrubou ou, então com outro. Assim, brincam todos, durante a noite e, por incrível que pareça, dão-se as "pungas" sem haver o menor aborrecimento. A mulher dança mais ou menos no mesmo passo do homem, sem, contudo, se efetuarem as "pungas". Demora-se ela um pouco mais naquele vaivém, passando ora junto aos tambores, ora junto à assistência, até se aproximar de uma amiga ou conhecida, abraçando-a pela cintura, ou apenas tocando-lhe nos ombros, tomando esta imediatamente o seu lugar na roda. Obedecendo a êsse princípio, podem dançar vários homens e mulheres em uma só roda.

Por ocasião da festa há farta distribuição de aguardente, sem o que é impossível a realização do tambor.

Os instrumentos ficam deitados no chão e, sentados nêles, os que executam o batuque: Em volta postam-se as pessoas encarregadas de cantar para animar a festa, das quais, a cada momento, se destaca uma para apresentar sua toada, pronunciando versos decorados ou improvisados com relação ao movimento.

Dentre muitos outros, existem êstes:

Ê!
Porque muié xinga home,
Mode você!
Ê, ê, ê
Mode você
Ê!
Tambô grande tá chamando
P'ra bebê!
Ê, ê, ê
P'ra bebê.

Ê!
Cadê São Benedito?
Tá no artá
Ê, ê, ê
Tá no artá
Ê!
Tôda môça qui namora
Qué casá
Ê, ê, ê
Qué casá.

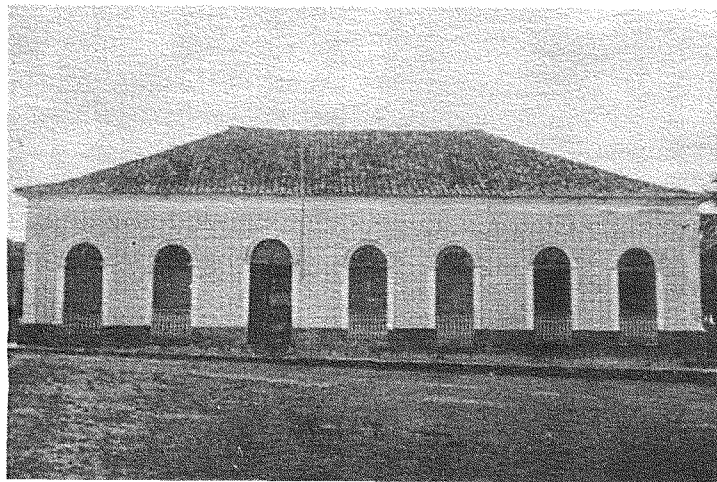
(Bibliografia — Dicionário Histórico e Geográfico do Maranhão, por César Augusto Marques, São Luís — 1870, fls. 552 e "O Estado do Maranhão em 1896, por José Ribeiro do Amaral, Maranhão, 1897, fls. 148 e 149; Redação final — Maria Emília Tupinambá Valente e Arthur Dias de Paiva; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Departamento de Terras, Geografia e Colonização, Serviço Nacional de Recenseamento e documentação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Maranhão.)

VIANA — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O Padre Pedrosa, jesuíta, enviou certo número de índios Guajajaras da aldeia do Itaqui para o local onde se fixou a aldeia de Maracu. Mais tarde, o Padre Antônio Vieira mandou aos Guajajaras Francisco Veloso, em virtude da notícia da já existência de uma grande nação de índios, divididos em seis aldeias, todos da "língua geral". Em 1709, a aldeia de Maracu, hoje cidade de Viana, começou a ser povoada pelos padres da Companhia de Jesus, na maioria portuguêses, que fixaram moradia, fizeram plantações, edificaram a igreja da Matriz, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, fundaram a fàzenda agrícola São Bonifácio do Maracu, sendo, para isso, patrocinados pelo Govêrno.

As demais correntes imigratórias foram de portuguêses que, na sua maioria, se fizeram acompanhar de avultado número de escravos (negros africanos), localizando-se uns na aldeia e outros em vários pontos do município, edificando prédios, firmando suas residências. A 6-6-1757, data da proclamação da liberdade dos índios, os Jesuítas tinham, sôbre uma península, a 18 léguas e a S.S.O. da capital, a aldeia do Maracu. Apenas se viram privados da jurisdição de suas aldeias, trataram de destruir tudo o que nelas havia. Arrasaram o curral e casas que aí tinham, mas pelo Governador de então foram obrigados a reedificar o que destruíram e a restituir todo o gado que haviam desencaminhado, como consta da Portaria de 2 de dezembro de 1758, dirigida ao Padre Bernardo de Aguilar, Reitor do Colégio de Nossa Senhora da Luz.

Os padres visavam à civilização do povo e ao interêsse da Ordem, aplicando-se, também, na agricultura, enquanto que civis, nesta e comércio. Benéficos foram os efeitos resultantes da fixação dos elementos estrangeiros no município, sob todos os pontos de vista, não só moral, social e político, como econômico e técnico. Na parte político-administrativa, tiveram os padres da Companhia de Jesus influência direta, sendo êstes seus administradores até a época em que a aldeia foi elevada à categoria de vila — 8 de julho de 1757; em cumprimento ao disposto no parágrafo 2.º do Regimento das Missões, com a denominação de Viana, por apresentar condições e capacidade para a vida política e autonomia administrativa. Nesta ocasião, pelo Governador Gonçalo Pereira Lobato e Souza, que aí se achava presente, em companhia do Governador do Bispado, o Dr. João Rodrigues Covete, o Dr. desembargador, Ouvidor-Geral, Corregedor e Provedor da Comarca Diogo da Costa e Silva, do capitão de infantaria Gonçalo José Pereira Caldas, do alferes Manoel José, do Diretor e capitão-mor José de Meireles Maciel Parente, do principal da mesma aldeia José Demétrio Gonçalves Pereira, em nome de El-Rei, fôra entregue a êste a administração da vila com todos os bens a ela pertencentes, a qual vinha sendo feita pelo Padre Manoel das Neves, da Companhia de Jesus, com a assistência do Padre Rancône, como Procurador de seu Colégio. No dia seguinte ao da criação da vila, na fazenda chamada Araçatuba, deu o Ouvidor-Geral posse de todo o gado vacum e cavalar aí existente ao principal José Demétrio Gonçalves Pereira e ao Juiz ordinário Iná-

Prefeitura Municipal

cio de Abreu Xicary. Declarou, então, o Jesuíta Joaquim da Cunha justificar o extravio de algumas reses, que o gado ali existente era adquirido com esmolas, para manutenção dos padres da Companhia, que assistiam na aldeia de Maracu, não tendo concorrido, para isso, os silvícolas.

Pelo Governador que criou a vila, foi concedida ao Senado da mesma, em 30 de outubro de 1759, uma légua de terra em quadra para seu patrimônio. A título de indenização, por ser a primeira légua quase tôda alagada e não poder a Câmara tirar proveito dela, mandou o governador Bernardo de Silveira Pinto, em quinze de janeiro de mil oitocentos e vinte, que o Juiz territorial demarcasse mais duas ou três léguas para seu patrimônio. Dado princípio a êste trabalho, não se terminou por dúvidas que se suscitaram e demandas, que se moveram, as quais devem existir por apelações no Tribunal da Relação e no Juízo da Ouvidoria da Câmara do Maranhão. Apesar, disto, a Câmara, em 15 de dezembro de 1819, disse ao Governador que há mais de 50 anos lhe fôra demarcada para seu patrimônio uma légua de terra contígua à vila, cuja maior parte era uma grande extensão de campos, inundada pelo lago Aquiri e que "apenas lhe restava uma pequena porção dentro da sua demarcação, e esta mesma já prejudicada pela antiga demarcação das terras de Maracu". À vista disso requeria a Câmara ao Governador as margens direita e esquerda de Aquiri, quer fôssem campos ou matas, que tinham menos de uma légua. Em outro ofício, da mesma data, disseram êles ao mesmo Governador que a Câmara era tão pobre que tinha apenas 60 mil réis de rendimento anual, pelo que não havia cadeia e

Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição

nem casa para suas sessões. Confessaram que a Câmara há mais de 50 anos arrendava, por sua conta e vontade, os terrenos da margem direita e esquerda do Aquiri, não obstante estarem fora da sua légua e, como muitos arrendatários se tinham recusado a pagar por não ter a Câmara título que legitimasse tal posse, pediam que se lhes dessem tais margens "porque recomendava sua majestade no parágrafo 29 do Alvará de 5 de outubro de 1795, que se concedesse a cada uma Câmara, para seu patrimônio, 4 léguas, em quadro, cuja disposição foi ainda recomendada pela Provisão de 13 de fevereiro de 1804 e imediata resolução de sua majestade de 3 de janeiro do mesmo ano". Em 24 de janeiro de 1820, agradeceu a Câmara ao Governador o ter mandado demarcar para seu patrimônio mais duas ou três léguas de terra, contígua ao antigo patrimônio, segundo o ofício do Governador aos Juízes ordinário e territorial das sesmarias da vila. Em 9 de março apareceram questões motivadas pelo capitão José de Carvalho Santos, de Alcântara, e portanto não pôde fazer-lhe a demarcação requerida pelo Procurador, em virtude da Portaria da Câmara de 15 de janeiro dêsse mesmo ano. Foram os embargos desprezados pelo Juiz territorial; fêz-se a demarcação, com a qual José de Carvalho não se conformou, e apelou para o Governador. Em 1.º de março de 1768, o Governador Joaquim de Melo e Póvoas, dando conta à Coroa portuguêsa da viagem que fêz pelo interior, disse o seguinte: "passei por Viana, visitando de caminho tôdas as fazendas, que foram dos Jesuítas, estabelecidas naqueles distritos, demorando-me alguns dias na de Maracu, para dali me encaminhar à dita vila de Viana, que fica vizinha, e achei ser uma excelente situação. Tem boa igreja, suficiente casa de Câmara e uma forte cadeia. Visitei a escola que estava muito bem provida de rapazes e achei alguns que escreveram muito bem, e os índios desta vila todos são civilizados. Tem muito boas casas, ainda que tôdas cobertas de palha, havendo uma boa olaria na vila, pelo que ordenei que as casas do principal, que se estavam fazendo de novo, se cobrissem de telhas, e que assim fôssem continuando tôdas as mais, ajudando-se uns aos outros, com o que lhes será o ficarem todos com as suas casas cobertas de telha, o que deixei muito recomendado ao Diretor, e lhe irei advertindo em muitas ocasiões"

Pela Lei provincial n.º 377, de 30 de junho de 1855, Viana foi elevada à categoria de cidade. A primeira iluminação pública da cidade foi a querosene, sendo instalada mais ou menos em 1858, com grandes festas, até mesmo populares. Essa permaneceu até 1900. Em 1911, a luz de carbureto substitui a de querosene, sendo extinta depois de 1920. Em 6 de fevereiro de 1931, na administração do tenente Domingos Bento da Silva, é inaugurada luz elétrica, sendo celebrada missa campal em ação de graças pelo grande acontecimento. Pela Lei n.º 7, de 29-4-1835, foi criada a comarca de Viana, atualmente de 2.ª Entrância. Compõem a mesma 1 Juiz de Direito, 1 Promotor Público, 2 Escrivães, 2 Oficiais de Justiça, 1 Escrevente Juramentado do Tabelião do 2.º Ofício. A primeira eleição municipal teve lugar no dia 20 de fevereiro de 1892, quando foram eleitos: Intendente e Subintendente, Antônio Serafim da Costa e Raimundo Nonato Serra Nunes, respectivamente; vereadores: Padre Luís Mariano de Barros —

Presidente, Joaquim José Salgado, Antônio Francisco Nogueira, Domingos Acácio Rodrigues, Antônio da Cunha, Joaquim Rodrigues da Cunha Sobrinho, Joaquim José Pereira de Castro, e, a última, a 3 de outubro de 1955. Não havendo sido proclamado, nesta, nenhum dos candidatos, em face de recursos enviados ao Tribunal Regional Eleitoral, assume a direção da comuna o Presidente da Câmara, Ozimo Carvalho, que permaneceu até 6 de setembro de 1956, quando foi deposto pela própria Câmara. Passa, então, a administrar o município o Sr. Heráclito Silva, ficando até 30 de junho de 1957, quando foi proclamado, diplomado e empossado o candidato Antônio da Rocha Barros, que ainda continua à frente do Govêrno Municipal. O Legislativo compõe-se de 9 vereadores.

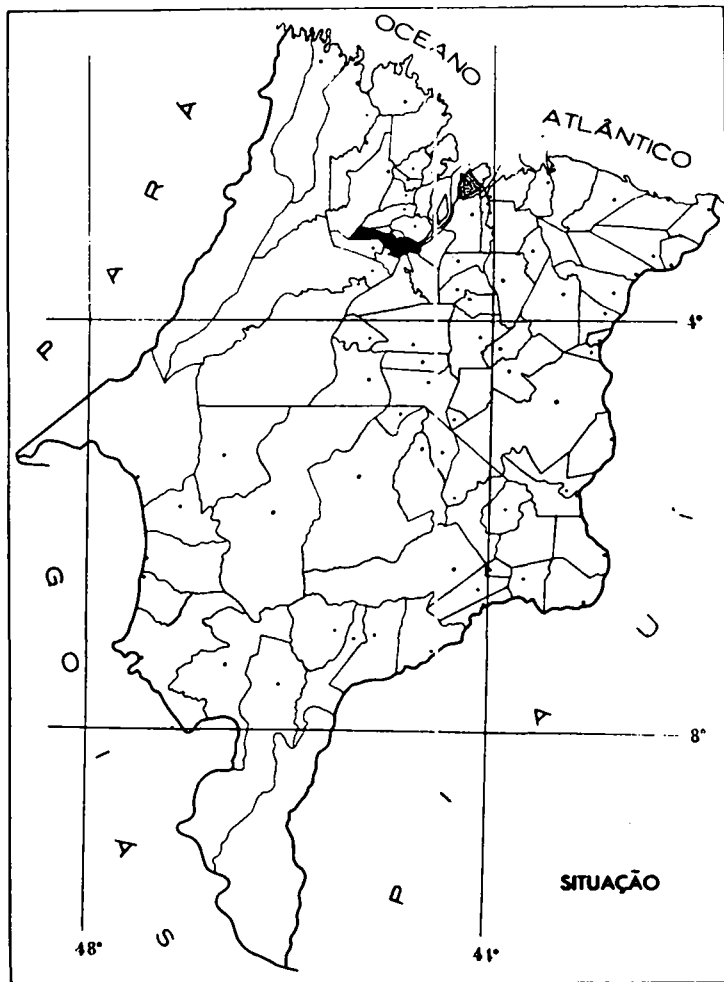
Pôsto Médico Estadual

Abaixo, relação de todos os Prefeitos de Viana, desde 1892 até os presentes dias:

1 — Antônio Serafim da Costa .... de 9-12-1892 a 31-12-1896
2 — Fenelon Olinto Castro Souza .... de 1-1-1897 a 31-12-1899
3 — Raimundo Nonato Serra Nunes .... de 1-1-1900 a 31-12-1903
4 — Tolentino Augusto Veloso .... de 1-1-1904 a 31-12-1908
5 — Antônio Serafim da Costa .... de 1-1-1909 a 31-12-1912
6 — Leonel Alves de Carvalho .... de 1-11-1913 a 31-12-1915
7 — João Batista Balby ... de 1-1-1916 a 31-12-1918
8 — Raimundo Nonato Serra Nunes .... de 1-1-1919 a 31-12-1920
9 — Ozimo Carvalho ..... de 1-1-1921 a 31-12-1924
10 — Delfim Neves Pinheiro .... de 1-1-1925 a 31-12-1927
11 — Capitão José Mochel de 1-1-1928 a 27-4-1928
12 — Raimundo Nonato Serra Nunes .... de 28-4-1928 a 16-10-1930
13 — José Fernandes da Costa Santos ...... de 17-10-1930 a 26-10-1930
14 — Tenente Domingos Bento da Silva .... de 27-10-1930 a 20-12-1930
15 — Tenente Justino Lopes da Cunha .... de 21-12-1930 a 9-2-1931
16 — Edegard Serzedêlo de Carvalho .... de 10-2-1931 a 13-3-1931
17 — Tenente Domingos Bento da Silva .... de 14-3-1931 a 25-8-1931
18 — Henrique Guimarães de 26-8-1932 a 19-3-1933
19 — Francisco Toledo Pires .... de 20-3-1933 a 26-5-1933
20 — Jerônimo Calazans Ferraz .... de 27-5-1933 a 24-8-1933
21 — Joaquim Mendes da Rocha .... de 25-8-1933 a 31-7-1934
22 — Antônio Tibúrcio Pereira .... de 1-8-1934 a 12-11-1934
23 — Almir Ferreira Vale de 13-11-1934 a 9-1-1935
24 — João de Carvalho ... de 10-1-1935 a 31-6-1935
25 — Raimundo do Nascimento Borges .... de 1-7-1935 a 6-8-1937
26 — Eziquiel de Oliveira Gomes .... de 7-8-1937 a 23-1-1938
27 — Arnaldo de Matos Pereira .... de 24-1-1938 a 22-2-1939
28 — Vicente Aires Pedreiras .... de 23-2-1939 a 22-3-1944
29 — Manoel Campos de Souza .... de 23-3-1944 a 7-3-1945
30 — João de Carvalho .... de 8-3-1945 a 14-6-1945
31 — José Miguel de Castro .... de 14-6-1945 a 3-12-1945
32 — João de Carvalho .... de 4-12-1945 a 27-1-1946
33 — José Miguel de Castro .... de 14-6-1945 a 3-12-1945
34 — Eziquiel de Oliveira Gomes .... de 21-1-1948 a 31-1-1951
35 — Luiz de Almeida Couto de 1-2-1951 a 31-1-1956
36 — Ozimo de Carvalho ... de 1-2-1956 a 7-9-1956
37 — Heráclito Alves da Silva .... de 7-9-1956 a 30-6-1957
38 — Antônio da Rocha Barros .... de 30-6-1957

Comemorando o município de Viana, a 8 de julho de 1957, o bicentenário de sua fundação, os vianenses organizaram vasto programa, para o ano todo, sendo o dia de encerramento 31 de dezembro. Do programa da festa da maior data histórica do município, constou o altar-monumento, erguido na Praça do Centenário, local onde foi celebrada a missa solene, marcando o início das comemorações. O altar-monumento consistia em um barco, tipo das primeiras embarcações portuguêsas que navegavam na costa maranhense, sendo que em uma delas vieram ter a Viana os Jesuítas portuguêses, fundadores do município.

LOCALIZAÇÃO — Viana pertence à Zona Fisiográfica da Baixada. Está situada em uma península à margem norte do lago do mesmo nome. É banhada ao sul pelo lago de Viana, a leste pelo Itans, ao norte pelo Aquiri e a oeste pelo Maracassumé e Cajari. Coordenadas geográficas da sede municipal: latitule Sul: 3° 13' 8" e longitude W Gr.: 44° 42' 14". A cidade fica a 87 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado, no rumo S.S.O. Seus limites são:

Pinheiro, Matinha, São Vicente Ferrer, Anajatuba, Arari, Vitória do Mearim, Cajari e Penalva.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 20 metros de altitude.

CLIMA — O clima é subequatorial, quente e superúmido, sendo definido por *clima sudanês de baixada* (Raimundo Lopes), com temperatura oscilante entre 32 e 34 graus centígrados à sombra, durante o dia, e 26 e 27, à noite. Só nos dias muito encobertos do princípio do inverno (janeiro e fevereiro), sem sol, com chuvas esparsas e ventos frios, o termômetro acusa a máxima de 24°C de dia e a mínima de 23°C no decorrer da noite. A época chuvosa é de fevereiro a maio, sendo que nos dois últimos meses as chuvas apresentam-se mais fortes, acompanhadas de trovoadas. Os demais meses do ano são de estio. Em 1956, na sede municipal, a temperatura observada em graus centígrados foi: média das máximas 32 e média das mínimas 29.

ÁREA — É de 790 quilômetros quadrados a área territorial, sendo o 78.° município maranhense em extensão.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é banhado por trechos dos rios Mearim, em uma extensão de 10 quilômetros, aproximadamente, Pindaré, em um curso de 40 quilômetros, e Maracu, êste genuìnamente municipal. Nasce no lago Aquiri e depois margeia o lago do Viana. Seus principais afluentes são os igarapés: Tamataí e o Genipaí. Um quilômetro após o do Tamataí, encontra-se, já no rio Maracu, um pequeno reservatório denominado "Poção do Engenho", que constitui a maior e melhor reprêsa natural de água existente no município. Vários são os lagos, dentre os quais o Aquiri, Maracassumé e Itans, e lagoas Jacaré e Laguinho. Cabe destaque, entretanto, ao lago do Viana, localizado ao sul do município, em frente à cidade, cuja superfície é de 18 quilômetros quadrados. Todos êsses lagos e rios são fartos de peixes. Picos: Mocoroca, Pano Grosso e Senado ou Pirapemas, com, respectivamente, 60, 90 e 70 metros de altitude.

RIQUEZAS NATURAIS — De origem vegetal: babaçu, tucum, madeira, fibras e plantas medicinais; origem animal: peixe, peles de animais silvestres; riqueza mineral: barro (argila) para fabricação de louças, telhas e tijolos.

POPULAÇÃO — Segundo os dados censitários de 1950, a população de Viana era de 22 827 habitantes — 11 288 homens e 11 539 mulheres, cuja densidade correspondia a 28,89 habitantes por quilômetro quadrado. Dessa população, 79% estavam localizados na zona rural. Existiam no município: brancos, 9 538 — 4 689 homens e 4 849 mulheres; pardos, 8 119 — 4 027 homens e 4 092 mulheres; pretos, 5 069 — 2 524 homens e 2 545 mulheres. Em religião predominaram os que se declararam católicos apostólicos romanos — 22 499, vindo depois os protestantes, com 273 pessoas. As demais religiões possuem poucos adeptos. Tinham residência no território vianense 3 estrangeiros e 2 brasileiros naturalizados.

O total da população em 1956, segundo cálculo do Departamento Estadual de Estatística, era de 26 156 habitantes, passando a sua densidade para 33,1 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — O município, composto de um só distrito, possui uma única aglomeração, a cidade de Viana, com 4 995 habitantes — 2 364 homens e 2 631 mulheres (Recenseamento de 1950).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constituem fontes de grande importância à vida econômica do município a pesca, a pecuária e a lavoura. A primeira é feita por pessoas não filiadas à Colônia. Os rios e lagos de Viana são muito piscosos, sendo as principais espécies encontradas: curimatá, traíra, aracu, pescada, tapiaca, calambangue, jeju, pirapema lírio, mandi e acará. Em 1956 foram pescadas 560 toneladas, valendo quase 4 milhões de cruzeiros. O peixe constitui a base da alimentação dos habitantes de Viana, principalmente dos mais pobres, que dada a fartura existente, encontram meio fácil para a sua subsistência, expor-

Escola Rural

Vista parcial da Rua Grande

tando o excedente, sêco, para os municípios vizinhos de São Bento, São Vicente Ferrer, Matinha e Cajari.

A criação do gado é feita à sôlta, pois o município possui campos naturais de excelente pastagem. Na grande maioria, o gado bovino está cruzado com a raça zebu, dado o interêsse que demonstram os criadores em melhorar seus rebanhos. O Departamento Estadual de Estatística calcula que, em 1956, Viana possuía 89 400 cabeças, assim distribuídas: bovinos 39 000; suínos 41 000; ovinos 1 500; caprinos 1 700; eqüinos 5 000; asininos 400 e muares 800. Há exportação de gado bovino e suíno para São Luís, capital do Estado.

A produção de babaçu em 1956 apresentou sensível acréscimo sôbre a dos demais anos, sendo a maior verificada no último qüinqüênio, o que é melhor demonstrado no quadro a seguir:

ANOS	QUANTIDADE (kg)	VALOR (Cr$)
1952	846 970	4 478 060
1953	1 097 280	5 832 350
1954	1 097 000	5 832 000
1955	1 500 000	9 000 000
1956	2 800 000	19 600 000

Em 1955, destacou-se, na agricultura, a mandioca — 20 000 toneladas no valor de 4 milhões de cruzeiros, vindo a seguir o arroz — 25 000 sacos de 60 quilogramas, valendo 1 250 milhares de cruzeiros. No mesmo período, no ramo industrial, a supremacia absoluta pertenceu à fabricação de farinha de mandioca — 2 224 300 quilogramas no valor de Cr$ 8 436 360,00. De arroz pilado foram produzidos 56 300 quilogramas — Cr$ 223 400,00 e de tábuas 8 300 metros cúbicos — 516 mil cruzeiros.

COMÉRCIO — Dois estabelecimentos atacadistas, 78 varejistas e 152 industriais constituem o comércio do município. Transacionam com as praças de Fortaleza—CE, Recife—PE, Rio de Janeiro—DF, São Paulo—SP e da capital do Estado, donde importam tecidos, ferragens, chapéus, calçados, café, açúcar e medicamentos. Existe grande atividade portuária no município. Há dois armazéns particulares que recebem cargas diversas cobrando armazenagem. O transporte de mercadorias é feito através de lanchas motorizadas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Regular linha de navegação fluvial serve o município. Também táxis-aéreos vão a Viana (em 1957 o campo estava interditado), para o que há campo de pouso. Dista a cidade, da capital do Estado, 110 quilômetros por via aérea e 161 quilômetros por via fluvial-marítima. São os seguintes os meios de transporte e distâncias entre a sede municipal e cidades vizinhas: Anajatuba: cavalo, 75 quilômetros; Arari: cavalo, 44 quilômetros e fluvial, 115 quilômetros; Cajari: fluvial ou rodoviário, 20 quilômetros; Matinha: aéreo, 15 quilômetros, misto: rodoviário até Ponta Grossa, 6 quilômetros, fluvial, 9 quilômetros; Penalva: fluvial ou rodoviário, 27 quilômetros, aéreo, 18 quilômetros; Pinheiro: cavalo, 115 quilômetros e rodoviário, 127 quilômetros; São Vicente Ferrer: cavalo, 45 quilômetros; Vitória do Mearim: cavalo, 40 quilômetros.

Funciona, na cidade, uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Apenas 3 ruas da cidade são calçadas a paralelepípedos. É servida por luz elétrica, num total de 160 ligações. Data a sua instalação de 6-2-1931. Há, ainda, 2 advogados provisionados, uma casa de cômodos que cobra de diária Cr$ 50,00 e, registrados na Prefeitura Municipal, 9 caminhões, 20 carroças comuns de duas rodas e 10 carros de bois. Os principais edifícios são: Prefeitura Municipal, Palácio da Diocese, Grupo Escolar e Igreja Matriz. Para manutenção da ordem há 4 guardas municipais e uma cadeia, instalada em prédio apropriado, que contém 1 pavilhão, 3 cubículos e duas outras dependências, e capacidade para 11 detentos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população por um médico, 2 dentistas, 2 farmacêuticos, duas farmácias, uma Santa Casa de Misericórdia com 6 leitos, e 1 Pôsto da Malária. Viana é sede do 4.º Distrito Sanitário — Pôsto de Higiene do Estado.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existem, como assistência social, a Sociedade Mutuária Vianense, fundada em 1903, e que em 1956 contava com 1 785 associados, tendo prestado 31 auxílios funerários, no valor de Cr$ 77 306,00; e a Sociedade Funerária Beneficente, que possui 483 associados. Há, também, a Cooperativa Mista Agropecuária de Viana Limitada, fundada em 20 de dezembro de 1953.

ALFABETIZAÇÃO — Foram 19 287 as pessoas de cinco anos e mais encontradas quando do Recenseamento Geral de 1950. Dessas, sabem ler e escrever 5 394, o que representa 27,9% do total. Quanto às pessoas de 10 anos e mais que possuem curso completo, 915 foram as recenseadas, sendo 879 de instrução de grau elementar; 31 de grau médio e 5 superior.

Ensino — Funcionaram no município, em 1956, 30 unidades escolares, assim distribuídas: uma de ensino infantil, 18 de ensino fundamental comum, 8 de fundamental supletivo e 3 de ensino complementar. Em 1957, no início do ano letivo, estavam matriculadas 1 174 crianças de 7 a 11 anos de idade, sendo na sede 631 e na zona rural 543.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Viana possui apenas uma pequena Biblioteca Pública Municipal, com cêrca

de 50 volumes, que foi fundada no último dia do ano de 1915.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	154	495	137	...	137
1951	217	596	215	...	215
1952	212	882	302	...	302
1953	250	1 328	387	...	387
1954	291	1 130	264	...	264
1955	385	1 346	380	...	380
1956	650	1 846	...	...	...

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Como particularidades existem, em perfeito estado, na igreja Matriz, a pia batismal trazida pelos Jesuítas, e uma pedra, na qual estão gravadas, em alto relêvo, dentro de um círculo, uma cruz e as iniciais J.H.S. Esta pedra, entretanto, quando da reforma da fachada da igreja Matriz, foi daí retirada e encravada no pedestal do cruzeiro, em frente à mesma.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As grandes festividades religiosas são: São Sebastião, 20 de janeiro, Páscoa, Santo Antônio, São Benedito, Nossa Senhora da Conceição, São João — 24 de

Usina Elétrica Municipal

junho, São Pedro, São Marçal. Próximo à cidade, a 1,5 quilômetros, aproximadamente, realiza-se a festa de Nossa Senhora de Nazaré. São usados no município os tambores e festa de Caixa, em louvor ao Espírito Santo. Consta esta de ladainha com acompanhamento do batuque de caixas (pequenos tambores), cujo toque é efetuado por pequenas palhêtas, sendo os executores pertencentes ao sexo feminino. Nessa festividade costumam erguer um mastro enfeitado com uma bandeirinha na extremidade, circulado em todo o comprimento de grande variedade de frutas e doces. Na maioria dos casos, essas festas costumam ter uma Imperatriz, sendo escolhida, sempre, uma menina, bem trajada, que conduz a coroa do Divino Espírito Santo, em salva de prata, acompanhada de seu séquito. Caixeiras e pessoas diversas vão assistir à missa. Acabado o ofício religioso, voltam para a casa onde se realiza a da festa, sob toques de caixa e cânticos. À noite, como última parte, há a ladainha. Após a mesma, é distribuído café ou chocolate com doces e, em seguida, dá-se início ao leilão.

O tambor de crioula faz-se em homenagem a São Benedito, escolhendo-se, de preferência, o luar de agôsto. Os tambores, que são mais ou menos em número de 4, são preparados de toros de madeira, ocos, medindo de 80 centímetros a 1 metro de comprimento com 30 a 40 centímetros de circunferência, tendo uma das extremidades fechada por uma pele de gato ou outro qualquer animal, parte na qual se toca com as mãos.

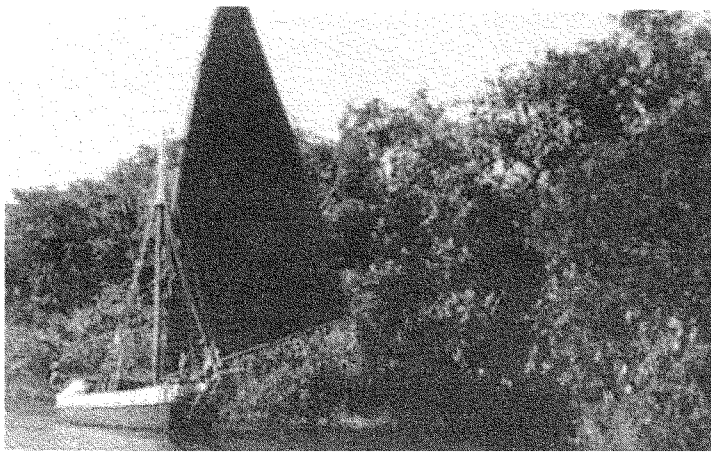
O bumba-meu-boi é também comemorado no município, embora sem grande entusiasmo, não acontecendo o mesmo com o carnaval. O período do momesco é festejado com cordões ou blocos, que saem pelas ruas da cidade, "assaltando" casas residenciais, de pessoas conhecidas. Bailes também são organizados, não só para a elite social como para o povo em geral, os quais são chamados de "segunda".

Possui o município 2 templos protestantes: a Igreja Presbiteriana Independente, no povoado Sacaitana, com 1 Ministro e 2 Presbíteros, e a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, na sede municipal, com 1 Ministro e 1 Presbítero. Ambas mantém escolas dominicais e de ensino não religioso.

VULTOS ILUSTRES — *Antônio Bernardo da Encarnação e Silva*, nascido em Viana a 13-6-1799 e falecido a 25-8-1848. Bacharel em teologia por Coimbra; Visitador e Governador do Bispado, Conselheiro da Província; Deputado provincial e geral. Comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem da Rosa, Bibliotecário da Biblioteca Pública. Foi lente de Retórica e Poética no Liceu Maranhense e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Estevam Rafael de Carvalho, nascido em Viana no ano de 1800 e falecido em São Luís a 26-3-1846. Professor, orador vibrante e jornalista fogoso. Foi Inspetor do Tesouro Provincial; Deputado geral e lente do Liceu Maranhense; redator de "O Bem-te-vi". Era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Bibliografia: "A Primavera", poema traduzido de Kleit — São Luís, 1833; "A metaphysica da contabilidade comercial para uso dos alunos do autor" — Rio, 1837.

Antônio Lopes da Cunha, nascido em Viana a 25 de maio de 1889, e falecido em São Luís a 29-11-1950. Magistrado, professor, jornalista e poeta. Juiz de Direito, aposentado; catedrático do Liceu Maranhense e da antiga Faculdade de Direito do Maranhão. Foi Prefeito de São Luís. Sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, onde ocupou a cadeira n.º 25, de Celso Magalhães, e do qual foi secretário perpétuo; Secretário-Geral da Subcomissão Nacional de Folclore no Maranhão; consultor técnico do Diretório Regional de Geografia do Maranhão, e titular efetivo da Academia Maranhense de Letras, onde ocupou a cadeira n.º 13, de José Cândido de Morais e Silva.

Bibliografia: "Pedro II", monografia; "O Comendador João Gualberto da Silva" — São Luís, 1947; "A Capitania de Cumã". Deixou inéditos, ao que sabemos: "História da Imprensa do Maranhão", "Antologia do Maranhão Colonial", "Alcântara", "Damas Ilustres do Maranhão Antigo", "O Negro no Maranhão", "Romanceiro Maranhense", "História dos Transportes Urbanos Coletivos do Maranhão An-

Embarcação a vela no rio Pindaré

tigo"; mais uma "História do Maranhão", inacabada, e reviu, anotou e aumentou o "Dicionário Histórico e Geográfico" de César Marques, cujo original está com o Instituto do Livro para publicação.

Raimundo Lopes da Cunha, nascido em Viana a 28 de setembro de 1894 e falecido no Rio de Janeiro a 8 de setembro de 1941. Geógrafo, etnógrafo, naturalista e literato. Bacharel em Ciências e Letras pelo Liceu Maranhense; Catedrático de Geografia e História do Brasil no referido Liceu; naturalista efetivo do Museu Nacional; membro do Conselho do Patrimônio Artístico Nacional. Foi sócio efetivo da Academia Maranhense de Letras, onde fundou a cadeira n.º 21, de Maranhão Sobrinho, e, com o aumento do quadro social, escolhido para patrono da de n.º 31, fundada por Josué Montelo; igualmente titular efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, onde fundou a cadeira n.º 2, de Ives d'Evreux, e, depois, patrono da de n.º 27, fundada por Tasso Serra.

Bibliografia: "O Torrão maranhense" — Rio, 1916; "Discursos", com Domingos Barbosa — São Luís, 1917; "Os fortes coloniais de São Luís" — São Luís — 1917; "O Ciclo da Independência" — São Luís — 1923; "A Origem da cidade antiga" — São Luís; "A civilização lacustre do Brasil" — Rio, 1924; "Les indiens Arikerme" — Gotebog, 1924; "Um aparelho sintético de Antropologia" — Rio, 1925; "Aspectos da formação sertaneja" — Rio, 1926; "Pontas de Sílex lascado no Brasil" — Rio, 1927; "Uma excursão ao Turi" — São Luís; "Entre a Amazônia e o Sertão" — Rio, 1931; "Os Tupis do Gurupi" — Buenos Aires, 1932; "O homem em face da natureza" — Rio, 1933; "Uma região tropical — o Maranhão" — Rio; "Ensaio etnológico sôbre o povo brasileiro", menção honrosa da Academia Brasileira de Letras — Rio; "Ouro Prêto e a conjuração Mineira" — Rio, 1934; "Gonçalves Dias e a raça americana" — Rio, 1935; "A pesca brasileira nos rios do Maranhão" — Rio, 1938; "A natureza e os monumentos culturais" — Rio, 1938; "Brasilidade e primitividade" — Rio; "Faixas culturais dos Andes" — Rio; "A pesca no norte do Brasil" — Argentina; "O Livro das Misses — traços antropológicos de um concurso de beleza" — Rio. Deixou inéditos: "Tratado de antropogeografia"; "Mapa Fitogeográfico do Brasil"; "Mapa etnológico do Brasil", "Peito de môça", romance, "Relatório de uma excursão ao Maranhão" e vários outros estudos menores.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 1948, pela Lei n.º 267, de 31 de dezembro, Viana perdeu 250 quilômetros de seu território, com a criação do município de Matinha. Vianense é a denominação dada aos filhos da terra.

(Bibliografia — Dicionário Histórico e Geográfico de Cesar Marques; Fontes dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento e Inspetoria Regional de Estatística; Redação final — Maria Rita de Miranda Jorge e Arthur Dias de Paiva.)

VITÓRIA DO MEARIM — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O atual município de Vitória do Mearim já teve diversos nomes, a saber: Baixo Mearim, Vitória do Baixo Mearim, Sítio Velho e Curral da Igreja, sendo êste, ao que se sabe, o mais antigo, originado no fato de, por volta de 1723, terem sido doados meia légua de terras e um curral de gado bovino, por parte do fidalgo da Casa Real Portuguêsa, padre José Gama d'Eça, que tentou construir, sob a invocação de Nossa Senhora de Nazaré, uma igreja à margem direita do rio Mearim. Ainda em fase de construção, quando apenas estavam feitas as suas bases, não foi possível prosseguir, pois, chegado o inverno, verificou-se a impropriedade do terreno, campo baixo e alagadiço. Êste lugar, que até hoje conserva o nome Curral da Igreja, pertence, agora, ao município de Arari.

Em 1728, o mesmo padre resolveu mudar o povoado para local mais sólido e consistente, e, partindo de Curral da Igreja, rio acima, veio ter a um terreno, hoje denominado Sítio, o qual, com o anterior, pertencem atualmente ao município de Arari.

Mais uma vez, diante da impropriedade do terreno, marginal ao rio Mearim, muito sedimentoso, e porque na ocasião das grandes enchentes, as águas do rio inundavam ruas inteiras, arrastando casas, causando devastações e enormes prejuízos, resolveu o govêrno transferir a povoação para outro terreno mais elevado e firme.

Foi em 1750 que se deu a última mudança. Desta vez, à procura de terreno alto e isento de quaisquer das inconveniências encontradas em Curral da Igreja e Sítio, o padre d'Eça e sua comitiva subiram o rio Mearim até encontrar a cabeceira das matas, onde tudo indicava ser terreno firme e fora do alcance de inundações. Ali se instalaram, edificando suas casas e a atual igreja de Nossa Senhora de Nazaré, passando a denominar-se o lugar Mearim, talvez em homenagem ao rio que lhe regava as terras e através do qual faziam seus transportes.

Depois da Provisão Régia de 19 de abril de 1823, que criou a Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Mearim, foi pedida, em 1831, a criação do município, com a alegação de já haver "mais de 500 almas e 7 eleitores".

Em 1833, o lugar Mearim foi elevado à categoria de vila, pela Resolução de 19 de abril, sendo, após, confirmada pelo artigo 10 da Lei n.º 7, de 29 de abril de 1835.

Em 1864, 1923, 1949 e 1952 desmembraram-se do município de Vitória do Mearim, as partes de terras que passaram a constituir os atuais municípios de Arari, Pin-

daré-Mirim, Cajari Lado da Pedra e Vitorino Freire, respectivamesnte.

O têrmo judiciário do Mearim, conseqüentemente à criação do município, pertencia à comarca de Viana.

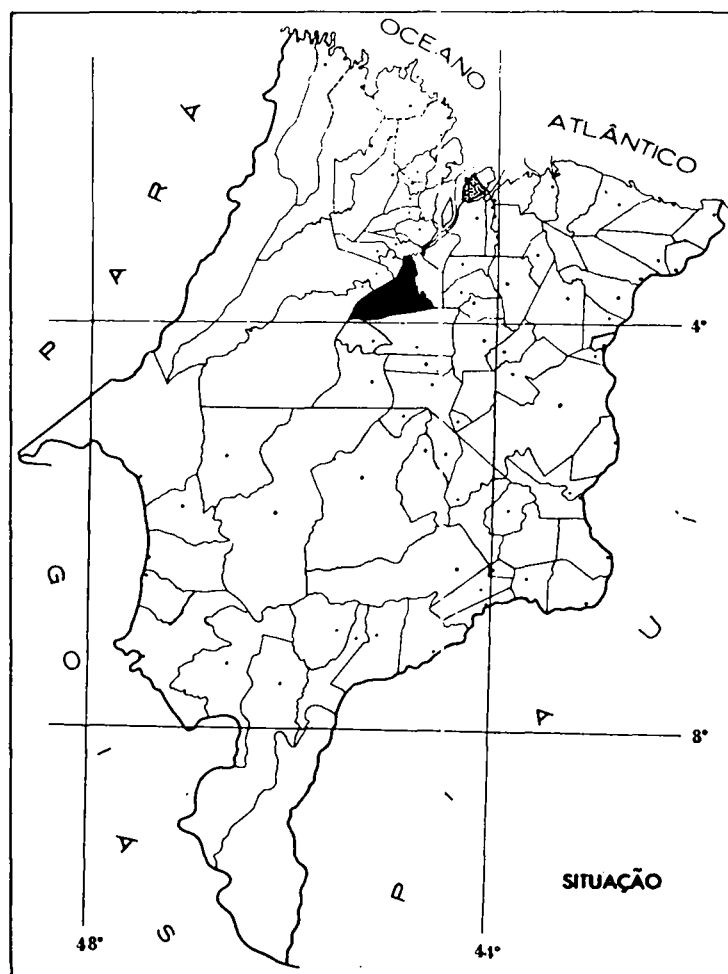
Em 1872, pela Lei n.º 985, de 20 de maio, o têrmo do Mearim passou a formar, com o município de Arari, a comarca de Baixo Mearim, com sede em Pedreiras, distinguindo-se, assim, da de Alcântara.

Criada, mais tarde, a comarca de Vitória do Mearim, ex-Mearim, cujo ano não se sabe ao certo, teve, como primeiro juiz, o Dr. Joaquim Rodrigues Seixas. A Lei Estadual n.º 1 129, de 15 de março de 1924, elevou-o à categoria de cidade.

Primeiramente o município foi dividido em 3 distritos; em 1937, 6; em 1948, 4. Atualmente possui 3.

A mudança da vila do Mearim para Vitória do Baixo Mearim atribui-se ao fato de haver sido nesta zona — lugar Calabouço —, que se travou o último combate entre os revoltosos da Balaida e as fôrças legais, luta essa que culminou com a prisão de Cosme e o sacrifício de cinqüenta dos seus sequazes — 1841.

O município fica situado na grande bacia do gôlfo do Maranhão, às margens do rio Mearim, estando a cidade localizada ao lado esquerdo.

LOCALIZAÇÃO — Ecològicamente, pertence à Zona Fisiográfica do Baixo Mearim. Coordenadas da sede municipal: Latitude Sul: 3° 29'; Longitude W. Gr.: 44° 38' 30". Posição relativa à Capital: rumo — S.S.O.; distância em linha reta — 109 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Prefeitura Municipal

ALTITUDE — Na sede municipal é de 18 metros.

CLIMA — O clima é quente e úmido, suavizado em certas épocas do ano pelos ventos gerais que sopram do Atlântico. Há duas estações: o inverno, que vai de dezembro a maio, e o verão, de junho a dezembro.

ÁREA — Atualmente conta com 3 105 quilômetros quadrados, sendo o 31.º município do Estado do Maranhão em grandeza territorial. Vitória do Mearim, contribuiu, contudo, com seu território para a criação de diversos municípios, segundo quadro demonstrativo abaixo:

VITÓRIA DO MEARIM (1833):
- Arari (1864)
- Pindaré-Mirim (1923) — Cajari (1949. Parte)
- Cajari (1949. Parte)
- Vitorino Freire (1952. Parte)
- Lago da Pedra (1952)

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, o total do município (incluída parte do atual município de Vitorino Freire que, àquela época, pertencia a Vitória do Mearim) era de 29 678 pessoas — o que equivale a 9,56 habitantes por quilômetro quadrado —, sendo 15 251 homens e 14 427 mulheres. A zona rural era habitada por 27 814 pessoas, ou seja, 94% do total. Calcula o Departamento Estadual de Estatística ser de 19 813 pessoas a população de Vitória do Mearim em 1955.

Aglomerações urbanas — Existiam, em 1950, quatro aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Vitória do Mearim — 1 217 habitantes e distritos de Jejuí — 215 habitantes; Lapela — 222 habitantes, e Mata do Boi, 210 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — O município tem a sua base econômica firmada na agricultura, extração de amêndoas de babaçu e pecuária. Com terras férteis e clima apropriado, Vitória do Mearim responde por grande parte da riqueza da região. Entre seus principais gêneros de produção podem ser enumerados: arroz, mandioca, milho, algodão, feijão, fumo, amêndoas de babaçu e tucum e mamona — destinados principalmente à Capital do Estado e aos municípios de Bacabal, Arari, Pindaré-Mirim, Cajari, Monção e Vitorino Freire.

Igreja-Matriz de N. S.ª de Nazaré

A produção de amêndoas de babaçu, que é tôda ela exportada, atingiu, em 1956, a 600 000 quilogramas, no valor de 4 milhões e 200 mil cruzeiros.

Sua produção agrícola e industrial atingiu, em 1955, os totais abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$ 1 000)
Produção agrícola			
Arroz em casca	Saco de 60 kg	94 000	5 640 000
Feijão	» » » »	1 570	596 000
Fumo	Arrôba	800	240 000
Mandioca	Tonelada	7 045	1 436 000
Milho	Saco de 60 kg	30 000	1 800 000
Algodão	Arrôba	24 000	1 320 000
Banana	Cacho	14 000	112 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 000	100 000
Fava	Saco de 60 gk	200	60 000
Manga	Cento	13 000	130 000
Produção industrial			
Farinha de mandioca	kg	2 040 000	6 120 500
Arroz pilado	»	246 000	760 000
Aguardente de cana	Litro	31 000	465 000
Tijolos e telhas	Milheiro	75	75 000
Pão, bolacha, etc.	kg	7 500	135 000

A pesca é bem desenvolvida, destacando-se como pontos essenciais de pescaria, os lagos: Verde, Carnaúba, Fazenda Nova, Cigana, Abôrdo, Moitas e Açu. Êste último, que é o de maior produção, atrai pescadores dos municípios vizinhos de Arari e Viana. A produção do pescado, em todo o município, em 1955, elevou-se a 150 toneladas, no valor oficial de Cr$ 750 000,00 e 80% desta produção foi exportada para os municípios de Bacabal, Coroatá, Codó, Caxias e vários outros do Estado. Em 1956, a produção foi de 200 toneladas no valor de 1 milhão de cruzeiros.

A atividade pecuária chega a representar boa economia para o município. Segundo calcula o Departamento Estadual de Estatística, o efetivo da população pecuária, em 1956, era estimado em 15 800 bovinos, 25 000 suínos, 300 ovinos, 2 500 caprinos, 1 600 eqüinos, 370 asininos e 500 muares.

São exportados em média, anualmente, de 200 a 400 cabeças de bovinos e de 400 a 500 de suínos, para a Capital do Estado e, em segundo plano, para os vizinhos municípios de Arari e Bacabal.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido regularmente por navegação fluvial que o liga à Capital do Estado e a outros municípios, com viagens irregulares, realizadas em barcos a vela e lanchas. Há, na sede, duas emprêsas de navegação de barcos a vela e uma de embarcação a vapor.

A sede do município tem as seguintes comunicações com as cidades vizinhas, figurando os respectivos meios de transporte: Arari: fluvial, 15 quilômetros; a cavalo, 12 quilômetros; rodoviário, 51 quilômetros; Bacabal: rodoviário, 150 quilômetros; fluvial, 210 quilômetros; Cajari: fluvial, 120 quilômetros; a cavalo 31 quilômetros; Monção: a cavalo, 52 quilômetros; Pindaré-Mirim: rodoviário, 86 quilômetros; Viana: a cavalo, 40 quilômetros; Vitorino Freire: rodoviário, 110 quilômetros.

Capital Estadual — rodoviário, 193 quilômetros; fluvial, 120 quilômetros.

COMÉRCIO — Na sede municipal há 21 estabelecimentos varejistas e 7 firmas industriais. O comércio local mantém transações com a Capital do Estado, no entanto, já algumas casas fazem transações diretas com as praças de São Paulo e Recife, porém, em pequena escala.

São importados tecidos em geral, estivas, ferragens, miudezas, louças, vidros, perfumes medicamentos, café, açúcar, cigarros, etc.

ASPECTOS URBANOS — Existe apenas uma rua pavimentada com a área de 265 metros quadrados e outra parcialmente calçada, calculada em 100 metros quadrados, ambas de concreto. Sem pavimentação há 16 ruas, 6 travessas e becos e 2 praças, sendo uma delas arborizada com árvores e palmeiras-da-índia. O serviço postal-telegráfico é feito pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, que mantém na sede do município uma agência de 4.ª classe. Não há hotel nem pensão. Uma casa particular hospeda, quando lhe convém, cobrando diária de Cr$ 70,00 a ... Cr$ 80,00. Na Prefeitura Municipal estão registrados um caminhão, 7 bicicletas e 37 carros de boi.

Na sede municipal está instalada a usina elétrica, que fornece energia para o consumo público e particular, havendo 60 ligações.

Sede de comarca de 1.ª entrância, tem como têrmo sòmente o município de Arari, dispondo, atualmente, de 1 Juiz togado, um 1.º, um 2.º e um 3.º suplentes de Juiz de Direito; 2 Escrivães, 2 Oficiais de Justiça e 1 Promotor Público.

Mercado Municipal

Praça Rio Branco

Existe um campo de pouso para aviões teco-teco, os quais, contudo, não fazem viagens regulares, a não ser quando especialmente fretados.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 encontrou 2 379 pessoas de mais de 5 anos de idade que sabiam ler e escrever, o que equivalia a pouco mais de 8% da população, sendo 1 316 homens e 1 063 mulheres.

Apenas 64 pessoas — 38 homens e 26 mulheres — de 10 anos e mais possuíam curso completo, a saber: 62 (36 homens e 26 mulheres), curso de grau elementar; 1 homem com instrução de grau médio e 1 homem tendo curso de grau superior.

Ensino — Sòmente é difundida, em Vitória do Mearim, a instrução primária, o que se faz por intermédio de 35 unidades escolares, sendo 28 de ensino fundamental comum e 7 de ensino fundamental supletivo.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rio Mearim que, vindo de sua nascente, percorre o município do lugar Ipixunassu ao Povoado Grande, numa extensão calculada de 96 quilômetros, passando pela sede municipal e povoados Ubatuba, Passagem das Areias, Santa Cruz, Lapela e Sumaúma. É sempre navegável por lanchas, barcos e canoas. Tem de 8 a 9 metros de profundidade, no verão, chegando a ficar com 11 a 13 metros no inverno. Acima da cidade uns 25 quilômetros, recebe como afluente, pela sua margem esquerda, o rio Grajaú. Nos dias de lua, as marés influem até a sede municipal, porém, ùltimamente, sem o fenômeno da pororoca. O rio Mearim serve de limite com município de Arari.

Rio Grajaú, que banha os lugares São Benedito, Santarém, Tarumã, Paiol, Lagem Comprida, Mata do Boi e Francelina. Percorre o município numa extensão calculada de 100 quilômetros. É navegável apenas de janeiro a julho — (inverno) por lanchas e canoas, quando chega a ter de 8 a 10 metros de profundidade não indo, no verão, além de 2 palmos de calado, o que o torna intransitável nessa época. Forma o lago das Itans, 2 quilômetros abaixo do povoado São Benedito.

Inúmeros são os lagos existentes em Vitória do Mearim, podendo ser citados os seguintes: Açu, com 135 quilômetros quadrados, 1 metro de profundidade no verão e 4 metros no inverno. Dista da sede municipal cêrca de 50 quilômetros. É bastante piscoso e, nas suas margens, são encontrados babaçuais, madeiras e caça em geral.

Lago Verde — liga-se ao anterior por um igarapé de 5 quilômetros. Tem a área aproximada de 4 quilômetros quadrados, e a profundidade de 1 metro e 3 metros, no verão e inverno, respectivamente. Também é piscoso.

Lago da Carnaúba — com a área de 4 quilômetros quadrados. Não é navegável. Dista da sede 60 quilômetros, por via terrestre. É piscoso. Nas suas margens encontram-se carnaubais, babaçuais, madeiras e caça.

Lago da Itans — entre os distritos da sede e o de Lapela. Área de 6 quilômetros quadrados. Só é piscoso no inverno, quando suas águas crescem. Dista da cidade 37 quilômetros.

Lago da Fazenda Nova — deságua no rio Grajaú por um igarapé de 6 quilômetros. Área 6 quilômetros quadrados. Não é navegável, porém bastante piscoso. Fica entre os distritos Mata do Boi e Lapela, distante da sede 70 quilômetros por via terrestre.

Lago da Cigana — no distrito Mata do Boi. Área 4 quilômetros quadrados, distando da sede perto de 100 quilômetros. É bastante piscoso. Liga-se ao rio Grajaú por um igarapé de 12 quilômetros. É navegável por pequenas embarcações.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	124	...	319	57	384
1951	131	...	297	59	269
1952	69	124	345	51	246
1953	89	139	698	60	423
1954	76	135	596	63	852
1955	111	138	586	61	621
1956 (1)	177	...	820	64	754

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há dois portos fluviais, um na sede e outro no povoado Bôca do Rio, ambos localizados no Rio Mearim.

Celebram-se muitas festas no município, tôdas de pequeno movimento, apenas, uma é importante e tradicional: a da padroeira do município, Nossa Senhora de Nazaré, na sede, realizada entre 1.º e 9 de setembro, com novena, missa, procissão e ladainha. Esta festa vem chamando a atenção de grande massa popular, vinda do interior do município e até mesmo da Capital do Estado e de outros municípios vizinhos.

Há duas importantes construções antigas, feitas ainda pelo fundador da cidade: a igreja-matriz e um prédio que lhe fica ao lado. Ambos foram levantados de pedras pretas, chamadas "cabeça de negro", lavradas com arte. A igreja tem suas paredes com 1,30 metros de espessura.

Há 3 socorros farmacêuticos e 1 prático de dentista.

A política é representada por 9 vereadores em exercício.

(Autor do histórico — A.E. — Carlos Alberto Fernandes; Redação final — Nice de Moura Ferro e Arthur Dias de Paiva; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento, Departamento Estadual de Estatística e Inspetoria Regional de Estatística.

VITORINO FREIRE — MA

Mapa Municipal no 3.º Vol.

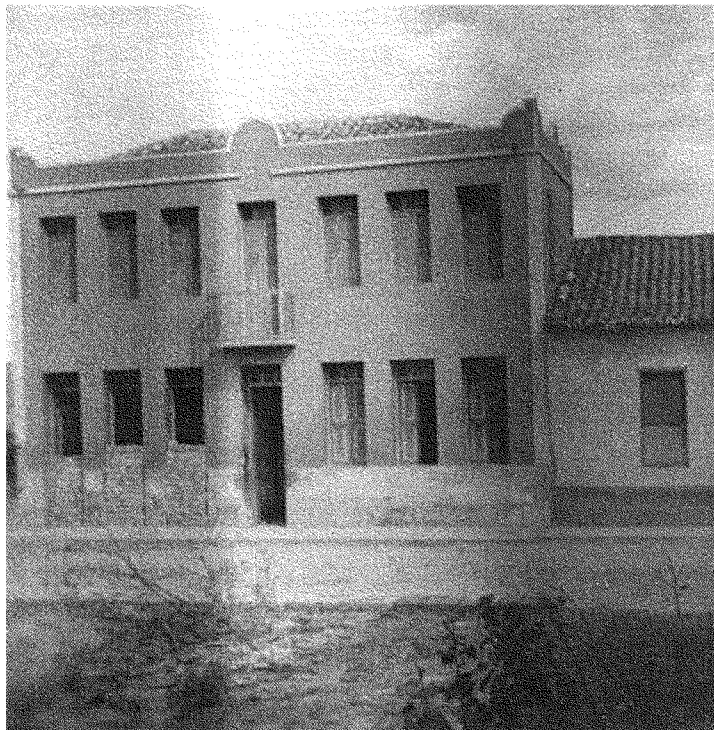
HISTÓRICO — Em 1938 fixou residência no local onde é hoje o atual município de Vitorino Freire a família do lavrador Boaventura Ribeiro e, com ela, outras pessoas que vivem, nômademente, em busca de melhores terras para seus trabalhos. Por isso, ficou o lugar conhecido como Centro dos Boas.

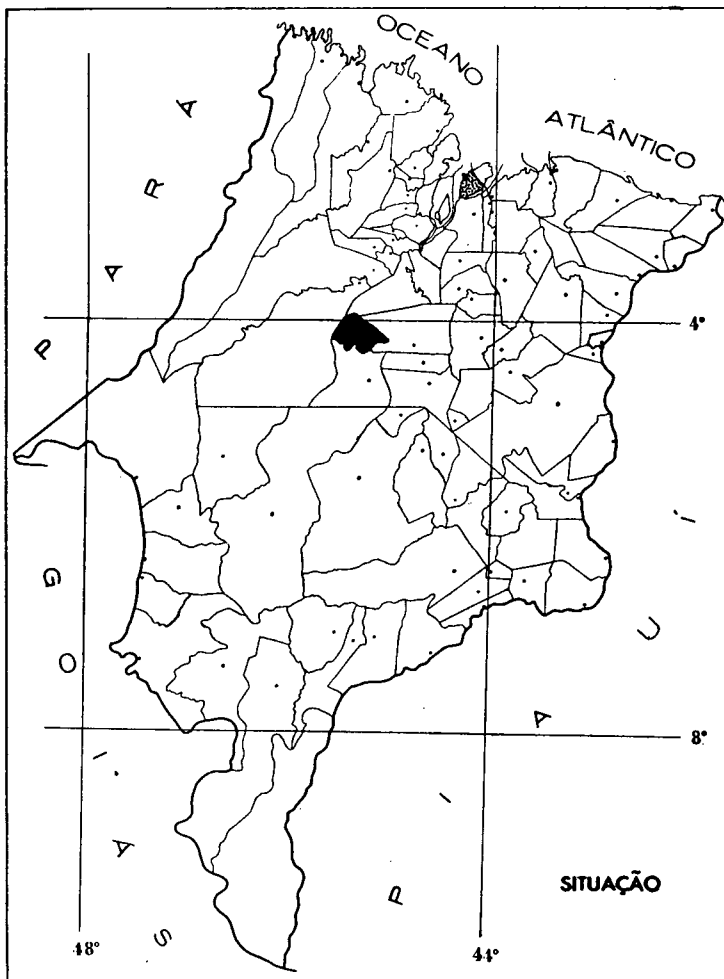
Com o crescente desenvolvimento da população, em face da fertilidade de suas terras, próprias para a lavoura, o povoado tomou grande impulso, tendo, em 1944, sido cognominado Água Branca, quando um dos seus moradores, ao cavar um poço, encontrou água muito clara.

Pertencente, então, ao município de Bacabal, na qualidade de povoado, passou por ato do executivo, a sede de distrito, porém com a denominação de vila Senador Vitorino Freire, desaparecendo, assim, o nome de Água Branca. Após 4 anos de existência, foi elevado à categoria de cidade, pela Lei n.º 763, de 25 de setembro de 1952, tendo sido solenemente instalada no dia 1.º de janeiro de 1953. Teve, como seu 1.º Prefeito Municipal, o Sr. Saint'Clair Martins Pereira, o qual foi nomeado por ato do Governador do Estado, até que se realizassem as eleições para o Executivo e Legislativo do município recém-criado

O atual município de Vitorino Freire é formado pelo desmembramento, de partes dos municípios de Bacabal e Vitória do Mearim.

Vitorino Freire é sede de comarca de 1.ª Entrância formada pelos têrmos de Vitorino Freire e Lago da Pedra, conforme Lei n.º 1 225, de 19 de julho de 1954. A formação judiciária do município é a seguinte: 1 Juiz de Direito, 3 Suplentes de Juiz de Direito, 1 Promotor Público, 1 Escrivão do 1.º Ofício e um escrivão do 2.º Ofício.

Geraldo Rodrigues Bogéa é o seu atual Prefeito e 9 são os vereadores em exercício. Vitorino Freire conta 2 500 eleitores inscritos.

Prefeitura Municipal

LOCALIZAÇÃO — O município de Vitorino Freire situa-se na Zona Fisiográfica do Baixo Mearim. É constituído pelo igarapé Marupy em tôda a sua extensão oeste-leste, até a margem do rio Grajaú, onde desemboca, acompanhando, daí, o leito do rio Grajaú até encontrar a reta oeste-leste que parte do povoado Espírito Santo, à margem do igarapé Salgado. Limita com os seguintes municípios: Bacabal, Vitória do Mearim, Pindaré-Mirim e Lago da Pedra.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Temperaturas observadas, em graus centígrados: média das máximas, 36; média das mínimas, 33; e média compensada, 35. As chuvas têm o seu início em dezembro e o término em abril, sendo que as trovoadas se verificam em fevereiro e março. A sêca predomina nos meses de maio a novembro. Não há pôsto meteorológico.

ÁREA — Com 1 500 quilômetros quadrados, é o 59.º município do Estado em grandeza territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: O rio Grajaú e o lago Marmorana. O nome do primeiro teve origem no topônimo da cidade Grajaú, fundada em suas margens e, o segundo, devido às inúmeras árvores de marmorana que o circundam. É piscoso e fica à margem direita do rio Grajaú. O município é banhado, a oeste, pelo rio Grajaú, numa extensão aproximada de 25 quilômetros, com profundidade que, no verão, é de apenas um metro, chegando a atingir 9 metros na época das chuvas, quando se torna navegável. Não banha a sede municipal, porém o povoado São João do Grajaú, que é, por isso, o pôrto de Vitorino Freire.

Praça da Matriz

RIQUEZAS NATURAIS — São riquezas naturais do município, de origem mineral: giz, no povoado Primeiros Morros; e calcários e fonte de água sulfurosa, no povoado de Pedra do Salgado; babaçu, plantas oleaginosas e madeiras em geral, de origem vegetal. Quanto às riquezas minerais, estão elas sem exploração. O babaçu deu a produção de 2 126 toneladas em 1956, valendo 21 milhões de cruzeiros.

POPULAÇÃO — Segundo cálculo elaborado pelo Departamento Estadual de Estatística, em 1955, Vitorino Freire possuía 7 850 habitantes, o que equivalia a 5,23 habitantes por quilômetro quadrado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Tem o município de Vitorino Freire, como base fundamental à sua economia, a agricultura, a extração de amêndoas de babaçu e a pequena indústria.

A partir do ano seguinte à sua elevação à categoria de município, passou a ser feita a estatística da exportação de amêndoas de babaçu, a qual apresentou as seguintes quantidades em toneladas: em 1954 — 950 — .... Cr$ 5 700 000,00; em 1955 — 1 300 — Cr$ 7 800 000,00; e em 1956 — 2 126 — Cr$ 21 260 000,00.

Os produtos agrícolas são destinados às praças comerciais do Estado do Maranhão e outros do Nordeste e Sul — arroz, algodão, feijão, milho e farinha de mandioca.

A pequena indústria abrange o beneficiamento do arroz, do algodão e fabrico da farinha de mandioca, de aguardente de cana e mandioca; fabricação de telhas, tijolos e ladrilhos.

A pecuária representa pequena economia para o município, havendo importação para reprodução e criação de Estados do Sul e de municípios do sertão maranhense. A população pecuária, em 1956, era estimada em 2 500 bovinos; 10 000 suínos; 1 400 ovinos; 1 600 caprinos e asininos; 1 800 eqüinos e 3 000 muares.

A pesca é praticada em pequena escala, por métodos primitivos e como complemento à alimentação dos moradores. Em 1956 foram pescados 14 900 quilogramas de peixes diversos, no valor de 298 mil cruzeiros.

A produção agrícola e industrial de Vitorino Freire, em 1955, é representada a seguir: *Produção agrícola*: algodão (198 600 arrôbas — Cr$ 9 930 000,00); arroz com casca (210 000 sacos 60 quilogramas — Cr$ 16 800 000,00); banana (95 000 cachos — Cr$ 950 000,00); batata-doce (20 toneladas — Cr$ 24 000,00); cana-de-açúcar (5 000 toneladas — Cr$ 475 000,00); feijão (660 sacos 60 quilogramas — Cr$ 158 400,00); fumo (3 000 quilogramas — Cr$ 60 000,00); laranja (3 400 centos — Cr$ 51 000,00); mandioca (4 149 toneladas — Cr$ 509 800,00); manga (2 300 centos — Cr$ 34 500,00); melancia (48 000 frutos — Cr$ 240 000,00); milho (83 500 sacos 60 quilogramas — Cr$ 5 010 000,00); tomate (13 000 quilogramas — Cr$ 130 000,00). *Produção industrial*: algodão em pluma (232 700 quilogramas — Cr$ 4 080 200,00); arroz pilado (1 567 400 quilogramas — Cr$ 6 551 190,00); telhas e tijolos (2 593 milheiros — Cr$ 1 117 700,00); aguardente de cana (110 000 litros — Cr$ 825 000,00); farinha de mandioca (176 200 quilogramas — Cr$ 704 200,00).

COMÉRCIO — O município conta com 5 estabelecimentos atacadistas, 28 varejistas e 8 industriais.

O comércio local mantém transações com as praças dos Estados do Maranhão, Pernambuco, Ceará e São Paulo, importando tecidos, estivas, miudezas em geral, ferragens, produtos farmacêuticos, café, açúcar, derivados de petróleo, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Vitorino Freire é ligado por rodovia a: Bacabal, 72 quilômetros; Lago da Pedra, 48 quilômetros; Pindaré-Mirim, 114 quilômetros e Vitória do Mearim, 110 quilômetros.

Na época invernosa o município é servido por navegação fluvial e por táxis-aéreos, em virtude de ficar paralisado o trânsito rodoviário. Mantém relações com os portos fluviais de Vitória do Mearim e Arari.

ASPECTOS URBANOS — O município conta 112 ligações elétricas na sede, sendo de propriedade da Prefeitura

Escola Rural Ruy Barbosa

a usina que fornece energia particular e pública, não o fazendo como fôrça motriz.

Vitorino Freire possui um bom campo de pouso, com as dimensões de 1 000 m x 100 m, que recebe pequenos aviões (táxi-aéreo).

O município é sede da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, eclesiàsticamente subordinada ao Arcebispado de São Luís. Em 1956 realizou: 1 259 batizados, 270 crismas, 302 comunhões, 197 casamentos e 5 procissões.

Funciona também 1 igreja protestante "Evangélica Assembléia de Deus".

As diárias cobradas nas duas pensões existentes não excedem a Cr$ 70,00, tendo ambas instalações bem modestas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Embora possua, o município 1 médico e 1 dentista, êstes não têm consultório montado no Pôsto Médico de Saúde, mantido pelo govêrno do Estado, por falta de material. Existem, também, 1 enfermeiro e 4 socorros farmacêuticos, 1 dêstes especializado na venda de produtos homeopáticos.

O município é sede do 21.º Distrito Sanitário.

ENSINO — O ensino primário é ministrado em 6 unidades escolares, sendo 2 de Ensino Fundamental Comum e 4 de Fundamental Supletivo. Na sede, eram 258 as crianças de 7 a 11 anos, matriculadas no início de 1957.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953	...	1 962	1 100	...	349
1954	...	2 124	1 460	...	787
1955	...	2 385	915	...	1 373
1956 (1)	...	4 782	1 277	...	1 188

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Em Vitorino Freire são bem divertidos os folguedos populares do bumba-meu-boi e do carnaval. O bumba-meu-boi, embora não alcance todo o esplendor dos realizados em Alcântara, Guimarães, Cururupu e Pinheiro, é exibido no mês de junho por ocasião do São João e do São Pedro, sempre convocando muitos bailantes, os quais procuram se vestir da melhor maneira possível.

O carnaval atrai não só a população da cidade mas mesmo a de todo o município. São comuns cordões e blocos, merecendo destaque os bailes ou "forrós", quando as noites são complementadas pelo dia. Em ambos os festejos há predominância de bebidas alcoólicas.

Na parte referente aos festejos religiosos, são mais antigos, e porisso mesmo tradicionais, os do mês mariano, quando então é realizada a festa da padroeira da cidade — Nossa Senhora de Fátima. São celebradas missas, há ladainhas, bênçãos e festejos externos, encerrados com pomposa procissão; e as festas natalinas, em dezembro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Exerce a profissão no município 1 advogado provisionado.

Os veículos a motor registrados em Bacabal ou, na capital do Estado são 11 caminhões comuns, sendo 5 com capacidade de mais de 3 a 5 toneladas e 6 de mais de 5 toneladas; 18 bicicletas e 2 carros de boi.

A denominação local dos naturais de Vitorino Freire é vitorinense.

São 5 as igrejas protestantes "Evangélica Assembléia de Deus" espalhadas pelo interior do município, exclusive a sede, as quais mantêm 11 escolas dominicais.

(Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística, Serviço Nacional de Recenseamento e Inspetoria Regional; Redação final — Conceição de Maria Utta e Arthur Dias de Paiva.)

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ

ÁGUA BRANCA — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — A atual cidade de Água Branca originou-se do lugar Lagoa do Gato, cujos primeiros moradores foram quatro cearenses que, fugindo ao flagelo das sêcas no Estado vizinho, vieram ter a estas plagas em 1877. Chegando aqui, agregaram-se às terras do major Antônio Pereira Lopes, no lugar denominado Lagoa da Vida, onde trabalharam até o ano de 1886, num período, por conseguinte, de nove anos. Usando de clarividência, José Miguel de Sousa, o mais velho e inteligente, levou seus irmãos Joaquim, Floriano e Antônio a adquirirem um pedaço de terras para cultivo. Com efeito, compararam terras ao Senhor Francisco Pereira Lopes, proprietário residente no povoado Natal, do município de Teresina. Nessa gleba de terras, cuja aquisição para aquêles pioneiros custou a importância de Rs 16$000, está hoje edificada a cidade de Água Branca.

O fundador de Água Branca — José Miguel de Sousa — nasceu no lugar Canafístula, município de Tauá, Estado do Ceará, no dia 5 de setembro de 1858. Era filho legítimo de Miguel Antônio de Siqueira e de Ana Maria de Siqueira, velhos lavradores residentes naquelas paragens. Ocupou êle, por várias vêzes, o cargo de subdelegado de polícia da localidade que fundou e foi também nomeado, diversas vêzes, para os cargos de Promotor e Juiz substituto de São Pedro do Piauí. Eleito Conselheiro Municipal, ocupou por duas ocasiões êste cargo em Regeneração. Teve uma vida honrada e tôda dedicada ao trabalho. Gostava de ler e assinava jornais permanentemente. Faleceu no dia 3 de outubro de 1952, pobre de bens materiais, mas deixou um patrimônio moral que atravessará os tempos, e também uma numerosa família constituída de muitos filhos, dezenas de netos e bisnetos.

É conhecidíssima a família "Miguel" na cidade de Água Branca, vivendo da labuta diária em diversos ramos de atividade, sempre dentro do critério e da honestidade que caracterizaram seus ancestrais.

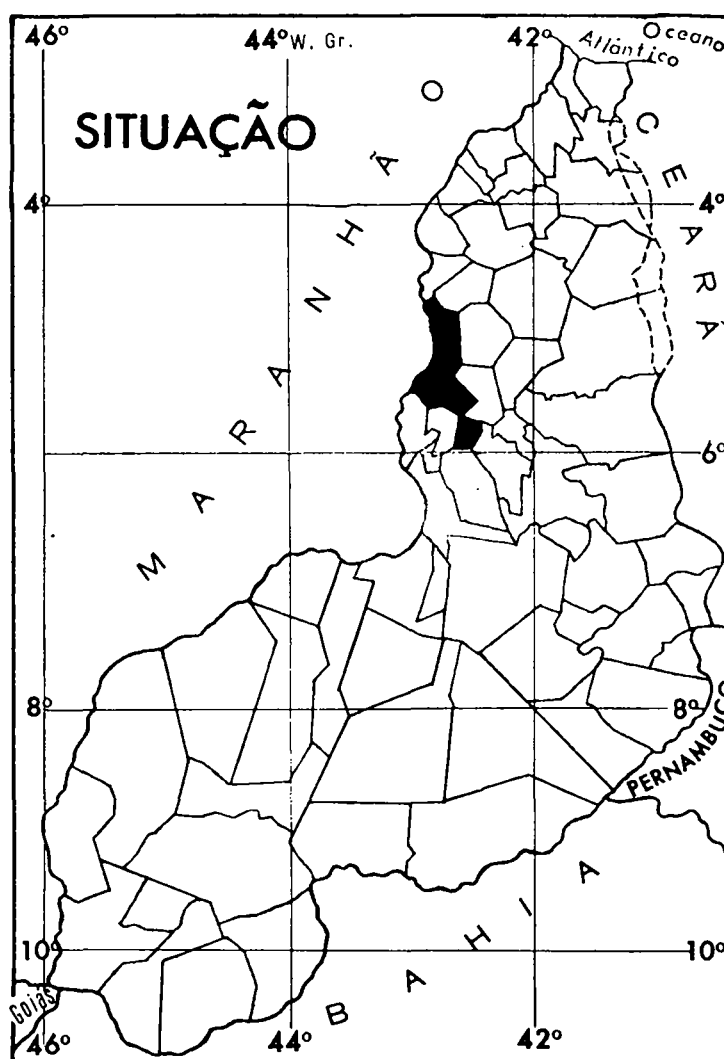
Água Branca pertenceu de início ao município de Regeneração, passando, posteriormente, a integrar o município de São Pedro do Piauí, para anos após constituir-se em município autônomo pela Lei estadual n.º 979, de 30 de abril de 1954.

A população do município de Água Branca, pelo Recenseamento de 1950, quando dependente do município de São Pedro do Piauí, atingiu o número de 10 220 pessoas, estimando-se a sua população, atualmente, em cêrca de 15 000 habitantes, na maioria adventícios. Essa população, feita de cearenses, pernambucanos, paraibanos e piauienses, desenvolve como principal atividade a agricultura que se transforma dia a dia dos métodos manuais, rotineiros e antiquados em trabalhos mecanizado e de feição progressista, com o emprêgo de máquinas agrícolas modernas, tratores e arados. Essa atividade é, assim, básica e tem-se desenvolvido a ponto de colocar o município dentre os de relativa expressão econômica, pela grande quantidade de cereais que exporta, destacando-se o arroz e o milho, para os quais as suas terras férteis são apropriadas.

Destaca-se o comércio como segunda atividade do município, o qual gira em tôrno da feira que se realiza aos domingos, e a que comparecem cêrca de 4 000 pessoas.

O município de Água Branca instalou-se no dia 30 de junho de 1954, constituindo-se de um distrito judiciário subordinado à comarca de São Pedro do Piauí, onde há 1 juiz de paz e 2 suplentes, 1 adjunto de promotor e 1 escrivão do registro civil.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Raimundo Rodrigues Matos e constituída a Câmara de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada no traçado da rodovia estadual PI-4, a 102 quilômetros da capital do Estado e a 90 quilômetros em linha reta. Pertence à Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba e limita com os municípios de São Pedro do Piauí, Teresina, Beneditinos, Elesbão Veloso e Regeneração.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima do município é quente com noites frias e invernos menos secos. Inverno — dezembro a maio. Verão — junho a novembro.

ÁREA — Água Branca foi desmembrada do município de São Pedro do Piauí, totalizando sua área 611 quilômetros quadrados; figura como um dos menores municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Berlengas que lhe serve de limite com o município de Elesbão Veloso. Contam-se ainda os riachos

Escolas Reunidas Monsenhor Boson

Buriti e Mucambo. Existem no município as serras do Jatobá e Peladinho.

RIQUEZAS NATURAIS — A cêra de carnaúmba e o babaçu são as principais riquezas extrativas vegetais. Cal de pedra e barro (argila), para fabricação de telhas e tijolos, representam as riquezas minerais, e peles silvestres, a riqueza animal.

POPULAÇÃO — A população do município que, pelo Recenseamento de 1950, estava englobada à de São Pedro do Piauí, do qual se desmembrou posteriormente, era, naquela época, de aproximadamente 10 220 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município conta com dois núcleos urbanos: o da sede, sôbre cuja população, recenseada com a do município de São Pedro do Piauí, não é possível oferecer dados seguros, e o povoado Barro Duro, com 100 moradias e cêrca de 600 habitantes. Presume-se, todavia, que a população urbana de Água Branca atinja 1 500 habitantes, aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Na progressista Água Branca, predominam a agricultura e o comércio, destacando-se a cultura do arroz como atividade preponderante.

Agricultura — Baseia-se na lavoura do arroz, algodão, mandioca, feijão e milho, cujo valor e produção, em 1956, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	100 000	21 000
Algodão	Arrôba	124 000	11 160
Mandioca	Tonelada	19 000	5 700
Milho	Saco de 60 kg	22 500	2 700
Feijão	» » » »	5 000	2 500

Teresina, Picos, Crato (CE), Campos Sales (CE), Limoeiro (PE), Recife, Feira de Santana (BA), são os principais centros consumidores dêsses produtos agrícolas.

Pecuária — O número de cabeças de gado existentes no município é o seguinte: 8 200 bovinos; 33 000 suínos; 400 ovinos e 16 000 caprinos. A pecuária, apesar de ser uma atividade menos importante, não deixa de contribuir para a economia do município. O gado vacum é exportado para Limoeiro e Recife, no Estado de Pernambuco.

Indústria — É pouco desenvolvida a indústria do município que conta com apenas cinco estabelecimentos industriais ocupando pequeno número de operários. Os produtos de transformação, em 1956, foram os seguintes: farinha de mandioca — 243 220 quilos no valor de ...... Cr$ 595 694,00; aguardente de cana — 28 932 litros, no valor de Cr$ 171 740,00; rapadura — 28 880 quilos, no valor de Cr$ 144 400,00 e 926 quilos de cêra de carnaúba, valendo Cr$ 37 040,00.

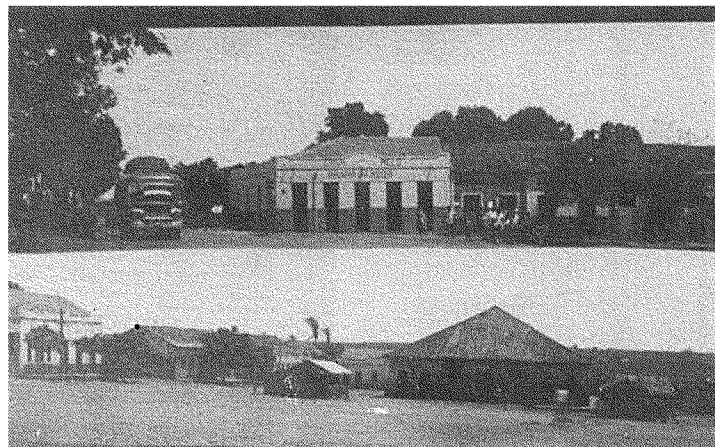
COMÉRCIO — Há no município de Água Branca 5 estabelecimentos industriais e 27 casas comerciais: 5 atacadistas e 22 varejistas .O comércio local mantém transações com as praças de Teresina, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Água Branca é servido por duas rodovias, sendo uma federal, BR-52, que serve também o povoado Barro Duro; e uma estadual, PI-4, ambas pavimentadas com piçarra. Comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Elesbão Veloso — rodovia, via Estaca Zero, 72 quilômetros; São Pedro do Piauí — rodovia, 12 quilômetros; Regeneração — rodovia, via São Pedro do Piauí, 54 quilômetros; Capital estadual — rodovia, 102 quilômetros. Conta com uma agência postal-telefônica, mantida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Por ter sido elevado à categoria de cidade após a realização do Recenseamento de 1950, não se podem oferecer dados positivos sôbre a população da cidade de Água Branca, a qual, todavia, é calculada em 1 500 habitantes. As ruas não são pavimentadas, não havendo, também, água encanada nem rêde de esgotos. Há 80 ligações elétricas domiciliares e iluminação pública fornecida pela Usina de Água Branca, de propriedade da Prefeitura Municipal. Conta com 3 hotéis em que se cobra uma diária média de Cr$ 50,00. O número de veículos registrados na Prefeitura Municipal é de 12 caminhões. Os edifícios mais importantes são: Escola Rural e Prefeitura Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência sanitária à população local: 3 farmácias, 1 farmacêutico e 1 dentista.

ENSINO — Funcionaram no município, no exercício de 1956, 21 unidades de ensino fundamental comum, sendo 13 municipais, 6 estaduais e 2 particulares, as quais apresentaram um movimento de matrícula de 1 351 alunos, sendo 595 homens e 756 mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona um cinema, o Cine Beija-Flor, pertencente a emprêsa particular,

Praça 1.º de Julho

Capela de N. S.ª do Perpétuo Socorro

com lotação de 200 pessoas e sessões duas vêzes por semana.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954.......	—	781 000	—	—	—
1955.......	—	1 045 384	853 562	330 460	755 123
1956 (1)....	...	...	984 060	435 500	967 180

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A principal solenidade religiosa é a festa da padroeira, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, celebrada no mês de agôsto, com novena, missas e concorrida procissão.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes de Água Branca são conhecidos por "água-branquenses".

BIBLIOGRAFIA — Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Água Branca.

Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S. A. — Agência de Teresina — e Agente do I.A.P.B.)

ALTO LONGÁ — PI

Mapa Municipal no 3.° Vol.

HISTÓRICO — A história de Alto Longá remonta aos princípios do século XIX, quando o capitão Benedito José de Sousa Brito ali fixou residência e situou uma fazenda de gado a pequena distância do rio Gameleira, junto a um ôlho-d'água que, atualmente, serve ao abastecimento da população local. Foi então construída uma capela consagrada a Nossa Senhora dos Humildes, a quem o fundador do lugar doou patrimônio territorial e muitas cabeças de gado vacum e cavalar.

Em 1870, por fôrça da Lei provincial n.° 713, de 6 de agôsto, foi criado o Curato de Humildes, posteriormente Paróquia de Nossa Senhora dos Humildes, por disposição da Lei provincial n.° 852, de 22 de junho de 1874.

O Dr. Enéas José Nogueira, então juiz da comarca de Oeiras e possuidor de diversas propriedades agropecuárias nas vizinhanças de Humildes, conseguiu que a Assembléia provincial aprovasse a Lei n.° 891, de 15 de junho de 1875, que elevou o povoado à categoria de vila, cuja instalação se verificou a 5 de abril de 1877. A Lei provincial n.° 892, de 1875, criou a comarca de Humildes, compreendendo o têrmo de Marvão, atualmente Castelo do Piauí. Naquele ano existiam no povoado de Humildes apenas três casas de telha e uma pequena e mal construída capela, conforme se reportou em relatório o Sr. Firmino de Sousa Martins ao passar a administração da Província ao Sr. Sinval Odorico de Moura, em 1881. Compreende-se, por isso, que o principal objetivo do Dr. Enéas José Nogueira era o de transferir-se para a nova comarca, a fim de administrar pessoalmente as suas propriedades, como realmente aconteceu, pois em 5 de abril de 1877, presidiu êle as solenidades da vila e comarca, data em que ali assumiu as funções de Juiz de Direito. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.° 8, de 20 de janeiro de 1890, a vila teve o seu topônimo mudado de Humildes para Alto Longá, em decorrência, talvez, de sua proximidade das nascentes do rio Longá.

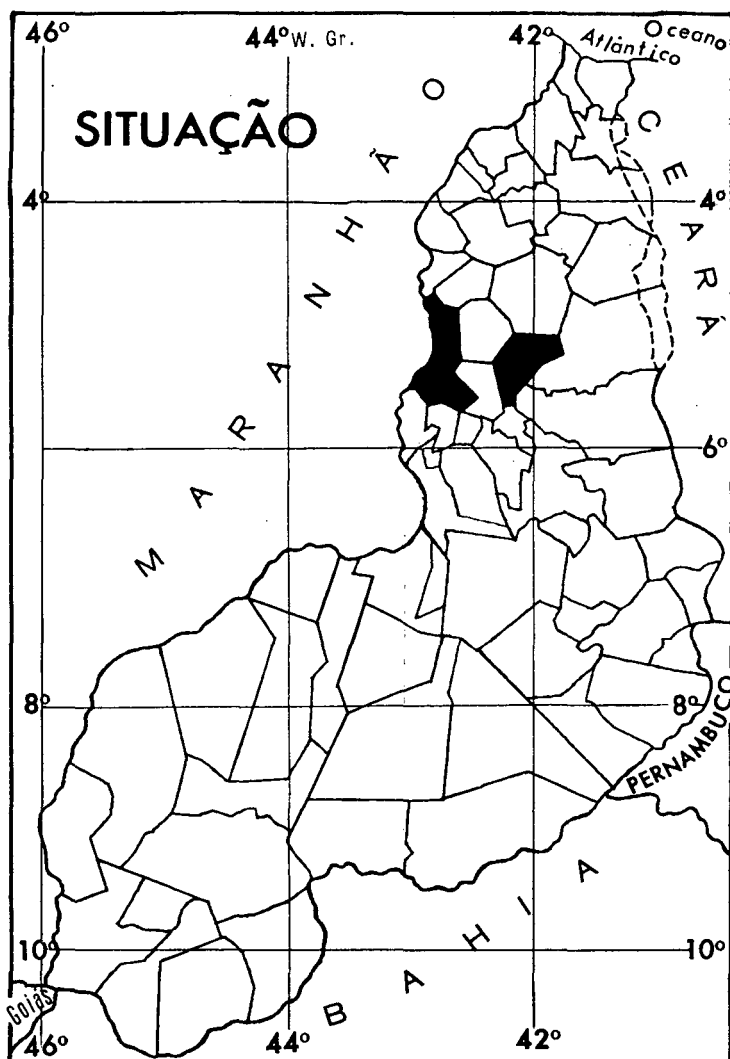
Em 1896 o distrito de Alto Longá foi anexado à comarca de Campo Maior, por disposição da Lei n.° 85, de 12 de junho, continuando na mesma situação à época da reorganização do sistema judiciário do Estado, determinada pela Lei n.° 154, de 16 de julho de 1897, até 2 de julho de 1918, com a promulgação da Lei n.° 930 que o transferiu para a comarca de Castelo, tendo sido, quatro anos mais tarde, em virtude da Lei n.° 1 041, de 18 de julho de 1922, anexado à comarca de Altos. O município foi extinto por fôrça do Decreto estadual n.° 1 279, de 26 de junho de 1931, cujo território passou a integrar o do município de Altos, até 17 de agôsto de 1934, data do Decreto n.° 1 575, que restaurou a sua autonomia administrativa.

A Lei n.° 96, de 21 de junho de 1937, que deu nova feição à divisão administrativa e judiciária do Estado, previu a transferência do distrito de Alto Longá da comarca de Altos para a de Campo Maior, disposição esta que se concretizou. Pelo Decreto estadual n.° 147, de 15 de dezembro de 1938, conseqüente ao Decreto federal n.° 311, de 2 de março do mesmo ano, que estabeleceu normas sôbre a nova organização territorial do País, Alto Longá elevou-se à categoria de cidade, cuja instalação se verificou a 1.° de janeiro de 1939. Em 1947, ano em que foi promulgada a Constituição do Estado, foi restaurada, em 22 de agôsto, a comarca de Alto Longá.

A agência postal foi instalada no ano de 1882 e o serviço telefônico, em 1919, sendo mantidos pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Antônio Vitório de Sousa. A Câmara Municipal compõe-se de 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Alto Longá está situado a 90 quilômetros da capital estadual e, em linha reta, 70 quilômetros. Limita com os municípios de Altos, Campo Maior, Castelo do Piauí, São Miguel do Tapuio, São Félix do Piauí e Beneditinos. Alto Longá está encravado na Zona Fisiográfica da Carnaubeira, juntamente com os municípios de Barras, Batalha, Campo Maior e Piripiri.

Possui as seguintes coordenadas geográficas: 5.º15'30" de latitude Sul e 42º15'30" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — De 150 metros é a altitude na sede municipal.

CLIMA — A temperatura de Alto Longá, apesar de ser variável, é, em geral, excelente em todo o município, tornando o seu clima um dos melhores do Estado, principalmente na estação do estio.

ÁREA — A área do município é de 1952 quilômetros quadrados, figurando Alto Longá como mediano entre os demais municípios do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Destaca-se o Poti como principal rio do município que lhe serve de limite com os municípios de São Félix do Piauí, São Miguel do Tapuio e Castelo do Piauí. Notam-se ainda os rios Gameleira, Longá, Canudos, Caiçara, Capivara, Corrente e Genipapo.

No que diz respeito à orografia do município, servimo-nos do trecho do livro "O Piauí no Centenário de sua Independência", — volume III — ano de 1923, pág. 10: "Não há grandes serras no município, apenas ligeiras elevações sem significação orográfica. Todavia existe um morro bastante alto o qual se denomina — Morro do Selado, que é avistado de quase todos os pontos do município".

RIQUEZAS NATURAIS — A riqueza natural do município é formada por seus principais produtos extrativos vegetais que são a cêra de carnaúba e o tucum. Destaca-se também o barro (argila), destinado à fabricação de telhas e tijolos, como riqueza mineral.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população de Alto Longá era de 10 196 habitantes, assim distribuídos: homens — 5 141; mulheres — 5 055; brancos — 2 841; pretos — 885; pardos — 6 443; sem declaração de côr — 27. Das pessoas recenseadas de 15 anos e mais de idade, em número de 5 452, 1 881 eram solteiras; 3 199, casadas; 353, viúvas e 1, desquitada. Do total mencionado, 19 não declararam estado civil. O total das pessoas que se declararam católicos romanos, em número de 10 138, predominou no município. As demais religiões não merecem destaque, face ao pequeno número de adeptos. A densidade era de 5 habitantes por quilômetro quadrado. Da população do Estado, 83,6% localizam-se no quadro rural, sendo superados pela média do município, que é de 89%. Verifica-se o equilíbrio entre a quota de homens e a de mulheres na população rural do município, como se verá a seguir: 4 887 homens e 4 789 mulheres. Entre os municípios mais populosos do Estado, põe-se Alto Longá em 39.º lugar. A cidade, no entanto, apresenta menor índice de população, ocupando o 47.º lugar.

Aglomerações urbanas — O município de Alto Longá conta apenas um núcleo urbano, o da sede, com 520 habitantes, sendo 254 homens e 266 mulheres. Assinala-se que, dêsse total, 111 homens e 114 mulheres sabiam ler e escrever, ao passo que 87 homens e 98 mulheres não eram alfabetizados, isso no que se refere a pessoas de 5 anos e mais de idade, conforme apurações do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a agrícola, seguindo-se a pecuária e a indústria extrativa.

Agricultura — O volume e o valor dos principais produtos agrícolas da região, em 1956, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	11 600	2 320 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	5 000	1 500 000
Mandioca	»	5 200	1 300 000
Milho	Saco de 60 kg	8 000	1 280 000
Feijão	» » » »	2 000	1 200 000

Os principais centros compradores dos produtos agrícolas da região são os municípios de Altos e Campo Maior.

Pecuária — A pecuária exerce papel relevante na economia do município, face ao seu desenvolvimento no setor da exportação, que é feita para Teresina e para os municípios de Altos e Campo Maior, dêste Estado, Crateús e Sobral, no Estado do Ceará. O número de cabeças de gado existente no município é o seguinte: 24 500 bovinos, 28 000 suínos, 28 800 caprinos e 18 000 ovinos.

Indústria — Como produtos extrativos sobressaem a carnaúba e o tucum. A extração dêsses produtos atingiu, em 1956, 61 596 quilos de cêra de carnaúba e 50 000 quilos de tucum, nos valores, respectivamente, de Cr$ 2 418 120,00 e Cr$ 200 000,00. Verificou-se ainda no município, no mesmo ano, o movimento de produção a seguir: farinha de mandioca — 357 210 quilos, valendo Cr$ 884 150,00; polvilho ou goma de mandioca — 34 870 quilos, no valor de

Cr$ 81 360,00; rapadura — 253 100 quilos, no valor de Cr$ 1 265 500,00; aguardente de cana — 1 600 litros, no valor de Cr$ 24 000,00.

COMÉRCIO — Existem no município 7 estabelecimentos industriais e 17 casas comerciais, sendo 2 atacadistas e 15 varejistas. O comércio local mantém transações com as praças de Teresina, Campo Maior, dêste Estado, e Fortaleza.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Conta Alto Longá com estradas carroçáveis que, em virtude de sua precariedade, são interrompidas no inverno. A comunicação com as cidades vizinhas e com a Capital do Estado é: Altos — estrada carroçável — 48 quilômetros; Beneditinos — estrada carroçável — 36 quilômetros; Valença do Piauí — estrada carroçável e rodovia, via Teresina — 322 quilômetros; Campo Maior — estrada carroçável — 69 quilômetros; Castelo do Piauí — estrada carroçável — 185 quilômetros; São Miguel do Tapuio — estrada carroçável, via Campo Maior e Castelo do Piauí e daí por rodovia — 228 quilômetros; capital estadual — estrada carroçável e rodovia — 90 quilômetros.

Na cidade funciona uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é servida de luz elétrica com 45 ligações domiciliares e a iluminação pública, também, é fornecida pela usina de propriedade da Prefeitura Municipal. Conta o município 3 logradouros públicos. A diária média da única pensão existente na sede municipal é de Cr$ 60,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há, na sede do município, um socorro farmacêutico, onde a população local se abastece de medicamentos.

ALFABETIZAÇÃO — Das 8 296 pessoas com 5 anos e mais de idade, 1 003, ou seja, 12,1% da população presente no Censo de 1950, sabiam ler e escrever. Observa-se, dêsse total, que 590 eram homens e 413 mulheres, atingindo as percentagens de 7,1% e 5%, respectivamente. Na cidade, das pessoas de 5 anos e mais de idade, 111 homens e 114 mulheres sabiam ler e escrever.

No conjunto dos municípios piauienses, no que diz respeito à alfabetização, Alto Longá colocou-se em 46.º lugar, oferecendo um índice inexpressivo de 12,09%, superando apenas os municípios de José de Freitas, Miguel Alves e Beneditinos, conforme se pode observar do demonstrativo abaixo:

ALTO LONGÁ	12,09
José de Freitas	11,70
Miguel Alves	10,97
Beneditinos	9,95

O índice de alfabetização verificado na cidade atingiu 54,88%, pondo-se, destarte, em 8.º lugar em relação às demais do Estado. Na zona rural ocupou o 43.º lugar com uma quota de 9,87%.

Ensino — Funcionaram, em 1956, no município, 13 escolas de ensino primário fundamental comum, das quais 2 estaduais, 11 municipais; bem assim 4 cursos supletivos. O movimento de matrícula atingiu 589 alunos, sendo 291 homens e 298 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	455 000	395 000	104 000	306 000
1951.......	—	495 000	414 000	79 000	386 000
1952.......	—	462 000	367 000	78 000	344 000
1953.......	—	546 000	841 000	81 000	826 000
1954.......	—	451 000	785 000	73 000	819 000
1955.......	—	640 000	833 000	114 000	986 000
1956 (1)....	—	...	739 000	100 000	739 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Das cerimônias populares realizadas no município, destaca-se como principal a festa da padroeira, celebrada a 1.º de janeiro, dia em que se realiza concorridíssima procissão. Efetua-se, ainda, de 10 a 19 de agôsto, a festa consagrada a Nossa Senhora das Graças, culminando com uma procissão que reúne grande número de fiéis. Além dos festejos mencionados, cumpre referir as procissões que se verificam na Sexta-feira da Paixão e a 31 de maio, a última dedicada a Nossa Senhora.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o gentílico longaenses.

BIBLIOGRAFIA — "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — 1939 — Imprensa Oficial — DEE do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Alto Longá. "O Piauí no Centenário de sua Independência" — Vol. III — 1923; "Estudos sôbre a Alfabetização do Brasil" — Estatística Cultural n.º 5 — 1953; Arquivo do DEE do Piauí.

(Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S. A. — Agência de Teresina, e Agente do I.A.P.B.)

ALTOS — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

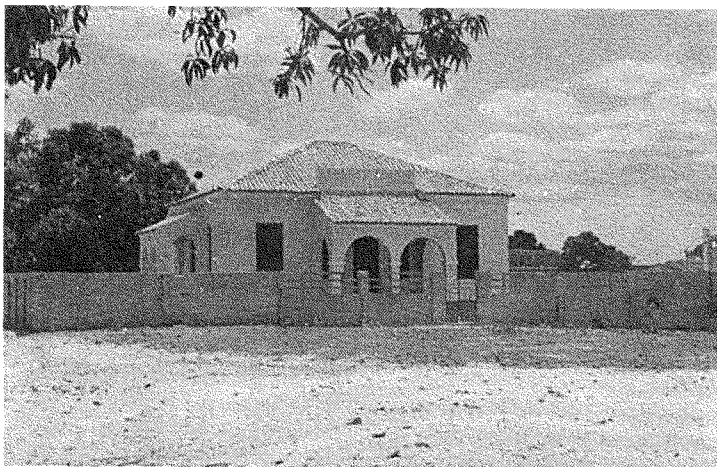
HISTÓRICO — O lugar São José dos Altos, de João de Paiva, também conhecido por Altos de João de Paiva, é hoje a atual cidade de Altos. Pertenceu, primitivamente, ao casal João de Paiva Oliveira e sua mulher, D. Raimunda Maria de Jesus, que ali fixaram residência, vindos do Ceará, no ano de 1800, passando, por herança, aos seus filhos, João de Paiva Oliveira, Raimunda Maria de Jesus e João Ribeiro da Silva, que residiram, por muitos anos, nos lugares próximos denominados Alto-Franco, Alto da Casa Nova e Alto de João de Paiva, que ficaram, dessa época em diante, conhecidos pela denominação única de Altos de João de Paiva, cujas terras, em sua maioria, pertencem hoje ao patrimônio do município.

Em 1885, o Reverendíssimo Cônego Honório José Saraiva, então Vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo, de Teresina, que, por pertencer o lugar à sua fregue-

Igreja-Matriz de São José

sia, era seu freqüentador assíduo desde muitos anos, tudo fêz pelo seu progresso. Assim é que, juntamente com João de Paiva, proprietário do lugar, iniciaram a construção de um cemitério, cuja conclusão se verificou no mesmo ano. Para êsse empreendimento contribuíram materialmente todos os moradores do lugar, especialmente os membros da família dos idealizadores da obra. Em 1891, por iniciativa do cônego Honório Saraiva, o Dr. Jaime de Albuquerque Rosa obteve do govêrno a criação da primeira escola pública em Altos. Criada a escola pública foi, pouco depois e no mesmo ano, nomeada professôra a Excelentíssima Senhora D. Joana de Abranches Saraiva, depois de prévio exame exigido por lei.

A 27 de setembro do mesmo ano de 1891 transferiu-se de Alto Longá para Altos o capitão Francisco Raulino da Silva, onde se estabeleceu com a primeira loja de fazendas (nacionais e estrangeiras) e outras mercadorias, inclusive iniciando a compra de gêneros de exportação, no que foi imitado por outros, vindos depois, que lhe fizeram concorrência comercial. Nessa época, contava o povoado apenas nove casas, tôdas cobertas de palha. Em 1892 foi criada a coletoria e nomeado para o cargo de coletor o capitão Francisco Raulino da Silva, que conseguiu, em janeiro de 1893, do então Governador do Estado, capitão Coriolano de Carvalho e Silva, a vinda para Altos, do primeiro destacamento policial e a verba de nove contos de réis para perfuração de um poço, que João de Paiva levou a cabo com grande proveito para a população, e a construção de um pequeno açude, de cujo trabalho foi encarregado o tenente-coronel Manoel da Costa Teixeira.

Data de 1892 a construção da primeira casa de telha do lugar, que pertenceu a Francisco Raulino da Silva o

Vista de uma residência moderna

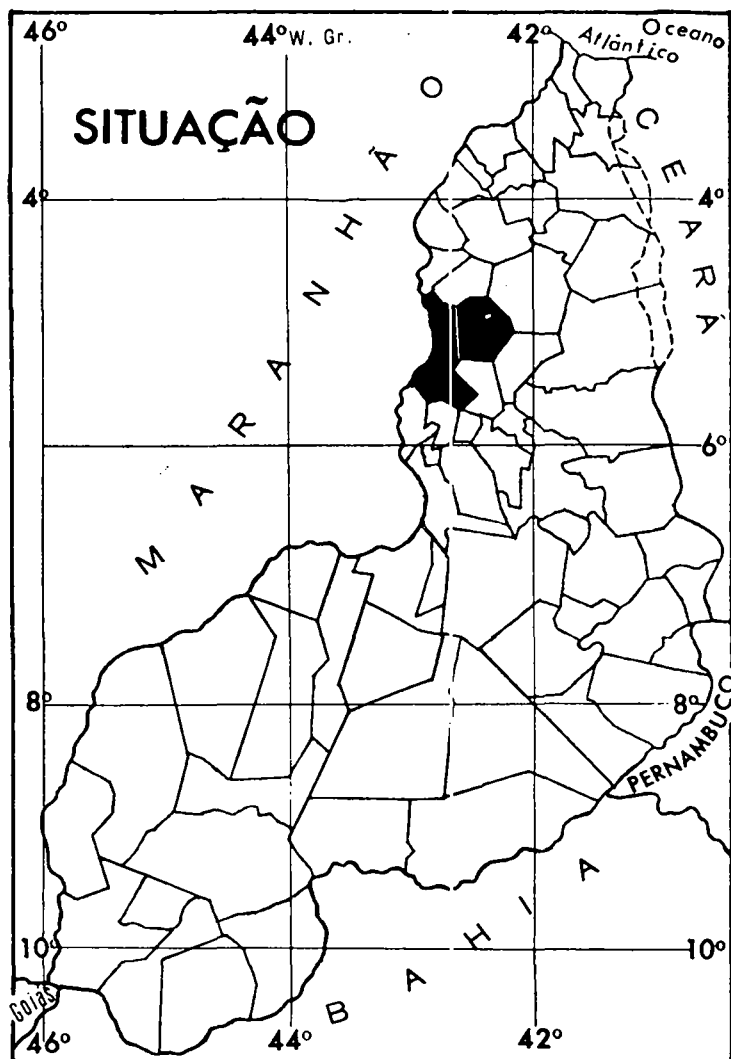
qual comprou as terras de João de Paiva. Outro melhoramento de relativa importância na vida histórica do município foi a instalação, em 1896, da Agência Postal, por ato de 4 de fevereiro do Diretor-Geral E. A. Victorio da Costa, tendo sido nomeado agente o capitão Ludgero Raulino da Silva. Os esforços do Reverendíssimo Cônego Honório Saraiva fizeram assentar, em 13 de julho de 1901, a primeira pedra para a construção da atual igreja de São José. Os trabalhos continuaram sob a sua direção, auxiliado pelo capitão Raulino; todavia, o cônego Honório não teve o prazer de ver completamente terminada a sua igreja, pois faleceu em 27 de janeiro de 1903, deixando-a quase concluída. Foi o Reverendíssimo Monsenhor Joaquim de Oliveira Lopes, que o substituiu na freguesia, quem terminou a construção.

Por fôrça da Lei n.º 1 041, de 18 de julho de 1922, sancionada pelo então Governador do Estado, Dr. João Luís Ferreira, o povoado Altos de João de Paiva foi elevado à categoria de vila, com a denominação simplificada de Altos, cuja instalação se verificou a 12 de outubro do mesmo ano. Essa lei criou também a comarca de Altos, compreendendo o distrito de Alto Longá.

Vista parcial da entrada da cidade (Teresina a Altos)

Do ano da criação do município, isto é, em 1922, surgiram os seguintes melhoramentos: grande aumento da população, várias construções de casas de telha e sensível desenvolvimento da lavoura e do comércio. Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1937, o município de Altos consta de um só distrito e é têrmo judiciário da comarca de Teresina, assim permanecendo no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 52, de 29 de março de 1938. No quadro fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 147, de 15 de dezembro de 1938, para o qüinqüênio 1939-1943, o município de Altos compõe-se de um distrito e é têrmo da comarca de Teresina. Pelo Decreto estadual n.º 754, de 30 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial do Estado para o qüinqüênio 1944-1948, foi restaurada a comarca de Altos compreendendo o distrito judiciário de Beneditinos, situação que ainda permanece. A atual legislatura foi instalada em 1955. Encontra-se exercendo o cargo de Prefeito o Dr. José Gil Barbosa, e constituída a Câmara Municipal com sete vereadores.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Altos está situada no traçado da rodovia federal BR-22 (Fortaleza—Belém), a 42 quilômetros da capital do Estado e a 38 quilômetros em linha reta. Pertence à Zona Fisiográfica do Mé-

dio Parnaíba. As coordenadas geográficas da sede do município são as seguintes: 4° 58' 30" de latitude Sul e 42° 27' 30" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 115 metros.

CLIMA — Mais ou menos quente na estação sêca e saudável na invernosa, observam-se as seguintes temperaturas em graus centígrados: média das máximas — 32; média das mínimas — 20; média compensada — 28.

ÁREA — A área do município é de 1 945 quilômetros quadrados, figurando em relação à área dos demais municípios com extensão mediana.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Destaca-se o rio Surubim como um dos principais acidentes geográficos do município, com uma extensão aproximada de dez léguas. Notam-se ainda os riachos Rapôsa, Nova Olinda e Cipó. O último nasce no lugar denominado Maravilha, subúrbio do município. Além dos rios citados existem outros, como o Tamanduá, de menor importância, e diversos riachos, olhos-d'água e lagoas. Contam-se algumas pequenas serras, sendo reconhecida como uma das maiores a "Serra do Corrente", com seis léguas de extensão e quatro de largura.

RIQUEZAS NATURAIS — A cêra de carnaúba é o principal produto extrativo vegetal do município. Há outras riquezas de menor importância como o barro (argila) para fabricação de telhas e tijolos, no que tange a produtos minerais. Gato, caititu, veado, tamanduá, e jibóia representam a riqueza animal.

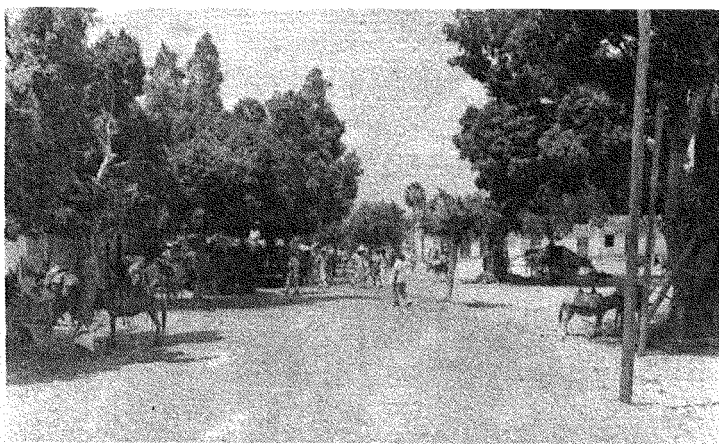
POPULAÇÃO — O Recenseamento de 1950 registrou no município de Altos 18 419 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 9 196; mulheres — 9 223; brancos — 3 202; pretos — 1 194; pardos — 14 010 e 13 sem declaração de côr. Dos habitantes de 15 anos e mais de idade, em número de 9 933, 3 612 eram solteiros; 6 635, casados; 1, desquitado e 680, viúvos; 5 pessoas não declararam estado civil. Em religião predominaram os católicos romanos em número de 18 284. Os demais credos possuem adeptos em pequena escala. A densidade era de 9 habitantes por quilômetro quadrado. Do total da população, 81% localizam-se no quadro rural, quase em igualdade com a porcentagem da população rural do Piauí, que é de 83,6%. O equilíbrio entre o número de homens e o de mulheres é, também, observado na população rural assim discriminada: 7 500 homens e 7 274 mulheres. Coloca-se em 22.° lugar, em relação aos municípios mais populosos do Estado. A cidade, todavia, ocupa o 9.° lugar, em população, sòmente superada por Teresina, Parnaíba, Floriano, Campo Maior, Picos, Miguel Alves, Piripiri e Oeiras.

Aglomerações urbanas — São 2 as aglomerações urbanas do município — a cidade de Altos, com 3 645 habitantes, sendo 1 696 homens e 1 949 mulheres. Dêsse total, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 508 homens e 533 mulheres sabiam ler e escrever, ao passo que 901 homens e 1 097 mulheres não eram alfabetizados, consoante dados do Censo de 1950; o povoado Coivaras, com 60 moradias e população aproximada de 380 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município de Altos são a agricultura e a pecuária, sobressaindo ainda, se bem que em menor volume que aquelas, a indústria extrativa.

Agricultura — O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1956, foram os seguintes:

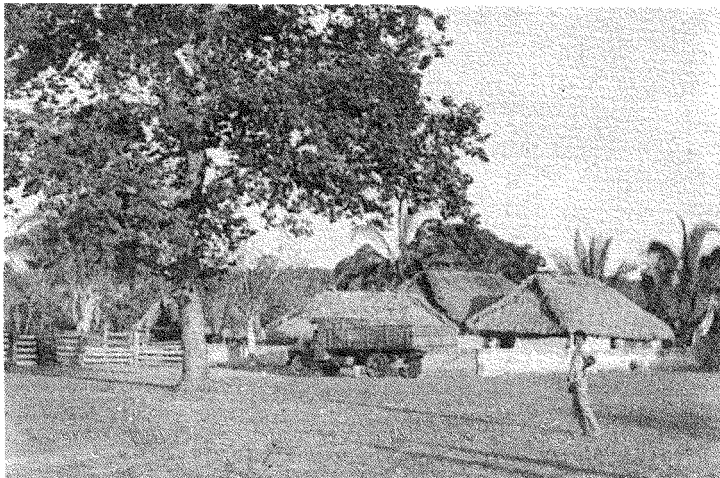
PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Mandioca	Tonelada	15 600	7 800 000
Arroz com casca	Saco de 60 kg	22 500	5 130 000
Feijão	» » »	6 500	4 290 000
Milho	» » »	15 400	2 310 000

Vista parcial da principal rua da cidade

Praça da Matriz

A capital do Estado e o município de Campo Maior são os principais compradores dos produtos do município.
Pecuária — A pecuária exerce papel relevante na economia do município. O gado vacum, embora em pequena escala, é vendido à capital do Estado. O número de cabeças de gado existentes no município é o seguinte: 23 000 bovinos 65 000 suínos, 21 300 ovinos e 42 000 caprinos.

Indústria — No setor industrial, no ano de 1956, verificou-se no município o movimento de produção a seguir indicado: farinha de mandioca — 924 250 quilos, no valor de Cr$ 2 741 650,00; polvilho de mandioca — 192 080 quilos, no valor de Cr$ 744 200,00; cêra de carnaúba — 91 662 quilos, no valor de Cr$ 5 344 862,00; rapadura — 68 707 quilos, no valor de Cr$ 408 873,00; aguardente de cana — 28 961 litros, valendo Cr$ 310 651,00. Todos êsses produtos integram a economia do município.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio do município de Altos é representado por 6 estabelecimentos atacadistas e 60 casas varejistas. Transações mercantis são mantidas com as praças de Parnaíba, Teresina, Campo Maior, Fortaleza e Recife. Muito embora o município de Altos se encontre distante da capital apenas 42 quilômetros, o seu comércio é considerado intenso, não sofrendo, destarte, o reflexo dominador do comércio de Teresina.

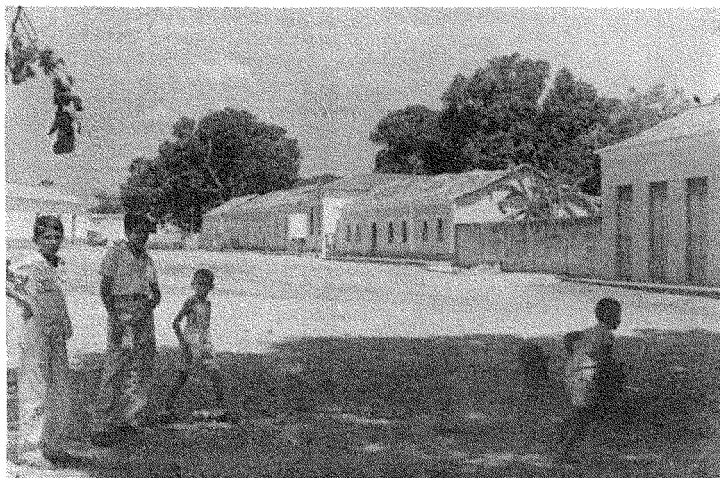
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município de Altos é servido pela BR-22, com linha regular de transporte rodoviário, ligando-o à capital do Estado, com ônibus diário. A comunicação com a capital estadual e o município de Campo Maior é feita, diàriamente,

Vista parcial de um subúrbio da cidade

através da rodovia acima mencionada. A ligação com os demais municípios vizinhos se faz por estradas carroçáveis: José de Freitas — 42 quilômetros; Alto Longá — 48 quilômetros; e Beneditinos — 60 quilômetros. A distância da sede municipal ao município de Campo Maior é de 42 quilômetros, sendo a mesma para a capital do Estado. Na cidade funciona uma agência postal-telefônica, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Dispõe o município de um campo de pouso, destituído, porém, de qualquer requisito técnico.

ASPECTOS URBANOS — O município é servido de energia elétrica fornecida pela usina da Prefeitura Municipal. A sede municipal é dotada de iluminação pública e 154 ligações elétricas domiciliares. A área de pavimentação da cidade está representada por 1,52% de calçamento feito de pedras irregulares. São 50 os logradouros públicos. Há um hotel e uma pensão com a diária média de Cr$ 60,00.

Como edifícios mais importantes citam-se: Pôsto de Saúde, Igreja-Matriz e Casa Paroquial.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há, na sede do município, um Pôsto de Saúde, duas farmácias, um farma-

Vista parcial de um trecho da cidade

cêutico e um dentista prático licenciado que prestam assistência sanitária à população local.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 15 082 pessoas com 5 anos e mais de idade. Dêsse total, 3 104, ou seja, 15%, sabiam ler e escrever. Havia 1 170 homens e 1 934 mulheres. Na sede municipal, das 3 039 pessoas de 5 anos e mais de idade, 1 041 sabiam ler e escrever, sendo 508 homens e 533 mulheres.

Relativamente à alfabetização dos seus habitantes, o município de Altos colocou-se em 39.º lugar no conjunto dos municípios piauienses com uma quota de 14,61%. A cidade, bem como a zona rural, não apresentaram percentagem destacada de alfabetização, pondo-se em 47.º e 45.º lugares, respectivamente, em relação às demais do Estado, com 34,25% e 9,66%.

Ensino — Em 1956 funcionaram, na cidade e no resto do município, 31 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 2 044 alunos. Das escolas existentes, 16 são mantidas pelo Govêrno do Estado; 15, pelo município; e 4 são cursos supletivos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	309 000	732 000	496 000	152 000	306 000
1951.......	422 000	779 000	495 000	151 000	576 000
1952.......	372 000	928 000	591 000	183 000	804 000
1953.......	340 000	1 010 000	985 000	182 000	957 000
1954.......	738 000	1 205 000	749 000	164 000	712 000
1955.......	355 000	1 247 000	853 000	217 000	686 000
1955 (1)....	...	...	829 000	199 000	829 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Como principal solenidade religiosa, destaca-se a festa de São José, padroeiro do lugar, celebrada a 19 de março de cada ano, com grande animação, à qual os fiéis comparecem, de modo especial, à procissão.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — "Altoenses" é a denominação gentílica dos habitantes do município.

Em virtude de o município de Altos ser servido pela BR-22, é acentuado o seu movimento rodoviário, por isso que transitam, diàriamente, os ônibus que fazem linha para Fortaleza, Parnaíba e Campo Maior, destacando-se, ainda, grande número de caminhões de carga.

BIBLIOGRAFIA — "O Piauí no Centenário de Sua Independência" — volume III — Ano de 1923; "Cronologia Histórica do Piauí" — Pereira da Costa; Monografias Estatístico-Descritivas Municipais — DEE do Piauí — 1939; "Estudos Sôbre a Alfabetização da População do Brasil" — Estatística Cultural n.º 5; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Altos; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística do Piauí; Arquivo do DEE do Piauí.

(Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S. A. — Agência de Teresina, e Agente do I.A.P.B.)

AMARANTE — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Data de 1699 o início da campanha contra os índios acoroás (Coroados), que infestavam, com os macoazes e rodeleiros, o vasto Sertão de Rodelas. O Governador-Geral do Brasil, Dom João de Lencastro, foi quem expediu esta primeira ordem de guerra aos gentios do sul do território piauiense. Os acoroás, porém, valentes e rebeldes, desprezavam a ousadia das armas portuguêsas e, como todos os gentios do norte, depois de cada batida, novos empecilhos criavam, fechando caminho à horda invasora que buscava penetrar o seio ignoto das matas. Coube aos Jesuítas, em 1751, isto é, 52 anos depois do primeiro combate ordenado por Lencastro, aldeá-los sem derramamento de sangue, numa área de terras que desde Goiás se estendia pelo rio São Francisco até a Lagoa de Parnaguá. Êste aldeamento recebeu o nome de São José e prosperou enquanto lá estiveram aquêles padres.

Decorreram 19 anos. Em 1770, quando foram incorporados à Coroa os bens dos Jesuítas e expulsos êstes do Piauí, as espadas conquistadoras obtiveram, então, franquia de sobra para retalhar o sertão. Já o tenente-coronel João do Rêgo Castelo Branco exorbitava em cruezas contra os selvagens. Os acoroás e os gueguezes, habitando, por êsse tempo, às margens dos rios Parnaíba e Uruçuí, tornavam perigosas aquelas longínquas paragens, com as suas violentas correrias. Fazia-se, pois, necessário à cobiça do homem contemporâneo — o mensageiro da civilização — expulsá-los ou submetê-los ao cativeiro.

A título de conquistar o sertão, efetuavam-se derramas pela mata e as hordas, na avidez espantosa do ouro, embrenhavam-se praticando as maiores depredações. Intimidados pelo bárbaro tropel das batidas, os gueguezes e acoroás, em 1771, mandam a Oeiras uma deputação de seis homens solicitar as boas graças do Governador da Capitania, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, que lhes concede a desejada paz e os aldeia em São Gonçalo (hoje Regeneração).

O novo aldeamento, fundado para êsse fim, recebeu a designação de São Gonçalo, em homenagem ao santo do nome do Governador que ali recolheu 434 índios. Logo depois, receosos da sua nova residência, os acoroás fogem e demandam às terras natais. A luta de conquista "prolonga-se por muito tempo", diz Pereira da Costa em sua "Cronologia Histórica do Estado do Piauí", e a história menciona que estiveram várias vêzes em fuga e outras tantas perseguidos. Dá testemunho disso a expedição que Gonçalo Lourenço arma, em 1771, no intuito clandestino de descobrir a "lagoa dourada dos índios Amanajós", mandando àqueles ermos um grosso de mais de mil almas, entre combatentes, mulheres e crianças. Dessa impiedosa ocorrência, nos dá verídica notícia o documento colhido por Pereira d'Alencastro, do qual trasladamos quase na íntegra êstes dados.

Para sustento da tropa foram arranjados mais de oito mil cruzados. Comandava-a o tenente-coronel João do Rêgo Castelo Branco. A fingida guerra motivada por fúteis pretextos, escorraça os acoroás nos confins do Piauí, no remanso do seu aldeamento situado "a muitos dias de jornada ao poente", nas cabeceiras do Paraíba. Surpreendidos ao romper da aurora, no momento em que se regozijavam com danças costumeiras, fogem para as montanhas. Mas, por terem as mulheres e filhos ficado em poder dos assaltantes, resolvem negociar a paz, prometendo vir para o arraial, no ano seguinte, com todos os da tribo. Ansiosos pela descoberta do ouro, organizam os bandeirantes (1772) nova entrada no sertão, antes mesmo de cumprirem os acoroás o seu juramento. Desta vez, porém, o

Grupo Escolar Eduardo Ferreira

malôgro é completo e, tangidos pela cólera do selvagem, regressam entristecidos pelo desastre. O gentio desce com a gente das suas aldeias e, depois de andar errante pelas vizinhanças de Oeiras, concentra-se às margens do Mulato, em São Gonçalo, recebendo aí sustento do erário público e de particulares, enquanto lhes não acode a colheita das primeiras roças. Mas a fome, o rigor dos castigos, o mau trato e uma série de acontecimentos ocorridos sem intervenção dos podêres públicos, entre os quais o abuso dos soldados e demais habitantes para com as mulheres indígenas, muito se decidem a fugir, sendo perseguidos e aprisionados. Alguns são mortos por castigo. Cortam-se as orelhas dos cadáveres, pregando-as em postes na aldeia para escarmento.

O seu chefe, o Bruenk, vai a Oeiras e queixa-se ao governador, reclamando em favor da tribo as promessas não cumpridas e pedindo mandasse retirar as orelhas de onde estavam. Nada obtendo, "caminha trinta léguas em menos de 24 horas (léguas sertanejas)", e, ao chegar, convida os seus parentes e demanda as selvas natais. A perseguição aos tristes fugitivos que buscavam no recesso das brenhas alívio ao constante sofrer, é tremenda e cobre de sangue a história coetânea.

Contrariando as ordens determinadas pelo governador, João do Rêgo "passa-os todos a ferro". Eis como se expressa o autor do documento citado por Pereira D'Alencastro: "Duas façanhosas proezas, ou famigeradas ações se viram executadas nesta ocasião pelos grandes Teodósio e Félix do Rêgo: a primeira, muitas vêzes repetida, consistiu na grande piedade que alcançavam as donzelas e meninas, que se iam encontrando em um e outro magote dos fugitivos, porque vendo êstes matar a sangue frio a seus pais, irmãos e parentes, que não resistiam, nem levavam armas de qualidade alguma para o fazer, se humilhavam batendo as palmas das mãos que entre êles é o modo mais expressivo de misericórdia, para comoverem a ternura; mas nesta mesma ação de humildade, digna da maior compaixão, se lhes trespassam os peitos até darem o último suspiro, sem lhes valer a fraqueza do sexo e o tenro da idade, a falta de resistência e a carência de culpa, e o pedirem humilde e incessantemente misericórdia".

A tribo compunha-se de 1 237 índios aldeados em São Gonçalo, orçando para mais de 800 o número de mortos no cruento desbarato. Os gueguezes, nessa época, achavam-se aldeados em São João do Sende, que distava de Oeiras cêrca de 8 léguas ao norte. Mandados vir para São Gonçalo, evadem-se desobedecendo as ordens de João do Rêgo que ali os queria como escravos. Seu filho, o tenente-coronel Félix do Rêgo, com ordem paterna, dá busca aos fugitivos, no intuito de persuadi-los a ficar, cometendo, porém, o cruel desatino de matar parte dêles e trazer as cabeças que foram hasteadas em São Gonçalo. Êste aldeamento encerrava também alguns índios timbiras, como prova a viagem de Bruenk ao Maranhão.

Em 1778 e 1780 tornam a sublevar-se os gueguezes de São Gonçalo, ao que sucede curto período de aparente calma. Seis anos mais tarde é extinta de baixo "dos mais bárbaros massacres" a aldeia de São João do Sende e aldeados os seus índios em São Gonçalo.

Era tempo de enveredarem as cousas por outro caminho. Com a desilusão das entradas, a febre do ouro começa a declinar. O sangue do índio regara bastante a terra. Os primeiros rebentos da civilização não tardavam a surgir. E ainda não viera Rondon, o moderno conquistador das selvas brasileiras, para em tempo relativamente diminuto domesticar sem uma gôta de sangue, 32 tribos selvagens.

Igreja-Matriz de São Gonçalo

D. Luís de Brito Homem, bispo do Maranhão (1805), erige canônicamente a paróquia do lugar. E o deputado padre Domingos da Conceição (1822) propõe a criação de duas vilas, "uma na povoação de São Gonçalo, e outra na confluência do Canindé com o Parnaíba".

Em 6 de julho de 1832, foi criada pelo Decreto n.º 6, da regência do império, a vila de São Gonçalo.

Em 16 de julho de 1861, em virtude da autorização constante da Lei provincial n.º 506, de 10 de agôsto de 1860, foram transferidas as sedes municipal e paroquial para o Pôrto de São Gonçalo do Amarante, ficando o local anterior, onde é hoje a cidade de "Regeneração", reduzido a uma simples povoação com o nome de "São Gonçalo Velho". Nove anos antes da vigência da citada Lei n.º 506, já outra, de n.º 309, de 2 de setembro de 1851, autorizava a mesma transferência para a foz do riacho Mulato, porém, foi esta revogada pela de n.º 376, de 16 de agôsto de 1854.

Dez anos depois dessa mudança, a Resolução provincial n.º 734, de 4 de agôsto de 1871, atendendo ao progresso havido em a nova vila, elevou-a à categoria de cidade com a denominação simplificada de Amarante. No ano de 1844 surgiu a Lei provincial n.º 174, deliberando a mudança da capital piauiense para a margem do Parnaíba, escolhendo-se para local a confluência do riacho Multo.

Dado o seu desenvolvimento comercial que se estendia a diversas praças do país e até mesmo da Europa, são aprovados dois projetos de construção de estrada de ferro: o primeiro, em 1874, autorizado pela Lei provincial n.º 853, de 2 de julho, mandando contratar com quem melhores vantagens oferecesse, uma estrada partindo desta cidade à de Oeiras, tendo um ramal para Valença; e o segundo, em 1888, pela Lei provincial de 25 de junho, concedendo privilégio aos engenheiros Newton César Burlamáqui e Benjamin Franklin de Albuquerque, de construírem uma estrada que cortasse de Amarante a Oeiras e dali à Serra dos Dois Irmãos, visando o rio São Francisco. Êsses projetos não lograram execução.

Cinco anos depois, em agôsto de 1893, inaugura-se a estação telegráfica.

A Lei n.º 18, de 12 de dezembro de 1892, extinguiu a comarca de Colônia (Floriano), anexando o seu distrito à comarca de Amarante.

No ano de 1894, por fôrça da Lei n.º 35, de 26 de junho, foi criado o têrmo de Belém (atual Palmeirais), o qual foi anexado à comarca de Amarante.

Reorganizado o sistema judiciário do Estado pela Lei n.º 154, de 16 de julho de 1897, foi conservada a comarca de Amarante com os distritos de Belém (atual Palmeirais) e Regeneração, até 12 de julho de 1921, quando se verificou nova reorganização determinada pela Lei n.º 1 009, conservando a comarca de Floriano com o seu distrito e mais os de Regeneração e São Pedro.

Extintos os municípios de Regeneração, Belém (atual Palmeirais) e São Pedro, por fôrça da Lei n.º 1299, de 26 de junho de 1931, foram anexados ao de Amarante os respectivos territórios.

O Decreto n.º 1478, de 4 de setembro de 1933, restaurou a autonomia administrativa do município de São Pedro e o Decreto n.º 1219, de 15 de fevereiro de 1934, a do município de Regeneração.

No ano de 1937, a Lei n.º 96, de 21 de junho, alterou a divisão judiciária do Estado e conservou na comarca de Amarante os distritos de Belém (atual Palmeirais) e Regeneração.

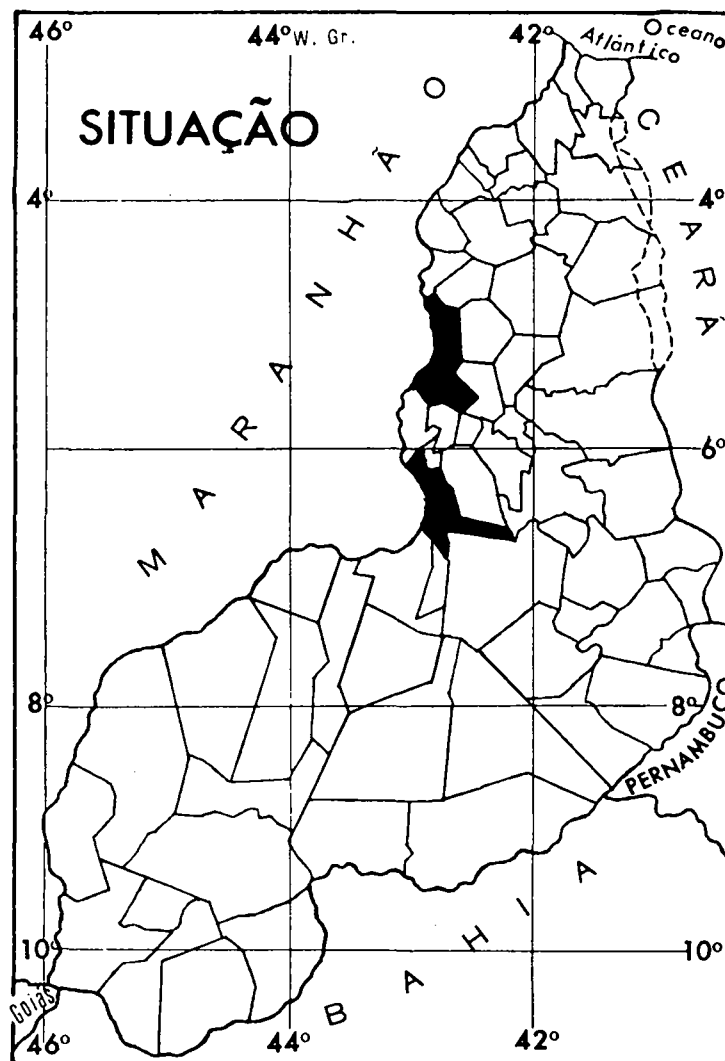
O Decreto-lei n.º 147, de 15 de dezembro de 1938, regulamentou a divisão administrativa e judiciária do Estado para o qüinqüênio 1939/1943, conservando na comarca de Amarante os distritos de Palmeirais (ex-Belém) e o de Regeneração.

O Decreto n.º 754, de 30 de dezembro de 1943, que aprovou a divisão acima referida para o qüinqüênio 1944/1948, conservou na comarca de Amarante, sòmente o seu distrito e o de Regeneração.

E, finalmente, o Decreto n.º 1400, de 24 de janeiro de 1947, desanexou da comarca de Amarante o distrito judiciário de Regeneração, época em que o mesmo foi elevado à categoria de comarca.

O município consta atualmente de um único distrito onde há uma comarca de 3.ª entrância.

A presente legislatura foi instalada em 1955, encontrando-se em exercício no cargo de Prefeito Municipal o Sr. Manoel Soares do Nascimento, e constituída a Câmara Municipal com sete vereadores.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Amarante está situada à margem direita do rio Parnaíba e no traçado da rodovia estadual PI-4, a 170 quilômetros da Capital Estadual, por rodovia; a 195 quilômetros por via fluvial, e, em linha reta, 126 quilômetros. Pertence à Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 6º 14'36",5 de latitude Sul e 42º 51'22",5 de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — De 100 metros é a altitude na sede municipal.

CLIMA — O clima de Amarante, tido como quente em excesso, não é mau, porque a temperatura é variável, como acontece em quase todos os municípios do Estado. O período de inverno se inicia em dezembro, terminando em maio, e o verão vai de junho a novembro.

ÁREA — A área do município é de 2 850 quilômetros quadrados, figurando entre os de área mediana.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Parnaíba que lhe serve de limite com o município de São Francisco do Maranhão. Registram-se, ainda, os rios Piauí e Canindé. O primeiro deságua no Canindé, à esquerda, 14 léguas acima da foz dêste e atravessa o município, formando em pleno curso a lagoa do Jenipapo. O segundo, ao sul, divide o município em duas secções. Notam-se, mais, as serras de Buraqueira e do Boqueirão.

RIQUEZAS NATURAIS — A cêra de carnaúba e o babaçu são os principais produtos extrativos vegetais do mu-

Prédio onde nasceu o poeta Da Costa e Silva

nicípio. Veados pacas, peixes e gatos, constituem a riqueza animal.

POPULAÇÃO — A população de Amarante, segundo o Recenseamento de 1950, era de 19 511 habitantes, assim distribuídos: homens — 9 496; mulheres — 10 015. Do total indicado, 4 612 eram brancos; 6 266, pretos e 8 576, pardos; 57 pessoas não declararam a côr. Dos 11 030 habitantes de 15 anos e mais de idade, 4 060 eram solteiros; 6 085, casados; 843, viúvos e 3 desquitados; 42 das pessoas recenseadas não declararam o estado civil. Em religião, predominaram os católicos romanos, em número de 19 360, sendo 9 427 homens e 9 933 mulheres. A densidade era de 7 habitantes por quilômetro quadrado. A média do Estado, no que diz respeito à percentagem da localização dos habitantes na zona rural atingiu 83,6%, sendo superada pela do município, que apresentou 88%. Em referência aos municípios mais populosos do Estado, situa-se em 21.º lugar. A cidade, entretanto, apresenta grande contingente populacional ocupando o 13.º lugar.

Aglomerações urbanas — As aglomerações urbanas do município de Amarante estão representadas por 3 núcleos, assim distribuídos: a cidade de Amarante, com 2 355 habitantes, dos quais 1 033 homens e 1 322 mulheres. Dêsse total, entre as pessoas de 15 anos e mais de idade, 400 homens e 525 mulheres sabiam ler e escrever, conforme apresentação de dados do Censo de 1950; Povoado Santo Aleixo, com 70 moradias e cêrca de 360 habitantes e Povoado Campo Alegre, com 64 moradias e uma população aproximada de 320 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, em que se destacam as lavouras de cana-de-açúcar, arroz, mandioca, milho e fumo. Os produtos agrícolas que, em 1956, atingiram maior valor, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO
Arroz com casca	Saco de 60 kg	20 000	4 000 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	7 000	2 100 000,00
Milho	Saco de 60 kg	2 000	300 000,00
Mandioca	Tonelada	1 400	168 000,00

A cultura da cana-de-açúcar representa a mais importante atividade agrícola do município. A capital do Estado é o centro consumidor de maior projeção dos produtos agrícolas de Amarante.

Pecuária — A pecuária não tem acentuado desenvolvimento; contam-se 5 000 bovinos, 9 000 suínos, 3 000 ovinos e 5 000 caprinos. O Estado de Pernambuco é o principal mercado comprador de gado do município.

Indústria — Na indústria de transformação destaca-se a fabricação de rapadura, que se elevou, em 1956, a 635 225 quilos, no valor de Cr$ 1 377 700,00, seguindo-se a de aguardente de cana com 29 000 litros, valendo Cr$ 232 000,00; farinha de mandioca e cêra de carnaúba num total de 50 160 e 4 158 quilos, respectivamente, nos valores de Cr$ 200 640,00 e Cr$ 166 320,00.

COMÉRCIO E BANCOS — As transações comerciais se fazem com as praças de Teresina, Recife, Fortaleza, Parnaíba e Sobral (CE). Possui 2 estabelecimentos comerciais atacadistas, 38 varejistas e 3 indústrias com mais de 5 operários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Conta o município de Amarante com uma rodovia e algumas estradas carroçáveis, bem assim, com a via fluvial que lhe proporciona o rio Parnaíba. Esta, porém, em virtude de más condições de navegabilidade do Parnaíba e as facilidades que apresenta o transporte rodoviário, não está sendo utilizada. Comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Regeneração — rodovia, 22 quilômetros. Floriano — rodovia, 77 quilômetros, ou fluvial, 108 quilômetros. Palmeirais — estrada carroçável — 70 quilômetros, ou fluvial, 48 quilômetros. São Francisco do Maranhão (MA) — apenas a travessia do rio Parnaíba. Angical do Piauí — rodovia, 45 quilômetros. Capital Estadual — rodovia, 170 quilômetros, ou fluvial, 195 quilômetros. Funciona na cidade uma estação postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Conta o município com um campo de pouso.

ASPECTOS URBANOS — Há na sede municipal 41 logradouros dos quais 3 são pavimentados com pedras irregulares, correspondendo, aproximadamente, a 10% da área da cidade. Há serviço de luz elétrica, com 152 ligações domiciliares. Funcionam um hotel e duas pensões com a diária média de Cr$ 70,00.

A cidade de Amarante tem 2 355 habitantes, sendo a 13.ª cidade em população no Piauí.

Correios e Telégrafos, Grupo Escolar Da Costa e Silva, Grupo Escolar Eduardo Ferreira, Pôsto de Saúde, Igreja-Matriz e Pôsto de Puericultura Dr. Francisco Ayres, são os edifícios mais importantes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população é assistida por dois farmacêuticos e um dentista e conta com duas farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, época em que foi realizado o VI Recenseamento Geral do Brasil, havia 16 476 pessoas de 5 anos e mais de idade, sendo que 3 342, ou 20%, sabiam ler e escrever. Dessas pessoas, 1 837 eram homens e 1 505, mulheres. Na sede municipal, das 2 020 pessoas de 5 anos e mais de idade, 400 homens e 525 mulheres, num total de 925 pessoas, sabiam ler e escrever. O município colocou-se em 20.º lugar no conjunto dos municí-

Ponte sôbre o riacho Mulato, onde brincou o poeta Da Costa e Silva quando menino

pios do Estado, relativamente à sua população de 5 anos e mais de idade, apresentando a percentagem de 20,28% de alfabetizados, ao passo que a cidade, em relação às demais do Estado, obteve o 28.º lugar.

Ensino — Na sede municipal funciona o Ginásio Da Costa e Silva. Existem 2 Grupos Escolares, 10 escolas estaduais e 13 municipais de ensino fundamental comum com a matrícula de 1 107 alunos, sendo 528 homens e 579 mulheres; há, também, com 4 cursos supletivos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	276 500	418 800	434 600	67 500	408 300
1951	331 900	513 400	448 200	71 200	384 000
1952	396 000	497 200	500 100	96 300	441 400
1953	467 300	580 500	872 900	137 400	882 5C0
1954	377 100	686 600	724 500	139 200	928 400
1955	661 100	877 800	858 700	187 600	868 600
1956 (1)	...	...	879 900	159 300	879 900

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais festas comemoradas são: a festa de São José, em março; a consagrada ao Coração de Jesus, em junho; a de São Bento, em outubro; e a festa de São Gonçalo, padroeiro da cidade, realizada no dia 4 de dezembro com imponente procissão.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos ilustres de Amarante que se projetaram no cenário nacional, João Pinheiro em sua literatura piauiense, cita os seguintes: "*Antonino Freire da Silva*, notável político e jornalista, engenheiro civil pela Escola "Politécnica do Rio de Janeiro, lente de História Natural do Liceu Piauiense, diretor das obras públicas, vice-governador, em cujo caráter assumiu, temporàriamente, o exercício do cargo de governador do Estado, para o que foi, depois, eleito, em substituição ao Dr. Anísio Auto de Abreu.

"Durante o seu govêrno, fértil em atos proveitosos, fêz a reforma da instrução com ótimos resultados, inclusive a oficialização da Escola Normal e criação da Escola-Modêlo, criou a Biblioteca Pública, fêz a reforma judiciária, iniciou os serviços para instalação de luz elétrica em Teresina, conseguiu o aumento da rêde telegráfica, teve a iniciativa da navegação do alto Parnaíba, subvencionando-a por conta do Estado e conseguindo o auxílio federal, incentivou a construção do ramal férreo Amarração a Campo Maior, e promoveu o contrato Teresina-Crateús, reorganizou a Fôrça Pública, além de outras realizações".

"Era, incontestàvelmente, uma figura representativa e culminante da sociedade piauiense, que lhe deve serviços inolvidáveis na obra do seu desenvolvimento cultural".

"*Antônio Ribeiro Gonçalves*, jornalista, político, doutor em Medicina pela Faculdade da Bahia, em 1902, diretor da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, lente de Francês e Alemão do Liceu Piauiense, lente de Francês da Escola Normal, deputado à Assembléia Estadual e, posteriormente, à Câmara Federal, orador fluente, largamente prestigioso em seu Estado, culto, honesto e inteligente, membro da Academia Piauiense de Letras, deixou interessantes produções esparsas, inclusive sonetos e poesias que fazia com espontaneidade e brilho".

Antônio Francisco da Costa e Silva — Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela famosa Faculdade do Recife, em 1912. Era alto, magro, exótico, nada bonito, cabeleira vasta, sempre desgrenhada. Trazia, entretanto, ao alto da capa, um nome de artista: DA COSTA E SILVA. Freqüentava as rodas literárias de Recife. Era a grande revelação simbolista, de um talento impressionante, recebido carinhosamente pela crítica literária nacional.

Escreveu e publicou em 1908, em Recife, um livro de versos rutilantes, rubros e magistrais — *Sangue*. Escreveu também *Zodiaco* (1917), magistral revelação de sua sensibilidade artística, além de *Pandora* (1919), *Verônica* (1927), *Verhaeren* (1917) e *Alhambra* (inacabado).

Sonetos que o imortalizaram: "Saudade", "A Moenda", "Ad me ipsum", "Judeu Errante", além do poema "A Escalada" e dos sonetos que compõem os *Poemas da Fauna*.

Da Costa e Silva foi o artista que, no Brasil, inaugurou as poesias de timbre baudelaireano e verhaereano. Faleceu no Rio de Janeiro, em junho de 1950, depois de ter sido levado a pesado silêncio por um destino profundamente melancólico.

Ocupou a cadeira n.º 21 na Academia Piauiense de Letras, cujo patrono foi Leopoldo Damas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Registram-se duas instituições de assistência a desvalidos — a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Amarante, na sede, e outra de igual designação sediada no lugar "Piripiri". A denominação local dos habitantes é "amarantinos".

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" — Pereira da Costa — 1909; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — D.E.E. do Piauí — 1939; "O Piauí No Centenário de Sua Independência" — III volume — 1923; "Literatura Piauiense" — João Pinheiro — 1937; Estudos sôbre a Alfabetização do Brasil — Estatística Cultural n.º 5 (1953); Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Amarante.

(Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina e Agente do I.A.P.B.)

ANGICAL DO PIAUÍ — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento de Angical foi iniciado por três famílias tradicionais — Gomes, Santos e Soares — cujos descendentes são numerosos e continuam detendo as posições de destaque do município.

A família Gomes é originária do Ceará, tendo sido, inicialmente, representada pelo coronel João Gomes Gonçalves Lemos. A família Santos é do próprio município e a família Soares procede do Maranhão, representada de início, pelo major Inácio Soares do Nascimento.

Vista parcial do largo do Mercado Público

Antes do agrupamento dessas famílias houve, na região, uma tribo de silvícolas denominados "pilões". Ainda hoje existem vestígios dêsses indígenas, como seja: cêrcas de pedra, furnas, pilões, etc. Admite-se que uma boa percentagem dos habitantes do Canto, localidade vizinha à sede do município, seja descendente dos índios acima referidos, tanto assim que o lugar é conhecido por "Canto dos Caboclos".

Sabe-se que o coronel Marcelino Luís de Sousa, que reside no lugar Boa Nova, dêste município, foi um dos pioneiros das atividades comerciais de Angical do Piauí. A êle pertenceu o primeiro veículo a motor conhecido na região e, detentor, naquela época, de grande fortuna, abriu por sua conta uma estrada carroçável ligando São Pedro a Regeneração, passando pelo então povoado de Angical.

Desde os primitivos habitantes, o povo de Angical mostrou-se adepto do catolicismo, no entanto, nenhum templo religioso foi construído por êles. Só em 1944, por iniciativa de Joaquim Gomes da Costa, bisneto do coronel João Gomes Gonçalves Lemos, edificou-se a primeira capela do município, a única ali existente, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário.

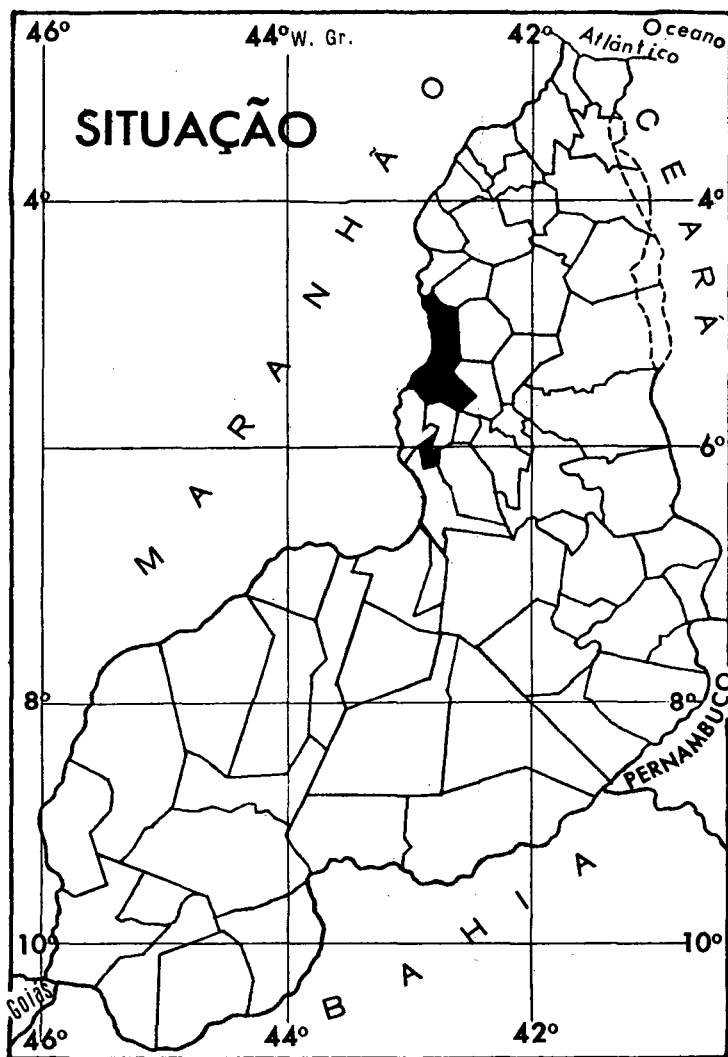
No setor educacional destacaram-se, como principais educadores de outrora, o professor Carlos Gomes de Melo, que veio de Valença do Piauí ainda muito jovem, e o professor João de Siqueira Paz, que muito contribuíram para a alfabetização dos habitantes do município.

Em face da fertilidade do solo afluiu muita gente de várias origens para o lugar, e, como sempre progredisse, recebeu em 1944 a designação de povoado, pertencente à jurisdição de Amarante.

Em virtude do progresso do povoado Angical, cujos habitantes foram sempre dotados de espírito de independência, requereu-se a sua elevação à categoria de cidade, contando os angicalenses, principalmente, com o apoio e o esfôrço do deputado João Ribeiro de Carvalho, industrial dos mais destacados da região. Por fôrça da Lei n.º 1 054, de 24-7-1954, o povoado Angical foi elevado à categoria de município com território desmembrado de Amarante, instalando-se no dia 24 de dezembro de 1955, data em que tomou posse o seu primeiro prefeito, Sr. Luís Pereira dos Santos, e seus primeiros vereadores.

O atual quadro judiciário e administrativo de Angical do Piauí constitui-se de município, um distrito administrativo e distrito judiciário, subordinado êste último à comarca de Amarante.

A atual legislatura foi instalada em 24 de dezembro de 1955, quando da inauguração do município. Nessa data foram empossados o Prefeito eleito, Sr. Luís Pereira dos Santos, e os cinco vereadores que compõem a Câmara Municipal.

LOCALIZAÇÃO — Angical do Piauí situa-se na Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba, encontrando-se a sua sede, a cêrca de 3 quilômetros da rodovia estadual PI-4. Limita com os municípios de Amarante, Regeneração, São Pedro do Piauí e Palmeirais. A cidade dista da capital do Estado 110 quilômetros em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É agradável o clima de Angical do Piauí e não está sujeito às variações tão comuns a outros municípios do Estado.

ÁREA — É de 250 quilômetros quadrados, o que o coloca entre os municípios de menor área do Estado.

Vista parcial do principal logradouro público da cidade

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município não possui acidentes geográficos de importância, merecendo registro apenas o morro denominado "Angical".

RIQUEZAS NATURAIS — São escassas as riquezas naturais do município, que se resumem na existência de pequenos carnaubais, babaçuais e tucunzais. Como riqueza mineral registra-se barro para a fabricação de telhas e tijolos.

POPULAÇÃO — O município de Angical do Piauí pertencia ao de Amarante na época do Recenseamento Geral de 1950. Desmembrado posteriormente para constituição do atual município, a sua população foi calculada em 5 000 habitantes.

Aglomerações urbanas — A cidade de Angical é o único núcleo urbano existente no município, que conta com 800 habitantes, aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município baseia-se principalmente na agricultura e na fabricação de aguardente de cana. Os produtos agrícolas da região, em 1956, foram os constantes do quadro abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	12 000	2 400 000
Feijão	» » » »	1 500	425 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	5 400	270 000
Milho	Saco de 60 kg	820	123 000
Algodão em caroço	Arrôba	1 500	112 500
Mandioca	Tonelada	185	22 200

A aguardente de cana, como um dos principais produtos do município, atingiu, em 1956, 171 200 litros no valor de Cr$ 359 600,00. Seguem-se a êste outros produtos de menor importância, cujo volume e valor de produção se mencionam a seguir: farinha de mandioca, 16 270 quilogramas, valendo Cr$ 130 160,00; rapadura, 3 250 quilogramas, valendo Cr$ 13 000,00; cêra de carnaúba — 134 quilogramas, no valor de Cr$ 5 360,00; tucum — 1 000 quilogramas, no valor de Cr$ 6 000,00.

A pecuária, apesar de inexpressiva, não deixa de ser fator de economia do município, estando os seus efetivos representados pelas seguintes quantidades: 1 800 bovinos, 4 000 suínos, 1 000 ovinos e 2 000 caprinos.

COMÉRCIO — O comércio do município, representado por 18 estabelecimentos varejistas, não é desenvolvido, como indica a quantidade mencionada, contudo, representa o comum das atividades mercantis exercidas nas pequenas cidades do Estado. O comércio local mantém transações com as praças de Teresina, Recife e Fortaleza, de onde importa tecidos, louças, ferragens, café, manteiga, açúcar e miudezas em geral.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município é servido pela rodovia estadual PI-4, que o liga aos municípios de Floriano, Amarante, Regeneração, São Pedro do Piauí, Água Branca e à capital do Estado. A cidade de Angical do Piauí dista da capital do Estado 137 quilômetros pela rodovia PI-4 e BR-52 e 110 quilômetros em linha reta. As distâncias entre a sede municipal e as sedes dos municípios limítrofes são as seguintes: Regeneração — rodovia, 23 quilômetros; Amarante — rodovia, 45 quilômetros; Palmeirais — caminho de tropa, 48 quilômetros; São Pedro do Piauí — rodovia, 34 quilômetros.

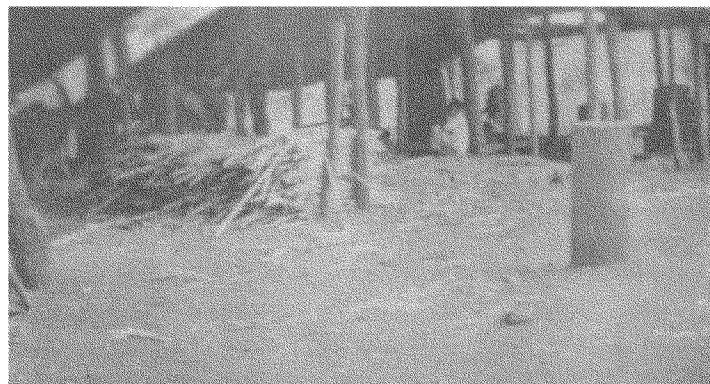
ASPECTOS URBANOS — Não se podem oferecer dados positivos sôbre a população de Angical do Piauí, em face de ter sido elevado à categoria de cidade após a realização do Recenseamento de 1950. Calcula-se, todavia, a sua população em 800 habitantes. A cidade conta 6 logradouros públicos e é servida de luz elétrica, com 10 ligações domiciliares. Há abastecimento de água na cidade, instalado e mantido pelo Instituto de Assistência Social, constituído de caixa d'água, chafariz, banheiros e lavandaria públicos. Aos particulares interessados, é facultada a instalação de água para consumo domiciliar, desde que custeiem as despesas com material e mão-de-obra. Existem 2 pensões na sede municipal com uma diária média de Cr$ 50,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência sanitária do município consiste em um socorro farmacêutico, onde os habitantes adquirem remédios. A Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância e o Instituto de Assistência Social, sediados na cidade de Angical do Piauí, prestam assistência sanitária à população pobre do município, mediante a distribuição gratuita de medicamentos.

Ensino — Funcionaram na cidade e no resto do município, em 1956, 11 unidades de ensino fundamental comum, sendo 6 estaduais, 4 municipais e 1 particular, que, juntas, apresentaram um movimento de matrícula de 763 alunos, sendo 294 homens e 469 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1956 (1)	—	...	1 138 700	88 600	404 100

(1) Orçamento.

Vista parcial de uma casa de engenho

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal solenidade religiosa que se registra no município é a festa realizada em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, com início em 30 de julho e término a 7 de agôsto, período em que há novena de devoções.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes recebem a denominação pátria de "angicalenses". Funcionam no município: 1 pôsto agropecuário do Ministério da Agricultura, que proporciona aos lavradores da região empréstimo de tratores para o preparo da terra; Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância e o Instituto de Assistência Social, que prestam à coletividade, especialmente à pobreza, auxílios pecuniários, assistência educacional e social, destacando-se o serviço permanente de abastecimento de água à população, em chafarizes, banheiros e lavandaria públicos, mantidos pelo Instituto de Assistência Social.

BIBLIOGRAFIA — Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Amarante.

Elaboração — da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí.

Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil — Agência de Teresina e Agente do IAPB.

BARRAS — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Barras situa-se no centro de seis barras de rios e riachos: a do Marataoã, a do riacho da Ininga, a do Gentio, a do Riachão, a do riacho Santo Antônio e a do rio Corrente, devendo a êsse fator natural o seu topônimo.

Sua fundação remonta aos meados do século XVIII, quando o coronel Miguel Carvalho de Aguiar, natural do Estado da Bahia, deu início à construção da primeira capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, à cuja conclusão não assistiu em virtude de seu falecimento.

Em 1759, o missionário frei Manuel da Penha, segundo algumas opiniões, ou o padre Gabriel Malagrida, segundo outras, em visita à localidade, conseguira de Manuel da Cunha Carvalho, abastado fazendeiro do lugar, com a colaboração de alguns fiéis, a conclusão da obra "que então tinha apenas o presbitério coberto e o mais não passava de alicerces ou começos de paredes", no dizer de Pereira da Costa.

A capela, que foi a primeira semente lançada para o povoamento do lugar, erigiu-se na antiga fazenda Buritizinho, onde hoje se desenvolve a cidade, a qual pertencia a Manuel da Cunha Carvalho, que era possuidor de muitas outras fazendas. Vindo a falecer, lá por 1776, legou-a, assim como tôda a sua fortuna, ao seu sobrinho Manuel José da Cunha, com exceção apenas da importância de cento e cinqüenta mil réis que deixara para o fundo de dotação da capela. Essa importância fôra entregue a Manuel José da Cunha em 8 de dezembro de 1776 e em seu poder estêve durante vinte e sete e meio anos, correndo juros, elevando-se, afinal, a duzentos e cinco mil e cem réis.

Em 1804, havia na localidade apenas duas casas de telha e seis de palha. A 2 de abril do mesmo ano faleceu Manuel José da Cunha, deixando testamento datado de 16 de março de 1804, em que legou a Nossa Senhora da Conceição, orago da capela, a posse de terras que possuía na fazenda Buritizinho com o gado vacum e cavalar que nela se achassem, com seu ferro e sinal, e uma casa de taipa coberta de telha, situada no povoado de Barras, nomeando procurador e administrador dêsses bens a Francisco Borges Leal Castelo Branco.

Antes de morrer, porém, Manuel da Cunha Carvalho, como administrador da capela, contratara a sua pintura com Félix da Costa por trezentos e noventa e nove mil réis. Os trabalhos foram concluídos em 1805, na administração de Francisco Borges Leal Castelo Branco, que no ano seguinte concluiu a pintura das portas e dos altares, por cujo trabalho foi paga a importância de cinqüenta mil réis. Estava, assim, iniciado o núcleo e a antiga fazenda Buritizinho cedia lugar à "povoação das Barras".

Prefeitura Municipal e Agência Municipal de Estatística

Capela de Santa Luzia

O povoado constituía-se, em 1809, de apenas meia dúzia de casas de telha, tôdas dispersas em sua parte meridional. Cinco ou seis anos depois, várias casas foram sendo construídas, determinando a formação das primeiras ruas.

Em 22 de agôsto de 1819 tomou conta da administração da capela o tenente José Carvalho de Almeida, o qual, em 14 de julho de 1831, lançou os fundamentos de uma nova capela, compreendendo tôda a área ocupada pelo antigo templo que, ameaçando ruína, foi demolido em 1835.

Pôsto de Puericultura "Marechal Pires Ferreira"

Vista parcial da Praça Joaquim Pires

Em face dos melhoramentos por que passava, a povoação de Barras foi erigida em distrito de paz pela Lei provincial n.º 656, de setembro de 1836, e instruções da presidência da Província, de 9 de setembro do mesmo ano. Desde 1826, a criação de uma freguesia e a elevação à categoria de vila já se impunham. Dirigindo-se ao Govêrno Imperial, em ofício datado de 27 de setembro, o presidente da Província fazia sentir essa necessidade, nos seguintes têrmos, conforme Pereira da Costa:

"A povoação das Barras é aformoseada pela natureza, com um rio abundante de peixes, que vai lançar as suas águas no caudaloso Parnaíba, com grandes matas que compreendem várias feitorias de algodão, mandioca e outros gêneros, cujas madeiras, em sua maior parte são cedros e outros paus de construção, além dos belos edifícios e boa igreja, que a fazem digna de melhor sorte. Esta povoação dista da vila de Campo Maior 16 léguas; porém o seu distrito por essa parte, excede a 30, que dificultam aos fazendeiros procurarem os recursos necessários onde existem as autoridades".

Antes da conclusão do novo templo, Carvalho de Almeida, administrador dos bens da capela, mandou proceder à avaliação judicial das terras da fazenda Buritizinho, que foram estimadas a duzentos e setenta e três réis ($273) a braça, valendo a fazenda tôda, só em terras, quatrocentos e vinte e dois mil réis (422$000), segundo consta de um têrmo de conciliação lavrado no Juízo de Paz de Barras, datado de 21 de maio de 1834.

Erigiu-se o novo templo, do qual a capela do Santíssimo Sacramento fôra edificada à própria custa de Carvalho de Almeida, consoante se depreende das alegações que fizera à Assembléia Provincial em uma petição que lhe dirigira em 1868.

A freguesia foi criada pela Lei provincial n.º 101, de 30 de dezembro de 1839, cujos limites só foram estabelecidos no ano seguinte, em portaria baixada pela presidência da Província, datada de 12 de novembro de 1840, com território desmembrado de Campo Maior e Parnaíba.

A povoção de Barras foi elevada à categoria de vila pela Lei provincial n.º 126, de 24 de setembro de 1841, sendo instalada no dia 19 de abril de 1842, pelo major Silvestre José da Cunha Castelo Branco, então presidente da Câmara Municipal de Campo Maior, o qual deu posse à primeira câmara do novo município, composta dos seguintes membros: José Antônio Rodrigues, Joaquim José Rabelo de Araújo, Joaquim dos Santos Rabelo, Miguel Carvalho Castelo Branco, Miguel da Costa Portelada, José Pires Ferreira e Manoel Joaquim da Costa Caldas. Essa mesma lei incorporou a nova vila à comarca de Parnaíba até que pela Lei provincial n.º 168, de 14 de agôsto de 1844, passou a integrar a comarca de Campo Maior, da qual se desmembrou depois, pela Lei provincial n.º 695, de 16 de agôsto de 1870, para formar com o têrmo de Batalha a sua própria comarca.

Devido aos empenhos e trabalhos incansáveis dêsse notável filho de Barras — José Carvalho de Almeida — a Assembléia da Província, em 1848, consignou no seu orça-

mento uma verba de um conto de réis (1 000$000) para término das obras da igreja, até então, por concluir. Essa importância foi empregada na construção de uma tôrre que veio a custar um conto e duzentos e dois mil e quatrocentos e sessenta réis (1 202$460), sendo os duzentos e dois mil e quatrocentos e sessenta réis (202$460) fornecidos pela irmandade de Nossa Senhora da Conceição, já nesse tempo organizada, perante a qual foram prestadas contas em 6 de janeiro de 1852.

A tôrre, após sua conclusão, desmoronou-se, devido ao inverno de 1852, porém, Carvalho de Almeida, homem de rara honestidade, iniciou a sua reconstrução, com os seus próprios haveres. E êsse novo templo majestoso que se vê atualmente, com as reformas por que passou, é a matriz de Barras, a mostrar à posteridade o quanto vale o poder da fé.

À medida que a povoação aumentava, o progresso se desenvolvia, de par com o entusiasmo de seus habitantes. Em 1838 já havia uma fundição, cujo mestre era Manuel Resplandi, que nela construiu o sino grande da igreja de São Gonçalo de Batalha. Em 1854 o patrimônio de Nossa Senhora era enriquecido com a doação de mais uma posse de terras na mesma fazenda Buritizinho e, posteriormente, com outra na fazenda Caraíbas.

Por efeito do Decreto estadual n.º 1, de 28 de dezembro de 1889, do então governador Gregório Taumaturgo de Azevedo, Barras foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Barras do Marataoã, "pelo desenvolvimento geral de seu comércio e indústria, e pelo considerável aumento de sua população", conforme os têrmos do único considerando do referido decreto.

Cumpre destacar o empenho de José Carvalho de Almeida em prol do progresso de sua terra, pois que foi êle, sem dúvida, um dos primeiros barrenses a enfrentar os problemas do desenvolvimento do município.

Impõe-se que se pesquise sôbre quem foi êsse homem notável, verdadeiro herói e um dos esteios do progresso de sua terra-berço. Pereira da Costa, em sua Cronologia Histórica do Estado do Piauí, inseriu o seguinte tópico a seu respeito:

"José Carvalho de Almeida nasceu no têrmo das Barras em 1770, e era filho dos abastados fazendeiros Antônio Carvalho de Almeida e sua mulher d. Ana Maria da Conceição".

Grupo Escolar Matias Olímpio

Centro Operário São José

"Alistara-se na milícia da Capitania em 1793, ocupava o pôsto de tenente do regimento de infantaria do têrmo de Campo Maior, em 1823, quando foi proclamada a independência, em cujas lutas muito se distinguiu, dispensando a percepção dos seus soldos de campanha. Promovido a capitão em 1844, foi depois nomeado coronel comandante superior do município de Barras, e em 1863 foi reformado no mesmo pôsto".

Com essas palavras, aquêle historiador nos fornece ligeiros traços biográficos dêsse eminente barrense que, depois de haver concluído obra monumental em que consumiu suas energias e seus próprios haveres, por amor à sua terra, apenas pleiteara, menos como recompensa ou distinção do que por pobreza e amor à Virgem Santíssima, da assembléia provincial, a que peticionara em 1868, que fôsse permitido a seus herdeiros, se quisessem fazê-lo, sepultar-lhe o corpo na igreja que êle construíra e que administrara com zêlo e dedicação por mais de 30 anos, relevados da multa estabelecida na Lei provincial n.º 549, de 21 de junho de 1864.

Deferido o requerimento, votou a Assembléia Provincial a Lei n.º 646, de 20 de agôsto de 1868, permitindo o sepultamento de José Carvalho de Almeida na igreja-matriz da vila de Barras, quando êle falecesse, independentemente do pagamento da multa exigida.

Essa lei, no entanto, não teve a merecida execução, em virtude de haver sido revogada, dando motivo a que José Carvalho de Almeida, falecido em 30 de maio de 1869, fôsse sepultado no cemitério da confraria de Nossa Senhora da Conceição de Barras.

Tomando conhecimento da morte de Carvalho de Almeida, a Assembléia Provincial legislou sôbre sua sepultura, não logrando a proposição a sanção da presidência da Província, ocupada pelo então vice-presidente coronel Teotônio de Sousa Mendes. Reconhecendo a Assembléia o inolvidável valor daquele filho de Barras, ainda teve tempo de incluir no orçamento da despesa da Câmara Municipal de Barras a verba de quinhentos mil réis (500$000) destinada à trasladação dos restos mortais daquele insigne benfeitor, do cemitério para a matriz, inclusive a colocação de uma lousa sôbre a sua sepultura.

Em conseqüência da Lei n.º 154, de 16 de julho de 1897, que reorganizou o sistema judiciário do Estado, passou a comarca de Barras a constituir-se de seu próprio distrito e dos de Batalha e Pôrto Alegre, hoje Luzilândia.

Pôsto de Higiene Dr. Mário Carvalho

Pôsto Agropecuário do Ministério da Agricultura

A Lei estadual n.º 197, de 23 de junho de 1899, deu a denominação de Campos Sales ao município de Batalha, cujo distrito judiciário, com a nova denominação, permaneceu anexado à comarca de Barras.

Por efeito da Lei n.º 428, de 27 de junho de 1907, o distrito judiciário de Pôrto Alegre, atualmente Luzilândia, desanexou-se da comarca de Barras para a formação da comarca de Baixo Longá, com sede na antiga vila de Buriti dos Lopes.

A Lei estadual n.º 595, de 1.º de agôsto de 1910, suprimiu a comarca de Baixo Longá e fêz retornar a Barras o distrito judiciário de Pôrto Alegre, hoje Luzilândia, de onde se desmembrara, ao tempo em que transferia para Piracuruca o distrito judiciário de Campos Sales, hoje Batalha, que por isso se desanexou de Barras.

Com a criação do município de Marruás, hoje Pôrto, pela Lei estadual n.º 970, de 25 de junho de 1920, foi anexado a Barras o seu distrito judiciário, onde permaneceu até 20 de julho do mesmo ano, quando se transferiu para Miguel Alves.

Com a extinção dos municípios de Batalha e Boa Esperança, atualmente Esperantina, pelo Decreto estadual n.º 1 279, de 26 de junho de 1931, foram anexados a Barras os respectivos territórios dos municípios extintos.

Desmembrou-se de Barras para a formação de sua própria comarca o distrito judiciário de Pôrto Alegre, atual Luzilândia, em conseqüência do Decreto estadual n.º 1 197, de 6 de abril de 1931.

Restaurada a autonomia administrativa dos municípios de Batalha e Boa Esperança, atual Esperantina, por efeito dos Decretos estaduais ns. 1 536 e 1 575, de 2 de maio e 24 de agôsto de 1934, respectivamente, desmembraram-se de Barras os respectivos territórios.

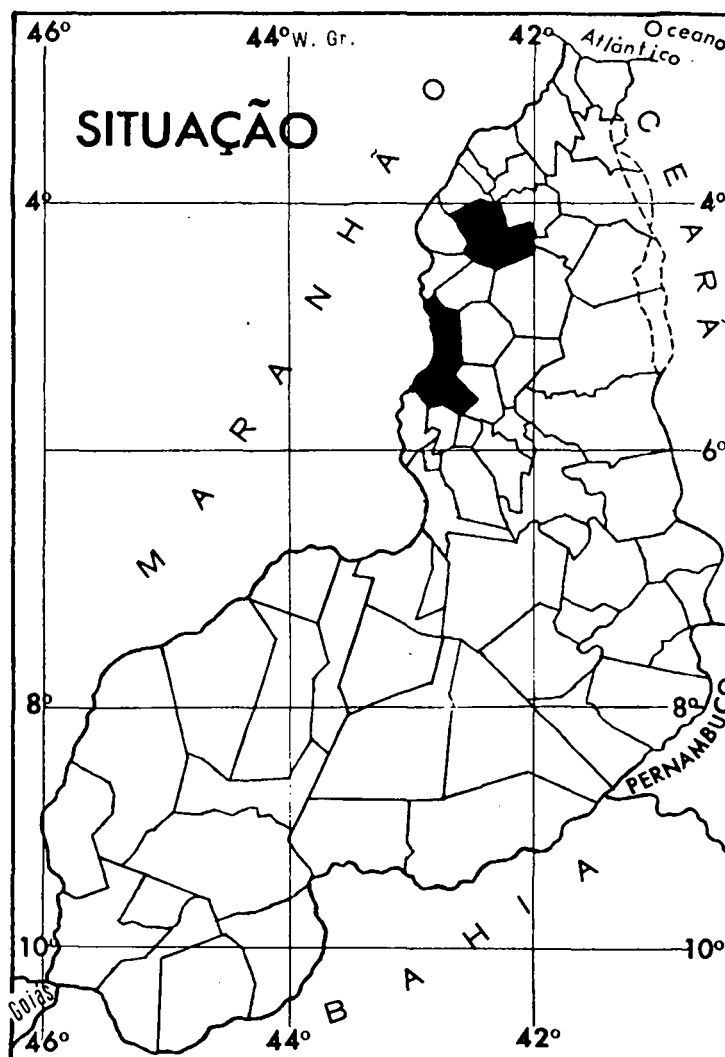
Retorna a Barras o distrito judiciário de João Pessoa, atual Pôrto, por efeito do Decreto estadual n.º 1 477, de 4 de setembro de 1933.

A Lei n.º 96, de 21 de junho de 1937, que alterou a divisão judiciária do Estado, instituiu a comarca de Barras com o próprio distrito e os de Boa Esperança, atual Esperantina, e Pôrto Alegre, hoje Luzilândia.

Em cumprimento ao Decreto-lei estadual n.º 247, de 1.º de março de 1940, extinguiram-se os têrmos judiciários no Estado do Piauí, passando as comarcas a ser constituídas pelos distritos judiciários a êles correspondentes. Por efeito dêsse Decreto-lei, a comarca de Barras perdeu o distrito judiciário de João Pessoa, atual Pôrto, que se transferiu para Miguel Alves, incorporando-se àquela, por efeito da lei citada, o distrito judiciário de Boa Esperança, atual Esperantina, onde permaneceu até a criação de sua própria comarca, por fôrça da Lei n.º 1 400, de 21 de janeiro de 1947.

O seu atual quadro administrativo e judiciário constitui-se de comarca de 3.ª entrância, município, distrito judiciário e distrito administrativo de igual nome.

A presente legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Manuel José de Almeida e constituída a Câmara Municipal com 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Barras está situado na Zona Fisiográfica Carnaubeira. É banhado por dois rios importantes e vários riachos, limitando com Batalha, Piripiri, Campo Maior, José de Freitas, União, Miguel Alves, Pôrto e Esperantina. A sua sede municipal dista 112 quilômetros da capital do Estado, em linha reta, e 152 quilômetros por rodovia, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 4° 14'40" de latitude Sul e 42°17'52" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A altitude da cidade de Barras é de 75 metros, sendo uma das menos elevadas do município.

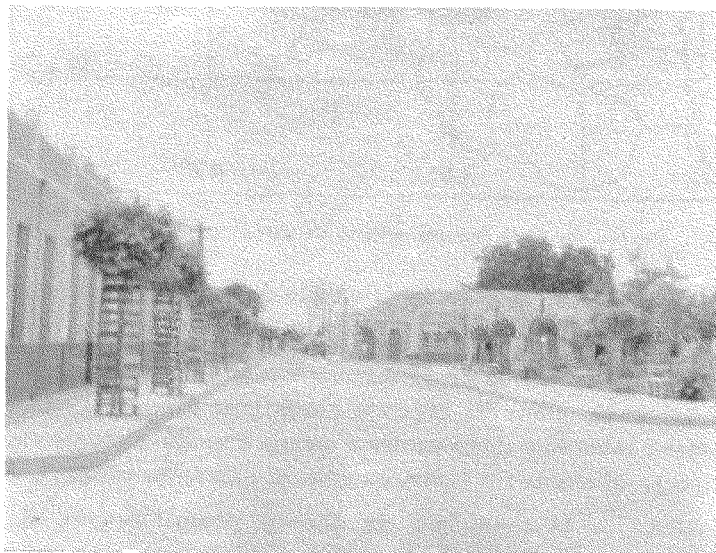
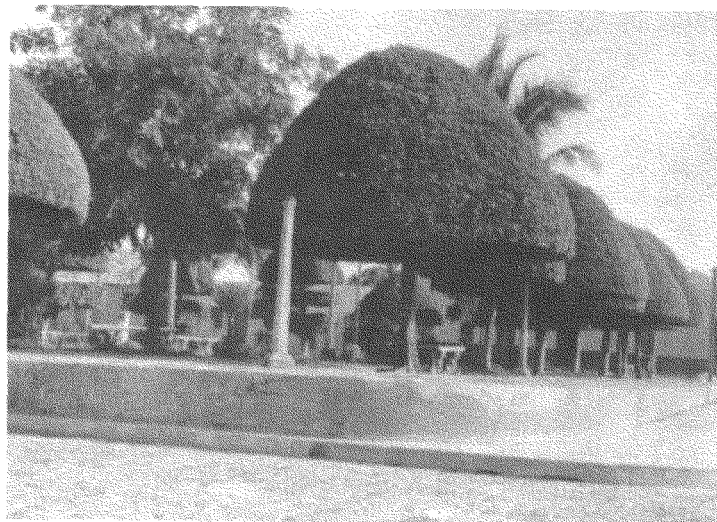
CLIMA — O clima de Barras apresenta as mesmas características do clima de diversos municípios piauienses. Durante o inverno a temperatura é amena e saudável, tomando aspecto diferente no verão, quando se apresenta cálida.

ÁREA — O município de Barras possui a área de 1 925 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Longá, Marataoã e Corrente, existindo, também, uma infinidade de riachos, dos quais os mais importantes são o Riachão, o Santo Antônio, o Poção e o Baixa Grande.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino vegetal destacam-se os carnaubais que se alastram por todos os campos do município, constituindo uma das fôrças principais do seu movimento exportador, com importantíssima indústria da cêra, e os babaçuais que se erguem abundante e exuberantemente pelas zonas ubérrimas da mata. Encontram-se, ainda, tucunzais e matas para extração de madeira e lenha, também em exploração. A onça, o gato, a paca, o tatu, a cobra, a cotia, o veado, a abelha, peixes e outros constituem a riqueza no setor do reino animal, que, pela quantidade, ocupa um dos primeiros lugares no Estado.

POPULAÇÃO — Contava Barras, na data do Recenseamento Geral de 1950, com 29 291 habitantes, dos quais 14 536 eram homens e 14 755 mulheres, assim distribuídos: 5 699 brancos, 2 934 pretos, 20 645 pardos e 13 pessoas sem declaração de côr. Dos 15 447 recenseados com 15 anos e mais de idade, 5 556 eram solteiros; 8 888, casados; 1, desquitado; 998, viúvos; e 4 pessoas não fizeram declaração sôbre o seu estado civil. Em relação à nacionalidade, todos eram brasileiros natos. Em religião, predominam os que se declararam católicos romanos, em número de 29 149, sendo 14 469 homens e 14 680 mulheres. A densidade populacional era de 10 habitantes por quilômetro quadrado, uma das maiores do Piauí. Do total da população do município, 92,40% localizavam-se na zona rural, com 13 546 homens e 13 548 mulheres, verificando-se perfeito equilíbrio entre os dois sexos. O município, que se colocara entre os mais populosos do Piauí, classificou-se no 9.º lugar, com 29 291 habitantes, enquanto que a sua sede obteve o 15.º, com 2 197 pessoas.

Aglomerações urbanas — O município conta apenas um núcleo urbano: o da própria sede, com 2 197 habitantes, dos quais 990 eram homens e 1 207 mulheres. Dêsse total, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 441 homens e 536 mulheres sabiam ler e escrever, ao passo que 359 homens e 502 mulheres não eram alfabetizados. Cita-se, outrossim, como aglomeração populacional, o povoado Boa Hora, com 900 habitantes, aproximadamente.

Rua Gervásio Pires

Praça Monsenhor Boson

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Embora seja a economia do município representada pelas indústrias extrativas e de transformação, não é pequena a importância da agropecuária no desenvolvimneto de Barras.

Agricultura — Predominaram no município os estabelecimentos que exploram sòmente a agricultura, em relação aos demais setores de atividade, ramo que em 1956 atingiu a produção correspondente a cêrca de 6 540 milhares de cruzeiros, assim distribuídos:

PRODUTOS	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	12 800	2 304 000
Milho	» » » »	12 700	1 397 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	12 920	1 550 400
Mandioca	»	4 550	682 500
Feijão	Saco de 60 kg	1 210	605 000

Os excedentes da produção agrícola municipal, são vendidos para os municípios vizinhos e cidades cearenses.

Pecuária — Em relação à pecuária, em 1956 Barras detinha os seguintes efetivos: 14 500 bovinos, 25 000 suínos, 5 800 ovinos e 7 100 caprinos. A venda de gado bovino é feita para Teresina e Fortaleza, que são seus principais compradores.

Indústria — Segundo dados preliminares do Registro Industrial, a extração da cêra de carnaúba, uma das principais fontes econômicas do município, elevou-se, em 1956, ao total de 59 997 quilogramas, no valor de .... Cr$ 2 850 828,60, seguindo-se-lhe, neste setor, a extração do óleo de babaçu, que atingiu apenas a produção de 1 090 quilogramas, valendo Cr$ 25 200,00. No setor da indústria de transformação, que superou ao primeiro com a quota de cêrca de 5 461 milhares de cruzeiros, foi o seguinte o movimento de produção no mesmo período: farinha de mandioca — 1 155 160 quilogramas, no valor de .... Cr$ 3 104 565,00; polvilho de mandioca — 224 900 quilogramas, no valor de Cr$ 750 495,00; rapadura — 224 500 quilogramas, no valor de Cr$ 1 373 600,00; aguardente de cana — 21 340 litros, no valor de Cr$ 222 550,00 e fubá de milho — 1 800 quilogramas, valendo .... Cr$ 9 900,00.

Fabricam-se ainda calçados de diversos tipos, e beneficiam-se o arroz e o algodão, cuja produção, por referir-se

Rua General Taumaturgo

a estabelecimentos únicos, omitiu-se para evitar revelação de dados individuais.

COMÉRCIO E BANCOS — Contavam-se na cidade de Barras, em 1956, 25 estabelecimentos varejistas, 8 atacadistas e 1 industrial com mais de cinco operários.

Barras não apresenta grande movimento comercial, entretanto, no plano estadual classifica-se entre os mais desenvolvidos do norte do Piauí, depois de Parnaíba, Campo Maior, Piripiri, Piracuruca, União e Luzilândia.

O comércio local mantém transações com as praças de Teresina, Parnaíba, Campo Maior, Sobral (CE), Fortaleza e Recife.

Importa tecidos, farinha de trigo, açúcar, querosene, sal, gasolina, ferragens, louças, medicamentos, miudezas em geral etc., ao passo que exporta cêra de carnaúba, amêndoas de babaçu, couros de boi e peles em geral, farinha de mandioca, aguardente de cana e rapadura, colocando-se na vanguarda, como produto exportável, a cêra de carnaúba, que é a base de sua economia no setor industrial.

Há na cidade uma agência postal da Caixa Econômica Federal do Piauí com 154 cadernetas em circulação e depósitos no valor de Cr$ 125 895,00, 1 correspondente da agência do Banco do Brasil S. A., de Campo Maior.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Barras é servida por rodovias e estradas carroçáveis, que a ligam às sedes dos municípios vizinhos e à capital do Estado, conforme itinerário a seguir enumerado: Pôrto — estrada carroçável, 72 quilômetros; Esperantina — estrada carroçável, 72 quilômetros; José de Freitas — rodovia, 69 quilômetros; Campo Maior — rodovia e estrada carroçável, 72 quilômetros; Miguel Alves — estrada carroçável, 78 quilômetros; União — estrada carroçável, 96 quilômetros; Batalha — estrada carroçável, 39 quilômetros; Piripiri — estrada carroçável até Campo Maior, já descrita, e daí por rodovia (BR-22), 162 quilômetros; Capital estadual — rodovia, via José de Freitas, 122 quilômetros, ou via Campo Maior — por estrada carroçável já descrita e daí por rodovia, via Altos, 156 quilômetros.

O município possui um campo de pouso construído pela Prefeitura, situado a 2 quilômetros da sede municipal, com uma área de 70 x 520 m e pista de terra natural.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém, na cidade de Barras, uma agência postal-telegráfica.

ASPECTOS URBANOS — Os 20% da área da cidade são pavimentados, a paralelepípedo, correspondentes a 5 ruas e uma praça parcialmente calçadas. A cidade é servida de energia elétrica, havendo 138 ligações domiciliares e iluminação pública, fornecidas pela usina de propriedade da Prefeitura Municipal. Há na cidade 26 logradouros públicos, dentre os quais se destacam as praças "Joaquim Pires", arborizada, e a "Monsenhor Boson", que, além de arborizada, é cuidadosamente ajardinada, com bancos e coreto, constituindo o ponto de reunião da sociedade barrense nos dias de retreta e datas festivas. Conta ainda a sede municipal com 2 hotéis, cobrando diária média de Cr$ 70,00; bares e 1 cine-teatro o qual funciona esporàdicamente. O número de veículos registrados na Prefeitura Municipal, em 1956, atingiu 19, sendo 14 caminhões, 4 jipes e 1 camioneta.

É interessante acrescentar que a cidade é banhada pelo rio Marataoã, aspecto que, devido à barragem ali existente, beneficia a população de modo geral, pois, mesmo no período das sêcas, tem-se conservado com um nível de água apreciável.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária à população local: O Pôsto de Higiene Dr. Mário Carvalho; o Pôsto de Puericultura Marechal Pires Ferreira, mantido pela Legião Brasileira de Assistência; 1 médico, 2 dentistas, 3 farmacêuticos e 2 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, a população de Barras, com 5 anos e mais de idade, era de 24 034 habitantes, dos quais 3 634, ou seja, 15,1%, sabiam ler e escrever, sendo 2 011 homens e 1 623 mulheres.

Cine-Teatro Municipal

Agência dos Correios e Telégrafos

Na sede municipal, das 1 838 pessoas com 5 anos e mais de idade, 977 sabiam ler e escrever, das quais 441 homens e 536 mulheres.

Levando-se em conta o quadro percentual do Estado, no que se prende à alfabetização, o município de Barras obteve o 36.º lugar, apresentando a quota de 15,12%, ao passo que a sede, atingindo a percentagem de 53,16%, colocou-se em posição mais vantajosa, ou seja, no 11.º lugar.

A zona rural, se bem que mal colocada, em relação aos demais municípios, conseguiu situar-se no 37.º lugar, proporcionalmente à percentagem apresentada pelo próprio município no conjunto, que foi de 36%.

Ensino — Há no município, ministrando ensino primário, 17 escolas estaduais, 23 municipais, 3 particulares e 9 cursos supletivos (alfabetização de adultos), bem assim um estabelecimento do ensino secundário — o ginásio Nossa Senhora da Conceição

A matrícula nas unidades escolares oficais acima enumeradas, do ensino primário, em 1956, foi de 2 407 alunos, dos quais 1 240 eram homens e 1 167, mulheres, ao passo que no ensino secundário a matrícula, no mesmo ano, foi de apenas 33 alunos, sendo 10 do sexo masculino e 23 do feminino.

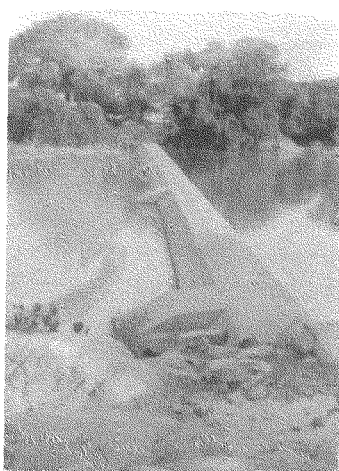
No que se prende ao número de escolas públicas existentes, Barras ocupa o 7.º lugar no conjunto dos municípios, conforme demonstração a seguir:

Teresina	156
Campo Maior	98
Oeiras	84
Parnaíba	83
São Raimundo Nonato	61
União	58
BARRAS	52

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	174 000	1 129 000	432 000	153 000	583 000
1951	199 000	1 609 000	556 000	231 000	526 000
1952	210 000	1 342 000	770 000	208 000	659 000
1953	267 000	1 490 000	1 016 000	254 000	1 017 000
1954	289 000	1 817 000	1 292 000	229 000	1 049 000
1955	356 000	2 072 000	999 000	277 350	755 000
1956 (1)	...	...	920 000	376 000	920 000

(1) Orçamento.

Vista parcial do rio Marataoã vendo-se a ilha dos Amôres

Barragem no rio Marataoã

Vista parcial da Praça Joaquim Pires, vendo-se a Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Comemora-se na cidade, com novena bastante concorrida, os dias consagrados à sua padroeira — Nossa Senhora da Conceição — cujo início ocorre a 28 de novembro, terminando no dia 8 de dezembro com missa solene e procissão a que comparece considerável número de fiéis, inclusive dos municípios vizinhos. O reisado, o bumba-meu-boi e o carnaval representam tradições folclóricas de Barras.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na Praça Joaquim Pires, a principal da cidade, encontra-se um busto de bronze do Marechal Pires Ferreira, ali colocado em sua homenagem, por ser um dos seus mais ilustres filhos.

VULTOS ILUSTRES — O município de Barras é fértil em valores intelectuais e políticos. Nesse particular, sua riqueza toma consideráveis proporções, ao ponto de essa região ser considerada "terra dos governadores". Povo dotado de rara inteligência e apreciável capacidade de trabalho, com representantes inconfundíveis em todos os setores da vida piauiense, o barrense sabe dignificar o seu patrimônio histórico, um dos mais expressivos do Piauí. Não lhe faltam convicções democráticas e os sentimentos altruísticos com que os piauienses engrandecem o nome da sua terra. A família Pires Ferreira fêz de Barras um "ninho de valores". Dentre outros, mencionam-se, a seguir, os que mais se destacaram no cenário político ou intelectual:

Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Brano — Nasceu em 1829 e faleceu em 1901, na cidade de Barras. Poeta sertanejo, inspirado e vibrante, mesmo com o sentimento lírico e romântico de que era possuidor, ofereceu seus serviços ao primeiro corpo de voluntários da Pátria, partindo de Teresina para a Guerra do Paraguai, no dia 19 de maio de 1865. Regressando dos campos de luta no Chaco, continuou os seus exercícios venatórios, e recebeu o epíteto de Poeta Caçador. Seu volume de poesias — a Harpa do Caçador — foi publicado em 1884.

Eudoro de Carvalho Castelo Branco — Nasceu em Barras, em 1839, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1878. Com acentuados pendores poéticos e sentimento patriótico, ingressou nas fileiras do Exército, em 1860. Fêz o curso de arma de infantaria e, no pôsto de major, pediu reforma. Com as medalhas de Mérito e da Campanha do Paraguai,

Maternidade Mariana Pires Ferreira

comendador da Ordem da Rosa e Cavaleiro das ordens do Cruzeiro e de Cristo, dedicou a poesia "O Assalto do Estabelecimento" (1868) ao Marquês de Caxias, publicada no "Correio Mercantil" do Rio de Janeiro.

Hermínio de Carvalho Castelo Branco — Nasceu em Barras, fazenda Limpeza, em 1851, e faleceu em Teresina, em 1889. Filho do major Miguel de Carvalho Castelo Branco e de sua espôsa D. Maria Leonor Castelo Branco, revelou na mocidade excelente talento para a poesia sertaneja. Voluntário da Pátria, em 15 de janeiro de 1869, embarcou para o Paraguai, onde conquistou a patente de alferes, por vários atos de bravura e heroísmo. Depois de servir nas guarnições do Amazonas, de Uruguaiana, Pôrto Alegre e Rio de Janeiro, teve baixa em 1881, quando regressou para Teresina. Publicou os volumes de poesias "Ecos do Coração" (1881) e "Lira Sertaneja" (1887), com os quais conquistou posição de destaque entre os cultores da poesia campesina.

David Moreira Caldas — Nasceu em Barras — 1835 e faleceu em Teresina — 1879. Poeta e prosador, servido de vasta cultura. Êle "foi o maior jornalista que tivemos nos dois decênios de 1858 a 1879". Redigiu os jornais "Amigo do Povo" (1868), "Oitenta e Nove" (1873), "O Papiro" (1874), "Ferro em Brasa" (1877) e "O Bom Menino".

Catedrático de Geografia do Liceu Piauiense, deputado provincial, espírito estudioso dos problemas piauienses, David Caldas publicou um relatório da viagem feita de Teresina até a cidade de Parnaíba, pelo rio do mesmo nome, inclusive todo o seu delta, por ordem do Excelentíssimo Senhor Doutor Adelino Antônio de Luna Freire, presidente do Piauí (1867). Além de vários estudos geográficos, deixou inéditos "Tímidos Acentos", coleção de versos, "Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí".

David Caldas é considerado profeta da República. Nas considerações do primeiro artigo do "Oitenta e Nove", o eminente polígrafo declarou: "Enquanto, porém, não avançarmos tanto, a ponto de chegar a uma idade *quase evangélica*, seja-nos permitido ter a fé robusta de ver a *República Federativa* estabelecida no Brasil; pelo menos daqui a 17 anos ou em 1889 — tempo assaz suficiente, segundo pensamos, para a educação livre de uma nova geração, para a qual ousamos apelar — cheios da maior confiança".

Gregório Taumaturgo de Azevedo — Engenheiro militar, bacharel em Matemática e Ciências Físicas, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, foi o primeiro governador do Piauí, na República, e, em seguida, do Amazonas. Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Comissão Organizadora do I Congresso Brasileiro de Geografia, Prefeito do Departamento do Alto Juruá e 1.º vice-presidente da Exposição Nacional de 1908. Gregório Taumaturgo de Azevedo mereceu o pôsto de general-de-divisão. Inspetor da Arma de Infantaria do Exército Nacional, comandante da Região Militar da Bahia e da Brigada Policial do Rio de Janeiro, sócio remido do Instituto Politécnico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Clube de Engenharia, sócio honorário do Instituto Histórico Fluminense, do Instituto Histórico de São Paulo, sócio dos Institutos Arqueológicos e Geográfico Pernambucano, de Alagoas e Santa Catarina, sócio da Associação Comercial e da Associação de Imprensa do Rio de Janeiro, sócio-correspondente da Real Academia Hispano-Americana de Ciências e Artes, da Associação de Imprensa de Santiago do Chile, de

Manaus, da Associação dos Advogados de Lisboa e do Ateneu de Guatemala, membro da Academia de História Internacional de Paris, com o diploma "l'É'Toite d'or", da Sociedade Nacional da Cruz Vermelha Cubana, com a faixa e grande placa de Honra e Mérito, da Comissão de Limites da Venezuela, chefe da Comissão de Limites da Bolívia, iniciou a questão do Acre e fundou a cidade de Cruzeiro do Sul. O inolvidável piauiense era membro da Ordem da Rosa, da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz e recebeu a Medalha de Ouro da República e a Medalha de Ouro Simão Bolívar.

Coriolano de Carvalho e Silva — Foi governador do Piauí e do Amazonas e conquistou o pôsto de general.

Raimundo Artur de Vasconcelos — Presidiu os destinos do Piauí e ocupou as cadeiras de deputado federal e senador.

Segismundo Antônio Gonçalves — Jurista de renome, governou o Estado de Penambuco, onde se elegeu senador da República.

Lucílio de Albuquerque — Matriculou-se em 1896 na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro e, com o término do curso, conquistou o prêmio de viagem à Europa, por cinco anos, concorrendo ao mesmo com o quadro "Anchieta". Recebeu menção honrosa no "Salão de 1902"; apresentando o quadro "Stela". Em 1911 foi nomeado professor de Desenho Figurado da Escola Nacional de Belas Artes. No "Salão de 1920" ganhou a Medalha de Honra. Estêve na Argentina e nos Estados Unidos, em missão de intercâmbio artístico. Fêz exposição dos seus quadros em Los Angeles (1926) e no ano seguinte no Museu de Roerich, New York. Em 1929 conquistou o prêmio de 1 000 pesos, no Salão Internacional de Rosário, Argentina. Em 1931 abriu exposição no Rio de Janeiro e executou, para o Museu Júlio de Castilhos, Pôrto Alegre, os retratos dos generais Pôrto Bandeira e José de Abreu. Nomeado em 1935 membro do Conselho Técnico-Administrativo da Escola Nacional de Belas Artes, no mesmo ano participou do Salão Internacional do Instituto Carnegie, de Pittsburg, Estados Unidos. Dominou tôdas as expressões da sua arte, com autoridade e evolução. Em 1937 assumiu o cargo de diretor da Escola Nacional de Belas Artes e faleceu no Rio de Janeiro em 19 de abril de 1939.

José Coriolano de Carvalho e Silva — Farmacêutico e médico laureado, foi vereador, presidente da Câmara Municipal e Prefeito de Marília, São Paulo, onde reside e ocupa várias funções de destaque.

Usina Elétrica Leônidas Melo

Ponte de madeira sôbre o rio Marataoã

José de Arimatéia Tito — Bacharelou-se em Direito no Recife, e, seguindo a magistratura, foi juiz de Direito e desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí. Jornalista, orador, poeta, membro da Academia Piauiense de Letras, o Dr. José de Arimatéia Tito é uma das figuras mais impressionantes do seu Estado, pela cultura e pelo talento. Cidadão de caráter adamantino, nunca teve uma sentença reformada, porque sempre procedeu com a consciência de autêntico julgador.

Matias Olímpio de Melo — Formado pela Faculdade de Direito do Recife, foi promotor público, juiz de direito no Piauí e no Amazonas, Juiz Municipal e de Direito no Acre, Juiz Federal no Piauí, em Pernambuco e Bahia e Governador do Piauí. É membro da Academia Piauiense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e senador da República. Jornalista e orador, tem livros publicados. Seu prestígio o tem destacado como expoente da política piauiense.

Leônidas de Castro Melo — Médico, político, foi governador e interventor federal do Piauí, e ocupa uma cadeira no Senado.

Firmino Pires Ferreira — Fêz brilhante carreira militar, com inestimáveis serviços prestados à pátria. Conquistou a patente de marechal do Exército Brasileiro. Deputado federal e senador da República, em três períodos, destacou-se como influente chefe político do Piauí. Seu nome era uma bandeira de lutas e vitórias em benefício dos interêsses do povo. Estimado pelos civis e militares, o marechal Pires Ferreira era o patrono de todos os piauienses no Rio de Janeiro, em contato permanente com os seus coestaduanos. Sua fôlha de serviços é um patrimônio honroso para as tradições e o futuro do Piauí. Figura varonil do Segundo Império e da República, infatigável, franco e sincero, o marechal Firmino Pires Ferreira representa um símbolo de filantropismo e acendrado amor à sua terra.

Joaquim de Lima Pires Ferreira — Oficial de Gabinete da Presidência Floriano Pedroso — Pretor no Distrito Federal, catedrático e diretor da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, deputado federal, senador da República pelo Piauí. A ver-

Mercado Público Municipal

ticalidade da sua vida honrada e nobilitante é a de quem conquista lugar de destaque na constelação dos grandes homens do Piauí. Sua residência no Rio de Janeiro sempre foi o ninho acolhedor dos piauienses, principalmente da mocidade estudiosa. O senador Joaquim de Lima Pires Ferreira tem, na gratidão dos seus coestaduanos, um crédito ilimitado de estima e confiança.

Fileto Pires Ferreira — Bacharel em Direito, governou o Estado do Amazonas, realizando uma administração honrada e fecunda.

Gervásio Pires Ferreira — Seguiu a carreira diplomática e mereceu o lugar de Cônsul do Brasil, em vários países.

Fenelon Castelo Branco — Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, foi promotor público e juiz de direito no Maranhão e Piauí, secretário de polícia e fundador da Academia Piauiense de Letras.

João Pinheiro — Bacharel em Direito, professor, homem de letras, membro da Academia Piauiense de Letras, publicou livros de sonetos e contos. É considerado um dos melhores folcloristas do Brasil.

Celso Pinheiro — Fêz os preparatórios do Liceu Piauiense e recebeu o cargo de amanuense da polícia civil. Viveu e morreu pobre, com as honras de Príncipe dos Poetas Piauienses. Colaborou em vários jornais e revistas e publicou livros de poesias.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas em Barras são conhecidas como barrenses.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do E. do Piauí" — Pereira da Costa — Pernambuco — Tipografia do "Jornal do Recife" — 1909; "O Piauí no Centenário de Sua Independência" — volume III — Teresina — 1923; "Barras, sua origem e fundação; primeiros descobrimentos e seu primeiro grande filho — Joaquim Oliveira — Publicação do Centro de Estudos Piauienses — 1955 — Série A — Caderno n.º 7; Sinopse Estatística do Município de Barras — Conselho Nacional de Estatística — 1948; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Barras.

(Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S/A -- Agência de Teresina e Agente do I.A.P.B.).

BATALHA — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O topônimo Batalha, segundo a tradição local, teve origem nas lutas travadas entre os colonizadores portuguêses e os indígenas. Essas lutas prolongaram-se até o completo desalojamento dos aborígines.

Por volta do século XVIII, começaram a ser povoadas as terras por onde hoje se estende o município de Batalha, que é, assim, um dos mais antigos do Estado do Piauí.

Em 1794, houve um surto de melhoramentos no povoado. A população aumentou consideràvelmente e teve início a construção da igreja de São Gonçalo, padroeiro do local, só em 1814 concluída, dotada de um sino, fundido em Barras em 1838, e de grande sonoridade.

Em 22 de agôsto de 1853, foi criada a freguesia de São Gonçalo de Batalha e, pouco tempo depois, a Resolução provincial n.º 395, de 15 de dezembro de 1855, elevou-a à categoria de vila. A instalação solene verificou-se a 7 de setembro de 1858, sendo José Florindo de Castro seu primeiro governante.

Batalha teve o nome alterado para o de Campos Sales pela Lei estadual n.º 197, de 23 de junho de 1899, em homenagem ao grande estadista brasileiro, todavia, onze anos depois, a 13 de julho, voltou à primitiva denominação.

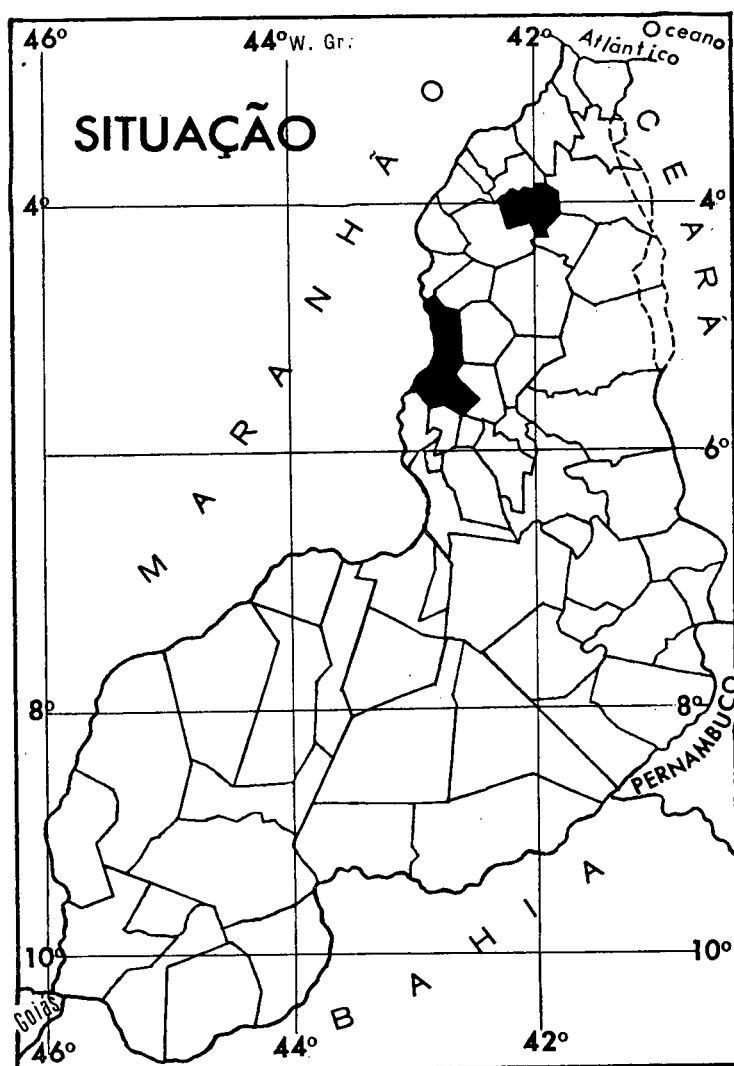
O Decreto estadual n.º 1279, de 26 de junho de 1931, extinguiu o município, sendo seu distrito incorporado ao município de Barras. Por efeito do Decreto-lei n.º 1536, de 2 de maio de 1934, teve restaurada, porém, a sua autonomia.

A vila de Batalha foi elevada à categoria de cidade em virtude do Decreto estadual n.º 147, de 15 de dezembro de 1938, e a instalação realizou-se a 1.º de janeiro do ano seguinte. A agência postal foi inaugurada em 1857 e a agência telegráfica em 1916. Batalha é servida de luz elétrica desde 1944 e sua comarca foi criada pelo Decreto-lei n.º 1400, de 24 de janeiro de 1947.

Segundo o quadro administrativo do Estado, vigente a 30 de junho de 1955, o município de Batalha é composto de um único distrito, situação que ainda permanece. É sede de comarca de 1.ª entrância.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Matias Quaresma de Melo, o qual se encontra em exercício. A Câmara Municipal de Batalha compõe-se de 7 vereadores.

Igreja-Matriz de São Gonçalo

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Batalha fica situada a 167 quilômetros da capital do Estado e a 142 quilômetros em linha reta. Limita com os municípios de Esperantina, Buriti dos Lopes, Piracuruca, Piripiri e Barras. Pertence à Zona Fisiográfica Carnaubeira. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 4° 01' 28,4" de latitude Sul e 42° 04' 36" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 80 metros.

CLIMA — O clima de Batalha é ameno, gozando, pela sua situação geográfica, de uma temperatura estável sempre agradável. O inverno tem início em dezembro e termina em maio. O verão é de junho a novembro.

ÁREA — De 1593 quilômetros quadrados é a área do município, o qual figura como mediano entre os demais do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Cortando o município, passa o torrencial rio Longá, que lhe serve de limites com o município de Esperantina, em tôda a sua extensão e até o riacho d'Anta com o município de Barras. Banham, ainda, uma pequena parte do território de Batalha os rios Piracuruca e o dos Matos. Contam-se, também, muitos riachos e olhos-d'água. No que tange à orografia do município, consta, apenas, de ligeiros divertículos ou contrafortes da grande serra da Ibiapaba, também chamada Serra Grande, que separa o Piauí do Ceará. Destaca-se como ponto culminante do sistema orográfico de Batalha a grande serra denominada Carolina, que abrange uma extensão de duas léguas de comprimento por meia de largura.

RIQUEZAS NATURAIS — Carnaúba, tucum, babaçu e madeira são as principais riquezas extrativas; veado, caititu, tatu, gato e jibóia representam as riquezas animais; a ametista e pedras preciosas, a riqueza mineral.

POPULAÇÃO — A população de Batalha, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 12 916 habitantes com a seguinte composição: homens — 6 531; mulheres — 6 385; brancos — 2 846; prêtos — 1 655; pardos — 8 395; sem declaração de côr — 20. Das 6 768 pessoas de 15 anos e mais de idade, recenseadas, 2 418 eram solteiras; 3 919, casadas; 420, viúvas e 1, desquitada. Do total indicado, 11 não declararam estado civil. Predominaram no município os católicos romanos, em número de 12 889. Apenas 27 pessoas pertenciam a outras religiões. A densidade era de 8 habitantes por quilômetro quadrado. Localizam-se na zona rural 88% da população do município, superando a média do Estado que é de 83,6%. Verifica-se equilíbrio entre o total de homens e o de mulheres na população rural do município, que assim se distribui: 5 874 homens e 5 560 mulheres. Ocupa o 33.° lugar entre os municípios mais populosos do Estado. A cidade, no entanto, apresenta melhor índice de população, ocupando o 23.° lugar.

Aglomerações urbanas — Existe no município apenas uma aglomeração urbana, a da cidade de Batalha, com 1 482 habitantes, sendo 657 homens e 825 mulheres. Verifica-se que, dêsse total, das pessoas de 5 anos e mais de idade, 224 homens e 248 mulheres sabiam ler e escrever, ao passo que 319 homens e 451 mulheres não eram alfabetizados, conforme apurou o Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a agricultura, a pecuária e a extração da cêra de carnaúba.

Agricultura — O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1956, foram os seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	38 100	6 858 000
Mandioca	Tonelada	17 200	3 440 000
Milho	Saco de 60 kg	12 800	1 536 000
Feijão	» » » »	1 670	835 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	980	196 000

Os municípios de Parnaíba, Piripiri e Piracuruca são os principais centros compradores dêsses produtos.

Pelo demonstrativo acima, observa-se que o arroz e a mandioca sobressaem entre os demais produtos agrícolas da região.

Pecuária — Existiam, em 1956, no município de Batalha, 10 000 bovinos, 48 000 suínos, 20 000 ovinos e 24 000 caprinos. Há exportação de gado para Piripiri, Piracuruca e para o Estado do Ceará.

Indústria — A extração de cêra de carnaúba, como uma das fontes econômicas do município, em 1956, atingiu a produção de 78 358 quilogramas, no valor de ....

Cr$ 3 309 588,00, existindo ainda os produtos a seguir, que, no mesmo ano, ofereceram os seguintes números: farinha de mandioca — 260 600 quilogramas, valendo .... Cr$ 655 025,00; rapadura — 68 740 quilogramas, no valor de Cr$ 406 550,00; polvilho de mandioca — 29 190 quilogramas, no valor de Cr$ 98 900,00 e aguardente de cana — 6 533 litros, no valor de Cr$ 80 000,00.

COMÉRCIO — O comércio local mantém transações comerciais com as seguintes localidades: Parnaíba, Teresina, Piripiri e Fortaleza.

Há na sede municipal 25 estabelecimentos comerciais varejistas e 10 indústrias, ocupando mais de 5 operários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Conta o município de Batalha com 2 estradas carroçáveis e 2 rodovias em construção, convindo destacar a carroçável construída pelo município, entre Batalha e Piripiri que é tôda revestida de material utilizado nas rodovias federais, sendo por isso permanente o tráfego de veículos. Comunicações com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Barras — rodovia, 40 quilômetros. Buriti dos Lopes — estrada carroçável, 170 quilômetros. Esperantina — estrada carroçável, 42 quilômetros. Piracuruca — estrada carroçável, 63 quilômetros. Piripiri — rodovia municipal, 78 quilômetros. Capital estadual — rodovia, via Barras e José de Freitas, 167 quilômetros. O município possui um campo de pouso de emergência.

Funciona na cidade uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Batalha possui duas ruas pavimentadas com pedras irregulares, correspondentes, aproximadamente, a 15 000 quilômetros quadrados. Há 56 ligações elétricas domiciliares e iluminação pública

Grupo Escolar Municipal

fornecida pela usina de propriedade da Prefeitura. Conta com 29 logradouros públicos e com uma pensão com diária média de Cr$ 50,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população pelo Pôsto Médico Fernando da Silva Castro, por um socorro farmacêutico e um dentista.

ALFABETIZAÇÃO — Das 12 916 pessoas com 5 anos e mais de idade, 1 372, ou seja, 13% da população presente no Censo de 1950, sabiam ler e escrever. Verificou-se, dêsse total, que 763 eram homens e 609, mulheres, atingindo as percentagens de 7,3% e 5,7%, respectivamente. Na cidade, das pessoas de 5 anos e mais de idade, 224 homens e 248 mulheres sabiam ler e escrever.

O 42.º lugar foi ocupado pelo município, no que tange à alfabetização, entre os municípios do Estado, representando um índice de 13,05%.

Pôsto de Saúde Estadual

A quota de alfabetização da cidade atingiu 38%, obtendo a mesma colocação do município, entre os demais do Estado. Na zona rural, a colocação foi no 44.º lugar, com a percentagem de 9,76%.

Ensino — Há 24 unidades escolares de grau primário no município, que estão assim distribuídas: 9 escolas estaduais e 15 municipais. Em 1956 o movimento de matrícula atingiu 1 261 alunos, sendo 615 homens e 646 mulheres. Contam-se, também, 4 cursos supletivos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	83 000	...	347 000	80 000	347 000
1951.......	115 000	750 000	484 000	131 000	484 000
1952.......	150 000	647 000	650 000	113 000	650 000
1953.......	172 000	769 000	840 000	105 000	849 000
1954.......	162 000	788 000	709 000	120 000	709 000
1955.......	177 000	(*) 814 000	841 000	200 000	715 000
1956 (1)....	...	...	992 000	188 000	992 000

(*) Exclusive o mês de janeiro.
(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A única particularidade existente no município é o sino de grande sonoridade da Igreja de São Gonçalo, padroeiro local, e que foi fundido em Barras, em 1838.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Há duas procissões anuais: a primeira, em 25 de agôsto, em homenagem a Nossa Senhora de Lourdes; a segunda, em 1.º de janeiro, consagrada a São Gonçalo, padroeiro da cidade. Como festejo popular, registra-se a Dança de São Gonçalo, levada a efeito no mês de agôsto.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Batalha, recebem o gentílico batalhenses.

Funciona na sede municipal a Confraria de São Vicente de Paula, com 105 sócios.

BIBLIOGRAFIA — Monografias Estatístico-Descritivas Municipais — 1939 — Imprensa Oficial — D. E. E. do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Batalha; Estudos sôbre a Alfabetização do Brasil — Estatística Cultural n.º 5 (1953); Arquivo do Departamento Estadual de Estatística.

(Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S/A — Agência de Teresina e Agente do I.A.P.B.).

BENEDITINOS — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Ao noroeste da cidade de Beneditinos existe um ôlho-d'água denominado "Ôlho-d'água do Corrente" que foi a atração dos primeiros moradores do local. Segundo a tradição, êsses moradores teriam encontrado, nas proximidades do ôlho-d'água, uma imagem de São Benedito, que se tornou muito festejada em virtude dos constantes milagres que operava. A tal fato atribui-se a origem do nome Corrente de São Benedito.

Dada a grande afluência de romeiros a São Benedito para venerar o santo milagroso, surgiu uma feira que passou a realizar-se aos domingos. Aí se reuniam os moradores do lugar e das vizinhanças a fim de comprarem ou venderem mercadorias e gêneros em geral. Com o desenvolvimento do comércio em proporções cada vez maiores, a localidade foi sendo povoada sob os melhores auspícios, transferindo-se para ali comerciantes de paragens diversas.

Merecem destaque, pelo muito que trabalharam em prol do município, Simplício Melo de Aguiar, seu primeiro intendente, e Domingos Félix do Monte, seu primeiro juiz distrital. Cesário Vieira de Aguiar foi também um dos que se empenharam pela autonomia administrativa de São Benedito, aí exercendo os cargos de Tabelião Público, Prefeito Municipal e Coletor Estadual.

Com o desenvolvimento do povoado, movimentaram-se os seus fundadores no sentido de lhe darem autonomia administrativa. Conseguiram-no, com a Lei estadual número 1 135, de 7 de julho de 1925, que criou a vila e município de Beneditinos, com território desmembrado de Alto Longá, tendo como sede o antigo povoado de Corrente de São Benedito.

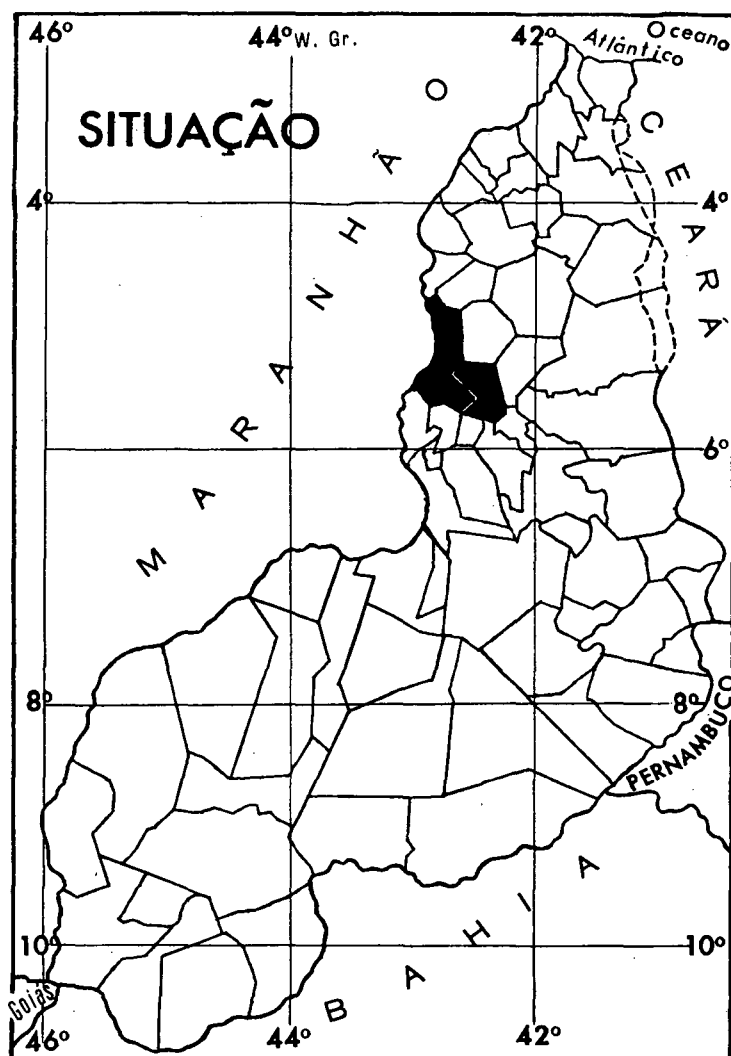
O distrito judiciário de Beneditinos, criado pela mesma lei que o elevou àquela categoria, foi anexado à comarca de Teresina até o ano de 1931, quando foi cassada a sua autonomia. O patrimônio territorial da cidade de Beneditinos constituiu-se de terras doadas por D. Constança Alves Pessoa, Francisco Albino da Silva e Luís Gonzaga Freire.

Pelo Decreto estadual n.º 1 279, de 26 de junho de 1931, foi extinto o município ficando o seu território anexado ao de Altos, até a vigência da Lei n.º 1 575, de 17 de agôsto de 1934, que lhe restaurou a autonomia, com a mesma denominação anterior.

Em virtude do Decreto estadual n.º 147, de 15 de dezembro de 1938, foi a vila elevada à categoria de cidade, cuja instalação se verificou a 1.º de janeiro de 1939. O município de São Benedito foi atingido pelas disposições da legislação federal que proibia a duplicidade de topônimos de cidades e vilas brasileiras. Assim, por fôrça do Decreto-lei número 754, de 30 de dezembro de 1943, passou a denominar-se Beneditinos.

A Agência Postal foi criada a 30 de outubro de 1923, verificando-se sua inauguração a 29 de agôsto de 1924. A Estação Telefônica instalou-se a 15 de novembro de 1927, e a iluminação elétrica, em 1950.

O município consta atualmente de um distrito administrativo e um distrito judiciário subordinado à comarca de Altos. Com início em 1955, sua atual legislatura conta cinco vereadores. É Prefeito municipal o Sr. Pedro Mendes Pessoa.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município, em linha reta, dista 62 quilômetros da capital do Estado e, por estradas, 96 quilômetros. Beneditinos está enquadrado na Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba. Limita com os municípios de Altos, Alto Longá, São Félix do Piauí, Elesbão Veloso, Água Branca e Teresina. As coordenadas geográficas da cidade são as seguintes: 5°27'19" de latitude Sul e 42°21'47" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 80 metros.

CLIMA — Quente e sêco nas duas estações do ano, baixando mais de temperatura em junho e julho.

ÁREA — Totaliza 1 730 quilômetros quadrados a área do município.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município apresenta pequenos morros e é cortado ao meio pelo rio Poti que aí é servido de mais de vinte afluentes. Nas extremidades do seu território ficam situadas as serras de São Pedro, Jatobá, Cantinho e do Longá.

RIQUEZAS NATURAIS — Palmeiras de carnaúba e babaçu, cal de pedra e argila para alvenaria, e também minerais.

POPULAÇÃO — A população de Beneditinos, recenseada em 1950, somou 9 300 habitantes, sendo 4 652 homens e 4 648 mulheres; 3 188 brancos; 805 prêtos e 5 291 pardos. Dos recenseados, 16 não prestaram declaração de côr. Dos 5 105 habitantes de 15 anos e mais de idade, 1 765 eram solteiros, 2 959 casados, 375 viúvos e uma mulher desquitada. Seis pessoas não declararam o estado civil. Todos os habitantes eram brasileiros natos. Com respeito ao culto religioso, 9 253 pessoas são católicas romanas; 8, protestantes; e 7, espíritas. Densidade demográfica de 5 habitantes por quilômetro quadrado; 92,1% da população se localizam na zona rural, índice superior à média do Estado. Aproxima-se a população rural pela quantidade, na zona rural: 4 300 homens e 4 249 mulheres. Em relação aos municípios mais populosos, Beneditinos está colocado no 42.° lugar e sua sede no 36.° lugar.

Aglomerações urbanas — A sede do município forma a única aglomeração urbana, com 751 habitantes, de acôrdo com o Censo de 1950, sendo 352 homens e 399 mulheres. Entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 483 homens e 252 mulheres sabem ler e escrever. Conforme o Censo de 1950, o número de analfabetos é o seguinte: homens — 3 362; mulheres — 3 555.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município é a cêra de carnaúba. A agricultura tem produção inferior ao necessário para o consumo anual da população. Esta se dedica também à pecuária. Safra de 1956:

PRODUTOS	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	14 000	3 500 000
Mandioca	Tonelada	4 500	2 250 000
Milho	Saco de 60 kg	12 000	1 800 000
Feijão	» » » »	5 400	1 296 000

Nesse mesmo ano, o município contava 13 800 bovinos, 14 600 suínos, 12 400 ovinos e 11 500 caprinos. O gado é exportado principalmente para Teresina e cidades cearenses.

Limita-se a indústria à extração da cêra de carnaúba, da cal de pedra, da produção de tijolos e telhas de alvenaria, farinha de mandioca e rapadura.

Em 1956, o registro industrial apresentou os seguintes resultados: 125 900 quilos de farinha de mandioca, no valor de Cr$ 439 565,00; 30 950 quilogramas de polvilho de mandioca — Cr$ 154 750,00; 59 128 quilogramas de cêra de carnaúba — Cr$ 2 956 670,00; 11 620 quilogramas de rapadura — Cr$ 69 720,00.

COMÉRCIO — Na sede municipal há 27 estabelecimentos atacadistas e varejistas, mantendo transações comerciais com as cidades de Campo Maior, Teresina e Fortaleza.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — As estradas carroçáveis de Beneditinos ficam interrompidas na estação invernosa. Suas distâncias: para Alto Longá — 36 quilômetros; para Altos — 54 quilômetros; para São Félix do Piauí — 78 quilômetros; para Água Branca — 98 quilômetros. A comunicação com a capital do Estado é feita até Altos por estrada carroçável. Aí alcança a rodovia até Teresina, sendo o percurso total 96 quilômetros. Faz-se ainda pela carroçável que vai à fazenda Lagoa, encontrando nesse local a rodovia BR-52 (Teresina-Petrolina). A cidade de Beneditinos possui uma agência postal-telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Com uma população urbana de 413 pessoas, a cidade de Beneditinos ocupa o 36.° lugar, no Estado. Tem 22 logradouros públicos, iluminação elétrica fornecida pela Prefeitura, com 36 ligações domiciliares, três caminhões de transporte e uma pensão familiar com diária de Cr$ 60,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na cidade há um socorro farmacêutico e um dentista prático, licenciado, que atendem à população do município.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, a população do município, com 5 anos e mais de idade, somava 7 687 habitantes, dos quais 765 sabiam ler e escrever, correspondendo a 10%. Dêsses 765, havia 483 homens e 282 mulheres. Com 5 anos e mais de idade, contavam-se 751 pessoas, na cidade, com 6,3% de homens e 3,7% de mulheres que sabiam ler e escrever.

Ensino — No município há 13 estabelecimentos de ensino primário (fundamental comum): 5 estaduais, 5 municipais e 3 de curso supletivo, com matrícula, em 1956, de 207 homens e 221 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	289 000	380 000	115 000	321 000
1951	—	309 000	394 000	118 000	404 000
1952	—	373 000	144 000	118 000	423 000
1953	—	437 000	172 000	121 000	724 000
1954	—	451 000	627 000	111 000	633 000
1955	—	426 000	728 000	137 000	753 000
1956 (1)	—	...	907 000	182 000	907 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A principal manifestação religiosa do município de Beneditinos reflete-se na festa do padroeiro da cidade, celebrada com novena, de 23 de outubro a 1.° de novembro, em homenagem a São Benedito. A procissão final reúne grande número de fiéis, inclusive das populações dos municípios vizinhos.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Nas proximidades da cidade de Beneditinos encontra-se um sobrado construído todo de pedras, inclusive os caixilhos. Presume-se que seja obra dos Jesuítas, no século XVIII, encontrando-se já mui-

to deteriorada pelo tempo. As inscrições lapidares aí existentes atraem a curiosidade dos estudiosos e cientistas. O edifício fica localizado na mata, numa encosta de pequena elevação.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes de Beneditinos são denominados beneditienses.

BIBLIOGRAFIA — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Beneditinos.

(Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; — Revisão Dr. Celso Barros Coelho, professor do curso secundário, advogado e funcionário autárquico.)

BERTOLÍNIA — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo tradição que vem de séculos, a Virgem Maria teria aparecido no local em que atualmente se encontra a igreja de Nossa Senhora Aparecida.

Em princípios do século XVII, um habitante do município, de nome Bernardo Gonçalves Gomes de Brito, que residia em sua fazenda, Periperi, hoje conhecida por Boa Esperança, desmembrou meia légua de suas terras, doando-a a Nossa Senhora para patrimônio religioso. A escritura encontra-se registrada em livro de notas do cartório de Jerumenha.

Os festejos a Nossa Senhora Aparecida são realizados anualmente no período de 6 a 15 de agôsto, desde muitos anos, e atraem grande número de romeiros que se alojam em barracas provisórias, ali permanecendo durante o período da festa.

Anos depois da caridosa doação a que se aludiu, o tenente-coronel Bertolino Alves e Rocha mandou construir três casas de telhas, incentivando outras edificações e iniciando o progresso do lugar.

Prefeitura Municipal

Igreja de N. S.ª Aparecida

Com o desenvolvimento do povoado, que teve origem na grande afluência de fiéis às festas, voltou-se para êle a atenção dos podêres públicos, sendo criada a paróquia de Nossa Senhora Aparecida por efeito da Lei provincial n.º 419, de 10 de janeiro de 1856. Quatro anos depois, a Lei provincial n.º 502, de 7 de agôsto de 1860, transferia-a para o povoado Manga, às margens do rio Parnaíba, hoje em completa decadência, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, ficando a capela de Aparecida incorporada à Paróquia de Santo Antônio de Jerumenha, até a vigência da Lei provincial n.º 1 053, de 7 de junho de 1882, que a restaurou.

Em 22 de janeiro de 1890, pelo Decreto estadual n.º 11, foi criada a vila e o município de Aparecida, por já contar o povoado com grande número de prédios e considerável população, instalando-se a 11 de agôsto do mesmo ano.

A Lei n.º 154, de 16 de julho de 1897, que reorganizou o sistema judiciário do Estado, anexou o distrito de Aparecida à comarca de Floriano, posteriormente à de Jerumenha, em razão da Lei n.º 244, de 29 de junho de 1900, quando foi restaurada a autonomia judiciária da citada comarca.

Ainda pela Lei n.º 307, de 15 de julho de 1902, voltou o distrito de Aparecida a subordinar-se à comarca de Floriano, em face da extinção da comarca de Jerumenha.

Com a criação da comarca de Uruçuí, pela Lei número 595, de 1.º de agôsto de 1910, o distrito de Aparecida foi transferido da jurisdição da comarca de Floriano para a recém-criada comarca daquele município.

O Decreto n.º 1279, de 26 de junho de 1931, extinguiu o município de Aparecida e anexou-lhe o território ao de Jerumenha, situação que permaneceu até a vigência do Decreto n.º 1575, de 17 de agôsto de 1934, que restaurou a sua autonomia administrativa.

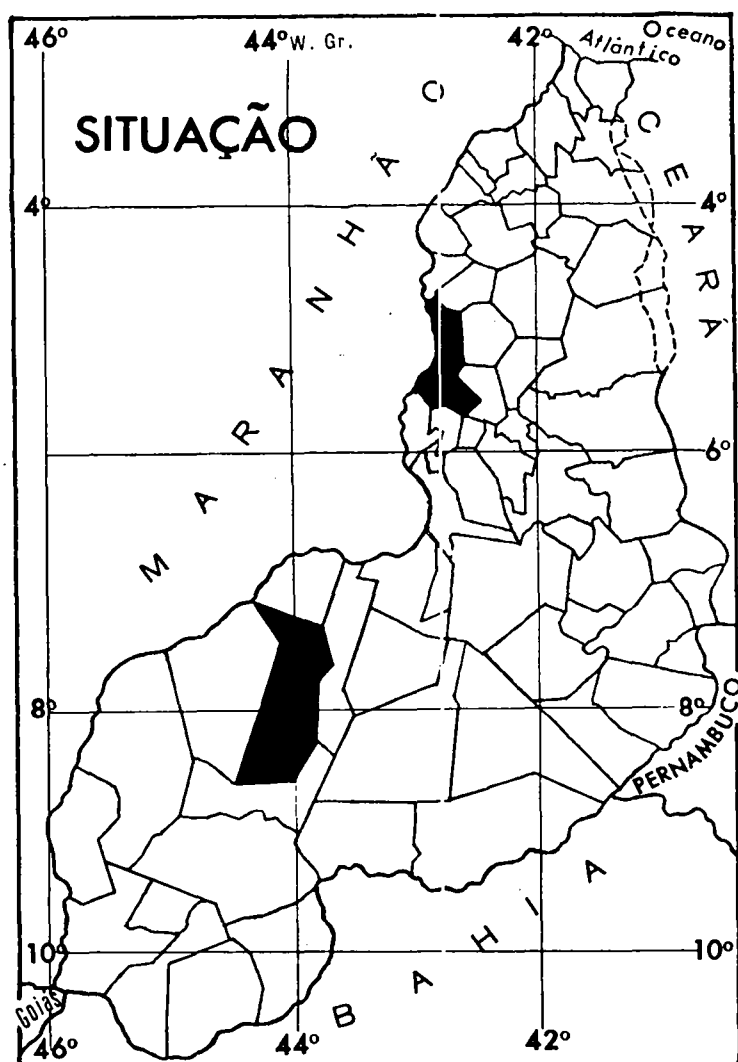
A vila de Aparecida foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto estadual n.º 147, de 15 de agôsto de 1938, e sua inauguração se verificou a 1.º de janeiro de 1939.

Por disposições da legislação federal, relativas à duplicidade de topônimos das cidades e vilas brasileiras, o

município de Aparecida teve o nome mudado para o de Bertolínia, em homenagem ao seu grande benfeitor Bertolino Alves e Rocha.

A agência postal foi instalada em 26 de setembro de 1890, e inaugurada a iluminação pública em 1950.

O município consta atualmente de um distrito e é sede de comarca de 1.ª entrância. A legislatura atual foi instalada no ano de 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Demerval Mendes da Rocha e constituída a Câmara Municipal de 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Está situado o município na Zona Fisiográfica do Alto Parnaíba e limita com o Estado do Maranhão e os municípios piauienses de Guadalupe, Jerumenha, Cristino Castro e Uruçuí. A cidade fica a 465 quilômetros da capital do Estado, por acesso através de estrada carroçável, e a 305 quilômetros em linha reta. As coordenadas geográficas do município são as seguintes: 7°38'23" de latitude Sul e 43°56'37' de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Está a 290 metros a sede municipal.

CLIMA — Ameno. Apresenta algum calor no mês de setembro, nunca, porém, atinge êste intensidade superior às demais localidades do Estado que apresentam temperatura elevada. Média das máximas: 32°; média das mínimas: 25°; média compensada: 27°. O período invernoso está compreendido entre os meses de dezembro e maio.

Escola Agrupada Bertolino Rocha

ÁREA — A área de Bertolínia é de 7 640 quilômetros quadrados, colocando o município como um dos maiores do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Por todo o território do município de Bertolínia existem montes, morros e serras, entre os quais o morro do Pão de Açúcar e as serras Vermelha, da Extrema, do Caldeirão, e de São Lourenço, que são ramificações da grande cordilheira que separa o Piauí dos Estados da Bahia e Goiás, onde nascem os rios Parnaíba e Gurguéia. É banhado pelo rio Gurguéia, em cuja bacia se acha encravado, e por grandes riachos, entre os quais: o Urucu, Irapuá, Buriti Grande, Pracati, Ouro, Inhuma, São José, Campanha, Almécegas, Coqueiro, Água Branca, Remanso, Flôres e Taquair. Nota-se, também, a lagoa de Chôro, muito piscosa.

RIQUEZAS NATURAIS — Carnaúba, babaçu, maniçoba, jatobá, mangabeira e tucum são os principais produtos extrativos vegetais do município. É de importância, igualmente, a argila. Acentuada, também, é a quantidade de antas, caititus, lontras e gambás.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, era de 7 424 o número de habitantes do município, estando êsse total assim composto: 3 581 homens e 3 843 mulheres, sendo de notar que, tanto nos quadros urbanos e suburbanos quanto no rural, o número de mulheres era um pouco superior ao de homens. Nesse contingente, 1 864 eram brancos, 1 979 eram pretos e 3 573, pardos. Das 3 828 pessoas de 15 anos e mais de idade, 1 344 eram solteiras; 2 151, casadas; e 328, viúvas; 6 não declararam o estado conjugal. Havia, na época do Censo em aprêço, apenas 2 estrangeiros. Quanto a religião, notou-se que a quase totalidade da população é católica romana, excetuadas 16 pessoas que se declararam protestantes; 32, sem religião; e 30 sem declaração de credo.

A densidade era de pouco menos de 1 habitante por quilômetro quadrado. É, como se vê, um dos municípios de menor população do Estado. Verifica-se, também, que 92,1% da população se localizavam no quadro rural.

Aglomerações urbanas — O município conta com apenas um núcleo urbano de importância, o da cidade de Bertolínia, com 601 habitantes, de acôrdo com o Censo de 1950. Além do núcleo urbano mencionado, existem os povoados de Irapuá, a 16 quilômetros da sede, com 82 moradias, 1 casa comercial e cêrca de 410 habitantes; Canabrava dos Félix, distante 60 quilômetros, com 45 moradias e cêrca de 225 habitantes. Vale salientar que os totais acima resultaram de estimativa, considerado o número de moradias.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem a sua economia firmada na pecuária, na extração de cêra de carnaúba e no babaçu. Como fontes secundárias apresentam-se a agricultura e o comércio.

Agricultura — Muito embora seja pouco desenvolvida, apresenta-se, para ilustração, a relação dos principais produtos agrícolas do município referentes à safra de 1956:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	5 000	600 000
Mandioca	Tonelada	650	78 000
Cana-de-açúcar	»	600	72 000
Algodão	Arrôba	700	42 000

Pecuária — A atividade pecuária tem significação econômica para o município, que exporta os excedentes bovinos para a capital estadual, Floriano e Araripina (PE). Em dezembro de 1956, contavam-se no município 11 000 bovinos, 8 000 suínos, 3 000 ovinos e 8 000 caprinos.

Indústria — Segundo dados extraídos do Registro Industrial de 1956, verificou-se o seguinte movimento na produção industrial do município: cêra de carnaúba — 6 710 quilogramas, no valor de Cr$ 264 960,00; rapadura — 29 800 quilogramas, no valor de Cr$ 148 150,00; farinha de mandioca — 58 680 quilogramas, no valor de .... Cr$ 117 840,00; aguardente de cana — 3 000 litros, no valor de Cr$ 39 000,00; polvilho de mandioca — 7 165 quilogramas, no valor de Cr$ 28 780,00.

COMÉRCIO — Contam-se no município de Bertolínia 18 estabelecimentos comerciais varejistas, que mantém transações com as praças de Floriano e Recife.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município é servido por estradas carroçáveis apenas, utilizáveis tão-só no período de verão, uma vez que no inverno ficam completamente intransitáveis. Comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Uruçuí — estrada carroçável, 90 quilômetros; Jerumenha — estrada carroçável, 95 quilômetros; Cristino Castro — estrada carroçável, 426 quilômetros; Guadalupe — estrada carroçável, 105 quilômetros; Bom Jesus — estrada carroçável, 462 quilômetros; Ribeiro Gonçalves — estrada carroçável, 190 quilômetros; Floriano — estrada carroçável, 169 quilômetros; Canto do Buriti — estrada carroçável, 359 quilômetros; Capital estadual — 1) estrada carroçável, até Floriano e daí por rodovia, 465 quilômetros; 2) estrada carroçável, até Floriano e daí por via aérea, 192 quilômetros ou por via fluvial, 330 quilômetros.

Há no município uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Bertolínia possui 13 logradouros públicos. É servida de luz elétrica fornecida por usina de propriedade da Prefeitura local, com 44 ligações domiciliares. A diária média da única pensão existente é de Cr$ 50,00. Em 1956, a Prefeitura Municipal registrou 3 veículos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO SANITÁRIA — Estabelecimentos comerciais da sede e do interior do município mantêm seção de venda de medicamentos (socorros farmacêuticos), onde a população adquire remédios.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo de 1950 registrou que, das 6 089 pessoas de 5 anos e mais de idade presentes no município, apenas 961 (505 homens e 456 mulheres) sabiam ler e escrever, excluídas 6 pessoas de instrução não declarada. No campo da alfabetização, Bertolínia ocupava, segundo o Censo em aprêço, o 34.º lugar entre os demais municípios piauienses, com a quota de 15,78%. Exclusivamente na sede do município, o índice de alfabetização atingia 49,50% ou seja, o 19.º lugar, em relação às demais sedes municipais, sendo que o quadro rural, na respectiva relação com o dos outros municípios, ocupava o 35.º lugar na classificação, com a diminuta percentagem de 12,73%. Vê-se, daí, que Bertolínia ocupava posição não muito vantajosa relativamente aos demais municípios do Estado.

Vista parcial da Praça da Bandeira

Ensino — Existem no município 30 escolas de ensino primário fundamental comum, sendo 8 estaduais, 16 municipais e 1 particular, com a matrícula, no ano de 1956 de 907 alunos, dos quais 447 eram do sexo masculino e 460, do feminino, 5 cursos supletivos onde se matricularam, em igual data, 71 alunos, sendo 49 homens e 22 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	—	343 000	32 000	338 000
1951.......	—	—	355 000	41 000	315 000
1952.......	—	—	358 000	32 000	348 000
1953.......	—	—	707 000	41 000	509 000
1954.......	—	—	533 000	46 000	718 000
1955.......	—	—	671 000	61 000	621 000
1956 (1)...	—	—	740 000	51 000	740 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A única festa de cunho religioso e popular que se realiza no município é a consagrada à padroeira, Nossa Senhora Aparecida, no período de 6 a 15 de agôsto. Dos festejos constam novenas, quermesses, leilões, etc. com grande procissão no encerramento. A ela acorrem considerável número de pessoas, vindas de todo o município de Bertolínia, dos municípios vizinhos, e de outros Estados.

VULTOS ILUSTRES — Dos nascidos em Bertolínia, destaca-se o *Dr. Adelmar Soares da Rocha,* médico, general do Exército Brasileiro, ex-Deputado Federal pelo Piauí, Governador do Território do Rio Branco, no Govêrno do Presidente João Café Filho, sócio honorário da Associação Piauiense de Imprensa e sócio efetivo da Associação Brasileira de Imprensa, membro da Academia Piauiense de Letras, Presidente de Honra do Centro Estudantil Piauiense, etc.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos nascidos em Bertolínia dá-se a designação gentílica de bertolinenses.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia História do Piauí" — Pereira da Costa; "Sinopse Estatística do Município de Bertolínia" — CNE — 1948; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — volume III; "Coletânea das Leis e Decretos e Constituição do Piauí" — 1889 a 1908 — DEE do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Bertolínia.

(Elaboração — da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — dr. José de Arimathéa Tito Filho, professor do Colégio Estadual do Piauí, da Escola Normal Antonino Freire e do Colégio São Francisco de Sales).

BOM JESUS — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras habitações de Buritizinho, hoje cidade de Bom Jesus, datam do século XVIII. Assim, é êste município um dos primeiros centros de povoamento do Piauí. No comêço do século seguinte, consoante a tradição, um prêto, cujo nome a história não guardou, fêz uma capela de palha para festejar Bom Jesus da Boa Sentença e doou uma posse de terras para formação do patrimônio. Surgiram então as festividades religiosas que, simples de início, passaram a comemorações de maior vulto, com a grande afluência de romeiros e conseqüente desenvolvimento comercial. Daí a fixação de muitas famílias no lugar e a formação de pequeno núcleo populacional.

Em 1804, já povoado próspero, foi criado um comando militar, para manutenção da ordem na região.

Dado o progresso da localidade, o Conselho Geral da Província, em 1833, solicitou ao Govêrno Imperial de Lisboa a criação da paróquia de Bom Jesus da Boa Sentença, que só foi efetivada em 1838, trocando-se o nome para paróquia de Bom Jesus do Gurguéia. Cinco anos depois, era expedida portaria para execução da resolução — fixação dos limites entre a nova freguesia e a de Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá, da qual fôra desmembrada.

Em 1853, a jurisdição paroquial de Bom Jesus já contava 4 186 habitantes. Pela Resolução n.º 897, de 20 de dezembro de 1855, foi o povoado elevado à categoria de vila com os mesmos limites da paróquia. As solenidades de inauguração, todavia, só se realizaram a 25 de março de 1858.

A comarca de Bom Jesus, criada pela Lei n.º 892, de 15 de junho de 1875, foi extinta em 1902 e restaurada com a Lei n.º 458, de 19 de junho de 1908.

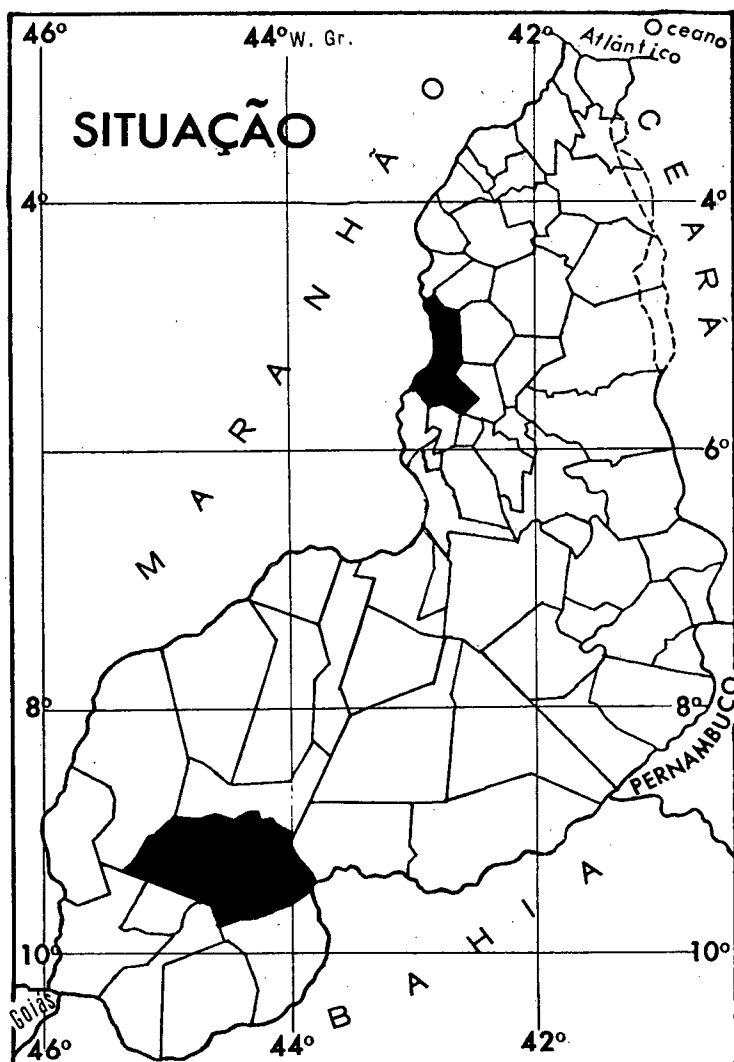
Confiada à Ordem de Nossa Senhora das Mercês, a 20 de julho de 1920, por Sua Santidade o Papa Bento XV, foi criada a Prelazia de Bom Jesus do Gurguéia, até então subordinada à Província Eclesiástica do Maranhão, desmembrada da Diocese do Piauí, sediada em Teresina. O seu primeiro bispo foi D. Frei Pedro Pascoal Miguel, que assumiu suas altas funções eclesiásticas a 29 de junho de 1922, na cidade de São Raimundo Nonato, para onde se transferiu a sede da Prelazia em caráter provisório. Apesar dessa condição, ainda permanece em São Raimundo Nonato a sede da Prelazia em aprêço.

Pelo Decreto estadual n.º 147, de 15 de dezembro de 1938, Bom Jesus foi elevado à categoria de cidade, cuja instalação se verificou em 1.º de janeiro de 1939.

Segundo a divisão administrativa vigente em 31 de dezembro de 1956, o município é formado apenas de um distrito — o do mesmo nome, e é sede de comarca de 2.ª entrância.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o coronel Joaquim Ferreira da Silva, o qual se encontra em exercício. A Câmara Municipal de Bom Jesus compõe-se de 7 vereadores.

Prefeitura Municipal

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Bom Jesus está situada à margem esquerda do rio Gurguéia, no extremo sul do Estado, a 638 quilômetros da capital estadual, sendo 467 quilômetros em linha reta. Limita com os municípios de Cristino Castro, Caracol, Estado da Bahia, Curimatá, Corrente, Monte Alegre do Piauí, Gilbués e Ribeiro Gonçalves. Pertence à Zona Fisiográfica do Alto Parnaíba. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 9°04'13" de latitude Sul e 44°21'28" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 260 metros, que se considera elevada entre as sedes municipais do Estado.

CLIMA — O clima é bom e temperado. Inverno: de dezembro a maio. Verão: de junho a novembro.

ÁREA — Era o município de maior área terrestre do Estado na data do Censo de 1950, e um dos municípios piauienses de mais fraca densidade de população. De 10 503 quilômetros quadrados é a sua área.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Como acidentes geográficos do município, encontram-se várias serras das quais citamos, por serem mais importantes, as de Uruçuí, Semitumba, Quilombo e Pontal. Inúmeros rios banham o território, sendo principais: Gurguéia e Uruçuí. Existe grande número de riachos que correm abundantemente.

RIQUEZAS NATURAIS — Maniçoba, mangabeira, buriti, madeiras são as principais riquezas extrativas vegetais; peixe, caititu, capivara, anta e peles silvestres representam as riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população de Bom Jesus, segundo o Recenseamento de 1950, era de 15 241 habitantes e tinha a seguinte composição: homens, 7 441; mulheres, 7 800. Do total mencionado, 2 077 eram brancos; 2 293, pretos; e 10 749, pardos. Dos 8 224 habitantes de 15 anos e mais de idade, 3 073 eram solteiros; 4 296, casados; 765, viúvos; e 4, desquitados. Das pessoas recenseadas, 86 não declararam o estado civil. Em religião, predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 15 165, sendo 7 394, homens e 7 771, mulheres. A densidade era de 0,897 habitantes por quilômetro quadrado. Essa densidade refere-se à época do Recenseamento de 1950, antes de o município sofrer desmembramento do seu território. Localizam-se 94,1% da população no quadro rural, superando, destarte, a média do Estado, que é de 83,6%. Há equilíbrio entre o índice de homens e o de mulheres na população rural do município que, discriminada por sexo, oferecem os seguintes números: 7 050 homens e 7 301 mulheres. Situa-se em 29.° lugar, em relação aos municípios mais populosos do Estado. A cidade, no entanto, ocupa o 33.° lugar, sendo uma das que apresenta pequeno índice de população.

Aglomerações urbanas — As aglomerações *urbanas do* município de Bom Jesus estão representadas por 5 núcleos, assim discriminados: cidade de Bom Jesus, com 890 habitantes, sendo 391 homens e 499 mulheres. Do total indicado, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 146 homens e 186 mulheres sabiam ler e escrever, conforme os dados do Censo de 1950; povoado Currais, com 68 moradias e cêrca de 420 habitantes; povoado Redenção, com 64 moradias e 300 habitantes, aproximadamente; povoado Barra Verde, com 20 moradias e 90 habitantes e povoado Santa Cruz com 33 moradias e cêrca de 200 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem sua economia assentada na pecuária e na agricultura.

Agricultura — Pôsto que o município produz em quantidade apreciável arroz, milho e algodão, a agricultura não

Igreja-Matriz

Ginásio Odilon Parente

é muito desenvolvida, embora haja possibilidade de melhora. A dificuldade de transporte e os processos rudimentares de cultivo podem ser apontados como algumas das causas do pouco incremento da lavoura de Bom Jesus. Exporta gêneros para a Bahia e Pernambuco.

Êstes os principais produtos da safra municipal de 1956:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	48 600	7 290 000
Milho	» » » »	30 000	1 350 000
Feijão	» » » »	5 100	784 000
Mandioca	Tonelada	3 800	380 000
Algodão	Arrôba	1 500	60 000

Pecuária — Pode-se admitir que a sua economia se baseia na pecuária, dada a vasta extensão de terras férteis, encravadas no vale do rio Gurguéia, ùltimamente utilizadas como pastagens especiais. Por causa da valorização do gado, há preocupação de melhorar os rebanhos com a importação de animais de raça.

O número de cabeças de gado existentes no município é o seguinte: 16 000 bovinos, 13 000 suínos, 8 200 ovinos e 9 500 caprinos. Teresina e os Estados do Ceará e Pernambuco são os principais centros compradores de rebanho do município.

Indústria — Em 1956 o parque industrial de Bom Jesus foi representado por pequenas produções, como se pode ver a seguir: Aguardente de cana — 43 000 litros, valendo Cr$ 258 000,00; rapadura — 103 170 quilogramas, no valor de Cr$ 319 510,00 e farinha de mandioca — 39 000 quilogramas, no valor de Cr$ 54 600,00

COMÉRCIO — O comércio de Bom Jesus mantém transações com as praças de Floriano, Estados da Bahia e Pernambuco. O município possui 4 estabelecimentos atacadistas, que também fazem o comércio a retalho, 4 varejistas e 1 estabelecimento industrial ocupando mais de cinco operários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Conta o município de Bom Jesus com precárias estradas carroçáveis que o ligam aos municípios vizinhos e à capital do Estado: Cristino Castro — estrada carroçável, 36 quilômetros. Floriano — estrada carroçável, 360 quilômetros. Monte Alegre do Piauí — estrada carroçável, 180 quilômetros. Gilbués — estrada carroçável, 192 quilômetros. Corrente — estrada carroçável, 276 quilômetros. Jerumenha — estrada carroçável, 300 quilômetros. Caracol — estrada carroçável, 180 quilômetros. Capital estadual — estrada carroçável, até Floriano, e daí por rodovia, 625 quilômetros. Misto — estrada carroçável, até Floriano, 360 quilômetros e daí por via aérea, 192 quilômetros ou fluvial, 330 quilômetros. Há um campo de pouso.

Funciona na sede do município uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Segundo o Censo de 1950, a cidade de Bom Jesus, sendo a 33.ª em população no Piauí, conta com 18 logradouros públicos. É servida de luz elétrica, com 40 ligações domiciliares. Existe 1 pensão na sede municipal, cobrando a diária média de Cr$ 40,00. Há 1 jipe e um caminhão registrados na Prefeitura Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária à população local: 1 Pôsto de Higiene, 1 médico, 1 farmácia, 1 dentista e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — Constatou o Recenseamento Geral de 1950 a existência de 12 618 pessoas de 5 anos e mais de idade, sendo que 1 643, ou seja, 13%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 240 eram homens e 703, mulheres. Na sede municipal, das 766 pessoas de 5 anos e mais de idade, 332 sabiam ler e escrever, sendo 146 homens e 186 mulheres. Bom Jesus colocou-se em 43.º lugar no conjunto dos municípios piauienses no que se refere à alfabetização de sua população de 5 anos e mais de idade, apresentando a quota de 13,02%, ao passo que a cidade obteve melhor colocação ocupando o 33.º lugar, com a percentagem de 43,34% em relação aos demais do Estado. Na zona rural, a percentagem de alfabetização dos habitantes foi de 11,06%, figurando em 38.º lugar.

Ensino — Funcionaram, em 1956, na cidade e no resto do município, 19 unidades de ensino fundamental comum, assim discriminadas: 6 estaduais, 10 municipais e 3 cursos supletivos, com a matrícula de 592 alunos, dos quais 281 eram homens e 311, mulheres.

Pôsto de Higiene

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951.......	—	165 154	670 086	77 000	667 075
1952.......	—	144 161	461 901	69 000	417 047
1953.......	—	150 563	890 533	65 000	789 531
1954.......	—	196 210	791 978	38 000	759 669
1955.......	—	324 015	846 455	79 000	505 150
1956 (1)....	—	...	815 000	72 950	815 850

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais solenidades religiosas que se realizam no município são três: a primeira, em homenagem ao Senhor Bom Jesus da Boa Sentença, a 1.º de janeiro; a segunda, em maio, mês de Maria; e a terceira, a 8 de dezembro, em comemoração à Imaculada Conceição. Todos os festejos são encerrados com imponente procissão. No interior: no povoado Currais, em 10 de agôsto, festeja-se a Bom Jesus da Lapa; no povoado Barra Verde, a 15 de agôsto, homenageia-se a Nossa Senhora da Aparecida; no povoado Redenção, a 20 de agôsto, festeja-se a Nossa Senhora das Mercês e no povoado Santa Cruz, em outubro, a São Francisco.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — "Bonjesuenses" é o gentílico dado aos nascidos no município.

BIBLIOGRAFIA — "O Piauí no Centenário de sua Independência" — volume III; "Monografia do município" — Conselho Nacional de Estatística — 1957; Arquivo do D E E; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Bom Jesus; Monografias Estatístico-Descritivas Municipais.

(Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S/A — Agência de Teresina e Agerte do I.A.P.B.).

BURITI DOS LOPES — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

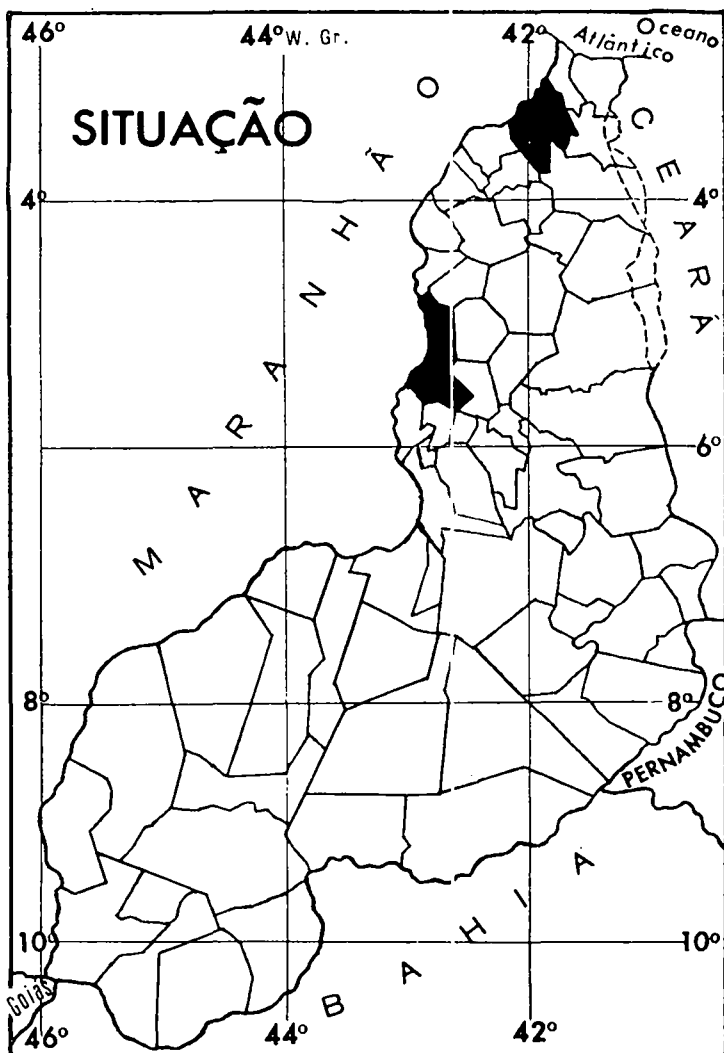
HISTÓRICO — A primitiva povoação, onde se encontra situada a atual cidade de Buriti dos Lopes, foi fundada há cêrca de 200 anos pelo português Francisco Lopes, seu primeiro habitante, o qual, ali chegando, se estabelecera às margens do riacho Buriti, nome que lhe foi dado em decorrência dos buritizais nativos ali existentes. Completou o topônimo o sobrenome (Lopes) do seu fundador. Francisco Lopes, querendo aproveitar a corrente do riacho e desenvolver naturalmente o plantio do arroz e outros cereais, mandou vir de Portugal pedras de cantaria para montagem de monjolo, as quais ainda ali se encontram, apresentando indícios de nunca terem sido utilizadas. Após o desaparecimento de Francisco Lopes, sucedeu-lhe na direção do povoado seu descendente Ângelo Antônio Lopes, que sempre mereceu estima dos habitantes do lugar, morrendo em 1839, assassinado pelos rebeldes balaios. Contava 90 anos de idade quando foi morto na Fazenda Tinguis, de sua propriedade. Atacado de surprêsa quando trabalhava numa farinhada, não teve tempo de reagir, morrendo abraçado a um crucifixo. Em virtude da morte de Ângelo Lopes, verificou-se pronta reação da parte do povo e das autoridades, pois, no dia 31 de janeiro do mesmo ano, uma fôrça mista de cavalaria e infantaria, sob o comando do Prefeito de Parnaíba, tenente-coronel José Francisco de Miranda Osório, atacou sùbitamente o grupo dos balaios que se encontrava estacionado no lugar denominado Barra do Longá, o qual, depois de fraca resistência, debandou desordenadamente, deixando em poder dos legalistas 18 prisioneiros, 6 mortos, 1 ferido, 20 cavalgaduras, 21 armas e tôda a sua bagagem. Como medida contra quaisquer outras investidas dos rebeldes a Buriti dos Lopes, ficou estacionada em sua sede uma fôrça sob o comando do capitão Mariano Castelo Branco, até o fim da Guerra dos Balaios. Foi contemporâneo de Ângelo Lopes, na direção do povoado, seu parente, o alferes José Lopes da Cruz, que fundou e construiu a capela de Nossa Senhora dos Remédios, hoje Matriz da Paróquia. Com o falecimento dêstes, assumiu a direção do povoado Luiz José Demétrio, neto de José Lopes, que nasceu em 1783 e morreu em 27 de julho de 1866, sendo substituído por seus filhos Francisco Demétrio Castelo Branco, Epaminondas Demétrio Castelo Branco e também pelo coronel Manoel Rodrigues de Sampaio e capitão Mariano Lucas Leódido.

O nome de Buriti dos Lopes conservou-se até 27 de junho de 1907, quando a Lei estadual n.º 428 mudou-o para o de Vila do Baixo Longá, voltando novamente o primitivo topônimo, Buriti dos Lopes, por fôrça da Lei n.º 641, de 13 de julho de 1911. O povoado havia sido elevado à categoria de vila pela Resolução estadual n.º 15, de 2 de agôsto de 1890, do então Governador da Província, Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá. A Lei estadual n.º 205, de 30 de junho de 1899, alterou os antigos limites entre Buriti dos Lopes e Parnaíba, estabelecendo uma nova linha tirada do riacho Rebentão, casa de Manoel Mendes à Fazenda Cadoz e, desta, uma reta à Fazenda Mocambo, passando pelo Espírito Santo de Cima. Ainda pela referida Lei número 428, de 27 de junho de 1907, foi criada a comarca de Buriti dos Lopes e a ela anexado o distrito judiciário de Pôrto Alegre (atual Luzilândia), o qual ficou assim desmembrado da comarca de Barras, a que pertencia, e, por Lei estadual n.º 595, de 1.º de agôsto de 1910, foi suprimida a comarca, passando o município de Buriti dos Lopes a pertencer novamente à comarca de Parnaíba. Sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios, a Lei provincial n.º 533, de 13 de junho de 1864, criou a paróquia de Buriti dos Lopes que foi canônicamente inaugurada por Provisão do Bispo Diocesano D. Frei Luís da Conceição Saraiva, expedida em 16 de agôsto de 1864 e instalada pelo seu primeiro pároco, Padre José Raimundo Pereira de Freitas, nomeado por Provisão de 16 de setembro do mesmo ano. Por Decreto n.º 1279, de 26 de junho de 1931, foi extinto o município de Buriti dos Lopes, ficando o seu território anexado ao de Parnaíba, até 4 de setembro de 1933, quando o Decreto n.º 1478 restaurou sua autonomia administrativa. A vila foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto estadual n.º 147, de 31 de dezembro de 1938, conseqüente do Decreto federal n.º 311, de 2 de março do mesmo ano, que deu normas gerais sôbre a nova organização geral do País, inclusive a de serem elevadas a foros de cidade tôdas as sedes municipais de categoria inferior.

A agência postal foi instalada a 4 de outubro de 1844; a estação telefônica a 25 de março de 1923 e a iluminação elétrica no ano de 1950.

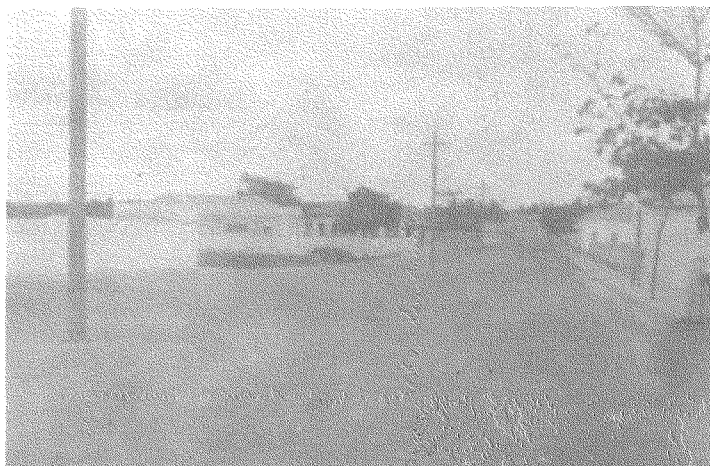
O município consta atualmente de um único distrito. É sede de comarca de 2.ª entrância.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido empossado no cargo de Prefeito o Sr. Raimundo Justino da Silva, e constituída a Câmara Municipal com sete vereadores. Tomou posse, no cargo de vice-Prefeito, também na mesma época, o Sr. Francisco das Chagas Val.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Buriti dos Lopes está situada no traçado da Rodovia BR-23 (João Pessoa—Luís Correia), federal a 372 quilômetros da capital do Estado e, em linha reta, a 235 quilômetros. Pertence à Zona Fisiográfica do Litoral. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 3°10'29" de latitude Sul e 41° 52' 31" de longitude W. Gr. Limita-se com os municípios de Parnaíba, Cocal, Piracuruca, Batalha, Esperantina, Luzilândia e Estado do Maranhão.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 23 metros.

CLIMA — Saudável, com as seguintes temperaturas em graus centígrados: média das máximas 33; média das mínimas 28; média compensada 30.

ÁREA — A área do município é de 2 543 quilômetros quadrados, o que lhe permite colocar-se entre os de mediana extensão do Estado.

Avenida Presidente Vargas

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Destaca-se o rio Longá, que corta todo o município, de sul para norte, atravessa a lagoa Grande do Buriti e vai desaguar no rio Parnaíba, no povoado Barra do Longá. A comuna é cortada também pelo rio Pirangi, que nasce na Serra Grande, no Estado do Ceará. Registra-se, outrossim, como acidente geográfico de importância, o rio Parnaíba, que lhe serve de limite com o Estado do Maranhão. Sobressaem ainda, entre outros, os seguintes acidentes: os riachos Caldeirão, Gavião e Sucuriú; pico dos Morcegos, gruta de São Cosme, cachoeira do Pirangi e ilha Bôca da Lagoa, bem assim as lagoas a seguir enumeradas: Grande do Buriti, com uma circunferência de cêrca de 35 quilômetros, de grande importância econômica para o município, situando-se à sua margem esquerda, numa distância de dois quilômetros, mais ou menos, a sede municipal; Sêca; do Emparedado e do Meio.

RIQUEZAS NATURAIS — Principais riquezas naturais: carnaubais, cuja cêra extraída representa a base econômica do município; matas para extração de lenha; barro (argila) para fabricação de telhas e tijolos, registrando-se ainda a existência de minas de pedra calcária que, como as demais riquezas mencionadas, se encontram em exploração. São encontrados ainda, no município, gatos, veados, tatupebas e peixes.

POPULAÇÃO — O Recenseamento geral de 1950 registrou no município de Buriti dos Lopes 26 829 habitantes, com a seguinte composição: 13 911 homens e 12 918 mulheres; 9 259 brancos; 5 021 pretos; 12 435 pardos e 114 sem declaração de côr. Dos 14 125 habitantes de 15 anos e mais de idade, 5 101 eram solteiros, 7 999 casados, 3 desquitados e 927 viúvos. Não declararam estado civil 95 pessoas. Em religião, predominaram os católicos apostólicos romanos em número de 26 697. As outras religiões possuem adeptos em pequena escala, registrando-se apenas 21 que professavam o protestantismo e 1 que abraçava o espiritismo. Quatro se declararam sem religião e 106 não fizeram declaração do credo professado. A densidade demográfica era de 10,55 habitantes por quilômetro quadrado, localizando-se 98,1% da população do município no quadro rural. Colocou-se em 12.° lugar, em relação aos municípios mais populosos do Estado. A cidade, ao contrário, encontra-se em plano muito baixo em comparação com as demais, pois ocupou o 42.° lugar.

Prefeitura Municipal

Aglomerações urbanas — São 6 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Buriti dos Lopes, com 578 habitantes, sendo 248 homens e 330, mulheres. Dêsse total, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 137 homens e 171 mulheres sabiam ler e escrever, ao passo que 74 homens e 116 mulheres não eram alfabetizados, conforme dados do Censo de 1950; e os povoados de Barra do Longá, com 54 moradias e população de 340 habitantes; Caxingó com 58 casas e população de 270 habitantes; Porteirinhas com 133 casas e 290 habitantes; Coroa de São Remígio, com 61 habitações e 556 pessoas; Rosário, com 48 moradias e 340 habitantes, e São Pedro, com 50 residências e 265 habitantes, aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do município é a extração da cêra de carnaúba. Em escala menor, destacam-se as culturas de algodão e de cereais. Relativamente à agricultura, os principais produtos agrícolas de Buriti dos Lopes, da safra de 1956, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	11 250	1 687 000
Feijão	» » »	10 800	3 780 000
Mandioca	Tonelada	3 800	456 000

O principal mercado comprador dos produtos agrícolas do município é a vizinha cidade de Parnaíba, além de alguns municípios do Estado do Ceará.

Pecuária — A pecuária não é atividade predominante na economia do município, todavia contavam-se, em 1956, os seguintes efetivos: 22 000 bovinos; 35 000 suínos; 11 000 ovinos e 24 000 caprinos. As vendas são feitas quase exclusivamente à vizinha cidade de Parnaíba.

Indústria — Destaca-se como atividade fundamental à economia do município, neste setor, a extração da cêra de carnaúba, cuja produção, no ano de 1956, elevou-se a ...... 195 093 quilogramas, no valor de Cr$ 11 291 935,00, vindo em seguida a farinha de mandioca com 490 050 quilogramas, no valor de Cr$ 980 900,00; o polvilho de mandioca com 59 910 quilogramas, no valor de Cr$ 180 030,00 e a aguardente de cana com 26 908 litros, valendo .... Cr$ 242 172,00.

COMÉRCIO — O comércio do município de Buriti dos Lopes conta com 40 estabelecimentos varejistas, e mantém transações com as praças de Parnaíba e Fortaleza.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Buriti dos Lopes é servido por excelente estrada de rodagem, ligando-o diretamente à Parnaíba e Piracuruca. Via Piracuruca, liga-se a Piripiri, Campo Maior, Altos e Teresina. As estradas carroçáveis, que o ligam às comunas vizinhas, tornam-se intransitáveis na época do inverno. Buriti dos Lopes comunica-se com os municípios vizinhos e a capital do Estado pelas seguintes vias de comunicação: Parnaíba — rodovia, 37 quilômetros; Piracuruca — rodovia, 108 quilômetros; Cocal — rodovia, 35 quilômetros; Luzilândia — estrada carroçável, 108 quilômetros; Esperantina — estrada carroçável, 128 quilômetros; Batalha — estrada carroçável, via Esperantina, 164 quilômetros; Capital estadual — rodovia, via Piracuruca, Piripiri, Campo Maior e Altos, 372 quilômetros.

Na cidade funciona uma Agência Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A pavimentação da cidade foi iniciada em 1956 e já existe uma área de 25 000 metros quadrados de calçamento (pedra irregular), correspondente

Igreja de N. S.ª dos Remédios

a 13 ruas. Eram 145 ligações elétricas domiciliares em 1956, e o fornecimento de luz elétrica está a cargo da Prefeitura. A única pensão existente, cobra Cr$ 60,00 por diária. O número de veículos registrados na Prefeitura Municipal, em 1956, era de 3 caminhões. Há 1 advogado no exercício da profissão. Os edifícios mais importantes são: Pôsto de Saúde Municipal, Igreja e Prefeitura.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária à população local: O Pôsto de Saúde Municipal, cujos trabalhos estão sob a responsabilidade de um médico residente na vizinha cidade de Parnaíba, e que, uma vez por semana, se encontra em Buriti dos Lopes, a fim de atender aos necessitados; 1 pequeno socorro farmacêutico e 1 Pôsto de Saúde mantido pela Sociedade de São Vicente de Paulo.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 registrou a existência de 21 772 pessoas com 5 anos e mais de idade. Dêsse total, 4 175, ou seja, 19,2% da população presente, sabiam ler e escrever. Havia 2 519 homens e 1 656 mulheres. Na sede municipal, das 498 pessoas de 5 anos e mais de idade, 308 eram alfabetizadas, sendo 137 homens e 171 mulheres. Relativamente à alfabetização dos seus habitantes, Buriti dos Lopes colocou-se em 23.º lugar no conjunto dos municípios piauienses, apresentando a quota de 19,18%, conforme assinalou o Censo de 1950. A cidade, no entanto, obteve colocação expressiva, uma vez que, figurando em 3.º lugar, como se pode observar pela relação abaixo, superou de muito a própria capital do Estado.

Corrente	64,72
Castelo do Piauí	62,84
BURITI DOS LOPES	61,85

A percentagem de alfabetização dos habitantes da zona rural apresentava a quota de 18,18%, o que colocou o município em posição privilegiada entre os melhores classificados, pois obteve o 15.º lugar.

Ensino — Em 1956, funcionaram, na cidade e no resto do município, 51 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 2 137 alunos. Das escolas existentes, 8 são manitdas pelo Govêrno do Estado e 32 pelo município. Há 8 cursos supletivos e 3 particulares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	987 000	473 000	260 000	580 000
1951.......	—	1 161 000	553 000	304 000	492 000
1952.......	—	655 000	677 000	367 000	758 000
1953.......	—	944 000	857 000	360 000	942 000
1954.......	—	1 072 000	1 004 000	527 000	1 002 000
1955.......	—	1 698 000	1 067 000	550 000	1 068 000
1956 (1)....	—	...	1 293 000	...	1 375 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — O principal festejo popular é o de Nossa Senhora dos Remédios, padroeira da cidade. Inicia-se com novenas e termina com uma procissão a que comparece grande número de fiéis.

VULTOS ILUSTRES — Entre os filhos ilustres de Buriti dos Lopes, citam-se: Luís Lucas Castelo Branco, que foi Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro e Santos; Gervásio Pires de Sampaio, Contra-almirante da Marinha Brasileira; e Manoel Castelo Branco, atual Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Vista de uma residência moderna da cidade

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Na sede municipal existe o Pôsto de Saúde São Vicente de Paula, mantido pela Sociedade de São Vicente de Paula, o qual se destina exclusivamente aos membros da referida sociedade, bem assim, o Ambulatório de P. dos Pescadores que atende os pescadores colonizados e suas famílias, por intermédio de um médico que, em dia determinado, vem da vizinha cidade de Parnaíba.

Nos limites de Buriti dos Lopes com Esperantina existe a denominada Cachoeira do Urubu, formada pelo rio Longá, sendo que sua maior extensão fica em território buritiense. Há uma lagoa denominada São Domingos ou lagoa Grande do Buriti, cortada pelo rio Longá, que deságua no rio Parnaíba, e mede 35 quilômetros de circunferência, a qual dista da sede municipal cêrca de dois quilômetros. A igreja de Nossa Senhora dos Remédios pode ser considerada monumento histórico, pois sua construção data de 1760. Os habitantes do lugar recebem o nome de buritienses.

BIBLIOGRAFIA — "Estudo de Estatística Teórica e Aplicada" — Estatística Cultural n.º 5 — 3.ª série — Conselho Nacional de Estatística — I B G E — 1953; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — III volume — Papelaria Piauiense — 1923; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Buriti dos Lopes; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística.

(Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S/A — Agência de Teresina e Agente do I.A.P.B.).

CAMPO MAIOR — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Remonta ao século XVII o início do povoamento da então freguesia de Santo Antônio do Surubim, hoje cidade de Campo Maior, com o estabelecimento de algumas fazendas de gado pelo fidalgo português D. Francisco da Cunha Castelo Branco, irmão do conde

Prefeitura Municipal

de Pombeiro, o qual, por volta do ano de 1693, segundo Pereira da Costa, chegou ao Maranhão com tôda a sua família, demorando-se ali por alguns anos, para mais tarde transferir-se para o Piauí, onde fixou residência. Não há dados que comprovem a data da criação da freguesia de Campo Maior. O que se pode afirmar com segurança é que a primeira freguesia criada no Piauí foi a de Oeiras, pelo Bispo diocesano de Pernambuco, D. Frei Francisco de Lima, em 1696, quando foi desmembrada da de Cabrobó, em Pernambuco, a cuja circunscrição territorial pertencia o Piauí, e que da carta dirigida em 1723 pelo cabido da catedral de Olinda ao Governador de Pernambuco, D. Manoel Rolim de Moura, para ser presente à Academia Real da História Portuguêsa, em Lisboa, consta ainda que, então, as três únicas freguesias do Piauí, Oeiras, Piracuruca e Longá, hoje Campo Maior, são designadas como pertencendo a Pernambuco, por onde se conclui ter sido ela criada entre os anos de 1696 a 1723, visto como, em 1713, Campo Maior já gozava dessa categoria, uma vez que, nesse ano, o Governador do Maranhão, D. Cristóvão da Costa Freire, nomeou Manoel Carvalho de Almeida, residente na freguesia de Santo Antônio do Surubim, em Campo Maior, para exercer o cargo de comissário-geral de cavalaria. Nada consta também de positivo sôbre a data de seu desmembramento espiritual do Bispado de Pernambuco. Sabe-se apenas que o Piauí foi incorporado ao Bispado do Maranhão por um ato régio de D. João V. Tem-se notícia ainda de que em 1738 foi eleito e confirmado Bispo do Maranhão D. Frei Manoel da Cruz e que o desmembramento se deu no tempo do seu Episcopado, visto que em 1742 já exercia êle atos de jurisdição eclesiástica no Piauí, porquanto por Provisão de 27 de novembro do referido ano, estando de visita pastoral no Piauí, em sua passagem pela freguesia de Santo Antônio do Surubim, hoje Campo Maior, erigiu a freguesia de Nossa Senhora do Destêrro do Poti ou Rancho dos Patos, hoje Castelo do Piauí. Não se tem notícia da data exata em que foi criado o distrito da povoação de Santo Antônio do Surubim, admitindo-se data anterior a 1757, considerando-se as nomeações de tabelião público e juiz de órfãos, referidas por Pereira da Costa em sua "Cronologia Histórica do Estado do Piauí", as quais se teriam efetivado nos dias 3 de março e 3 de abril, do ano de 1761, e recaído nas pessoas de Manoel Rodrigues dos Santos e Manoel Simões do Vale, respectivamente. Em virtude de Carta-régia datada de 19 de junho de 1761, a freguesia de Santo Antônio do Surubim elevou-se à categoria de vila e município com o nome de Campo Maior, topônimo que lhe deu o próprio governador da capitania, João Pereira Caldas, "em virtude dos belos e extensos campos de mimosos que possui, ornados de grandes carnaubais" (Pereira da Costa). O ato de instalação da vila verificou-se no dia 8 de agôsto de 1762, pelo Governador João Pereira Caldas, com a assistência do conselheiro ultramarino, Francisco Marcelino de Gouveia e do Ouvidor-Geral do Piauí, Luiz José Duarte Freire e várias pessoas gradas, levantando-se em seguida o pelourinho da vila, que ficou plantado no pátio da matriz, o qual constava de um pilar quadrado sôbre degraus de pedra, em cujo local se conservou até 1844, quando foi retirado em virtude de desmoronamento parcial, ocasionado pelas intempéries. No dia 11 do mesmo mês, procedeu-se à eleição dos membros do Senado da Câmara da vila, que ficou assim composta: Antônio de Sousa Carvalho, Juiz ordinário e Presidente; João Peres Nunes e José da Cunha Freire, vereadores; e Bernardo da Cunha Fontes, Procurador, os quais foram empossados no dia seguinte. Por ocasião da execução do Código de Processo Criminal, em 1833, a vila de Campo Maior passou a jurisdição da comarca de Parnaíba, até o advento da Lei provincial n.º 30, de 20 de agôsto de 1836, que dividiu a província em cinco comarcas, sediando uma delas em Campo Maior, categoria a que se elevou a vila, sendo-lhe anexado o têrmo da vila do Poti, hoje Teresina, capital do Estado.

Tornou-se evidente o progresso de Campo Maior, tanto que, em 1885, em suas "Notícias Sôbre as Comarcas do Piauí", Pereira da Costa dizia o seguinte a respeito da vila:

Praça Bona Primo

Igreja-Matriz de Santo Antônio

"As suas ruas são de um traçado irregular mas espaçoso e formadas de casario de boa edificação, em geral.

"No centro da vila, nota-se uma bela praça de 200 metros quadrados, na qual está situada a Igreja-Matriz. Além dêste edifício, conta a vila mais o seguinte: a igreja de Nossa Senhora do Rosário, ainda em construção, a casa da Câmara, a cadeia, o mercado e o cemitério da irmandade de Santo Antônio". A respeito désse pronunciamento de Pereira da Costa, comenta Apolinário Monteiro, em trabalho inserido no volume III de "O Piauí no Centenário de sua Independência": — "Pereira da Costa, naturalmente, confundiu 200 metros quadrados com 200 metros em quadro. Só assim se poderá explicar de haver dado à praça a que se refere a área de 200 metros quadrados, quando tem ela, mais ou menos, uma superfície de 200 metros em quadro e conseguintemente de 40 000 metros quadrados"

Em face do elevado grau de prosperidade por que passava a vila de Campo Maior, foi-lhe outorgada a categoria de cidade pelo Decreto estadual n.º 1, de 28 de dezembro de 1889, do primeiro Governador republicano do Estado, general Gregório Taumaturgo de Azevedo. A comarca de Campo Maior foi extinta pela Lei n.º 27, de 12 de dezembro de 1893, passando o seu território a ser têrmo de União, até a vigência da Lei n.º 85, de 12 de junho de 1896, que lhe devolveu a autonomia.

Campo Maior foi palco de sangrenta batalha, travada às margens do rio Jenipapo, no dia 13 de março de 1823, entre as fôrças do Governador das Armas do Piauí, major João José da Cunha Fidié, e os independentes de Campo Maior, por ocasião do movimento separatista do Piauí. Apolinário Monteiro, na obra já citada, descreve a batalha do Jenipapo com todos os pormenores que a antecederam, como segue: "Não cabe, está claro, no corpo dêste trabalho, a narração completa de todos os episódios do patriótico movimento separatista, pelo qual libertou-se o Brasil do jugo da vetusta Lusitânia. Nem é êste o propósito do seu autor, tanto mais quando tem êle perfeita consciência da sua já profusa divulgação.

Alguns, contudo, forçosamente, terão de figurar aqui, em virtude da direta e íntima ligação que têm com outros, que se referem a Campo Maior e dos quais êstes se originaram.

Isolar Campo Maior, neste movimento, isto é, tratar exclusivamente da parte que nêle lhe coube, importaria em quebrar muitos elos da narrativa histórica em prejuízo desta. Serei, entretanto, o mais conciso que puder.

"O que foi essa célebre e gloriosa jornada — indubitàvelmente decisiva — que, para o seu brilhante triunfo tomou nêle Campo Maior, com relação ao Piauí, é o que se vai ver nos fatos, que se vão seguir.

"Com data de 24 de fevereiro de 1821 foi expedido em Lisboa um "decreto aprovando a Constituição portuguêsa, recebido em Oeiras no dia 4 de maio.

"No dia 6 do mesmo mês "O brigadeiro Manoel de Sousa Martins, depois Visconde da Parnaíba, e o capitão Manoel Pimenta de Sampaio, comandante da fôrça de guarnição da cidade, dirigem-se ao palácio do Govêrno pelas onze horas da manhã — e denunciam que, às ocultas, alguém trama uma revolução para mudar a ordem política da província sob o falso pretexto de se jurar logo a Constituição, afirmando-se que o Govêrno interceptara cartas dirigidas à Câmara pelo Ministério e ocultava ordens recebidas de Lisboa; — acusações de que o Governador se justificou, mostrando a correspondência recebida e francamente dizendo que aguardava ordens positivas para ulterior procedimento. Entretanto, em face do Decreto de 7 de março, publicado em um jornal de Lisboa, resolveu logo designar o dia seguinte para a cerimônia solene do juramento da Constituição.

Efetivamente, à tarde do mesmo dia, descobriu-se o plano revolucionário, tendo por chefe Antônio Maria Caú "e como fim a deposição do Governador Elias José Ribeiro

Agência dos Correios e Telégrafos

de Carvalho e a instalação de uma Junta provisória, da qual seria Presidente o cirurgião Francisco José Furtado e membros o mesmo Caú e o tenente de milícias Egídio da Costa Alvarenga.

"Vulgarizados os seus planos, fracassou a revolução, ficando, porém, impunes os conspiradores.

"Jurada a Constituição, e animados êles por sua impunidade, continuaram a tramar contra o Govêrno pelo que o Governador "convocou um conselho composto das pessoas mais importantes da capital, cuja reunião teve lugar no dia 12 de maio (1821), e, fazendo uma exposição dos fatos, foi resolvido suspender Antônio Maria Caú das suas funções de escrivão da Junta da Fazenda, a sua imediata prisão e deportação para a vila da Parnaíba, onde faleceu em 1.º de março de 1822.

"Com a prisão de Caú e providências tomadas ficaram plenamente asseguradas a paz e tranqüilidade na capital e mesmo na província.

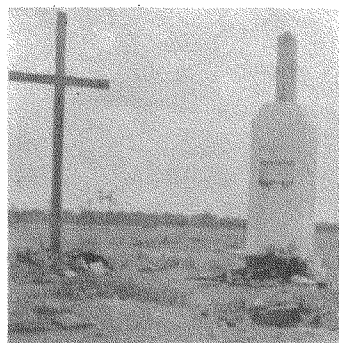
"No dia 24 de outubro, porém, "reunida a junta eleitoral da província nos Paços do conselho da cidade de Oeiras, sob a presidência do Dr. Francisco Zuzarte Mendes Barreto, Ouvidor-Geral da comarca, delegam uma deputação ao Governador para comunicar-lhe que a urgência da circunstância impunha a instalação de um Govêrno provisório e ao mesmo tempo convidá-lo para assistir à solenidade da sua eleição, para cujo fim se reunira.

"Alegando motivo de moléstia notòriamente conhecida, escusou-se a comparecer a essa reunião o Governador.

"Procedeu-se, então, à eleição da junta", "da qual fêz parte o brigadeiro Manoel de Sousa Martins, juramentando-se e tomando ela posse do Govêrno da Província no dia 26, "perante o Senado da Câmara Municipal.

"Não aprovou, porém, o Govêrno português a sua eleição e instalação, como se vê da seguinte "Parte do Ministro da Marinha e Ultramar, ordenando que, em cumprimento do Decreto das Côrtes Gerais, extraordinárias e constituintes de 27 de setembro de 1821, mandado executar pela Carta de Lei n.º 124, de 1.º de outubro do mesmo ano, fôsse eleita "uma nova junta de Govêrno, e que, enquanto não chegasse o oficial nomeado comandante das Armas da Província, passasse a exercer o cargo o oficial de maior patente e antigüidade, que era o brigadeiro Manoel de Sousa Martins, pôsto que reformado.

"Em observância da mencionada ordem, foi, no dia 7 de abril de 1822 eleita e empossada a nova Junta do Govêrno provisório, da qual foi aquêle brigadeiro acintosamente excluído por seus adversários políticos.

Grupo Escolar Valdivino Tito

Marco Comemorativo do 1.º Centenário da Batalha do Jenipapo

Vista parical da Praça Ruy Barbosa

"O primeiro ato da Junta foi confiar o comando das armas da província ao tenente-coronel Joaquim de Sousa Martins, uma vez que o brigadeiro Manoel de Sousa Martins não o podia exercer, não sòmente por ser oficial reformado, como porque desempenhava o cargo de tesoureiro-geral da Junta da Fazenda.

"Vem dêste fato e da derrota eleitoral daquele brigadeiro a sua desinteligência com o Govêrno e a sua franca adesão à causa da independência nacional...

"Os fatos que acabo de narrar constituem o centro de irradiação, do qual têm de partir todos os outros que se vão seguir. Por êste motivo julguei necessário consigná-los aqui.

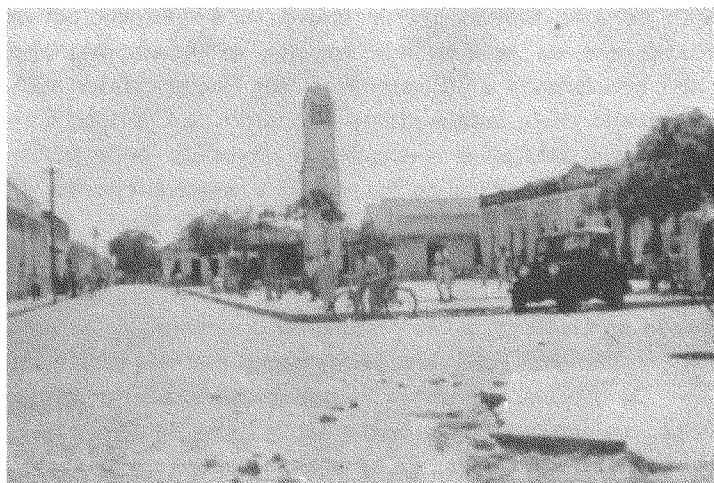
"Por êle se vê, claramente, que, no fertilíssimo campo das grandes idéias liberais da província, haviam sido lançadas e começavam já a germinar as sementes do movimento separatista.

"E Campo Maior não era indiferente aos rumores dos clarins das suas sonhadas alvoradas de liberdade. Já alguém fazia, ali, vibrarem, bem alto, arrojados ecos de sentimentos partióticos.

"A confirmação dêste fato está nos seguintes tópicos da "Cronologia Histórica" de Pereira da Costa:

"Setembro 17" (1822) "Informada a Junta do Govêrno do que ocorria em Campo Maior, chamou à capital Lourenço de Araújo Barbosa, ali domiciliado, e ordenou ao respectivo Juiz de Fora que, apenas se encaminhasse êle para Oeiras, — sindicasse sôbre a veracidade de querer alterar a ordem pública, atentando contra o sistema constitucional e união do reino, mandando também que abrisse devassa sôbre a fabricação de pólvora e apreendesse a existente". "Por ordem do comandante das armas", o major João José da Cunha Fidié, que havia chegado a Oeiras no dia 8 de agôsto precedente, "marchou para a vila de Campo Maior com o destacamento de Marvão", com o fim de, incorporado à fôrça já ali existente, ficar de prontidão mantendo a ordem.

"Lourenço Barbosa, efetivamente pusera-se à frente do movimento separatista em Campo Maior, e, prevendo as proximidades do rompimento, prevenia-se convenientemente, o que aliás não ignoravam as próprias autoridades locais.

"Estava, por conseguinte, Campo Maior transformado, já, em um vulcão a vomitar larvas de independência. E vomitou-as, realmente; mais pelo estóico patriotismo de seus filhos do que por seus recursos e preparos bélicos, como se verá adiante, quando fôr feita a descrição do arrojado e pavoroso "Combate do Jenipapo", — à ação decisiva da independência do Piauí.

Praça Luís Miranda

"Parnaíba, unida como estava a Campo Maior pela alma puramente liberal de seu Juiz de Fora, Dr. João Cândido de Deus e Silva, era outro vulcão congênere; e, por isso, no dia 19 de outubro, "levanta o grito de independência do Piauí e aclama o príncipe D. Pedro Imperador do Brasil, sob os influxos do mesmo doutor e de outros patriotas amigos seus.

"No dia 5 de novembro subseqüente "chega a Oeiras um estafeta da Parnaíba, portador de notícias exatas e minuciosas sôbre os acontecimentos do dia 19 de outubro, notícias já para ali transmitidas pelo major Higino Xavier Lopes, comandante das fôrças estacionadas em Campo Maior.

"Êste aviso foi recebido a 12 e logo no dia 13 do mesmo mês reuniu-se a junta do Govêrno provisório com o fim de tomar as medidas que julgasse convenientes para sufocar o movimento e, entre outras que tomou, resolveu seguir para a Parnaíba "uma expedição militar comandada pelo comandante das armas, o major João José da Cunha Fidié.

"A expedição partiu no dia 13" e, a 25 de novembro "em marcha acelerada e fatigante, entra na vila de Campo Maior" e, depois de alguma demora, ali, segue para a Parnaíba, ficando a praça com um destacamento comandado pelo tenente-coronel José Antônio da Cunha Rabelo, a quem o chefe mandou fornecer mais de cem granadeiras e duas peças de campanha e autorizou chamasse em seu auxílio o tenente Egídio da Costa Alvarenga, comandante de uma companhia do primeiro regimento de cavalaria, estacionada em Jerumenha, bem como que marchasse, conduzindo mais duas companhias do quarto esquadrão.

"Em Campo Maior, enquanto descansavam suas tropas, tomava Fidié algumas providências que julga necessárias ao bom êxito da sua expedição e, tomadas estas, "no dia 7 de dezembro despacha em demanda da Parnaíba uma parte das suas tropas e segue no dia seguinte com o restante, atingindo tôda a tropa expedicionária um efetivo de trezentos e oitenta praças apenas

"O coronel Cunha Rabelo, que ficara em Campo Maior, não quis aceitar a revolução e partiu para a vizinha província com a sua gente, levando as munições e armas de que dispunha.

"Tudo, porém, se ia, então, precipitando para a realização das aspirações dos patriotas que almejavam a independência da pátria.

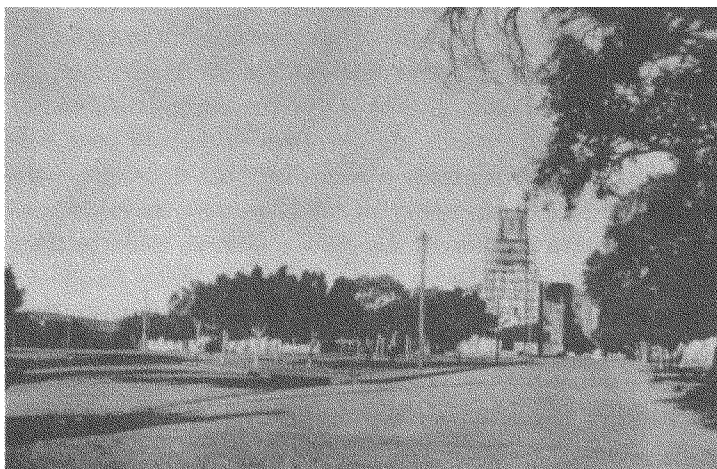
"No dia 4 de dezembro, "cientes os patriotas da Parnaíba das medidas repressivas do govêrno, da marcha de Fidié, dos auxílios com que contava êle no Maranhão", de onde, em seu socorro, partira o "brigue de guerra Infante D. Miguel acompanhado de um navio mercante para servir de hospital de sangue, e sem disporem de meios para sèriamente resistirem, resolvem refugiar-se no território cearense e partem no mesmo dia para a Granja, onde podiam agir com segurança e vantagem em favor da causa do Piauí. À frente dêsses comprometidos patriotas estavam os dois chefes da revolução, o Juiz de Fora Dr. João Cândido de Deus e Silva e o coronel Simplício Dias da Silva, abastado proprietário e homem de grande prestígio e influência na localidade.

"De sorte que entrando Fidié na Parnaíba, na manhã do dia 17, sem resistência alguma, dirigiu-se, logo, para a casa da Câmara, fêz renovar ali o juramento de obediência à nação portuguêsa, e acompanhado dos membros da Câmara e curiosos que, voluntàriamente se haviam reunido, assistiu a um Tedeum.

"Enquanto demorava Fidié na Parnaíba, Leonardo de Carvalho Castelo Branco, um dos comprometidos no pronunciamento daquela cidade, e que seguira com o Dr. João Cândido e coronel Simplício Dias para a Granja, unia-se em Sobral ao seu conterrâneo José Francisco de Miranda Osório, e juntos trabalhavam para a consecução de tropas "em auxílio da disputada independência piauiense.

"Conseguindo ambos a organização de duas divisões, partiu Leonardo de Carvalho para o Piauí à frente da divisão da direita e, no dia 22 de janeiro de 1823, entrou em Piracuruca, de surprêsa, aprisionou o seu pequeno destacamento, fazendo seguir, prêso, para o Ceará, o respectivo comandante, que se quisera opor aos seus intuitos, proclamou, ali, a independência, deixou a vila convenientemente guarnecida de gente sua e partiu para Campo Maior, que, por sua vez, aderiu e proclamou a independência nacional no dia 24 de fevereiro de 1823.

"Antes disso, a 24 de janeiro do mesmo ano, rompera e triunfara em Oeiras a revolução separatista e no mesmo dia foi eleita e empossada no Govêrno uma Junta governativa que teve como Presidente o brigadeiro Manoel de Sousa Martins, que viu, assim, desabafado o seu despeito e firmada a base do seu longo, despótico e ominoso Govêrno, criminosamente tolerado pelo povo ignorante, que o suportou tanto tempo e que, por isto mesmo tornou-se digno de ser, como foi, governado pelo humilhante e sumário regime do pelourinho, tronco e chibata, erigidos em lei.

Pôsto de Higiene

Praça Bona Primo

"Na Parnaíba, onde acantonava o comandante das armas, dispondo os seus planos de guerra, explode a notícia dos acontecimentos da capital e exaltam-se os ânimos. O chefe português, tentando ainda sufocar o pronunciamento, deixa depois aquela vila com um fraco contingente de guarnição e parte com o grosso de suas tropas, em marcha forçada para atacar a capital, repor a Junta deposta e restabelecer o antigo regime.

"Com a marcha de Fidié sôbre Oeiras, coincidiu a deliberação que tomara a junta do Govêrno provisório do Ceará de mandar fôrças em auxílio do Piauí ameaçado de invasões maranhenses, encaminhando-se, logo, uma divisão sob o comando do alferes Manoel Abranches Paes, para Campo Maior, onde a 12 de fevereiro entrara também uma fôrça composta de cem homens sob o comando do capitão cearense Luiz Rodrigues Chaves; bem como a de Leonardo de Carvalho Castelo Branco vindas de Piracuruca.

"Nesse mesmo dia foi prêso o Vigário João Manoel de Almendra.

"Contrariado pelas falhas de seus cálculos, parte Fidié com as suas tropas para Piracuruca, e, encontrando-a deserta, encaminha-se para Campo Maior. A êsse tempo já se encontrava em Campo Maior o capitão Luís Rodrigues Chaves que, verificando o abandono em que se encontrava a cidade, "manda o alferes Francisco Xavier Tôrres entender-se com a Junta do Govêrno, e pedir reforços, — por ser Campo Maior um dos mais importantes, já por acudir às tropas de Piracuruca, quando pretendessem atacar o major Fidié, e já para ter mão em qualquer invasão do Maranhão.

"O emissário voltou "conduzindo apenas duas arrôbas de pólvora, duas resmas de papel para cartuchame, três mil cartuchos embalados, quarenta archotes para sinais, trinta côvados de serafina ou baeta para cartucho das peças, quarenta correiames (Sic) para patronas, quarenta bandolerais para espingardas e quinhentas pederneiras.

"No dia primeiro de março "chega a Valença o coronel João Araújo, conduzindo tropas cearenses de Inhamuns, constantes de trezentas praças de cavalaria com um têrço apenas convenientemente armadas, uma companhia de infantaria e algumas ordenanças de Crateús e marchou depois para acampar em Campo Maior, por deliberação da Junta.

"Parece que, quando chegou essa fôrça a Campo Maior, já ali não estava o patriota Leonardo de Carvalho Castelo Branco, porquanto, segundo afirma Vieira da Silva "a despeito de todo movimento de tropas para guarnecerem as fronteiras e da proximidade em que se achava o major Fidié, proclamada a independência em Campo Maior e Piracuruca, o chefe independente Leonardo de Carvalho Castelo Branco afastou-se a explorar o ponto por onde pudesse entrar na província do Maranhão e, neste propósito, dirigiu-se ao pôrto da Repartição, distrito do Brejo, a fim de chamar às armas e ao seu partido aquêles povos, procurando seduzir o capitão Antônio José Correia, que, devotado ao Govêrno, o fêz prender" e o remeteu prêso para o Maranhão com mais doze homens que o acompanhavam.

"Do que fica exposto se vê que dispunha Campo Maior de poucos combatentes, a maior parte dêles desarmados ou armados de espingardas velhas, foices, facões, chuços, etc., sem disciplina e pouca munição, enquanto Fidié aproximava-se com fôrça numerosa, bem armada, bem disciplinada e bem municiada.

"Sabendo o capitão Luiz Rodrigues Chaves, que achava-se no Estanhado, hoje União, o capitão João da Costa Alecrim, reunindo gente com a qual pretendia penetrar na província do Maranhão e nenhum auxílio esperando mais da Junta do Govêrno, "enviou-lhe um emissário, expondo a situação e as vantagens que era possível esperar da mesma, se fôsse bem aproveitada.

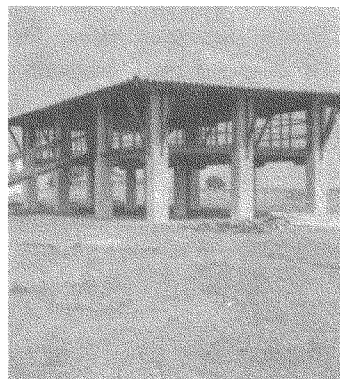
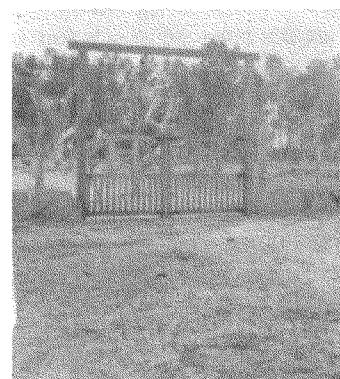
"Não vacilou Alecrim. Voltou o positivo com a resposta de que o aguardasse no dia seguinte. Foi isto no dia 12 de março. Reuniu a fôrça e duas horas depois estava em marcha, juntamente com o baiano Salvador Cardoso de Oliveira e seu irmão Pedro Francisco Martins, que, com um bom contingente se lhe haviam incorporado.

"Marcharam tôda a noite e ao amanhecer do dia 13 penetraram em Campo Maior, onde havia chegado também o capitão Alexandre Neri Pereira Nereu, conduzindo soldados do Ceará.

"Sua tropa e a de Salvador estavam fatigadíssimas.

"Isto, porém, lhes não serviu de pretexto para, no mesmo dia — 13 de março de 1823 —, deixarem de tomar parte no célebre *combate do Jenipapo*. Êsse feito é assim narrado por Abdias Neves em seu livro — "A Guerra do Fidié":

"Todos falavam de Fidié com terror. Seus soldados, como uma legião terrível de bárbaros, tinham inclemências ferozes. Após êles, as casas, os currais, as capoeiras, os próprios campos, tudo era incendiado numa fúria inconsciente de doidos. Ninguém lhes afrontava o ódio. Venciam pelas armas e pelo fogo, pela destruição e pela morte.

"Convinha abafar a alma brasileira que se debatia pela liberdade, sob os destroços fumegantes e as ruínas da guerra.

Aprisco da Fazenda Experimental de Criação, do Ministério da Agricultura

Serviço Florestal do Govêrno Federal

"Mas, nem por isso, se estancava o corajoso entusiasmo dos piauienses. A batalha que se devia combater era decisiva. Campo Maior quisera até estar ouvindo já o tiroteio do primeiro encontro.

"Não há, aliás, em tôda luta pela independência, página mais pavorosamente grandiosa que a da batalha do Jenipapo — a mais importante das que foram feridas...

"Muito tarde conhecera o capitão Luiz Rodrigues Chaves que nenhum auxílio havia a esperar da Junta governativa obsecada como andava pela suposição de que o inimigo a temer vinha de Além Paraíba. Chamara, então, os homens válidos da vila e têrmo, arregimentava-os e patenteava-lhes o perigo próximo.

"Não foi em vão. O povo estêve acima de qualquer expectativa. Cada um o vaqueiro e o roceiro foi mais pronto em alistar-se para o tributo de sangue. Ninguém se recusou a acudir ao apêlo, e, dentro de três dias, as fileiras engrossaram-se e uma numerosa multidão ficou a espera dos portuguêses para o combate.

"É assim que perto de dois mil homens, vibrando num entusiasmo ruidoso, expansivos, como quem volta de um triunfo, acudiram à chamada e formaram em frente à igreja de Santo Antônio. Os soldados do capitão Luiz Rodrigues Chaves com os que haviam abandonado o tenente-coronel José Antônio da Cunha Rabelo, com os de Alecrim e do capitão Nereu, elevando-se a pouco mais de quinhentos, não podiam dar a consistência precisa à totalidade do corpo. Fôssem mais numerosos, mais disciplinados e aproximariam, talvez, essas duas mil unidades de combate.

Estação Ferroviária

"Assim não. E só a loucura patriótica explica a cagueira dêsses homens que iam partir ao encontro de Fidié quase desarmados.

"As poucas espingardas tinham sido distribuídas aos cearenses. Os piauienses, êstes conduziam velhas espadas, facões, chuços, machados e foices. De nada valia, contudo, para êles, a falta de armas, tão sugestionados iam com a certeza do triunfo. Ninguém pensava, aliás, na possibilidade de morrer. Todos sonhavam a glória do regresso à vila, conduzindo algemado o chefe do exército, à frente da turbamulta sem fim dos prisioneiros.

"E nesse entusiasmo surgiu o dia do encontro. Era a 13 de março.

"Véspera, ainda, soubera-se que Fidié pernoitara nas vizinhanças e ninguém descansara. Ninguém repousa nesses momentos. Os covardes enchem-se de receio e a agitação física atraiçoa-lhe o desassossêgo íntimo. Os fortes vibram diante do perigo e agitam-se na ânsia de ver chegada a refrega. Ninguém repousou. Dividida em grupos, fazia a fôrça planos de valentia. Arvorado em comandante geral, concertava o capitão Rodrigues Chaves, com os outros oficiais, o plano da batalha.

"Amanhecia quando a tropa, formada em frente à Igreja, recebeu ordem de marchar e seguiu para o rio Jenipapo, que forçosamente seria vadeado pelos portuguêses.

"O terreno, ali, é geralmente plano: apenas de longe em longe uma colina quebra a monotonia da várzea, aberta, sem amparo. Nas margens do rio, entretanto, tufam-se reboleiras de mofumbais e arbustos.

"Os brasileiros ocultaram-se no próprio leito do rio que estava sêco, em conseqüência da falta de chuvas. Nem todos, porém: muitos se esconderam nos mofumbais das ribanceiras.

"Nas proximidades da margem direita bifurcava-se a estrada em duas. Alecrim e Chaves guardariam ambas para evitar a hipótese de passar Fidié sem se o perceber. Por qualquer lado encontraria os patriotas, que, oportunamente, haviam de rechaçá-lo.

"E assim concertado o plano, daria, talvez, algum êxito, se o acaso não tivesse vindo em favor de Fidié, que, no ponto da bifurcação, dividiu a fôrça em duas alas. Uma, a em que estava a cavalaria, seguiu pela estrada da direita; a outra, que guardava a artilharia, e era comandada por Fidié, em pessoa, seguiu pela estrada da esquerda.

"Foi a cavalaria que se encontrou, logo, com os brasileiros, sôbre os quais tentou uma carga, impedida pela forte fuzilaria dos cearenses.

"Não convindo, porém, aos portuguêses um ataque mais sério, porque não podiam dirigir-se com segurança e ignoravam o número dos atacantes, retrocederam e fugiram.

"Ouvindo os tiros pensavam os brasileiros, na esquerda, que os da estrada da direita estavam se batendo com tôdas as fôrças portuguêsas e abandonaram precipitadamente seu pôsto, correndo em auxílio dos companheiros. Mas ali não havia nada a fazer, porque a cavalaria desaparecera.

"Deviam persegui-la? Enquanto deliberavam, passou Fidié o Jenipapo com o exército, escolheu lugar, dispôs a artilharia, distribuiu linha de caçadores, tomou, enfim, tôdas as medidas aconselhadas pelas circunstâncias. E ainda se deliberava no campo adverso quando constatou que o inimigo atravessara o rio.

"Fidié poderia ter marchado contra a vila de que tomaria conta sem disparar um tiro e poderia, também, sabedor da presença dos brasileiros na esquerda próxima, ter ido desalojá-los. Não o fêz. O encontro devia ser decisivo. Não o demorou. E, para mais certo êxito, esperou o ataque, cercado de tôdas vantagens de quem, nas suas condições, assume a posição defensiva.

"Sabendo-o, ali, porém, foram os brasileiros tomados de surprêsa, — surprêsa logo substituída pelo velho entusiasmo. Não raciocinaram. Não atenderam à voz do comando. Partiram numa carreira precipitada, só estacando a defrontar o belicoso e soberbo aparato dos portuguêses.

"Fidié quis, então, aproveitar-se das suas primeiras vacilações. eu um tiro de pólvora sêca e, logo em seguida, alvejou-os com as onze peças.

Hospital São Vicente de Paulo

"Desde o início da ação, viram os capitães Rodrigues Chaves e Alecrim a desigualdade das fôrças. Havia, apenas, um recurso: atacar os portuguêses ao mesmo tempo por todos os lados e separá-los na refrega, de modo a fracioná-los.

"Era difícil e arrojado. Como se tratava, porém, da única probabilidade de triunfo, fêz-se a tentativa conseguindo envolver parte do exército. Foi repelida. Recomeçaram. Repelida, ainda, recomeçaram muitas vêzes sempre com grande perda de vidas.

"A fuzilaria e as peças varriam os campos. Que podiam fazer armados de chuços e foices, espadas e facões, espetos e espingardas velhas contra a artilharia e o armamento novo do chefe lusitano? Muitos vieram morrer à bôca das peças com um desamor pela vida, que pasmava os soldados, pouco afeitos a semelhantes atos de heroísmo.

"E o cansaço dominou-os primeiro que a consciência da derrota. As armas caíam-lhes das mãos trêmulas. As pernas anquilosavam-se-lhes. O peito arfava-lhes. Já não combatiam, arrastavam-se para a morte.

"Sòmente às duas horas da tarde, contudo — e a batalha tivera comêço às nove horas da manhã — começou a debandada, em desordem, sem grande prejuízo, aliás, porque Fidié não mandou perseguir os fugitivos. E nem seus soldados estavam em condições de obedecer a essa ordem, depois de cinco horas de combate ininterrupto ao sol ardente.

"Não se sabe ao certo o número dos mortos que tiveram os portuguêses, porque Fidié reuniu os cadáveres em cinco sepulturas e não os enumerou na parte da ação. O Dr. Vieira da Silva, já citado, em sua *História da Província do Maranhão,* calcula-os em dezesseis, excluídos um capitão, um alferes e um sargento e limita o número de feridos em sessenta, não mencionando, porém, entre êstes, o nome do capitão Manoel Martins Chaves, que sucumbiu ao chegar a Caxias. Quanto aos brasileiros, afirma categòricamente, que deixaram no campo quinhentos e quarenta e dois prisioneiros, mais de duzentos homens entre mortos e feridos, uma peça da artilharia, calibre 3 (?) uma bandeira e três caixas de guerra.

Interrompamos, neste ponto, Abdias Neves, cuja narrativa reencetaremos adiante e vejamos, também, agora, o que a êste respeito diz Pereira da Costa na sua *Cronologia Histórica*. Escreve êle:

"Segundo participação oficial de Luiz Rodrigues Chaves ao Govêrno provisório do Ceará, recebida no primeiro de abril, morreram na ação mais de quatrocentas pessoas, sendo a maior parte do inimigo. A gente de Cunha Fidié era em número de mil e seiscentas, tôda ela muito bem armada e com onze peças de campanha. As nossas tropas não eram tão bem armadas e só tinham duas peças, com as quais apenas deram dois tiros, ficando elas logo desmontadas, pelo que bateram o inimigo em guerrilha pela retaguarda e tomaram-lhe munição, botica e bagagem quase tôda. A nossa perda notável foi a do capitão Manoel Martins Chaves; e depois do combate entrou Cunha Fidié em Campo Maior e a nossa tropa procurou Oeiras para municiar-se".

Continuando, acrescenta Pereria da Costa:

"Oficiando ao Govêrno do Ceará, o Juiz de Fora da Parnaíba, Dr. João Cândido de Deus e Silva, sôbre a jornada do Jenipapo, acusa Luiz Rodrigues Chaves dizendo que as nossas tropas foram derrotadas "por incúria e pouca habilidade de seu comandante Luiz Rodrigues Chaves, que, conhecendo a fôrça do inimigo maior que a nossa e mais bem municiada e disciplinada, jamais devera apresentar-lhe batalha campal em campo raso e sim cansar o inimigo com continuadas guerrilhas, para que tinha bastante gente.

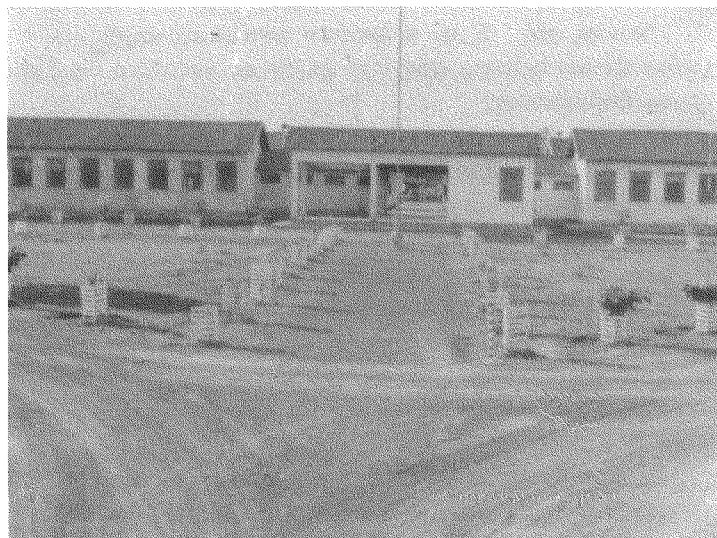
"Poderia em presença do inimigo Rodrigues Chaves, conter os seus comandados indisciplinados como eram êles?

"Não. Afirma Abdias Neves: "Não raciocinaram. Não atenderam a voz do comando. Partiram numa carreira precipitada só estancando ao defrontar o belicoso e soberbo aparato dos portuguêses".

Continua Abdias Neves: "Fidié, no entanto, tratou logo de enterrar os seus mortos, acomodar os feridos e abandonar o campo da luta. Urgia que se aproveitasse da fuga dos patriotas para tomar conta da vila. Se a ocupassem, de novo, seria preciso desalojá-los e mais difícil seria o triunfo.

"A fôrça recebeu, portanto, ordem de partir e já se punha em movimento, quando vieram participar o sargento-mor que fôra roubada parte da sua bagagem de guerra.

"Com a mesma tinham ido munição, armas, dinheiro e os despojos da vila de São João da Parnaíba...

"Era loucura, agora, tentar marchar contra Oeiras, e a fim de deliberar, seguiu Fidié para Campo Maior e abarracou-se um quilômetro distante da vila no local que ocupa hoje, a Fazenda Tombador, já então conhecida por êsse nome.

Prédio onde funciona o 4.º Batalhão Ferroviário

"Nesse interino (sic), continua Abdias Neves, soube-ra-se, ali, (na vila) o insucesso e correra que o chefe lusitano se aproximava da vila.

"Tivera-se um terror pânico. As casas fecharam-se precipitadamente. Mulheres, crianças, num chôro angustioso corriam atarantadas.

"A princípio não se pudera avaliar a extensão da desgraça e um misto de esperança e desespêro sôbre a sorte dos independentes enchera o espírito do povo. Bem depressa, porém, novas perturbações conturbaram a vila, distraindo-lhe a atenção. Prevalecendo-se da exaltação popular, Joaquim Bento Pereira, um cabra de nome Eufrásio e seu irmão Félix, saíram para o Largo Santo Antônio, dando morras aos marinheiros. Dirigiram-se à cadeia e assassinaram nove portuguêses trazidos presos do Estanhado por Alecrim, foram à residência de um velho de sessenta anos, inofensivo, de nome José, e o apunhalaram: seguiram no encalço de dez presos que nesse dia, uma quinta-feira, tinham sido remetidos para a capital e alcançando-os à noite no lugar denominado Boqueirão da Serra, mataram oito dêles com o consentimento da escolta, escapando apenas dois — o Padre João Manoel de Almendra e um brasileiro, cujo nome se esqueceu.

"Por outro lado os fugitivos do Jenipapo assassinavam os europeus que encontravam.

"Fidié, testemunha quase presencial dêstes tristes sucessos, não se opôs nem procurou garantir os seus patrícios... E, convencido, finalmente, do nenhum valor dos esforços empregados para reaver a bagagem perdida, levantou o acampamento, no domingo, 16 de março e, em vez de seguir sôbre Oeiras, marchou para o Estanhado e, dali, para Caxias, onde, depois de novas lutas com fôrças piauienses e cearenses, que foram ao seu encontro, capitulou no dia 1.º de agôsto de 1823.

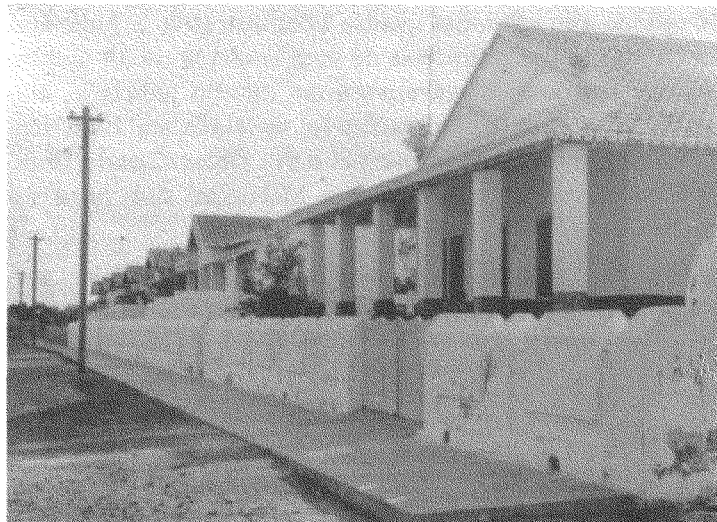
"De Caxias seguiu Fidié prêso, para Oeiras, aonde chegou no dia 5 de novembro e de onde partiu, também prêso para o Rio de Janeiro, no dia 24 de fevereiro de 1824.

"Pelos fatos até aqui narrados se vê que se não fôra Campo Maior que, denodadamente, interceptou a marcha de Fidié sôbre Oeiras, quase desguarnecida, impelindo-o para Caxias, muito prolongada seria, ainda, talvez a luta do Piauí pela conquista de sua independência. Foi Campo Maior, portanto, que, no Piauí, desfechou o golpe de morte sôbre o domínio português. Esta glória é sua.

"E a confirmação dela está gravada, indelèvelmente, na parte que grifarei do seguinte trecho de um Ofício que, em data de 29 de março de 1823, dirigiu a Junta do Govêrno ao general Labatut, comandante em chefe das fôrças brasileiras na Bahia.

"Acabamos contudo de sofrer considerável revés porque, vendo-se o major Fidié cercado na Parnaíba e que se iam engrossando as fôrças do centro, sabendo o Estado do nosso péssimo armamento, não duvidou evacuar o ponto onde estava e pôs-se em marcha com um corpo de 1 600 praças com alguma disciplina, bem armadas de granadeiras e com onze peças de artilharia e ao chegar com o seu exército na vila de Campo Maior, saíram-lhe ao encontro as fôrças que ali tínhamos reunidas e travou-se um renhido combate, morrendo muita gente de ambas as partes, mas a falta de armamento de nossas tropas, a sua nenhuma disciplina e a vantagem do inimigo pela artilharia fêz com que se debandassem e o Fidié ficasse senhor do campo ainda que muito derrotado, de maneira que não pôde seguir a tomar esta cidade que era o seu principal destino e torceu para a passagem do Estanhado", onde, como já vimos atrás, atravessou o Parnaíba e foi acantonar em Caxias, província do Maranhão.

"Foi, realmente, um revés; mas um revés que teve a glória de libertar Oeiras — o Piauí inteiro — do jugo português, muito bem e fielmente representado por Fidié, e a vantagem de salvar a Junta do Govêrno piauiense do humilhante propósito em que se achava de pôr-se em fuga para o território cearense; fuga da qual dá notícia Pereira da Costa nos seguintes têrmos da sua *Cronologia Histórica*:

"Em face de tão aflitíssima situação gerada pela crença de uma próxima ocupação da capital pelas fôrças portuguêsas, a Junta governativa não tomou medida alguma de defesa e antes cuidou dos preparativos para pôr-se a salvo do inimigo, abandonando o seu pôsto de honra, em fuga para o Crato, logo que recebesse aviso da sua aproximação, para o que tiveram o cuidado de espalhar espias pela estrada de Campo Maior.

Conjunto residencial dos Oficiais do 4.º Batalhão Ferroviário

"Tudo ficaria entregue à fúria do inimigo, menos, porém, os dinheiros públicos com mais de Rs. 10:398$270 do cofre de defuntos e ausentes, que mandou arrecadar e encaixotar para levar consigo.

"Um fato deve ficar, aqui, esclarecido. É o seguinte:

"Sabe-se, já, que foi, em Campo Maior e na ocasião em que se realizava o combate do Jenipapo, apreendida parte da bagagem de guerra de Fidié, inclusvie os despojos que trazia de Parnaíba.

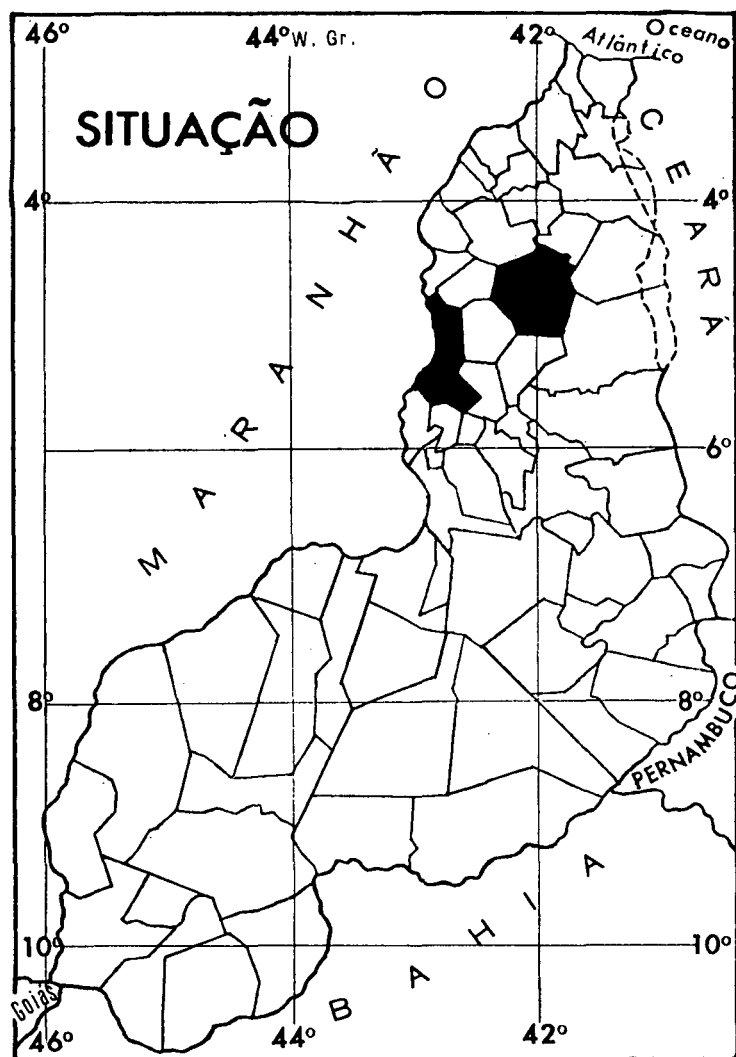
"Pois bem: Foram autores dêsse roubo (?) alguns soldados das tropas do capitão Alexandre Pereira Nereu que o conduziram para a vila cearense de Sobral, e apreendido pelas autoridades locais foi pôsto em hasta pública e arrematado. Em maio dêste ano de 1823 abriu José Marques Freire, Juiz de Fora de Campo Maior, uma devassa sôbre o fato e o Presidente da Junta do Poti, tenente-coronel Raimundo de Sousa Martins, em Ofício de 4 de junho, datado de Pindoba, estranhou êsse procedimento, entendendo que se houve crime fôra por não ter sido roubada tôda a babagem.

"E realmente. Se alguma cousa pudesse compensar as perdas de vida que sofreram os brasileiros nesse combate, poder-se-ia dizer que essa apreensão e não roubo valeu-lhes por uma recompensa, porque dêsse fato resultou sentisse Fidié impotente para prosseguir na sua marcha

triunfal sôbre Oeiras, que teria encontrado evacuada e servir-lhe-ia de novo e vantajoso centro de operações".

A propósito da criação da agência do correio em Campo Maior, cuja data não foi possível esclarecer-se, diz Pereira da Costa: "Neste ano (1770) foi iniciado o primeiro serviço regular de correios que houve no Piauí, pelo Governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, que estabeleceu um correio mensal entre a capital e diversas localidades da província... Em 1817 por deliberação da Junta da Fazenda, de 30 de outubro, foi criada uma repartição ou agência central dos correios na cidade de Oeiras... Por êsse tempo, além da agência da Parnaíba, existia uma outra em Campo Maior, criada em 1823, um serviço de correios entre a capital e a cidade de São Luiz do Maranhão, criado em 1820, um outro para as vilas da Parnaíba, Campo Maior, Marvão, Jerumenha e Valença, estabelecido em 1824, e uma linha para a Bahia, que funcionava desde 1814".

O serviço telegráfico de Campo Maior foi criado em 14 de outubro de 1884 e inaugurado em 14 de novembro do mesmo ano. O atual quadro administrativo e judiciário de Campo Maior compõe-se de uma comarca de 3.ª entrância, um distrito administrativo e um distrtio judiciário, ambos na sede. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Oscar Castelo Branco Filho e constituída a Câmara Municipal com nove vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Campo Maior está encravado na Zona Fisiográfica Carnaubeira, situada sua

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

sede à margem direita do rio Surubim e no traçado da Estrada de Ferro Central do Piauí (em construção), servindo-lhe também a Rodovia BR-22 (Fortaleza—Belém). Limita-se com os municípios de Alto Longá, Castelo do Piauí, Pedro II, Piripiri, Barras, José de Freitas e Altos. A cidade fica a 75 quilômetros em linha reta da capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 4°49'17" de latitude Sul e 42°10'31" de longitude Oeste de Greenwich.

ALTITUDE — A sede municipal está a 125 metros de altitude.

CLIMA — É de Valdivino Tito, eminente filho de Campo Maior, a referência feita ao clima da cidade, inserida no *Almanaque Piauiense* e transcrita por Apolinário Monteiro na obra já mencionada neste trabalho: "O clima da cidade e seu município é salubérrimo. É temperado nos meses de maio, junho e julho, e quente e sêco nos de agôsto, setembro, outubro e novembro. São geralmente de inverno os meses de dezembro, janeiro, fevereiro, março e abril, nos quais ora faz frio, ora calor. Durante os meses de agôsto a novembro, sopra diàriamente na cidade, um vento quente que produz às vêzes redemoinhos e que, além de trazer muito pó, aumenta excessivamente o calor. Em compensação, as manhãs são belíssimas e frescas".

ÁREA — A área de Campo Maior é de 4 046 quilômetros quadrados, colocando-se por isso entre os municípios de maior extensão territorial do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Destacam-se, como principais acidentes geográficos, os rios Surubim, a cuja margem direita está situada a cidade de Campo Maior, o Longá, o Jenipapo, o Marataoã e Corrente, e as serras Grande e de Santo Antônio. O município é essencialmente plano e caracteriza-se pela abundância de campos e várzeas entremeados de carnaubais e é cortado pelos riachos Pintadas, Canudos, Longàzinho, Vertente, Titaras, Riacho Fundo e Macacos, que, no inverno, quando cheios, se equiparam aos próprios rios do município.

RIQUEZAS NATURAIS — Carnaúba, tucum, oiticica, são as principais riquezas extrativas vegetais do município; peixes e peles de animais silvestres representam as riquezas animais; pedra para construção e laje para revestimento, bem assim barro para fabricação de telhas e tijolos, formam a riqueza mineral do município.

POPULAÇÃO — A população de Campo Maior, segundo o Censo de 1950, era de 39 927 habitantes, dos quais 20 160 homens e 19 767 mulheres. Os habitantes do município, ainda segundo o Censo mencionado, apresentavam as seguintes características: brancos — 12 446; pretos — 6 309 e, pardos — 21 061. Não fizeram declarações quanto à côr 111 pessoas. Dos 21 329 habitantes de 15 anos e mais de idade, 8 125 eram solteiros, 11 692 casados, 1 462 viúvos e 4 desquitados. Não declararam o estado civil 46 pessoas. Com exceção de um brasileiro naturalizado, todos os habitantes do município eram brasileiros natos. A religião predominante no município é a Católica Apostólica Romana, à qual 39 659 pessoas declararam pertencer. As outras religiões possuem adeptos em número insignificante. A densidade demográfica era de 9 habitantes por quilômetro quadrado. Localizam-se na zona rural 82% da população, colocando-se em posição vantajosa em relação ao Estado,

que apresenta uma percentagem de 83,6%. Há equilíbrio entre homens e mulheres na população rural do município, que se constituía, na época do Censo de 1950, de .... 16 860 homens e 16 075 mulheres Situa-se em 6.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado, conforme demonstrativo abaixo:

Teresina	90 723 habitantes
Picos	54 713 habitantes
Valença do Piauí	50 586 habitantes
Parnaíba	49 369 habitantes
Oeiras	44 560 habitantes
CAMPO MAIOR	39 927 habitantes

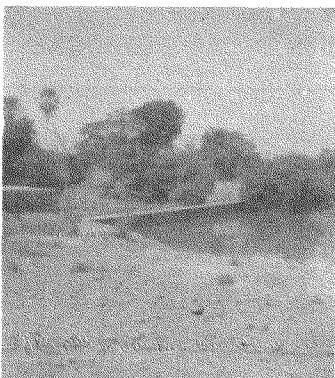
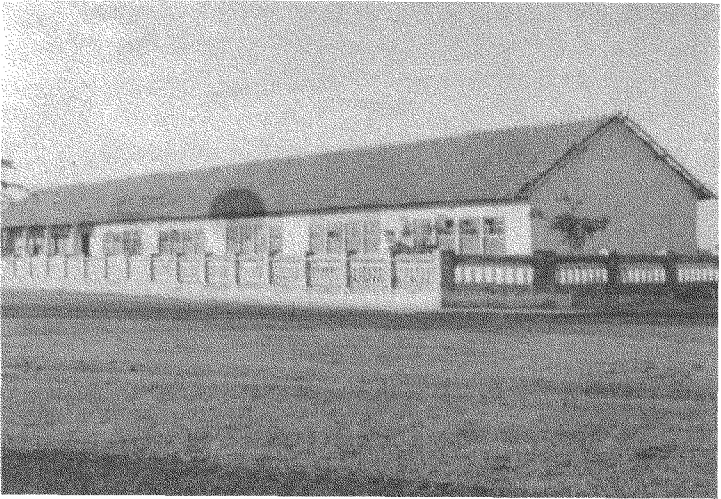
A cidade, no entanto, obteve melhor colocação, situando-se em 4.º lugar, sòmente superada por Teresina, Parnaíba e Floriano.

Aglomerações urbanas — São três as aglomerações urbanas do município — cidade de Campo Maior, com 6 992 habitantes, sendo 3 300 homens e 3 692 mulheres, conforme dados do Censo de 1950; o povoado Alto de Nazaré, com 157 moradias e 800 habitantes e Tocaia, com 40 casas e 206 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município caracteriza-se principalmente pela pecuária e extração da cêra de carnaúba. Como atividades auxiliares mencionam-se a extração de nozes de tucum, a agricultura, se bem que inexpressiva, e a extração de pedras para construção, bem assim uma pequena indústria, considerada quase como de subsistência. O volume e o valor da produção de 1956 foram os seguintes: cêra de carnaúba — 442 619 quilogramas, correspondendo a Cr$ 23 016 188,00; tucum — 480 635 quilogramas, no valor de .... Cr$ 2 162 857,00; farinha de mandioca — 285 991 quilogramas, estimados em Cr$ 869 213,00; rapadura — ...... 97 800 quilogramas, avaliados em Cr$ 667 600,00; aguardente de cana — 3 200 litros, valendo Cr$ 38 400,00. Registram-se ainda as importâncias de Cr$ 1 036 840,00 e Cr$ 642 000,00, correspondentes às indústrias de calçados e de móveis em geral, respectivamente.

A lavoura, por ser pouco desenvolvida, produz apenas para consumo local, tendo-se verificado, em 1956, a produção constante do quadro abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Arroz com casca.........	Saco de 60 kg	1 950	702 000
Feijão..................	» » » »	1 880	446 000
Milho...................	» » » »	2 120	381 600
Algodão em rama.........	Arrôba	290	26 000

Chafariz Municipal

Barragem no rio Longá

Grupo Escolar Leopoldo Pacheco

A pecuária constitui o principal esteio da economia do município. A numerosa população de bovinos, suínos, ovinos e caprinos não só lhe assegura lugar de destaque no quadro estadual, como proporciona apreciável quantidade de leite, carne e couro, além de permitir a exportação de gado para as capitais do Piauí e Ceará e para os Estados de Penambuco e Paraíba. Os efetivos pecuários do município representavam-se, em 1956, pelas seguintes quantidades: 143 115 bovinos, 65 375 suínos, 75 619 ovinos e 63 490 caprinos.

A indústria, por inexpressiva, resume-se a reduzido número de pequenos estabelecimentos: fabricação de móveis, couros e peles, energia elétrica, calçados, produtos alimentares e fabricação de tijolos e telhas. Considerando apenas os que, em 1956, ocupavam 5 ou mais pessoas, êsses estabelecimentos fabris eram em número de 13 e nêles trabalhavam 96 pessoas, das quais 82 eram operários. Há no município uma fazenda experimental e um pôsto agropecuário mantidos pelo Govêrno da União.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio varejista de Campo Maior pode ser considerado intenso. São numerosos os estabelecimentos dessa categoria. Existem na sede municipal 19 estabelecimentos atacadistas, 178 varejistas e 13 indústrias, ocupando mais de 5 pessoas. Conta o município com uma agência do Banco do Brasil S. A., cujo movimento é apreciável no quadro estadual, havendo ainda uma agência postal da Caixa Econômica Federal do Piauí, com 111 cadernetas em circulação e um movimento de depósito no valor de Cr$ 51 990,00, em 31-XII-1956. O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por ônibus que fazem a linha diàriamente entre Teresina e a cidade de Campo Maior, através da Rodovia BR-22, federal, contando ainda com os ônibus diários das emprêsas "Expresso de Luxo" e "Marimbá" que ligam Fortaleza e Parnaíba a Teresina, respectivamente, passando por aquela cidade. Além das emprêsas citadas, Campo Maior é servido por elevado número de veículos que demandam o Estado do Ceará e os municípios piauienses de Pedro II, Piripiri, Barras, Piracuruca, Batalha, Beneditinos e Castelo do Piauí. A cidade dista da capital do Estado 84 quilômetros por via rodoviária e

Vista parcial da Avenida José Paulino de Miranda

74 por via aérea e 75 em linha reta. As distâncias entre a sede municipal e as cidades vizinhas são as seguintes: Alto Longá — estrada carroçável, 69 quilômetros; Altos — rodovia, 42 quilômetros; Barras — estrada carroçável, 72 quilômetros; Castelo do Piauí — estrada carroçável, 72 quilômetros; José de Freitas — rodovia, 54 quilômetros; Pedro II — rodovia e estrada carroçável, via Piripiri, 144 quilômetros; e Piripiri — rodovia, 90 quilômetros. Na cidade funciona uma estação postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Há um campo de pouso na sede municipal com 1 000 metros de comprimento por 360 de largura.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Campo Maior possuía 6 992 habitantes na época do Recenseamento de 1950, sendo a 4.ª cidade em população no Piauí, e conta com 43 logradouros públicos, dos quais 6 pavimentados em tôda a extensão e 12 parcialmente. Registra-se ainda a existência de 12 logradouros arborizados, um dos quais é também ajardinado. É servida de luz elétrica com 706 ligações domiciliares. Há abastecimento de água em 4 chafarizes públicos, bem assim um abastecimento especial feito em 20 carroças equipadas com pipas, puxadas por animais, cujo serviço é remunerado à razão de Cr$ 1,00 por lata de 20 litros. Os edifícios mais importantes são: Igreja-Matriz de Santo Antônio, Prefeitura Municipal, Cinema e Teatro, Escola Normal Rural, Estação Ferroviária, Correios e Telégrafos, Patronato Nossa Senhora de Lourdes, Grupos Escolares Leopoldo Pacheco e Valdivino Tito. Existem 2 hotéis e 4 pensões, com uma diária média de Cr$ 60,00; um cinema com capacidade normal para 230 espectadores. Há 25 automóveis e jipes e 32 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população por 4 médicos e 4 dentistas.

O Pôsto de Higiene do Serviço de Saúde do Estado e o Pôsto de Tracoma e Profilaxia do Departamento Nacional de Endemias Rurais servem à população com assistência médica em geral. Existem 5 farmácias na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Cooperativa de Consumo dos Funcionários do Banco do Brasil S.A., em Campo Maior, com 22 associados, congrega os funcionários daquela instituição creditícia.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento geral de 1950, havia no município de Campo Maior 32 832 pessoas com 5 anos e mais de idade, sendo que 6 819, ou seja, 20%, sabiam ler e escrever. Do total mencionado, 3 793 eram homens e 3 026, mulheres. Na sede municipal, das 5 820 pessoas de 5 anos e mais de idade, 2 945 sabiam ler e escrever, sendo 1 430 homens e 1 515 mulheres. Campo Maior colocou-se em 18.º lugar no conjunto dos municípios piauienses, no que concerne à alfabetização de sua população, apresentando a quota de 20,77%. A cidade colocou-se igualmente em 18.º lugar, com uma percentagem de 50,60% e na zona rural 14,34%.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município, 98 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 4 922 alunos, sendo 2 328 homens e 2 594 mulheres. As unidades escolares acima mencionadas distribuíam-se, segundo a dependência administrativa, da seguinte forma: 10 estaduais, 68 municipais, 4 particulares e 16 cursos supletivos. Além das entidades mencionadas, existe na cidade um estabelecimento de ensino extraprimário, o Ginásio Santo Antônio, anexo ao qual há uma Escola Técnica de Comércio; duas escolas de datilografia e o Patronato Nossa Senhora de Lourdes, que mantém ensino primário geral e cursos de bordados, corte e costura.

Registrou-se no Ginásio Santo Antônio e na Escola Técnica de Comércio, no ano de 1956, a matrícula de 130 alunos do sexo masculino e 74 do sexo feminino; 15 do sexo masculino e 9 do sexo feminino, respectivamente.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há em Campo Maior uma entidade de natureza cultural, denominada "Centro de Estudos Piauienses", fundado em 29 de outubro de 1953 pelo professor Raimundo N. M. de Santana e Olímpio Castro, tendo por finalidade promover o desenvolvimento cultural do Estado, fazendo pesquisa, publicando estudos e realizando conferências. A maior realização do Centro foi a fundação da biblioteca Padre Marcos de Araújo Costa, com sede na mesma cidade. Além disso, distribuiu um questionário sôbre a vida econômica e social do Piauí, de par com a visita a cêrca de 24 municípios, promovendo o intercâmbio cultural entre as comunas do interior, visando principalmente colocar os homens de pensamento da capital (Teresina) em contato com a realidade do interior do Estado. Nessa oportunidade, foram pronunciadas 29 conferências, das quais sete foram publicadas. Existem na sede 5 associações culturais, 4 das quais se dedicam às atividades esportivas, e um cinema — Cine-Teatro Glória Bandeirante do Norte, com 230 lugares. É bem evoluído o futebol em Campo Maior, onde se têm realizado competições de caráter intermunicipal e interestadual.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	430 000	4 055 000	2 292 000	663 000	2 249 000
1951	551 000	4 840 000	3 190 000	683 000	3 491 000
1952	724 000	5 237 000	2 344 000	754 000	2 579 000
1953	740 000	5 464 000	3 344 000	794 000	3 576 000
1954	758 000	6 296 000	7 435 000	813 000	3 367 000
1955	670 000	5 539 000	3 951 000	813 000	4 029 000
1956 (1)	...	...	3 800 000	1 140 000	3 210 000

(1) Orçamento.

Portão de entrada da Fazenda Experimental de Criação

PARTICUARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — À margem esquerda do rio Jenipapo, no local onde se feriu a sangrenta batalha entre as fôrças independentes do Piauí e a aguerrida tropa do Comandante das Armas do Piauí, major João José da Cunha Fidié, foi erigido um monumento em memória aos heróis que tombaram em defesa da independência da pátria.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Vários festejos de natureza religiosa se realizam no município: São José, São João, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora de Nazaré e Santo Antônio, padroeiro do lugar. A procissão de Santo Antônio, que se verifica no dia 13 de junho, movimenta quase tôda a população do município e adjacências. Além dos festejos mencionados, registram-se os levados a efeito em homenagem a São Gonçalo e que consiste na realização de leilões e danças simbólicas em tôrno de um arco especialmente levantado para êsse fim.

VULTOS ILUSTRES — Antônio Borges Leal Castelo Branco, magistrado e orador parlamentar, bacharel em direito pela antiga Academia Jurídica de Pernambuco, em 1838. Foi chefe de polícia, deputado à Assembléia Provincial do Piauí, nas quinta e sexta legislaturas, correspondentes aos anos de 1844 a 1847. Deputado à Assembléia Geral pela mesma província em 1848, tendo sido ainda Presidente da Província de Pernambuco.

Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, jornalista e escritor, tendo deixado várias obras publicadas.

Valdivino Tito de Oliveira, bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade do Recife, formado em 1906, jurista, Procurador da República, advogado e jornalista emérito.

ATRAÇÃO TURÍSTICA — O local onde se verificou a batalha do Jenipapo, no qual foi erigido um monumento em memória aos que ali tombaram em defesa da nossa independência, constitui atração turística.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de campo-maiorenses. O município tem passado ùltimamente por acentuado índice de progresso em face da valorização da cêra de carnaúba e da melhoria da pecuária.

BIBLOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" — Pereira da Costa; "O Piauí e o Centenário de Sua Independência" — Volume III — Teresina — Papelaria Piauiense — 1923; "Literatura Piauiense" — Escorço Histórico de João Pinheiro — Teresina — Imprensa Oficial — 1937; "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada" — Estatística Cultural n.º 5 — Conselho Nacional de Estatística — I.B.G.E. — 1953; "Coleção de Monografias n.º 138" — I.B.G.E. — Conselho Nacional de Estatística — 1957; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Campo Maior.

(Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina — e Agente do I.A.P.B.).

CANTO DO BURITI — PI

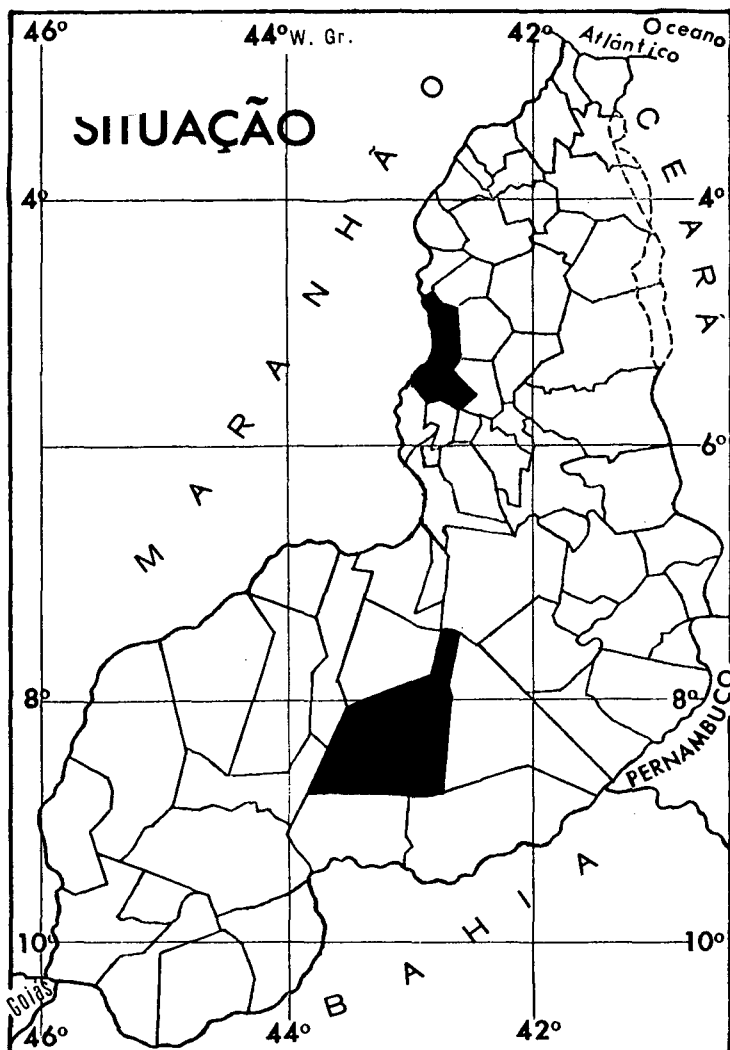
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — A atual cidade de Canto do Buriti tem a sua sede no lugar onde anteriormente se localizava o povoado Guaribas. Situado, na época do seu povoamento, no centro de uma mata verdejante e opulenta, fácil foi o seu desenvolvimento em virtude da valorização da borracha, extraída dos vastos maniçobais nativos existentes em suas imediações. Em 1915, quando Guaribas já contava com muitos prédios de sólida construção, por isso que já galgara a posição de povoado, foi elevado à categoria de vila e sede municipal, pela Lei estadual n.º 837, de 7 de julho daquele ano, com a denominação de Canto do Buriti, cuja instalação se verificou a 31 de outubro do mesmo ano, tendo como primeiro intendente o coronel Domingos dos Santos Chaves, pôsto que ocupou por nomeação do Governador do Estado, por ser um dos fundadores do lugar. Na mesma ocasião foram nomeados Vice-intendente João Pires de Carvalho Barros e Conselheiros municipais Antônio Augusto de Sousa, João Libório de Sousa e José Augusto de Aguiar, todos moradores antigos do lugar. A vila de Canto do Buriti, após a sua inauguração, sofreu tremendo impacto no seu progresso em virtude da queda brusca do preço da maniçoba, trazendo como conseqüência profundo esmorecimento e brutal desorganização na sua economia interna. O comércio, quase a ponto de soçobrar, vacilou e sofreu enorme abalo, como era natural. Ficou assim estacionado em seus primeiros dias de autonomia administrativa o progresso de Canto do Buriti, de cuja

estagnação financeira ainda hoje se ressente. A extração da cêra de carnaúba e a fabricação de farinha de mandioca, apesar de reduzidas, representam atualmente as riquezas mais importantes do município. A Agência Postal foi instalada a 9 de novembro de 1914.

Por Decreto n.º 1 279, de 26 de junho de 1931, o município perdeu a sua autonomia administrativa, sendo o seu território anexado ao de São João do Piauí, até 17 de agôsto de 1934, quando, por Decreto n.º 1 575, daquela data, voltou à categoria de município autônomo. A vila de Canto do Buriti foi elevada à categoria de cidade em virtude do Decreto estadual n.º 147, de 15 de dezembro de 1938.

O distrito judiciário de Canto do Buriti foi elevado à categoria de comarca por efeito do Decreto-lei estadual n.º 295, de 21 de setembro de 1940. O município consta atualmente de um distrito e é sede de comarca de 1.ª entrância. Em 1955, instalou-se a presente legislatura, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Abel da Silva Pimentel, e constituída a Câmara Municipal com 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — A sede de Canto do Buriti está situada a 449 quilômetros da capital estadual e, em linha reta, a 330 quilômetros. Pertence à Zona Fisiográfica do Sertão. O município limita-se com Caracol, São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Oeiras, Itaueira, Jerumenha e Cristino Castro. Suas coordenadas geográficas são: 8° 12' 30" de latitude Sul e 42° 57' 00" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 280 metros de altitude.

CLIMA — O clima é ameno, decorrendo da temperatura agradável. O inverno começa em outubro ou novembro e termina em maio.

ÁREA — É o segundo município do Estado, com .... 11 000 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Destaca-se o rio Fundo. Salvo pequenas ramificações da serra Branca, não existem elevações notáveis. Alguns morros e montes espalham-se pelo município, mas sem significação geográfica.

RIQUEZAS NATURAIS — A riqueza natural do município é representada pelos produtos extrativos vegetais que são a cêra de carnaúba, a maniçoba, o jatobá e madeiras.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população de Canto do Buriti era de 11 753 habitantes, assim distribuídos: 5 748 homens e 6 005 mulheres. Do total mencionado, 2 897 eram brancos; 1 201, pretos; 7 646, pardos. Dos 6 074 habitantes de 15 anos e mais de idade, havia 2 205 solteiros; 3 434 casados; 427 viúvos; 2 desquitados. Seis pessoas não declararam estado civil. Há predominância dos católicos apostólicos romanos em número de 11 746, sendo 5 744 homens e 6 002 mulheres. A densidade era de 1 habitante por quilômetro quadrado. A maior parte da população do município localiza-se na zona rural, representando 90% da população total. Há equilíbrio entre homens e mulheres residentes no campo, pois existem 5 253 homens e 5 371 mulheres. Em relação aos outros municípios, ocupa o 36.º lugar.

Aglomerações urbanas — As aglomerações urbanas do município de Canto do Buriti estão representadas por 2 núcleos, assim discriminados: cidade de Canto do Buriti com 1 129 habitantes, dos quais 495 são homens e 634, mulheres. Da população total, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 198 homens e 225 mulheres sabiam ler e escrever, segundo o Censo de 1950; povoado de Brejo, com 22 moradias e cêrca de 80 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município é constituída pela agricultura, a pecuária e a indústria.

Agricultura — Cultivam-se a cana-de-açúcar, a mandioca, o feijão, o algodão, o milho e o arroz. Os produtos agrícolas são exportados para alguns municípios do Piauí, Estados da Bahia, Pernambuco e Maranhão. Eis o volume e o valor da produção agrícola de 1956:

PRODUTOS	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Algodão	Arrôba	20 000	1 200 000
Arroz	Saco de 60 kg	2 500	625 000
Feijão	» » » »	3 000	600 000
Mandioca	Tonelada	2 000	200 000
Milho	Saco de 60 kg	1 800	180 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 750	175 000

Pecuária — A pecuária não tem grande significação econômica para o município, sendo reduzida à exportação de gado bovino. Sòmente algumas partidas são vendidas para o Estado de Pernambuco. Em 1956, havia 6 300 bovinos, 23 000 suínos, 3 600 ovinos e 30 000 caprinos.

Indústria — A indústria é caracterizada pela fabricação de farinha de mandioca e rapadura, cuja produção atingiu 213 960 quilogramas e 298 500 quilogramas, em 1956, no valor de Cr$ 473 334,00 e Cr$ 743 780,00, respectivamente. Há também beneficiamento de algodão, todavia a produção industrial não tem influência positiva na economia do município.

COMÉRCIO — A sede municipal conta com 6 estabelecimentos comerciais atacadistas que também vendem a retalho, 20 varejistas e 4 industriais, ocupando mais de 5 operários. Há transações com os Estados da Bahia, Piauí, Ceará, Sergipe e Pernambuco.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Conta o município de Canto do Buriti com estradas carroçáveis que se interrompem no período do inverno. Comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Itaueira — estrada carroçável, 96 quilômetros; São João do Piauí — estrada carroçável, 95 quilômetros; São Raimundo Nonato — estrada carroçável, 140 quilômetros; Caracol — estrada carroçável, via São Raimundo Nonato, 230 quilômetros; Bom Jesus — estrada carroçável, via São Raimundo Nonato e Caracol, 450 quilômetros, ou via Itaueira, 378 quilômetros; Jerumenha — estrada carroçável, via Itaueira, 192 quilômetros; Oeiras — estrada carroçável até Floriano e daí por via rodoviária, 310 quilômetros, ou via São João do Piauí, por estrada carroçável, 296 quilômetros; capital do Estado — estrada carroçável até Floriano e daí por via rodoviária, via Amarante, Regeneração, São Pedro do Piauí e Água Branca, 449 quilômetros; misto — estrada carroçável até Floriano, 216 quilômetros, e daí por via aérea, 192 quilômetros ou via fluvial, 330 quilômetros.

Há na cidade uma Agência Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Canto do Buriti, consoante o Censo de 1950, possuía 1 219 habitantes, sendo a 29.ª em população no Estado. Existem 3 logradouros parcialmente pavimentados com pedras irregulares, correspondendo a 12% da área da cidade. A iluminação pública é fornecida pela usina de propriedade da Prefeitura Municipal, havendo 70 ligações domiciliares. Existe uma pensão com a média diária de Cr$ 50,00. Os veículos registrados na Prefeitura do município são dois caminhões e um jipe.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência sanitária à população do município é prestada por uma única farmácia existente em sua sede.

ALFABETIZAÇÃO — No último Censo, foram recenseadas 9 543 pessoas de 5 anos e mais de idade, das quais 1 790, isto é, 18,7% do total, sabiam ler e escrever. Destas, 1 111 eram homens e 679 mulheres. Na sede municipal, das 963 pessoas de 5 anos e mais de idade, 423 sabiam ler e escrever, sendo 198 homens e 225 mulheres. No tocante à população de 5 anos e mais de idade, Canto do Buriti obteve o 26.º lugar em relação aos demais municípios, com a porcentagem de 18,76%. A cidade, entretanto, alcançou o 32.º em relação às demais, com a quota de 43,93%. Na zona rural, a porcentagem de alfabetização é de 15,93%.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 17 unidades escolares de ensino primário fundamental, sendo 6 estaduais, 4 municipais, duas particulares e 5 cursos supletivos. Houve 502 matrículas, das quais 233 de homens e 269 de mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	285 000	360 000	87 000	293 000
1951	—	566 000	419 000	112 000	556 000
1952	—	300 000	435 000	86 000	428 000
1953	—	331 000	810 000	97 000	818 000
1954	—	318 000	627 000	90 000	626 000
1955	—	506 000	735 000	137 000	663 000
1956 (1)	...	...	816 000	93 000	816 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — Há o festejo religioso da Padroeira Nossa Senhora de Santana, que tem início com novena e termina com tradicional procissão. Desenvolve-se no período de 18 a 26 de julho.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há aos sábados, na sede, no Mercado Municipal, uma feira-livre. Os nascidos em Canto do Buriti denominam-se canto-buritienses.

BIBLIOGRAFIA — "Sinopse Estatística do Município de Canto do Buriti — C. N. E. — 1948; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística; "O Piauí no Centenário de Sua Independência" — volume III.

(Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina — e Agente do I.A.P.B.)

CARACOL — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo a lenda, a primeira penetração nas terras dêste município, habitadas por índios da tribo tapuia, foi feita pelo comandante José Dias Soares e seus filhos Domingos Dias Soares e Gabriel Dias Soares, procedentes do município de Oeiras. Como aventureiros, visando exclusivamente a exploração da borracha, situaram-se no local onde atualmente se encontra a cidade de Caracol, e lhe deram o nome de "Formiga".

Com a chegada dêsses aventureiros, verificou-se o afastamento dos índios para lugares distantes dando margem a que os desbravadores se expandissem na exploração dos ricos maniçobais existentes e edificassem as primeiras moradias, o que se verificou, segundo a história, no ano de 1812.

Domingos Dias Soares, môço e inteligente, foi o fundador da primeira fazenda de criação na localidade, no ano de 1816, consoante testemunham os antigos moradores da região.

Outras famílias situaram-se também ali, dedicando-se à agricultura e à pecuária, atividades até hoje conservadas pelos habitantes do município, e nas quais se assenta a sua economia.

Por volta de 1904, a localidade já se apresentava em franco desenvolvimento e com características de povoado, tendo sido, por êsse motivo, elevada à categoria de distrito pela Lei municipal de 12 de janeiro daquele ano, votada pela Câmara de São Raimundo Nonato.

Os maniçobais de Caracol, com a valorização da borracha, atraíram muitas famílias de nível social e cultural mais elevado, o que muito contribuiu para o desenvolvimento do lugar. Do esfôrço dessa gente trabalhadora e progressista, desenvolveu-se admiràvelmente a extração da borracha da maniçoba, que fêz circular muito dinheiro na zona, beneficiando o comércio local e fazendo nascer a idéia da criação de uma vila, que, de alguma forma, poderia facilitar aos seus habitantes as vantagens que adviriam dêsse melhoramento.

Como era natural, surgiram os entusiastas da idéia, que, por diferentes e variadas formas, faziam a justa propaganda, mostrando, por dados racionais, as vantagens da autonomia do povoado. Dentre êsses ardentes propagandistas, salientou-se o ilustre e denodado sertanista Manoel da Costa, veterano das cruentas lutas do desbravamento dos nossoss sertões e do apascentamento dos nossos rebanhos que, com observações fidedignas, provara o acêrto dos seus desejos e o valor de suas idéias.

Diversas vêzes, na capital do Estado, junto aos podêres competentes, teve de invocar o seu prestígio pessoal para convencer os pessimistas e os retrógrados das vantagens de tão elevada idéia, principalmente para aquela região do alto Piauí, tão longínqua quanto esquecida. As descrições feitas, as notícias trazidas com o cunho de sinceridade tão comum ao nosso sertanejo, fêz com que fôsse apresentado um projeto de lei à Câmara Legislativa que dava a desejada autonomia a Caracol e determinava os seus respectivos limites.

Efetivamente, o projeto mencionado transformou-se na Lei n.º 686, de 4 de junho de 1912, que elevou o povoado de Caracol à categoria de vila, sendo designado o dia 8 de dezembro do mesmo ano para a sua instalação, disposição que teve o devido cumprimento.

Por ato do governador do Estado, datado de 22 de novembro de 1912, foram nomeados intendente Aureliano Augusto Dias e conselheiros municipais Reinaldo Augusto Dias, Joaquim Ribeiro Soares, Manoel Luís da Silva, João Sinfrônio Dias e Francisco Dias Pinheiro.

Pouco depois foram atacados os serviços de uma barragem no rio Piauí, bem próxima à vila, para cuja realização se contrataram muitos trabalhadores adventícios, entre os quais diversos desordeiros que se instalaram nos arredores e mesmo no centro da vila, dando motivo a que se desenvolvesse o banditismo tão comum nessas oportunidades, aos nossos altos sertões, prejudicando, de alguma forma, o progresso da nascente vila.

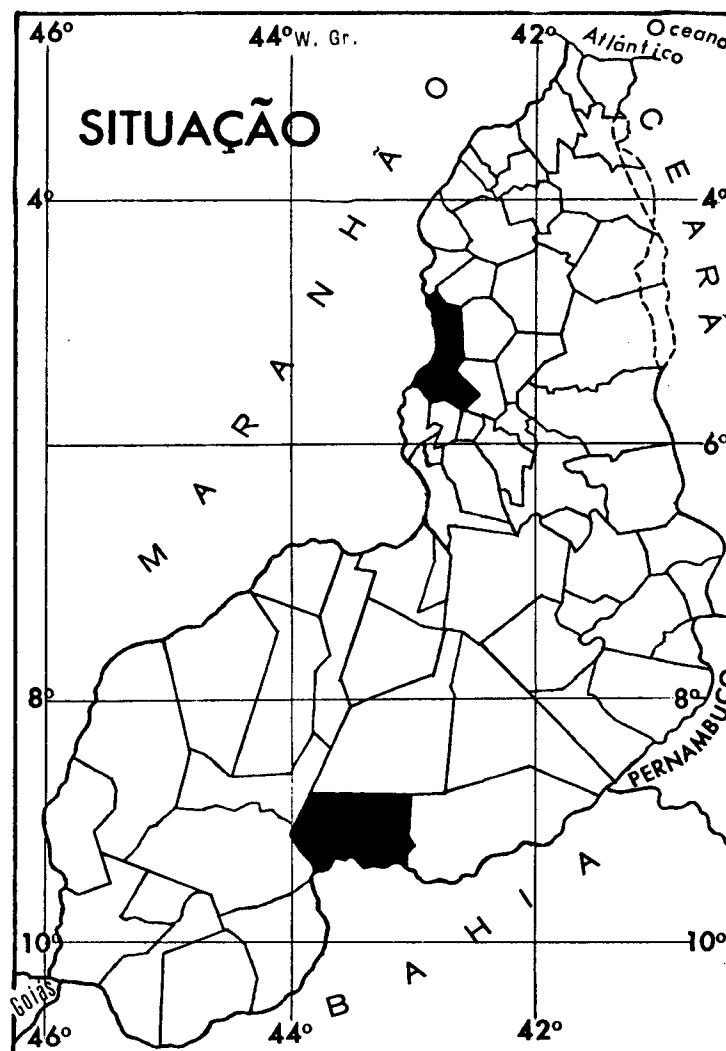
De par com essa inquietadora situação que por si só já era motivo para o declínio do progresso de Caracol, surgiu a repentina e completa desvalorização da borracha, suspendendo-se a sua extração, e determinando a falta de trabalho com o término da barragem. A miséria e a fome se uniram com outros fatôres de sofrimento dos habitantes indefesos, servindo de estímulo aos ladrões e desordeiros na prática de crimes de tôda ordem, agravando mais e mais a situação de insegurança geral, provocando o êxodo dos habitantes de Caracol tão acentuadamente que, em 1923, ficou a população reduzida a menos de um têrço daquela do seu apogeu, na época da valorização da borracha.

O Decreto estadual n.º 1 279, de 26 de junho de 1931, extinguiu o município de Caracol, reduzindo-o a distrito municipal, subordinado ao município de São Raimundo Nonato. Mais tarde, o Decreto-lei n.º 107, de 26 de julho de 1938, fêz desaparecer o último resquício de autonomia de Caracol, extinguindo em definitivo o distrito municipal. O seu território passou a integrar o de São Raimundo Nonato.

A Constituição Estadual, sancionada em 22 de agôsto de 1947, pelo artigo 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, restabeleceu a autonomia do município de Caracol, elevando-o à categoria de cidade, com os mesmos limites previstos pela Lei n.º 686, de 4 de julho de 1912, e modificados pela Lei n.º 811, de 4 de julho de 1914.

O seu quadro administrativo-judiciário é o seguinte: distrito judiciário subordinado à comarca de São Raimundo Nonato e município com um único distrito administrativo de igual nome.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Wilson Ribeiro de Figueiredo e constituída a Câmara com cinco vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Caracol situa-se na Zona Fisiográfica do sertão, limitando com os municípios de Bom Jesus, Canto do Buriti, São Raimundo Nonato e Estado da Bahia. A cidade fica a 463 quilômetros da capital do Estado, em linha reta.

CLIMA — O município de Caracol, colocado todo êle na vertente do alto Piauí, que, nesta zona, está em formação, situa-se em plena aba oriental da Serra dos Dois Irmãos, gozando, assim, das excelentes vantagens do bom clima das vizinhanças da serra. É verdade que, nas épocas calamitosas das sêcas, constituindo exceções, as suas matas, caatingas e cerrados ficam crestados pelo calor solar, que torna o ambiente bem cálido, principalmente durante o dia. É porém, como já foi dito acima, uma verdadeira exceção para o clima normal do município e principalmente da vila, de constante amenidade e agradável em tôdas as estações do ano.

ÁREA — De 6 609 quilômetros quadrados é a área do município de Caracol, que figura entre as unidades do Estado que possuem maior extensão territorial, apesar de ter sido desmembrado de São Raimundo Nonato.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: a serra das Confusões, o rio Piauí e o açude Caracol que tem capacidade para ...... 585 000 metros cúbicos de água, construído em 1913 pelo Govêrno Federal, que despendeu a importância de ...... Cr$ 30 000,00. A altura de sua barragem é de 7,30 metros, apresentando um volume de terra de 6 672 metros cúbicos. A largura do sangradouro é de 20 metros e o volume do corte, 3 892 metros cúbicos de terra. Registram-se ainda as serras do Bom Jesus da Gurguéia e da Boa Esperança.

RIQUEZAS NATURAIS — Maniçoba, caroá e madeiras em geral são as riquezas naturais de maior evidência no município; calcário e barro (argila para fabricação de tijolos e telhas) representam a riqueza mineral e animais silvestres — caititu, queixada, veado, gato selvagem, onça e tamanduá —, a riqueza animal.

POPULAÇÃO — A população de Caracol, segundo o Recenseamento de 1950, era de 8 147 habitantes e apresentava a seguinte composição: homens — 3 981; mulheres — 4 166; brancos — 2 528; pretos — 322; pardos — 5 243. Das pessoas recenseadas no município, 54 deixaram de prestar informações a respeito da côr. Do total de 3 861, correspondentes aos habitantes de 15 anos e mais de idade, 1 249 eram solteiros; 2 309, casados; 259, viúvos; e 2, desquitados; 44 pessoas não declararam o estado civil. Todos os habitantes do município de Caracol, na época do Recenseamento de 1950, eram brasileiros natos. Em religião, predominaram os que se declararam católicos apostólicos romanos, em número de 8 064, o que evidencia a pequena percentagem de adeptos de outras religiões. A densidade era de 1,23 habitantes por quilômetro quadrado. Localizam-se 88% da população do município na zona rural, superando a média do Estado que é de 83,6%. Há equilíbrio entre o contingente de homens e o de mulheres na população rural do município, a qual, discriminada por sexo, ofereceu os seguintes resultados: 3 544 homens e 3 643 mulheres. Situa-se em 45.º lugar em relação aos municípios mais populosos do Estado e a cidade coloca-se em 31.º lugar, relativamente às demais do Estado, obtendo posição mais distinta.

Aglomerações urbanas — Existem 3 centros urbanos no município de Caracol, sobressaindo como principal, a cidade com 960 habitantes, sendo 437 homens e 523 mulheres. Do total mencionado, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 141 homens e 127 mulheres sabiam ler e escrever. De outro lado, 206 homens e 314 mulheres não eram alfabetizados, conforme evidenciou o Censo de 1950. Seguem-se os povoados: Jurema, com 88 moradias e cêrca de 405 habitantes, e Tamanduá, com 97 moradias e 500 habitantes aproximadamente, consoante dados extraídos da Campanha Estatística.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária constituem a principal fonte econômica do município. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1956, foram os seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Feijão	Saco de 60 kg	5 000	1 350 000
Milho	» » » »	3 000	450 000
Algodão	Arrôba	6 700	435 000
Arroz com casca	Saco de 60 kg	600	216 000
Mandioca	Tonelada	1 650	132 000
Cana-de-açúcar	»	650	65 000

Os excedentes dos produtos agrícolas são exportados, geralmente para os municípios de São Raimundo Nonato, Remanso (BA) e Juàzeiro (BA).

Os efetivos pecuários do município apresentam os seguintes valores: 12 500 bovinos, 9 000 suínos, 4 000 ovinos e 12 000 caprinos. A pecuária, como principal item da economia do município, proporciona à sua população apreciável fonte de recursos financeiros com a exportação de gado para os municípios de Petrolina e Araripina, no Estado de Pernambuco, e o aproveitamento integral do leite na fabricação de queijo e manteiga.

É modesta a indústria do município, que se caracteriza pela transformação e beneficiamento de produtos agrícolas, cujo movimento de produção, durante o ano de 1956, foi o seguinte: algodão em pluma — 10 500 quilogramas, no valor de Cr$ 241 500,00; 415 077 quilogramas de farinha de mandioca, no valor de Cr$ 416 071,00; 42 964 quilogramas de polvilho de mandioca, valendo Cr$ 86 468,00, e 31 585 de rapadura, valendo Cr$ 126 328,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio do município é representado por 1 estabelecimento comercial atacadista, 26 varejistas e 1 indústria com mais de 5 operários, situados na sede municipal. O comércio local mantém transações com as praças de São Raimundo Nonato, Remanso (BA), Juàzeiro (BA), Salvador, Petrolina e Recife, no Estado de Pernambuco.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Caracol conta com estradas carroçáveis que o ligam aos municípios de São Raimundo Nonato, Cristino Castro e o Estado da Bahia, quando as condições do inverno o permitem. A cidade de Caracol dista da capital do Estado, por estrada carroçável e rodovia, via São Raimundo Nonato, Canto do Buriti e Floriano — 664 quilômetros, aproximadamente e 463 em linha reta, misto: a) estrada carroçável até Floriano. — 386 quilômetros; b) fluvial: — 330 quilômetros e c) aéreo — 192 quilômetros. A distância entre a sede municipal e as sedes municipais limítrofes, são as seguintes: São Raimundo Nonato, estrada carroçável —

90 quilômetros; Remanso (BA), estrada carroçável — 188 quilômetros; Cristino Castro, estrada carroçável — 180 quilômetros; Canto do Buriti, estrada carroçável, via São Raimundo Nonato — 230 quilômetros. Funciona na cidade uma estação postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Caracol contava, na época do Recenseamento de 1950, com 960 habitantes, sendo a 31.ª cidade em população no Piauí e possuía 8 logradouros públicos. Há serviço de luz elétrica, com 40 ligações domiciliares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um socorro farmacêutico, no município, é onde a população se abastece de remédios.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, havia em Caracol 6 506 pessoas com 5 anos e mais de idade, das quais, 1 147, ou seja, 17%, sabiam ler

Prefeitura Municipal

e escrever. Dêsse total, 708 eram homens e 439 mulheres. Na sede municipal, das 788 pessoas de cinco anos e mais de idade, 268 sabiam ler e escrever, sendo 141 homens e 127 mulheres.

Ensino — Funcionaram na cidade e no resto do município, em 1956, 30 unidades de ensino primário fundamental comum com a matrícula de 486 alunos, sendo 241 homens e 245 mulheres. Dos estabelecimentos que funcionaram no município, no decorrer do exercício de 1956, 4 pertenciam ao govêrno do Estado; 23, ao município; 1 era particular e 2 eram cursos supletivos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	25 000	254 593	27 522	325 823
1951	—	99 000	321 427	30 025	252 969
1952	—	104 000	374 104	33 720	263 679
1953	—	143 000	707 938	30 428	888 775
1954	—	96 000	537 212	65 584	356 009
1955	—	260 218	609 347	57 953	853 594
1956 (1)	—	...	832 965	99 264	864 151

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas as principais manifestações populares, tais como as festas de Nosso Senhor dos Aflitos, padroeiro do município, que se realiza no mês de setembro e a que se verifica em homenagem à Imaculada Conceição, no dia 8 de dezembro. Ambas terminam com imensa procissão que movimenta grande parte da população do município.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A serra das Confusões, distante da sede municipal cêrca de 20 quilômetros, pela singularidade dos seus aspectos, constitui atração turística. A propósito das belezas naturais que se apresentam ao visitante, assim se expressou o Dr. Benjamin de Moura Batista, em trabalho publicado no volume III do livro "O Piauí no Centenário de sua Independência": "Ao sul do município e nos seus limites ainda não bem determinados está a serra das Confusões. O quadro desta pequena parte orográfica do município, que tem o nome muito bem aplicado, tais e tamanhos acidentes existem aí e belos. O capitão Apolinário Monteiro, ilustre inspetor literário do Estado, fazendo há pouco tempo um passeio a êste acidente natural, descreveu com côres bem vivas as belezas que aí encontrou através cerrados, baixões e caatingas que campeiam a área circunscrita pelo labirinto das confusões.

"O visitante escolheu para a sua visita a época da ardentia solar, quando o desnudamento é completo. É assim que do alto da serra êle se exprime. — "Lá, em baixo, muito em baixo o fundo do quadro é formado de sucessivas ondulações cinzentas, de um cinzento russo nevado, confuso, dando uma idéia de trepidações cinematográficas, que na realidade não existem, tudo efeito de luz solar, evoluindo pelo vácuo e derramando-se sôbre múltiplas séries de colinas e seus respectivos vales, cobertos todos vales e colinas, colinas e vales de esqueletos de árvores, troncos, sòmente troncos e galhos terminados por garranchos hirtos, nus completamente destituídos da sua folhagem, com sentidos e bem acentuados sons de uma natureza morta, perspectiva que tomam, na sêca, tôdas as caatingas dos nossos bonitos sertões". "Depois de diferentes digressões, o ilustre observador, sempre admirado das nossas belezas sempre descrevendo com sincera simpatia êste pequeno pedaço do intrincado sistema orográfico de Caracol, termina com esta chave que bem resume a sua bem feita e correta descrição. "A êsse pedaço do mundo; a êsse conjunto de belezas naturais visto do tôpo da Serra, lá dentro no seu recôncavo é que se dá o nome de Confusões".

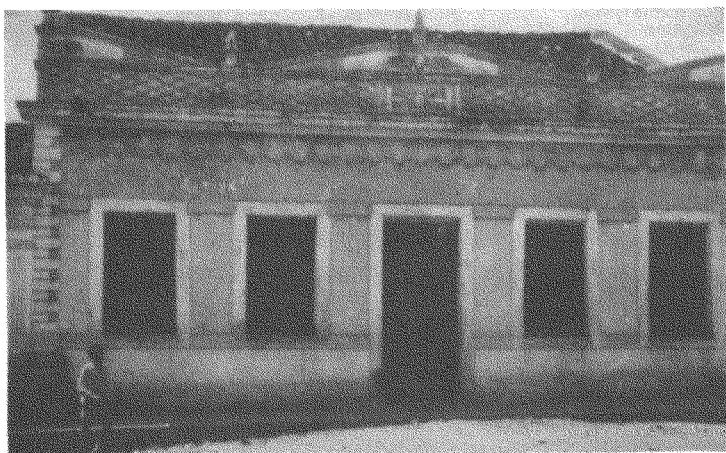
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar são conhecidos pelo gentílico caracolenses. O nome do município teve origem no conjunto lacustre, em forma centrípeta, formado pelo rio Piauí nas imediações da sede municipal.

BIBLIOGRAFIA — "O Piauí no Centenário de sua Independência", volume III, papelaria Piauiense — 1923; "Ligeiros Dados Estatísticos" — D. E. E. do Piauí — Tipografia Popular — 1944; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Estado; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística do Piauí e Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Caracol.

(Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina — e Agente do I.A.P.B.)

CASTELO DO PIAUÍ — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Pertencente à freguesia de Santo Antônio do Surubim, hoje cidade de Campo Maior, o lugar Rancho dos Patos teve os seus primeiros habitantes nos primórdios do século XIII, tendo sido elevado à categoria de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora do Destêrro, por Provisão de 27 de novembro de 1742, do Bispo do Maranhão, D. Frei Manoel da Cruz, por ocasião de sua passagem pelo Piauí, em visita pastoral. Pela mesma Provisão foi transferido para a nova freguesia o Vigário de Piracuruca, padre José Lopes Pereira, seu primeiro Pároco, que se obrigara a construir uma igreja paroquial às expensas do povo. O padre Pereira construiu grande capela com duas sacristias, que se transformou na atual igreja-matriz, depois de passar por sensível remodelação.

Prefeitura Municipal

Dezenove anos depois, por Carta Régia datada de 19 de junho de 1761, o povoado Rancho dos Patos foi elevado à categoria de vila e sede municipal, com a denominação de Marvão, tendo sido instalado a 13 de setembro do ano seguinte. Por efeito dêste mesmo ato, foi doada uma légua de terras, em quadro, para a constituição do patrimônio de sua municipalidade.

Marvão teve papel saliente nas lutas pela independência do Brasil, tendo, entre outros fatos, organizado um levante popular nos primeiros dias de janeiro de 1823, encabeçado pelo contingente que ali tinha estacionado para garantia do regime português. O município, ao tempo de sua criação, abrangia o território de Piranhas e de Pelo Sinal, hoje Crateús, e Independência, do Estado do Ceará, bem assim Humildes, atualmente município de Alto Longá.

Por deliberação do Conselho do Govêrno, em sessão do dia 26 de julho de 1833, diz Pereira da Costa, foi criada a comarca de Marvão compreendendo o têrmo da mesma vila e as do Poti, atual município de Teresina, e Príncipe Imperial, hoje Crateús (CE).

Essa comarca foi extinta por duas vêzes, sendo a primeira pelo Decreto n.º 2, de 28 de dezembro de 1899 e, a última, pela Lei n.º 85, de 12 de junho de 1896, tendo sido restaurada respectivamente, pela Resolução n.º 8, de 2 de julho de 1890, e Lei n.º 930, de 2 de julho de 1918.

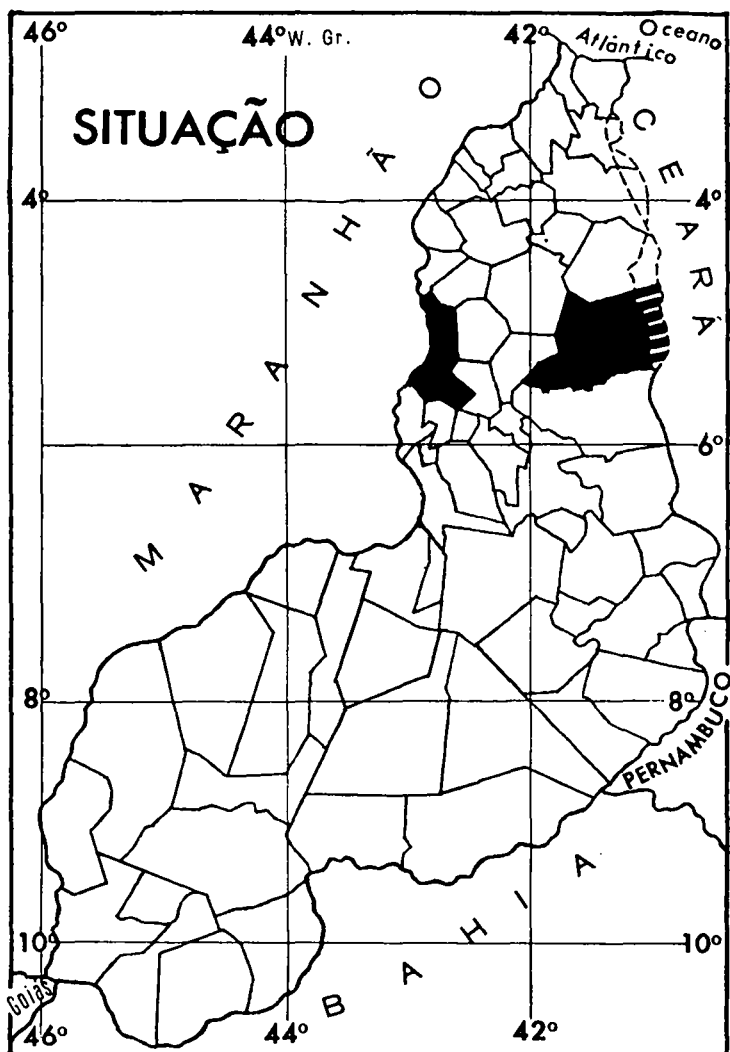
O nome Marvão, dado à vila no momento de sua criação em 19 de junho de 1761, foi mudado para o de "Vila de Castelo" por efeito do Decreto-lei estadual n.º 20, de 27 de março de 1890.

Em decorrência da legislação federal que proibia a duplicidade de topônimos das cidades e vilas brasileiras, o município de Castelo voltou a denominar-se Marvão, por fôrça do Decreto estadual n.º 754, de 30 de dezembro de 1942. Aquela denominação, entretanto, logrou conservar-se por muito tempo, em razão de resistência apresentada pelos habitantes do local à mudança do nome, vindo o município, pela Lei n.º 169, de 8 de outubro de 1948, a denominar-se Castelo do Piauí, topônimo que ainda conserva.

Com a vigência do Decreto estadual n.º 147, de 15 de dezembro de 1948, a vila de Castelo foi elevada à categoria de cidade, cuja instalação solene se verificou a 1.º de janeiro de 1949. Data de 5 de março de 1859, a instalação da agência postal do município.

O município consta atualmente de um único distrito e é sede de comarca de 2.ª entrância.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Elício Pereira Terto e constituída a Câmara de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal está encravada na Zona Fisiográfica da Ibiapaba, distando da capital do Estado 192 quilômetros por estrada carroçável e rodovia e, em linha reta, 140 quilômetros. O município limita com o Estado do Ceará e com os municípios de Alto Longá, São Miguel do Tapuio, Pedro II e Campo Maior. Suas coorde-

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

nadas geográficas são: 5° 19' 24, 1" de latitude Sul e 41° 33' 11' 1" de longitude W Gr.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 230 metros.

CLIMA — O clima não é dos melhores do Estado, concorrendo para isso a instabilidade do ar atmosférico, ora cálido, ora frio. A estação chuvosa começa em dezembro e termina em maio.

ÁREA — A área do município soma 6 344 quilômetros quadrados, figurando dentre as unidades de maior superfície no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente hidrográfico é o rio Poti que atravessa o município, seguindo o rumo do poente. Há os rios Cais, Capivara, Parafuso, Canudos, da Onça, Jenipapo, Macambira, além de riachos, lagoas e olhos-d'água.

O lado oriental é quase todo composto de serras, maiores e menores. Destacam-se as da Ibiapaba, Grande, do Ôlho-d'Água, da Cipaúba, da Fazenda Nova, das Vertentes, das Pitombeiras, do Padre Bento, das Tapuias.

RIQUEZAS NATURAIS — A cêra de carnaúba é o principal produto extrativo vegetal. Em seguida aparecem a oiticica e o tucum. Na fauna, citam-se onça suçuarana, veado, caititu, cutia e gato. Não há dados concretos sôbre a existência de minerais.

POPULAÇÃO — Castelo do Piauí, segundo o Recenseamento de 1950, possuía 17 841 habitantes, sendo 9 064 homens e 8 777 mulheres. Em relação à côr, a população tinha a seguinte composição: 4 214 brancos, 1 896 pretos,

Grupo Escolar Matias Olímpio

11 718 pardos e 13 sem declaração de côr. Das 9 624 pessoas de 15 anos e mais de idade, 3 557 eram solteiras, 5 356 casadas, 698 viúvas e 2 desquitadas. Do total indicado, 11 não declararam estado civil. Todos os habitantes eram brasileiros natos. Em religião, predominaram os que se declararam católicos romanos em número de 17 799; as outras religiões possuíam adeptos em pequena escala. A densidade era de 2 habitantes por quilômetro quadrado. Quase tôda a população do município se localiza na zona rural, haja vista a percentagem de 97%. O equilíbrio entre o total de homens e o de mulheres é também observado na população rural (8 778 homens e 8 506 mulheres). O município ocupa o 24.° lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado. A cidade, no entanto, ocupa posição menos vantajosa, detendo o 43.° lugar em confronto com as demais do Estado.

Aglomerações urbanas — O município conta com 5 núcleos urbanos, a saber: cidade de Castelo do Piauí, com 557 habitantes, sendo 286 homens e 271 mulheres. Dêsse total, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 163 homens e 138 mulheres sabiam ler e escrever, ao passo que 80 homens e 98 mulheres não eram alfabetizados, conforme dados do Recenseamento de 1950; povoado São João da Serra, com 75 moradias e população aproximada de 450 habitantes; povoado Buriti dos Montes, com 46 mo-

Vista parcial da Rua 7 de Setembro

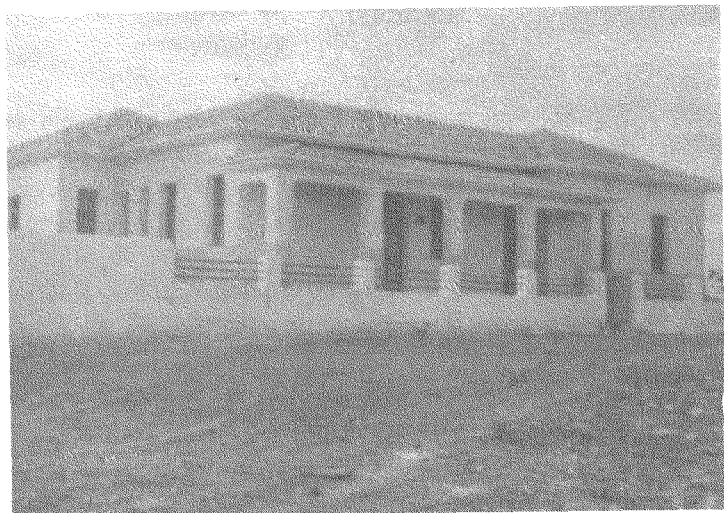
radias e cêrca de 285 habitantes; povoado Canabrava, com 20 moradias e população aproximada de 130 habitantes; povoado Buriti do Santo Antônio, com 43 moradias e cêrca de 265 habitantes. Convém salientar que a população dos povoados relacionados é resultado de estimativa feita, tendo em vista o número de moradias.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem sua base econômica assentada, principalmente na agricultura, na pecuária e na extração da cêra de carnaúba.

Agricultura — A produção agrícola do município, no ano de 1956, foi a seguinte:

PRODUTOS	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Cana-de-açúcar	Tonelada	3 000	450 000
Feijão	Saco de 60 kg	1 100	330 000
Milho	» » »	2 400	240 000
Algodão	Arrôba	3 000	225 000

Os principais compradores dos produtos agrícolas do lugar são o município de Campo Maior e o Estado do Ceará.

Pecuária — Pode-se considerar a pecuária como a principal fonte de economia do município. A numerosa quantidade de bovinos, suínos, ovinos e caprinos coloca-o em posição de destaque no quadro estadual. Em dezembro de 1956, contavam-se 76 000 bovinos, 36 000 suínos, 35 000 ovinos e 42 000 caprinos. A capital estadual e al-

Pôsto de Saúde Estadual

guns municípios do Estado do Ceará são os principais compradores do gado de Castelo do Piauí.

Indústria — A indústria extrativa vegetal representada pela cêra de carnaúba constitui importante atividade para a economia municipal, seguindo-se a indústria da extração do óleo do tucum e da oiticica. Existe no município a Usina Caraíbas, destinada à produção de cêra de carnaúba, açúcar, manteiga, e aguardente de cana, a qual ainda não exerce tôdas as atividades para que foi criada.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio da sede municipal está representado por 2 estabelecimentos atacadistas, que incluem em seu ramo de atividades a venda a varejo, e 5 estabelecimentos com o comércio exclusivamente a retalho. O comércio local mantém transações com as praças de Fortaleza, Recife, Teresina e Campo Maior.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município de Castelo do Piauí é servido por uma rodovia estadual que o liga ao de São Miguel do Tapuio, a qual, em face de encontrar-se ainda em construção, não oferece tráfego regular, por não terem sido feitas as pontes sôbre os riachos que a interrompem. Há várias estradas carroçáveis que proporcionam tráfego apenas no período do verão. Comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Campo Maior — estrada carroçável, 108 quilômetros; São Miguel do Tapuio — rodovia, 36 quilômetros; Pedro II — estrada carroçável, 120 quilômetros; Alto Longá — estrada carroçável, 72 quilômetros; Crateús (CE) — estrada carroçável, via Oiticica (CE), 150 quilômetros; Capital estadual — estrada carroçável até Campo Maior e daí por rodovia, 192 quilômetros. Na cidade funciona uma estação postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — O município é servido de energia elétrica fornecida pela usina da Prefeitura Municipal. A sede municipal possui iluminação pública e 74 ligações elétricas domiciliares. Contam-se 18 logradouros públicos. Existem 3 pensões com a média diária de Cr$ 50,00. Na Prefeitura, há 3 jipes e 3 caminhões registrados.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há um socorro farmacêutico no município, onde a população local se abastece dos medicamentos de que necessita.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 verificou a existência de 14 558 pessoas com 5 anos e mais de idade. Dêsse total, 3 139, ou seja, 21,5%, sabiam ler e escrever. Havia 1 948 homens e 1 191 mulheres. Na sede municipal, das 479 pessoas de 5 anos e mais de idade, 301 sabiam ler e escrever, sendo 163 homens e 138 mulheres.

Relativamente à alfabetização dos seus habitantes, o município de Castelo do Piauí colocou-se em 12.º lugar no conjunto dos municípios piauienses com uma quota de 21,49%. A cidade, bem como a zona rural, apresentaram percentagem destacada de alfabetização, pondo-se em 2.º e 7.º lugares, respectivamente, em relação às demais do Estado, com 62,84% e 20,09%.

Ensino — Em 1956 funcionaram, em todo o município, 26 unidades de ensino primário fundamental comum, sendo 5 estaduais e 21 municipais, havendo 787 matrículas. Estiveram em atividades, também, 5 cursos supletivos com 99 matrículas.

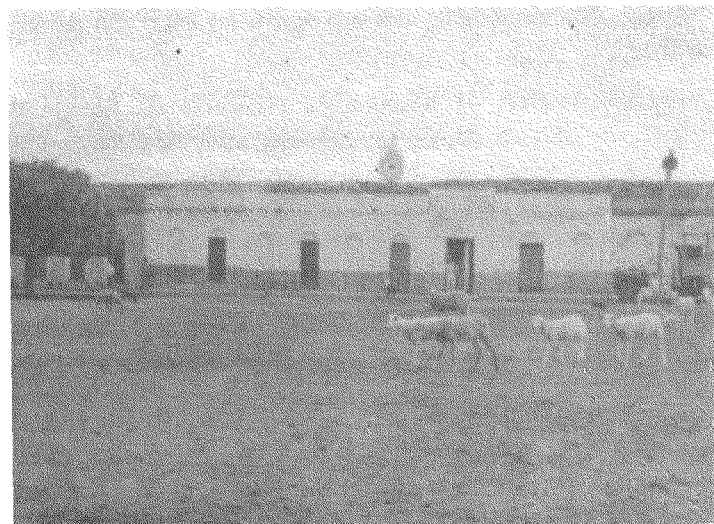
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há uma biblioteca pública, de natureza geral, denominada "Biblioteca Coronel Jacob Gayoso", possuindo 1 200 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	96 000	580 000	489 000	190 000	437 000
1951	155 000	925 000	633 000	267 000	614 000
1952	201 000	965 000	595 000	237 000	622 000
1953	176 000	875 000	920 000	233 000	898 000
1954	175 000	965 000	785 000	229 000	834 000
1955	103 000	1 233 000	946 000	295 000	829 000
1956 (1)	...	...	741 000	225 000	701 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A única festa religiosa do município é a da padroeira — Nossa Senhora do Destêrro — realizada no período de 16 a 25 de dezembro, iniciando-se com novena e terminando com tradicional procissão.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Situada na planície de uma chapada, a cêrca de 5 léguas da cidade, acha-se a pedra do Castelo, onde existem arcadas e blocos diversos e uma

Mercado Público Municipal

grande sala que atravessa a pedra de lado a lado, na qual se sepultam mortos, uma vez que permite a abertura de covas com a profundidade desejada. Além desta, há outra sala menor que também atravessa a pedra em outro ponto e onde se enterram corpos de criança, e denominada, por isso, de sala dos anjos.

Antes da entrada para a sala principal, há outra pequena, de forma arredondada, assemelhando-se a sala de espera, entre três colunas de pedra onde o visitante pode descansar um pouco e continuar a jornada, com pouca elevação, acostado à pedra pelo lado exterior e logo perto penetrar no salão de honra dos moradores eternos do edifício. Na face interna da pedra vêem-se figuras de macacos e aves e letras de diferentes caracteres feitas com tinta encarnada.

Da sala grande partem duas grutas para o interior da pedra, numa das quais (na maior) fazem enterramento de corpos. Na outra gruta está uma mesa com um oratório envidraçado e, dentro dêste, uma imagem de Nossa Senhora colocada ali por uma mulher em cumprimento de voto.

A pedra, de forma oval, mede aproximadamente 15 metros de altura com uns 300 metros de circunferência. Alcança-se o seu cume, em que há uma planície de capim agreste, por uma escada natural, na pedra, de forma triangular, e de onde se observam as curvaturas do rio Poti, ao poente, e do outro lado se vêem as casas de diversos moradores na distância de uma e duas léguas.

No centro da pedra há uma clarabóia que fica sôbre a sala grande.

A tradição diz ter sido encontrada, naquela pedra, a imagem de Nossa Senhora do Destêrro que deu nome à freguesia. Trazida a Santa para a igreja, desaparecia, sendo achada sempre no lugar da pedra onde fôra descoberta, e só tendo permanecido na igreja após a criação da freguesia. Essa imagem era de pedra, de tamanho pequeno, e desapareceu definitivamente da matriz, há mais de 40 anos, sem jamais se saber de seu paradeiro.

No dia de finados se reúnem naquela velha necrópole para mais de 100 pessoas que vão orar pelos seus defuntos. A pedra é benta e tem sido visitada por todos os bispos que passam em missão na paróquia de Castelo do Piauí.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O adjetivo pátrio dos nascidos no município de Castelo do Piauí é castelense. Há, na cidade, um advogado no exercício da profissão.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" — Pereira da Costa; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — 1939 — Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; "Decretos e Resoluções do Piauí" — 1889-1891; "Coletânea das Leis e Decretos e Constituição do Piauí"; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Castelo do Piauí; "O Piauí no Centenário de Sua Independência" — volume IV — 1923; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí.

(Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina — e Agente do I.A.P.B.)

COCAL — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

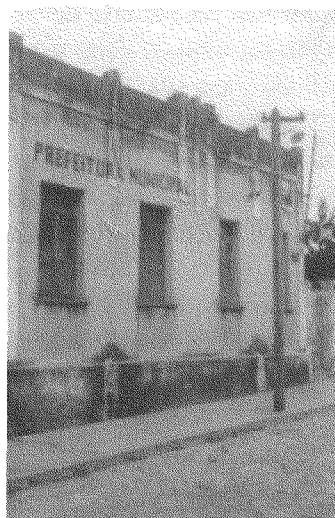
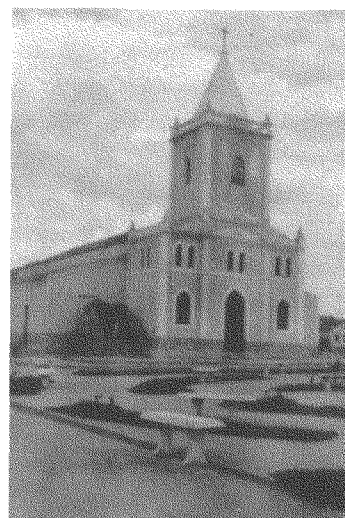
HISTÓRICO — A origem do nome do atual município de Cocal deve-se, segundo a lenda, a duas palmeiras de côco babaçu plantadas à frente de uma choupana de propriedade da viúva Camila Silva, no local onde hoje está situada a Rua Hermínio Galvão. Com a chegada, ali, de Domingos Rufo, Virgílio Rufo, e os irmãos Antônio José da Silva, Cláudio José da Silva e Domingos José da Silva, seus primeiros habitantes, com o auxílio de outras pessoas, passaram a explorar as terras. O lugar se desenvolveu e, dentro de pouco tempo, já apresentava as características de povoado.

A Lei estadual n.º 160, de 28 de julho de 1947, criou a vila e o município de Cocal, com sede no povoado do mesmo nome, o qual, por falta de terras para constituição do seu patrimônio, deixou de instalar-se, dando lugar à caducidade da lei que o criara.

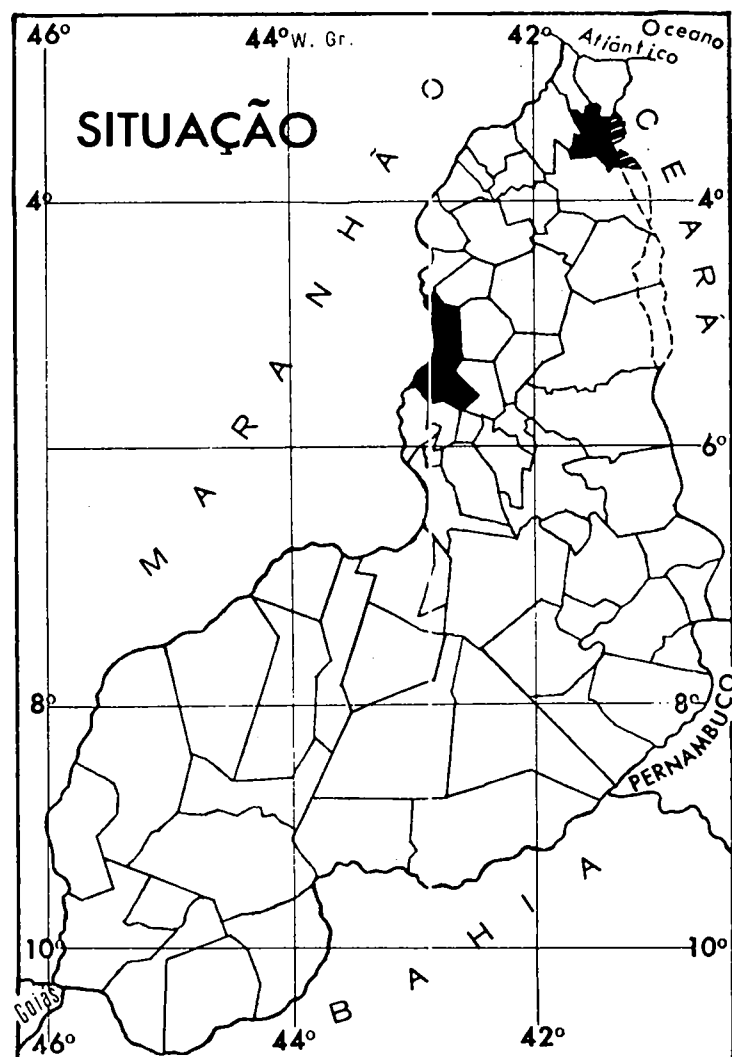
Mais tarde, Antônio de Carvalho Vaz, João Justino de Brito e outros conseguiram que fôsse incluído na Constituição do Estado, promulgada a 22 de agôsto de 1947, dispositivo elevando o povoado à categoria de cidade, o que de fato se concretizou, pois naquele diploma, no Artigo n.º 58, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, encontra-se inserida a determinação legal focalizada. O território que constitui o atual município de Cocal foi desmembrado do de Parnaíba, ao qual pertencia desde a sua formação.

Um ano depois, a 22 de agôsto de 1948, verificou-se a instalação solene do município, que teve como primeiro Prefeito o Sr. João Justino de Brito.

O município de Cocal consta atualmente de um distrito administrativo e um distrito judiciário, subordinado, o último, à comarca de Parnaíba.

A atual legislatura que rege os destinos do município foi instalada em 1955, quando assumiu o cargo de Prefeito municipal, para o qual fôra eleito, o Sr. Joaquim Vieira de Brito. A Câmara Municipal é constituída de cinco vereadores.

Prefeitura Municipal

Igreja-Matriz de N. S.ª do Perpétuo Socorro

LOCALIZAÇÃO — A cidade de Cocal está situada no traçado da Estrada de Ferro Central do Piauí e o município localiza-se na Zona Fisiográfica da Ibiapaba. Limita o município de Cocal com Piracuruca, Buriti dos Lopes, Par-

naíba, Luís Correia e o vizinho Estado do Ceará. Fica a cidade a 371 quilômetros da capital estadual, e, em linha reta, 226 quilômetros, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 3° 28' 06" de latitude Sul e 41° 34' de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — De 122 metros é a altitude da sede municipal.

CLIMA — Apesar de sêco e ventoso no estio, quente e úmido no inverno, o município oferece um clima ameno e agradável. Como nos demais do Estado, o inverno se estende de janeiro a maio, e o verão vai de junho a novembro.

ÁREA — A área do município é de 1 817 quilômetros quadrados, que o coloca entre os de tamanho médio em relação aos demais do Estado.

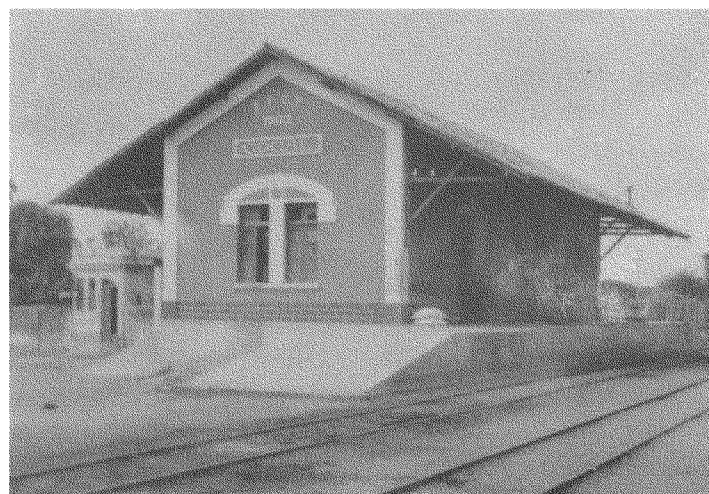
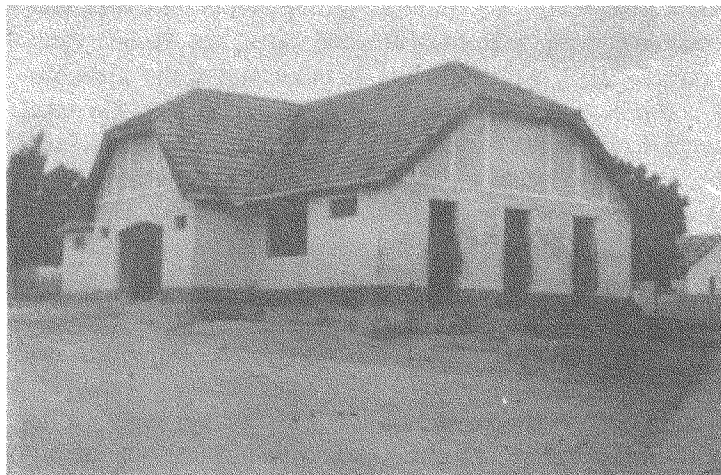
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Há, no município, como principais acidentes geográficos, os rios Pirangi, Estremas, Jacareí e o Camurupim, registrando-se ainda os riachos do Poção e Belém. Na parte orográfica, encontram-se as serras do Arco, que serve de limite com o vizinho Estado do Ceará, serra de São Domingos, separando o município do de Luís Correia, e a serra de Santo Hilário.

RIQUEZAS NATURAIS — O município tem como principal riqueza natural a cêra de carnaúba e o tucum, que representam a base fundamental de sua economia.

POPULAÇÃO — A população do município de Cocal, conforme registrou o Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1950, era de 14 891 habitantes e tinha a seguinte composição: 7 516 homens e 7 375 mulheres. Do total mencionado, 5 012 eram brancos; 33, pretos; 9 833, pardos; e 13 não declararam a côr. Dos 7 618 habitantes de 15 anos e mais de idade, 2 701 eram solteiros; 4 506, casados; 407, viúvos; e 4 não declararam o estado civil. No que se refere à religião, como se verifica em todo o Estado, os habitantes do município de Cocal se declararam preponderantemente católicos apostólicos romanos, dos quais 7 507 homens e 7 372 mulheres. Apenas 1 declarou ser protestante; 6 declararam não professar religião, e 5 nada disseram a êsse respeito, sendo, dêsse total, 3 homens e 2 mulheres. A densidade demográfica era de 8,2 habitantes por quilômetro quadrado. Localizavam-se 90% da população do município na zona rural, ultrapassando a percentagem do Estado, que era de 83,6%. Há equilíbrio entre o número de homens e o de mulheres na população, a qual, discriminada por sexo, apresentou as seguintes cifras: 7 516 homens e 7 375 mulheres. Situa-se Cocal em 3.° lugar em relação aos municípios mais populosos do Estado. A cidade, todavia, ocupa o 22.° lugar, sendo uma das que apresentam índice médio de contingente populacional.

Aglomerações urbanas — As aglomerações urbanas do município de Cocal são representadas por três núcleos, assim distribuídos: cidade de Cocal, com 876 habitantes, dos quais 412 homens e 464 mulheres. Do total referido, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 247 homens e 272 mulheres sabiam ler e escrever, conforme os dados do Censo de 1950; povoado Frecheiras, com 50 moradias, tendo aproximadamente 200 habitantes; povoado Cocal dos Alves, com 52 moradias e cêrca de 230 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município de Cocal são a agricultura e a pecuária. Os principais produtos agrícolas da região, em 1956, foram os que se encontram enumerados no quadro a seguir:

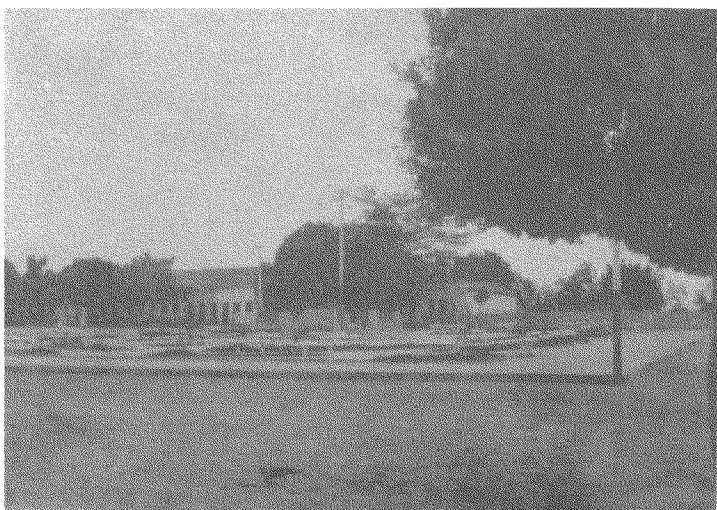
PRODUTOS	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Mandioca	Tonelada	3 600	1 800 000
Milho	Saco de 60 kg	13 000	240 000
Feijão	» » » »	1 200	180 000
Arroz com casca	» » » »	910	163 000

Estação da Estrada de Ferro Central do Piauí

Mercado Público Municipal

Os excedentes da produção agrícola de Cocal são vendidos ao vizinho município de Parnaíba.

A extração da cêra de carnaúba, principal fonte econômica do município, teve sua produção elevada, durante o ano de 1956, pois atingiu 16 458 quilogramas, no valor de Cr$ 496 740,00. Como refôrço à economia municipal, outros produtos, não menos expressivos, apresentaram o movimento seguinte: farinha de mandioca — 229 300 quilogramas, valendo Cr$ 456 400,00 e aguardente de cana — 4 310 litros, no valor de Cr$ 43 100,00.

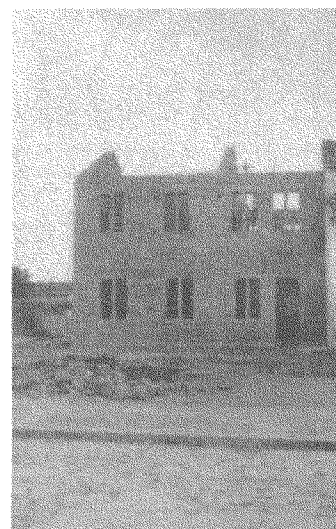
Pecuária — No que tange à pecuária, o município apresentou, em 1956, os seguintes efetivos: 3 000 bovinos, 9 000 suínos, 1 500 ovinos e 1 400 caprinos. O principal centro importador de gado da produção do município é a vizinha cidade de Parnaíba.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na sede municipal 40 estabelecimentos comerciais varejistas que mantém transações com as praças de Parnaíba, Piracuruca, Piripiri, Teresina, Viçosa do Ceará e Fortaleza, de onde importam arroz, secos e molhados, tecidos, produtos farmacêuticos, miudezas em geral, ferragens, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município de Cocal conta com uma ferrovia — Estrada de Ferro Central do Piauí — na qual trafegam dois trens de passageiros por semana. Existem, também, estradas carroçáveis utilizáveis permanentemente. Cocal comunica-se com as cidades vizinhas e com a capital do Estado, conforme enumeração a seguir: Parnaíba — rodovia, 77 quilômetros, ou ferrovia (E. F. C. P.) — 72 quilômetros. Buriti dos Lopes — rodovia, 35 quilômetros. Luís Correia — ferrovia, 86 quilômetros, ou rodovia, 87 quilômetros. Piracuruca — ferrovia, 61 quilômetros, ou estrada carroçável e rodovia, 54 quilômetros. Granja (CE), rodovia até Parnaíba, e daí, por estrada carroçável, 218 quilômetros. Viçosa do Ceará — estrada carroçável, 72 quilômetros. Capital Estadual — rodovia, 371 quilômetros, ou misto: ferrovia até Piripiri, 104 quilômetros, e daí por rodovia, 168 quilômetros, totalizando 272 quilômetros, ou ainda, por ferrovia até Parnaíba, 72 quilômetros, e daí por via aérea, vôo direto, 268 quilômetros ou via Brejo (MA), 299 quilômetros.

Praça da Matriz

Servem o município, no que se prende a meios de comunicação, uma agência postal-telegráfica com sede na cidade de Cocal, de propriedade da Estrada de Ferro Central do Piauí, e uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cocal, segundo o Censo de 1950, contava com 876 habitantes. É a cidade que se coloca em 22.º lugar em população no Estado do Piauí. Conta 45 logradouros públicos, dentre os quais se destacam quatro ruas pavimentadas com pedras irregulares, correspondentes a 15% da área total da cidade. Há 87 ligações elétricas domiciliares e iluminação pública fornecida pela usina de propriedade da Prefeitura Municipal. Existe, na sede do município, uma pensão com uma diária média de Cr$ 60,00. Há 2 caminhões registrados na Prefeitura Municipal.

Vista parcial da Avenida João Justino de Brito

Casa Paroquial (em construção)

Como edifícios mais importantes, sobressaem a Igreja-Matriz e a Estação da Estrada de Ferro Central do Piauí.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os habitantes do município são servidos apenas por dois socorros farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o resultado do Recenseamento Geral de 1950, verificou-se a existência de 12 035 pessoas com 5 anos e mais de idade, sendo que 1 508, ou seja, 12,5%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, contavam-se 856 homens e 652 mulheres. Na sede municipal, das 1 272 pessoas de 5 anos e mais de idade, 247 homens e 277 mulheres sabiam ler e escrever. Cocal ocupou o 44.º lugar, sendo, por isso mesmo, um dos mu-

nicípios que apresentaram menor índice de alfabetização, segundo o Censo de 1950.

Ensino — Na cidade e no resto do município, funcionaram, em 1956, 26 unidades escolares de ensino primário fundamental comum. Dêsse total, 4 eram estaduais, 17 municipais, 1 particular e 4 cursos supletivos. O movimento de matrícula, em 1956, em todos os estabelecimentos de ensino acima mencionados, foi de 587 alunos, sendo 316 homens e 271 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	383 000	244 000	102 000	323 000
1951	—	406 000	369 000	109 000	406 000
1952	—	346 000	425 000	86 000	446 000
1953	—	453 000	802 000	93 000	772 000
1954	—	448 000	592 000	82 000	618 000
1955	—	593 000	639 000	86 000	646 000
1956 (1)	—		750 000	180 000	885 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como principal cerimônia popular, destaca-se a festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira do lugar, cuja celebração é levada a efeito no dia 15 de agôsto, realizando-se, nesse dia, concorrida procissão a que comparece grande número de fiéis. As devoções têm início no dia 1.º do mês, terminando a 14, véspera da festa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — "Cocalenses" é a denominação gentílica que recebem as pessoas nascidas no município de Cocal.

BIBLIOGRAFIA — "Estudos Sôbre a Alfabetização da População do Brasil" — Estatística Cultural n.º 5 — I. B. G. E. — 1953; "Censo Demográfico do Estado do Piauí" — 1952 — I. B. G. E.; "Estado do Piauí" — Censos Demográficos e Econômicos — Volume III — I. B. G. E. — 1956; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Cocal; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí.

(Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina — e Agente do I.A.P.B.)

CONCEIÇÃO DO CANINDÉ — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — A atual cidade de Conceição do Canindé nasceu à sombra da Capela de Nossa Senhora da Conceição. No século passado, pelo terceiro quartel, fazia-se, no local onde atualmente se acha localizado o cemitério público, sepultamento de pessoas que não dispunham de meios para ser transportadas para os cemitérios de Paulista (hoje Paulistana) ou de Brejo de Santo Inácio, pelo que, mais tarde, com os constantes sepultamentos no local, se construiu um cemitério, que tinha no centro uma capelinha de taipa, onde o Padre da freguesia, então o da paróquia de Jaicós, celebrava missas por ocasião da desobriga anual. Festejava, com novenas, à Virgem da Conceição, o fazendeiro Possidônio José de Carvalho, na sua fazenda Barra, na data Volta, que nessa época tinha sua sede à margem esquerda do rio Canindé, defrontando-se com o local onde o citado rio recebe, pelo lado direito, o afluente denominado Riacho Sêco.

Com o avolumar-se a afluência de pessoas das circunvizinhanças para os festejos, principalmente no último dia, 8 de dezembro, teve o fazendeiro a idéia de construir uma capela para o culto da Santa. Cooperando os demais habitantes da circunvizinhança, em 1870 foram iniciados os trabalhos de construção da igrejinha que seria dedicada à Santa da devoção do povo do médio Canindé. Na escolha do local para a ereção da capela, deu-se preferência a pequena planície existente no lugar então conhecido por "Volta do Rio", em virtude do arco que descreve o curso do Canindé, ficando próxima ao cemitério ali situado, cêrca de 300 metros. Iniciada a construção, que durou 5 anos, sòmente em 29 de junho de 1875 se verificou a bênção do templo dedicado à Virgem da Conceição.

Com a consagração da capela, surgiram os primeiros habitantes. Construíram-se, em tôrno, habitações de taipa, dando-se ao local a denominação de Conceição. Mais tarde, com a exploração da indústria extrativa da borracha de maniçoba, que abundava nos chapadões circum-adjacentes ao Canindé, apareceram algumas casas de construção de tijolos de alvenaria e cobertas de telhas, já sob a administração civil e eclesiástica da vila de Paulista (hoje Paulistana) que em 1885 foi elevada à categoria de município autônomo.

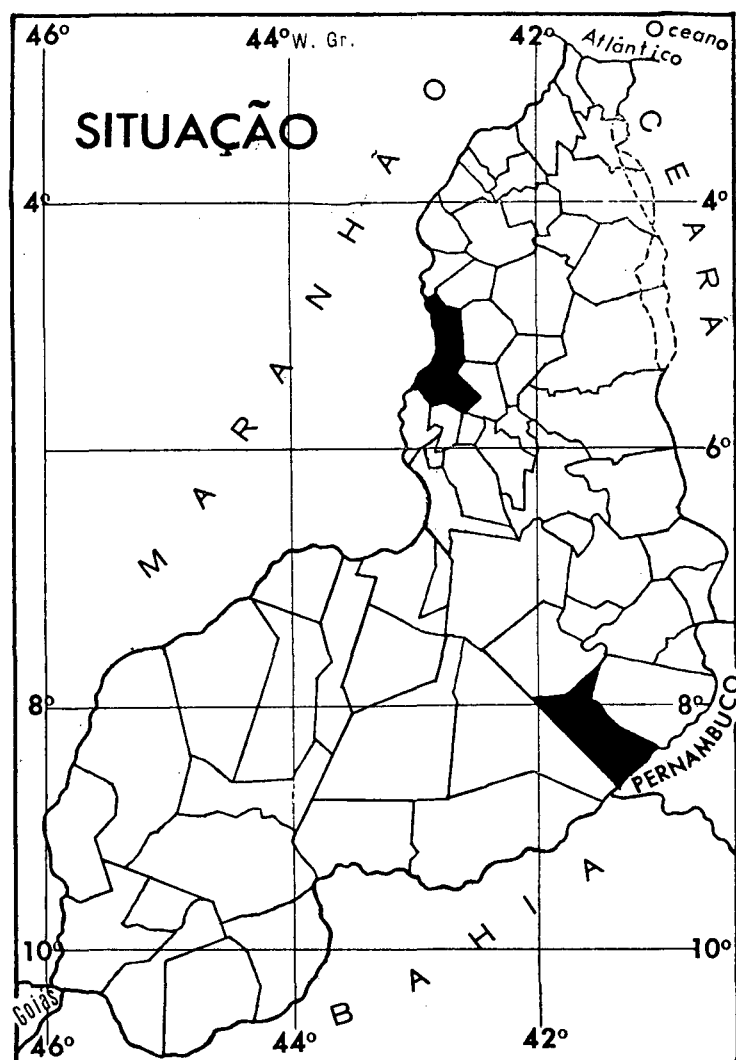
Em 1920, teve o povoado a sua primeira escola pública estadual, que foi extinta alguns anos depois. A agência postal foi instalada em 1931, deixando de funcionar em 1935, para, em 9 de junho de 1944, ser restaurada pelo então Diretor Regional dos Correios e Telégrafos do Estado, Sr. Jehu Sérvio Ferreira. Em 12 de maio de 1951 foi inaugurada uma agência do Telégrafo Nacional.

Em 1947, foi apresentado à Câmara Estadual, projeto de lei que visava ao desmembramento do atual município de Conceição do Canindé do de Paulistana. Êsse projeto não foi aprovado. Em 1952, por iniciativa do deputado José Severiano da Costa Andrade, foi apresentado novo projeto que logrou aprovação, convertendo-se na Lei número 924, de 12 de fevereiro de 1954, que elevou à categoria de município o então povoado de Conceição.

O município consta atualmente de um distrito judiciário subordinado à comarca de Paulistana, no qual funcionam um Juiz de Paz, dois Suplentes, um Adjunto de Promotor e um Escrivão do Registro Civil.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Narciso Brasileiro dos Passos e constituída a Câmara Municipal com 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Conceição do Canindé dista da Capital estadual 580 quilômetros — via Paulistana, Jaicós, Picos, Inhuma, Valença do Piauí e Elesbão Veloso — e, em linha reta, 337 quilômetros. Pertence à Zona Fisiográfica do Sertão. Os limites do município

são: Simplício Mendes, Paulistana, São João do Piauí e o Estado de Pernambuco.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — A temperatura é elevada, mas os ventos constantes que vêm do sul a amenizam. A umidade é quase nula. É quente o clima do município. O inverno tem início em setembro ou outubro e termina em abril ou maio, com poucas chuvas.

ÁREA — A área do município é de 2 600 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é a serra Dois Irmãos, que serve de limite com o Estado de Pernambuco. Há ainda a serra Queimada Grande, a serra Riacho da Areia e outras de menor importância. O rio Canindé é o principal, notando-se vários riachos que se estendem pelo município.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, aparece a cal de pedra, enquanto a cêra de carnaúba e a maniçoba representam a riqueza vegetal.

POPULAÇÃO — O município de Conceição do Canindé pertencia ao de Paulistana. Posteriormente foi desmembrado para constituir o atual município, sendo sua população calculada em 6 000 habitantes.

Aglomerações urbanas — O único núcleo urbano do município é a cidade de Conceição do Canindé, com 1 000 habitantes, aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município de Conceição do Canindé é formada pela agricultura, pecuária e indústria extrativa.

Agricultura — Os produtos agrícolas são consumidos no próprio município, não havendo exportação. O volume e o valor da produção agrícola de 1956 foram os seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Milho	Saco de 60 kg	2 100	420 000
Feijão	» » » »	1 200	264 000
Algodão	Arrôba	2 232	178 560

Pecuária — A pecuária, que tem relativa importância econômica, apresenta êste efetivo: 14 000 bovinos, 7 000 suínos, 11 200 ovinos e 50 000 caprinos. O excedente é exportado para o Estado de Pernambuco.

Indústria — Na indústria extrativa, destacam-se a cêra de carnaúba e a borracha de maniçoba, cuja produção com o respectivo valor, em 1950, foram os seguintes: cêra de carnaúba — 12 405 quilogramas, no valor de .... Cr$ 708 360,00; borracha de maniçoba — 250 quilogramas, no valor de Cr$ 3 500,00.

Destacam-se a farinha de mandioca e o polvilho de mandioca com 10 400 quilogramas e 2 490 quilogramas, no valor de Cr$ 31 200,00 e Cr$ 14 940,00, respectivamente.

COMÉRCIO E BANCOS — Há 12 estabelecimentos comerciais, sendo 11 varejistas e 1 atacadista. O comércio mantém transações com as praças de Recife, Petrolina, Salvador e Picos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município de Conceição do Canindé é servido por 3 estradas carroçáveis, intransitáveis no inverno, que o ligam aos municípios vizinhos. A cidade dista 580 quilômetros da Capital estadual por estrada carroçável, via Paulistana até Jaicós e daí por rodovia (BR-52 e BR-24), via Picos, Inhuma, Valença do Piauí e Elesbão Veloso. Em linha reta, dista 337 quilômetros da Capital do Estado. As distâncias entre a sede municipal e as sedes municipais limítrofes são as seguintes: Paulistana — estrada carroçável, 72 quilômetros. Itainópolis — estrada carroçável, via Paulistana e Povoado Patos (Jaicós) — 192 quilômetros; Simplício Mendes — estrada carroçável, 52 quilômetros; São João do Piauí — estrada carroçável, via Simplício Mendes 138 quilômetros; Oeiras — estrada carroçável, via Simplício Mendes, 180 quilômetros; Picos — estrada carroçável, via Paulistana e Itainópolis, 180 quilômetros; Araripina (PE) — estrada carroçável, via Paulistana, 192 quilômetros; Simões — estrada carroçável, via Paulistana, 162 quilômetros; Jaicós — estrada carroçável, via Paulistana, 204 quilômetros. Funciona na cidade uma estação postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Conceição do Canindé conta cêrca de 1 000 habitantes, e 4 logradouros públicos. Há na sede municipal 68 ligações elétricas domiciliares e iluminação pública fornecida pela usina de propriedade da Prefeitura Municipal. A cidade não possui calçamento, rêde de esgotos, nem água canalizada.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há uma farmácia onde a população se abastece de remédios.

ENSINO — No município de Conceição do Canindé funcionaram, em 1956, 2 escolas estaduais, 22 municipais e 2 cursos supletivos. Houve 469 matrículas, sendo 216 de homens e 253 de mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede municipal, há a biblioteca "João Nepomuceno", com 119 volumes de caráter geral.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	...	235 000	573 000	72 000	459 000
1956 (1)...	...	...	812 000	174 000	812 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais manifestações populares são religiosas, a saber: festa de Nossa Senhora da Conceição, que se realiza no dia 8 de dezembro, com procissão à noite; festa de Todos os Santos, de devoção aos mortos, precedida de procissão na noite de 1.º de novembro; festa de 3 de maio, com visitação ao cruzeiro localizado por missionários, em 1914, num morro vizinho à cidade. Há também manifestações folclóricas representadas pelos reisados, com início a 26 de dezembro e término a 6 de janeiro, em que são exibidas imagens como "o Boi", "o Caipora", "o Cavalinho", "a Burrinha" e o "Babau".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação local dos habitantes é conceiçãonenses".

BIBLIOGRAFIA — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Paulistana.

(Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Feita pelo professor José de Arimathéa Tito Filho, do Colégio Estadual do Piauí, da Escola Normal Antonino Freire e do Colégio Diocesano.)

CORRENTE -- PI

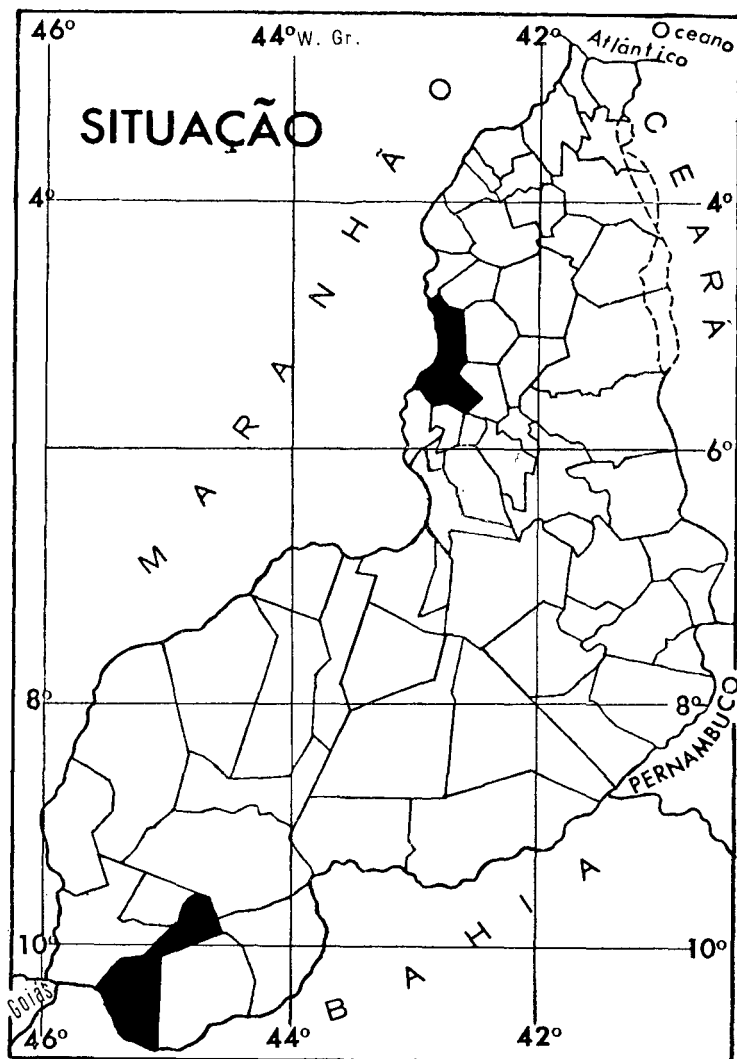
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Corrente, cujos terrenos foram divididos em 1754 pelo engenheiro das Côrtes Portuguêsas — José da Silva Balmar, por ordem do Rei de Portugal, teve como pioneiro de sua fundação Sr. Caetano Carvalho da Cunha que, naquela época, adquirira, através de requerimento, a Fazenda Corrente de Cima, contando do primeiro ao segundo marco 6 300 braças. Caetano desenvolveu ali diversas atividades industriais, atraindo, destarte, grande número de agregados. Foi assim o início da povoação. Por fôrça da Lei provincial n.º 500, de 7 de agôsto de 1860, foi criada, no povoado de Corrente, pertencente ao têrmo de Parnaguá, a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, assegurados os competentes limites.

Com o seu desenvolvimento e, em conseqüência da Lei provincial n.º 782, de 10 de dezembro de 1872, a povoação foi elevada à categoria de vila, cuja instalação só se verificou a 8 de dezembro do ano seguinte, pelo Juiz de Direito da comarca de Parnaguá — Dr. José Mariano Lustosa do Amaral. Nesse tempo, foi juramentada e começou a funcionar a sua municipalidade, que teve por primeiros membros os seguintes cidadãos: Emiliano Rodrigues Alves, Francisco Carvalho de Araújo, Antônio Elesbão Cassiano Paraguassu, Venceslau da Cunha Ribeiro, Francisco Ribeiro de Sousa, Jesuíno do Rêgo Lobato e José Seixas Loureiro. Corrente, até 1904, viveu em fase de estagnação histórica. Nesse ano, porém, com a fundação da Igreja Batista de Corrente e a criação de escolas primárias eficientes, tudo por influência de elementos de projeção política no cenário federal como o Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá e Benjamin Nogueira, que se destacaram nas campanhas abolicionistas e republicanas, o município teve o seu interêsse despertado para a instrução e educação da mocidade. De um lado estavam os protestantes batistas e do outro, o clero católico a medirem fôrças, e dessa luta nasceram e se firmaram as bases do progresso municipal até hoje representando o alicerce da evolução histórica do município. Não resta dúvida que os batistas têm feito muito mais pelo progresso municipal. Pessoas interessadas e de grande visão doaram terras à Missão Batista do Norte do Brasil e, em 1920, foi fundado o Instituto Batista Industrial, com o duplo fim de propagar a religião Batista e educar e instruir a mocidade, não só de Corrente como de municípios e Estados vizinhos. O Instituto tornou-se, desde então, uma espécie de "oásis" no meio do deserto da ignorância, atraindo sempre os habitantes dos municípios e Estados vizinhos e do interior do próprio município, que quase sempre firmavam residência na cidade com o fim de educar os filhos. De 1922 a 1924, a vida do Instituto ofuscou-se pela onda de banditismo que então se verificou, tendo de um lado José Honório Granja, como chefe de bandoleiros, e do outro a família Nogueira. Passada essa fase, o Instituto continuou a sua missão e, em 1947, foi criado o Ginásio do Instituto Batista Industrial, ampliando, assim, o campo do ensino. Em 1949 foi criado também o Educandário Imaculada Conceição e, em 1953, o Ginásio São José, pelo Padre José Anchieta Melo, que chegara em fins de 1947 ao município, para assumir os trabalhos da Paróquia há tempos abandonada. Como se vê, a instrução constitui o ponto de referência da evolução histórica e do desenvolvimento de Corrente.

Vista da casa residencial da Diretora do Instituto Batista Industrial

Pelo Decreto n.º 1 279, de 26 de junho de 1931, do Interventor Federal capitão Landri Sales Gonçalves, concernente à nova organização dos municípios depois do movimento revolucionário de 1930, Parnaguá e Gilbués, como diversos outros, sofreram extinção de seus municípios, ficando anexados a Corrente, os quais, posteriormente, tiveram restaurada a sua autonomia. Essa medida do Interventor considerava, no momento, que a divisão administrativa do território do Piauí não correspondia às necessidades da pública administração. Em 1934, pelo Decreto n.º 1 544, de 23 de maio, do mesmo Interventor Federal — capitão Landri Sales Gonçalves —, teve Corrente nova divisão política. Corrente é comarca de 2.ª entrância. A atual legislatura foi instalada no ano de 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, e constituída a Câmara Municipal de 4 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Corrente pertence à Zona Fisiográfica do Planalto. Sua sede fica situada à margem do rio Corrente. Limita-se com os municípios de Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Bom Jesus, Curimatá, Parnaguá e com o Estado da Bahia. A cidade de Corrente fica a 862 quilômetros da capital do Estado, por estradas carroçáveis, via Gilbués, e a 807 quilômetros por estrada carroçável até Gilbués e daí por via aérea. As estradas carroçáveis mencionadas são utilizáveis apenas no verão. Em linha reta, a distância entre Gilbués e a capital estadual é de 653 quilômetros. As coorenadas geográficas do município são as seguintes: 10° 25' 53" de latitude Sul e 44° 42' 02" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Igreja de São José

ALTITUDE — A sede municipal está a 500 metros de altitude.

CLIMA — Corrente possui um clima excelente: ameno, sêco, porém saudável. Na estação sêca, há uma aragem constante e mais acentuada que torna o clima da sede municipal bastante agradável. A temperatura mais elevada ocorre nos meses de setembro e outubro, e a mais baixa, em junho e julho.

ÁREA — A área do município é de 5 660 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: o rio Corrente, que banha a cidade de Corrente; o rio Paraim, o Gurguéia; as serras da Lagoinha, de Santa Marta, do Riacho Grande, do Papagaio, dos Campos do Cercado, bem assim, os riachos Mimoso, da Batalha, do Monte Grande, do Retiro, Frio, Fundo e outros.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais do município são: a) de origem mineral: pedra calcária, em exploração; grafita, pedra-ume, cristal, rutila, cristal de rocha, argila, em exploração; b) de origem vegetal: borracha de mangabeira, madeira de lei e lenha, em exploração; angico, piaçaba, pequi, buriti, caju, goiaba, plantas medicinais; c) de origem animal: emas, veados, teiús, caititus, gatos, onças, cobras, antas, abelhas e outros.

POPULAÇÃO — A população presente no município, de acôrdo com dados do Recenseamento Geral de 1950, era de 9 018 habitantes, sendo 4 311 do sexo masculino e.... 4 707 do feminino. Dêsse total, 794 homens e 951 mulheres eram brancos; 1 269 homens e 1 224 mulheres, pretos; 2 248 homens e 2 530 mulheres, pardos e 2 não declararam a côr. Das 5 045 pessoas de 15 anos e mais de idade, havia 1 069 homens e 1 033 mulheres solteiros; 1 181 homens e 1 270 mulheres casados, e, finalmente, 80 homens e 405 mulheres eram viúvos, sendo que 7 habitantes não declararam o estado civil. Havia apenas 4 estrangeiros no município. Quanto ao sentimento religioso, 7 876 declararam-se católicos apostólicos romanos e 1 100, protestantes. As pessoas sem religião e os adeptos de outros religiões constituíam número inexpressivo. A densidade demográfica era de 1,715 habitantes por quilômetro quadrado. Corrente era o 43.º município, em relação à população, no Estado, pelo que não ocupava nesse aspecto posição de relêvo. Na mesma data, a população da cidade (quadros urbano e suburbano do distrito-sede) alcançava 1 386 habitantes e a cidade era a vigésima sexta mais populosa do Estado. O município de Corrente, na data do Censo, compreendia apenas um distrito: o da sede, estando assim localizada a população:

Na cidade	1 386 habitantes
No quadro rural	7 632 habitantes
Total	9 018 habitantes

Nas zonas urbana e suburbana, e bem assim no quadro rural, predominavam as mulheres, cujo número era ligeiramente superior ao de homens.

Aglomerações urbanas — Corrente conta com o núcleo urbano da própria sede municipal, com 1 386 habitantes, dos quais 635 homens e 751 mulheres, na data do último Recenseamento. Além do núcleo em referência, há o povoado Caatingueiro, distante 28 quilômetros da cidade de Corrente, com 113 moradias e 678 habitantes, aproximadamente, além de outros de menos importância.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constituem a agricultura e a pecuária as principais atividades econômicas da população de Corrente. Pelo quadro demonstrativo abaixo, pode-se avaliar a produção dos principais produtos agrícolas do município:

PRODUTOS	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Cana-de-açúcar	Tonelada	12 500	2 125 000
Arroz com casca	Saco de 60 kg	8 600	1 118 000
Milho	» » » »	12 200	854 000
Mandioca	Tonelada	2 950	354 000
Feijão	Saco de 60 kg	2 000	280 000

Os excedentes da produção agrícola do município são geralmente vendidos a Gilbués e Monte Alegre do Piauí, como também para Remanso (BA).

Pecuária — A pecuária, representada sobretudo pela criação de bovinos, constitui um dos esteios da atividade econômica do município. Em dezembro de 1956, estavam assim distribuídos os principais rebanhos: 20 200 bovinos, 5 200 suínos, 12 000 ovinos e 4 500 caprinos. Bovinos e

Grupo Escolar Municipal

suínos abastecem os municípios de Gilbués, Monte Alegre do Piauí e Remanso, no Estado da Bahia.

Indústria — Não existem indústrias de importância no município, mas tão-sòmente indústrias rudimentares de fabricação de rapadura, farinha de manidoca, cal de pedra, e um curtume em fase experimental. Há, igualmente, uma usina de beneficiamento de arroz e de milho e uma serraria. A indústria de transformação apresentou os seguintes valores de produção no ano de 1956, segundo o Registro Industrial: rapadura — 93 905 quilogramas, no valor de Cr$ 514 000,00; farinha de mandioca — 143 775 quilogramas, estimados em Cr$ 258 000,00; aguardente de cana — 7 200 litros, correspondentes a Cr$ 144 000,00; polvilho de mandioca — 8 600 quilogramas, no valor de .... Cr$ 51 600,00; fubá de milho — 7 568 quilogramas, avaliados em Cr$ 20 000,00.

COMÉRCIO — O comércio local mantém transações com as praças de Recife, Salvador, Juàzeiro e Remanso, as três últimas no Estado da Bahia, e faz importação, geralmente de tecidos, ferragens, perfume, sal, café, querosene, calçados, drogas, etc. Conta com 5 estabelecimentos de vendas por atacado, 17 varejistas e 3 industriais.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — As estradas que servem Corrente são tôdas carroçáveis, as quais só permitem trânsito no verão, ficando, no período das chuvas, totalmente interrompidas. Comunicação com as cidades vizinhas e com a capital Estadual: Parnaguá — estrada carroçável, 81 quilômetros; Gilbués — estrada carroçável, 82 quilômetros; Ibipetuba (BA) — estrada carroçável, 192 quilômetros; Curimatá — estrada carroçável, 135 quilômetros; Monte Alegre do Piauí — estrada carro-

Igreja Batista (I.B.I.)

çável, 94 quilômetros; Bom Jesus — estrada carroçável, 274 quilômetros; Santa Filomena — estrada carroçável, 202 quilômetros; capital Estadual — estrada carroçável até Gilbués e daí por via aérea, 807 quilômetros; ou estrada carroçável até Floriano e daí por via rodoviária, 780 quilômetros. Há, no município, um campo de pouso, localizado na sede. Conta a sede municipal com uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é servida de luz elétrica, com 220 ligações. A quantidade de energia elétrica produzida no ano de 1956 foi a seguinte: 2 400 kWh para iluminação pública e 2 600 para iluminação particular. Possui uma pensão, com uma diária comum de Cr$ 50,00 (cinqüenta cruzeiros).

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária à população: duas farmácias, 1 médico, 2 dentistas e 1 farmacêutico, além de um Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno estadual.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, das 7 635 pessoas de 5 anos e mais de idade presentes no município de Corrente, 2 313 sabiam ler e escrever, das quais 1 211 eram homens e 1 102 mulheres. Na sede municipal, das 1 230 pessoas de 5 anos e mais de idade, 796 sabiam ler e escrever, das quais 375 eram do sexo masculino e 421, do feminino. Corrente atingiu, segundo o Censo em aprêço, a quota de 30,29% de alfabetização no conjunto dos municípios, colocando-se em terceiro lugar no Estado, sendo superado apenas por Parnaíba e Teresina. Bastante expressivo é o índice de alfabetização verificado na cidade, que atingiu a percentagem de 64,72% e o primeiro lugar entre as demais cidades do Estado. Na zona rural a percentagem foi de 23,68%, colocando-a no 5.º lugar dentre as demais zonas rurais do Estado. Diante dêsses resultados, é evidente que o município de Corrente ocupa lugar de destaque dentre os municípios do Piauí, no setor da instrução.

Ensino — No ano de 1956, funcionaram na cidade e no resto do município, uma unidade de ensino pré-primário, 46 unidades de ensino primário fundamental comum, das quais 6 eram estaduais, 35 municipais e 4 particulares, com a matrícula de 1 609 alunos, e 2 unidades de ensino complementar, com a matrícula de 63 alunos. Funcionaram também na cidade de Corrente 2 ginásios: o Ginásio São José e o do Instituto Batista Industrial, ambos particulares,

Vista parcial do Instituto Batista Industrial

Ginásio Batista (I.B I.)

com 251 alunos (110 homens e 141 mulheres) no ano de 1956. Vinte e seis alunos, dos quais 17 do sexo masculino e 9 do feminino, concluíram o curso ginasial nesses estabelecimentos em 1955. As disciplinas de todo o currículo são ministradas por 17 professôres, divididos por ambos os ginásios.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	17 284	62 329	56 532	...	...
1951	154 941	92 449	34 293	...	...
1952	398 539	65 422	39 753	...	...
1953	182 257	95 553	651 569	29 038	996 082
1954	831 426	97 723	498 117	20 611	563 269
1955	672 675	200 253	434 253	38 001	548 720
1956 (1)	...	...	779 775	25 253	439 123

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Os festejos religiosos levados a efeito no município são em número de 4: festa dos Reis, no dia 6 de janeiro; festa de Bom Jesus da Lapa, no dia 6 de agôsto; festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade, com novena e procissão, a 8 de dezembro; e, finalmente, no dia 25 de dezembro, é comemorado o Natal.

VULTOS ILUSTRES — Em Corrente nasceu o Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, um dos correntinos ilustres. Estudou humanidades em São Luís, onde se consagrou à carreira eclesiástica, que abandonou já no curso superior, para dedicar-se à medicina, no Estado da Bahia, em cuja faculdade se graduou em 1881. Foi deputado à Assembléia Provincial do Piauí, e, no caráter de 1.º Vice-Governador, assumiu o Govêrno do Estado, em substituição ao Dr. Gregório Taumaturgo de Azevedo, a 4 de junho de 1890. Deputado federal à Constituinte, foi reeleito posteriormente, sendo, por último, eleito senador. Colaborou no jornal "Norte", órgão de propaganda republicana, de Martins Júnior, no "Jornal de Notícias", "Gazeta de Notícias", e no "País", em que firmou substanciosos artigos sôbre indústria pastoril no Piauí, medicina, colonização, etc. e publicou "Do Rio de Janeiro ao Piauí pelo Interior do País" — impressões de viagem — em 1905; "Carta aos Piauienses", em 1919; "As Reformas Ortográficas", também em 1919; "O Fumo e seus Efeitos no Organismo Humano" e "Os Liberianos", discurso proferido na Câmara Federal. Não menos ilustre foi Benjamin Nogueira — ardoroso abolicionista e republicano.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos nascidos em Corrente, dá-se a denominação de correntinos. Desde o início de 1956, se vem realizando na sede do município uma feira popular. Havia já algum tempo que se tentava a manutenção de uma feira dessa natureza em Corrente, todavia os planos de criação não saíam do campo das idéias, já por falta de consumo dos produtos expostos à venda, já por falta de exportação, como também, e sobretudo, por falta de preços compensadores. Agora, porém, com os privilégios concedidos aos produtores de gêneros alimentícios, especialmente por parte das autoridades municipais, além de maior consumo dos produtos, por parte da população local, da melhoria de preços, e, finalmente, da oportunidade de exportação, as feiras populares realizadas aos sábados desenvolveram-se e introduziram costumes novos no meio ambiente, melhorando, assim, as condições econômicas do município. A sede do município é considerada centro de atração cultural, pelos estabelecimentos de ensino ginasial que possui, pelo eficiente ensino primário e complementar ministrados pelo Instituto Batista Industrial e pelo Educandário Imaculada Conceição, atraindo apreciável leva de estudantes de outros municípios e Estados vizinhos, que para ali acorrem.

BIBLIOGRAFIA — "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — D. E. E. do Piauí — 1939; "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" — Pereira da Costa — 1909; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — Vol. IV — Teresina — Papelaria Piauiense — 1923; "Sinopse Estatística do Município de *Corrente*" — Conselho Nacional de Estatística — 1948; "Anuário Estatístico do Brasil — Ano V" — Conselho Nacional de Estatística — 1939/1940; "Anuário Estatístico do Brasil — Ano XIII" — 1952 — C. N. E. (I. B. G. E.) — 1953; "Censo Demográfico do Estado do Piauí" — C. N. E. (I. B. G. E.) — 1952; "Estado do Piauí — Censos Demográfico e Econômico" — C. N. E. E. (I. B. G. E.) — 1956; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Corrente.

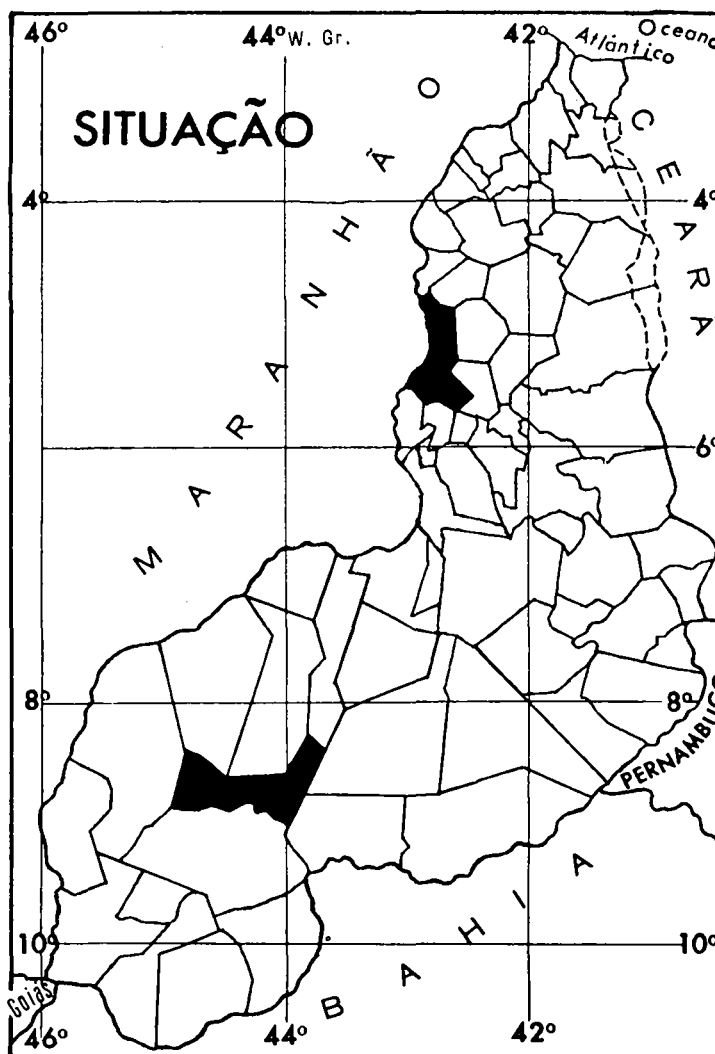
(Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina — e Agente do I.A.P.B.)

CRISTINO CASTRO — PI

Mapa Municipal no [illegible].º Vol.

HISTÓRICO — A atual cidade de Cristino Castro tem sua origem ligada ao ano de 1898, quando o Senhor Raimundo Ribeiro da Silva, residente no lugar denominado "Catinga de Porcos", levado por sentimentos de religiosidade, trouxe da cidade baiana da Lapa uma imagem do Senhor Bom Jesus da Lapa, em honra de quem ergueu uma humilde capela de palha, em tôrno da qual se desenvolveu a povoação. Quatro anos após a construção da referida capela, a população local assistiu, num ato que se revestiu de grande brilhantismo e entusiasmo, ao batismo da imagem levado a efeito pelo Padre Elias César Cavalcanti, Vigário de Corrente, o qual, na ocasião, prestando uma homenagem ao Senhor Bom Jesus da Lapa, padroeiro do lugar, mudou o nome da povoação para Nova Lapa. Foi um dia festivo que deixou profundas raízes nos corações dos fiéis, renovando-lhes a célula vitalizante da fé.

Com o crescimento da povoação e, em decorrência da Lei estadual n.º 894, de 29 de outubro de 1953, foi criado o município de Cristino Castro desmembrado do de Bom Jesus. O município consta atualmente de um distrito judiciário subordinado à comarca de Bom Jesus, havendo 1 Juiz de Paz e 2 Suplentes, 1 Adjunto de Promotor e 1 Escrivão do Registro Civil. A presente legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Alcino de Carvalho Guerra, Vice-Prefeito o Sr. Airton Joaquim de Oliveira e constituída a Câmara Municipal de 5 vereadores.

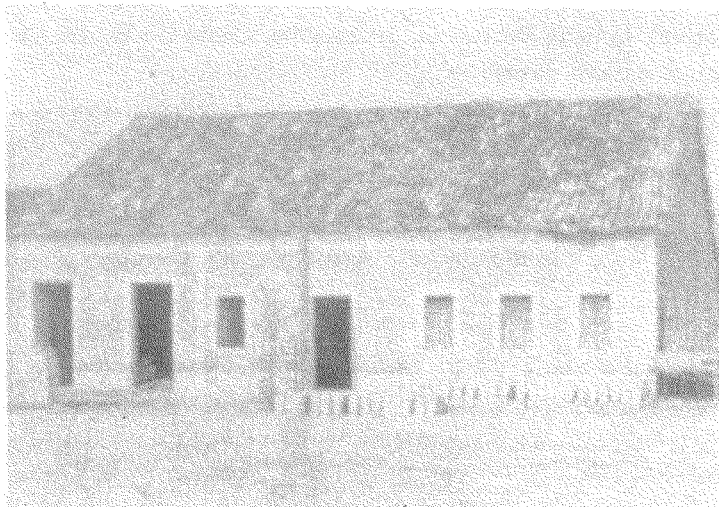
LOCALIZAÇÃO — O município de Cristino Castro está situado na Zona Fisiográfica do Alto Parnaíba. Dista da capital estadual 590 quilômetros, e 436 quilômetros em linha reta. Limita-se com os municípios de Ribeiro Gonçalves, Uruçuí, Bertolínia, Jerumenha, Canto do Buriti, Caracol e Bom Jesus.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é temperado, sendo um dos melhores do Estado, observando-se as seguintes temperaturas em graus centígrados: média das máximas 38; média das mínimas 18; média compensada 26.

ÁREA — A área do município é de 5 280 quilômetros quadrados, figurando como um dos maiores do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são o rio Gurguéia, que serve de limite entre o município e Bertolínia; o rio Uruçuí Prêto, que o separa de Ribeiro Gonçalves, e o rio Santana. Os riachos das Laranjeiras, da Ema e da Cajàzeira formam os limites do município com o de Bom Jesus. O riacho Ribeirão dos Castros serve de linha divisória entre Cristino Castro e Uruçuí. As lagoas mais importantes são a do Boi e a do Alagadiço. Outros riachos de menor importância cortam o município. As serras do Mato Grosso e do Uruçuí são acidentes de significativa importância no sistema orográfico de Cristino Castro.

POPULAÇÃO — A população do município, recenseada conjuntamente com a de Bom Jesus, em 1950, foi calculada naquela época em 6 134 habitantes.

Aglomerações urbanas — O município conta com apenas um núcleo urbano, que é o da sede municipal, com uma população provável de 800 habitantes.

Prefeitura Municipal

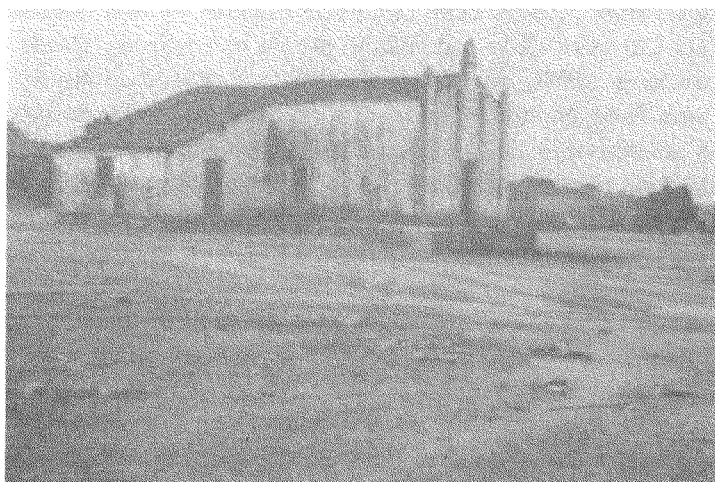
ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia de Cristino Castro são a agricultura, a pecuária e a indústria.

Agricultura — O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1956, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz	Saco de 60 kg	21 160	3 174 000
Milho	» » »	23 400	1 053 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	3 600	360 000
Feijão	Saco de 60 kg	2 930	346 326
Mandioca	Tonelada	2 280	228 000
Algodão com caroço	Arrôba	750	30 000

Os principais mercados compradores dêsses produtos agrícolas são os de São Raimundo Nonato, Floriano, Monte Alegre do Piauí e Remanso (BA).

Pecuária — O número de cabeças de gado existentes no município é o seguinte: 4 000 bovinos, 7 000 suínos, 3 100 ovinos e 4 500 caprinos. A pecuária exerce relevante papel na economia do município, em virtude da venda de gado a Teresina, Floriano e Estados do Ceará e Pernambuco.

Indústria — O município não possui um parque industrial bem desenvolvido, limitando-se à indústria extrativa e de transformação. Segundo elementos do Registro Industrial de 1956, a produção do município não atingiu dois milhões de cruzeiros, assim representada: farinha de mandioca — 13 100 quilogramas, no valor de Cr$ 201 230,00; polvilho de mandioca — 7 160 quilogramas, estimados em .... Cr$ 14 320,00; rapadura — 197 520 quilogramas, correspondendo a Cr$ 592 560,00; aguardente de cana — 25 500 litros, avaliados em Cr$ 153 000,00; cêra de carnaúba — 9 105 quilogramas, no valor de Cr$ 364 200,00. A produção de tijolos, telhas e alvenaria somou apenas Cr$ 24 600,00.

Igreja-Matriz

COMÉRCIO — O comércio do município de Cristino Castro é representado por 10 estabelecimentos comerciais e mantém transações com as praças de Floriano, Recife e Salvador.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município conta com precárias estradas carroçáveis que se interrompem no período do inverno. Comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Bom Jesus — estrada carroçável, 36 quilômetros; Caracol — estrada carroçável, 84 quilômetros; capital estadual — estrada carroçável até Floriano, 312 quilômetros e daí por via rodoviária até Teresina, 246 quilômetros, num total de 558 quilômetros; misto: a) estrada carroçável até Floriano, já descrito e daí por via fluvial, até Teresina, 330 quilômetros ou 192 quilômetros por via aérea. No distrito-sede funciona uma agência postal-telefônica, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Escola Rural

Vista parcial da cidade (lateral esquerda)

ASPECTOS URBANOS — Na cidade de Cristino Castro não há calçamento, água canalizada, energia elétrica, nem rêde de esgotos. Existem duas pensões com uma diária média de Cr$ 40,00, e 3 logradouros públicos. Os veículos registrados na Prefeitura Municipal são um jipe e dois caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município de Cristino Castro está pèssimamente servido no que diz respeito à assistência médico-sanitária, uma vez que, além de não possuir casas especializadas no comércio de drogas — a população local se abastece de medicamentos em estabelecimentos que incluem, no seu comércio, a venda de remédios —, não conta com médicos nem farmacêuticos.

ENSINO — Em 1956 funcionaram, na cidade e no resto do município, 20 unidades escolares de ensino primário fundamental comum e 2 cursos supletivos com uma matrícula de 246 alunos, sendo 98 homens e 148 mulheres. Essas escolas, segundo a entidade mantenedora, estavam assim discriminadas: 3 estaduais, 17 municipais e 2 cursos supletivos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	—	...	5 781	...	4 902
1955	—	...	577 609	...	382 069
1956	—	...	798 753	...	911 231

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — A principal festa popular é a do Senhor Bom Jesus da Lapa, padroeiro do lugar, celebrada no dia 6 de agôsto, com procissão a que comparece grande número de fiéis.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome cristino-castrenses.

BIBLIOGRAFIA — Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Bom Jesus; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística — D. E. E.; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí.

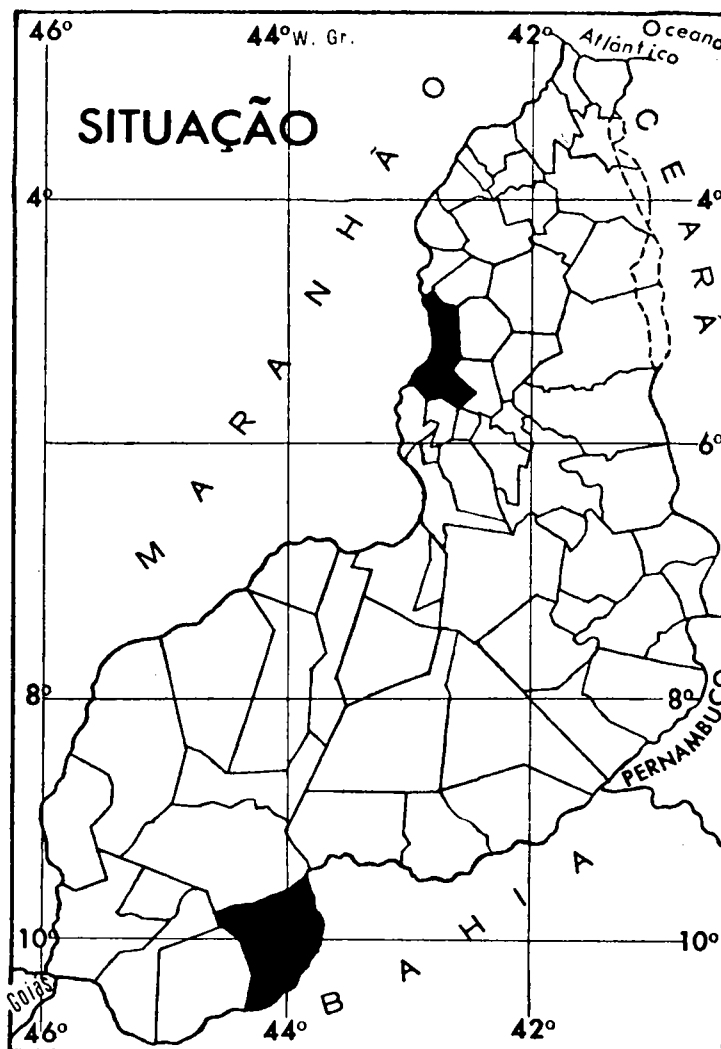
(Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S. A. — Agência de Teresina — e Agente do I.A.P.B.)

CURIMATÁ — PI

Mapa Municipal no 3.° Vol.

HISTÓRICO — Em 1717 o Senhor Damásio de Carvalho Mourão adquiriu uma data de terra denominada Geti, hoje Curimatá. O topônimo é de origem indígena. Sua designação foi dada em virtude de o município ser banhado pelo riacho Curimatá, onde há abundância de peixe do mesmo nome e ainda por constituírem as várzeas que o ladeiam ricas pastagens naturais. O município foi criado pela Lei estadual n.° 895, de 29 de outubro de 1953, e instalado a 1.° de junho de 1954, desmembrado de Parnaguá. Consta atualmente de um distrito judiciário subordinado à comarca de Parnaguá, havendo 1 Juiz de Paz e 2 Suplentes, 1 Adjunto de Promotor e 1 Escrivão do Registro Civil. A atual legislatura foi instalada em 1955. O Prefeito eleito é o Senhor Dionísio José Alves; vice-Prefeito, Senhor Valdecir Rodrigues Albuquerque; a Câmara Municipal compõe-se de cinco vereadores.

As pessoas nascidas no município são denominadas curimataenses.

LOCALIZAÇÃO — O município pertence à Zona Fisiográfica do Planalto. Sua sede dista da capital do Estado, em linha reta, 565 quilômetros, e, pela estrada carroçável, até Floriano, seguindo daí por via rodoviária para Teresina, 1 035 quilômetros. Limita-se o município com os de Parnaguá, Corrente, Bom Jesus, Caracol e Estado da Bahia.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É quente, com noites frias e invernos menos secos.

ÁREA — O município de Curimatá possui a área de 7 167 quilômetros quadrados, que o coloca entre os de maior território no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — São acidentes mais importantes: as serras Samambaia e Vermelha, bem assim os riachos Curimatá, Rangel e rio Paraim. Encontram-se, ainda, as lagoas do Pau-d'Arco, Bonfim, do Arroz, Água Branca e Ipueira.

RIQUEZAS NATURAIS — No município de Curimatá encontram-se, como riquezas naturais: argila para fabricação de telhas e tijolos, minas de pedras calcárias e pedra-ume, no reino mineral; carnaubais, maniçobais, angico, inharé e matas para extração de madeira e lenha, no reino vegetal, e, no reino animal, peixes, gatos, teiús, emas, veados, tatus e outros.

POPULAÇÃO — A população do município, recenseada conjuntamente com a de Parnaguá, em 1950, foi calculada em 7 688 habitantes.

Aglomerações urbanas — Além da sede municipal, conta o município com o povoado de Lagoa Grande, no qual se encontram 60 moradias e 450 habitantes, aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e pecuária constituem as atividades fundamentais à economia do município de Curimatá. A indústria limita-se à extração de cêra de carnaúba, bem assim à fabricação de farinha e polvilho de mandioca e rapadura. Neste setor de atividade foi o seguinte o movimento de produção, em 1956: farinha de mandioca — 150 375 quilogramas, no valor de Cr$ 196 500,00; polvilho de mandioca — 19 650 quilogramas, correspondente a Cr$ 97 750,00; rapadura — 81 750 quilogramas, estimados em Cr$ 322 500,00, e cêra de carnaúba, 1 155 quilogramas, valendo Cr$ 40 375,00.

Agricultura — A produção de 1956, neste ramo da vida econômica do município, está demonstrada no quadro abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Mandioca	Tonelada	4 200	312 600
Feijão	Saco de 60 kg	1 000	200 000
Milho	» » » »	2 000	200 000
Arroz com casca	» » » »	1 430	171 600

Os principais centros consumidores dos produtos agrícolas do município são: Barra, Remanso e Juàzeiro, no Estado da Bahia.

Pecuária — Ocupa posição de destaque no município, em virtude da riqueza das pastagens naturais. Em 1956, assim se constituíam os seus efetivos: 17 800 bovinos, 6 500 suínos, 13 000 ovinos e 6 000 caprinos. Além de abastecimento da população municipal, o município ainda vende aos Estados de Ceará e Pernambuco.

COMÉRCIO — As atividades comerciais resumem-se, pràticamente, às do comércio varejista. Em 1956, contava a sede municipal com 7 estabelecimentos comerciais, cujas transações se limitavam às praças de Remanso (BA), Juàzeiro (BA), e Salvador, bem assim, às de Pernambuco. Os principais artigos importados são: açúcar, café, sabão, sal, querosene, tecidos, ferragens, louças e miudezas, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Curimatá conta com precárias estradas carroçáveis que se interrompem na estação invernosa. Comunicação com as cidades vizinhas e com a capital Estadual: Parnaguá — estrada carroçável, 48 quilômetros; Corrente, via Parnaguá — estrada carroçável, 192 quilômetros; Barra (BA) — estrada carroçável, 216 quilômetros. Para a capital do Estado — estrada carroçável até Floriano e daí por via rodoviária até Teresina — 1 035 quilômetros; misto: a) por estrada carroçável até Gilbués — 226 quilômetros e daí por via aérea até Teresina, 725 quilômetros; b) estrada carroçável até Floriano, 760 quilômetros e daí por via aérea para Teresina, 192 quilômetros. Há na sede municipal dois pequenos campos de pouso.

ASPECTOS URBANOS — Contam-se na sede municipal duas pensões com uma diária média de Cr$ 40,00 e 10 logradouros públicos, sem pavimentação.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os habitantes da localidade adquirem os produtos farmacêuticos de que têm necessidade nas casas de comércio que, na falta de farmácia ou de socorros farmacêuticos, incluem no seu ramo de negócio, a venda de drogas.

ENSINO — No município funcionaram 18 escolas de ensino primário fundamental comum, sendo duas estaduais, 15 municipais e uma particular. O movimento de matrícula escolar, nos estabelecimentos em aprêço, no ano letivo de 1956, foi de 637 alunos — 329 homens e 308 mulheres. Há também o Instituto Educacional Julião Guerra, de propriedade particular, que mantém um curso normal, apesar de ainda não ter sido reconhecido pela Secretaria de Estado da Educação e Saúde.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	...	123 508	578 239	33 998	545 183
1956 (1)	...	...	684 292	29 867	• 453 120

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — Como festa popular de maior relêvo na cidade, destaca-se a comemoração à Anunciação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, que se verifica no dia 15 de agôsto.

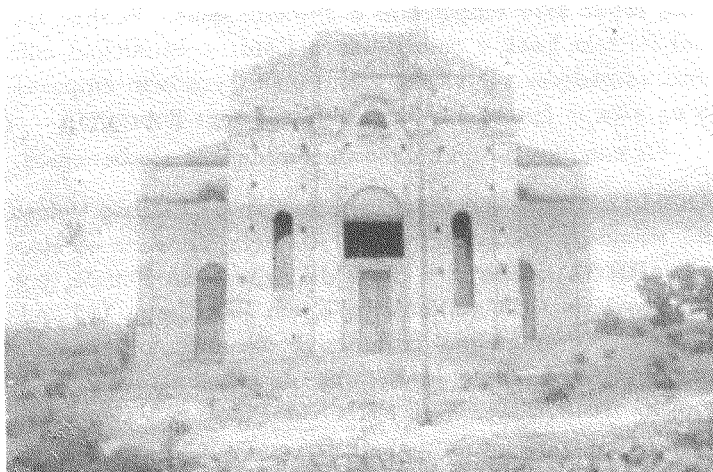
BIBLIOGRAFIA — Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Parnaguá; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística do Piauí; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí.

(Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino, funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Agente do I.A.P.B.)

ELESBÃO VELOSO — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O território que constitui o atual município de Elesbão Veloso integrou o de Valença do Piauí desde a criação dêste, em 1761, até 13 de maio de 1954, quando foi promulgada a Lei estadual n.º 983, de 13-5-1954, que o criou, desmembrando-o de Valença do Piauí. A atual cidade de Elesbão Veloso fica encravada na Data Alegrete, que lhe serve de patrimônio. O então povoado de Coroatá teve a sua fundação no mês de julho de 1918, quando um grupo de fazendeiros dos mais destacados da Data Alegrete idealizou a criação de uma feira às margens do riacho Coroatá, ficando conhecida como "Feira de Coroatá". José Alves Monteiro foi o autor da idéia da criação da feira e, com a decidida colaboração de Antônio Alves Teixeira e Alcebíades Nonato da Silva, fizeram a escolha do local da casa e angariaram, entre os interessados, os necessários recursos para a sua construção, o que foi feito com a ajuda monetária de Edmundo Soares da Silva, Cândido Bezerra, Antônio Nonato da Silva, Veríssimo Alves Teixeira, João Osterne de Sena, Canuto Soares, Cincinato Soares, Rosendo Bezerra, José Augusto Teixeira, Silvestre Mendes de Oliveira e Paulino Burlamaqui, todos destacados proprietários e fazendeiros da região. Inaugurada a feira, em fins de julho de 1918, logo começou a se formar um povoado e alguns comerciantes, atraídos pelo seu conseqüente desenvolvimento comercial, também para ali convergiram, construindo casas e instalando suas lojas,

Prefeitura Municipal

Igreja-Matriz de Santa Terezinha

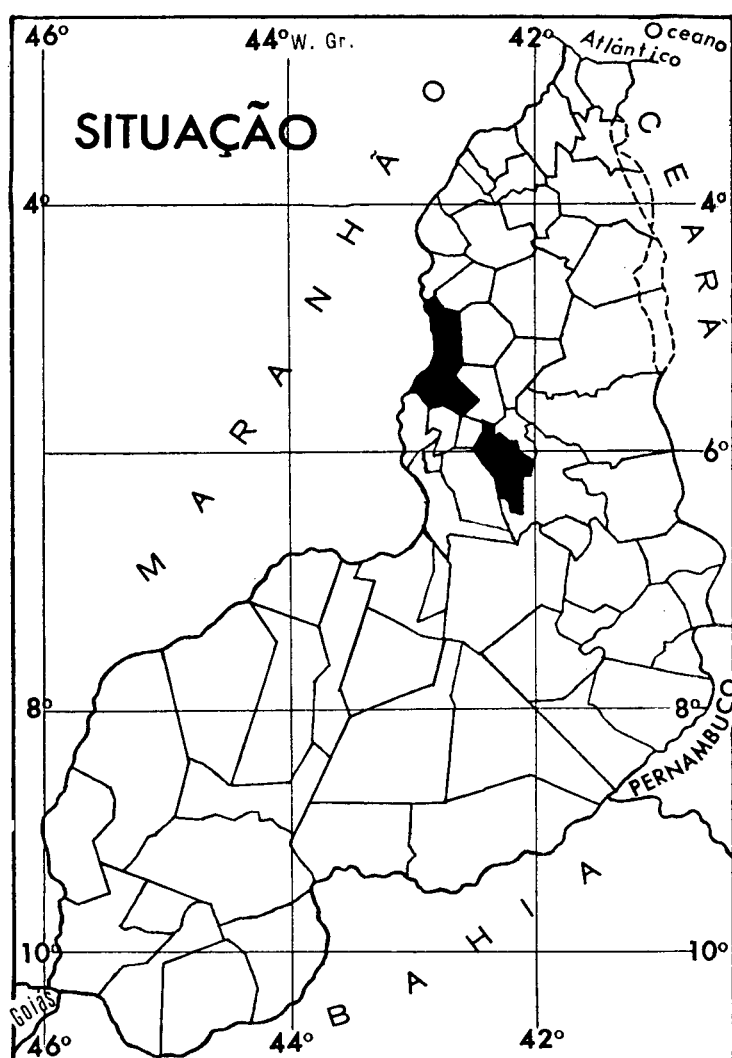
verificando-se dentro de pouco tempo notável progresso. Até 1930, nada realizaram ali os podêres públicos, além da criação de duas agências arrecadadoras, uma estadual e outra municipal. Em 1932, o então Prefeito de Valença — Senhor Abimael Soares da Rocha — transformou a primitiva casa de palha da feira em moderno prédio coberto de telha e, em 1936, com o valioso auxílio do comércio local, que construiu picada, doou os postes e prédios, e com o

Vista do Grupo Escolar Rural José Martins

inestimável concurso dos saudosos piauienses, Drs. Francisco Antônio Júnior e Elesbão de Castro Veloso, foi instalada a agência postal-telefônica, melhoramento decisivo no desenvolvimento do comércio do já importante povoado de Coroatá. Por sugestão do Dr. Brandão Júnior, aceita pela unanimidade da população local, após a instalação da Agência dos Correios e Telégrafos, mudou-se o nome de Coroatá para Elesbão Veloso, e, em 1943, foi construída a capela de Santa Teresinha do Menino Jesus, já consagrada como padroeira do povoado, pelo então Vigário da Freguesia de Valença do Piauí, Padre José Gomes da Silva, tendo dado entrada na mesma capela, na tarde de 30 de setembro do mesmo ano, com grande acompanhamento e sob as maiores manifestações de júbilo e fé por parte da população local, a excelsa imagem de Santa Teresinha, realizando-se, no dia seguinte, a primeira missa celebrada no primeiro templo religioso erigido no povoado. O município consta atualmente de um distrito judiciário subordinado à comarca de Valença do Piauí, no qual funcionam 1 Juiz de Paz e 2 Suplentes, 1 Adjunto de Promotor e 1 Escrivão do Registro Civil. A presente legislatura foi instalada em

1955, tendo sido empossado o Prefeito eleito, Senhor Benoni Portela Leal, e constituída a Câmara Municipal com cinco vereadores. O vice-Prefeito eleito, também empossado na mesma época, é o Senhor José Lopes Sobrinho.

Os nascidos no município denominam-se elesbonenses.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Elesbão Veloso está situada a 1 600 metros da Rodovia Teresina—Petrolínia (BR-52), federal, e dista da capital do Estado, por via rodoviária, 168 quilômetros e, em linha reta, 142 quilômetros. O município pertence à Zona Fisiográfica da Ibiapaba e tem como limites os de Regeneração, Água Branca, Beneditinos, São Félix do Piauí e Valença do Piauí.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É quente, com noites frias e invernos menos secos.

ÁREA — A área é de 1 850 quilômetros quadrados, figurando o município como mediano entre os demais do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Destaca-se o rio Berlengas, que serve de limites entre êste e os municípios de Regeneração e Água Branca. Registram-se ainda como seus acidentes geográficos os rios São Vicente e Sambito, bem assim as serras do Carneiro e Fundão.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais do município são formadas de carnaubais, oiticicais, babaçuais e tucunzais, no reino vegetal; minas calcárias e argila para

Vista parcial da Rua Coronel Mundico Dantas

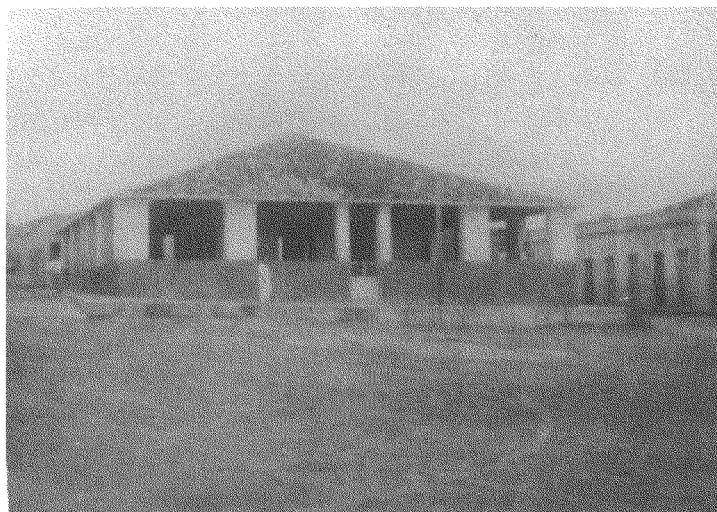
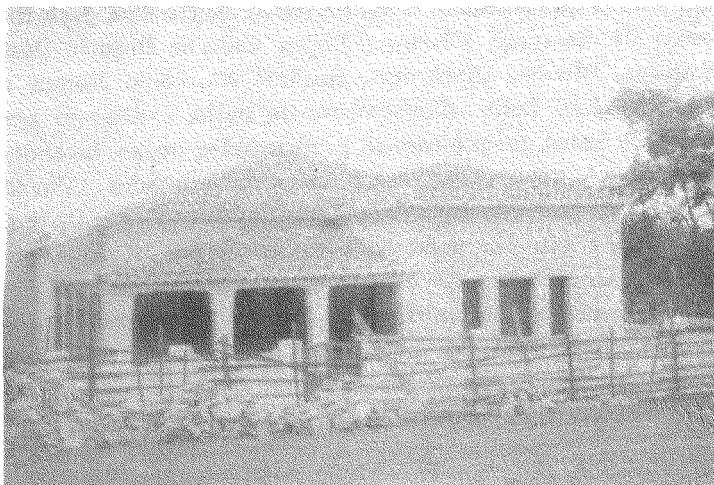
fabricação de telhas e tijolos, no reino mineral; e animais silvestres, no reino animal.

POPULAÇÃO — A população do município, recenseada juntamente com a de Valença do Piauí, no Censo de 1950, foi calculada naquela época em 10 112 habitantes.

Aglomerações urbanas — O município conta com apenas um núcleo urbano, que é o da sede municipal, com população provável de 1 200 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia local são a agricultura, a pecuária e o comércio. Agricultura: o milho, o feijão, a mandioca e o arroz são os principais produtos cultivados, cujo excedente é exportado para Teresina e Picos. O volume e o valor da produção dos referidos produtos, em 1956, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Feijão	Saco de 60 kg	14 420	5 191 200
Milho	» » »	30 280	3 270 240
Arroz com casca	» » »	6 210	1 242 000
Mandioca	Tonelada	1 134	521 640

Pecuária — O número de cabeças de gado existentes no município é o seguinte: 15 000 bovinos, 31 000 suínos, 14 000 ovinos e 12 000 caprinos. A pecuária tem importância econômica para o município, pois, além do consumo próprio, vende a Teresina e Estado de Pernambuco.

Mercado Público Municipal

Vista de uma residência moderna

Indústria — O município conta com boa produção de cêra de carnaúba, babaçu, tucum e oiticica, que vende aos principais centros compradores do país.

Neste setor da atividade municipal, verificou-se, em 1956, a produção a seguir enumerada: farinha de mandioca, 28 920 quilogramas, no valor de Cr$ 102 147,00; rapadura, 110 025 quilogramas, estimados em Cr$ 452 210,00; aguardente de cana, 4 225 litros, correspondendo a Cr$ 34 000,00; e cêra de carnaúba, 8 230 quilogramas, valendo Cr$ 331 129,00.

Vista parcial da Rua 13 de Maio

COMÉRCIO — Existem no município de Elesbão Veloso 7 estabelecimentos atacadistas e 31 varejistas, cujas transações comerciais se limitam às praças de Teresina e Recife, donde compram tecidos e mercadorias em geral.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Conta o município de Elesbão Veloso com a Rodovia Teresina—Petrolínia (BR-5), federal, e estradas carroçáveis que se interrompem no inverno. Comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Valença do Piauí — rodovia, 60 quilômetros; Inhuma — rodovia, 90 quilômetros; São Félix do Piauí — estrada carroçável, 51 quilômetros; Água Branca — rodovia, via Estaca Zero, 72 quilômetros; São Pedro do Piauí — rodovia, via Estaca Zero e Água Branca, 83 quilômetros; Regeneração — rodovia, via Estaca Zero, Água Branca e São Pedro do Piauí, 126 quilômetros; Capital estadual — rodovia, 168 quilômetros. A sede municipal é servida por uma agência postal-telefônica mantida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Elesbão Veloso é servida de luz elétrica fornecida pela usina de propriedade da Prefeitura Municipal. Conta com 16 logradouros, uma pensão com uma diária média de Cr$ 70,00, e 2 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária à população local: uma farmácia, 2 dentistas, 1 médico e 1 farmacêutico.

ENSINO — Funcionaram, em 1956, no município, 17 escolas de ensino primário fundamental comum, das quais uma estadual, 12 municipais e 3 cursos supletivos. O movimento de matrícula atingiu, no exercício em aprêço, 718 alunos, sendo 362 homens e 356 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	...	904 000	691 000	194 000	482 000
1956 (1)	...	...	800 000	254 000	800 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — A principal festa popular, é a da padroeira do lugar, Santa Teresinha do Menino Jesus, celebrada no dia 3 de outubro, precedida de novena muito concorrida.

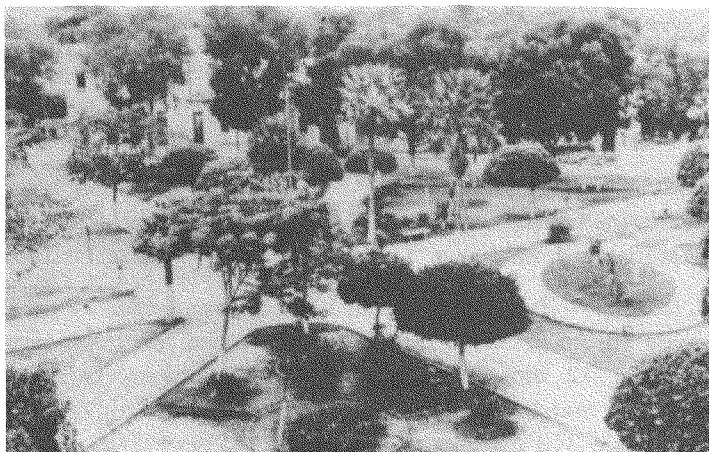
BIBLIOGRAFIA — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística; Arquivo da Agência Municipal de Estatística.

(Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina e Agente do I.A.P.B.)

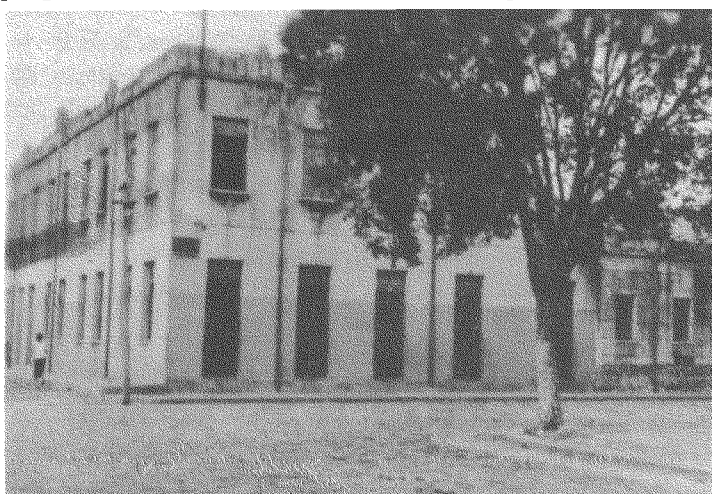
ESPERANTINA — PI

Mapa Municipal no 3.° Vol.

HISTÓRICO — Data de 13 de julho de 1739 a carta que conferiu o Sítio Boa Esperança ao português Miguel Carvalho e Silva que, segundo fidedignos informes de antigos moradores, fixou, nessa mesma data, a sua residência ali, constituindo família e deixando, por sua morte, herdeiros diversos, entre outros, seu filho Miguel de Carvalho, casado com a Senhora Ana Rosa Clara Castelo Branco, morador na conhecida e fertilíssima Fazenda Taboca, hoje dêste município e, naquela época, pertencente ao município de Parnaíba. Dêsse consórcio nasceu o poeta Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco.

João Antônio dos Santos, também português, tomou parte, depois, em uma revisão de demarcação de terras e, como possuidor da Fazenda Urubu, edificou casa e currais em um local próximo da vila, onde situou gados e denominou Retiro (da Fazenda citada). Dêsse fato veio o nome de Retiro da Boa Esperança. Por sua vez, o pai de João Antônio dos Santos, que possuía avultado número de escravos, construiu os três conhecidos e antiquíssimos tanques de pedra do Urubu, à margem do Longá, e pediu aos filhos, nas suas últimas disposições testamentárias, que êles não fôssem incluídos no seu inventário e ficassem como bem

Vista parcial aérea da Praça Leônidas Melo

comum. O belo local do simples retiro da fazenda e as vantajosas condições do seu ubérrimo solo foram atraindo muitos moradores, que se dedicaram principalmente à lavoura e à criação de ovelhas. Todavia, face à invasão de Fidié, de Campo Maior até o lugar denominado Beiru, abandonaram a terra e refugiaram-se nas matas, só regressando depois de tudo pacificado.

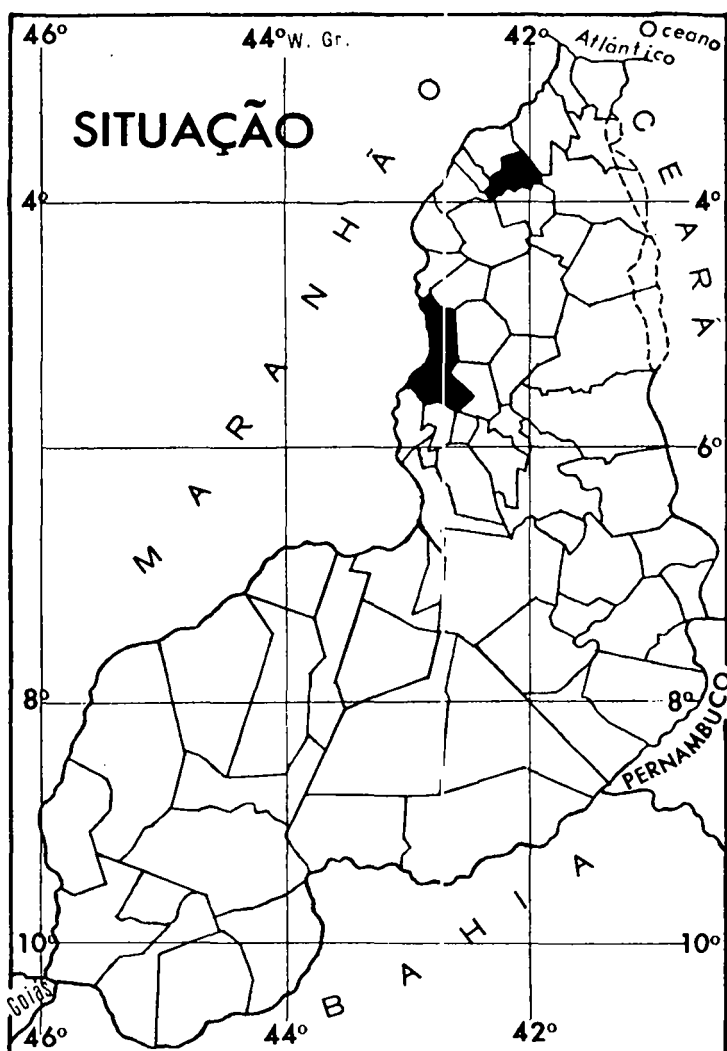
Nos anos de 1830 a 1838, Xavier de tal construiu as duas primeiras casas de telha e em 1843, mais ou menos, deu início à construção de uma capela que só em 1847 foi concluída por Domingos Moreira de Carvalho, filho de Xavier. Em 1849, o número de habitantes avulta. Chegam Leonardo Quaresma dos Santos, que edifica duas casas de telha, e seu genro José Francisco de Carvalho, que também constrói outras duas. Em 1850, regressa de Lisboa o poeta Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco, que em 1833 se ausentara de sua Fazenda Chapada da Limpeza, situada a duas léguas da vila, encontrando casada com Domingos Moreira de Carvalho uma de suas filhas que deixara criança. Em 1859, Leonardo regressa novamente de outra viagem empreendida ao Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão, trazendo, dessa vez, a imagem de Nossa Senhora da Boa Esperança para ser venerada na capela que seu genro construíra, batizando-se o templo e a santa, em um só dia, no ano de 1860 ou 1861, pelo Padre Miguel, então Vigário da Freguesia de Barras. Essa capela foi, porém, totalmente demolida em 1907 e, em seu lugar, levantada uma singela mas espaçosa e bela igreja, cuja bênção se verificou a 10 de junho de 1908 pelo então Bispo Diocesano Dom Joaquim Antônio de Almeida. As construções foram progredindo e de 1861 a 1877 chegam importantes e novos

Prefeitura Municipal

moradores que edificam casas de telha. Entre êles, José Ribeiro de Sampaio, Clarindo Lopes Castelo Branco, José Santana, Manoel Bitencourt, Antônio Florêncio Ramos e Gonçalo José Leite. Construções de palha avultaram por todos os lados, levantaram-se propriedades novas, fazendas e sítios. A população crescia de modo animador. Viu-se, afinal, um povoado futuroso, digno das atenções e favores da pública administração do Piauí, e foi por isto que, em 1891, o Governador do Estado cria no Retiro da Boa Esperança uma escola mista — primeiro passo para o seu progresso — primeiro marco para o seu largo futuro de hoje. Em face do crescimento das rendas públicas é criada uma agência fiscal independente no Govêrno do Dr. Eurí-

Igreja-Matriz

pedes de Aguiar. Em 26 de janeiro de 1919, inaugura-se a estação telefônica, ligada à estação telegráfica de Batalha, havendo o comércio e o povo feito doação ao Govêrno Federal do prédio em que ela funciona. Em 1920, em vista do crescente progresso do povoado, foi promulgada a Lei n.º 970, de 25 de junho, que o elevou à categoria de vila, com a denominação de Boa Esperança, passando assim a formar um distrito judiciário que foi anexado à comarca de Piracuruca. Preenchidas as exigências da Lei n.º 598, de 19 de junho de 1911, quanto às casas para Conselho Municipal e Cadeia Pública e terras para o patrimônio do novo município, adquiridas por subscrição entre alguns cidadãos de maior responsabilidade, foi a vila oficialmente inaugurada em 28 de setembro de 1920, com a posse de todos os funcionárois municipais e estaduais, entre pomposos festejos. Em virtude da Lei n.º 1 041, de 18 de julho

de 1920, Boa Esperança voltou a pertencer à comarca de Barras, desanexada que foi da de Piracuruca. Em 21 de outubro de 1920, foi instalada a Agência do Correio, fato auspicioso que veio firmar a regularidade do serviço público da bela e futurosa vila do norte piauiense. O Decreto estadual n.º 1 279, de 26 de junho de 1931, suprimiu o município de Boa Esperança, ficando o seu território anexado ao de Barras, até a vigência do Decreto n.º 1 575, de 17 de agôsto de 1934, que restaurou a sua autonomia. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 154, de 30 de dezembro de 1943, o nome Boa Esperança, que também era dado a várias cidades do País, foi mudado para Esperantina, topônimo atual. O distrito judiciário de Esperantina permaneceu anexado à comarca de Barras desde a vigência do Decreto número 1 279 (26-6-1931) até 24-1-1937, quando, pelo Decreto-lei n.º 1 400, foi criada a comarca de Esperantina. O município consta atualmente de um distrito e é sede de comarca de 1.ª entrância. No pleito de 1955, elegeu-se Prefeito o Sr. Hamilton de Melo Rebelo e foi a Câmara Municipal constituída de sete vereadores.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município tem as seguintes coordenadas geográficas: 3° 54' 09" de latitude Sul e 42° 14' 18" de longitude W. Gr.; está situada na margem direita do rio Longá, distando 225 quilômetros da capital do Estado pela Rodovia Campo Maior, via José de Freitas, e 145 quilômetros diretamente. A Zona Fisiográfica do município é a do Baixo Parnaíba. Seu território fica localizado entre os limites de Barras, Pôrto, Matias Olímpio, Luzilândia, Buriti dos Lopes, Piracuruca e Batalha.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Grupo Escolar David Caldas

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 50 metros.

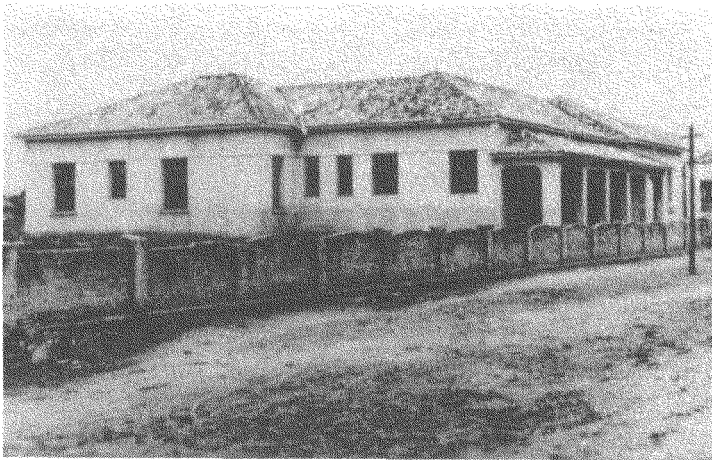
CLIMA — Agradável no inverno, cálido no verão. Sofre pequena variação. A temperatura, em graus centígrados, apresenta as seguintes médias: das máximas — 34; das mínimas — 26 e compensada — 30. Matas e morros, entrecortados por pequenos vales, concorrem fortemente para essa vantajosa situação climática do município, que recebe também os chamados ventos de maré, de modo que as estações do ano são perfeitamente toleráveis.

ÁREA — O município possui a área de 1 237 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Cachoeira do Urubu, com 14 metros de altura e três quedas d'água, no rio Longá, localizada na Fazenda João Paz, distante 12 quilômetros da sede municipal; as lagoas de Limoeiro, Caiçara, Alante, Morro do Chapéu, Tapuio, Fortaleza, Chapada e outras menores; os riachos Taquari, Ipueira, Bebedouro, Taperinha, Baixa Fria, Carnaúba Torta, Angico-Branco, Taboca; olhos-d'água em fazendas e povoados; pequenos morros em vários pontos do município.

RIQUEZAS NATURAIS — Carnaúba, babaçu e tucum, minérios, argila e madeiras de lei.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, o município tem 17 298 habitantes: 8 728 homens e 8 570 mulheres, sendo 5 375 brancos, 1 338 pretos e 10 574 pardos. Dêsse total, 11 não declararam côr. Dos habitantes de 15 anos e mais de idade (num total de 8 784), 3 050 eram solteiros; 5 241, casados e 489, viúvos. Não fizeram declaração sôbre estado civil 4 pessoas. Com exceção de um estrangeiro, todos os demais habitantes do município, em 1950, eram brasileiros natos. A religião é representada por: católicos apostólicos romanos — 17 182, protestantes — 77, e, sem declaração de religião — 39. A densidade demográfica corresponde a 13 habitantes por quilômetro quadrado. A população rural representa 87% do total do município, maior do que a média do Estado (83,6%). É razoável o equilíbrio entre homens e mulheres da zona rural. Em relação aos outros municípios, quanto à população, Esperantina está colocado no 25.º lugar, e a cidade, junto às outras do Estado, no 31.º lugar.

Aglomerações urbanas — A sede do município tem 2 331 habitantes, sendo 1 068 homens e 1 263 mulheres. Principais povoados: Morro do Chapéu, com 50 moradias e 198

Pôsto de Saúde Estadual

habitantes; Boa Vista do Morro, com 33 residências e 230 pessoas; Cariocas, com 43 casas e 170 moradores; Mundo Novo, com 35 moradias e 185 habitantes. As aglomerações distinguem-se social e econômicamente, mas sem espírito de luta de classe.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A extração manual da cêra de carnaúba, do babaçu e do tucum representa a melhor fonte de riqueza do município de Esperantina. A agricultura, tendo como mercado comprador a praça de Parnaíba, está limitada ao plantio dos produtos abaixo, cujo volume e valor foram registrados em 1956:

Cachoeira do Urubu no rio Longá

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz	Saco de 60 kg	13 000	2 600 000
Milho	» » » »	13 100	1 179 000
Feijão	» » » »	1 800	720 000
Mandioca	Tonelada	2 650	583 000

A pecuária conta com bovinos, suínos, caprinos, sem margem para exportação. Alguns fazendeiros possuem reprodutores de raça. A indústria, além da fabricação de farinha, está baseada no beneficiamento do arroz em casca, na produção de telhas e tijolos de alvenaria e aguardente de mandioca.

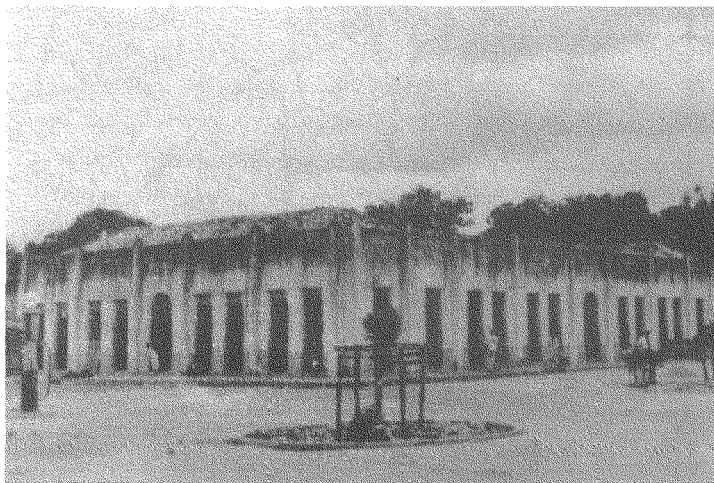
COMÉRCIO — A cidade possui 8 estabelecimentos atacadistas e 41 varejistas, com transações comerciais nas praças de Parnaíba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Sua única indústria a vapor tem mais de cinco operários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Ônibus e caminhões particulares fazem linha com a capital do Estado. As estradas do município são carroçáveis, em comunicação com Barras (72 quilômetros), Pôrto (72 quilômetros), Luzilândia (70 quilômetros), Buriti dos Lopes (128 quilômetros) e Batalha (42 quilômetros), partindo da cidade para a sede dêsses municípios. Na estação invernosa, a comunicação com Batalha e Buriti dos Lopes é feita através de Campo Maior e Piripiri. Há um campo de pouso piçarrado na sede do município, com área de 20 x 500 metros, e também uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Trecho da Rua Coronel José Fortes

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Esperantina, em 1950, tinha 2 331 habitantes, colocada no 14.º lugar entre as de maior população do Estado, e 39 logradouros públicos. Possui luz elétrica, fornecida pela Prefeitura, com 141 ligações domiciliares, duas pensões com preço médio de Cr$ 60,00 por diária, duas praças e 3 ruas pavimentadas com pedra irregular e uma travessa parcialmente pavimentada. Faltam-lhe água canalizada e esgôto.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na cidade há médico, farmacêutico e uma farmácia, que prestam assistência à população do município.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, o município tinha 5 247 pessoas de 5 a 14 anos de idade e apenas 621 sabiam ler e escrever; 17 298 habitantes de 5 anos e mais de idade, sendo 1 750 homens e 1 202 mulheres, sabiam ler e escrever, o que representa 17,19% da população. Das 1 196 pessoas que sabiam ler e escrever, na cidade, 545 eram homens e 590, mulheres, com 45,22%.

Mercado Público Municipal

Ensino — Contam-se no município 43 escolas de ensino primário fundamental comum, sendo 10 estaduais e 23 municipais, bem como 3 escolas particulares e 7 supletivas. Matrícula de 1956: o curso fundamental comum com 873 homens e 846 mulheres; o curso complementar com 5 homens e 26 mulheres; o supletivo com 123 homens e 95 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	105 000	527 000	451 000	290 000	462 000
1951	126 000	737 000	435 000	324 000	287 000
1952	190 000	811 000	494 000	324 000	384 000
1953	165 000	1 129 000	871 000	430 000	447 000
1954	143 000	1 378 000	817 000	552 000	1 360 000
1955	203 000	1 586 000	762 000	552 000	709 000
1956 (1)	...	...	640 000	212 000	640 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São religiosas as principais festas que se realizam na cidade e nos povoados: a de São Sebastião, em 20 de janeiro; a de São José, em 19 de março; a de Nossa Senhora da Boa Esperança, padroeira da cidade, em 8 de setembro. São precedidas da solenidade do levantamento do Mastro, e decorrem com novena e leilões, tendo encerramento com a procissão. As visitas e danças do bumba-meu-boi representam a principal tradição folclórica do município.

Efemérides — 13 de julho de 1739, concessão da Carta de sesmaria do Sítio da Boa Esperança para Miguel Carvalho e Silva; 25 de junho de 1924, criação da vila pela Lei estadual n.º 970; 17 de agôsto de 1934, restauração do município pelo Decreto estadual n.º 1 575; 30 de dezembro de 1943, fixação do nome Esperantina, pelo Decreto-lei estadual n.º 154; 24 de janeiro de 1937, criação da comarca pelo Decreto-lei n.º 1 400.

ATRAÇÃO TURÍSTICA — A cachoeira do Urubu, completando a paisagem das matas e dos morros que escondem algumas curvas do rio Longá, é ponto de curiosa atração.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas em Esperantina são denominadas esperantinenses. Suas fazendas de gado sofreram prejuízos incalculáveis, durante as lutas pela Independência, principalmente na guerra dos Balaios. No município de Esperantina nasceram: Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco, poeta e autor do volume "Lira Sertaneja", e José do Patrocínio Nogueira, poeta, professor de espanhol na Escola de Cadetes do Exército e autor do Hino do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (Fortaleza — CE).

BIBLIOGRAFIA — "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — 1939 — Imprensa Oficial — D. E. E. do Piauí; "Sinopse Estatística do Município de Esperantina" — C. N. E. — 1948; "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada" — C. N. E. (I. B. G. E.) — 1953.

(Fontes — Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Estado do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Esperantina. — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão: Waldemar Tomaz de Aquino, funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina, agente do I.A.P.B.)

FLORIANO — PI

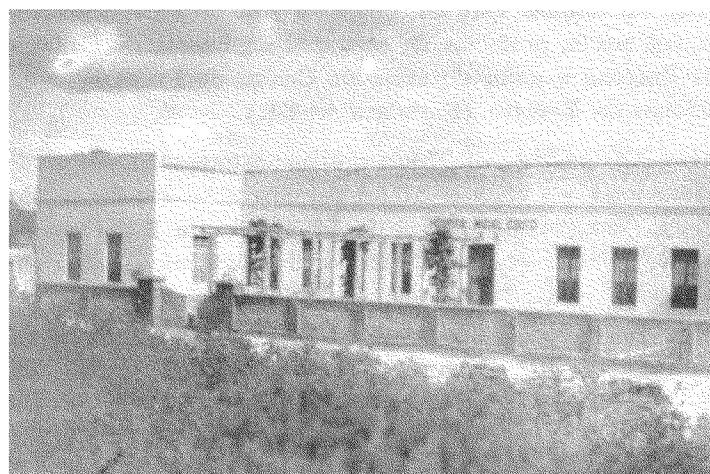
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Sòmente depois de decorridos trinta e dois anos do seu descobrimento, o Brasil recebe a primeira tentativa de colonização, e Portugal, num infeliz arremêdo de feudalismo medieval, estabelece o sistema das Capitanias Hereditárias. João de Barros, Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade receberam, na partilha entre os donatários, a extensão do litoral entre o rio Camocim e a baía de São José, no Maranhão. Fizeram-se várias incursões, quer pelo litoral, quer pelo interior, com o objetivo de catequisar o gentio, procurar metais preciosos ou capturar indígenas. Objetivavam, também, o descobrimento de terras, fato que ocasionava, de imediato, um afluxo tremendo de titulares às Cartas de sesmarias nas zonas recentemente conquistadas. Êsse tipo de conquista não tinha resultados conseqüentes para a efetiva ocupação da terra. A região continuava de acesso ingrato, exigindo sacrifícios ingentes por parte dos que se aventuravam a ocupá-la. A doação das odiosas sesmarias não era feita aos reais devassadores. Os contemplados se inscreviam entre os privilegiados fidalgos, que vinham rodear os babados do rei. Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias d'Ávila, Bernardo Pereira Gago, arcediago Domingos de Oliveira Lima, Catarina Fogaça, Pedro Vieira de Lima, Manoel Ferreira, Manoel de Oliveira Pôrto, não passavam, na grande maioria, de potentados baianos, que jamais se abalariam a ir trabalhar ou viver nas paragens do Piauí. A concessão de sesmarias seria um dos principais fatôres da existência atual dos grandes latifúndios agrários, que se espalham pelo país, atravancando seu desenvolvimento.

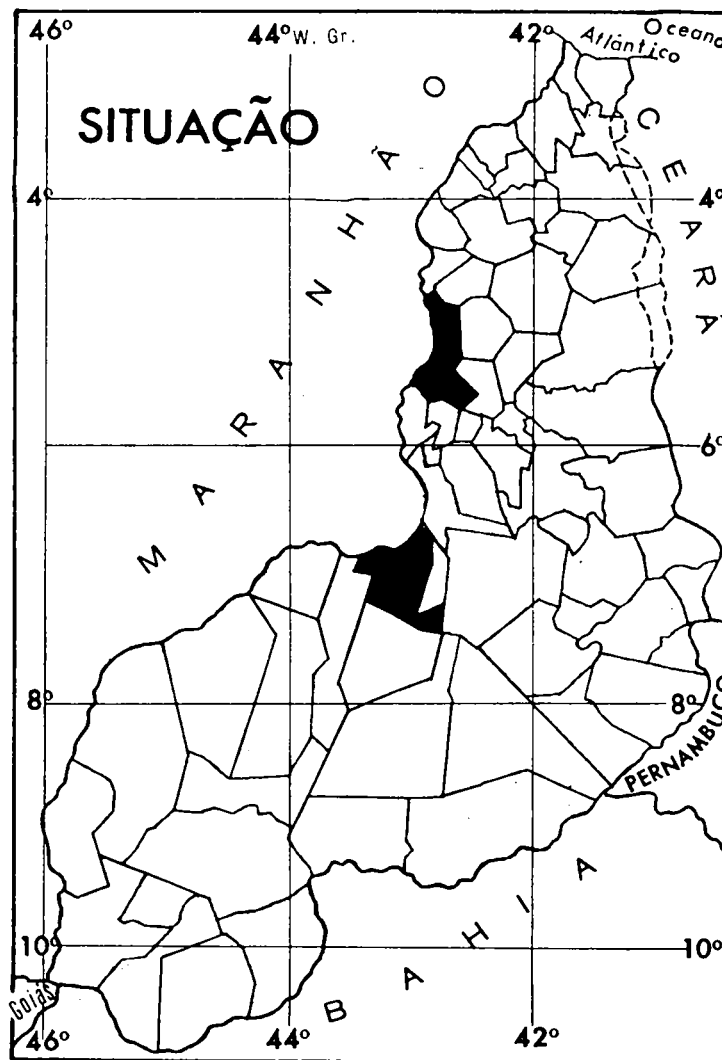
A região, presentemente ocupada pelo município de Floriano, situava-se na área das sesmarias que, em 1676, a Coroa lusa dava a Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias d'Ávila e Bernardo Pereira Gago. Suas concessões se estendiam por dez léguas de terra em quadro, para cada um dêles, nas margens do Gurguéia. Algum tempo depois, todos os contemplados anteriores, junto com Francisco de Sousa Fagundes, obtém mais dez léguas de terra em quadro para cada um nas margens do rio Parnaíba. Durante êsse ano, 1681, era doada por outra carta de sesmaria todo o território entre os rios Itapecuru e Gurguéia. Outras concessões que abrangiam tôda a largura do Piauí foram feitas com limites indecisos e espantosos. Só a atividade pastoril, todavia, determinaria o povoamento de tôda aquela região. A pecuária serviria como atividade acessória à agricultura e aos engenhos de açúcar. O gado, importado de Cabo Verde, passou a acionar as moendas, puxar os carros de transporte de cana do campo para o engenho. Fornece o leite e a carne para a alimentação e dá o couro que abriga. Integra-se em seu novo ambiente e se desenvolve de maneira assustadora. De atividade acessória começa a transformar-se em atividade autônoma. E os currais se foram multiplicando. O rio São Francisco banha uma região que provou, de início, ser assaz favorável à criação. Ali o gado encontrava pastagens naturais, aliadas à proximidade da água e um clima elogiável. Mas portuguêses e holandeses estavam em guerra. O São Francisco era objetivo comum dos dois inimigos. Fugindo às escaramuças dos holandeses, os criadores

Vista parcial da Praça Dr. Sebastião Martins, vendo-se a Igreja-Matriz de São Pedro de Alcântara

começaram a deslocar-se rio acima, espalhando e fixando novos currais. Assim, em meados do século XVII, os rebanhos passaram a se deslocar pelo São Francisco. Em chegando ao rio Grande, tomaram êsse curso, indo, mais além, penetrar no rio Prêto, aproximando-se do Piauí. Continuaram em seu deslocamento, ora por terra, ora utilizando-se dos pequenos rios e riachos da região e alcançaram, finalmente, o rio Gurguéia, descendo rumo ao Parnaíba. Seria essa a rota de penetração dos rebanhos vindos da Bahia. A região que se estendia por detrás das serras da Tabatinga, do Gurguéia e do Piauí oferecia imensas pastagens naturais, que se estendiam por chapadas sem grandes acidentes geográficos, propícias à criação. A vertente que desce do Tabatinga caracteriza-se por ser a de maior abundância de água em todo o Nordeste. Dos embrejados e mananciais, que nascem a seus pés, origina-se grande número de rios e riachos que banham a região. Por outro lado, o rio Parnaíba, fàcilmente acessível por terra ou através de inúmeros de seus afluentes da margem direita, era um meio fácil de ligação com as outras povoações tanto do Piauí quanto do Maranhão, além de servir de escoadouro, para o mar, dos produtos da região. O rio Parnaíba atraía dessa forma as populações do interior. Se as zonas ribeirinhas também eram propícias à criação, nada impedia que delas se aproximassem os rebanhos, colocando-se assim mais próximos da principal via de comunicação do Estado. Os currais se foram retirando do sul, deixando lá algumas povoações. As vilas, os arraiais, inúmeros núcleos de povoamento, se iam formando às margens do grande rio.

Os atuais municípios de Floriano e Oeiras situam-se na área em que Domingos Afonso Mafrense fundou as primeiras fazendas de gado no Piauí. Elas formariam o centro de expansão da pecuária do Estado. Posteriormente, conforme estava expresso no testamento de Mafrense, trinta fazendas que lhe pertenciam foram legadas aos Jesuítas. Verificou-se, então, sob a administração dos padres da Companhia de Jesus, notável desenvolvimento dessas fazendas; porém, em 1760, com a expulsão dos Jesuítas do Brasil, elas passaram para o domínio do Estado. O Governador João Pereira Caldas, após a expulsão dos Jesuítas, leva a efeito o seqüestro e arrolamento das posses das fazendas. Divide-as em três inspeções com os nomes de Canindé, Nazaré e Piauí. Em 1873, desmembram-se da inspeção de Nazaré as Fazendas Guaribas, Serrinha, Matos, Algodões e Ôlho-d'Água, para formação da Colônia Rural de São Pedro de Alcântara, criada pelo Decreto n.º 5 292, de 10 de setembro de 1873, a cuja frente se encontrava o ilustre agrônomo piauiense Francisco Parentes, que havia sido comissionado pelo Ministério da Agricultura para estudar, minuciosamente, as condições de criação de gado no Piauí, especialmente nas fazendas de propriedade da Nação. O estabelecimento ficou situado à margem direita do rio Parnaíba, a 60 léguas acima da cidade de Teresina e a 150 do litoral, no lugar denominado Chapada da Onça, constituindo seu patrimônio as Fazendas acima mencionadas, as quais foram concedidas ao Ministério da Agricultura pelo da Fazenda, para aquêle fim, por Aviso de 10 de junho de 1873. Essas Fazendas, que pertenciam ao departamento de Nazaré, constavam de 21 léguas de comprimento por 20 de largura, em ótimas terras de excelentes pastagens, e foram doadas com tôdas as casas, currais e gado existentes, em número de 10 000 cabeças. O estabelecimento, desde logo, tomou feição animadora e progressista, tornando-se o ponto para onde convergiam as vistas da população sertaneja, que para ali afluía à procura de trabalho, dedicando-se outros às atividades comerciais. Os primeiros diretores da Colônia obstavam-se à construção de casas particulares, impedindo por muitos anos o desenvolvimento da nascente povoação. A partir da administração do Dr. Ricardo Carvalho, foi permitida, livremente, a edificação de casas na colônia, para o que os diretores tudo facilitavam, fornecendo muitas vêzes bois e carros para o transporte do material. Mantinham-se no estabelecimento, além de escolas para os filhos das escravas, libertos pela Lei de 28 de setembro de 1871, oficinas mecânicas e de aprendizagem agrícola. No lugar denominado Brejo, havia um campo de agricultura mantido pelo estabelecimento, que em 1884 recebeu tentativa de reforma partida do Govêrno imperial. A construção de casas particulares na povoação teve maior incremento em 1887 e, em virtude de sensível aumento da população, elevou-se o povoado à categoria de vila, com o nome de Colônia, por efeito da Resolução n.º 2, de 19 de junho de 1890, transferindo para ela a sede do município da então vila de Manga. Por feito da Resolução mencionada, a nova vila ficou pertencendo à jurisdição civil e criminal da comarca de Jerumenha, constituindo o seu têrmo um distrito de paz. Poucos dias depois, a Resolução n.º 3, de 26 de junho de 1890, desmembrou o têrmo de Colônia da comarca de Jerumenha, para formação de uma nova comarca com a denominação de Colônia, assim permanecendo até 1892, quando, pela Lei n.º 18, de 12 de dezembro daquele ano, foi cassada a sua autonomia judiciária, passando o seu têrmo a integrar a comarca de Amarante. A Lei n.º 67, de 25 de setembro

Hospital Miguel Couto

de 1895, extinguiu a vila e o município, desmembrando o seu têrmo da comarca de Amarante e anexando o território ao de Jerumenha, para mais tarde, em menos de um ano, a Lei n.º 93, de 18 de junho de 1896, restabelecer a autonomia da vila e do município com os antigos limites, voltando o têrmo judiciário, ainda desta vez, a pertencer à comarca de Amarante. A Lei n.º 144, de 8 de julho de 1897, elevou a vila à categoria de cidade, com a denominação de Floriano, e a de n.º 154, de 16 de julho do mesmo ano, criou a comarca de Floriano, de 1.ª entrância, compreendendo o seu distrito e os de Jerumenha e Aparecida, hoje Bertolínia. Posteriormente, a Lei n.º 244, de 29 de junho de 1900, restaurou a comarca de Jerumenha, sendo anexado ao seu território o distrito de Aparecida, os quais se desligaram da comarca de Floriano. Mais tarde, com a supressão da comarca de Jerumenha, por efeito da Lei n.º 307, de 15 de junho de 1902, retornaram à jurisdição de Floriano os distritos de Jerumenha e Aparecida, juntamente com o de Uruçuí. Em 1910, porém, êstes dois últimos foram desmembrados da comarca de Floriano, por ter a Lei n.º 595, de 1.º de agôsto daquele ano, criado a comarca de Uruçuí, compreendendo o seu distrito e o de Aparecida, hoje Bertolínia, com sede no primeiro. Em face do Decreto-lei estadual n.º 247, de 1.º de março de 1940, foram extintos os têrmos de Floriano, Pôrto Seguro (hoje Guadalupe) e Jerumenha, cujos municípios passaram a constituir os distritos judiciários dêsses nomes. Os dois primeiros ficaram subordinados à comarca de Floriano e o último formou a comarca de Jerumenha. Em cumprimento ao Decreto estadual n.º 295, de 21 de setembro de 1940, o distrito judiciário de Pôrto Seguro foi transferido da comarca de Floriano para a de Jerumenha. O atual quadro administrativo e judiciário de Floriano compõe-se de comarca de 4.ª entrância, distrito judiciário e distrito administrativo. A presente legislatura foi inaugurada em 1955, tendo como Prefeito o Dr. Herbrand Ribeiro Gonçalves, que substituiu o Prefeito eleito, Dr. Sebastião Martins de Araújo Costa, por falecimento dêste. A Câmara Municipal é constituída de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Floriano situa-se na Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba, à margem direita dêsse rio, em frente à cidade maranhense de Barão de Grajaú e no traçado da Rodovia PI-4, estadual, e Rodovia Icó-Carolina (BR-24), federal. Limita-se com o Estado do Maranhão e os municípios de Amarante, Nazaré do Piauí, Oeiras, Itaueira e Jerumenha. A cidade fica a duzentos quilômetros da capital do Estado, em linha reta, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 6º 46' 24" de latitude Sul e 43º 00' 43" de longitude Oeste de Greenwich.

União Artística Operária Florianense e Ginásio Primeiro de Maio

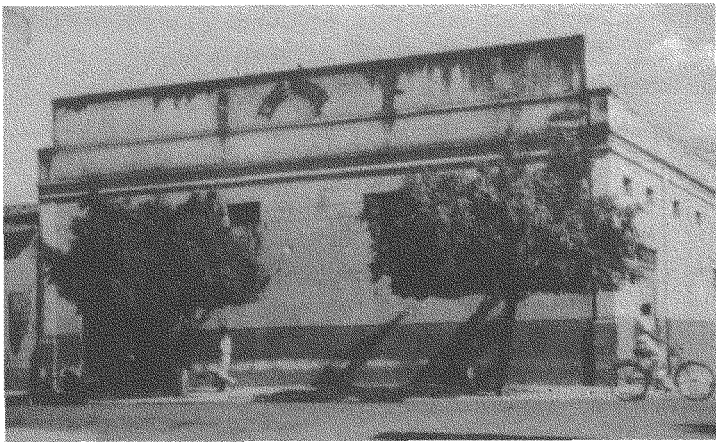
Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 140 metros.

CLIMA — O clima é quente e sêco, no verão e úmido, no inverno. Há duas estações, das quais uma começa ordinàriamente no mês de outubro e termina em abril: é o inverno ou estação chuvosa. A outra, denominada verão ou estação sêca, começa em maio e termina em setembro. A temperatura oscila entre 29 e 37 graus centígrados. De agôsto para setembro, na aproximação do inverno, o calor torna-se às vêzes excessivo.

ÁREA — A área do município é de 3 700 quilômetros quadrados, estando muito reduzida em relação à sua área primitiva, em face dos desmembramentos territoriais feitos para constituição dos municípios de Itaueira e Nazaré do Piauí.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Parnaíba, o mais importante do Estado, a cuja margem direita está situada a cidade de Floriano. Seguem-se-lhe os rios Gurguéia e Itaueira.

RIQUEZAS NATURAIS — Destacam-se como principais riquezas vegetais do município a carnaúba e a maniçoba. Pedras para construção civil, fabricação de filtros, argila, para fabricação de tijolos e telhas, são as riquezas de ori-

Cine Natal

gem mineral em evidência, notando-se ainda, como riqueza animal, peixes, animais e peles silvestres.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população de Floriano era de 33 786 habitantes. Fazendo-se a discriminação, segundo o sexo, verificou-se que dos habitantes recenseados, 16 138 eram homens e 17 648, mulheres. A população do município apresentava as seguintes características, no que respeita à côr: brancos — 8 234; pretos — 7 269; pardos — 18 210. Não prestaram declarações a respeito de côr 73 habitantes. Com referência ao estado civil, dos 18 711 habitantes de 15 anos e mais de idade, verificou-se que 7 273 eram solteiros, 9 940, casados, 1 446 viúvos, 1 desquitado, não declarando o estado civil 51 pessoas. Existiam 35 estrangeiros e 15 brasileiros naturalizados. A densidade demográfica correspondia a 3 habitantes por quilômetro quadrado, cálculo que se reportou à área que constituía o município antes dos desmembramentos verificados para a constituição dos municípios de Itaueira e Nazaré do Piauí. Localizam-se na zona rural, 73% da população do município, percentagem que o coloca em situação melhor que a do Estado, com 83,6%. A população rural, representada por 24 685 habitantes, apresentou os seguintes números: 12 267 homens e 12 418 mulheres, evidenciando equilíbrio entre os dois sexos. Dos 49 municípios que compõem o Estado do Piauí, apenas 6 possuem população superior à de Floriano. A cidade ocupa o terceiro lugar dentre as mais populosas do Estado, conforme se demonstra abaixo:

Teresina	51 418	habitantes
Parnaíba	30 174	habitantes
FLORIANO	9 101	habitantes

Vista parcial do cais

Aglomerações urbanas — A cidade de Floriano é a única aglomeração urbana do município, com 9 101 habitantes, dos quais 3 871 eram homens e 5 230 mulheres, conforme dados do Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município assenta-se, principalmente, na pecuária, na extração da cêra de carnaúba e no comércio. A lavoura é pouco desenvolvida no município: seus produtos são insuficientes para o consumo da população, que recorre, por isto, a municípios vizinhos, principalmente do Estado do Maranhão. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1956, foram:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca........	Saco de 60 kg	950	180 500
Algodão em caroço.......	Arrôba	610	48 800
Feijão..................	Saco de 60 kg	218	56 680
Mandioca................	Tonelada	580	162 400
Milho...................	Saco de 60 kg	2 200	352 000

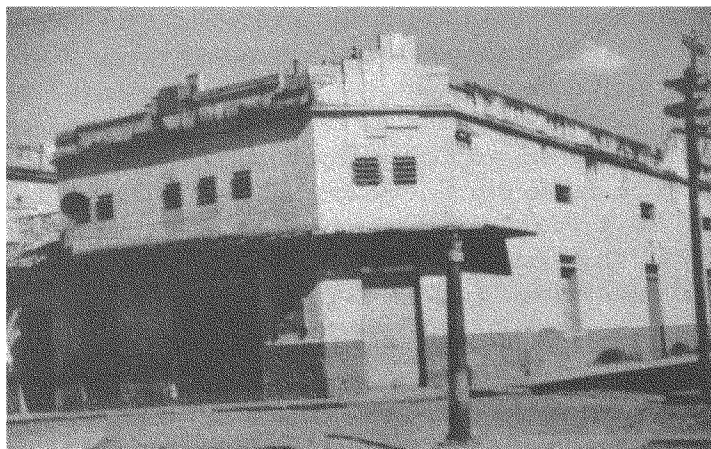
A extração da cêra de carnaúba constitui uma das principais fontes econômicas do município, que ocupa lu-

Curso Normal Regional

gar de destaque no quadro estadual. Em 1956, Floriano produziu cêrca de 83 061 quilogramas dêsse produto, no valor de Cr$ 4 103 050,00, e 9 546 quilogramas de bôrra de cêra, valendo Cr$ 143 140,00. De par com a cêra, verificou-se a incidência dos seguintes produtos extrativos vegetais: borracha de maniçoba, 5 816 quilogramas, valendo Cr$ 69 792,00; madeira de lei, 4 230 metros cúbicos, no valor de Cr$ 105 750,00; 23 000 metros cúbicos de lenha, valendo Cr$ 1 035 000,00, e 400 toneladas de carvão vegetal, no valor de Cr$ 200 000,00. No que se refere à indústria, é inexpressivo êsse setor de atividade, pois existem no município apenas 18 indústrias com mais de 5 empregados. A produção industrial é representada pela enumeração dos seus principais produtos e respectivos valores: 674 608 quilogramas de óleo de babaçu, no valor de Cr$ 4 978 590,00; 211 267 quilogramas de óleo de caroço de algodão, valendo Cr$ 3 727 549,00; 16 991 quilogramas de óleo de oiticica, correspondendo a Cr$ 236 328,00; 61 780 quilogramas de farinha de mandioca, estimados em Cr$ 251 120,00. A indústria de calçados registrou um movimento de Cr$ 4 425 420,00 e a de móveis, contando apenas com duas unidades industriais, um movimento de cêrca de Cr$ 741 300,00. A pecuária do município, que até pou-

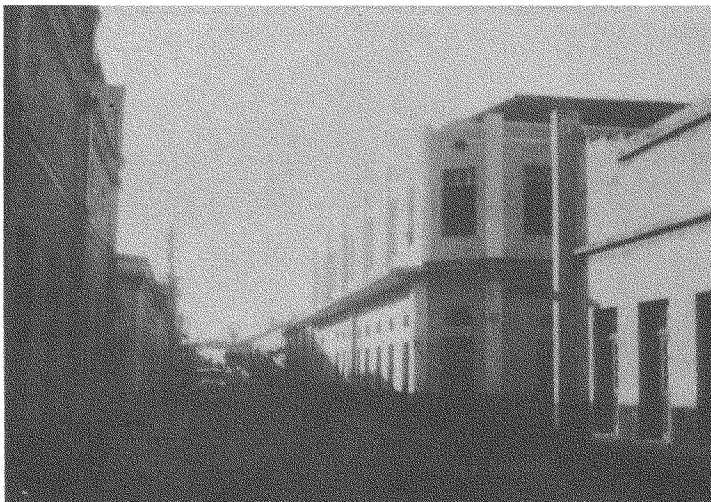
co tempo era considerada expressiva, sofreu profundo golpe com o desmembramento dos municípios de Itaueira e Nazaré do Piauí, para onde se deslocou quase metade do seu efetivo. Assim sendo, em 1956, existiam em Floriano os seguintes rebanhos: 6 300 bovinos, 3 800 suínos, 1 900 ovinos e 2 180 caprinos.

COMÉRCIO E BANCOS — O mais importante centro comercial da região do Médio Parnaíba é, sem dúvida, Floriano, que, por sua excelente posição geográfica, comanda todo o movimento do comércio efetuado no vale do Parnaíba a montante, no sudeste do Maranhão e no sudoeste do Piauí. O rio Parnaíba foi durante dezenas de anos a via mais importante que servia ao sistema comercial centralizado em Floriano. Por êle se escoava tôda a produção concentrada na cidade. A construção da Rodovia BR-24, que corta o Estado de oeste a leste, servindo ainda Oeiras e Picos, foi o principal fator a acelerar o desenvolvimento comercial de Floriano. A sua zona de influência, de início, limitada à área servida por cursos d'água navegáveis, expandiu-se apreciàvelmente, abrangendo os municípios maranhenses de São João dos Patos, Pastos Bons, Mirador, Colinas e Passagem Franca, que antigamente mantinham relações comerciais mais assíduas com Caxias (MA). O comércio regional de abastecimento de produtos manufaturados está centralizado na cidade, assim como a concentração dos produtos oriundos dos municípios alto-paraibanos Santa Filomena, Alto Parnaíba (MA), Benedito Leite (MA), Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Guadalupe. Os principais produtos agrícolas reunidos em Floriano são arroz, algodão, farinha de mandioca, além de babaçu, couros de boi, peles de cabra e peles silvestres. Ao lado desta atividade comercial, estabeleceram-se usinas de beneficiamento de arroz e algodão, fábricas de óleos vegetais e de calçados. Há na cidade 14 estabelecimentos comerciais atacadistas, 238 varejistas e 18 industriais. O movimento comercial é feito tanto para Teresina, à qual Floriano se liga por boa rodovia, construída ao longo do vale do Parnaíba, como para as praças de Recife, Fortaleza, São Paulo, Salvador, Campina Grande (PB) e Distrito Federal. Há na cidade uma agência do Banco do Brasil S. A. e uma agência postal da Caixa Econômica Federal do Piauí, com 140 cadernetas em circulação e depósitos no valor de Cr$ 168 326,40.

Vista parcial da Rua Fernando Marques

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por ônibus que fazem a linha diàriamente entre Teresina e a cidade de Floriano, através das Rodovias BR-52 e PI-4, e também um ônibus que faz a linha entre Juàzeiro do Norte (CE) e Floriano, além de elevado número de caminhões e outros veículos rodoviários provenientes de vários pontos do país. Conta com os aviões da Cruzeiro do Sul e do Consórcio Real-Aerovias-Aeronorte, utilizando-se ainda dos meios proporcionados pelo rio Parnaíba, pôsto que precàriamente. A cidade dista da capital do Estado 246 quilômetros por via rodoviária, 192 por via aérea, 330 por via fluvial e 200 em linha reta. As distâncias entre a sede municipal e as cidades vizinhas são as seguintes: Amarante — rodovia, 76 quilômetros; Canto do Buriti — estrada carroçável, 216 quilômetros; Jerumenha — estrada carroçável, 72 quilômetros; Oeiras — rodovia, 117 quilômetros; Nazaré do Piauí — rodovia, 48 quilômetros; Itaueira — estrada carroçável, 120 quilômetros; Cristino Castro — estrada carroçável, 312 quilômetros; Bom Jesus — estrada carroçável, 360 quilômetros; Guadalupe — estrada carroçável, 174 quilômetros, ou fluvial, 120 quilômetros; Barão de Grajaú (MA) — defronte à cidade de Floriano, dela separada pelo rio Parnaíba.

Cine-Teatro Itapoã

Funciona na cidade uma Estação Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Na sede municipal existe um campo de pouso, cuja pista tem a dimensão de 950 metros de comprimento por 50 de largura.

ASPECTOS URBANOS — O Censo de 1950 indicou a existência de 9 101 habitantes na cidade de Floriano, classificando-se por isso em terceiro lugar entre as cidades mais populosas do Estado, inclusive a capital, e conta com

Vista parcial da Rua São Pedro

77 logradouros, dos quais 5 são pavimentados em tôda a extensão e 12 parcialmente, com pedras irregulares. É servida de luz elétrica, com 472 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes da cidade são: União Artística Operária Florianense, Cine-Teatro Itapoã, Cine Natal, Igreja-Matriz de São Pedro de Alcântara, Hospital Miguel Couto. Há 4 hotéis e 5 pensões com a diária média de Cr$ 60,00, 2 cinemas com capacidade para 760 espectadores, 38 automóveis e jipes e 32 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Floriano conta com um bem desenvolvido serviço de assistência médico-sanitária, prestado à população através de um hospital geral que possui ambulatório, farmácia, salas especiais para parto, operação e esterilização; 10 berços para recém-nascidos e 61 leitos distribuídos, segundo a especialização médica, da seguinte forma: clínica médica em geral 45, cirurgia 10, obstetrícia 6. Dêsses leitos, 51 são destinados a indigentes e 10 a contribuintes. Além dos leitos mencionados, o hospital ainda dispõe de 9 outros destinados ao pessoal técnico da entidade, um Centro de Saúde, um Pôsto de Puericultura, uma policlínica de pescadores e um ambulatório particular. Dez médicos, 6 farmacêuticos e 8 dentistas estão no desempenho da profissão, havendo, por outro lado, 3 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Cooperativa de Consumo dos Bancários de Floriano Limitada, com 25 associados, congrega os bancários da cidade.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, verificou-se a existência de 28 134 pessoas com 5 anos e mais de idade, das quais 7 258, ou seja, 25%, sabiam ler e escrever. Do total referido, 3 638 eram homens e 3 620 mulheres. Na sede municipal, das 7 848 pessoas de 5 anos e mais de idade, 3 783 sabiam ler e escrever, equivalendo a 48%. Das pessoas existentes na sede e que sabiam ler e escrever, 1 709 eram homens e 2 074 mulheres. Segundo os mesmos dados, Floriano colocou-se em 6.º lugar no conjunto dos municípios piauienses no que se refere à alfabetização de sua população, apresentando a quota de 25,80%, conforme demonstrativo abaixo:

Parnaíba	41,53
Teresina	37,88
Corrente	30,29
Simplício Mendes	27,26
Paulistana	26,32
FLORIANO	25,80

Fachada de um dos melhores edifícios da cidade

A cidade, no entanto, colocou-se em 22.º lugar, posição por demais desvantajosa, tendo em vista a situação do município. A zona rural, se bem que mal colocada em relação aos demais municípios, superou a percentagem obtida pela cidade, conseguindo situar-se em 19.º lugar.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade de Floriano e no interior do município 56 unidades de ensino primário fundamental comum com a matrícula de 2 948 alunos, sendo 1 308 homens e 1 640 mulheres. Segundo a dependência administrativa, essas unidades estavam assim distribuídas: 9 estaduais, 23 municipais, 6 particulares e 8 cursos supletivos. Na sede do município, funcionam um ginásio, uma escola técnica de comércio, um curso normal regional, uma escola de datilografia e um curso de corte e costura. O ginásio apresentou um movimento de matrícula, em 1956, de 340 alunos, sendo 181 homens e 179 mulheres. As conclusões de curso verificadas no ginásio, em 1955, atingiram 53, sendo 31 homens e 22 mulheres. Na Escola Técnica de Comércio matricularam-se 69 alunos, dos quais 47 homens e 22 mulheres. À escola normal apresentaram-se para matrícula 176 alunos: 10 homens e 166 mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — São 5 as associações culturais existentes na cidade de Floriano, 4 das quais se dedicam às atividades desportivas. Funcionam na sede o Cine-Teatro Itapoã, com 400 lugares, e o Cine Natal, com capacidade para 360 espectadores. Há uma estação de rádio denominada Radiodifusora de Floriano S. A., inaugurada recentemente e que funciona com o prefixo ZYG-20, freqüência de 1 510 quilociclos — 198 metros; duas bibliotecas estudantis e 3 particulares, com menos de 1 000 volumes; 3 tipografias e uma livraria.

O futebol se tem desenvolvido ùltimamente em proporção animadora, a ponto de atrair a atenção de quadros de outros Estados, que para lá se têm dirigido, a fim de participar de competições com as equipes locais. Êstes, não poucas vêzes, se têm deslocado de Floriano para Campo Maior e Teresina, a fim de aí realizar temporadas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 137 615	2 790 039	1 352 191	846 330	1 481 430
1951	2 322 938	4 466 977	1 589 725	995 415	1 742 258
1952	1 238 744	4 195 137	1 707 018	1 169 964	1 544 318
1953	1 277 349	6 199 916	2 492 392	1 303 751	2 252 148
1954	1 527 889	7 374 545	2 226 718	1 596 055	2 566 668
1955	2 244 924	10 107 309	2 775 496	1 847 250	2 656 004
1956 (1)....	...	...	2 627 072	1 623 000	2 609 232

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As manifestações populares de caráter religioso que se realizam no município são os festejos em homenagem a São Pedro de Alcântara, padroeiro da cidade, que culminam com uma procissão no dia 19 de outubro a que comparece grande número de fiéis, havendo também a procissão de Senhor Morto, na Sexta-feira Santa. Registram-se também festejos de caráter folclórico, como o bumba-meu-boi, congo, reisados e pastorinhas.

Cadeia Pública (antigo Hospital São Vicente de Paulo)

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município recebem o nome de florianenses. A cidade, ùltimamente, tem apresentado grande índice de progresso, em face de sua excepcional posição geográfica, porquanto se acha situada no traçado da Rodovia BR-24 que se dirige para Carolina, no Estado do Maranhão. Vasta zona dêsse Estado vizinho já se encontra ligada, através de rodovia, a Floriano.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" — Pereira da Costa; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — III volume — Teresina — Papelaria Piauiense — 1923; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — 1939 — Imprensa Oficial; Jornal "A Fôlha da Manhã" — n.º 13 — de 13-10-1957 — Teresina — Piauí; "Monografia de Floriano" — n.º 113 — I. B. G. E. — Conselho Nacional de Estatística — 1957; "Decretos e Resoluções do Govêrno do Estado do Piauí" — 1889-1891 — Teresina — Tipografia do Piauí — 1891; "Coletânea das Leis, Decretos, Resoluções e Regulamentos" — Volume I — Teresina — Tipografia do Piauí — 1911.

(Fontes — Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Floriano; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística do Piauí; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina, e Agente do I.A.P.B.)

FRONTEIRAS — PI

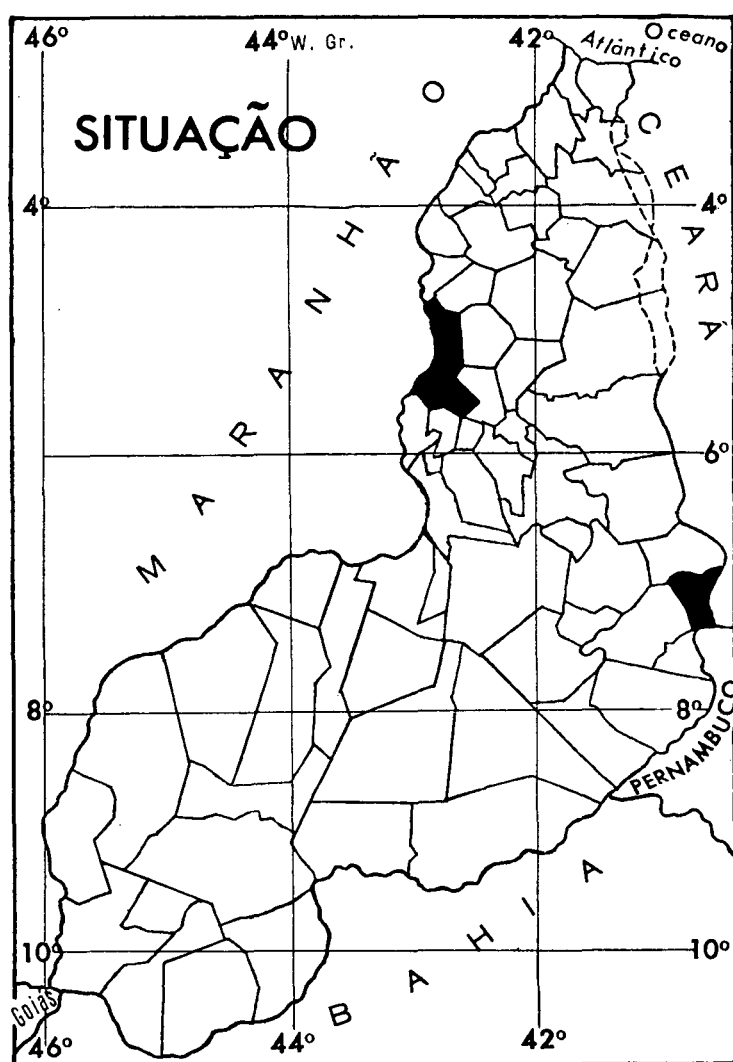
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Os primitivos habitantes do município de Fronteiras foram os membros da família de Manoel Valério Pinto de Meireles, descendente de português, vindo de Penedo (AL). Manoel Valério aqui chegou, não se sabe se solteiro ou já casado com Rita Alves dos Reis, vinda do lugar denominado Brejinho, do atual município de Araripe (CE), a qual, segundo a tradição, era filha de índio. Dêsse casal nasceram dez filhos, primeiros povoadores da zona, ausentando-se alguns para outros lugares do Piauí e Estados vizinhos. Dentre êles destacou-se o herdeiro da "casa-grande", construída por seus pais e ainda hoje existente, João Batista de Sousa, alferes da Casa-mor de Oeiras, então capital da Província do Piauí, que tomou parte saliente nas fôrças legalistas contra Pinto Madeira, no vizinho Estado do Ceará. Casando com Maria Josefa, descendente de Joaquim Ribeiro, teve onze filhos que se espalharam por várias partes do Estado. Com a morte de João Batista de Sousa, o filho do casal Manoel Batista de Sousa herdou a "casa-grande", tendo sido doador da área onde se construiu a capela local, em 1907. Dessas famílias primitivas há hoje grande descendência não só nesse município como no de Bertolínia, Pio IX, Inhuma, Campos Sales (CE), povoado Riachão, atual cidade de Monsenhor Hipólito e Picos. Tornou-se célebre o Monsenhor João Hipólito de Sousa Ferreira, Vigário de Picos por muitos anos, filho de Carlos Hipólito de Sousa Ferreira, do Riachão (atual município de Monsenhor Hipólito) e de Izabel, filha do alferes João Batista de Sousa. Dentre os vivos destaca-se o neto desta, Dom Paulo Hipólito de Sousa Libório, atual Bispo de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Não se sabe ao certo o ano do primeiro povoamento do município. Diz a tradição que a "casa velha" de Manoel Valério Pinto de Meireles, ali construída e ainda existente como propriedade do Senhor Aquiles Alves de Sousa, primo e genro de Manoel Batista de Sousa, êste, filho de João Batista de Sousa e neto de Manoel Valério Pinto de Meireles, ultrapassa duzentos anos de idade, donde se conclui que há mais de dois séculos começou o desbravamento da então Fazenda Lagoa do Rato, concedida em sesmaria a Rita Alves dos Reis, que pessoalmente a conseguiu, em Oeiras, do então Presidente da Província. Primitivamente esta localidade se denominou Rato, até 8 de setembro de 1910, quando o então Vigário da paróquia de Jaicós, Cônego Miguel dos Reis Melo, por ocasião da bênção da capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, cuja construção se iniciara em 1907, mudou o nome para Socorro, em homenagem ao orago da referida capela. Com o desenvolvimento do povoado e aumento de sua população, foi elevado à categoria de distrito, subordinado ao município de Patrocínio, (hoje Pio IX), em data que não foi possível apurar-se. Pelo Decreto estadual n.º 1 645, de 16 de abril de 1935, foi criado o município de Socorro, cuja inauguração se deu a 9 de julho do mesmo ano. O distrito judiciário de Socorro foi anexado ao município de Picos por efeito do Decreto estadual n.º 96, de 21 de junho de 1937, passando mais tarde à jurisdição da comarca de Pio IX, por fôrça do Decreto estadual n.º 754, de 30 de dezembro de 1943, situação em que permaneceu até a promulgação da Constituição Estadual, que criou a comarca de Fronteiras. Pelo Decreto estadual n.º 147, de 15 de dezembro de 1938, a vila de Socorro foi elevada à categoria de ci-

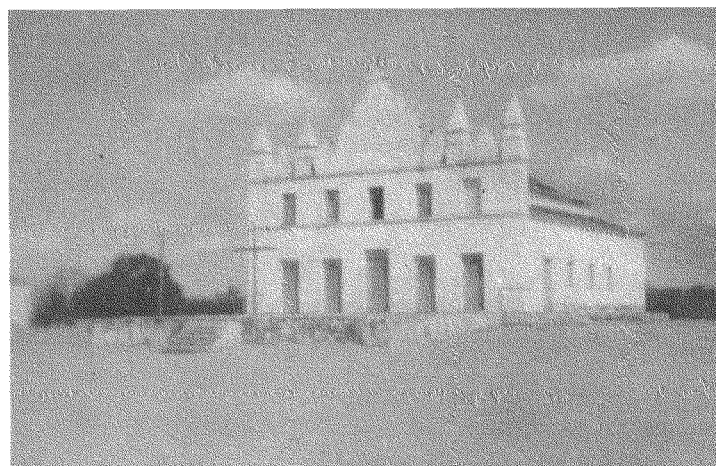
Prefeitura Municipal

dade, cuja instalação se verificou a 1.º de janeiro de 1939. Atendendo às disposições da legislação federal relativa à duplicidade de nome das cidades e vilas brasileiras, foi baixado o Decreto estadual n.º 754, de 30 de dezembro de 1943, mudando o nome de Socorro para o de Fronteiras, que ainda hoje se conserva. O município de Fronteiras consta atualmente de um só distrito e é sede de comarca de 1.ª entrância. A legislatura municipal atual foi instalada em 1955, constituindo-se a Câmara de cinco vereadores, estando à frente do Executivo o Prefeito eleito, Senhor Antônio Francisco Pereira. Ocupa o cargo de vice-Prefeito o Senhor José Temóteo Rodrigues.

LOCALIZAÇÃO — O município de Fronteiras pertence à Zona Fisiográfica do Sertão. Sua sede tem as seguintes coordenadas geográficas: 7° 5' 13" de latitude Sul e 40° 37' 10" de longitude W. Gr. A cidade é cortada pela Rodovia Icó-Carolina (BR-24), federal, e dista 420 quilômetros da capital piauiense, e 326 quilômetros em linha reta. O município limita-se com os de Pio IX, Jaicós, Simões e os Estados do Ceará e Pernambuco.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude do município é de 530 metros.

CLIMA — O município goza de clima agradável e salubre. Nos períodos normais, a estação chuvosa começa em outubro ou novembro, entrando a época sêca em maio ou junho.

ÁREA — Com a área de 1 693 quilômetros quadrados, o município de Fronteiras classifica-se entre os de extensão mediana no Estado do Piauí.

Igreja-Matriz de N. S.ª do Perpétuo Socorro

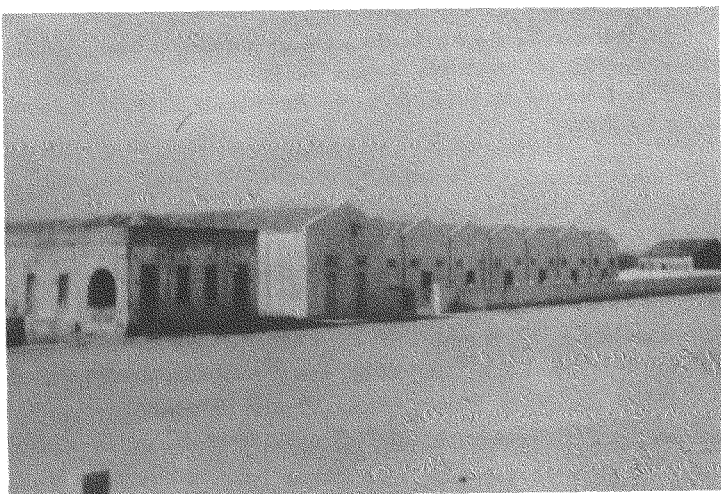
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Como acidentes geográficos, possui o município os riachos Catolé, dos Soares, Gavião, Favelas, São Julião, Riacho e rio Socorro, que tomam diversas direções, bem assim a serra do Gavião, que fica ao centro do município, e a de São Julião, nos limites com Pio IX.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral conta o município, se bem que inexploradas, com minas de chumbo, ouro, minérios de ferro, amianto, mica e cristal de rocha, sendo que, em evidência, ainda existem minas de pedras calcárias e argila para fabricação de telhas e tijolos; no reino vegetal: matas para extração de lenha e madeira, e no reino animal, com diversas espécies de animais silvestres, como seja: caititu, veado, onça, rapôsa, tamanduá, tatu, cameleão, ema, seriema, jacu, papagaio, e outras de menor importância.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população de Fronteiras era de 13 316 habitantes e tinha a seguinte constituição: 6 689 homens e 6 627 mulheres. Do total mencionado, 10 135 eram brancos, 372, pretos e 1 807, pardos. Duas pessoas não fizeram declaração relativa à côr. Dos 7 053 habitantes de 15 anos e mais de idade, 2 523 eram solteiros, 4 085, casados, 1, desquitado e 443 viúvos. Apenas uma das pessoas recenseadas não declarou o estado civil. Quanto à nacionalidade, todos eram brasileiros natos. Predominaram, em religião, os que se declararam católicos apostólicos romanos, em número de 13 300, sendo 6 680 homens e 6 620 mulheres. Disseram-se protestantes 7 homens e 6 mulheres. A densidade demo-

Escolas Reunidas Vitorino Correia

gráfica era de 8 habitantes por quilômetro quadrado. Localizam-se, na zona rural, 95% da população, ultrapassando a média do Estado, que ofereceu a percentagem de 83,6%. Verifica-se perfeito equilíbrio entre homens e mulheres da população rural que, discriminada por sexo, constituía-se de 6 320 homens e 6 291 mulheres. Classifica-se Fronteiras em 38.º lugar em relação aos municípios mais populosos do Piauí. A cidade também ocupa o 38.º lugar, sendo uma das que apresentam menor índice populacional.

Aglomerações urbanas — As aglomerações urbanas do município de Fronteiras estão representadas por 4 núcleos, assim enumerados: a cidade de Fronteiras, com 705 habitantes, dos quais 369 homens e 336 mulheres. Das pessoas mencionadas de 5 anos e mais de idade, 142 homens e 112 mulheres sabiam ler e escrever, conforme dados do Censo de 1950; povoados de São Julião, com 90 moradias e 301 habitantes; Caldeirão Grande, com 66 residências e 252 pessoas e povoado Alagoinha, com 33 habitações e 152

Usina de beneficiamento de algodão

moradores. Acresce esclarecer que os dados relativos à população dos povoados estão indicados por estimativa, levando em consideração o número de casas existentes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção extrativa, a pecuária, a agricultura e a indústria de transformação e beneficiamento compõem a atividade econômica do município de Fronteiras. Os produtos agrícolas da região, em 1956, foram os constantes do quadro abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Feijão	Saco de 60 kg	2 700	648 000
Milho	» » » »	2 700	324 000
Mandioca	Tonelada	1 600	320 000
Mamona	kg	50 000	80 000

Em pequena escala, a produção agrícola do município é vendida a Iguatu, Crato e Campos Sales, no Estado do Ceará, e Araripina e Recife, em Pernambuco. A pecuária é bem desenvolvida no município, concorrendo para isto os campos de pastagens, bastante propícios à criação. Os mercados compradores do gado do município são Araripina, Caruaru e Recife, em Pernambuco, e Campos Sales, Crato e Iguatu, no Ceará. Os seus efetivos, em 1956, se constituíam de 15 800 bovinos; 16 000 suínos, 7 500 ovinos e 20 000 caprinos.

Vista parcial da Rua 7 de Setembro

Indústria — É modesta a indústria do município. Verifica-se a extração de óleos vegetais, fibra de caroá, fabricação de cal, beneficiamento de algodão, fabricação de farinha de mandioca e polvilho de mandioca. O movimento global, em 1956, da indústria local elevou-se a cêrca de Cr$ 9 483 501,00.

COMÉRCIO — No município há 3 estabelecimentos atacadistas, com vendas também a retalho, 15 varejistas e duas indústrias de beneficiamento de algodão, com mais de cinco operários. Suas transações comerciais são mantidas com o Ceará e Pernambuco. As zonas central e nortista do Piauí possuem intercâmbio com o município de Fronteiras.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Conta o município de Fronteiras com a Rodovia Icó-Carolina (BR-24), federal, e algumas estradas carroçáveis. Comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Araripina (PE) — rodovia, 107 quilômetros, ou estrada carroçável, 68 quilômetros; Jaicós — Rodovia BR-24 e estrada carroçável, 186 quilômetros; Picos — Rodovia BR-24, 95 quilômetros; Pio IX — estrada carroçável, 36 quilômetros; Campos Sales (CE) — Rodovia BR-24, 28 quilômetros; Capital estadual — Rodovia BR-24 e BR-52, via Picos, Inhuma, Valença do Piauí e Elesbão Veloso, 420 quilômetros. Na cidade funciona uma Agência Postal-telefônica mantida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade, pelo Censo de 1950, contava 705 habitantes, ocupando, no Estado, o 38.º lugar em população. Possui 22 logradouros públicos, dentre os

Vista parcial da Rua 9 de Junho

Casa onde nasceu Monsenhor Hipólito

quais se destacam 3 ruas calçadas parcialmente com pedras irregulares, correspondendo a 468 metros quadrados (1% do total de sua área); uma pensão familiar e dois hotéis, com uma diária média de Cr$ 50,00. Dez caminhões e dois jipes, são os veículos registrados na Prefeitura.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na sede do município há um socorro farmacêutico e um dentista prático que prestam assistência à população.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo de 1950 registrou 3 598 pessoas de 5 anos e mais de idade que sabiam ler e escrever, correspondendo a 19,6% da população, das quais 2 742 eram homens e 1 856 mulheres. Na cidade havia 254 pessoas de 5 anos e mais de idade, sendo 142 homens e 112 mulheres, que sabiam ler e escrever.

Ensino — O município de Fronteiras possui 6 escolas estaduais e 12 municipais de ensino primário fundamental comum, e um curso supletivo. O movimento da matrícula nesses estabelecimentos, em 1956, foi de 485 alunos, sendo 231 homens e 254 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	499 000	184 000	60 000	184 000
1951	—	389 000	353 000	61 000	353 000
1952	—	279 000	385 000	70 000	385 000
1953	—	256 000	438 000	76 000	438 000
1954	—	245 000	575 000	85 000	575 000
1955	—	649 000	625 000	96 000	625 000
1956 (1)	...	...	...	...	...

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais cerimônias populares realizadas no município são a festa da padroeira do lugar, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, celebrada a 8 de setembro, dia de sua tradicional procissão, e a da Imaculada Conceição, a 8 de dezembro, no povoado São Julião, quando se reúnem muitos fiéis em uma grande procissão. Comemorando o dia de Reis, registra-se o reisado, com as suas danças características (boi, burrinha, guriabá, caapora, etc.), no período de 25 de dezembro a 6 de janeiro. Participam dêsses festejos, como protagonistas, os chamados "caretas", homens mascarados que falam em tons guturais, a fim de não serem reconhecidos, empunhando enormes manguais enfeitados com argolas, cujo tilintar acompanha o ritmo de suas danças estravagantes. Tôdas as casas da localidade são visitadas e nelas se realizam danças no terreiro e depois no interior. O objetivo dessas visitas é angariar fundos para a festa que se realiza no dia 6 de janeiro ou outro dia prèviamente marcado.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos sábados há feiras na sede do município; aos domingos e às segundas-feiras, nos povoados São Julião, Alagoinha e Caldeirão Grande, com a participação dos habitantes locais e dos municípios vizinhos. Os nascidos em Fronteiras denominam-se fronteirenses.

BIBLIOGRAFIA — "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — D. E. E. do Piauí — 1939; "Sinopse Estatística do Município de Fronteiras" — C. N. E. — 1948; Fontes: Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí.

(Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina e Agente do I.A.P.B.)

GILBUÉS — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — A história de Gilbués apresenta controvérsias quanto à sua fundação. Para uns, foi seu fundador o Senhor Zeferino Vieira, descendente de importantes famílias do Ceará, o qual, por volta do ano de 1850, situou uma fazenda de gado, no local onde hoje se encontra a cidade de Gilbués, em virtude de campos verdejantes e aprazíveis, próprios ao desenvolvimento da pecuária. Mais tarde, com o desenvolvimento da fazenda e o aumento da população do local, doou o Senhor Zeferino Vieira meia légua de terra para a construção de uma capela, em tôrno da qual se desenvolveu a povoação que deu origem à atual cidade de Gilbués. Outros acreditam que a vila se desenvolveu sob os auspícios do piauiense Antônio Nogueira Paranaguá que, voltando das lutas nos campos paraguaios, "doou meia légua de terra para a construção de uma capela onde, futuramente, devia ser levantada a vila". Com a construção da capela e a afluência de algumas famílias para aquêle local, desenvolveu-se o povoamento da localidade a que se deu, de início, o nome de Santo Antônio de Gilbués. Por efeito do Decreto estadual n.º 68, de 14 de maio de 1891, o povoado de Santo Antônio de Gilbués foi elevado à categoria de vila, com a mesma denominação, inaugurada no dia 14 de junho de 1892.

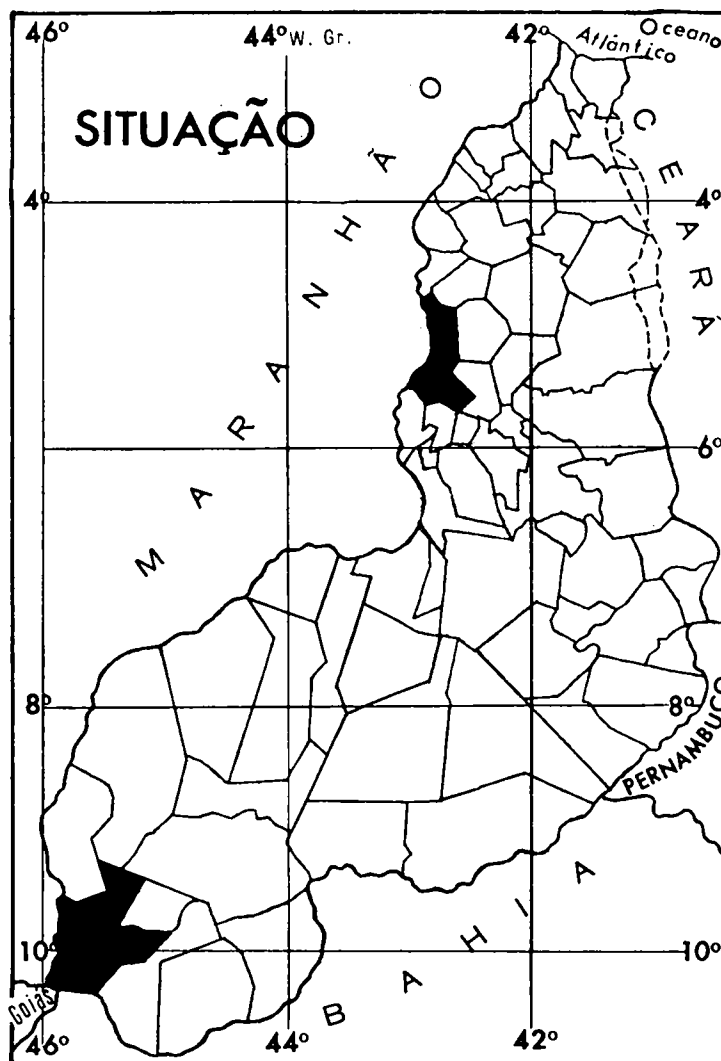
Na guerra dos Balaios, Gilbués foi teatro de lutas sanguinolentas, destacando-se, dentre outros feitos, o ataque que desbaratou os rebeldes na Fazenda Santa Maria, depois de 4 a 5 horas de fogo cerrado. Por fôrça da Lei estadual n.º 581, de 9 de julho de 1910, foi mudado o nome da vila que, daquela data em diante, passou a denominar-se Gilbués. Na divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Gilbués compõe-se de um só distrito — o de igual nome — criado pelo supramencionado Decreto estadual n.º 68. O município foi extinto pelo Decreto estadual n.º 1 279, de 26 de junho de 1931, ficando o seu

Grupo Escolar Fausto Lustosa

território anexado ao de Corrente até à vigência do Decreto estadual n.º 1 478, de 4 de setembro de 1933, que restaurou a sua autonomia. Pela divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município de Gilbués permanece com um único distrito. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 52, de 29 de março de 1938, o município de Gilbués figura, igualmente, com um distrito — Gilbués, e é têrmo judiciário da comarca de Bom Jesus, assim permanecendo no quadro fixado pelo Decreto estadual n.º 147, de 15 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o qual, entre as disposições acima mencionadas, consignava a elevação da vila à categoria de cidade. O Decreto-lei estadual n.º 754, de 30 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial do Estado para o qüinqüênio 1944-1948, conservou a mesma situação que fôra prevista pelo Decreto n.º 147, acima mencionado, relativamente ao município de Gilbués. A comarca de Gilbués foi criada pelo Decreto-lei estadual n.º 247, de 1.º de março de 1940. O município de Gilbués sofreu desmembramento de sua área territorial, num total de 2 158 quilômetros quadrados, para a constituição do município de Monte Alegre do Piauí, criado pela Lei estadual n.º 1 133, de 6 de julho de 1955. O seu atual quadro administrativo e judiciário é o seguinte: comarca de 1.ª entrância, distrito judiciário e município, com um único distrito administrativo e de igual nome. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Álvaro de Carvalho Melo e constituída a Câmara com 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Gilbués situa-se na Zona Fisiográfica do Planalto, limitando-se com os Estados da Bahia e do

Usina Elétrica Municipal e Cadeia Pública

Maranhão e com os municípios de Santa Filomena, Ribeiro Gonçalves, Bom Jesus, Monte Alegre do Piauí e Corrente. A cidade fica a 588 quilômetros da capital do Estado, em linha reta, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 9° 34' 00" de latitude Sul e 44° 51' 00" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 550 metros.

CLIMA — O clima de Gilbués é um dos mais sadios do Estado, o que fàcilmente se explica pela relativa elevação de seu território.

ÁREA — A área do município é de 6 913 quilômetros quadrados, figurando dentre as unidades de maior área, apesar do desmembramento que sofreu em benefício do município de Monte Alegre do Piauí.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Destaca-se o Parnaíba como o principal rio do município, que lhe serve de limites com o Estado do Maranhão, desde a sua nascente até a serra do Ouro, numa extensão de 120 quilômetros. Nota-se ainda a existência dos rios Gurguéia, Uruçuí-Vermelho e Uruçuí-Prêto. Existem no município as serras dos Dois Irmãos, do Papagaio, do Caracol e dos Patos.

RIQUEZAS NATURAIS — Evidentemente, a riqueza natural de maior importância no município de Gilbués é, sem dúvida, o diamante e o carbonato. Há outras rique-

zas de menor importância, como seja: babaçu, cal, borracha de mangabeira e peles silvestres.

POPULAÇÃO — A população de Gilbués, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 15 553 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 8 028; mulheres — 7 525; brancos — 2 142; pretos — 3 236; amarelo — 1; pardos — 10 154 e 20 sem declaração de côr. Dos habitantes de 15 anos e mais de idade, em número de 9 736, 4 151 eram solteiros, 4 683, casados, 879, viúvos e 2, desquitados. Não declararam o estado civil 21 pessoas. Apenas 2 estrangeiros existiam em Gilbués em 1950. Em religião, predominaram os que se declararam católicos apostólicos romanos em número de 15 426. As outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade demográfica correspondia a 1,40 habitantes por quilômetro quadrado. Essa densidade se refere à época do Recenseamento Geral de 1950, antes de o município sofrer desmembramento de seu território. Localizam-se no quadro rural, 97,4% da população, superando a média do Estado, que é de 83,6%. Há equilíbrio entre homens e mulheres na população rural do município que, discriminada por sexo, oferece o seguinte movimento: 7 854 homens e 7 300 mulheres. Gilbués situa-se em 28.º lugar, em relação aos municípios mais populosos do Estado. A cidade, no entanto, ocupa o 48.º lugar, sendo uma das que apresentaram menor índice de população.

Aglomerações urbanas — São 4 as aglomerações urbanas do município: a cidade de Gilbués, com 399 habitantes, sendo 174 homens e 225 mulheres. Dêsse total, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 81 homens e 115 mulheres sabiam ler e escrever ao passo que 65 homens e 77 mulheres não eram alfabetizados, conforme dados do Censo de 1950; povoados de Meios, com 60 moradias e cêrca de 200 habitantes; Boqueirão dos Felipes, com 20 habitações e 100 pessoas aproximadamente, e Boqueirão Garimpo, com 500 residências e cêrca de 1 200 moradores, segundo a Campanha Estatística.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município caracteriza-se, principalmente, pela extração de minérios — diamante e carbonato, cuja extração, em 1956, atingiu 760 gramas do primeiro e 360 do segundo, nos valores, respectivamente, de Cr$ 5 700 000,00 e .... Cr$ 900 000,00. Além dos produtos mencionados, verificou-se, ainda, no mesmo ano, o movimento de produção a seguir indicado: rapadura — 40 toneladas, no valor de

Pesquisa de diamante na grota da Catuaba, a 2 km do povoado

Cr$ 300 000,00; farinha de mandioca — 15 000 sacos de 60 quilogramas, estimados em Cr$ 1 950 000,00; polvilho ou goma de mandioca — 10 toneladas, correspondendo a Cr$ 60 000,00. A agricultura e a pecuária, embora pouco desenvolvidas, também têm influência na economia do município. Em 1956, verificou-se a produção mencionada no quadro abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca........	Saco de 60 kg	15 000	1 800 000
Milho..................	» » » »	3 800	570 000
Feijão.................	» » » »	1 000	250 000
Cana-de-açúcar.........	Tonelada	940	112 000
Mandioca...............	»	1 000	100 000

A pecuária não é das mais desenvolvidas do Estado, contribuindo, entretanto, com sua parcela na economia do município. Contavam-se, em 1956, os seguintes efetivos: 12 000 bovinos, 50 000 suínos, 10 000 ovinos e 10 000 caprinos. A exportação dos excedentes de gado bovino é feita para os Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia.

COMÉRCIO — O comércio da sede municipal é insignificante, havendo apenas um estabelecimento comercial varejista. Explica essa anomalia o fato de o comércio do município ser exercido em função dos garimpos de extração de diamantes e carbonato para onde se deslocaram os comerciantes da sede municipal, tendo-se ali instalado, por seu turno, os vindos de fora. Localiza-se no povoado de Boqueirão o contingente mais expressivo de estabelecimentos comerciais, cujo total se estima em cêrca de 30 unidades. O comércio mantém transações, principalmente, com as praças de Recife, São Paulo, Rio, Bahia e São Luís, para onde exporta todo o diamante e carbonato produzido, e de onde importa mercadorias de consumo no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas carroçáveis que, apenas no período do verão, o ligam aos municípios vizinhos, por isso que ficam interrompidas na época das chuvas mais intensas, em virtude de não terem sido construídas em obediência a requisitos técnicos. Além da comunicação por estradas, o município de Gilbués é servido por linha aérea comercial, contando com escalas permanentes dos aviões que integram o Consórcio Real-Aerovias-Aeronorte, sendo êsse o meio de transporte mais utilizado no município. A cidade de Gilbués dista da capital do Estado 780 quilômetros por estrada carroçável e rodovia, 725 quilômetros por via aérea e 588 quilômetros em linha reta. As distâncias entre a sede municipal e as limítrofes são as seguintes: Monte Alegre do Piauí — estrada carroçável — 12 quilômetros; Santa Filomena — estrada carroçável — 150 quilômetros; Bom Jesus — estrada carroçável — 192 quilômetros; Ribeiro Gonçalves — misto: a) estrada carroçável até Santa Filomena, já descrita; b) daí por via fluvial, 380 quilômetros; Corrente — estrada carroçável — 94 quilômetros. Na cidade funciona uma Estação Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma Estação Radiotelegráfica de propriedade do Consórcio Real-Aerovias-Aeronorte do Brasil S. A. Existe um campo de pouso na sede municipal, cuja pista de aterragem tem as dimensões de 900 metros de comprimento por 30 de largura.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Gilbués, segundo o Censo de 1950, contava 399 habitantes, sendo a 48.ª unidade em população no Piauí, e conta com 5 logradouros públicos. É servida de luz elétrica, com 23 ligações domiciliares. Existem duas pensões na sede municipal com a diária média de Cr$ 80,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há um socorro farmacêutico no município, onde a população se abastece de remédios.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 indicou a existência de 13 297 pessoas com 5 anos e mais de idade, sendo que 3 300, ou seja, 24%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 2 111 eram homens e 1 189, mulheres. Na sede municipal, das 338 pessoas de 5 anos e mais de idade, 196 sabiam ler e escrever, sendo 81 homens e 115 mulheres. Gilbués colocou-se em 8.º lugar no conjunto dos municípios piauienses no que respeita à alfabetização de sua população, apresentando a quota de 24,82%, conforme se depreende do demonstrativo abaixo:

Parnaíba	41,53
Teresina	37,88
Corrente	30,29
Simplício Mendes	27,26
Paulistana	26,32
Pedro II	25,27
GILBUÉS	24,82

Mais expressivo foi o índice verificado na cidade, que se colocou em 5.º lugar, em relação às demais do Estado, consoante é possível observar-se abaixo:

Corrente	64,72
Castelo do Piauí	62,84
Buriti dos Lopes	61,85
Luís Correia	58,12
GILBUÉS	57,99

A zona rural, por seu turno, apresentou percentagem destacada de alfabetização, colocando-se em 4.º lugar com 23,95%.

Ensino — Em 1956, funcionaram, na cidade e no resto do município, 17 unidades do ensino primário fundamental comum com a matrícula de 474 alunos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	225 484	554 727	62 269	522 836
1951	—	273 987	367 011	91 394	350 416
1952	—	285 138	444 300	92 050	444 334
1953	—	272 473	528 529	53 945	528 529
1954	—	324 871	654 636	49 297	653 911
1955	—	410 696	669 616	169 874	648 487
1956 (1)	...	...	580 000	40 741	580 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São religiosas as principais manifestações populares, em que se destacam as festas em homenagem à Divina Pastôra — padroeira da cidade, realizadas a 15 de agôsto. Verificam-se ainda os festejos consagrados ao Coração de Jesus. Essas festas, tanto uma como a outra, têm grande animação e são bastante concorridas, movimentando a população de quase todo o município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar denominam-se gilbuenses. O município de Gilbués, pela sua notável situação topográfica, dispõe de campo de pouso com pista natural, possibilitando aterragem, em qualquer época, de aviões comerciais que servem à vasta zona do sul do Estado. Cumpre assinalar que, em face da precariedade das estradas carroçáveis de que dispõe Gilbués, o comércio local recebe por via aérea quase tôdas as mercadorias de consumo do município.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Piauí" — Pereira da Costa; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — III Volume; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — D. E. E. do Piauí — 1939; "Estudos Sôbre a Alfabetização da População do Brasil" — Estatística Cultural n.º 5; "Ligeiros Dados Estatísticos" — 1944 — D. E. E. do Piauí.

Fontes — Arquivo do D.E.E. do Piauí. Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Gilbués. — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino. — Caixa do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

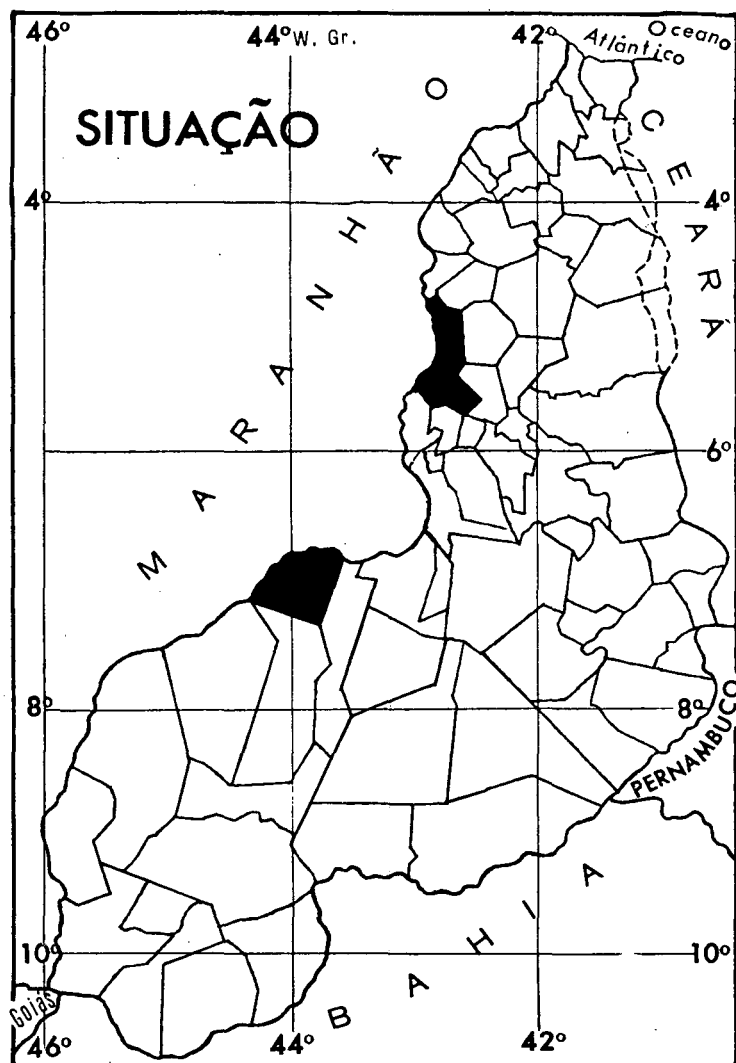
GUADALUPE — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Em época ignorada, o local denominado Pôrto Seguro, situado à margem direita do rio Parnaíba, foi desbravado pelo capitão Alexandrino Mousinho que, com os seus próprios recursos e tirocínio, promoveu o melhoramento e conseqüente progresso da localidade. Dada a fertilidade de suas terras e ótima localização para o comércio, formou-se ali um núcleo populoso que, devido ao seu desenvolvimento, foi elevado à categoria de vila e município, com a mesma denominação, por efeito da Lei estadual número 1 251, de 11 de julho de 1929, verificando-se a instalação da vila no dia 25 de agôsto do mesmo ano. Logo depois, em 13 de setembro de 1929, foi criada a agência postal, que se inaugurou a 19 de novembro daquele mesmo ano. Em 1931, pelo Decreto estadual n.º 1 279, de 26 de junho, Pôrto Seguro perdeu a sua autonomia administrativa, passando o seu território a integrar o município de Jerumenha, em virtude de nova organização dada aos municípios piauienses. O Decreto-lei estadual n.º 107, de 26 de julho de 1938, devolveu a autonomia do município, época em que, pelo mesmo ato, teve a sua sede elevada à categoria de cidade. As disposições da legislação federal relativas à duplicidade de nomes das cidades e vilas brasileiras atingiu o município de Pôrto Seguro, que, por efeito do Decreto-lei estadual n.º 754, de 30 de dezembro de 1943, passou a ter a denominação de Guadalupe, a partir de 1.º de janeiro de 1944. O novo topônimo foi escolhido como homenagem à padroeira do lugar — Nossa Senhora de Guadalupe. A comarca de Guadalupe foi criada pelo artigo 28 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Piauí, promulgada no dia 22 de agôsto de 1947. O seu atual quadro administrativo e judiciário compõe-se de comarca de 1.ª entrância, distrito judiciário e distrito administrativo. A presente le-

gislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito prefeito o Sr. Raimundo Alves de Carvalho e constituída a Câmara Municipal com 5 vereadores. Os habitantes do município denominam-se guadalupenses.

LOCALIZAÇÃO — Guadalupe situa-se na Zona Fisiográfica do Alto Parnaíba, à margem direita do rio do mesmo nome. Limita-se com os municípios de Jerumenha, Bertolínia, Uruçuí e o Estado do Maranhão. A cidade fica a 209 quilômetros da capital do Estado, em linha reta e possui as seguintes coordenadas geográficas: 6° 43' 00" de latitude Sul e 43° 47' 47" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 95 metros.

CLIMA — Por causa de um clima ameno, a temperatura do município é sempre agradável e salubre.

ÁREA — A área do município é de 3 301 quilômetros quadrados, colocando-se assim entre os que possuem extensão territorial mediana.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico do município é o rio Parnaíba, a cuja margem direita está situada a cidade de Guadalupe. Há no município várias lagoas que vão enumeradas a seguir: Grande, do Barro, dos Patos, da Mão Quebrada, do Peixe, do Periperi, Velha, Solidão, Tanque dos Tinguis e do Tabuleiro.

RIQUEZAS NATURAIS — Carnaúba, babaçu, buriti e madeiras para construção são as principais riquezas vegetais. Como riqueza mineral encontram-se a pedra calcária e o barro para fabricação de telhas e tijolos, vindo em seguida peixes e animais silvestres, como riqueza animal.

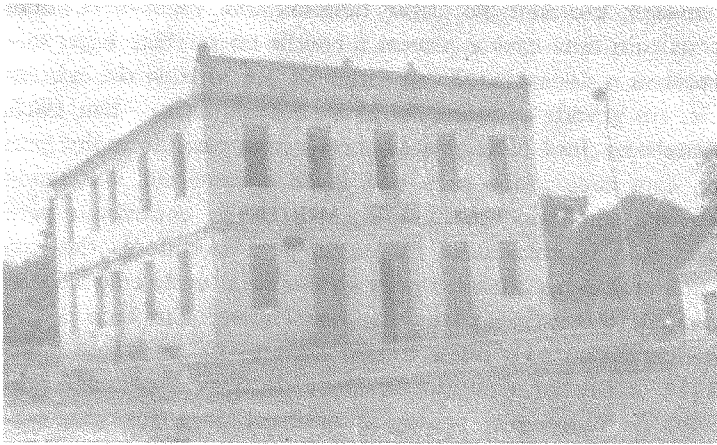
POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população de Guadalupe era de 7 409 habitantes e tinha a seguinte composição: 3 637 homens e 3 772 mulheres, dos quais 1 909 eram brancos, 1 279 pretos e 4 218 pardos. Apenas 3 pessoas não prestaram declarações a respeito da côr. No que se refere ao estado civil, dos 4 060 habitantes de 15 anos e mais de idade, verificou-se a seguinte distribuição: solteiros 1 615, casados 2 082, viúvos 361 e 1 desquitado. Pelo exame dos resultados expostos, observa-se que apenas uma pessoa não fêz declarações a respeito do estado civil. Todos os habitantes do município se proclamaram brasileiros natos. Predomina a religião católica apostólica romana, professada pela quase totalidade dos habitantes, ou seja, 7 383, com insignificante número de adeptos de outras religiões. A densidade demográfica era de 2 habitantes por quilômetro quadrado. A maioria da população do município localiza-se na zona rural, representada pela quota de 93%, superando a média verificada para o conjunto do Estado, que é de 83,6%. Há equilíbrio entre homens e mulheres na população rural do município, como evidenciam os números seguintes: 3 394 homens e 3 492 mulheres. Situa-se em 47.° lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado. A cidade, com os 523 habitantes que formam o aglomerado urbano mais importante do município, colocou-se também em posição desvantajosa em relação a outras comunas do Estado, classificando-se em 46.° lugar, superando apenas Alto Longá, Gilbués e Parnaguá.

Aglomerações urbanas — Registram-se no município dois aglomerados urbanos — a cidade de Guadalupe com 523 habitantes, sendo 243 homens e 280 mulheres, conforme o Censo de 1950, e o povoado João Martins, com 79 moradias e 395 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem a sua economia assentada principalmente na agricultura, pecuária, extração da cêra de carnaúba e babaçu. O volume e o valor dos principais produtos agrícolas do município, em 1956, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	5 700	855 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	820	36 000
Feijão	Saco de 60 kg	980	235 000
Mandioca	Tonelada	840	184 000
Milho	Saco de 60 kg	3 700	370 000

Os números acima demonstram insofismàvelmente o pouco desenvolvimento da agricultura do município, que é praticada para subsistência da sua população. Quando há excedentes, são exportados para os municípios de Floriano e Teresina.

A pecuária apresenta-se bem desenvolvida, sendo um dos itens de real significação na economia de Guadalupe. A apreciável população de bovinos, suínos, ovinos e caprinos permite que o município faça exportação para Flo-

Prefeitura Municipal

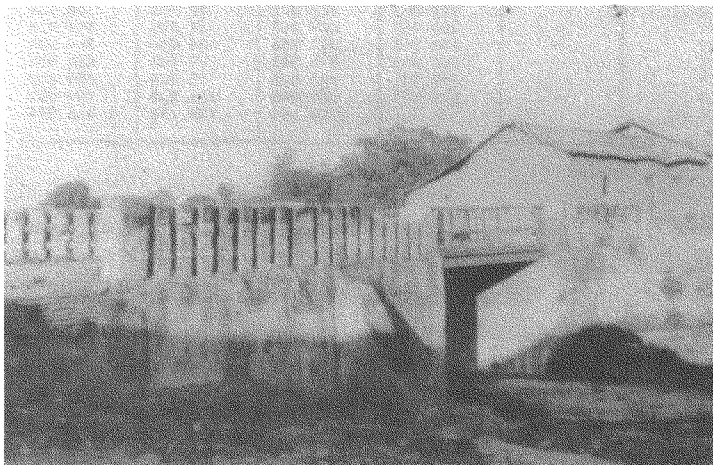
riano, Petrolina (PE) e para a capital do Estado. Os efetivos pecuários de Guadalupe consistem em 20 500 bovinos, 20 000 suínos, 9 000 ovinos e 15 000 caprinos.

A indústria, representada pela extração da cêra de carnaúba e pelo babaçu, apresentou o seguinte movimento em 1956: cêra de carnaúba — 19 040 quilogramas, no valor de Cr$ 665 400,00; babaçu — 156 900 quilogramas, correspondendo a Cr$ 1 097 600,00. Seguem-se outros produtos, cujo volume e valor de produção são indicados a seguir: farinha de mandioca — 291 300 quilogramas, estimados em Cr$ 874 500,00; polvilho de mandioca — 99 850 quilogramas, valendo Cr$ 696 550,00; rapadura — 36 190 quilogramas, representando Cr$ 217 140,00; aguardente de cana — 44 000 litros, valendo Cr$ 308 000,00. Em referência à extração de peles silvestres, verificou-se um movimento de cêrca de Cr$ 102 000,00.

COMÉRCIO — É inexpressivo o comércio do município, o qual está representado pela existência na sede de apenas 15 estabelecimentos, 5 dos quais incluem em suas atividades o comércio grossista, praticado simultâneamente com o varejista, consistindo aquêle ramo na compra de gêneros alimentícios e de exportação — cêra de carnaúba, babaçu, etc. O comércio local mantém transações com as praças de Floriano e Recife.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela maioria das embarcações que demandam o rio Parnaíba, sendo a navegação fluvial o principal meio de transporte, se bem que precário no momento, em face da pouca utilização dessa importante artéria do Estado, que aos poucos vem sendo abandonada. Entretanto, por não contar com estradas de rodagem que permitam o

Vista parcial do pôrto da cidade

acesso de veículos à sua sede, a comuna tem de utilizar-se da via fluvial, embora precàriamente. Comunica-se com a capital do Estado e com os municípios vizinhos, utilizando-se de estradas carroçáveis e de via fluvial, através do rio Parnaíba, cujas distâncias passam a ser enumeradas a seguir: Jerumenha — estrada carroçável, 90 quilômetros; Bertolínia — estrada carroçável, 101 quilômetros; Uruçuí — estrada carroçável, via Bertolínia, 195 quilômetros ou via fluvial, 130 quilômetros; Floriano — estrada carroçável, via Jerumenha, 162 quilômetros ou via fluvial, 100 quilômetros; Balsas (MA) — fluvial, via Uruçuí, 562 quilômetros; Alto Parnaíba (MA) — fluvial, via Uruçuí e Santa Filomena, 598 quilômetros; Capital estadual — estrada carroçável até Floriano e daí por via rodoviária, via Amarante, Regeneração, São Pedro do Piauí e Água Branca, 427 quilômetros; ou fluvial, via Floriano, Amarante e Palmeirais, 365 quilômetros; misto — estrada carroçável, via Jerumenha até Floriano, já descrita, ou via fluvial, também já descrita e daí por via aérea, 192 quilômetros. Na cidade funciona uma Estação Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Vista da ponte sôbre o riacho Picada

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Guadalupe, segundo o Recenseamento Geral de 1950, possuía 523 habitantes, sendo a 46.ª cidade do Piauí em população, e conta com 20 logradouros públicos. É servida de luz elétrica, com 32 ligações domiciliares, havendo também iluminação pública fornecida pela Prefeitura Municipal. Existem duas pensões com a diária média de Cr$ 40,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há um dentista na sede municipal, bem assim um pôsto de higiene que apesar de não estar funcionando regularmente por falta de médico, não se encontra abandonado, pois conta com um enfermeiro que, dentro de suas possibilidades, vem prestando assistência que lhe é possível.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 indicou a existência de 6 112 pessoas com cinco anos e mais de idade, sendo que 1 288, ou seja, 21%, sabiam ler e escrever. Do total mencionado, 2 966 eram homens e 3 146 mulheres. Das pessoas de cinco anos e mais de idade (em número de 428), 225 sabiam ler e escrever, sendo 115 homens e 110 mulheres. Guadalupe colocou-se em 15.º lugar no conjunto dos municípios piauienses, no que se refere à alfabetização de seus habitantes, apresentando a quota de 21,07%, superada apenas pelos municípios de Parnaíba, Teresina, Corrente, Simplício Mendes, Paulista-

na, Floriano, Pedro II, Gilbués, Santa Filomena, Jerumenha, Picos, Castelo do Piauí, Oeiras e Piripiri. O índice verificado na cidade, que se colocou em 12.º lugar com a quota de 52,57% em relação às demais do Estado, proporcionou-lhe uma colocação mais razoável, tendo em vista a obtida pelo município. A zona rural colocou-se, como a cidade, igualmente em 12.º lugar, com a quota de 18,70%, que lhe valeu uma classificação razoável, em comparação com a percentagem de 12% calculada para o conjunto do Estado.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 43 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 745 alunos, sendo 383 homens e 362 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	217 063	313 091	59 748	59 724
1951.......	—	300 268	384 187	51 395	344 835
1952.......	—	240 145	353 966	104 566	349 292
1953.......	—	367 603	872 541	72 284	858 036
1954.......	—	379 201	543 678	73 339	594 843
1955.......	—	518 353	699 065	131 520	709 382
1956 (1)....	...	...	720 150	120 150	1 013 274

(1) Orçamento.

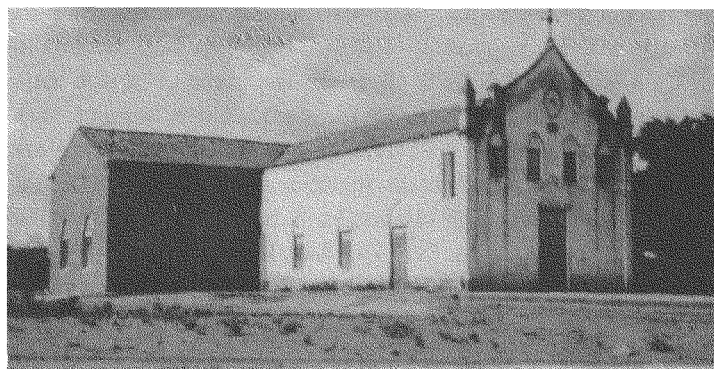
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — São religiosas as principais manifestações populares, tais como: a festa de Nossa Senhora de Guadalupe, padroeira do lugar, que se realiza na cidade, no período de 3 a 12 de dezembro; a de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no povoado João Martins, com a duração de 11 dias, começando a 10 e terminando a 20 de junho. Comumente essas festas terminam com uma procissão, que reúne grande parte da população do município.

BIBLIOGRAFIA — "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — D. E. E. do Piauí — Imprênsa Oficial — 1939; "Ligeiros Dados Estatísticos" — D. E. E. do Piauí — Gráfica Excelsior — Teresina; "Estudo de Estatística Teórica e Aplicada" — Estatística Cultural n.º 5 — Conselho Nacional de Estatística — I. B. G. E. — 1953.

(Fontes — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística do Piauí; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina, e Agente do I.A.P.B.)

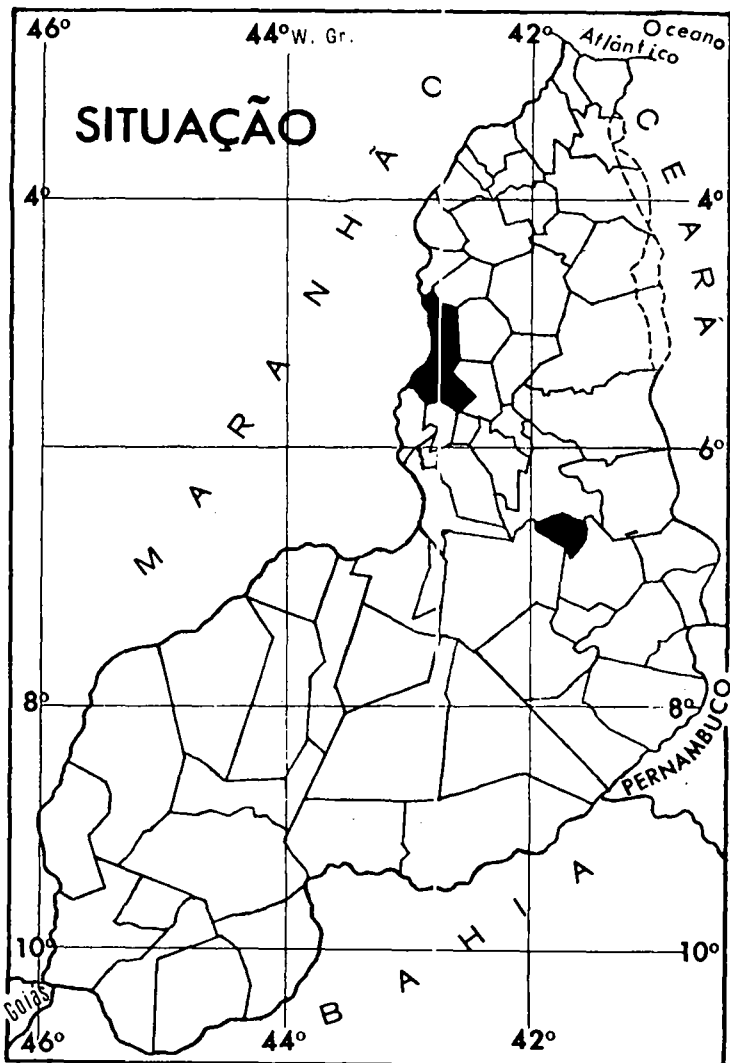
INHUMA — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Inhuma era propriedade do Sr. Pedro Amador José Ferreira, pai do desembargador Cândido de Sousa Martins. Em 1911, os Senhores Antônio Ferreira de Araújo (alagoano) e Claro Pereira dos Santos, êste último tio do coronel Francisco de Sousa Santos, chefe político em Picos, já falecido, fizeram construir duas pequenas casas onde passaram a residir e a explorar o comércio de tecidos e mercadorias em geral. Em 1912, José Pereira do Nascimento, morador no lugar denominado Vigário, também construiu uma casa e passou a residir no referido lugar que recebeu a denominação de Inhuma, em virtude da existência, em grande número, do pássaro dêste nome. Em 1915, Aureliano José Nogueira construiu uma casa de maior porte, com capacidade para residência e comércio, instalando ali um comércio desenvolvido que muito contribuiu para o rápido levantamento do lugar, pois moradores das circunvizinhanças afluíram para aquêle local onde construíram casas e choupanas para suas residências. Em face dêsses melhoramentos, o lugar tomou aspecto de povoação. Em 1917, o Senhor Antônio de Deus de Carvalho, atual prefeito do município, passou-se também para Inhuma, tendo construído casa de morada e comércio. Após essa data, várias pessoas, notando a possibilidade de progresso da região, dentre outros, Acelino José de Almeida, João de Deus Filho, José Isidório Sobrinho, Eliseu Barroso, que muito fêz pelo soerguimento da povoação, vieram para o mesmo local, onde construíram prédios para residências, ao tempo que passaram a explorar o ramo comercial. De

Igreja de São José

1918 para 1919, o Monsenhor Joaquim Lopes de Oliveira edificou uma capela sob a invocação de São José, que permanece ainda como padroeiro da cidade. O então Prefeito de Valença do Piauí, Eustáquio Portela Nunes, construiu, em 1933, um confortável mercado público, criando uma agência arrecadadora, melhoramentos êsses que deram à localidade aspecto de povoado pròpriamente dito. No mesmo ano foi instalada uma Agência Estadual dependente da Coletoria de Valença do Piauí, situação em que permaneceu até a elevação do povoado à categoria de cidade. A instalação da agência postal-telefônica verificou-se em 1949 e foi devida ao esfôrço do Deputado Federal Raimundo de Arêa Leão, hoje Senador da República.

Conta Inhuma, na atualidade, com aproximadamente 1 200 habitantes na sua sede e cêrca de 7 000 em todo o território do município que se constitui de 1 120 quilômetros quadrados. O município foi criado pela Lei estadual n.º 985, de 17 de maio de 1954, desmembrado do de Valença do Piauí, e instalado no dia 13 de junho do mesmo ano. Consta de um distrito judiciário subordinado à comarca de Valença do Piauí, no qual funcionam um Juiz de Paz e dois suplentes de Juiz de Paz, um adjunto de Promotor e um Escrivão do Registro Civil. A atual legislatura do município instalou-se em 13 de junho de 1954, época em que se verificou a posse do Prefeito eleito — Senhor Antônio de Deus Carvalho — (bem assim do vice-Prefeito — Senhor Geraldo Alencar Barreto. A Câmara Municipal foi constituída com cinco vereadores. Os habitantes do município denominam-se inhumenses.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada no traçado da Rodovia Teresina a Petrolina (BR-52), federal, distando da capital do Estado, por via rodoviária, 264 quilômetros e, em linha reta, 211 quilômetros. Pertence à Zona Fisiográfica da Ibiapaba. Tem como limites os municípios de Valença do Piauí, Oeiras e Picos.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Quente, com invernos menos secos. Os meses de maior calor são os de setembro, outubro e novembro.

ÁREA — É de 1 120 quilômetros quadrados, colocando-se entre os municípios de menor área do Estado.

ACIDENTES GEOFRÁFICOS — O município não possui acidentes geográficos de importância, merecendo registro apenas o rio São Vicente, lagoas Forte e do Vigário, bem assim a serra do Vigário.

RIQUEZAS NATURAIS — São escassas as riquezas naturais do município, que se resumem na existência de pequenos carnaubais, buritizais e matas para extração de lenha e madeira. Como riqueza animal, registram-se veados, pacas, cutias, onças, tatus, caititus, papagaios, jacus, jacarés, cascavéis, peixes e juritis.

POPULAÇÃO — A população do município de Inhuma, recenseada juntamente com a de Valença do Piauí, em 1950, foi calculada em 6 610 habitantes.

Aglomeração urbana — O município conta apenas com um núcleo urbano: o da sede.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a agricultura, a indústria rural e o comércio.

Agricultura — O volume e o valor dos principais produtos agrícolas da região, em 1956, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Feijão	Saco de 60 kg	14 700	4 410 000
Milho	» » » »	16 800	1 680 000
Mandioca	Tonelada	3 700	925 000
Arroz com casca	Saco de 60 kg	2 000	300 000

Os principais centros consumidores dos produtos agrícolas são a capital do Estado, Água Branca, Picos, Estados do Ceará, Pernambuco e Sergipe.

Indústria rural — A rapadura, como um dos principais produtos do município, em 1956 atingiu 320 340 quilogramas, no valor de Cr$ 1 589 700,00. Seguem-se a êste outros produtos de menor importância, cujo volume e valor de produção são mencionados a seguir: farinha de mandioca — 244 850 quilogramas, estimados em Cr$ 611 625,00; polvilho de mandioca — 62 540 quilogramas, valendo Cr$ 309 700,00; e 425 quilogramas de cêra de carnaúba, no valor de Cr$ 21 825,00.

Pecuária — A pecuária não é das mais desenvolvidas do Estado, contribuindo, entretanto, com sua parcela na economia do município. Contavam-se, em 1956, os seguintes efetivos: 3 500 bovinos, 26 000 suínos, 3 000 ovinos e 4 500 caprinos.

COMÉRCIO — O comércio do município de Inhuma conta com 29 estabelecimentos comerciais varejistas, e, apesar de não ser desenvolvido, como indica a quantidade mencionada, reflete a situação comum às pequenas cidades do Estado. O comércio local mantém transações com as praças de Teresina, Fortaleza, Recife, Bahia, Rio e São Paulo, das quais importa os produtos de que necessita: tecidos, medicamentos, açúcar, café, conservas, biscoitos, massas alimentícias, ferragens, perfumes, cigarros, fósforos, bebidas, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — É servido o município de Inhuma pela rodovia Teresina—Petrolina (BR-52), federal. Comunicações com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Valença do Piauí — rodovia, 30 quilômetros; Pimenteiras — rodovia até Valença do Piauí já descrita e daí até Pimenteiras, por estrada carroçável, 54 quilômetros; Picos — rodovia, 72 quilômetros; Oeiras — rodovia, 90 quilômetros; Capital estadual — rodovia, 264 quilômetros. Na sede municipal acha-se instalada uma Agência Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Rua 13 de Junho

Escola Rural Municipal

ASPECTOS URBANOS — Em virtude de ter sido a atual sede municipal elevada à categoria de cidade após a realização do Recenseamento Geral de 1950, não se podem oferecer dados positivos sôbre a sua população. Há apenas um hotel denominado "Hotel Inhumense", com uma diária média de Cr$ 60,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dois socorros farmacêuticos prestam assistência sanitária à população local.

ENSINO — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 29 unidades de ensino fundamental comum, sendo duas estaduais, 23 municipais e 4 cursos supletivos, que apresentaram, naquele ano, a matrícula de 984 alunos, sendo 541 homens e 443 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	...	200 294	771 626	58 933	418 315
1956 (1)....	...	...	680 100	67 840	695 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — A principal cerimônia popular é a festa do padroeiro do lugar, São José, celebrada a 19 de março, quando é realizada procissão muito concorrida.

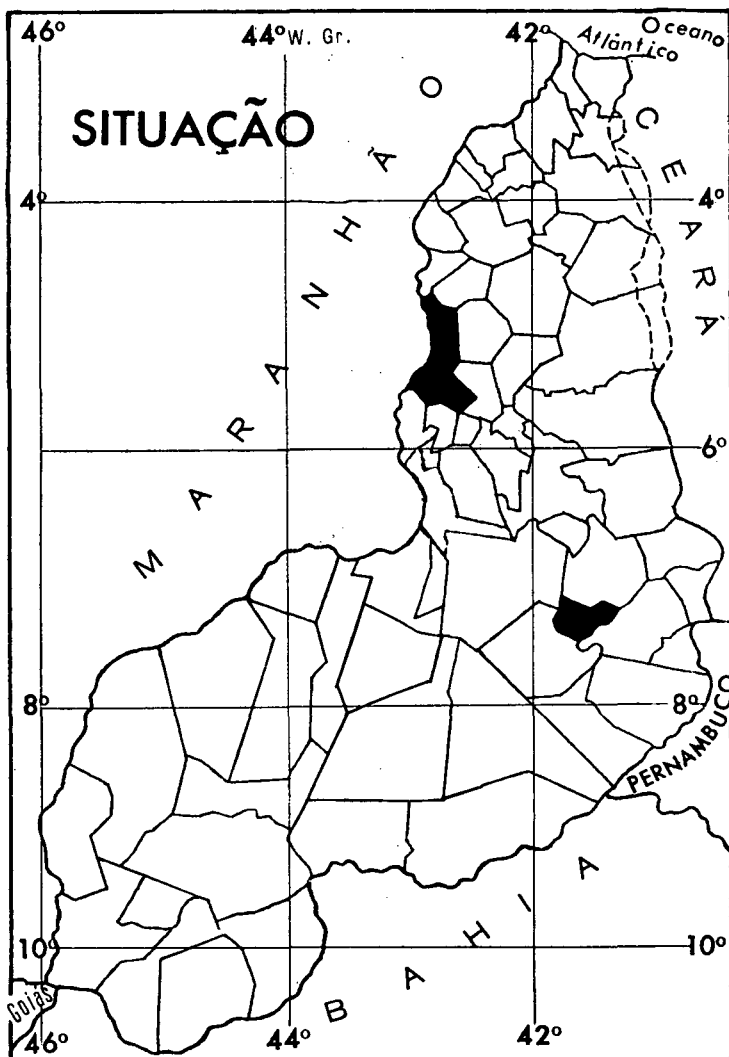
(Fontes — Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Estado do Piauí. Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Valença do Piauí. Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí. — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Bando do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina e Agente do I.A.P.B.).

ITAINÓPOLIS — PI

Mapa Municipal no 3.° Vol.

HISTÓRICO — Em princípio do século XIX, o abastado proprietário, Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, depois Visconde da Parnaíba, primeiro Presidente da Província do Piauí, em 1824, residente em Oeiras, capital da Província, situou à margem esquerda do rio Itaim, em virtude da fertilidade de suas terras, uma fazenda de gado vacum, denominada Fazenda Jenipapo. Com essa criação, começaram a surgir nas suas proximidades novas casas de sertanejos vindos das localidades vizinhas. Substituído no Govêrno da província, em 1844, o Visconde da Parnaíba retirava a sua fazenda daquelas paragens, ficando no lugar apreciável número de habitantes que ali haviam fixado residência Inicialmente as terras da Fazenda Jenipapo pertenceram ao município de Oeiras, passando, em 1830, a integrar o território da Vila de Jaicós, cujas terras também se desmembraram de Oeiras. Com a elevação do povoado de Picos à vila em 1855, a Fazenda Jenipapo passou a fazer parte definitivamente do território de Picos. Com o decorrer dos anos, em virtude do seu crescimento demográfico e dos melhoramentos verificados, o povoado Jenipapo foi elevado à categoria de cidade, com a denominação de Itainópolis, em decorrência da Lei estadual n.° 925, de 12 de fevereiro de 1954, que criou o município com território desmembrado do de Picos. Admite-se que o nome do município foi dado em virtude do rio Itaim que banha a sua sede, cujo nome de origem tupi-guarani significa "rio das Pedras". O município consta atualmente de um distrito judiciário subordinado à comarca de Picos, onde há 1 Juiz de Paz e 2 Suplentes, 1 Adjunto de Promotor e 1 Escrivão do Registro Civil. A atual legislatura foi instalada no ano de 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o cidadão Álvaro Rodrigues de Araújo e constituída a Câmara Municipal de 5 vereadores.

Os nascidos no município não chamados itainopolenses.

LOCALIZAÇÃO — Itainópolis pertence à Zona Fisiográfica do Sertão. Está situada a sede do município a 393 quilômetros, por estrada carroçável e rodovia, da capital do Estado, e a 290 quilômetros em linha reta. Limita-se com Picos, Jaicós, Simplício Mendes e Oeiras.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Quente. As noites são geralmente frias, e os invernos menos secos. O período invernoso compreende os meses que vão de dezembro a maio.

ÁREA — É de 1 300 quilômetros quadrados a área do município, sendo um dos de menor território no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O acidente geográfico de maior importância do município é o rio Itaim, existindo, também, outros cursos d'água de pouca significação.

RIQUEZAS NATURAIS — Sobressaem como riquezas naturais do município a maniçoba, a carnaúba, madeiras e lenhas e animais silvestres, sendo que a carnaúba constitui uma das suas importantes fontes de renda.

POPULAÇÃO — Tendo sido desmembrado do município de Picos em data posterior à da realização do último Censo, não há assim possibilidades de se informarem outros pormenores sôbre a população do município. As pessoas presentes no respectivo território nessa época, recenseadas juntamente com as presentes no município de Picos, foram estimadas em 6 000.

Aglomerações urbanas — O município consta de apenas um núcleo urbano: o da sede. Além do núcleo mencionado, há diversos povoados de pequena importância, tais como: Salgado, Tamboril, Umbus, Tábua, Patos, Recanto, Tanque, Angical, Bonfim e outros.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a agricultura e a pecuária.

Agricultura — O volume e o valor da produção dos principais produtos da região, em 1956, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Algodão	Arrôba	61 360	5 522 400
Feijão	Saco de 60 kg	6 670	2 401 200
Milho	» » » »	9 240	1 386 000
Mandioca	Tonelada	4 992	1 148 160
Arroz com casca	Saco de 60 kg	2 160	648 000

Os principais centros consumidores dêsses produtos agrícolas são: Recife, Salvador, Campina Grande (PB) e Fortaleza.

Pecuária — O número de cabeças de gado existentes no município é o seguinte: 13 500 bovinos, 40 000 suínos, 30 500 ovinos e 38 000 caprinos, constituindo uma das principais bases econômicas do município.

Indústria — Merece destaque neste setor de atividades a indústria de transformação, cujo valor de produção, segundo apurou o Registro Industrial de 1956, foi o seguinte: rapadura — 66 940 quilogramas, no valor de Cr$ 301 230,00; cêra de carnaúba — 4 560 quilogramas, avaliados em Cr$ 182 400,00; farinha de mandioca — 38 460 quilogramas, correspondendo a Cr$ 95 140,00; polvilho de mandioca — 7 650 quilogramas, no valor de Cr$ 26 775,00.

COMÉRCIO — Funcionam no município 42 estabelecimentos comerciais, mantendo transações com as praças de Salvador, Recife, Fortaleza, além de outras de pouca importância.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município conta com estradas carroçáveis que se interrompem durante o inverno. Comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Simplício Mendes — estrada carroçável, 96 quilômetros; Picos — estrada carroçável, 58 quilômetros; Jaicós — estrada carroçável até Picos, 58 quilômetros e daí até Jaicós, por via rodoviária, 72 quilômetros, num total de 130 quilômetros; Oeiras — estrada carroçável até Picos, 58 quilômetros e daí pela Rodovia BR-24 (Icó-Carolina) até Oeiras, 84 quilômetros, num total de 142 quilômetros; Araripina (PE) — estrada carroçável até Picos, 58 quilômetros e daí pela Rodovia BR-24 (Icó-Carolina) e BR-26 (Maceió-BR-24) até Araripina (PE), 139 quilômetros, num total de 197 quilômetros; Campos Sales (CE) — estrada carroçável até Picos, 58 quilômetros e daí pela Rodovia BR-24 (Icó-Carolina) até Campos Sales (CE) 123 quilômetros, num total de 181 quilômetros; Capital do Estado — estrada carroçável até Picos, 58 quilômetros e daí pela Rodovia BR-24 (Icó-Carolina) e BR-52 (Teresina-Petrolina) até Teresina, via Inhuma, Valença do Piauí e Elesbão Veloso, 335 quilômetros, num total de 393 quilômetros.

Não há em Itainópolis agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal não é pavimentada nem é servida por energia elétrica, rêde de esgotos e água canalizada. Possui apenas duas pensões, com uma diária média de Cr$ 50,00. O número de veículos registrados pela Prefeitura Municipal é de 1 automóvel e 1 caminhão. Possui 15 logradouros públicos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No município existe apenas um socorro farmacêutico para atender às necessidades da população.

ENSINO — No ano de 1956, funcionaram no território do município de Itainópolis duas unidades de ensino primário fundamental comum e 3 cursos supletivos. A matrícula geral nesse mesmo ano atingiu os seguintes totais: 139 alunos, dos quais 66 do sexo masculino e 73 do feminino, no curso primário fundamental comum, 84 nos cursos supletivos, dos quais 39 eram homens e 45 mulheres. As duas únicas escolas primárias existentes são mantidas pelo Govêrno Estadual.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	...	362 000	85 000	78 000	78 000
1955	...	616 000	617 000	142 000	617 000
1956 (1)	...	...	800 000	187 000	800 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Já sem a mesma originalidade e pompa de outrora, ainda se realizam no município os tradicionais festejos do "bumba-meu-boi" dos sertões nordestinos. Do espetáculo participam homens e mulheres com indumentárias exóticas, mascarados, roupas e chapéus de côres berrantes, enfeitados com fitas multicores, dançando e entoando canções típicas e jocosas, em tôrno de imagens de animais e crendices populares, tais como "o boi", a "burrinha", "o jaraguá", a "alma", o "lobisomem", etc. Os festejos iniciam-se em a noite de 24 de dezembro, véspera do Natal, e se prolongam até o dia 6 de janeiro, dia consagrado aos Santos Reis, em cuja honra as festividades são levadas a efeito.

(Bibliografia — Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Picos; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Elaboração — da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

ITAUEIRA — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

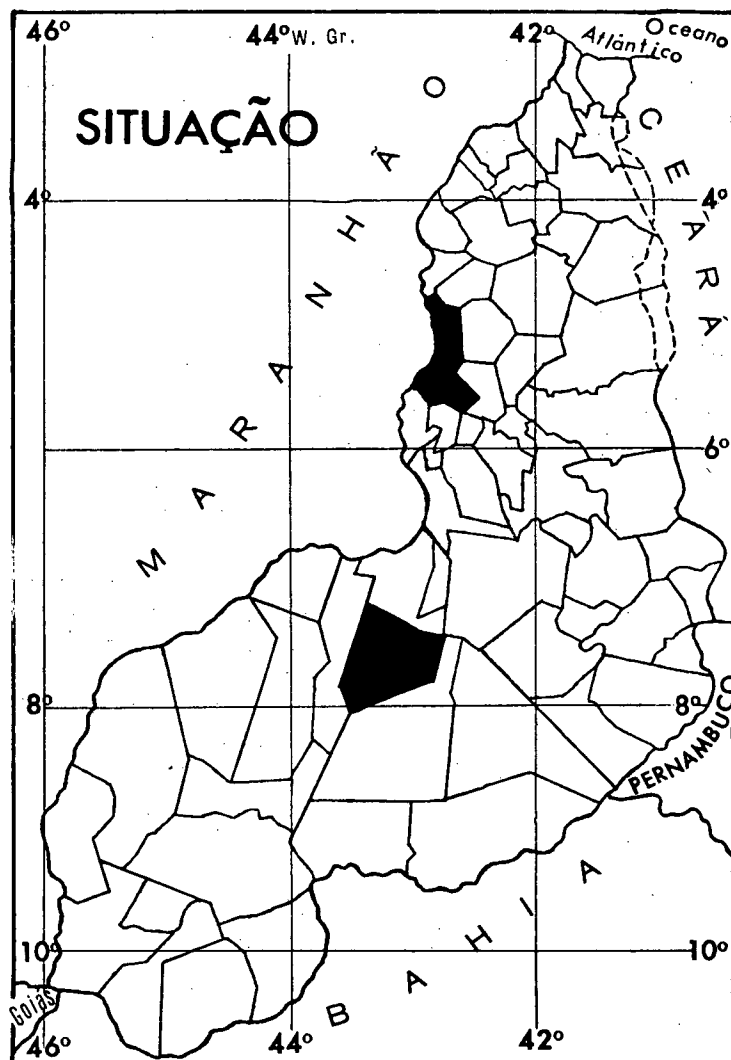
HISTÓRICO — Pouco se sabe da evolução histórica do município. Segundo informações colhidas de pessoas que lhe são ligadas, tem-se notícia de que a povoação teve origem numa propriedade de Maria das Virgens, que mais tarde foi vendida ao Senhor Antônio Caú. O novo proprietário situou no local importante fazenda de gado vacum denominada Piripiri, mais conhecida por Piripiri dos Caús. Com o falecimento de Antônio Caú, seus herdeiros se desfizeram de tudo. As terras, em sua maioria, passaram para Joaquim Gonçalves, que veio com numerosa família, do município de Assaré, no Estado do Ceará. Com a criação de uma feira, a fazenda tomou impulso e em tôrno do local foram construídas as casas dos novos moradores. Posteriormente, edificou-se uma capela com a denominação de Capela de Bom Jesus da Lapa. Êste núcleo se foi desenvolvendo e logo se transformou em próspero povoado.

Vista parcial da Avenida Presidente Vargas

Mais tarde, graças ao relativo desenvolvimento de sua população, foi elevado à categoria de município por fôrça da Lei estadual n.º 743, de 29 de outubro de 1952. O nome — Itaueira —, que lhe foi dado, é o mesmo de um rio que banha grande parte de seu território. O município consta de um distrito judiciário subordinado à comarca de Floriano, no qual existem 1 Juiz de Paz e 2 Suplentes, 1 Adjunto de Promotor e 1 Escrivão do Registro Civil. A atual legislatura se instalou em 1955, época em que foi empossado o Prefeito eleito — Senhor Leto Leitão Ferreira — e constituída, com cinco vereadores, a Câmara Municipal.

Grupo Escolar Rural

Os habitantes do município denominam-se itaueirenses.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Itaueira está situada a 398 quilômetros da capital do Estado. Em linha reta a distância é de 277 quilômetros. O município, que pertence à Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba, limita-se com os de Jerumenha, Floriano, Oeiras e Canto do Buriti.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Quente, com invernos menos secos. Não há endemias nem epidemias, pois sua situação normal é de salubridade. O inverno, que vai de dezembro a maio, é seguido do verão, de junho a novembro.

ÁREA — É de 3 115 quilômetros quadrados. Está classificado entre os municípios de maior extensão no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Como principais acidentes do município, registram-se os rios Itaueira, Uíca e Mucaitá; as serras do Areal, das Casinhas, do Saquinho, Pau-d'Arco e da Gameleira; e, ainda, as lagoas da Boa Vista, Nova, do Pavuçu, dos Algodões e Uíca.

RIQUEZAS NATURAIS — A principal riqueza natural do município é a carnaúba, registrando-se ainda a existência de maniçobais e matas para extração de madeira e lenha, no reino vegetal; peixes e animais silvestres, no reino animal.

POPULAÇÃO — A população do município, recenseada juntamente com a de Floriano, no Censo de 1950, foi então avaliada em 12 219 habitantes.

Aglomerações urbanas — Dispõe o município, fora a sede municipal, dos seguintes núcleos urbanos: os povoados Batalha, com 19 moradias e 83 habitantes; Flôres, com 44 residências e 170 moradores; Rio Grande, com 110 habitações e 349 pessoas, e Pavuçu, com 18 casas e 61 habitantes, aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais fontes econômicas do município são a agricultura, a pecuária e a indústria extrativa.

Agricultura — O volume e o valor dos principais produtos agrícolas da região, em 1956, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Mandioca	Tonelada	5 300	1 272 000
Milho	Saco de 60 kg	8 200	1 066 000
Feijão	» » » »	3 400	782 000
Arroz com casca	» » » »	4 100	697 000
Algodão em caroço	Arrôba	6 460	452 200

Os principais centros consumidores dêsses produtos agrícolas são os municípios de Floriano, Canto do Buriti, São Raimundo Nonato e Jerumenha.

Pecuária — O número de cabeças de gado existentes em Itaueira assim está distribuído: 15 200 bovinos, 16 000 suínos, 7 500 ovinos e 20 000 caprinos. Para as praças de Recife e Fortaleza exporta-se, em pequena escala, gado bovino e suíno, apresentando a pecuária relativa importância para a economia do município por servir, ainda, de abastecimento à sua população.

No setor da produção extrativa, a cêra de carnaúba é a de maior importância; sua produção, em 1956, atingiu 35 415 quilogramas, no valor de Cr$ 1 771 750,00. Na indústria de transformação, sobressaiu-se a aguardente de cana, com 67 460 litros, estimados em Cr$ 1 011 900,00, vindo em seguida a rapadura, com 124 780 quilogramas, correspondendo a Cr$ 498 920,00, a farinha de mandioca, com 159 200 quilogramas, no valor de Cr$ 477 340,00 e o polvilho de mandioca, com 20 475 quilogramas, valendo Cr$ 124 950,00.

COMÉRCIO — Há no município 3 estabelecimentos comerciais atacadistas e 48 varejistas. O comércio local mantém transações com as praças de Floriano, Fortaleza e Recife, das quais importa tecidos, ferragens, louças, café em grão, açúcar, querosene, sabão, sal, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por precárias estradas carroçáveis que se tornam intransitáveis na época invernosa. Meios de comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Canto do Buriti — estrada carroçável, 96 quilômetros; Oeiras — estrada carroçável até Floriano, 120 quilômetros e daí até Oeiras, por via rodoviária, passando por Nazaré do Piauí, 117 quilômetros; Bom Jesus — estrada carroçável, via Cristino Castro, 282 quilômetros; Capital do Estado — estrada carroçável até Floriano, 120 quilômetros; daí a Teresina o transporte se faz por três meios: rodoviário, 278 quilômetros; aéreo, 192 quilômetros, e ainda por via fluvial, 330 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — Na sede municipal existem duas pensões com uma diária média de Cr$ 50,00. Na Prefeitura Municipal encontra-se registrado 1 caminhão.

ENSINO — O município conta com 20 escolas de ensino primário fundamental comum, das quais 4 estaduais, 13 municipais e 3 cursos supletivos. Matricularam-se, em 1956, nos mencionados estabelecimentos, 678 alunos, sendo 327 homens e 351 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	...	718 000	588 000	91 000	353 000
1956 (1)	...	...	620 000	120 000	620 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — A principal cerimônia popular é a festa do padroeiro do lugar, Bom Jesus da Lapa; encerra-se no dia 6 de agôsto, com solene procissão a que comparecem todos os fiéis da localidade.

(Fontes — Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Floriano. Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí. Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Dr. Celso Barros Coelho, professor do curso secundário, advogado e funcionário autárquico).

JAICÓS — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Jaicós foi, nos primórdios de sua existência, uma aldeia de índios chamados jaicós, situada no mesmo local em que hoje a cidade se acha encravada. No início da povoação, porém, o local era conhecido por Cajueiro. Remonta a 1731 a criação da aldeia e, em 1762, já era habitada por uma população de 354 índios domésticos, contando-se 28 moradias no povoado. Por essa época, era a aldeia governada por um "Principal", chamado Valentim de Sousa Pinto, que fôra nomeado por Portaria de 3 de novembro de 1760, do então Governador da Província, João Pereira Caldas, em substituição a Ambrósio de Sousa, que falecera.

Diz Pereira da Costa, na sua notável "Cronologia Histórica do Estado do Piauí", que em 1766, "por Carta de 20 de novembro, recomendava o Governador João Pereira Caldas, ao diretor da aldeia que tivesse grande cuidado em reconduzir para ela tôda a gente que andasse dispersa, que se fizessem abundantes plantações, que a seu tempo se levantassem as casas necessárias, e, sem demora, a igreja, em têrmos decentes ao seu santo ministério, e que os índios não faltassem à missa e tivessem todo o respeito ao pároco".

O mesmo Governador, em 1767, ordenara a criação, em Jaicós, de duas escolas, uma para os índios e outra para as índias. Progredindo a aldeia, solicitaram os seus habitantes, a quem de direito, a criação de uma freguesia. Essa legítima aspiração dos primitivos jaicoenses foi satisfeita pela Provisão régia datada de 25 de setembro de 1801, mas sòmente a 12 de julho de 1805 teve ela execução, graças ao Ato episcopal do Bispo do Maranhão, D. Luís de Brito Homem, cuja instalação se deu no mesmo ano,

pelo Padre Antônio Delfino da Cunha, que foi o seu primeiro Vigário.

"A aldeia de Jaicós, em 1819", conta Pereira da Costa, "já havia perdido o seu principal característico de antigo núcleo indígena, pela população de castas variadas que continha, mas era governada por um diretor, que era então Alexandre Bartolomeu de Carvalho".

Em 1825, ainda restavam alguns vestígios da velha aldeia, os quais foram pouco a pouco desaparecendo, de maneira que hoje só conserva dos índios o nome e a tradição.

A prosperidade atingida pela freguesia em 1830 era tal, que uma das três únicas escolas existentes no futuro Estado se localizava em seu território. Reconhecendo o contraste que havia entre o adiantamento da localidade e a modéstia de sua categoria, sancionaram os podêres públicos o Decreto de 6 de julho de 1832, elevando-a à categoria de vila, e criando, conseqüentemente, o município, com território desmembrado do de Oeiras. A instalação se verificou em 21 de fevereiro de 1834.

Pela Lei provincial n.º 371, de 17 de agôsto de 1854, deu-se a criação da comarca de Jaicós que, em 1859, foi acrescida com a anexação do têrmo de Picos, antes pertencente à comarca de Oeiras.

Jaicós foi um dos baluartes da causa abolicionista na então província do Piauí. Assim é que em 23 de junho de 1884, narra Pereira da Costa, "instala-se na vila de Jaicós uma sociedade abolicionista sob o título "Libertadora Jaicoense", confiando-se por essa ocasião várias cartas de liberdade, e arrecadando-se não pequena quantia para o fundo de emancipação. O entusiasmo com que foi recebida a propaganda abolicionista na localidade e o trabalho a que se entregou a sociedade, conseguiram que, apenas decorridos vinte dias de sua instalação, em 13 de julho, fôsse declarada livre a vila de Jaicós, celebrando então a sociedade solene sessão para a entrega das respectivas cartas de liberdade, em número de 33. A vila de Jaicós, em tão memorável dia, estêve em festa, e regozijo geral reinou em todos os corações".

Muito deve Jaicós o seu desenvolvimento material ao inolvidável sacerdote Padre Marcos de Araújo Costa, benemérito preceptor e figura de realce no cenário político e cultural do país, no século XIX, e que "renunciando", diz um dos seus biógrafos, "os mais altos cargos conquistados pelo seu elevado merecimento, como os de presidente da província, membro do Conselho do Govêrno e Deputado

Prefeitura Municipal

Vista da Igreja-Matriz de N. S.ª das Mercês

à Assembléia, recolhe-se êste ano (1820) à fazenda "Boa Esperança", em Jaicós, e funda um colégio de instrução da mocidade, no qual recebia e desveladamente instruía a um grande número de mancebos, não só filhos do Piauí, como de outras províncias, aos quais, ricos ou pobres, o generoso sacerdote também fornecia o alimento preciso, sem receber nenhuma remuneração pecuniária, tudo gastando do rendimento dos seus bens patrimoniais, e não raras vêzes, sacrificando até mesmo uma boa parte de sua fortuna. "A sua casa assemelhava-se a um oásis no meio do deserto".

Em 1889, em cumprimento ao Decreto estadual n.º 3, de 30 de dezembro dêsse ano, concederam-se foros de cidade à sede municipal.

Em 1931, pelo Decreto n.º 1 279, de 26 de junho, do então Interventor Federal, capitão Landri Sales Gonçalves, o município de Paulista (hoje Paulistana) perdeu a sua autonomia, ficando anexado a Jaicós, recuperando, todavia essa autonomia em face do Decreto n.º 1 478, de 4 de setembro de 1933.

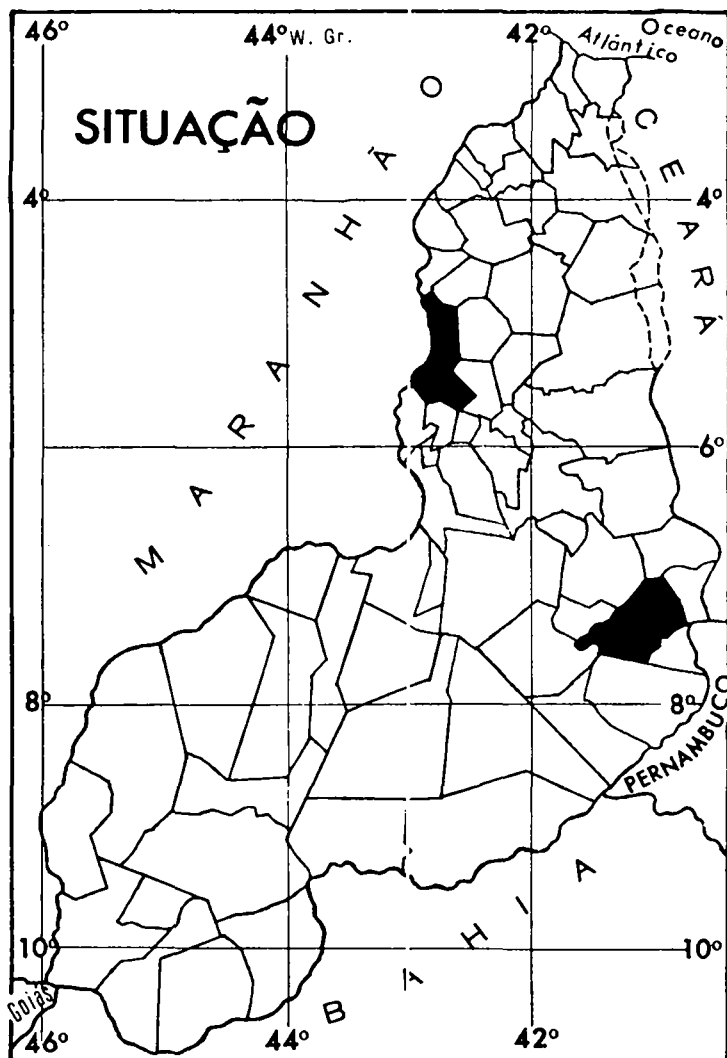
Em 1934, pelo Decreto n.º 1 528, de 21 de março, teve Jaicós nova divisão policial.

O município de Jaicós, em conseqüência dos Decretos números 1 632 e 1 645, respectivamente, de 1.º e 16 de abril de 1935, viu-se privado de uma apreciável porção do seu território, ou seja, 16 fazendas, das quais 12 foram anexadas ao município de Paulista e 4 que se destinaram à criação do município de Socorro (hoje Fronteiras). Dada a importância dessas fazendas, sob o ponto de vista econômico-fiscal, fácil é de concluir-se que o seu desmembramento refletiu-se e vem se refletindo de modo assaz prejudicial para um maior e melhor desenvolvimento econômico e material da terra jaicoense.

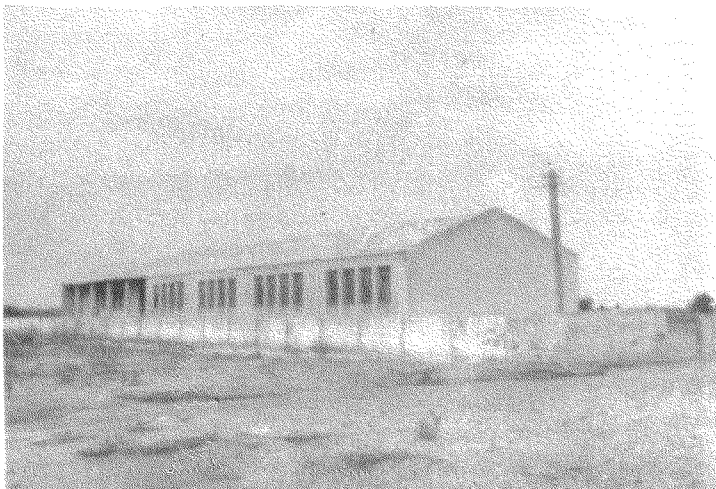
Pela Lei n.º 96, de 21 de junho de 1937 e, posteriormente, pelo Decreto n.º 247, de 1.º de março de 1940, foi mantida a comarca de Jaicós, da qual se desmembrou o têrmo de Paulista, que passou a comarca de 1.ª entrância.

O atual quadro administrativo e judiciário de Jaicós compõe-se de uma comarca de 2.ª entrância, distrito judiciário e distrito administrativo.

A presente legislatura foi instalada em 1955, tendo como Prefeito o Dr. Cícero Rodrigues da Luz, como Vice-Prefeito o Senhor José Ramos Dias, e constituída a Câmara Municipal com sete vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município pertence à Zona Fisiográfica do Sertão, tendo como limites os de Pio IX, Fronteiras, Simões, Paulistana, Simplício Mendes, Itainópolis e Picos. Dista a sede municipal da capital do Estado 306 quilômetros em linha reta e 420 quilômetros pela rodovia Picos, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 7° 21' 10" de latitude Sul e 41° 11' 00" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — De 260 metros é a altitude da sede no município de Jaicós.

CLIMA — Agradável, com média máxima de 30, mínima de 25 e compensada de 27.

Grupo Escolar Municipal

Pôsto de Higiene

ÁREA — O município possui a área de 3 599 quilômetros quadrados, que o coloca entre os de extensão mediana dentro do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são as serras do Araripe, da Fachada, dos Côcos, do Encanto, dos Três Irmãos; os rios Boa Vista, Boa Esperança, Itaim e São João, bem assim a lagoa do Encanto.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais do município constituem-se de carnaubais, maniçobais e matas para extração de lenha e madeira, no reino vegetal; argila para fabricação de telhas e tijolos, no reino mineral, e gato, cutia, veado, caititu, teiú e cobras, no reino animal.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, o município de Jaicós possuía 28 275 habitantes, sendo 13 929 homens e 14 346 mulheres. A densidade demográfica era de 5,384 habitantes por quilômetro quadrado, antes do desmembramento do território que constitui hoje o município de Simões.

A população apresentava as seguintes características, no que respeita à côr: 9 063 brancos, 2 248 pretos e 16 956 pardos; 8 pessoas não prestaram declaração de côr. Dos 14 594 habitantes com 15 anos e mais de idade, 5 507 eram solteiros; 8 218, casados; 2, desquitados; e 859, viúvos; 8 pessoas não declararam o estado civil. Todos os habitantes eram brasileiros natos, e, do total, 28 122 eram católicos apostólicos romanos, 134 protestantes e 1 espírita. 18 não declararam a religião. Da população municipal, 96,85% se localizavam na zona rural, verificando-se o perfeito equilíbrio em relação ao sexo, porquanto a sua composição era de 13 501 homens e 13 883 mulheres. A população da sede do município era constituída de 428 homens e 463 mulheres. Entre os municípios mais populosos do Estado, Jaicós estava colocado no 10.° lugar e sua sede, no 33.°.

Aglomerações urbanas — A sede do município forma o principal centro de aglomeração urbana, e, em 1950, a sua população compunha-se de 428 homens e 463 mulheres. Das pessoas de 5 anos e mais de idade, em número de 739, 186 homens e 196 mulheres sabiam ler e escrever, ao passo que 167 homens e 190 mulheres não eram alfabetizados. Seguem-se, como centros populacionais, os povoados de Boa Esperança, com 73 moradias e 480 habitantes; Patos,

Casa onde nasceu o General Antônio Alves Filho

com 72 moradias e 530 habitantes; Monte Santo, com 32 moradias e 190 habitantes. Esclarece-se que a população dos povoados está indicada por estimativa, levando-se em consideração o número de moradias.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Jaicós assenta a sua economia na pecuária e na agricultura, colocados em plano secundário o comércio e a indústria extrativa.

Agricultura — A produção agrícola da região, em 1956, apresentou os seguintes resultados:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Algodão	Arrôba	10 000	1 000 000
Feijão	Saco de 60 kg	17 000	5 100 000
Mandioca	Tonelada	3 500	350 000
Milho	Saco de 60 kg	3 600	540 000

Os excedentes da produção agrícola do município são vendidos principalmente para Araripina (PE).

Pecuária — No município, a pecuária é bastante desenvolvida, principalmente a criação de bovinos, caprinos, ovinos e suínos. Araripina, no Estado de Pernambuco, é o seu principal mercado comprador. Em 1956 contavam-se no município os seguintes efetivos: 65 000 bovinos, 35 000 suínos, 70 000 ovinos e 86 000 caprinos.

Indústria — No ramo industrial conta o município com uma usina no povoado Boa Esperança e uma fábrica de industrialização da mandioca, com mais de cinco operários, além de outros estabelecimentos que se ocupam com a extração da cêra de carnaúba, da fibra do caroá, com a fabricação de farinha e polvilho de mandioca e de rapadura. O registro industrial de 1956 apresentou o seguinte resultado: 20 000 quilogramas de fibras de caroá, no valor de Cr$ 120 000,00; 447 850 quilogramas de farinha de mandioca, no valor de Cr$ 1 326 350,00; 76 850 quilogramas de polvilho de mandioca, no valor de Cr$ 382 850,00; 14 447 quilogramas de cêra de carnaúba, no valor de Cr$ 647 115,00 e 800 quilogramas de rapadura, valendo Cr$ 5 600,00. Omitiu-se a produção de algodão em pluma por existir um único produtor no município, evitando-se a revelação de dados individuais.

COMÉRCIO E BANCOS — No município de Jaicós há 2 estabelecimentos atacadistas e 19 varejistas, cujas transações comerciais são feitas com as praças de Picos, Araripina (PE), Recife, Crato e Juàzeiro do Norte, no Estado do Ceará.

Os principais artigos comprados são tecidos, ferragens, louças, miudezas em geral, querosene, sabão, sal, arroz, açúcar, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município é servido por estradas carroçáveis e pela rodovia BR-52, e liga-se aos municípios vizinhos e à capital estadual pelos seguintes meios de transporte: Picos — rodovia, 72 quilômetros; Fronteiras — rodovia, 90 quilômetros; Paulistana — carroçável, 118 quilômetros; Simões — carroçável, 72 quilômetros; Araripina (PE) — carroçável e rodovia, 120 quilômetros; Capital do Estado — rodovia, via Picos, 420 quilômetros. A cidade possui um campo de pouso, bem assim uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Jaicós é dotada de iluminação elétrica, fornecida pela Prefeitura, sendo 81 o número de instalações domiciliares. Há 14 logradouros públicos, sem pavimentação; funcionam 2 hotéis e uma pensão, com diária média de Cr$ 50,00.

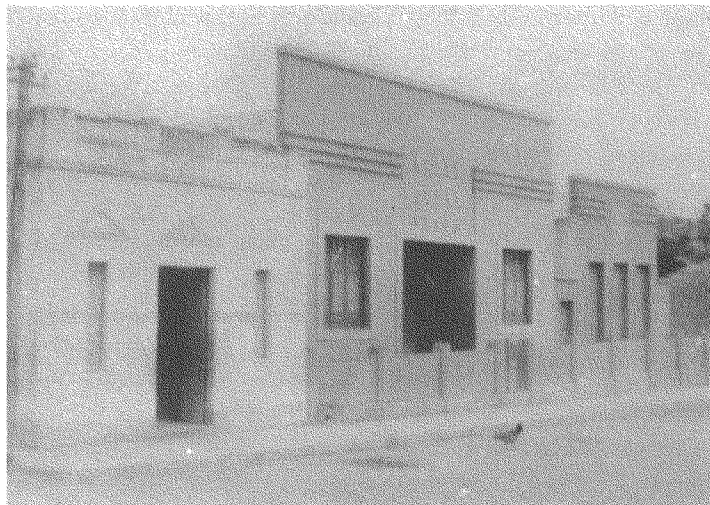
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência à população do município 1 farmacêutico e 1 dentista. Há 1 farmácia. Na cidade existe um Pôsto de Higiene mantido pelo Estado.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Funciona no município a Cooperativa Mista de Jaicós Limitada, com 907 associados, em atividade desde 1953.

ALFABETIZAÇÃO — Das 23 080 pessoas com 5 anos e mais de idade, segundo o Censo de 1950, 3 645, ou seja, 15,7%, sabiam ler e escrever, das quais 2 294 eram homens e 1 351, mulheres. Das 739 pessoas com 5 anos e mais de idade, domiciliadas na sede do município, 186 homens e 196 mulheres sabiam ler e escrever.

Entre os municípios do Estado, Jaicós ocupa o 33.º lugar em alfabetização, com um índice de 15,79%.

A sede do município, com a percentagem de 51,60%, atingiu o 14.º lugar. A zona rural ficou no 28.º lugar, com 14,61%.

Ensino — Em 1956, funcionaram 8 escolas de ensino fundamental comum, sendo 4 estaduais, 1 municipal e 3 cursos

Associação Rural

Mercado Público Municipal

supletivos. A matrícula registrada foi de 335 alunos, dos quais 156 eram homens e 179, mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	60 000	459 000	393 000	142 000	380 000
1951.......	99 000	980 000	673 000	180 000	569 000
1952.......	79 000	980 000	904 000	179 000	904 000
1953.......	77 000	1 181 000	673 000	175 000	678 000
1954.......	118 000	1 432 000	730 000	192 000	730 000
1955.......	78 000	1 894 000	920 000	249 000	911 000
1956 (1)....	...	...	1 100 000	355 000	1 100 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Anualmente, na sede municipal, é levada a efeito uma festa religiosa em homenagem a Nossa Senhora das Mercês, que se realiza no dia 24 de setembro, quando se comemora, também, o aniversário de construção da igreja-matriz. Realizam-se ainda as seguintes festas: de Santa Cruz, no "Morro Dois Irmãos", celebrada no dia 3 de maio; de São Sebastião, no povoado Patos, em 20 de janeiro; e de Santo Antônio, no povoado Boa Esperança, em 13 de junho. Essas festas constam de novena, missa solene e procissão.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Francisco de Sousa Martins*, político, financista, administrador, tribuno, parlamentar; *Dr. Marcos Antônio de Macedo*, nascido "no meio de uma tribo de índios semi-selvagens", advogado e magistrado no Piauí e Ceará, deputado e presidente das províncias do Piauí e Maranhão, colaborador do "Dicionário Universal", de Larouse, fêz excursões científicas na Europa, Ásia e África; *Antônio Alves Filho*, general do Exército, foi o primeiro piauiense que conseguiu ser brevetado na aviação brasileira.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos do município de Jaicós são conhecidos pelo gentílico "jaicoenses". O altar-mor da igreja-matriz, na cidade, apresenta estilo francês do século XVIII. Funcionam na sede municipal, a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância, o Núcleo Municipal de Assistência às Vítimas da Sêca e a Associação Rural. Realizam-se feiras às segundas-feiras, na cidade e, aos sábados, nos povoados Boa Esperança e Patos, onde se reúnem os habitantes do lugar e circunvizinhanças, aí vendendo os produtos de sua produção e comprando aquelas mercadorias de que têm necessidade.

BIBLIOGRAFIA — "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — 1939 — C. N. E. — 1948; "Departamento Estadual de Estatística do Piauí"; "Sinopse Estatística do Município de Jaicós"; "Ligeiros Dados Estatísticos" — D. E. E. do Piauí — 1944 — Tipografia Popular; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí"; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Jaicós; "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada" — C. N. E. (IBGE) — 1953.

(Fonte — Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Jaicós. Estudos de Estatística Teórica e Aplicado — CNE (IBGE) — 1953. — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil — Agência de Teresina e Agente do I.A.P.B.).

JERUMENHA — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

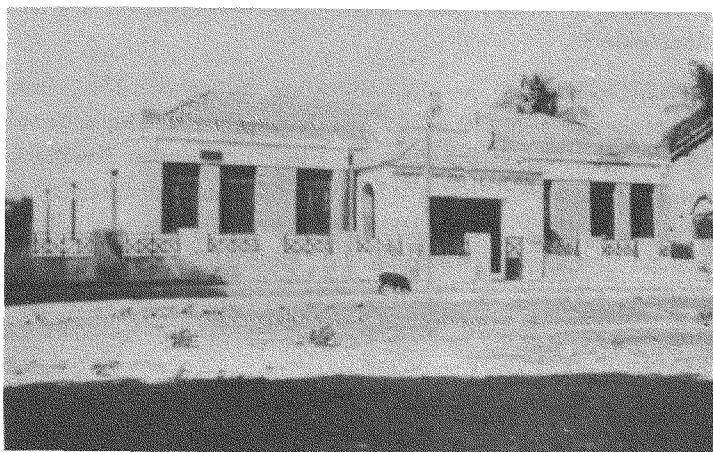
HISTÓRICO — Jerumenha foi em sua origem um arraial de índios domesticados trazidos da Bahia pelo português Francisco Dias d'Ávila, um dos primeiros exploradores das terras do Piauí, que os aldeou à margem direita do rio Gurguéia, no local onde hoje se encontra a atual cidade de Jerumenha, para defesa de suas fazendas de criação de gado situadas naquela região.

O arraial fôra fundado em território das sesmarias concedidas a Dias d'Ávila em 1676 pelo governador de Pernambuco, Dr. Pedro de Almeida, constantes de dez léguas em quadro, conforme afirma Pereira da Costa em sua "Cronologia Histórica do Estado do Piauí".

O arraial teve tal desenvolvimento que, em 1740, já formava uma povoação mais ou menos importante, época em que D. Frei Manoel da Cruz, bispo do Maranhão, criou a freguesia de Santo Antônio do Gurguéia. No ano seguinte foram iniciados os trabalhos da construção da igreja-matriz, pelos padres jesuítas, com auxílio geral da população. Êsse templo foi sagrado em 1746, quando da sua inauguração.

Elevada à categoria de vila por efeito da Carta Régia de 19 de junho de 1761, foi instalada no dia 22 de igual mês do ano seguinte pelo governador João Pereira Caldas, com a denominação de Jerumenha.

Por ocasião do ato inaugural, alguns habitantes da nova vila se obrigaram perante o governador Pereira Caldas, sob contrato escrito, a edificar 15 casas na sua sede que oferecessem os requisitos exigidos pela referida carta régia, cujo tópico, extraído da "Cronologia Histórica do Estado do Piauí", de Pereira da Costa, vai transcrito a seguir:

"E para que as referidas vilas se estabeleçam com maior felicidade, e estas mercês possam sortir o seu devido efeito, — sou servido ordenar-vos, que, passando as referidas freguesias, depois de haverdes publicado por editais o conteúdo desta e de haverdes feito relação dos moradores, que se ofereceram para povoar as referidas vilas — convocareis todos para determinados dias, nos quais, sendo presente o povo, determineis o lugar mais próprio para servir de praça a cada uma das ditas vilas, fazendo levan-

Prefeitura Municipal

tar no meio delas o pelourinho assinando área, para se edificar uma igreja, capaz de receber um competente número de fregueses, quando a povoação se aumentar, como também as outras áreas competentes para as casas das vereações, e audiências, cadeias, e mais oficinas públicas, fazendo delinear as casas dos moradores por linha reta, de sorte que fiquem largas e diretas as ruas".

Inaugurada a vila, que dominava grande extensão territorial, viveram os seus habitantes os melhores dias da comunidade, na última metade do século XVIII e primeira do século XIX. Era então uma terra sem divisas convencionais; de criação ascendente; lavoura próspera e comércio reduzido, mas honesto.

O comércio da região era feito com o Maranhão, via Caxias, Pernambuco e Bahia. Para a circulação das mercadorias e dos produtos da região, foram construídas estradas de tropa denominadas, naquela época, estradas reais, cortando em grande parte o imenso território da comuna.

O rio Parnaíba, no intercâmbio com o Maranhão, era transposto no povoado Veados, onde, até 50 anos atrás, se fazia o comércio de entreposto com Caxias. Vendiam-se couros crus e curtidos, de gado vacum, peles de cabra e de ovelha, peles de animais silvestres, penas de ema, crinas, algodão e fumo.

A produção agrícola não apresentava margem para a realização de negócios de maior vulto, por não proporcionar as condições locais e mesmo porque as terras do município não se adaptavam à prática agrícola em larga escala. Os terrenos do município são em geral constituídos de chapadões de agreste, caatingas, carrascos, e várzeas cobertos, em parte, de carnaubeiras, buritizeiros e babaçuais. Por isso a grande lavoura nunca foi praticada, mas apenas a de subsistência.

Ao invés, progredia a pecuária, com a situação de fazendas e o aumento constante dos rebanhos. Os criadores, prósperos em geral, constituíam uma sociedade privilegiada. Eram primos uns dos outros como os barões medievais. Por falta de hábito, não se davam ao cultivo da terra e, em conseqüência, não usavam a foice e a enxada, mas, ao contrário, mantinham ricas estrebarias e montavam garbosamente.

A vaquejada, afinal, nivelava aquela sociedade puramente rural e era uma febre, a paixão do perigo impulsionada pela tradição do pastoreio nos campos vastos, nas planuras sem divisas, nos fundos chapadões do Piauí farto e feliz do século passado. Nos tempos idos, êsses ajuntamentos constituíam em verdade festas de nivelamento social e de fraternidade. Inicialmente havia a seleção natural dos valores, pois, para figurar numa dessas pendências periódicas, honrando a fazenda e o amo, que era ao mesmo tempo o senhor, tornava-se necessário ser vaqueiro de renome, exibir impecável indumentária de couro, cavalo adestrado, estadear méritos excepcionais na investida por montes e vales, no derrubar de cauda ou de ferrão com presteza e elegância.

A seu modo, a vida do jerumenhense de então entre o comércio fixo e ambulante, os roçados, os currais numerosos, a caça e a pesca, deve ter sido saudável e dadivosa.

Jerumenha desempenhou papel na guerra da Independência. O sargento-mor João Gomes Caminha, que se destacou no próprio assédio de Caxias, é, sem favor, um autêntico herói das liberdades políticas do Brasil.

No sangrento conflito dos Balaios, foi decisiva a cooperação dada pelos filhos de Jerumenha, chegando mesmo a decidir, no sul da província invadida e saqueada, a sorte do prélio devastador. Quartel-general das fôrças em operações, pagou Jerumenha pesado tributo de sangue, batendo e expulsando os amotinados, às ordens do intrépido José Martins de Sousa, comandante da coluna do Oeste, no vale do Gurguéia.

A mudança da sede do govêrno provincial, cujo território limitava com o de Jerumenha, constituiu sem a menor dúvida um rude golpe nos interêsses do município. A zona de influência da capital se deslocou para o norte, entrando o sul em declínio. Em seguida veio a lei do Ventre Livre e mais tarde a da Abolição, golpes evidentemente inexoráveis, encerrando uma época de atividade organizada de repente derruída, sem remissão e sem possibilidades de reorganização correspondente.

Em 1824, foi criada a agência do Correio de Jerumenha, ponto terminal da linha Parnaíba, Campo Maior, Marvão, Valença e Jerumenha.

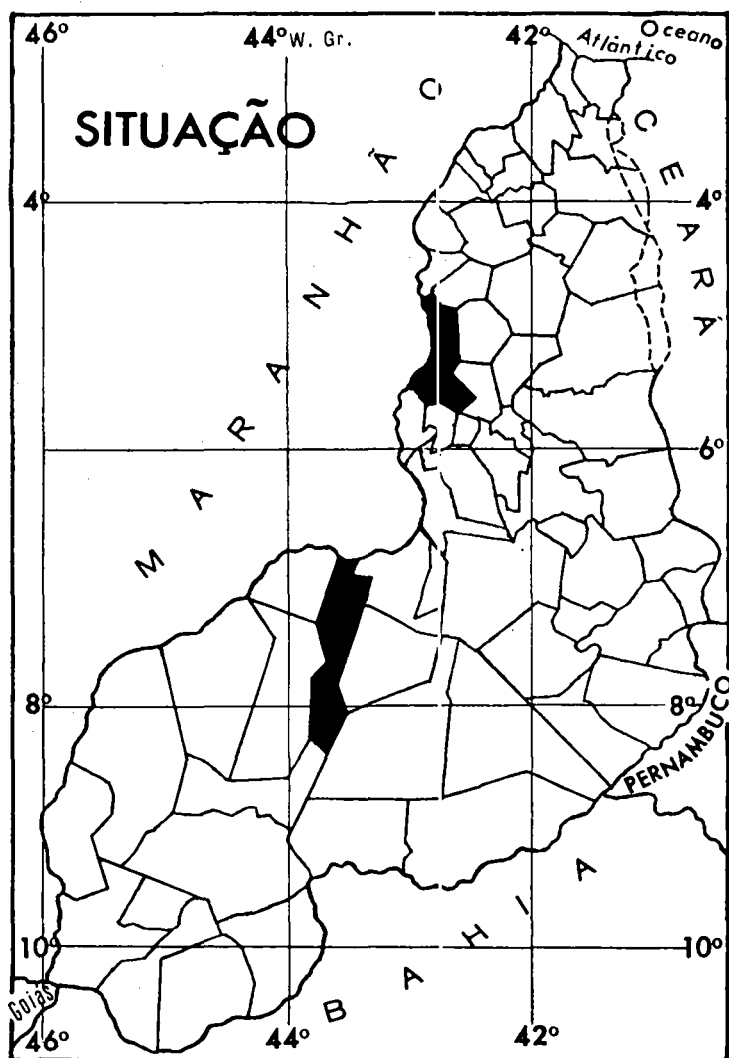
Por efeito da Lei provincial n.º 850, de 18 de junho de 1874, foi criada a comarca de Jerumenha.

Por Decreto estadual n.º 12, de 15 de fevereiro de 1890, a vila de Jerumenha, tendo em vista as condições de progresso por que passava naquela época, foi elevada à categoria de cidade.

O atual quadro administrativo e judiciário do município constitui-se de comarca de 2.ª entrância, distrito judiciário e município, com um único distrito administrativo de igual nome.

Igreja-Matriz de Santo Antônio

A presente legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Raimundo Benvindo da Fonseca, que mas tarde transferiu o cargo ao seu substituto legal, Vice-Prefeito Emanoel de Castro Fonseca, atualmente em exercício. Constituiu-se a Câmara com 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Jerumenha está localizado na Zona Fisiográfica do Alto Parnaíba, limitando com o rio Parnaíba e os municípios de Floriano, Itaueira, Canto do Buriti, Cristino Castro, Bertolínia e Guadalupe. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 7° 4' de latitude Sul e 43° 30' 21" de longitude W.Gr., e dista 432 quilômetros da capital do Estado, pela rodovia de Floriano, sendo 232 quilômetros em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede do município é de 150 metros.

CLIMA — Quente e sêco, no verão; úmido, no inverno. A temperatura melhora com a passagem dos "ventos gerais", em maio e agôsto. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 36; das mínimas — 28 e média compensada — 32.

ÁREA — Possui o município de Jerumenha a área de 6 098 quilômetros quadrados, colocando-se assim entre os de maior extensão no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal rio é o Gurguéia, que marca o limite sudoeste com Bertolínia e, passando pela cidade de Jerumenha, vai desembocar no rio Parnaíba, ao norte. O Parnaíba, que serve de limite ao norte com o Maranhão. Há mais a lagoa do Canto, o lago Grande, o açude Jatobá, a serra de São Caetano e o morro do Fabrício.

Escola Paroquial

RIQUEZAS NATURAIS — Animais silvestres, matas para extração de madeira e lenha, palmeiras de carnaúba e babaçu, pedras calcárias e argila, são as principais riquezas naturais do município. Possui, sem nenhuma exploração, minas de salitre, hulha linhite e pirita de ferro.

POPULAÇÃO — Contava Jerumenha, na data do Recenceamento de 1950, com 10 404 habitantes, dos quais 4 983 homens e 5 421 mulheres. No que respeita à côr: 2 431 brancos, 3 321 pretos e 4 638 pardos; 14 pessoas não declararam a côr. Dos 5 745 habitantes de 15 anos e mais de idade, 2 381 eram solteiros; 2 891, casados; e 472, viúvos. Uma pessoa não declarou o estado civil. Todos os recenseados eram brasileiros natos. Da população municipal, 10 158 eram católicos romanos; 227, protestantes; e 19 não declararam a religião professada. A densidade demográfica era de 1,8 por quilômetro quadrado. A grande maioria da população reside na zona rural, correspondendo a 92,05 da população do Estado, ou seja, 4 620 homens e 4 956 mulheres. Em população, no Estado, o município de Jerumenha está colocado no 39.° lugar. A cidade, com 363 homens e 465 mulheres, coloca-se no 34.° lugar.

Aglomerações urbanas — A cidade forma a única aglomeração urbana, com 828 habitantes, segundo o Recenseamento de 1950. Dêsse total, 168 homens e 229 mulheres de 5 anos e mais de idade sabiam ler e escrever, sendo 292 o número dos não alfabetizados. Conta, ainda, o município de Jerumenha com os seguintes núcleos populacionais: povoado Veados com 90 moradias e 500 habitantes e Canavieira com 80 moradias e 450 habitantes aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A pecuária e a lavoura constituem a base econômica do município, seguindo-se a pequena indústria rural.

Pecuária — Os principais centros compradores de gado são Floriano, Teresina, e o Estado de Pernambuco. Contava o município, em 1956, com 10 500 bovinos, 16 000 suínos, 6 500 ovinos e 12 000 caprinos.

Agricultura — Em relação aos produtos agrícolas, são os excedentes exportados para a vizinha cidade de Floriano.

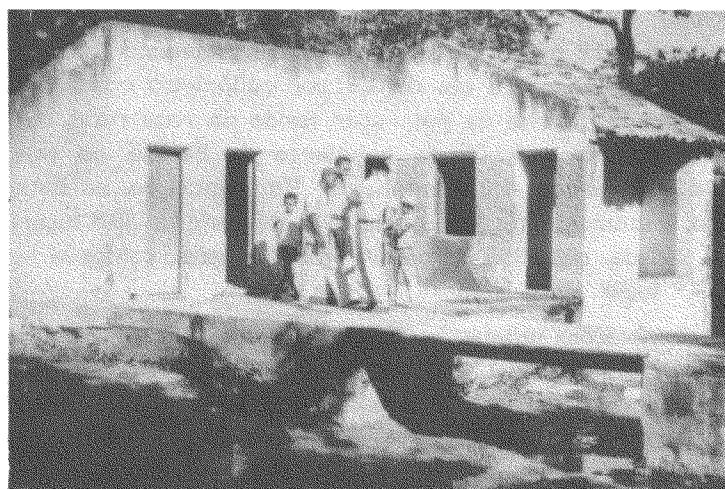
33 — 24 931

Em 1956, o volume e o valor da produção agrícola foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Mandioca	Tonelada	10 000	3 000 000
Feijão	Saco de 60 kg	3 000	660 000
Arroz com casca	» » » »	6 200	496 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	3 100	620 000
Milho	Saco de 60 kg	6 200	496 000

Indústria — A extração de cêra de carnaúba constitui a principal fonte econômica. Neste setor de atividade apresentou, no ano de 1956, uma produção de 23 461 quilogramas, no valor de Cr$ 974 440,00. Seguem-se-lhe, em segundo plano, na indústria de transformação, os produtos que se passam a enumerar: farinha de mandioca, com a produção de 54 200 quilogramas, no valor de Cr$ 216 000,00; aguardente de cana, com 12 850 litros, no valor de Cr$ 154 200,00 e polvilho de mandioca, com 7 530 quilogramas, valendo Cr$ 52 150,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O município possui 12 estabelecimentos varejistas, que, mantendo relações comerciais com as praças de Floriano e Recife, compram principalmente tecidos, miudezas em geral, açúcar, sabão, sal, querosene, gêneros alimentícios, etc. Há 3 indústrias ocupando mais de cinco operários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Jerumenha conta com estradas carroçáveis que o põem em comunicação com os municípios vizinhos. A cidade de Jerumenha dista da capital do Estado 318 quilômetros por carroçável até Floriano (72 quilômetros) e daí por rodovia (246 quilômetros). As distâncias entre a sede municipal e as congêneres limítrofes são as seguintes: Floriano — estrada carroçável, 72 quilômetros; Bom Jesus — estrada carroçável, 312 quilômetros; Guadalupe — estrada carroçável, 74 quilômetros; Itaueira — estrada carroçável, 96 quilômetros; Bertolínia — estrada carroçável, 132 quilômetros.

Fonte Cascata "Ôlho D'Água"

A sede do município é servida por uma agência postal-telefônica mantida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui 25% de sua área calçada com pedras irregulares, correspondente a 4 ruas. Há 2 caminhões e 2 jipes, bem assim uma pensão com diária de Cr$ 50,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Presta assistência dentária à população local apenas 1 dentista. Os habitantes adquirem os produtos farmacêuticos mais comuns, de que têm necessidade, nos estabelecimentos que, na falta de farmácias, incluem a venda de drogas no seu ramo de negócio. Nos casos mais sérios recorrem à vizinha cidade de Floriano, onde há médicos, farmácias e hospital.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, havia 8 659 pessoas com 5 anos e mais de idade. Dêsse total, 968 homens e 955 mulheres sabiam ler e escrever, correspondendo às percentagens de 11,2% e 11% respectivamente. Na cidade, das 828 pessoas com 5 anos e mais de idade, 168 homens e 229 mulheres, sabiam ler e escrever, ou seja, 57,62%, que coloca a sede do município no 6.º lugar em percentagem de alfabetização, em relação às demais do Estado. A zona rural ocupou o 11.º lugar, porquanto do total da população sertaneja, 7 970 eram alfabetizados: 800 homens e 726 mulheres.

Mercado Público Municipal

Jerumenha, ainda segundo o Recenseamento de 1950, colocou-se no 10.º lugar no conjunto dos municípios piauienses, no que se refere à alfabetização, apresentando a quota de 19,15% conforme demonstração abaixo:

Parnaíba	41,53
Teresina	37,88
Corrente	30,29
Simplício Mendes	27,26
Paulistana	26,32
Floriano	25,80
Pedro II	25,27
Gilbués	24,82
Santa Filomena	23,33
JERUMENHA	19,15

Ensino — Há no município 33 unidades de ensino primário fundamental comum, sendo 11 estaduais, 20 municipais e 2 particulares. Em 1956, a matrícula atingiu o número de 1 583 alunos, sendo 757 homens e 826 mulheres.

Como fonte de desenvolvimento da cultura, existe na cidade de Jerumenha uma biblioteca de natureza geral, com 591 volumes, denominada Biblioteca Pública Municipal.

Casa onde residiram os padres jesuitas

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	213 000	449 000	27 000	450 000
1951	—	261 000	602 000	22 000	622 000
1952	—	345 000	422 000	26 000	461 000
1953	—	409 000	716 000	18 000	677 000
1954	—	367 000	430 000	...	457 000
1955	—	623 000	681 000	31 000	702 000
1956 (1)	...	...	1 608 000	46 000	798 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A cidade de Jerumenha conserva as seguintes festas de tradição religiosa: de Santo Antônio, em 13 de junho; de Cristo Rei, no último domingo de outubro; de Natal, em 24 e 25 de dezembro. Tais festas são precedidas de novena e encerram-se com procissão, atraindo considerável número de fiéis, inclusive dos muncípios viznhos.

No povoado "Brejo" realiza-se a festa de São Bartolomeu, com novena, e procissão no dia 3 de maio, bem assim, no povoado "Veados", no dia 8 de dezembro, a de Nossa Senhora Imaculada da Conceição, também encerrada com uma procissão.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O que de curioso existe no município é a igreja-matriz pelo fato de ter sido construída tôda de pedras e com caprichosa ornamentação. É obra dos padres jesuítas.

Prestando assistência à população desamparada, existe o Serviço Paroquial de Educação e Saúde, que socorre materialmente a um regular número de necessitados. Em 1956 foram beneficiadas 2 000 pessoas.

Recebem a denominação de "jerumenhenses" os nascidos no município de Jerumenha.

VULTOS ILUSTRES — Citam-se como filhos ilustres de Jerumenha, já falecidos *Marcos Francisco de Araújo Costa,* juiz em Jerumenha e Oeiras e Ouvidor-Geral da Província. *José Manoel de Freitas,* Desembargador, presidente das Províncias do Piauí, Maranhão, Pernambuco e Goiás, jornalista, escritor e poeta. *Astrolábio Passos,* médico e jornalista.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" — Pereira da Costa; "Sinopse Estatística do Município de Jerumenha — C. N. E. — 1948; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — 1939 — Imprensa Oficial. Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Jerumenha; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí.

(Fonte — Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Jerumenha. Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí. — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina e Agente do I.A.P.B.).

JOSÉ DE FREITAS — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

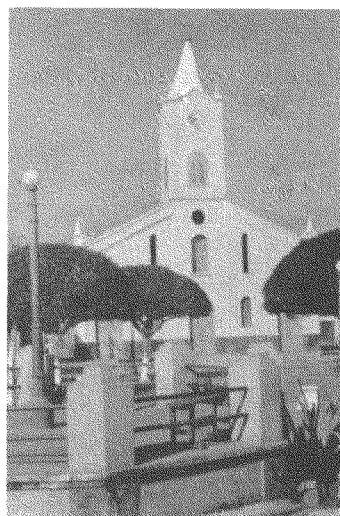
HISTÓRICO — Diz Pereira da Costa, em sua Cronologia Histórica sôbre o Estado do Piauí, que pelo ano de 1693 chegava ao Maranhão, com sua família, Dom Francisco da Cunha Castelo Branco, esclarecido fidalgo português, irmão do Conde de Pombeiro. Dom Francisco seguira a carreira militar, chegando a capitão, ocupando depois em Lisboa o cargo de tesoureiro Real. Perdendo, em viagem para o Maranhão, a mulher com quem se casara em 1682, contraiu ali segundas núpcias com uma senhora, cujo nome se desconhece, mas das principais famílias daquele Estado. Poucos anos depois, mudou-se Dom Francisco para o Piauí, fixando residência na freguesia de Santo Antônio do Surubim de Campo Maior e situando fazendas de gado em terrenos pertencentes, naquela época, ao município de Livramento. Conseguiu avultados cabedais e foi homem de notável influência na nascente colônia, constituindo-se o tronco da família Castelo Branco, uma das mais ilustres e tradicionais do Estado. Acrescenta ainda Pereira da Costa que do primeiro enlace de D. Francisco nasceram três filhas, duas das quais, Dona Ana e Dona Maria, casaram em primeiras e segundas núpcias com o capitão-mor de Parnaíba, João Gomes do Rêgo, de cuja prole vêm os Rêgo Castelo Branco do Piauí. Mais adiante refere Pereira da Costa uma justificação prestada em Campo Maior, no ano de 1775, em que entre outras coisas se diz: Que os justificantes eram oriundos de Campo Maior, onde sempre moraram. Que eram filhos legítimos de Manoel Carvalho de Almeida e Dona Clara Castelo Branco e Silva. Que, pela parte materna, descenderam da antiga casa dos Condes de Pombeiro, porque Dom Francisco da Cunha Castelo

Praça Governador Pedro Freitas

Branco era irmão legítimo do Conde de Pombeiro e pai de Dona Clara Castelo Branco da Cunha, mãe dos justificantes. Que Dom Francisco e sua mulher, Dona Eugênia Maria de Mesquita, avó dos justificantes, vieram por ordem de sua Majestade de Portugal para Pernambuco como Capitão de Infantaria, em socorro dos seus moradores por ocasião das extorsões dos holandeses, passando depois para o Maranhão.

Núcleo de formação de quase tôdas as antigas cidades do Norte era a capela. A respeito da de Livramento é oportuno citar o depoimento de Miguel Borges: "Em época muito remota, em princípio do século dezoito, edificou-se na fazenda Boa Esperança, lugar onde se acha hoje esta vila, nome que ainda é conservado, uma igreja que se denominou de Nossa Senhora do Livramento e à mesma se ligava uma grande casa em que habitava a família do fundador. Igreja e casa eram de taipa, pois naqueles recuados tempos não existiam por cá pedreiros nem carpinteiros. Consta, não obstante, que a referida casa era assobradada, que tinha grandes acomodações". O seu fundador, segundo velho documento, foi o comissário de cavalaria Manoel Carvalho de Almeida, natural de Portugal, casado com D. Clara

Pôsto de Puericultura

da Cunha e Silva Castelo Branco, a primeira dêste nome. Parece que esta senhora era filha de Dom Francisco da Cunha Castelo Branco, mas do segundo matrimônio, pois que do primeiro só tiveram três filhas, uma das quais perecera no naufrágio com sua mãe, e as outras duas de nomes Ana e Maria, casaram com o capitão-mor de Parnaíba, João Gomes do Rêgo Barros, como acima ficou dito. Por morte dêste, procedeu-se à partilha dos bens do casal, cabendo a fazenda Boa Esperança à herdeira Dona Francisca da Cunha Mesquita Castelo Branco, que se casou posteriormente com Domingos Fernandes, português, morador no Estanhado, hoje União. A capela, porém, ficou pertencendo a todos os herdeiros. Anos depois, Domingos Fernandes, a pedido de seus parentes, veio residir na fazenda Boa Esperança, demoliu então a antiga casa junto à igreja, talvez por ameaçar ruína, e construiu outra ao lado do templo a uns 20 metros de distância. A capela do Livramento até 1878 era pouco habitada; as principais famílias, tôdas do velho tronco dos Castelo Branco, se espalharam por lugares mais ou menos afastados, em boas casas de telha, com feitorias, dedicando-se exclusivamente à lavoura rotineira e à indústria pastoril. De tais moradias só restam hoje São Domingos, Boqueirão e Ôlho-d'Água e o sobrado de São Pedro e Brejo. Em 20 de julho de 1874,

Igreja-Matriz

Igreja de São Francisco

pela Lei provincial n.º 873, foi criada a paróquia de Nossa Senhora do Livramento, depois vila do mesmo nome em virtude da Lei provincial n.º 945, de 23 de maio de 1877, conservando os mesmos limites da Paróquia. A instalação da nova vila verificou-se a 7 de abril de 1878, revestindo-se o ato de solenidade e grande entusiasmo. À instalação presidida pelo substituto do Juiz de Direito, Dr. Eugênio Teles da Silveira Fontes, precedeu uma missa em ação de graças rezada na então capela do Livramento pelo Reverendíssimo Padre João Manoel de Almendra. Em 25 de novembro do mesmo ano instalou-se a Câmara Municipal tomando posse os vereadores eleitos. A estação telegráfica foi inaugurada a 5 de outubro de 1892, tendo como primeiro telegrafista o Sr. José Justino da Silva Daltro. O distrito judiciário de Livramento, criado pela Lei n.º 176, de 9 de julho de 1898, foi instalado solenemente a 15 de outubro daquele ano. A elevação da vila à categoria de cidade verificou-se em virtude da Lei n.º 1 088, de 7 de julho de 1924, e a mudança de sua denominação para José de Freitas, pelo Decreto n.º 1 186, de 18 de março de 1931. José de Freitas foi elevado a comarca de 1.ª entrância pelo Decreto n.º 247, de 1.º de março de 1940, mantendo-se assim até 14 de junho de 1954, quando, pela Lei número 1 026, foi elevada a comarca de 2.ª entrância.

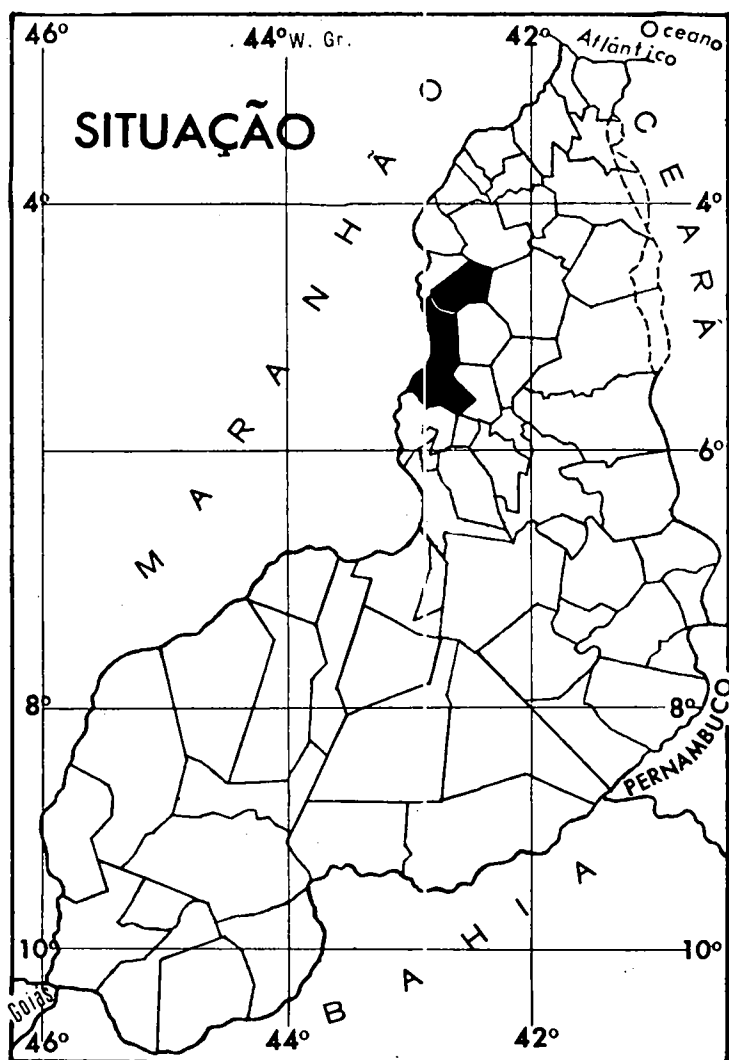
O morro que fica no centro da cidade serviu de acampamento, 8 dias, às fôrças do general português, João José da Costa Fidié, quando após a batalha do Jenipapo, em Campo Maior, fêz a retirada em busca de refôrço em direção ao Estanhado (União) e Caxias (MA) onde foi

Rua Hugo Napoleão

batido e prêso pelas fôrças brasileiras na luta da Independência do Brasil.

O município tem um único distrito, o da sede.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Jacob Sampaio Almendra e constituída a Câmara Municipal com 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de José de Freitas está localizada no traçado da rodovia PI-13, a 50 quilômetros da Capital do Estado e, em linha reta, a 45 quilômetros. Pertence à Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba. Suas coordenadas geográficas são: 4° 45' 30" de latitude Sul e 42° 35' 00" de longitude W.Gr. O município limita com Altos, Campo Maior, Barras, União e Teresina.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 137 metros.

CLIMA — O clima é ameno e temperado. Nas grandes sêcas, porém torna-se quente. A temperatura oscila entre 38°C e 18°C. A altura total da precipitação no ano de 1956 foi de 1 600mm. O inverno começa entre novembro e dezembro e termina em abril ou maio.

ÁREA — A área do município é de 1 572 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Na hidrografia, o principal acidente geográfico é o rio Marataoã, que fica a leste, percorrendo o município em uma extensão de aproximadamente 30 quilômetros. Há muitos riachos e olhos-

Cine-Teatro Matias Olímpio

-d'água. Perto da sede municipal localiza-se o açude Pitombeira.

O município é pouco acidentado. As serras existentes são de pequena importância, ressaltando-se o morro que domina a cidade.

RIQUEZAS NATURAIS — A principal riqueza natural é a cêra de carnaúba, seguindo-se o babaçu e o tucum. Na fauna, destacam-se o veado e o caititu. Não há importantes minerais. Sòmente a pedra calcária merece citação.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população de José de Freitas era de 15 761 habitantes, assim distribuídos: homens — 7 915; mulheres — 7 846. Do total aludido, 2 242 eram brancos; 3 467, pretos; 10 045, pardos; 7 pessoas não declararam a côr. Dos 8 063 habitantes de 15 anos e mais de idade, 2 954 eram solteiros; 4 635 casados, 470 viúvos e 1, desquitado. Apenas três pessoas não declararam estado civil. Predominam os católicos romanos em número de 15 726, enquanto há 6 protestantes e 21 espíritas. A densidade era de 11 habitantes por quilômetro quadrado, uma das maiores do Estado. O quadro rural reúne 88% da população, superando, assim, a média do Estado, que é de 83,6%. Observa-se, na população rural, o equilíbrio entre o total de homens e o de mulheres, pois há 6 969 homens e 6 821, mulheres. Em relação ao conjunto de municípios ocupa o 26° lugar. A cidade, entretanto, está em posição mais destacada, detendo o 18.° lugar em confronto com as demais.

Aglomerações urbanas — O município possui apenas um núcleo urbano, a cidade de José de Freitas, com 1 971 habitantes, sendo 946 homens e 1 025 mulheres, consoante os dados estatísticos do último Recenseamento.

Praça Governador Pedro Freitas

Vista parcial da cidade

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município é a extração de cêra de carnaúba, seguida da agricultura e da pecuária.

No setor agrícola cultivam-se arroz, cana-de-açúcar, milho e mandioca. Êsses produtos são exportados principalmente para a Capital do Estado. Eis o volume e o valor da produção agrícola de 1956:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	18 875	3 834 187
Feijão	» » » »	4 000	2 400 000
Mandioca	Tonelada	2 600	2 080 000
Cana-de-açúcar	»	2 700	1 350 000
Milho	Saco de 60 kg	4 000	600 000

A pecuária tem importância econômica em virtude da exportação de gado para a Capital do Estado. Apresentou, em 1956, a seguinte produção: 10 500 bovinos, 16 000 suínos, 6 500 ovinos e 12 000 caprinos.

A indústria extrativa vegetal tem na cêra de carnaúba a principal fonte econômica do município. Houve, em 1956, a produção de 229 010 quilogramas, no valor de Cr$ 11 443 500,00, produção essa que coloca o município em posição de destaque no quadro estadual. Outros produtos há que contribuem para a economia municipal, tais como: farinha de mandioca — 155 425 quilogramas, no valor de Cr$ 764 305,00; aguardente de cana — 44 060 litros, no valor de Cr$ 573 550,00; rapadura — 65 140 quilogramas, no valor de Cr$ 521 120,00.

COMÉRCIO — Há no município 34 estabelecimentos comerciais, sendo 5 atacadistas e 29 varejistas, havendo ainda 5 indústrias com mais de 5 operários. O comércio mantém transações com Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Estados Unidos da América do Norte.

Rua Lina Almendra

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município é servido por uma rodovia e por estradas carroçáveis. A cidade dista da Capital do Estado 50 quilômetros por rodovia e 45 quilômetros em linha reta. As distâncias entre a sede municipal e a dos municípios limítrofes são: União, estrada carroçável, 58 quilômetros; Barras, rodovia, 69 quilômetros; Campo Maior, rodovia e estrada carroçável, 54 quilômetros; Altos, rodovia, 55 quilômetros.

Outra vista parcial da cidade

Na cidade funciona uma estação postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Existe um campo de pouso na sede municipal.

ASPECTOS URBANOS — Segundo o Recenseamento de 1950, a cidade de José de Freitas possui 1 971 habitantes, sendo a 18.ª em população no Estado. Sua área de pavimentação é representada por 25% de calçamento feito com pedras irregulares. Compõe-se de 44 logradouros públicos. O município é servido de energia elétrica fornecida pela Prefeitura, possuindo a sede municipal iluminação pública com 168 ligações elétricas domiciliares. Há uma pensão com a diária média de Cr$ 60,00. Os veículos registrados na Prefeitura são 10 jipes, 6 caminhões e 3 camionetas.

Usina Elétrica Municipal

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população local pelo Centro de Saúde "Dr. Jacob Gayoso" que dispõe de duas enfer-

Praça Governador Pedro Freitas

meiras e tem a capacidade de oito leitos. Há também uma farmácia, um médico, um dentista e um farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, foram recenseadas 12 809 pessoas de 5 anos e mais de idade, das quais 1 499, isto é, 11,7%, sabem ler e escrever, sendo 831 homens e 668 mulheres. Na sede municipal, das 1 629 pessoas de 5 anos e mais de idade, 666 sabem ler e escrever, sendo 324 homens e 342 mulheres. No tocante à alfabetização de pessoas de 5 anos e mais de idade, José de Freitas alcançou o 47.º lugar em confronto com os outros municípios com índice de 11,70%. A sede municipal, no entanto, teve melhor classificação, obtendo o 38.º lugar em relação às demais do Estado. A percentagem de 7,45% de alfabetização da população da zona rural alcançou posição inferior a do município e à colocação da cidade.

Ensino — No município, funcionaram, em 1956, 23 unidades de ensino primário fundamental comum, a saber: 1 grupo escolar estadual, 11 escolas isoladas estaduais, 10 escolas primárias municipais e 1 escola particular, com um total de 1 407 matrículas, sendo 720 de homens e 687 de mulheres. Funcionaram também 8 cursos supletivos com 217 matrículas, das quais 176 de homens e 41 de mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — José de Freitas possui a biblioteca particular "Aluísio Napoleão" com cêrca de 200 volumes. Existe um cinema com capacidade para 200 pessoas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	269 000	881 000	480 000	159 000	669 000
1951.......	234 000	1 482 000	775 000	210 000	881 000
1952.......	381 000	1•317 000	736 000	234 000	664 000
1953.......	182 000	1 604 000	1 176 000	255 000	854 000
1954.......	141 000	2 164 000	1 090 000	414 000	1 469 000
1955.......	393 000	1 964 000	1 080 000	298 000	1 003 000
1956 (1) ..	..		1 064 000	282 000	1 064 000

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — No tôpo do morro que domina a cidade, sôbre bonito pedestal, há uma imagem de Cristo Ressuscitado, iluminada à noite por fortes refletores, constituindo-se uma atração para os visitantes. Êsse belo monumento foi uma contribuição do povo católico para o embelezamento da cidade.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal manifestação popular religiosa é a festa de Nossa Senhora do Livramento, padroeira do lugar, celebrada no dia 15 de agôsto com solene procissão de que participa grande número de fiéis, inclusive dos municípios vizinhos.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os vultos ilustres, destacam-se: *Sr. José de Almendra Freitas*, cujo busto se encontra na Praça Governador Pedro Freitas; *Dr. Miguel Borges*, primeiro piauiense formado em Direito; *Dr. Antônio de Sampaio Almendra Freitas* que, na qualidade de segundo vice-Presidente, governou a Província no período de 4 de dezembro de 1863 até 28 de maio de 1864; *Dr. Antônio Sampaio Castelo Branco*, químico doutorado na Suíça, arrendatário das Fazendas Nacionais, por volta do ano de 1889, aí construindo fábricas de laticínios e introduzindo grandes melhoramentos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade de José de Freitas conta com praças arborizadas e bem ajardinadas, o que lhe dá bonito aspecto. A mais importante é a Praça Governador Pedro Freitas.

A denominação local dos habitantes é "freitenses".

BIBLIOGRAFIA — "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais — 1939 — Imprensa Oficial; Departamento Estadual de Estatística do Piauí; "Sinopse Estatística do Município de José de Freitas" — C. N. E. (I. B. G. E.) — 1948; "Ligeiros Dados Estatísticos" — D. E. E. do Piauí — 1944 — Tipografia Popular; "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada" — C. N. E. (I. B. G. E.) — 1953;

(Fonte — Arquivo da Agência Municipal de Estatística de José de Freitas. Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí. Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Dr. Celso Barros Coelho, professor, advogado e funcionário autárquico).

LUÍS CORREIA — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1820 alguns pescadores se fixaram no território de Amarração, hoje município de Luís Correia, e o tomaram como ponto vantajoso para o exercício de suas atividades. Data daí o início do seu povoamento. Mais tarde, durante a guerra dos Balaios, veio a desenvolver-se por se ter tornado local de desembarque das tropas que vinham bater os revoltosos na província, servindo, a um tempo, de comunicação com as províncias limítrofes e a capital do Império por intermédio dos navios de guerra e de transporte que ali ancoravam.

O povoado de Amarração, pôsto que pertencesse ao Piauí, começou a ser freqüentado por certos Padres da cidade de Granja, do Estado do Ceará, os quais, em suas desobrigas também batizavam e casavam. Essas desobrigas tiveram influência nos habitantes do povoado a ponto de levá-los a entreter transações comerciais e até mesmo pagar impostos na referida cidade de Granja, o que foi motivo de a Assembléia Provincial do Ceará, por Lei número 1 177, de 29 de agôsto de 1865, elevar o povoado à categoria de distrito, cujos limites foram estabelecidos na Lei cearense número 1 360, de 5 de novembro de 1870.

Em 5 de agôsto de 1874 a Assembléia cearense votava a Lei número 1 596, elevando o povoado de Amarração à categoria de vila, que foi instalada em 23 de junho de 1879 pelo Presidente da Câmara Municipal de Granja, de cujo território havia sido desmembrado, sendo seus primeiros vereadores Martiniano Francisco Mavignier, Simplício Vieira do Nascimento, Luís Rodrigues da Costa e João Francisco de Melo.

Reconhecendo o Piauí o esbulho que lhe fôra feito, procurou reivindicar o território de Amarração, conseguindo-o pelo Decreto número 3 012, do govêrno-geral, datado de 22 de outubro de 1880, com os mesmos limites estabelecidos na Lei cearense de 1870, mas teve que ceder ao Ceará dois importantes municípios, Independência e Príncipe Imperial, hoje Crateús, ficando o Govêrno autorizado a solicitar da Santa Sé as necessárias Bulas de transmutação para o Bispado do Maranhão.

Através da Portaria da presidência do Piauí, de 27 de janeiro de 1881, criou-se o têrmo de Amarração, ficando anexado à comarca de Parnaíba assim como também foi criado o fôro civil e conselhos de jurados e dividido o têrmo em três distritos.

O povoado de Amarração era realmente uma vila de futuro promissor. Sendo pôrto de mar, foi muito freqüentada por vapôres, embora de pequeno calado, procedentes do Maranhão, Pará, Ceará, e Pernambuco, e por navios de longo curso que navegavam para a Guiana Francesa e para a Inglaterra.

Em 1868 iniciaram-se os trabalhos de construção da igreja de Nossa Senhora da Conceição, que, antes de concluída, foi elevada à categoria de matriz. O término dos trabalhos da construção dessa igreja, que teve a ajuda destacada dos imigrantes cearenses, por ocasião da sêca de 1777, verificou-se em 1879.

Em 4 de março de 1873 funcionou, pela primeira vez, o farol do pôrto de Amarração.

Amarração foi o primeiro município do Piauí que libertou todos os escravos do seu território por iniciativa do comendador Joaquim Rodrigues da Costa que, no dia 29 de junho de 1886, pôs em liberdade 14 escravos que possuía e por cujo ato foi condecorado com a Comenda de Cristo.

A vila, desenvolvida e florescente, contava várias casas bem edificadas. As companhias de navegação de Pernambuco e Maranhão haviam construído sólidos e espaçosos armazéns com trapiches onde atracavam os seus vapôres, quando começou, em 1888, a invasão das grandes marés que destruíram, de início, a Rua do Mangue, local de residência dos primeiros habitantes e assim denominada por ser entremeada do vegetal dêsse nome, bem assim os armazéns e algumas casas. As dunas de areia, por seu turno, soterravam e destruíam moradias, obrigando os habitantes do lugar a deixar suas residências e a própria vila.

A vila, que até então apresentava futuro promissor, ficou reduzida a um pequeno grupo de casas, situação que perdurou até o ano de 1912, quando teve início o trabalho de fixação das dunas.

Começa, assim, Amarração a viver uma nova fase. Em 13 de maio de 1922 foi inaugurada a estação da Estrada de Ferro Central do Piauí, marco de grande progresso para o lugar. A 12 de agôsto do mesmo ano, o então Presidente da República, Dr. Epitácio Pessoa, assinou o Decreto número 15 603 que autorizava a construção do pôrto de Amarração. Essa obra, infelizmente, não foi concluída até agora.

Vista aérea da cidade

Em 1931, pelo Decreto estadual número 1 279, de 26 de junho daquele ano, Amarração perdeu a sua autonomia municipal, passando, por isso, a integrar o município de Parnaíba, na qualidade de distrito.

A então vila de Amarração teve o seu nome mudado para Luís Correia, em homenagem ao seu ilustre e grande filho, Dr. Luís de Morais Correia, por efeito da Lei estadual número 6, de 4 de setembro de 1935. Três anos mais tarde, o Decreto-lei estadual número 107, de 26 de julho de 1938, devolvia a sua autonomia administrativa cassada que fôra em 1931, tendo como sede a cidade do mesmo nome, cuja instalação se verificou a 1.º de janeiro de 1939. Nesse novo ciclo administrativo teve Luís Correia, como primeiro Prefeito, o tenente Gumercindo Saraiva, substituindo-o o Sr. Manoel Alves Galvão em cuja administração foi inaugurado o serviço de iluminação pública da cidade, a querosene.

De acôrdo com o quadro de divisão territorial, datado de 31-XII-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual número 52, de 29-III-1938, o distrito de Luís Correia aparece como têrmo judiciário da comarca de Parnaíba.

Consoante o quadro da divisão territorial do Estado vigente no qüinqüênio 1939-1943 aparece ainda na comarca de Parnaíba o têrmo de Luís Correia, integrando-o, porém, o município dêsse nome criado pelo Decreto-lei estadual número 107, de 26 de junho de 1938.

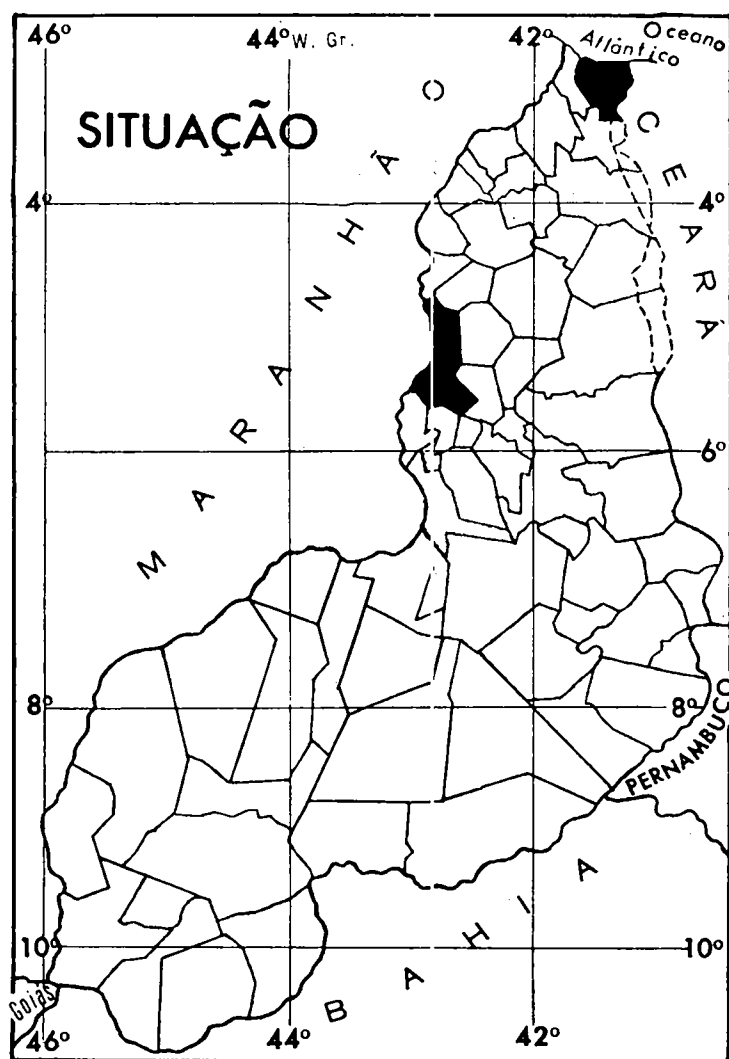
Por efeito de Decreto-lei estadual número 247, de 1.º de março de 1940, extinguiram-se os têrmos no Estado do Piauí, passando seus territórios a compor os distritos judiciários que a êles correspondem.

De conformidade com a divisão territorial do Estado, em vigor no qüinqüênio 1944-1948, e estabelecida pelo Decreto-lei estadual número 754, de 30 de dezembro de 1943, o município de Luís Correia é distrito judiciário da comarca de Parnaíba, o que foi confirmado pelo Decreto-lei estadual número 765, de 31 dêsse mês e ano.

A cidade de Luís Correia serve de estação de veraneio para os parnaibanos e demais habitantes do Estado. Seus filhos, todavia, confiam no brilhante futuro que lhe está reservado por fôrça da construção do pôrto marítimo, agora iniciada, e da rodovia BR-23, em vias de conclusão, a qual está sendo pavimentada no trecho que liga Luís Correia à cidade de Parnaíba.

O atual quadro administrativo e judiciário de Luís Correia é o seguinte: município com um só distrito administrativo e distrito judiciário.

A presente legislatura foi instalada em 1955, para a qual foi eleito Prefeito o Sr. José Ivo dos Santos e Vice-Prefeito o Sr. Francisco Carlindo de Araújo. A Câmara de Vereadores é constituída de 6 representantes.

LOCALIZAÇÃO — Luís Correia situa-se na Zona Fisiográfica do Litoral, juntamente com Buriti dos Lopes e Parnaíba. Limita com os municípios de Parnaíba, Cocal, Estado do Ceará e o Oceano Atlântico. A sede municipal está situada na foz do rio Igaraçu e no traçado da estrada de Ferro Central do Piauí e rodovia BR-23. A cidade fica a 273 quilômetros em linha reta da capital do Estado, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 2° 55' 42" de latitude Sul e 41° 40' 12" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — De 10 metros é a altitude na sede do município de Luís Correia.

CLIMA — O clima é agradável, devido à constante viração.

ÁREA — A área do município é de 1 616 quilômetros quadrados, colocando-se, desta forma, entre os de mediana extensão territorial, no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Igaraçu, Portinho, Camurupim, Timonha, servindo êste último de limites com o Estado do Ceará. Registra-se ainda a existência das lagoas do Sobradinho e Santana. A respeito destas últimas, assim se expressou o Dr. Armando Madeira na sua importante obra "Interêsses Piauienses", publicada em 1920: "O lago do Sobradinho é uma grande riqueza e uma curiosidade geológica digna de estudo. É uma espécie de Cáspio, um mar interior, encravado em Amarração.

"Não tem a desoladora tristeza do lago Asphaltite (Sic.), cuja esterilidade é incompatível com a vida e em cujas margens "le plus petit oiseau de ciel n'y trouverait un brin d'herbe pour se nourrir", como refere um escritor.

"Ao contrário, é rico em peixes e tem em tôrno uma vegetação florida, constituindo-se em um oasis aquático no meio das areias que o circundam.

"O lago tem cêrca de 20 quilômetros de extensão, com uma largura variável e uma profundidade de 1 metro mais ou menos.

"Dista 18 quilômetros da vila de Amarração, e três quilômetros da salina de Apicum, sôbre o rio Camurupim.

"Não tem comunicação alguma com o mar e o ponto mais próximo dêste fica a 6 quilômetros.

"A água é salobra e imprópria para beber, porém nos grandes invernos fica tolerável pelo gado e dela se servem os animais.

"Fica acima do nível do mar de modo que quando transborda, em conseqüência das cheias produzidas pelas chuvas, estabelece uma drenagem para a praia: então pelo veio d'água sobem cardumes que povoam o lago, onde se faz abundante colheita de peixes.

"Frisante é aqui a singularidade de Sobradinho: não recebe águas do oceano, porque estas não sobem pelos terrenos para se lançar no lago: entretanto êste é um fabuloso reservatório de sal, em certas épocas.

"Quando os invernos são escassos anos seguidos, e por fim surge o flagelo da sêca, o lago coalha em uma extensão enorme, tornando-se em uma salina imensa, aberta a tôdas as colheitas, linda e inexgotável.

"A camada de sal chega a ter 30 centímetros de espessura.

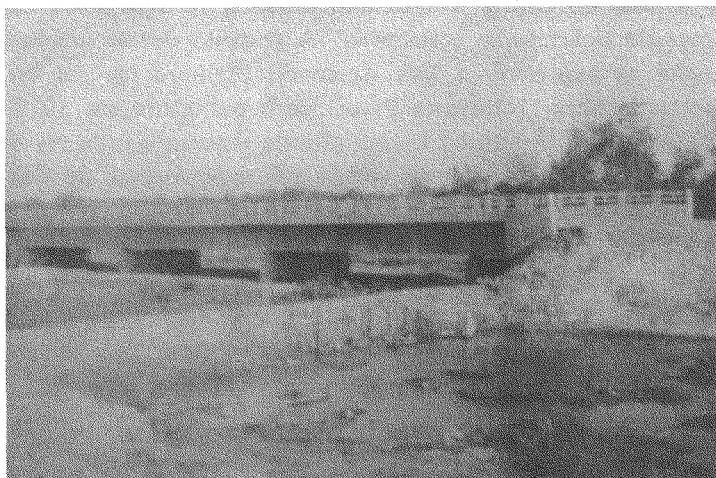
"Semelha-se a um grande lençol atirado à superfície daquelas terras calcinadas pelo sol. Ter-se-ia a impressão, pela sua deslumbrante alvura, de uma planície da Noruega, coberta de gêlo, se não fôra o calor violento que dali se desprende.

"É uma salina natural em plena florescência.

"Colhem-se então milhares de alqueires de sal, cujo transporte é feito pelos pacientes jumentos, único sistema de viação até agora ali empregado.

"Mas a maior parte de sal fica no lago ao abandono até que volta o tempo das chuvas e a massa sólida se transforma em líquida, desaparecendo uma grande riqueza que não foi aproveitada.

"O fenômeno se repete quase normalmente de 10 em 10 anos.

"Depende das sêcas periódicas e como estas obedecem a um ciclo, no rigorismo técnico do têrmo, segundo afirma Euclides da Cunha, é para supor que correspondente a uma irrupção da calamidade, se manifeste aquêle fenômeno no Sobradinho. Entretanto isto não se verifica e a marcha do extranho fato não corresponde inteiramente ao ciclo das sêcas.

Ponte de concreto armado ligando a rodovia BR-23 João Pessoa a Luís Correia

"Assim, em 1915 e 1919, anos terríveis em que não tivemos chuvas o lago permaneceu líquido, embora com o volume de suas águas diminuído.

"Não houve sal, porém, peixes em abundância, que serviu de auxílio à grande coluna de retirantes, procedentes das zonas flageladas do Ceará.

"Êsses fatos carecem de uma observação científica, que, não nos cabe fazer.

"É caso de repetir:

"Vejam agora os sábios da escritura.

"Que segredos são êstes da natura.

"Como disse Camões ao fazer a narrativa de uma tromba marítima.

"Deve existir alguma lenda a respeito do Sobradinho, mas não nos tem sido possível colhêr, na tradição oral, pelo prisma fantasista da imaginação do povo.

"O próprio nome de — Sobradinho — deve ter uma causa, lembrando algum solar antigo de extinta nobreza. Ao mesmo tempo parece que o diminutivo do nome acabrunha a idéia, contrariando a hipótese de uma riqueza extinta e até mesmo contrastando com as possibilidades de exploração da indústria do sal que, sem dúvida alguma, poderá ter ali, uma inexgotável mina.

"De fato, 20 quilômetros de sal como uma expessura de 30 centímetros é um grosso e copioso reservatório: está a desafiar a energia, a cobiça e a atividade de um sindicato que possa explorar ali uma invencível e imensa riqueza".

"O LAGO DE SANTANA — Êste é outro vasto campo de ação para uma indústria intensiva.

"Parece superior ao Sobradinho por um motivo muito importante: tem safras anuais, ao passo que aquêle não tem época determinada de coalhar. E embora seja um abôrto de produção quando se torna sólido, não se pode contar, pelo menos sem agente além do sol, com a regularidade de suas colheitas.

"O Sobradinho tem uma origem indecisa, parecendo que em tempo remoto foi um braço de mar, que as dunas interromperam, isolando-o.

"O lago de Santana, com a configuração de um grande U, recebe o tributo de muitos regatos e se comunica com o oceano.

"Fica entre dois rios — Ubatuba e Camurupim — a cada um dos quais estende um braço, procurando acompanhá-los.

"Mede cêrca de 6 quilômetros de extensão sôbre uma largura calculada em 500 metros.

"Nos anos de grande inverno, como o atual, a produção de sal aumenta sensìvelmente, pelo motivo seguinte:

"O lago transborda pela ação das chuvas e como está em nível inferior ao mar, as águas rompem a terra, perfurando um grande rêgo. Por êste, logo que cessa de chover, penetram as marés, conduzindo água salgada para o lago.

"Êste fato é acentuado nas marés de sizígia, cuja corrente impetuosa inunda fàcilmente aquela grande bacia.

"Então os salineiros vedam a passagem e assim fica a água debaixo da ação do sol até se transformar em sal.

"A colheita é feita sempre em novembro e dezembro, sendo agôsto a melhor época para a captação da água.

"Como se vê, o processo é simples e pouco dispendioso.

"Se por êsse sistema rudimentar as colheitas são enormes, calcula-se o que poderão ser, se a indústria fôr explorada regularmente, por meio de esclusas que recolham um volume d'água capaz de encher todo o lago, em condições de transformar em sal.

"A companhia ou emprêsa que se tiver de organizar para construir o pôrto de Amarração, naturalmente terá dinheiro suficiente e os elementos indispensáveis.

"Não será uma simples parceria, composta com os minguados cem contos de reis, que constitui a média das fortunas no Piauí.

"Para completo êxito de sua fundação deverá incluir no seu programa a indústria de sal e dos transportes.

"Êstes são indispensável complemento daquela, porquanto sem comunicações fáceis e francas, por onde o produto transite ràpidamente até a vila de Amarração, será impossível a exportação em larga escala do sal piauiense.

"O lago de Santana, permite um fornecimento barato e livre de obstáculos, porque de suas salinas se poderá fazer carregamento em rumo da barra da Timonha e da barra Grande, duas saídas marítimas de muita utilidade.

"É claro que uma emprêsa bem organizada, dispondo de capital bastante, terá de realizar grandes obras até ficar em condições de aproveitar com vantagem, as possibilidades que aqui ligeiramente apontamos.

"Deverá fazer instalações a vapor ou eletricidade para acionar as bombas centrífugas que forem necessárias: terá de estender uma rêde de viação férrea, ou estradas para caminhões, automóveis e certamente há de instalar uma usina de refinação.

"Tudo isto realizado, não será uma temeridade afirmar que a produção do sal no município de Amarração, será superior à do Rio Grande do Norte.

"E quando o Sobradinho concorrer com a sua colossal quota, a colheita geral excederá muitas vêzes à daquele Estado, mesmo que se considere o máximo já referido — 200 000 toneladas."

RIQUEZAS NATURAIS — Salientam-se como riquezas naturais do município de Luís Correia a carnaúba, o sal e tucum. Registra-se também a existência de mangue que é utilizado nos curtumes de Parnaíba.

POPULAÇÃO — O Recenseamento de 1950 registrou no município de Luís Correia a existência de 20 176 habitantes, dos quais 10 224 eram homens e 9 952, mulheres. Dos habitantes recenseados, 4 689 eram brancos; 103, pre-

tos; e 15 416, pardos; 18 pessoas não fizeram declarações a respeito da côr. Evidenciou o Censo de 1950 que das pessoas de 15 anos e mais de idade, num total de 10 178, 3 694 eram solteiras; 5 895, casadas; 578, viúvas; e 2, desquitadas; 9 pessoas não declararam o estado civil. Apenas 8 estrangeiros e 1 brasileiro naturalizado existiam em Luís Correia, em 1950. A religião predominante no município é a católica romana. Prova-o o expressivo número de 20 142 pessoas que professavam o credo em aprêço na época do Censo de 1950. As outras religiões possuem adeptos em quantidade inexpressiva. A densidade era de 12 habitantes por quilômetro quadrado. Localizam-se no quadro rural 93% da população do município, superando de muito a média do Estado, calculada em 83,6%. A população do município equipara-se quanto ao sexo, oferecendo o seguinte movimento: 9 585 homens e 9 141 mulheres. Colocou-se o município em 20.º lugar em relação aos de maior população no Estado. A cidade, com uma população de 1 450 habitantes, colocou-se em 25.º lugar.

Aglomerações urbanas — As aglomerações urbanas do município, em número de 9, são as seguintes: a cidade de Luís Correia, com 1 450 habitantes, sendo 639 homens e 811 mulheres. Entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, que constituem a população urbana da sede, 295 homens e 417 mulheres sabiam ler e escrever, consoante o Censo de 1950; povoado Camurupim, com 68 moradias e 600 habitantes; povoado Jabuti, com 60 moradias e 300 habitantes; povoado Cajueiro, com 150 moradias e 700 habitantes; povoado Carapebas, com 60 moradias e 350 habitantes; povoado Sobradinho, com 85 moradias e 600 habitantes; povoado Barra Grande, com 151 moradias e 850 habitantes; povoado Carneiro, com 65 moradias e 350 habitantes; povoado Terra Nova, com 40 moradias e 250 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem sua base econômica assentada principalmente na agricultura, pecuária, extração da cêra de carnaúba, exploração de sal e pesca. Os principais produtos agrícolas do município verificados em 1956 foram os constantes do quadro abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Feijão	Saco de 60 kg	4 150	1 494 000
Mandioca	Tonelada	3 800	950 000
Milho	Saco de 60 kg	5 100	714 000
Algodão em caroço	Arrôba	1 710	205 000
Arroz em casca	Saco de 60 kg	540	162 000

Os produtos agrícolas do município, quando há excedentes, são exportados para a cidade de Parnaíba. A pecuária no município não é das mais desenvolvidas do Estado, contudo não é tão inexpressiva, compondo-se dos seguintes efetivos: 9 000 bovinos, 23 000 suínos, 9 000 ovinos e 7 500 caprinos. Há exportação de gado para Parnaíba e para Sobral, Camocim e Chaval, no Ceará. A indústria do município, por ser incipiente, cifra-se a modestos estabelecimentos de produção de sal, extração de cêra de carnaúba e fabricação de farinha de mandioca, apresentando, em 1956, um movimento de produção do seguinte porte: 46 412 quilogramas de cêra de carnaúba, valendo Cr$ 2 856 770,00; 411 880 quilogramas de farinha de mandioca, no valor de Cr$ 1 079 740,00; 796 400 quilogramas de sal, no valor de Cr$ 868 100,00 e 10 640 quilogramas de polvilho de mandioca, valendo Cr$ 402 320,00.

Existem no município duas colônias de pescadores que apresentaram um movimento de pesca bastante expressivo o qual, somado à pesca não colonizada, totalizou a importância de Cr$ 3 913 300,00.

COMÉRCIO — O comércio de Luís Correia, em virtude, talvez, de ficar muito próximo ao de Parnaíba, pois dista apenas 13 quilômetros por estrada de ferro ou rodovia, sofrendo os influxos do empório comercial daquela cidade, é por demais inexpressivo, cingindo-se à existência de sòmente 13 estabelecimentos varejistas que mantêm transações com as praças de Parnaíba e Fortaleza.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Luís Correia coloca-se em posição de relêvo em relação a meios de transporte, ligando-se a Parnaíba pela Estrada de Ferro Central do Piauí numa distância de 13 quilômetros, a qual mantém um trem diário entre as duas cidades com um tempo de percurso de aproximadamente 45 minutos. Há ainda entre as duas cidades a rodovia BR-23 recentemente construída, com leito pavimentado de pedras irregulares, numa extensão de 15 quilômetros. A cidade de Luís Correia dista da capital do Estado por rodovia, via Parnaíba, Buriti dos Lopes, Piracuruca, povoado Alto Alegre, Piripiri, Capitão de Campos, Campo Maior e Altos — 401 quilômetros; 1) Misto: a) ferrovia (E.F.C.P.) via Parnaíba, Cocal, Piracuruca e Piripiri — 191 quilômetros; b) e daí por rodovia já descrita, 168 quilômetros, num total de 359 quilômetros; 2) Misto: a) ferroviário até Parnaíba — 13 quilômetros e daí por via aérea, 290 quilômetros. As distâncias entre a sede municipal e as sedes municipais vizinhas são as seguintes: Cocal — ferrovia, 86 quilômetros. Chaval (CE), via Parnaíba, já descrita e daí por estrada carroçável, 83 quilômetros, ou via marítima, 72 quilômetros. Camocim (CE), via Parnaíba, já descrita e daí por estrada carroçável, 144 quilômetros, ou via marítima, 120 quilômetros. Granja (CE), via Parnaíba, já descrita e daí por estrada carroçável, 144 quilômetros, ou marítima, até Camocim, 120 quilômetros e daí por ferrovia (R.V.C.), 24 quilômetros.

Existe na cidade uma estação Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos, havendo ainda o serviço telefônico da Estrada de Ferro Central do Piauí.

ASPECTOS URBANOS — O Censo de 1950 assinalou a existência, na cidade de Luís Correia, de 1 450 habitantes, colocando-a por isso em 25.º lugar em relação às cidades do Estado. Conta 36 logradouros públicos e é servida de luz elétrica, com 83 ligações domiciliares. Há uma pensão na sede municipal, cuja diária média é de Cr$ 50,00.

A cidade de Luís Correia, em virtude das praias de banho que possui, é considerada cidade de veraneio. Inúmeras famílias de Parnaíba para lá se mudam no período do verão, pois que lá possuem casa própria, acontecendo o mesmo com pessoas que residem noutras partes do Estado. Aos domingos afluem às suas praias grande número de banhistas procedentes da cidade de Parnaíba, os quais se transportam nos trens da E.F.C.P. que mantém tráfego diário entre as duas cidades.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada por um pôsto médico, mantido

pelo Ministério da Agricultura e destinado a atender exclusivamente aos pescadores colonizados do município. O médico assistente, no entanto, por residir na cidade de Parnaíba, apenas aos domingos dá expediente no pôsto. Em face da precariedade de meios assistenciais de que dispõe a cidade, os seus habitantes, em virtude das proximidades e facilidade de transporte, recorrem a Parnaíba que é dotada de meios suficientes para atender não só à sua população mas também às dos municípios vizinhos.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Censo de 1950 verificou-se a existência de 16 253 pessoas com 5 anos e mais de idade, das quais 2 847, ou seja, 17%, sabiam ler e escrever. Êsse contingente de alfabetizados estava integrado por 1 487 homens e 1 360 mulheres. Das pessoas de 5 anos e mais de idade, residentes na sede municipal, 712 sabiam ler e escrever, sendo 295 homens e 417 mulheres.

Luís Correia colocou-se em 29.º lugar no conjunto dos municípios piauienses, no que se refere à alfabetização de sua população de 5 anos e mais de idade, apresentando a quota de 17,52%, conforme assinalou o Recenseamento de 1950. A cidade, no entanto, obteve colocação francamente expressiva, visto que, figurando em 4.º lugar, como é possível observar-se pela relação abaixo, superou de muito a própria capital do Estado, valendo por isso uma posição honrosa:

Corrente	64,72
Castelo do Piauí	62,84
Buriti dos Lopes	61,85
LUÍS CORREIA	58,12

A percentagem de alfabetização dos habitantes da zona rural contrastou com a verificada na cidade, pois que, atingindo esta a expressiva quota de 58,12%, apresentou-se aquela em nível muito abaixo, ou seja, 14,21%, o que lhe valeu a colocação em 30.º lugar em relação à zona rural dos demais municípios do Estado.

Ensino — Em 1956, existiam 51 estabelecimentos de ensino primário geral, dos quais 9 eram estaduais, 29, municipais, 6, particulares e 7, federais (alfabetização de adultos). A matrícula, naquele mesmo ano, sem incluir a dos estabelecimentos particulares, foi de 2 161 alunos — 1 037 homens e 1 124 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período 1950-1956, as finanças do município atingiram as seguintes cifras:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	269 000	524 000	143 000	78 000	133 000
1951.......	292 000	606 000	263 000	130 000	374 000
1952.......	466 000	523 000	480 000	125 000	280 000
1953.......	526 000	467 000	716 000	83 000	415 000
1954.......	622 000	525 000	582 000	66 000	773 000
1955.......	731 000	847 000	741 000	208 000	701 000
1956 (1)....	...	...	750 000	166 000	750 000

(1) — Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais manifestações populares realizadas no município são de cunho religioso, caracterizando-se pela festa em homenagem a Bom Jesus dos Navegantes, a qual termina no dia 29 de junho com uma procissão a que os habitantes do município emprestam ritual todo diferente, consistindo em colocar-se o santo em uma lancha em determinado ponto da costa — praia da Atalaia —, fazendo o percurso até às proximidades da igreja, seguido de grande massa de fiéis que o acompanham pela praia. A essa tradicional procissão que movimenta quase tôda a população do município, comparece também grande número de pessoas procedentes de outras cidades, notadamente de Parnaíba, por ser a mais próxima. Outro festejo, também de cunho religioso, ocorre no município, no dia 8 de dezembro, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do município, data em que se reúne os fiéis da cidade para assistir à procissão que se realiza naquele dia.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — "Luís-correienses" é a denominação gentílica dada aos habitantes do município.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Luís de Morais Correia*, filho ilustre do município e que lhe deu o nome atual. Foi jornalista emérito, promotor público em Parnaíba, Secretário da Fazenda, catedrático da Faculdade de Direito do Ceará em que recebeu o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1910, e juiz federal no mesmo Estado. Era sócio do Instituto de Ciências e Letras de Pernambuco e da Academia Piauiense de Letras. Colaborou em diversos jornais de Parnaíba e de Teresina e publicou inúmeros trabalhos sôbre jurisprudência, sociologia, política, literatura e filosofia.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Piauí, de Pereira da Costa; "Literatura Piauiense", de João Pinheiro — Imprensa Oficial — 1937; "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada" — Estatística Cultural n.º 5 — 3.ª série — Conselho Nacional de Estatística — I.B.G.E. — 1953; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — III Volume — Papelaria Piauiense — 1923; "Estradas de Ferro do Brasil" — Aspectos gerais e traçado esquemático — I.B.G.E. — Conselho Nacional de Estatística — 1956; "Sinopse Estatística do Município de Luís Correia" — Conselho Nacional de Estatística — 1948.

(Fonte — Arquivo da Agência Municipal de Estatística. Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal. Arquivo do Departamento Estadual de Estatística. — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina e Agente do I.A.P.B.).

LUZILÂNDIA — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — A atual cidade de Luzilândia, situada à margem direita do rio Parnaíba, teve a sua origem em uma fazenda de gado denominada Estreito, fundada no ano de 1870 pelo português João Bernardino de Sousa Vasconcelos. Vinte anos depois aquela fazenda já apresentava grande progresso, transformando-se, com o decorrer dos tempos, num promissor povoado, elevando-o à categoria de vila e sede de município, com a denominação de Pôrto Alegre, o Decreto número 17, de 10 de março de 1890, baixado pelo então Governador do Estado, Taumaturgo de Azevedo, graças aos esforços e influências políticas do coronel João Francisco de Carvalho Filho e do senhor Augusto Gonçalves do Vale.

Com a ajuda de Clarindo de Deus Pires de Carvalho, Bernardo José Monteiro e João Matos dos Santos, os Senhores João Francisco e Augusto do Vale construíram a primitiva igreja-matriz na atual Praça Santa Luzia. Era um templo pequeno, sem tôrre e de sineta colocada em armação de madeira ao lado. Com a construção ampla da bonita igreja atual, foi demolida a primitiva.

Por Decreto número 1 197, de 5 de abril de 1931, mudou-se a denominação de Pôrto Alegre para Joaquim Távora e criou-se a comarca dêste nome, compreendendo, também, o distrito judiciário de Boa Esperança, hoje Esperantina.

A Lei número 12, de 17 de outubro de 1935, fêz voltar a anterior denominação de Pôrto Alegre.

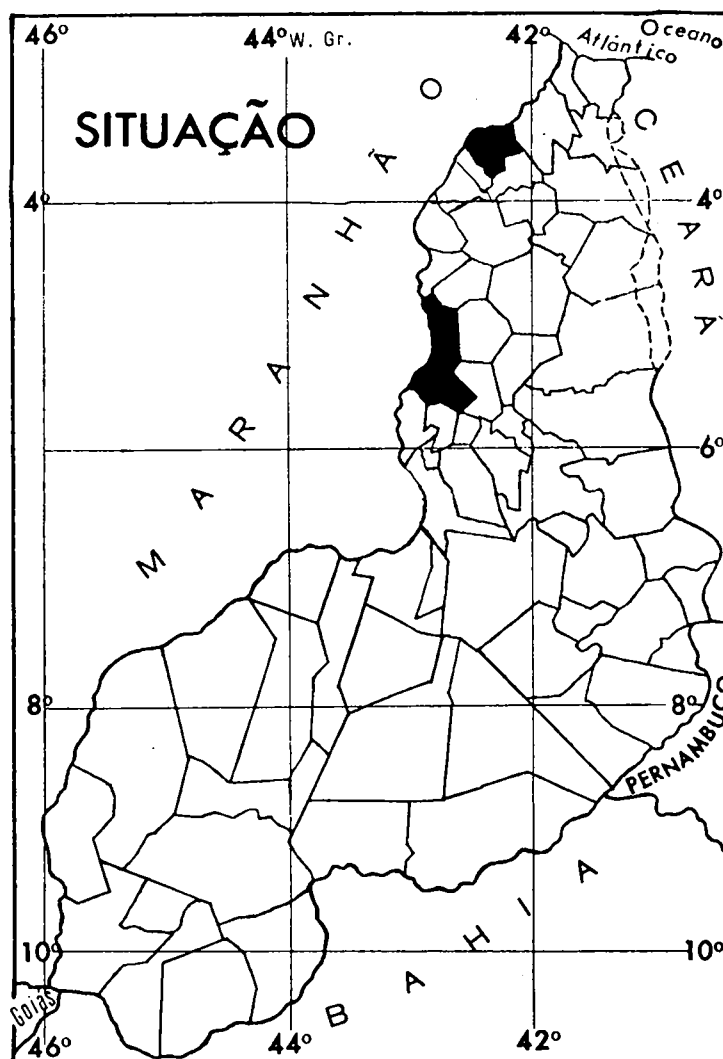
A vila de Pôrto Alegre foi elevada à categoria de cidade por Decreto estadual número 147, de 15 de dezembro de 1938, atendendo às disposições do Decreto federal número 311, de 2 de março do mesmo ano, que, entre outras normas gerais de organização territorial do País, elevou tôdas as sedes municipais de categoria inferior a foros de cidade. A sua inauguração realizou-se a 1.º de janeiro de 1939.

Em virtude do Decreto federal n.º 5 901, de 21 de outubro de 1943, que proíbe a existência de homônimos entre os municípios brasileiros e, pelo fato de a capital do Estado do Rio Grande do Sul possuir, naquela época, topônimo igual, sôbre ela recaiu a preferência da conservação do nome, por ser mais antiga e mais desenvolvida. Foi, então, baixado o Decreto-lei estadual n.º 754, de 30 de dezembro de 1943, mudando o nome de Pôrto Alegre para Luzilândia, denominação dada em homenagem a Santa Luzia, padroeira da cidade.

O município consta atualmente de um único distrito, onde há uma comarca de 2.ª entrância.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. João José Filho e constituída a Câmara Municipal com 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Luzilândia está situado na Zona Fisiográfica do Baixo Parnaíba. Limita com o Estado do Maranhão e os municípios de Buriti dos Lopes, Esperantina e Matias Olímpio. A cidade de Luzilândia localiza-se à margem direita do rio Parnaíba, ficando a 300 quilômetros da capital do Estado, via Campo Maior, ou 264 quilômetros, via José de Freitas e a 184 quilômetros em linha reta. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 3º 26' 00" de latitude Sul, 42º 17' 00" de longitude W. Gr.

Prefeitura Municipal

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 25 metros na sede do município.

CLIMA — A localização do município no vale do Parnaíba contribui para que o clima seja saudável e suas estações regulares. O inverno desenvolve-se no período de dezembro a maio, e o verão, entre junho e novembro.

ÁREA — A área do município de Luzilândia soma 1 303 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são o riacho de Tabaqueiro, que deságua no riacho São Gregório, de maior extensão, o qual, por sua vez, entra em confluência com o riacho Morro do Chapéu para desembocarem na lagoa dos Cajueiros, situada ao nordeste do município; as lagoas Malhadinha, Suçuapara, Mutuns, Sapucaia, das Inhumas, de pequenas superfícies, e a dos Cajueiros, a de maior extensão. Tôdas as lagoas são próximas da margem direita do rio Parnaíba, que banha a região norte e nordeste de Luzilândia, originárias, pois, do transbordamento dêste.

RIQUEZAS NATURAIS — A cêra de carnaúba constitui o principal produto de extração vegetal do município. A apicultura e a piscicultura são também muito desenvolvidas, assim como a caça ao veado que fornece a carne e o couro. A extração mineral limita-se principalmente a argila.

Igreja-Matriz de Santa Luzia

POPULAÇÃO — A população do município de Luzilândia, de acôrdo com o Recenseamento de 1950, era de 24 691 habitantes e tinha a seguinte composição: 12 497 homens e 12 174 mulheres. Do total indicado, 7 838 eram brancos; 864, pretos; 15 980, pardos; e 9 sem declaração de côr. Das 12 991 pessoas presentes de 15 anos e mais de idade, 4 351 eram solteiras; 7 852, casadas; 786, viúvas; e 1, desquitada. Do total indicado, 1 não declarou estado civil. Em religião, predominaram os católicos romanos em número de 24 612; havia também 56 protestantes e 3 espíritas. A densidade demográfica de Luzilândia era de 14 habitantes por quilômetro quadrado. Luzilândia situa-se no 13.º lugar na relação dos municípios mais populosos, com 24 691 habitantes e a cidade em 17.º lugar, com 2 063 pessoas. Localizam-se 92% da população na zona rural. Há equilíbrio entre o total de homens e o de mulheres na população rural que, discrimniada por sexo, oferece os seguintes números: 11 486 homens e 11 142 mulheres.

Aglomerações urbanas — São 4 as aglomerações urbanas do município — a cidade de Luzilândia, com 2 063 habitantes, sendo 1 011 homens e 1 052 mulheres. Dêsse total, entre pessoas de 5 anos e mais de idade, 323 homens e 316 mulheres sabiam ler e escrever, ao passo que 519 homens e 583 mulheres não eram alfabetizados, conforme dados do Censo de 1950; o povoado Mocambinho, com 70 moradias e cêrca de 380 habitantes; o povoado Contendas, com 37 moradias e 200 habitantes aproximadamente; o povoado Formosa, com 65 moradias e a população aproximada de 320 habitantes.

Vista parcial da Praça Santa Luzia (em construção)

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades econômicas da população de Luzilândia são a indústria extrativa de origem vegetal, a lavoura e a pecuária. A indústria extrativa vegetal representada pela extração de cêra de carnaúba constitui importante atividade econômica para o município. Verifica-se também, embora em menor escala, a extração de óleo das amêndoas de tucum e babaçu.

Luzilândia, apesar de não ser um município essencialmente agrícola, apresentou, em 1956, o seguinte movimento na produção de cereais:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	19 000	3 230 000
Milho	» » » »	11 000	1 320 000
Mandioca	Tonelada	4 600	920 000
Feijão	Saco de 60 kg	1 600	640 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	980	245 000

Por êste quadro, nota-se que a cultura do arroz é bem desenvolvida decorrente do aproveitamento das terras alagadiças que provêm da existência de inúmeras lagoas, contribuindo sobremaneira para a economia do município.

O principal centro comprador dos produtos agrícolas é o município de Parnaíba.

A pecuária em Luzilândia é bem desenvolvida. Segundo dados colhidos em 1956, o município contava com 16 000 cabeças de gado suíno, 14 000 caprinos, 8 500 bovinos e 1 900 ovinos, notando-se, pois, uma desenvolvida criação de gado suíno e caprino. Os principais compradores de gado do município são: Parnaíba e Estado do Ceará.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio do município centraliza-se na cidade de Luzilândia, na qual existem 5 estabelecimentos atacadistas e 56 varejistas, mantendo relações com as praças de Sobral (CE), Fortaleza e Recife. O município conta ainda com 2 estabelecimentos industriais com mais de 5 operários.

Há uma agência do Banco do Brasil S. A., que é um privilégio para o comércio local em relação à maioria dos municípios do Estado, que não dispõem de estabelecimentos bancários.

São os seguintes os produtos que com mais freqüência são adquiridos pelo comércio de Luzilândia: açúcar, café, sabão, ferragens, tecidos, louças, combustíveis, bebidas, medicamentos e miudezas em geral.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município dispõe de vias de transporte terrestre e fluvial. A principal via de comunicação é a terrestre, que é constituída exclusivamente de estradas carroçáveis e oferece transporte precário durante a estação invernosa decorrente não só da condição das estradas como dos alagadiços dos transbordamentos dos riachos e lagoas. A via fluvial é comunicação esporádica para o município.

O município de Luzilândia liga-se às cidades vizinhas e à capital do Estado pelas seguintes vias: São Bernardo (MA) — estrada carroçável, 15 quilômetros. Santa Quitéria (MA) — estrada carroçável, via São Bernardo (MA), 48 quilômetros. Magalhães de Almeida (MA) — estrada carroçável, via São Bernardo (MA), 45 quilômetros ou via fluvial, 30 quilômetros. Brejo (MA) — estrada carroçável, via São Bernardo (MA), 78 quilômetros. Matias Olímpio

— estrada carroçável, 48 quilômetros. Esperantina — estrada carroçável, 20 quilômetros. Capital estadual — estrada carroçável até Campo Maior e daí por rodovia, 300 quilômetros, ou, por estrada carroçável, até Barras e daí por rodovia, 264 quilômetros. Possui um campo de pouso.

Conta o município uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Luzilândia tem uma área de 50 000 metros quadrados da qual 10 000 metros quadrados são pavimentados com pedras irregulares constituindo um total de 9 ruas. É servida por energia elétrica fornecida pela Prefeitura Municipal, existindo 282 ligações domiciliares. Há duas pensões na cidade, as quais cobram diária de Cr$ 80,00. Existem 4 jipes e 6 caminhões na sede do município e o registro de veículos na Prefeitura não é obrigatório.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade, em relação ao seu contingente populacional, está bem protegida, pois a população dispõe de 3 farmácias, 1 médico, 2 dentistas, 1 pôsto de puericultura e 1 pôsto de higiene.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 indicou a existência de 20 273 pessoas de 5 anos e mais de idade, sendo que 3 097, ou seja, 15,3%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 1 885, ou 9,3%, eram homens e

Vista parcial da Rua 23 de Julho

1 212, ou 6%, eram mulheres. Na sede do município, o total das pessoas de 5 anos e mais de idade era de 1 741, do qual 639 sabiam ler e escrever, sendo 323 homens e 316 mulheres.

A percentagem de alfabetização em todo o município é de 15,28% enquadrando-o em relação aos outros em 35.º lugar. Na sede a percentagem é de 36,7%, ficando colocada em 45.º lugar. Na zona rural atinge 13,26%, colocando-se em 32.º lugar.

Ensino — De acôrdo com os dados de 1956, funcionaram na sede e em todo o município 32 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 856 alunos. Dêsse total, 1 005 eram homens e 851 eram mulheres. Dentre as 32 escolas existentes em todo o município 3 eram estaduais; 22, municipais; 3, particulares; e 4, cursos supletivos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	315 000	1 348 000	396 000	355 000	451 000
1951	372 000	2 241 000	682 000	445 000	650 000
1952	342 000	2 089 000	712 000	318 000	720 000
1953	477 000	2 072 000	961 000	440 000	1 140 000
1954	502 000	2 206 000	817 000	292 000	783 000
1955	646 000	2 230 000	927 000	355 000	928 000
1956 (1)	492 000	2 500 000	825 000	363 000	825 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As manifestações religiosas do povo comemoram-se, como nos demais municípios, através de procissões tradicionais, entre as quais podemos citar as de São José e Santa Luzia realizadas, respectivamente, nos dias 19 de março e 13 de dezembro. Aglomeram-se nesses dias não só os habitantes locais da sede, como os dos povoados próximos para acompanharem a imagem do santo pelas ruas da cidade.

Há durante as festas juninas, a "Dança do Boi", tradicional diversão que a gente simples da região realiza todos os anos. De eventos ligados à vida do vaqueiro, a "Dança do Boi" caracteriza-se pelo burlesco dos trajos multicores, o canto e os versos simples adulterados pelo uso dos tempos. Ao aproximar-se a época dos festejos juninos, cêrca de 15 dias, caboclos reúnem-se para os ensaios da "Dança do Boi" e, ao chegar o dia de São João, sai à frente um dos componentes do grupo debaixo de um casco em forma de boi, muito enfeitado de fitas, espelhos e os mais diversos adornos, pulando ao compasso dos maracás e cuícas executados pelos outros que o seguem logo atrás, cantando músicas típicas cujos versos se referem à vida do vaqueiro.

VULTOS ILUSTRES — O município de Luzilândia tem um filho que se destacou, na vida pública do País. Trata-se de *Murilo Braga*, formado em Direito. Exerceu diversos cargos de confiança do Govêrno Federal e foi Diretor do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes de Luzilândia adotam o gentílico "luzilandenses".

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Piauí" — Pereira da Costa; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais — 1939 — Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; "Decretos e Resoluções do Piauí" — 1889-1891; "Coletânea das Leis e Decretos e Constituição do Piauí"; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Luzilândia; "O Piauí no Centenário de Sua Independência" — Vol. IV — 1923; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí.

(Fonte — Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Luzilândia. O Piauí no Centenário de Sua Independência — Vol. IV — 1923. Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. — Elaboração do Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina, e Agente do I.A.P.B.).

MATIAS OLÍMPIO — PI

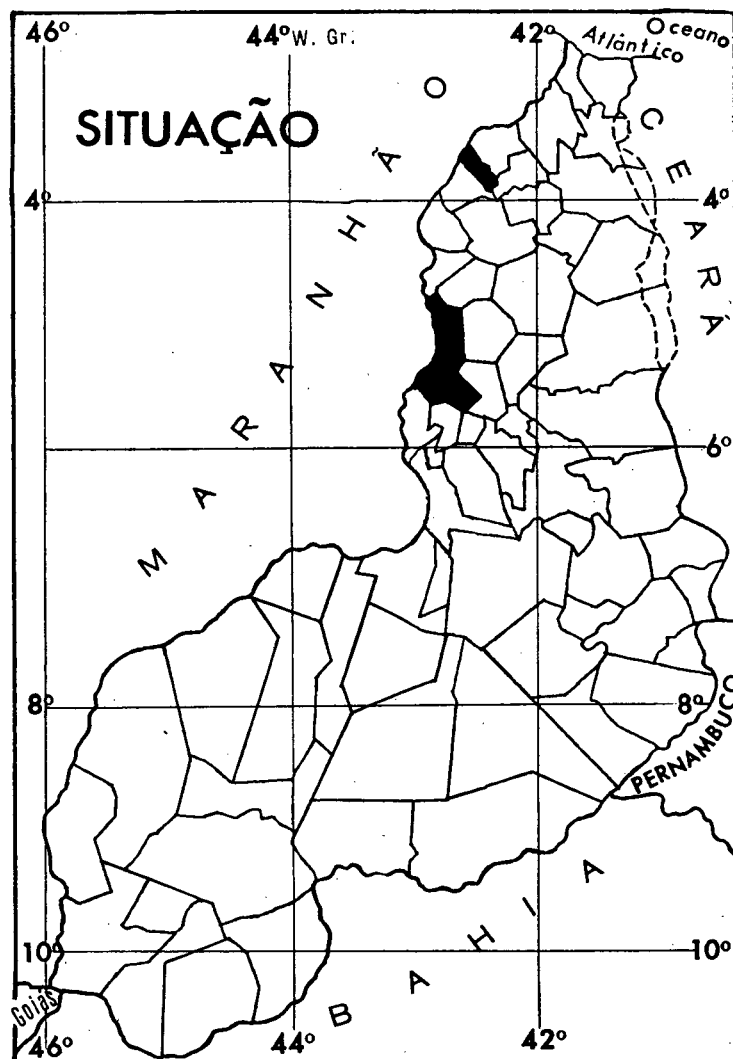
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Matias Olímpio, antigo arraial do Saco (nome tomado da sua situação topográfica, do lugar que é cercado de morros com apenas uma saída livre para o norte), teve, como primeiros habitantes, segundo consta, descendentes de cearenses e mestiços, isto por volta de 1900. Em 1910, teve o seu primeiro comerciante, José Ferreira Franco, já se notando, também, com abastança, alguns de seus habitantes, dentre os quais se destacavam José de Sousa, Manoel Liarth da Cruz, Frutuoso Liarth da Cruz, Vicente de Amorim e outros. Em 1924, instalou-se o seu segundo comerciante, Moisés de Sena Percy, com grande comércio e fábrica de beneficiamento de arroz, descaroçamento e ensacamento de algodão. Em 1925, Moisés Percy, José Ferreira e Manoel Liarth adquiriram 14 braças de terras onde hoje se acha encravada a cidade e as doaram a São Miguel.

No Govêrno do Dr. Matias Olímpio de Melo, no ano de 1925, o arraial do Saco foi elevado à categoria de povoado, com a denominação de Matias Olímpio, em homenagem ao Governador. Foi criada nessa época uma agência da Prefeitura, outra estadual e ainda a subdelegacia de polícia, tôdas dependentes do município de Luzilândia. Por ato do Prefeito Municipal de Luzilândia, datado do ano de 1950, foi criada uma subprefeitura com podêres para empregar o valor da arrecadação em benefício do povoado. Pela Lei estadual n.º 894, de 29 de outubro de 1953, foi o povoado de Matias Olímpio elevado à categoria de município autônomo com a mesma denominação. O município consta atualmente de um distrito judiciário subordinado à comarca de Luzilândia, em que funcionam 1 Juiz de Paz, 2 Suplentes, 1 Adjunto de Promotor e 1 Escrivão do Registro Civil. A presente legislatura foi instalada em 1955, tendo sido empossado no cargo de Prefeito o Senhor Francisco Augusto Maia, no de vice-Prefeito o Senhor Manoel Antônio de Oliveira, constituindo-se a Câmara com 5 vereadores.

Os habitantes do município denominam-se matienses.

Prefeitura Municipal

LOCALIZAÇÃO — A sede de Matias Olímpio demora a 279 quilômetros da capital do Estado ou a 157 quilômetros em linha reta. Pertence à Zona Fisiográfica do Baixo Parnaíba. Limita-se com os municípios de Pôrto, Esperantina, Luzilândia e Estado do Maranhão.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

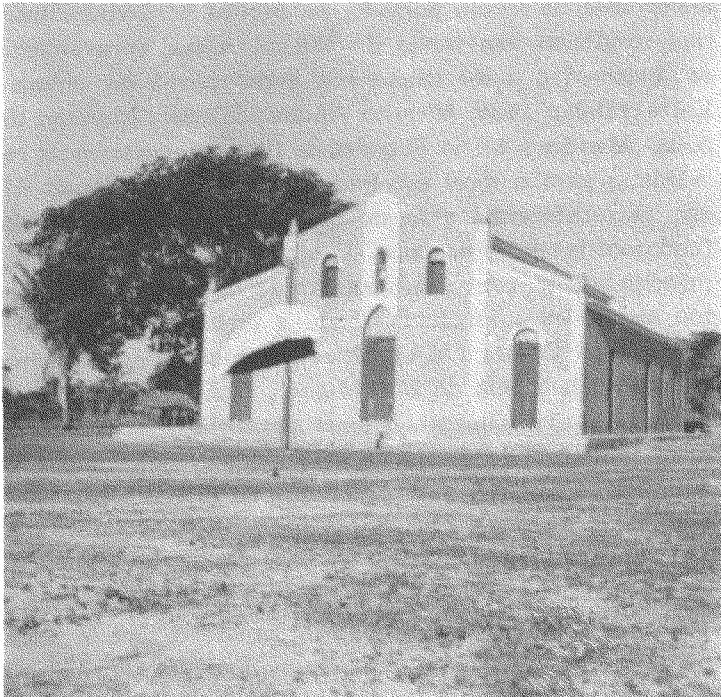
CLIMA — Quente, com invernos menos secos. O calor é mais intenso nos meses de setembro, outubro e novembro.

ÁREA — É de 333 quilômetros quadrados. Coloca-se o município entre os de menor área no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal é o rio Parnaíba, que lhe serve de limite com o Estado do Maranhão, destacando-se também as lagoas Maria Paz e Ininga.

RIQUEZAS NATURAIS — São bem escassas as riquezas naturais do município. Em pequena escala encontram-se: carnaubais, babaçuais, tucunzais, jaborandi, no reino vegetal; argila para fabricação de telhas e tijolos, no reino mineral; peixes e animais silvestres para as riquezas do reino animal.

POPULAÇÃO — A população do município, recenseada juntamente com a de Luzilândia, no Censo de 1950, foi então calculada em 10 500 habitantes.

Aglomerações urbanas — O município conta, atualmente, com apenas um núcleo urbano: o da sede, com aproximadamente 1 000 habitantes, se bem que poderia ainda ser citado, como núcleo urbano do município, o povoado Ala-

Igreja-Matriz de São Miguel Arcanjo

gadiço, no qual se acham 56 moradias com cêrca de 300 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município de Matias Olímpio são a agricultura, a pecuária e a extração da cêra de carnaúba e do óleo do côco-babaçu.

Agricultura — O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas do município, em 1956, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Algodão em caroço	Arrôba	750	48 750
Arroz com casca	Saco de 60 kg	5 500	1 100 000
Mandioca	Tonelada	1 100	187 000
Feijão	Saco de 60 kg	350	140 000

Grupo Escolar Rural

Os principais centros consumidores dêsses produtos agrícolas são a capital do Estado, os municípios de Luzilândia, Parnaíba, Campo Maior e, em menor escala, o Estado do Ceará.

Pecuária — O número de cabeças de gado existentes no município atinge 1 300 bovinos, 3 200 suínos, 550 ovinos e 5 500 caprinos.

A indústria, apesar de inexpressiva, apresentou, em 1956, a seguinte produção: farinha de mandioca — 82 200 quilogramas, no valor de Cr$ 243 300,00; polvilho de mandioca — 9 750 quilogramas, estimados em Cr$ 38 600,00; cêra de carnaúba — 7 105 quilogramas, correspondendo a Cr$ 356 675,00; rapadura — 23 500 quilogramas, avaliados em Cr$ 141 000,00; aguardente de cana — 19 000 litros, valendo Cr$ 114 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio da sede municipal dispõe de 14 estabelecimentos varejistas, que mantêm tran-

Vista parcial da Praça São Miguel

sações com as praças de Luzilândia, Teresina, Parnaíba, Barras, Campo Maior, e ainda com as de Sobral (CE), Quixadá (CE), Fortaleza e Recife. O comércio local importa tecidos, ferragens, louças, bijuterias, produtos farmacêuticos, secos e molhados, miudezas em geral e outras utilidades.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Possui o município de Matias Olímpio algumas estradas carroçáveis por onde circulam suas riquezas. Comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Luzilândia — estrada carroçável — 48 quilômetros. Pôrto — estrada carroçável — 36 quilômetros. Esperantina — estrada carroçável — 60 quilômetros. Brejo (MA) — estrada carroçável — 25 quilômetros. Capital do Estado — estrada carroçável até Barras, onde atinge a que passa por José de Freitas, num percurso total de 176 quilômetros. O único meio de comunicação existente na sede municipal é uma Agência Postal-telefônica mantida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

34 — 24 931

ASPECTOS URBANOS — Não se podem oferecer dados positivos sôbre a população de Matias Olímpio, por ter sido elevado à categoria de cidade após a realização do Censo de 1950. Calcula-se, no entanto, em 1 000 habitantes a sua população atual. Existem duas pensões com uma diária média de Cr$ 50,00, e 5 logradouros públicos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não há farmácia no município, sendo, por isso, adquiridos remédios em estabelecimentos que incluem, no seu ramo de negócio, a venda de drogas.

ENSINO — Funcionaram, em 1956, na cidade e no resto do município, 21 unidades de ensino primário fundamental comum, sendo 17 municipais e 4 estaduais. O movimento de matrícula está representado por 782 alunos — 410 homens e 372 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	...	537 903	603 368	86 890	454 831
1956.......	...	...	456 800	100 800	456 800

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — A principal cerimônia popular realizada no município é a festa do padroeiro, São Miguel Arcanjo. Inicia-se a 19 de setembro com o levantamento de um mastro, fincado ao solo. É uma tradição que remonta aos primeiros tempos coloniais, e comum no interior de alguns Estados. A festa encerra-se a 29 com uma procissão bem concorrida.

(Fontes — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí. Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Matias Olímpio. — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Dr. Celso Barros Coelho, professor do curso secundário, advogado e funcionário autárquico).

MIGUEL ALVES — PI

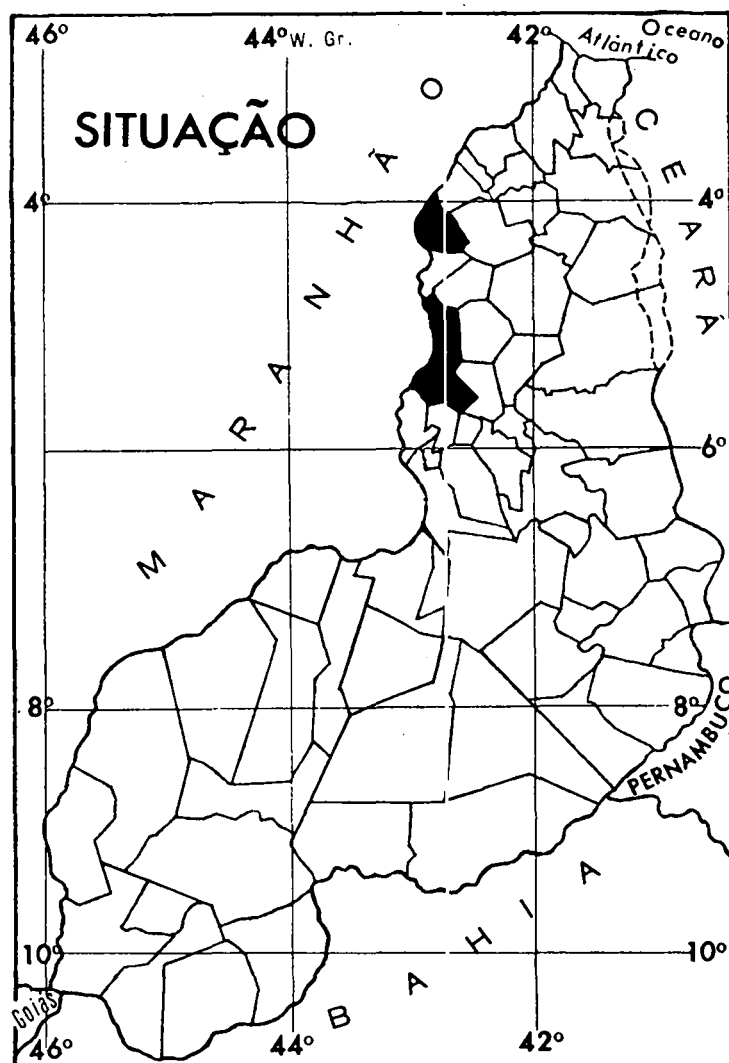
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — No começo do século XIX, o cearense Miguel Alves, castigado pela sêca, estabeleceu-se na área da cidade que recebeu o seu nome. Especialista no fabrico de fumo em corda, cultivando as "vazantes" do rio Parnaíba, acumulou economias e atraiu a presença de moradores que se espalharam pelas várzeas, matas e pequenos campos. Quando os "balaios" invadiram o território piauiense, em 1839, travaram renhidos combates nos lugares denominados Lagoa do Meio, Remanso do Frade, Curral Velho, Matas do Egito, enfrentando as fôrças locais dirigidas pelo miguel-alvense Antônio de Sousa Mendes, que conquistou o pôsto de capitão. Outros combates foram travados nos lugares conhecidos como Pedras do Fogo e Conceição.

A fertilidade do solo, próprio para qualquer agricultura e, especialmente, para a criação de gado, prendeu as atenções de várias famílias que, antes de tudo, encontravam navegação no rio Parnaíba. Surgiram então as primeiras fazendas de gado. De 1875 a 1877, em conseqüência da maior sêca do século passado, imigrantes nordestinos fixaram residência nas terras de Miguel Alves, aproveitando os "baixões" e áreas ribeirinhas para cultivo de cereais. Entre 1880 e 1885, Ricardo Antônio Xavier, Mariano de Sousa Mendes e Lúcio Ferreira da Silva mudaram suas residências para o local escolhido pelo lavrador Miguel Alves. Estabeleceram casa de comércio, adquiriram terras, fundaram fazendas de gado. O plantio do fumo e algodão, principalmente, com a incrementação da lavoura, apresentou resultados animadores, sendo a produção vendida em Parnaíba e Caxias (MA). Êles levantaram os primeiros edifícios e a capela de São Miguel. Com êsse aspecto de povoado em crescimento, o lugar passou a constituir o terceiro distrito policial da vila de União. A Lei n.º 636, de 11 de julho de 1911, deu ao povoado de Miguel Alves a denominação de vila e distrito judiciário. Em 24 de maio de 1912, o Dr. Luís da Silva Nogueira, Juiz de Direito da comarca de União, instalou o município de Miguel Alves. Abriram-se novas perspectivas de progresso, sob a administração do intendente municipal Torquato Tôrres, que governou até 1924. A Lei número 996, de 20 de julho de 1920, criou a comarca de Miguel Alves, com jurisdição no têrmo de Pôrto, antigo Marruás, recebendo como Juiz de Direito o Dr. Simplício de Sousa Mendes, nomeado pelo Decreto número 753, de 23 de outubro de 1920. A instalação da comarca ocorreu no dia 15 de novembro do mesmo ano. A Lei estadual número 1 088, de 7 de julho de 1924, concedeu foros de cidade à sede do município. O município de Miguel Alves teve como Prefeito, de 1937 a 1945, os Senhores tenente Cosme de Sousa Lima, tenente José Augusto Nunes, major Alcides Gomes da Silva, Joaquim Dias de Santana, José Francisco de Santana e Raimundo Miguel de Freitas Santos. Nos quatriênios de 1946-1949 e 1950-1953, foram Prefeitos Municipais, respectivamente, os Senhores Aderson de Castro Soares e José Rebêlo do Rêgo. Na legislatura de 1955, elegeram-se o Prefeito, Sr. José Teixeira Filho, e cinco vereadores municipais.

Prefeitura Municipal

LOCALIZAÇÃO — O município de Miguel Alves está situado na Zona Fisiográfica do Baixo Parnaíba, limitando-se com as unidades municipais de Pôrto, Barras, União e o rio Parnaíba. A sua sede dista 102 quilômetros da capital do Estado, em linha reta, 133 quilômetros pela carroçável até União e daí por via rodoviária até Teresina, apresentan-

do as seguintes coordenadas geográficas: 4° 10' 00" de latitude Sul e 42° 56' 00" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município tem altitude de 34 metros, sendo uma das mais baixas do Estado.

CLIMA — Quente, apresenta as seguintes médias, em graus centígrados: das máximas — 35; das mínimas — 26; compensada — 28.

ÁREA — O município tem a área de 1 388 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Miguel Alves é, em geral, plano. Não há montanhas, mas serrotes cobertos de árvores e farta vegetação. No que tange ao prisma hidrográfico, o município apresenta-se banhado pelo rio Parnaíba que lhe serve de limite com o Estado do Maranhão. Pequenos riachos cortam o município na época invernosa, pois seus cursos d'água são transitórios. Como acidentes de menor importância aparecem o riacho das Piranhas, lagoas da Porta e Pé do Morro.

RIQUEZAS NATURAIS — A extração de cêra de carnaúba, amêndoas de babaçu e nozes de tucum constitui a principal riqueza do município. No setor mineral aparece a pedra calcária para extração de cal. Veado, paca, caititu, teiú, jibóia e peixe são fontes de riquezas do município.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, Miguel Alves tinha 21 818 habitantes: 10 981 homens e 10 837 mulheres, com 4 809 brancos, 1 330 pretos e 15 656 pardos. Não declararam a côr 23 pessoas. Dos 11 638 habitantes com 15 anos e mais de idade, 3 949 eram solteiros, 6 920 casados, um homem desquitado e 737 viúvos, não mencionando o estado civil 31 pessoas. Na população municipal, havia 21 723 católicos apostólicos romanos, 2 protestantes, 12 espíritas, 15 sem religião e 66 recenseados não declararam religião. A densidade demográfica era de 15 habitantes por quilômetro quadrado. Da população do município, 84,61% localizavam-se na zona rural, ou seja, 8 758 homens e 8 634 mulheres, cuja percentagem é superior à média do Estado. Entre os municípios mais populosos, Miguel Alves ocupa o 18.° lugar e sua sede, o 6.° lugar. A colocação pela ordem decrescente da população citadina é a seguinte:

Teresina	51 418	habitantes
Parnaíba	30 174	habitantes
Floriano	9 101	habitantes
Campo Maior	6 992	habitantes
Picos	4 568	habitantes
MIGUEL ALVES	4 426	habitantes

Aglomerações urbanas — O município só possui a sede como núcleo urbano, com 4 426 habitantes, sendo 2 223 homens e 2 203 mulheres. Dêsse total, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 387 homens e 314 mulheres sabiam ler e escrever, enquanto 1 445 homens e 1 511 mulheres não eram alfabetizados, de conformidade com o Censo de 1950, com a seguinte discriminação: 4,40% no qua-

Igreja-Matriz de São Miguel Arcanjo

dro urbano, 10,99% no suburbano e 84,61% no quadro rural.

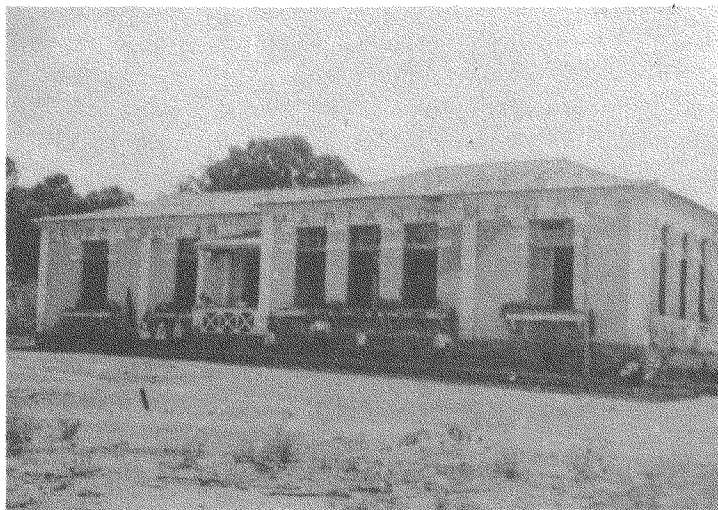
ATIVIDADES ECONÔMICAS — São desenvolvidas na agricultura e pecuária, no comércio e na extração da cêra de carnaúba e amêndoas de babaçu.

Agricultura — Sua produção é vendida para Teresina, Parnaíba, Campo Maior, Sobral (CE) e outras cidades cearenses. Em 1956, o município apresentou a seguinte produção agrícola:

PRODUTOS	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca.........	Saco de 60 kg	35 000	6 300 000
Milho..................	» » » »	18 300	3 294 000
Mandioca................	Tonelada	14 800	2 960 000
Cana-de-açúcar..........	»	1 800	188 800
Feijão..................	Saco de 60 kg	30	5 400

Pecuária — Ocupa posição de destaque no município de Miguel Alves, que está colocado no 9.º lugar do Estado, em bovinos. O gado, em geral, é vendido para Teresina, Campo Maior, Barras, Fortaleza e Sobral (CE). Cabeças existentes em 1956, no município: 27 687 bovinos, 28 320 suínos, 4 350 ovinos e 32 540 caprinos.

Indústria — Obedece aos processos de produção de cêra de carnaúba, da farinha de mandioca, polvilho de mandioca, bôrra de cêra de carnaúba, rapadura e aguardente de cana, conforme o registro industrial de 1956: 417 770 quilogramas de farinha de mandioca — Cr$ 1 298 370,00; 81 460 quilogramas de polvilho de mandioca — .... Cr$ 325 958,00; 29 050 quilogramas de cêra de carnaúba — Cr$ 1 011 060,00; 5 484 quilogramas de bôrra de cêra de carnaúba — Cr$ 90 287,00; 17 300 quilogramas de rapadura — Cr$ 103 800,00; 88 824 litros de aguardente de cana — Cr$ 887 940,00.

COMÉRCIO — Na sede do município há 4 estabelecimentos atacadistas e 12 varejistas. O Comércio mantém transações com Teresina, Parnaíba e Campo Maior, no Piauí,

Grupo Escolar Mariano Mendes

Fortaleza e Sobral, no Ceará, e Recife, importando tecidos, louças, ferragens, conservas, café, açúcar, querosene e sabão.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Miguel Alves é servida por vias carroçáveis e navegação a vapor do rio Parnaíba. Liga-se com os municípios de Pôrto por estrada carroçável, 51 quilômetros, e linha fluvial, 60 quilômetros; de Barras por estrada carroçável, 78 quilômetros, de União por estrada carroçável, 67 quilômetros, e fluvial, 90 quilômetros; de Duque Bacelar (MA) por via varroçável, 6 quilômetros ou fluvial, 7 quilômetros; de Coelho Neto (MA) por estrada carroçável, 18 quilômetros, via Duque Bacelar, ou fluvial, 24 quilômetros; de Teresina por estrada carroçável até União e em seguida através de rodovia, no total de 133 quilômetros, ou fluvial, 180 quilômetros. Na cidade há um campo

Mercado Público Municipal

de pouso e uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A sede do município é servida por iluminação elétrica, fornecida pela Prefeitura, com 184 ligações domiciliares, 2 hotéis com diária média de Cr$ 60,00 e um caminhão. Apresenta 21 logradouros públicos: 16 ruas, travessas e becos, 4 largos e praças e uma avenida. Na pequena elevação do centro da cidade foi construído o templo religioso.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um socorro farmacêutico e um dentista prestam assistência à população do município.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo elementos do Recenseamento Geral de 1950, foram recenseados 17 970 habitantes com idade igual ou superior a 5 anos. Do total em aprêço, apenas 1 971 sabiam ler e escrever, correspondendo a 11%, sendo 1 162 homens (6,5%), 800 mulheres (4,5%). Na sede municipal foram recenseadas 3 675 pessoas com a idade acima mencionada, sendo que apenas 701 sabiam ler e escrever, correspondentes a 387 homens e 314 mulheres. Na percentagem de alfabetização, o município de Miguel Alves ocupa o 48.º lugar, com 10,97% da média do Estado. A sede colocou-se em posição quase equivalente, pois ficou classificada em 49.º lugar, com 19,17%, e zona rural no 47.º lugar, com 8,8%.

Ensino — Em 1956, o município dispunha de 46 unidades escolares de ensino primário geral, sendo 40 de ensino primário fundamental comum e 6 de ensino supletivo. Das escolas em aprêço, 11 eram estaduais, 26 municipais, 3 particulares e 6 supletivas. A matrícula dos estabelecimentos oficiais atingiu 1 534 alunos, sendo 822 homens e 712 mulheres.

Agência Postal-Telegráfica

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	96 669	449 450	785 215	214 179	740 293
1951	98 600	821 058	556 606	280 134	536 310
1952	209 628	818 079	619 153	251 893	481 001
1953	134 084	820 085	757 196	281 390	527 191
1954	214 198	827 798	810 869	340 531	870 944
1955	267 186	885 948	895 332	327 054	932 450
1956 (1)	...	...	1 050 030	417 212	734 370

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — A principal manifestação popular que se verifica no município é de cunho religioso, caracterizando-se pelos festejos que são realizados em homenagem a São Miguel Arcanjo, padroeiro do lugar, que terminam no dia 29 de setembro, com missa solene e procissão.

VULTOS ILUSTRES — Dr. Miguel Ximenes de Melo, bacharel em Direito e ex-Governador do Território do Acre; Dr. Clidenor de Freitas Santos, médico psiquiatra, construtor e diretor do Sanatório Meduna, um dos mais bem aparelhados do Nordeste.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A tôrre da igreja de São Miguel, na sede do município, tôda construída de bronze, pelo padre alemão Francisco Goeres, aparece como um marco digno de nota, uma vez que é a única no gênero, existente no Piauí. Os habitantes do município de Miguel Alves chamam-se miguel-alvenses.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" — Pereira da Costa — Pernambuco — 1909; "O Piauí no Centenário de Sua Independência" — Vol. IV — Teresina — 1923; "Sinopse Estatística do Município de Miguel Alves" — Conselho Nacional de Estatística — 1948; Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — D.E.E. do Piauí — 1939.

(Fontes — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí. Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Miguel Alves. — Elaboração do Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino, funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Agente do I.A.P.B.).

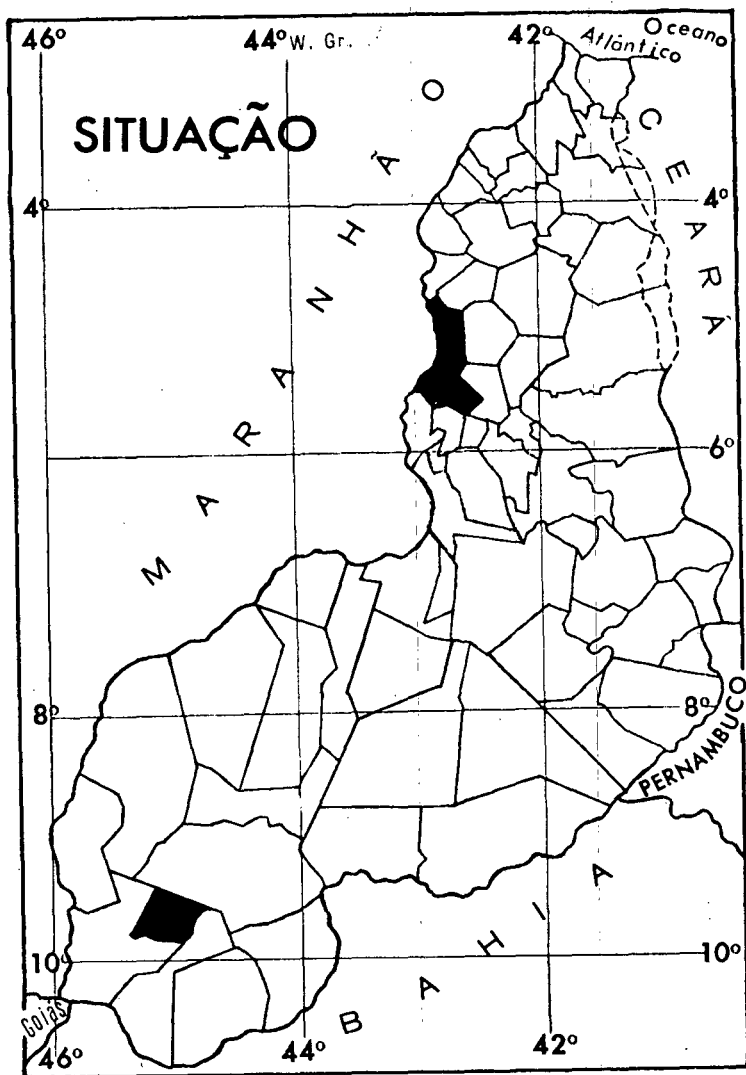
MONTE ALEGRE DO PIAUÍ — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — A história de Monte Alegre do Piauí data de pouco antes do ano de 1945. Naquela época, Monte Alegre nada possuía de melhoramento senão 2 casebres cobertos de palha pertencentes à família Romãos. Em 1946, provàvelmente em agôsto, o garimpeiro profissional João Néri descobriu uma rica mina diamantífera no local onde hoje se encontra a cidade de Monte Alegre do Piauí. Outras minas foram descobertas e surgiram garimpos de diamantes e carbonados dos melhores tipos. A partir dessa época, após a propagação da notícia da existência de diamantes, inicia-se o povoamento do atual município, com a chegada de garimpeiros procedentes dos Estados vizinhos, destacando-se os baianos, gente intrépida e bastante versada em pesquisas de minério. Inicialmente, os garimpeiros, gente audaz porém ordeira, se localizaram na cidade de Gilbués, por oferecer clima ameno e água salutar. Mas depois, tendo as autoridades municipais proibido que construíssem casas nas zonas urbanas e suburbanas da cidade, por serem considerados nômades, mudaram-se para Monte Alegre, contribuindo assim para o crescente desenvolvimento da localidade. Naquela época o diamante era encontrado em abundância e apanhado com grande facilidade. O primeiro despacho oficial de diamante dessa região verificou-se nos primeiros dias de setembro de 1946. Com o seu rápido povoamento, conquistou a localidade a categoria de povoado. Devido ao seu vertiginoso progresso e desenvolvimento comercial, foi desmembrado do município de Gilbués, passando a ter território patrimonial autônomo pela Lei municipal n.º 14, de 27 de fevereiro de 1954, sancionada pelo Prefeito Deocleciano José de Santana. Sua instalação se verificou a 30 de junho do mesmo ano, sendo seu primeiro prefeito o Senhor Herculano de Andrade Negrão. O município de Monte Alegre do Piauí está fadado a grandes progressos, pois que, datando de pouco tempo o início de seu povoamento, já é detentor do maior centro comercial do sul do Estado. A cidade, em seu perímetro urbano, já possui cêrca de 3 000 habitantes. O município consta atualmente de 1 distrito judiciário subordinado à comarca de Gilbués, onde há 1 Juiz de Paz e 2 Suplentes, 1 Adjunto de Promotor e 1 Escrivão do Registro Civil. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Senhor Elias Tôrres Guimarães, e constituída a Câmara Municipal com cinco vereadores.

Prefeitura Municipal

Aos habitantes do município dá-se o nome de monte-alegrenses.

LOCALIZAÇÃO — O município pertence à Zona Fisiográfica do Planalto e limita-se com Bom Jesus, Corrente e Gilbués. A sede do município de Monte Alegre do Piauí está situada a 768 quilômetros da capital do Estado e 577 em linha reta, sendo um dos mais distantes.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima do município é um dos mais sadios do Estado, o que se explica pela sua relativa altitude. O inverno começa em outubro ou novembro e prolonga-se até abril ou maio, diferentemente do que ocorre com os municípios do norte do Estado.

ÁREA — A área da comuna é de 2 158 quilômetros quadrados, colocando-se entre as de extensão territorial mediana.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico local é o rio Gurguéia que lhe serve de limite com os municípios de Gilbués e Corrente. A serra dos Patos, lagoa do Boqueirão, lagoa Salinas e lagoa Pedra Furtada aparecem em plano inferior. A região é cortada por pequenos rios e riachos que secam no verão.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Monte Alegre do Piauí é um dos mais importantes em riquezas naturais, registrando-se com real valor a produção diamantífera que lhe dá posição privilegiada dentro do Estado. Sobressaem também a argila, matéria-prima para fabricação de telhas e tijolos, o buriti, o pequi como frutas oleaginosas de grande aceitação, a mangabeira, o pau-d'arco, a tabatinga e o cedro. O veado e caititu são encontrados em larga escala.

POPULAÇÃO — O município de Monte Alegre do Piauí pertencia ao de Gilbués, por ocasião do Recenseamento Geral operado em 1950. Desmembrado, posteriormente, para constituir-se com vida própria e existência jurídica, sua população foi então calculada em 6 028 habitantes.

Aglomerações urbanas — Encontra-se apenas um núcleo urbano, o da sede, com cêrca de 3 000 habitantes. Dêstes, grande maioria é formada de forasteiros.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constituem atividades fundamentais à economia do município: a extração de minérios (diamantes e carbonados), a agricultura e a pecuária. Em 1956, a produção extrativa de origem mineral atingiu os seguintes números: Diamantes 800 gramas, no valor de Cr$ 5 200 000,00; carbonados 384 gramas, valendo Cr$ 786 000,00.

Agricultura — Não é das mais promissoras pois sua produção não atende a 2/3 da população que se vê assim na contigência de importar de outras praças produtos para seu próprio consumo. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região foram, em 1956, os seguintes:

PRODUTOS	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	10 000	1 200 000
Milho	» » »	3 000	450 000
Feijão	» » »	570	142 500
Mandioca	Tonelada	360	43 200

Pecuária — A pecuária tem relativa importância na economia do município. O gado, além de bastar ao consumo local, é ainda exportado para os Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia. A pecuária, em Monte Alegre do Piauí, apresenta-se com os seguintes efetivos: 10 000 bovinos, 15 000 suínos, 2 800 ovinos e 2 000 caprinos. Outros produtos de transformação, não menos expressivos, contribuem para o refôrço da economia municipal e apresentam os dados abaixo discriminados: rapadura — 40 740 quilogramas, no valor de Cr$ 325 926,00; farinha de mandioca — 38 750 quilogramas, correspondendo a Cr$ 116 250,00; aguardente de cana — 3 000 litros, estimados em Cr$ 45 000,00; polvilho

Vista parcial da Rua Baiana

Grupo Escolar José de Anchieta

de mandioca — 10 250 quilogramas, valendo Cr$ 38 750,00. Das atividades básicas à economia da comuna, aparecem como de maior importância a produção de minérios, o diamante e os carbonados.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é representado por 45 estabelecimentos entre atacadistas e varejistas. O comércio atacadista caracteriza-se pela compra e venda de produtos regionais e desenvolve-se em pé de igualdade com o comércio a varejo, ambos mantendo transações com as praças de Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e São Luís, das quais importa tecidos, ferragens, miudezas, açúcar, café, sal, etc. O desenvolvimento do comércio local deve-se às exportações de diamantes e carbono, principais fatôres do progresso do município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Por ser dos mais distantes e de difícil acesso, o município está servido apenas por duas estradas carroçáveis que se tornam intransitáveis no período do inverno, criando, assim, sérios problemas na movimentação e circulação das riquezas regionais. A primeira, com 12 quilômetros, faz a ligação com Gilbués. A segunda vai até Bom Jesus e mede 180 quilômetros. Meios de comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Corrente — estrada carroçável, 106 quilômetros; Parnaguá — estrada carroçável, 132 quilômetros; Santa Filomena — estrada carroçável, 162 quilômetros. Com a capital do Estado — por estrada carroçável até Floriano e daí através de rodovia até Teresina, 768 quilômetros, ou carroçável até Gilbués, 12 quilômetros e daí por via aérea, 725 quilômetros, num total de 737 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — A sede do município tem, aproximadamente, 3 000 habitantes; as ruas não são pavimentadas, não possui água canalizada, nem rêde de esgotos. A cidade é iluminada e dispõe de 60 ligações elétricas domiciliares fornecidas pela Prefeitura Municipal. Possui duas pensões com uma diária média de Cr$ 70,00. Sendo um dos mais novos municípios piauienses de criação posterior ao Recenseamento Geral de 1950, não é possível oferecer dados mais positivos sôbre seus aspectos urbanos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas uma farmácia serve à população local, sendo, destarte, o único estabelecimento de assistência sanitária do município.

ENSINO — No decorrer do ano de 1956, funcionaram no município 16 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, sendo 8 municipais, 7 estaduais e 1 particular, com um movimento de matrícula de 629 alunos, sendo 318 do sexo masculino e 311 do sexo feminino. As unidades supletivas, em número de 3, apresentaram matrícula de 228 alunos, com 164 do sexo masculino e 64 do feminino.

FINANÇAS PÚBLICAS —

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	...	51 559	40 916	40 916	31 759
1956 (1)	...	...	728 702	95 892	486 750

(1) Orçamento.

(Fontes — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí. Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Gilbués. — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Dr. Celso Barros Coelho, professor, advogado e funcionário autárquico).

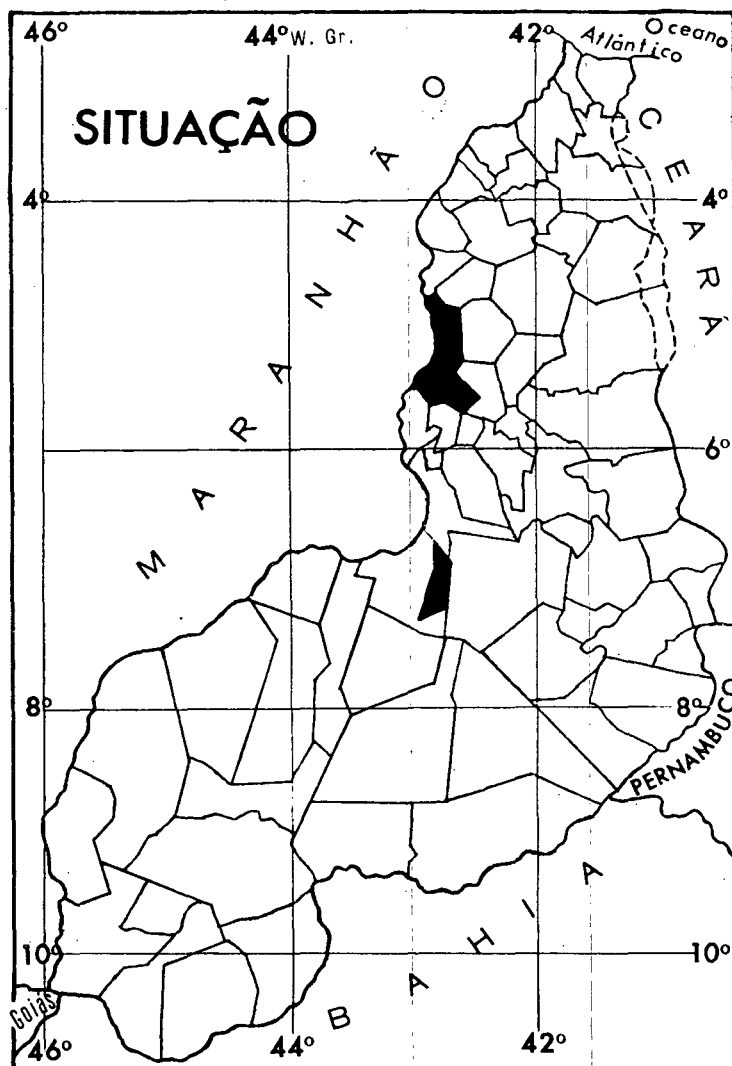
NAZARÉ DO PIAUÍ — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Nazaré do Piauí foi recentemente desmembrado do de Floriano, não se tendo notícias precisas a respeito do seu desenvolvimento histórico. Sabe-se, entretanto, que o povoamento de Nazaré vem da época em que aqui se estabeleceram os Padres Jesuítas do Colégio da Bahia, em 1700, sucessores de Domingos Afonso Mafrense, um dos primeiros exploradores do Estado do Piauí. De Domingos Afonso Mafrense receberam os Jesuítas 30 fazendas de gado vacum, que muito prosperaram, destacando-se dentre elas a de nome Algodões, onde atualmente está encravado o município. Naquela época, essa fazenda, face à sua localização em terrenos com grandes reservas de água, era o retiro do gado das outras fazendas, nos períodos de sêcas. Como fazenda dos Jesuítas e devido à sua posição geográfica encravada nas proximidades de grandes lagoas perenes, começou a fazenda Algodões a desenvolver-se, atraindo moradores que vinham do Ceará, emigrados pelas sêcas de 1877 e 1888. Nessa época foi edificada ali uma capela sob a invocação de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do lugar, a quem se deve o nome do município.

De simples povoado que era, passou à categoria de cidade, com o nome de Nazaré do Piauí por fôrça da Lei estadual número 1 212, de 8 de setembro de 1955, que criou o município, desmembrado do de Floriano. O município consta atualmente de 1 distrito judiciário subordinado à comarca de Floriano, onde há 1 Juiz de Paz e 2 Suplentes, 1 Adjunto de Promotor e 1 Escrivão do Registro Civil. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido empossado o prefeito eleito, Senhor Raimundo Soares Leal, e constituída a Câmara com cinco vereadores.

A denominação local dos habitantes é nazarenos do Piauí.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Nazaré do Piauí está situada no traçado da Rodovia Icó-Petrolínia, (BR-24), federal, distando da capital do Estado 326 quilômetros, e, em linha reta, 207 quilômetros. Pertence à Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba. Limita-se o município de Nazaré do Piauí com os de Floriano, Amarante e Oeiras.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Quente, com invernos menos secos. Não se verificam endemias nem epidemias, pois o clima é incontestàvelmente salubre.

ÁREA — A área do município é de 1 708 quilômetros quadrados, que o coloca no rol dos de extensão mediana dentro do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são os rios Papagaio e Mucaitá, no limite com Oeiras, a serra do Boqueirão e a lagoa de Nazaré, que fica a 3 quilômetros da sede municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — A riqueza natural de maior evidência no município são os carnaubais, cujo produto — a cêra de carnaúba — representa, sem dúvida, a sua principal base econômica. Seguem-se-lhe, em menor escala, a oiticica, o tucum, a maniçoba, matas para a extração de madeira e animais silvestres.

POPULAÇÃO — A população do município, recenseada juntamente com a de Floriano, no Censo de 1950, foi calculada, naquela época, em 6 894 habitantes.

Aglomerações urbanas — O município conta com apenas um núcleo urbano: o da sede municipal, com uma população de, aproximadamente, 750 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica local assenta-se na produção de cêra de carnaúba e na pecuária, existindo outras fontes de renda em menor evidência, como a extração da oiticica, do tucum, da borracha de maniçoba e a agricultura. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1956, foram:

PRODUTOS	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	1 400	252 000
Mandioca	Tonelada	750	187 500
Feijão	Saco de 60 kg	420	100 800
Algodão	Arrôba	800	60 000

O maior comprador dos produtos agrícolas do município é a praça de Floriano.

Pecuária — O número de cabeças de gado existentes no município é o seguinte: 5 700 bovinos, 4 600 suínos, 2 200 ovinos e 2 400 caprinos. Referidos efetivos não deixam de ter importância econômica para a comuna, pois além do abastecimento próprio, ainda há remessa, se bem que em pequena escala, para Recife.

No setor industrial conta o município com a extração de cêra de carnaúba, produto de destaque na sua economia, cuja produção, em 1956, elevou-se ao total de 33 746 quilogramas, no valor de Cr$ 1 687 300,00. Outros produtos não menos expressivos contribuíram para refôrço da economia nazarense, conforme enumeração a seguir: farinha de mandioca, 166 200 quilogramas, no valor de .... Cr$ 664 800,00; rapadura, 59 940 quilogramas, avaliados em Cr$ 299 700,00; aguardente de cana, 8 000 litros, correspondendo a Cr$ 136 000,00; e polvilho de mandioca, 11 630 quilogramas, valendo Cr$ 69 680,00.

COMÉRCIO — No município existem 25 estabelecimentos comerciais varejistas. O comércio local mantém transações com as praças de Floriano, Campina Grande (PB), Fortaleza e Recife, das quais compra tecidos, louças, ferragens, querosene, gasolina, óleo lubrificante, café em grão, açúcar, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Conta o município de Nazaré do Piauí com apenas uma estrada, a BR-24 (Icó-Petrolínia), pela qual se liga às seguintes cidades vizinhas e à capital do Estado: Floriano — rodovia 48 quilômetros. Oeiras — rodovia 69 quilômetros. Amarante — rodovia, via Floriano, 112 quilômetros. Capital do Estado — rodovia, via Floriano, Amarante, Regeneração, São Pedro do Piauí e Água Branca 326 quilômetros; misto — rodovia até Floriano, já descrita, e daí via aérea 192 quilômetros, ou, ainda, por via fluvial, 330 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal possui 3 pensões com uma diária média de Cr$ 60,00. Na Prefeitura Municipal estão registrados 2 automóveis e 1 caminhão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não possuindo farmácia o município, a sua população se abastece de remé-

dios em estabelecimentos que incluem, no seu ramo de negócio, a venda de drogas.

ENSINO — Existem em todo o município 9 escolas de ensino primário fundamental comum, das quais uma estadual, 7 municipais e 1 curso supletivo. O seu movimento de matrícula, em 1956, foi de 139 alunos, sendo 65 homens e 74 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS — Segundo dados do Orçamento de 1956, o movimento financeiro municipal foi o seguinte: receita total e tributária — 550 370 e 50 370 cruzeiros respectivamente; despesa — 550 370 cruzeiros.

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — A principal cerimônia popular é a festa da padroeira do lugar, Nossa Senhora de Nazaré, celebrada no dia 8 de setembro, quando se realiza uma procissão a que comparece grande número de fiéis.

(Fontes — Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Floriano. Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística. Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí. — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina, e Agente do I.A.P.B.).

OEIRAS — PI *

Mapa Municipal no 3.° Vol.

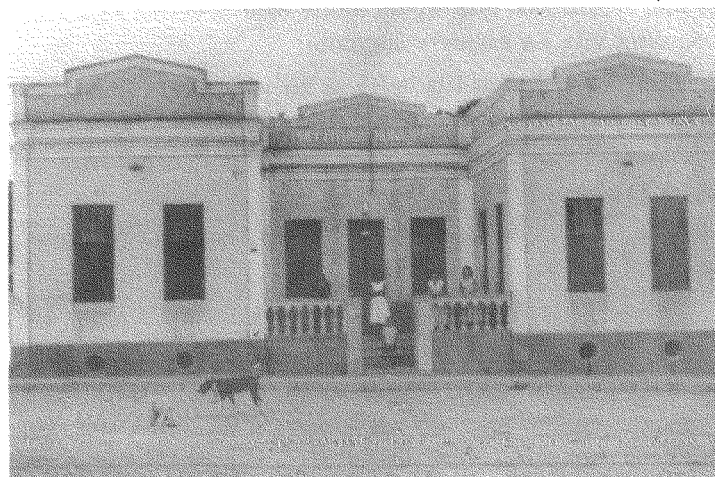
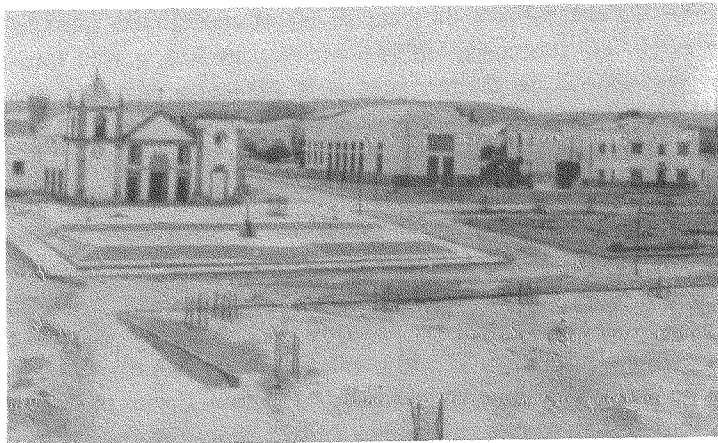
HISTÓRICO — A cidade de Oeiras, a mais antiga do Piauí, foi, segundo algumas opiniões, um arraial de índios domésticos, estabelecido por Julião Afonso Serra em 1676, compreendendo sua área na sesmaria de terras que foi concedida ao mesmo Julião, naquela época. Julião Afonso Serra, organizando o arraial de índios domésticos, teve em vista a defesa de suas fazendas e lavouras, infestadas constantemente pela invasão de índios bárbaros, que habitavam o Norte e praticavam freqüentes correrias. Outras opiniões, porém, dão Oeiras como tendo sido uma das fazendas fundadas por Domingos Afonso Mafrense, e uma das mais importantes, conhecida pelo nome de Cabrobó, onde êle residiu por muito tempo. A tradição, nesse ponto, parece estar ao lado da segunda versão, indicando os vestígios de um velho prédio existente no bairro denominado Alto do Rosário, como residência de Mafrense. Tenha sido de propriedade de Julião Afonso Serra ou de Domingos Afonso Mafrense, o pequeno arraial de índios domésticos ou fazenda do Cabrobó, que recebeu depois a designação de Môcha, nome do riacho que ali corre, e posteriormente formou um povoado com capela filiada à freguesia de Cabrobó do Bispado e capitania de Pernambuco, foi elevado à categoria de freguesia em 1696, sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória, pelo Bispo diocesano de Pernambuco, D. Frei Francisco de Lima, sendo o seu território desmembrado da referida freguesia de Cabrobó, a que pertencia. Todo o território do Piauí então conhecido não ficou, desde logo, completamente desmembrado das paróquias de Pernambuco, com a criação daquela sua primeira freguesia, porquanto tudo o que primitivamente constituía a de Parnaguá, por exemplo, ficou fazendo parte da paróquia de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande, igualmente pertencente a Pernambuco, da qual só foi desmembrada quando se erigiu em freguesia, em época desconhecida, porém muito posterior à de Oeiras, mas cuja categoria já tinha em 1755 como verificamos de documentos autênticos.

Menciona Figueira de Melo que na Câmara Eclesiástica de Olinda se acha registrada uma provisão passada em 1712 pelo Bispo diocesano D. Manoel Álvares da Costa, nomeado vice-Vigário da freguesia de Oeiras ao chantre Balthazar de Farias e Miranda; e que da carta que em 1723 dirigiu o Cabido da catedral de Olinda ao governador de Pernambuco, D. Manoel Rolim de Moura, para a fazer presente à Academia Real da História Portuguêsa, em Lisboa, consta ainda que então as três únicas freguesias do Piauí, Oeiras, Piracuruca e Longá, naquele tempo Campo Maior, pertenciam ao Bispado de Pernambuco. Por Carta régia de 30 de junho de 1712, foi a povoação da Môcha elevada à categoria de vila com o mesmo nome, verificando-se a sua instalação em 26 de dezembro de 1717, e, em virtude da Carta régia de 29 de julho de 1758, criando a capitania do Piauí, independente da do Maranhão, foi a vila da Môcha, que era então o maior núcleo da Província, designada para sede do novo Govêrno, obtendo o título de cidade pela Carta régia de 19 de junho de 1761, época em que foi também mudado o nome de Môcha para o de Oeiras, por ato do Governador João Pereira Caldas, datado de 13 de novembro do mesmo ano, em homenagem ao conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal — Sebastião José de Carvalho Melo que era, naquele tempo, Ministro e Secretário de Estado de el Rei D. José I, soberano reinante, em honra de quem impôs o mesmo Governador à capitania o nome de São José do Piauí. Após a instalação da vila da Môcha, o Governador do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, mandou inúmeras famílias para o povoamento da referida vila e pouco tempo depois trezentos degredados portuguêses para o desenvolvimento de sua população. Como se vê, o Govêrno do Maranhão contribuiu de modo definido para o progresso e desenvolvimento da vila da Môcha, depois cidade de Oeiras, uma vez que a imigração de famílias maranhenses para o início da povoação constitui um dos marcos significativos de sua evolução.

Eis como se manifestou o soberano português em a Carta régia de 19 de junho de 1761, que concedeu a Oeiras os foros de cidade, dirigida ao Governador João Pereira Caldas:

"Eu el-rei vos envio muito saudar. Tendo consideração ao muito que convém ao serviço de Deus, e meu, e ao

Prefeitura Municipal

(*) Antiga capital do Estado.

Praça da Vitória

bem comum de meus vassalos dessa capitania, que nela floresça, e seja bem administrada a justiça, sem a qual não há estado que possa subsistir; e atendendo a que a necessária observância das leis não pôde até agora conseguir, para dela se colhêr aquêle indispensável fruto, pela vastidão da mesma capitania vivendo os seus habitantes em grande distância uns dos outros sem comunicação, como inimigos da sociedade civil, e do comércio humano; padecendo assim os descômodos, e as despesas de irem buscar os magistrados a lugares muito remotos e longíquos, de sorte que, quando lhes chegam os despachos, vêm tão tarde, que não servindo para o remédio das queixas, lhes trazem sòmente a ruína dos cabedais; seguindo-se daquela dispersão, e separação de famílias internadas em lugares ermos e desertos faltarem-lhes os estímulos, e os meios, para se fazerem conhecidos na côrte, e para serem nobilitados os que o merecerem, como sucede nas vilas e cidades, onde seus habitantes entram na governação delas, e se graduam com os cargos de juízes e vereadores, e com os mais empregos públicos; — e acrescendo a tudo, que até a própria religião padece, não só pela falta de administração dos Sacramentos, mas também pela da propagação do Santo Evangelho, em razão de que os índios, que se acham internados nos matos, não encontrando outros objetos, que não sejam o de verem os cristãos quase no mesmo estado, e fora da comunicação e da sociedade, carecem dos estímulos, que tirariam da felicidade, em que vissem os habitantes das povoações civis, e decorosos, ou para fugirem para elas ou para procurarem viver igualmente felizes em outras semelhantes: — e havendo tomado na minha real consideração, e paternal providência todos os sobreditos motivos: — tenha resoluto, que em cada uma das oito freguesias, que compreende êsse govêrno, seja fundada uma vila na maneira seguinte:

"Logo que forem fundadas as referidas oito vilas: Hei por bem criar de agora por então a vila da Môcha em cidade capital dêsse govêrno, para nela residir o govêrno de tôda a capitania". ....

....

....

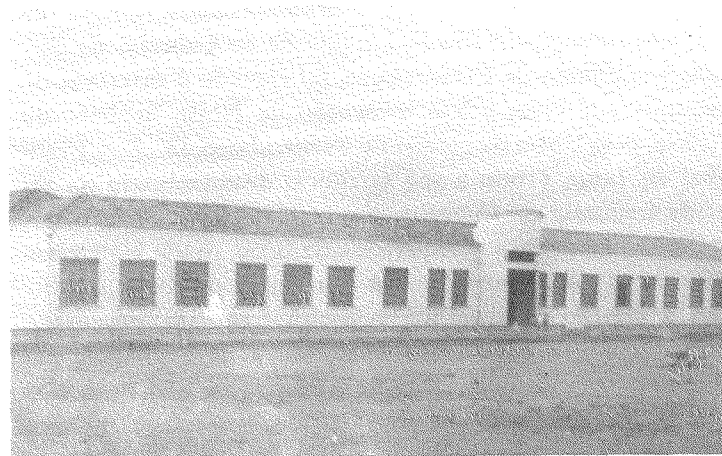
"Escrita do Palácio de Nossa Senhora d'Ajuda, em 19 de junho de 1761 — Rei — Para João Pereira Caldas".

João Pereira Caldas lavra, em 24 de setembro de 1762, o seguinte bando, erigindo em cidade a vila de Oeiras do Piauí, em cumprimento à Carta régia de 19 de junho do ano anterior:

"João Pereira Caldas alcaide mór, comendador de São Mamede de Troviscoso na ordem de Cristo, coronel de cavalaria, governador da capitania de São João do Piauí. Porquanto havendo-me Sua Majestade mandado erigir em vilas tôdas as freguesias desta capitania, por carta firmada pela sua real mão, e datada de 19 de junho do ano próximo passado: foi juntamente servido determinar-me na mesma carta, que, logo que as ditas vilas fôssem estabelecidas, havia por bem criar esta em cidade capital delas. E porquanto, havendo eu concluído a fundação de tôdas as referidas vilas: e havendo-me presentemente recolhido a esta, se acha ela nos têrmos de poder principiar a gozar do generosíssimo efeito daquela clementíssima e real resolução. Ordeno, que em observância dela, se fique esta vila conhecendo de hoje em diante por cidade, e denominando-se com o mesmo nome de Oeiras do Piauí, que pròximamente lhe impus de novo. E para que assim se fique entendendo, e a todos se faça constante o que Sua Majestade tem determinado a êste respeito; mandei lançar êste Bando ao som de caixas, que se publicará nas praças e ruas públicas desta capital, e se fixará nas portas do corpo de guarda principal, depois de registrado nos livros desta Secretaria, e nos da Fazenda Real, Ouvidoria, e Câmara. Dado nesta nova cidade de Oeiras do Piauí sob o meu sinal e sinete de minhas armas, aos 24 dias do mês de setembro do ano do Nascimento de Cristo de 1762. E eu, Joaquim Antunes, secretário do govêrno desta capitania o fiz. — João Pereira Caldas".

Em 1733 foi fundada a igreja-Matriz de Nossa Senhora da Vitória de Oeiras, o primeiro templo regular que se erigiu em terras do Piauí, para o que foi demolida a velha capela do arraial ou Fazenda Cabrobó. A Ordem régia, de 17 de abril de 1736, concedeu à Câmara do Senado da vila da Môcha três léguas de terra para logradouro público do Conselho e competente patrimônio da mesma Câmara.

Em Oeiras apareceu o primeiro periódico que se publicou no Piauí. Chamava-se "O Piauiense" e veio à luz na segunda metade de 1832, segundo apurou Pereira da Costa da notícia que do seu aparecimento deu o número 689 da "A Aurora Fluminense", de Evaristo da Veiga, de 17 de outubro de 1832. Houve em Oeiras imprensa regular, e o foro chegou a possuir advogados de renome, que deixaram nos cartórios traços luminosos de sua passagem.

A 4 de maio de 1835 instalou-se solenemente a Assembléia Legislativa Provincial, criada pela Lei de 12 de agôsto de 1834, a qual funcionou até o dia 4 de julho. Nesse período decretaram-se vinte e seis leis provinciais,

Ginásio Municipal Oeirense

que visaram ao progresso da província. A primeira mandou adotar para uso das aulas de filosofia os Compêndios de Lógica, Metafísica e Ética de Ponelli, tradução do Doutor João Cândido de Deus e Silva, sancionada e publicada pelo Presidente da Província, em 29 de maio de 1835.

Compuseram a primeira legislatura da Assembléia Provincial, no biênio de 1835-1836, os seguintes deputados:

1 Antônio Raimundo Dias de Seixas e Silva
2 Arnaldo José de Carvalho
3 Raimundo de Souza Martins
4 Inácio Francisco de Araujo Costa
5 Justino José da Silva Moura
6 Amaro Gomes dos Santos
7 Manoel Pinheiro de Miranda Ozório
8 Padre Antônio Pereira Pinto do Lago
9 Inácio de Loiola Mendes Vieira
10 José Luís da Silva
11 Tomé Joaquim Gomes Teixeira
12 Francisco de Sousa Mendes
13 José Francisco de Miranda Ozório
14 Inácio Furtado de Loiola
15 Manoel Clementino de Souza Martins
16 Padre Marcos de Araujo Costa.
17 Padre José Monteiro de Sá Palácio
18 Padre Francisco Serafim de Assis
19 Joaquim de Sousa Martins
20 Ambrósio Machado Wanderley.

Da ata da primeira sessão da Assembléia Provincial, realizada em 4 de maio de 1835 e registrada por Pereira da Costa, na sua "Cronologia Histórica do Piauí", consta a seguinte felicitação dirigida pela Câmara Municipal de Oeiras à Assembléia:

"Logo depois participou-se a chegada de uma deputação enviada pela Câmara Municipal desta cidade com o fim de render à Assembléia Provincial suas felicitações e nomeando o sr. presidente uma deputação composta dos senhores Furtado de Loiola e Carvalho, a mandou entrar na sala, e passou a dita deputação por um dos seus membros a ler a seguinte felicitação: -- Ilustríssimos Senhores Deputados da Assembléia Legislativa desta província. Muito tempo há que as necessidades das diversas províncias dêste vasto Império, pediam a instalação de Assembléias Legislativas Provinciais, que viessem assegurar mais o direito, e felicidade do Povo Brasileiro. A Carta de Lei de 12 de agôsto de 1834 conduziu a elas o prêmio merecido; cujo bem, de que esta província hoje partilha, seria o único

Pôsto de Puericultura

Praça Visconde de Parnaíba

capaz de acalmar os excitados ânimos do nosso Continente. A vossa reunião, senhores, não deixa de ser em extremo grato à Câmara Municipal desta cidade, por estar convencida das vossas luzes, prudência e patriotismo; qualidades que formam o penhor sagrado de suas mais lisonjeiras esperanças; e é por isso que ela em seu nome, e dos seus concidadãos vos dirige a sua felicitação em testemunho de seu sincero regosijo, contando com os auxílios de vossas sabedorias em tudo quanto estiver ao vosso alcance e bem da prosperidade do município, e de seus habitantes. A Câmara, senhores, aproveita a ocasião para tributar a esta Assembléia o respeito que lhe sabe inspirar a razão de subdita, e suplicar a recepção desta fraca mas cordial demonstração de seus protestos. Oeiras do Piauí, 4 de maio de 1835. Os membros da deputação — Lourenço Antônio Marreiros de Castelo Branco, José da Cunha Simões, José Ferreira Barbosa".

A Lei provincial número 9, de 4 de julho de 1835, autorizou a construção de um hospital de caridade na cidade de Oeiras, ficando uma Junta eleita pela Câmara Municipal da mesma cidade, que se instalou no dia 12 de novembro do mesmo ano, encarregada do assunto. Como a Junta não tivesse atingido os seus objetivos, o Presidente da Província, Dr. Zacarias de Goes e Vasconcelos, tomou a si, em 1846, o encargo e, escolhido o local, iniciou a construção do hospital naquele ano, contando com os pequenos recursos votados no orçamento provincial, além do produto de uma subscrição aberta em tôda a Província. O hospital sòmente foi instalado em 1849, pelo Presidente, Dr. Anselmo Francisco Peretti e, em 1852, por fôrça da transferência da capital para Teresina, viu-se reduzido às condições de uma enfermaria, transferindo-se o seu corpo de funcionários para o que se fundou em a nova capital da Província. Outro melhoramento de que a cidade se privou foi o uso de lampiões nas ruas. A Lei provincial número 20, de 4 de julho de 1835, mandou dotar Oeiras de 50 lampiões, a expensas dos cofres provinciais, até o estabelecimento de uma receita suficiente pela Câmara Municipal. A Tesouraria Provincial autorizou, em 1845, e após diversas representações da Câmara de Oeiras para que se desse execução à Lei, que fôsse lavrado com qualquer proponente contrato de fornecimento dos lampiões necessários à iluminação da cidade. Lavrou-se o contrato, e 44 lampiões foram colocados, mas a insuficiente quantia votada não atraía o interêsse de quem se quisesse encarregar do serviço, privando, destarte, a legendária cidade de tão importante melhoramento. Em 24 de janeiro de 1823, rompeu em Oeiras o movimento de

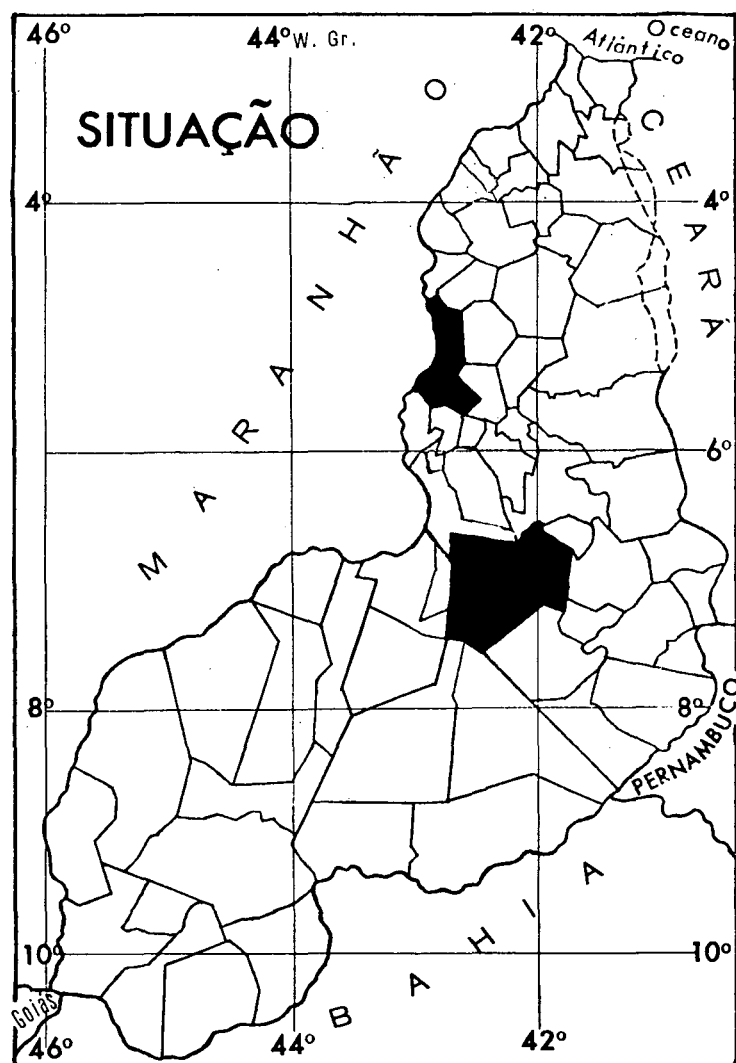
adesão ao brado do Ipiranga, de 7 de setembro do ano anterior, tornando o Brasil independente de Portugal, e, depois de consolidado o novo regime sob o mando real de D. Pedro I, continuou Oeiras sendo a capital da então Província do Piauí até o ano de 1852, quando, por ato de seu Presidente, Dr. José Antônio Saraiva, foi a capital transferida para a nova vila do Poti, recebendo o nome de Teresina, em honra à grande Imperatriz do Brasil, D. Teresa Cristina Maria. A idéia dessa mudança, assevera Pereira da Costa, foi aventada, pela primeira vez, pelo Governador Fernando Antônio de Noronha, em 1792.

A cidade de Oeiras pode e deve ser considerada o berço histórico da civilização do Estado. Dela partiram os povoadores de outras cidades do Piauí e enquanto capital, como era lógico, teve a sua fase de fausto progresso. Oeiras tomou parte ativa na luta pela independência do Brasil, contribuindo poderosamente para a derrota de Fidié e ainda para o término da chamada Guerra dos Balaios, tendo mandado também ao sul do país contingentes de voluntários que combateram o tirano Solano Lopez na tremenda guerra que o Brasil manteve com o Paraguai, por cinco longos anos. De 1925 a 1926, Oeiras foi invadida pelos "Revoluncionários do Sul", comandados pelo capitão Luiz Carlos Prestes, que fizeram incursões pelo norte do país.

Com a mudança da capital para Teresina, começou Oeiras a decair, desaparecendo pouco depois a sua imprensa. Seu comércio diminuiu grandemente, e diversas famílias se retiraram, adquirindo a cidade o aspecto sombrio de um templo abandonado, em ruína. Com o advento revolucionário de 1930, que coincidiu com a elevação dos preços dos gêneros de exportação, especialmente da cêra de carnaúba, o seu principal produto, Oeiras vem ressurgindo brilhantemente, encaminhando-se para o progresso, sendo apreciável o número de novas construções. O comércio vem aumentando consideràvelmente, salientando-se também os melhoramentos públicos, quer sob o ponto de vista social, quer educativo-cultural. Em 1931, pelo Decreto número 1 279, de 26 de junho, do Interventor Federal no Estado, capitão Landri Sales Gonçalves, secretariado pelo capitão Antônio Martins de Almeida, ambos oficiais do Exército Nacional, Oeiras anexou o município de Simplício Mendes, que perdera a sua autonomia em virtude da nova organização que era dada aos municípios. É conveniente registrar que Simplício Mendes, posteriormente, readquiriu a sua autonomia. Pelo Decreto número 1 542, de 21 de maio de 1934, do Interventor Federal no Estado, capitão Landri Sales Gonçalves, secretariado pelo Dr. Leônidas de Castro Melo, Oeiras teve nova divisão policial. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Sr. Mário de Alencar Freitas, e constituída a Câmara Municipal com 9 vereadores.

Um dos modernos prédios residenciais da cidade

As pessoas nascidas em Oeiras denominam-se oeirenses.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal está localizada na Zona Fisiográfica do Sertão, distando 349 quilômetros da capital do Estado e, em linha reta, 224 quilômetros. O município limita-se com Simplício Mendes, Itainópolis, Picos, Inhuma, Valença do Piauí, Amarante, Nazaré do Piauí, Floriano, Itaueira, Canto do Buriti e São João do Piauí. Suas coordenadas geográficas são: 7° 1' 00" de latitude Sul e 42° 06' 21" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 170 metros.

CLIMA — O clima é úmido no inverno e quente no verão. Não há, porém, epidemias. A temperatura varia entre 39°C e 22°C, média das máximas e mínimas, respectivamente. Em 1956, a altura da precipitação total foi de 692,7mm. O clima não proporciona estâncias climáticas, nem estação de repouso e cura. O inverno começa em novembro ou dezembro e se prolonga até abril ou maio.

ÁREA — A área do município é de 9 008 quilômetros quadrados, uma das maiores do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais rios do município são o Canindé e o Itaim, que nascem, respecti-

Antigo Palácio Nepomuceno, residência atual do Bispo Diocesano

vamente, na serra Dois Irmãos e na serra Vermelha, dirigindo-se para o norte, depois de se reunirem a cêrca de 20 quilômetros da sede municipal. Além dêsses, merece citação o rio Piauí, o terceiro em importância. Há o riacho Môcha, de tradição histórica para o município. Outros acidentes geográficos: Açudes Espírito Santo, Machado, Marrecas e outros; lagoas do Riacho, do Vasco, do Oiti e da Feitoria. O principal elemento orográfico é a serra da Chapada Grande. Existem os morros do Lene, da Cruz, da Sociedade, além da serra de Contendas.

RIQUEZAS NATURAIS — A principal riqueza natural é a cêra de carnaúba, seguida da oiticica e da maniçoba. Na flora, além de madeiras de construção, há grande número de plantas medicinais. Não existem minerais preciosos no município, apenas a pedra calcária. A fauna é variada, possuindo todos os animais, aves e pássaros, próprios da região.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população de Oeiras era de 44 560 habitantes, assim distribuída: 23 003 homens e 27 557 mulheres. Do total aludido, 11 309 eram brancos; 9 842, pretos, 23 406, pardos e 3 pessoas não declararam a côr. Dos 23 908 habitantes de 15 anos e mais de idade, 9 375 eram solteiros, 12 721, casados, 1 793 viúvos, 15 desquitados e 4 pessoas não declararam estado civil. Em religião, predominaram os católicos apostólicos romanos, em número de 44 549, havendo 2 protestantes, uma pessoa sem religião, enquanto 8 pessoas não declararam religião. A densidade demográfica era de 4 habitantes por quilômetro quadrado. A zona rural reúne 91,54% da população do município, havendo 20 448 homens e 20 364 mulheres. Existe assim equilíbrio entre homens e mulheres na população rural. O município é um dos mais populosos do Estado, pois ocupa o 5.º lugar em relação aos demais municípios.

A cidade ocupa uma posição destacada entre as demais, visto como é a 8.ª em população.

Aglomerações urbanas — O município conta com 5 aglomerações urbanas, a saber: cidade de Oeiras com 3 748 habitantes, sendo 1 555 homens e 2 193 mulheres. Do total mencionado, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 666 homens e 946 mulheres sabiam ler e escrever, conforme o Censo de 1950; povoados de Ipiranga, com 115 moradias e cêrca de 460 habitantes; Cabeço, com 94 casas e população aproximada de 380 pessoas; São João da Varjota, com 50 residências e 250 moradores, aproximadamente; Tamboril, com 46 moradias e 165 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agropecuária é a principal base econômica, agrupando, em conseqüência, o maior número de pessoas. Em seguida, aparece a indústria extrativa representada pela extração de cêra de carnaúba.

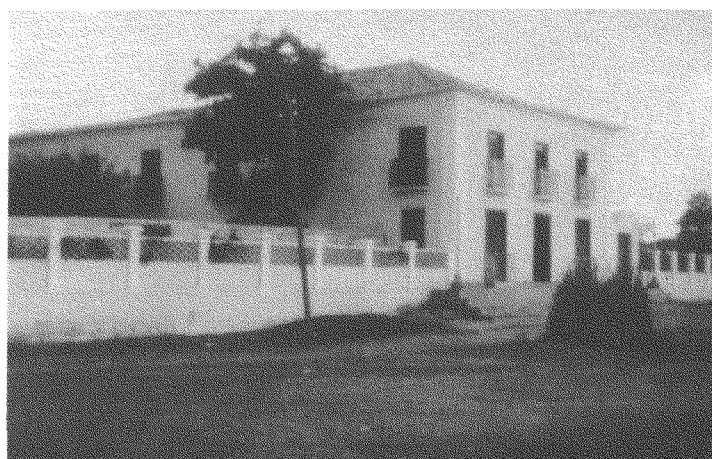
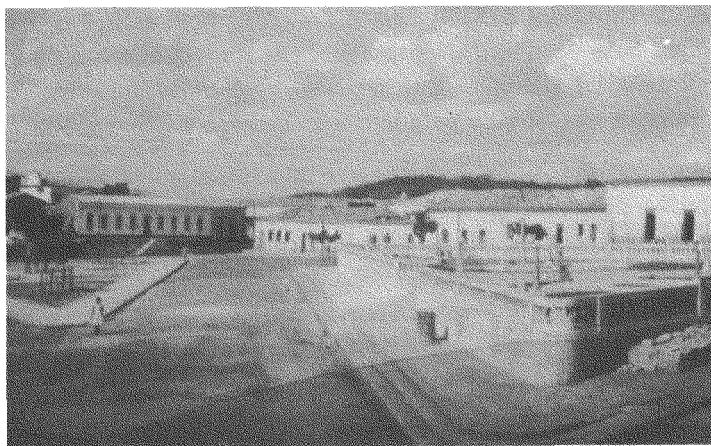
Agricultura — As principais culturas agrícolas são a do feijão, do milho, do arroz, da mandioca e da cana-de-açúcar, cujos excedentes são geralmente comprados pelos municípios de Simplício Mendes, São João do Piauí e, ainda, pelos Estados de Pernambuco e Ceará. O volume e o valor da produção agrícola em 1956 foram:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	36 900	7 749 000
Feijão	» » » »	17 860	5 358 000
Milho	» » » »	35 900	3 697 700
Cana-de-açúcar	Tonelada	11 200	1 120 000

Pecuária — A pecuária tem importância econômica. A produção abastece a população de carne e leite, constituindo, ainda, importante fonte de renda. Em 1956, apresentou a pecuária êstes efetivos: 44 500 bovinos, 41 000 suínos, 50 000 ovinos, 56 000 caprinos. Os principais centros compradores do excedente bovino são os Estados de Pernambuco e Ceará.

Indústria — Apenas a indústria extrativa, representada pela extração da cêra de carnaúba, tem expressão no município, apresentando, em 1956, a produção de 145 940 quilogramas, no valor de Cr$ 861 080,00. Outros produtos há menos importantes, que contribuíram para a economia municipal: rapadura — 1 313 621 quilogramas, no valor de Cr$ 6 499 348,00; farinha de mandioca — 834 989 quilogramas, estimados em Cr$ 2 126 471,00; bôrra de cêra de carnaúba — 29 289 quilogramas, correspondendo a Cr$ 156 014,00. Há duas pequenas usinas de beneficiamento de arroz, uma fábrica de mosaico e pequenas oficinas de sapateiros, alfaiates, ferreiros e outros.

COMÉRCIO — Na sede municipal há 9 estabelecimentos atacadistas, 34 varejistas e 6 indústrias com mais de 5 operários. O comércio mantém transações com as praças de Fortaleza e Recife.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por via rodoviária e estradas carroçáveis. A ligação com a capital do Estado é feita através dos povoados de São João da Varjota e Ipiranga, e muni-

Escola Normal Municipal

Vista parcial da Praça Visconde de Parnaíba

cípios de Inhuma e Valença do Piauí, através de rodovia, totalizando 349 quilômetros. As distâncias entre a sede municipal e as sedes limítrofes são: Nazaré do Piauí, via Fazenda Alto Sereno, rodovia — 62 quilômetros; Canto do Buriti, via Nazaré do Piauí e Floriano, rodovia e estrada carroçável — 318 quilômetros; Amarante, via Nazaré do Piauí e Floriano, rodovia — 182 quilômetros; Simplício Mendes, rodovia e estrada carroçável — 120 quilômetros; São João do Piauí, via Simplício Mendes, rodovia e estrada carroçável — 216 quilômetros; Inhuma, via povoados São João da Varjota e Ipiranga, rodovia, estrada carroçável e rodovia — 81 quilômetros; Picos, via povoados São João da Varjota e Cabeço, rodovia — 84 quilômetros. Na cidade funciona uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Há, próximo à sede municipal, um pequeno campo de pouso.

ASPECTOS URBANOS — O município é servido de energia elétrica fornecida pela Prefeitura, tendo a sede municipal iluminação pública e 325 ligações elétricas domiciliares. A área de pavimentação da cidade é representada por 12%, correspondendo a duas ruas e 4 praças, havendo os seguintes tipos de calçamento: paralelepípedo, pedra irregular, tijolos de alvenaria, mosaico e cimento. Existem 3 ruas e uma avenida piçarradas; há um total de 36 logradouros públicos. No hotel e nas duas pensões existentes, a diária média é de Cr$ 60,00. Na Prefeitura estão registrados 5 automóveis e 16 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há 3 farmácias, 2 médicos, 3 dentistas e 3 farmacêuticos prestando assistência à população do município.

Antiga casa residencial, ex-Palácio do Govêrno Provisório

ALFABETIZAÇÃO — No município, segundo o Recenseamento Geral de 1950, existiam 36 671 pessoas com 5 anos e mais de idade, das quais 7 805, ou seja, 21,3%, sabiam ler e escrever, sendo 4 384 homens e 3 421 mulheres. Na sede municipal, das 3 164 pessoas de 5 anos e mais de idade, 1 612 sabiam ler e escrever, sendo 666 homens e 946 mulheres. Em relação aos outros municípios, Oeiras obteve o 13.º lugar, com a porcentagem de 21,28%, enquanto a cidade alcançou posição menos importante, colocando-se em 16.º lugar em confronto com as demais. A zona rural; com a porcentagem de 18,48%, alcançou a mesma posição do município, sendo a 13.ª em alfabetização no Estado.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 70 unidades de ensino primário fundamental comum, sendo 13 estaduais, 54 municipais e 3 particulares. Houve 3 043 matrículas, das quais 1 475 de homens e 1 568 de mulheres. Citam-se também 14 cursos supletivos, com 440 matrículas. Na cidade de Oeiras há 1 Ginásio e uma Escola Normal, reunindo 14 professôres, sendo 7 homens e 7 mulheres. As matrículas nos dois estabelecimentos, no início do ano

Vista de um trecho da Praça da Bandeira

de 1956, foi de 160 alunos, sendo 68 homens e 92 mulheres. No final do ano letivo de 1955, concluíram o curso ginasial 24 estudantes, dos quais 8 eram homens e 16, mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Três são as associações culturais, dedicando-se duas às atividades desportivas. Encontra-se no município a Biblioteca Pública Municipal, de propriedade da Prefeitura, com 3 000 volumes de assuntos gerais; há também uma pequena Biblioteca Paroquial, contendo menos de 200 volumes de assuntos religiosos. Como casa de diversão, assinala-se o Cine-teatro Oeiras, de propriedade da Prefeitura Municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	280 000	1 411 000	1 280 000	303 000	1 540 000
1951	325 000	1 967 000	1 532 000	416 000	1 495 000
1952	319 000	2 220 000	1 732 000	438 000	1 747 000
1953	374 000	2 688 000	1 366 000	465 000	2 039 000
1954	428 000	2 776 000	1 788 000	440 000	1 730 000
1955	478 000	3 846 000	2 264 000	574 000	2 322 000
1956 (1)	...	...	1 893 000	546 000	1 893 000

(1) Orçamento.
NOTA — Não há qualquer atividade portuária neste município.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há diversos monumentos históricos, notáveis pela antiguidade e construção, que constituem objeto de curiosidade para as pessoas que visitam a sede municipal. Dentre êles, destacam-se: Igreja Catedral, sobrado João Nepomuceno (atual residência episcopal), ponte Zacarias de Goes e Vasconcelos e Casa da Pólvora.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais manifestações populares são religiosas, destacando-se: a festa de Nossa Senhora da Vitória, padroeira da cidade, realizada no mês de agôsto, com novena e procissão; as comemorações da Semana Santa, com a reprodução simbólica de todos os atos da Vida, Morte e Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, através de magníficas procissões, que atraem grande número de fiéis.

Anualmente realiza-se a 31 de maio a "festa do vaqueiro", de caráter popular, reunindo todos os vaqueiros da região. As autoridades e o povo em geral comparecem à tradicional festa, atraídos pela sua originalidade.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos ilustres de Oeiras, sobressaem-se:

Frederico Leopoldo César Burlamaqui (1803-1866), botânico e mineralogista, doutor em ciências matemáticas e naturais pela antiga Escola Militar do Rio de Janeiro, sendo posteriormente um de seus lentes; membro do Instituto Histórico Brasileiro, da Academia de Belas Artes e de outras sociedades literárias e científicas; diretor do Museu Nacional e Secretário do Instituto Fluminense de Agricultura, durante muitos anos. Como engenheiro militar, atingiu o pôsto de brigadeiro. Pelos serviços prestados em comissões e cargos públicos, recebeu várias distinções honoríficas: Carta de Conselheiro, Grau de Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz, Oficial da Ordem da Rosa, inauguração de seu busto em sessão solene, no salão de honra da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, de que era sócio honorário e secretário perpétuo. Publicou várias obras de natureza geral.

Casimiro José de Moraes Sarmento (1813-1860, advogado, jornalista e escritor, presidente da Província do Rio Grande do Norte, onde prestou grandes serviços, portando-se com invulgar brilhantismo; Presidente da Província do Ceará, Diretor da Instrução Pública e Inspetor da Tesouraria do Maranhão, professor catedrático da Escola Militar de Aplicação do Rio de Janeiro, com honras de major; Oficial da Ordem da Rosa, eleito duas vêzes deputado à Assembléia Geral pelo Rio Grande do Norte. Revelou-se escritor emérito, deixando várias obras importantes.

Edifício Mafrense

Matadouro Público Municipal

Francisco José Furtado (1818-1870), bacharel em Direito, político, jurisconsulto e orador parlamentar, Presidente da Província do Amazonas, deputado à Assembléia Geral em várias legislaturas, senador pela Província do Maranhão e Ministro da Justiça no Gabinete de 24 de maio de 1862. A seu respeito escreveu Pereira da Costa em sua "Cronologia Histórica do Estado do Piauí": "Em 1864, chamado pela confiança da Coroa, organiza Furtado o Gabinete de 31 de agôsto, de que foi chefe, porém subia ao poder em gravíssimas circunstâncias, pelas complicações nos negócios internacionais com a República do Uruguai, terrível crise comercial na praça do Rio de Janeiro, e por fim o rompimento da Guerra do Paraguai, situação melindrosíssima que deu ao Gabinete Furtado trabalhos de Hércules, torturas de mártir, imposição de tributos de patriotismo pagos galharda, enérgica e estùpidamente com o mais dedicado civismo e glória que só tem por igual a glória dos patriarcas da Independência do Brasil".

Pedro Francisco da Costa Alvarenga, conhecido mundialmente por Costa Alvarenga, Doutor em Medicina pela Universidade de Bruxelas, professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, sócio efetivo de várias associações científicas e literárias da Europa. É considerado um dos mais insignes cientistas de seu tempo. Em 1865, descobriu o "sinal do duplo sôpro crural", revelador da insuficiência aórtica, que é ensinado atualmente a todos os estudantes de medicina do mundo com a denominação de sinal Alvarenga — Denozier. Entre as brilhantes obras que escreveu, aparece ocupando posição de realce a "Insuficiência das Válvulas Aórticas", um dos grandes trabalhos no gênero.

Francisco Portela, médico, Cavaleiro da Ordem da Rosa, deputado e senador pelo Estado do Rio de Janeiro, de que foi primeiro Governador nomeado pelo marechal Manoel Deodoro da Fonseca. Publicou trabalhos sôbre questões políticas, sociais e econômicas, sôbre assuntos médicos, de literatura amena e de crítica literária e artística.

Deolindo Mendes da Silva Moura, bacharel em Direito, político, orador e jornalista, jurisconsulto, Desembargador da Relação de Pôrto Alegre e Procurador-Geral da República.

Polidoro César Burlamaqui, bacharel em Direito, jurisconsulto, orador, político, jornalista, professor de Portu-

Ponte centenária sôbre o riacho Mocha

guês do Liceu Piauiense, Oficial da Ordem da Rosa, Presidente das antigas Províncias do Paraná e Piauí, deputado geral e Desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí.

Clodoaldo Freitas, bacharel em Direito, jornalista, poeta e escritor de largos recursos; sócio da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Geográfico e Histórico Piauiense, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e das Academias de Letras do Pará e do Maranhão.

Leopoldo Damasceno Ferreira, ordenou-se e doutorou-se em cânones, após brilhante tirocínio no famoso Seminário de Saint Suplice; professor de Latim e Francês no Liceu Maranhense, Diretor do Seminário das Mercês e deputado ao Congresso Legislativo.

Benedito Nogueira Tapeti, bacharel em Direito, poeta, orador, jornalista, professor de Psicologia, Lógica e História da Filosofia do Liceu Piauiense.

Manoel Pereira da Silva, bacharel em Direito, publicou, com a colaboração de Francisco Inácio Carvalho Moreira, o poema "A Cameleida".

José Ângelo de Moraes Rêgo, marechal do Exército, Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz, Oficial da Ordem da Rosa, foi condecorado com a Medalha da Campanha do Paraguai.

Antônio de Sousa Martins, jurisconsulto, Desembargador da Relação de Pôrto Alegre, Procurador-Geral da República no Supremo Tribunal Federal.

Antônio Coelho Rodrigues, bacharel em Direito, jurisconsulto, parlamentar, jornalista, escritor, autor de um dos projetos do Código Civil Brasileiro, professor da Academia Jurídica de Pernambuco, Comendador da Ordem de Cristo, prefeito do Distrito Federal, lente da Escola Politécnica.

José Francisco de Miranda Osório (1800-1877), brilhante oficial do Exército Nacional, ocupou o pôsto de comandante do 84.º B. C. Tomou parte ativa na luta pela Independência do Piauí, como um dos principais chefes do movimento, bem como na célebre batalha de Jenipapo. Distinguiu-se com bravura no combate à revolução denominada Balaiada, na qualidade de comandante das fôrças levantadas pela então Província do Piauí. Participou da luta contra o Paraguai, atuando na aquisição de guardas voluntários. Mereceu por êsse ato a conferência da Comenda da Ordem de Cristo. Ocupou durante vários anos o cargo de vice-Presidente da Província.

José Sérvio Ferreira (1817-1868), médico ilustre, desempenhou suas atividades na cidade natal, revelando os mais elevados sentimentos de filantropia, tratando da pobreza desvalida em suas próprias casas, prestando-lhe, além dos serviços profissionais, assistência alimentar e farmacêutica, com admirável dedicação e humanidade.

Padre Marcos de Araújo Costa (1770-1850), célebre pela cultura e benemerência, um dos pioneiros da instrução no Piauí, onde fundou e manteve, à sua custa, o mais importante colégio daquela época, lecionando primeiras letras, Latim, Francês, Retórica, Filosofia e Teologia, sem receber nenhuma gratificação dos alunos, concedendo-lhes, ainda, casa e alimentação, gratuitamente.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" — Pereira da Costa; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — D. E. E.; "Literatura Piauiense" — João Pinheiro — 1937; "Estudos Sôbre a Alfabetização do Brasil" — Estatística Cultural n.º 5 (1953).

(Fontes — Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Oeiras. Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina, e Agente do I.A.P.B.).

PALMEIRAIS — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O atual município de Palmeirais, cuja sede se encontra à margem direita do rio Parnaíba, teve o seu povoamento iniciado no lugar denominado Pôrto das Queimadas, outrora habitado por indígenas da tribo de São Gonçalo, lugarejo do município de Amarante. Seu primeiro desbravador, Almir Soares do Nascimento, descendente de portuguêses e cearenses, se impôs aos silvícolas pela inteligência e espírito de liderança de que era dotado. Progredia a localidade, que tinha na pessoa de seu líder, Almir Nascimento, a vontade férrea de fazê-la crescer sob os melhores auspícios. Para isso instituiu uma feira, que se realizava aos domingos, e a que compareciam os habitantes das vizinhanças para a venda de produtos da lavoura e aquisição de utilidades de que necessitavam.

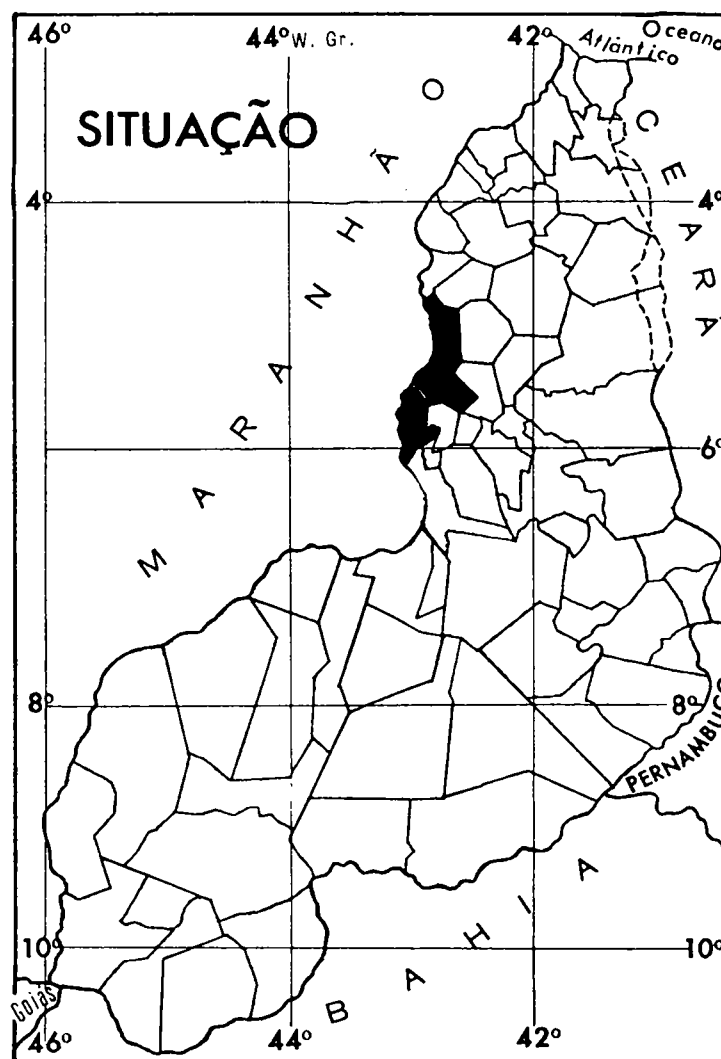
À noite, no lugarejo, praticavam-se atos religiosos de adoração a Nossa Senhora da Conceição, no decorrer dos quais eram discutidos planos para construção da igreja de Pôrto das Queimadas. Iniciada a edificação do templo, não pôde êle ser concluído pelo seu idealizador, que falecera. Terminou-o Luís Soares da Costa, parente bem próximo daquele.

Pôrto das Queimadas, pelas boas condições com que o favorecia o comércio de frutas, cereais, carnes e outros gêneros alimentícios, e exportação para Teresina, tornou-se progressista e populoso, com as melhores perspectivas de desenvolvimento, tendo sido por isso elevado à categoria de vila e município, pela Lei número 35, de 26 de junho de 1894, com a denominação de Belém, cujo território formava o têrmo de igual nome. Verificou-se a instalação do

município a 21 de julho daquele ano. Na mesma data da criação do município de Belém foi extinto o de Natal, que entregou grande parte do seu território ao novo município. Pode-se dizer que a criação do município de Belém foi o resultado de uma transferência de sede municipal, com nova denominação. Por disposição da Lei estadual n.º 720, de 19 de julho de 1912, o município de Belém perdeu a autonomia administrativa, transferindo-se a sua sede para o povoado São Pedro, com os mesmos limites em vigor naquela data. Conseqüentemente, passou a existir o município dêste nome, extinguindo-se o de Belém. Mais tarde, porém, readquiriu o município de Belém a sua autonomia, por fôrça da Lei estadual número 1 090, de 11 de julho de 1924, ocorrendo a reinstalação a 22 de março de 1925. Pela segunda vez o município de Belém foi extinto por efeito do Decreto estadual número 1 279, de 26 de junho de 1931, anexando-se o seu território ao município de Amarante, como simples distrito para, posteriormente, ser transferido para o município de São Pedro, em decorrência do Decreto estadual número 1 478, de 4 de setembro de 1933, e em face da permuta que se fêz com a fazenda ou data Angical, do município de São Pedro, a qual passou a integrar o território do município de Amarante. Em razão do Decreto estadual número 1 589, de 4 de outubro de 1934, o distrito de Belém foi desmembrado do município de São Pedro, para formar o dêsse nome, restabelecido definitivamente. A vila de Belém foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto estadual número 147, de 15 de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. A instalação da cidade realizou-se solenemente no dia 1.º de janeiro de 1939. As disposições da legislação federal relativas à duplicidade de nomes das cidades e vilas brasileiras atingiram o município de Belém que, por determinação do Decreto-lei estadual número 754, de 30 de dezembro de 1943, passou a ter a denominação de Palmeirais, a partir de 1.º de janeiro de 1944. Pelo referido Decreto-lei, Palmeirais elevou-se à comarca, com um único distrito, o próprio município, desligando-se judiciàriamente da comarca de Amarante. Eis o seu atual quadro administrativo e judiciário: comarca de 1.ª entrância, município, distrito judiciário e distrito administrativo. A presente legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito prefeito o Sr. Antônio Ribeiro de Almeida, e constituída a Câmara Municipal com 5 vereadores.

As pessoas nascidas no município denominam-se palmeirenses.

Antiga Igreja de N. S.ª da Conceição

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Palmeirais dista 146 quilômetros da capital do Estado, por meio de rodovia e, em linha reta, 98 quilômetros, com as seguintes coordenadas geográficas: 5º 57' 00" de latitude Sul, e 43º 03' 30" de longitude W. Gr. Limita-se o município com os de Teresina, São Pedro do Piauí, Angical do Piauí, Amarante e o Estado do Maranhão e pertence à Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

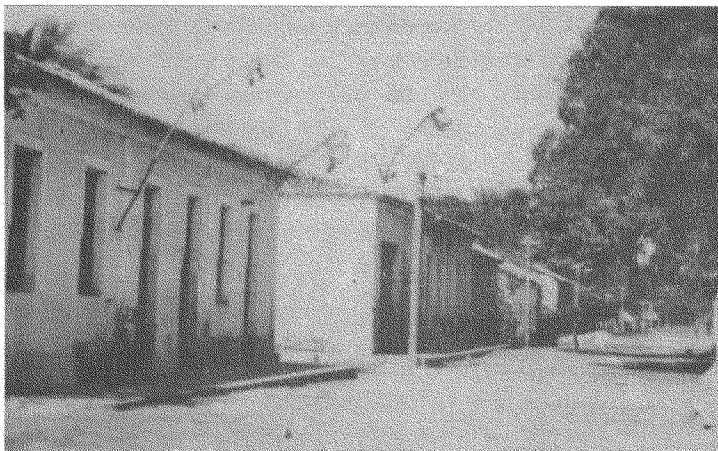
ALTITUDE — A altitude do município é de 85 metros.

CLIMA — Apresenta a média máxima de 35ºC, a mínima de 22ºC e a compensada de 28ºC. A chamada "viração" do Parnaíba faz as noites agradáveis, ainda que no rigor do verão.

ÁREA — Palmeirais possui área correspondente a 1 647 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Parte da serra Buraqueira, rio Cadoz, riacho do Negro, riacho do Alegre e lagoa Grande, bem assim o rio Parnaíba, que serve de limite entre Palmeirais e o Estado do Maranhão, salientando-se a sua importância pelo fato de banhar a sede municipal, que se situa à margem direita.

RIQUEZAS NATURAIS — O município possui em abundância palmeiras, babaçu, carnaubais, gato, onça, veado, teiú, jibóia, peixe, além de outras riquezas menos expressivas.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 8 619 habitantes, sendo

Vista parcial da Avenida Getúlio Vargas

4 240 homens e 4 379 mulheres. Em relação à côr, assim se caracterizava: 1 055 brancos; 1 916 pretos e 5 616 pardos, enquanto 32 não fizeram declaração de côr. Dos 4 794 recenseados, com 15 anos e mais de idade, 1 574 eram solteiros, 2 823 casados, 1 desquitado e 388 viúvos. Não declararam o estado civil 7 pessoas. Havia apenas um estrangeiro, sendo que o restante se compunha de brasileiros natos. Com respeito à religião, 8 495 eram católicos apostólicos romanos, 77 protestantes, 3 espíritas, 11 se declararam sem religião e 33 não fizeram declaração do credo professado. A densidade demográfica correspondia a 5 habitantes por quilômetro quadrado. Da população municipal, 93,5% se localizam na zona rural, pois constituídos de 3 991 homens e 4 074 mulheres. Entre os municípios que compõem o Estado do Piauí, Palmeirais está colocado no 44.º lugar em relação ao conjunto populacional, estando em igual posição a sua sede, pois também se classificou no 44.º lugar.

Aglomeração urbana — A sede do município é o único núcleo urbano existente. Na época do Censo, contava 554 habitantes, sendo 249 homens e 305 mulheres. Dêsse total, das pessoas com 5 anos e mais de idade, 99 homens e 126 mulheres sabiam ler e escrever.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A população do município de Palmeirais dedica-se principalmente à lavoura, pecuária e à extração da cêra de carnaúba, de amêndoas de babaçu, e à pequena indústria de transformação.

Agricultura — Em 1956, em ordem de valor, os produtos agrícolas foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	13 500	2 295 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	12 000	2 400 000
Milho	Saco de 60 kg	7 950	715 500
Algodão	Arrôba	7 000	630 000
Mandioca	Tonelada	1 970	492 500
Feijão	Saco de 60 kg	580	192 200

Os excedentes da produção agrícola do município são exportados para Teresina e São Pedro do Piauí.

Pecuária — Na pecuária predomina a criação de gado suíno e bovino, que tem como principal comprador a capital do Estado. Em 1956, era o seguinte o número de cabeças da população pecuária existente em Palmeirais: 20 000 bovinos, 50 000 suínos, 4 800 ovinos e 12 000 caprinos.

Indústria — É relativamente modesta a indústria de Palmeirais. Segundo dados preliminares do Registro Industrial, de 1956, a produção naquele ano assim se distribuía: 158 860 quilogramas de farinha de mandioca, no valor de Cr$ 482 080,00; 44 990 quilogramas de polvilho de mandioca, estimados em Cr$ 250 500,00; 29 400 quilogramas de rapadura, correspondendo a Cr$ 88 000,00; 88 000 litros de aguardente de cana, representando Cr$ 611 000,00 e 4 150 quilogramas de cêra de carnaúba, no valor de Cr$ 199 200,00.

COMÉRCIO — A sede do município conta com 8 estabelecimentos varejistas, que, mantendo transações comerciais com as praças de Recife, Fortaleza, Teresina e Floriano, importam tecidos, ferragens, louças, miudezas em geral, açúcar, café, sabão, querosene, sal, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas carroçáveis que se interrompem na época invernosa, bem assim pelo rio Parnaíba,

Capela de N. S.ª do Perpétuo Socorro

que lhe banha a sede. O transporte para as sedes dos municípios vizinhos e a capital do Estado é feito pelos seguintes meios: Amarante — estrada carroçável, 70 quilômetros, ou fluvial, 48 quilômetros; São Pedro do Piauí — estrada carroçável até Amarante e, daí, pela Rodovia PI-4, 129 quilômetros; capital do Estado — por estrada carroçável, 146 quilômetros ou fluvial, 180 quilômetros. A cidade é servida por uma Agência Postal-telefônica mantida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui iluminação elétrica, fornecida pela Prefeitura, com 32 ligações domiciliares. Há na sede uma pensão com diária média de Cr$ 50,00,

Vista parcial da cidade

Ponte de concreto armado sôbre o riacho Cadoz

e 14 logradouros públicos sem pavimentação. A Prefeitura registrou, em 1956, apenas um caminhão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Serve à população de Palmeirais um socorro farmacêutico na sede municipal.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, das 7 228 pessoas com 5 anos e mais de idade, 596 homens e 496 mulheres sabiam ler e escrever, ou seja, 15,11%. Dos 554 habitantes da cidade de Palmeirais, com 5 anos e mais de idade, 99 homens e 126 mulheres sabiam ler e escrever, equivalendo a 48,49%. A percentagem de alfabetização na zona rural apenas chegava a 12,82%, pois do total — 6 764 —, apenas 497 homens e 370 mulheres sabiam ler e escrever. Palmeirais colocou-se no 37.º lugar no conjunto dos municípios piauienses no que se refere à alfabetização de sua população, apresentando a quota de 15,11%. A cidade, no entanto, colocou-se em 20.º lugar, com posição mais vantajosa em vista da situação do município.

Ensino — O ensino primário é ministrado por 24 unidades escolares: 4 estaduais, 17 municipais e 3 cursos supletivos. A matrícula geral foi, em 1956, de 926 alunos, sendo 450 homens e 476 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	297 000	23 000	23 000	23 000
1951	—	410 000	59[illegible] 000	132 000	641 000
1952	—	347 000	40[illegible] 000	95 000	360 000
1953	—	503 000	750 000	98 000	720 000
1954	—	616 000	63[illegible] 000	155 000	714 000
1955	—	727 000	738 000	221 000	664 000
1956 (1)	—	...	677 000	32 000	677 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As manifestações populares de caráter religioso que se realizam no município são os festejos em homenagem a Nossa Senhora da Conceição — padroeira da cidade —, iniciados no dia 29 de novembro, com novena, encerrando-se no dia 8 de dezembro com missa solene e procissão a que comparecem inúmeros fiéis. Festeja-se ainda o Mês de Maio, consagrado à Virgem Maria.

VULTO ILUSTRE — Impõe-se como filho ilustre do município o coronel do Exército Alencarliense Fernandes da Costa, que foi chefe da expedição e encarregado geral da catequese de índios, em Goiás.

BIBLIOGRAFIA — "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — 1939 — Imprensa Oficial; "Ligeiros Dados Estatísticos" — D.E.E. do Piauí — 1944 — Tipografia Popular; "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada" — C.N.E. (I.B.G.E.) — 1953.

(Fontes — Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Departamento Estadual de Estatística do Piauí. Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Palmeirais. Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Dr. José de Arimathéa Tito Filho, professor do Colégio Estadual de Piauí, da Escola Normal Antonino Freire e do Colégio Diocesano São Francisco de Sales).

PARNAGUÁ — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — As terras de Parnaguá, habitadas na época das explorações e descoberta do Piauí, por numerosas e valentes tribos de índios, dentre as quais sobressaem as dos Pimenteiras, Cheréns e Acroás, que desapareceram com a conquista, são, sem dúvida, as mais antigas do Estado, pois foram elas as primeiras que se dividiram em sesmarias diversas pelo Governador de Pernambuco, D. Pedro de Almeida; em 1676, as localizadas às margens do rio Gurguéia; em 1681, as situadas entre as cabeceiras do rio Paraim até à sua foz, no Gurguéia.

A respeito dos desbravamentos do território onde se localiza o município de Parnaguá, escreve Pereira da Costa, em sua "Cronologia Histórica do Estado do Piauí": "Os "acroás", escreve Cerqueira e Silva, que reduzidos pelos Jesuítas fundaram em 1751 a povoação denominada de São José do Duro, na parte setentrional da província de Goiás, estendiam-se, a princípio, por tôda a comarca do rio São Francisco, e chegavam até à lagoa de Parnaguá, em cuja margem ocidental está assentada a vila do mesmo nome, pertencente ao território da província do Piauí. Êsses índios reunidos aos "Macoazes" e "Rodelleiros" infestaram por bastante tempo os estabelecimentos das fazendas criadas em tôda essa extensão do interior, geralmente conhecida naquele tempo por sertão de "Rodelas"; e é às suas incursões que se deve a fundação dos arraiais, hoje vilas, de Parnaguá, Santa Rita do Rio Prêto, Campo Largo e Vila da Serra, fundação essa determinada ao Governador D. João de Lencastro por C. R. de 2 de dezembro de 1698, depois de serem batizados os mesmos índios na guerra que se lhes declarou, em virtude de outra C. R. de 17 de dezembro de 1699, por haver representado aquêle governador ser impossível reduzi-los à obediência por outras maneiras pacíficas, como era ordenado na primeira C. R. por efeito das queixas que levaram ao soberano os prejudicados em tais incursões".

Pertencendo primitivamente à freguesia de São Francisco da Barra do Rio Grande do Sul, do Bispado de Pernambuco, foi depois desmembrada e constituída freguesia em data que se ignora, mas cuja categoria já possuía em 1755, como corretamente se sabe.

Criada a vila, em virtude da Carta régia de 19 de junho de 1761, foi inaugurada pelo governador do Piauí, no dia 3 de junho de 1762, com a assistência do ouvidor-geral

da Província, Doutor Luís José Duarte Freire, determinando o mesmo governador, por Ato do dia seguinte, para patrimônio da Câmara — "uma légua de terra em quadro correndo pelos quatro lados da igreja da vila" (Noticia Pereira da Costa).

Posteriormente se elevou a vila à categoria de comarca, criada em sessão do Conselho do Govêrno da Província, em 26 de julho de 1833, ficando anexado ao seu têrmo o de Jerumenha, que depois foi desmembrado, reunindo-se-lhe o de Corrente, por ocasião de sua criação.

Em 1857, a vila contava 67 casas de telha e 15 de palha e a população de 355 habitantes. Mais tarde as suas construções muito progrediram e a sua população aumentou consideràvelmente.

A igreja Matriz de Parnaguá era, naquela época, um dos melhores templos do Piauí. Construída em época anterior à da criação da vila, foi incendiada em 1845, ficando completamente destruída. Reconstruída logo após sôbre novos alicerces, por iniciativa e direção do coronel José da Cunha Lustosa e do Juiz de Direito, Doutor José Pontes Visgueiro, apresentou-se mais vasta, mais cômoda e com melhor gôsto artístico.

A paróquia de Parnaguá contava naquela época com as capelas de Santo Antônio, no povoado Campo, a de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em Geti, a mais antiga do município, construída em 1741 pelo capitão-mor Manuel Marques Padilha do Amaral, e a de Nossa Senhora do Rosário, na Fazenda Mocambo, levantada em 1819 pelo capitão-mor José da Cunha Lustosa, sendo estas duas últimas de muito boa construção e dimensões regulares.

Na guerra dos Balaios, Parnaguá foi teatro de lutas sanguinolentas, mormente pelo fato de a família Aguiar, que tinha grande projeção nos meios político e social do município, haver aderido ao grupo rebelde dos "Bentevis" no propósito de afastar o Barão da Parnaíba da administração da província. Malograda a ação dos revoltosos, sofreram duras derrotas e bárbaros massacres no período de dezembro de 1840 a 6 de outubro do ano seguinte, quando, debandados completamente, foram vencidos na batalha do "Parati" e passados, friamente, pelas armas das fôrças legais, em grande número, sob a alegação de não haver prisão para tanta gente.

A Lei número 97, de 25 de junho de 1896, extinguiu o município de Parnaguá, cujo território foi anexado ao município de Corrente, bem assim o têrmo judiciário.

No ano seguinte, o município readquiriu a sua autonomia administrativa, por efeito da Lei número 154, de 16 de julho de 1897, permanecendo em Corrente o têrmo judiciário.

Pelo Decreto estadual número 838, de 27 de outubro de 1924, que extinguiu a comarca de Corrente, à qual estava anexado o distrito judiciário de Parnaguá, foi êste transferido para a comarca de Bom Jesus e, no ano seguinte, por efeito da Lei número 124, de 30 de junho de 1925, passou a integrar a comarca de Santa Filomena.

Ainda por fôrça do Decreto estadual número 944, de 27 de dezembro de 1928, o têrmo ou distrito judiciário de Parnaguá foi novamente anexado à comarca de Corrente, já restabelecida.

O Decreto estadual número 1 160, de 5 de março de 1931, criou a comarca de Parnaguá à qual foram anexados os distritos ou têrmos judiciários de Corrente e Gilbués.

O município de Parnaguá foi novamente extinto em conseqüência do Decreto estadual número 1 297, de 26 de junho de 1931, cujo território foi anexado ao de Corrente.

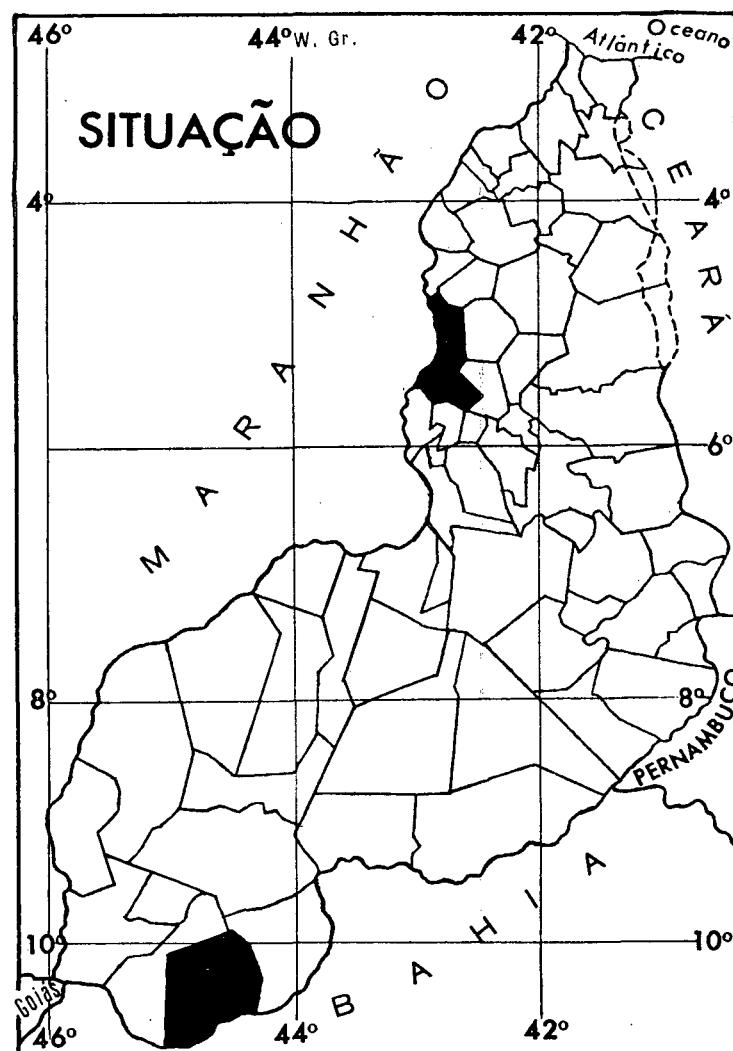
Por equívoco da Constituição Estadual, de 18 de julho de 1935, figura Parnaguá no artigo 2.º das Disposições Transitórias entre os municípios que três meses após a sua vigência realizariam eleições municipais, readquirindo assim a sua autonomia.

Pelo disposto no Decreto-lei estadual número 247, de 1.º de março de 1940, extinguiram-se os têrmos judiciários no Estado do Piauí, passando as comarcas a compor-se dos distritos judiciários a êles correspondentes. Além das disposições mencionadas neste Decreto-lei, foi criada a comarca de Parnaguá, desmembrando-se o seu distrito judiciário da comarca de Corrente, a que era subordinado.

Do município de Parnaguá foi desmembrada a área territorial de que é formado o município de Curimatá, criado pela Lei estadual número 895, de 29 de outubro de 1953.

O seu atual quadro administrativo e judiciário se constitui de comarca de 1.ª entrância, distrito judiciário e município com um único distrito administrativo de igual denominação.

A presente legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Senhor Paulo Lustosa da Silva e constituída a Câmara Municipal com 4 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Parnaguá situa-se na Zona Fisiográfica do Planalto. Limita com os municípios de Corrente e Curimatá e o Estado da Bahia. A cidade está situada à

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

margem da lagoa de Parnaguá. Dista 596 quilômetros em linha reta da capital do Estado e 900 quilômetros, via Gilbués, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 10° 14' de latitude Sul e 44° 13' de longitude W. Gr.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 480 metros.

CLIMA — O clima de Parnaguá, quer no inverno, quer no verão, é agradável. Como acontece no interior, o clima da cidade é também salubre, embora esta se localize às margens de um reservatório de água. As noites são amenas, e durante a estação invernosa faz um frio sêco mas tolerável.

ÁREA — A área do município de Parnaguá soma 5 937 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A configuração geográfica do município apresenta no seu relêvo serras por todos os lados. Destacam-se as serras da Tabatinga, localizada ao sul; a do Cercado, ao norte; a Samambaia, a leste; e as do Riacho Grande e dos Campos, a oeste. Localizada mais ou menos no centro do município, existe a lagoa de Parnaguá, com 12 quilômetros de extensão, atravessada pelo rio Paraim, que corta Parnaguá em sentido longitudinal do sul para o norte, e em cujo leito recebe as águas dos seguintes afluentes: da margem esquerda, rios Corrente, Grande, Fundo e o riacho Frio; da margem direita, os rios Poções ou Riachão, Curimatá e o riacho Fresco. Há ainda na região inúmeras lagoas entre as quais se apontam a do Desafio, Ibiraba, da Entrada e da Palmeira.

RIQUEZAS NATURAIS — Como riquezas naturais do município citam-se, no reino mineral, o cristal de rocha, rutilo e argila; no vegetal, a maniçoba, a carnaúba, o babaçu e matas para extração de madeiras e lenha; no reino animal, encontram-se gato, teiú, tatu, caititu, veado e jibóia, existindo ainda, na lagoa de Parnaguá principalmente, grande quantidade de peixes.

POPULAÇÃO — A população do município de Parnaguá, de conformidade com os dados do Censo de 1950, era de 11 821 habitantes, distribuídos da seguinte maneira: homens — 5 684; mulheres — 6 137; brancos — 822; pretos — 2 018; pardos — 8 974 e 7 sem declaração de côr. Dos habitantes de 15 anos e mais de idade e em número de 6 302, 2 536 eram solteiros; 3 252 eram casados, 514 eram viúvos. Em religião, predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 11 309, vindo em segundo lugar os protestantes em número de 393. Do restante, 7 se declararam espíritas, 102 afirmaram não abraçar nenhuma religião e 10 não fizeram declaração com respeito ao assunto. A densidade demográfica apresentava um índice de 0,877 1 habitante por quilômetro quadrado; 97,05% da população do município localizavam-se na zona rural, havendo equilíbrio entre homens e mulheres, como se verifica dos seguintes números: 5 516 homens e 5 957 mulheres. Colocou-se no 35.° lugar, em relação aos municípios mais populosos do Estado, ao passo que a cidade ocupou o 49.° lugar, apresentando um dos menores índices de população.

Aglomerações urbanas — O município de Parnaguá conta 2 aglomerações urbanas: a sede municipal, com 348 habitantes, sendo 168 homens e 180 mulheres. Dêsse total, entre pessoas de 15 anos e mais de idade, 75 homens e 68 mulheres sabiam ler e escrever, enquanto 70 homens e 91 mulheres não eram alfabetizados; e o povoado Riacho Frio, com 58 moradias e 450 habitantes, aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade econômica do município se assenta na agricultura, pecuária e indústria extrativa.

A agricultura não ocupa lugar de destaque na economia do município, entretanto, em 1956, apresentou o seguinte quadro de produção:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Cana-de-açúcar	Tonelada	10 000	2 000 000
Milho	Saco de 60 kg	12 000	1 200 000
Feijão	» » » »	12 400	620 000
Mandioca	Tonelada	3 000	600 000
Arroz com casca	Saco de 60 kg	8 900	534 000

Dessa produção anual apenas pequena parte é exportada, contando-se Barra, Juàzeiro e Remanso no Estado da Bahia entre os principais compradores.

Se a agricultura é sem expressão, o mesmo não se dá com a pecuária, que tem posição saliente na vida econômica do município. Contaram-se, em 1956, os seguintes efetivos: 18 000 bovinos; 7 400 suínos; 4 400 ovinos e 3 000 caprinos. Os principais centros importadores de gado do município são os Estados de Pernambuco e da Bahia.

A indústria extrativa e de transformação não é de grande importância; no entanto, não deixou de concorrer com a sua parcela para o aumento do resultado das atividades econômicas municipais, oferecendo, em 1956, o seguinte resultado: rapadura — 67 125 quilogramas, no valor de Cr$ 268 500,00; farinha de mandioca — 100 000 quilogramas, no valor de Cr$ 131 500,00; polvilho de mandioca — 13 200 quilogramas, no valor de Cr$ 66 000,00 e cêra de carnaúba — 245 quilogramas, no valor de Cr$ 8 575,00.

COMÉRCIO — O comércio de Parnaguá é insignificante, resumindo-se apenas a 4 estabelecimentos varejistas. As transações comerciais são feitas com as praças de Barra, Remanso, Salvador, Juàzeiro, no Estado da Bahia, e Recife, das quais importa tecidos, café, sal, querosene, drogas, miudezas, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município dispõe dos seguintes meios de transporte, por intermédio dos quais se liga à capital do Estado e às sedes dos municípios vizinhos, como a seguir se enumera: Curimatá — estrada carroçável, 48 quilômetros; Bom Jesus — estrada carroçável, 312 quilômetros; Gilbués — estrada carroçável, 120 quilômetros; Corrente — estrada carroçável, 144 quilômetros; Remanso (BA) — estrada carroçável, 264 quilômetros; Capital Estadual — estrada carroçável até Floriano e daí por meio de rodovia, 900 quilômetros; ou por estrada carroçável até Gilbués e daí por via aérea, 845 quilômetros. Há uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

A sede do município possui um campo de pouso.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Parnaguá, situada próxima à lagoa de Parnaguá, tem pequena área, possuindo apenas 7 logradouros públicos, não pavimentados. Há uma pensão no lugar, cuja diária média é de Cr$ 50,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os estabelecimentos comerciais da sede, na falta de farmácia ou socorro farmacêutico, incluem no seu negócio a venda de drogas mais comuns às zonas interioranas.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 registrou em todo o município a existência de 9 717 pessoas de 5 anos e mais de idade, das quais 1 988 sabiam ler e escrever, isto é, 20,4%, sendo 1 159 homens e 829 mulheres. Na cidade o registro foi de 304 pessoas de 5 anos e mais de idade, de cujo total 143 sabiam ler e escrever, sendo 75 homens e 68 mulheres. Em alfabetização, Parnaguá, apresenta, em confronto com os municípios mais populosos do Estado, as seguintes colocações e percentagens: no município — 19.º lugar com um índice de 20,46%; na cidade, 27.º lugar com um índice de 47,04% e, na zona rural, o 9.º lugar, com a percentagem de 16,60%.

Ensino — Em 1956, funcionaram, na cidade e em todo o município, 28 unidades de ensino primário geral, das quais 6 escolas eram estaduais, 19 municipais e 3 cursos supletivos. Dos 587 alunos matriculados, 284 eram do sexo masculino e 303, do sexo feminino.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na sede do município uma biblioteca particular, de natureza geral, com 200 volumes aproximadamente.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	80 811	438 739	7 581	428 197
1951.......	—	111 868	348 241	11 776	375 370
1952.......	—	119 391	415 671	11 821	341 728
1953.......	—	148 773	615 566	10 126	739 856
1954.......	—	175 881	565 625	8 035	573 306
1955.......	—	164 182	570 503	4 634	367 762
1956 (1)....	—	...	620 900	32 500	620 900

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Como na maioria dos pequenos municípios, as manifestações populares são limitadas às festas juninas dedicadas a São João e São Pedro, cujas características são as mesmas em quase tôda a região.

VULTOS ILUSTRES — Entre os filhos que se enobreceram pelos serviços à Pátria e em cargos públicos, temos: *João Lustosa da Cunha Paranaguá*, bacharel pela Faculdade de Direito do Recife. Após a formatura, serviu como Secretário da Província da Bahia; foi depois Presidente da Província do Maranhão e em seguida Presidente da Província de Pernambuco, passando logo após a ser Ministro da Guerra e da Fazenda. Quando Ministro da Guerra, foi organizador do comando das tropas de Caxias, na guerra do Paraguai. Exerceu a Presidência do Instituto Geográfico Brasileiro. Como Marquês de Parnaguá auxiliou o Conde D'Eu na organização do Ministério, após a guerra, elegendo-se nessa ocasião Presidente do Conselho Ministerial. *José Lustosa da Silva*, Barão de Paraim, irmão do Marquês de Parnaguá, organizador do Batalhão que de Parnaguá seguiu para o Paraguai. *José Mariano Lustosa do Amaral* — Desembargador, Juiz por muitos anos em Parnaguá; foi Presidente da Província do Piauí, político e chefe de numerosa família, admirado por inegáveis virtudes cívicas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade de Parnaguá está situada num planalto, tendo ao sul a lagoa de Parnaguá, com 12 000 metros de extensão por 7 000 de largura. A referida lagoa apresenta aspectos interessantes, como o que se nota na sua superfície durante os meses de verão, quando a forte ventilação enruga as águas. Êsse fenômeno, que os moradores denominam de "Zangada", é motivado pelos reflexos das águas que, no verão, dão às nuvens uma coloração rósea.

Os habitantes do município de Parnaguá são conhecidos pelo gentílico parnaguaenses.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" — Pereira da Costa — Pernambuco — Tipografia do "Jornal do Recife" — 1909; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — Vol. IV — Teresina — Papelaria Piauiense — 1923; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — D.E.E. do Piauí — Imprensa Oficial — 1939; "Sinopse Estatística do Município de Parnaguá" — Conselho Nacional de Estatística — 1948; "Anuário Estatístico do Brasil" — Ano V — Conselho Nacional de Estatística — 1939-1940; "Anuário Estatístico do Brasil" — Ano XIII — 1952. C.N.E. (I.B.G.E.) — 1953; "Estudos Sôbre a Alfabetização da População do Brasil" — Estatística Cultural número 5 — C.N.E. (I.B.G.E.) — 1953; "Censo Demográfico do Estado do Piauí" — C.N.E. (I.B.G.E.) — 1952; "Estado do Piauí" — Censos Demográfico e Econômico — C.N.E. (I.B.G.E.) — 1956.

(Fonte — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí. Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Parnaguá. — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Dr. José de Arimathéa Tito Filho, professor do Colégio Estadual do Piauí, da Escola Normal Antonino Freire e do Colégio Diocesano São Francisco de Sales).

PARNAÍBA — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1669, a região compreendida entre o rio Igaraçu e a serra da Ibiapaba, habitada naquela época por silvícolas, foi desbravada por Leonardo de Sá e seus companheiros que, pelo feito, ganharam uma sesmaria de terra às margens daquele rio.

Sob a denominação de Parnaíba, topônimo que teria surgido, segundo alguns estudiosos, do desejo de os primeiros exploradores do Piauí, de homenagearem o então distrito Paulista de Parnaíba; segundo outros, da palavra tupi, cujo significado seria "grande rio não navegável", tornou-se conhecida a zona ribeirinha do rio do mesmo nome e pertencente à freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca. Naquele local, à margem esquerda do rio Igaraçu, funcionava, desde alguns anos, posteriores ao de 1761, uma charqueada de propriedade de Domingos Dias da Silva, português, fundador do Pôrto das Barcas e que foi o pioneiro da região, principalmente nos setores comercial e agrícola. Através de cinco navios de sua propriedade se fazia o comércio de importação e exportação com a Europa. A exportação atingia anualmente cêrca de 1 800 toneladas de charque.

Em virtude da Carta régia de 19 de junho de 1761, que criou um município em cada uma das freguesias exis-

Vista parcial aérea da cidade

tentes no Piauí e elevou as suas sedes à categoria de vila, foi solenemente instalada, consoante se vê na "Cronologia Histórica", de Pereira da Costa, a 18 de agôsto de 1762, pelo Governador da Capitania — João Pereira Caldas — na igreja Matriz de Piracuruca, a então vila de São João da Parnaíba, — a cujo ato se achavam presentes o conselheiro do Conselho Ultramarino, Francisco Marcelino de Gouveia e o desembargador ouvidor-geral Luís José Duarte Freire, sendo o território constitutivo do têrmo da nova vila desmembrado do de Piracuruca.

O ato de criação da vila de Parnaíba determinou para sua sede o pequeno povoado denominado Testa Branca, que ficava a uma légua da atual cidade.

No dia 26 do mesmo mês e ano, verificou-se o ato de juramento e posse dos membros da Câmara e do Senado da nova vila, na casa de aposentadoria do desembargador ouvidor-geral e corregedor da comarca Luís José Duarte Freire, cuja corporação ficou assim constituída: juiz ordinário de órfãos: — Diogo Álvares Ferreira; vereadores: — José da Costa e Oliveira e Domingos Alves Barroso e procurador: — Manoel de Sousa Guimarães. No mesmo dia procedeu-se ao levantamento do pelourinho da vila.

Através de Portaria datada de 27 de agôsto do mesmo ano de 1762, o Governador nomeou os novos oficiais e funcionários da vila. Diogo Álvares Ferreira foi feito, então, capitão-mor das ordenanças e João Lopes Castelo Branco, sargento-mor. Era então Testa Branca um lugarejo insignificante, com apenas 4 casas, 8 pessoas livres e 11 escravos.

Atribui-se que Pereira Caldas, ao escolher o pôrto de Testa Branca, a 6 quilômetros abaixo de Pôrto das Barcas, para sede municipal, teve em vista as condições geográficas do local, a sua constante comunicação com o exterior, sul e norte do Brasil, facilidade de fiscalização dos impostos de exportação de charque e outros produtos piauienses e aplicação direta dêsses impostos nos serviços do novo município.

Tendo em vista a insignificância do lugar escolhido para sede do município, ordenou o Governador que se levantasse o pelourinho no povoado do Pôrto das Barcas até que, naquele lugar, se desse início à construção de algum edifício e pudesse haver as primeiras acomodações.

Incontestàvelmente, o povoado de Pôrto das Barcas oferecia melhores vantagens para o assento da nova vila: era então uma feitoria com estabelecimento de charqueada, cujos produtos eram exportados para Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Pará, deixando grande interêsse às rendas públicas pelo movimento comercial que resultava de semelhante indústria, além de contar com uma população crescente e ativa, algumas casas e armazéns e uma ermida construída pelos habitantes da localidade.

Começaram então a afluir para o Pôrto das Barcas novos povoadores e a aumentar as suas edificações, ao passo que, em Testa Branca, não se havia edificado uma só casa, apesar de muitas pessoas se terem oferecido e mesmo se comprometido a construir naquele local. Em vão remeteu o Governador, em 20 de dezembro de 1762, à Câmara do Senado uma planta para regular o arruamento da vila e baixou depois as mais terminantes e ameaçadoras ordens no sentido de reativar-se a edificação de casas e tornar-se efetivo o estabelecimento da nova vila no lugar determinado. Essas ordens não surtiram o efeito esperado, porquanto as poucas construções ali iniciadas não foram concluídas, e, das atividades realizadas em decorrência daquelas ordens, a única que se efetivou foi a mudança do pelourinho.

Não obstante, progredia o lugar do Pôrto das Barcas. Em 1769, a Câmara baixou um edital proibindo se construísse, sem prévia licença, casa alguma naquela localidade, ao tempo que facilitava as construções em Testa Branca. Essa situação durou oito anos e, sòmente depois que João Pereira Caldas deixou o govêrno da capitania, cogitou-se da mudança do local, sendo, em 1770, transferida oficialmente a sede da vila de São João da Parnaíba do lugar Testa Branca para o denominado Feitoria ou Pôrto das Barcas, onde hoje se encontra situada a florescente cidade de Parnaíba.

Resolvida finalmente essa questão, ordenou o governador fôssem mudados para lugares mais distantes os estabelecimentos de charqueada que ficavam mais próximos à povoação e de todo o ocorrido deu conhecimento ao Govêrno da Metrópole, em ofício de 20 de junho de 1770, pedindo aprovação para o seu ato, que foi ratificado pelo Governador da Capitania.

Em 1775 foi construída a casa da Câmara e cadeia da vila e, em 1805, foi criada a sua Paróquia sob a invocação de Nossa Senhora da Graça, por provisão do Bispado diocesano do Maranhão, D. Luiz de Brito Homem, sendo o seu território desmembrado do de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca, da qual era capela filial.

Por efeito do Alvará de 8 de maio de 1811, criou-se o lugar de juiz de fora de Parnaíba, que teve o predicamento de comarca no ano de 1833 por deliberação do Conselho de Govêrno em sessão do dia 26 de julho daquele ano,

Vista parcial da Praça da Graça

compreendendo, além do seu têrmo, os das vilas de Piracuruca e Campo Maior, os quais perdeu posteriòrmente.

A vila de São João da Parnaíba foi elevada à categoria de cidade em razão da Lei provincial número 166, de 16 de agôsto de 1844.

Em 1808, em virtude de ordem do governador Carlos César Burlamáqui, procedeu-se à demarcação judicial das terras patrimoniais da Câmara, em presença do desembargador ouvidor-geral da comarca, Henrique José da Silva, constando citadas terras de quatro léguas em quadro.

Em agôsto de 1817, foi criada a alfândega de Parnaíba por ato de D. João VI, atendendo às necessidades da população da província, quanto ao desembaraço de suas mercadorias exportáveis para outros portos do país.

Com a morte de Domingos Dias da Silva, fundador da povoação Pôrto das Barcas e possuidor de grande fortuna, desapareceram as charqueadas do Piauí, e seus filhos Raimundo e Simplício Dias da Silva, à falta de tino comercial, perderam aquela fortuna que, por fôrça de sua grandeza, se tornou lendária.

Outro aspecto da Praça da Graça

Simplício Dias da Silva distinguiu-se admiràvelmente na vida política de Parnaíba, sua cidade natal, não só pelo gênio combativo de que era dotado como pela invulgar capacidade de tudo resolver a contento nos momentos mais difíceis. Como coronel da guarda nacional, sempre comandou com heroísmo os contingentes defensores das aspirações políticas de Parnaíba, destacando-se como principais feitos: seu valoroso concurso ao ato da Proclamação da Independência do Brasil em Parnaíba, no dia 19 de outubro de 1822, sob a chefia do Dr. João Cândido de Deus e Silva, com a cooperação do major José Francisco de Miranda Osório e outros elementos de projeção; sua bravura no movimento armado contra a poderosa fôrça do Major João José da Cunha Fidié — Governador das armas do Piauí — quando pretendia êste abafar as idéias de independência; sua grande influência no malogrado movimento republicano rompido em Parnaíba no dia 25 de agôsto de 1824. A propósito dêsse movimento, diz Pereira da Costa em sua "Cronologia Histórica do Estado do Piauí: "Rompe na vila da Parnaíba uma revolução republicana, aderindo a que rebentara em Pernambuco proclamando a Confederação do Equador no dia 2 de julho, e já abraçada pelas províncias de Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

"Dissolvida a Constituinte em 1823, e mandado jurar o projeto da Constituição outorgada por D. Pedro I, pelo Decreto de 11 de março do ano seguinte, foi isto feito na capital e em tôdas as cidades e vilas da província, menos porém, na de Campo Maior, que, unida em sentimentos democráticos à da Parnaíba, abraçara o movimento do Ceará, donde partiram emissários para predispor os ânimos e promover a adesão do Piauí.

"Um dêsses emissários foi o Padre Francisco de Paula Barros que chegou à Parnaíba no dia 31 de julho, a título de ir para o Maranhão em serviço de Sua Majestade Imperial, e demorando-se até dias de setembro, foi hospedado pelo coronel Simplício Dias da Silva. O Presidente da província diz em Portaria de 22 de julho de 1826 que o Padre Paula Barros enquanto se demorou na Parnaíba, estêve pregando e promovendo o sistema democrático.

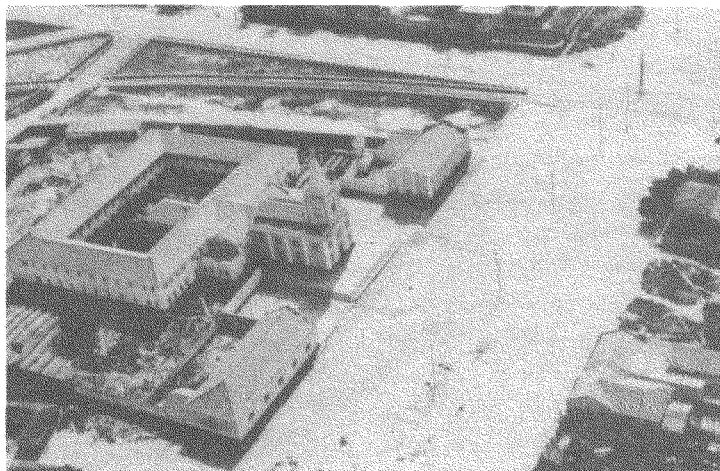
"O Dr. João Cândido de Deus e Silva, Presidente da Câmara Municipal da Parnaíba, e os dois comandantes dos corpos milicianos da vila, o tenente-coronel Domingos Dias da Silva Henriques e o major Bernardo Saraiva de Carvalho, unidos com o major José Francisco de Miranda Osório, dirigiram então uma representação à referida Câmara, firmada também por grande número de pessoas as mais qualificadas da localidade, pedindo não só que se não prestasse o juramento à Constituição imposta, como ainda que fôsse aderida a causa republicana, já triunfante desde Pernambuco até o Ceará.

"Ficando à frente do movimento político o Dr. João Cândido, o tenente-coronel Domingos Dias e o major Bernardo Saraiva, parte para o interior em demanda da capital o major Miranda Osório com o fim de combinar ali com os seus amigos a repercussão do movimento e os meios práticos da sua realização.

"Na sua longa peregrinação patriótica da Parnaíba a Oeiras foi Miranda Osório preparando o espírito do público, criando prosélitos e combinando todo o movimento. Mas a êsse tempo, depois de porfiada luta, já havia desaparecido a Confederação do Equador e de novo se havia proclamado em Pernambuco o Govêrno Imperial, fatos êstes conhecidos em Oeiras, mas absolutamente ignorados por Miranda Osório.

"O brioso republicano era ali esperado com ansiedade, onde já eram conhecidos os triunfos que obtivera em sua romagem patriótica; e por isso os seus amigos mandaram-no prevenir, mas desencaminhando-se o portador êle continua impávido a sua viagem, e quando transpõe as raias da cidade é imediatamente prêso e atirado em rigoroso cárcere por ordem do comandante das Armas Joaquim de Sousa Martins.

"Assim prevenido o Govêrno, a tempo de sufocar o movimento, e prêso Miranda Osório, proclama o Presidente Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, aos habitantes da província, e particularmente aos da Parnaíba, invectivando a êstes de perjuros e loucos, interrogando-os sôbre o que esperavam em adotar a forma republicana, anunciando a invasão das tropas imperiais em Pernambuco, e enfim convidando-os a abraçar novamente o sistema monárquico representativo.

"Suspendeu imediatamente as Câmaras da Parnaíba e Campo Maior, mandando prender o Dr. João Cândido de Deus e Silva, Presidente da primeira e ouvidor da comarca por haver êle "procurado por meio de suas opiniões e escritos incutir nos ânimos incautos dos habitantes as perversas doutrinas dos rebeldes das províncias limítrofes de Per-

Vista aérea da cidade, destacando-se o Convento de São Francisco dos Capuchinhos e Igreja de São Sebastião

nambuco e Ceará"; criou uma junta Defensiva, com o fim de auxiliar o Govêrno e lembrar o que fôsse conveniente à defesa da província, e mandou fortificar e presidiar os pontos sujeitos a qualquer invasão de tropas do Ceará, chamou os soldados escusados para servirem mediante sôldo dobrado; fêz marchar tropas para a Parnaíba e Campo Maior; oficiou aos Presidentes da Bahia e Sergipe pedindo armamento; fêz recolher ao cofre tôdas as dívidas e pagamentos vencidos; enfim pôs em ação todos os meios que julgou convenientes para sufocar o movimento.

"O Dr. João Cândido e seus companheiros foram presos e processados pela devassa aberta em virtude da Portaria Imperial de 16 de fevereiro de 1825, em cujo número além dos conhecidos implicados no movimento, figura o patriota Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco, recluso em Oeiras por mais de um ano e depois remetido para o Maranhão, onde finalmente recobrou a sua liberdade.

"Foi juiz da alçada o ouvidor de Oeiras Dr. João Martiniano Barata que para desempenho de sua incumbência partira para a Parnaíba e Campo Maior".

Parnaíba se ufana de ser o município piauiense que primeiro proclamou a Independência do Brasil e, com a prematuridade dêsse acontecimento histórico, suscitou igual procedimento na capital da província e a conseqüente queda do jugo português no Piauí, porque os habitantes de Oeiras, com o afastamento de Fidié que fôra abafar o movimento separatista de Parnaíba, puderam também, e com muita facilidade, secundar o ato dos parnaibanos, proclamando a independência na memorável madrugada de 24 de janeiro de 1823.

Os parnaibanos muito devem ao coronel João de Andrade Pessoa Anta, grande patriota da vila de Granja, no Estado do Ceará, por sua valiosa ajuda no movimento de 19 de outubro de 1822. Foi êle um forte batalhador em prol da nossa independência. Devido porém à sua ativa e direta participação na revolução republicana, rompida em 1824, foi fuzilado em Fortaleza, no dia 30 de abril de 1825.

O fracasso dessa revolução refletiu-se dolorosamente em Parnaíba, não só pelo desaparecimento daquele seu prestimoso coadjutor, nas horas amargas da sua vida política, como pela prisão dos seus ilustres habitantes — coronel Simplício Dias, Dr. João Cândido, Bernardo Saraiva de Carvalho, Miranda Osório e Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco, os quais foram submetidos a processo de crime político na cidade de Oeiras.

Um vasto prédio de sobrado, contendo comunicação interna com a igreja Matriz, conhecida por *Casa Grande da Parnaíba*, de propriedade de Domingos Dias da Silva, transferida mais tarde ao coronel Simplício Dias da Silva, atraiu para a sua proximidade outras construções sem alinhamento definido, resultando disso o que se vê hoje na cidade velha — praças em forma de triângulos irregulares, ruas curvas e outras formando linhas quebradas e com diferentes larguras.

Com o fim de sanar os defeitos de alinhamento da zona correspondente às primitivas construções, foi adotada, em 1914, uma planta que alargou para 20 e 30 metros algumas ruas e avenidas e, conseqüentemente, foram demolidos diversos prédios e construídos outros dentro do plano urbanístico adotado, que muito contribuiu para que a cidade se desenvolvesse simètricamente, apesar dos defeitos focalizados.

A Diocese da Parnaíba foi criada em 6 de dezembro de 1944 e instalada solenemente a 8 de setembro de 1945, tendo como Bispo D. Felipe Conduru Pacheco, que assumiu a Diocese a 7 de julho de 1946.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Parnaíba se compõe de um só distrito, criado por Provisão régia de 25 de setembro de 1801, com a denominação de Parnaíba.

De acôrdo com o quadro de divisão administrativa referente ao ano de 1923, o município em aprêço subdivide-se nos distritos de Parnaíba e Amarração. Dá-se o mesmo nos quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual número 52, de 29 de março de 1938, notando-se, porém, que o último distrito passou a chamar-se Luís Correia.

Em virtude do Decreto-lei estadual número 147, de 15 de dezembro de 1938, o município de Parnaíba perdeu para o de Luís Correia, recém-criado, o distrito dêsse nome. Nas divisões territoriais do Estado, fixadas pelos Decretos-leis estaduais números 147, supramencionado, e 754, de 30 de dezembro de 1943, para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, Parnaíba figura constituída por um distrito apenas — o de idêntico topônimo.

A comarca de Parnaíba foi criada pelo Conselho do Govêrno, a 26 de julho de 1833.

Segundo o quadro de divisão territorial, datado de 31-XII-1936, a referida comarca abrange dois têrmos: o da sede e o de Buriti dos Lopes. Já no de 31-XII-1937 e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 52, de 29 de março de 1938, aparece o município de Parnaíba constituído de três têrmos: os dois supracitados e o de Luís Correia.

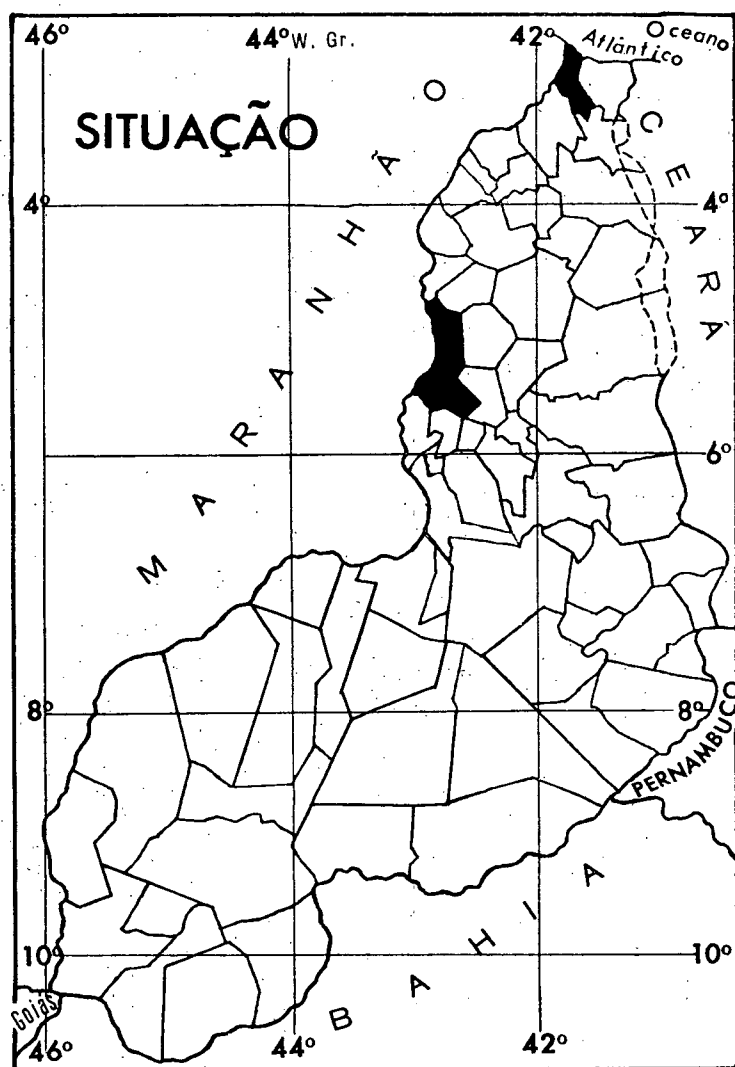
Em razão do Decreto-lei estadual número 247, de 1.º de março de 1940, suprimiram-se os têrmos judiciários no Estado do Piauí, passando as comarcas a integrar-se dos distritos judiciários correspondentes a êles. De outro lado a comarca de Parnaíba perdeu para a de Buriti dos Lopes, recém-instituída, o distrito judiciário dêsse nome.

Assim, na divisão territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1944-1948, e estatuída pelo Decreto-lei estadual número 754, de 30 de dezembro de 1943, a comarca de Parnaíba aparece subdivida em dois distritos judiciários: Parnaíba e Luís Correia, o que foi confirmado pelo Decreto-lei estadual número 765, de 31 dêsse mês e ano. Pos-

teriormente, com a criação do município de Cocal, pela Constituição Estadual sancionou em 1946, foi anexado ao município de Parnaíba o distrito judiciário de igual nome.

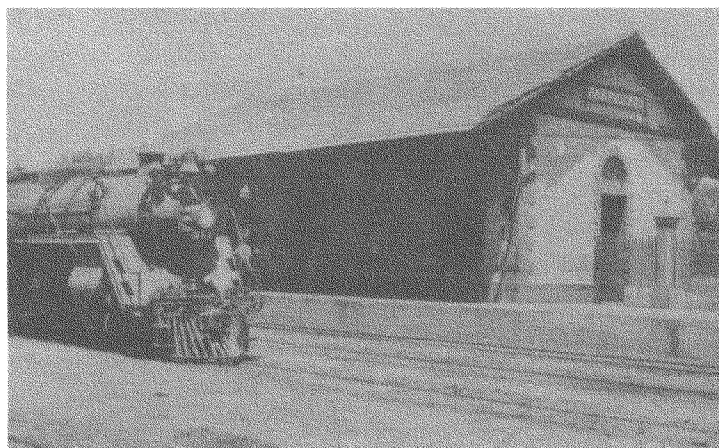
O atual quadro administrativo e judiciário do município de Parnaíba compreende uma comarca de 4.ª entrância, sendo os distritos judiciários das sedes Luís Correia e Cocal subordinados à sua jurisdição. Conta o município de Parnaíba com apenas o distrito da sede.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Dr. Alberto Tavares e Silva, e constituída a Câmara Municipal com 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Parnaíba situa-se na Zona Fisiográfica do Litoral. A sua sede localiza-se à margem direita do rio Igaraçu. Limita com o Oceano Atlântico, Estado do Maranhão e municípios de Buriti dos Lopes, Cocal e Luís Correia. A cidade de Parnaíba fica a 386 quilômetros da capital Estadual, por rodovia, e a 290 quilômetros em linha reta. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 2° 54' 12" de latitude Sul e 41° 47' 01" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 13 metros na sede municipal.

CLIMA — Sêco e ventoso no estio, quente e úmido no verão. Temperatura máxima: 32°C; média: 25°C e mínima: 20°C. O período invernoso começa em dezembro e termina em maio

ÁREA — A área do município é de 934 quilômetros quadrados, sendo um dos menores do Estado.

Estação da Estrada de Ferro Central do Piauí

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são o rio Parnaíba, o Portinho e o Igaraçu, a cuja margem está situada a cidade de Parnaíba. O território de Parnaíba caracteriza-se por ser ligeiramente ondulado, não atingindo as máximas amplitudes cêrca de 60 metros. Tem-se a impressão de imensas anticlinais e sinclinais, de eixos paralelos, visíveis quando se viaja pela estrada que passa em Buriti dos Lopes. Parece que êste movimento da crosta foi provocado por fôrças tangenciais na direção nordeste.

Partindo de Parnaíba para Cocal, o terreno vai-se alterando gradativamente. Embora não apresente serra nem morro importante, há nos limites com o município de Buriti dos Lopes alteração na hipsometria.

Há no município de Parnaíba, formadas pelo rio do mesmo nome, as ilhas de Ferreira, Chafariz, Bom Jesus, Costa, Meio, Grande de Santa Isabel, e na Barra das Canárias as de Estêvão, Batatas, Morros e Trindade. Além dos acidentes mencionados, registram-se as lagoas da Aninga, do Arroz da Prata e do Bebedouro, tôdas de pequena importância.

RIQUEZAS NATURAIS — Cêra de carnaúba, lenha e tucum são os principais produtos extrativos vegetais do município. No setor mineral, conta o município com uma bem organizada salina que abastece extensa zona do Estado servida pelo rio Parnaíba. A pesca no município é realizada com alguma intensidade, havendo duas colônias de pescadores, Z-2 e Z-7, que congregam grande número dêles.

POPULAÇÃO — A população de Parnaíba, segundo o Recenseamento de 1950, era de 49 369 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 23 768; mulheres — 25 601; brancos — 13 343; pretos — 1 703; pardos — 34 274; sem declaração de côr — 49. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 28 983, 10 868 eram solteiras; 15 769, casadas; 8 305, viúvas e 11, desquitadas. Do total indicado 30 não declararam o estado civil. Existiam 54 estrangeiros e 6 brasileiros naturalizados. Em religião, predominaram os que se declararam católicos romanos em número de 48 899; as outras religiões possuíam adeptos em pequena escala. A densidade era de 53 habitantes por quilômetro quadrado. Parnaíba é o 4.° município de maior população no Estado do Piauí:

Teresina	90 723
Picos	54 713
Valença do Piauí	51 586
PARNAÍBA	49 369

Parnaíba figura, portanto, em posição de relêvo dentro do Estado.

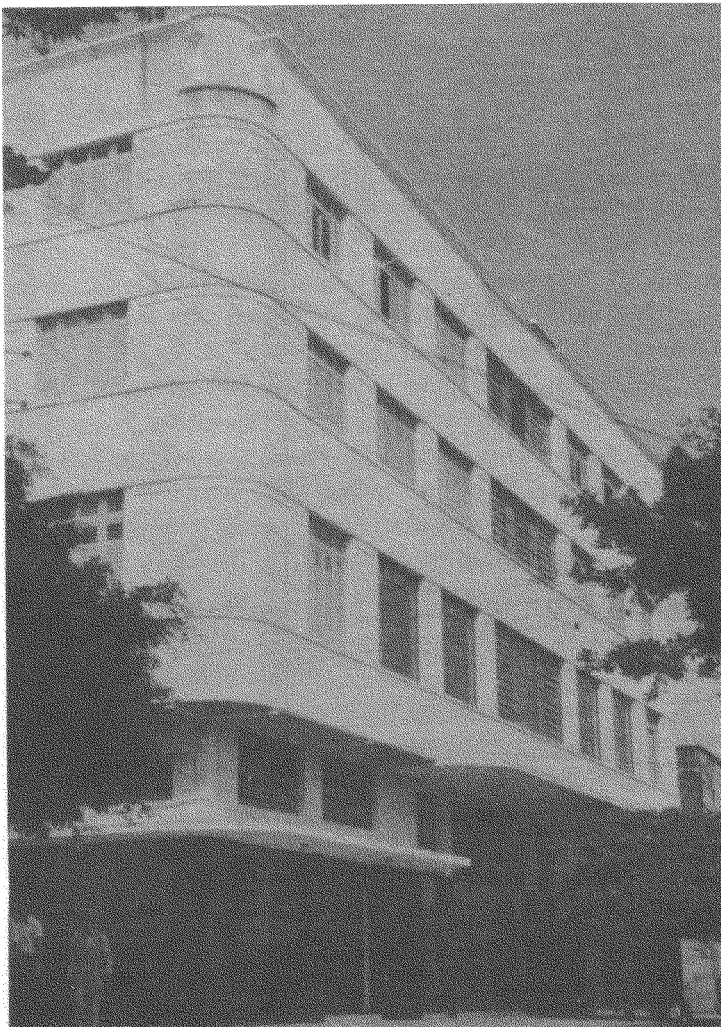
Na mesma data, a população da cidade (quadros urbano e suburbano do distrito-sede) alcançava 30 174 habitantes e a cidade era a segunda mais populosa do Estado.

O município de Parnaíba compreendia, na data do Censo, apenas um distrito, o da sede:

LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE	
	Números absolutos	% sôbre o total
Cidade	30 174	61,12
Quadro rural	19 195	38,88
TOTAL	*49 369*	*100,00*

Assim, 61% da população do município localizavam-se na cidade e 39%, no quadro rural. Em todo o Estado do Piauí, 16 por cento da população localizavam-se na cidade.

Nas zonas urbana e suburbana da cidade predominava o total de mulheres sôbre o de homens, ocorrendo o inverso na zona rural, onde existiam 9 753 homens e 9 442 mulheres.

Aglomerações urbanas — O município conta com apenas um núcleo urbano, o da cidade de Parnaíba, com 30 174 habitantes, dos quais 14 055 homens e 16 159 mulheres. Além do principal núcleo urbano mencionado, existem os povoados Morros da Mariana, com 490 moradias e 2 500 habitantes; Bom Princípio, com 116 moradias e 600 habitantes; Campos de Marizeira, com 30 moradias e 180 habitantes e Ilha Grande de Santa Isabel, com 136 moradias e 850 habitantes. Convém salientar que a população dos povoados relacionados é resultado de estimativa feita, tendo em vista o número de moradias.

Edifício da Associação Comercial

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município assenta a sua economia principalmente no comércio e na indústria, salientando-se o comércio grossista (exportação de gêneros de produção do Piauí), que o coloca em posição de relêvo dentro do Estado, tendo sido cognominada por isso de capital econômica do Piauí. Com uma população bastante inferior à de Teresina, Parnaíba é, como se disse acima, a verdadeira capital econômica do Estado. Seu comércio atacadista, que em 1950 já movimentava acima de 360 milhões de cruzeiros, abarcava 64% das transações de gêneros em todo o Estado e oferecia resultados mais de 5 vêzes superiores ao de Teresina. Embora o movimento varejista fôsse menor que o da Capital, no conjunto das vendas mercantis, o município de Parnaíba superava de 2,5 vêzes o de Teresina: na sua praça comercial se realizavam 50% das operações estaduais.

Essa posição privilegiada é devida, em grande parte, à localização de Parnaíba perto da foz do rio de igual nome e ao fato de ser, ao mesmo tempo, o principal pôrto do Piauí e das zonas circunvizinhas. Serve, assim, o rio Parnaíba de escoadouro à produção do interior do Estado, bem como à do norte de Goiás. De população preponderantemente urbana, 61% de seus 49 369 habitantes residiam na cidade, em vivo contraste com o que se verifica no conjunto da Unidade, onde apenas 16% moram no quadro urbano. O predomínio demográfico da cidade sôbre o campo reflete num melhor índice de alfabetização: 48% dos habitantes de 10 anos e mais, em 1950, sabiam ler e escrever, numa Unidade cuja cota era de sòmente 26%.

A produção agrícola do município é exígua; o valor total, em 1953, não ia além de 4 milhões de cruzeiros. A cana-de-açúcar é, dentre as culturas, a única de alguma expressão local. As indústrias extrativas exploram o sal e a cêra de carnaúba, ambos em pequena escala. Dentro dum Estado de baixo nível industrial (70 milhões de cruzeiros em 1950), o município de Parnaíba, com 29,5 milhões, tem posição de vanguarda. Os óleos vegetais, especialmente os de babaçu e caroço de algodão (38 milhões de cruzeiros em 1953), são os principais itens de sua indústria.

Agricultura — O volume e o valor dos principais produtos agrícolas da região, em 1956, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	5 700	1 140 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	9 349	1 168 000
Feijão	Saco de 60 kg	4 100	1 476 000
Mandioca	Tonelada	4 045	889 000
Milho	Saco de 60 kg	13 200	1 320 000

Pelo demonstrativo acima, verifica-se que a agricultura no município de Parnaíba é pouco desenvolvida, destinando-se à população local tôda a produção obtida.

Indústria — O parque industrial de Parnaíba se caracteriza pelas indústrias de transformação — produtos alimentares, química e farmacêutica, de couros e peles e produtos similiares. Assume também importância, no município, a indústria de transformação de minerais não metálicos.

Dentre as indústrias químicas e farmacêuticas ressalta a de preparação de óleos vegetais (babaçu e caroço de algodão) subprodutos, a extração da cêra de carnaúba e o fabrico de sabão.

Segundo dados retirados do Registro Industrial de 1956, verificou-se o movimento a seguir indicado, nas indústrias subordinadas ao título acima mencionado:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Óleo de babaçu	kg	2 500 730	60 407 101
» » caroço de algodão	»	100 875	1 585 807
» » tucum	»	394 939	7 730 142
» » mamona	»	11 236	189 958
Ralão de babaçu	»	1 339 267	817 822
Resíduo de caroço de algodão	»	585 464	1 017 811
Cêra de carnaúba	»	104 709	4 986 350
Sabão	»	1 369 974	18 710 488

Além dos produtos especificados acima, observou-se ainda o seguinte movimento nas indústrias menos importantes: Solas — Cr$ 13 397 262,00; peles de vários tipos — Cr$ 147 671,00; produtos alimentícios (pães, biscoitos, bolachas e macarrão) — Cr$ 7 386 646,00; móveis em geral — Cr$ 4 035 234,00; refrigerantes — Cr$ 2 533 399,00; produtos de olaria — Cr$ 1 330 573,00; farinha de mandioca — Cr$ 1 089 680,00; rapadura — Cr$ 583 830,00.

Destaca-se em Parnaíba, como fator de progresso, uma bem organizada fábrica de refinação de cêra de carnaúba de propriedade da firma Morais S. A. (Indústria e Comércio), a única no seu gênero, existente no Estado e, talvez, no país.

A pesca, consoante o movimento verificado em 1956, alcançou a produção de 132 050 quilogramas, no valor de Cr$ 982 500,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Parnaíba é considerado um dos mais intensos do Estado, notadamente o comércio grossista feito com as praças do sul do país e do exterior, e que se caracteriza pela exportação da cêra de carnaúba, amêndoas de babaçu e óleos vegetais. Existem na sede municipal 581 estabelecimentos varejistas, 20 atacadistas e 24 indústrias com mais de 5 operários. Segundo os inquéritos econômicos realizados no município, os principais estabelecimentos atacadistas, em número de 8, apresentaram um movimento de vendas, em 1956, de Cr$ 397 562 230,00, o que bem demonstra a solidez da sua mais notável atividade.

O comércio de Parnaíba mantém transações com as praças do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Pará, Estados Unidos da América do Norte, Inglaterra, Holanda, França, Alemanha, e outras. Existe um estabelecimento bancário com sede na cidade de Parnaíba — Banco da Parnaíba S. A. — bem assim três agências bancárias e uma agência da Caixa Econômica Federal do Piauí com 5 000 cadernetas em circulação e depósitos no valor de Cr$ 11 685 902,20.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município de Parnaíba desfruta de posição invejável no que respeita a meios de transporte. É servido pelas seguintes companhias de aviação: Panair do Brasil S. A., Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul e Consórcio Real-Aerovias-Aeronorte, bem assim o Correio Aéreo Nacional. É servida ainda pela Rodovia Federal BR-23 (João Pessoa—Luís Correia), Estrada de Ferro Central do Piauí que o liga com os municípios de Cocal, Piracuruca e Piripiri, estando, atualmente, sendo construído um prolongamento até Campo Maior, e a via fluvial através do rio Parnaíba, pela qual se comunica com as cidades piauienses de Buriti dos Lopes, Luzilândia, Pôrto, Miguel Alves, União, Teresina, Palmeirais, Amarante, Floriano, Guadalupe, Uruçuí e Santa Filomena, sendo o aéreo e o rodoviário os meios de transporte preferidos pelos viajantes. Comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Buriti dos Lopes — rodovia, 45 quilômetros. Luís Correia — 1) rodovia, 15 quilômetros; 2) ferrovia, 14 quilômetros; 3) fluvial, 18 quilômetros. Araioses (MA) — fluvial, 34 quilômetros. Cocal — ferrovia (E.F.C.P.), 73 quilômetros. Capital estadual — 1) rodovia, via Buriti dos Lopes, Piracuruca, povoados Alto Alegre, Piripiri, Capitão de Campos, Campo Maior e Altos, 386 quilômetros; 2) misto: ferrovia (E.F.C.P.) via Cocal, Piracuruca e Piripiri, 177 quilômetros, e daí, por rodovia, já descrita, 168 quilômetros, num total de 345 quilômetros; 3) fluvial, 360 quilômetros; 4) aéreo, 290 quilômetros.

Praça de Santo Antônio

Na cidade funcionam as estações radiotelegráfica-postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, telegráfica da Estrada de Ferro Central do Piauí, radiotelegráficas dos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, da Panair do Brasil, do Consórcio Real-Aerovias-Aeronorte, da Capitania dos Portos e do Destacamento da F.A.B.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Parnaíba conta com uma área de 240 000 metros quadrados, calçada com pedras irregulares, correspondendo a 32 logradouros, dos quais, 17 pavimentados em tôda a sua extensão e 15 parcialmente. Há ainda 7 largos e praças pavimentados com pedras irregulares e cimento. É servida de luz elétrica com 3 096 ligações, assim discriminadas: 2 175 em residências, 760 em estabelecimentos comerciais, 126 em estabelecimentos industriais e 35 em edifícios públicos. A energia elétrica é fornecida pela Usina "Oscar Clark" de propriedade da Cia. de Luz e Fôrça de Parnaíba S. A. A cidade dispõe de um centro telefônico alimentando 200 aparelhos que funcionam pelo sistema automático. Existem 2 hotéis e 3 pensões com uma diária média de Cr$ 120,00. Um dêsses

Vista parcial da cidade

hotéis funciona em prédio confortável de quatro pavimentos, construído pela Associação Comercial de Parnaíba e dispõe de 21 quartos e 21 apartamentos, cobrando diárias de Cr$ 125,00 e Cr$ 180,00, respectivamente. Todos os quartos possuem água corrente, existindo ainda no hotel 22 instalações sanitárias, lavandaria própria e bar. Encontram-se 3 cinemas na cidade, com 1 280 lugares, tendo apresentado um movimento de 193 251 espectadores, em 1956.

Os edifícios mais importantes são: edifício de propriedade da Associação Comercial de Parnaíba, onde funciona o Parnaíba Palace-Hotel; o edifício da Casa Inglêsa; Correios e Telégrafos; edifício da agência do Instituto dos Comerciários; a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça; o edifício da Casa Grande da Parnaíba; edifício do Colégio das Irmãs. O departamento competente registrou, em 1956, 18 automóveis, 130 caminhões, 98 jipes e 28 camionetas.

A Prefeitura Municipal cuida com desusado esmêro da limpeza, conservação, arborização e ajardinamento das ruas, avenidas e praças da cidade. Destas, destacam-se as Praças da Garça e de Santo Antônio, arborizadas e ajardinadas simultâneamente, as quais, pelo cuidado e zêlo com que são conservadas, emprestam à cidade o tom de beleza com que se apresenta principalmente ao visitante.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É bem evoluída a assistência médico-sanitária de Parnaíba. Existem, funcionando na sede, os seguintes estabelecimentos de assistência médico-sanitária: Santa Casa de Misericórdia com 152 leitos, sendo 80 para indigentes, 70 para contribuintes e 2 para beneficiários. A entidade possui ambulatório e dispensário, farmácia, gabinete dentário, laboratório de análises clínicas e microbiológicas, e possui ainda 2 salas para operações e 2 para esterilização, 2 aparelhos de raios X, 1 para abreugrafia e eletrocardiografia; Maternidade "Doutor Marques Basto" com 100 leitos, dos quais 65 se destinam a indigentes, 15 a contribuintes e 20 a beneficiários. A Maternidade está equipada com ambulatório, farmácia, laboratório de análises clínicas, microbiologia e sorologia, possuindo mais 2 salas para operações e 1 para esterilização. Colônia do Carpina, para leprosos, com 226 leitos, gabinete dentário, laboratório de análises clínicas e microscopia, sendo dotada ainda de uma sala para esterilização; Ambulatório do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas; Pôsto de Puericultura "Susanne Jacob"; Pôsto Médico da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos; Pôsto Médico de Morais S.A. Indústria e Comércio; Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais, destinado ao combate à malária, ancilostomose e febre amarela; Centro de Saúde de Parnaíba, que possui ambulatório, gabinete dentário, laboratório de análises clínicas, microbiologia e microscopia; Pôsto Médico da Estrada de Ferro Central do Piauí; Ambulatório do Sindicato dos Empregados no Comércio de Parnaíba; Pôsto Médico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, dispondo de ambulatório; Ambulatório de Pescadores, possuindo gabinete dentário e Ambulatório particular "São João", mantido pelo Dr. João Tavares da Silva Filho. A êsse elevado número de estabelecimentos de assistência médico-sanitária, juntam-se 1 drogaria, 9 farmácias, 16 médicos, 15 dentistas e 9 farmacêuticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade de Assistência aos Lázaros mantém na cidade de Parnaíba o Educandário "Padre Damião", que funciona em amplo prédio próprio, onde é prestada assistência integral (educacional, médica, social, etc.) aos adolescentes e crianças, filhos sadios de lázaros. Nesse preventório, que se destina a crianças de ambos os sexos, existe um total de 94 leitos que estiveram ocupados durante o ano de 1956, com exceção de apenas 6, por ter saído, já no fim do ano, igual número de assistidos. Há ainda o abrigo "São José", destinado à velhice desamparada, mantido pela Sociedade Feminina de Assistência aos Pobres de Parnaíba. O estabelecimento de assistência funciona em prédio construído para o fim a que se destina, a expensas da Sociedade mantenedora e congrega velhos de ambos os sexos com idade superior a 50 anos. O abrigo dispõe de 28 leitos, onde estiveram recolhidas, em 1956, 26 pessoas.

A Cooperativa de Consumo dos Bancários de Parnaíba Limitada, e a Cooperativa de Consumo dos Estivadores de Parnaíba Limitada, com 232 associados em atividade, congregam os bancários e os estivadores de Parnaíba.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 verificou a existência de 41 279 pessoas com 5 anos e mais de idade, sendo que 17 143 sabiam ler e escrever. Dêsse total 8 301 eram homens e 8 842, mulheres. Na sede municipal, das 25 562 pessoas de 5 anos e mais de idade, 13 210 sabiam ler e escrever, sendo 6 317 homens e 6 893 mulheres.

Parnaíba atingiu, segundo o Censo em aprêço, a quota de 41,53% de alfabetização no conjunto do município, colocando-se, assim, em primeiro lugar no Estado, superando mesmo Teresina. Não menos expressivo é o índice de alfabetização verificado na sede municipal, que atingiu a percentagem de 51,68%, colocando-se a zona rural em situação não muito desvantajosa em relação aos demais municípios, pôsto que seja ainda baixa a quota de 25,02% observada na zona em aprêço.

É evidente, em face dos resultados apresentados, que os parnaibanos estão bem colocados no Piauí no setor da instrução.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 90 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 8 888 alunos. Essas unidades escolares estavam assim distribuídas, segundo a entidade mantenedora: 8 estaduais, 32 municipais, 41 particulares

e 9 cursos supletivos. Funcionam na cidade de Parnaíba 5 ginásios e 2 seminários, onde é ministrado o ensino ginasial, colegial, comercial, normal, teológico e de humanidades pelo Seminário Diocesano da Sagrada Família. Atinge a 118 o número de professôres nos vários cursos mantidos pelos estabelecimentos mencionados, dos quais, 76 homens e 42 mulheers. A matrícula nos vários cursos de ensino extraprimário, no início do ano de 1956, atingiu o expressivo número de 1 408 alunos, sendo 687 homens e 721 mulheres. As conclusões de cursos verificadas no final do ano letivo de 1955 elevaram-se a 210, quota bem expressiva e que, feita a discriminação segundo o sexo, encontram-se os seguintes valores: 85 homens e 125 mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Oito são as associações culturais, das quais 5 dedicadas às atividades esportivas.

Funcionam 3 cinemas: Cine-Teatro Ritz (com 480 lugares), Cine-Teatro Eden (com 600 lugares) e Cine-Teatro São Sebastião (com 200 lugares).

Há em Parnaíba uma biblioteca pública municipal, de caráter geral, com 3 285 volumes e uma biblioteca particular mantida pela Sociedade de Manutenção da Biblioteca da Criança, com 1 500 volumes. Registra-se ainda a existência de uma estação de radiodifusão, denominada "Rádio Educadora de Parnaíba", que opera com os prefixos PRJ-4 e ZYE-7, nas freqüências de 1 470 e 4 825 kc, respectivamente, com uma potência de 500 watts na antena. Há, em circulação no município, os órgãos católicos "O Sino" e a "A Ação", de periodicidade semanal, a "Gazeta do Piauí", jornal independente, político e noticioso, bissemanal, "Correio do Povo", independente, político e noticioso, bissemanal, "Aljava", órgão de propaganda comercial de periodicidade quinzenal e "Tempo", independente, político e noticioso, de periodicidade semanal. Tendo aparecido pela primeira vez, em 1923, o "Almanaque da Parnaíba", sob a orientação de Benedito dos Santos Lima, seu proprietário e redator, continua circulando, com ótima feitura e vasta matéria que retrata os vários aspectos da vida parnaibana.

O município dispõe de 2 livrarias, 6 tipografias com capacidade para impressão de livros, e 2 pequenas gráficas para impressões em geral.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	15 387 834	10 639 831	4 336 229	2 922 549	4 447 366
1951	19 514 232	15 644 580	4 228 169	3 016 153	3 797 757
1952	23 334 417	12 182 266	4 860 818	3 200 877	4 680 814
1953	22 303 841	16 751 749	5 059 301	3 227 869	4 549 436
1954	27 159 979	20 445 499	5 263 661	3 768 469	3 076 585
1955	39 085 474	23 624 665	6 161 312	4 363 305	4 889 111
1956 (1)	...	...	5 520 000	3 492 000	5 442 000

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Em memória aos heróis de 19 de outubro de 1822, que, nessa data, proclamaram, em Parnaíba, a Independência do Piauí, foi construído, na Praça da Graça, um obelisco inaugurado em 7 de setembro de 1935.

Há igualmente, na Praça Santo Antônio, outro obelisco em comemoração do Centenário de Parnaíba, ocorrido em 1944.

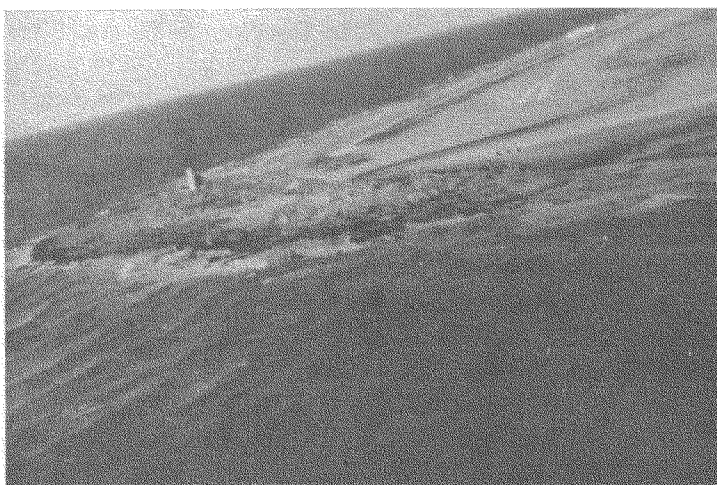
Colégio de N. S.ª das Graças e Igreja de Santo Antônio

Junto ao cajueiro existente em Parnaíba, plantado pelo escritor Humberto de Campos e até hoje conservado em sua memória, há uma herma erigida em sua homenagem. A êsse local tem afluído grande número de turistas com o fim de conhecer a árvore plantada pelo imortal escritor.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Dentre as manifestações populares no município, destacam-se as seguintes: de cunho religioso, a festa de Nossa Senhora da Graça, padroeira do lugar, celebrada no dia 11 de outubro, a procissão do Senhor dos Passos e outra do Senhor Morto e, como festas populares mais importantes: o bumba-meu-boi, iniciado a 24 de junho, reisados de 1 a 6 de janeiro, pastorinhas em igual período, e o carnaval.

VULTOS ILUSTRES — A respeito dos filhos ilustres de Parnaíba, relata Pereira da Costa em sua "Cronologia Histórica do Piauí": "*Simplício Dias da Silva* nasceu na vila da Parnaíba no dia 2 de março de 1773, e da sua carta de brasão d'armas, passada em 5 de agôsto de 1795, se vê que era filho natural mas legitimado por Provisão real, do capitão Domingos Dias da Silva, e de Claudina Josefa, solteira; neto pela parte paterna de José Dias da Silva, vereador e juiz ordinário no lugar Pedronellos, em Portugal, e de sua mulher, D. Maria Gonçalves; e bisneto de Manoel da Silva e de sua mulher, Ana de Oliveira.

"Um escritor do tempo, porém, diz que Simplício Dias — era filho de uma mulata, com quem seu pai não havia casado —; e um periódico do Maranhão, "O Conciliador", acusando-o pela sua atitude em favor da emancipação política do Piauí, dizia que estourava êle em ameaças contra os brancos da Parnaíba, porém, certamente, o mais que conseguiria era — fugir para os frágeis degraus do trono do imperador, de quem pretendia ser escravo, condição em que nasceu, e na qual desejava morrer.

"Perdendo o pai em 1793 e, herdeiro, com seu irmão Raimundo Dias da Silva, de colossal fortuna, continuaram ambos, por alguns anos, a explorar a indústria do charque que seu pai iniciara, e deixara 6 grandes estabelecimentos convenientemente montados; mas dados ao fausto, grandezas e fidalguias, abandonaram por fim as charqueadas e o comércio, e limitaram-se à lavoura. Apesar de não terem o mesmo tino e perspicácia do pai, e de descurarem mesmo da fortuna que herdaram, mesmo assim deixaram grossos cabedais, que pouco a pouco foram desaparecendo, de sorte que os seus netos se viram empobrecidos e entregues às mais tristes vicissitudes da vida! Bem diz o prolóquio popular: — Pais ricos, filhos nobres, e netos pobres.

Praia da "Pedra do Sal"

"Em 1884, de passagem na cidade da Parnaíba, visitamos a casa solarenga de Simplício Dias da Silva, um vasto prédio de sobrado, situada na Rua Grande, com comunicação interna para a igreja Matriz; e de envôlta com a mais humilhante pobreza dos seus netos, encontramos ainda veementes vestígios da riqueza e opulência daquela casa.

"Em 1820 a fortuna do coronel Simplício Dias da Silva, já um tanto abalada, atingia 150:000$000, mesmo assim, ainda, avultada para a época.

"O viajante inglês Henri Koster, em sua passagem pelo Maranhão, em 1811, encontrou na capital o coronel Simplício Dias, com quem travou relações de amizade, a êle se refere de modo muito honroso no apreciável livro que posteriormente publicou, menciona o faustoso tratamento que tinha na sua residência da Parnaíba, e particulariza mesmo que mantinha uma banda de música composta de escravos seus, em sua maior parte educados em Lisboa e no Rio de Janeiro.

"L. F. de Tollenare também se ocupa de Simplício Dias nas suas Notas Dominicais, — como um dos homens mais opulentos do seu tempo.

"Diz êste viajante coevo que se calculava o número dos seus escravos em 1800, com os quais organizou um regimento que às vêzes causou inquietação ao Govêrno; que viajou êle na França e na Inglaterra, ocupava-se das belas-artes, vivia com um luxo asiático, mantinha músicos com grande dispêndio, acolhia bem os estrangeiros, gostava particularmente dos franceses, e vivia nos seus domínios como um homem poderosamente rico, e acrescenta:

"Esta imensa fortuna do Senhor Simplício é o fruto da indústria de seu pai, que, obrigado a homiziar-se por não sei que delito, se retirou para perto da Parnaíba, derrubou o mato, criou algum gado, comprou alguns escravos, e elevou-se gradualmente ao ponto da opulência de que goza o seu filho, nascido de uma mulata com quem não havia casado".

"Efetivamente, de tudo encontramos notícia tradicional no Piauí, bem como das suas excentricidades. Entre estas, e de seus caprichos e generosidades avultam os custosos presentes que fêz ao Imperador D. Pedro I, em que se conta de um cacho de banana, de tamanho natural, todo de ouro, e com pedras preciosas no bicho das frutas!

"Tratamos agora do homem público, em cujo caráter, incontestàvelmente, muito se nobilitou o coronel Simplício Dias da Silva, pelos serviços que prestou, principalmente no glorioso período das lutas emancipacionistas da província.

"Em 7 de março de 1793 foi nomeado alferes de cavalaria da ordenança da Parnaíba, e foi promovido a capitão a 27 de maio do mesmo ano, sendo depois confirmado por Ato régio para servir no regimento da guarnição do Maranhão, como agregado, em 14 de junho de 1796.

"No pôsto de capitão tomou êle parte na tristemente célebre "Expedição de Uxuí", no Maranhão, como ajudante de campo do comando em chefe, expedição essa que tanto desabona os créditos do general D. Fernando Antônio de Noronha, Governador daquele Estado, que a empreendeu.

"Em 7 de fevereiro de 1809 teve a conferência do pôsto de coronel comandante do regimento de cavalaria miliciana da vila da Parnaíba, em que se reformou por Decreto de 28 de julho de 1821; mas rompendo a Guerra da Independência em 1822, volveu ao serviço ativo e comandou o regimento de cavalaria n.º 2 da mesma vila.

"Em 1806, por patente do Governador, lavrada em 22 de janeiro foi nomeado comandante militar da vila da Parnaíba, cujo cargo exerceu por muitos anos.

"Enfim, criado o cargo de Presidente das províncias, mereceu êle a honrosa distinção de ser o primeiro nomeado para o Piauí, por Carta Imperial de 25 de novembro de 1823, — "em consideração aos distintos merecimentos, patriotismo e adesão à sagrada causa dêste império e mais qualidades recomendáveis"; — mas não aceitando a nomeação, por causas que nos são desconhecidas, foi a sua nomeação julgada sem efeito, e nomeado o coronel Manoel de Sousa Martins, depois Visconde da Parnaíba.

"Além daquela graça conferida pelos seus serviços, e da Carta de brasão d'armas que recebeu da Rainha D. Maria I, em 1795, teve ainda o hábito da ordem de Cristo, em que professou, o fôro de fidalgo cavalheiro da casa imperial, e a dignitária da ordem do Cruzeiro.

"Outra ordem de serviços prestou também Simplício Dias, e particularmente à sua terra natal, em que se notam, entre outros, os prestados à igreja Matriz, e o empenho que tomou em promover a criação de uma alfândega na Parnaíba, cuja idéia viu realizada, e conseqüentemente o livre comércio entre aquela praça e as da Europa.

"De todos êsses dados, se vê, portanto, que não se trata de um homem vulgar, que se teve defeitos, teve porém virtudes, merecimento cívico e outros predicados que muito honram a sua memória.

"O coronel Simplício Dias da Silva morreu na sua bela residência da Parnaíba, e foi sepultado na igreja Matriz da vila, na capela do Santíssimo Sacramento, ao lado de seu pai e de seu irmão; e sôbre a lajem (sic) de mármore que sela a sua sepultura, em que se vê em relêvo, na parte superior, o escudo das suas armas, partido em pala, ostentando-se as armas dos Dias, e as dos Silvas, de um belo trabalho escultural, se gravou o seguinte epitáfio:

"Aqui jaz um dos benfeitores desta igreja e donatário desta capela Simplício Dias da Silva, cavalheiro fidalgo professo na ordem de Cristo, dignitário da imperial ordem do Cruzeiro e coronel de cavalaria de milícias. Foi Presidente desta província do Piauí e natural desta vila de São João da Parnaíba onde nasceu a 2 de março de 1773 e morreu a 17 de setembro de 1829 com 56 anos, 6 meses e 15 dias de idade. Era filho do capitão Domingos Dias da Silva".

Apesar de não ser filho de Parnaíba, está muito ligado à sua história o nome do *Dr. João Cândido de Deus e*

Ponte entre o povoado Ilha Grande—Santa Izabel e o povoado Morros da Mariana

Sílva, nascido na província do Pará a 11 de março de 1787, que, na qualidade de juiz de fora das vilas de Parnaíba e Campo Maior, desde 1819 até 1827, prestara grande serviço ao Piauí, principalmente em 1821, pondo-se à frente do movimento político de adesão ao sistema constitucional proclamado em Portugal; no período das lutas da independência da província, em que lhe coube importante papel, enfim, em 1824, proclamando a república no Piauí, acompanhando assim o movimento que rompera em Pernambuco naquele ano, e já se estendera pela Parnaíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Doutor em Direito, foi lente da faculdade de São Paulo de que pedira demissão em 1831, um ano depois de sua nomeação. Seguiu a carreira da magistratura, servindo em diversos cargos até o de desembargador da relação do Maranhão, no qual obteve a sua aposentadoria. Antes, exercera o lugar de secretário do Govêrno da Província do Rio de Janeiro, e representara no Parlamento sua Província natal na primeira legislatura, de 1826 a 1829 como suplente, e na segunda como deputado eleito, não tendo participado do Congresso Nacional eleito em 10 de dezembro de 1821, porque, tendo obtido o mesmo número de votos que elegera o Bispo D. Romualdo de Sousa Coelho, foi êste o designado pela sorte, por isso que era dignitário da ordem da Rosa e cavaleiro da de Cristo.

Detentor de vasta cultura, traduziu para o português muitas obras próprias para educar e instruir a mocidade, trabalho que fazia com sofreguidão tal que nem procurava aprimorar o que entregava à publicidade para não perder o tempo de ocupar-se com diversas obras. Disso resultou que uma sorte de fadiga se apoderasse do seu espírito, ao mesmo tempo que certas contrariedades, pesando sôbre si, o levaram a deixar a vida tumultuosa da côrte e procurar uma habitação isolada em Niterói onde exercia a advocacia.

A êstes dados, temos apenas a acrescentar que também foi êle deputado à assembléia provincial do Rio de Janeiro em 1831-1833, e, com relação ao cargo de juiz de fora das vilas de Parnaíba e Campo Maior nomeado que foi por Decreto de 6 de fevereiro de 1818, lavrado por el-rei D. João VI após o ato da sua aclamação, que tomou posse e entrou em exercício no dia 23 de agôsto de 1819, e o exerceu até o ano de 1827, quando foi eleito deputado.

O Dr. Joaquim Manoel de Macedo, na qualidade de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tecendo o elogio literário de João Cândido de Deus e Silva, conclui:

"Acolhido a um retiro que os desgostos e a meditação o tinham levado a procurar, estranho desde muito ao certame do mundo político, afastado da administração, cansado dos trabalhos literários, tirando apenas do exercício de uma limitada advocacia os meios de subsistência, o desembargador João Cândido de Deus e Silva passou os últimos anos quase ignorado no sítio tranqüilo e suave dessa formosa e plácida Niterói, que demorando fronteira à ruidosa capital do império, parece como um regaço que convida ao sono, ali perto do campo das vigílias, como um asilo que se oferece ao desengano, como um remanso ao pé das ondas agitadas".

"O Dr. João Cândido de Deus e Silva deixou avultado número de obras publicadas, dentre as quais se destacam algumas alusivas ao Estado do Piauí".

O *coronel José Francisco de Miranda Osório,* se bem que não seja filho de Parnaíba, assim como não o era o Dr. João Cândido de Deus e Silva, estêve, como aquêle, superando-o talvez, ìntimamente ligado à história de Parnaíba, como um dos vultos que mais se destacaram na sua vida política. Referindo-se a tão ilustre personagem, diz Pereira da Costa: "O coronel José Francisco de Miranda Osório era filho legítimo do capitão do exército Francisco Xavier de Miranda Machado e D. Maria Bárbara da Anunciação. Nasceu na cidade de Oeiras, a 19 de março de 1800, e teve praça de soldado privilegiado no primeiro regimento de cavalaria de segunda linha daquela cidade, aos 13 anos de idade. Em 1815 conquistou as divisas de alferes, e promovido aos outros postos, teve as de tenente-coronel em 1831, com o comando do 84.º Batalhão de Caçadores.

"Bem jovem ainda seguiu Osório para a Parnaíba, entrou na casa comercial do seu tio Manoel Antônio da Silva Henriques, de quem mais tarde foi genro, e assim entregue ao comércio conquistou fortuna e créditos, graças ao seu trabalho e honestidade.

"As lutas políticas do Piauí em prol da causa nacional da nossa emancipação encontraram em Miranda Osório um operário diligente, incansável e destemido.

"Foi êle um dos principais chefes do movimento emancipacionista do Piauí, que explodiu na Parnaíba em 19 de outubro de 1822, e a sua história, nessa fase de agitação por que passou a província, é a mesma dessa própria fase, pela saliência do papel que representou em todo o movimento.

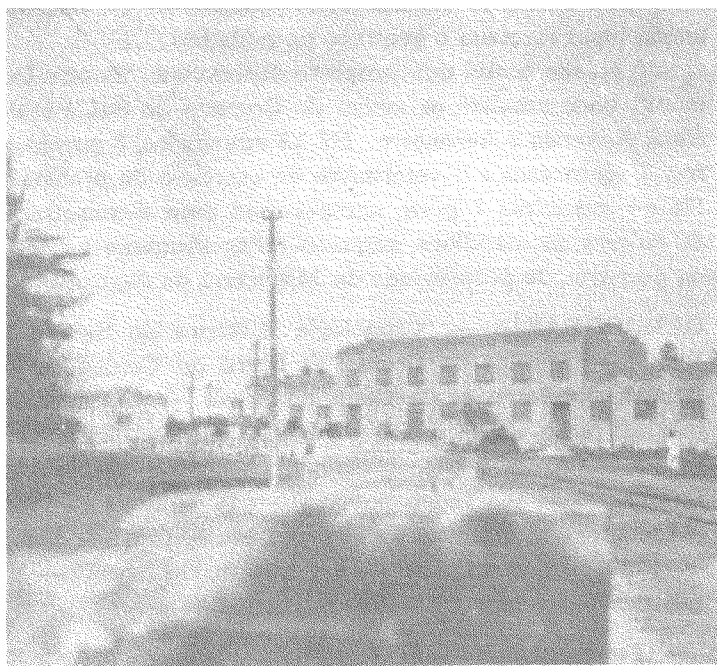
"A Granja, o Sobral e o Crato, na vizinha Província do Ceará, viram-no ativamente trabalhando em reunir gente para marchar em defesa dos piauienses empenhados nas lutas da sua liberdade, e tanto conseguiu, que no primeiro choque com o inimigo nas esplanadas do Jenipapo, em Campo Maior, no dia 13 de março de 1823, lá estava êle à frente das suas tropas, incorporadas à divisão da direita.

"Em 1824 envolve-se Miranda Osório no movimento político da Parnaíba, em adesão à proclamada Confederação do Equador, triunfante desde Pernambuco até o Ceará...

"Rompendo o movimento sedicioso do Maranhão, conhecido na história por Balaiada, e o qual impetuosamente refletiu no Piauí, Osório é incumbido de comandar as fôrças levantadas pelo Govêrno da província para fazer frente ao movimento, e exercendo então o cargo de Prefeito da

Parnaíba, presta assim os maiores serviços possíveis em tão calamitosa situação. Atos oficiais dão testemunho solene dos serviços prestados por Osório desde o primeiro de janeiro de 1839 ao último de fevereiro de 1841, em cujo período assistiu aos ataques e os comandou pelejados na barra do Longá, no Beiru, na Batalha, e em Frecheiras, conseguindo derrotar os revoltosos, entre os quais o seu nome era pronunciado com o respeito que só consegue a bravura aliada à humanidade".

"Osório respeitou sempre aos vencidos, e muitas vidas pôde êle poupar aos prisioneiros nos combates sôbre muitos dos quais pesavam os crimes de roubos e assassinatos de pessoas importantes, cujos parentes serviam sob suas ordens.

"Ao rompimento da guerra do Paraguai, Osório, apesar de adiantado em anos, oferece os seus serviços em defesa da causa nacional, mas não foram aceitos, porque ali não se faziam precisos oficiais de patentes superiores e sim de saldados...

Almoxarifado da Estrada de Ferro Central do Piauí

"Apesar disso, prestou êle, então, relevantíssimos serviços, na sua qualidade de comandante superior da guarda nacional, quer na designação de guardas, quer na aquisição de voluntários para a campanha, serviços êsses que mereceram-lhe a conferência da comenda da ordem de Cristo.

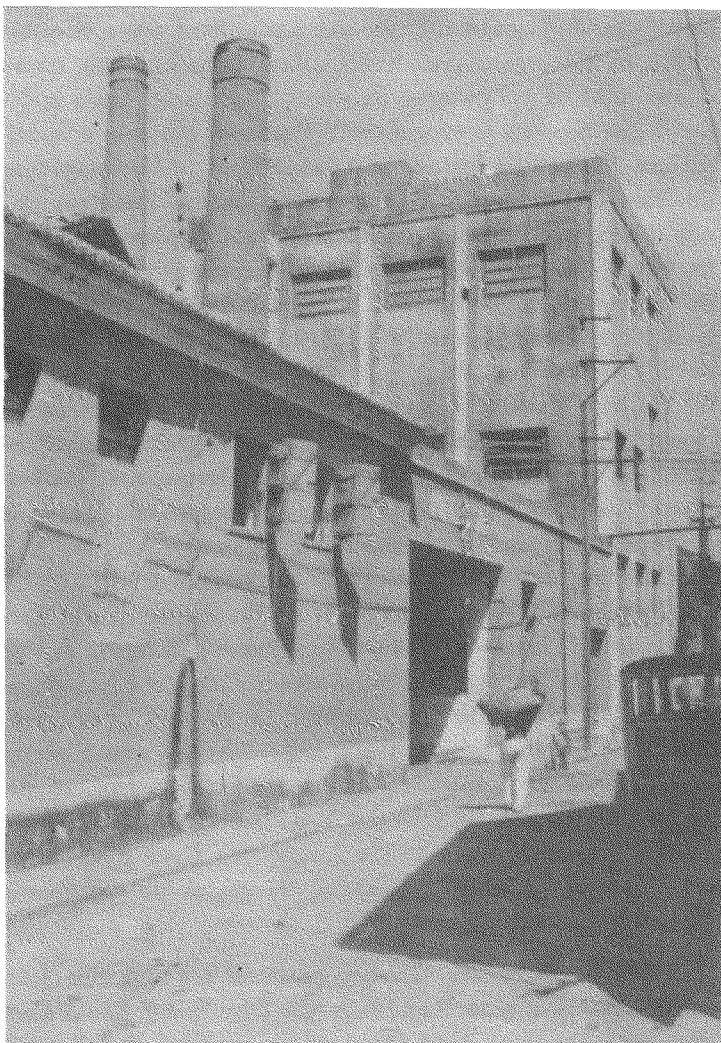
"Osório ocupou o cargo de vice-Presidente da província desde as primeiras nomeações até 1876, em cujo caráter lhe coube dirigir a sua administração algumas vêzes, teve assento na assembléia provincial, em diversas legislaturas, foi vereador e Presidente da Câmara Municipal da Parnaíba, juiz de paz, suplente de juiz municipal, e delegado de polícia, além dos cargos já mencionados".

O seu falecimento se verificou no dia 15 de dezembro de 1877, na cidade de Parnaíba.

Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, poeta e jurisconsulto, tendo sido um dos primeiros piauienses a emigrar para Portugal onde, como estudante do curso jurídico da Universidade de Coimbra, fêz parte do batalhão acadêmico organizado por ocasião da invasão francesa e, entusiasta admirador de Bocage, filiou-se aos Elmanistas, entre os quais muito se distinguiu por diversos trabalhos em que, como quase todo os congêneres da época, "sentia-se ainda o influvo dos árcades portuguêses". Bacharel em leis e opositor aos lugares de letras em 1811, foi eleito representante do Piauí às côrtes constitucionais de Lisboa, mandato que não desempenhou, sendo substituído pelo respectivo suplente, Padre Domingos da Conceição. Exerceu diversos cargos na magistratura, a começar pelo de juiz de fora de Mariana, em Minas Gerais, em 1812, falecendo a 11 de janeiro de 1852, na antiga vila de Piraí da então Província do Rio de Janeiro, deixando as seguintes obras literárias: "Poemas", 1808; "Ode Pindárica e Congratulatórica ao Príncipe, à Pátria e à Academia, pela Restauração do Govêrno Legítimo", 1808; "Narração das marchas feitas pelo corpo militar acadêmico desde 21 de março em que saiu de Coimbra, até 12 de maio; sua entrada no Pôrto", 1809; "O Patriotismo Acadêmico", 1812; "Os Sucessos da Restauração do Pôrto"; "O Pranto Americano", 1812; "O Amigo do Rei e da Nação", publicação periódica de curta duração, 1821; Defesa de João Guilherme Ractclif", publicada com o respectivo processo em 1872; "Às Saudosas cinzas do Sr. João do Canto Melo, Visconde de Castro", elegia, 1826; "Ao Grande e Heróico 7 de Abril de 1831", hino, 1831; "Consideração Sôbre a Legislação Civil e Criminal do Império do Brasil", 1837; e "Heróides de Olímpia e Herculano", 1840.

Ministro Osvaldo Correia, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, deputado estadual pelo Piauí e, na carreira diplomática, exerceu altos e honrosos cargos inclusive o de cônsul geral do Paraguai e Uruguai, e o de enviado especial como Ministro Plenipotenciário junto ao Govêrno da República Dominicana.

General Jonas Correia Filho, professor da Escola Militar e secretário-geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, autor de várias obras literárias. Figura de prestígio e relêvo no Exército Nacional.

Dr. Oscar Castelo Branco Clark, formado pela Faculdade de Medicina do Rio, em 1910, fêz curso de aperfeiçoamento na Alemanha em 1912-1913 e nos Estados Unidos em 1917-1918. Lecionou Clínica Médica de 1919 a 1932 e depois de 1938 a 1941. Dirigiu o Serviço de Higiene Escolar do Rio de Janeiro, de 1928 a 1930, tendo organizado os serviços de educação sanitária da merenda escolar e de dentista escolar. Criou a primeira clínica escolar no Brasil, em 1928, e fundou o primeiro centro de exames periódicos de saúde na vida clínica particular em 1930. Instalou a primeira escola-hospital no Brasil em 1939 (Escola-hospital "José de Mendonça", em Araruama, Estado do Rio, — propriedade particular), e a primeira escola-hospital do govêrno municipal, em 1944. Publicou até hoje (1944) 250 monografias e artigos sôbre assuntos médicos e 5 livros sôbre pedagogia, assim intitulados: "O Século da Criança", "Remédios — Fatôres da Civilização", "Política Hospitalar Moderna", "Jardins de Infância e Escolas-Hospitais", "Pedagogia Fisiológica". É membro da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Cultura.

Vista externa de uma das Usinas de Moraes S.A.

Dr. Francisco de Moraes Correia, político militante, desde muito môço, ocupou altos cargos, inclusive o de Secretário de Estado, da Polícia e Deputado Estadual. Jornalista e homem de letras, fundou em Parnaíba "O Nortista", jornal que fêz época. Publicou os seguintes trabalhos: "Regulamento da Segurança Pública do Estado", "Formulário Policial", "Coletâneas das Leis e Decretos do Piauí (1889 e 1902)", "Comentário à Reforma Judiciária do Estado de 1911" (de colaboração com o Dr. João Mota). Professor, foi um dos fundadores da Escola Normal de Teresina e do Ginásio Parnaibano.

Dr. João Maria Marques Bastos, foi, em vida, o maior dos parnaibanos. Ninguém, no seu tempo, serviu tanto e amou Parnaíba quanto êle. Seu nome, o exemplo glorioso de sua vida servem, e servirão sempre, de modêlo edificante às gerações futuras. Como médico, conseguiu, no exercício da medicina, impor-se ao respeito e ao acatamento dos que o conheceram, servindo o povo no seu sofrimento e nas suas angústias.

Francisco Antônio Rodrigues de Sales, foi Marechal do Exército e Ministro do Tribunal Militar.

Embaixador *Frederico Castelo Branco Clark,* nasceu em Parnaíba no ano de 1877. Ingressou na diplomacia, tendo ocupado os seguintes postos: "attaché" à Legação de Londres, Secretário da Legação de Buenos Aires, Secretário da Legação de Paris, Representante do Brasil junto à Liga das Nações, Ministro Plenipotenciário em Cuba e na Suécia, Embaixador no Japão e em Paris.

Dr. José Pires de Lima Rebêlo, intelectual, advogado, tribuno, jornalista, educador, deixou em todos os setores onde exerceu suas multiformes atividades um exemplo de dedicação, de coragem, de bondade e de inteligência. Foi um verdadeiro inspirado e grande inspirador. Parnaíba deve-lhe o trabalho grandioso de haver sido mestre admirável da sua juventude.

Pedro Braga é um dos filhos de Parnaíba que mais a engrandeceram pela inteligência, pelo trabalho, pelo caráter. Na sua bela arte de oleiro, na sua faina de primeiro construtor da cidade, na sua inclinação decisiva pela música, que o fêz fundar em Parnaíba a primeira banda, em todos os ramos, em suma, percorridos pela sua inteligência e honrados pelo séu trabalho, deixou Pedro Braga o traço indelével da sua atividade verdadeiramente brilhante e exemplar.

ATRAÇÃO TURÍSTICA — O jardim "Humberto de Campos" onde se encontra o cajueiro plantado pelo imortal escritor.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o gentílico parnaibanos.

A cidade possui um aeroporto denominado "Santos Dumont", onde escalam os aviões da Cruzeiro do Sul, Panair, Real, Aerovias e Aeronorte. Há 12 advogados, 8 engenheiros, 3 agrônomos e 1 veterinário no exercício da profissão. Há no município 1 pôsto agropecuário para demonstração da cultura da mandioca, pequeno reflorestamento e pequena pecuária, de propriedade do Ministério da Agricultura.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" — Pereira da Costa; "O Livro do Centenário de Parnaíba"; "Estradas de Ferro do Brasil — Aspectos Gerais e Tração Esquemática — I.B.G.E. — 1956; "Literatura Piauiense" — João Pinheiro — 1937; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — IV Volume — 1923; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — D.E.E. — 1939; "Estudos Sôbre a Alfabetização do Brasil" — Estatística Cultural n.º 5 (1953).

(Fonte — Arquivo do DEE do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Parnaíba. Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino, Caixa do Banco do Nordeste do Brasil S.A.).

PAULISTANA — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo uns, o atual município de Paulistana ter-se-ia originado de uma fazenda de criação fundada pelo bandeirante paulista Domingos Jorge Velho que teria passado por aquelas paragens por volta do ano de 1663, quando de suas primeiras incursões em território paiuiense, dando-lhe o nome de Paulista, em homenagem aos seus conterrâneos.

Outros, porém, atribuem ao português Valério Coelho a iniciativa da fundação de uma fazenda de criação de gado em princípios do ano de 1730, a que deu o nome de Paulista, em homenagem a sua mulher, D. Domiciana Vieira Martins, filha do grande Estado bandeirante.

Situada em zona sêca, sujeita a crises climatéricas, desprovida de matas, em que aparecem apenas caatingas ra-

las e garranchentas constituídas de marmeleiros, favelas e pereiros, pontilhadas, aqui e ali, de aroeiras, pau-d'arcos, umbuzeiros, angicos e juàzeiros que medram em terreno pedregoso, é, contudo, fertilíssima. O altiplano da "Meia Serra", contraforte da serra do Araripe e alguns chapadões, como o de "Jacu", na data "Jacaré", são arenosos.

Os fundadores mencionados eram avós do Visconde de Parnaíba, Manoel de Sousa Martins, que foi presidente da Província do Piauí durante cêrca de 20 anos, celebrizando-se pela sua eficiente e patriótica participação em prol da independência política do Piauí, na luta contra as fôrças do Governador das Armas do Piauí, major João José da Cunha Fidié, em 1823, que resultou na expulsão dêste soldado luso do território nacional.

Grande número de adventícios, vindos das províncias vizinhas, se estabeleceram nas imediações da fazenda que ràpidamente cresceu e prosperou, tornando-se, em pouco tempo, um núcleo populacional de relativa expressão.

Tornou-se evidente o progresso da localidade e, a êsse respeito, publicou a revista carioca "Oito Dias"; n.º 39, à página 24, o seguinte tópico: "em fins do século XVIII, a fazenda já possuía uma capela, construída pelo mencionado Valério Coelho, em tôrno da qual se formou a povoação. Reza a tradição que, para os serviços da respectiva edificação, contratou-se um pedreiro arquiteto na cidade Salvador — Bahia, pela quantia de cinqüenta mil réis. Concluída a igrejinha e facultada ao construtor a escolha de receber em dinheiro ou em gado o valor da empreitada, preferiu êle o pagamento em reses vacuns, havendo-lhe sido entregue 50 novilhas, no importe de mil réis cada uma, preço da época".

Em virtude do crescente desenvolvimento da povoação, foi instituído um Juizado de Paz em 1829 e, em 1875, levantou-se o cemitério ao lado da capela. Estavam, assim, lançadas as bases definitivas da futura vila.

A Resolução provincial n.º 1 078, de 13 de julho de 1883, criou a paróquia de Nossa Senhora dos Humildes e determinou os competentes limites. Teve instalação canônica em 14 de agôsto de 1888.

Elevada à categoria de vila pela Resolução provincial n.º 1 137, de 20 de julho de 1885, com território desmembrado do município de Jaicós, com a mesma denominação de Paulista e limites paroquiais, teve sua instalação em 25 de dezembro do mesmo ano, presidindo o ato o Doutor Alfredo Teixeira Mendes, juiz de Direito da comarca de Jaicós. As solenidades inaugurais foram realizadas no prédio doado pelos herdeiros do Padre Joaquim Damasceno Rodrigues para servir de paço municipal da edilidade recém-inaugurada.

O têrmo judiciário da nova vila ficou subordinado ao de Jaicós, até a vigência do Decreto estadual n.º 2, de 28 de dezembro de 1889, que deu autonomia judiciária ao município de Paulista.

Por efeito do Decreto estadual número 1 279, de 26 de junho de 1931, foi extinto o município de Paulista e anexado o seu território ao de Jaicós, até 4 de setembro de 1933, quando foi restaurada a sua autonomia administrativa, em face do Decreto estadual n.º 1 478, do mesmo ano.

A Lei número 96, de 21 de junho de 1937, que alterou a divisão judiciária do Estado, transferiu para Jaicós o têrmo judiciário de Paulista.

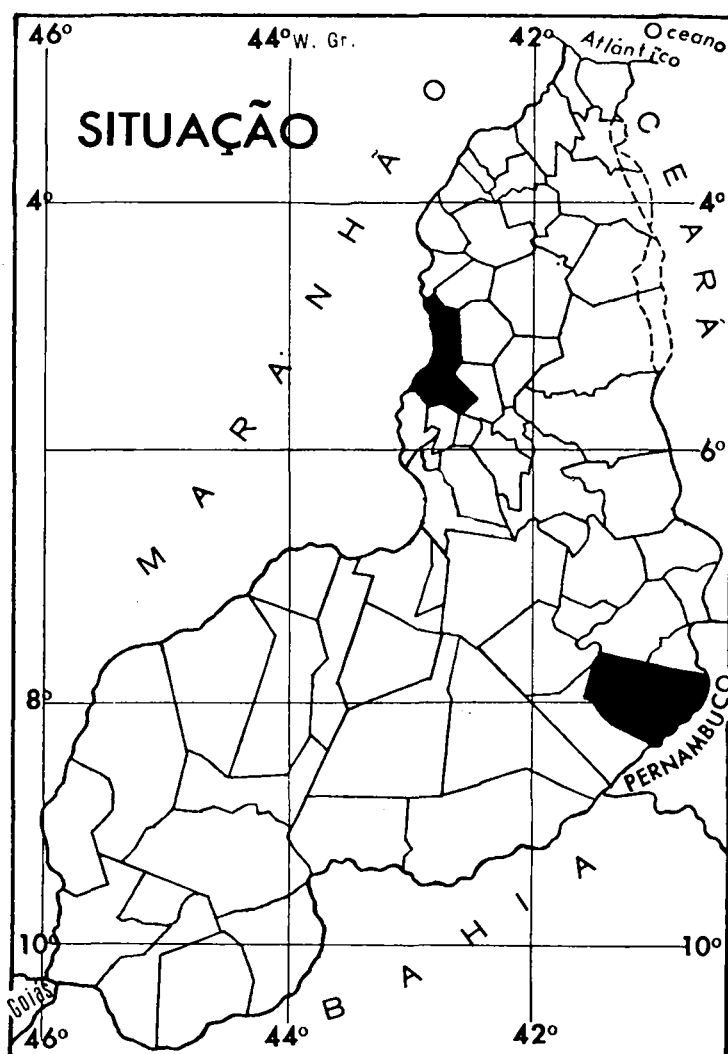
Elevada a vila à categoria de cidade, por fôrça do Decreto estadual número 147, de 15 de dezembro de 1938, foi inaugurada solenemente no dia 1.º de janeiro de 1939.

Finalmente, pelo Decreto-lei estadual número 247, de 1.º de março de 1940 que tornou extintos os têrmos do Estado do Piauí, com o território dos quais se formaram os distritos judiciários a êles correspondentes, foi criada a comarca de Paulista, situação que ainda permanece.

As disposições da legislação federal, relativas à duplicidade de denominações das cidades e vilas brasileiras, atingiu o município de Paulista que, por efeito do Decreto-lei estadual número 754, de 30 de dezembro de 1943, passou a denominar-se Paulistana, a partir de 1.º de janeiro de 1944.

O seu atual quadro administrativo e judiciário compreende comarca de 1.ª entrância, distrito judiciário e município com um só distrito administrativo de igual nome.

A presente legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Hucêncio Coelho Damasceno e constituída a Câmara Municipal com sete vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Paulistana situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão. Limita com o Estado de Pernambuco e municípios de Conceição do Canindé, Simplício Mendes, Jaicós e Simões. A cidade de Paulistana dista da capital estadual 380 quilômetros em linha reta e possui as seguintes coordenadas geográficas: 8º 08' 30" de latitude Sul e 41º 10' 00" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 450 metros.

Igreja-Matriz de N. S.ª dos Humildes

CLIMA — Paulistana goza da fama de ser um dos mais salubres municípios do Estado.

A temperatura é elevada e a umidade, quase nula. Na época das grandes sêcas o clima é bem quente, mas amenizado pelos ventos que vêm do sul e são constantes. Observam-se as seguintes temperaturas em graus centígrados: média das máximas — 37; média das mínimas — 30; média compensada — 31. A altura total da precipitação, no ano de 1956, foi de 356,0 mm.

ÁREA — A área do município é de 6 764 quilômetros quadrados, sendo um dos maiores do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal rio do município é o Canindé, que nasce na serra dos Dois Irmãos, formado pelos córregos Ingá e Chapéu, e que, depois de percorrer o município de leste a oeste, deságua no Parnaíba.

Os riachos dignos de nota são o do Sumidouro, o Santa Maria, o do Meio, o Taboleiro, o Serra Branca, o Serrinha, o Dois Irmãos, o Salgado, o Pilões e o do Mucambo, todos afluentes do Canindé.

Êsses cursos de água secam no verão. Sòmente o Canindé conserva alguns poços em diversos pontos do seu leito.

Existem as lagoas do Peixe e Junco, esta na Fazenda Volta. Os principais açudes são os de Poções e Serra Branca.

O território é bastante acidentado. As suas serras, entretanto, têm declive suave.

A serra dos Dois Irmãos é ponto característico do município e, a grande distância, avista-se-lhe o perfil azulado no horizonte.

Além da serra dos Dois Irmãos notam-se as do Suspirante, Baixão, Bosque, da Tora, Bom Jardim, Brejo, Mansinho, Sumidouro, Boa Vista e outras.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino vegetal conta o município com carnaubais, de cuja palha se extrai a cêra de carnaúba, um dos principais produtos extrativos vegetais do município, e matas para extração de lenha e madeira. Existem outras riquezas como minas de pedra calcária, amianto e mica, no que tange a produtos minerais; bem assim, no reino animal, gato, caititu, cobra, veado, onça e outros.

POPULAÇÃO — A população de Paulistana, segundo o Recenseamento de 1950, era de 21 691 habitantes e tinha a seguinte composição: 10 452 homens, 11 239 mulheres, dos quais 10 364 brancos, 3 149 pretos, 8 163 pardos e 15 sem declaração de côr. Das 11 418 pessoas de 15 anos e mais de idade, 4 645 eram solteiras, 6 102, casadas, 658, viúvas e 3, desquitadas. Do total indicado, 10 não declararam o estado civil. Em religião, predominaram os católicos romanos em número de 21 659. As outras religiões possuíam adeptos em pequena escala. A densidade era de 2,372 habitantes por quilômetro quadrado. Os 95% da população do município localizam-se na zona rural, sendo 9 983 homens e 10 691 mulheres.

Situa-se o município de Paulistana em 19.º lugar em relação aos mais populosos do Estado, ao passo que a cidade ocupou o 30.º lugar sendo uma das que apresentaram índice médio de contingente populacional.

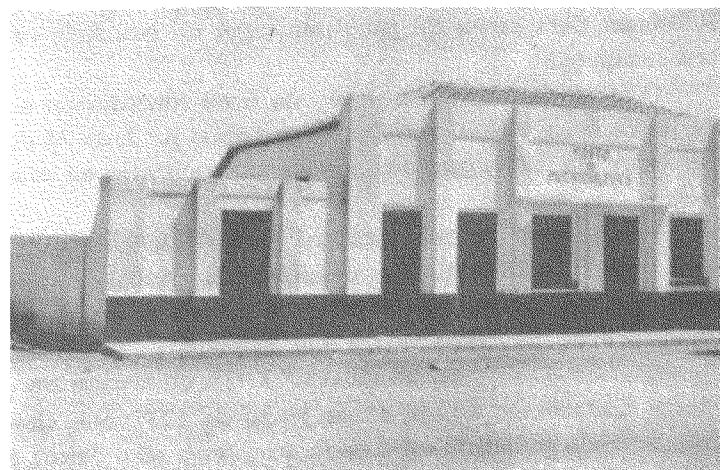
Aglomerações urbanas — O único núcleo urbano do município é o da cidade de Paulistana, com 1 017 habitantes, dos quais 469 homens e 548 mulheres. Além do núcleo urbano em aprêço, existem as aglomerações populacionais formadas pelos povoados Vermelha, com 89 moradias e 265 habitantes; Betânia, com 18 moradias e 25 habitantes e Acanã, com 30 moradias e 115 habitantes. Convém salientar que a população dos povoados relacionados é resultado de estimativa feita, tendo em vista o número de moradias.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades, que influem na economia do município, são a extração da cêra de carnaúba, a cultura do algodão, da mamona, dos cereais e a criação de gado, particularmente a de caprinos e ovinos, para os quais a faveira é ótima forragem.

Agricultura — A agricultura é pouco desenvolvida e, raramente, as safras atendem ao consumo local. Quando há excedentes, são vendidos para as praças de Petrolina (PE) e Juàzeiro (BA).

Em 1956, o valor da produção agrícola elevou-se apenas a 591 milhares de cruzeiros, conforme se discrimina no quadro abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Feijão	Saco de 60 kg	1 700	374 000
Milho	» » » »	750	150 000
Arroz com casca	» » » »	70	31 500
Mandioca	Tonelada	110	28 600
Cana-de-açúcar	»	64	7 040

Pecuária — Com possibilidades de maior desenvolvimento que a agricultura, abastece, em parte, Picos e os Estados

Pôsto de Puericultura

do Ceará, Bahia e Pernambuco. Em 1956, os rebanhos do município estavam assim representados: 19 000 bovinos, 9 000 suínos, 15 000 ovinos e 60 000 caprinos.

Indústria — É representada pela extração da cêra de carnaúba, fabricação da farinha de mandioca, polvilho de mandioca e rapadura. Em 1956 o município produziu 43 430 quilogramas de farinha de mandioca, no valor de Cr$ 130 190,00; 9 360 quilogramas de polvilho de mandioca, no valor de Cr$ 56 160,00; 2 880 quilogramas de cêra de carnaúba, no valor de Cr$ 140 400,00 e 1 540 quilogramas de rapadura, valendo Cr$ 10 780,00.

COMÉRCIO — Há na sede municipal 30 estabelecimentos varejistas, os quais mantêm transações com as praças de Crato (CE), Araripina (PE) e Juàzeiro (BA), de onde compram milho, açúcar, feijão, farinha de trigo, fumo, farinha de mandioca, rapadura, café, tecidos, sabão, querosene, ferragens, bebidas, drogas, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O principal meio de transporte é o terrestre. A cidade de Paulistana liga-se às sedes dos municípios vizinhos e à capital do Estado pelos seguintes meios: Conceição do Canindé — estrada carroçável, 72 quilômetros; Jaicós — estrada carroçável, via povoado Patos, 132 quilômetros; Simões — estrada carroçável, 90 quilômetros; Itainópolis —

Estação Ferroviária

estrada carroçável, via povoado Patos, 120 quilômetros; Simplício Mendes — estrada carroçável, via Conceição do Canindé, 120 quilômetros; Araripina (PE) — estrada carroçável, 132 quilômetros; Ouricuri (PE) — estrada carroçável, 162 quilômetros; Picos — estrada carroçável, 180 quilômetros; Crato (CE) — estrada carroçável até Araripina, já descrita, e daí por rodovia, 264 quilômetros; São João do Piauí — estrada carroçável, via Conceição do Canindé e Simplício Mendes, 210 quilômetros; São João do Piauí — estrada carroçável, via povoado Queimada Nova, 252 quilômetros; Oeiras — estrada carroçável até Picos e daí por rodovia, 264 quilômetros; e Teresina — estrada carroçável até Picos, 180 quilômetros e daí por rodovia, 315 quilômetros. Liga-se ainda o município a Petrolina (PE) — rodovia ou ferrovia a 204 quilômetros, pois é servido pela V.F.E.L.B.

Na cidade funciona uma estação postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos, sendo servida, ainda, por um campo de pouso com pista de 600 metros de comprimento por 40 metros de largura.

Hospital Petronilda Cavalcanti

ASPECTOS URBANOS — A sede do município possui iluminação pública e 96 ligações elétricas domiciliares fornecidas pela usina de propriedade da Prefeitura Municipal. Existe uma pensão cuja diária é de Cr$ 70,00. Em 1956, na Prefeitura, achava-se registrado apenas um caminhão. A cidade conta 19 logradouros todos sem pavimentação.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médica à população local um hospital denominado "Hospital Petronila Cavalcante", com 26 leitos disponíveis, 1 farmácia, 2 médicos e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 registrou a existência de 17 487 pessoas com 5 anos e mais de idade. Dêsse total 4 598, ou seja, 26,3%, sabiam ler e escrever, dos quais 2 742 eram homens e 1 856, mulheres. Na sede municipal, das 853 pessoas com a idade de 5 anos e mais, 446 sabiam ler e escrever, sendo 220 homens e 226 mulheres.

Relativamente à alfabetização dos seus habitantes, o município de Paulistana colocou-se em 5.º lugar no conjunto dos municípios piauienses com uma quota de 26,32%. A cidade, bem como a zona rural, apresentaram percentagem destacada de alfabetização, pondo-se em 13.º lugar e 2.º lugar, respectivamente, em relação ao conjunto dos municípios piauienses, com 52,29% e 24,99%.

Ensino — Em 1956 funcionaram, na cidade e no resto do município, 17 estabelecimentos de ensino primário geral, dos quais 3 eram estaduais, 11 municipais e 3 supletivos,

Açougue Municipal

que matricularam, naquele ano, 382 alunos, sendo 185 homens e 197 mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Desde o ano de 1940, existe na sede municipal uma biblioteca pública de caráter geral mantida pela Prefeitura, sob a denominação de "Dr. Anísio de Abreu", com 880 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	252 000	305 000	114 000	582 000
1951.......	—	501 000	424 000	176 000	435 000
1952.......	—	344 000	433 000	123 000	413 000
1953.......	—	356 000	765 000	133 000	769 000
1954.......	—	408 000	676 000	229 000	641 000
1955.......	—	755 000	657 000	140 000	600 000
1956 (1)...	—	...	883 000	151 000	600 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Há 3 festejos religiosos anuais: o primeiro é celebrado em 15 de agôsto em homenagem à Nossa Senhora dos Humildes, padroeira da cidade; o segundo, em 20 de junho, consagrado ao Sagrado Coração de Jesus, e o terceiro, em 25 de dezembro, em honra do Menino Jesus. Encerram-se com procissões a que comparece grande número de fiéis. Comemoram-se as datas nacionais, principalmente o "Dia da Pátria", com paradas escolares e sessões cívicas. Os folguedos populares são "A morte do gato" e o "Reisado".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Encontra-se em construção no município o Açude Ingàzeiras, sob a orientação do D.N.O.C.S., o qual terá capacidade para 25 719 750 metros cúbicos de água, com uma bacia hidrográfica de 3 200 quilômetros quadrados.

Os nascidos em Paulistana são conhecidos pelo gentílico "paulistanenses".

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Piauí", de Pereira da Costa — Pernambuco — Tipografia do "Jornal do Recife" — 1909; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — volume IV — Teresina — Papelaria Piauiense — 1923; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — D.E.E. do Piauí — Imprensa Oficial — 1939; "Sinopse Estatística do Município de Paulistana" — Conselho Nacional de Estatística — 1948.

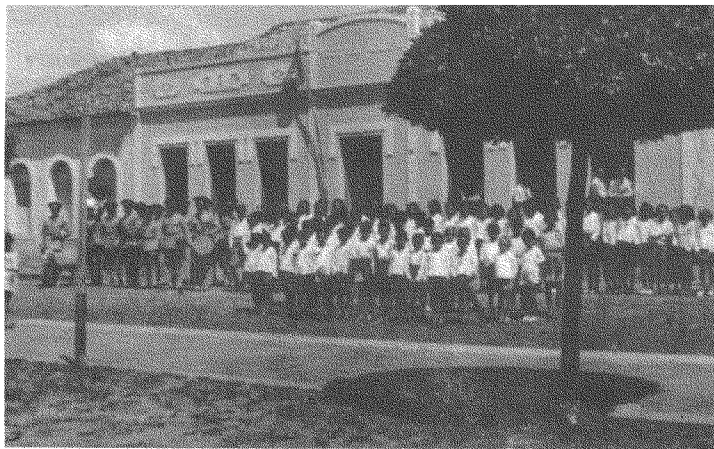
(Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino, Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina — e Agente do I.A.P.B.).

PEDRO II — PI

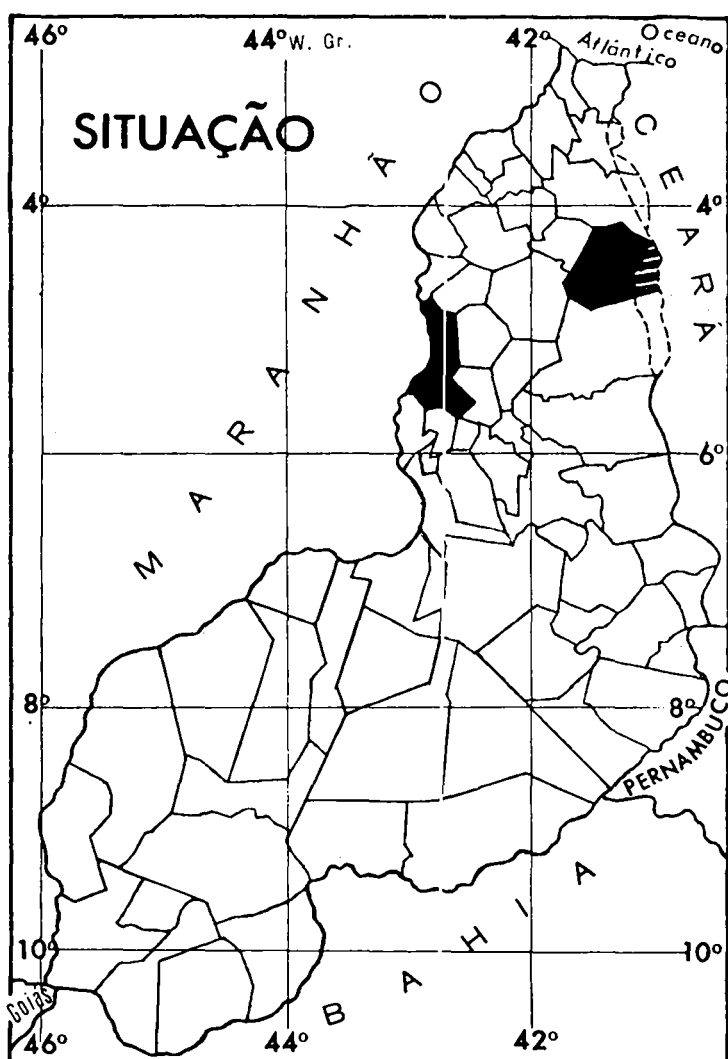
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Pedro II, primitivamente chamado Piquizeiro, foi fundado, segundo um número do jornal "Piauhy", de julho de 1893, no fim do século XVIII, por João Alves Pereira com seus irmãos e amigos Abel Pereira dos Santos, Manoel de Castro, Domingos Pereira Dutra, Albino Pereira dos Santos e Antônio Pereira da Silva, todos de origem portuguêsa, que, de início, levados por espírito de religiosidade, ali edificaram uma pequena e humilde capela consagrada a Nossa Senhora da Conceição, fazendo vir de Portugal uma imagem da Virgem Santíssima, a quem renderam, respeitosamente, o culto de padroeira. Para constituição do patrimônio da Virgem Santíssima, João Alves Pereira, provàvelmente o mais abastado dêles, doou um e meio quilômetros de terra.

Em conseqüência de uma revolta surgida em Frecheiras, do município de Parnaíba, um grupo de rebeldes, a 8 de setembro de 1839, penetrou no povoado Piquizeiro, praticando vários crimes inclusive a chacina de tôda a sua guarnição policial, a qual não pôde reprimir os rebeldes em número superior. Êsses rebeldes, que se constituíam de 218 homens, quando se dirigiam à vila de Piracuruca, com as mesmas intenções criminosas, foram surpreendidos no lugar denominado Bebedor, pelo cêrco que lhes foi feito por uma fôrça de 170 praças, comandada pelo major Joaquim Ribeiro, sendo presos e conduzidos a Piracuruca.

Pela Lei provincial número 295, de 20 de agôsto de 1851, publicada a 23 do mesmo mês, quando era Presidente da Província José Antônio Saraiva, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição dos Matões, por cuja denominação se deduz que, a êsse tempo, o nome Piquizeiro já havia sido substituído pelo de Matões, sendo o seu território desmembrado de Piracuruca. O povoado foi elevado à categoria de vila pela Lei provincial número 367, de 11 de agôsto de 1854, publicada no dia 14, quando era Presidente da Província Antônio Francisco Pereira de Carvalho, com a denominação de Pedro II, em homenagem ao então Imperador do Brasil, cuja inauguração se deu no dia 25 de agôsto do ano seguinte. O patrimônio municipal foi definido pela Lei provincial número 394, de 14 de dezembro de 1855, abrangendo todo o território correspondente à serra dos Matões. A comarca de Pedro II foi criada pela Lei provincial número 892, de 15 de dezembro de 1875, compreendendo o distrito judiciário de Piripiri. Posteriormente, pela Lei número 154, de 16 de julho de 1897, foi a comarca extinta e o seu território anexado ao de Piracuruca, restaurada depois pela Lei número 228, de 21 de junho de 1900. Com a queda do Império e por injustificáveis paixões políticas, através do Decreto número 2, de 28 de dezembro de 1889, a vila e município de Pedro II perderam êste nome para voltar à sua denominação anterior de Matões, conforme se verifica no Índice Alfabético das Leis, Resoluções e Decretos do Estado do Piauí, de dezembro de 1889 a 1896, organizado pelo Secretário da Fazenda, naquele tempo, coronel João Augusto Rosa. Em

Prefeitura Municipal

1891, quando dirigia as rédeas do Govêrno do Estado o ilustre piauiense Dr. Gabriel Luís Ferreira, foi, pelo Decreto número 50, de 21 de fevereiro daquele ano, elevada a vila de Matões à categoria de cidade, recebendo, no batismo oficial, o nome de Itamaraty, em homenagem ao Palácio da Presidência da República. Nessa época, foram observadas tôdas as formalidades legais, reinstalada a comarca, já por uma ou duas vêzes suprimida, segundo informações do escrivão e tabelião Antônio Pereira Castro. Pela Lei número 641, de 13 de julho de 1911, foi, finalmente, restabelecida a denominação de Pedro II. O seu atual quadro administrativo e judiciário constitui-se de comarca de 2.ª entrância, município, distrito judiciário e distrito administrativo de igual nome. A legislatura de 1955 foi instalada com 7 vereadores e o Prefeito Municipal, Sr. Raimundo Braga Campelo.

LOCALIZAÇÃO — O município de Pedro II fica distante 223 quilômetros da capital do Estado, via Campo Maior e Altos, e 166 quilômetros em linha reta. Limita-se com os municípios de Castelo do Piauí, Campo Maior, Piripiri, Piracuruca e o Estado do Ceará. Está localizado na Zona Fisiográfica da Ibiapaba, com as coordenadas geográficas: 4° 25' 18" de latitude Sul e 41° 27' 34" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município, em altitude, está classificada em 2.° lugar no quadro geral dos diversos municípios do Estado, com o registro de 550 m, superada apenas pela cidade de Pio IX com 700 metros.

Grupo Escolar Marechal Pires Ferreira

CLIMA — Frio e sêco, bastante saudável, com as temperaturas das médias: máxima 28°C, mínima 18°C. O clima de Pedro II é um dos melhores do Estado, situação essa que garantiu para o município o título de "Suíça Piauiense".

ÁREA — O município possui 4 049 quilômetros quadrados, área que o situa entre os de extensão mediana.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Localizado nos contrafortes da serra dos Matões, um prolongamento da Ibiapaba, o município de Pedro II é entrecortado pelas serras da Cangalha, do Pedro, das Mulatas, da Estrema, e banhado pelos rios Piracuruca, Caldeirão, dos Matos, Corrente, Parafuso, Capivara, Macambira, bem como por alguns riachos. Nos paredões N.N.E. da serra dos Matões há um talhado de 720 metros de altura, aproximadamente, denominado Gritador, do qual se avista a cidade de Piracuruca.

RIQUEZAS NATURAIS — Segundo a opinião do engenheiro Folk van Hanten, há no município, em grande quantidade, a pedra-ume ou alúmen, cristal de rocha, ferro, chumbo e mica. Recentemente, dois especialistas em pesquisas minerais visitaram o município, assinalando a existência de opala e manganês. No reino vegetal, a carnaúba, a oiticica e madeiras aparecem num plano superior.

POPULAÇÃO — O município contava com 23 574 habitantes, na época do Recenseamento Geral de 1950, com a seguinte distribuição: 11 803 homens e 11 771 mulheres; 9 207 brancos, 802 pretos, 13 526 pardos, e 39 pessoas não declararam a côr. Dos recenseados com 15 anos e mais de idade, no total de 12 530, havia 4 763 solteiros, 6 927 casados, 2 desquitados, 811 viúvos, e 27 habitantes não declararam estado civil. Pelo lado religioso, predominaram os católicos apostólicos romanos, com 23 359 fiéis, número quase igual à população do município. Seguem-se os protestantes com 183 adeptos, 1 maometano, 2 sem religião e 29 não declararam culto. A densidade populacional é de 5 habitantes por quilômetro quadrado. Na zona rural, residem 90% da população do município, com 10 865 homens e 10 546 mulheres. Entre os municípios mais populosos do Estado, Pedro II ocupa o 15.° lugar e sua sede, com 2 163 habitantes, o 16.° lugar.

Aglomerações urbanas — Encontram-se as seguintes aglomerações urbanas no município: a sede municipal, com 2 163 habitantes, sendo 938 homens e 1 225 mulheres. Dêsse total, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 406 homens e 456 mulheres sabiam ler e escrever ao passo

Rua Presidente Vargas, uma das principais da cidade

que 370 homens e 578 mulheres não eram alfabetizados, de acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950. Os povoados de maior importância são: Goiabeiras, com 59 moradias e 375 habitantes; Lagoa dos Cláudios, com 121 residências e 581 moradores; Lagoa do Sucuruju, com 38 casas e 198 pessoas; Nazaré, com 49 moradias e 199 habitantes; Ôlho-d'Água Grande, com 83 vivendas e 283 moradores; Retiro, com 76 casas e 366 pessoas; São Gonçalo, com 79 residências e 361 moradores; Serra dos Matões, com 75 moradias e 344 pessoas. A população dos povoados foi informada por aproximação.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades econômicas do município são representadas pela agricultura, pecuária, extração de cêra de carnaúba, fabricação de rêdes de algodão, de aguardente de cana, farinha e polvilho de mandioca e outras de menor importância.

Agricultura — A grande fôrça da lavoura reside nas culturas do feijão e do milho, aparecendo o arroz, a cana-de-açúcar e mandioca num plano inferior. O quadro abaixo caracteriza a safra do ano de 1956 que atingiu cêrca de 4 480 milhares de cruzeiros:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Feijão	Saco de 60 kg	4 880	1 610 400
Milho	» » » »	9 600	1 152 000
Arroz	» » » »	5 300	954 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 500	540 000
Mandioca	»	1 120	224 000

Pecuária — Apresenta bom índice de desenvolvimento, com venda para São Benedito (CE). Número de cabeças existentes em 1956: 19 600 bovinos, 33 500 suínos, 10 500 ovinos e 22 000 caprinos.

Indústria — Em Pedro II predominaram as indústrias decorrentes das atividades agropecuárias, sobressaindo-se a extração da cêra de carnaúba que, mesmo sendo obtida por processos rotineiros, representa o ponto básico da economia industrial do município. Segundo elementos do Registro Industrial de 1956, o município apresentou a seguinte produção: cêra de carnaúba — 90 179 quilogramas, no valor de Cr$ 5 295 602,00; rapadura — 248 370 quilogramas, correspondendo a Cr$ 1 943 490,00; farinha de mandioca — 416 110 quilogramas, estimados em .... Cr$1 264 660,00; aguardente de cana — 47 390 litros, valendo Cr$ 433 531,00, e polvilho de mandioca — 78 343 quilogramas, no valor de Cr$ 390 950,00. Além das indústrias agropecuárias, o município, com a obtenção de fio de algodão, desenvolve a indústria de fabricação de rêdes em quantidade apreciável, trabalho que é exercido por mulheres. A perícia das teceloas é impressionante, uma vez que, não dispondo da maquinaria competente, conseguem uma produção verdadeiramente impressionante em face das condições de trabalho. O Inquérito Industrial relativo ao ano de 1956 levantou uma produção de 13 264 unidades, no valor de Cr$ 2 911 192,00. É oportuno salientar que o município também produz fio de algodão, empregado na fabricação de rêde.

COMÉRCIO — Na sede municipal há um estabelecimento atacadista e 34 varejistas, mantendo transações comerciais com as praças de Teresina, Piripiri e Parnaíba, Fortaleza e Recife, das quais compra tecidos, calçados, café, açúcar, sabão, sal, querosene, bebidas, fio de algodão, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município não possui estradas de ferro nem aeroporto (há um campo de pouso). As ligações com as cidades vizinhas são feitas através de estradas de rodagem. As distâncias percorridas nessas ligações são as seguintes: Piripiri, estrada carroçável —. 57 quilômetros; Piracuruca, via Piripiri e Alto Alegre — 139 quilômetros; Castelo do Piauí — 123 quilômetros; Campo Maior — 139 quilômetros; São Benedito (CE) — 110 quilômetros e para Teresina (capital do Estado), por estrada carroçável até Piripiri e daí, via Campo Maior e Altos, por via rodoviária — 223 quilômetros. Há uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Com 6 ruas e uma praça, cujo calçamento corresponde a 12,7%, a cidade recebe iluminação elétrica da Prefeitura e tem 117 instalações domiciliares. A sede do município conta com 26 logradouros públicos e uma pensão com diária de Cr$ 80,00. Há 3 jipes e 5 caminhões dos quais dois conduzem também passageiros, e um cinema com funcionamento irregular.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na cidade há 1 médico, 1 farmacêutico, 1 dentista e duas farmácias para assistência à população municipal.

ALFABETIZAÇÃO — O município de Pedro II tem 19 280 habitantes com 5 anos e mais de idade, dos quais 4 873 sabem ler e escrever, correspondendo a 25,3%. Nesse total figuram 2 986 homens (15,5%) e 1 887 mulheres

Pôsto Misto de Saúde

(9,8%). Das 1 810 pessoas residentes na cidade, com a idade já mencionada, 862 sabem ler e escrever, sendo 406 homens e 456 mulheres. Todos os levantamentos mencionados baseiam-se no Censo de 1950. Na colocação percentual no Estado, o município de Pedro II conquistou o 7.º lugar, com 25,27%; sua sede, o 23.º lugar, com 47,62%, e sua zona rural, o 6.º lugar, com 22,96%.

Demonstrativo de colocação da zona rural, pelo índice de alfabetização:

Parnaíba	25,02%
Paulistana	24,99%
Simplício Mendes	24,75%
Gilbués	23,95%
Corrente	23,68%
PEDRO II	22,96%

Ensino — Em 1956 funcionaram 37 unidades escolares: 12 estaduais, 15 municipais, duas particulares e 8 do curso supletivo. As estaduais e municipais fazem o curso fundamental comum. Matricularam-se nos diversos estabelecimentos de ensino 2 046 alunos, sendo 1 066 homens e 980 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	141 000	607 000	485 000	115 000	483 000
1951.......	149 000	908 000	690 000	168 000	513 000
1952.......	159 000	700 000	833 000	183 000	822 000
1953.......	185 000	874 000	981 000	189 000	1 015 000
1954.......	128 000	984 000	927 000	224 000	976 000
1955.......	164 000	1 340 000	1 008 000	256 000	1 009 000
1956 (1)....	261 000	...	1 396 000	329 000	1 193 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Entre os festejos populares do município, destaca-se com maior relêvo o da Padroeira — Nossa Senhora da Conceição — na sede. A festa da Imaculada Conceição, em Pedro II, já é bem conhecida das cidades próximas assim como do Estado vizinho, o Ceará. Destas localidades, muitas vêzes bem distantes, deslocam-se para Pedro II, por ocasião dos festejos, inúmeras famílias, a fim de prestarem a sua decidida e piedosa homenagem à Virgem Santíssima.

O início dos festejos ocorre no dia 28 de novembro, com o tradicional hasteamento da bandeira, a qual traz, em si, o retrato de Nossa Senhora. Segue-se a novena, com pregações em tôrno da vida, das virtudes, da santidade e da valiosa proteção de Nossa Senhora. São dias de verdadeiro e santo entusiasmo, durante os quais vibra o espírito cristão dos fiéis. Inúmeros dêles se aproximam dos sacramentos, outros pagam suas promessas e todos voltam para suas longínquas casas, alegres, aliviados e mesmo até saudosos; porém, todos fazem questão de encerrar suas homenagens à Virgem Imaculada com o acompanhamento da procissão do dia 8 de dezembro que, pelo silêncio, respeito e piedade de que é revestida, torna o encerramento brilhante, a chave de ouro da festa de Pedro II.

Vista parcial da Avenida Coronel Cordeiro

Vista de uma das principais ruas da cidade

Durante o ano, realizam-se na cidade mais quatro procissões: do Senhor dos Passos, do Senhor Morto, do Sagrado Coração de Jesus e do Menino Deus. Há festas também religiosas nos povoados Lagoa de São Francisco, em 4 de outubro, de São Francisco; Nazaré, em 15 de setembro, de Nossa Senhora das Dores; Palmeirais, em 22 de agôsto, do Coração de Maria; Ôlho-d'Água Grande, em 23 de julho, do Coração de Jesus; Ingàzeira, em 24 de junho, de São João Batista; Vitória, em 27 de novembro, de Nossa Senhora das Graças.

VULTOS ILUSTRES — Desembargador *Hamilton Mourão* — Formado pela Faculdade de Direito do Recife, exerceu a profissão que abraçou, tendo conquistado merecido renome no Estado do Amazonas e Território do Acre. Galgou com rapidez todos os postos da carreira de magistrado. Foi repetidas vêzes Presidente da Côrte de Apelação do Amazonas. Na vida pública exerceu com eficiência os cargos de maior relevância do Estado, desde Chefe de Polícia a Secretário-Geral do Estado em mais de dois períodos governamentais. Em período conturbado da vida política amazonense assumiu, em caráter extraordinário, a Chefia do Govêrno como pacificador e na sua qualidade de decano da Justiça naquele Estado nortista. Dotado de rígida formação moral e de invulgar cultura jurídica, foi membro "Honoris Causa" da Academia de Juristas do Brasil, Grão-Mestre do Grande Oriente Maçônico do Amazonas e Acre, Presidente de várias entidades sociais e culturais da terra amazonense. Faleceu em Manaus em 1942, com 56 anos de idade.

Almir Mourão, engenheiro, oficial do Estado-Maior do Exército Brasileiro, participou da Fôrça Expedicionária Brasileira, na Itália, e foi Interventor interino e Chefe de Polícia, no Estado do Paraná.

Tertuliano Milton Brandão, deputado estadual em 1934 e 1946, vice-Governador do Estado do Piauí, e deputado federal pelo Piauí.

Olavo Mendes da Rocha, oficial de curso da arma de cavalaria do Exército Brasileiro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município são denominados pedro-segundenses. A serra dos Matões é indicada como estância de repouso e cura da tuberculose.

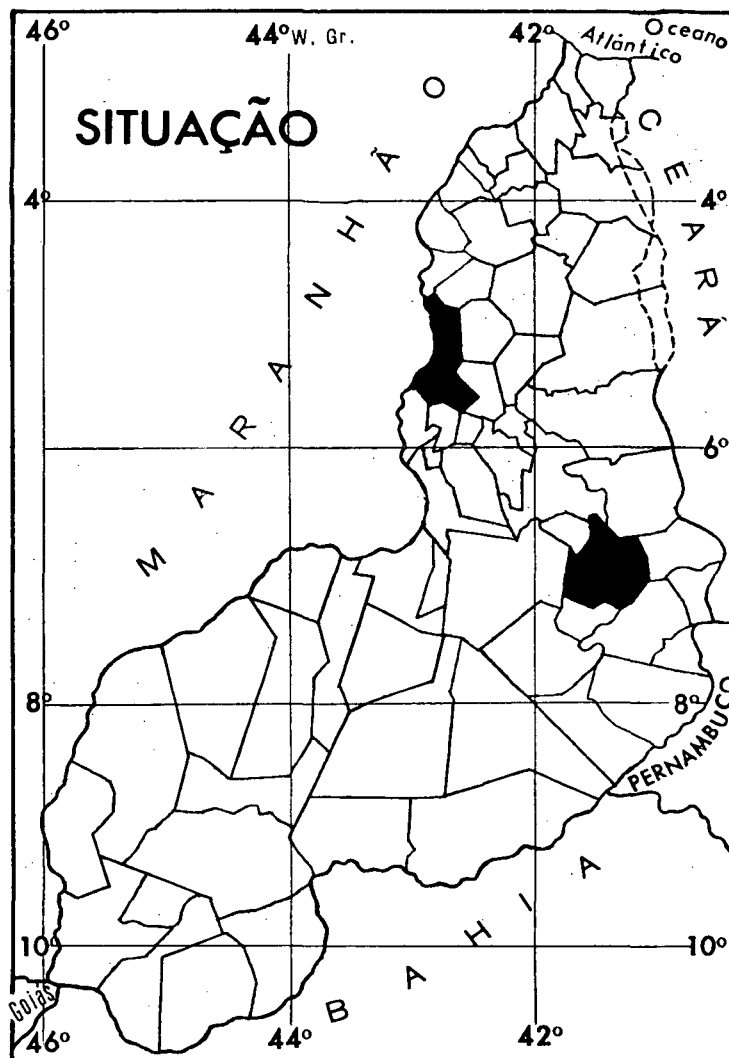
BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" — Pereira da Costa. "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — 1939 — D.E.E. do Piauí; "Decretos e Resoluções do Piauí" — 1889-1891; "Coletânea das Leis e Decretos e Constituição do Piauí"; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — vol. IV — 1923.

(Fonte — "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — 1939 — D.E.E. do Piauí; "Decretos e Resoluções do Piauí" — 1889 — 1891; "Coletânea das Leis e Decretos e Constituição do Piauí"; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — vol. IV — 1923; Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Pedro II; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino, Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina, e Agente do I.A.P.B.).

PICOS — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo a tradição corrente, o primeiro lugar devassado no município foi o em que atualmente se localiza o povoado de Bocaina, onde Borges Marinho edificou uma capela, ainda hoje existente. Picos foi inicialmente uma unidade do vizinho Município de Oeiras. O local onde está situada a cidade constituía uma fazenda de gado vacum, pertencente à família Borges Leal, que se ramificou por todo o município. A cidade está localizada numa fertilíssima várzea à margem direita do rio Guaribas e é cercada de diversos montes picosos, que lhe deram o nome. A uberdade e a salubridade do solo atraíram os cavalarianos (compradores de cavalos na gíria local) das então províncias de Pernambuco e Bahia, vindo daí o início do povoamento. A Resolução número 308, de 11 de setembro de 1851, elevou a povoação à freguesia, com a invocação de Nossa Senhora dos Remédios. Depois de desmembrado de Oeiras, a cujo têrmo foi anexado o seu distrito judiciário, foi o povoado, pela Resolução provincial número 397, de 20 de dezembro de 1855, elevado à categoria de vila, cuja inauguração se verificou a 3 de julho de 1859. Posteriormente, o distrito judiciário de Picos foi incorporado à comarca de Jaicós, pela Lei provincial número 468, do ano de 1859, da qual foi desligado, para formar, com o município de Patrocínio (atual município de Pio IX), a comarca de Picos, criada por Decreto de 28 de dezembro de 1889 e instalada pelo seu primeiro juiz de Direito, Dr. João Leopoldino Ferreira. O primeiro Presidente da Câmara Municipal foi o coronel Clemente de Sousa Martins, filho do lendário piauiense, major Manuel Clementino de Sousa Martins. Em 12 de dezembro de 1890, a vila foi elevada à categoria de cidade, pela Resolução número 33, baixada pelo Govêrno do Estado, naquela época chefiado pelo Barão de Uruçuí. De acôrdo com o quadro da divisão administrativa relativo a 1933, Picos aparece com dois distritos: o de mesmo nome e o de Patrocínio, que perdeu a categoria de vila e município, em virtude do Decreto estadual número 1 279, de 26 de junho de 1931. Nas divisões territoriais vigentes em 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual número 52, de 29 de março de 1938, o município apresenta-se integrado apenas pelo distrito-sede. Mantém esta mesma situação administrativa nos qüinqüênios posteriores, perdendo sòmente parte de seu território, para constituir o município de Itainópolis, pela Lei estadual número 925, de 12 de fevereiro de 1954. O município consta atualmente de um único distrito e é sede de comarca de 3.ª entrância. A atual legislatura foi instalada no ano de 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o Dr. Helvídio Nunes de Barros e constituída a Câmara Municipal de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Picos pertence à Zona Fisiográfica do Sertão. Limita-se com os municípios de Valença do Piauí, Pimenteiras, Pio IX, Jaicós, Itainópolis, Oeiras e Inhuma. A sede do município está situada no traçado da Rodovia Icó—Carolina (BR-24), federal, a 335 quilômetros da capital do Estado, pela rodovia mencionada, e a 264 quilômetros em linha reta. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 7° 04' 08" de latitude Sul e 41° 29' 00" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 230 metros na sede do município.

CLIMA — Apresenta Picos um clima quente. O período invernoso está compreendido entre os meses que vão de dezembro a maio.

Prefeitura Municipal

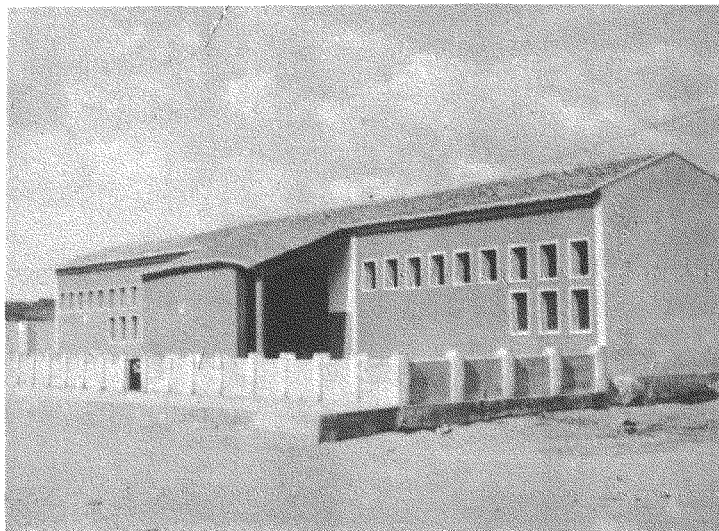
ÁREA — A área do município é de 3 872 quilômetros quadrados, ocupando lugar entre os municípios de extensão média do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS -- Os acidentes geográficos de maior relêvo são os rios Itaim, das Guaribas e Riachão, que permitem a fertilidade de grande parte das terras cultivadas do município; as lagoas Comprida, das Abóboras e Grande; os riachos Vermelho, Guaribas, Fundo, São João. É de notar-se, também, a serra da Fachada.

RIQUEZAS NATURAIS — Incluem-se como riquezas naturais do município madeira e lenha, embora produzidas em quantidade modesta; maniçoba; cêra de carnaúba, que constitui uma das fontes econômicas do município, e oiticica, também de acentuada importância. Quanto a riquezas minerais, já foram localizadas no município boas reservas de pedra-ume e salitre e há presunção de que existam outros.

POPULAÇÃO — Picos ocupa o 2.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Piauí, consoante dados do último Recenseamento:

Teresina	90 723
PICOS	54 713

Do total de 54 713 pessoas presentes no município àquela época, 27 133 eram do sexo masculino e 27 580, do feminino; 25 822 eram brancos, 4 590, pretos, 24 285, pardos e 1 era amarelo, sendo que 15 não declararam a côr. Dos habitantes de 15 anos e mais de idade, em número de

Pôsto de Puericultura

28 015, 9 560 eram solteiros; 16 671, casados; 9, desquitados e 1 773, viúvos, sendo que apenas 2 não declararam o estado civil. Havia 2 estrangeiros e 1 brasileiro naturalizado. Em religião, o maior contingente se declarou católico apostólico romano, 54 625 pessoas (27 087 homens e 27 538 mulheres), seguindo-se os protestantes, num total de 79 (39 homens e 40 mulheres) e outras religiões de diminuto número de adeptos. A densidade demográfica, à época do último Recenseamento, era de 11 habitantes por quilômetro quadrado, cabendo salientar o fato de o município ter sofrido desmembramento territorial, posteriormente, em favor da criação do município de Itainópolis, o que veio a determinar, forçosamente, modificação nessa den-

Igreja-Matriz de Nossa Senhora dos Remédios

sidade. A população localiza-se de preferência no quadro rural, conforme dados do Censo de 1950:

LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE	
	Números absolutos	% sôbre o total
Cidade	4 568	8,35
Quadro rural	50 145	91,65

Assim, 92% da população localizam-se no quadro rural e apenas 8% na cidade. Há razoável equilíbrio entre o total de homens e mulheres existentes, em relação à situação de domicílio, sendo que o número de mulheres é ligei-

Agência dos Correios e Telégrafos

ramente superior ao de homens, tanto nos quadros urbano e suburbano, quanto no rural.

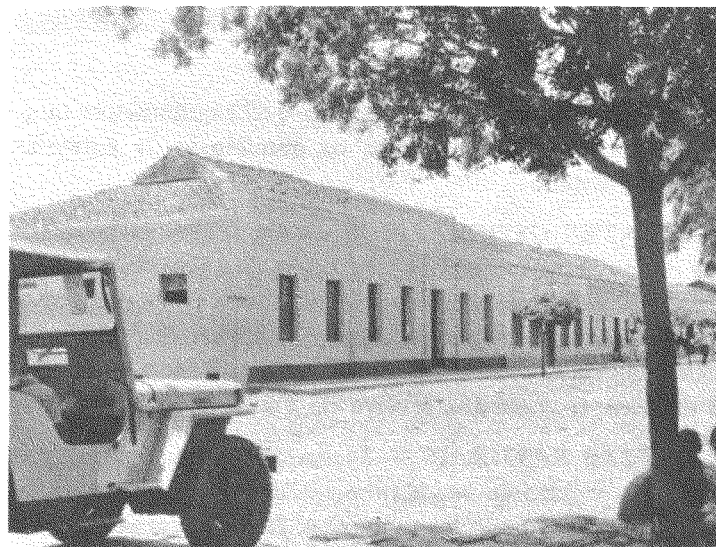
Aglomerações urbanas — O município conta com apenas um núcleo urbano de maior expressão, o da sede, com 4 568 habitantes, dos quais 2 103 homens e 2 465 mulheres. Além do principal núcleo supramencionado, existem os povoados Saco do Engano, com 137 moradias e cêrca de 280 habitantes; Ipueiras, com 134 casas e 780 moradores; Bocaina, com 107 residências e 575 pessoas; Jenipapeiro, com 108 vivendas e 513 habitantes; Coroatá, com 65 habitações e 350 habitantes; Paquetá, com 35 casas e cêrca de 160 mo-

Pôsto de Higiene

radores; São Luís, com 21 residências e 105 pessoas; outros de somenos importância. A população acima foi determinada por estimativa, considerado o número de moradias existentes em cada povoado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Picos, um dos principais centros agrícolas do Estado, é cortado pelos rios das Guaribas, Riachão e Itaim, cujas vazantes constituem fator importante na cultura do alho, algodão, feijão, milho, da cebola e de vários cereais. Embora a região tenha sido castigada pelas sêcas dos últimos anos, a agricultura se vem desenvolvendo regularmente. Os lavradores já dispõem de mais de 1 000 arados de tração animal. Em combate aos métodos rotineiros, os agricultores do município têm recebido intensiva orientação técnica e racional, o que vem contribuindo para o constante desenvolvimento da agricultura picoense. O volume e o valor dos principais produtos da região, em 1956, foram os seguintes:

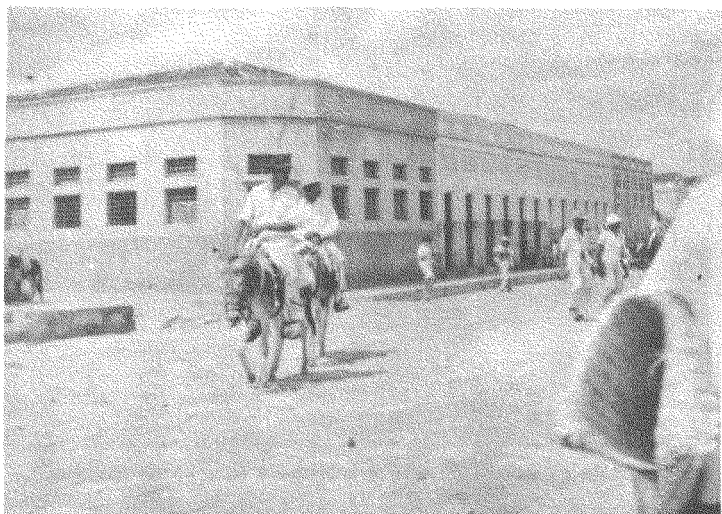
PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Feijão	Saco de 60 kg	112 200	39 045 000
Arroz	» » » »	50 000	15 000 000
Milho	» » » »	93 200	12 302 000
Algodão	Arrôba	113 380	11 338 000
Alho	»	31 500	10 867 000

Os principais centros compradores dos produtos agrícolas do município são as praças de Teresina, Salvador, Recife, Campina Grande (PB) e Fortaleza.

Vista parcial da Avenida Presidente Vargas

Pecuária — Sobressai a pecuária como segunda fonte econômica local, cujo efetivo, em 1956, era representado pelos seguintes números: 46 500 bovinos, 75 000 suínos, 54 000 ovinos e 70 000 caprinos. A exportação de gado do município é feita para as praças de Caruaru e Recife, no Estado de Pernambuco.

Indústria — No setor da produção extrativa, a cêra de carnaúba é o principal produto, constituindo uma das fontes econômicas do município. Fabricam-se, também, farinha de mandioca, polvilho de mandioca, calçados, mosaicos, praticando-se ainda o beneficiamento do algodão.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio do município de Picos mantém transações com as praças de Salvador, Re-

Velha Capela do Sagrado Coração de Jesus, construída no século XIX

Agência do Banco do Brasil S.A.

cife e Fortaleza e outras de pouco relêvo. Contam-se 8 estabelecimentos comerciais atacadistas, 206 varejistas e 5 indústrias com mais de 5 operários. Há uma Agência do Banco do Brasil S. A. e uma Agência Postal da Caixa Econômica Federal do Piauí, com 140 cadernetas em circulação e depósitos no valor de Cr$ 10 506,20.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Conta Picos com a Rodovia Icó—Carolina (BR-24) e uma estrada carroçável que o liga ao município de Itainópolis, bem assim um campo de pouso. Comunicações com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Oeiras — rodovia, 84 quilômetros. Itainópolis — estrada carroçável 58 quilômetros. Jaicós — rodovia 72 quilômetros. Fronteiras — rodovia 95 quilômetros. Pio IX — rodovia até Fronteiras e daí por estrada carroçável 138 quilômetros. Inhuma — rodovia 72 quilômetros. Valença do Piauí, rodovia, via Inhuma, 102 quilômetros. Araripina (PE) — rodovia 139 quilômetros. Campos Sales (CE) — rodovia, via Fronteiras, 123 quilômetros. Barão de Grajaú (MA) — rodovia, via Oeiras, Nazaré do Piauí e Floriano, 204 quilômetros. Capital do Estado — rodovia, via Inhuma, Valença do Piauí e Elesbão Veloso, 335 quilômetros.

Na cidade funciona uma Estação Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui 16 620 metros quadrados de calçamento, sendo 2 420 metros quadrados de paralelepípedos e 14 200 metros quadrados de pedras irregulares, correspondentes a 13 logradouros. Há

Vista parcial de um trecho da cidade (Praça Félix Pacheco)

396 ligações elétricas domiciliares e fornecimento de luz feito pela usina de propriedade da Prefeitura Municipal; correio e telégrafo, três hotéis e doze pensões com uma diária média de Cr$ 80,00. Os veículos registrados na Prefeitura são 11 automóveis e 18 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município de Picos recebe assistência médico-sanitária dos seguintes estabelecimentos: Hospital São Vicente de Paulo, de caráter particular, mantido pela Sociedade São Vicente de Paulo, com 30 leitos disponíveis, sendo 18 para indigentes e 12 para contribuintes; Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno Estadual, e 4 farmácias particulares. A êsse número de estabelecimentos, juntam-se, com suas atividades profissionais, 3 médicos, 3 dentistas e 4 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Das 44 233 pessoas de 5 anos e mais de idade, presentes no município à época do Censo de 1950, sabiam ler e escrever 9 559, sendo que, dêsse contingente, 5 777 eram do sexo masculino e 3 782, do feminino. Picos, em relação aos demais municípios piauienses, atingiu a quota de 21,61% de alfabetização, classificando-

Conjunto de casas residenciais, sito à Rua Monsenhor Hipólito

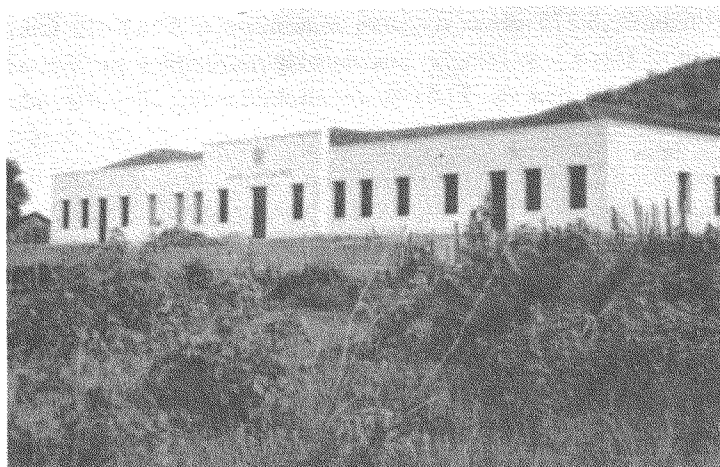
-se no 11.º lugar. O índice de alfabetização verificado exclusivamente na sede municipal alcançou a percentagem de 47,08%, possibilitando classificá-la no 26.º lugar em comparação com as sedes municipais de todo o Estado, sendo que a zona rural, embora com a quota de 19,17%, mereceu algum relêvo em confronto com a dos outros municípios, em cuja classificação ocupava o 10.º lugar, segundo o Censo já mencionado.

Ensino — O estabelecimento de ensino principal é o de nível médio denominado Ginásio Estadual Picoense, onde funcionam o curso ginasial e um curso técnico de comércio. No ano de 1955, concluíram o curso ginasial nesse estabelecimento 30 pessoas, e, no ano de 1956, o número de matrículas iniciais foi de 202 alunos. As disciplinas de todo o currículo dêsse curso foram ministradas por 10 professôres. Funcionam, igualmente, no município, 54 unidades de ensino primário fundamental comum, sendo 11 mantidas pelo Govêrno estadual, 30 pelo municipal e uma particular, bem como 5 cursos supletivos. A matrícula nas diversas unidades, no ano de 1956, foi a seguinte: 2 181 no curso primário fundamental comum e 356 no supletivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Picos possui uma biblioteca pública municipal, denominada 10 de Novembro, de natureza geral, com cêrca de 250 volumes aproximadamente; uma biblioteca particular, pertencente ao Grêmio Literário Da Costa e Silva, de natureza geral, com cêrca de 80 volumes; uma tipografia e uma livraria. Há, também, um cinema, com 120 lugares.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	275 000	2 171 000	1 101 000	540 000	909 000
1951.......	380 000	2 771 000	1 255 000	727 000	1 153 000
1952.......	514 000	3 220 000	1 410 000	826 000	1 408 000
1953.......	442 000	3 483 000	1 686 000	842 000	1 510 000
1954.......	414 000	3 847 000	1 437 000	933 000	1 441 000
1955.......	486 000	5 127 000	1 708 000	1 178 000	1 655 000
1956 (1)....	...	...	1 511 000	1 001 000	1 406 000

(1) Orçamento.

Frente do Hospital São Vicente de Paulo

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — É costume popular, no município, celebrarem-se, no período compreendido entre o dia 24 de dezembro e 6 de janeiro, determinados festejos, nos quais se exibem danças e cânticos em tôrno de figuras de animais e de crendices populares, tais como o "boi", a "burrinha", o "jaguará", o "lobisomem", a "alma", a "velha-da-cabeça-de-fogo", etc. Tais manifestações se denominam vulgarmente de "reisados". De ano para ano, como aliás em outras localidades, tais festejos vêm diminuindo em sua pompa e número de participantes.

Vista de uma casa residencial na Praça da Bandeira

Vazante de cultura de alho e cebola, no leito do rio Guaribas

VULTOS ILUSTRES — Destacam-se, como filhos ilustres de Picos, o Dr. Antônio Coelho Rodrigues, jurisconsulto notável, parlamentar, jornalista, Doutor em Direito, escritor, senador e autor de um dos projetos do Código Civil Brasileiro; Dom Paulo Hipólito de Sousa Libório, atual bispo de Caruaru, PE, e considerado uma das grandes culturas do clero nacional; Dr. Flávio Portela Marcílio, advogado, professor catedrático de Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade do Ceará, e atual Vice-Governador do mesmo Estado.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Picos chamam-se picoenses. Possui o município um campo de pouso, embora de modestas proporções, mantido pelo govêrno municipal. Aos sábados, invariàvelmente, realiza-se em Picos a mais importante feira do Estado, a que comparecem cêrca de 1 500 a 2 000 pessoas, já para a venda de seus produtos, já para aquisição das utilidades de que necessitam. Expõem-se à venda produtos de inumeráveis espécies, principalmente agrícolas, louças de barro, esteiras, rêdes, rapaduras, fibra de caroá, etc. A ela acorre considerável número de interessados da circunvizinhança, de Teresina, dos Estados do Ceará, Pernambuco e da Paraíba. Outra particularidade digna de registro no distrito-sede é a igreja-Matriz em construção, por ser um dos mais belos templos religiosos do Estado, erguida graças aos esforços de grande contingente de fiéis, e onde já foram gastos mais de cinco milhões de cruzeiros. Depois de concluída será, sem dúvida, uma obra monumental, de rara beleza, haja vista que, só em compra de vitrais para ornamentação do templo, nada menos de um milhão de cruzeiros já foi gasto. No exercício da profissão, contam-se, no município, 3 advogados e 1 agrônomo.

BIBLIOGRAFIA — "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — Departamento de Estatística e Publicidade do Piauí — 1939; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — Volume IV; "Coleção de Monografias — Município de Picos" — I.B.G.E. — Conselho Nacional de Estatística; "Cronologia Histórica do Piauí" — Pereira da Costa.

(Fonte — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; "Cronologia Histórica do Piauí" — Pereira da Costa. Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Professor José de Arimatéia Tito Filho, do Colégio Estadual do Piauí, da Escola Normal Antonino Freire, do Colégio Diocesano São Francisco de Sales).

PIMENTEIRAS — PI

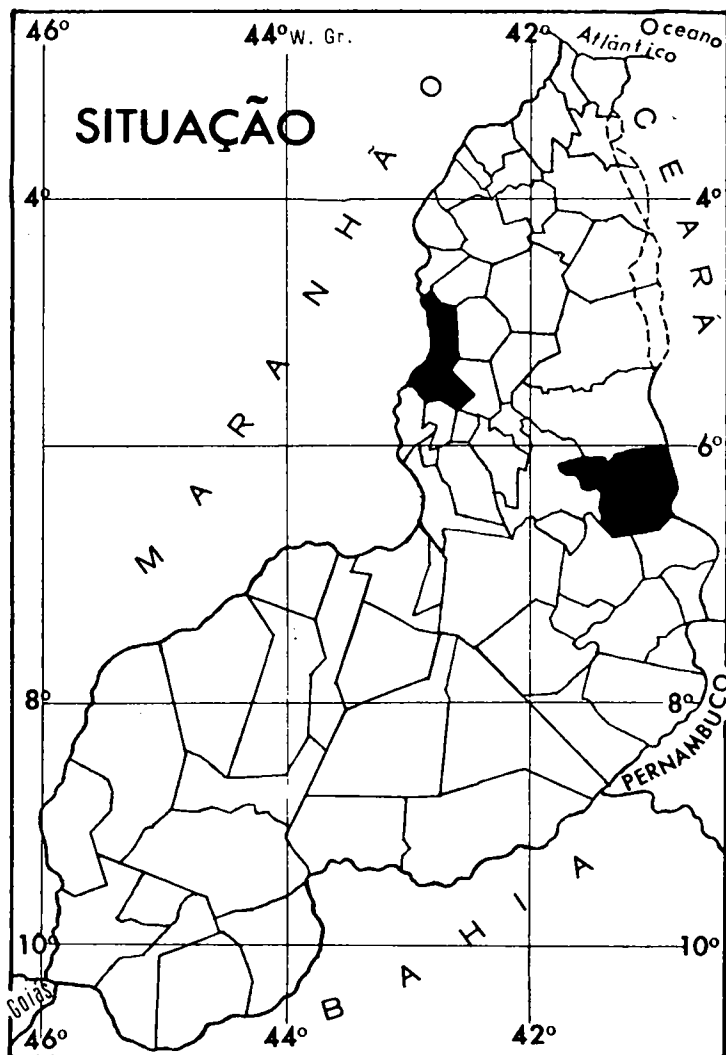
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Pouco se sabe acêrca dos antecedentes históricos de Pimenteiras. Aproximadamente, em 1865, chegaram os primeiros habitantes do então arraial de Pimenteiras. Sobressai, dentre êles, o Sr. Evaristo Brás de Sousa, acompanhado da família, que instalou ali uma pequena fazenda de gado, sendo considerado um dos fundadores do atual município. Em 1894, vieram os Srs. Enéias da Silva Nogueira, João José Dantas e Manuel José Dantas, que também se instalaram e iniciaram a vida na lavoura e criação de gado. Outros povoadores foram chegando, destacando-se os Srs. José Pereira Paula, Alexandre de Melo Barbosa e Xisto Vitoriano de Carvalho. O patrimônio territorial de Pimenteiras foi desmembrado do de Valença do Piauí, com a criação do município pela Lei estadual número 1 040, de 16 de julho de 1954. A instalação solene verificou-se a 25 do mesmo mês e ano. Seu primeiro Prefeito, nomeado interinamente pelo Governador do Estado, foi o cidadão Pedro Nogueira Pereira, que dirigiu os destinos da comuna até 31 de novembro de 1955, quando os entregou ao primeiro Prefeito constitucional eleito a 3 de outubro de 1954, Sr. Zacarias de Sousa Filho. A origem do topônimo admite inúmeras versões: a mais aceitável é a que diz ser originário da tribo de índios Pimenteiras, que habitava as margens da lagoa Pimenteiras.

O município consta atualmente de um distrito judiciário subordinado à comarca de Valença do Piauí, onde há 1 Juiz de Paz e 2 Suplentes, 1 Adjunto de Promotor e 1 Escrivão do Registro Civil. A presente legislatura instalou-se em 1955, época em que foi empossado no cargo de Prefeito, para o qual fôra eleito no último pleito, o Senhor Zacarias de Sousa Filho, no de vice-Prefeito o Senhor Jaime Alexandrino Nogueira, e constituída a Câmara Municipal com cinco vereadores.

Igreja de São João Batista

Os habitantes locais denominam-se pimenteirenses.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Pimenteiras está situada a 288 quilômetros da capital do Estado e, em linha reta, 198 quilômetros. O município, que tem como limites os de Valença do Piauí, São Miguel do Tapuio, Picos, Pio IX e Estado do Ceará, localiza-se na Zona Fisiográfica da Ibiapaba.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É quente, com noites frias e invernos menos secos.

ÁREA — Corresponde a 4 530 quilômetros quadrados, figurando o município entre as unidades do Estado que possuem maior extensão territorial, apesar de ter sido desmembrado de Valença do Piauí.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos locais são as serras Quadrada, Olegário e Jatobá, bem assim a das Missões e dos Cariris Novos, servindo esta última de limite municipal com o Estado do Ceará. No setor hidrográfico, conta o município com o rio Sambito e a lagoa Grande, além de outros acidentes sem significação.

RIQUEZAS NATURAIS — Carnaubais e matas para extração de lenha e madeira são as riquezas naturais de maior evidência na comuna. No reino animal encontram-se animais silvestres, como seja: tatu, caititu, onça, gato, veado, paca e outros.

POPULAÇÃO — A população de Pimenteiras, recenseada juntamente com a de Valença do Piauí, em 1950, foi calculada naquela época em 6 000 habitantes.

Aglomerações urbanas — O município conta apenas com um núcleo urbano: o da sede municipal, com população avaliada, presentemente, em 1 200 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia de Pimenteiras são a agricultura, a pecuária, a extração de cêra de carnaúba e a indústria de transformação.

Agricultura — O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1956, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Mandioca	Tonelada	2 050	1 134 000
Feijão	Saco de 60 kg	1 700	510 000
Arroz com casca	» » » »	2 000	400 000
Milho	» » » »	1 100	132 000
Algodão	Arrôba	400	36 000

Os produtos agrícolas são consumidos no próprio município.

Pecuária — O número de cabeças de gado existentes é o seguinte: 6 500 bovinos, 10 000 suínos, 10 000 ovinos e 10 000 caprinos. A pecuária é de relativa importância para a economia municipal, cujos excedentes são exportados para a capital do Estado e o do Ceará, sendo o último o seu principal mercado.

Indústria — É modesta a indústria pimenteirense, que se caracteriza pela extração e transformação de produtos agrícolas, cujo movimento, durante o ano de 1956, foi o seguinte: cêra de carnaúba — 19 355 quilogramas, no valor de Cr$ 875 600,00; rapadura — 204 000 quilogramas, avaliados em Cr$ 823 200,00; farinha de manidoca — 109 800 quilogramas, correspondendo a Cr$ 372 600,00; polvilho de mandioca — 28 030 quilogramas, estimados em Cr$ 140 150,00.

COMÉRCIO — Há no município 7 estabelecimentos comerciais varejistas. O comércio local mantém transações com as praças de Teresina, Fortaleza e Recife, das quais importa tecidos, miudezas, café em grão, sabão, açúcar, louças, ferragens, etc.

Vista parcial da Rua João Dantas

Vista parcial da Rua José Pereira

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Conta Pimenteiras com precárias estradas carroçáveis que se interrompem no inverno; mesmo assim são utilizadas para a circulação de suas riquezas. Comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Valença do Piauí — estrada carroçável 54 quilômetros. Picos — estrada carroçável 132 quilômetros. Tauá (CE) — estrada carroçável 162 quilômetros. São Miguel do Tapuio — estrada carroçável 120 quilômetros. Capital do Estado — estrada carroçável até Valença do Piauí 54 quilômetros e daí por via rodoviária, BR-52 (Teresina—Petrolina), via Elesbão Veloso, 234 quilômetros, num total de 288 quilômetros. Na sede municipal funciona uma Agência Postal-telefônica mantida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal conta com 15 logradouros públicos, bem assim duas pensões com uma diária média de Cr$ 50,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um pequeno socorro farmacêutico presta assistência sanitária à população local.

ENSINO — No município funcionam apenas 9 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, dos quais 2 são mantidos pelo Govêrno estadual e 7 pelo municipal. Nos estabelecimentos mencionados verificou-se, em 1956, a matrícula de 533 alunos, sendo 263 homens e 270 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	...	345 000	596 000	90 000	596 000
1956 (1)	...	...	692 000	84 000	692 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — São João Batista é o padroeiro do lugar, em honra de quem são realizados festejos precedidos de novena que se encerra no dia 23 de junho, quando é celebrada missa, pelo Padre da freguesia de Valença do Piauí, a qual se repete a 24, dia da festa.

(Fonte: Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Pimenteiras. Revisão — José de Arimathéa Tito Filho, professor do Colégio Estadual do Piauí, da Escola Normal Antonino Freire e do Colégio Diocesano São Francisco de Sales).

PIO IX — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras penetrações no território que hoje constitui o município de Pio IX datam, ao que consta, do ano de 1800, tendo elas contado com a participação de famílias cearenses e piauienses. Do território em aprêço, o lugar denominado Umbuzeiro, localizado à margem do rio Condado, tornou-se o centro de maior aglomeração populacional onde, em 1871, o operoso Padre José Antônio Pereira de Maria Ibiapina — o famoso "Apóstolo do Nordeste" —, imbuído de espírito de religiosidade e colonização da época, construiu uma igreja sob a invocação de Nossa Senhora do Patrocínio, contribuindo, assim, decisivamente, para o rápido desenvolvimento da localidade. Há alguns anos o povoado se constituíra em distrito de paz, para ser elevado posteriormente à categoria de freguesia com o nome de Pio IX, pela Resolução provincial número 1 078, de 13 de julho de 1883, cujo provimento canônico se verificou em 30 de julho de 1888. A Resolução provincial número 1 193, de 9 de outubro de 1888, elevou o povoado à categoria de vila e município, desmembrado de Jaicós, com a denominação de Patrocínio, instalando-se no dia 8 de agôsto do ano seguinte. Condições adversas ao progresso do município contribuíram para sua decadência, em razão da qual perdeu a autonomia administrativa, anexando-se, por isso, ao município de Picos, na condição de distrito, por efeito do Decreto estadual número 1 279, de 26 de junho de 1931. Na divisão administrativa referente ao ano de 1933, Patrocínio figura como distrito do município de Picos. Por efeito do Decreto estadual número 1 575, de 17 de agôsto de 1934, o município de Patrocínio readquiriu a sua autonomia, desmembrando-se de Picos. O Decreto estadual número 1 645, de 16 de abril de 1935, desmembrou o povoado de Socorro do município de Pio IX, para formação do atual município de Fronteiras. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, Patrocínio aparece com um só distrito e têrmo da comarca de Picos, assim permanecendo no quadro fixado pelo Decreto estadual número 147, de 15 de dezembro de 1938, para o qüinqüênio 1939-1943. As disposições da legislação federal relativas à duplicidade de nomes das cidades e vilas brasileiras atingiram o município de Patrocínio, que, por efeito do Decreto estadual número 754, de 30 de dezembro de 1943, passou a ter a denominação de Pio IX, em homenagem ao grande Papa que proclamou o dogma da Imaculada Conceição. Em virtude do Decreto-lei estadual número 247, de 1.º de março de 1940, extinguiram-se os têrmos judiciários do Estado do Piauí, os quais tomaram a categoria de distritos judiciários, sendo o de Patrocínio transferido para a recém-criada comarca de Socorro. Na divisão territorial administrativa do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei número 754, de 30 de dezembro de 1943, já citado, e confirmada pelo de número 765, de 31 de dezembro do mesmo ano, foi transferida para Pio IX a sede da comarca de Fronteiras. Desta forma, a comarca recebeu o nome da nova sede, ficando integrada pelos distritos judiciários de Pio IX e Fronteiras.

Prefeitura Municipal

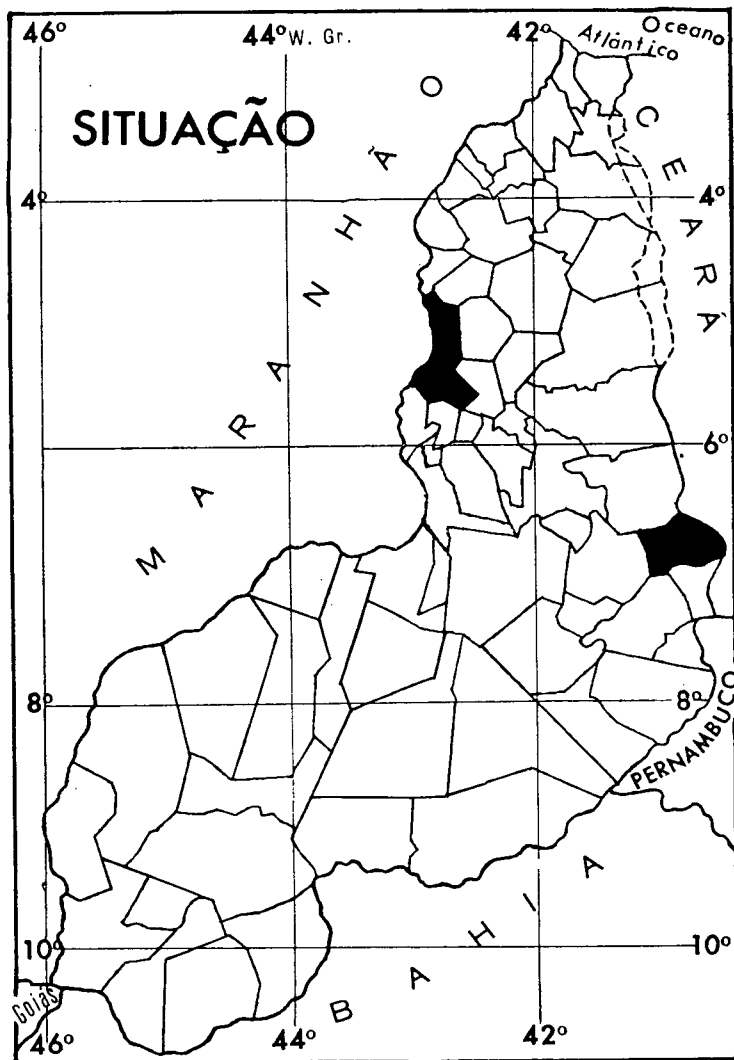
Igreja-Matriz de N. S.ª do Patrocínio

Além do saudoso Padre Ibiapina que se salientou na evolução do município, são dignos de menção o Padre Cícero Santos pela influência que, na qualidade de Vigário, desempenha sôbre seus paroquianos, e a Professôra Almerinda Sabóia de Alencar Bezerra que se sobressaiu como emérita educadora.

A partir de 1948, o município vem passando por admirável surto de progresso, colocando-se, por isso, em posição de destaque entre as comunas piauienses. Dentre os melhoramentos levados a efeito pelas administrações municipais que se têm sucedido a partir daquele ano, citam-se como principais: construção de cinco prédios rurais destinados ao funcionamento de escolas, os quais, pelo esmêro de seu acabamento, se destacam dos demais do Estado; reconstrução do edifício onde funciona, atualmente, as escolas reunidas Padre Ibiapina; instalação do serviço de iluminação pública na sede municipal; construção de várias estradas carroçáveis; levantamento topográfico da cidade e abertura de novos logradouros de par com a pavimentação dos principais. O atual quadro administrativo e judiciário de Pio IX apresenta-se integrado por uma comarca de 1.ª entrância, distrito judiciário e município com um só distrito administrativo. A legislatura que rege atualmente os destinos do município foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Senhor José Ferreira de Alencar Mota e constituída a Câmara Municipal de cinco vereadores.

LOCALIZAÇÃO — Pio IX situa-se na Zona Fisiográfica do Sertão, à margem direita do rio Condado. Limita-se com os municípios de Pimenteiras, Picos, Jaicós, Fronteiras e o Estado do Ceará. A cidade fica a 308 quilômetros da

37 — 24 931

capital do Estado, em linha reta, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 6° 53' 00" de latitude Sul e 40° 35' 00" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 550 metros de altitude, sendo uma das mais elevadas do Estado.

CLIMA — O município apresenta clima agradável, comum da serra que serve de limite entre o Piauí e o Ceará.

ÁREA — A área do município é de 2 692 quilômetros quadrados, colocando-se entre os de mediana extensão do Estado.

Antiga Escola Padre Ibiapina

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é a serra Grande (serra dos Cariris Novos) que lhe serve de limite com o Estado do Ceará, havendo ainda a serra da Salamanca e a do Marçal. O município é cortado por alguns riachos e pequenos rios que deixam de ser mencionados nominalmente: secando no período do verão, não são considerados importantes.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Pio IX é rico em madeira de lei, pedra calcária, barro (argila) para fabricação de telhas e tijolos. Sobressaem-se também a casca de angico, como riqueza natural do município, e peles silvestres.

POPULAÇÃO — A população de Pio IX, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 10 643 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 5 267; mulheres — 5 376; brancos — 5 404; pretos — 1 044; pardos — 4 192. Dêsse total, 103 pessoas não fizeram declarações quanto à côr. Dos habitantes de 15 anos e mais de idade, em número de 5 599, verificou-se que 2 057 eram solteiros; 3 192, casados, 2, desquitados e 347, viúvos. Apenas uma pessoa do total recenseado não declarou o estado civil. Em religião, predominaram os que se proclamaram católicos apostólicos romanos em número de 10 636. As outras religiões, pràticamente, não possuem adeptos, pois que apenas um protestante e um espírita declararam professar religião diferente. A densidade demográfica era de 3,95 habitantes por quilômetro quadrado. Localizam-se no quadro rural 94% da população, superando a média do Estado, que é de 83%. O equilíbrio entre homens e mulheres é também observado na população rural (4 977 homens e 5 010 mulheres). Situa-se em 37.° lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado. A cidade, no entanto, ocupa ainda posição mais desvantajosa, detendo o 39.° lugar.

Capela de São Miguel, construída em 1873 pelo Padre Ibiapina

Aglomeração urbana — O município conta apenas um núcleo urbano, o da cidade de Pio IX, com 656 habitantes, dos quais 290 eram homens e 366, mulheres, segundo evidenciou o Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem a sua base econômica assentada, principalmente, na agricultura e na pecuária. A produção de farinha de mandioca, em 1956, atingiu 8 100 sacos de 60 quilogramas, no valor de Cr$ 1 620 000,00, seguindo-se o polvilho ou goma de man-

Vista parcial da Rua Rocha Furtado

dioca que alcançou a produção de 90 toneladas, valendo Cr$ 450 000,00. A produção agrícola do município, no ano de 1956, foi a seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Feijão	Saco de 60 kg	45 000	18 000 000
Milho	» » » »	52 000	7 280 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	5 600	560 000

A produção extrativa de origem mineral, em 1956, alcançou 151 500 quilogramas de cal, no valor de .... Cr$ 105 900,00, seguindo-se a de origem vegetal que registrou 81 toneladas de oiticica, correspondentes a .... Cr$ 121 500,00, e fibra de caroá, num total de 2 860 quilogramas, valendo Cr$ 85 800,00.

A pecuária, que é um dos principais esteios da economia local, apresenta o seguinte efetivo: 10 000 bovinos; 1 100 suínos; 20 000 ovinos e 45 000 caprinos. Os principais mercados compradores dos excedentes bovinos do município são os seguintes: Iguatu, Crato e Fortaleza, no Ceará, e Araripina e Recife, em Pernambuco.

COMÉRCIO — O comércio do distrito-sede compõe-se de 20 estabelecimentos, sendo 3 atacadistas e 17 varejistas. O comércio atacadista caracteriza-se pela compra e venda de produtos da região e é desenvolvido simultâneamente com o comércio a varejo, mantendo transações com as praças de Crato, Juàzeiro do Norte, Iguatu e Fortaleza, no Estado do Ceará, bem assim com a praça de Recife.

Grupo Escolar Ribeiro Gonçalves

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por estradas carroçáveis bem conservadas que o põem em comunicação com o Estado do Ceará, com o qual se limita, e com as cidades vizinhas, inclusive a capital do Estado, através das Rodovias BR-24 e BR-52, fazendo conexão com a primeira na cidade de Fronteiras. Dista a cidade de Pio IX da capital do Estado, por estrada carroçável até Fronteiras e daí pelas Rodovias BR-24 e BR-52, via Picos, Inhuma, Valença do Piauí e Elesbão Veloso, 473 quilômetros; e das sedes municipais limítrofes por meio de rodovia e estradas carroçáveis: Campos Sales (CE) — estrada carroçável, 45 quilômetros; Fronteiras — estrada carroçável, 36 quilômetros; Picos — estrada carroçável, via Fronteiras já descrita e daí pela Rodovia BR-24, 138 quilômetros; Pimenteiras — estrada carroçável até Fronteiras e rodovia até Picos, já descritas e daí por estrada carroçável, 192 quilômetros; Jaicós — estrada carroçável até Fronteiras e daí por via rodoviária, via Picos, 210 quilômetros. Na cidade funciona uma Estação Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Vista parcial da Praça da Matriz

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Pio IX contava, na época do Recenseamento Geral de 1950, com 656 habitantes, sendo a 39.ª cidade em população no Piauí e possui 15 logradouros públicos, dos quais 10 são pavimentados com pedras irregulares, totalizando uma área de 10 000 metros quadrados. É servida de luz elétrica, com 96 ligações domiciliares. Os edifícios mais importantes são: Escolas Reunidas Padre Ibiapina, Prefeitura Municipal e Associação Rural.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem duas farmácias na sede municipal onde a população do município se abastece de medicamentos.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, existiam em Pio IX 8 602 pessoas com 5 anos e mais de idade, das quais 1 496, ou seja, 17%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 898 eram homens (10%) e 598, mulheres (7%). Na sede municipal, das 552 pessoas de 5 anos e mais de idade, 280 sabiam ler e escrever, sendo 123 homens e 157 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município 14 unidades de ensino primário fundamental co-

Vista parçial da Rua Sebastião Arrais

mum, com a matrícula de 705 alunos, sendo 308 homens e 397 mulheres. Dos estabelecimentos de ensino mencionados, 3 pertencem ao Govêrno estadual e 11 ao município.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	274 862	529 734	68 704	336 121
1951.......	—	214 802	334 730	80 572	385 947
1952.......	—	200 529	407 329	70 658	260 832
1953.......	—	172 809	764 608	91 440	846 248
1954.......	—	156 007	551 617	42 848	484 184
1955.......	—	404 701	807 803	137 315	887 021
1956 (1)....	—	...	911 400	92 200	911 400

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais manifestações populares que se verificam no município são de cunho religioso, caracterizando-se pelos festejos que se realizam em homenagem a Nossa Senhora do Patrocínio, padroeira do lugar, que culminam com uma procissão no dia 15 de agôsto, a que comparece grande número de fiéis do município e das suas circum-adjacências; a festa do Coração de Jesus, que termina a 15 de julho com procissão muito concorrida, movimentando tôda a população do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de pionenses. A igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, construída há vários séculos, pelo Padre Ibiapina, é considerada, por seus habitantes, monumento histórico do município. O seu altar-mor tem sido conservado sem modificações, em homenagem ao incentivador da construção da igreja.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Piauí" — Pereira da Costa; "Sinopse Estatística do Município de Pio IX" — C.N.E. — 1948; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — 1939 — Imprensa Oficial.

(Fontes — Arquivo da Agência Municipal de Estatística; Documentação da Inspetoria Regional de Estatística do Piauí; Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino, Caixa do Banco do Nordeste do Brasil S.A., Agência de Teresina).

PIRACURUCA — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Piracuruca tem seu lugar de destaque na história da libertação do Brasil. Em 1822 seus filhos deram o grito de liberdade, acompanhando Parnaíba.

Sua sede está encravada no lugar da fazenda Sítio, da sesmaria de igual denominação, cuja fazenda fôra situada no comêço do século XVIII.

A história do município tem seus fundamentos na construção da igreja de Nossa Senhora do Carmo, por bandeirantes portuguêses, na primeira metade do século XVIII. Acredita-se, e até mesmo se afirma, que Piracuruca é fruto de uma promessa feita pelos irmãos Dantas Correia a Nossa Senhora do Carmo por ocasião do seu aprisionamento no interior do município pelos índios que habitavam o lugar. Recobrada a liberdade mandaram construir, em 1743, o sólido, rico e elegante templo que ainda hoje serve, em boas condições, de Matriz à freguesia. Os já referidos portuguêses — Manoel Dantas e José Dantas Correia — vieram ter aos sertões piauienses como exploradores do vasto território da então capitania ainda não autônoma. Eram riquíssimos e depois de terem promovido a edificação da igreja que é tôda armada, tanto interna como externamente, de elegantes colunas de pedras lavradas que formam na entrada um belo peristilo, legaram ao patrimônio do rico templo todos os seus haveres, por morte.

Em tôrno dessa suntuosa igreja, erguida pela mão poderosa da fé, congregaram-se famílias construindo as primeiras casas e formando a próspera povoação. A população abastada dedicou-se à criação de gado.

Embora não se conheça a data da elevação de Piracuruca a freguesia, acredita-se que já o fôsse, antes de edificada a igreja, visto que o Bispo do Maranhão, D. Frei Manoel da Cruz, por provisão de 27 de novembro de 1742, criou a Paróquia de Marvão (hoje Castelo e naquele tempo Rancho dos Patos) e removeu o padre José Lopes Pereira da freguesia de Piracuruca.

Em 1761 a localidade já possuía 1 402 pessoas adultas.

Piracuruca era o ponto de passagem de negociantes do Norte que se destinavam à Parnaíba, o que facilitou o seu desenvolvimento.

Em 18 de agôsto de 1762, o primeiro governador da Capitania, João Pereira Caldas, instalou a vila de São João da Parnaíba na Matriz de Piracuruca, tendo assistido ao ato o Conselheiro Ultramarino Francisco Marcelino de Gouveia e o Desembargador Ouvidor-Geral Luís José Duarte Freire.

Nesse mesmo ano, achando-se em guerra Portugal, o Governador da Capitania atendendo a determinações do Ministério da Marinha, organizou um corpo de tropas com o fim de guarnecer as barras do rio Parnaíba e o canal do Igaraçu, cabendo a Piracuruca contribuir também com os seus filhos para a defesa da terra piauiense de prováveis ataques por parte do inimigo.

Em 1822, Piracuruca, ainda que pouco povoada e sem autonomia, acompanhou o movimento libertador que precedeu a nossa separação de Portugal.

Impunha-se, pois, o regresso do Governador das armas da Província, sargento-mor João José da Cunha Fidié, que então se encontrava em Parnaíba. Narra assim o Visconde

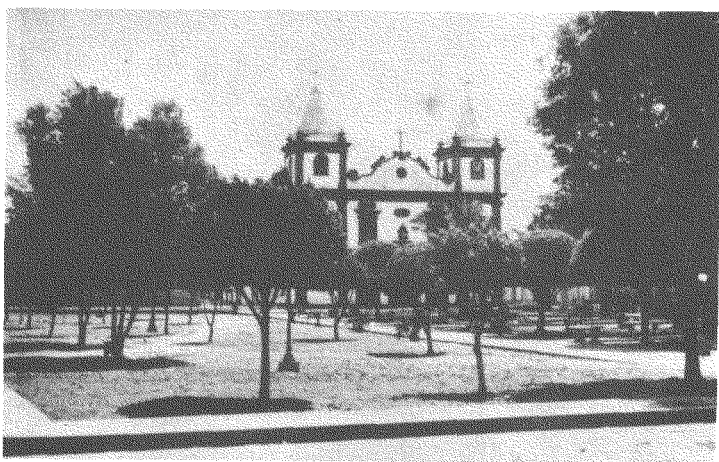
Vieira da Silva a passagem do sargento-mor lusitano por Piracuruca: "Chegando ao Iús de Baixo, e, desejando tomar a retaguarda dos independentes que haviam evacuado Piracuruca, mandou 80 homens de cavalaria marcharem com dois oficiais para reconhecerem o terreno. No dia 10 de março encontrou-se êste piquête com uns quarenta ou cinqüenta independentes, também montados, com os quais tiveram uma escaramuça junto ao lago Jacaré, sofrendo êstes últimos alguma perda e ficando, da tropa portuguêsa, um soldado prisioneiro".

Como se vê, Piracuruca foi que primeiro lutou pela independência. A escaramuça, junto à margem da lagoa Jacaré, foi como que o prelúdio do grande combate do Jenipapo, em Campo Maior.

Em 1832, pelo Decreto da regência de 6 de julho, o povoado Piracuruca foi elevado à categoria de vila.

Em 1833, a 23 de dezembro, realizou-se a instalação solene da vila, a que assistiu o coronel Simplício Dias da Silva, Presidente da Câmara de Parnaíba, sendo os primeiros vereadores os cidadãos Albino Borges Leal, Francisco José do Rêgo Castelo Branco, Vicente Pereira dos Santos, Manoel Rodrigues de Carvalho, Antônio das Mercês Santiago, Pedro de Brito Passos e Manoel da Costa Portela.

Por ocasião da execução do Código do Processo Criminal, em 1833, ficou o têrmo de Piracuruca fazendo parte da comarca de Parnaíba, em virtude da Lei provincial número 30, de 25 de agôsto de 1836, até que foi desmembrado para ser anexado à comarca de Campo Maior, em virtude da Lei provincial número 126, de 27 de setembro de 1841. Voltando a pertencer à comarca de Parnaíba, pela Lei provincial número 268, de 16 de agôsto de 1844, sendo, enfim, elevada à categoria de comarca, em virtude da Lei provincial número 432, de 17 de agôsto de 1857, reunidamente com o têrmo de Pedro II o qual foi desanexado pela Lei provincial número 892, de 15 de junho de 1875, sendo, porém, em virtude desta mesma Lei, anexado à comarca de Piracuruca o têrmo de Batalha, que, para tal fim, foi desmembrado da comarca de Barras, dando-se-lhe por limites os mesmos da freguesia.

Revolução dos Balaios — O município de Piracuruca foi um dos que mais sofreram durante a Revolução dos Balaios, porquanto já era conhecido um dos seus chefes rebeldes — Antônio José da Cunha Lima Pedregulho — e, ainda, por serem os seus campos abundantes em fazendas de criar. Era uma excelente prêsa dos rebeldes que o tiveram em constantes sobressaltos.

Igreja-Matriz de N. S.ª do Carmo

Pôsto de Puericultura da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância

Pedregulho, o terrível chefe Balaio, "em razão de se ter evadido da vila para não ser prêso, como emissário dos rebeldes, não mais a perdeu de vista". A sua curta estada no município despertou, porém, em muitos a idéia de se bandearem para os rebeldes.

E não fôra só o chefe Pedregulho que passara pela vila; também Raimundo Gomes, o chefe supremo dos bandoleiros, atravessara ao mesmo tempo o município, sem que a população pudesse conseguir a sua captura, à falta de recurso militar.

Pouco tempo depois travou-se na fazenda Bebedouro, 8 léguas distante da vila, um grande combate entre as fôrças legais e os bandoleiros que ali se achavam entrincheirados, em avultado número, vindos de Matões (hoje Pedro II), onde encontraram sempre franco homizio.

Os rebeldes foram sitiados no dia 20 de setembro de 1839, às 6 horas da manhã, rompendo o fôgo que durou, vivíssimo, até às 17 horas e 30 minutos, quando o combate foi suspenso. No dia seguinte, 21, os rebeldes entregam-se às fôrças legais, ficando mortos em campo 15 e caindo prisioneiros 205, além de 2 escravos. Das fôrças legais, apenas duas praças foram feridas.

Por pouco, fôra um desastre para a legalidade o combate de 20 de setembro, porque marchava sôbre a vila, para se reunir aos rebeldes, grande número de revoltosos da Serra Grande, que, sabendo do fracasso, fugiram espavoridos.

O combate do Bebedouro foi a maior vitória alcançada até então sôbre os Balaios.

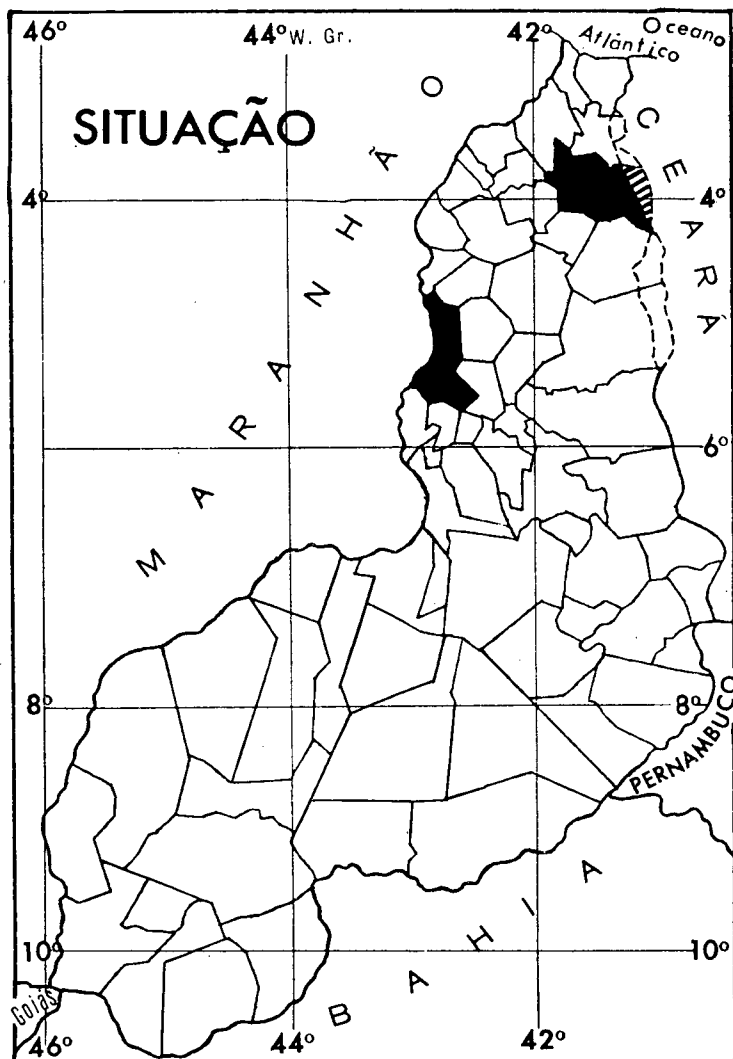
Poucos meses depois a revolução foi debelada e concedida a anistia pelo Decreto de 21 de agôsto de 1840, com a deposição das armas pelos Balaios.

Vila desde 1831, sòmente a 28 de dezembro de 1889, pelo Decreto número 1, do primeiro governador republicano do Piauí — Gregório Taumaturgo de Azevedo — foi Piracuruca elevada à categoria de cidade.

Em 1934, em virtude do Decreto número 1 528, de 21 de março, da Interventoria Federal do Estado — o então capitão Landri Sales Gonçalves — teve Piracuruca nova divisão policial.

Piracuruca é sede de comarca de 3.ª entrância.

A atual legislatura foi instalada no ano de 1955, tendo sido eleito Prefeito Municipal o cidadão José Mendes de Morais, e constituída a Câmara Municipal de 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Piracuruca pertence à Zona Fisiográfica da Ibiapaba. A sede municipal está situada à margem do rio Piracuruca. Limita com os municípios de Pedro II, Piripiri, Batalha, Buriti dos Lopes e Cocal e com o Estado do Ceará. A sede municipal é servida pela Estrada de Ferro Central do Piauí e pela BR-23 (João Pessoa—Luís Correia). A cidade fica situada a 193 quilômetros da capital estadual, por ferrovia até Piripiri e daí por rodovia, e a 177 quilômetros em linha reta. As coordenadas geográficas do município são as seguintes: 3° 56' de latitude Sul e 41° 38' 21" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 66 metros na sede do município.

CLIMA — Quente, como, aliás, em quase todo o norte do Estado do Piauí. A temperatura por estimativa apresenta os seguintes registros: média das máximas: 38°C; média das mínimas: 28°C; média compensada: 34°C, segundo uns, e 30°C, segundo outros. A altura da precipitação no ano é 1 181 mm.

ÁREA — 4 403 quilômetros quadrados.

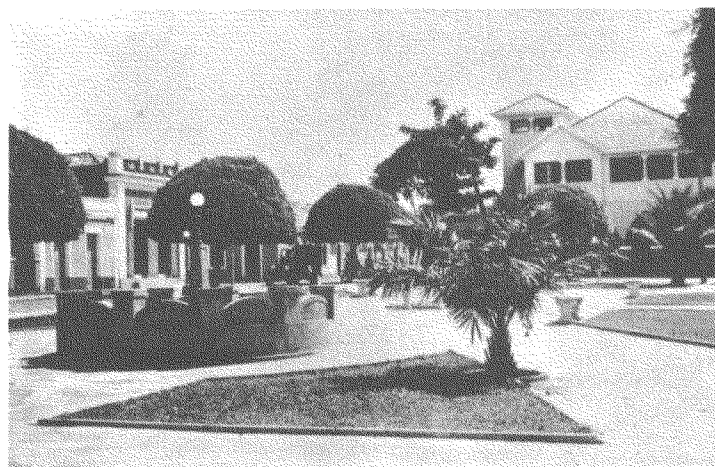
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Sobressaem, como principais, os rios Piracuruca, que banha a sede municipal; Jacareí; da Estrema; Jenipapo; Catarina; Trapiá ou Palmeiras; Jaburu; Pejuaba; Arabê, e outros. Os riachos Belém; do Gavião; Brasileira, e outros. As serras Jurucutu; Gameleira; da Capivara, e outras.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais do município são: a) de origem mineral: tabatinga, chumbo, cristal, cobre, etc; b) de origem vegetal: carnaúba, com especialidade; c) de origem animal: tatu, cutia, gato, veado, paca, capivara, onça, e outros.

POPULAÇÃO — Segundo apurou o Recenseamento de 1950, a população de Piracuruca era de 18 341 habitantes, dos quais 9 429 eram homens e 8 912, mulheres. Dêsse contingente, 8 707 eram brancos; 3 868, pretos; 5 741, pardos; e 1 era amarelo; 24 pessoas não fizeram declaração de côr. Das 9 647 pessoas de 15 anos e mais de idade, presentes no município, 3 558 eram solteiras; 5 461, casadas; 9, desquitadas; 609, viúvas. Apenas 10 delas não declararam o estado conjugal. Com exceção de 1 habitante, cuja nacionalidade não foi declarada, tôdas as demais pessoas eram brasileiras natas. Em religião, predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 18 263 pessoas. Em ordem decrescente, seguiram-se os protestantes, com 54 adeptos; os sem religião, no total de 7; os espíritas, com 4. Treze pessoas não fizeram declaração de religião.

A densidade era de 4,669 habitantes por quilômetro quadrado. O município de Piracuruca é o 23.° entre os mais populosos do Estado. A cidade pròpriamente dita colocava-se no 10.° lugar entre as unidades mais populosas do Estado, com 3 402 habitantes.

O município compreendia, na data do Censo, apenas um distrito, o da sede, estando assim distribuída a população, segundo a situação de domicílio: quadro urbano — 1 515 pessoas; quadro suburbano — 1 887; quadro rural — 14 939. Apenas no quadro urbano o número de mulheres superava o de homens.

Aglomerações urbanas — O núcleo urbano principal é o da sede municipal com 3 402 habitantes, sendo 1 647 homens e 1 755 mulheres. Além do núcleo urbano mencionado, contam-se os povoados seguintes: Alto Alegre, com 105 moradias e cêrca de 800 habitantes; Saco, com 44 moradias e 200 habitantes aproximadamente; Jacaré de Baixo, com 70 moradias e a população estimada de 500 habitantes; Barra do Piracuruca, com 95 moradias e cêrca de 700 habitantes; Deserto, com 55 moradias e aproximadamente 300 habitantes; Boa Vista, com 27 moradias e a população estimada em 180 habitantes; São José, com 85 moradias e aproximadamente 600 habitantes. Preciso é salientar, pôsto que se possa depreender fàcilmente, que os números referentes à população supramencionada são resultado de es-

Praça Getúlio Vargas

Agência Postal-Telegráfica

timativa feita com base no total das moradias existentes em cada uma dessas localidades.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades econômicas são a agricultura e a pecuária. Como secundárias, têm-se a produção extrativa mineral e a vegetal, seguindo-se-lhes o ramo industrial.

Os produtos agrícolas de alguma significação econômica para o município são o feijão, o milho e a mandioca, destacando-se como seus principais compradores, Parnaíba e o Estado do Ceará.

O volume e o valor da produção agrícola da região, em 1956, caracterizam-se no quadro a seguir:

PRODUTOS	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Feijão	Saco de 60 kg	2 700	1 080 000
Milho	» » » »	10 000	1 000 000
Arroz com casca	» » » »	2 700	945 000
Mandioca	Tonelada	1 800	540 000
Cana-de-açúcar	»	600	270 000
Algodão com caroço	Arrôba	560	50 400

A pecuária já teve o seu período áureo e fôra, com efeito, nessa época, a fonte de riqueza de maior significação para o município. Restringe-se, atualmente, a uma pequena remessa de gado para o município de Parnaíba.

A produção extrativa mineral tem um único representante: a tabatinga.

No ramo vegetal, pode-se registrar a existência de cêra de carnaúba, amêndoas de tucum, lenha e dormentes.

Indústria — A produção industrial foi a seguinte, no ano de 1956, segundo dados do Registro Industrial: cêra de carnaúba — 145 307 quilogramas, no valor de Cr$ 5 706 880,00; farinha de mandioca — 37 800 quilogramas, no valor de Cr$ 662 880,00; rapadura — 11 800 quilogramas, no valor de Cr$ 82 600,00; aguardente de cana — 5 000 litros, no valor de Cr$ 45 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — Piracuruca mantém transações comerciais com as praças do Estado do Ceará, município de Parnaíba, Estado de Pernambuco, município de Teresina e do Estado da Paraíba, dos quais compra, com maior destaque, tecidos, miudezas, máquinas, ferragens, bebidas, produtos farmacêuticos e alimentícios.

Integram o comércio 5 estabelecimentos atacadistas, 51 varejistas, e 3 industriais.

Possui o município uma agência do Banco do Brasil S. A. e uma agência da Caixa Econômica do Estado do Piauí, com 53 cadernetas em circulação e depósitos no valor de Cr$ 14 362,10, em 31 de dezembro de 1956.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Piracuruca conta com meios de transporte ferroviário e rodoviário, servida que é pela Estrada de Ferro Central do Piauí e pela rodovia federal BR-23 (João Pessoa—Luís Correia).

Comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Batalha — rodovia, via Piripiri, 156 quilômetros; Piripiri — 1) ferrovia, 44 quilômetros; 2) rodovia, via Alto Alegre, 93 quilômetros; Pedro Segundo — ferrovia ou rodovia até Piripiri e daí por rodovia, 108 quilômetros; Buriti dos Lopes — rodovia, 120 quilômetros; Cocal — ferrovia, 50 quilômetros; Tianguá (CE) — rodovia, via Ibiapina (CE), 132 quilômetros; São Benedito (CE) — rodovia, 120 quilômetros; Ibiapina (CE) — rodovia, 120 quilômetros; capital estadual — 1) ferrovia até Piripiri e daí por rodovia, via Campo Maior e Altos, 149 quilômetros; 2) rodovia, via Alto Alegre, Piripiri, Campo Maior e Altos, 238 quilômetros.

Existe na cidade de Piracuruca uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma agência telegráfica da Estrada de Ferro Central do Piauí — estação de Piracuruca.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Piracuruca dispõe de uma área calçada de 40 000 metros quadrados com pedras irregulares, correspondendo a 16 dos 85 logradouros públicos existentes. É servida de luz elétrica com 181 ligações domiciliares. A energia elétrica é fornecida por uma usina de propriedade da Prefeitura Municipal. Existem 2 pensões, com a diária média de Cr$ 60,00. Conta-se um cinema, com 120 lugares.

A Prefeitura local registrou, em 1956, 5 jipes e 9 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária à população do município: o Pôsto de Endemias Rurais (antigo Pôsto de Tracoma), mantido pelo Govêrno federal; o Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno estadual; o Pôsto de Puericultura "José Lopes", de caráter particular, mantido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Piracuruca; a Maternidade "Irmãos Dantas", de caráter particular, mantida pela Associação mencionada, com 10 leitos disponíveis, 4/5 dos quais se destinam a indigentes e os demais a contribuintes. Além das instituições referidas, há ainda 1 farmácia, 2 médicos, 1 dentista e 1 farmacêutico.

Ponte sôbre o rio Piracuruca

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 14 920 pessoas com 5 anos e mais de idade, sendo que apenas 2 834 sabiam ler e escrever. Dêsse total, 1 734 eram homens e 1 100, mulheres. Na sede municipal, das 2 804 pessoas de 5 anos e mais de idade, 1 208 sabiam ler e escrever, sendo 666 homens e 542 mulheres.

Segundo o Censo em aprêço, Piracuruca atingiu a quota de 18,99% de alfabetização no conjunto dos municípios piauienses, colocando-se no 25.º lugar entre os demais do Estado. Na sede municipal, exclusivamente, o índice de alfabetização verificado alcançou a percentagem de 43,08%, ocupando esta o 34.º lugar dentre as demais unidades. Na zona rural a percentagem de alfabetização foi de 13,42%, pondo-se em 31.º lugar no Estado.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade e no resto do município, 42 unidades de ensino primário, sendo 11 estaduais, 24 municipais, 2 particulares e 5 supletivos. A matrícula no mesmo ano foi de 1 681 alunos, sendo 818 homens e 863 mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Além do cinema já referido, há na cidade a Biblioteca Municipal de caráter geral, pública, mantida pela Prefeitura local, com 2 087 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	277 000	1 617 000	467 000	446 000	461 000
1951	361 000	1 703 000	761 000	412 000	722 000
1952	460 000	1 659 000	822 000	512 000	809 000
1953	492 000	1 541 000	1 219 000	586 000	1 141 000
1954	388 000	1 546 000	1 107 000	629 000	1 143 000
1955	369 000	1 893 000	1 244 000	725 000	1 292 000
1956 (1)	—	—	1 000 000	550 000	1 000 000

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O templo de Nossa Senhora, considerado "Monumento Nacional" por Decreto do Presidente Getúlio Vargas, edificado interna e externamente com pedras lavradas, cuja construção data de 1743, tem grande significação na história do município. A igreja possui, acima da porta principal, um escudo, bela peça artìsticamente esculpida, e a data da sua fundação em algarismos romanos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — O principal festejo religioso é o levado a efeito em homenagem a Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade, no período de 7 a 16 de julho, constituído de novena à noite e belíssima procissão ao encerramento. Diàriamente, seguindo-se à novena, há leilões, quermesses, etc. À festa descrita, juntam-se outros festejos populares de pouca importância.

VULTOS ILUSTRES — Mencionam-se aqui nomes de alguns filhos ilustres de Piracuruca:

Bel. *Gervásio de Brito Passos* — Político de renome no Brasil; deputado provincial no Piauí, em 5 legislaturas, na monarquia; deputado novamente pelo mesmo Estado, no regime republicano, durante 4 legislaturas;

Estação da Estrada de Ferro Central do Piauí

presidente da Câmara de Deputados do Estado do Piauí durante uma legislatura; coronel comandante da Guarda Nacional de Piracuruca desde 1888; Senador Federal pelo Piauí, eleito e empossado em 1908.

Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco (1788 a 1873) — poeta, prosador e habilíssimo mecânico; um dos maiores entusiastas batalhadores da Independência do Brasil, a que dedicou o melhor das suas atividades e energias. Inteligente e obsecado desde môço, pela criação de um maquinismo de moto contínuo, idéia predominante, naturalmente adormecida em face dos graves acontecimentos políticos em que se envolveu, os quais lhe valeram alguns meses de reclusão na cadeia do Limoeiro em Lisboa, no ano de 1833. Publicou várias obras, entre as quais se incluem: "O Império Confundido", poema filosófico; "O Santíssimo Milagre", poema religioso; "A Criação Universal", poema filosófico; "Astronomia e Mecânica Leonardina"; "Memória Acêrca das Abelhas da Província do Piauí"; "Cartas Sôbre o Rio Amazonas", e vários outros trabalhos nos jornais da época.

Simplício Coelho de Resende — Jurista, parlamentar e jornalista de mérito. Distinguiu-se no cenário político do Piauí nos últimos dias do Império e no comêço da República. Era ardoroso republicano.

Antônio Neres de Melo — Brilhante poeta e jornalista. Fundador do "Cenáculo Piauiense de Letras". Morreu muito jovem, depois de uma vida tôda dedicada às letras.

Luiza Amélia de Queiroz — A nossa maior poetisa do século passado. Publicou dois livros de primorosos poemas. É patrona de uma cadeira da Academia Piauiense de Letras.

Anísio Brito — Notável seletista, sendo um dos maiores da sua geração. Era historiador e professor de grandes méritos.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — As "Sete Cidades", formadas de blocos de pedras primorosamente dispostas, formando casas, fortalezas, ruas etc., ferem a imaginação do espectador.

Melhor descrição delas faz o Prof. Ludovico Schweunhagen, no seu "Tratado Histórico", páginas 49 e 50:

"Sete Cidades — A sudoeste de Piracuruca, distante 17 quilômetros, inicia-se uma linha de rochedos de 3 a 5 metros de altura, semelhante a uma longa linha de fortifica-

Usina Elétrica Municipal

ção, atrás da qual são escondidos os batalhões de caçadores que vedam a passagem ao inimigo avançante. Com dificuldade passam-se êsses rochedos e entra-se num estreito desfiladeiro; mas, a vista fica tomada pela muralha da "Fortaleza", formada por Obras de pedras altas, até dez metros. Êsse forte poderoso transpõe-se por uma estreita rua, flanqueada por rumos, fortificado por pesadas peças de artilharia. A ilusão é quase completa. Mas os supostos canos de canhões são chapas de ferro fraco, derretido nas cremaças vulcânicas antidiluvianas, enquanto o interior das pedras se compõe da areia "spath" e pouco granito. Pelo sol e pela ação atmosférica dobrou-se essa capa de ferro e ganhou a aparência de canos. Algumas pedras mostram altas figuras fantásticas, e, tendo sempre aquela capa de ferro, com aparência de monumentos ou estátuas de bronze, fundidos pela arte humana".

"A Fortaleza abrange uma área retangular de 25 hectares, isto é 1/4 de quilômetro quadrado; para leste enxergam-se alguns contrafortes. Depois de um pequeno intervalo, na planície, a estrada entra na "Primeira Cidade", cuja área é a dupla da fortaleza. Os rochedos formam duas linhas compridas, entre as quais estende-se um estreito campo, interrompido por rochedos menos altos. Uma fonte d'água tépida e mineral indica ainda a antiga ação vulcânica e um arvoredo sombroso dá a essa cidade de pedras a aparência dum lindo parque".

"A Segunda Cidade tem uma extensão muito maior. Na parte oriental, formam os rochedos diversas ruas e uma avenida larga e extensa, na direção da serra oposta. Muitos rochedos apresentam, de longe, a forma de casas, algumas com sobrado, outras com arcos e pequenas tôrres; mas, vendo-se de perto, o visitante repara sòmente blocos de pedra".

"A Terceira Cidade está na mesma altura, como o grande "Castelo", que forma o centro; as muralhas que formam êste edifício levantam-se até 20 metros de altura. É dividida em 3 partes: o primeiro salão era o lugar do congresso, isto é, da reunião dos delegados e deputados; o segundo era a sede do supremo morabixaba, isto é, governador eleito como da fé de tôdas as tribos para um certo prazo. O terceiro pátio amplo, era o templo, onde Sumé, assistido pelos piagas, administrava suas religiosas. Ali, está a grande estátua do sacerdote chefe, de escultura primitiva, e, a um lado vê-se a suposta biblioteca, um lote de pedras lesas e finas, cortadas simètricamente".

"A tradição popular diz que essas pedras continham escrituras, apagadas pelo longo espaço de dois milênios. A largura exterior das muralhas das duas salas mede 45 metros; o comprimento da grande muralha lateral é de 150 metros, então um "palácio do governador", de dimensões colossais".

"As outras quatro "Cidades", que rodeiam o Castelo do Sul, mostram o mesmo sistema e a mesma aparência das primeiras. São largas aglomerações de rochedos de 3 a 5 metros de altura, que cercam pequenas praças e planícies. A "Sétima Cidade" tem aspecto muito lindo, suas muralhas sobem numa curta distância a Serra Negra e rodeiam num semicírculo um campo fértil, com tanques subterrâneos e água perene".

"As Sete Cidades são encostadas à Serra Negra, que se eleva 4 a 120 metros acima do nível da planície. Da altura dessa serra o visitante divisa êsse imenso campo de pedras e rochedos. Primeiro parece ser tudo um vasto deserto petrificado, mas pouco a pouco tudo ganha vida".

"A "Fortaleza" parece ocupada por centenas de soldados; o alto "Castelo" aparece na sua posição soberana; avistam-se bem as circunferências das sete grandes aglomerações e, nas ruas e praças das cidades, dá-se o intensivo movimento de habitantes".

"Hoje tudo isso é ilusão. As Sete Cidades abrangem uma área de 20 quilômetros quadrados, mas, não mora ninguém, nem animais aparecem para saturar-se nos seus campos férteis. Antigamente não acontecia assim".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no lugar recebem a denominação gentílica de "piracuruquenses".

Há um advogado exercendo a profissão no município.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia História do Estado do Piauí", de Pereira da Costa — Pernambuco — Tipografia do "Jornal do Recife"; "Sinopse Estatística do Município de Piracuruca"; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — 1939 — Imprensa Oficial.

(Fonte — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Piracuruca. Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino, Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil, Agência de Teresina e Agente do I.A.P.B.).

PIRIPIRI — PI

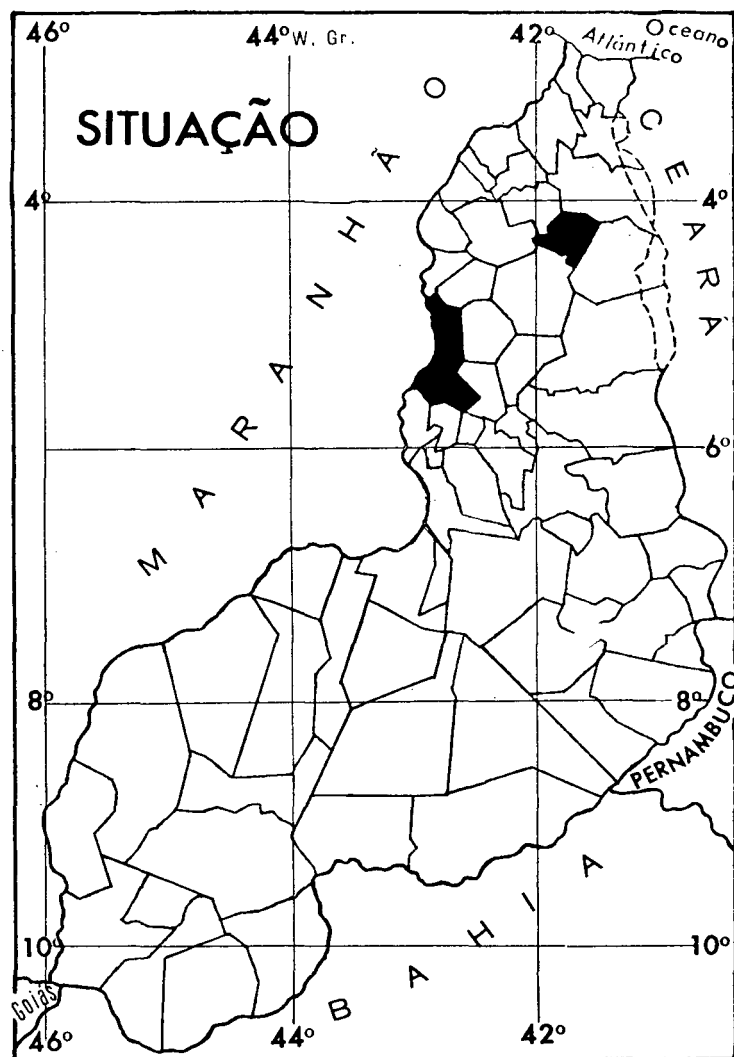
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Na data ou sesmaria de terras denominada Botica, que fôra concedida, em 1777, a Antônio Fernandes de Macedo, o Padre Francisco Domingos de Freitas, proprietário da então Fazenda Piripiri — situada nas referidas terras — construiu, em 1844, uma casa para sua residência e, junto à mesma, uma capela dedicada a Nossa Senhora dos Remédios, para cujo patrimônio doou, em 1860, trezentas braças de terras em quadro, que, demarcadas judicialmente, proporcionaram à capela recursos de aquisição das alfaias necessárias ao culto divino. Assim teve início a povoação que recebeu o nome indígena de Piripiri, hoje cidade de igual denominação. Na tradução de alguns estudiosos, Piripiri significa "capim ou junco", arbusto da família das Leguminosas, muito comum na região das lagoas,

Igreja-Matriz de Nossa Senhora dos Remédios

que serve para confecção de esteiras. Segundo outras opiniões, Piripiri significa "fazenda pequena". Aquêle sacerdote foi grande entusiasta das lutas pela Independência, aliando-se em Parnaíba ao Dr. João Cândido de Deus e Silva, que, em 1822, estendeu o movimento revolucionário ao norte piauiense.

Sem que se registrasse progresso na localidade, em 1855 o Padre Freitas tomou, com real proveito, a inteligente deliberação de dividir as terras em pequenos lotes, oferecendo-os a quem ali quisesse edificar, atraindo essa iniciativa tal afluência de moradores, que, em 1857, já era patente o progresso da povoação. Em vista do seu desenvolvimento, o povoado foi elevado à paróquia, pela Lei provincial número 698, de 16 de agôsto de 1870, com os competentes limites traçados, pôsto que ainda estivesse anexado ao município de Piracuruca, no concernente à administração municipal. Em 1874, quatro anos depois, portanto, a Lei provincial número 849, de 16 de junho, conferia à paróquia o predicamento de vila, sendo instalada, solenemente, a 18 de setembro do mesmo ano, consoante a Ata assinada pelo Dr. Juiz de Direito da Comarca, pelo Presidente do Conselho de Piracuruca e demais pessoas gradas de ambos os municípios presentes ao ato. A 14 de janeiro de 1875, foi instalada a Câmara, dando-se posse aos vereadores em número de sete, sendo escolhido Presidente o mais votado — Antônio Alves de Oliveira Lopes. Em 1910, pela Lei estadual número 570, de 4 de julho, a vila de Piripiri, em virtude do seu surto de progresso, sem solução de contituidade, nos diversos ramos de atividade econômico-material, alcançou dos podêres públicos estaduais elevação à categoria de cidade. Desde 1930 — com o advento do surto revolucionário, e de outros fatos de acentuada importância, como a entrada da Estrada de Ferro Central do Piauí, a instalação da Inspetoria de Obras Contra as Sêcas e a ligação de estradas carroçáveis para diversos pontos do Estado, notadamente para Pedro II, que já estava ligado ao Ceará, para Barras e Campo Maior, em procura de Altos, e, afinal, da capital — Piripiri avança, a passos largos, na trilha do progresso, sendo inúmeras as construções públicas e particulares, modernizadas, com lisonjeiras perspectivas para o futuro. Em 1934, pelo Decreto estadual número 1 579, de 30 de agôsto, do Interventor Federal de então, capitão Landri Sales, secretariado pelo Dr. Leônidas de Castro Melo, Piripiri teve nova divisão policial. A comarca de Piripiri foi criada pelo Decreto-lei estadual número 105, de 22 de julho de 1938, e mantida pelo Decreto-lei federal número 876, de 23 de novembro dêsse ano, compreendendo um único distrito, o judiciário de igual nome. O presente quadro administrativo e judiciário compõe-se de comarca de 3.ª entrância, distrito judiciário e distrito administrativo. A legislatura atual foi instalada em 1955; a Câmara acha-se constituída de 7 vereadores, tendo como Prefeito o Sr. Jerônimo Bezerra de Melo, que substituiu o Prefeito eleito, Senhor Joaquim Canuto de Melo, que faleceu.

LOCALIZAÇÃO — A cidade de Piripiri está situada a 168 quilômetros da capital do Estado, por via rodoviária, e, em linha reta, a 145 quilômetros. Limita-se com os municípios de Piracuruca, Batalha, Barras, Campo Maior e Pedro II. Acha-se encravada na Zona Fisiográfica Carnaubeira, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 4° 12' 00" de latitude Sul e 41° 46' 29" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

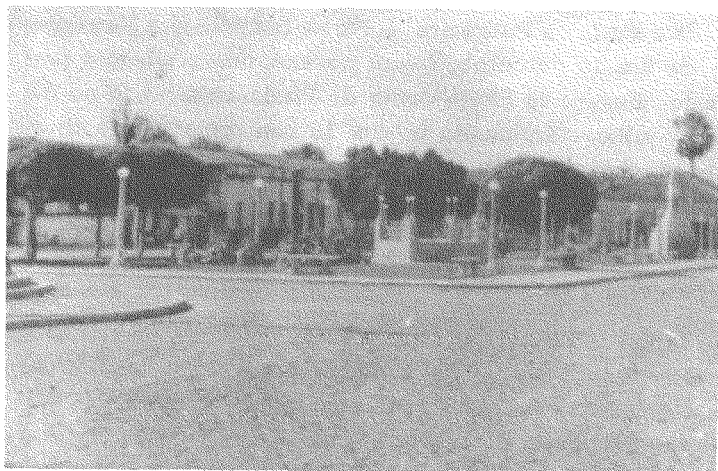
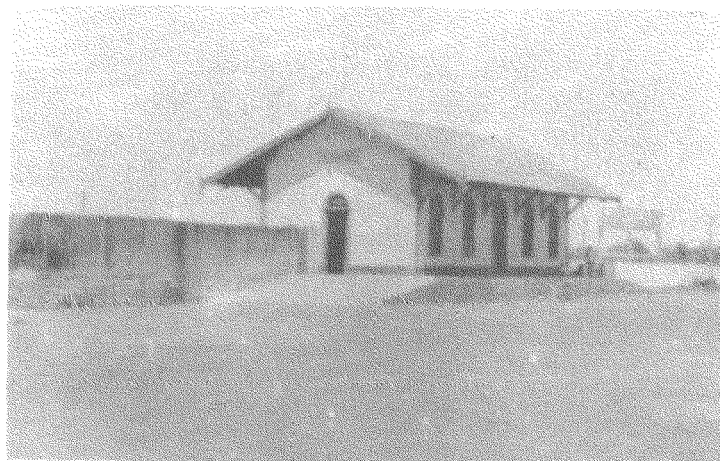
ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 160 metros.

CLIMA — Piripiri, por não ter pântanos e gozar de uma leve viração que, de vez em quando, é agitada pelos ventos que vêm do litoral, com as vantagens das extensas várzeas que dispõem de plantações, tem um clima ameno e é bem salubre.

ÁREA — O município possui uma área de 1 672 quilômetros quadrados, colocando-se entre os de menor extensão no território piauiense.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são o rio Corrente, que serve de limite com Campo Maior e Piracuruca, na fronteira com o município dêste nome, o rio dos Matos, os riachos Brasileira, Caldeirão dos Capoeiros, e outros. A Cachoeira Grande, distante 15 quilômetros da cidade, é também um dos acidentes geográficos. A sua queda d'água, de uns 20 metros, oferece belo e atraente panorama.

RIQUEZAS NATURAIS — As de maior evidência são constituídas de carnaubais, tucunzais, babaçuais, no reino vegetal. Destacam-se, outrossim, no animal, entre os mamíferos — onças, veados, pacas, cutias, capivaras, rapôsas, macacos, cachorros-do-mato, tatus e outros; entre os anfíbios — cobras diversas, e, dos hidrossauros, apenas o jacaré, de tamanho às vêzes regular. Das aves, mencionam-se jacu, papagaio, periquito, cordona e araponga, sendo que no gênero dos pássaros há crescido número, com predominância do chico-prêto, do sabiá, do canário, do galo-de-campina e outros.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população do município somava 23 701, assim distribuída: 12 019 homens e 11 682 mulheres, sendo 11 280 brancos, 3 423 pretos, 8 981 pardos e 17 que não declararam a côr. Dos recenseados com 15 anos e mais de idade (em número de 12 908), 4 979 eram solteiros, 6 965 casados, 3 desquitados, 942 viúvos e 19 não indicaram o estado civil. Da população geral do município, 23 577 habitantes eram católicos apostólicos romanos, 95 protestantes, 1 espírita, 1 israelista, 7 sem religião e 20 não fizeram declaração do credo professado. A densidade demográfica correspondia a 14 pessoas por quilômetro quadrado. Localizavam-se na zona rural, 82% da população do município, sendo 9 973 homens e 9 371 mulheres. Entre os municípios mais populosos do Estado, Piripiri está colocado no 14.º lugar, com 23 701 habitantes, e sua sede no 7.º lugar, com 4 357.

Praça da Bandeira

Estação da Estrada de Ferro Central do Piauí

Aglomerações urbanas — O município conta com o núcleo urbano da sede municipal, cuja população, em 1950, de acôrdo com os resultados do Censo levantado naquele ano, era de 4 357 habitantes, dos quais, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 761 homens e 772 mulheres sabiam ler e escrever, enquanto 917 homens e 1 164 mulheres não eram alfabetizados. Como aglomeração populacional, ainda, existe no município o povoado Brasileira, com 170 moradias e 950 habitantes, aproximadamente.

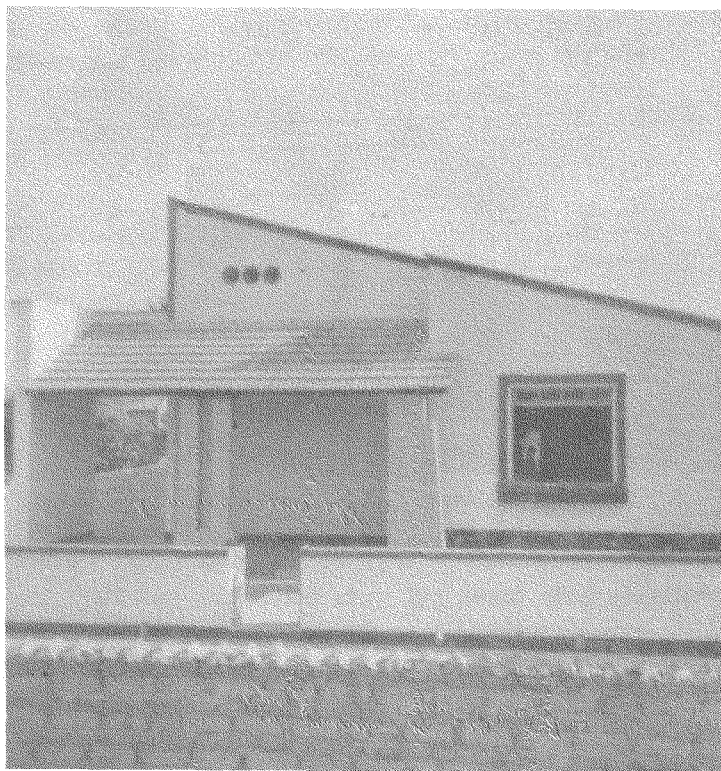
ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura, pecuária, produção extrativa de vegetais, indústria de transformação e o comércio representam as principais atividades econômicas locais.

Agricultura — Na agricultura destacam-se as lavouras de arroz e de milho. Em 1956, segundo elementos preliminares do Registro Industrial, o valor da safra municipal atingiu 8 milhões de cruzeiros, assim discriminados:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	14 400	3 600 000
Milho	» » » »	15 000	1 800 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	5 000	1 000 000
Mandioca	»	2 200	990 000
Feijão	Saco de 60 kg	1 690	624 793

Os principais compradores do excedente da produção agrícola do município são as praças de Parnaíba, Pedro II e Fortaleza.

Pecuária — Desempenha papel importante na economia municipal, com exportação para Teresina, Parnaíba e cidades cearenses vizinhas. Em 1956, os efetivos de gado assim se discriminavam: 23 000 bovinos, 76 000 suínos, 6 500 ovinos e 25 500 caprinos.

Indústria — A extração da cêra de carnaúba, principal fonte econômica do município, elevou-se, em 1956, ao total de 61 941 quilogramas, no valor de Cr$ 3 661 540,00. Outros produtos não menos expressivos contribuíram para refôrço da economia regional e apresentaram o seguinte movimento: farinha de mandioca, com 894 720 quilogramas, no valor de Cr$ 2 677 320,00; aguardente de cana, com 50 026 litros, avaliados em Cr$ 525 273,00; rapadura, com 78 650 quilogramas, correspondentes a Cr$ 473 100,00; polvilho de mandioca, com 101 340 quilogramas, estimados

Vista de uma residência moderna

em Cr$ 403 540,00, e fubá de milho, com 15 toneladas, valendo Cr$ 75 000,00.

COMÉRCIO E BANCOS — O município possui 3 estabelecimentos atacadistas e 110 varejistas, que mantêm transações com o comércio de Teresina, Parnaíba, Batalha, Pedro II, Fortaleza, Sobral (CE) e Recife. Na cidade funciona uma Agência do Banco do Brasil S. A. O comércio local importa tecidos, ferragens, louças, miudezas em geral, sal, querosene, açúcar, café, medicamentos e outros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Piripiri é servida pela Estrada de Ferro Central do Piauí, pela Rodovia BR-22 e por estrada carroçável, que a ligam às sedes dos municípios vizinhos e à capital do Estado, como a seguir se enumeram: Piracuruca — rodovia, via povoado Alto Alegre, 82 quilômetros, ou ferrovia 43 quilômetros; Batalha — rodovia 52 quilômetros; Pedro II — estrada carroçável 57 quilômetros; Campo Maior — rodovia 84 quilômetros; e capital do Estado — rodovia, via Campo Maior e Altos, 168 quilômetros. Há na sede municipal um campo de pouso e uma agência postal-telegráfica mantida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui iluminação pública fornecida pela Prefeitura Municipal, com 300 ligações domiciliares. Do total de 60 logradouros existentes, 5 já se encontram integralmente calçados e 18 parcialmente, com pedras irregulares, correspondentes a 25 545 metros quadrados. Há 2 hotéis com uma diária média de Cr$ 70,00. A Prefeitura registrou 12 automóveis (inclusive jipes) e 20 caminhões, em 1956. Conta a cidade com um chafariz público, de propriedade da Prefeitura Municipal, que, em 1956, distribuiu, em média diária, 75 metros cúbicos de água. Os edifícios mais importantes são a Igreja, a Prefeitura, o Mercado Público, a Estação da E.F.C.P. e outros.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um médico, 2 dentistas, 1 farmacêutico e 3 farmácias prestam assistência à população do município. Há ainda o Pôsto de Higiene de Piripiri, o Pôsto de Puericultura Dr. Adauto de Resende e o Ambulatório São Vicente de Paulo.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, das 19 518 pessoas com 5 anos e mais de idade, 4 141 sabiam ler e escrever, equivalente a 21,2%. Dêsse total, 2 443 eram homens e 1 698 mulheres. Das 3 614 pessoas residentes na cidade, nas mesmas condições em relação à idade, 1 553 sabiam ler e escrever, sendo 761 homens e 772 mulheres.

Ensino — Há no município 37 unidades de ensino primário fundamental comum — 16 estaduais, 18 municipais e 3 particulares — 8 cursos supletivos e 1 estabelecimento de ensino médio: Escola Normal Regional do Sagrado Coração de Jesus. Em 1956, os estabelecimentos de ensino fundamental comum matricularam 1 230 alunos do sexo masculino e 1 181 do feminino; os cursos supletivos, 268 do sexo masculino e 105 do feminino, enquanto a matrícula do único estabelecimento de ensino médio existente, no mesmo ano, foi de 35 alunas, com uma conclusão de curso, em 1955, de 6 alunas.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na sede uma Biblioteca Municipal, com aproximadamente 2 800 volumes, franqueada ao público; uma livraria e 1 cinema com capacidade para 280 espectadores.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	202 000	1 406 000	550 000	337 000	299 000
1951	...	1 829 000	732 000	483 000	562 000
1952	356 000	1 881 000	913 000	542 000	904 000
1953	349 000	2 172 000	1 375 000	662 000	1 379 000
1954	391 000	2 765 000	1 245 000	688 000	1 250 000
1955	445 000	3 116 000	1 346 000	748 000	1 266 000
1956 (1)	...	...	1 400 000	680 000	1 398 000

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há na sede municipal dois obeliscos, sendo um dedicado à memória do fundador da cidade — Padre Domingos Freitas da Silva — e o outro comemorativo do centenário de sua fundação.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Na cidade é celebrada a Festa da Padroeira — Nossa Senhora dos Remédios —, de 7 a 16 de outubro, com novena, missa solene e procissão. Festeja-se São Vicente de Paulo, com início no dia 10 de julho, culminando no dia 19 com uma bem concorrida procissão.

VULTO ILUSTRE — Cita-se o Dr. José Pires Rebêlo, engenheiro civil e senador da República pelo Piauí, quando se sobressaiu como brilhante parlamentar.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Piripiri são denominados piripirienses. Como associações de caridade se encontram na sua sede a Conferência Vicentina São Francisco de Assis, a Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância e o Dispensário Virgem Poderosa.

No município existe o Açude Caldeirão, o mais importante do norte do Estado, construído pelo Govêrno da União e conservado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, o qual tem capacidade para 54 600 000 metros cúbicos de água, com uma bacia hidrográfica de 169 quilômetros quadrados. A altura de sua barragem é de 20,30 m, apresentando o sangradouro uma largura de 60 m. Há outros de menor importância, como o Anajás e o Pé de Serra, com capacidade para 1 282 600 e 54 000 metros cúbicos de água, respectivamente.

BIBLIOGRAFIA — "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — D.E.E. do Piauí — 1939; "Sinopse Estatística do Município de Piripiri" — Conselho Nacional de Estatística — 1948; "Estudos Sôbre a Alfabetização da População do Brasil" — Estatística Cultural número 5 — C.N.E. (I.B.G.E.) — 1953.

(Fontes — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Piripiri. Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Dr. José de Arimathéia Tito Filho, professor do Colégio Estadual do Piauí, da Escola Normal Antonino Freire e do Colégio Diocesano São Francisco de Sales).

PÔRTO — PI

Mapa Municipal nº 3.º Vol.

HISTÓRICO — Pôrto, antigo Marruás, foi, inicialmente, uma simples fazenda de gado pertencente ao município de Barras. O seu progresso deve-se, principalmente, à sua privilegiada localização, à margem direita do rio Parnaíba, em local apropriado ao comércio, bem assim aos festejos que se realizavam em louvor do santo da devoção dos habitantes da localidade.

Com a construção de casas pelos habitantes do lugar, tornou-se, dentro de algum tempo, importante povoado e um dos portos de escala da navegação a vapor do rio Parnaíba. Alexandre José Soares, um dos mais antigos fundadores do povoado, edificou a capela que ainda existe.

Por efeito da Lei estadual número 970, de 25 de junho de 1920, elevou-se o povoado à categoria de vila e município e foi instituído o têrmo judiciário dependente do de Barras.

Com a vigência da Lei número 996, de 20 de julho de 1920, que criou a comarca de Miguel Alves, o distrito judiciário de Marruás, que ainda não havia sido instalado oficialmente, foi desmembrado da comarca de Barras e anexado à de Miguel Alves.

Por fôrça do Decreto municipal número 4, de 14 de janeiro de 1931, aprovado pelo Decreto estadual n.º 1 142, de 22 de janeiro do mesmo ano, o município passou a denominar-se João Pessoa.

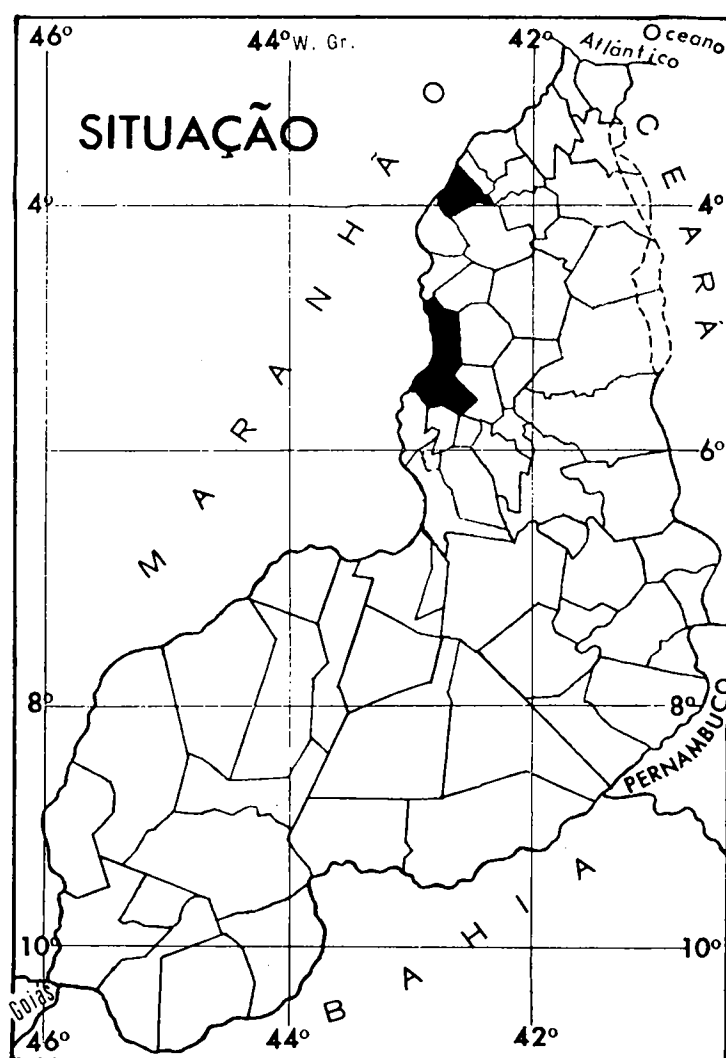
O Decreto estadual número 1 477, de 4 de setembro de 1933, transferiu o distrito judiciário de João Pessoa da comarca de Miguel Alves para a de Barras.

A Lei número 96, de 21 de junho de 1937, que alterou a divisão judiciária do Estado, fêz retornar à comarca de Miguel Alves o distrito de João Pessoa. de onde havia sido desanexado em 1933.

As disposições da legislação federal, relativas à duplicidade de topônimos das cidades e vilas brasileiras, atingiu o município de João Pessoa, que, em face do Decreto-lei estadual número 754, de 30 de dezembro de 1943, passou a ter a denominação de Pôrto, a partir de 1.º de janeiro de 1944.

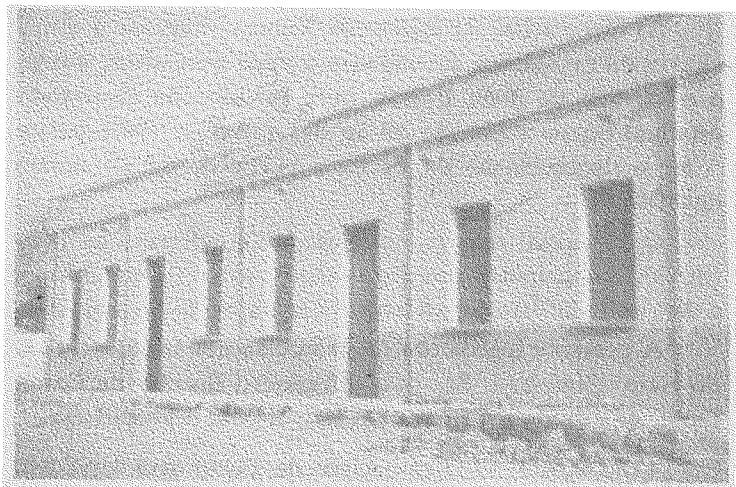
O seu atual quadro administrativo-judiciário se constitui de município e distrito administrativo de igual nome e distrito judiciário dependente da comarca de Miguel Alves.

A presente legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. José Alexandre Bacelar de Carvalho e constituída a Câmara Municipal com 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Pôrto está localizado na Zona Fisiográfica do Baixo Parnaíba, tendo por limite o Estado do Maranhão, e os municípios de Matias Olímpio, Esperantina, Barras e Miguel Alves. A sede do município fica a 133 quilômetros em linha reta da capital do Estado, possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 3º 53' 30" de latitude Sul e 42º 44' 00" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

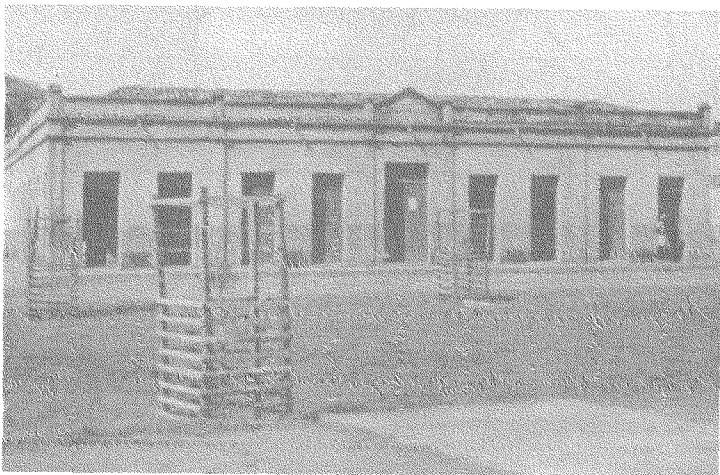
ALTITUDE — A altitude da sede do município é de 30 metros.

CLIMA — O clima de Pôrto é quente e salubre no verão; nas estações invernosas é úmido, favorecendo a proliferação das doenças transmissíveis pelo mosquito.

ÁREA — A área dêste município é de 960 quilômetros quadrados.

Prefeitura Municipal

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Destaca-se o rio Parnaíba que banha a região oeste de todo o município e serve de limite com o Estado do Maranhão. Seguindo a direção sul-norte, recebe o Parnaíba as águas da lagoa da Estiva, de que são tributários os riachos Grande e da Estiva. Recebe ainda a lagoa Campo Largo onde deságua o riacho das Contendas, a lagoa Raiz, que recebe as águas do riacho Agarapos, e a lagoa dos Buracos. Encontram-se diversos morros no município entre os quais se destacam o "Serra do Descuido", próximo ao povoado Peixe, o do Mansinho, o das Vassouras, o do Boqueirão Vermelho, o das Palmeiras, o do Canto da Várzea e o do Boi Morto.

RIQUEZAS NATURAIS — Não se registram riquezas naturais de grande importância para a vida econômica do município. Destacam-se apenas, no reino mineral, a argila; na flora o babaçu e a carnaúba e na fauna o veado, o caititu, a rapôsa, o gato, o macaco, a guariba e o peixe.

POPULAÇÃO — A população de Pôrto, segundo o Recenseamento de 1950, era de 10 007 pessoas, distribuídas da seguinte maneira: homens — 4 972; mulheres — 5 035; brancos — 1 911; pretos — 1 504; pardos — 6 587 e 5 sem declaração de côr. Dos habitantes de 15 anos e mais de idade em número de 5 379 — 1 958 eram solteiros; 2 994, casados; e 426, viúvos; 1 pessoa não declarou estado civil. Em religião, predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 9 978, vindo em seguida os protestantes em número de 11; o espiritismo conta com 1 adepto e a religião israelita, com 7. Sem declaração de credo foram encontradas 10 pessoas. A densidade demográfica era de 10,067 habitantes por quilômetro quadrado. Da população do município, 91,89% localizam-se na zona rural, sendo 4 594 homens e 4 600 mulheres, havendo, pois, equilíbrio entre os dois sexos. Situa-se o município no 40.° lugar, em relação aos mais populosos do Estado. A sede, em 35.° lugar, está em melhor colocação.

Mercado Público Municipal

Aglomerações urbanas — O município de Pôrto conta apenas 2 aglomerações urbanas: — a cidade de Pôrto, com 813 habitantes, sendo 378 homens e 435 mulheres. Dêsse total, entre as pessoas de 5 anos e mais, 126 homens e 146 mulheres sabiam ler e escrever, enquanto que 191 homens e 251 mulheres não eram alfabetizados; o povoado Peixe, com 126 moradias e uma população aproximada de 700 habitantes.

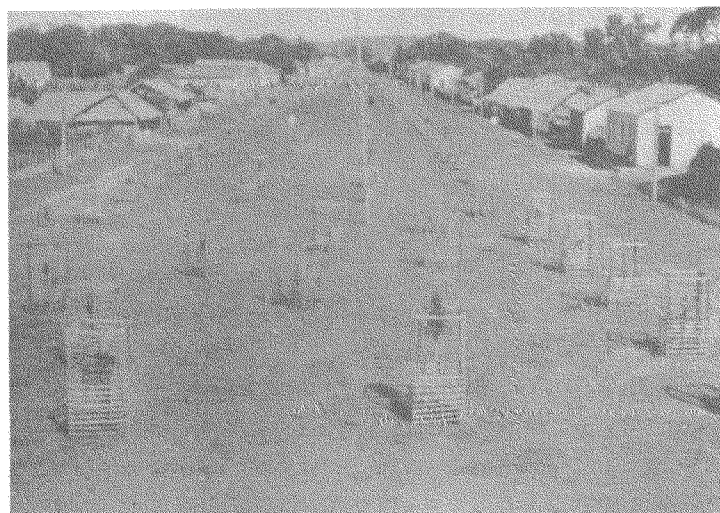
ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades econômicas do município de Pôrto se limitam a agricultura, pecuária e indústria extrativa vegetal e de transformação. É, sem dúvida, no campo da agricultura, que a população do município manifesta maior atividade, embora a pecuária apresente também sensíveis resultados. Encontram-se como principais culturas agrícolas o arroz, o algodão herbáceo, o feijão, a mandioca brava, o milho, o fumo e a cana-de-açúcar e ainda a batata-doce, a abóbora, o jerimum, a melancia, o melão, e a mandioca-mansa ou aipim, em pequenas proporções. A cultura do fumo é feita exclusivamente em "vasantes" à margem do rio Parnaíba. Os principais mercados dos produtos agrícolas são: Parnaíba, Campo Maior e ainda Fortaleza, no Ceará.

Transporte de veículos no rio Parnaíba, feito em pontões

Em 1956, foi a seguinte a produção agrícola no município:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	14 400	1 728 000
Feijão	» » »	2 200	836 000
Mandioca	Tonelada	3 325	665 000
Milho	Saco de 60 kg	3 855	327 675
Algodão em caroço	Arrôba	3 050	122 000

Na pecuária, embora em pequena escala, em virtude dos processos rotineiros da criação, verifica-se algum movimento que influi na economia do município. De acôrdo com os dados estatísticos de 1956, existem 9 689 cabeças de gado bovino, 10 387 de suínos, 3 816 de ovinos e 6 886

de gado caprino. O município exporta, para Fortaleza e Recife, o excedente de sua produção pecuária, o que é feito em proporções diminutas. No setor da indústria rural, a cêra de carnaúba, como um dos principais produtos, atingiu, em 1956, 32 681 quilogramas, no valor de .... Cr$ 1 503 348,00, seguindo-se a farinha de mandioca, com 245 835 quilogramas, no valor de Cr$ 702 379,00, e a êste, outros de menor importância, cuja produção foi a seguinte: polvilho de mandioca, 23 142 quilogramas, no valor de

Vista parcial da cidade

Cr$ 80 211,00 e rapadura, 5 000 quilogramas valendo Cr$ 27 500,00.

COMÉRCIO — Na sede do município há 2 estabelecimentos atacadistas e 14 varejistas. O comércio local importa medicamentos, ferragens, miudezas em geral, tecidos finos e grossos, chapéus, calçados, perfumes, artigos de "toillete", açúcar, querosene, sabão, manteiga, foguetes e bebidas, das praças de Parnaíba, Campo Maior, Fortaleza, Sobral (CE) e Recife.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município dispõe de transporte rodoviário e fluvial. Liga-se com os municípios vizinhos e a capital do Estado pelas seguintes vias: — Brejo (MA) — rodoviário, 42 quilômetros, ou fluvial até o pôrto de Herculanópolis (MA), 36 quilômetros; Matias Olímpio — rodoviário, 75 quilômetros, ou fluvial até o pôrto de Repartição, 36 quilômetros; Esperantina — estrada carroçável, 72 quilômetros; Barras — estrada carroçável, 72 quilômetros; Miguel Alves — estrada carroçável, via povoado Peixe, 62 quilômetros, ou via fazenda Brasileira, 62 quilômetros, ou ainda fluvial, 54 quilômetros; Buriti de Inácia Vaz (MA) — estrada carroçável, 42 quilômetros ou via fluvial até o pôrto de Mocambinho (MA), 30 quilômetros; Teresina — estrada carroçável e rodovia, que passa por Barras, Campo Maior, Altos, 234 quilômetros, ou via Barras e José de Freitas, 198 quilômetros, ou ainda fluvial, via Miguel Alves e União, 294 quilômetros. Há na sede do município uma estação telefônico-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, bem assim, na zona urbana da cidade, um único campo de pouso denominado "Cruzeiro do Sul".

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Pôrto, situada à margem do rio Parnaíba, conta com 24 logradouros públicos, não pavimentados. Possui uma usina elétrica produzindo uma média de 22 000 kWh por ano, de propriedade da Prefeitura Municipal, com 261 ligações domiciliares. Há 1 hotel e uma pensão, com diária média de Cr$ 70,00, e 1 restaurante. A Prefeitura registrou, em 1956, 3 jipes, 2 caminhões e 18 bicicletas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestando assistência à população, há um dentista prático, licenciado pelo Departamento Estadual de Saúde, e um socorro farmacêutico. Não há médicos no lugar, recorrendo a população, em caso de emergência, aos serviços médicos da capital do Estado.

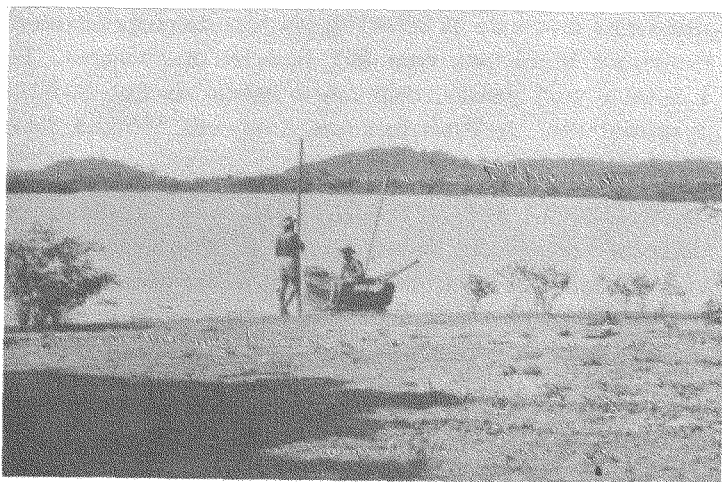
ALFABETIZAÇÃO — Pelo Censo de 1950, verificou-se a existência de 8 352 pessoas de 5 anos e mais de idade, das quais 1 246 sabiam ler e escrever. Êste número equivale a 14,9% do total do município, sendo 705 homens, ou 8,4%, e 541 mulheres, ou seja, 6,5%. Na sede municipal, das pessoas de 5 anos e mais de idade, em número de 714, 272 sabiam ler e escrever sendo 126 homens e 146 mulheres.

Pelo índice de porcentagem de alfabetização, Pôrto se colocou no 38.º lugar em relação aos outros municípios, com

Vista de uma palmeira de babaçu em produção

14,92%; a cidade no 42º lugar, com 38,10% e a zona rural por seu turno apresentou o índice de 12,75 por cento, colocando-se no 34.º lugar.

Ensino — Em 1956 funcionaram na cidade e em todo o município 18 unidades de ensino primário geral com 698 alunos matriculados, dos quais, 351 eram do sexo masculino e 347, do sexo feminino. Dêsses estabelecimentos escolares, 5 são estaduais; 8, municipais; 1, particular; e 3, cursos supletivos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A sede do município é servida de uma biblioteca, denominada Biblioteca Pública Municipal "João Gaioso", com 1 000 volumes apro-

Vista parcial da lagoa da Estiva

ximadamente, inclusive jornais, revistas e outras publicações; de uma amplificadora, de propriedade da União Artística Operária de Pôrto, denominada "A Voz Operária", com a subdenominação de "Serviço Socorro de Divulgação Social, Cultural e Artística", através da qual o povo expressa os seus sentimentos artísticos e dotes de cultura.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	651 666	346 976	91 366	210 355
1951	—	884 029	500 335	136 911	442 267
1952	—	704 163	436 475	94 462	473 347
1953	—	760 188	830 918	115 268	773 925
1954	—	854 963	643 428	129 973	882 585
1955	—	1 011 495	853 989	146 368	946 811
1956 (1)	—	...	100 000	187 000	800 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Durante o ano se realizam 4 festas religiosas no município: em março, na Capela de São José, no lugar Campo Largo, em dias não fixados; em novembro, com início no dia 11, na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, no povoado Peixe. As duas outras, na cidade de Pôrto, uma, nos últimos dias de setembro, prolongando-se até os primeiros dias de outubro, na Capela de São Francisco das Chagas, em dias não fixados e, a outra, no mês de dezembro, na igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, também em dias não fixados.

No fim de cada festejo, realiza-se procissão solene do santo festejado. São tradicionais a de Nossa Senhora dos Remédios, no povoado Peixe, a de São Francisco das Chagas e a de Nossa Senhora da Conceição, na sede do município.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A lagoa da Estiva ou dos Marruás Velho, situada a dois quilômetros da sede do município, com 3 500 metros de comprimento, aproximadamente, e 800 metros de largura, é ponto de turismo, pela beleza que apresenta.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — As pessoas nascidas no município de Pôrto são conhecidas como portuenses.

Existe no município a "União Artística Operária de Pôrto", criada com a finalidade de prestar aos seus associados auxílios funerários, pecuniários e pensões vitalícias. Embora de pequenas proporções satisfaz plenamente.

BIBLIOGRAFIA — "O Piauí no Centenário de sua Independência" — Volume IV — Teresina — Papelaria Piauiense — 1923; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — D.E.E. do Piauí — 1939; "Sinopse Estatística do Município de Pôrto" — Conselho Nacional de Estatística — 1948.

(Fonte — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística, D.E.E.; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal, I.B.G.E. Elaboração — da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Dr. Celso Barros Coelho, professor, advogado e funcionário autárquico).

REGENERAÇÃO — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — As origens da localidade, diz um historiador, remontam ao ano de 1772, quando, batidos, os índios "gueguezes" e "acaroazes", expulsos das suas terras, situadas às margens dos rios Parnaíba e Uruçuí, foram aldeados por ordem do governador de então, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, em número de 434, na missão ou aldeia que mandara criar à margem direita do riacho do Côco, hoje Mulato, com a denominação de São Gonçalo de Amarante, dada em homenagem ao santo do seu nome, incumbindo-se da sua direção o chefe militar que os havia reduzido à obediência — o coronel João do Rêgo Castelo Branco.

Em virtude de ordem do governador foram os índios sustentados pela Fazenda Real, com o auxílio de pessoas particulares; mas como a despesa se tornasse considerável, sendo aliás indispensável, enquanto os índios colhiam os frutos de suas primeiras plantações, cortou-a o governador, impondo aos criadores das vilas de Campo Maior, Marvão e Parnaíba o ônus de uma contribuição para a continuação do sustento dos índios, sòmente durante o tempo que faltava para a colheita. Êsses fornecimentos, no entanto, foram escassos, passando os índios a viver na maior indigência que os forçou à prática do furto, e, por fim, desesperados, os "acaroazes" fugiram da aldeia e se refugiaram na missão de São José do Duro. O ajudante Félix do Rêgo Castelo Branco, de ordem do governador da capitania, marchou contra êles e os reconduziu a São Gonçalo, depois de praticar contra êles tôda sorte de perversidade, inclusive a de mandar expor as cabeças dos mentores do levante, suspensas em postes fincados no centro da aldeia.

Em 1773 contava a aldeia com uma população superior a 300 índios e continuava como seu diretor o coronel João do Rêgo Castelo Branco, chefe da expedição. A 9 de julho de 1778 rebelaram-se os índios "gueguezes" que foram logo reduzidos à obediência por uma expedição de Oeiras, comandada por João Rodrigues Bezerra. Em 1780 houve outra rebelião, a última a registrar-se, e pôde a aldeia prosperar à sombra da paz e do trabalho.

Em 1786 foi aumentada a aldeia com a extinção da missão de São João do Sende, depois dos mais bárbaros massacres.

Prefeitura Municipal

Em 1789 apresentava a aldeia o aspecto de uma progressista povoação no centro da qual se construíra uma capela, consagrada a São Gonçalo de Amarante, seu padroeiro.

Data de 25 de setembro de 1801 a provisão que autorizou o então Bispo do Maranhão, D. Luís de Brito Homem, a criar a Paróquia de São Gonçalo de Amarante, com território desmembrado de Oeiras, tendo sido baixado o competente ato episcopal no dia 12 de julho de 1805, cuja instalação se verificou no ano seguinte pelo seu primeiro Pároco, João Joel Leite Pereira Castelo Branco.

Era crescente o desenvolvimento do povoado ao tempo da instalação da Paróquia. Em 1825, da antiga aldeia não restavam mais vestígios, existindo apenas 46 índios "acaroazes", dirigidos pelo principal João Marcelino de Brito, índio muito inteligente e resoluto.

Em 1829 criou-se a primeira escola do povoado que foi elevado à categoria de vila por efeito do Decreto imperial de 6 de julho de 1832, com território desmembrado das Paróquias de Jerumenha e Valença, verificando-se a sua instalação no dia 10 de novembro de 1833, pelo Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Justino José da Silva Moura, que deu posse aos novos vereadores Tomé Mendes Vieira, Manuel Teixeira Novaes, Antônio José de Siqueira, José Raimundo de Carvalho, José da Silva Bravo, Auto Gonçalves Mineu e José Silvano Vilarinho.

Em virtude da Resolução provincial número 30, de 25 de agôsto de 1836 que dividiu a província em cinco comarcas, foi anexado à de Oeiras o têrmo judiciário de São Gonçalo.

Por efeito da Resolução provincial número 126, de 27 de setembro de 1841 foi criada a comarca de São Gonçalo, compreendendo os têrmos das vilas do Poti e Jerumenha.

A Resolução provincial número 309, de 12 de setembro de 1851, concedeu autorização ao presidente da província a transferir a vila para a margem do rio Parnaíba, tendo sido revogada pela de número 376, de 17 de agôsto de 1854.

Mais tarde, a Resolução número 506, de 10 de agôsto de 1860, determinou novamente a mudança da vila, transferindo-se a sua sede e a Paróquia para a margem do rio Parnaíba, na barra do riacho Mulato, a 18 quilômetros de distância, com o mesmo nome de São Gonçalo de Amarante, ficando a antiga sede conhecida pelo nome de São Gonçalo Velho. Com a transladação da vila para o novo local, decaiu muito o progresso da povoação.

Em 26 de agôsto de 1871, a Lei provincial n.º 751 criou novamente a freguesia, sob o orago de São Gonçalo de Regeneração, desmembrado de São Gonçalo de Amarante o seu território, a que foram dados os competentes limites.

Por efeito da Lei provincial número 896, de 23 de janeiro de 1873, foi restaurada a autonomia da vila e município com o mesmo nome e limites da Paróquia, instituindo a mesma lei um juizado de paz e um tabelionato do judicial e notas, verificando-se a publicação da Lei de criação da vila no dia 23 de junho de 1875.

Por fôrça da Resolução provincial número 902, de 6 de julho de 1875, alteraram-se os limites do município, instituindo-se novas linhas divisórias.

Ratificando o Ato provincial que criou a Paróquia, Dom Antônio Cândido de Alvarenga, Bispo do Maranhão, expediu a Provisão canônica, datada de 15 de março de 1881, considerando instituída a referida Paróquia de São Gonçalo de Regeneração, com os mesmos limites, a qual foi publicada a 3 de julho do mesmo ano, pelo Padre José Marques da Rocha, Vigário de Amarante, encarregado da Paróquia mencionada.

A instalação da vila realizou-se a 2 de dezembro de 1882, e a 10 de outubro de 1883 empossou-se a Câmara Municipal, data em que prestaram juramento os Juízes de Paz.

No ano imediato, a 5 de janeiro, foi nomeado o primeiro Vigário da freguesia, Cônego Carino Nonato da Silva, que tomou posse em Amarante a 22 de janeiro, chegando a 23, à tarde, em Regeneração. Entrou em exercício do cargo no dia seguinte e celebrou a primeira missa, como Paróco da nova freguesia.

A 14 de janeiro de 1885 criou-se o fôro da vila, a qual foi instalada a 27 de fevereiro do mesmo ano, pelo Juiz de Direito da comarca de Amarante, Dr. Jesuíno José de Freitas, ocasião em que foram nomeados os suplentes do juiz municipal, Andrônico Pereira Lopes, José do Rêgo Monteiro e Ismael Augusto da Silva Oliveira.

O cemitério da vila foi fundado em 1860 pelo poder público municipal, inaugurando-se, em 1894, a estação telegráfica e, em 1895, a do correio.

Pelo Decreto estadual número 1 279, de 26 de junho de 1931, foi extinto o município de Regeneração, cujo território se anexou ao de Amarante.

Igreja-Matriz de São Gonçalo

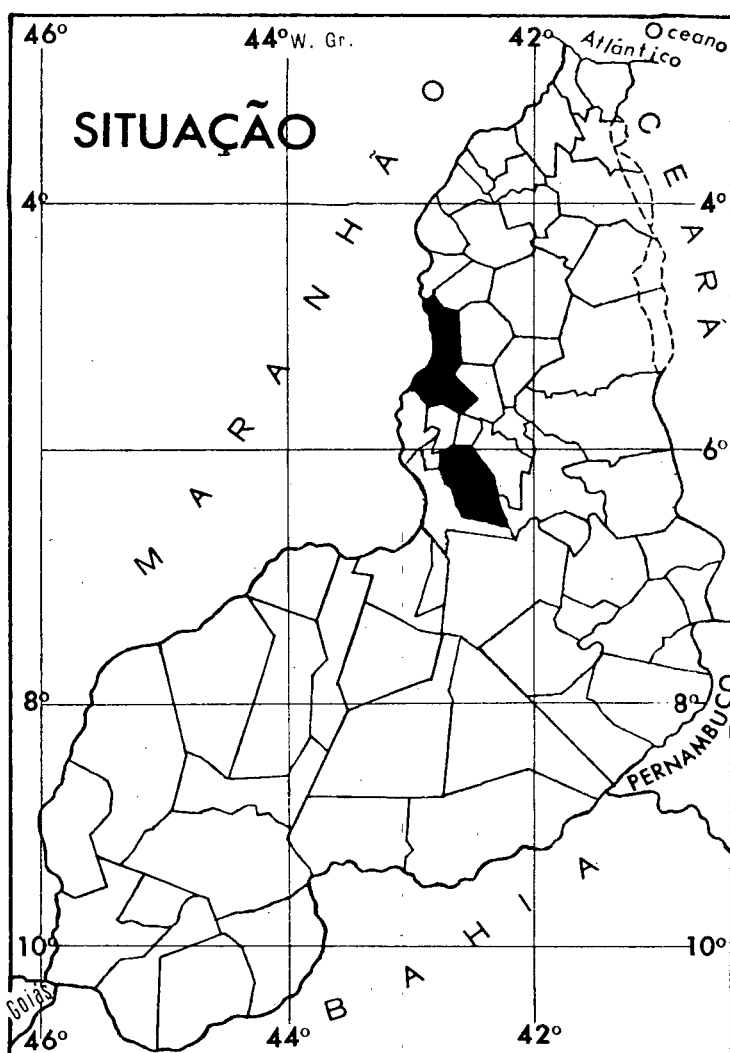
O Decreto estadual número 1 519, de 15 de fevereiro de 1934, restaurou a sua autonomia administrativa.

Por efeito da Lei número 96, de 21 de junho de 1937, que alterou a divisão judiciária do Estado, foi anexado ao de Amarante o têrmo judiciário de Regeneração, sendo a vila elevada à categoria de cidade, pelo Decreto estadual número 107, de 26 de junho de 1938.

Pelo disposto no Decreto-lei estadual número 247, de 1.º de março de 1940, extinguiram-se os têrmos judiciários do Estado do Piauí, passando as comarcas a constituírem-se dos distritos judiciários a êles correspondentes. Assim, o município de Regeneração passou a compor-se de um distrito judiciário dependente do de Amarante, até a vigência do Decreto-lei número 1 400, de 24 de janeiro de 1947, que criou a comarca de Regeneração.

O seu atual quadro administrativo e judiciário constitui-se de comarca de 1.ª entrância, compreendendo um distrito judiciário, município, e um só distrito administrativo de idêntica denominação.

A presente legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Francisco de Paula Teixeira Nunes e constituída a Câmara Municipal com 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Regeneração está situada a 148 quilômetros rodoviários da capital do Estado, e, em linha reta, a 127 quilômetros. Limita o município com os de São Pedro do Piauí, Água Branca, Elesbão Veloso, Valença do Piauí, Amarante, Angical do Piauí e está encravado na Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Escola Agrupada Cônego Batista

Possui as seguintes coordenadas geográficas: 6° 13' de latitude Sul e 42° 40' de longitude W. Gr.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 170 metros.

CLIMA — Agradável, com as seguintes temperaturas em graus centígrados: média das máximas — 36; média das mínimas — 25; média compensada — 32. Pouco varia nas estações invernosas e estivais.

ÁREA — O município possui a área de 2 267 quilômetros quadrados. No Estado, classifica-se entre os de extensão mediana.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os riachos do Coité, Banguê, Riachão, das Quebradas, da Canabrava, rio Berlengas, riachos do Arraial, do Jacaré, do Emparedado, do Mulato, lagoa do Mulato, e o morro do Cruzeiro.

RIQUEZAS NATURAIS — Como riquezas naturais conta o município, no reino vegetal, carnaubais, babaçuais, tucunzais e matas para extração de madeira e lenha. No reino animal encontram-se animais silvestres como a cutia, o veado, o tatu, o gato, e outros.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, a população de Regeneração constava de 13 736 habitantes: 6 886 homens e 6 850 mulheres, dos quais 2 680 brancos, 3 208 pretos e 7 831 pardos; 17 pessoas não fizeram declaração relativamente à côr. Dos 7 627 recenseados de 15 anos e mais de idade, 2 645 eram solteiros; 4 390, casados; 1, desquitado; e 568, viúvos; 23 pessoas não declararam o estado civil. Do total da população do município, 13 705 eram católicos romanos; 12, protestantes; 2, espíritas; e 17 não declararam a religião professada. A densidade demográfica era de 5 685 habitantes por quilômetro quadrado. Localizavam-se 90,23% da população do município na zona rural, sendo 6 267 homens e 6 124 mulheres, superando a percentagem do quadro rural, no conjunto do Estado. Entre os municípios mais populosos do Piauí, o de Regeneração colocou-se no 31.° lugar, com 13 736 habitantes, sendo que a sua sede conseguiu o 27.° lugar, com 1 345 pessoas.

Aglomerações urbanas — A sede do município forma a única aglomeração urbana, com 1 345 habitantes, sendo 619 homens e 726 mulheres. Dêsse total, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 215 homens e 222 mulheres sa-

biam ler e escrever, enquanto 311 homens e 410 mulheres não eram alfabetizados, segundo o Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As bases da economia do município assentam-se na agricultura, na pecuária e na indústria rural, que congregam o maior número de pessoas no município.

Em 1956, a produção agrícola atingiu 9 951 milhares de cruzeiros. Os produtos agrícolas, nesse ano, ofereceram os números constantes da demonstração abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	18 500	3 330 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	14 500	2 465 000
Mandioca	»	16 000	2 080 000
Feijão	Saco de 60 kg	2 800	1 176 000
Milho	» » » »	9 000	900 000

Os excedentes da produção municipal são vendidos, principalmente, para Teresina, Água Branca, Pernambuco e Ceará.

Pecuária — Exerce papel preponderante na economia do município que abastece, em parte, Teresina, Água Branca, Angical do Piauí e Pernambuco. O número de cabeças existentes, em 1956, estava assim constituído: 17 500 bovinos, 80 000 suínos, 4 600 ovinos e 26 500 caprinos. O município de Regeneração ocupava, no Estado, o segundo lugar na criação de suínos, sendo precedido de Valença do Piauí com 95 000 cabeças.

Indústria — A produção industrial caracteriza-se pela enumeração a seguir dos seus principais produtos e respectivos valores: farinha de mandioca, com 403 000 quilogramas, no valor de Cr$ 1 437 060,00; rapadura, com 199 850 quilogramas, no valor de Cr$ 1 009 540,00; aguardente de cana, com 93 600 litros, no valor de Cr$ 663 400,00; polvilho

Vista geral da Rua Alberto Leal Nunes

de mandioca, com 95 295 quilogramas, no valor de Cr$ 458 605,00; e cêra de carnaúba, com 6 933 quilogramas, valendo Cr$ 319 266,00.

COMÉRCIO — Existem no município 4 estabelecimentos atacadistas e 15 varejistas que, mantendo transações comerciais com as praças de Teresina, Sobral (CE), Fortaleza, Recife, compram tecidos, louças, ferragens, sal, querosene, fósforos, sabões, açúcar, miudezas, etc.

Grupo Escolar Rural Alberto Leal Nunes

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A sede do município que é servida pela rodovia PI-4, liga-se às dos municípios vizinhos e à capital do Estado, como segue: São Pedro do Piauí — rodovia, 38 quilômetros; Água Branca — rodovia, via São Pedro do Piauí, 49 quilômetros; Elesbão Veloso — rodovia (PI-4 e BR-52), via São Pedro do Piauí e Água Branca, 126 quilômetros; Amarante — rodovia, 21 quilômetros; Angical do Piauí — rodovia, 26 quilômetros; e capital Estadual — rodovia (PI-4 e BR-52), via São Pedro do Piauí e Água Branca, 148 quilômetros.

Na cidade funciona uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Na cidade há 20 logradouros públicos. Uma de suas ruas é calçada com pedras irregulares, até a área de 2 276 metros quadrados. A cidade possui também iluminação elétrica, fornecida pela Prefeitura Municipal, com 63 instalações domiciliares. Funciona 1 pensão familiar cobrando diária média de Cr$ 50,00.

O registro de veículos na Prefeitura, em 1956, atingiu 17 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há na sede do município 1 farmacêutico e uma farmácia, que prestam assistência à população local.

ALFABETIZAÇÃO — Das 11 572 pessoas recenseadas em 1950, com 5 anos e mais de idade, 1 589 (13,7%) sabiam ler e escrever. Dêsse total, 974 eram homens (8,4%) e 615, mulheres (5,3%). Dos 1 158 habitantes da sede municipal, com 5 anos e mais de idade, 437 sabiam ler e escrever, sendo 215 homens e 222 mulheres.

No conjunto dos municípios piauienses, pelo índice de alfabetização, Regeneração ocupou o 44.° lugar, com 13,73%, enquanto que a sua sede, o 44.°, com 37,74%. A zona rural colocou-se no 39.° lugar, com 11,06%.

Ensino — Em 1956, funcionaram 19 escolas, sendo 7 estaduais e 12 municipais de ensino fundamental comum, e mais 4 unidades de curso supletivo e 1 particular. Referidos estabelecimentos matricularam, em 1956, 921 alunos, dos quais 462 homens e 459 mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Como elemento de difusão da cultura, existe apenas uma biblioteca de caráter geral, com aproximadamente 1 000 volumes, denominada Biblioteca Pública Municipal "Leônidas Melo", sediada na cidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	253 712	...	...	...
1951	—	299 645	...	...	...
1952	—	272 225	...	...	...
1953	—	460 797	...	...	...
1954	—	493 708	751 000	75 000	684 651
1955	—	576 956	785 000	145 000	790 895
1956 (1)	—	...	905 000	147 000	702 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — No município de Regeneração são celebradas as seguintes festas religiosas: de São Gonçalo, padroeiro da cidade, em 10 de janeiro; de São José, em 19 de março; do Divino Espírito Santo e do Sagrado Coração de Jesus, em datas variáveis; de Santa Teresinha, no terceiro domingo de outubro; de São Francisco, em 4 de outubro; de Nossa Senhora da Conceição, em 8 de dezembro. São elas precedidas de novenas e encerradas com procissão, a que comparece grande número de fiéis.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Joaquim Ribeiro Gonçalves,* engenheiro civil, homem de letras e ex-senador da República, pelo Piauí.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município são designados pelo gentílico regenerenses.

BIBLIOGRAFIA — "O Piauí no Centenário de Sua Independência" — Volume IV — Teresina — Papelaria Piauiense — 1923; "Sinopse Estatística de Regeneração" — Conselho Nacional de Estatística — 1948; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — D.E.E. do Piauí; "Anuário Estatístico do Brasil — Ano V" — Conselho Nacional de Estatística — 1939-1940; "Anuário Estatístico do Brasil — Ano XIII" — Conselho Nacional de Estatística — (I.B.G.E.) — 1952; "Estado do Piauí — Censos Demográfico e Econômico" — C.N.E. (I.B.G.E.) — 1956; "Censo Demográfico do Estado do Piauí" — C.N.E. (I.B.G.E.) — 1952.

(Fonte — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí. Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Regeneração. — Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil — Agência de Teresina e Agente do I.A.P.B.)

RIBEIRO GONÇALVES — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Ribeiro Gonçalves teve origem no importante centro de lavoura denominado Remanso, antigo povoado do município de Uruçuí. Considerando as condições de crescente prosperidade dêsse povoado, em virtude de seu desenvolvimento comercial e agrícola e, principalmente, a petição firmada por mais de uma centena de habitantes do lugar, através da qual solicitavam a elevação do povoado à categoria de vila, resolveu a Interventoria do Estado do Piauí passá-lo a distrito e elevar-lhe a sede à categoria de vila, que passou a constituir distrito administrativo de Uruçuí, com o nome de Ribeiro Gonçalves, por fôrça do Decreto número 1 556, de 20 de junho de 1934, em homenagem ao ilustre piauiense — Doutor Antônio Ribeiro Gonçalves, médico ilustre e cidadão de notável probidade, falecido quando, com eficiência e brilho, representava o Estado na Câmara dos Deputados da República.

Segundo os quadros de divisão territorial, datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 52, de 29 de março de 1938, Ribeiro Gonçalves constituía um dos distritos de que se compunha o município de Uruçuí, ao qual também era subordinado, segundo as disposições mencionadas, o têrmo judiciário do município.

Por efeito do Decreto-lei estadual número 107, de 26 de junho de 1938, foi criado o município de Ribeiro Gonçalves e elevada a sua sede à categoria de cidade, cuja instalação se verificou no dia 1.º de janeiro de 1939, em obediência aos têrmos do Decreto-lei estadual n.º 113, de 5 de agôsto, também de 1938.

Na divisão judiciário-administrativa do Estado, em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo Decreto-lei estadual número 147, supracitado, Ribeiro Gonçalves é integrado apenas pelo distrito de igual nome, permanecendo como têrmo judiciário da comarca de Uruçuí.

Por efeito do Decreto-lei estadual número 247, de 1.º de março de 1940, extinguiu-se o têrmo de Ribeiro Gonçalves, que passou à categoria de distrito judiciário, subordinado à comarca de Uruçuí.

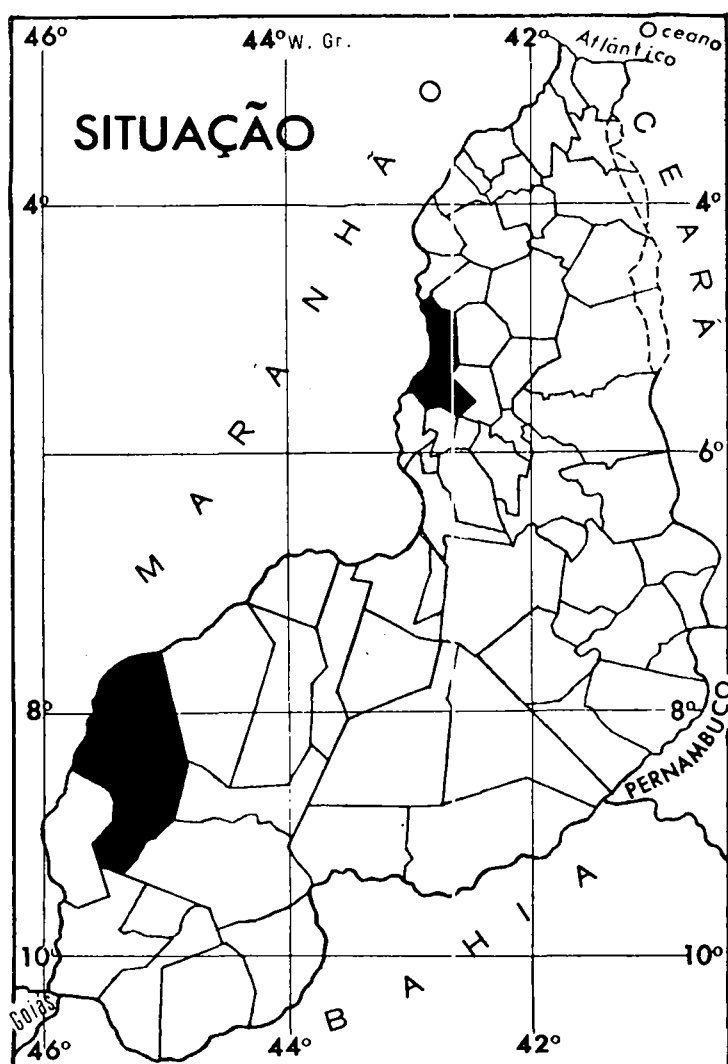
O Decreto-lei estadual n.º 754, de 30 de dezembro de 1943, ratificado pelo de número 765, de 31 do mesmo mês e ano, que fixou o quadro judiciário-administrativo do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, deu ao município de Ribeiro Gonçalves a constituição de um só distrito administrativo de idêntico nome e um distrito judiciário subordinado à comarca de Uruçuí.

Com a promulgação da Constituição do Estado, em 22 de agôsto de 1947, foi criada a comarca de Ribeiro Gonçalves no artigo 28 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, completando-se dêsse modo a sua emancipação política.

O seu atual quadro administrativo e judiciário é constituído de comarca de 1.ª entrância, município, distrito judiciário e um distrito administrativo de igual nome.

A presente legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Raimundo Gonçalves Guimarães e constituída a Câmara Municipal com 5 vereadores.

Prefeitura Municipal

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal está localizada à margem direita do rio Parnaíba, distando da capital do Estado 620 quilômetros por estrada carroçável e rodovia, 500 quilômetros por navegação fluvial, 575 quilômetros por via aérea, 379 quilômetros em linha reta. Pertence à Zona Fisiográfica do Alto Parnaíba. O município limita com Santa Filomena, Gilbués, Bom Jesus, Cristino Castro, Uruçuí e com o Estado do Maranhão. Suas coordenadas geográficas são: 7° 32' 45" de latitude Sul e 45° 14' 50" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município tem uma altitude de 148 metros.

CLIMA — O clima é agradável, apresentando as temperaturas em graus centígrados: média das máximas — 37; média das mínimas — 22; média compensada — 31. A estação chuvosa começa em outubro e termina em maio, quando entra o verão.

ÁREA — Coloca-se o município de Ribeiro Gonçalves entre os de maior extensão territorial do Estado, com a área de 12 057 quilômetros quadrados.

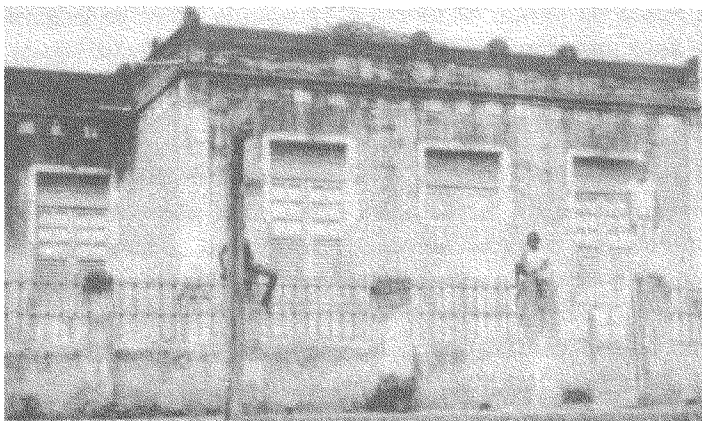
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Parnaíba, que banha a sede e tôda a parte norte do município. Existem ainda o Riozinho e o rio Uruçuí Prêto, além dos riachos da Volta, Galeota, Sobradinho, Água Branca, Riachão, Atoleiro, Pracati e outros, quase todos afluentes do primeiro, sendo que alguns secam na época do verão. O morro d'Água, cujo nome se origina da água que jorra dêle, a lagoa de Santo Estêvão, ligada ao povoado do mesmo nome, e a serra Grande são acidentes dignos de registro.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Ribeiro Gonçalves, apesar da fertilidade de seu solo, não é dos mais notáveis em riquezas naturais. Entretanto, a madeira em geral é encontrada com abundância, o mesmo acontecendo com o buriti, tucum, borracha de mangabeira, bem assim como o caititu, queixada, veado, ema, anta e peixes. Por falta de estudos apropriados não se conhecem riquezas minerais. Sòmente o barro destinado à cerâmica é utilizado na fabricação de telhas e tijolos.

POPULAÇÃO — O município de Ribeiro Gonçalves, consoante o Recenseamento de 1950, possuía 6 475 habitantes, sendo 3 254 homens e 3 221 mulheres. A população, em relação à côr, tinha a composição 2 246 brancos, 606 pretos, 3 614 pardos; 9 pessoas não declararam côr. Dos 3 397 habitantes de 15 anos e mais de idade, 1 183 eram solteiros; 1 947, casados; 263, viúvos; 1, desquitado; 3 pessoas não declararam estado civil. Em religião, predominaram os católicos romanos em número de 6 414, enquanto as outras religiões possuíam adeptos em pequena escala. A densidade era de 0,529 habitantes por quilômetro quadrado. A zona rural reúne 88,99% da população, superando a média do Estado. Na população rural, há equilíbrio entre o total de homens e o de mulheres, pois, dos 5 762 habitantes, 2 913 são homens e 2 849, mulheres. O município ocupa o 48.° lugar no conjunto dos municípios piauienses, enquanto a cidade desfruta melhor posição, colocando-se em 37.° lugar em confronto com os demais do Estado.

Aglomerações urbanas — O município conta com 4 aglomerações urbanas, a saber: cidade de Ribeiro Gonçalves, com 713 habitantes, sendo 341 homens e 372 mulheres. Dêsse total, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 126 homens e 123 mulheres sabiam ler e escrever, ao passo que 157 homens e 193 mulheres não eram alfabetizados, segundo dados do Recenseamento de 1950; povoado Baixa Grande, com 36 moradias e população aproximada de 180 habitantes; povoado Santo Estêvão, com 20 moradias e cêrca de 105 habitantes; povoado Tranqueira, com 22 moradias e população aproximada de 116 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Como acontece com um grande número de municípios brasileiros, o município de

Igreja de São João Batista

Escola Agrupada Zacarias de Góis

Ribeiro Gonçalves não foge à regra geral, pois na lavoura, pecuária, fabricação de rapadura e farinha, se alicerçam as bases das atividades fundamentais pertinentes à sua economia. A produção agrícola expressa no cultivo da cana-de-açúcar, mandioca, arroz, milho, feijão e outros produtos atende satisfatòriamente ao consumo local, sendo o excedente encaminhado às praças de Uruçuí, Floriano e Teresina. O volume e o valor da produção agrícola, referente ao ano de 1956, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz	Saco de 60 kg	14 800	1 110 000
Mandioca	Tonelada	6 500	975 000
Cana-de-açúcar	»	3 100	465 000
Feijão	Saco de 60 kg	1 560	312 000
Milho	» » » »	3 500	262 500

Pecuária — A criação de bovinos tem regular significação para a vida econômica do município, sendo Floriano e Uruçuí os principais compradores. O município conta com os seguintes efetivos:

Bovinos — 12 500
Suínos — 11 000
Caprinos — 1 500

Outros produtos de extração e transformação também ajudam a reforçar a base econômica do município conforme índices abaixo discriminados: farinha de mandioca, 251 700 quilogramas, no valor de Cr$ 420 500,00; rapadura, 90 200 quilogramas, no valor de Cr$ 270 600,00 e polvilho de mandioca, 67 800 quilogramas, valendo Cr$ 202 700,00.

COMÉRCIO — Na sede do município operam 18 estabelecimentos de fundo comercial, sendo 15 varejistas e 3 atacadistas. O comércio importa produtos manufaturados e destinados às necessidades da população local e mantém, para isso, transações com as praças de Recife, Fortaleza e Teresina.

Agência Municipal de Estatística

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Dois meios de transporte e comunicação servem o município de Ribeiro Gonçalves, constituindo-se em artérias de ligação com outras comunidades piauienses e maranhenses: terrestre e fluvial. O primeiro, constante de estradas carroçáveis; o segundo, referente ao aproveitamento do rio Parnaíba, outrora veículo natural de tôda a região. As estradas carroçáveis não apresentam índices satisfatórios, entretanto, ressalvadas as suas peculiaridades, atendem, em parte, às necessidades locais. O rio Parnaíba, dado o abandono em que se encontra e a navegabilidade precária, é o que mais serve a população, apesar de estar sendo aos poucos desprezado ante as perspectivas de planos governamentais de disseminar rodovias fazendo a ligação de todo o sul piauiense. Distâncias: — Uruçuí — estrada carroçável, 108 quilômetros, ou via fluvial, 100 quilômetros; Santa Filomena — via fluvial, 230 quilômetros; Bom Jesus — estrada carroçável, 220 quilômetros; Gilbués — estrada

Mercado Público Municipal

carroçável, 260 quilômetros; Teresina — rodovia e carroçável, via Uruçuí, Bertolínia, Jerumenha, Floriano, Amarante, Regeneração, São Pedro do Piauí e Água Branca, 620 quilômetros, ou fluvial via Uruçuí, Guadalupe, Floriano, Amarante e Palmeirais, 590 quilômetros, e ainda via aérea, 575 quilômetros.

Existe um campo de pouso na sede municipal com capacidade para receber aviões de pequeno porte.

ASPECTOS URBANOS — O município é servido de energia elétrica fornecida pela usina da Prefeitura Municipal. A sede possui iluminação pública e 31 ligações elétricas domiciliares. Há registrado na Prefeitura 1 caminhão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na sede do município, funciona um pôsto do Serviço Nacional de Endemias Rurais e uma pequena farmácia, que prestam imprescindível assistência à coletividade.

ALFABETIZAÇÃO — O município de Ribeiro Gonçalves, segundo o Recenseamento de 1950, possuía 5 331 pessoas com 5 anos e mais de idade, das quais 1 562, ou seja, 18% do total mencionado, sabiam ler e escrever, sendo 960 homens e 602 mulheres. Na sede municipal, das 599 pessoas com 5 anos e mais de idade, 249 sabiam ler e escrever,

Pôsto Agropecuário Municipal

sendo 126 homens e 123 mulheres. No conjunto dos municípios piauienses, Ribeiro Gonçalves colocou-se em 27.º lugar com a quota de 18,01%. A cidade obteve o 37.º lugar com a percentagem de 41,57%, enquanto a zona rural obtinha a 26.ª posição com a percentagem de 15,03%. *Ensino* — No decorrer do ano letivo de 1956, funcionaram no município 12 unidades de ensino primário fundamental comum, sendo 5 estaduais e 7 municipais com o seguinte movimento de matrícula: 131 homens e 129 mulheres. Funcionaram igualmente dois cursos supletivos com 116 alunos, dos quais 60 mulheres e 56 homens.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	55 000	434 000	35 000	335 000
1951.......	—	102 000	363 000	48 000	177 000
1952.......	—	130 000	375 000	64 000	502 000
1953.......	—	140 000	748 000	78 000	823 000
1954.......	—	159 000	675 000	36 000	726 000
1955.......	—	165 000	709 000	50 000	517 000
1956 (1)....	—	242 000	801 000	69 000	847 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa religiosa dedicada ao padroeiro da cidade é a única manifestação digna de nota. No dia 24 de junho, data consagrada ao excelso São João, a quase totalidade da população, tangida pela fé religiosa, dá bela demonstração de alegria e respeito, expandindo-se em comemorações que têm a duração de 9 dias. Após a novena de devoções, a manifestação é encerrada por majestosa procissão.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — "Ribeirenses" ou "ribeiro-gonçalvinos" é a denominação gentílica dos habitantes do município.

BIBLIOGRAFIA — "Sinopse Estatística do Município de Ribeiro Gonçalves" — Conselho Nacional de Estatística — 1948; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — Volume IV — Teresina — 1923; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — Departamento Estadual de Estatística do Piauí — 1939.

(Fonte — Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Ribeiro Gonçalves. Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí. Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — José de Arimathéa Tito Filho — Professor do Colégio Estadual do Piauí, da Escola Normal Antonino Freire e do Colégio São Francisco de Sales).

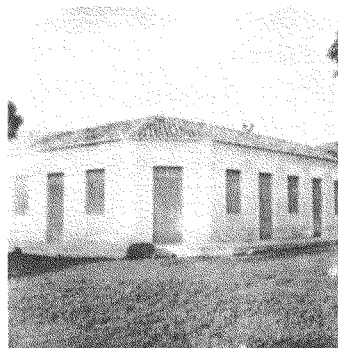
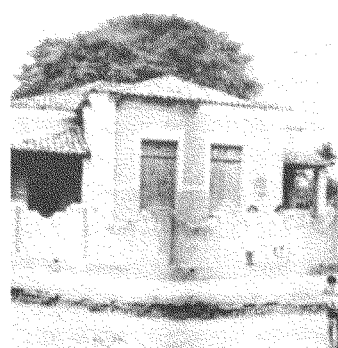
SANTA FILOMENA — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Há duas versões a respeito do desbravamento do local onde hoje se encontra situada a cidade de Santa Filomena. Pereira da Costa, em sua notável "Cronologia Histórica do Estado do Piauí", escreve o seguinte acêrca do assunto:

"A vila de Santa Filomena é uma das mais modernas povoações do Piauí, pois a sua origem remonta apenas ao ano de 1854. Descoberto neste ano o local em que está situada, por José Antônio Barreiros de Macedo, convidou êle a diversos parentes seus e a outras pessoas, para fazerem uma entrada de reconhecimento no local, que então era habitado por índios da nação Cherens; e ali fixando-se, começou a levantar algumas casas, fundou uma capela e tal desenvolvimento foi tendo o lugar pela afluência de diversos moradores, que dois anos depois já era um povoado próspero, foi criada uma paróquia, e logo depois teve o predicamento de vila".

Outros, porém, asseguram que no fim do século XVIII e princípios do século XIX houve várias incursões ao território do atual município de Santa Filomena, sendo a última feita pelo patriota José Antônio Barreiros de Macedo, que teria transposto a serra do Riachuelo, vindo até às margens do rio Taquara, percorrendo outras partes do município, sem contudo, deixar vestígios de fundação de qualquer estabelecimento pecuário ou de outra natureza. Anos depois, afirma aquêle historiador contemporâneo, o coronel José Lustosa da Cunha, mais tarde Barão de Santa Filomena, que então residia na Fazenda Contrato, do município de Gilbués, partira dali, já no século XIX, acompanhado da mulher, parentes e escravos e, seguindo o roteiro de José Antônio Barreiros de Macedo, estabeleceu-se no local, onde hoje é a sede do município, fundando ali a localidade, que começou pela casa-grande e uma capela. Nasceu então na casa-grande a segunda filha do futuro Barão de Santa Filomena em uma manhã de outubro de 1854. Houve grande regozijo naquele solar e nas casas vizinhas. O coronel Lustosa, como lembrança, plantou ali perto uma semente de mangueira. Nascendo e se desenvolvendo, tornou-se a "mangueira-mãe" de tôdas as que existem na sede, desde aquela época. Conta-se que o coronel Lustosa, com a ajuda do elemento negro, foi o fundador de várias fazendas, onde situava gado vindo de Gilbués e Parnaguá. Sabe-se que havia aglomerações de índios no município, no entanto, não há mais vestígios de selvagens, não se sabendo como desapareceram.

Aproximadamente pelo ano de 1853, conforme afirmava Dona Filomena Lustosa da Cunha, uma das primei-

Prefeitura Municipal

Grupo Escolar Municipal

Igreja Matriz

ras filhas do lugar, vieram com o coronel Lustosa, em grande parte oriundos de Parnaguá, os primeiros povoadores do município. Deve-se o povoamento do município ao ideal de seus desbravadores que organizaram núcleos de criação de gado e de cultura agrícola. Nada consta a respeito da origem dos primeiros povoadores do município, sabendo-se, no entanto, que eram nacionais, descendentes de português com indígena, salientando-se também o elemento negro que se desenvolveu e proliferou.

Pela Lei provincial número 413, de 9 de janeiro de 1856, foi instituída a paróquia de Santa Filomena e elevado o povoado à categoria de distrito. Criado o município pela Lei provincial número 586, de 25 de agôsto de 1865, foi suprimido pela de número 763, de 5 de setembro de 1871, sendo restaurado mais tarde, com território desmembrado do município de Parnaguá, conforme Resolução provincial número 811, de 7 de agôsto de 1873. Sua reinstalação se deu em 26 de dezembro do mesmo ano pelo Doutor José Lustosa de Sousa, Juiz municipal de Parnaguá, a cuja comarca ficou pertencendo, até o advento da Resolução provincial número 850, de 18 de julho de 1874, que criou a comarca.

Santa Filomena figura nos anais da história-pátria por sua participação na guerra do Paraguai. A êsse respeito noticia Pereira da Costa em sua Cronologia Histórica do Estado do Piauí: "1865 — agôsto 10 — Embarca em Teresina o segundo corpo de "voluntários da Pátria", sob o comando do tenente-coronel José Lustosa da Cunha, com destino à campanha do Paraguai. O corpo seguiu para a Parnaíba, donde partiu para o Maranhão, e embarcando ali no vapor Tocantins, desembarcou no Rio de Janeiro em 9 de setembro. Nesse corpo seguiu, como segundo-sargento a heroína e desditosa Jovita Alves Feitosa...

"Em sua derrota para o Sul tocou o Tocantins no Pôrto do Recife em 1 de setembro; e noticiando o "Diário de Pernambuco" do dia seguinte a passagem do corpo de voluntários piauienses, disse o seguinte:

"... Êste corpo comandado pelo distinto Sr. Tenente-coronel José Lustosa da Cunha, foi organizado pelo mesmo Sr. na vila de Santa Filomena que demora cêrca de duzentas léguas distante do litoral e umas cem da capital da província.

"Sem embargo de ser uma vila de recente fundação, e por conseguinte ainda pouco populosa, contribuiu esta localidade para o desfôrço da pátria ultrajada com 234 voluntários, que aí seguem reunidos a outros da comarca de Parnaguá em número de 404, que formam o efetivo dêste brioso corpo composto em seu todo de uma mocidade válida e de porte marcial"

A comarca de Santa Filomena foi extinta pela Lei número 18, de 12 de dezembro de 1892, e anexado o seu têrmo à comarca de Bom Jesus. Restaurada pela Lei estadual número 27, de 12 de dezembro de 1893, com a categoria de 2.ª entrância, foi novamente suprimida pela Lei estadual número 85, de 12 de junho de 1896. Restabelecida novamente a comarca de Santa Filomena pela Lei estadual número 861, de 19 de julho de 1914, compreendendo o têrmo do município de Gilbués, foi mais uma vez extinta pela Lei estadual número 1 041, de 18 de julho de 1922, com a anexação de seu têrmo judiciário ao de Uruçuí. Em 1925, pela Lei estadual número 1 124, de 30 de junho, foi outra vez restabelecida a comarca do município, na categoria de 1.ª entrância e integrada pelos distritos judiciários de Corrente, Gilbués e Parnaguá. A Lei n.º 96, de 21 de junho de 1937, reduziu a comarca a um só distrito judiciário, com a retirada dos de Corrente, Gilbués e Parnaguá, assim permanecendo até agora. Segundo a tradi-

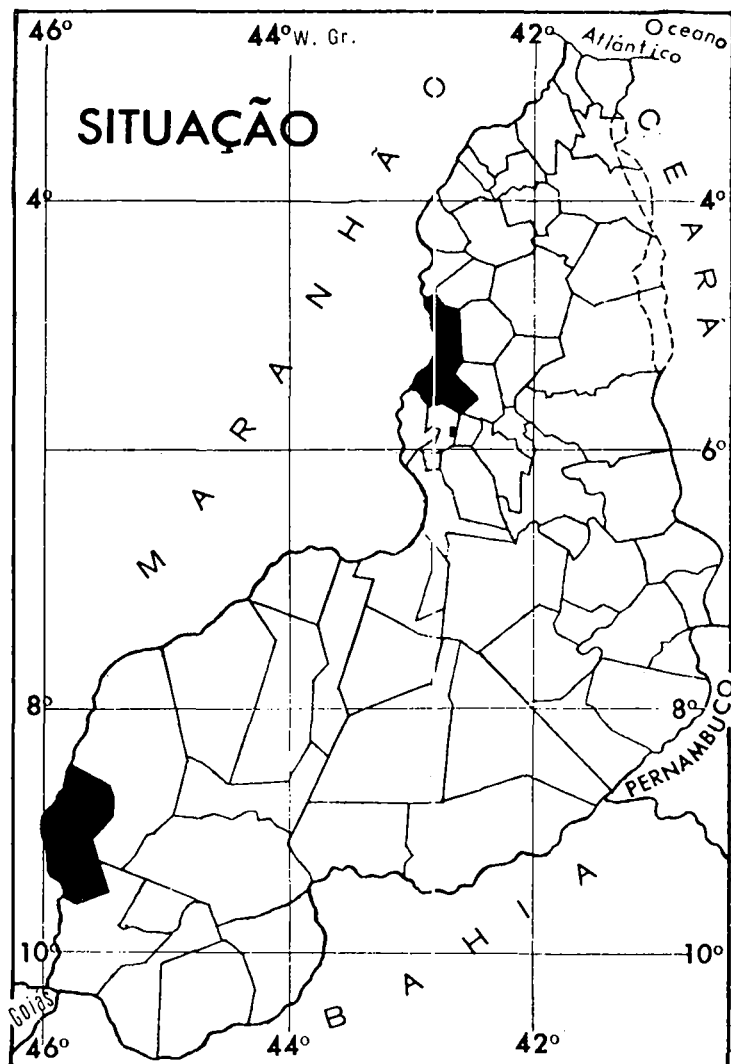
Casa Paroquial

Mercado Municipal

ção local, o nome do município foi dado pelo coronel José Lustosa da Cunha, mais tarde Barão de Santa Filomena. Êste adquiriu na Bahia uma imagem de Santa Filomena para padroeira do lugar e, em homenagem à santa, pôs o nome de Filomena em sua primeira filha, nascida na localidade. O seu atual quadro administrativo e judiciário se constitui de comarca de 2.ª entrância, município, distrito judiciário e distrito administrativo. A presente legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Senhor Carlos Lustosa do Amaral e constituída a Câmara Municipal com 3 vereadores. As pessoas nascidas no município são denominadas filomenses.

Cadeia Pública

Trecho da Rua Presidente Vargas

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal está situada à margem direita do rio Parnaíba, distando 1 004 quilômetros da capital do Estado através de rodovia, 825 quilômetros pelo rio Parnaíba, e, em linha reta, de 557 quilômetros. Está encravada na Zona Fisiográfica do Alto Parnaíba. O município limita-se com Gilbués, Ribeiro Gonçalves e com o rio Parnaíba. Suas coordenadas geográficas são: 9° 06' 00" de latitude Sul e 45° 55'30" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município tem 280 metros de altitude.

CLIMA — Ameno e agradável, apresentando as seguintes temperaturas em graus centígrados: média das máximas 34; média das mínimas 14; média compensada 24. O período invernoso começa em novembro ou dezembro e termina em maio ou junho, com o início do verão.

ÁREA — O município de Santa Filomena possui 5 298 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente hidrográfico do município é o rio Parnaíba, que lhe serve de limite com o Estado do Maranhão. Há ainda os rios Uruçuí, Vermelho, do Ouro, Riozinho e outros. Os riachos existentes são perenes, destacando-se: Sucuruju, Angicos, Riachão, Contrariado, Taquara da Lagoa, da Zelândia, da Areia. Na orografia, aparecem as serras da Fortaleza, do Riachão ou da Banja, do Ouro e das Guaribas.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Santa Filomena é rico em diamante, pedras calcárias, tabatinga, mangabeira, cedro, madeiras, caititu, veados, anta, capivara, cutia, etc.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, o município possuía 4 506 habitantes, sendo 2 207 homens e 2 999 mulheres. Do total mencionado, 1 124 pessoas eram brancas; 540, pretas; 2 840, pardas; duas pessoas não declararam côr. Dos 2 509 habitantes de 15 anos e mais de idade, 941 eram solteiros; 1 377, casados; 189, viúvos; duas pessoas não declararam estado civil. Em religião, predominaram os católicos apostólicos romanos em número de 4 496, enquanto as outras religiões possuíam adeptos em pequena escala. A densidade demográfica correspondia a 1 habitante por quilômetro quadrado. A zona rural reúne 87,94% da população total, superando a média do Estado. Na população rural, existe equilíbrio entre homens e mulheres, pois há 1 973 homens e 1 989 mulheres. No conjunto dos municípios piauienses, Santa Filomena ocupa o 49.° lugar, enquanto a cidade desfruta de melhor posição, sendo a 45.ª em relação às demais.

Aglomeração urbana — A cidade forma a única aglomeração urbana com 544 habitantes, sendo 234 homens e 310 mulheres. Dêsse total, entre as pessoas com 5 anos e mais de idade, 103 homens e 115 mulheres sabem ler e escrever, enquanto 97 homens e 144 mulheres não são alfabetizados, segundo o Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades básicas da economia municipal são a agricultura e a pecuária, além da pequena indústria extrativa.

Agricultura — Os produtos agrícolas são exportados para Alto Parnaíba (MA), Gilbués, Floriano e Teresina. O volume e o valor da produção agrícola em 1956, foram:

PRODUTOS	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Milho	Saco de 60 kg	5 600	560 000
Mandioca	Tonelada	1 650	412 500
Feijão	Saco de 60 kg	1 650	264 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	960	96 000

Pecuária — A pecuária não tem grande desenvolvimento. No entanto, há exportação de gado para Araripina (PE), Floriano e Teresina. Em 1956, havia o efetivo: 8 000 bovinos, 4 500 suínos, 350 ovinos e 1 000 caprinos.

Indústria — A produção industrial, em 1956, registrou os seguintes volumes e valores: farinha de mandioca — 338 340 quilogramas, no valor de Cr$ 589 750,00; polvilho de mandioca — 44 760 quilogramas, correspondendo a Cr$ 134 040,00; rapadura — 51 600 quilogramas, avaliados em Cr$ 193 800,00; aguardente de cana, 4 800 litros, no valor de Cr$ 57 000,00.

Não há exploração das riquezas minerais.

COMÉRCIO — Na cidade de Santa Filomena existem 1 estabelecimento atacadista, 5 varejistas e 2 industriais, com importação de tecidos, ferragens, café, açúcar, sabão, querosene, sal, medicamentos. O comércio mantém transações com as praças de Alto Parnaíba (MA) e Floriano.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por vias rodoviárias e navegação fluvial. A comunicação com a capital estadual é feita por meio de rodovia — 1 004 quilômetros e por navegação fluvial através do rio Parnaíba — 825 quilômetros. Meios de ligação com as cidades vizinhas: Gilbués — rodovia 150 quilômetros; Ribeiro Gonçalves — navegação fluvial pelo rio Parnaíba 230 quilômetros; Alto Parnaíba (MA) — navegação fluvial 1 quilômetro. A população se utiliza também da navegação aérea, partindo de Alto Parnaíba (MA). Na cidade funciona uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade tem 12 logradouros públicos, 1 veículo registrado pela Prefeitura e uma rampa de pedra e cal na margem do rio Parnaíba.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência à população é prestada por estabelecimentos comerciais, que incluem em suas atividades a venda de remédios.

ALFABETIZAÇÃO — O município, de acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, possui 3 733 pessoas de 5 anos e mais de idade, das quais 871, ou seja, 23,3% do total citado, sabem ler e escrever, sendo 530 homens e 341 mulheres. Na sede municipal, das 459 pessoas de 5 anos e mais de idade, 218 sabem ler e escrever, sendo 103 homens e 115 mulheres. No conjunto dos municípios piauienses, no tocante à alfabetização, Santa Filomena colocou-se em 9.º lugar com a quota de 23,33%. A cidade obteve classificação inferior, com a percentagem de 47,49%, colocando-se em 24.º lugar. A zona rural, no entanto, alcançou o 8.º lugar com a quota de 19,95%.

Ensino — Em 1956, funcionaram 11 unidades do ensino primário fundamental comum, sendo 6 estaduais, 3 municipais e duas particulares. Nas estaduais e municipais houve 489 matrículas, sendo 258 homens e 231 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	43 000	205 000	13 000	195 000
1951	—	42 000	439 000	25 000	335 000
1952	—	43 000	336 000	26 000	470 000
1953	—	65 000	623 000	25 000	623 000
1954	—	72 000	842 000	27 000	489 000
1955	—	166 000	836 000	39 000	309 000
1956 (1)	—	141 000	790 000	36 000	1 008 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A principal festa religiosa começa no dia 6 de agôsto, com novena, e termina no dia 15, com missa e procissão, na cidade, em homenagem à padroeira Santa Filomena. As manifestações folclóricas resumem-se na festa de Reis, no dia 6 de janeiro, e a Festa do Divino, sem data certa. Essas duas "folias", promovidas por pretos, visitam as casas residenciais.

VULTOS ILUSTRES — *José Lustosa da Cunha,* comandante do 2.º Grupo de Voluntários da Pátria que, em 1865, partiu do Piau, para a Guerra do Paraguai, e João Lustosa da Cunha, cadete do 2.º Corpo de Voluntários da Pátria. Êste passou cinco anos na Guerra do Paraguai, sendo ajudante-de-ordens do general Argolo. No pôsto de major honorário do Exército, pediu licença da ativa para se dedicar à vida política, no Piauí, em cujas atividades, por merecimento e serviços prestados à Província, recebeu a comenda de Barão de Santa Filomena. *Cícero Lustosa da Cunha,* alferes da Infantaria do 2.º Corpo de Voluntários da Pátria, passou um ano na Campanha do Paraguai e, por motivo de doença, deixou as fileiras do Exército.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" — Pereira da Costa — Pernambuco — Tipografia do "Jornal do Recife"; "Sinopse Estatística do Município de Santa Filomena"; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais — 1939 — Imprensa Oficial; "Ligeiros Dados Estatísticos — D.E.E. do Piauí" — 1944 — Tipografia Popular.

(Fontes — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Santa Filomena. Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Dr. Celso Barros Coelho, professor, advogado e funcionário autárquico).

SÃO FÉLIX DO PIAUÍ — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — No ano de 1901, às margens de um ôlho-d'água denominado naquela época "Buriti da Munda", encravado na Data Roça, criava-se uma pequena feira, que não teve grande prosperidade, pois durou cêrca de três anos. Dava-se, todavia, o primeiro passo para uma futura povoação. Em fins de 1903, era a pequena feira transferida para o lugar Varginha, nas proximidades do tradicional "Ôlho-d'água de São Félix", cujo nome e origem por demais remotos, escapam ao conhecimento dos mais antigos moradores do lugar. Convém salientar que Varginha foi o primeiro nome dado à atual cidade de São Félix do Piauí. Também a feira de Varginha não teve estabilidade, tendo sido transferida para outro lugar mais próximo ao supramencionado ôlho-d'água. Serviu-lhe de abrigo a sombra benfazeja de velhas oiticicas a pequena distância da atual cidade de São Félix do Piauí. Aí foi que a feira de Varginha teve o primeiro surto de progresso que mereceu a atenção de quantos a freqüentavam. A 5 de outubro de 1916 a feira de Varginha se transferira para a propriedade de Wladimir Soares de Mesquita, onde se fixou definitivamente. Nesse dia, para solenizar a ocorrência, foi celebrada missa pelo padre Aristeu, em casa de Wladimir Soares de Mesquita, cousa muito rara naquela época. Manoel de Sousa Moreira, àquele tempo, já se batia e com justa razão, pela mudança do nome do povoado que se iniciava mui promissoramente. Levado pelo espírito de fé católica e pelo desejo de prosperidade do lugar, mandou construir pequena capela em homenagem ao glorioso São Félix de Valois. Com o decorrer dos anos, a feira ia ganhando fama, e os habitantes da localidade começavam a movimentar-se ao lado de Manoel de Sousa Moreira no sentido de que o nome da crescente povoação fôsse mudado para São Félix. Wladimir Soares de Mesquita, dono da propriedade onde se iniciava o povoado, doou pequena área de terras ao padroeiro da localidade, São Félix de Valois. Construíam-se casas, lojas se instalavam. A iniciativa de abrir o primeiro

estabelecimento comercial coube a Basílio Rodrigues. Seguiram-no Cícero Soares, Antônio Batista Lima e Wladimir Soares de Mesquita. Convém salientar que os três últimos ainda são moradores na localidade. O progresso se acentuava. No ano de 1935 o Prefeito de Valença do Piauí, Sr. Eustáquio Portela Nunes, notando o desenvolvimento do povoado, iniciou a construção do mercado público, promovendo ainda outros melhoramentos de menor importância. Graças aos esforços de todos os são-felicenses, outros melhoramentos foram conseguidos. A 16 de julho de 1954, pela Lei estadual número 1 041, foi elevado à categoria de município autônomo, com a denominação de São Félix do Piauí, desmembrado do de Valença do Piauí. Sua instalação verificou-se a 29 do mesmo mês e ano sendo seu primeiro Prefeito, o Dr. Amando José de Moura, que ainda hoje se encontra em exercício, e Vice-prefeito, o cidadão Antônio Batista Lima. Os primeiros vereadores eleitos do município foram os cidadãos Francisco Soares de Mesquita (Presidente); Francisco Mendes da Silva, Antônio Bezerra da Silva, José Pereira de Macedo e Raimundo Portela de Macedo. O município consta atualmente de um distrito judiciário subordinado à comarca de Valença do Piauí, onde há 1 Juiz de Paz e 2 Suplentes, 1 Adjunto de Promotor e 1 Escrivão do Registro Civil.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de São Félix do Piauí está situada a 166 quilômetros da capital do Estado e, em linha reta, a 119 quilômetros. Pertence à Zona Fisiográfica da Ibiapaba. Tem como limites os municípios de Valença do Piauí, São Miguel do Tapuio, Alto Longá, Beneditinos e Elesbão Veloso.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — É quente o clima de São Félix do Piauí, com noites frias e invernos menos secos. Os meses de maior calor são os de setembro, outubro e novembro.

ÁREA — Com área de 923 quilômetros quadrados, São Félix do Piauí se coloca entre os municípios de menor área do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Destacam-se como principais os rios Poti e Sambito, servindo-lhe aquêle de limite com o município de Alto Longá, e êste, com o de São Miguel do Tapuio e parte com o de Valença do Piauí. Registra-se, ainda, entre os acidentes geográficos do município, a serra Péleve.

RIQUEZAS NATURAIS — São escassas as riquezas naturais do município, que se constituem apenas de pequenos carnaubais, matas para extração de lenha e madeira, oiticica e animais silvestres.

POPULAÇÃO — A população do município que pelo Recenseamento de 1950, estava englobada à de Valença do Piauí, do qual se desmembrou posteriormente, era, naquela época, de aproximadamente 6 000 habitantes.

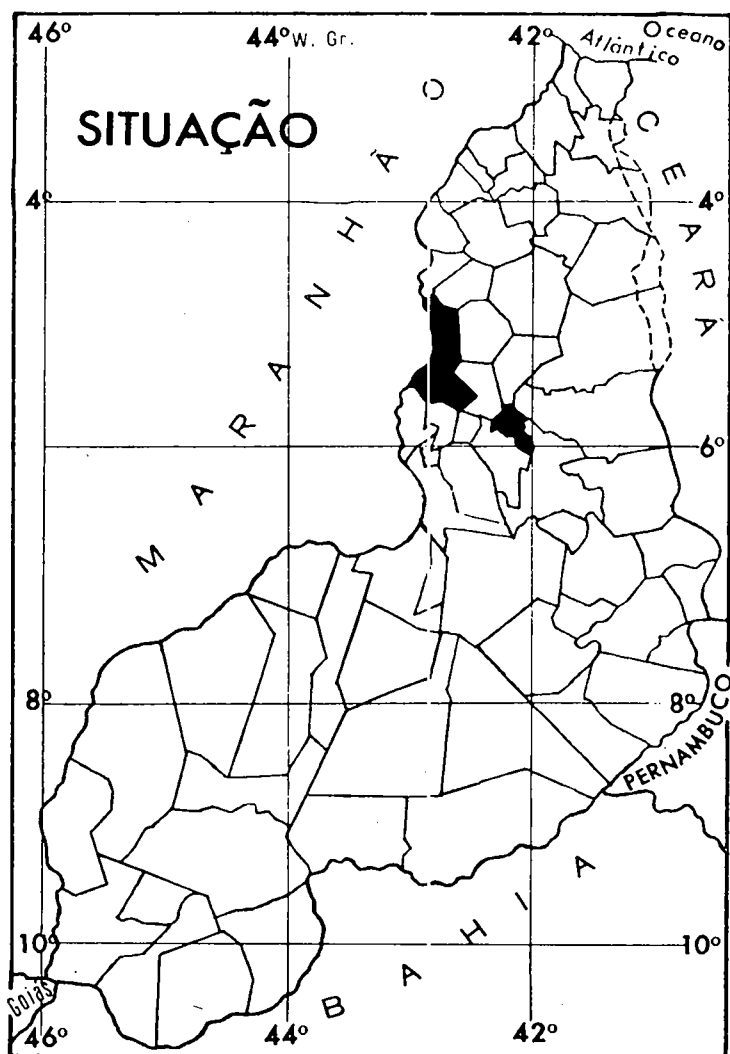
Aglomerações urbanas — O município conta três núcleos urbanos: o da sede municipal, com uma população calculada, presentemente, em 800 habitantes; povoados Baixa Grande, com 73 moradias e 260 habitantes, e Prata, com 144 moradias e 400 habitantes. Convém esclarecer que a população dos povoados relacionados é resultado de estimativa com base em o número de moradias.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do município é a pecuária, vindo em seguida a indústria extrativa, de transformação e a agricultura. A atividade agrícola é pouco desenvolvida em relação às demais, sendo o seguinte o volume e o valor da produção dos principais produtos dêste setor de atividade, em 1956:

PRODUTOS	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Milho	Saco de 60 kg	8 200	2 870 000
Arroz com casca	» » » »	8 068	1 613 600
Feijão	» » » »	5 600	1 456 000

Os produtos agrícolas são consumidos no próprio município, dado o pouco desenvolvimento de suas safras.

Pecuária — A pecuária tem grande importância na economia municipal, pois além de abastecer o próprio município, serve ainda Teresina e Pernambuco, seus principais mercados compradores. É o seguinte o número de cabeças de gado existentes no município: 8 500 bovinos, 15 000 suínos, 6 400 ovinos e 6 500 caprinos.

Indústria — No ramo industrial, destaca-se a cêra de carnaúba, cuja produção, em 1956, se elevou a 15 270 quilogramas, no valor de Cr$ 621 000,00. Em seguida vem a farinha de mandioca com 35 075 quilogramas, valendo Cr$ 105 125,00, e a rapadura com a produção de 2 240 quilogramas, no valor de Cr$ 13 260,00.

COMÉRCIO — O comércio não é desenvolvido. Conta apenas com 9 estabelecimentos comerciais varejistas que, das praças de Teresina e Picos, Recife e Fortaleza, com as quais mantém transações, importam tecidos e artefatos, artigos de vestuário, produtos farmacêuticos, bebidas, secos e molhados e miudezas em geral.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município é servido de estradas carroçáveis que se tornam impraticáveis na época invernosa. Meios de comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado. Elesbão Veloso — estrada carroçável e rodovia, 51 quilômetros. Beneditinos — estrada carroçável, via povoado Prata, 66 quilômetros. Valença do Piauí — estrada carroçável e rodovia, 102 quilômetros. Capital Estadual — estrada carroçável, 30 quilômetros, e rodovia BR-52 (Teresina—Petrolina), 136 quilômetros, num total de 166 quilômetros.

A sede municipal é servida por uma agência postal-telefônica, mantida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — Não se podem oferecer dados positivos sôbre a população de São Félix do Piauí, em virtude de ter sido elevado à categoria de cidade após a realização do Recenseamento de 1950. Cêrca de 800 habitantes, no entanto, é o cálculo que se faz para a sua população atual. A cidade possui apenas 8 ruas e 2 largos. Existem 2 jipes na sede municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um dentista desenvolve atividades profissionais em São Félix do Piauí. Por não haver farmácia, a população se provê de remédios em estabelecimentos que incluem, no seu ramo de negócio, a venda de drogas.

ENSINO — Possui o município 12 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum e 1 curso supletivo, nos quais, em 1956, foram matriculados 377 alunos sendo 196 homens e 181 mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	...	509 000	410 000	60 000	345 000
1956 (1)	...	...	660 000	60 000	595 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A principal festa popular é a do padroeiro local São Félix de Valois, celebrada a 11 de novembro com grande afluência de fiéis. São também festejados os "Reisados" a 6 de janeiro, "bumba-meu-boi" a 24 de junho, e o carnaval.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação gentílica dos habitantes do município é "são-felicenses".

(Fonte — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística; Arquivo da Agência Municipal de Estatística. Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Dr. Celso Barros Coelho, professor, advogado e funcionário autárquico).

SÃO JOÃO DO PIAUÍ — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Não há dados precisos sôbre a origem do município. Sabe-se, no entanto, que os primeiros desbravadores dos sertões do sul do Estado, entre os quais aparece Domingos Afonso Mafrense, deram origem ao desenvolvimento da zona onde se localiza o município.

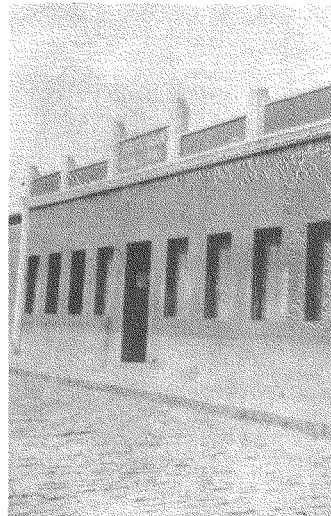
Vindos das regiões do sul do país, Mafrense e seus companheiros, penetrando no Estado da Bahia, pelo rio São Francisco, permaneceram ali algum tempo, explorando aquela região marginal do grande rio, à procura de terras apropriadas ao desenvolvimento da lavoura e da pecuária.

Internaram-se pelos chapadões, alcançaram as margens do Canindé e, no local onde hoje está situada a cidade de Paulistana, fundaram diversas fazendas de criar e, continuando a marcha, já em grupos diversos, atingiram as terras marginais do rio Piauí, onde a fertilidade do solo prometia compensar o sacrifício da longa e penosa caminhada. Encontraram aguadas fáceis, frescos baixões de exuberante pastagem, onde a lavoura e a pecuária poderiam proporcionar-lhes fontes de invejável riqueza.

Fundadas as diversas fazendas de criar e iniciados os trabalhos de lavoura, com o plantio especialmente de milho, feijão e mandioca, as fazendas tiveram acentuado desenvolvimento, passando mais tarde, por doação, ao colégio dos Jesuítas, na Bahia.

Novos exploradores, com a notícia das naturais riquezas dessa zona, penetraram em outras partes a pouca distância dos locais já ocupados, formando núcleos, internando-se pelas matas, construindo habitações nos lugares de aguadas permanentes, desenvolvendo a criação de gados de tôda espécie, ampliando os trabalhos de lavoura e, por êsse motivo, chamando para si o domínio direto da área ocupada, que delimitavam com toros de madeira ou blocos de pedra.

E assim, no lugar denominado Malhada do Jatobá, os povoadores levaram a efeito o plano de construção de uma capela, para, como templo sagrado, atender às necessidades espirituais dos habitantes da região, todos filiados por laços de família aos princípios da religião católica romana, cuja doutrina lhes fôra cuidadosamente ministrada pelos Jesuítas.

Construída a capela, sob o orago de São João Batista, Malhada do Jatobá, uma das fazendas confiscadas aos Je-

Prefeitura Municipal

Pirâmede erigida em comemoração ao cinqüentenário da cidade (5-7-1906 a 5-7-1956)

suítas, passou a formar o curato de São João do Piauí, por efeito da Lei provincial número 308, de 11 de setembro de 1851, elevando-se à categoria de paróquia e distrito em decorrência da Lei provincial número 335, de 11 de agôsto de 1853, sob o mesmo orago, tendo como primeiro Vigário o padre Francisco de Oliveira Paula a quem se deve a reconstrução da capela, levada a efeito em 1860.

Em face de seu crescente progresso elevou-se a povoação à categoria de vila e município, pela Lei provincial número 749, de 26 de agôsto de 1871, cuja instalação se verificou em 17 de março do ano seguinte, erigindo-se em comarca, em 18 de junho de 1874, pela Lei provincial número 850, tendo-se instalado em 16 de dezembro do mesmo ano.

Igreja-Matriz de São João Batista

Continuando em franco progresso, já de posse de um cemitério construído pelo povo em 1873, uma regular igreja edificada em 1875 pelo frei Henrique Cavalcante, e diversos prédios, entre os quais vale mencionar o da municipalidade, construído em 1789 pelos emigrantes do Ceará, vítimas da sêca ali estacionadas, foi extinta a vila por questões políticas e incorporada ao município de São Raimundo Nonato como simples povoado, por efeito da Lei estadual número 97, de 25 de junho de 1896, no govêrno do capitão Coriolano de Carvalho e Silva.

Com a extinção do município, cujo território foi anexado ao de São Raimundo Nonato, suprimiu-se a comarca de São João do Piauí.

Restaurada a autonomia administrativa do município, em decorrência da Lei estadual número 130, de 5 de julho de 1897, com os antigos limites, ficou subordinado judicialmente a São Raimundo Nonato até a vigência da Lei estadual número 176, de 9 de julho de 1898, que transferiu para Oeiras o seu distrito judiciário, onde permaneceu até 25 de junho de 1903, quando, por efeito da Lei estadual número 313, daquele ano, retornou a São Raimundo Nonato.

Em face da Lei n.º 355, de 12 de julho de 1904, transferiu-se para o município a comarca de São Raimundo Nonato, que ali permaneceu durante um ano e poucos dias, quando foi sancionada a Lei estadual número 379, de 20 de julho de 1905, que anulou a de número 355, do ano anterior e criou a comarca de São João do Piauí; elevou-se o município à categoria de cidade, por efeito da Lei estadual número 414, de 5 de julho de 1906.

Com a criação do distrito judiciário de Canto do Buriti, pela Lei estadual número 837, de 7 de julho de 1915, foi o município anexado à comarca de São João do Piauí, de onde se desmembrou mais tarde pela Lei estadual número 898, de 26 de junho de 1917, que o transferiu para São Raimundo Nonato, a cuja comarca foi anexado.

Com a extinção do município de Canto do Buriti, por efeito do Decreto estadual número 1 279, de 26 de junho de 1931, foi o seu território anexado ao de São João do Piauí, desmembrando-se mais tarde em face da Lei número 1 575, de 17 de agôsto de 1934, que lhe concedeu autonomia administrativa.

A Lei estadual número 96, de 21 de junho de 1937, que alterou a divisão judiciária do Estado, constituiu a comarca de São João do Piauí de seu distrito e do de Canto do Buriti, assim permanecendo até a vigência do Decreto-lei estadual número 295, de 21 de setembro de 1940, que criou a comarca de Canto do Buriti, ficando dêsse modo a comarca de São João do Piauí constituída do distrito de igual nome.

A cidade de São João do Piauí está situada à margem esquerda do rio Piauí, em local aprazível, apresentando agradável aspecto e belo panorama, sendo considerada uma das mais simpáticas do Estado. De qualquer parte, de norte a sul e de leste a oeste, a cidade é vista de grande distância. É circundada por frondosas árvores e majestosas carnaubeiras entre as quais o juàzeiro, cuja folhagem está sempre verde, mesmo no rigor das sêcas.

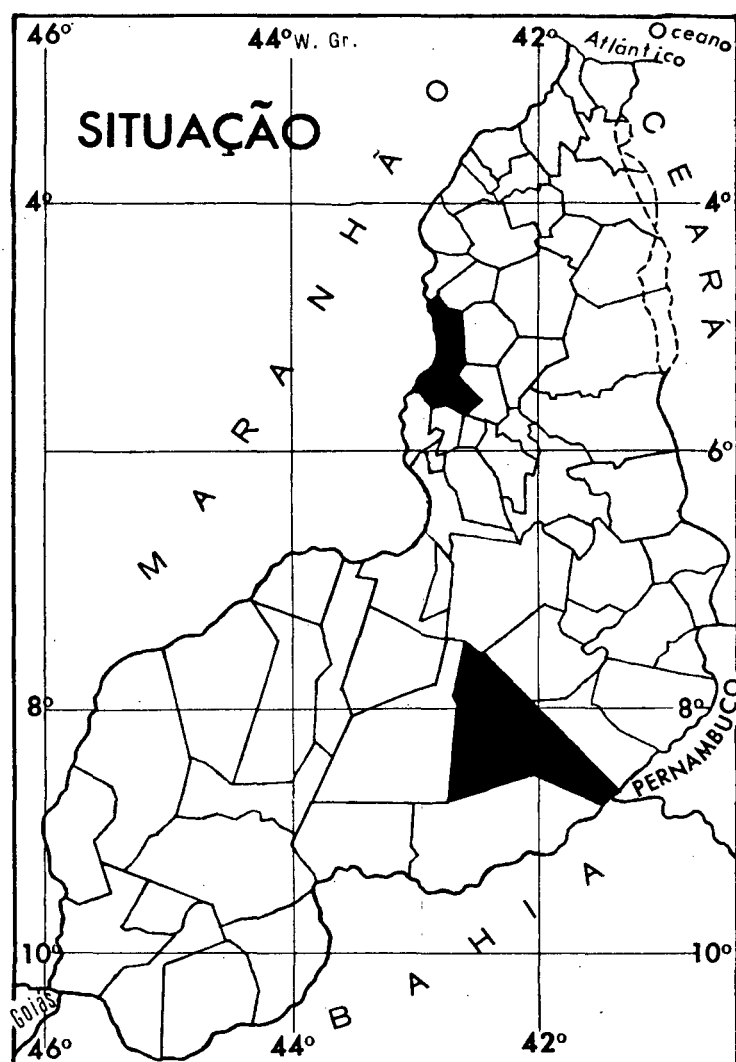
Em 5 de julho de 1956, a cidade festejou, com geral entusiasmo, o cinqüentenário de sua elevação a essa categoria. Foi uma cerimônia simples, porém, significativa, que contou com reuniões cívicas, para relembrar os principais fatos de seu passado histórico.

Ginásio Frei Henrique

O seu atual quadro administrativo apresenta-se constituído de comarca de 2.ª entrância, município, distrito judiciário e distrito administrativo de igual nome.

A presente legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. José da Luz Coelho e constituída a Câmara Municipal com 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de São João do Piauí está situado a 545 quilômetros rodoviários da capital do Estado e, em linha reta, 363 quilômetros. Limita com os municípios de São Raimundo Nonato, Canto do Buriti, Oeiras, Simplício Mendes, Conceição do Canindé e os Estados de Pernambuco e Bahia. Está encravado na Zona Fisiográfica do Sertão, com as seguintes coordenadas geográ-

ficas: 8° 21' 25" de latitude Sul e 42° 14' 55" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município está a 200 metros de altitude.

CLIMA — Quente e sêco, com as temperaturas em graus centígrados: média das máximas — 38; média das mínimas — 21; média compensada — 32. A altura total da precipitação no ano chega a 554 mm.

ÁREA — A área do município de São João do Piauí tem 10 835 quilômetros quadrados. É o quarto município do Estado em extensão territorial, sendo superado apenas por Ribeiro Gonçalves, Canto do Buriti e São Raimundo Nonato.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Rios Itaquatiara, Piauí, Fidalgo e riachos; lagoas do Alagadiço Pequeno, do Alagadiço Grande, do Níquel, da Serra, Fazenda Velha; morro São João Vermelho, morro da Boa Vista; serras do Pinga, do Boqueirão, da Gameleira; chapadas de São Miguel, da Boa Vista, da Soledade, da Palmeira.

RIQUEZAS NATURAIS — Pedra-ume, palmeira de carnaúba, maniçoba, madeiras, gato, onça, teiú formam as riquezas naturais do município.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, o município de São João do Piauí tem 23 404 habitantes, distribuídos entre 11 362 homens e 12 042 mulheres, sendo 4 572 brancos, 3 001 pretos, 15 812 pardos e 19 pessoas que não fizeram declaração de côr. Dos 11 819 recenseados com 15 anos e mais de idade, 4 316 são solteiros; 6 645, casados; 2, desquitados; 844, viúvos; 12 pessoas não declararam estado civil. No quadro religioso, 23 378 são católicos romanos; 2, protestantes; 1, sem religião; 23 pessoas não declararam religião. Densidade de 2 habitantes por quilômetro quadrado. Localizam-se 93,74% da população do município na zona rural, correspondendo a 10 728 homens e 11 209 mulheres.

Entre os municípios piauienses mais populosos, São João do Piauí ocupa o 16.° lugar, com 23 404 habitantes, e sua sede, o 24.° lugar, com 1 467 moradores.

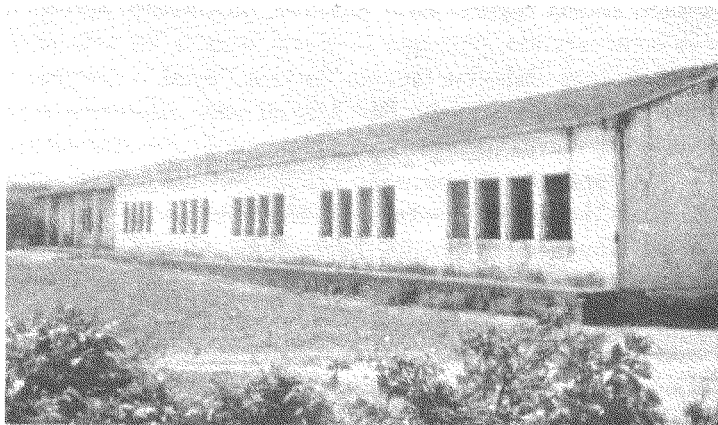
Aglomerações urbanas — O município conta com 9 aglomerações urbanas: a sede municipal, com 1 467 habitantes, sendo 634 homens e 833 mulheres. Dêsse total, com 5 anos e mais de idade, 250 homens e 304 mulheres sabem ler e escrever, ao passo que 269 homens e 419 mulheres não são alfabetizados, segundo o Censo de 1950; povoados Boa Esperança, com 36 moradias e 200 habitantes; Cacimbas, com 40 moradias e 165 habitantes; Campo Alegre, com 24 moradias e 130 habitantes; Costa, com 30 moradias e 150 habitantes; Lagoa do Barro, com 20 moradias e 100 habitantes; Salinas, com 50 moradias e 150 habitantes; Socorro, com 45 moradias e 200 habitantes e Sete Lagoas, com 20 moradias e 110 habitantes. Os dados numéricos relativos às populações dos povoados em aprêço estão indicados por estimativa.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura, a pecuária e a indústria constituem a base da economia do município, sobressaindo a pecuária que ocupa posição privilegiada pela importância econômica que exerce sôbre as demais atividades do município.

Agricultura — A produção agrícola é vendida para municípios piauienses e Estados de Pernambuco e da Bahia. Volumes e valores de 1956:

PRODUTOS	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Feijão	Saco de 60 kg	18 500	4 440 000
Milho	» » »	16 000	2 400 000
Mandioca	Tonelada	8 650	1 297 000
Arroz com casca	Saco de 60 kg	3 500	875 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	2 300	230 000

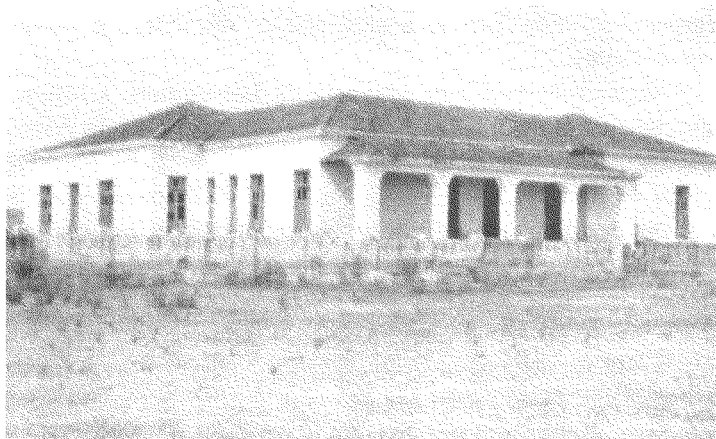
Pecuária — Ocupando posição de relêvo nas atividades econômicas do município, a pecuária, além de abastecer o mercado local, tem os seus produtos vendidos em quantidade

Mercado Público Municipal

Grupo Escolar Avolino de Abreu

significativa, para o Estado de Pernambuco. Os rebanhos localizados no município, em 1956, atingiram a expressiva soma de 62 000 bovinos, 25 000 suínos, 35 000 ovinos e 60 000 caprinos.

Indústria — A indústria do município é representada pela extração da cêra de carnaúba e do látex de maniçoba; fabricação de farinha e polvilho de mandioca, rapadura, aguardente de cana, manteiga e doces de leite. Segundo elementos do Registro Industrial, em 1956, o município produziu 57 457 quilogramas de cêra de carnaúba, no valor de Cr$ 2 560 711,00, enquanto a produção de bôrra de cêra de carnaúba atingiu 12 885 quilogramas, no valor de Cr$ 79 102,00; 133 890 quilogramas de farinha de mandioca, no valor de Cr$ 420 277,00 e 13 590 quilogramas de polvilho de mandioca, no valor de Cr$ 67 400,00; 103 700 quilogramas de rapadura, valendo Cr$ 477 977,00, enquanto a produção de aguardente de cana somou 7 610 litros, no valor de Cr$ 114 150,00. A produção de manteiga foi insignificante, uma vez que foram fabricados apenas 1 000 quilogramas do produto, no valor de Cr$ 80 000,00.

COMÉRCIO — Na cidade de São João do Piauí contam-se 8 estabelecimentos atacadistas e 31 varejistas, fazendo transações comerciais com as praças do Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Sergipe, das quais adquire café, açúcar, querosene, gasolina, óleo mineral, tecidos grossos e finos, miudezas em geral, ferragens, calçados, chapéus, álcool, cigarros, etc. No município há 1 indústria com mais de cinco operários.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município é servido por estradas carroçáveis, com os seguintes itinerários: para Canto do Buriti — 96 quilômetros; para Oeiras — 173 quilômetros; para Simplício Mendes — 90 quilômetros; para Conceição do Canindé — 138 quilômetros; para São Raimundo Nonato — 108 quilômetros; para Casa Nova (BA), 211 quilômetros até Remanso (BA) e 127 quilômetros fluviais, ou 324 quilômetros em estradas carroçáveis até Petrolina (PE) e daí por via fluvial — 75 quilômetros; para Teresina, através de Canto do Buriti até Floriano, via já descrita — 545 quilômetros e daí pela rodovia PI-4.

Pôsto de Saúde

Na cidade funciona uma agência postal-telegráfico-telefônica, do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade tem 270 metros quadrados de calçamento com paralelepípedos, cobrindo totalmente uma rua e, parcialmente, outra rua, uma praça e uma travessa. A iluminação elétrica é fornecida pela Prefeitura Municipal, com 162 instalações domiciliares. As 2 pensões existentes na sede cobram diária de Cr$ 40,00. A Prefeitura registrou 5 jipes e 3 caminhões. São João do Paiuí conta apenas 19 logradouros.

Vista parcial da Rua Francisco Ferreira de Carvalho

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na cidade, 1 farmacêutico e 1 farmácia prestam assistência à população municipal.

ALFABETIZAÇÃO — Dos 18 890 recenseados no município com 5 anos e mais de idade, 3 610 sabem ler e escrever, ou seja, 19,1% da população, sendo 2 117 homens (11,2%) e 1 493 mulheres (7,9%). Das pessoas recenseadas na cidade, com a idade de 5 anos e mais, 554 sabem ler e escrever, equivalentes a 250 homens e 304 mulheres.

Entre os municípios piauienses, São João do Piauí ocupa o 24.º lugar no índice de alfabetização com 19,11%. Sua sede está colocada no 31.º lugar, com 44,61% e a zona rural no 17.º lugar com 17,32%.

Ensino — Em 1956 funcionaram no município 11 escolas estaduais, 6 municipais e 3 particulares do ensino fundamental comum além de 5 do curso supletivo; 598 homens e 651 mulheres matricularam-se nas unidades escolares em aprêço.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade funciona a Biblioteca Pública Municipal "Professôra Maria Antonieta Burlamaqui", anexa à Escola Noturna "Ribeiro Gonçalves", com 400 volumes franqueados ao público e registrada no Instituto Nacional do Livro (M.E.C.).

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	73 000	—	461 000	103 000	515 000
1951.......	96 000	905 000	477 000	159 000	484 000
1952.......	129 000	736 000	567 000	130 000	512 000
1953.......	154 000	844 000	916 000	130 000	1 004 000
1954.......	104 000	916 000	712 000	101 000	683 000
1955.......	152 000	1 209 000	1 023 000	247 000	886 000
1956 (1)....	183 000	2 083 000	1 217 000	339 000	1 230 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A principal festa religiosa é dedicada a São João Batista, padroeiro da cidade. Consta de novena, missa, e procissão de encerramento no dia 24 de junho.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Joaquim de Albuquerque* — Ainda quando acadêmico de Direito em Salvador, publicou o livro "Tosquia de um Filósofo" e, como bacharel, ingressou na política, sendo eleito deputado federal pelo Estado da Bahia. *Dr. Pedro Borges*, bacharel em Direito, homem de letras, jornalista, deputado federal pelo Piauí, juiz federal, ministro do Tribunal de Segurança Nacional.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — No lugar Malocas de Baixa Verde e na fazenda Bom Jesus há cavernas com divisões interiores, que abrigam famílias, atraindo a curiosidade dos estudiosos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do município são conhecidos pelo gentílico são-joanenses.

Realizam-se "feiras" na cidade, no primeiro dia da semana.

Na fazenda Caxé, distante 18 quilômetros da cidade, uma fonte termal e sulfurosa serve para o tratamento de moléstias da pele.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" — Pereira da Costa — Pernambuco — Tipografia do "Jornal do Recife" — 1909; "Sinopse Estatística do Município de São João do Piauí" — Conselho Nacional de Estatística — 1948; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — 1939 — Imprensa Oficial; "Ligeiros Dados Estatísticos" — Departamento Estadual de Estatística do Piauí — 1944 — Tipografia Popular.

(Fonte — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de São João do Piauí. Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A., Agência de Teresina e Agente do I.A.P.B.).

SÃO MIGUEL DO TAPUIO — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — São Miguel e depois São Miguel do Tapuio foram os nomes que sucederam ao de Deliciosa, antiga fazenda pertencente a Dona Rosaura Muniz Barreto, proprietária da sesmaria denominada Cabeça do Tapuio. Segundo uns, esta última denominação estaria ligada a fatos lendários, referentes à tribo tapuia que provàvelmente teria habitado aquela região. Essa hipótese, no entanto, apresenta-se controvertida, pois que há quem admita ter sido acrescentado, por viajantes ou pelo Serviço Postal, o designativo "do Tapuio" à expressão São Miguel para diferençar o povoado de outras localidades com denominação homônima.

A fundação do povoado originou-se do fato de Dona Rosaura, em atendimento a uma solicitação de seu genro Artur Ximenes de Aragão, haver feito doação ao Arcanjo São Miguel, de uma gleba de terras, no local da fazenda "Deliciosa", para constituição, não só do patrimônio do seu orago, como a de um núcleo comercial, formado, em sua maioria, de cearenses desejosos de se estabelecerem naquela região, com intercâmbio mercantil entre os Estados do Ceará e Piauí, como prèviamente havia sido combinado entre muitos interessados, inclusive o próprio Artur Ximenes.

Da respectiva escritura particular de doação, datada de 16 de outubro de 1905 e lançada nas páginas 109 e 110 do Livro de Notas do Tabelionato Público de Castelo do Piauí, a 19 de outubro de 1906, entre outras cláusulas estabelecidas pela doadora, consta a da mudança do nome da localidade de "Deliciosa" para o de São Miguel.

O Arcanjo São Miguel foi escolhido para padroeiro e orago do lugar pela vontade de Dona Rosaura em prestar homenagem ao santo do nome de um dos seus filhos, falecido ainda muito novo, e que se chamava Miguel Furtado de Albuquerque Cavalcante.

O povoado desenvolveu-se e, por Lei municipal de janeiro de 1909, foi elevado à categoria de distrito, com o nome de Tapuio.

Com a criação do município de Aroases, pela Lei número 1 131, de 4 de julho de 1925, São Miguel do Tapuio que até então pertencera ao município de Castelo do Piauí, passou a integrar, com a vigência da lei mencionada, o território do novo município.

Posteriormente, o município que fôra criado pela Lei supramencionada foi transferido para o povoado Assunção, por efeito da Lei número 1 198, de 19 de julho de 1928, computando nos seus limites territoriais o povoado de São Miguel do Tapuio.

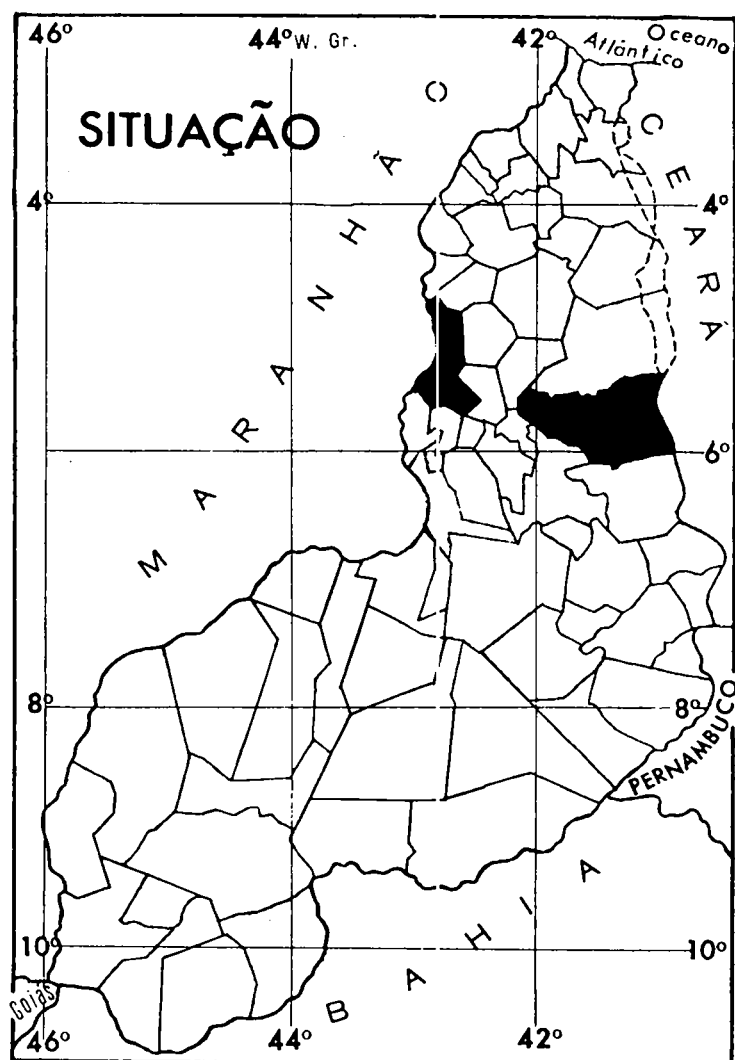
Apenas dois anos e poucos meses permaneceu em Assunção a sede do município que para ali fôra transferido por disposição da Lei número 1 198, uma vez que, não dispondo o lugar de acomodações condignas às repartições públicas, como acentua o texto da própria lei "pois ali não há mais de que um arraial atrasadíssimo, pobre, longínquo e de difícil acesso" foi transferida a sede do município para o povoado de São Miguel do Tapuio, pelo Decreto número 1 113, de 18 de outubro de 1930, que, além da transferência aludida, previu a elevação do município à categoria de vila.

Após sete meses de vigência da Lei número 1 113, em que se previra a mudança da sede do município de Assunção para São Miguel do Tapuio, foi ela revogada pelo Decreto número 1 234, de 5 de maio de 1931, cuja execução não teve curso, em face da extinção do município por disposições do Decreto número 1 279, de 26 de junho de 1931, o qual, por êsse motivo e por efeito da própria lei foi anexado ao território do município de Castelo do Piauí, na qualidade de distrito judiciário e administrativo para, a 4 de outubro de 1934, reconquistar a sua autonomia administrativa por fôrça do Decreto estadual número 1 589 e, pelo Decreto número 52, de 25 de março de 1938, foi elevada

à categoria de cidade. O seu distrito judiciário, no entanto, permaneceu anexado à comarca de Castelo do Piauí até a vigência do Decreto-lei número 247, de 1.º de março de 1940, que criou a sua própria comarca.

O atual quadro administrativo e judiciário compõe-se de comarca de 1.ª entrância, distrito judiciário e distrito administrativo.

A presente legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. José Furtado de Mendonça, e constituída a Câmara Municipal com sete vereadores.

LOCALIZAÇÃO — São Miguel do Tapuio situa-se na Zona Fisiográfica da Ibiapaba. Limita com os municípios de Castelo do Piauí, Alto Longá, São Félix do Piauí, Valença do Piauí, Pimenteiras e Estado do Ceará. A cidade fica a 170 quilômetros da capital do Estado, em linha reta, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 5° 30' 07" de latitude Sul e 41° 19° 44" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 700 metros sendo a mais elevada das sedes municipais do Estado.

CLIMA — Apesar da altitude do município, o clima não é tão agradável, como naturalmente seria de supor, face à sua posição orográfica, porque se encontra cercado de morros e carece de árvores frondosas em seu território.

ÁREA — A área do município é de 5 820 quilômetros quadrados, sendo um dos maiores do Estado.

Prefeitura Municipal e Agência Municipal de Estatística

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são o rio Poti e a Serra Grande que lhe servem de limite entre o município de Alto Longá e Estado do Ceará, respectivamente. Registram-se, ainda, os rios São Nicolau, Sambito, que dividem o território do município do de Valença do Piauí, bem assim o rio da Onça que o separa de Castelo do Piauí, numa pequena extensão.

RIQUEZAS NATURAIS — A principal riqueza natural do município é sem dúvida a cêra de carnaúba, seguindo-se a oiticica, o babaçu e a maniçoba. Como riquezas animais registram-se animais silvestres, verificando-se, também, a existência de barro (argila) para fabricação de telhas e tijolos, como riqueza mineral.

POPULAÇÃO — A população de São Miguel do Tapuio, segundo o Recenseamento de 1950, era de 12 660 habitantes e tinha a seguinte composição: homens — 6 428; mulheres — 6 232. Do total mencionado, 2 944 eram brancos; 2 216, pretos; 1, amarelo; e 7 499, pardos. Dos 6 646 habitantes de 15 anos e mais de idade, 2 363 eram solteiros; 3 786, casados; e 496, viúvos. Apenas uma das pessoas recenseadas não declarou o estado civil. Em religião, predominaram os que se proclamaram católicos romanos, em número de 12 687, sendo 6 412 homens e 6 225 mulheres. A densidade era de 2 habitantes por quilômetro quadrado; 95% da população localizam-se na zona rural, ultrapassando a média do Estado, que ofereceu a percentagem de 83,6%. Há equilíbrio entre a soma de homens e a de mulheres na população, a qual, discriminada por sexo, apresentou o seguinte movimento: 6 139 homens e 5 903 mulheres. Situa-se em 34.º lugar em relação aos municípios mais populosos do Estado. A cidade, todavia, ocupa o 40.º lugar, sendo uma das que apresentam menor contingente populacional.

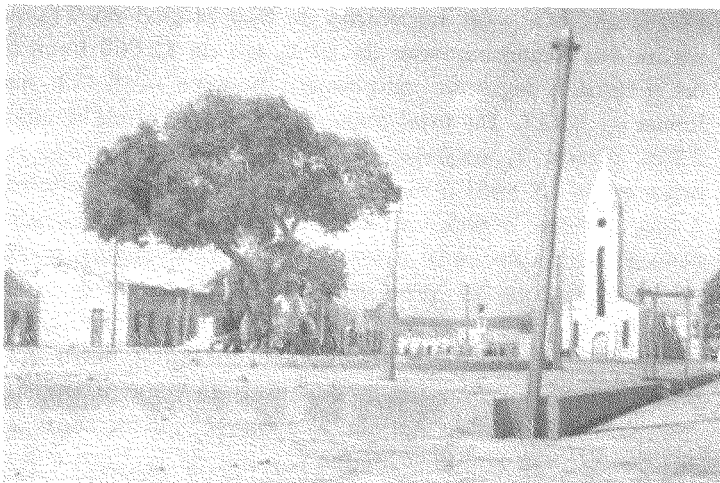
Aglomerações urbanas — As aglomerações urbanas do município de São Miguel estão representadas por 6 núcleos, assim discriminados: cidade de São Miguel do Tapuio, com 618 habitantes, sendo 289 homens e 329 mulheres. Do total mencionado, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 113 homens e 127 mulheres sabiam ler e escrever, conforme dados do Censo de 1950; povoado Assunção, com 56 moradias e cêrca de 230 habitantes; povoado Brejo, com 39 moradias e 192 habitantes, aproximadamente; po-

39 — 24 931

voado Brejo da Onça, com 65 moradias e 290 habitantes; povoado Dico Leopoldino, com 43 moradias e 205 habitantes e povoado Jenipapeiro, com 18 moradias e 116 habitantes, aproximadamente, segundo a Campanha Estatística.

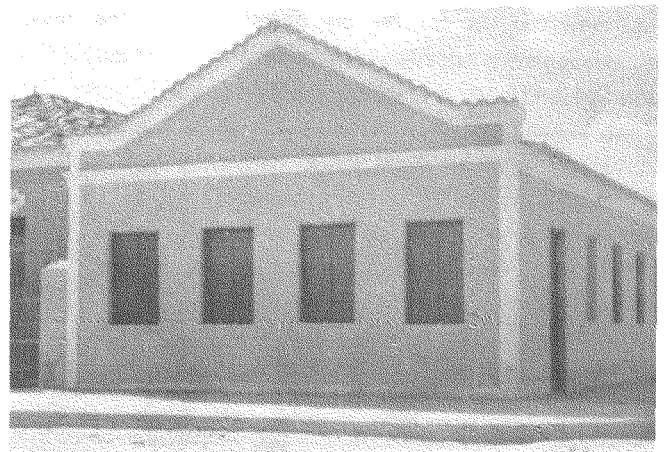
ATIVIDADES ECONÔMICAS — A extração da cêra de carnaúba e a pecuária, seguidas da agricultura, fornecem a base econômica do município. Cultivam-se a cana-de-açúcar, a mandioca, o feijão, o milho e o arroz. Os produtos agrícolas são consumidos no próprio município que exporta os excedentes, quando os há, para os municípios de Castelo do Piauí e Campo Maior. O volume e o valor da produção agrícola em 1956 foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Feijão	Saco de 60 kg	2 000	600 000
Mandioca	Tonelada	1 760	176 000
Arroz com casca	Saco de 60 kg	790	158 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 350	135 000
Milho	Saco de 60 kg	1 350	135 000

A extração da cêra de carnaúba, principal fonte econômica do município, elevou-se, em 1956, ao total de 95 115 quilogramas, no valor de Cr$ 3 801 165,00. Outros produtos não menos expressivos contribuíram para refôrço da economia municipal e apresentaram o seguinte movimento: rapadura — 209 600 quilogramas, valendo Cr$ 1 092 150,00; farinha de mandioca — 65 200 quilogramas, no valor de Cr$ 228 535,00; aguardente de cana — 7 933 litros, no valor de Cr$ 99 000,00 e polvilho ou goma de mandioca — 7 940 quilogramas, valendo Cr$ 30 285,00.

Vista parcial da Praça Getúlio Vargas

A pecuária, em São Miguel do Tapuio, apresentou em 1956 os seguintes efetivos: 18 920 bovinos; 3 500 suínos; 2 750 ovinos e 3 600 caprinos. Teresina e Crateús (CE) são os principais mercados compradores dos excedentes bovinos do município.

COMÉRCIO — O comércio da sede municipal conta com 17 estabelecimentos varejistas que mantêm transações com as praças de Campo Maior, Sobral (CE) e Fortaleza.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município é servido por estradas carroçáveis que o põem em comunicação com os municípios vizinhos apenas no período do verão. A ligação com o município de Castelo do Piauí é feita permanentemente através da rodovia estadual PI-9. A cidade de São Miguel do Tapuio dista da capital do Estado 236 quilômetros por estrada carroçável e rodovia, 180 quilômetros por via aérea, e 170 quilômetros em linha reta. As distâncias entre a sede municipal e as sedes municipais limítrofes são as seguintes: Alto Longá, rodovia até Castelo do Piauí, e daí por estrada carroçável, via Campo Maior, 207 quilômetros; Castelo do Piauí, rodovia, 36 quilômetros; Crateús (CE), estrada carroçável, 108 quilômetros; Independência (CE), estrada carroçável, via Crateús (CE), 156 quilômetros; Pimenteiras, estrada carroçável, 120 quilômetros; Valença do Piauí, estrada carroçável, via Pimenteiras, 168 quilômetros. Na cidade funciona uma

Prédio onde funciona a Escola Reunida Lima Rebêlo

estação postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Existe um campo de pouso na sede municipal.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Miguel do Tapuio, segundo o Censo de 1950, contava, naquela época, 618 habitantes, sendo a 40.ª cidade em população no Piauí. São 18 os seus logradouros públicos. É servida de luz elétrica, com 50 ligações domiciliares. Existem 2 pensões na sede municipal, cuja diária média é de Cr$ 50,00. Há 2 jipes e 1 caminhão com os quais podem contar os habitantes do município em caso de emergência.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há, na sede do município, dois socorros farmacêuticos para assistência sanitária.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 indicou a existência de 10 191 pessoas com 5 anos e mais de idade, sendo que 1 273, ou seja, 12%, sabiam ler e escrever. Do total mencionado, 777 eram homens e 496, mulheres. Na sede municipal, das 509 pessoas de 5 anos e mais de idade, 240 sabiam ler e escrever, sendo 113 homens e 127 mulheres. São Miguel do Tapuio colocou-se em 45.º lugar no conjunto dos municípios piauienses no que se refere à alfabetização de sua população de 5 anos e mais de idade, apresentando a quota de 12,49%. A cidade, no entanto, teve melhor colocação, obtendo o 25.º lugar, ou seja, 47,15%, em relação às demais do Estado. A percentagem de 10,67% alusiva à alfabetização da popu-

Coletoria Federal

lação da zona rural colocou-a em melhor posição em relação ao conjunto do município e muito abaixo da posição alcançada pela sede municipal.

Ensino — Em 1956, funcionaram, na cidade e no resto do município, 19 unidades de ensino primário fundamental comum com a matrícula de 550 alunos, dos quais, 286 eram homens e 264, mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	394 000	371 000	92 000	401 000
1951	—	649 000	424 000	130 000	411 000
1952	—	725 000	585 000	142 000	516 000
1953	—	742 000	742 000	133 000	730 000
1954	—	815 000	615 000	108 000	680 000
1955	—	1 063 000	676 000	141 000	579 000
1956 (1)	—	...	477 000	150 000	463 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais manifestações populares que se realizam no município são de cunho religioso e se destacam pelos festejos em homenagem a São Miguel Arcanjo, seu padroeiro. As festas, que têm início no dia 20, terminam a 29 de setembro, com animada procissão que movimenta quase tôda a população do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar adotam o adjetivo pátrio são-miguelenses.

BIBLIOGRAFIA — "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — 1939 — Imprensa Oficial — D.E.E. do Piauí; "Sinopse Estatística do Município de São Miguel do Tapuio" — C.N.E. — 1948; "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada" — C.N.E. (I.B.G.E.) — 1953; "Ligeiros Dados Estatísticos" — D.E.E. do Piauí — 1944 — Tipografia Popular.

(Fonte — Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de São Miguel do Tapuio. Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino, Caixa do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina).

SÃO PEDRO DO PIAUÍ — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Não se pode precisar quais foram os desbravadores das terras dêste município, presumindo-se, segundo pesquisas realizadas, tenham sido os Jesuítas que as devassaram.

Os primeiros habitantes, contando com o alto teor de fertilidade do solo e a existência de vastas zonas de pastagem, dedicaram-se à agricultura e à pecuária. Em vista dêsses fatôres, não tardou que um pequeno núcleo populacional se desenvolvesse no local onde hoje se encontra a atual cidade de São Pedro do Piauí, o qual se tornou conhecido pelo topônimo São Pedro.

Em 1894, a florescente povoação passou a pertencer ao município de Belém, criado pela Lei estadual n.º 35, de 26 de junho, com território desmembrado do de Amarante, e instalado a 21 de julho, também do referido ano.

Pelo disposto na Lei estadual número 720, de 19 de julho de 1912, a sede do município foi transferida para o então povoado de São Pedro, topônimo que se estendeu à referida comuna.

Em ritmo de progresso, o município teve a sua agricultura desenvolvida, embora rotineiramente. A população cresceu de maneira admirável, com a entrada e a fixação de imigrantes do Ceará, Pernambuco, Paraíba e de outras paragens, merecendo destaque os do Ceará que superam em quantidade os demais.

A distância que separava uma comuna dos centros de maior segurança e melhores costumes, de par com o grande índice imigratório formado de elementos heterogêneos, ocasionaram, por algum tempo, distúrbios que não conseguiram modificar a marcha do município para o progresso. Com isto, os seus habitantes iam modificando os costumes, dedicando-se ao cultivo da terra virgem e fértil.

Principal logradouro da cidade

Em face do Decreto estadual número 1 279, de 26 de junho de 1931, o município de São Pedro foi extinto, sendo restaurado, todavia, em 1933, por fôrça do Decreto número 1 478, de 4 de setembro do referido ano.

Como se verifica dos quadros da divisão territorial de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município figura como têrmo da comarca de Amarante.

A Lei estadual número 96, de 21-6-1937, jurisdicionou o citado têrmo à comarca de Teresina, conforme se observa do quadro anexo ao Decreto-lei número 52, de 29 de março de 1938, bem como na divisão territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1939-1943 e estatuído pelo Decreto-lei estadual número 147, de 15 de dezembro de 1938.

As duas últimas administrações estaduais que antecederam o movimento revolucionário de 1930 deram início à construção de estradas carroçáveis, as quais, de 1935 em diante, receberam novo impulso por fôrça mesmo da crescente prosperidade do município. Assim é que a Lei estadual número 97, de 21-6-1937 elevou São Pedro à categoria de cidade.

As estradas, embora permitindo tráfego difícil, principalmente no inverno, foram contudo fator preponderante do progresso da terra. A rodovia PI-4, inaugurada em 1947, cuja estaca zero se encontra em território de Água Branca, no entroncamento da rodovia BR-52, estende-se rumo a Floriano, passando pela sede municipal. Por ela se faz o escoamento da grande produção agrícola da região.

Extinguindo os têrmos judiciários no Estado do Piauí, o Decreto-lei número 247, de 1.º de março de 1940, deixou as comarcas compostas dos distritos correspondentes a êles, criando, por outro lado, a comarca de São Pedro, com os distritos judiciários de São Pedro e Belém, desmembrados, respectivamente, das comarcas de Teresina e Amarante.

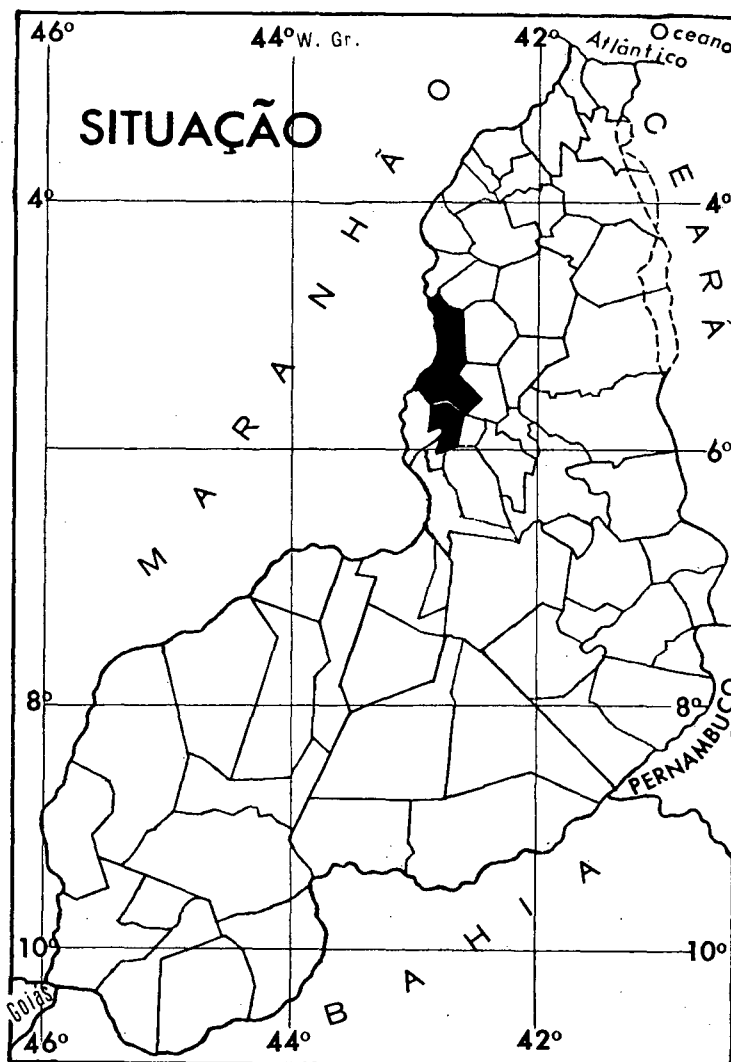
No anexo ao Decreto-lei estadual n.º 754, de 30 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1944-1948, aparece o município com o nome de São Pedro do Piauí, ao passo que no anexo ao Decreto-lei estadual número 765, do dia seguinte, isto é, de 31 de dezembro de 1943, que adotou nova organização judiciária para o Estado, a vigorar no mesmo qüinqüênio, surge com a denominação de Petrolândia.

Sem que se tenha conhecimento de atos oficiais alterando para São Pedro do Piauí, depois para Petrolândia e, em seguida, novamente para São Pedro do Piauí, aparece o município em documentos oficiais posteriores com a designação de São Pedro do Piauí, topônimo que se tem conservado até hoje.

Na fixação da divisão territorial do Estado para o qüinqüênio 1944-1948, pelo Decreto-lei número 754, de 30 de dezembro de 1943, e Decreto-lei número 765, de 31 de dezembro do mesmo ano, a comarca de São Pedro passou a abranger sòmente o seu distrito, em virtude de o município de Belém haver passado para a sua respectiva comarca recém-criada, com a denominação de Palmeirais.

O seu atual quadro administrativo e judiciário é formado de comarca de 2.ª entrância, integrada por um distrito judiciário, município e distrito administrativo.

A presente legislatura foi instalada em 1955, tendo sido empossados o Prefeito eleito — Sr. Olon Deon de Sousa Montanha, o Vice-prefeito — Sr. Esmeraldino de Sousa Ramalho, e constituída a Câmara Municipal com sete vereadores.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal está encravada na Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba, distando da capital do Estado 113 quilômetros por rodovia e, em linha reta, 91 quilômetros. O município limita com Teresina, Palmeirais, Angical do Piauí, Regeneração e Água Branca. Suas coordenadas geográficas são: 5º 55' de latitude Sul e 42º 44' 30" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 190 metros na sede municipal, não sendo uma das mais elevadas.

CLIMA — O clima é quente e sêco no verão e úmido no inverno. São observadas as seguintes temperaturas em graus centígrados: média das máximas — 36; média das mínimas — 25; média compensada — 30,5. A estação chuvosa começa no mês de novembro e termina em maio, quando tem início o verão. De agôsto a outubro, com a aproximação do inverno, o calor torna-se, às vêzes, excessivo.

ÁREA — O território do município totaliza uma área de 541 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município estende-se em terreno plano, sendo a serra do Grajaú o único acidente orográfico digno de registro.

No tocante à hidrografia, não há rios, existindo apenas riachos, muitos dos quais secam no verão. Destacam-se os seguintes: riachos Fundo, do Alegre, Vaca Morta ou São Pedro e Riachão.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais são: babaçu, cêra de carnaúba, madeiras de lei, argila e animais silvestres.

A flora é riquíssima, representada por grandes extensões de mata virgem.

Na fauna, aparecem onça, capivara, paca, queixada, caititu, cutia, rapôsa, e outros.

POPULAÇÃO — A população do município, conforme o Recenseamento de 1950, era de 23 334 habitantes, assim distribuída: 11 505 homens e 11 809 mulheres. Em relação à côr, a população tinha a seguinte composição: 18 038 pardos, 4 017 brancos, 1 234 pretos, 4 amarelos e 41 sem declaração de côr. Dos 12 605 habitantes de 15 anos e mais de idade, 3 958 eram solteiros; 7 737, casados; 871, viúvos; 4, desquitados; e 35 pessoas não declararam estado civil.

Em religião predominaram os católicos romanos, em número de 23 111, ao passo que as outras religiões possuíam adeptos em pequena escala. A densidade era de 19,910 habitantes por quilômetro quadrado, na época do último Recenseamento, cabendo salientar o fato de o município ter sofrido desmembramento territorial, posteriormente, em favor da criação do município de Água Branca, o que determinou modificação nessa densidade. A zona rural reúne 93% da população total, superando, assim, a média do Estado, que é de 83,6%. Há equilíbrio entre homens e mulheres na população rural, assim discriminada: 10 783 homens e 10 898 mulheres. No conjunto dos municípios piauienses, São Pedro do Piauí ocupa o 17.º lugar, enquanto a cidade desfruta de posição inferior em relação às demais do Estado, pois detém o 21.º lugar.

Aglomerações urbanas — O município conta 3 núcleos urbanos, a saber: cidade de São Pedro do Piauí, com 1 653 habitantes, sendo 742 homens e 911 mulheres. Dêsse total, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 296 homens e 330 mulheres sabiam ler e escrever, ao passo que 314 homens e 461 mulheres não eram alfabetizados, conforme dados do Censo de 1950: povoado Feitoria, com 156 moradias e cêrca de 950 habitantes; povoado Pedras, com 132 moradias e população aproximada de 800 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a agricultura, a pecuária e as pequenas indústrias de extração e transformação.

Agricultura — É a principal atividade econômica. Os excedentes dos produtos agrícolas são vendidos para Teresina, Ceará, Pernambuco e Parnaíba. O volume e o valor da produção agrícola em 1956 foram:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Cana-de-açúcar	Tonelada	88 195	22 048 750
Arroz com casca	Saco de 60 kg	124 000	21 080 000
Mandioca	Tonelada	19 190	9 595 000
Algodão	Arrôba	92 050	8 744 750
Feijão	Saco de 60 kg	9 946	2 983 800
Milho	» » » »	26 000	1 690 000

Pecuária — A pecuária tem importância econômica comprovada. O município conta com os seguintes efetivos: 14 200 bovinos, 27 500 suínos, 1 600 ovinos e 9 200 caprinos.

Indústria — No setor industrial, no ano de 1956, verificou-se no município o movimento de produção a seguir mencionado: aguardente de cana — 126 300 litros, no valor de Cr$ 970 400,00; rapadura — 92 000 quilogramas, no valor de Cr$ 460 500,00; farinha de mandioca — 151 100 quilogramas, no valor de Cr$ 452 800,00; polvilho de mandioca — 16 600 quilogramas, no valor de Cr$ 116 200,00.

Grupo Escolar Landri Sales

COMÉRCIO — É ativo e promissor o comércio do município, com 16 estabelecimentos comerciais, dos quais 13 são varejistas e 3 atacadistas, mantendo, ambos, transações com as praças de Teresina, Fortaleza, João Pessoa e Recife. Importa produtos manufaturados e destinados ao consumo de sua população e exporta os excedentes das safras agrícola e pastoril.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município é servido pela rodovia PI-4, além de pequenas estradas carroçáveis, algumas com utilidade prática na época invernosa. A comunicação com as cidades vizinhas é feita assim: Água Branca, rodovia — 11 quilômetros; Angical do Piauí, rodovia — 18 quilômetros; Palmeirais, estrada carroçável — 42 quilômetros; Regeneração, rodovia — 38 quilômetros; capital estadual, via Água Branca, rodovia — 113 quilômetros. Na cidade funciona uma agência postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — O município é servido de energia elétrica fornecida pela usina da Prefeitura Municipal. A sede municipal possui iluminação pública e 82 ligações elétricas domiciliares. Há um hotel cobrando a diária média de Cr$ 50,00. Na Prefeitura, foram registrados 20 caminhões. A cidade conta 21 logradouros públicos.

O prédio mais importante é o Grupo Escolar "Landri Sales".

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dando assistência à população, existe uma farmácia dirigida por profissional diplomado.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 19 317 pessoas com 5 anos e mais de idade. Dêsse total, 3 256, ou seja, 16,86% da população total, sabiam ler e escrever, sendo 1 973 homens e 1 283 mulheres. Na sede municipal, das 1 401 pessoas com 5 anos e mais de idade, 626 sabiam ler e escrever, sendo 296 homens e 330 mulheres. No conjunto dos municípios piauienses, São Pedro do Piauí colocou-se em 32.º lugar com a quota de 16,86%. A cidade, assim como a zona rural, apresentaram porcentagem destacada de alfabetização, pondo-se em 30.º e 27.º lugares, respectivamente, em relação às demais do Estado, com 44,68% e 14,69%.

Vista parcial da Avenida Getúlio Vargas

Ensino — No decorrer do ano letivo de 1956, funcionaram no município, 22 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum e 7 cursos supletivos. Das escolas primárias, 13 foram mantidas pelo govêrno estadual e 9 pelo município. As mesmas, em conjunto, tiveram o seguinte movimento de matrículas: 624 homens e 614 mulheres. Os cursos supletivos, no mesmo período, matricularam 137 homens e 62 mulheres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Como veículo de difusão da cultura, existe uma Biblioteca Pública Municipal, denominada "Biblioteca Machado de Assis", de natureza geral, com 500 volumes aproximadamente.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	258 000	658 000	141 000	337 000
1951	—	537 000	791 000	249 000	555 000
1952	—	947 000	1 061 000	385 000	778 000
1953	—	1 130 000	1 700 000	448 000	932 000
1954	—	1 092 000	1 471 000	432 000	762 000
1955	—	1 276 000	1 742 000	324 000	1 439 000
1956 (1)	—	...	1 219 000	291 000	1 223 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No tocante às festas religiosas, as mais importantes são, em primeiro plano, a de "São Pedro", de 20 a 29 do mês de junho, e a de Nossa Senhora das Mercês, que se estende de 15 a 23 de setembro, todos os anos. As procissões, tradicionais e alusivas às festas religiosas citadas, são bem concorridas pelos fiéis do município e municípios vizinhos, especialmente a procissão de São Pedro, que atrai devotos até mesmo dos Estados do Maranhão e Ceará, embora em número relativamente pequeno.

Quanto aos "Reisados", são festas que têm início a 24 de dezembro e se encerram a 6 de janeiro do ano seguinte e consistem em um ajuntamento de pessoas com acompanhamento de violas, caixas e outros instrumentos musicais. Ditas pessoas saem durante todo o período, tôdas as noites, munidas da imagem dos "3 Reis Magos do Oriente", a implorar as dádivas dos cristãos em louvor a seus Santos.

Já o *Pagode* ou *Batuque* é uma reunião de pessoas que aos sons de tambores, à maneira do indígena brasileiro, fazem uma espécie de círculo dentro do qual dançam os parceiros que entoam cantigas simbólicas do passado, ao mesmo tempo que aproveitam os intervalos para tomar as tão famosas "bicadas" ou os "tragos" de aguardente.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar são conhecidos pelo gentílico são-pedrenses.

BIBLIOGRAFIA — "Sinopse Estatística do Município de São Pedro do Piauí" — Conselho Nacional de Estatística — 1948.

(Fonte — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de São Pedro do Piauí. Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina — e Agente do I.A.P.B.).

SÃO RAIMUNDO NONATO — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — A história de São Raimundo Nonato até 12 de agôsto de 1850 é, em maior parte, a do município de Jaicós e, em menor parte, a do município de Jerumenha, dos quais foi desmembrado para constituir-se em vila naquele ano. Elevado desde 1832 a distrito eclesiástico, por decreto da Regência do Império, de 6 de julho daquele ano, com o nome de freguesia de São Raimundo Nonato e sede no lugar denominado Confusões, extremo poente da mesma freguesia, transferiu-se por efeito da Lei provincial número 35, de 27 de agôsto de 1836, a mencionada sede para o lugar Jenipapo, onde prosperava um núcleo de população dedicada à lavoura e à pecuária e que se localizava no centro da freguesia, erigindo-se aí a vila recém-criada com a mesma denominação de São Raimundo Nonato, que se instalou em 4 de março de 1851.

Como os primeiros habitantes, inclusive o então proprietário da fazenda Jenipapo, houvessem construído suas habitações na confluência do baixão "vereda" com o rio Piauí, que forma um baixio de boas proporções, com excelentes terras aluviônicas para lavoura e pastagens e abundante lençol de água potável subterrânea muito próximo, prosseguiram ali as demais construções, sem se atender que, além de muito úmido, o solo é cercado de águas estagnadas durante o inverno e sujeito a inundações nas grandes enchentes do Piauí, à sua direita, e do Vereda, à sua esquerda. E assim é que, por mais de uma vez, o local tem sido vítima de inundações, ora por um, ora pelo outro rio, e, em 1910, por ambos, que levaram em suas torrentes cêrca da quarta parte das casas e ocasionaram desabamentos e estragos em quase tôdas as ruas, onde, em canoas improvisadas, por uma noite escura e tempestuosa, andavam pessoas transportando mercadorias, móveis e até famílias para as partes mais altas que não tinham sido atingidas pelas águas. Apesar disso, continuaram e continuam ali as construções, não obstante haver a menos de um quilômetro, no lugar Aldeia, onde se acha construído o açude daquele nome, uma vasta área de terreno sílico-argiloso, à mesma margem esquerda do Piauí, em que está situada a atual cidade, numa altitude de mais de 20 metros acima do leito daquele rio. Terreno enxuto e permeável, suficientemente

sólido mesmo para pesadas construções, oferece tôdas as vantagens, que ali não existem, para o desenvolvimento de um grande bairro daquela cidade úmida e alagável.

Elevado à categoria de vila e município pela Lei provincial número 257, de 12 de agôsto de 1850, como ficou dito, com a extensa faixa de terras em que se acham hoje os municípios de Canto do Buriti, Caracol e São João do Piauí, ficou constituindo um distrito judiciário subordinado a Oeiras até 1859 e, posteriormente, a Jaicós, quando foi elevado à categoria de comarca, por efeito da Lei provincial número 468, de 12 de agôsto daquele ano.

Em 17 de março de 1872, sendo instalada a vila de São João do Piauí, criada no ano anterior com sede no povoado Jatobá, ficou desmembrada de seu território tôda a zona que compreende aquêle município e o de Canto do Buriti.

Poucos anos depois uma Resolução provincial aumentou o território do município de São João do Piauí, recortando ao nascente do de São Raimundo Nonato uma boa extensão de terras.

Em 1874, São João do Piauí, que era distrito judiciário de São Raimundo Nonato, passou a ser comarca, desligando-se, destarte, dêste município, judicialmente.

Em 1896, porém, em virtude de dissenções políticas, uma lei estadual extinguiu-lhe os foros de vila, comarca e têrmo, voltando novamente a incorporar-se ao município de São Raimundo Nonato, que readquiriu os seus antigos limites de 1871. Todavia, no ano seguinte, acalmadas as agitações em São João do Piauí, foi-lhe restabelecida a autonomia administrativa, com os mesmos limites anteriores, permanecendo, porém, em São Raimundo Nonato, o seu têrmo judiciário.

Por efeito da Lei estadual número 176, de 9 de julho de 1898, o têrmo judiciário de São João do Piauí, foi desmembrado de São Raimundo Nonato e anexado à comarca de Oeiras, de onde se transferiu mais tarde, por fôrça da Lei número 313, de 25 de junho de 1903, anexando-se, ainda desta vez, à comarca de São Raimundo Nonato, reduzida pela mesma lei, a 1.ª entrância.

A Lei estadual número 355, de 12 de julho de 1904, transferiu para São João do Piauí a comarca do município, a qual foi revogada pela de número 279, de 20 de julho de 1905, retornando a São Raimundo Nonato a sua comarca que fôra transferida para aquêle município.

Em 1912 a Lei estadual número 686, desmembrando um trecho poente do município, criou o de Caracol, com limites que duas vêzes já foram alterados. Tendo sido a vila de São Raimundo Nonato elevada à categoria de cidade, por efeito da Lei estadual número 669, de 25 de junho de 1912, a comarca ficou constituída dos têrmos judiciários do município e do de Caracol, posteriormente aumentados pela Lei número 898, de 26 de junho de 1917, com o de Canto do Buriti, desmembrado da comarca de São João do Piauí.

Em conseqüência da Lei estadual número 96, de 21 de junho de 1937, o têrmo judiciário de Canto do Buriti, desanexou-se da comarca do município, passando a integrar a comarca de São João do Piauí.

O Decreto estadual número 107, de 26 de julho de 1938, extinguiu o têrmo judiciário de Caracol, aparecendo a comarca de São Raimundo Nonato, na divisão territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1939-1943, constituída de um único têrmo, o da sede.

Restaurada a autonomia do município de Caracol, pela Constituição Estadual de 1947, foi novamente anexado o seu distrito judiciário à comarca de São Raimundo Nonato, situação que ainda permanece.

Segundo as tradições, comprovadas por vestígios encontrados, todo o vale do rio Piauí era habitado por silvícolas da tribo dos tapuias. Diversos aldeamentos dêles existiam no município na época em que Domingos Afonso Mafrense e seus companheiros, vindos das margens do rio São Francisco, atravessaram a serra dos Dois Irmãos e alcançaram o vale do Canindé. Das cinqüenta fazendas de criação fundadas pelos desbravadores mencionados, nenhuma o foi em território do atual município. Com a morte de Domingos Afonso Mafrense, quando foram doadas ao Colégio dos Jesuítas, na Bahia, as fazendas de sua propriedade, êstes, no intuito, ao que parece, de catequizar os índios, internaram-se no vale do rio Piauí, vindo até à fazenda Conceição, limite poente do município, onde levantaram uma casa de regular consrtução, a que deram o pomposo nome de "Sobrado". Sobrado da Conceição é como ficou sendo conhecido e, no seu local, ainda se encontram as ruínas daquela antiga fazenda.

Seguindo os Jesuítas e, aproveitando-se das boas relações por êles feitas com os selvagens, diversos aventureiros e mesmo foragidos baianos e de outras capitanias foram-se localizando nas férteis terras com que iam deparando. Aqui e acolá faziam roçados, estabeleciam fazendas de criar, para onde transportavam famílias e bens. Como até 1715 o terreno explorado e colonizado por Jesuítas e aventureiros estava sob a jurisdição da capitania da Bahia, os seus governadores-gerais e vice-reis iam concedendo aos que melhor se recomendavam as terras por êles exploradas ao norte do rio São Francisco.

Não souberam, porém, os colonos manter amizade com os índios. Ao contrário, à medida que se iam tornando mais numerosos, procuravam escravizar os naturais, abusando atrozmente de sua superioridade em armas e ardis. Êsse mesmo abuso se verificava em quase tôda parte, onde os aventurerios iam usurpando as terras dos pobres selvagens.

Não há notícia de que os índios a princípio tivessem lutado. Recorreram antes à emigração. Abandonado o baixo e médio rio Piauí, localizaram-se na fazenda Onça, a cêrca de 30 quilômetros, ao nascente da atual cidade de São Raimundo Nonato, para cima, intimando os Jesuítas e outros moradores a se retirarem, deixando-os em paz.

Igreja-Matriz de São Raimundo Nonato

Os mais prudentes obedeceram; outros, porém, teimaram em ficar, pagando depois com a vida a sua obstinação. Na fazenda Jibóia, por exemplo, foi assassinado um casal, tendo os selvagens raptado um menino de tenra idade. Noutros lugares praticaram assassinatos, roubos e depredações e, crescendo de audácia, começaram a descer o rio Piauí, indo atacar fazendeiros e lavradores que se julgavam fora de perigo. Levantou-se então o clamor e já estando o Piauí constituído em Capitania, dependente do Maranhão, o seu governador, D. João de Amorim Pereira, ordenou a José Dias (mais conhecido por comandante Zé Dias), tio da criança raptada pelos selvagens, que fizesse a conquista dêstes, acompanhando-se dos homens que julgasse necessários, com os quais dividiria as terras conquistadas.

À frente de uma tropa bem organizada, conduzindo bagagem, bois e ferramenta para abrir estradas, o comandante Zé Dias iniciou a campanha contra os índios, procurando, por todos os meios possíveis, evitar derramamento de sangue.

Depois de oito longos anos de marchas e contramarchas, abrindo extensas estradas para passagem de tropas e bagagem, expostos a intempéries, sêde e perigos diversos, Zé Dias com os seus companheiros conseguiram a conquista ordenada, tendo nesse período encontrado o seu sobrinho, que constituíra família entre os selvagens e já tinha filhos. Não foi, contudo, apesar de sua boa vontade, sem sangue a sua missão. Em certo dia, um crescido número de índios, já pacificados, a que êle fornecera vestuário e alimentos, revoltou-se, tentando assassiná-lo no momento em que êle lhe distribuía ração. Avisados da ocorrência, os seus companheiros vieram em seu socorro e travaram luta sanguinolenta com os selvagens, resultando morrer muitos dêles, ficando feridos alguns dos participantes fiéis a José Dias, antes de ser debelada a revolta. Relativamente pequeno foi o número de índios que se deixaram catequizar. A maior parte dêles terminou emigrando para as margens do rio Tocantins, depois de haver assassinado traiçoeiramente dois guarda-rebanhos da expedição.

Em escavações feitas nos sítios de aldeamentos dos índios, foram encontradas "igaçabas", nas quais jaziam esqueletos de seus mortos. Também em grutas salitrosas, nos lugares Tranqueira e Mulungu, encontraram-se esqueletos bem conservados.

Cessados os perigos com a completa expulsão dos selvagens revoltados, José Dias distribuiu entre seus companheiros de bandeira, as terras pacificadas, conforme lhe fôra autorizado, reservando para si, entre outras, a fazenda Caracol, de ubérrimas pastagens, onde foi residir com sua família.

Rua Eduardo Ferreira

A seu sobrinho José Dias Brabo, retomado aos índios, também doou uma excelente fazenda de criar, em terras que hoje pertencem ao Estado da Bahia. Com a paz, veio a prosperidade. Fundaram-se várias fazendas de criação, onde belos espécimes de vacum, cavalar e caprino pastavam nos luxuriantes campos de capim mimoso, milhã, feijão bravo e extensos "camaratubais".

Abriram-se roçados e uma messe assombrosa compensava o trabalho do agricultor.

Atraídos pelo feliz êxito dos criadores e lavradores e facilidade com que eram adquiridas tão excelentes terras, vieram do Recôncavo, Feira de Santana e outros pontos da Bahia, bem como de Pernambuco, Ceará e até do norte do Piauí, muitas famílias para residir no município.

De fazenda em fazenda constituíram-se lares. A salubridade do clima e uberdade das terras faziam todos felizes na vida de simples e honrados campônios. Proverbialmente hospitaleiros, os sertanejos tinham particular prazer em dar pousada e confôrto ao forasteiro viajante, fornecendo-lhe mesmo provisões para a viagem e animais para a substituição dos que estivessem estropiados e doentes. Essa boa gente, longe do convívio com os centros mais populosos, criou para si um mundo à parte: a flora de suas terras deu-lhe o remédio para as suas doenças; os seus grosseiros teares fabricaram tecidos para suas vestes com o algodão de sua cultura; o seu bom exemplo edificou na alma de seus filhos a honradez, o respeito a Deus, à lei e à autoridade e o amor a essas terras que lhes foram legando.

Ao contrário do que se observou em certos municípios, a divisão e demarcação das sesmarias foi feita sem contendas. Os sesmeiros ajustavam entre si suas confianças testemunhadas por um marco, uma serra, um córrego, uma vereda e mesma uma lagoa ou pau ferrado, e passavam além disso contrato amigável que eram respeitados.

O comércio na zona foi sempre entravado pela dificuldade de transportes aos longínquos centros consumidores. De 1780 até 1830, ao que consta, tudo o que se fazia era vender bois para Recife num percurso de mais de 200 léguas, por ínvios caminhos infestados de ladrões.

Com a criação da vila de São Gonçalo de Amarante, a 70 léguas de distância, e o desenvolvimento comercial de Feira de Santana, no Estado da Bahia, distando de São Raimundo Nonato cêrca de 150 léguas, convergiu para êsses pontos a venda de bois, requeijão e manteiga de nata para Amarante e os mencionados produtos e mais bois e cavalos para Feira de Santana, cujas viagens eram verdadeiras caravanas.

A criação da freguesia e vila apenas facilitou a administração da justiça e do culto católico, que até então eram exercidos pelo longínquo Jaicós. Sem comércio, a vila diferia das fazendas por ser a sede da freguesia, onde veio residir um pároco e a sede do têrmo, residência de autoridades. Padre, autoridades e moradores, como os demais habitantes do município, criavam e cultivavam para se abastecerem.

Com a elevação a comarca, ocupada logo por juiz de direito e juiz municipal formados, foi sensível o progresso da nova vila. Sob a direção do padre Henrique José Cavalcante, cognominado "Padre Mestre", erigiu-se, com o concurso direto de todos os habitantes do município, o belo

templo que serve de igreja-matriz, um dos melhores do sul do Estado, e um cemitério de regulares proporções, a que deram o nome de Cemitério de Nossa Senhora de Lourdes. Alinharam-se ruas, abriu-se uma praça, construíram-se casas elegantes e foi criada uma feira semanal, aos sábados, onde os lavradores expunham os seus produtos à venda. Sob a direção do infatigável e progressista cônego Sebastião Ribeiro Lima, Vigário da freguesia, foi fundado um colégio no qual alguns moços se preparavam em português, latim e aritmética; colégio êsse que depois passou à direção do distinto e inteligente doutor Joaquim Newton de Carvalho, cuja morte, no verdor dos anos, muito prejudicou a mocidade são-raimundense.

Foram criadas duas escolas provinciais para ambos os sexos, com uma freqüência global de cêrca de 30 alunos, que iam alfabetizando uma boa parte da população. Grave, circunspecto, ladeado de uma inseparável palmatória, o velho e inesquecível Raimundo da Costa Mauriz foi um agente importante do progresso local na instrução pública, e sua lembrança é venerada com carinho por seus discípulos.

Decorrente do seu afastamento dos centros consumidores e de terríveis sêcas decenais, que são um cadinho virilizador do sertanejo, a produção do município limitou-se ao seu abastecimento interno. Era, portanto, lento o desenvolvimento da então vila. Imprevidentes e sem conhecimentos pelo menos práticos, dos meios de guardar e conservar os cereais e a farinha excedentes de suas necessidades anuais, todos eram apanhados de surprêsa, quando lhes visitava o flagelo climatérico das sêcas. Penosa e admirável tornava-se a atividade dos flagelados indigentes. Perambulando pelas matas, dormindo ao relento, em contato, muitas vêzes, com terríveis feras da fauna local, sedentos e famintos, homens e mulheres iam buscar nas selvas o alimento que os roçados adustos não lhes podiam dar. Alguns, chamados poltrões, emigravam para os buritizais do agreste — Bom Jesus e Gilbués — onde, ao invés da vida que procuravam salvar, encontravam a morte no impaludismo e nas maleitas dos brejos.

Afeito a essas inclemências, o são-raimundense tornou-se um tipo de energia máscula, herói na miséria e na prosperidade, sabendo hoje enceleirar para o futuro e aproveitar a abundância que o solo e a natureza lhe proporcionam. Assim é que, descoberta e explorada em 1890 a maniçoba que durante cinco lustros gozou de preço fartamente remunerador, muitos que dantes eram simples jornaleiros ou pequenos lavradores, tornaram-se fazendeiros abastados ou comerciantes acreditados na praça da Bahia. Para ali faziam o seu comércio e dali compravam as mercadorias do seu negócio, servindo de entreposto a cidade e o pôrto de Remanso, à margem do São Francisco, distante de São Raimundo Nonato cêrca de 100 quilômetros, que desde 1878 lhes era dispensário do café, sal, querosene, rapadura e fumo.

Os extensos maniçobais nativos de suas caatingas foram explorados, ainda que impiedosamente.

Abriram-se grandes roçados para o plantio compensador dessa preciosa enforbiácea, e a vila e o município sentiam o influxo da prosperidade individual.

Na vila, as construções de boas e elegantes moradias sucediam-se. A fazenda Serra, duas léguas distante, adquirida por sindicato norte-americano, convertia-se numa vila operária com agradáveis vivendas em quadrilátero, formando uma praça ao centro.

Por efeito da Lei estadual número 669, de 25 de junho de 1912, foi a vila elevada à categoria de cidade. A êsse tempo já possuía mais um cemitério, o de Nossa Senhora da Piedade, construído em 1903; uma casa de mercado sòlidamente edificada e outra servindo de cadeia, fôro e paço municipal, na praça do mercado. Estava em construção o atual açude Aldeia, com capacidade para 7 235 250 metros cúbicos de água, cuja bacia hidrográfica ocupa uma área de 406,60 quilômetros quadrados, utilizada em boas pastagens e plantações de milho, arroz, cana, batata e abóboras, na época do verão, abundante em peixes e onde, na calamitosa sêca de 1915, cêrca de 200 famílias pobres, vindas de diferentes pontos do município, passaram em relativa abundância. Por uma comporta abastece de água até seis léguas abaixo, havendo, a jusante, roças e chácaras produtivas, refrescadas por infiltração.

O são-raimundense é de índole pacata, pôsto que enérgico e destemido. Nunca foi êsse assassino e turbulento que injustamente representava fora de seu meio. Até antes da maniçoba raríssimos eram os crimes no município e mesmo a agitada política de conservadores e liberais do Império, tão fértil em lutas fratricidas, nunca o impeliu à violência. Aquela indústria, porém, atraiu uma forte corrente emigratória dos sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará, na qual, de envolta com elementos bons, vinha a ralé do crime daquelas zonas, tristemente célebres pelos atentados à vida e à prosperidade de seus concidadãos. Não tardaram, na terra hospitaleira a "pôr as unhas de fora" e, fazendo praça dos seus feitos, procuraram pelo terror, mandar, impor e até mesmo desapropriar os naturais.

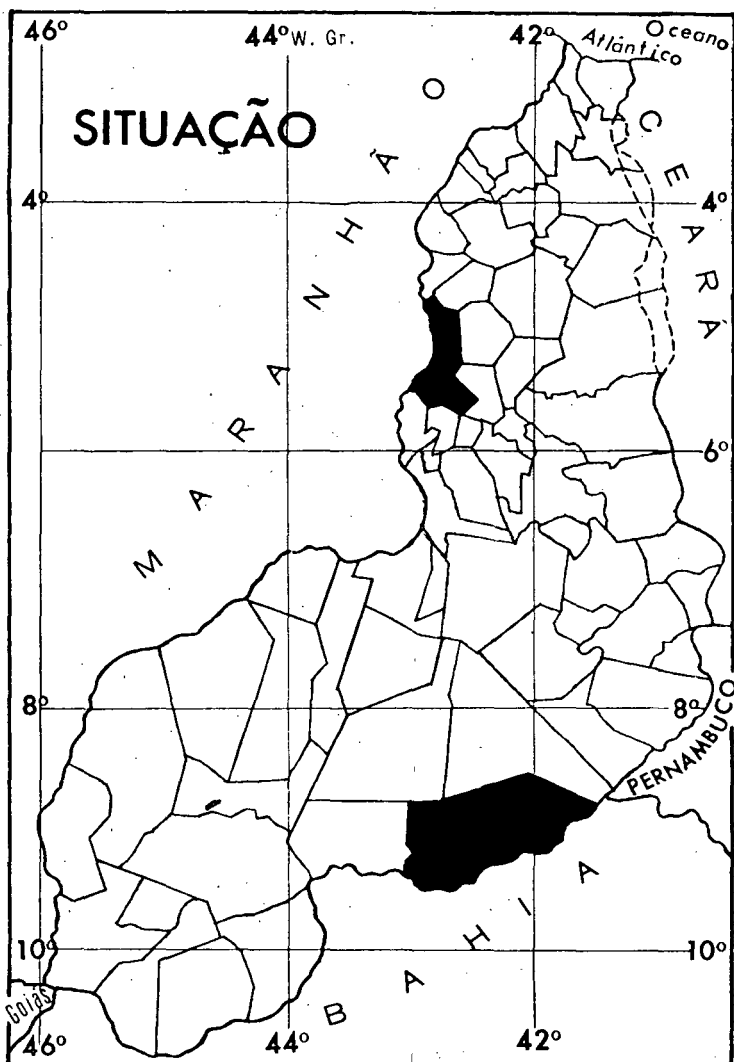
Começaram matando-se entre si e, em seguida, "por descuido", iam levando a vida de algum de seus hospedeiros. Tipos havia entre êsses aventureiros que assinalavam na coronha de seu trabuco o número de suas vítimas, como o índio antigo registrava no seu "camocinho" cada aniversário com a noz do côco ou castanha do caju da respectiva estação. A tolerância incrementou-lhes a audácia e em dado momento a "revanche" se fêz pavorosa. Êsse pacato sertanejo, habituado a enfrentar sobranceiramente as intempéries do tempo e do espaço; que acudiu espontâneo ao reclamo da pátria espargindo seu sangue no solo piauiense, quando da guerrilha dos bárbaros, e no solo paraguaio, por ocasião da guerra com aquela nação; êsse tipo de homem que armado apenas de uma faca ou de um machado, busca a onça iracunda no seu covil e mata-a, não podia transformar-se no covarde e desvirilizado aldeano a quem se rapta a filha, adultera a mulher, arrebatam-se-lhe os bens e até a própria vida. Rugiu como o leão e atirou-se aos seus humilhadores com uma violência que chegou a ser excessiva, tendo como epílogo essa guerrilha que ocorreu no município de Caracol, desmembrado do de São Raimundo Nonato, em que o último reduto daqueles elementos sofreu a sua derrota final.

Com a depreciação da maniçoba, surgiu a cultura do algodão, do fumo e da cana-de-açúcar e aumentou a produção do arroz, milho, feijão e farinha de manidoca, de modo que a transição daquela época de riqueza para a que se verificou posteriormente se fêz sem que os habitantes de São Raimundo Nonato sentissem.

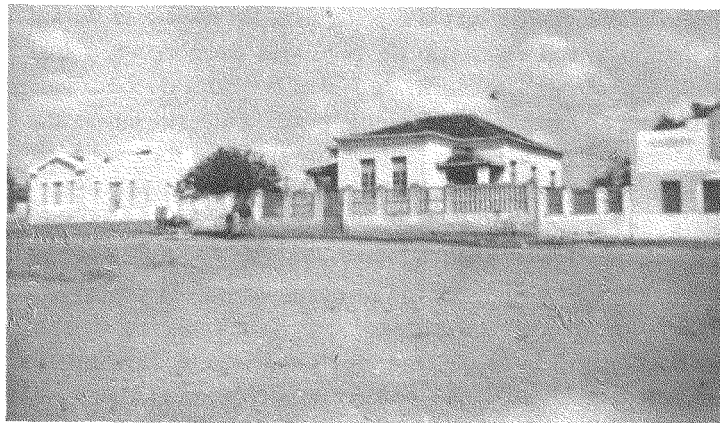
Em 29 de junho de 1922, foi instalada na cidade de São Raimundo Nonato, a sede provisória da Prelazia de Bom Jesus do Gurguéia, assumindo a sua direção o prelado Frei Pedro Pascoal Miguel, que ficou residindo na elegante casa assobradada, situada na Praça da Matriz, dada à igreja pelo Reverendo cônego Marcos Francisco de Carvalho.

O seu atual quadro administrativo constitui-se de comarca de 2.ª entrância, município, distrito judiciário que compreende o do município de Caracol e dois distritos administrativos: o da sede e o de Curral Novo.

A presente legislatura foi instalada em 1955, para a qual foi eleito Prefeito o padre Manoel Lira Parente e constituída a Câmara Municipal com 7 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de São Raimundo Nonato, situado na Zona Fisiográfica do Sertão, limita com o Estado da Bahia e os municípios de São João do Piauí, Canto do Buriti e Caracol. A cidade distancia-se da capital do Estado 430 quilômetros em linha reta e possui as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul — 9° 00' 23" e longitude — 42° 36' 30" W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede do município situa-se a 400 metros de altitude.

CLIMA — O clima do município é bem ameno, pouco variado, mesmo nas estações invernosas. Normalmente o inverno principia nos últimos meses do ano e se prolonga até março ou abril.

Grupo Escolar Padre Domingos da Conceição

ÁREA — A área do município de São Raimundo Nonato é de 10 903 quilômetros quadrados, que o coloca entre os maiores do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Destaca-se como principal acidente geográfico a serra Dois Irmãos que, limitando o Estado do Piauí com a Bahia, percorre o município de sul a leste onde se bifurca na Serra da Farinha e do Boqueirão, a qual segue os limites de São João do Piauí até ao norte, onde penetra em direção sul para o centro do município. Ao sudoeste encontra-se a Serra da Boa Vista e ao noroeste, a Serra Bom Jesus do Gurguéia. A principal artéria hidrográfica do município é o rio Piauí que, percorrendo-o de oeste para leste, em tôda a sua extensão, recebe diversos afluentes como os riachos dos Mulungus, Santo Antônio, Cavalheiro, Tanque, Lajes, Pedra Branca e outros que também não são perenes.

RIQUEZAS NATURAIS — Entre as riquezas naturais do município, as que mais se destacam no campo mineral são a argila e a cal de pedra e, no reino vegetal, o caroá, a maniçoba, a carnaúba e madeiras em geral. No reino animal a fauna é quase a mesma de todo o Estado, destacando-se a onça, o gato, o jacu, o teiú, o tatu, o tamanduá, o caititu, a cobra e outros.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recensamento de 1950, a população do município de São Raimundo Nonato era de 30 607 habitantes, com a seguinte composição: 14 979 homens, 15 628 mulheres, 5 047 brancos, 3 914 pretos, 21 563 pardos e 83 sem declaração de côr. Dos 15 023 habitantes de 15 anos e mais de idade, 5 442 eram solteiros; 8 518, casados; 3, desquitados; e 1 022, viúvos; 38 não declararam o estado civil. Em religião, predominaram os que se declararam católicos romanos, em número de 30 525; nas outras religiões contaram-se 44 protestantes e 1 espírita, sendo que 37 não declararam a religião professada. A densidade populacional era de 2 habitantes por quilômetro quadrado, localizando-se na zona rural 91,30% da população do município, sendo 13 838 homens e 14 106 mulheres. Em relação aos municípios mais populosos, São Raimundo Nonato colocou-se em 8.° lugar, com 30 607 habitantes, ao passo que a cidade se classificou no 12.° lugar, com 2 663 pessoas.

Aglomerações urbanas — A cidade de São Raimundo Nonato é o único núcleo urbano existente no município, com 2 663 habitantes, sendo 1 141 homens e 1 522 mulheres. Dêsse total, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 455

homens e 613 mulheres sabiam ler e escrever, ao passo que 457 homens e 682 mulheres não eram alfabetizados. Encontram-se, outrossim, como aglomerações populacionais: o distrito Curral Novo, único no Estado, com 46 moradias e 280 habitantes; o povoado Bonfim, com 76 moradias e 446 habitantes; o povoado Várzea Branca, com 70 moradias e 397 habitantes; o povoado Moreira, com 32 moradias e 171 habitantes; o povoado São Braz, com 92 moradias e uma população de 568 habitantes e o povoado Várzea Grande, com 64 moradias e 373 habitantes, aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades econômicas desenvolvem-se principalmente em dois setores: agricultura e pecuária. Há ainda a indústria extrativa vegetal e mineral em pequena escala que contribui também para a economia do município, bem assim a de transformação.

A agricultura, que é uma das principais atividades econômicas do município, apresentou, em 1956, os seguintes dados em relação à safra verificada na região:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Mandicca	Tonelada	7 800	1 170 000
Feijão	Saco de 60 kg	7 200	2 160 000
Algodão	Arrôba	9 000	675 000
Milho	Saco de 60 kg	1 800	270 000
Arroz com casca	» » » »	440	88 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	160	19 000

Os excedentes da produção agrícola do município são, em sua maior parte, vendidos para o Estado da Bahia.

A pecuária constitui a principal fonte econômica do município, pelo seu valor econômico, e contava, em 1956, com os seguintes rebanhos: 50 000 bovinos, 16 000 suínos, 35 000 ovinos e 55 000 caprinos. A maior parte da produção pecuária do município é vendida para o Estado de Pernambuco.

A indústria do município limita-se à produção de maniçoba, cêra de carnaúba, farinha e polvilho de mandioca, além da madeira. Na indústria extrativa mineral sobressai a produção de cal de pedra.

COMÉRCIO — O comércio do município aglomera-se principalmente na sua sede, a qual conta 2 estabelecimentos atacadistas e 39 varejistas. Há ainda 2 farmácias estabelecidas. O comércio local se abastece nas praças de Pernambuco, Sergipe, São Paulo e, em maior escala, na Bahia. Importa tecidos, miudezas em geral, medicamentos, ferragens, açúcar, sal, querosene, sabão, louças, bebidas, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município dispõe apenas de meios de transporte terrestre, ligando-se com a região vizinha e com a capital do Estado pelas seguintes vias: Canto do Buriti — estrada carroçável, 130 quilômetros; São João do Piauí — estrada carroçável, 103 quilômetros; Casa Nova (BA) — estrada carroçável, 270 quilômetros; Caracol — estrada carroçável, 90 quilômetros; capital do Estado, estrada carroçável até Floriano e daí por rodovia, 722 quilômetros; ou carroçável até Oeiras e daí por rodovia, via Inhuma, Valença do Piauí, Elesbão Veloso e São Pedro do Piauí, 673 quilômetros. O serviço de comunicação é feito pela agência postal-telegráfica e telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Há um campo de pouso na sede, com uma área de 1 610 metros de comprimento por 400 de largura, e pista de saibro revestida de piçarra.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta 43 logradouros públicos, dos quais 4 ruas e 1 travessa, com área de 2 460 metros quadrados, estão pavimentadas a paralelepípedos. É servida por luz elétrica fornecida pela Prefeitura Municipal, sendo 123 o número de ligações domésticas. Há duas pensões que cobram diária média de Cr$ 50,00. A Prefeitura Municipal registrou 7 caminhões em 1956. No exercício da profissão existem 2 advogados provisionados.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A sede do município dispõe de duas farmácias, 2 médicos, 1 dentista prático não licenciado, 1 farmacêutico formado e 1 farmacêutico licenciado.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo Geral de 1950 indicou a existência de 24 493 pessoas de 5 anos e mais de idade, sendo que 5 089, ou seja, 20,7%, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 2 962 eram homens e 2 127, mulheres. Das 2 207 pessoas de 5 anos e mais de idade recenseadas na cidade, 1 068 sabiam ler e escrever, sendo 455 homens e 613 mulheres. O município colocou-se, em percentagem de alfabetização, no 17.º lugar em relação aos demais, com o índice de 20,78%. A cidade, com o índice de 48,39%, classificou-se no 21.º lugar, ao passo que a zona rural, por sua vez, apresentou um coeficiente de 18,04%, colocando-se no 16.º.

Ensino — Em 1956, funcionaram, no município, 61 unidades de ensino primário geral, dos quais 17 eram estaduais, 35 municipais e 9 cursos supletivos. Matricularam-se, naquele ano, nos estabelecimentos enumerados, 3 450 alunos, dos quais 1 668 eram do sexo masculino, e 1 782, do sexo feminino.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade a Biblioteca "Padre Francisco Freiria" de propriedade do "Ginásio Dom Inocêncio Lopes Santamaria", com 386 volumes de caráter geral.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	84 000	—	398 000	54 000	565 000
1951	96 000	—	524 000	67 000	550 000
1952	102 000	394 000	499 000	55 000	839 000
1953	101 000	414 000	710 000	40 000	607 000
1954	121 000	534 000	690 000	41 000	700 000
1955	114 000	1 012 000	877 000	84 0C0	732 000
1956 (1)	...	...	1 361 000	256 000	1 269 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Como a maioria dos municípios desta região, as manifestações religiosas são externadas através dos festejos de Santos, entre os quais se destacam os do padroeiro da cidade, São Raimundo Nonato, que terminam a 31 de agôsto com uma grande procissão. O folclore do lugar está representado pelos "Reisados" "bumba-meu-boi" e "Rodas de São Gonçalo".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — São Raimundo Nonato é servido por três feiras, sendo uma no povoado "Várzea Grande", outra no arraial "Barra do Bonito" e a terceira na sede municipal. A de maior importância no município é a que se realiza na cidade de São Raimundo Nonato, aos sábados, com início geralmente às sete horas e término às dezesseis horas, notando-se regular concorrência. Cêrca de 80% dos freqüentadores da feira residem no interior do município, por vêzes a dezenas de léguas, de onde trazem, para venda, os produtos de sua lavoura. Os habitantes da cidade aproveitam tais reuniões para a compra dos gêneros alimentícios a preços mais vantajosos.

As pessoas nascidas no município recebem a designação pátria de são-raimundenses.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" — Pereira da Costa — Pernambuco — Tipografia "Jornal do Recife" — 1909; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — Volume IV — Teresina — 1923; "Anuário Estatístico do Brasil — Ano V" — 1939 — C.N.E.; "Anuário Estatístico do Brasil — Ano XIII" — C.N.E. (I.B.G.E.)— 1952; Estado do Piauí — "Censos Demográficos e Econômicos" — C.N.E. — (I.B.G.E.) — 1956; "Censo Demográfico do Estado do Piauí" — C.N.E. (I.B.G.E.) — 1952.

(Fonte — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí; Arquivo da Agência Municipal de Estatística de São Raimundo Nonato. Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina — e Agente do I.A.P.B.).

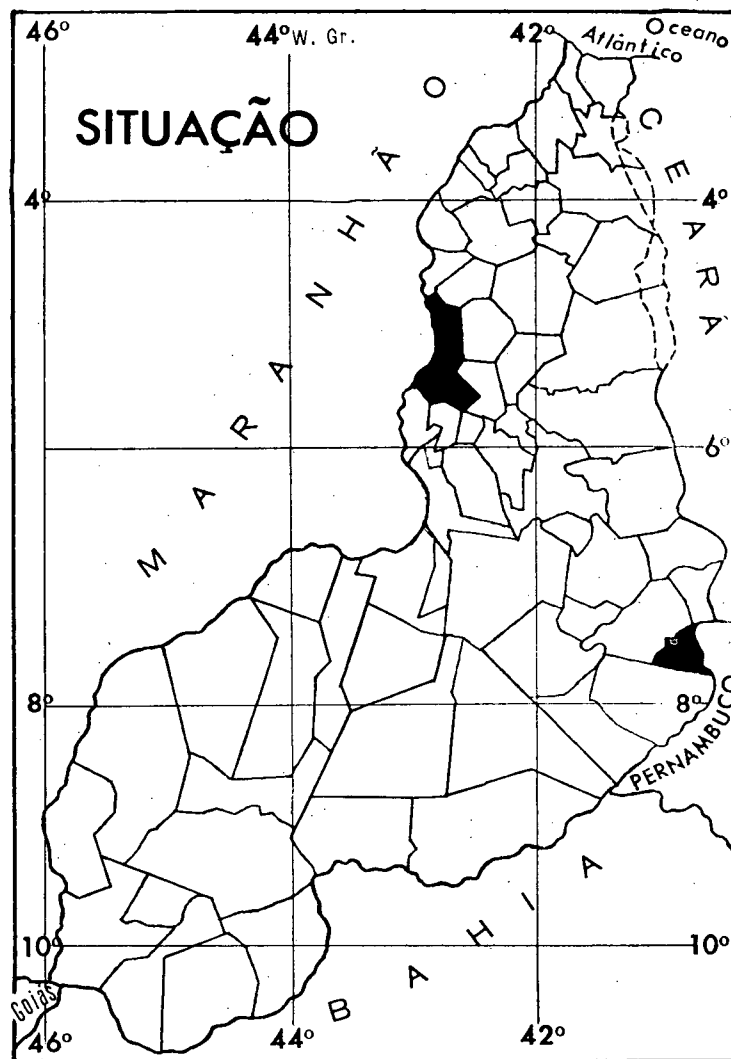
SIMÕES — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Antes de habitada, a região de Simões era uma antiga fazenda de gado, segundo os vestígios aí encontrados: uns troncos velhos de curral, uma barragem de cal e pedra no rio Boa Vista e um vetusto cemitério cercado de madeira. Em 1886, um senhor de nome Arcênio Lopes dos Reis achou por bem construir uma capela dentro daquele cemitério, a qual ficou concluída no mesmo ano. Nessa época passou Simões a ter o seu primeiro habitante, um homem de nome Liberato, que já encontrou o topônimo até hoje conservado. Em 1887, foram residir ali mais duas famílias — João Raimundo de Oliveira e Sanô Lopes. Com a chegada dêstes moradores, a localidade veio a ser visitada aos domingos e dias-santos por pessoas residentes nas fazendas vizinhas, tendo-se criado ali, em 1888, uma feira para a venda de produtos agrícolas, situada à sombra de juàzeiros existentes à margem do rio Boa Vista.

Mais tarde a feira passou a realizar-se em um galpão construído pelos moradores do lugar, onde hoje se localiza a cidade de Simões. Com a edificação do galpão e o conseqüente desenvolvimento da feira, surgiram-lhe em tôrno alguns quartos para a venda de mercadorias, iniciativa que partiu de João Raimundo de Oliveira, primeiro comerciante da localidade, ao tempo em que foram levantadas casas residenciais, o que contribuiu para que, já em 1910, se apresentasse o lugar com características de povoado. No ano de 1917 reuniram-se os católicos e, com a colaboração do Vigário da Paróquia de Jaicós, a que era subordinado eclesiàsticamente o povoado, construíram uma capela sob a invocação de São Simão, padroeiro do lugar. Pela Lei estadual número 1 046, de 22-7-1954, foi o atual território de Simões elevado à categoria de município autônomo, desmembrado do de Jaicós, cuja instalação se verificou a 31-1-1955, data em que tomaram posse o Prefeito e Vereadores eleitos. O município consta atualmente de um distrito judiciário subordinado à comarca de Jaicós, onde há 1 Juiz de Paz e 2 Suplentes, 1 Adjunto de Promotor e 1 Escrivão do Registro Civil.

A presente legislatura foi instalada em 1955, com a posse do Prefeito, Sr. Rufino Lopes Reis, e a constituição da Câmara com cinco vereadores. Assumiu o cargo de vice-Prefeito, na mesma época, o Senhor Aderson Josias Carvalho.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Simões está situada a 475 quilômetros da capital estadual, sendo que, em linha reta, a distância é de 352 quilômetros. Pertence o município à Zona Fisiográfica do Sertão e tem como limites os de Paulistana, Jaicós, Fronteiras e o Estado de Pernambuco.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Saudável. O inverno começa em outubro ou novembro, para terminar em abril ou maio.

ÁREA — A área do município é de 1 789 quilômetros quadrados, que o classifica entre os demais do Estado como de extensão mediana.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município possui os seguintes acidentes geográficos: serra do Araripe, que lhe serve de limite com o Estado de Pernambuco; o morro do Tacanisso; e os rios das Caraíbas e Boa Vista, além dos riachos do Gentio e da Volta.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais do município constituem-se de minas de gêsso, salina, argila para a fabricação de telhas e tijolos, no reino mineral, e, no reino animal, de animais silvestres.

POPULAÇÃO — A população do município, recenseada juntamente com a de Jaicós, no Censo de 1950, foi calculada, naquela época, em 9 000 habitantes.

Aglomerações urbanas — O município conta apenas com um núcleo urbano: o da sede municipal, com uma população calculada, atualmente, em 600 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem sua base econômica assentada na agricultura, na pecuária e no comércio.

Agricultura — O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1956, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Feijão	Saco de 60 kg	5 000	1 500 000
Algodão em caroço	Arrôba	7 000	700 000
Mandioca	Tonelada	1 990	398 000
Milho	Saco de 60 kg	1 600	288 000

O principal centro consumidor dêsses produtos agrícolas é o município de Araripina (PE).

Pecuária — O número de cabeças de gado existentes no município é o seguinte: 23 000 bovinos, 17 000 suínos, 27 000 ovinos e 33 000 caprinos. A pecuária é de relativa importância econômica para o município, que, além de ser atendido nas necessidades próprias, ainda remete gado para fora do Estado, sendo Araripina (PE) o seu principal mercado comprador.

No setor industrial a população se ocupa quase que exclusivamente com a fabricação de farinha de mandioca, cuja produção, em 1956, se elevou a 277 650 quilogramas, no valor de Cr$ 832 950,00. Quanto ao seu subproduto — polvilho de mandioca — atingiu a quantidade de 31 550 quilogramas, valendo Cr$ 157 250,00.

COMÉRCIO — Há no município de Simões 27 estabelecimentos comerciais que mantêm transações com as praças de Araripina (PE) e Recife. O comércio local importa tecidos, miudezas em geral, gêneros alimentícios, ferragens, louças, secos e molhados, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Conta o município de Simões com estradas carroçáveis que se interrompem no período do inverno. São utilizadas, no verão, para o escoamento de suas riquezas. Comunicação com as cidades vizinhas e com a capital do Estado: Jaicós — estrada carroçável, 72 quilômetros; Paulistana — estrada carroçável, 108 quilômetros; Araripina (PE) — estrada carroçável, 48 quilômetros; capital estadual — carroçável até Jaicós e daí por rodovia, via Picos, Inhuma, Valença do Piauí e Elesbão Veloso, 475 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — Há na sede do município 38 ligações elétricas domiciliares e iluminação pública fornecida pela usina de propriedade da Prefeitura Municipal, e uma pensão, cuja diária média é de Cr$ 50,00. Realiza-se uma feira na cidade, aos sábados, desde o ano de 1888, onde são vendidos os vários produtos do município.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas uma farmácia, que presta assistência farmacêutica à população local.

ENSINO — Há 5 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, em todo o município, dos quais 1 estadual, 3 municipais e 1 curso supletivo, que matricularam, em 1956, 196 alunos. Dêsses, 98 eram homens e 98, mulheres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	...	...	772 000	136 000	361 000
1956 (1)	...	...	780 000	87 000	780 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A principal solenidade religiosa do lugar é a festa do padroeiro da cidade — São Simão, celebrada em 28 de outubro, quando se realiza uma procissão a que comparece grande massa popular.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação local dos habitantes é "simonenses".

(Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina e Agente do I.A.P.B.).

SIMPLÍCIO MENDES — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Desde o tempo das primeiras "bandeiras" de penetração, organizadas pela Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila, da Bahia, das quais resultou o desbravamento do Piauí, foi conhecido e colonizado o vale do Canindé, se não todo, ao menos a parte em que se encontra situado o atual município de Simplício Mendes. No lugar denominado Poções, situou Domingos Afonso Mafrense a sua primeira fazenda de criação de gado no Piauí, pelos anos de 1761 e 1762. A zona das chapadas, do vale do Canindé ao do Piauí, mais sêca e menos fértil, só lentamente foi desbravada e povoada. A êsse respeito, o Doutor Antônio Correia do Couto, Presidente da Província, ao passar a administração ao vice-Presidente, em 1859, inseriu em seu relatório o seguinte tópico: "Existe na província uma boa porção de terras devolutas, a saber: no município de Oeiras cêrca de 6 a 8 léguas, entre as fazendas Saco da inspeção do Canindé e Formosa, de propriedade particular..." A faixa de terra mencionada nesse relatório pertence atualmente ao município de Simplício Mendes.

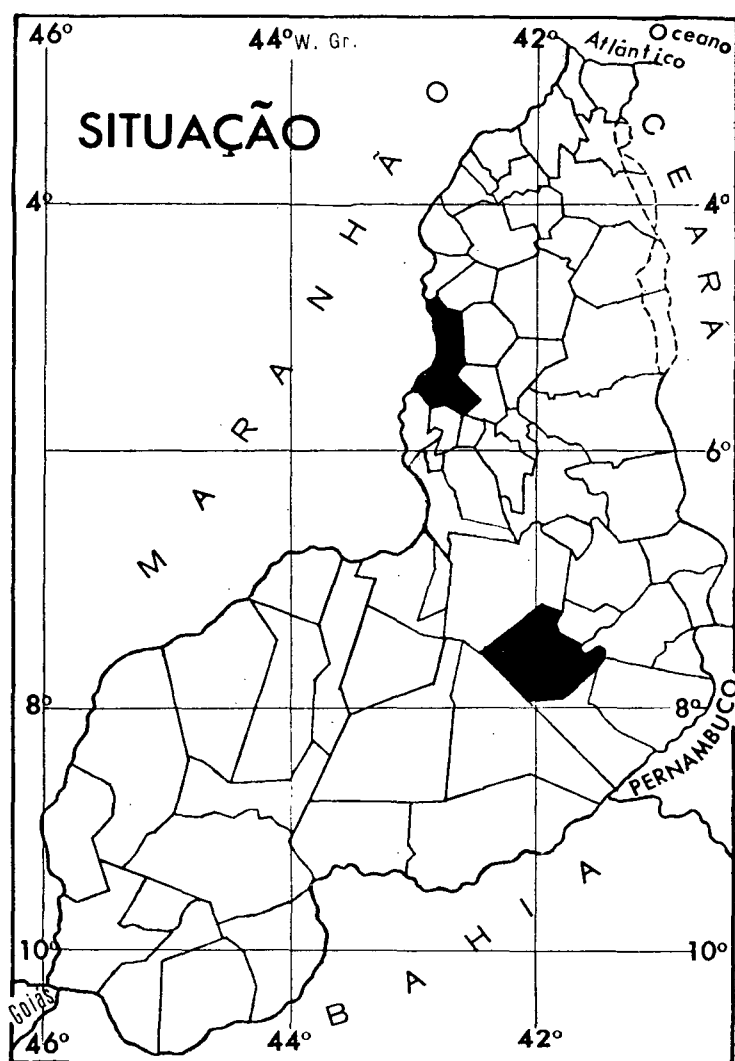
A valorização da borracha de maniçoba, no sul do Estado, nos anos de 1897 e 1898, atraiu ao sítio Canabrava, localizado no município, grande número de forasteiros dos Estados vizinhos que vinham extrair o precioso látex ou explorar o seu comércio remunerador. Surgiram por tôda a parte as chamadas "feiras da maniçoba", simples latadas onde se reuniam extratores e compradores de borracha.

Pela sua admirável situação nas proximidades dos grandes maniçobais das chapadas do Fidalgo e dos campos de criar do vale do Canindé e, ainda, pela fertilidade dos baixões que a circundavam, a "feira" do Barreiro Branco, no lugar dêste nome, na Fazenda Formiga, então pertencente ao município de Oeiras, tomou rápido desenvolvimento, transformando-se dentro de pouco tempo em povoado, que recebeu o nome de Caridade, por situar-se em terrenos doados a uma associação de caridade sediada em Crato, no Estado do Ceará, e mais tarde adquiridos para patrimônio do município e localização da sua sede.

Por efeito da Lei estadual número 376, de 15 de julho de 1905, foi o povoado elevado à categoria de vila e município, com a denominação de Simplício Mendes, em homenagem ao ilustre clínico piauiense Doutor Simplício de Sousa Mendes. Embora desmembrado de Oeiras e São João do Piauí o atual território do município, ficou o seu têrmo judiciário anexado à comarca de Oeiras. A Lei de criação, além de outras disposições, institui os ofícios de tabelião de notas, cível, crime e mais anexos e o lugar de escrivão de órfãos, resíduos e ausentes. A 15 de novembro do mesmo ano, instalou-se solenemente a nova vila, sendo o Ato presidido pelo coronel Alano Belesa, Juiz distrital de Oeiras no exercício de Juiz de Direito. Por fôrça do Decreto estadual número 1 279, de 26 de junho de 1931, foi extinto o município de Simplício Mendes, passando o seu território a integrar o de Oeiras. Assim permaneceu até 4 de setembro de 1933, quando foi restaurada a sua autonomia administrativa, em decorrência do Decreto estadual número 1 478, dêsse mesmo ano, permanecendo em Oeiras o seu têrmo judiciário. Em face do Decreto estadual número 147, de 15 de dezembro de 1938, Simplício Mendes foi elevado à categoria de cidade. Em virtude do Decreto estadual número 247, de 1.º de março de 1940, que extinguiu os têrmos judiciários no Estado do Piauí, foi criada a comarca de Simplício Mendes, com seu distrito judiciário, assim permanecendo até a época atual. O seu atual quadro administrativo e judiciário se constitui de comarca de 2.ª entrância, integrada por um distrito judiciário, município e distrito administrativo. A presente legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Senhor Arnaldo Ferreira de Carvalho, constituindo-se a Câmara Municipal com 7 vereadores.

Prefeitura Municipal

As pessoas nascidas em Simplício Mendes denominam-se simplício-mendenses.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal está localizada na Zona Fisiográfica do Sertão. Fica a 465 quilômetros da capital estadual, por meio de rodovia que serve a Oeiras e Valença do Piauí, e a 318 quilômetros em linha reta. O município limita-se com Conceição do Canindé, Paulistana, Jaicós, Itainópolis, Oeiras e São João do Piauí. Suas coordenadas geográficas são: 7° 51' 30" de latitude Sul e 41° 54' 35" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 260 metros.

CLIMA — O clima é agradável. Há as seguintes temperaturas: média das máximas, 37°C; média das mínimas, 24°C; média compensada, 30°C. A altura total da precipitação pluviométrica no ano de 1956 atingiu 584,1 mm. O período invernoso estende-se de outubro ou novembro até maio, quando começa o verão.

ÁREA — A área do município é de 5 194 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Não há acidentes geográficos importantes. Na hidrografia, aparece o rio Canindé, periódico, não navegável, que banha algumas localidades do município. O Açude Poços, localizado perto do dis-

Igreja-Matriz do Sagrado Coração de Jesus

trito-sede, é o principal dentre os existentes, abastecendo de água a população. Os demais tornam-se imprestáveis desde o mês de setembro. Existem as lagoas da Ipueira e Alagadiço Grande. Na orografia, o morro do Ôlho-d'Água é o único acidente que merece atenção.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais de maior importância são os maniçobais e os carnaubais das Fazendas Estaduais do Piauí. No reino mineral, destaca-se o sal-gema. A fauna é característica da região, apresentando veado, teiú, gato, caititu, ema, etc.

POPULAÇÃO — A população de Simplício Mendes, conforme o Recenseamento Geral de 1950, era de 15 612 habitantes, assim distribuída: homens — 7 631; mulheres — 7 981. Do total mencionado, 2 892 eram brancos; 3 568, pretos; 9 141, pardos; 11 pessoas não declararam a côr. Das 7 839 pessoas de 15 anos e mais de idade, 2 992 eram solteiras; 4 310, casadas; 2, desquitadas; 534, viúvas; uma pessoa não declarou o estado civil. Sob o ponto de vista religioso, predominam os católicos apostólicos romanos, em número de 15 595, havendo 14 protestantes, 2 sem religião, enquanto 1 habitante não declarou religião. A densidade demográfica correspondia a 3 habitantes por quilômetro quadrado. A zona rural reúne 92,05% da população do município, sendo 7 065 homens e 7 304 mulheres, havendo, portanto, equilíbrio entre homens e mulheres. O município ocupa o 27.º lugar em relação aos demais, enquanto a cidade se colocou em posição inferior, obtendo o 28.º lugar em confronto com as cidades mais populosas do Estado.

Aglomerações urbanas — O município conta com 4 núcleos urbanos: cidade de Simplício Mendes, com 1 243 habitantes, sendo 566 homens e 677 mulheres. Dêsse total, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 565 sabem ler e escrever, sendo 248 homens e 317 mulheres; povoados de Brejo de Santo Inácio, com 65 moradias e população aproximada de 325 habitantes; Tamboril, com 54 casas e 270 moradores; Campos, com 35 residências e 175 pessoas, aproximadamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município tem por base a pecuária, agricultura e indústria extrativa, sendo a primeira a mais importante.

Agricultura — Ainda que pouco desenvolvida, é a agricultura um dos principais fatôres da economia municipal. Os principais produtos agrícolas são: milho, feijão, arroz, mandioca e algodão, consumidos no próprio município, não havendo, portanto, exportação. O volume e o valor da produção agrícola em 1956 foram:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Feijão	Saco de 60 kg	3 500	798 000
Mandioca	Tonelada	1 990	398 000
Milho	Saco de 60 kg	2 000	216 000
Algodão	Arrôba	2 300	161 000
Arroz com casca	Saco de 60 kg	600	154 800

Pecuária — É, sem dúvida alguma, a mais importante atividade econômica, apresentando, em 1956, o efetivo: 25 500 bovinos, 17 000 suínos, 48 000 ovinos e 55 000 caprinos. O excedente da produção bovina é exportado principalmente para o Estado de Pernambuco.

Indústria — A extração da cêra de carnaúba é a mais importante atividade, havendo, em 1956, a produção de 57 400 quilogramas, no valor de Cr$ 2 870 000,00. Aparecem como menos importantes: rapadura — 35 495 quilogramas, valendo Cr$ 213 050,00; farinha de mandioca — 64 245 quilogramas, correspondendo a Cr$ 192 737,00; polvilho de mandioca — 13 290 quilogramas, estimados em Cr$ 66 450,00.

COMÉRCIO — O município conta com 3 estabelecimentos atacadistas e 18 varejistas. O comércio mantém transações com as praças de Recife e raramente com Salvador.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido por vias rodoviárias e estradas carroçáveis. A comunicação com a capital estadual é feita assim: Simplício Mendes, via Oeiras e Floriano, rodovia — 505 quilômetros; via Oeiras e Valença do Piauí, rodovia — 465 quilômetros ou ainda via Itainópolis, Picos e Valença do Piauí, rodovia — 462 quilômetros. A sede municipal liga-se às cidades limítrofes por estradas carroçáveis: Jaicós — 192 quilômetros ou via Conceição do Canindé — 219 quilômetros; Itainópolis — 90 quilômetros; Oeiras — 135 quilômetros; Conceição do Canindé — 52 quilômetros; São João do Piauí — 90 quilômetros ou via povoado Costa — 144 quilômetros. Na cidade funciona uma Agência Postal-telegráfica e telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Há um pequeno campo de pouso denominado Campo de Emergência.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui iluminação pública fornecida pela Prefeitura Municipal e 95 ligações elétricas domiciliares. Não há calçamento, água canalizada,

Pôsto de Puericultura e o Grupo Escolar Álvaro Mendes

nem rêde de esgôto. Conta 18 logradouros públicos, com 3 pensões, nas quais a diária é, em média, Cr$ 75,00. Na Prefeitura, são registrados 2 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na sede municipal, prestando assistência à população, existem uma farmácia, 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, conforme o Recenseamento, o município de Simplício Mendes possuía 12 500 pessoas com 5 anos e mais de idade, das quais 3 408, isto é, 27,3% do total aludido, sabiam ler e escrever, havendo 1 837 homens e 1 571 mulheres. Na sede municipal, das 1 012 pessoas de 5 anos e mais de idade, 565 sabiam ler e escrever, sendo 248 homens e 317 mulheres. O município, em relação à alfabetização, colocou-se em 4.º lugar no conjunto dos municípios piauienses, com a porcentagem de 27,26%. Essa posição foi superada pela zona rural, que alcançou o 3.º lugar com a quota de 24,75%. A cidade obteve o 8.º lugar em confronto com as demais do Estado, apresentando a porcentagem de 55,83%.

Ensino — Em 1956, funcionaram 26 unidades de ensino primário fundamental comum, das quais 11 estaduais, 14 municipais e uma particular. Houve 1 111 matrículas, sendo 551 homens e 560 mulheres. Funcionaram, ainda, 5 cursos supletivos com 185 matrículas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	88 000	187 000	395 000	140 000	462 000
1951.......	110 000	354 000	372 000	122 000	382 000
1952.......	193 000	413 000	433 000	122 000	468 000
1953.......	158 000	514 000	748 000	115 000	686 000
1954.......	160 000	594 000	597 000	126 000	614 000
1955.......	88 000	724 000	658 000	161 000	598 000
1956 (1)...	230 000	1 049 000	731 000	141 000	838 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — No município, as principais festas populares são de caráter religioso, destacando-se: festa do Sagrado Coração de Jesus, orago da Paróquia, realizada em junho; festa do Divino Espírito Santo, em setembro. Há, ainda, desobrigas nos povoados e determinadas fazendas do município, figurando com tradicional realce a festa de Santo Inácio, comemorada a 31 de julho de cada ano na única capela do povoado Brejo de Santo Inácio, notável pela sua antigüidade e história. Êsses festejos são precedidos de novena e terminam com magníficas procissões. Destacam-se também as festas de São João e Natal, além dos tradicionais reisados de caráter folclórico.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" — Pereira da Costa — Pernambuco — Tipografia "Jornal do Recife" — 1909; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — Volume IV — Teresina — 1923; "Sinopse Estatística do Município de Simplício Mendes" — Conselho Nacional de Estatística — 1948; "Monografias Estatístico - Descritivas Municipais" — D.E.E. do Piauí — 1939.

(Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Dr. Celso Barros Coelho, professor, advogado e funcionário autárquico).

TERESINA — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Em princípios do século XVIII, encontrava-se a capitania do Piauí sob a jurisdição do Maranhão, quando o então governador e capitão-general das capitanias do Maranhão e Piauí — Fernando Antônio de Noronha — ao partir de Lisboa, propôs ao rei a mudança da capital do Piauí, de Oeiras para as margens do rio Parnaíba. Oeiras, situada em sertão sêco e estéril, de difícil comunicação, apresentava sérias dificuldades ao govêrno e ao comércio, não podendo, por isso, permanecer por mais tempo como sede da Província. Em favor da mudança da capital, pronunciou-se o Governador da Província — D. João de Amorim Pereira — que, em ofícios datados de 8 de abril e 19 de agôsto de 1798, dirigidos ao Ministro de ultramar — D. Rodrigo de Sousa Coutinho — sugeriu a transferência da capital para a vila de Parnaíba ou para uma recente e promissora povoação situada na embocadura do rio Poti, fazendo longas e circunstanciadas considerações. A povoação mencionada surgira em meados do século XVIII, com a fixação de famílias de pescadores que para ali foram atraídas pela abundância de peixe na confluência dos rios Poti e Parnaíba. No primeiro ofício mencionado, destacam-se alguns tópicos das ponderações feitas por aquêle governador, os quais constam da "Cronologia Histórica do Estado do Piauí", de autoria do Doutor F. A. Pereira da Costa:

"A situação desta Capitania é diametralmente oposta, não só ao seu adiantamento, mas ainda mesmo à sua conservação; a experiência o tem mostrado, e as razões seguintes o manifestam: Em primeiro lugar o terreno da Capitania é incapaz da produção necessária para a sustentação de seus habitantes; pois todos os gêneros que se consomem nesta cidade vêm daqui 10, 15, 20 e mais léguas em cavalos, que apenas carregam 5 arrôbas, e fazem por dia 5 a 6 léguas de caminho, o que faz com que sejam mais caros do que em Portugal, sendo por mar conduzidos dos portos dêste continente; esta razão unida à grande preguiça, quase universal dêstes povos, os reduz muitas vêzes a padecer muitas fomes, o que não sucederia se fôsse a capital situada nas margens do excelente rio Parnaíba, navegável algumas duzentas léguas, abundantíssimo de peixe, sendo suas margens susceptíveis de mais e melhor produção de todos os efeitos que fazem o principal objeto de transporte para os portos de Portugal; o melhor é certamente o que já se vai colhendo, o algodão, que podia e até devia produzir em grande abundância. O açúcar, o arroz, o tabaco e tôdas as mais produções da América progrediriam, se tivessem tido um braço, que animasse a sua produção, e um gênio que buscasse os meios de seu aumento...

"Em tôdas as partes do mundo o que faz a abundância é o comércio, e o que o promove, são as facilidades que a natureza ou a arte lhes administra: o transporte pelo rio é sempre cômodo muito mais quando as suas mencionadas margens lhes oferecem produções interessantes. O que fêz aumentar o comércio do Maranhão foi a produção das matas do rio Itapecuru, que sendo muito extensas e abundantes, não excedem as do Parnaíba, na barra de cujo rio está situada a vila de São João da Parnaíba, que, apesar de não ter tido uma pessoa vigilante para seu aumento

Foto tirada na direção N., vendo-se ao fundo o Liceu Piauiense

e comércio, está muito mais melhorada que esta cidade, não só na construção de seus edifícios e regularidade de interior, mas na abundância que sempre há nela, tanto pelo seu têrmo como pelos contínuos socorros que lhe entram pela barra, como pelo interior do mencionado rio: ali tem havido e há comerciantes que transportam para o pôrto de Lisboa e cidade do Pôrto muitos gêneros dos que produz êste clima, que presentemente não fazem, por terem tido bastantes perdas nas embarcações tomadas pelos corsários franceses, navegando daquele para os portos do Maranhão, Pará, Bahia e Pernambuco.

"... Esta capital, pelo seu ponto central, dista da vila de Campo Maior 80 léguas, sendo mudada para a de São João da Parnaíba, ficaria distando 40, e de tôdas as mais com pouca diferença. O meu parecer é que Vossa Excelência proponha a Sua Majestade a mudança da cidade para aquela excelente vila, que dentro em pouco tempo virá a ser uma boa cidade...

"O rio Parnaíba é tão próprio para uma grande navegação, produção e cultura, que espontâneamente na barra que nêle faz um dos muitos que se lhe ajuntam, e que são navegáveis até certa distância, principalmente no tempo das chuvas, chamado Poti, um dos ditos de maior produção, se formou uma povoação tal, com negócio, capela e um cura desta freguesia, que não só é melhor que quase tôdas as vilas, como que não precisa mais nada do que a criação de um juiz".

No segundo Ofício, datado de 19 de agôsto do ano já mencionado, D. João de Amorim Pereira solicitava ao ministro que providenciasse e decidisse a utilíssima mudança da residência dos governadores para a vila de Parnaíba, onde, entre outras considerações, disse o seguinte, conforme noticia Pereira da Costa:

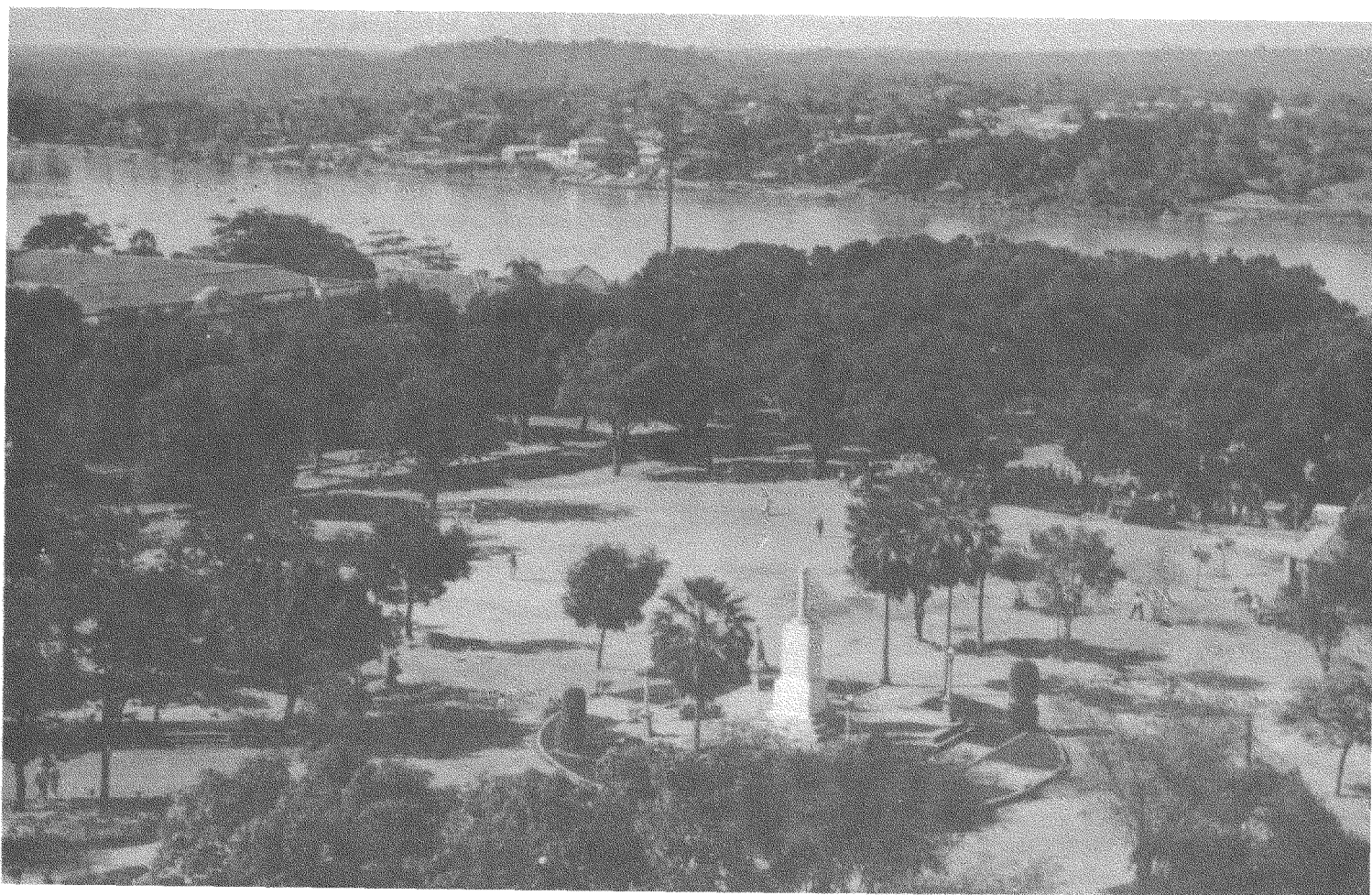
"Podem ver com uma facilidade grande as dilatadas e excelentes margens do Parnaíba, navegável mais de 200 léguas, animar a sua navegação e cultura, navegando por êle mesmo com as comodidades que se não podem praticar nesta terra estéril, agreste e caríssima; pois Vossa Excelência bem sabe as vantagens que oferece o transporte por mar..."

Um dêsses ofícios, bem como outros dirigidos ao governador do Maranhão por D. João de Amorim Pereira, sôbre o assunto, foram-lhe devolvidos com o fim de ser feita juntada de outros elementos que permitissem um estudo minucioso, tendo o governador do Piauí restituído tais documentos com desenvolvida informação, em Ofício de 5 de março de 1799, através do qual foi discutido cabalmente o assunto, opinando D. João de Amorim Pereira pela transferência da capital para a vila de Parnaíba, ou para "uma passagem aonde o rio Poti faz barra no da Parnaíba, pela sua fertilidade e vantajosa situação deveria formar-se uma vila". Teor da informação, transcrita por Pereira da Costa em sua "Cronologia Histórica do Estado do Piauí".

Não conseguiu porém o Governador do Piauí concretizar êsse tão importante pensamento, reaparecendo a idéia da mudança da capital para Parnaíba em 1812, no govêrno da junta provisória, em 1816, na administração do governador Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos, sendo também Parnaíba o local escolhido. Posteriormente, quer nas câmaras constituintes, quer na Assembléia Geral do Rio de Janeiro, o assunto sempre estêve em pauta, sendo Parnaíba o local preferido para assento da nova capital do Piauí. Em 4 de dezembro de 1797, os habitantes do Poti deram início à construção de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Amparo, a qual passou a servir de igreja Matriz, em virtude da criação de sua paróquia pela Lei provincial número 15, de 15 de setembro de 1827. Através de Portaria do Presidente da Província e Resolução do Conselho Administrativo, datada de 15 de junho de 1829, foi criada uma escola de ensino simples, com sede na povoação do Poti.

Em face do crescente progresso da povoação, que a êsse tempo já se erigira em freguesia, bem assim pelas dificuldades de policiamento e outros fatôres de ordem administrativa, senão também pelas grandes distâncias que a separavam das sedes de jurisdição, o Conselho Geral da Província, em reunião do dia 30 de janeiro de 1830, solicitou à Regência do Império a criação da vila do Poti. Êsse requerimento do Conselho mereceu o atendimento da Regência que baixou o Decreto de 6 de julho de 1832, criando a vila e município do Poti, com território desmembrado das freguesias de Campo Maior, Valença, atual Valença do Piauí e São Gonçalo, hoje Regeneração, cuja instalação se verificou no dia 21 de novembro de 1833, em solenidade

Vista parcial da cidade

40 — 24 931

Praça Marechal Deodoro

presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, cidadão Justino José da Silva Moura.

As constantes inundações do local ocasionaram a insalubridade da vila, impondo-se a sua mudança para um lugar mais apropriado que oferecesse melhores condições de habitabilidade. Essa conveniência foi reconhecida pelo Conselho Geral da Província que aprovou a Lei n.º 140, de 29 de novembro de 1842, autorizando a Câmara Municipal da vila do Poti a transferir a sua sede para um local mais propício à saúde, à tranqüilidade e segurança de seus habitantes. Apesar das mais justas causas exigirem uma rápida transferência da vila, ficou ela instalada no primitivo local por nove anos consecutivos, até 20 de outubro de 1851, quando o dinâmico e arrojado Presidente da Província, Doutor José Antônio Saraiva, pessoalmente realizou aquela mudança. Sòmente com o declínio do prestígio político do Visconde de Parnaíba, residente em Oeiras, a idéia da mudança da capital foi novamente ventilada e abertamente prestigiada pelas influências políticas do norte da Província. O Presidente, Doutor José Ildefonso de Sousa Ramos, que substituiu o Visconde de Parnaíba, proclamando a impraticabilidade de continuar em Oeiras a capital da Província, fêz votar e sancionar a Lei n.º 174, de 27 de agôsto de 1844, que autorizava a mudança da capital para a margem do rio Parnaíba, na foz do riacho Mulato, ficando a nova cidade com o nome de Regeneração. A Lei número 191, de 30 de agôsto do ano seguinte, autorizou o Presidente a empregar os meios adequados para a mudança imediata da capital, passando as repartições públicas para São Gonçalo, hoje Regeneração, onde deviam permanecer até a edificação da nova capital.

Zacarias de Goes e Vasconcelos também discutiu o problema da mudança. A capital devia estar em local salubre, aprazível, fértil, abundante de água e que oferecesse vantagens nas comunicações com tôda a Província, principalmente com os pontos de seu maior comércio, assim como das Províncias vizinhas. Enumerou os elementos próprios de uma capital e concluiu negando que Oeiras os possuísse, ao menos em parte. Ela "não tem preponderância, achando-se, sob a tutela de Caxias pelo comércio e pela indústria. Situada entre morros, é quase inabitável, a cidade, porque o calor, que no clima do norte é tão intenso, torna-se aqui, por essa circunstância, ainda mais abrasador e insuportável: o local da cidade é tão pedregoso e, conseguintemente estéril, que não consente vegetação, de maneira que na estação calmosa dir-se-á morta a natureza, a não ser o riacho da Môcha, em cujas margens sempre verdejam, bem que raras, algumas árvores". Impugna, porém, a mudança para a foz do riacho Mulato, dizendo no mesmo relatório: "Êste lugar é completamente deserto e foi escolhido sòmente pelas supostas vantagens da situação. Com dizer isto tenho dado a razão por que não foi aquela lei executada por meu antecessor, não há de ser por mim, nem também, segundo tôdas as probabilidades, pelos meus sucessores. Construir todos os edifícios necessários ao serviço; erguer de repente uma cidade inteira, é emprêsa possível a um homem de gênio, que disponha de inumeráveis braços e de uma riqueza imensa, mas é perfeita quimera para o govêrno constitucional de uma província pobre. É verdade que a Lei autorizou a presidência, pelo § 4.º do art. 7.º, a contratar com a Assembléia e Govêrno Gerais a emissão de 200:000$000 em notas, obrigando-se a Província a resgatá-las com 10 por cento de sua renda anual;

Palácio de Expediente do Govêrno do Estado

mas esta medida ainda quando obtivesse assentimento do poder competente, não sei se seria prudente pôr em prática, porque me parece que daria em resultado um grande empenho legado às gerações vindouras, sem proveito correspondente. É uma conjectura que faço com os olhos fitos na história do nosso país".

Parnaíba, porém, estava atenta. Cada vez que tratavam de votar nova Lei mudando a capital, voltava ao assunto, julgando-se com o direito de ser instalada ali a administração da Província, alegando em seu favor os seguintes motivos:

"1.º — Estar quase à margem do oceano, pois, situada na margem direita do Parnaíba, dista apenas do mar duas léguas, e permitir, por isso, que o Govêrno supremo faça sentir a sua ação na Província com muito maior rapidez do que agora, podendo a correspondência da Côrte com a Província e vice-versa fazer-se diretamente e não por intermédio do Maranhão e Bahia. 2.º — A grande probabilidade, estando lá a capital, de despertar-se o espírito de especulação para navegar-se o Parnaíba, o que é de uma utilidade imensa. 3.º — Haver já suficiente número de edifícios cômodos para as repartições públicas e residência dos empregados. 4.º — O exemplo das outras províncias cujo território compreende alguma porção de costa, as quais têm sentido a vantagem de ter suas capitais junto ao mar e não no interior".

Não convenceram, porém, as razões de Parnaíba.

Uma terceira Lei, datada de 23 de agôsto de 1849, sancionada pelo Presidente da Província, Anselmo Francisco Peretti, autorizava que se fizesse a mudança da capital, não mais para a foz do riacho Mulato, mas para o local destinado à nova sede do município do Poti; porém, a Resolução provincial número 255, de 5 de agôsto de 1850, sancionada pelo Presidente Inácio Francisco Silveira da Mata, antecessor do Doutor Saraiva, anulou tôdas as leis votadas até aquela data sôbre a transferência da capital.

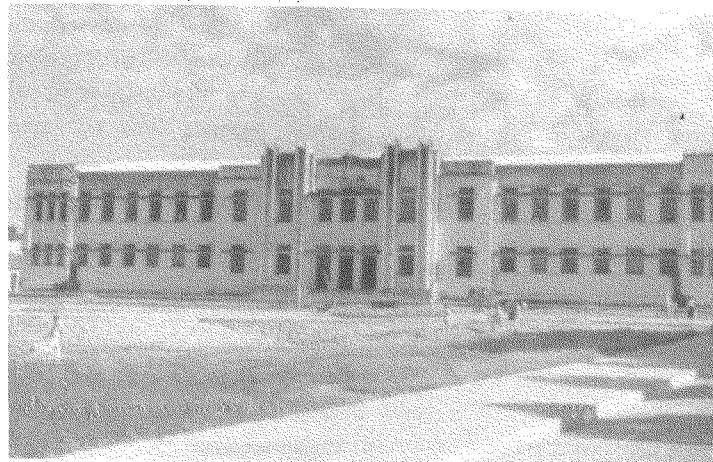
Dentre os locais preferidos para sede da nova capital, a vila do Poti teria influência decisiva no futuro. Apesar de já haver sido escolhida para sede da capital da Província, pôsto que, em seguida, tivesse sido essa escolha anulada, imprimiu, no entanto, um sulco indelével no apaixonado e prolongado debate. Aparecia o homem talhado para tirar a Oeiras o privilégio de cabeça da Província. Êsse homem veio da Bahia, no ano de 1850, na pessoa do novo Presidente, o Doutor José Antônio Saraiva. Nascido a 1.º de março de 1823 na freguesia de Bom Jardim, município de Santo Amaro, Província da Bahia, José Antônio Saraiva era bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo. Após a formatura desempenhou em sua terra natal os cargos de Juiz Municipal e de Procurador Fiscal da Fazenda. Iniciou-se na carreira política como deputado provincial, sob a chefia do Marquês de Olinda. Tinha apenas 27 anos quando foi nomeado Presidente da Província do Piauí, por efeito da Carta imperial de 19 de junho de 1850. Tendo chegado a Oeiras às 8 horas do dia 5 de setembro daquele ano, tomou posse do Govêrno no dia 7. Após haver assumido a Presidência da Província, recebeu o Doutor José Antônio Saraiva um Memorial assinado por grande número de moradores das vilas de Parnaíba e Piracuruca e Câmara Municipal de Campo Maior em que discutiam as vantagens da mudança da capital, opinando pela escolha da cidade de Parnaíba, pelos seus recursos naturais e outros elementos de vida e prosperidade e, no caso de não ser isso possível, indicaram a vila nova do Poti, pela sua vantajosa situação à margem do rio Parnaíba e outras vantagens de fácil compreensão. Nestas disposições encontrava-se a questão da mudança da capital, nos primeios meses de administração do novo Presidente da Província. Saraiva, que se tornou logo partidário dêsse empreendimento, estudou convenientemente o assunto e empreendeu uma viagem à vila velha do Poti, aonde chegou a 18 de novembro de 1850. Compreendendo fàcilmente que, estando a vila sujeita a febres endêmicas e a periódicas enchentes do rio Poti que a arruinavam constantemente, não podia florescer, os seus habitantes demonstraram, então, o desejo de edificá-la em qualquer outro local que conviesse aos seus interêsses. Aproveitando-se dêsse ensejo, o Presidente convidou os potienses a edificarem suas casas em local prèviamente escolhido, situado à margem do Parnaíba, iniciando êle próprio a construção de uma igreja, por meio de subscrições populares, destinada a Matriz. Por êsse tempo, o local mencionado, que fôra outrora uma fazenda de gado, conhecido por Chapada do Corisco, pelas grandes trovoadas e freqüentes faíscas que caíam do início até certa época da estação invernosa, era uma chapada coberta de espêssa vegetação, onde havia apenas duas ou três casas, possíveis vestígios da antiga fazenda. Sob garantia de Saraiva de que para o local escolhido para assento da nova vila seria brevemente transferida a capital da Província, não tiveram dúvidas os potienses em lançar mão de seus capitais, iniciando imediatamente o desmatamento da vegetação que cobria a vasta planície e, em obediência a um plano bem delineado e debaixo da mais severa regularidade, deram início à construção de casas, formando arruamentos cortados de ângulos

Colégio Estadual

Foto tomada na direção S.W. Ao fundo o rio Parnaíba e na margem esquerda a cidade de Flores (Maranhão). No primeiro plano, Praça Deodoro

retos. Surpreendeu-se o Presidente com os primeiros resultados, pois que, em menos de seis meses, já havia sido iniciada a construção de cêrca de trinta habitações, notando-se que até os habitantes da antiga vila do Poti, proprietários de elegantes casas, deixaram-nas para construir outras em o novo local. Regressou o Presidente a Oeiras, deixando tudo muito bem encaminhado, inclusive as construções de prédios em ritmo acelerado e em ordem de arruamento e dominados os habitantes da nascente povoação de salutar encorajamento e entusiasmo, por contarem com a certeza de ser transferida para ali, brevemente, a nova capital do Piauí. Em 1851, o Presidente Saraiva visitou a vila do Poti pela segunda vez, e, no dia 20 de outubro, robustecido o seu entusiasmo pelo muito que realizaram os potienses, dirigiu pessoalmente o transporte do acervo da antiga vila, instalando em a nova sede a Câmara Municipal e demais repartições públicas, estribado na Lei n.º 140, de 1.º de dezembro de 1842. No relatório com que o Presidente Saraiva instalou a Assembléia Provincial em 1851, tratou pormenorizadamente do assunto, discutindo as vantagens do local escolhido para a nova capital, considerando-o de ótima situação topográfica, de par com recursos certos e futuro promissor. Não contando com aquela Assembléia, que já havia revogado tôdas as disposições sôbre o assunto, julgou conveniente não expor a uma derrota certa qualquer idéia que a respeito fôsse apresentada, pela deliberada oposição dos Senhores Conselheiros. Com prudência e acêrto, aguardou Saraiva a reorganização da Câmara, para a qual foram eleitas pessoas fiéis aos seus princípios, assegurando-se, por isso, a vitória de sua idéia.

Efetivamente, instalando-se a nova assembléia em 1.º de julho de 1852, no dia 21 do mesmo mês foi baixada a Resolução número 315 que autorizou a transferência da capital para a nova vila do Poti, elevada desde logo à categoria de cidade com o nome de Teresina, em homenagem à Imperatriz do Brasil, D. Teresa Cristina. Dispunha a Resolução que para a nova cidade seria transferida a sede do Govêrno da Província com tôdas as repartições públicas e a própria Assembléia Legislativa. A Presidência estava autorizada a levar a efeito a transferência tão logo achasse conveniente; a obter por aluguel ou pela forma que mais conveniente lhe parecesse os prédios necessários para as repartições públicas; a mandar construir êsses prédios por administração, quando lhe parecesse conveniente; a mandar construir por administração ou arrematação, no local da nova cidade, uma cadeia, um cemitério e quaisquer outras obras que fôssem necessárias e se harmonizassem com os recursos da Província; a proceder à desapropriação dos terrenos que julgasse necessários ao assento e crescimento da futura capital, os quais seriam aforados pela respectiva Câmara Municipal em proveito de suas rendas; a passar logo para a cidade de Teresina o estabelecimento dos Educandos Artífices, que trabalhariam nas obras públicas compatíveis com os seus ofícios. Os empregados públicos vitalícios, ao se transferirem para a nova capital, teriam uma ajuda de custo para as despesas de viagem, arbitrada pelo Presidente, levando-se em conta o número de pessoas de suas famílias e a categoria de seus empregos.

Informado o Doutor Saraiva de que se formava um plano de atentado contra a sua pessoa e "tendo tomado as medidas necessárias e as precauções exigidas para a sua segurança individual", escreve Clodoaldo Freitas, "o Doutor Saraiva retirou-se de Oeiras, deixando assinado o Decreto da mudança da capital.

"Quando a bomba explodiu, já o ilustre e pertinaz Presidente estava distante. O golpe foi terrível. Se o Doutor Saraiva se não tivesse retirado prudentemente, em tempo, teria, com certeza, sido vítima de alguma agressão. Os ânimos se irritaram e era um verdadeiro clamor público contra o Presidente, que os mais exaltados cobriam de injúrias e juraram tomar, mesmo no Poti, uma vingança estrondosa e sanguinária. Corria o boato que o povo não deixaria o cofre público sair de Oeiras e os agitadores gritavam pelas ruas que a senha da revolução era essa tentativa aviltante para os oeirenses, da retirada do cofre, sinal definitivo da realização da projetada mudança.

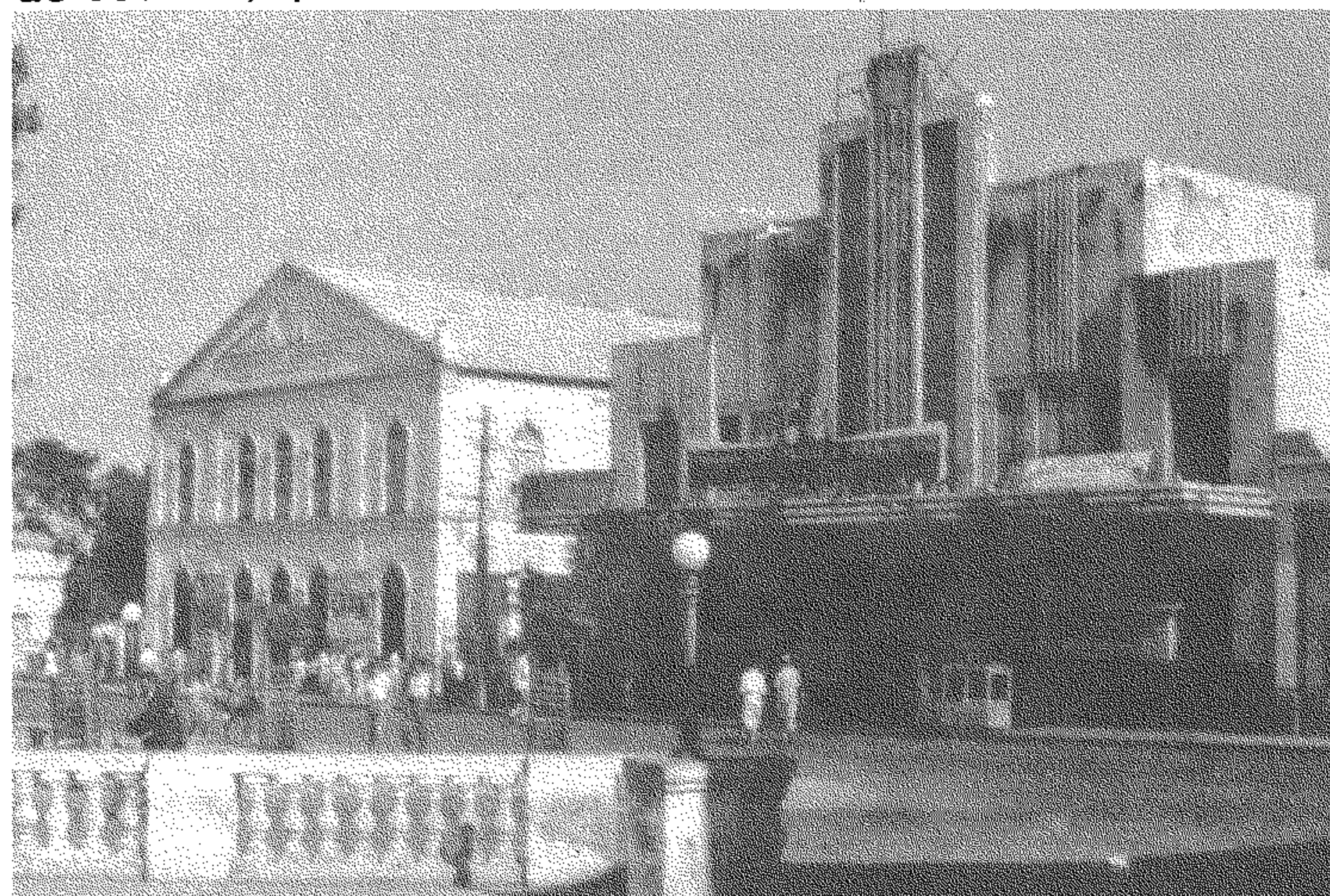
"Muitos, até então, ainda ingênuamente acreditavam na possibilidade da volta do Govêrno para Oeiras, por deliberação da Assembléia, com a retirada do Presidente ou por ordem expressa do Govêrno imperial. Queriam, pois, que o erário público ficasse em Oeiras, como garantia da permanência da capital e em protesto contra o Ato presidencial. Assim, no dia em que o cofre, colocado em carro puxado por bois, partiu de Oeiras, cercado de numerosa fôrça armada, a população, desiludida, abandonada a idéia de revolta, que realmente nunca tivera, entregou-se a uma

Cine Rex e Teatro 4 de Setembro

Foto tomada na direção N.W. vendo-se ao fundo o rio Parnaíba e a ponte da E. F. São Luís--Teresina

dolorosa desolação, acompanhando-o até ao lado oposto da grande ponte construída sôbre o Môcha pelo Dr. Zacarias, soluçando. Foi um dia de luto geral".

Em Teresina, onde chegou no dia 13 de agôsto, tomou Saraiva, com rapidez e energia, tôdas as providências necessárias para a mudança imediata da máquina administrativa da Província. A 16 do mesmo mês dirigia Circular a todos os Presidentes de Províncias do país, nos seguintes têrmos:

> "Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o corpo legislativo provincial autorizou pela Lei número 315, de 21 de julho do corrente ano, a transferir a capital desta Província para a nova cidade de Teresina, e que dei já execução a essa Lei, pelo que me acho residindo nesta cidade à disposição de Vossa Excelência".

Através de outra Circular, datada de 21 de outubro do mesmo ano, o Presidente fêz nova comunicação às Províncias do país, noticiando o encerramento definitivo da mudança da capital, cujo inteiro teor vai transcrito a seguir:

> "Comunico a Vossa Excelência que esta Província está em paz, e que se acha completamente transferida para esta cidade de Teresina a capital da Província e funcionando regularmente tôdas as repartições públicas".

Em 25 de dezembro do mesmo ano de 1852, verificou-se a inauguração da capela-mor da igreja de Nossa Senhora do Amparo, de Teresina, com a celebração de sua primeira missa, tendo sido feita no dia anterior a bênção solene do santuário, praticada pelo Padre Mamede Antônio de Lima, Vigário da freguesia, bem como a trasladação, em solene procissão, da imagem da padroeira da velha igreja do Poti, para a de Teresina em construção, que no ano seguinte passou a servir de igreja-Matriz, ocasião em que se verificou a transferência da sede da Paróquia.

O terreno que serviu para edificação da cidade de Teresina foi tirado da data "Covas" e compreendia de norte a sul um quarto de légua para cada lado, tendo a igreja de Nossa Senhora do Amparo por centro, e leste a oeste o espaço entre os rios Parnaíba e Poti, o qual foi desapropriado no Govêrno do Doutor Simplício de Sousa Mendes, pagando-se aos seus proprietários a importância de um conto e quinhentos mil réis (1:500$000).

Sôbre a conveniência da mudança da capital da Província e a sua conseqüente realização, muito se estendeu o Doutor Saraiva no relatório com que passou a administração ao seu sucessor, na cidade de Teresina, em 11 de março de 1853, através do qual foram salientadas tôdas as providências tomadas a respeito, mencionando, inclusive, que as despesas com a mudança não excederam trinta contos de réis (30:000$000) e que o Ministério do Império havia aprovado a referida mudança. O Presidente deixou, todavia, de transferir o Poder Judiciário para Teresina, ficando a única comarca do Piauí sediada em Oeiras até 14 de dezembro de 1855, data da Lei provincial número 393 que criou a comarca de Teresina, desmembrando de São Gonçalo, hoje Regeneração, o seu têrmo judiciário que passou a integrar a comarca recém-criada. Segundo um mapa estatístico, datado de 1.º de fevereiro de 1854, organizado pelo então Chefe de Polícia interino, Doutor João Lustosa da Cunha Paranaguá, e apenso ao relatório com que o Presidente da Província abriu a Assembléia Provincial em 1857, a população do município de Teresina constituía-se de 11 820 habitantes.

* * *

Às três horas da tarde do dia 10 de abril de 1859, entrou no pôrto de Teresina o "Uruçuí", primeiro barco a vapor que sulcou as águas do Parnaíba, comandado pelo primeiro-tenente da Armada Nacional, Álvaro Augusto de Carvalho. A entrada do "Uruçuí" no pôrto de Teresina foi festejada entusiàsticamente, por isso que os teresinenses há muito aspiravam à consecução de tão grande melhoramento.

* * *

Inaugurou-se a 8 de dezembro de 1859 a Santa Casa de Misericórdia de Teresina, entidade que tinha por fim a manutenção de um hospital de caridade e a prática de outros atos desta natureza. Foi o inspirador de tão generosa idéia o então Presidente da Província, Doutor Manoel Antônio Duarte de Azevedo.

* * *

No dia 10 de março de 1865, embarca em Teresina um corpo de guarnição com destino à campanha do Paraguai. Com seu efetivo quase completo, constituído de 20 oficiais e 310 praças, além de três médicos e um farmacêutico do Corpo de Saúde do Exército, sob o comando do coronel Manuel Rolemburg de Almeida, embarcou o corpo de guarnição, conduzindo, reunidamente, os primeiros 35 voluntários da pátria que marcharam do Piauí.

* * *

No dia 25 de março de 1865 foi lançada a pedra fundamental da igreja de Nossa Senhora das Dores que, com exceção da capela-mor, ficou concluída no ano seguinte (1866), ao tempo em que se constituíra a Paróquia de Nossa Senhora das Dores, pela Lei provincial n.º 590, de

6 de agôsto de 1866. O templo foi logo designado para servir de igreja Matriz, tendo começado a funcionar no dia 16 de fevereiro de 1867, com a celebração de sua primeira missa em ato festivo. Apesar de ter andamento moroso, as obras do novo templo prosseguiram custeadas pela Província, com auxílio do Govêrno geral; mas, por não obedecerem às necessárias condições de segurança e solidez requeridas, veio a desabar, quando se encontrava quase concluído. Votados os fundos necessários para a reconstrução do templo pela Assembléia Provincial, reiniciaram-se as obras que foram concluídas em 1875, ano em que foi inaugurada a nova igreja.

A pedra fundamental da igreja de São Benedito foi lançada pelo Reverendíssimo Frei Serafim de Catânia, missionário capuchinho, ex-Prefeito do Hospício da Penha, em Pernambuco, em 13 de junho de 1874, um ano antes da segunda inauguração da igreja de Nossa Senhora das Dores e, a 3 de junho de 1886 foi dada bênção solene do templo pelo Bispo do Maranhão, D. Antônio Cândido de Alvarenga, assistido por sete sacerdotes, que observaram todos os rituais recomendados pela Santa Sé. Finalizando a cerimônia, foi celebrada missa solene, a que compareceu grande número de fiéis.

* * *

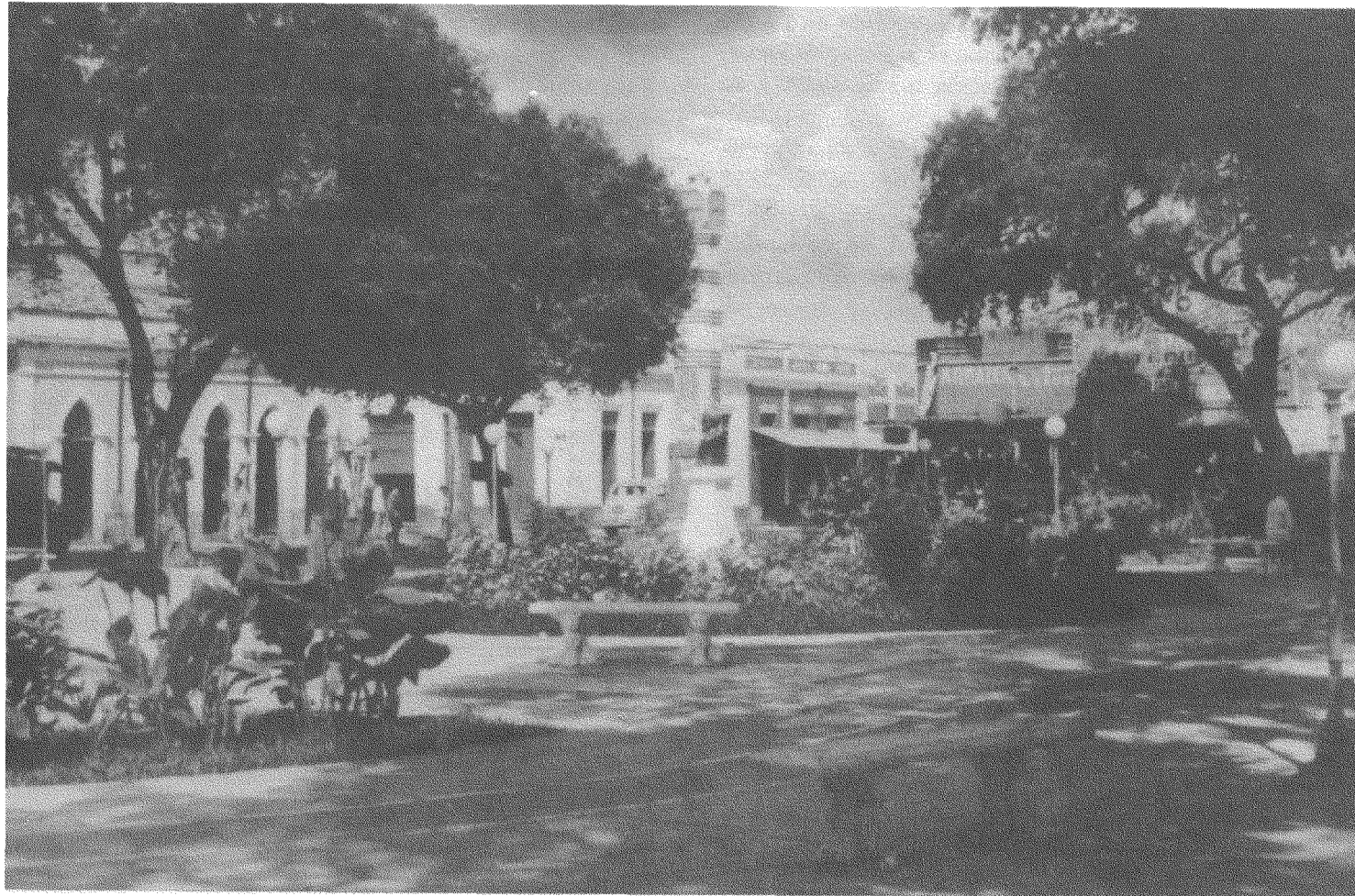
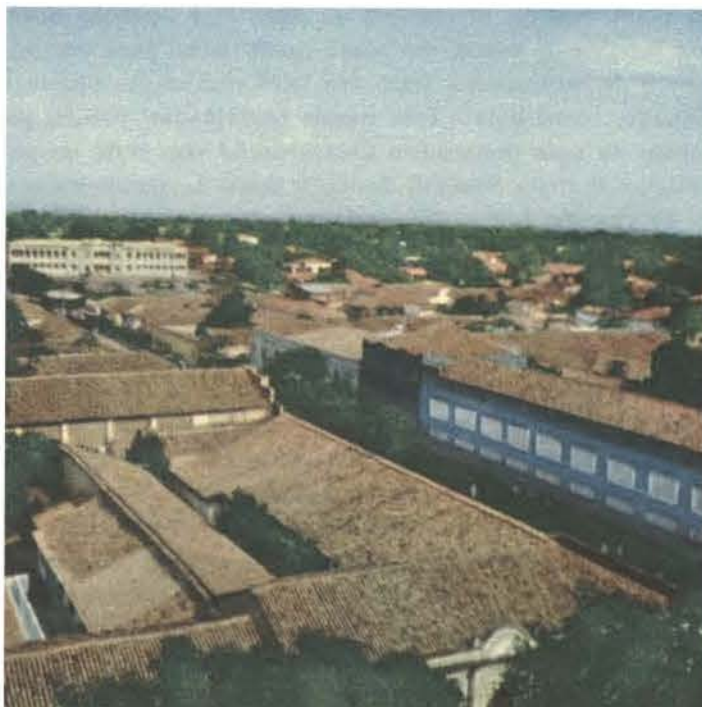
Nos primeiros dias de funcionamento em o novo local, a capital sofreu as deficiências naturais de uma mudança apressada, apesar dos esforços empregados pelo seu fundador que tudo fêz para supri-la do mínimo exigido por uma sede de Província daquela época. Um retrospecto dos dez primeiros anos de existência de Teresina provou, consoante o estudo do Padre Joaquim Chaves, autor do livro "Teresina", que era pouco lisonjeira a situação da nova capital que, em pouco tempo, superou os óbices principais que se antepunham ao seu progresso. Embora em 1852 alguns edifícios públicos já estivessem em construção, as repartições do Govêrno foram tôdas instaladas em casas alugadas. O emprêgo de trabalho escravo e de material improvisado nas construções, agravado pela falta de assistência técnica, imprimiram-lhes um estado de precariedade de que se ressentiam tôdas elas ao completar a cidade os seus dez primeiros anos de existência.

Dentre as construções dos edifícios públicos de Teresina, coube a primazia à Igreja do Amparo, cuja pedra fundamental foi lançada em 25 de dezembro de 1850. Saraiva, na sua fala de 3 de julho de 1851, diz que "em dezembro retirou-se o mestre-de-obras para o Poti, a fim de construir a nova Matriz, que por subscrições já se acha adiantada". Em dezembro de 1852 foi inaugurada a igreja e elevada à categoria de Matriz da cidade. Tinha pronta apenas a capela-mor. Em 1854 já estavam prontas a capela-mor, as duas sacristias, as duas capelas laterais, concluídas as paredes dos corredores e em andamento as do corpo da igreja. Apesar do ingente esfôrço do Presidente da Província, não estava terminada em 1862 e a construção já feita muito deixava a desejar. É um edifício cuja identificação hoje não oferece a menor dificuldade. A Igreja do Amparo, com algumas modificações imprimidas no correr dos tempos, é hoje a mesma da pedra fundamental de 1850, no mesmo local da fundação. Em julho de 1851, Saraiva anunciava o início da construção de um quartel para o corpo de polícia. Êste quartel não serviu aos soldados. Na parte pronta, em 1854, foi instalado o hospital de caridade. Em 1862 o corpo de polícia ainda se aquartelava em casa particular. Do cemitério, já em julho de 1854, dizia o Presidente, Doutor Antônio Francisco Pereira de Vasconcelos: "Estará concluído até o meado do corrente mês, tendo sido feito com tôda a elegância e solidez". De fato, sòmente em 1862 foi concluído, com a capela sem altar. É o atual cemitério, no mesmo local do tempo da sua fundação. A construção da cadeia, em julho de 1854, estava em bom andamento e continha quatro prisões, duas para o lado do norte e duas para o sul. Passando por várias reformas e ameaçando ruína, chegou ao ano de 1862 em condições, porém, precaríssimas. Em 1864, noticia a seu respeito um documento da época: "Começada em 1852 e já arruinada antes de concluída — afigura-se antes uma masmorra de tempos antigos e, estava quase dizendo, uma gaiola de feras. Ali o ar falece e a luz parece que receia entrar". Falou-se no lançamento dos alicerces da cadeia nova no ano de 1862, no mesmo local da velha. Como, porém, admitir o prosseguimento das obras da cadeia nova já em 1862, no mesmo local da velha, se esta ainda está de pé e funcionando em 1864? A cadeia nova só estaria concluída, mas ainda sem o muro, em 1866. Não há dúvida quanto ao local em que foi construído o mercado. Sabe-se com certeza que foi na Praça da Constituição, hoje Deodoro, no terreno cedido pela Câmara Municipal ao coronel Jacob Manoel de Almendra, perto da margem do Parnaíba. Em 1862, porém, ainda não estava

Coluna do relógio na Praça Rio Branco

terminado. É o atual mercado velho. O Liceu, no princípio, funcionou nas casas particulares dos professôres. Para alojá-lo em prédio próprio, o Doutor Albuquerque iniciou em 1856 a construção de um edifício. Três anos depois o Liceu se encontrava funcionando regularmente, porém, em casa pequena e imprópria que não oferecia os mínimos requisitos exigidos por um estabelecimento de ensino extraprimário. Funcionava, então, em pequenos quartos da insignificante casa comprada para o palácio. A construção do Quartel de Linha teve início em 1853 e, em 1858, o Govêrno comprou uma casa na Praça da Constituição, nela instalando o Teatro Santa Teresa, após as modificações exigidas. A casa mencionada situava-se no mesmo lugar onde se encontra o atual edifício da Assembléia. A Tesouraria Provincial e a Secretaria do Govêrno, em 1858, funcionaram em um edifício construído no ano anterior, destinado à instalação de um colégio secundário ou de um internato. Os Educandos Artífices trazidos de Oeiras, no mesmo ano da mudança da capital, foram alojados em uma casa pequena e insalubre. Em 1860, o Govêrno ainda se encontrava instalado em uma casa alugada, apesar de já possuir, por compra, uma casa que, por ser imprópria para residência do Presidente, alojava o Liceu e a Assembléia Provincial. O Correio funcionava em casa alugada até o ano de 1862, quando passou a ocupar dois quartos do lado nascente da casa da administração provincial.

* * *

No ano de 1860, já os teresinenses celebravam regularmente suas festas. Dividiam-se elas em três grandes grupos: religiosas, cívico-patrióticas e populares pròpriamente ditas. As festas religiosas eram muitas. Compreendiam as do culto público, celebradas na Matriz, e algumas novenas rezadas, às vêzes, em casas particulares, para cumprimento de promessas. Tudo era feito com muita ordem e respeito, como hoje. Três destas festividades, porém, gozavam de uma preferência tôda especial por parte da população; eram a Semana Santa, a festa da padroeira e a da Imaculada Conceição. A Semana Santa estava a cargo da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Muitos dias antes do Domingo de Ramos reuniam-se os integrantes da irmandade, balanceavam os recursos de que dispunham, combinavam as funções com o arcipreste Vigário Mamede Antônio de Lima e, nos dias da comemoração da Morte e Ressurreição do Senhor, tudo era feito dentro das possibilidades de uma cidade que ainda não era sede de Bispado. A procissão de Bom Jesus não foi feita em Teresina antes de 1859 por uma razão muito simples: a Imagem do Senhor dos Passos só foi adquirida em dezembro de 1858 por subscrição popular. É a imagem que se venera ainda hoje na Igreja do Amparo. A festa de Nossa Senhora do Amparo, a padroeira, era do povo e se celebrava em setembro ou novembro. A da Conceição era a festa religiosa do exército. O Batalhão de Linha dava cunho solene à novena de sua padroeira. Havia mordomos. O ponto culminante da festa era a procissão que se fazia no dia oito de dezembro, ao cair da tarde. As fôrças militares, em rígida formatura, ao som de salvas de artilharia e infantaria, prestavam continência à Imagem na porta da igreja. Todo êsse aparato militar impressionava vivamente a multidão. O primeiro leilão realizado em Teresina data do ano de 1858, na festa da Conceição. Das comemorações cívico-patrióticas, três apenas gozavam das preferências do público e eram celebradas mais ou menos conforme se descreve a seguir.

Vista parcial da Praça Rio Branco

Vista da parte norte da cidade vendo-se o Liceu Piauiense

No dia 25 de março, aniversário da Constituição Política do Império, desde cedo se ouviam as salvas de artilharia no Quartel de Linha, acordando o povo para a festa. Nas primeiras horas da manhã realizava-se o desfile militar pelas ruas, ao som de fanfarras. Depois da parada, o povo fazia cortejo em palácio diante da efígie de Sua Majestade, o Imperador. À noite havia baile na Presidência.

A festa da independência constava de parada militar pela manhã e grande passeata cívica à noite, quando eram percorridas as principais ruas da cidade, apresentando-se nela tôdas as classes sociais. O povo, precedido da Banda dos Educandos, marchava em colunas, ao espocar de foguetes e vivas ao Brasil, a Sua Majestade o Imperador e ao Piauí.

Mas a festa popular por excelência era a do aniversário do Imperador, a 2 de dezembro. A do ano de 1858 foi comemorada como vai descrito abaixo.

A cidade acordou ao troar das salvas de artilharia. Desde cedo o povo convergiu para a Igreja do Amparo, onde seria entoado solene Tedeum de Ação de Graças. À hora aprazada chegou o Presidente da Província, acompanhado de seu Secretariado e demais autoridades. Fazia-se preceder de um piquête de cavalaria da Polícia Provincial, autêntica novidade naquele ano. Terminada a função religiosa, o povo formou uma passeata até o Palácio. Ali, autoridades e povo, com grande vibração, assistiram ao desfile das tropas. À noite houve representação no Teatro Santa Teresa. O ponto alto da representação foi o aparecimento em cena da efígie imperial, que foi saudada com o Hino Nacional. Do seu camarote, o Presidente prorrompeu em vivas a Sua Majestade o Imperador e ao povo piauiense, no que foi secundado por todos os presentes com grande entusiasmo.

* * *

Desde a fundação da cidade que o Govêrno da Província dedicou sérios cuidados à instrução primária, principalmente na capital. Os esforços despendidos neste sentido nunca foram devidamente compensados. O povo, de modo geral, não se interessava muito por que seus filhos aprendessem a ler e a escrever. Por seu lado, os meninos temiam a escola que não era risonha e franca. Mestres mal remunerados, manejando um aparelhamento pedagógico inadequado, compensavam as deficiências do método com um processo todo especial de intimidação que ia desde a humilhação premeditada do aluno, por meio de gritos e admoestações acrimoniosas, até a intervenção desapiedada e freqüente da palmatória. Havia quatro escolas públicas primárias em Teresina, pois, de acôrdo com o regulamento, cada Paróquia na Província devia possuir duas escolas, uma para cada sexo, e em 1886 já estava criada a Paróquia das Dores. É possível que as escolas das Dores não tenham funcionado logo. A freqüência nas escolas públicas de Teresina no ano de 1868 era de apenas 50 alunos. Quase só os meninos da classe média freqüentavam as aulas da Província. Os meninos ricos estudavam, de preferência, nas escolas particulares, onde o aproveitamento era mais rápido e sensível. Naquela época havia bons colégios particulares para instrução primária. Em 1862, destacava-se o dirigido por Miguel de Sousa Leal Borges Castelo Branco, funcionando no prédio número 30 da Rua da Glória, hoje Lisandro Nogueira, e gozava de grande aceitação por parte do público. Era um Externato misto que aceitava alunos mediante o pagamento de uma mensalidade fixa de dois mil réis (2$000). O estabelecimento, porém, mais afamado no estilo daqueles tempos era o Colégio Nossa Senhora do Amparo, para meninos, dirigido pelo Doutor Jesuíno José de Freitas e o capitão Joaquim Luís da Silva. Sua fama transpôs os limites da cidade. Possuía anexo um Internato com grande reputação em vasta zona da Província. Havia também um colégio particular para meninas, o qual gozava de grande conceito, além de outras aulas particulares de menor importância. A instrução primária da Província passou por uma reforma consubstanciada na Lei n.º 537, de 2 de julho de 1864. Por essa reforma, os métodos antiquados deram lugar aos mais humanos e recomendava a educação pelo amor. O professor se esforçaria para combinar o estímulo das fôrças morais com o das recompensas adequadas. Foram abolidos os castigos corporais, notadamente o da palmatória. O regulamento estabelecia ainda condições rigorosas de idade, capacidade física, intelectual e moral para o exercício do magistério público, exigindo concurso dos candidatos. Até o ano de 1872, o ensino secundário em Teresina não compensou, absolutamente, os esforços de alguns abnegados que por êle se interessavam vivamente, nem as somas em dinheiro, que a Província gastou para

Vista parcial da cidade

mantê-lo em funcionamento. O Liceu, sempre em crise, nunca teve pouso certo, nem freqüencia regular, até que foi extinto pela Resolução n.º 511, de 1.º de agôsto de 1861, para mais tarde ser restaurado pela Lei provincial número 599, de 9 de outubro de 1867. Estava a cidade sem um estabelecimento de ensino secundário quando, em boa hora, o Doutor Franklin Dória fundou a Escola Normal de Teresina. Havia êle feito uma reforma no ensino e viu que, se a Província não dispusesse de um corpo de professôres primários à altura, a reforma se tornaria letra morta, irremediàvelmente. Urgia, pois, formá-los. O projeto da fundação da escola foi sancionado pela Resolução número 565, de 5 de agôsto de 1864, e, em 3 de fevereiro do ano seguinte, foi a escola inaugurada solenemente, a cujo ato compareceu o Presidente, seu fundador. Com o afastamento do Doutor Franklin Dória da Presidência da Província, a escola foi suprimida por efeito da Resolução provincial número 599, de 9 de outubro de 1867.

* * *

A primeira década marcou um ponto alto no desenvolvimento da capital. Partindo dos 49 habitantes que em junho de 1851 viviam na Chapada do Corisco, local escolhido para a edificação da cidade, Teresina expandiu-se tão ràpidamente que, na segunda década, já contava com 963 casas, sendo 433 sólidas e 530 cobertas de palhas, para mais de oito mil habitantes.

Vista parcial da Rua Davi Caldas

A Guerra do Paraguai determinou as primeiras modificações na nomenclatura das ruas. Reunida extraordinàriamente em 28 de novembro de 1865, a Câmara Municipal mandou que "em comemoração de alguns gloriosos feitos das armas brasileiras na guerra em que se acha empenhado o Império, e em homenagem ao amor e veneração que os habitantes desta cidade consagram aos nossos augustos imperantes, sejam mudados os nomes das ruas: Bacuri para o da "Imperatriz"; de São Joaquim para o "do Imperador"; da Trindade para "Riachuelo"; da Graça para "Barroso"; Praça do Comércio para Uruguaiana". A Praça Uruguaiana é a atual Praça Rio Branco. Como acontecia há mais de cem anos atrás, ainda hoje é esta a zona comercial de maior importância da cidade.

Lá por volta de 1860 Teresina cobria uma área de mais de um quilômetro de extensão na direção norte-sul: ia do largo do Quartel do Batalhão até o "Barracão". Na direção leste-oeste o desenvolvimento era menor. Para o lado do Poti as ruas pròpriamente ditas findavam-se numa linha que corria irregularmente algumas dezenas de metros acima das duas principais Praças — a da Constituição, hoje Deodoro, e o Largo do Saraiva, atual Praça Saraiva. Para o lado do Parnaíba nem tôdas as ruas chegavam ao rio. A Rua Grande, por exemplo, atual Álvaro Mendes, uma das principais, ainda em 1867 era interceptada por uma cêrca da casa do ex-Presidente Baldoíno José Coelho.

* * *

O jornalismo proliferou em Teresina nos primeiros tempos de sua fundação, sempre em razão da política. Não havia mentalidade política na imprensa: escrevia-se a favor do Govêrno ou contra êle. As descomposturas eram pesadas. Apareciam, de quando em quando, na imprensa, colaborações de interêsse geral e até belíssimas páginas de real valor literário. Houve mesmo um louvável esfôrço de fixação de aspectos da história do Piauí. A Miguel Borges Leal Castelo Branco, por exemplo, deve-se uma série de artigos, verdadeiras biografias de piauienses ilustres, que muito auxiliarão os estudiosos de hoje na reconstituição histórica do passado. Merece especial atenção a contribuição literária, variada e rica, de Clodoaldo Freitas à imprensa daquele tempo. É quase inacreditável o número e a variedade de jornais que se editaram na cidade naquela época, quando a arte tipográfica, sem técnica aprimorada, ainda não oferecia as facilidades de hoje. Eis os nomes de alguns jornais teresinenses daquela época: "Ordem", "Propagador", "Expectador", "Liga e Progresso", "Imprensa", "Amigo do Povo", "Semanário", "Lábaro", "Telefone", "Época", "Reforma", "Revista Mensal", "O Piauiense", "O Operário", "Luta", "Tribuna", "Falange", "Trabalho", "Estado do Piauí", "Democracia", "Gazeta do Comércio", "Primavera", "Piauí", "Legalidade", "O Diário", "O Telegrafista", "Incentivo", "União Postal", "O Popular", "Tribunal Operário", "Murmúrio" (2 números), "Revista Piauiense", "Estafeta", "Notícia", "República", "O Povo", "Bispado do Piauí".

* * *

Teresina nasceu nos braços da Igreja Católica, isto é, na celebração de uma missa, na hora em que era lançada a pedra fundamental de sua Matriz, a Igreja de Nossa Se-

Edifício da Casa Inglêsa

nhora do Amparo. Naqueles primeiros tempos, o povo mantinha sua fé quase simplesmente por obra e graça da tradição. Os padres eram poucos e ainda assim dedicavam grande parte do seu tempo à política e aos negócios particulares. Nem sempre davam bom exemplo. Quase que se preocupavam apenas com as manifestações externas do culto e a administração dos sacramentos do Batismo e do Matrimônio. Não havia freqüência aos sacramentos da Penitência e da Eucaristia. Também não havia preocupação com a conservação dos templos e a substituição das alfaias imprestáveis, porque isso competia ao Govêrno. Às vêzes, a falta de assistência religiosa era tamanha que chegava a se anular pràticamente, como ocorreu nos últimos meses do ano de 1865, quando, havendo um só Padre na cidade e tendo sido pronunciado pelo Juiz de Direito por questões de ordem política, negava-se a oficiar, alegando estar impedido por ser funcionário público... E os doentes morriam sem assistência religiosa, e o povo vivia sem missa, sem pregação e sem sacramentos. Apesar de tudo, o povo de Teresina, de um modo geral, guardava sua fé, respeitava sua religião, batizava seus filhos e santificava a união matrimonial com as bênçãos da igreja.

Não há notícias sôbre a data exata de organização dos primeiros grupos protestantes em Teresina. O necrológio do tenente Raimundo de Freitas Almeida, falecido no Rio de Janeiro a 22 de junho de 1899, diz que êle era presbiteriano e que, em companhia de Sousa Pontes, abrira a primeira casa de culto em Teresina. Não dá, no entanto, a data dessa abertura. Como é sabido, porém, que o tenente Almeida participou das campanhas do Rio Grande do Sul e de Canudos, é de supor-se que a organização daquele grupo de protestantes tenha sido anterior ao ano de 1894. Naquele ano vivia em Teresina o Senhor Nabor Alves Maia Pinto, corretor de fundos públicos e mercadorias, também protestante. Não há notícias sôbre se êle pertencia a algum grupo ou se chegou a abrir alguma casa de culto.

* * *

O entusiasmo dos teresinenses por sua cidade cavou fundo nos seus corações a gratidão para com aquêle que a criou e a elevou à categoria de capital da Província — Doutor José Antônio Saraiva. Não o esqueceram. Logo de início batizaram com o seu nome a segunda praça da cidade, então tivemos o Largo do Saraiva, hoje Praça Saraiva. Mas não ficaram contentes. Queriam mais. Era preciso que a Praça principal e a primeira da cidade, a Praça da Constituição, tivesse algo que lembrasse o fundador. Surgiu a idéia de erigir-se ali um monumento em memória do Conselheiro. Uma subscrição que teve logo o apoio de todos os teresinenses, sem distinção de partidos, angariou fàcilmente vultosa importância para tal fim. Foi feita, então, para o Rio de Janeiro, a encomenda de uma coluna de mármore, com inscrição apropriada para coroar uma pirâmide comemorativa, que seria levantada no centro da Praça. A dificuldade de transporte, porém, atrasou muito a remessa dessa coluna que só chegou em Teresina em 19 de abril de 1859, a bordo do Uruçuí, o primeiro vapor piauiense que sulcou as águas do Parnaíba. Desembarcada pouco depois, foi levada para o Palácio do Govêrno, onde aguardou fôsse ultimada a construção da pirâmide que deveria suportá-la. A coluna é de mármore e tem na base as seguintes inscrições: Em uma das faces: *"Josephus Antonius Saraiva Hanc urbem condidit Anno D. Ni MDCCCLII"* e na outra face: *Piauhyenses Grati hoc fecerunt Anno D. Ni MDCCCLVIII.*

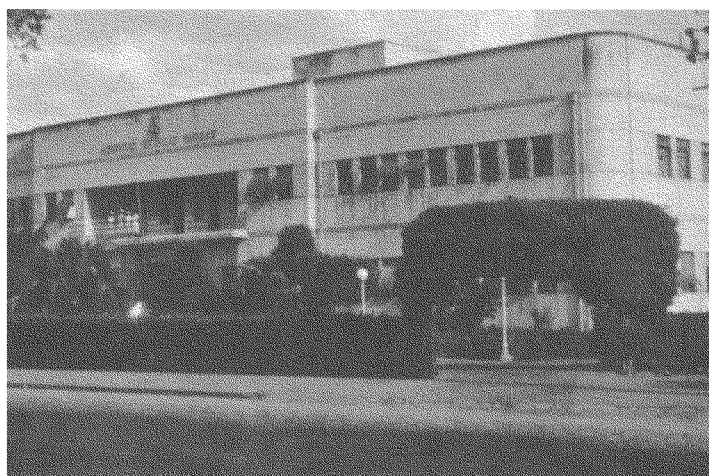
Esta inscrição latina tem a seguinte tradução:

"José Antônio Saraiva fundou esta cidade no ano do Senhor de 1852".

"Os piauienses, agradecidos, levantaram-lhe êste monumento no ano do Senhor de 1858".

No dia 21 de agôsto de 1859 a coluna foi colocada no pedestal. Logo que ela se firmou na base, subiram ao ar girândolas de foguetes e muitos vivas foram dados ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro Saraiva. Assistiram ao Ato o Presidente da Província, autoridades, a comissão pró-monumento, pessoas gradas e grande massa popular. À noite houve baile na Presidência. Comunicado o fato ao Doutor José Antônio Saraiva, veio da Bahia o seu agradecimento, que foi publicado na imprensa, e transcrevemos integralmente:

"Senhores Redatores.

"O Excelentíssimo Senhor Doutor José Mariano Lustosa do Amaral, 1.º vice-Presidente da Província, teve a bondade de comunicar-me estar concluído o monumento, que deve perpetuar a memória de meus pequenos serviços prestados a essa Província por ocasião da mudança de sua capital para a margem do Parnaíba. Essa comunicação coloca-me na obrigação de renovar meus agradecimentos a todos os que concorreram para semelhante acontecimento.

Hospital Getúlio Vargas

Ponte metálica sôbre o rio Parnaíba

"Estava seguro de que os piauienses, sem exceção de um só, far-me-iam um dia a justiça de crêr na sinceridade e dedicação com que promovi a realização do pensamento mais fecundo, que até hoje tem ocupado a atenção do corpo legislativo provincial, e a navegação do belo rio Parnaíba, conseqüência inevitável da mudança da capital, determinaria a época em que seriam bem avalizadas minhas intenções.

"Não supunha, porém, que a generosidade dos piauienses fôsse além de minhas esperanças, e de meus votos, e lhe tivesse de dever a honra maior a que poderia aspirar, isto é, a do reconhecimento público e solene de meus insignificantes serviços.

"Penhorado por essa honra, que deve acoroçoar a todos os altos funcionários do país, sinto-me de hoje em diante na necessidade de provar à Província do Piauí, de onde trouxe as mais belas recordações de minha vida pública, que nunca esquecerei o cavalheirismo com que recompensou os esforços do mais obscuro e do mais grato de seus admiradores.

"Bahia, 18 de outubro de 1859.

José Antônio Saraiva".

A mais antiga imagem de culto católico venerada em Teresina é a de Nossa Senhora do Amparo, "a velha", como é dito comumente. É de madeira e mede 1 metro e 24 centímetros de altura. Aqui chegou a 6 de fevereiro de 1852. Sabe-se disso pelo Ofício que o Padre Mamede Antônio de Lima dirigiu ao Doutor José Antônio Saraiva, Governador da Província, ainda em Oeiras, e que vai transcrito abaixo:

"Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor.

"Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a imagem da SS. Virgem da Senhora do Amparo já aqui se acha desde 6 do andante, sem que ela sofresse o mais leve dano na condução.

"Deus guarde a Vossa Excelência.

"Vila Nova do Poti, 9 de fevereiro de 1852".

Compreende-se que o Padre Mamede veio do Poti Velho receber, aqui, a Imagem de Nossa Senhora do Amparo que o Governador enviava para a igrejinha ainda em construção da vila nova do Poti, hoje Teresina. Como ainda não estivesse concluída a construção da igreja de Teresina, naturalmente o Vigário levou a imagem para a igreja do Poti Velho onde já havia outra, também de Nossa Senhora do Amparo, pois não é possível que uma igreja dedicada a um patrono determinado ficasse sem a respectiva imagem de sua invocação por muito tempo. E a igreja do Poti Velho, desde 1832 tinha como patrono Nossa Senhora do Amparo. Fica assim esclarecida a confusão que até hoje foi feita com as duas imagens de Nossa Senhora do Amparo — a de Teresina e a do Poti Velho. A de Teresina é a de que dá notícia o Ofício do Padre Mamede, a qual aqui chegou a 6 de fevereiro de 1852, e que ainda hoje é venerada na Matriz do Amparo. Foi ela que, na tarde de 24 de dezembro de 1852, veio em procissão do Poti Velho para Teresina, para tomar conta de sua igreja, que naquela tarde se inaugurou em a nova capital.

A iluminação pública de Teresina, em princípio, consistia apenas em lampiões às portas de algumas repartições

Aspecto da cidade

públicas ou em casas de altas autoridades. Em 2 de dezembro de 1882 foi inaugurada a iluminação pública da cidade com a instalação de 80 combustores a querosene nos principais logradouros. A iluminação a eletricidade foi inaugurada em 1914. O serviço de abastecimento de água foi assunto de insistentes cogitações desde 1888, quando, pela Lei provincial número 1 174, de 7 de junho daquele ano, foi autorizada a realização de um contrato para o mesmo fim. Em 1891 e em 1900 foram concedidos privilégios e vantagens a pessoas ou entidades que se propusessem fazer o abastecimento de água, sem que, no entanto, nada a respeito se realizasse, até que, chamando a si a execução do serviço, conseguiu o Govêrno inaugurá-lo em 1906. O município de Teresina sofreu desmembramento de seu território para constituição do município de Natal, elevado a essa categoria pelo Decreto número 21, de 28 de março de 1890. Tendo vida efêmera, foi extinto o município em aprêço, por efeito da Lei número 34, de 26 de junho de 1894, cujo território voltou a pertencer a Teresina. Por fôrça da Lei estadual número 85, de 12 de junho de 1896, a comarca de Teresina foi elevada à categoria de 2.ª entrância e a 16 de julho de 1897, pela Lei número 154, foram criadas a 1.ª e 2.ª varas de direito, com a mesma categoria da comarca. No regime republicano, depois de constituído o município e realizado o primeiro pleito para constituição das autoridades municipais, de acôrdo com a Lei estadual número 13, de 25 de julho de 1892, consolidada na Lei estadual número 451, de 15 de julho de 1907, Teresina teve os seguintes intendentes: 1901-1904 — Coronel Manuel Raimundo da Paz; 1905-1908 — Coronel Antônio Gonçalves Pedreira Portelada; 1909-1912 — Coronel Emílio César Burlamáqui, que renunciou ao mandato, tendo sido eleito, a 4 de outubro de 1909, o Doutor José Pires Rebelo que também renunciou, substituindo-o o Doutor Tersandro Paz, eleito em 18 de agôsto de 1910; 1913-1916 — Doutor Tersandro Gentil Pedreira Paz; 1917-1920 — Doutor Antônio da Costa Araújo Filho; 1921-1924 — Capitão Manuel Raimundo da Paz Filho; 1925-1928 — Doutor João Luís Ferreira que passou afastado do cargo durante todo o quadriênio. Nesse período o Poder foi exercido pelo vice-Intendente, Doutor Anfrísio Alves de Lobão Veras; 1929-1932 — Major Doutor Domingos Monteiro, cujo mandato foi interrompido por efeito do Decreto estadual número 1 104, de 4 de outubro de 1930, que dissolveu os Conselhos Municipais e cassou os mandatos dos intendentes. Com a vitória da revolução de 1930 e a conseqüente cassação dos mandatos dos intendentes, foi nomeado primeiro Prefeito de Teresina o Doutor Raimundo de Arêa Leão, seguindo-lhe, dentre outros, o Doutor João Martins do Rêgo, Major Doutor Domingos Monteiro, Doutor Luís Pires Chaves, Doutor Osvaldo da Costa e Silva, Doutor Lindolfo do Rêgo Monteiro, que exerceu o cargo de 30 de janeiro de 1936 a 14 de novembro de 1946; Doutor José Martins Leite Pereira, Doutor Celso Pinheiro Filho e Doutor Godofredo Freire da Silva.

O calçamento de Teresina foi iniciado em 1929, na administração do então intendente Major Doutor Domingos Monteiro, que escolheu uma das principais ruas da cidade, isto é, a Rua Álvaro Mendes, para beneficiar-se de tão importante melhoramento. O calçamento, em princípio, era feito com pedras irregulares, cujo assentamento não obedecia ao menor gôsto artístico ou técnico. Até o ano de 1951, foi êsse o material empregado para calçamento das ruas de Teresina, quando passou a ser utilizado o paralelepípedo, que veio dar melhor feição aos logradouros.

Com a reconstitucionalização do país em 1945, foi eleito Prefeito o Doutor José Martins Leite Pereira, que renunciou ao mandato após haver assumido o cargo, substituindo-o o vice-Prefeito Doutor José Ribamar de Castro Lima. A Câmara Municipal, naquela época, constituiu-se dos seguintes vereadores eleitos: Afrodísio Tomás de Oliveira, Joel da Cunha Mendes, João de Freitas Resende, Edmundo Genuíno de Oliveira, Isac Irineu de Sousa, Manoel Felício de Carvalho, Dionísio Riberio dos Santos, João Clímaco de Almeida, Álvaro Monteiro da Cunha, Edson Pires Frazão e Saul Rodrigues do Nascimento.

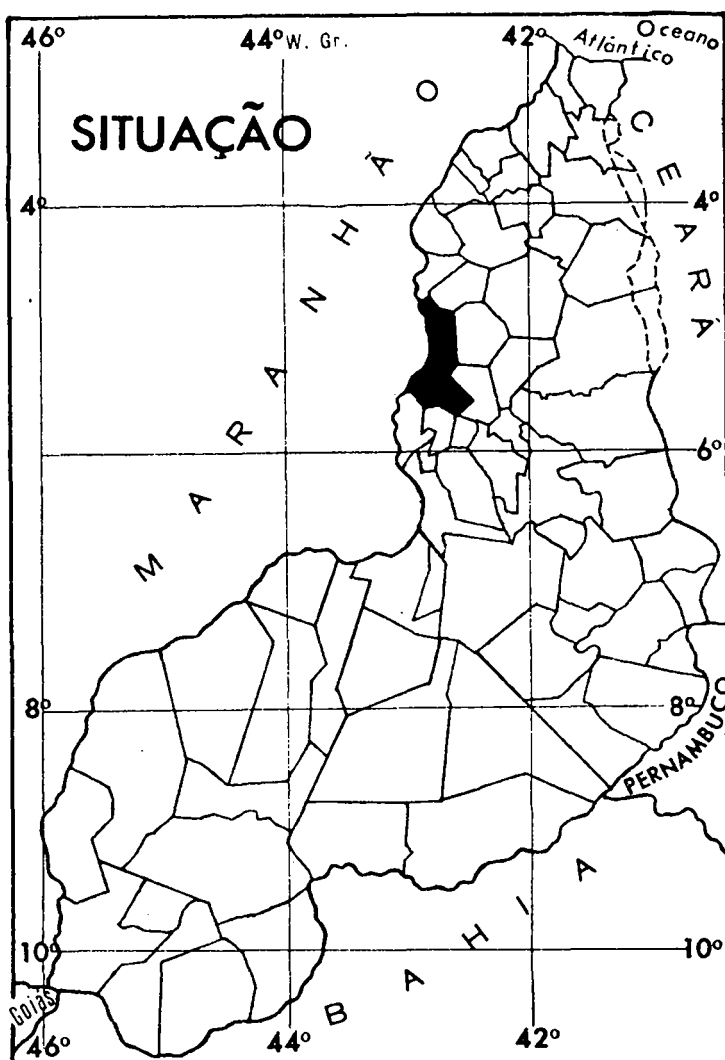
A atual legislatura municipal, a terceira depois da reconstitucionalização do país em 1945, foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Doutor Agenor Barbosa de Almeida e constituída a Câmara Municipal com onze vereadores. O município de Teresina é constituído de um só distrito que conserva igual denominação. A comarca de Teresina, criada pela Lei provincial número 393, de 14 de dezembro de 1855, detém a categoria de 4.ª entrância, com cinco Juízes de Direito, que funcionam nas seguintes varas:

Vista parcial da cidade

Catedral de N. S.ª do Amparo

1.ª — Registros Públicos, Execuções Criminais e Acidentes do Trabalho; 2.ª — Menores, Órfãos, Ausentes, Resíduos e Casamentos; 3.ª — Processos da Competência do Tribunal do Júri; 4.ª — Comércio, e 5.ª — Feitos da Fazenda Pública. Os demais feitos são distribuídos regularmente entre as quatro primeiras varas, visto como a quinta é privativa. A comarca é constituída de dois distritos judiciários localizados na sede e no povoado de Morrinhos. No distrito da sede funcionam cinco Promotores Públicos e um Adjunto no de Morrinhos.

Teresina está, atualmente, em fase de franco progresso, graças a fatôres ponderáveis, e entre êles os da sua ligação aérea e rodoviária com o resto do Brasil; a instalação de elevado número de estabelecimentos comerciais; o surgimento de novas unidades industriais; a modernização da estética urbana; o crescimento notável de sua população; a fixação de organismos da administração nacional; a pavimentação, em asfalto, da Rodovia BR-22 (Fortaleza—Belém); o início da construção da Estrada de Ferro Leste Brasileiro e tantos outros empreendimentos vitais que vêm transformando a capital piauiense em centro de energia viva e de desenvolvimento. Por suas ligações diretas com o Nordeste, tem captado o movimento comercial de numerosas cidades do sertão maranhense que antes tinham Caxias como principal centro econômico. Com uma população estimada, em 1957, em 110 154 habitantes, a capital piauiense, apesar de não ter grande destaque na produção industrial, apresenta-se como cidade de futuro promissor, sobretudo no setor comercial.

LOCALIZAÇÃO — Teresina situa-se num semiplanalto denominado, em tempos anteriores, "Chapada do Corisco", à margem direita do rio Parnaíba, com o qual se limita em sua maior extensão, e em frente à vizinha cidade maranhense de Timon. Suas terras, à esquerda, são cortadas pelo rio Poti, e possui as seguintes coordenadas geográficas: 5° 05' 07" de latitude Sul e 42° 49' 29" de longitude W. Gr. Localiza-se no traçado da Estrada de Ferro São Luís—Teresina e das Rodovias BR-22 (Fortaleza—Belém) e BR-52 (Teresina—Petrolina). O município está situada na Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba, limitando-se ao norte com os municípios de União e José de Freitas, a oeste com os de Altos e Beneditinos, ao sul com os de São Pedro e Palmeirais e a leste com o Estado do Maranhão.

Posição do Município em relação ao Estado

ALTITUDE — É de 65 metros a altitude da cidade de Teresina, sendo uma das mais baixas do Estado.

CLIMA — O clima de Teresina acompanha as estações. No inverno é úmido e frio e nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, torna-se muito quente e abafado. Em junho, julho e agôsto, o clima é sêco e ameno, com noites frias. Observou-se, em 1956, a temperatura média anual de 28,4°C, tendo sido registrada a mínima absoluta de 15,06°C, situando-se a média das mínimas em 22,2°C. No município definem-se duas estações: inverno e verão. A primeira vai de outubro a maio e a segunda de

junho a setembro, havendo constantemente variações no início e no término das estações mencionadas.

ÁREA — A área do município é de 3 035 quilômetros quadrados, colocando-se assim entre os que se compõem de área mediana.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são, sem dúvida, os rios Parnaíba e Poti, em cuja confluência está situada a capital do Estado. O primeiro é o mais importante rio do município, com 90 quilômetros de extensão dentro do mesmo. É francamente navegável por vapôres, lanchas, botes, canoas e balsas. A sua profundidade varia na sêca e no inverno. Banha o povoado de Nazária e as seguintes localidades: Caititu, Bom Jardim, Passagem de Santo Antônio e Bom Futuro. O segundo, percorre o município, numa extensão de 59 quilômetros. É navegável por pequenos botes e canoas, no inverno. Na época da sêca o seu leito seca quase por completo, ficando poças d'água e pequenas corredeiras. Tratando-se de município situado no "Polígno das Sêcas", poucos são os riachos que o cortam. Citam-se, porém, o riacho de Natal, o Riachão da Caiçara, os riachos Fundo, dos Macacos, São Domingos e o dos Cavalos. Destaca-se ainda o Riachão da Trindade, perene em tôda sua extensão, que nasce no município de Água Branca e é formado por três olhos-d'água, corre em direção nordeste e deságua no rio Poti. Dentre os açudes existentes no município, merece destaque o de Monte Alegre, situado no lugar do mesmo nome, na Data Boa Vista, a 60 quilômetros de Teresina, com uma área de 1 000 x 150 metros e uma capacidade de aproximadamente 600 000 metros cúbicos. Contam-se também as lagoas do Saco e Salobro. Há algumas elevações no município, mas sem importância digna de registro.

RIQUEZAS NATURAIS — Destacam-se como principais riquezas naturais do município o babaçu, a carnaúba, o tucum e as madeiras em geral; pedras para construção, arêia grossa, barro para fabricação de telhas e tijolos e água mineral, bem assim peixes e animais silvestres.

POPULAÇÃO — A população de Teresina, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 90 723 habitantes e tinha a seguinte composição: 43 136 homens e 47 587 mulheres. Dêsse total, 22 908 eram brancos, 10 736, pretos, 56 996, pardos e 83 não fizeram declaração com respeito à côr. Dos 53 328 habitantes de 15 anos e mais de idade, 20 735 eram solteiros, 28 191, casados, 4 338, viúvos e 27, desquitados. Dêsses, 37 não fizeram declaração sôbre o estado civil. Existiam 48 estrangeiros e 15 brasileiros naturalizados. Em religião, predominaram os católicos apostólicos romanos, em número de 88 764. As outras religiões possuíam adeptos em pequena escala. A densidade demográfica era de 29 habitantes por quilômetro quadrado, uma das mais elevadas do Estado, sòmente ultrapassada pela do município de Parnaíba. Localizavam-se na zona rural 43% da população. Há equilíbrio entre homens e mulheres na população rural do município, representada por 19 813 homens e 19 492 mulheres. Situa-se em primeiro lugar em relação aos municípios mais populosos do Estado, ocorrendo o mesmo em relação à cidade. Segundo o laboratório de Estatística do Conselho Nacional de Estatística, a população de Teresina foi calculada em 110 154 habitantes, em 1.º de janeiro de 1957.

Colégio Estadual

Estátua do Conselheiro José Antônio Saraiva

Aglomerações urbanas — A cidade de Teresina representa o aglomerado urbano de maior relêvo no município, com 51 418 habitantes, sendo 23 323 homens e 28 095 mulheres, consoante demonstrou o Recenseamento Geral de 1950. Atualmente essa população é estimada em cêrca de 110 154 habitantes, conforme estimativa feita pelo I.B.G.E. Há outros aglomerados de menor importância, que se mencionam: os povoados Morrinhos, com 209 moradias e 1 465 habitantes; Natal, com 121 casas e 726 moradores; Nazária, com 47 residências e 235 pessoas; São Domingos, com 47 moradias e 250 habitantes, e Curralinho, com 37 casas e 216 moradores. Convém esclarecer que a população dos

Outra vista da ponte metálica sôbre o rio Parnaíba

povoados relacionados é o resultado de estimativa com base em o número de moradias.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município de Teresina caracteriza-se principalmente pela agricultura, pecuária, extração de produtos vegetais e o comércio que se realiza na capital, de par com uma indústria incipiente que, de certo modo, está intimamente ligada à sua economia.

Agricultura — A agricultura, se bem que praticada ainda pelo sistema rotineiro, tem-se desenvolvido paralelamente às necessidades locais. Em 1956, verificou-se o movimento de produção registrado no quadro abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz com casca	Saco de 60 kg	54 670	8 200 500
Mandioca	Tonelada	19 350	7 740 000
Milho em grão	Saco de 60 kg	36 800	3 312 000
Algodão em caroço	Arrôba	23 000	2 415 000
Feijão	Saco de 60 kg	468	112 320

Os produtos agrícolas do município são, em parte, consumidos pela sua população e vendidos para os Estados da Paraíba, Pernambuco e Ceará, nos próprios locais de produção, por intermédio de caminhões que atravessam o município, pôsto que em detrimento dos próprios consumidores locais.

Pecuária — Os rebanhos do município não são os mais expressivos do Estado, apresentando, contudo, apreciável contingente, de vez que se condensa na capital grande número de vacarias destinadas à produção de leite para consumo da população. Em 1956, registraram-se os seguintes efetivos: 28 000 bovinos, 22 000 suínos, 7 000 ovinos e 16 000 caprinos. Êsses efetivos, como é de ver, são de todo insuficientes para o consumo da população do município, cujo abastecimento nos meses de agôsto a janeiro é por demais precário. Nesse período, o preço da carne bovina sobe excessivamente em virtude da escassez do produto.

Indústria — O parque industrial do município é ainda inexpressivo, contudo tem influência decisiva na sua economia. Em 1956, duzentas e uma unidades industriais, congregando 1 370 operários, estiveram em funcionamento com a predominância dos seguintes: 3 estabelecimentos de indústria extrativa de produtos minerais, com um valor de produção de Cr$ 1 513 587,00; 39 unidades de indústria extrativa de produtos vegetais, com uma produção de Cr$ 2 330 906,00; 22 estabelecimentos de indústria de transformação de minerais não metálicos, nos quais se registrou o valor de produção de Cr$ 6 427 761,00; 3 estabelecimentos de indústria metalúrgica com a produção de .... Cr$ 742 226,00; 2 estabelecimentos de indústria mecânica com a produção de Cr$ 1 805 000,00; 11 estabelecimentos de indústria da madeira com a produção no valor de Cr$ 3 263 821,00; 10 estabelecimentos de indústria do mobiliário com um volume de produção de Cr$ 3 990 170,00; 4 estabelecimentos de indústria de couros e peles e produtos similares com a produção no valor de Cr$ 2 988 142,00; 15 estabelecimentos de indústria química e farmacêutica com uma produção de Cr$ 7 428 600,00; 3 unidades de indústria têxtil com a produção no valor de Cr$ 31 396 007,00; 20 unidades de indústria do vestuário, calçado e artefatos de tecido com a produção de Cr$ 7 129 216,00; 28 estabe-

Tôrres da Catedral situada na Praça Rio Branco

lecimentos de indústria de produtos alimentares, cuja produção atingiu o valor de Cr$ 25 751 619,00; 8 estabelecimentos de indústria de bebidas com uma produção no valor de Cr$ 2 706 645,00; 5 estabelecimentos de indústria editorial e gráfica com uma produção no valor de ...... Cr$ 1 296 300,00, e, finalmente, 28 estabelecimentos de indústrias diversas, em que se registrou uma produção no valor de Cr$ 21 611 760,00. Integram o parque industrial do município uma usina de produção de açúcar, em funcionamento, denominada Usina Santana, situada a 23 quilômetros da capital, recentemente recuperada e aumentada consideràvelmente a área de plantio de cana-de-açúcar, e uma fábrica de cigarros que, embora com reduzido movimento, é a única do Estado.

COMÉRCIO E BANCOS — O município conta com quatro estabelecimentos bancários, a saber: o Banco Comercial e Agrícola do Piauí S. A. (matriz) e as agências do Banco do Brasil S. A., Banco do Nordeste do Brasil S. A. e Banco da Lavoura de Minas Gerais S. A. Além dêsses há a Caixa Econômica Federal do Piauí, a qual, em 31 de dezembro de 1956, contava com 11 698 cadernetas em circulação e depósitos populares no valor de Cr$ 38 550 562,60. Os empréstimos bancários elevam-se de ano para ano, em razão mesmo do desenvolvimento do Estado. É acentuado o movimento de desconto de títulos girados por comerciantes e industriais contra o comércio da cidade e de outras praças dentro do país. Por outro lado, é oportuno frisar que também os financiamentos à agricultura, à pecuária e à indústria, garantidos por penhôres diversos, vêm concorrendo poderosamente para a melhoria da lavoura e da indústria e para o aumento dos rebanhos. O Banco do Brasil e o Banco do Nordeste não se limitam a operar sòmente dentro do município: seu raio de ação atinge também os municípios vizinhos de Água Branca, São Pedro do Piauí, Miguel Alves, José de Freitas e Altos. O comércio de Teresina é o mais importante do Estado, contando com cêrca de 124 estabelecimentos atacadistas, 752 varejistas e 201 indústrias, 12 hotéis, 22 pensões e 16 farmácias. A praça de Teresina opera com as principais praças do país e do exterior, das quais recebe mercadorias através das rodovias federais que a servem e por via aérea. Situando-se no ponto terminal da Estrada de Ferro São Luís—Teresina e no traçado das Estradas BR-22 e BR-52, serve de entreposto para escoamento de mercadorias para o Estado do Maranhão e várias cidades do Piauí, contando para isso com agências das mais importantes emprêsas rodoviárias do país. Em face do notável desenvolvimento do seu comércio e as facilidades de transporte que lhe proporciona a Estrada de Ferro São Luís—Teresina, tornou-se importante centro comercial de transações com as cidades do interior do Maranhão.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O município liga-se à capital Federal por meio de rodovia 2 773 quilômetros e via aérea, via Salvador e Caravelas 2 262 quilômetros ou via Lapa e Belo Horizonte 2 003 quilômetros, e aos municípios vizinhos pelos seguintes meios de transporte: Altos — rodovia, 42 quilômetros; Beneditinos — rodovia, via Altos e daí por estrada carroçável, via Alto Longá 130 quilômetros; José de Freitas — rodovia 50 quilômetros; Palmeirais — estrada carroçável 146 quilômetros ou fluvial 180 quilômetros; Água Branca — rodovia 100 quilômetros; União — rodovia 63 quilômetros; Timon, através da ponte sôbre o rio Parnaíba — 3 quilômetros. É servido por 23 emprêsas rodoviárias que o ligam aos municípios mais importantes do Estado, a vários municípios do sul do Maranhão, via Floriano, à cidade pernambucana de Araripina e à cearense de Crato, bem assim à capital do Ceará por ônibus diários. Três emprêsas aéreas escalam em Teresina, cujos aviões pousam diàriamente no aeroporto local. É o ponto terminal da Estrada de Ferro São Luís—Teresina com 453 quilômetros de extensão, através da qual se liga à capital maranhense. O aeroporto Santos Dumont, com uma pista de 1 800 metros de extensão por 45 metros de largura, atualmente em reconstrução, apresentou em 1956 o seguinte movimento: 1 344 pousos, 8 496 passageiros desembarcados, 8 981 embarcados, 5 041 em trânsito, 299 223 quilogramas de carga desembarcada, 122 127 embarcada e 379 513 quilogramas em trânsito. O movimento de transporte de malas do correio pelos aviões que escalaram em Teresina em 1956 foi o seguinte: 10 755 quilogramas desembarcados, 4 317 embarcados e 14 891 em trânsito. Conta o município com uma Agência Postal-telegráfica e telefônica da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, sediada na capital; uma Agência Postal-telefônica no povoado Natal e outra no povoado Morrinhos. Funcionam ainda na capital o serviço telegráfico-telefônico da Estrada de Ferro São Luís—Teresina, o serviço telefônico da Cia. Rádio Internacional do Brasil e os serviços de radiotelegrafia das companhias aéreas Cruzeiro do Sul S. A., Consórcio Real-Aerovias-Aeronorte do Brasil S. A., Fôrça Aérea Brasileira e 25.º Batalhão de Caçadores.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Teresina conta com 208 logradouros, assim distribuídos: 21 praças, 16 avenidas e 171 ruas. Dos logradouros mencionados, 11 são inteiramente pavimentados e 31 o são parcialmente, 21 são arborizados e 4, além de arborizados, são também ajardinados. O Govêrno do Estado, através de uma autarquia estadual (Instituto de Águas e Energia Elétrica), mantém os

serviços de iluminação pública, telefônico e abastecimento de água à população da capital. A energia elétrica fornecida à cidade apresenta as seguintes características técnicas: alternada, com tensões disponíveis para 3 300, 220 e 110 volts; 3 fases e freqüência de 50 ciclos. A iluminação pública se estende a 87 logradouros públicos, dos quais 28 são iluminados em tôda a extensão e 59 parcialmente. A iluminação domiciliar, em 31 de dezembro de 1956, atingia 6 509 ligações. O serviço de abastecimento de água beneficia 50 logradouros, sendo 22 em tôda a extensão e 28 parcialmente, totalizando 3 060 o número de ligações domiciliares. Conta o município com cinco chafarizes públicos, mantidos pela Prefeitura Municipal. O serviço telefônico mantém 500 aparelhos em funcionamento, que se distribuem da seguinte forma: 1 a serviço da própria emprêsa, 67 a serviço de repartições públicas e 432 particulares. Como meios de hospedagem, conta a cidade com vários hotéis e pensões, merecendo destaque o Hotel Piauí, que funciona em prédio próprio de 6 pavimentos, construído pelo Govêrno do Estado. Êsse hotel possui 45 quartos e 12 apartamentos, com diárias de Cr$ 170,00 e Cr$ 250,00, respectivamente. Teresina apresenta atualmente notável aspecto urbanístico pelo traçado regular de suas ruas, praças ajardinadas e arborizadas, dentre as quais se destacam a Praça D. Pedro II, onde a população se reúne aos domingos e às quintas-feiras, e a Praça Rio Branco, ponto de maior movimento comercial da cidade. Os seus edifícios e casas residenciais, construídos em obediência aos mais modernos requisitos técnicos, completam o quadro harmonioso do seu panorama arquitetônico. Como edifícios mais importantes sobressaem-se as igrejas de São Benedito, do Amparo e de Nossa Senhora das Dores; o edifício dos Comerciários, Hotel Piauí, Estação da Estrada de Ferro São Luís—Teresina, Escola Normal Antônio Freire, Colégio Estadual, Correios e Telégrafos, Hospital Getúlio Vargas, Sanatório Meduna, Banco do Brasil, Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, Departamento de Saúde do Estado, Quartel do 25.º Batalhão de Caçadores, Palácio de Karnak, Colégio das Irmãs, Palácio Episcopal, Escola Industrial, Casa Anísio Brito e edifício da Casa Inglêsa.

Instituto dos Comerciários

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Teresina possui atualmente 5 hospitais a saber: Hospital Getúlio Vargas, Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu, Sanatório Meduna, Maternidade São Vicente e Pavilhão de Tuberculose. Dessas entidades, apenas o Hospital Getúlio Vargas é de natureza geral, sendo os demais especializados. Êsse hospital, que é o mais importante do Estado, possui 251 leitos assim discriminados, segundo a especialização médica: clínica geral, 36; cirurgia, 51; traumatologia e ortopedia, 20; pediatria, 25; outras doenças, 103. Segundo a categoria dos pacientes: indigentes ou gratuitos, 165; contribuintes, 61; beneficiários, 9; para pessoal técnico do hospital, 16. O corpo clínico conta com 32 médicos, 2 dentistas, 1 farmacêutico, 1 técnico de laboratório, 2 auxiliares de raios X, 3 práticos de farmácia, 3 enfermeiros diplomados e 91 auxiliares de enfermagem. O Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu possui 135 leitos para doentes mentais, sendo 130 para indigentes ou gratuitos e 5 para contribuintes, além de 4 leitos destinados ao pessoal técnico do hospital. O seu corpo clínico é composto de 4 médicos, 2 dentistas, 1 prático de farmácia e 3 auxiliares de enfermagem. O Sanatório Meduna, com serviço especializado de psiquiatria, conta com 120 leitos para doentes mentais, constituindo-se o seu corpo clínico de 3 médicos, 2 enfermeiros diplomados e 20 auxiliares de enfermagem. A Maternidade São Vicente, com 38 leitos, 5 médicos e 11 auxiliares de enfermagem. O Pavilhão de Tuberculose dispõe de 92 leitos, sendo 67 para indigentes e 25 para contribuintes; 3 médicos, 1 assistente social, 1 operador e 1 auxiliar de raios X, 1 enfermeiro diplomado e 22 auxiliares de enfermagem. Há ainda em Teresina um Centro de Saúde mantido pelo Govêrno do Estado, junto ao qual funcionam os seguintes serviços: Dispensário Dermatológico de Teresina, de combate à lepra; Serviço de Doenças Venéreas, para combate e tratamento de doenças venéreas; Dispensário Antituberculoso, para combate à tuberculose. Conta também a cidade com o Ambulatório do I.A.P.C., a Clínica Particular Oséas Sampaio, especializada em oftalmologia e otorrinolaringologia, com 3 leitos; a Casa da Criança, com assistência médico-social à infância; o Pôsto de Puericultura Helvídio Ferraz, especializado em pediatria, puericultura, odontologia e serviço social; o Pôsto Médico Regional do I.A.P.E.T.C., de natureza geral; o Serviço de Assistência Médica do I.P.A.S.E., com ambulatório e assistência médica em geral; o Pôsto de Puericultura Noronha Almeida, especializado em higiene infantil e pré-natal; o Serviço de Assistência Médica do S.E.S.I., com ambulatório, assistência médica, cirurgia, pediatria, obstetrícia, odontologia e puericul-

Praça Pedro II

tura; o Serviço de Endemias Rurais, para combate ao tracoma, à bouba, malária, peste, febre-amarela, filariose, esquistossomose e helmintoses em geral, e 3 ambulatórios particulares para socorros de urgência e aplicação de injeções em geral. Além dos serviços mencionados, registra-se a existência de uma enfermaria militar mantida pelo 25.º Batalhão de Caçadores.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O município conta com 10 entidades de assistência e previdência social, sendo 8 associações de beneficência mutuária e duas de previdência social. As de beneficência mutuária contavam, em 31-12-1956, com 8 425 sócios, tendo como objetivo prestar auxílios pecuniários, funerários, médicos, escolares e outros, que durante o ano de 1956, somaram 1 609, no valor de Cr$ 129 471,00. As de previdência social — Caixa Beneficente Militar e Caixa Beneficente dos Servidores do Estado do Piauí —, instaladas em 1913 e 1923, respectivamente, contam com 5 399 sócios e apresentaram em 1956 o seguinte movimento: contribuições de associados, Cr$ 1 320 791,00; pecúlios concedidos, ... Cr$ 286 450,00; empréstimos concedidos e operações em geral, Cr$ 4 087 052,00.

Existem 3 cooperativas de consumo com 821 associados até o fim de 1956 e o capital realizado de Cr$ 450 510,00. O valor dos serviços executados somou Cr$ 3 942 685,00.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, existiam no município de Teresina 76 402 pessoas com 5 anos e mais de idade, das quais 28 939 (39%) sabiam ler e escrever. Do total mencionado, 14 192 eram homens e 14 747, mulheres. Na sede municipal, das 43 830 pessoas com cinco anos e mais de idade, 24 832 sabiam ler e escrever, equivalendo a 56%. Das pessoas existentes na sede e que sabiam ler e escrever, 11 827 eram homens e 13 005 mulheres. Ainda segundo o Recenseamento Geral de 1950, Teresina colocou-se em segundo lugar no conjunto dos municípios piauienses no que se refere à alfabetização de sua população, com a quota de 37,88%, conforme o demonstrativo abaixo:

Parnaíba	41,53
TERESINA	37,88

A cidade, no entanto, colocou-se em sétimo lugar com 56,66%, superada por Corrente — 64,72, Castelo do Piauí — 62,84, Buriti dos Lopes — 61,85, Luís Correia — 58,12, Gilbués — 57,99 e Jerumenha — 57,62%. A zona rural, em que pêse a situação de município líder por situar-se em seu território a capital do Estado, colocou-se em 36.º lugar, com 12,61%. Das pessoas presentes de 10 e mais anos de idade no município, na época do último Censo, 13 206 (6 277 homens e 6 929 mulheres) possuíam curso completo, sendo que 10 381 (4 850 homens e 5 531 mulheres) de grau elementar; 2 515 (1 131 homens e 1 384 mulheres) de grau médio; 307 (295 homens e 12 mulheres) de grau superior e 3 (1 homem e 2 mulheres) sem declaração de grau de ensino.

Ensino — Em 1956, funcionaram na cidade de Teresina e no interior do município 131 unidades de ensino fundamental comum, com a matrícula de 13 794 alunos, sendo 6 697 homens e 7 277 mulheres; 52 cursos supletivos, com a matrícula de 2 190 alunos, dos quais 1 350 eram homens e 840 mulheres; 21 unidades de ensino primário complementar, com a matrícula de 361 alunos (132 homens e 229 mulheres), bem assim 3 unidades de ensino pré-primário.

No que se refere ao ensino extraprimário, em 1956 funcionaram em Teresina 8 unidades escolares de ensino gi-

nasial, com a matrícula de 3 363 alunos, sendo 1 615 homens e 1 748 mulheres, apresentando um movimento de conclusão de curso, em 1955, de 409 alunos (154 homens e 255 mulheres); 3 unidades de ensino colegial, com a matrícula de 553 alunos, dos quais 388 eram homens e 165 mulheres, tendo concluído o curso 37 homens e 19 mulheres em 1955; 5 unidades de ensino comercial, nas quais se verificou a matrícula de 560 alunos, sendo 223 homens e 337 mulheres, apresentando um movimento de conclusão de curso, em 1955, de 47 homens e 60 mulheres; duas unidades de ensino normal, com a matrícula de 225 mulheres e conclusão de curso, em 1955, de 36 alunas; 5 unidades de ensino industrial, nas quais se verificou a matrícula de 269 alunos, todos do sexo masculino, tendo concluído o curso, em 1955, um total de 47 alunos. O ensino superior é representado pela Faculdade de Direito do Piauí, onde em 1956, se matricularam 161 alunos, tendo concluído o curso 43 alunos em 1955.

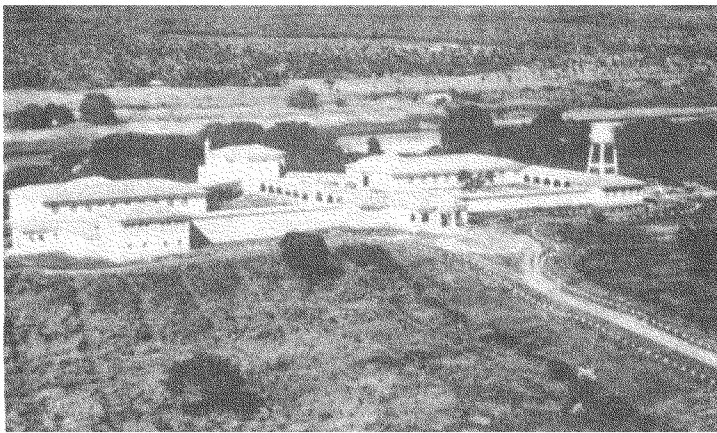
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Circularam no município de Teresina, em 1956, cêrca de 5 jornais com periodicidade semanal e bissemanal. Dos jornais mencionados, 1 se destina à publicação de Atos oficiais do Govêrno do Estado, e outro à divulgação da doutrina Católica Apostólica Romana. Os demais são jornais independentes, políticos e noticiosos. Convém ressaltar que determinadas associações de classe, esportivas, culturais e religiosas possuem jornais de publicação irregular. O Estádio Municipal Lindolfo Monteiro destina-se à prática de futebol, bem como o campo de esporte do 25.º Batalhão de Caçadores. Contam-se ainda inúmeras quadras destinadas ao basquetebol, volibol e futebol de salão. Há 7 associações esportivas culturais organizadas com 1 509 sócios, além de outras de menor importância que se dedicam à prática de esportes em geral. No município de Teresina, podem ser destacadas duas bibliotecas de importância acentuada para o meio: Casa Anísio Brito (Biblioteca Pública e Museu Histórico do Piauí) e Biblioteca Macedo Soares. A primeira é mantida pelo Govêrno do Estado, e a última pelo Departamento Estadual de Estatística. A casa Anísio Brito conta com 16 962 volumes. A Biblioteca Macedo Soares, 4 285 volumes. Nessas bibliotecas, há franquia pública para consulta de livros. Além dessas, há outras bibliotecas de menor importância, pertencentes a particulares e a algumas entidades. Dentre essas citam-se a Biblioteca da Faculdade de Direito do Piauí, destinada a alunos e professôres, e a Biblioteca do Centro Estudantil Piauiense, pequena, mas bem organizada. Contam-se em Teresina 7 tipografias devidamente aparelhadas, e 5 livrarias. Há três cinemas na cidade, além do auditório da Rádio Difusora de Teresina. Os cinemas, com um total de 1 538 lugares, realizaram 2 841 sessões durante o ano de 1956, com assistência de 625 528 espectadores. O auditório da Rádio Difusora dispõe de 400 lugares. Existe apenas uma radioemissora — a Rádio Difusora de Teresina Limitada — da cadeia de emissoras associadas, dispondo de dois prefixos: ZIY-3, com 1 kW e freqüência de 1 370 kc, e ZYU-8, com 500 w e freqüência de 4 845 kc.

Funcionaram regularmente em 1956 oito cursos ginasiais, três colegiais, vinte cursos artísticos, cinco cursos comerciais, bem como um Seminário Menor, uma Faculdade de Direito, uma Escola Industrial com cinco cursos, dois cursos normais, cinco cursos de datilografia e outras entidades de menor relêvo, para difusão da cultura no Estado e particularmente em Teresina. Outras associações de estudos e difusão da cultura, como a Academia Piauiense de Letras, a Associação Piauiense de Imprensa, o Centro Estudantil Piauiense, a Associação Piauiense de Medicina, o Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, bem como outros grêmios internos de estabelecimentos de ensino secundário e superior, destacando-se o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Piauí, são entidades que pugnam pela difusão da cultura no município. Merecem especial referência, pela natureza das atividades que desenvolvem, o Rotary Club de Teresina, a Ordem dos Advogados do Brasil — Secção do Piauí, e o Lions Club de Teresina.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	7 976 871	7 734 131	3 790 592	2 580 552	4 042 912
1951	10 573 349	10 272 239	5 065 024	3 220 616	5 251 673
1952	13 082 460	10 984 596	6 801 101	4 807 347	8 873 986
1953	14 484 632	14 259 929	8 653 923	5 669 026	9 060 150
1954	16 348 644	19 560 956	9 899 398	6 505 825	9 719 032
1955	19 488 557	23 390 023	12 653 347	8 503 104	11 742 507
1956 (1)	...	...	11 500 000	8 260 000	11 590 914

() Orçamento.

Hotel Piauí

Sanatório Medina — Diretor proprietário Dr. Clidenor de Freitas Santos

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Conta o município de Teresina com 11 monumentos históricos, distribuídos, na cidade, da seguinte forma: 2 bustos do Presidente Getúlio Vargas, situados na Avenida Frei Serafim e na Praça Tenente Rui de Brito Melo; 1 busto de D. Pedro II, localizado na Praça do mesmo nome; 1 busto de Coelho Rodrigues e outro do Barão do Rio Branco, situados na Praça Rio Branco; 1 Busto do Doutor Antonino Freire da Silva, localizado na Avenida Antonino Freire; uma herma do Doutor Leônidas de Castro Melo, situada no pátio do Hospital Getúlio Vargas; uma estátua do Dr. José Antônio Saraiva, encravada na Praça Saraiva; um monumento em memória do Doutor José Antônio Saraiva, erigido em 1859, na Praça Deodoro, por subscrição popular; uma herma do desembargador Cronwell Barbosa de Carvalho, localizada no pátio da Faculdade de Direito do Piauí e uma estátua do Frei Serafim de Catânia, fundador da Igreja de São Benedito, situada na Avenida Frei Serafim, próximo à mencionada igreja.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Os festejos populares que se realizam em Teresina são, em sua maioria, de natureza religiosa. Cidade de população essencialmente católica, cultua os santos padroeiros do lugar nos dias que lhes são devotados e outros que a tradição legou, nos quais revive os tradicionais costumes religiosos, vindos dos seus antepassados. Várias são as festas religiosas populares que se realizam durante o ano. Merecem destaque a de São João e São Pedro que, tradicionais em todo o Brasil, têm em Teresina, relativo brilhantismo. Realizam-se em junho e não se limitam ao adro das igrejas. À noite, finda a novena, regressam as famílias aos lares, onde soltam fogos de artifícios, ao crepitar das fogueiras e deixam subir balões em exaltação aos santos mais festejados no Brasil. Êsses festejos sempre culminam com uma festa dançante em que são exibidos trajes caipiras. Simula-se o casamento matuto, dança-se a quadrilha, bebe-se aluá, come-se carne assada, tudo geralmente ao ar livre, prolongando-se a festa até alta noite, numa revivescência das tradições passadas que a vida moderna ainda não conseguiu destruir. Sobressaem-se ainda os festejos de Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora das Dores, São Benedito e São Raimundo Nonato, levados a efeito em agôsto, setembro e outubro. Após as novenas, realizam-se as quermesses, muito divertidas, das quais participa grande massa popular. Entre os dias 25 de dezembro e 6 de janeiro, êste consagrado pela Igreja Católica aos Santos Reis, o povo festeja o "reisado". Pessoas que alcançaram graças pelo poder da fé e, em reconhecimento, levam a efeito uma novena com peregrinação pelas ruas da cidade, angariando esmolas. Durante a peregrinação é que se realiza o folguedo pròpriamente dito. De casa em casa, pessoas caracterizadas em diferentes personagens entoam cânticos típicos e recebem esmolas das mãos do chefe da família ou de pessoa que o represente.

Os cânticos nem sempre têm relação religiosa, senão vejamos:

"Ô de casa, ô de fora;
Quem tá dentro saia fora;
Ô menina vai ver quem é;
Ô menina vai ver quem é".

No reisado, tomam parte os "caretas", que se trajam com fantasias diferentes e máscaras que cobrem todo o rosto; a "burrinha", fantasiada da cintura para baixo com armação de madeira ou de talos na forma de animal; o "pião" ou "bizoga", vestido com roupa de côr castanha, e munido de uma grande circunferência de arame ou talas de taboca de fácil manejo, que traz na cabeça ou na cintura para fazer acrobacias, e o "cabeça de fogo" ou "zabelô", vestido de chitão; na cabeça uma cumbuca em forma de caricatura humna coberta de papel celofane e sêda vermelha dentro da qual é colocada uma vela acesa, cuja luz se reflete através dos orifícios da parte dianteira e traseira de que é dotada. Por causa do papel, a luz é vermelha.

Quando convidados, os integrantes do reisado comparecem à residência do interessado, onde são anunciados pelos "caretas" passando, depois, a dançar e cantar no salão da casa. No interior do município, os terreiros substituem os salões. A festa termina no dia dos Santos Reis, 6 de janeiro. Nesse dia, após a novena, inicia-se o leilão, cujas jóias foram oferecidas pelos parentes, amigos e vizinhos dos integrantes do reisado, que têm a última oportunidade de se exibirem, e o fazem com tôda satisfação. Recitam-se, então, os cânticos característicos e as acrobacias captam as atenções de todos, principalmente da garotada que vibra e se diverte. Os caretas anunciam a vez do "pião" e aí o

"Pião entrou na roda,
Pião entrou na roda;
Roda pião, bambeia pião,
Roda pião, bambeia pião"

Rio Poti — enchente de 1957

A brincadeira prossegue. O povo vibra de entusiasmo, e a garotada aguça a curiosidade, principalmente quando a "burrinha" aparece com os "caretas" cantando:

"A burrinha de meu amo
Come palha de arroz;
Arrenego desta burra
Que não pode com nós dois".

No interior do município, após a exibição do reisado, os seus integrantes caem no "forró" que vai até o amanhecer do dia 7 de janeiro. A respeito da brincadeira do "boi", o escritor piauiense Vítor Gonçalves Neto, autor de "Conversa Tão-sòmente", narra assim o folguedo:

"O meu boi morreu,
Que será de mim?
"Manda buscar outro,
Ó maninha
Lá no Piauí"!

"Lá vem êle puxado pelo cabresto. Mas é feito de madeira e coberto de chitão vistoso. Vem aos ombros de um cabra forte e é todo enfeitado de espelhos. Só os dois chifres ponteagudos são de boi de verdade. O rabo feito de palha de tucum e o corpo cheio de penas da "ema" que faz parte do "cordão". Vem dando pinotes e mugidos longos à frente das filas de "caboclos" que formam o cortejo fabuloso. Às vêzes algum dêles empunha uma Bandeira Nacional como se o "bando" fôsse um exército de vaqueiros. À frente vem o "Amo" que simboliza a raça valente dos campeadores nordestinos. Mas não é só êle e os "caboclos reais" que o acompanham. Aquêles dois atrás são "Mãe Catirina" e "Pai Francisco". O outro é o "Doutor". Lá vem êle dançando e correndo ao som das cantorias e debaixo dos estampidos dos fogos de São João. Por isso cantam

"Segura o pé,
Segura o pé,
Não tenha mêdo
Do buscapé"!...

"Mas os "caboclos" são valentes e suportam o tiroteio. Até que o "boi" chega e descansa no "terreiro" alguns minutos. É o momento de correr o aluá prá caboclada". Depois todos se levantam e a dança tem início em redor da fogueira crepitante. Êsse ritmo diferente é o da matraca feito apenas com dois pedaços pequenos de madeira. Mas de repente o "boi" adoece e cai estertorado. Que será? Só o "doutor" é quem sabe. E à vista de todos é dado no bicho um clister prá levantar as fôrças... Depois "Pai Francisco" (Chico) arranca a "língua" do animal (um lenço grande e colorido) e sai procurando o dono da casa a fim de receber o pagamento da "visita". O "boi" já está novamente de pé e antes que morra de uma vez o "cordão" entoa a despedida

"Adeus, Rosa,
Até um dia"!...

"Lá vai êle de volta pro seu rancho. Outras "visitas" que fazer. Os fogos de São João espoucam pelo ar. No alto, São Pedro abre um pouco a porta do Céu e fica olhando invejoso à espera de seu dia. Pela fresta escapa um relâmpago que mais parece buscapé soltado por algum anjo vadio. O trovão que ribomba aqui em baixo é igualzinho a tiro de ronqueira escondida no matagal. E os "caboclos" continuam sua marcha dentro da noite sob as notas do côro triunfante

"A Bandeira Brasileira
Foi o meu Boi quem ganhou,
Ai, o meu Boi foi quem ganhou!..."

Assim é o "boi" no Piauí

O último dos folguedos de caráter popular é o "Tambor de Crioula" que tem sido dançado no Brasil desde os primeiros dias de sua descoberta, quando se iniciou o comércio do negro com a África. Dança originária do negro africano, foi trazida para o território nacional na época da escravatura e ainda hoje desperta entusiasmo, em que pêse o advento do cinema, do rádio e a evolução natural dos povos onde tudo tende ao aperfeiçoamento ou desaparece para ser substituído por outro condizente com a civilização. A sua realização no município não está subordinada e restrita, variando na conformidade da preferência dos que a praticam. Entretanto, o dia 13 de maio, consagrado à libertação dos escravos, é comemorado com entusiasmo contagiante onde a população se mistura, sem distinção de côr, religião ou credo político para dançar o "tambor". Ao ar livre, de preferência nos terreiros ou pátios de fazendas, a multidão se aglomera para presenciar a dança típica — tambor de crioula. Os presentes dispõem-se em roda em cujo centro se colocam os participantes da dança. Os encarregados de bater nos tambores começam a exercitar as mãos no instrumento característico cujo número varia bastante não sendo, contudo, inferior a três. Inicia-se a festa: crioulos e crioulas exibem suas qualidades exuberantes neste gênero de dança, pulando, saltando, rolando pelo chão, passando rasteira uns nos outros, além de cânticos característicos que são ouvidos pelos presentes. A brincadeira prolonga-se dentro da noite chegando, às vêzes, ao amanhecer do dia. É uma noite verdadeiramente festiva onde, sem preocupação social, o povo brinca e se diverte. Como acontece em tôdas as festividades dessa natureza, a aguardente de cana e outras bebidas alcoólicas são servidas não sòmente aos integrantes da brincadeira como também aos apreciadores presentes. As doses se repetem. E quanto mais "cana" mais alegria, mais entusiasmo, mais vibração. Os tambores são instrumentos feitos de toros de pau ocados com uma das extremidades coberta de couro forte e bem esticado. No decorrer da dança, são levados ao calor do fogo para maior intensidade do som. Em que pêse a maneira rústica como são confeccionados, os tambores produzem ótimo som, às vêzes ouvidos a uma dsitância de mais de uma légua. A intensidade do som varia conforme a agilidade do batedor. Em compensação os chamados "cobras do tambor", nome dado aos mais destacados no manejo do instrumento, depois de uma noitada bem movimentada, ficam com as mãos completamente inchadas por causa do esfôrço despendido.

As procissões tradicionais que se realizam no município são: Bom Jesus dos Passos, Senhor Morto e "Corpus Christi".

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos ilustres de Teresina que se projetaram no cenário nacional, mencionam-se os seguintes: *Teodoro Alves Pacheco — Anísio Auto de Abreu — José Félix Alves Pacheco — Areolino Antônio*

Movimento de embarcações no cais do pôrto

de Abreu — Abdias da Costa Neves — Armando César Burlamaqui — Henrique Valadares — Tancredo Burlamaqui de Moura — Antônio Alves de Noronha.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Teresina é sede de Arecebispado, existindo no município 5 Paróquias. Conta o município com 37 templos católicos, 6 protestantes e 3 espíritas. O número de veículos em tráfego urbano atinge 415, entre automóveis, jipes e camionetas para passageiros e transporte de mercadorias. A cidade é servida por emprêsas de ônibus que fazem o transporte da população, inclusive para a vizinha cidade maranhense de Timon. O número de passageiros transportados em 1956, pelas várias emprêsas existentes na capital, atingiu aproximadamente 1 386 913. Além do serviço de ônibus mencionado, os passageiros que se destinam à vizinha cidade de Timon e vice-versa são transportados em canoas motorizadas, desde que prefiram tal sistema, visto como a cidade em aprêço é também servida por ônibus como se mencionou acima. A ponte metálica sôbre o rio Parnaíba, projetada em 1918 pelo engenheiro Dr. Jurandyr Pires Ferreira, atual presidente do I.B.G.E., é sem dúvida um dos aspectos de maior relêvo da cidade. Por ela transitam os trens da Estrada de Ferro São Luís—Teresina e os veículos que demandam a cidade de Timon, Caxias e todo resto do Estado, servido por transporte rodoviário. Contam-se no município 60 médicos, 237 advogados, 41 dentistas, 15 farmacêuticos, 12 engenheiros, 7 agrônomos e 3 veterinários. As transmissões de imóveis, em 1956, somaram 1 318, no valor de Cr$ 24 599 419,00.

O Registro Civil acusou o seguinte movimento:

	1955	1956
Nascimentos	1 208	1 436
Casamentos	556	582
Óbitos	1 140	1 301

O matadouro modêlo, que abastece de carne verde a cidade de Teresina, apresentou, em 1956, o seguinte movimento de gado abatido:

Bovinos	12 237
Suínos	15 258

O número de sindicatos eleva-se a 11, alguns dos quais funcionando precàriamente. As obras de construção do cais do pôrto fluvial de Teresina estão a cargo da Comissão de Estudos e Obras do Alto Parnaíba, que já concluiu 361,60 metros de cais vertical e 452 metros de rampa. As autarquias e entidades paraestatais de âmbito nacional mantêm delegacias e inspetorias em Teresina, contando-se cêrca de 6 repartições. Os ministérios civis e militares também possuem suas repartições, somando 30 entidades. No município de Teresina contam-se 11 cartórios, sendo 10 na sede municipal e 1 no povoado de Morrinhos. A Estrada de Ferro São Luís—Teresina conta com uma estação dentro do município, localizada no final da ferrovia, pois Teresina é o seu ponto terminal. Encontram-se em construção atualmente em território do município de Teresina os prolongamentos da Estrada de Ferro Central do Piauí e da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Esta última já conta com algumas estações construídas no seu traçado, entre Teresina e o povoado de Morrinhos. A capital piauiense possui o Cemitério de São José, inaugurado em 1862. Registra-se ainda a existência do Cemitério Dom Bosco, no bairro Vermelha; o cemitério do bairro Poti Velho e o do povoado de Natal.

Teresina, cognominada "Cidade Verde", é de fato um painel verdejante, em face do grande número de árvores que entremeiam o seu traçado, o que lhe dá, com singularidade, um aspecto típico. Essas árvores contribuem para amenizar o calor nos meses em que a temperatura se torna mais elevada.

Encontram-se atualmente sediados em Teresina o 25.º Batalhão de Caçadores e a 3.ª Companhia de Construção do 4.º Batalhão Ferroviário. Funciona também a 26.ª Circunscrição de Recrutamento. Há um Comando da Polícia Militar do Estado, composto de 1 batalhão para o serviço de policiamento do interior do Estado, 4 companhias e 1 pelotão de bombeiros. Das companhias mencionadas, uma se destina ao policiamento da capital do Estado, cujos integrantes têm a denominação de "Cosme e Damião". Conta Teresina com 3 mercados municipais, destacando-se como mais importante o da Praça Deodoro, denominado "Mercado Velho". Além dos mercados mencionados, registra-se a existência de duas feiras diárias nos bairros Cajueiro e Vermelha, havendo ainda 2 mercados municipais nos povoados Natal e Morrinhos, onde se realizam feiras aos sábados e domingos, respectivamente. Funcionam também na capital piauiense os seguintes órgãos: Justiça do Trabalho, com uma Junta; Tribunal Regional Eleitoral, Inspetoria Seccional do Ensino Secundário e Tribunal de Justiça do Piauí. Destacam-se ainda a Associação Comercial Piauiense, tradicional e conceituado órgão classista; Federação das Associações Rurais do Piauí, Associação de Criadores, Jóquei Clube do Piauí, que são outras tantas entidades existentes na capital. As pessoas nascidas no município recebem a denominação de "teresinenses".

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia do Estado do Piauí" — Pereira da Costa — Pernambuco — Tipografia do "Jornal do Recife" — 1909; "Teresina — Subsídios para a História do Piauí" — Padre Joaquim Chaves — 1952; "Literatura Piauiense" — João Pinheiro — Teresina — Imprensa Oficial — 1937; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — Volume IV — Teresina — 1923.

(Fontes — Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí. Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina — e Agente do I.A.P.B.)

UNIÃO — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — A cidade de União que é hoje, incontestàvelmente, uma das mais florescentes do Piauí, teve sua origem em uma fazenda de gado conhecida pelo nome de Fazenda do Estanhado, fundada em princípios do século XIX. Por iniciativa de seu proprietário, cujo nome não se sabe ao certo, foi então construída a capela, hoje igreja de Nossa Senhora dos Remédios, para o exercício espiritual de sua família. Tal fato deu ensejo a que logo se formasse regular núcleo de população. Em face de seu crescente progresso e rápido desenvolvimento, foi proposta, em 1826, pelo Presidente da Província naquele tempo, conforme refere Pereira da Costa, a criação de uma freguesia na povoação do Estanhado e a sua elevação à categoria de vila, justificando, em Ofício de 27 de setembro do mesmo ano, a sua proposta, da maneira seguinte:

"Esta povoação dista 20 léguas de Campo Maior; banhada pelo rio Parnaíba, circulada de matas suficientes para tôda e qualquer lavoura, contém muitas feitorias, é muito fértil, e promete para o futuro ser uma das melhores da Província, pelo seu comércio, população numerosa, e mesmo riqueza" (Pereira da Costa — "Cronologia Histórica do Piauí", página 294). Não foi, no entanto, tomada em consideração a proposta do Presidente, continuando a ser a povoação do Estanhado um simples distrito policial subordinado à vila de Campo Maior. Só a 27 de agôsto de 1853, na administração do Dr. Luís Carlos de Paiva Teixeira, vice-Presidente da Província, em exercício, é que foi criada uma paróquia na povoação, pela Lei provincial número 348, sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios e pela qual se lhe fixaram os competentes limites. Pouco tempo depois elevou-se o povoado à categoria de vila, por efeito da Lei provincial número 362, de 17 de setembro do mesmo ano de 1853, com os mesmos limites paroquiais e com o nome de União. No dia 23 de outubro de 1854, verificou-se a instalação solene da vila, cujo têrmo foi anexado à comarca de Campo Maior, onde permaneceu por muito tempo. Para o patrimônio da vila o coronel João do Rêgo Monteiro, Barão de Gurguéia, de ilustre família piauiense, fêz doação de meia légua de terras, de frente, marginando o rio Parnaíba, por uma légua de fundo, na direção de leste, situada na data Suçuapara, onde se acha edificada a atual cidade. Já no regime republicano, elevou-se a vila à categoria de cidade, por fôrça do Decreto estadual número 1, de 28 de dezembro de 1889. O têrmo judiciário de União, até então subordinado à comarca de Campo Maior, desde a sua instituição, elevou-se à categoria de comarca, por efeito do Decreto estadual número 19, de 19 de março de 1890, tendo sido solenemente instalada em 15 de novembro do mesmo ano. A comissão encarregada dos serviços federais de Obras Contra as Sêcas fêz a demarcação do patrimônio do município, conforme se verifica do relatório apresentado pelo auxiliar técnico da referida comissão, Senhor Samuel Moreno, datado de 13 de fevereiro de 1922.

Na história de sua emancipação política, União desempenhou papel relevante. De lá partiu, rumo a Campo Maior às quatro horas da tarde do dia 12 de março de 1823, uma fôrça ali estacionada, sob o comando do bravo tenente-coronel Alecrim que, em marcha forçada, chegou às primeiras horas da madrugada seguinte, unindo-se às fôrças legais sediadas em Campo Maior para, naquela manhã, tomar parte na maior batalha ferida em defesa da nossa independência, à margem esquerda do rio Jenipapo, onde se encontram sepultadas centenas de patriotas que tombaram no fatídico dia 13 de março, como testemunho perpétuo da bravura e do patriotismo dos nossos antepassados. Triunfante nesse grande encontro, mas nêle perdendo a bagagem de gurera e, sentindo falta de munições e de tropa para enfrentar a rebelião que dominava em Oeiras e todo o Piauí, o major João José da Cunha Fidié, comandante das armas portuguêsas, levanta acampamento de Campo Maior, no dia 16 de março e segue com seu exército para o Estanhado, à margem do Parnaíba, onde permaneceu até o dia 29 do mesmo mês, data em que se retirou para território maranhense, conforme refere Pereira da Costa.

Por ocasião da Guerra dos Balaios, União foi palco de sangrentas batalhas em que as fôrças legais bateram os rebeldes sob o comando de Ruivo e Pedregulho.

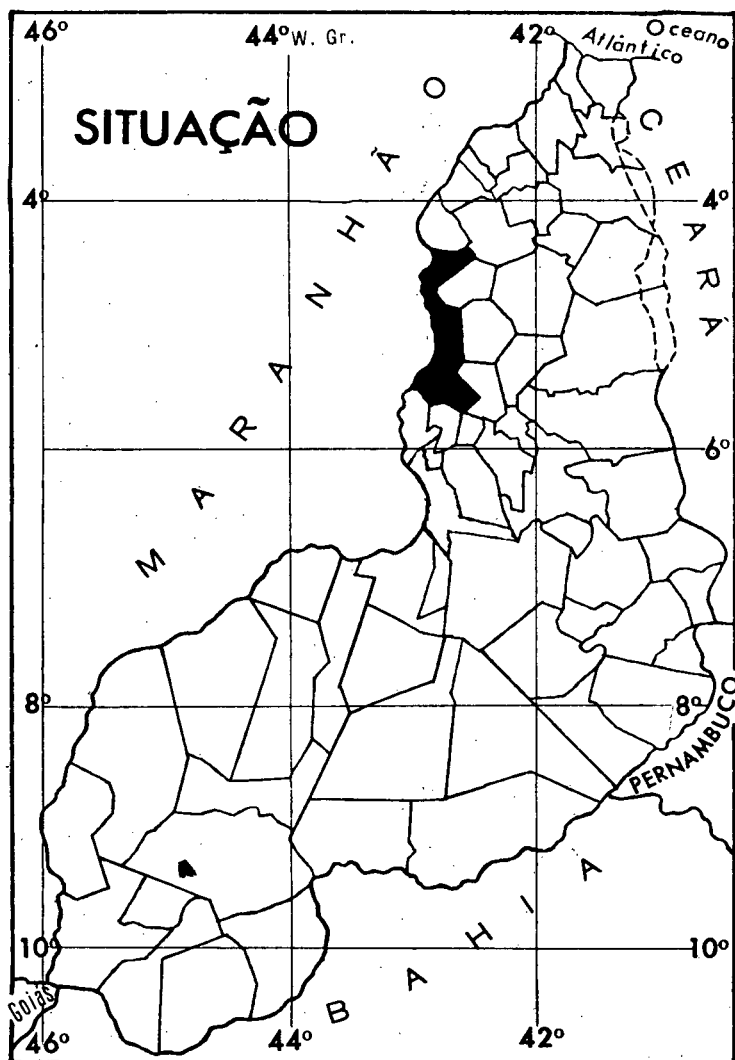
Pereira da Costa, em sua "Cronologia Histórica do Estado do Piauí", noticia o seguinte, a respeito da participação de União na Guerra dos Balaios: "1839 — setembro 6 — Com a notícia da aproximação das tropas piauienses comandadas pelo major Clementino de Sousa Martins, os rebeldes evacuam Caxias, espalham-se pela comarca e margem do Parnaíba e o caudilho do Piauí, Lívio Lopes, que ali se achava com a sua gente, atravessa o Parnaíba, invade o território piauiense e aquartela-se a 5 léguas da povoação do Estanhado, hoje União.

"O tenente Borges, comandante do pôsto do Poti, marcha contra Lívio Lopes, mas êste frustou-lhe o encontro seguindo logo para o Estanhado, a fazer junção com as fôrças dos caudilhos Ruivo e Balaio, que se postam do lado do Maranhão em frente à povoação do Estanhado, que já se acha em poder dos rebeldes.

"Setembro 12 — O major Clementino Martins, que havia partido dois dias antes do pôrto das Melancias para bater as fôrças de Lívio Lopes estacionadas no Estanhado, antes de chegar à Fazenda Santa Rita, publica uma proclamação chamando os rebeldes à ordem e à obediência. Chega a Santa Rita, sendo em todo o trânsito incomodado pelas guerrilhas rebeldes. Rompe o fogo no rio Parnaíba e em terra. Lívio Lopes faz fogo de artilharia sôbre as gabarras, que conduzem fôrças da legalidade, e depois de leve resistência, foge aterrado em direção a Campo Maior, depois de reconhecer que é batido pelas fôrças de Clementino Martins, a que os rebeldes temem".

Pelo Decreto estadual número 27, de 28 de abril de 1890, foi anexado à comarca de União o município de Livramento, hoje José de Freitas, até então subordinado a Campo Maior. Em decorrência da Lei estadual número 27, de 12 de dezembro de 1893, foi extinta a comarca de Campo Maior, anexando-se o seu têrmo ao de União, onde permaneceu até ser restabelecida pela Lei estadual número 85, de 12 de junho de 1896. Pela Lei estadual número 176, de 9 de julho de 1898, foi criado o distrito de Livramento, hoje José de Freitas, que se anexou à comarca de União, da qual se desmembrou, em face da criação de sua própria comarca pelo Decreto estadual número 1 198, de 6 de abril de 1931. Com a extinção da comarca de José de Freitas, por fôrça da Lei estadual número 96, de 21 de junho de 1937, retornou à jurisdição de União o seu têrmo judiciário. Em cumprimento ao Decreto-lei estadual núme-

ro 247, de 1.º de março de 1940, extinguiram-se os têrmos judiciários no Estado do Piauí, passando as comarcas a compor-se dos distritos judiciários a êles correspondentes. Por outro lado, a comarca de União perde para a de José de Freitas, recém-criada, o distrito judiciário de igual nome. O seu atual quadro administrativo e judiciário constitui-se de comarca de 3.ª entrância, município, distrito judiciário e distrito administrativo de igual nome. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Carlos Rego Monteiro, e constituída a Câmara Municipal com sete vereadores.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal está situada à margem direita do rio Parnaíba, distando 63 quilômetros da capital estadual e, em linha reta, 57 quilômetros. Pertence à Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba. O município limita-se com Teresina, José de Freitas, Barras, Miguel Alves e com o Estado do Maranhão. Suas coordenadas geográficas são: 4° 35' 09" de latitude Sul e 42° 52' 12" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 50 metros de altitude.

CLIMA — O clima é quente e sêco no verão e úmido no inverno. O período invernoso começa em dezembro e termina em maio.

ÁREA — A área do município é de 1 319 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O mais importante acidente hidrográfico do município é o rio Parnaíba, banhando-o em uma extensão de 15 léguas. Há os riachos da Taboca, dos Cavalos, Raiz, do Tatu, Riachão, além de lagoas e olhos-d'água. No setor orográfico, destaca-se o morro das Palmeiras, de cujo cimo se descortina um dos mais encantadores panoramas do Piauí. Existem a serra do Saco e o morro Branco.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais em maior evidência são a cêra de carnaúba e amêndoas de babaçu. No reino animal, aparecem veado, cutia, rapôsa, e tamanduá. A flora é variada, possuindo inclusive plantas medicinais.

POPULAÇÃO — A população do município de União, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 27 484 habitantes, assim distribuída: 13 521 homens e 13 963 mulheres. Do total mencionado, 4 967 eram brancos, 2 454 pretos, 20 047 pardos, 1, amarelo e 15 pessoas não declararam côr. Dos 14 638 habitantes de 15 anos e mais de idade, 5 300 eram solteiros, 8 263 casados, 1 063 viúvos, 5 desquitados e 7 habitantes não declararam estado civil. Em religião, predominam os católicos apostólicos romanos, em número de 27 344, enquanto as outras religiões possuem adeptos em pequena escala. A densidade demográfica correspondia a 17 habitantes por quilômetro quadrado. A zona rural reúne 88,37% da população do município, sendo 12 127 homens e 12 159 mulheres, notando-se, ainda, equilíbrio entre homens e mulheres. O município coloca-se em 11.º lugar no conjunto das comunas piauienses, enquanto a cidade ocupa a mesma posição em relação às demais do Estado.

Aglomerações urbanas — O município conta com 6 aglomerações urbanas: cidade de União, com 3 198 habitantes, sendo 1 394 homens e 1 804 mulheres. Dêsse total, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 469 homens e 593 mulheres sabiam ler e escrever, ao passo que 662 homens e 915 mulheres não eram alfabetizados, consoante dados do Recenseamento Geral de 1950; povoados Liberdade, com 82 moradias e população aproximada de 500 habitantes; Lagoa Alegre, com 120 casas e cêrca de 600 pessoas; Salobro, com 73 residências e 380 moradores, aproximadamente; Santa Rosa, com 75 moradias e população aproximada de 428 habitantes; Davi Caldas, com 150 casas e cêrca de 920 moradias.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica é formada pela agricultura, pecuária e indústria extrativa.

Igreja-Matriz de N. S.ª dos Remédios

Agricultura — Os principais produtos agrícolas são a mandioca, o arroz, o milho, o feijão, o algodão e a cana-de-açúcar, cujos excedentes são vendidos para Parnaíba, Teresina e Fortaleza. Em 1956, o volume e o valor da produção agrícola foram:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Arroz	Saco de 60 kg	26 000	5 460 000
Feijão	» » » »	9 800	4 407 000
Milho	» » » »	22 000	3 960 000
Mandioca	Tonelada	16 000	712 500
Algodão	Arrôba	9 120	638 400

Pecuária — A pecuária, não obstante a falta de assistência veterinária, ainda tem importância para a economia municipal. Apresentou, em 1956, o efetivo de 15 000 bovinos, 60 000 suínos, 4 600 ovinos e 6 000 caprinos. Mesmo em pequena escala, há vendas de gado bovino para Teresina e Fortaleza.

Indústria — A indústria extrativa vegetal não é muito desenvolvida, porque não conta o município com processos extrativos modernos. Nesse setor, destaca-se a cêra de carnaúba, cuja produção, em 1956, foi de 89 298 quilogramas, no valor de Cr$ 5 043 663 000,00. Em seguida, aparecem outros produtos que contribuíram para o desenvolvimento econômico do município: farinha de mandioca — 1 138 720 quilogramas, no valor de Cr$ 5 681 400,00; polvilho de mandioca — 222 953 quilogramas, avaliados em Cr$ 1 340 498,00; aguardente de cana — 35 850 litros, correspondendo a Cr$ 430 200,00; rapadura — 16 250 quilogramas, no valor de Cr$ 113 750,00. No município existem dois campos experimentais para a cultura de milho, arroz, feijão, algodão e mandioca — Núcleo Colonial David Caldas e Pôsto Agropecuário, da Fazenda Gameleira, ambos patrocinados pelo Govêrno federal.

COMÉRCIO E BANCOS — Há 4 estabelecimentos atacadistas, 45 varejistas e 1 estabelecimento industrial com mais de 5 operários. O comércio local mantém transações com as praças de Parnaíba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, das quais adquire café, açúcar, querosene, sabão, fósforo, manteiga, sal, louça, ferragem, calçados e tecidos. Existe, na sede municipal, uma agência do Banco do Brasil S. A.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal está ligada à capital do Estado pela Rodovia PI-2, numa distância de 66 quilômetros. A comunicação com as sedes municipais limítrofes é feita assim: Barras, estrada carroçável — 87 quilômetros; José de Freitas, estrada carroçável — 42 quilômetros; Miguel Alves, estrada carroçável — 66 quilômetros ou por navegação fluvial — 62 quilômetros. Na cidade funciona uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui iluminação pública fornecida pela Prefeitura Municipal e 178 ligações elétricas domiciliares. A área de pavimentação é representada por 6% de calçamento feito de paralelepípedos e pedras irregulares. Conta com 47 logradouros públicos, dos quais a Praça Getúlio Vargas, totalmente calçada, é o principal. Há 1 hotel com a diária média de Cr$ 70,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência sanitária à população duas farmácias, 1 médico, 1 dentista e o Pôsto de Saúde Dr. Segismundo Alencar, mantido pelo Govêrno do Estado e subvencionado pela municipalidade.

ALFABETIZAÇÃO — O município de União, ao tempo do último Censo, possuía 22 599 pessoas de 5 anos e mais de idade, das quais 3 066, isto é, 13,6% do total mencionado, sabiam ler e escrever, sendo 1 665 homens e 1 401 mulheres. Na sede municipal, das 2 639 pessoas de 5 anos e mais de idade, 1 062 sabiam ler e escrever, sendo 469 homens e 593 mulheres. O município colocou-se em 41.º lugar no conjunto dos demais piauienses, com a quota de 13,57%. A cidade, no entanto, alcançou melhor posição, obtendo o 40.º lugar em relação às outras unidades, com a percentagem de 40,24%. A zona rural ocupou o 42.º, com a quota de 10,04%.

Ensino — Em 1956, funcionaram 48 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, sendo 24 estaduais, 22 municipais e 2 particulares com 2 311 matrículas, das quais 1 037 de homens e 1 274 de mulheres. Funcionaram também 10 cursos supletivos, apresentando 305 matrículas.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na Prefeitura Municipal existe uma pequena biblioteca denominada Biblioteca Municipal Monteiro Lobato, com cêrca de 300 volumes de assuntos diversos, e a cidade conta com um cinema.

Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	187 000	658 000	354 000	50 000	346 000
1951.......	240 000	864 000	717 000	108 000	529 000
1952.......	390 000	989 000	707 000	99 000	795 000
1953.......	436 000	961 000	1 040 000	139 000	1 102 000
1954.......	739 000	1 677 000	924 000	129 000	755 000
1955.......	610 000	1 792 000	1 074 000	146 000	1 096 000
1956 (1)....	...	...	1 137 000	165 000	1 108 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais manifestações religiosas são a festa de Nossa Senhora dos Remédios, padroeira do lugar, que atrai as atenções de pessoas de tôdas as localidades, desenvolvendo-se num ambiente de grande entusiasmo. É realizada no período de 7 a 16 do mês de outubro. A festa de São Raimundo Nonato, realizada no período de 22 a 31 do mês de agôsto, apresentando grande animação.

VULTOS ILUSTRES — Os principais filhos ilustres de União que se destacaram nas artes, letras e ciências são:

Simplício de Sousa Mendes, magistrado, professor de Direito, jornalista, conferencista e tribuno, residente em Teresina, capital do Piauí.

José da Rocha Furtado, ex-Governador do Piauí, cirurgião cuja competência atravessou as fronteiras do Piauí, figurando entre os grandes cirurgiões do país, residente em Fortaleza, capital do Ceará.

Hugo Napoleão do Rêgo, deputado federal, advogado e jurisconsulto de grande conceito no fôro da Capital da República.

Benedito Martins Napoleão, tribuno, poeta, jornalista, professor, filólogo e escritor de renome.

Antônio Maria de Rezende Correia, antigo deputado federal, médico, político, tribuno e homem de ação, reside em Fortaleza, capital do Ceará.

General *José Furtado dos Santos e Silva,* ex-Presidente do Banco da Borracha e ex-Interventor do Estado do Pará.

Padre *José Luiz Cortez,* possuidor de invejável cultura, poliglota, orador sacro, residente em Teresina, capital do Piauí, onde goza de grande estima.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Na cidade, há duas instituições de assistência a desvalidos: Associação Beneficente Nossa Senhora dos Remédios e Associação de Proteção à Maternidade e à Infância. As pessoas nascidas em União denominam-se unionenses.

BIBLIOGRAFIA — "Cronologia Histórica do Estado do Piauí" — Pereira da Costa — Pernambuco — 1909; "O Piauí no Centenário de sua Independência" — Volume IV — Teresina — 1923; "Sinopse Estatística Municipal de União" — Conselho Nacional de Estatística — 1948; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — D.E.E. do Piauí — 1939.

(Elaboração da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A., e Agente do I.A.P.B.).

URUÇUÍ — PI

Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1889, no local em que hoje está situada a cidade de Uruçuí, havia apenas uma palhoça, construída nas proximidades do rebanco do rio Parnaíba. Em 1892 surgiu um segundo morador, vindo do lugar denominado Santa Maria, três léguas distantes, o qual construiu a segunda palhoça não muito distante da primeira.

Iniciou-se assim o povoamento da atual cidade. Na década seguinte, isto é, de 1892 a 1902, essa primitiva povoação, conhecida por Nova Vila, desenvolveu-se ràpidamente e de tal modo que a Assembléia Legislativa do Estado, pela Lei número 290, de 23 de junho de 1902, criou a vila e município, cujo distrito judiciário foi anexado à comarca de Floriano com sede em Nova Vila e a denominação de Uruçuí. O território do novo município foi desmembrado do de Aparecida, hoje Bertolínia, tendo-se verificado a sua instalação no dia 7 de setembro do mesmo ano. O progresso do novo município não parou aí; pelo contrário, mais se acentuou. Concorreu muito para o crescimento rápido da vila a navegação dos rios Parnaíba e Balsas, levada a efeito pela Emprêsa Fluvial Piauiense, que pôs em prática o pensamento do hábil e honesto comerciante, coronel Manuel Tomaz de Oliveira que, desta forma, ligou o seu nome ao daquelas paragens até então apenas conhecidas pelos indígenas do lugar e por poucos e arrojados comerciantes ambulantes. Para maior progresso da nova vila, a navegação fluvial estendeu-se até Santa Filomena, no rio Parnaíba, e Santo Antônio do Balsas, no rio das Balsas, assegurando-lhe assim um comércio de trânsito seguro e com largas possibilidades para prosseguir enriquecendo os habitantes da terra até então despovoada.

Por efeito da Lei estadual número 595, de 1.º de agôsto de 1910, foi criada a comarca de Uruçuí, cuja instalação se verificou a 15 de novembro do mesmo ano pelo Juiz de Direito, Doutor Ernesto José Batista, à qual se anexou o distrito judiciário de Aparecida, hoje Bertolínia, até então subordinado à comarca de Floriano. Nesse ano, a navegação que era feita com intermitências tornou-se efetiva e regular, mesmo porque a Emprêsa Fluvial Piauiense estabeleceu na vila armazéns e serraria, dando inteiro cumprimento ao contrato que firmara com os governos da União e do Estado. Tornando-se o empório comercial daquelas regiões fertilíssimas, o município apresentou, por ocasião do Recenseamento de 1920, população urbana superior às encontradas em diversas cidades do Estado. É mister salien-

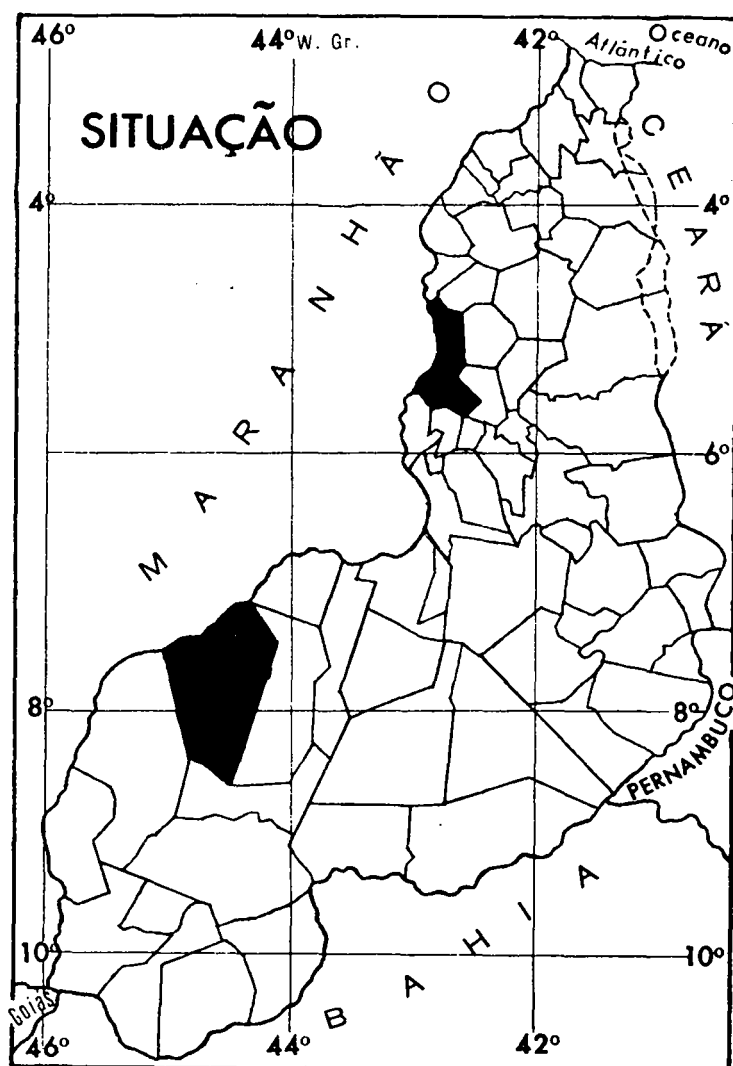
Grupo Escolar Professor Fróis

tar que, estando o município quase ao abrigo das sêcas que ali só se manifestam através dos prejuízos que causam à criação, tornou-se o centro de convergência de imigrantes famintos que fugiam ao flagelo. Só em 1915, o então intendente municipal conseguiu localizar no município cêrca de cinqüenta famílias que emigraram do vizinho Estado do Ceará e dos municípios piauienses de Picos, Jaicós e Oeiras.

Em 1909 o ilustre engenheiro Beaurepaise Pinto Peixoto, comissionado pelo Govêrno federal para proceder aos estudos de uma estrada de ferro através do Jalapão, fêz da sede do município o ponto terminal de seus estudos, chamando-a o "primeiro degrau do planalto central da República", fadada a desempenhar importante papel no povoamento e progresso da hinterlândia brasileira, não só pela sua posição geográfica como pela função de três rios francamente navegáveis. A estação telegráfica que serve ao município, de propriedade do Departamento dos Correios e Telégrafos, foi instalada no dia 7 de setembro de 1916. Por ocasião da revolução de 1926, o distrito-sede transformou-se em centro de convergência de fôrças federais e estaduais que a ocuparam, a fim de evitar a penetração da "Coluna Prestes" em território piauiense. A retirada dessas fôrças para a capital do Estado ocasionou grande pânico na população do município que, por êsse motivo, agravada pela invasão dos revoltosos, retirou-se em grande parte, originando-se daí grande retardamento no progresso do lugar. Por efeito da Lei número 1 041, de 18 de julho de 1922, que extinguiu a comarca de Santa Filomena, foi anexado ao de Uruçuí o seu têrmo judiciário, ali permanecendo até a restauração da comarca, pela Lei número 1 124, de 30 de junho de 1925. A Lei estadual número 96, de 21 de junho de 1932, que alterou a divisão judiciária do Estado, conservou na comarca de Uruçuí os distritos judiciários de Aparecida, hoje Bertolínia, e Ribeiro Gonçalves. Por fôrça do Decreto-lei estadual número 247, de 1.º de março de 1940, foram extintos os têrmos judiciários do Estado do Piauí, que passaram à categoria de distritos, permanecendo subordinado à comarca de Uruçuí apenas o distrito de Ribeiro Gonçalves que, instituído em comarca, por efeito do artigo 28, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Piauí, desligou-se definitivamente daquele município. O seu atual quadro administrativo e judiciário constitui-se de comarca de 2.ª entrância, município, distrito judiciário e distrito administrativo de igual nome. A presente legislatura foi instalada

Pôsto de Puericultura Martagão Gesteira

em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Senhor Francisco Coelho e constituída a Câmara Municipal com 5 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Uruçuí, localizado na Zona Fisiográfica do Alto Parnaíba, limita-se com o Estado do Maranhão e os municípios de Guadalupe, Bertolínia, Cristino Castro e Ribeiro Gonçalves. A cidade está situada à margem direita do rio Parnaíba, numa distância de 305 quilômetros, em linha reta, da capital do Estado e tem as seguintes coordenadas geográficas: 7° 13' 26" de latitude Sul e 44° 33' 00" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 170 metros.

CLIMA — O clima de Uruçuí é agradável, não estando sujeito às oscilações bruscas da temperatura.

ÁREA — A área do município é de 9 522 quilômetros quadrados. É o sexto município do Estado em extensão territorial, superado apenas pelo de Ribeiro Gonçalves, Canto do Buriti, São Raimundo Nonato, São João do Piauí e Bom Jesus.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — No relêvo de Uruçuí encontra-se como acidente de maior importância a serra Grande situada a oeste do município, que nêle penetra, vinda de Ribeiro Gonçalves, na faixa de terra situada entre os riachos Corrente e da Volta. No sistema hidrográfico, o rio Parnaíba, em cuja margem está situada a sede municipal, merece menção especial não sòmente por ba-

nhar o município como também pela sua importância e ainda porque serve de linha divisória entre Uruçuí e o Estado do Maranhão, formando, aí, a Cachoeira de Conceição. Também o rio Uruçuí Prêto situa-se entre os acidentes de maior vulto. Além dos acidentes já mencionados, a região é cortada por diversos riachos que formam sua bacia hidrográfica, a saber: Caneca, Tamboril, Cataporas, do Prata, da Estiva, Corrente, São Pedro, Leandra, Volta e Ribeirão dos Castros.

RIQUEZAS NATURAIS — Entre as riquezas naturais do município, as de maior importância no reino vegetal são: o babaçu e a madeira de lei. O reino animal é representado por veado, caititu, tatu, paca, anta e cutia.

POPULAÇÃO — A população de Uruçuí, de acôrdo com os dados estatísticos do Censo de 1950, era de 9 339 habitantes, assim distribuídos: 4 514 homens, 4 825 mulheres, sendo 2 552 brancos, 1 537 pretos, 5 224 pardos e 26 sem declaração da côr. Dos 5 088 habitantes de 15 anos e mais de idade, 1 746 eram solteiros, 2 805, casados, 442, viúvos e 4, desquitados, enquanto 91 pessoas não declararam o estado civil. Em religião, predominaram os católicos apostólicos romanos, em número de 9 278; 25 pessoas se declararam protestantes, 1 adepto do espiritismo e 1 sem religião. Sem declaração de culto foram recenseadas 34 pessoas. A densidade demográfica era de 0,966 habitante por quilômetro quadrado. Localizam-se no quadro rural 81% da população do município que, discriminada por sexo, apresenta os seguintes números: 3 752 homens e 3 823 mulheres. Em relação aos municípios mais populosos do Estado, Uruçuí está colocado no 41.º lugar, com 9 339 habitantes. A cidade, no entanto, colocou-se em posição privilegiada, ocupando o 20.º lugar, com 1 764 habitantes.

Aglomerações urbanas — Contam-se 4 aglomerações urbanas no município: a cidade de Uruçuí, com 1 764 habitantes, sendo 762 homens e 1 002 mulheres. Do total em aprêço, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 379 homens e 453 mulheres sabiam ler e escrever, ao passo que 278 homens e 447 mulheres eram analfabetos, conforme o Censo de 1950; os povoados de Tucuns, com 120 moradias e 550 habitantes; Puçá, com 30 casas e 200 moradores, e Riacho dos Paulos, com 31 residências e 205 pessoas. A população dos povoados foi informada por estimativa.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades econômicas do município giram em tôrno da agricultura, da pecuária e da indústria de transformação. Os principais produtos cultivados pelos agricultores são a mandioca, o arroz, a cana-de-açúcar, o feijão e o milho, os quais são, em parte, vendidos para Nova Iorque (MA), Teresina, Floriano e Bertolínia. O quadro abaixo demonstra a produção agrícola de 1956, segundo dados estatísticos:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Mandioca	Tonelada	11 680	4 800 000
Arroz	Saco de 60 kg	30 000	3 600 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	8 430	716 550
Feijão	Saco de 60 kg	1 400	350 000
Milho	» » » »	2 540	254 000

A pecuária também contribui para a riqueza do município com o seu rebanho de 49 300 cabeças de gado, assim discriminadas: 26 800 bovinos, 17 200 suínos, 1 100 ovinos, 4 200 caprinos. A produção pecuária é vendida nos mercados de Floriano e Teresina.

A indústria de transformação vegetal é explorada no beneficiamento da mandioca, produzindo a farinha e o polvilho, e na de rapadura e aguardente de cana. Os resultados no ano de 1956 são os seguintes: farinha de mandioca — 103 950 quilogramas, no valor de Cr$ 265 440,00; polvilho de mandioca — 25 100 quilogramas, avaliados em Cr$ 111 980,00; rapadura — 53 780 quilogramas, correspondendo a Cr$ 273 900,00, e aguardente de cana — 4 470 litros, valendo Cr$ 53 640,00.

COMÉRCIO — Há no distrito-sede 14 estabelecimentos atacadistas e 13 varejistas. O comércio local mantém relações comerciais com as praças de Floriano, Teresina, Parnaíba, Fortaleza e Recife. Os principais artigos e produtos adquiridos nestas praças são tecidos, louças, calçados, ferragens, secos e molhados.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Uruçuí liga-se com os municípios vizinhos e a capital do Estado pelas seguintes vias de transportes: Bertolínia, estrada carroçável 101 quilômetros; Ribeiro Gonçalves, estrada carroçável 108 quilômetros ou fluvial — 100 quilômetros; Bom Jesus, estrada de tropa 345 quilômetros; Benedito Leite (MA), fluvial 200 metros (apenas a travessia do rio Parnaíba); Teresina, fluvial 559 quilômetros, estrada carroçável e rodovia 559 quilômetros e via aérea 390 quilômetros. Há um campo de pouso situado a 10 quilômetros da sede do município, ainda sem tráfego. Uma Agência Postal-telegráfica e telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos faz o serviço de comunicação.

Praça Getúlio Vargas (em construção)

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui 37 logradouros públicos. É servida de luz elétrica, com 19 ligações domiciliares, cujo fornecimento está a cargo da Prefeitura. Há uma pensão que cobra Cr$ 60,00 de diária. O registro de veículos na Prefeitura Municipal apontou a existência de 3 jipes e 1 caminhão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestando assistência à população, existem duas farmácias, 2 dentistas, 1 médico, 2 farmacêuticos, 1 Pôsto Médico da Associação

de Proteção à Maternidade e à Infância e o Pôsto do Serviço Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 registrou a existência de 7 781 pessoas de 5 anos e mais de idade, sendo que 1 499, ou seja, 19,26% da população, sabiam ler e escrever. Dêsse total, 763 eram homens e 736 mulheres. Não sabiam ler e escrever 6 262 pessoas, sendo 2 946 homens e 3 316 mulheres. Na sede municipal, das 1 557 pessoas com a idade supracitada, 832 sabiam ler e escrever, sendo 379 homens e 453 mulheres, enquanto 278 homens e 447 mulheres não eram alfabetizados. Uruçuí ficou colocado no 22.º lugar em alfabetização no conjunto dos municípios. A cidade, com a percentagem de 53,44%, conquistou uma colocação mais privilegiada, classificando-se em 10.º lugar. A zona rural ficou situada no 40.º lugar, com a percentagem de 10,72%.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 27 unidades de ensino primário fundamental comum com a matrícula de 824 alunos, dos quais 370 eram do sexo masculino e 454 do feminino. Segundo a entidade mantenedora, essas unidades escolares estavam assim distribuídas: 6 estaduais, 15 municipais, uma particular e 5 cursos supletivos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	83 000	191 000	308 000	78 000	119 000
1951.......	69 000	360 000	583 000	140 000	444 000
1952.......	134 000	359 000	508 000	152 000	367 000
1953.......	132 000	488 000	795 000	157 000	644 000
1954.......	134 000	605 000	715 000	160 000	784 000
1955.......	144 000	776 000	740 000	135 000	739 000
1956 (1)....	465 000	936 000	1 094 000	236 000	935 000

(1) O ano de 1956 entrou no presente quadro com a arrecadação e a despesa real da Prefeitura e não como orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Realizam-se no município os festejos de São Sebastião, no dia 20 de janeiro; do Coração de Maria, no dia 31 de maio e de Santa Teresinha, no dia 3 de outubro de cada ano. Êsses festejos são recebidos pelo povo com devoção e respeito, culminando com processões, precedidas de novena, a que comparece grande número de fiéis.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há em Uruçuí um advogado, exercendo a profissão. Os habitantes locais são denominados uruçuienses. Encontra-se no município a União Artística Operária Uruçuiense que presta assistência mutuária.

BIBLIOGRAFIA — "O Piauí no Centenário de sua Independência" — Volume IV — Teresina — 1923; "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — D.E.E. do Piauí — 1939; "Sinopse Estatística do Município de Uruçuí" — Conselho Nacional de Estatística — 1948.

(Fontes — Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Uruçuí. Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí. Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina — e Agente do I.A.P.B.).

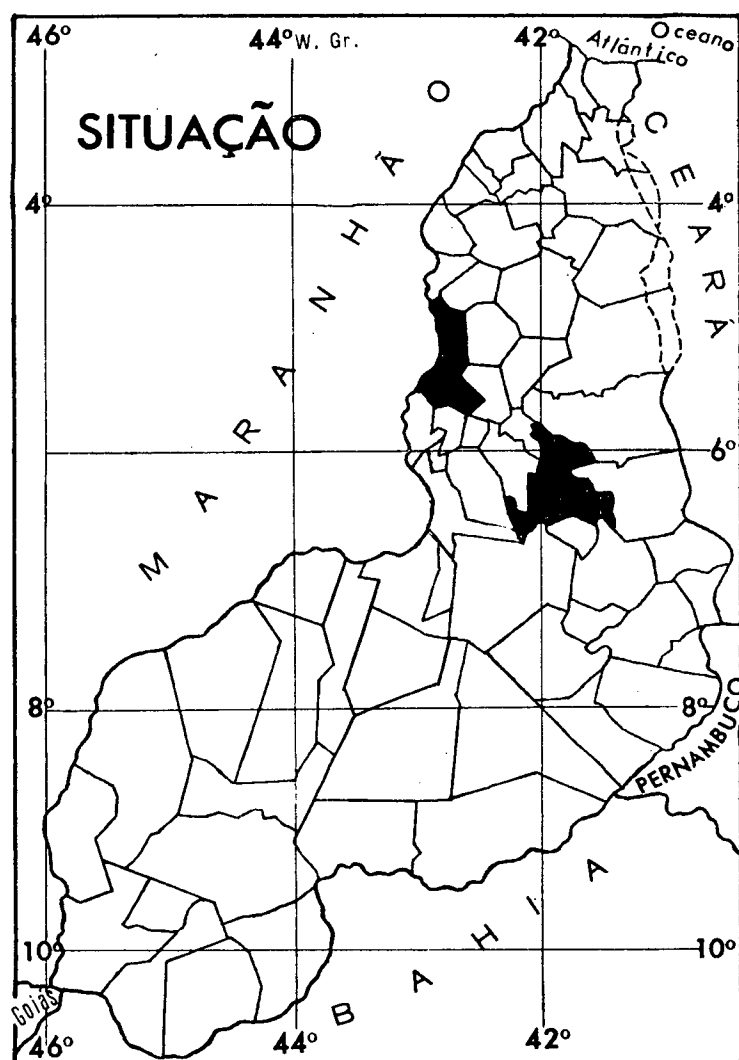
VALENÇA DO PIAUÍ — PI

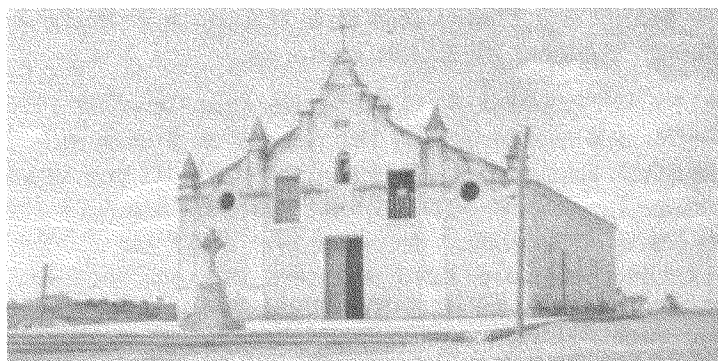
Mapa Municipal no 3.º Vol.

HISTÓRICO — Valença do Piauí foi, em sua origem, uma aldeia de índios Aroazes que recebeu posteriormente o nome de Catinguinha. No início do século XVIII, alguns Jesuítas se estabeleceram nas proximidades da nascente do rio Tabua, com o fim de catequizar os gentios; levantaram, com o auxílio dos indígenas, algumas choupanas e iniciaram a construção de um gigantesco templo de pedras, do qual há ainda indícios. Em 1740, o Bispo do Maranhão — D. Frei Manoel da Cruz, sabedor de que aquela povoação vinha desenvolvendo-se consideràvelmente, criou nela uma freguesia sob o orago de Nossa Senhora da Conceição, tendo como sede o local denominado Aroazes, hoje povoado com êste nome. Em virtude da Carta régia de 19 de junho de 1761, que mandou criar uma vila em cada uma das oito freguesias da Capitania do Piauí, foi erigida a vila com o nome de Valença, ainda hoje conservado. Foi solenemente instalada pelo Governador da Província — João Pereira Caldas — a 20 de setembro de 1762, constando o seu território de uma légua em quadro, a partir dos quatro lados da Matriz. Vê-se, ainda hoje, o marco respectivo, aos fundos da Igreja de São Benedito.

Ao tempo da instalação tinha Valença 39 casas com 156 habitantes. Com a finalidade de promover o desenvolvimento da vila recém-criada, quarenta e cinco pessoas obrigaram-se, por contrato escrito, a construir novas casas. Naquela época, em tôda a freguesia, eram conhecidos 1 329 habitantes com 266 casas. Em 1824, quando o Senado da Câmara se reuniu para jurar fidelidade à Constituição do Império, havia já crescido número de pessoas distintas na vila, sendo a Ata assinada por cêrca de 50 cavalheiros, muitos dos quais deixaram descendentes que constituem os principais elementos da sociedade valenciana. Para execução do Código Criminal, em 1833, Valença ficou sendo têrmo da comarca de Oeiras, permanecendo assim até 6 de agôsto de 1866, dia em que se tornou independente daquela. Foi seu primeiro juiz o Dr. Gastão Pereira de Gouveia Pimentel e Beleza. Em virtude da Lei provincial número 52, de 5 de setembro de 1836, foi a sede da freguesia transferida para a vila de Valença, recebendo a Paróquia a invocação de Nossa Senhora do Ó e Conceição, cujo orago ainda hoje permanece. Proclamada a República, Valença foi elevada à categoria de cidade, pelo Decreto número 3, de 30 de dezembro de 1889, quando já contava com mais de dez mil habitantes e cêrca de duas mil casas em todo o seu território, apesar dos desmembramentos sofridos enquanto vila. Em 1929, pela Lei estadual número 1 249, de 10 de julho, no Govêrno do Dr. João de Deus Pires Leal, foi transferida ao patrimônio de Valença a zona de terras do domínio estadual, conhecida pela denominação de Missão dos Aroazes, sob cláusulas especiais. Em 1931, quando da nova organização dada aos municípios do Estado, pelo Decreto número 1 279, de 26 de junho, da administração Landri Sales Gonçalves, o município de Valença não sofreu qualquer modificação, permanecendo com a sua anterior constituição territorial. Por fôrça do Decreto número 1 477, de 4 de setembro de 1933, o distrito judiciário de Regeneração foi desmembrado da comarca de Va-

lença e anexado à de Amarante. Em virtude do Decreto estadual número 1 539, de 18 de maio de 1934, o município de Valença teve nova divisão policial. Por decorrência do Decreto-lei número 754, de 30 de dezembro de 1943, Valença passou a denominar-se Berlengas até 31 de dezembro de 1948, tendo, a partir de 1 de janeiro de 1949, com a Lei número 128, de 26 de julho de 1948, passado a denominar-se Valença do Piauí. O seu atual quadro administrativo e judiciário constitui-se de comarca de terceira entrância, à qual estão subordinados os distritos judiciários da sede e os de Elesbão Veloso, Inhuma, Pimenteiras e São Félix do Piauí, município e distrito administrativo de igual nome. Em 1955, foi instalada a atual legislatura, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Abdon Portela Nunes que se encontra em exercício, e constituída a Câmara Municipal de 9 vereadores.

LOCALIZAÇÃO — O município de Valença do Piauí está localizado na Zona Fisiográfica da Ibiapaba, limitando-se com os municípios de São Miguel do Tapuio, Pimenteiras, Picos, Inhuma, Oeiras, Amarante, Regeneração, Elesbão Veloso e São Félix do Piauí. A cidade fica a 187 quilômetros da capital do Estado, em linha reta, e suas coordenadas geográficas são as seguintes: 6° 23' 38" de latitude Sul e 41° 45' 00" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade é de 310 metros, sendo uma das mais elevadas do território piauiense.

Igreja de São Benedito

CLIMA — Quente no verão e úmido no inverno, apresentando as seguintes temperaturas em graus centígrados: média das máximas — 35; média das mínimas — 27; média compensada — 29. Os meses mais quentes são outubro, novembro e dezembro. A altura da precipitação pluviométrica, em 1956, foi de 1 103 mm. Geralmente o inverno vai de novembro a maio, iniciando-se, logo após o verão.

ÁREA — A área do município é de 5 644 quilômetros quadrados, ocupando posição mediana no que se refere à extensão territorial dos municípios piauienses.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Como principais acidentes geográficos de Valença do Piauí, temos, no relêvo, a serra das Missões a leste, limitando o município com o de Pimenteiras; a serra do Batista a sudoeste, nos limites de Picos. No setor hidrográfico, como principal artéria, há o rio Sambito que percorre o município desde a região sudeste, seguindo o rumo do oeste nos limites de Elesbão Veloso, tomando daí a direção norte com as fronteiras de São Félix do Piauí, até desaparecer neste município vizinho. Em todo o seu trajeto, o rio Sambito recebe diversos afluentes entre os quais se destacam o rio São Nicolau ao norte; os riachos da Areia e Tabua, também ao norte, o riacho Tranqueira a sudeste e o rio São Vicente ao sul. Há, ainda, na região sudoeste do município, o rio Berlengas. O riacho Catinguinha corta a sede do município.

RIQUEZAS NATURAIS — O município é dotado de inúmeras riquezas minerais entre as quais encontramos jazidas de cobre, calcitas, bem como fontes de águas sulfurosas. Entre os vegetais, salientam-se a carnaúba, o babaçu, o tucum e variadas espécies de madeiras para uso geral. No reino animal encontram-se a onça, o caititu, o veado, a paca, a cutia, o tatu, o macaco, e o gato, que não só fornecem a pele como também a carne de caça.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, a população de Valença do Piauí era constituída de 51 586 habitantes, sendo 25 958 homens e 25 628 mulheres. Dêsse total, 14 198 se declararam de côr branca, 7 991 de côr preta, 29 382 de côr parda, ao passo que 15 eram de côr ignorada. Dos 28 317 habitantes de 15 anos e mais de idade, houve predominância dos casados, cujo número atingiu 15 750, enquanto os solteiros somaram apenas 10 595, seguindo-se os viúvos com 1 957, os desquitados com 10 e 5 não declararam estado civil. Em religião, predominaram os adeptos do catolicismo apostólico romano, em número de 51 411 e entre as demais religiões só a protestante apresentou 134 adeptos. Sem religião foram encontra-

das 30 pessoas, enquanto 11 não declararam credo. A densidade populacional era de 3,509 habitantes por quilômetro quadrado. Localizavam-se na zona rural do município 96,36% da população, superando a média do Estado que é de 83,6%. A população rural do município discriminada por sexo ofereceu os seguintes números: 25 085 homens e 24 615 mulheres. Em relação aos municípios mais populosos do Estado, Valença do Piauí ficou bem colocada, conquistando o terceiro lugar com uma população de 50 586 habitantes. A cidade, no entanto, ocupou posição menos privilegiada, porquanto se classificou em 19.º lugar com 1 886 habitantes.

Aglomerações urbanas — No município há 7 aglomerações urbanas. A cidade de Valença do Piauí, que, por ocasião do Censo de 1950, contava 1 886 habitantes, sendo 873 homens e 1 013 mulheres. Dêsse total, entre as pessoas de 5 anos e mais de idade, 272 homens e 365 mulheres sabiam ler e escrever enquanto 443 homens e 509 mulheres não eram alfabetizados; povoados de Aroazes, com 89 moradias e 300 habitantes; Novo Oriente, com 134 casas e 600 pessoas; Papagaio, com 110 residências e 510 moradores; Santa Cruz, com 179 habitações e 350 indivíduos; Várzea Grande, com 106 moradas e 370 habitantes; Barreiras, com 45 moradias e 200 pessoas. Convém salientar que a população dos povoados está informada por aproximação.

Pôsto Agropecuário Municipal

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades econômicas do município estendem-se à agricultura, à pecuária e à indústria extrativa. Na agricultura, os principais cereais cultivados são o arroz, o feijão, o milho, a cana-de-açúcar, a mandioca e o algodão, cuja produção é vendida para Teresina, Picos e municípios dos Estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Sergipe. O quadro abaixo mostra a produção de 1956, segundo informes estatísticos:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$)
Feijão	Saco de 60 kg	16 800	5 040 000
Arroz com casca	» » »	29 000	4 350 000
Milho	» » »	20 200	2 020 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	10 000	1 500 000
Mandioca	»	2 850	934 400
Algodão	Arrôba	1 600	144 000

A pecuária desempenha, também, um papel relevante na economia do município. No levantamento estatístico de 1956, constatou-se a existência de 29 000 cabeças de gado bovino, 95 000 de gado suíno, 24 000 de gado ovino e 42 000 cabeças de gado caprino. Os principais mercados compradores da produção pecuária do município são Teresina, Caruaru (PE) e Limoeiro (PE); Patos (PB), Campina Grande (PB) e João Pessoa.

O parque industrial do município desenvolve suas atividades na indústria extrativa e de transformação, salientando-se a produção de rapadura e a extração da cêra de carnaúba, que ocupam posição de destaque no setor industrial do município. A indústria de farinha e polvilho de mandioca, bem como a fabricação de aguardente de cana, aparecem em plano inferior em relação às primeiras. Segundo resultados do Registro Industrial de 1956, o município apresentou o seguinte movimento: farinha de mandioca — 303 360 quilogramas, no valor de Cr$ 765 120,00; polvilho de mandioca — 65 190 quilogramas, avaliados em Cr$ 325 950,00; cêra de carnaúba — 42 174 quilogramas, correspondendo a Cr$ 1 647 920,00; rapadura — 684 400 quilogramas, estimados em Cr$ 3 470 000,00; aguardente de cana — 15 200 litros, valendo Cr$ 152 000,00.

COMÉRCIO — O comércio do município resume-se em 25 estabelecimentos comerciais varejistas, mantendo relações com a capital do Estado, Fortaleza, Recife, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Compra dessas praças tecidos, medicamentos, produtos químicos, açúcar, café, conservas enlatadas, biscoitos, ferragens, perfumes, cigarros, fósforos e bebidas em geral.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Valença do Piauí está servido pela Rodovia Teresina a Petrolina (BR-52) e estradas carroçáveis. Liga-se aos municípios vizinhos e à capital do Estado da seguinte forma: Amarante, via Água Branca, São Pedro do Piauí e Regeneração, rodovia — 221 quilômetros; Elesbão Veloso, rodovia — 58 quilômetros; Inhuma, rodovia — 30 quilômetros; Oeiras, via Inhuma, rodovia — 120 quilômetros; Oeiras, via Elesbão Veloso, rodovia e estrada carroçável — 150 quilômetros; Pimenteiras, estrada carroçável — 54 quilômetros; Regeneração, via Água Branca e São Pedro do Piauí, rodovia — 203 quilômetros; São Félix do Piauí, estrada carroçável — 94 quilômetros; São Miguel do Tapuio, estrada carroçável, via Pimenteiras — 158 quilômetros, e Teresina, rodovia — 221 quilômetros. Há uma Agência Postal-telegráfica na sede municipal e Agências Postais-telefônicas nos povoados Novo Oriente e Papagaio, sob a responsabilidade do Departamento dos Correios e Telégrafos, para o serviço de comunicação.

Cassino Valenciano, clube recreativo municipal

ASPECTOS URBANOS — A cidade é servida de energia elétrica fornecida pela Prefeitura Municipal com ilumina-

ção pública e domiciliar, contando esta com 108 ligações. A pavimentação da cidade é quase inexpressiva, uma vez que apenas 5% de sua área está calçada com paralelepípedos, correspondendo a 2 000 metros quadrados. No que diz respeito ao setor de hospedagem, conta a sede do município com apenas 2 hotéis, cobrando Cr$ 60,00 por diária. Por ocasião do último Recenseamento, Valença do Piauí ocupava o 19.º lugar na ordem de classificação populacional, com 1 886 habitantes e possui 27 logradouros públicos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população da sede municipal recebe assistência de 2 médicos, 2 dentistas, 2 farmacêuticos e 1 Pôsto de Higiene (assistência médica e dentária). Há duas farmácias para o fornecimento de remédios.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 indicou a existência de 42 663 pessoas com 5 anos e mais de idade e dêste total 7 264, ou seja, 16,1%, sabiam ler e escrever, entre as quais se contavam 4 223 homens (9%) e 3 041 mulheres (7,1%). Na cidade, das pessoas na idade acima referida, num total de 1 589, sabiam ler e escrever 637, sendo 272 homens e 365 mulheres. O município colocou-se no 31.º lugar, com uma percentagem de 17,03%; a cidade foi a 41.ª colocada, com um índice percentual de 40,09%, e a zona rural com 16,13% em 22.º lugar.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 34 unidades de ensino primário fundamental comum com a matrícula de 1 437 alunos, sendo 734 do sexo masculino e 703 do feminino. Entre os estabelecimentos escolares, contavam-se 10 escolas estaduais, 17 municipais e 7 cursos supletivos. Há também no município um estabelecimento do curso secundário, cuja matrícula, em 1956, foi de 58 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na sede do município existem 3 bibliotecas de caráter geral, a Biblioteca Municipal Eurípedes Martins, com 500 volumes; a Biblioteca Teixeira de Freitas, particular, com 200 volumes; e a biblioteca do Ginásio Santo Antônio com 300 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	159 512	1 046 043	392 367	328 169	367 264
1951	158 040	1 315 682	417 446	359 855	491 749
1952	154 122	1 538 116	826 569	780 369	916 713
1953	208 029	1 963 140	1 134 732	1 103 109	995 571
1954	203 098	1 984 390	1 114 394	953 461	1 250 618
1955	228 396	1 527 087	911 786	880 749	914 624
1956 (1)	...	...	1 030 000	951 000	1 040 000

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — O sentimento religioso manifesta-se através de procissões, entre as quais, as que atraem maiores atenções são as de Passos e Senhor Morto (na Semana Santa), Corpo de Deus, Coração de Jesus e a da Padroeira da Paróquia, Nossa Senhora do Ó, cujas festas se realizam de 17 a 26 de dezembro. Durante as festas religiosas, são realizados bailes e montam-se no adro das igrejas carrosséis e barquinhos. O folclore apresenta a "Dansa do Boi", durante as festas juninas e está em franco declínio no gôsto da população.

Rua Norberto de Castro

VULTOS ILUSTRES — O município possui os seguintes vultos ilustres que se projetaram no cenário nacional: General *Propério de Castro e Silva* que, no Govêrno de Artur Bernardes e início do Govêrno de Getúlio Vargas, exerceu importantes comissões no Exército Nacional; *Arlindo Nogueira* e *João Luiz Ferreira* que foram Governadores do Piauí; *Elesbão Veloso* que, de 1930 a 1947, exerceu no Ministério de Viação e Obras Públicas várias investiduras importantes, como as de Chefe do Material, Diretor-Geral dos Correios e Telégrafos e Diretor Regional do Departamento dos Correios e Telégrafos em quase todos os Estados da Federação.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Realizam-se no município várias feiras para venda de legumes, cereais e frutas. Aos sábados, na sede municipal e no povoado de Papagaio; aos domingos, nos povoados de Aroazes e Santa Cruz, e às segundas-feiras nos povoados Novo Oriente e Várzea Grande. valenciados é a denominação dada aos habitantes do município. Existe na cidade a Conferência de São Vicente de Paulo, que presta assistência aos inválidos. A Prefeitura Municipal tem uma caixa de previdência para os servidores públicos, e ainda há duas entidades mutuárias de importância secundária que também prestam assistência social.

BIBLIOGRAFIA — "Monografias Estatístico-Descritivas Municipais" — 1939 — Imprensa Oficial; "Sinopse Estatística do Município de Valença do Piauí"; "Ligeiros Dados Estatísticos" — D.E.E. do Piauí — 1944 — Tipografia Popular; "Estudos de Estatística Teórica e Aplicada" — C.N.E. (I.B.G.E.) — 1953.

(Fonte — Arquivo da Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Arquivo da Agência Municipal de Estatística de Valença do Piauí. Arquivo do Departamento Estadual de Estatística do Piauí. Elaboração — Inspetoria Regional de Estatística Municipal do Piauí. Revisão — Waldemar Tomaz de Aquino — Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. — Agência de Teresina — e Agente do I.A.P.B.).

Índice Geral

Índice dos Municípios

ESTADO DO MARANHÃO

ESTADO DO PIAUÍ

CONFECÇÃO GRÁFICA

Sob a direção de:

Antônio Maria Coelho,
Petrônio Cezar Coutinho,
Acácio da Cunha Figueiredo,
Mário Batista de Abreu,
José Corrêa Neves e
Elio Ricaldone.

Com a colaboração de:

Antônio Buss, Seno Eyng, Nerval Dutra, Ovídio Rodrigues Costa, Francisco A. M. Bessa, Walkyrio W. Morgado, Mário G. Cavalieri, Heinzelman Almeida, João Brand, Walter Odilon, Venício Coutinho, Paulo Marques, Valdemiro Joaquim Fernandes, Luiz Borges da Silva, Antônio Bernardino da Silva, Joaquim Soares Moreira, Manoel Pereira de Melo, Vicente Basile, José Paixão Filho, Jussieu Leite, Acrisio Lopes, Francisco Lopes, Pedro Murga, Carlos Alfeld, Manoel Neto Araújo, Hilton Fróis Ribeiro, Eudes Vieira, Sílvio Brand, Lourival Fernandes, Sebastião Cassia, Armindo Fiães, Walter Schöpke, Manoel Ferreira de Figueiredo, Zenir Ferreira Lopes, Walter Freitas Nunes, Pedro de Castro Biancovilli, Laudo de Olivbira, José Fagundes do Amaral, Arnaldo V. Reis, Luiz C. Campos, Antônio Gama, José Batista de Abreu, Waldir Rangel, Jayme Santiago Maphêo, Antônio Ferreira Gabri, Marcílio Mazzola, Manoel Gomes Neto, Augusto Gimenez, Reginaldo de Sousa Leal, Mário Freitas, Valdemar Lopes, Manoel Cordilha, Florisvaldo Araújo, Laurentino de Oliveira, José Maria da Silva, Raimundo Pires Seixas, Levy de Menezes, Jayr Calhau, Álvaro F. Órphão, Ivo José Ferreira, Geraldo Gonçalves de Souza, Maria Yára Branco, Leonardo Eyng, Darcy Vieira Cardoso, Edjalme Pierret de Souza, Miguel Paixão, Eduardo Dias, João de Almeida Guimarães, Armando W. Cruz, Joaquim G. M. Gonçalves e José Cândido de Araújo.

ACABOU-SE DE IMPRIMIR ÊSTE DÉCIMO QUINTO VOLUME DA "ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS", EM 31 DE JANEIRO DE 1959, NAS OFICINAS DO SERVIÇO GRÁFICO DO I.B.G.E., EM LUCAS, DF — BRASIL.